

36º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN – CICT 2025



36º cict

Planeta Água: a cultura oceânica
para enfrentar as mudanças
climáticas no meu território.

ANAIS

EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) é um evento aberto à comunidade no qual todos os aproximadamente 1.700 alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentam os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo de um ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Instituição.

O CICT está entre as ações inseridas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que possui entre seus objetivos: a) Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

A 36ª edição do Congresso teve como tema “Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”, estando alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao submeter os trabalhos ao Congresso, os alunos indicaram os objetivos da Agenda 2030 aos quais suas pesquisas estavam relacionadas. Essa iniciativa visa estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para a busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Em uma etapa inicial do CICT, denominada Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas as apresentações dos trabalhos submetidos pelos participantes do evento. As apresentações ocorreram de forma assíncrona, por meio de arquivos digitais (trabalho completo e vídeo), sendo disponibilizadas não só aos avaliadores do congresso pelos Sistemas da UFRN, mas também ao público em geral por meio do site do evento (www.cic.propesq.ufrn.br). Após essa etapa inicial, que ocorreu sob o formato virtual, os 48 melhores trabalhos do evento foram selecionados para apresentação oral em uma etapa complementar do congresso que ocorreu de forma presencial.

Os alunos concorreram ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que foi instituído pela Pró-Reitoria de Pesquisa em 2017 para reforçar as ações dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica. O prêmio contemplou as categorias Trabalho Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e Vídeo Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica) e na subcategoria de Inovação. Os premiados foram agraciados com bolsas mensais de até R\$ 1100,00 (mil e cem reais) durante o período de um ano. Os orientadores dos alunos premiados adquiriram precedência em relação aos demais para efeitos de concorrência no Edital de Bolsas de Pesquisa da UFRN em 2026.

Ainda em 2025, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou a 7ª Edição do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, certame instituído em 2019 e que é concedido anualmente aos pesquisadores da instituição que tenham apresentado relevantes contribuições para o desenvolvimento da ciência em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Além de troféu e certificado, todos os premiados foram contemplados com auxílio no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para custear despesas específicas, discriminadas em edital, e tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências com os participantes do CICT 2025 em uma mesa redonda.

O congresso cumpriu três funções valiosas para o desenvolvimento da ciência na instituição: inserção dos discentes em um ambiente acadêmico de publicação e apresentação dos resultados da pesquisa; divulgação científica por meio dos vídeos que utilizam uma linguagem científica, porém acessível a todos; e, por fim, a popularização da ciência.

PROGRAMAÇÃO

Outubro – 2025

15/10 Divulgação da lista dos pré-selecionados para concorrer ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN

Novembro – 2025

03/11 Abertura oficial do evento

03/11 a 07/11 CICT 2025 – Etapa presencial

04/11 a 06/11 Sessões de Apresentações Orais

07/11 Cerimônia de premiação e encerramento do evento

CCHLA

CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES

CÓDIGO: ET0407

AUTOR: IAGO JOSE CABRAL MACIEL

ORIENTADOR: FRANCISCO JABLINSKI CASTELHANO

TÍTULO: A RELAÇÃO DO CLIMA URBANO E O ANALFABETISMO NO
MUNICÍPIO DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

As interações entre sociedade e natureza trazem o alerta sobre a crise climática global, cada vez mais vista em diversas áreas do conhecimento científico, ensejando em distintas percepções de microclimas e variabilidades térmicas, cujas relações com índices sociais e demográficos são ainda pouco abordadas. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva-se em analisar a temperatura em conjunto com índices sociais focados na questão do analfabetismo no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Para tanto, o estudo utilizou pesquisa bibliográfica, coleta de temperatura em 15 pontos de Natal e região metropolitana durante quase seis meses, além da análise de dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desse modo, culminando na apreensão de resultados, onde as temperaturas dos bairros oscilam conforme os aspectos sociais de analfabetismo.

Palavras-chave: Microclima; Urbanização; Escolarização; Conforto térmico.

TITLE: THE RELATIONSHIP BETWEEN URBAN CLIMATE AND ILLITERACY
IN THE MUNICIPALITY OF NATAL, RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The interactions between society and nature raise awareness of the global climate crisis, increasingly recognized in various fields of scientific knowledge, giving rise to distinct perceptions of microclimates and thermal variability, whose relationships with social and demographic indices are still little addressed. Therefore, this study aims to analyze temperature in conjunction with social indices focused on the issue of illiteracy in the municipality of Natal, the capital of Rio Grande do Norte. To this end, the study used bibliographic research, temperature collection at 15 points in Natal and the metropolitan region for nearly six months, and analysis of data from the 2022 Demographic Census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. This culminated in the capture of

results showing that neighborhood temperatures fluctuate according to the social aspects of illiteracy.

Keywords: Microclimate; Urbanization; Schooling; Thermal comfort.

Introdução

A realidade da urbanização brasileira, apresenta características desordenadas de planejamento em cidades adensadas trazendo diferentes percepções sobre a dinâmica demográfica da população. Essas repercussões do espaço, acentuam questões ambientais, principalmente pautadas no clima e nas condições térmicas locais microclimáticas gerando diferentes territorialidades no tecido urbano, fruto de um processo histórico de urbanização mal elaborado. Nesse sentido, a hierarquização demográfica de grupos sociais que privilegiam uma lógica hegemônica de construção climática das cidades, cada vez mais globais e estratificadas, impõe divisões na sociedade como de renda, cor e escolarização, amplificando a marginalização populacional.

Ao abordarmos as cidades, a urbanização não garante acesso a condições climáticas adequadas, tão pouco térmicas, temos então uma cidadania limitada. A urbanização brasileira é marcada pela seletividade de concentração das infraestruturas e serviços em áreas privilegiadas no território nacional, enquanto grande parte da população habita em espaços precários como periferias, cidades cada vez mais moldadas para lógicas hegemônicas, tecnologias, capital financeiro e informação gerando duas contrapartes urbanas, uma voltada pelo consumismo e outra pela sobrevivência da população mais pobre construindo estratégias em espaços cada vez mais hostis e excludentes (Santos, 2023).

No que diz respeito ao campo da Climatologia urbana, as vertentes do espaço das cidades geram recortes microclimáticos, como ilhas de calor e de frescor através de uma amplitude térmica espaçada, típicas de regiões tropicais como o leste do Rio Grande do Norte (RN). Segundo Mendonça e Oliveira (2007), o microclima é uma unidade escalar pequena, podendo ter uma extensão de centímetros até dezenas ou centenas de m², influenciados por dinâmicas turbulentas do ar na superfície, obstáculos na circulação terciária do ar, além do uso e ocupação do solo distintos em uma determinada extensão espacial.

Além disso, dentro das dinâmicas microclimáticas urbanas os diferentes tipos de locais térmicos influenciam na sensação de temperatura dos seres vivos por influência dos elementos urbanos presentes no espaço. Para Pereira (2022), o conforto térmico humano é sentido pela variação da temperatura do ar, importante para compreender a variabilidade entre períodos secos e úmidos do tempo, as mudanças climáticas são preponderantes para o entendimento bioclimatológico das áreas urbanas.

De acordo com os estudos de Tavares et al. (2021), o conforto térmico envolve a adaptação dos indivíduos em relação ao ambiente que estão inseridos e influenciados

por processos psicofisiológicos, onde podem propiciar características subjetivas como por exemplo idade, gênero e a forma corporal, a troca de calor entre homens e mulheres com o meio ambiente que os cercam representam sensações de conforto ou desconto térmicos distintos da mesma forma das assimetrias de temperaturas nas diversas partes do corpo humano.

Desse modo, a presente pesquisa propõe estudar a influência urbana de 15 pontos de coleta espalhados na região metropolitana de Natal, no estado brasileiro do RN, onde o foco de análise do trabalho é o município de Natal, findando na relação entre variáveis climáticas de temperatura com dados sociais de analfabetismo por setor censitário do Censo demográfico (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) culminando na apreensão dos resultados sobre áreas de conforto térmico e espacialização da variável social com apoio de interpolação por software de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Local Climate Zones (LCZ), (Stewart e Oke, 2012) proporcionado pelo pacote LCZ4r (Anjos et al., 2025) auxiliando no trabalho.

Metodologia

A metodologia aplicada se precedeu em três etapas, conforme figura 1, por meio de método exploratório-dedutivo, sendo eles: i) análise da classificação de zonas climáticas locais com uso do pacote LCZ4r em Natal e região circundante (Macaíba, Parnamirim, Extremoz); ii) análise demográfica da variável social de analfabetismo por setor censitário focando na análise do município de Natal; já a etapa iii) consiste na interpolação dos resultados com auxílio de software SIG utilizando dados de temperatura coletados por 15 pontos da área de estudo para discussão e possíveis desdobramentos futuros.

Na Primeira etapa i) é realizado a análise e classificação das zonas climáticas locais (LCZ), visando suporte para uma ampla percepção do uso e manejo do território demonstrando as delimitações de Natal e dos municípios circundantes (Parnamirim, Macaíba, Extremoz) que possuem pontos de coleta de temperatura implantados como apoio, ressaltando que este estudo tem foco na análise do município de Natal. Desse modo, a região se encontra dividida em 8 zonas específicas, sendo LCZ 3, compacta de baixa elevação, LCZ 6 aberta de baixa elevação; LCZ 8 grandes construções de baixa elevação; A - arborização densa; B - arborização esparsa; C - vegetação arbustiva; D - vegetação rasteira; E - água. Através das características de cada área foi possível receber apoio metodológico para enriquecer o trabalho.

Na Segunda etapa (ii) foi realizada extração e manipulação dos dados demográficos a respeito da população de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever (analfabetas), incluindo dados secundários da divisão por cor ou raça (brancos, pretos e pardos) por meio de dados do censo demográfico (2022) do IBGE, gerando um mapeamento por setor censitário representando a quantidade de pessoas distribuídas com foco no município de Natal e propiciando uma percepção mais apurada para identificar áreas térmicas críticas a essas populações com baixa escolarização.

Por fim, a Terceira etapa (iii) trata-se da interpolação dos resultados com apoio de software SIG manipulando dados de temperatura coletados por termohigrômetros Elitech GSP-6 em abrigos de Policloreto de Vinila (PVC) conforme modelo de Castelhamo e Roseghini (2011) no período de 13 de dezembro de 2024 a 9 de maio de 2025 culminando na discussão de considerações a respeito das áreas térmicas de conforto e como a dinâmica da variável analfabetismo se engendra nelas.

Resultados e Discussões

A partir dos pressupostos metodológicos aplicados ao trabalho atingiu-se os seguintes resultados referentes às dinâmicas climáticas e demográficas de analfabetismo no município de Natal.

Na Primeira etapa (i) de classificação das LCZ apresentou 8 diferentes áreas onde os bairros de Natal se encontram, conforme figura 2, os 15 pontos de coleta de temperatura se espalharam entre Natal que possui 11 pontos de coleta, Macaíba com 2 pontos, Extremoz com 1 ponto e Parnamirim com 1 ponto. Os pontos dos municípios circundantes serviram como apoio para entender as vertentes nos limites da cidade de Natal que é o foco deste estudo. Nesse sentido, ao voltar o olhar para os limítrofes natalenses, percebemos que maior parte do município de Macaíba por exemplo possui uma vegetação rasteira e arbustiva típica da Caatinga brasileira, possuindo também parte de arborização densa proveniente da Mata Atlântica remanescente, visto que o polígono compreende região de transição entre os dois biomas, a área menor em contato com Natal e Parnamirim faz conurbação urbana com franjas de LCZ 6, caracterizadas por zonas abertas e de baixa elevação edificadas.

Entretanto, quando voltamos o olhar para a cidade de Parnamirim, a mesma possui uma área considerável aberta de baixa elevação com edificações isoladas e espaçadas e uma superfície térmica mista de concreto e asfalto com poucas áreas de arborização densa nos limites com o município de Natal em considerável conurbação do tecido urbano, visivelmente caracterizada pela LCZ 6 e ilhas de LCZ 3 que influenciam as temperaturas de coleta da área e dos limítrofes se relacionando indiretamente com o clima da cidade de Natal. O município de Extremoz compreende limites com a zona norte de Natal compartilhando uma área aberta de baixa elevação típica de LCZ 6 com um misto de vegetação rasteira e arborização densa compreendendo locais de água como a lagoa de Extremoz.

Dentro das áreas analisadas, evidenciando a análise de Natal, onde temos valores percentuais de 28,4% do total da área como LCZ 3 zona compacta de baixa elevação; 37,9% classificado como LCZ 6 aberta de baixa elevação; 5,3% LCZ 8 de grandes construções de baixa elevação; 4,8% área escassamente construído; 13,8% de arborização densa; 1,2% de área de arborização esparsa; 2,8% de vegetação rasteira; 0,6% solo exposto a areia e por fim 5,3% de água. As zonas com arborização compreendem a área do Parque das Dunas, ao leste, como grande mancha de concentração de área verde com vegetação de mata atlântica, além de possuir Dunas de grande elevação trabalhando como barreira orográfica local. Outras partes com acúmulo

de vegetação no município são ao longo da bacia do rio Potengi que também compreende o grande corpo de água local, outras áreas verdes dizem respeito a pontos isolados como nas divisas entre os municípios circundantes e do centro de lançamento Barreira do inferno uma área militar. A LCZ 3, áreas compactas de baixa elevação estão majoritariamente pela região leste e pouco efetiva ao sul, também sendo encontrada na zona norte com algumas ilhas urbanas.

A classificação de zonas climáticas locais é uma ferramenta eficaz nos estudos do clima, assim como concerne Stewart e Oke (2012), padronizando ambientes urbanos e naturais sua técnica permite comparações consistentes, considerando características físicas e térmicas das áreas, como a densidade e elevação das edificações, a cobertura e uso do solo, albedo e rugosidade.

A Segunda etapa ii) constituiu a análise demográfica do município de Natal com a variável social analfabetismo, mais precisamente, pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, onde secundariamente, foi possível recortar dois grupos deste tipo, o primeiro sendo “brancos” analfabetos e o segundo que é a soma de pretos e pardos analfabetos denominando um grupo chamado “negros”. Desse modo, analisando a quantidade de pessoas analfabetas no município de Natal, as zonas administrativas que apresentaram maiores números absolutos correspondem a zona Norte e Oeste com 18.310 e 15.022 pessoas respectivamente, enquanto as zonas Sul e Leste possuem 2.825 e 3.876 pessoas, essas disparidades não são por acaso e refletem processos históricos de urbanização pouco planejada, do ponto de vista geográfico, a espacialização desse fenômeno demonstra também uma negligência governamental em relação à vulnerabilidade social.

Os dados evidenciam uma disparidade racial acentuada, todos os bairros analisados tem um número de pessoas analfabetas do grupo negro superior ao número do grupo brancos, isso se manifesta com particular intensidade nas zonas Norte e Oeste, conforme gráfico 1, em termos proporcionais para cada 1 analfabeto branco, há aproximadamente 2,26 analfabetos negros no município de Natal. No bairro Nossa Senhora da Apresentação (Zona Norte), há 4.308 analfabetos negros contra apenas 1.724 brancos, no bairro Felipe Camarão (Zona Oeste), há 3.002 analfabetos negros contra 1.183 brancos. Nas outras zonas Sul e Leste, apesar do menor número de analfabetos totais ser menor em relação as outras duas zonas, predomina os números de analfabetos negros em relação aos brancos, isso é visto com expressão em bairros como Mãe Luíza (Zona Leste) com 801 analfabetos negros contra 251 brancos, no bairro Ponta Negra (Zona Sul) temos 611 analfabetos negros em contrapartida a 249 brancos.

Os estudos sobre as dinâmicas demográficas ajudam a revelar as lacunas no tecido urbano das cidades, principalmente os grandes aglomerados urbanos, os índices sociais influenciam toda uma lógica de construção e rugosidade, o que pode explicar cenários climáticos locais pela ocupação e uso do solo. Assim como disserta Damiani (1991), integrando o tema racial, a análise populacional compreende as relações sociedade e território implicando reconhecer como características demográficas interagem, permitindo identificar desigualdades que impactam na estrutura social e estratégias de planejamento urbano.

Em uma análise de distribuição geográfica a variável social analfabetismo no município de Natal representa a complexidade do tecido urbano da cidade que engendra em questões de acesso a políticas públicas que não atingem parcelas da população, ou seja representando uma urbanização seletiva. Esse padrão corrobora uma correlação entre classe social, localização e raça, o que reforça desigualdades sociais, assim como os estudos de Santos (2023) demonstram ao abordar as tantas ausências de direito à cidadania das populações vulneráveis nos grandes aglomerados reféns de lógicas hegemônicas.

Quando traçamos um paralelo entre as LCZ e a distribuição do analfabetismo em Natal, percebemos que maior parte da população de analfabetos se encontra em áreas de LCZ 6, principalmente partes dos bairros da Redinha, Pajuçara, Lagoa Azul, Nossa Senhora da Apresentação e Igapó, na (Zona Norte); outra porção grande de pessoas analfabetas, compreende parte da (Zona Oeste) em bairros como o Guararapés, Planalto, Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor e Cidade da Esperança. Quando comparamos com zonas de LCZ 3, as áreas compactas de baixa elevação compreendem uma população de analfabetos menos acentuadas, principalmente nos bairros Capim Macio, Lagoa Nova, Candelária e parte de Ponta Negra (Zona Sul); outra porção baixa nos bairros Alecrim, Cidade Alta, Ribeira, Tirol, Barro Vermelho, Petrópolis (Zona Leste).

Por fim, a Terceira etapa iii) consistiu na coleta de dados, apanhados por 15 pontos de coleta em Natal e região metropolitana entre o período de 13 de dezembro de 2024 a 9 de maio de 2025 com uso de dispositivos termohigrômetros Elitech GSP-6 em abrigos de PVC, focando no clima urbano do município de Natal com 11 pontos (outros 4 nos municípios de Macaíba, Parnamirim e Extremoz). Além disso, a extração dos dados da variabilidade térmica, iniciou-se com a interpolação dos resultados por meio de software SIG e apoio de linguagem de programação R.

Desse modo, tendo em vista a alta amplitude térmica da região leste do RN, Natal e região metropolitana possuem temperaturas alternantes do período do dia para a noite, ocasionando áreas de conforto térmico distintas ao longo do território, assim temos os seguintes pontos principais de coletas (Alecrim, Cidade Alta, Lagoa Azul, Felipe Camarão, Parque das Dunas, Redinha, Vila, Ponta Negra, Instituto Federal Zona Norte (IFZN), Instituto Federal Central (IFC), Estação de Oceanografia, Distrito Industrial de Macaíba (DIM), Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ), Extremoz, Parnamirim), interpolando dados com foco nos setores censitários do município de Natal em 11 pontos de coleta, gerando um produto cartográfico. Vale ressaltar que em termos de registro das variáveis climáticas, os dispositivos termohigrômetros Elitech GSP-6 marcaram a temperatura e umidade relativa do ar, a cada 1 hora, todos os 15 aparelhos posicionados a 1 metro do solo e em área com vegetação baixa protegidos por abrigo de PVC.

Os 11 pontos de coleta na cidade de Natal realizaram um total de 21.288 coletas, tendo o Alecrim registrado uma alta de 36,1°C de temperatura no dia 1 de abril de 2025, enquanto a menor temperatura foi de 22,4°C no dia 14 de março às 06:00 horas da manhã; o ponto da cidade Alta registrou pico de 34,6°C às 13:00 horas do dia 29 de março de 2025 e registrou menor temperatura de 22°C no mesmo mês às 06:00 horas da manhã. No ponto de coleta do bairro Lagoa Azul a maior temperatura bateu 37,9°C às 14:00 horas do dia 29 de março de 2025, enquanto a menor atingiu 21,9 °C às 06:00

horas do dia 14 de março de 2025; no bairro de Felipe Camarão atingimos 33,4°C no dia 12 de março de 2025 enquanto a menor temperatura registrada foi em 2 de março de 2025 as 05:00 horas com 21,1°C. No Parque das Dunas a maior temperatura foi de 41,2°C implicado pela ausência de vento onde o ponto de coleta se localiza próximo à escarpa das dunas, agindo como uma barreira natural, no mesmo ponto o menor dado foi de 22,7°C também em 14 de março de 2025. No bairro da Redinha temos maior dado coletado no dia 28 de janeiro de 2025 (36,4°C) e menos temperatura em 14 de março de 2025 (21,8°C); já para o ponto da Vila de Ponta Negra temos maior temperatura de 35,7°C e menor de 22,3°C.

O comportamento dessas variabilidade de amplitude térmica é bem representativa no contexto leste potiguar litorâneo e apresenta correlação com os níveis de conforto térmico para a população residente. Nos outros pontos de coleta em Natal como o bairro de Ponta Negra teve maior temperatura de 35°C no dia 10 de abril de 2025 e menor temperatura de 21,1°C em 6 de fevereiro de 2025; no IFZN na zona norte tivemos 34,3°C e 21,9°C; já no IF central tivemos 37,6°C e 22,5°C como maiores e menores temperaturas respectivamente; por fim, no ponto da oceanografia foi registrado maior temperatura no dia 4 de fevereiro de 2025 (39,7°C) e menor temperatura no dia 6 de fevereiro de 2025 (22,1°C). A partir desses pontos de coleta a associação com o analfabetismo é expressa conforme figura 3.

A interpolação entre os dados mostrou pouca relação direta com 3 zonas administrativas (Oeste, Leste e Sul) ao abordar por setor censitário, a média das temperaturas e índices de analfabetismo de Natal, realizando análise comparativa entre o mapa da esquerda e direita (temperatura média e analfabetismo), a Zona Oeste contém muitas áreas em azul que representam temperaturas muito baixas ($<25^{\circ}$), áreas em verde que mostram baixas temperaturas ($\geq 25^{\circ}$ e $<26^{\circ}$) e áreas amarelas denominando temperaturas moderadas no local ($\geq 26^{\circ}$ e $\leq 27^{\circ}$), esses dados podem apontar que a zona administrativa possui condições de conforto térmico regulares apesar das condições históricas e infraestruturais conterem índices sociais de escolarização que deixam a desejar. Entretanto, o mesmo espaço em menor extensão abriga áreas de temperaturas altas representadas pela cor laranja ($>27^{\circ}$ e $<28^{\circ}$), somado a áreas na cor vermelha com temperaturas muito altas ($\geq 28^{\circ}$) se localizando em áreas típicas de LCZ 3 e LCZ 6 conurbadas com a Zona Leste.

A Zona Leste de Natal está majoritariamente em áreas de LCZ 3 e suas condições térmicas se encontram em maior parte com temperaturas muito altas representadas pela cor vermelha como os pontos de coleta do Alecrim, IF Central, Cidade Alta e Oceanografia com temperaturas médias ($\geq 28^{\circ}$) mostrando o efeito da ilha de calor no período da noite em uma malha urbana extensa, edificações altas e adensamento urbano, no entanto, o ponto de coleta do Parque das Dunas teve temperatura alta pelo bloqueio dos ventos proporcionado pelas elevações de dunas.

A Zona Sul contrasta entre LCZ 3 e LCZ 6 e suas temperaturas nos dois pontos de coleta representam temperaturas baixas na porção do extremo sul pela maritimidade e ação dos ventos alísios, ao leste temperaturas altas e muito altas, mais precisamente na avenida Roberto Freire explicado pelas construções prediais agindo como barreiras orográficas e na Vila de Ponta Negra com ruas apertadas, muitas residências próximas e baixa vegetação presente naquele recorte urbano, não ironicamente tendo altos índices

de analfabetismo naquela região em oposição ao modernizado aglomerado de prédios residenciais, universidades privadas, supermercados e outros tipos de edificações na mesma zona administrativa.

A interpolação dos pontos de coleta na Zona Norte foram os únicos que demonstraram uma relação proporcional ao analfabetismo com as temperaturas. Os pontos de coleta da Redinha e IFZN se encontram em áreas de temperaturas muito altas, podendo ser explicados pelo efeito da ilha de calor localizados em áreas de LCZ 3 e 6, já no ponto de coleta no bairro Lagoa Azul expressa temperaturas baixas e moderadas, ainda significativamente presentes em áreas laranjas que representam altas temperaturas. Essas condições térmicas mais elevadas se misturam com os índices de analfabetismo afunilando problemas estruturais que o município criou historicamente ao longo do crescimento da urbanização natalense. Desse modo, a Zona Norte de Natal obtém uma relação racial, educacional e estrutural que se conecta com a localização geográfica e suas temperaturas elevadas demonstrando a complexidade do tecido urbano do município.

As variáveis sociais representam um comportamento para a dinâmica da cidade, influenciando também as vertentes climáticas, principalmente no que concerne às temperaturas e a urbanização se conectando as perspectivas de Monteiro et al. (2009), ao estudar o sistema clima urbano, ensejando a atmosfera como operador da organização climática das cidades, as variáveis sociais repercutem indiretamente ao sistema por relações invisíveis conferindo uma concretude que aqui seria o uso do solo urbano.

Em relação aos pontos de coleta intermunicipais (2 Macaíba; 1 Parnamirim; 1 Extremoz) encontrou-se poucas alterações da temperatura média por setor censitário significantes para o clima local. Os pontos do DIM e EAJ localizados em Macaíba estão contidos em áreas azuis, ou seja, classificação muito baixa com temperatura média ($<25^{\circ}$) podendo ser explicado por espaços abertos e presença circundante de LCZ C e D (vegetações rasteiras e arbustivas). O ponto de coleta em Parnamirim está em área de temperatura média baixa, intercalando com áreas muito baixas ($\geq 25^{\circ}$ e $<26^{\circ}$) e moderadas ($\geq 26^{\circ}$ e $\leq 27^{\circ}$); o ponto de coleta de Extremoz intercala a mesma circunstância, estando em área de temperaturas médias muito baixa, baixa e moderada.

Os pontos de coleta de temperatura em Natal têm relação direta no sistema clima urbano da cidade modificando o conforto térmico na escala local com as zonas Norte e Leste em maior área de altas temperaturas seguido pela zona sul, enquanto nos pontos de coleta intermunicipais presenciam baixas temperaturas influenciando nas dinâmicas do tecido urbano próximo, mas, sem grandes aspirações.

Conclusão

A aplicação de LCZ nos estudos de clima urbano são boas alternativas para uma visão mais completa do uso do solo e ocupação do mesmo, no sentido de trazer uma clareza diferenciada das dinâmicas climáticas. Em Natal prevaleceu os tipos LCZ

3 e LCZ 6 influenciando nas temperaturas dos pontos de coleta por meio da dispersão das edificações, elevação topográfica e características rugosas do território natalense. Por outro lado, as áreas de LCZ A, B e C de arborização e vegetação municipal fazem o contraponto para as especificidades térmicas, sendo o Parque das Dunas e a vegetação ao longo do rio Potengi os principais elementos do frescor. Dessa forma, os pontos de coleta de temperatura em Natal tem relação direta no sistema clima urbano da cidade manipulando o conforto térmico.

Os outros municípios com exceção de Parnamirim que tem grande conurbação urbana com Natal, compartilhando LCZ 3 e 6 que somado ao tráfego de veículos e emissão de gases tem influência indireta nas zonas de calor próximas, no caso de Macaíba a influência se dá preponderantemente no ponto de coleta do DIM, mas se restringe ao microclima daquela área, já em Extremoz tem um misto com arborização densa e arbustiva, porém suas LCZ 6 em contato com a Zona Norte de Natal propiciam influência no clima dos bairros com conurbação urbana. Essas repercussões dos pontos de coleta fora do município de Natal influenciam indiretamente na sensação de conforto térmico do tecido urbano próximo, mas sem grandes aspirações, se restringindo a um curto raio microclimático.

As análises por meio dos dados censitários são fundamentais para entender as dinâmicas e necessidades de intervenções no setor urbano. A educação é um importante indicador de vulnerabilidade social, os níveis baixos de escolarização representam menor qualidade de vida pela limitação ao mercado de trabalho, menor renda, menos acesso a informações qualificadas e políticas públicas de saúde e proteção colocando a população em condições de maior fragilidade. Desse modo, o analfabetismo sobrepõem maior risco climático para enfrentar os problemas socioambientais decorrentes das temperaturas elevadas, intensificando desigualdades existentes ao atingir com mais intensidade aqueles que dispõem de menos recursos materiais, econômicos e educacionais para enfrentá-los.

Essa configuração demográfica não é aleatória, reflete uma combinação de fatores biológicos, sociais e culturais, culminando em sensações do clima distintas para cada bairro do município de Natal, influenciando o comportamento da população no espaço urbano. O fato é, a cidade natalense possui uma urbanização desarticulada a realidade climática de áreas quentes, sendo necessário o aumento da arborização e planejamento urbano mais incisivo observando corredores de ventos e edificações inteligentes para o conforto térmico atendendo de forma coerente as necessidades de políticas públicas promovendo um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Referências

ANJOS, M., MEDEIROS, D., CASTELHANO, F. et al. LCZ4r package R for local climate zones and urban heat islands. *Scientific Reports*, 15, 7710, 2025.

CASTELHANO, F.J e ROSEGHINI, W.F.F. A utilização de policloreto de vinila (PVC) na construção de mini-abrigos meteorológicos para aplicação em campo. Revista Brasileira de Climatologia, 9. 48-55. 2011

DAMIANI, A.L. População e Geografia. Editora Contexto. São Paulo. 1991.

FREDERICO TAVARES, Delson; ARAÚJO HOLANDA, Mara Rúbia; DE OLIVEIRA CAETANO, Maxsilane Maria; SALAZAR BITTENCOURT, Leonardo. INVESTIGAÇÃO DA PREFERÊNCIA TÉRMICA POR GÊNERO EM SALAS DE AULA CLIMATIZADAS PARA O CLIMA QUENTE E ÚMIDO. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 183, 2021. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/cdghumanas/article/view/9287>. Acesso em: 21 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: População IBGE. Acesso em: 10 mai. 2025.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco; BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo; GONÇALVES, Neyde Maria Santos. Clima urbano. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Romário Martins. Climatologia e conforto térmico do espaço urbano: um estudo de caso do município de Humaitá-AM, entre 2016 a 2020. 2022. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Humaitá (AM), 28 fev. 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8847>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023. 176 p.

SORRE, Maximilien. Les fondements biologiques de la géographie humaine. Essai d'une écologie de l'homme. Paris: Armand Colin, 1943.

STEWART, I. D.; OKE, T. R. Local Climate Zones for urban temperature studies. Bulletin of the American Meteorological Society, v. 93, n. 12, p. 1879-1900, 2012.

Anexos

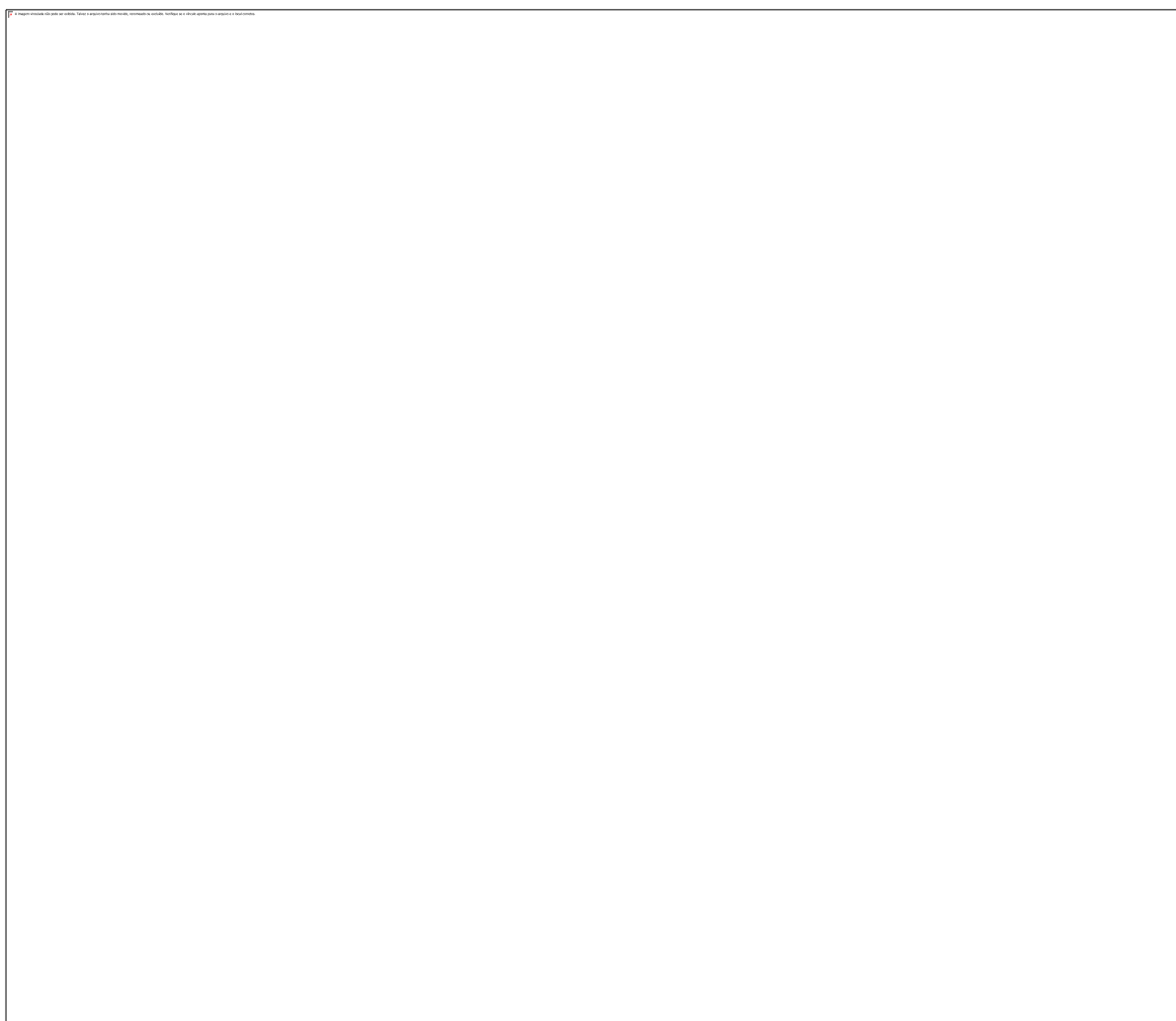


Figura 1 - Desenvolvimento metodológico

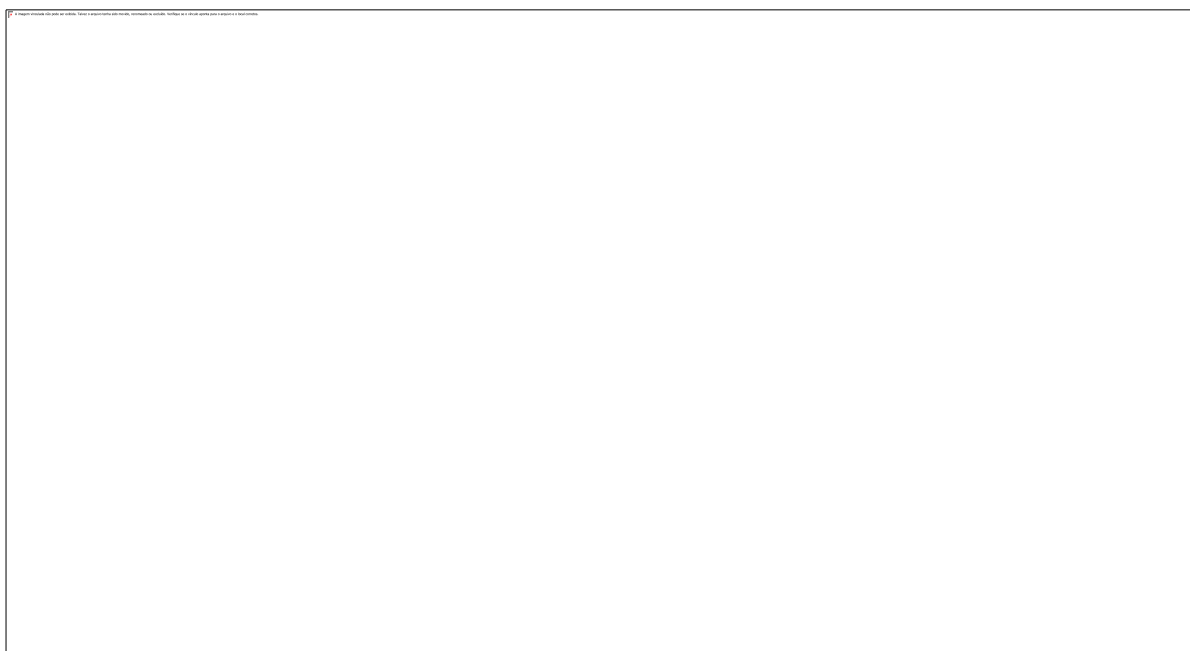


Figura 2 - Classificação de LCZ e pontos de coleta de temperatura

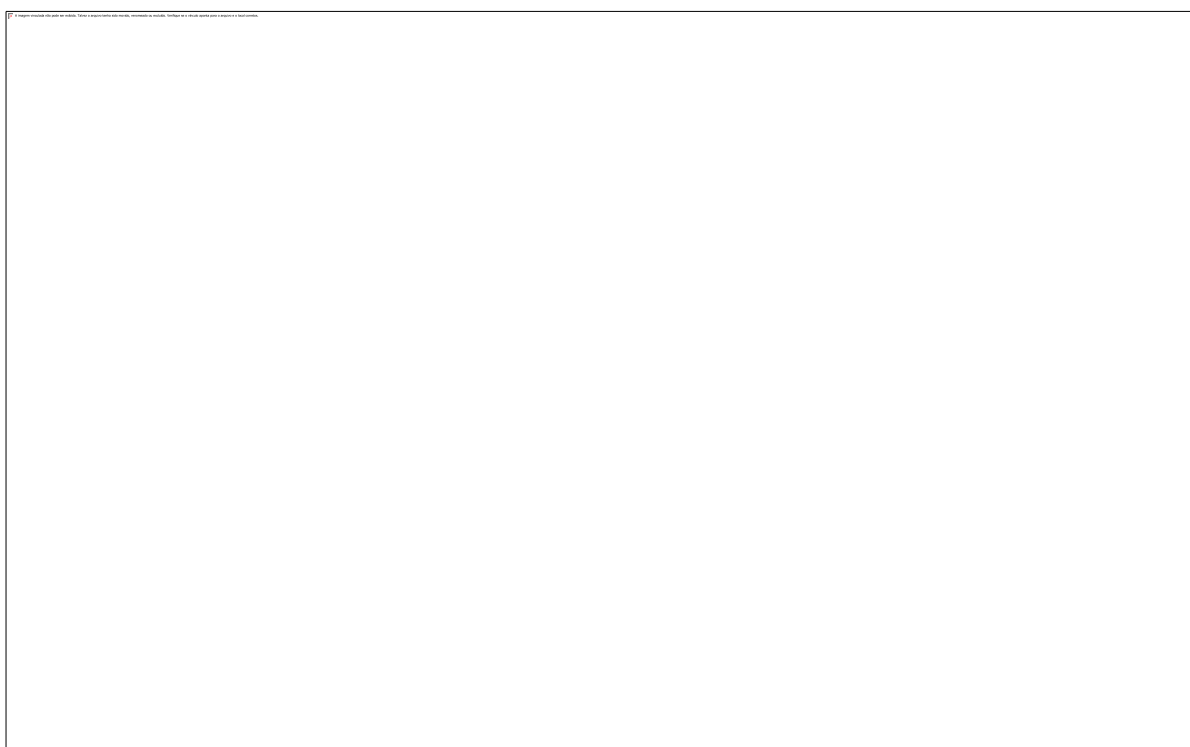


Gráfico 1 - Quantidade de pessoas analfabetas por zonas administrativas em Natal

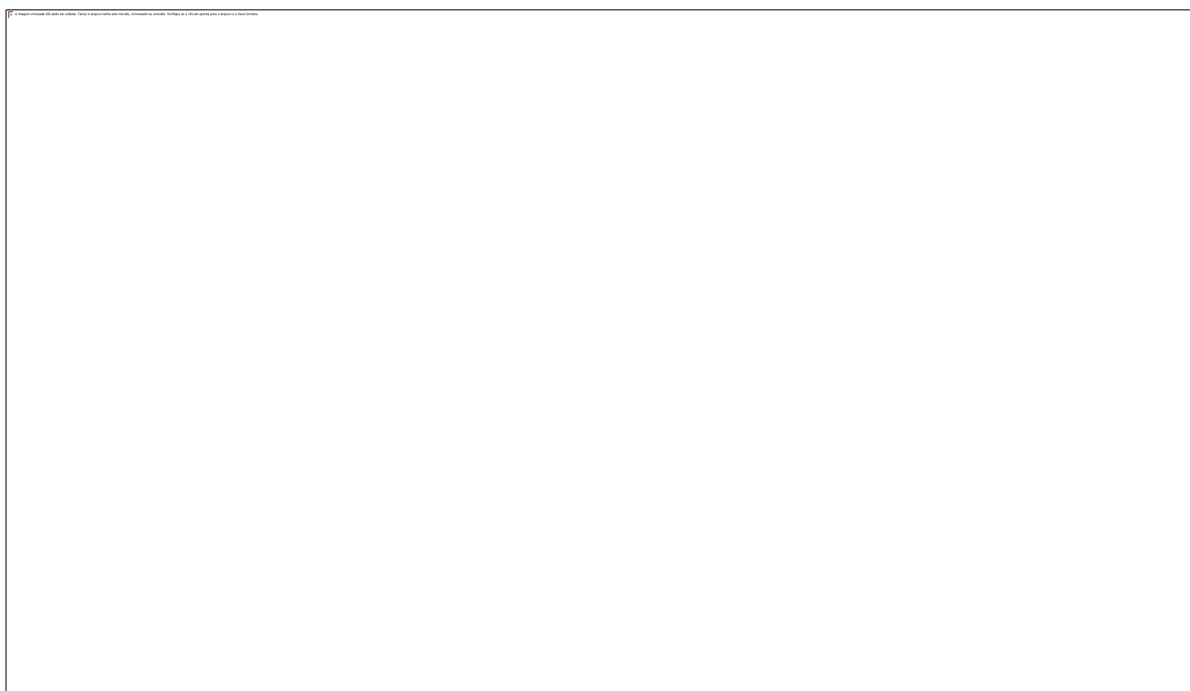


Figura 3 - Interpolação dos dados de temperatura e da variável social

CÓDIGO: ET1038

AUTOR: ANTÔNIO CAMPOS NETO

ORIENTADOR: FRANCISCO JABLINSKI CASTELHANO

TÍTULO: Justiça Climática e Sensação Térmica: Construção de uma rede de dados na Região Metropolitana de Natal, Índice de Calor e Vulnerabilidade Social.

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar a intersecção entre índice de calor, ilhas de calor urbana e vulnerabilidade social sob a perspectiva da justiça climática nos municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz e Macaíba, no Rio Grande do Norte. Os procedimentos metodológicos envolveram a classificação de Zonas Climáticas Locais (LCZs), uso do Índice de Vulnerabilidade Social do IPEA e dados de temperatura e umidade coletados a partir da criação de uma rede de 15 termohigrômetros, distribuídos na região metropolitana da capital do RN. Os resultados demonstram uma sensação térmica persistentemente alta, com o Índice de Calor variando de "Cuidado" a "Perigo". O estudo identificou uma correlação espacial significativa entre áreas de maior vulnerabilidade social e piores condições de estresse térmico, particularmente evidente no período noturno devidos aos efeitos de Ilha de Calor Urbana, indicando que os impactos das mudanças climáticas urbanas são distribuídos de forma desigual na área estudada, que representa mais de um terço da população estadual.

Palavras-chave: Climatologia, geografia, coleta de dados.

TITLE: Climate Justice and Thermal Sensation: Construction of a data network in the Metropolitan Region of Natal, Heat Index and Social Vulnerability.

Abstract

This study aims to analyze the intersection between the heat index, urban heat islands, and social vulnerability from a climate justice perspective in the municipalities of Natal, Parnamirim, Extremoz, and Macaíba, in Rio Grande do Norte. The methodological procedures involved the classification of Local Climate Zones (LCZs), the use of the IPEA Social Vulnerability Index, and temperature and humidity data collected through

a network of 15 thermohygrometers distributed throughout the metropolitan region of the capital of Rio Grande do Norte. The results demonstrate a persistently high thermal sensation, with the Heat Index ranging from "Caution" to "Danger." The study identified a significant spatial correlation between areas of greater social vulnerability and worse heat stress conditions, particularly evident at night due to the Urban Heat Island effect, indicating that the impacts of urban climate change are unevenly distributed in the studied area, which represents more than a third of the state's population.

Keywords: Climatology, geography, data collection.

Introdução

Entende-se que os impactos ligados a questão climática urbana podem afetar as populações de um mesmo território de formas diferentes conforme sua condição de vulnerabilidade social, estruturando o conceito de justiça climática. A justiça climática consiste em abordar como as alterações climáticas afetam as pessoas de forma diferente, desigual e desproporcional, e em corrigir as injustiças resultantes de forma justa e equitativa (SULTANA, 2021). Em contexto de mudanças climáticas em cidades significativamente segregadas, estudar o clima urbano partindo da premissa da justiça climática, este com aproximações incipientes em nosso país, colaborará para a melhoria da qualidade de vida e promoção de diálogos entre áreas do saber trazendo avanços para a climatologia geográfica. A área de estudo deste trabalho compreende os municípios de Natal, Extremoz, Parnamirim e Macaíba, extremo leste do Estado do Rio Grande do Norte, com a região compreendendo 1.149.900 habitantes, com a maioria vivendo em ambientes urbanos, e de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio de 0,707 (IBGE, 2022), consolidando-se como uma área de maior densidade demográfica, dentro do RN, compreendendo 34,75% da população estadual.

O clima constitui-se numa das dimensões do ambiente urbano e seu estudo tem oferecido importantes contribuições ao equacionamento da questão ambiental das cidades. O clima urbano é resultado da paisagem natural modificada e da sua substituição por um ambiente construído e de atividade humana sob tal ambiente (MENDONÇA, 2000). Nas cidades, um fenômeno possível é o da Ilha de Calor Urbana (ICU). Segundo Monteiro e Mendonça (2003), a ICU é uma anomalia térmica onde a temperatura da superfície do ar nas cidades se caracteriza por ser superior àquela da vizinhança rural, e Oke (1968), também já discutia a relação entre tamanho da ilha de calor e adensamento urbano e populacional, com os adensamentos residências comerciais sendo os pontos principais para o aumento das ilhas de calor esse fenômeno é tratado como o aumento da temperatura do ar (OKE, 1987).

A relação entre a temperatura e a sensação térmica é íntima, sendo a sensação térmica uma das variáveis a se considerar no conforto térmico, que compreende um processo subjetivo complexo, influenciado por fatores ambientais, fisiológicos e psicológicos (LIAN et al., 2024), logo, se cabe estudar a influência da temperatura urbana no conforto dos habitantes.

Pensando nas implicações que a vulnerabilidade social têm sob o conforto térmico dessa população, pretende-se modelar o Índice de Calor para a região, levando em conta suas características morfológicas e sociais e associando-as ao contexto atual de mudanças climáticas globais. Integrar vários fatores como a vulnerabilidade social e indicativos do

conforto térmico (como o índice de calor) em meio a um contexto de crise climática favorece a interseccionalidade, com tais fatores podendo se beneficiarem mutuamente por meio de raízes compartilhadas, com foco em populações marginalizadas, desafiando epistemologias dominantes e promovendo a interdisciplinaridade e alianças intersetoriais (MIKULEWICZ et al., 2023). Desta forma, propõe-se como objetivos específicos: (I) Determinar e Mapear as Zonas Climáticas Locais (LCZs) da área de estudo, (II) Coletar dados de temperatura e umidade em ambientes que representem LCZ's diferentes nos municípios, (III) Calcular e relacionar o Índice Térmico com as LCZ's.

Metodologia

Este trabalho se baseia nos conceitos de Zonas Climáticas Locais (Local Climate Zones, LZCs), do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e do Índice de Calor (IC), integrando-os no âmbito da justiça climática. As LCZs são classes em um sistema de classificação do uso e ocupação do solo, amplamente utilizado na análise do clima urbano, desenvolvido por Stewart e Oke, 2012., sendo conceituadas como regiões de cobertura superficial, estrutura, material e atividade humana uniformes que se estendem por centenas de metros a vários quilômetros em escala horizontal. A figura 1 mostra tal classificação, traduzida.

Figura 1: Sistema de classificação da paisagem pelas Zonas Climáticas Locais

Fonte: Cardoso, Amorim, 2017

O levantamento das Zonas Climáticas Locais se deu pelo uso do pacote LCZ4r (ANJOS, 2025), com o uso do software RStudio (RSTUDIO TEAM, 2025), que baixa e recorta do banco de dados global feito por Demuzere et al (2022), com uma resolução espacial de 100m por pixel e acurácia média de em torno de 80% na representação da LCZ. Como cada LCZ representa um padrão de uso e ocupação do solo, foi necessário este levantamento para melhor espacializar onde se instalariam os termohigrômetros para a formação de um rede de coleta de dados: A ideia é que com ao menos um sensor em cada Zona Climática Local, se consiga melhor calcular a influência da rugosidade urbana na temperatura e umidade do ar, para numa interpolação, esses dados sejam os mais representativos possíveis. Neste sentido, foram instalados 15 sensores, de modo que a cada zona climática local presente na área de estudo tenha ao menos um ponto de coleta de dados.

Além da classificação por Zona Climática Local, também se fez o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), seguindo os critérios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assim como os trabalhos de Barbosa et. al. (2019) e Júnior et. al. (2024). O IVS foi elaborado a partir de oito variáveis sociais retiradas do Censo Brasileiro de 2010 (IBGE, 2012), por setor censitário: proporção de moradores com mais de 25 anos alfabetizados; proporção de pardos; proporção de pessoas residentes com idade entre 0 a 5 anos; média do número de moradores por domicílios; percentual de domicílios sem serviço de coleta de lixo; percentual de domicílios com serviço de abastecimento de água inadequado; proporção de domicílios sem rendimento nominal mensal domiciliar; rendimento nominal médio mensal do responsável pelo domicílio $\leq$ 1 salário mínimo. Com esses dados, se fez uma análise dos componentes principais e clusters, de onde se extraiu o Índice. Entende-se que a vulnerabilidade (ou não vulnerabilidade) social implica diretamente onde se vive — e a localização importa, pois os fenômenos não acontecem de forma igual no espaço, e no acesso a meios de

mitigação desses fenômenos e no desconforto térmico

A figura 2 mostra a área de estudo, as Zonas Climáticas Locais e a disposição de cada termohigrômetro, enquanto a figura 2 contém o mapa do índice de vulnerabilidade social produzido.

Figura 2: Área de Estudo, Suas LCZs e Pontos de Coleta

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Figura 3: Área de Estudo e Vulnerabilidade Social

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Os termohigrômetros foram dispostos a partir de diferentes LCZs e distintos níveis de vulnerabilidade social. O Sensor que registrou as medições de temperatura e umidade do ar foram os Elitech R-5 (figura 4A), calibrados na estação meteorológica da UFRN e programados para coletaram dados de temperatura e umidade do ar a cada hora, com capacidade de armazenar as informações em uma memória interna, sendo necessário a coleta destas informações periodicamente pelo pesquisador: cada um dos 15 foi visitado para que o banco de dados fosse elaborado. Para fins de integridade do equipamento, a maioria foi disposta em locais públicos, como instituições de ensino.

Os sensores foram instalados em uma estrutura de PVC para protegê-los da radiação solar direta e das intempéries, método já validado por Castelhana e Roseghini, 2011, se mostrando uma alternativa de baixo custo e eficaz. Na figura 4B se vê o ponto de coleta instalado no IFRN em Parnamirim, de LCZ 6 (Aberta de baixa elevação). Todos os sensores foram erguidos em torno de 1,5m do solo, de modo a amenizar a influência da temperatura do terreno na medição da temperatura do ar, ao mesmo tempo que as aberturas no PVC promovem a circulação do ar, seguindo orientações gerais para a coleta de dados climáticos.

Figura 4: (A) Sensor Elitech RC-5, (B) Ponto de Coleta em Parnamirim

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Os dados utilizados neste trabalho foram dos dias 28 de fevereiro a 12 de março de 2025, organizados em um banco de dados que contém: temperatura do ar ($^{\circ}\text{C}$), umidade do ar (%), latitude e longitude dos pontos de coleta. Com tais informações, o cálculo do índice térmico (ou índice do calor) foi feito com o pacote *weathermetrics* (ANDERSON et al., 2013) no RStudio. O índice térmico mede o quão quente realmente se sente quando a umidade relativa é considerada com a temperatura real do ar, sendo uma metodologia eficiente para se relacionar com a sensação térmica, gerando um índice que pode ser interpretado conforme a figura 5 abaixo:

Figura 5: Índice Térmico e seus efeitos

Fonte: Dados do NOAA, Elaboração Própria, 2025.

Para gerar a interpolação do índice de calor, também se usou do pacote *LCZ4r*, sobrepondo os dados do índice numa camada contendo as Zonas Climáticas Locais para os municípios. Preferiu-se este método à krigagem, por exemplo, pois trabalhos como o de Anjos (2025) já demonstraram que a interpolação LCZ mesmo com pouco volume de dados alcança boa acurácia, e ao se usar de critérios de uso e ocupação do solo na interpolação, os resultados se mostram mais representativos da realidade ao considerar as diferentes morfologias da paisagem.

Resultados e Discussões

Foram elaborados mapas para o índice de calor às 9h, 15h e das 20h-00h, pois trabalhos como os de Valin Júnior e Santos (2021) e Amorim, Dubreuil e Amorim(2021) nos mostram que esses horários representam bem a avanço da Ilha de Calor Urbana (ICU), e que à noite, a mesma é mais proeminente, pois sua intensidade é melhor revelada devido à tendência de resfriamento dos ambientes menos construídos em relação ao mais edificadas, que retém mais calor ao mesmo passo que não há mais a sua alimentação por meio da radiação solar. Assim, uma análise ao longo dos pontos mais importantes do dia para a ICU e sua relação direta com o aumento da temperatura e conseguinte piora da sensação térmica é possível.

Após a obtenção e classificação das Zonas Climáticas Locais para a área de estudo, se organizou esses dados também em uma tabela, onde se vê na figura 6 as porcentagem e áreas em quilômetros quadrados para cada tipo de LCZ encontrada nos municípios.

Figura 6: Distribuição das LCZs na área estudada

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Percebe-se a predominância de LCZs que categorizam áreas mais verdes (ou pouco/não construídas), contribuições dadas principalmente por Macaíba e Extremoz, que notoriamente são conhecidas pelo seu potencial de resfriamento do ambiente ao seu entorno (ARAM et al., 2019), enquanto as áreas urbanas são provenientes em sua maioria por Natal e Parnamirim. Esses dois últimos, em especial a capital, tem sua área quase que totalmente edificada, o que potencializa os efeitos do calor e das dinâmicas microclimáticas na sensação térmica, já que urbanização tem um grande impacto nas temperaturas locais (CHAPMAN et al., 2017).

Pós-obtenção das LCZs, gerou-se com base nelas, a interpolação do índice de calor. Os mapas gerados estão presentes nas figuras 7 à 9, mostrando perceptivelmente a progressão no ganho de força da Ilha de Calor Urbana e do Índice de Calor na área de estudo.

Figura 7: Índice de Calor às 9h, 28/02 - 12/03 de 2025

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Figura 8: Índice de Calor às 15h, 28/02 - 12/03 de 2025

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Figura 9: Índice de Calor às 21h, 28/02 - 12/03 de 2025

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Percebe-se pela legenda das figuras 7 - 9 que o índice térmico se manteve entre 27 °C e 49 °C, com uma amplitude térmica de 22 °C no índice térmico das 9h as 21h no período de 28 de fevereiro a 12 de março de 2025, com uma amplitude térmica horária máxima de 18 °C às 15h, sendo o período vespertino o de pior sensação térmica para os habitantes.

Conforme a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), a sensação térmica nos municípios é alta, variando da classificação “cuidado” nas medições mais brandas, e “cuidado extremo” e “perigo” nas mais altas, sendo a maioria dos pontos se enquadrando nessas duas últimas, revelando uma situação de potencial estresse térmico constante para toda a população no recorte estudado, e ao menos um terço da população estadual.

O município de Macaíba é destacado no mapa às 15h, com o IC mais elevado. Isso pode se dar por dois motivos: o distanciamento do litoral e diminuição da intensidade dos ventos, diminuindo o arrefecimento da área, ou o ainda baixo volume de dados levantados, levando a inconsistências a serem corrigidas/diluídas com um ano completo de informações de temperatura e umidade do ar coletadas, que é o intervalo de tempo que este plano de trabalho se propõe.

Algumas outras áreas obtiveram resultados que divergem do esperado, quando se vê áreas predominantemente verdes (ou minimamente construídas) e corpos d'água iluminados em vermelho nos mapas, indicando índices de calor mais elevados durante o dia, quando comparado às áreas mais urbanizadas, como a maioria da Capital. Já no período noturno, onde comumente é utilizado para se analisar as Ilhas de Calor devido à redução da influência das atividades humanas e radiação solar, o mapa produzido nos mostra resultados aparentemente coerentes, pois ao compará-lo com a figura 6 das distribuições das Zonas Climáticas Locais, observa-se uma confluência entre as zonas urbanizadas e as que apresentam maior índice térmico.

Além desses indicativos, a aparição de fenômenos como o bulls eye nas interpolações chama a atenção para que, realmente, mais pontos de coleta são uma forma de otimizar as modelagens produzidas, reduzindo a distância entre cada ponto e aumentando o volume total de dados, aumentando a acurácia das interpolações.

Tomando como o período noturno o mais indicado para a análise da sensação térmica, tanto pelos dados apresentados como pela sua melhor eficácia em se analisar as ICUs, se vê que, seja na capital e centros urbanos dos municípios, ou em suas áreas rurais, a sensação térmica em nenhum momento é menor que 27,92 °C, se enquadrando como merecedora de “cuidado” pela NOAA, podendo ocasionar fadiga após longa exposição.

Como este foi o valor mínimo encontrado, se há ou não longa exposição não é questão, pois se terá, desafiando a capacidade do corpo de regular a temperatura interna, levando ao aumento da temperatura da pele e do corpo, elevação da frequência cardíaca, desidratação e potencial estresse térmico. Fatores como idade, estado de saúde e condições preexistentes, aumentam a vulnerabilidade a doenças relacionadas ao calor, como a exaustão citada, com a exposição prolongada ou intensa também podendo prejudicar a saúde cardiovascular e metabólica, especialmente em populações de risco (CRAMER et al., 2022; HE et al., 2024; LIU et al., 2024).

Tratando da vulnerabilidade social que os indivíduos estão (ou não) inseridos, levanta-se a questão dos acessos: ao se comparar os índices térmicos com o mapa de vulnerabilidade da figura 3, é possível observar que a presença de áreas categorizadas como mais vulneráveis estão localizadas também em locais de maior índice térmico. A vulnerabilidade social perpassa critérios de renda, e poder aquisitivo está relacionado

com a habilidade se mitigar os efeitos negativos de altas temperaturas, desde o uso de ventiladores ou ar-condicionado, até o local da residência e como a mesma foi construída ou se sequer foi planejada para o melhor conforto de seus habitantes.

Não só os piores índices térmicos foram registrados nas áreas mais populosas, essas mesmas áreas também apresentam, em parte, os maiores índices de vulnerabilidade social, estabelecendo-se uma relação de interseccionalidade entre o conforto térmico, padrões de uso e ocupação do solo urbano e a vulnerabilidade social.

Conclusão

Os resultados são promissores, cumprindo-se os objetivos propostos mesmo com uma quantidade menor de informações coletadas, principalmente pela pouca disponibilidade de sensores devido aos custos altos em relação ao financiamento disponível, e da complexidade inata de se montar uma rede e a mantê-la, sendo dificultada a coleta de dados num intervalo menor de tempo, já que é exigido a ida presencial em todos os pontos onde os sensores foram instalados. Apesar disso, esta é a iniciativa pioneira na região metropolitana de Natal, e espera-se ampliá-la conforme seja possível, inclusive aumentando os tipos de dados coletados, como com a adição de sensores de material particulado.

Como a pesquisa encontra-se em andamento, espera-se que com um ano completo de dados, os resultados sejam mais concisos, ao passo que a metodologia possa ser refinada para a implementação de mais fatores que contribuam para uma interseccionalidade maior entre os índices de calor, a ocupação do território e a vulnerabilidade dos que o ocupam. Estudos futuros podem se debruçar na percepção dos indivíduos como complemento a metodologia aqui utilizada.

Referências

AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade; DUBREUIL, Vincent; AMORIM, Amanda Trindade. Day and night surface and atmospheric heat islands in a continental and temperate tropical environment. *Urban Climate*, [S. l.], v. 38, p. 100918, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212095521001486>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ANDERSON, G. Brooke; BELL, Michelle L.; PENG, Roger D. Methods to calculate the heat index as an exposure metric in environmental health research. *Environmental Health Perspectives*, v. 121, n. 10, p. 1111–1119, 2013. DOI: 10.1289/ehp.1206273.

- ANJOS, M.; MEDEIROS, D.; CASTELHANO, F. et al. LCZ4r package R for local climate zones and urban heat islands. *Scientific Reports*, v. 15, p. 7710, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-025-92000-0>. Acesso em: 1 ago. 2025.
- ARAM, F.; GARCÍA, E.; SOLGI, E.; MANSOURNIA, S. Urban green space cooling effect in cities. *Heliyon*, v. 5, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2019.e01339>.
- BARBOSA, Isabelle Ribeiro; GONÇALVES, Ruana Clara Bezerra; SANTANA, Reginaldo Lopes. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. *Journal of Human Growth and Development*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 48-56, 2019. DOI: 10.7322/jhgd.157749. Acesso em: 5 out. 2023.
- CARDOSO, R.; AMORIM, M. Estimativa da distribuição espacial da temperatura do ar com base em zonas climáticas locais (LCZ) e modelos de regressão. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Lisboa, n. 12, p. 75-99, 2017.
- CASTELHANO, F. J.; ROSEGHINI, W. F. F. A utilização de policloreto de vinila (PVC) na construção de mini-abrigos meteorológicos para aplicação em campo. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 9, 2011.
- CHAPMAN, S.; WATSON, J.; SALAZAR, Á.; THATCHER, M.; McALPINE, C. The impact of urbanization and climate change on urban temperatures: a systematic review. *Landscape Ecology*, v. 32, p. 1921-1935, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10980-017-0561-4>.
- CRAMER, M.; GAGNON, D.; LAITANO, O.; CRANDALL, C. Human temperature regulation under heat stress in health, disease, and injury. *Physiological Reviews*, [S. l.], 2022. DOI: 10.1152/physrev.00047.2021. Disponível em: <https://journals.physiology.org/doi/full/10.1152/physrev.00047.2021>. Acesso em: 1 ago. 2025.
- DEMUZERE, M.; KITTNER, J.; MARTILLI, A.; MILLS, G.; MOEDE, C.; STEWART, I. D.; VAN VLIET, J.; BECHTEL, B. A global map of local climate zones to support earth system modelling and urban-scale environmental science. *Earth System Science Data*, v. 14, n. 8, p. 3835–3873, 2022. DOI: 10.5194/essd-14-3835-2022.
- HE, M.; LIU, H.; FANG, Z.; HE, B.; LI, B. High-temperature and thermal radiation affecting human thermal comfort and physiological responses: An experimental study. *Journal of Building Engineering*, [S. l.], 2024. DOI: 10.1016/j.jobbe.2024.108815. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352710224002230>. Acesso em: 1 ago. 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). O Clima de Natal. São José dos Campos: INPE, 2004. (Relatório técnico, INPE-11475-RPQ/776).

JÚNIOR, Nelson Luiz Couto Do Vale et al. Análise do conforto térmico interno de duas habitações no município de natal-rn em função da vulnerabilidade social. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 20., 2024, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2024.

LIAN, Z. Revisiting thermal comfort and thermal sensation. *Building Simulation*, v. 17, p. 185-188, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12273-024-1107-8>.

LIU, G.; CHEN, H.; YUAN, Y.; SONG, C. Indoor thermal environment and human health: A systematic review. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, [S. l.], v. 189, 2024. DOI: 10.1016/j.rser.2023.114164. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364032123008363>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MIKULEWICZ, M.; CARETTA, M.; SULTANA, F.; CRAWFORD, N. Intersectionality & climate justice: a call for synergy in climate change scholarship. *Environmental Politics*, v. 32, p. 1275-1286, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/09644016.2023.2172869>.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (Orgs.). *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003.

NATIONAL WEATHER SERVICE (U.S. Department of Commerce, NOAA). *Heat Index Statistics*. Weather.gov. Disponível em: <https://www.weather.gov/tbw/heat>. Acesso em: 29 ago. 2025.

OKE, T. R. *Boundary layer climates*. 2. ed. London: Routledge, 1987.

OKE, T. R.; MILLS, G.; CHRISTEN, A.; VOOGT, J. A. *Urban climates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. DOI: 10.1017/9781139016476.

RSTUDIO TEAM. *RStudio: integrated development environment for R*. Boston, MA: RStudio, PBC, 2023. Disponível em: <https://posit.co/products/open-source/rstudio/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

STEWART, I. D.; OKE, T. R. Local Climate Zones for Urban Temperature Studies. *Bulletin of the American Meteorological Society*, v. 93, n. 12, p. 1879–1900, 2012. DOI: 10.1175/BAMS-D-11-00019.1.

SULTANA, Farhana. Critical climate justice. *The Geographical Journal*, [S. l.], v. 188, n. 1, p. 118-124, 2021. DOI: 10.1111/geoj.12417.

VALIN JÚNIOR, M. de O.; SANTOS, F. M. de M. Levantamento bibliográfico da utilização de transectos em pesquisas de clima urbano no Brasil e recomendações de padronização nos procedimentos. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 26, 2021. DOI: 10.5380/abclima.v26i0.67231.

YANG, Y.; LVU, J.; LIAN, Z.; XIE, Y.; JIANG, Y.; LIN, J.; NIU, J. Subjective information in thermal comfort evaluation methods: a critical review. Energy and Buildings, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2024.115019>.

Anexos

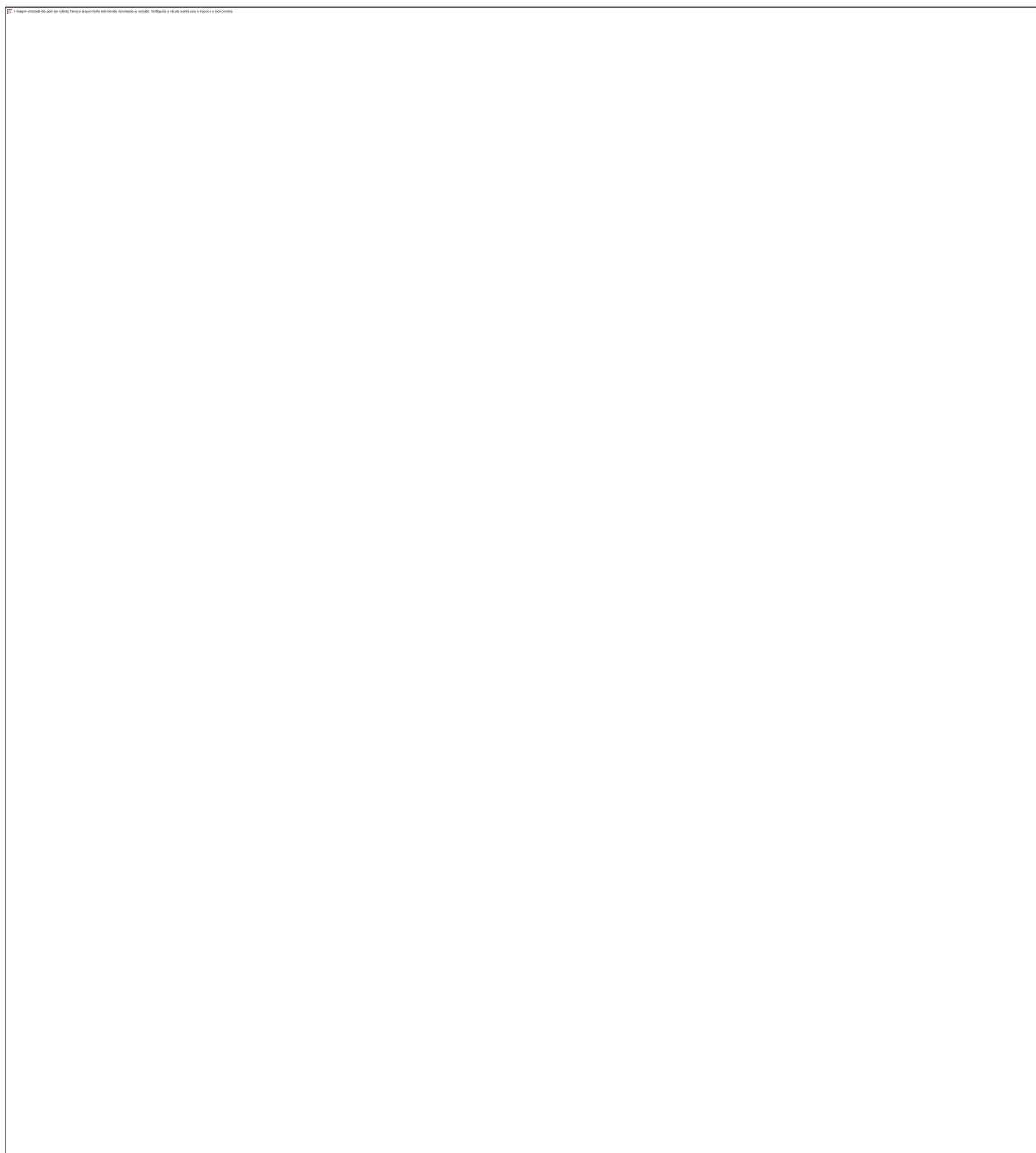


Figura 1: Sistema de classificação da paisagem pelas Zonas Climáticas Locais

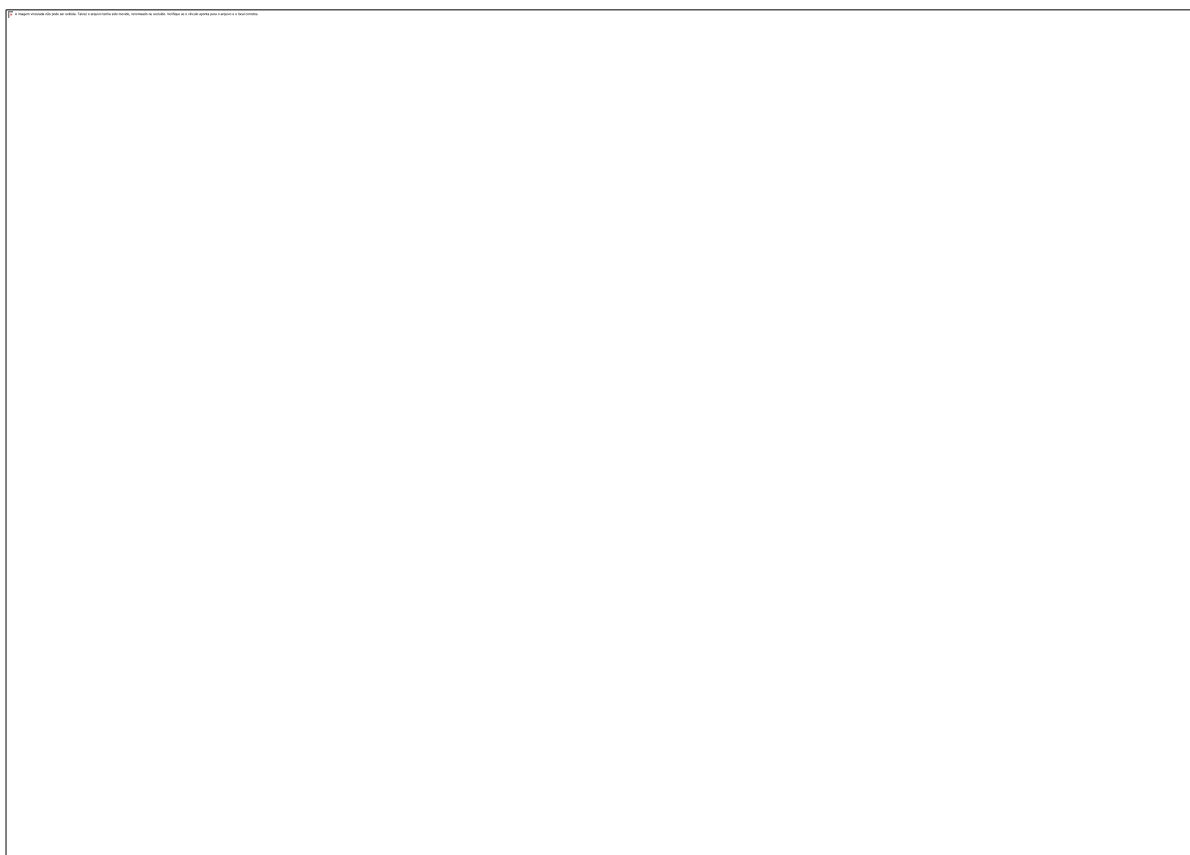


Figura 2: Área de Estudo, Suas LCZs e Pontos de Coleta

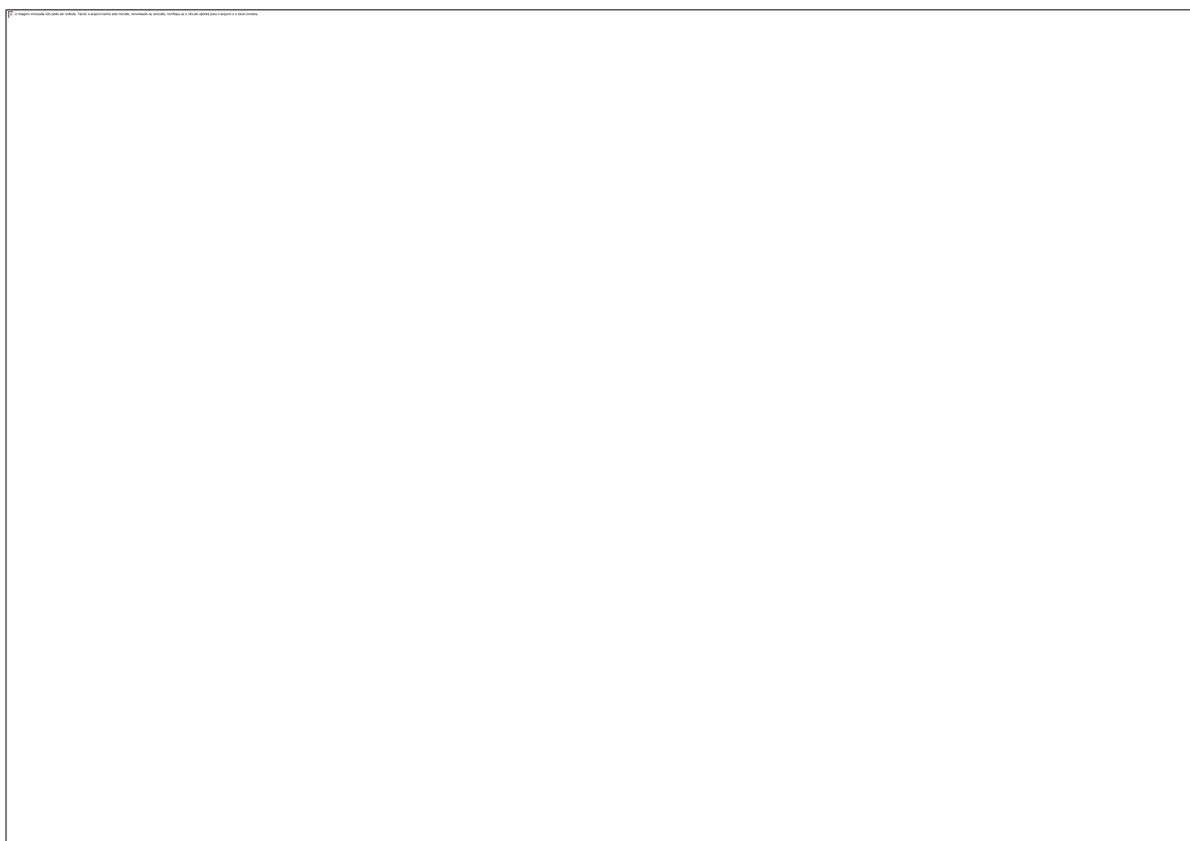


Figura 3: Área de Estudo e Vulnerabilidade Social

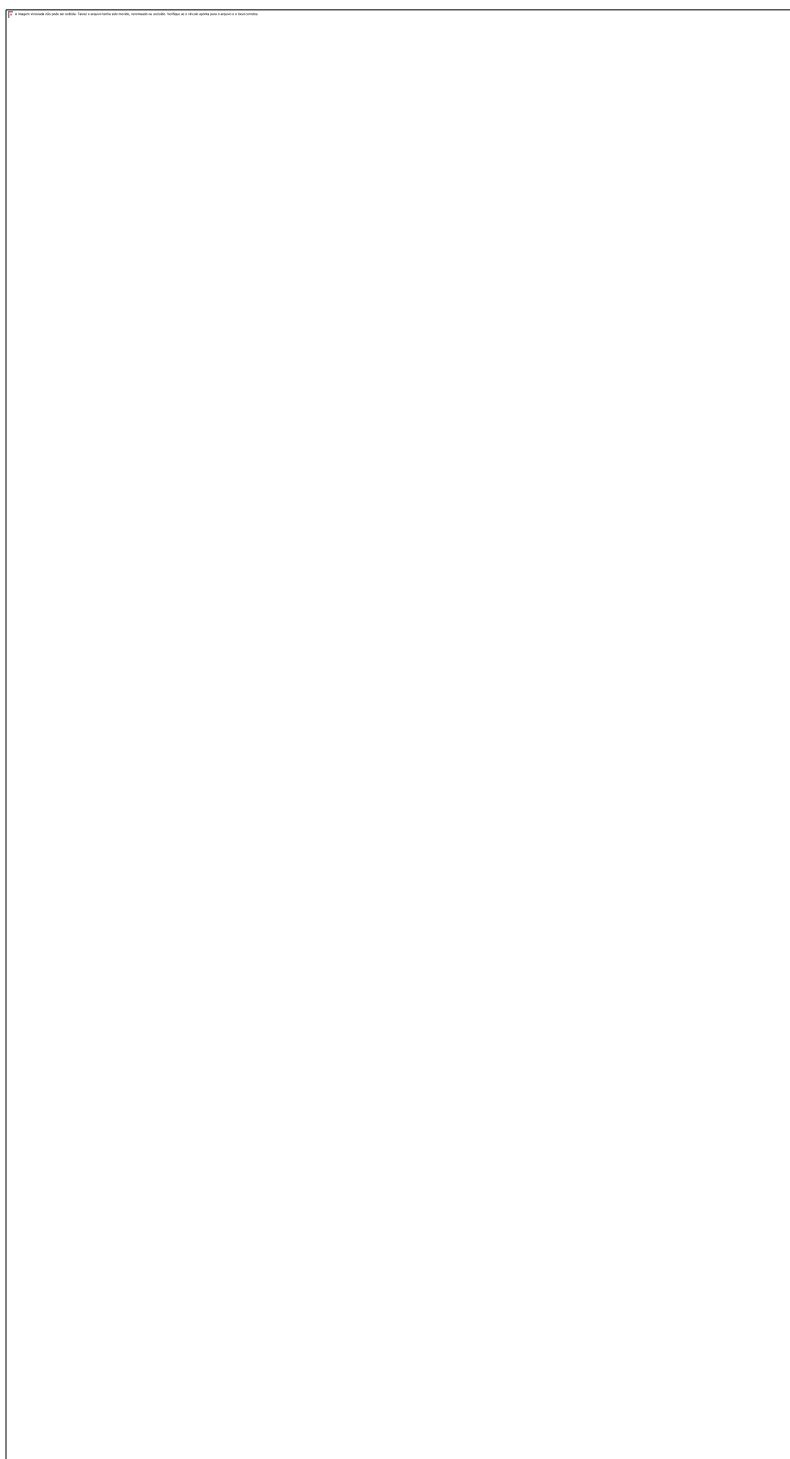


Figura 4: (A) Sensor Elitech RC-5, (B)Ponto de Coleta em Parnamirim

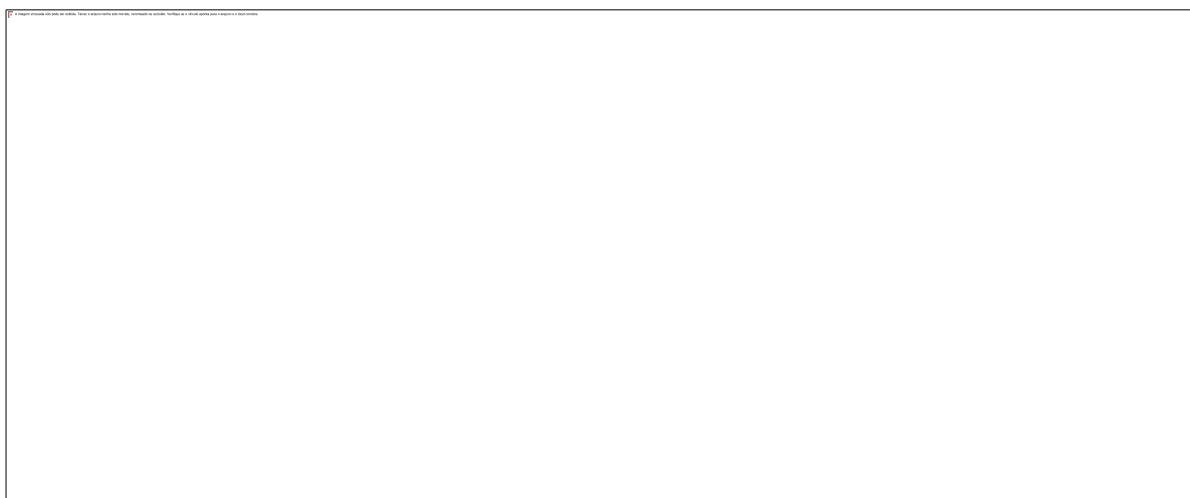


Figura 5: Índice Térmico e seus efeitos

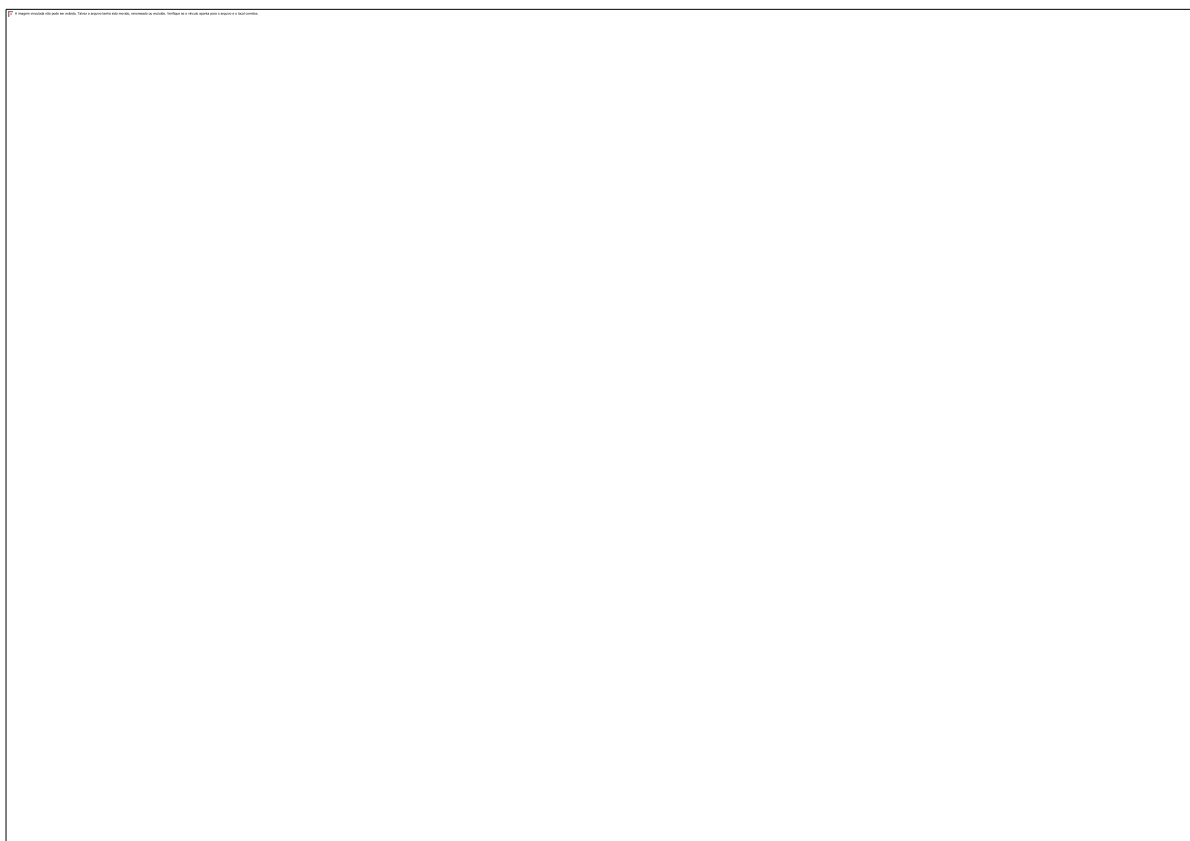


Figura 6: Distribuição das LCZs na área estudada

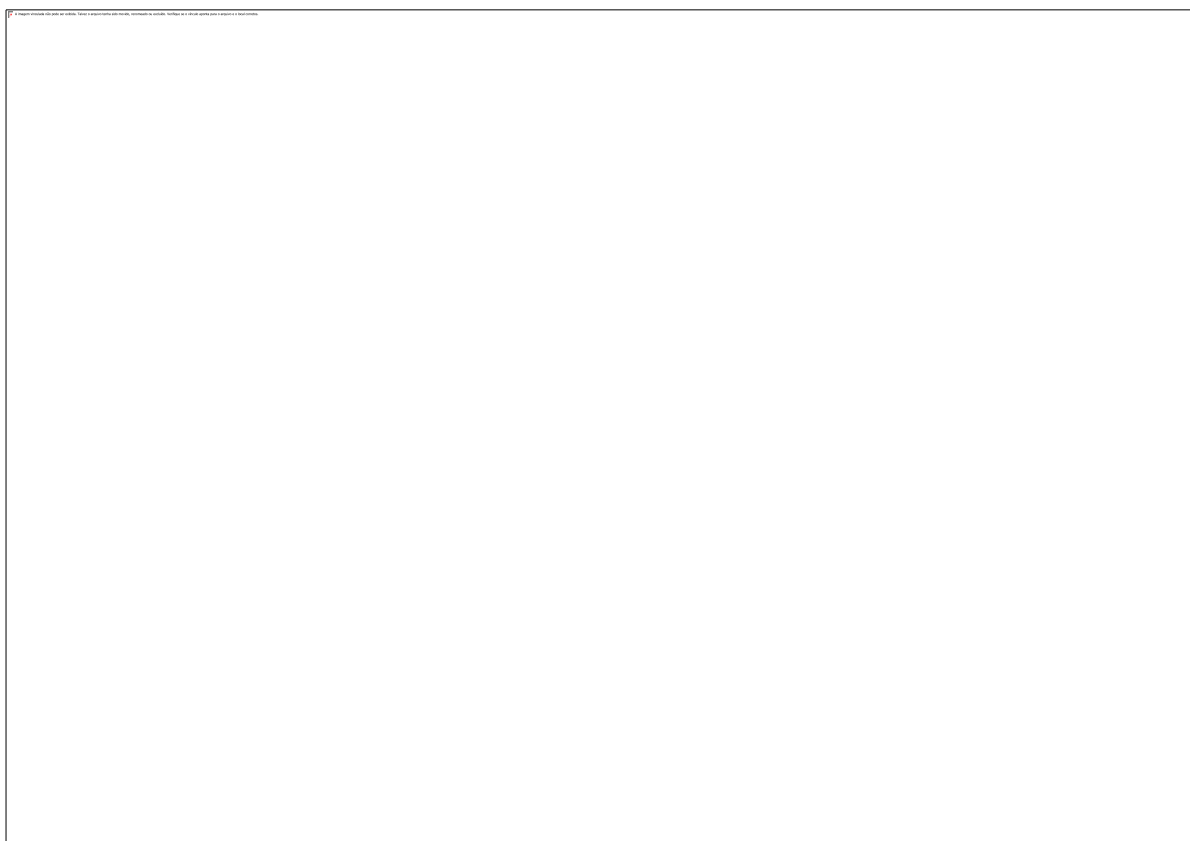


Figura 7: Índice de Calor às 9h, 28/02 - 12/03 de 2025

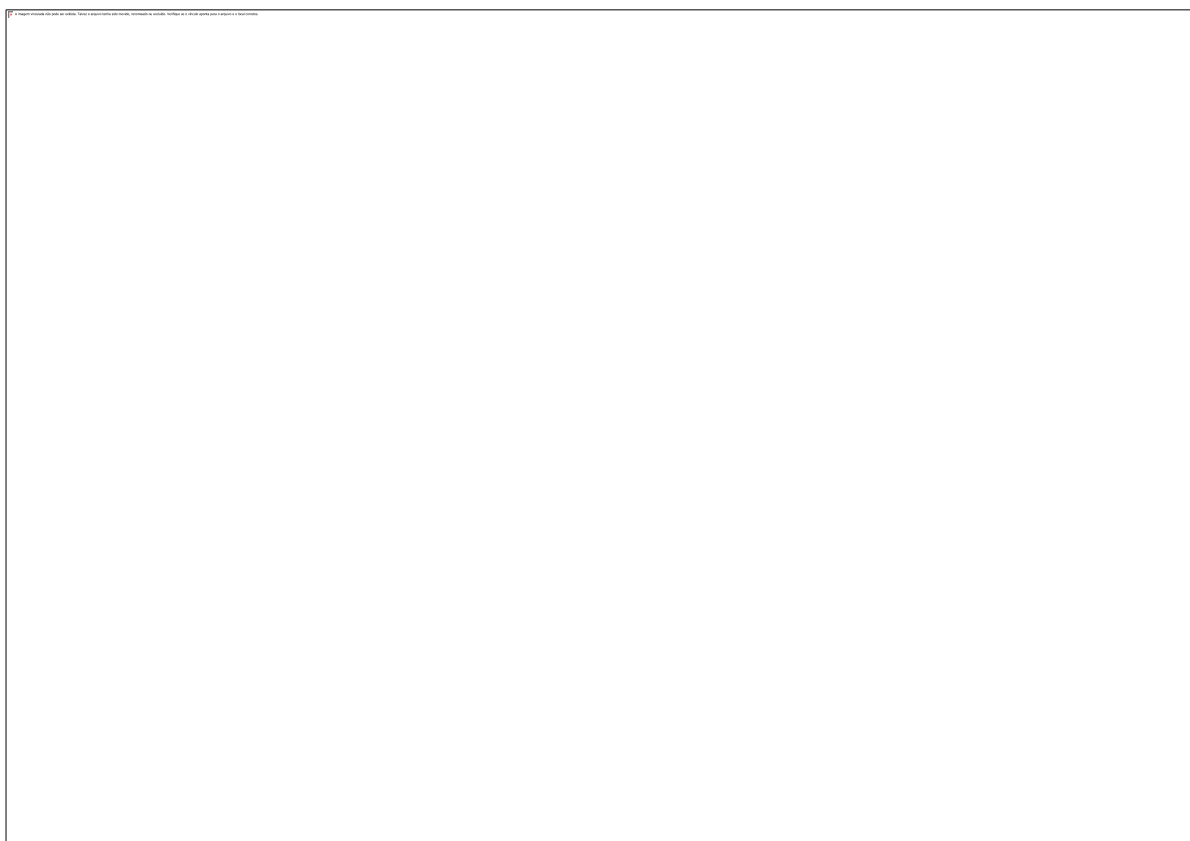


Figura 8: Índice de Calor às 15h, 28/02 - 12/03 de 2025

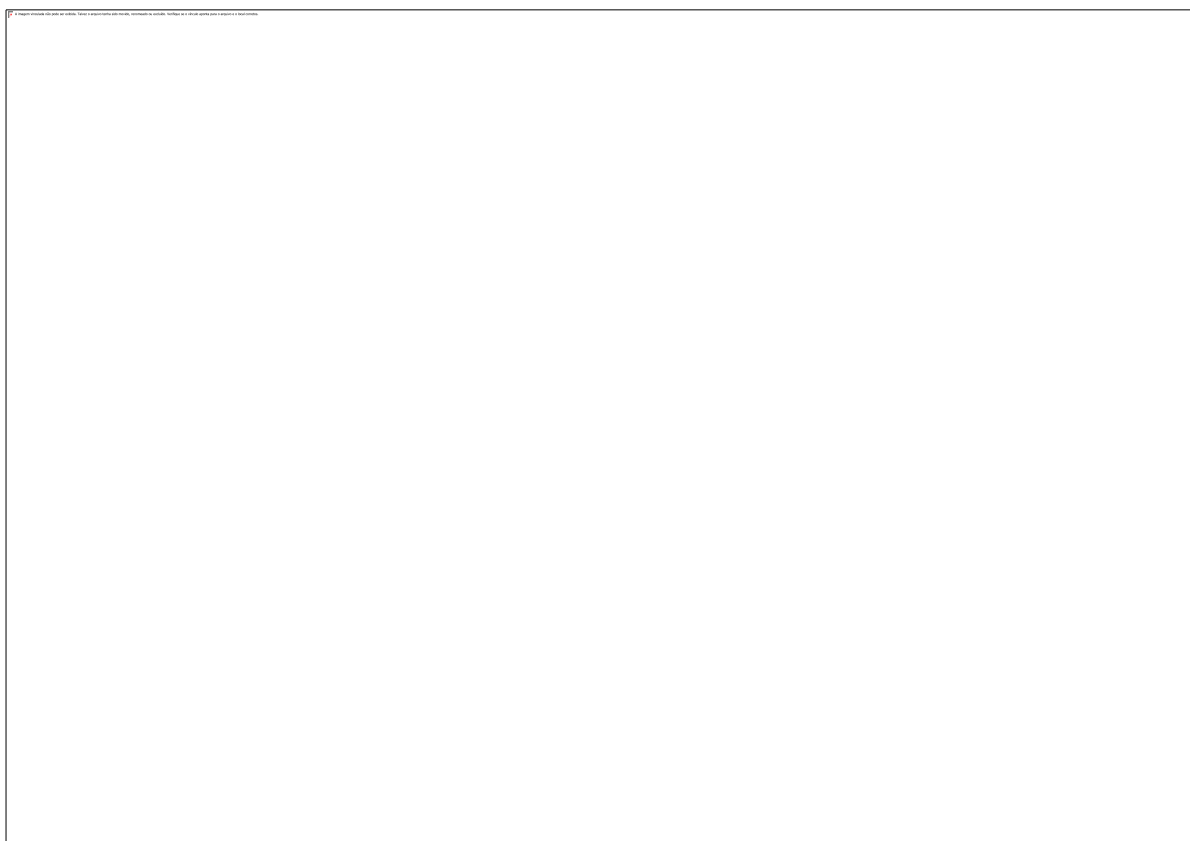


Figura 9: Índice de Calor às 21h, 28/02 - 12/03 de 2025

CÓDIGO: ET1805

AUTOR: JOSÉ FELIPE DA COSTA NETO

ORIENTADOR: MAX WENDELL BATISTA DOS ANJOS

TÍTULO: Integrando as Local Climate Zones ao SIG: O pacote LCZ4r no QGIS

Resumo

O software LCZ4r v0.1.0 foi desenvolvido na linguagem R com o propósito de simplificar a classificação das Local Climate Zones (LCZ) e a análise da Ilha de Calor Urbana (ICU). A proposta deste trabalho consiste em integrar suas funções ao Sistema de Informação Geográfica (SIG), especificamente ao QGIS, ampliando as possibilidades de uso da ferramenta. Essa integração permite gerar mapas de LCZ para qualquer região do mundo, calcular a extensão das classes, obter parâmetros como albedo, calor antropogênico, fator de visão do céu e rugosidade do terreno, além de realizar séries temporais, interpolar temperatura do ar via Krigagem e avaliar a intensidade da ICU. Tais recursos fortalecem pesquisas sobre mudanças no uso e cobertura da terra, bem como aplicações no planejamento urbano sustentável. Contudo, um dos principais entraves à adoção dessas ferramentas está na barreira linguística, já que a maioria dos softwares científicos é disponibilizada apenas em inglês, limitando seu uso em diferentes contextos geográficos e educacionais. Para superar esse desafio, este projeto desenvolveu uma versão multilíngue da integração LCZ4r-QGIS, oferecendo uma interface amigável e documentação traduzida em mais de cinco idiomas (espanhol, francês, português, chinês e alemão), com o apoio de Inteligência Artificial Generativa (LLM) combinada à revisão humana. A integração multilíngue potencializa o acesso ao LCZ4r, promovendo sua utilização em pesquisas climáticas e na educação científica.

Palavras-chave: Ilha de Calor Urbana. Multilinguismo. Clima Urbano.

TITLE: Integrating Local Climate Zones into GIS: The LCZ4r Package in QGIS

Abstract

The LCZ4r v0.1.0 software was developed in the R programming language with the purpose of simplifying the classification of Local Climate Zones (LCZ) and the analysis of the Urban Heat Island (UHI). This work proposes the integration of its functions into Geographic Information Systems (GIS), specifically QGIS, expanding the tool's range of applications. This integration enables the generation of LCZ maps for any region worldwide, the calculation of class extents, and the retrieval of parameters such as albedo,

anthropogenic heat, sky view factor, and terrain roughness, in addition to performing time series analysis, air temperature interpolation via Kriging, and UHI intensity assessment. These capabilities strengthen research on land use and land cover changes as well as applications in sustainable urban planning. However, one of the main barriers to adopting these tools is the language limitation, since most scientific software is available only in English, restricting its use across different geographic and educational contexts. To overcome this challenge, this project developed a multilingual version of the LCZ4r-QGIS integration, offering a user-friendly interface and documentation translated into more than five languages (Spanish, French, Portuguese, Chinese, and German), supported by Generative Artificial Intelligence (LLM) combined with human review. The multilingual integration enhances access to LCZ4r, promoting its use in climate research and scientific education.

Keywords: Urban Heat Island. Multilingualism. Urban Climate

Introdução

A urbanização acelerada tem intensificado a necessidade de ferramentas robustas para o estudo dos climas urbanos, sobretudo em países em desenvolvimento, onde os impactos das mudanças climáticas de origem térmica se manifestam de forma mais crítica no cotidiano da população. Nesse contexto, o sistema das Local Climate Zones (LCZ), proposto por Stewart e Oke (2012), constitui um quadro teórico e prático para classificar as paisagens urbanas a partir de suas propriedades físicas e termodinâmicas. O esquema LCZ compreende 17 tipos de zonas e possibilita a caracterização comparável de ambientes urbanos e rurais, fornecendo uma base consistente para pesquisas sobre ilhas de calor urbanas (ICU), eficiência energética e planejamento urbano resiliente (Demuzere et al., 2022; Huang et al., 2023; Lehnert et al., 2021).

Desde sua proposição, diferentes metodologias e ferramentas foram desenvolvidas para operacionalizar o sistema LCZ, entre as quais se destacam a iniciativa World Urban Database and Access Portal Tools (WUDAPT) e o aplicativo web LCZ Generator. Essas ferramentas, embora tenham ampliado a adoção do esquema LCZ, demandam conhecimentos técnicos em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e em morfologia urbana para a coleta e análise de dados (Bechtel et al., 2015; Ching et al., 2018; Demuzere et al., 2021). Tal exigência, somada à predominância da língua inglesa em interfaces e documentações, ainda representa uma barreira significativa para pesquisadores e gestores públicos de regiões não anglófonas, como América Latina, Ásia e África, limitando a difusão global da abordagem (Pérez et al., 2018; IPCC, 2022).

Nesse cenário, o pacote LCZ4r (Anjos et al., 2025) surge como uma solução de código aberto desenvolvida na linguagem R, projetada para simplificar a classificação automatizada das LCZs e a análise da ICU. Suas funcionalidades

estão organizadas em funções gerais e locais: as primeiras permitem extrair mapas globais de LCZ, calcular áreas de classes e recuperar parâmetros físicos como albedo, frações impermeáveis, calor antropogênico, fator de visão do céu e rugosidade do terreno; as segundas possibilitam análises avançadas, como séries temporais, interpolação espacial por krigagem e cálculo de anomalias térmicas entre classes (Demuzere et al., 2020; Demuzere, Bechtel et al., 2022). Apesar de inovador, o LCZ4r exige familiaridade com ambientes de programação e permanece limitado pela falta de integração direta com plataformas SIG amplamente difundidas, como o QGIS.

Para superar tais entraves técnicos e linguísticos, este estudo apresenta a integração multilíngue do LCZ4r ao QGIS (LCZ4r-QGIS), com o intuito de democratizar o acesso ao conhecimento científico sobre climas urbanos. O QGIS, adotado por milhões de usuários em diferentes partes do mundo, oferece um ambiente intuitivo para visualização e análise espacial. A integração proposta viabiliza a aplicação das funções do LCZ4r diretamente no QGIS, eliminando a necessidade de programação, ao mesmo tempo em que amplia a acessibilidade por meio da tradução da interface e documentação para mais de cinco idiomas (incluindo espanhol, português, francês, chinês e alemão). Para tanto, recorreu-se ao uso de Inteligência Artificial Generativa com Large Language Models (LLMs) combinados à revisão humana, garantindo maior qualidade linguística.

Aplicado em estudos de caso no Brasil, especialmente no Nordeste, o LCZ4r-QGIS mostra potencial para relacionar uso do solo e variações climáticas urbanas. A ferramenta amplia o alcance do sistema LCZ, fortalece a atuação de pesquisadores e gestores, e promove acesso equitativo a tecnologias científicas, em consonância com os ODS 4, 11 e 13 e as metas globais de sustentabilidade urbana (ONU, 2015).

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo foi estruturada em duas grandes etapas: (i) integração das funções do pacote LCZ4r ao ambiente QGIS e (ii) tradução multilíngue da interface e documentação do plugin LCZ4r-QGIS, visando simultaneamente ampliar a funcionalidade e a acessibilidade da ferramenta para comunidades científicas e de gestão urbana ao redor do mundo.

Integração do LCZ4r no ambiente QGIS

O pacote LCZ4r v0.1.0 consiste em um conjunto de funções que simplifica a aquisição e análise do sistema Local Climate Zones (LCZ), além de facilitar a modelagem de dados de temperatura do ar. Sua integração ao QGIS foi viabilizada por meio do plugin Processing R Provider v4.0.1, que permite a execução de scripts da linguagem R diretamente dentro da plataforma SIG, sem necessidade de modificações extensivas no código-fonte original. Essa abordagem possibilitou a implementação das funções gerais e locais do LCZ4r em ambiente gráfico e acessível.

Figura 1: Estrutura do pacote LCZ4r

Fonte: Anjos et al., 2025

O desenvolvimento da interface LCZ4r-QGIS priorizou uma organização intuitiva, estruturada em menus categorizados que contemplam scripts para:

lcz_get_map, lcz_get_map_euro, lcz_get_map_usa – obtenção de mapas LCZ para cidades ou regiões específicas.

lcz_plot_map – representação gráfica de mapas LCZ.

lcz_cal_area – cálculo de áreas das classes LCZ em porcentagem e km².

lcz_get_parameters – cálculo de parâmetros do dossel urbano (fração impermeável, albedo, calor antropogênico, rugosidade e fator de visão do céu).

lcz_plot_parameters – mapeamento visual dos parâmetros urbanos.

lcz_ts – geração de séries temporais de temperatura do ar.

lcz_anomaly e lcz_anomaly_map – representação gráfica e interpolação espacial de anomalias térmicas.

lcz_interp_map e lcz_plot_interp – interpolação espacial de temperatura do ar e visualização de anomalias.

lcz_uhi_intensity – avaliação da intensidade da Ilha de Calor Urbana (ICU).

Essas funções foram implementadas utilizando pacotes complementares do ecossistema R, como dplyr (manipulação de dados), recipes (imputação de dados ausentes), openair (processamento de dados ambientais) e ggplot2 (visualização gráfica). Para análises espaciais, destacam-se osmdata (importação de dados do OpenStreetMap), sf (manipulação de geometrias vetoriais), terra (processamento raster), além de gstat e automap (geoestatística e interpolação espaço-temporal).

A interface final possibilita que usuários, mesmo sem experiência prévia em programação, acessem e apliquem análises avançadas de LCZ e ICU. Os resultados são apresentados diretamente no QGIS, sobrepostos às camadas geográficas existentes, o que facilita a interpretação espacial e a integração com outros dados ambientais e urbanos. Destaca-se a capacidade de executar, em poucos cliques, operações como a geração de mapas LCZ, o cálculo de parâmetros urbanos críticos e a interpolação térmica.

Tradução multilíngue do plugin LCZ4r-QGIS

Reconhecendo que a barreira linguística constitui um dos principais entraves à adoção de ferramentas científicas em diferentes contextos geográficos, esta etapa visou a tradução multilíngue da interface e da documentação do LCZ4r-QGIS. Foram selecionados idiomas de ampla relevância científica e demográfica – Português, Espanhol, Francês, Chinês, Japonês, Alemão, Hindi, Árabe, Bengali, Russo, Italiano e Coreano – a partir de uma análise bibliométrica conduzida na base de dados Scopus. Essa análise utilizou o termo “Local Climate Zones” no período de 2012 a 2024, evidenciando concentração de estudos em regiões onde esses idiomas são predominantes.

O processo tradutório foi desenvolvido em três fases complementares:

1-Tradução humana: realizada por especialistas em climatologia, SIG e sistemas LCZ, garantindo precisão terminológica em conceitos técnicos complexos.

2-Tradução assistida por IA com revisão humana: modelos de linguagem avançados (LLMs, como o DeepSeek, 2024) produziram traduções preliminares de conteúdos menos críticos (p. ex., textos de ajuda ao usuário), posteriormente revisadas por especialistas para assegurar rigor científico.

3-Tradução totalmente automatizada por IA: aplicada apenas a componentes de baixa criticidade, quando a revisão humana não se mostrou necessária.

O resultado foi uma interface multilíngue capaz de atender públicos diversos, reduzindo barreiras técnicas e linguísticas e ampliando o alcance do LCZ4r-QGIS em escala global. As Figuras 2 e 3 exemplificam a tradução das funções para diferentes idiomas, demonstrando a aplicabilidade do método e a consistência terminológica alcançada

Figura 2: Exemplo de tradução de funções do LCZ4r-QGIS em (A) Português.

Fonte: Autores, 2025

Figura 3 - Exemplo de tradução de funções do LCZ4r-QGIS em (B) Espanhol, (C) Chinês, (D) Francês e (E) Alemão

Fonte: Autores, 2025

Resultados e Discussões

Aplicação das funções gerais em capitais do Nordeste do Brasil

A versão em português do LCZ4r-QGIS foi utilizada como exemplo, para a geração de mapas de Local Climate Zones em nove capitais do Nordeste brasileiro: Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina. Por meio da função “Baixar mapa LCZ (Global)”, foi possível realizar a classificação padronizada das áreas urbanas, evidenciando a distribuição espacial das diferentes tipologias de cobertura do solo (Figura 4). Os resultados ressaltam os contrastes entre zonas construídas, como a LCZ 2 (bairros compactos de médio porte), e zonas naturais, como a LCZ A (árvores densas), oferecendo uma base comparativa consistente para análises em escala regional.

Figura 4: Mapas LCZ obtidos com as funções “Baixar mapa LCZ (Global)” do plugin LCZ4r-QGIS.

Fonte: Autores, 2025

A função “Calcular áreas LCZ” possibilitou quantificar a proporção de cada classe em quilômetros quadrados (Figura 5). Em Recife, por exemplo, as LCZs urbanas compactas (LCZ 1-3) correspondem a aproximadamente 35% da área analisada, enquanto as LCZs abertas (LCZ 5-6) representam cerca de 25%, refletindo padrões distintos de urbanização entre as capitais nordestinas.

Figura 5 – Percentual de área por classe LCZ, em quilômetros quadrados, obtido com a função “Calcular Áreas LCZ” do plugin LCZ4r-QGIS.

Fonte: Autores, 2025

Geração de parâmetros físicos para modelagem climática

No município de Crato (CE), utilizada como exemplo a partir da função “Gerar Parâmetros LCZ” foi aplicada para analisar variáveis físicas relevantes (Figura 6). O mapa de fração impermeável (Figura 6E) destacou áreas com maior potencial de enchentes urbanas, enquanto o fator de visão do céu (Figura 6A) apresentou forte correlação com os padrões de ilhas de calor. Já o albedo superficial (Figura 6J) variou de forma expressiva entre zonas industriais (0,15–0,20) e áreas verdes (0,25–0,30), evidenciando diferentes capacidades de reflexão da radiação solar.

Figura 6 – Mapas dos parâmetros físicos associados às LCZ em Crato (CE), gerados a partir das funções “Gerar Parâmetros LCZ” e “Visualizar Mapa de Parâmetros LCZ” do plugin LCZ4r-QGIS.

Fonte: Autores, 2025

Modelagem da ICU em Aracaju

A aplicação das funções locais, dependentes de dados de temperatura do ar medidos in loco, evidenciou padrões térmicos urbanos em Aracaju. A interpolação baseada em LCZs (Figura 7A) apresentou maior detalhamento em comparação ao método convencional (Figura 7D), captando variações de até 2 °C entre áreas centrais (28 °C) e regiões próximas a corpos d’água (26 °C). As séries temporais (Figura 7B) mostraram variações sazonais em consonância com estudos anteriores, enquanto o mapa de anomalias térmicas (Figura 7C) permitiu identificar microclimas urbanos específicos. A análise das ilhas de calor (Figuras 7E-F) revelou intensidades noturnas até 3 °C superiores às diurnas em zonas densamente construídas.

Figura 7 – Aplicações das funções locais do plugin LCZ4r-QGIS para Aracaju.

A) Interpolação com LCZ para uma hora específica. B) Série temporal de temperatura do ar por mês. C) anomalias térmicas para um dia específico. D) Interpolação sem LCZ para uma hora específica. E) Ilhas de Calor por mês. F) Ilhas de calor durante o dia e a noite.

Fonte: Autores, 2025

A integração multilíngue do LCZ4r-QGIS através do Processing R Provider, representa um avanço significativo na democratização do conhecimento sobre clima urbano, ao tornar o sistema LCZ mais acessível sob o ponto de vista do conhecimento de programação e da barreira linguística estabelecida. Esta iniciativa amplia o acesso global a ferramentas avançadas de análise climática urbana, superando barreiras linguísticas que historicamente restringiam a aplicação do sistema em contextos não anglófonos.

A implementação dos recursos multilíngues no QGIS, uma plataforma amplamente utilizada, foi viabilizada por meio do suporte nativo do software para diversos idiomas. Arquivos de tradução (.rsx) foram desenvolvidos para cada idioma e integrados ao plugin LCZ4r-QGIS, permitindo que os usuários selecionem o idioma desejado no ambiente SIG, otimizando a experiência de uso em diferentes contextos culturais e linguísticos. O processo tradutório seguiu uma abordagem em três níveis: (i) tradução humana, realizada por especialistas em climatologia, SIG e LCZ; (ii) tradução assistida por IA e revisada por humanos, utilizando modelos de linguagem avançados para conteúdos menos críticos, com posterior supervisão especializada; e (iii) tradução totalmente automatizada por IA, aplicada em componentes de baixa criticidade. Essa estratégia visa fornecer traduções compreensíveis e contextualizadas, garantindo precisão técnica e permitindo atualizações contínuas conforme o avanço das tecnologias de IA e o feedback da comunidade global de usuários.

A validação ocorreu em duas etapas: revisão técnica por especialistas e testes com usuários nativos, assegurando adequação cultural, terminológica e funcional das traduções. A abordagem híbrida (IA + revisão humana) demonstrou equilíbrio entre eficiência e rigor científico. Resultados preliminares indicam que essa integração não apenas amplia o alcance do sistema LCZ, como também estabelece um paradigma replicável para a localização de ferramentas científicas complexas.

No XVI Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, realizado de 16 a 22 de agosto de 2025, a equipe do LCZ4r apresentou um artigo detalhando o processo de tradução e integração do pacote LCZ4r ao QGIS, complementado por um minicurso prático que permitiu aos participantes testar diretamente as funções gerais e locais do plugin. Esse evento desempenhou um papel crucial, pois serviu tanto como laboratório de validação quanto como oportunidade de interação com usuários reais, possibilitando verificar a correta execução das funções no ambiente QGIS e obter feedback imediato sobre usabilidade e desempenho.

O desenvolvimento do LCZ4r-QGIS representa um avanço relevante na democratização do acesso a ferramentas gratuitas de análise climática urbana, sobretudo pelo recente pacote LCZ4r. Ao integrar as funcionalidades deste pacote a uma plataforma SIG amplamente utilizada e gratuita, e ao disponibilizar traduções em múltiplos idiomas por meio do suporte multilíngue do QGIS, a iniciativa mostra-se eficaz na superação das barreiras linguísticas e técnicas que historicamente limitaram a adoção de tecnologias similares em contextos não anglófonos.

A aplicação em casos práticos, realizada tanto nas capitais da Região Nordeste quanto no ambiente do simpósio, evidenciou a acessibilidade, funcionalidade e eficácia da ferramenta em engajar usuários iniciantes, especialmente ao eliminar obstáculos linguísticos e simplificar análises complexas de LCZ e ICU.

Adicionalmente, a abordagem híbrida de tradução — combinando modelos de linguagem avançados e revisão humana — revelou-se equilibrada entre escalabilidade, precisão e aplicabilidade, garantindo que o LCZ4r-QGIS seja não apenas um recurso técnico, mas também um vetor de inclusão, capacitação e fortalecimento científico. A experiência do simpósio consolidou o potencial da ferramenta para expandir o alcance das pesquisas em clima urbano, apoiar práticas de planejamento urbano equitativas e adaptadas às diversas realidades locais, e engajar gestores e pesquisadores em processos colaborativos de análise e tomada de decisão.

Referências

ANJOS, Max et al. Analysis of the urban heat island under different synoptic patterns using local climate zones. *Building and Environment*, v. 185, p. 107268, 2020.

ANJOS, Max et al. Pacote LCZ4r R para zonas climáticas locais e ilhas de calor urbanas. *Scientific Reports*, v. 15, n. 1, p. 7710, 2025.

ANJOS, Max et al. Rede climatológica de mesoescala aplicada ao estudo da Ilha de Calor Urbano: o caso de Aracaju-SE. *Caminhos de Geografia*, v. 18, n. 62, p. 203-216, 2017.

CASTRO, Lidia Gomes de. Zonas climáticas locais em cidades pequenas: relação entre temperatura e morfologia urbana. 2022.

CHING, J. et al. WUDAPT: an urban weather, climate, and environmental modeling infrastructure for the anthropocene. *Bull. Am. Meteorol. Soc.* 99, 1907–1924 (2018).

DEMUZERE, M., Kittner, J. & Bechtel, B. LCZ generator: a web application to create local climate zone maps. *Front. Environ. Sci.* 9, 637455 (2021)

FERREIRA, Hugo Vilela Lemos; JÚNIOR, José Carlos Ugeda. Variação da temperatura da superfície através de imagens Aster em Zonas Climáticas locais da cidade de Cuiabá, Brasil.

Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba, v. 26, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/rbclima/article/view/14217>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

STEWART, Ian D.; OKE, Tim R. Local climate zones for urban temperature studies. *Bulletin of the American Meteorological Society*, v. 93, n. 12, p. 1879-1900, 2012.

WOLLMANN, Cássio Arthur et al. Thermo-hygrometric variability on waterfronts in negative radiation balance: A case study of balneário Camboriú/SC, Brazil. *Atmosphere*, v. 12, n. 11, p. 1453, 2021

Anexos

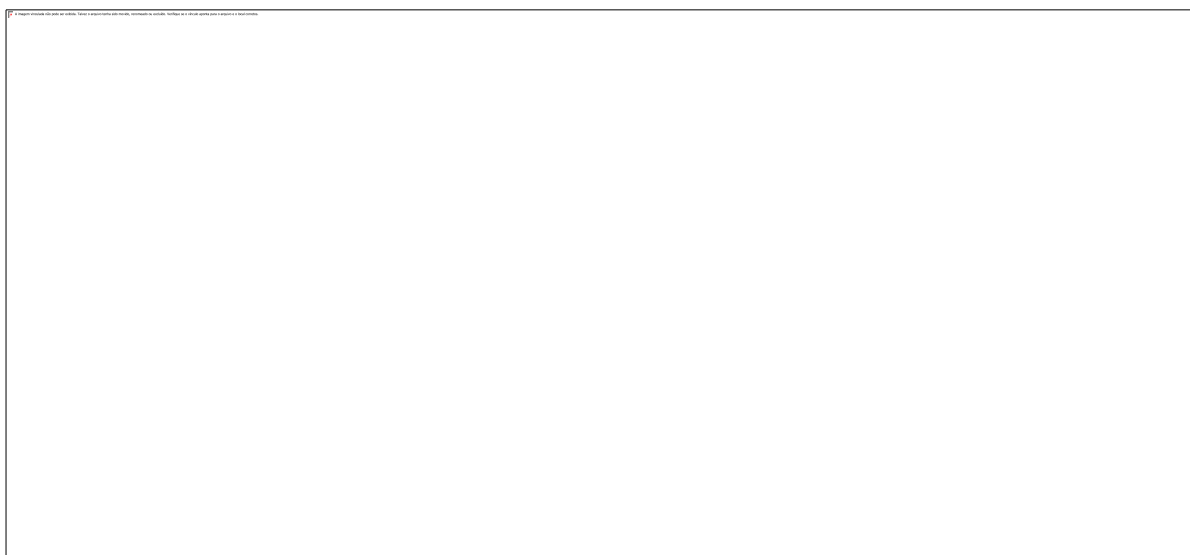


Figura 1: Estrutura do pacote LCZ4r

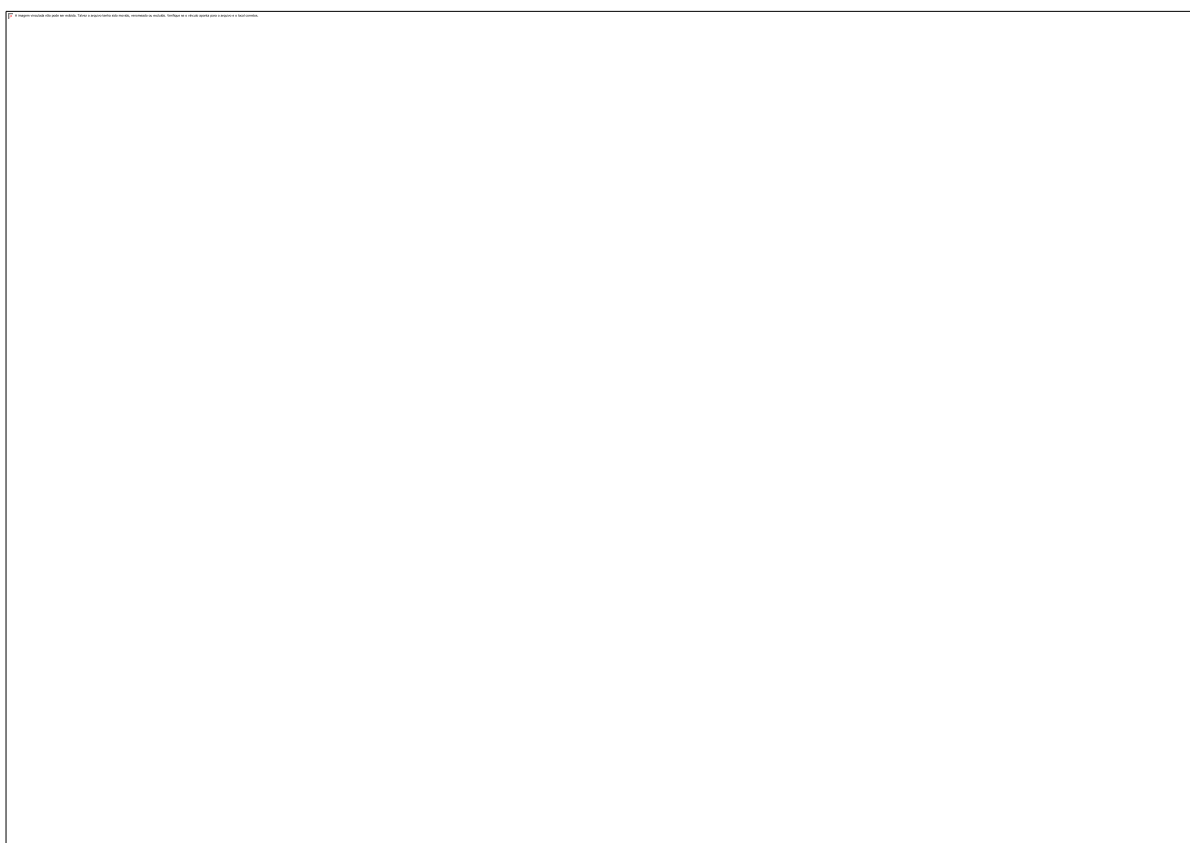


Figura 2: Exemplo de tradução de funções do LCZ4r-QGIS em (A) Português.

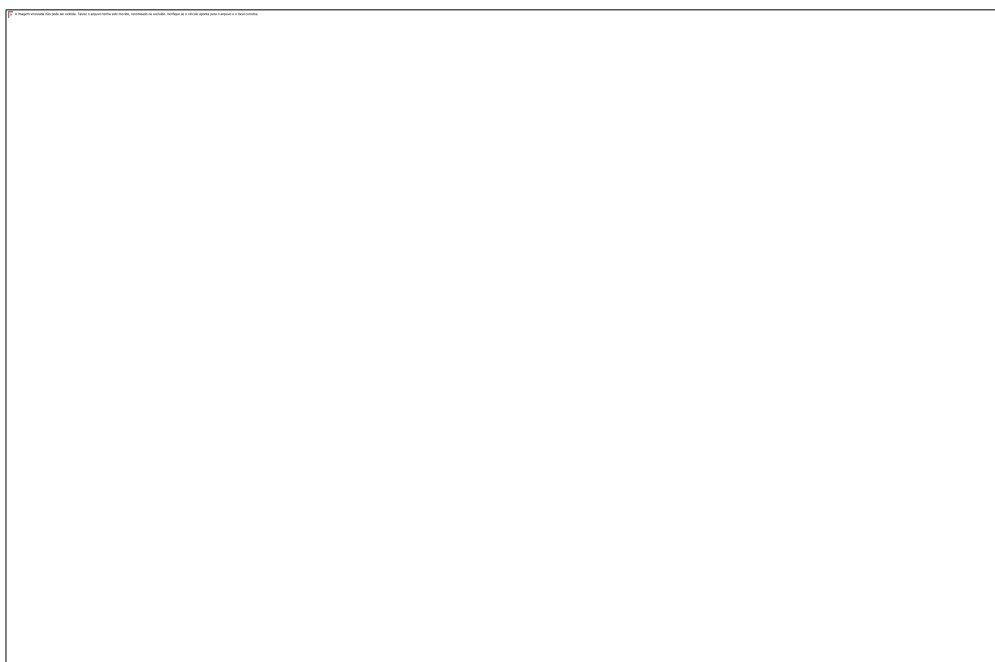


Figura 3 - Exemplo de tradução de funções do LCZ4r-QGIS em (B) Espanhol, (C) Chinês, (D) Francês e (E) Alemão

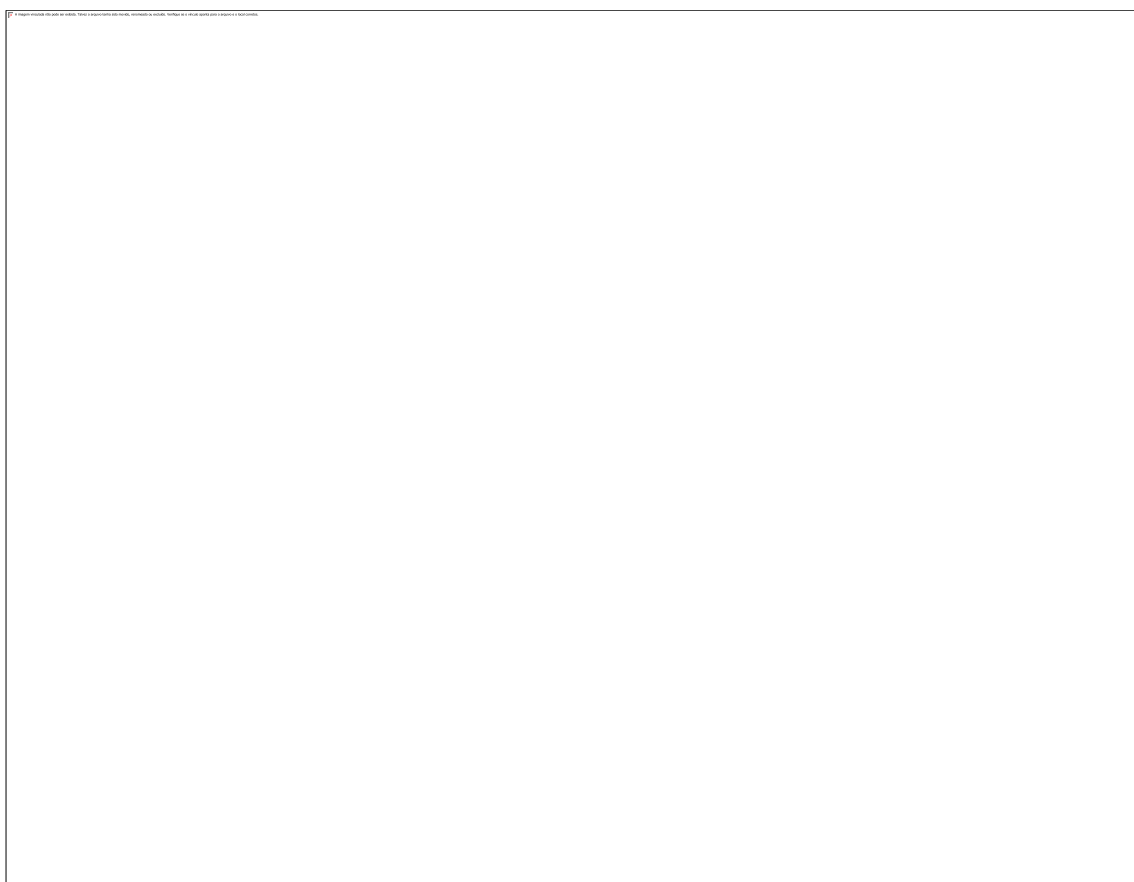


Figura 4: Mapas LCZ obtidos com as funções “Baixar mapa LCZ (Global)” do plugin LCZ4r-QGIS.

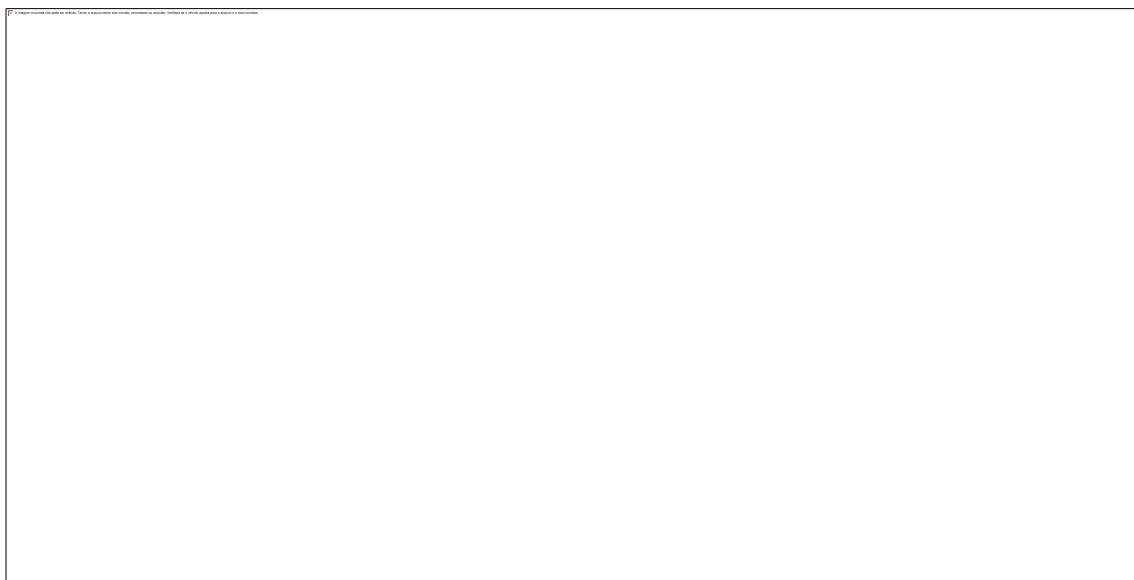


Figura 5 – Percentual de área por classe LCZ, em quilômetros quadrados, obtido com a função “Calcular Áreas LCZ” do plugin LCZ4r-QGIS.

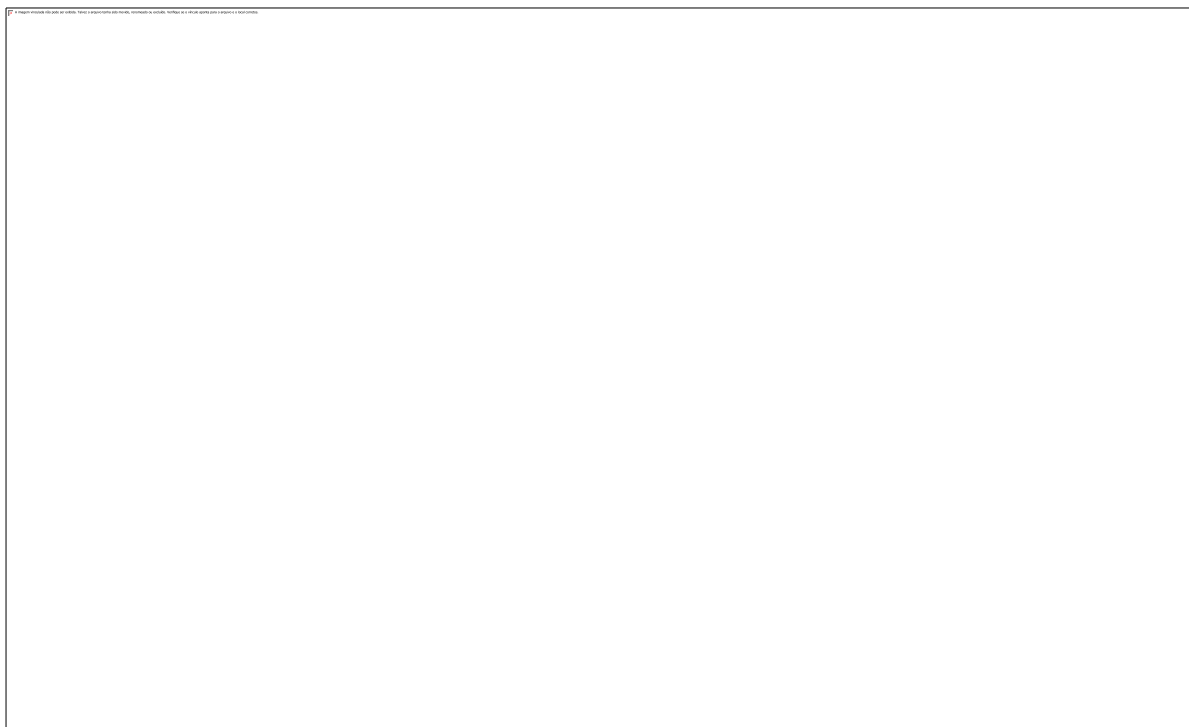


Figura 6 – Mapas dos parâmetros físicos associados às LCZ em Crato (CE), gerados a partir das funções “Gerar Parâmetros LCZ” e “Visualizar Mapa de Parâmetros LCZ” do plugin LCZ4r-QGIS.

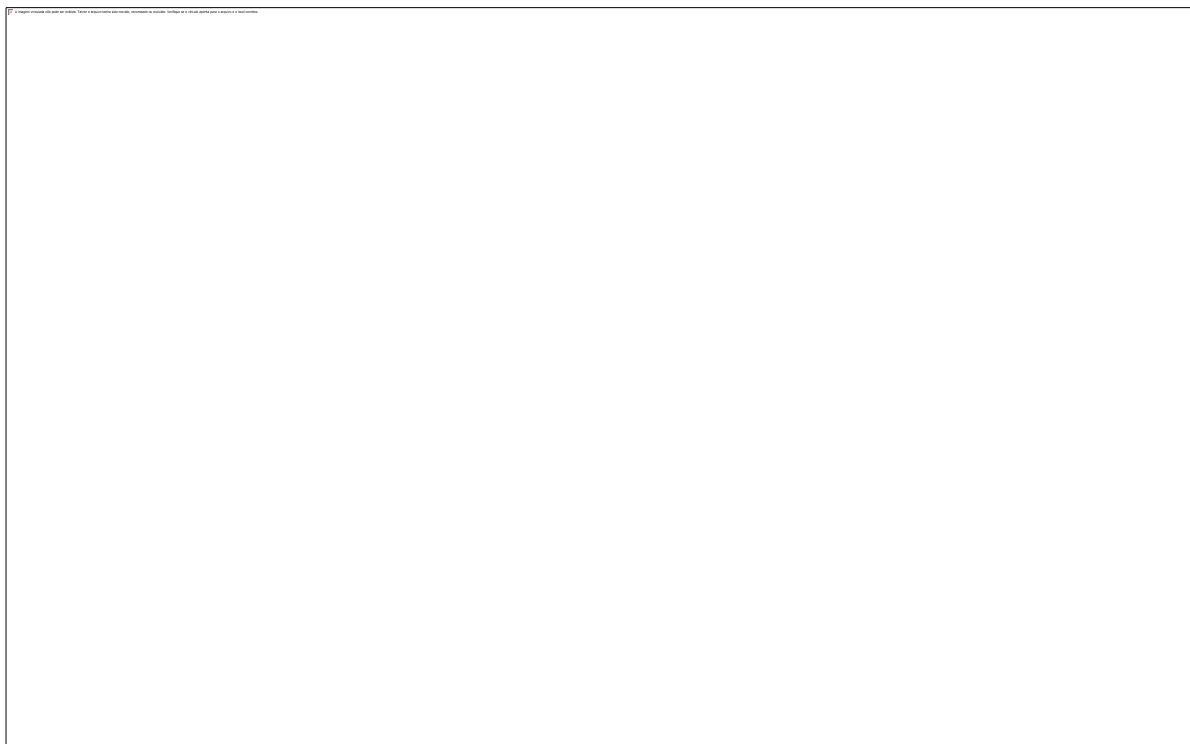


Figura 7 – Aplicações das funções locais do plugin LCZ4r-QGIS para Aracaju. A) Interpolação com LCZ para uma hora específica. B) Série temporal de temperatura do ar por mês. C) anomalias térmicas para um dia específico. D) Interpolação sem LCZ para uma hora

CÓDIGO: HS0007

AUTOR: LOUISE SORAYA CHACON SILVA

ORIENTADOR: MARIA DO SOCORRO FURTADO VELOSO

TÍTULO: Análise qualitativa das entrevistas jornalísticas de José Saramago

Resumo

Esta pesquisa busca iluminar o legado de ideias do escritor português José Saramago, a partir de seis entrevistas jornalísticas concedidas pelo autor de Memorial do convento e publicadas na forma de livro. Os estudos estão inseridos na pesquisa de iniciação científica “O pensamento social de José Saramago: Considerações a partir de oito entrevistas publicadas em livros”. O referencial teórico tem base em Jacoby (1990), Lage (2001), Rêgo (2013) e outros. A metodologia inclui análise qualitativa (Minayo, 1994). A pesquisa evidencia o modo como as entrevistas podem ser espaços de debate e preservação de memórias.

Palavras-chave: Entrevista jornalística. Memória. Intelectual público. José Saramago.

TITLE: Qualitative analysis of José Saramago's journalistic interviews

Abstract

This article seeks to shed light on the legacy of ideas of the Portuguese writer José Saramago (1922-2010), based on six journalistic interviews given by the author of Baltasar and Blimunda and published in book format. The studies are part of the scientific initiation research “The social thought of José Saramago: Considerations based on eight interviews published in books”. The theoretical background is based on Jacoby (1990), Lage (2001), Rêgo (2013), and others. The methodology includes qualitative analysis (Minayo, 1994). It was found that José Saramago used the interviews as spaces for debate.

Keywords: Journalistic interview. Memory. Public intellectual. José Saramago.

Introdução

Único autor de língua portuguesa agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, o escritor José Saramago (1922-2010) frequentemente expressou inquietações relacionadas às injustiças sociais que afligem a humanidade. Quinze anos após sua

morte, ele segue mobilizando a atenção de leitores e pesquisadores de todos os continentes, face a um legado formado não só por um vigoroso conjunto de romances, peças de teatro, poesias, contos e crônicas, mas também por sua reconhecida trajetória intelectual.

O autor de *Memorial do convento* (1982) está inscrito na história contemporânea como uma relevante voz do debate público que se fez ouvir em torno de questões relacionadas aos direitos humanos, à justiça social, à participação democrática. Como escritor, tradutor, dramaturgo, crítico literário, cronista e jornalista, o português José Saramago foi um atuante intelectual público, na acepção empregada por Jacoby (1990, p. 249): “um espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”, uma pessoa comprometida “com um mundo público e uma linguagem pública”. O papel de intelectual público, que Saramago desempenhou junto à dimensão do romancista, está presente em artigos, ensaios, conferências, debates e entrevistas.

Parte dessas entrevistas foi concedida a jornalistas e está reunida em seis livros disponíveis em língua portuguesa, editados em Portugal e/ou no Brasil. É sobre este material que nos propomos a debruçar, na pesquisa de iniciação científica ora em andamento e do qual extraímos dados preliminares apresentados neste artigo. Nessas entrevistas estão presentes o escritor, o pensador e o militante comunista, todas facetas de um mesmo personagem que se notabilizou pela relevância não só da obra premiada com o Nobel, em 1998, mas também pela dimensão de seu pensamento social.

Entendemos por “pensamento social” o significativo conjunto de ideias e inquietações que José Saramago expressou ao longo de sua trajetória, enquanto escritor, intelectual e ativista, e que comportam as mais variadas temáticas, além da própria literatura que produziu e daquela que consumiu como forma de conhecimento do mundo.

Os livros analisados foram publicados entre os anos de 1996 e 2018. São eles, em ordem cronológica: José Saramago: aproximação a um retrato, de Armando Baptista-Bastos (1934-2017), publicado em 1996; José Saramago: o amor possível, de Juan Arias, lançado em 2003; Uma longa viagem com José Saramago, de Joao Céu e Silva, de 2008; A última entrevista de José Saramago, de José Rodrigues dos Santos, e Conversas com Saramago, de José Carlos Vasconcelos, ambos lançados no ano da morte do escritor – 2010; e Por Saramago, de Anabela Mota Ribeiro, lançado em 2018, quando se completaram vinte anos da atribuição do Nobel ao entrevistado. À exceção de Arias, que é espanhol, os demais jornalistas são de origem portuguesa.

Metodologia

Este estudo se constitui como pesquisa de natureza qualitativa, com base em levantamento bibliográfico, valendo-se de amostras de caráter intencional. A pesquisa qualitativa foi escolhida devido à natureza do seu objeto, pois, como observa Minayo (1994, p. 21-22), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pertinência da opção metodológica é corroborada por Silveira e Córdova (2009, pg.32), para os quais os pesquisadores que recorrem à análise qualitativa buscam

“explicar o porquê das coisas, (...) mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”.

Nas seis entrevistas foi identificado um amplo conjunto de temáticas recorrentes nas declarações do autor de Ensaio sobre a cegueira (1995), das quais selecionamos previamente cinco, que vão ao encontro do problema de pesquisa: democracia e autoritarismo; militância comunista e combate ao capitalismo; as religiões e suas contradições; efeitos da globalização; acontecimentos no campo da geopolítica. A recorrência, portanto, foi um dos critérios de definição das categorias; as inquietações de Saramago em questões relacionadas a injustiças sociais também motivaram as escolhas. Ao longo da leitura ativa das entrevistas analisadas, buscamos identificar e destacar esse conjunto de ideias. Com a identificação das recorrências no material analisado e sua classificação em categorias, pretendemos discutir a hipótese de que as entrevistas analisadas colaboram para a preservação da voz pública de José Saramago. A pesquisa de iniciação científica ora em curso tem, entre seus objetivos, estabelecer relações entre jornalismo e memória; daí a opção por trabalhar apenas com entrevistas concedidas pelo escritor a jornalistas, o que entendemos como amostras intencionais. Nesse tipo de investigação, os elementos “são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise” (Fragoso, Recuero e Amaral, 2011, p. 78).

Para submeter os dados selecionados à análise qualitativa, tomamos como suporte teórico um referencial que nos permitisse compreender as características da entrevista jornalística em profundidade (Lage, 2001, e Medina, 2000); o “lugar de memória” do jornalismo (Rego, 2013); bem como o pensamento social que Saramago construiu enquanto intelectual público – conceito-chave que emprestaremos de Jacoby (1990) e Said (2005) -, ou como menciona Oliveira Neto (2020), enquanto um atuante “homem de ideias”.

Nas seis obras analisadas, avaliamos que o método empregado pelos jornalistas autores foi o da chamada “entrevista em profundidade”. Lage (2001, p. 75) explica que o objetivo desta modalidade de entrevista “não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida”.

A esta noção podemos acrescentar as “entrevistas dialogais” (Lage, 2001, p. 77), nas quais o autor vê a “excelência” do procedimento jornalístico: “(...) entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões colocadas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados”. É uma perspectiva que vai ao encontro do que Medina (2000, p. 7) identifica como “virtudes dialógicas” da entrevista jornalística. Este diálogo materializa-se por meio da humanização do contato: quando a técnica é superada pela intimidade, realiza-se o “diálogo possível”.

Essas entrevistas também atuam na construção de uma memória coletiva, para a qual são incontáveis as contribuições de um escritor que não só testemunhou, mas também refletiu e escreveu sobre as profundas transformações de seu tempo. Para Régio (2013, apud Veloso et al., 2019, p.107), o “lugar de memória do jornalismo é fator constituinte e importante da memória coletiva e da memória histórica, visto que suas imagens, mensagens, informações e notícias influem diretamente no imaginário simbólico coletivo e constituem fonte para as pesquisas históricas”.

Para a análise das entrevistas selecionadas, consideramos que José Saramago as concedeu no papel não só de escritor, mas também de ativo intelectual público, condição que assume a partir dos anos 1960, enquanto ainda trabalhava como crítico literário, e depois nos anos 1970, como jornalista e diretor de jornal, na cidade de Lisboa. A essas dimensões acresce-se a militância no Partido Comunista Português (PCP), ao qual se filiou em 1969.

O legado de ideias de Saramago contempla a noção segundo a qual o intelectual público tem “um comprometimento não simplesmente com um domínio profissional ou privado, mas com um mundo público – e uma linguagem pública” (Jacoby, 1990, p. 248-249). Contribuindo para esta percepção, Said afirma que o intelectual visa encontrar espaços para enfrentar a autoridade e o poder em nome dos princípios de equidade e justiça. Não se trata, portanto, de um “pacificador ou criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico” (Said, 2005, p. 35).

Resultados e Discussões

Investigador da obra de José Saramago, Oliveira Neto (2020) afirma que, apesar de o escritor ter defendido em inúmeras ocasiões que a literatura não tem o poder de conduzir as sociedades a mudanças, o conjunto de sua obra, bem como sua atuação enquanto sujeito político, apontam para o contrário. Para o pesquisador, a literatura de Saramago está filiada diretamente a seus posicionamentos sobre o mundo e, tomando por base o trabalho de Jean Paul Sartre, reflete sobre o que entende como “engajamento saramaguiano”.

Para Oliveira Neto (2020), “o engajamento saramaguiano reside, primeiro, na sua atitude enquanto homem de ideias, pela posição ativa frente às mais diferentes questões sócio-históricas, e segundo, no seu ato de escrita, trazendo à discussão, por meio da narrativa, aquilo que diz respeito a este seu tempo”. Baseando-se nesta perspectiva, o estudo busca identificar, nas entrevistas jornalísticas concedidas por Saramago e publicadas em livros, o “homem de ideias” que se posiciona diante de temas sociais, políticos e históricos.

Apresentamos, a seguir, uma análise preliminar das entrevistas selecionadas, buscando registrar a recorrência do pensamento do escritor.

Aproximação a Um Retrato, de Armando Baptista-Bastos (1996)

Nesta obra, José Saramago fala de seus posicionamentos enquanto militante comunista. Aqui responde, por exemplo, sobre a visão de si mesmo enquanto homem de partido e escritor, ressaltando que, cronologicamente, tornou-se escritor primeiro, mas reconhecendo a importância e influência da militância em suas obras.

“Eu prefiro dizer que sou uma pessoa que é, ao mesmo tempo, comunista e escritor. E que, se é preciso meter aqui uma ordem, então a ordem teria de ser necessariamente cronológica. Comecei a escrever aos 25 anos. O meu primeiro livro saiu nessa altura, quando eu ainda não era comunista, portanto, parece-me que comecei por ser escritor.

Mas também é certo que os meus livros mais importantes vieram quando eu já era, formalmente, militantemente, um comunista” (BASTOS, 1996, p. 43).

É importante mencionar que os posicionamentos de Saramago, segundo o próprio autor, guardam vínculo com suas origens no proletariado rural português – ele nasceu na aldeia de Azinhaga, região do Ribatejo, e ainda menino se mudou com a família para Lisboa. Mantém vínculo, também, com sua experiência no proletariado industrial, visto que trabalhou como serralheiro mecânico antes de se tornar escritor.

No diálogo com Baptista-Bastos, José Saramago fala sobre o Partido Comunista Português, e aponta a característica que mais desaprovava na agremiação: a de não acompanhar as transformações sociais.

“O PCP teve dificuldades, e de certa forma continua a tê-las, em entender e em assimilar as transformações por que todo mundo está a passar e em tornar-se, de modo activo, sem renunciar a nada do que é a sua herança (...) Esse continua a ser o pecado do partido, e julgo que isso tem muito a ver com a falta de reflexão teórica” (BASTOS, 1996, p. 46).

A atitude crítica ao próprio partido permite associar Saramago à aceção de intelectual público proposta por Jacoby (1990, p. 249): “um espírito incorrigivelmente independente que não responde a ninguém”.

Outra visão recorrente nas entrevistas concedidas por Saramago é a de sua insatisfação com os rumos da democracia. Para o escritor, faltaria ao regime a verdadeira participação popular. Na entrevista a Baptista-Bastos, Saramago reforça a defesa de um sistema democrático que seja, de fato, participativo.

“(…) quando nos dizem que é uma grande coisa termos a democracia, pois claro que é uma grande coisa, mas é o mínimo, porque é a partir daí que se começa a acrescentar o que verdadeiramente falta, que é a capacidade interventiva do cidadão em todas as circunstâncias da vida pública (...) Por isso, a liberdade de imprensa, a liberdade de organização política é o mínimo que podemos ter, porque é a partir daí que começa a riqueza espiritual e cívica do cidadão autêntico” (BASTOS, 1996, p. 50 - 51).

Nesta entrevista, Saramago também tece críticas às religiões, particularmente ao cristianismo. Na visão do escritor, que se apresentava como ateu, “Deus não está noutro sítio senão no cérebro humano” (BASTOS, 1996, p. 53). Para além da condição atesta, contudo, Saramago aponta que

“(…) não existe ninguém que não tenha Deus. O único ser que não teria Deus seria aquele que tivesse nascido numa sociedade onde, desde sempre, qualquer sentido de transcendência fosse desconhecido (...) Por isso, eu, às vezes, digo que, no plano da mentalidade, sou um cristão, e não posso ser outra coisa” (BASTOS, 1996, p. 52).

O Amor Possível, de Juan Arias (2003)

Militante comunista até o final da vida, e frequentemente crítico ao próprio partido, José Saramago foi movido pela crença de que seria possível superar o capitalismo, como se nota neste trecho da entrevista a Juan Arias, que traz uma recorrência de seu posicionamento partidário: “Imaginar que o capitalismo é definitivo seria acreditar que algo é definitivo. Pode ser definitivo no espaço; implantou-se durante muitas gerações e

está aí, mas o Império romano também foi longo e acabou desmoronando” (ARIAS, 2003, p. 90). Para José Saramago, ser socialista é um “estado de espírito” (ARIAS, 2003, p. 87).

Outra reflexão presente é a insatisfação com a democracia participativa, tema já abordado com Baptista-Bastos na entrevista publicada em 1996, e que se repete nesta conversa com Arias.

“Não vivemos numa democracia. Isso pode parecer uma provocação da minha parte, mas não é, salvo que se entenda por democracia a possibilidade de votar, e que depois um partido governe, que haja um Parlamento e um presidente da República ou coisa que o valha. Se a isso se chama democracia, pois muito bem, que o seja” (ARIAS, 2003, p. 84).

Na visão do escritor, a democracia não seria um sistema suficientemente participativo. Ele defendia um modo de governo no qual a participação popular operasse além do voto:

“Alguns dirão: mas nós estamos participando, votamos. Não é verdade, pois no exato momento em que a pessoa introduz o seu voto na urna abdica da sua responsabilidade, porque delega a sua responsabilidade política a outros senhores que, a partir daí, farão o que bem entenderem. A única alternativa é a participação” (ARIAS, 2003, p. 86).

Este conjunto de ideias comporta críticas também à globalização das culturas – para Saramago, prejudicial às diferenças. No trecho a seguir, ele indaga sobre a dinâmica da globalização.

“Ao reduzir todas as diferenças à unidade, impõe-se o problema de que unidade é essa a que estamos reduzindo as diferenças de todos? A primeira hipótese seria que, de uma forma pacífica, consensual, com todo o mundo de acordo, começaríamos a viver um processo de fusão das culturas sem conflitos, sem nenhum drama, e ao cabo de algumas gerações teríamos uma uniformidade, uma única cultura para todo o mundo. Isso é possível?” (ARIAS, 2003, p. 114).

O escritor complementa, argumentando que a globalização seria, na verdade, uma ocidentalização das culturas, e cita a América do Norte neste contexto:

“É uma falácia falar de uma globalização em que todas as culturas se misturariam, dando lugar a uma situação multicultural. O que está a acontecer agora é um achatamento das culturas pequenas por uma cultura imperialista, que é a ocidental, sobretudo a norte-americana” (ARIAS, 2003, p. 114).

Nesta discussão, Saramago acrescenta, ainda, um questionamento a respeito do nacionalismo:

“(…) quando essas culturas se sentem ameaçadas e resistem a ser liquidadas, exterminadas, os outros, os que estão a tentar ocidentalizar ou globalizar ou americanizar o mundo, protestam porque não deve haver nacionalismos. Mas aqui há duas medidas: talvez, em todo o mundo, não haja país mais nacionalista que os Estados Unidos. Então, como ficamos? O nacionalismo do pobre, do pequeno, é condenado e o

nacionalismo do grande é louvável?” (ARIAS, 2003, p. 115).

É sob essa ótica que o escritor complementa sua visão sobre nacionalismo:

“No fundo, o nacionalismo é apenas aquilo a que podemos chamar sentido de pertencimento. Eu pertenço a algo (...). Acho que não devemos esquecer que os nacionalismos podem tornar-se agressivos, e temos muitos exemplos disso na história antiga ou recente, mas não me parece que o eixo do debate sobre o nacionalismo deva ser esse” (ARIAS, 2003, p. 118).

Mais à frente no diálogo, Saramago cita novamente os Estados Unidos, sempre em tom crítico: “O mal é que as pretensões dos Estados Unidos não são só econômicas. A globalização foi o primeiro passo; o segundo passo, aquele que está em curso, é a militarização do globo pelas Forças Armadas norte-americanas” (ARIAS, 2003, p. 147). Outra temática recorrente nas entrevistas analisadas, “as religiões e suas contradições” também aparece na entrevista concedida a Juan Arias. Saramago chama atenção para o fato de que muitas das guerras que já aconteceram e ainda muitas da atualidade são de natureza religiosa, afirmando que: “Se começarmos a pensar nisso, veremos que as religiões dificilmente unem a humanidade, ao contrário, no mais das vezes a dividem” (ARIAS, 2003, p. 101).

Ao longo de sua trajetória como escritor, algumas obras de José Saramago foram alvo de críticas da Igreja Católica, como Evangelho segundo Jesus Cristo (1992) e Caim (2009). Sob esse contexto, em determinado momento da entrevista com Arias, ainda na temática das religiões, Saramago fala do papel contestador da literatura, e desse compromisso presente em sua própria obra:

“A obra literária, tal como a concebo, a obra artística em geral, tem de trazer em si, ainda que de forma implícita, uma contestação, pois, do contrário, viveríamos a glosar infinitamente, até nos transformarmos numa espécie de mecanismo inconsciente com o qual se consegue dizer sempre sim a tudo” (ARIAS, 2003, p. 42).

Mais uma ideia retomada nesta entrevista diz respeito à influência que a religião tem em pessoas nascidas em uma sociedade onde há a ideia de Deus, temática já abordada com Baptista-Bastos. Saramago argumenta:

“Não posso dizer em sã consciência que sou ateu, ninguém pode dizê-lo, porque o autêntico ateu seria alguém que vivesse numa sociedade na qual nunca tivesse existido a ideia de Deus, uma ideia de transcendência e, portanto, nem sequer a palavra ateu existiria nesse idioma. Sem Deus, não poderia existir a palavra ateu, nem a palavra ateísmo” (ARIAS, 2003, p. 97).

Anteriormente, o escritor havia falado sobre a capacidade do cérebro humano de criar Deus. Nesta entrevista com Arias, ele explora novamente essa ideia, explicitando a razão pela qual as sociedades precisariam perpetuar suas crenças:

“E eu me pergunto: e se Deus não existir? Imagine o que isso poderia significar. De imediato, no mundo da cristandade, significaria que Jesus não é Deus, e então toda a nossa cultura, toda a chamada civilização cristã se apoiaria sobre o nada ou sobre uma mentira. E acontece que a capacidade que o cérebro humano tem de criar construções

magníficas, no caso concreto do cristianismo, cairia por terra” (ARIAS, 2003, p. 99).

Uma Longa Viagem com José Saramago, de João Céu e Silva (2008)

A visão de Saramago acerca da democracia é uma temática recorrente nas duas entrevistas até aqui analisadas. No diálogo com João Céu e Silva, publicado em 2008, o escritor reforça sua insatisfação com este regime político, tal como o conhecemos. Aqui, José Saramago acrescenta, também, uma crítica ao neoliberalismo:

“Pode [o neoliberalismo] adaptar-se, tornar-se um pouco mais social, porque também precisa de consumidores (...) porque se as condenar [as pessoas] à miséria, não lhes pode vender nada. O que há é uma falta total da discussão de ideias! (...) Considera-se a democracia uma espécie de paradigma, que está aí e acabou-se. E vamos seguindo com um regime absolutamente hipócrita, a chamar democracia a uma situação em que os cidadãos não têm outro papel senão o de votar” (SILVA, 2008, p. 88).

Ele retoma o debate sobre a militância comunista, associando-a a um estado de espírito já comentado com Arias, quando afirma: “Não é o comunismo que é um estado de espírito, ser-se comunista é que é um estado de espírito” (SILVA, 2008, p. 89). Nesta entrevista, as críticas de Saramago ao capitalismo continuam:

“Como é que havemos de distribuir a riqueza que é gerada no mundo de uma forma desigual? Não quero propor que seja equitativa – porque não sou tonto, mas por que é que a economia funciona desta maneira transvazando riqueza do pobre para o rico? Repito, não é por acaso que não se discute a Democracia como se ela fosse uma coisa paradigmática” (SILVA, 2008, p. 124 - 125).

No que diz respeito à globalização, Saramago também retoma este tema discutido anteriormente com Arias, ao citar que “a globalização econômica é inimiga dos direitos humanos” (SILVA, 2008, p. 153).

A questão das religiões e suas contradições também aparece na entrevista com Céu e Silva. Saramago vai comentar, por exemplo, sobre sua contrariedade em relação à Igreja Católica: “É uma das marcas, digamos, da minha vida e da minha personalidade. A questão é que a Igreja Católica, é a essa que nos referimos, confundiu-se muitas vezes – demasiadas vezes – com uma associação de criminosos (...)” (SILVA, 2008, p. 255). Ele questiona, ainda, métodos e dogmas da instituição, como o conceito do pecado:

“Inventar o pecado foi uma manobra absolutamente genial porque se eu faço qualquer coisa, a Igreja aparece a dizer que isso é pecado (...) Tudo isso é um mecanismo de repressão e, ao mesmo tempo, uma fábrica que produz uma ideologia que nos mantém atados” (SILVA, 2008, p. 256).

Para Saramago, “a Igreja conformou à sua maneira a vida de cada um de nós e tem uma obsessão moldadora para formar as pessoas à sua imagem e semelhança” (SILVA, 2008, p. 39).

A Última Entrevista de José Saramago, de José Rodrigues dos Santos (2010)

Nesta conversa, mais curta que as demais até aqui analisadas, um assunto que ganha destaque, dentre as temáticas estudadas, é novamente o das religiões. Em determinado momento, Saramago comenta sobre a Bíblia:

“No Novo Testamento aquilo que Jesus faz, pela sua ação e pela sua pregação, no fundo é inventar outro Deus, é colocar sobre o Deus do Gênesis ou do Pentateuco outro Deus. Durante o tempo real e o tempo literário, nunca Deus no Antigo Testamento se mostra compassivo” (SANTOS, 2010, p. 45).

Percebe-se que a visão de Saramago a respeito das religiões, em especial o cristianismo, segue os mesmos rumos das entrevistas anteriores: o escritor se mostra crítico às suas contradições. Em outro momento da entrevista, José Saramago rejeita a comparação sugerida pelo entrevistador, José Rodrigues dos Santos, entre o comunismo e a religião, defendendo não haver qualquer tipo de semelhança: “Há aí uma grande diferença: é que a Igreja não fez outra coisa senão contradizer a realidade, e o comunismo pretendeu, e falhou, mudar a realidade, transformá-la” (SANTOS, 2010, p. 48).

Conversas com Saramago, de José Carlos Vasconcelos (2010)

Este livro possui a particularidade de conter uma coletânea de entrevistas concedidas por José Saramago ao jornalista José Carlos Vasconcelos, editor do Jornal de Letras (JL), periódico português dedicado à literatura. Foram veiculadas no JL entre 1989 e 2006, mas para este estudo levamos em consideração o ano de publicação da referida obra – lançada logo após a morte do escritor, que ocorreu em junho de 2010.

A relação de José Saramago com a militância comunista e o combate ao capitalismo tem sido recorrente nas entrevistas analisadas. Assim como no diálogo com Baptista-Bastos, aqui o escritor também fala de sua relação com o Partido Comunista Português (PCP). Em certo trecho, por exemplo, Saramago afirma que não se preocupa com possíveis julgamentos do PCP acerca de sua obra.

“O que acontece é que a minha relação com o partido é muito mais saudável do que isso. Eu não considero que o meu partido (...) seja competente em matéria literária e, em geral, artística. Por muito respeito que tenha, e tenho, pelos meus camaradas, não os julgo realmente tão competentes a ponto de me poderem dizer o que se faz, como se faz e se o que fiz está bem feito ou mal feito. Prefiro que gostem daquilo que faço, mas se porventura acontecer não gostarem, paciência!” (VASCONCELOS, 2010, p. 27).

Ainda neste livro, em entrevista de 2003, José Saramago critica a aproximação de Portugal com os Estados Unidos. Suas críticas ao país norte-americano são recorrentes nas entrevistas concedidas. Ele manifesta, em certo trecho : “gostaria, ao menos, é que Portugal não se agachar diante dos EUA, não manifestasse uma subserviência, que nos envergonha” (VASCONCELOS, 2010, p. 78). Ainda no campo da geopolítica, um pouco mais à frente, Saramago critica também o estado de Israel, afirmando que esse seria “a cabeça de ponte dos EUA no Médio Oriente” (VASCONCELOS, 2010, p. 82).

Ele continua a condenar as atitudes dos Estados Unidos no campo da geopolítica, ao afirmar que:

“No momento em que se fala de ocupar, de colonizar, o Iraque, e que o petróleo irá para os países que tiverem colaborado com os EUA nessa ocupação, como é possível alguém pensar que se o Iraque não fosse o segundo produtor mundial de petróleo, os EUA estariam tão interessados em derrubar um ditador, que o é, como Sadam Hussein?” (VASCONCELOS, 2010, p. 83).

Por Saramago, de Anabela Mota Ribeiro (2018)

Trata-se de uma entrevista com maior enfoque na linguagem literária de José Saramago e, portanto, não há grande recorrência das temáticas aqui estudadas. Porém, a questão das religiões também emerge aqui. Em certo momento, Saramago relembra de um comentário que fez, incômodo ao Vaticano: “No outro dia estava na Itália e disse, com grande escândalo no Vaticano, que achou que era uma provocação infame, mais uma da minha parte, que o mundo seria mais pacífico se fôssemos todos ateus” (RIBEIRO, 2018, p. 36).

Outra temática presente é o da militância comunista. A exemplo da conversa com Juan Arias, Saramago afirmou a Anabela Mota Ribeiro que o comunismo é um estado de espírito. Aqui, ele retoma e defende essa mesma ideia: “o comunismo é um estado de espírito. Dois camaradas atacaram isto, em nome do materialismo dialético. Não entenderam” (RIBEIRO, 2018, p. 36).

Ao final da leitura e análise do material, observamos que as ideias do José Saramago têm recorrências em volume desigual, no caso das temáticas analisadas. No entanto, entendemos que as seis entrevistas jornalísticas permitem ampliar os espaços pelos quais a voz de José Saramago se fez presente. São obras que contribuem para preservar o conjunto de ideias expressas pelo escritor, constituindo-se como um “lugar de memória” (Rego, 2013), ao mesmo tempo que reiteram sua atuação enquanto intelectual público, iluminando algumas das causas que o mobilizaram ao longo da vida.

A análise das seis entrevistas também nos permite ir ao encontro do que afirmam Jacoby (1990) e Said (2005) acerca do intelectual público enquanto uma figura que desafia a autoridade e o poder em nome da equidade e da justiça, respondendo apenas a um “mundo público” (Jacoby, 1990). Isso porque Saramago, nessas conversas com jornalistas, expressa de forma consistente suas inquietações a respeito das injustiças sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Notamos, ainda, o posicionamento ativo de Saramago frente às questões sócio-históricas que Oliveira Neto (2020) aponta, ao caracterizar o escritor português enquanto um “homem de ideias”. A atualidade do pensamento de José Saramago pode ser notada nas graves crises humanitárias enfrentadas por populações de todos os continentes nesses dias, o que inclui a guerra em curso entre Ucrânia e Rússia; a destruição da Faixa de Gaza; os conflitos no Sudão; a situação dos refugiados na Europa, e o crescente poder econômico e influência política dos co

Conclusão

Os resultados deste estudo demonstram que José Saramago soube utilizar-se das entrevistas jornalísticas como espaços de debate, como fez na literatura, principalmente para denunciar os abusos das elites de poder e suas incoerências em diferentes aspectos da realidade social. Ao reiteradamente defender posicionamentos que acreditava responder a seus ideais, o escritor ampliou a difusão de seu pensamento, posicionando-se enquanto intelectual público livre e comprometido com a luta contra as injustiças. As seis entrevistas jornalísticas também nos permitiram refletir sobre o lugar de

memória do jornalismo, uma vez que nutrem o imaginário simbólico coletivo com pensamento social de José Saramago. Ao servirem de espaço para o registro, preservação e difusão das posições do escritor acerca de questões relevantes, nas esferas da democracia, capitalismo, militância comunista e religiões, as entrevistas podem incentivar, entre seus leitores, novas reflexões sobre tais temáticas.

O estudo resultou em proveitosa experiência de análise de entrevistas jornalísticas em profundidade, tendo em perspectiva a figura de um dos mais relevantes nomes da história da literatura. Sendo assim, consideramos que alcançou os objetivos propostos, dada a importância dos conteúdos analisados na preservação do pensamento social de José Saramago, enquanto escritor e intelectual público.

Esperamos que este trabalho contribua para pesquisas que relacionem jornalismo e memória, assim como para novas investigações acerca do extenso legado de ideias deixado pelo autor de Ensaio sobre a lucidez (2004).

Referências

- ARIAS, Juan. José Saramago: o amor possível. Rio de Janeiro: Manati, 2003.
- BASTOS, Armando B. José Saramago: aproximação a um retrato. Lisboa: Sociedade Portuguesa dos Autores/Publicações Dom Quixote, 1996.
- FRAGOSO, Suely. et al. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- JACOBY, Russel. Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.
- LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MEDINA, Cremilda de A. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.
- MINAYO, Cecilia (org.). et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.
- MORIN, Edgar. A entrevista nas ciências sociais, no rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. Linguagem da cultura de massa. Petrópolis: Vozes, 1973.
- OLIVEIRA NETO, Pedro F. Literatura e engajamento em José Saramago. Revista Signo, n. 45, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yWts4E>. Acesso em 27 ago. 2024.
- RÊGO, Ana R. O jornalismo cultural na revista O Cruzeiro. 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto, MG: UFOP, mai-jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3yXz1jc>. Acesso em 27 ago. 2024.
- RIBEIRO, Anabela Mota. Por Saramago. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2018.
- SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SANTOS, José Rodrigues dos. A última entrevista de José Saramago. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.
- SILVA, João C. Uma longa viagem com José Saramago. Lisboa: Porto, 2008.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade II: A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de Pesquisa.

Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

VASCONCELOS, José C. Conversas com Saramago: os livros, a escrita, a política, o país, a vida. Lisboa: Jornal de Letras e Ideias, 2010.

VELOSO, Maria do Socorro F. et al. Jornalismo, literatura e memória nas páginas de Blimunda. Revista de Estudos Saramaguianos, n. 10, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/470Dka7>. Acesso em 27 ago. 2024.

CÓDIGO: HS0011

AUTOR: MARIANA BATISTA SILVA

ORIENTADOR: JAQUELINE CASTILHO MACHUCA

TÍTULO: Textos escritos por mulheres indicados no PNLD literário (2021): Ensino Médio

Resumo

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa de Iniciação Científica “Textos escritos por mulheres indicados no PNLD literário (2021): Ensino Médio”. O estudo parte da constatação de que, historicamente, a produção literária feminina tem sido marginalizada nos espaços de consagração e circulação cultural. Com base nisso, o objetivo da pesquisa foi mapear e analisar a presença de autoras nos acervos destinados ao Ensino Médio pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD literário 2021), considerando também a forma como essas obras são apresentadas aos estudantes. Metodologicamente, foi adotada uma abordagem quali-quantitativa, com foco em análise documental e levantamento estatístico dos títulos presentes nos microacervos. A investigação revelou que, apesar da diversidade de gêneros e formatos oferecidos, a autoria feminina permanece minoritária em todas as categorias analisadas, sendo especialmente reduzida no grupo teatro. Também se observou uma predominância significativa de obras adaptadas, em especial no formato de histórias em quadrinhos, muitas vezes sem a presença da versão original no acervo. Esses resultados indicam uma distância entre as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as práticas efetivadas no PNLD. Como desdobramento da pesquisa, propõe-se, em etapa futura, a análise do romance *As águas-vivas não sabem de si*, de Aline Valek, uma das obras indicadas pelo programa.

Palavras-chave: BNCC. PNLD. Literatura. Mulheres. Ensino Médio.

TITLE: Texts written by women recommended by the PNLD literário (2021): High School

Abstract

This report presents the results of the research project “Texts Written by Women Recommended by the PNLD Literário (2021): High School.” The study starts from the observation that, historically, literary production by women has been marginalized in spaces of recognition and circulation. Based on this, the research aimed to map and analyze the presence of female authors in the collections selected for high school by the PNLD Literário 2021, also considering how these works are presented to students. The methodology adopted was both qualitative and quantitative, focusing on document analysis and statistical survey of the titles included in the micro-collections. The investigation revealed that, despite the diversity of genres and formats offered, female authorship remains underrepresented across all categories analyzed, with an especially low presence in the theater group. A significant predominance of adapted works was also observed, particularly in comic book format, often without the original version available in the collection. These findings suggest a gap between the guidelines of the BNCC and the practices implemented in the PNLD. As a development for future research, an analysis of the novel *As águas-vivas não sabem de si*, by Aline Valek, one of the works recommended by the program, is proposed.

Keywords: BNCC. PNLD. Literature. Women. High School.

Introdução

A literatura produzida por mulheres tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas e sociais, especialmente a partir da década de 1970, quando a crítica feminista começou a emergir como um campo de estudo relevante. Segundo Zolin (2009), essa tradição literária, até então ignorada pela história da literatura, revela a necessidade de reavaliar o cânone literário, que historicamente foi dominado por vozes masculinas.

O projeto de pesquisa “Textos escritos por mulheres indicados no PNLD Literário (2021): Ensino Médio” investiga de que forma obras de autoria feminina são contempladas nos acervos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD literário), com foco específico nas obras indicadas para o Ensino Médio no edital de 2021. O PNLD, a partir do Decreto nº 9.099/2017, passou a incluir sistematicamente obras literárias em seu acervo — um avanço significativo para a educação brasileira, que merece ser examinado criticamente.

Nesse sentido, a análise das obras indicadas no PNLD literário para o Ensino Médio é essencial não apenas para validar a produção literária feminina, mas também para visibilizar essas vozes no contexto acadêmico e social. A literatura escrita por mulheres, frequentemente rotulada como “literatura feminina”, ainda enfrenta desafios em sua aceitação plena no cânone literário, conforme apontado por Regina Delcastagnè (2010). Essa rotulação limita a percepção das autoras como vozes únicas e autorais, relegando-as a estereótipos que não refletem a riqueza e a diversidade de suas produções.

Este estudo tem como objetivos problematizar a presença de textos escritos por mulheres no PNLD Literário, mapeando as obras segundo quantidade e gêneros literários.

Metodologia

Metodologicamente, empregamos uma abordagem quali-quantitativa. Neste primeiro momento, concentramo-nos na análise documental do PNLD e da BNCC, seguida pelo levantamento estatístico de todas as obras do edital 2021 para o Ensino Médio.

Para realização do levantamento, coletamos dados através do Guia Digital do PNLD. As informações bibliográficas dos títulos que compunham os acervos do Ensino Médio foram organizadas em uma tabela na plataforma Google Docs. Em seguida, as obras foram classificadas e contabilizadas de acordo com o gênero literário atribuído pelo próprio programa. Por fim, uma vez que os dados estavam devidamente organizados, contabilizou-se a quantidade de obras de autoria presentes em cada gênero delimitado. Toda a pesquisa foi realizada manualmente, com exceção de algumas recorrências a ferramentas de inteligência artificial para verificação dos cálculos realizados.

Além das etapas de levantamento e organização dos dados, a pesquisa contou com reuniões quinzenais de orientação, nas quais foram discutidos os rumos do projeto e acompanhadas as etapas de desenvolvimento da investigação. Ao longo desses encontros, encaminhávamos à orientadora relatórios parciais com os dados coletados e análises iniciais, que eram debatidos à luz dos referenciais teóricos previamente definidos. As reuniões foram fundamentais para manter o foco sob o recorte temático estabelecido, à medida que o corpus se ampliava, bem como para levantar possibilidades de desdobramentos em futuras investigações.

As etapas subsequentes do estudo envolverão análises textuais mais profundas, fundamentadas na teoria literária e na crítica feminista, com destaque para contribuições de autoras como Virginia Woolf (2014), Simone de Beauvoir (2019), Chimamanda Adichie (2015) e Judith Butler (2003).

Resultados e Discussões

No âmbito da Educação Básica, o Ensino Médio assume funções fundamentais: consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do Ensino Fundamental, preparar os estudantes para a continuidade dos estudos, articular os saberes escolares com os interesses juvenis e com as demandas da contemporaneidade, além de contribuir para a formação cidadã dos alunos (BRASIL, 2018, p. 464–465). Dentre as áreas de conhecimento que compõem essa etapa, destaca-se Linguagens e suas Tecnologias, eixo central desta análise. Essa área visa ampliar e consolidar as habilidades de uso e reflexão sobre diferentes linguagens — verbais, artísticas, corporais — e abrange os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa (BRASIL, 2018, p. 482).

Para assegurar uma abordagem integrada dos componentes de Linguagens, a BNCC propõe sua articulação em cinco campos de atuação social. O campo artístico-literário, em particular, ganha relevância nesta pesquisa por englobar a literatura como linguagem artística e como prática significativa de formação cultural.

Entre os componentes dessa área, a Língua Portuguesa ocupa posição de destaque, tanto por sua obrigatoriedade ao longo dos três anos do Ensino Médio quanto por abranger práticas de leitura, análise e produção de textos literários. A BNCC enfatiza que os estudantes, ao ingressarem nessa etapa, já dominam os principais gêneros textuais, o que permite aprofundar a leitura de obras mais complexas, bem como desenvolver habilidades de análise crítica e interpretação textual. No que tange à literatura, o documento orienta seu estudo a partir de obras que integrem tanto a tradição literária brasileira e portuguesa quanto produções contemporâneas, além de textos das literaturas indígena, africana e latino-americana (BRASIL, 2018, p. 500). O texto literário, em sua forma original, é indicado como eixo principal do trabalho em sala de aula, enquanto versões adaptadas devem funcionar como recurso complementar e comparativo.

A análise dos dados levantados a partir do Guia Digital do PNLD Literário 2021 permitiu identificar algumas tensões entre essas orientações da BNCC e a seleção de obras presente nos acervos destinados ao Ensino Médio. O acervo é composto por 21 microacervos, com uma média de 25 obras cada, totalizando 526 títulos, organizados em sete grupos: (1) conto, crônica, novela; (2) diário, biografia, autobiografia, relato, memórias; (3) história em quadrinhos, romance gráfico, livro de imagens; (4) poema; (5) romance; (6) teatro; (7) outros.

Entre esses títulos, 156 são de autoria exclusivamente feminina, 11 foram escritos em coautoria, e 12 aparecem organizados como antologias ou compilações. Em todos os grupos, a autoria feminina representa menos de 40% do total. O índice mais baixo foi verificado no grupo teatro, com apenas uma obra escrita por mulher, o que corresponde a 6,7% dos 15 títulos. No grupo conto, crônica, novela, das 159 obras, 41 são de autoria feminina. Já em diário, biografia, autobiografia, relato, memórias, entre 41 títulos, 16 são de mulheres. No conjunto histórias em quadrinhos, romances gráficos e livros de imagens, são 8 obras de autoria feminina entre 54. No grupo poema, há 11 autoras entre 44 livros. O grupo mais numeroso é o dos romances, com 197 obras, das quais 74 foram escritas por mulheres. Por fim, no grupo outros, das 16 obras, 5 são de autoria feminina.

Outro ponto que se destacou na análise foi a presença de obras adaptadas, sobretudo no grupo de quadrinhos e livros de imagens. Nesse conjunto, que reúne 54 títulos, 35 são versões adaptadas de obras originalmente escritas em prosa. É o caso de títulos como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, que aparece em três versões distintas, todas em quadrinhos, adaptadas por diferentes autores. Observaram-se também casos como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, disponível tanto em versão em quadrinhos quanto em forma de cordel. O gênero cordel, aliás, também contempla adaptações, ainda que em número menor: 6 entre os 44 livros do grupo poema. Algumas obras canônicas da literatura brasileira, como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e o próprio *O Cortiço*, não constam no acervo em sua versão original, aparecendo apenas em formato adaptado.

Essa recorrência às adaptações revela uma tensão com as diretrizes da BNCC, que orienta o trabalho com a literatura original como central e recomenda o uso das versões adaptadas

de forma subsidiária. Embora os quadrinhos e demais formas adaptadas possuam valor estético e pedagógico próprios, o fato de substituírem integralmente os textos originais em diversos casos, além da repetição de determinados títulos em diferentes versões, sugere um desalinhamento com as metas formativas da área de Linguagens. A escolha por tais formatos, embora possa facilitar o acesso e ampliar a leitura, não garante, por si só, a complexidade literária e o desenvolvimento crítico esperados no Ensino Médio.

Conclusão

A leitura atenta do Guia Digital do PNLD literário 2021 possibilitou compreender como a autoria feminina ainda ocupa um espaço reduzido no acervo destinado ao Ensino Médio. Embora o programa contemple uma variedade de gêneros e formatos, a presença de mulheres autoras permanece inferior à de autores homens em todos os grupos analisados, com destaque negativo para o teatro, em que apenas uma obra de autoria feminina figura entre os quinze títulos disponíveis. Essa assimetria aponta para um panorama em que, apesar do reconhecimento, a participação feminina ainda não se traduz em equidade efetiva.

Outro aspecto que chamou atenção foi a expressiva presença de obras adaptadas, especialmente no grupo de histórias em quadrinhos e livros de imagens. Ainda que essas versões possam representar vias legítimas de acesso à literatura, é preciso considerar as perdas implicadas quando a obra original não é oferecida como opção. Em determinados casos, títulos consagrados da literatura brasileira aparecem apenas em versões condensadas ou reimaginadas, o que pode limitar o contato dos estudantes com a complexidade estética e linguística do texto original — sobretudo se não houver uma mediação crítica do professor.

Apesar dessas limitações, o trabalho reconhece a importância dos documentos oficiais analisados. Tanto o PNLD quanto a BNCC são instrumentos fundamentais para o planejamento educacional brasileiro e resultam de esforços coletivos conduzidos por profissionais qualificados. A diversidade de gêneros, estilos e origens culturais presente nas obras selecionadas indica o potencial dessas políticas públicas para promover experiências literárias significativas no ambiente escolar. Assim, a crítica aqui desenvolvida não visa deslegitimar tais documentos, mas contribuir com reflexões que possam colaborar para o aprimoramento de suas diretrizes.

Os resultados obtidos ao longo da investigação não apenas traçam um panorama do acervo disponibilizado pelo programa, como também suscitam questionamentos sobre os critérios de escolha das obras e sobre os caminhos possíveis para a formação de leitores no Ensino Médio. A escassez de autoras no acervo, somada à ausência de menções mais explícitas à representatividade de gênero no próprio texto da BNCC, aponta para um percurso ainda a ser trilhado quando se pensa em políticas públicas que promovam, de fato, a diversidade literária em sala de aula.

Por limitações de tempo e escopo, este trabalho não avançou para a análise aprofundada das obras selecionadas. Contudo, como desdobramento da pesquisa, propõe-se o estudo

crítico do romance *As águas-vivas não sabem de si*, de Aline Valek, uma das autoras contempladas no acervo analisado. A obra será examinada em etapa posterior, com ênfase na construção das personagens.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Trad. de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021 – Obras Literárias**. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_literario_ensino_medio_Apresentacao.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELCASTAGNÈ, Regina. “Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo”. In: DELCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (orgs) **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. pp.40-64.

ZOLIN, Lúcia Osana. “Literatura de autoria feminina” In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (Org). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Bia Nunes, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CÓDIGO: HS0016

AUTOR: NATHANAEL DE SOUZA LIRA

ORIENTADOR: JAQUELINE CASTILHO MACHUCA

TÍTULO: Textos escritos por mulheres indicados no PNLD literário (2020/2021):
Oitavos e Nonos anos

Resumo

Este projeto de iniciação científica investiga e problematiza textos literários escritos por mulheres indicados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD (literário)) voltados aos segmentos do oitavo e nono ano, com a discussão da representatividade de gênero nos parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Iniciação Científica.PNLD literário.BNCC.Mulheres.Oitavos e nonos anos

TITLE: Texts written by women nominated in the PNLD literário (2020): Eighth and Ninth grades

Abstract

This scientific initiation project investigates and problematizes texts written by women indicated by the Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) aimed at the eighth and ninth year segment, with the discussion of gender representation in the parameters of the Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Keywords: Scientific Initiation.PNLD literário.BNCC.Women.Eighths and ninths

Introdução

O cânone literário, em sua longa trajetória, constrói-se sob a perspectiva do homem branco e ocidental. Zolin (2019) atesta que a partir da década de 1970, com o surgimento da crítica feminista no contexto do feminismo, emerge uma tradição literária praticamente ignorada pela história da literatura até então. Isso critica a postura adotada até então e faz entender que é preciso rever o espaço das mulheres na literatura. Regina Delcastagnè (2010, p.40) atesta que há uma rotulação da literatura produzida por mulheres, sendo denominada de literatura feminina, mas não acontece isso ao contrário,

como de “masculina” a produzida por homens. Portanto, as escritoras são vistas apenas pelas categorias impostas a elas, além de serem consideradas inferiores pela determinação dos estilos e temáticas consideradas “femininas”. Este projeto de iniciação científica tem como objetivo investigar os textos literários produzidos por mulheres disponíveis no guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático que, desde 2018, também disponibiliza obras literárias – e esse é o recorte desse plano de trabalho. Dessa forma, é importante que os professores de Língua Portuguesa tenham uma visão crítica sobre as obras selecionadas, e discutam, desde a formação da graduação, o uso desses textos, com uma investigação crítica das obras que compõem os acervos, como também analisem a representatividade feminina e trabalhem com obras de autoras. Os resultados iniciais do projeto aqui expostos se justificam não apenas pela contribuição aos estudos acadêmicos a respeito do tema, mas também como material investigativo que objetiva pensar as práticas pedagógicas, via documentos oficiais, nas escolas da educação básica. Como o curso de Letras/Língua Portuguesa da instituição no qual projeto se desenvolve é uma licenciatura, é substantivo refletir a respeito das indicações de obras literárias pelas instâncias superiores a fim de formarmos docentes críticos. Para isso, foi realizado um levantamento quantitativo de quantas obras escritas por mulheres há nos acervos do PNLD Literário para o segmento em questão e, após isso, observou-se a discrepância dos dados numéricos e o que eles simbolizam. Além disso, foram analisados os pressupostos teórico-didáticos que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação ao ensino de Literatura nos oitavo e nono anos.

Metodologia

A proposta geral é problematizar as obras literárias indicadas no PNLD Literário, focando e discutindo os textos produzidos por mulheres, nos segmentos de oitavo e nono ano. No início da pesquisa, objetivou-se discutir o PNLD Literário dentro dos limites da BNCC e mapeou-se quantos e quais textos foram escritos por mulheres. As listas das obras, disponíveis em um PDF, encontradas no sítio do programa, não contém informações completas sobre elas, então, a partir de planilha do Excel, construiu-se uma nova lista com as obras escolhidas para o ano de 2020. Nessas planilhas, dados mais gerais foram disponibilizados, como autor, data de publicação, gênero. Depois, contabilizou-se quantas obras são de escritoras e analisou-se a discrepância entre a quantidade de obras de autores para o número de textos de autoras. Computador, tablet, planilhas do Excel e o Word foram os materiais usados para ajudar na contabilização e na análise da BNCC. Durante esse processo, foram observadas as questões: a) quais textos indicados pelo PNLD literário são produzidos por mulheres; b) quais gêneros compõem e com qual frequência (romance, conto, poema, quadrinhos etc). Em relação à análise qualitativa, procurou-se na BNCC as indicações para o ensino de literatura no segmento mencionado, analisando as competências e habilidades que conversam com a investigação realizada no PNLD literário. Para o desenvolvimento da pesquisa, houve reuniões quinzenais com a orientadora, as quais tinham o objetivo de analisar os dados coletados, aprofundar o debate teórico, compartilhar as ideias e organizar os próximos afazeres.

Resultados e Discussões

A BNCC e o PNLD são basilares para a formação acadêmica e as políticas públicas da educação brasileira, pois moldam as atividades pedagógicas e contribuem com o acesso dos alunos à Literatura. São instrumentos que possuem trajetórias e objetivos demarcados, sob a perspectiva de marcos normativos e princípios de equidade e qualidade educacional. Contudo, depois da análise desses instrumentos, acerca da representatividade de gênero, notou-se o desafio em relação à equidade e diversidade no âmbito literário escolar. A BNCC estabelece as aprendizagens necessárias para a Educação Básica, por meio de competências e habilidades a serem processadas ao longo das etapas de ensino. Essas competências e habilidades são organizadas em áreas de conhecimento, e na área específica de Linguagens, distribuem-se em campos de atuação social. Nesse meio, destaca-se o campo artístico-literário, o qual enfatiza a importância de proporcionar aos alunos o contato com manifestações artísticas, principalmente, a Literatura. A ideia é formar alunos leitores-fruidores, que interpretem as obras e não só apreciem esteticamente. À autoria feminina, a menção do documento é sobre a importância de se ter autoras na conjuntura curricular, no entanto é uma referência limitada. A Base também direciona a formação de outras políticas públicas, e o PNLD é contribuinte do processo de aprendizagem assegurado no documento normativo. Assim, o PNLD disponibiliza materiais didático-pedagógicos para as escolas públicas brasileiras e, em 2018, passa a oferecer obras literárias. Para os segmentos oitavo e nono ano, as diretrizes da BNCC orientam que a diversidade faça parte do currículo, seja entre diferentes gêneros textuais, seja entre autores e autoras. Porém, a representatividade feminina nos projetos literários ainda é desfalcada e inferiorizada pela produção realizada por autores homens. Sob esse viés, a catalogação do presente recorte do PNLD literário 2020 mostrou uma grande diferença entre as produções de autoria feminina e masculina. Ao total, foram contabilizadas 166 obras, das quais 50 são de autoria exclusivamente feminina e 12 são em coautoria. Essas obras estão organizadas em seis grupos. O grupo um, composto por conto, crônica, novela, teatro e textos da tradição popular, reúne 63 obras, das quais 19 são de autoria feminina e 3 em coautoria. O grupo dois, que se refere a livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, apresentou 14 obras no total, sendo apenas 2 escritas por mulheres e 2 com autoria compartilhada. O grupo três, composto por livros de memória, diário, biografia e relatos de experiências, contém 19 títulos, 8 de autoria feminina e 1 em coautoria, sendo o mais balanceado. O grupo quatro, que abrange obras clássicas da literatura universal, são 10 obras que o compõem, das quais somente 2 são de autoria feminina e 1 em coautoria. O grupo cinco refere-se aos poemas, apresentando 9 obras, 3 escritas por mulheres e 1 com autoria compartilhada. O último grupo, o seis, estrutura-se pelo gênero romance, o qual reúne 51 textos, sendo 18 de autoria feminina e 4 escritos em coautoria. Percebe-se, assim, por meio dos dados numéricos, uma diferença relevante entre a quantidade de textos de autoria masculina para os de autoria feminina. Isso evidencia um cenário de desigualdade de gênero, o que aponta um longo percurso da educação para buscar uma representatividade mais equilibrada das mulheres.

Conclusão

O PNLD literário trabalha com os princípios da BNCC, pois há uma diversidade de gêneros, estilos, autores e temáticas nos acervos do oitavo e nono ano, sendo inegável a qualidade e a importância desses documentos. Além disso, revela-se que a Literatura,

como ferramenta de formação crítica, teve avanço nas bases educacionais das políticas públicas. Sabe-se, porém, que devem ser incluídas mais autoras para melhorar o quadro representativo e diverso desses documentos e da educação. Para esta pesquisa, a princípio, foram reservados dois momentos: um inicial, com a quantificação das obras no PNLD Literário e as discussões voltadas à BNCC; e um segundo, o qual seria a análise de um dos textos literários de autoria feminina. Contudo, conseguiu-se completar apenas o momento inicial. Assim, para resultados mais apurados, a obra *As três Marias*, de Rachel de Queiroz foi escolhida para compor essa análise e, futuramente, contribuir com os estudos principiados aqui. Portanto, esta pesquisa mostrou-se relevante pela busca da representatividade das vozes femininas na Educação Básica, mas também por contribuir com discussões futuras sobre isso, fortalecendo o compromisso com um ensino mais diverso e uma aprendizagem de qualidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020 – Obras Literárias. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_literario_2020-literario_ensino_fundamental_anos_finais.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025. DELCASTAGNÈ, Regina. “Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo”. In: DELCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (orgs) *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. pp.40-64 QUEIROZ, Rachel de. *As três Marias*. 29ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019. ZOLIN, Lúcia Osana. “Literatura de autoria feminina” In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (Org). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009

CÓDIGO: HS0017

AUTOR: TALITHA RUFINO SILVA

ORIENTADOR: IONE RODRIGUES DINIZ MORAIS

TÍTULO: População do Rio Grande do Norte: tendências de crescimento no âmbito das microrregiões geográficas

Resumo

O censo demográfico é um instrumento de bastante relevância para entender como está funcionando a dinâmica populacional Brasileira. Os resultados coletados do censo auxiliam na criação e implementação de ações governamentais voltadas para a população. A pesquisa tem como intuito reconhecer aspectos do crescimento populacional do Estado do Rio Grande do Norte, considerando os censos de 1980 a 2022, considerando a escala das microrregiões geográficas. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta realizada no site do IBGE, além de uma produção gráfica e cartográfica relativa a estes dados. Os resultados da pesquisa demonstram que os municípios do Rio Grande do Norte seguem a tendência nacional de redução na taxa de crescimento populacional, além das microrregiões mais populosas são aquelas que oferecem mais serviços.

Palavras-chave: Censo. População. RN. Microrregiões. Serviços.

TITLE: Population of Rio Grande do Norte: growth trends within geographic microregions

Abstract

The demographic census is a highly relevant tool for understanding Brazilian population dynamics. The results gathered from the census assist in the design and implementation of government actions aimed at the population. This research aims to identify aspects of population growth in the state of Rio Grande do Norte, considering the censuses from 1980 to 2022, considering the scale of geographic microregions. The methodological procedures used were bibliographic and documentary research, the latter conducted on

the IBGE website, as well as graphic and cartographic production related to these data. The research results demonstrate that the municipalities of Rio Grande do Norte follow the national trend of decreasing population growth, and that the most populous microregions are those that offer the most services.

Keywords: Census. Population. RN. Microregions. Services.

Introdução

Os estudos que envolvem a Geografia da População podem ser organizados em eixos temáticos como: crescimento, distribuição e migração. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são um dos principais aliados para o desenvolvimento de pesquisas e análises acerca da população Brasileira, principalmente por meio do Censo Demográfico realizado pela instituição. O propósito deste plano de trabalho é dar continuidade a pesquisa sobre os estudos populacionais no âmbito da Geografia, considerando o eixo crescimento, tendo como referência o território do Rio Grande do Norte.

Nesta versão da pesquisa, mantém-se a problematização acerca de aspectos da dinâmica populacional do referido estado, mais precisamente do padrão e das tendências de crescimento demográfico, e o recorte temporal, que compreende os censos de 1980, que demarca a fase inicial da reestruturação produtiva do Rio Grande do Norte, e os subsequentes (1991, 2000, 2010 e 2022). Todavia, altera-se a proposição da escala espacial, cuja abrangência passa a ser as microrregiões geográficas, que no estado totalizam 19 microrregiões. Nesta perspectiva, o problema de pesquisa contempla as seguintes questões: Qual o padrão de crescimento da população das microrregiões geográficas do Rio Grande do Norte?

Justifica-se a continuidade desta pesquisa por considerar relevante complementar as informações já sistematizadas no primeiro ano de realização da pesquisa, que dizem respeito ao panorama do crescimento demográfico do estado no âmbito das mesorregiões, acompanhado de produção gráfica e cartográfica. Esse material pode ser utilizado por instituições de planejamento e implementação de políticas públicas, em escalas municipais e/ou regionais, por exemplo, no âmbito da infraestrutura urbana, saúde e educação.

A pesquisa tem como objetivo geral reconhecer aspectos do crescimento populacional do Estado do Rio Grande do Norte, considerando os censos de 1980 a 2022, considerando a escala das microrregiões geográficas. Os objetivos específicos são: a) Identificar o padrão de crescimento da população dos municípios que integram as microrregiões geográficas do Rio Grande do Norte, considerando as tendências de ampliação ou redução do número de habitantes, por censo demográfico; b) Demonstrar as repercussões desse padrão na escala do território estadual, em termos de ampliação ou redução do número de habitantes, considerando os censos de 1980 e 2022; c) Evidenciar aspectos da dinâmica demográfica das microrregiões geográficas do estado – em termos de ampliação ou redução do número de habitantes, considerando os censos de 1980 e 2022.

Metodologia

Considerando os objetivos estabelecidos no plano de trabalho, definiu-se como procedimentos técnicos: a) Pesquisa bibliográfica visando aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre estudos populacionais e as esferas do planejamento, do ordenamento territorial e da gestão do território; da organização e sistematização dos estudos populacionais considerando a abordagem sobre crescimento populacional; da articulação entre dinâmica socioeconômica e populacional no Rio Grande do Norte; b) Pesquisa documental no site do IBGE para fins de acesso aos Censos demográficos indicados, delimitando a pesquisa aos dados do Rio Grande do Norte; c) Produção gráfica e cartográfica com base nos dados obtidos nos censos de 1980 e 2022, utilizando-se de programas computacionais, considerando as escalas espaciais e o recorte temporal estabelecido.

Resultados e Discussões

A RELAÇÃO ENTRE ESTUDOS POPULACIONAIS E ESFERAS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Os conhecimentos geográficos sobre uma determinada população não podem ser negligenciados na formulação de atos de planejamento. Todavia, o conhecimento sobre a geografia da população acaba sendo esquecido muitas vezes no âmbito governamental se deixando levar por uma ignorância, e que no futuro problemas por ignorar a geografia podem vir atona. Para De Andrade(2010), muitos planos de desenvolvimento infelizmente foram feitos para a realidade abstrata, a fim de evitar problemas desse tipo, os geógrafos devem ter participação na elaboração desses planos. O conhecimento sobre o tamanho e características da população é um instrumento fundamental para uma atuação mais efetiva das esferas de planejamento sobre um determinado território. Segundo Waldvogel et al(2003), a análise de cenários demográficos torna-se relevante e primordial para a orientação de políticas públicas que necessitem quantificar o público-alvo conforme as características da população. Essas análises possibilitam a verificação de tendências demográficas ao longo dos anos, realizando muitas vezes um comparativo sobre outros locais a nível regional e estadual, e até mesmo em hipóteses para cenários futuros.

ARTICULAÇÃO ENTRE A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E POPULACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A articulação entre a dinâmica socioeconômica e populacional do Rio Grande do Norte está profundamente enraizada em sua formação histórica. A ocupação inicial do território começou com a construção da Fortaleza dos Reis Magos, em 1599, às margens do rio Potengi, seguida pela distribuição de sesmarias (terras concedidas pela Coroa Portuguesa para cultivo). Esse processo de ocupação foi relativamente lento, em parte devido à resistência indígena local e aos conflitos com os invasores holandeses. A

colonização não apenas moldou a estrutura populacional, mas também influenciou o desenvolvimento econômico inicial da região, baseado em atividades agrícolas, criação de gado e a pesca na cidade de Natal. A distribuição das terras e os conflitos iniciais com os povos indígenas retardaram o crescimento populacional, ao mesmo tempo que contribuíram para uma economia de base rural, focada em atividades de subsistência.

Durante o século XX o estado passou por uma diversificação econômica, produtos como o algodão, gado, borracha, cera de Carnaúba e o sal movimentaram a economia do estado na época. Quanto a indústria do Rio Grande do Norte ao longo do século XX veio aumentando de forma exponencial passando de 15 estabelecimentos industriais em 1904, para 197 em 1920. Uma das principais atividades que surgiu foi a exploração do petróleo e gás a partir de 1970. (Da Silva, 2010)

Atualmente, durante o século XXI, além do incremento de políticas sociais para o combate à fome e a pobreza, e também investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura. De acordo com Aquino e Nunes (2021) no período de 2002 a 2016, o grosso da economia estadual estava concentrado no setor de comércio e serviços, que gera a maior parte da riqueza e dos empregos.

PANORAMA GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Os dados populacionais das microrregiões do Rio Grande do Norte utilizados neste estudo referem-se aos anos de 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022 e estão disponíveis no portal do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Contudo, apesar do censo realizado em 2022, os dados ainda não estão segregados em população urbana e rural, o que dificulta uma análise mais aprofundada sobre as características demográficas. O Rio Grande do Norte vem apresentando queda nas taxas de crescimento populacional desde 1980. O crescimento foi de 21,39% (1980–1991), 13,03% (1991–2000), 12,33% (2000–2010) e apenas 4,25% entre 2010 e 2022. Paralelamente, houve uma significativa urbanização: a população rural caiu de 41,27% em 1980 para 22,19% em 2010, enquanto a urbana subiu de 58,73% para 77,81% no mesmo período. (Tabela 1)

Essa tendência indica um reflexo da transição demográfica no Brasil, caracterizada por uma taxa de fecundidade cada vez menor. Segundo Brito (2008), a transição demográfica brasileira está reduzindo a proporção de jovens e aumentando a de idosos. Paralelamente, há um crescimento da população em idade ativa (PIA), que pode se manter até 2050. No entanto, se a economia e as mudanças na regulação do mercado de trabalho não forem capazes de assimilar essa nova configuração populacional, a proporção de desempregados poderá comprometer as oportunidades demográficas. Para uma análise mais detalhada desse declínio do crescimento da população Potiguar, iremos observar essa tendência no recorte das microrregiões do Estado.

ANÁLISE NAS MICRORREGIÕES

MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO LESTE POTIGUAR

A microrregião de Natal, composta por Natal, Parnamirim e Extremoz, concentra 1.065.651 habitantes, representando 32,27% da população do Rio Grande do Norte

(Censo 2022). Seu crescimento populacional tem diminuído ao longo do tempo: 51,56% (1980–1991), 25,02% (1991–2000), 20,33% (2000–2010) e 3,38% (2010–2022). A população urbana dominou e cresceu significativamente até 2010, enquanto a rural caiu expressivamente. Em 2010, Extremoz ainda tinha 8.000 habitantes rurais, mas Natal e Parnamirim não registravam mais essa população. (Tabela 2) (Imagem 1) Na microrregião de Natal, a capital é o município mais populoso e concentra uma economia diversificada com forte oferta de serviços. No entanto, Natal perdeu população entre 2010 e 2022, passando de 803.739 para 751.300 habitantes. Já os municípios vizinhos, Parnamirim e Extremoz, com economias voltadas ao setor terciário (comércio, serviços e turismo), apresentaram crescimento populacional no período: Parnamirim cresceu 24,83% e Extremoz, 61,63%. A microrregião de Macaíba, formada por cinco municípios (Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu), somava 356.430 habitantes em 2022, o equivalente a 10,79% da população do Rio Grande do Norte. Seu crescimento populacional tem se mantido significativo ao longo das décadas: 38,13% (1980–1991), 31,42% (1991–2000), 20% (2000–2010) e 23,40% entre 2010 e 2022, mostrando um saldo populacional expressivo nesse último período. (Tabela 3) (Imagem 2) A microrregião de Macaíba tem sua economia impulsionada principalmente pelo comércio, predominando microempresas, conforme Bezerra (2013). A indústria também se destaca, especialmente em Macaíba, com polos voltados à fabricação de alimentos e bebidas. Além disso, a região abriga importantes instituições de pesquisa e desenvolvimento, como Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e o Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra.

A microrregião do Litoral Nordeste, composta por sete municípios (Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros), possui uma população de 88.264 habitantes (Censo 2022), representando apenas 2,67% da população do estado. Nos últimos anos, a região vem enfrentando uma desaceleração no crescimento populacional: 19,73% (1980–1991), 22,64% (1991–2000), 11,77% (2000–2010) e apenas 5,03% entre 2010 e 2022. (Tabela 4) (Imagem 3) Na microrregião do Litoral Nordeste, destaca-se o fato de a população rural ser maior que a urbana. Em 2010, havia 56.109 habitantes na zona rural e 27.931 na urbana. A população rural cresceu 18,27% (1980–1991), 8,70% (1991–2000) e 12,02% (2000–2010). Já a população urbana teve crescimento mais acentuado nas décadas anteriores: 48,58% (1980–1991), 64,82% (1991–2000) e 11,28% (2000–2010), apesar de ainda ser numericamente inferior à rural. A microrregião do Litoral Sul, composta por dez municípios (Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Montanhas, Pedro Velho, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Vila Flor), possui uma população de 138.541 habitantes segundo o Censo de 2022, representando 4,19% da população do Rio Grande do Norte. O crescimento populacional da região vem desacelerando ao longo dos anos: 28,81% (1980–1991), 11,13% (1991–2000), 13,65% (2000–2010) e 7,33% entre 2010 e 2022. (Tabela 5) (Imagem 4)

O turismo é uma das principais atividades econômicas em parte dos municípios da microrregião do Litoral Sul, impulsionando significativamente a economia local e gerando empregos para a população. Esse fator contribui para o crescimento populacional observado na região. Segundo Virginio (2019), o Litoral Sul Potiguar é rico em áreas litorâneas, trilhas e oportunidades para atividades de lazer ligadas ao mar, à cultura e à aventura, o que reforça o potencial turístico da microrregião.

MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO AGRESTE POTIGUAR

A microrregião da Baixa Verde, composta por cinco municípios (Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho e Poço Branco), tinha uma população de 61.850 habitantes em 2022, representando 1,87% da população do Rio Grande do Norte. Seu crescimento populacional tem desacelerado ao longo dos anos, com taxas de 12,13% (1980–1991), 11,80% (1991–2000), 9,57% (2000–2010) e uma queda de -1,75% entre 2010 e 2022. A população rural da microrregião da Baixa Verde caiu 16,24% entre 1980 e 1991, mas voltou a crescer nos períodos seguintes, com aumentos de 10,54% (1991–2000) e 10,77% (2000–2010). (Tabela 6) (Imagem 5) Segundo Vital (2020), a microrregião da Baixa Verde tem como destaque econômico a recente chegada da energia eólica, que impulsionou João Câmara, Jandaíra e Parazinho. Já Poço Branco e Bento Fernandes concentram-se na agricultura e agropecuária. A economia baseada em atividades primárias explica a forte presença da população rural na região.

A microrregião da Borborema Potiguar, composta pelos municípios de Barcelona, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Jaçanã, Japi, Lagoa de Velhos, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Ruy Barbosa, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São José do Campestre, São Tomé, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará, tinha em 2022 uma população de 130.941 habitantes, representando 3,96% do total do Rio Grande do Norte. Seu crescimento populacional desacelerou ao longo dos anos, com taxas de 6,63% (1980–1991), 4,09% (1991–2000), 6,16% (2000–2010) e uma queda de -2,36% entre 2010 e 2022. Embora a população urbana seja maior, a rural ainda representa uma parcela significativa da região. (Tabela 7) (Imagem 6)

A microrregião do Agreste Potiguar, composta por 22 municípios, Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Ielmo Marinho, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Riachuelo, Santa Maria, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Serra Caiada, Serrinha, Várzea e Vera Cruz, tinha uma população de 235.650 habitantes em 2022, representando 7,14% da população total do Rio Grande do Norte. (Tabela 8) (Imagem 7) Entre 1980 e 1991, a população rural da microrregião do Agreste Potiguar caiu 9,44%, e entre 1991 e 2000 caiu 1,01%. No entanto, entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 3,68%. Esse aumento pode estar relacionado às atividades econômicas rurais da região, como o cultivo de mandioca, milho, fruticultura e o papel da agroindústria.

MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO CENTRAL POTIGUAR

A microrregião de Macau, formada pelos municípios de Macau, Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré e São Bento do Norte, tinha em 2022 uma população de 54.365 habitantes, representando 1,65% da população do Rio Grande do Norte. Apesar de a taxa de crescimento populacional ter diminuído em relação ao período anterior, ela permaneceu positiva, com 13,48% (1980–1991), 5,85% (1991–2000), 14,49% (2000–2010) e 3,42% entre 2010 e 2022. (Tabela 9) (Imagem 8)

Desde 1980, a população urbana da microrregião de Macau é maior que a rural, mas esta última também cresceu significativamente: 6,81% (1980–1991), 16,43% (1991–2000) e 15,02% (2000–2010). Embora não haja uma explicação clara para esse aumento

rural, a economia local é baseada na fruticultura irrigada, turismo, extração de petróleo, produção de sal e energia eólica, favorecida pelo clima com alta insolação e ventos constantes (Araújo, 2017).

A microrregião de Angicos, composta por oito municípios, Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Jardim de Angicos, Lajes, Pedra Preta e Pedro Avelino, tinha em 2022 uma população de 49.663 habitantes, representando 1,50% da população do Rio Grande do Norte. A população total da região tem apresentado instabilidade, com crescimento de 10,83% entre 1980 e 1991, queda de 4,27% entre 1991 e 2000, leve aumento de 0,73% entre 2000 e 2010 e nova queda de 3,30% entre 2010 e 2022. Já a população urbana cresce continuamente e é maior que a rural.(Tabela 10) (Imagem 9)

A microrregião Serra de Santana, formada por sete municípios, Bodó, Cerro Corá, Florânia, Lagoa Nova, Santana dos Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz, tinha em 2022 uma população de 63.732 habitantes, equivalente a 1,93% da população do Rio Grande do Norte. O crescimento populacional diminuiu ao longo dos anos, mas permaneceu positivo, com 9,42% entre 1980 e 1991, 7,87% entre 1991 e 2000, 1,37% entre 2000 e 2010 e 3,46% entre 2010 e 2022. Até 2000, a população rural era maior que a urbana, embora tenha diminuído com o tempo.(Tabela 11) (Imagem 10)

A microrregião do Seridó Ocidental, composta por sete municípios, Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas, tinha em 2022 uma população de 96.551 habitantes, representando 2,92% da população do Rio Grande do Norte. A taxa de crescimento populacional foi positiva entre 1980 e 2010, com 16,92% (1980–1991), 9,87% (1991–2000) e 8,31% (2000–2010), mas apresentou queda de -1,17% entre 2010 e 2022.(Tabela 12) (Imagem 11)

A microrregião do Seridó Ocidental possui uma economia diversificada, destacando-se a agricultura e pecuária impulsionadas por agroindústrias, o comércio movimentado por feiras livres e abastecimento regional, além do turismo religioso, como a Festa de Sant'Ana de Caicó. Apesar da queda populacional nos últimos dez anos, a região mantém um dinamismo econômico significativo.

A microrregião do Seridó Oriental, composta por dez municípios, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó, tinha em 2022 uma população de 118.588 habitantes, representando 3,59% da população do Rio Grande do Norte. Nos últimos anos, a taxa de crescimento populacional tem diminuído, com 10,68% entre 1980 e 1991, 4,10% entre 1991 e 2000, 3,61% entre 2000 e 2010 e um declínio de 0,20% entre 2010 e 2022. Suas atividades econômicas se assemelha a da microrregião Seridó Ocidental ligadas a agropecuária, turismo religioso, feiras livres e geoturismo(Tabela 13) (Imagem 12)

MICRORREGIÕES DA MESORREGIÃO OESTE POTIGUAR

A microrregião de Mossoró, composta por seis municípios, Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau, representava em 2022 10,42% da população

total do Rio Grande do Norte. Ao longo dos anos, a taxa de crescimento populacional vem diminuindo: 30,52% entre 1980 e 1991, 10,44% entre 1991 e 2000, 17,34% entre 2000 e 2010 e 3,29% entre 2010 e 2022. (Tabela 14) (Imagem 13) Desde 1980, a população urbana da microrregião de Mossoró é maior que a rural, mas entre 2000 e 2010 a população rural cresceu de 28.869 para 47.339 habitantes. A economia local é baseada na salicultura, exploração de petróleo, fruticultura irrigada e atividades terciárias, o que gera infraestrutura para a população, como a presença da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) (Barroso, 2021).

A microrregião da Chapada do Apodi, composta por quatro municípios, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado, tinha em 2022 uma população de 73.702 habitantes, representando 2,23% da população do Rio Grande do Norte. Assim como na microrregião de Mossoró, a taxa de crescimento populacional vem diminuindo ao longo dos anos, com 11,46% entre 1980 e 1991, 3,38% entre 1991 e 2000, 2,98% entre 2000 e 2010 e 1,76% entre 2010 e 2022. (Tabela 15) (Imagem 14)

A microrregião do Médio Oeste, composta por seis municípios, Campo Grande, Janduí, Messias Targino, Paraú, Triunfo Potiguar e Upanema, tinha em 2022 uma população de 39.282 habitantes, representando 1,19% da população do Rio Grande do Norte. A taxa de crescimento populacional vem diminuindo ao longo dos anos, com 6,55% entre 1980 e 1991, 7,02% entre 1991 e 2000, 5,01% entre 2000 e 2010 e apenas 0,61% entre 2010 e 2022. (Tabela 16) (Imagem 15)

A microrregião do Vale do Açu, composta por nove municípios, Alto do Rodrigues, Assu, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael, tinha em 2022 uma população de 143.127 habitantes, representando 4,33% da população do Rio Grande do Norte. Ao longo dos anos, a taxa de crescimento populacional diminuiu, oscilando entre 15,95% (1980–1991), 10,30% (1991–2000), 11,23% (2000–2010) e 1,81% (2010–2022). (Tabela 17) (Imagem 16)

A microrregião da Serra de São Miguel é composta por nove municípios: Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Luís Gomes, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel e Venha-Ver. De acordo com o Censo de 2022, sua população total é de 63.915 habitantes, o que representa 1,94% da população do estado do Rio Grande do Norte. O crescimento populacional da microrregião vem diminuindo ao longo dos anos: entre 1980 e 1991 foi de 13,63%; de 1991 a 2000 foi de 6,44%; de 2000 a 2010 foi de 6,65%; e entre 2010 e 2022, o crescimento foi de apenas 1,81%. (Tabela 18) (Imagem 17)

A sexta microrregião é a de Pau dos Ferros, composta por 17 municípios: Alexandria, Francisco Dantas, Itau, José da Penha, Marcelino Vieira, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias e Viçosa. De acordo com o Censo de 2022, a população total da microrregião é de 116.783 habitantes, representando 3,54% da população total do estado. A taxa de crescimento populacional vem diminuindo ao longo dos anos: entre 1980 e 1991 foi de 12,97%; entre 1991 e 2000 de 4,59%; de 2000 a 2010 foi de 1,68%; e entre 2010 e 2022 de 2,15%. (Tabela 19) (Imagem 18)

A população rural era maior que a urbana apenas em 1980; a partir dos anos seguintes, a população passou a ser predominantemente urbana. Parte da economia da microrregião está ligada à agropecuária, aos serviços e ao setor da educação, com destaque para a presença de Institutos Federais (IFRN) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) (Souto, Sousa e Lima, 2019).

A última microrregião é a de Umarizal, composta por 11 municípios: Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Martins, Olho-d'Água do Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha dos Pintos e Umarizal. De acordo com o Censo de 2022, a população total é de 61.714 habitantes, representando 1,87% da população total do estado. Ao longo dos anos, a microrregião de Umarizal vem enfrentando decréscimos populacionais. Entre 1980 e 1991, a população caiu -5,95%; entre 1991 e 2000, a queda foi de -3,37%; entre 2000 e 2010 houve um pequeno acréscimo de 1,45%; e entre 2010 e 2022, novamente uma queda de -5,30%. (Tabela 20) (Imagem 19)

Desde 1991, sua população é predominantemente urbana. Segundo Santos et al. (2011), a economia da microrregião é baseada na agropecuária, nas aposentadorias, nos benefícios do governo federal e nos serviços públicos.

Conclusão

O Censo demográfico é um instrumento de extrema importância para ter uma visão mais clara sobre as características da população Brasileira, sendo base para o planejamento e gestão pública das regiões no Brasil. Analisando os dados censitários do Rio Grande do Norte estudados desde o primeiro ano desta pesquisa aponta uma desaceleração do seu crescimento habitacional, onde no censo de 2022 se registrou apenas 4,25%. Uma das possibilidades para essa desaceleração é a queda na taxa de fecundidade que atinge todos os estados.

Enquanto a dinâmica demográfica observada na escala de microrregiões, temos um contraste com regiões mais populosas, outras perdendo habitantes além de outras com uma taxa de crescimento maior registrado no censo de 2010.

As regiões mais populosas sendo: Natal, Macaíba e Mossoró são atrativas por conta de suas diversidades de serviços à disposição da população. As regiões com perda populacional são: Baixa Verde, Borborema, Angicos, Seridó Oriental e Umarizal são voltadas para as atividades primárias como a agricultura.

Diante deste cenário, as esferas governamentais devem estar atentas ao que revelam os dados censitários para promover a criação e reformulação de políticas públicas, mediante ajustes em serviços básicos como saúde e educação na escala do território potiguar, e impulsionar investimentos em determinadas regiões que denotam fragilidades.

Referências

DE ANDRADE, Manuel Correia. A geografia e sua contribuição ao planejamento regional e à formação do economista. *Revista Economia Política do Desenvolvimento*, v. 3, n. 1, p. 47-47, 2010.

WALDVOGEL, Bernadette Cunha et al. Projeção da população paulista como instrumento de planejamento. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, p. 67-79, 2003.

BAILEY, Adrian. *Making Population Geography*. London: Hodder Arnold, 2005.

MARTINE, George. O papel dos organismos internacionais na evolução dos estudos populacionais no Brasil: notas preliminares. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, p. 257-275, 2005.

DE LIMA, Alexandre Vasconcelos; KONRAD, Júlio. A transição demográfica no Brasil e o impacto na previdência social. *Boletim Economia Empírica*, v. 1, n. 2, 2020.

DE AQUINO, Joacir Rufino; NUNES, Emanuel Márcio. Desempenho recente e perspectivas da economia do Rio Grande do Norte no século XXI [em linha]. dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Anexos



Tabela 1-População total do RN

Table 2: Population of the Natal Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 2-População da Microrregião de Natal

Table 3: Population of the Macaíba Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 3-População da Microrregião de Macaíba

Table 4: Population of the Northeast Coastal Microregion. The table area is currently blank.

Tabela 4- População da Microrregião Litoral Nordeste

Table 5: Population of the Southern Coastal Microregion. The table area is currently blank.

Tabela 5- População da Microrregião Litoral Sul

Table 6: Population of the Northern Coastal Microregion. The table area is currently blank.

Tabela 6-População da Microrregião da Baixa Verde

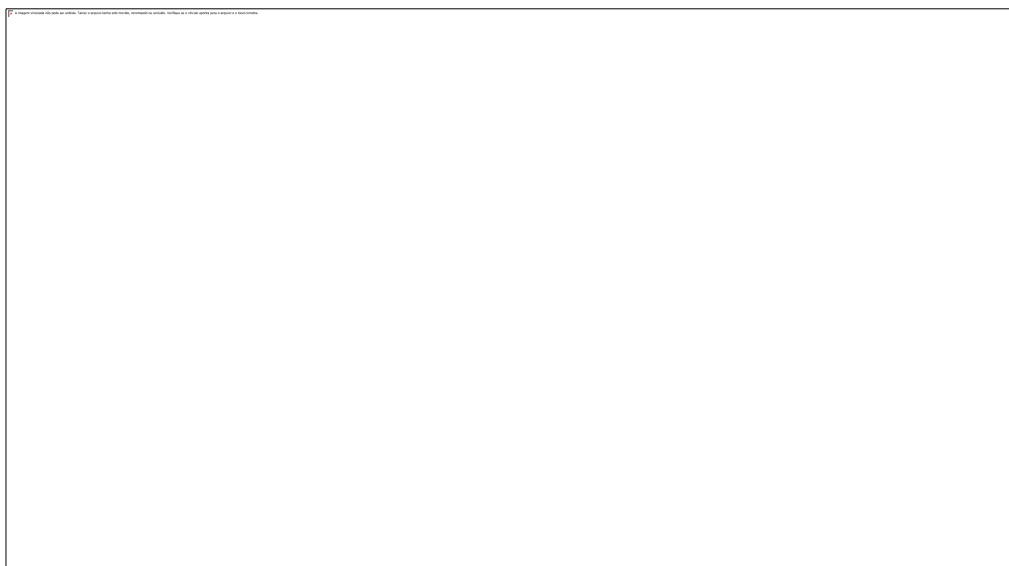


Tabela 7- População da Microrregião da Borborema Potiguar



Tabela 8-População da Microrregião Agreste Potiguar

17 É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A responsabilidade pelo conteúdo, a utilização ou não de imagens, fotos, vídeos ou qualquer outro material gráfico é de responsabilidade do autor.

--

Tabela 9- População da Microrregião de Macau

17 É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A responsabilidade pelo conteúdo, a utilização ou não de imagens, fotos, vídeos ou qualquer outro material gráfico é de responsabilidade do autor.

--

Tabela 10-População da Microrregião de Angicos

17 É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A responsabilidade pelo conteúdo, a utilização ou não de imagens, fotos, vídeos ou qualquer outro material gráfico é de responsabilidade do autor.

--

Tabela 11- População da Microrregião de Serra de Santana

Table 12: Population of the Western Seridó Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 12-População da Microrregião Seridó Ocidental

Table 13: Population of the Eastern Seridó Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 13-População da Microrregião Seridó Oriental

Table 14: Population of the Mossoró Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 14-População da Microrregião de Mossoró

Table 15: Population of the Chapada do Apodi Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 15-População da Microrregião Chapada do Apodi

Table 16: Population of the Médio Oeste Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 16- População da Microrregião Médio Oeste

Table 17: Population of the ... Microrregion. The table content is not visible in the provided image.

Tabela 17-População da Microrregião Vale do Açu

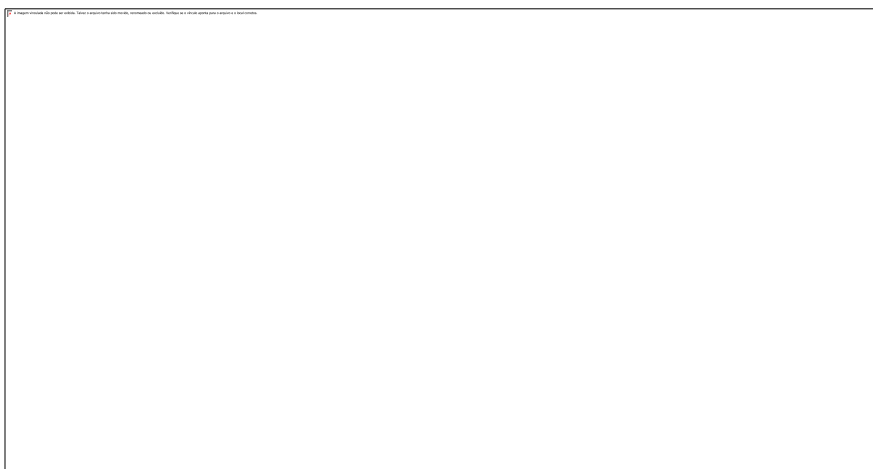


Tabela 18-População da Microrregião Serra de São Miguel

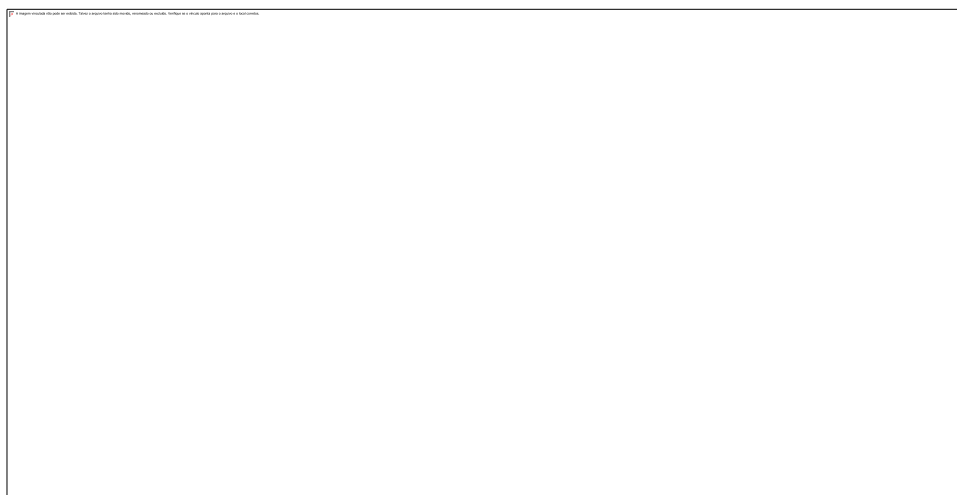


Tabela 19- População da Microrregião de Pau dos Ferros

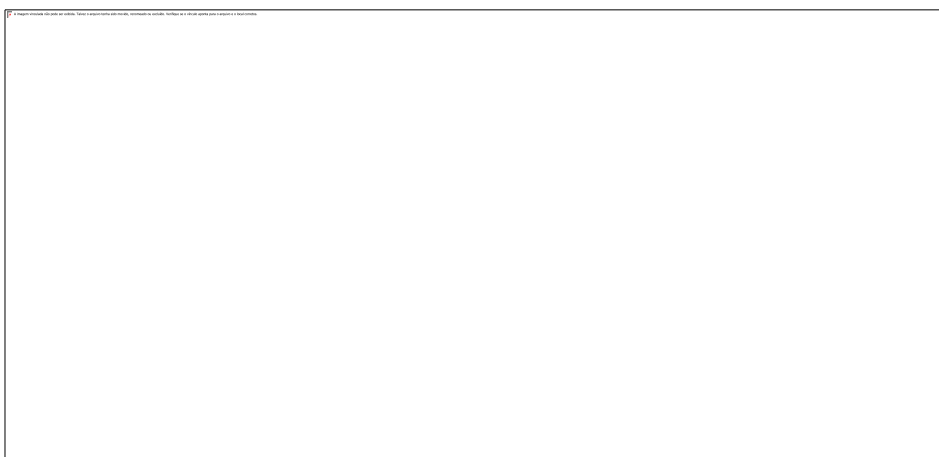


Tabela 20-População da Microrregião de Umarizal

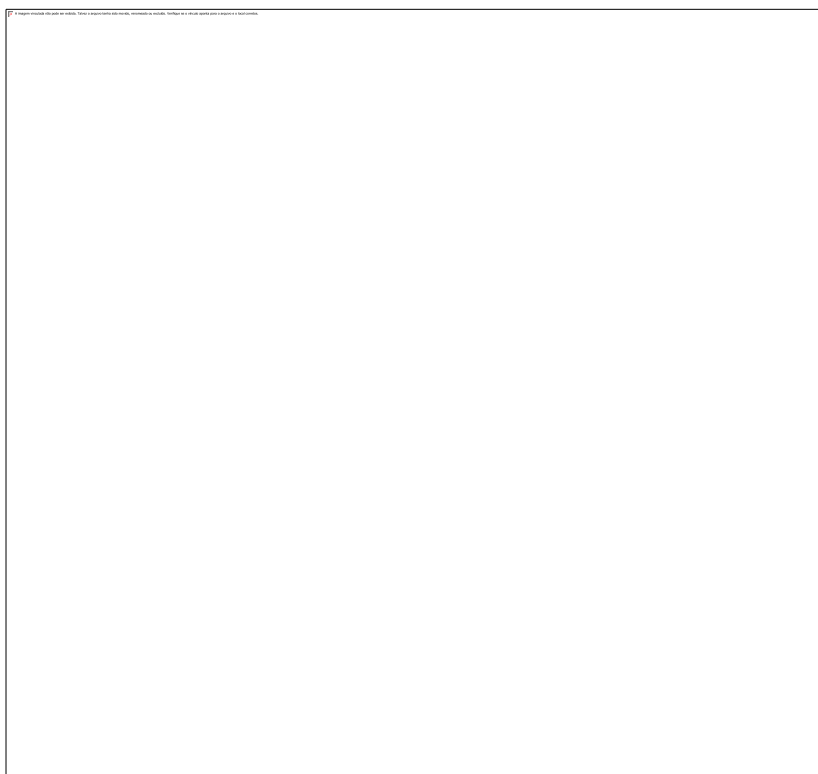


Imagem 1-Perda e ganho Microrregião de Natal

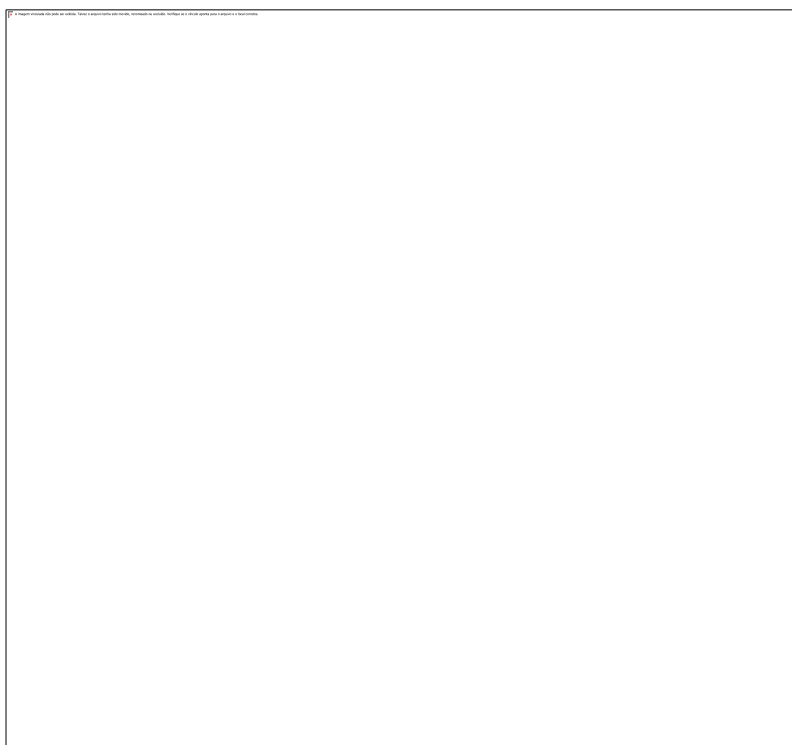


Imagem 2-Perda e ganho Microrregião de Macaíba



Imagem 3-Perda e ganho Microrregião Litoral Nordeste



Imagem 4-Perda e ganho Microrregião Litoral Sul

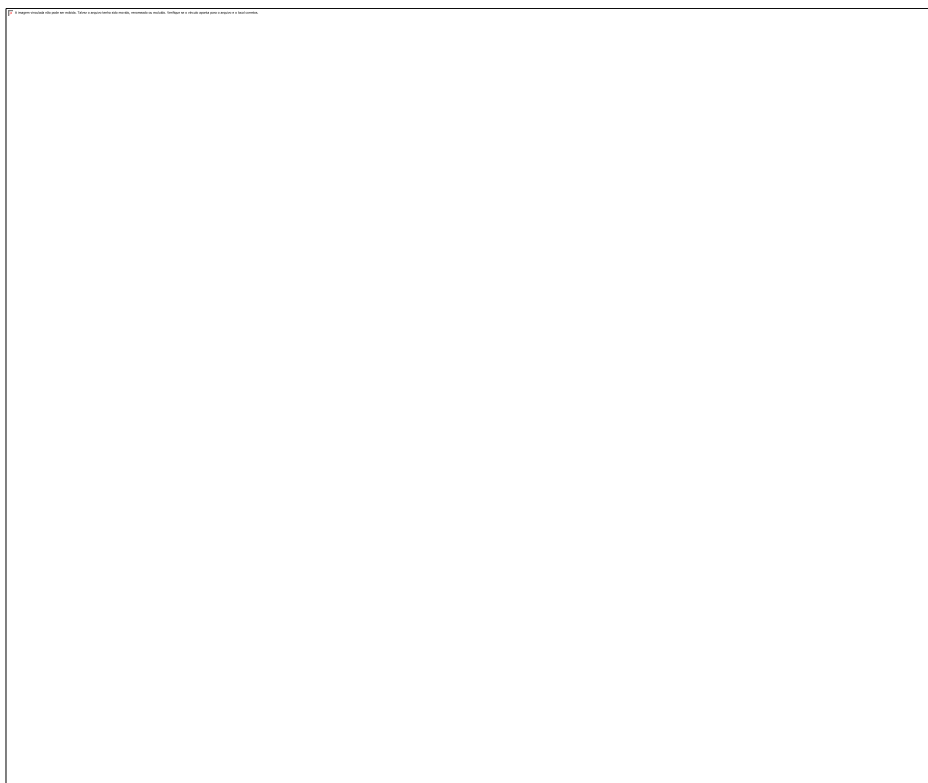


Imagem 5-Perda e ganho Microrregião da Baixa Verde



Imagem 6-Perda e ganho Microrregião Borborema Potiguar

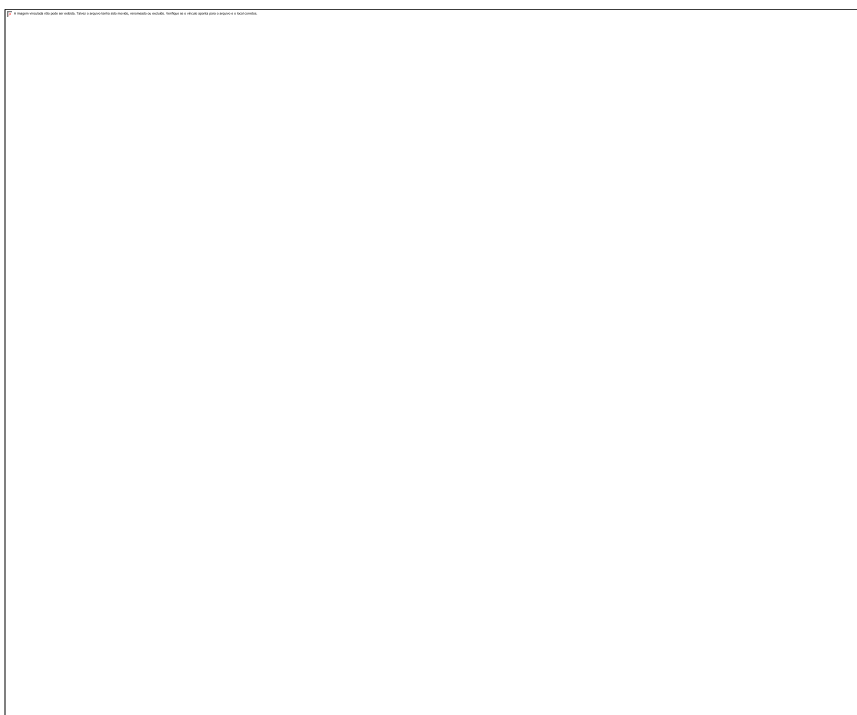


Imagem 7-Perda e ganho Microrregião Agreste Potiguar

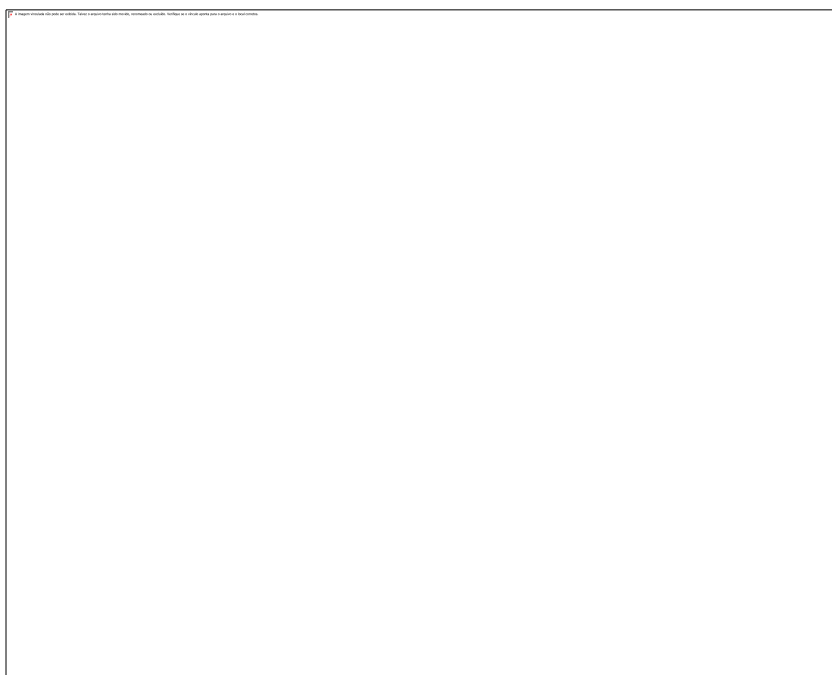


Imagem 8-Perda e ganho Microrregião Macau

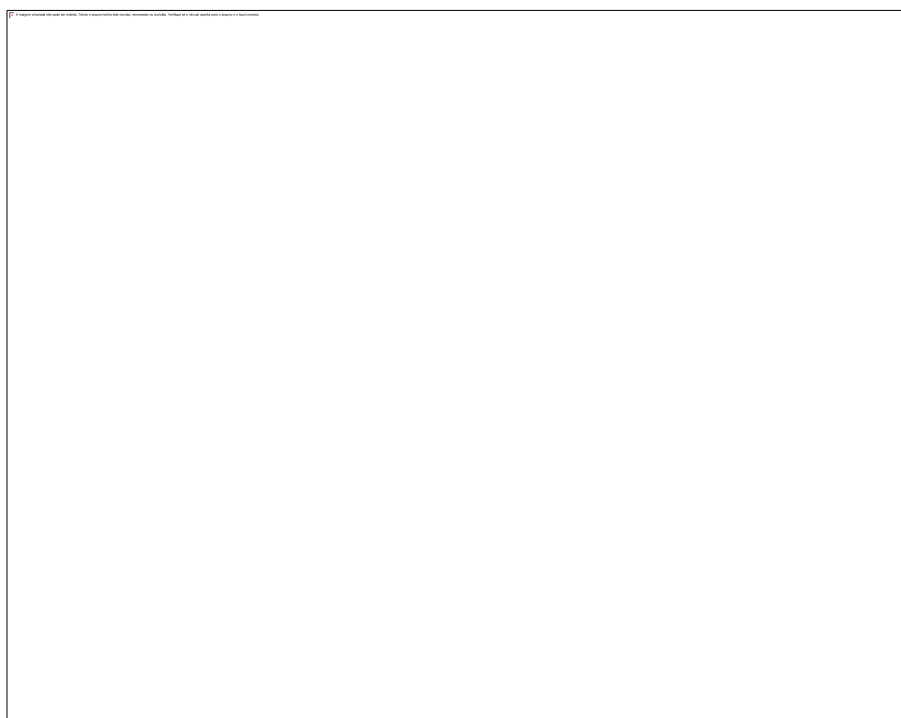


Imagem 9-Perda e ganho Microrregião Angicos

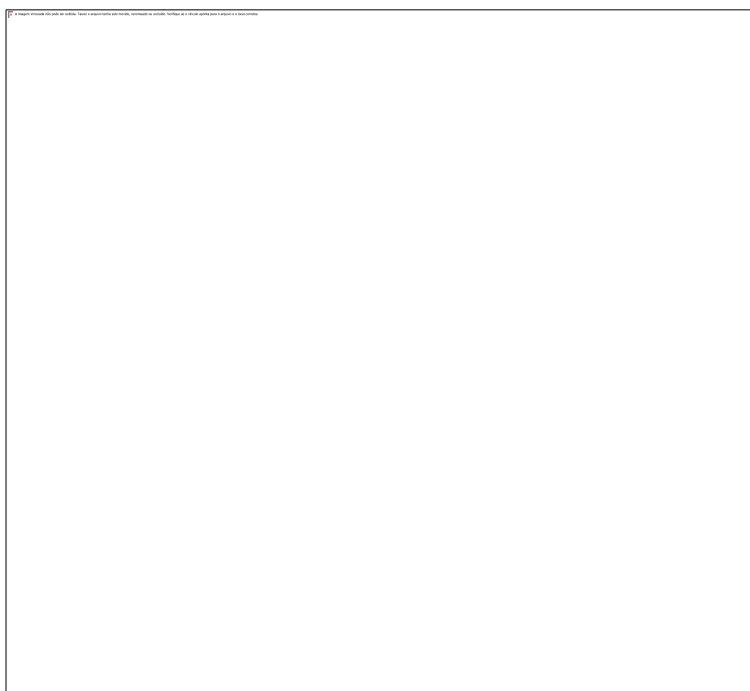


Imagem 10-Perda e ganho Microrregião Serra de Santana

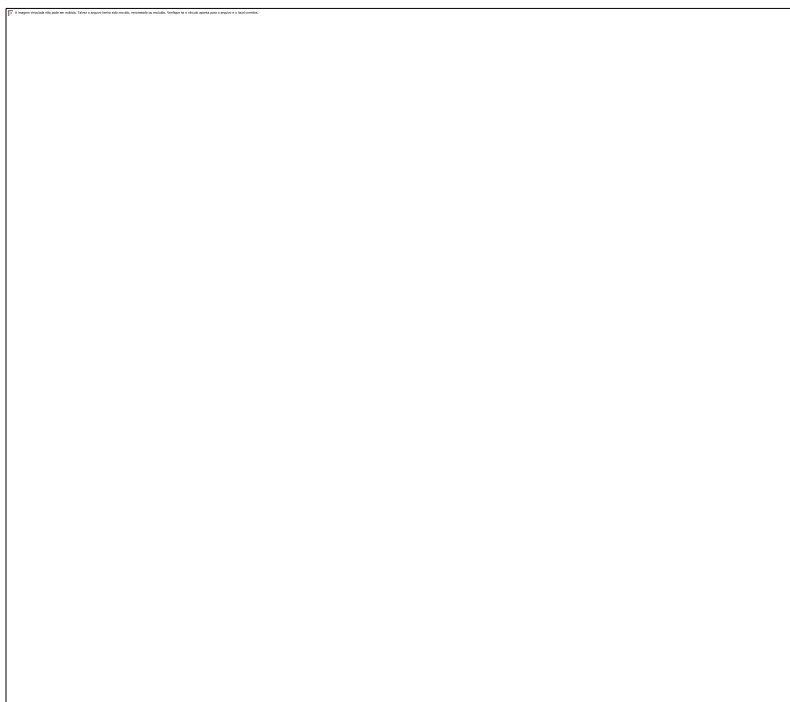


Imagem 11-Perda e ganho Microrregião Seridó Ocidental

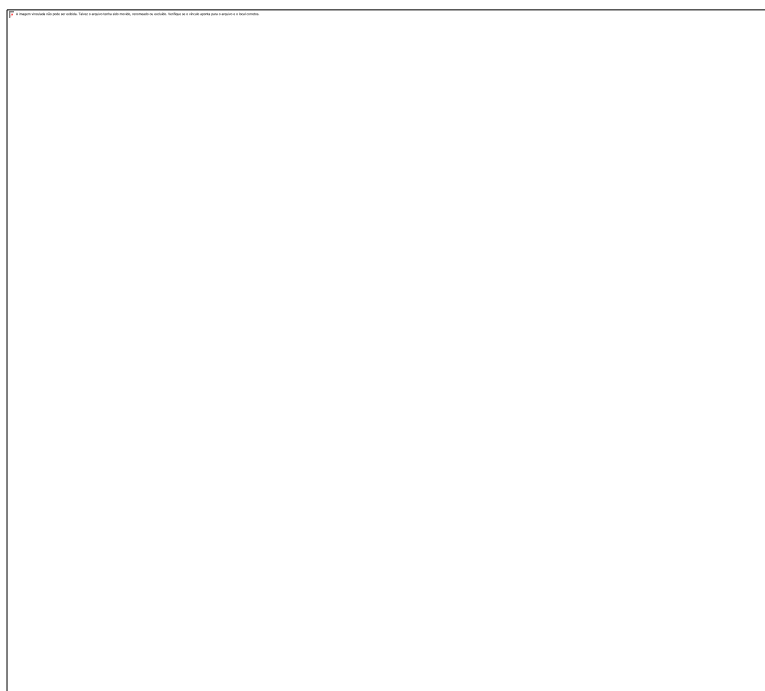


Imagem 12-Perda e ganho Microrregião Seridó Oriental

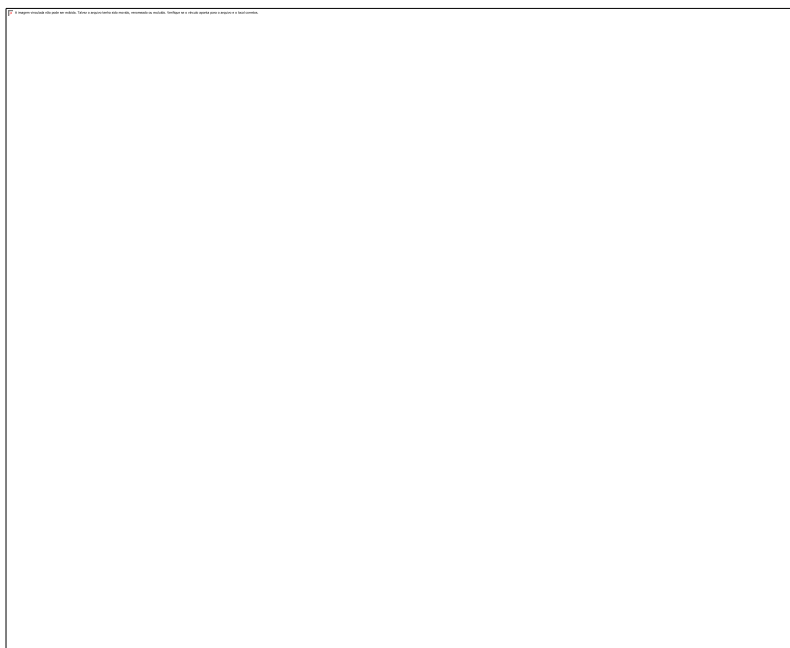


Imagem 13-Perda e ganho Microrregião Mossoró

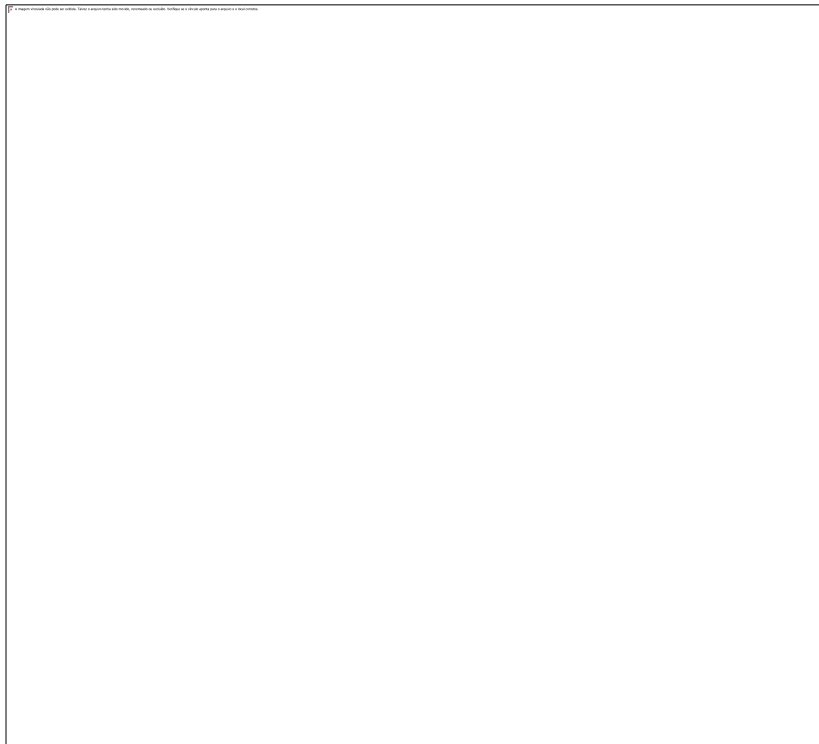


Imagem 14-Perda e ganho Microrregião Chapada do Apodi

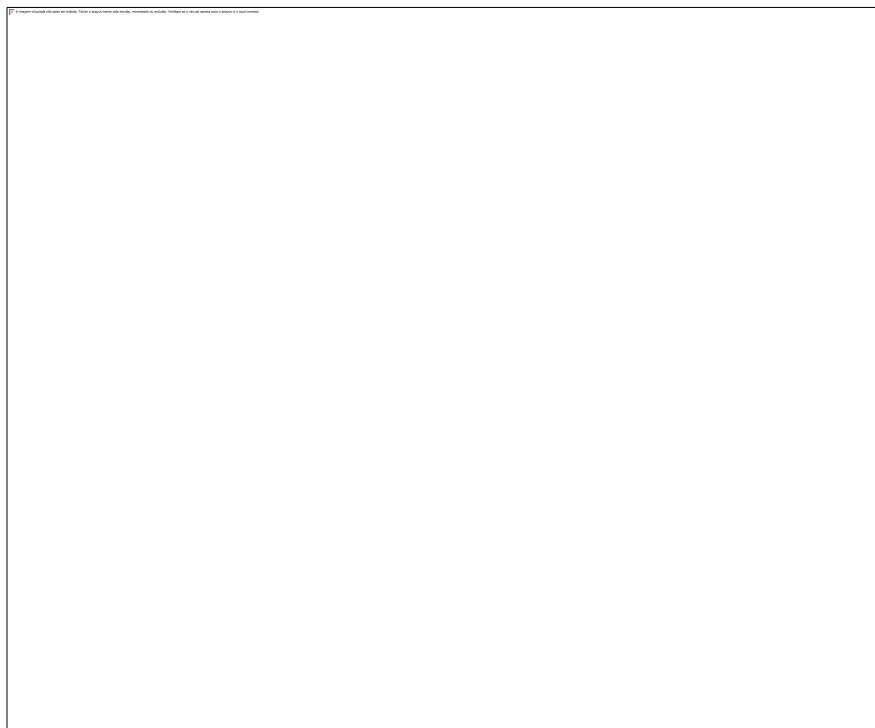


Imagem 15-Perda e ganho Médio Oeste

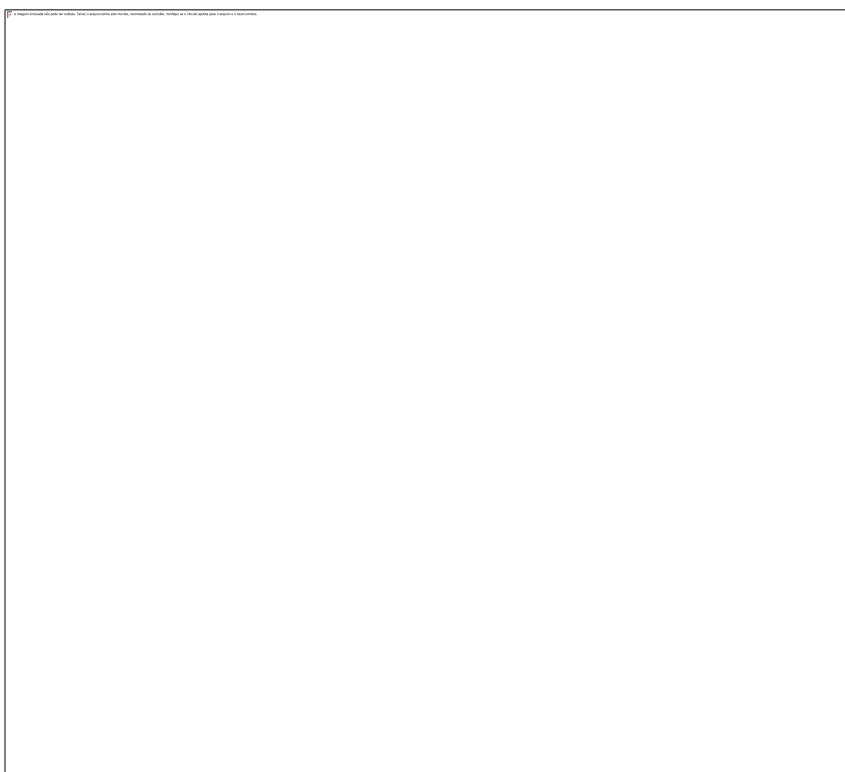


Imagem 16-Perda e ganho Microrregião Vale do Açu



Imagem 17-Perda e ganho Microrregião Serra de São Miguel

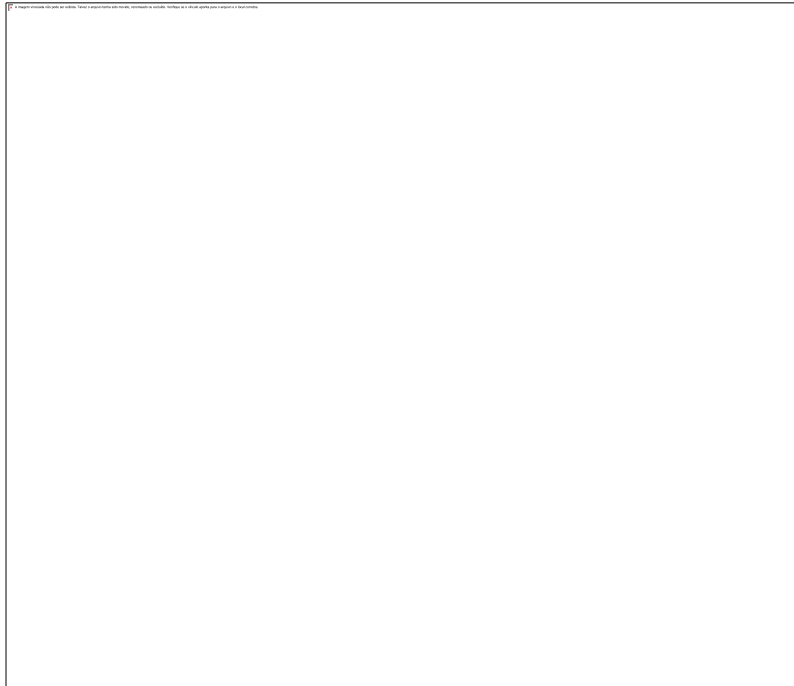


Imagem 18-Perda e ganho Microrregião Pau dos Ferros



Imagem 19-Perda e ganho Microrregião de Umarizal

CÓDIGO: HS0021

AUTOR: DÁLIA PIETRA TEIXEIRA DA SILVA SOUZA

ORIENTADOR: CIMONE ROZENDO DE SOUZA

TÍTULO: Silêncios e Ausências no Discurso Agroecológico: Etnoconhecimento, Invisibilização e a Construção Científica sobre as Sementes Crioulas na Revista Brasileira de Agroecologia (ABA)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir criticamente a forma como os sujeitos sociais e seus saberes tradicionais são representados (ou silenciados) nos artigos publicados pela Revista Brasileira de Agroecologia (ABA), com foco especial no tratamento das sementes crioulas. A análise parte de uma revisão sistemática dos artigos da ABA publicados entre 2010 e 2024 e identifica os principais silêncios, ausências e abordagens tecnicistas que marginalizam o etnoconhecimento. A partir de uma perspectiva sociológica e epistemológica crítica, discute-se como a ausência de nomeação dos agricultores, a redução dos saberes tradicionais a técnicas agrícolas e a despolitização da experiência camponesa contribuem para um processo de apagamento cultural. Autores como Pierre Bourdieu, Vandana Shiva, Paulo Petersen e Boaventura de Sousa Santos fundamentam as reflexões sobre o poder simbólico, a soberania alimentar e a ecologia de saberes.

Palavras-chave: sementes crioulas, etnoconhecimento, silenciamento, sociologia rural.

TITLE: Silences and Absences in Agroecological Discourse: Ethnoknowledge, Invisibilization, and the Scientific Construction of Creole Seeds in the Revista Brasileira de Agroecologia (ABA)

Abstract

This article aims to critically discuss how social subjects and their traditional knowledge are represented—or silenced—in articles published by the Revista Brasileira de Agroecologia (ABA), with special focus on the treatment of sementes crioulas (creole seeds). The analysis is based on a systematic review of ABA articles published between 2010 and 2024, identifying key silences, absences, and technicist approaches that marginalize ethnoknowledge. From a critical sociological and epistemological perspective, the discussion explores how the failure to name farmers, the reduction of

traditional knowledge to mere agricultural techniques, and the depoliticization of peasant experience contribute to a process of cultural erasure. Authors such as Pierre Bourdieu, Vandana Shiva, Paulo Petersen, and Boaventura de Sousa Santos provide the theoretical foundation for reflections on symbolic power, food sovereignty, and the ecology of knowledge.

Keywords: creole seeds, ethnoknowledge, silencing, rural sociology

Introdução

O debate sobre sementes crioula ultrapassa as fronteiras do campo agrícola e adentra territórios simbólicos, políticos e culturais. Em tempos de intensificação do agronegócio e da homogeneização genética promovida pelas grandes corporações do setor, as sementes crioulas emergem como símbolo de resistência socioterritorial e de soberania alimentar. Sua preservação envolve não apenas práticas agrícolas, mas também sistemas de valores, memórias, crenças e modos de vida. Assim, discutir as sementes crioulas implica compreender a complexidade das relações entre conhecimento tradicional e ciência moderna, entre oralidade e institucionalização, entre invisibilidade e protagonismo.

No entanto, mesmo no interior da agroecologia, campo que se propõe crítico ao modelo produtivista, é possível identificar lacunas importantes na forma como esses saberes e sujeitos são tratados. Muitas das literaturas científicas publicadas em revistas como a Revista Brasileira de Agroecologia (ABA), embora muito importante e relevante, por vezes acaba prevalecendo muitas das vezes muito dos valores técnicos, e acaba deixando de lado os aspectos socioculturais envolvidos nas práticas agroecológicas, silenciando ou tratando de forma superficial os saberes populares e o papelativo dos agricultores e agricultoras na conservação das sementes.

As sementes crioulas são não apenas insumos agrícolas, mas expressões vivas da cultura, da história e da resistência camponesa. Sua preservação está intimamente ligada à soberania alimentar e à continuidade dos saberes ancestrais. No entanto, mesmo no campo da agroecologia, que se propõe a integrar saberes tradicionais e ciência, observa-se uma tendência recorrente de abordar em tecnicistas e funcionais que invisibilizam os sujeitos sociais e reduzem seus conhecimentos a um papel secundário. Este artigo se propõe a investigar os silêncios e apagamentos presentes nos artigos da Revista Brasileira de Agroecologia (ABA), especialmente no que tange às sementes crioulas, entre os anos de 2010 e 2024.

Metodologia

A pesquisa consistiu em uma análise de conteúdo qualitativa dos artigos publicados na ABA entre 2010 e 2022, selecionados a partir dos termos "sementes crioulas", "sementes tradicionais" e "etnoconhecimento". A partir da

leituras sistemática dos artigos, foram categorizadas as formas de representação dos sujeitos sociais, a presença ou ausência de nomeação de agricultores, o lugar concedido aos saberes tradicionais e a abordagem epistêmica predominante.

A revisão sistemática identificou e analisou um recorte de sete artigos publicados na Revista Brasileira de Agroecologia (ABA) no período de 2010 a 2022, selecionados a partir dos descritores “sementes crioulas”, “sementes tradicionais” e “etnoconhecimento”. Os artigos de Carvalho et al. (2010), Pires e Menezes (2011), Oliveira et al. (2013), Lopes et al. (2015), Santos e Rocha (2017), Ferreira et al. (2019) e Medeiros e Silva (2022) compuseram o corpus da pesquisa. Cada um deles foi avaliado segundo a forma como representava os sujeitos sociais, a centralidade atribuída ao etnoconhecimento e as estratégias discursivas de tecnificação ou de silenciamento cultural. O recorte temporal foi definido considerando o avanço das discussões sobre agroecologia na última década e a necessidade de observar a evolução do debate em torno das sementes crioulas.

A análise dos sete artigos presentes Revista Brasileira de Agroecologia (ABA) permitiu a apropriação de elementos fundamentais para a construção crítica deste trabalho. O artigo de Carvalho et al. (2010), por exemplo, foi utilizado para evidenciar como a conservação das sementes crioulas é abordada de maneira predominantemente técnica, restringindo-se a dados de viabilidade e conservação, sem considerar a agência dos agricultores. Esse silenciamento inicial nos permitiu problematizar a ausência dos sujeitos sociais na literatura acadêmica. De modo semelhante, o estudo de Pires e Menezes (2011) também foi apropriado de forma crítica, pois embora aborde experiências de uso e conservação em assentamentos, acaba por reduzir os agricultores a meros fornecedores de material genético, o que reforça a marginalização do etnoconhecimento e a hierarquização entre saber científico e saber popular.

O trabalho de Oliveira et al. (2013) contribuiu para a discussão ao destacar a biodiversidade agrícola, mas sempre em parâmetros agrônômicos, relegando as práticas tradicionais a uma posição secundária. Essa perspectiva nos permitiu analisar a tecnificação do discurso agroecológico, no qual a diversidade de sementes é medida apenas pela lógica da produtividade. Já o artigo de Lopes et al. (2015), embora trate de metodologias participativas, não reconhece de forma plena o protagonismo dos agricultores. A apropriação desse texto, portanto, serviu como contraponto para evidenciar os limites da participação apenas formalizada.

O estudo de Santos e Rocha (2017) foi igualmente importante, pois descreve feiras e encontros de sementes, mas limita-se a interpretá-los como simples espaços de troca material, sem captar sua dimensão simbólica, ritual e cultural. Ao mobilizá-lo, pudemos reforçar a crítica ao apagamento da dimensão simbólica que sustenta a identidade camponesa em torno das sementes crioulas. O trabalho de Ferreira et al. (2019) também foi incorporado à análise por tratar da segurança alimentar, mas sem reconhecer a identidade cultural associada às práticas de conservação e uso das sementes. Essa apropriação possibilitou refletir sobre o esvaziamento da experiência camponesa nos discursos científicos. Por fim, o artigo de Medeiros e Silva (2022), o mais recente do corpus, reforça a lógica de silenciamento ao discutir políticas públicas de sementes crioulas sob uma ótica institucional, sem incluir a voz ou a perspectiva dos agricultores. Esse texto foi mobilizado como evidência de que, mesmo em anos mais recentes, muitas

das produções acadêmicas presentes da ABA, ainda prevalecem um olhar técnico e não transdisciplinar para a abordagem das sementes crioulas.

Em síntese, a apropriação desses artigos evidencia a recorrência de abordagens tecnicistas, institucionais e agronômicas que, embora importantes em termos de dados e políticas, silenciam ou reduzem a pluralidade dos saberes tradicionais. Essa leitura crítica permitiu sustentar nossa argumentação em torno da necessidade de reposicionar os agricultores como sujeitos epistêmicos, valorizar a oralidade e a transmissão intergeracional dos saberes, e promover uma ciência comprometida com a justiça cognitiva. Assim, os artigos analisados não são tomados como modelos negativos, mas como indícios das limitações da produção científica atual acerca sobre sementes, e como ponto de partida para defender uma pesquisa mais enraizada nas práticas sociais e culturais que estruturam o universo das sementes crioulas.

Resultados e Discussões

Em grande parte dos artigos analisados, os agricultores são tratados como "comunidades locais" ou "produtores familiares", sem qualquer nomeação específica ou contextualização social. Essa prática, que aparenta ser neutra, produz um efeito de apagamento dos sujeitos sociais. Segundo Bourdieu (2008), nomear é instituir uma essência social, e o poder de nomeação é um instrumento de dominação simbólica. Ao não nomear, a ciência silencia.

Trouillot (1995) também alerta que os silêncios na produção do conhecimento histórico são partes constituintes do que se entende como "verdade". Assim, a omissão de nomes, histórias e trajetórias individuais resulta na construção de um sujeito genérico, desprovido de identidade, o que dificulta a compreensão das sementes crioulas como elementos culturalmente situados.

Os saberes tradicionais são frequentemente descritos como práticas empíricas que "auxiliam" a conservação de sementes, mas raramente são tratados como conhecimento sistematizado. Essa visão reducionista desconsidera a complexidade cosmológica do cultivo, armazenamento e seleção das sementes. Autores como Decola (2003) e Geertz (1989) ajudam a pensar o conhecimento tradicional como interpretação densa e simbólica da relação com o ambiente. Leff (2001), por sua vez, discute o saber ambiental como um saber complexo que articula racionalidade, cultura e poder. A abordagem tecnicista dos artigos da ABA contrasta com essa visão, convertendo o saber camponês em mera técnica de conservação.

Despolitização e o Silenciamento Estrutural

A ciência agroecológica muitas vezes evita reconhecer o conflito simbólico e político envolvido na conservação das sementes crioulas. Essa neutralização do conflito resulta na naturalização de um discurso científico que se afasta dos movimentos sociais que sustentam a agroecologia como prática de resistência. Paulo Petersen (2011) lembra que a agroecologia é uma ciência da transformação, e não da adaptação ao sistema dominante. Ignorar a luta política envolvida nas sementes crioulas é ignorar a própria raiz do conceito de soberania alimentar.

A ausência de um tratamento mais profundo do etnoconhecimento se torna ainda mais problemática quando se observa, paralelamente, o fortalecimento do discurso técnico-científico promovido pelo agronegócio. Enquanto os saberes locais são invisibilizados ou tratados com superficialidade, o agronegócio é legitimado pela ciência oficial, incorporando vocabulários da sustentabilidade, da produtividade e da inovação. Trata-se de uma assimetria epistemológica em que o conhecimento tradicional é desqualificado como informal ou não sistemático, enquanto o conhecimento técnico do agronegócio é elevado à condição de universal.

Essa assimetria se perpetua por meio de uma lógica de desenvolvimento que privilegia os grandes sistemas produtivos e homogeneizantes, em detrimento das práticas diversas e adaptadas localmente. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2006), vivemos sob o império da monocultura do saber e do tempo linear, que recusa a legitimidade de outras racionalidades. O etnoconhecimento, por ser relacional, situado e oral, escapa às categorias da ciência moderna, e por isso tende a ser silenciado. O agronegócio, por outro lado, opera por meio de grandes plataformas de financiamento, instituições acadêmicas alinhadas e políticas públicas que o favorecem diretamente.

A ausência ou subalternização dos saberes tradicionais em publicações científicas configura um processo de epistemicídio, como define Boaventura de Sousa Santos (2006). Isso ocorre quando os conhecimentos locais são deslegitimados diante da ciência moderna ocidental. No campo das ciências agrárias, esse colonialismo epistêmico se manifesta na padronização de modelos produtivos e tecnológicos, mesmo em contextos que se propõem alternativos como a agroecologia. O reconhecimento de múltiplas epistemologias é essencial para romper com essa lógica.

“O epistemicídio é a destruição de conhecimentos e de saberes considerados não científicos ou não válidos pelo cânone epistemológico dominante” (SANTOS, 2006, p. 159).

No contexto da agroecologia, o epistemicídio se manifesta na forma de apagamento sistemático dos modos de saber que não se adequam aos parâmetros da ciência moderna ocidental, como o etnoconhecimento, a oralidade, e a sabedoria ancestral transmitida por gerações.

Esse fenômeno está diretamente vinculado ao que Santos (2006) chama de pensamento abissal: uma lógica que separa a “realidade científica” da “realidade subalterna” por

meio de fronteiras invisíveis que classificam certos conhecimentos como irracionais, inferiores ou não confiáveis. A ciência hegemônica construiu sua autoridade ao custo da marginalização de outros sistemas epistêmicos. Nas ciências agrárias, isso se revela na preferência por tecnologias padronizadas, sementes certificadas e modelos produtivistas que não dialogam com a diversidade ecológica e cultural dos territórios camponeses.

A crítica ao epistemicídio também exige a reconstrução das formas de produção do conhecimento. Para tanto, é necessário reconhecer os saberes locais como válidos em si mesmos, e não apenas como complementares ao saber técnico. Isso implica repensar a própria noção de “pesquisa” como prática de escuta, co-produção e reconhecimento do outro como sujeito de conhecimento. Nesse sentido, a ecologia de saberes proposta por Santos (2006) fornece um arcabouço para integrar epistemologias diversas em uma ciência comprometida com a justiça cognitiva.

Ademais, como argumenta Enrique Leff (2001), o saber ambiental é inseparável das relações simbólicas e culturais que os povos estabelecem com seus ecossistemas. Portanto, não se trata apenas de “incorporar” o saber local nas metodologias científicas, mas de transformar as bases epistemológicas da própria ciência. Isso inclui considerar as formas de oralidade como estrutura narrativa legítima, as práticas agrícolas como formas de racionalidade, e os modos de transmissão intergeracional como tecnologia social.

Essa reconfiguração do campo científico exige ainda enfrentar as relações de poder que operam dentro da própria academia. Bourdieu (2004, p. 54) define o campo científico como um espaço de lutas simbólicas, onde se disputa a autoridade para definir o que é conhecimento legítimo. Nesse campo, os guardiões de sementes e agricultores familiares raramente detêm capital científico, o que os coloca em posição de subalternidade. No entanto, ao serem incluídos como sujeitos epistêmicos e coautores do conhecimento, rompe-se a lógica da exclusão e inicia-se um processo de descolonização das práticas investigativas.

Portanto, combater o epistemicídio significa não apenas incluir os saberes populares, mas transformá-los em base estruturante para uma nova ciência. Uma ciência que não apenas fale sobre o mundo, mas o escute, o reconheça em sua diversidade e o respeite como portador de múltiplas verdades possíveis.

Vandana Shiva (1993) denuncia esse processo como uma forma de colonialismo epistemológico, em que as práticas agrícolas indígenas e camponesas são apagadas e substituídas por pacotes tecnológicos. Ao contrário do discurso da eficiência e da produtividade que sustenta o agronegócio, o saber tradicional não se baseia em lucro, mas em continuidade, memória, coletividade e respeito à biodiversidade. Ao não reconhecer esses fundamentos, a produção científica contribui para o deslocamento de sentidos e a erosão simbólica das sementes crioulas.

Diversidade Nomenclatural como Disputa Simbólica

O próprio termo "sementes crioulas" é disputado nos artigos. Variam-se entre "sementes tradicionais", "sementes da paixão", "sementes caseiras" ou "sementes do agricultor". Bourdieu (1996) nos ajuda a compreender que essa disputa é mais que linguística: é uma luta pelo poder simbólico de definir o mundo. Nomear as sementes é uma forma de instituí-las socialmente e politicamente. Seguindo Bourdieu (1996), o campo científico é também um campo de disputa por legitimidade simbólica. Nesse espaço, os sujeitos que detêm capital científico (títulos, publicações, cargos institucionais) tendem a definir os critérios do que é considerado "conhecimento válido". Agricultores e guardiões de sementes, ao não participarem desses circuitos, são desautorizados epistemologicamente. Questionar a produção científica tradicional significa disputar os critérios de validação do conhecimento e propor uma ciência mais democrática.

"O campo científico é um campo de lutas por autoridade científica, ou seja, por competência específica, científica, que é socialmente reconhecida" (BOURDIEU, 2004, p. 54).

A transmissão oral do conhecimento entre os guardiões de sementes crioulas e os agricultores familiares é uma das mais antigas formas de preservação cultural no campo. Esses saberes, passados de geração em geração, não apenas mantêm vivas as práticas agrícolas, mas também constituem uma memória coletiva que resiste às lógicas homogeneizantes do agronegócio e da ciência moderna ocidental. A oralidade, enquanto tecnologia social, não deve ser vista como ausência de sistematização, mas como um modo legítimo e estruturado de produção de conhecimento.

Como aponta Paul Zumthor (1997), a oralidade opera por meio de ritmos, narrativas, imagens e contextos sociais, construindo uma memória viva que se adapta, mas não se perde. No caso das sementes crioulas, essa memória envolve informações sobre ciclos lunares de plantio, rituais, métodos de conservação por secagem, enterramento ou estocagem em recipientes específicos, além de usos medicinais, culinários ou simbólicos. A sabedoria camponesa se sustenta, portanto, sobre relações territoriais e afetivas, muitas vezes indecifráveis para os modelos científicos tradicionais.

Boaventura de Sousa Santos (2006), ao propor uma "ecologia de saberes", reforça que o conhecimento científico não é o único válido, e que uma ciência comprometida com a transformação social precisa reconhecer a diversidade epistemológica presente nos contextos locais. É nesse sentido que os agricultores e guardiões de sementes não devem ser tratados como fontes de dados, mas como coautores do processo investigativo. Sua centralidade na pesquisa não é uma concessão metodológica, mas uma exigência ética e epistemológica.

A ausência dos sujeitos locais como protagonistas nos artigos científicos sobre agroecologia, como observado em muitos trabalhos da ABA, contribui para o apagamento dessas formas de saber e para o risco de erosão cultural. Como explica Leff (2001), os processos de racionalização da natureza promovidos pela modernidade

colocam em risco não só a biodiversidade, mas também a diversidade simbólica e cultural que a sustenta. Quando não se reconhece a importância dos saberes transmitidos oralmente — como técnicas de seleção de sementes adaptadas ao solo local, cuidados específicos com pragas, tempos de repouso da terra, entre outros — corre-se o risco de romper com uma cadeia histórica de inovação popular.

Além disso, a continuidade desses saberes depende de práticas intergeracionais. Quando a juventude camponesa não encontra espaços de valorização desses conhecimentos, enfraquece-se o elo da tradição, abrindo espaço para a substituição por pacotes tecnológicos prontos e excludentes. Reconhecer a oralidade como patrimônio imaterial, como propõe a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), é reconhecer o valor político, social e epistemológico desses modos de saber.

A cultura das sementes crioulas é sustentada por um complexo de práticas, narrativas, rituais e significados simbólicos que compõem uma memória agroecológica. Essa memória não é apenas técnica, mas profundamente enraizada na identidade dos povos do campo. Reconhecê-la como patrimônio imaterial é afirmar que a conservação das sementes não pode ser separada da conservação dos modos de vida, como preconiza a Convenção da UNESCO (2003). Ignorar essa dimensão cultural contribui para a erosão simbólica e a fragilização da agroecologia enquanto campo de resistência.

Portanto, fortalecer as vozes dos guardiões de sementes é mais do que uma medida de justiça epistêmica: é garantir a continuidade das práticas agroecológicas, a resistência cultural dos povos do campo e a possibilidade de construção de uma ciência que não apenas estuda o mundo, mas dialoga com ele em sua complexidade plural.

Conclusão

Este trabalho evidencia que há um silenciamento sistemático nos artigos presentes na ABA quanto à centralidade dos sujeitos e saberes tradicionais na construção das sementes crioulas. Esse silenciamento não é apenas epistemológico, mas também político e simbólico. A produção científica precisa ser reorientada para reconhecer os agricultores como produtores de conhecimento, nomeando-os, citando suas práticas, ouvindo suas narrativas. A ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010) oferece uma via para construir uma ciência plural, dialógica e socialmente comprometida.

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu evidenciar que, mesmo em um campo crítico como a agroecologia, ainda predominam abordagens que tratam as sementes crioulas a partir de uma ótica majoritariamente técnica. Essa perspectiva, embora importante para aspectos de conservação e produtividade, mostra-se limitada ao não reconhecer integralmente o papel dos agricultores e agricultoras enquanto sujeitos epistêmicos e protagonistas na construção do conhecimento agroecológico. O etnoconhecimento, transmitido oralmente e carregado de significados culturais,

permanece muitas vezes à margem das narrativas científicas, o que contribui para uma forma de apagamento cultural e simbólico.

Nesse sentido, é fundamental compreender que as sementes crioulas são elementos centrais de um processo de resistência camponesa frente ao avanço do agronegócio e das monoculturas homogêneas. Sua preservação assegura a diversidade genética, mas também a continuidade das práticas e visões de mundo que estruturam as comunidades rurais. A pesquisa acadêmica, portanto, deve assumir a responsabilidade de não apenas descrever tais práticas, mas de contribuir ativamente para sua valorização e difusão, combatendo processos de invisibilização.

As sementes crioulas não são elementos isolados, mas estão profundamente ligadas à territorialidade e à construção identitária das comunidades camponesas. Cada variedade guarda uma história local, uma adaptação ao solo, ao clima, à cultura alimentar e até a práticas religiosas ou cosmológicas. Ao tratar as sementes apenas como recursos genéticos ou insumos agrícolas, a ciência nega seu papel como marca cultural e territorial. Essa compreensão reforça a necessidade de metodologias que incorporem o contexto sociocultural e não apenas o aspecto produtivo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- CARVALHO, A. L. et al. Conservação de sementes crioulas no semiárido brasileiro: perspectivas e desafios. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 112-123, 2010.
- DESCOLA, Philippe. Par-delà nature et culture. Paris: Gallimard, 2003.
- FERREIRA, M. T. et al. Segurança alimentar e sementes crioulas: limites e possibilidades no contexto agroecológico. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 45-59, 2019.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LOPES, J. A. et al. Metodologias participativas e a construção do conhecimento agroecológico: estudo com sementes crioulas. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 87-98, 2015.

MEDEIROS, F. P.; SILVA, R. S. Políticas públicas e sementes crioulas: institucionalização e desafios. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 101-115, 2022.

OLIVEIRA, L. F. et al. Diversidade agrícola e sementes crioulas: análises sob a ótica da produtividade. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 65-78, 2013.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a luta pela terra. In: PETERSEN, Paulo (org.). *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

PIRES, A. C.; MENEZES, D. S. Experiências de conservação de sementes em assentamentos rurais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 53-62, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, F. C.; ROCHA, J. L. Feiras de sementes crioulas: trocas materiais e dimensões culturais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 89-101, 2017.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas sobre biodiversidade e biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 1993.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/15164-PT.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Ática, 1997.

Anexos

Table content is missing or blank.

Tabela de artigos revisados na ABA

CÓDIGO: HS0024

AUTOR: ESTER LESSA COSTA DANTAS

ORIENTADOR: JAQUELINE CASTILHO MACHUCA

TÍTULO: Representatividade de autoras mulheres no PNLD literário (2020):
sextos e sétimos anos

Resumo

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de Iniciação Científica que investigou a representatividade de obras de autoria feminina no PNLD Literário, com ênfase nos livros indicados para os 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, realizando o levantamento e a categorização das obras segundo seus gêneros literários, assim como a análise das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para contextualizar o material selecionado. Os resultados evidenciaram predominância da autoria masculina, sobretudo em gêneros literários tradicionais, enquanto a presença feminina concentrou-se em formatos menos canônicos. Tal panorama reflete questões históricas relacionadas à representatividade e limita a pluralidade de vozes disponíveis aos estudantes. Para aprofundar a análise, foram selecionados textos para futuras investigações que permitirão explorar dimensões de identidade e representação nas narrativas infantojuvenis.

Palavras-chave: PNLD. BNCC. Literatura. Mulheres. Sextos e sétimos anos.

TITLE: Representation of female authors in the literary PNLD (2020): sixth and seventh years

Abstract

This report presents activities developed in the undergraduate research project, that investigated the representation of works by female authors in the Literary PNLD, with an emphasis on books selected for 6th and 7th grades of Elementary School. The research used a quali-quantitative approach, conducting a survey and categorizing the works according to their literary genre, as well as analyzing the guidelines of Base Nacional Comum Curricular (BNCC) to contextualize the selected material. The results highlighted the predominance of male authors, especially in traditional literary genres, whereas the female authors concentrated on less canonical formats. This context reflects historical issues related to representation and limits the plurality of voices available to students. To deepen the analysis, texts were selected for future research that will allow exploring the dimensions of identity and representation in children's and adolescent's narratives.

Keywords: PNLD. BNCC. Literature. Women. Sixth and Seventh grades.

Introdução

O presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de Iniciação Científica intitulado “Textos escritos por mulheres indicados no PNLD literário (2020/2021)”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com início em setembro de 2024. A pesquisa teve como objetivo principal investigar obras literárias de autoria feminina presentes nos guias do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e este plano de trabalho teve como foco os livros destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente os indicados para os 6º e 7º anos. A escolha desse recorte justifica-se pela importância de se analisar a representatividade de escritoras no contexto das políticas públicas de leitura e formação leitora em escolas da rede pública. O PNLD, por sua abrangência e impacto na educação básica, constitui um espaço privilegiado para refletir sobre os critérios de seleção de obras literárias e suas implicações para o acesso à diversidade de vozes e experiências no ambiente escolar. O projeto esteve alinhado à linha temática n.º3 – Políticas Públicas – do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para Ciências Humanas e Sociais (2018), proposto pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Além disso, dialoga com as diretrizes estabelecidas pela Portaria MCTIC n.º 1.122/2020, que reconhece como prioritárias as pesquisas em humanidades e ciências sociais voltadas ao desenvolvimento de áreas estratégicas e à promoção da qualidade de vida. A valorização de obras escritas por mulheres, em diferentes contextos e formatos, revela-se essencial não apenas para ampliar o repertório literário disponibilizado aos estudantes, mas também para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a diversidade. Nesse sentido, a pesquisa buscou articular fundamentos da teoria literária – com base em autoras como Regina Dalcastagnè (2010) – e reflexões acerca das seleções quantitativas de autorias femininas promovidas pelo PNLD. Este relatório apresenta, portanto, a trajetória da pesquisa realizada, os procedimentos metodológicos adotados, os principais resultados obtidos até o momento e as considerações finais acerca das contribuições do projeto para o campo dos estudos literários e das políticas públicas educacionais.

Metodologia

A metodologia adotada neste projeto de Iniciação Científica teve natureza quali-quantitativa, com o intuito de abarcar tanto o levantamento numérico das obras quanto sua adequação à BNCC. O desenvolvimento do trabalho foi dividido em etapas, respeitando o cronograma previamente estabelecido, mas mantendo a flexibilidade necessária à natureza investigativa do projeto. Na primeira etapa, procedeu-se à organização de um levantamento quantitativo das obras literárias escritas por mulheres indicadas no PNLD Literário 2020, destinado aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Esse levantamento concentrou-se nas obras indicadas especificamente para os 6º e 7º anos, delimitando o corpus deste plano de trabalho. Durante essa fase, foram observados os seguintes critérios: a) identificação das autoras presentes na seleção do PNLD; b) classificação das obras segundo o gênero literário (romance, conto, poesia, quadrinhos,

entre outros); c) verificação da frequência com que cada gênero aparece no conjunto de textos escritos por mulheres. Esse mapeamento inicial possibilitou uma visão panorâmica da presença feminina nas seleções do programa, bem como das formas e suportes literários priorizados pelas comissões avaliadoras. Em paralelo a isso, foi realizada uma leitura e discussão aprofundada dos documentos oficiais que regem a Educação Básica brasileira, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse movimento inicial teve como finalidade compreender quais diretrizes orientam o ensino de Literatura no Ensino Fundamental – Anos Finais, bem como identificar os principais conceitos, competências e habilidades previstos para esse componente curricular. A partir dessa análise, buscamos estabelecer conexões entre os objetivos do PNLD literário e as diretrizes da BNCC, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da leitura crítica, à valorização da diversidade cultural e ao incentivo à formação leitora. A terceira etapa da pesquisa, ainda em andamento, consiste na análise qualitativa das obras selecionadas, com base em referenciais da teoria literária. Essa análise tem sido orientada por questões relativas à adequação da obra ao ensino de literatura na educação básica. Para essa fase, são adotadas como referências principais a obra *Letramento Literário: teoria e prática* de Rildo Cosson (2010), que aborda as possibilidades de aplicação do letramento literário no contexto escolar, e o livro *Crônicas de Fiorella* de Vanessa Martinelli (2015), que tem sido analisado como parte do corpus, por contribuir com reflexões sobre representação, linguagem e identidade nas narrativas destinadas ao público infantojuvenil. A leitura desses materiais tem contribuído para o embasamento teórico da análise e para a articulação entre o objeto empírico e os fundamentos críticos adotados. Para garantir a coerência e a continuidade das atividades, foram realizadas reuniões quinzenais com todos os pesquisadores envolvidos no projeto. Esses encontros tiveram como objetivos a checagem dos dados coletados, o aprofundamento do debate teórico e o compartilhamento de impressões e hipóteses de análise. As reuniões foram essenciais para promover o diálogo entre os diferentes integrantes da equipe, permitindo o refinamento coletivo das interpretações e a constante avaliação das escolhas metodológicas. No que se refere aos materiais e instrumentos utilizados, a pesquisa fez uso de um notebook, para organização das informações, elaboração de listas e redação dos relatórios parciais, além da leitura de textos teóricos e dos documentos oficiais (guia do PNLD e BNCC) em formato digital. Também foram utilizados exemplares físicos e digitais das obras analisadas, incluindo alguns dos livros indicados pelo PNLD Literário, como as obras *Crônicas de Fiorella*, de Vanessa Martinelli, Suzy e as águas-vivas, de Ali Benjamin e *Cartas para minha mãe*, de Teresa Cárdenas, e os textos teóricos de base, em especial o trabalho *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea* de Regina Dalcastagnè (2010) e o livro *Letramento Literário: teoria e prática*, de Rildo Cosson (2010). A metodologia adotada nesta pesquisa buscou, portanto, articular a dimensão técnica da sistematização de dados com o aprofundamento crítico e teórico necessário à análise literária, respeitando a complexidade do objeto e a proposta de valorização da escrita feminina no contexto das políticas públicas de leitura.

Resultados e Discussões

A presente etapa da pesquisa teve como foco a análise do Guia Digital do PNLD Literário 2020, voltado aos Anos Finais do Ensino Fundamental, com ênfase na categoria 1 (6º e 7º anos). O objetivo principal foi identificar e quantificar as obras de autoria feminina presentes no acervo indicado pelo programa, bem como analisar a representatividade de

gênero no contexto dessas escolhas literárias. A investigação foi conduzida a partir de um recorte quali-quantitativo e amparada por referências oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de suportes críticos voltados à literatura e aos estudos de gênero. Como desdobramento dessa etapa, um artigo, com os resultados da pesquisa, está sendo produzido pelos pesquisadores vinculados ao projeto. Inicialmente, foram acessadas duas versões disponíveis no Guia PNLD Literário 2020: a versão online e a versão em PDF, ambas disponibilizadas pelo site oficial do Governo Federal. Embora o acesso aos documentos tenha sido simples – por meio da busca “PNLD literário 2020” no Google –, a análise apresentou desafios metodológicos. A versão online organiza as obras em acervos por categoria, o que ocasiona repetições de títulos, dificultando a obtenção de uma lista única e limpa. Foi necessário abrir individualmente cada acervo, registrar os títulos, eliminar duplicatas e buscar manualmente as informações complementares de cada obra, como autor, editora e gênero literário. Por outro lado, a versão em PDF apresenta uma listagem alfabética mais completa, com todas as informações detalhadas, facilitando a catalogação. No entanto, nela as categorias de 6º a 9º anos estão misturadas, o que exigiu uma triagem obra por obra para isolar aquelas que pertencem exclusivamente à categoria 1. Essa etapa demandou organização criteriosa e a criação de filtros manuais. Com a categorização concluída, foram identificadas 171 obras indicadas para os 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, distribuídas em seis agrupamentos de gêneros literários: conto, crônica, novela, teatro e textos de tradução popular, com 85 obras (46 de autoria masculina e 39 de autoria feminina); livros de imagens e histórias em quadrinhos, com 13 obras (9 de autoria masculina e 4 de autoria feminina); memória, diário, biografia e relatos de experiências, com 7 obras (4 masculinas e 3 femininas); obras clássicas da literatura universal, com 4 títulos, todos de autoria masculina; poema, com 16 obras (9 de autoria masculina e 7 de autoria feminina); e romance, com 46 obras (25 de autoria masculina e 21 de autoria feminina). Os dados revelam que 44% das obras catalogadas são de autoria feminina, número que, apesar de significativo, ainda demonstra uma leve disparidade em relação à autoria masculina. Gêneros como a literatura clássica universal não apresentam nenhuma autora mulher, enquanto os demais gêneros apresentam desequilíbrios variáveis. Embora o acervo apresente diversidade temática, abrangendo questões culturais, regionais, étnicas e sociais, a distribuição por gênero revela um desequilíbrio que reflete desigualdades históricas no campo literário. Essa constatação é ainda mais preocupante quando consideramos os princípios da BNCC. No campo artístico-literário, o documento valoriza o desenvolvimento do leitor literário crítico, autônomo e sensível às múltiplas linguagens e expressões culturais. A BNCC propõe a formação de um leitor-fruidor – capaz de vivenciar esteticamente o texto, interpretar seus sentidos e articular suas experiências de leitura a outros contextos e produções. Apesar de mencionar a importância da diversidade de autores de inclusão de vozes plurais, incluindo a feminina, a BNCC o faz de modo superficial, sem apresentar diretrizes específicas ou metas claras. Essa fragilidade curricular pode contribuir para a perpetuação de um modelo educacional que ainda privilegia a produção literária masculina como padrão e universal. Ao analisar o PNLD à luz da BNCC, observa-se que os acervos do programa de fato contemplam uma variedade de gêneros, estilos e contextos culturais, incluindo obras do cânone, produções contemporâneas, textos de matriz africana, indígena e do Oriente Médio. No entanto, a representatividade de gênero poderia ser melhor equacionada. Essa análise evidencia que, para garantir uma formação literária realmente plural, é necessário incluir autoras com protagonismo, em múltiplos gêneros e temáticas, e não apenas em espaços tradicionalmente associados ao feminino. A partir da categorização e do levantamento da autoria das obras, observou-se a necessidade de

discutir como as escolhas literárias presentes no PNLD 2020 refletem uma visão ainda pouco plural do cânone escolar. Esse dado inicial já permite estabelecer um diálogo com os pressupostos do letramento literário (Cosson, 2010), ao revelar como o contato com obras escritas por mulheres pode contribuir para uma leitura crítica e significativa da literatura na escola. Além disso, ao identificar a sub-representação de autoras nos gêneros mais valorizados, como o romance e as obras clássicas, foi possível iniciar reflexões com base nos princípios da crítica feminista, que problematizam a exclusão histórica das mulheres dos espaços de produção e legitimação literária. Esses resultados, portanto, não apenas evidenciam uma disparidade quantitativa, mas apontam para a necessidade de repensar os sentidos atribuídos à presença feminina no acervo escolar. Mais do que incluir autoras, é preciso refletir sobre quais obras são selecionadas, em que contextos aparecem e quais discursos sustentam ou subvertem. Essa problematização permite tensionar a lógica meritocrática que ainda rege a formação do cânone literário e abrir espaço para uma abordagem mais crítica, sensível às questões de gênero, poder e silenciamento.

Conclusão

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal analisar o corpus de obras literárias destinadas aos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental selecionadas no PNLD Literário 2020, com foco na representatividade de autoras mulheres, a partir de um levantamento quantitativo e categorização das obras. Os dados evidenciam uma distribuição levemente desigual da autoria feminina, revelando que, embora haja presença de escritoras no material selecionado, sua participação tende a se concentrar em gêneros considerados menos canônicos ou mais associados ao universo íntimo e cotidiano — como crônicas e textos de memória —, o que reforça uma representação restrita do papel da mulher na literatura. Essa constatação dialoga com pressupostos da crítica feminista, ao evidenciar o processo histórico de marginalização das autoras nos espaços de legitimidade literária, e também com as bases teóricas do letramento literário, que defendem a importância da diversidade de vozes para uma formação leitora crítica, ética e estética. Embora o escopo deste trabalho tenha sido o levantamento e a categorização das obras, os resultados obtidos já permitem sinalizar caminhos para investigações mais aprofundadas. Nesse sentido, foram selecionadas para análise futura as crônicas do livro *Crônicas de Fiorella* (PNLD 2020), escrito por uma autora contemporânea, cujo texto permite problematizar tanto a temática da experiência feminina na adolescência quanto o lugar da crônica como forma de expressão literária no contexto escolar. O livro, além de representativo da autoria feminina, se destaca por tratar de questões relacionadas à identidade, ao pertencimento, à afetividade e à construção do sujeito, aspectos fundamentais para pensar a literatura como espaço de formação ética, sensível e crítica. Assim, considera-se que este trabalho inaugura uma etapa inicial de investigação que pode ser expandida em diferentes frentes: análises qualitativas das obras escritas por mulheres presentes no PNLD; comparações com seleções de outros anos ou etapas de ensino; estudos sobre a recepção dessas obras por professores e estudantes; e, ainda, a elaboração de sequências didáticas que contemplem essas autoras, com vistas à valorização da diversidade e à promoção de práticas leitoras críticas e inclusivas. Tais aprofundamentos podem contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais democráticas e para a construção de políticas públicas que assegurem a efetiva pluralidade no ensino de literatura.

Referências

- BENJAMIN, A. Suzy e as Águas-Vivas. 1. ed. Campinas, SP: Verus Editora, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020 – Obras Literárias. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_literario_2020-literario_ensino_fundamental_anos_finais.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021 – Obras Literárias. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_literario_ensino_medio_Apresentacao.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.
- BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Histórico do PNLD. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- CÁRDENAS, T. Cartas para a Minha Mãe. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.
- COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2018.
- DELCASTAGNÈ, R. “Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo”. In: DELCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (orgs) Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. pp.40-64
- MARTINELLI, V. As Crônicas de Fiorella. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2015.

CÓDIGO: HS0025

AUTOR: IVANILDO BORGES DIAS NETO

COAUTOR: GISLLAYNE ROQUE SILVESTRE

ORIENTADOR: IONE RODRIGUES DINIZ MORAIS

TÍTULO: Ensino de Geografia: sequência didática para realização de aula de campo na Educação Básica

Resumo

Este trabalho propõe uma sequência didática para aulas de campo em Geografia, focando na construção de conhecimento e experiências, alinhada à perspectiva da educação geográfica. A metodologia adotada é qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando pesquisa bibliográfica, revisão documental e pesquisa de campo. A aula de campo é apresentada como uma estratégia metodológica que conecta a teoria à prática, permitindo aos alunos visualizar e interagir com os fenômenos estudados no espaço geográfico. A sequência didática proposta estrutura o processo de aprendizagem em pré-campo, campo e pós-campo, garantindo uma leitura crítica e contextualizada do espaço geográfico. O Forte dos Reis Magos, em Natal/RN, foi selecionado como estudo de caso devido à sua relevância histórica, turística e cultural, proporcionando aos alunos uma vivência prática dos conceitos geográficos como paisagem, lugar e espaço, e suas transformações ao longo do tempo. A proposta didática integra as unidades temáticas "O sujeito e seu lugar no mundo" e "Mundo do trabalho" da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com os objetos de conhecimento "Identidade sociocultural" e "Transformações das paisagens naturais e antrópicas". Os objetivos incluem estimular a compreensão histórico-cultural do Forte, associar conceitos geográficos à sua leitura e unir teoria e prática.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Sequência Didática. Aula de Campo.

TITLE: DIDACTIC SEQUENCE FOR FIELD CLASS FROM THE PERSPECTIVE OF GEOGRAPHIC EDUCATION: BUILDING KNOWLEDGE AND EXPERIENCES

Abstract

This paper proposes a didactic sequence for Geography field classes, focusing on knowledge construction and experiential learning, aligned with the perspective of

geographic education. The adopted methodology is qualitative, exploratory, and descriptive, employing bibliographic research, documentary review, and field research. The field class is presented as a methodological strategy that connects theoretical concepts with practical application, enabling students to visualize and interact with the phenomena studied in the geographical space. The proposed didactic sequence structures the learning process into pre-field, field, and post-field stages, ensuring a critical and contextualized understanding of the geographical space. The Forte dos Reis Magos, located in Natal/RN, was selected as a case study due to its historical, touristic, and cultural significance, offering students a practical experience of geographical concepts such as landscape, place, and space, and their transformations over time. The didactic proposal integrates the thematic units "The individual and their place in the world" and "The world of work" from the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). The knowledge objects include "Sociocultural identity" and "Transformations of natural and anthropogenic landscapes". The general objectives encompass stimulating historical-cultural understanding of the Forte, associating geographical concepts with its interpretation, and unifying theoretical and pra

Keywords: Geography Teaching, Didactic Sequence, Field Class.

Introdução

A princípio, o presente relatório final tem como objetivo central destacar os principais tópicos presentes ao longo da pesquisa produzida de iniciação científica, detalhando também as principais discussões realizadas ao longo do trabalho e os resultados obtidos.

Assim, para a idealização do trabalho, foi fundamental compreender que a Geografia escolar tem sido alvo de mudanças que abrangem diferentes perspectivas, dentre as quais destacam-se abordagens que priorizam a construção do conhecimento com base no cotidiano e nas experiências do estudante, conferindo relevância aos pressupostos da educação geográfica. Segundo Callai (2011), a Educação Geográfica corresponde a uma forma de ensinar que, ao levar em conta o contexto no qual o aluno está inserido, torna sua aprendizagem significativa.

Como uma estratégia metodológica que potencialize essa abordagem, tem-se a aula de campo. De acordo com Moreira e Marques (2021, p. 45139), esta refere-se a uma atividade extraclasse ou um estudo do meio que confere a união da teoria abordada em sala de aula com a prática e a visualização mais próxima do cenário referente a um determinado tema Além disso, tal atividade acompanha a Geografia desde a sua constituição como ciência com a descrição e a explicação dos elementos naturais e antrópicos da paisagem.

Assim sendo, considerando a importância da aula de campo e as suas vantagens para o processo de ensino e aprendizagem, essa pesquisa buscou utilizar de um instrumento didático eficiente, como a sequência didática, para a realização de uma aula de campo. Assim, o conjunto de elementos necessários para a elaboração de uma sequência didática foi objeto de detalhe e diálogo ao longo dos resultados e discussões.

Dessa forma, verifica-se a escolha do Forte dos Reis Magos como locus da aula de campo proposta na sequência. Para Dantas (2024), o Forte dos Reis Magos é um dos principais pontos turísticos da cidade, se constituindo como um marco histórico e um exemplo significativo da arquitetura militar do período colonial no Brasil, apresentando-se como um espaço que possibilita que os estudantes conheçam um pouco mais dos aspectos históricos e turísticos da cidade em que estão inseridos, desenvolvendo habilidade que os ajudem a compreender e analisar as características fundamentais para a estruturação da cidade, assim como comparar a modificação da paisagem do Forte.

Portanto, tem-se como objetivo geral deste trabalho elaborar e propor uma sequência didática para uma aula de campo ao Forte dos Reis Magos, em Natal/RN, visando otimizar o processo de ensino-aprendizagem e capacitar os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais) a compreender e analisar as características históricas e arquitetônicas do Forte, bem como as transformações da paisagem e a relação entre o espaço geográfico e a estruturação da cidade, desenvolvendo habilidades essenciais para a interpretação do contexto urbano e histórico de sua cidade a partir de uma perspectiva geográfica. Portanto, tem-se como objetivo geral deste trabalho elaborar e propor uma sequência didática para uma aula de campo ao Forte dos Reis Magos, em Natal/RN, visando otimizar o processo de ensino-aprendizagem e capacitar os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (Anos Finais) a compreender e analisar as características históricas e arquitetônicas do Forte, bem como as transformações da paisagem e a relação entre o espaço geográfico e a estruturação da cidade, desenvolvendo habilidades essenciais para a interpretação do contexto urbano e histórico de sua cidade a partir de uma perspectiva geográfica.

Metodologia

No presente trabalho, optou-se pela realização de uma metodologia de pesquisa de natureza qualitativa, focada na elaboração de uma sequência didática para uma aula de campo no Forte dos Reis Magos, localizado em Natal/RN. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada dos elementos pedagógicos e didáticos envolvidos na construção de uma experiência de aprendizagem significativa no ambiente do Forte, pois, de acordo com Minayo (1994), permite a exploração dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos participantes. Isso significa que pode-se ir muito além da simples medição de dados, mergulhando nas relações, processos e fenômenos complexos que não podem ser simplificados em variáveis.

Ademais, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. É exploratória por buscar identificar e analisar as potencialidades do Forte dos Reis Magos como espaço de ensino-aprendizagem, bem como os melhores caminhos para estruturar uma sequência didática que aproveite ao máximo esse potencial. A natureza descritiva reside na detalhada caracterização da própria sequência didática, desde seus objetivos de aprendizagem até as atividades propostas para antes, durante e depois da visita ao Forte.

Com isso, delineou-se quatro etapas de procedimentos metodológicos, sendo elas: A pesquisa bibliográfica, a revisão documental, a pesquisa de campo, e a elaboração e estruturação da Sequência Didática.

A pesquisa bibliográfica: Nesta etapa realizou-se um levantamento de literaturas disponíveis on-line, em repositórios e revistas acadêmicas, sobre a concepção e aplicação de sequências didáticas, metodologias ativas de aprendizagem, a paisagem como método de análise, geografia do Rio Grande do Norte e, mais precisamente, sobre o Forte dos Reis Magos. Esta etapa foi fundamental para embasar as escolhas teóricas e práticas que guiaram a elaboração do material.

A revisão documental: Buscou-se aqui o aprofundamento sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sobre a lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em prol de conectar a proposta da sequência didática com as diretrizes vigentes e os marcos regulatórios da educação brasileira.

A pesquisa de campo: A pesquisa de campo será fundamental para este trabalho e envolverá a observação in loco da área de estudo, o Forte dos Reis Magos. Com o objetivo de reconhecer os elementos espaciais relevantes e testar o roteiro que foi designado para a aula de campo. Essa etapa é crucial pois permitirá identificar possíveis melhorias e fazer ajustes na proposta, garantindo que a sequência didática seja a mais eficiente possível na prática.

Além disso, realizou-se a representação cartográfica da localização do Forte através do software QGIS, um Sistema de Informação Geográfica (SIG), e os dados espaciais necessários para essa representação foram obtidos através do site da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) de Natal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Resultados e Discussões

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A LEI DE DIRETRIZES E BASES (LEI Nº 9.394/96) NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE GEOGRAFIA: As análises feitas nos documentos normativos foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, dando as bases necessárias para articular a proposta com a modalidade e a turma da educação básica escolhida.

Assim sendo, o documento da BNCC estrutura o ensino de Geografia a partir de unidades temáticas que contém objetivos específicos, objetos de conhecimento e habilidades em cada uma delas. Para a elaboração da sequência didática proposta nesta pesquisa, optou-se por selecionar duas unidades temáticas, sendo possível trabalhar com dois objetos de conhecimento e três habilidades propostas.

A IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO: A aula de campo é uma estratégia pedagógica que pode ser utilizada em diversas áreas do ensino, bem como pode ser planejada a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A partir disso, para Cordeiro e

Oliveira (2011), a aula de campo funciona como um mecanismo de inovação para a prática do professor, proporcionando que os estudantes compreendam e relacionem a teoria discutida em sala de aula com a prática dos ambientes observados.

Ademais, uma atividade como a aula de campo se configura como uma proposta pedagógica que transcende os limites da sala de aula tradicional. Para Oliveira e Assis (2009), trata-se de uma experiência extrasala/extraescola que integra e mobiliza diversos saberes. Com isso, percebe-se que a atividade permite o contato com conteúdos escolares previamente estudados, com conhecimentos científicos (mas também com saberes populares e culturais) e com aspectos sociais da realidade, tudo isso em meio à mobilidade espacial.

Para Piaget (1993), a construção do conhecimento é um processo dinâmico e intrinsecamente ligado à interação do indivíduo com o seu meio. Nessa perspectiva, o sujeito não é um mero receptor de informações, mas um agente ativo que organiza e reorganiza suas estruturas cognitivas a partir da experiência e da relação dialética com o ambiente circundante.

Isso significa que o aprendizado não é estático: ele acontece à medida que o aluno se desloca e interage com o ambiente. Assim, a aula de campo oferece uma imersão direta na realidade social e na própria paisagem.

A ESCOLHA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO: Para este trabalho, optou-se pela sequência didática como instrumento metodológico, pois a mesma representa um instrumento didático que tem “como finalidade organizar e orientar o processo de ensino (Lima, 2018, p. 156)”, permitindo os professores discutir variados temas a partir de diferentes métodos, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem para o cotidiano dos estudantes e dos docentes. Assim, o professor pode planejar uma sequência didática de acordo com os recursos disponíveis e com a realidade vivenciada no cotidiano.

Tendo em vista os desafios persistentes na prática educativa atual, destaca-se uma excessiva ênfase na memorização de conteúdos, em detrimento do desenvolvimento de habilidades de reflexão crítica e autocrítica (Lima, 2018). Observa-se que as metodologias de ensino ainda são predominantemente centradas no professor, que detém o controle sobre o que e como o aluno deve aprender. Essa abordagem, que restringe a autonomia do estudante, é agravada pela separação entre educação e instrução, sugerindo que o ensino foca mais na transmissão de informações do que na formação integral e crítica do indivíduo.

Com isso, mediante à necessidade de proporcionar maior eficiência na educação geográfica, é imprescindível que o professor utilize de metodologias ativas que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o docente pode optar pela elaboração de uma sequência didática para a descrição da utilização dessas metodologias.

Para Zabala (1998, p. 18), as sequências didáticas “têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelo professor como pelos alunos”, o que destaca uma característica essencial dessa ferramenta pedagógica: a intencionalidade e a clareza. Isso reforça que a

sequência não é um conjunto de atividades aleatórias, mas um percurso de aprendizagem estruturado, com objetivos bem definidos e etapas encadeadas que são transparentes para todos os envolvidos.

Ao delinear um ponto de partida e um de chegada, é permitido que tanto o docente organize de forma mais eficaz o processo de ensino, quanto o estudante compreenda a finalidade das atividades e visualize seu próprio progresso, favorecendo um engajamento mais consciente e significativo. Pois, de acordo com Souza (2024), a ação do professor deve minimizar as imprevisões e oportunizar estratégias que favoreçam o alcance dos objetivos definidos, o que sublinha o papel central do planejamento e da intencionalidade pedagógica.

Para elaborar uma sequência didática com um percurso pedagógico estruturado, Zabala (1998, apud Silvano, 2022) segmenta uma estrutura a ser seguida, em que o processo inicia-se com uma atividade motivadora, que emerge de uma situação real e desafiadora vivenciada pelos alunos; em seguida, o segundo passo é a explicação do problema ou questionamento levantado; o terceiro momento consiste na formulação de respostas intuitivas ou hipóteses iniciais pelos estudantes; na quarta etapa, ocorre a seleção das fontes de informação e o planejamento da investigação; o quinto passo envolve a organização e categorização dos dados coletados; o sexto momento é dedicado à generalização das conclusões alcançadas; por fim, o sétimo e último passo é a expressão e comunicação dos resultados encontrados.

Caracterização do Espaço Escolhido para a Proposta de Aula de Campo: A escolha do local para a proposta de aula de campo foi idealizada a partir da necessidade de apresentar lugares importantes para o Rio Grande do Norte, possibilitando que os estudantes compreendam noções de lugar, paisagem e espaço, e verifiquem como os processos socioambientais e históricos trazem uma abstração a esses conceitos, inserindo-os na realidade próxima.

Assim, optou-se por realizar a pesquisa a respeito do Forte dos Reis Magos, reconhecendo a importância histórica, social, cultural, política e turística desse patrimônio. Dessa forma, o contato dos discentes com esse local busca ampliar a capacidade crítica e estimular a valorização cultural e identitária dos estudantes, potencializando o sentimento de pertencimento.

Para Silva et al (2017)., o Forte é imponente na paisagem de Natal e intrinsecamente ligado ao cotidiano da cidade como um de seus principais cartões-postais, e a sua presença no estuário do Rio Potengi (Figura 2) o configura como um elemento de vasta história cultural, evidente em sua arquitetura colonial e nos eventos que ali se desenrolaram, mas também de significativa relevância natural, pela sua localização estratégica e as interações com o ecossistema local.

Em síntese, a escolha do Forte dos Reis Magos como cenário para a aula de campo se justifica plenamente pela sua capacidade intrínseca de promover uma aprendizagem profunda e contextualizada. Este monumento, que se destaca na paisagem e no cotidiano de Natal, oferece um ambiente singular para a vivência do conhecimento.

Ademais, o Forte permite que os estudantes não apenas compreendam conceitos geográficos como paisagem, lugar e espaço de forma prática, mas também se conectem com a rica história cultural e natural da região, incluindo a fundamental presença indígena e os processos de formação do Brasil colonial. Ao proporcionar um contato direto com a realidade em suas múltiplas dimensões, o Forte se revela um espaço estimulante e um ótimo recurso pedagógico para o desenvolvimento de uma educação significativa e transformadora.

Proposta de Sequência Didática Voltada para o Ensino de Geografia: O Forte dos Reis Magos e a Paisagem Potiguar:

A proposta da sequência didática presente consiste em trazer esse recurso didático para potencializar os momentos de ensino e aprendizagem na disciplina de Geografia, apesar de também ser aplicável também em outras áreas do ensino.

Para a elaboração da sequência, foi escolhido o Forte dos Reis Magos como referência empírica, justamente por ser um local que carrega extrema importância socioambiental, histórico-cultural e turística tanto para o município de Natal/RN, como para o estado do Rio Grande do Norte.

Para contemplar uma unidade temática disposta na BNCC (Brasil, 2018), elegeu-se: “O sujeito e o seu lugar no mundo” e “O mundo do trabalho” onde, a primeira visa impulsionar os alunos a se reconhecerem no espaço, explorando sua localização, orientação e as inter-relações que moldam os lugares, promovendo a compreensão das diferenças e conexões espaciais. Já a segunda aprofunda essa capacidade ao analisar como as atividades humanas transformam e organizam o território, revelando as dinâmicas de produção, circulação e as relações de poder que se manifestam na distribuição das atividades econômicas. Assim, ambas as unidades permitem que os estudantes desenvolvam habilidades essenciais para observar, analisar, interpretar e representar o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões.

Como objetos do conhecimento, escolheu-se “Identidade Sociocultural” e “Transformações das paisagens naturais e antrópicas”, uma vez que o documento garante que o primeiro, ao explorar como os grupos sociais constroem suas identidades e se relacionam com o espaço, permite aos alunos compreender as diversas formas de apropriação e significação do território, desenvolvendo a percepção das múltiplas perspectivas que moldam um lugar. O segundo, por sua vez, é essencial para analisar as dinâmicas de alteração da paisagem, seja por processos naturais ou pela ação humana. Ao estudar as transformações antrópicas e naturais, os estudantes aprimoram a capacidade de identificar, comparar e interpretar os diferentes elementos que compõem o espaço geográfico e as forças que o modificam ao longo do tempo. Juntos, esses objetos do conhecimento possibilitam uma análise integrada do território, revelando como a cultura e as ações humanas se inscrevem na paisagem, aprofundando a compreensão dos complexos processos que configuram o mundo.

Assim, os seguintes objetivos gerais de ensino foram definidos: Estimular a compreensão histórico-cultural acerca da construção e manutenção do Forte dos Reis Magos; detalhar a importância do Forte dos Reis Magos em conjunto com a ideia de pertencimento e identidade; associar conceitos de paisagem, lugar e espaço a partir da leitura do Forte; unir a teoria discutida em ambiente escolar com a prática de campo.

Quanto aos objetivos específicos de aprendizagem, tem-se, de acordo com a BNCC (Brasil, 2018, p. 385), comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos (EF06GE01); analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários (EF06GE02); e explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades (EF06GE07).

A sequência didática foi estruturada em quatro etapas distintas para o desenvolvimento do conteúdo: duas aulas introdutórias e expositivas, a aula de campo em si e a fase de avaliação. A duração de cada momento foi cuidadosamente planejada para se alinhar aos objetivos específicos estabelecidos para a sequência.

As duas aulas expositivas foram concebidas para durar 50 minutos cada, totalizando 100 minutos onde, no primeiro momento, será ministrada uma aula com a temática “O Forte para a cidade de Natal”. A aula começará com a contextualização sobre a fundação de Natal e o papel estratégico do Forte na defesa e formação inicial da cidade, utilizando mapas antigos e documentos históricos para ilustrar sua relevância. Em seguida, a discussão se voltará para a percepção do Forte hoje: como ele é visto pelos moradores de Natal – como um símbolo histórico, um espaço de lazer, um ponto turístico ou um elemento esquecido no cotidiano? Para isso, podemos analisar depoimentos, fotografias atuais e, se possível, realizar uma breve pesquisa de campo no entorno, observando como as pessoas interagem com o local e o que ele representa em suas vidas. A aula culminará com uma reflexão sobre como a importância histórica do Forte se traduz no contexto atual, explorando a relação entre memória, identidade e o uso contemporâneo desse patrimônio para a cidade de Natal. Para esta aula será utilizada uma metodologia expositiva-dialogada, em que serão utilizados projetor para imagens e mapas do local em slides, e cadernos e canetas para a anotação.

Na segunda aula, o segundo momento da sequência, o tema será: Conceitos geográficos aplicados: Paisagem, Lugar e Espaço sob a perspectiva do Forte dos Reis Magos. Nesta aula, realizada em sala, será feita uma introdução e uma contextualização do Forte, utilizando mapas, fotos e vídeos para ativar conhecimentos prévios e apresentar as definições básicas desses conceitos. O ponto central será a aula de campo no Forte, onde os alunos, guiados por um roteiro, observarão os elementos naturais e culturais que compõem a paisagem do entorno, percebendo suas transformações. Esta aula seguirá com uma metodologia expositiva-dialogada, em que serão utilizados projetor para imagens e mapas do local em slides, e cadernos e canetas para a anotação.

A aula de campo, ponto central da proposta, está prevista para durar 350 minutos, com a acolhida dos alunos na escola, a ida ao Forte, a realização de um lanche coletivo e o regresso à escola (Tabela 3). Dessa forma, os 350 minutos estão distribuídos dessa maneira: 45 minutos para a chegada dos alunos na escola; 15 minutos para a chamada, e reforço dos combinados e do roteiro a ser seguido; 200 minutos para a atividade de campo no Forte (do trajeto até o fim da visita) 30 minutos para um lanche coletivo nas imediações do Forte e diálogo sobre a visita; 60 minutos para o regresso à escola e aguardo dos pais.

Por fim, 100 minutos, duas aulas serão dedicadas à elaboração da atividade avaliativa e ao compartilhamento das aprendizagens. Tal atividade consiste na elaboração conjunta de um fanzine intitulado “Paisagens do Forte dos Reis Magos, em Natal/RN, e sua modificação ao longo do tempo”, onde as turmas serão divididas nas funções de: equipe de desenho e descrição acerca das paisagens do forte a partir do imagético da paisagem antes da colonização; equipe de desenho e descrição acerca das paisagens do forte durante sua utilização como fortaleza; equipe de desenho e descrição acerca das paisagens atuais do forte baseadas em fotos tiradas pelos alunos durante a visita; Cada etapa deverá contar com 3 desenhos e uma descrição paisagística - esta podendo ser tanto visual, quanto sensorial, quanto auditiva, quanto olfativa -. Durante essa etapa, os alunos farão suas representações em cartolinas - sendo 1 para cada grupo.

Ao final da avaliação, as representações e descrições serão feitas em cartolinas, sendo uma para cada grupo, que depois serão unidas para compor o fanzine final, que será feito pelo docente, utilizando da tecnologia de scanner para fazer uma versão digital dos trabalhos dos discentes, e formatá-los em um fanzine digital, que será impresso e compartilhado com os alunos.

Este processo culminará em uma avaliação formativa e qualitativa, com elementos de avaliação por projeto e autoavaliação/coavaliação colaborativo, que não só avaliará a compreensão dos conceitos de paisagem e suas transformações, mas também incentivará a pesquisa, a criatividade, a expressão artística e a capacidade de observação dos alunos, culminando na produção de um material que sintetiza e une as perspectivas socioambientais e histórico-culturais do Forte dos Reis Magos.

Conclusão

Este trabalho propôs a elaboração de uma sequência didática inovadora para uma aula de campo no Forte dos Reis Magos, em Natal/RN, consolidando uma abordagem que visa transformar o processo de ensino-aprendizagem da Geografia. A metodologia adotada, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, permitiu aprofundar a compreensão dos elementos pedagógicos e didáticos, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, incluindo a representação cartográfica do local da aula de campo.

A escolha do Forte dos Reis Magos demonstrou uma condição de elemento imponente na paisagem e marco histórico-cultural que, situado estrategicamente na foz do Rio Potengi, oferece um cenário ideal para a aplicação de conceitos geográficos como paisagem, lugar e espaço, conectando a teoria à realidade vivenciada pelos alunos. Ademais, a história do Forte, que abrange a significativa presença indígena e os conflitos da colonização, enriquece a análise da formação do território brasileiro.

A sequência didática, estruturada em etapas pré-campo, campo e pós-campo, foi concebida para promover uma aprendizagem significativa, que destaca a conexão do novo conhecimento adquirido, com noções prévias dos estudantes. Além disso, o ambiente extraclasse do Forte pode estimular a mente e a capacidade de aprender, oportunizando a construção ativa do conhecimento. Essa vivência direta no espaço

permite aos estudantes "ler o mundo" de forma contextualizada e crítica, alinhando-se à perspectiva interdisciplinar da Geografia.

Em suma, este trabalho ratifica a aula de campo no Forte dos Reis Magos, guiada por uma sequência didática bem delineada, como um recurso pedagógico de grande importância pedagógica. Esta não só potencializa o processo de ensino-aprendizagem da Geografia, mas também contribui para a formação integral de estudantes críticos, capazes de compreender e atuar sobre as complexidades do espaço geográfico que habitam.

Referências

ALMEIDA, Fernanda Gabriela Costa de. Turismo, patrimônio histórico e ativação popular: uma análise do Forte dos Reis Magos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ARNEMANN, Aline Rubiane. Sequência didática sobre artigo de opinião-estudantes concluintes de Ensino Médio em Escolha profissional. Revista Bem Legal. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 420-428, 2016.

AUSUBEL, David P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, v. 1, 2003.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O ensino de Geografia na BNCC: os percursos didáticos, das habilidades às competências. In: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG), 14, UNICAMP, 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3185>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

BRASIL. Base nacional comum curricular. Ministério da Educação. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CALLAI, H. C. (Org.). Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CARDOSO, Mikaelle Barboza. Sequências Didáticas: orientações para iniciantes na pesquisa em Educação Matemática. eduCAPES, 2024. 49 p. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/742078/2/SEQUENCIAS%20DIDATICA S.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CORDEIRO, Joel Maciel Pereira; OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. A aula de campo em Geografia e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem na escola. Geografia (Londrina), v. 20, n. 2, p. 99-114, 2011.

DANTAS, Renata Sorrah Figueiredo. O Perfil do Turista e do Visitante no Forte dos Reis Magos. 2024. Tese de Doutorado.

FRANCO, Donizete Lima. A importância da sequência didática como metodologia no ensino da disciplina de física moderna no ensino médio. Revista triângulo, v. 11, n. 1, p. 151-162, 2018.

FREIRE, L. F. COVRE; E. S. P; CORA, R. A. CAMPOS C. R. P. Aula de campo como estratégia pedagógica na formação de professores de ciências: uma intervenção participativa nos ambientes costeiros sul capixabas. In SINECT, n.VI, 2018. Ponta Grossa, Paraná. Anais eletrônicos... Ponta Grossa: UTFPR, 2018. p.1-11. Disponível em: <http://www.sinect.com.br/2018/selecionados.php>. Acesso em 12 de jun. 2025.

JESUS, Myrian Cristina Santos de; SANTOS, Mateus Ferreira. A aula de campo no ensino da Geografia: experiências cotidianas na cidade para construção de aprendizagens. Revista Ensino de Geografia. Recife. v. 2, n. 1, p. 187-198, 2019.

MARQUES, A. M. S.; MOTA, M. S.; SOUZA, M. A. V. F. Aula de campo no ensino de geografia: uma visão pela literatura científica brasileira. Campinas, v. 10, n. 20, p. 357-372, jul./dez., 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; CRUZ NETO, Otávio. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

MORAIS, José Rodrigues de; LOPES, Antônia Janaína Gomes; PIANCÓ, Ana Roberta Duarte; RODRIGUES, Emerson; SILVA, Heibe Santana da. A aula de campo na formação de professores em Geografia: um estudo de caso. Revista GeoUECE, v. 10, n. 19, p. 202105-202105, 2021.

MOREIRA, Gileno Santos; MARQUES, Roseane Neves. A importância das aulas de campo como estratégia de ensino-aprendizagem. Brazilian Journal of Development. 7. vol. n. 5. Curitiba: 2021. p. 45137- 45145.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.1, p.195-209, jan./abr. 2009.

PIAGET, J. A representação do espaço geográfico na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ROSÁRIO, Renato. Manual para aula de campo como projeto interdisciplinar na educação profissional e tecnológica. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643104?mode=full>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

SANTOS, Leandra Hellen Assunção. Aprendizagem em educação histórica no Forte dos Reis Magos/RN: reflexões, desafios e possibilidades para o ensino de história indígena. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Matheus Lisboa Nobre da; DANTAS, Tarsila Barbosa; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do; VIEIRA, Marcela Marques. Os corpos de arenito praias que sustentam o Forte dos Reis Magos, principal construção histórica da cidade de Natal, RN. São Paulo, UNESP, Geociências, v. 36, n. 3, p.497-508, 2017.

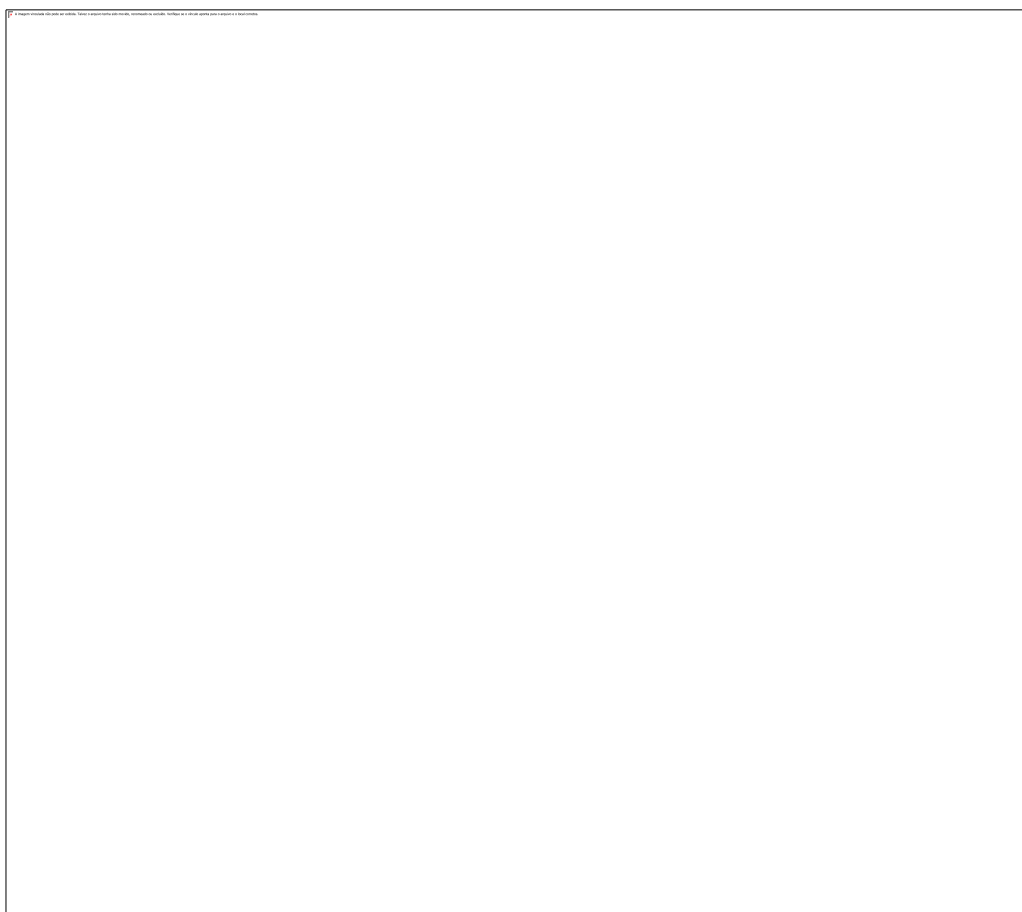
SILVANO, Geanne Estevam. Sequência didática para o ensino de geografia: a aula de campo como estratégia metodológica. 2022. 94f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SOUZA, Nathany Moraes de. Sequência didática para o ensino e aprendizagem do conceito de lugar em Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, na perspectiva da multissensorialidade. 2024. 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SOUZA, S. O.; CHIAPETTI, R. J. N. O Trabalho de Campo como estratégia ao ensino de Geografia. Revista de Ensino de Geografia, v. 3, p. 3-22, 2012.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar?. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Anexos



mapa de localização do forte dos reis magos

CÓDIGO: HS0045

AUTOR: LOURDES CAROLINE PEREIRA DA SILVA

ORIENTADOR: FRANCISCA DE SOUZA MILLER

TÍTULO: Memória, mudança e gênero no Litoral do Rio Grande do Norte

Resumo

O presente relatório consiste na apresentação das atividades realizadas no plano de estudo: memória, mudança e gênero no Litoral do Rio Grande do Norte, vinculado ao projeto de pesquisa: Cooperativismo pesqueiro e valores: um estudo comparativo entre o litoral do RN/Brasil e o Litoral de Lisboa/Portugal, sob a orientação da professora Francisca de Souza Miller. Na pesquisa o citado plano tem como objetivo de através da atividade de campo coletar informações sobre a realidade de pescadores e pescadoras, enfatizando a identidade e o trabalho da pesca artesanal. Estudando a memória e os impactos sociais e ambientais envolvidos com essas comunidades pesqueiras. A Metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, com o intuito de entender sobre a temática da pesca artesanal, seu contexto histórico, identidade e questão de gênero. Além disso, foi realizada visita in loco na praia de Santa Rita/RN no município de Extremoz/RN e Comunidade do Passo da Pátria, localizada no bairro de Cidade Alta, centro de Natal/RN. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as pescadoras envolvidas na pesquisa. As ações descritas neste trabalho foram desenvolvidas dentro da linha de pesquisa: estudos de comunidades, meio ambiente e conflitos do grupo: Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal (ETAPA).

Palavras-chave: Palavras Chaves: Comunidades; Pesca; Mulheres.

TITLE: Memory, Change, and Gender on the Coast of Rio Grande do Norte

Abstract

This report presents the activities carried out within the study plan: memory, change, and gender on the coast of Rio Grande do Norte, linked to the research project: Fishing Cooperativism and Values: A Comparative Study between the Coast of RN/Brazil and the Coast of Lisbon/Portugal, under the supervision of Professor Francisca de Souza Miller. In the research, the aforementioned plan aims to collect information about the reality of fishermen and fisherwomen thru fieldwork, emphasizing the identity and work of artisanal fishing. Studying the memory and the social and environmental impacts involved with these fishing communities. The methodology used was a literature review,

with the aim of understanding the theme of artisanal fishing, its historical context, identity, and gender issues. In addition, an on-site visit was conducted at Santa Rita beach in Extremoz, Rio Grande do Norte, and at the Passo da Pátria community, located in the Cidade Alta neighborhood, in the center of Natal, Rio Grande do Norte. Semi-structured interviews were conducted with the female fishers involved in the research. The actions described in this work were developed within the research area of community studies, environment, and conflicts of the group: Ethnology, Tradition, Environment, and Artisanal Fishing (ETAPA).

Keywords: Keywords: Communities; Fishing; Women.

Introdução

O presente trabalho consiste na apresentação das atividades realizadas em conformidade com o cronograma do plano de estudo: memória, mudança e gênero no Litoral do Rio Grande do Norte. Vinculado ao projeto de pesquisa: Cooperativismo pesqueiro e valores: um estudo comparativo entre o litoral do RN/Brasil e o Litoral de Lisboa/Portugal, sob a orientação da professora Francisca de Souza Miller. O relatório tem como objetivo central, através da atividade de campo coletar informações sobre a realidade de pescadores e pescadoras, enfatizando a identidade e o trabalho da pesca artesanal. Estudando a memória e os impactos sociais e ambientais envolvidos com essas comunidades pesqueiras.

A pesca artesanal é uma atividade econômica e cultural. É através dela que pescadores e pescadoras obtém o seu sustento, ao mesmo tempo que se relacionam com a natureza. A relação com o meio ambiente está envolvida com sua identidade cultural, é no território que pescadores e pescadoras estabelecem suas práticas sociais, construindo sua identidade no que se refere a atividade pesqueira.

Dessa forma, os objetivos específicos do presente plano são: Identificar as histórias dos pescadores e das pescadoras para subsidiar uma melhor compreensão dos valores tradicionais das comunidades, realizar entrevistas sobre a memória da pesca artesanal, fazer Levantamento bibliográfico, realizar transcrição das entrevistas de campo e organizar o banco de dados junto ao Grupo de Pesquisa ETAPA.

A partir das leituras e das experiências vividas através de pesquisas para obter dados em outros planos de trabalho, surge o interesse pela questão de gênero na pesca artesanal. Nesse sentido, iremos enfatizar a importância da presença feminina para a manutenção da pesca artesanal, salientando a relevância do trabalho feminino e o reconhecimento da mulher enquanto pertencente a classe, evidenciando sua identidade.

Dessa forma, o cronograma do plano de pesquisa inclui organização do acervo bibliográfico do grupo de pesquisa, com objetivo de auxiliar outros estudantes e integrantes do grupo de pesquisa, com interesse pela temática. levantamento da documentação nas empresas de pesca e turismo. Levantamento de dados de campo, transcrição de entrevistas, organização de dados e redação de relatório. Por fim, redação do relatório e artigo para evento científico. Face ao exposto, passaremos a descrever as

atividades relacionadas aos objetivos do Plano de trabalho, realizadas no período de 31/08/2024 a 31/05/2025.

Dentre as tarefas relacionadas no Cronograma do Plano de trabalho realizamos as seguintes tarefas no período de 31/08/2024 a 31/05/2025:

- 1) Levantamento bibliográfico sobre pesca artesanal e sobre a questão de gênero na atividade pesqueira,
- 2) Levantamento de documentos sobre a pesca e organização de um banco de dados do grupo ETAPA,
- 3) Coleta de dados de campo em duas comunidades, a saber: praia de Santa Rita em Extremoz/RN e comunidade do Passo da Pátria, localizada no bairro da Cidade Alta, no centro da cidade do Natal/RN. Além disso, realizamos a transcrição das entrevistas realizadas com duas pescadoras de ambas as comunidades e transcrição dos áudios. A seguir passaremos a apresentar as leituras realizadas, a metodologia utilizada, os resultados e discussões das atividades.

Metodologia

Iniciamos a pesquisa realizando um levantamento bibliográfico relacionado a temática abordada, como Marcone e Lakatos (2003, pg 183):

Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

O levantamento bibliográfico além de auxiliar no entendimento da temática, foi utilizado para alimentar o acervo bibliográfico do grupo de pesquisa ETAPA. Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas duas visitas in loco. Que segundo Marcone e Lakatos (2003, pg 186) a pesquisa de campo “Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.”.

Nesse sentido, a primeira visita de campo foi no dia 13/12/2024, na comunidade de Santa Rita, no município de Extremoz/RN. O segundo momento do campo foi realizado no dia 08/01/2025, na comunidade do Passo da Pátria, localizado no bairro Cidade Alta, em Natal/RN.

Salientando que o campo teve como objetivo auxiliar no entendimento e realidade da pesca artesanal realizada por mulheres. O resultado do campo está sendo abordado em um artigo científico em construção. Além disso, o contato com o espaço e realidade social dentro da pesquisa do campo, irá auxiliar na construção do trabalho de conclusão de

curso, da licenciatura em Ciências Sociais, onde a temática central será gênero na pesca artesanal.

Foram realizadas entrevistas semiestruturada, com um roteiro de questões e indagações que seguiram a seguinte ordem: perfil da entrevistada, identidade, atuação na pesca e rotina laboral. Além de anotações no caderno de campo, a entrevistada permitiu que nosso diálogo fosse gravado, facilitando a captura de informações. Para enriquecer o trabalho, foi permitido alguns registros fotográficos, para ilustrar o trabalho e realidade dos envolvidos na pesquisa. A seguir, iremos abordar sobre os resultados e discussões da pesquisa, enfatizando a relação entre as leituras e como trabalho de campo foi realizado.

Resultados e Discussões

Na busca de aprofunda-se sobre a temática, foi feito leituras de trabalhos científicos sobre identidade e o trabalho da mulher na pesca artesanal. Enfatizando o papel social e a relação entre trabalho e identidade da mulher pescadora.

A relação do pescador e pescadoras com a pesca artesanal foge da lógica capitalista. Qualifica-se pela mão de obra familiar e principalmente pela participação da mulher em todas as etapas da cadeia de produção, que na maior parte é conciliada com as atividades reprodutivas. A atividade tem um significado cultural, além de ser uma atividade geradora de trabalho e renda. Os pescadores tecem uma relação cultural com a pesca, é na sua profissão que são produzidos saberes, conhecimentos e experiências, que faz parte da identidade do indivíduo. (SILVA et al, 2009; SILVA, 2010)

Entender a questão de gênero no âmbito pesqueiro, é compreender o empoderamento feminino de mulheres pescadoras, resultado da afirmação da identidade enquanto sujeitos de direitos. Atrelado a isso, compreender sobre a presença da mulher na pesca artesanal é contribuir para o reconhecimento dessas mulheres dentro do manejo da pesca. É um elemento importante no que se refere a discussão de gênero na pesca artesanal, o reconhecimento político e social da profissão leva ao sentimento de pertencimento a classe. (MARINHO e SOUZA, 2021).

No que se refere a relevância do papel social da mulher na pesca artesanal, de acordo com as leituras podemos citar o conhecimento transgeracional, que está atrelado com o saber que a mulher repassa para os filhos, ou seja, transmitido entre gerações. (LOPES e MARTÍNEZ, 2023). Essa educação familiar faz parte do sustento da atividade da cultura pesqueira de caráter artesanal. Como afirma Garcia, et al (2007, pg 105):

A atividade pesqueira artesanal tem um caráter transgeracional, em que os conhecimentos sobre as práticas da pesca artesanal são construídos e compartilhados no cotidiano dos grupos familiares [...].

Acrescentando a este elemento, a pesca artesanal feita por mulheres oferece além de sustento para a família, conduz a união no núcleo familiar. Além disso, a mulher tem um

papel de ser a principal transmissora da herança cultural e saber tradicional da atividade. (MELLO e KINDEL, 2018).

Aliado a esses fatores, as leituras nos ajudaram a entender, mais profundamente que a presença feminina na pesca artesanal, contribui para o rompimento do mito de que a pesca é um trabalho masculino. A mulher produz para o lar e para o mercado. É evidente que a mulher sempre esteve ligada a natureza, seja na agricultura, na coleta, na criação de animais de pequeno porte etc. Sempre produzindo para o lar e para o mercado. (MELLO e KINDEL, 2018; MANESCHY et al, 2012).

É dessa forma que a identidade da mulher pescadora é construída, a partir da autonomia, empoderamento e entendimento da quebra do padrão hegemônico da divisão sexual do trabalho. Importante enfatizar que o acesso a essas mulheres aos espaços de poder dentro das colônias contribui para enfrentar a questão da invisibilidade em relação ao seu reconhecimento. A pesca não pode ser vista como uma extensão do trabalho doméstico. O trabalho produtivo e reprodutivo deve ser reconhecido como atividades de relevância para o sustento familiar e para o sentimento de pertencimento a classe trabalhadora pesqueira. (NETO et al, 2021)

TRABALHO DE CAMPO: PRAIA DE SANTA RITA/RN

A primeira visita in loco foi realizada no dia 13/12/2024, na Praia de Santa Rita em Extremoz/RN, na Região Metropolitana de Natal/RN. A praia pertence a uma Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ), que foi criada a partir do decreto estadual nº 12.620 de maio de 1995, administrada pela lei 9.254 de 06 de outubro de 2009. Santa Rita está localizada na Zona de Conservação 03 – ZC3. (Figura 01).

Nesse momento do campo, entrevistamos a pescadora local, que vamos denominar de pescadora 1. A entrevistada nasceu na comunidade de Santa Rita, tem 36 anos, casada e mãe, ensino fundamental incompleto e além da pesca, tem um comércio na mesma praia, onde auxilia no sustento da família.

A pescadora aprendeu a pescar com o pai, na adolescência teve seu primeiro contato com a pesca, desde então realiza seu trabalho com muita dedicação. Apesar disso, não possui registro de pescadora, portanto não tem acesso a alguns direitos sociais, como o seguro defeso.

Durante a entrevista, fizemos algumas perguntas sobre identidade, atuação na pesca e rotina laboral, para auxiliar na produção do artigo científico. A entrevista foi gravada, com a permissão da pescadora.

Salientando, que é importante levar a história dessas mulheres para a comunidade acadêmica e fazer ciência. Dessa forma, contribuímos para a expansão de trabalhos científicos sobre a questão de gênero, na pesca artesanal. A existência de mulheres pescadoras deve ser evidenciada, pois é através delas que há uma sustentabilidade da cultura pesqueira artesanal.

A pescadora 1 utiliza ferramentas como linha, anzol e vara para a atividade, realiza a pesca em alto mar, junto com o esposo. A embarcação utilizada é a jangada. Participa de

todas as etapas da cadeia produtiva, junto com a família. O pescado além de servir como produto da sua renda, é utilizado como alimento. Abaixo alguns registros fotográficos feito no momento do beneficiamento do pescado (Figura 02), a imagem retrata o momento do tratado do pescado, realizado no dia da visita. Essa etapa da produção, foi realizada pelos parentes da entrevistada. Percebe-se que o tratado do peixe é realizado do lado de fora do comércio e sem nenhum equipamento de proteção, transparecendo uma problemática, no que se refere a falta de acesso a esses equipamentos e ferramentas para realizar essa etapa da produção.

TRABALHO DE CAMPO: COMUNIDADE PASSO DA PÁTRIA

A comunidade do Passo da Pátria está localizada no bairro Cidade Alta, na divisa com o bairro do Alecrim, na capital do Rio Grande do Norte. Nos arredores da comunidade, está localizado o Rio Potengi, com ecossistemas de mangues. Podemos observar o mapa de localização do lócus de estudo, localizado a margem do Estuário Potengi, com riscos físicos e ambientais (Figura 03).

O Passo da Pátria consiste em uma área de vulnerabilidade ambiental, pela proximidade com o rio está sujeito de forma constante a enchentes. Além disso existe uma expressiva insalubridade, pois o esgoto doméstico de bairros vizinhos é lançado no Rio Potengi, junto com outros resíduos, a exemplo disso o plástico, que é um grande vilão ambiental. A comunidade é um local de grande vulnerabilidade ambiental e social. Onde vivem populações ribeirinhas, envolvendo uma precariedade no que se refere ao habitar.

O campo foi realizado no dia 08/01/2025, onde entrevistamos uma marisqueira, que vamos denominar de pescadora 2. A entrevistada tem 54 anos, estudou até o segundo ano do ensino fundamental, é moradora da comunidade do Passo da Pátria, onde reside com seu esposo, pescador do município de Natal. A pescadora, começou a atividade pesqueira aos 13 anos de idade com a família, utiliza a canoa como embarcação para a pesca e além de pescar mariscos, ainda coleta a tainha. Utiliza como ferramentas de pesca, o balde, colher e panela. Não possui outra renda, além disso possui registro profissional de marisqueira desde 2021.

Vale salientar que, a pescadora realiza um trabalho de limpeza do mangue, junto com seu esposo. Em toda a entrevista, o esposo contribuiu com intervenções, relatando sobre os aspectos ambientais do Rio Potengi e sua importância como um ambiente fornecedor de sua renda e alimento. Na visita in loco, foi possível observar a percepção de natureza e preocupação da pescadora e de seu esposo, no que se refere a poluição do ecossistema de mangues. Abaixo, podemos observar alguns registros fotográficos do campo, a embarcação usada para a limpeza e pesca, além de alguns materiais usados pela pescadora e esposo (Figura 04).

É importante destacar, que o trabalho de campo realizado no Passo da Pátria contribuiu para compreender como o trabalho da pescadora é realizado, entendendo também sobre sua identidade, enquanto mulher na pesca artesanal, atuante como indivíduo preocupado com os problemas ambientais do seu lugar. Para além disso, durante a visita in loco e enquanto realizava a entrevista foi possível aprender de forma concreta, sobre os aspectos sociais e ambientais da comunidade ribeirinha, onde irá contribuir para a construção do

trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e posteriormente no projeto de mestrado em Antropologia Social.

Conclusão

As leituras e reflexões auxiliaram para um maior entendimento sobre a mulher na pesca artesanal. A relação de gênero e pesca está atrelado com diversos obstáculos de cunho histórico, cultural e político. Compreender sobre a identidade da pescadora artesanal e escrever sobre a realidade dessas comunidades, é contribuir para o enfrentamento de problemáticas, como a falta de acesso a direitos sociais, a invisibilidade feminina na pesca, condições precárias de trabalho e a falta de reconhecimento da mulher enquanto profissional da classe.

A visita in loco e as entrevistas com as pescadoras, subsidiaram um maior entendimento sobre o fenômeno da pesca artesanal. Enxergar de perto e entender a importância da atividade para essas mulheres, faz compreender o significado da mulher na manutenção para a pesca artesanal. A autonomia é fundamental para a afirmação da identidade, além de fortalecer os movimentos sociais da categoria.

Para além disso, o campo proporcionou conhecer a percepção de meio ambiente e natureza, através do diálogo com a pescadora 2 e seu esposo. Desse modo, ao perceber que o habitat do sustento e alimento está sendo degradado pela intervenção humana, tornou-se sensível, no que se refere aos impactos ambientais nas águas do Estuário Potengi.

Em suma, as leituras e o trabalho de campo foram fundamentais para entender de forma visível e perceptível a realidade social e cultural das mulheres envolvidas na pesquisa. Através da produção acadêmica, esperamos contribuir para o enfrentamento das problemáticas no que envolve as questões de gênero na pesca artesanal.

Referências

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; FERREIRA, Glenda Dantas; LUZARDO, Lucas Costa Freire. Urbanização, comunidade e moradia: a experiência do passo da Pátria-Natal/Brasil. Revista Lider Vol. 26. 2015 ▪ pp 60-76

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar; CHAVES, Priscila Freitas; SANTOS, Lúcia Oliveira dos. Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. Psic. da Ed., São Paulo, 25, 2º sem. de 2007, pp. 93-112

LOPES, Mariana Sena; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Conhecimentos e pesca artesanal feminina: o que dizem as mulheres de comunidades pesqueiras de Cabo Frio/RJ. TESSITURAS Revista de Antropologia e Arqueologia. v 11, n1, jan-jun 2023, Pelotas, RS. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPEL. ISSN 2318-9576

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003

MELLO, Camila Barros de; KINDEL, Eunice Aita. O papel social de uma mulher na pesca artesanal cooperativa na Barra do Rio Tramandaí. UFRGS LUME Repositório Digital. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Biológicas. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198189>> acesso em 31 de maio de 2025.

NETO, José Nogueira Antunes; SILVA, Raphael de Oliveira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 16, n. 43, p. 103-128, dez., 2021

SILVA, Anelino Francisco da; MEDEIROS, Tásia Hortêncio Lima de; SILVA, Valdenildo Pedro da. Pesca artesanal – conflito, cultura e identidade: o caso potiguar. Portal UFRN, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT40/40.1.pdf>> acesso em: 28 de agosto de 2024.

SILVA, Anelino Francisco da. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010.

SOUZA, Joseane de; MARINHO, Azula Marina Couto. As águas onde pescam as mulheres: uma análise das invisibilidades e desigualdades na atividade pesqueira nos municípios produtores de Petróleo da Bacia de Campos. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v.26, 2021. ISSN 1982-6745

Anexos

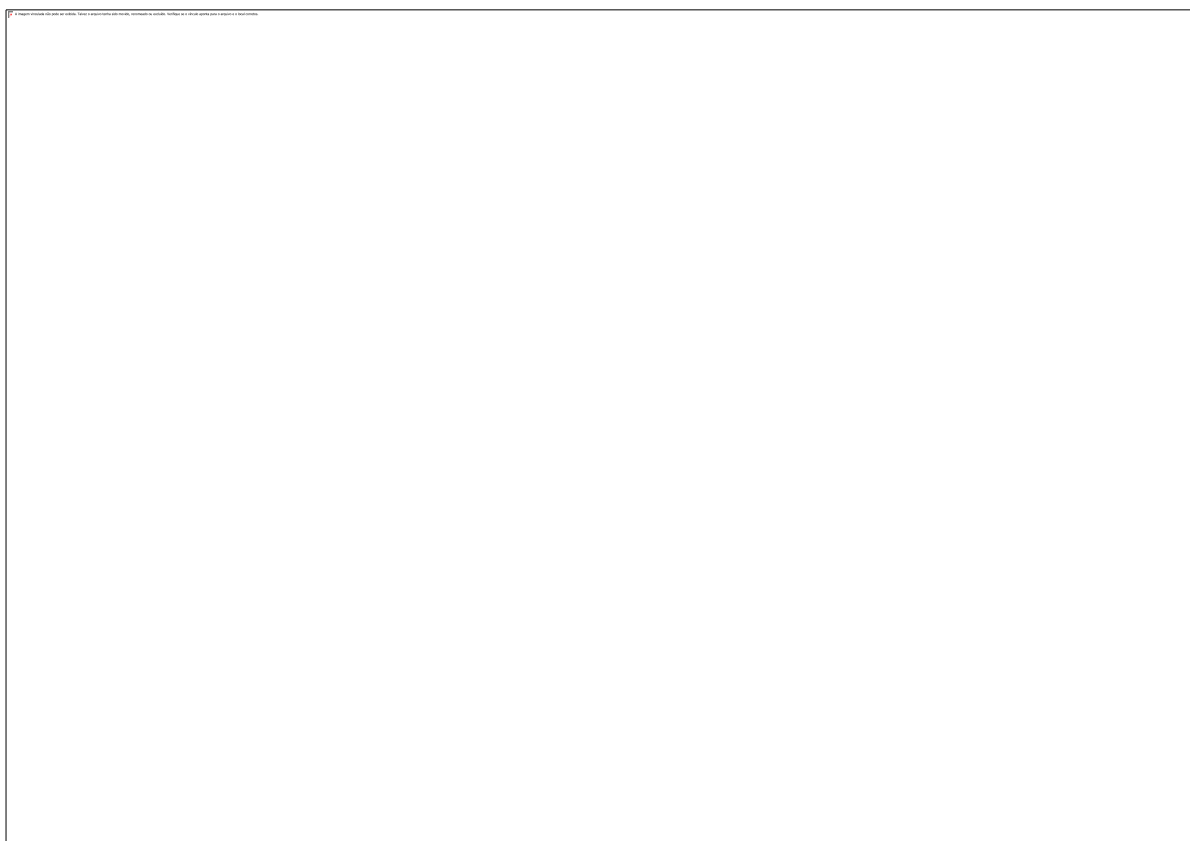


Figura 01: Área de Proteção Ambiental Jenipabu - APAJ.

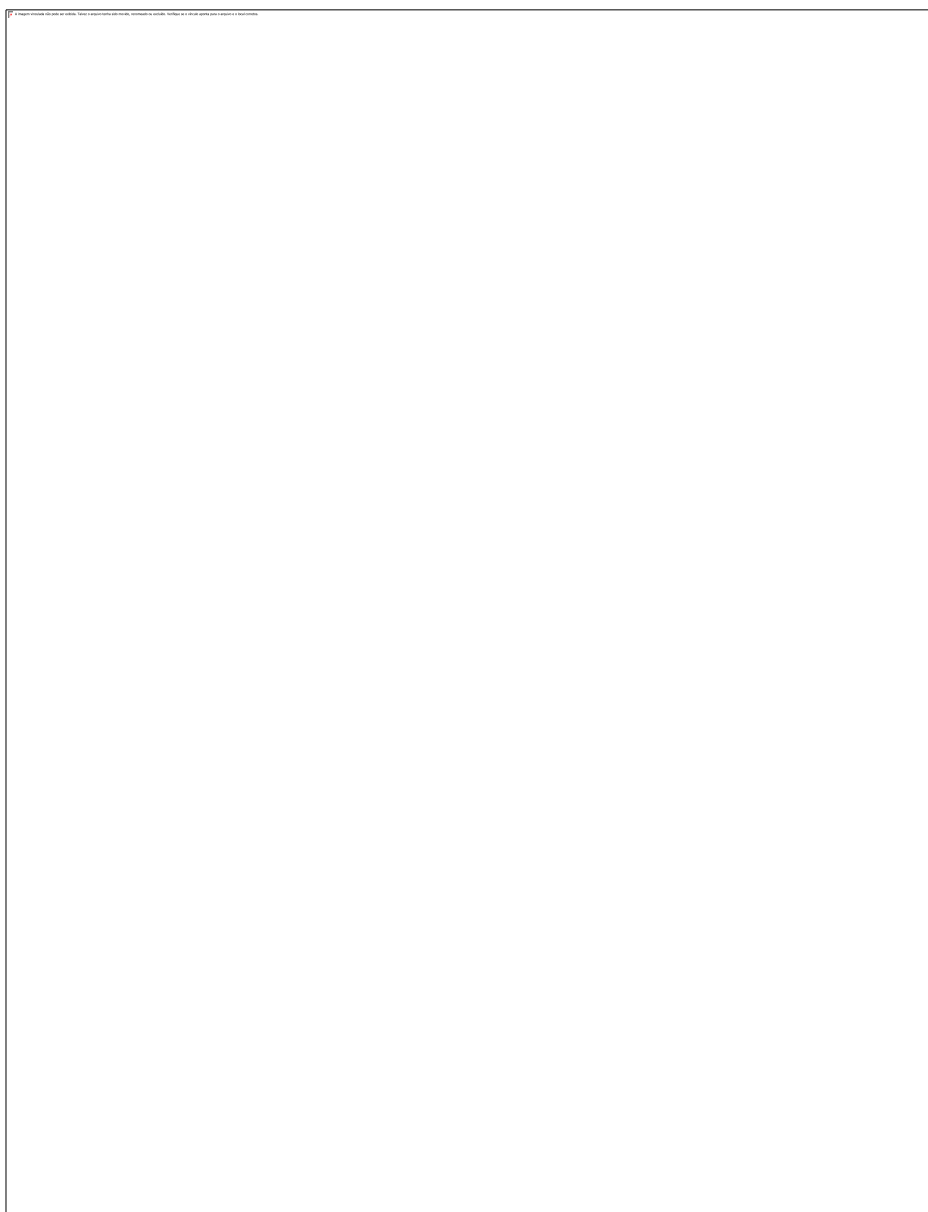


Figura 02: Momento do tratado do pescado na Praia de Santa Rita/RN

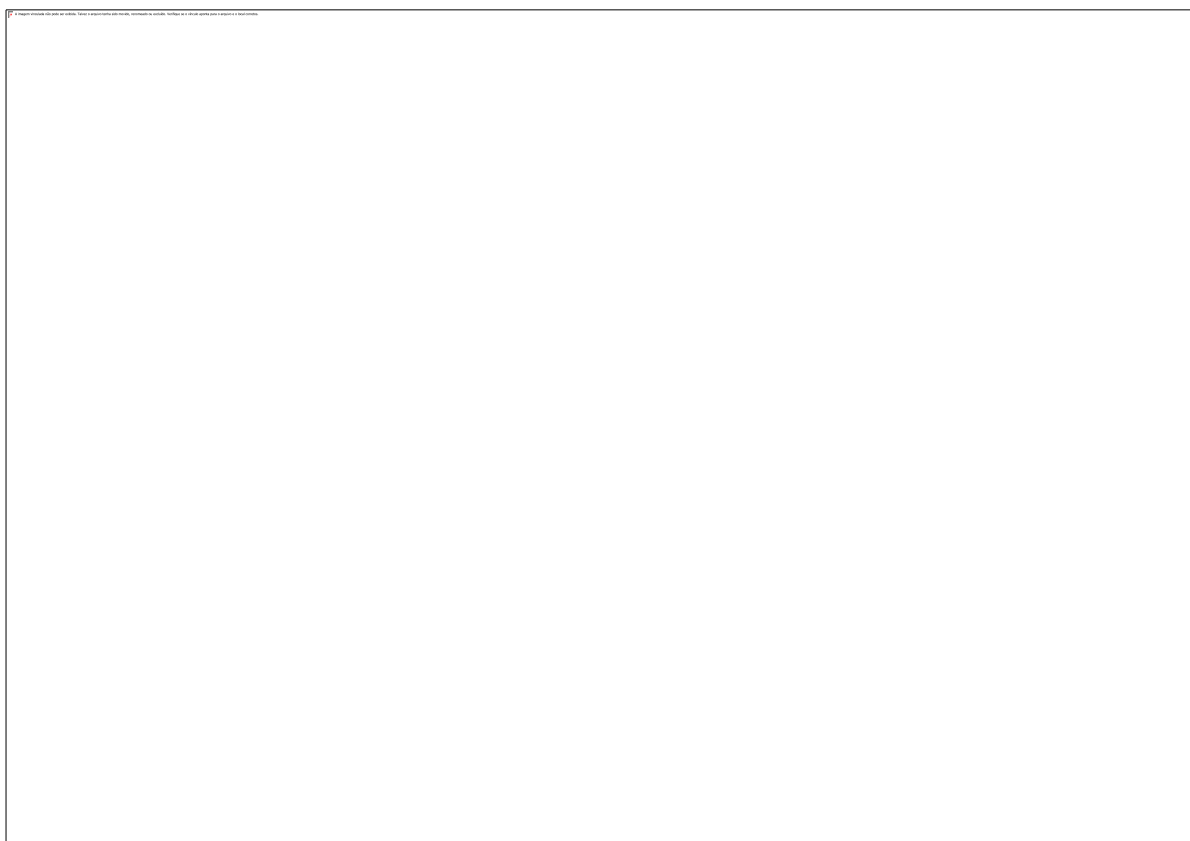


Figura 03: Mapa de Natal com a localização da Comunidade Passo da Pátria.

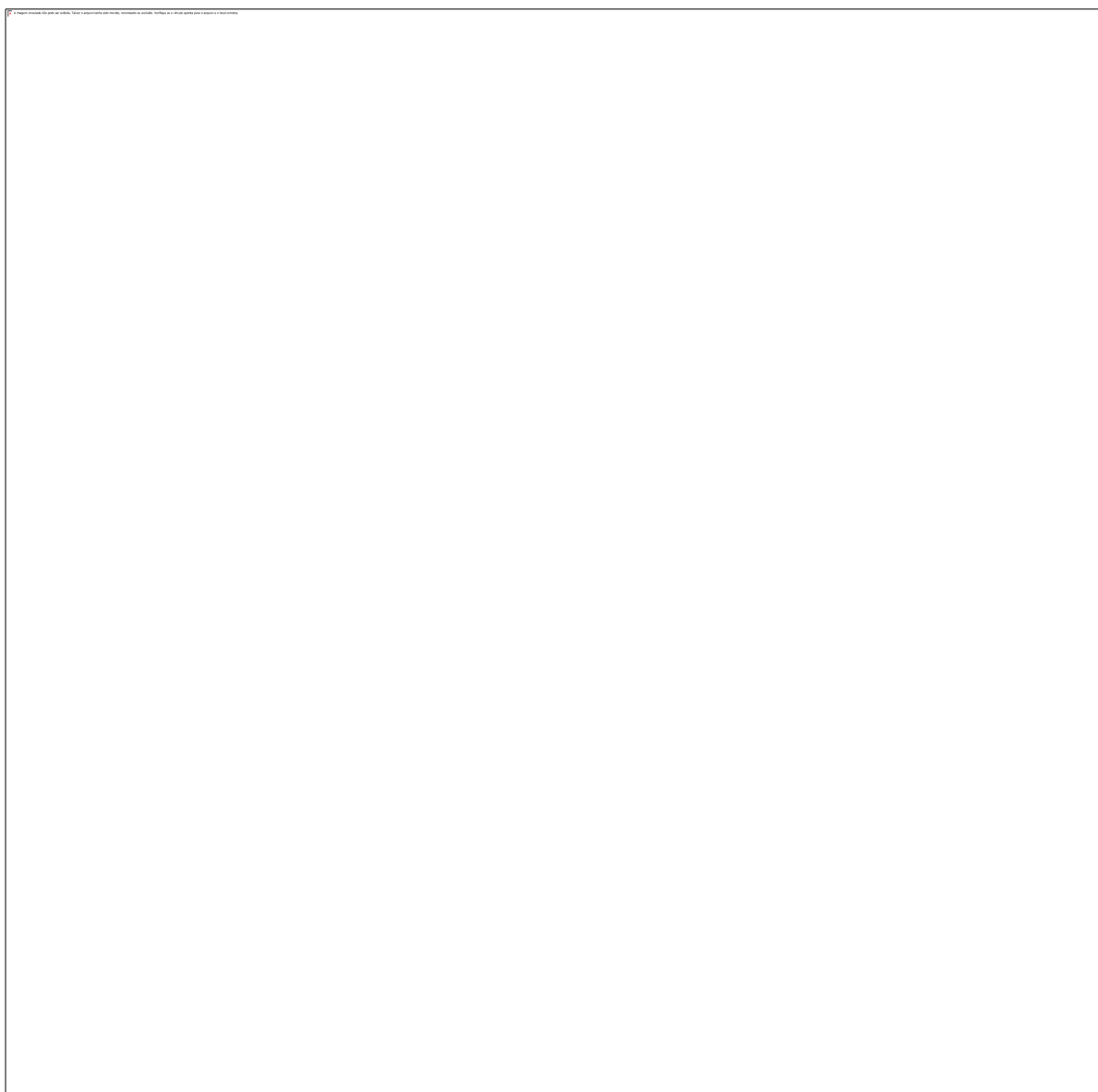


Figura 04: Embarcação usada para a limpeza do mangue e parte do material utilizado para a pesca.

CÓDIGO: HS0059

AUTOR: ALINE CRISTIANE PORTELA ALVES

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: OCUPAÇÕES EM NATAL/RN: LUTA POR RECONHECIMENTO E
DINÂMICAS DE PODER.

Resumo

O artigo analisa as ocupações urbanas em Natal/RN entendendo-as como formas de resistência diante da negação sistemática do direito à moradia. A partir de entrevistas com lideranças do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), além de participantes, moradores e professores de diferentes áreas, tentou-se compreender os sentidos atribuídos ao território e à vida coletiva nas ocupações. A análise fundamenta-se no direito à cidadania (José Murilo de Carvalho), nas três dimensões do poder (Lukes), na categoria de reconhecimento (Honneth) e nas práticas de subversão cotidiana do espaço (Debord; Vaneigem). As ocupações são compreendidas como territórios insurgentes que produzem formas de vida solidárias, autogeridas e politicamente ativas, confrontando o urbanismo excludente e afirmando novas possibilidades de cidadania.

Palavras-chave: ocupações urbanas. reconhecimento. poder. resistência.

TITLE: OCCUPATIONS IN NATAL/RN: STRUGGLE FOR RECOGNITION AND
POWER DYNAMICS

Abstract

This article analyzes urban occupations in Natal, Brazil, understanding them as forms of resistance to the systematic denial of the right to housing. Based on interviews with leaders of the Popular Housing Struggle Movement (MLMP) and the Movement for Struggle in Neighborhoods, Villages and Slums (MLB), as well as with participants, residents, and teachers from different fields, it seeks to understand the meanings attributed to territory and collective life within these occupations. The analysis is grounded in the

right to citizenship (José Murilo de Carvalho), the three dimensions of power (Lukes), the category of recognition (Honneth), and the practices of everyday subversion of space (Debord; Vaneigem). The occupations are understood as insurgent territories that foster forms of life that are solidaristic, self-managed, and politically active, challenging exclusionary urbanism and affirming new possibilities for citizenship.

Keywords: urban occupations. recognition. power. resistance.

Introdução

A cidade, embora cimentada por avenidas, viadutos e mapas oficiais, pulsa debaixo da superfície como território de desejos e lutas. O espaço urbano não é uma paisagem neutra. É uma escrita social carregada de rasuras, gritos abafados, vozes que se entrelaçam ou se perdem. Para além da racionalidade técnica que busca administrar seus fluxos, a cidade é o palco onde a dignidade e o silêncio, o asfalto e a memória, o concreto e o gesto se enfrentam na arquitetura sutil da dominação moderna.

Como observa Steven Lukes (2005), o poder não se expressa apenas nas decisões visíveis, mas sobretudo nas ausências. Nas cidades, essa forma de dominação se traduz em zonas interditas de pertencimento: territórios onde o direito de morar é permanentemente vigiado, onde o “informal” carrega o peso do ilegítimo, e a habitação se converte em ameaça. As ocupações urbanas, nesse cenário, não são desvios da ordem, mas denúncia viva de uma ordem que já nasceu excludente.

A luta por moradia, no entanto, escapa a qualquer lógica puramente técnica. Ela é, como propõe Axel Honneth (2003), uma luta por reconhecimento. Nominar os becos, reivindicar o chão e recusar o apagamento são formas de insurgência simbólica. Mas seria ilusório crer que bastam leis ou decretos para romper esse ciclo de negação. O urbano foi colonizado por imagens — estetizado para o consumo, higienizado para a propaganda e coreografado para o turismo. O morador de uma ocupação destoa, não porque seja dissonante, mas porque revela a farsa da harmonia construída.

No Brasil, essa tensão entre planejamento e vida real se materializa nas lutas dos movimentos populares por moradia. Presentes em todo o país — e no Rio Grande do Norte, com ao menos dois grupos atuantes — esses coletivos desenham outras cartografias com seus gestos. Foi nesse espírito que o Programa de Educação Tutorial (PET) de Ciências Sociais da UFRN, sob a tutoria do professor João Bosco Araújo, mergulhou em campo para escutar e visibilizar essas experiências. Ao longo de 2025, o grupo esteve presente nas ocupações urbanas de Natal/RN e promoveu também rodas de conversa no auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), reunindo professores, lideranças comunitárias e moradores. Mais do que coletar dados, tratou-se de abrir espaço para que essas narrativas emergissem — narrativas que falam de exclusão, sim, mas também de solidariedade, de organização e de coragem.

Metodologia

A cidade não se resume a um conjunto de edificações e infraestruturas; ela se configura como uma expressão viva e mutável das relações sociais, políticas e econômicas que a moldam ao longo do tempo. Sob essa ótica, o espaço urbano não pode ser reduzido à sua materialidade: ele é produzido por práticas sociais que expressam disputas, exclusões e possibilidades de reinvenção e reivindicação. As cidades são marcadas por tensões sociais e pela desigualdade material entre os grupos que a compõem. “Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’” (Lefebvre, 2001, pág. 19).

A urbanidade não se reduz a uma soma de edificações ou fluxos econômicos; ela é, sobretudo, um produto histórico da ação humana, no qual coexistem conflito, resistência e produção de sentido (Lefebvre, 2001). Nas últimas décadas, o avanço da urbanização capitalista intensificou os processos de segregação espacial e marginalização social, evidenciando o abismo entre o direito formal à cidade e o acesso real a uma moradia digna. “A crise política vivida no Brasil acirra as contradições e reforça a urgência de novas reflexões teórico-práticas e de um novo urbano” (Volocho e Prizon, 2024, pág. 07).

Para José Murilo de Carvalho (2002), a cidadania no Brasil é historicamente fragmentada e seletiva; nesse sentido, pode-se pensar os moradores das ocupações, que não lutam apenas por abrigo físico, mas por sua constituição como sujeitos plenos de direitos — inclusive o direito de nomear seu espaço, definir suas prioridades e disputar os sentidos da cidade.

Em cidades como Natal/RN como em outras cidades, ocupações urbanas emergem como formas de resistência que vão além da reivindicação por habitação: constituem-se como atos políticos que reconfiguram o território e desafiam estruturas hegemônicas. Essas práticas territoriais dão visibilidade a sujeitos historicamente silenciados e propõem novas formas de pertencimento, construídas na coletividade e na luta cotidiana autogestionária.

É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (Santos, 2001, pág. 18).

A tensão entre instâncias participativas — como assembleias populares e organizações comunitárias — e os conflitos estruturais de classe, longe de dissolver o pertencimento, revela justamente o enraizamento afetivo e político que os sujeitos estabelecem com o território. Mesmo diante das desigualdades impostas por um modelo urbano excludente, os moradores das ocupações constroem vínculos que transcendem a materialidade da moradia, investindo o espaço de significados, memórias e projetos coletivos. Como afirmou a professora Amíria Bezerra Brasil (2025), do Departamento de Arquitetura da UFRN, em entrevista ao PET de Ciências Sociais: “Não se trata apenas de um movimento de ocupação, mas da construção de um novo projeto político para a cidade”. A partir dessa perspectiva, as ocupações não devem ser vistas como exceções ao ordenamento urbano, mas como expressões legítimas de reinvenção da cidade — elaboradas desde baixo, por sujeitos que recusam o apagamento e reivindicam o direito de decidir os rumos do espaço que habitam.

A Ocupação Urbana Palmares (Natal/RN), ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), iniciada em 09 de maio de 2025, representa um exemplo concreto dessa disputa pela cidade. Foram esses sujeitos que, historicamente excluídos, que arrancaram do Estado instrumentos legais como as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) abrindo frestas na rigidez do urbanismo tecnocrático. Hoje, em meio a um contexto de retrocesso, esses dispositivos sofrem desmontes silenciosos, enquanto o direito cede lugar novamente ao lucro.

O Plano Diretor de Natal (PDN), na versão de 2022, classifica as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) como porções do território urbano que demandam um tratamento urbanístico específico devido às suas características peculiares. Essas áreas são, geralmente, ocupações de baixa renda, podendo ser compostas por assentamentos irregulares (como favelas, vilas ou loteamentos informais) ou terrenos não edificadas ou subutilizados. O PDN 2022 distingue duas categorias de AEIS.

A definição dessas áreas e normas tem como premissa a promoção da justiça social, o acesso à moradia digna e a preservação ambiental, alinhados aos direitos urbanos previstos na Constituição Federal e nas diretrizes do Estatuto da Cidade. Essas áreas estão inseridas no macrozoneamento da cidade, que divide o território entre zonas adensáveis e zonas de proteção ambiental. A regulamentação das AEIS é essencial para proporcionar um desenvolvimento urbano que não apenas atenda às necessidades habitacionais de populações vulneráveis, mas que também respeite as características ambientais e sociais locais (Prefeitura Municipal De Natal, 2022).

Em conclusão, as ocupações urbanas em Natal/RN representam uma luta por reconhecimento e justiça social, indo além da simples demanda por moradia. Elas buscam reconfigurar o espaço urbano e garantir a participação ativa das populações vulneráveis no processo de planejamento. A regulamentação das AEIS no Plano Diretor de 2022 é um avanço importante, mas sua efetividade depende da aplicação concreta de políticas que respeitem as necessidades e características dessas áreas, destacando a cidadania e os direitos urbanos como elementos essenciais para uma cidade mais inclusiva.

Resultados e Discussões

A partir da teoria do reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth (2003), é possível compreender tais ocupações como manifestações de uma luta moral por visibilidade e dignidade. O desrespeito vivido por populações excluídas da política habitacional não apenas fere sua existência material, mas também compromete sua autoestima e seu reconhecimento como sujeitos plenos. Nesse contexto, os movimentos de ocupação não apenas resistem às lógicas de exclusão impostas pela especulação imobiliária e pelo Estado, mas também utilizam a luta social como instrumento político de transformação, tensionando o modelo vigente de cidade e propondo novos projetos coletivos de urbanidade.

A ação dos movimentos de ocupação representa uma resposta ética e política à violência estrutural, impulsionada, no plano motivacional, pela experiência direta do desrespeito

— exatamente como Honneth (2003) propõe ao afirmar que a violação do reconhecimento pode gerar "impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento" (Honneth, 2003, p. 214).

Segundo Osvaldo Coggiola (2015), ao analisar criticamente as origens históricas do capitalismo no Curso Livre Marx-Engels: A criação destruidora, o autor enfatiza que esse sistema não emergiu de uma evolução espontânea ou de uma lógica natural das relações sociais, mas sim de um processo violento e estruturado de expropriação dos produtores. Nas palavras do autor:

[...] O capitalismo teve sua origem não em uma lógica natural da sociedade humana, mas em uma expropriação dos produtores, que é chamada de acumulação capitalista primitiva, realizada por meio da força do Estado, quando se desenvolveu um modo de produção permeado de contradições que colocam em questão, cada vez mais, a própria existência (Coggiola, 2015, pág. 74 - Curso livre Marx-Engels: A Criação Destruidora)

Ao deslocar a origem do capitalismo de uma suposta racionalidade evolutiva para um processo histórico de expropriação e violência institucionalizada, Coggiola (2015) desvela a base coercitiva sobre a qual se ergue a modernidade econômica. Essa compreensão permite entrever que a dominação material não se esgota em seus efeitos econômicos imediatos, mas transborda para a constituição subjetiva dos indivíduos afetados. Nesse ponto, a crítica econômica se entrelaça à teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), ao evidenciar que formas sistemáticas de desrespeito — como a negação do direito à moradia — operam não apenas como privação, mas como degradação moral e invisibilização social. A violência fundadora da acumulação primitiva reverbera, assim, nas práticas contemporâneas de exclusão, onde o que está em jogo é a própria possibilidade de ser reconhecido como sujeito de direitos.

Nas ocupações urbanas, isso se manifesta, por exemplo, em despejos forçados, como relatados pelos moradores da ocupação Valdete Guerra (Natal/RN), repressão policial, humilhações públicas e ameaças constantes de remoção, onde o corpo das pessoas é colocado sob o domínio de forças externas e arbitrárias — o Estado, o capital imobiliário ou as elites locais. Como afirma Honneth (2003), “o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo”, o que leva a “uma perda de confiança em si e no mundo”, associada a uma “espécie de vergonha social” (Honneth, 2003, p. 215). Essa vergonha não é individual; ela é politicamente induzida e socialmente reproduzida por discursos que criminalizam a pobreza e deslegitimam as formas populares de organização e resistência.

E assim, as ocupações urbanas em Natal/RN ecoam esse espírito de resistência situacionista, ao tomarem posse de espaços negligenciados pelo Estado. Raoul Vaneigem (2016), um dos principais teóricos da Internacional Situacionista, propõe em sua obra *A Arte de Viver para as Novas Gerações* (2016) uma reflexão profunda sobre a necessidade de transformar a vida cotidiana como um caminho essencial para a emancipação social. Para ele, a verdadeira revolução não ocorre apenas nas esferas políticas ou econômicas tradicionais, mas começa nas pequenas ações diárias, nas formas como as pessoas vivem, se relacionam e percebem o mundo ao seu redor. Esse processo, que Vaneigem chama de “revolução do cotidiano”, convida à criação de novas experiências e práticas que rompam

com a alienação, o conformismo e a passividade, propondo um modo de vida baseado na liberdade e na autogestão.

Tal perspectiva amplia o campo da resistência para além das grandes estruturas, situando o poder transformador no dia a dia, na prática vivida por cada indivíduo e comunidade.

“Por causa da sua crescente banalidade, a vida cotidiana conquistou pouco a pouco o centro das nossas preocupações (1). Nenhuma ilusão, nem sagrada nem dessacralizada (2), nem coletiva nem individual, pode dissimular por mais tempo a pobreza dos gestos cotidianos (3). O enriquecimento da vida exige, inexoravelmente, a análise das novas formas adquiridas pela pobreza e o aperfeiçoamento das velhas armas de recusa (4)” (Vaneigem, pág. 10, 2016)

Assim como os situacionistas buscavam ressignificar as relações urbanas e dismantelar a lógica do espetáculo, as ocupações de Natal/RN subvertem o espaço urbano, transformando-o em um ambiente de solidariedade e autonomia.

Esse tensionamento é coerente com a crítica de Guy Debord (2003) à “sociedade do espetáculo”, na qual os desejos são produzidos artificialmente pelo sistema de consumo e os sujeitos são integrados a um circuito contínuo de aquisição e obsolescência. A casa, nessa lógica, deixa de ser concebida como território de cuidado, convivência e produção de vínculos e passa a operar como símbolo de sucesso individual, passível de valorização econômica. Vaneigem (2016) aprofunda essa crítica ao argumentar que o urbanismo dominante tende a reduzir a experiência urbana à funcionalidade e ao controle, neutralizando a potência inventiva dos espaços produzidos pela coletividade.

As formas de desrespeito vivenciadas pelas famílias que ocupam terrenos e imóveis ociosos em Natal/RN excedem a privação de recursos materiais: elas penetram a camada mais íntima da experiência subjetiva, afetando diretamente a maneira como os sujeitos se percebem e se posicionam no mundo. Como evidenciado nas visitas de campo, o que está em jogo não é apenas a ausência de um teto, mas o comprometimento da dignidade, da agência e da possibilidade de habitar politicamente a cidade. A moradia, nesse sentido, é indissociável do direito de existir com reconhecimento.

4. PODER E DISCURSO (DIMENSÕES DO PODER)

Como afirma Marx, “men make their own history but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given and transmitted from the past” (Marx apud Lukes, 2005, p. 26). As entrevistas realizadas com integrantes dos movimentos sociais urbanos — notadamente do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) — revelaram-se fundamentais não apenas como fontes de dados empíricos, mas como operadores teóricos vivos, que tensionam categorias institucionalizadas e escancaram o funcionamento concreto do poder nas disputas por território, linguagem e pertencimento. Nesse contexto, a teoria das três dimensões do poder, elaborada por Steven Lukes (2005), revela-se especialmente fértil para a análise.

A primeira dimensão, segundo Lukes (2005), a mais visível, refere-se ao poder exercido nas arenas de decisão: onde há conflitos declarados, embates públicos, decisões políticas e enfrentamentos diretos. As falas de Wellington Bernardo (MLMP), por exemplo, evidenciam essa camada ao descrever as rupturas internas que levaram à criação de um novo movimento, divergente do MLB. A fundação do MLMP, em 2019, representou uma escolha política densa, articulada a partir de desacordos sobre coordenação, território e estratégias de luta. O movimento, desde então, consolidou seis ocupações e dez núcleos em diferentes bairros de Natal, desafiando abertamente tanto o poder estatal quanto o controle institucionalizado da luta por moradia. Wellington (MLMP) também relatou sua candidatura a vereador nas eleições municipais de 2024, momento em que obteve 1.086 votos. A entrada no campo institucional simboliza uma ampliação tática do campo de disputa, levando a luta dos territórios populares para dentro da arena eleitoral.

Também nessa primeira dimensão (Lukes, 2005), identificam-se os enfrentamentos cotidianos entre os moradores das ocupações e o poder público: ameaças de despejo, participação em audiências públicas, negociações com órgãos municipais e estaduais, ações judiciais e intervenções policiais. São situações em que o conflito se manifesta com clareza e as forças em disputa se posicionam frontalmente.

A segunda dimensão do poder, por sua vez, se refere àquilo que Lukes (2005) chama de “não-decisão”: a capacidade de certos grupos em impedir que determinados temas sejam sequer colocados em discussão.

“Power was not solely reflected in concrete decisions; the researcher must also consider the chance that some person or association could limit decision-making to relatively noncontroversial matters, by influencing community values and political procedures and rituals, notwithstanding that there are in the community serious but latent power conflicts” (Lukes, 2005, pág. 06).

No caso das ocupações urbanas, essa lógica é perceptível nas descon siderações dessas comunidades nos planos diretores e instrumentos de planejamento urbano, especialmente em aspectos fundamentais como a regularização fundiária e a infraestrutura básica. Embora tenham sido incluídas de alguma forma nos processos de planejamento, muitas vezes elas são descon sideradas em questões cruciais para a melhoria das condições de vida, refletindo uma aplicação incompleta ou inadequada dos instrumentos de urbanização.

A eleição de delegados em conferências municipais, estaduais e nacionais, a formulação de propostas e a participação ativa nos debates institucionais representam esforços para romper com a lógica excludente da “não-decisão”, pressionando o Estado a reconhecer sujeitos historicamente silenciados. Essas ações visam garantir visibilidade e inclusão aos grupos marginalizados, desafiando a hegemonia das decisões top-down e estabelecendo um espaço para a expressão das demandas sociais de forma legítima e participativa.

Um dado significativo emergente das entrevistas realizadas com moradores e lideranças das ocupações urbanas em Natal/RN é a recorrência da categoria “casa própria” como horizonte final da luta por moradia. Tal formulação, ainda que compreensível diante das privações históricas enfrentadas, revela a eficácia de um dispositivo simbólico forjado no próprio interior das lógicas do mercado. A noção de “casa própria”, enquanto bem

individual, titulado e juridicamente reconhecido, reproduz o ideal burguês de acesso à cidade mediado pela propriedade privada.

Ao incorporar essa meta como fim último, muitos sujeitos acabam por mobilizar categorias que lhes foram historicamente negadas e, paradoxalmente, mantêm-se dentro dos marcos do urbanismo neoliberal, tecnocrático e excludente. As conferências públicas — como as de habitação e de cidades — tornam-se espaços estratégicos onde os movimentos disputam não apenas direitos, mas também a visibilidade de suas pautas. Trata-se, portanto, de uma captura do imaginário urbano pela racionalidade do capital, que limita o campo do possível e enfraquece, em seu nível mais sutil, a potência transformadora das ocupações enquanto experiências de reinvenção do espaço.

Essa questão não apenas desestabiliza a narrativa dominante da “casa própria” como objetivo último, mas também aponta para o esvaziamento político que acompanha os processos de regularização fundiária. Quando uma ocupação é convertida em assentamento formal, como no caso da Ocupação Leningrado, frequentemente ocorre uma “despolitização do espaço”: no sentido de que o que era território de luta passa a ser disciplinado pelas exigências do mercado e pelas normas da propriedade privada, apagando a memória coletiva e as práticas de solidariedade que ali floresceram..

Por fim, a terceira dimensão do poder, segundo Lukes (2005), a mais sutil e penetrante, refere-se à capacidade de moldar desejos, crenças e percepções, fazendo com que os próprios sujeitos dominados aceitem sua situação como legítima, inevitável ou natural. “It is, however, that pinpoints the so-called ‘third dimension’ of power – the power ‘to prevent people, to whatever degree, from having grievances by shaping their perceptions, cognitions and preferences in such a way that they accept their role in the existing order of things’ (Lukes, 2005, pág. 11).

“These and other mechanisms constitute power’s third dimension when it works against people’s interests by misleading them, thereby distorting their judgment. To say that such power involves the concealment of people’s ‘real interests’ by ‘false consciousness’ evokes bad historical memories and can appear both patronizing and presumptuous, but there is, I argue, nothing inherently illiberal or paternalist about these notions, which, suitably reigned, remain crucial to understanding the third dimension of power” (Lukes, 2005, pág. 13).

Essa dimensão se torna evidente nas falas de moradores que, muitas vezes, hesitam em reivindicar seus direitos ou se envergonham de contar onde moram. O uso recorrente da palavra “barraco”, por exemplo, carrega um estigma associado à informalidade e à precariedade — mas, ao mesmo tempo, é ressignificado pelas lideranças como marca de resistência e pertencimento. Como nos lembra Axel Honneth (2003), as lutas por reconhecimento não se travam apenas nas instituições, mas também nos vocabulários, nos gestos e nas formas de nomear o mundo.

A partir da terceira dimensão do poder proposta por Steven Lukes (2005), é possível compreender que tal adesão não se dá por coerção explícita, mas sim por uma forma de dominação ideológica mais profunda, que atua modelando preferências, desejos e percepções de mundo. A criminalização simbólica das ocupações opera com eficácia nessa dimensão. Não é preciso que a repressão seja cotidiana ou armada: basta o discurso,

as manchetes, os comentários de senso comum. Como relata uma moradora da Ocupação Valdete Guerra durante entrevista, “as crianças perderam o direito de ser criança” — uma frase que expressa com força simbólica os efeitos mais profundos da dominação ideológica. A criminalização simbólica das ocupações opera com eficácia na terceira dimensão do poder, conforme proposta por Lukes (2005), pois não se manifesta apenas por meio de coerção explícita ou repressão armada cotidiana: basta o discurso, as manchetes, os comentários de senso comum.

Muitos moradores, como aponta Wellington (MLMP), passam a sentir que estão “fazendo algo errado”, mesmo ao lutar por um direito fundamental. É esse poder que atua na linguagem, na vergonha, no medo — e que, por agir sem confronto aberto, se mostra ainda mais insidioso. É esse poder que age invisivelmente — na linguagem, na vergonha, no medo — e que Lukes (2005) descreve como o mais insidioso, justamente porque atua sem confronto aberto.

Nesse cenário, as ocupações urbanas de Natal não apenas reivindicam moradia. Elas performam a cidade de outro modo. Elas constroem a partir de vínculos de cuidado, de redes de solidariedade, de creches organizadas pelas mães, de assembleias populares, de festas coletivas, de muros que abrigam, mas também comunicam. Elas desestabilizam a ideia de que o urbano pertence ao mercado e afirmam que ele também pode ser território de invenção política.

Conclusão

As ocupações urbanas em Natal/RN emergem como expressões concretas de resistência diante de um cenário histórico de negação do direito à moradia e exclusão das camadas populares dos projetos de cidade. Longe de serem respostas espontâneas ao déficit habitacional, essas iniciativas articulam ações coletivas, práticas autogestionárias e disputas simbólicas em torno do espaço urbano, desafiando o monopólio do Estado e do mercado na produção e normatização da cidade.

A partir das entrevistas com militantes e moradores — como Bianca (MLB) e Wellington (MLMP) — foi possível perceber como o discurso, a memória e o cotidiano dos sujeitos operam como ferramentas críticas que desestabilizam categorias fixas, como “invasão” ou “irregularidade”, e afirmam novas gramáticas de pertencimento. As falas revelam não apenas demandas por infraestrutura ou reconhecimento formal, mas um projeto de mundo baseado na solidariedade, na autonomia e na recusa da lógica mercantil que transforma o lar em mercadoria.

As reflexões teóricas de autores como Axel Honneth (2003), Steven Lukes (2005), Henri Lefebvre (2001), Guy Debord (2003) e Raoul Vaneigem (2016) contribuíram para aprofundar a análise dos mecanismos de dominação e resistência presentes nas ocupações. De um lado, evidenciam-se as múltiplas formas de desrespeito — materiais, simbólicas e subjetivas — que atingem os moradores; de outro, destacou-se a potência política das ocupações enquanto territórios insurgentes que não apenas resistem, mas propõem. A noção de “revolução do cotidiano”, conforme os situacionistas, aparece nas

pequenas práticas que ressignificam o espaço: o barraco que vira lar, a horta que vira rede de apoio, a creche construída pelas mães que vira centro comunitário.

No interior dessas experiências, a luta por moradia ultrapassa a dimensão habitacional e se converte em luta por reconhecimento, por visibilidade e por reinvenção do urbano. Reconhecer os territórios informais da cidade não é um gesto de benevolência institucional — é um ato de justiça histórica. A luta urbana, longe de ser um problema a ser contido, é talvez uma das últimas formas autênticas de reinventar o comum. Porque a cidade real não se mede em metros quadrados, mas em vínculos. E nelas, cada passo insurgente desenha um futuro possível. Diante do avanço da financeirização do solo urbano e da criminalização das práticas populares de organização, torna-se urgente escutar — e aprender com — os sujeitos que constroem cidade todos os dias a partir das margens. Porque é ali, onde a institucionalidade falha, que germinam as formas mais criativas de reinvenção do comum.

Referências

BIANCA. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFRN. Entrevista gravada com autorização da entrevistada.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; MORETTI, Ricardo de Sousa; DIÓGENES, Maria Caroline Farkat. Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo. In: VI ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, 1–5 mar. 2021. Anais do VI ENANPARQ. Brasília: ANPARQ / UNB, 2021.

BERNARDO, Wellington. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFRN. Entrevista gravada com autorização do entrevistado.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Curso livre Marx-Engels : a criação destruidora / organização José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. Inclui bibliografia Vários autores ISBN 978-85-7559-469-8 1. Socialismo. 2. Filosofia marxista. I. Netto, José Paulo. II. Título

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

FREIRE, Rafael. Nasce a Ocupação Palmares, em Natal. A Verdade, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/03/nasce-a-ocupacao-palmares-em-natal/>. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Escolha das condições de ocupação da moradia e política habitacional no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/be0e213f-d35c-4a57-9086-d8faf909a590/content>. Acesso em: 19 maio 2025.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008. (Tradução da 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p. Tradução de: Kampf um Anerkennung.

MÃES constroem creche na Ocupação Emmanuel Bezerra. A Verdade, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/03/maes-constroem-creche-na-ocupacao-emmanuel-bezerra/>. Acesso em: 19 maio 2025.

MIRIAM. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFRN. Entrevista gravada com autorização da entrevistada.

NATAL (Município). Plano Diretor contribui para alta valorização imobiliária em Natal. Portal da Prefeitura do Natal, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/41375>. Acesso em: 19 maio 2025.

REDAÇÃO TRIBUNA DO NORTE. Leningrado: de assentamento a conjunto habitacional. Tribuna do Norte, Natal, 7 out. 2007. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/leningrado-de-assentamento-a-conjunto-habitacional/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ROSENDO, Ezequias. Nasce a Ocupação Valdete Guerra na periferia de Natal. A Verdade, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/07/nasce-a-ocupacao-valdete-guerra-na-periferia-de-natal/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SAIBA MAIS. 100 famílias sem teto ocupam galpão abandonado nas Rocas pertencente à prefeitura de Natal. Saiba Mais, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2022/03/100-familias-sem-teto-ocupam-galpao-abandonado-nas-rocas-pertencente-a-prefeitura-de-natal/>. Acesso em: 19 maio 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL (SEMURB). Cartilha explicativa: Lei Complementar nº 208/2022 – Novo Plano Diretor de Natal. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2022. Disponível

em:https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semurb/publicacoes/cartilhaexplicativa_lc2082022.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

VANEIGEM, Raoul. A arte de viver para as novas gerações. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2016. 336 p. ISBN 978-8563137661.

VOLOCHKO, Danilo; PRIZON, Leonardo Palhares (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. 1 arquivo digital (EPUB). ISBN 978-65-250-5492-6.

WELLINGTON BERNARDO assume presidência do PSB de Natal. O Potengi, 21 mar. 2024, 15h00. Disponível em: opotengi.com.br/wellington-bernardo-assume-presidencia-do-psb-de-natal/. Acesso em: 30 jul. 2025.

CÓDIGO: HS0083

AUTOR: FELIPE LEANDRO SOARES DA SILVA

ORIENTADOR: SAMUEL ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA

TÍTULO: A Proliferação Borgeana: uma correlação da intertextualidade e o neobarroco ao conto “El Zahir”

Resumo

A partir das observações sobre as escritas de Jorge Luís Borges, há a evidenciação de um rompimento aos limites tradicionais literários, dado que a composição de sua estilística literária tende a todo um processo expositivo simbólico que se beneficia dos excessos de múltiplos intertextos para compor seus conceitos, ao qual convida o leitor a um trabalho imersivo e interpretativo, que por sua vez se desenvolve ao decorrer do aprofundamento de suas camadas. Desta maneira, se adentra as premissas desta investigação, analisar os intertextos de Borges no conto “El Zahir”, em uma perspectiva sincrônica ao trabalho do neobarroco, a favor de constatar na proliferação dos símbolos manejados as evidências de inovações da literatura latino-americana, que encontrou na estilística borgeana novas perspectivas de mundo.

Palavras-chave: Intertextos. Perspectiva sincrônica. Neobarroco. Proliferação. Inovação

TITLE: The Borgeana Proliferation: a correlation of intertextuality and the neo-Baroque to the tale "El Zahir"

Abstract

From the observations on the writings of Jorge Luís Borges, there is the evidentiary of a rupture with traditional literary limits, given that the composition of his literary stylistics tends to a whole symbolic expository process that benefits from the excesses of multiple intertexts to compose their concepts, which invites the reader to an immersive and interpretative work, that in turn develops through the deepening of its layers. Thus, we enter the premises of this investigation, analyze the intertexts of

Borges in the tale "El Zahir", in a synchronic perspective to the work of the neo-Baroque, in favor of finding in the proliferation of symbols handled the evidence of innovations in Latin literature American, who found in the Borghese stylistics new perspectives of the world.

Keywords: Intertexts. Synchronic perspective. Neo-baroque. Proliferation. Innova

Introdução

A partir da utilização da visão sincrônica como um fator analítico literário, se segue a implementação da independência para com as poéticas diacrônicas, aquelas que saem dos fardos da obediência aos preceitos de um tempo histórico linear, possibilitando o salto do presente de criação, a produção literária de uma dada época, para o presente de cultura, as tradições mantidas vivas que seguem as revisões dos autores e suas escolhas de reinterpretações aos clássicos (Campos, 2010), possibilitando assim a constatação das estilísticas e ferramentas da nomeação neobarroca nas escritas e suas devidas importâncias na valorização global da visão ocidental latino-americana no Século XX provinda de seus escritores e suas obras.

Em outros termos, houve a adaptação dos trajetos barrocos que ultrapassaram um enquadramento temporal pertinente aos domínios da escola surgida nos contextos europeus entre os séculos XVI e XVIII, em favor de uma interseção ao moderno como práticas literárias latino-americanas, destacando os cenários latinos ao se converterem de um instrumento de conquista eurocentrista a um instrumento representativo de contra-conquista (Celorio, 2001), que segundo Echeverría (1998) expunha as nossas realidades por meio de uma preocupação vigente as crises civilizatórias latina em forma de um ethos barroco que contrapunha o que já era instituído a favor de revalorações de novos aspectos para uma escrita que nos representasse.

Assim, há o surgimento da artificialização neobarroca no Século XX, identificada por Sarduy (1972) na: substituição, proliferação e condensação dos textos em criações literárias, que por sua vez eram englobadas amplamente em uma semiologia de intratextualidade e intertextualidade (Sarduy, 1972), que de acordo com Wolff (2012) permitia o envolvimento contínuo de uma escritura sobre a outra, concebendo ao mundo uma literatura composta de uma superabundância de referências, interligadas por todo um sistema de sentidos, que requeria uma sensibilidade especial em prol ao deciframento do que era abordado e a compreensão do que tornava essas abordagens idiossincráticas em relação às outras literaturas.

Desta maneira, o argentino Jorge Luís Borges foi um dos autores que mais bem se aproveitou desta artificialização ao proliferar inumeráveis intertextos em sintetizações de novas escritas, voltando materiais já existente para forjar o novo (Todorov, 1970) e compondo o que seria identificado em estudos futuros como topologia borgesca moldada em uma consonância lacaniana (Wolff, 2012), caracterizada em abordagens do inconsciente por uma linguagem comparativa entre os planos infinitos universais e a

brevidade com a superficialidade da vida humana. Em outras palavras, Borges fazia uma tratativa sobre a insignificância do ser humano ao incompreendido.

Neste plano, adentra-se esta investigação a correlação destas temáticas borgianas ao conto “El Zahir” que ao se prover do elemento sobrenatural, ressaltado pelo conceito do “notável” árabe, “um dos noventa e nove nomes de Deus” (Borges, 1998, p. 44), que não está passível ao esquecimento, designa uma espécie de “ruptura no sistema de regras preestabelecidas” (Todorov, 1970, p. 86) para evidenciar uma novidade estética proveniente dos interesses do autor aos intertextos originários do Oriente Médio (Torres, 2012), ressaltando assim a comprovação da semiologia neobarroca (Sarduy, 1972) que se torna tão evidente quanto o significado do conceito utilizado.

Metodologia

A metodologia investigativa aplicada neste trabalho inicia-se com a leitura e seleção do conto “El Zahir” no livro “El Aleph” (1949) de Jorge Luís Borges sobre o olhar do modelo de análise neobarroca possibilitada pelo emprego da perspectiva poética sincrônica criativa nos fenômenos literários (Campos, 2010), os quais são observados em um plano dialógico de comprovação das proliferações de intertextualidades em favor de uma descrição concisa da estética de barroquização da escritura. Desta Maneira, adotamos a construção de um processo analítico simbólico traçado em construir uma cadeia de sentidos interpretativo do corpus por meio da aplicação dos fichamento como abordagens teóricas para base, que nos viabilizou o destrinchamento do conteúdo analisado em favor da comprovação das proliferações neobarrocas que tange às temáticas borgeanas tratadas.

Em subsequência, ressaltamos também como ferramentas analíticas o aporte teórico para formalizar as correlações de contexto a favor de estruturar elementalmente os sentidos abordados (Kristeva, 2005, p. 68) ao exercício intertextual, focado em uma dinâmica Interpretativa ao sistema de deciframento e detecção da semiologia barroca (Wolff, 2012) que se perpetua uma vasta gama de autores latino-americanos, principalmente no que se diz a Borges e sua topologia barroca latino-americana presente nas linhas de sua escrita.

Por fim, houve a execução do último processo metodológico deste estudo, a escrita, que por sua vez é a evolução natural das outros processos já descritos, visto que nos ajudou a sintetizar as exposições tanto das dissertações quanto das transcrições de mundividências tratadas em nossos resultados, os quais se fundamentaram nos manejos do foco narrativo aos progressos de deciframentos neobarrocos (Sarduy, 1972) em favor de percorrer com clareza os impactos das proliferações intertextuais a estilística borgeana na literatura latino-americana.

Resultados e Discussões

O papel das ferramentas neobarrocas, imprescindíveis para a renovação textual latina, e no que toca a Borges, não há nada de diferente, uma vez que estas ferramentas foram proliferadas com um exímio estilístico em prol de algo nunca visto em criações literárias pertinentes ao Século XX. Dentre estas ferramentas, estava a intertextualização neobarroca que como uma linha filigrana tecia uma rede de conexões que agia em uma forte expressão gráfica sobre o que era escrito (Sarduy, 1972), substituindo o papel da referência (Compagnon, 1999), ao criar uma espécie de reminiscência textual, fundição do texto transposto ao texto em composição, para descrever os conceitos abordados. Assim, já no início do conto “El Zahir” se pode observar fortemente este trabalho de intertextos:

En Guzerat, a fines del siglo XVIII, un tigre fue Zahir; en Java, un ciego de la mezquita de Surakarta, a quien lapidaron los fieles; en Persia, un astrolabio que Nadir Shah hizo arrojar al fondo del mar; en las prisiones de Mahdí, hacia 1892, una pequeña brújula que Rudolf Carl von Slatin tocó, envuelta en un jirón de turbante; en la aljama de Córdoba, según Zotenberg, una veta en el mármol de uno de los mil doscientos pilares; en la judería de Tetuán, el fondo de un pozo. (Borges, 1998, p. 41)

As descrições empregadas, por exemplo, se utilizam de uma mescla intertextual proliferada de locais, personagens e acontecimentos históricos diferentes, que atesta o efeito do conceito do Zahir ao demonstrar seus intentos de se manter obsessivamente evidente, observados em: um tigre, em Guzerat, uma possível correlação a deusa Durga, representada no hinduísmo pelo tigre, e sua vastidão que culminava o poder dos demais deuses (Natel, 2025); uma estatua em Surakarta, cidade islâmica de Java Central na Indonésia, aderindo o misticismo islâmico requerido por Borges em suas criações (Elia, 1998); um astrolábio, utilizado nas estratégias militares do líder persa do Século XVIII Nader Xá, e depois descartado em uma tentativa de se libertar de sua influência; uma pequena bússula presente na prisão do oficial austríaco Slatin no Sudão no final do Século XIX; uma observação do tradutor Zotenberg a um dos pilares da mesquita de Aljama de Córdoba e em um fundo de poço em Tetuão, no marrocos, entre uma comunidade judaica.

Deste modo, ao iniciar a construção do símbolo místico envolto ao conceito do Zahir, Borges evidencia uma proliferação das formas, que não age somente como um amontoado de signos vazios e sem sentido na colocação da obra, mas um exagero barroco que demarca os trajetos de nossa literatura latino-americana (Chiampi, 1998), visto que é esta “proliferabilidade” que concerne ao leitor as riquezas das adjunções internas entre as projeções inconscientes e os quadros do que foi lido, saindo de um caminho unívoco para um múltiplo de descobertas interpretativas (Eco, 1991), havendo uma notoriedade textual que fica tão evidente quanto a simbologia do Zahir em si, como se a própria ferramenta estrutural da escrita fosse uma espécie de metalinguagem ao conceito principal.

Logo, se constata as decorrências das estilísticas intrínsecas às produções textuais de Borges que se concentram na redireção das ferramentas neobarrocas ao oriente em uma forma transcendesse o convencionalismo estético da época ao atribuir uma dialética estética-filosófica que caracterizava o autor a um sentido Oriental por excelência

(Mualem, 2016), que incluía até o uso das religiões advindas dessa parte continental, as quais segundo Adur (2022) não se atribuíam aos seus propósitos originais religiosos, mas sim ao propósito do uso irreverente centrado em somente satisfazer perspectivas criativas e literárias.

Em subsequência, há a necessidade de ressaltar a apresentação do protagonista do conto, já que se trata de uma representação direta do próprio autor, que ao ser apresentado no trecho introdutório: “[...] no soy el que era entonces pero aún me es dado recordar, y acaso referir, lo ocurrido. Aún, siquiera parcialmente, soy Borges.” (Borges, p. 41), se transportar como perspectiva testemunhante dos planos infinitos advindos do Zahir para o plano limitante do homem que sofria por ser cativo do plano obsessivo da divindade do notável pertencente a moeda, estabelecendo a metáfora da limitação finita do homem ao próprio Borges, que é fadado a sofrer pelas limitações humanas mesmo tendo consciência de tais, testificando de acordo com Magallón (2014) uma autoconsciência narrativa e a autorrepresentação como elementos da construção simbólica.

Desta maneira, nesta mesma construção simbólica há a expansão da perspectiva do protagonista do conto, o próprio autor, que não é expandida a favor de uma óptica totalmente frontal privilegiada (Eco, 1991), ou seja, aquela que é inerente somente as abordagens do próprio personagem, mas é expandida para uma visão narrativa latina-americana em geral, colocando a referência externa de Borges não como uma contemplação ao autor, mas como um intertexto representativo do ser latino-americano, aquele que advém destas terras e se destaca em um cenário de cultura ocidental (Chiampi, 1998), desenvolvendo assim as perspectivas da América-Latina, as quais estão presentes na composição da estética neobarroca.

Além do tratamento ao próprio autor para representação das perspectivas latinas, há outro importante intertexto que abarca esta mesma função, a representação do paisagismo do Sul, proliferado na descrição dos cenários a favor de uma a representação sulista de Buenos Aires, que ademais de resgatar todo um cenário conhecido pelo autor, também resgata toda uma perspectiva de tradição e cultura (Miotto, 2010) para estabelecer um espaço geográfico e mítico envolto as ocorrências do conto.

Además, le dolía competir con chicuelas insustanciales. El siniestro departamento de Aráoz resultó demasiado oneroso; el seis de junio, Teodelina Villar cometió el solecismo de morir en pleno Barrio Sur. ¿Confesaré que, movido por la más sincera de las pasiones argentinas, el esnobismo, yo estaba enamorado de ella y que su muerte me afectó hasta las lágrimas? Quizá ya lo haya sospechado el lector. (Borges, 1998, p. 41 e 42)

Os intertextos explicitados no trecho acima, por exemplo, são proliferados em favor de ressaltar o regionalismo latino-americano, seguindo a análise de Chiampi (1998) sobre o barroco literário moderno e sua capacidade de transformar paisagens urbanas latinas em elementos narrativos, ao mesmo tempo que utiliza a localidade para descrever a ação fúnebre sobre Teodelina Villar estabelecendo o terreno dicotômico em prol ao plano místico, uma vez que sua representação como a figura de beleza efêmera que padeceu pela morte e a sina do futuro esquecimento, contrasta diretamente com o constante notável do Zahir que sempre se perdurará, concedendo assim um plano místico gerado

por uma ambivalência que se progride ao conto, a qual é atestada por Echeverría (1998) a característica mais evidente do barroco em quesito de aplicações estéticas.

A escrita borgeana, exposta a um processo de dedução-indução, que de acordo com Massaud Moisés (1991) correlacionam a dedução textual ao contexto abordado, ampliando as forças-motrizas observadas em suas linhas, é o que permite analisar com mais sensibilidade as proliferações dos intertextos que compõe o símbolo do Zahir, e suas devidas repetições excessivas sobre a mesma figura que visam a representação do “evidente”, como um constante símbolo por “uma inteira história em momentos sucessivos de seu desenvolvimento” (Eco, 1991, p. 150), em outros termos os processos de interpretação ao texto nos leva a identificar as proliferações dos intertextos na escrita e suas funções de reiterar os símbolos sobre a moeda, o Zahir, para com o seu detentor, o protagonista, em favor da progressão contínua do conto. Esta progressão simbólica pode ser nitidamente observada em trechos como:

Pedí una caña de naranja; en el vuelto me dieron el Zahir; lo miré un instante; salí a la calle, tal vez con un principio de fiebre. Pensé que no hay moneda que no sea símbolo de las monedas que sin fin resplandecen en la historia y la fábula. Pensé en el óbolo de Caronte; en el óbolo que pidió Belisario; en los treinta dineros de Judas; en las dracmas de la cortesana Laís; en la antigua moneda que ofreció uno de los durmientes de Éfeso; en las claras monedas del hechicero de las 1001 Noches, que después eran círculos de papel; en el denario inagotable de Isaac Laquedem; en las sesenta mil piezas de plata, una por cada verso de una epopeya, que Firdusi devolvió a un rey porque no eran de oro; en la onza de oro que hizo clavar Ahab en el mástil; en el florín irreversible de Leopold Bloom; en el luis cuya efigie delató, cerca de Varennes, al fugitivo Luis XVI. (Borges, 1998, p. 42)

Desta forma, há o desenvolvimento das simbologias pertinentes ao conto e a moeda descrita nos sentidos da: morte, ao mito grego de Caronte e seu óbolo; queda, à lenda bizantina do general Belisário; traição, a descrição dos evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João) sobre as trintas moedas de prata para a infidelidade de Judas; luxúria, ao também mito grego da cortesã Laís e seus altos preços em dracmas; ilusão, à lenda cristã sobre os adormecidos de Éfeso e a moeda que atesta suas histórias; magia, a descrição da noite 351 sobre a conversão de moedas ao papel por um feiticeiro; eternidade, à lenda judaica-cristã sobre o judeu errante e a moeda que sempre volta a sua posse, poder, a epopeia persa sobre as exigências de um pagamento de Firdusi, obsessão, referenciada pela figura da moeda de ouro do capitão Ahab em Moby Dick; modernidade, ao florim de Leopold Bloom em Ulysses e ironia, a morte de Luís XVI pelo reconhecimento de sua face a uma moeda.

O que leva a uma contínua expansão constante de signos sobre um barroquismo proliferante que jamais chega a uma nomeação verdadeiramente cabível ao objeto abordado, o Zahir, para produzir por consequência, um plano inominável e indescritível que gerasse um impacto (Chiampi, 1998), justificando a abordagem múltipla, construída nas vertentes de um barroco moderno literário latino-americano múltiplo por natureza, que segundo Santiago (2018) é fruto da modernidade americana e de seus autores, que refletem de forma direta a dissonância da América sobre o encruzilhamento de suas culturas, línguas, tradições e mitos. Assim, Borges continua suas proliferações intertextuais ao transcurso das descrições ao Zahir que excedem as simbologias das

moedas ressaltadas ao aderir na construção simbólica, do conceito árabe abordado, novas representações em prol da construção de um único ser.

Puede ser una tarde en las afueras, puede ser música de Brahms, puede ser mapas, puede ser ajedrez, puede ser café, puede ser las palabras de Epicteto, que enseñan el desprecio del oro; es un Proteo más versátil que el de la isla de Pharos. Es tiempo imprevisible, tiempo de Bergson, no duro tiempo del Islam o del Pórtico. (Borges, 1998, p. 42)

O parágrafo ressaltado, por exemplo, Borges exponencia a construção mística do Zahir, ao adicionando em suas simbologias mais proliferações intertextuais que agora tangem: um paisagismo incompreendido, em “las afueras” de uma perspectiva; uma contemplação sentimental profunda, como as músicas do compositor romântico Johannes Brahms; um destino, ao sentido dos mapas e seus cursos; as decisões presentes, que trazem consequências a cada escolha como em um jogo de xadrez; a intensidade, como o sabor de um café; o estoicismo, ao referenciar as postulações de Epicteto em prol ao desapego material; as inconstâncias, ao referenciar o mito grego de Proteo e suas mutações; o tempo vivido, ao referenciar a teoria de Bergson sobre a noção de durée e o tempo subjetivo; o tempo determinado, abordando a influência da religiosidade islâmica ao determinismo de um tempo já estruturado para as novas perspectivas, ao aludir a estruturação do pórtico como alusão a “entrada” de algo maior.

Nesta perspectiva, a construção para com o Zahir contínua, sendo imposta a um outro patamar de avatares, quando o autor cita: “Dijo que siempre hay un Zahir y que en la Edad de la Ignorancia fue el ídolo que se llamó Yaúq y después un profeta del Jorasán, que usaba un velo recamado de piedras o una máscara de oro” (Borges, 1998, p. 44), para mais uma vez retomar simbolicamente o Zahir ao correlacionar sua aparição ao antigo deus Yaúq adorado na Idade da ignorância (tempo politeísta dos povos islâmicos), como uma representação cega e obsessiva, junto com o véu e máscara de um profeta de Jorasan, que ressaltam a mistificação do oculto sobre o divino, ambos criam assim uma espécie de elementos que domina e obtém a obsessão dos pensamentos do homem, sem serem totalmente compreendidos, se suscitando em ciclos contínuos com diferentes aparições, descritos na escrita borgeana como intertextos que incentivam o “exercício estético e conceitual” (Salazar, 2018, p.3), proliferados para monopolizar as imagens na mente do leitor.

Em síntese, o uso da proliferação, que nas palavras de Sarduy (1972) artificializa o neobarroco na escrita, atua na explicitação das construções simbólicas do Zahir compostas nas abordagens dos: protagonistas, ambientes, objetos, fatos históricos, mitologias, literaturas e filosofias, em prol de uma organização abstrata de fenômenos, descrita nas linhas de Calabrese (1988) como algo legitimamente neobarroco ao preceder um sistema interno de múltiplas relações, utilizado no conto para construir o texto borgeano, a estética intertextual proliferada, a qual maneja os símbolos e imagens literárias para admiração do leitor (Salazar, 2018), empregando assim os intertextos para a convivência de inúmeras ideias em um mesmo contexto, que por sua vez permite ressignificação na leitura (Milreu, 2014), tornando a literatura advinda da América-Latina tão notável quanto a moeda da narrativa.

Conclusão

A perspectiva borgeana e suas devidas manifestações escritas, tendem a um construto literário focado tematicamente na abordagem de planos místicos não contemplados integralmente pelas percepções humanas, isto é, são conceitos tão intangíveis que não possibilitam as limitações finitas da perspectiva humana uma compreensão total. Assim, estes planos vão sendo compostos por concepções eruditas e ambíguas aplicadas em uma estilística puramente estética, que se utiliza de uma proliferação intertextual, a qual foge de uma linguagem comum e vai de encontro a uma rede de múltiplas ideias advindas da recombinação de textos já existentes, que por sua vez cativa o leitor ao lhe atribuir um papel ativo de identificador e interpretador para com todas as suas referências: históricas, geográficas, filosóficas, teológicas e literárias.

Em conclusão, há uma forte implementação neobarroca aos textos borgeanos, visto que o neobarroco é artificializado no emprego dos excessos da proliferação intertextual, manejados por Jorge Luís Borges ao conto “El Zahir” como uma forma de envolver o leitor em todas as suas simbologias, proliferadas por meio de outros textos tanto para ressaltar o conceito árabe original, a um aspecto externo “evidente”, quanto para compor a estética do autor, que se molda na relação de distintos textos em prol a abordagem de algo novo. Desta forma, ao proliferar o conceito e a estética, Borges também prolifera a própria literatura latina, construindo uma espécie de metalinguagem do conto com as escritas latino-americanas que de tanto ressaltarem suas ferramentas em favor da inovação, se evidenciaram ao mundo ao ponto de monopolizar os pensamentos de quem as observava.

Referências

ADUR, L. M. La madre del libro: usos y funciones del Corán en la obra de Jorge Luis Borges. *Lingüística y Literatura*, [S. l.], v. 43, n. 81, p. 387–405, 2022. DOI: 10.17533/udea.lyl.n81a18. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/lyl/article/view/349392>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Barcelona: Alianza Editorial, 1998

CALABRESE, Omar. *A Idade Neobarroca*. Trad. Carmen de Carvalho e Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010a.

CELORIO, Gonzalo. *DEL BARROCO AL NEOBARROCO: el barroco en el nuevo mundo, arte de contraconquista*. 2001. 25 f. Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 2001.

CHIAMPI, Irlemar. Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana. Tradução de São Paulo: Perspectiva, 1998.

COMPAGNON, Antoine. O Demônio da Teoria: literatura e senso comum. 2. ed. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2010.

ECHEVERRÍA, Bolívar. La Modernidad de lo barroco. Ciudad de México: Ediciones Era, 1998.

ECO, Umberto. Obra Aberta. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIA, Nada. Islamic Esoteric Concepts as Borges Strategies. 1998. University Of Pittsburgh, Pittsburgh, 1998.

KRISTEVA, Julia. Introdução à Semanálise. 2. ed. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KRISTEVA, Julia. Introdução à Semanálise. 3. ed. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MAGALLÓN, Mario Pérez. Metaficción en Jorge Luis Borges:: magias parciales de un hacedor de ficciones. 2014. 109 f. Tese (Doutorado), División de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Guanajuato, Guanajuato, 2014.

MILREU, Isis. De autor a personagem: Jorge Luis Borges na mira de romancistas latino-americanos. 2014. 246 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

MIOTTO, Francieli Cristina. Representações paisagísticas em El Sur, de Jorge Luis Borges. 2010. 10 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

MOISÉS, Massaud. A Análise Literária. São Paulo: Cultrix, 2007.

MUALEM, Shlomy. Imaginative Geography: dialectical orientalism in borges. Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World, California, v. 6, n. 1, p. 131-151, 2016. California Digital Library (CDL). <http://dx.doi.org/10.5070/t461030928>.

NATEL, Angela. Deusa-Tigre. 2025. Disponível em: <https://angelanatel.wordpress.com/2025/04/18/deusa-tigre/#:~:text=A%20Deusa%20hindu%20Durga%2FKali,energias%20de%20todos%20os%20Deuses..> Acesso em: 01 jun. 2025.

SARDUY, Severo. (1972) Barroco y neobarroco. C. Fernandez Moreno (org.). América Latina en su literatura. México, Siglo XXI. Trad. bras., São Paulo, Perspectiva, 1979.

SALAZAR, L. (2018). La intertextualidad en Jorge Luis Borges. Un análisis hermenéutico en El Aleph. (Trabajo de grado Licenciatura en Lengua Castellana). Universidad de San Buenaventura Colombia, Facultad de Educación, Medellín.

SANTIAGO, Dulce Maria. El neobarroco y la identidad de la cultura latinoamericana. Pontificia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 2018.

TODOROV, Tzvetan. Introducción a la literatura fantástica. Traducción de Joaquín Piquero. Buenos Aires: Ediciones Lumen, 1970.

TORRES, José Wanderson Lima. O ALEPH E SEUS DUPLOS: mimesis e autorreflexividade na obra de jorge luis borges. 2012. 160 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16393/1/JoseWLT_TESE.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

WOLFF, Jorge. O Neobarroco Segundo Severo Sarduy. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CÓDIGO: HS0131

AUTOR: ARTHUR WILLIAM SILVA SOUSA

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: “Aos pobres deste município”: Uma análise do caso de corrupção em Caicó/RN na Comissão Geral de Investigações (1975-1976)

Resumo

Entre os anos de 1968 e 1978 a Comissão Geral de Investigações se consolidou como o principal órgão de investigação de casos de corrupção no aparelho da ditadura, podendo acarretar na perda de direitos políticos e confisco de bens do investigado. No Rio Grande do Norte, o sistema CGI atuou diretamente na investigação de políticos alinhados ao ex-governador Aluísio Alves, bem como fora uma das bases para sua cassação em 1969. Em razão de disputas internas dentro do ARENA, Aluísio se tornara mal visto para uma determinada ala do regime, alinhada a seu adversário Dinarte Mariz. Desse modo, uma das investigações decorreu do processo nº 048/76, onde o prefeito Manoel Torres de Araújo, foi investigado por práticas de corrupção e má utilização de recursos públicos na cidade de Caicó. Por meio do processo enviado à comissão, decorrente de uma Comissão Especial de Inquérito do legislativo municipal, e do uso de jornais, foi possível analisar como eram tratados os casos de corrupção nas pequenas cidades. Também é explorado as dinâmicas do cenário político do estado, além de como ocorria a utilização dos aparelhos repressivos da ditadura nos interiores, servindo como um aparelho de repressão seletiva aos aliados da oposição do regime.

Palavras-chave: Ditadura. Comissão Geral de Investigações. Interiores. Caicó.

TITLE: “To the poor of this municipality”: An analysis of the corruption case in Caicó/RN in the General Investigation Commission (1975-1976)

Abstract

Between 1968 and 1978, the General Commission of Investigations established itself as the primary body for investigating corruption cases within the dictatorship, which could

result in the loss of political rights and confiscation of assets. In Rio Grande do Norte, the CGI system was directly involved in the investigation of politicians aligned with former governor Aluizio Alves, and was also one of the grounds for his impeachment in 1969. Due to internal disputes within ARENA, Aluizio had become unpopular with a certain wing of the regime, aligned with his adversary Dinarte Mariz. Thus, one of the investigations stemmed from case No. 048/76, in which Mayor Manoel Torres de Araújo was investigated for corruption and misuse of public resources in the city of Caicó. Through the case submitted to the commission, resulting from a Special Commission of Inquiry of the municipal legislature, and the use of newspapers, it was possible to analyze how corruption cases were handled in small towns. The dynamics of the state's political landscape are also explored, as well as how the dictatorship's repressive apparatus was used in the interior, serving as a selective repression apparatus for the regime's opposition allies.

Keywords: Dictatorship. General Commission of Investigations. Interiors. Caicó.

Introdução

No dia 1º de julho de 1976, a Subcomissão Geral de Investigações do Estado do Rio Grande do Norte (SCGI/RN), respondendo ao Ministério da Justiça, na pessoa do presidente Ten. Cel. Áureo de Oliveira Assis, encaminha ao presidente da Câmara Municipal de Caicó, um pedido pela cópia de um inquérito. Tratava-se de uma investigação em relação a possíveis irregularidades na gestão municipal de Manoel Torres de Araújo. Basílio Ginane Bezerra, presidente da casa legislativa, responde com o relatório final do caso realizado no município seridoense, e dá início a um processo na Comissão Geral de Investigações (CGI).

Longe de ser um caso inédito de corrupção via prefeitura municipal em contexto de ditadura, o referido processo se enquadra em uma conjuntura maior não só no que diz respeito a figura do investigado, Manoel Torres de Araújo, mas também se destaca pela proporção de seu objetivo, sendo levado a cabo pela Comissão Geral de Investigação, um dos órgãos repressores da ditadura militar brasileira. Compreendida como um “tribunal de exceção” dentro do regime, a CGI funcionava através de atos direcionados exclusivamente a crimes voltados à corrupção, onde a lógica girava em torno do confisco de bens bem como da comprovação ou não dos crimes do acusado.

É inegável o descompasso que se encontra quando o assunto é estudos de caso que ligam a região do interior do Nordeste do Brasil e o período da ditadura, sendo comuns as observações a cerca de um sudeste tido como centro dos acontecimentos tidos como cruciais para a história do regime. Entretanto, é certo o grau de complexidade que tomou de conta dos eventos no restante do país, em função de diferentes estruturas e formações históricas que diferenciam as regiões e camadas sociais brasileiras (RAMIREZ, 2025, p. 14).

Metodologia

Propõe-se a análise de como a investigação exemplifica os usos dos aparelhos do regime em uma espacialidade pouco aprofundada, o interior sertanejo em época de autoritarismo.

Desse modo, por meio do perfil político do investigado aliado ao contexto político do Rio Grande do Norte e suas lideranças à ditadura, além da utilização do processo presente na comissão como fonte, poderá ser discutido as relações no cotidiano interiorana traçando conexões com o discurso de moralidade e combate à corrupção, principalmente no que concerne ao desvio e mau uso de recursos públicos, retóricas do autoritarismo iniciado em 1964 (MOTTA, 2021, p. 200).

Para título de organização do artigo, será discutido primeiramente a trajetória do político Manoel Torres de Araújo e sua conexão com a territorialidade do Seridó, na municipalidade de Caicó - RN, demonstrando as características de uma típica liderança que é elevada ao poder na região. Por um segundo plano, colocará em questão o contexto político e partidário do Rio Grande do Norte e Caicó no que compreende o pós golpe de 1964 tal qual a implantação da Comissão Geral de Investigações e seu processo na Câmara Municipal de Caicó. Por fim, algumas conclusões poderão ser traçadas com base no documento já citado, estabelecendo algumas questões para serem refletidas mediante o contexto da municipalidade da época.

Resultados e Discussões

Quando se discute a política seridoense é quase impossível dissociar esta de um quadro econômico de maior conjuntura, logo, de seus ciclos econômicos. Isso porque a região na primeira metade do século XX tornou-se o epicentro da economia regional, o que era refletido no âmbito político, em razão do desenvolvimento da produção de algodão mocó e extração da scheelita. Logo, pode-se afirmar que o tripé econômico algodão-pecuária-mineração, rendeu ao espaço uma nova quadra política, com uma elite local sendo alçada ao poder estadual, com alguns de seus perfis ganhando expressão nacional (MORAIS; DANTAS, 2006, p. 6).

É nesse contexto que figuras como Manoel Torres de Araújo obtém espaço, um cenário de expansão e reinvenção da economia local. O “comerciante” Manoel Torres ganhara notabilidade em função de sua atuação na região, com destaque para seu lugar a frente da Cooperativa de Crédito Agrícola de Jardim Piranhas, fundada em 1952, a qual era presidente, bem como associado da Associação Rural de Caicó, onde ocupava o cargo de segundo secretário (Diário de Natal, 1953). Graças a sua expressiva participação nos órgãos de administração do comércio local, fora alçado candidato a deputado estadual no ano de 1954 pelo Partido Social Democrático (PSD), compondo a chapa de nomes como Dinarte Mariz, Georgino Avelino e Dix-Huit Rosado (O Poti, 1954). Eleito e diplomado, ocupou o cargo por 4 legislaturas na Assembleia Estadual do Rio Grande do Norte.

No pós-golpe, como deputado estadual pelo ARENA, liderou um protesto de comerciantes de Caicó em 1966 contra as medidas fiscais, principalmente no que tange a aplicação de multas do governo do estado, à época administrado por Walfredo Gurgel

(PSD), sofrendo votos de louvor pela câmara municipal (A Ordem, 1966). Aqui merece o destaque para a mudança de tom em relação ao governo do estado, o qual Torres de Araújo ajudou a eleger na campanha de 1965. Ainda no ano de 1966, representando a categoria industrial de Caicó, viaja ao Rio de Janeiro e São Paulo para tratar de assuntos ligados ao comércio, ao mesmo tempo em que mantém contato com o ex-governador Aluizio Alves, visando às próximas eleições, que seriam realizadas em 1968.

Na campanha para prefeitura de Caicó de 1968 perde para o oponente Doutor Chiquinho, ou “Chico Burra Cega”, em um pleito marcado pelo medo do justicamento político, motivado pelo assassinato de Carlindo de Souza Dantas, deputado estadual em outubro de 1967. Nesse contexto, Manoel se torna uma das testemunhas a favor da inocência de um dos suspeitos de mando da morte, Osvaldo Lobo, em um processo no ano de 1971. A presença do deputado estadual ganhou destaque e importância, principalmente em relação a sua situação econômica, bem como sua atuação política na região (Diário de Natal, 1971).

No ano eleitoral de 1972, integra novamente a disputa à prefeitura de Caicó tendo como rival o médico Vivaldo Silvino da Costa. Nessa conjuntura, com dois nomes para o cargo, o ARENA de Caicó enfrentou rachado o pleito, opondo a legenda ARENA-1 (Vermelha) de Costa, apoiada pelo senador Dinarte Mariz, ao ARENA-2 (Verde), de Manoel Torres, sustentada pelo senador Jessé Freire (O Poti, 1973). Vencendo por uma diferença de 75 votos, Torres enfrenta uma das maiores polêmicas no que diz respeito a sua diplomação. Isso porque, Vivaldo Costa e a sessão do ARENA derrotada entram com um pedido de impugnação, que é devolvido pelo juiz. A impugnação continua tramitando e um recurso é entregue ao TRE pelo procurador geral do estado que mantém o mandato que é novamente ferido com uma tentativa de cassação advindo da comarca de Jardim do Seridó. Ao fim, o TRE considera precluso o recurso e mantém a gestão (Diário de Natal, 1973).

A trajetória política de Manoel Torres de Araújo é o típico desenvolvimento do político seridoense, marcado pela contradição entre humildade e poder político. Como comentado acima, ao iniciar sua vida política aparece como um “comerciante” na lista de candidatos do PSD, algo que fazia questão de deixar claro durante suas campanhas. Não tinha jeito de político, poderia sim ser considerado um industrial, um comerciante, porém, foi convocado para a política e assim o fez (TORRES, apud, SILVA, 2009, p. 1).

Assim, edificara uma imagem de si remetendo aos valores e crenças do sertanejo, como um homem nobre e justo de classe média, que não tinha as “mãos manchadas com o sangue adversário” ou que não enriqueceu com dinheiro público (TORRES, apud, MORAIS; DANTAS, 2006, p. 9). Desse modo, se colocava como um “homem de fibra”, sinônimo de honestidade, sinceridade, lealdade e coerência, quase como uma “espécie em extinção” por ser um político comprometido com a coletividade e um homem de palavra (MORAIS; DANTAS, 2006, p. 10).

Não é de se estranhar que a ruptura de 1964 e o fim do regime iniciado em 1945 colocasse como uma de suas principais bandeiras a luta contra a corrupção. Tomemos como exemplo que as tentativas de intervenções de 1954, 1955 e 1961 questionaram a legalidade dos governos institucionalizados, em oposição ao que se observava ser herdeiros ou continuadores de um Estado “corrupto”. Iniciada a ditadura, a temática

ganha foco, principalmente para atingir uma mobilização e justificar o autoritarismo dos primeiros momentos, difunde-se a ideia de que não era necessário se livrar apenas do comunismo e da esquerda representada por Goulart, mas também da corrupção presente na máquina governamental (MOTTA, 2021, p. 204).

Portanto, uma das primeiras ações no que tange ao enfrentamento dos casos fora a instauração do Ato Institucional Número 1 (AI-1), dando ao Presidente da República, general Castelo Branco, o poder de cassar mandatos parlamentares e a intervenção em cargos públicos. Em relação à corrupção, o AI-1 previa punição para aqueles que dilapidassem patrimônio público, cabendo ao Estado a instauração de investigações sumárias a exemplo da abertura dos Inquéritos Policial-Militares (IPMS). Nessa lógica, o ápice da institucionalização do “combate a corrupção” é demonstrado na criação da Comissão Geral de Investigações (CGI), sob o comando do marechal Estevão Taurino de Resende. Com um prazo de 6 meses, a primeira CGI visava coordenar os mais de setecentos IPMS abertos e fora marcada pela sua incapacidade frente ao número de demandas bem como por disputas entre os civis e militares da linha dura que defendiam o endurecimento das punições (MOTTA, 2021, p. 207). Exemplo claro das primeiras ações é o caso da cassação do então senador Juscelino Kubitschek, acusado de práticas ilícitas, a tentativa de confisco de um apartamento em seu nome em 1968 e o bloqueio de bens em meados de 1969.

Em função da pressão exercida pela linha dura em relação ao prolongamento dos atos de exceção além de divergências tratadas com Castelo Branco sobre a corrupção, foi com o Ato Institucional Número 5 (AI-5) que as demandas por punição foram atendidas, em um momento de recrudescimento do regime. Isso porque, em seu artigo 8 previa o confisco de bens a partir de enriquecimento ilícito apoiada pela segunda Comissão Geral de Investigações (CGI), 4 dias após a promulgação do ato 5 em 17 de dezembro de 1968 (FICO, 2001, p. 151). Com sede no Rio de Janeiro o “Sistema CGI” fora ligada ao Ministério da Justiça, presidida pelo ministro, porém conduzida por seu vice, e tinha como objetivo estabelecer investigações sumárias para o confisco de bens daqueles que através de cargos públicos tivessem realizado enriquecimento ilícito. Contava com mais de 20 subcomissões estaduais funcionando como um tribunal administrativo “especial” visando a aplicação das medidas do AI-5, como a permanência e consolidação da Revolução (FICO, 2001, p. 154).

Como bem comenta Patto Sá Motta (2021), o tema da corrupção fora claramente manipulado por aqueles que estavam à frente da ditadura, principalmente se analisarmos que os alvos atingidos eram adversários ou inconvenientes políticos. Quando expande-se o aparelho repressor para as cidades, em especial nos processos realizados contra prefeitos e vereadores, encontramos algo mais relacionado à dinâmica partidária local antes de qualquer coisa. Nas municipalidades de menor expressão as denúncias vinham associadas a irregularidades administrativas, uso indevido de bens públicos, além de extravio de bens da própria prefeitura (KNACK, 2018, p. 151).

Nas pequenas cidades o sistema CGI provou-se ineficiente, muito em razão da já comentada particularidade no que diz respeito à política local, fazendo com que os processos ficassem concentrados nas sessões estaduais, sem solução ou continuidade. O que muito fora comum era a realização das “ações catalíticas”, onde os agentes do órgão iam visitar presencialmente com vistas à intimidação, bem como do acionamento do

órgão por autoridades recém empossados, seja função de desconfortos locais ou como forma de alinhamento automático aos militares (KNACK, 2018, p. 163).

No dia 1º abril, as tropas tomaram a capital do estado, ao mesmo tempo em que o então governador Aluísio Alves comunicava à imprensa seu alinhamento ao novo regime, estando favorável a interferência militar em curso (BARBOSA, 2005, p. 56). O gesto realizado por Alves soava como uma clara movimentação de monopolização do papel de liderança do golpe no RN em oposição a qualquer posicionamento de Dinarte Mariz, como uma forma de sobrevida dentro do sistema. Os embates entre as duas figuras seguiram uma lógica de polarização entre os partidos, até a promulgação do segundo Ato Institucional em 1965.

Com o fim dos partidos políticos, ambos estiveram na base do regime e posteriormente foram filiados à ARENA. Entretanto, as divergências entre ambos estavam longe de terminar. No Rio Grande do Norte como em outros estados do Brasil, o MDB e a ARENA fundiram disputas locais, nesse caso, o partido governista condensou antigas lideranças do PSD bem como da UDN (CARVALHO, 2018, p. 51). Logo, ainda durante a implantação do AI-1, Mariz fora responsável por uma tentativa de cassação à Alves, algo que não se desenvolveu em razão da aproximação do último com a ala ligada ao presidente Castelo Branco (TRINDADE, 1997, p. 19). Outro exemplo que expressa de maneira significativa os embates internos diz respeito ao veto de Dinarte ao nome de Aluísio Alves para o senado federal nas eleições de 1966, com este concorrendo ao cargo de deputado federal.

Assim, o clima de descontentamento por parte de alguns setores gerou a busca pela criação de sublegendas dentro do próprio partido. O grupo de 60 parlamentares que encabeçavam a sublegenda representava a maioria do Diretório Regional, o que gerou revolta por parte de Dinarte Mariz, por divergirem no que tange à maneira de divisão das sublegendas de maneira vertical e horizontal, disputas na câmara e senado (TRINDADE, 1997, p. 28). Todavia, a batalha pelas sublegendas não vingou, dada a cassação da ala ligada a Aluísio em 1969. Além do próprio, foram cassados o deputado federal Erivan França, o deputado estadual Garibaldi Alves e o prefeito de Natal, Agnelo Alves.

O processo de cassação e desconfiança movido pelos militares para com os políticos ligados a Alves e a implantação da CGI no estado do Rio Grande do Norte por vezes confundem-se. Isso porque, se retornarmos às eleições de 1965 e a gestão do governador monsenhor Walfredo Gurgel (ARENA), acompanha-se uma investigação julgando o religioso incapaz por aproximações com a família Alves. As investigações prosseguiram acusando o governador em casos de corrupção e irregularidades, mas por falta de provas fora absolvido (KNACK, 2018, p. 141). Nesse sentido, o órgão continuou a perseguir a família potiguar, investigando cada vez mais seu núcleo duro, a exemplo do prefeito da capital, Agnelo Alves.

Irmão do ex-governador e deputado federal Aluísio Alves, Agnelo também seguiu a trajetória de seu parente, sendo jornalista e militando no Clube da Lanterna, grupo antigetulista ligado a Carlos Lacerda da UDN (FERREIRA, 2019, p. 228). No final dos anos 1960, em 1969, foram abertas duas investigações fora da CGI, ambas de caráter militar, ligadas ao tenente-coronel Carlos Alberto Pamplona de Moura, advinda de um IPM e outra do general Hildebrando de Assis Duque Estrada, encaminhada ao IV Exército

(KNACK, 2018, p. 155). O número de tentativas de investigações se associam ao contínuo embate no âmbito estadual, onde, na capital se expressava pela opção da oposição na Câmara por um processo de impeachment, bem como encaminhado ao Ministério da Justiça via o senador Dinarte Mariz.

Ainda em 1969, em abril, a subcomissão do Rio Grande do Norte, via seu presidente, Francisco Gomes da Costa, produzira um relatório preliminar dando destaque ao abuso de poder para fins ilícitos e ligado ao “caos administrativo” na prefeitura de Natal (KNACK, 2018, p. 155). O período final dos anos 1960 e início dos 1970 representaram uma revitalização do MDB potiguar com a família Alves se configurando como protagonista nas eleições indiretas que elegeram Cortez Pereira, Tarcísio Maia e Lavoisier Maia, além de Henrique Eduardo Alves, deputado federal, e o próprio Agnelo Alves à prefeitura de Natal. Assim, a gestão da capital ligada ao MDB representava um claro incômodo para militares, principalmente por ter crescido associado a seu irmão, levando a seu afastamento, cassação e prisão. No mesmo ano, a SCGI acusou-o de “empreguismo”, levar à cargos públicos familiares e aliados, uma das principais acusações quando se analisa o trabalho da comissão em grandes e pequenas cidades (KNACK, 2018, p. 155).

Como visto até aqui, a figura do político íntegro, moral e comprometido com sanar a corrupção durante sua gestão é uma peça fundamental para a compreensão do imaginário coletivo no pré e pós Golpe, tornando-se um ideal institucionalizado com a Comissão Geral de Investigações. Nesse sentido, o personagem Manoel Torres de Araújo coloca-se no centro não somente de uma influência direta dos debates em torno da política da cidade seridoense de Caicó, mas também de uma rede regional de disputas pelo poder que colocaram a CGI como um de seus principais instrumentos políticos.

A Comissão Especial de Inquérito (CEI), instituída em 30 de agosto de 1975, com os trabalhos começando em 1º de setembro do mesmo ano, com duração de 65 dias, pouco é lembrada por grande parte da população de Caicó, ou quem dirá, pela memória em torno do ex-prefeito. Reunida pelo presidente da legislatura, Basílio Ginane Bezerra para apurar possíveis irregularidades administrativas nas divisões de Finanças, Tributação, Educação, Saúde, Obras Viação e Serviços Urbanos, a comissão fora composta pelos vereadores Delmiro Saldanha Neto, Hamilton Teixeira de Araújo e Joaquim Gaspar Filho, este último substituído por Almir Ferreira de Macêdo.

Os trabalhos na câmara concluíram que houve na prefeitura de Caicó malversação dos recursos públicos, peculato, prevaricação e condescendência criminosa, bem como infrações aos artigos 1º e 4º, do decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Tal decreto colocava em evidência o discurso de punição de prefeitos que, de maneira geral, utilizassem de bens ou rendas públicas para o enriquecimento próprio ou alheio, logo, que cometessem o ato de corrupção (BRASIL, 1967). O processo se desenvolveu através de dois núcleos centrais, a malversação de recursos públicos quando do auxílio dos atingidos pelas fortes chuvas e aqueles relacionados aos trabalhos internos da prefeitura em si, como o nepotismo ligado ao prefeito.

O primeiro caso envolve o inverno de 1974, onde com a lei municipal nº 509 de 4 de maio do mesmo ano tem a autorização do Executivo para abrir crédito especial de 25.000,00 cruzeiros para o auxílio da reconstrução de pequenos casebres atingidos pelas enchentes.

Os recibos de nº 921, 924, 996, 1330 e 1465 mostram expedientes endereçados a D. Elza Sebastiana Soares, chefe da divisão de Saúde e Assistência Social, a chefe da divisão de Administração, Laurinda Silva, e a chefe do gabinete do prefeito, Maria Maurisa de Macêdo, a Comissão ouviu as testemunhas, a começar por Sebastiana Soares. Sebastiana assinava adiantamentos mensais à base de 1.000 cruzeiros “aos pobres deste município”, bem como, do mesmo modo, Raimundo Lucena de Sá, também relacionado à pasta de Saúde e Assistência Social, não havendo conta bancária para o recebimento desse dinheiro, sendo retirado diretamente no gabinete do prefeito (CGI, PROC 048/76).

A Comissão deixou de ouvir D. Laurinda Silva em virtude de não existir residência com o nº 735 à rua João Florêncio, fato comprovado por fiscais. A próxima ouvida, Maria Maurisa de Macêdo, afirmou que toda a semana comparecia à prefeitura onde recebia “uma esmolinha” no valor de 0,50 centavos de cruzeiro. Entretanto, fora contrariada pelos recibos, onde constava 40 cruzeiro, o mesmo acontecendo com as senhoras Severina Maria de Jesus e Madalena Ana de Jesus, recebendo 60 e 50 cruzeiros respectivamente. Desse modo, por meio de investigação em consonância ao chefe da divisão de obras públicas, ficou estabelecido que os beneficiários do auxílio não moravam em casebres tampouco na periferia. As chuvas atingiram os trechos adjacentes aos rios Seridó e Barra Nova, já os beneficiários moravam no centro e não tiveram suas casas destruídas pelas águas. Assim, a Comissão chegou à conclusão de que ocorreu uma distribuição dos auxílios a quem bem quisesse, havendo manipulação de verbas destinadas à ajudas a indigentes.

Durante os anos de 1973 e 1974 não foi realizada nenhuma licitação para a feitura ou serviços públicos, exemplo disso é o contrato firmado em 26 de agosto de 1974 com o arquiteto Luiz Nazário Medeiros Cavalcanti no valor de 10.000 cruzeiros. A licitação fora dispensada em razão de um suposto “serviço especial”

encontra-se no contrato assinado com o cunhado do prefeito, José Francisco de Oliveira, não especificando o tipo e o objetivo da contratação. Destaca-se ainda de forma irregular a prestação de serviços da empresa PETRACCO LTDA no valor de 20.000 cruzeiros, onde por meio da reincidência do contrato fora retornado a prefeitura o valor de 5.000 da moeda corrente (CGI, PROC 048/76).

Exceção a isso fora a única licitação feita em um período de dois anos referente a venda de estruturas metálicas do município. No valor de 91.696,23 cruzeiros, a transação pôde ter ocorrido por interposta pessoa Francisco Torquato Neto, em favorecimento ao sobrinho do prefeito, José Torres de Araújo. A Comissão apurou também que Torquato Neto trabalha de motorista para uma empresa na qual tanto Manoel Torres quanto seu sobrinho são sócios.

Para tanto, o inquérito averiguou com base na Lei Estadual nº 3.846, que ocorreu um abuso desenfreado de nepotismo por parte da gestão Torres de Araújo. Assim, conheceu que o engenheiro José Francisco de Oliveira é cunhado do prefeito; José Torres de Araújo, sobrinho do prefeito, se estabeleceu como principal fornecedor de peças, gasolina e óleo para a prefeitura; além do médico Fernando Silva de Azevedo, genro de Manoel Torres, ter sido contratado por tempo indeterminado via “serviço especial”.

Conclusão

A Comissão Geral de Investigações se estabeleceu como o principal órgão de investigações em relação a casos de corrupção durante a ditadura militar. Isso prova que ocorreria uma institucionalização de um discurso que vinha sendo gestado desde a primeira metade do século, que abrangia inúmeros setores da sociedade brasileira, indo desde as Forças Armadas associada às elites, passando pelas classes médias civis. A retórica contra a corrupção fora um dos motores principais do golpe de Estado consolidado em 1º de abril de 1964 e ajudou a estabelecer a imagem de políticos que queriam se firmar como bastiões nessa luta, a exemplo de Carlos Lacerda.

No Rio Grande do Norte o uso da CGI se traduziu nas disputas entre oligarquias partidárias que atravessaram o golpe e perpassaram a ditadura. De maneira singular, a comissão no estado valeu-se com fins de acirrar antigas rixas, à exemplo do ocorrido entre Dinarte Mariz e Aluísio Alves, colocando o último e seus aliados como alvos. A figura do prefeito de Caicó, Manoel Torres de Araújo, é um modelo claro de como o órgão governamental agia e tinha extensão. Colocado como um prefeito íntegro, uma das principais lideranças políticas do Seridó e aliado do grupo político de Alves, Araújo é uma imersão na conjuntura das dinâmicas relações entre os grupos da região.

Mesmo seu processo não indo até as últimas instâncias do que a CGI propunha, é um exemplo de como o órgão chegou aos interiores e se adequou às particularidades locais. Aqui vale lembrar que mesmo antes da instauração do inquérito aberto pela Câmara de Caicó, Torres de Araújo já havia passado por tentativas de inviabilizar sua posse e diplomação, através de recursos movidos pela oposição ligada a Dinarte Mariz.

A Comissão Especial de Inquérito e suas repercussões são provas de como os instrumentos institucionais da ditadura puderam ser utilizados nas pequenas cidades, além de demonstrar como o discurso de corrupção pôde ser instrumentalizado por diversas facções políticas. No pleito seguinte, o grupo do prefeito não conseguiu fazer seu sucessor, perdendo espaço para a candidatura de Irami Araújo e de seu vice, Basílio Ginane Bezerra, ex-presidente da Câmara responsável pela abertura do processo contra Torres de Araújo.

Referências

A Ordem. 1960-1969; Diário de Natal. 1950-1959; 1970-1979; O Poti. 1950-1959; 1970-1979.

BRASIL (1967). Decreto-Lei Nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0201.htm>. Acesso em 23 de maio de 2025.

CGI, Proc. 048/76. Fundo Comissão Geral de Investigações - CGI. Arquivo Nacional.

BARBOSA, Sevemar Rodrigues. Alianças, intrigas e ideologias no Rio Grande do Norte: governo Djalma Maranhão (1960-1964). 2004.

BERNARDO, Larisse Santos; DE LIMA, Jailma Maria. OS CAMINHOS E OS DESDOBRAMENTOS DA VIDA, TRAJETÓRIA POLÍTICA E DOS DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS DE DINARTE MARIZ. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo: A ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945-1965). 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra. 1981.

CARVALHO, Robson Vasconcelos. Família E Política No Rn. Clube de Autores, 2018.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Record. 2001.

KNACK, Diego. Ditadura e corrupção: a Comissão Geral de Investigações e o confisco de bens de acusados de enriquecimento ilícito no Brasil, 1968-1978. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2018.

KNACK, Diego. O combate à corrupção durante a Ditadura Militar por meio da Comissão Geral de Investigações (1968–1978). 2014. Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MACÊDO, Almir Ferreira de. In. MACÊDO, Muirakytan K. de et al. História & memória da Câmara Municipal de Caicó. 2017.

MORAIS, IRD; DANTAS, E. M. Região e Capital Social: a reinvenção do Seridó Potiguar nos fios silenciosos da cultura. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 3, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2021.

RAMÍREZ, Hernán. Ecos da Ditadura Militar no Brasil Profundo. 1ª Edição. Paraíba. Editora do CCTA, 2025.

SILVA, Hugo Romero Cândido da. Vozes da cidade: história oral e memórias dos grupos econômicos da cidade Caicó/RN (1970-1990). 2009.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. A abertura política no Rio Grande do Norte (1974-1979): Aluizio Alves, Dinarte Mariz e Tarcísio Maia-A luta pelo poder. 1997.

CÓDIGO: HS0192

AUTOR: LUCAS LELIO OLIVEIRA DE FRANCA

ORIENTADOR: MAHAYANA CRISTINA GODOY

TÍTULO: A iconicidade em palavras de origem expressiva e onomatopaica do português

Resumo

O presente artigo se propõe a investigar a relação entre origem etimológica e iconicidade (semelhança da forma linguística com seu conteúdo). Em nosso léxico, temos vocábulos onomatopaicos e expressivos, os quais buscam retratar alguma característica do seu significado (Azevedo, 2022). Cientes disso, pensamos na possibilidade de que as palavras de origem expressiva e onomatopaica fossem percebidas como mais icônicas por falantes nativos do Português Brasileiro quando comparadas a palavras oriundas apenas de empréstimo linguístico. A partir de análise estatística feita com os pacotes *tidyverse* e *ggplot2* no Rstudio, constatamos que os itens de origem expressiva e onomatopaica foram considerados mais icônicos, sendo aqueles provenientes de onomatopeias o grupo mais icônico dentre os três. Este estudo condiz com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (educação de qualidade), já que pretende contribuir para o avanço dos estudos da linguagem.

Palavras-chave: Iconicidade. Etimologia. Origem expressiva. Origem onomatopaica.

TITLE: Iconicity in words of expressive and onomatopoeic origin in Portuguese

Abstract

This paper aims to investigate the relationship between etymological origin and iconicity (similarity of the linguistic form with its content). In our lexicon, we have onomatopoeic and expressive words, which seek to portray some characteristic of their meaning (Azevedo, 2022). Aware of this, we thought about the possibility that words of expressive and onomatopoeic origin were perceived as more iconic by native speakers of Brazilian Portuguese when compared to words originating only from linguistic borrowing. Based on statistical analysis carried out with the *tidyverse* and *ggplot2* packages in Rstudio, we found that items of expressive and onomatopoeic origin were considered more iconic, with those originating from onomatopoeia being the most iconic group among the three.

This study is in line with Sustainable Development Goal 4 (quality education), as it aims to contribute to the advancement of language studies.

Keywords: Iconicity. Etymology. Expressive origin. Onomatopoeic origin.

Introdução

A relação de semelhança entre forma linguística e seu conteúdo, atualmente conhecida como iconicidade, não é um tema de discussão recente. No *Crátilo*, escrito no século V a.C., Platão já apontava para a possibilidade de que determinados sons da língua refletissem determinados conceitos. Para o filósofo, por exemplo, a vogal [a] poderia ser associada à ideia de grandeza, enquanto a vogal [i] se relacionaria com a ideia de pequenez.

Séculos depois, estudos no campo das Ciências Cognitivas demonstraram que a iconicidade é parte constitutiva da linguagem humana. Falantes de diferentes línguas costumam preferir certas estruturas para referenciar elementos do mundo. A preferência normalmente é influenciada pelo som natural, pelo tamanho, pela textura, pela forma e por outras características que os elementos podem vir a apresentar (Kawahara; Noto; Kumagai, 2018); (Flaksman, 2020); (Ananias; Godoy, 2023).

Ananias e Godoy (2023) ilustram, em seu trabalho, a ocorrência desse fenômeno com falantes de Português Brasileiro (doravante, PB). As autoras conduziram um experimento em que os participantes, ao observarem figuras com formas pontudas e outras com formas arredondadas, precisavam criar um nome para cada uma delas. A pseudopalavra não poderia se assemelhar a itens lexicais já existentes e deveria respeitar a fonotaxe do PB. A partir da análise dos dados, as pesquisadoras constataram que segmentos obstruintes desvozeados, como [p], [t] e [k], frequentemente apareciam em pseudopalavras atribuídas a formas pontudas. As formas arredondadas, por outro lado, costumavam receber segmentos soantes em seus nomes, a exemplo de [m], [n] e [l].

Há, também, trabalhos que se dedicaram ao estudo da relação forma-conteúdo em línguas naturais. Estes lançam luz sobre o fenômeno em diferentes níveis, como o lexical, morfológico e sintático, podendo ainda relacionar a iconicidade a outras questões relevantes para os estudos linguísticos, como mudança diacrônica e aquisição da linguagem.

Flaksman (2020), por exemplo, desenvolveu uma pesquisa numa perspectiva diacrônica. Ela investigou a evolução de 1500 palavras do inglês com raízes icônicas, o que lhe permitiu observar regularidades na perda gradual da iconicidade nessas palavras. A este fenômeno a autora atribui o termo *de-iconization* (desiconização) e descreve os processos que o constituem. Um deles, para a autora, seria o uso de metáforas com onomatopeias e interjeições, o que causaria mudança no sentido mais comumente associado a essas palavras, fazendo com que a relação som-significado não fosse mais tão transparente.

Neste trabalho, também iremos tratar da iconicidade em relação com a diacronia. Pretendemos, no entanto, investigar a percepção de falantes do PB a respeito de palavras classificadas como de origem expressiva, onomatopaica e de origens outras.

De acordo com Azevedo (2022), as onomatopeias são vocábulos que imitam de forma aproximada o som natural ou artificial produzido pelo seu referente no mundo. No caso dos vocábulos expressivos, ele compreende que estes não representam necessariamente um som e, portanto, podem ser relacionados a outras categorias perceptuais além da audição, como visão, tato e paladar.

Tomando como base tais entendimentos, temos a hipótese de que a origem etimológica esteja relacionada com o grau de iconicidade de uma dada palavra. Mais especificamente, espera-se que as palavras de origem expressiva e onomatopaica sejam consideradas mais icônicas por falantes nativos do PB em comparação com itens lexicais de outras origens. Nossa pesquisa é importante, pois contribui para a compreensão de como se organiza a iconicidade no léxico do PB e, inevitavelmente, de como o sistema linguístico é moldado pela cognição humana.

Metodologia

Para os fins do presente artigo, recorreremos ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2010) e coletamos todos os itens classificados como de origem expressiva ou onomatopaica. Levando em conta que tais palavras seriam utilizadas em um experimento, consideramos para o nosso trabalho apenas aquelas com uso corrente e cujo significado atual fosse idêntico ou, ao menos, semelhante àquele que consta no dicionário.

Feita a seleção, restaram 89 palavras. Posteriormente, estas foram incorporadas, com palavras consideradas de origem distinta, ao conjunto de dados do experimento de Godoy

(2026). O experimento consiste em participantes nativos do PB atribuírem notas de iconicidade numa escala de 1 a 7 para as palavras que lhes forem designadas.

Como o trabalho mencionado se encontra em andamento, foi definido que apenas os itens julgados por, no mínimo, cinco participantes entrariam para a nossa análise, a fim de torná-la mais consistente. Sendo assim, ficamos com 6310 palavras de origens variadas e 79 de origem expressiva ou onomatopaica.

De origem expressiva, temos: biscate, bombom, botar, bucho, cafajeste, cagar, calhambeque, cangote, caracol, catatau, charada, chlique, clichê, colhão, cutucar, dorminhoco, escafeder, gogó, lenga-lenga, mamulengo, mimo, mofar, muxoxo, nenê, olé, picar, picolé, ranzinza, serelepe, sicrano, sonso, tagarela, tombar, tonto.

E de origem onomatopaica são: acirrar, afobar, apitar, bambo, bebê, bem-te-vi, berrar, bisbilhotar, bomba, bufar, burburinho, cacarejar, esguicho, estourar, fanho, farfalha, farra, farrapo, fungar, gago, gargalhar, glu-glu, gongo, guincho, ioiô, jorro, paspalhão, pata, pato, piar, rato, retumbar, rola, tico-tico, tique, tocar, traquinas, trepar, trucar, zabumba, zangão, zigue-zague, zonzo, zumbir, zurrar.

Em posse desses dados, utilizamos o pacote *tidyverse* no RStudio para coletar as medidas de tendência central e o desvio-padrão. Também foi utilizado o pacote *ggplot2* no mesmo programa para elaborar dois *boxplots* (ou gráficos de caixa) que representassem a interação entre iconicidade e origem etimológica. Inicialmente, faríamos apenas a comparação entre as palavras de origem de expressiva ou onomatopaica com aquelas de outras origens. No entanto, optamos por demonstrar também a interação entre os itens de origem expressiva e de origem onomatopaica.

Resultados e Discussões

Ao calcular a média de iconicidade referente às palavras de origem expressiva e onomatopaica e àquelas de origens distintas, obtivemos valor igual a 5.24 para o primeiro grupo e 3.91 para o segundo. Isso nos dá um indício de que, no geral, as palavras de origem expressiva e onomatopaica foram consideradas mais icônicas pelos participantes. No caso da mediana, o valor referente às palavras do primeiro conjunto também foi maior, sendo igual a 5.4, em comparação com os itens de etimologia diferente, que aparecem com 3.82.

A fim de observar a dispersão dos dados, também foi calculado o desvio-padrão das notas de iconicidade atribuídas a cada grupo. O resultado para as palavras de origem expressiva e onomatopaica foi de 1.04, enquanto, para aquelas de outras origens, de 1.11. Tais valores nos permitem compreender que o primeiro conjunto apresenta uma concentração de observações um pouco maior em relação ao outro.

A dispersão pode ser melhor visualizada graficamente. Por essa razão, elaboramos o seguinte *boxplot*.

Figura 1.

O gráfico apresentado na figura 1 subdivide o conjunto das observações em quatro partes de 25%, estando duas delas localizadas nos espaços mais extremos (hastes superior e inferior) e as outras duas localizadas no centro (quartil 1, mais próximo da haste superior, e quartil 3, mais próximo da haste inferior). A linha no centro dos quartis representa as medianas, cujos valores já foram explicitados.

Posto isso, passemos às informações que o gráfico da figura 1 nos mostra. Nele, é possível observar que as palavras de outras origens apresentam uma distribuição mais simétrica no que diz respeito aos quartis e às hastes, além de perpassarem quase todo o eixo referente às notas de iconicidade, indo do número 1 a número bastante próximo de 7 (aproximadamente 6.9). Acima dessas observações, temos ainda alguns outliers, representados por pontos pretos, que são aqueles valores considerados distantes dos 100% da distribuição principal.

No caso das palavras de origem expressiva e onomatopaica, nota-se que sua distribuição é menos simétrica, de modo que, na haste superior, há uma maior concentração de observações, enquanto, na haste inferior, os dados estão um pouco mais dispersos. Com relação aos quartis, estes também apresentam uma distribuição assimétrica, visto que o quartil 1 claramente concentra mais observações que a sua contraparte. Ademais, pode-se perceber que todas as observações pertencentes a esse conjunto aparecem somente a partir da nota 2.8 e se seguem até o valor máximo 7.

Levando em conta a posição em que as observações se encontram no gráfico, é razoável concluir que lexemas de origem onomatopaica (e.g., “esguicho”, “zumbir”, “bufar”)

assim como aqueles de origem expressiva (e.g., “bucho”, “gogó”, “chilique”) foram percebidos como mais icônicos pelos participantes. Isso em comparação com palavras das demais origens (e.g., “cidade”, derivada do latim; “fotografia”, derivada do grego; “abacaxi”, do tupi). Caso os itens de origem expressiva e onomatopaica não tivessem sido considerados mais transparentes no que se refere à forma e ao sentido, poderiam aparecer de modo mais disperso no gráfico, havendo observações referentes a valores abaixo de 2.8.

Como já dito, também nos dispomos a fazer um comparativo entre os dois níveis do grupo considerado mais icônico. Com relação à média de iconicidade, obteve-se 5.37 para as palavras de origem onomatopaica e 5.07 para as de origem expressiva. Valor mais alto também apareceu na mediana referente ao primeiro subgrupo, que é igual a 5.56, enquanto o valor referente ao segundo é igual a 5.4.

No que diz respeito à disposição dos dados, as observações das palavras de origem onomatopaica se mostraram levemente mais dispersas, tendo o desvio-padrão de 1.06, ao passo que, para aquelas de origem expressiva, o resultado da medida foi de 1.01.

Vejamos agora o gráfico abaixo, que ilustrará a disposição das observações entre os dois subgrupos em questão:

Figura 2.

Observa-se, no gráfico da figura 2, que as palavras de origem expressiva apresentam uma distribuição mais simétrica com relação às hastes. Os quartis, entretanto, se encontram bastante assimétricos, tendo o quartil 1 uma concentração de observações muito maior em comparação com o quartil 3. Ademais, a dimensão ocupada pelas palavras desse subgrupo se inicia em 2.8 e se estende até o valor máximo.

Tratando agora das palavras de origem onomatopaica, houve uma distribuição mais simétrica no espaço composto pelos quartis, contrariamente ao que se observa no caso das hastes. Há mais concentração de dados na haste superior em relação à inferior. No que se refere à dimensão que o subgrupo ocupa, temos o seu início a partir do valor 3.5 e o seu fim no valor máximo 7. Apenas uma observação se encontra mais afastada do restante.

Levando em conta a dimensão ocupada pelas hastes e pelos quartis de cada subgrupo, percebemos que as palavras de origem onomatopaica foram consideradas mais icônicas, já que suas observações se iniciam em 3.5, valor mais alto que aquele de onde partem as observações relativas aos itens de origem expressiva (2.8).

Em face dos resultados obtidos a partir de ambos os gráficos, é importante mencionar que Flaksman (2020) afirma a respeito das onomatopeias. De acordo com a autora, essa classe de palavras, assim como a das interjeições, pode vir a perder iconicidade quando passa a ser empregada como substantivo, verbo, adjetivo e outras classes da língua. No entanto, ainda assim, em nossa mostra, os dados de origem onomatopaica receberam notas altas de iconicidade, figurando o grupo considerado mais icônico entre os três aqui discutidos. Este resultado torna-se mais compreensível quando pensamos que as onomatopeias compõem o grupo de palavras com o grau de iconicidade mais elevado, juntamente com as interjeições (Perry, 2015); (Godoy, 2026).

Um outro ponto relevante a ser trazido diz respeito à etimologia. Sabe-se que o trabalho com dados históricos de língua tem as suas limitações pelo fato de recorrer a registros que não podem ser acessados diretamente (Mattos e Silva, 2008). Tal realidade, intrínseca a este tipo de estudo, desfavorece a assertividade a respeito da origem etimológica de algumas palavras, restando apenas a possibilidade de serem feitas especulações.

De acordo com Azevedo (2022), a etimologia de algumas palavras consideradas de origem onomatopaica e expressiva não é tão confiável, pois os dicionários podem apresentar etimologias diferentes e contraditórias em relação a uma mesma palavra. No entanto, nossos resultados sugerem que os lexemas com essas classificações etimológicas são percebidos como mais icônicos pelos falantes, o que pode ser um indicativo de que eles realmente surgiram a partir de uma tentativa de refletir na forma linguística algum aspecto do seu significado. Nesse sentido, a iconicidade poderia ser compreendida como um fator responsável pela criação de léxico nas línguas naturais.

A associação entre características da forma e do sentido é um tema também discutido quando se trata do surgimento da linguagem. Perniss e Vigliocco (2014) argumentam que a iconicidade pode ter sido uma ferramenta importante na comunicação dos hominídeos, já que estes, em determinado momento de sua evolução, passaram a estabelecer estruturas sociais mais complexas que exigiam o compartilhamento de informações e colaboração mútua. Nesse contexto, a iconicidade serviria como meio de evocar ideias, mesmo que os referentes associados a elas não estivessem espacialmente presentes no momento da fala. Diante dessa hipótese, os resultados do presente artigo sugerem que a relação de semelhança entre forma e conteúdo não se restringiria aos primórdios da linguagem, persistindo em estágios mais recentes da língua.

Em se tratando de limitações do nosso estudo, é preciso esclarecer que apenas foi feito o registro da etimologia das palavras com origem expressiva e onomatopaica. Para tornar a análise mais consistente, seria importante a investigação etimológica dos 6310 itens classificados como de outras origens, visto que, nesse subgrupo formado por dados de diferentes *corpora*, pode haver palavras derivadas daquelas de origem onomatopaica e expressiva, ou mesmo palavras que simplesmente se enquadram em tais tipos de origem. Entretanto, levando em consideração que o número de lexemas criados a partir da associação som-sentido figura um grupo reduzido na língua, acreditamos que a referida limitação não tenha causado forte impacto na qualidade dos nossos resultados.

Conclusão

De modo geral, desenvolvemos um estudo a respeito da iconicidade com foco nas palavras de origem expressiva e onomatopaica. Levando em conta que vocábulos classificados como onomatopaicos e expressivos buscam representar linguisticamente a percepção humana a respeito de algum fato do mundo (Azevedo, 2022), pensamos na possibilidade de itens lexicais com essas origens serem percebidos como mais icônicos por falantes nativos do PB, em comparação com palavras provenientes de outros processos.

Os resultados do nosso trabalho sugerem que há relação entre origem etimológica e iconicidade: palavras de origem expressiva e onomatopaica foram consideradas mais icônicas e, dentre os três grupos analisados, aquelas provenientes de onomatopeias apresentaram o mais alto grau de iconicidade. Sendo assim, nosso estudo aponta para a possibilidade de que a iconicidade opere como um fator responsável pela criação de léxico nas línguas naturais.

Destacamos, por fim, a importância de que estudos futuros se ocupem de investigar o fenômeno da iconicidade e sua relação com a evolução das línguas. Ainda que o trabalho com etimologia e registros de língua do passado ofereça seus desafios, pesquisas nesse sentido podem lançar luz sobre o comportamento e a organização das estruturas linguísticas, bem como sobre a forma pela qual o ser humano percebe o mundo ao seu redor.

Referências

ANANIAS, Thayná Cristina; GODOY, Mahayana. Dando nombres: el efecto bouba-kiki en experimento de nombramiento libre. *Lingüística*, v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2079-312x.20230017>. Acesso em: 17 ago. 2025.

AZEVEDO, Wagner. *Dicionário de Onomatopeias e Vocábulos Expressivos*. 2. ed. Editora Moan, 2022. 783 p.

DA CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744 p.

FLAKSMAN, Maria. Pathways of de-iconization How borrowing, semantic evolution, and regular sound changes obscure iconicity. *Iconicity in Language and Literature*, 2020.

GODOY, Mahayana C. (2026) Iconicity Normf for 6000+ Brazilian Portuguese Words. 15th International Symposium on Iconicity in Language and Literature. Nagoya, Japan.

KAWAHARA, Shigeto; NOTO, Atsushi; KUMAGAI, Gakuji. Sound Symbolic Patterns in Pokémon Names. *Phonetica*, v. 76, 2018. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1159/000484938/html>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica - "ouvir o inaudível"*. São Paulo: Parábola, 2008. 208 p.

PERRY, Lynn K.; PERLMAN, Marcus; LUPYAN, Gary. Iconicity in English and Spanish and Its Relation to Lexical Category and Age of Acquisition. *PLOS ONE*, v. 10, n. 9, p. e0137147, 4 set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0137147>. Acesso em: 17 ago. 2025.

PERNISS, Pamela; VIGLIOCCO, Gabriella. The bridge of iconicity: from a world of experience to the experience of language. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 369, n. 1651, p. 20130300, 19 set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rstb.2013.0300>. Acesso em: 17 ago. 2025.

Anexos

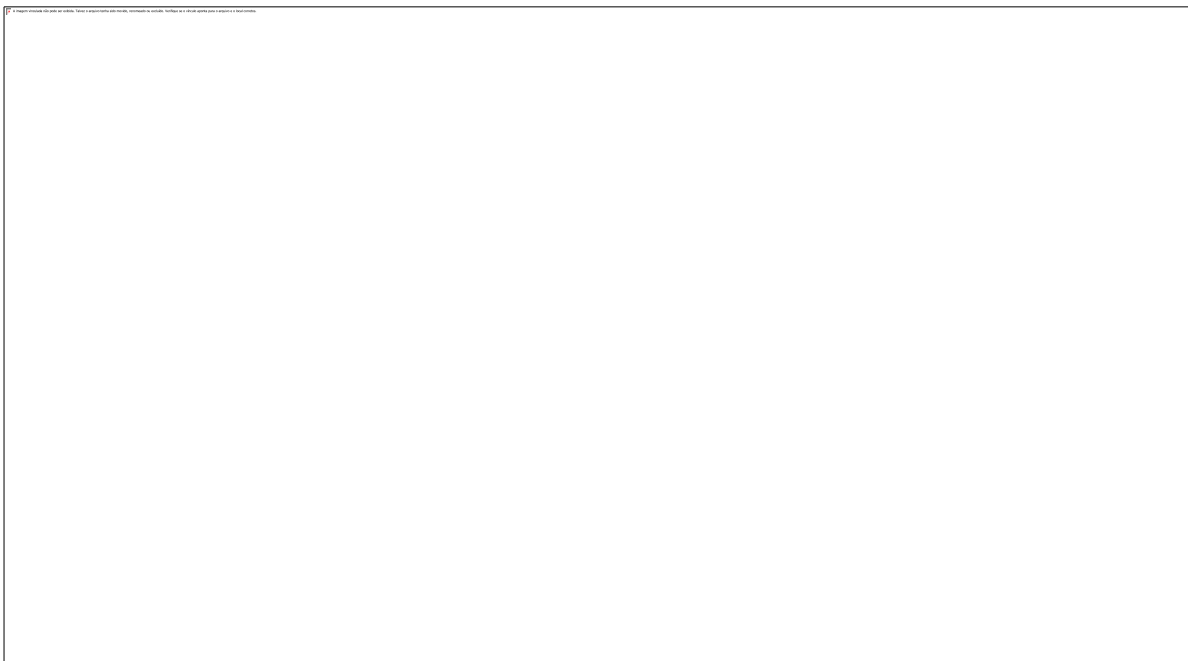


figura.1..png

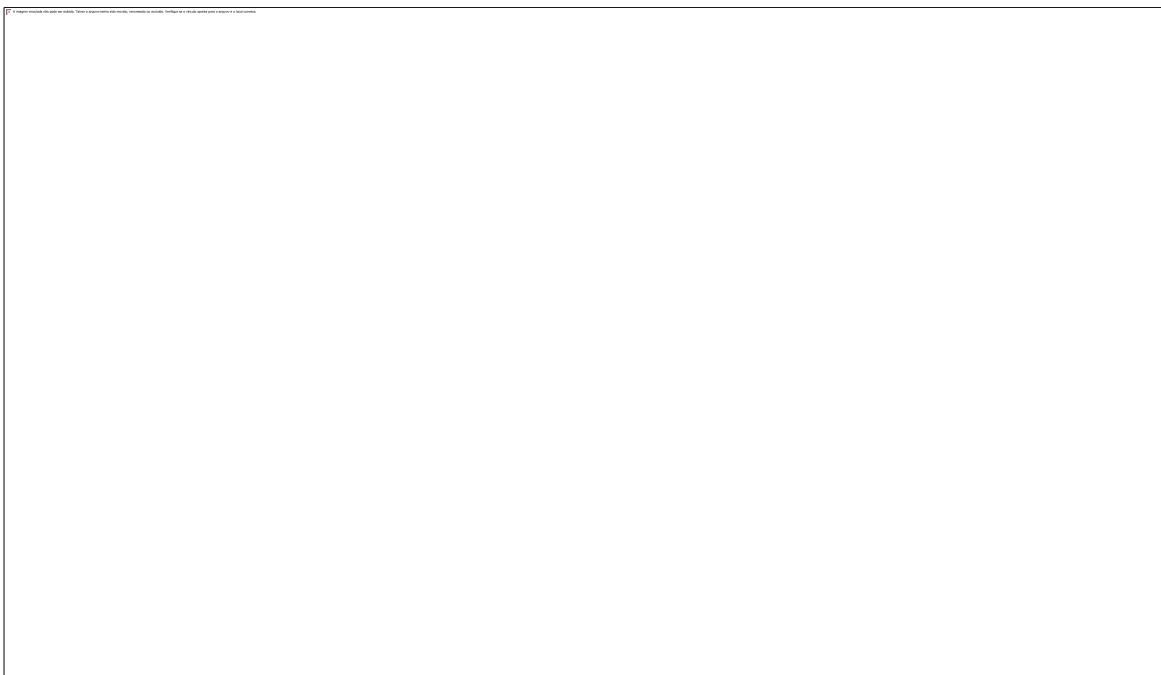


figura.2..png

CÓDIGO: HS0209

AUTOR: TALLYTA MISAELLY MATIAS

ORIENTADOR: CELIA MARIA DE MEDEIROS

TÍTULO: Dispositivos enunciativos no gênero acadêmico monografia: análise de Trabalhos de Conclusão de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN

Resumo

Os primeiros TCCs do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN tiveram suas defesas no ano de 2023. Essa recente alteração no processo de conclusão do curso configura-se como ocasião propícia para investigar as produções desse gênero. Em cursos de graduação, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode assumir diferentes formas genéricas, dentre as quais, a monografia. O gênero monografia insere-se no domínio discursivo instrucional e é utilizado em diferentes níveis de formação acadêmica. O presente trabalho analisa a organização do plano de texto das monografias, tomando como base a teoria de Adam (2011, 2021, 2022) no que se refere às noções de plano de texto e sua análise nos níveis de estruturação textual: micro, meso e macrotextual. Esta pesquisa concentra-se nos níveis micro e macrotextual, observando, respectivamente, as marcas linguísticas que asseguram coesão e conexidade, e a estrutura geral do texto, organizada em seções e subseções. Para isso, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista por meio do método indutivo. O corpus é composto por 10 (dez) TCCs do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas. Os resultados obtidos apontaram que no micronível o uso de marcas linguísticas evidenciam padrões recorrentes de organização textual, enquanto no nível macrotextual, apesar de haver previsibilidade no gênero, a organização de seu plano de texto pode variar de acordo com a área de estudo e escolhas do/a autor/a.

Palavras-chave: Plano de texto; micronível; macronível; monografia.

TITLE: Enunciative Devices in the Academic Genre of the Monograph: An Analysis of Undergraduate Theses in Language and Literature – Portuguese Language and Literatures at UFRN

Abstract

The first undergraduate theses of the Language and Literature – Portuguese Language and Literatures program at UFRN were defended in 2023. This recent change provides

an opportunity to investigate this genre. In undergraduate programs, the Course Completion Paper (TCC) may take different generic forms, among which the monograph is most common. Belonging to the instructional discursive domain, the monograph is used at various levels of academic training. This study analyzes the organization of the text plan in monographs, drawing on Adam's theory (2011, 2021, 2022) concerning text plan and textual structuring at micro, meso, and macro levels. The analysis focuses on micro and macro levels: linguistic markers that ensure cohesion and connectivity, and the overall structure organized in sections and subsections. Methodologically, the research adopts a qualitative, interpretive approach based on the inductive method. The corpus consists of ten (10) undergraduate theses from the program. Results show that, at the micro level, linguistic markers display recurrent patterns of textual organization, while at the macro level, despite the predictability of the genre, the organization of the text plan may vary depending on the field of study and the author's choices.

Keywords: Text plan; micro level; macro level; monograph

Introdução

A monografia, inserida no domínio discursivo institucional, é um gênero acadêmico presente em diferentes níveis de formação, configurando-se como requisito obrigatório para a conclusão de cursos de graduação. No curso de Letras - Língua Portuguesa da UFRN, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi incorporado ao currículo em 2018, tendo suas primeiras defesas realizadas apenas em 2023. Esse momento inaugural representa uma oportunidade singular para observar como esse gênero está sendo produzido no contexto específico do curso. Assim, este trabalho se propõe a analisar a organização do plano de texto das monografias, buscando compreender como esse gênero se configura e se materializa nos TCCs apresentados.

Segundo Adam (2011, p. 256), “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis.” Ou seja, entender um texto por completo, perpassa pela identificação de sua estrutura. Ainda conforme Adam (2011, p. 258), “os planos de texto estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais.” Nesse sentido, os planos de texto, ao fazerem parte do repertório social, possibilitam suas produções, bem como sua construção de sentidos.

Nessa direção, no que diz respeito aos estudos e análises dos planos de texto, Adam (2022, p. 67) estabelece “três planos de análise linguística e três níveis de estruturação textual que constituem subsistemas que interagem uns com os outros tanto na produção quanto na interpretação [...]”, sendo eles os níveis macrotextual, mesotextual e microtextual. Neste trabalho, nossa atenção volta-se para a análise dos níveis micro e macrotextual das monografias.

No nível microtextual, observa-se a articulação de fatores que possibilitam a conexão e coesão entre os períodos, que são o que Adam (2022, p. 69) nomeia como procedimentos ativos: “o entrelaçamento desses diferentes procedimentos ativos, tanto no nível intraperiódico [...] como no nível interperiódico, explica a diversidade dos

julgamentos emitidos sobre a completude, a conexidade e a coesão de textos ou de porções de texto.” É neste nível que observa-se as ocorrências das marcas linguísticas, como articuladores e formadores textuais, operadores argumentativos, modalizadores e formas de referência.

Sobre o nível macrotextual, Adam (2021, p. 4) explica que “é constituído pelas fronteiras peritextuais e as subdivisões de um texto escrito em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis”. Nesta categoria, analisa-se a estrutura geral do texto e como se dá sua organização dentro dos limites ou divisões estabelecidas, bem como suas relações cotextuais.

Considerando os aspectos teóricos adotados para esta pesquisa, partimos dos seguintes questionamentos: “Como as marcas linguísticas organizam o micronível textual das monografias?” “Como se apresenta o plano de texto no nível macrotextual?” Para responder a essas questões, objetivamos descrever, analisar e interpretar o gênero acadêmico monografia concernente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, a partir do estudo do plano de texto.

Metodologia

Para a investigação, utilizamos a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, que busca primeiramente compreender os fenômenos para, posteriormente, apresentar uma análise crítica sobre eles. O método adotado é o indutivo, pois parte da observação e interpretação dos dados para a construção de conceitos, perspectivas e interpretações (Bogdan; Biklen, 1994).

Para esta pesquisa, foram coletadas 10 (dez) monografias do repositório virtual CCHLA - TCC - Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, sendo 1 (uma) de cada área de estudos do curso, que conforme a Resolução N° 02/2024 – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024, são as seguintes: I - Ensino de Língua Portuguesa; II - Ensino de Literatura; III - Estudos Clássicos e Diacrônicos; IV - Linguística; V - Língua Portuguesa; VI - Literatura Brasileira; VII - Literaturas de Língua Portuguesa (Literatura Portuguesa/ Literaturas Africanas de Língua Portuguesa); VIII - Teoria da Literatura (Oliveira Neto, 2024, p. 3-5), aos quais foram aplicados os seguintes procedimentos de análise: a) descrição dos planos de texto do corpus com foco nos níveis macro e microtextual; e b) elaboração de quadros descritivos e escolha de excertos para a análise e interpretação dos resultados. Visando a identificação da análise dos TCC, eles foram numerados de (1) a (10), conforme a identificação no Quadro 1.

Resultados e Discussões

Nível Microtextual

Adam (2022, p. 68) desdobra o nível microtextual de estruturação em plano **intra-P** (intrapariódico), voltado para as questões de morfossintaxe, articulação de cláusulas em períodos e pontuações; e plano **inter-P** (interpariódico), que analisa os fatores de conexidade e coesão, chamados por ele de subsistemas, responsáveis pela articulação dos enunciados. Esta pesquisa tem como foco a análise do plano inter-P (interpariódico), dentro dos seguintes fatores: conexidade e coesão semântica [S]; e conexidade sustentada por conectores [C] (Adam, 2022).

Para a realização da análise, as monografias foram divididas em quatro grupos, correspondente às principais seções dos trabalhos acadêmicos: introdução, referencial teórico, análise dos dados e conclusão. Para cada uma dessas seções, foram selecionados excertos provenientes de três monografias distintas, agrupadas por similaridade. Essa forma de organização permitiu uma avaliação comparativa entre os trabalhos, o que possibilitou a observação de regularidades entre os TCCs.

Na análise da seção **introdução**, destacamos nove excertos dos TCCs (1), (3) e (5) (Quadro 2) e pudemos identificar a recorrência das seguintes marcas linguísticas: articuladores de ordenação temporal, formas pronominais que retomam o referente, articuladores de mediação e articuladores de organização textual.

Os **articuladores de ordenação temporal**, segundo Koch e Elias (2022, p.124), “servem para sinalizar as relações espaciais e temporais a que o enunciado faz referência [...]”. Nas monografias analisadas, observamos o uso dos seguintes articuladores: anteriormente, antes e nos últimos anos, que situam temporalmente a problemática apresentada e oferecem contexto à discussão.

Já as **formas pronominais demonstrativas** (isso, disso) foram empregadas como processos anafóricos de retomada do referente (Medeiros, 2024, p. 100) que, em ambos os casos, retomam a problemática/situação apresentada no início da introdução. Adam (2022, p. 70) categoriza essa articulação como “[S1] Anáforas, catáforas e cadeias de referenciação”.

A **relação de mediação ou finalidade**, que “[...] se exprime por intermédio de duas orações, numa das quais se explicita o meio para atingir um fim expresso na outra” (Koch; Elias, 2022, p.127), foi marcada pelo uso de para e a fim de, utilizados quando se faz necessário explicitar a maneira como as questões levantadas serão elucidadas no trabalho. Por fim, notamos que os **articuladores de organização textual** (finalmente, por outro lado, por fim) são utilizados para demonstrar como o trabalho será apresentado e/ou quais autores serão consultados, organizando as ideias abordadas.

Na análise da seção **referencial teórico**, evidenciamos 8 excertos retirados dos TCCs (2), (5) e (6) (Quadro 3) e apontamos o uso das seguintes marcas linguísticas: articuladores de relação de conformidade, formuladores textuais de introdução ao tópico e articuladores de relação de causalidade.

A seção referencial teórico tem como objetivo principal fundamentar a pesquisa a partir de estudos, conceitos e discussões já existentes sobre o tema. Notamos que nessa seção, os **articuladores de relação de conformidade** (conforme, segundo) são utilizados para indicar que a afirmação ou conceito apresentado está de acordo com as vozes dos teóricos convocados, estabelecendo uma relação de conformidade entre a ideia do autor do texto e a fonte referida. Já os **articuladores de relação de causalidade** (uma vez que, visto que) são utilizados explicitando a causa para orientar a compreensão das teorias e questões apresentadas.

Koch e Elias (2022, p. 148) explicam que os articuladores voltados para a formulação textual têm a função de “indicar o estatuto de um segmento textual em relação aos anteriores [...]”. Os **formuladores textuais de introdução ao tópico** (em relação a, quanto a) utilizados no textos analisados, preparam o leitor para a apresentação do argumento ou da ideia específica que será desenvolvida sobre o conceito abordado.

Partindo para a seção **análise dos dados**, selecionamos doze excertos dos TCCs (8), (9) e (10) (Quadro 4), e destacamos o uso de quatro tipos de operadores argumentativos: de contrajunção, de explicação/justificação, de correção/redefinição e de conjunção.

Conforme Koch e Elias (2022, p. 64), “os operadores ou marcadores argumentativos são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para determinadas conclusões.” Adam (2022) explica que no nível inter-P (interperiódico) existe uma conexidade sustentada por conectores [c2], dentre os quais, aqueles com função argumentativa.

A partir desse entendimento, observamos que, para apresentar suas análises dos dados, os autores das monografias fazem uso recorrente de operadores argumentativos, a fim de encadear os enunciados, com o intuito de estabelecer as relações entre os seus argumentos.

Destacam-se os seguintes operadores: **de contrajunção** (entretanto, no entanto) para contrapor argumentos apresentados anteriormente, orientando uma nova conclusão; **de explicação/justificação** (pois) para esclarecer informações apresentadas; **de correção/redefinição** (ou seja) quando necessário resumir uma informação dada anteriormente; e **de conjunção** (além disso), sempre que se faz necessário acrescentar novos argumentos e informações.

Finalmente, analisamos a seção de **conclusão**. Para esta seção, selecionamos nove excertos dos TCCs (1), (4) e (7) (Quadro 5), e identificamos a ocorrência de modalizadores, modificadores e operadores argumentativos de conclusão.

Segundo Cabral (2010, p. 111), “o termo modalização refere-se à expressão da aproximação ou do distanciamento do locutor diante do conteúdo do seu enunciado, atestando seu grau de adesão a ele.” Tendo em vista que essa seção traz as considerações finais dos trabalhos desenvolvidos, notamos que os autores fazem uso de termos que demonstram sua aproximação enquanto desenvolvedores das pesquisas. Nesse sentido, os **modalizadores** (reafirmamos, imprescindível, oportunamente) são utilizados como uma forma de expressar a aproximação do locutor, expondo suas próprias avaliações e conclusões sobre o trabalho desenvolvido.

Com relação ao conceito de modificador, Cabral (2010, p. 95) explica que é uma “palavra ou expressão que pode modificar o tópos de um predicado,” dessa forma, essa marca linguística pode reforçar o valor de um enunciado, de forma realizante (MR), ou atenuar sua força argumentativa, de maneira desrealizante (MD) (Cabral, 2010). Nos textos analisados, os **modificadores realizantes** (imensa, deveras) são utilizados intensificando as considerações tecidas diante dos resultados dos estudos, enquanto o **modificador desrealizante** (pouco) opera o inverso, atenuando a força do enunciado.

Em ambas situações, a intenção enunciativa do locutor enunciador é refletida por meio dessas escolhas linguísticas. Por fim, os operadores argumentativos de conclusão (então, portanto, desse modo) são utilizados para articular os argumentos finais das monografias.

Nível Macrotextual

Adam (2021, p. 28) elucida que “um plano de texto torna mais ou menos visível os segmentos macrotextuais que, entre o título e o ponto final, organizam o sentido em parágrafos, grupos de parágrafos, partes, subpartes, capítulos.” Dessa forma, a maneira como o texto organiza-se e os elementos peritextuais que o cercam possibilita a compreensão do todo. A organização textual comunica tanto quanto as palavras escritas, e é papel da análise macrotextual investigar como se configura o plano geral do texto e quais suas implicações para a compreensão.

Tendo em vista que “o peritexto mínimo de um texto é a presença de um título” (Adam, 2022, p. 115), todo o mais que a ele se agrega, desde um subtítulo até uma nota de rodapé, estão, conjuntamente, atuando com função significativa na concepção do plano textual. Adam (2022) categoriza essa organização do texto como estruturação configuracional, acrescentando que, “pela simples varredura do peritexto, eles tornam possível a leitura de um todo, a partir de uma percepção da organização hierárquica dos diferentes níveis textuais de profundidade” (Adam, 2022, p. 114).

Levando em consideração os conceitos apresentados, ao analisar o plano macrotextual das monografias, demos ênfase à sua divisão em seções e subseções, onde encontramos os padrões de regularidade entre elas. Todavia, é importante destacar as demais partes peritextuais constituintes desse gênero, comum a todas as áreas analisadas, e que fazem parte de sua estruturação configuracional: capa; folha de rosto; ficha catalográfica; folha de aprovação; agradecimentos; resumo em Língua Portuguesa; resumo em outra língua; lista de figuras e quadros (caso tenha); sumário; seções e subseções; referências; anexos. Para a observação da análise macrotextual, organizamos dois grupos, cada um com 3 (três) TCCs, com ênfase em suas seções e subseções.

O **Grupo 1** é composto pelos TCCs (2), (5) e (6) (Quadro 7). Nesse grupo, associamos as monografias pertencentes às seguintes áreas: Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Literatura, Linguística e Língua Portuguesa, e notamos que eles apresentam uma organização de seu plano de texto similar e previsível, geralmente dividido em 1) Introdução, 2) Referencial teórico, 3) Metodologia, 4) Análise, 5) Considerações finais.

As variações nessa organização se dão quando as seções são ou não divididas em subseções e na quantidade dessas subdivisões. Por exemplo, os TCCs (2) e (6) subdividem a seção 3) Metodologia em 4 partes, enquanto o TCC (5) discorre sobre o conteúdo em apenas uma parte. Há também o caso do plano de texto do TCC (6), que teve acrescentada uma seção chamada 5) Discussão, localizada entre a 4) Análise dos dados e a 6) Conclusão, que nada mais é do que um fechamento do que se apresentou na análise e uma abertura para o que será posto nas considerações finais.

Entretanto, no que diz respeito à principal forma de divisão textual, todos os/as autor/as adotam o mesmo plano de texto, que consiste em: 1) introdução do assunto, contextualizando-o e problematizando-o; 2) apresentação dos autores e teorias por eles abordadas que darão sustentação ao trabalho; 3) o método utilizado para desenvolvimento da pesquisa; 4) discussões e resultados na análise do objeto de estudo; e 5) fechamento com as considerações finais.

Podemos dizer que essa forma de organização favorece o propósito da abordagem dos conteúdos das áreas do grupo 1 - Ensino, Linguística e Língua Portuguesa - que são marcadas por seus sistemas metodológicos. Além disso, essa estrutura organizacional propicia ao leitor saber, a partir do sumário, o que esperar da leitura da monografia.

No **Grupo 2**, formado pelos TCCs (4), (8) e (10) (Quadro 8), organizamos as monografias concernentes às áreas de Literatura Brasileira, Literaturas de Língua Portuguesa, Teoria da Literatura e Estudos Clássicos e Diacrônicos, que, conforme observado, não apresentam um padrão regular do seu plano de texto na organização das suas seções. Diferente do Grupo 1, marcado por seu padrão estável e previsível, no Grupo 2, o único padrão que se repete é que a primeira seção sempre será a Introdução e a última, antes das referências, será de Conclusão.

A exemplo disso, aqui estão os títulos das seções de número 3 presentes nas monografias do grupo em questão: “O mundo grego clássico e a tirania” (TCC 4); “O sobrado antigo pintado de verde-escuro” (TCC 8); “O homem e a nuvem” (TCC 10). Note que, diferente da seção 3 do Grupo 1, Metodologia, que seu título já permite prever seu conteúdo, os títulos dessas seções não possibilitam tal previsibilidade.

No que se refere à função dos títulos, Adam (2021, p. 28) afirma que “um título e intertítulos são, no recorte de um plano de texto, marcadores da estruturação configuracional que resumem, por enunciados geralmente nominais, a coesão temática de um texto inteiro e de suas partes e subpartes, que formam, elas próprias, diversas unidades de sentido.” Como mencionado anteriormente, os títulos das seções das monografias do Grupo 2 não favorecem sua antecipação, todavia, isso ocorre apenas quando considerados isoladamente.

Tomando como exemplo a seção 3 do TCC (8), intitulada O sobrado antigo pintado de verde-escuro, ao se considerar o título da monografia - A ruína da família e a casa em ruínas: a construção romanesca do espaço em dois irmãos, de Milton Hatoum - é possível inferir que a seção trata de um dos espaços representados na obra literária analisada. Assim, notamos que a imprevisibilidade das seções dos trabalhos das áreas de Literaturas apenas evidenciam seu caráter criativo e a natureza subjetiva que é própria das análises literárias.

Conclusão

Este trabalho teve como propósito analisar o gênero monografia a partir dos níveis micro e macrotextual, com o objetivo de identificar as marcas linguísticas que organizam o micronível e analisar o plano de texto no macronível. Para isso, investigamos os planos de texto de 10 (dez) TCCs do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas.

No que concerne à organização microtextual, constatamos que na seção introdução, as marcas linguísticas são utilizadas para contextualizar a problemática abordada, para retomá-la, explicar a finalidade da pesquisa e demonstrar como se organizará o trabalho. Já na seção referencial teórico elas dão conta, principalmente, de demonstrar conformidade com os autores abordados e explicar suas teorias.

Na análise dos dados, os operadores argumentativos são frequentemente utilizados para apresentar toda a discussão e resultados diante do objeto da pesquisa. Enquanto na conclusão, por intermédio dos modalizadores e modificadores, notamos uma maior aproximação do autor diante das considerações finais de seus trabalhos.

Partindo para a organização macrotextual, concluímos que as monografias pertencentes às áreas de Linguística e Ensino possuem planos de texto com divisões em seções mais regulares e previsíveis, enquanto que as pertencentes às áreas de Literatura têm um caráter imprevisível, próprio de sua natureza subjetiva.

É importante destacar que os resultados desta pesquisa são preliminares, uma vez que ainda há muito trabalho investigativo a ser realizado e a pesquisa continuará em desenvolvimento. Porém, diante dos resultados aqui apresentados, é possível observar que a organização do plano de texto das monografias além de evidenciar padrões recorrentes, principalmente no que concerne aos processos de conexidade e coesão semântica na análise microtextual, também evidenciam padrões que apontam particularidades próprias de suas áreas de estudo, como observado no nível macrotextual.

Assim, este trabalho oferece contribuições iniciais para a compreensão do funcionamento do TCC em Letras sobre a estrutura organizacional do texto e a dinâmica dos dispositivos enunciativos na constituição do Trabalho de Conclusão de Curso, o que, reforçamos, favorece aos estudos linguísticos do texto com foco no âmbito da escrita acadêmica.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual.
Tradução Ana Lúcia

Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto e

Luis Passeggi. In: **Letra Magna**, n. 27, 2021, p. 1-38.

ADAM, Jean-Michel. **A noção de texto**. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à

teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho

Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Articuladores e organizadores textuais e argumentação. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras**: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2010. p. 85-115.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2022.

MEDEIROS, Célia Maria de. Aspectos teórico-práticos da referência. In: LEITE, João de Deus et al. (org.). **Da língua ao texto**: proposições articuladas da teoria à prática. Volume 1 - Texto e contexto. São Paulo: Editora Dialética, 2024. p. 89-116.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes. **Resolução nº 02/2024** – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024. Natal: UFRN, 2024.

Referências das monografias - corpus da pesquisa

ALMEIDA, Igor da Silva Gomes. **A diáspora angolana em "A geração da utopia", de Pepetela**. Orientação: Marta Gonçalves. 2025. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

BERNARDO, Ingrid Rafaela Pinheiro. **O narrador-nuvem: uma análise da voz narrativa em Rastros do Verão, de João Gilberto Noll.** 2024. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024

CABRAL, Bruno de Araújo. **A ruína da família e a casa em ruínas: a construção romanesca do espaço em Dois Irmãos, de Milton Hatoum.** 2023. 65f. Monografia (graduação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

DUARTE, Maria Júlia de Oliveira. **“Escolha sua aventura” no folclore brasileiro: uma proposta de sequência didática para a elaboração de uma narrativa interativa ambientada no sítio do pica-pau amarelo.** Orientação: Profa. Dra. Tâmara Maria Costa e Silva Nogueira de Abreu. 2025. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

MONTEIRO, Maria Clara Batista. **Práticas de ensino de língua portuguesa em contexto remoto emergencial: oralidade e gêneros orais em videoaulas.** Orientação: Profa. Dra. Ana Virgínia Lima da Silva Rocha. 2023. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

PEREIRA, Ingrid Isabel Santos. **O plano de texto de produções textuais do Exame de Seleção do IFRN: o artigo de opinião em foco.** Orientação: Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

SILVA, Athyrson Souza da. **Da oralidade ao mito: a figura do narrador e a denúncia da tirania no Prometeu de Ésquilo.** Orientação: Prof. Dr. Nelson Ferreira de Sousa Júnior. 2023. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

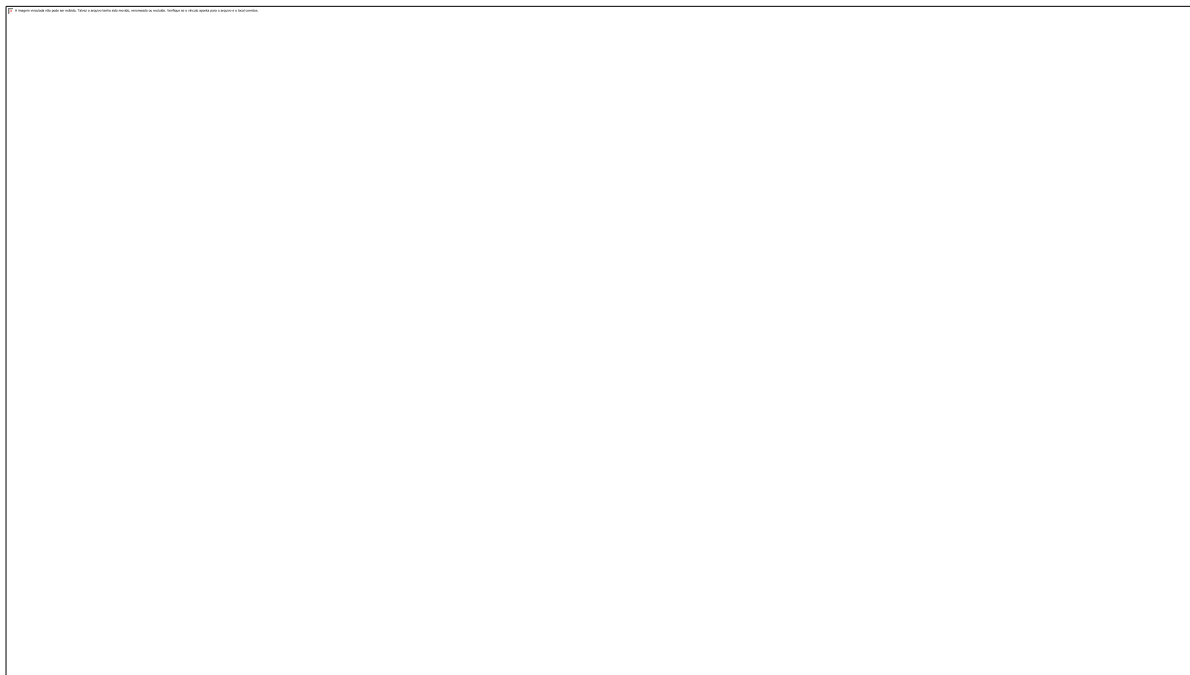
SILVA, Marcos Luan da. **Descrição do verbo entregar em português: uma revisão de estudos.** Orientação: Profa. Dra. Nedja Lima de Lucena. 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SOUZA, Ana Clara Vitelbino de. **Do traço ao verbo: análise das estratégias leitoras em um livro didático do 8º ano do ensino fundamental.** Orientação: Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros. 2024. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

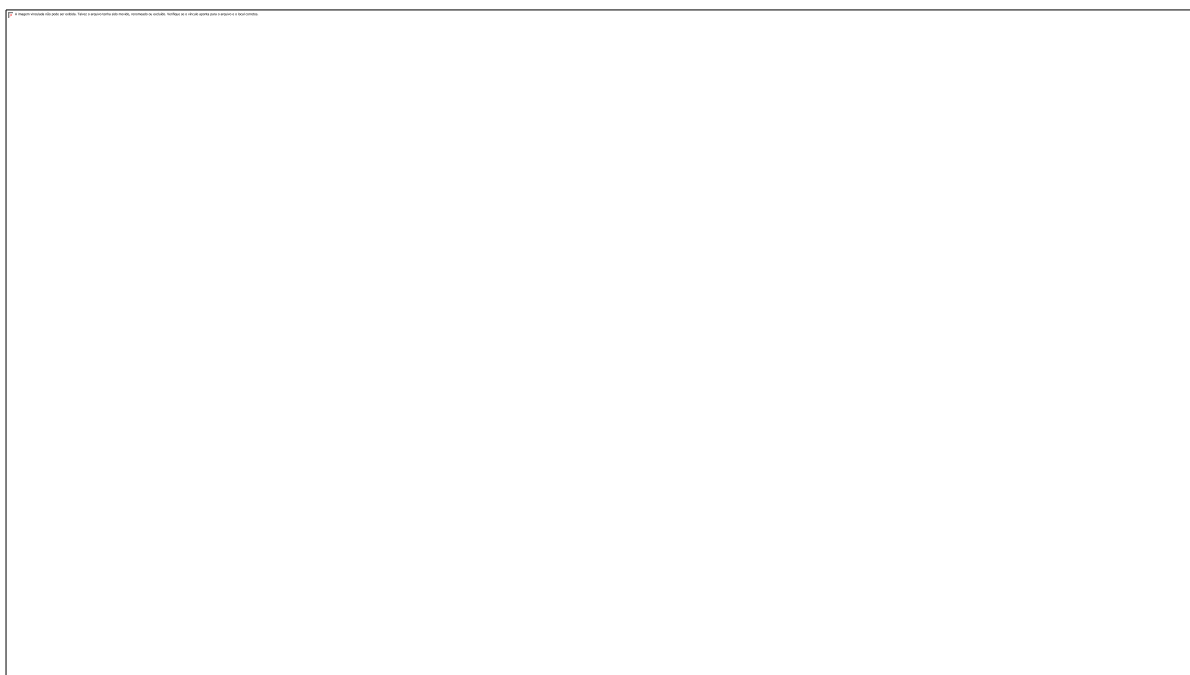
TEIXEIRA, Vinicius Claudino. **Uma abordagem cognitiva do espaço e do tempo em frases do tipo “minha faculdade fica a dez minutos daqui”.** Orientação: Prof. Dr. Paulo Henrique Duque. 2024. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em

Letras - Língua Portuguesa) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

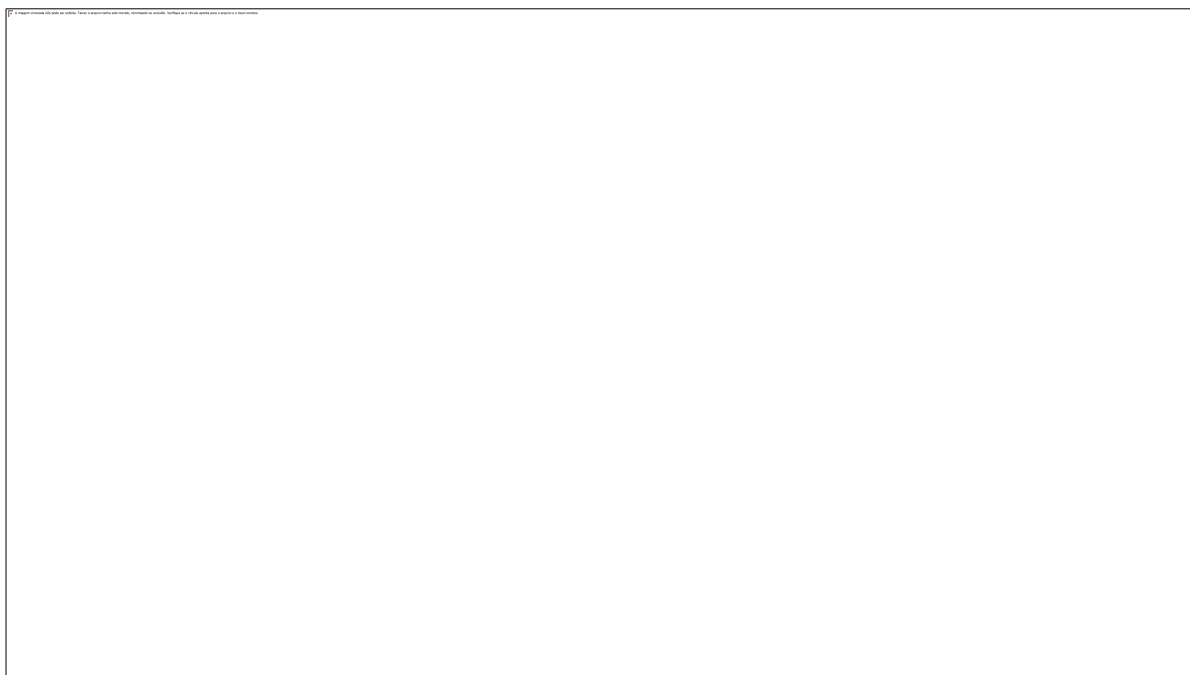
Anexos



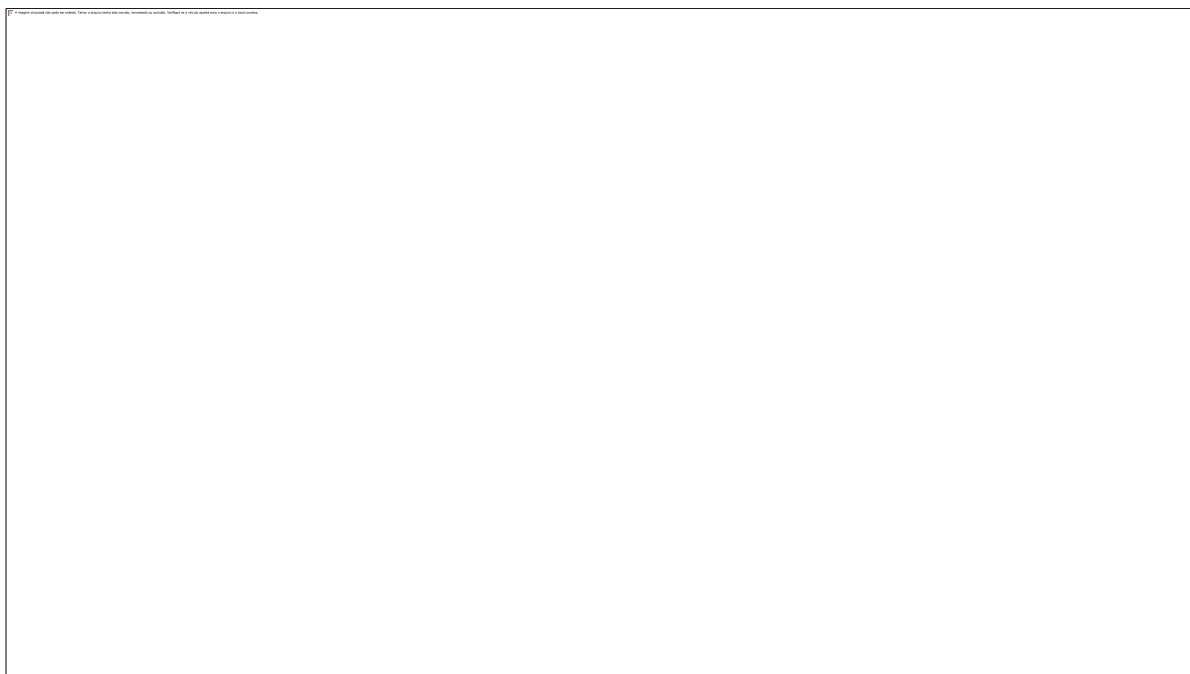
Quadro 1 - Monografias analisadas



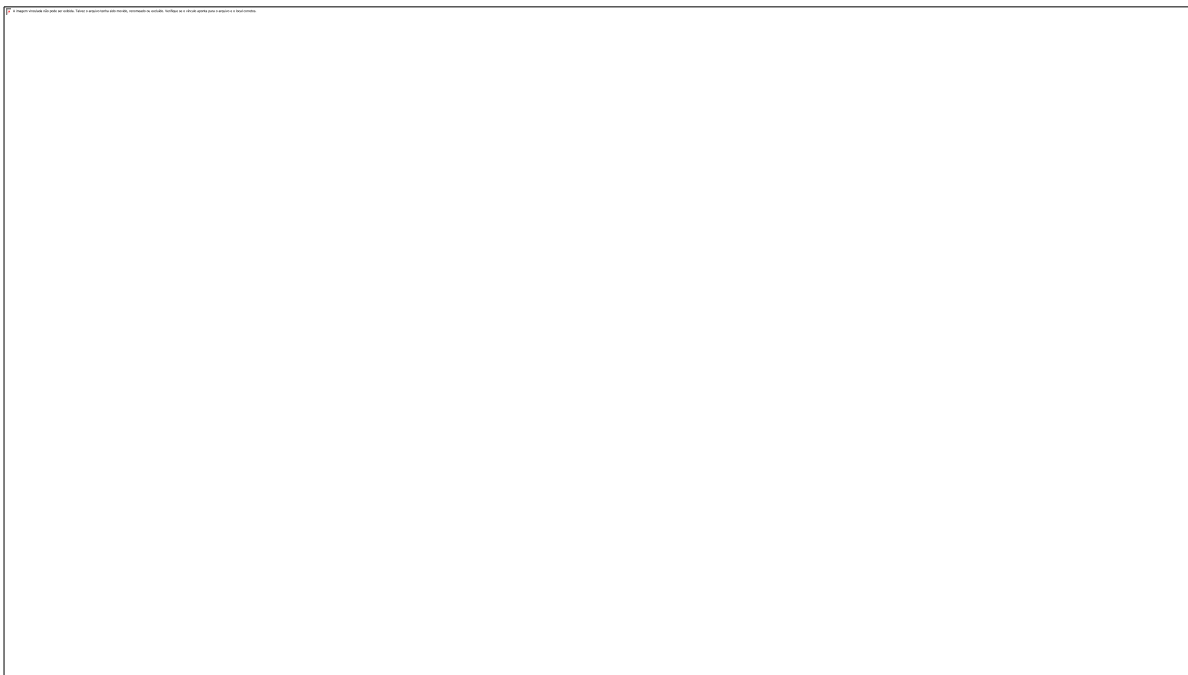
Quadro 2 - Análise Microtextual da Introdução



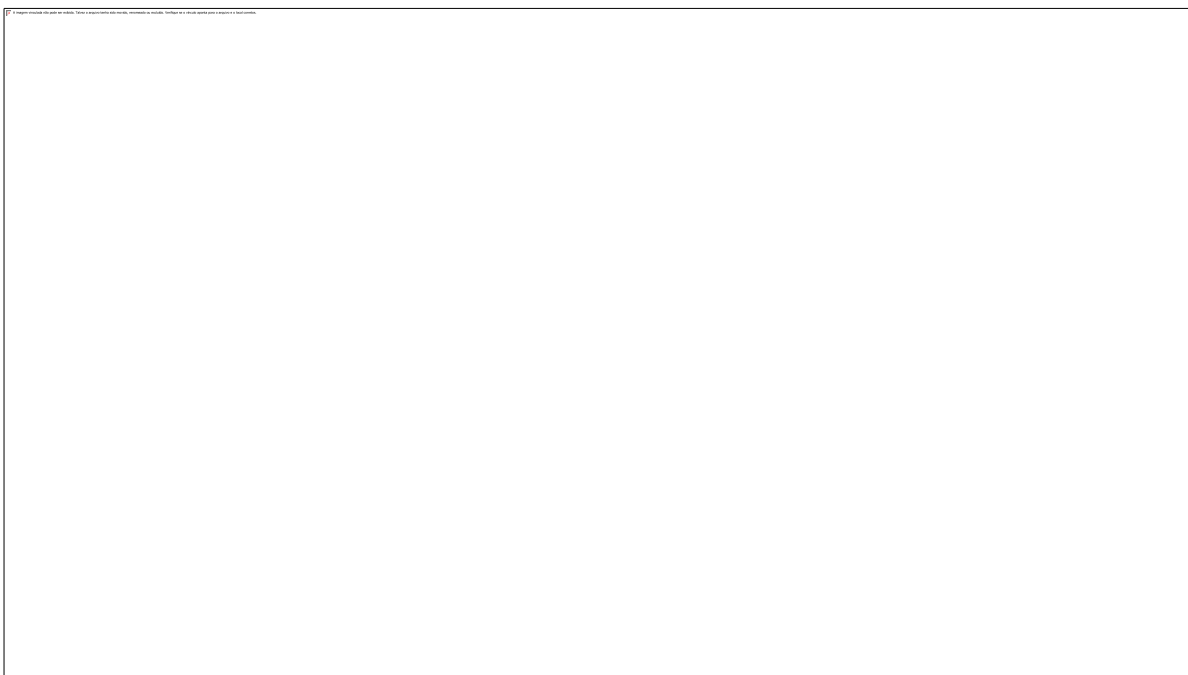
Quadro 3 - Análise Microtextual do Referencial teórico



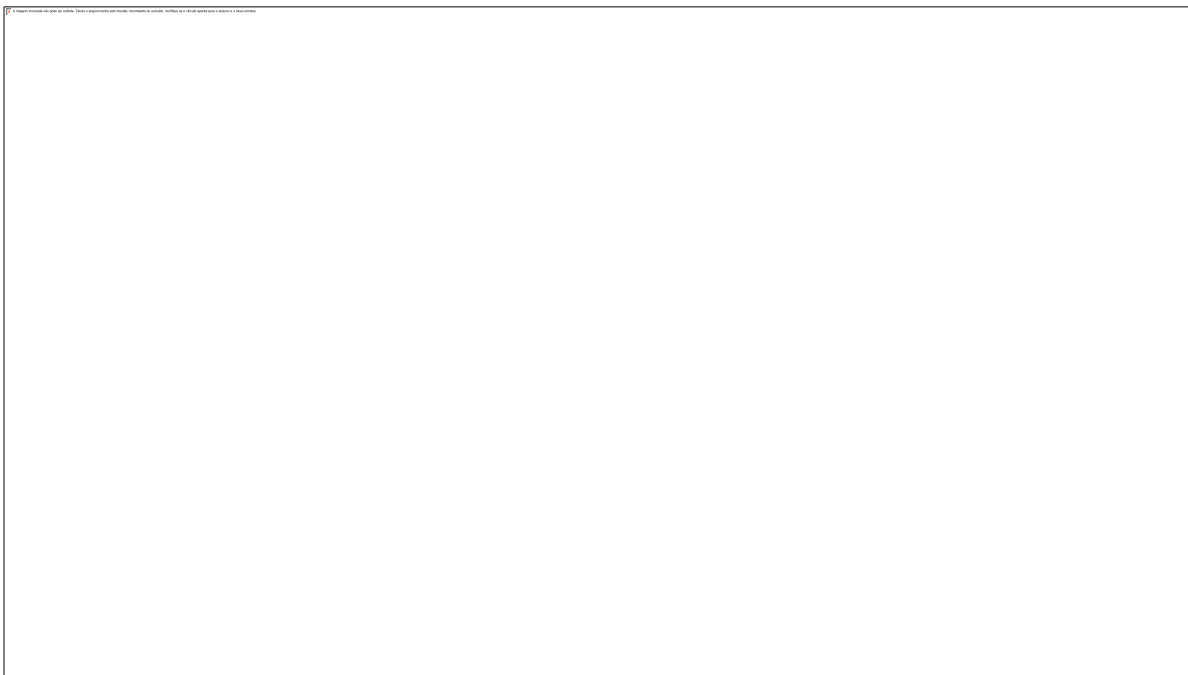
Quadro 4 - Análise Microtextual da Análise dos dados



Quadro 5 - Análise Microtextual das Considerações finais



Quadro 6 - Análise Macrotextual - Grupo 1



Quadro 7 - Análise Macrotextual - Grupo 2

CÓDIGO: HS0211

AUTOR: CLARICE MARIZ RIBEIRO

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: UM LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DO PERFIL LAUREADO
PELO PRÊMIO SÃO PAULO DE LITERATURA E DA PRESENÇA
MEMORIALÍSTICA NOS ROMANCES

Resumo

Este trabalho insere-se no contexto da pesquisa ““Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar”, orientado pela Profa. Dra. Juliane Vargas Welter. O relatório tem origem em um plano de trabalho quantitativo, que buscou o levantamento de dados em relação aos agraciados pelo Prêmio São Paulo de Literatura, a fim de constituir um perfil para o prêmio e observar nas obras vencedoras a presença da memória agindo como um dispositivo narrativo. Desse modo, este relatório pretende se debruçar sobre os dados encontrados a fim de compreender a posição do Prêmio São Paulo de Literatura no campo literário e, a partir disso, observar a memória nas narrativas, traçando o indicativo de uma possível tendência formal na literatura brasileira contemporânea. Para tal, o aporte teórico será formado por Dacome (2018), Zilberman (2017), Picolotto e Porto (2018), Ricoeur (2007) e Dalcastagnè (2012). Os resultados encontrados apontam para o vencedor ideal do PSPL como um homem ou mulher, branca, entre 40 e 53 anos, natural da região Sudeste; além disso, no âmbito das obras, o romance premiado apresenta a memória funcionando como dispositivo narrativo, o que indica uma possível tendência na literatura brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Literatura e memória. Prêmio São Paulo de Literatura.

TITLE: A QUANTITATIVE SURVEY OF THE PRÊMIO SÃO PAULO DE
LITERATURA'S WINNERS PROFILE AND THE PRESENCE OF MEMORY IN
THE NOVELS

Abstract

This work is part of the research project ““To narrate is to resist?”: contemporary Brazilian literature and memory, a preliminary analysis,” led by PHD Professor Julianne Vargas Welter. The report originated from a quantitative work plan that sought to collect data on the winners of the São Paulo Literature Prize, in order to establish a profile for the award and to observe the presence of memory as a narrative device in the winning

works. Thus, this report aims to examine the data found in order to understand the position of the São Paulo Literature Prize in the contemporary literature landscape and, from this, to observe memory in narratives, tracing the indication of a possible formal bias in contemporary Brazilian literature. To this end, the theoretical framework will be formed by Dacome (2018), Picolotto and Porto (2018), Ricoeur (2007), and Dalcastagnè (2012). The results indicate the ideal PSPL winner as a man or white woman, between 40 and 53 years old, from the Southeast region; furthermore, within the scope of the novels, the award-winning presents memory functioning as a narrative device, which points to a possible trend in contemporary Brazilian literature.

Keywords: Literature and memory. Prêmio São Paulo de Literatura.

Introdução

As premiações literárias possuem uma inegável capacidade de fomentar a inserção de novos escritores no cenário da literatura contemporânea no Brasil. Dentre os casos mais notáveis de considerável repercussão, que sustenta o entendimento dessa potencialidade dos prêmios, está o de Itamar Vieira Júnior. O seu romance, *Torto Arado*, obteve visibilidade nacional e internacional ao levar não apenas o Jabuti – premiação de maior tradição no Brasil com mais de 65 edições – em 2020, mas também o Oceanos no mesmo ano e o Leya em 2018. Embora Vieira Júnior já tivesse presença na literatura com publicações anteriores e seu sucesso de vendas seja atravessado por uma série de fatores diversos que o explicam, é inegável o peso das premiações na projeção do autor. Considerando o lugar de suma relevância ocupado pelos prêmios no campo literário, apontamos para a importância de estudá-los, tendo em vista autores, editoras e obras, a fim de perceber a partir deles as tendências da literatura brasileira.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se debruça sobre os dados coletados no contexto da pesquisa ““Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar”, orientado pela Profa. Dra. Juliane Vargas Welter. O projeto de pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, surgiu da percepção da memória atuando como um dispositivo narrativo em um número significativo de obras da contemporaneidade. Assim, enquanto os planos quantitativos mapeiam as obras que se inserem no contexto dessa tendência, os qualitativos objetivam a análise literária das obras, a fim de perceber as diversas configurações da memória nos romances.

Os levantamentos numéricos formam seu corpus a partir dos prêmios literários consagrados no espaço nacional (o Jabuti, o Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional, o Prêmio São Paulo de Literatura e o Oceanos). Nesse sentido, os dados expostos neste relatório são fruto do plano de trabalho dedicado ao Prêmio São Paulo de Literatura (PSPL). Investigamos as informações públicas acerca das edições de 2008 à 2024, atentando-se para as questões de gênero, idade, formação acadêmica e naturalidade dos escritores, além de lançar olhares ao perfil editorial das obras. Finalizado o contorno da premiação, olhando agora para os romances premiados, buscamos observar a incidência da memória, funcionando como um recurso de narração nos textos, de modo a delinear uma visão panorâmica da presença memorialística nos laureados do PSPL. Para sustentar as discussões propostas, contaremos com o aporte teórico de Dacome (2018),

Zilberman (2017) e Picolotto e Porto (2018), acrescidas dos trabalhos de Ricoeur (2007) e Dalcastagnè (2012).

Assim, este relatório objetiva perscrutar o perfil vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura, considerando autores e editoras, bem como a incidência da memória nos textos literários laureados. Para isso, buscamos reunir e analisar os dados do perfil dos premiados e investigar os romances com presença mnemônica, identificando as inclinações do prêmio – mais detalhadamente no perfil do escritor agraciado e de modo mais breve na estruturação memorialística das obras – a fim de compreender a posição do prêmio no cenário literário e a predisposição dos romances contemporâneos em trabalhar com a memória na tessitura narrativa.

Metodologia

A natureza do trabalho realizado foi predominantemente quantitativo, a investigação do plano de trabalho iniciou com o levantamento dos romances premiados pelo PSPL em cada uma das categorias existentes, reunindo informações relacionadas aos autores e às editoras. Ademais, foram determinadas questões pertinentes a serem observadas no perfil dos escritores: gênero, raça, idade, naturalidade e formação acadêmica. Grande parte dessas etapas, assim como algumas das que serão descritas a seguir, foram realizadas por um outro pesquisador responsável pelo plano anteriormente.

Diante de tais dados, partindo para os romances que formaram o corpus, foram feitas leituras de textos pertencentes à crítica, assim como de trabalhos acadêmicos da obra, para observar o funcionamento da narrativa em relação à presença ou ausência da memória nesse escopo. As leituras tinham como objetivo perceber a presença memorialística atuando como um dispositivo narrativo, a fim de verificar uma tendência nos romances contemporâneos.

No decorrer do processo, houveram reuniões presenciais com o grupo de pesquisa para leituras teóricas e discussões em torno da questão da memória no cenário da literatura. Contamos também com reuniões específicas de orientação e compartilhamento de resultados parciais. Dessa forma, os momentos em grupos, acrescidos das pesquisas individuais e dos espaços para orientação de diálogo agiram na produção quantitativa expressa neste relatório.

As leituras teóricas incorporadas ao presente trabalho devem contribuir para o entendimento da natureza das premiações literárias no Brasil, conforme Dacome (2018), Zilberman (2017) e Picolotto e Porto (2018), integrando também proposições comparativas entre os prêmios a fim de perceber suas consonâncias e divergências e situar o Prêmio São Paulo de Literatura nesse cenário. Acerca das discussões em torno da memória e sua presença nas narrativas contemporâneas, também contaremos com Dalcastagnè, assim como com Ricoeur (2007).

Resultados e Discussões

Ao longo dos anos, desde sua criação em 2008, o Prêmio São Paulo de Literatura vem se consagrando no rol das premiações literárias brasileiras de destaque. Agraciou muitos dos grandes nomes contemporâneos, alguns apenas posteriormente reconhecidos por outras premiações, como foi o caso de Micheliny Verunschik, vencedora do PSPL em 2015 com *Nossa Teresa – Vida e morte de uma santa suicida*, que em 2022 levaria o Jabuti por *O som do rugido da onça*. Nesse sentido, o prêmio ressalta sua ambição em “[...] estimular a produção e a divulgação literária brasileira com foco exclusivo no gênero romance, premiando anualmente autores e obras que se destacam pela qualidade e contribuição à literatura de nosso país” (O prêmio). O compromisso de fomentar a literatura pode ser constatado não apenas na visibilidade que alcançam os vencedores, mas também na compensação monetária de 200 mil reais, que pode significar um divisor de águas na carreira de alguns escritores. O caso de Marcelo Labes é representante disso, o autor declarou em entrevista para a Folha que encontrava-se em uma delicada situação financeira e a partir do dinheiro que recebeu ao vencer na categoria estreante em 2020, comprou a casa em que vive hoje.

Nesse sentido, prestar atenção no PSPL e compará-lo às demais premiações mostra-se relevante para perceber as movimentações do circuito literário brasileiro. Para tal, nesta seção, apresentaremos os romances premiados, seus respectivos autores e editoras, demarcando posteriormente a relação de autores homens e mulheres que já levaram o prêmio, assim como suas regiões de naturalidade, observando também, ao fim, o quantitativo de vitórias das editoras. Os dados serão contrastados com números de natureza semelhante referentes a outros prêmios reconhecidos nacionalmente, com apoio das pesquisas de Porto e Picolotto (2018) e Regina Zilberman (2017) para traçar os cruzamentos comuns e díspares do perfil vencedor do PSPL com o que encontramos mais frequentemente em tais premiações.

Em um segundo momento, partiremos para considerações acerca do aspecto memorialístico encontrado nos textos literários. Para isso, ilustraremos os dados levantados em relação à quantidade de textos premiados que apresentam memória como um dispositivo narrativo. A discussão tratará brevemente do fenômeno mnemônico a partir de Ricoeur (2007), delimitando as condições incomuns da memória e seu potencial narrativo, na busca de levantar questões para começar a compreender a sua recorrência na literatura brasileira contemporânea.

PERFIL DO PRÊMIO SÃO PAULO DE LITERATURA

Em suas 17 edições (de 2008 à 2024), o prêmio consagrou 39 escritores e 40 obras, sendo duas delas de mesma autoria – Assim na terra como embaixo da terra e Enterre seus mortos de Ana Paula Maia –, constituindo o único caso em que uma(o) escritora(o) foi agraciada mais de uma vez. Essa raridade de reincidências aponta para uma possível predileção do prêmio pelas novidades do campo literário, o que se sustenta se olharmos para as suas categorias.

O Prêmio São Paulo de Literatura é dedicado a consagrar textos literários do gênero romance, o que indica e reforça o prestígio desse gênero no campo literário (Zilberman, p. 425, 2017). Dividindo-se entre as categorias de Melhor Romance do Ano e Melhor Romance de Estreia do Ano, o prêmio chegou a apresentar ainda uma divisão por faixa etária de melhor autor estreante de até 40 anos e melhor estreante com mais de 40 anos. Essa bifurcação, contudo, foi extinta em 2018, e o prêmio voltou a agraciar apenas um autor na categoria de estreia. A preocupação em criar espaços para os estreantes, somado à centralidade cultural na cidade de São Paulo promovida e o alto retorno monetário aos vencedores, de acordo com Dacome (2017), são bases constituintes do prestígio de que goza o PSPL.

Nesse sentido, o levantamento em relação aos laureados da categoria de Melhor Romance entre 2008 e 2024, apontou para 16 nomes, incluindo a dupla premiação de Ana Paula Maia. O primeiro quadro (anexo 1) apresenta as melhores obras de cada ano, que levaram a premiação, junto ao autor e à editora responsável pela sua publicação.

Ele mostra uma diferença singela de autorias masculinas (9) e femininas (7) laureadas, apesar de chamar atenção a ausência de escritoras na categoria durante os seis anos iniciais. Embora haja uma sobreposição de escritores, a diferença é pouco expressiva, o que indica uma tendência de equanimidade de gênero, que se mostrará mais latente diante dos dados globais do prêmio, os quais indicaremos mais adiante nessa seção. Destacamos ainda a idade média de premiação sendo entre 52 e 53 anos.

A categoria denominada Melhor Romance de Estreia do Ano se concentra no Quadro 2 (anexo 2). Nele, indicamos as obras, os autores e as editoras, assim como seus respectivos anos de premiação.

Destacamos, conforme já mencionado, que entre 2013 e 2018, havia a divisão por idade, agraciando autores estreantes de até 40 anos e os que tinham mais de 40. Na duração dessa medida, podemos perceber a inclinação a autores mais jovens, talvez por isso, a média de idade em relação a essa categoria é de 40 anos.

Um outro ponto para nos atentarmos é a questão de gênero, que mais uma vez demonstra equilíbrio em relação à quantidade de autores e autoras laureados. A categoria premiou 10 mulheres e 12 homens ao longo de seus dezesseis anos de duração, incluindo ainda o romance Oito do sete (2017), de Cris Judar, que na época identificava-se como mulher cis, o que elevaria para 11 o número de premiadas, mas de acordo com informações divulgadas em suas redes sociais, hoje entende-se como uma pessoa não binária.

Assim, considerando as informações de ambos os quadros, podemos constatar um cenário promissor para a equanimidade de gênero no Prêmio São Paulo de Literatura. Nessa perspectiva, o gráfico 1 (anexo 3) ilustra uma tendência que parece diferenciar o PSPL de outras premiações.

Dos vencedores do prêmio entre 2008 e 2024, aproximadamente 43,5% (17) dos laureados foram mulheres, contra 53,8% (21) de homens e 2,7% (1) de pessoas não binárias. O dado contrasta com o perfil traçado do Jabuti, por exemplo, considerando as edições entre 2000 e 2016, que consagrou apenas quatro nomes femininos dentre os 14 autores agraciados pelo prêmio na categoria de Romance (Porto e Picolotto, 2018).

Ademais, Zilberman (2017), ao investigar o leque de indicados aos prêmios Portugal Telecom, Governo de São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, Zaffari & Bourbon, Academia Brasileira de Letras e Biblioteca Nacional, verificou a predominância de 75% de escritores homens no levantamento. Diante desses contrastes, é inegável que o PSPL parece manifestar uma abertura maior para a autoria feminina em contrapartida a outras premiações consagradas no território nacional. Por outro lado, o prêmio também não deixa de reproduzir certas tendências históricas que compelem para a conservação de um perfil mais consolidado de autores na literatura brasileira (branco, cis, sudestino, etc) , o que é perceptível se nos atentarmos aos dados raciais.

A priori, é importante mencionar que na busca pelos dados raciais dos autores premiados nos deparamos com um impasse metodológico, tendo em vista que tal levantamento deve passar por uma declaração de autorreconhecimento de cada indivíduo, o que não mostrou-se possível com as ferramentas que dispúnhamos no decorrer da pesquisa. Entretanto, fazendo um recorte de gênero, se olharmos para os dados públicos de autodeclaração em entrevistas concedidas pelas autoras, percebemos que das 17 agraciadas pelo prêmio, apenas 3 são mulheres negras: Ana Paula Maia (Enterre seus mortos e Assim na terra como embaixo da terra), Eliane Marques (Louças de família) e Luciany Aparecida (Mata Doce). O número representa 17,6% do grupo de escritoras laureadas e, se olharmos para o total de autores e autoras, torna-se 7,6%. A porcentagem ínfima representa um pequeno salto se comparada aos dados encontrados por Zilberman de que: “Não se constata a presença de autoras afrobrasileiras entre as finalistas selecionadas entre 2010 e 2014.” (p. 430, 2017). Entretanto, esses números parecem dialogar mais do que se sobrepor, ambos atestam uma conjuntura excludente do campo literário, demonstrando que fenômenos recentes, altamente repercutidos no jornalismo e nas redes sociais, apontando para uma revolução nas letras, têm efeitos ilusórios. Apesar da projeção positiva que receberam autores como Itamar Vieira Júnior, Jefferson Tenório e Ana Maria Gonçalves, é ingênuo pensar que isso representa uma igualdade nas condições de acesso, reconhecimento e oportunidades para pessoas de diferentes etnias no cenário da literatura. Os dados dos prêmios são indicações do abismo ainda presente e sintomático das desigualdades sociais, que alcançam todas as esferas da sociedade, principalmente em um sistema que se estrutura a partir delas e delas se alimenta.

Partindo para a naturalidade dos premiados, o quadro 3 (anexo 4) a seguir ilustra as localidades de origem dos escritores da categoria Melhor Romance e, quando foi possível a partir de informações públicas, a residência atual. Nele, percebemos uma concentração clara no eixo Rio-São Paulo, tanto como região de naturalidade como residência.

A tabela mostra uma maioria de naturalidade sudestina (10), do estado de São Paulo (5): Daniel Galera, Ana Luísa Escorel, Beatriz Bracher, Mariana Salomão Carrara, Maria Valéria Rezende; do Rio de Janeiro (3): Rubens Figueiredo, Ana Paula Maia e Claudia Lage; e de Minas Gerais (2), Bartolomeu Campos de Queirós e Edimilson de Almeida Pereira. Em segundo lugar, temos os escritores nordestinos (4), sendo eles Ronaldo Correia de Brito (Saboeiro - CE), Raimundo Carrero (Salgueiro - PE), Estevão Azevedo (Natal - RN) e Luciany Aparecida (Vale do Jiquiriçá - BA). A região Sul, por sua vez, abarca 2 autores: Cristovão Tezza (Lages - SC) e Antonio Xerxenesky (Porto Alegre - RS).

Os nascidos em capitais representam 50% dos nomes, todavia, atentando-se para o levantamento de residência e/ou onde foram radicados, percebemos que sobe para 93,7% os moradores de capitais. Esse trânsito pode demonstrar uma busca por mais oportunidades nos grandes centros.

A categoria de Melhor Romance de Estreia (anexo 5) também não diverge muito, são sudestinos a maior parte dos premiados, com 10 nascidos no estado de São Paulo: Marcelo Ferroni, Rita Carelli, Tiago Ferro, Cristina Judar, Aline Bei, Maurício de Almeida, Marcelo Maluf, Rafael Gallo, Paula Fábio e Suzana Montoro; 1 natural do Rio de Janeiro, correspondente a Edney Silvestre; e 1 de Minas Gerais, Jacques Fux. A região Sul aparece a seguir, com 4 autores do Rio Grande do Sul: Eliane Marques, Morgana Kretzmann, Verônica Stigger e Altair Martins; 2 do Paraná, Alexandre Alliatti e Marcos Peres; e 1 nascido em Santa Catarina, o escritor Marcelo Labes. Nessa tabela, o Nordeste abarca a menor quantidade de autores (3) – desconsiderando Tatiana Salem Levy, nascida no exterior, em Portugal. Entre os nascidos na região, estão Débora Ferraz e Micheline Verunschik, ambas de Pernambuco, além de Franklin Carvalho, natural da Bahia. A partir dos dados disponíveis de residência e/ou onde foram radicados, observa-se também um trânsito para capitais sejam elas dos seus próprios estados ou em outras regiões. Em contrapartida aos 9 nascidos fora das capitais, apenas 1, Marcos Peres, segue com residência fora dos grandes centros urbanos.

Assim, considerando o cenário amplo de todos os premiados pelo São Paulo de Literatura, percebemos a seguinte distribuição regional (anexo 6).

O gráfico mostra uma concentração massiva das produções nos grandes centros econômicos e culturais do país, com mais da metade natural do sudeste e ainda 23,1% da região sul, e escancara a ausência de escritores das regiões Norte e Centro-Oeste. Nesse sentido, o prêmio vai de encontro ao constatado na análise do Jabuti que apontou uma minoria de premiados das regiões Norte e Nordeste (Picolotto e Porto, 2018).

Em relação à formação acadêmica dos escritores, a maioria possui o ensino superior completo, com apenas 5,1%(2) fugindo à regra. Os dois únicos autores sem diploma universitário são Edney Silvestre e Marcelo Labes, ambos iniciaram uma graduação, mas não concluíram. Dos demais premiados, 94,9% (37) se distribuem principalmente entre as áreas das artes e humanidades, com exceção de Ronaldo Correia de Brito, formado em medicina, Ana Paula Maia, com graduação em ciências da computação, e Morgana Kretzmann, da área de gestão ambiental. Muito embora alguns autores, na porcentagem de maioria, apresentem uma formação inicial em áreas divergentes das predominantes, ainda há a presença de pós-graduação voltada às humanidades ou às artes. Destacamos ainda que, dos graduados, pelo menos 62% (23) possuem pós-graduação, com exceção de Ronaldo Correia de Brito, Raimundo Carrero, Rubens Figueiredo, Marcelo Ferroni, Suzana Montoro, Daniel Galera, Ana Luisa Escorel, Marcos Peres, Beatriz Bracher, Maurício de Almeida, Ana Paula Maia, Morgana Kretzmann, Rita Carelli e Mariana Salomão Carrara.

Por fim, o quadro 5 (anexo 7) apresenta ainda a quantidade de obras de cada editora.

Os números acima configuram uma preferência do prêmio por grandes conglomerados editoriais como Record e Companhia das Letras, que representam respectivamente o maior e o segundo maior número de obras laureadas.

Diante dos dados apresentados, o vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura define-se por um homem ou uma mulher, branca, com graduação e pós-graduação, que esteja entre seus 40 e 53 anos, natural das regiões sul ou sudeste – preferencialmente do eixo Rio-São Paulo. Esse perfil se estabelece em contrapartida às tendências de outras premiações, como o Jabuti, em relação ao gênero do autor premiado (recorrentemente homem), entretanto, reforça outras conjunturas de desigualdades raciais e regionais.

É incontornável destacar as qualidades do Prêmio São Paulo de Literatura, não podemos ignorar aquilo que o torna um caso divergente no rol das premiações. A última edição protagonizou avanços significativos em relação ao discutido neste relatório, consagrando pela primeira vez duas mulheres negras em ambas as categorias do prêmio. Além disso, embora minoritária, a porcentagem de quase 20% dos premiados com naturalidade nordestina e a abertura em relação aos estreantes, junto ao reforço na carreira literária dos autores pelo valor monetário, não são fatores a serem ignorados.

A MEMÓRIA NAS OBRAS CONSAGRADAS

Em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur irá traçar uma fenomenologia da memória. Ao recuperar Aristóteles, introduz uma ruptura nos estudos do fenômeno mnemônico que se deu a partir da seguinte afirmação do filósofo.

“A memória é do passado” (449 b 15). É o contraste com o futuro da conjectura e da espera e com o presente da sensação (ou percepção) que impõe esta caracterização primordial. E é sob a autoridade da linguagem comum (“ninguém diria... mas dir-se-ia que...”) que é feita a distinção (Ricoeur p. 35, 2007).

O caráter distintivo da memória em relação à imaginação se dá, segundo o autor, pela sua condição temporal, sendo a linguagem berço essencial para constatar essa distinção. Ao rememorar, falamos do passado no passado. Nessa discussão, ao definir um tipo memorialístico de recordação pautado na busca pela memória, o autor afirma que: “[...] a iniciativa da busca está na dependência de um “poder buscar” que é nosso. O ponto de partida fica em poder do explorador do passado, mesmo que o encadeamento que se segue dependa da necessidade ou do hábito.” (Ricoeur, p. 38, 2007, grifo nosso). O filósofo define que o exercício de perseguição atribui ao “explorador” um papel ativo na recuperação memorialística, o que constitui uma posição privilegiada. A decisão do que rememorar, a partir de quando, assim como sob qual/quais perspectivas, concede ao “quem” buscador um poder, que se expressa sob uma diversidade de formas na memória individual e coletiva.

Pensar memória no fazer literário alinha-se a tais reflexões, tendo em vista seu trabalho com a linguagem. Contudo, buscá-la na literatura torna-se uma tarefa mais complexa, tendo em vista que o passado na narrativa depende de outros fatores internos para ser chamado memória, como a declaração das vozes ao rememorar ou a indicação da narração. Até mesmo os rastros da historiografia, resistentes pela memória coletiva,

constituem trabalho mnemônico, conforme a estética de vestígios defendida por Zilá Bernd (2012).

Nesse sentido, considerando a relevância do Prêmio São Paulo de Literatura, esse trabalho busca também apontar para uma tendência adotada pelas narrativas brasileiras da contemporaneidade. A partir da leitura de resenhas, trabalhos acadêmicos, sinopses, entrevistas e dados públicos gerais das obras premiadas entre 2008 e 2024, a memória funcionando internamente como dispositivo narrativo aparece em uma quantidade considerável de romances conforme ilustra o gráfico 3 (anexo 8).

Em pelo menos 85% (34) dos romances, o recurso narrativo se une aos demais elementos na construção da obra literária. Os que não seguem pelos caminhos memorialísticos são: *Anel de vidro*, de Ana Luisa Escorel; *Tempo de espalhar pedras*, de Estevão Azevedo; *Anatomia do paraíso*, de Beatriz Bracher; *Enterre seus mortos*, de Ana Paula Maia; e *Uma tristeza infinita*, de Antonio Xerxenesky. Destacamos ainda o caso do romance de Raimundo Carrero, *A minha alma é irmã de Deus*, premiado em 2010 como melhor do ano, cuja verificação da memória não foi possível a partir das informações disponíveis.

A inclinação contemporânea para a memória não é novidade, Regina Dalcastagnè já apontava algo semelhante em *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado* (2012). A pesquisadora partiu de três grandes editoras da época (Companhia das Letras, Rocco e Record), cuja proeminência foi defendida por “Trinta ficcionistas, críticos e pesquisadores de diferentes estados” (Dalcastagnè, 2012, p. 215). Assim, foram selecionados para compor o cenário panorâmico da literatura brasileira 258 romances, publicados entre 1990 e 2004, o que se distancia do surgimento da premiação em análise (2008) em 4 anos. Ao tecer considerações em torno do narrador contemporâneo, Dalcastagnè perpassa obras desde Milton Hatoum e Autran Dourado à Marilene Felinto, destacando a particularidade que compartilham: narradores que rememoram. Sobre isso, a autora afirma:[...] a possibilidade de narrar o passado parece estar estreitamente ligada à ideia de ser autor – e não apenas um ator – dele. Sendo donas de seu passado, essas personagens teriam poder para gerenciar seu presente, e mesmo seu futuro, seja lá o que isso queira dizer para cada uma delas. (Dalcastagnè, p. 49, 2007)

Apoderar-se do passado, “organizá-lo” como definirá a autora mais posteriormente no livro, converge um poder às personagens que não limita-se ao passado, mas pode alcançar o futuro sob uma diversidade de formas que competem a cada romance. Assim, a memória em sua multiplicidade narrativa transparece nas obras vencedoras do Prêmio São Paulo de Literatura, indicando não apenas uma preferência do prêmio, mas uma tendência da literatura brasileira contemporânea, alinhando-se ao que já apontava Dalcastagnè em 2012.

Conclusão

A investigação apresentada se debruçou sobre o Prêmio São Paulo de Literatura, buscando construir o perfil do agraciado, além de investigar as obras premiadas com o intuito de verificar a presença memorialística nos textos. Respaldados por Porto e

Picolotto(2018), Zilberman (2017) e Dacome (2017), partimos do levantamento quantitativo para verificar o alinhamento do prêmio com outros prestigiados com campo literário, como o Jabuti.

Diante disso, pudemos perceber a distribuição do prêmio nas categorias de Melhor Romance e Melhor Romance de Estréia. Pudemos perceber uma abertura maior aos escritores estreantes pela categoria dedicada a eles, vigente desde os primórdios do prêmio, chegando inclusive a premiar dois estreantes entre 2013 e 2018 com a divisão etária. Além disso, o alto retorno monetário também configura um importante investimento na carreira literária dos premiados. Partindo para os dados, pudemos perceber uma equanimidade de gênero em relação aos laureados, contrariando tendências de premiações mais tradicionais como o Jabuti. Entretanto, o recorte racial das escritoras apontou para uma minoria significativa de mulheres negras consagradas. Alinha-se a tal, ainda, os números de naturalidade dos escritores, que mostraram uma concentração expressiva na região Sudeste, deflagrando uma ausência de premiados das regiões Norte e Centro-Oeste. Nesse sentido, o perfil vencedor do PSPL consiste em um homem ou uma mulher, branca, entre 40 e 53 anos, com formação superior e natural da região Sudeste, preferencialmente no eixo Rio-São Paulo.

Em relação aos dados de memória, a discussão sustentou-se a partir de Ricoeur (2007) e Dalcastagnè (2012). A investigação das obras mostrou uma inclinação significativa dos autores em construir suas narrativas a partir do recurso mnemônico, indo em direção ao que observou Dalcastagnè (2012) no recorte que selecionou para investigar a literatura brasileira contemporânea. Os dados apontam não apenas para uma preferência do prêmio, mas indicam uma possível tendência dos textos literários no cenário da contemporaneidade.

Referências

BERND, Zilá. Apresentação. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 40, p. 11–14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9836>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DACOME, Camila Mazi (2017). O prestígio na literatura: um estudo do campo literário brasileiro através do Portugal Telecom. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais - Universidade de São Paulo, São Paulo.

DALCASTAGNÈ, Regina (2012). Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Vinhedo, Editora Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da Uerj.

PICOLLOTO, Emanoeli Ballin; PORTO, Ana Paula Teixeira (2018). Perfil dos autores premiados na categoria Romance do Prêmio Jabuti. Navegações, v. 12, n.1, p.112-121, jan-jun. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/27728/18435>. Acesso em: 02 jul. 2025.

PRÊMIO SÃO PAULO DE LITERATURA. O prêmio. Disponível em: <https://www.premiosaopaulodeliteratura.org.br/institucional/o-premio>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

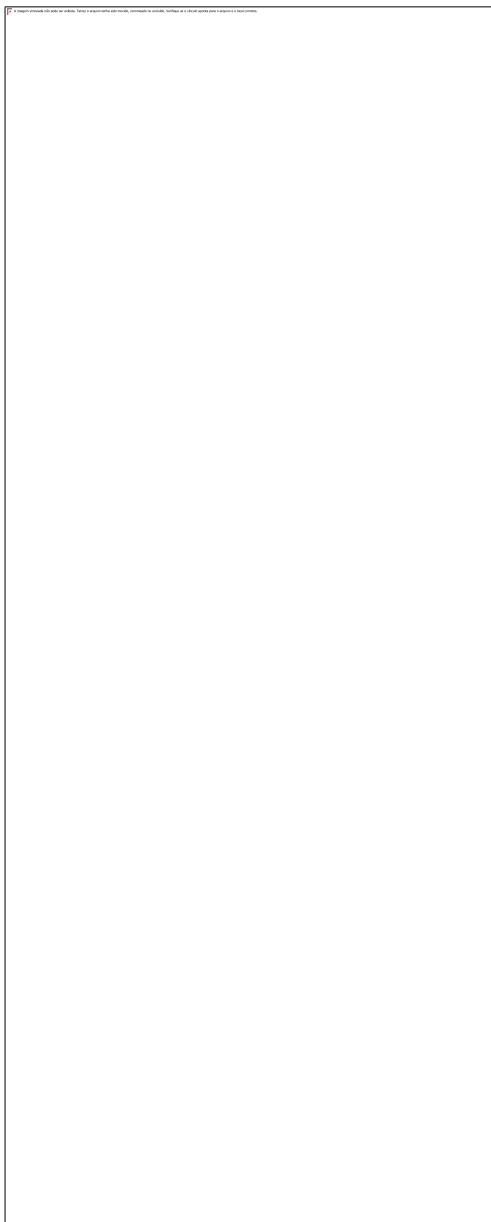
SPERB, Paula. Quem é Marcelo Labes, autor premiado que mostra lado pobre e atroz do Sul do país. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/01/quem-e-marcelo-labes-autor-premiado-que-mostra-lado-pobre-e-atroz-do-sul-do-pais.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2025.

ZILBERMAN, Regina (2017). O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários (2010-2014). Revista de Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, n. 50, p. 424-443, jan./abr. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/wptLv3W9jzxgr5LfQQKpqcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2025.

Anexos



Quadro 1



Quadro 2

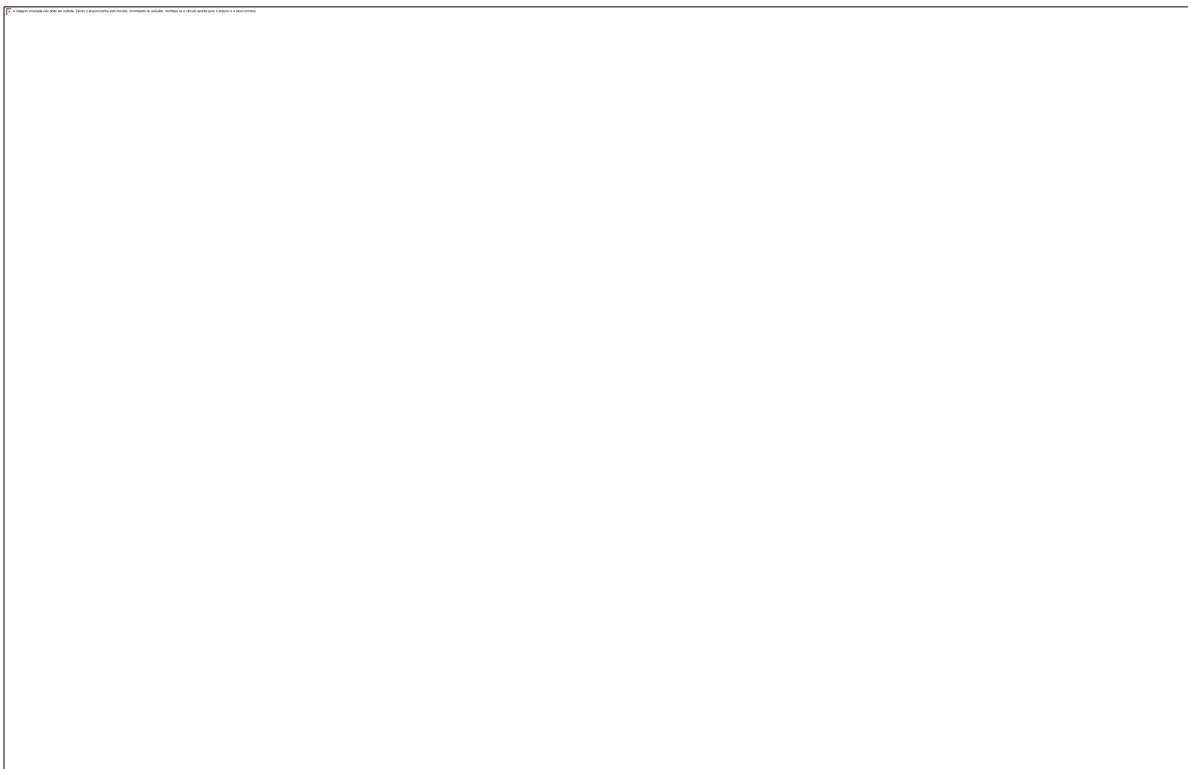
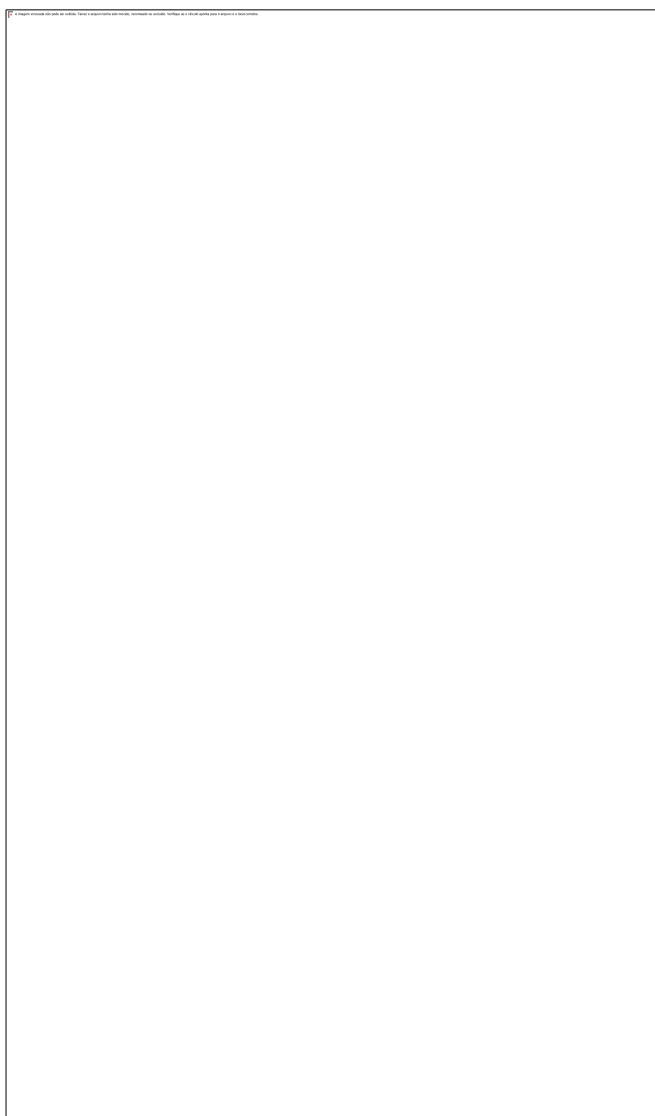


Gráfico 1



Quadro 3



Quadro 4

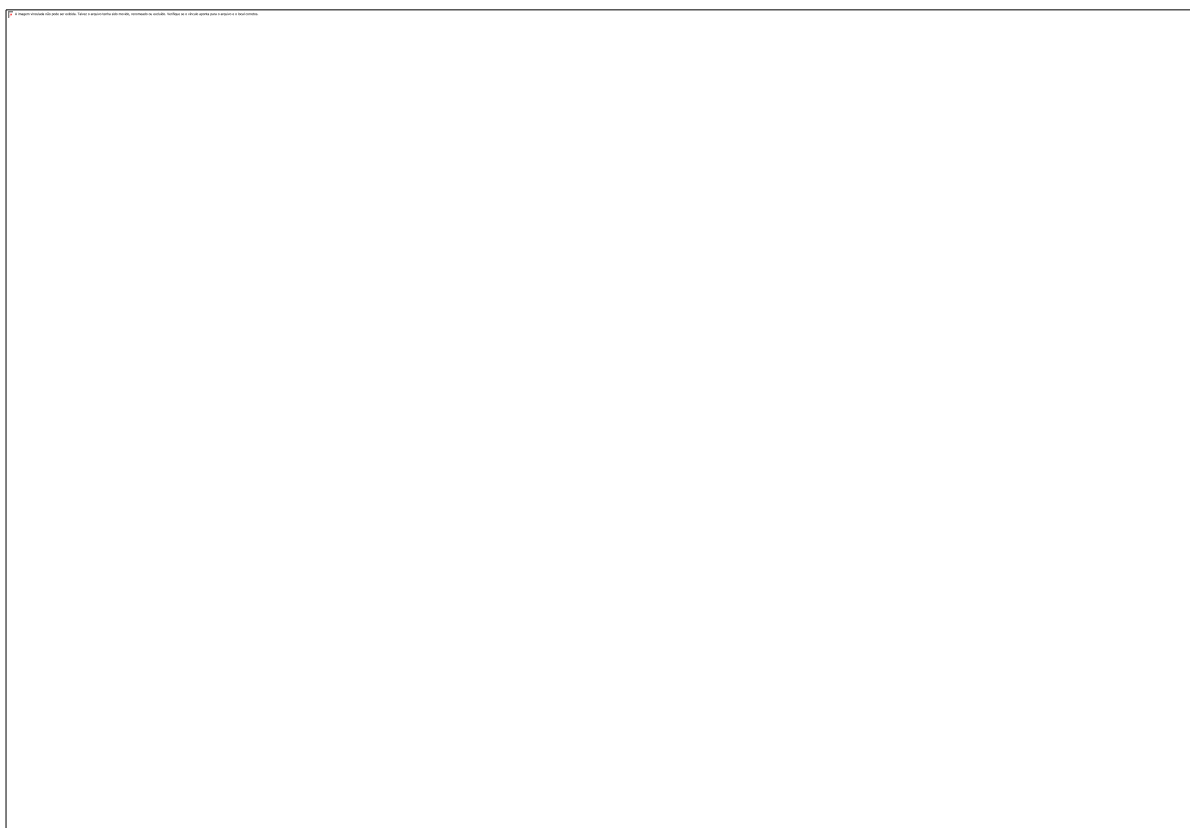


Gráfico 2



Quadro 5



Gráfico 3

CÓDIGO: HS0225

AUTOR: LEILANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: A solo aberto: a memória marcada pelo trauma em *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto

Resumo

Este relatório deriva das pesquisas realizadas no plano de trabalho *Os Prêmios, 2013-2018* vinculado ao projeto “*Narrar é Resistir?*”: *literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar*. Nesse âmbito, apresenta uma síntese das investigações a respeito do uso da memória como dispositivo narrativo no romance *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos de Candido (2014). A fundamentação teórica ocorre a partir das contribuições de Benjamin (1987) e Ricoeur (2007) sobre a memória; de Friedman e Ginzburg (2012) a respeito do narrador; e de Döll (2019, 2020), Lima e Costa (2024) e Moreira (2023) acerca da obra literária em análise. A investigação sugere que o uso da memória como estrutura narrativa no romance revela a dimensão traumática do passado brasileiro.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Memória. Trauma. Sheyla Smanioto.

TITLE: In open ground: memory marked by trauma in Sheyla Smanioto's *Desesterro* (2015)

Abstract

This report stems from research developed under the work plan *Os Prêmios, 2013–2018*, part of the project “*Narrar é Resistir?*”: *literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar*. It offers a synthesis of the investigation into the role of memory as a narrative device in *Desesterro* (2015) by Sheyla Smanioto. The study adopts a qualitative bibliographic approach, grounded in the theoretical–methodological principles proposed by Candido (2014). Its theoretical foundation draws on Benjamin (1987) and Ricoeur (2007) for reflections on memory; Friedman and Ginzburg (2012) on narrative voice; and Döll (2019, 2020), Lima and Costa (2024), and Moreira (2023) on

the literary work under examination. The analysis suggests that the novel's use of memory as a structuring narrative element exposes the traumatic dimension of Brazil's past.

Keywords: Contemporary brazilian literature. Memory. Trauma. Sheyla Smanioto.

Introdução

Este relatório é resultado das pesquisas realizadas no projeto “*Narrar é Resistir?*”: *literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar*, coordenado pela Profa. Dra. Juliane Vargas Welter, vinculada do Departamento de Letras (DLET), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A iniciativa objetiva investigar os usos narrativos da memória na literatura brasileira contemporânea tendo em vista suas relações com a sociedade. A hipótese do projeto, já em vias de comprovação pelas pesquisas, é a de que o emprego da memória como elemento estruturante da narrativa desvela um traço constitutivo da sociedade brasileira, o seu passado violento e mal resolvido. Do corpus de análise do projeto fazem parte os romances vencedores dos prêmios Jabuti, Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional e Oceanos (antigo Portugal-Telecom) no período de 2001 até o ano vigente.

No âmbito do plano de trabalho *Os Prêmios, 2013-2018*, que prevê a pesquisa sistemática qualitativa dos romances premiados nesse íterim, selecionou-se para a análise *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto, terceiro colocado do Prêmio Jabuti em 2016. A obra foi escolhida em virtude tanto da predileção da pesquisadora quanto da ausência de textos críticos que examinem, nela, o uso da memória como estrutura narrativa. Embora algumas das produções já feitas a seu respeito citem a memória em suas considerações, como as de Döll (2019), Moreira (2023) e Lima e Costa (2024), nenhuma delas se dedicou, até o momento da análise, ao estudo pormenorizado dessa categoria na obra nem, sobretudo, ao seu funcionamento enquanto dispositivo narrativo.

O objetivo da pesquisa é, portanto, analisar *Desesterro* (2015) com foco no uso narrativo da memória e em suas articulações com o processo social. Para atingi-lo, utiliza-se como pressuposto teórico-metodológico o método crítico de Candido (2014), que atenta para a dialética entre as dimensões formal e social do texto literário. As contribuições teóricas de Benjamin (2012) e Ricoeur (2007) embasam o estudo da memória; as de Friedman (2002) e Ginzburg (2012) o exame do narrador; e as de Döll (2019, 2020), Lima e Costa (2024) e Moreira (2023) a crítica interpretativa da obra literária.

Desesterro (2015) narra a história de uma família de quatro gerações de mulheres e um homem — Maria da Penha, Maria Aparecida, Maria de Fátima, menina, Scarlett Maria e Tonho — que vivem na fictícia Vilaboinha, “lá para as bandas do norte” (Smanioto, 2015, p. 9). Após o assassinato de Maria de Fátima pelo marido, Tonho, sua irmã — chamada apenas de menina — foge para São Paulo e adota o nome da falecida. Vinte anos depois, durante uma escavação, a nova Maria de Fátima é aterrorizada pelo retorno de eventos traumáticos do passado, que é agravado pelas chegadas da sobrinha Scarlett Maria e de Tonho à Vila Marta. A presença do pai desencadeia um delírio que leva Maria de Fátima

a assassinar a sobrinha, enquanto ele é morto por cães. A obra se encerra com a ingestão do corpo de Maria de Fátima pela “gente”, uma expressão que parece ter como referentes seus leitores.

No romance, a memória é utilizada como indicador de um passado traumático, que encontra paralelos na realidade histórico-social brasileira. A personagem Maria de Fátima (tomada como protagonista da obra em nossa leitura), ao presenciar a busca por um corpo na Vila Marta entra em contato, involuntária e compulsivamente, com vivências tidas em sua cidade natal, vinte anos antes. As situações da vida anterior da personagem a que o uso narrativo da memória está relacionado — como a violência de gênero, por exemplo — remetem diretamente a questões ainda enfrentadas pela sociedade brasileira em razão de sua formação autoritária e patriarcal precariamente reconhecida e contornada (Schwarcz, 2019). A obra literária aponta, portanto, para um país com excesso de passado que emerge, na dialética de forma e conteúdo, por meio da memória.

Metodologia

A investigação ocorreu a partir de dois estágios concomitantes: (i) a pesquisa bibliográfica qualitativa, de que fizeram parte procedimentos usuais no campo dos estudos literários, como a leitura do objeto de pesquisa, a recolha de sua fortuna crítica e a verificação do referencial teórico selecionado; e (ii) as reuniões quinzenais dos pesquisadores do projeto, em que foram realizados o debate teórico acerca da categoria central de análise e de teorias críticas de apoio, bem como o compartilhamento das bases de dados de cada plano de trabalho. Como pressuposto teórico-metodológico da investigação, toma-se ainda a relação dialética entre as dimensões estético-formal e social do texto literário, proposta pelo método crítico de Candido (2014) e direcionadora de todo o projeto de pesquisa.

Resultados e Discussões

A trama de *Desesterro* (2015) é narrada em terceira pessoa a partir de uma perspectiva heterodiegética, que não é co-referencial com nenhuma das personagens, e extradiegética, cujo ato narrativo é externo à história, o que caracteriza o típico narrador onisciente. Essa voz adota diferentes focalizações ao longo do texto: na terminologia de Friedman (2002), alterna-se majoritariamente entre a onisciência neutra, narrando a partir de sua própria percepção, e a onisciência seletiva, narrando a partir da perspectiva de uma das personagens por meio do discurso indireto livre. Como focalizações menos frequentes, estão a de “autor” onisciente intruso, em que a voz narrativa tece comentários sobre a diegese; e o modo dramático, em que as falas das personagens são apresentadas sem qualquer intromissão do narrador.

A história segmenta-se em dois eixos narrativos organizados segundo o tempo e o espaço. O primeiro eixo está situado vinte anos antes, em Vilaboinha, a cidade no “norte” do país a que já nos referimos; e o segundo, vinte anos depois, na Vila Marta, em São Paulo. As

personagens são o principal ponto de convergência entre os dois eixos, que divergem no que se refere aos seus enredos. No primeiro, a narrativa parte da fotografia do batizado da personagem Scarlett Maria e segue até a saída de Tonho de Vilaboinha. No segundo, o enredo detalha o conturbado cotidiano de Maria de Fátima em São Paulo, passa pelas chegadas de Scarlett Maria e Tonho à Vila Marta e finaliza com a morte da protagonista pela “gente”.

As vivências de Maria de Fátima em Vilaboinha são presentificadas pela memória em seu cotidiano quando ela já está na Vila Marta, em São Paulo, há vinte anos. O lugar é povoado por inúmeros cães, cujos latidos desencadeiam o retorno do passado à mente da personagem. O elo estabelecido entre o ladro canino, intensificado por uma escavação que se desenrola no lugar, e essa aparição memorial é construído de maneira mais ou menos obscura pelo narrador do romance. O retorno vincula-se, desde suas primeiras manifestações, a uma ocorrência misteriosa, conhecida, com exceção da protagonista, apenas pela sua avó, e com a qual o contato lhe angustia, revelando uma espécie de conflito interno: “Diacho, bem que a avó dizia: quando a gente faz algo terrível, tenta, tenta, e nunca mais consegue ficar sozinha” (Smaniotto, 2015, p. 31).

O passado da personagem vai, aos poucos, sendo sugerido pelo próprio narrador a omiti-lo. A lembrança de Maria de Fátima metaforizada por meio da escavação empreendida na Vila Marta é um dos indícios nesse sentido. A associação entre a terra e a memória representa o elo estabelecido mentalmente pela personagem entre a busca dos escavadores e o devoramento que ela empreendeu sobre o cadáver da irmã vinte anos antes. A demarcação da presença de um corpo, que é o elemento comum a ambas as esferas, a terrena e a mental, é o principal indício dessa matéria do passado não-dita:

Mas com a febre e com o verão de Vilaboinha veio essa lembrança do que a vó dizia quando Fátima ainda era bem criança: a terra devora tudo. Até a fome da gente a terra devora, mas a terra não guarda tudo, não senhora. A terra não gosta de guardar segredo: ela remói tudo que é esquecimento, deixa para depois os ossos. **Se é segredo ela vomita, leva na porta da gente os corpos** (Smaniotto, 2015, p. 52, grifo nosso).

Tal como a personagem, que resiste a encarar a ação tomada em Vilaboinha, a voz narrativa mantém o ato inconfessável até as últimas páginas do romance, quando finalmente o desvela em seu primeiro eixo narrativo. Embora seja característico à obra a criação de uma linha tênue entre o real e o fantástico (Bondelê [...], 2018), a ingestão que Maria de Fátima realiza sobre o cadáver da irmã parece ser um elemento pertencente mais a este que àquele. Esse estatuto se deve, principalmente, ao retorno obsessivo dessa ação à mente da protagonista quando ela está na Vila Marta, sobrevivida que seria pouco provável caso essa atitude não tivesse, de fato, sido cometida no passado.

Considerando o traço involuntário e ainda a angústia que esse retorno acarreta à personagem, sua experiência na Vila Marta pode ser qualificada como uma irrupção obsessiva, fenômeno no qual o surgimento do passado como presença do ausente não é apenas sentido, mas sofrido (Ricoeur, 2007). Esse processo está diretamente relacionado à compulsão à repetição, que constitui um obstáculo interposto pelas resistências do recalque no caminho da recordação de lembranças traumáticas (Freud, 1913 *apud* Ricoeur, 2007). Mantendo a metáfora do narrador, podemos afirmar que a memória de Maria de Fátima é o solo objetado pelo trauma, pois é de lá que se ergue o passado que a personagem não é capaz de desenterrar.

Essa irrupção obsessiva se intensifica com a chegada da sobrinha de Maria de Fátima à Vila Marta. A presença da jovem em São Paulo é assimilada pela tia como um gesto de cobrança a respeito da morte da irmã e do fim dado pela tia ao seu corpo. Diante da presença inquiridora de Scarlett Maria, que não fala, Maria de Fátima decide narrar o que aconteceu nos vinte anos que as separam, sempre desviando, no entanto, da questão central nesse ínterim, o consumo do corpo da mãe da sobrinha:

Fátima vai falando você lembra esse alguém que eu conheço, eu não sei quem, diacho, esse alguém, está na ponta da lembrança. Eu não sabia eu só pensava como você ficou sendo, ela vai falando, você estava longe eu estava longe mas. Ela vai falando, mas a filha, sabe esses urubus manchados, desses que se escondem no meio das galinhas? A filha cabeça adiantada de urubu, erguida, a filha olhos escuros mirando a morte. Fátima vai falando, mas a filha (Smanioto, 2015, p. 98).

No excerto, o discurso da personagem se sobrepõe ao conteúdo que ele mesmo tenta expressar. A repetição do verbo “falar” traz a atenção do leitor para o ato de enunciação que, no entanto, possui um fim em si mesmo, já que o que deveria ser comunicado permanece à margem do que efetivamente é dito. As quebras sintáticas, outro ponto alto da linguagem adotada no trecho, dão forma à dificuldade de Maria de Fátima em revelar o feito com o corpo da irmã a Scarlett Maria, atitude que é indiciada, inclusive, pela figuração da jovem como urubu, animal que aguarda a morte. Tal impedimento expressivo surge como sintoma direto do trauma, já que esse é um transtorno que desafia a capacidade de representação da vítima (Seligmann-Silva, 2002).

Além do evento antropofágico, o mais marcadamente conflituoso no passado da protagonista, outras ocorrências ligadas a ele também vêm à tona, como as agressões cometidas por Tonho contra a companheira, a irmã de Maria de Fátima. Elas emergem sutilmente quando a voz narrativa equipara o trabalho dos escavadores na Vila Marta à um gesto de violência: “[...] eles maltratam maltratam a terra, meu Deus, será que dessa vez adianta?” (Smanioto, 2015, p. 34). A opção pelo verbo “maltratar” em um contexto não literal denota a articulação da escavação a algo que está para além dela e que consiste, nesse caso, no comportamento brutal de Tonho. As agressões do pai contra a companheira são retomadas por Maria de Fátima por se associarem diretamente ao ato de ingestão do cadáver da irmã, já que foram elas as causadoras de sua morte e, portanto, as predecessoras desse consumo.

A relação das memórias de Maria de Fátima com as violências perpetradas por Tonho são sinalizadas, mesmo antes disso, pelo mecanismo disparador da rememoração da personagem: o latido dos cachorros. A associação desse som à Tonho se deve à aversão extrema que ele lhe desperta (e que também transborda em violência), narrada já nas primeiras linhas de *Desesterro* (2015): “Tonho não gosta dos latidos, diacho, ninguém tem que saber que ele vem chegando, por isso ele mata tudo que é cão na paulada” (Smanioto, 2015, p. 9). Como confirma a leitura crítica de Lima e Costa (2024), os latidos operam como estabilizadores das rememorações e conduzem Maria de Fátima a evocar o tempo de agressões vivido com o pai.

Em outro caso, a recordação dessas situações é sugerida a partir da similaridade estabelecida entre o discurso do narrador e o de Tonho. A maneira pela qual a voz narrativa enuncia a retirada de uma viga da escavação na Vila Marta — “A viga atravessando a terra suas farpas deflorando os dedos, lascas de bambu, traços de cipó brotados na terra lamacenta, ela gosta, é disso que a terra gosta” (Smanioto, 2015, p. 115)

— mantêm correspondência com aquela utilizada pelo pai de Maria de Fátima para revelar o estupro de sua irmã — “Sossega, eu martelei bem fundo nela, para de fingir que não gosta, eu sentia nas pernas putas dela que é disso que ela gosta [...]” (Smaniotto, 2015, p. 112). A figuração do corpo da companheira por meio da terra fornece evidências da violência a que ela foi submetida (Döll, 2019) e que retorna como parte do passado traumático da irmã.

A revelação de Tonho precede, inclusive, a narração do achado na Vila Marta, o que facilita o reconhecimento do eco de sua linguagem no discurso do narrador e a articulação dela às situações de violência rememoradas por Maria de Fátima. A forma do romance, de um modo mais geral, ao fragmentar e interpolar a narração em dois eixos distintos, viabiliza a percepção dessas irrupções do passado no presente, pois diminui, discursivamente, a distância entre cada uma das duas temporalidades. Nesse vai e vem, a obra literária incorpora o princípio de Benjamin (1987b) de atentar para o cruzamento do passado e do presente na memória, proposto em uma de suas imagens de pensamento cujo título é, curiosamente, “Escavando e recordando”.

O mecanismo sugestivo adotado pelo narrador de *Desesterro* (2015), além de evitar a repetição pura e simples de eventos já contados no primeiro eixo narrativo da obra, é também representativo da convivência com o trauma. O procedimento de recriar os eventos do passado da personagem mantém correspondência com o retorno velado, distorcido ou simbólico dos eventos traumáticos que, recalçados na psique da vítima, repetem-se na busca por elaboração (Seligmann-Silva, 2002). Ao fazê-lo, o narrador não somente delinea a intensidade da experiência da personagem com o transtorno como também sublinha seu tratamento empático em relação a ele, postura desejável em obras que tematizam a violência ou questões desencadeadas por ela (Ginzburg, 2012).

O trauma de Maria de Fátima sobre o passado hostil vivenciado em Vilaboinha certamente encontra paralelos na realidade. Diretamente associada à uma formação histórico-social calcada na agressividade, no autoritarismo e no patriarcalismo, a violência de gênero é uma problema que ainda afeta, tal como a protagonista de *Desesterro* (2015), inúmeras mulheres no Brasil (Schwarcz, 2019). A questão persiste pela dificuldade, tanto do governo quanto da sociedade, em enfrentar os valores paternalistas, machistas e heteronormativos vigentes, condição que reforça um quadro mais amplo de esquecimento e de negação de responsabilidade pelas violências que marcam a história brasileira (Schwarcz, 2019).

Por meio da representação do trauma de Maria de Fátima, o romance em análise se posiciona criticamente perante esse quadro de omissão. De um ponto de vista, ao mesmo tempo, estético e político, essa figuração opera para evitar que a experiência das mulheres com a violência recaia no campo do esquecimento e seja perpetuada. A obra filia-se, portanto, a uma tendência maior da literatura brasileira contemporânea de desvelar o passado violento e mal resolvido do Brasil por meio da memória, como indicam as pesquisas realizadas no âmbito do projeto a que este relatório se vincula. Por meio dessa exposição, a produção literária se coloca contra o esquecimento com vistas a um porvir em que ele não seja repetido, afinal, como alerta (Benjamin, 1987b), a luta pelo futuro é mediada pela memória das vítimas do passado.

Conclusão

O dispositivo narrativo da memória é utilizado em *Desesterro* (2015) como indicador de um passado traumático. Mediante a observação dos escavadores que procuram um corpo na Vila Marta, a personagem Maria de Fátima retoma suas vivências em Vilaboinha, de modo involuntário e repetitivo. A busca de um corpo na escavação é o dado que permite associá-la ao evento que antecedeu sua fuga para a Vila Marta: a ingestão empreendida por ela sobre o cadáver da irmã. Junto a essa situação, recebida de maneira conflituosa pela personagem, irrompem em seu cotidiano outras ocorrências traumáticas relacionadas a ela, como as agressões perpetradas pelo pai contra sua irmã até a morte.

A memória dessas experiências é sugerida no romance a partir de uma estratégia de recriação do passado. Nenhuma das vivências traumáticas da protagonista é narrada de modo explícito no segundo eixo narrativo da obra, tal como ocorre no primeiro. Em vez disso, elas são reconstruídas pelo narrador a partir de metáforas, comparações e de outros recursos simbólicos da linguagem que sugerem a interdição da memória da personagem afetada pelo trauma e representam a repetição do conteúdo não elaborado por ela sob outras formas. Os mecanismos de velamento das memórias e de refacção do passado adotados pela voz narrativa sintetizam, em *Desesterro* (2015), o gesto de narrar em empatia com a personagem, de modo a sublinhar o sofrimento gerado pelo trauma em sua vida.

O uso da memória no romance coloca-o em diálogo com um conjunto maior de produções da literatura brasileira contemporânea que desvelam, por meio do mesmo recurso narrativo, um país com excesso de passado. Ao representar o traumatismo de Maria de Fátima, equiparável ao de uma série de mulheres reais marcadas pela violência de gênero, a obra se opõe ao esquecimento das estruturas opressivas e patriarcais ainda vigentes no Brasil, com vistas a um futuro remido de sua ação. O solo de *Desesterro* (2015) se abre para expor, pois, não apenas o passado traumático da personagem como também o de toda sociedade brasileira.

Referências

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

BENJAMIN, Walter. Imagens de Pensamento. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p. 239-240.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b, p. 222-232.

BONDELÊ #36: Resenha de Desesterro, mais entrevista com autora. São Paulo: [s. n.], 2018. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal Bondelê. Disponível em: <https://youtu.be/kU5XmzyiMZ8?si=EsLC1GhmWev60Vzg>. Acesso em: 7 ago. 2025.

DÖLL, Karine Mathias. **Gatilho-literatura**: as narrativas de estupro na ficção de Paloma Vidal e Sheyla Smanioto. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2794>. Acesso em: 20 jun. 2025.

DÖLL, Karine Mathias. Sobre mulheres subterrâneas e exumação narrativa: uma leitura de Desesterro (2015), de Sheyla Smanioto. **O Eixo e a Roda**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 208-226, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/51553. Acesso em: 1 jun. 2025.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção. O desenvolvimento de um conceito crítico. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 53, p. 166–182, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane**, Milão, n. 2, p. 199–221, 2012. Disponível em: <https://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/view/2790>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LIMA, Ana Raquel de Sousa; COSTA, Margareth Torres de Alencar. Literatura e expressões das emoções: representações de violências contra a mulher em Desesterro, de Sheyla Smanioto. **Moara**, Belém, n. 66, p. 160-175, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/17435>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MOREIRA, Rosana Barboza. **Vítimas e algozes**: Representações da violência em Desesterro, de Sheyla Smanioto. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2023. Disponível em: <https://portal.unemat.br/?pg=site&i=ppgletras-sinop&m=dissertacoes&c=turma-6>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 135–153, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643943>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SMANIOTO, Sheyla. **Desesterro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CÓDIGO: HS0226

AUTOR: JOSE ENZO SOARES DOS SANTOS

ORIENTADOR: ANA LUCIA BARBOSA MORAES

TÍTULO: Ballroom em Natal: agenciamentos e existência LGBTQIAPN+ na cidade

Resumo

Desde o início de seu movimento oficial durante os anos 1970, a construção coletiva da comunidade ballroom passa por transformações e ressignificações. Em Natal, essa comunidade fomenta práticas de existência e sociabilidade em uma cidade capitalista que busca extinguir corpos dissidentes das normas de gênero. Nosso objetivo com este trabalho é refletir sobre as formas de resistência e os agenciamentos dos corpos subalternos com a cena ballroom em Natal. Metodologicamente utilizamos a revisão bibliográfica de autores importantes e a observação participante nas balls para termos uma compreensão mais profunda das suas dinâmicas. Encontramos, por meio deste trabalho, as possíveis marcas e o processo dialógico dos corpos subalternos e a reivindicação de suas existências. Foi possível entender o impacto que essa cena fomenta nos espaços onde, além da comunidade ballroom, transitam crianças, jovens, adultos e idosos, interagindo com aqueles corpos em movimento.

Palavras-chave: Cultura ballroom; Território; Práticas Performáticas; Direito à Cidade

TITLE: Ballroom in Natal: agencies and LGBTQIAPN+ existence in the city

Abstract

Since the beginning of its official movement during the 1970s, the collective construction of the ballroom community has undergone transformations and resignifications. In Natal, this community fosters practices of existence and sociability in a capitalist city that seeks to extinguish bodies that dissent from gender norms. Our objective with this work is to reflect on the forms of resistance and the assemblage of subaltern bodies with the ballroom scene in Natal. Methodologically, we used the bibliographic review of important authors and the participant observation in the ballrooms to have a deeper understanding of their dynamics. Through this work, we found the possible marks and the dialogical process of the subaltern bodies and the claim of their existence. It was possible to understand the

impact and perplexity that this scene fosters in the spaces where, in addition to the ballroom community, children, young people, adults and the elderly pass by, interacting with those bodies in movement.

Keywords: Ballroom Culture; Queer Territory; Performative Practices; Right to th

Introdução

“Ballroom” é uma cena cultural surgida em Nova Iorque, nos Estados Unidos, por volta dos anos 1970. Criada pela comunidade LGBTQIAPN+ marginalizada do Harlem - majoritariamente constituída por pessoas negras e latino-americanas - essa cultura nasce das necessidades de reunião, empoderamento e apreciação dessa população que enfrentou diferentes formas de discriminação na cidade ao longo dos anos. Silva (2024) vai definir esse movimento cultural como a construção de uma comunidade que visa celebrar, fortalecer e produzir artisticamente entre sua multiplicidade de sexo, gênero, raça e classe.

Sua história é uma construção coletiva que nasce de diferentes pontos e contribuições da resistência LGBTQIAPN+ ao longo da história. De acordo com Santos (2018, p. 16), “essa cultura se emaranha a outras práticas de socialização e performance de grupos LGBTQIA+ e se interpela em alguns pontos com passagens da história das comunidades negras e de imigrantes dos subúrbios da cidade de Nova York”. A construção coletiva dessa cultura foi traçada com a criação de espaços de resistência da comunidade em meio à sociedade heterocisnormativa e racista que buscava, a todo custo, o apagamento e a extinção de seus corpos.

Se, como observam Hardt e Negri (2005), a multidão tem o poder de surgir a partir dos agenciamentos de diferentes singularidades no comum, então, a ballroom pode figurar a partir desse espaço. Novas relações são construídas por meio da união dessas singularidades pulsantes que percorrem e movem a cidade através das balls, apesar das violências. Viver torna-se um ato político quando todo um sistema de precariedade envolve esses corpos.

A multidão, segundo Hardt e Negri, é capaz de produzir narrativas alternativas para os movimentos sociais, culturais e políticos (Hardt e Negri, 2005). Para tanto, é necessário o reconhecimento do Comum. Como nos lembra Negri: “Nosso problema, como para Espinosa, não é juntar indivíduos isolados, mas construir de maneira cooperativa formas e instrumentos comunitários e conduzir ao reconhecimento (ontológico) do comum” (Negri, 2003, p. 45-46). A ballroom, a partir da construção dessa comunidade, consegue articular diferentes existências na percepção desse comum, da própria vida.

Em oposição ao saber individualista e individualizante da ciência psicológica que surge no século XIX focando, na massa de corpos indiscerníveis das crescentes cidades europeias, um indivíduo singular (Foucault, 1987), dotado de uma subjetividade substancial, vemos agora a proposta de um sujeito prático. Não se trata mais do mundo das representações e das essências, mas do mundo dos acontecimentos no qual vivemos e nos movemos. Considerar a subjetividade a partir de sua materialidade significa poder considerá-la como parcial, imanente, coletiva e polifônica (como diria Bakhtin).

Excluída a concepção de uma subjetividade substancial, na qual elementos exteriores seriam interiorizados, o que temos são elementos que intervêm no próprio processo de subjetivação, tais como certo modo de usar a linguagem, de constituir sentidos de forma coletiva, de se relacionar com os outros e com o mundo. Problematizar os processos de subjetivação nas manifestações culturais e artísticas atuais, em busca da afirmação de práticas criativas e enriquecedoras das relações entre pessoas é lutar por novas possibilidades de existir, por novos modos de viver e de se relacionar.

Faz-se necessário compreender esse movimento cultural da ballroom como produtor de subjetividades, como uma forma de aparição dessa multidão defendida por Hardt e Negri que, apesar da aparente banalidade, inscreve corpos dissidentes de normas de gênero, sexo e sexualidade no campo político do aparecimento e reivindica, à sua maneira, o direito de ocupar e existir na cidade. Observa-se nesse movimento a capacidade de integração entre os corpos e a cidade. Para tanto, elucidamos um questionamento central para este trabalho: Quais transformações essa cultura pode promover na cidade?

Metodologia

O trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória e, para sua realização, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico de autores importantes para as discussões sobre a ballroom, gênero, performance, produção de subjetividades e sobre o direito à cidade. Autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2003, 2005), Michel Foucault (1987) e Judith Butler (2019) foram essenciais para entendermos que novas proposições as reuniões dos corpos seriam capazes de realizar na cidade na atualidade. Dialogamos também com Henri Lefebvre (1968), Tovi Fenster (2005), Sanz e Gil (2020) e Igor Neves (2024) para pensarmos as questões do direito à cidade e como ele pode ser produzido. Ainda recorremos a discussões recentes sobre a ballroom promovidas por Juanielson Silva (2024), Gil Araújo e Leandro Juvino (2024), Estevam e Geraldles (2021), Henrique Santos (2018) e Bailey (2013) para compreendermos de forma específica o que é a cultura ballroom.

Para uma melhor compreensão das discussões teóricas, foi necessário utilizar a observação participante nas balls realizadas na cidade do Natal, especificamente entre o período de setembro de 2024 e maio de 2025. Esse método é empregado na pesquisa pela necessidade de compreender, além do que é a própria ballroom, as questões inerentes ao espaço urbano que buscamos evidenciar aqui. Como Batista (2009) define:

A Observação Participante é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto (Batista, 2009, p.31).

Dessa forma, a utilização da observação participante permitiu não apenas o acesso direto aos eventos e práticas que constituem a cena ballroom em Natal, mas também uma imersão nos modos de vida, nas dinâmicas afetivas e nos códigos culturais que sustentam esse espaço. Ao assumir o papel de pesquisador-participante, foi possível perceber nuances que extrapolam os discursos formais e acessar uma dimensão experiencial crucial para a análise da ballroom enquanto fenômeno urbano e político. Assim, este método se revela fundamental para articular teoria e prática, contribuindo para uma leitura mais sensível e situada dos sujeitos e territórios envolvidos.

Resultados e Discussões

SOBRE A BALLROOM

De acordo com Bailey (2013), três elementos essenciais estruturam aquilo que se chama a cultura das ballrooms: o sistema de gênero, a estrutura de parentesco (as Houses/Casas) e os eventos de competição (Balls) onde uma série de performances ritualizadas são realizadas.

O sistema de gênero é essencial para compreender as ballrooms por serem marcadores dentro da própria ball. Ao longo dos anos foram sendo inseridas e desenvolvidas diferentes categorias com marcas de gênero e sexualidade para que pudesse existir a visibilidade desses diferentes corpos dentro da própria comunidade, buscando sempre romper com as questões binárias de gênero da sociedade, como afirma Bailey (2013).

Henrique C. Santos (2018) complementa que, na Comunidade ballroom, a performatividade permite criar subjetividades de gênero mais complexas do que aquelas do sistema cisheteronormativo predominante na sociedade. De tal forma que a produção dessas novas performances e corpos ultrapassa as limitações binárias de gênero.

A estrutura de parentesco, ou as Houses/Casas, são uma espécie de coletivo que reconfigura a noção de família biológica para pessoas dessa comunidade que, muitas vezes, foram expulsas ou tiveram que fugir de suas casas por causa da LGBTfobia que perpassa suas vidas desde muito cedo. Ao contrário do que usualmente é projetado de forma normatizadora a partir de uma lógica heteronormativa, essas Houses são frutos de ligações sociais que transcendem a concepção de uma família formada a partir de um laço matrimonial entre dois indivíduos, ou mais especificamente, um homem e uma mulher.

As Houses seguem uma estrutura hierárquica que marca níveis de autoridade e responsabilidades. No topo da estrutura das Casas estão as figuras das mothers/mães e fathers/pais que atuam como pilares centrais. As pessoas que constituem as Houses costumam usar o nome de suas casas como seu sobrenome a fim de marcar seu pertencimento para a comunidade.

Ainda destacamos que existem outras maneiras de organização coletiva na Comunidade ballroom, mas que as houses permanecem como pilares fundamentais para a estruturação dentro da comunidade. Outro fator relevante é a presença dos chamados “007s”, que são indivíduos que participam ativamente da comunidade e das ballrooms sem estarem vinculados a nenhuma house.

Já as balls são os eventos em que a Comunidade Ballroom promove a reunião das houses, dos 007s e de admiradores da Cultura por ela criada. Esses encontros se tornam momentos de troca, convivência, aprendizado, escuta, celebração e de práticas competitivas fortalecendo e sustentando a coletividade como um todo (Silva, 2024). Alguns desses eventos são: Ball Mainstream, Kiki Ball, Mini/Micro Balls, Vogue Jam, Roda de Commentators, Cine Ballroom e Treinos Abertos (Silva, 2024).

A partir dessas três estruturas é formada essa cultura. Compreendemos que a ballroom fomenta a reunião de corpos dissidentes da norma social de gênero, sexo, sexualidade e raça em um organismo vivo que, por meio de suas performances, movimentam e fazem-se ressoar pela cidade, a fim de deixar registrado na memória da história recente suas existências individuais e coletivas.

TRANSNACIONALIZAÇÃO DA BALLROOM

Henrique Santos (2018, p. 62) afirma que “o conceito de transnacionalização se mantém extremamente promissor a fim de compreender e também nomear a dinâmica pela qual a cultura das Ballrooms se dá em território brasileiro”. Para tanto, retomamos sua obra a fim de pensar os moldes desse conceito. A transnacionalização refere-se às práticas ritualizadas de determinada cultura fora de seu território de origem e suas mudanças e transformações a partir do intercâmbio de culturas, como bem explica Henrique Santos:

[...] por mais que exista um resgate contínuo à memória da tradição dessa cultura, a partir do momento que a ONU, a Unesco, algum imigrante brasileiro ou um grupo independente francês ou alemão inicia as práticas ritualizadas da capoeira nesses territórios, conseqüentemente, há uma transnacionalização dessa cultura, não apenas no sentido de que ela vai extrapolar os limites territoriais de onde surgiu, mas também, e principalmente, em relação às mudanças, transformações e embates de relações de poder com a comunidade originária dessa cultura, modificando, assim, não apenas a capoeira e suas práticas desenvolvidas nesses locais, mas também com um potencial transformador direcionado ao seu local de partida (Santos, 2018, p. 61).

A popularização da Vogue Dance, elemento central da cultura ballroom, no fim dos anos 80 e início dos anos 90 por meio da cultura POP, marca o início da circulação dessa cultura por diferentes países e continentes. Santos (2018) destaca que, por mais que exista uma certa difusão de práticas da ballroom no mainstream, a própria comunidade ainda enfrenta intensa estigmatização e invisibilidade.

A incorporação da ballroom ao movimento LGBTQIAPN+ brasileiro é extensa e se emaranha em diversos momentos, mas nos registros existentes, a região sudeste é o berço delano Brasil. Em 2013, em Belo Horizonte, aconteceu a Festa Dengue, que trouxe as competições de performance e dança, divididas em categorias e que ficou conhecida como “Duelo de Vogue”. Em 2015, o Trio Lipstick, formado pelas amigas Paula Zaidan, Tetê Mota e Quel Parreira, promoveu o BH Vogue Fever, a primeira ball institucionalizada, conforme as regras do movimento cultural, de que se tem registro em Belo Horizonte e no Brasil (Santos, 2018 apud Oliveira, 2023).

Nesse cenário de transnacionalização a ballroom começa a ganhar elementos da cultura afrobrasileira, como a incorporação da capoeira por meio do coletivo Capoeira Para Todes que tem como uma das diretoras a Princess Puma Camillê da House of Basquiat, uma das principais promotoras da conexão entre a capoeira e a vogue dance. Novas categorias também são incluídas nas balls como joga a raba e batekoo que têm muita relação com o funk brasileiro, além de categorias que podem surgir com os diferentes temas das balls.

Atualmente, a cultura ballroom está presente em todas as regiões do Brasil, ganhando seus contornos e formatos específicos em cada região. No Rio Grande do Norte, mais especificamente em Natal, capital do Estado, as primeiras movimentações do que viria a ser a cena ballroom potiguar surgem por volta de 2018 com os coletivos Kamikaze e Ninho de Guabiru que promoviam oficinas de vogue dance na capital (Araújo & Juvino, 2024). Essas movimentações seguem e no mesmo ano, o coletivo Ninho de Guabiru passa a promover as chamadas Batalhas de Vogue em eventos que aconteciam tanto na UFRN como no resto da cidade.

As batalhas de vogue, inspiradas nas batalhas de rap, ocorriam nas noites de sexta-feira, e os eventos eram divulgados via Facebook. A simplicidade marcava os encontros: sem categorias formais ou estruturas técnicas, o público atuava como único jurado, e os competidores se enfrentavam na pista de forma semelhante às batalhas de rap que serviam de referência para o coletivo (Araújo e Juvino, 2024).

Com a pandemia do Covid-19, essas articulações foram perdendo espaço e as novas atualizações sobre a cena potiguar começam a surgir em 2023, com o capítulo norteriograndense da Casixtranha que contou com a multiartista Aisha Lemos que conheceu a Overall Founder Mother Shock Ixtranha, de São Paulo, em aulas online de vogue. A partir dessa conexão entre o Sudeste e o Nordeste, “a Casixtranha passou a organizar treinos abertos ao público, que tinham como objetivo criar um espaço seguro para desenvolver talentos e impulsionar a formação da comunidade local.” (Araújo e Juvino, 2024).

Ainda em 2023, aconteceu a Xanana MiniBall que foi a primeira ball realizada em Natal, sendo assim um dos marcos da cena potiguar que até então vivia apenas de treinos abertos. Desde seus movimentos iniciais até hoje, a cena natalense tem buscado a circulação desses corpos dissidentes na cidade. A Xanana MiniBall aconteceu no antigo espaço cultural Yaras Porto e desde então as balls transitam em diferentes localidades de Natal.

A reivindicação da igualdade, perante a existência na cidade, “não é apenas falada ou escrita, mas é feita precisamente quando os corpos aparecem juntos, ou melhor, quando por meio da sua ação eles fazem o espaço de aparecimento surgir” (Butler, 2019, p. 98). Neves (2024) destaca que:

A partir disso, podemos entender que os corpos constituem no interior das práticas de apropriação do espaço público um modo de sociabilidade baseado nas relações horizontais entre os sujeitos apropriadores que se formam de forma fácil e metódica, como alianças lutando para incorporar a igualdade (Neves, 2024, p. 90).

A partir dessa questão, podemos compreender o que Estevam e Geraldles (2021) vão desenvolver como uma comunicação política-corporificada. Essa forma de comunicação não se limita à linguagem verbal ou institucional, mas emerge dos corpos em movimento e das práticas partilhadas no espaço público, reforçando a potência política dos encontros e da ação conjunta, em que “Tal caráter político não se fixa em um sujeito individual e particular, mas em um conjunto de alianças resistentes” (Estevam e Geraldles, 2021, p. 3). Logo, a ballroom cria fabulações possíveis para a existência desses corpos na cidade.

A BALLROOM NO CERNE DA QUESTÃO

Baseando-se no pensamento marxista, Henri Lefebvre cria o conceito de direito à cidade. Tal conceito representa uma abordagem crítica em relação à organização do espaço urbano e as relações sociais dentro da cidade. O direito à cidade implica a capacidade de todos os sujeitos participarem ativamente na criação e transformação do espaço urbano, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Lefebvre, o direito à cidade:

Se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008 [1968], p. 134 apud Neves, 2024, pag. 91).

O autor argumenta que a cidade não deveria ser vista apenas como um espaço físico ou uma entidade administrativa, mas sim, como um local de produção social, cultural e política (LEFEBVRE, 2008apud NEVES, 2024). O direito à cidade seria uma demanda social que abrange uma série de dimensões, incluindo o acesso aos recursos urbanos, a participação democrática no planejamento das cidades e a promoção da vida social.

A geógrafa Tovi Fenster (2005), faz uma contribuição ao pensamento de Lefebvre a partir de sua crítica elucidando que o filósofo se equivocou ao não inserir o gênero na sua discussão quanto ao direito à cidade, ignorando, dessa maneira, o problema do patriarcado que, de acordo com a autora, está inserido no mundo, na cidade, no bairro, na rua, na casa e no corpo. Para Fenster (2005) o sentimento de pertencimento é indissociável do direito de uso, logo, o direito de pertencer se torna o primeiro passo para um direito à cidade por inteiro.

Sanz e Gil (2020) vão corroborar com Fenster e, em seu trabalho, criticam a construção de uma homogeneidade do espaço urbano, evidenciando que ele é produzido para atender a apenas uma forma de existência. Elas vão construir suas ideias a partir da interseccionalidade de existências dissidentes. A abordagem das autoras tem como princípio os sentimentos, as memórias e as experiências no espaço.

Sanz e Gil (2020) criticam o eurocentrismo e a homogeneidade das experiências humanas (separadas apenas por classes) no conceito de direito à cidade de Lefebvre (2008 [1968]), prática ainda perpetuada por muitas/os teóricas/os urbanistas. Contudo, como já exposto aqui, o espaço urbano, a cidade, não podem ser neutros e nem homogêneos, pois são construídos por pessoas repletas de subjetividades e imparcialidades, assim, planejar espaços para atender a um único padrão de existência (e.g. homem, branco, cis, hétero, etc.), é ilógico e incoerente (Brito; Souza, 2021, p. 349 apud Neves, 2024, p. 97).

Para que seja possível romper essa lógica, elas pensam três dimensões do desenvolvimento de pertencimento: a primeira está relacionada às posições ocupadas socialmente, assim, cada sujeito possui uma experiência diferente por causa da Interseccionalidade; a segunda faz referência às identificações e experiências que acontecem no espaço durante o cotidiano; a terceira se atrela à capacidade de criar sentimentos de pertencimento através da participação da (re)produção do espaço.

A cidade exclui e oprime não apenas as existências LGBTQIAPN+, mas também a existência das mulheres, dos PCDS, das pessoas negras, etc, principalmente ao regular o que pode e o que deve ser feito nos espaços urbanos. A falta de acessibilidade dificulta a vivência de pessoas com deficiência na cidade. A falta de respeito pelo corpo feminino regula a vida das mulheres e os seus espaços de convívio e existência. A LGBTfobia tem acabado com a vida desses corpos.

Por consequência, a cidade é estabelecida como um cenário de preconceito e violência contra os corpos queer. Ela enfraquece a noção de liberdade de expressão, identidade de gênero e Direito à Cidade, uma vez que tenta estabelecer atividades “corretas” para serem realizadas em seu espaço, especificando lugares “apropriados” (“lugar de respeito” ou “lugar de família”), os quais não estão abertos para a convivência com aqueles vistos como “inapropriados” (Neves, 2024, p. 99).

Como os corpos dissidentes podem gerar esse sentimento de pertencimento em uma cidade que quer extinguir suas existências? Igor Neves (2024) elucida que o direito à cidade precisa ser “anti-capacitista, antirracista, feminista, que represente os povos originários e que tenha pessoas queer construindo diretamente a cidade”. O autor apresenta ainda 6 pontos para esse desenvolvimento sobre onde os corpos dissidentes precisam estar: (i) intervindo na cidade; (ii) apropriando e ocupando os espaços públicos; (iii) transformando diretamente a cidade; (iv) habitando a cidade; (v) incidindo sobre a cidade e (vi) subvertendo os espaços públicos.

A comunidade ballroom em Natal promove um movimento muito interessante: a circulação dos corpos dissidentes pela cidade. Na capital potiguar, as balls são promovidas em diferentes e distintos espaços. Elaspercorrem as quatro zonas da cidade e, inclusive, regiões metropolitanas. Para além de boates, como o caso do Yaras Porto, Clube Frisson e Ateliê Bar, já existiram balls em espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Coliseu do Departamento de Artes, em praças públicas e ginásios.

Essa circulação das balls permite que homens trans, mulheres trans e travestis, lésbicas, gays e pessoas não-binárias experimentem usufruir de espaços que não foram pensados para suas existências e ocupações. A performance que a união desses corpos é capaz de produzir nos espaços urbanos é o que Butler (2019) define como “as reivindicações da ação corporal, do gesto, do movimento, da congregação, da persistência e da exposição à possível violência”. Essa reunião dos corpos é capaz de produzir e pensar uma nova articulação para a vontade da existência dessas pessoas na cidade.

Os corpos reunidos em assembleia articulam um novo tempo e um novo espaço para a vontade popular, não uma única vontade idêntica, nem uma vontade unitária, mas uma que se caracteriza como uma aliança de corpos distintos e adjacentes, cuja ação e cuja inação reivindicam um futuro diferente. Juntos eles exercem o poder performativo de reivindicar o público de uma maneira que ainda não foi codificada em lei e que nunca poderá ser completamente codificada em lei (Butler, 2019, p.89).

Essa presença no espaço urbano rompe com a expectativa tradicional sobre como esses corpos deveriam ocupar a cidade. Se antes lhes eram reservadas apenas as margens, física e simbolicamente, agora, eles desafiam essa lógica excludente e ressignificam os espaços a partir de suas vivências e expressões. Butler (2019) corrobora com essa afirmação quando destaca que:

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (Butler, 2019, p. 16).

Essa aparição no espaço público é uma condição política, já que, quando esses corpos são vistos, o espaço já não pode mais ser negado. Quem assiste uma ball de fora pode pensar que são apenas pessoas se divertindo em uma competição. Porém, o que está acontecendo na verdade é um ato político. Por mais que não existam pessoas segurando placas ou gritando palavras de ordem, como nas manifestações mais convencionais, existe, na subversão, a naturalização da existência desses corpos dissidentes na cidade, o que é, de fato, um ato político. Resistir, apesar da violência.

Se a negação desse espaço na cidade instaura-se a partir do controle biopolítico, das ordens significantes que o espaço pode carregar, enquanto performativo e reprodutor de normas de gênero, sexo e sexualidade, as balls conseguem incidir na cidade e fazer com que essa reprodução seja rompida. A própria estrutura das balls, com suas categorias, performances e rituais, cria um léxico político próprio que escapa às ordens dominantes e institui novas formas de existência no espaço urbano.

Em cada ball, o corpo dissidente desenha novas rotas, desafia geografias afetivas, cria memórias e institui territórios de pertencimento potentes - potentes justamente porque ali se naturaliza a legitimidade de sua existência naquele espaço. A potência dessas ocupações não está apenas na visibilidade, mas na criação de um espaço simbólico onde outras normas, outras linguagens e outras formas de estar no mundo são possíveis. Trata-se, portanto, de um processo contínuo de reinvenção da cidade e o pertencimento se dá não pela posse do espaço, mas pelo direito de habitá-lo com dignidade, desejo e autonomia.

A cidade, enquanto estrutura material e simbólica, opera por lógicas excludentes que tentam domesticar ou eliminar presenças que não se enquadram em suas narrativas hegemônicas. As balls conseguem fugir dessa domesticação ao proporem não apenas uma forma de intervir na cidade, mas na produção de diferentes performances possíveis de existência. Elas ainda são capazes de lembrar que corpos dissidentes não apenas existem, mas também criam, constroem e transformam o espaço comum.

Ninguém dança sozinho em uma ball. Mesmo nas performances individuais, há sempre uma rede de apoio, incentivo e reconhecimento que sustenta a expressão daquele corpo. Isso revela uma ética comunitária, que se opõe à lógica neoliberal da individualização e da competição solitária. A ball, portanto, funciona como um dispositivo político e afetivo que estabelece vínculos, reafirma identidades e, sobretudo, permite imaginar outras formas de estar juntos no mundo.

É por meio das performances, das disputas simbólicas e das celebrações coletivas, que as balls reinventam a cidade, oferecendo alternativas diversas e subversivas que questionam e desestabilizam as narrativas oficiais, dando voz e visibilidade a identidades frequentemente silenciadas e marginalizadas. O direito à cidade surge nessa capacidade de produzir sentidos outros para o espaço urbano, afetações sensíveis e produção da naturalização da existência desses corpos que dissidem das normas de gênero, sexo e sexualidade. Ele nasce a partir de todos os estímulos possíveis de transformação que essas existências são capazes de produzir na cidade, seja em uma ball ou fora dela.

Conclusão

CONSIDERAÇÕES

A Ballroom articula existências excluídas do meio social que passam a criar possibilidades na inter-relação com o outro. Corpos que se unem não apenas pela diversão ou pela competição das balls, mas para imaginar e experimentar outros modos de vida em comum. Outras maneiras de existir. A Ballroom seria um território onde se partilham cuidados, aprendizados e afetos. Elanão é apenas um espaço estético ou de performance, mas também de resistência e afirmação política. As performances mudam, ganham elementos e afirmam o corpo dissidente no campo da possibilidade de existência. Em uma ball, uma casa compete contra a outra; em um treino aberto, integrantes de diferentes casas se unem para compartilhar trocas e ensinamentos; pensar coletivamente a performance singular de cada um; sofrer afetações a partir do outro e criar para si, a sua própria. Nesse entrelaçamento de corpos, gestos e afetações, o “entre” deixa de ser ausência ou lacuna, e passa a ser espaço de invenção.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A cultura Ballroom, em sua potência estética, política e comunitária, revela-se não apenas como um espaço de celebração, mas como um território estratégico de resistência, reinvenção e reconstrução de subjetividades. Ao longo da pesquisa, compreendemos que a Ballroom não é apenas uma manifestação artística ou performativa, mas um gesto político que intersecciona raça, gênero, sexualidade e classe dos corpos marginalizados e violentados pelo projeto colonial. Ela torna-se um campo de enunciação política que emerge da deserção da norma e da recusa à lógica colonial de apagamento dos corpos dissidentes. Essa prática coletiva, muitas vezes nascida da precariedade, torna-se gesto criador, forma de comunidade, espaço de escuta, de formação e de afeto. As balls em Natal, no Rio Grande do Norte, exemplificam esse processo de modo notável. Desde as primeiras batalhas de vogue até as mais recentes balls, o movimento local se mostra como um processo de territorialização dissidente, de uso criativo e político dos espaços públicos e culturais da cidade. As balls não apenas ocupam a cidade, mas a reinventam, tornando-a habitável para quem dela é expulso. Nesse sentido, pensar sobre a Ballroom é reconhecer sua potência como espaço de reinvenção de existências, como tecnologia social de sobrevivência, e como prática estética que articula performance, corporeidade e afeto na construção de um “entre” que não é ausência, mas potência criadora. Esse “entre” se dá nas margens, nos encontros das casas, nos gestos partilhados, nos corpos que insistem em se fazer imagem e linguagem, mesmo quando a norma os tenta silenciar. Ao final, o que se vislumbra é que a Ballroom, ao mesmo tempo em que preserva a memória de uma tradição cuir, também aponta para um futuro possível, construído a partir do comum, do coletivo, do improvisado, do gesto e do cuidado. A cultura Ballroom seria, portanto, mais do que uma simples atividade artística, seria uma tecnologia de vida e de liberdade.

Referências

ARAÚJO, G.; JUVINO, L. Ballroom: entenda como a cultura cresceu no RN. Agência Saiba Mais: Natal, 15 set. 2024. Disponível em: <<https://saibamais.jor.br/2024/09/ballroom-entenda-como-a-cultura-cresceu-no-rn/>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BAILEY, M.M. Butch Queens Up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit. Michigan: The University Of Michigan Press, 2013.

BATISTA Correia, M. da C. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. Pensar Enfermagem, 13(2), 30–36. <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia. Tradução de Fernanda Siqueira Minguens. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ESTEVAM, A. L. G., & GERALDES, E. (2021). Vogue, logo, existo: A comunicação política-corporificada da Ballroom: The political-corporate communication of the Ballroom. *Anagrama*, 15(1), 1-13. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2021.186046>

FENSTER, T. The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life. In: *Journal of Gender Studies*, London, v. 14, n. 3, p. 217–231, Nov. 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 2008 [1968]. 5ª ed. São Paulo: Centauro.

NEGRI, A. *Cinco Lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, I. *Territorialidades Queer: Experiências Urbanas De Corpos Dissidentes Na Área Central De João Pessoa, Paraíba*. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60347>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, H. C. *A transnacionalização da cultura dos Ballrooms*. 2018. 1 recurso online (180 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1633675>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANZ, P.P; GIL, C.G. 2020. The Right to the City from the Perspective of Feminist Ethnography: Politicizing Emotions and Resistance in the Urban Space. In: *Revista INVI*, v. 35, n. 99, p. 1-33.

SILVA, J. A. Afinal, de onde o voguing vem?: Breves reflexões sobre a comunidade Ballroom. In: *Anais do Quinto Seminário Internacional Corpo E Processos De Criação Nas Artes Da Cena: Saberes Da África*. Anais. Natal(RN) UFRN, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/v-seminario-internacional-corpo-e-processos-de-criacao-nas-artes-da-cena-saberes-da-africa-466959/888205-AFINAL-DE-ONDE-O-VOGUING-VEM---BREVES-REFLEXOES-SOBRE-A-COMUNIDADE-BALLROOM>. Acesso em: 17/01/2025

CÓDIGO: HS0227

AUTOR: GILVAN ARAÚJO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: CELLINA RODRIGUES MUNIZ

TÍTULO: A cidade e os impressos: o caso das edições Clima

Resumo

A continuidade da pesquisa sobre a Clima Edições reafirma a importância de compreender o livro não apenas como produto final, mas como resultado de processos múltiplos, colaborativos e ancorados em práticas discursivas. Nesta etapa, os avanços obtidos com a atualização do catálogo, a construção de documentos analíticos e a realização de entrevistas ampliaram a base empírica da investigação e permitiram novas articulações teóricas.

A contribuição desta pesquisa se faz no resgate da memória de trabalhadores editoriais, na análise da permanência de nomes na cadeia produtiva da Clima e na formulação de novas perguntas sobre os modos de fazer livro em Natal. Ao centrar parte do olhar sobre sujeitos como capistas, datilógrafas e diagramadores, esta etapa também tensiona os limites da autoria tradicional e reforça a dimensão coletiva da produção literária.

Por fim, esses dados levantados — catálogo das edições e informações tipográficas; entrevistas; e matérias publicadas na imprensa — permitem conhecer algumas das condições de produção e difusão da Clima e seus produtos editoriais, que ainda estão sendo sistematizadas. A pesquisa segue em andamento.

O próximo passo prevê o aprofundamento na análise das redes gráficas e visuais da Clima, bem como o desenvolvimento de produtos de comunicação que possibilitem o acesso público ao acervo digital catalogado.

Palavras-chave: Clima Edições, mercado editorial, livro físico, comunidades discursiva

TITLE: The City and the Printed Works: The Case of Clima Editions

Abstract

At the current stage of the research linked to the project “Clima Editions (1978–1997): A Discursive Approach”, investigations into the professionals involved in the CLIMA Edições production chain were deepened, with emphasis on the continuity of certain individuals over the years and on the memory of editorial workers, particularly technical and graphic collaborators. Continuing the cataloging of works in the AirTable database, an update was carried out with new editions found in the collection of Francisco Fernandes Marinho.

A nominal survey of the professionals credited in the works was also produced, resulting in a document that systematizes recurring presences, allowing for an understanding of continuity and collaborative networks in the editorial project. Among the efforts to analyze and disseminate knowledge, the article “The Relevance of Clima Publishing House and Bookstore for the Circulation of Books and the Formation of Readers in the City of Natal” stands out, which was submitted to the Brazilian Journal of Media Studies (UFRN).

Additionally, interviews were organized, including the transcription of a conversation with typist Maria de Fátima Santos Carvalho, conducted by the project coordinator, and an interview guide was prepared for illustrator Vicente Vitoriano, who has designed several of the publisher’s covers.

Keywords: Clima Edições, publishing market, physical book, discursive communitie

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a pesquisa sobre a Clima Edições tem se firmado como um esforço coletivo de resgate da memória editorial potiguar. Fundada por Carlos Lima em 1978, a editora foi responsável por publicar mais de uma centena de títulos que contribuíram decisivamente para a constituição de um circuito literário em Natal.

Nesta nova etapa da investigação, buscamos aprofundar o entendimento sobre as permanências e redes de colaboração estabelecidas no interior do projeto editorial, bem como dar visibilidade àqueles que tradicionalmente ocupam posições menos visadas no campo literário: datilógrafos, capistas, diagramadores, revisores e compositores.

Com isso, reafirma-se o compromisso da pesquisa com a abordagem material e discursiva da edição, entendendo o livro como objeto de cultura e resultado de uma cadeia de processos técnicos, afetivos e simbólicos (anexo 1). A elaboração de documentos analíticos, como a relação quantitativa dos nomes envolvidos nas obras e a linha do tempo com eventos centrais, fortalece o recorte empírico da pesquisa, que articula memória, práticas editoriais e circulação de saberes.

Metodologia

A metodologia adotada nesta etapa seguiu princípios qualitativos, com enfoque na análise documental, entrevistas e catalogação de dados. Os procedimentos envolveram:

- Atualização do catálogo *AirTable*: Realizou-se uma nova visita ao acervo de Francisco Fernandes Marinho, permitindo a inclusão de novas edições *Clima* no banco de dados. Cada nova entrada foi registrada com metadados completos (autor, ano, gênero, créditos gráficos, etc.), totalizando um incremento significativo na base geral.
- Criação de documentos analíticos: Relação de nomes profissionais recorrentes: Documento inédito que contabiliza a frequência de colaboradores editoriais, como revisores, diagramadores e capistas. O levantamento possibilita identificar quem permaneceu por mais tempo no corpo técnico da editora.
- Linha do tempo da pesquisa: Organizada com base nos dados coletados em entrevistas anteriores e na leitura da obra *Um editor camarada*, de Geraldo Queiroz, esta linha do tempo propõe uma visualização cronológica dos eventos-chave da *Clima* e dos avanços da própria pesquisa (anexo 2).
- Entrevistas e produção de conteúdo empírico: Transcrição da entrevista com Maria de Fátima Santos Carvalho, datilógrafa que atuou na *Clima*, conduzida pela Prof^a Dra. Cellina Rodrigues Muniz. A transcrição foi organizada, anotada e incluída no corpus da pesquisa.
- Levantamento e separação das edições com capas assinadas por Vicente Vitoriano, artista gráfico relevante na história visual da *Clima*. A atividade resultou na construção de um roteiro de entrevista com base em elementos técnicos e discursivos presentes em suas capas (anexo 3).

Resultados e Discussões

A produção de um artigo acadêmico intitulado ‘A relevância da Editora e Livraria *Clima* para a circulação do livro e a formação de leitores na cidade de Natal’, com foco na importância da *Clima* como mediadora de leitura e produtora de memória cultural no RN. O artigo está em processo de avaliação para publicação na *Revista Brasileira de Estudos da Mídia - Iniciação Científica (UFRN)*.

O levantamento dos profissionais recorrentes evidenciou a presença consistente de determinados nomes ao longo da trajetória da Clima, indicando a existência de uma rede estável de colaboradores e reforçando o caráter artesanal, familiar e comprometido da editora. Esses dados fornecem subsídios para futuras análises sobre divisão de trabalho, especialização e permanência em contextos editoriais periféricos. Até o momento, 118 das 195 edições conhecidas da editora foram catalogadas e fotografadas. (anexo 4)

A linha do tempo mostrou-se fundamental para organizar marcos históricos da editora, contextualizando decisões editoriais (como adoção do offset ou abertura da livraria) com eventos culturais e políticos do período.

Da mesma forma, a entrevista com Maria de Fátima trouxe à tona aspectos do cotidiano editorial muitas vezes negligenciados, como os turnos de trabalho na datilografia, os prazos de entrega e a relação afetiva com os autores. Sua voz amplia a noção de autoria e reafirma a importância de registrar memórias técnicas e femininas no campo editorial.

O levantamento das capas de Vicente Vitoriano demonstrou não apenas uma estética recorrente, mas também uma assinatura artística que contribui para a identidade visual da Clima. O roteiro de entrevista com o artista gráfico foi elaborado com base em elementos observáveis de composição, paleta de cores, tipografia e referências visuais presentes nas capas assinadas por ele.

Ainda assim, ‘A relevância da editora e livraria Clima para a circulação do livro e a formação de leitores na cidade de Natal’ foi finalizado e submetido à Revista Brasileira de Estudos da Mídia – Iniciação Científica (RBEM-IC), periódico semestral vinculado ao Grupo de Pesquisa Gemini (UFRN), destinado a publicações em coautoria entre professores doutores e estudantes em processo de iniciação científica, mestrado ou doutorado. A revista tem como foco a discussão das diversas modalidades de mídia (impressa, radiofônica, audiovisual, digital e internet), acolhendo trabalhos inéditos de diferentes áreas da Comunicação Social.

O manuscrito encontra-se em processo de avaliação por pares, seguindo a política de avaliação cega da revista. A previsão é de que, caso aprovado, seja publicado ainda em 2025, em uma das próximas edições do periódico. A publicação neste espaço representa uma oportunidade importante, tanto pela visibilidade acadêmica em uma revista especializada no campo da Comunicação, quanto pelo incentivo à participação de graduandos em produções científicas de alcance nacional.

Conclusão

A continuidade da pesquisa sobre a Clima Edições reafirma a importância de compreender o livro não apenas como produto final, mas como resultado de processos múltiplos, colaborativos e ancorados em práticas discursivas. Nesta etapa, os avanços obtidos com a atualização do catálogo, a construção de documentos analíticos e a

realização de entrevistas ampliaram a base empírica da investigação e permitiram novas articulações teóricas.

A contribuição desta pesquisa se faz no resgate da memória de trabalhadores editoriais, na análise da permanência de nomes na cadeia produtiva da Clima, e na formulação de novas perguntas sobre os modos de fazer livro em Natal. Ao centrar parte do olhar sobre sujeitos como capistas, datilógrafas e diagramadores, esta etapa também tensiona os limites da autoria tradicional e reforça a dimensão coletiva da produção literária.

O próximo passo prevê o aprofundamento na análise das redes gráficas e visuais da Clima, bem como o desenvolvimento de produtos de comunicação que possibilitem o acesso público ao acervo digital catalogado.

Referências

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Brasília: Editora UnB, 1999.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KNAPP, Wolfgang. O que é editora? São Paulo: Brasiliense, 1993.

LYONS, Martyn. Livro: uma história viva. São Paulo: SENAC São Paulo, 2011.

MARINHO, Francisco Fernandes. Bibliografia do Rio Grande do Norte: acervo da Biblioteca Maria Fidelis da Costa. Natal: EDUFRN, 2010.

QUEIROZ, Geraldo. Um editor camarada: Carlos Lima e a CLIMA Edições. Natal: Offset Editora, 2022.

SANTOS CARVALHO, Maria de Fátima. Entrevista concedida a Cellina Muniz. Natal, 2025.

Anexos



Anexo 1 - Imagem da contracapa de uma das edições "Prestigiando o autor do RN"



Anexo 2 - Documento da linha do tempo com informações da Clima e de Carlos Lima



Anexo 3 - Capas de Vitoriano



Anexo 4 - Foto do catálogo na plataforma AirTable

CÓDIGO: HS0250

AUTOR: AINOA INGUNZA IRUSTA

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO FREITAS MORAIS

TÍTULO: A arte grotesca e a superação do dualismo da modernidade através da experiência estética

Resumo

Esta pesquisa enfoca o potencial da arte de discutir questões metafísicas e apresentar soluções para a superação do dualismo da modernidade – corpo e espírito – e a restauração momentânea do sentido. Para tanto, leva-se em conta a crescente importância da Teoria Social, utilizando-se como chave de pesquisa a relação entre Política e Estética e, conseqüentemente, sua contribuição, aplicação e atualização como meio conceitual na contemporaneidade. Procura-se aprofundar a discussão sobre a capacidade da Arte Grotesca e do estilo artístico grotesco de superar o dualismo entre corpo e espírito, apresentando uma união do dualismo da metafísica moderna e logrando um feito tal qual proposto por Georg Simmel acerca do Renascimento. Dessa forma, busca-se contribuir para o entendimento da arte como capaz de discutir questões metafísicas e, ainda, como uma maneira de superar o dualismo corpo e espírito, recuperando momentaneamente o sentido na modernidade. Adicionalmente, visa-se investigar a Arte Grotesca como um outro momento raro na história da arte, para além do Renascimento, que está imbuído de potencial de superação e que conseguiu superar a cisão da modernidade, ampliando a aplicação teórica da argumentação de Simmel acerca do potencial da expressão estética.

Palavras-chave: Estética; Georg Simmel; Corpo e Espírito; Arte Grotesca.

TITLE: Grotesque art and overcoming the dualism of modernity through the aesthetic experience

Abstract

This research focuses on art's potential to discuss metaphysical issues and present solutions for overcoming the dualism of modernity – body and spirit – and restoring meaning momentarily. With this in mind, the growing importance of Social Theory is

taken into account, utilising the relationship between Politics and Aesthetics as a key research tool and, consequently, their contribution, application, and updating as a conceptual medium in contemporary times. The aim is to deepen the discussion on the capacity of Grotesque Art and the grotesque artistic style to overcome the dualism between body and spirit, presenting a union of the dualism of modern metaphysics and achieving a feat similar to that proposed by Georg Simmel regarding the Renaissance. Through this lens, this research seeks to contribute to the understanding of art as capable of discussing metaphysical issues and, furthermore, as a way of overcoming the dualism between body and spirit, momentarily recovering meaning in modernity. Additionally, it aims to investigate Grotesque Art as another rare moment in art history, beyond the Renaissance, which is imbued with overcoming potential and which managed to overcome modernity's divide, expanding the theoretical application of Simmel's argument about the potential of aesthetic expression.

Keywords: Aesthetics; Georg Simmel; Body and Spirit; Grotesque Art.

Introdução

Que a arte é um tema a ser estudado pois diz algo acerca do humano e do mundo humano, ou melhor, mundos humanos, é hoje amplamente reconhecido. A arte como meio de expressão das questões e das problemáticas humanas é tão antiga quanto a história da própria humanidade. Desde as pinturas rupestres ao Impressionismo, do Renascimento ao Surrealismo, a expressão estética demonstra o entendimento, os conflitos e as relações entre os artistas e a sua época. Pode-se então entender que a arte se apresenta como uma interpretação da realidade na qual se produz, espelhando e incorporando valores e problemáticas materiais, espirituais e conceituais de uma era.

É frente a esse plano de fundo que as produções de Georg Simmel oferecem uma análise da expressão estética e do seu potencial como forma de superação do dualismo entre Corpo e Espírito, o qual acompanha a história humana e se intensifica de forma exacerbada ao longo da modernidade. Guiando-se por meio das produções de Simmel, é possível ver e perceber na arte não apenas um diálogo com os conflitos ideológicos e ontológicos que marcaram certo momento histórico, mas esforços de superação, de solução, deles. Assim, a arte se apresenta como meio não só de ver e analisar o mundo, mas de interpretar, entender e (re)significá-lo – a arte como um meio de recuperar o sentido na modernidade.

Em face de tais questões, este trabalho visa: a) averiguar e discutir o potencial ontológico da arte e da expressão estética; b) pontuar o modo como o dualismo entre Corpo e Espírito é dialogado, articulado, engajado e, às vezes, superado na arte sob a visão do intelectual Georg Simmel; e c) argumentar que um momento em que a arte consegue realizar a superação do dualismo entre Corpo e Espírito está presente na expressão da Arte Grotesca.

Metodologia

No que concerne a abordagem metodológica a ser seguida durante o processo desta pesquisa, destaca-se o método comparativo (Durkheim, 2007) aliado ao método das variações concomitantes (Mills, 1999). Por meio dessas estratégias, pode-se conduzir uma análise metódica e detalhada dos argumentos de Simmel acerca do papel e do potencial epistemológico da expressão estética para, a seguir, compará-los às novas interpretações, ampliações e argumentações desta pesquisa. Assim, possibilita-se comparar a leitura da Renascença como momento de superação, feita por Simmel, à investigação do potencial equivalente da Arte Grotesca, objetivada por esta pesquisa. Com esses métodos, podem se identificar momentos em que há a reprodução ou variação de traços e características entre a análise original de Simmel e nova tentativa de ampliação de sua teoria. Para tanto, faz-se também necessário a execução da leitura imanente das obras e textos centrais à pesquisa proposta, indo além da “capacidade crítica de ler, registrar e escrever” e propondo a “capacidade sociolinguística de compreender e interpretar” (Emiliano et al., 2019, p. 1). Por conseguinte, aplica-se também a abordagem de “atualização sistemática” (Koselleck, 2020), por meio da qual permite-se a reconstrução e reformulação de conceitos e a articulação renovada destes, fator que possibilitará o curso teórico desta pesquisa.

Resultados e Discussões

SIMMEL E A ARTE COMO SUPERAÇÃO DO DUALISMO ENTRE CORPO E ESPÍRITO

Frente ao apresentado até aqui, possibilita-se uma discussão mais aprofundada e contextualizada das contribuições de Georg Simmel no final do século XIX e no início do XX. Nele, a temática artística e o seu potencial imanente serão aprofundados de forma latente, desenvolvendo as temáticas trazidas pelo Romantismo Alemão, pela virada expressivista e pelos seus colegas passados ou contemporâneos, com destaque em Schiller. A conexão entre arte e dualismo – o dualismo entre Corpo e Espírito – é explicitada e destacada por Simmel ao longo das suas obras e o anseio, retratado por Taylor e herdado dos Românticos, da unidade, da harmonia e da superação da cisão, tornam-se elementos fundamentais na compreensão simmeliana da estética e da forma como ela afeta o ser humano.

Em Simmel, a discussão e a análise do diagnóstico da patologia da modernidade – a perda de sentido – são priorizadas. Essas postulações já estavam presentes em Herder, Hegel e Schiller. Contudo, há em Simmel um aprofundamento dessa questão: nota-se que a cisão, o dualismo moderno entre corpo e espírito, entre objetividade e subjetividade, é a causa da perda de sentido. Ademais, o que deve-se destacar com atenção acerca desta questão é a conexão direta entre os dualismos, sua superação, e a arte como potencializadora dessa superação. Entende-se que, em Simmel, a experiência estética possibilitaria em determinadas circunstâncias a recuperação do sentido – mesmo que de forma momentânea.

Vê-se na produção simmeliana, em particular na Cultura Filosófica, a explicitação do potencial da arte de discutir temáticas e problemáticas de cunho humano, sociológico, filosófico, metafísico e espiritual. Os dualismos, os diagnósticos da modernidade, as

problemáticas humanas já estavam sendo discutidos – e até tentando ser solucionados – pela arte, consideravelmente antes de serem sistematizados e teorizados pelos românticos ou demais pensadores. Dessa forma, Simmel deixou claro o peso da arte e da experiência estética não apenas como um reflexo do seu contexto ontológico, mas como uma reflexão acerca deste. Por conseguinte, entende-se, através de Simmel, a arte como pêndulo – ela pende a depender de onde se situa dentro da história e da sociologia humana. É nesse pêndulo que se percebem as discussões e os conflitos das sociedades e das épocas em que a obra de arte se produz e com os quais ela dialoga.

Pode-se ilustrar esse pensamento de forma mais clara ao seguir os exemplos traçados por Simmel ao longo de suas obras. Na antiguidade grega, a arte – principalmente a escultura – toma partido do naturalismo. Tem-se que: “A escultura grega clássica concebe o ser humano em termos totalmente naturais, e a vida espiritual que ele expressa se encaixa sem falhas na existência dessa fração da natureza”. A ênfase é dada ao mundo natural, à física dos corpos, ao material. Nesse momento, o pêndulo está no Corpo, na Natureza.

Com o avanço para a Grécia Helenística e as mudanças, os conflitos ideológicos, as transferências de valores e culturas trazidas por ela, a arte novamente demonstra esse quadro: a arte atua como um campo o qual demonstra a tensão entre vida e destino, conflito humano sentido na época. Percebe-se uma centralização na agonia, na angústia. Deve-se ressaltar que esse movimento em rumo ao trágico não abandona a figura do natural, vinda da Grécia Antiga, mas percebe-se como essa mudança gradual já estava não só sendo exposta, como problematizada na expressão estética. Nesse momento, o pêndulo entra em movimento; começa-se um traslado do Corpo em direção ao Espírito.

Com a consolidação da arte sacra cristã, se estabelece uma ênfase quase total – se não total – no âmbito espiritual. Assim, apela-se por “dissolver a substância natural em favor do espírito”. Consequentemente, rompe-se com o naturalismo e instaura-se um distanciamento entre o ideal e o humano, tido como carnal, pecaminoso. Nesse momento, o pêndulo está no Espírito, no abstrato.

Frente a esse caminho inter-relacionado entre sociedade, conflitos de valores e a arte, nota-se como Simmel demonstra não só o potencial da arte, mas a forma como ela protagoniza e comenta questões ontológicas e os dualismos do contexto sócio-filosófico no qual se enquadra. Na sua análise sócio-histórica da arte e do seu potencial, Simmel a destaca como via de superação do dualismo Corpo e Espírito – como uma forma de atingir um momento em que o pêndulo esteja em harmonia. Assim, descreve-se a perda de sentido na modernidade como resultado da fragmentação e da consolidação do dualismo e, ainda, expressa-se como a arte e a experiência estética se apresentam como um modo de obter unidade e harmonia e, para além disso, como um meio de recuperar o sentido.

Aos olhos de Simmel, o momento em que consegue-se a harmonia do pêndulo se apresenta no Renascimento. É nesse momento artístico-filosófico que Corpo e Espírito são “vistos e vividos conjuntamente, numa unidade imediata”. Para Simmel, o Renascimento tem, enraizado em si, a tendência de superação do dualismo como resultado da sua oposição entre Corpo e Espírito e sua busca por equilíbrio. Com isso, Simmel propõe o Renascimento, com seus expoentes Michelangelo e Botticelli, como

momento no qual se atingiu uma breve harmonia e superação do dualismo, pois o pêndulo não pendeu mais para o âmbito natural (Corpo), tal qual a antiguidade grega, ou para o abstrato (Espírito), tal qual a arte cristã medieval. Tem-se, portanto, que o Renascimento uniu de forma equivalente Corpo e Espírito.

Em particular, Simmel (2020) destaca Michelangelo como o principal artista da época a lograr tal feito e superar a dicotomia estabelecida entre corpo e espírito. Nas palavras de Simmel,

[...] em um único golpe, envolvendo numa unidade exaustiva a expressão artística da nossa existência, apresenta-se a solução para todas as bipartições [...], assim que se depara com o teto da Capela Sistina, com as peças do monumento de Julio II, com os túmulos dos Medici. Aí se conquistava o equilíbrio e a unidade visual das mais tremendas contrariedades da vida. (Simmel, 2020, p. 172)

É, portanto, Michelangelo quem conquista alcançar o equilíbrio e a unidade por meio da expressão estética, superando o dualismo e reconciliando o sentido. Este é um ponto crucial a ser destacado, pois a argumentação e a análise de Simmel acerca das peculiaridades e das conquistas de Michelangelo na Renascença servem de base para a análise da Arte Grotesca que figura na próxima seção do texto.

De forma sistematizada, destacam-se dois aspectos que levam Simmel a posicionar Michelangelo como momento de superação do dualismo moderno: a) a impossibilidade de estabelecer a divisão entre corpo e espírito nas suas obras; e b) a recorrência à categoria "vida" nas suas obras. Ambos aspectos são responsáveis por destacar as produções de Michelangelo e proporcionar a elas a capacidade de superar a fragmentação e recuperar o sentido.

Para discutir acerca do primeiro aspecto – a impossibilidade de estabelecer uma divisão entre os traços e os símbolos que remetem ao corpo e ao espírito nas obras de Michelangelo –, faz-se produtivo retornar aos exemplos acerca da arte na antiguidade grega e no medievo apresentados anteriormente. Ao descrever a oposição do pêndulo em ambos os casos – tendendo para o corpo nos gregos e tendendo para o espírito no medievo – nota-se, em cada caso, a hierarquia inerente entre corpo e espírito. A prevalência, por exemplo, do espírito sob o corpo na arte sacra cristã da Idade Média não se trata de um acontecimento esvaziado de sentido e isolado dos valores sociais e religiosos do seu contexto histórico: a organização dos quadros, a escolha das cores, a proporção das figuras e a perspectiva em apenas dois planos compõem, como um todo, uma hierarquização entre o mundo terreno e o mundo espiritual sacro, este último sendo privilegiado. De forma ilustrativa, podem-se perceber as características supracitadas da arte medieval na seguinte obra de Giotto di Bondone, *Compianto su Cristo morto* (Figura 1):

Não apenas se observa o privilégio pela temática religiosa – que é direta e necessariamente apoiada pelo estilo artístico da obra – mas percebe-se, para além disso, uma certa despreocupação, quiçá um certo desprezo, pela corporalidade. Isso fica claro na “desatenção” com formas anatômicas, com as perspectivas e escalas entre objetos e com o jogo de luz na composição da tela. Neste caso, o pêndulo tende, da forma mais

profunda possível, para o espírito de tal maneira que os aspectos ligados ao corpo são relegados ao segundo plano tanto quanto seja possível.

É por meio deste exemplo, também possível com a escultura na antiguidade grega clássica, dirigida ao extremo do corpo, em vez de ao extremo do espírito, que pode-se expor de maneira mais clara o equilíbrio atingido por Michelangelo. Seguindo com o exemplo da Capela Sistina como faz Simmel na sua análise, percebe-se como a tentativa de destrinchar e dividir os elementos da obra entre corpo e espírito resultam falhos. Ao admirar o teto da Capela Sistina (Figura 2), é impossível tentar fragmentar o produto final e dividir a sua composição em uma hierarquia. Isto é, nas obras de Michelangelo e nas suas figuras há uma “certa medida de força até então inaudita, em cuja corrente unitária todos os elementos são tragados, sem a menor chance de resistir a ela, de seguir existindo como algo à parte dela”.

Para discutir acerca do segundo aspecto – a recorrência à categoria “vida” nas obras de Michelangelo – deve-se delinear como Simmel pontua essa questão e como a vitalidade das figuras desse artista contribuem para a superação do dualismo entre corpo e espírito. Uma forma pela qual esse caráter se expõe é por meio da observação do movimento inerente às pinturas e às esculturas de Michelangelo. Aqui, Simmel explana como a relação entre a forma e o posicionamento das figuras representadas entoam o movimento iminente; as figuras parecem estar prestes a se mover como se “tal gesto fosse a consequência lógica cristalina dessa formação”. Isso fica mais claro ao observar a Criação de Adão, detalhe da Capela Sistina, e a escultura de Moisés (Figuras 3 e 4, respectivamente):

Em ambas as obras (Figuras 3 e 4), retrata-se o movimento. O observador consegue não só imaginar, mas ver os elementos das obras em movimento: o encontro e o toque entre Deus e Adão aparenta estar prestes a acontecer ao ponto de muitas pessoas acreditarem que o toque entre dedos ocorre, de fato, na pintura original; Moisés, com seus braços flexionados, veias demarcadas e posicionamento do pescoço parece prestes a levantar ao encontro do observador.

Essa sensação acerca da iminência do movimento conseguida por Michelangelo nas suas obras se apresenta em razão da vitalidade contida nas suas criações. Como afirma Simmel,

Michelangelo criou um mundo novo, povoado com criaturas para as quais isso que outrora se mantinha como relação, movendo-se ora junta, ora separadamente, é agora por princípio uma só vida; [...] é como se as essências anímica e corpórea do ser humano, depois da longa separação que lhes fora imposta pela transcendência da alma, novamente se reconhecessem como unidade. (Simmel, 2020, p. 174, grifo meu)

Este é um ponto central destacado por Simmel ao averiguar como Michelangelo atinge tal grau de sucesso na sua superação do dualismo entre Corpo e Espírito, como ele consegue atingir a unidade. Esse êxito logra-se através da estratégia de recorrer à categoria de “vida” como forma de unidade, na qual a divisão entre Corpo e Espírito torna-se obsoleta e inaplicável.

Portanto é por meio da ativação dessa categoria, da emanção do vital por meio e através da experiência estética, que Michelangelo consegue articular a união entre Corpo e Espírito. Dessa forma, trata-se da “vida fluindo homogeneamente no corpo e na alma” e é essa “condensação de todos os elementos dualistas numa unidade vital” que conseguem atingir uma unificação, uma unidade, e trazer um fim à cisão, superando e apresentando uma solução momentânea para a dicotomia Corpo e Espírito.

A ARTE GROTESCA E A SUPERAÇÃO DO DUALISMO ENTRE CORPO E ESPÍRITO

Seguindo a construção de Simmel acerca do potencial ontológico da arte e da capacidade da experiência estética de se apresentar como meio de discussão e articulação de problemáticas ontológicas, apresenta-se uma ampliação da análise simmeliana acerca da capacidade da arte de superar o dualismo entre Corpo e Espírito e como forma, mesmo que pontual, de atingir harmonia e obter sentido na modernidade. Assim, argumenta-se que se encontra na Arte Grotesca um outro momento raro na história da arte, para além do Renascimento, o qual se esforça e consegue superar a cisão da modernidade e o dualismo Corpo e Espírito.

Deve-se, antes de adentrar na análise e no potencial de superação da Arte Grotesca, defini-la e compreender as suas características e temáticas. Para tanto, segue-se, de forma geral, as delineações e o entendimento histórico demarcado por Wolfgang Kayser em sua obra *O Grotesco*. No seu livro, o autor se esforça para traçar um entendimento e uma etimologia da palavra e do adjetivo grotesco e, para além disso, do conceito e estilo artístico grotesco, cujos traços compõem um estilo artístico que proporciona uma experiência estética diferenciada em razão da sua composição e dos elementos característicos que articula.

A origem tanto da palavra quanto da arte grotesca se encontra em uma gruta – grotta, em italiano – romana, descoberta e escavada no final do século XV. Dentro, encontrou-se uma “espécie até então desconhecida de pintura ornamental antiga”. Tratava-se de desenhos semi-monstruosos, semi-lúdicos, de humanos e animais, às vezes com anatomia compartilhada. O que se destaca nessa composição original, e que se manterá com o lastreamento da Arte Grotesca ao longo dos séculos, é a relação fantasiosa e ambígua com a realidade sensível que se estabelece através da representação das figuras e do seu posicionamento na obra.

Com as mudanças, adições e transformações do “grotesco” (Figura 5), tanto na estética quanto no significado, a Arte Grotesca inicia seu processo de especificação em consolidação em um estilo – ou pelo menos em uma essência – próprio. Como exemplos mais célebres do grotesco na plástica, ele se apresenta com maestria em Bosch, que é destacado neste trabalho, em Brueghel, o Velho e o Filho, em Hogarth e em Goya, mas também, de forma mais pontual, em Rafael e em Botticelli, entre muitíssimos outros. Para além da mistura lúdica entre formas animais e humanas, o grotesco passa a retratar e simbolizar turbulência, agonia, sobreposição, incerteza e pluralidade. Ao se aproximar do Renascimento, o grotesco apresenta-se como

[...] não apenas algo lúdico e alegre, leve e fantasioso, mas, concomitantemente, algo angustiante e sinistro em face de um mundo em que as ordenações de nossa realidade estavam suspensas, ou seja: a clara separação entre os domínios dos utensílios, das plantas, dos animais e dos homens, bem como da estética, da simetria, da ordem natural das grandezas. (Kayser, 1986, p. 20)

Aqui, explicita-se uma questão central que demonstra a importância e a pertinência da discussão acerca da Arte Grotesca ao comentar sobre a superação de dualismos modernos. Tal qual o Renascimento, que apresenta em si um esforço e uma ânsia pela superação da cisão, como bem pontuado por Simmel, o grotesco, como estilo e movimento estético, também apresenta o mesmo caráter de superação. De uma forma mais generalizada, para além do dualismo central entre Corpo e Espírito, a Arte Grotesca e seus propulsores se mostram contrários a todo e qualquer dualismo e divisionismo dicotômico, à fragmentação. Vale destacar como o grotesco influenciou e foi influenciado pelo Romantismo Alemão, com Goethe como expoente mais ilustrativo.

O que deve ser ressaltado aqui, como Kayser destaca na sua obra, é que o grotesco trata-se de uma categoria estética aplicável à arte plástica, à literatura, à música, e às demais formas artísticas. O seu caráter “disruptivo” é resultante da mescla entre elementos – lúdicos, irônicos, oníricos, surrealistas, realistas e horríveis – que se opõem à fragmentação e à classificação divisória. Por tanto, a Arte Grotesca tem em si o potencial ontológico de superação do dualismo de forma especialmente forte e, por conseguinte, a experiência estética proporcionada por ela oferece uma oportunidade extremamente fértil para a reconciliação entre Corpo e Espírito e a retomada de sentido tal qual proposta por Simmel.

Conclusão

Por fim, percebe-se a infinitude de temas a serem considerados, todos envolvendo o potencial da arte de comentar acerca de conflitos ontológicos. A exploração e ampliação da arte como meio de solucionar, mesmo que de forma breve, a perda de sentido na modernidade, como aponta Simmel, apresenta o peso da arte e da experiência estética para o ser humano. Por meio da mudança da percepção acerca da arte, de mimese para sentido, como efetuado pela virada expressivista desde os Românticos, a análise da arte pode ser aprofundada.

Em Simmel, percebe-se, por meio da sua descrição do pêndulo, o qual tende para um dos lados do dualismo – Corpo ou Espírito –, como a arte dialoga ativamente com as questões e problemática em que se insere e, ainda consegue antecipar discussões ontológicas e, em momentos raros, solucioná-los. Um desses momentos, explicado e analisado por Simmel, apresenta-se na Renascença, com Michelangelo, o qual consegue a unidade por meio de dois aspectos: a) a impossibilidade de estabelecer a divisão entre corpo e espírito nas suas obras; e b) a recorrência à categoria "vida" nas suas obras. Ambos esses aspectos são responsáveis por destacar as produções de Michelangelo e proporcionar a elas a capacidade de superar a fragmentação e recuperar o sentido.

Indo além, apresenta-se outro momento na história da arte em que se atinge equilíbrio o pêndulo entre em harmonia, superando o dualismo Corpo e Espírito: a Arte Grotesca. Ao analisar a Arte Grotesca e o seu potencial ontológico, em particular o seu esforço de superação, percebe-se um movimento estético que também encabeça o enfrentamento à superação do dualismo e que nega a tentativa de fragmentação e que, em muitos aspectos, tem êxito na união entre Corpo e Espírito, tal qual Michelangelo, como proposto por Simmel – isto é, esse estilo, por meio da sua “harmonia caótica” ou “harmonia dialética” também logra atingir a harmonia momentânea do pêndulo. Isso é conseguido pela anti-fragmentação e pela pluralidade de existências e formas que o estilo grotesco impulsiona, colocando-se como uma arte que apresenta de forma acentuada o potencial de superação de dualismos como um todo e mostrando-se como outra fonte de resgate do sentido na modernidade. Como um adendo, esta pesquisa, conduzida como parte da experiência de Iniciação Científica, possibilitou o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual aprofunda a exploração da Arte Grotesca, investigando a Arte Grotesca de Hieronymus Bosch, em particular a obra O Jardim das Delícias Terrenas.

Referências

BONDONE, Giotto di. Compianto su Cristo morto, 1305. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/lamentacion-sobre-cristo-muerto>. Acesso em: 25 de nov., 2024.

BOSCH, Hieronymus. Cristo carregando a Cruz, 1516. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/cristo-cargando-la-cruz>. Acesso em: 25 de nov., 2024.

BOTTICELLI, Sandro. O Inferno Segundo Dante, Sandro Botticelli, 1480. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/el-infierno-segun-dante>. Acesso em: 26 de nov., 2024.

BRUEGHEL, Pieter. Meg, A Louca, Pieter Bruegel, 1562. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/la-loc-meg>. Acesso em: 25 de nov., 2024.

BUENO, A. (Org.). Georg Simmel: o conflito da cultura moderna e outros escritos. São Paulo: SENAC, 2013.

BUONARROTI, Michelangelo. Capela Sistina, 1508-12. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/la-creacion-de-adan>. Acesso em: 24 de nov., 2024.

BUONARROTI, Michelangelo. Moisés, 1515. Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/moisés>. Acesso em: 25 de nov., 2024.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. Tradução de Paulo Neves. 3 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EMILIANO, L. S.; DOS SANTOS, D. A.; SILVA, Z. P. S.; CAVALCANTE, A. S. Leitura imanente e a dinâmica de sua dialética no estudo. Fortaleza: VI Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2019.

GOMBRICH, E. H. La historia del arte. Tradução de Rafael Santos Toroella. 16 ed. New York: Phaidon Press Limited, 2009.

HOGARTH, William (1750). Gin Lane. In: Kayser, W. São Paulo: Editora perspectiva, 1986.

KAYSER, Wolfgang. O Grotesco. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Editora perspectiva, 1986.

KOSELLECK, R. História de conceitos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MILL, J. S. A lógica das ciências morais. (1872). Tradução de Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 1999.

RAFAEL (1515). Grotescos ornamentais, detalhe. In: Kayser, W. São Paulo: Editora perspectiva, 1986.

SANTOS, A. C. (trad., org.). O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. Revista Crítica Cultural, v. 9, n. 1, 2014, p. 145-162.

SIMMEL, G. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Orgs.). Simmel e a modernidade. Brasília, Editora UnB, 2014.

SIMMEL, G. Cultura Filosófica. São Paulo, Editora 34, 2020.

Anexos



Figura 1: Compianto su Cristo morto por Giotto di Bondone, 1305.



Figura 2: Teto da Capela Sistina por Michelangelo Buonarroti, 1508-1512.



Figura 3: Detalhe do teto da Capela Sistina retratando a Criação de Adão, Michelangelo Buonarroti, 1508-12.



Figura 4: Moisés, Michelangelo Buonarroti, 1515.



Figura 5: O Inferno Segundo Dante, Botticelli (1480); Grotescos ornamentais, Rafael (1515); Cristo Carregando a Cruz, Bosch (1516); Meg, A Louca, Bruegel (1562); Gin Lane, Hogarth (1750); Saturno Devorando seu Filho, Goya (1823).

CÓDIGO: HS0252

AUTOR: LUANA TAIS FRANCA DA SILVA

ORIENTADOR: CLAUDIO ROBERTO DE JESUS

TÍTULO: Audiências de custódia como mecanismo de controle e responsabilização da atividade policial

Resumo

As audiências de custódia, introduzidas no Brasil em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça, têm como objetivo assegurar os direitos fundamentais da pessoa presa, em conformidade com tratados internacionais. Nelas, o detido deve ser apresentado a um juiz em até 24 horas, para que se verifique a legalidade da prisão, a ocorrência de maus-tratos e a necessidade de medidas cautelares. Embora concebidas como mecanismo garantista, tornaram-se também espaço de tensão entre Judiciário e Polícia: para magistrados, representam proteção de direitos e prevenção de abusos; para policiais, geram um sentimento de desvalorização diante das frequentes solturas. Dados do SISTAC e do Fórum de Segurança Pública mostram que o instrumento evidencia desigualdades sociais, já que a maioria dos custodiados é jovem e negro. A pesquisa, baseada em documentos e entrevistas no Rio Grande do Norte, revela sensação de distanciamento e desconfiança institucional, mas também o reconhecimento da importância do Judiciário. Conclui-se que maior integração entre as instituições é essencial para equilibrar garantias individuais e a efetividade da atuação policial.

Palavras-chave: Audiência de custódia, Conflito institucional, Polícia, Judiciário

TITLE: Custody hearings as a mechanism for controlling and holding police activity accountable

Abstract

Custody hearings, introduced in Brazil in 2015 by the National Council of Justice, aim to ensure the fundamental rights of detainees, in accordance with international treaties. In these hearings, the arrested individual must be brought before a judge within 24 hours, so that the legality of the arrest, the occurrence of mistreatment, and the need for precautionary measures can be verified. Although originally conceived as a mechanism

to safeguard rights, they have also become a space of tension between the Judiciary and the Police: for judges, they represent the protection of rights and the prevention of abuses; for police officers, they generate a sense of devaluation in light of frequent releases. Data from SISTAC and the Public Security Forum show that the instrument highlights social inequalities, since most of those in custody are young and Black. The research, based on documents and interviews in Rio Grande do Norte, reveals a sense of detachment and institutional mistrust, but also recognition of the importance of the Judiciary. It concludes that greater integration between institutions is essential to balance individual guarantees and the effectiveness of police action.

Keywords: Custody hearing, Institutional conflict, Police, Judiciary

Introdução

O mecanismo das audiências de custódia é uma introdução recente no contexto do direito processual penal. criado para assegurar a garantia dos direitos fundamentais da pessoa presa, teve sua efetivação aspirado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2015 seguindo a previsão dos tratados internacionais onde o Brasil é signatário, O instrumento em questão visa observar as cláusulas do art. 9º, item 3, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966), bem como do art. 7º, item 5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969), que dispõe: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo”. Ademais, o art. 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969) dispõe sobre o direito à integridade pessoal, estabelecendo que toda pessoa tem direito ao respeito à sua integridade física, psíquica e moral. A audiência de custódia corresponde a apresentação da pessoa presa ao juiz em até 24 horas após a prisão, tem como objetivo verificar a legalidade da prisão e decidir sobre a necessidade de sua manutenção ou se há imposição de medidas cautelares. o instrumento funciona da seguinte forma: há participação do acusado, que é ouvido diretamente pelo juiz, bem como do representante do Ministério Público e do defensor, seja ele integrante da Defensoria Pública ou advogado particular, cada qual atuando dentro de suas funções.

As decisões que legitimaram as audiências de custódia pelo Supremo Tribunal Federal resultaram na implementação de medidas práticas pelo Conselho Nacional de Justiça, que firmou dois instrumentos: o Termo de Cooperação Técnica nº 7/2015, no qual se comprometeu a articular com os tribunais de todo o país a implementação do “Projeto Audiência de Custódia”, preferencialmente nas capitais dos estados federados; e o Termo de Cooperação Técnica nº 16/2015, celebrado junto ao Conselho da Justiça Federal, visando à promoção e realização das audiências de custódia também nos Tribunais Regionais Federais (CNJ, 2015).

No Rio Grande do Norte, o Tribunal de Justiça estadual, apresentou seus comunicados sobre o tema de adesão à implementação em julho de 2015, em reunião com outras autoridades do judiciário, membros do executivo estadual e forças de segurança. O Pleno do TJRN, em setembro de 2015, publicou a primeira portaria disciplinando o funcionamento das audiências de custódia e determinou a criação da Central de

Audiência na Comarca de Natal. Em novembro de 2015, foi instalado no Ribeira, a Central de Flagrante do Judiciário.

Embora as audiências de custódia em seu escopo original tenha o objetivo garantista aos direitos da pessoa detida para saber a legalidade da prisão as audiências levantam um debate no que diz respeito ao Poder Judiciário e as forças policiais, sobretudo em relação à responsabilização por eventuais excessos no momento da prisão e à percepção de impunidade. A apresentação do preso diretamente ao juiz, com registro de possíveis maus-tratos cometidos por agentes policiais, pode gerar desconforto e conflitos institucionais. Desse modo, a audiência de custódia se torna também um espaço de disputa entre o controle judicial e a atuação policial, revelando conflitos sobre autoridade, provocando reações institucionais e questionamentos sobre impunidade. Consequentemente, esse mecanismo judicial vai além da simples função de controle legal da prisão, tornando-se um espaço simbólico e prático de disputa.

O artigo tem como objetivo analisar as audiências de custódia como forma de controle judicial da atividade policial, avaliando a legalidade da prisão, o respeito aos direitos humanos e a percepção dos policiais diante de possíveis conflitos com decisões judiciais. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, normativa e entrevistas, com o RN.

Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender o embate institucional entre Polícia e Judiciário no contexto das audiências de custódia. As informações foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com três policiais, realizadas em datas distintas no período de junho a julho de 2025, bem como da análise de documentos normativos relacionados às audiências de custódia.

A primeira entrevista foi realizada em 25/06/2025 com o Entrevistado 1, a segunda em 03/07/2025 com o Entrevistado 2, e a terceira em 15/07/2025 com o Entrevistado 3. Para preservar a identidade dos participantes, apenas seus nomes foram preservados por razões éticas.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa, contendo perguntas abertas que permitiram aos entrevistados expressar livremente suas percepções sobre o funcionamento das audiências de custódia, a atuação do Judiciário e possíveis tensões institucionais. A escolha dos policiais como participantes justifica-se pelo fato de que suas experiências e percepções fornecem informações relevantes sobre a prática das prisões e a atuação institucional, contribuindo para a compreensão das dimensões do embate entre Polícia e Judiciário.

Também foi feito uso dos dados do 19º Fórum Nacional de Segurança Pública e outra única base de dados quantitativos que se teve acesso foi a do Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), sistema esse proveniente da Resolução CNJ nº 213/2015, que tem como objetivo:

(i) registro das audiências de custódia, (ii) produção das atas resultantes desse ato; e (iii) sistematização de dados nacionais sobre a audiência de custódia, incluindo informações sobre as pessoas presas, a identificação de indícios de tortura e maus-tratos, assim como as medidas judiciais e não judiciais adotadas pela magistratura neste ato (BRASILIA, 2015).

Dessa maneira, a combinação entre a análise documental, as entrevistas com profissionais da segurança pública e a apuração de dados estatísticos procedentes de fontes oficiais como o SISTAC e o 19º Fórum Brasileiro de Segurança Pública permitiu uma abordagem ampla e integrada ao objeto de estudo. Essa articulação metodológica torna a análise mais sólida e oferece uma base consistente para a compreensão crítica da audiência de custódia como instrumento de controle e responsabilização da atividade policial no Brasil.

Resultados e Discussões

Para compreender um dos problemas relacionados a audiência de custódia é necessário entender o cenário atual do sistema prisional brasileiro que segundo O 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2025 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que, Em 2024, o país registrou 783.741 pessoas privadas de liberdade em celas físicas e em prisão domiciliar sem monitoramento eletrônico e 122.102 em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Foram 3.751 pessoas sob custódia das polícias, totalizando 909.594 pessoas em cumprimento de algum tipo de pena dos quais 76% dos presos condenados e 24% de presos provisórios ainda de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública houve um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior

O sistema penitenciário deixa algo que é inquestionável que é o encarceramento massivo. O que nos leva a questionar quais são as circunstâncias dos indivíduos e suas respectivas vulnerabilidades sociais, como se relaciona com o problema persistente na sociedade brasileira que é o encarceramento em massa. Nesse sentido, a vulnerabilidade social pode ser entendida como:

A consideração de aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, constituem-se, portanto, enquanto fatores individuais, coletivos e contextuais que configuram o que se chama de vulnerabilidade social (Farias & Moré, 2011, p. 597).

Nesse contexto, observa-se que a audiência de custódia acaba refletindo e por vezes reproduzindo desigualdades sociais, a seletividade do sistema penal brasileiro é um ponto a ser discutido, por vezes a maioria dos indivíduos que estão privados de liberdade pertence a grupos socialmente vulneráveis, historicamente marginalizados pelo Estado e pelas políticas públicas. São, em sua maioria homens jovens, negros, pobres, com baixa escolaridade e moradores de periferias urbanas. Ainda de acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, dos mais de 900 mil que estão privados

de liberdade, 68,7% são pessoas negras. Em números absolutos, isso representa mais de 532.683 indivíduos, revelando a perpetuação de uma sociedade que reforça estruturas de marginalização, bem como diversos fatores presentes no dia a dia do sistema prisional.

Outro dado importante em relação às audiências de custódia é que desde a sua implementação no estado do Rio Grande do Norte, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até agosto de 2024 foram realizadas 19.701 audiências. Dentre esses casos, 9.658 resultaram em liberdade concedida, 9.994 em prisão preventiva e houve 883 relatos de tortura em um recorte mais recente, entre janeiro de 2023 e agosto de 2024, foram registradas 12.444 audiências de custódia. Desse total, 5.584 resultaram em liberdade concedida, 6.834 em prisão preventiva e 492 tiveram relatos de tortura.

Esses números indicam uma dimensão do conflito institucional entre polícia e judiciário. Para o olhar policial, o fato de quase metade das audiências resultarem em liberdade concedida pode ser interpretado como um sinal de desvalorização do trabalho ostensivo e investigativo, já que o esforço operacional para efetuar prisões parece “esvaziado” quando o custodiado é solto em poucas horas. Em contrapartida, do ponto de vista do judiciário, as mesmas estatísticas podem ser vistas como prova da necessidade e eficácia das audiências de custódia na proteção de direitos fundamentais e na prevenção de prisões ilegais ou desnecessárias, sobretudo quando há centenas de relatos formais de tortura (883 no período total e 492 no recorte mais recente).

O Conflito Institucional entre Judiciário e Polícia nas Audiências

O conflito entre o judiciário e a polícia no contexto das audiências de custódia estabelece um aspecto fundamental no sistema de justiça brasileiro apesar de serem interdependentes tem se uma relação complexa entre as duas instituições, As audiências de custódia, criadas para assegurar o respeito aos direitos dos custodiados, cumprem ainda a função de verificar a atuação das forças policiais, essa interação pode gerar tensões uma vez que o Judiciário julga a legalidade da prisão, enquanto a Polícia, realiza as prisões, muitas vezes apresenta suas versões dos fatos e suas justificativas para a prisão. assim embora o Judiciário tenha o papel de garantidor das normas constitucionais, incluindo a presunção de inocência e os direitos do acusado, as práticas da Polícia podem, em algumas situações, ser interpeladas, principalmente quando há indícios de abuso de poder ou falhas nos procedimentos. Portanto, a relação entre Judiciário e Polícia pode ser entendida como um equilíbrio delicado, no qual a atuação de uma influência o posicionamento da outra.

Nesse contexto, conforme o autor Chiavenato define “o conflito é muito mais do que um simples acordo ou divergência: constitui uma interferência ativa ou passiva, mas deliberada para impor um bloqueio sobre a tentativa de outra parte de alcançar os seus objetivos” (2004, p. 416)

Ou seja, essa definição pode ser levada para a dimensão institucional, e não se restringe à relação apenas entre a Polícia e Judiciário, mas se aplica a qualquer organização que possuem objetivos diferentes, no entanto interdependentes, para a execução de seus papéis. É justamente nessa interdependência que o conflito se amplia: cada instituição busca assegurar a sua autonomia e preservar a legitimidade de suas ações, ao mesmo

tempo em que depende da atuação da outra para alcançar resultados eficazes. No caso específico das audiências de custódia, essa dinâmica se mostra quando a Polícia, responsável pela execução da prisão, vê seu trabalho submetido à análise do Judiciário, que, por sua vez, precisa da atuação policial para garantir a aplicação das decisões e a eficácia do processo penal.

A partir das entrevistas realizadas com policiais participantes das audiências de custódia apontam dimensões importantes para compreender o embate institucional entre Polícia e Judiciário.

As falas desses agentes mostram não apenas as tensões que permeiam essa relação, mas também as percepções sobre o impacto das decisões judiciais na operacionalização do trabalho policial. Essas perspectivas qualitativas dialogam com os dados quantitativos apresentados pelo CNJ e as discussões teóricas sobre conflito organizacional, indicando que a interdependência entre as instituições é marcada por uma tensão constante entre autonomia e fiscalização.

Ao analisar as entrevistas, nota-se um sentimento comum de desvalorização do trabalho policial diante das frequentes liberações concedidas nas audiências, fato que reforça a percepção de uma “desconfiança institucional” e um possível impacto na motivação e na eficiência operacional. Por outro lado, os policiais também reconhecem a importância da atuação do Judiciário como garantidor de direitos, demonstrando que, apesar do conflito, existe um reconhecimento da necessidade de equilíbrio para a efetividade do sistema de justiça.

Nesse sentido, o Entrevistado 1 ressaltou:

“É importante que o Judiciário avalie as prisões, sim, mas não da forma como está sendo feito hoje, com solturas imediatas e abertura de procedimentos com base em meras denúncias.

Esse comentário mostra de maneira clara o ponto de tensão identificado na entrevista a percepção de que o Judiciário, ao priorizar garantias individuais, acaba por fragilizar a efetividade do trabalho policial. Essa visão reforça a noção de conflito organizacional, na medida em que evidencia interesses e lógicas institucionais diferentes que, embora interdependentes, nem sempre se unem para os mesmos objetivos.

Outro ponto mencionado trata-se do distanciamento do sistema Judiciário em relação à atividade policial. Os agentes relataram que, por estarem na linha de frente do combate ao crime e na execução das prisões em flagrante, sentem que sua atuação é pouco reconhecida por juízes e promotores, dos quais, muitas vezes, não vivenciam a mesma realidade das ruas. Isso gera um sentimento de desconexão entre quem executa diretamente a ação policial e quem decide sobre a legalidade e a manutenção da prisão, o que aumenta sensação de desvalorização do trabalho policial.

Nesse contexto, uma alternativa apontada pelos entrevistados seria a ampliação da integração entre Polícia e Judiciário, de modo a fortalecer a cooperação institucional e reduzir as barreiras de comunicação que alimentam a distância percebida. A fala do Entrevistado 2 exemplifica esse sentimento de marginalização institucional:

“Trazer mais [Judiciário]. Porque você faz parte do sistema e, ao mesmo tempo, está à parte do sistema. Você faz parte do sistema de política criminal, de justiça criminal, de julgamento, mas, ao mesmo tempo, está fora do sistema.”

Desse modo, a construção de ambientes de debates e cooperação interinstitucional surge como caminho para mitigar o conflito e aproximar o trabalho policial das decisões judiciais. A integração poderia ocorrer tanto por meio de programas de capacitação conjunta quanto pela criação de canais permanentes de comunicação entre policiais, juízes e promotores, reforçando o reconhecimento conjunto dos papéis desempenhados por cada instituição no sistema de justiça.

Conclusão

Como mencionado, as audiências de custódia são um mecanismo de defesa dos direitos do acusado, a pesquisa teve como objetivo compreender a interação entre polícia e o Judiciário e como essa relação impacta a atividade policial. Os resultados apresentados evidenciam que a implementação desse mecanismo jurídico trouxe não apenas avanços na proteção de direitos, mas também gerou tensões significativas entre as instituições, sobretudo na percepção dos policiais entrevistados. Esse cenário revela um desafio central: equilibrar garantias individuais com a efetividade do trabalho policial.

Apesar das observações, os policiais também reconheceram a importância do Judiciário como garantidor de direitos e apontaram caminhos que podem favorecer maior aproximação entre as instituições. Essa cooperação poderia contribuir para diminuir a sensação de afastamento institucional, fortalecer a confiança e aumentar a efetividade do sistema.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa não pretendeu finalizar o tema, mas sim contribuir para o entedimento das audiências de custódia e suas implicações no campo organizacional. Pesquisas futuras podem fortalecer essa discussão ao incluir a visão de outros atores do sistema de justiça possibilitando um panorama mais abrangente sobre os desafios e potencialidades desse instrumento. Assim, somente a partir da articulação entre perspectivas distintas será possível alcançar um equilíbrio efetivo entre a proteção de direitos e a eficiência da atuação policial.

Referências

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1990. Aprova o Regulamento da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos: promulgação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 8716, 7 jul. 1992.

BRASIL. Termo de Cooperação Técnica nº 007/2015. Dispõe sobre a implantação do Projeto Audiência de Custódia, visando à apresentação pessoal de autuados presos em flagrante à autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas após a prisão. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/gestao-administrativa/acordos-termos-e-convenios/termos-de-cooperacao-tecnica/termos-de-cooperacao-tecnica-encerrado/tcot-007-2015/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 415-427.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Painel de Audiências de Custódia. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=be50c488-e480-40ef-af6a-46a7a89074bd&sheet=ed897a66-bae0-4183-bf52-571e7de97ac1&lang=pt-BR&opt=cursel>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 25 jul. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José da Costa Rica. San José, Costa Rica, 22 nov. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 18, de 16 de setembro de 2015. Disciplina a instalação da central de flagrantes e o funcionamento da audiência de custódia na Comarca de Natal. Disponível em: <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/706>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SCOTT, Juliano Beck; PROLA, Caroline de Abreu; SIQUEIRA, Aline Cardoso e PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte) [online]. 2018, vol. 24, n. 2, pp. 600-615. ISSN 1677-1168. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. SISTAC – Sistema de Audiência de Custódia. Breve descrição do sistema. Disponível em: <https://portal.tje.jus.br/web/corregedoria/sistemas/processuais/sistac>. Acesso em: 16 ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 4, de 12 de fevereiro de 2020. Institui polos regionais para a Justiça do Trabalho da 21ª Região – Rio Grande do Norte e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções

nº 14/2020 e nº 37/2024. Disponível em: <https://atos.tjrn.jus.br/atos/detalhar/544>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CÓDIGO: HS0253

AUTOR: CECILIA AZEVEDO GALVAO DE LIMA

ORIENTADOR: DIOGENES FELIX DA SILVA COSTA

TÍTULO: VARIAÇÃO DO NDVI EM MANGUEZAIS DA COSTA SEMIÁRIDA:
ESTUDO DE CASO EM GUAMARÉ/RN

Resumo

O artigo realiza uma análise biogeográfica dos manguezais do município de Guamaré/RN, com base no cálculo do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) aplicado a 30 pontos amostrais distribuídos na zona estuarina. Os resultados revelam variações na cobertura vegetal, com maiores índices em áreas mais preservadas e menores em regiões próximas a atividades antrópicas. A análise evidenciou a heterogeneidade espacial do manguezal e reforça sua importância ecológica, social e econômica, especialmente diante dos impactos do uso intensivo do território. O estudo ainda destaca o papel dos manguezais na regulamentação ambiental.

Palavras-chave: Paisagem; Costa Semiárida; Sensoriamento Remoto; Áreas Úmidas.

TITLE: NDVI Variation in Mangroves of the Semi-Arid Coast: A Case of Study in Guamaré, RN

Abstract

The article conducts a biogeographical analysis of the mangroves in the municipality of Guamaré/RN, based on the calculation of the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) applied to 30 sampling points distributed throughout the estuarine zone. The results reveal variations in vegetation cover, with higher indices in more preserved areas and lower values in regions close to anthropogenic activities. The analysis highlighted the spatial heterogeneity of the mangrove and reinforced its ecological, social, and economic importance, especially in the face of intensive land-use impacts. The study also emphasizes the role of mangroves in environmental regulation.

Keywords: Semi-arid Coast; Remote Sensing; Wetlands.

Introdução

A vegetação de mangue do Brasil é formada por angiospermas de baixa variedade, três gêneros e seis espécies típicas sendo elas: *Rhizophora mangle*, *Rhizophora racemosa*, *R. harrisonii*, *Avicennia schaueriana*, *Avicennia germinans* e *Laguncularia racemosa* (Schaeffer-Novelli & Cintrón, 1986). Dentre essas, as espécies que mais se destacam são as *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho), com raízes-escora que proporcionam estabilidade em solos instáveis; a *Avicennia schaueriana* (mangue-preto), que possui raízes respiratórias chamadas de pneumatóforos; e a *Laguncularia racemosa* (mangue branco), que é caracterizada por fazer a eliminação do sal em suas folhas. Como descrevem Correia e Sovierzoski (2005),

“O manguezal é um sistema ecológico costeiro tropical, entre a terra e o mar, localizado em terrenos baixos na foz dos rios e estuários, com solo inundado pelas variações das marés e tendo grande variação de salinidade. Os manguezais apresentam vegetação composta por espécies do tipo halófila, denominadas de mangue, com zona horizontal. Nos locais junto à água e solos pouco compactos encontra-se principalmente o mangue-vermelho, *Rhizophora mangle*, caracterizado por apresentar raízes-escora. Em seguida, observa-se a *Avicennia schaueriana*, conhecida como siriúba, que possui pneumatóforos, raízes aéreas que auxiliam na respiração da planta. Na região alcançada pelas marés altas de Sízigia, inundada por curtos períodos de tempo, ocorre a *Laguncularia racemosa*, denominada popularmente de mangue-branco ou tinteira. Outra vegetação que ocorre em áreas de transição é o *Conocarpus* sp, também conhecido como mangue-de-botão. Em seguida, existem outras espécies menos frequentes e com menor distribuição.” (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005)

Além de sua vegetação adaptada, os manguezais exercem funções ecológicas fundamentais, como a proteção contra a erosão costeira, a estabilização de sedimentos e o equilíbrio dos ciclos biogeoquímicos, especialmente o do carbono. Também funcionam como berçário natural para espécies marinhas de importância ecológica e econômica, muitas das quais compõem a base alimentar das populações locais, servindo para subsistência e geração de renda (Schaeffer-Novelli & Cintrón, 1986).

2.2 IMPORTÂNCIA DO MANGUEZAL

Além de abrigarem uma rica biodiversidade e prestarem serviços ecossistêmicos essenciais, os manguezais se destacam globalmente por sua elevada capacidade de sequestro de carbono. Ainda, as florestas de manguezais, estão entre as mais ricas em carbono nos trópicos, sendo consideradas como um dos ecossistemas mais produtivos e biologicamente relevantes (Giri et al., 2011; Chen et al., 2017). Sua vegetação, junto aos seus solos alagados, dos quais são ricos em matéria orgânica, atuam como importantes sumidouros de carbono, contribuindo diretamente para diminuição das mudanças climáticas.

Giri et al. (2011) destacam que os manguezais e seus solos associados, têm a capacidade de sequestrar cerca de 22,8 milhões de toneladas de carbono por ano. Nesse mesmo sentido, o ICMBio (2018) também afirma que os manguezais são importantes estocadores e sequestradores de carbono, já que o estoque de carbono por esses ecossistemas é substancialmente superior ao verificado nas demais florestas terrestres, tendo em conta o

estoque no solo e a biomassa subterrânea.

O município de Guamaré/RN, localizado em uma área de relevância industrial na costa, a preservação desse ecossistema se torna ainda mais estratégica. Com a intensa atividade industrial, como a extração de petróleo e refino, aumentam as emissões de gases do efeito estufa. Nesse cenário, os manguezais atuam como barreiras naturais, ao absorver carbono atmosférico, proteger o solo costeiro da erosão e filtrar poluentes. Como destaca Fonseca e Drummond (2003),

“Os manguezais, juntamente com as florestas tropicais, são um dos mais eficientes ecossistemas no combate ao aquecimento global, devido a sua enorme capacidade de sequestrar carbono, sendo um sumidouro natural. As medições revela

Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho, foi utilizada imagem de satélite da região da cidade de Guamaré/RN, que se encontra no estuário Galinhos-Guamaré (com retorno no município de Guamaré/RN). A imagem foi obtida a partir do satélite Sentinel-2, por meio do catálogo do Copernicus, no dia 15/07/2025, às 14:38h. A data da imagem corresponde ao próprio dia 15/07/2025, e as bandas empregadas na geração do NDVI foram a Banda 4 – Vermelha e a Banda 8 – Infravermelho Próximo (NIR).

O NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) é um dos indicadores mais utilizados no sensoriamento remoto para avaliar a densidade, presença e vigor da vegetação. Esse índice se baseia na diferença entre a radiação refletida na faixa do infravermelho próximo (NIR) e na faixa do vermelho visível (RED), que é expresso pela fórmula:

$$\text{NDVI} = (\text{NIR} - \text{RED}) / (\text{NIR} + \text{RED})$$

A vegetação saudável tende a refletir fortemente o infravermelho próximo e absorver a luz vermelha, o que resulta nos valores de NDVI próximos de +1. Já em áreas com menos cobertura e mais amostra do solo apresentam valores mais próximos do 0, enquanto valores negativos geralmente correspondem a corpos d'água, nuvens ou neve. Por esse motivo, o NDVI é amplamente utilizado para o monitoramento ambiental. Segundo a NASA Earthdata (2023),

“Os índices de vegetação medem a quantidade de vegetação verde em uma determinada área e podem ser usados para avaliar a saúde da vegetação. Um índice de vegetação comumente utilizado é o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), que utiliza a diferença entre a reflectância do infravermelho próximo (NIR) e do vermelho dividida pela soma das duas. Os valores de NDVI variam de -1 a 1. Valores baixos de NDVI geralmente correspondem a áreas áridas de rocha, areia, solos expostos ou neve, enquanto valores mais altos de NDVI indicam vegetação mais verde, incluindo florestas, terras agrícolas e pântanos. Imagens dos satélites de observação da Terra da NASA capturam valores de NDVI de todo o mundo. Nossos recursos de dados incluem diversos produtos úteis para o estudo da vegetação, incluindo NDVI e outros índices

comuns de vegetação. Esses conjuntos de dados ajudam cientistas a estudar os impactos de desastres naturais, conduzir pesquisas sobre agricultura e aprender como as plantas podem lidar com os efeitos do calor extremo.” (EARTHDATA, 2023)

No presente artigo, o uso do NDVI tem se mostrado eficaz para monitorar a saúde da vegetação e identificar alterações ao longo do tempo no município de Guamaré/RN, onde os manguezais sofrem pressões do polo industrial, salinicultura e da carcinicultura. A partir dele, é possível mapear áreas preservadas e degradadas, avaliando os impactos ambientais. O uso de séries temporais obtidas por sensores, como o Sentinel-2, contribui para o acompanhamento sazonal da vegetação e para uma gestão pública mais eficiente em zonas costeiras sensíveis.

As amostras foram delimitadas em áreas de manguezal com vegetação mais densa. Após a coleta dos dados, aplicou-se uma análise estatística descritiva utilizando o software Past, o qual também foi utilizado para produzir o gráfico boxplot. O gráfico de dispersão, por sua vez, foi elaborado por meio das planilhas do Programa Excel.

Resultados e Discussões

A bacia hidrográfica do município de Guamaré é composta pelos rios Camurupim, Porto do Capim, Volta do Sertão, Aratuá e o Miassaba, que desaguam no oceano Atlântico em forma de estuário, caracterizando o sistema estuarino Galinhos-Guamaré. (LIMA, 2004). A dinâmica de paisagem marcada neste município está diretamente ligada à atividade humana, com destaque para a produção do sal, exploração do petróleo e gás, carcinicultura, pesca artesanal e turismo local, tornando-se uma área de uso múltiplo e transição ecológica relevante no litoral do Rio Grande do Norte. A região também possui um clima semiárido, ou seja, quente e seco, com baixas precipitações e longos períodos de estiagem, segundo a classificação de Köppen (NIMER, 1979).

Os pontos selecionados para este artigo ficam situados na zona estuarina de Guamaré, próximos às salinas e aos canais de maré que cortam a planície costeira do município. Foram delimitados 30 pontos com o auxílio do programa QGIS (Figura 1), a partir de imagem do satélite Sentinel-2, para o cálculo do NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada) em cada local.

Os Pontos 1 e 2 estão situados próximos à região do Porto do Capim, em uma ilha interior entre salinas ativas e canais drenantes, nas proximidades da foz do Canal do Miassaba. Ambos os pontos se localizam em uma área de transição entre vegetação e salina, com NDVIs de 0,464862 e 0,460441, respectivamente, o que indica cobertura vegetal moderada, possivelmente sujeita a pressões antrópicas.

Os Pontos 3, 4 e 5 concentram-se na margem do Canal do Miassaba, em áreas com vegetação mais contínua. O Ponto 3 está mais próximo do Canal Volta do Sertão, com NDVI de 0,471504. O Ponto 4 localiza-se em uma curva do canal, atingindo 0,490502, e o Ponto 5 está sobre um banco de vegetação isolado, com NDVI de 0,472581. Esses

valores mais elevados se justificam pela menor interferência direta de salinas nessas porções.

O Ponto 6 marca a transição com o Rio Aratuá, com NDVI de 0,463661, indicando cobertura vegetada, porém com sinais de influência antrópica moderada. Os Pontos 7 a 12 estão ao longo das margens do Rio Aratuá, desde meandros iniciais até áreas mais internas do estuário. O Ponto 7 apresenta NDVI de 0,453397, próximo a uma área de solo exposto. O Ponto 8, com 0,445669, está mais próximo de uma salina ativa. O Ponto 9 com NDVI 0,483713 e o Ponto 10 com 0,493353 situam-se entre canais e vegetação contínua, com destaque para o Ponto 11, que alcançou o maior NDVI da amostragem: 0,507314, com uma localização que apresenta vegetação densamente moderada, mas que é maior que as demais. O Ponto 12, próximo ao 11, também se destaca com 0,483315.

Os Pontos 13 a 20 distribuem-se ao centro da área de estudo, entre zonas de salina, canais secundários e vegetação fragmentada. O Ponto 13 apresentou NDVI de 0,474088. O Ponto 14, com 0,443089, situa-se perto de uma salina em uso, enquanto o Ponto 15 alcançou 0,488042, próximo a um canal vegetado. Os Pontos 16 e 17 obtiveram 0,485431 e 0,438554, respectivamente, o último em uma zona de vegetação moderada, porém, mais baixa. Os Pontos 18, 19 e 20, com valores de 0,443677, 0,440695 e 0,469043, estão entre os canais.

Os Pontos 21 a 30, em áreas fortemente impactadas. O Ponto 21, com NDVI de 0,386508, é o mais baixo da amostragem, refletindo um cenário de vegetação com algum tipo de deficiência. Os Pontos 22 (0,427181), 24 (0,477693) e 29 (0,428459) estão em áreas de influência direta da carcinicultura e de salinas industriais, o que explica os baixos índices. O Ponto 23 (NDVI = 0,473186) está em um trecho de vegetação contínua perto do Rio Aratuá, mas ainda próxima das atividades antrópicas. O Ponto 25, com 0,453322, situa-se entre canais e mais próximo das atividades econômicas. Já o Ponto 26, com 0,499641, está mais próximo de um canal, que não recebe tanta interferência humana, sendo bem vegetada. Os Pontos 27, 28 e 30 apresentaram NDVI de 0,432438, 0,486726 e 0,429844, respectivamente, com destaque negativo para o Ponto 30, em uma borda de canal com cobertura vegetal comprometida e perto de empresas ligadas à carcinicultura.

Logo, os resultados do NDVI em Guamaré evidenciam a vulnerabilidade dos manguezais diante das atividades econômicas locais, como salinicultura e carcinicultura. As áreas mais preservadas estão em zonas isoladas, enquanto regiões próximas à infraestrutura industrial mostram sinais de degradação. Isso reforça a importância de um planejamento ambiental que equilibre desenvolvimento econômico e conservação dos manguezais, essenciais para a sustentabilidade ecológica e proteção costeira.

A Análise do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) nos 30 pontos amostrais do município de Guamaré/RN indicou variação significativa entre os locais analisados. Os valores oscilaram entre 0,386508 (Ponto 21) e 0,507314 (Ponto 11), conforme representado (não apresentado). A média geral dos pontos foi de aproximadamente 0,464 e desvio-padrão de 0,031, indicando uma variação moderada na cobertura vegetal da área.

Conforme pode ser observado na dispersão dos valores por ponto amostral (Figura 2), não há uma tendência clara de aumento ou redução ao longo dos pontos, sendo o

coeficiente de determinação (R^2) igual a 0,1013. Ainda assim, há uma leve inclinação negativa, indicando possível redução dos índices em alguns setores. Já o boxplot dos dados (Figura 3) mostra uma concentração em torno da mediana (0,465), com poucos valores que fogem do padrão, associados possivelmente à influência de fatores locais como salinas, rios ou atividades humanas.

De modo geral, os resultados evidenciam a heterogeneidade da cobertura vegetal no município, com áreas que apresentam NDVI elevado e outras com valores mais baixos, mas que apresentam uma vegetação moderadamente densa em sua grande maioria. Essa variação espacial reforça a importância de estudos futuros sobre o uso e ocupação do solo, especialmente nas zonas estuarinas e nas bordas urbanas de Guamaré.

Conclusão

O objetivo da pesquisa foi alcançado ao realizar uma análise biogeográfica dos manguezais do município de Guamaré/RN, utilizando o NDVI como ferramenta para identificar variações na cobertura vegetal. A aplicação do índice permitiu associar os padrões observados a fatores antrópicos, como a presença de salinas e empreendimentos industriais, evidenciando áreas mais preservadas e outras em processo de degradação.

A metodologia adotada se mostrou eficiente e adequada, com a seleção de 30 pontos amostrais por meio do QGIS e a utilização de imagens do satélite Sentinel-2. As análises estatísticas realizadas com apoio do Excel e do software Past contribuíram para a organização e interpretação dos dados, fornecendo resultados claros e confiáveis sobre a saúde da vegetação nas diferentes áreas estudadas.

Os resultados obtidos reforçam a importância dos manguezais para o equilíbrio ecológico e apontam sua vulnerabilidade em regiões impactadas. A pesquisa contribui com subsídios técnicos para a gestão ambiental costeira, destacando o potencial do NDVI para orientar ações de conservação e reflorestamento em áreas prioritárias, especialmente nas proximidades de atividades econômicas que afetam diretamente esse ecossistema sensível.

Referências

CORREIA, M. D. Ecossistemas marinhos: recifes, praias e manguezais. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, Colégio de Aplicação, 2005. 18 p.

COSTA, E. C. C. et al. Mapping and assessment of landscape's capacities to supply ecosystem services in the semi-arid coast of Brazil—A case study of Galinhos-Guamaré estuarine system. *Coasts*, v. 14, n. 13, p. 7772, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14137772>. Acesso em: 13 jul. 2025.

COSTA, E. C. C. et al. Serviços ecossistêmicos prestados pelos manguezais do Rio Grande do Norte (Nordeste do Brasil). *Revista da ANPEGE*, v. 13, n. 20, p. 126–149, 2017.

EARTHDATA. NDVI (Índice de Vegetação por Diferença Normalizada). NASA, 2023. Disponível em: <https://www.earthdata.nasa.gov/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FONSECA, S. M.; DRUMMOND, J. A. Reflorestamento de manguezais e o valor de resgate para o sequestro de carbono atmosférico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, n. 3, p. 1071–1081, 2003.

GIRI, C. et al. Status and distribution of mangrove forests of the world using earth observation satellite data. *Global Ecology and Biogeography*, v. 20, p. 154–159, 2011.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Atlas dos Manguezais do Brasil. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: https://icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIMA, Z. M. C. Caracterização da dinâmica ambiental da região costeira do município de Galinhos, RN. 2004. Tese (Doutorado em Geodinâmica) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

NIMER, E. Climatologia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 422 p.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRÓN, G. Mangroves of the Americas: ecology and conservation. In: UNESCO Reports in Marine Science, 1986.

SPALDING, M.; KAINUMA, M.; COLLINS, L. World Atlas of Mangroves. London, UK: Earthscan, 2010. 336 p.

Anexos



Mapa com NDVI do Município de Guamaré/RN



Gráfico ilustrando a dispersão dos valores de NDVI no manguezal de Guamaré/RN.



Gráfico Boxplot ilustrando a variação dos valores de NDVI no manguezal de
Guamaré/RN.

CÓDIGO: HS0254

AUTOR: LUDMYLLA HELLEN ARRUDA DA CUNHA

COAUTOR: ANNA JULIA LOPES VITAL

ORIENTADOR: JOSE EVANGELISTA FAGUNDES

TÍTULO: Querendo agradar a gregos e troianos: as eleições senatoriais na província do RN, na década de 1860, e a atuação do presidente de província Gustavo Adolfo de Sá.

Resumo

Promulgada pela Constituição de 1824, a estrutura parlamentar brasileira dividiu-se em duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado, com senadores ocupando seus cargos de modo vitalício. Este estudo tem por objetivo analisar as eleições senatoriais no Rio Grande do Norte em 1867 e 1869. A preocupação central é refletir sobre o posicionamento do presidente da província Gustavo Adolfo de Sá, tendo em vista saber se suas ações influenciaram o processo eleitoral para o Senado no sentido de favorecer um dos candidatos. A pesquisa tomou por base os conteúdos de periódicos da época como os jornais O Assuense e O Rio Grandense (RN), além de correspondências de presidente de província. O que as fontes apontam até o momento é que Gustavo Adolfo de Sá tentava agradar aos diferentes grupos políticos da província, não tomando partido de nenhum dos lados e não utilizando a máquina administrativa para influenciar o resultado do pleito.

Palavras-chave: Presidente de província; Eleições; Senado; Rio Grande do Norte.

TITLE: Wanting to please both Greeks and Trojans: the senatorial elections in the province of Rio Grande do Norte in the 1860s and the actions of provincial president Gustavo Adolfo de Sá.

Abstract

Promulgated by the 1824 Constitution, the Brazilian parliamentary structure was divided into two chambers: the Chamber of Deputies and the Senate, with senators holding office for life. This study analyzes the senatorial elections in Rio Grande do Norte in 1867 and 1869. The central concern is to reflect on the positioning of provincial president Gustavo Adolfo de Sá, considering whether his actions influenced the Senate electoral process to

favor one of the candidates. The research was based on the content of periodicals of the time, such as the newspapers *O Assuense* and *O Rio Grandense* (RN), as well as correspondence from provincial presidents. What the sources thus far indicate is that Gustavo Adolfo de Sá sought to please the province's various political groups, refraining from siding with either side and refraining from using the administrative machinery to influence the election outcome.

Keywords: Provincial President; Elections; Senate; Rio Grande do Norte.

Introdução

A estrutura parlamentar do Brasil imperial, conforme ficou estabelecido pela Constituição de 1824, dividia o parlamento em duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado. Enquanto os deputados eram eleitos de forma periódica, os senadores ocupavam seus cargos de modo vitalício, refletindo um modelo de estabilidade e continuidade no governo (Westin, 2024). Um senador desempenhava um importante papel na política imperial, e, quando havia uma eleição para a escolha de um representante de uma província junto ao Senado, o processo eleitoral era considerado de grande relevância.

Neste contexto, o presente estudo se propõe a examinar o papel de Gustavo Adolfo de Sá nas eleições senatoriais na província do RN durante a segunda metade da década de 1860. A análise é baseada em uma revisão crítica de periódicos da época, como os jornais *O Assuense* e *O Rio Grandense*, bem como em correspondências oficiais dos presidentes da província.

A escolha dos senadores, em um período de instabilidade e transição política, oferece uma valiosa perspectiva sobre como a política provincial interagiu com as estruturas imperiais. O objetivo central deste estudo é desvendar se e como o presidente da província, Dr. Gustavo Adolfo de Sá influenciou o processo eleitoral para o Senado em favor de um determinado candidato. Onde houve uma disputa, sendo os candidatos principais, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Francisco de Sales Torres Homem. Portanto, este artigo irá analisar essas dinâmicas políticas, refletindo sobre como as estratégias dos presidentes de província moldaram o processo eleitoral e a política local, contribuindo para uma compreensão mais profunda da interação entre o governo provincial e o poder central no Brasil imperial.

Metodologia

Análise dos resultados das eleições (análise das fontes)

A eleição senatorial de 1867, que ocorreu post mortem de Manuel de Assis Mascarenhas (1805-1867), até então Senador da província, foi disputada por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, que pertencia ao Partido Sulista (Liberal), o então favorito dos eleitores da província. No entanto, esse favoritismo incomodou a parcela conservadora da população, o que motivou Francisco Gomes da Silva e Padre João Manoel, adversários de Bezerra Cavalcanti, a irem em busca de um nome que pudesse bater de frente com ele. Nessa

busca, encontraram o Conselheiro de Estado Francisco de Sales Torres Homem, que não exitou e aceitou o convite para candidatar-se (Fagundes, 2021, p. 524).

Ocorrida sob os olhos e comando do presidente de província Gustavo Adolfo de Sá, essa disputa foi baseada em um jogo de interesses de ambos os lados. Torres Homem desejava ascender concretamente e consolidar-se como Conselheiro de Estado (Martins, 2007 apud Fagundes, 2021, p. 525). Amaro Carneiro, que já era deputado, candidatou-se para manter seu “domínio ferrenho e exclusivo” da província como mostra o trecho de um documento redigido pelo presidente de província Olintho José Meira

O Bacharel Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante, á cujo dominio ferrenho e exclusivo tem estado sujeita esta Provincia desde longo tempo, faz-me a mais injusta e indecente opposição, porque não tenho querido submetter-me ao seu jugo aviltante, pesado e destruidor, cujos effeitos ninguem poderá bem comprehender sem estudar de perto os negocios da Provincia em suas multiplas e variadas irradiações. (Brasil, Ministério do Império, 1864, p. 145v)

A lista tríplice da eleição senatorial de outubro de 1867 foi composta por Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, com 241 votos, Francisco de Sales Torres Homem, 222, e Rafael Arcanjo Galvão, 215. A lista foi para a aprovação do Imperador e Torres Homem foi o escolhido de D. Pedro II para ocupar o cargo de Senador da província do Rio Grande do Norte em 22 de julho de 1868 (Cascudo, 1984, p. 195-196), apesar de o apoio do presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góes Vasconcellos, chefe do Poder Executivo, ser totalmente de Amaro Carneiro (Fagundes, 2021, p. 517).

Tal eleição e seus desdobramentos foram demasiado comentadas e pautadas nos periódicos *O Assuense* e *O Rio Grandense*, que detinham grande influência no Rio Grande do Norte à época. Diante dos olhares desses periódicos e posicionamentos dos presidentes de província que se seguirá a análise.

Resultados e Discussões

O Assuense

Periódico político, moral e noticioso, fundado em 1867 por João Carlos Wanderley, à época, chefe do Partido Liberal. Múltiplas vezes vice-presidente e presidente da província, tecia duras críticas a Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e seus apoiadores, inclusive aos ex-presidente de província Luís Barbosa da Silva e ao então presidente Gustavo Adolfo de Sá, como visto nos seguintes trechos:

Parece que os homens de hoje e principalmente os que estão — educados — na escola desregrada immoral e eminentemente cynica do Amaro — desveraisados — perderam os brios e a consciencia da dignidade.

O poeta Curicaca, que em [menia] sentida e queixosa lamentava a morte moral do infeliz Barbosa da Silva, e que também fez parte integrante desse - club - politico, confessou

com sinceras mostras de pesar e tristeza que nunca vio tanta miséria e tanto descaramento como se ostentou na combinação dos planos eleitorais. (O Assuense, ed. 25, 14 set. 1867, p. 2)

Vê-se neste e em outros trechos do jornal que, apesar de liberal, Wanderley não apoiava o candidato Amaro Carneiro, que, nesta data, já havia “pulado” para o Partido Liberal. Desse modo, pode ter influenciado uma grande parcela dos leitores do jornal O Assuense, já que, além de o periódico possuir grande alcance, esse era um dos únicos meios de comunicação e de maior propaganda durante o Império.

Luís da Câmara Cascudo (1984) pode nos explicar melhor o porquê de, apesar de estarem no mesmo partido, Wanderley se opõe a Amaro Carneiro

[...]João Carlos [Wanderley], liberal até debaixo d’água, ia governar o Rio Grande do Norte numa situação conservadora. [...] Os conservadores andaram rodando assanhados para que João Carlos não assumisse. Mas o homem era duro e assumiu. Houve um episódio interessante. João Valentino Dantas Pingé e Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, juizes de direito e municipal na comarca da Maioridade (Martins), conservadores puros, não quiseram reconhecer as autoridades nomeadas pelo liberal João Carlos. Puseram-se em armas e os correligionários do Apodi ficaram também prontos para qualquer emergência. (Cascudo, 1984, p. 176-177)

Diante da oposição de Amaro Cavalcanti às escolhas e nomeações de Wanderley enquanto presidente de província em 1850, travar-se-ia uma espécie de batalha de Pinagé e Amaro contra Wanderley, no entanto, antes de acontecer esse atrito, o 18º presidente de província, José Joaquim da Cunha, assumiu em 6 de maio de 1850 (Cascudo, 1984, p. 177).

Esse conflito pode ser um dos motivos que explicam essa oposição e a rivalidade entre Amaro Carneiro e João Carlos Wanderley.

O Rio Grandense

Não foi possível levantar informações quanto a origem do periódico, porém, é notável que ele tinha um caráter político e informativo, servindo como um meio de divulgação de ideias e valores alinhados aos interesses regionais da época, além de atuar como porta-voz das elites políticas e intelectuais do Rio Grande do Norte, ajudando a moldar a opinião pública e a divulgar notícias relevantes para a população local.

Durante as eleições de 1867, foi o veículo que divulgou as tabelas de votantes da capital (Natal), da Freguesia de São Gonçalo e das paróquias de Extremoz, São José (do Mipibu), Papary (atualmente Nísia Floresta), Canguaretama, São Bento, Príncipe (atualmente Caicó) e Acari. Nele também foi divulgado o resultado parcial da votação na edição 63, de 27 de outubro do supracitado ano, em que Amaro Carneiro ainda não aparece liderando a lista tríplice, como mostrado no trecho a seguir:

Resumo da votação dos collegios mencionados.

Torres Homem.....150

Galvão.....146

Gabriel.....127

Amaro.....112

Manoel Antonio.....96

Antonio Galdino.....96

(O Rio Grandense, ed. 63, 27 de outubro de 1867, p. 2.)

Posteriormente, noticiou as eleições ocorridas em 1869, a qual Torres Homem também concorreu, mas Amaro Carneiro não.

Diante do apresentado, as eleições senatoriais de 1867 e 1869 na província do Rio Grande do Norte revelaram a complexidade das disputas políticas no Segundo Reinado e evidenciaram também a constante tensão entre centralização imperial e autonomia das elites regionais. O pleito de 1867 demonstrou como a candidatura de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti encontrou apoio significativo dentro da província, mas foi contida pela intervenção de personagens contrários a sua candidatura, que encontraram Francisco de Sales Torres Homem, nome externo à realidade potiguar, para ocupar a vaga na disputa senatorial. Nesse contexto, durante a primeira eleição, o presidente da província, Gustavo Adolfo de Sá, tentou equilibrar sua atuação entre neutralidade formal e a necessidade de negociar com as forças locais, como apontam os periódicos da época. Embora acusado de favorecer Amaro Bezerra, sua atuação se insere no padrão descrito por Miriam Dolhnikoff (2003, p. 117), no qual os presidentes dependiam das elites locais para legitimar qualquer influência sobre os resultados eleitorais.

O desdobramento de 1869 deve ser compreendido à luz da crise política que pairava sobre o Império brasileiro com os recentes eventos descritos por José Murilo de Carvalho (s.d., p. 2), como a queda dos liberais progressistas em 1868 e a fundação do Partido Republicano em 1870. Zacarias de Góes, que havia apoiado Amaro Bezerra como candidato, retirou-se da cena política em 1868, usando como justificativa as divergências com o imperador na escolha senatorial, deixando Bezerra Cavalcanti sem respaldo na esfera central (Carvalho, s.d., p. 5). Essa retirada fragilizou sua posição e pode ter contribuído para a ausência de sua candidatura no pleito seguinte, em 1869. Apesar disso, as fontes que temos disponíveis não oferecem explicações conclusivas sobre as razões específicas da nova eleição ou sobre os arranjos locais que a motivaram, o que abre espaço para futuras investigações.

Conclusão

Em termos mais amplos, essas eleições ilustram a dinâmica política do Império, marcada pela convivência entre a centralização do Poder Moderador e a indispensável mediação

das elites provinciais. Como nos aponta Dolhnikoff (2003, p. 118), “as elites regionais tiveram papel decisivo na construção do Estado, impondo suas demandas e constituindo-se como elite política que, ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a condução e preservação do Estado, mantinha seus laços com sua região de origem”. Ao mesmo tempo, a autora enfatiza que “a presença de um agente do governo central na província era necessidade reconhecida [...] Só assim seria possível preservar a unidade, cara a esses liberais, e viabilizar o Estado que então se construía” (Dolhnikoff, 2003, p. 123). A escolha de Torres Homem em 1867, e a indefinição que cerca o pleito de 1869, confirmam a lógica de um Senado vitalício que servia não apenas como espaço de representação, mas como instrumento de equilíbrio entre província e Império, reduzindo a força dos candidatos de base regional em prol da manutenção da estabilidade.

Dessa forma, a análise das eleições de 1867 e 1869 na província do Rio Grande do Norte permite compreender como o jogo político imperial ultrapassava os limites provinciais, dependendo tanto das articulações locais quanto da intervenção do imperador. Ao mesmo tempo, evidencia os limites da ação dos presidentes de província, que, mesmo investidos da autoridade do governo central, precisavam lidar com a força das elites regionais para assegurar o funcionamento do sistema político. O caso potiguar, portanto, reforça a ideia de que o Senado imperial era um espaço onde interesses provinciais, ambições pessoais e estratégias do poder central se entrelaçavam, produzindo resultados que nem sempre refletiam a vontade local, mas que estavam alinhados à lógica de preservação do regime monárquico.

Referências

BRASIL. Constituição do Império do Brasil de 1824. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. de Silva, 1824. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL, Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Norte para o Ministério do Império (1864-1871). Arquivo Nacional. Série Interior – Negócios da Província e Estado. IJJ 9 – 207-210 – Vol. 13-16. Fundo AA, folhas 67-145.

CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 87. s.d.

CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1984; Nacional/MEC, 1955.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. Revista USP. Dossiê Brasil Império, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003.

FAGUNDES, José Evangelista. Autonomia provincial e unidade do Império brasileiro: embates em torno de Bezerra Cavalcanti (1867-1869). In: ALVEAL, Carmen; et al. Rio Grande (do Norte): história e historiografia. Mossoró, RN: EDUERN, 2021. cap. 21, p. 513-538.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. 2a edição. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FRANCISCO DE SALES TORRES HOMEM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em:
<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Sales_Torres_HOMEM>. Acesso em: 17 set. 2024.

JOÃO CARLOS WANDERLEY. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jo%C3%A3o_Carlos_Wanderley&oldid=64545828>. Acesso em: 11 out. 2024.

JOÃO CARLOS WANDERLEY. Personalidade Histórica. Fundação José Augusto, s.d. Disponível em:
<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000108621.PDF>. Acesso em: 11 out. 2024.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Amaro-Carneiro-Bezerra-Cavalcanti/6000000054296010863>>. Acesso em: 17 set. 2024.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os homens do imperador. [s. l.], [s.d.]. p. 1-14.

NO IMPÉRIO, senadores tinham mandato até o fim da vida. 109. ed. [S. l.]: Ricardo Westin., 1 mar. 2024. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-imperio-senadores-tinham-mandato-ate-o-fim-da-vida>>. Acesso em: 17 set. 2024.

O Assuense. Assú, RN, n. 25, p. 1-3, 14 set. 1867. Disponível em:
<<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 out. 2024.

O Homem de Cor de maior Prestígio do Brasil Império. Disponível em:
<<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/o-homem-de-cor-de-maior-prestigio-do-brasil-imperio>>. Acesso em: 08 out. 2024.

O Rio Grandense. Natal, RN, n. 63, p. 1-2, 27 out. de 1867. Disponível em:
<<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 out. 2024.

RAIAN, A. Constituição do Império do Brasil (1824). Disponível em:
<<https://ideg.com.br/constituicao-do-imperio-do-brazil-1824/>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SALGADO, Eneida Desireé. O processo eleitoral no Brasil Império. Imprensa: Curitiba, Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, TRE/PR, 1999. n. 47, p. 13–27, jan./mar., 2003.

SLEMIAN, Andréa. "Delegados do chefe da nação": a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). Almanack brasiliense, [S. l.], n. 06, p. 20-38, 1 nov. 2007.

CÓDIGO: HS0282

AUTOR: ADNA RUTE DE OLIVEIRA MOTA

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Entre Dogmas e Afetos: O Plurivocalismo de Vimbai em *The Hairdresser of Harare*

Resumo

Este trabalho analisa a representação dos dogmas religiosos cristãos contra a homossexualidade no romance *The Hairdresser of Harare* (2010), do escritor zimbabuano Tendai Huchu. A investigação parte da perspectiva bakhtiniana do plurivocalismo, observando como o discurso da narradora-personagem Vimbai é atravessado por vozes sociais, religiosas e culturais que moldam sua visão de mundo. A metodologia, de caráter qualitativo e bibliográfico, articula três eixos principais: literatura e religião (Paraízo, 2012), o conceito de falante no romance (Bakhtin, 2015) e a experiência queer no Zimbábue contemporâneo. A análise revela que, inicialmente, a personagem reproduz de forma autoritária discursos religiosos excludentes, mas, à medida que sua convivência com Dumisani gera fissuras em suas certezas, emerge uma voz afetivo-ética que tensiona os dogmas normativos. O estudo contribui para ampliar a visibilidade da literatura queer africana e para problematizar a relação entre religião, gênero e sexualidade em contextos pós-coloniais.

Palavras-chave: Literatura africana queer; Religião; homossexualidade; Bakhtin;

TITLE: Between Dogmas and Affections: The Plurivocality of Vimbai in *The Hairdresser of Harare*

Abstract

This study examines the representation of Christian religious dogmas against homosexuality in the novel *The Hairdresser of Harare* (2010), by Zimbabwean writer Tendai Huchu. Drawing on Bakhtin's concept of polyvocality, the analysis focuses on how the narrator-character Vimbai's discourse is shaped by religious, cultural, and social voices. The qualitative and bibliographical methodology is structured around three main axes: literature and religion (Paraízo, 2012), the notion of the speaker in the novel (Bakhtin, 2015), and the queer experience in contemporary Zimbabwe. The findings indicate that Vimbai initially reproduces authoritative religious discourses, reinforcing conservative views, but her relationship with Dumisani gradually opens fissures in her worldview, allowing the emergence of an affective-ethical voice that challenges

normative dogmas. This research contributes to broadening the visibility of African queer literature and to problematizing the intersections of religion, gender, and sexuality in postcolonial contexts.

Keywords: African queer literature; Religion; Discourse; Bakhtin; Homosexuality.

Introdução

Esta pesquisa insere-se no campo das literaturas africanas queer, um tema que, embora tenha ganhado mais visibilidade no mundo contemporâneo — devido à popularização e tradução de obras africanas para o português no Brasil —, não foi suficientemente explorado no meio acadêmico. Diante dessa lacuna, o presente trabalho visa agregar novas perspectivas ao campo de estudo ao investigar a relação entre literatura e religião. Ambas, como pontuado por Mariângela Andrade no texto *Literatura e Religião* (2012), se interconectam e perpassam gerações, carregando consigo tensões simbólicas, éticas e identitárias as quais atravessam diferentes contextos culturais e históricos. Para tanto, foi escolhido como corpus de estudo o romance *The Hairdresser of Harare*, escrito pelo zimbabuano Tendai Huchu. A obra foi publicada pela primeira vez em 2010 e se passa na cidade de Harare, capital do Zimbábue — um período pós-colonial caracterizado por crises econômicas, inflação extrema, escassez de alimentos e crescente repressão político-social (Coltart, 2008). O leitor toma conhecimento da história e demais personagens conforme mergulha no subconsciente da narradora-personagem Vimbai. Uma mulher cristã com formação religiosa sólida que ganha a vida trabalhando em um salão de beleza. Seu posto de melhor cabeleireira local, no entanto, é ameaçado com a chegada de um novo funcionário que rapidamente atrai a atenção de todos. Dumisani, por sua vez, é apresentado como uma figura enigmática que carrega consigo segredos — um deles sendo sua queerness¹, em uma sociedade estruturada por leis conservadoras de criminalização e moldada por discursos religiosos que promovem a teologização da homofobia. À medida que o relacionamento dos dois se desenvolve, Vimbai se vê em uma situação conflitante quando as questões éticas e afetivas que permeiam sua relação com Dumisani desafiam suas crenças pessoais e os valores sociais dominantes. Em contextos cujas normas religiosas exercem profunda influência sobre a moralidade e a aceitação da sexualidade, o discurso de personagens como Vimbai, em *The Hairdresser of Harare*, revela de forma contundente as tensões entre os dogmas cristãos e a visibilidade das identidades sexuais marginalizadas. Nesse contexto, partimos do seguinte questionamento de pesquisa: em que medida o discurso da personagem Vimbai representa os dogmas religiosos cristãos contra a homossexualidade? Esta pesquisa objetiva, em primeiro plano, compreender a formação da narradora-personagem, analisando como suas experiências sociais, culturais e religiosas modelam sua visão de mundo e orientam suas atitudes iniciais em relação à homossexualidade. Em segundo plano, examinar o percurso discursivo da personagem ao longo da narrativa, com foco nas marcas textuais que revelam a tensão entre o discurso de opressão — alinhado aos dogmas religiosos — e um discurso de mudança conforme ela se distancia das estruturas religiosas rígidas. Este trabalho justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a produções literárias africanas que representam questões de gênero, sexualidade e religião sob uma perspectiva crítica e interseccional. Em um cenário acadêmico ainda marcado por silenciamentos e abordagens ocidocêntricas, especialmente no que diz respeito à literatura queer africana, torna-se fundamental promover análises que considerem a complexidade dos discursos presentes nesses textos.

Além disso, contribui para o debate sobre os mecanismos simbólicos de opressão e as possibilidades de resistência e transformação que a literatura pode engendrar.

Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e interpretativa que busca analisar de forma crítica de que modo a religião e as literaturas africanas queer se relacionam na obra *The Hairdresser of Harare* (Huchu, 2010). A análise concentra-se nos conflitos enfrentados pela protagonista Vimbai, especialmente ao que corresponde a sua relação com Dumisani, personagem que mobiliza importantes questões de identidade e sexualidade. Para isso, a metodologia baseia-se em três eixos teóricos principais: (i) literatura e religião, (ii) o falante no romance (Bakhtin, 2015), e (iii) experiência queer no Zimbábue contemporâneo. O primeiro eixo da pesquisa trata da relação entre literatura e religião, tendo como principal referência o texto de Mariângela de Andrade Paraízo (2012), que propõe uma leitura comparativa entre essas duas formas de discurso. Segundo a autora, tanto a literatura quanto a religião compartilham estruturas narrativas e simbólicas, atuando como modos de mediação entre o humano e o outro, seja o sagrado, o ético ou o misterioso. Ambas utilizam a linguagem como meio de expressão de verdades que não dependem de comprovação empírica, mas de interpretação e fruição. A análise da relação entre literatura e religião permite compreender como determinados valores são mobilizados na construção da narrativa e das personagens em *The Hairdresser of Harare*. No entanto, para além da presença temática da religiosidade, é preciso observar como esses valores se manifestam na própria linguagem do romance, especialmente na voz da narradora. Desse modo, o segundo eixo da pesquisa se baseia na noção de “falante” desenvolvida por Bakhtin (2015) e aprofundada no ensaio “O discurso no romance”. A proposta é analisar o agente narrativo não apenas como um canal neutro de enunciação, mas como um sujeito discursivo historicamente situado, cuja fala é atravessada por múltiplas vozes sociais. No caso de *The Hairdresser of Harare*, a narradora-personagem Vimbai representa uma construção textual plurivocal, marcada por tensões entre o discurso pessoal e os discursos sociais que ela internaliza. Essa abordagem considera que o romance é um espaço privilegiado para a manifestação da heterogeneidade discursiva — ou seja, a coexistência de vozes religiosas, políticas e culturais — que se misturam no corpo narrativo. A partir dessa perspectiva, a análise busca identificar como as ideologias religiosas e políticas presentes no contexto zimbabuano se vinculam no discurso da narradora, mesmo quando há uma tentativa de parecer neutra ou objetiva. A voz de Vimbai, portanto, não é compreendida como individual ou autônoma, mas como efeito da interação de diversos discursos que se realizam por meio de sua fala. Isso permitirá compreender como o julgamento moral da narradora em relação à homossexualidade de Dumisani, por exemplo, não se limita a uma opinião pessoal, mas carrega consigo os valores normativos de uma sociedade conservadora profundamente marcada pela interseção entre religião e política. Essa discussão nos leva para o terceiro e último eixo da pesquisa que considera o contexto jurídico, social e político da experiência queer no Zimbábue, articulando-o à análise do discurso da narradora em *The Hairdresser of Harare*. No país, a manifestação (palavra que expresse relações* queer) ainda são criminalizados pelo artigo 73 do Criminal Law (Codification and Reform) Act, com penas que incluem prisão e multa. A Constituição de 2013 também proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e o discurso oficial do Estado reforça a homofobia com base em valores religiosos. Em 2024, por exemplo, o vice-presidente Constantino Chiwenga declarou que

bolsas de estudo para estudantes LGBTQ+ “desafiam os valores cristãos e africanos” (Human Dignity Trust, 2024). Dessa forma, ao articular teoria e procedimento analítico, esta pesquisa delineia um percurso que permitirá investigar como *The Hairdresser of Harare* tensiona diferentes forças discursivas.

Resultados e Discussões

Plurivocalismo na construção do discurso de Vimbai (sobre a homossexualidade): A personagem como campo de ressonância de vozes sociais A narrativa em *The Hairdresser of Harare* é conduzida pela narradora-protagonista Vimbai, cuja voz em primeira pessoa atribui ao texto uma forte carga de subjetividade. Toda a leitura e interpretação dos acontecimentos são apresentados por meio de sua perspectiva, o que intensifica o caráter individual e ideologicamente marcado da narração. No entanto, Vimbai não se configura como uma consciência isolada. Ela é um sujeito discursivo plurivocal, ou seja, atravessado por múltiplas vozes sociais. Suas falas e pensamentos são moldados pela incorporação de discursos coletivos que circulam em seu contexto cultural, religioso e histórico. Essa característica a insere no que Bakhtin denomina como “campo de interação verbal”, em que todo enunciado se constrói em resposta a outros enunciados, estando inevitavelmente impregnado de ideologias sociais. No trecho em que Vimbai descobre sobre a sexualidade de Dumi ilustra perfeitamente o atravessamento de vozes sociais e coletivas. “DUMI IS A HOMOSEXUAL — Ngochani... He spoke like a normal man, wore clothes like a normal man and even walked like a normal man. Didn’t homosexuals walk about with handbags and speak with squeaky voices?” (p.146, anexo 1) Nesse fragmento, o autor recorre a diferentes estratégias discursivas para marcar uma ruptura emocional e ideológica vivida pela personagem. A afirmação “DUMI IS A HOMOSEXUAL”, grafada em caixa alta, funciona como um “grito textual”, revelando a intensidade do impacto emocional e a percepção da homossexualidade como algo desviante ou transgressor (Bakhtin, 1997). A ênfase tipográfica intensifica a ideia de escândalo dentro de uma moral social conservadora e heteronormativa. O estranhamento de Vimbai diante da revelação da orientação sexual de Dumi torna-se evidente na sequência, quando ela afirma que ele “spoke like a normal man, wore clothes like a normal man and even walked like a normal man”. A repetição insistente da palavra “normal” é reveladora: ela explicita a adesão inconsciente da personagem a uma lógica normatizante, que associa masculinidade à heterossexualidade e define o que é considerado aceitável dentro de um regime de gênero binário. A identidade de Dumi, portanto, desafia os estereótipos que Vimbai esperava ver confirmados — como o uso de “handbags” ou “squeaky voices” — e, ao não corresponder a essas imagens, desestabiliza o saber normativo internalizado pela narradora. Ainda nesse trecho, o uso do travessão entre os termos “homossexual” e “Ngochani” (palavra em shona equivalente a “homossexual”) sinaliza uma quebra no fluxo do pensamento, introduzindo uma intervenção de forte carga afetiva ou ideológica (Huddleston; Pullum, 2002, p. 1734). A presença do termo em shona dentro de um enunciado em inglês evidencia a convivência de diferentes esferas culturais e discursivas que atravessam a experiência de Vimbai. A alternância entre línguas reforça a tensão identitária da personagem, dividida entre normas herdadas de tradições locais e influências de discursos coloniais e ocidentais. Por fim, ao empregar a estrutura interrogativa negativa “Didn’t homosexuals [...]?”, cuja função pragmática é obter reafirmação de um saber socialmente compartilhado, Vimbai aciona e reproduz um discurso social normativo e estereotipado sobre a

homossexualidade. Tal formulação revela não apenas seu desconcerto, mas também os discursos internalizados que moldam sua visão de mundo — discursos que impõem uma equivalência entre orientação sexual e expressões de gênero, reiterando uma lógica que exclui tudo aquilo que foge à norma. A voz religiosa como discurso autoritário: O discurso religioso se manifesta de forma autoritária e normativa, ecoando dogmas que condenam a homossexualidade como pecado. Vimbai se apropria dessas vozes religiosas e isso é registrado nos fragmentos que compõem a cena na qual ela descobre que não só Dumisani é uma pessoa queer mas também estava se relacionando com outro homem (Mr. M), na casa que ela herdou do falecido irmão e onde ela e Dumi moravam juntos. “Here he was turning my house into his own Sodom and Gomorrah...” (p.146, anexo 2) “God made Adam and Eve, not Adam and Steve.” (p.150, anexo 3) Aqui, Vimbai se utiliza de analogias bíblicas: a primeira, sobre Sodoma e Gomorra (Gênesis 19: 1-29), cidades que, segundo a interpretação tendenciosa da narrativa bíblica, foram destruídas por Deus em razão de um conjunto de pecados de ordem social, moral e ética. Ao mobilizar essa metáfora, a personagem aciona um enunciado religioso pronto, amplamente reconhecido e carregado de valor condenatório, que funciona como uma ferramenta de julgamento e exclusão. O uso dessa analogia “transformar a casa em Sodoma e Gomorra” reforça a ideia de que a presença da homossexualidade representa, para ela, uma ameaça à ordem moral e espiritual do lar. A segunda analogia, “God made Adam and Eve, not Adam and Steve”, é um exemplo claro de discurso cristalizado na esfera religiosa conservadora contemporânea. Trata-se de um enunciado de forte valor ideológico, baseado numa leitura literal do mito da criação bíblica para justificar a heterossexualidade como modelo único e legítimo de relação. Se Deus criou apenas um casal composto por um homem e uma mulher (Adão e Eva), tudo o que escapa a essa configuração é interpretado como afronta à vontade divina. Portanto, ao repetir essa frase sem qualquer mediação crítica, Vimbai se posiciona como porta-voz de um discurso autoritário que define a homossexualidade como desvio e ameaça à ordem estabelecida por Deus. Dessa forma, essas expressões revelam como o discurso religioso opera como uma voz social de autoridade no interior da fala da personagem, orientando sua percepção e seus julgamentos de maneira rígida, normativa e excludente. A fissura no discurso: a irrupção de outras vozes e emergência de uma voz afetivo-ética A convivência com Dumi, entretanto, abre uma fissura nesse discurso autoritário. A passagem a seguir acontece logo depois de Vimbai descobrir a verdade sobre ele ser uma pessoa queer e a natureza do relacionamento entre ele e o Mr. M. Depois de deixar a raiva tomar conta de suas ações e agir por impulso (isso será desenvolvido na sessão logo após). Ela procura seu irmão mais novo e o encontra junto do grupo de debates que ele faz parte. O ato de recorrer a esse membro não é arbitrária, Vimbai procura [nome do irmão] porque sabe que entre todas as pessoas em seu ciclo social, ele é considerado o mais mente aberta. A partir desse momento, pode se perceber como a experiência afetiva e interpessoal começa a atuar como ponto de inflexão, abrindo espaço para outras vozes no discurso de Vimbai: “What I need to know is, say I had a friend who was a homosexual... what should I do?” (p.156, anexo 4) Este enunciado marca um deslocamento discursivo importante, tanto no nível temático quanto linguístico. A personagem abandona momentaneamente a assertividade que marcava suas falas anteriores e adota um tom hipotético, hesitante e interrogativo. O uso da expressão “What I need to know is...” funciona como um marcador de dúvida e abertura para novos discursos diferentes do dela: é uma forma mitigada de enunciação, diferente do julgamento categórico e moralista das cenas anteriores. O emprego de uma condicional fictícia (“say I had a friend...”) evidencia o recurso retórico de distanciamento emocional. Vimbai não fala diretamente sobre Dumi, mas cria um caso hipotético que

revela sua tentativa de processar uma nova realidade sem romper imediatamente com suas crenças. A presença da reticência (“...”) interrompe a fluidez da frase e indica hesitação, um traço linguístico de subjetividade que sugere conflito interno, tensão e abertura ao outro. A pergunta final “what should I do?” e principalmente o uso do verbo modal “should” — que é muito comumente usado no Inglês para pedir/dar sugestões — mostra que a personagem está aberta a novos discursos, marcando a irrupção de um discurso dialógico, em disputa com o discurso autoritário anterior. Quando Vimbai descobre a “traição” de Dumisani com Mr. M, seu primeiro pensamento é procurar Minister M — esposa do Mr. M. Minister M, por se tratar de uma figura política, teme que o relacionamento do seu marido com outro homem se torne um escândalo social e, por isso, assegura a Vimbai que “vai resolver a situação”. Entretanto, Vimbai inocentemente não imagina que por “resolver” Minister M signifique se livrar de Dumisani, no sentido mais violento da palavra. A passagem a seguir se passa no hospital após Dumi ter sido vítima de um crime de ódio orquestrado pela Minister M. É nesse cenário que Vimbai reflete sobre as consequências de sua decisão, expressando a tensão entre o que acredita e o que sente — dilema que se explicita no fragmento a seguir. “What was happening in that room was against God and Nature, but the love I had for Dumi stayed with me.” (p.163, anexo 5) Este enunciado expõe diretamente a coexistência de vozes contraditórias, uma marca clara do plurivocalismo bakhtiniano. A frase se estrutura em duas partes opostas, conectadas pelo conector adversativo “but”, que aqui opera como marcador de tensão discursiva. A primeira parte “What was happening in that room was against God and Nature”, é formulada como uma afirmação normativa, que evoca diretamente dois regimes de autoridade: o religioso (“God”) e o natural (“Nature”). O uso dessas duas entidades funciona como legitimação externa do julgamento. Já a segunda parte, “but the love I had for Dumi stayed with me”, desloca o foco para a esfera da experiência afetiva e pessoal. O verbo “stayed”, no passado contínuo, indica persistência emocional mesmo diante da desaprovação moral. O uso da palavra “love” aqui não é abstrato: ela aparece em contraste direto com a condenação anterior, funcionando como contra-discurso ético, baseado em vínculos humanos e não em dogmas. Seguindo essa linha de desenvolvimento do personagem, Vimbai encerra o livro algumas páginas depois com o seguinte fragmento em relação a Dumisani: “Whenever he may be I want him to live his life to the fullest, without fear.” (p.166, anexo 6) O fragmento final evidencia a consolidação de uma nova posição discursiva de Vimbai. Diferente das passagens anteriores, nas quais o afeto coexistia com normas externas e julgamentos morais, aqui ela se afasta do discurso normativo. O que importa não é mais concordar com as práticas de Dumi, mas desejar que ele viva plenamente, “without fear”. Linguisticamente, a construção é breve, declarativa e enfática, refletindo a autonomia e segurança da voz da personagem. O uso do modal “may” em “Whenever he may be” introduz indeterminação espacial e temporal, reforçando a abertura e universalidade do desejo. A estrutura sintática simples de “I want him to live his life to the fullest” destaca a intenção positiva e ativa, enquanto o adjunto adverbial final “without fear” assume função enfática, sublinhando o núcleo ético-afetivo do enunciado. Esse movimento marca a transição para uma voz afetivo-ética, na qual o vínculo humano e a valorização da vida e da felicidade do outro se tornam critério central, superando a rigidez normativa anterior. Esses fragmentos revelam o processo de reconfiguração discursiva da personagem. O uso de estruturas hipotéticas, pausas, adversativas e modalizadores aponta para a irrupção de uma nova voz — uma voz afetivo-ética que passa a disputar espaço com os enunciados religiosos e normativos que antes dominavam seu discurso. Esse embate entre discursos marca não uma ruptura total, mas

a convivência tensa e reveladora de uma subjetividade em transição, como propõe o conceito de plurivocalidade em Bakhtin.

Conclusão

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar em que medida o discurso da personagem Vimbai, em *The Hairdresser of Harare*, representa os dogmas religiosos cristãos contra a homossexualidade. Para alcançar tal objetivo, em primeiro lugar houve a leitura do romance, seguida da leitura e discussão das obras que compõem o referencial teórico — mencionado na metodologia, . A partir disso, foi realizada a releitura do romance, dessa vez sob um olhar crítico, identificando os fragmentos mais significativos para a investigação, seguida da seleção e do estudo analítico das passagens, bem como a escrita do relatório. Todo esse processo aconteceu simultaneamente aos encontros com o grupo de Iniciação Científica, conduzidos pelo professor e orientador Orison Marden. Com base nas discussões realizadas e na análise — Sob a perspectiva bakhtiniana, desenvolvida ao longo deste trabalho foi possível responder à pergunta de pesquisa afirmando que o discurso de Vimbai incorpora, inicialmente, os dogmas religiosos cristãos de forma autoritária, reproduzindo ideias conservadoras profundamente enraizadas na sociedade zimbabweana. No entanto, ao longo da narrativa, à medida que sua convivência com Dumisani provoca fissuras em suas certezas, emerge um deslocamento discursivo que evidencia a tensão entre opressão e mudança. Assim, a personagem passa a demonstrar uma postura afetivo-ética que desafia parcialmente os discursos religiosos normativos, o que confirma o caráter plurivocal de seu discurso. Dessa forma, este trabalho contribui para o campo das Letras e da Literatura ao oferecer uma análise que articula literatura africana, religião e estudos queer sob um viés crítico-discursivo, ampliando a visibilidade à literatura africana contemporânea — em especial à produção queer zimbabuana ainda pouco explorada no contexto acadêmico brasileiro. Além disso, insere-se no esforço de descentralizar o olhar sobre as literaturas africanas, superando perspectivas ocidentocêntricas e evidenciando como textos literários podem não apenas reproduzir discursos normativos, mas também abrir brechas para resistência, transformação e construção de novas possibilidades de existência.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance 1: A estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. 256 p. 123-166

COLTART, David. *A Decade of Suffering in Zimbabwe: Economic Collapse and Political Repression under Robert Mugabe*. *Development Policy Analysis* no. 5. Washington, DC: Cato Institute, 2008. Disponível em: <https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/dpa5.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FORWARD IN FAITH MINISTRIES INTERNATIONAL. Disponível em:
<https://fifmi.org/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

HUCHU, T. The Hairdresser of Harare. Athens: Ohio University Press, 2010.

HUMAN DIGNITY TRUST. Country Profile: Zimbabwe. [2025]. Disponível em:
<https://www.humandignitytrust.org/country-profile/nigeria/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PARAÍZO, Mariângela de Andrade. Literatura e religião: traços e laços. Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 10, n. 25, p. 8-11, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n25p8>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SHARPE, K. The Gay Gospels. Christian Alternative Books, 2011. WORLDMAPPER. Shona language. [2025] Disponível em: <https://worldmapper.org/maps/shona-language/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

Tradução dos fragmentos, sinalizados com o número da página onde se encontra a passagem, tendo em vista que já é sabido o nome do autor (Huchu) e a data da obra (2010). Anexo 1 - Minha tradução: “DUMI É HOMOSSEXUAL — Ngochani... Ele falava como um homem normal, vestia-se como um homem normal e até andava como um homem normal. Os homossexuais não andam por aí com bolsinhas e falam com vozes esganiçadas?” Anexo 2 - Minha tradução: “Aqui estava ele transformando minha casa na sua própria Sodoma e Gomorra...” Anexo 3 - Minha tradução: “Deus fez Adão e Eva, não Adão e Ivo.” Anexo 4 - Minha tradução: “O que eu preciso saber é: digamos que eu tivesse um amigo que fosse homossexual... o que eu deveria fazer?” Anexo 5 - Minha tradução: “O que estava acontecendo naquele quarto era contra Deus e a ordem da Natureza, mas o amor que eu sentia por Dumi permaneceu em mim.” Anexo 6 - Minha tradução: “Onde quer que ele esteja, quero que viva sua vida ao máximo, sem medo.”

CÓDIGO: HS0287

AUTOR: MARCELLE VITÓRIA DE SOUZA CRUZ

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Os tensionamentos entre identidade e religião na construção das personagens Wura e Adura

Resumo

Este trabalho analisa como a religiosidade atravessa e afeta a construção subjetiva das personagens Wura e Adura, presentes na obra *Vagabonds!* (2022), da escritora nigeriana Eloghosa Osunde. A partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, fundamentada na teoria dialógica de Bakhtin, investigam-se os contos “Rain” e “The Only Way is Through”, nos quais o amor entre duas mulheres se desenvolve em um contexto de repressão social. Os resultados evidenciam que os discursos das personagens são constantemente atravessados por vozes plurais, sociais, religiosas, políticas e culturais, que moldam seus modos de ser e de se relacionar. Conclui-se que a religião, sobretudo no contexto pentecostal nigeriano, atua como força reguladora que silencia, limita e, ao mesmo tempo, provoca fissuras de resistência subjetiva na experiência queer africana.

Palavras-chave: Literatura africana queer; Bakhtin; Discurso; Religião; Personagem

TITLE: TENSIONS BETWEEN IDENTITY AND RELIGION IN THE CONSTRUCTION OF THE CHARACTERS WURA AND ADURA

Abstract

This study analyzes how religiosity influences and shapes the subjective construction of the characters Wura and Adura in *Vagabonds!* (2022), by Nigerian author Eloghosa Osunde. Through a bibliographic and qualitative approach, grounded in Bakhtin’s dialogic theory, the analysis focuses on the short stories “Rain” and “The Only Way is Through”, where the love between two women unfolds within a context of social. The findings reveal that the characters’ discourses are constantly traversed by multiple voices, social, religious, political, and cultural, which shape their ways of being and relating. It is concluded that religion, especially within the Nigerian Pentecostal context, operates as a regulatory force that silences, restricts, and simultaneously opens cracks for subjective resistance in the African queer experience.

Keywords: African queer literature; Bakhtin; Discourse; Religion; Character.

Introdução

A literatura africana queer, enquanto campo de estudo ainda em consolidação, exige uma abordagem que considere as especificidades culturais, políticas e religiosas do continente. Neste contexto, o termo "queer", conforme ampliado por Love (2011, p.182), ultrapassa categorias tradicionais como gênero, raça e classe, abrangendo afetos, marginalidade, pedagogias não normativas e vivências subterrâneas. Tratando-se do termo queer é necessário perceber o que acontece com o indivíduo, acontece da mesma maneira com a linguagem. É personificada, através do discurso, sua percepção. Não existe neutralidade na percepção, pois a refração, termo cunhado por Bakhtin, é a ideia de que mesmo que várias pessoas tratem de um mesmo tema, suas percepções serão diferentes pois perpassam pela memória, experiência, idade e muitos outros fatores. Ao analisar um texto na perspectiva da Literatura Africana queer, entendemos que não é possível analisar um texto em uma perspectiva ocidocêntrica: devemos observar o seu contexto sociocultural, a experiência de ser queer em África, a política, a religião em África. A partir dessa definição, a literatura africana queer trata-se de textos produzidos por autores de origem africana e de histórias que se passam no continente africano. *Vagabonds* é um romance escrito pela autora nigeriana Eloghosa Osunde; publicado em 2022 é um livro que trata da temática lgbt, corrupção e a vida em Lagos, Nigéria. É composto por seis partes, e cada parte contém contos que são independentes mas se interligam de alguma maneira. Tem-se um narrador onisciente Tatafo, um “anjo” que guarda a cidade. Os acontecimentos narrados falam da vida das pessoas que habitam essa cidade, neste caso os *Vagabonds*. Nesta análise, iremos analisar dois contos que se interligam. O primeiro é denominado *Rain*. Wura é uma costureira muito requisitada na cidade de Lagos. Wura tem uma filha chamada Rain, em uma sociedade onde relações homoafetivas não são permitidas. Wura tem um relacionamento com Adura mas que ninguém sabe, apenas sua filha Rain. A trama se desenrola na relação de Wura com a sociedade em que ela está imersa. Ela é uma mulher que luta contra o câncer e ao mesmo tempo luta contra a sociedade em que está inserida. Sua filha, Rain, é uma das maiores incentivadoras para que ela saia do modo automático e se posicione no mundo. O segundo conto denominado *The only way is through* foca no ponto de vista de Adura. É um conto composto por cartas de Adura direcionadas à Wura após a sua morte. Nesse conto é apresentado o ponto de vista de Adura e como ela se sente após a partida de Wura. Também são revelados pontos sobre sua sexualidade e questões sociais que afetaram sua vida e seu modo de se relacionar. Arrependimento e memórias do passado marcam esse conto. Diante disso, algumas questões analíticas se colocam relevantes: em que medida a religiosidade impacta na vida e na construção de Wura e Adura, e em que níveis a religiosidade afeta seu modo de vida e sua maneira de se relacionar? Levando em conta o contexto, essa trama queer se daria da mesma maneira em uma sociedade onde a religiosidade e individualidade dos indivíduos estão tão interligadas? Como que a religiosidade influenciou a ação e o modus operandi dessas personagens? Esta pesquisa, portanto, se propõe a analisar como a religiosidade afeta a construção subjetiva das personagens Wura e Adura na obra *Vagabonds*! (2022), da autora nigeriana Eloghosa Osunde. A análise foca especialmente nos contos “Rain” e “The Only Way is Through”, nos quais o amor entre duas mulheres se desenrola em meio a um contexto de repressão social. A justificativa desta pesquisa se dá pelo fato de que as buscas e a investigação no campo de literatura queer ainda são incipientes. Por meio de uma busca realizada no banco de dados do Google acadêmico e no portal de periódicos CAPES, foi possível verificar uma pequena quantidade de trabalhos que têm como foco a análise da literatura africana queer.

Metodologia

Como pesquisa de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, este trabalho propõe uma análise da literatura crítica especializada sobre a construção do personagem, a relação entre literatura e religião, e suas implicações na constituição do discurso, compreendido aqui como uma linguagem social, conforme os pressupostos da teoria dialógica de Bakhtin. Na obra *Vagabonds* (2022), escrita pela autora Eloghosa Osunde, foram escolhidos dois contos que se entrelaçam de um modo muito belo. Ambos tratam das mesmas personagens porém com pontos de vistas diferentes, e é a partir daí que podemos observar a influência religiosa no discurso de cada uma delas. Como nosso primeiro aporte teórico temos Bakhtin (2015) que explica que o sujeito no romance é um homem essencialmente social, e seu discurso, ainda que embrião, é uma linguagem social. Desse modo, iremos nos nortear na noção do “falante” a partir do ensaio *O falante no discurso* (Bakhtin, 2015). Compreende-se que não há neutralidade na percepção. A percepção perpassa por memórias, experiência, idade, valores sociais. O discurso deve ser analisado em si como um transportador plurivocal da alteridade. Em *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019) Volóchinov toda palavra realmente pronunciada e não adormecida no léxico é a expressão e o produto da interação social entre os três: o falante (autor), o ouvinte (leitor) e aquele (ou aquilo) sobre quem (ou sobre o quê) eles falam (o personagem) (Volóchinov [Bakhtin], 2019, ed 34. p.128, a palavra é um acontecimento social; ela não é autossuficiente como grandeza linguística abstrata. É, portanto, a partir disso que podemos observar a influência da religião no discurso das personagens Wura e Adura, pois seus discursos são atravessados pelas manifestações da plurivocalidade discursiva, ou seja, o discurso religioso, social, político e cultural. Para entender o papel da religião é necessário entender o contexto social. Os contos ocorrem em Lagos, na Nigéria. Como mencionado em *Christianity and controversies over homosexuality in Africa* (2016), mais especificamente em o ensaio *Sexual bodies, sacred vassels. Pentecostal discourses on homosexuality in Nigeria* (Ukah 2016) que trata o papel da religião e suas influências em países africanos, tendo em vista que a religião tem o poder de modificar a conduta e perspectiva de vida. Provendo estruturas de sentido, ela é um fornecedor de normas culturais e de identificações sociais. Os discursos sobre as práticas homossexuais são fortemente endossados por ideais religiosos. Cada vez mais, na Nigéria, o que alguns chamam de ‘política profética’ tem desempenhado um papel fundamental na formulação das políticas sociais e legais (Yong 2010, 11-14). As igrejas pentecostais consideram a homossexualidade imoral e inaceitável, mas, para além disso, tendem a mobilizar energias políticas (Chitando; Klinken, 2016, 12-18). Observa-se que o discurso pentecostal exerce uma influência decisiva sobre a maneira como a homossexualidade é percebida e regulada no contexto nigeriano. O pentecostalismo, ao mesmo tempo em que se apresenta como movimento espiritual de renovação, atua também como um sistema normativo, produzindo e reproduzindo categorias morais que afetam diretamente a vida social e política. Nesse sentido, a religião pentecostal não se limita a condenar a homossexualidade como imoral ou antinatural; ela constrói narrativas que associam corpos dissidentes à ideia de impureza e ameaça à ordem divina. Essa associação reforça o que Ukah (2016) denomina de “corpos sagrados como vasos”, isto é, a concepção de que o corpo humano é um receptáculo do sagrado e, portanto, deve ser regulado segundo parâmetros estritos de pureza sexual e espiritual. Assim, práticas homoafetivas não são apenas rejeitadas em termos individuais, mas enquadradas como

uma ameaça coletiva à comunidade de fé e à própria nação. Como destacam Chitando e Van Klinken (2016), esse discurso religioso é mobilizado para além da esfera espiritual, penetrando nos campos político e jurídico. A chamada “política profética” (Yong, 2010) ilustra esse movimento: líderes pentecostais utilizam sua autoridade religiosa para influenciar políticas públicas e legislações, particularmente no que tange à criminalização das práticas homoafetivas. Desse modo, a religião deixa de ser apenas uma instância de formação ética individual e se torna um ator político ativo, com poder de moldar a vida social e legal da Nigéria. Portanto, os discursos pentecostais sobre a homossexualidade não apenas refletem crenças espirituais, mas operam como instrumentos de regulação social, sustentando sistemas de opressão e exclusão. A homofobia, nesse contexto, não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado de um complexo processo em que religião, política e cultura se entrelaçam, legitimando práticas discriminatórias sob o amparo da fé. Partindo desse ponto de vista, faremos uma análise que será conduzida por meio da seleção de excertos que evidenciem a influência da religiosidade nas atitudes e nos comportamentos das personagens, como, por exemplo, a recusa em expressar afeto em público, como andar de mãos dadas, devido a normas sociais moldadas por valores religiosos. Tais escolhas discursivas serão examinadas à luz da teoria dialógica de Bakhtin, observando como o discurso das personagens revela os embates entre vozes sociais distintas: a voz da fé institucionalizada, a voz da subjetividade individual e a voz do desejo silenciado.

Resultados e Discussões

Construção da personagem Wura O conto *Rain*, da obra *Vagabonds!* (2022), apresenta a trajetória de Wura Blackson, filha de um político e magnata influente em Lagos, na Nigéria. Narrado em terceira pessoa, o texto revela marcas de um discurso jurídico e religioso, evidenciando o modo como a linguagem da personagem é atravessada por diferentes vozes sociais. Nesse sentido, partimos da premissa bakhtiniana de que nenhum discurso é neutro: ele é sempre constituído por múltiplos enunciados anteriores, situados em um campo de interação verbal, no qual diferentes ideologias e posicionamentos sociais se entrelaçam. A personagem, enquanto construção textual, é atravessada por vozes sociais que não são apenas as do autor, mas também as de seu tempo, cultura, religião e contexto histórico. Considerando que Eloghosa Osunde é uma autora nigeriana, suas vivências perpassam inevitavelmente a construção de Wura. A personagem torna-se, assim, um ponto de intersecção entre os discursos dominantes da sociedade nigeriana, especialmente o discurso religioso e o discurso de gênero, e sua subjetividade silenciada. Bakhtin (2015) argumenta que o sujeito enunciativo é essencialmente social, e seu discurso se forma em relação dialógica com o outro, sendo constantemente permeado por valores sociais e ideológicos. No caso de Wura, essa tensão torna-se evidente quando observamos sua tentativa de se alinhar com os valores morais e religiosos esperados de uma mulher respeitável na sociedade pentecostal nigeriana. Isso pode ser visto no seguinte trecho: “She wanted to be right, so badly to be right, to be ushered into the afterlife by a warm, holy light and too well done.” (p.98, anexo 1) O termo “right”, que no dicionário Cambridge é traduzido como “certo”, “justo”, carrega, no contexto religioso, uma carga valorativa ainda mais intensa: ser “certa” implica seguir padrões morais impostos por instituições religiosas, os quais rejeitam qualquer forma de dissidência sexual ou afetiva. A partir da perspectiva bakhtiniana, o que se observa aqui é a internalização de vozes sociais opressoras, que moldam a consciência de Wura e

orientam suas escolhas discursivas e comportamentais. Seu desejo de estar "certa" não é individual, mas socialmente construído: ela deseja corresponder ao ideal de santidade e moralidade determinado por um discurso hegemônico cristão. O discurso de opressão torna-se ainda mais visível no momento em que sua filha, Rain, a confronta: "You've lived your entire life for other people. You've convinced yourself that what they want is what you want. But do you? [...] 'This is Nigeria,' Wura said weakly. 'You won't understand how it is. Wise as you are, you're still a child. You literally came out of nowhere. I live here.'" (p. 99, anexo 2) Nesse trecho, evidencia-se o embate dialógico entre duas vozes distintas: a voz insurgente da filha, que questiona os padrões normativos, e a voz resignada da mãe, que representa a internalização de normas sociais. Quando Wura diz "This is Nigeria", levando em consideração o contexto político, a Nigéria é um país em que a homoafetividade é criminalizada e penalizada, e para além disso, ela não apenas constata um fato geográfico, mas evoca todo um imaginário social opressor que regula o comportamento individual, principalmente no que diz respeito à sexualidade e aos afetos. Em termos bakhtinianos, esse trecho revela um conflito de vozes sociais: a da subjetividade submissa e a da possibilidade de resistência. Embora Wura tenha um relacionamento afetivo com Adura, esse vínculo só é expresso de maneira privada, nunca em espaços públicos. Isso é revelador do quanto seu discurso amoroso é sufocado pelas normas sociais: "The only other person Rain had ever showed her true self to was Wura's heaven – a former lover named Adura. [...] Adura was the only person who had ever heard Wura's real words out of her real mouth." (p.108, anexo 3) A expressão "real words out of her real mouth" aponta para a existência de uma subjetividade que precisa ser silenciada no espaço público, mas que encontra refúgio na intimidade. Esse fragmento revela aquilo que Bakhtin entende como a tensão entre o discurso oficial (autorizado socialmente) e o discurso subterrâneo (íntimo, transgressor). A relação com Adura constitui, portanto, um espaço de resistência simbólica às normatividades impostas. No final do conto, quando uma cliente tenta converter Wura ao cristianismo, observa-se uma cena profundamente dialógica: "Wura," Ms. Kolawole said, her eyes watering. "Please just consider it. Just try God and see." [...] Most sinners she'd told about Jesus Christ were stubborn and argumentative. But Wura was just... there." (p.112, anexo 4) A fala de Ms. Kolawole revela o poder coercitivo do discurso religioso. A palavra "sinners" (pecadores) aqui não se refere apenas à falta de crença ou desobediência religiosa, mas à transgressão de normas sociais legitimadas pela religião, como a orientação sexual. Na lógica do discurso pentecostal vigente, o "pecador" é, muitas vezes, aquele que desafia a estrutura moral dominante. Por outro lado, a reação de Wura, calma, imperturbável, "just... there", revela uma posição de resistência silenciosa. Não é uma recusa explícita, mas um posicionamento subjetivo que desafia o discurso dominante por meio do silêncio. Para Bakhtin, o silêncio também é um enunciado, pois está carregado de sentido e se posiciona em relação ao outro. O silêncio de Wura é, portanto, uma resposta discursiva à tentativa de apagamento de sua subjetividade. A construção da personagem Wura, à luz da teoria dialógica de Bakhtin, evidencia a complexidade de sujeitos que vivem em contextos marcados por discursos opressores. Seu comportamento, suas palavras (ou a ausência delas), seu silêncio e sua relação com Adura compõem uma plurivocalidade que dialoga com o discurso religioso, político e afetivo-cultural da Nigéria contemporânea. Wura é o resultado de um embate constante entre o que se espera socialmente dela e o que, no íntimo, ela deseja expressar. Sua existência é um testemunho das tensões entre o individual e o coletivo, entre o desejo e a norma, entre a submissão e a resistência. Construção de Adura No conto *The Only Way Out Is Through*, da obra *Vagabonds!* (2022), a narrativa se constrói por meio de um conjunto de cartas escritas por Adura após

a morte de Wura. Esse formato epistolar oferece um mergulho profundo em sua subjetividade, revelando com mais nitidez os efeitos da homofobia estrutural e da opressão religiosa sobre sua trajetória. Ao assumirmos uma perspectiva dialógica, conforme os pressupostos de Mikhail Bakhtin, compreendemos que os enunciados de Adura não são meramente individuais: eles carregam o peso das vozes sociais que a atravessam, vozes essas muitas vezes conflituosas, coercitivas e, por vezes, silenciadas. Desde o início do conto, a experiência de Adura é marcada pela necessidade de camuflar sua identidade sexual, o que evidencia a influência de discursos sociais normativos. Um exemplo claro disso está no trecho em que ela rememora seu primeiro relacionamento homoafetivo com uma mulher mais velha: “We rarely went anywhere public together because there was no way to look at both of us, each wearing trousers, and think just friends. She hated it so much, that loud visibility, but I don’t think I understood how much until she came home one day with a ring on her finger. When I asked her about it she told me that her boyfriend had proposed. I didn’t even know she had a boyfriend.”(p.148, anexo 5) Nesse excerto, observamos a presença de um discurso de ocultamento, que perpassa toda a vivência afetiva da personagem. O medo da “loud visibility”, da exposição pública enquanto casal queer, revela o cerceamento da subjetividade e a necessidade de evitar espaços sociais que possibilitem o reconhecimento. Essa negação do corpo e do afeto no espaço público é reflexo de um discurso dominante, que opera como instância reguladora da conduta. Segundo Bakhtin, o discurso é sempre dialógico, construído em resposta a outros discursos já existentes. Assim, o silêncio e o disfarce não são ausência de fala, mas respostas discursivas a uma normatividade violenta. A virada ocorre quando essa mulher retorna com um anel, anunciando o noivado com um homem. Adura, ainda jovem, é confrontada com a força da heteronormatividade e da pressão social. O noivado não é fruto de desejo, mas de sobrevivência, uma estratégia discursiva de adequação às expectativas sociais. Trata-se, portanto, de uma ação discursiva moldada por vozes ideológicas exteriores, como o moralismo religioso e o patriarcado. Mais adiante, Adura relata seu casamento com outra mulher, realizado em um país “progressista”, o que reforça o quanto o contexto geográfico e político interfere nas possibilidades de expressão afetiva: “By the sixth month, while we were traveling together, she said: Let’s get married. There was no ring involved. We committed to each other in a small court in a ‘progressive’ country, and we went to an all-women’s nightclub after.”(p.148, anexo 6) Aqui, o termo “progressive country” é revelador: sugere que a união só foi possível fora da Nigéria, país em que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é criminalizado. O deslocamento geográfico é também um deslocamento discursivo: em solo estrangeiro, o casal encontra liberdade para enunciar sua subjetividade, mas esse espaço é transitório. Ao retornarem à Nigéria, a dissimulação se impõe novamente: “When that holiday was over, we came back to Nigeria. We knew what we were, so it didn’t matter if nobody else did, if people looked at us and saw friends, or sometimes even sisters. What did I care? My baby was mine.”(p.148-149, anexo 7) Esse fragmento evidencia um embate entre a voz íntima (a do afeto vivido) e a voz pública (a da repressão social). A necessidade de manter a aparência de amizade ou parentesco revela que a identidade de Adura é constantemente negociada entre o que ela é e o que pode demonstrar ser. Segundo Bakhtin, todo ato enunciatório é socialmente situado, e o sujeito é constituído nesse cruzamento de vozes. Aqui, a personagem é forçada a performar uma identidade aceitável para manter-se protegida. A performatividade do gênero e da sexualidade ganha ainda mais força quando Adura descreve a decisão de se tornar “o filho que o pai nunca teve”: “Because both of us knew we would rather die than marry men, we had to compromise somehow; we owed our families that. So we decided to become the sons our fathers never

had. Me out of spite, and she out of love.”(p.149, anexo 8) Essa fala é emblemática do conceito bakhtiniano de ideologia materializada no discurso. A escolha por “encarnar” um papel masculino não é espontânea, mas um ato de resistência simbólica moldado pelas pressões familiares e sociais. Trata-se de uma tentativa de driblar a imposição do casamento heterossexual, mas que também evidencia o custo subjetivo da dissimulação. O silenciamento da esposa de Adura diante da discussão do Same-Sex Marriage Prohibition Act (SSMPA), reforça o quanto as vozes institucionais moldam o discurso individual: “You have to stand against it, I said. She told me it was not that easy. I can’t afford that focus on me, she said. Remember what my father said about discretion. I said, Okay babe, but is this still acting? I haven’t seen you in so long. She said I’m here.”(p.151, anexo 9) A resposta “I’m here” é especialmente significativa: ela não se refere à presença física, mas a uma subjetividade desabitada. A personagem já não consegue distinguir onde termina a máscara e começa o eu. A atuação se tornou sua única forma de estar no mundo. Para Bakhtin, isso representa a subordinação do sujeito, que já não consegue se constituir fora dos discursos hegemônicos que o subjugam. Mais adiante, no relacionamento com Wura, Adura carrega as marcas dessas experiências. Ela expressa ceticismo e temor diante da ideia de um amor vivenciado abertamente: “Can’t you see? This is a bubble, a fantasy, an unsustainable fiction. Can’t you see the brutal setting of the story we’re faking? This is Nigeria. Even if we manage not to kill each other, they might still find us and eat us.”(p.153, anexo 10) A metáfora da bolha como espaço irreal denuncia a fragilidade do refúgio íntimo diante do peso das vozes exteriores. A repetição de “This is Nigeria”, também dita por Wura em Rain, funciona como um refrão ideológico, que expressa a imobilidade do contexto social e sua força disciplinadora. O amor entre mulheres, segundo Adura, é uma ficção insustentável na realidade nigeriana. Ainda assim, Wura insiste: “You said: Go with your body; rest, lie your head here, rest; make a home here, rest. You made it look easy to say a thing like that in a country like ours, with families like ours.”(p.153-154, anexo 11) Essa fala marca o embate entre duas vozes internas: a da esperança e a do trauma. Wura representa a possibilidade de acolhimento, de casa, de descanso. Mas, para Adura, essas palavras soam como utopias discursivas, incompatíveis com a realidade opressora em que vivem. A culminância dessa tensão aparece quando Adura menciona: “But Wura, my eyes were not good then. My eyes were all statistics. How many loves do we know that have survived this country’s hate, even when both parties had the best intentions?” (p.154, anexo 12) Adura vê o mundo pelos olhos da violência sofrida. Suas “estatísticas” não são números frios: são os ecos de histórias de dor, silenciamento e morte. O discurso dela é, como propõe Bakhtin, plurivocal, pois carrega a voz de outras existências queer esmagadas pela homofobia institucionalizada. Não há espaço para ingenuidade; o trauma acumulado dá forma a cada escolha, cada recusa, cada afastamento. A análise da personagem Adura, à luz da teoria dialógica de Bakhtin, evidencia como sua subjetividade é constituída em meio a um embate constante entre vozes sociais conflitantes. Seus discursos revelam a luta entre o desejo e o medo, entre o amor e a opressão, entre a identidade íntima e o papel socialmente aceitável. Em contraste com Wura, que opta por um silêncio pacífico e esperançoso, Adura é marcada pela denúncia, pelo realismo cru e pela consciência política. Ambas, no entanto, são construídas por discursos atravessados por ideologias religiosas, familiares, jurídicas e culturais que operam como forças reguladoras da linguagem e da vida. Adura é, portanto, uma personagem cuja narrativa encarna o que Bakhtin define como especificum da linguagem social, um sujeito falante que, ao enunciar, convoca não apenas a si mesma, mas o mundo social que a constitui.

Conclusão

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar como a religiosidade afeta a construção subjetiva das personagens Wura e Adura na obra *Vagabonds!* (2022), da autora nigeriana Eloghosa Osunde. Para alcançarmos tal objetivo, em primeiro lugar, foi apresentada, na introdução, a relevância do campo da literatura africana queer e a necessidade de uma análise que considerasse as especificidades culturais, políticas e religiosas do continente africano. Em seguida, na seção de metodologia, destacamos a natureza bibliográfica da pesquisa e a fundamentação na teoria dialógica de Bakhtin, que permitiu compreender o discurso como espaço de plurivocalidade, atravessado por vozes sociais, religiosas e culturais. Posteriormente, na seção de resultados e discussões, analisamos a construção das personagens Wura e Adura, evidenciando como seus discursos e práticas são atravessados por tensões entre religiosidade, identidade e desejo. Com base nessa discussão, podemos responder à pergunta de pesquisa afirmando que a religiosidade exerce papel central na constituição das subjetividades de Wura e Adura. Ela atua como força reguladora que molda seus modos de falar, agir e amar, restringindo a expressão de seus afetos no espaço público e impondo narrativas de ocultamento e resistência. Ao mesmo tempo, os discursos dessas personagens revelam espaços de fissura e contestação, nos quais a subjetividade queer se afirma, mesmo que de forma silenciosa ou subterrânea. Assim, conclui-se que a religiosidade, longe de ser apenas pano de fundo, constitui-se como elemento determinante na construção das personagens e na complexa trama de opressão e resistência que marca suas existências. Além de analisar a complexa relação entre religiosidade e subjetividade queer, esperamos que esse estudo contribua para a expansão do campo da literatura africana no Brasil, ao apresentar uma análise detalhada da obra *Vagabonds!* sob uma perspectiva teórica que integra a teoria dialógica de Bakhtin. Ao destacar a plurivocalidade dos discursos das personagens, a pesquisa revela a natureza multifacetada das resistências e opressões vivenciadas por indivíduos queer em contextos religiosos e sociais repressivos. Essa abordagem aprofunda a compreensão de como a literatura pode servir como um espelho e um espaço de contestação, refletindo e, ao mesmo tempo, subvertendo as normas hegemônicas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Teoria do romance 1: A estilística. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. 256 p. 123-166

BAKHTIN, Mikhail. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Tradução de Aurora F. Bernardini et al. 5.ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p.13-70.

HUMAN RIGHTS WATCH. Tell Me Where I Can Be Safe: The Impact of Nigeria's Same-Sex Marriage Prohibition Act. 20 out. 2016. Disponível em: https://www.hrw.org/report/2016/10/20/tell-me-where-i-can-be-safe/impact-nigerias-same-sex-marriage-prohibition-act?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 15 jul. 2025.

HUMAN DIGNITY TRUST. Country Profile: Nigeria. [2025]. Disponível em: <https://www.humandignitytrust.org/country-profile/nigeria/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LOVE, Heather. *Feeling Backward: Loss and the Politics of Queer History*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

OSUNDE, Eloghosa. *Vagabonds!*. New York: Riverhead Books, 2022.

UKAH, Asonzeh. Sexual bodies, sacred vessels: Pentecostal discourses on homosexuality in Nigeria. In: CHITANDO, Ezra; VAN KLINKEN, Adriaan (ed.). *Christianity and Controversies over Homosexuality in Contemporary Africa*. London; New York: Routledge, 2016. p. 21-37.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: GRILLO, Sheila; VÓLKOVÁ AMÉRICO, Ekaterina (org.). *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

Tradução dos fragmentos, sinalizados com o número da página onde se encontra a passagem, tendo em vista que já é sabido o nome do autor (Osunde) e a data da obra (2022).

Anexo 1 - Minha tradução: “Ela queria estar certa, queria tanto estar certa, ser conduzida para a vida após a morte por uma luz quente e sagrada e ouvir um ‘muito bem’”

Anexo 2 - Minha tradução: “Você viveu a sua vida inteira para outras pessoas. Você se convenceu de que o que elas querem é o que você quer. Mas é mesmo? [...] ‘Isto é a Nigéria’, disse Wura, debilmente. ‘Você não vai entender como é. Por mais sábia que seja, você ainda é uma criança. Você literalmente veio do nada. Eu vivo aqui.’”

Anexo 3 - Minha tradução: “A única outra pessoa a quem Rain já havia mostrado seu verdadeiro eu foi para o paraíso de Wura, uma antiga amante chamada Adura. [...] Adura foi a única pessoa que já ouviu as palavras reais de Wura, saídas de sua boca real.”

Anexo 4 - Minha tradução: “Wura”, disse a Sra. Kolawole, com os olhos marejados. “Por favor, apenas considere. Apenas experimente Deus e veja.” [...] A maioria dos pecadores a quem ela havia falado sobre Jesus Cristo era teimosa e argumentativa. Mas Wura estava apenas... ali.”

Anexo 5 - Minha tradução: “Raramente saíamos juntas em público porque não havia como olhar para nós duas, cada uma vestindo calças, e pensar que éramos apenas amigas. Ela odiava tanto isso, aquela visibilidade ruidosa, mas acho que eu não entendia o quanto até que um dia ela voltou para casa com um anel no dedo. Quando perguntei sobre aquilo, ela me disse que o namorado havia lhe pedido em casamento. Eu nem sequer sabia que ela tinha um namorado.”

Anexo 6 - Minha tradução: “No sexto mês, enquanto viajávamos juntas, ela disse: ‘Vamos nos casar.’ Não havia anel algum. Nós nos unimos diante de um pequeno tribunal, em um país ‘progressista’, e depois celebramos em uma boate só para mulheres.”

Anexo 7 - Minha tradução: “Quando aquelas férias chegaram ao fim, voltamos para a Nigéria. Nós sabíamos quem éramos, e isso bastava, não importava se ninguém mais sabia, se nos olhavam e viam apenas amigas, ou até irmãs. Que diferença fazia? O que importava é que minha amada era minha.”

Anexo 8 - Minha tradução: “Porque ambas sabíamos que preferíamos morrer a casar com homens, tivemos de encontrar algum tipo de compromisso; devíamos isso às nossas famílias. Assim, decidimos nos tornar os filhos que nossos pais nunca tiveram. Eu, por despeito; ela, por amor.”

Anexo 9 - Minha tradução: “Você precisa se posicionar contra isso, eu disse. Ela respondeu que não era fácil. ‘Não posso me dar ao luxo de ter todos os olhos sobre mim’, disse ela. ‘Lembre-se do que meu pai dizia sobre discrição.’ Eu disse: ‘Tá certo, amor... mas isso ainda é só atuação? Faz tanto tempo que não te vejo de verdade.’ Ela respondeu: ‘Eu estou aqui.’”

Anexo 10 - Minha tradução: “Você não vê? Isto é uma bolha, uma fantasia, uma ficção insustentável. Não enxerga o cenário brutal da história que estamos fingindo viver? Isto é a Nigéria. Mesmo que consigamos não nos destruir uma à outra, eles ainda podem nos encontrar... e nos devorar”

Anexo 11 - Minha tradução: “Você disse: Siga o seu corpo; descanse, deite a cabeça aqui, descanse; faça daqui o seu lar, descanse. Você fez parecer tão fácil dizer algo assim em um país como o nosso, com famílias como as nossas.”

Anexo 12 - Minha tradução: “Mas, Wura, meus olhos não eram bons naquela época. Meus olhos eram só estatísticas. Quantos amores conhecemos que sobreviveram ao ódio deste país, mesmo quando ambos tinham as melhores intenções?”

CÓDIGO: HS0312

AUTOR: OLINTO RENAN DE SOUZA

ORIENTADOR: RENATO AMADO PEIXOTO

TÍTULO: A “Columna do Centro”: Palco de debates católicos no principal jornal da década de 1930

Resumo

A “Columna do Centro” foi um importante espaço de debates proporcionado pelo Centro Dom Vital dentro do “O Jornal”, um dos principais periódicos do Brasil no período varguista e pertencente a um dos mais poderosos homens da época: Assis Chateaubriand. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca analisar o contexto político, religioso e intelectual que permeia essa coluna que também possui uma característica distinta dos demais meios de comunicação católica da época: A coluna abrangia debates de religiosos com tendências tanto da direita quanto esquerda política, o que torna a coluna um material abrangente para o estudo do pensamento político e religioso de sua época, mostrando como essas ideias divergentes se chocavam e se encontravam dentro de um mesmo meio de comunicação que era divulgado para o público geral e não só de fiéis católicos. A pesquisa irá demonstrar os primeiros resultados da análise da “Columna do Centro”, iniciada em 1934, os temas apresentados e as diferenças com a revista “A Ordem” publicada pelo centro nessa mesma época. Assim como sugere a orientação do Profº Renato Amado Peixoto, iremos identificar a criação de redes e sistemas simbólicos dentro desse contexto religioso como conceitua Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: O Jornal, Década de 1930, Intelectualismo, Catolicismo, Política.

TITLE: The “Columna do Centro”: Stage for Catholic debates in the main newspaper of the 1930s

Abstract

The “Columna do Centro” was an important space for debates provided by the Dom Vital Center within “O Jornal”, one of the main periodicals in Brazil during the Vargas period and belonging to one of the most powerful men of the time: Assis Chateaubriand. From this perspective, the present work seeks to analyze the political, religious and intellectual context that permeates this column, which also has a distinct characteristic from the other Catholic media of the time: The column covered debates of religious

people with tendencies from both the political right and left, which makes the column a comprehensive material for the study of the political and religious thought of its time, showing how these divergent ideas they clashed and met within the same means of communication that was disseminated to the general public and not only to the Catholic faithful. The research will demonstrate the first results of the analysis of the "Columna do Centro", started in 1934, the themes presented and the differences with the magazine "A Ordem" published by the center at the same time. As suggested by the guidance of Prof. Renato Amado Peixoto, we will identify the creation of networks and symbolic systems within this religious context as conceptualized by Pierre Bourdieu.

Keywords: O Jornal, 1930s, Intellectualism, Catholicism, Politics.

Introdução

A década de 1930 foi marcada por diversos movimentos políticos que culminaram com mudanças significativas para o Brasil e sua organização social, foi início do período que ficaria conhecido como “A Era Vargas”. Em meio a essas transformações políticas, havia por parte dos religiosos e leigos da Igreja Católica, a preocupação com a recristianização da sociedade estava presente em discursos e escritos como os de D. Sebastião Leme. Um dos principais religiosos de sua época, tendo sido arcebispo de Olinda e Recife e do Rio de Janeiro, D. Leme teve papel importante em meio a Revolução de 30 e era um dos principais influenciadores da cristianização. Leme se concentrou na formação de uma intelligentsia católica, oriunda das fileiras da classe média alta, capaz de fazer frente ao anticlericalismo, ao ateísmo e à indiferença religiosa das elites republicanas. (Cava, 1975). É em meio a essa busca pela intelectualidade católica, que em 1922 nasce o Centro Dom Vital, no mesmo ano que ocorreu a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e o movimento tenentista. O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. (Ferreira, Pinto, 2006). Porém, um ano antes Jackson de Figueiredo lança a revista A Ordem, que mais tarde se vincularia ao Centro Dom Vital. O professor Cândido Moreira Rodrigues irá apresentar em seu livro A Ordem: uma revista de intelectuais católicos 1934-1945, a importância de se estudar sobre essa revista que representou o primeiro canal de expressão das ideias católicas por leigos e intelectuais: - a revista A Ordem - ganha importância, como órgão de difusão das propostas de reordenação do país nos moldes cristãos, agregando intelectuais que se consideravam o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e imprimir novos rumos ao País. (Rodrigues, 2005. p,16) Nos anos de 1930, após pedidos de D. Sebastião Leme, nesse período arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Assis Chateaubriand abre espaço para uma coluna católica dentro do “O Jornal”, que já possuía uma coluna protestante há anos. Esse encontro entre D. Leme e Chateaubriand é apresentado na biografia Chatô, o Rei do Brasil de Fernando Moraes: Ao visitar o influente d. Sebastião Leme, arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, ouviu um pedido do prelado: já que O Jornal mantinha há muitos anos uma coluna diária sobre o protestantismo, por que não criar outra, sobre o catolicismo? A única exigência que a Igreja fazia, se o pedido fosse atendido, é que as duas colunas saíssem em lugares diferentes do jornal, nunca lado a lado. (Moraes, 1994. p,101) Dessa forma, em Dezembro de 1934 se inicia as publicações da “Columna do Centro” nas páginas do “O Jornal”, tendo como primeiro escritor Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, principal líder e intelectual do Centro Dom Vital nessa época: Alceu começa a atividade de crítico literário em O Jornal, o que se dá especificamente no dia 17 de junho, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde. Sua correspondência com Jackson de Figueiredo tem início em 1919 e vai até o final de 1928, ano de sua conversão ao catolicismo, e momento a partir do qual Alceu se torna diretor de A Ordem e passa também a presidir o Centro Dom Vital, após a morte de Jackson. (Rodrigues, 2012. p,17) O primeiro texto publicado na “Columna” teve como título “Propósitos” no dia 02/12/1934, edição 04643 do “O Jornal”, nesse texto Tristão de Athayde apresenta os objetivos desta coluna que estava se iniciando, trazendo uma característica que se diferenciava dos outros meios de expressão católica: A coluna abriria espaço para diversas opiniões políticas e filosóficas divergentes, mas que Tristão aponta que nenhuma dessas opiniões definiria a linha política do Centro. Dessa forma, o presente artigo busca analisar o contexto e os temas das primeiras publicações da “Columna do Centro” dentro do “O Jornal”.

Metodologia

Ao pesquisar notícias sobre o catolicismo no periódico “O Jornal”, ficou evidente como a “Columna do Centro” se destaca como um meio de comunicação e informação católico abrangente em meio a um periódico não religioso, o que difere muito da revista “A Ordem” produzida e direcionada para o público católico. Dessa forma, a “Columna” se apresentou como uma fonte com bastante possibilidade para pesquisa e análise sobre os debates católicos e políticos, além de refletir como esses intelectuais que a escreviam se posicionaram perante temas que estavam em questão nesse período, como o comunismo, esterilização e educação. Além de temas de cunho cultural, como o teatro, poesia e literatura que possam ter algum choque ou ligação com os dogmas católicos. Ao observar a falta de trabalhos que utilizassem a “Columna do Centro” como principal objeto e fonte de pesquisa, o tema se mostrou necessário e importante para as discussões envolvendo o catolicismo no Brasil durante a década de 1930. Dessa forma, a partir da construção de uma tabela com as informações de publicação da coluna foi possível observar e distinguir os temas, nomes dos autores e as datas em que a “Columna do Centro” esteve presente no “O Jornal”, o que de início ocorreu de forma diária para mais tarde se tornar esporádica. Como recorte temporal, iniciamos a pesquisa a partir do ano de 1937, que era a data de pesquisa do meu plano de trabalho original. Porém, após observarmos a importância e as possibilidades em trabalhar com a “Columna do Centro” recuamos ao ano de início da coluna: 1934.

Resultados e Discussões

Utilizando de ideias apresentadas por Pierre Bourdieu, podemos pensar a “Columna” como um sistema simbólico e ideológico católico, como é apresentado em sua obra “O Poder simbólico”, em que Bourdieu irá apresentar características dessa formação de um sistema simbólico: Os «sistemas simbólicos» distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo (Bourdieu, 1989. p. 12) Na produção da “Columna do Centro”, podemos observar uma variação das duas formas de produção do sistema simbólico, tendo em vista que havia ali a produção de conteúdo intelectual católico feita por pensadores pertencentes a um determinado grupo como era o Centro Dom Vital e circulava graças ao “O Jornal” do Assis Chateaubriand, que se apropriou dos debates católicos para manter uma boa relação com a Igreja e também expandir o alcance do seu periódico a partir da leitura do público religioso. Os leitores que folhassem o “O Jornal” podiam se encontrar com os temas da coluna e se sentirem provocados por seus debates, havia ali a possibilidade de observar as opiniões políticas desses intelectuais e notar algumas problemáticas como alerta ou defesa de ideias que estavam sendo difundidas mundialmente naquela época, que também construíam o sistema simbólico desses católicos que expressavam seus ideais políticos. Tendo em vista que o “O Jornal” não eram um periódico de cunho religioso, e sim um difusor de diversas notícias do dia-a-dia que envolvia desde páginas sobre a situação política mundial à resultados esportivos, o seu público também era diverso, o que possibilita muitos não-católicos a se depararem com os debates da coluna. O que se observou durante a pesquisa, também foi a proximidade que estava se dando entre a Igreja e o governo, algo que desde o fim do Império não havia ocorrido. Como irá relatar o professor Renato Amado Peixoto em seu livro “O Sistema dos Céus”: O projeto católico se alinharia, gradualmente, com as posições do Governo Vargas, na medida em que, mingando os apoios políticos a este, se estabeleceu a oportunidade para que a Igreja Católica pudesse emprestar seu apoio à continuidade política, reavendo, em troca, boa parte da influência que havia perdido com a ascensão da República. (Peixoto, 2024. p. 46) Apesar da proximidade entre a Igreja e o Governo, os intelectuais que expressavam suas ideias na “Columna do Centro” não possuíam tanto alinhamento, podemos analisar a partir dos seus próprios títulos, que havia grandes divergências dentro da intelectualidade que estava sendo construída pelo Centro Dom Vital. Um exemplo que podemos citar são as edições 04644 e 04645 do “O Jornal”, em que os textos da coluna saíram com os seguintes títulos: “Christo e o proletário” e “Propaganda comunista na universidade”, onde podemos ver que havia ali pensadores que estavam em busca da junção dos pensamentos socialistas com os dogmas religiosos, mas também aqueles que viam no comunismo um grande perigo para a fé e sociedade. Um dos principais defensores das ideias socialistas nas publicações da coluna foi Heraclito Sobral Pinto, advogado que se destacou durante muito tempo como defensor da democracia e dos direitos humanos, além de ficar conhecido por seu trabalho como advogado de presos políticos. Podemos observar sua tendência política

em trechos como esse de 04 de Dezembro de 1934: Nem podia ser de outra forma. Quem despreza a Christo despreza o operario. Quem desconhece o operario desconhece a Christo. Pois, antes de iniciar a sua doutrinação publica do amor ao proximo, Christo quiz prégá-lo, com o seu exemplo a doutrinação do trabalho, exercendo, na modesta officina de São José, a humilde profissão de carpinteiro. (Christo e o proletario, 1934) Em contrapartida a Sobral Pinto, o Dr. Hamilton Nogueira, médico e também professor de higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na edição seguinte analisa o discurso do orador da turma formanda de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, acusando-o de propagar ideias comunistas: Abusando da confiança dos colegas que o escolheram para interpretar o sentimento colectivo, o doutorando orador aproveitou-se para manifestar as suas idéas comunistas. Criticado pelos collegas, que se viram burlados na escolha que tinham feito (Propaganda (...) 1934) Durante a pesquisa, pudemos notar a variedade de autores da “Columna do Centro”, que eram desde médicos, engenheiros à profissionais da educação, incluindo mulheres que tiveram espaço de importante expressão dentro do principal jornal desse período, além de estarem escrevendo dentro de um espaço intelectual de predominância masculina como era o Centro Dom Vital. Duas mulheres que destaco nesse início da coluna são Carolina Nabuco e Laura Jacobina Lacombe, que logo no primeiro mês de coluna, lançaram textos que iam além do debate entre comunismo e anticomunismo, trouxeram temas como o da educação que posteriormente vai ser muito debatido na coluna e a questão cultural como o cinema e teatro, como poderá ser lido no texto de Carolina Nabuco: Por ser artisticamente muito mais adeantado do que o cinema noticioso, o cinema dramatico prefere sempre traduzir a emoção de uma cerimonia religiosa por algum indício humano - uma lagrima a correr, ou labios a murmurarem preces no meio da assistencia do que por um gesto do rito. (Culto e cinema, 1934) Em textos como o de Carolina Nabuco, podemos analisar como os aspectos culturais estavam ligados às preocupações dos católicos que buscavam criar a linha intelectual da Igreja no Brasil, assim durante todo o período em que a “Columna do Centro” foi publicada, era frequente os textos que criticavam ou analisavam peças teatrais entre outras expressões culturais. Havia então a busca pela formulação de um ideal cultural católico, mas que pela própria variação de ideias presentes entre a rede de pensadores do catolicismo não tornava possível a padronização de uma linha ideal filosófica. Na obra A Ordem: uma revista de intelectuais católicos 1934-1945 do professor Cândido Rodrigues, é feita a análise dos ideais católicos do filósofo Jacques Maritain, ao abordar o tema da cultura para o catolicismo, o professor Cândido apresenta uma análise do pensamento cultural de Maritain: A cultura representa, para Maritain, a ação da razão e das virtudes sobre a natureza humana como algo natural ao homem, ou seja, na cultura, estaria a linha das inclinações fundamentais da natureza humana: “O trabalho da razão e das virtudes é natural no sentido em que ele está conforme às inclinações essenciais da natureza humana”. (Rodrigues, 2005, p.100) Sendo Jacques Maritain um dos principais pensadores do catolicismo de seu tempo, é importante pensarmos a influência de seu posicionamento sob os intelectuais brasileiros, principalmente os integrantes do Centro Dom Vital. Os aspectos culturais do cotidiano brasileiro vão ser uma das preocupações apresentadas durante a publicação da “Columna do Centro”. Com o avanço do fascismo mundialmente, o tema se tornou parte das questões católicas, levantando questionamentos de como a Igreja se apresentaria em meio ao crescimento do fascismo, como o professor Renato Amado Peixoto irá apresentar: (...) em fins de 1934 a Igreja se via ante a necessidade de ter de manter a sua postura extrapartidária e, ao mesmo tempo, discernir uma atitude em relação ao avanço do integralismo e dos aliancismo na arregimentação do clero e dos leigos católicos (Peixoto, 2016). O fascismo foi pensado de maneiras diversas pelos escritores da coluna, tendo em vista sua variação ideológica, dessa forma dentro das opiniões apresentadas na coluna, destaco aqui os discursos de neutralidade ou relativização. Trago como exemplo, o trecho de Abril de 1937, escrito por Paulo de Damasco para a “Columna do Centro”: Se hoje ella combate mais o communismo do que o fascismo, amanhã poderá vir a combater mais este do que aquelle, conforme o desenvolvimento do ponto de vista político doutrinário deste ou daquelle em fave da Verdade verdadeira, porque o que importa á Igreja neste mundo, é defender, por Deus, os opprimidos é, por Deus nunca dar treguas á injustiça, ao odio, ao erro, á violencia sejam quaes forem as suas fôrmas e as suas designações. (A Igreja em face (...) 1937) As opiniões políticas muitas vezes vão bater de frente com o pensamento religioso desses pensadores, o que podemos notar a mudança e variação dos próprios durante seus percursos pelo Centro Dom Vital. Muitos como Alceu Amoroso Lima e Heraclito Sobral Pinto, veram a passagem da Era Vargas, a Segunda Guerra Mundial e também o Golpe Militar de 1964, dessa forma é natural que os pensamentos políticos fossem se adaptando através dos acontecimentos que iriam abalar a sociedade brasileira. Podemos assim, pensar a “Columna do Centro” como um recorte temporal dentro da jornada intelectual de seus escritores.

Conclusão

O estudo sobre a formação da rede intelectual católica nos revela um retrato não só dos fiéis católicos, mas também da sociedade brasileira e sua cultura, pois os intelectuais que faziam parte do Centro Dom Vital nos anos de 1930, estavam presente em outros aspectos sociais: Eram advogados que defendiam os seus interesses de liberdade e política, médicos que atuavam também em universidades, engenheiros que trabalharam em construções marcante da época como o Cristo Redentor e educadores que buscavam discutir os próximos passos da educação brasileira. São essas atuações que vemos serem trabalhadas na coluna, é a visão da sociedade em que esses indivíduos estão inseridos que é retratada por eles na coluna sob o prisma da religião católica. Desse modo, analisar a coluna torna-se um desafio de buscar entender como a visão desses intelectuais refletem a vida social do Brasil dos anos de 1930, seus problemas políticos e seu cotidiano cultural. Os diversos temas apresentados pela “Columna do Centro” também apresentaram a possibilidade de futuros aprofundamentos e estudos de casos que podemos trabalhar dentro das pesquisas do grupo e sob as orientações do professor. Em resumo, a “Columna do Centro” ainda pode gerar muitas discussões e futuros trabalhos onde os questionamentos, temas e personalidades que se encontram nesses primeiros resultados de análise podem retornar e também serem melhores trabalhados sob diversas perspectivas de pesquisa.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico: memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964. Novos Estudos – CEBRAP, n. 12, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta . Rio de Janeiro: CPDOC, 2006

MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PEIXOTO, Renato Amado. Da Liga Eleitoral Católica à Reação Nacionalista: o percurso do catolicismo brasileiro rumo à colusão com o fascismo. Revista Brasileira de História das Religiões, [S.I.], v. 29, n. , p. 297-332, Setembro/Dezembro, 2017.

PEIXOTO, Renato Amado. O Sistema dos Céus: a colusão entre catolicismo, facismo e marxismo no Rio Grande do Norte (1930-1960). Passo Fundo: Acervus, 2024.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Aproximações e conversões: o intelectual alceu amoroso lima no brasil dos anos 1928-1946. São Paulo: Alameda, 2012.

RODRIGUES, Cândido Moreira. A Ordem: uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945. Belo Horizonte: Autêntica FAPESP, 2005.

VITAL, Centro Dom. Galeria de Presidentes: conheça a biografia dos presidentes do centro dom vital, desde jackson de figueiredo com a fundação do cdv em 1922 até hoje. Disponível em: <https://centrodomvital.com.br/sobre/galeria-de-presidentes/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MEDICINA, Academia Nacional de. Hamilton de Lacerda Nogueira. Disponível em: <https://www.anm.org.br/hamilton-de-lacerda-nogueira/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

JORNAL:

PROPOSITOS. O Jornal. Rio de Janeiro: 02/12/1934.

CHRISTO E O PROLETARIO. O Jornal. Rio de Janeiro: 04/12/1934.

PROPAGANDA COMUNISTA NA UNIVERSIDADE. O Jornal: 05/12/1934.

CULTO E CINEMA. O Jornal: 28/12/1934.

A IGREJA EM FACE DO COMMUNISMO E DO FASCISMO. O Jornal: 07/04/1937.

Anexos



Tabela do primeiro mês de publicação da “Columna do Centro” no “O Jornal”



Parte 2



Parte 3

CÓDIGO: HS0315

AUTOR: JOSUE ANTAO DO NASCIMENTO JUNIOR

ORIENTADOR: LISABETE CORADINI

TÍTULO: Acervos, arquivos e constituição de memórias

Resumo

Este projeto de Iniciação Científica teve como objetivo investigar e se aprofundar sobre a construção de memórias, imagens e trabalhos do cotidiano, com foco em aprofundar a relação entre passado e presente. A relevância do estudo está em buscar os espaços da universidade como ponto focal dessas discussões e trazer a comunidade a acessar esses espaços. Com a orientação, desenvolveu-se uma abordagem teórico-prática visando contribuir com a busca pela memória e a imagem.

Palavras-chave: Antropologia; Antropologia Visual; Acervos; Debates

TITLE: Scientific Initiation Project Report

Abstract

This Scientific Initiation project aimed to investigate and delve deeper into the construction of memories, images, and everyday work, focusing on deepening the relationship between past and present. The study's relevance lies in seeking university spaces as a focal point for these discussions and bringing the community into these spaces. With guidance, a theoretical-practical approach was developed to contribute to the search for memory and images.

Keywords: Anthropology; Visual Anthropology; Collections; Debates

Introdução

Este projeto de Iniciação Científica teve como objetivo investigar e se aprofundar sobre a construção de memórias, imagens e trabalhos do cotidiano, com foco em aprofundar a relação entre passado e presente. A relevância do estudo está em buscar os espaços da universidade como ponto focal dessas discussões e trazer a comunidade a acessar esses espaços. Com a orientação da professora Lisabete Coradini e o Núcleo de Antropologia Visual (NAVIS), desenvolveu-se uma abordagem teórico-prática visando contribuir com a busca pela memória e a imagem.

Metodologia

O NAVIS tem como responsabilidade desenvolver questões e debates a partir dos temas das imagens em disputa: direitos, corpos e estéticas da resistência. Estes principais temas centralizou trabalhos que exploraram o cinema, a fotografia, o desenho e outras práticas visuais como ferramentas, críticas para refletir sobre governança, desigualdade, direitos humanos e justiça social. Interessa-nos o potencial das imagens para denunciar violações, provocar debates públicos e fortalecer lutas sociais. Foram acolhidas propostas que trataram de temas como liberdade de expressão, privacidade e uso não consentido de imagens; inteligência artificial; algoritmos e redes sociotécnicas; discriminação e relacionadas à estigmas visuais; bem como abordagens sobre políticas públicas e imagens juventude, cidades, mulheres, pessoas com deficiência, igualdade racial e identidades marginalizadas. Também foram feitas análises sobre biografias, imagens que mobilizam questões de corpo, memória, arquivos, práticas artísticas, museus, curadoria, arte de rua e ruínas urbanas.

Resultados e Discussões

Fundamentalmente, os trabalhos com esse tema iniciaram-se ainda no segundo semestre de 2024. Mais precisamente no mês de agosto, tivemos a IV Mostra Digital de Ensaios Visuais. A Mostra realizou-se inteiramente online, realizada entre 02/12/2024 e 06/12/2024, aceitando produções nacionais e internacionais com temas livres apresentados em português. Os ensaios visuais deveriam ter qualidades narrativas e descritivas, resultado de pesquisas ou projetos artísticos que abordam realidades socioculturais com temas caros à Antropologia. Realizado anteriormente, mas anunciado no mesmo período da IV Mostra, a V Mostra Latino-americana de Filmes Etnográficos NAVIS 2024. Essa rica experiência contou com uma semana de realização e exibição de filmes especificamente latino-americanos. Nesta edição, buscamos obras audiovisuais que apresentem qualidades narrativas e descritivas, técnicas e estéticas, resultado de pesquisas ou de projetos artísticos de caráter acadêmico. Em outubro do mesmo ano, realizamos atividades presenciais importantes que tiveram a participação de outras áreas da universidade, inclusive internacionais. Um desses exemplos foi a realização do Minicurso presencial sobre autobiografias e pesquisas audiovisuais participativas, com o Dr. José Ribeiro (Instituto de Investigação em Design Media e Cultura do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (ID+IPCA, Portugal). Neste curso presencial, foi proposto o contato com saberes que conectam artes, ciências sociais, educação, cinema e comunicação social, explorando debates teóricos e práticos sobre autobiografias e autosociobiografias na Comunicação Social, Antropologia Visual, Cinema, Educação, e Cultura Visual. Além disso, Métodos e Técnicas de Pesquisa em formatos visual, sonora e audiovisual. Na mesma semana, realizamos uma Oficina com integrantes do NAVIS na efetivação da atividade. O NAVIS trouxe a oportunidade de aprendizado prático e reflexivo com a oficina (Re)Tecer Metodologias: entre Desobediências e Remendos, facilitada por Gabriela Santos, bordadeira, educadora e mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRN). A oficina foi presencial e propôs uma abordagem inovadora ao aliar o bordado à prática antropológica.

Conclusão

Estes projetos se encaixam em minha graduação como algo imperdível para a formação como Cientista Social. Não somente pelos méritos que há em participar de um projeto que se aprofunda sobre as temáticas do mesmo, mas também na oportunidade de contribuir e fortalecer a universidade pública, gratuita e de qualidade que se espera.

Referências

Manual de etnografia - Marcel Mauss, 1947 O estudo da Imagem Fotográfica na Antropologia Visual – ensaio de Ana Sofia Caldeira, Universidade Nova de Lisboa, 2013 Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação – paper de José da Silva Ribeiro na Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, V. 48 Nº 2.

CÓDIGO: HS0338

AUTOR: HELLORA HIUENNY DE LIMA LUCENA

ORIENTADOR: REGINA SIMON DA SILVA

TÍTULO: A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA CONSTRUÇÃO DO
COMPORTAMENTO FEMININO NA OBRA AVES SIN NIDO DE CLORINDA
MATTO DE TURNER

Resumo

O romance *Aves sin nido* (1889), de Clorinda Matto de Turner, revela criticamente o papel central da Igreja Católica na formação dos valores morais e sociais do Peru do século XIX, especialmente no que tange ao comportamento feminino. A autora denuncia como a instituição religiosa, em aliança com o poder político e econômico, impõe um modelo de submissão e pureza às mulheres, confinando-as a papéis passivos e dependentes. Essa pesquisa tem como finalidade desvelar as restrições à autonomia e agência das mulheres, bem como a naturalização da subordinação feminina no contexto do Peru do século XIX, conforme retratado pela autora. Estudo qualitativo embasado nas pesquisas bibliográficas de Gerda Lerner com *A Criação do Patriarcado* (1993) e Michelle Perrot com *Minha História das Mulheres* (2007) como base teórica. Foi possível analisar que as personagens femininas são condicionadas a viver segundo ideais de abnegação, sacrifício e silêncio, reforçados tanto pelos sermões eclesiais quanto pela educação religiosa. Entretanto, Matto de Turner também apresenta figuras femininas de elite branca letrada que, mesmo dentro das limitações impostas, demonstram moral e consciência crítica diante das injustiças, desafiando os dogmas religiosos. Dessa forma, a obra questiona a autoridade da Igreja como formadora ética e propõe uma reflexão sobre a emancipação feminina em contextos coloniais e patriarcais.

Palavras-chave: Igreja Católica. Comportamento Feminino. Clorinda Matto de Turner.

TITLE: THE INFLUENCE OF THE CHURCH ON THE CONSTRUCTION OF
FEMININE BEHAVIOR IN THE WORK AVES SIN NIDO BY CLORINDA MATTO
DE TURNER

Abstract

The novel *Aves sin nido* (1889), by Clorinda Matto de Turner, critically reveals the central role of the Catholic Church in shaping moral and social values in 19th-century Peru, especially with regard to female behavior. The author denounces how the religious institution, in alliance with political and economic power, imposes a model of submission and purity on women, confining them to passive and dependent roles. This research aims to reveal the restrictions on women's autonomy and agency, as well as the naturalization of female subordination in the context of 19th-century Peru, as portrayed by the author. This qualitative study is based on the bibliographic research of Gerda Lerner in *The Creation of Patriarchy* (1993) and Michelle Perrot in *My History of Women* (2007) as a theoretical basis. It was possible to analyze that female characters are conditioned to live according to ideals of self-denial, sacrifice, and silence, reinforced both by ecclesiastical sermons and religious education. However, Matto de Turner also presents female figures from the educated white elite who, even within the imposed limitations, demonstrate morality and critical awareness in the face of injustice, challenging religious dogmas. In this way, the work questions the authority of the Church as an ethical educator and proposes a reflection on female emancipation in colonial and patriarchal contexts.

Keywords: Catholic Church. Female Behavior. Clorinda Matto de Turner.

Introdução

Martina Matto Usandivas nasceu em Cusco, em 11 de novembro de 1852. Depois de conhecer seu marido, Joseph Turner, ela passou a se chamar Clorinda Matto de Turner. Ela foi autora de três novelas: *Aves sin nido* (1889), *Índole* (1891) e *Herencia* (1893). Além disso, escreveu vários artigos históricos, ensaios, lendas, tradições, relatos de viagem e também traduziu uma peça teatral. No jornalismo, teve uma carreira bastante reconhecida. Foi chefe de redação do jornal *La Bolsa*, em Arequipa, e diretora do *El Perú Ilustrado*, em Lima. Também fundou a revista *El Recreo*, em Cusco, a editora *La Equitativa*, em Lima, e o jornal *El Búcaro Americano*, em Buenos Aires. Ela fazia parte do meio intelectual da época, trocando conhecimentos e ideias com outras figuras importantes. Entre suas companheiras estavam a argentina Juana Manuela Gorriti (1818-1892) e a peruana Mercedes Cabello de Carbonera (1845-1909). Também conviveu com escritores peruanos como Ricardo Palma (1833-1919) e Manuel González Prada (1844-1918).

O século XIX na América Latina foi um período de intensas transformações sociais, políticas e culturais, marcado pela consolidação de repúblicas independentes e pela persistência de estruturas coloniais e patriarcais. Nesse contexto, a literatura emerge como um espaço privilegiado para a expressão de tensões e debates sobre identidade nacional, justiça social e o papel da mulher na sociedade.

A obra *Aves sin Nido* (1994), da escritora peruana Clorinda Matto de Turner, destaca-se como um romance precursor do indigenismo e um potente retrato das injustiças sociais e da opressão sofridas pelos povos indígenas e pelas mulheres na sociedade peruana da época. Ao narrar a história de amor proibido entre Margarita Yupanqui e Manuel, a obra expõe a corrupção clerical, o abuso de poder e a fragilidade das instituições diante de um sistema patriarcal arraigado.

Metodologia

A pesquisa utiliza o método qualitativo de base bibliográfica, buscando compreender os fenômenos sociais e comportamentais, por meio das experiências individuais. Aqui exploramos aspectos como: crenças, valores e experiências dos indivíduos, buscando entender seus pontos de vista. Consideramos também, o contexto social de inserção das personagens femininas da obra, visando entender a complexidade dos resultados que encontramos em relação ao comportamento feminino. A pesquisa se fundamenta em *A Criação do Patriarcado*, Lerner (1986, p.81) “Deve-se notar que, no esquema de Meillassoux, o controle sobre a reprodução (sexualidade feminina) precede a obtenção de propriedade privada.”

Ao aplicar essa análise ao cenário peruano do século XIX, observa-se como a Igreja Católica, juntamente com outras entidades, desempenhava um papel crucial na sustentação desse sistema patriarcal. A “construção” da mulher como uma entidade moralmente vulnerável, que necessita de proteção e orientação masculina, era uma manobra ideológica que legitimava sua subordinação e exploração sexual. A obra, *Minha História das Mulheres*, demonstra como a história das mulheres tem sido marcada pela invisibilidade e silenciamento, muitas vezes por estarem confinadas ao espaço privado e por suas experiências não serem consideradas dignas de registro histórico (Perrot, 2006). Ao aplicar o olhar de Perrot, é possível notar que, mesmo que a Igreja Católica definisse um papel restritivo para as mulheres no Peru do século XIX, a vida cotidiana e as experiências femininas podiam apresentar nuances de agência e resistência. Embora a instituição religiosa promovesse um ideal de mulher submissa, a realidade era mais complexa.

Resultados e Discussões

A relevância desta obra reside em sua crítica contundente às estruturas de poder e em sua tentativa de dar voz àqueles que eram historicamente silenciados. A figura feminina, em particular, emerge na narrativa de Turner como um sujeito que, apesar das limitações impostas pelo patriarcado, busca formas de resistência. Fizemos uma análise aprofundada em grupo de pessoas, neste cenário as mulheres. Nem todas as mulheres se conformavam passivamente; algumas pertencentes a elite branca e letrada encontravam formas de expressar sua autonomia, seja através da solidariedade entre si, da prática de

religiosidade popular que desviava dos dogmas oficiais, ou, como em Aves sin Nido, por meio de personagens que questionavam a hipocrisia e a injustiça do clero. Essas “rachaduras” no sistema patriarcal, ainda que incipientes, eram manifestações de uma luta por liberdade e reconhecimento. A figura do “cura” (padre) no Peru do século XIX transcendia em muito o mero ofício religioso; ele era uma figura central e multifacetada na estrutura social, política e moral das comunidades. Detentor de poder espiritual, o padre frequentemente acumulava influência econômica e social, sendo um elo crucial entre o povo e as esferas de autoridade. Em muitas localidades, especialmente nas mais isoladas, a palavra do padre tinha peso de lei, moldando costumes, ditando comportamentos e exercendo um controle quase absoluto sobre a vida dos fiéis. Sua presença era onipresente, desde os ritos de passagem (nascimento, casamento, morte) até a vida cotidiana, onde sua opinião poderia influenciar decisões pessoais e comunitárias.

Matto de Turner constrói uma representação do padre que reflete e critica essa realidade complexa, expondo a hipocrisia, a corrupção e o abuso de poder que podiam se esconder sob o manto da autoridade eclesiástica. A obra destaca como a figura do padre, que deveria ser um guia moral, muitas vezes se tornava um agente de opressão, especialmente para as mulheres e os mais vulneráveis. A autora denuncia diretamente a deturpação da fé para fins de lucro. O Bispo Claro não se preocupa com a salvação espiritual, mas com o acúmulo de riqueza, explorando a fé ingênua dos indígenas para seu próprio benefício. A imoralidade do Bispo Claro também é explicitada em sua relação com as mulheres e a violação da castidade; como informa dom Fernando:

¡Hay cosas que anonadan en la vida... ! ¡Valor, joven...! ¡Infortunado joven...!
Marcela, en los bordes del sepulcro, confió a Lucía el secreto del nacimiento de Margarita, quien no es la hija del indio Juan Yupanqui, sino... del Obispo Claro. (Matto de Turner, 1994, p.162)

Nessa passagem ela não só expõe a conduta sexualmente promíscua do bispo, que contradiz abertamente seu voto de celibato, mas também critica a cegueira ou a conformidade da própria sociedade diante de tais abusos. A aceitação popular dessa imoralidade é vista como um sintoma da “ignorância e servidão”, revelando a profunda corrupção moral que a autora atribui à instituição e aos costumes da época. A relação do Bispo Claro com mulheres, e os filhos que ele tem, demonstra como a figura do religioso podia estar no centro de redes familiares ilegítimas, contrastando drasticamente com o ideal de família promovido pela Igreja. Assim como expõe González Prada (1989, p. 68) acerca do discurso do representante da Igreja Católica para o chefe da família, “si el cuerpo de la hembra te pertenece, el alma de la católica pertenece a Dios, y por consiguiente a mí que soy el representante de la Divinidad [...] Cuando no se apodera también del cuerpo de la mujer.” Corroborando exatamente com o que Matto de Turner denuncia em seu livro a passagem deixa evidente que no âmbito eclesástico o ato sexual do bispo com uma membra da igreja é algo natural.

No século XIX, as mulheres no Peru viviam em uma sociedade profundamente patriarcal, herdada da colonização espanhola, onde seus papéis eram majoritariamente confinados à esfera doméstica e sua autonomia era bastante limitada. No entanto, o período também testemunhou o surgimento de vozes femininas que desafiaram essas normas e buscavam maior participação na vida pública.

A educação para as mulheres era, em grande parte, voltada para o ambiente doméstico e para a preparação para o casamento. Embora algumas escolas tenham sido estabelecidas após a independência, o currículo feminino era limitado, focando em habilidades consideradas “femininas” e com pouco espaço para a formação filosófica ou científica. Nas famílias mais abastadas, preceptores particulares ou colégios religiosos podiam oferecer uma educação mais “esmerada”, incluindo idiomas estrangeiros e habilidades artísticas como tocar piano, mas sempre dentro de um contexto que visava formar a “esposa” e a “mãe” perfeita. A alfabetização feminina começou a mudar à medida que as mulheres assumiam o papel de educadoras no lar e com o aumento de oportunidades educacionais. Apesar das restrições, o século XIX viu mulheres peruanas começarem a questionar seu lugar na sociedade. Além de Clorinda Matto de Turner, a franco-peruana Flora Tristán com *Peregrinações de uma Pária* também utilizou a literatura e seus escritos para denunciar as injustiças sociais, a hipocrisia religiosa e a opressão feminina.

Por fim, a sociedade peruana do século XIX, fortemente marcada pela herança colonial espanhola, era patriarcal e profundamente católica. A Igreja exercia uma influência considerável sobre a vida pública e privada, moldando normas sociais, valores morais e a educação. As mulheres eram frequentemente idealizadas como pilares da família, guardiãs da moralidade e propagadoras da fé. Ou seja, após a institucionalização da Igreja, nas implementações sociais é possível encontrar um modelo de comportamento feminino.

Aves sin Nido (1889), é uma obra seminal do realismo indigenista que denuncia as injustiças sociais e a exploração sofrida pelos povos indígenas no Peru do século XIX. Através de suas personagens femininas, Matto de Turner expõe as profundas diferenças e as complexas relações de poder entre a mulher indígena e a mulher branca, refletindo as estruturas sociais e raciais da época, principalmente em como o Bispo Claro enxerga as mulheres na sociedade. A obra analisada, apesar de trazer a representação de duas figuras femininas no texto, destacando suas vivências, desafios e o papel que desempenham na narrativa, expõe também como os homens enxergam as mulheres no sistema patriarcal como esquema de pirâmide: mulheres brancas no topo, pretas/indígenas na base. A chegada do novo representante da igreja configura a manutenção da subserviência da indígena frente à Igreja:

...Su edad frisaba en los cincuenta años, y sus maneras acentuaban muy seriamente los temores que manifestó Marcela cuando habló de entrar al servicio de la casa parroquial, de donde, según la expresión indígena, las mujeres salían mirando al suelo. (Matto de Turner, 1994, p.11)

A mulher indígena no romance é retratada, em grande parte, como vítima de um sistema opressor, marcado pela exploração econômica, abuso de poder por parte das autoridades e do clero, e pela violência. Personagens como Marcela e suas filhas, representam a vulnerabilidade e o sofrimento imposto aos povos originários. Marcela, por exemplo, é uma figura central que encarna a dor e o desamparo da mulher indígena. Ela e seu marido, Isidro, são explorados e endividados, o que os leva a uma situação de extrema pobreza e desespero. A morte de Marcela, em decorrência das injustiças sofridas, simboliza o destino trágico de muitos indígenas da época. Essa representação da mulher indígena como vítima é uma denúncia contundente de Matto de Turner contra as estruturas coloniais e republicanas que perpetuavam a miséria e a subjugação. No

entanto, a autora também insinua a capacidade de resistência e a dignidade dessas mulheres, mesmo diante de tanta adversidade.

Conclusão

Foi possível analisar que as personagens femininas são condicionadas a viver segundo ideais de abnegação, sacrifício e silêncio, reforçados tanto pelos sermões eclesiais quanto pela educação religiosa. Entretanto, Matto de Turner também apresenta figuras femininas que, mesmo dentro das limitações impostas, demonstram moral e consciência crítica diante das injustiças, desafiando os dogmas religiosos. Dessa forma, a obra questiona a autoridade da Igreja como formadora ética e propõe uma reflexão sobre a emancipação feminina em contextos coloniais e patriarcais.

Referências

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Las esclavas de la iglesia. In: GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Horas de Lucha. Lima/Peru: Inca S.A, 1989.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da dominação masculina. Tradução de Enid Abreu Dobransky. São Paulo: Cultrix, 1993.

MATTO DE TURNER, Clorinda. Aves sin Nido. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1994.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

RIGON, Heloisa Costa. Clorinda Matto de Turner: A Literatura como Denúncia dos Conflitos Políticos e Sociais no Peru. Campina Grande, PB: Mentis Abertas, 2025.

CÓDIGO: HS0355

AUTOR: MIKE DANIEL BENTO DA SILVA

ORIENTADOR: CLEMILTON LOPES PINHEIRO

TÍTULO: O manuscrito Ms. Fr. 3958/4 de Ferdinand de Saussure dedicado à lenda dos Nibelungos: tradução para o português

Resumo

As pesquisas manuscritas de Ferdinand de Saussure sobre as lendas germânicas se organizam em torno de dois conjuntos de narrativas: a epopeia dos Nibelungos e as aventuras de Tristão. Esses manuscritos se encontram no Departamento de Manuscritos da Biblioteca de Genebra, divididos em três lotes: 8 cadernos, 383 folhas (BGE Ms. fr. 3958/1 a 8), 10 cadernos, 228 folhas (BGE Ms. fr. 3959/1 a 10) e 228 folhas avulsas (BGE Ms. fr. 3959/11) (Turpin, 2003).

Pinheiro (2014; 2016) retoma alguns trabalhos já realizados sobre esse conjunto de manuscritos de Saussure e aponta para a pertinência e a necessidade de novos debates em torno desse tema. Este plano de trabalho se situa nesse contexto e constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla que pretende fazer uma incursão em um desses manuscritos, para traduzi-lo para o português e realizar uma pesquisa de análise de pertinência, ou seja, de identificação de questões e problemas que pode apresentar para o campo de estudos sobre a obra saussuriana. O manuscrito em questão (Ms. Fr. 3958/4) é um caderno composto por 128 páginas cujo tema é a lenda germânica conhecida como Canção dos Nibelungos e sua relação com a história. Esse manuscrito foi transcrito e já passou por um primeiro tratamento tentado em vista o processo de edição (Gurgel, 2016). O objetivo, aqui, é propor a tradução para o português.

Palavras-chave: manuscrito, Ferdinand de Saussure, canção dos nibelungos, tradução

TITLE: Ferdinand de Saussure's manuscript Ms. Fr. 3958/4 dedicated to the legend of the Nibelungs: Portuguese translation

Abstract

Ferdinand de Saussure's manuscript research on Germanic legends is organized around two sets of narratives: the Epic of the Nibelungs and the Adventures of Tristan. These manuscripts are located in the Manuscript Department of the Geneva Library, divided into three lots: 8 notebooks, 383 leaves (BGE Ms. fr. 3958/1 a 8), 10 notebooks, 228

leaves (BGE Ms. fr. 3959/1 a 10), and 228 loose leaves (BGE Ms. fr. 3959/11) (Turpin, 2003). Pinheiro (2014; 2016) revisits some work already done on this set of Saussure manuscripts and highlights the relevance and need for further debate on this topic. This work plan is situated in this context and constitutes a portion of a broader research project that aims to explore one of these manuscripts, translating it into Portuguese, and conducting a relevance analysis—that is, identifying questions and problems it may pose for the field of Saussurean work. The manuscript in question (Ms. Fr. 3958/4) is a 128-page notebook dedicated to the Germanic legend known as the Song of the Nibelungs and its relationship to history. This manuscript has been transcribed and has already undergone preliminary processing for editing (Gurgel, 2016). The objective here is to propose a translation into Portuguese.

Keywords: Ferdinand de Saussure, manuscript, the nibelung song, translation

Introdução

Considerações Iniciais

As pesquisas manuscritas de Ferdinand de Saussure sobre as lendas germânicas se organizaram em torno de dois conjuntos de narrativas: a epopeia dos Nibelungos e as aventuras de Tristão. Esses manuscritos se encontram no Departamento de Manuscritos da Biblioteca de Genebra, divididos em três lotes: 8 cadernos, 383 folhas (BGE Ms. fr. 3958/1 a 8), 10 cadernos, 228 folhas (BGE Ms. fr. 3959/1 a 10) e 228 folhas avulsas (BGE Ms. fr. 3959/11) (Turpin, 2003).

Pinheiro (2014; 2016) retoma alguns trabalhos já realizados sobre esse conjunto de manuscritos de Saussure e aponta para a pertinência e a necessidade de novos debates em torno desse tema. Este plano de trabalho se situa nesse contexto e constituiu um recorte de uma pesquisa mais ampla que pretende fazer uma incursão em um desses manuscritos, traduzi-lo para o português e realizar uma pesquisa de análise de pertinência, ou seja, de identificação de questões e problemas que pode apresentar para o campo de estudos sobre a obra saussuriana.

O manuscrito em questão (Ms. Fr. 3958/4) é um caderno composto por 128 páginas cujo tema é a lenda germânica conhecida como Canção dos Nibelungos e sua relação com a história. Esse manuscrito foi transcrito e já passou por um primeiro tratamento tendo em vista o processo de edição (Gurgel, 2016). O objetivo, aqui, é propor a tradução para o português. Ao permitir o acesso a um maior número de pesquisadores brasileiros a uma amostra da atividade de Saussure sobre as lendas, a tradução pode estimular o desenvolvimento de estudos sobre o tema entre os pesquisadores brasileiros.

Metodologia

Metodologia

A tradução do manuscrito Ms. Fr. 3958/4 tomou como objeto a da transcrição elaborada por outros projetos de iniciação científica anteriores, com eventuais consultas ao manuscrito original para verificar a grafia, a confirmação da exatidão de certas palavras e a estrutura de determinadas frases. No corpo do arquivo da tradução, foram inseridas informações que continham a denominação do bloco traduzido e de sua respectiva página do arquivo da transcrição para eventuais consultas e para ser utilizado também como referência para as futuras revisões.

Resultados e Discussões

Resultados

No que concerne ao conteúdo do manuscrito, foram observadas citações de obras externas ao manuscrito, fichamentos para eventuais consultas, referência temporal contendo datas e apontando a cronologia dos fatos e a contemporaneidade dos personagens da lenda. No manuscrito também se encontram comentários acerca da narrativa relatada, assim como a comparação com outras versões da lenda oriundas de diferentes países. Ao longo do conteúdo, fortes influências e comparações se repetiam, destacando as versões do povo nórdico e do germânico e seus papéis no desenrolar das versões da lenda da canção dos nibelungos.

No que se refere ao estilo de tradução, foi utilizado o conceito de Umberto Eco de tradução literal, porém levemente complementado pelo meu estilo de tradução. Esse estilo se fundamenta na tradução literal, respeitando a estrutura gramatical, a etimologia das palavras, optando por palavras que possuíssem o mesmo radical e que possuem um significado próximo em ambas as línguas, visto que a língua portuguesa e francesa pertencem à família das línguas românicas. Além desses aspectos, no processo de tradução também foi levado em conta a fluidez e a musicalidade do conjunto das palavras em uma frase. Proporcionando fluidez e naturalidade no idioma de destino, o português.

As abreviações no texto foram aspectos curiosos que começaram a fluir com o passar do tempo, exemplos como “tt” e “ds” que inicialmente não foram traduzidos devido a culminância gradual do processo de desenvolvimento para com o repertório linguístico do manuscrito. No decorrer do processo de tradução, eles foram identificados como “tout/toute/toutes/tous” (todo/toda/todas/todos) e “dans” (em), respectivamente.

Outro aspecto de destaque são os parênteses que se encontram ao longo de todo o manuscrito. No texto original, são inserções gráficas no canto da folha que retomam ou complementam uma ideia escrita previamente, estabelecendo uma linearidade a um aspecto que cronologicamente na escrita certamente veio depois. Na transcrição, essas inserções foram postas logo abaixo das ideias que elas retomam, estabelecendo uma organização que se encontram em textos digitalizados.

Conclusão

Encaminhamentos

Defendemos a pertinência de encaminhar esta tradução para novos projetos com o objetivo de preservar um artefato histórico. Desse modo, para as futuras pesquisas fundamentadas nessa tradução, é pertinente fazer o estudo da relevância das obras que são relacionadas, e que servem como material de consulta e de possível aprofundamento das obras referenciadas ao longo do manuscrito. Convém explorar essas produções para estabelecer de forma comentada e detalhada o estabelecimento da conversação entre elas e o manuscrito. Consequentemente, essa interligação faz que, o manuscrito, artefato literário e linguístico, perdure como objeto de estudo no campo de pesquisa da linguística, contribuindo com o valor histórico do manuscrito. Nesse sentido, a obra de Saussure pode ir muito além do âmbito da tradução, fazendo dos meios necessários para que esta obra seja discutida e analisada através de uma lente mais detalhada de pesquisa.

Referências

Referências

GUERRA, M. G. Os estudos textuais de Ferdinand de Saussure: transcrição e edição de manuscritos. CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 27, 2016, Natal. Anais eletrônicos [...]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. p. 859.

PINHEIRO, C. L. Les études de Saussure sur les légendes: un rapide parcours à travers quelques interprétations. SHS Web of Conferences, V. 8 (4e Congrès Mondial de Linguistique Française), 2014, p. 479-490

PINHEIRO, C. L. Os manuscritos de Saussure sobre as lendas germânicas: pontos de vistas e questões. Eutomia, 17 (1), 2016, p. 55-66

TURPIN, B. Légendes et récits d'Europe du Nord: de Sigfrid à Tristan. L'Herne - Saussure, p. 351-429, 2003.

CÓDIGO: HS0365

AUTOR: MARIA JULIA ALVES DE PAULA

ORIENTADOR: MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

TÍTULO: A UFRN EM CONTEXTO: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E A PRÁTICA NA DISCIPLINA DE TEORIA DA HISTÓRIA

Resumo

Esta pesquisa teve o objetivo de identificar a ausência ou a presença das questões que envolvem o Ensino de História em disciplinas Teórico-Methodológicas. Mais especificamente, o foco recaiu sobre a disciplina de Teoria da História, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os planos de curso, classificados como documentos escolares, foram as fontes utilizadas. Os documentos utilizados foram os de 2015.1, 2022.2 e 2024.2. A escolha destes se fez em suas disponibilidades e no distanciamento temporal entre eles. Além disso, articulam-se em torno de uma referência específica: a pandemia do Sars-CoV-2 (COVID-19). A análise destes documentos sucedeu com base nos principais pesquisadores brasileiros atuantes na área de Teoria e Ensino de História, sendo estes associados a distintas Federais do Brasil. Os principais consistem em Erinaldo Cavalcanti, atualmente vinculado profissionalmente à Universidade Federal do Pará (UFPA), e a Aryana Lima Costa, cuja formação profissional se deu na UFRN. A pesquisa também foi fundamentada pela Teoria da História do filósofo alemão Jorn Rusen. Os conceitos utilizados, elaborados por Rüsen e Cavalcanti, serão desenvolvidos ao longo do presente trabalho. Em suma, buscou-se compreender, a partir dos planos como um todo e não apenas de suas bibliografias, os elementos que os distinguiam e quais se aproximavam de uma integralização, mesmo que mínima, entre a Prática e a Teoria da História.

Palavras-chave: Ensino de História. UFRN. Formação Docente. Teoria. Prática.

TITLE: UFRN IN CONTEXT: THE RELATIONSHIP BETWEEN THEORY AND
PRACTICE IN THE DISCIPLINE OF THEORY OF HISTORY

Abstract

This research aimed to identify the absence or presence of issues related to History Teaching in Theoretical-Methodological disciplines. More specifically, it focused on the Theory of History course at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The Course Plans, classified as school documents, served as the primary sources. The analyzed documents were from the semesters 2015.1, 2022.2, and 2024.2, selected based

on their availability and the temporal distance between them, as well as their connection to a specific reference: the Sars-CoV-2 (COVID-19) pandemic. The analysis was grounded in the work of leading Brazilian researchers in the fields of Theory and History Teaching, affiliated with different federal universities in Brazil. Key figures include Erinaldo Cavalcanti, currently at the Federal University of Pará (UFPA), and Aryana Lima Costa, whose professional training was completed at UFRN. The research also drew on the Theory of History by German philosopher Jörn Rüsen. The conceptual framework employed was developed by Rüsen and Cavalcanti, with further elaboration provided throughout the study. In summary, the study sought to understand, through the Course Plans as a whole, not limited to their bibliographies, the distinguishing elements among them and which ones approached a completion, even if minimal, between the Practice and Theory of History.

Keywords: History Teaching. UFRN. Teacher Education. Theory. Practice.

Introdução

O domínio temático abrangente da pesquisa, do qual dá o título do Plano de Trabalho, equivale à Fundamentos historiográficos na formação dos profissionais de História na UFRN (1958-2025). A primeira escolha a ser feita consistiu em um recorte temático menor, este associado às experiências específicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a disponibilidade das fontes. Esta decisão se resumiu no enfoque na disciplina da Teoria da História, ofertada pelo departamento da respectiva instituição, levando em consideração que neste período eu, a historiadora em formação à frente do projeto, estava a cursando, de modo que as suas questões, em comparação com as demais, estavam mais próximas da minha experiência. Esta, além disso, se faz em uma disciplina que as discussões tendem a romper os limites delimitados pelo currículo, além de permear outras dimensões da formação do discente. Isto ocorre devido a Teoria ser o cerne do trabalho do historiador independente da função exercida por ele.

As fontes utilizadas constituem em documentos escolares, no caso, os Planos de Aula. Eles são remetentes dos semestres de 2015.1, 2022.2 e 2024.2, e por meio da pesquisa foram interligados a partir da Pandemia Sars-CoV-2, o COVID-19, como marco temporal. Elas serão analisadas com base nos seguintes pesquisadores: Aryana Costa, Erinaldo Cavalcanti e Jörn Rusen.

A historiadora Aryana Costa (2010), graduada pela UFRN, dedicou o seu trabalho de conclusão de mestrado, este realizado no âmbito da UFPB, a respeito dessa instituição. Em sua dissertação, a fonte principal constitui o Projeto Político-Pedagógico do curso de História da UFRN de 2004, que está sendo utilizado pelo curso no momento de escrita da dissertação, além de outras fontes orais, como entrevistas com professores da instituição e gravações das mesas redondas na I Semana de Estudos Históricos, que estão contidos nos Anais de Evento.

O Professor Erinaldo Cavalcanti (2018) caracteriza as disputas internas de poder que interferem no processo de formação dos profissionais de história ao determinarem os saberes mobilizados. Elas estão presentes na elaboração das ementas pelo colegiado, na escolha dos docentes para ministrar as disciplinas e na seleção bibliográfica destes. Elas

foram evidenciadas ao longo das suas pesquisas a partir das matrizes curriculares. Ele associa este comportamento ao conceito “Encastelamento”. Afirma, assim, que as produções científicas produzidas no âmbito acadêmico se encerram em si mesmas por não dialogarem com outros espaços, especificamente às instituições de ensino básico.

Pretendo associar essa disputa de poder sucedida no ensino superior, evidenciado por Cavalcanti, à dicotomização de Teoria e Prática e a sua constante associação à habilidades específicas, respectivamente, para o bacharelado e a licenciatura, como abordado por Costa (2010), amparada pelo conceito de Tradição, do filósofo alemão Jorn Rusen (2001). Além deste, outros conceitos do mesmo pensador foram utilizados para compreender a presença, mesmo que parcial, ou a ausência de uma aliança entre o ensino e a pesquisa na disciplina de Teoria da História. A Didática (Rusen, 2006) sendo o campo de integração entre a Teoria e a Prática, a sua presença será a chave de resposta da presença da articulação destas áreas na oferta dessa disciplina. A Consciência Histórica consiste na capacidade dos docentes de História de fomentar a articulação passado-presente-futuro nos seus alunos por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Em suma, a presente pesquisa objetiva identificar nos Planos de Curso elementos da prática docente de História que indiquem a ausência ou a presença, completa ou parcial, da interligação entre a área de Teoria de História e a de Ensino de História. Além de compreender a relação entre teoria e prática no âmbito da UFRN no contexto histórico-social, no caso da Pandemia do Sars-Cov-2.

Metodologia

O aporte teórico, inicialmente foi direcionado pelas referências presentes no Plano da respectiva pesquisa. Deste foram pescados “A Razão História” de Jorn Rusen e os PPPs. Os outros textos utilizados foram obtidos durante a etapa da formação do “Estado da Arte” da área. No que diz respeito às fontes, nas dependências universitárias encontrei somente um Plano de Curso, o de 2015.1, enquanto os outros obtive acesso a partir da plataforma “Academia.edu”, no perfil da ministrante, a Prof. Dra. Fabíula Sevilha, e da minha conta do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) como discente da turma de 2024.2. A partir destas, tive contato com quatro planos de curso da disciplina em períodos diferentes (2015.1; 2022.2; 2023.2; 2024.2) entretanto para que o recorte temporal tivesse significado houve a exclusão do plano de curso de 2023.2. Dessa forma optei pelo uso da pandemia do Sar-Cov-2, o Covid-19, como referência temporal. Esta, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) teve início em 11 de março de 2020 e findou em 5 de maio de 2023. É preciso destacar que, para ilustrar o período e, sobretudo, as decisões tomadas pela instituição neste momento foi utilizado um relato de experiência da Prof. Dra. Julia Teixeira, “Formando Historiadores em meio a Crise Pandêmica” (2022).

A metodologia se baseou nos trabalhos do historiador Erinaldo Vicente Cavalcanti (2018) devido à utilização de fontes escolares, como Planos de Curso, Ementas, Documentos Escolares, entre outros, sendo os mesmos tipos de fontes utilizadas no presente trabalho. Entretanto, os métodos utilizados por Cavalcanti foram adaptados a partir da realidade da

presente pesquisa. Em semelhança ao pesquisador, foi utilizada a ferramenta de localização de palavras com o intuito de identificar as palavras chaves associadas ao ensino da história nas ementas dos Planos de Aula selecionados.

Inicialmente, no processo de tabulação dos dados, à título de caracterização realizei o levantamento das características básicas das turmas: o docente ministrante, as horas e o nível (Tabela 1). Considerei importante realizar uma sondagem á respeito do gênero dos autores presentes na bibliografia á ponto de identificar, apesar de tangenciar o aspecto direcionador da pesquisa, a proeminência do gênero que se faz na base intelectual da formação teórica de historiador da instituição superior referida. Em primeiro lugar, utilizou-se a combinação entre todas as bibliografias como espaço amostral (Gráfico 1). Posteriormente, executei este mesmo processo na bibliografia em cada turma, separadamente (Gráfico 2, 3 e 4). Tendo em vista que, das três turmas duas possuem o mesmo docente, realizei uma combinação entre estas (Gráfico 5). Importante ressaltar que todos os gráficos e tabelas foram produzidos no Google Sheets, recurso digital disponibilizado online. Houve o reconhecimento, apesar de superficial, da área e das nacionalidades (Quadro 5 e Gráfico 7) dos autores presentes na bibliografia. Importante ressaltar que, a retirada destas informações se deu a partir de, principalmente, no Currículo Lattes, para os historiadores brasileiros, e nos sites das instituições em que o autor possua vínculo. Na construção deste parâmetro, houve dificuldades devido a ausência das informações de alguns dos autores nos meios de pesquisa digital elencados. Portanto, não ocorreu a identificação de todos.

Os Projetos Político-Pedagógicos de 2004 e de 2018 foram utilizados para identificar a posição das disciplinas e dos seus ementários no contexto maior do Currículo do Curso de História da UFRN. Em síntese, o seu uso se deu de modo verticalizado, como leituras de apoio às principais obras e artigos de referência.

Consoante à temática e as informações apresentadas, a delimitação da pesquisa se deu a partir dos seguintes questionamentos:

- A matriz da história é mobilizada em prol de uma futura prática pedagógica (o uso da teoria no ensino básico)?
- A separação entre a pesquisa e o ensino de História pode estar associada à questão do enfoque da teoria da história no espaço do ensino superior?
- A UFRN tenta estabelecer uma relação entre o ensino e a teoria da História?
- As consequências da UFRN não estabelecer uma relação entre o ensino e a Teoria da História para com a atuação dos docentes formados na instituição?
- A UFRN está apresentando este comportamento teorizado pelos autores apresentados?

Resultados e Discussões

O texto escrito por Teixeira, Professora do Departamento de História da UFRN, analisa a capacidade dos estudantes em articular teoria e prática a partir da disciplina “Seminário da Metodologia da História III” no semestre suplementar, com duração de dois meses, de 2020.5. A partir dele houve a contextualização da Pandemia da COVID-19, juntamente

com a condição da UFRN neste período. A portaria MEC n. 544, de 17 de Março de 2020, estabeleceu o uso do meio virtual para as atividades do ensino superior, assim, iniciou-se o ensino remoto. Era utilizado a plataforma do Google Meet e o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Teixeira realiza um diagnóstico da turma, identificando que: “Sobre o perfil dos/as estudantes matriculados, verificamos que 29% eram estudantes que cursavam entre o 1º e o 3º semestre, 27% estavam entre o 4º e 6º semestre, e 44% eram concluintes, cursando entre o 7º e o 9º período do curso de graduação.” (Teixeira, 2022, p. 208)

Levemos em consideração que, em 2020, o Projeto Político-Pedagógico em vigência ainda é mobilizado, devido ao fato de que na licenciatura utiliza-se o mesmo projeto desde 2018 e no bacharelado o mesmo desde 2004. Desta forma, no primeiro caso, supondo que todos os estudantes estavam nivelados, 27% estariam cursando ou teriam cursado a disciplina de Teoria da História enquanto 51% já teriam cursado. E no segundo caso essa circunstância se amplia para 100% da turma.

Dessa maneira, 78% ou 100% da turma deveriam ter tido contato com os fundamentos que edificam a História enquanto Ciência. O texto foi de suma importância para compreender as especificidades da UFRN de 2020 a 2023, tanto no âmbito de formação do profissional de história quanto às especificidades do período.

O recorte temporal consiste de 2015 a 2024, não de forma contínua, sendo uma delimitação baseada nas fontes disponibilizadas: os Planos de Cursos da disciplina escolhida. As fontes escolares, como anteriormente demonstrado, são oriundas da turma de 2015.1, 2022.2, 2024.2. A turma de 2015.1 ministrada pelo Prof. Me. Wycliffe de Andrade Costa, que não compartilha a sua ementa com as outras turmas analisadas. A turma de 2022.2 e 2024.2 ministrada pela Prof. Dra. Fabíula Sevilha de Souza compartilham a mesma ementa. Isto ocorre devido ao Projeto Político-Pedagógico em vigência nos respectivos semestres, aspecto que influencia certas diferenças e semelhanças entre as fontes.

O PPP de 2004, sendo o último que combinava as habilidades do profissional de História, bacharelado e licenciatura. Dessa maneira, para ambos a disciplina era ofertada no segundo semestre do curso (Quadro 7). O PPP de 2018 estabeleceu mudanças para o currículo da habilidade de licenciatura do Curso de História, após a sua separação do bacharelado, assim, movimentando a disciplina de Teoria da História para o quarto semestre (Quadro 8), medida colocada em prática a partir de 2019.1.

Como outrora evidenciado, inicialmente sucedeu a esquematização das informações constatadas no Plano, com exceção da bibliografia. O Plano de Curso correspondente à turma de 2015.1, associado ao primeiro semestre do ano letivo, foi planejado para 60 horas e 4 créditos (Quadro 1). No que diz respeito aos outros analisados, o tempo de duração se mantém. Extraordinariamente, esta turma está associada ao primeiro semestre do ano letivo. Realizada a ambientação e a organização frente ao espaço acadêmico em que a disciplina está inserida, passou-se a procurar evidências da presença do Ensino da História ou da prática pedagógica do historiador na esquematização do conteúdo: a sua separação em unidades - no caso três, sendo o padrão, com exceção da turma ministrada por Wycliffe Costa - o seu objetivo e as competências e habilidades (Quadro 4) tensionadas pelo professor a ensinar.

As palavras chaves procuradas não só neste segmento mas em toda fonte escolar analisada consistem em: “Ensino”, “Ensino de História” e “Didática”. Os primeiros conceitos elencados foram procurados de forma isolada, de maneira que o “Ensino” não foi duplamente contabilizado. A ementa (Quadro 1) não consta nenhum conceito que se possa associar explicitamente ao Ensino de História ou à prática pedagógica do historiador.

“Ensino de História” aparece somente uma vez no Plano de Curso de 2015.1, nos objetivos (Quadro 3), como um espaço físico. Um dos propósitos do componente é capacitar os graduandos de História Licenciatura para atuar no mercado de trabalho.

“Didática” aparece no total de duas vezes no Plano de Curso de 2022.2 como um dos objetivos além de um dos assuntos a ser abordado na “Unidade I”. Esse consiste em “Compreender a relação entre Teoria da História e a Didática da História na construção da Consciência Histórica” e se faz no momento da disciplina, em suposição, associado a aquele objetivo. A interpretação associativa dos elementos explícitos relacionados à prática do docente é possibilitada pela amplitude de sentido apresentada.

A procura dos conceitos “Ensino”; “Ensino de História”; “Didática” também se deu na bibliografia. Foram consideradas a presença dos conceitos somente no título do artigo ou capítulo de livro, não no título de uma obra completa, revista ou periódico. No uso destes critérios, o único conceito presente consiste no da “Didática” na turma de 2022.2 em companhia aos autores Jorn Rusen (2001) e Luis Fernando Cerri (2017).

No plano da turma de 2024.2 não há a presença de nenhum dos conceitos elencados, porém enfatiza a Tarefa e a Função da Teoria da História, aspecto que pode ou não está associado ao Ensino. Isto pode ser corroborado ou contestado pela bibliografia elencada. O plano da turma de 2022.2 é o único que apresentava bibliografia complementar, então ela foi desconsiderada, levando em consideração que não haveria como estabelecer uma relação de diferença e semelhança com as outras turmas. A partir da catalogação de referências bibliográficas obrigatórias foi realizada a identificação de elementos próprios da prática docente de História que indiquem a ausência ou a presença, completa ou parcial, da interligação entre a área de Teoria de História e a de Ensino de História. Identificadas como uma proposta visada em efetivar, tanto no Plano de Aula de 2015.1 quanto no de 2022.2. Entretanto, não se excluiu o Plano de Aula de 2024.2 da análise.

A bibliografia elencada nas três turmas foi comparada de maneira a identificar as diferenças e semelhanças entre elas, como evidenciado anteriormente. Os autores foram contabilizados somente uma vez, para não haver repetição, esta incluiu os coautores. Foi realizado o levantamento do gênero dos autores e dos coautores, como evidenciado na exposição da metodologia, em âmbito geral, 78,0% dos autores são homens, enquanto 22,0% são mulheres (Gráfico 1). A disciplina de Teoria da História do semestre de 2015.1 continha 6,7% autoras enquanto 93,3% eram autores (Gráfico 2). A bibliografia do semestre de 2022.2 consiste em 27,8% escritas por mulheres e 72,2% escritas por homens (Gráfico 3). Na bibliografia do semestre de 2024.2, temos 35,3% da bibliografia sendo composta de autoras e 64,7% são autores (Gráfico 4). Os autores mais utilizados são homens, de modo que a turma com uma maior presença de mulheres na bibliografia se faz nas turmas ministradas por uma, no caso, a Prof. Dra. Fabíula Sevilha. De modo geral, no espaço amostral, ausentes de repetição, dos autores utilizados por esta profissional em

ambas as turmas, 32% correspondem às autoras mulheres, enquanto 68,0% são homens (Gráfico 5).

Cavalcanti em *A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história* (2018) amplia a definição das disputas de poder dentro das instituições de ensino superior utilizando as afirmativas de Selva Guimarães Fonseca. Sob esta perspectiva, como produto destas disputas, o currículo consiste em “[...] uma seleção cultural de determinados grupos.” (Cavalcanti, 2018, p. 225 apud Fonseca, 2008, p. 118). A criação do currículo é do colegiado de cada universidade, sendo o reflexo da disputa de poder entre os professores.

O resultado do gênero majoritário dos autores da bibliografia da turma é resultado do predomínio deste mesmo gênero na área de História enfatizada. Entretanto, este debate foge aos elementos orientadores da pesquisa.

A escolha da bibliografia como um aspecto da disputa de poder também imbrica, além da questão do gênero, a área dos autores presente, assim, de modo geral, dos 42 autores, 15 são brasileiros (Quadro 5), e somente 12 são profissionais de História (Quadro 6), destes 4 apresentam o Ensino de História como uma de suas áreas de especialidade. Destes, 3 também são especialistas em Teoria da História.

O discurso endógeno criado pelas disputas de poder compreende o encerramento do ensino superior em si mesmo, definição do termo “Encastelamento”. Isto compreende a exclusão do ensino básico e dos seus sujeitos, principalmente, o discente. Aspectos que consistem na extensão do Ensino de História. Este comportamento abrange, não somente, a ideia de transmissão do saber entre o ensino superior e o ensino básico, mas também evidencia um espaço que impossibilita a formação de um professor-pesquisador ao manter o ensino e a pesquisa em duas posições opostas. O docente necessita ter conhecimentos dos elementos estruturais de sua ciência, do pedagógico e da sua aplicação no contexto escolar. (Caimi, 2013, p. 14).

Esta questão, além disso, envolve a delimitação do bacharel à pesquisa e o docente ao ensino sem haver, portanto, uma correlação entre estes aspectos. Maria Auxiliadora Schmidt traz pressupostos de teorias educacionais que buscam compreender o processo de ensino-aprendizagem, o primeiro, com base nas concepções de Charlot (200), Dubet (2006) e Dubet/Martuccelli (1998), consiste na necessidade do professor “[...] estabelecer uma relação orgânica entre o ensino e a pesquisa.” (Schmidt, 2012, p. 54), para se efetivar o que a historiadora afirma ser o essencial é necessário a integralização das áreas citadas na formação docente. A realidade da UFRN é a dicotomização destes aspectos, em relação a isso Costa declara: “[...] o Bacharelado seria praticamente a reprodução daquilo que fazem os professores em sala de aula.” (Costa, 2010, p. 148).

Segundo Rusen,

se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (Rusen, 2001, p. 56 - 57)

A ausência da vida prática, conforme Rusen, não fomenta uma consciência histórica, sendo esta interligada à História cientificamente produzida a partir do Método Histórico Empírico. A formação do docente de História ao seguir esta linha descarta a sala de aula como espaço de produção historiográfica, podendo apenas ser visualizada desta forma a partir do uso do método. Sem uma integração contundente entre a área que fundamenta a História enquanto Ciência e a que debate o seu ensino no âmbito da UFRN, a instituição se restringe a formar profissionais que somente se atém a reproduzir as narrativas produzidas na academia. Não foi possível, em suma, perceber a didática, a partir da definição de Rusen (2006) neste caso.

No que diz respeito ao uso dos mesmos autores (Gráfico 6), a turma de 2022.2 e 2024.2 compartilham oito autores - Linda Alcoff (2016), José D'Assunção Barros (2011), Aparecida Sueli Carneiro (2005) Ramón Grosfoguel (2016), Walter Mignolo (2008) Ana Carolina Barbosa Pereira (2018), Jorn Rusen (2001) e Sanjay Seth (2013). As três (2015.1; 2022.2; 2024.2) se utilizam de Jorn Rusen (2001). Em todas essas situações em que os autores são reutilizados ocorre de serem a partir da mesma obra. No caso em que compreendem todas as turmas, a docente Fabíula Sevilha se utiliza do mesmo capítulo - o primeiro capítulo, intitulado de Tarefa e Função de uma Teoria da História -, enquanto na ministrada pelo docente Wycliffe Costa não há especificação do capítulo utilizado.

Conforme o Teórico da História aqui utilizado, “Tradição é, por conseguinte, um componente intencional prévio do agir, que vem do passado para o presente e influencia as perspectivas de futuro no âmbito da orientação da vida prática atual.” (Rusen, 2001, p. 77). O uso da mesma obra em três turmas distintas, ministradas por dois professores, com distância de sete anos - de 2015.1 a 2022.2. Empreende-se uma escolha baseada na tradição.

O Capítulo de Razão Histórica (2001), utilizado pela docente, insere o ensino ao debater a tarefa e a função da Teoria da História no âmbito deste. Este articula o ensino enquanto um espaço em que a Teoria da História exerce uma função e uma tarefa, é nele que ocorre a construção de uma consciência histórica - operação mental baseada na capacidade do indivíduo se orientar no tempo. Entretanto, é importante ressaltar que não há a defesa de uma homogeneização do ensino de história nos espaços em que ela se encontra, mas uma adaptação em relação às especificações deste. Dessa maneira, “[...] os resultados da pesquisa histórica precisam ser didaticamente transpostos, é certo, para as carências de orientação que o tornam necessária” (Rusen, 2001, p. 49).

Conclusão

Os aspectos relacionados ao Ensino de História são apresentados de forma parcial, no âmbito geral da disciplina, pois não há a apresentação de uma bibliografia que trata especificamente ao ensino ou que o associa aos aspectos científicos da história com os da docência. A parcialização, em uma perspectiva individual, ocorre pois não há uma correlação da questão do ensino de história à teoria mas não o aprofundam ou o relacionam com a prática docente de maneira profunda a ponto de passar uma forma de

ensino distante da tradicional ao graduando. Mediante, ademais, o uso da mesma obra do teórico da história Jorn Rusen, a Razão Histórica.

Podemos entender, conforme o exposto, a ausência de uma intervenção mais profunda a respeito do ensino de história em decorrência da existência de somente duas disciplinas de 60hrs para lidar com os aspectos específicos da História enquanto Ciência (Introdução aos estudos históricos e Teoria da História). Essa abordagem das implicações da Teoria da História para o Ensino ausenta a aprendizagem do uso do método no ensino básico. A UFRN está atenta a produzir pesquisadores e professores, mas não professores-pesquisadores. Esta situação se torna preocupante a ponto de que a ausência do método na prática docente torna este profissional em um mero reproduzidor das narrativas produzidas no ensino superior. Mantendo, em suma, o “Encastelamento” - que envolve a dicotomização das habilidades, dos espaços e das áreas aqui citadas - a partir da manutenção de uma “Tradição”, da qual exclui uma “Didática”.

Destaca-se, portanto, a necessidade da instituição alterar a abordagem das disciplinas para que as discussões teórico-metodológicas integrem todas elas para que haja a minimização da dicotomia existente no curso entre a pesquisa e o ensino. Consoante Costa (2010), os PPPs são de escolha pública enquanto os PPC são de escolha individual do docente ministrante da disciplina. Uma reforma curricular que priorize a teoria aplicada na prática do ensino básico.

A dominação intelectual masculina nos espaços acadêmicos além da valorização de intelectuais internacionais são operações que regulam todo o saber e estão implementados na maioria das universidades brasileiras. É importante, nós, como profissionais de história formados ou em formação nos atermos para estas questões. Na presente pesquisa isto não foi possível por conta do tempo e do recorte estabelecido. Porém, em suas delimitações procurei contemplar estas questões.

Referências

Bibliografia:

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. **Educar em Revista**, v. 34, p. 249-267, 2018.

CAVALCANTI, Erinaldo. O lugar do ensino de História nas licenciaturas em História no Brasil: saberes, reflexões e desafios. **Revista História Hoje**, v. 11, n. 22, p. 247-272, 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo. Onde está o ensino nas disciplinas de Teoria da História ensinadas no Brasil? Reflexões sobre a formação docente dos professores de História. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 14, n. 36, p. 133-166, 2021.

COSTA, Aryana Lima; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. **Saeculum - Revista de História**, 2007.

COSTA, Aryana Lima. Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen. 2008.

COSTA, Aryana Lima. O Papel dos Cursos de Graduação em História—uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. **Revista Aedos**, v. 3, n. 6, 2010.

COSTA, Aryana L. A formação de Profissionais de História: o caso UFRN (2004 - 2008). Orientadora: Dra. Vilma de Lurdes Barbosa. 2010. 191 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CAIMI, Flávia Eloisa. A licenciatura em História frente às atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, p. 193-209, 2013.

CERRI, Luis Fernando. Um lugar na história para a didática da história. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2017.

LOPES, Karine M. Lima; SILVA, Yasmim A. da. As práticas interdisciplinares no ensino de História: uma experiência de estágio docente em tempos de ensino remoto. In: COSTA, Vânia; DANTAS, Josivânia; AGUIAR, Alexandre. Universidade e escola: tessituras no âmbito dos estágios de formação docente em tempos de Pandemia. SEDIS UFRN: Natal, 2022. p. 100 - 117.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da emergência internacional da COVID-19. Washington, D.C.: OPAS, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 26 maio 2025.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis educativa**, v. 1, n. 02, p. 07-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e Função de uma teoria da história. In: RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001. p. 25 - 51.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista de História de Educação – RHE**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago, 2012, p. 73-91.

SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Juliana Teixeira. Formando historiadores em meio à crise pandêmica. **Revista História Hoje**, v. 11, n. 22, p. 195-219, 2022.c).

Documentos Escolares:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Plano de curso: Teoria da História

– 2015.1. Professor: Wicliffe de Andrade Costa. Natal: UFRN, 2015.1 PDF.
<https://drive.google.com/file/d/1eGtqXN62vPJOUkrxmNB8jO7X5qhvsOCW/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 de dez 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Plano de curso: Teoria da História – 2021.2. Docente: Fabíula Sevilha. Natal: UFRN, 2021.1. PDF. Disponível em: <https://ufrn.academia.edu/Fab%C3%ADulaSevilha/Teaching-Documents>. Acesso em: 20 dez 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Plano de curso: Teoria da História – 2024.2 (Turma 2 – noite). Docente: Fabíula Sevilha. Natal: UFRN, 2024.1. DOCX. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1f5Viq_iLeNCCMrRgJJ2biu9ey8tfc0Jg/edit?usp=sharing&ouid=101063807090435390478&rtpof=true&sd=true. Acesso em: 20 dez 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 2004. Projeto Político-Pedagógico do Curso De História. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=2000046&nivel=G. Acesso em: 31 Jan 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 2018. Projeto Pedagógico do Curso Superior De História Licenciatura na Modalidade Presencial. Disponível em: <https://sipac.ufrn.br/download/8c152ebd90a2e2c4516f3cbbcb245f261171d7e7b67aedb335908055478bec7a1753705650160.pdf>. Acesso em: 31 Jan 2025.

Anexos



Gráfico 1: Relação do Gênero dos Autores Utilizados na Bibliografia de Todos os Planos Utilizados



Gráfico 2: Relação do Gênero dos Autores Utilizados na Bibliografia do Plano de Aula da Turma de 2015.1 Ministrada pelo Prof. Me. Wycliffe Costa



Gráfico 3: Relação do Gênero dos Autores Utilizados na Bibliografia do Plano de Aula da Turma de 2022.2 Ministrada pelo Prof. Dra. Fabíula Sevilha



Gráfico 4: Relação do Gênero dos Autores Utilizados na Bibliografia do Plano de Aula da Turma de 2024.2 Ministrada pelo Prof. Dra. Fabíula Sevilha



Gráfico 5: Relação do Gênero dos Autores Utilizados nas Bibliografias dos Planos de Aula da Turma de 2022.2 e de 2024.2 Ministrada pelo Prof. Dra. Fabíula Sevilha



Gráfico 6: Relação dos Autores Utilizados na Bibliografia dos Planos de Aulas de Todas as Turmas Analisadas no Presente Trabalho



Gráfico 7: O Levantamento de Autores Brasileiros na Bibliografia



Quadro 1: Informações Básicas das Turmas de Teoria da História



Quadro 2: As Ementas das Respectivas Disciplinas



Quadro 3: A Presença e Ausência dos Objetivos nas Turmas de Teoria da História de 2015.1, 2022.2 e 2024.2.



Quadro 4: A Presença e Ausência das Competências e Habilidades nas Turmas de Teoria da História de 2015.1, 2022.2 e 2024.2.



Quadro 5: A relação dos Autores e as suas Nacionalidades



Quadro 6: Relação da Área de Formação dos Autores com Naturalidade Brasileira



Quadro 7: Estrutura Curricular do 2º Semestre estabelecida pelo PPP de 2004.



Quadro 8: Estrutura Curricular do 4º Semestre estabelecida pelo PPP de 2018.

CÓDIGO: HS0387

AUTOR: MATHEUS PEREIRA GOMES

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: MEMÓRIA, LINHA DE COSTURA: O TECER MEMORIALÍSTICO EM
PELO FUNDO DA AGULHA (2006), DE ANTÔNIO TORRES

Resumo

Este relatório, vinculado ao projeto de pesquisa “Narrar é resistir: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar”, propõe uma reflexão sobre a memória como dispositivo narrativo no romance *Pelo Fundo da Agulha* (2006), de Antônio Torres. A análise parte do método dialético proposto por Candido (2006) e investiga de que modo o ato de rememorar se articula à condição de exclusão do velho na lógica capitalista contemporânea dentro do romance. Inicialmente, discute-se o uso de uma narração onisciente intrusa, entendendo-a como uma resposta simbólica ao silenciamento imposto ao personagem após sua aposentadoria. Na sequência, analisa-se o percurso memorialístico pelo passado da personagem. Como resultado, observa-se que o romance constrói o ato de rememorar como um processo de reencontro da personagem com sua própria identidade, esgarçada por traumas, perdas e deslocamentos afetivos vivenciados ao longo dos anos. Para embasar a discussão, recorremos aos trabalhos de Bosi (1994), Dalcastagnè (2004), Friedman (2002), Seligmann-Silva (2002) e Gonçalves (2014).

Palavras-chave: Memória; Narrador; Trabalho; Pelo fundo da agulha; Antônio Torres.

TITLE: MEMORY, THREAD OF THE NEEDLE: THE MEMORIAL WEAVING IN
PELO FUNDO DA AGULHA (2006), BY ANTÔNIO TORRES

Abstract

This report, linked to the research project “Narrar é resistir: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar”, proposes a reflection on memory as

a narrative device in the novel *Pelo Fundo da Agulha* (2006), by Antônio Torres. The analysis is based on the dialectical method proposed by Candido (2006) and investigates how the act of remembering is articulated with the condition of exclusion of the elderly in the contemporary capitalist logic within the novel. Initially, the use of an intrusive omniscient narration is discussed, understood as a symbolic response to the silencing imposed on the character after his retirement. Next, the memorial journey through the character's past is analyzed. As a result, it is observed that the novel constructs the act of remembering as a process of the character's reencounter with his own identity, frayed by traumas, losses, and emotional displacements experienced over the years. To support the discussion, we draw on the works of Bosi (1994), Dalcastagnè (2004), Friedman (2002), Seligmann-Silva (2002) and Gonçalves (2014).

Keywords: Memory; Narrator; Work; *Pelo fundo da agulha*; Antônio Torres.

Introdução

Buscando contribuir para as pesquisas que analisam criticamente a produção literária do século XXI no Brasil, o presente relatório resulta dos estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa “Narrar é Resistir?: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar”. Com base nas contribuições de Candido (2000; 2006) e Schwarz (2000; 2012), o projeto busca investigar a memória enquanto elemento estruturante dessa produção a partir de um ponto de vista político e estético, compreendendo a obra literária como dialeticamente integrada à sociedade. As análises, portanto, propõem articular conteúdo e forma, literatura e sociedade. Como corpus, o projeto utiliza o recorte das obras contempladas pelos prêmios Jabuti, Fundação Biblioteca Nacional e Oceanos, antigo Portugal Telecom, entre 2001-2023.

A partir desse pressuposto, o plano de trabalho intitulado “Os primeiros anos dos prêmios, 2001-2008” tem como objetivo dar continuidade[1] às análises dos romances premiados no período entre 2001-2008, para o Jabuti e o Fundação Biblioteca Nacional, e 2003-2008 para o Oceanos. Dentro desse recorte, as obras que ainda não foram analisadas no projeto incluem: *Mongólia* (2003), de Bernardo Carvalho; *Vozes do deserto* (2004), de Nélide Piñon; *Menino oculto* (2005), de Godofredo de Oliveira Neto; *Desengano* (2006), Carlos Nascimento Silva; *Vista parcial da noite* (2006), de Luiz Rufatto; *Pelo fundo da agulha* (2006), de Antônio Torres; *O movimento pendular* (2006), de Alberto Mussa; *Investigação sobre Ariel* (2005), de Silvio Fiorani; *O tempo físico* (2007), de Idalina Azevedo da Silva; e *História dos ossos* (2005), de Alberto Martins. Para a presente pesquisa, o romance selecionado foi o de Antônio Torres.

Pelo fundo da agulha narra a noite após o último dia de trabalho de Totonhim antes de sua aposentadoria. Sentindo-se frustrado pela perda de sua função dentro da lógica capitalista, o personagem mergulha em um vazio existencial ao se deitar para dormir. A partir desse estado de inércia, entre o sono e a vigília, e conduzido por um narrador autor onisciente intruso (Friedman, 2002), o leitor tem acesso às memórias e devaneios de Totonhim, que revivem episódios ora felizes ora traumáticos, ambos essenciais para sua subjetivação. A escolha desse romance, para além da sua relevância na produção literária

de Torres, deve-se ao interesse desta pesquisa em investigar a memória como dispositivo narrativo que, neste caso, está relacionada com a experiência dos velhos na sociedade contemporânea.

Desse modo, o presente relatório tem como propósito apresentar uma leitura da memória a partir da sua relação com a exclusão da personagem na lógica capitalista. Para isso, inicialmente, discutiremos o narrador, entendendo-o como uma formalização simbólica do silenciamento imposto ao personagem após sua aposentadoria. Em seguida, a análise se debruça sobre o percurso memorialístico da personagem, entendendo o processo de rememoração como uma tentativa inconsciente de reconstrução identitária diante das perdas e traumas vivenciados. Para embasar essa análise, são utilizados como referenciais teóricos os trabalhos de Bosi (1979), Dalcastagnè (2004), Friedman (2002) e Gonçalves (2014).

Metodologia

Esta pesquisa desenvolveu-se, inicialmente, a partir de um levantamento quantitativo dos romances premiados entre 2001 e 2008 que articulavam a memória em suas narrativas. Posteriormente, com base nesses dados, foram realizadas pesquisas qualitativas centradas nos romances catalogados, com o objetivo de investigar o uso da memória como dispositivo narrativo e, também, refletir sobre sua relação com a sociedade brasileira contemporânea, a partir do método dialético proposto por Candido (2006).

Dessa forma, a pesquisa que dá forma a este relatório foi estruturada em três etapas simultâneas durante o período de um ano da Iniciação Científica (2024-2025): a primeira consistiu na leitura dos romances que compõem o corpus previamente definido, bem como na seleção de um deles para a análise; a segunda envolveu uma revisão bibliográfica sobre as teorias da memória, a fortuna crítica do romance selecionado e outras teorias de apoio que contribuíram para a construção da análise; e a terceira ocorreu por meio de reuniões quinzenais do projeto de pesquisa “Narrar é Resistir?”, voltadas inicialmente à discussão de textos indicados pela orientadora e, posteriormente, pelos pesquisadores, além de encontros destinados à orientação e à socialização dos dados coletados.

Resultados e Discussões

Em *Pelo Fundo da Agulha*, o romance que encerra a Trilogia Brasil, tem-se um salto temporal de, pelo menos, 30 anos desde os acontecimentos de *O Cachorro* e *O Lobo* (1997), e de, pelo menos, 45 do enredo de *Essa Terra* (1976). Aqui, encontramos um Totonhim cansado e solitário. A narrativa começa após seu último dia de trabalho, antes do primeiro como aposentado, encerrando, forçadamente, o ciclo do nordestino que vai para o maior centro comercial do país, a cidade de São Paulo, em busca de um emprego. Ao retornar para seu apartamento, o personagem é confrontado por uma solidão

que o acompanha há muito tempo e, agora, aquilo que foi sua principal motivação para sair do interior da Bahia também havia lhe deixado. A partir do gatilho da sua aposentadoria e embebido pelo sono, suas memórias são evocadas. Lembranças e imaginação se entrelaçam em uma trama melancólica, percorrendo um itinerário fragmentado por momentos felizes e traumáticos, guiado por uma recordação específica: a de uma mãe costureira, passando o fio da linha pelo fundo de uma agulha.

O romance desenvolve-se a partir dessa estrutura não-linear, mesclando passado, presente e a imaginação da personagem por meio de digressões que são marcadas, imagetivamente, pela presença recorrente de uma agulha de costura nas páginas. Nas subseções a seguir, discutiremos dois aspectos fundamentais para a análise da obra, tomando como base a metáfora do trabalho de costura que atravessa o romance.

A Agulha: trabalho e identidade

Nos dois primeiros volumes da trilogia, encontramos um narrador-personagem, o próprio Totonhim, que conduz a narrativa a partir de suas memórias. Regina Dalcastagnè (2011) o chama de narrador tradicional, pois “conta o que sente, o que vê, o que imagina, e completa tudo com a ‘reprodução’ de muitos diálogos” (Dalcastagnè, 2011, p. 100). Essa estrutura se transforma em *Pelo Fundo da Agulha*. Nesse romance, a narrativa é conduzida por um narrador autor onisciente intruso, marcando uma mudança significativa na forma de mediação da memória. Para Franco Júnior (2009), que se baseou na tipologia de Norman Friedman, esse narrador é caracterizado como um:

narrador que adota um ponto de vista dividido, para além dos limites de tempo e espaço. Tal narrador cria a impressão de que sabe tudo da história, das personagens, do encadeamento e do desdobramento das ações e do desenvolvimento do conflito dramático. [...] O narrador que utiliza esse foco narrativo se interpõe entre o leitor e os fatos narrados, elaborando pausas frequentes (digressões) para a apresentação de sua opinião e de seu posicionamento (Franco Júnior, 2009, p. 42).

Além disso, a característica que mais o diferencia dos outros narradores é “a intrusão” (Franco Júnior, 2009, p. 42), ou seja, a peculiaridade de impor comentários que não estão necessariamente relacionados com a história narrada. Para Friedman (2002), “ele é livre não apenas para informar-nos as idéias e emoções das mentes de seus personagens como também as de sua própria mente” (Friedman, 2002, p. 173). Este narrador, utilizando o discurso indireto livre, portanto, nutre uma certa influência no leitor, ao condicionar impressões que não nos seriam possíveis em uma narração mais “tradicional”.

Formalmente, o texto emprega diversas estratégias para evidenciar essas intrusões narrativas. Em alguns momentos, recorre-se ao uso de parênteses: “Traje social substituído por apenas uma levíssima cueca samba-canção (faz calor, esta noite)” (Torres, 2006, p. 11, grifo nosso). Em outros, o narrador rompe de maneira explícita o pacto ficcional e se dirige diretamente ao leitor, incluindo-o na narração: “Vamos combinar que

esta história da morte brutal da sua mulher é má literatura ou, no mínimo, uma solução fácil, senhor” (Torres, 2006, p. 56, grifo nosso).

Essas intromissões contribuem para a construção de uma imagem de Totonhim profundamente melancólica. Tal característica está presente em todo o romance e se intensifica no desfecho, quando o personagem, imerso em uma espécie de devaneio, dialoga com a mãe falecida no chamado “vale dos suicidas”: “— Entendeu agora, Totonhim, por que eu lhe trouxe aqui? Para você ver como é o vale dos suicidas. Não é um horror? Não dá para comparar isso com a vida dos aposentados” (Torres, 2006, p. 205). Nota-se, portanto, que a construção da personagem é fortemente moldada pela presença e atuação dessa voz onisciente intrusiva, que coloca em foco um Totonhim que não era possível de ser acessado na narração tradicional dos romances anteriores.

Isso fica evidente logo no início do primeiro capítulo. Quando apresenta o personagem, este narrador evidencia, em seu discurso, que houve mudanças tanto espacial quanto temporal e social em relação ao personagem do passado: “Era outra cidade, e outros o país, o continente, o mundo deste outro personagem, um homem que já não sabia se ainda tinha sonhos próprios. Cá está ele: na cama” (Torres, 2006, p. 7, grifo nosso). A repetição do pronome indefinido “outro”, além de introduzir a mudança da voz narrativa, nos indica que não estamos mais na companhia de Totonhim de outrora: algo o mudou nesse intervalo de quase trinta anos. As experiências de perda - a morte dos pais, irmão, amigo e sogro, o abandono da esposa e dos filhos, o afastamento do emprego - foram decisivas para a configuração de Totonhim como “outro personagem”, mais melancólico, sem saber “se ainda tinha sonhos próprios”. O emprego, porém, parece ser o gatilho que intensifica essa mudança.

Ecléa Bosi (1994), ao pesquisar acerca das memórias dos velhos na sociedade contemporânea, ressalta a relevância da atividade profissional para a constituição identitária do indivíduo em sociedade:

Simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Ele é um emprego, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de status” (Bosi, 1994, p. 390).

Ao “perder” o trabalho, Totonhim também perde parte da sua identidade, se tornando, agora, “outro”.

Todas essas perdas colaboram para um agravamento de uma solidão que já existia no protagonista desde a morte do irmão, pois, ao chegar em casa, “mais do que nunca doeulhe nas entranhas não haver ninguém a esperá-lo” (Torres, 2006, p. 9, grifo nosso). Ao ser atravessado por esse sentimento, Totonhim percebe que está sozinho não apenas em seu quarto, mas para além dessas paredes.

Bosi observa que, em determinadas sociedades, o velho ocupa o lugar de um ancião, sendo reconhecido como portador de saberes e figura indispensável à formação da memória coletiva. A autora também destaca a importância desse reconhecimento para a vida desses indivíduos: ser escutado e requerido.

Entretanto, na sociedade capitalista contemporânea, esses papéis se invertem: o ancião cede lugar ao velho, categoria essa que é reduzida a uma mera peça da força de trabalho que, ao perder sua inserção no mundo produtivo, passa a ocupar uma posição de pária. Nessa ótica, envelhecer é sinônimo de inutilidade, de invisibilidade, e a personagem entende isso, pois “se vira descartado por idade e tempo de serviço, como se entrasse em férias forçadas. E permanentes” (Torres, 2006, p. 19, grifo nosso). Sua voz é silenciada pela falta de ouvintes e, conseqüentemente, suas memórias são também desconsideradas, assim como sintetiza Castro: “no capitalismo, o velho [...] se vê privado de sua função de narrar” (2020, p. 4).

Sem o trabalho, resta a Totonhim apenas deitar-se para dormir, mas o sono não chega. Em seu lugar, evocada pelo gatilho da aposentadoria, surge uma instância narrativa onisciente que dá forma aos seus pensamentos, memórias e sonhos, tecendo, assim como um costureiro remenda uma peça de roupa, um percurso memorialístico fragmentado. Ecléa Bosi (1994) já observava que, devido aos compromissos do adulto ativo, com seu tempo e pensamento voltados para a profissão, a sua atividade memorialística é inibida, cuja propensão é a de se manifestar com maior intensidade mais tarde, quando o homem se vê fora do sistema de produção.

Relacionado a esse raciocínio, Gonçalves (2014) observa que Bachelard (1989) considera o momento de inércia ou repouso como um caminho ideal para a entrada do indivíduo no plano da memória ou da imaginação. A memória e o devaneio, para o autor, colocam-nos “fora do mundo, nos põem noutro mundo” (Bachelard, 1989, p. 25 apud Gonçalves, 2014, p. 154). O personagem, necessitado de fugir desse void melancólico, transporta-se para esse outro mundo, o que não era possível antes devido a sua jornada de trabalho.

Nesse movimento, os principais episódios de sua trajetória, aqueles que culminaram na configuração do “outro” Totonhim, são revisitados, ora reelaborados, ora inventados pela imaginação. A memória, nesse contexto, torna-se seu último bem: “Se Deus ainda existe, que evitasse a perda do único patrimônio que verdadeiramente lhe importava. Pois agora sua vida seria só isso: memória. E exílio. Num apartamento. Num quarto. Na cama” (Torres, 2006, p. 47).

A Linha: fio memorialístico

Neste romance, o ato de rememorar é presentificado, suas memórias são atravessadas pelo, agora, “outro” Totonhim. Embriagado pelo sono e pela melancolia do momento, o percurso memorialístico de Totonhim tem início por meio de uma viagem fantasiosa que acontece em seus sonhos: “Era uma vez o pacote turístico em suaves prestações [...] Sim, sim, era uma vez Paris” (Torres, 2006, p. 20). Nesse deslocamento imaginário, o protagonista vivencia algumas situações que nunca ocorreram - ou que, pelo menos, não aconteceram exatamente como são narradas. Esse efeito de “irreal”, “fantasioso” é reforçado pelo uso do futuro do pretérito, tempo verbal do modo indicativo que sugere ações possíveis, mas não concretizadas:

Então os dois se abraçariam fortemente, como amigos de longa data que se despediam certos de que nunca mais voltariam a se encontrar. Depois, o motorista entraria no seu táxi e, antes de dar a partida e desaparecer, lhe diria, calmamente, sem pressa, como se não pudesse partir sem revelar a inscrição que ele havia gravado na tampa da sua memória. (Torres, 2006, p. 29, grifo nosso).

Nesse passeio imaginário por Paris, entre cemitérios, hotéis e táxis, Totonhim produz um movimento que contrasta com a imobilidade do seu corpo no “mundo real”. Como observa Bachelard, “é no interior de suas memórias que o personagem é errante” (Bachelard, 1989, p. 125 apud Gonçalves, 2014, p. 154). O sonho, portanto, funciona como uma estratégia de escape, uma possibilidade de deslocamento, de fuga, semelhante à migração ocorrida anos antes.

Dentro desse mundo sustentado pela sua imaginação, Totonhim começa a acessar lembranças mais concretas, como, por exemplo, quando recorda antigos colegas de trabalho: “E agora o senhor deve estar a lembrar-se de alguns amigos seus que se aposentaram” (Torres, 2006, p. 43). Entre eles, surge a figura de um que, diante do tédio da aposentadoria - e essa coincidência de status não é ocasional -, dizia, enquanto tomava uísque no almoço: “— Ou arranjo um novo emprego, urgentemente, ou vou passar a beber um litro desses por dia” (Torres, 2006, p. 44).

O sonho então se desfaz, “Sonhar, como é bom sonhar...” (Torres, 2006, p. 45), e a narrativa passa a ser guiada diretamente pelas lembranças, que se organizam como um itinerário, passando pelos “pontos de demarcação” (Bosi, 1994, p. 339), ou seja, momentos que, por algum motivo, marcaram a vida do indivíduo e, por isso, permanecem na memória: “Lembrar, como é bom lembrar...” (Torres, 2006, p. 46). Totonhim revisita sua partida do interior da Bahia, da cidade de Junco, até sua chegada aos dias atuais. Revive o suicídio do irmão e o surto da mãe, que, em desespero, se debatia contra a parede diante da notícia da tragédia. Lembra também de sua trajetória profissional, iniciada como coroinha na igreja, onde aprendeu a ler e escrever - habilidade que lhe conferiu certo prestígio entre os moradores do vilarejo, “fazendo dele alguém digno de respeito” (Torres, 2006, p. 85).

Em seguida, recorda sua chegada a cidade de São Paulo, mudança incentivada pela necessidade de melhores condições financeiras - mas também da fuga daquele lugar que uma vez foi o seu lar -, e a amizade com Ubiratan, ou simplesmente Bira, um ativista com quem dividiu um quarto de hotel enquanto ambos se preparavam para o concurso do Banco do Brasil. A aprovação representa, simbolicamente, sua inserção definitiva no mundo do trabalho, e é justamente sua disciplina construída desde a infância, no ofício religioso, que viabiliza essa conquista. Em outras palavras, o trabalho exercido por ele desde novo resultou em uma espécie de “promoção”, um novo patamar no mundo capitalista.

Contudo, à medida que conduzido nesse percurso memorialístico, o personagem é também levado a reviver episódios traumáticos que aconteceram posteriormente aos acontecimentos de O Cachorro e o Lobo: o suicídio do sogro, ex militar aposentado, e o assassinato de Bira pelas armas dos militares da ditadura. Como afirma Seligmann-Silva, “a catástrofe choca-se sempre novamente contra nós: nós vamos novamente de encontro

às catástrofes” (Seligmann-Silva, 2002, p, 136), isto é, o trauma, de praxe, retorna, reaparece e se multiplica no ato de rememorar. Narradas como cenas teatrais, essas memórias fazem desmoronar, uma a uma, as estruturas emocionais de Totonhim, culminando na separação da esposa e dos filhos, uma ruptura que se soma ao acúmulo das perdas. Restava-lhe, até então, apenas o trabalho, sua última âncora, o último traço de quem ele era. Entretanto, como já foi dito, isso também é perdido.

O personagem, hoje cansado, sentindo sua identidade ser apagada, culminando em um outro Totonhim, encara o destino que muitos próximos a ele tiveram. Como revelam as pistas deixadas pelo narrador durante todo o romance, Totonhim nutria uma vontade de tirar sua própria vida, como revela este trecho que comenta sobre sua última ida ao interior durante o aniversário do pai: “Não havia cristão ali que duvidasse de que ele, Totonhim, tivesse voltado para se matar, a exemplo do irmão mais velho.” (Torres, 2006, p. 216).

Essa lembrança é acompanhada pela aparição do “fantasma” da mãe, evocada por um som familiar: “O relógio bateu 12 vezes. Ouviu-lhe as batidas como um chamamento, vindo de uma casa a mais de dois mil quilômetros de distância. E de lá vinha agora outros sons. Os das panelas. Ele vê sua mãe à cozinha, cuidando do almoço” (Torres, 2006, p. 204). O reencontro culmina no chamado “vale dos suicidas”. No entanto, longe de intensificar o desejo de morte, essa conversa parece abrir espaço para um gesto de reconciliação com a vida, pois, como ela mesma afirma, não dá para comparar isso com a vida dos aposentados. É como se o reencontro com a figura materna, mesmo que em um sonho, resgatasse Totonhim de seu mergulho autodestrutivo.

A partir desse diálogo, há uma inflexão na narrativa. Os sonhos, agora, projetam o futuro. O uso do tempo verbal do futuro do pretérito, nesse momento, sinaliza essa mudança de direção: ao invés de imaginar situações que poderiam ter acontecido, Totonhim passa a vislumbrar possibilidades. Há uma centelha de otimismo, uma tentativa de reinscrição no mundo:

Amanhã voltaria ao mundo dos vivos. Sim, amanhã teria que se encontrar com os filhos, para almoçar ou jantar. E, depois, marcaria um outro encontro, com a mãe deles junto, quando voltasse de Nova York. Se Don’Ana aparecesse, lhe diria: ai lóvi iú. Esperava que ela desse uma boa risada. E assim, com o coração mais leve, se sentirá um camelo capaz de passar pelo fundo de uma agulha” (Torres, 2006, p. 218).

Agora, em oposição a descrição do “outro” Totonhim, este reconhece que ainda tem sonhos próprios.

Conclusão

A análise do romance *Pelo Fundo da Agulha* permitiu compreender como a memória, enquanto dispositivo narrativo, articula-se à exclusão simbólica do velho na lógica capitalista contemporânea. Por meio de uma narração onisciente intrusa, Antônio Torres

constrói um percurso memorialístico fragmentado, no qual o protagonista, à margem do mundo produtivo, reencontra-se com as perdas, traumas e afetos que constituem sua identidade esgarçada. Nesse processo, o ato de rememorar não se limita à evocação de lembranças, mas torna-se um gesto de resistência frente ao silenciamento social imposto à velhice: uma forma de reinscrição subjetiva em um presente marcado pela ausência de lugar.

Nesse sentido, a metáfora do trabalho de costura atravessa o romance como imagem estruturante da narrativa e da subjetividade do personagem. A memória, figurada como linha que passa pelo fundo da agulha, costura tempos, afetos e experiências, possibilitando ao protagonista reatar os fios de sua existência. A presentificação da memória, ao transformar o passado em matéria viva no presente, revela-se não apenas como mecanismo narrativo, mas como potência existencial, capaz de devolver a Totonhim a possibilidade de sonhar, mesmo que tardiamente, com um futuro ainda por tecer.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Larissa Leão de. A Importância de narrar a memória do velho oprimido no capitalismo. **Psicologia & Sociedade**, [S. l], n. 33, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33222510>. Acesso em: 20 jun. 2025.

DALCASTAGNÈ, Regina. Personagem e tempo no romance brasileiro contemporâneo. **Agalia (A Corunha)**, Ourense, v. 79-80, p. 95-108, 2004. Disponível em: <https://agalia.net/Agalia/079-80.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2025.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: Thomas Bonnici; Lúcia Osana Zolin. (Org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009, p. 33-58.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 53, p. 166–182, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i53p166-182. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/33195>. Acesso em: 9 jun. 2025.

GONÇALVES, Rogério Gustavo. **O percurso da memória nos romances de Antônio Torres: a constituição do eu na fronteira entre o sertão e a cidade**. 2014. 202 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 135–153, 2002.

TORRES, Antônio. **Pelo fundo da agulha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

CÓDIGO: HS0396

AUTOR: DIANA RIBEIRO DE MOURA RODRIGUES

ORIENTADOR: SANDRA CRISTINA GOMES

TÍTULO: Mapeando o debate sobre violência escolar no Brasil e suas transformações entre 1980 a 2024

Resumo

O presente trabalho realiza uma síntese dos debates sobre violência escolar no Brasil, abrangendo o período de 1980 a 2024, com enfoque na trajetória histórica, nos tipos de violência e nas práticas mais recorrentes como registrados pela literatura acadêmica. A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão sistemática da literatura e pesquisa documental de relatórios oficiais. O estudo identificou três períodos distintos: 1) 1980-1999, marcado pelo início das publicações acadêmicas no contexto da redemocratização e centrado na temática da violência associada a fatores exógenos à escola; 2) 2000-2018 em que ganha destaque a temática do bullying; e 3) 2019-até o momento, caracterizado por um novo tipo de violência escolar, os ataques violência extrema, com atos planejados e alto grau de letalidade - com registros de 43 mortes desde 2001 -, muitas vezes inspirados por conteúdos de subculturas extremistas online. O artigo apresenta uma discussão socialmente relevante para entender de que forma os diferentes tipos de violência escolar se manifestam no cenário brasileiro e quais práticas violentas se destacam nos estudos publicados.

Palavras-chave: Violência escolar, bullying, ataques violência extrema, escola e segur

TITLE: Mapping the Debate on School Violence in Brazil and Its Transformations from 1980 to 2024

Abstract

This study provides a synthesis of the debates on school violence in Brazil, covering the period from 1980 to 2024, with a focus on its historical trajectory, types of violence, and

the most recurrent practices as documented in the academic literature. The research adopts a qualitative approach, combining a systematic literature review with documentary analysis of official reports. The study identified three distinct periods: 1) 1980–1999, marked by the beginning of academic publications in the context of redemocratization and focused on violence associated with factors external to the school; 2) 2000–2018, when the topic of bullying gained prominence; and 3) 2019 to the present, characterized by a new type of school violence—extreme violence attacks—with planned acts and a high degree of lethality, recording 43 deaths since 2001, often inspired by content from online extremist subcultures. The article presents a socially relevant discussion to understand how different types of school violence manifest in the Brazilian context and which violent practices are most highlighted in published studies.

Keywords: School violence, bullying, extreme violence attacks, and safety

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese dos debates sobre a violência escolar no Brasil, no período de 1980 a 2024, considerando as produções acadêmicas e os relatórios oficiais, que auxiliam na interpretação dessa problemática e na compreensão de sua trajetória histórica. Assim, busca-se apresentar uma discussão socialmente relevante para entender de que forma esse tipo de violência se manifesta no cenário brasileiro e quais práticas violentas se destacam nos estudos já realizados.

Segundo Faustino (2018), a partir dos anos 1980, com a abertura aos debates políticos que fomentam o processo de redemocratização no Brasil, houve o início de estudos que tinham como objetivo discutir um tipo específico de violência: a escolar.

Uma definição geral sobre violência escolar foi apresentada pela UNESCO (2019), em que essa problemática pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que acarrete ou busque provocar dano à escola, à comunidade escolar ou a algum de seus integrantes.

Entretanto, no campo acadêmico, apesar de décadas de estudos sobre essa temática, ainda é possível identificar uma certa falta de consenso sobre a forma mais apropriada para se analisar a violência escolar, tanto nacionalmente como também internacionalmente. Para Abramovay (2002), a compreensão do tema se diferencia conforme a perspectiva a qual esse fenômeno está relacionado.

Para alguns autores, como Nesello et al. (2014), a delimitação geográfica nos arredores das escolas é fundamental para compreender a violência escolar. Nesse sentido, seria necessário olhar para além do espaço físico da instituição, considerando os fatores exógenos que a influenciam, a exemplo de regiões dominadas pelo tráfico, cujas ações violentas acabam repercutindo na comunidade escolar.

Outros estudiosos, como Faustino (2018), ressaltam que a violência na escola também pode estar associada a problemas sociais mais amplos, como o racismo, a falta de

saneamento básico e as desigualdades sociais e econômicas, entre outras questões estruturais que afetam a realidade das escolas e de sua comunidade escolar.

Abramovay (2002) acrescenta ainda a importância de considerar a temporalidade dos acontecimentos. Conforme a autora, no passado, havia a percepção de que a violência escolar estava relacionada ao próprio sistema de ensino da época, no qual os professores, enquanto figuras centrais, eram vistos como protagonistas de conflitos associados a métodos disciplinares frequentemente agressivos em relação aos alunos.

A percepção sobre a violência escolar, portanto, muda ao longo do tempo. Por exemplo, uma visão mais atual sobre a violência escolar pode ser observada nas respostas dadas pelos diretores escolares da educação básica nos questionários do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), edição de 2021, na seção chamada “clima escolar”. As tipificações de violência mais frequentes relatadas pela direção das escolas são atos como: bullying (ameaças ou ofensas verbais), com o percentual de 41,2%; em seguida, destacam-se o vandalismo (21,9%), roubo ou furto (18,0%) e discriminação (17,1%) (Saeb, 2023).

Respostas similares foram encontradas nas falas dos professores na mesma pesquisa, como mostra as porcentagens a seguir: o bullying (46%) novamente como o tipo de violência mais comum, discriminação (25,9%), depredação do patrimônio escolar (21,6%) e roubo ou furto (13,7%) foram os atos mais frequentes na avaliação de docentes (Saeb, 2023).

Como será detalhado adiante, a análise dos artigos publicados sobre a temática, além dos relatórios oficiais, permitiu identificar três períodos distintos em que os tipos de violência escolar que ganham centralidade nos debates são diferente. A próxima seção apresenta a metodologia, que descreve os procedimentos que serão adotados para a realização da pesquisa. A seguinte apresenta as principais características dos estudos, e, ao final a conclusão destaca os principais resultados alcançados na pesquisa.

Metodologia

O objetivo da pesquisa era realizar uma síntese dos debates sobre violência escolar no Brasil, entre os anos de 1980 a 2024. Desta forma, a pesquisa caracteriza-se por sua abordagem de natureza qualitativa, que é um método de pesquisa que busca compreender e interpretar fenômenos sociais por meio de entrevistas, documentos e observações. Esse tipo de análise valoriza o significado dos contextos e das experiências vividas pelos participantes, permitindo uma compreensão mais profunda da realidade estudada (Minayo, 2017). O Quadro 1, em anexo, ilustra os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Conforme o Quadro 1, a primeira fase do trabalho foi realizada por meio da revisão sistemática da literatura, definida como um método de pesquisa que busca referenciais já existentes, apresentando de forma breve as principais ideias discutidas por outros autores (Gerhardt; Silveira, 2009). Esta etapa teve como objetivo identificar, cronologicamente, os principais debates sobre violência escolar no Brasil, compreendendo a trajetória

histórica da temática, possibilitando, assim, uma melhor compreensão do problema estudado.

As bases de dados selecionadas para a busca foram a SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online) e o Portal de Periódicos da CAPES, acessados por meio do seu buscador geral, sem delimitação prévia de bases específicas. Dessa forma, os resultados contemplaram um conjunto amplo e diversificado de publicações científicas indexadas em diferentes bases internacionais disponíveis no portal.

Foram estabelecidos critérios de inclusão para a seleção dos estudos: artigos publicados em língua portuguesa, no período de 1980 a 2024, vinculados às áreas temáticas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. A busca foi realizada com o apoio do Modelo Booleano, utilizando o operador lógico “AND” e os termos “Violência” AND “Escola” AND “Brasil”, de forma a recuperar apenas os trabalhos que abordassem simultaneamente essas temáticas em seus títulos, resumos ou palavras-chave.

A segunda fase do trabalho visou complementar a revisão bibliográfica com evidências documentais e dados oficiais. Assim, foi realizada uma pesquisa documental, que se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas utiliza-se de fontes mais diversificadas, como relatórios, jornais e documentos oficiais (Gerhardt; Silveira, 2009).

Dentre o material levantado, os seguintes foram considerados particularmente relevantes para a compreensão do debate nesta pesquisa: o Relatório de Ataques a Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental (Brasil, 2023), o relatório Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos, produzido pela iniciativa Dados para um Debate Democrático na Educação (D3e), em colaboração com os autores Vinha et al. (2023), além do apoio da B3 Social e da Fundação José Luiz Egydio Setúbal, também de 2023.

Resultados e Discussões

Com base na aplicação dos critérios de seleção, a presente pesquisa identificou 57 artigos presentes no Portal de Periódicos da Capes. O Gráfico 1, em anexo, apresenta as publicações ao longo do período de 1980 a 2024.

Conforme o Gráfico 1, torna-se evidente que ocorre uma crescente no número de publicações relacionadas ao tema, o que demonstra, por um lado, um maior interesse acadêmico nessa temática e maior debate a respeito como também, por outro lado, a maior facilidade em acessar textos publicados sobre a temáticas nos anos mais recentes. Destaca-se que, de 2020 a 2024, ou seja, em apenas quatro anos, houve a produção de mais artigos se comparado a somatória das publicações que ocorreram entre os anos de 2000 a 2019, representado um intervalo de duas décadas. Desta forma, esse quarto momento representa 49,1% do total de artigos publicados.

Com relação a plataforma SciELO Brasil, seguindo a utilização dos mesmos critérios acima, foram encontrados 11 artigos. O Gráfico 2, em anexo, demonstra o número de publicações ao longo do período de 1980 a 2024.

Não foram encontrados artigos sobre a temática com data de publicação anterior ao ano 2000. Conforme indicado também no Gráfico 2, observa-se um maior número de publicações entre os anos de 2020 e 2024, correspondendo a 63,6 % do total de artigos. No entanto, diferentemente do padrão anterior, o período de 2010 a 2019 apresentou um fluxo bastante reduzido, com apenas um artigo identificado nas buscas realizadas.

A partir desta primeira etapa, o estudo buscou filtrar ainda mais os resultados a fim identificar os artigos que estivessem voltados ao objetivo central deste estudo, que busca identificar, na literatura, as características mais relevantes da violência escolar no cenário brasileiro. Assim, por meio da leitura dos resumos foram excluídos 57 artigos, restando apenas 15 leituras aptas para os devidos propósitos deste trabalho, como mostra o Gráfico 3, em anexo.

Após este momento, buscou-se, por meio da realização de uma pesquisa documental, relatórios técnicos e produções institucionais recentes sobre o tema. Desta forma, em conjunto com as análises dos artigos foi possível compreender a trajetória da violência escolar no Brasil e identificar quais práticas mais se destacam.

Assim, foi possível a identificação de três períodos distintos. O primeiro período ocorre entre os anos de 1980 a 1999; o segundo período inicia-se no ano 2000 até 2018; por fim um novo debate começa a aflorar em 2019 sendo este reconhecido como o terceiro período. A seguir serão descritos detalhadamente cada momento.

Primeiro período (1980 a 1999)

Os primeiros estudos sobre a violência escolar surgiram na década de 1950, nos Estados Unidos da América (Abramovay, 2002). No Brasil, segundo Sposito (2001), os debates sobre violência escolar no Brasil ganharam maior visibilidade a partir do início dos anos 1980, período em que o país vivia o processo de redemocratização. É nesse cenário que as demandas sociais começaram a ganhar espaço, impulsionadas pela abertura política.

Segundo Abramovay (2002), tratava-se, naquele momento, de estudos ainda incipientes, focados em ocorrências pontuais em determinadas regiões e localidades. Os primeiros contornos observados sobre a violência escolar nos estudos, nos de 1980, estão interligados à falta de segurança nas unidades escolares da época. Sposito (2001) aborda as frequentes queixas relacionadas a episódios de depredação e invasões. Para isso, a autora apresenta o caso da cidade de São Paulo, onde, devido a esses atos de vandalismo, consolidou-se um clima de desconfiança direcionado aos moradores de bairros periféricos, frequentemente apontados como responsáveis pela violência contra o patrimônio público.

Essa percepção contribuiu para o surgimento de um discurso que buscava enfraquecer os debates em prol da democratização do acesso à escola, ou seja, a defesa de uma educação verdadeiramente inclusiva, valendo-se dos casos de vandalismo como justificativa para

restringir a ampliação do acesso à escola — à época, ainda muito distante da universalização (Sposito, 2001).

Nesse mesmo contexto, observa-se também a influência do crime organizado, especialmente nas regiões periféricas, como um dos fatores que contribuem para a sensação de insegurança no ambiente escolar. Como exemplo, Sposito (2001) cita situações vivenciadas por moradores do Rio de Janeiro, amplamente divulgadas pela imprensa, que relataram casos de homicídios ocorridos nos arredores e até mesmo dentro das escolas. Desta forma, destaca-se que, neste momento, a violência escolar era atribuída a fatores exógenos, impactando na sensação de segurança nesses ambientes.

A partir da década de 1990, a violência escolar assume novos contornos. Embora os atos de vandalismo contra a infraestrutura ainda fossem predominantes, começa a surgir um interesse crescente em compreender as relações de vitimização no interior das escolas, isto é, as agressões interpessoais. Nesse novo cenário, destacam-se principalmente os episódios de agressões verbais e ameaças, que se tornam cada vez mais frequentes, abrindo espaço para uma maior discussão sobre a temática nos anos posteriores (Sposito, 2001).

Segundo período (anos 2000 até 2018)

A partir dos anos 2000, os estudos acadêmicos passaram a focar nas relações interpessoais que ocorriam no ambiente escolar. Foi nesse momento, por exemplo, que ganharam notoriedade os atos denominados de Bullying.

Silva et al. (2019), ao realizarem uma revisão sistemática da literatura sobre bullying e violência escolar entre os anos de 2015 e 2019, identificaram estudos que evidenciam limitações contextuais na compreensão desse fenômeno, muitas vezes sendo confundido com violência interpessoal.

Segundo Souza (2012), a violência interpessoal pode ser definida como uma prática violenta exercida de uma pessoa contra outra, abrangendo um espectro mais amplo de ações agressivas. O bullying, por sua vez, representa uma categoria específica dentro desse conjunto, caracterizada pela intencionalidade, repetição e desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Com relação a Lei federal nº 13.185, de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), a conceituação de bullying é descrita como todo ato de intimidação sistemática, gerada por violência física ou psicológica, que acontece de forma intencional e repetitiva sem uma motivação evidente.

Nesello et al. (2014), em seus estudos realizaram uma revisão sistemática da literatura até o ano de 2013, demonstraram que os estudos direcionados para alunos, em que foi especificado a natureza da violência - bullying, apresentou-se como a temática que obteve o maior quantitativo estudos produzidos, seguida por violência psicológica e física.

Ferreira e Neves (2016) argumentam que no ano de 2007 ocorreu um aumento no número de casos de bullying no Brasil. Os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) conduzidos

pelo economista Daniel Cerqueira mostraram que no ano de 2009, 30,9% dos estudantes relataram ter sido vítimas de bullying. Esse mesmo dado atingiu o percentual de 40,5% no ano de 2019 (Queiroz, 2025).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PenSE), elaborada pelo Ministério da Saúde em conjunto com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2019, constatou-se que 39,1 % dos estudantes da faixa etária de 13 a 17 anos relataram que se sentiram humilhados devido a provocações realizadas por colegas da escola, em que o fato aconteceu ao menos uma vez nos dias anteriores à realização da pesquisa.

Terceiro período (2019 até o momento)

A partir de 2019, observa-se um aumento significativo no número de casos reconhecidos pelo MEC como ataques de violência extrema em escolas, sendo caracterizados por seu planejamento prévio, alto grau de letalidade e pela utilização de diferentes tipos de armas, tendo como alvos o ambiente escolar e sua comunidade. O primeiro caso registrado no Brasil de ataque de extrema violência em escolas foi em 2001, na Bahia.

Ferreira e Neves (2016) citam outros dois casos bastante simbólicos que repercutiram dos ataques às escolas. Um desses casos ocorreu no início do ano 2000, na cidade de Taiúva, localizada no interior do estado de São Paulo, em que um estudante abriu fogo contra 50 alunos da Escola Estadual Coronel Benedito Orti, ocasionando 8 feridos, dentre eles 6 alunos e 2 funcionários. O autor do crime, após cometer o ato, tirou sua própria vida. Foi relatado que ele sofria com agressões verbais frequentes relacionadas ao seu corpo.

Outro caso, que segundo os autores teve alta repercussão no Brasil, ocorreu em 2011, na cidade de Realengo no estado do Rio de Janeiro, em que ocasionou um massacre na Escola Tasso da Silveira. Neste caso, 12 alunos foram mortos, enquanto 12 ficaram feridos. O autor desse episódio deixou um vídeo explicando a motivação do ato, que segundo ele estava ligado ao combate às agressões e constrangimentos vivenciados por alunos na escola (Ferreira; Neves, 2016).

Com base na Figura 1, que está em anexo, é possível observar que o número de casos de ataques de extrema violência ocorriam de 1 a 2 acontecimentos por ano. No entanto, a partir de 2019 houve um salto para 4 casos registrados, foi nesse mesmo ano em que ocorreu o massacre em uma escola de Suzano em São Paulo, em que 9 vítimas perderam a vida após os dois autores do crime, um de 17 anos e outro de 25, entrarem na escola e atirarem contra as pessoas que viam no caminho. O objetivo dos dois era realizar um ataque parecido ao que havia acontecido em uma escola em Columbine no ano de 1999 nos Estados Unidos (BCC, 2020).

Entre os anos de 2020 e 2021, observou-se uma redução no número de ataques de violência extrema em escolas, possivelmente em razão das restrições impostas pela pandemia da Covid-19. No entanto, esse cenário mudou a partir de 2022, com o registro de 10 ocorrências, seguido por um aumento em 2023, quando foram registrados 11 casos, número que, sozinho, representa 30,5% do total acumulado até aquele ano. Considerando o período de 2001 (data do primeiro ataque registrado) até o final de 2023, foram contabilizados 36 episódios de violência extrema em instituições escolares no Brasil.

De acordo com os dados do Observatório dos Direitos Humanos (Observa-DH), publicados em setembro de 2024, considerando o primeiro caso em 2001 e somando os episódios ocorridos até 2024, foram registrados 43 casos. Isso indica que, somente em 2024, haviam ocorrido 7 novos ataques de violência extrema contra escolas. Além do mais, as informações apresentadas pelo Observa-DH (2024) contabilizam um total de 168 vítimas, ao longo dos anos de 2001 a 2024. Dentre essas, 115 tiveram algum tipo de ferimento e 47 perderam suas vidas. Ainda sobre as vítimas fatais, 6 desses indivíduos correspondiam aos próprios autores do ato.

Segundo o relatório, intitulado como “Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos”, de 2023, certas características foram identificadas como comuns entre os casos. A primeira está relacionada ao perfil dos autores dos ataques, visto que todos eram do sexo masculino. Parte deles consumiam e estimulavam discursos de ódio e/ou participavam de comunidades de violência extrema.

Dos 32 casos que ocorreram entre 2011 (caso de Realengo/RJ) até 2023, em 25 deles os autores consumiam conteúdos de subcultura extremista, fazendo parte de grupos on-line nomeados de comunidades mórbidas virtuais. Cinco dos autores que realizaram ataques às escolas brasileiras, participavam de comunidades de True Crime Community (TCC), Figura 2 que está em anexo, que são espaços on-line em que grupos debatem acerca de crimes, como casos de ataques às escolas (Vinha et al., 2023).

A seguir, são apresentadas as demais características frequentemente identificadas nas análises contidas no relatório “Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos”. Conforme ressalta o próprio relatório, o objetivo ao expor tais aspectos não é estigmatizar indivíduos, mas sim contribuir para o aprofundamento das discussões sobre o tema. Importante destacar, entretanto, que essas características não são universalmente atribuídas a todos os casos ou indivíduos envolvidos (Vinha et al., 2023).

- Gênero e isolamento: predominantemente homens, em situação de isolamento social, com forte interação em comunidades extremistas online.
- Fascínio por violência: interesse intenso por armas, especialmente armas de fogo.
- Ideologias opressoras: aderem a discursos racistas, misóginos, autoritários, muitas vezes ligados a ideologias fascistas, nazistas e neonazistas.
- Busca por identidade: envolvidos em processos de autoafirmação, com percepção de falta de perspectiva de futuro.
- Ressentimento social: expressam desdém pela escola, comunidade e sociedade em geral.
- Visão da escola: consideram o ambiente escolar um espaço de sofrimento e injustiça.
- Desejo de notoriedade: cometem ataques como forma de vingança e busca de reconhecimento, tentando causar o maior número de vítimas possível.
- Gamificação da vida: virtualizam a realidade, perdendo vínculos empáticos com os outros.
- Inserção em subcultura extremista: consomem e produzem conteúdos violentos e odiosos.
- Valorização de agressores anteriores: inspiram-se e reverenciam autores de ataques passados, especialmente em escolas.

Conclusão

A partir da análise dos resultados apresentados na seção anterior, é possível evidenciar que os estudos sobre a violência escolar foram se modificando ao longo do tempo em resposta às mudanças ocorridas na sociedade e na realidade das escolas. Isso não significa que os tipos de violência registrados em décadas anteriores tenham deixado de existir, porém o que ocorre é a emergência de novas formas de expressão, como os casos de violência extrema.

Apesar do primeiro registro desse novo tipo de violência escolar datar de 2001, foi a partir de 2019 que se observou um aumento significativo no número de ocorrências, o que conferiu a esse fenômeno maior notoriedade no debate público e, consequentemente, nas publicações acadêmicas.

Em síntese, esta pesquisa propõe a periodização da temática da violência escolar em três grandes grupos. No primeiro período destaca-se as questões voltadas a fatores exógenos, que influenciam na repercussão da violência na escola e, consequentemente, gerando efeitos na comunidade escolar.

No segundo período, a observação tem como foco a vitimização no interior das escolas, em que o Bullying ganha maior notoriedade na produção dos debates. Contudo, é evidenciado que a compreensão da respectiva violência, para alguns autores, apresenta limitações, sendo confundido com atos de violência interpessoal.

No que tange o terceiro período, como abordado anteriormente, é registrado que esses episódios mais recorrentes de ataques de violência extrema, no período recente, evidenciam desafios adicionais para garantir segurança nos ambientes escolares e revelam também novas formas de socialização juvenil, fortemente atravessadas por conteúdos extremistas disseminados em ambientes virtuais que colocam novos desafios para gestores públicos, comunidade escolar e a sociedade em geral.

Nesse sentido, este artigo, a partir de um olhar histórico e analítico, permitiu vislumbrar as contribuições da academia e da gestão pública brasileira que sugerem caminhos para a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar a violência escolar de modo a promover a escola como espaço estratégico de prevenção, inclusão, promoção da cidadania e do acolhimento individual e coletivo.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO Brasil; REDE PITÁGORAS; Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde; Secretaria de Estado

dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; CNPq; Instituto Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAID; Fundação Ford; CONSED; UNDIME, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019: resultados. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório de resultados dos questionários Saeb 2021: volume 2: professores da educação básica [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório de resultados dos questionários Saeb 2021: volume 3: diretores escolares da educação básica [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de Ataques a Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Observatório Nacional dos Direitos Humanos (Observa-DH). Brasília, DF: MDHC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/observa-dh>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Violência em ambiente escolar: entenda os impactos da disseminação do ódio nas salas de aula. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/violencia-em-ambiente-escolar-entenda-os-impactos-da-disseminacao-do-odio-nas-salas-de-aula>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FAUSTINO, Heitor Henrique. Violência nas escolas e políticas públicas: programas e ações de intervenção sobre o fenômeno. Ensaios Pedagógicos, v. 1, n. 2, p. 5-14, 2018.

FERREIRA, Emerson Benedito; NEVES, Fernando Frachone. O problema do bullying no Brasil. Nucleus, v. 14, n. 1, abr. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

NESELLO, Francine et al. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 14, n. 2, p. 119-136, abr./jun. 2014.

QUEIROZ, Christina. Violência escolar aumenta nos últimos 10 anos no Brasil. Revista Pesquisa Fapesp, São Paulo, n. 350, p. 1-8, abr. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/violencia-escolar-aumenta-nos-ultimos-10-anos-no-brasil/>.

Acesso em: 15 jun. 2025.

SILVA, Gilson Pequeno da; SILVA, Gildasio Pequeno; FERNANDES, Raquel Martins; MORIEL JUNIOR, Jeferson Gomes. Bullying e violência no ambiente escolar: uma revisão de literatura no período de 2015-2019. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 13, e860, p. 1-8, jul. 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

VARGAS, André. Um ano após ataque em escola em Suzano, túmulo de assassino recebe visitas de admiradores. BBC News Brasil, de Suzano, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51880555>. Acesso em: 15 jun. 2025.

VINHA, Telma; GARCIA, Cléo. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos: atualização. 1. ed. São Paulo: D3e, 2025.

Anexos



Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



Anexo 6

CÓDIGO: HS0404

AUTOR: ALANI KARLA COSTA SOUZA

ORIENTADOR: DIOGENES FELIX DA SILVA COSTA

TÍTULO: Avaliação dos serviços ecossistêmicos prestados por manguezais e habitats associados no litoral semiárido do Brasil (RN/CE)

Resumo

Um dos ecossistemas muito afetados pelas ações antrópicas é o ecossistema de manguezal, o qual represente um ecossistema costeiro rico em biodiversidade e essencial para proteção litorânea, embora venha sofrendo impactos de atividades como salinas, aquicultura, poluição e turismo desordenado. Considerando-se a intensa ocupação humana com salinas e carcinicultura, este estudo analisou a variação do NDVI em áreas com manguezal no sistema estuarino Piranhas-Açu, localizado no litoral semiárido/setentrional do Rio Grande do Norte. A metodologia utilizou imagens de satélite, softwares estatísticos e 30 pontos amostrais para calcular o NDVI, que variou entre 0,514151 e 0,66187. Os maiores índices foram encontrados em áreas fluviomarinhas e em ilhas. Os resultados confirmam a relevância do NDVI para monitoramento ambiental e evidenciam a pressão das atividades antrópicas sobre a vegetação. Assim, a pesquisa reforça a necessidade de ações de preservação e reflorestamento, além de contribuir para o entendimento e uso do NDVI em estudos de manguezais.

Palavras-chave: NDVI; Manguezais; Estuário; Gestão Costeira; Fitoecologia.

TITLE: Assessment of ecosystem services provided by mangroves and associated habitats in the semi-arid coast of Brazil (RN/CE)

Abstract

One of the ecosystems most affected by human activities is the mangrove ecosystem, which represents a coastal ecosystem rich in biodiversity and essential for coastal protection, although it has been impacted by activities such as salt pans, aquaculture, pollution, and uncontrolled tourism. Considering the intense human occupation of salt pans and shrimp farming, this study analyzed the NDVI variation in mangrove areas in

the Piranhas-Açu estuarine system, located on the semiarid/northern coast of Rio Grande do Norte. The methodology used satellite imagery, statistical software, and 30 sampling points to calculate the NDVI, which ranged from 0.514151 to 0.66187. The highest values were found in fluvial-marine areas and on islands. The results confirm the relevance of NDVI for environmental monitoring and highlight the pressure of human activities on vegetation. Thus, the research reinforces the need for preservation and reforestation actions, in addition to contributing to the understanding and use of NDVI in mangrove studies.

Keywords: NDVI; Mangroves; Estuary; Coastal Management; Phytoecology.

Introdução

O manguezal é um ecossistema costeiro encontrado em regiões tropicais e subtropicais, onde a água do mar se mistura com a água doce dos rios. Ele é caracterizado pela presença de árvores que têm raízes expostas e adaptadas para viver em solos alagadiços, salinos e com pouca oxigenação. Essas árvores são chamadas de “Mangue”, que é um grupo florístico com diversos gêneros de plantas adaptadas para a colonização de ambientes salinos, com substratos lamosos e inundados (Lugo; Snedaker, 1974; Schaeffer-Novelli et al., 2000). Os manguezais são áreas ricas em biodiversidade, abrigando peixes, caranguejos, moluscos, aves e muitos outros animais. Além disso, eles desempenham um papel essencial na proteção do litoral e funcionam como berçário natural para muitas espécies marinhas. Durante décadas, um dos ecossistemas muito afetados pelas ações antrópicas é o ecossistema de manguezais. Segundo Spalding et al. (2010), as florestas de mangue ocupam aproximadamente 15 milhões de hectares das áreas de costa tropicais e subtropicais de todo o planeta e são de grande importância na redução da vulnerabilidade de regiões costeiras diante de desastres naturais e retardamento dos processos erosivos devido à elevação do nível do mar (ICMBio, 2018; Spalding et al., 2010; Giri et al., 2011). Devido à adaptação das raízes de sua vegetação, o manguezal tem a capacidade de estabilizar os solos instáveis, ajudando na redução da erosão costeira. Outro ponto de sua importância é a alta capacidade de armazenamento de carbono da atmosfera, estocando-os em sua vegetação e solo, rico em matéria orgânica, ajudando assim, no combate às mudanças climáticas. O manguezal realiza esse processo de forma natural e têm a capacidade de sequestrar cerca de 22,8 milhões de toneladas de carbono por ano (Giri et al., 2011). Considerando-se a intensa ocupação humana com salinas e carcinicultura, este estudo analisou a variação do NDVI em áreas com manguezal no sistema estuarino Piranhas-Açu, localizado no litoral semiárido/setentrional do Rio Grande do Norte, ao longo de 30 pontos amostrais em diferentes habitats (ilhas, franjas e bosque interior).

Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho, foram selecionados 30 pontos para este artigo, situados no sistema estuarino Conchas/Cavalos/Piranhas-Açu (litoral semiárido/setentrional do Rio Grande do Norte), os quais foram plotados sobre uma

imagem de satélite com o auxílio do programa QGIS. A imagem foi baixada do satélite Sentinel 2B e as bandas utilizadas para a composição do NDVI foram a Banda “Vermelho” e a Banda “Infravermelho Próximo”. Os pontos foram plotados em áreas de vegetação densa de mangue em diferentes habitats (ilha, franja e bosque interior) e, após a coleta, foi aplicada estatística descritiva por meio do software Past, que também gerou o gráfico boxplot. Visando complementar a análise dos dados, também foi gerado um gráfico de dispersão através de uma planilha eletrônica do Google.com. O cálculo de NDVI mede a quantidade de vegetação verde, densidade e saúde da vegetação da área escolhida. O resultado desse cálculo varia de -1 até 1, sendo o mais próximo de -1, áreas com pouca ou nenhuma cobertura vegetal e mais próximas de 1, áreas com uma vasta cobertura verde e saudável (Ponzoni; Shimabukuro; Kuplich, 2012). Um dos estudos com a utilização do NDVI para a avaliação de impactos em áreas de conservação de mangue, é o estudo realizado na Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, localizada no terço inferior da bacia do Paraguaçu entre os municípios de Maragogipe e Cachoeira na Bahia à 100 km da capital Salvador. O estudo utilizou o sensoriamento remoto e cálculo do NDVI para a compreensão das dinâmicas propulsoras de alterações na paisagem, utilizando os anos de 1986, 2005 e 2020 para analisar alterações espaço-temporais na RESEX (Ornellas; Lopes, 2020). Além da avaliação de impactos, o NDVI também é muito utilizado para o monitoramento ambiental de áreas de mangue, como é o caso do estudo de Aplicação do índice de vegetação por diferença normalizada no monitoramento dos manguezais no litoral sul de Pernambuco (Nova et al., 2013). Portanto, é possível perceber que esse índice é muito presente nos estudos de avaliação de impactos, monitoramento e alterações de áreas de mangue, pois através dele, é possível identificar áreas de vegetação densa e saudável e áreas que necessitam de cuidados especiais para a sua preservação e mantimento do equilíbrio do ecossistema local.

Resultados e Discussões

O estuário do rio Piranhas-Açu fica situado na planície flúvio-marinha nos municípios de Macau e Porto do Mangue, com cerca de 20 km de largura por volta de 15 km de comprimento. Este é o maior e mais complexo do litoral setentrional do Rio Grande do Norte e compõe um sistema de três canais estuarinos: Cavalos, Conchas e Açu, onde na paisagem é perceptível as diferentes produções do espaço, com a ação humana representada através de atividades econômicas voltadas à indústria petrolífera (óleo e gás), produção de sal (salinas solares), aquicultura (carcinicultura), pesca, e turismo (Saldanha, 2018). A região possui um clima semiárido, ou seja, é quente e seca, com baixas precipitações e longos períodos de estiagens, segundo a classificação de Koppen (Nimer, 1979). Por estar situada na região nordeste, com aproximadamente 5° de longitude sul, sofre grande influência da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que é responsável pelas chuvas que ocorrem na região (Molion; Bernardo, 2002). Dos 30 pontos selecionados, eles ficaram agrupados em 05 áreas de forma aleatória. As regiões selecionadas ficam próximas ao Rio das Conchas, Rios dos Cavalos, Rio Piranhas- Açu, Rio Conceição e Rio Casqueiras (Figura 1). Começando pelo Ponto 1, ele está situado na margem inferior do Rio Conceição, conforme imagem de satélite. Está em uma área localizada entre o rio, um de seus meandros e uma salina. O valor

calculado de NDVI para o ponto selecionado é de 0,604743. O Ponto 2 está localizado na margem superior do Rio Conceição, entre ele e o Rio Casqueiras, medindo 0,550388. O Ponto 3 foi selecionado em um dos meandros do Rio Conceição, com o direcionamento mais à esquerda na margem inferior em relação à imagem, medindo 0,5975. Figura 1 – Gráficos boxplot (à esquerda) e de dispersão (à direita) ilustrando a variação dos valores de NDVI calculado na área de estudo. Fonte: Elaborados pelos autores (2025). Por sua vez, o Ponto 4 está localizado na margem superior do Rio Piranhas - Açú, ao lado de uma salina, entre o rio e o mar, medindo 0,589649. Os Pontos 5 e 6 estão localizados em uma ilha formada pelo Rio dos Cavalos e seus meandros, mais próximo a margem inferior do rio, medindo 0,568465 e 0,599229 respectivamente. Já o Ponto 7 também está localizado em um meandro do Rio dos Cavalos, porém está fora da ilha, situado diretamente na margem inferior do rio, medindo 0,585127. O Ponto 8 está localizado em um pequeno espaço envolto pela margem superior do Rio dos Cavalos e uma parte sem cobertura vegetal, medindo 0,647687. Com um valor um pouco menor, o ponto 9 está um pouco mais à direita do ponto anterior, também na margem superior do Rio dos Cavalos, medindo 0,591919. Também com valor semelhante, o Ponto 10, também está localizado na margem superior do Rio dos cavalos, porém está situado mais próximo do mar e à um dos meandros do rio, medindo 0,588865. Por sua vez, o Ponto 11 foi selecionado na margem inferior do Rio Piranhas-Açú, numa área onde a vegetação está cercada por partes de terra sem cobertura vegetal e atingiu o valor de 0,587121. Já o Ponto 12 está localizado às margens de uma salina, numa região entre as salinas e o Rio Piranhas-Açú. É um espaço com pouca cobertura vegetal, mas que atingiu o valor de 0,569892. Situado próximo ao primeiro ponto, na margem do Rio Conceição, o Ponto 13 está numa área localizada entre a margem inferior do rio e a salina, ao lado de um meandro, medindo 0,532934. O Ponto 14 está na mesma região mais à direita do ponto anterior, mas também na margem inferior do Rio Conceição, medindo 0,613546. Já o Ponto 15 está localizado em uma ilha formada entre os Rios Conceição e Casqueiras e seus meandros. Está mais próximo do meandro do Rio Conceição, na parte inferior da ilha, conforme a imagem, medindo 0,64794. Os Pontos 16 e 17 estão na mesma região que os pontos 1 e 3, entre a salina e o meandro formado pelo Rio Conceição, medindo 0,582979 e 0,644037 respectivamente. O Ponto 18 está próximo do ponto 7, na margem inferior do Rio dos Cavalos, próximo à salina, medindo 0,589649. Enquanto isso, o Ponto 19 está na região próxima aos pontos 11, 12 e 30, na margem inferior do Rio Conceição, entre o rio e a salina, medindo 0,622137. O Ponto 20 está próximo à região, porém está situado na margem superior do Rio Conceição, mais à esquerda do ponto 4, ao lado de um dos meandros formados pelo rio, medindo 0,626923. Já os Pontos 21 e 22 estão localizados na mesma região, entre a salina e o Rio das Conchas, próximo ao meandro formado pelo rio em sua margem inferior, medindo 0,6234 e 0,66187. Os Pontos 23, 24 e 25 estão numa região bem próxima aos anteriores mais à direita, numa região entre o meandro à frente, a salina atrás, o Rio das Conchas à esquerda e o mar, após o meandro. O ponto 23 está na parte inferior, mais próximo à salina, enquanto os outros dois estão mais à frente, mais próximo ao meandro. Nessa mesma área os três pontos medem 0,514151 - 0,543307 e 0,623762 respectivamente. O Ponto 26 está localizado na mesma ilha que os pontos 5 e 6, formada pelo Rio dos Cavalos e seus meandros. O ponto está situado na parte inferior da ilha, mais à esquerda, medindo 0,639535. Já o Ponto 27 está na margem do Rio dos Cavalos, mais à direita do ponto 9, medindo 0,575758. Os Pontos 28 e 29 estão situados às margens do Rio Casqueiras, porém o Ponto 28 está situado em uma minúscula ilha formada pelo rio e seus meandros

na margem inferior, enquanto o Ponto 29 está na margem superior do rio. Eles medem 0,63806 e 0,612903. E por último, o Ponto 30 que está situado na mesma região que os pontos 11 e 19, localizado entre eles na margem inferior do Rio Piranhas-Açu, medindo 0,643411. Realizando a análise dos 30 pontos distribuídos ao longo da área de estuário Piranhas-Açu, especificamente nas proximidades dos rios Conceição, Casqueiras, Piranhas-Açu, dos Cavalos e das Conchas, é possível observar uma variação nos valores de NDVI. Eles variam entre 0,514151 e 0,66187, indicando diferentes níveis de cobertura vegetal. A maior concentração de pontos com valores elevados de NDVI, ou seja, valores superiores à 0,6, ocorre em áreas menos impactadas por salinas ou zonas desmatadas, principalmente nas margens dos rios Conceição, das Conchas e dos Cavalos, onde a vegetação parece estar mais preservada. Isso é observado, por exemplo, nos pontos 8 (0,647687), 15 (0,64794), 22 (0,66187) e 30 (0,643411). Por outro lado, pontos com NDVI mais baixos, ou seja, abaixo de 0,55, como os pontos 13 (0,532934) e 23 (0,514151), estão associados a áreas próximas a salinas ou regiões de transição entre corpos d'água e superfícies expostas, indicando menor densidade de cobertura vegetal. A presença de salinas e áreas expostas sem vegetação influencia negativamente os valores de NDVI, como observado nos pontos 12 e 23. Além disso, a formação de ilhas por meandros dos rios também parece favorecer a manutenção da vegetação, como mostram os valores mais elevados nos pontos 5, 6, 15 e 26. Há também evidências de que as margens superiores dos rios, em geral, apresentam valores de NDVI ligeiramente superiores aos das margens inferiores, o que está relacionado à influência antrópica diferenciada em cada margem, pois as margens inferiores, em sua maior parte, estão mais próximas às salinas solares. Dos pontos coletados, o intervalo de NDVI registrado foi de 0,514151 (coletado no Ponto 23) a 0,66187 (coletado no Ponto 22). A média geral dos NDVI coletados é de aproximadamente 0,6 e o desvio padrão calculado, é de aproximadamente 0,03. Os pontos amostrais coletados tiveram uma baixa variação, que resultou numa variância de 0,0001 e coeficiente de variação de 6,10975. As regiões que apresentaram os maiores índices foram o Ponto 22 – Rio das Conchas (0,66187); Ponto 15 – Ilha entre Rios Conceição e Casqueiras (0,64794); Ponto 8 – Margem superior do Rio dos Cavalos (0,647687) e Ponto 30 – Margem inferior do Rio Piranhas-Açu (0,643411). Já sobre as regiões que apresentaram os menores índices foram o Ponto 23 – Próximo à salina no Rio das Conchas (0,514151); Ponto 13 – Margem inferior do Rio Conceição (0,532934) e Ponto 24 – Mesma região do 23 (0,543307). As tendências observadas mostram que áreas próximas a salinas apresentaram, em média, NDVI mais baixos. Áreas de meandros e ilhas fluviais estão frequentemente associados a NDVI mais altos. As margens superiores tendem a apresentar melhor cobertura vegetal, pois estão um pouco mais distantes do efeito das salinas e a proximidade com o mar e áreas abertas também influencia negativamente o NDVI.

Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa foi o de avaliar, por meio do NDVI, a densidade da vegetação de manguezal no estuário do rio Piranhas-Açu e suas relações com a ocupação antrópica, que foi completamente atingido. A obtenção dos dados nos permitiu analisar e identificar áreas com maior e menor cobertura vegetal, realizando a associação dessas variações ao grau de influência das ações antrópicas e naturais do

entorno da área, podendo confirmar a relação existente entre o uso do solo e a densidade de vegetação nos manguezais da região estudada. A metodologia adotada foi adequada, pois a utilização de imagens de satélite do Sentinel 2B, a aplicação do índice NDVI e o uso de ferramentas como o QGIS e o software Past, permitiram uma análise precisa e confiável da vegetação. Além disso, a combinação de sensoriamento remoto com a estatística descritiva possibilitou uma interpretação espacial e quantitativa dos impactos ambientais de forma clara e eficaz. Quanto aos resultados obtidos, a variação dos valores de NDVI entre os pontos analisados reforça a importância do monitoramento constante dessas áreas em relação às crescentes pressões humanas. A principal contribuição desta pesquisa consiste em ampliar o entendimento acerca do uso do NDVI como ferramenta de avaliação e monitoramento da vegetação de manguezais. Os dados levantados contribuem diretamente para ações de gestão costeira, oferecendo bases técnicas para a definição de áreas preferenciais para reflorestamento, especialmente próximas às salinas. Além disso, o conhecimento sobre o estado de conservação da vegetação de manguezal, a partir de um índice reconhecido, fortalece as ações de conservação, especialmente nas regiões onde há maior densidade vegetal e, portanto, maior potencial para manutenção dos serviços ecossistêmicos prestados por esse importante ecossistema.

Referências

NOVA, Fátima Verônica Pereira Vila et al. Aplicação do índice de vegetação por diferença normalizada no monitoramento dos manguezais: litoral sul de Pernambuco-Brasil. *Geografares*, Vitória, n. 15, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/17392>. Acesso em: 31 jul. 2025.

GIRI, C., Ochieng, E., Tieszen, L.L., Zhu, Z., Singh, A., Loveland, T., Masek, J. e Duke, N., 2011. Status and distribution of mangrove forests of the world using earth observation satellite data. *Global Ecology and Biogeography* Vol. 20: 154–159

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Atlas dos Manguezais do Brasil. Brasília: ICMBio, 2018.

LUGO, A.E. & Snedaker, S.C. (1974). The Ecology of Mangroves. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 5, 39-64.

MOLION, L.C.B. and Bernardo, S.O. (2002) Uma revisão da dinâmica das chuvas no nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 17, 1-10.

NIMER, Edmon. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 421 p.

SALDANHA, Denise Santos. Áreas úmidas, serviços ecossistêmicos e trade-offs: avaliação dos macrohabitats costeiros do semiárido brasileiro. 2024. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; Cintrón-Molero, G.; Soares, M.L. & De-Rosa, M.M.P.T. (2000) – Brazilian mangroves. *Aquatic Ecosystem Health and Management*, 3(4): 561-570. (doi:10.1016/S1463-4988(00)00052-X)

SPALDING, M.; Kainuma, M. & Collins, L. 2010. *World Atlas of Mangroves*. Earthcan, 319p.

SPURGEON, J. 2002. Rehabilitation, conservation and sustainable utilization of mangroves in Egypt: socio-economic assessment and economic valuation of Egypt's mangroves. Cairo: FAO.

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. Sensoriamento Remoto da vegetação. 2 ed. São José dos Campos, SP: Oficina de Textos. 2012.

ORNELLAS, LOPES, 2020. NDVI Aplicado Nas Alterações da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguapé. Disponível em: <
<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/XI-015.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Anexos



Figura 1 - Gráfico boxplot



Figura 2 - Gráfico de dispersão

CÓDIGO: HS0427

AUTOR: GLENDA HELOISA DE FARIAS SOUSA

COAUTOR: ADRIELLY DIOGENES PEREIRA

COAUTOR: VINNICIUS SILVA EUFLAUSINO

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: A escravidão e a natureza da organização territorial no Nordeste brasileiro (século XXI): análise das contradições entre modernidade tecnológica e o quadro socioeconômico populacional.

Resumo

O objetivo central do relatório é identificar a expressão territorial da escravidão contemporânea no Brasil e no Nordeste (século XXI), numa perspectiva de apontar a sua permanência como condição da formação histórico-territorial no tempo-espaço presente. Metodologicamente, a técnica do uso de mapas é uma tentativa de demonstrar de modo mais explícito como a problemática se apresenta, a partir de síntesis cartográficas. O principal resultado traduziu-se na constatação de que mais de 55 mil trabalhadores em condições de escravidão contemporânea, entre 2003 e 2023, destacando-se Minas Gerais, Pará, Goiás, Bahia e Maranhão como os principais focos. No contexto nordestino, Bahia e Maranhão concentram a maior parte dos casos, associados sobretudo ao agronegócio e à agropecuária extensiva.

Palavras-chave: Desumanização; Commodities agrícolas; Degradação Ambiental; Injustiças

TITLE: Slavery and the nature of territorial organisation in Northeast Brazil (21st century): analysis of the contradictions between technological modernity and the socio-economic situation of the population

Abstract

The central objective of the report is to identify the territorial expression of contemporary slavery in Brazil and the Northeast (21st century), with a view to pointing out its permanence as a condition of historical-territorial formation in the present time-space. Methodologically, the technique of using maps is an attempt to demonstrate more explicitly how the problem is presented, based on cartographic syntheses. The main result was the finding that more than 55,000 workers were in conditions of contemporary slavery between 2003 and 2023, with Minas Gerais, Pará, Goiás, Bahia and Maranhão standing out as the main centres. In the northeast, Bahia and Maranhão concentrate most of the cases, mainly associated with agribusiness and extensive farming.

Keywords: Dehumanisation; Agricultural commodities; Environmental degradation;

Introdução

A interpretação da expressão territorial da escravidão contemporânea no Brasil e no Nordeste (NE), no âmbito da análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no atual momento, deve considerar que a presença do cativo humano é uma condição de permanência da lógica instrumental capitalista de formação histórico-territorial brasileira, engendrando formas particulares de uso, ocupação e exploração do espaço geográfico.

Nesse processo, o crescente número de resgates de trabalhadores na condição de cativo, fortemente associado à presença das atividades que se colocam como “a locomotiva do crescimento econômico do Brasil”, resulta em processos contraditórios que suscitam tensões, conflitos, embates de diversas ordens e, principalmente, permitem a constante reprodução da situação injusta e desigual.

Assim, a escravidão contemporânea se apresenta como um estágio de subordinação do ser humano e da Natureza à lógica instrumental capitalista, na dinâmica do momento presente, associada e impulsionada pela acelerada e intensa rede global de produção e circulação de mercadorias, reafirmando o quadro complexo, injusto e desigual de nossa formação histórico-territorial.

Na perspectiva de Quijano (2005), a escravidão contemporânea pode ser compreendida como expressão da colonialidade do poder, na medida em que representa a continuidade histórica das formas de dominação radicalizadas e hierarquizadas impostas pelo capitalismo colonial-moderno, reafirmando a negação do Outro e a naturalização da subordinação de corpos e saberes ao longo do tempo-espaço.

Nesse sentido, Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a escravidão contemporânea é compreendida a partir do que se define o artigo 149 do Código Penal brasileiro, e que

caracteriza como trabalho escravo atual como submeter:

[...] alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (CPT, 2025, p. 16; CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino Conflitos no Campo Brasil 2024 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. — Goiânia, GO : Comissão Pastoral da Terra, 2025.).

No Brasil, o cerceamento da liberdade se coloca como uma realidade cruel e fruto de transformações políticas, institucionais e econômicas, reafirmando no atual contexto histórico-territorial do país a escravidão não é um resquício de condições de modo de produção arcaicas, mas é uma condição do próprio processo de expansão da acumulação capitalista:

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão (SAKAMOTO, 2008, p. 112; SAKAMOTO, Leonardo Moretti. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: CANUTO, Antônio et al. (org.). Conflitos no campo Brasil 2007. Goiânia: CPT Nacional, 2008.).

Nesse caminho, a escravidão contemporânea não é um desvio qualquer, mas uma forma de sistema possibilitar seu processo de ampliação de capital, mesmo utilizando mecanismos que negam a sua essência:

A escravidão contemporânea não é um desvio, portanto, e sim mais uma aparente contradição do capital que utiliza formas que parecem negar a sua própria natureza, ignorando assalariamento e o contrato social estabelecido entre tomadores e vendedores de força de trabalho (SAKAMOTO, 2007, p. 112; SAKAMOTO, Leonardo Moretti. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: CANUTO, Antônio et al. (org.). Conflitos no campo Brasil 2

Metodologia

No âmbito da teoria social crítica, a análise geográfica assumiu a compreensão de que as relações sociedade-espço acontecem, dentro de uma perspectiva dialética, onde o processo de formação histórico-territorial revela suas contradições, principalmente, pela

manutenção da servidão no Brasil. Nesta perspectiva, a técnica da contraposição de mapas representou uma tentativa.

Por isso, a persistente expropriação e exploração histórica de homens, mulheres e da natureza reforça que a formação histórico-territorial do Brasil e do NE sustentam uma base social constituída por escravizados/as, mantendo estruturas e características de dominação e poder estabelecidos na relação tempo-espço.

Nesse caminho, e considerando a Geografia como um campo do conhecimento científico que estuda a sociedade pela instância espacial, fazer uma leitura do cativo contemporâneo permite evidenciar a natureza do processo de construção dos territórios perversos, identificando e apontando os motivos da permanência da servidão no momento presente no Brasil e no NE. Substancialmente, analisar a inserção de força de trabalho em situações de escravidão permite confirmar as contradições agudas e profundas na dinâmica de organização do espaço.

Por isso, e considerando o objetivo da investigação, os procedimentos técnicos para sua realização corresponderam: 1) Pesquisa documental em fontes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Repórter Brasil (RB), para fins de levantamento e reconhecimento de dados relativos ao processo de espacialização e territorialização de escravidão contemporânea dentro de uma escala regional no NE; 2) Produção cartográfica com base nos dados obtidos, enfatizando as especificidades histórico-geográficas relativas à natureza da persistência da escravidão no processo de organização territorial do Brasil e do Nordeste em uma perspectiva multiescalar do acontecer histórico atual.

Na escala temporal, esta pesquisa possui como marco referencial, para efeito de informação, o período que se estende entre os anos de 2003 e 2023. Ao mesmo tempo, o uso da análise cartográfica se coloca como um meio apresentar as configurações e dinâmicas territoriais que se sustentam e mantem a presença da escravidão como elemento central da dinâmica de injustiças e desigualdades no processo de produção do espaço do Brasil e do NE. A contraposição de mapas elaborados para representar os fenômenos ora tratados, em sua transversalidade, foi a escolha metodológica adota na perspectiva de explicar e compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Posteriormente, foram construídos mapas com o software QGis, e que tiveram como finalidade evidenciar, por meio da espacialização do fenômeno, a complexidade da questão ora tratada, ressaltando a distribuição espacial dos trabalhadores resgatados e que foram utilizados como mão-de-obra escrava por municípios brasileiros.

Resultados e Discussões

A escravidão contemporânea em números no Brasil

Passados 136 anos da Lei Áurea, instrumento normativo assinado em 13 de maio de 1888, e que abolia o cativeiro humano no Império do Brasil, a persistência da escravidão contemporânea no século XXI explicita uma condição de perversidade e irracionalidade na constituição do arranjo espacial brasileiro e nordestino, uma vez que reafirma o processo de formação histórico-territorial marcado pela injustiça e desigualdade. Esse caráter socioterritorial contemporâneo não somente repete um passado de destruição da Natureza, mas, também, amplia as formas de subalternização, exploração e opressão das populações subalternizadas, principalmente, no campo, e dos ‘herdeiros da escravidão’.

Para se ter uma dimensão desse fato, nas duas primeiras décadas do século XXI, especificamente, entre 2003 e 2023, o país registrou, segundo dados levantados pelo Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, um total de 55.224 pessoas resgatadas na condição de escravidão contemporânea. Também, ressalta-se que no período citado, todas as unidades da federação tiveram registro de cativeiro humano.

Já nos dez primeiros anos, especificamente, entre 2003 e 2013, foram 40.479 trabalhadores libertos da escravidão, conforme o Radar SIT. Desse total, os anos de 2007, com 6.025 resgates (número equivalente a cerca de 14,54% do total do Brasil); 2003, com 5.223 (12,60% do total); 2008, com 5.045 (12,18% do total) e 2005, com 4.348 resgates (10,49% do total), foram os períodos que apresentaram os maiores números de libertações chefiadas pela Inspeção do Trabalho. No que diz respeito a concentração dessas libertações, as unidades da federação que mais se destacam são: o Pará totalizando 9.633 (23,25% do total de casos); Mato Grosso com 4.241 casos (10,24% do total); Minas Gerais com 3.729 (9,0% do total); Goiás totalizando 3.570 (8,62%); Bahia com 3.026 (7,30%) e Tocantins com 2.753 (6,64%), conforme observa-se na tabela 1.

Já no período entre 2013 e 2023, observou-se, em certa medida, uma redução do número de trabalhadores libertos, porém, a persistência dos casos de cativeiro, sendo um equivalente a 16.200 resgates, em que os anos que registram os maiores números são: 2023, com 3.240 casos (cerca de 20,0% do total); 2022, com 2.587 casos (15,97%); 2021, com 1.959 casos (12,09% do total) e 2018, com 1.752 casos (10,81%).

Nessa década, a concentração espacial se altera de forma significativa, dado que o estado que mais deteve libertações e fiscalizações foi Minas Gerais, totalizando 5.613 casos (34,65% do total do Brasil); seguido do estado de Goiás, com 1.781 casos (10,99% do total); São Paulo, com 1.333 (8,23%); Pará, com 901 casos (5,56%) e Piauí, 879 (5,43%), conforme é apontado na tabela 2.

Em termos de dinâmica regional, os dados mostram que 15.215 dos casos de trabalhadores resgatados vinculados à região Norte do país; 13.890 nos estados da região Sudeste; 12.605 no Centro-Oeste; 10.576 no Nordeste e 10.576 à região sul (Gráfico 1).

A título de comparação entre as fontes de obtenção dos dados, de 2003 a 2013, a Inspeção do Trabalho, contemplou um total de 1.288 casos a mais de resgates do que os

dados expostos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), totalizando 41.436 libertações, contra 40.148 casos registrados pela CPT.

A dessemelhança se expressa de forma maior entre o período de 2014 a 2023, em que o Radar SIT apresentou 7.029 casos a mais de libertações do que os dados evidenciados pela CPT, no qual totalizou 9.171 casos, em discrepância com os 16.200 resgates empreendidos pela Inspeção do Trabalho.

Isto ocorre devido à diferença da natureza da denúncia e do processo de resgate em si, uma vez que no caso da primeira fonte, o processo ocorre através da ação dos auditores fiscais do trabalho, responsáveis por fiscalizar e avaliar as condições de trabalho nos diversos setores da economia, o que diverge do levantamento da CPT, por não mediar os conflitos de múltiplas origens e causas que decorrem no espaço agrário brasileiro.

Mesmo assim, observa-se que a escravidão contemporânea se territorializou e estabelece arranjos espaciais que reforçam a perversidade do território brasileiro.

Expressão territorial da escravidão contemporânea no Brasil

Em relação a distribuição espacial da escravidão contemporânea no Brasil, e tomando como base os dados do Radar SIT, observa-se que o cativo no país se expressa de forma mais concentrada no sul do estado do Pará, fazendo divisa com o estado do Maranhão, bem como também na região do MATOPIBA (abrangendo os estados do Maranhão; Tocantins; Piauí e Bahia), na zona da mata dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas; além dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo; e, fortemente, na região de expansão da fronteira agrícola que abarcam Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais (Mapas 1 e 2).

Por conseguinte, as unidades que registram os maiores números de casos são: Minas Gerais com 9.342 (cerca de 17,82% do total de casos do Brasil), Pará com 8.704 (16,61% do total), Goiás com 5.351 (10,21% do total), Mato Grosso com 3.816 (7,28%), Mato Grosso do Sul com 3.033 (5,79%), Maranhão com 2.745 (5,24%) e Tocantins com 2.651 (5,06%).

Na escala municipal, a maior concentração da trabalhadores na condição de escravidão contemporânea são: Ulianópolis (PA) com 1.304 casos (cerca de 2,36% do total de casos do Brasil), Brasilândia (MS) com 1.011 casos (1,83%) Campos dos Goytacazes (RJ) com 982 casos (1,78%), São Desidério (BA) com 967 casos (1,75%), São Félix do Xingu (PA) com 843 casos (1,53%), Iguatemi (MS) com 668 casos (1,21%) e Marabá (PA) com 654 casos (1,18%).

Quando a referência de dados é o levantamento da CPT, observa-se que o padrão de concentração espacial da escravidão contemporânea pouco se altera em relações dados do Radar SIT (Mapa 3).

A partir do Mapa 3, é possível observar que há uma maior concentração de resgates de trabalhadores escravizados nas áreas de constante avanço do agronegócio, como é o caso da região do MATOPIBA; da região Centro-Oeste (compreendendo os estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul), da região Norte (abarcando, sobretudo, os

municípios que fazem fronteira com a região do MATOPIBA e Centro-Oeste) e de parte da região Sudeste do país, destacando-se, negativamente, os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. O que confirma a repetição da lógica de distribuição espacial abrangida nos dados dispostos pelo Radar SIT.

Logo, os municípios que apresentam um maior número de resgates são, respectivamente: Ulianópolis (PA) com 1.364 resgates (representando cerca de 3,02% do total de 45.185 resgates), Confresa (MT) com 1.348 resgates (número equivalente a 2,98% do total), Campos dos Goytacazes (RJ) com 1.158 resgates (2,56% do total), São Desidério (BA) com 1.015 resgates (2,25% do total), Brasilândia (MS) com 1.011 resgates (2,24% do total), São Félix do Xingu (PA) com 902 resgates (2,00% do total), Rondon do Pará (PA) com 662 resgates (1,47% do total) e Marabá (PA) 646 resgates (1,43% do total).

A geografia da escravidão contemporânea no Nordeste e a constituição de uma organização histórico-territorial perversa

Mesmo no contexto do século XXI, com maior capacidade tecnológica de produção e distribuição de bens e serviços, e com novos padrões de modernização do campo e da cidade, o Nordeste brasileiro ainda convive com um processo de esgotamento de recursos naturais e da submissão de pessoas à condição humilhante de servidão.

A persistência de casos de escravidão explicita uma realidade que, por meio de alguns setores econômicos, possibilita a existência de contextos que negam o pleno desenvolvimento humano, onde os negros e periféricos são, majoritariamente, as maiores vítimas. Neste sentido, a cultura do cativo ainda parece constituir-se como um elemento central da geografia nordestina, principalmente, pela constituição de territórios que expressam a perversidade da nossa formação histórico-territorial, ampliando a lógica instrumental e feroz do capitalismo, como um passado que ainda não passou e que se irradia para outras formas de relações sociais que se baseiam na expropriação da vida que une modernidade e barbárie.

Para se ter noção desse processo, observa-se que entre 2003 e 2023, a região registrou um total de 11.083 trabalhadores/as resgatados/as na condição de escravizados/as (Tabela 3).

Ao observar a tabela, Bahia e Maranhão juntos respondem por mais da metade dos resgates da região, evidenciando a persistência da exploração em áreas de grande extensão territorial e relevância no setor agropecuário. Piauí também se destaca, superando a casa de 1.500 trabalhadores libertos. Estados menores em extensão ou com menor incidência de fiscalização, como Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, apresentam registros muito reduzidos.

Esses números revelam a heterogeneidade regional, onde fatores como estrutura produtiva, vulnerabilidade social e presença de operações de fiscalização explicam as variações. Em síntese, a tabela reforça que o problema do trabalho escravo contemporâneo no Nordeste é mais intenso nos estados de Bahia, Maranhão e Piauí, mas está presente em toda a região, ainda que em menor escala em alguns estados.

O presente gráfico evidencia que os casos de trabalho escravo contemporâneo no Nordeste estão mais concentrados na Bahia e Maranhão, como mostra o quadro anterior, que juntos somam cerca de 60% dos trabalhadores libertos na região. Já estados como Sergipe e Paraíba, apresentam participação muito pequena nos resgates, indicando menor ocorrência ou menor capacidade de fiscalização. Essa distribuição reflete as desigualdades socioeconômicas regionais, a estrutura produtiva (com forte presença de atividades rurais e agropecuárias em alguns estados) e a intensidade da fiscalização do trabalho.

O mapa 4 mostra a atual expressão territorial da escravidão contemporânea no Nordeste, tendo como referência temporal o período entre 2003 e 2022.

A ilustração mostra uma forte concentração de resgatados no Oeste da Bahia e no Sul do Maranhão, evidenciando áreas de uso intensivo de atividades rurais, como a agropecuária extensiva e o agronegócio. Também, aparecem núcleos significativos no Piauí, Tocantins e Pará, sugerindo um “arco” de exploração laboral ligado à fronteira agrícola e à expansão da produção de commodities em direção a região da Amazônia Legal.

No interior do Ceará e Pernambuco, embora em menor intensidade, também há registros, mostrando que a prática não está restrita a poucas áreas, mas distribuída em diferentes territórios. Essa espacialização reflete não apenas a estrutura produtiva regional (com predomínio de atividades rurais e agropecuárias), mas também a atuação da fiscalização, que tende a se concentrar onde há maior suspeita de ocorrência de trabalho escravo.

Conclusão

Conclui-se que a formação histórico-territorial do Brasil e do NE, no século XXI, continua, em parte, reproduzindo formas de expropriação e exploração de homens e mulheres, principalmente, por ter na escravidão contemporânea uma condição vinculada à lógica do sistema capitalista-moderno colonial. Por isso, a negação do Outro, a partir do cativo, não só amplia, mas reforça o quadro de desigualdades e injustiças socioespaciais que constitui fruto da essência da formação histórico-territorial brasileira, fazendo persistir um dos problemas mais cruéis da superexploração humana em todas as Unidades da Federação, principalmente, no Nordeste do Brasil.

Tal situação interrompe e impede a transformação social necessária na constituição de uma nação efetivamente sustentável tal como almejamos. Destarte, continua-se a notar a marginalização de trabalhadores/as que foram permanentemente negados/as, condenando-os/as à condição de existência precária. Com efeito, isso só reforça a negação no que se refere à efetivação de seus direitos, mas, também, a permanência de uma violência – física e mental – que não aceita outras possibilidades de vida, no âmbito das quais se acham diferentes formas em termos de estilo de vida, perspectivas de valorização do patrimônio cultural e natural e cosmovisão dos povos negros, originários e periféricos.

No âmbito da abordagem adotada na pesquisa, a contraposição de mapas mostrou que há, portanto, uma permanência das desigualdades e injustiças socioterritoriais de um processo de formação histórico-territorial do Brasil e no NE, influenciando – de forma explícita e implícita – nos dias que correm. O resultado mais visível dessa condição é a negação da diversidade humana como resultado final, fato que, por meio da dimensão espacial da escravidão, encurrala diversos grupos humanos. O que reforça a perversidade do território brasileiro e nordestino, impedindo, inclusive, a construção de outros modelos sociais de uso do território que sejam efetivamente sustentáveis e responsáveis para todos/as.

Referências

BRASIL. Radar SIT – Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, 2003-2023. Ministério do Trabalho e Emprego, Portal da Inspeção do Trabalho, disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. Comissão Pastoral da Terra; 2014-2023. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso em: 5 mai. 2025.

COSTA, Camila Ferreira da. Colonialidade do poder e escravidão contemporânea na formação histórico-territorial do Brasil: passado e presente na negação da humanidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/62070>. Acesso em: 17 jul. de 2025.

MARTINS, J. de S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV.AA. (org.). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Goiânia/São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.127-164. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. Escravidão Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. Disponível em: <https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/18194>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. In: CANUTO, Antônio et al. (org.). Conflitos no campo Brasil 2007. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 111

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Dossiê América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Anexos



Tabela 1



Tabela 2



Tabela 3



Grafico 1



Grafico 2



Grafico 3



Grafico 4



Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4

CÓDIGO: HS0429

AUTOR: ISAC KARON DA SILVA ANDRADE

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e religião em diálogo: uma análise do papel da religião na construção da personagem principal em *The death of Vivek Oji* de Akwaeke Emezi

Resumo

Este trabalho situa-se no campo da pesquisa em literatura africana de língua inglesa queer e religião. Dialogamos aqui com o romance *The Death of Vivek Oji*, de Akwaeke Emezi (2020), autore nigeriano não binário que traz a realidade cultural, religiosa e política para sua escrita. A Nigéria está entre os 65 países do mundo que criminaliza a homossexualidade e entre os 12 que estabelece pena de morte por atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo (Human Dignity Trust, 2025). Considerando esse contexto, este trabalho investiga em que medida os discursos da religião tradicional Igbo contribuem para a construção da subjetividade não-binária do personagem principal, Vivek Oji. Para este propósito analisamos as representações: (1) das marcas da religiosidade tradicional Igbo nas performances e subjetividades da personagem; e (2) das vozes do cristianismo (principalmente neopentecostal) em sua relação com Vivek. A fundamentação teórico-metodológica é pautada no conceito de heterodiscurso de Bakhtin (2015) para compreender o falante no romance; no realismo animista de Paradiso (2014; 2020), Paraíso, (2012); e nos estudos queer (Rea, 2017; Ukah, 2018; Tamale, 2011; Izugbara, 2011; Olaoluwa, 2018). Os resultados indicam a construção de uma identidade de gênero não binária interseccionada pelos discursos tradicionais Igbo e cristãos, com o prevalecimento da cultura tradicional através da crença na reencarnação.

Palavras-chave: Literatura africana queer; *The Death of Vivek Oji*; Religião Igbo

TITLE: TRADITIONAL IGBO RELIGION AND THE CONSTRUCTION OF NON-BINARY IDENTITY IN AFRICAN QUEER LITERATURE: HETERODISOURSE AND ANIMIST REALISM IN THE DEATH OF VIVEK OJI

Abstract

This work is situated in the field of research on queer African literature in English and religion. It engages with the novel *The Death of Vivek Oji*, by Akwaeke Emezi (2020),

a non-binary Nigerian author who brings cultural, religious, and political realities into their writing. Nigeria is among the 65 countries worldwide that criminalize homosexuality and one of 12 that apply the death penalty for consensual same-sex sexual activity (Human Dignity Trust, 2025). Within this context, the study investigates the extent to which discourses of traditional Igbo religion contribute to the construction of the non-binary subjectivity of the main character, Vivek Oji. For this purpose, we analyze representations of: (1) the marks of traditional Igbo religiosity in the character's performances and subjectivities; and (2) the Christian (particularly neopentecostal) voices in relation to Vivek. The theoretical and methodological framework draws on Bakhtin's (2015) concept of heterodiscourse to understand the speaker within the novel; the notion of animist realism (Paradiso, 2014; 2020; Paraízo, 2012); and queer studies (Rea, 2017; Ukah, 2018; Tamale, 2011; Izugbara, 2011; Olaoluwa, 2018). The results indicate the construction of a non-binary gender identity shaped by both traditional Igbo and Christian discourses, with the traditional culture prevailing through belief in reincarnation.

Keywords: Queer African literature; The Death of Vivek Oji; Igbo religion

Introdução

A literatura e a religião partilham um poder em comum: a renovação do sentido da palavra. Ambas se apoiam em dimensões enigmáticas que instigam leituras plurais. A diferença entre texto religioso e literário repousa na fé (Paraízo, 2012). No contexto africano, a literatura se inscreve além do olhar ocidental (Paradiso, 2014), revelando um mundo em que o sagrado e o secular coexistem, e o tempo assume uma lógica cíclica. O realismo animista, nesse cenário, emerge como proposta estética e política, pois não se limita a descrever rituais, mas representa cosmologias como forma de resistência cultural (Paradiso, 2020). É a partir dessa chave estética que se propõe uma leitura do romance *The Death of Vivek Oji*, de Akwaeke Emezi (2020), autore nigeriane não binária que como já afirmou em diferentes entrevistas (López, 2018; Emezi, 2019; 2022) se identifica como ogbanje, entidade não binária da cosmologia Igbo associada a pessoas jovens que morrem e retornam ao mundo dos vivos de forma cíclica (Ilechukwu, 2007). O romance, que se inicia com o anúncio da morte do personagem principal, nos leva por uma trama complexa e não linear. Ao tentar compreender o mistério por trás de sua morte também acabamos por conhecer quem é Vivek. O personagem vem ao mundo no mesmo dia em que sua avó, Ahunna, morreu, sendo este evento considerado “the beginning and end of everything” (Emezi, 2020, p. 16)¹. Ao longo de sua vida mundana, a manifestação de sua sexualidade e identidade de gênero se confundem com a manifestação de sua ancestralidade na figura de sua avó enquanto enfrenta um cenário de violência que reprime sua sexualidade por não se encaixar em um padrão heteronormativo. A Nigéria representada nos remete ao contexto de redemocratização do final dos anos 1990 marcado por uma crescente consciência homofóbica (Olaoluwa, 2018) encabeçada pelo alinhamento de interesses entre comunidades religiosas muçulmanas, cristãs anglicanas e pentecostais, e adeptos de religiões tradicionais (Ukah, 2108). A legislação ainda pautada nos valores vitorianos coloniais, Lei do Código Penal da Nigéria de 1916 (Nigeria, 1916) e o Same Sex Marriage (Prohibition) Act de 2014 (Nigeria, 2014)², penaliza a homossexualidade podendo acarretar pena de 10 a 14 anos de prisão. O relatório do Observatório dos

Direitos Humanos (Human Rights Watch, 2016) informa que o novo Ato gerou crescente aumento da violência contra a população LGBT e a sensação de impunidade devido à onda de linchamentos e abuso de autoridade sob a alegação de preservação da cultura tradicional nigeriana. Diante do cenário relatado, o objetivo central desta pesquisa é compreender em que medida os discursos da religião tradicional Igbo contribuem para a construção da subjetividade não-binária do personagem principal, Vivek Oji. Para tanto, serão investigadas as representações: (1) das marcas da religiosidade tradicional Igbo nas performances e subjetividades da personagem; e (2) das vozes do cristianismo (principalmente neopentecostal) em sua relação com Vivek. Do ponto de vista teórico-metodológico, articula-se o conceito de heterodiscurso, de Bakhtin (2015), para dar conta das múltiplas vozes que atravessam o romance e animam a identidade de Vivek. Essa abordagem se complementa com o referencial do realismo animista (Paradiso, 2014; 2020), literatura e religião (Paraízo, 2012; Klinken e Chitando, 2016; Ambani, 2017), e dos Estudos Queer (Rea, 2017; Ukah, 2018; Tamale, 2011; Izugbara, 2011; Olaoluwa, 2018). Em síntese, consideramos a hipótese de que a identidade de Vivek emerge do confronto entre forças discursivas: de um lado, o legado Igbo representado nas marcas das religiões tradicionais; de outro, a moral e a ética cristã herdada do colonialismo atuando como mecanismo de controle dos corpos (Klinken; Chitando, 2016). Entrelaçando esses elementos, consideramos que o realismo animista e as teorias queer nos ajudarão a dar forma ao personagem.

Metodologia

Dialoguemos aqui com o romance *The Death of Vivek Oji* (2020), de Akwaeke Emezi, analisando as vozes que atravessam a construção da imagem de Vivek. O objetivo desta discussão é verificar em que medida os elementos religiosos tradicionais contribuem para dar ânima à personagem principal como pessoa não binária. Outras vozes entram nesse diálogo, por isso analisamos como os discursos cristãos também contribuem para a construção da subjetividade de Vivek. Esse trabalho estabelece um diálogo entre literatura e religião. Para tanto, pautando-se em Paraízo (2023), consideramos que a religião, assim como a literatura, está alinhada com a ética e moral de um grupo social, carregando ao longo do tempo a essência e valores de uma dada comunidade, nesse romance, especificamente, a religião tradicional africana e as religiões cristãs. Ambas as formas textuais têm em comum o poder da renovação da palavra através de mecanismos estéticos da narrativa e da poética permitindo novas interpretações. Dessa maneira, analisar a representação literária de uma pessoa não binária na Nigéria de Akwaeke Emezi nos direciona a pensar nas particularidades dos sentidos renovados da palavra na tradição Igbo e cristã. Falamos aqui de um contexto em que a sexualidade e identidade de gênero de Vivek é formada no conflito da cosmopercepção animista Igbo de reencarnação com representações das culturas neopentecostais e católicas. Para dar conta desse universo literário africano, fazemos uso da estética do realismo animista entendido por Paradiso (2015) como “a proposta do texto pós-colonial advindo do mundo africano, [que explica] a realia pelo religio, com forte conotação política” (p.271, grifo do autor). Para alcançarmos uma compreensão ampla de como o personagem não binário, Vivek, é representado, é considerada a concepção Bakhtiniana de que o romance é composto de heterodiscursos materializados na imagem de falantes. Dessa forma, “o falante e sua palavra no romance são objeto da representação verbalizada e ficcional” (Bakhtin, 2015, p. 124), representação essa, construída a partir

das escolhas do autor. Ainda segundo Bakhtin (2015), o próprio falante é entendido como homem social historicamente situado e sua linguagem é entendida como um embrião ou potencial linguagem social de um dado grupo. O personagem é “em maior ou menor grau, um ideólogo, e sua palavra é sempre um ideograma” (Bakhtin, 2015, p. 124, grifo do autor), representando, assim, um ponto de vista específico sobre o mundo; dessa forma, carrega na sua construção uma ideologia representada na linguagem ficcional. A compreensão de um romance repleto de vozes não-binárias em África exige uma análise que não se limite aos padrões epistemológicos do Norte Ocidental resumida em dissidência sexual e de gênero heteronormativa e homonacionalista. Rea (2017) contribui aqui com sua discussão da introdução da “Teoria Queer of Color no Sul Global” como uma abordagem que não reproduza o discurso do colonizador Ocidental do Norte. A sexualidade de Vivek não deve ser entendida a partir de um modelo ocidental de homossexualidade que se diz “libertário e moderno, em oposição aos modelos não-ocidentais, enxergados como atrasados, complexados e imaturos” (Rea, 2017, p. 5). Portanto, devemos levar em conta o perfil da sexualidade construído na África. Segundo Ambani (2017), esse perfil é assentado na trindade formada pela religião tradicional africana, a herança euro-cristã e o islamismo, tendo os dois últimos estabelecido o discurso de que a homossexualidade e a variação de gênero são ‘un-African’ (Olaoluwa, 2018), embora, os dados históricos refutem essa ideia (Ambani, 2017). A herança colonial deixada foi, então, uma ode de violência. De acordo com o Map of Jurisdictions that Criminalise LGBT People (Human Dignity Trust, 2025), a Nigéria é uma das 65 jurisdições no mundo que criminalizam atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo e expressão de gênero trans. Através do sua Lei do Código Penal e do Same Sex Marriage (Prohibition) Act 2014 (SSMPA), o país “criminaliza atos de ‘conhecimento carnal contra a ordem da natureza’, ‘indecência grave’, uniões entre pessoas do mesmo sexo e defesa à pessoas LGBT” (Human Dignity Trust, 2025, tradução nossa)³. A pena pode chegar até 14 anos de prisão e até mesmo a condenação à morte nos estados no Norte em que prevalece a lei da sharia (Ukah, 2108). Apesar desse cenário de violência, não podemos nos deixar levar por estereótipos homonacionalistas. Como aponta Tamale (2011), sexualidade e gênero na África andam juntos e são criações socioculturais que desempenham papel crucial nas relações de poder. Cada localidade e seus povos exige um olhar mais específico e apurado ao investigar as nuances de gênero e sexualidade, “os investigadores precisam reconhecer que não existe uma forma uniforme ou monolítica de vivenciar as sexualidades dentro de uma cultura ou comunidade, ou mesmo entre indivíduos” (Tamale, 2011, p. 12, tradução nossa)⁴. No contexto animista em *The Death of Vivek Oji* consideramos, de acordo com Izugbara (2011), que o sobrenatural atua constantemente sobre o entendimento do mundo terreno, até mesmo no entendimento e performances da sexualidade dos indivíduos. A ancestralidade tem, assim, um papel ativo na vida mundana. No caso do personagem Vivek, a morte não o impede de interagir com os vivos e nem mesmo de influenciar na sua sexualidade, pois, “Os africanos geralmente não veem a morte como o fim da vida. A alma humana é imortal e continua a existir mesmo após a morte” (Izugbara, 2011, p.539-540). Essa percepção revela que o sobrenatural e a sexualidade desempenham papéis importantes na construção das personagens dentro do contexto Nigeriano.

Resultados e Discussões

A CONSTRUÇÃO DOS ELEMENTOS TRADICIONAIS IGBO NA IDENTIDADE DE VIVEK O compound, a marca de nascer e a cerimônia de nomeação Em *The Death of Vivek Oji* (Emezi, 2020), nos deparamos com uma trama não linear em que, a partir do anúncio da morte do personagem principal são feitas idas e vindas na linha temporal enquanto vamos juntando pistas sobre o ocorrido. O ponto inicial e final da história é sua morte, mas também seu nascimento que é apresentado ligado à possível reencarnação de sua avó Ahuna. Ao longo da narrativa nos deparamos com conflitos em torno das percepções sobre a identidade de gênero não binária de Vivek, presentes nas vozes de sua família como sua Avó Ahuna, seu pai Chika, sua mãe Kavita, seu tio Ekene, Mary, esposa de seu tio, e seu primo Osita. Por outro lado, Vivek e sua família escolhida, Juju, Elizabeth, Somto e Olunne encontram em sua amizade um verdadeiro lar enquanto enfrentam a pressão de uma sociedade carregada de discursos políticos e religiosos conservadores. Ora por meio de um narrador em terceira pessoa, ora através da voz do próprio personagem principal e de seu primo Osita, identificamos camadas distintas e complexas de subjetividades. Após o anúncio da morte de Vivek no capítulo um, a/o autor apresenta a família do personagem fazendo uma analogia a um tradicional álbum de fotografias na sala de estar – “the old kind” (Emezi, 2020, p. 9)⁵ – com os momentos felizes da família. A primeira foto é de seu pai, Chika, indo visitar a mãe, Ahunna, na village. É através da personagem Ahunna que vemos os elementos tradicionais Igbo que também estão vinculados a Vivek através da reencarnação e demais crenças e costumes tradicionais. Considera-se aqui que a composição do personagem principal se dá através da estilização de diferentes linguagens sociais ou heterodiscursos (Bakhtin, 2015). Uma das linguagens estratificadas no romance é, dessa forma, representada nos elementos da cultura tradicional Igbo como analisamos a seguir. O primeiro ponto que destaco é a caracterização de elementos da tradicional village Igbo. Ahunna é apresentada “sitting on her veranda when her son arrived, a bowl of udara beside her” (Emezi, 2020, p. 9)⁶. Sabendo que se trata da representação da cultura Igbo, a citação da casa com varanda e o consumo de udara ganham grande importância. A casa com varanda em uma village faz parte da arquitetura típica desses povos, em que esse espaço é usado como hall de entrada da casa, mas também um espaço onde se guardam utensílios de trabalho e se processam alimentos para consumo (Uchendu, 1965; Nsude, 1987). Ainda nesse cenário é escolhido o elemento “bowl of udara”. Dentre as várias frutas típicas dessa região, a escolha para a composição dessa foto foi a udara, símbolo da fertilidade, procriação e abundância para o povo Igbo (Kanu, 2020). A composição desse cenário pelos elementos escolhidos aponta para uma caracterização de Ahunna como matriarca da família e símbolo de resistência da cultura tradicional. Ainda sobre a caracterização do modo de vida da tradicional família Igbo a autora insere o compound, “The large compound of her village house stretched around them” (Emezi, 2020, p. 9)⁷. Trata-se um agrupamento de famílias economicamente independentes tendo cada uma seu chefe-de-família cuja autoridade é baseada em um sistema patrilinear chamado Umunna sintetizado na expressão “filhos do mesmo pai, mas de mães diferentes” (Uchendu, 1965, p. 39-40, tradução nossa)⁸. O compound é, segundo Uchendu (1965), onde a autoridade tradicional Igbo reside. O uso da expressão “large compound” reforça a construção do discurso tradicional sobre constituir família extensa e patrilinear (Uchendu, 1965; Nwoye 2011). Outros dois elementos basilares da cultura Igbo são o nascimento e a reencarnação. “He did know. How else could that scar have entered the world on flesh if it had not left in the first place? A thing cannot be in two places at once” (Emezi, 2020, p. 9)⁹. As palavras “entered” e “left” criam a imagem de movimento entre dois mundos, o mundo dos humanos e o mundo dos espíritos e

divindades supremas. A morte é uma fase necessária para que haja a reencarnação dos entes queridos e divindades. Ao nascer, os familiares buscam, no recém-nascido, marcas e gestos que remetem aos ancestrais (Nwoye, 2011). Considerando que o nascimento de Vivek representa a perpetuação da patrilinhagem, seria de se esperar que Chika estivesse orgulhoso desse nascimento. Porém, o sinal da ancestralidade em forma de estrela no pé de Vivek, assim como tinha Ahunna, cria um fator complicador na expectativa sobre o papel do filho homem na linha de descendência da chefia do grupo familiar, “— and besides, Vivek was a boy and not a girl, so how can?” (Emezi, 2020, p. 16)¹⁰. Apesar de criar na personagem um indicador de reconhecimento da crença de reencarnação, “He did know”, ocorre a negação logo em seguida, “Superstition. [...] It was a coincidence” (Emezi, 2020, p. 16)¹¹, motivada pelas expectativas sobre um papel de gênero binário. Em outras palavras, além do sentimento de luto que estaria sempre associado a Vivek, pesa para Chika um filho homem ser a reencarnação de uma mulher. Ao analisar a preocupação de Chika sobre a reencarnação de Ahunna em Vivek, se faz necessário lançar um olhar que compreenda não apenas o conflito sobre identidade de gênero, mas também a percepção de mundo criada para lidar com a morte. Sobre esse ponto lançamos mão do realismo animista para analisar um mundo em que a vida e morte ganham significados diferentes dos que costumamos ver na linguagem do colonizador ocidental (Paradiso, 2015). Dessa maneira, na fala de Chika o estranhamento não recai sobre a reencarnação que faz parte da sua crença, mas na sua perspectiva sobre a identidade de gênero de seu filho. Antes da escolha do nome “Vivek”, foi cogitado nomeá-lo “Nnemdi”, “It’s not a common name, but it was for Mama. Because they had that same scar on their feet” (Emezi, 2020, p. 170)¹², disse Ekene, tio de Vivek. A cerimônia de nomeação do recém-nascido é um ritual de apresentação do indivíduo para a sociedade agnada humana. Além de fortalecer o vínculo da descendência patrilinear, a escolha do nome também é um rito sócio-religioso em que se pede bênçãos aos ancestrais para proteção do recém-nascido e se agradece pela dádiva da vida (Nwoye, 2014). A escolha do nome pode estar associada às circunstâncias do nascimento (Udechukwu; Nnyigide, 2016), por isso, ao associar a marca em forma de estrela no pé do recém-nascido com a cicatriz de Ahunna, foi sugerido por Ekene o nome “Nnemdi”, nome Igbo que significa “minha mãe está viva”, sendo mais comum, porém, o uso de “Nnamdi”, “meu pai está vivo” (Madubuike, 1976, p. 49). Considera-se na cerimônia de nomeação que o nome pode definir a identidade da criança, pois carrega toda uma filosofia de vida que reflete os valores religiosos e socioculturais Igbo, “refletem alegria, tristeza, mortes, potenciais, perspectivas e outras coisas da vida” (Udechukwu; Nnyigide, 2016, p. 7, tradução nossa)¹³. Diante dessa perspectiva, quando Ekene diz “But Chika didn’t agree. If Vivek had been a girl, maybe he would have agreed” (Emezi, 2020, p. 170)¹⁴, identificamos que há, na representação dessa cultura, crenças baseadas em valores não binários já que Ekene não apresenta conflito ao considerar fazer uma homenagem a sua mãe nomeando o sobrinho, do sexo considerado masculino, com o nome Nnemdi, “minha mãe está viva”. Por outro lado, seu irmão, Chika, apresenta um conflito – “Chika didn’t agree” – com a sugestão do nome Nnemdi, pois não concorda com a ideia de que seu filho homem receba um nome em homenagem a uma mulher. Vejamos no próximo tópico como os valores heteronormativos cristãos são apresentados no romance podendo representar conflitos com as vozes das linguagens Igbo. Ressignificação da morte na identidade de Nnemdi No capítulo final intitulado Nnemdi, a personagem principal faz, em primeira pessoa, suas considerações sobre suas escolhas em vida. Além de evidenciar a estética animista ao dar voz a personagem após a morte, o capítulo também nos revela uma percepção

sobre a narrativa de vida de Vivek/Nnemdi que não se resume ao sofrimento causado pelos discursos conservadores, “I want to tell him that I knew I was dancing with death every day, especially when I walked outside like that. I knew it, and I made my choices anyway” (Emezi, 2020, p. 187)²³. O poder de fazer suas próprias escolhas, mesmo diante de um quadro de opressão, indica uma vivência não normativa e de resistência. Poderíamos pensar que a morte daria a Nnemdi uma posição onisciente; ao invés disso, vemos o personagem apresentando indagações e desejos assim como os vivos, “I wonder if anyone is pleased that I finally got my Igbo name. If my grandmother, floating somewhere here with me, is happy to be acknowledged at last” (Emezi, 2020, p. 187)²⁴. Vivek, ao falar “I wonder” nos apresenta um mundo dos mortos que segundo Uchendu (1965) é um mundo repleto de atividades e hierarquias tal qual o mundo humano e que seus habitantes também manifestam seus pensamentos. A crença na reencarnação ainda é reforçada pela fala “I don’t mind anymore. I see how things work now, from this side. I was born and I died. I will come back” (Emezi, 2020, p. 187)²⁵. As expectativas mundanas de Nnemdi ganham outro sentido quando vistas “from this side”, representando a cosmologia Igbo de um universo composto de dois planos e ainda, ao colocar “I will come back” simboliza um tráfico e interação entre os dois mundos (Nwoye, 2011). Considerando a perspectiva Bakhtiniana de que o falante no romance é a representação literária da palavra do autor (Bakhtin, 2015), Akwaeke Emezi, que se identifica como ogabnje, pode estar em algum grau relacionado a construção da personagem Vivek/Nnemdi. A palavra Igbo ogbanje pode ser traduzida como “repetidor”, termo usado para se referir à reencarnação por repetidas vezes de alguém que teve uma morte prematura por acidente e sem sinais de doença (Uchendu, 1965; Al Areqih, 2022). A partir dos excertos analisados é possível apontar para a construção de um personagem principal que é constituído de heterodiscursos representados na linguagem literária do romance através de elementos tradicionais Igbo e cristãos. Embora uma linguagem ficcional, as vozes do heterodiscurso no romance representam linguagem de grupos historicamente situados dialogando, assim, com uma Nigéria em que ser uma pessoa não binária é ser resistência. Emezi (2020) encontra, então, na realidade animista um caminho para se pensar em uma identidade de gênero que rompe os padrões heteronormativos. O IGBO E O CRISTIANISMO COM IDEIAS CONFLITANTES A formação da identidade de gênero de Vivek perpassa pela construção de um contexto sócio-religioso em que estão presentes diferentes vozes com potenciais de linguagem de grupo social, linguagem essa ideologicamente construída de acordo com os valores axiológicos do autor que modela sua arte narrativa conforme o conteúdo que deseja representar na ficção (Bakhtin, 2015). Em *The Death of Vivek Oji*, os elementos da religião tradicional Igbo conflitam com os valores nos discursos cristãos. Segundo Osaghae e Suberu (2005), a identidade religiosa na Nigéria é composta pelas culturas cristã, muçulmana e tradicional, tendo o cristianismo, principalmente as igrejas pentecostais, ganhado cada vez mais adeptos nos estados do Sul. Ainda segundo os autores, no Sudeste da Nigéria, onde se passa o romance, as igrejas católicas e pentecostais têm sido fator importante em questões políticas e identitárias. Kavita, mãe de Vivek, sendo uma mulher estrangeira na Nigéria, se viu diante de uma aparelhagem cultural que lhe impôs uma adaptação à nova cultura, inclusive, religiosa, sendo convertida ao catolicismo. Ao entender as mudanças físicas e comportamentais do filho como uma situação passageira, “Kavita thought it was a phase — that Vivek was just going through something and it would pass” (Emezi, 2020, p. 59)¹⁵, buscou ajuda na Igreja católica, “When Vivek came out from their conversation, his forehead was wet with holy water” (Emezi, 2020, p. 59)¹⁶¹. O uso da água na

mitologia cristã está ligada ao rito de ablução com água sagrada como parte da cerimônia de batismo para simbolizar o perdão dos pecados e limpeza ou purificação do ser para afastar, assim, as forças do mal (Jegade, 2018). Além de apresentar a identidade de Vivek como um pecado na perspectiva cristã, essa passagem ainda nos apresenta a prática da conversão como imposição de valores religiosos. Enquanto Kavita, através da Igreja Católica, tentou intervir na vida de Vivek com “holy water”, Mary, esposa de Ekene, através do holy fire, traz outra face do cristianismo, uma ainda mais violenta, a Igreja Pentecostal – “You should allow him to come to Owerri, so I can take him to my own church. They fight these things with holy fire” (Emezi, 2020, p. 59)¹⁷. Encontramos referências das palavras “water” e “fire” em Mateus 3:11 associada ao batismo: “I indeed baptize you with water unto repentance: but he that cometh after me is mightier than I, whose shoes I am not worthy to bear: he shall baptize you with the Holy Ghost, and [with] fire” (Mateus 3:11, KJV)¹⁸. Na Igreja Pentecostal da Nigéria, expressões como fire that consumes fire, unquenchable fire, holy ghost fire aparecem como expressões meteofóricas da retórica pentecostal no combate aos espíritos malignos e situações indesejadas na vida do indivíduo (Okpeh, 2017). Assim, em “fight these things with holy fire” coloca a identidade de Vivek como obra de um ser maligno que precisa e pode ser derrotado. O mal a que Mary se refere está nas características físicas de Vivek por serem consideradas femininas, “The boy is slim, he has long hair—all it takes is one idiot thinking he’s a woman from behind or something [...]” (Emezi, 2020, p. 60)¹⁹. A heteronormatividade imposta não se dá apenas quanto à sexualidade do personagem, mas também em relação a padronização estética dos corpos. Há no entanto, discursos que conflitam com a visão de Mary, “Ekene doesn’t want Chika to cut the boy’s hair out of wickedness, you know” (Emezi, 2020, p. 60)²⁰. Apesar de ser posto na fala de Mary que Ekene se opõe a cortar o cabelo de Vivek por “wickedness”, é o personagem Ekene que também sugere o nome de “Nnemdi” como homenagem à matriarca da família, indicando, dessa forma, que esse Ekene, mesmo casado com uma cristã pentecostal, dialoga com a cultura tradicional Igbo de maneira não conflitante. Mary, por sua vez, traz o discurso extremista pentecostal através do evangelho da cura. A fala de Vivek após a violência sofrida no ritual de exorcismo sugerido por Mary revela a desumanização de pessoas homossexuais por parte da Igreja Pentecostal, “They called it an exorcism. Because, apparently, I have a demon in me, did you know? They had to beat it out” (Emezi, 2020, p. 62)²¹. Os ministérios de cura e libertação propagam a ideia de que a homossexualidade é decorrente de espíritos que supostamente possuem o corpo do indivíduo e que precisa, assim, ser libertado (Lyonga, 2016). Na Nigéria e em outras partes da África, as Pentecostal-Charismatic churches (PCCs)²² têm ganhado cada vez mais poder político influenciado diretamente na reafirmação das leis anti-homossexuais, em que a homossexualidade é entendida como un-African (Van Klinken; Chitando, 2016), um mal que precisa ser combatido como em rituais de salvação e libertação (Ukah, 2016).

Conclusão

Nesta pesquisa investigamos, no romance *The Death of Vivek Oji* (Emezi, 2020), em que medida a representação dos elementos da cultura tradicional Igbo contribuem para a construção da personagem não-binária, Vivek/Nnemdi. Considerando o contexto sócio religioso Nigeriano marcado por políticas de criminalização da homossexualidade, fundamentadas em valores éticos morais cristãos, analisamos duas categorias: os

elementos da cultura tradicional Igbo; e as vozes do discurso cristão, sobretudo, neopentecostal. No primeiro tópico, foram analisados os elementos ligados ao contexto espacial e organizacional da sociedade Igbo. O compound é construído como espaço de tradição e manutenção de uma herança patrilinear que se espera ser preservada em Vivek; a presença da marca de nascença associada a reencarnação de Ahunna, no entanto, cria um conflito sobre a crença religiosa de Chika que é sobrepujada pelos valores heteronormativos cristãos. A cerimônia de nomeação do recém-nascido também gera tensão ao ser sugerido o nome “Nnemdi” (“minha mãe está viva”), em homenagem a Ahunna. Apesar da oposição da família a que um filho homem tenha um nome com traços considerados femininos, esses elementos prevalecem e se incorporam à identidade da personagem. Ainda sobre a religiosidade tradicional, a realidade animista é expressa na voz do personagem principal que transita entre dois mundos, o plano terreno e o plano espiritual. A construção literária nos apresenta uma percepção da morte como uma fase necessária da vida assim como o nascimento e a reencarnação. Essa representação privilegia a concepção africana animista que influencia também a subjetividade identitária do personagem. No segundo tópico, identificamos os discursos conservadores cristãos, sobretudo, neopentecostais sendo apresentados como anti-homossexuais conflitando com a identidade não binária de Vivek/Nnemdi. O discurso religioso é sustentado em referências bíblicas usando a retórica de cura e salvação em uma guerra em que a homossexualidade é um mal a ser combatido. Dessa forma, através da violência física e psicológica a cristandade influencia negativamente para a construção identitária do personagem. Esta pesquisa contribui, assim, para enriquecer os estudos no campo da teoria queer de cor do Sul global nos aprofundando e aproximando de conhecimentos e percepções de mundo ainda muito ignorados pela ciência euro-estadunidense do Norte Ocidental. Considerando também que 65 jurisdições no mundo ainda criminalizam pessoas LGBTQIAPN+, em que 12 delas incluindo a Nigéria estabeleçam pena de morte por atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo (Human Dignity Trust, 2025), este estudo pode ser tomado como uma manifestação-denúncia e ferramenta de luta para todos que se dispõem a construir um mundo mais justo.

Referências

NOTAS 1. Minha tradução: “o começo e o fim de tudo”. 2. Minha tradução: Lei de Proibição do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo de 2014. 3. Texto original: “criminalise acts of ‘carnal knowledge against the order of nature’, ‘gross indecency’, same-sex unions, and LGBT advocacy”. 4. Texto original: “Most importantly, researchers need to recognise that there is no uniform or monolithic way of experiencing sexualities within one culture or community, or even among individuals”. 5. Minha tradução: “do tipo antigo”. 6. Minha tradução: “sentada na varanda quando seu filho chegou, com uma tigela de udara ao lado dela”. 7. Minha tradução: “O grande complexo da sua casa de aldeia estendia-se ao redor deles”. 8. Texto original: “children of the same father but of different mothers”. 9. Minha tradução: “Ele sabia. De que outra forma aquela cicatriz poderia ter entrado no mundo na carne se não tivesse saído antes? Uma coisa não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo”. 10. Minha tradução: “e além disso, Vivek era um menino e não uma menina, então como pode?”. 11. Minha tradução: “Superstição. [...] Foi uma coincidência”. 12. Minha tradução: “Não é um nome comum, mas era para mamãe. Porque eles tinham aquela mesma cicatriz nos pés”.

13. Texto original: “They reflect joy, sorrow, deaths, potentials, prospects and other things of life”. 14. Minha tradução: “Mas Chika não concordou. Se Vivek fosse uma menina, talvez ele tivesse concordado”. 15. Minha tradução: “Kavita pensou que era uma fase — que Vivek estava apenas passando por algo e que isso passaria”. 16. Minha tradução: “When Vivek came out from their conversation, his forehead was wet with holy water”. 17. Minha tradução: “Você deveria permitir que ele viesse a Owerri, para que eu possa levá-lo à minha igreja. Eles combatem essas coisas com fogo sagrado”. 18. Minha tradução: “Eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem depois de mim é mais poderoso do que eu, cujas alparcas não sou digno de levar; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo” (Mateus 3:11, tradução nossa). 19. “O menino é magro, tem cabelo comprido — basta um idiota pensar que ele é uma mulher por trás ou algo assim [...]”. 20. Minha tradução: “Ekene não quer que Chika corte o cabelo do menino por maldade, sabe”. 21. Minha tradução: “Chamaram de exorcismo. Porque, aparentemente, eu tenho um demônio dentro de mim, sabia? Eles tiveram que expulsá-lo”. 22. Minha tradução: Igrejas pentecostais-carismáticas. 23. Minha tradução: “Quero dizer a ele que eu sabia que estava dançando com a morte todos os dias, especialmente quando andava daquele jeito. Eu sabia disso e, mesmo assim, fiz minhas escolhas”. 24. Minha tradução: “Será que alguém está feliz por eu finalmente ter meu nome igbo? Se minha avó, flutuando em algum lugar aqui comigo, está feliz por finalmente ser reconhecida?”. 25. Minha tradução: “Não me importo mais. Vejo como as coisas funcionam agora, deste lado. Eu nasci e morri. Voltarei”.

REFERÊNCIAS AL AREQIH, R. M. M. Religious and sociocultural values and their role in self-identity construction. *World Journal of English Language*, v. 12, n. 6, 2022. BAKHTIN, Mikhail. O falante no romance. In: _____. *Teoria do romance I: A estilística*. São Paulo: 34, 2015. CHITANDO, Ezra; VAN KLINKEN, Adriaan. Introduction. In: CHITANDO; VAN KLINKEN (Ed.). *Christianity and controversies over homosexuality in contemporary Africa*. London: Routledge, 2016. p. 1-10. EMEZI, Akwaeke. A Spirit Born into a Human Body. *The Rumpus*, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://therumpus.net/2018/02/21/the-rumpus-interview-with-akwaeke-emezi/>. _____. *The Death of Vivek Oji*. New York: Riverhead, 2020. HUMAN DIGNITY TRUST. Country profile: Nigeria. [S.l.]: Human Dignity Trust, [202-]. Disponível em: <https://www.humandignitytrust.org/country-profile/nigeria/>. HUMAN RIGHTS WATCH. Tell Me Where I Can Be Safe: The Impact of Nigeria’s Same Sex Marriage (Prohibition) Act. Oct. 2016. ISBN: 978-1-6231-34150. ILECHUKWU, Sunday TC. Ogbanje/abiku and cultural conceptualizations of psychopathology in Nigeria. *Mental Health, Religion and Culture*, v. 10, n. 3, p. 239-255, 2007. IZUGBARA, Chimaraoke O. Sexuality and the supernatural in Africa. In: TAMALE, Sylvia (Org.). *African Sexualities: A Reader*. Oxford: Pambazuka, 2011. p. 533-558. JEGEDE, Gabriel G.; OJO, Mr; AYODELE, F. Water Symbolism in Religious Practice: a Case Study of the Celestial Church of Christ [CCC] in Ekitiland (Nigeria). *Archive*, p. 15, 2018. KANU, Ikechukwu A. The Igbo-African kola nut as a symbolic manifestation of ‘Igwebuiké’ philosophy. *Amamihe Journal of Applied Philosophy*, v. 18, n. 7, 2020. LÓPEZ, Marta S. Border gnoseology: Akwaeke Emezi and the decolonial other-than-human. *Ecozon@*, v. 13, n. 2, p. 77-91, 2022. LYONGA, Frida. The homophobic trinity. In: CHITANDO; VAN KLINKEN (Ed.). *Christianity and controversies over homosexuality in contemporary Africa*. Routledge, 2016. p. 51-64. NIGÉRIA. Same Sex Marriage (Prohibition) Act, n. 10, 17 dez. 2013. _____. Criminal Code Act, Cap. 21 – Offences against morality. 1916 (rev. 1990). Disponível em: <https://lawsfnigeria.placng.org/laws/C38.pdf#page=13.25>. NSUDE, Godwin C. The

traditional architecture of the Igbo of Nigeria. 1987. Tese (Doutorado) – Thames Polytechnic. NWOYE, Chinwe M. A. Igbo cultural and religious worldview: an insider's perspective. *International Journal of Sociology and Anthropology*, v. 3, n. 9, p. 304-317, 2011. _____. An ethnographic study of Igbo naming ceremony (IBA NWA AFA). *International Journal of Sociology and Anthropology*, v. 6, n. 10, p. 276-295, 2014. OKPEH, Peter O. Contextual considerations in the use of metaphors in Nigerian Pentecostal Christian Discourse. *English Language Research*, v. 2, p. 37-60, 2017.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/360671506_Contextual_Considerations_in_the_Use_of_Metaphors_in_Nigerian_Pentecostal_Christian_Discourse. OLAOLUWA, Senayon. The human and the non-human: African sexuality debate and symbolisms of transgression. In: *Queer in Africa*. Routledge, 2018. p. 20-40. OSAGHAE, Eghosa E.; SUBERU, Rotimi T. A history of identities, violence and stability in Nigeria. Centre for Research on Inequality, Univ. of Oxford, 2005. PARADISO, Silvio R. Religiosidade na literatura africana: a estética do realismo animista. *Estação Literária*, v. 13, p. 268-281, 2015. _____. O realismo animista e a literatura africanas. *Revista Interfaces*, v. 11, n. 2, p. 97-112, 2020. Disponível em:

https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6187. PARAÍZO, Mariângela de A. Literatura e religião: traços e laços. *Horizonte*, v. 10, n. 25, p. 8-11, jan./mar. 2012. Disponível em:

[http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-](http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n25p8)

5841.2012v10n25p8. REA, Caterina. Crítica Queer of Colour e deslocamentos para o sul global. In: *Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, 2017. TAMALE, Sylvia. Researching and theorising sexualities in Africa. *African Sexualities: A Reader*, v. 14, n. 3, p. 11-36, 2011. THE HOLY BIBLE: King James version. [S.l.]: Project Gutenberg, 2005. Disponível em:

<https://www.holybooks.com/wp-content/uploads/2010/05/The-Holy-Bible-King-James-Version.pdf>. UCHENDU, Victor C. The Igbo of Southeast Nigeria. 1965.

UDECHUKWU, Gladys I.; NNYIGIDE, Nkoli M. The religious and socio-cultural implication of African names. *AFRREV IJAH*, v. 5, n. 3, p. 89-103, 2016. UKAH, Asonzeh. Sexual bodies, sacred vessels. In: CHITANDO; VAN KLINKEN (Ed.). *Christianity and controversies over homosexuality in contemporary Africa*. Routledge, 2016. p. 21-37. _____. Pentecostal apocalypticism. *Citizenship Studies*, v. 22, n. 6, p. 633-649, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1494906>.

CÓDIGO: HS0431

AUTOR: MARIA ÍRIS DA COSTA SOUZA

ORIENTADOR: SANDRA CRISTINA GOMES

TÍTULO: A implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Brasil: Análise da Adesão, Distribuição e Financiamento

Resumo

O presente artigo analisa a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Brasil, entre 2020 e 2022, investigando a adesão das escolas públicas por esfera administrativa, distribuição geográfica e financiamento do modelo. Para isto, a pesquisa construiu um banco de dados inéditos das escolas cívico-militares, militares, militarizadas e outras tipos a partir dos microdados do Censo Escolar (MEC/INEP) e de informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI). Para este artigo, apenas a análise das escolas estaduais e municipais que aderiram ao programa federal do PECIM é feita. A caracterização mostra, como principais resultados, que o governo Bolsonaro foi bem-sucedido em implantar ao menos uma escola cívico-militar em todas as unidades da federação; que houve uma distribuição equitativa entre escolas estaduais e municipais; e que as regiões que tiveram mais adesões de escolas ao modelo cívico-militar foram o Sul, Sudeste e Norte - com destaque para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com os mais elevados número de escolas. O estudo também mostra que houve um volume considerável de gasto do PECIM ao final de três anos de implantação (2020 a 2022), com cerca de R\$ 100 milhões gastos, atendendo 213 escolas públicas. Deste gasto, a maior parte foi para remunerar militares da reserva das Forças Armadas que atuavam nas escolas (63%).

Palavras-chave: PECIM. Escolas cívico-militares. Gasto com escolas cívico-militares.

TITLE: The Implementation of the National Program of Civic-Military Schools (PECIM) in Brazil: Analysis of Adherence, Distribution, and Funding

Abstract

This article analyzes the implementation of the National Program of Civic-Military Schools (PECIM) in Brazil between 2020 and 2022, investigating public school participation by administrative sphere, geographical distribution, and funding of the model. To this end, the research developed an original database of civic-military, military, militarized, and other school types, based on microdata from the School Census (MEC/INEP) and information obtained through the Access to Information Law (LAI). For the purposes of this article, only the analysis of state and municipal schools that adhered to the federal PECIM program is considered. The findings show, as the main results, that the Bolsonaro administration succeeded in implementing at least one civic-military school in every federative unit; that there was an equitable distribution between state and municipal schools; and that the regions with the highest number of schools adopting the civic-military model were the South, Southeast, and North — particularly the states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul, which registered the highest numbers of schools. The study also demonstrates that there was a considerable volume of PECIM expenditures after three years of implementation (2020 to 2022), amounting to approximately R\$ 100 million, covering 213 public schools. Of this total, the majority was allocated to the remuneration of retired Armed Forces military personnel working in the schools (63%).

Keywords: Civic-military schools. Expenditure on civic-military schools.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o processo de implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) entre 2020 e 2022, compreendendo a adesão das escolas públicas a esse programa do governo federal e sua distribuição no território nacional. Como veremos, essa iniciativa do governo Bolsonaro obteve êxito em implementar ao menos uma escola cívico-militar em todas as Unidades da Federação, consolidando essa iniciativa como uma das poucas bem-sucedidas na área da educação (Gomes e Segatto, 2024). Partindo da constatação de que o PECIM representa uma inflexão significativa na forma como a educação é vista desde a Constituição de 1988 — ao introduzir agentes militares na rotina escolar e ao propor uma padronização inspirada nos colégios militares —, o artigo procura investigar como se deu a adesão das redes públicas de ensino ao longo do tempo. Este artigo está inserido em uma pesquisa mais ampla, que pergunta se o PECIM vai de encontro aos princípios constitucionais do direito à educação para a cidadania, ao propor um modelo que, embora apresentado como solução para problemas de indisciplina e o baixo rendimento, reforça uma lógica hierárquica

e autoritária pouco compatível com os fundamentos de uma educação emancipadora e democrática como defendido pela comunidade de educação brasileira.

O PECIM já vinha sendo delineado desde o período de transição governamental no final de 2018. Um decreto de janeiro de 2019 reorganizou a estrutura administrativa do Ministério da Educação (MEC) e criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, subordinada à Secretaria de Educação Básica, enfatizando o lugar de destaque que o novo governo pretendia conferir à militarização de escolas públicas. O Governo Federal estimava implantar 27 ECM anualmente, totalizando 108 escolas até 2023, atendendo um público de 108 mil alunos. (MEC, 2019). Dentre os critérios para adesão das secretarias estaduais ou municipais de educação, as escolas deveriam ter de 500 a 1.000 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e/ou do ensino médio. Uma das condições fixadas pelo MEC é que estados e municípios façam uma consulta à comunidade escolar sobre a adesão a esse modelo de ensino.

É importante destacar ainda que, ao longo desse processo, a defesa de uma denominada “educação com princípios militares” foi protagonizada por atores políticos alinhados a essa perspectiva, por membros das Forças Armadas ou das forças policiais auxiliares e por indivíduos vinculados a partidos de orientação conservadora. Em contrapartida, a comunidade de políticas educacionais no Brasil, que engloba gestores, educadores, profissionais da educação em sentido amplo, especialistas e pesquisadores, não foram consultados ou chamados para a formulação dessa política pública (Santos et al., 2019).

As próximas seções apresentam uma caracterização das escolas públicas que aderiram ao PECIM e de seu financiamento por meio dos gastos realizados. Na seção seguinte, é apresentado um resumo da metodologia adotada, que incluiu a organização de um banco de dados próprio sobre as escolas cívico-militares, militares e de outros tipos. Na sequência, são discutidos os principais resultados obtidos a partir da sistematização e análise desses dados com a caracterização das escolas que aderiram ao programa e o gasto realizado. Em continuidade, apresentam-se as conclusões da pesquisa, destacando os principais achados e suas implicações para o debate sobre a educação pública no Brasil contemporâneo. Por fim, nos anexos, são disponibilizados documentos e tabelas complementares que subsidiam a análise.

Metodologia

No desenvolvimento deste trabalho, a construção de um banco de dados próprio foi indispensável, uma vez que não foi identificada nenhuma fonte oficial que reunisse, de maneira sistematizada, informações sobre as escolas que aderiram ao PECIM, as escolas militares tradicionais e aquelas comumente conhecidas como “escolas militarizadas”. Durante o processo de levantamento, ficou evidente que os dados estavam fragmentados em diferentes documentos institucionais, bases governamentais, publicações acadêmicas e reportagens da mídia. Essa ausência de uma base consolidada exigiu um trabalho detalhado de coleta, organização e cruzamento de informações, de modo a garantir maior precisão e confiabilidade às análises posteriores. A construção desse banco de dados original representa uma contribuição importante deste estudo, ao oferecer um panorama mais amplo e integrado sobre o tema, respondendo a uma lacuna até então existente na produção de conhecimento sobre as escolas com gestão cívico-militar no Brasil.

Os microdados do Censo Escolar, disponibilizados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram utilizados como fonte primária de informações sobre as escolas públicas brasileiras. Através da extração, filtragem e organização desses dados, foi possível identificar as instituições que, ao longo dos anos analisados, passaram a adotar o modelo de gestão cívico-militar ou apresentaram alterações significativas em seus códigos administrativos, estrutura organizacional e demais variáveis relevantes. A base de dados do Censo forneceu, portanto, um retrato quantitativo detalhado das características institucionais e territoriais dessas escolas, permitindo mapear a expansão e consolidação da militarização em diferentes regiões do país.

De forma complementar e até para comparação, foi utilizado a Lei de Acesso à Informação (LAI) como ferramenta para obter dados específicos não disponíveis publicamente ou não suficientemente detalhados nos microdados do Censo. Foram solicitadas, por exemplo, informações referentes aos convênios firmados entre os entes federativos (União, estados e municípios) e instituições militares; os valores repassados para a implantação do modelo cívico-militar e os critérios utilizados para a seleção das escolas participantes.

Após a coleta dos dados provenientes dessas duas fontes, iniciou-se a etapa de organização, cruzamento e tratamento das informações, de forma a construir um banco de dados unificado. Essa etapa envolveu a categorização de variáveis, a padronização de campos, a identificação de incongruências e a produção de indicadores descritivos capazes de sintetizar os principais aspectos investigados. Após a etapa de coleta e construção da base de dados a partir dos microdados do Censo Escolar e das informações obtidas via LAI, foi necessário proceder ao seu tratamento e análise sistemática. Essa fase metodológica envolveu um esforço de organização, limpeza e cruzamento dos dados, com

vistas a extrair padrões, correlações e evidências empíricas que pudessem fundamentar criticamente a discussão teórica e política proposta nesta pesquisa.

Para o tratamento inicial dos dados, as planilhas eletrônicas no software Microsoft Excel mostraram adequadas para o processo de filtragem, padronização e categorização das variáveis. No Excel, foi elaborado tabelas dinâmicas e utilizando funções de busca, segmentação e consolidação para integrar as informações provenientes das duas fontes distintas (Censo e LAI).

Em seguida, com a base organizada, avançamos para a etapa de cruzamento dos dados visando a construção de uma base unificada e atualizada que permita análises consistentes sobre a implantação, modalidades, características administrativas e vínculos institucionais dessas escolas no Brasil. O trabalho incluiu o uso do Microsoft Access para limpeza, combinação e verificação dos dados, bem como a elaboração de campos adicionais que possibilitam identificar as diferentes categorias de escolas militares, cívico-militares, autofomentadas, privadas e com status indefinido, além de destacar inconsistências e casos pendentes de validação.

Por fim, os dados quantitativos organizados foram mobilizados qualitativamente ao longo da análise. Ou seja, não se tratou apenas de quantificar a presença da militarização, mas de utilizar essas informações como ferramentas para uma interpretação, conectando números e políticas públicas às dinâmicas de gestão e às transformações institucionais.

Resultados e Discussões

Ao observarmos a tabela 1, vemos a distribuição das escolas que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Brasil, conforme o ano de início do funcionamento ao longo de todo o período de vigência do programa federal: entre 2019 e 2022. Os dados indicam que não houve adesão ao PECIM em 2019, ano de seu lançamento, sugerindo que o processo de formalização da adesão tomou mais tempo do que originalmente estimado. As primeiras escolas aderem ao programa em 2020, com 53 escolas, representando 25,7% do total. Em 2021, houve um aumento significativo, com 74 novas adesões (35,9%), indicando um crescimento expressivo na implantação do modelo. O ano de 2022 apresentou o maior número de escolas aderindo ao PECIM, com 79 unidades novas (38,3%), totalizando 206 escolas.

O documento intitulado por “O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: Relatos e

experiências de pesquisadores, gestores e educadores das escolas cívico-militares” (Oliveira et al., 2022) reúne um compilado de informações acerca desta política na percepção de agentes que integravam o governo à época. O texto oficial justifica a adoção dessa política com base em um discurso de combate à violência, à indisciplina e a comportamentos considerados socialmente inadequados no ambiente escolar, mudanças de comportamento que impactariam toda a sociedade, inclusive a corrupção. Essa perspectiva é reforçada pelos próprios autores, ao falarem:

“A criação de uma política para difusão de valores nas ECIM se justifica pelas crescentes manifestações de violência, discriminação, preconceito, intolerância, corrupção, entre outras, na sociedade e nos ambientes escolares. Nesse sentido, o PECIM fundamenta seu projeto educacional em princípios e valores para o desenvolvimento de atitudes e hábitos saudáveis à vida em sociedade e propõe que as escolas cívico-militares incluam o Projeto Valores.” (OLIVEIRA et al., 2022).

A adesão ao PECIM por parte dos entes federativos – Estados, Municípios e Distrito Federal – é voluntária, conforme prevê o artigo 20 do decreto 10.004/2019, que regulamenta a adesão e o funcionamento do programa: “A participação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal no PECIM ocorrerá por meio de adesão voluntária”. Para que o modelo de Escola Cívico-Militar (ECIM) seja efetivamente implementado, o decreto determina a realização de uma consulta pública de caráter formal e vinculante junto à comunidade escolar. Isso significa que a decisão deve passar pela aprovação da comunidade diretamente envolvida no cotidiano da escola, conforme disposto no artigo 9º, inciso IX, e no artigo 10, inciso VI: “realizar consulta pública formal e de caráter vinculante à comunidade escolar com o objetivo de aprovar o modelo da ECIM a ser implementado”. Esse processo busca conferir legitimidade democrática à implantação das ECIM. A forma como essas consultas são conduzidas, os interesses locais e o nível de envolvimento real da comunidade podem afetar profundamente a legitimidade desse mecanismo.

Ao analisar a modalidade de aplicação dos recursos (ver Tabela 2) e visando o financiamento do Programa com base em informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI), estima-se o valor totalde R\$ 98.691.660,63 gastos no programa, onde 62,8% dos recursos do PECIM foram destinados à rubrica “PESSOAL”, categoria que corresponde à modalidade na qual a União, por meio do MEC, do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, disponibiliza profissionais militares contratados como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) para atuarem nas escolas participantes do programa. Esses profissionais exercem funções de monitoria e assessoramento, oferecendo apoio à gestão escolar, mas sem desempenhar atividades docentes. Enquanto isso, o montante destinado à função “recursos”, conforme a Tabela 2, mostra

que atingiu 37,2% do total de gastos do PECIM entre 2020 e 2022. Essa modalidade pode ser explicada pela disponibilização de militares através do ente Federado (MEC/MD/FFA), Estados e Municípios, sendo o fomento e o fortalecimento em recursos de maior vulto, diferentemente da modalidade “PESSOAL”, que se enquadra no menor vulto.

Em relação aos valores transferidos para os Estados e Municípios entre os anos de 2020-2022, podemos ver, ainda na Tabela2, que foi destinado, em sua totalidade, o valor de R\$ 98.691.660,63 reais (em valores nominais). Os valores mostram-se relativamente bem equilibrados em termos de esfera administrativa: R\$ 48.152.952,40 reais foram transferidos para as redes estaduais de ensino, com uma porcentagem de 48,8% do total; e R\$ 50.538.708,23 reais para os Municípios, com 51,2%.

A lógica de priorizar a folha de pagamento de profissionais da reserva militar sugere que a atuação direta desses agentes no cotidiano escolar é considerada elemento estruturante do programa. É interessante notar que esse desenho de gasto não necessariamente acompanha diretrizes pedagógicas consolidadas, mas sim uma aposta institucional em figuras de autoridade como solução para desafios da escola pública.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) por unidade federativa e por região do Brasil, totalizando 206 instituições. A análise dos dados permite observar que a implantação do modelo não ocorreu de maneira homogênea entre as diferentes regiões.

A região Sul concentra o maior número de escolas vinculadas ao PECIM, contabilizando 56 instituições ou cerca de 27,2% do total de escolas cívico-militares do país. Entre os três estados dessa região, o Rio Grande do Sul se destaca com 23 escolas, seguido por Santa Catarina, com 21, e Paraná, com 12. Essa elevada concentração pode ser explicada, em parte, pela forte presença de políticas educacionais alinhadas a modelos de gestão disciplinar e pelo maior envolvimento dos governos estaduais na adesão ao programa.

A segunda região com maior número de escolas é a Sudeste, com 47 unidades (22,8% do total). Minas Gerais apresenta o maior quantitativo da região, com 18 instituições, seguido pelo Rio de Janeiro, com 11, São Paulo, com 10, e Espírito Santo, com 8. Apesar de ser a região mais populosa do país, a distribuição do PECIM nesse espaço demonstra que a adesão foi seletiva e concentrada, indicando que fatores políticos e administrativos podem ter influenciado a escolha dos municípios contemplados.

A região Norte ocupa a terceira posição, reunindo 41 escolas. Entre os estados nortistas, Amazonas, Pará e Tocantins lideram, cada um com 9 instituições, enquanto Acre possui 5, Amapá e Rondônia, 4 cada, e Roraima, apenas 1 escola. A expressiva participação de estados como Amazonas e Tocantins pode estar associada à maior presença de bases militares e à atuação direta do governo federal em áreas estratégicas.

O Nordeste, por sua vez, contabiliza 36 escolas. Dentro da região, o Piauí se destaca com 7 instituições, seguido pela Paraíba, com 6, e Ceará e Rio Grande do Norte, com 5 cada. Já Pernambuco possui 4 escolas, Alagoas e Maranhão 3 cada, Bahia 2 e Sergipe apenas 1. Apesar da diversidade de estados contemplados, o número de escolas por unidade federativa é relativamente reduzido, explicado em parte pela não adesão de muitos governos estaduais da região que faziam oposição ao governo federal, reforçando o caráter político da adesão, e que resulta em uma distribuição menos expressiva do programa na região.

Por fim, o Centro-Oeste apresenta 26 escolas. Goiás com 8 instituições, enquanto Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem 7 cada, e o Distrito Federal conta com 4 escolas. Podemos observar que a maior concentração de escolas cívico-militares está nas regiões Sul e Sudeste, que juntas reúnem 103 instituições, correspondendo a aproximadamente metade do total nacional. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentam números mais equilibrados, somando 77 escolas.

Por fim, a Tabela 4 apresenta a distribuição dos recursos destinados ao Programa entre os anos de 2020 e 2022, considerando o número de escolas atendidas, o montante total de repasses e a variação dos valores por instituição. No período destacado, nota-se que o número de escolas contempladas aumentou progressivamente, passando de 23 em 2020 para 85 em 2021 e 105 em 2022, totalizando 213 instituições atendidas. Essa expansão resultou em uma maior dispersão dos recursos disponíveis. Enquanto o valor médio por escola foi de R\$ 665.335,53 em 2020, houve uma redução significativa nos anos seguintes, atingindo R\$ 546.866,33 em 2021 e R\$ 351.479,10 em 2022. O total de investimentos no período foi de R\$ 98,6 milhões, com o maior repasse concentrado em 2021, quando foram destinados mais de R\$ 46,4 milhões, seguido por 2022, com R\$ 36,9 milhões, e 2020, com R\$ 15,3 milhões.

Como se observa na Tabela 4, o valor médio recebido ao longo dos três anos do PECIM foi cerca de R\$ 457 mil reais por escola, algo bastante atípico e elevado para uma escola pública brasileira. No entanto, apesar dos elevados valores, observa-se que a vasta maioria dos recursos transferidos foram para o pagamento de militares que atuam na escola, como apresentado anteriormente na Tabela 2. Do total gasto, a maior parte foi para remunerar militares da reserva

das Forças Armadas que atuavam nas escolas (63%) e o restante para as adesões com a participação das forças militares estaduais - polícia militar e bombeiros (37% do total de recursos gastos). Em suma, o PECIM foi um programa com gasto elevado na remuneração de pessoal das Forças Armadas (da reserva) principalmente e, em menor medida, das forças militares estaduais, inclusive bombeiros.

Conclusão

O estudo sobre a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), entre os anos 2020 e 2022, nos mostra que, embora o programa tenha alcançado todas as Unidades da Federação, sua distribuição foi desigual. As regiões Sul e Sudeste somam mais da metade das instituições participantes, enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentam uma presença menor incidência.

Tanto escolas estaduais quanto municipais aderiram ao PECIM de modo bastante equilibrado, o que sugere uma distribuição deliberada para contemplar ambas as esferas administrativas. Do ponto de vista do financiamento, porém, observou-se um volume significativo de gasto – média de R\$ 457 mil por escola – mas a vasta maioria dos recursos foram gastos na remuneração de pessoal, sendo que mais de 62% dos recursos foram para militares das Forças Armadas da reserva que atuaram nas escolas por meio do PECIM. Ao analisar os dados referentes ao financiamento do Programa, identificam-se questões relevantes acerca de suas prioridades, sobretudo pelo fato de que a presença de agentes militares nas instituições de ensino configura um dos eixos centrais do PECIM. A fragmentação e as inconsistências observadas nos dados divulgados suscitam reflexões acerca do nível de transparência e da organização com que essas informações foram tratadas pelos órgãos responsáveis.

Finalmente, em termos de pesquisas futuras, observa-se a necessidade de se compreender os impactos pedagógicos e sociais do PECIM, incluindo seus efeitos sobre a aprendizagem, na gestão escolar e as relações entre estudantes, professores e militares, além de especificar os investimentos ou gastos que foram feitos nas escolas, muitas com demandas de melhoria de infraestrutura. Além disso, investigações comparativas entre escolas participantes e não participantes podem contribuir para avaliar se os objetivos declarados pelo programa foram efetivamente alcançados. Faltam, ainda, pesquisas que possam compreender a preferência de mães, pais ou responsáveis de discentes por escolascívicomilitares e similares, além da percepção dos próprios estudantes. Considerando o atual cenário de mudanças nas políticas educacionais, a

produção de estudos críticos e sistematizados sobre a militarização das escolas públicas permanece essencial para subsidiar decisões que afetem a qualidade e a equidade da educação no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Portal MEC, Brasília, 26 fev. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civicomilitares>. Acesso em: 27 maio. 2025.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 612, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96483.

BRASIL; MEC; CONSED; UNDIME. Compromisso Nacional pela Educação Básica. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_Apresentacao-ed-basica.pdf.

GOIÁS. Lei nº 14.044, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás (CPMG). Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2151 . Acesso em: 2 jul. 2019.

GOMES, Sandra; SEGATTO, Catarina. Credit-claiming and nondecision-making as an ideological agenda: did Bolsonaro succeed in changing education policies in Brazil? In: Sátyro, N. (Ed.). *Social Policies in Times of Austerity and Populism: Lessons from Brazil* (1st ed.). Routledge, 2024.

Santos, E. J. F., & Alves, M. F. (2022). Militarização da educação pública no Brasil em 2019: Análise do cenário nacional. *Cadernos de Pesquisa*, 52, Artigo e09144. <https://doi.org/10.1590/198053149144>.

Santos, C. A., Alves, M. F., Mocarzel, M., & Moehleck, S. (Org.). (2019). Militarização das escolas públicas no Brasil: Um debate necessário. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(3), 580-591. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99295/55539>.

CÓDIGO: HS0432

AUTOR: MARIA ALICE DE SOUZA FERNANDES

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Rekhmirê (TT100), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1479-1401 A.E.C.

Resumo

O vizir e governador do Egito, chamado de Rekhmirê, possuiu cargos de destaque que permitiam um contato direto com os faraós, Tutmés III e Amenhotep II. A sua tumba contém elementos iconográficos repletos de significados e exemplares das cenas ritualísticas mais famosas do Egito faraônico, como o Ritual de Abertura de Boca. Construída durante a XVIII Dinastia (c. 1550-1307 A.E.C.), o Espaço Funerário egípcio materializado na TT100 virou objeto de estudo deste projeto de Iniciação Científica. Por meio de suas cenas, é possível atribuir alguns significados desenvolvidos no presente para aquilo que estava sendo retratado, podendo aproximar-se ou não da simbologia que seus criadores tiveram. A primeira parte da tumba apresenta ao visitante algumas cenas importantes para podermos compreender quais visões sobre o Além existiam no Egito Antigo (c. 1550-1070 A.E.C), como a cena de caça e pesca no pântano e no deserto. A partir da semiótica, da hermenêutica e da Teoria do Engajamento Material, a espacialidade do local onde Rekhmirê descansa pela eternidade, foi analisada ao longo de um ano de pesquisa, cujos resultados preliminares e perspectivas para o futuro são apontados neste relatório.

Palavras-chave: Egito Antigo; Reino Novo; Costumes Funerários.

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: Material Agency in the Tomb of Rekhmirê (TT100), New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1479-1401 BCE.

Abstract

The vizier and governor of Egypt, called Rekhmirê, held prominent positions that allowed direct contact with the pharaohs, Thutmose III and Amenhotep II. His tomb contains iconographic elements full of meanings and examples of the most famous ritual scenes of pharaonic Egypt, such as the Opening of the Mouth Ritual. Built during the

XVIII Dynasty (c. 1550-1307 B.C.E.), the Egyptian Funerary Space materialized in TT100 became the subject of study for this Scientific Initiation project. Through its scenes, it is possible to ascribe some meanings developed in the present to what was being depicted, which may or may not align with the symbolism that its creators had. The first part of the tomb presents the visitor with some important scenes to understand what visions of the Beyond existed in Ancient Egypt (c. 1550-1070 B.C.E.), such as the hunting and fishing scenes in the marsh and desert. From the perspectives of semiotics, hermeneutics, and Material Engagement Theory, the spatiality of the place where Rekhmirê rests for eternity was analyzed over a year of research, the preliminary results and perspectives for the future are highlighted in this report.

Keywords: Ancient Egypt; New Kingdom; Funeral Customs.

Introdução

O estudo dos espaços construídos por sociedades antigas como forma de conhecê-las e compreendê-las é uma ferramenta comum para a área da pesquisa histórica. Explorar concepções epistemológicas e significados atribuídos ao mundo a partir do meio em que viviam os humanos não é uma tarefa fácil, requerendo uma análise sobre modos de vida, senso comum, relações pessoais, e, sobretudo, religiosidade.

A presente pesquisa, que analisou a tumba do vizir e governador egípcio Rekhmirê (TT100), está inscrita em um programa de trabalho coletivo, o qual é responsável por desenvolver percepções sobre o Espaço Funerário do Egito Antigo a partir de seis tumbas tebanas. Objetivando não apenas conhecer e estudar esta tumba, o projeto elaborado contempla outras 5 tumbas, a saber: Menna (TT69), Amenemhat/Surere (TT48), Nebamun (TT17), Amenemhat (TT82) e Kha (TT8). Dessa maneira, objetiva-se construir discussões intercambiáveis sobre similaridades ou diferenças nas crenças egípcias, dentro de cada contexto e temporalidade específica, levando em conta que: “são nestes costumes funerários que devemos buscar uma reflexão sobre esta consciência, através da crença de que cada indivíduo passaria da sociedade dos vivos para a sociedade dos mortos.” (Brancaglion Jr., 2004, p.1).

A TT100 é classificada como uma tumba de não real, em razão de seu proprietário, apesar dos cargos de prestígio que desfrutava, não pertencer à família real. Construída durante a XVIII Dinastia, abarcou dois reinados: Tutmés III e Amenhotep II. Sua temporalidade compreende os anos de 1401-1379 A.E.C., no período chamado Reino Novo, denominação proposta pelos egiptólogos. A tumba do vizir está alocada no sítio arqueológico do Sheik el-Qurna pois era um local comum de enterramento dos membros da elite egípcia, como destaca Canto Núñez (2021) ao explicar a paisagem da Necrópole Tebana em sua dissertação sobre a tumba de Nakht.

A tumba apresenta imagens que permitem uma análise sobre a política, a sociedade e os sujeitos, imersos em sua individualidade. Vale ressaltar que, nem sempre o Ocidente concebeu a arte egípcia como complexa, segundo Laboury (2017, p. 230), ela poderia ser considerada uma arte de reprodução por excelência, nada além disso. Em razão desse histórico orientalista, as interpretações sobre a arte egípcia, via de regra, não

incorporavam profundidade, deixando as análises no campo artístico, e ignorando o social e histórico.

O presente trabalho, no entanto, vislumbra se distinguir dessas noções analíticas que categorizam toda uma sociedade de modo preconceituoso. A partir da análise da estrutura superior da tumba (ver Anexo 1, da planta da tumba), incorporou-se aqui a perspectiva de Melinda Hartwing (2004) sobre a manifestação do sagrado e do invisível a partir das imagens dentro das tumbas tebanas privadas.

Nessa perspectiva, a TT100 é composta por seis paredes na primeira estrutura, as quais foram separadas tematicamente. Tal separação pode ser vista na planta, estando numerada de 2 a 11. Na parte 2 temos as oferendas, deveres do vizir e uma representação do deus Âmon na figura de um ganso. Na parte 3 há um texto autobiográfico de Rekhmirê escrito em hieróglifos. Nas partes 4 e 5 aparecem oferendas com animais exóticos como girafas, panteras e ursos, inscrições sobre a posse de Rekhmirê como vizir e o rei em um quiosque. Em relação às partes 10 e 11, a decoração traz caça e pesca no pântano, caça no deserto, vitivinicultura e preparo de pássaros. As partes 6, 7 e 8 mostram cenas agrícolas e oferendas de estátuas, esfinges, confecção de vasos e oferendas de grãos. Por fim, a parte 9 é uma representação de Rekhmirê e sua família. O primeiro ciclo dessa Iniciação Científica, portanto, priorizou a formação de conhecimentos teóricos sobre a sociedade egípcia e sobre o Espaço Funerário, além de discussões coletivas, de modo que a análise das estruturas e das imagens partissem de uma base sólida, visando um posterior aprofundamento a partir da renovação do projeto.

Metodologia

Conforme os padrões arqueológicos estabelecidos, foi confeccionado um catálogo sobre a primeira parte da estrutura superior, baseado no modelo do Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez. A execução do catálogo ocorreu após o período de leitura previsto no plano, e é de fundamental importância para o estudo do objeto, uma vez que concentra características essenciais para um exame aprofundado do espaço da tumba. Os elementos presentes no catálogo compreendem: Imagem guia; Material e técnica; Dimensões; Proveniência; Período; Data; Dinastia; Inscrições; Descrição; e Referências bibliográficas, esses parâmetros, de acordo com Vasques (2005, p. 35), seguem a base de um trabalho arqueológico.

A níveis teóricos, um dos vieses de análise aplicados foi o de Valérie Angenot (2015) sobre semiótica e hermenêutica. A egiptóloga utiliza as definições a respeito da semiótica do também egiptólogo Roland Tefnin (1997), unindo suas específicas concepções no que tange à hermenêutica. A relevância da semiótica para a egiptologia diz respeito a estreita relação entre texto e imagem no Antigo Egito (Angenot, 2015), a exemplo do que ocorre na tumba de Raemka, (anexo 2) conectando-se ao espaço da tumba e produzindo um significado diferente. Há na estrutura dos hieróglifos o que chamamos de classificantes, que são os signos que indicam ou classificam os nomes (Canto Núñez, 2025, p.8). No caso da cena exemplificada a partir da tumba de Raemka, há uma complementação dos classificantes que não aparecem no texto a partir da imagem: pegar/ o íbex/ caçador.

A arte funerária tinha como propósito: “[...] recriar um mundo em que o dono pudesse continuar a aproveitar depois da morte.” (David, 2002, p. 172). Por essa razão, era essencial que todos os elementos (texto, imagem e espaço), se integrassem, para então passarem pelo processo de ativação por meio das fórmulas e rituais. Assim, conhecendo os princípios semióticos da tipicidade, legibilidade, funcionalidade e durabilidade, procurou-se aplicá-los aos estudos em torno da TT100, percebendo, por exemplo, o uso de tons de pele específicos (avermelhado para homens e amarelado para mulheres), que, de acordo com Angenot (2015, p. 104), é uma esquematização típica de sistemas semióticos.

A hermenêutica, por outro lado, tratará aqui da interpretação dos significados atribuídos à iconografia, estruturando-se a partir da contextualização e das anomalias. Por ser uma sociedade com mais de cinco mil anos de existência, o Egito Antigo produziu diversos códigos semióticos que, invariavelmente, mudaram seu significado com o passar dos anos (Angenot, 2015). Por conseguinte, contextualizar espacialmente e temporalmente os signos contribui para interpretações mais assertivas. Isso evita que, no caso da tumba de Rekhmirê, localizado na XVIII Dinastia, os códigos semióticos dessa temporalidade sejam confundidos com períodos posteriores ou anteriores. Já as anomalias dizem respeito à análise de inconsistências observadas pelo pesquisador, pois a partir delas é possível alcançar significados subjacentes nas entrelinhas (Angenot, 2015, p. 114) e assim conduzir uma nova interpretação.

Mutuamente, a semiótica e a hermenêutica orientam o exame do Espaço Funerário respeitando as particularidades envolvidas, evitando visões anacrônicas ou pouco conectadas com a realidade material daqueles que desfrutavam das tumbas e as utilizavam como ferramenta para a ressurreição no Além. Outra abordagem teórica presente é a do arqueólogo Lambros Malafouris, denominada Teoria do Engajamento Material. A partir da Arqueologia Cognitiva e também da Antropologia, a TEM busca compreender as relações que seres humanos e objetos desenvolvem entre si, e por conseguinte, de que maneira a vida humana é afetada pela criação e aplicação de novas tecnologias. Uma definição mais clara sobre esse tipo de estudo é que: nós fazemos coisas que nos fazem de volta (Ihde; Malafouris, 2018, p. 196).

Pensando a TEM para o estudo do Espaço Funerário egípcio, é possível conjecturar algumas compreensões sobre o seu emprego a partir de uma reflexão a respeito das tumbas e sua relação com as pessoas da época. As tumbas egípcias não eram apenas o local de enterramento de um indivíduo, eram também espaços onde os rituais necessários para adentrar o Além seriam realizados, sendo necessário interpretá-las a partir dessa concepção.

Entretanto, isso só seria possível a partir da realização de determinados rituais, com a leitura de encantamentos específicos, seguidos ou precedidos por ações manifestadas por meio de sacerdotes/familiares. Ou seja, dentro do ambiente das pirâmides ou das tumbas, homens e mulheres eram induzidos a comportarem-se de uma maneira particular, para garantir o sucesso dos rituais. Na prática, os visitantes da tumba eram moldados pelo local e pelos objetos com os quais interagem, inclusive a própria tumba. Esse aspecto sobre os rituais e maneira que eles induzem à determinadas ações é explorado por Canto Núñez (2021, p. 99) quando explica que as crenças religiosas direcionam a determinados rituais, e estes por sua vez direcionam a experiência religiosa, gerando um ciclo. Assim, a

coexistência das imagens e textos em um espaço material com os rituais efetuados pode nos apresentar o que Malafouris (2018) argumenta sobre a TEM, de que nós mudamos o mundo e criamos coisas que transformam a maneira como o vivenciamos e o interpretamos.

Como pode ser visto, a metodologia do primeiro ciclo da Iniciação Científica envolveu múltiplas habilidades, percorrendo o período de leituras primeiras, indo ao processo de confecção do catálogo, o qual envolveu um longo processo descritivo das paredes selecionadas, e culminando com um retorno às leituras feitas em um primeiro momento. Esse movimento visou garantir a qualidade da pesquisa por meio da apropriação de conceitos fundamentais dentro do estudo do objeto, os quais foram aplicados, ainda que de modo menos incisivo, nas primeiras análises sobre as paredes descritas.

Resultados e Discussões

As necrópoles egípcias eram construídas de maneira intrinsecamente relacionada com a crença egípcia de que o nascer e o pôr do sol simbolizavam o processo de ressurgir de dia e recolher-se à noite, e por isso, localizavam-se na margem oeste do rio Nilo, onde o sol iria se por. O local onde o morto seria enterrado tinha como função proteger o seu corpo e as partes que o compunham: o Bá e o Ká.

O volume II do Manual de Arte e Arqueologia escrito por Antonio Brancaglion Junior traz algumas definições que auxiliam na compreensão dessas duas partes. Segundo ele: “[...] o Ká era o guardião do morto que se incorporando a qualquer imagem dele, esculpida ou pintada, impedia a destruição do indivíduo após a morte: até mesmo ushabtis serviam de receptáculo para o Ká, o que explica a preocupação com a exatidão fisionômica de algumas ushabtis.” (Brancaglin Jr., 2004, p.4) Em relação ao Bá Brancaglion diz que: “O Bá (b3) é erroneamente comparado a noção ocidental de “alma” [...] É representado, a partir do Novo Império, por um pássaro com cabeça humana [...] Era o Bá que, ao lado do morto, testemunhava a pesagem de seu coração diante de Osíris.” (Brancaglion Jr., 2004, p.5)

De acordo com Canto Núñez (2021, p. 80) o Bá se refere a esfera física do indivíduo, onde estão também englobados o corpo, o cadáver e a sombra. O Ká pertencia à esfera social, composta pelo nome e pela múmia. O coração por sua vez pertencia a uma categoria própria, o Akh, e atuava como uma intersecção dos outros dois. Conforme Canto Núñez (2021, p 81) Bá e Ká se reuniam para receber as oferendas, demonstrando que todos os elementos constituíam a totalidade do morto e eram importantes para o seu retorno, cada qual com sua função.

As concepções apresentadas sobre Bá, Ká e Akh revelam o quão complexa é a espiritualidade egípcia, não sendo possível compreendê-la a partir de um único ponto de vista ou procurando “encaixá-la” nos padrões ocidentais. As várias partes que compunham o morto reforçam como o equilíbrio era importante para que o indivíduo pudesse lograr êxito em seu objetivo de retornar da morte (Canto Núñez, 2021, p. 80). A manutenção da ordem cósmica dependia também das funções que o rei desempenhava,

sendo necessário compreender as mudanças pelas quais o poder real passou ao longo do tempo e como isso afetou o governo de alguns dos regentes egípcios.

De acordo com David (2002), durante o Reino Antigo o Egito era formado por uma teocracia, e a figura do rei era tida como essencial para manter o equilíbrio entre o mundo humano e o mundo dos deuses. No entanto, a partir do Reino Médio os regentes buscam evidenciar suas qualidades enquanto governante mais do que suas características divinas (David, 2002).

Para a temporalidade da TT100 (Reino Novo) as contribuições de Rosalie David são diretamente relacionadas a temporalidade desta pesquisa partindo do capítulo cinco, onde o livro irá abordar os festivais, os templos do período e o modo como esses espaços eram administrados antes do período amarniano. O período amarniano ficou assim conhecido pela tentativa de reforma política e religiosa proposta pelo faraó Amenhotep IV, que, ao instituir um culto central ao deus Aton, transferiu a capital religiosa de Tebas para Akhenaten (atual Tell el-Amarna), e mudando seu nome para Akhenaton.

Ainda no capítulo cinco, David (2002) faz um apontamento essencial sobre os templos egípcios, destacando que eles eram, para além de morada da realeza, elementos que representavam o Estado, a nobreza e, conseqüentemente, o poder. É importante observar como essas ideias se manifestavam no mundo compartilhado pelos egípcios, a exemplo de Rekhmirê, que retratou o faraó no templo de Karnak, evidenciando a onipresença da principal figura de poder em todos os âmbitos da vida de seus súditos.

Ter como objeto de estudo aspectos da vida religiosa e política de uma sociedade demanda um esforço para evitar generalizações, uma vez que, estando no presente, alguns pesquisadores buscam categorizar os deuses egípcios para facilitar sua compreensão, como ocorre com a classificação dos deuses gregos. Contudo, para este trabalho, a leitura do texto “O divino e as divindades no Antigo Egito”, escrito por David Silverman ampliou os horizontes da pesquisa no que tange ao panteão de deuses do Egito, pois desconstrói a noção de uma religiosidade que permaneceu imutável por cinco mil anos. Silverman argumenta em seu texto que além da impossibilidade de rotulação dos deuses, nem todos mantinham suas posições ao longo de toda história: “[...] Anúbis era claramente o regente do mundo inferior, porém Osíris, uma divindade associada ao Delta, à terra e à vegetação, acabou por superá-lo nessa função.” (Silverman, 2002, p. 61). Essas constantes transformações apontadas pelo autor evidenciam a necessidade de leituras com uma visão menos tradicional sobre a religião do Egito, as quais são essenciais para conduzir projetos que objetivam trazer à tona novas ideias e formas de análise, como é o propósito deste projeto de Iniciação Científica.

A TT100 possui o formato de T invertido, e é dividida em parte superior e inferior. A parte superior pode ser subdividida em primeira e segunda estrutura, sendo na parte superior onde ocorre a convivência. Na atualidade, compreendemos que os egípcios enxergavam a tumba como um espaço de reintegração do morto na sociedade (Canto Núñez, 2021, p.) e por isso, locais de interação entre os vivos e os mortos eram comuns. A parte inferior era a parte mais restrita, onde se localizava a múmia, o caixão e os equipamentos funerários.

A parte que foi analisada entre 2024 e 2025 é a sala principal, composta por 6 paredes (anexo 3). Ao entrar na tumba, o visitante verá a esquerda a primeira parede, parte 2 da planta. Da esquerda para a direita, há uma cena de oferenda em que algumas figuras masculinas carregam objetos que deveriam ser ofertados ao rei, como ouro, colares e alguns animais. Ao centro há as inscrições sobre os deveres do vizir, parte importante para demonstrar as atribuições do cargo do proprietário da tumba e a relevância de seus feitos. A última parte, à direita possui a representação de um quiosque feito para o deus Âmon, representado por um ganso. A segunda parede, correspondendo à parte 3 da planta, localizada na extremidade oeste, traz uma biografia sobre Rekhimirê, escrita em hieróglifos. Assim como as inscrições sobre os deveres do vizir, sua biografia serviria para demonstrar aos deuses as realizações do vizir enquanto vivo, e atestar que ele seria digno de desfrutar da eternidade. A terceira parede se localiza na parte norte da sala, partes 4 e 5 da planta. Na parte 4 aparecem mais cenas de oferendas, porém contendo animais exóticos como ursos, girafas, babuínos e panteras. Já na parte 5, ao centro tem um texto sobre a posse do vizir, e à direita o rei em um quiosque. Ainda na parte norte, porém no lado leste tem-se a quarta parede (partes 10 e 11), contendo as cenas que foram analisadas nesse ciclo. Da esquerda para a direita há a cena de caça e pesca no pântano, ao centro aparece a cena de caça no deserto, onde aparecem íbex, gazelas entre outros animais comuns da fauna do deserto. À direita aparecem as cenas de preparo de pássaros e vitivinicultura. Em frente à segunda parede, no extremo leste há a quinta parede, uma representação de Rekhimirê e sua família (parte 9 da planta). A cena apresenta Rekhimirê e sua esposa em uma escala maior do que as demais figuras humanas representadas ao fundo, e todas as figuras que representam casais (tanto a maior quanto as menores) estão sentadas de frente para uma mesa com itens variados. A sexta parede, na parte sul, lado leste possui três temas diferentes. Da esquerda para a direita aparecem cenas agrícolas, ao centro está representado a produção de vasos, além de oferendas de estátuas e esfinges. Por último, à direita encontram-se cenas de oferendas de grãos.

Um dos objetivos desse projeto foi identificar nas iconografias da primeira estrutura elementos que pudessem ampliar a compreensão da esfera social e religiosa da tumba. A partir da leitura da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021), identificou-se uma similaridade entre as cenas de caça e pesca no pântano da tumba de Nakht (TT52) e a tumba de Rekhimirê (TT100), traçando um paralelo entre as duas no que diz respeito às representações simbólicas da jornada do morto no Além. De acordo com Valérie Angenot (2013), esse motivo visual expressa diferentes aspectos do renascimento. No entanto, atribui-se aqui uma significação diferente, referente a um dos obstáculos que o morto enfrentaria no Além.

Canto Núñez (2021), ao analisar possíveis significados desta cena, destaca que a posição de Nakht é a mesma posição em que faraó aparece nos templos, quando este está subjugando seus inimigos. Por ser uma imagem comum dos planos decorativos, foi possível perceber um paralelo com a cena de caça e pesca presente na tumba de Rekhimirê. Além dessa análise sobre o próprio vizir, também observou-se outros aspectos que aparecem na cena, como os pássaros soltos. Na parte da esquerda, aparecem alguns pássaros soltos, sendo possível associá-los com o desequilíbrio. Caminhando para a parte direita, é possível observar os mesmos pássaros sendo preparados, junto à colheita das uvas e da preparação de vinho, existindo uma representação visual desse caminho de conflito e paz. Esses dois temas só fazem sentido quando se observa a parede 5, onde

Rekhmirê é pintado junto à sua família, finalizando o ciclo do caos e compartilhando o equilíbrio e a paz junto aos seus no Além.

Para melhor compreender a relação entre texto e imagem no contexto da quarta parede, o grupo deste projeto de pesquisa junto ao público interno e externo da UFRN participou de um curso básico de gramática egípcia, ministrado pelo doutorando do PPGH da UFRN, Pedro Hugo Canto Núñez. Intitulado “Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio”, o curso contemplou o estudo sobre a sociedade e a língua egípcia, bem como de gramáticas que abordam o tema. O objetivo era permitir que, ao final das atividades, os alunos realizassem traduções pessoais sobre fontes variadas: textos presentes nos caixões, mesas de oferendas, textos inscritos no interior das tumbas e em alguns outros suportes. Em relação à tumba de Rekhmirê, a tradução realizada abarcou a cena de caça e pesca no pântano, aprofundando as análises sobre essa cena (anexo 4). O objetivo principal do curso foi consolidar a Egiptologia lusófona a partir de traduções de fontes funerárias egípcias feitas pelo Sul Global, favorecendo a UFRN como um polo de desenvolvimento de pesquisas sobre o Egito Antigo no Brasil.

Em relação às traduções realizadas até o momento, tem-se a tradução das nove colunas iniciais, à esquerda da parede, a saber: “Viaje (pelos) pântanos / desfrute os peixes / nos pântanos (do norte), pelo amado (de) Sekhet / União para a Senhora do Festival das Provisões, o Nobre em Frente / O Selo do Rei do Baixo Egito, o Secreto, o Único Deus, A Boca que Alegria por Toda a Terra / O sacerdote Sem, o Chefe de Todos os Saiotes, Wepwawet, o Maior Asno / O Primeiro Amigo entre os Amigos, o Oficial em Frente aos Súditos / Supervisor da Cidade, a Felicidade da Câmara Funerária / O Festival de Osíris, o Sacerdote de Maat, Rekhmirê, justificado”.

Além do curso, outro resultado dessa Iniciação Científica foi a apresentação em eventos regionais, nacionais e internacionais. O primeiro foi a ANPUH-RN, que teve como tema: Desafios ao ofício do (a) historiador (a) na contemporaneidade. O evento ocorreu em outubro de 2024 e reuniu professores e estudantes para debater sobre projetos desenvolvidos nas quatro áreas da história. A realização do Simpósio aconteceu no período em que o projeto estava no início de seu desenvolvimento, e foi muito importante pois pode contar com a contribuição de diversos profissionais de História, os quais recomendaram leituras de bibliografias ou fontes que poderiam ajudar no desenvolvimento do trabalho. Em relação ao evento nacional, o trabalho também esteve presente no 33º Simpósio Nacional de História (ANPUH), o qual ocorreu em julho de 2025 em Belo Horizonte. A apresentação do projeto no evento teve apoio do Edital nº 01/2025, da PROPESQ/UFRN, de Apoio à Participação em Eventos Científicos, e foi de extrema importância, pois propiciou visibilidade ao trabalho desenvolvido no campus UFRN central, além de viabilizar o contato com docentes de diversas partes do país, alguns deles inclusive com trabalhos desenvolvidos na área de História Antiga. Com o SNH, os limites geográficos da pesquisa foram superados, ao mesmo tempo que fortaleceu a base teórica e metodológica da mesma. As contribuições advindas das discussões promovidas durante a realização do Simpósio podem apontar para novos caminhos e possibilidades. Além destes, em setembro acontecerá o III Congresso Iberoamericano de Jovens Investigadores em Egiptologia. Na ocasião, o Plano de Trabalho sobre a TT100 será visto por jovens egiptólogos em um contexto internacional, novamente alargando os horizontes da pesquisa e podendo contar com a colaboração de pesquisadores especialistas da área.

Ao longo de um ano, o estudo sobre o Espaço Funerário na tumba de Rekhimirê promoveu um ambiente de produção de conhecimento coletivo, privilegiando discussões entre seus membros de modo a ampliar os horizontes dos pesquisadores e, consequentemente, do objeto de estudo. Além do catálogo descritivo, houve ainda a leitura de todos os textos mencionados e trabalhados, bem como a realização do curso de hieróglifos. Todos esses resultados foram obtidos em apenas um ano de projeto, sendo uma consequência direta do esforço dos discentes e docentes envolvidos. O desejo de tornar o espaço universitário mais convidativo para os futuros pesquisadores se reflete nas produções citadas ao longo dessa seção.

Conclusão

Estudar o Espaço Funerário de uma sociedade tão longínqua espacial e temporalmente requer um esforço multidisciplinar para compreender de que maneira as crenças egípcias foram circunscritas na tumba de Rekhimirê. Desde textos como o de Rosalie David, até as obras que são mais específicas para esse plano de trabalho como Valérie Angenot e Lambros Malaforius, todos os materiais trabalhados mostraram-se essenciais para garantir a qualidade da pesquisa, justamente por apresentarem perspectivas que impedem a cristalização de narrativas e conceitos para o Egito Antigo.

A análise sobre a cena de caça e pesca permitiu observar de que maneira o aspecto do equilíbrio aparece na iconografia da tumba. A partir da leitura de outros textos sobre o tema foi possível relacionar a simbologia da cena de caça e pesca com a individualidade da vida familiar de Rekhimirê, ampliando as interpretações a respeito das representações do caos e do equilíbrio na iconografia funerária egípcia.

Os caminhos percorridos durante a execução desse projeto culminaram com a confecção de dois materiais: um catálogo descritivo e um conjunto de traduções de hieróglifos para o português. Além disso, a participação em eventos regionais (ANPUH-RN), nacionais (33º SNH) e internacionais (III CIJIE) é de grande importância para a consolidação das pesquisas em Egito Antigo na UFRN.

Promover um espaço de troca de conhecimentos e ampliação de saberes é o que faz da universidade um dos pilares de uma sociedade, e foi o que efetivamente ocorreu durante essa Iniciação Científica. É através dessa circularidade de informações e da ampliação de oportunidades para os estudantes, que se diminuem os abismos sociais, sempre presentes no Ensino Superior. Espera-se, a partir da renovação do projeto, dar continuidade aos estudos egiptológicos na UFRN, ajudando a consolidar a área a partir da produção de trabalhos de qualidade.

Referências

FONTE:

DAVIES, Norman de Garis. The tomb of Rekh-mi-rê at Thebes. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art Expedition, 1943.

BIBLIOGRAFIA:

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014. ASSMANN, Jan. Written culture. In: ASSMANN, Jan. Cultural Memory and Early Civilization: writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 70-110. BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Gramática Básica: Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio, Nível I. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2025. v. 1. 274p .

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. HAYS, Harold M. Between identity and agency in Ancient Egypt ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. “Being in Ancient Egypt” thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaeological Reports, 2009. HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archaeology. In: HODDER, Ian (org.). Archaeological theory today. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14.

IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory. Philos. Technol., v. 32, 2019, p. 195–214.

IKRAM, Salima. Os vivos e os mortos. In: IKRAM, Salima. Ancient Egypt: an introduction. Tradução de Pedro Hugo Canto. Nova Iorque: Cambridge, 2010.

LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.

LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org.). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997. [Introdução e Capítulo 6].

NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and how could we? *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.

NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. *Claroescuro*, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23.

PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org). *As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos*. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Formações egiptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras. No prelo.

ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. *A Journey through the beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature*. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

Anexos



ANEXO 1 -PLANTA DA TT100 Fonte/Imagem: Adaptada por Pedro Hugo Canto Núñez



ANEXO 2: IMAGEM DA TUMBA DE RAEMKA. Fonte/Imagem: Imagem produzida por Valérie Angenot (2025, p.99)



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Primeira parede (parte 2). Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Segunda parede (parte 3). Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Terceira parede (partes 4 e 5). Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Imagem: Quarta parede (partes 11 e 10). Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Quinta parede (partes 8, 7 e 6). Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 3: PAREDES DA PRIMEIRA ESTRUTURA Imagem: Sexta parede (parte 9).
Fonte: Fotografia de Pedro Hugo Canto Núñez (2024).



ANEXO 4 - RECORTE DE PARTE DA PAREDE TRADUZIDA Imagem:
Localização de parte dos hieróglifos traduzidos na quarta parede. Fonte: Produzida por
Pedro Hugo Canto Núñez (2025).

CÓDIGO: HS0443

AUTOR: GUILHERME RYAN BARBOSA FIGUEIREDO DE MEDEIROS

ORIENTADOR: CESAR SANSON

TÍTULO: Uberização e a ideologia do empreendedorismo: um estudo sobre como os trabalhadores de entregas se enxergam.

Resumo

A uberização chama a atenção como fenômeno global que afeta diversas categorias de trabalho, dentre estas, a transformação dos trabalhadores em entregadores por aplicativo, os destituindo de direitos e responsabilizando-os por seu meio de trabalho, suas ações cotidianas e até mesmo seu futuro de sucesso ou fracasso. Soma-se a isso a ideologia do empreendedorismo que é disseminada através de discursos, imperativos e normas, em prol da naturalização e mascaramento de tais políticas neoliberais, pois, embora as plataformas difundam tal imagem, o cotidiano desses trabalhadores é marcado por vigilância algorítmica, punições arbitrárias, ausência de proteção em situações de vulnerabilidade e a necessidade de redes de solidariedade para sobreviver. Desse modo, a promessa de liberdade se converte em subordinação, configurando o entregador como um “autogerente subordinado”, que internaliza riscos e custos enquanto o controle e os lucros permanecem centralizados nas empresas. Nesse sentido, o objetivo é analisar a interseção entre a uberização e a ideologia do empreendedorismo, a partir da experiência concreta dos entregadores. Para isso foram analisadas 8 entrevistas, selecionadas por critérios específicos de inclusão e exclusão. Para a análise utilizou-se a Análise de Conteúdo e confrontada com a literatura sobre uberização e empreendedorismo.

Palavras-chave: Ideologia; Trabalho; Sentido; Uberização; Empreendedorismo.

TITLE: Uberization and the ideology of entrepreneurship: a study on how delivery workers see themselves.

Abstract

Uberization draws attention as a global phenomenon that affects various categories of work, including the transformation of workers into app-based delivery drivers, stripping them of their rights and holding them responsible for their means of work, their daily

actions, and even their future success or failure. Added to this is the ideology of entrepreneurship that is disseminated through discourse, imperatives, and norms, in favor of naturalizing and masking such neoliberal policies. Although platforms spread this image, the daily lives of these workers are marked by algorithmic surveillance, arbitrary punishments, lack of protection in situations of vulnerability, and the need for solidarity networks to survive. Thus, the promise of freedom is converted into subordination, configuring the delivery worker as a “subordinate self-manager” who internalizes risks and costs while control and profits remain centralized in companies. In this sense, the objective is to analyze the intersection between uberization and the ideology of entrepreneurship, based on the concrete experience of delivery workers. To this end, eight interviews were analyzed, selected according to specific inclusion and exclusion criteria. Content analysis was used for the analysis and compared with the literature on uberization and entrepreneurship.

Keywords: Ideology; Work; Meaning; Uberization; Entrepreneurship.

Introdução

Assiste-se no mundo do trabalho, a partir do primeiro quarto deste século, à emergência de uma nova categoria de trabalhadores, denominados de trabalhadores de aplicativos ou trabalhadores plataformizados. Considerando-se a relevância e as reconfigurações que estes trabalhadores representam para a sociedade do trabalho, percebe-se em centros de pesquisas e universidades mundiais um crescente interesse nesta categoria como objeto de estudo. É constitutivo a este novo fenômeno na sociedade do trabalho, denominado de uberização do trabalho (Slee, 2017; Antunes, 2018; Grohmann, 2021; Abílio, 2021.), algumas características como a não vinculação com direitos trabalhistas, baixa remuneração e jornadas de trabalho extensas. As consequências para o trabalhador são várias, é necessário que esteja disponível quase totalmente à empresa, que o contatará de acordo com sua demanda, sendo pago apenas ao prestar o serviço. Desse modo, compete aos trabalhadores a obrigação de decidir, parcialmente, a gestão do trabalho, planejar os horários e o uso dos equipamentos (Abílio, 2021). Entretanto, para além, de uma nova tendência na relação capital versus trabalho que revela intensificação na precarização do trabalho, pesquisas têm se interessado em investigar outra possível característica desta categoria, o fato de que a mesma teria sido enredada pela ideologia do empreendedorismo (Dardot e Laval, 2016; Abílio, 2021; Pinheiro; Coelho-Lima, 2024; Dias Sales; Sanson; Sales, 2024). Esta que é entendida como uma ideologia depositária do neoliberalismo, cuja maneira de disseminação se dá através de discursos, imperativos e normas de conduta

que naturalizam sua forma de dominação. Um dos discursos que se consolidam nas análises desenvolvidas é a forma como as plataformas se vendem como apenas um meio de intermediação entre o estabelecimento - entregador - cliente. Esse formato mascara a divisão do lucro que as empresas ganham como intermediadores e transferem para os trabalhadores a taxa mínima por entrega, baixa remuneração por quilômetro rodado e a falta de pagamento integral em entregas agrupadas. Nesse sentido, é possível ver que o neoliberalismo se insere e quebra regras, instituições e direitos para produzir novas formas de viver – aceitando o básico – e constrói um novo sujeito que se relaciona com si e com os outros sendo um autônomo – independente de ter ou não direitos. Desse modo, essa pesquisa busca analisar a interseção entre a uberização e a ideologia do empreendedorismo, a partir da experiência concreta dos entregadores.

Metodologia

Este trabalho se soma aos esforços de investigação crítica sobre as transformações nas formas de trabalho e parte de uma pesquisa intitulada “Uberização e empreendedorismo: adesão e resistências”, realizada na cidade de Natal - RN, vinculada à pesquisa interdisciplinar guarda-chuva “Nexos da uberização: análises a partir dos trabalhadores”, desenvolvida por docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. A pesquisa tem como foco principal os trabalhadores de aplicativos de entrega, também conhecidos como entregadores, tendo como objetivo geral analisar as formas de adesão, resistência e ressignificação do trabalho sob plataformas digitais, pondo em consideração o viés da ideologia do empreendedorismo.

A metodologia adotada é de caráter qualitativo, optou-se por essa abordagem pela necessidade de captar as experiências, discursos e subjetividades dos entregadores; ancorado em referenciais da sociologia e psicologia do trabalho, especialmente nas abordagens que analisam as formas contemporâneas de exploração e resistência, como discutido por autores como Sanson, Lima-Coelho e Abílio. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, onde foram selecionados 50 trabalhadores e, considerou-se dois critérios de inclusão: a) estejam com seus cadastros ativos em ao menos uma plataforma digital; b) tenham realizado ao menos uma entrega durante os últimos sete dias que antecederam a pesquisa. Como também critérios de exclusão: a) trabalhar como entregador apenas com vínculo trabalhista com uma empresa, que não seja empresa-plataforma; b) não ter realizado atividade de entrega ou transporte de passageiros na última semana.

Para a formação do grupo de participantes, utilizou-se o método de saturação dos dados (Fontanella et al., 2011). O roteiro da entrevista se dividiu em oito eixos: 1) trajetória laboral, 2) contexto de trabalho, 3) liberdade no trabalho, 4) saúde e adoecimento no trabalho, 5) sentido e significado do trabalho e do dinheiro, 6) sentido do trabalho como entregador por aplicativo, 7) projeto laboral, 8) sentido dos direitos, mobilizações e organização dos trabalhadores. Tendo além disso um questionário sociodemográfico e

todos os cuidados éticos foram respeitados, na direção de informar durante o convite o caráter voluntário, anônimo e confidencial da pesquisa. Além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de Gravação de Voz.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e o texto categorizado com o auxílio do programa QDA Miner 5.0, de forma a sintetizar os principais conteúdos produzidos por cada sujeito referente a cada eixo das entrevistas. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, analisaram-se as respostas dos trabalhadores dos eixos 02, 03, 05, 06 e 08, bem como os dados do questionário sociolaboral, para responder os seguintes objetivos específicos: a) analisar se a ideologia do empreendedorismo é promovida para esses trabalhadores; b) compreender o que os trabalhadores entendem perante empreendedorismo; c) analisar se esses trabalhadores se enxergam como empreendedores; d) analisar se há contradições entre discurso e ação no contexto de trabalho e) Levantar como as ações de solidariedade entre os entregadores de aplicativos se manifestam através da coletividade.

Para discutir as entrevistas, utilizou-se a Análise de Conteúdo (Bauer, 2008), a partir dela é possível encontrar respostas para questões formuladas, podendo ou não comprovar hipóteses e ir além do que está sendo comunicado (Gomes, 2002). Posteriormente, confrontou-se os dados com a literatura acerca da uberização e o empreendedorismo (Abílio, et. al, 2021. Leite; Lindôso, 2021. Amorim et al., 2021.), a fim de identificar de que modo essa ideologia atravessa tanto a organização do contexto de trabalho desses trabalhadores, bem como os sentidos que produzem sobre essa situação.

2.1 Caracterização dos entregadores analisados

Entre as 50 entrevistas, apenas uma mulher foi entrevistada, as idades variaram entre 18 a 63 anos, 34 entregadores se autodeclararam pretos e pardos, 15, brancos e 1, amarelo. Em relação ao local de moradia, 35 residem nas periferias da cidade do Natal, 11 na região metropolitana e 1 no interior. Para essa pesquisa, selecionaram-se 8 casos, dispostos nos eixos 02, 03, 05, 06 e 08, relacionados a contexto, liberdade, autonomia, sentido e significado no trabalho.

Resultados e Discussões

3.1 Empreendedorismo e uberização

O ponto de partida para a análise é o reconhecimento de que a noção contemporânea de empreendedorismo “consiste numa apropriação e transfiguração das ideias desenvolvidas por Schumpeter (1997), ao sublinhar a importância dos empreendedores, entendidos como capitalistas responsáveis pela inovação” (Leite; Lindôso, 2021, p. 794). Na

formulação original, o empreendedor seria o agente da "destruição criadora", aquele que, por meio do controle sobre os meios de produção, introduz novas combinações produtivas, reorganiza mercados e impulsiona o desenvolvimento econômico (Schumpeter, 1997 apud Amorim et al., 2021, p. 859). É uma figura intrinsecamente ligada ao capital e à capacidade de comando sobre o processo produtivo.

Este conceito transcende sua definição econômica tradicional para se tornar a manifestação central de uma "nova razão do mundo" neoliberal. Conforme teorizado por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não deve ser compreendido meramente como uma política econômica, mas como uma racionalidade abrangente que estrutura não apenas a ação dos governantes, como também a própria conduta dos governados. Nesse contexto, emerge a figura do "empreendedor de si", o sujeito ideal forjado por essa nova razão que, diferente do trabalhador disciplinado do fordismo, é concebido como um "indivíduo-empresa", compelido a gerir a si mesmo como um capital a ser valorizado e frutificado.

A uberização é uma das manifestações de organização do trabalho na qual a ideologia do empreendedorismo se apresenta. Longe de se restringir às empresas de plataforma, ela representa uma tendência global cujos elementos centrais são a consolidação do trabalhador como um "trabalhador sob demanda" (just-in-time) e a generalização dos "processos de informalização". Essa informalização significa a perda de formas estáveis, reguladas e reconhecíveis sobre o que constitui tempo de trabalho, custos, remuneração e a própria relação de subordinação.

Contudo, a análise da subjetividade do trabalhador exige um afastamento de noções generalistas. A socióloga Ludmila Abílio (2021) adverte que abordagens que atribuem ao trabalhador uma internalização passiva da ideologia neoliberal podem obscurecer as estruturas de controle reais e deslocar perigosamente a análise. Em contraposição, o conceito de "autogerenciamento subordinado" (Abílio, 2021) oferece uma ferramenta analítica mais precisa, principalmente relacionado ao trabalhador na era digital.

Desse modo, o autogerenciamento subordinado é definido como a transferência de parte do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, não como uma apropriação de controle, mas como o "exercício de sua própria subordinação". Ou seja, as decisões cotidianas que o trabalhador toma – quando e por quanto tempo trabalhar, quais estratégias adotar para maximizar ganhos ou evitar penalidades – tornam-se, paradoxalmente, parte integrante dos mecanismos de controle e gestão que operam sobre ele.

3.2. Trajetória de trabalho e identificação com as condições de trabalho

A presente análise propõe investigar uma questão central na era da uberização: os entregadores de plataforma se enxergam como empreendedores? Para responder à pergunta, é crucial ir além de uma aceitação superficial do termo e aplicar as lentes conceituais para interpretar a vivência dos trabalhadores por encomenda, utilizando como base as respostas destes nas entrevistas transcritas. Nesse sentido, a perspectiva de Abílio (2021) se mostra particularmente relevante ao propor um deslocamento do olhar analítico: para compreender a uberização em sua dimensão global, é crucial partir da periferia do

capitalismo, onde a gestão da sobrevivência sem garantias – a "viração" (Abílio, 2021) – nunca foi exceção, mas a regra. As trajetórias dos entrevistados confirmam essa premissa.

Primeiro, é preciso entender que as experiências dos trabalhadores são diversas, moldadas por trajetórias de vida e expectativas distintas. A seguir, apresentamos um breve perfil de cada um dos oito entregadores entrevistados, cujas narrativas formam a base da análise sobre o trabalho uberizado:

FIGURA 1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas.

É notável que estas trajetórias revelam um mosaico de experiências do mercado de trabalho brasileiro, onde a migração para as plataformas digitais raramente é uma primeira opção, mas sim uma consequência de diferentes pressões econômicas e anseios por autonomia.

Para uma parcela significativa desses trabalhadores, a entrada no universo dos aplicativos foi impulsionada por crises e pela precariedade de empregos anteriores. A perda de postos de trabalho, seja pelo fechamento de empresas ou pelos impactos econômicos de eventos como a pandemia, forçou muitos a verem nas entregas a única alternativa viável para o sustento. Além disso, a insatisfação com a baixa remuneração em setores tradicionais, onde o salário já não era suficiente para cobrir as despesas familiares, também se mostrou um forte catalisador para a mudança.

Para outros, o trabalho por aplicativo começou como uma atividade secundária, uma forma de complementar a renda de um emprego principal. O que era inicialmente um "bico" para equilibrar o orçamento acabou, em muitos casos, se tornando a principal fonte de sustento, seja por uma decisão de se dedicar integralmente à atividade ou pela perda do vínculo formal que mantinham. No geral, há um forte apelo pela autonomia, que atrai trabalhadores em busca de uma alternativa ao modelo de emprego com carteira assinada, pois a possibilidade de "trabalhar por conta própria", com flexibilidade para definir os próprios horários e sem a subordinação direta a um chefe, é um dos maiores atrativos.

Essa busca por liberdade, na maioria das vezes, é uma reação a experiências anteriores em empregos formais percebidos como restritivos e desgastantes. Contudo, a contradição fundamental que permeia a experiência dos trabalhadores de plataforma reside na coexistência de uma forte percepção de liberdade com a vivência de mecanismos de controle sutis e eficazes. A tabela a seguir sintetiza os perfis e as perspectivas centrais dos entrevistados, expondo visualmente essa tensão que define o autogerenciamento subordinado:

FIGURA 2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas.

Como mostrado, o principal atrativo do trabalho por aplicativo, segundo os próprios entregadores, é a autonomia e a ausência de uma figura de chefia direta. Essa percepção

é expressa de forma recorrente e enfática. No entanto, essa exaltação da liberdade não deve ser interpretada como uma simples adesão à ideologia neoliberal do "empreendedorismo de si", conforme aponta Abílio (2021), essa atitude representa, em grande medida, uma "fuga das opressões e injustiças que são tecidas por dentro e por fora do trabalho formal" no Brasil – as entrevistas fornecem evidências robustas para essa interpretação. Dessa maneira, a busca pela autonomia torna-se também uma recusa a um modelo de emprego formal percebido como opressor, mal remunerado e desgastante. Então, as plataformas capitalizam sobre essa memória e experiência social, utilizando a promessa de liberdade como sua principal ferramenta de recrutamento e engajamento.

3.3. A ideologia do empreendedorismo e suas contradições

A autonomia é, sem dúvida, o principal atrativo e o pilar do discurso legitimador do trabalho por plataformas. A possibilidade de "fazer o próprio horário" e "não ter patrão" é consistentemente valorizada pelos trabalhadores entrevistados, que a contrapõem à rigidez e à subordinação direta do emprego formal. Entretanto, essa liberdade proclamada revela-se, sob um escrutínio mais atento, severamente condicionada e vigiada. A autonomia do trabalhador opera dentro de um perímetro estritamente definido e controlado pelo algoritmo da plataforma, que funciona como um gerente invisível, porém onipresente.

Na análise das entrevistas se revela um sofisticado sistema de controle e punição que limita drasticamente a liberdade de escolha. Por exemplo, Douglas descreve o mecanismo de "castigo": "Se recusar, eles te deixa de castigo. [...] se você recusa umas três corridas seguidas a gente deixa 25 minutos a 15 minutos [parado]". Jesuíno é ainda mais direto ao ser questionado sobre o controle do aplicativo: "Exerce total. [...] Se você não aceitar uma corrida assim eles vai lá e para de te mandar a corrida".

Essa dinâmica empírica ilustra com precisão o conceito de "autogerenciamento subordinado", já que o trabalhador, de fato, gerencia suas próprias decisões no nível micro; ligar ou desligar o aplicativo, aceitar ou recusar uma corrida. Entretanto, essa gestão é inteiramente subordinada a regras sobre as quais ele não tem poder individual de determinação (Abílio, 2019). A plataforma não dá ordens diretas, mas induz comportamentos através de incentivos (promoções) e punições (redução do fluxo de chamadas), configurando o que Abílio denomina "despotismo algorítmico" (Abílio, 2021). A autonomia, dessa maneira, não é genuína; é instrumentalizada, uma forma de controle que se disfarça de liberdade, tornando o trabalhador o executor de sua própria subordinação.

Outro ponto importante, é como o modelo de negócio das empresas-plataforma se sustentam sobre um pilar fundamental: a externalização completa dos custos e riscos da operação para a força de trabalho. Diferente do modelo industrial clássico, onde o capitalista detém e arca com os meios de produção, na "gig economy" o trabalhador é quem deve prover sua própria infraestrutura e arcar com todos os passivos da atividade. Ele se torna, na prática, o para-choque do capital, absorvendo todos os impactos negativos da operação.

As entrevistas demonstram inequivocamente essa transferência de responsabilidade. Os trabalhadores são os proprietários dos seus meios de produção – a motocicleta, o celular,

a bolsa térmica – e responsáveis por todos os custos operacionais. Como exemplo, Paulo sintetiza a situação: "a gente não tem ajuda nenhuma de aplicativo, a moto é da gente, financiada pela gente, gasolina, pneu, transmissão, isso tudo é feito por nós, não é por eles, nós só recebe o valor da corrida". Essa estrutura inverte a lógica capitalista tradicional: o trabalhador não apenas vende sua força de trabalho, mas também aluga seus próprios ativos para a plataforma, sem ser remunerado por isso.

A face mais dramática dessa externalização se revela nos momentos de crise, como acidentes, assaltos ou problemas de saúde. A ausência de qualquer rede de proteção ou suporte por parte das empresas é um ponto unânime e contundente nos relatos, como o do Douglas, que sofreu um acidente, descreve a resposta da plataforma: "Eles não oferece nada, só manda outro entregador vir pegar o pedido. Não tem financeiro, de socorro, nada...". Além da falta de amparo, ele ainda foi penalizado, ficando "12 horas sem você conseguir ligar o aplicativo". Outro exemplo, Paulo, que teve sua moto declarada como perda total após um acidente, reforça a total isenção de responsabilidade das empresas: não recebeu "nada" de nenhuma plataforma na qual estava com cadastro ativo. A transferência de risco é o cerne da precarização, onde trabalhador não é um "parceiro" ou "empreendedor", mas um financiador da infraestrutura e o segurador da operação, enquanto a plataforma se posiciona como uma mera intermediária tecnológica, extraíndo valor sem assumir as responsabilidades e os custos inerentes à atividade econômica que organiza e da qual lucra.

Portanto, a aparente contradição observada nos discursos dos trabalhadores, que simultaneamente rejeitam um vínculo nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demandam maior proteção e melhores remunerações, não deve ser interpretada como irracionalidade ou "falsa consciência". Pelo contrário, ela representa uma escolha eminentemente racional dentro de um quadro de "alternativas infernais". Os trabalhadores comparam a realidade concreta de um emprego CLT frequentemente precarizado, com baixos salários e subordinação direta, com a possibilidade de ganhos maiores – ainda que instáveis e arriscados – oferecida pela plataforma.

Jesuíno é explícito ao afirmar que um salário mínimo "não compensa" o trabalho assalariado. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com entregadores confirma essa percepção: a maioria prefere o enquadramento como autônomo, mas, ao mesmo tempo, demanda uma série de direitos e proteções. A "liberdade" que eles valorizam não é uma adesão ingênua à ideologia empreendedora, mas uma liberdade pragmática: a liberdade de escapar de um chefe direto e de um salário fixo considerado insuficiente, mesmo que o preço seja cair em outra forma de subordinação, mais impessoal, algorítmica e desprovida de garantias.

3.4. Solidariedade e organização: mexeu com um, mexeu com todos

A lógica do trabalho por plataforma, ao individualizar a relação de cada trabalhador com o algoritmo, promove uma intensa atomização da força de trabalho (Abílio, 2021). Só que, essa tendência é contrabalançada pela emergência de robustas redes de solidariedade e novas formas de organização coletiva, que surgem como resposta direta à vulnerabilidade e à ausência de suporte institucional; os trabalhadores, deixados à própria sorte pelas empresas, reconstroem laços coletivos para garantir a sobrevivência e a resistência no dia a dia.

As entrevistas revelam a força dessa solidariedade. Todos os trabalhadores mencionam a união da categoria como um fato essencial e concreto, como o Douglas que afirma de modo enfático: "Mexeu com um, mexeu com todos". Esta coesão se manifesta de múltiplas formas, sendo a mais imediata o apoio mútuo em situações de emergência. Paulo descreve a prática de "fazer uma vaquinha, faz alguma coisa pra tá ajudando quem sofreu o acidente". Além do suporte material, as redes digitais, como os grupos de WhatsApp, tornam-se espaços vitais de organização. Neles, os trabalhadores trocam informações sobre as melhores áreas para trabalhar, alertam sobre perigos, compartilham dicas de manutenção e organizam-se politicamente. Douglas confirma que a união se expressa "No grupo de whatsapp, na rua, todo lugar".

Essa organização cotidiana serve de base para ações coletivas de maior envergadura. O movimento "Breque dos Apps", uma série de paralisações nacionais iniciadas em 2020, é citado como um marco na luta da categoria por melhores condições de trabalho (Lima; Oliveira, 2021, p. 922). Embora a participação individual dos entrevistados nas greves seja variada – alguns não participaram por estarem em outros empregos no dia, outros aderiram taticamente –, todos reconhecem a legitimidade das pautas, como o aumento do valor das corridas e mais transparência.

Essas ações coletivas representam a "criatividade humana" e as "formas de resistência" que, como sugerem Fraser e Jaeggi (citados por Leite; Lindôso, 2021, p. 802), podem se acumular em movimentos que desafiam a racionalidade neoliberal e a narrativa de que não há alternativa. A solidariedade na rua e nos grupos digitais reconstrói o tecido coletivo que o modelo de negócio da plataforma tenta sistematicamente dissolver.

Conclusão

Os dados colhidos e analisados revelam que não há nenhuma evidência de que estes trabalhadores se sintam efetivamente empreendedores. Os casos que assumem esta condição são poucos, a maioria vê este trabalho muito distante da ideia de que isso os tornará emancipados financeiramente a partir apenas de sua performance produtiva, ou seja, a maioria aponta para uma consciência de que, independentemente do imenso esforço que realizam, esse tipo de atividade não lhes retira da condição precária.

A figura celebrada do "empreendedor de si", de fato, mascara a realidade estrutural do "autogerente subordinado": um trabalhador que, desprovido de garantias coletivas, é compelido a internalizar os custos, os riscos e a própria gestão da sua exploração, enquanto o controle sobre o processo e a apropriação do lucro permanecem rigidamente centralizados nas mãos das empresas-plataforma. Outro fator que vai na contramão da percepção do empreendedorismo que prima pelo individualismo é o sentimento de classe que se manifesta entre esses trabalhadores. Várias afirmações nas entrevistas revelam que

há um forte sentimento de solidariedade entre os entregadores de aplicativos que se manifestam em ações coletivas (Marx, 2023). Na teia de solidariedade, esses trabalhadores se apoiam mutuamente nas adversidades do dia a dia, estão atentos à segurança do grupo e realizam arrecadação de dinheiro ou materiais básicos quando um entregador sofre um acidente. Nesse sentido, o suporte entre o grupo é maior do que o oferecido pelas empresas.

Por outro lado, a pesquisa, por ora, revela também que estes trabalhadores apreciam este tipo de trabalho, a despadronização da jornada de trabalho, ou seja, a liberdade de organizar o seu próprio tempo de trabalho e o sentimento de ausência de uma vigilância permanente, embora, contraditoriamente, reconheçam que as plataformas exercem controle sobre o que realizam. A conclusão que se apresenta é de que a ideologia do empreendedorismo que parte pressuposto que o sucesso de uma pessoa, particularmente na vida laboral, depende apenas dos seus esforços, da sua performance, da sua vontade, de sua perseverança e de suas intuições visionárias, não se sustenta.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas (Online): Individuo y Sociedad*, v. 18, 2019, pp. 01-11.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, p. 579-597, 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021. DOI:<https://doi.org/10.1590/15174522-116484>.

AMORIM, Henrique; GUILHERME, Guilherme Henrique; MODA, Felipe Bruner; PELEGRINI, João Gabriel Selles. O empreendedorismo contemporâneo ou uma forma de mistificação das relações de classe. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 845-873, set.-dez. 2021.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-271.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Maria Silva. Juventudes uberizadas na América Latina: as vivências do trabalho de jovens entregadores por aplicativo. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, p. 388-394, 2011.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de L. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O que pensam os entregadores sobre a regulação do trabalho por aplicativos?. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/e976ae36-119d-4f39-b9f6-ad91beb3b76d/content>. Acesso em: 17 ago. 2025.

LEITE, Márcia de Paula; LINDÔSO, Raquel Oliveira. Empreendedorismo, neoliberalismo e pandemia: o desmascaramento de uma ideologia. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 791-820, set.-dez. 2021.

LIMA, Jacob Carlos e OLIVEIRA, Roberto Veras de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023. Publicado originalmente em 1867.

PINHEIRO, R. A. COELHO-LIMA, F. O Sujeito Teletrabalhador e a Racionalidade Neoliberal. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA (ONLINE), v. 24, p. e78981, 2024.

SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

DIAS SALES, Ana Patrícia; SANSON, Cesar; LIMA SALES, Francisco José. A IDEOLOGIA DO VALE DO SILÍCIO E O TRABALHO PLATAFORMIZADO. Revista Cronos, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 10–26, 2024.

Uberização - o Empreendedorismo como novo nome para a exploração. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, [S. l.], v. 2, n. 2, 2019. DOI:

10.33239/rtdh.v2i2.53. Disponível em: <https://revistatdh.emnuvens.com.br/Revista-TDH/article/view/53>. Acesso em: 17 jul. 2025.

Anexos



Figura 1



Figura 2

CÓDIGO: HS0458

AUTOR: GIOVANNA GUADALUPE CORDEIRO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JULIANA FELIPE FARIAS

TÍTULO: Uma análise geoecológica da Bacia Hidrográfica do Rio Seridó (RN).

Resumo

O semiárido brasileiro é uma área frágil ambientalmente devido às suas especificidades climáticas, ressaltando-se nesse contexto a insegurança hídrica. As bacias hidrográficas são unidades de planejamento fundamentais para a gestão dos recursos hídricos e associadas às formas de uso e ocupação auxiliam a interpretar as dinâmicas geoambientais que ocorrem na paisagem ao longo do tempo, oferecendo diagnósticos que auxiliam na gestão dessas áreas. Diante disso, tem-se como objetivo neste relatório apresentar os usos e ocupações do solo presentes na paisagem da porção potiguar da bacia hidrográfica do rio Seridó sob uma análise geoecologia. A bacia hidrográfica do Rio Seridó localiza-se no semiárido brasileiro dentro do território dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, e os dados levantamento para essa pesquisa usou como fonte o Projeto do Mapbiomas (2023) e atividades de campo nos municípios de Lagoa Nova, Acari e Carnaúba dos Dantas, no Seridó Oriental (RN), área de abrangência da bacia. Obteve-se como resultado principal 5 níveis de classes: 1.Floresta, 2.Vegetação Herbáceas e Arbustivas, 3.Agropecuária, 4.Área não vegetada e 5.Corpo D'água. As classes de usos e ocupação com maior área (ha) são as classes Floresta e Agropecuária. Conclui-se, portanto, que as alterações da paisagem na bacia do Rio Seridó denotam risco à qualidade socioambiental do território, devido a substituição de áreas naturais por áreas antropizadas.

Palavras-chave: Planejamento Ambiental; Diagnóstico; Socioambiental; Transformações.

TITLE: A geoecological analysis of the Seridó River Basin (RN).

Abstract

The Brazilian semiarid region is environmentally fragile due to its specific climate, highlighting water insecurity in this context. Watersheds are fundamental planning units for water resource management. When associated with land use and occupation patterns, they help interpret the geoenvironmental dynamics that occur in the landscape over time, providing diagnostics that aid in the management of these areas. Therefore, this report aims to present the land use and occupation patterns present in the landscape of the Rio Grande do Norte portion of the Seridó River basin through a geoecological analysis. The Seridó River basin is located in the Brazilian semiarid region within the states of Rio

Grande do Norte and Paraíba. The data collected for this research were sourced from the Mapbiomas Project (2023) and fieldwork in the municipalities of Lagoa Nova, Acari, and Carnaúba dos Dantas, in the Eastern Seridó region (RN), the basin's coverage area. The main result was five class levels: 1. Forest, 2. Herbaceous and Shrubby Vegetation, 3. Agriculture, 4. Non-vegetated Area, and 5. Water Body. The use and occupation classes with the largest area (ha) are the Forest and Agriculture classes. Therefore, it is concluded that landscape changes in the Seridó River basin denote a risk to the socio-environmental quality of the territory, due to the replacement of natural areas by anthropized areas.

Keywords: Environmental Planning; Diagnosis; Socio-environmental; Transformation

Introdução

O semiárido brasileiro apresenta características climáticas específicas, tornando a região uma área frágil ambientalmente. As chuvas irregulares e concentradas em alguns meses do ano associada altas temperaturas constantes faz com que o ambiente tenha altas taxas de evaporação, dificultando a perenidade dos corpos d'água e consequentemente limitando a disponibilidade da água.

O estado do Rio Grande do Norte (RN) possui a maior parte do seu território inserido no semiárido, no clima o BSw'h', segundo a classificação climática de Köppen, caracterizado por ser quente e seco, com baixa pluviosidade anual (até 800mm) e temperatura média alta 23° a 27 ° tornando o ambiente com aspecto árido (Sudene, 2021). Essas condições, que geram escassez hídrica, são alvo de pesquisas científicas e intervenções de políticas públicas para equacionar a restrição ao acesso de água nos municípios localizados no semiárido.

A mesorregião central do RN, conhecida como Seridó, é onde encontra-se grande parte dos desafios relacionados à água. Essa região está totalmente inserida no Polígono das Secas, uma região geográfica exposta a eventos recorrentes de estiagens e secas. Dentro dessa região é onde encontra-se a bacia hidrográfica do Rio Seridó, uma sub-bacia da bacia hidrográfica Piranhas-Açu, a maior bacia hidrográfica do estado com extensão 17.498,50 km², ocupando cerca de 32,8% do território do RN (IGARN), responsável por viabilizar usos múltiplos da água.

As bacias hidrográficas são importantes delimitadores da paisagem e atuam como unidade territorial para o planejamento. As Unidade de Planejamento Hídrico (UPH) correspondem às segmentação das bacias hidrográficas e sub-bacias a partir da similaridade geomorfológica, hidrográfica e hidrológica com a finalidade de planejar o aproveitamento do recurso hídrico (ANA, 2022).

As formas de uso e ocupação na área das bacias auxiliam a interpretar as dinâmicas geoambientais que ocorrem na paisagem ao longo do tempo. Levantado na base de dados do Mapbiomas (2022), mostra uma substituição das áreas naturais pelas atividades agropecuárias e um avanço da urbanização na região, as formações florestais ainda predominam na região, no entanto, observa-se uma fragmentação das formações da classe Floresta. Essas classes de uso geram demandas ao corpos hídricos, chamando atenção

para os caminhos quanto ao planejamento para o uso dos recursos oferecidos pelas bacias hidrográficas.

Portanto, tem-se como objetivo neste relatório apresentar a continuidade de um levantamento das formas de usos e ocupações do solo presentes na paisagem da porção potiguar da bacia hidrográfica do rio Seridó sob uma análise geoeecologia. Essa pesquisa iniciou-se em 2023, com levantamento de dados nos municípios da região Seridó do RN para identificação das formas de uso e ocupação da área potiguar da bacia hidrográfica, contemplando os Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, 11, 13 e 15.

Metodologia

2.1 Área de Estudo

A bacia hidrográfica do Rio Seridó, principal sub-bacia do Piranhas-Açu, localiza-se no semiárido brasileiro dentro do território dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, com um área de 6.304 km² e abarcando 37 municípios, 21 deles na porção potiguar onde está sua foz (Figura 01).

2.2 Coleta, Processamento e Análise de Dados

2.2.1 Coleta e Processamento de Dados

O levantamento se deu através da base de dados do Mapbiomas (2023) e atividades de campo nos municípios de Lagoa Nova, Acari e Carnaúba dos Dantas, no Seridó Oriental (RN), área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Seridó. A partir do cruzamento desses dados obteve-se o panorama das formas de uso e ocupação presentes na área da bacia.

Os dados primários foram obtidos através de atividade de campo e documentados através de registros fotográficos. Os dados secundários foram coletados na base de dados Mapbiomas, o último dado disponível refere-se ao ano de 2023. O projeto é organizado a partir da colaboração de vários segmentos científicos para fornecer dados anuais de cobertura e uso do solo, através de imagens de satélites desde 1985.

Os dados de uso e ocupação do solo foram coletados da plataforma Mapbiomas através do caminho: Downloads > Mapas das coleções > 1. navegando on line por meio da plataforma/dashboard do MapBiomas: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Ao acessar a plataforma adiciona-se os seguintes filtros: Cobertura> Recorte Territorial > Município> Território>Acari, RN. Por fim, os dados obtidos foram tabulados no programa Excel.

2.2.2 Análise de Dados

Quanto à análise dos dados, foi usada a categoria Paisagem. Essa é uma categoria de análise que une um conjunto de fatores que auxiliam na realização de um diagnóstico ambiental, Ab'Saber (2003) definiu essa categoria como: “...uma herança de processos fisiográficos, biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação das suas comunidades”. Diante disso, nota-se que a paisagem é uma categoria que oferece respostas sobre a passagem do tempo dentro de um território a partir da ação das natureza e da intervenção humana. A integração desses dos agentes fornecem caminhos mais acurados para analisar os processos que se sucederam e transformaram a paisagem ao longo do tempo.

A geocologia de paisagens apresenta uma análise baseada na interação entre homem e natureza. Diante do cenário ambiental complexo, faz se necessário o uso de abordagens integrativas, englobando aspectos bióticos, abióticos e socioculturais viabilizando a compreensão da paisagem em sua totalidade (Guerra et al 2024). A geoecologia, portanto, auxilia na análise dos dados por considerar a interação entre os aspectos naturais e sociais, fornecendo um diagnóstico mais complexo sobre a realidade da paisagem com aplicação para a gestão ambiental e planejamento de recursos através de prognósticos e projeção de cenários.

Resultados e Discussões

Na área da bacia foram mapeadas 10 classes de uso e ocupação do solo, agrupadas em 5 níveis: 1.Floresta, 2.Vegetação Herbáceas e Arbustivas, 3.Agropecuária, 4.Área não vegetada e 5.Corpo D’água. A análise histórica mostra a predominância das classes de Floresta e Agropecuária. Observa-se uma transformação na paisagem onde a diminuição das áreas naturais - Florestas - e o aumento de áreas antropizadas seja pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias ou pelo avanço da urbanização.

As formas de uso e ocupação do solo levantadas nos locais de estudo seguiram o padrão encontrado para toda a bacia e totalizam 5 níveis de classes: 1.Floresta, 2.Vegetação Herbáceas e Arbustivas, 3.Agropecuária, 4.Área não vegetada e 5.Corpo D’água. As classes com maior área (ha) são as classes Floresta e Agropecuária (Tabela 1) nos três municípios analisados.

Em detalhamento, cada nível possui um conjunto de atividades que compõem a classe. As classes ocorrem na seguinte conformação: 1. Florestas: Formação Savânica; 2.Vegetação Arbustiva e Herbácea: Formação Campestre; 3. Agropecuária: Pastagem, Agricultura e Mosaicos de Usos; 4.Áreas não vegetadas: Áreas Urbanizadas e Outras áreas não vegetadas; 5. Corpo D’água: Rio, Lago e Oceano (Tabela 2).

Quanto à proporção de áreas naturais e áreas antrópicas, dos três municípios levantados, dois deles possuem área natural superior a área antrópica, são eles Acari (RN) e Carnáuba dos Dantas (RN), ambos com mais de 50% de área natural como cobertura territorial (Tabela 3). O município de Lagoa Nova (RN) possui uma forte pressão antrópica da classe 3. Agropecuária, principalmente da Agricultura, ocupando mais de 10.000 (ha) do território (Tabela 1) sendo, entre os municípios levantados, o único em que as áreas antropizadas superam as áreas naturais.

Para além da transformação da paisagem devido às atividades agrícolas, nota-se um avanço das atividades voltadas à produção de energias de fontes renováveis, como a energia eólica. Essa atividade, ainda não consta na base de dados de cobertura do solo do Mapbiomas, mas tem avançado fortemente pelo interior do estado do RN, criando uma complexa disputa territorial e discussões sobre justiça social. Outra atividade identificada no levantamento de campo é a atividade ceramistas, a região do Seridó tem essa atividade como uma de suas fontes econômicas, impulsionando a supressão vegetal para fins de combustão e energia para produção de lenha. Para além disso observou-se também o avanço de construções, infraestruturas e descartes de resíduos de forma inadequada próximos a áreas naturais, sendo um indicativo do avanço das áreas urbanizadas (Figura 3).

Quanto ao avanço de infraestrutura, o território do semiárido brasileiro conta com diversas obras estruturantes para mitigação dos eventos de secas e estiagens. No município de Acari, RN essa marca é representada pelo Açude Gargalheiras (Figura 04), a barragem possui 780 hectares, enquadrada na classe 5.Rio, Lago e Oceano. Dados de julho de 2025, do Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte, apresenta que o Açude está com volume de 62,67%, mais de 50% da sua capacidade de (m³) (IGARN).

As bacias hidrográficas são áreas de drenagem formadas por um rio principal e os seus afluentes, os rios são os agentes responsáveis pelos processos de transporte e deposição de sedimentos bem como na esculturação da paisagem, assim, todos os episódios que ocorrem dentro da bacia potencialmente ressoam no rio (Christofolletti, 1980). Para a legislação brasileira, através na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), as bacias hidrográficas são unidades de gestão para manejar os recursos hídricos (Brasil, 1997). Assim, faz se necessário uma abordagem integrada para a gestão dessa área geográfica complexa.

As modificações da paisagem do entorno da bacia podem afetar as dinâmicas naturais fundamentais ao equilíbrio ambiental, como os processos de transporte, deposição, filtragem e proteção dos corpos d'água, bem como as relações sociais desenvolvidas a partir do rios. A bacia hidrográfica do Rio Seridó está inserida em um território onde há um encontro de uma diversidade de elementos naturais e culturais com necessidade de conservação.

As alterações observadas na paisagem na bacia do Rio Seridó denotam risco à qualidade socioambiental do território. Na área da bacia há um conjunto de manchas com diversos graus de fragilidade ambiental, as manchas onde o índice de vulnerabilidade é maior a instabilidades expressas em solos expostos e ausência de cobertura vegetal, acelerando processos erosivos. Essas características estão associadas ao avanço do processo de desertificação, que, relaciona-se a áreas com degradação ambiental onde há presença de exploração de recursos naturais sem o devido manejo (Neto et al, 2015).

O estudo de Holanda Leite et al 2025 aponta na Bacia hidrográfica Piranhas-Açu, onde está contida a Bacia Hidrográfica do Rio Seridó, uma redução da vegetação nativa ao passo que há uma duplicação das áreas agrícolas, ou seja, a substituição das áreas vegetadas pelas atividades agrícolas é uma tendência nas áreas de bacias e sub-bacias. Ademais, afirma-se que a classe de uso e ocupação 3.Agropecuária é o principal fator de ampliação da degradação ambiental das bacias, levando a um pressão sobre o recurso

através do desmatamento de áreas naturais, sendo a principal consequência a diminuição da retenção de água e aumento de processos erosivos, ambos processos tornam essas áreas mais frágeis a eventos climáticos extremos e reduz a capacidade de resiliência dos ecossistemas.

Essas processos ocorrem devido às atividades de agricultura desenvolvidas na região do nordeste do Brasil caracterizam-se por áreas de plantação de ciclo curto, com práticas de manejo baseados nas queimadas e desmatamento, trazendo contribuições diretas aos processos erosivos. Os solos expostos são mais fáceis de serem transportados, e podem afetar a qualidade dos corpos d'água e processo de assoreamento.

As atividades agropecuárias, agricultura e pastagem, são as formas de uso e ocupação mais predominantes na transformação da paisagem do semiárido, por ser uma atividade primária historicamente consolidada nesses territórios (Figura 01). Apesar dessa hegemonia, tem-se observado o aumento exponencial de parques eólicos nesta região modificando o espaço. Essa atividade tem trazido um crescimento da especulação imobiliária de terrenos e geração de conflitos socioambientais.

O município de Lagoa Nova/RN, tem experienciado essas alterações de dinâmicas socioespaciais com a instalação das torres, Santos (2024) discute que as decisões sobre a implantação dos empreendimentos são externas ao município, em uma proposta de revitalização e diversificação da economia do estado RN. No entanto, apesar desse avanço está pautado na justificativa do crescimento econômico, aspectos fundamentais estão sendo negligenciados, como: a soberania popular sob os territórios e a ameaça à biodiversidade local.

O avanço dos parques eólicos no semiárido brasileiro preocupa devido a instalação estar ocorrendo dentro da área do bioma Caatinga, um ecossistema que ocorre exclusivamente no Brasil, com alto grau de endemismo e biodiversidade. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2022) 80% do bioma já sofreu algum tipo de alteração, esse cenário mostra a urgência em avaliar o rigor de implementação de novas atividades nesse ambiente afetado pelas atividades antrópicas e frágil pelas suas condições ambientais.

Além das atividades agrícolas e expansão dos parques eólicos, o Seridó (RN) sofre com a supressão vegetal para alimentar a indústria da olaria, na fabricação de telhas e tijolos, muito presente no município de Carnaúba dos Dantas, a exemplo. Fernandes; Almeida e Duarte (2009) já apontavam, através de monitoramento com satélites, uma diminuição das florestas mais densas, devido ao desmatamento, e o aumento de processo erosivos devido a retirada de argila, ambos usados na produção de ceramistas. Além do mais, apesar de estar em curso uma substituição da fonte de energia, a maioria das cerâmicas ainda usavam a lenha como única fonte de combustível.

A classe 5.Rios, Lagos e Oceano, que por definição contempla também os reservatórios e outros corpos d'água (Tabela 2), é uma das ocupações menos representativas segundo os dados levantados. A maior expressão da classe está no município de Acari (RN), atribui-se essa cobertura mais expressiva da classe por na área encontra-se o Açude Gargalheiras, que está com volume positivo, e o Rio Acauã, maior afluente do Rio Seridó.

O Açude Gargalheiras, é um importante infraestrutura para garantir a segurança hídrica da região, somado a isso, o Açude e o seu entorno compõem o geossítio Gargalheiras, localizado no município de Acari (RN). Os geossítios são parte do Geoparque Seridó, uma área geográfica delimitada por seu valor científico, cultural, educacional, turístico e de conservação. O Geoparque atualmente é reconhecido pela UNESCO, devido a seu papel na proteção do patrimônio geológico brasileiro e pela iniciativa integrada de conservação, educação e sustentabilidade (Nascimento, 2025).

A bacia hidrográfica do Rio Seridó tem desafios associados às formas de uso e ocupação do solo levantadas e mapeadas ao longo da sua área de extensão. A mitigação desses processos envolve um conjunto de ações através de políticas públicas que considerem parâmetros naturais e sociais para uma gestão mais eficiente. Portanto, a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos depende de uma convergência de fatores para ser alcançada, perpassando pelo planejamento ambiental adequado.

Conclusão

A região do semiárido nordestino é reconhecida por suas inúmeras potencialidades ecológicas e culturais, mas também por sua fragilidade ambiental. Portanto, pode-se concluir que os dados de uso e ocupação do solo revelam os múltiplos usos dados ao território e sua influência nas unidades de planejamento como as bacias hidrográficas.

As transformações das paisagens na área da bacia estão associadas com a atividade agropecuária. Essa classe de uso e ocupação é a que mais avança no dado de cobertura dos territórios. Os dados de campo mostram que a supressão vegetal também está relacionada com a presença dos parques eólicos e produção ceramista na região. Essas atividades têm substituído as classe 1. Florestas, principalmente a formação do tipo florestal. Em análise final nota-se a predominância da formação savânica, por definição se caracteriza por dossel semi-contínuo e uma distribuição mais espaçada, substituindo a formação florestal que é mais densa e contínua.

As transformações da paisagem ao longo do tempo, a partir da combinação de mudanças tecidas pelas natureza e pelas ações humanas, mostram a dinamicidade do espaço. Diante disso, entendendo que os desafios da atualidade perpassa pela garantia a qualidade de vida em um cenário de crise ambiental, orienta-se que os dados continuem sendo monitorados para conduzir ações eficientes; fortalecimento aos comitês de bacias hidrográficas; investimentos em alternativas agrícolas, como a agroecologia; investimentos em pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e monitoramento nas área socioambiental.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê editorial. São Paulo, 2003.

Agência Nacional das Águas (ANA). Unidades de Planejamento Hídrico (UPH). 2022. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/df48de18-753b-4789-964d-7f0967c53d08>. Acesso em Julho de 2025.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geomorfologia Fluvial. In: Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blücher. 2ªEd, 1980.

Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Caatinga. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/caatinga>. Acesso em Julho de 2025.

DE HOLANDA LEITE, Maria José et al. Geografia e sustentabilidade no semiárido: desafios socioeconômicos e ambientais no RN. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, v. 14, n. 3, p. e4470-e4470, 2025.

DO NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite. SERIDÓ GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO: GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Margarida Penteado Revista de Geomorfologia, v. 2, n. 1, p. 1-4, 2025.

DOS REIS FERNANDES, Lucyanno; DE ALMEIDA, Adriana Monteiro; DUARTE, Cynthia Romariz. Evolução da “cobertura vegetal” no município de Carnaúba dos Dantas-região do seridó/RN. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 2009.

GUERRA, Fábio Soares et al. Geoecologia Das Paisagens: Fundamentos, Aplicações E Perspectivas. Revista Territorium Terram, v. 7, n. 13, p. 587-599, 2024.

IGARN. Bacia Piranhas-Açu. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/doc/DOC000000000028909.PDF>. Acesso em Julho de 2025.

IGARN. Dados Volumétricos de Reservatórios do RN. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/IGARN/DOC/DOC0000000000356956.PDF>. Acesso em Julho de 2025.

NETO, Manoel Cirício Pereira; FERNANDES, Ermínio. Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Seridó (RN/PB–Brasil). Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 16, n. 3, 2015.

SANTOS, Islana Kellen Dantas. Os parques eólicos e o uso corporativo do território em Lagoa Nova/RN. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SUDENE. Superintendência Do Desenvolvimento Do Nordeste. Delimitação do Semiárido. Recife, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>. Acesso em Julho de 2021.

PROJETO MAPBIOMAS. Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. MAPBIOMAS, 2023. Disponível em: <http://mapbiomas.org>. Acesso em: Julho 2025.

Anexos



Figura 1. Mapa de Localização dos municípios potiguares na área da Bacia Hidrográfica do rio Seridó.



Tabela 1. Classes de uso e ocupação do solo em hectares por município.



Tabela 2. Descrição das classes de uso e ocupação do solo que ocorrem na área da bacia hidrográfica do Rio Seridó.



Tabela 3. Porcentagem de áreas naturais e antrópicas por município.



Figura 03 - Forma de uso e ocupação do solo no Município de Lagoa Nova, RN. (A) 3. Agropecuária: Agricultura; (B): 3. Agropecuária: Pastagem; (C): Parque Eólico; (D) Corpo D'água: Lago.



Figura 04 - Formas de uso e ocupação do solo no município de Carnaúba dos Dantas, RN: (A) 4. Área não vegetada: Área Urbanizada - Inselbergs; (B) 4. Área não vegetada: Área Urbanizada - Descarte inadequado de resíduos sólidos; (C) 4. Área não vegetada:



Figura 05 - Formas de uso e ocupação do solo no município de Acari, RN. (A,B,C,D):
5. Rios, Lagos e Oceanos - Açude Gargalheiras.



Figura 02 - Mapa de Uso e Ocupação na porção potiguar da Bacia do Rio Seridó (1983 a 2023)

CÓDIGO: HS0459

AUTOR: GABRIELA CARVALHO GALLOTTI

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: MORADIA E CIDADANIA: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE LUTA
POR HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as dinâmicas urbanas da contemporaneidade, visando compreender as cidades como espaços complexos de diversas interações, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou simbólicas. Ao considerar os processos históricos de urbanização e industrialização que moldam a configuração territorial e social das cidades, a pesquisa reconhece que tais transformações revelam distintos modelos de desenvolvimento e são atravessadas por desigualdades latentes. A partir dessa perspectiva, o trabalho concentra-se na problemática do acesso à moradia e sua expressão das injustiças socioespaciais no Brasil. Enfocando o estado do Rio Grande do Norte e sua capital, Natal, entre os anos de 2016 e 2024, o estudo parte da análise de movimentos sociais de luta por habitação, sendo eles MLB e MLMP. Quanto aos objetivos da pesquisa, foi exploratória, em sua dimensão teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes de informação como artigos, periódicos, livros e capítulos de livros. Além de outras fontes documentais, tais como relatórios técnicos, e a implementação de estratégias qualitativas como “rodas de conversa” e entrevistas. Assim sendo, o estudo busca contribuir para a compreensão das dinâmicas urbanas, da justiça social e do direito constitucional à moradia. Os resultados, indicam a necessidade inadiável de rever as atuais políticas públicas referentes ao acesso à moradia.

Palavras-chave: Movimentos de Luta. Desigualdade. Luta por Moradia. Cidade. Natal/RN

TITLE: Housing and Citizenship: An analysis of the Movements of Struggle for Housing in the Municipality of Natal/RN (2016/2024)

Abstract

The present study proposes a critical reflection on contemporary urban dynamics, aiming to understand cities as complex spaces of diverse interactions, may they be social, economic, cultural and symbolic. By considering the historical processes of urbanization and industrialization that shape the territorial and social configuration of cities, the research acknowledges that such transformations reveal distinct models of development and are permeated by latent inequalities. From this perspective, the study focuses on the issue of housing access and its manifestation of socio-spatial injustices in Brazil. Centered in the state of Rio Grande do Norte, and its capital, Natal, between the years of 2016 and 2024, the research is grounded in the analysis of social movements advocating for housing rights. Regarding its methodological approach, the study is exploratory in its nature. The theoretical dimension involved a bibliographic review of documentary materials including technical reports. Additionally, qualitative strategies were employed, such as dialogue circles and interviews. Thus, the study seeks to contribute to the understanding of urban dynamics, social justice, and the constitutional right to housing. Overall, the findings underscore the urgent need to reassess current public policies related to housing access.

Keywords: Housing Rights. Inequality. Struggle Movements. City. Natal/RN

Introdução

As cidades contemporâneas configuram-se como complexos territórios de interações humanas, nas quais se entrelaçam múltiplas dimensões da vida social, econômica, cultural e simbólica. Esses espaços urbanos, não são apenas aglomerados de construções e infraestrutura, mas constituem de cenários vivos e dinâmicos onde se expressam relações de poder, desigualdades sociais, fluxos econômicos, manifestações culturais, como afirma Magnani (2002), que em sua obra, utilizou da etnografia para observar as dinâmicas que caracterizam o espaço vivo que é a cidade.

Ao longo do tempo, esses espaços urbanos têm sido atravessados por processos de urbanização e industrialização, cujos efeitos têm imprimido marcas singulares em sua conformação territorial, em seu desenho arquitetônico e em sua organização social. Esses processos, ao mesmo tempo em que impulsionam o crescimento material e cultural das cidades, também revelam diferentes configurações históricas e modelos de desenvolvimento urbano.

Dessa forma, compreender a cidade contemporânea requer uma análise crítica de suas múltiplas facetas, fluxos e temporalidades, reconhecendo-a como expressão de transformações estruturais que perpassam distintas fases da história urbana. Com isso, a fim de estabelecer uma compreensão crítica dos processos urbanos em território nacional, é imperativo reconhecer que o Brasil apresenta um quadro de desigualdade social profundamente enraizado em sua estrutura histórica e institucional.

Ao aplicar os referenciais teóricos que discorrem sobre a urbanização e a sociabilidade moderna ao contexto brasileiro, sobressai um cenário caracterizado por intensas assimetrias sociais, como é possível notar em obras como “A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades” de Adalberto Cardoso, que visa trabalhar não apenas a constituição histórica da sociedade do trabalho, mas também investigar como as desigualdades atuam de forma secular no Brasil. Propondo assim, um auxílio teórico para o que este trabalho busca perscrutar.

Tais desigualdades, como discutido por Cardoso (2010), não se configuram meramente como desvios pontuais ou distorções econômicas, mas sim como elementos estruturantes da dinâmica social brasileira, sendo diretamente associadas à distribuição seletiva e não democrática das conquistas civilizatórias. Como é possível inferir no seguinte trecho,

A desigualdade tende a ser elemento estruturante da sociabilidade, estando presente em cada momento das relações sociais. A insatisfação popular não apenas é mais provável, como está diretamente associada às atitudes em face da distribuição das benesses civilizatórias (Cardoso, 2010, p.30)

Neste contexto, a questão habitacional assume papel central na análise das injustiças urbanas que atravessam a sociedade brasileira. O acesso à moradia, longe de ser universalizado ou garantido constitucionalmente de forma equitativa, revela-se como uma das expressões mais importantes da marginalização socioespacial, evidenciando uma problemática cuja solução requer não apenas ações governamentais pontuais, mas também uma revisão estrutural de políticas públicas e do compromisso constitucional com o direito à cidade.

Assim, o presente trabalho parte do reconhecimento desses entraves históricos e institucionais para investigar, com maior profundidade, como se configuram os processos de luta por habitação no Brasil. Com enfoque específico no estado do Rio Grande do Norte e, mais precisamente, em sua capital, Natal, o estudo parte da análise de mobilizações sociais voltadas à conquista de moradia digna no período de recorte entre os anos de 2016 e 2024.

A partir do exame dos movimentos de luta por moradia, busca-se construir um novo paradigma interpretativo, capaz de iluminar os desafios da urbanização brasileira e suas implicações para a justiça social e o direito constitucional à moradia.

Metodologia

Para concretizar os objetivos propostos no trabalho, se fez necessário o mapeamento de métodos de pesquisa que atendam ao rigor exigido pelas métricas estabelecidas a trabalhos científicos. Assim sendo, a metodologia utilizada nesta pesquisa classifica-se como exploratória, pelo seu levantamento de dados bibliográficos na área do

conhecimento remetente a temática da pesquisa, além de descritiva por atuar na análise de dados em diálogo direto com a bibliografia discutida.

Para além das estratégias metodológicas citadas, infere-se que a pesquisa contém um carácter qualitativo, que é materializado por meio da análise dos principais conceitos temáticos da área, seguido de um enfoque prático, que se faz em forma de rodas de conversa, entrevistas em campo, e análise das mesmas.

Posto isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, que contemplou diversas fontes de informação, tais como livros, capítulos de livros, artigos científicos, periódicos e relatórios técnicos voltados para a área do conhecimento a ser abordada.

Ademais, ao considerar as inquisições de Georg Simmel, na obra “Questões fundamentais da sociologia”, especificamente no capítulo “Sociabilidade”, onde o pensador apresenta o conceito de “conversa sociável”, que exprime a ideia de uma conversa que se distingue de seu carácter lúdico em prol de um diálogo sem um objetivo utilitário claro. Foi então, aplicado a teoria de Simmel na prática da pesquisa, ao introduzir o método de “rodas de conversa”.

Ao adotar tal estratégia metodológica, nota-se que nessas sessões, participaram entrevistados com vínculos pertinentes ao objeto de estudo como por exemplo, líderes de movimentos de luta por moradia e integrantes dos movimentos, professoras do departamento de arquitetura da UFRN envolvidas em projetos relacionados ao questionamento proposto, entre outros.

A estrutura da roda de conversa foi cuidadosamente planejada para proporcionar um ambiente propício ao diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, além de contar com a falta de um roteiro pré-estabelecido, que viabilizou um diálogo espontâneo por parte do entrevistado. O conteúdo emergente das interações foi utilizado como suporte prático da fundamentação teórica delineada previamente, permitindo o estabelecimento de vínculos com os referenciais teóricos estudados.

Dessarte, a pesquisa também contou com atividade de campo, onde os pesquisadores compareciam a ocupações pré-estabelecidas, com permissão e consenso anteriormente discutido, obtido a partir dos contatos estabelecidos nas rodas de conversas. Assim, eram redigidas as entrevistas nas ocupações com os moradores que concordaram em serem entrevistados. A experiência presencial possibilitou não apenas um novo paradigma prático de análise, mas também a imersão do pesquisador em seu objeto de estudo.

Dessa forma, observa-se que a pesquisa foi estruturada com base em três estratégias metodológicas. A primeira consistiu no mapeamento sistemático da literatura pertinente na área de estudos, que tem como objetivo identificar e reunir os principais conceitos teóricos disponíveis. A segunda corresponde à realização de rodas de conversas, nas quais foram convidados participantes com experiência e conhecimento sobre os movimentos sociais de luta por moradia, esses encontros possibilitaram a coleta de dados de relatos e reflexões que contribuíram para o aprofundamento da pesquisa. Por fim, a pesquisa contou com o ato de ir a campo, observar de forma prática as ocupações e realizar entrevistas não estruturadas com moradores das ocupações visitadas.

O arcabouço teórico e prático formado a partir das estratégias delimitadas permitiu a chegada de resultados relevantes para a supracitada área estudada. Assim sendo, caracteriza-se a importância da metodologia científica no processo de pesquisa, sendo essencial para o entendimento do tema e sua consequente aplicação.

Resultados e Discussões

Como evidenciado anteriormente, as cidades não constituem apenas estruturas físicas, mas sim representam cenários vivos nos quais se articulam relações de poder, fluxos sociais e disputas simbólicas, e práticas culturais, como evidenciado por Magnani (2002) em sua abordagem etnográfica aplicada para o estudo das cidades como um ambiente vivo.

Os espaços urbanos são, analogamente, marcados por desigualdades, a urbanização brasileira demarcou concentrações progressivas da população em determinados núcleos urbanos (Rolnik, 2006), o que destaca o caráter evidentemente desigual das cidades desde seu surgimento.

Assim sendo, é inegável a presença edificante que os movimentos sociais de luta por moradia têm na construção de cidades no Brasil. Como é possível evidenciar em “Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana”, David Harvey afirma que “Reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo” (Harvey, 2014, p.24).

Harvey destaca a importância dos movimentos sociais e das lutas no processo de construção da cidade, os espaços urbanos podem ser encarados, mediante a mesma perspectiva, como algo intrinsecamente mutável. Em diálogo com Magnani, vemos que o contexto urbano é um espaço vivo, de múltiplas sociabilidades e culturas, assim como múltiplas facetas da luta por dignidade, sejam elas econômicas, de gênero, ou neste caso, por moradia.

Ao trazer tais pontos de vista para o escopo local, da cidade do Natal, observamos que os movimentos por luta por moradia estão presentes na cidade, e sua importância é inegável. Contudo, antes de adentrar as possibilidades apuradas na pesquisa, cabe ressaltar que ao analisar questões contemporâneas e mutáveis, as mesmas estão propensas a alterações e possíveis equívocos.

Assim sendo, com auxílio do mapeamento metodológico foi possível delimitar a existência de dois movimentos de luta majoritários na cidade, sendo eles: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP).

Infere-se que o MLB se configura como um movimento de cunho nacional, com seus respectivos núcleos em várias cidades do Brasil. A vista disso, a partir das rodas de conversa com três integrantes do MLB, entre eles a coordenadora nacional do

movimento de luta, constata-se que o movimento conta atualmente com 21 anos de história local e 25 anos de história nacional, assim como três principais ocupações em Natal, sendo elas, Valdete Guerra, Palmares e Emmanuel Bezerra.

Todavia, foi constatado pelos entrevistados algo de suma importância durante a conversa, a falta de registro documental relativo às ocupações, suas respectivas localizações, quantidade de famílias, acesso a direitos básicos, entre outras negligências. Nota-se, analogamente, que o movimento de luta por moradia estudado, advoga por maior representatividade política e a favor da asseguaração dos direitos constitucionais a cada indivíduo.

Ademais, os integrantes do MLB ressaltam a falta de homogeneidade entre os movimentos sociais de luta por moradia. Atentando para a separação dicotômica existente entre movimentos que visam, em sua essência, superar a mesma negligência institucional.

Com isso, é plausível seguir para a análise de outro movimento de luta por habitação, o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), a roda de conversa com o grupo contou com a presença do coordenador e fundador do movimento no Rio Grande do Norte.

A partir do diálogo apresentado na roda de conversa, infere-se que o MLMP, trabalha almejando a garantia do direito de moradia para todos os indivíduos que habitam as ocupações redigidas pelo movimento social. Assim como, assegurar vínculos institucionais para que isso aconteça.

O Movimento de Luta por Moradia Popular, a partir das informações delegadas pelo entrevistado, afirma ter cerca de 800 famílias reunidas em suas sete ocupações. Assim sendo, presume-se que o MLMP é atualmente o maior movimento de luta por moradia em Natal. As ocupações responsáveis pelo movimento são: Olga Benário; Marcos Dionísio; Aurora Maria; Tiradentes; Padre Tiago; Heleny Ferreira; Alto do Guarapes.

Por conseguinte, foi explicado que as ocupações do MLMP se configuram de duas formas distintas, sendo elas, ocupações em terrenos públicos, e ocupações em terrenos privados. O entrevistado aponta que as negociações diferem em ambos os terrenos, sendo diretamente com o poder público, quando se trata de terrenos públicos.

E em terrenos privados, após uma busca prévia acerca do terreno escolhido, foi relatado que os moradores esperam a ordem de despejo – processo judicial no qual o proprietário do terreno pode retomar a posse do terreno ou imóvel –, e com a ordem de despejo, o MLMP entra em negociação com o poder público, neste caso o município.

Tal diferenciação existente na forma de negociar terrenos, dialoga com o que foi dissertado por Carina Costa Correa, que analisou o processo de propriedade e resistência em terrenos de ocupações, a autora discorre,

A ocupação destes espaços implica na descodificação dos moldes existentes na sociedade atual, enquanto a reconfiguram em uma nova forma, organizando os momentos antes de ocupar, a própria ocupação e o momento posterior desta ocupação

aliada a diversos processos e diálogos para manter a nova configuração territorial, que altera radicalmente o sistema enquanto busca uma aproximação com o mesmo. (Correa, 2023, p.2)

A partir das inquisições de Correa, evidencia-se a existência de um processo extenso por trás da negociação de um terreno, que envolve procedimentos prévios de suma importância.

Ademais, constata-se também que, apesar de experiências distintas, ambos os movimentos populares destacam a falta de homogeneidade e proximidade entre os grupos. O MLMP declara que a falta de “organização” entre as relações entre os movimentos é uma parte contribuinte por trás da negligência evidenciada pelos movimentos.

Com isso, apesar do tom positivo do entrevistado ao falar das ocupações, fica claro que a precariedade dos moradores é algo que é constantemente falhado de ser assegurado por órgãos institucionais. Nota-se que a insegurança vivenciada por moradores de ocupações é largamente desconsiderada pelo poder público.

Analogamente, nota-se que, assim como o outro movimento de luta citado, o MLMP igualmente não apresenta levantamentos de dados relativos a documentos de relevância, como a quantidade de famílias por ocupação, quais das ocupações têm saneamento, eletricidade, água, entre outros direitos básicos. A história do movimento é perpassada de forma oral, de morador para morador.

De forma geral, considerando de forma supracitada todas as entrevistas dadas, e as análises formuladas a partir da metodologia expressa em rodas de conversa, evidencia-se alguns pontos de grande relevância.

Preliminarmente, verifica-se que existem pontos que se correlacionam entre ambos os movimentos existentes no território da cidade do Natal, destacando-se, entre eles, a carência de registros documentais de forma consistente, que conferem respaldo jurídico e legislativo aos processos desenvolvidos no âmbito das ocupações, assim como assegurar segurança para os movimentos em relação a lutas tratadas com o poder público.

Ademais, constata-se da mesma forma que ambos movimentos advogam por maior representação política em todos os órgãos institucionais, sejam eles, legislativos, judiciários e executivos. Analogamente, pleiteiam por melhores condições de diálogo com instituições públicas, visando proporcionar circunstâncias onde o direito à moradia seja garantido.

Além disso, considerando os pontos apresentados, os movimentos citados visam a propagação da luta coletiva, e a contemplação de moradia para todos os residentes das ocupações. As divergências existentes são evidenciadas em questões de formas diferentes de organização de cada movimento, porém, de forma geral, nota-se que ambos visam, essencialmente, os mesmos objetivos.

Concomitantemente, foram entrevistadas duas professoras do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, que se relacionam com a pauta estudada na presente pesquisa.

Com a contribuição das docentes foi possível inferir um novo ponto de vista, até o presente momento foi-se analisando as ocupações a partir dos atores sociais – considerando a teoria de Alain Touraine – que vivenciam o dia a dia nas mesmas. Com a ótica das docentes entrevistadas, foi possível acrescentar novas informações, em sua maioria de cunho estrutural, a visão até então tida de pessoas que participam do movimento de luta por moradia.

Foi relatado, similar ao compreendido com os movimentos, que a existência de pouca, ou nenhuma, documentação impacta o processo de conhecimento acerca das ocupações. Assim sendo, uma das entrevistadas expõe que ocasionalmente, via projetos de extensão, há o mapeamento de áreas em Natal, em que auxilia os movimentos a ter conhecimento das áreas que possam eventualmente servir de ocupações.

Outrossim, a contribuição da subsequente professora entrevistada, correlacionou com o ato de visitar as ocupações feita de forma semelhante pelos pesquisadores desta pesquisa. Apesar da área de trabalho da professora ser voltada para áreas rurais, foi a partir da discussão apresentada pela mesma que se foi possível evidenciar que as negligências de uma moradia digna é profundamente enraizada na desigualdade secular da sociedade brasileira.

O cenário de indiligência é recorrente em todos os pontos de vista, seja daqueles que participam ativamente da vivência precária, como aqueles que trabalham com o estudo das ocupações.

Conclusão

Posto isso, verifica-se que, a presente pesquisa, “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)”, averigou, os movimentos sociais de luta por habitação em Natal. O questionamento foi posto em prática a partir de metodologias expressas em forma de entrevistas em campo, rodas de conversa e a análise bibliográfica do tema proposto. Os principais objetivos da pesquisa se configuram com a análise das estratégias de mobilização e reivindicação utilizadas por movimentos de luta por moradia, e suas subseqüentes reivindicações para o poder público. Assim como produzir um mapeamento teórico dos movimentos existentes no território de Natal.

À vista disso, compreende-se que a análise pleiteada, evidencia que os movimentos sociais de luta, na cidade do Natal, constituem agentes fundamentais na formação do espaço urbano, como afirma Harvey (2014) e Cardoso (2010). Assim como também configuram essenciais no processo de reivindicação e produção de territorialidades, e práticas sociais e culturais (Magnani, 2002). A partir da fundamentação das rodas de conversas com representantes dos movimentos MLB e MLMP, assim como as contribuições de docentes vinculadas a UFRN, tornou-se possível delinear a existência

de um panorama complexo e multifacetado, que é indubitavelmente marcado por tensões, resistências e estratégias de sobrevivência frente a negligência institucional historicamente consolidada.

Assim, destaca-se a ausência de documentação formal e sistematizada acerca das ocupações, bem como a escassez incontestável de vínculos institucionais consistentes com as demandas apresentadas pelos movimentos de habitação. Tal fragilidade evidencia um cenário de invisibilidade não apenas social, como também jurídica e política que compromete a efetivação do direito à moradia digna. Ademais, analisa-se que, apesar das divergências organizacionais reveladas entre os movimentos, observa-se uma convergência em seus objetivos centrais, sendo eles, a promoção da justiça habitacional, ampliação da representatividade política local e nacional, assim como garantia de políticas inclusivas e democráticas que assegurem os seus direitos. Similarmente, com a interlocução do saber acadêmico, proporcionado pelas professoras entrevistadas, nota-se que o problema da moradia transcende a dimensão física e se inscreve nas estruturas profundas da desigualdade brasileira (Cardoso, 2010). As docentes advogam consecutivamente por abordagens que se comprometam com a transformação social, em prol de proporcionar dignidade na vivência dos residentes das ocupações.

Conclui-se que os movimentos de luta por habitação não apenas reivindicam espaços, mas constroem novas formas de pertencimento e memórias, configurando-se protagonistas na disputa do direito à cidade. Torna-se imperativo reconhecer e fortalecer essas iniciativas, assim como advogar pela construção axiomática de políticas públicas eficazes e propriamente reguladas e fiscalizadas.

Referências

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CORREA, Carina Costa. As ocupações de moradia e o território: propriedade e resistência. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 21., 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8Zoyr> Acesso em: 04 ago. 2025.

HARVEY, David; CAMARGO, Jeferson. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes-selo Martins, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, p. 11-29, 2002.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SIMMEL, G. (2006). Sociabilidade. In Questões fundamentais da sociologia (pp. 59-82). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

CÓDIGO: HS0462

AUTOR: DENIS CLEBER FELIPE DA SILVA

ORIENTADOR: JOSE ANTONIO SPINELI LINDOZO

TÍTULO: Literatura e política no jornalismo alternativo da época da ditadura militar

Resumo

Este trabalho apresenta resultados finais de pesquisa mais ampla sobre o Jornal Opinião (1972-1977), analisando a conjuntura política e literária no jornalismo alternativo da época de publicação do jornal, abordando as análises e críticas literárias que eram apresentadas no momento em questão. Este trabalho, em específico, traz uma análise dos momentos políticos registrados durante o governo militar brasileiro entre novembro de 1972 a abril de 1977, norteando-se nos materiais vinculados pelo escritor e colunista Aguinaldo Sillva no Jornal Opinião, buscando assim compreender a conjuntura política, literária e social dentro do período vigente do governo militar que afetou a produção cultural e literária brasileira captada nas matérias do jornalismo independente.

Palavras-chave: Jornal Opinião. Política. Literatura. Ditadura Brasileira.

TITLE: Literature and Politics in Alternative Journalism during the Military Dictatorship.

Abstract

This paper presents the final results of a broader study on Jornal Opinião (1972-1977), analyzing the political and literary context in alternative journalism during the newspaper's publication period, addressing the literary analyses and critiques presented at the time. Specifically, this paper analyzes the political moments recorded during the Brazilian military government between November 1972 and April 1977, guided by the materials published by writer and columnist Aguinaldo Sillva in Jornal Opinião. This study seeks to understand the political, literary, and social context during the military government that affected Brazilian cultural and literary production, as captured in independent journalism.

Keywords: Jornal Opinião. Politics. Literature. Brazilian Dictatorship.

Introdução

Este trabalho analisa a interseção entre literatura e política no jornalismo independente do Jornal Opinião (1972-1977), com objetivo de investigar, em particular, as relações entre literatura brasileira e a ditadura militar a partir das sessões ‘Cultura, Livros e Brasil’. O propósito é contribuir para uma reflexão sobre as interpretações do Brasil que estavam em disputa no universo literário durante o período de 1964 a 1985, época que vigorava um contexto de forte repressão e censura. O jornal Opinião, um dos principais veículos de jornalismo independente da época, se consolidou como uma voz de resistência, durante o conturbado contexto de repressão política que envolveu cassação de direitos individuais e censura à liberdade de expressão e de imprensa. Por meio do Jornal Opinião temos acesso a um rico e vasto material que retrata a realidade da época, os questionamentos, as denúncias e os fatos que marcaram a sociedade. Contando com a colaboração de intelectuais renomados que escreviam com certa regularidade tais como Paul Singer, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux e Antônio Cândido. Cândido, por exemplo, por meio da análise de obras literárias e cinematográficas, discutia a repressão policial e a censura. Além desses intelectuais, uma variedade de jornalistas figurava nas linhas de frente das denúncias com reportagens e matérias sobre eventos ocorridos em variadas camadas da sociedade. Durante o período de vigência do regime militar no Brasil, outros países da América do Sul também se encontravam em semelhante situação de intervenção militar, e o Jornal Opinião também registrou em suas páginas tais transformações sociais, como por exemplo, o Chile, onde o regime ditatorial foi implementado por meio do golpe militar dado no governo de Salvador Allende, que havia sido eleito democraticamente, e foi deposto pelo general Augusto Pinochet, que ascendeu dessa forma ao poder no Chile, marcando momento de forte repressão política e implementação de políticas neoliberais na sociedade chilena, esse momento de anomalia do estado democrático de direito Chileno, também foi registrado nas matérias do jornalismo independente do Opinião. Contribui desse modo para melhor compreender a disputa na conjuntura política nos mais diversos campos de atuação no Brasil e na América do Sul. O Opinião, registrou semanalmente os momentos de forte tensão que se desdobravam sobre a sociedade brasileira, fazendo o possível para manter a população informada de tudo que acontecia no país. Buscou-se informar de maneira clara e com objetividade os fatos ocorridos, por meio de análises assertivas do momento em questão e criticando os excessos e absurdos do regime ditatorial. Nesta pesquisa, buscou-se demonstrar por meio da análise dos artigos veiculados no jornal, como a crítica literária não apenas comentava as obras, mas também se tornava um ato de resistência, discutindo veladamente questões sociais e políticas. A análise de textos de Aguinaldo Silva, por exemplo, revelou como a literatura em obras como “Um cão uivando para a lua” (1972), e em “As meninas” (1973), serviu para demonstrar e explorar as complexidades do universo feminino em um regime opressor e serviu para diagnosticar o esgotamento de certas formas de resistência. Antônio Cândido, por meio da análise de obras literárias e cinematográficas, discutia a repressão policial e a censura. Não podemos esquecer que durante o regime, a simples divulgação de eventos culturais e debates sobre literatura, como em a “Noite de debates” da Editora Civilização Brasileira (1975), representava um ato de resistência cultural, e demonstra a correlação de forças entre a literatura e a ditadura militar. Em suma, a pesquisa evidencia que a censura e o controle ideológico da ditadura não se limitavam ao jornalismo, mas se estendia a toda a produção cultural e que a literatura, nesse contexto, emergiu como um veículo de denúncia e resistência.

Metodologia

O material analisado nesta pesquisa foi retirado do acervo do Jornal Opinião, disponível no site da Hemeroteca Nacional, especificamente as publicações que faziam menção aos contextos literários, culturais e sociais abordados nas colunas ou sessão Brasil, Opinião, Cultura e Livros. Dando continuidade ao mapeamento da crítica literária no jornalismo alternativo da época da ditadura militar, buscamos categorizar as problemáticas em destaque no jornalismo alternativo e seus principais articulistas, bem como as interpretações do Brasil em disputa no universo literário. Buscamos evidenciar as relações entre literatura e a ditadura militar (1964-1985), uma vez que o jornalismo se insere em um contexto político-cultural de repressão e censura. Para tal, nos debruçamos sobre os artigos do escritor e crítico literário Aguinaldo Silva e demais colaboradores da seção Brasil, Opinião, Cultura e Livros, retiradas do jornal em questão. Nessa pesquisa foram utilizados cinco artigos que abordam uma variedade de assuntos, contudo, o objetivo do nosso trabalho foi analisar e categorizar as problemáticas em torno da crítica literária, buscando evidenciar as relações entre literatura brasileira e a ditadura militar (1964-1985), de acordo com as publicações veiculadas entre 1972 a 1976.

Resultados e Discussões

Sabemos que a ditadura se instalou de forma “oficial” a partir de 1967, e era exercida pelo Ministério Público (MJ) por meio do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP). Um ano após desposar João Goulart, presidente eleito por via democrática, foi inaugurado em Brasília, no dia 15 de abril de 1965, um novo prédio para o Departamento Federal de Segurança Pública, onde atuaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP). O governo militar, com o intuito de centralizar seus atos censórios, aplicou à Constituição de 1967 a oficialização da centralização da censura como atividade do Governo Federal, em Brasília, um fato que merece total atenção, uma vez que, quando o Ato Institucional nº 5 passa a vigorar com o decreto (1968), as atividades censórias já se encontravam implantadas e centralizadas no Governo Militar. Em uma sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, o então presidente do regime militar Costa e Silva, editou o Ato Institucional nº 5, mais conhecido como AI.5. Aprofundando ainda mais o país em uma densa nuvem, pois passava a “vigorar legalmente” o tempo sombrio sobre o país. Observamos que, somente em 1970, é que os livros e revistas passaram a ser examinados pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP). Sobre a censura, Sandra Reimão afirma que ela “(...) parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e a circulação da cultura, implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura em geral” (REIMÃO, 2011, p.14). No jornal semanário Opinião, quando as matérias não passavam pelo crivo dos censores e não podiam ser divulgadas, o semanário publicou tarjas pretas no lugar da matéria que seria veiculada. O Opinião passou a sofrer censura a partir da sua quinta edição, no ano de 1972. Na primeira edição do semanário Opinião em novembro de 1972, o jornal traz uma seção criada pela sua redação com o título “Qual a função da imprensa brasileira hoje”? O texto traz neste primeiro número as respostas de vários jornalistas brasileiros, chefes de jornais, redatores, diretores de revistas de grande circulação em âmbito nacional, que circulavam na época. Isso demonstra a coragem e o posicionamento de resistência do Jornal. Alguns dos nomes que figuravam nesse primeiro fascículo do jornal foram, por exemplo, Carlos Chagas, diretor da sucursal de O Estado

de São Paulo, em Brasília; Sebastião Nery, Diretor do Jornal Politika; e Mino Carta, diretor de redação da Revista VEJA. Esses são alguns dos que apresentaram as suas respostas para a sociedade brasileira naquele dia, algumas respostas soaram dúbias, já outras em um tom mais incisivo, como no caso do editor de O Pasquim, Millor Fernandes, que disse: “Ocultar a notícia”. Por sua vez, Justino Martins, diretor de redação de Manchete, disse: “(...) Nestas condições, o papel da imprensa é confortar os aflitos e afligir os confortados”. Luís Carlos Maciel, editor de Rolling Stone, afirmou que “(...) a função da imprensa no Brasil, hoje, portanto, é nos entupir de fantasia. Não vejo como possa ser diferente”. D’alembert Jaccoud, chefe da redação da sucursal do Jornal do Brasil, em Brasília, disse: “(...) De qualquer forma, exige-se da imprensa inconformismo, pois ela se renega e se destrói, se vira instrumento de uma política oficial ou de sua propaganda”. Outros nomes também participaram da enquete, tais como Gustavo Corção, colunista de O Estado de São Paulo e O Globo; Milton Coelho da Graça, diretor da Revista Realidade; Ruy Mesquita, diretor de O Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde; e José Roberto Guzzo, diretor de redação da Revista Exame. Esses e outros jornalistas expuseram suas opiniões, seus receios, suas aflições e pontos de vista sobre o momento vivido pela imprensa brasileira durante o ano de 1972. É válido lembrar que já tinham se passado nove longos anos desde o início do regime ditatorial militar até àquela altura da primeira edição do Jornal Opinião e dessa enquete. Fecharam a enquete da primeira edição do Opinião, Sergio de Souza, redator de A&C, que edita o jornal “O Bondinho”, afirmou ele: “A figura desses ‘editores’, cujas ‘publicações’ abarrotam as bancas de jornal do país, não resiste ao mais superficial exame – é grotesca em seu oportunismo, subserviência ou mercenarismo. Esse é o anedótico, mas talvez, porque seu ridículo disfarçado, ainda mais trágico, pois é a partir da maior ou menor curvatura da espinha dos editores que se mede a dignidade de uma imprensa”. Em seguida, foi a vez de Fernando Pedreira, diretor e redator-chefe de O Estado de São Paulo e, por último, a resposta do editor da Revista Realidade, José Hamilton Ribeiro, encerrando assim a sua fala: “(...) Bem, talvez a maior função da imprensa no Brasil hoje seja dizer mais do que o que vai escrito”. Notamos tons de denúncia em relação às respostas dadas ao papel da imprensa diante do cenário que assolava o país. Participaram dessa enquete da primeira edição do jornal Opinião, 17 (dezessete) jornalistas de “maior ou menor porte”, que cobriam um amplo espectro da sociedade brasileira. Cabia à imprensa a obrigação de noticiar os fatos com imparcialidade para não deixar se envolver em vínculos de “propaganda do Estado”. Apesar do cenário desolador e de cerceamento ao indivíduo e a coerção do Regime Militar nas ruas, assim como nas sedes jornalísticas, observamos através da leitura dos artigos que, mesmo sob forte pressão, alguns veículos e jornalistas mantiveram postura de resistência. O Jornal Opinião figurava enquanto jornalismo independente, em meio à forte repressão do Estado ditatorial militar, demonstrando já em sua primeira edição que emergia como um espaço no qual a luta política podia ser travada através da informação. O fato do jornal provocar uma reflexão aos jornalistas brasileiros sobre a “Função da imprensa brasileira hoje” (1972), demonstrou que não se trata apenas do jornalismo em si ou do papel dos colaboradores desses centros de informação de massas, entretanto, por extensão, o que transfigura nas entrelinhas é o papel da literatura e do pensamento crítico livre, sem medo de expor os fatos como eles são, com clareza e verdade para a população brasileira, demonstrando que há uma diferença categórica entre jornalismo e propaganda estatal. Assim, inicia o trabalho de resistência jornalística do jornalismo independente do Opinião. Sobre esse contexto, podemos refletir a partir de Reimão, quando afirma que “A primeira providência em um regime autoritário é censurar a liberdade de expressão e opinião, uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes

discordantes” (REIMÃO, 2011, p.11). Na terceira edição, em 1972, temos um texto que nos ajuda a compreender o momento de tensão e a disputa no campo literário. A coluna Opinião traz um artigo intitulado “Uivar é com os cães”, de Aguinaldo Silva, um texto que versa sobre uma visão crítica e perspicaz da produção cultural e literária brasileira durante o regime ditatorial militar. O texto começa acentuando negativamente o fim de uma fase da produção cultural brasileira, marcada tanto pelo filme “Terra em transe” (1967), de Glauber Rocha, quanto pelo livro Quarup (1964), de Antônio Callado. A produção cultural e literária brasileira passava a se comportar de maneira apática, desinteressada, simplista e alheia, servindo a espécies de jogos de palavras sem sentido. Ou seja, o pensamento crítico literário, segundo Aguinaldo Silva, estava em decadência no campo das lutas culturais do universo cultural em disputa. Nessa pesquisa, o campo da literatura brasileira é o que está em questão e, por isso, pode-se conectar aqui o livro do escritor nordestino, Antônio Torres, “Um cão Uivando para a lua” (1972), ao quadro político-cultural da época, convergindo para uma análise mais ampla do pensamento cultural e social brasileiro. A obra é citada no artigo de Aguinaldo Silva, que afirma que existia, à época, uma queda no engajamento crítico da produção literária brasileira, onde o “desinteresse da vida”, alinhado a um “delírio formal” e por “jogos de palavras sem sentido”, seguido de “diálogos entrecortados e inteligíveis”, mascaravam principalmente o medo do opressor regime, e, portanto, o texto assinala uma incapacidade de enfrentamento de tal regime. Em seu artigo, Silva afirma que, na história de “Um cão uivando para a lua”, o protagonista chamado de “A”, assim como boa parte dos intelectuais de hoje, se encontra abasbacado, entre os últimos estertores de um idealismo inútil e a soberba “tentação da Montanha”. Para Silva, isso aponta para a cooptação de intelectuais e uma espécie de neutralização e aspecto de submissão por parte dos intelectuais literários. O livro demonstra o protagonismo da obra literária de Torres em um período de baixo engajamento devido ao regime castrador militar, que gerava um conformismo por parte de muitos artistas. Por isso, a literatura de Torres surge como “uma exceção”, pois, de certo modo, “Um cão uivando para a Lua” traça um paralelo entre a ficção e a realidade brasileira, diagnosticando o esgotamento de certas formas de resistência, sob o regime militar. Entende-se desse modo o poder da crítica literária em tempos de repressão, assinalada no texto como um manifesto sobre o papel de resistência cultural e do intelecto literário. Sobre o Jornal Opinião, o seminário contou com a contribuição de renomados intelectuais e críticos literários, entre eles Antônio Candido que, na décima primeira edição de 1973, escreveu sobre a preocupação da atuação dos órgãos que executam funções policiais no Brasil, discutindo aspectos da repressão policial, partindo da análise do filme “Inquérito sobre um Cidadão Acima de Qualquer Suspeita” (1970). Em seu artigo “A verdade da repressão” (1973), Cândido inicia o texto abordando percepções de pensadores como Honoré de Balzac (escritor francês do século XIX), que percebeu qual era o papel que a polícia estava começando a desempenhar no mundo contemporâneo; Joseph Fouché (político francês e ministro durante a revolução francesa), por sua vez, a tinha transformado em instrumento necessário para o mantimento da ditadura, no caso Napoleônica. Nota-se que no percurso dos fatos ocorridos na apreensão histórica e literária apontadas por Cândido, vai se moldando uma estrutura do fazer policial, seguida de um duplo funcionamento de suas estruturas, que permite satisfazer desde cedo a burguesia dominante desde o tempo de Balzac, características apontadas por Cândido nessa breve apreensão histórica literária na qual a polícia de um “soberano absoluto” é ostensiva e brutal, uma vez que o soberano não precisa justificar os seus atos; já a polícia de um Estado Constitucional tem de ser mais hermética (ambígua) e requintada, e no estado ela tem que ser “sutil”. Desse modo, Candido salienta

o interesse da literatura pela polícia, desde que Balzac viu a solidariedade orgânica entre ela e a sociedade, o poder dos seus setores ocultos e o aproveitamento do marginal para o fortalecimento da ordem. Cândido afirma que Dostoievski, por exemplo, na obra “Crime e Castigo” (1866), percebeu a função simbólica do policial como sucedâneo da consciência. No entanto, foi em Kafka, na obra “O processo” (1925), que se viu o aspecto essencial e profundamente social, a polícia como algo inseparável da justiça, assumindo cada vez mais aspecto de polícia, distinguindo a função de reprimir mostrada anteriormente em Balzac (como função normal da sociedade), adquirindo um sentido transcendente, quando a polícia desvenda aspectos básicos do homem, repressor e reprimido. Conforme Cândido, para entrar em funcionamento, a polícia-justiça de Kafka não tem necessidade de motivos, mas apenas estímulos, ou seja, ela entra em espécie de progresso punitivo, não precisa ter materialidade (fatos), ela age punitivamente sem motivos. Vide o estado ditatorial militar, a violência gerada pela polícia punitiva se torna gratuita. O agente policial ou esse indivíduo “agência”, que se configura sob o indivíduo que veste a farda, tem ainda que parcialmente absorvida (pudor, controle emocional, lealdade, discrição), uma espécie de força redutora que se utiliza especificamente do medo, que, para Cândido, está “em todos os seus graus e modalidades”. Cândido chega à conclusão de que os processos de repressão indicados na literatura, assim como em outras formas de arte, são afetados pelas políticas exercidas pelos agentes de regimes ditatoriais, figuradas como no exemplo do filme “Inquérito sobre um cidadão acima de qualquer suspeita” (Elio Pétri, 1970), visto através do comportamento degradante do delegado em relação ao encanador, quando o culpado se torna inocente e o inocente se torna culpado e o medo é o fator preponderante é primordial. De maneira sutil, Cândido demonstra que a censura e o controle ideológico não visavam apenas o jornalismo, mas toda a produção cultural que pudesse questionar ou oferecer visões alternativas. Desse modo, a literatura podia tanto se tornar um veículo de denúncia velada quanto um espaço de aprofundamento de questões sociais como forma de resistência indireta. No artigo “As meninas em um mundo cruel”, publicado na edição de nº 64 por Aguinaldo Silva, em 1974, o texto aborda o romance “As meninas” (1973) da escritora Lygia Fagundes Telles. A obra explora a vida de três jovens mulheres, cada uma com os seus conflitos internos, se refugiando em um pensionato religioso, visando protegê-las “contra os riscos da cidade, notadamente contra os perigos dos homens”. A obra tem como viés central as mulheres tanto neste romance em questão quanto nas ideias centrais expostas pela autora. Escrito no ano de 1973, e tendo em mente o contexto do regime ditatorial militar brasileiro, iniciado ainda em 1964, onde o sistema vigente em época é repressivo e opressivo, a ficção de Telles, condizente com o contexto de sua criação, busca explorar as complexidades do universo feminino em transição por meio das três protagonistas. Em seu artigo, Aguinaldo Silva ressalta o caráter desafiador de Telles em expor em sua ficção literária questões que desafiavam as normas sociais vigentes para dar voz a questões frequentemente marginalizadas. Silva, por meio da sua análise, estabelece um diálogo crítico com o contexto social, político e cultural do qual a obra faz referência. Segundo Silva: “As meninas é uma feliz tentativa da autora de se debruçar sobre a época em que vive”. Em decorrência da relação entre a produção da literatura brasileira e ditadura militar, Cândido observa que: “Mas o timbre dos anos 60 e sobre tudo 70 foram as contribuições de linha experimental e renovadora, refletindo de maneira crispada, na técnica e na concepção da narrativa, esses anos de vanguarda estética e amargura política [...] Resultam textos indefiníveis: romances que mais parecem reportagens; contos que não se distinguem de poemas ou crônicas, semeados de sinais e fotomontagens; autobiografias com tonalidade e técnica de romance; narrativas que são cenas de teatro;

textos feitos com a justaposição de recortes, documentos, lembranças, reflexões de toda a sorte. A ficção recebe na carne mais sensível o impacto do boom jornalístico moderno” (CÂNDIDO. 1989, p. 208). Na edição de nº 149, do ano de 1975, vê-se em destaque o título “Literatura brasileira hoje: noite de debates”. O texto notícia um evento promovido pela Editora Civilização Brasileira, ocorrido no dia 15 de setembro, às 20hs, no teatro Casa Grande, com entrada gratuita. O evento foi uma noite de debates sobre a literatura brasileira da atualidade da época, e contou com a presença dos escritores João Antônio, Aguinaldo Silva, Antônio Torres, Ignácio de Loyola, Juarez Barroso, Roberto Drummond, Rubem Fonseca e Wander Piroli. O escritor Antônio Houaiss foi o moderador dos debates e a mesa foi precedida de um encontro dos escritores com o público, ocasião em que autografaram exemplares de seus livros. Mesmo que aparentemente possa parecer neutra, apesar de conter mais de um terço do espaço total de diagramação da página, a matéria pode ser vista como uma forma de manter viva a disputa no campo cultural e literário, pois o encontro oferecia a possibilidade de ter espaços de reflexão, ainda que velados, em um período de forte opressão da sociedade brasileira. Desse modo, a simples existência e divulgação desses eventos em um jornal independente por si só já é um ato de resistência cultural, e demonstra a correlação de forças entre literatura brasileira e ditadura militar.

Conclusão

Os artigos publicados no Jornal Semanário Opinião revelam pontos cruciais sobre a interseção entre a literatura brasileira e a política durante a ditadura militar. Através da análise dos textos foi possível identificar como o Jornal Opinião, enquanto veículo de jornalismo independente, abordava as restrições impostas pelo regime militar à sociedade brasileira; assim como a forma como o pensamento cultural e literário resistia e se adapta a esse cenário. A censura e o controle ideológico que eram exercidos pela ditadura não visavam apenas o jornalismo, mas toda produção cultural que pudesse questionar e oferecer visão alternativa ao regime.

A literatura que emerge desse cenário de forte turbulência social e política se torna um veículo de denúncia e resistência na sociedade brasileira. A postura crítica do Opinião (1972-1977) ao regime militar, e as publicações dos artigos com temas de obras literárias expõem o pensamento da sua linha editorial, as publicações dessas análises em período de forte repressão social, cultural e política, demonstram o importante papel da literatura na discussão de questões políticas, sociais e culturais em um período de forte repressão e censura.

Referências

CÂNDIDO, Antônio. A verdade da repressão. Jornal Opinião. Rio de Janeiro, nº 11, 15 a 22/01/1973.

CÂNDIDO, Antônio. Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1989.

REIMÃO, Sandra. Repressão e Resistência. Censura a livros na ditadura militar. 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP. 2011.

REDAÇÃO. Opinião. Qual a função da imprensa brasileira hoje? Jornal Opinião. Rio de Janeiro, nº 01, 06 a 13/11/1972.

SILVA, Aguinaldo. As meninas e um mundo cruel. Jornal Opinião. Rio de Janeiro, nº 64, 28/01/1974.

SILVA, Aguinaldo. Literatura brasileira hoje: noite de debates. Jornal Opinião. Rio de Janeiro, nº 149, 12/09/1975.

SILVA, Aguinaldo. Uivar é com os cães. Jornal Opinião. Rio de Janeiro, nº 03, 20 a 27/11/1972.

CÓDIGO: HS0466

AUTOR: CARLOS VINÍCIUS LOTERIO DA SILVA

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e religião em diálogo: uma análise do papel da religião na construção da personagem autoral em *Embracing my shadow* de Unoma Azuah

Resumo

No ano de 2020, a autora nigeriana Unoma Azuah publicou o memoir *Embracing My Shadow: Growing Up Lesbian in Nigeria*, que é uma história cativante das experiências da própria autora, perpassando pelos desafios de ser uma mulher lésbica em um contexto de Nigéria pós-colonial. Essa pesquisa visa investigar a formação da personagem frente a esses obstáculos, em especial o obstáculo das imposições sociais influenciadas por religiões e dogmas, e como essas imposições moldam suas decisões e sentimentos perante as situações do dia a dia. A metodologia se baseia nas teorias de Mikhail Bakhtin (2015), que discute não apenas a construção de personagens, como a assimilação de discursos autoritários, temas importantes para o desenvolvimento da análise. Verificou-se que o ambiente em que a personagem estava inserida afetou o seu comportamento diante de figuras autoridades e de discursos sociais que a invalidam como uma garota lésbica e, ao mesmo tempo, a fez ir atrás de meios de conversão para ser aceita dentro daquela sociedade. Além disso, foi levada a participar de relacionamentos heterossexuais em que tentava se encaixar nesses parâmetros. A personagem-autora tem uma visão própria como sendo uma mulher amaldiçoada tanto religiosamente como etnicamente, pois ela faz parte de um grupo étnico que sofreu grande repressão durante conflitos catastróficos na Nigéria, além de viver em um país que criminaliza práticas homossexuais, o que agrava ainda mais a situação da personagem.

Palavras-chave: Literatura e religião; *Embracing My Shadow*; Unoma Azuah; Lesbianidade

TITLE: QUEER AFRICAN LITERATURE AND RELIGION IN DIALOGUE: AN ANALYSIS OF THE ROLE OF RELIGION IN THE CONSTRUCTION OF THE AUTHORIAL CHARACTER IN EMBRACING MY SHADOW BY UNOMA AZUAH

Abstract

In 2020, the Nigerian author Unoma Azuah published the memoir *Embracing My Shadow: Growing Up Lesbian in Nigeria*, a captivating story of the author's own experiences, which revolves around the challenges of being a lesbian woman in a postcolonial Nigerian context. This research aims to investigate the building of the protagonist in face of these obstacles, particularly the obstacle of social impositions influenced by religions and dogmas, and also how such impositions shape her decisions and feelings in everyday situations. The methodology is based on the theories of Mikhail Bakhtin (2015), who discusses not only the construction of characters but also the assimilation of authoritative discourses, both of which are important themes for the development of this analysis. It was found that the environment in which the protagonist was situated affected her behavior in relation to authoritarian figures and social discourses that invalidated her as a lesbian girl, while at the same time pushing her towards seeking means of conversion in order to be accepted within that society. Furthermore, she was compelled to engage in heterosexual relationships in which she attempted to conform to these parameters. The author has a self-perception of being cursed both religiously and ethnically, since she belongs to an ethnic group that endured severe repression during catastrophic conflicts in Nigeria, in addition to living in a country that criminalizes homosexual practices—factors that furthe

Keywords: literature and religion; *Embracing My Shadow*; Unoma Azuah; lesbianity

Introdução

Embracing My Shadow: Growing Up Lesbian in Nigeria (2020), da autora nigeriana Unoma Azuah, é uma obra literária em formato de memoir que demonstra os conflitos vivenciados pela autora-personagem, que, desde o início de sua vida, questiona sua sexualidade e o fato de viver em uma sociedade homofóbica, patriarcal e religiosa, o que potencializa ainda mais seus sentimentos de conflito interno.

Seguindo essa linha, o presente projeto de pesquisa busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a opressão da religião e as vivências da autora-personagem, em um contexto pós-colonial nigeriano, abarcado em conflitos internos e repressões religiosas, cumprem um papel na formação da personagem?

A autora Unoma Azuah tem seu reconhecimento com histórias importantes e sensíveis que quebram paradigmas e gritam por uma identidade que lhes é negada. Azuah é uma mulher negra africana, nascida na Nigéria, em Ogwashi-Uku, no estado do Delta, ela é filha de um pai étnico nigeriano e de uma mãe igbo. A história do seu memoir foi muito impactante no desenvolvimento de sua escrita, e demonstra também que pessoas como

ela não devem ser apagadas ou escanteadas pela sociedade em um discurso que claramente visa manter um padrão de África livre da homossexualidade.

A obra *Embracing My Shadow: Growing Up Lesbian in Nigeria* configura-se como uma obra cuja emergência se mostra tardia frente à presença histórica da homossexualidade nas sociedades humanas, e em principal a africana, já que a homossexualidade está presente em todas as sociedades. Porém, ela se destaca como um meio de mostrar vivências que muitas vezes são desconhecidas. O objetivo deste relatório visa entender essas dinâmicas em uma sociedade que foi forçada a seguir preceitos cristãos, além de explorar algo que é muito pouco abordado de forma humana e estrutural: as vivências de uma mulher negra nigeriana em um país em que há diversas amarras sociais para aqueles que não fazem parte da norma social.

Há uma lacuna enorme nos estudos relacionados à religião e à homossexualidade na África, pois discursos que apagam a existência de pessoas de sexualidades não convencionais acabam sendo recorrentes. Portanto, é importante trazer um arranjo entre religião, sociedade, homossexualidade e África em uma só análise para promover um maior debate na sociedade, além de ressaltar o trabalho ímpar de diversos autores africanos que resistem nesse gênero.

Bakhtin (2015) nos traz a perspectiva de discurso, texto e sociedade e como esses fatores se entrelaçam entre si. Dentro de uma análise bibliográfica, portanto, para analisar melhor esse memoir, usarei as discussões de Bakhtin sobre o romance e o heterodiscurso e o falante no romance e o discurso autoritário. Esses discursos passam por diversas nuances dentro da obra.

A personagem possui diversos conflitos internos, tanto com o fato de ela, diversas vezes, ser influenciada por sua mãe em ter que seguir uma vida com um homem, depositando as suas expectativas e convenções sociais em Unoma. Não só vemos isso por parte da sua mãe, mas também por parte da sociedade, em que ela possui diversas interações com pessoas que entrepassam desprezo, abuso sexual ou heterossexualidade compulsória.

A religião está presente na vida da personagem, seja no modo como ela deve se comportar perante às expectativas de relacionamentos, tanto quanto sobre qual religião ela deve seguir. Sua mãe, mesmo sendo cristã, tem uma visão sobre qual doutrina, em específico, Unoma deve seguir. Em um momento do memoir, ela decide seguir por uma abordagem mais católica, o que é, mais uma vez, desaprovado por sua mãe. Podemos ver não só a relação de desconfiança da mãe perante a filha em relação à sua sexualidade, mas também um controle baseado nas escolhas religiosas e até mesmo nas decisões que Unoma toma em relação à religião escolhida e como ela vai seguir a sua vida.

Metodologia

A pesquisa em questão adota uma abordagem de teor bibliográfico e qualitativo. A base da análise está alicerçada no memoir *Embracing My Shadow: Growing Up as Lesbian in Nigeria* (2020). A escolha dessa obra se deve ao fato de proporcionar uma perspectiva mais pessoal sobre como uma personagem é formada em um contexto social que a condena por ser mulher, lésbica e igbo.

Essa análise será sustentada pelo ensaio crítico do literário russo Mikhail Bakhtin, intitulado “O discurso no romance” (2015), que discute como as implicações do meio em que a personagem está inserida podem influenciar seu comportamento, sua relação com convenções sociais e leis, e, conseqüentemente, colocá-la em uma situação limitante — restringindo suas formas de expressão em sociedade. Essas convenções são impostas por meio de discursos autoritários, como explicado pelo autor russo.

O discurso autoritário (Bakhtin, 2015) emana de instituições de poder e figuras religiosas, influenciando diretamente as atitudes dos indivíduos. Bakhtin afirma que, para que esse discurso seja validado e possua caráter de imposição externa perante a sociedade em que está inserido, necessita de reconhecimento e legitimação social. No caso nigeriano, tal discurso religioso cristão está enraizado em um contexto histórico de colonização e apagamento cultural, promovido de forma brusca e compulsória. Esse processo ajuda a compreender por que o discurso que reprime a homossexualidade é socialmente aceito no país.

Em Nigeria atos com teor libidinoso entre pessoas do mesmo sexo é passível de punição de até 14 anos de cadeia. Essas leis são oriundas do período vitoriano ao qual foram herdadas no período pós-colonial, e desde então elas foram sendo reforçadas além da adição de outras proibições como a da criminalização do casamento homossexual em 2014. Esse contexto de uma Nigéria que ainda segue essas leis que possuem as suas raízes em uma Europa cristã e colonialista nos faz entender o porquê desse discurso autoritário ainda permanecer na sociedade.

Também temos o conceito de heterodiscurso (Bakhtin, 2015). Com bases e raízes sociais, o discurso exala a ideia de que nenhum enunciado é neutro ou isolado; portanto, todo discurso traz vozes de outros discursos, outras perspectivas e linguagens sociais sendo interpretado de diversas formas ou até indo contra o discurso autoritário vigente. Pode-se dar um exemplo social disso quando dentro do mesmo guarda-chuva religioso há diversas interpretações da mesma vertente, ou mesmo fenômeno religioso, e em um contexto histórico temos a colonização da Nigéria e a imposição cultural e de leis através da Grã-Bretanha.

A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer uma ponte entre o discurso internamente persuasivo, presente na personagem, e o discurso autoritário, no âmbito social. Bakhtin (2015) ressalta que esse tipo de discurso autoritário é aceito ou rejeitado totalmente, como uma massa compacta; ao ser aceito em uma sociedade como por exemplo, o discurso religioso fortemente influencio ao ser aceito em uma sociedade, como, por exemplo, o discurso religioso que fortemente influenciou o discurso legal da criminalização da homossexualidade em Nigéria, compreende-se que o não cumprimento dos padrões por ele impostos pode levar à exclusão social. Tal exclusão,

por sua vez, pode gerar um estado de desespero no indivíduo para ser aceito, mesmo que sua identidade — ou, no contexto de Unoma, sua sexualidade — se torne um obstáculo para essa aceitação.

O autor também afirma que esse discurso se apresenta como imutável — não de forma permanente, mas, no espaço-tempo em que está inserido na história, tende a permanecer estável ou sofrer apenas mudanças graduais.

Com base nessa breve discussão sobre o discurso autoritário, faz-se necessário percebê-lo em sua representação no corpus desta pesquisa. Este é o tema da próxima seção.

Resultados e Discussões

A obra se inicia em um contexto de conflitos internos na Nigéria, com a separação de um dos povos, chamados de Igbo. Unoma é filha de um soldado nigeriano e de uma mulher Igbo, e cada um pertence a um dos lados dessa guerra civil. Isso aconteceu em meados da década de 60 em que uma parte da Nigéria se separa do país criando o país chamado Biafra, o que gerou uma guerra entre ambos os países. Entretanto, o lado igbo da guerra encontrava-se mais fraco, e é nesse contexto que se encontra a personagem. No livro, há uma passagem que mostra esses conflitos internos da autora e como sua existência como uma mulher lésbica é tratada como fruto de um erro.

The war, her story, always made me conflicted, as if there were two people that didn't belong together living inside my being. My parents, a union that morphed into a monster that lived inside of me: a lesbian. (Azuah, 2020, p.19)

Unoma vivencia diversas situações de abuso e opressão devido à sua sexualidade, passando por alguns episódios de abuso sexual que a afetam profundamente. Uma cena que ilustra perfeitamente a situação de abuso e as expectativas impostas pela sociedade é a de sua mãe, que a entrega a uma sessão religiosa a sós com um pastor, que diz: *Your vagina has been locked. I need to anoint it with oil and then break the chains in them* (Unoma Azuah, 2020, p.146) – submetendo-a a um possível abuso sexual que tinha como objetivo fazê-la seguir os padrões heteronormativos daquela sociedade. Isso ocorre porque sua mãe reprovava atitudes tidas como masculinas em Unoma, como participar de brincadeiras com meninos, sendo a única garota presente. Assim, conseguimos entender que a figura de autoridade está presente tanto na mãe quanto no pastor, mas divergindo disso o irmão de Unoma reprova a atitude tomada pela mãe, mostrando a pluralidade de discurso presente no ambiente familiar de Unoma, mesmo que ele não a apoie explicitamente.

Ao longo do enredo, vemos a persistência de dogmas cristãos que afetam a personagem internamente, levando-a a questionar sua sexualidade e a sentir culpa por não se enquadrar nos padrões estabelecidos. Mesmo assim, Unoma mostra resistência a essas normas desde pequena, envolvendo-se em relacionamentos homossexuais – ainda que de forma sutil e escondida, já que tais atos eram severamente reprovados em sua

sociedade. Um momento que a faz tentar negar sua sexualidade é quando passa por um exorcismo no meio de uma igreja, uma situação que se torna humilhante para ela.

E nesse trecho podemos destacar como o heterodiscurso funciona tanto de dentro de Unoma, levando em questão que há dois povos que correm por seu sangue e ambos estão em conflito, tanto por seus dogmas como por seus passados étnicos. Unoma muitas vezes faz referência a si própria com tom de desprezo ou afirma que é um ser que não deveria existir, e isso vem tanto da questão religiosa como da questão étnica. Ela não se mantém neutra na forma que ela se expressa e, conforme o desenrolar do enredo, acaba sendo mais crítica a questões como religião, sexualidade e abuso sexual.

I kept spinning until I lost balance and fell. He kneeled beside me and wouldn't relent. I just decided to lie still. I tried to look out at the crowd. Most of them were praying, but I could have sworn I caught a glimpse of Nwaka's snickering face. I closed my eyes and felt goose bumps all over my body. The pastor came at me again and asked, "Do you accept Jesus as your personal Christ and Savior?" "I do!" "Do you agree to cut all ties with the sins of the flesh and to surrender your life to Christ?" "I do!" (Azuah, 2020, p 63.)

Nesse trecho, não só vemos a coerção por parte do pastor, que nesse momento se apresenta como uma figura levemente autoritária, mas também uma humilhação que a faz ceder a dogmas tradicionais cristãos que nem sequer fazem parte da cultura tradicional africana, sendo, na verdade, uma importação colonial. Daí, podemos traçar um paralelo com Bakhtin e o conceito de discurso autoritário dos dogmas religiosos, mostrando que, no contexto em que a personagem está inserida, o discurso religioso se coloca como inquestionável e atemporal, e a mera existência de Unoma como lésbica faz com que ela desafie essas autoridades e convenções sociais.

Podemos também analisar a materialidade do espaço religioso em que ela está presente em si: não só a vemos em um ambiente hostil para a sua existência como mulher lésbica, mas também conseguimos entender a angústia da personagem quando o seu corpo reage a todo o ato de exorcismo, o que se recai como uma violência, não física, mas simbólica, uma violência que a força a subjugar sua própria identidade.

As figuras religiosas apresentadas na obra tratam a homossexualidade como um pecado inquestionavelmente reprovável e sem abertura para interpretações dissidentes, o que leva à exclusão social de Unoma – especialmente baseada em suas experiências nessa sociedade – e gera medos e inseguranças relacionados a viver uma vida dupla, em que ela não se encaixa nos parâmetros religiosos e sociais. Mesmo assim, vemos Unoma tentando, múltiplas vezes, adequar-se a esses padrões, como demonstra a citação: "I had so many wounds. Would I truly be restored to faith, and would my wounds be healed?" (Unoma Azuah, 2020, p136.) Nessa passagem vemos como ela encontra-se ferida diante do ambiente ao qual ela cresceu e como os discursos autoritários - tanto institucional quanto religioso – a colocaram num ambiente de angústia interna não só sobre a sua identidade como lésbica, mas em suas individualidades como um ser humano.

Seu corpo dissidente e rejeitado pela sociedade nigeriana, por não se conformar às convenções sociais baseadas em dogmas religiosos, pode ser caracterizado como um espaço de disputa de discursos, onde esse corpo, por si só, se torna uma forma de

rebelia contra as estruturas de autoridade impostas. Portanto, a própria existência de Unoma já suscita debates, discussões e questionamentos, como abordado na teoria de Bakhtin (2015, p136).

A palavra autoritária exige nosso reconhecimento e assimilação incondicionais; ela nos é dada sem nenhuma distância, envolta em uma aura de tabu e tradição. Mas mesmo contra ela, nas zonas de contato não-oficiais, ergue-se a palavra interiormente persuasiva - aquela que é assimilada através de uma luta dialógica, carregada de nossa própria assinatura existencial.

Na passagem “I had so many wounds. Would I truly be restored to faith and would my wounds be healed?”, vimos então como o discurso autoritário é imposto para ela em uma sociedade que assume que isso é uma realidade que deve ser imposta de dentro para fora. Unoma, por sua vez, possui momentos em que aceita esse discurso, mas em outros ela não só o rejeita, mas permite que sua homossexualidade flua de forma que ela se relaciona com outras mulheres, ao decorrer da trama. Vemos que, ao mesmo tempo que esse discurso a domina, ela também rompe com ele.

Conclusão

Esta pesquisa teve o objetivo de trazer luz a abordagens literárias que perpassam por questões de vivências e protagonismo de pessoas homossexuais em países africanos, tendo como propósito ajudar a combater a afirmação de que a homossexualidade é algo “não africano” ou que não faz parte da história africana.

Para alcançar esse objetivo, em primeiro lugar, discutimos as figuras autoritárias presentes na vida de Unoma que a forçam a conformar-se com padrões heteronormativos aos quais ela rejeita. Nessa discussão, há uma expansão das complexidades das vivências de pessoas homossexuais em Nigéria e como essa persuasão, por meio de dogmas religiosos vigentes oriundos de uma herança colonialista, as faz seguir esses padrões que são nocivos, no processo de formação do indivíduo, mas também como ele foi nocivo para a personagem,

Com base nessa discussão, é possível responder à pergunta de pesquisa, afirmando que a formação da personagem, e trazendo para o mundo real, a de Unoma, foi afetada e teve um grande impacto na sua vida, desde o fato de ela se ver como um ser amaldiçoado, como a culpa que ela carrega e ainda deve carregar nos dias de hoje de não conseguir se conformar com o que é imposto pelas autoridades religiosas, e com o discurso vigente na Nigéria, a fazendo ser exilada para outro país ao final da obra.

A análise desse memoir tanto ressalta os desafios da protagonista como também a da autora, trazendo uma pluralidade ainda maior e clamando por mais pesquisas e mais abordagens nesta área, que se encontra, de certa forma, carente academicamente. Além disso, ressalta questões relacionadas a como a religião transita por tudo isso. Podemos,

então, ver que o discurso autoritário é imposto na vida da autora de forma a influenciar sua maneira de viver.

Referências

AZUAH, Unoma. Embracing my shadow: growing up lesbian in Nigeria. Burscough: Beaten Track Publishing, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. O falante no romance. In: _____. Teoria do romance: a estilística e a teoria do romance. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 123–166.

RIBEIRO, Mariana Licurgo Ferreira. Biafra e a opinião pública internacional: como a cobertura jornalística influenciou os rumos da Guerra Civil Nigeriana.

HUMAN RIGHTS WATCH. Nigeria: Anti-LGBT Law Threatens Basic Rights. Human Rights Watch, 14 de janeiro de 2014. Disponível em <https://www.hrw.org/news/2014/01/14/nigeria-anti-lgbt-law-threatens-basic-rights>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CÓDIGO: HS0469

AUTOR: MARIA EDUARDA DE ASSIS SANTANA

ORIENTADOR: MAURO DUNDER

TÍTULO: ESCRITORAS PORTUGUESAS APAGADAS PELA DITADURA SALAZARISTA: A CENSURA E O ROMANCE VINTE ANOS DE MANICÓMIO!, DE CARMEN DE FIGUEIREDO

Resumo

Carmen de Figueiredo é uma autora cuja contribuição para a literatura portuguesa, embora significativa, foi apagada do cânone e da historiografia literária. Este artigo propõe uma análise do seu romance *Vinte anos de manicômio!* com o objetivo de compreender de que forma a obra confronta as normas sociais da época e quais fatores podem ter motivado sua censura e o apagamento de sua autora. A pesquisa foi conduzida em três etapas: inicialmente, realizou-se um levantamento teórico centrado na crítica feminista; em seguida, procedeu-se à análise literária do romance, com base nas categorias narrativas de Arnaldo Franco Júnior; por fim, investigou-se o contexto histórico do Estado Novo, com ênfase na censura e na repressão às escritoras, a partir de estudos sobre o salazarismo. Assim, concluiu-se que a censura a *Vinte anos de manicômio!* e o silenciamento de Carmen de Figueiredo refletem o ambiente opressor do regime salazarista, marcado pela imposição de rígidos padrões de representação feminina. Embora o romance não seja explicitamente subversivo, a construção de algumas de suas personagens femininas, principalmente Lourdes, a protagonista, aliada à linguagem sexualmente explícita empregada pela autora, foram determinantes para que a obra fosse considerada imoral e incompatível com os valores do Estado Novo.

Palavras-chave: Censura; literatura portuguesa; autoria feminina; salazarismo.

TITLE: PORTUGUESE WOMEN WRITERS ERASED BY THE SALAZAR DICTATORSHIP: THE CENSORSHIP AND THE NOVEL VINTE ANOS DE MANICÓMIO!, BY CARMEN DE FIGUEIREDO

Abstract

Carmen de Figueiredo is an author whose contribution to Portuguese literature, although significant, has been erased from the canon and literary historiography. This article proposes an analysis of her novel *Vinte anos de manicômio!* in order to understand how the work confronts the social norms of the time and what factors may have motivated its

ensorship and the erasure of its author. The research was conducted in three stages: initially, a theoretical survey focused on feminist criticism was carried out; then, we proceeded to the literary analysis of the novel, based on the narrative categories of Arnaldo Franco Júnior; finally, the historical context of the Estado Novo was investigated, with emphasis on censorship and repression against women writers, based on studies about Salazarism. Thus, it was concluded that the censorship to *Vinte anos de manicômio!* and the silencing of Carmen de Figueiredo reflect the oppressive environment of the Salazar regime, marked by the imposition of rigid patterns of female representation. Although the novel is not explicitly subversive, the construction of some of its female characters, especially Lourdes, the protagonist, allied to the sexually explicit language used by the author, were decisive for the work to be considered immoral and incompatible with the values of the Estado Novo.

Keywords: Censorship; portuguese literature; female authors; salazarism.

Introdução

Carmelinda Miolet Morena de Figueiredo foi uma ficcionista e poetisa nascida em 1916; sob o pseudônimo Carmen de Figueiredo publicou, entre 1948 e 1980, quinze romances, três livros de contos e uma novela. Destaca-se o romance *Criminosa*, vencedor do prêmio Ricardo Malheiros em 1954, mesmo ano de sua publicação,

[...] e publicou mais de doze mil contos na imprensa portuguesa, regra geral no “Diário de Lisboa” e no “Diário Popular”, tendo ainda escrito regularmente no “Diário de Notícias” (durante vinte e sete anos) e em publicações como o “Diário Ilustrado”, “A Capital” ou “O Correio do Minho”. Para além disso, fundou a “Mosaicos-Revista”, onde foi editora e directora, e onde fez trabalhos de maquetagem e paginação, tendo ainda feito desenhos, contos e artigos, alguns publicados com o seu nome literário, outros com pseudónimos que adoptou (Pedrosa e Martins, 2017, p.122).

Diante do exposto, nota-se a significativa contribuição de Carmen de Figueiredo para a literatura portuguesa. Entretanto, “os registos da PIDE na Torre do Tombo não incluem uma ficha sua” (Pedrosa e Martins, 2017, p.122). Então, surge o questionamento: como uma autora tão influente no século XX pôde ter sido eclipsada do cânone, da historiografia e da memória literária portuguesa?

Chatarina Edfeldt (2006) afirma que nas primeiras décadas do século XX, por mais que muitas escritoras portuguesas tivessem ganhado uma plataforma sólida para publicar e se expressar, o discurso literário institucional continuava a negligenciá-las, tratando-as como uma literatura à parte da nacional e de menor valor.

Apesar de a historiografia literária se apresentar como um discurso neutro e universal, ela é fruto do Romantismo, e por isso, busca moldar a literatura de acordo com um projeto de identidade nacional. Portanto, sua objetividade e universalidade são questionáveis,

visto que esse discurso se submete às ideologias dominantes na sociedade, que por sua vez é organizada a partir de uma construção de diferença sexual.

Em suma, o acto de classificar é fundamental para a construção narrativa da história literária, porém, é simultaneamente inerente ao seu processo, uma exclusão de outras experiências e conhecimentos que ameaçam a unidade do discurso. As escolhas que se encontram por detrás das categorizações são tradicionalmente ditadas por uma ideologia de género dominante, a qual tem excluído a representação da “outridade”, a autoria feminina [...] (Edfeldt, 2006, p.51).

Isto posto, a seleção de um cânone literário significa, involuntariamente, a supressão de autores que não se enquadram no discurso dominante. Como a maior parte da atuação literária de Carmen de Figueiredo ocorreu durante a ditadura salazarista, período excepcionalmente conservador da história portuguesa, a rígida delimitação dos papéis de género imposta pela sociedade foi utilizada pela censura como justificativa para a perseguição da autora como de tantas outras.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva analisar algumas das formas como o romance *Vinte anos de manicómio!*, da autora em discussão, confronta as normas sociais impostas durante a época, com o intuito de desvelar os motivos pelos quais ele e a autora foram alvo de censura e, conseqüentemente, de apagamento. Apesar de citar outras obras, como *Criminosa*, o presente artigo irá se limitar a discutir o romance *Vinte anos de manicómio* uma vez que outras obras da autora em destaque não fazem parte do projeto proposto pelo orientador para a Iniciação Científica.

Metodologia

A realização desta pesquisa foi dividida em três momentos distintos. O primeiro deles foi caracterizado pela leitura e discussão de materiais teóricos que de algum modo se propõem a refletir sobre a relação entre a história e a crítica literária, a literatura de autoria feminina e a opressão social sofrida pelas mulheres, são eles: *A crítica feminista em território selvagem* de Elaine Showalter (1994) *Uma história na História: Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX* de Chatarina Edfeldt (2006) e *Um teto todo seu* escrito por Virgínia Woolf.

Vale destacar que o presente estudo se baseia no conceito de ginocrítica elaborado por Showalter, ou seja, uma crítica literária que ao invés de encaixar forçosamente os escritos femininos numa periodização literária masculina, considera dimensões biológicas, linguísticas, psicanalíticas e culturais para repensar a tradição literária feminina. Além

disso, recorreremos à divisão estruturada por Edfeldt, que define a historiografia literária como um discurso institucional, cujo significado se distingue do conceito de campo literário, uma vez que o primeiro não engloba uma perspectiva mais ampla do mercado de consumo e circulação literária, ao contrário do segundo.

O segundo momento consistiu na leitura, análise e discussão da obra *Vinte anos de manicômio!*. Para essa análise, foram utilizadas as noções de espaço, enredo, personagem, tempo e narrador organizadas por Arnaldo Franco Júnior em *Operadores de leitura da narrativa*. O terceiro e último momento deste estudo compreendeu a análise do contexto histórico português no período em que a obra foi publicada, com ênfase na censura vigente durante o Estado Novo. Para compreender como o regime salazarista impactou a produção e a circulação de obras literárias, especialmente as escritas por mulheres, foram utilizados como referência os seguintes textos: *Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública*, de Ana Bárbara Martins Pedrosa; *O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa*, de Anne Cova e António Costa Pinto; e *Livros proibidos no Estado Novo: A censura aos livros no Portugal de Salazar*, de Daniel Melo.

Resultados e Discussões

Em Portugal, o regime ditatorial de caráter fascista perdurou entre 1933 e 1974, sendo o discurso literário institucional sujeito às normas sociais vigentes. Certamente, como uma das muitas consequências na esfera artística, ele foi influenciado e elaborou, durante o período, uma narrativa de literatura nacional de acordo com os ideais salazaristas.

Se existe um traço comum às Ditaduras da Europa do Sul do período entre as duas guerras, ele refere-se às atitudes perante as mulheres. Instauradas na sequência de processos de democratização e da emergência de movimentos feministas; e num quadro geral de aumento significativo da presença das mulheres no mercado de trabalho, todas estas Ditaduras reafirmaram no campo ideológico e político a apologia do regresso ao lar», a glorificação da «maternidade» e de um certo modelo de «família» enquanto função primordial [...](Cova e Pinto, 1997, p.71).

Assim, a profissão de autora confrontava o ideal de figura feminina imposto durante o período, uma vez que representava para as mulheres inserção no mercado de trabalho e consequentemente uma “fuga” de uma vida restrita somente ao papel de filha, esposa e mãe, cujas funções são limitadas ao lar.

Como discorre Virginia Woolf em *Um teto todo seu*, ensaio sobre ficção escrita por mulheres, “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção” (Woolf, 2014, p.10), pois, dispensar o papel de filha ou esposa para adquirir qualquer autonomia representava sofrer julgamentos e restrições sociais, e mesmo as autoras que não foram obrigadas a renunciar esses papéis podem ter tido sua autonomia criativa podada devido à dependência financeira.

Nesse sentido, Edfeldt expõe que “para poder publicar, a mulher tinha de ultrapassar as convenções sociais da época e ir contra as ideias duma sociedade positivista, onde o seu papel era estipulado – através da lógica de uma complementaridade sexual – enquanto protectora da casa” (Edfeldt, 2006, p.80).

É evidente, portanto, que a sociedade portuguesa da época impunha uma série de barreiras às mulheres, não apenas no que tange à autonomia pessoal, mas também à liberdade criativa, através de um controle rigoroso sobre o que poderia ser dito e publicado. Para concretizar esse tipo de restrição, a constituição de 1933 respaldava a censura e a perseguição a publicações periódicas, propagandas e, como no caso de Carmen de Figueiredo, livros.

A censura vigiava praticamente todos os temas, sendo os mais perseguidos relativos a ideias políticas adversas (comunismo, democracia, pacifismo, antissituacionismo, etc.) e a conteúdos considerados subversivos sobre religião, moral, sexualidade, condição feminina, etc (Melo, 2024, p.36).

VINTE ANOS DE MANICÓMIO!

O romance foi publicado em 1951, e logo na sua contracapa encontramos a seguinte declaração sobre a autora:

As suas produções literárias, novelas, contos, poesias apareceram então em várias revistas femininas, magazines, diários da Capital e em alguns jornais da Província; depressa o seu nome se tornou conhecido, captando-lhe um público fiel. A sua actividade no campo das Letras, pode considerar-se espantosa (Figueiredo, 1951).

A partir dela é possível reafirmar a diferença entre o tratamento que Figueiredo recebeu do campo literário e o que ela recebeu da historiografia literária, “Com este seu romance *Vinte anos de manicómio!* Carmen de Figueiredo dá-nos a certeza das suas fortes possibilidades de escritora realista que um numeroso público admira, como já o provou a venda extraordinária de *Famintos..*” (Figueiredo, 1951), observa-se que Figueiredo não apenas publicava muitas obras, mas que também era uma autora muito comentada pelo meio literário, que suas obras eram vendidas de maneira considerável e que ela possuía um público significativo. Entretanto, toda essa produtividade e credibilidade não a impediu de ter sido eclipsada pelo discurso institucional.

Ainda na epígrafe está a seguinte frase “A carne, essa coisa brutal cheia de veias, de nervos, tendões, glândulas e ossos, cheia de instintos e misérias...”, (D'Annunzio, apud Figueiredo, 1951, p.3). Esse trecho de D'Annunzio antecipa o estilo naturalista da escrita da autora.

Vinte anos de manicômio! foi escrito durante o período Neo-realista da literatura portuguesa, uma fase marcada pela valorização da arte engajada. Nesse contexto, o gênero romance ganhou destaque pois era entendido como instrumento de transformação social. Para os neo-realistas, a natureza humana não é determinada por heranças primitivas ou instintos ancestrais, mas moldada pelas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que atuam dentro de uma realidade social em constante transformação.

Apesar disso, destaca-se que, como veremos posteriormente, há a coexistência de traços realistas (presentes na visão crítica em torno das relações sociais), românticos (presentes na idealização das personagens Lídia e Maria Ângela construídas como figuras angelicais que suportam resignadas todo tipo de sofrimento) e naturalistas na obra; porém o que se sobressai é o último, devido ao determinismo e à animalização construídos em torno da maioria das personagens e também devido à linguagem que focaliza no corpo dessas pessoas para explicar seus comportamentos e pensamentos a partir de justificativas biológicas.

Em seguida, no prefácio, está a seguinte citação, “Estudar o homem tal qual ele é, já não o seu manequim metafísico, mas o homem fisiológico, determinado pelo meio, agindo sob a energia de todos os seus órgãos...” (Zola, apud Figueiredo, 1951, p.4) que expõe um dos eixos da obra: ela se propõe a investigar o constante embate entre os instintos “animalescos” presente nas pessoas e a civilidade ou moral, muitas vezes superficial, que fundamenta a sociedade.

No início do enredo de *Vinte anos de manicômio!* é apresentado ao leitor o personagem Joaquim Bento, que devido ao destaque que lhe é conferido nesse momento do texto, aparenta ser o personagem protagonista enquanto a história gira em torno da sua relação com Lídia, sua esposa, e sua filha Lourdes. O patriarca da família acumulou um pequeno montante de dinheiro numa empreitada no Brasil, o suficiente para possuir na aldeia de Pousafoles uma pequena e confortável casa, alguns animais e um pouco de terra para cultivar, dessa forma, o trabalho aparece no romance, tanto nesse momento como também em outros posteriores, como um aspecto da vida estreitamente ligado à concretização da dignidade.

Joaquim Bento sentia a vontade amolecida. Ainda não queria dar o braço a torcer, mas a verdade é que Lisboa exercia já sobre ele um sortilégio estranho. Via-se patrão, senhor dum ventre saliente, pupila brilhante, um palito entre os dentes de ouro esses já ele tinha!; a mulher toda catita, de face mais nédia, na boca um grande sorriso de contentamento, e, a filha, senhora de verdade, passando elegante, como ele vira passar, lá longe, tanta senhorinha para quem os homens olhavam gulosos...(Figueiredo, 1951, p.13)

Quando Joaquim recebe um convite de seu amigo Laurentino, ele se defronta com a possibilidade de sair da aldeia de origem na zona rural e ser dono de uma mercearia em Lisboa, o que significaria uma possível ascensão social. Laurentino estava abandonando todos os seus bens para tentar reconstruir uma vida no Brasil, pois não suportava presenciar e principalmente custear os problemas causados pelas “aventuras galantes” do seu filho, Paulo Macário.

Desse modo, Macário surge desde o início como um personagem destoante dos outros até então apresentados, ele não se empenha em nenhum tipo de trabalho, não valoriza a mesada que recebe de seu pai e não se preocupa em respeitar a instituição familiar ou o matrimônio, suas atitudes são guiadas através de impulsos e não levam em consideração as possíveis consequências. Diferentemente também de João Lúcio, funcionário da mercearia, que dedica todas as suas horas ao trabalho e ao zelo com sua mãe. Além disso, João Lúcio demonstra um pudor tão excessivo que acaba idealizando as mulheres ao seu redor, especialmente Lourdes, e por isso, só mais tarde percebe que a imagem que construía dela era irreal.

Joaquim Bento se muda para Lisboa, compra a mercearia do amigo e depois leva a família para a cidade, não somente pelo status e pela boa condição financeira que a mudança proporciona, mas também porque Lígia realmente acreditava que a cidade seria um lugar mais digno de se viver, onde sua filha poderia crescer sem presenciar fofocas e histórias consideradas “imorais” como acontecia na aldeia. A conclusão do patriarca sobre o assunto é exposta nesse trecho: “Depois, a Lídia tinha razão! para longe de tal meio!” (Figueiredo, 1951, p.25).

Contudo, a cidade se apresenta para essa família como um espaço mais corrompido do que a aldeia, uma vez que o problema não estava na localização geográfica, mas sim na própria animalidade que as pessoas escondem onde quer que estejam: “A sós, no quadrado escuro do quarto, chorou amargamente as primeiras lágrimas que a vida da cidade lhe arrancava à alma, - a cidade-conflito, a cidade-miséria, onde se amalgamam sordidamente os mais infames sentimentos humanos” (Figueiredo, 1951, p.48).

O desenvolvimento dessa família na “cidade conflito” causa uma mudança de protagonismo no texto; por mais que Joaquim e Lídia (na visão deles) tenham feito de

tudo para encaminhar a filha num caminho de moral e valores conservadores, ela se mostra cada vez mais distante do ideal de mulher exigido pela sociedade, “Até à mesa, a rapariga não continha a sua ferosidade, provocando a ira do pai, e deixando-os a todos suspensos na rede numa atmosfera pesada. Joaquim Bento tinha de impor-se, de falar alto” (Figueiredo, 1951, p.66). Assim, com esse deslocamento diante do que se espera dela, Lourdes passa a ser a protagonista da história, ela abandona os estudos por desinteresse, não se propõe a cuidar do lar, é sarcástica, não se curva à autoridade dos pais e principalmente, é uma mulher de gestos sensuais e que não frustra sua sexualidade, como revela a cena em que ela é flagrada pelo pai fazendo sexo com Macário.

Ao fundo do corredor, na saleta de costura, ciciavam vozes. Sem fazer o mínimo ruído na passadeira, avançou cauteloso, comprimindo as têmporas com ambas as mãos febris. A um metro de distância da porta, estacou; a filha, era a sua filha?!-dizia entrecortadamente, como que mordida por

cócegas violentas:

-Amor, meu amor...

Entrou resolutamente. Uma nuvem de sangue turvou-lhe a vista e a razão.

Avançou (Figueiredo, 1951, p.75).

A partir dessa situação, Joaquim Bento pensa que casar a filha com João Lúcio é uma solução para corrigir a filha e preservar sua imagem, enquanto ela vê o matrimônio como uma alternativa para se ver livre da autoridade do pai, e até mesmo da do marido, já que João Lúcio é, para ela, um homem fraco e permissivo. Os dois se casam e têm uma filha, Maria Angela. No decorrer da trama Lídia e Bento falecem devido ao agravamento de problemas de saúde, interessante ressaltar que a doença de ambos pode ser relacionada à Lourdes, no caso de Lídia, ela adquiriu varizes graves durante a gestação da filha, que foram se tornando cada vez piores, enquanto Bento desenvolveu um problema cardíaco devido ao estresse que lhe causava conviver com ela. Além do mais, ela trai o marido diversas vezes com múltiplos amantes, submete a filha a situações de maus tratos, explora o esposo e por fim, forja o enlouquecimento do cônjuge para detê-lo em um manicômio.

Assim decorreram sete dias, findos os quais, inopinadamente, dois enfermeiros acompanhados pelo doutor Carlos e Castro vieram buscar João Lúcio.

O merceeiro ao compreender a infame cilada, tentou debater-se, enérgico e feroz. Mais uma faísca das suas tardias reacções saltara. Mas era tarde, demasiadamente tarde.

João uivava, partia objectos, derrubou com fragor a cómoda donde alguns frascos e jarras saltaram num tinir borbulhante de cristais esmigalhados.

Aquela brusca reacção, mais acentuava a verdade do prognóstico exposto pelos três médicos, que do passado viver do infeliz merceeiro quase nada sabiam (Figueiredo, 1951, p. 182).

Portanto, Lourdes é construída para ser a causadora da ruína dos seus pais e depois, do seu marido. Se comparada à sua mãe e filha, percebemos a discrepância que existe entre as personagens, Maria Ângela e Lídia são descritas como mulheres naturalmente boas, amáveis, dedicadas ao lar e à família, enquanto Lourdes é instintivamente cruel e egoísta. O comportamento da protagonista é justificado em diferentes momentos do texto por “heranças do gene” ou instintos da natureza, mas também há margem para culpabilizar o trauma causado pela negligência sofrida na infância por parte de seus responsáveis, que expuseram a criança a situações de caráter erótico, ou até mesmo a sexo explícito. De todo modo, há um determinismo em torno da personagem visto que apenas as influências “imorais” fazem parte de sua personalidade, enquanto os outros tipos de influência são desprezados e não são construídas diferentes dimensões em seu caráter, ela se resume a uma filha, esposa e mãe ruim.

Instalada numa Pensão distinta, para onde levava também uma criadela tresloucada, arranjada à pressa numa Agência qualquer, Lourdes a doente, logo deu largas à sua fantasia de antiga garota leitora das cartas queimantes da sensual dona Manuela, e espreitadora inquieta do mistério das relações entre os pais, no quarto escuro da dona Luísa, deixando assim, a filhita, dias e noites quase inteiras, entregue aos cuidados da mercenária desconhecida e sem escrúpulos. A todos apregoava, com descarado impudor de fêmea sem educação, a sua doença, os seus nervos, os seus ovários congestionados, espanejando tais dislates no próprio salão do repasto, para que todos os comensais se inteirassem da sua existência atormentada... (Figueiredo, 1951, p.108).

Outra personagem que merece atenção é Judith, amante de Paulo Macário. Sobre ela são fornecidas ao leitor poucas informações visto que faz parte da personalidade da personagem ser uma mulher misteriosa e perigosa:

Agora mesmo não se sentia seguro, pois que, certa judia que tinha por ele forte “béguin” acabava de telegrafar-lhe dizendo estar disposta a segui-lo, acorrentada como estava ao seu amor selvagem e bárbaro, um amor todo requintes e luxúrias. Mas, Judith Mistral, não devia correr apenas atrás dele... A sua volta cerrava-se um círculo de mistério, que Paulo apesar de tudo temia (Figueiredo, 1951, p.113).

Apesar das breves aparições no enredo, Judith está sempre em desacordo com o que a ideologia salazarista exigia das mulheres, pois a relação que ela desenvolve com Macário é estritamente sexual, não envolve nenhum tipo de romantização ou submissão à figura masculina, e principalmente porque ela é uma mulher criminosa e violenta, que não demonstra nenhum tipo de perturbação ou arrependimento diante do seu crime friamente planejado.

Ai, reconhecendo que o português sabia já demasiado da sua vida aventureira, alardeando-o, inconscientemente, e, também porque ia empreender uma viagem arriscada, resolveu friamente suprimi-lo.

-Tens insónias, dissera-lhe uma noite.

-Sim, muito excitado. Tu com os teus subtis afrodisíacos, estoiras-me o coração...

-Bem, vais tomar um calmante divino.

E dera-lhe uma bebida incolor. Ele bebera dum trago.

Era um alcalóide concentrado ao máximo.

Na manhã seguinte, Paulo Macário estava rígido, hirto, semelhante uma lúgubre estátua de gesso. Calmamente, Judith fizera dele muitos pedaços, metera estes dentro duma velha maleta comprada previamente a um ferro-velho, mas que estava envolvida numa boa cobertura escantilhada a cabedal (Figueiredo, 1951, p.194).

Nota-se então a presença de representações femininas radicalmente divergentes daquela estipulada pelos valores conservadores salazaristas. Principalmente Lourdes, pois enquanto protagonista, ela é mais bem aprofundada e descrita pelo narrador como uma vilã, como o declínio da vida de seus familiares, em nenhum momento da obra o seu comportamento é defendido ou idealizado, pelo contrário, ela é caracterizada como uma mulher ignorante, tola, inconsequente, má e sem pudor. Assim, embora o romance apresente figuras femininas opostas ao que era considerado ideal na época, o julgamento negativo construído em torno delas indica que a censura à obra não pode ser atribuída unicamente à presença dessas mulheres na narrativa. Portanto, a representação feminina presente no romance não justifica sozinha a censura sofrida por ele.

Edfeldt explica que inicialmente a imagem de autora foi elaborada sob a “ideia de que as escritoras confundem arte e vida pessoal, escrevendo, portanto, não com imaginação/construção, mas apenas, confessionalmente” (Edfeldt, 2006, p. 93). Nesse sentido, a maneira problemática como obras de autoria feminina eram relacionadas às suas autoras limitava o tipo de conteúdo que elas poderiam conter. Uma vez que Carmen de Figueiredo apresente de forma tão explícita uma personagem como Lourdes, a protagonista poderia ser entendida como fruto de experiências vividas pela autora, e não como produto criativo.

Outro ponto de destaque é a linguagem utilizada pela autora, pois essa é uma obra de muitas cenas de teor erótico, que ela expressa de forma escancarada. Em passagens como a seguinte, a narrativa mergulha na sexualidade explícita, revelando os pensamentos e desejos mais íntimos dos personagens, mas também pode ser considerada muito gráfica ao descrever essas cenas, o que pode ter sido compreendido como um apelo pornográfico.

A ti Rosalina, apesar do trabalho e da fome, era um pedaço de mulher! (A esta lembrança, Joaquim Bento lambeu os beiços; via-se rapazola, todo instinto, quando a febre dos primeiros desejos secretos da puberdade trazem o sangue em alvoroço, esfaqueando os nervos, inchando as veias. Nas costas, sentiu a chicoteá-lo um frêmito coceguento. A ti Rosalina! Oh! quantas vezes se masturbara ele, no silêncio pastoso do barracão do pátio, silêncio só quebrado pelo ruminar certo dos pachorrentos bois que descansavam da tiragem das águas! Masturba-ra-se, sim, furiosamente, pensando, doido, nas formas promitentes e esplêndidas dessa mulher, sem querer provocante, que não tinha homem, e a aldeia em peso acabara por apontar a dedo, por ela ter aparecido de barriga à boca, sendo como era viúva... Masturba-se, violento e frenético, possessor de desejos insensatos, que iam abrindo ao seu instinto de adolescente saudável, clareiras vermelhas, onde vislumbrava sensações de intenso prazer carnal!). (Figueiredo, 1951, p.16)

Dessa forma, torna-se evidente a fragilidade dos argumentos que sustentaram a censura imposta à obra, considerando que *Vinte Anos de Manicómio!* foi elaborada de modo a condenar o comportamento de sua protagonista, Lourdes. O romance, portanto, não se configura, em sua essência, como uma narrativa politicamente subversiva às ideologias salazaristas; ao contrário, observa-se a valorização da instituição familiar e a reafirmação dos papéis tradicionais de gênero (pilares centrais do regime). Ainda assim, o fato de uma autora, e não um autor, ter criado uma personagem feminina radicalmente distante do modelo idealizado de mulher vigente à época, aliado ao uso de uma linguagem sexualmente explícita, mostrou-se suficiente para justificar a apreensão da obra pela censura salazarista.

Conclusão

A Ditadura Salazarista, ao reafirmar rigidamente os papéis femininos e influenciar o discurso literário institucional, criou um ambiente hostil para autoras que ousavam desviar-se dos padrões estabelecidos. Diante do exposto, nota-se que a supressão de Carmen de Figueiredo da memória literária portuguesa foi intencionalmente provocada por censuras como a sofrida pela obra *Vinte anos de Manicómio!*.

A análise do romance revelou que, por mais que a obra não se proponha a ser politicamente subversiva ou insurreta, a representação das personagens femininas, principalmente a protagonista Lourdes, somada à linguagem sexualmente explícita empregada pela autora, foram elementos cruciais para que a obra fosse considerada imoral e contrária aos valores vigentes.

Além do mais, ao devolver visibilidade a vozes silenciadas, como a de Carmen de Figueiredo, ampliamos o entendimento da literatura portuguesa. Essa recuperação permite não apenas reconhecer a diversidade de estilos existentes na época, mas também problematizar as estratégias de apagamento operadas pela censura e pelo discurso literário institucional.

Referências

COVA, Anne; PINTO, António Costa. **O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa**. Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 17, p. 71-94, 1997.

EDFELDT, Chatarina. **Uma história na História: representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX**. Câmara Municipal do Montijo, 2006.

FIGUEIREDO, Carmen. **Vinte anos de Manicómio!**. Lisboa, 1951.

FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares. **Dicionário de escritoras portuguesas: das origens à atualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

GOMES, Álvaro Cardoso. *Breve histórico do romance português (do Modernismo à Revolução dos Cravos)*. **A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo**. Edusp, 1993.

JUNIOR, Arnaldo Franco. *Operadores de leitura da narrativa*. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências**, v. 3, 2009.

MELO, Daniel. *A censura aos livros no Portugal de Salazar*. **Livros proibidos no Estado Novo**, p. 31-46, 2024.

PEDROSA, Ana Bárbara Martins et al. **Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutoramento, 2017.

SHOWALTER, E. *A crítica feminista no território selvagem*. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

CÓDIGO: HS0475

AUTOR: MARIA LUIZA DE SOUZA CUNHA

ORIENTADOR: DERIVALDO DOS SANTOS

TÍTULO: Poesia e sociedade: a representação da natureza na poesia de José Paulo Paes e Manuel Bandeira

Resumo

O presente trabalho analisa as figurações da natureza na poesia de José Paulo Paes (2011) e Manuel Bandeira (1993), nos poemas Raridade e Pardalzinho. Com a análise, tem-se o objetivo de realizar um mapeamento preliminar acerca da representação da natureza na poesia moderna brasileira e elaborar uma proposta de intervenção para que professores da rede básica pública de ensino do Rio Grande do Norte promovam o estudo de poemas da causa da natureza em sala de aula. De caráter bibliográfico e qualitativo, o trabalho adota a perspectiva crítica de Candido (2004), que considera concomitantemente texto e contexto na análise literária. Para a discussão referente à poesia e sociedade, adota-se Adorno (2003), Bosi (2013) e Hamburger (2007), que aborda a relação entre poesia e natureza. Para literatura e ensino, utiliza-se Colomer (2003), Jouve (2012) e Cosson (2020, 2022), além da perspectiva de Compagnon (2009), acerca da relevância da literatura no ambiente escolar, e as reflexões de Candido (2004) em O direito à literatura. Com base nas discussões, constatou-se que ambos os poemas alcançam questões caras à humanidade por meio da lírica ao deflagrar a vida social. Verificou-se ainda o desejo da poesia moderna de reconstituir a ligação entre homem e natureza a partir da reflexão sobre a conduta do primeiro perante o ambiente natural. Assim, em sala de aula, a poesia viabiliza a formação do leitor crítico e reflexivo por meio de discussões e compartilhamento de sentidos.

Palavras-chave: Natureza. Sociedade. José Paulo Paes. Manuel Bandeira. Ensino.

TITLE: Poetry and society: the nature's representation in the poetry of José Paulo Paes and Manuel Bandeira

Abstract

The present paper analyzes the nature's representation in the poetry of José Paulo Paes (2011) and Manuel Bandeira (1993), in the poems Raridade and

Pardalzinho. By analyzing, we aim to do a preliminary mapping of nature's representation in modern brazilian poetry and develop a proposal for intervention for public schools teachers of Rio Grande do Norte to promote the study of poems about nature's cause in the classroom. Bibliographic and qualitative, this paper adopts the critical perspective of Candido (2004), who considers text and context inseparably in literary analysis. To discuss poetry and society, we adopt Adorno (2003), Bosi (2013) and Hamburger (2007), who addresses the relationship between poetry and nature. To discuss literature and teaching, we use Colomer (2003), Jouve (2012) and Cosson (2020, 2022), in addition to the perspective of Compagnon (2009), about the relevance of literature in school, and the reflections of Candido (2004) in *O direito à literatura*. Based on the discussions, it was found that both poems address relevant society issues through lyricism, once they capture social life. We also found the modern poetry desire to rebuild the connection between humans and nature by reflecting on human actions against environment. Thus, in the classroom, poetry contributes to the formation of the critical and reflective reader through discussions and sharing of meanings.

Keywords: Nature. Society. José Paulo Paes. Manuel Bandeira. Teaching.

Introdução

Manoel de Barros (2015, p.149), no poema *O apanhador de desperdícios*, apresenta os seguintes versos: “Eu fui aparelhado / para gostar de passarinhos. / Tenho abundância de ser feliz por isso. / Meu quintal é maior do que o mundo”. A partir de sua leitura, o leitor se depara com um sujeito lírico que demonstra orgulhar-se da sua proximidade com a natureza e seus seres, como os pássaros, livres em seu quintal. Manoel de Barros, semelhantemente a outros poetas brasileiros, de diferentes contextos, a exemplo de Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira, Drummond e José Paulo Paes, trouxe à expressão de sua poesia o universo da natureza, permitindo ao leitor o conhecimento e a reflexão de um tema caro à sociedade.

Sendo assim, é nesse âmbito em que o presente trabalho se insere, ao abordar as figurações da natureza na poesia moderna brasileira. A discussão proposta demonstra-se relevante, especialmente, em virtude de a representação da natureza ser algo transversal na literatura brasileira, o que colabora para perceber como a realidade social torna-se elemento constitutivo da obra literária, como afirma Antonio Candido (2004). Além disso, a abordagem dessa temática demanda urgência na atualidade, dado que a sociedade e os processos de desenvolvimento econômico e tecnológico têm ocasionado drásticas mudanças climáticas e catástrofes naturais em nome de uma concepção de progresso.

Articula-se, ainda, como proposição do trabalho, a discussão sobre o papel que as figurações da natureza na poesia moderna brasileira desempenham no ambiente escolar. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a obra literária é produtora de conhecimentos e saberes capazes de contribuir para a formação reflexiva e cidadã do estudante, ampliando consideravelmente seus horizontes.

Ao ler o texto literário, o leitor expande o seu conhecimento de mundo, porque está diante de um instrumento de linguagem capaz de articular saberes diversos. Para Roland Barthes (1997, p.18), significa que a literatura é “verdadeiramente enciclopédica”, de modo que, sendo a obra um “monumento literário”, ela “faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, esse indireto é precioso” para a sociedade e para a educação, na medida em que é um instrumento de formação humana.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho tem o objetivo de realizar um mapeamento preliminar acerca da representação da natureza na poesia moderna brasileira. Além disso, busca elaborar uma proposta de intervenção para que professores da rede básica pública de ensino do Rio Grande do Norte promovam o estudo de poemas com temáticas da natureza em sala de aula.

A fim de que tais objetivos sejam alcançados, adota-se como metodologia de trabalho a perspectiva de Candido (2004), que considera concomitantemente texto e contexto, forma literária e processo social na análise do texto literário. Além de Candido (2004), para discutir questões relacionadas à poesia e sociedade, tem-se como orientação de leitura a sistematização teórica de Adorno (2003), de Bosi (2013) e de Hamburger (2007), que trata da relação entre poesia e natureza; para a discussão sobre literatura e ensino, Colomer (2003), Jouve (2012) e Cosson (2020, 2022). Tem-se ainda por base a perspectiva de Compagnon (2009), acerca da relevância da literatura no ambiente escolar, e as reflexões de Antonio Candido (2004), em *O direito à literatura*.

O desenvolvimento de uma consciência ambiental por meio da poesia em sala de aula demonstra-se imprescindível para a formação cidadã, dado que a função da poesia, como aponta Hamburger (2007, p.56), consiste em “dizer verdades”, isto é, comprometer-se, por meio do trabalho com a palavra, a revelar uma verdade social à sua maneira. Para o autor, a preocupação com o social torna-se mais proeminente a partir da poesia moderna, em que se busca reconstruir a ligação entre o ser e a natureza.

Metodologia

O período de realização da pesquisa compreendeu, inicialmente, a leitura dos referencias teóricos selecionados, bem como a elaboração de fichamentos, a fim de auxiliar na produção do trabalho escrito. Ao longo do processo de estudo, foram realizadas reuniões presenciais quinzenais com o intuito de discutir as leituras teóricas e de definir os encaminhamentos para a escrita do trabalho, acompanhada pelo professor orientador. As reuniões também foram importantes oportunidades para a discussão de textos literários, neste caso, de poemas da poesia moderna brasileira que trazem à tona a causa da natureza.

A fim de atingir os objetivos propostos, a metodologia, nesta pesquisa, é de base bibliográfica e qualitativa, tendo como fontes primárias poemas de Manoel de

Barros, objeto neste trabalho, e como fontes secundárias textos teóricos e críticos sobre poesia e sociedade e poesia e natureza, presentes em livros e artigos publicados em revistas especializadas. A metodologia foi dividida em quatro etapas: a primeira consistiu na adoção do método de análise literária de Antonio Candido (2004), presente na obra *O Discurso e a Cidade*, considerando a relação intrínseca entre texto e contexto, forma literária e processo social. Segundo o autor, o mundo evocado na obra literária se deve aos modos de ser e de agir observáveis no mundo exterior, que, por sua vez, foram reorganizados para que estivessem de acordo com os princípios e as leis estéticas da obra.

Ao utilizar-se dessa metodologia, inserida no que Candido (2004) propõe para a crítica integradora, busca-se o distanciamento de abordagens que apresentam um maior interesse pelo mundo exterior e deixam o texto literário em segundo plano. Para o autor, embora existam duas possibilidades de leitura – uma que focaliza os princípios estruturais, enquanto a outra, a mensagem dos enunciados –, é necessário que ambas sejam mescladas de acordo com a natureza da obra. Desse modo, adequando aos textos em análise, a leitura realizada dos poemas buscou relacionar texto e contexto simultaneamente, de maneira a perceber que a obra literária serve tanto aos princípios formais quanto à vida social.

A segunda etapa dedicou-se à investigação dos aspectos formais e estilísticos da linguagem poética por meio da análise de poemas cuja temática é a causa da natureza, refletindo sobre poesia e sociedade e poesia e educação, ainda em andamento nesta pesquisa. Com o intuito de aprofundar a leitura, foram adotados como referenciais a sistematização teórica de Adorno (2003), em *Palestra sobre lírica e sociedade*, para abordar a relação que a poesia lírica estabelece com a vida social; as reflexões de Bosi (2013), em *A poesia é ainda necessária?*, para os diferentes procedimentos adotados na composição do poema. Já no que se refere à categoria analítica principal do trabalho, centrada em poesia e natureza, tem-se como referência maior o pensamento de Hamburger (2007), em *A verdade da poesia*, sobre o reestabelecimento da ligação entre homem e natureza.

A terceira etapa da pesquisa, ainda em andamento, compreendeu uma sistematização teórica sobre ensino e literatura, discutindo o papel relevante do texto literário para o ambiente escolar e para a formação de leitor crítico e reflexivo. Além de autores que pensam na pertinência social da literatura, refletiu-se sobre letramento literário, adotando as sequências didáticas e os círculos de leitura organizados por Cosson (2020, 2022). A partir dessa sistematização, analisou-se poemas de Manoel de Barros, José Paulo Paes e Manuel Bandeira, tendo como categoria analítica a representação da natureza, com vistas à situação em sala de aula e à formação do(a) estudante.

Dessa forma, a pesquisa se propõe a contribuir para o campo dos estudos literários, oferecendo uma análise acerca da representação da natureza na poesia brasileira. Sendo assim, em sua quarta etapa, ainda colaborará para a formação do leitor na rede básica de ensino de escolas públicas do Rio Grande do Norte, de modo específico, com a elaboração da proposta de intervenção para a sala de aula através de poemas com temática voltada para a natureza.

Resultados e Discussões

3.1. O ALCANCE SOCIAL DA POESIA

Em uma visão tradicional, costumava-se defender que a poesia lírica se ocupa apenas da subjetividade do ser, não sendo capaz, por exemplo, de assumir uma função de combate e de crítica aos problemas sociais. No entanto, Theodor Adorno (2003) propõe uma perspectiva distinta ao afirmar que, mesmo em sua delicadeza, a poesia lírica consegue se aproximar da esfera social, algo que, por muito tempo, pensou-se não ser sua tarefa.

A fim de desconstruir a visão reducionista sobre a relação entre lírica e sociedade, o autor defende que a primeira não busca explicar ou provar as relações estabelecidas na última. Na verdade, “A referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela” (Adorno, 2003, p.66). Logo, a instância social passa a constituir a poesia lírica, de modo que pode estar sujeita a transformações ao compor a obra. Ao mesmo tempo em que apreende o social, a lírica traz a expressividade do sujeito, no entanto, de maneira distinta

Pois o teor [...] de um poema não é mera expressão de emoções e experiências individuais. Pelo contrário, estas só se tornam artísticas quando, justamente em virtude da especificação que adquirem ao ganhar forma estética, conquistam sua participação no universal (Adorno, 2003, p.66).

Nesse sentido, o trabalho poético possibilita que as emoções e as experiências individuais tornem-se arte e sejam redimensionadas para algo universal, capaz de alcançar o coletivo. Para o autor, isso não significa que o poema trará, diretamente, algo que todos vivenciaram, mas que “[...] a composição lírica tem esperança de extrair, da mais irrestrita individuação, o universal” (Adorno, 2003, p.66), isto é, a lírica busca a coletivização das experiências dos indivíduos, o que se dá por meio do sujeito lírico.

O poeta incorpora a vida social à estrutura da obra, porém, para que a realidade humana seja desvelada, é necessária atenção ao conceito de ideologia, visto que “[...] ideologia é inverdade, falsa consciência, mentira. Ela se manifesta no malogro das obras de arte, no que estas têm de falso em si mesmas, que deve ser apontado pela crítica” (Adorno, 2003, p.68). Ao tentar estabelecer uma falsa verdade, a obra falha em cumprir o seu objetivo primordial de “deixar cair o véu” que “encobre” a realidade dos seres, sem abdicar de sua estética e linguagem específica, como na poesia. Sendo assim, ela obtém êxito ao ser dissidente dos discursos vigentes, o que lhe permite projetar um mundo outro, em que o sujeito almeja um cenário diferente da hostilidade e opressão encontradas em sua realidade.

Compreende-se, então, que o anseio por uma vida diferente pode vir do poeta enquanto sujeito. Entretanto, ao ser transposto, a linguagem específica do

poema e a sua expressividade permitem que o subjetivo seja redimensionado para algo coletivo, para uma luta de todos. Na perspectiva de Adorno (2003), esse é o momento de encontro entre a voz do ser poeta e a voz lírica, que acessa tantos outros indivíduos. Dessa maneira, estabelece-se um dos pilares da poesia, relacionado ao fato de que

Uma corrente subterrânea coletiva é o fundamento de toda lírica individual. Se esta visa efetivamente o todo e não meramente uma parte do privilégio, [...] então a substancialidade da lírica individual deriva essencialmente da sua participação nessa corrente subterrânea coletiva, pois somente ela faz da linguagem o meio em que o sujeito se torna mais do que apenas sujeito (Adorno, 2003, p.77).

A partir da referida corrente, a linguagem permite que a expressão do sujeito vá além do individual, sendo ouvida por tantos outros indivíduos, que podem se sentir representados pelo que traz a poesia lírica.

Em diálogo com essa perspectiva está a abordagem de Bosi (2013, p.9) ao afirmar que “[...] a linguagem permite que as coisas ganhem um sentido público e comunicável na teia intersubjetiva”. Essa concepção, a qual enfatiza o compartilhamento da condição humana na poesia, é exemplificada em sua sistematização por três procedimentos que podem ser adotados no poema.

O primeiro deles versa sobre a possibilidade que o poeta tem de deflagrar, em meio à multidão, um ser errante e fazer com que se torne gente, de modo que “Aquele vulto que parecia vazio de sentido começa a ter voz, até mais de uma voz, vozes” (Bosi, 2013, p.10). Para ilustrar essa concepção, o autor seleciona o poema *A morte do leiteiro*, de Carlos Drummond de Andrade, em que se reconhece a importância da função do leiteiro que morreu tão jovem, em vez de deixá-lo ser apenas mais um perdido no curso da vida.

O segundo procedimento diz respeito ao momento em que o poema torna o habitual pura imagem desvanecida, como algo que perdeu a familiaridade e causa estranhamento. Por último, o autor elenca o potencial que o poema tem de trazer “[...] senão expressões de nostalgia travestidas muitas vezes pelo registro da amarga decepção” (Bosi, 2013, p.20). Para ilustrar essa perspectiva, é mobilizado o poema *Revisitação*, de José Paulo Paes, em que o sujeito lírico evoca a hostilidade e as tristes recordações que restam de sua cidade.

Dessa maneira, tais procedimentos demonstram como “A prática da linguagem poética assim exercida torna-se então inestimável: limpa a palavra das escórias do desgaste rotineiro e mantém vivo o seu potencial de som e significação” (Bosi, 2013, p.22). O fazer poético, então, lapida a palavra para que seus potenciais sonoros e semânticos sejam explorados, o que se relaciona ao ato de pensar cada elemento do poema para que desempenhe função no texto e contribua para estabelecer a relação entre forma e conteúdo.

3.2. POESIA E NATUREZA: QUESTÕES TEÓRICAS E CRÍTICAS

Na sistematização empreendida por Hamburger (2007), discute-se a caracterização da poesia moderna e as suas contribuições para o que foi elaborado posteriormente. A esse respeito, destaca-se que, na perspectiva do autor, “O objetivo dos poetas, pois, é “dizer verdades”, mas de maneiras necessariamente complicadas pelo “paradoxo da palavra humana”” (Hamburger, 2007, p.56). Logo, cabe ao poeta desvelar a verdade presente no social sem abdicar da linguagem específica da poesia e das possibilidades de sentido que carrega.

Ainda sobre o papel desempenhado pela poesia, nota-se que, semelhante à compreensão de Adorno (2003), o autor defende que o texto literário estabelece ligação com a esfera social, visto que

Tampouco é preciso ser marxista para reconhecer que toda a poesia tem implicações políticas, sociais e morais, independentemente de a intenção por trás dela ser didática e “ativista” ou não. [...] um bom exemplo poderia ser a humanidade específica de grande parte da poesia moderna, uma preocupação pela humanidade como um todo muito mais intensa por ser “despersonalizada” [...] (Hamburger, 2007, p.58-59).

Observa-se que a preocupação com o social se tornou mais intensa a partir da poesia moderna, caracterizada por sua despersonalização, isto é, por seu foco em representar a humanidade, a experiência coletiva. Na visão do autor, isso é alcançado desde que a poesia continue a ser escrita pelo ser humano, e não por máquinas.

A fim de abarcar o coletivo em sua obra, o poeta ainda pode valer-se de temáticas diversas, como a causa da natureza, que, conforme Hamburger (2007), foi fortemente revisitada na modernidade. Nesse sentido, o autor aponta a frequência com a qual Baudelaire é creditado pelo início da poesia das grandes cidades modernas. Porém, ressalta que, com o estabelecimento da poesia urbana, também foi criada a sua reação, que não é contrária à função das máquinas e da técnica científica, mas à exploração econômica e ao impacto causado à vida dos seres.

Ao projetarem uma realidade dissidente, os poetas modernos recorreram a certas normas e arquétipos. De acordo com a perspectiva do autor, inclusive,

A Cidade Boa é uma dessas normas e arquétipos; mas, uma vez que poucas cidades modernas, ou nenhuma delas, foram consideradas boas o bastante por seus poetas, a natureza é a norma a que a poesia voltou repetidas vezes, com uma persistência não diminuída, e sim intensificada, pela invasão urbana e industrial no campo (Hamburger, 2007, p.375).

Nesse caso, como forma de resistência à ordem urbana e industrial, os poetas se encarregaram de visitar o ambiente natural, que já estava sendo marcado pela presença de elementos da modernidade em seu espaço.

Conforme o autor, embora existissem poetas com visões mais radicais e anticientificistas, todos os que defendiam a natureza representavam, em seus poemas, as implicações negativas do positivismo científico e do impacto causado pelo homem na natureza. Sendo assim, as diversas posturas adotadas

em relação à luta pelo ambiente natural evidenciam que “De todos os valores que a imaginação dos poetas do século XX conservou [...] nenhum foi tão coerente e tão apoiado unanimemente quanto a causa da natureza, aparentemente perdida” (Hamburger, 2007, p.381).

Logo, essa temática acabou por se espalhar e ganhar força, o que demonstra a necessidade de resgatar a relação íntima entre o ser humano e o ambiente natural, que, segundo a perspectiva adotada, pode até ser negada, mas nunca obliterada. Esse resgate está ainda associado a uma das maiores preocupações da poesia moderna, referente a distanciar-se do individualismo à medida que reconstrói o elo natureza e indivíduo.

Ao acessar o social, a poesia da causa da natureza revela diferentes desdobramentos da relação travada entre o ser humano e o ambiente natural, de modo que, conforme o autor, “[...] quase todos os poetas modernistas insistem em que a poesia, entre outras coisas, é uma “forma de conhecimento”” (Hamburger, 2007, p.422). Inclusive, embora tenham proposto aproximações entre poesia e ciência, o autor salienta que

[...] o próprio meio da poesia impõe um limite a essa especialização. Independentemente de quais fossem seus programas, preocupações e técnicas, a poesia continuou a relacionar o mundo interior com o exterior; e esse é um modo pelo qual ela “pode ajudar o homem a ser humano (Hamburger, 2007, p.432).

De acordo com essa visão, a poesia se distingue da ciência ao buscar relacionar o que há na subjetividade do ser com o mundo que o cerca. Logo, diferente do cientista, o poeta se aproxima da função de um “anti-especialista”, responsável por continuar a revelar a verdade deflagrada no social, a exemplo da urgente necessidade de recuperar a relação entre o ser humano e a natureza.

3.3. LEITURA E ANÁLISE POÉTICA

Ao considerar a poesia brasileira, observa-se que diversos poetas se ocuparam de retratar a relação entre natureza e sociedade ao apontar a verdadeira postura, muitas vezes danosa, adotada pelo homem frente ao ambiente natural. Tal temática, amplamente revisitada pela poesia moderna, demonstra a sua preocupação com os impactos causados à natureza (Hamburger, 2007), podendo ser observada na poesia de autores como José Paulo Paes (2011) e Manuel Bandeira (1993).

No caso do primeiro autor, foi selecionado, para fins de análise, o poema *Raridade*:

Raridade

A arara
é uma ave rara
pois o homem não para
de ir ao mato caçá-la
para a pôr na sala
em cima de um poleiro
onde ela fica o dia inteiro
fazendo escarcéu
porque já não pode voar pelo céu.

E se o homem não para
de caçar arara,
hoje uma ave rara,
ou a arara some
ou então muda seu nome
para arrara.

(Paes, 2011, p.5)

Em *Raridade*, de José Paulo Paes (2011), constata-se um sujeito lírico que, por meio da proximidade dos fatos, narra a relação estabelecida entre o homem e a arara. Inicialmente, com base na primeira estrofe, observa-se que a arara se encontra em seu habitat natural – o “mato” –, onde se desenvolve e voa livremente. Assim, ela seria considerada rara devido à sua beleza e exotividade.

No entanto, essa atribuição é influenciada pela interferência do homem na vida natural, uma vez que, como justifica o eu-lírico, “A arara / é uma ave rara / pois o homem não para / de ir ao mato caçá-la”. O ser humano, nesse contexto, pode ser considerado como um elemento capaz de desestabilizar o equilíbrio encontrado na natureza, uma vez que age de forma violenta ao caçar a ave e impedi-la de viver livremente.

Em virtude da ação humana, a arara deixa a natureza e passa a habitar a casa do homem, onde fica presa na sala, empoleirada. A impossibilidade de adaptação da ave torna-se evidente e tem como resultado a ação instintiva de estar “[...] fazendo **escarcéu** / porque já não pode voar pelo **céu**”. A privação do animal em relação ao que há de mais natural em sua existência pode ser constatada pelo par de rimas destacado, dado que, na ausência do “céu”, resta-lhe apenas o “escarcéu”, como um clamor pela liberdade de voar. Logo, se a natureza representa a liberdade, o poleiro na sala é signo de aprisionamento.

A influência do homem na existência da arara ainda pode ser observada na segunda estrofe do poema, que retrata a não interrupção da ação violenta de caça: “E se o homem não para / de caçar arara, / hoje uma ave rara”. Por consequência, a espécie da ave em questão passa a ser encontrada com menor frequência na natureza, o que leva a duas possibilidades oferecidas pelo eu-lírico. A primeira delas, presente no verso: “ou a arara some”, remonta à sua extinção. Já a segunda, evidenciada pelos últimos versos: “ou então muda seu nome / para **arrara**”, envolve a mudança de identidade da ave.

O neologismo evocado pela voz lírica é constituído pelas palavras “arara” e “rara”, de modo que carrega semanticamente as marcas da ação do homem na natureza. O ser humano, então, acaba por imputar uma nova nomenclatura ao animal, que já não pode ser chamado como antes, dado que a conduta humana acarretou a sua raridade, como propõe título do poema.

Conforme a visão de Adorno (2003), observa-se que o poema *Raridade*, ao trazer uma sutil denuncia a práticas ilegais contra uma ave, se distancia do discurso ideológico, que mascara dados preocupantes sobre a violência sofrida pelos seres da natureza. Por sua vez, movimento semelhante é focalizado em *Pardalzinho*, de Manuel Bandeira (1993):

Pardalzinho

O pardalzinho nasceu

Livre. Quebraram-lhe a asa.

Sacha lhe deu uma casa,

Água, comida e carinhos.

Foram cuidados em vão:

A casa era uma prisão,

O pardalzinho morreu.

O corpo Sacha enterrou

No jardim; a alma, essa voou

Para o céu dos passarinhos!

(Bandeira, 1993, p.185)

Embora o poema seja constituído por estrofe única, diferentes movimentos são observados em sua constituição, como detalhes oferecidos acerca do momento em que a figura humana interage com o pardal.

Sendo assim, tem-se que, em um primeiro movimento, é focalizada a liberdade com a qual nasce o pardalzinho, que, pelo uso do diminutivo, já denota certa fragilidade e pequenez. Contudo, logo após, o eu-lírico apresenta a interferência da ação humana na singela ave, de modo que é violentada, como é destacado no seguinte verso: “Livre. **Quebraram-lhe a asa**”. Sem a indicação do responsável pela atitude, a leitura do poema permite refletir acerca da banalidade com a qual os seres da natureza são violentados.

O movimento seguinte também demonstra a influência do homem na existência do passarinho, porém da maneira contrastante ao que sofreu anteriormente. A partir dos versos: “Sacha lhe deu uma casa, / Água, comida e carinhos”, compreende-se que a ave recebeu de Sacha os cuidados necessários para que restaurasse a asa quebrada. Inclusive, nota-se que o ser humano ainda desenvolve certa afetividade em relação à ave, pois Sacha age com “carinhos”.

Embora a mulher cuide bem do animal, é relevante destacar que o pardalzinho, assim como a arara do poema *Raridade*, passa por um processo de deslocamento forçado da natureza para a casa do ser humano. Infelizmente, isso implica consequências negativas à existência do pequeno pardal, que acaba por morrer: “Foram cuidados em vão: / A casa era uma prisão, / O pardalzinho morreu”. Nesse sentido, a casa, signo de abrigo para o humano, representa clausura para o pardalzinho, que, sem a liberdade da natureza, é condenado à morte.

Em um movimento final do poema, constata-se que a ave continua sob domínio humano, dado que ainda permanece no espaço construído por ele, como é visto em: “O corpo Sacha enterrou / **No jardim [...]**”. Entretanto, a partir dos versos: “[...] a alma, essa voou / Para o céu dos passarinhos!”, é demonstrada a libertação do pardalzinho, que, tristemente, acontece apenas no momento de sua morte. Se o passarinho não conseguia voar devido ao enclausuramento, a morte trará a sua liberdade e, assim, o voo da sua alma, como coloca o eu-lírico. Porém, ela não rumou para qualquer céu, mas para o “céu dos passarinhos”, um espaço metafísico em que o pardalzinho finalmente estará livre da dominação humana e exercerá o que há de mais básico em sua condição: voar.

Com base na leitura analítica dos poemas *Raridade*, de José Paulo Paes (2011), e *Pardalzinho*, de Manuel Bandeira (1993), percebe-se que, a partir da visão de Hamburger (2007), os poetas estariam exercendo o seu objetivo de dizer verdades sem precisar abdicar das especificidades estéticas da poesia. Nesse caso, revelam uma preocupação quanto à ação do homem direcionada aos seres da natureza, que sofreram consequências negativas nos poemas, como é caso da extinção da arara e da morte do pardalzinho. Por mais que não seja a intenção, os textos selecionados conseguem se aproximar de questões morais e políticas, pois trazem uma problemática que vai além da instância individual, alcançando a coletividade (Hamburger, 2007).

Além do mais, nota-se que a perspectiva de Adorno (2003) sobre a poesia lírica ser capaz de acessar questões caras à humanidade, sem abandonar a sua delicadeza, é corroborada. Isso ocorre uma vez que os poemas analisados tomam situações particulares – a violência sofrida pela arara e a dominação que prende o pardalzinho – e capazes sensibilizar o leitor para oferecer um retrato de algo mais amplo do social, como a causa de uma natureza aparentemente perdida (Hamburger, 2007).

Desse modo, assim como a poesia moderna almejava restaurar a ligação primeira entre o ser humano e a natureza (Hamburger, 2007), faz-se necessário uma continuidade dessa busca no contexto atual, para que os indivíduos tenham a possibilidade de desenvolver maior consciência em relação à natureza. A escola, então, atua como espaço relevante para viabilizar essa luta a partir do contato com a poesia, dado que, para Compagnon (2009)

A literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia. Assim, ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes (Compagnon, 2009, p.50).

A partir da visão do autor e dos poemas *Raridade* e *Pardalzinho*, é perceptível que os textos selecionados acessam assuntos que dificilmente seriam abordados por outras áreas, dado que focalizam o particular e tornam relevantes seres que passariam despercebidos em meio à massa (Bosi, 2013). Em sala de aula, embora várias áreas do saber proporcionem aos alunos conhecimento sobre a relação ser humano e natureza, o texto literário se distingue, pois

A literatura é um exercício de pensamento; a leitura, uma experimentação dos possíveis. Nunca nada me fez melhor perceber a angústia da culpa que as páginas febris de Crime e castigo onde Raskolnikov reflete sobre um crime que não aconteceu e que cada um de nós cometeu (Compagnon, 2009, p.52).

Nesse sentido, apenas a literatura em sala de aula viabiliza o momento em que alunos e professores se põem no lugar do eu-lírico e, a partir da interpretação e compartilhamento de sentidos, passam a refletir de maneira profícua acerca dos tensionamentos entre natureza e sociedade. Há contribuição ainda para o desenvolvimento gradual da consciência ambiental e para a mudança de comportamento frente ao ambiente natural.

Conclusão

Com base nas análises e discussões empreendidas dos poemas de Manuel Bandeira (1993) e de José Paulo Paes (2011), foi possível realizar um mapeamento inicial das figurações da natureza na poesia moderna brasileira, de modo a perceber que ambos os textos apontam comportamentos prejudiciais adotados pelo ser humano direcionados à natureza. Nesse movimento, os poemas demonstraram-se, de fato, capazes de acessar questões caras à humanidade sem abdicar da delicadeza da poesia lírica (Adorno, 2003), atuando como uma denúncia da conduta humana prejudicial aos seres da natureza, os quais são reconhecidos em sua particularidade e ganham voz por meio do eu-lírico (Bosi, 2013).

A partir da revisitação da causa da natureza perdida e das consequências enfrentadas pelos seus seres, notou-se que os poemas analisados remontam ao grande desejo da poesia moderna de reconstruir o elo entre ser humano e natureza (Hamburger, 2007). Constatou-se ainda que ambos os poetas se aproximam do que Hamburger (2007, p.56) pensa para a sua função, associada a “dizer verdades”, uma vez que as obras analisadas deflagram, apesar da transformação da vida social, cenários, infelizmente, comuns entre a sociedade e os seres da natureza. Além disso, ao compor a estrutura interna do texto literário, verificou-se que a causa da natureza contribui para que o leitor reflita sobre a sua conduta perante o ambiente natural e se identifique como parte dele, uma vez que essa ligação pode até ser esquecida, mas nunca apagada (Hamburger, 2007).

Em relação à discussão de literatura e ensino, a partir de Barthes (1997), Colomer (2003), Candido (2004), Compagnon (2009), Jouve (2012) e, sobretudo da sequência didática, segundo Cosson (2022), pretende-se dar continuidade à pesquisa, elaborando a proposta de intervenção em sala de aula para a rede básica de ensino, tendo como objeto de discussão a representação da natureza na poesia. Nessa direção, a proposta se justifica à medida que se percebe o fator de humanização da poesia e seu papel na formação do leitor crítico e reflexivo, dado que a literatura é capaz de acessar discursos sensíveis que outras áreas do conhecimento não costumam apreender (Compagnon, 2009).

Referências

ADORNO, W. Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In ADORNO, W. Theodor: **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 65-89.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BARTHES, Roland. 7 ed. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1997.

BOSI, Alfredo. A poesia é ainda necessária? In: BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 9-25.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: **O Discurso e a Cidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Duas Cidades | Ouro Sobre Azul, 2004. p. 9-14.

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**: narrativa infantil e juvenil atual. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. 1. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed., 13ª impressão. São Paulo: Contexto, 2022.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 57 p.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia**: tensões na poesia modernista desde Baudelaire. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

JOUE, Vicent. **Por que literatura?** Trad. Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

PAES, José Paulo. **Olha o bicho**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2011.

CÓDIGO: HS0486

AUTOR: LUANA BEATRIZ DA ROCHA GOMES

ORIENTADOR: CLEBSON LUIZ DE BRITO

TÍTULO: Transgressão de gênero como recurso persuasivo em artigos de opinião publicados na Folha de São Paulo

Resumo

O presente trabalho busca analisar o uso da transgressão de gênero como estratégia argumentativa em artigos de opinião do jornal Folha de S. Paulo. Para alcançar tal objetivo, foram selecionados textos produzidos por articulistas do jornal em questão que apresentavam desvios quanto a regularidades estruturais e estilísticas vinculadas ao gênero artigo de opinião. Para possibilitar a análise, a pesquisa fundamentou-se nas contribuições dos aportes teóricos de autores como Amossy (2020), Abreu (2009) e Fiorin (2015) no que se refere a diferentes procedimentos argumentativos mobilizados no corpus investigado. Essa análise considerou os efeitos retóricos desencadeados nas produções a partir da transgressão de gênero, por meio dos quais foi possível concluir que esse recurso é parte da estratégia de persuasão nos textos. Em suma, os resultados obtidos apontam que a transgressão de gênero opera como um recurso que favorece o estabelecimento da retórica no debate através de diferentes elementos como, por exemplo, uso de figuras de linguagem e de estruturas de outros gêneros discursivos inseridos no artigo de opinião.

Palavras-chave: Estratégia argumentativa; Transgressão de gênero; Artigo de opinião.

TITLE: Genre Transgression as a Persuasive Resource in Opinion Articles Published in Folha de S. Paulo

Abstract

This study aims to analyze the use of genre transgression as an argumentative strategy in opinion articles published by the newspaper Folha de S. Paulo. To achieve this objective, texts written by the newspaper's columnists were selected, specifically those that presented deviations from the structural and stylistic conventions typically associated with the opinion article genre. The analysis was grounded in the theoretical contributions of authors such as Amossy (2020), Abreu (2009) e Fiorin (2015), particularly regarding the argumentative procedures mobilized within the investigated corpus. The study examined the rhetorical effects triggered by genre transgression, through which it was possible to conclude that this resource operates as part of the persuasion strategy in the

texts. In sum, the results indicate that the genre transgression functions as a device that strengthens rhetoric in debate, through elements such as the use of figures of speech and the incorporation of structures of other discursive genres into the opinion article.

Keywords: Argumentative strategy; Genre transgression; Opinion article.

Introdução

No jogo argumentativo, diversas peças são movimentadas para se alcançar um fim, nesse caso, um fim retórico. Nesse sentido, é necessária uma combinação de elementos para produzir o sentido de um texto e seu caráter dialógico (Fiorin, 2015). Com isso, ganha destaque a disposição retórica do discurso, a qual compreende as estratégias utilizadas para atrair o interlocutor e construir a persuasão. Isso é colocado por Brito (2025, p. 58) ao resgatar o olhar da retórica clássica sobre a importância da hierarquização e organização das ideias no âmbito do texto. De fato, é preciso levar em consideração que o planejamento dos argumentos no texto tem o objetivo de validar e credibilizar as informações apresentadas ao leitor. Seguindo esse pensamento, entendemos que a disposição dos elementos que compõem o debate é essencial para a adesão do público a um determinado ponto de vista. Para isso, é preciso primeiro que o autor, no emprego da atividade argumentativa, evidencie e defenda seu posicionamento. Essa particularidade do tipo textual argumentativo é algo debatido por Casseb-Galvão e Duarte (2018, p. 39) na sua exposição das características do artigo de opinião, gênero que é o foco deste trabalho.

Ainda sob o olhar de Casseb-Galvão e Duarte (2018), o artigo de opinião constitui-se um gênero que, além de ter um caráter mais argumentativo e de ser necessária a adoção de um ponto de vista por parte de quem o escreve, veicula-se no âmbito jornalístico. Tendo isso em vista, fica evidente a importância da conciliação desses constituintes, pois eles serão responsáveis pelo sucesso do articulista e de seu texto quanto ao alcance da persuasão no artigo de opinião. Mas não se pode desconsiderar o gênero, que é uma noção incontornável. Conforme Marcuschi (2015, p. 154), toda a comunicação humana, verbal ou textual, está inserida em algum gênero. Ou seja, mesmo uma conversa casual entre amigos, por exemplo, faz parte de um determinado gênero, a qual nessa exemplificação pode ser entendida como um dos gêneros discursivos ditos primários ou simples segundo Bakhtin (2016, p. 15), dos quais derivam gêneros mais complexos, relacionados à vida pública. Os gêneros de modo geral, ainda que em graus variados, apresentam regularidades temáticas (o que podem abordar), composicionais (como podem se organizar, se compor e se apresentar formalmente) e estilísticas (que recursos verbais é mais conveniente usar), o que resulta em modos mais ou menos regulares de se produzirem textos. Isso não significa que os gêneros sejam estanques. Como enfatiza Maingueneau (2013, p. 118), alguns gêneros podem utilizar formas mais originais e inovadoras apesar de possuírem uma espécie de modelo prévio. É aqui que entra a chamada transgressão de gênero, que, como lembra Lara (2010, p. 11), não se refere a algo com sentido de infração, mas à possibilidade de os gêneros assimilarem características de outros gêneros.

No caso do artigo de opinião, apesar de ter um modelo já esperado por quem o lê, é possível que o autor se valha de uma certa individualidade a partir de estratégias

específicas para convencer o leitor. Por isso, a transgressão de gênero pode ser entendida como uma estratégia persuasiva, uma vez que, por meio dela, formas típicas de outros gêneros podem ser inseridas no artigo de opinião, deliberadamente, com a intenção de captar o interesse do leitor (Marcuschi, 2008, p. 168), motivá-lo a seguir e a aderir um determinado posicionamento.

Sabendo disso, este trabalho se propôs a analisar a transgressão de gênero como estratégia retórica em artigos de opinião publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, além de investigar como essas estratégias organizadas no corpo do texto favorecem a persuasão. Assim, a partir da análise desenvolvida por este trabalho, entendemos que ele contribuirá para a discussão sobre transgressão de gênero, além de permitir um olhar mais profundo sobre o funcionamento da retórica em situações comunicacionais no ambiente jornalístico.

Metodologia

Para a construção desta pesquisa, o corpus utilizado foi composto, como já adiantado, por artigos de opinião publicados por articulistas do jornal Folha de S. Paulo, considerado por muitos o maior jornal do país. Na primeira etapa, foi necessário conhecer as colunas, o que exigiu uma leitura e uma análise delicada de diversos artigos em busca de textos que contemplassem a transgressão de gênero. Com relação a isso, é fundamental destacar que, uma vez que textos transgressivos compreendem produções textuais que fogem um pouco do que é esperado em um determinado gênero e que, por isso, eles não são a maioria em material veiculado, houve um desafio na busca por produções verdadeiramente transgressivas.

Nessa etapa, a pesquisa apoiou-se na reflexão de Bakhtin (2016, p. 12) quanto à compreensão de que as atividades humanas estão ligadas a aspectos que fazem parte da composição estrutural, do conteúdo temático e do estilo verbal de cada gênero do discurso. Dessa forma, compreendemos que cada campo exigirá um certo tipo de organização visando a alcançar um fim, percepção que se aplica a este trabalho. Ao mesmo tempo, como já frisado, o gênero não é algo estanque, abrindo-se a textos mais inovadores, intencionalmente transgressivos.

Isso pode envolver o estilo composicional, quando, grosso modo, um texto assume a forma de outro. Segundo Lara (2010, p. 13), isso implica uma maneira de um texto de determinado gênero se camuflar com uma composição estrutural de outro gênero. Um artigo de opinião pode assumir a forma de uma carta, por exemplo. Pode envolver também o estilo verbal, pelo uso de recursos linguísticos que não são tão típicos no gênero. Como exemplo, podemos utilizar o artigo de opinião novamente, que exige uma discussão mais direta, contudo pode incorporar uma linguagem figurada excessiva eventualmente.

Considerando esse referencial, foram selecionados 10 textos que continham elementos atípicos seja quanto às regularidades composicionais, que tratam de fatores da estrutura textual, seja quanto às regularidades de estilo verbal, que se relacionam às escolhas lexicais, gramaticais e a outros aspectos linguísticos.

Feita essa seleção, partiu-se para a análise dos textos. Nessa fase, com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões a respeito dos procedimentos argumentativos e retóricos, foi necessário recorrer sobretudo aos trabalhos de Amossy (2020), Fiorin (2015) e Abreu (2009), que discutem respectivamente relações argumentativas entre orador e público, aspectos semânticos que contribuem com o dimensão retórica dos textos e diferentes técnicas argumentativas passíveis de serem empregadas em debates. Esses diferentes autores contribuíram para a análise de diferentes estratégias argumentativas observadas no corpus da pesquisa, estratégias essas que depois foram cotejadas e discutidas para permitir a compreensão de como a transgressão de gênero contribui retoricamente com os textos no gênero aqui focalizado.

Resultados e Discussões

Com base nisso, analisaremos as transgressões de gênero em artigos de opinião publicados na Folha de S.Paulo. Para isso, serão mobilizados excertos dessas produções, que estarão em anexo, para possibilitar a discussão dos dados. O objetivo é destacar regularidades que configuram esse desvio como um recurso retórico e refletir sobre como isso contribui para a construção da argumentação e para o convencimento do interlocutor. Assim, no corpus disponibilizado, verificou-se a ocorrência de algumas regularidades inicialmente referentes ao estilo verbal. Posteriormente, notou-se a transgressão quanto a composições que não são características do artigo de opinião e, por fim, composições que apontam para estruturas de outros gêneros.

Nessa perspectiva, uma transgressão recorrente nesses textos é a utilização da segunda pessoa do discurso. Esse recurso verbal cria uma interpelação direta que atua como uma estratégia retórica a qual transgride o que é mais típico e tradicional em um artigo de opinião: o discurso em 3ª pessoa (Casseb-Galvão e Duarte, 2018). Essa estratégia intencional potencializa o efeito retórico nos textos analisados. Desse modo, a transgressão pode ser observada no artigo de opinião Bolsonaro atirou na democracia e errou; agora é a vez dela (doravante, A1), publicado pelo articulista Celso Rocha de Barros. Em A1, Barros debate sobre a tentativa de golpe aplicada por Bolsonaro e explana a minuta proposta pelo ex-presidente e seus aliados. No excerto abaixo (E1), Barros assume uma postura provocativa ao trazer o leitor para o debate. Isso fica claro pela utilização da segunda pessoa do discurso: E1 - Vocês devem se lembrar do Jair na Paulista dizendo que antigamente golpe era tanque na rua, e agora é só uma minuta (Barros, 2024).

A estratégia percebida aqui pelo uso do “vocês” no trecho acima introduz o interlocutor à discussão, isso porque Barros tira o leitor da neutralidade e o induz a revisar conhecimentos prévios. A escolha por essa construção de estilo verbal funciona como, além do convite à discussão, uma tentativa de persuasão, uma vez que reacende no leitor uma noção de já conhecer o caráter de sobre quem se está falando.

Já no excerto abaixo, a mesma estratégia coloca Bolsonaro na cena discursiva e também estabelece um tom provocador: E2 - Pois bem, Jair: [...] você deu a ordem para que os tanques fossem para a rua. Se os tanques não te obedeceram, Jair, não é problema do juiz que vai te colocar em cana por tentativa de golpe de Estado (Barros, 2024).

Em E2, o articulista expõe Bolsonaro como o principal agente da tentativa de golpe de Estado, além disso, também é evidente uma tentativa de envergonhar Bolsonaro, pois Barros salienta a falta de autoridade do próprio Jair, ao dizer que os tanques, aqui uma metonímia para militares e aliados do ex-presidente, não foram às ruas, o que era sua vontade. Nesse ponto, há uma humilhação simbólica, ao mostrar que Bolsonaro tentou, mas falhou porque não teve o apoio militar esperado.

O mesmo tipo de transgressão acontece no artigo No congresso, a derrota é do país (A2), de Thiago Amparo, no qual o autor argumenta sobre o veto do congresso em relação às saídas temporárias de presos do semiaberto. Amparo propõe a discussão para mostrar que a restrição desse benefício seria prejudicial para a sociedade como um todo, já que, com isso, membros da facção teriam mais facilidade de recrutar novos integrantes. Nesse artigo, porém, Amparo direciona seu discurso ao congresso. A intenção do autor parece ser similar à de Barros: trazer o congresso também para o debate. No entanto, apesar de direcionar a fala ao congresso, a intenção de Amparo parece ser outra: mostrar ao leitor a parcela de culpa do poder legislativo brasileiro diante de um iminente aumento da criminalidade no país. Nesse mesmo texto, Thiago dá continuidade à sua posição em relação a esse tema, apontando e evidenciando que males podem decorrer desse posicionamento do congresso: E3 - Com a superlotação, a única coisa que o Legislativo fez foi manter na prisão quem não deveria ali estar, aumentando o alunato da escola do crime. (Amparo, 2024). Essa postura se aproxima da adotada por Barros no primeiro artigo analisado, pois busca, através do procedimento narrativo de explicar o problema, escancarar a culpa dos alvos dessas críticas, e isso é perceptível pelo uso dos vocativos e da interpelação direta.

Além dos artigos já citados, o mesmo desvio pode ser encontrado no texto Nikolas e o Pix (doravante A3), também de Barros. Em A3, o autor busca expor a hipocrisia de Nikolas Ferreira, no que diz respeito à taxa do pix. Nos excertos abaixo, Barros serve-se da mesma estratégia usada nos textos anteriores e, ao se direcionar nominalmente ao deputado federal, o articulista constrói um cenário argumentativo confrontador e irônico, por meio do qual visa estabelecer uma incoerência entre o discurso de Nikolas Ferreira e seu posicionamento parlamentar: E4 - Nikolas, como seu partido votou quando Haddad tentou acabar com as isenções fiscais para empresas [...] (Barros, 2025)

No fragmento E4, além do evidente uso do vocativo, Barros também se vale da estratégia de usar informações subentendidas, que são uma maneira de se estabelecer o que se quer dizer no discurso, mas de uma forma implícita que não comprometa o orador (Fiorin, 2015). Através das perguntas direcionadas ao deputado, o articulista parece não só confrontar Ferreira, mas também sugerir certas informações que ajudam o leitor a partilhar seu ponto de vista, isso porque o próprio conteúdo das perguntas sugere que o posicionamento do parlamentar não é tão a favor do povo quanto parece no vídeo em questão. Assim, Barros não responde às perguntas, que são deixadas ao leitor, e o que fica subentendido é que Nikolas, na verdade, assume atitudes que favorecem apenas a elite brasileira. No final de A3, no excerto que se segue, é possível observar novamente o emprego de uma informação subentendida:

E5 - Nikolas, você já disse que o problema no Brasil é falta de homem. Se for verdade, lamento: para você ajudar seu país, terá que aprender que homem é um tipo de adulto (Barros, 2025).

Nesse ponto, o produtor do texto parece relacionar a imagem do parlamentar a uma imagem imatura, informação que pode ser extraída do conteúdo do excerto. O que fica entendido nas entrelinhas, então, é que Ferreira não possui maturidade para lidar com questões econômicas importantes na política brasileira. Nesse caso, a compreensão do que Barros realmente quis dizer no trecho acima cabe ao leitor. Por meio disso, o autor garante que a mensagem que quis passar seja compreendida pelo interlocutor sem que ele se comprometa e garante também que o público seja cúmplice ao participar desse posicionamento. Também o uso da segunda pessoa do discurso aqui é similar ao efeito causado no artigo de Amparo: apesar de ser direcionado a Nikolas Ferreira, o debate busca atingir e convencer o leitor.

Seguindo esse parâmetro, o artigo O bolsonarismo tentou soltar Brazão (A4), também de autoria de Barros, apresenta o esquema do uso dos vocativos e da segunda pessoa do discurso. No artigo, o autor discute os esforços corruptos de Bolsonaro e seus aliados de libertarem o suspeito de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco, morta em um atentado premeditado: E6 - “Eduardo, o sistema é feito pra que gente como Marielle se dê mal e gente como você se dê bem. E7 - Já você [...] não seria capaz de dizer qual das suas mãos é a direita em duas tentativas.” (Barros, 2024)

Ao mencionar o vídeo em que Eduardo Bolsonaro reprova a prisão do deputado Brazão, suspeito do mandato do assassinato de Marielle Franco, Barros se direciona a Eduardo Bolsonaro, algo percebido novamente pelo uso do vocativo. No olhar de Barros, o receio do deputado Eduardo Bolsonaro recaía sobre a possibilidade de que uma vez que Brazão fosse preso, essa penalidade também se estendesse a Eduardo Bolsonaro e aos seus aliados. Desse modo, nos fragmentos E6, e E7, Barros também aplica uma linguagem munida de subentendidos, o que parece fazer parte do estilo próprio de sua escrita, como já vimos até aqui. Com isso, é compartilhado com o interlocutor, mesmo que Barros esteja se dirigindo nominalmente a Eduardo Bolsonaro, subentendidos que fazem parte do cenário argumentativo que ele pretende construir no artigo em questão. O leitor pode entender, por exemplo, que no excerto E7, há um eufemismo, uma maneira menos agressiva e menos direta para dizer que Eduardo Bolsonaro é alguém ignorante e imaturo. Nesse caso, em uma situação hipotética de responsabilização a respeito do que foi dito no artigo, como isso não está colocado diretamente no debate, Barros poderia se defender e dizer que jamais dirigiu qualquer ofensa a Eduardo Bolsonaro, porque ele realmente não fez tal coisa, não de forma direta.

Diante disso, é importante observar que nesses textos o público-alvo não é necessariamente Bolsonaro, o Congresso ou Nikolas Ferreira. O alvo é um auditório específico: o público leitor cotidiano da Folha. Por que, então, recorrer ao uso dos vocativos? No fazer argumentativo é importante levar em consideração o pathos, aquilo que se busca provocar no auditório. O locutor precisa estar atento em como construir seu discurso para que consiga efetivamente conduzir o público ao convencimento (Amossy, 2020). Assim, apesar de esses artigos utilizarem os vocativos e a interpelação direta, os autores não apenas se direcionam a figuras políticas, eles constroem uma ponte afetiva com o auditório, o que faz com que esse interlocutor partilhe da mesma crítica diante da corrupção verificada. Além disso, os autores têm em mente o tipo de leitor que terá acesso a esses textos. Nesse caso, o público já é politicamente engajado e, na maioria das vezes, já possui uma certa orientação ideológica, e esses são pontos que facilitam o procedimento de um debate mais direto, objetivo e provocador.

Quanto a isso, foram observadas outras transgressões. Essas transgressões, no entanto, focam em aspectos estruturais que não são típicos do gênero. Como exemplo, Demétrio Magnoli, em Dez perguntas para dois chanceleres (A5), o debate estabelecido nesse artigo de Magnoli ainda é político, problematizador e, assim como os artigos anteriores, se propõe a evidenciar uma certa hipocrisia do governo. Contudo, em contraposição ao que é mais esperado no artigo de opinião, Magnoli não o organizou em um texto direto, mas o segmentou em informações seguidas de perguntas elaboradas de maneira retórica e direcionou as perguntas a figuras políticas: os ministros das Relações Exteriores do Brasil.

É construído, em A5, um diálogo marcado pelo confronto e pela ironia. Isso se evidencia na elaboração das perguntas, nas quais o autor procura alinhar criticamente o posicionamento dos ministros às posturas favoráveis à Rússia, apontando-a repetidamente como principal responsável pela guerra contra a Ucrânia. A organização dos argumentos nesse formato confronta diretamente os ministros, sugerindo implicitamente que eles compartilham de uma perspectiva alinhada ao discurso russo: E8 - 1) A Carta da ONU e a Constituição brasileira consagram os princípios da soberania nacional e do respeito à integridade territorial das nações. É nesses princípios que o Brasil apoia sua pretensão de ajudar a mediar negociações entre Rússia e Ucrânia? (Magnoli, 2023).

Embora a pergunta pareça neutra à primeira vista, ela é carregada de uma certa provocação e de um juízo de valor implícito da parte de Magnoli. Nela, o propósito do autor não foi apenas o de passar uma informação ou genuinamente ter uma dúvida respondida, mas sim questionar a legitimidade dessa ação diplomática por parte do Brasil. Aqui, então, Magnoli quis evidenciar um suposto deslize político cometido pelos ministros. Através dessa estratégia, é possível depreender, por meio da pergunta carregada de descrédito em relação à atitude do governo, a ideia de que o Brasil não tem legitimidade para intermediar esse conflito.

Como nos textos analisados anteriormente, o público leitor dessas perguntas não serão os ministros, mas sim o leitor comum da Folha, no entanto, as perguntas retóricas visam atrair o leitor e estimular a adoção ao posicionamento do autor do texto. Essa escolha composicional não apenas sustenta o caráter problematizador do texto, mas também enfatiza contradições e hipocrisias. Assim, mesmo sem usar vocativos como nos artigos anteriores, Magnoli conseguiu um efeito parecido: convidar o leitor a uma reflexão crítica.

Essa mesma forma composicional também aparece em outro texto de Magnoli: Perguntar ofende? (A6). Neste, Magnoli parte direto para as perguntas que buscam problematizar, mais uma vez, a hipocrisia de uma autoridade política, Silvio Almeida, denunciada por importunação sexual. O articulista explana o que ele entende ser tanto a hipocrisia de Almeida, ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, quanto a hipocrisia de uma militância identitária: E9 - 5. "Taradão da Esplanada" —assim Bolsonaro rotulou Almeida. Na GloboNews, uma ativista da Coalizão Negra por Direitos revoltou-se contra a mera menção ao princípio da presunção de inocência. Será que o linchamento retórico é mais um traço comum à esquerda e à direita identitárias? (Magnoli, 2024).

Em E9, o autor provoca novamente seu auditório ao questionar se a reação de parte da militância progressista não reproduz o mesmo comportamento que se critica na extrema

direita. E10 - 9. Quanto demorará até que Almeida e Anielle voltem a se abraçar (figurativamente, claro!) para rotular essa coleção de perguntas como um abominável ataque racista contra o "povo preto"?" (Magnoli, 2024).

Ao final do texto, no trecho E10, Magnoli ironiza a questão racial levantada pela visão progressista apoiada por Almeida, enfatizando novamente que a máquina pública e as questões sociais e raciais são, muitas vezes, utilizadas por autoridades políticas como uma forma de conseguir privilégio e benefícios para fins pessoais. O articulista continua a criticar essa política identitária em outro artigo de sua autoria: A fraude da raça (A7). Neste artigo, Magnoli adotou uma estratégia argumentativa fundamentada pela refutação de ideias de uma militância progressista a partir de dados coletados pelo Censo de 2022 sobre questões étnicas. O autor construiu seu discurso com base nessa refutação com respostas indiretas a discursos que, de acordo com ele, parecem hipócritas e equivocados. Ao decorrer do texto, enquanto Magnoli rebate essas conclusões, ele enfatiza a falsidade das políticas raciais, principalmente ao levantar a discussão de que as políticas de cotas são usadas para além de um reconhecimento étnico-racial, isso fica claro no trecho: E11 - 5) "O crescimento dos negros revela uma tomada de consciência." De certo modo, sim: há um cálculo racional em operação. [...]. No Brasil de hoje, o "passing" inverso pode gerar benefícios materiais. As pessoas transitam para dentro da categoria estatal "negros" respondendo a incentivos oficiais (cotas nas universidades e no funcionalismo público) e privados (políticas de "diversidade racial" nas empresas). E12 - As políticas de raça têm 20 anos e as cotas raciais nacionais, 10. Fracassaram em seus objetivos alegados [...]. As desigualdades sociais persistem [...]" (Magnoli, 2023).

Para o articulista, os equívocos apontados não derivam de um desconhecimento, mas sim de um uso político conveniente. Ele evidencia que as políticas de raça falharam, pois as desigualdades persistem ao mesmo tempo em que a população preta e parda é levada a acreditar que essas políticas promovem alguma retratação racial e histórica. Assim, por meio dessa composição textual, Magnoli busca deslegitimar essas políticas, evidenciando-as como uma maneira de camuflar as desigualdades sociais que ainda persistem apesar das ações afirmativas.

Em contraste com os textos citados anteriormente, nos quais predomina um tom direto, o próximo texto, As duas voltas de Bolsonaro (A8), apresenta um tom diferente. Magnoli transgredir a forma típica de um artigo de opinião ao adotar uma linguagem ficcional, criando duas novelas políticas protagonizadas por Bolsonaro e Lula. Em vez de servir-se de perguntas retóricas, o artigo assume um caráter narrativo, porém, sem abandonar as características argumentativas e críticas do gênero. Diversos elementos chamam a atenção em A8, porque além da transgressão composicional do texto que simula o gênero novela, a escolha lexical de Magnoli também é muito interessante para a construção do texto:

E13 - O ato introdutório não trouxe surpresa. Do aeroporto de Brasília emergiu um Bolsonaro miniaturizado [...]. A recepção teve os contornos de um cortejo fúnebre político, [...] na moldura da algazarra de uma diminuta turba de zumbis vestidos em camisetas amarelas (Magnoli, 2023).

Ao descrever o ex-presidente como um "Bolsonaro miniaturizado" e seus aliados como "diminuta turba de zumbis vestidos em camisetas amarelas", Magnoli, através de metáforas, utiliza uma linguagem figurada intensa que não é típica do artigo de opinião, essa estratégia, contudo, é disposta deliberadamente para tornar o texto mais interessante.

Da mesma maneira, ao dramatizar a volta de Bolsonaro em duas novelas, o autor ridiculariza Bolsonaro e seus apoiadores em uma tentativa de descredibilizar a imagem do político. A metáfora do “Bolsonaro miniaturizado” é uma maneira indireta de o leitor entender que Bolsonaro fracassou em sua intenção de tomar o poder, logo, não pode ser um líder ideal.

A partir daqui, analisaremos outros dois textos que adotam essa postura ficcional e bastante ácida: Manifesto da dignidade magistocrática (A9) e Jusporn Awards 2023: inscrições abertas (A10), ambos de Conrado Hübner Mendes. Em A9, a transgressão é marcada pelo gênero manifesto sendo incutido no artigo de opinião e pelo fato de Hübner não se colocar como autor. Artigos de opinião exigem a tomada de um ponto de vista do autor do texto (Casseb-Galvão e Duarte, 2018). Hübner transgride isso ao se distanciar da autoria e simular a composição do gênero manifesto, sem se tratar realmente desse gênero, mas de o utilizar como estratégia para criticar os juízes brasileiros e seus privilégios: E14 - Respeitem nossas fugas da lei e do país. Respeitem nossos quinquênios e remunerações ilegais (Hübner, 2024).

Além disso, Hübner utilizou-se de uma técnica argumentativa que Abreu (2009) classifica como argumento quase lógico do ridículo. Ela consiste em adotar temporariamente o posicionamento do outro, ainda que de maneira irônica e até absurda, de modo que fique evidente o quão incoerente esse ponto de vista é. Essa mesma estratégia ocorre em A10, ao simular uma reportagem fictícia destinada a reconhecer os melhores momentos da “juspornografia”. No texto, além das metáforas, a transgressão acontece do ponto de vista composicional, pois ele insere a reportagem no artigo de opinião. Com base nisso, ao longo do anúncio dos “participantes” da premiação, Hübner apresenta as categorias, uma estratégia utilizada para expor as corrupções existentes no sistema judiciário: E15 - Na categoria "a consolação da promiscuidade", o refinamento de juristas brasileiros pelo mundo não passou despercebido. Estadias em hotéis de luxo, conagraçamentos com o agronegócio, as empreiteiras e os bancos (Hübner, 2025). A escolha de Hübner em ambos os textos não é aleatória: ela escancara para o público os privilégios corruptos que o judiciário tem acesso enquanto o resto do povo padece e o autor mostra isso através da linguagem irônica. Ao contrário do que parece, a ironia não suaviza a crítica feita pelo autor, ela potencializa a crítica. Assim, esses desvios fortalecem a argumentação e contribuem para a persuasão, efetivando o objetivo do gênero artigo de opinião.

Conclusão

Como objetivo central deste trabalho, buscamos investigar o uso da transgressão de gênero nos artigos de opinião da Folha de São Paulo e, diante dos dados apresentados, entendemos que essa meta foi atingida, tendo em vista que chegamos à conclusão de que, por intermédio da transgressão de gênero, diversas estratégias foram mobilizadas no corpus analisado e que esses recursos estratégicos favoreceram a persuasão no debate que os articulistas buscavam estabelecer. A articulação de todos esses procedimentos conduziu a um fim: a busca pelo estabelecimento da persuasão no debate levantado pelos articulistas.

Para que essa finalidade fosse alcançada, como foi possível perceber neste trabalho, os articulistas empregaram transgressões de gênero que subvertem regularidades de estilo verbal, que compreende a articulação de elementos linguísticos variados. Como vimos, alguns textos apresentam o uso de um debate mais direto possibilitado pela utilização da segunda pessoa do discurso ou de uma linguagem figurada mais intensa, que não é típica do artigo de opinião. Além disso, transgressões ligadas à regularidade composicional, vinculada à forma de compor, organizar e apresentar formalmente o texto, também desempenharam um papel relevante, sendo amplamente usadas pelos produtores dos textos. Essa quebra da regularidade composicional se manifestou a partir do uso de aspectos estruturais de outros gêneros, como o gênero manifesto e reportagem, sendo imbricados no artigo de opinião, à guisa de exemplo.

Todas essas estratégias, como já vimos até aqui, auxiliaram a promoção do crescimento de um espaço de credibilidade do autor por parte do público da Folha, espaço este sem o qual o ato argumentativo e persuasivo não poderia ser concretizado.

Tendo em vista esses apontamentos, entendemos que esta pesquisa deixa uma contribuição para o meio acadêmico, ao aprofundar o debate sobre transgressão de gênero e argumentação, uma vez que o tema ainda é pouco discutido. Sob esse enfoque, outras pesquisas poderiam ainda ser feitas, seja pela ampliação do corpus por meio da utilização de artigos de opinião de outros jornais, seja pela comparação entre outros gêneros, por exemplo. O que entendemos é que as possibilidades de estudo da transgressão de gênero e de suas implicações retóricas são diversas e merecem maior relevância.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. Cotia, PR: Ateliê Editorial, 2009.

AMOSSY, Ruth. Argumentação no discurso. Trad. Ângela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. Trad. Paulo Bezerra. 1a Ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

CASSEB-GALVÃO, V. C.; DUARTE, M. da C. Artigo de opinião: sequência didática funcionalista. São Paulo: Parábola, 2018.

FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2016.

LARA, Glaucia, M. P. Transgredindo os gêneros do discurso: entre a teoria e a prática. BELO HORIZONTE: Faculdade de Letras da UFMG, 2010.

MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Anexos



Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



Anexo 6



Anexo 7



Anexo 8



Anexo 9



Anexo 10



Anexo 11



Anexo 12

CÓDIGO: HS0495

AUTOR: VINNICIUS SILVA EUFLAUSINO

COAUTOR: ADRIELLY DIOGENES PEREIRA

COAUTOR: GLENDA HELOISA DE FARIAS SOUSA

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: Escravidão contemporânea e a questão ambiental brasileira: análise da negação do homem e do aprofundamento das mudanças climáticas na Amazonia Legal

Resumo

O objetivo central do relatório é identificar a expressão territorial da escravidão contemporânea na Amazônia Legal, numa perspectiva de apontar a presença do cativeiro como fenômeno de destruição ambiental e possível agravador das mudanças climáticas no Brasil. Metodologicamente, a técnica superposição de mapas é uma tentativa de demonstrar de modo mais explícito como a problemática se apresenta, enfatizando a possível relação entre a destruição da floresta e a presença do cativeiro. O principal resultado traduziu-se na constatação de que a territorialização da escravidão na Amazônia Legal indica não somente a negação de direitos humanos e da Natureza, mas, também, uma dinâmica de exploração econômica predatória que opera em um círculo vicioso que, simultaneamente, explora força de trabalho e promove uma ampliação da crise ambiental.

Palavras-chave: Desumanização; Vulnerabilidade Social; Degradação Ambiental

TITLE: CONTEMPORARY SLAVERY AND THE BRAZILIAN ENVIRONMENTAL QUESTION: AN ANALYSIS OF THE DENIAL OF HUMANITY AND THE INTENSIFICATION OF CLIMATE CHANGE IN THE LEGAL AMAZON

Abstract

The core objective of the report is to identify the territorial expression of contemporary slavery in the Legal Amazon, from the perspective of pointing to the presence of captivity as a phenomenon of environmental destruction and a potential aggravator of climate change in Brazil. Methodologically, the map overlay technique is an attempt to more explicitly demonstrate how this issue manifests, emphasizing the potential relationship between forest destruction and the presence of captivity. The main result was the finding that the territorialization of slavery in the Legal Amazon indicates not only the denial of human and Nature's rights, but also a dynamic of predatory economic exploitation that operates in a vicious cycle which simultaneously exploits labor and promotes an expansion of the environmental crisis.

Keywords: Dehumanizations; Social Vulnerability; Environmental Degradation

Introdução

A permanência das desigualdades e injustiças socioespaciais na formação histórico-territorial do Brasil, principalmente, das últimas décadas do século XX e início do XXI, mostra-se como uma questão latente e marcante na realidade brasileira atual, principalmente, pela negação dos direitos humanos e da natureza. Nessa perspectiva, a história e a geografia do país, no contexto presente, repetem, em parte, a lógica de uso do território que havia norteado o processo de colonização, uma vez que ampliam e agravam as várias formas de exploração e de espoliação dos recursos naturais e do encurralamento e extermínio de populações.

Esse contexto de negação do meio ambiente e do Outro pode ser confirmado quando se observa as duas primeiras décadas do século XXI, especificamente, entre 2003 e 2023, o país registrou, segundo dados levantados pelo Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, um total de 55.224 pessoas resgatadas na condição de cativo. Só na Amazônia Legal, foram listados um total de 22.988 trabalhadores/as em condição de escravos/as, representando 41% dos casos. Ao mesmo tempo, no neste período, a mesma região teve um registro 306.992.104 cicatrizes de queimadas, segundo o MapBiomass (2025), revelando que a escravidão contemporânea e a degradação florestal se colocam como facetas integradas de um mesmo modelo de desenvolvimento.

A manutenção dessa lógica de organização espacial na Amazônia brasileira, atrelada à constituição de perversidades socioambientais, resulta na destruição das diversas populações que habitam o território amazônico, principalmente, os povos originários e a população ribeirinha. Mas, também, impõe uma condenação à Natureza e a sua incorporação como recurso e/ou mercadoria.

Dentro dessa perspectiva, a escravidão contemporânea se apresenta como um 'multiplicador de ameaças às causas das mudanças climáticas', uma vez que a violência

e exploração de pessoas conduz a um círculo vicioso e calamitoso que conduz a um drama ambiental:

Uma das maneiras de se empregar escravos é a exploração e destruição do meio ambiente natural numa escala crescente. Isso não se resume apenas a, por exemplo, pessoas escravizadas serem usadas como mão de obra para destruir florestas e aumentar as emissões de gases de efeito estufa, intensificando assim as mudanças climáticas. Tampouco se restringe a um caso de mudanças climáticas levando a secas, inundações ou desertificação que forcem pessoas a situações de maior vulnerabilidade, levando-as a se tornar vítimas do trabalho escravo contemporâneo. O que tem acontecido, e ainda acontece no mundo inteiro todos os dias, é um ciclo de escravidão e destruição ambiental que segue sem cessar, destruindo tanto o mundo natural quanto as vidas das pessoas escravizadas e forçadas a levar a cabo a destruição desse ambiente natural (Bales, 2020, p. 156).

Nessa perspectiva, o processo de formação histórico-territorial do Brasil no momento presente, e que se encontra centrado dentro dos parâmetros do capitalismo-moderno-colonial, faz com que a escravidão contemporânea na Amazônia Legal não somente seja um instrumento econômico que maximiza lucros, fruto de processos de superexploração, mas, também, um fenômeno que vem sitiando a região, destruindo vidas e toda uma diversidade natural, o que, evidentemente, agrava o quadro das mudanças climáticas.

Tendo em vista a problemática apresentada, o presente relatório possui como objetivo geral identificar a expressão territorial da escravidão contemporânea na Amazônia Legal, numa perspectiva de apontar a presença do cativeiro como fenômeno de destruição ambiental e possível agravador das mudanças climáticas no Brasil.

Em termos de justificativa, o presente relatório sustenta o argumento que a escravidão atual possibilitou, ao longo do tempo e no espaço, a efetivação de territórios perversos, onde a realidade atual é fruto de um processo cruel de destruição da Natureza e exploração.

Metodologia

O método de abordagem foi construído com o suporte teórico da análise geográfica sob parâmetros da teoria social crítica, reconhecendo que a lógica de subordinação dos indivíduos aos imperativos da modernização capitalista no Brasil impõe processos de organização do espaço que subvertem os atuais usos do território. Nessa perspectiva, a presença da escravidão contemporânea reafirma procedimentos mais perversos de negação, expropriação e exploração de homens e mulheres e destruição da Natureza. Por isso, determinadas atividades econômicas, a exemplo da extração de madeiras e produção de carvão vegetal, associados a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição do meio ambiente no território amazônico.

Nesse sentido, o presente relatório assume o conceito da Amazônia legal segundo a Lei de nº1.806, de 06/01/1953, que estabeleceu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e que não resume a região apenas ao ecossistema de selva úmida, a qual estende-se por 49% do território nacional, mas, também, abrange a área de nove (9) unidades federativas, sendo elas: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (Mapa 1). Essa região corresponde hoje a cerca de 59% do território brasileiro e conta com 56% da população indígena brasileira, segundo IBGE (2024).

Em termos de sua dimensão territorial, segundo o IBGE (2024), a área compreende cerca de 5.014.107,875 km² do território nacional, sendo composto por 772 municípios, com uma população de 27,8 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 13,7% dos habitantes do país, e tendo a maior concentração, principalmente, nos estados do Pará, com 8.902.320 milhões de indivíduos, Maranhão (7.192.350) e Amazonas (4.220.742).

Em relação às características ambientais, o território da Amazônia Legal é composto por três (3) unidades de bioma, divididos bioma Amazônia (predominante na área), Cerrado (presente nos estados do MA, TO e MT) e Pantanal (caracterizado na porção sul do MT) (Mapa 2).

Tendo essa área como referência do estudo, essa pesquisa utilizou, dentre as fontes de dados oficiais para mensuração do fenômeno, base de informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho (RADAR SIT), para fins de análise e reconhecimento do processo de territorialização da escravidão contemporânea. A escala temporal do escrito possui como marco referencial, para efeito de informação, o período que se estende entre os anos de 2003 e 2023.

Não obstante, como variáveis independentes, foram utilizados dados de uso e cobertura do solo da plataforma MapBiomas (2025), referentes aos anos de 2003 e 2023. As categorias de perda da vegetação primária, focos de regeneração da vegetação secundária e marcas de cicatrizes de fogo em território nacional foram levantadas para verificar o processo de destruição ambiental na região analisada.

No que diz respeito ao tratamento dos dados, as informações coletadas foram divididas, tabuladas e organizadas numa perspectiva de mostrar o número de trabalhadores/as resgatados/as por municípios da região da Amazônia Legal e a sua relação com a destruição da floresta e crise ambiental. Posteriormente, foram construídos mapas com o software Quantum GIS (3.38.2), e que tiveram como finalidade evidenciar, por meio da espacialização do fenômeno, a complexidade da questão ora tratada, ressaltando a distribuição espacial por municípios.

O processo de interpretação se estabeleceu, principalmente, por meio de sínteses cartográficas, onde a explicação da presença de escravidão contemporânea na Amazônia Legal se confirma por meio localização, distribuição e concentração demográfica desses/as trabalhadores/as superexplorados/as. Essa opção pela técnica do mapeamento deveu-se, notadamente, no âmbito do necessário aprimoramento da capacidade geográfica de observar, analisar e refletir sobre a problemática delimitada para o estudo.

Agora, numa tentativa de deixar claro e de forma mais explícita a dinâmica da relação entre o cativeiro como fenômeno de destruição ambiental na região em estudo, e possível agravador das mudanças climáticas no tempo-espço presente, foi apresentada uma série de mapas que mostra a relação indissociável entre o cativeiro e destruição da floresta. Nesse caminho, a superposição das imagens foi a escolha metodológica adotada na perspectiva de compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Resultados e Discussões

Compreendendo a escravidão contemporânea como a forma mais cruel e moderna de subordinação do homem aos imperativos da irracionalidade capitalista no momento presente, sendo uma das facetas da crueldade da formação histórico-territorial do Brasil, ampliando e as desigualdades e injustiças socioambientais, observa-se que o cativeiro se encontra presente em todos os estados da Amazonia Legal (Mapa 03), registrando, entre 2003 e 2023, um total de 22.988 trabalhadores/as submetidos/as ao cativeiro e que foram encontrados pela Inspeção do Trabalho.

Os maiores registrados estão presente nos estados do Mato Grosso e Pará, ambos, também, apresentando uma ascendência na concentração por municípios, tendo como destaque Confresa (MT), com 1348 casos registrados, Ulianópolis, 1304 registros, São Félix do Xingu, 843, Marabá, 654, e Pacajá com 623 no PA. Somados, os estados do PA e MT totalizam 10.534 e 4.499 casos registrados, respectivamente.

Diante desse quadro, e impulsionado por uma lógica de acumulação do capital, presente na região estudada, observa-se que há uma crescente negação do homem, mas, também, da Natureza, a partir da constante ampliação do processo de extração de riquezas e, consequentemente, agravamento ambiental. Nesse sentido, e de acordo com dados do MapBiomias (2025), a Amazônia Legal têm apresentado um aumento nos números de registros de queimadas, principalmente, nas áreas de ascendência de registros de resgates, conforme observado no Mapa 04 e Tabela 01.

A imagem e os dados apresentados evidenciam uma ameaça significativa a população e ao meio ambiente, principalmente, pela relação indissociável entre a distribuição espacial dos casos registrados de escravidão e as cicatrizes de queimadas, por município. Constata-se que as localidades com maior expressividade em dados de queimadas estão concentradas nos estados do PA, TO, MA e MT, tendo como expoentes principais as localidades de São Félix do Xingu/PA (7.418.245 marcas de cicatrizes de fogo por hectare e 843 casos de trabalhadores resgatados), Formosa/TO (5.653.423; não apresentou casos), Lagoa da Confusão/TO (5.651.993/43 registros); os municípios de Mirador, Balsas (ambos no MA) e Ribeirão Cascalheira/MT apresentaram valores acima dos 4 milhões e tendo, respectivamente, 35, 58 e 11 casos de cativeiro. No caso dos municípios que apresentaram os maiores números em termos de trabalhadores resgatados, os dados mostram que Confresa (1348 registros de escravidão), Ulianópolis (1304), Marabá (654) e Pacajá (623) tiveram, respectivamente, 1.023.865, 721.075, 891.996 e 628823 marcas de cicatrizes de fogo por hectare.

Adentrando ainda mais nas características do processo de destruição ambiental na área analisada, foram levantados dados referentes a perda de vegetação primária, a qual foram utilizados para produzir a Tabela 02 e o Mapa 05.

Nota-se que o PA e MT enquadram-se, novamente, entre as unidades federativas com os valores mais expoentes em perda de vegetação primeira, sendo, 10.996.955 e 8.952.391 hectares, respectivamente. Ao mesmo tempo, como mostrado anteriormente, as duas unidades federativas configuram-se com a maior quantidade de casos registrados de trabalhadores/as resgatados/as na delimitação espaço temporal adotada. Registra-se, ainda, que o estado do Amapá, com 157.753 por hectare perdido de vegetação, configurando-se com o maior índice de preservação. Em termos de municípios, os dados mostram que quatro (4) casos que se destacam negativamente, quando a questão é perda de vegetação primária, onde dois (2) estão localizados no PA e dois no estado do AM. As perdas são 316.479.640ha em Altamira/PA, 246.005.386ha em Barcelos/AM, 225.240.416ha São Gabriel da Cachoeira/AM e 219.620.003ha em Oriximiná/PA. De forma contraditória, as duas últimas localidades citadas não apresentam registros de trabalhadores/as resgatados/as na delimitação temporal estabelecida na pesquisa.

Ainda, foram identificados na localidade de Altamira, 230 casos de trabalhadores/as resgatados/as, enquanto Barcelos registrou 13 casos. Em ordem dos municípios com maior registro de resgates, observa-se, em ordem crescente, o acúmulo de vegetação primária no lapso dos 20 anos: São Félix do Xingu (141.563.217), Marabá (15.289.947), Pacajá (14.922.593), Confresa (4.520.715) e Ulianópolis (4.136.320) em termos de quantidades de vegetação por hectare.

Por outro lado, é importante salientar que inversamente, onde há mais registros de escravidão contemporânea, observa-se uma maior presença de vegetação secundária, por municípios, conforme mostra a Tabela 03 e o Mapa 06.

Considerando a Tabela (02), observa-se que o quadro de vegetação secundária (por hectare) apresenta uma leve recuperação de vegetação, observando um processo gradativo de regeneração até o ano de 2022. Porém, no ano seguinte, tem-se uma diminuição destas áreas, sendo um cenário presente nas nove unidades federativas. Cabe destacar, também, que os estados do PA e MT recuperaram mais de 1.800.000ha de sua vegetação, entre 2003 e 2022, e, na mesma proporção, ambos também tiveram a maior perda registrada de área em 2023.

Em termos de escala municipal, é possível observar que no estado do PA, ocorre a predominância de áreas com vegetação regenerada, com destaque para as localidades de Paragominas, com 3.057.467ha, Santarém (1.897.558), Monte Alegre (1.776.554) e Itaituba (1.623.087). Em MT, as localidades com maior expoente nos dados de vegetação secundária foram os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (1.382.742) e Juruena (1.260.290). Tais números mostram que essas localidades apresentaram 483, 37, 28 e 5 registros de cativo. As localidades de Itaituba e Juruena não apresentam dados para a variável em perspectiva. Em ordem dos municípios que apresentaram valores elevados para os casos de trabalhadores libertos, pode-se encontrar os dados de vegetação secundária nos seguintes valores: Confresa (336.716), Ulianópolis (1.259.033) São Félix do Xingu (1.338.716), Marabá (1.051.125) e Pacajá (1.216.259).

A Tabela 04 e o Mapa 07 representam a distribuição espacial da atividade de extração da madeira, em metros cúbicos (m^3) por município, entre 2003 e 2023, na Amazônia Legal.

Dessa forma, conforme observa-se nos dados acima, os estados que apresentaram valores expoentes da atividade extrativista, em ordem crescente, foram: PA (123.915.230 m^3), MT (59.689.699 m^3), RO (33.383.440 m^3).

No âmbito da análise dos municípios que compõem a área da Amazônia legal, Observa-se que o foco de concentração da atividade extrativista se encontra, principalmente, em Portel/PA, com 17.604.310 de madeira em tora extraída por metros cúbicos; seguido pelas localidades de Porto Velho/RO (10.439.692 m^3), Tailândia/PA (9.244.163 m^3), Paragominas/PA (7.911.763 m^3) e Aripuanã/MT (7.214.589 m^3).

Em termos de registros de casos de trabalhadores/as resgatados/as para as localidades que apresentaram os valores mais expoentes da atividade extrativista, observa-se os municípios de Portel (com 17 casos), Porto Velho (159), Tailândia (117), Paragominas (483). Quanto à localidade de Aripuanã, esta não apresentou registros. Salienta-se trazer os valores da atividade extrativista para os municípios com os maiores índices de resgates, sendo eles: Confresa (50.101), Ulianópolis (2.910.535), São Félix do Xingu (796.715), Marabá (443.600) e Pacajá (809.228).

Paralelamente à atividade de extração da madeira, e associada a esta, realiza-se a produção de carvão. No âmbito da discussão ora em realização, a Tabela 05 e Mapa 08, representam a atual distribuição espacial da produção de carvão na área em estudo.

Assim, elenca-se enumerar as unidades federativas com os valores mais elevados sendo estes, em ordem, MA (6.439.056), PA (2.547.101) e MT (601.891). Salienta-se a disparidade que ocorre entre os três (3) valores apresentados, com diferenças acima do 1 milhão de um estado para outro, o que mostra uma quebra do padrão que vinha sendo observado nas tabelas anteriores, onde o PA e MT ocupando a primeira e segunda posição na tabela - com exceção da variável de cicatrizes de fogo, em que o MT apresentou o maior valor.

Abarcando a escala municipal, têm-se como destaque três localidades, com valores acima de 600 mil dados de carvão vegetal extraído por tonelada, sendo Paragominas no PA, com (682.750), Grajaú (677.168) e Bom Jardim (635.172) no PA e MA. Ainda, destacam-se as localidades de Barra do Corda/MA (467.084) e Centro Novo do Maranhão/MA (301.725).

Conclusão

Diante do exposto, ressalta-se que o momento atual de formação histórico-territorial do Brasil, tendo a Amazônia Legal como exemplo abordado aqui, mostra a permanente lógica de racionalidade técnico-instrumental capitalista de exploração, espoliação e

negação das pessoas e da Natureza. Nesta perspectiva, demonstrou-se em que medida os exemplos das atividades de extração de madeiras e produção de carvão vegetal, e o próprio desmatamento, associados a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição da área em epígrafe. Se este processo perdurar, o risco de extermínio da diversidade ambiental, e, por conseguinte, dos próprios seres humanos, tornar-se-á uma condição sem retorno.

É no âmbito desta chamada de atenção, e de modo provocativo, que a construção das tabelas e dos produtos cartográficos, que buscou-se a identificação de uma conexão entre as questões ambientais, a exploração de atividades de cunho extrativistas e a presença da escravidão contemporânea, principalmente, em municípios dos estados do PA e MT, reforçando, evidentemente, o papel da ciência geográfica como capaz de interpretar o acontecer histórico e espacial a partir de uma perspectiva dinâmica, integral e complexa.

Nesta perspectiva, em definitivo, cabe ressaltar que a conexão entre de escravidão contemporânea e o agravamento da crise ambiental na Amazônia Legal se mostra quase que indissociável, o que requer um esforço de investimento e recursos de fiscalização e combate aos males gerados nesse processo, quebrando o círculo vicioso de negação do Outro e da Natureza, renunciando, notadamente, a construção da realidade como objeto de uso e domínio para fins puramente especulativos.

Referências

AGENCIA NOTICIAS IBGE - IBGE divulga recortes geográficos do país atualizados para 2024. IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43754-ibge-divulga-recortes-geograficos-do-pais-atualizados-para-2024>. Acesso em: 12 ago 2025

Escravidão contemporânea / [organizado] por Leonardo Sakamoto. - São Paulo : Contexto, 2020. 192 p. Bibliografia ISBN 978-85-520-0170-6.

MapBiomias. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 2025

Ministério do Meio Ambiente - MMA. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openlayers.htm#>. Acesso em: 2025

Perspective From forests to factories: How modern slavery deepens the crisis of climate change; Kevin Bales, Benjamin K. Sovacool, 2020, p. 3)

Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil - RadarSit. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 2024

Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 2024

Anexos



Tabela 01



tabela 02



tabela 03



tabela 04



tabela 05



mapa 01



mapa 02



mapa 03



mapa 04



mapa 05



mapa 06



mapa 07



mapa 08

CÓDIGO: HS0500

AUTOR: QUEZIA EMELI SANTOS DE SOUZA

ORIENTADOR: MAHAYANA CRISTINA GODOY

TÍTULO: Linguagem de todos os sentidos: Iconicidade no Léxico Sensorial em Adjetivos do Português Brasileiro

Resumo

Neste trabalho, investigamos a relação entre a iconicidade e as modalidades sensoriais dominantes com as quais alguns adjetivos do português brasileiro se relacionam (visão, audição, paladar, olfato e tato). Para as ciências cognitivas, entende-se por iconicidade um senso de semelhança entre algum aspecto da forma linguística de uma palavra com algum aspecto de seu significado, ou seja, é um mapeamento entre forma e sentido. Para o nosso estudo, partimos de um conjunto de dados composto por 280 adjetivos do português brasileiro, o qual foi elaborado com base na proposta de Winter, Perlman, Perry e Lupyan (2017). O estudo deles demonstrou que no léxico em inglês alguns domínios sensoriais expressam mais iconicidade do que outros. Semelhantemente à tese de Winter et al. (2017), nossas análises revelaram maior iconicidade nos domínios auditivo e tátil dos adjetivos do PB na nossa amostra, enquanto palavras que denotam conceitos relacionados ao paladar, visão e olfato obtiveram uma média de iconicidade mais baixa. O presente trabalho se relaciona ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (educação de qualidade), visto que busca contribuir para os avanços nos estudos da linguagem.

Palavras-chave: iconicidade; modalidades sensoriais; adjetivos.

TITLE: Language of all the senses: Iconicity in the Sensory Lexicon of Brazilian Portuguese Adjectives

Abstract

In this work, we investigate the relationship between iconicity and the dominant sensory modalities to which some Brazilian Portuguese adjectives relate (sight, hearing, taste, smell, and touch). In cognitive science, iconicity is understood as a sense of similarity between some aspect of a word's linguistic form and some aspect of its meaning—that is, it is a mapping between form and meaning. For our study, we started with a dataset composed of 280 Brazilian Portuguese adjectives, which was developed based on the proposal of Winter, Perlman, Perry, and Lupyan (2017). Their study demonstrated that in the English lexicon, some sensory domains are more iconic than others. Similar to the

thesis of Winter et al. (2017), our analyses revealed greater iconicity in the auditory and tactile modalities of Brazilian Portuguese adjectives in our sample, while words denoting concepts related to taste, sight, and smell obtained a lower average iconicity. This work is related to Sustainable Development Goal 4 (quality education), as it seeks to contribute to advances in language studies.

Keywords: : iconicity; sensory modalities; adjectives.

Introdução

Nas ciências cognitivas, a iconicidade tem sido um tópico cada vez mais recorrente, recebendo destaque por estar relacionada às origens das línguas (Perlman e Lupyan, 2018), ao processamento da linguagem (Sidhu et al. 2020; Thompson et al. 2009, 2010) e na aprendizagem de idiomas (Kantartzis et al. 2011, 2019). Para Winter, Woodin e Perlman (2023), a iconicidade diz respeito a um senso de semelhança entre algum aspecto da forma linguística de uma palavra com algum aspecto de seu significado, ou seja, é um mapeamento entre forma e sentido. A iconicidade pode ocorrer em qualquer modalidade ou meio, podendo estar presente na fala, na escrita ou em sinais (Emmorey 2014), como em contextos comunicativos em que falantes ou sinalizadores modulam sua velocidade de produção lexical para indicar a velocidade da ação descrita (Schlenker, 2018; Perlman 2010), o que demonstra que o comportamento linguístico de uma palavra ou sinal codifica as experiências vividas pelo sujeito. Ao se relacionar com a maneira que percebemos o mundo, a iconicidade também afeta uma parte do léxico usada para descrever nossas experiências sensoriais. Em geral, vivenciamos o mundo através dos nossos sentidos e compartilhamos nossas vivências através da linguagem. Desse modo, surge o conceito de palavras sensoriais, as quais descrevem impressões perceptivas que evocam os sentidos humanos. Por exemplo, o adjetivo amargo descreve uma impressão sensorial relacionada ao paladar, enquanto que o adjetivo aromático descreve uma impressão sensorial mais relacionada ao olfato. Há também adjetivos que evocam percepções táteis, como dolorido, e outros que evocam percepções auditivas, como barulhento. Por fim, há adjetivos que evocam aspectos sensoriais visuais, a exemplo de amarelo, que descreve uma cor que pode ser percebida por meio da visão. Há trabalhos que apresentam uma relação entre iconicidade e percepção sensorial. Winter et al. (2017) realizou um estudo em que quantificou a iconicidade de 3001 palavras em inglês com base em avaliações de falantes nativos em uma escala de -5 a +5, e analisaram a conexão entre iconicidade e os sentidos humanos. Inicialmente, Winter et al. (2017) replicou algumas descobertas feitas pelo estudo de Perry et al. (2015), como a de que onomatopeias e interjeições são mais icônicas, seguidas por verbos e adjetivos, que são mais icônicos do que substantivos, advérbios e palavras gramaticais. Essa predominância dos adjetivos sobre os substantivos e as palavras de classe fechada pode estar relacionada ao fato de que, frequentemente, os adjetivos denotam propriedades sensoriais. Para avaliar a conexão entre a iconicidade e os sentidos, Winter et al. (2017) utilizou as “classificações de experiência sensorial” obtidas com base nas avaliações de falantes nativos do inglês, os quais avaliaram se uma palavra “evoca uma experiência sensorial” com base nos 5 sentidos comuns em uma escala de 1 a 5 para definir a modalidade sensorial dominante das palavras que compõem a amostra. Ao analisar as notas de iconicidade e relacioná-las às modalidades sensoriais dominantes das palavras, descobriram que a iconicidade não está distribuída igualmente entre os domínios sensoriais, pois as palavras auditivas e táteis tendem a ser mais icônicas

do que palavras que denotam conceitos relacionados aos outros domínios. Nessa perspectiva, nosso estudo busca abordar a conexão entre iconicidade e percepção sensorial a partir das modalidades sensoriais dominantes de alguns adjetivos do PB, visto que ainda é um tópico pouco explorado para a língua portuguesa. Sendo assim, partimos da premissa de que alguns domínios sensoriais de adjetivos do PB são mais icônicos do que outros. Nossa hipótese está fundamentada no estudo de Winter, Perlman, Perry e Lupyan (2017), e semelhantemente e às descobertas realizadas por eles para o inglês, acreditamos que há predominância das modalidades auditiva e tátil dos adjetivos do léxico português como as que expressam maior iconicidade.

Metodologia

Para estudar empiricamente a relação entre o léxico sensorial e a iconicidade, tomamos como ponto de partida a metodologia proposta por Winter et al. (2017), e analisamos um conjunto de dados composto por palavras pertencentes à mesma classe gramatical, o adjetivo. Esse conjunto de dados compõe o experimento de Godoy (2026), e consiste em participantes nativos do português brasileiro atribuírem notas de iconicidade numa escala de 1 a 7 a mais de 6000 palavras do português. Dentre essas palavras, estão 280 adjetivos ligados a percepções sensoriais que iremos analisar aqui. Esses adjetivos, bem como sua modalidade sensorial dominante, foram traduzidos do inglês para o português ou substituídos por termos do português com significados muito próximos aos termos em inglês. A modalidade sensorial dominante dos adjetivos foi determinada com base nos estudos de Lynott e Connell (2009, 2013), os quais mediram o grau em que os adjetivos e substantivos correspondem a uma modalidade sensorial específica. É importante destacar que algumas palavras proporcionaram um teor de dificuldade para serem classificadas de acordo com a modalidade sensorial a que se referem, pois alguns termos são altamente multimodais (Lynott & Connell, 2009) e evocam mais de uma modalidade sensorial, como o adjetivo *aveludado*, que pode se referir a impressões perceptivas relacionadas ao tato, visão ou audição, como em “toque aveludado”, “superfície aveludada” ou “tom aveludado”. Para driblar essa dificuldade, a abordagem de Lynott e Connell (2009) consistiu em gerar uma lista de palavras sensoriais com a ajuda de listas de tesouro e solicitar a cinquenta e cinco falantes nativos do inglês britânico para avaliarem o quanto uma dada propriedade é experienciada “ao ver”, “ao ouvir”, “ao sentir através do tato”, “ao cheirar” e “ao saborear”. Para cada uma das modalidades, os participantes responderam numa escala de 0 a 5. Isto permite não só observar o quanto uma palavra corresponde a um sentido específico, mas também permite quantificar a multimodalidade de uma palavra.

Resultados e Discussões

Todas as análises do nosso estudo foram realizadas com o RStudio. Utilizamos o pacote *tidyverse* para extrair as notas médias de iconicidade e o desvio-padrão para cada termo do nosso conjunto de dados, e o *ggplot2* no mesmo programa para elaborar o boxplot (ou gráficos de caixa) que representa a associação entre iconicidade e as modalidades sensoriais dominante dos adjetivos. Dos 280 adjetivos da amostra, 158 tem como modalidade dominante a visão, 42 estão relacionadas ao tato, 37 à audição, 26 ao paladar

e 17 ao olfato. Evidencia-se, portanto, que a quantidade de adjetivos por modalidade sensorial dominante está desequilibrada, tendo em vista que mais da metade da amostra está relacionada à visão, enquanto que as outras modalidades apresentam um número bastante inferior de adjetivos para a realização do experimento. Essa assimetria pode ser explicada pela ideia de que a visão é o sentido dominante, e essa dominância reflete na linguagem (Levinson e Majid, 2014: 416). Após esse levantamento, extraímos a média aritmética das notas médias de iconicidade das palavras para cada modalidade, e observamos que a modalidade auditiva foi considerada mais icônica, com uma média de 5.45, seguida do “tato”, com uma média de 5.08, do “paladar”, com 4.77, da “visão”, com 4.59 e, por último, a modalidade olfativa, com uma média de 4.22. Extraímos também o desvio-padrão para cada modalidade, e observamos que os adjetivos relacionados a visão têm um desvio de 1.03, adjetivos relacionados ao olfato 0.970, ao paladar 0.866, ao tato 0.855 e os adjetivos relacionados à audição obtiveram 0.844, a menor nota de desvio-padrão. É possível observar a proximidade dos resultados encontrados com os resultados de Winter (2016), apesar de haver pequenas alterações. A figura 1 mostra as médias previstas por modalidade de acordo com Winter (2016), e observa-se que as palavras auditivas tem uma nota de iconicidade maior em relação às demais modalidades. Também é possível observar que as palavras táteis aparecem com uma nota de iconicidade muito próxima, o que demonstra que essas duas modalidades são consideradas mais icônicas no léxico inglês, assim como constatamos no português. Todavia, em Winter (2016) observou-se que as palavras olfativas tiveram uma alta classificação de iconicidade, seguida das palavras gustativas e visuais. Já no nosso estudo, é possível observar que palavras gustativas tiveram uma classificação de iconicidade maior do que as visuais e olfativas. (Figura 1: Iconicidade por modalidade sensorial (os dados da modalidade são de Lynott e Connell, 2009, 2013; Winter, 2016); os pontos indicam ajustes de modelos lineares com intervalos de confiança de 95%. Fonte: Adaptado de Winter, 2016) Para analisar graficamente as médias de iconicidade para cada modalidade sensorial dominante dos adjetivos do português brasileiro, optamos por utilizar o boxplot para observar a distribuição dos dados em análise, o qual pode ser visualizado na figura 2. Desse modo, é possível concluir que adjetivos que têm como modalidade dominante a audição são considerados mais icônicos, tendo uma média de iconicidade um pouco maior do que a modalidade tátil, que também recebeu uma classificação de iconicidade alta (acima de 5). (Figura 2: Iconicidade dos adjetivos por modalidade sensorial). Esse resultado sugere que, nas línguas orais, o léxico ligado ao meio acústico tende a expressar maior iconicidade por se propagar através do som, e os sons, de modo geral, permitem criar relações diretas e intuitivas entre a palavra e aquilo que ela representa, tendo em vista que a voz humana consegue variar em altura, duração, intensidade e outros aspectos que evocam características do objeto representado, e essa flexibilidade sonora ocasiona essa similaridade entre a forma e o significado. Na nossa análise, observamos que adjetivos auditivos que obtiveram notas relativamente altas de iconicidade contém os fonemas /b/, /t/ e/ou /d/, como a palavra batida que recebeu a nota média de iconicidade 6.27. Já para a modalidade tátil, constatamos que os adjetivos que receberam notas relativamente altas de iconicidade contém o fonema /r/, como em crocante que recebeu uma nota média de 6.63. O modo articulatorio dos fonemas oclusivos criam uma sensação auditiva de impacto, podendo ser associados também à ruptura ou contato, como nas onomatopéias “boom” e “toc-toc”. Já o fonema vibrante para a modalidade tátil evoca sensações de rugosidade, aspereza ou atrito que remete à repetição de estímulos na pele. Estudos experimentais, como o de Fryer et al (2014), evidenciam a existência da conexão entre a modalidade auditiva e a tátil, pois os participantes vendados exploravam através de

sensações táteis formas arredondadas e pontiagudas, e as formas pontiagudas foram predominantemente associadas a pseudopalavra kiki, enquanto que formas arredondadas foram predominantemente associadas a pseudopalavra bouba. Esse e outros estudos demonstram que a língua oral, além de sonora, também é tátil. Emitimos os sons por meio de articulações táteis do nosso aparelho fonador, e essas articulações táteis são associadas diretamente às nossas impressões táteis, como o encontro consonantal em “crocante” que remete à sensação que se tem ao provar algo crocante. Por fim, as palavras derivadas também obtiveram notas altas de iconicidade, como as palavras sussurrante (6.875), sonoro (6.6), pulsante (6.28), miado (6.18) etc. Os adjetivos relacionados ao paladar e à visão tiveram uma média de iconicidade muito próxima e superior a 4.5, todavia, os adjetivos considerados visuais tiveram uma dispersão significativa dos dados em relação aos demais, pois houve palavras com nota máxima de iconicidade e outras com nota inferior a 2. Uma explicação para essa dispersão pode estar relacionada ao número altamente desproporcional de palavras para a modalidade visual na nossa amostra, tendo em vista que dos 280 adjetivos analisados, 158 tem como modalidade dominante a visão. Por fim, adjetivos com a modalidade dominante olfativa obtiveram a menor média de iconicidade, o que demonstra que esse domínio sensorial é considerado menos icônico em relação aos demais da nossa amostra.

Conclusão

Em geral, nosso estudo buscou investigar a associação entre a iconicidade e as modalidades perceptivas prevalentes de alguns adjetivos do português brasileiro, tomando como ponto de partida as análises de Winter et al. (2017), o qual constatou maior iconicidade em palavras auditivas e táteis no léxico inglês. Similarmente às descobertas de Winter et al. (2017), nossos resultados indicam que há uma relação entre a iconicidade e os domínios sensoriais dos adjetivos no léxico português. Desse modo, nossas análises demonstram que os adjetivos que denotam sensações auditivas são mais icônicos em comparação a outras modalidades sensoriais, tendo uma média de iconicidade alta e estando muito próxima da média de iconicidade dos adjetivos táteis, o que pode ser explicado por estudos como o de Fryer et al (2014), que demonstra que essas modalidades estão intimamente ligadas e expressas por meio da fala. Todas essas observações reforçam a hipótese de que nas línguas faladas, o meio acústico tende a expressar maior iconicidade do que os demais sentidos comuns.

Referências

Winter, B, Perlman, M, Perry, L & Lupyan, G 2017, 'Which words are most iconic? Iconicity in English sensory words', *Interaction Studies*, vol. 18, no. 3, pp. 433–454.
Winter, B. (2016). The sensory structure of the English lexicon. PhD thesis, University of California Merced.
WINTER, Bodo; WOODIN, Greg; PERLMAN, Marcus. Defining iconicity for the cognitive sciences. *Oxford Handbook of Iconicity in Language*. Oxford: Oxford University Press, (2023).
Lynott, D., & Connell, L. (2009). Modality Exclusivity Norms for 423 Object Properties. *Behavior Research Methods*, 41, 558-564.
Lynott, D., & Connell, L. (2013). Modality Exclusivity Norms for 400 Nouns: The relationship between perceptual experience and surface word form. *Behavior Research Methods*, 45,

516-526. Sidhu, David M., Gabriella Vigliocco; Penny M. Pexman (2020). Effects of iconicity in lexical decision, *Language and Cognition* 12(1): 164-181. Thompson, Robin L., David P. Vinson; Gabriella Vigliocco (2009). The link between form and meaning in American Sign Language: Lexical processing effects, *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 35 (2): 550-557. Thompson Robin L., David P. Vinson; Gabriella Vigliocco (2010). The link between form and meaning in British Sign Language: Effects of iconicity for phonological decisions, *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 36(4): 1017-1027. Kantartzis, Katerina, Mutsumi Imai, David Evans; Sotaro Kita (2019). Sound symbolism facilitates long-term retention of the semantic representation of novel verbs in three-year-olds, *Languages* 4(2): 21. Kantartzis, Katerina, Mutsumi Imai; Sotaro Kita (2011). Japanese sound-symbolism facilitates word learning in English-speaking children, *Cognitive Science* 35(3), 575-586. Saussure, Ferdinand (1959). *Course in general linguistics*. Nova York, NY: The Philosophical Library. Dingemanse, Mark, Damian E. Blasi, Gary Lupyan, Morten H. Christiansen; Padraic Monaghan (2015). Arbitrariness, iconicity and systematicity in language, *Trends in Cognitive Sciences* 19 (10): 603-615. Perry, L. K., Perlman, M., Lupyan, G. (2015). Iconicity in English and Spanish and its relation to lexical category and age of acquisition. *PloS One*, 10, e0137147. Fryer, L., Freeman, J., Pring, L. (2014). Touching words is not enough: How visual experience influences haptic-auditory associations in the “Bouba-Kiki” effect. *Cognition*, 132, 164-173. Perlman, M., & Lupyan, G. (2018). People Can Create Iconic Vocalizations to Communicate Various Meanings to Naïve Listeners. *Scientific Reports*, 8(1), Artigo 1. Perniss, Pamela, Jenny C. Lu, J. C. Gary Morgan, Gabriella Vigliocco (2018). Mapping language to the world: The role of iconicity in the sign language input, *Developmental Science* 21 (2): e12551. Emmorey, Karen (2014). Iconicity as structure mapping, *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 369 (1651): 20130301. Schlenker, Philip (2018). Iconic pragmatics, *Natural Language and Linguistic Theory* 36(3): 877-936. Perlman, Marcus (2010). Talking fast: The use of speech rate as iconic gesture, *Fey Perril, Vera Tobin e Mark Turner (orgs.), Meaning, form and body*. Palo Alto, CA: CSLI Publications, 245-262. Gallese, V., & Lakoff, G. (2005). The brain's concepts: The role of the sensory-motor system in reason and language. *Cognitive Neuropsychology*, 22, 455-479. Gibbs, R. W. (2005). *Embodiment and Cognitive Science*. Cambridge: Cambridge University Press. Connell, L., & Lynott, D. (2010). Look but don't touch: Tactile disadvantage in processing modality-specific words. *Cognition*, 115, 1-9. Hinton, L., Nichols, J., & Ohala, J. (1994). Introduction: sound-symbolic processes. In L. Hinton, J. Nichols, & J. Ohala (Eds.), *Sound Symbolism* (pp. 1-12). Cambridge: Cambridge University Press. Levinson, S. C., & Majid, A. (2014). Differential ineffability and the senses. *Mind & Language*, 29, 407-427. Lockwood, G., & Dingemanse, M. (2015). Iconicity in the lab: a review of behavioral, developmental, and neuroimaging research into sound-symbolism. *Frontiers in Psychology*, 6, 1246. Godoy, Mahayana C. (2026) Iconicity Normf for 6000+ Brazilian Portuguese Words. 15th International Symposium on Iconicity in Language and Literature. Nagoya, Japan.

Anexos



Figura 1: Iconicidade por modalidade sensorial (os dados da modalidade são de Lynott e Connell, 2009, 2013; Winter, 2016); os pontos indicam ajustes de modelos lineares com intervalos de confiança de 95%. (Fonte: Adaptado de Winter, 2016)



Figura 2: Iconicidade dos adjetivos por modalidade sensorial

CÓDIGO: HS0504

AUTOR: ADRIELLY DIOGENES PEREIRA

ORIENTADOR: HUGO ARRUDA DE MORAIS

TÍTULO: Escravidão contemporânea e a questão ambiental brasileira: análise da negação do homem e o desmatamento em território nacional.

Resumo

O objetivo central do relatório é analisar a relação entre a escravidão contemporânea e o desmatamento em território nacional no momento presente, numa perspectiva de apontar a sua permanência de desrespeito à Natureza e desumanização do Outro. Metodologicamente, a técnica do uso de mapas é uma tentativa de demonstrar de modo mais explícito como a problemática se apresenta, a partir sínteses cartográficas, enfatizando a possível relação entre a destruição ambiental e a presença do cativo. O principal resultado traduziu-se na constatação de que a escravidão contemporânea, como ciclo de exploração vigente no atual contexto, não somente evidencia injustiças e desigualdades socioespaciais, mas, também, possibilita uma dinâmica de exploração econômica predatória que promove e amplia a crise ambiental.

Palavras-chave: Desumanização. Extrativismo. Injustiças socioespaciais

TITLE: Contemporary slavery and the Brazilian environmental issue: analysis of the denial of man and deforestation in the national territory.

Abstract

The central objective of the report is to analyze the relationship between contemporary slavery and deforestation in the national territory at the present time, from a perspective of pointing out its permanence of disrespect for Nature and dehumanization of the Other. Methodologically, the technique of using maps is an attempt to demonstrate in a more explicit way how the problem is presented, based on cartographic syntheses, emphasizing the possible relationship between

environmental destruction and the presence of captivity. The main result was the finding that contemporary slavery, as a cycle of exploitation in force in the current context, not only evidences injustices and socio-spatial inequalities, but it also enables a dynamic of predatory economic exploitation that promotes and amplifies the environmental crisis.

Keywords: Dehumanization. Socio-spatial injustices. Extractivism.

Introdução

A permanência das desigualdades e injustiças socioespaciais herdadas do período colonial e ainda fortemente presentes na formação histórico-territorial do Brasil, principalmente, no início do XXI, mostra-se como questão latente e marcante na realidade brasileira. A história e a geografia do país, no contexto atual, ampliam e agravam o processo de concentração de terras e as várias formas de exploração e de espoliação dos recursos naturais, do encurralamento e extermínio de populações negadas, entre as quais se encontram os povos negros e originários como suas principais vítimas.

Nesse caminhar histórico-geográfico, a escravidão contemporânea é um estágio de subordinação do ser humano e da Natureza à lógica instrumental capitalista, não sendo um modo de produção arcaico, mas uma condição intrínseca ao processo de expansão da acumulação capitalista no Brasil.

A manutenção dessa lógica, atrelada à constituição das injustiças e desigualdades socioambientais, resultou na expropriação, espoliação e negação dos homens e das mulheres. Nesse processo, dentro de um contexto de mudanças climáticas, a violência e eliminação dos povos na incorporação da Natureza como mercadoria agravam ainda mais o processo de destruição e crise ambiental no Brasil.

Conforme Bales (2020), há uma ligação indissociável entre escravidão contemporânea, destruição ambiental e mudanças climáticas, sendo um círculo vicioso e calamitoso:

Uma das maneiras de se empregar escravos é a exploração e destruição do meio ambiente natural numa escala crescente.[...] O que tem acontecido, e ainda acontece no mundo inteiro todos os dias, é um ciclo de escravidão e destruição ambiental que segue sem cessar, destruindo tanto o mundo natural quanto as vidas das pessoas escravizadas e forçadas a levar a cabo a destruição desse ambiente natural (Bales, 2020, p. 156).

Nesse aspecto, a atual lógica de formação histórico-territorial do Brasil se apresenta com um cenário predatório que circunda a natureza, intensifica a superexploração do homem e da terra. Nessa ótica, a matriz de exploração de poder converteu a vida humana em mercadoria, centrando-se na sua capacidade

de trabalho, enquanto a Natureza passou a ser vista como recurso. Embora em nova roupagem, sua essência permanece intacta:

A ‘natureza’ – amplamente concebida – se transformou em ‘recursos naturais’, enquanto a ‘natureza’ – como substantivo concreto que nomeia o mundo físico e não humano – se tornou no Novo Mundo a base para o cultivo de açúcar, tabaco, algodão etc. [...] O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada (Mignolo, 2017, p. 7).

Visto a problemática apresentada, o presente relatório possui como objetivo geral analisar a relação entre a escravidão contemporânea e o desmatamento em território nacional no momento presente, numa perspectiva de apontar a sua permanência de desrespeito à Natureza e desumanização do Outro.

Em termos de justificativa, o presente relatório sustenta o argumento que a escravidão atual possibilitou, ao longo do tempo e no espaço, a efetivação de territórios perversos, onde a realidade atual é fruto de um processo cruel de destruição da Natureza e exploração, expropriação e negação da existência humana em sua dignidade plena. No Brasil, isso acontece em função simultânea da formação espacial centrada na economia de caráter exportador, o que permite uma estrutura social firmada em desigualdades e oposições de classes, assegurando os interesses hegemônicos da sociedade capitalista.

O estudo também se justifica na medida em que a Geografia apresenta possibilidades de produzir um conhecimento fundamental à compreensão do cativo, principalmente, por evidenciar a expressão territorial desse fenômeno no passado e na dinâmica atual. Isso, podendo captar a essência das estruturas de subordinação, cujas bases sustentam a atual sociedade.

Metodologia

No âmbito do processo histórico-geográfico do tempo presente no Brasil, a presença da escravidão contemporânea reafirma procedimentos mais perversos de negação, expropriação e exploração de homens e mulheres e destruição da Natureza. Nesta perspectiva, determinadas atividades econômicas, a exemplo da extração de madeiras e produção de carvão vegetal, associados a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativo de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição do meio ambiente em todo território nacional.

Nesse caminho, e considerando a Geografia como um campo do conhecimento científico que estuda a sociedade pela instância espacial, fazer uma leitura do

cativeiro permite evidenciar a destruição da Natureza e opressão das populações subalternizadas.

Nessa pesquisa utilizou, dentre as fontes de dados oficiais para mensuração do fenômeno, base de informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho (RADAR SIT), para fins de análise e reconhecimento do processo de territorialização da escravidão contemporânea. A escala temporal do escrito possui como marco referencial, para efeito de informação, o período que se estende entre os anos de 2003 e 2023. Não obstante, como variáveis independentes, foram utilizados dados de uso e cobertura do solo da plataforma MapBiomas (2025), referentes aos anos de 2003 e 2023.

No que diz respeito ao tratamento dos dados, as informações coletadas foram divididas, tabuladas e organizadas numa perspectiva de mostrar o número de trabalhadores/as resgatados/as por municípios no Brasil. Posteriormente, foram construídos mapas com o QGIS 3.30.2, e que tiveram como finalidade evidenciar, por meio da espacialização do fenômeno, a complexidade da questão ora tratada, ressaltando a distribuição espacial por municípios.

O processo de interpretação se estabeleceu, principalmente, por meio de sínteses cartográficas, onde a explicação da presença de escravidão contemporânea se confirma por meio localização, distribuição e concentração demográfica desses/as trabalhadores/as superexplorados/as. Essa opção pela técnica do mapeamento deveu-se, notadamente, no âmbito do necessário aprimoramento da capacidade geográfica de observar, analisar e refletir sobre a problemática delimitada para o estudo.

Agora, numa tentativa de deixar claro e de forma mais explícita a dinâmica da relação entre o cativeiro como fenômeno de destruição ambiental, e possível agravador da crise ambiental, foi apresentada uma série de mapas que mostra a relação indissociável entre o cativeiro e destruição do meio ambiente por meio de atividades ligadas a extração de madeira e produção de carvão. Nesse caminho, a contraposição das imagens foi a escolha metodológica adotada na perspectiva de compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Resultados e Discussões

A escravidão contemporânea em números no Brasil

Passados 136 anos da Lei Áurea, instrumento normativo assinado em 13 de maio de 1888, e que abolia o cativeiro humano no Império do Brasil, a persistência da escravidão contemporânea no século XXI explicita uma condição de perversidade e irracionalidade na constituição do arranjo espacial brasileiro e

nordestino, uma vez que reafirma o processo de formação histórico-territorial marcado pela injustiça e desigualdade. Esse caráter socioterritorial contemporâneo não somente repete um passado de destruição da Natureza, mas, também, amplia as formas de subalternização, exploração e opressão das populações subalternizadas, principalmente, no campo, e dos ‘herdeiros da escravidão’.

Para se ter uma dimensão desse fato, nas duas primeiras décadas do século XXI, especificamente, entre 2003 e 2023, o país registrou, segundo dados levantados pelo Radar SIT - Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, um total de 55.224 pessoas resgatadas na condição de escravidão contemporânea. Também, ressalta-se que no período citado, todas as unidades da federação tiveram registro de cativeiro humano.

Já nos dez primeiros anos, especificamente, entre 2003 e 2013, foram 40.479 trabalhadores libertos da escravidão, conforme o Radar SIT. Desse total, os anos de 2007, com 6.025 resgates (número equivalente a cerca de 14,54% do total do Brasil); 2003, com 5.223 (12,60% do total); 2008, com 5.045 (12,18% do total) e 2005, com 4.348 resgates (10,49% do total), foram os períodos que apresentaram os maiores números de libertações chefiadas pela Inspeção do Trabalho. No que diz respeito a concentração dessas libertações, as unidades da federação que mais se destacam são: o Pará totalizando 9.633 (23,25% do total de casos); Mato Grosso com 4.241 casos (10,24% do total); Minas Gerais com 3.729 (9,0% do total); Goiás totalizando 3.570 (8,62%); Bahia com 3.026 (7,30%) e Tocantins com 2.753 (6,64%), conforme observa-se na tabela 1.

Já no período entre 2013 e 2023, observou-se, em certa medida, uma redução do número de trabalhadores libertos, porém, a persistência dos casos de cativeiro, sendo um equivalente a 16.200 resgates, em que os anos que registram os maiores números são: 2023, com 3.240 casos (cerca de 20,0% do total); 2022, com 2.587 casos (15,97%); 2021, com 1.959 casos (12,09% do total) e 2018, com 1.752 casos (10,81%).

Nessa década, a concentração espacial se altera de forma significativa, dado que o estado que mais deteve libertações e fiscalizações foi Minas Gerais, totalizando 5.613 casos (34,65% do total do Brasil); seguido do estado de Goiás, com 1.781 casos (10,99% do total); São Paulo, com 1.333 (8,23%); Pará, com 901 casos (5,56%) e Piauí, 879 (5,43%), conforme é apontado na tabela 2.

Em termos de dinâmica regional, os dados mostram que 15.215 dos casos de trabalhadores resgatados vinculados à região Norte do país; 13.890 nos estados da região Sudeste; 12.605 no Centro-Oeste; 10.576 no Nordeste e 10.576 à região sul (Gráfico 1).

A título de comparação entre as fontes de obtenção dos dados, de 2003 a 2013, a Inspeção do Trabalho, contemplou um total de 1.288 casos a mais de resgates do que os dados expostos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), totalizando 41.436 libertações, contra 40.148 casos registrados pela CPT (Gráfico 2).

A dessemelhança se expressa de forma maior entre o período de 2014 a 2023, em que o Radar SIT apresentou 7.029 casos a mais de libertações do que os dados evidenciados pela CPT, no qual totalizou 9.171 casos, em discrepância com os 16.200 resgates empreendidos pela Inspeção do Trabalho (Gráfico 3).

Isto ocorre devido à diferença da natureza da denúncia e do processo de resgate em si, uma vez que no caso da primeira fonte, o processo ocorre através da ação dos auditores fiscais do trabalho, responsáveis por fiscalizar e avaliar as condições de trabalho nos diversos setores da economia, o que diverge do levantamento da CPT, por não mediar os conflitos de múltiplas origens e causas que decorrem no espaço agrário brasileiro.

Mesmo assim, observa-se que a escravidão contemporânea se territorializou e estabelece arranjos espaciais que reforçam a perversidade do território brasileiro.

Expressão territorial da escravidão contemporânea no Brasil

Em relação a distribuição espacial da escravidão contemporânea no Brasil, e tomando como base os dados do Radar SIT, observa-se que o cativeiro no país se expressa de forma mais concentrada no sul do estado do Pará, fazendo divisa com o estado do Maranhão, bem como também na região do MATOPIBA (abrangendo os estados do Maranhão; Tocantins; Piauí e Bahia), na zona da mata dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas; além dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo; e, fortemente, na região de expansão da fronteira agrícola que abarcam Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais (Mapas 1 e 2).

Por conseguinte, as unidades que registram os maiores números de casos são: Minas Gerais com 9.342 (cerca de 17,82% do total de casos do Brasil), Pará com 8.704 (16,61% do total), Goiás com 5.351 (10,21% do total), Mato Grosso com 3.816 (7,28%), Mato Grosso do Sul com 3.033 (5,79%), Maranhão com 2.745 (5,24%) e Tocantins com 2.651 (5,06%).

Na escala municipal, a maior concentração da trabalhadores na condição de escravidão contemporânea são: Ulianópolis (PA) com 1.304 casos (cerca de 2,36% do total de casos do Brasil), Brasilândia (MS) com 1.011 casos (1,83%), Campos dos Goytacazes (RJ) com 982 casos (1,78%), São Desidério (BA) com 967 casos (1,75%), São Félix do Xingu (PA) com 843 casos (1,53%), Iguatemi (MS) com 668 casos (1,21%) e Marabá (PA) com 654 casos (1,18%).

Quando a referência de dados é o levantamento da CPT, observa-se que o padrão de concentração espacial da escravidão contemporânea pouco se altera em relações dados do Radar SIT (Mapa 3).

A partir do Mapa 3, é possível observar que há uma maior concentração de resgates de trabalhadores escravizados nas áreas de constante avanço do agronegócio, como é o caso da região do MATOPIBA; da região Centro-Oeste (compreendendo os estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul), da

região Norte (abarcando, sobretudo, os municípios que fazem fronteira com a região do MATOPIBA e Centro-Oeste) e de parte da região Sudeste do país, destacando-se, negativamente, os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. O que confirma a repetição da lógica de distribuição espacial abrangida nos dados dispostos pelo Radar SIT.

Logo, os municípios que apresentam um maior número de resgates são, respectivamente: Ulianópolis (PA) com 1.364 resgates (representando cerca de 3,02% do total de 45.185 resgates), Confresa (MT) com 1.348 resgates (número equivalente a 2,98% do total), Campos dos Goytacazes (RJ) com 1.158 resgates (2,56% do total), São Desidério (BA) com 1.015 resgates (2,25% do total), Brasilândia (MS) com 1.011 resgates (2,24% do total), São Félix do Xingu (PA) com 902 resgates (2,00% do total), Rondon do Pará (PA) com 662 resgates (1,47% do total) e Marabá (PA) 646 resgates (1,43% do total).

Escravidão contemporânea e destruição do meio ambiente no Brasil

A interpretação da expressão territorial da escravidão contemporânea no Brasil, no âmbito da análise do processo de desenvolvimento do capitalismo, deve considerar os mecanismos da consolidação dos interesses hegemônicos a partir de atividades ligadas e norteadas pela modernização técnica, engendrando formas particulares de uso, ocupação e exploração do espaço geográfico.

Nesse processo, é possível observar a inter-relação, detalhada aqui, numa análise cartográfica, dos números de resgates de trabalhadores/as na condição de escravidão por unidades da federação, associado a presença de atividade ligadas ao desmatamento e extração de carvão, o que permite maior compreensão da complexidade dos aspectos econômicos e geográficos atinentes a atual dinâmica de configuração da realidade histórico-territorial brasileira. Essa interconexão suscita a compreensão de uma relação indissociável e dialética no tempo e no espaço.

Para se ter uma dimensão dessa condição histórico-territorial, o Mapa 4 abaixo representa a distribuição espacial da atividade de extração da madeira, em metros cúbicos (m³) por município, entre 2003 e 2023, no Brasil.

Este mapa foi elaborado com a finalidade de evidenciar um dos resultados da lógica predatória da Natureza, a qual vem nortendo os modos de uso e ocupação do território nacional desde o período colonial, afastando-nos cada vez mais da realização da ecologia integral.

Dentre as unidades federativas que se destacam pelos números de casos de trabalhadores resgatados foram evidenciadas as seguintes: Pará com 10.534 (18,77%); Minas Gerais com 9.342 (16,62%); Goiás com 5.351 (9,13%); Mato Grosso com 4.499 (7,89%); Mato Grosso do Sul com 3.062 (5,65%); Maranhão com 3.061 (5,63%) e Tocantins com 2.998 (5,06%), salienta-se que o valor da porcentagem foi baseada no número total de casos registrados no Brasil (57,636).

Considerando a escala municipal, com base no levantamento de dados sobre a atividade de extração da madeira, observa-se que os maiores valores obtidos foram registrados no estado do Pará, mais especificamente, nos municípios de Portel com 17.604.310m³ (5,89%), Tailândia com 9.244.163 m³ (3,10%), Paragominas apresentando 7.911.763 m³ (2,65%), Baião extraindo 6.689.367 m³ (2,24%), Almeirim com 6.605.648 m³ (2,21%) e Santarém contando 4.961.665 m³ (1,66%). É importante comentar que a quantidade total da extração de madeira no Brasil, no período em tela, foi da ordem de 298.635.030 m³, e que somente o estado do Pará contribuiu com 123.915.230 deste total.

Paralelamente à atividade de extração da madeira, e associada a esta, realiza-se a da produção de carvão. No âmbito da discussão ora em realização, o Mapa 5 representa a atual distribuição espacial da produção de carvão no Brasil.

A atividade de produção de carvão vegetal ocorre no leste do Pará, no Maranhão, no Mato Grosso do Sul e no leste e oeste da Bahia, expandindo-se também para o estado de Goiás. Esta produção acontece de modo predatório da natureza e dos seres humanos. Os maiores valores da produção encontram-se nos municípios seguintes: Grajaú (MA) com 677.168 toneladas (2,56%); Barra do Corda (MA) com 467.084 (1,76%); Bom Jardim (MA) sendo 635.172 (2,40%); Riachão das Neves (BA) contando com 353.944 (1,34%). Além destes, cabe citar a aglomeração de extração no Pará, que representa 2.547.101 do valor total do Brasil (26.479.647) e tem no município de Paragominas a maior produção, com 682.750 (2,58% do total). Enquanto no Mato Grosso do Sul, destaca-se negativamente, por ter apresentado um valor total de 4.861.706 de carvão produzido no período de 2003 a 2023, tendo o município de Ribas do Rio Pardo apresentado 675.997 toneladas produzidas, cerca de 2,55% do valor total do Brasil.

Os mapas 6 e 7 representam, respectivamente, a distribuição espacial dos/as trabalhadores/as utilizados/as como mão-de-obra escrava no território brasileiro, entre 2003 e 2023, e a distribuição espacial de Madeira Extraída e de Carvão produzido na escala temporal estabelecida.

Nota-se que os estados federados do Brasil nos quais se encontram a extração mais expressiva de madeira e produção de carvão, de modo indissociável, garantindo a reprodução dos seus interesses especulativos, são aqueles em que, ao mesmo tempo, se fazem presentes o cativeiro humano e os procedimentos mais perversos de destruição da Natureza. Destarte, no Pará, principalmente em sua porção leste; no Maranhão; no Mato Grosso, em sua porção norte; no Amazonas, em sua porção sul; em Rondônia, na sua porção norte; e em Minas Gerais, na sua porção oeste.

As tabelas 3 e 4 trazem à tona estes valores em escala de região e unidades da federação.

No caso da extração de madeira, observa-se que as regiões Norte e Centro-Oeste destacaram-se como as principais no mercado da extração de madeira, totalizando, respectivamente, 200.022.900 e 60.444.340 para cada território, o

que representa um percentual de x por cento de toda a extração de madeira no país. Paralelamente, o Norte sobressai como a região com maior número de trabalhadores resgatados, ressaltando-se o estado do Pará com 10.534 casos registrados e cujo valor da atividade extrativista, somando os dados disponíveis no SIDRA no espaço temporal de 20 anos (2003-2023), totalizou 123.915.230 de madeira em tora por metros cúbicos. No caso da produção de carvão vegetal, denota-se às regiões Nordeste e Centro-Oeste como expoentes nesta atividade econômica, atingindo os valores de 11.490.710 e 7.436.162, respectivamente.

Evidentemente, no momento presente, a extração da madeira ainda é uma prática que se mantém em todo o território brasileiro, com destaque, em maior quantidade, na região Norte do país, como nos casos específicos dos estados do Pará, Rondônia e Amazonas; bem como na região Centro-Oeste, compreendendo o Mato Grosso, cuja expansão alcança a divisa com o Amazonas. Já a presença da extração de carvão em regiões e estados próximos das áreas de extração de madeira mostra que há uma associação de atividades econômicas que caminham num processo de depredação do meio ambiente e negação do Outro. Isto porque estas são regiões em que ainda há ecossistemas florestais mais preservados.

Conclusão

As informações e análises postas nesse relatório mostram que a formação histórico-territorial do Brasil está assentada num processo de racionalidade técnico-instrumental capitalista que vem acelerando e intensificando modos de uso, ocupação e destruição do território. Nesta perspectiva, demonstrou-se em que medida os exemplos das atividades de extração de madeiras e produção de carvão vegetal, associados a formas de relações de trabalho sob os moldes do cativeiro de pessoas, constituem procedimentos que têm reforçado o desrespeito e, mesmo, a destruição da do meio ambiente.

O processo de interpretação se estabeleceu, principalmente, por meio de sínteses cartográficas, onde a explicação da presença de escravidão contemporânea no Brasil se confirma por meio localização, distribuição e concentração demográfica desses/as trabalhadores/as superexplorados/as. Essa opção pela técnica do mapeamento deveu-se, notadamente, no âmbito do necessário aprimoramento da capacidade geográfica de observar, analisar e refletir sobre a problemática delimitada para o estudo.

Agora, numa tentativa de deixar claro e de forma mais explícita a dinâmica da relação entre o cativeiro como fenômeno de destruição ambiental, e possível agravador das mudanças climáticas no tempo-espaço presente, foi apresentada uma série de mapas que mostra a relação indissociável entre o cativeiro e destruição da floresta. Nesse caminho, a superposição das imagens foi a escolha metodológica adotada na perspectiva de compreender o espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico.

Referências

BALES, Kevin. O impacto da escravidão nas mudanças climáticas. In: SAKAMOTO, Leonardo. Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. RBCS. Vol. 32 n° 94 junho/2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2024.

CPT – Comissão Pastoral Terra. Disponível em: Comissão Pastoral da Terra - CPT <https://share.google/izIUvXGzPKyJcpOXD>. Acesso em: 2024.

Anexos



Tabela 1



Tabela 2



Tabela 3



Tabela 4



Gráfico 1



Gráfico 2



Gráfico 3



Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4



Mapa 5



Mapa 6



Mapa 7

CÓDIGO: HS0522

AUTOR: THEO DE ARAUJO FERREIRA LIMA

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Investigando a conectividade da fala e o desenvolvimento da leitura bilíngue.

Resumo

O presente estudo dá continuidade à pesquisa "An Interplay Between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals", realizada no PPgEL/CCHLA em 2023. Enquanto o trabalho original investigava como características cognitivas, como a Teoria da Mente (ToM), mediam os efeitos da complexidade de tarefas no desempenho oral de bilíngues iniciantes, nesta etapa analisamos a relação entre fluência, conectividade de fala e ToM em participantes avançados. Para isso, aplicamos uma atividade de descrição de imagens, adaptada de Cunha (2023), em versões simples e complexa. Participaram 30 licenciandos de Letras da UFRN, avaliados pelo Vocabulary Levels Test (VLT) em inglês e pelo Faux Pas Recognition Test, que mede inferências sociais.

Os resultados indicaram desempenho lexical elevado ($M = 140,4/150$; $DP = 4,7$), confirmando homogeneidade na amostra. Diferentemente de aprendizes iniciantes, que se saem melhor em tarefas simples, os bilíngues avançados beneficiaram-se das complexas, produzindo narrativas mais conectadas e densas. Além disso, escores brutos de ToM predisseram significativamente a conectividade (LSC; $p = 0,0035$) e a fluência (WC; $p < 0,001$), mostrando que a habilidade de inferência social é central para a estabilidade discursiva em L2. Em síntese, a complexidade favorece aprendizes avançados e a ToM atua como mediador essencial na organização da fala bilíngue.

Palavras-chave: Bilinguismo. Biliteracia. Teoria da Mente. Conectividade de fala.

TITLE: Investigating speech connectivity and bilingual development.

Abstract

This study continues the research "An Interplay Between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals", conducted at PPgEL/CCHLA in 2023. While the original work examined how cognitive factors such as Theory of Mind (ToM) mediated the effects of task complexity on beginner bilinguals' oral performance, this stage analyzed the relationship between fluency, speech connectedness, and ToM in advanced participants. An image description task, adapted from Cunha (2023), was applied in simple and complex versions. Thirty

undergraduate students from UFRN's Language and Literature program participated, assessed through the Vocabulary Levels Test (VLT) in English and the Faux Pas Recognition Test, which measures social inference.

Results showed high lexical performance ($M = 140.4/150$; $SD = 4.7$), confirming homogeneity in the sample. Unlike beginners, who perform better on simple tasks, advanced bilinguals benefited from complex ones, producing denser and more connected narratives. Moreover, raw ToM scores significantly predicted connectedness (LSC ; $p = 0.0035$) and fluency (WC ; $p < 0.001$), indicating that social inference ability is central to discourse stability in L2. In sum, complexity supports advanced learners, and ToM acts as a key mediator in bilingual speech organization.

Keywords: Bilingualism. Biliteracy. Theory of Mind. Speech Connectedness.

Introdução

O bilinguismo tem sido amplamente estudado como um fenômeno que ultrapassa a mera competência linguística, abrangendo aspectos cognitivos e sociais (COX, 2016; SCHROEDER, 2018). Pesquisas apontam que alternar entre línguas pode favorecer funções executivas e habilidades de inferência social, mas tais efeitos não são universais, variando conforme o contexto de aquisição e o perfil do indivíduo (NAVARRO; DELUCA; ROSSI, 2022; PATHARE; NAVARRO; CONWAY, 2025). Essa heterogeneidade desafia a visão simplista de uma “vantagem bilíngue”, exigindo análises que considerem diferenças individuais e contextuais.

Nesse debate, a Teoria da Mente (ToM) emerge como um constructo central, pois diz respeito à capacidade de atribuir estados mentais a si e aos outros (BARON-COHEN; LESLIE; FRITH, 1985). Estudos recentes sugerem que o desempenho em tarefas de ToM pode ser sensível à experiência bilíngue, mas os achados permanecem contraditórios: enquanto alguns autores identificam correlações positivas entre bilinguismo e cognição social (ANTONIETTI et al., 2006; FENG; CHO; LUK, 2024), outros apontam que tais ganhos não se replicam de forma consistente (EL MOUSLIH et al., 2025). Essa divergência revela a necessidade de metodologias mais precisas e de análises que integrem variáveis linguísticas e cognitivas.

Nesse cenário, a análise da fala espontânea por meio de ferramentas computacionais tem se mostrado promissora. A Análise de Grafos, em particular, permite quantificar a conectividade discursiva e avaliar a organização do pensamento (MOTA et al., 2012, 2023). Evidências indicam que maior conectividade associa-se à melhor desempenho acadêmico e cognitivo (BOTEZATU et al., 2022; MOTA et al., 2019). No entanto, ainda são poucos os estudos que exploram a interface entre conectividade da fala e ToM em contextos bilíngues, o que constitui uma lacuna relevante.

Outro eixo crítico refere-se à relação entre complexidade da tarefa e desempenho em L2. O debate entre a Cognition Hypothesis (ROBINSON, 2001b, 2007b) e o Trade-off

Model (SKEHAN; SALIMI; DADASHPOUR, 2012) permanece inconclusivo: para uns, tarefas mais complexas estimulam maior elaboração linguística; para outros, sobrecarregam os recursos cognitivos, reduzindo fluência e precisão. A literatura carece de estudos que conciliam esses modelos, examinando como diferenças individuais, como a ToM, modelam tais efeitos.

É nesse contexto que se insere a dissertação de Cunha (2023), que investigou a interação entre complexidade de tarefas, diferenças individuais e conectividade de fala em bilíngues adultos. Seus resultados sugerem que, embora tarefas mais simples favorecessem maior conectividade e menos repetições lexicais, a variabilidade interindividual — sobretudo em ToM — não foi determinante para explicar o desempenho. Essa constatação problematiza abordagens que tratam o efeito da complexidade como homogêneo, reforçando a importância de integrar fatores cognitivos às análises de produção oral.

O presente estudo busca avançar nesse debate ao examinar de que forma a Teoria da Mente influencia a fluência e a conectividade da fala em L2,. Nossa hipótese é que participantes com maior habilidade de inferência social apresentarão maior conectividade de fala, mesmo em tarefas mais exigentes, enquanto aqueles com menor desempenho em ToM estarão mais vulneráveis à sobrecarga cognitiva. Ao enfatizar a interação entre linguagem, cognição e uso social, pretendemos não apenas dar continuidade a investigações anteriores, mas também questionar pressupostos teóricos consolidados e propor um olhar crítico sobre como o bilinguismo molda a produção oral em contextos de alta demanda cognitiva.

Metodologia

Mais do que oferecer avanços específicos para a educação bilíngue, este projeto se destaca por sua ampla relevância científica e social. Do ponto de vista teórico, investiga, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa, como o desempenho em tarefas de Teoria da Mente (ToM) pode se relacionar ao desenvolvimento da conectividade da fala em brasileiros bilíngues (português/inglês). A conectividade, medida pela Análise de Grafos, foi adotada como recurso metodológico complementar, capaz de oferecer métricas objetivas para interpretar processos cognitivos subjacentes. Essa integração metodológica permite aprofundar o entendimento dos mecanismos universais de aquisição de linguagem e leitura, bem como das especificidades do bilinguismo e da biliteracia.

Do ponto de vista sociocultural, a pesquisa fornece subsídios para compreender como diferentes experiências de contato com línguas adicionais impactam o desenvolvimento cognitivo e comunicativo no contexto norte-rio-grandense. Nesse sentido, oferece evidências que podem subsidiar políticas linguísticas e culturais que valorizem o bilinguismo e a diversidade linguística no Brasil.

Participantes e Contexto

O critério de participação exigia vínculo ativo com um dos cursos de licenciatura em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e autodeclaração de conhecimento em inglês. Inscreveram-se 42 graduandos (24 mulheres, 18 homens) das habilitações em Português, Inglês, Espanhol e Francês. Destes, 30 (16 mulheres, 14 homens) concluíram todas as etapas do estudo entre 2 e 27 de junho de 2025. O contato inicial ocorreu via QR code afixado nos murais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e do Instituto Ágora, por meio do qual os interessados formalizaram inscrição e agendaram horário individual de coleta. Todas as sessões foram conduzidas no Laboratório de Estudos Experimentais em Linguagem (LEELin), sala 401 do CCHLA.

Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

Para aferir vocabulário em L2, aplicou-se o Vocabulary Levels Test (VLT) em versão impressa, amplamente reconhecido na literatura como medida de proficiência lexical e adequado para evitar vieses de desempenho (FENG; CHO; LUK, 2024). A ToM foi avaliada por meio do Faux Pas Recognition Test (SAAD, 2018; TOLEDO, 2018), instrumento validado internacionalmente para identificar habilidades de inferência social. A produção oral foi examinada através da Picture Description Task (PDT), adaptada de Cunha (2023), composta por tirinhas em duas versões: simples (quatro quadros) e complexa (também quatro quadros, mas com maior densidade narrativa). Esse desenho experimental permitiu manipular a carga cognitiva da tarefa sem alterar drasticamente o formato do estímulo.

Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (em Google Forms), os participantes realizaram, na seguinte ordem: (i) VLT em papel, (ii) Faux Pas Recognition Test online, e (iii) PDT em L2. Na PDT, cada participante descreveu duas tirinhas (uma simples e uma complexa), apresentadas em ordem contrabalanceada para evitar efeitos de sequência. Os participantes tiveram até 30 segundos para observar as imagens e um mínimo de 40 segundos para narrar em inglês. As narrativas foram gravadas com o aplicativo Voice Recorder e posteriormente transcritas com apoio do Notta, garantindo fidelidade e padronização. O tempo médio de cada sessão foi de 80 minutos.

As transcrições foram processadas no software SpeechGraphs (MOTA et al., 2012; 2014; 2023), que converte narrativas em grafos direcionados, representando palavras como nós e suas conexões como arestas. O principal índice de interesse foi o Largest Strongly Connected Component (LSC), considerado indicador da coesão discursiva, complementado por medidas de repetição lexical (Word Count – WC). Essa abordagem computacional permite captar padrões de organização do discurso não acessíveis apenas por análises qualitativas.

Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise estatística, utilizou-se a linguagem R em ambiente RStudio, aplicada ao cálculo de estatísticas descritivas e inferenciais. Foram examinadas associações entre os escores de ToM, vocabulário (VLT) e variáveis discursivas (LSC, WC), de modo a verificar se a ToM medeia os efeitos da complexidade da tarefa sobre a fluência.

Todos os procedimentos respeitaram integralmente os princípios éticos de pesquisa com seres humanos. Os dados foram armazenados de forma segura e acessíveis apenas à equipe responsável. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN (Protocolo nº 5.007.372), assegurando conformidade com as normas nacionais.

Resultados e Discussões

A presente seção apresenta os resultados obtidos a partir das análises estatísticas e qualitativas das tarefas propostas, com o objetivo de investigar em que medida a complexidade das tarefas narrativas e as diferenças individuais em Teoria da Mente (ToM) impactam a conectividade e a fluência da fala em segunda língua. Para tanto, foram utilizados os escores do Vocabulary Levels Test (VLT), do Faux Pas Recognition Test e das medidas de conectividade (LSC) e fluência (WC) extraídas do SpeechGraphs.

Os resultados obtidos neste estudo, mostrados na Tabela 1 (ver em Anexo), revelam, em primeiro lugar, que os participantes apresentaram desempenho lexical elevado no Vocabulary Levels Test (VLT), com média de 140,4 pontos em um total possível de 150, e desvio-padrão de apenas 4,7, o que indica homogeneidade na amostra em termos de proficiência. Esse índice posiciona os licenciandos no patamar de bilíngues avançados e sugere que o repertório lexical em inglês não constitui um limitador para a execução de tarefas narrativas mais complexas. A elevada pontuação, além de consistente com o perfil acadêmico dos sujeitos investigados — todos vinculados a cursos de Letras —, é particularmente relevante para compreender por que os efeitos da complexidade da tarefa se manifestaram de forma distinta em relação a estudos prévios.

Essa constatação difere substancialmente de investigações como a de Cunha (2023), nas quais aprendizes em nível A2-B1 apresentaram maior dificuldade em lidar com demandas de processamento mais elevadas, resultando em maior conectividade discursiva em tarefas simples. Em Cunha, a proficiência limitada funcionou como limitador para a execução de tarefas cognitivamente exigentes, fazendo com que a versão simples gerasse melhor desempenho.

Essa diferença sugere que a proficiência, embora seja condição necessária para lidar com tarefas mais exigentes, não é suficiente por si só para garantir maior conectividade discursiva. Entre indivíduos de nível avançado, o que passa a modular de forma mais significativa a organização do discurso é a capacidade de inferência social, isto é, a Teoria da Mente. Os modelos estatísticos confirmam esse papel mediador: os escores brutos no Faux Pas Recognition Test foram preditores significativos de conectividade ($8,24e-05$; $p = 0,0035$) e de fluência ($7,90e-05$; $p < 0,001$). Em termos concretos, isso significa que participantes com maior proficiência lexical, mas baixos escores em ToM, não necessariamente alcançaram altos níveis de conectividade; por outro lado, aqueles que combinaram repertório avançado de vocabulário com maior habilidade de inferência social produziram narrativas mais densas, coesas e estáveis. Esse padrão evidencia que, em estágios avançados de aquisição de L2, a proficiência lexical cria condições para a complexidade discursiva, mas é a ToM que determina o grau de integração e fluidez da fala, funcionando como variável explicativa central para as diferenças individuais.

Esse achado reforça a ideia de que a ToM atua como mediador cognitivo na produção oral. Participantes capazes de identificar estados mentais de terceiros parecem organizar suas narrativas de forma mais coesa, possivelmente porque conseguem estruturar melhor a progressão temática e as intenções dos personagens. O resultado converge com pesquisas de Brink et al. (2012), que mostraram que diferenças individuais em empatia modulam o processamento linguístico, e com El Mouslih et al. (2025), que identificaram marcadores linguísticos de ToM na fala espontânea. Além disso, dialoga com Navarro, DeLuca e Rossi (2022), que destacam como diferenças individuais em experiências bilíngues influenciam o desenvolvimento da ToM, sugerindo que o repertório de práticas sociais e linguísticas têm papel determinante.

Ao mesmo tempo, o resultado desafia perspectivas clássicas, como a de Baron-Cohen, Leslie e Frith (1985), que tratavam a ToM como uma competência universal, relativamente independente de variáveis linguísticas. Os dados aqui analisados indicam justamente o contrário: em contextos bilíngues, há interação dinâmica entre competências sociais e linguísticas, de modo que a performance em L2 é diretamente impactada pela habilidade de inferência social. Essa constatação se aproxima das concepções de Vygotsky (1987), segundo as quais a linguagem atua como mediadora do pensamento e do desenvolvimento cognitivo, reforçando a ideia de que o discurso não pode ser compreendido apenas como produto linguístico, mas como atividade social situada.

Do ponto de vista metodológico, a utilização do SpeechGraphs (Mota et al., 2012; 2023) mostrou-se inovadora e eficaz para mensurar a conectividade do discurso. O Largest Strongly Connected Component (LSC) revelou-se sensível às manipulações experimentais e relacionado a variáveis cognitivas, validando o uso da análise de grafos como ferramenta para investigações em aquisição de segunda língua. A transformação das narrativas em grafos direcionados possibilitou a identificação de padrões estruturais que dificilmente seriam captados por análises qualitativas tradicionais, revelando, por exemplo, como o aumento da complexidade se refletiu em maior densidade de conexões entre palavras.

A análise qualitativa com o SpeechGraphs oferece uma ilustração clara dessas relações. A comparação entre dois participantes extremos mostra o contraste entre alto e baixo desempenho em ToM. Na Figura 1 (ver em Anexo), com pontuação elevada no Faux Pas, apresentou grafos densos, com maior Largest Strongly Connected Component e conexões distribuídas de forma integrada. Sua narrativa em inglês foi encadeada, progressiva e com menor incidência de rupturas. Já na Figura 2 (ver em Anexo), com menor pontuação em ToM, apresentou grafos fragmentados, com menor conectividade e repetições mais frequentes, refletindo uma fala mais instável e menos fluida. Essa comparação evidencia visualmente como a habilidade de inferência social sustenta a organização da fala: quanto maior a sensibilidade para estados mentais, maior a capacidade de construir narrativas coesas e fluidas em L2.

Esses achados têm implicações práticas e educacionais relevantes. Do ponto de vista pedagógico, sugerem que aprendizes em estágios mais avançados se beneficiam de tarefas desafiadoras, que promovem maior engajamento e organização discursiva. Isso significa que currículos de ensino de L2 deveriam incorporar atividades cognitivamente exigentes já em níveis intermediários, como forma de preparar os aprendizes para

demandas comunicativas mais sofisticadas. Por outro lado, os dados indicam que em estágios iniciais pode ser necessário adotar tarefas menos complexas, a fim de evitar sobrecarga cognitiva. Em ambos os casos, a chave é reconhecer que a complexidade não é um fator fixo, mas relacional, variando conforme a interação entre as habilidades do aprendiz e a demanda da tarefa.

Finalmente, ao responder à questão de pesquisa — Can participants' ToM scores predict their L2 speech connectedness and fluency? —, os resultados permitem uma resposta afirmativa, mas com nuances. Sim, a capacidade dos participantes de produzir narrativas mais conectadas (LSC) e mais fluentes (WC) pode ser prevista a partir de seus escores em ToM, mas apenas quando considerados os valores brutos do teste (ToM_bruto). Isso significa que a ToM, enquanto habilidade geral de inferência social, é determinante na estabilidade e organização do discurso em L2, mas medidas parciais ou normalizadas não captam plenamente essa relação. Assim, confirma-se que a ToM é um preditor robusto do desempenho oral, o que reforça a necessidade de integrar a cognição social às explicações sobre aquisição de segunda língua.

Certamente, a constatação de que a ToM prediz o desempenho linguístico abre caminho para pesquisas interdisciplinares sobre como habilidades sociais e empáticas interagem com a produção verbal. Pathare, Navarro e Conway (2025) mostraram que a experiência linguística e as habilidades cognitivas moldam a ToM, e os dados aqui apresentados reforçam essa visão ao demonstrar que a ToM, por sua vez, molda a produção em L2. Assim, cria-se um ciclo de retroalimentação entre cognição social e linguagem, no qual uma dimensão sustenta e potencializa a outra. Essa perspectiva tem implicações que ultrapassam a linguística aplicada, alcançando também áreas como psicologia cognitiva, educação bilíngue e neurociência da linguagem.

Em suma, os resultados demonstram que bilíngues avançados não apenas toleram, mas se beneficiam de tarefas cognitivamente desafiadoras, apresentando maior fluência e conectividade de fala. Confirmam também que a Teoria da Mente não atua de forma periférica, mas central na organização da fala em L2, funcionando como mediador da estabilidade discursiva. Isso aponta para a necessidade de repensar modelos teóricos universalizantes, reconhecendo que a relação entre complexidade, proficiência e cognição social é dinâmica, situada e dependente de diferenças individuais.

Conclusão

O artigo investigou como a complexidade de tarefas narrativas interage com fluência, conectividade discursiva e Teoria da Mente (ToM) em bilíngues adultos avançados. Diferente de pesquisas com aprendizes iniciantes (CUNHA, 2023), que tiveram melhor desempenho em tarefas simples, os resultados mostraram que participantes com maior proficiência lexical beneficiaram-se das tarefas complexas, produzindo narrativas mais coesas e densas. Isso indica que a proficiência é necessária, mas não suficiente: em níveis avançados, o fator decisivo para a organização da fala é a capacidade de inferência social.

Os modelos estatísticos confirmaram esse papel da ToM. Os escores brutos no Faux Pas Recognition Test predisseram significativamente tanto a conectividade (LSC; $p = 0,0035$) quanto a fluência (WC; $p < 0,001$). Participantes mais sensíveis a estados mentais e gafes sociais produziram narrativas conectadas e fluidas, enquanto os de menor escore exibiram fragmentação e repetições. A análise qualitativa dos grafos pelo SpeechGraphs reforçou esse achado, evidenciando a ToM como mediador da estabilidade narrativa em L2.

Teoricamente, os resultados desafiam perspectivas universalistas (BARON-COHEN; LESLIE; FRITH, 1985) ao mostrar que cognição social e linguagem interagem de modo dinâmico em contextos bilíngues. Pedagogicamente, sugerem que tarefas complexas devem ser incorporadas ao ensino de L2 em níveis avançados, estimulando maior engajamento cognitivo, enquanto iniciantes podem se beneficiar de tarefas mais simples para evitar sobrecarga.

Em resposta à questão central — Can participants' ToM scores predict their L2 speech connectedness and fluency? — os dados permitem afirmar que sim: a ToM prediz a produção de fala mais conectada (LSC) e fluente (WC), mas apenas quando considerada em seus escores brutos (ToM_bruto). Isso indica que simplificações ou normalizações podem obscurecer relações fundamentais entre cognição social e desempenho linguístico.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra, contemplando diferentes níveis de proficiência e contextos sociolinguísticos. Metodologias interdisciplinares, explorando práticas culturais, contato linguístico e medidas cognitivas ou neurocientíficas, como rastreamento ocular ou neuroimagem funcional, podem aprofundar a compreensão da interação entre ToM e produção em L2.

Por fim, os resultados confirmam que bilíngues avançados não apenas toleram, mas se beneficiam de tarefas desafiadoras, e que a ToM atua como mediador central da estabilidade discursiva. Reconhecer essa relação é essencial para repensar modelos teóricos e práticas pedagógicas, aproximando ensino e pesquisa da complexidade real do bilinguismo.

Referências

ANTONIETTI, A.; LIVERTA-SEMPPIO, O.; MARCHETTI, A.; ASTINGTON, J. Mental language and understanding of epistemic and emotional mental states. Springer, 2006.

BARON-COHEN, S.; LESLIE, A.; FRITH, U. Does the autistic child have a “Theory of Mind”? Cognition, v. 21, n. 1, p. 37-46, 1985.

BRINK, D. et al. Empathy matters: ERP evidence for inter-individual differences in social language processing. Social Cognitive and Affective Neuroscience, v. 7, n. 2, p. 173–183, 2012.

CAMPBELL, D. J. Task complexity: A review and analysis. *Academy of Management Review*, v. 13, p. 40–52, 1988.

COX, S. Bilingualism, social cognition and executive functions. *Neuropsychologia*, v. 91, p. 299–306, 2016.

CUNHA, F. An interplay between task complexity, individual differences and speech connectedness in adults bilinguals. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

EL MOUSLIH, C.; HODGINS, V.; PALANIYAPPAN, L.; TITONE, D. Linguistic markers of Theory of Mind in spontaneous speech. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 8, p. 1016, 2025.

FENG, J.; CHO, S.; LUK, G. Assessing Theory of Mind in bilinguals. *Bilingualism: Language and Cognition*, v. 27, p. 531–545, 2024.

FINGER, I. Bilinguismo, biliteracia e alfabetização bilíngue. *Signo*, v. 49, n. 95, p. 26–40, 2024.

GARCÍA, O. Bilingual education in the 21st century. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

MOTA, N. B.; VASCONCELOS, N. A. P.; LEMOS, N.; PIERETTI, A. C.; KINOCHI, O.; CECCHI, G. A.; COPELLI, M.; RIBEIRO, S. Speech graphs provide a quantitative measure of thought disorder in psychosis. *PLoS ONE*, v. 7, n. 4, p. e34928, 2012.

MOTA, N. B. et al. Speech as a graph: developmental perspectives. *Biological Psychiatry: Cognitive Neuroscience and Neuroimaging*, 2023.

NAVARRO, E.; DELUCA, V.; ROSSI, E. It takes a village. *Brain Sciences*, v. 12, n. 4, p. 487, 2022.

NG, E. Bilingualism, biliteracy and cognitive effects: a review paper. *USP in TESOL*, v. 10, p. 93–128, 2015.

PATHARE, M.; NAVARRO, E.; CONWAY, A. Seeing through other eyes: how language experience and cognitive abilities shape Theory of Mind. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 6, p. 755–, 2025.

ROBINSON, P. Task complexity, task difficulty, and task production. *Applied Linguistics*, v. 22, p. 27–57, 2001b.

ROBINSON, P. Task complexity, theory of mind, and intentional reasoning. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching (IRAL)*, v. 45, p. 193–213, 2007b.

SAAD, F. Efeitos da idade no desempenho no Faux Pas Test. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALIMI, A.; DADASHPOUR, S. Task complexity and language production dilemmas. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 46, p. 643–652, 2012.

SCHROEDER, S. Do bilinguals have an advantage in Theory of Mind? A meta-analysis. *Frontiers in Communication*, v. 3, p. 36, 2018.

SKEHAN, P. *A cognitive approach to language learning*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

TOLEDO, J. *Teoria da Mente: um estudo com adultos jovens*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WEBB, S.; SASAO, Y.; BALLANCE, O. The updated Vocabulary Levels Test: developing and validating two new forms of the VLT. *ITL - International Journal of Applied Linguistics*, v. 168, n. 1, p. 34–70, 2017.

Anexos



Tabela 1 - Dados descritivos dos atributos analisados no SpeechGraphs.



Figura 2 - Um participante com alta Teoria da Mente e baixa conectividade de fala.



Figura 1 - Um participante com alta Teoria da Mente e alta conectividade de fala.

CÓDIGO: HS0525

AUTOR: BRENNA DAFNI FERNANDES DE OLIVEIRA SILVA

COAUTOR: MARIA GABRIELE DE OLIVEIRA ARAÚJO

ORIENTADOR: RAQUEL FARIAS DINIZ

TÍTULO: Energias renováveis em territórios de pesca artesanal no Rio Grande do Norte: um estudo sobre impactos psicossocioambientais

Resumo

Em um contexto de mudanças climáticas cada vez mais intensas, a transição energética ganha força na busca pelo desenvolvimento sustentável. Os empreendimentos de energias renováveis emergem envoltos em um discurso hegemônico que omite os impactos em potencial. Nesse cenário, a presente pesquisa teve a intenção de estudar, a partir do campo das relações pessoa-ambiente, os impactos “psicossocioambientais” da implantação de fontes renováveis de energia em territórios de pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Norte. Buscou-se a compreensão deste grupo a partir de sua definição enquanto povos e comunidades tradicionais, que possuem formas específicas de relação com os territórios que habitam. As ferramentas metodológicas adotadas foram observação participante e diário de campo (participação em eventos públicos, abertos e gratuitos) e pesquisa documental. Evidenciou-se a repetição de determinadas problemáticas, como o medo de não conseguirem sobreviver da pesca quando forem implantadas torres de energia eólica no mar e o desejo de serem incluídos nas decisões sobre empreendimentos que chegam em seus territórios. Acredita-se que a produção científica nesse campo tem o papel de contribuir para aumentar a visibilidade das comunidades afetadas, bem como para fortalecer a luta por uma transição energética mais justa e participativa, respeitando os territórios, saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Psicologia ambiental. Energias renováveis. Pesca artesanal.

TITLE: Renewable energy in artisanal fishing territories in Rio Grande do Norte: a study on psychosocial and environmental impacts

Abstract

In a context of increasingly intense climate change, the energy transition is gaining momentum in the pursuit of sustainable development. Renewable energy projects emerge shrouded in a hegemonic discourse that omits their potential impacts. In this

context, this research aimed to study, from the perspective of human-environmental relationships, the "psychosocial and environmental" impacts of the implementation of renewable energy sources in artisanal fishing territories in the state of Rio Grande do Norte. The aim was to understand this group based on their definition as traditional peoples and communities, which have specific relationships with the territories they inhabit. The methodological tools adopted were participant observation and field diary (participation in public, open, and free events), as well as documentary research. The recurrence of certain issues was highlighted, such as the fear of not being able to survive from fishing when wind turbines are installed offshore and the desire to be included in decisions regarding projects that arrive in their territories. It is believed that scientific production in this field has the role of contributing to increasing the visibility of affected communities, as well as strengthening the fight for a more just and participatory energy transition, respecting the territories, knowledge, and practices of traditional peoples and communities.

Keywords: Environmental psychology. Renewable energy. Artisanal fishing.

Introdução

A psicologia ambiental se apresentou para mim através do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (ObPALA), no qual tive a oportunidade de me inserir como bolsista de Iniciação Científica ainda no início da graduação. Desde então, tenho ampliado meu olhar para diversos fenômenos a partir do hífen “pessoa-ambiente”, entendendo que há aí uma relação de afetação mútua. Se tratando de fenômenos de relevância global, observa-se que o mundo têm vivenciado nos últimos anos um contexto de crise ambiental e mudanças climáticas relacionado ao uso desenfreado de combustíveis fósseis, bem como a alta emissão de gases do efeito estufa. Nesse cenário, nota-se um apelo cada vez maior pela adoção de fontes renováveis de energia, como a eólica e a solar, as quais são consideradas mais duráveis e menos poluentes, sendo, portanto, mais compatíveis com uma proposta de desenvolvimento sustentável (Goldemberg & Lucon, 2007; Bermann, 2008; Simas & Pacca, 2013). Busca-se, nesse sentido, um desenvolvimento alinhado à definição do relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, que possa suprir as necessidades atuais preservando a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas necessidades. As energias renováveis (ER) emergem, portanto, sob um discurso que defende o desenvolvimento sustentável e a mitigação das mudanças climáticas (Goldemberg & Lucon, 2007), aliado a uma lógica capitalista de desenvolvimento nacional (Zhou & Laschefski, 2010). Os argumentos favoráveis enfatizam ainda os potenciais benefícios socioeconômicos, incluindo avanços tecnológicos e industriais, ampliação do acesso à energia, estímulo ao desenvolvimento regional e local e a criação de oportunidades de emprego (Simas & Pacca, 2013). Diante do exposto, o presente trabalho se volta para o que o discurso hegemonicamente consolidado não leva em consideração: as transformações e impactos socioambientais que ocorrem nos territórios de implantação das ER, com potencial para a geração de conflito e tensão entre os diversos atores sociais envolvidos (Hofstaetter, 2016). Consiste, pois, em uma pesquisa acerca dos impactos psicossocioambientais da implantação de fontes renováveis de energia. De forma mais circunscrita, foi dado enfoque nos empreendimentos de energia eólica no Rio Grande do Norte (RN), visto que o mesmo desponta como um dos Estados mais proeminentes na produção de

energia a partir dos ventos, com mais de 2800 turbinas eólicas em atividade e com geração de 8 gigawatts (GW) de potência fiscalizada, o que corresponde a 30,20% de toda a produção de energia eólica no Brasil, segundo a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SEDEC). Sob a ótica das relações pessoa-ambiente, buscou-se olhar principalmente para as vivências de integrantes da pesca artesanal, considerando que, a partir da sua identificação enquanto povos e comunidades tradicionais, respaldada pelo decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, este grupo depende essencialmente do território para a reprodução de seus modos de vida. Como forma de aproximação com a temática, realizou-se uma revisão dos trabalhos produzidos a partir da psicologia ambiental nesse campo. Concomitantemente, foram realizadas visitas in loco a eventos públicos cujo tema se mostrasse alinhado com o debate aqui referido. A partir desses eventos, algumas falas foram selecionadas para análise. Dessa forma, o presente trabalho se desenvolve em defesa de uma ciência que, sem a pretensão de ser neutra, contribua para uma sustentabilidade que alcance também o nível local, respeitando os territórios, saberes e práticas de povos e comunidades tradicionais. Com isso, busca-se argumentar em prol de uma transição energética mais justa e inclusiva, construída junto às populações de nossos territórios, e não a despeito delas.

Metodologia

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, a qual parte de uma postura que não busca ser rigidamente estruturada, pois seu intuito é a compreensão do fenômeno no contexto em que ele ocorre e do qual faz parte. Considera-se, portanto, que em uma pesquisa qualitativa o pesquisador se insere no campo a fim de “captar” o fenômeno tomando como referência a perspectiva das pessoas que estão envolvidas nele (Godoy, 1995). Com o intuito de assimilar a perspectiva do grupo escolhido, mostrou-se fundamental partir da consideração de sua inserção enquanto integrantes dos chamados “Povos e Comunidades Tradicionais”, exercitando assim um olhar sensível para reconhecer suas especificidades, de modo a honrar o compromisso ético-político da psicologia enquanto profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Foram seguidas as normativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais – a qual inclui outros povos e comunidades tradicionais. Assim, sempre que necessário garantiu-se o consentimento livre, prévio e informado desses grupos, e em todos os momentos manteve-se o respeito a seus costumes, tradições e modos de vida. Para a escolha de ferramentas metodológicas, considerou-se os apontamentos de Flick (2009), segundo o qual em pesquisas qualitativas é recorrente a escolha dos métodos ser determinada a partir do trabalho contínuo no campo. Dessa forma, buscou-se a imersão no campo a ser estudado, e como consequência da realidade apresentada foram escolhidos os procedimentos para a construção do corpus desta pesquisa, sendo eles: observação participante e diário de campo (participação em eventos públicos, abertos, gratuitos, ou ações de extensão) e pesquisa documental (materiais e depoimentos disponíveis em bases de acesso público, como Youtube, mídias em geral, reportagens, e documentos de acesso aberto). A observação participante implica em saber fazer uso dos sentidos para perceber as informações que surgem a partir da interação entre pesquisador e pessoa ou grupo estudado. Envolve a manutenção de uma rotina de observação e anotações sistemáticas em diário de campo, com o propósito de elaborar descrições qualitativas/narrativas após cada sessão de

observação (Valladares, 2007; Mónico, 2017). A pesquisa documental, por sua vez, não se dá por contato direto do pesquisador com o grupo pesquisado, mas permite o estudo de pessoas às quais não se tem acesso físico (Godoy, 1995). A união dessas ferramentas metodológicas teve, pois, a intenção de ampliar o leque de possibilidades de aproximação com o campo de pesquisa. Dessa forma, foi possível que se efetivasse no decorrer do período de execução deste estudo (2023-2025) a inserção do grupo de pesquisa em eventos abertos ao público cujo tema se mostrasse alinhado com o debate de energias renováveis e povos e comunidades tradicionais, com ênfase na relação entre pesca artesanal e energia eólica. Ao longo do ano de 2023, ocorreram diferentes oportunidades de encontro com a pesca artesanal, dentre as quais se destaca o acompanhamento das ações da Rede Manguemar (@redemanguemar.rn). Em junho, o grupo de pesquisa esteve presente no II ERMEL (Encontro da Rede Manguemar, Estuário e Litoral) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, em Macau, e na inauguração do rancho centenário da Colônia de pescadoras(es) de Nísia Floresta. Já em setembro, ocorreu a participação no Tribunal Popular da Orla, em Natal, bem como no 25º Festival de Regatas de Diogo Lopes, em Macau-RN, e no encontro do MUDEM - Mulheres Construindo Jornadas de Luta para Defesa dos Mares e Rios do RN, em Enxu Queimado. Ao final do ano, em dezembro, marcou-se presença no encontro estadual da Articulação Nacional de Pescadoras (ANP) na praia de Pirangi do Sul. Em 2024, por sua vez, o ObPALA esteve presente em uma Audiência Pública Popular promovida pelo MUDEM em março, na qual tratou-se dos impactos das energias renováveis a partir da perspectiva de pescadoras artesanais, agricultoras familiares, lideranças da pesca e da agricultura, moradoras de regiões próximas a torres eólicas e militantes da questão ambiental e da temática das renováveis. Ressalta-se que durante os momentos de aproximação com o campo mostrou-se fundamental a manutenção de um olhar atento e sensível, bem como uma escuta atenta e respeitosa. Assim, buscou-se acolher os relatos que muitas vezes chegavam carregados de emoções intensas desencadeadas pelas vivências conflituosas e pelas dificuldades próprias do processo de enfrentamento. Por fim, a análise dos dados foi feita a partir da transcrição das falas registradas durante as observações, juntamente da análise interpretativa de seu conteúdo e dos diários de campo e documentos de mídia. Dentre os diversos momentos que o grupo pôde acompanhar, optou-se pela ênfase nas falas proferidas no MUDEM de 2024, visto que seu conteúdo abrange diversos aspectos relevantes para o presente estudo. Dessa forma, foram destacadas as falas de algumas mulheres presentes no encontro, sobretudo aquelas pertencentes à pesca artesanal e ocupantes de posições de liderança em seus territórios. Tais falas são descritas na seção b) dos resultados deste trabalho.

Resultados e Discussões

a) Contribuições da psicologia ambiental no campo das ER Nos últimos anos a temática das renováveis vem se fortalecendo e ganhando mais espaço nas produções acadêmicas. No âmbito da psicologia, verifica-se que muitos dos estudos envolvendo fontes renováveis de energia partem de conceitos de uma subárea da psicologia denominada Psicologia Ambiental, a qual faz parte do campo de estudos mais amplo das relações pessoa-ambiente. Observa-se ainda que dentre as pesquisas desenvolvidas destacam-se dois tipos: em uma vertente, há as que se concentram na problemática das mudanças climáticas e sustentabilidade, contribuindo com estratégias para o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais e para uma maior disseminação das energias

renováveis (Pinheiro, 1997; Pessoa & Pinheiro, 2010; Pessoa, 2011). Tais trabalhos já são pioneiros no sentido de terem um olhar direcionado para essa temática, ainda que com um enfoque mais interno, voltado para os indivíduos. Sob outra perspectiva, há os estudos que se aprofundam na investigação das implicações socioambientais da implantação de fontes renováveis, entendendo que há um potencial de geração de conflitos a depender da forma como esse processo ocorre. Aqui, a ênfase não é no indivíduo em si, mas na relação entre os diferentes agentes envolvidos. Na vertente que se debruça sobre as implicações socioambientais das energias renováveis destacam-se estudos como o de Improta (2008), o qual tematiza as implicações socioambientais da construção do parque eólico de Rio do Fogo - RN. Ao realizar essa pesquisa, Improta (2008) parte de um olhar da psicologia, com ênfase nas relações pessoa-ambiente, buscando estudar os efeitos do uso da energia eólica na vida das pessoas, voltando-se especificamente para o impacto social desses empreendimentos, com foco em aspectos como aceitação ou rejeição dos empreendimentos. A autora parte da compreensão de que a aceitação é maior conforme a população é mais integrada nas decisões de implementação dos projetos e diminui quando há uma grande intervenção na dimensão simbólica de lugar elaborada pelos moradores. Evidencia-se nesse estudo uma realidade contrastante, pois de um lado é relatada a imponência do parque eólico, e de outro tem-se o fato de os moradores da região seguirem lidando com a falta de energia elétrica para iluminação pública de suas ruas. Nesse cenário, critica-se o fato de a população local ser incluída no projeto apenas como receptores passivos de informação sobre algo que ocorre no quintal de suas casas, sem que os benefícios da implantação se materializem no cotidiano da comunidade. Apesar disso, a autora identificou que os moradores da região têm, de forma geral, uma avaliação positiva do empreendimento, que a autora atribui ao fato de a empresa ter cumprido todas as exigências legais impostas pelos órgãos públicos competentes. Por essa mesma linha, um outro estudo relevante foi conduzido por Farias (2017) para investigar as disputas envolvendo transformações socioambientais na cidade de Galinhos - RN. Com interesse inicial em analisar os impactos da implementação de um parque eólico na região, o autor relata as transformações pelas quais a comunidade passou ao longo dos últimos anos envolvendo mudanças no lugar e no modo de vida da população a partir de empreendimentos externos. Dentre elas, destaca-se a ampliação de uma salina, a qual alterou o funcionamento local, ocasionando uma passagem na centralidade da pesca artesanal para o turismo. Com esse cenário já estabelecido na história de Galinhos, observou-se um movimento de mobilização de moradores contra a obra do parque eólico Rei dos Ventos I, considerando-o uma obra de grande impacto para o lugar. Diante disso, verifica-se a partir dos relatos de Farias (2017) que a eólica foi vista pelos moradores como um processo semelhante ao que ocorreu com a implementação da salina. Novamente seu modo de vida, agora mais centrado no turismo local, encontrava-se ameaçado por um empreendimento de fora. Para o autor, estes conflitos evidenciam as especificidades de cada grupo em relação ao lugar. Por esse viés, ele investigou as relações afetivas desenvolvidas pelos moradores para com o lugar, e como isso é determinante dos processos de resistência observados. A partir de diálogos registrados em diários de campo, Farias (2017) apresenta alguns dos aspectos que colocaram a população de Galinhos em oposição à construção do parque eólico. Dentre eles, aparece a preocupação com a natureza, relacionada à mudança na rota de migração dos pássaros e a ameaça às dunas nas quais as torres são instaladas. Ademais, surgem afirmações de que na região ninguém se beneficia da energia gerada pela eólica, juntamente da constatação de ausência de qualificação para que o pessoal da região possa ocupar

cargos com remuneração melhor nas obras de instalação do parque. Diante dos aspectos elencados, bem como do histórico de vivências com a salina, os responsáveis pela implementação do parque eólico são vistos como invasores na perspectiva dos moradores (Farias, 2017). Assim, ao contrário do que foi relatado no estudo desenvolvido por Improta (2008), cerca de 10 anos antes, observa-se aqui um caso de não aceitação por parte dos moradores com relação ao empreendimento. Tal mudança de visão acerca da instalação de um empreendimento, e a respeito da própria energia eólica, aponta para o reconhecimento das vivências negativas em comunidades vizinhas que passaram pela experiência de convívio com estas usinas. A respeito do movimento contrário à implementação do parque eólico em Galinhos, Farias (2017) afirma que a oposição existente não é entre os moradores e a energia eólica ou a energia de fontes renováveis, e sim uma oposição entre capital e lugar. Em Galinhos, a apropriação capitalista se materializa na forma de empreendimentos como a salina ou a construção do parque eólico, e é diante disso que se iniciam conflitos pelo território, ou pelo lugar, como se refere o autor. Conforme reiterado a partir dos estudos citados, não se trata de conflitos contra o progresso ou contra um empreendimento específico. A energia eólica, por sua vez, pode ser avaliada positivamente, como no estudo de Improta (2008), ou negativamente como no de Farias (2017), pois não há uma oposição a ela diretamente, e sim um temor diante da ameaça de destruição de modos de vida, a depender da forma como esses empreendimentos se concretizam.

b) Impactos para a pesca artesanal no RN

A partir da definição de povos e comunidades tradicionais do decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, entende-se que pescadores artesanais, os quais encontram-se amplamente presentes no Estado do RN, se enquadram na categoria de povos e comunidades tradicionais, considerando a forma particular como se relacionam com o litoral e com os territórios aquáticos, bem como o uso da tradição para transmitir conhecimentos entre gerações. Nesse sentido, remete-se ao conceito de territorialidade, entendido como o esforço coletivo de um grupo social na intenção de transformar uma parte do ambiente biofísico que ocupam e utilizam, e com o qual se identificam, em seu “território”. Diz, portanto, de uma atribuição de significado e singularidade que passa a integrar a identidade do grupo (Little, 2002). Por esse viés, a tradição emerge em comunidades pesqueiras como a de Enxu Queimado, que, segundo uma liderança da comunidade em seu depoimento no encontro do MUDEM em 2024, tem “100 anos de existência, 100 anos de comunidades pesqueiras. A comunidade foi formada por pescadores” e “70% da nossa comunidade é formada por pescadores que vivem da pesca”. Relacionado a isso, destaca-se a transmissão de práticas entre gerações, conforme ilustrado pela afirmação de uma pescadora: “É o que nós sabemos fazer, é o que a gente aprendeu de geração para geração, aprendemos com nossos avós, nossos pais”. Nota-se, ainda, que a identidade da pesca artesanal é fortemente relacionada com o meio no qual realizam suas práticas, conforme ilustrado em outra fala da mesma pescadora: “Somos mulheres das águas. Somos mulheres do mar. É onde nós tiramos nossa sobrevivência.” Com relação à importância da pesca artesanal – inclusive para atender as necessidades das futuras gerações, tal qual preconiza a proposta do desenvolvimento sustentável – os relatos das pescadoras presentes no encontro do MUDEM de 2024 enfatizam o seu papel de, juntamente com a agricultura familiar, garantir cerca de 70% da alimentação saudável no país. Assim, a pesca é referida como fonte de sobrevivência não apenas para quem pesca, mas para todas as pessoas que usufruem desse ofício. No processo de transição energética, que envolve a passagem de fontes de energia que utilizam combustíveis fósseis para fontes renováveis, estão presentes desafios relacionados aos impactos ambientais, psicológicos e sociais para

quem vive nas áreas de interesse das empresas. No caso da energia eólica, subdivide-se em dois tipos com diferentes impactos: onshore, referindo-se às torres instaladas no continente, e offshore, que diz respeito aos aerogeradores instalados no mar. A energia eólica offshore tem o potencial de afetar a fauna marinha e de criar conflitos sociais com a pesca devido à criação de zonas de segurança com proibição da atividade pesqueira. Já os parques eólicos onshore apresentam riscos para a biodiversidade terrestre e impactos sociais para os vizinhos das torres, incluindo problemas como estresse, insônia, depressão, ansiedade, dores de cabeça e perda parcial da audição (O Biólogo, 2024). O documentário *Vizinhos do Vento*, produzido pelo Jornal da Record, enfatiza que os pescadores são os mais afetados pela instalação de parques eólicos nas praias do RN, pois o barulho e a vibração das turbinas afasta os peixes. Surge ainda uma outra preocupação diante das torres que pretende-se instalar no mar (offshores), pois estudos apontam que estas afastariam ainda mais os peixes, além de dificultarem a circulação dos pescadores nas águas. Corroborando tais apontamentos, são relatadas mudanças em comunidades pesqueiras como Enxu Queimado, que eram consideradas pacíficas/tranquilas antes da eólica e com a chegada da eólica vieram problemas como prostituição, drogas, assaltos, mortes e os filhos dos ventos (crianças deixadas por homens que vêm trabalhar nos empreendimentos, engravidam meninas e mulheres dos territórios e vão embora). De forma semelhante, uma agricultora familiar cuja casa é próxima de um aerogerador denuncia que teve sua paz roubada e que a realidade que vive hoje é diferente da que vivia antes. Segundo ela, o que antes era uma vida de paz foi substituído pelo barulho de dia e de noite, levando-a a perder o sono por causa do ruído. No que diz respeito aos impactos ambientais, pescadoras consideram absurdo que sejam colocadas torres nas dunas, pois são locais de preservação. Se referindo às cartografias sociais do mar, afirmam que o local apontado para implantação das torres é no maior berçário de lagosta e corais do RN, em Enxu Queimado. Uma militante do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) denuncia as explosões na Caatinga e a destruição da riqueza natural para gerar energia. As alterações na paisagem impactam a identidade seridoense, pois: “quem conhece o Seridó sabe de como aquelas serras são sagradas para a população de lá.”. Para quem possui essa forte identidade de lugar, a expansão dos aerogeradores é especialmente sentida: “com uma fileira, é como se fossem espadas encravadas nas nossas costas, sabe? Aquela fila de aerogeradores”. Tais situações relatadas evidenciam uma incoerência com relação ao discurso de sustentabilidade usado para justificar as ER, pois não se constata uma preocupação com a preservação de regiões de grande importância ambiental e social. No tocante às torres no mar (offshore), surgem falas como “Não durmo de noite pensando como é que a gente vai poder pescar”, que remetem a uma insegurança diante das incertezas do futuro da pesca artesanal, que se considera ameaçada pela chegada desses empreendimentos. Dentre essas preocupações, é mencionado o barulho das torres no mar que impacta os peixes, bem como a possibilidade (ou impossibilidade) de os barcos de pesca artesanal não conseguirem mais passar para realizar a pesca, pois, conforme consta na cartografia social do mar citada pela presidente da colônia de Enxu: “nessas áreas aqui marcadas será onde vai ser instalado as torres, isso os estudos que mostraram e é na área onde os pescadores realizam a pesca”. Diante disso, ela questiona “o que é que vai acontecer com o pescador?”, concluindo que “Vai passar fome, vai passar necessidade” e que vai ser preciso se mudar para a área urbana por não poder sobreviver da pesca. Nesse sentido, preocupam-se que “Principalmente nós mulheres que somos pescadoras de beira do rio, de beira do mangue, como é que a gente vai sobreviver?”. Assim, as mudanças decorrentes da implantação de torres eólicas materializam o que Zhouiri e

Laschefski (2010) chamam de “conflitos territoriais”, os quais correspondem aos conflitos ambientais que têm relação com a apropriação capitalista dos territórios de grupos sociais não hegemônicos. São marcados pela sobreposição de reivindicações do mesmo território a partir de grupos com diferentes identidades e lógicas culturais. De um lado, estão as/os pescadoras/es, que enquanto grupos tradicionais têm o território como garantia da manutenção de seus modos de vida e da sua existência. De outro, estão as empresas que chegam nos territórios revestidas de uma lógica capitalista/mercadológica de expropriação dos recursos naturais em prol do desenvolvimento. Nesse tocante, surge a ameaça de desterritorialização no processo de implementação de parques eólicos no Rio Grande do Norte, o qual ocorre sem que sejam tomadas as devidas medidas para assegurar a proteção dos territórios sociais de povos tradicionais como os que vivem da pesca artesanal. Tal processo, no entanto, não ocorre de forma passiva, mas é marcado por fortes movimentos de resistência, a partir dos quais esses povos buscam exercer o direito de defesa de seus territórios e “maretórios”. Sobre esse aspecto, Little (2002) ressalta as dificuldades que os povos tradicionais cujo ofício se volta para a extração de recursos pesqueiros – como é o caso dos pescadores artesanais – enfrentam para o reconhecimento formal de seus territórios, já que muitas vezes não se trata de “terras”, e sim de “águas”. São trechos de rios, lagos e mares, aos quais o autor se refere como “terras aquáticas ou marinhas”, que não têm uma legislação específica para reconhecer a singularidade desse modo de apropriação. Diante disso, desponta no horizonte dos pescadores e pescadoras artesanais o desafio de defender seu lugar de subsistência, e de vivência propriamente, mediante o que vêm como a ameaça das torres eólicas em terra e nos mares. Nesse âmbito, Dias et al. (2023) reforçam o caráter dual assumido pelas energias renováveis, pois de um lado se mostram como solução para o problema das mudanças climáticas, contribuindo para a transição energética e para a descarbonização, e de outro se apresentam como potenciais causadoras de conflitos e impactos socioambientais em escala local. Por esse viés, percebe-se que o discurso predominante do governo estadual do RN e de agentes relacionados ao setor privado se alia aos interesses do capital, colocando-se em oposição aos grupos tradicionais presentes em seu território (Zhourri & Laschefski, 2010; Dias et al., 2023). Observa-se nesse aspecto a omissão discursiva do componente negativo das energias renováveis, o que implica em uma negação dos conflitos que dela decorrem a fim de dar ênfase ao aspecto de sustentabilidade e desenvolvimento local que, conforme aparece nas falas dos povos diretamente afetados, muitas vezes sequer se concretiza. Com relação às promessas feitas, contrapõe-se o que é dito pelo discurso hegemônico e o que ocorre na realidade. Por esse viés, uma agricultora familiar afirma que “Essa energia renovável que vinha com muito emprego, vinha renovar, vinha crescer e multiplicar. Era o que eles diziam”. Em oposição ao prometido, a presidente da colônia de Enxu denuncia situações como a ausência de empregos nos empreendimentos de energia eólica para quem é da região: “chegaram os trabalhadores de fora, chegaram mão de obra de fora” e que “para alguns moradores da comunidade serem contratados houve protesto nas estradas”. Com isso, verifica-se o processo contínuo da comunidade buscando se reafirmar e lutando pelo que é direito seu. Nota-se também um sentimento de invisibilidade relacionado com o descaso percebido, o qual pode ser ilustrado em falas como “eu queria muito mesmo que alguém olhasse para nós da área da pesca”. Nesse âmbito, para reivindicar seus direitos as/os integrantes da pesca artesanal recorrem à lei 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante para povos e comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada. Todavia, apontam que essa legislação muitas vezes não é respeitada. Diante disso,

reafirma-se que as comunidades não são contra o progresso, e sim contra a forma como os empreendimentos chegam – sem consulta prévia e devastando as comunidades, ao passo que as comunidades desejam diálogo e transparência, conforme apontado na fala “queria que viesse nas comunidades, conversasse conosco, falasse a verdade, a verdade, somente isso”. Como forma de reação diante desse processo, as pescadoras reivindicam o desejo de preservar sua autonomia: “O que a gente quer a gente quer é as nossas comunidades livres para a gente poder trabalhar, para a gente poder sobreviver sem estar precisando de pedir migalha aos governos”. Nesse sentido, para avançar na busca pelo direito de continuar existindo em seus territórios tradicionais, outro elemento fundamental que aparece é o da organização coletiva. Tem-se tanto a organização interna das pescadoras e pescadores (com o Conselho Pastoral da Pesca, por exemplo) como a associação com outros movimentos e entes sociais que se somam para fortalecer essa luta, como o coletivo Cirandas, o Serviço de Assistência Rural e Urbana (SAR) e o MAR. Tal organização coletiva se mostra fundamental para resistir frente à razão instrumental do Estado, que, aliada aos interesses do capital, muitas vezes ignora outras possibilidades de existir junto aos territórios. Diante do exposto, questiona-se “Para quem a gente quer produzir toda essa energia? Para que e para quem?”. Por essa perspectiva, cabe refletir que nos lugares escolhidos para a instalação dos empreendimentos de ER há, antes de tudo, “vida, nós temos vida, nós temos atividade econômica” e que “muitas famílias vivem disso”. Por fim, reafirma-se que, tal qual dizem as várias vozes aqui mencionadas, não se trata de uma luta contra o progresso, mas de uma defesa de um progresso que esteja a favor do/a pescador/a, do/a agricultor/a e de quem mais depende do território (e das águas) para viver.

Conclusão

As informações obtidas a partir dos relatos fornecidos em eventos públicos como o MUDEM se mostraram consistentes com o que foi apontado em outros estudos dessa temática. Observa-se, nesse sentido, a repetição de determinadas problemáticas que surgem mais frequentemente nos discursos de pessoas afetadas por empreendimentos de energias renováveis, como o medo de não conseguirem sobreviver da pesca quando forem implantadas torres de energia eólica no mar e o desejo de serem incluídos nas decisões sobre empreendimentos que chegam em seus territórios. Diante disso, levanta-se a necessidade de serem realizados estudos complementares, principalmente visando a produção de dados para quantificar os impactos relatados e verificar as correlações feitas entre os empreendimentos de ER e os impactos percebidos. Por essa perspectiva, acredita-se que a produção científica nesse campo tem o papel de contribuir para aumentar a visibilidade das comunidades afetadas, bem como para auxiliar na produção de ferramentas que possam ser utilizadas para fortalecer a luta por uma transição energética mais justa e participativa.

Referências

Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. (2024). <https://abeeolica.org.br/> Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. (2024). Boletim de Geração Eólica 2022. <https://abeeolica.org.br/energia-eolica/dados->

abeeolica/ Bermann, C. (2008). Crise ambiental e as energias renováveis. *Ciência e Cultura*, 60(3), 20-29. Brasil. (2007). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Dias, E. M. S., Teixeira, R. L. P., & Pessoa, Z. S. (2023). Olhares sobre a expansão das energias renováveis no Rio Grande do Norte: entre conflitos, controvérsias e possibilidades. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6957> Farias, A. R. B. de, Calado Filho, M. A. L., Bezerra, A. S., Carvalho, L. T. F., da Silva, R. N., de Andrade, L. P. de, & da Silva, H. M. D. L. (2021). Saúde Mental E Implantação De Parques Eólicos: Um Estudo De Caso No Semiárido Brasileiro. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, 12(1), 154-166. Farias, T. M. (2017). Afetividade e resistência: vínculo, transformações socioambientais e oposição capital-lugar na cidade de Galinhos-RN (Tese de doutorado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Goldemberg, J., & Lucon, O. (2007). Energias renováveis: um futuro sustentável. *Revista Usp*, (72), 6-15. Hofstaetter, M. (2016). Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte (Tese de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Improta, R. L. (2008). Implicações socioambientais da construção de um parque eólico no município de Rio do Fogo - RN (Tese de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Jornal da Record*. (2023). *Vizinhos do Vento* [Documentário]. YouTube. <https://youtube.com/playlist?list=PLAFW6pG7OkZBqqIvOzvkwQ7w7fYGsLo06&si=t1pQFhKmi9XLMno4> Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade (Vol. 322). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. *O Biólogo*. (2024). *Revista do Conselho Regional de Biologia*, (67). ISSN 1982-5897. Pessoa, V. S. (2011). Análise do conhecimento e das atitudes frente às fontes renováveis de energia: uma contribuição da Psicologia. (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Pessoa, V. S., & Pinheiro, J. Q. (2010). "Do que Você Lembra quando Pensa em Energia do Vento?" Um Estudo sobre o Conhecimento da Energia Eólica. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 361-367. Pinheiro, J. Q. (1997). *Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor*. Estudos de Psicologia (Natal), 2, 377-398. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (2024, 11 de abril). Energia. <http://www.sedec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=15443&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Energia> Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. (2024). Informações sobre o setor de energia no Rio Grande do Norte. Recuperado em 29 de agosto de 2024, de <http://www.sedec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=15443&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Energia> Simas, M., & Pacca, S. (2013). Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. *Estudos avançados*, 27, 99-116. Zhou, A., & Laschefski, K. (2010). Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG.

CÓDIGO: HS0529

AUTOR: LILLIAN VITÓRIA DA SILVA PIMENTEL

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Amenemhet (TT82), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1479-1425.

Resumo

A tumba de Amenemhat (TT82), construída durante o reinado de Tutmés III (1479-1425 A.E.C.), localiza-se no sítio arqueológico de Sheik Abd el-Qurna, na antiga cidade de Tebas (atual Luxor), Egito. Amenemhat foi mordomo do vizir e contador de grãos de Âmon e escriba, pertencente à elite do Egito Antigo. Sua tumba, presente no conjunto de tumbas particulares pré-amarnianas (c. 1550-1353 A.E.C.) referente à XVIII Dinastia (c. 1550-1307 A.E.C.) do Egito Antigo, possui a estrutura superior em formato de um T invertido e chama atenção pela cena de caça e pesca no pântano, que faz referência ao Capítulo 110 do Livro dos Mortos. Além de caçar peixes, associadas às deusas Neith e Háthor, ele caça hipopótamos, podendo ser associado ao deus Seth ou à um fato da vida de Amenemhat. Assim, o objetivo deste relatório é apresentar os resultados do projeto de Iniciação Científica, iniciada em setembro de 2024, com foco na análise da estrutura superior da tumba de Amenemhat (TT82), através dos elementos iconográficos que compõem o Espaço Funerário, além da compreensão das simbologias espaciais presentes na tumba e a elaboração do catálogo da tumba de Amenemhat (TT82). Ademais, foram realizadas análises das cenas presentes na tumba a partir da perspectiva teórica-metodológica de Valérie Angenot, finalizando com a agência material, possibilitando uma interpretação da tumba como um Espaço Funerário em excelência, como algo ativo onde ocorre a interação do humano com a própria tumba.

Palavras-chave: Egito Antigo; Espaço Funerário; Tumba de Amenemhat (TT82)

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: Material Agency in the Tomb of Amenemhat (TT82), New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1479-1425 B.C.E.

Abstract

The Tomb of Amenemhat (TT82), built during the reign of Thutmose III (1479-1425 BCE), is located at the archaeological site of Sheikh Abd el-Qurna, on the ancient city of Thebes (present-day Luxor), Egypt. Amenemhat was a steward to the vizier and grain counter of Amun, and a scribe, belonging to the elite of Ancient Egypt. His tomb, present in the group of pre-Amarnian private tombs (c. 1550-1353 BCE) relating to the

Eighteenth Dynasty (c. 1550-1307 BCE) of Ancient Egypt, has an upper structure in the shape of an inverted T and is notable for the hunting and fishing scene in the marsh, which references Chapter 110 of the Book of the Dead. In addition of hunting fish, associated with the goddesses Neith and Hathor, it hunts hippos, which may be associated with the god Seth or an event in the life of Amenemhat. Thus, the objective of this report is to present the results of the Scientific Initiation project, initiated in September 2024, focusing on the analysis of the upper structure of the tomb of Amenemhat (TT82), through the iconographic elements that comprise the Funeral Space, in addition to understanding the spacial symbology present in the tomb and the preparation of the catalog of the tomb of Amenemhat (TT82). Furthermore, analyses of the scenes present in the tomb were conducted from the theoretical-methodological perspective of Valérie Angenot, concluding with material agency, enabling an interpretation of the tomb as a Funeral Space at excellence.

Keywords: Ancient Egypt; Funeral Space; Tomb of Amenemhat (TT82)

Introdução

Amenemhat foi um membro da elite do Egito Antigo, descrito como mordomo do Vizir Useramun, escriba e contador dos grãos de Âmon, sua tumba faz parte do conjunto de tumbas pré-amarnianas (c. 1550-1353 A.E.C.) referente à XVIII Dinastia do Egito Antigo (c. 1550-1307 A.E.C.), sendo conhecida como TT82. Sua tumba está localizada no sítio arqueológico de Sheik Abd el-Qurna, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito.

A tumba foi construída durante o reinado de Tutmés III (c. 1479-1425 A.E.C.), no chamado período pré-amarniano, em Tebas, uma cidade com culto principal para o deus Âmon, esse período é marcado por diversas campanhas militares e uma expansão significativa do território egípcio (Brancaglion Jr., 1999). A TT82 é conhecida também como uma tumba particular, nomenclatura usada para tumbas feitas para membros da elite que não são necessariamente parte da realeza. Além disso, por ser localizada em Tebas, segue a arquitetura tebana da época possuindo um formato de T invertido (Anexo I). A estrutura superior, contém a capela funerária possuindo um nicho para a estátua do morto e da sua esposa, Beketamun, no final do corredor interno (sendo categorizada como tumba do tipo Vb). Já a estrutura inferior é onde fica localizada a câmara funerária com o sarcófago e a múmia. O interior de sua tumba é inteiramente decorado e, entre as cenas, há a presença de diversos familiares, possibilitando uma árvore genealógica de quatro gerações da família do morto, uma viagem para Ábidos e caça e pesca de hipopótamos.

O estudo da tumba de Amenemhat (TT82), faz parte do projeto intitulado como: “O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material em tumbas tebanas pré-amarnianas, Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1550-1353 A.E.C.”, coordenado pela professora Marcia Severina Vasques. O projeto contempla o estudo e análise de seis tumbas, sendo elas: Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Menna (TT69), Amenemhat/Surero (TT48), Nebamun (TT17) e Kha (TT8). Em suma, o objetivo deste projeto é a análise e a construção do Espaço Funerário egípcio em tumbas de particulares no período pré-amarniano, observando questões sociais e culturais nas imagens presentes nas tumbas. Bem como as relações que os antigos egípcios possuíam com a Cultura Material, realizando comparações com as outras tumbas pertencentes ao projeto, de modo a auxiliar

no entendimento das crenças funerárias do período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo. Nesta pesquisa, com o enfoque na tumba de Amenemhat (TT82), a construção do seu Espaço Funerário foi feita através da análise da sua estrutura superior seguindo da interpretação dos textos e imagens circunscritos no espaço da tumba e a compreensão das simbologias espaciais presentes nela.

Neste plano de trabalho, das vinte paredes que compõem a tumba de Amenemhat (TT82), foram selecionadas três cenas para serem analisadas ao longo da duração do plano. A primeira cena é de cena de caça e pesca no pântano, que chama a atenção devido à presença de um hipopótamo, o que não é comum, pois costumava-se retratar uma caça e pesca de peixes, como simbolismo com as deusas Neith e Háthor. Dessa vez, com o foco sendo redirecionado para o hipopótamo, pode ser relacionado como simbolismo ao deus Seth, ou um fato que realmente aconteceu na vida de Amenemhat; cena de banquete e Ritual de Abertura de Boca; cena de banquete e estela de Amenemhat, onde aparece uma representação muito interessante do Ka e do Ba do morto e da sua esposa, Beketamun.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi dividida entre três etapas, separadas em três momentos: o primeiro é a confecção do catálogo, ou seja, um corpus documental, que funciona como base do trabalho arqueológico, sendo utilizado para indicar uma forma de organização metodológica do material estudado na pesquisa e oferece ao arqueólogo e historiador uma melhor perspectiva sobre o seu objeto de estudo, sendo um documento de suma importância para pesquisas futuras (Vasques, 2005, p. 35). Este catálogo foi baseado no modelo do Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021b), no qual as paredes da tumba de Nakht (TT52) estão catalogadas com os seguintes elementos: uma Imagem guia; Material e técnica; Dimensões; Período; Data; Dinastia; Inscrições; Descrição; Referências bibliográficas. O acesso à fonte será a partir da publicação do Metropolitan Museum of Art Expedition, organizada por Norman de Garis Davies e Alan H. Gardiner (1915), “The tomb of Amenemhet”, com desenhos em alta resolução e algumas pinturas por Nina de Garis Davies.

Para a confecção do catálogo, foram realizados um levantamento bibliográfico e o estudo de diversos conceitos do Espaço Funerário no Egito Antigo, compreendendo como seria possível analisar a tumba de Amenemhat (TT82), conversando juntamente com as outras tumbas integrantes do projeto. Ademais, para analisar imagens e itens funerários, bem como a contextualização do período em que a pesquisa se localiza, fizemos leituras de diversas obras, sendo as principais: *Religião e magia no Egito Antigo* (2011) da Rosalie David, *Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia* (2019) de Ronaldo Pereira, *Manual de Arte e Arqueologia Egípcia I e II* (2003, 2004) de Antonio Brancaglione, *O livro dos Mortos do Antigo Egito* (1991) traduzido por Maria Helena Trindade Lopes.

O segundo momento é a análise das cenas da tumba, sendo composta tanto pelas imagens quanto pelos textos. Nessa etapa, foram escolhidas as paredes que seriam analisadas, de acordo com a leitura da fonte, assim, foram selecionadas três paredes para a análise. Cada uma dessas paredes representava uma cena diferente. Além disso, para complementar o

catálogo, foi realizada a transliteração e tradução de uma das cenas escolhidas, por meio da oficina produzida no final do curso de hieróglifos. A parede analisada foi a noroeste da primeira estrutura, que retrata a cena de caça e pesca com hipopótamos. Devido ao conteúdo da cena e, também, pela quantidade de inscrições, a transliteração e tradução poderia ser de grande ajuda para o entendimento da representação da cena de caça e pesca na tumba de Amenemhat (TT82).

Outrossim, foi utilizada a metodologia estipulada por Valérie Angenot (2014), na sua defesa do uso da semiótica a partir da hermenêutica para o Egito Antigo. Na perspectiva semiótica, Angenot aborda uma interação entre imagem, texto e espaço por meio de vetores de relações. O primeiro vetor é a da imagem com o texto, onde a escrita pode ser entendida como imagem e a imagem como escrita; o segundo vetor é a relação da imagem com o espaço, sendo utilizado como signo; o terceiro vetor é o texto juntamente com o espaço, sendo compreendidos por meio dos frisos e das molduras das tumbas; ao fim, vem a junção de texto, imagem e espaço de uma tumba com o espaço cósmico onde está inserida, seguido pelas orientações geográficas simbólicas e possíveis distorções intencionais. Ao falar da hermenêutica, Valérie Angenot aborda uma metodologia interpretativa com duas linhas teóricas, sendo elas: a anomalia e a contextualização. A primeira linha teórica, seguindo a ideia da anomalia está baseada na perspectiva de inconstância para alcançar as camadas implícitas de significação, pois no Egito Antigo, quando há a ocorrência de anomalias acerca da coerência de um discurso, revelam sempre a existência de um significado derivado (Angenot, 2015). A linha que depende da ideia de uma contextualização tanto espacial como temporal, é necessário ter muita atenção, já que na hermenêutica, dois significados distintos podem se originar de um mesmo código semiótico (Angenot, 2015). A última etapa é a aplicação da agência material (Malafouris, 2013) neste plano de trabalho, de forma a auxiliar na interpretação da tumba como um Espaço Funerário em excelência, como algo ativo onde ocorre na interação do humano com a própria tumba.

Resultados e Discussões

Os resultados desta pesquisa partiram do levantamento bibliográfico, produção do catálogo e análise das cenas da tumba de Amenemhat (TT82). Sendo assim, após a leitura da bibliografia selecionada, ocorreu a produção do catálogo. Por sua vez, o catálogo foi baseado no modelo construído por Pedro Hugo Canto Núñez, utilizado na sua dissertação de mestrado: O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.), (Canto Núñez, 2021).

De início, houve dificuldades na leitura da fonte *The Tomb of Amenemhet* (1915), por ser uma fonte estrangeira e sem tradução, e, também, devido ao ano em que foi publicada. Porém, com o auxílio do Google Tradutor, dicionários e consultas às demais colegas do grupo, a leitura pôde ser feita e concluída. Ademais, para poder consultar os trechos traduzidos enquanto produzia o catálogo, escolhi fazer um documento à parte usando a plataforma Google Docs, com traduções dos trechos e da obra em si.

Durante o andamento desta pesquisa, houve muitas discussões acerca das cenas selecionadas e como elas poderiam ser analisadas, pois, a maior dificuldade era o péssimo

estado de conservação da tumba. A primeira cena correspondia à cena de caça e pesca com hipopótamos, localizada na parede noroeste (primeira estrutura), que pode ser vista em melhor qualidade no Anexo II. Essa parede, apesar de estar muito deteriorada, chama bastante atenção por não ser uma representação de caça e pesca com peixes, mas sim com hipopótamos, o que é uma representação incomum em tumbas particulares. A segunda corresponde à cena de procissões para Imentet, parede oeste (corredor), é uma das paredes melhor preservada e tem uma grande riqueza de detalhes. A terceira cena é o banquete e Ritual de Abertura de Boca (Anexo III), parede leste (corredor), apesar de estar bem deteriorada, contém bastante detalhes, principalmente com o banquete realizado para sua família e o Ritual de Abertura de Boca. Por fim, a última cena analisada foi a parede sul, câmara interna, que contém cenas de banquete e também a estela do morto (Anexo IV). Esta cena está bem preservada e possui bastante detalhes.

O catálogo elaborado para esta pesquisa passou por várias modificações. Na sua primeira versão, contava com todas as cenas separadas para análise, porém, conforme a sua produção, a cena de procissões para Imentet (parede oeste, corredor) foi descartada na análise. A exclusão dessa parede partiu do grande número de detalhes presentes na cena e não seria possível focar nas demais cenas, pois essa, em específico, demandava muito mais tempo do que o previsto para sua análise. Assim, após a exclusão desta parede, pude focar na câmara interna, na parede sul, cuja cena retrata um banquete juntamente com a estela de Amenemhat, bem como a cena da caça e pesca com hipopótamos.

Esta cena, particularmente, foi o foco principal desde o início da pesquisa, devido à presença do hipopótamo. Na análise da cena e das inscrições (Anexos V e VI), a caça ao hipopótamo é vista como uma caça difícil, a sua captura vem após a ajuda de Sekhet, concedendo a paz necessária para a captura ocorrer com sucesso. Neste caso, cena faz alusão à cena de julgamento, a caça ao hipopótamo aqui pode ser relacionada com uma representação de Seth, lembrando a Contenda entre Seth e Hórus, como também é comentada na fonte desta tumba (Davies; Gardiner, 1915). Amenemhat regozija nas águas primordiais livres do hipopótamo, sendo julgado do Nun, passando dele em seguida. Assim, provavelmente, o hipopótamo pode ser visto como uma representação do caos, uma representação negativa, sendo visto como um obstáculo a ser superado para que Amenemhat possa passar pelo Nun, o espaço das águas primordiais. Devido ao estado de deterioração desta parede, não é possível obter uma informação mais detalhada acerca desta caça, partindo das imagens.

Na cena do banquete e Ritual de Abertura de Boca, ocorre com o sacerdote Sem vestido com uma pele de leopardo, que possivelmente era o próprio filho de Amenemhat, de frente para ele e Beketamun com uma mesa de oferendas à frente. Assim, ao lado, ocorre o banquete funerário com a presença de músicos e integrantes da família de Amenemhat. Abaixo, há a representação do Ritual de Abertura de Boca. Alan Gardiner, em *The Tomb of Amenemhet* (Davies; Gardiner, 1915, p. 58), faz comparações do ritual com a tumba de Rekhmirê (TT100).

A última cena analisada foi a cena do banquete funerário com a estela de Amenemhat. Um ponto interessante dessa cena é a presença de carpideiras chorando e balançando os cabelos em frente ao sofá onde se encontra o morto. Porém, o ponto mais intrigante certamente é a presença do Ka do casal e também do Ba, sendo representado por duas aves suspensas pelo sofá, em dois pilares. Na cena também são representados dois homens

jogando senet, um jogo de tabuleiro que o objetivo era atravessar, fazendo alusão à travessia do morto para o Além (Kendall, 1978), algo similar às damas com servos ao seu redor, bem como a representação do processo de fermentação e armazenamento de vinho. A outra cena, contém as inscrições em hieróglifos.

Alguns fatores interessantes nesta pesquisa foram as atividades que contribuíram para a construção deste projeto. Um exemplo é o “X Encontro Estadual de História, ANPUH-RN, 20 anos de História: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade”. Assim, com o incentivo da nossa orientadora, todas componentes do projeto de pesquisa participaram da ANPUH, dentro do Simpósio Temático 01: Os espaços da antiguidade e medievo: fontes antigas, novos olhares e perspectivas futuras. O evento ocorreu em outubro de 2024, apenas um mês depois do início do projeto de iniciação científica.

A participação no encontro estadual da ANPUH-RN foi uma oportunidade para apresentarmos o plano de trabalho, bem como as tumbas participantes de forma individual. Durante a minha apresentação, foquei em explicar brevemente quem era Amenemhat (TT82), a arquitetura da sua tumba e as imagens que seriam analisadas, a metodologia pensada para realizar a análise, bem como as expectativas para o final da pesquisa e seus resultados. Ademais, observar outros colegas apresentando outras linhas de pesquisa, serviu de grande aprendizado, seja em ideias para bibliografia, análises ou informações que foram importantes para o ponto de vista utilizado na construção do catálogo.

Com o momento separado para dúvidas e sugestões, pude conversar com o público especialista, que sugeriram focar na cena de caça e pesca de hipopótamos da tumba de Amenemhat (TT82), pensando na representação de animais no Egito Antigo. Outro ponto que foi bastante sugerido foi a busca por entender o motivo de ter ocorrido essa troca tão significativa, pois não era comum ter esse tipo de mudança nas imagens de sua tumba, principalmente uma tumba particular.

Participar da edição da ANPUH-RN, foi de extrema importância e aprendizado, por nunca ter participado de uma edição dessa magnitude, não sabia como funcionava as apresentações e como essa troca poderia ser tão proveitosa para a pesquisa e para além da pesquisa também. Apresentar a tumba de Amenemhat (TT82) na ANPUH-RN, permitiu adquirir uma experiência acadêmica muito rica, permitindo um novo olhar sobre a análise da tumba.

Outra atividade que auxiliou na construção desta pesquisa foi o curso de hieróglifos nível básico, ministrado por Pedro Hugo Canto Núñez, durante o período de abril e junho de 2025. Neste curso, aprendemos o básico da gramática e escrita de hieróglifos, tivemos aulas expositivas e atividades práticas, para praticar a escrita e exercícios de gramática. Ao final do curso, foi realizada uma oficina de transliterações e traduções de hieróglifos, com diversas fontes como: estelas, cenas das tumbas participantes do projeto de Iniciação Científica, mesas de oferendas, entre outros.

Nessa oficina, tivemos a oportunidade de transcrever, transliterar e traduzir uma cena das tumbas que faziam parte do projeto de pesquisa, juntamente com o auxílio do programa JSesh. Este programa permite uma maior mobilidade acerca da escrita com hieróglifos, ao invés de escrever tudo manualmente, digitamos o código do sinal ou a transcrição e

então temos o sinal já desenhado na tela. Também é possível exportar para documento em Word, facilitando na pesquisa. Assim, escolhi trabalhar com a cena de caça e pesca com hipopótamos, pois, por chamar bastante atenção pela peculiaridade da sua composição, as inscrições presentes nessa parede, eram as mais próximas do conteúdo trabalhado no curso. Dessa maneira, os registros eram divididos entre parte esquerda e parte direita, devido à complexidade da transcrição da parte direita, foquei apenas na parte esquerda.

Uma plataforma que auxiliou nesta oficina foi a AED-Ancient Egyptian Dictionary, além dos dicionários disponibilizados durante o curso, bem como o uso do programa JSesh. Dessa forma, pude organizar a transcrição de uma das duas inscrições presentes na cena (Anexos V e VI). O encerramento do curso se deu pela apresentação dos nossos resultados e da fonte estudada.

Conclusão

O estudo da tumba de Amenemhat (TT82) neste projeto de pesquisa trouxe muitas observações acerca de tumbas tebanas particulares no Reino Novo com a presença de representações interessantes como a caça e pesca com hipopótamos, o banquete com a família de Amenemhat junto com o Ritual de Abertura de Boca, a presença incomum do Ka e Ba dele e de sua esposa Beketamun na cena de banquete juntamente com a estela. Apesar das cenas deterioradas, essas imagens revelam fatos interessantes de um membro da elite do Antigo Egito, bem como as suas representações também abordam crenças e costumes da época. Algumas imagens podem aparecer de forma replicada ou muito parecidas com outras tumbas como o vizir Rekhmirê (TT100), que aparece várias vezes em *The Tomb of Amenemhet* (Davies; Gardiner, 1915).

A participação em atividades como o curso de hieróglifos serviu de grande auxílio para esta pesquisa. Com a transcrição e tradução da cena de caça e pesca com hipopótamos, houve o trabalho em conjunto (imagem e texto) para o entendimento da cena. Ainda que as outras cenas não pudessem ser traduzidas devido ao tempo do curso e da diferença de vocabulário, poder traduzir uma parte, ainda que minimamente, serviu de grande aprendizado.

Participar desta pesquisa foi de extrema importância para compreender o Espaço Funerário no Egito Antigo, bem como a agência material na tumba de Amenemhat. Ao analisar as paredes e cenas selecionadas, percebe-se como estas imagens atravessam os milênios e permanecem ativas com a história e vida do dono desta tumba. São estes resquícios que contribuem para o estudo de tumbas tebanas de particulares, pré-amarnianas, permitindo um comparativo entre tumbas e descobertas na Egiptologia que auxiliem em futuras pesquisas acadêmicas.

Referências

Fonte:

DAVIES, Norman de Garis; GARDINER, Alan H. The Tomb of Amenemhet. Nova Iorque: Metropolitan Museum of Art Expedition, 1915.

Bibliografia:

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

BRANCAGLION JR., Antonio. Banquete funerário no Egito Antigo: Tebas e Saqqara - tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.). 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

BRANCAGLION JR., Antônio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

CANTO NÚÑEZ; Pedro Hugo; SILVA, Ruan K. P. da. As Trajetórias da História Antiga no Rio Grande do Norte: o ensino e a pesquisa. No prelo.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Gramática básica - aprendendo e praticando o egípcio médio, nível I. Belém: RFB, 2025.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo (org.). (Re)Estudando fontes funerárias egípcias: traduções para o ensino e pesquisa de Egíptologia lusófona. Belém: RFB, 2025.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IKRAM, Salima. Death and Burial in Ancient Egypt. London: Pearson Education Limited, 2003.

HAYS, Harold M. Between identity and agency in Ancient Egypt ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. “Being in Ancient Egypt” thoughts on agency, materiality and

cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaeological Reports, 2009.

KENDALL, Timothy. Passing Through the Netherworld: The meaning and play of Senet, an ancient Egyptian funerary game. Belmont, MA: Kirk Game Company, 1978.

LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.

LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LOPES, Maria Helena Trindade. O livro dos Mortos do Antigo Egito. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.

MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997.

NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. *Clarusculo*, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23.

NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and how could we?. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.

PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019

SCHWEITZER, Simon D. AED: Ancient Egyptian Dictionary. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://simondschweitzer.github.io/aed/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. A Morte e o Além no Egito Antigo: os campos da Duat nas tumbas de Nakht e Nebamun (Novo Império, Tebas Ocidental) In: CONGRESO INTERNACIONAL IMÁGENES DE LA MUERTE, 8., 2018, Pachuca. Anais [...]. Pachuca, 2018.

VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Formações egíptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras. No prelo.

Anexos



ANEXO I - PLANTA DA TUMBA



ANEXO II - PAREDE NOROESTE (PRIMEIRA ESTRUTURA): CENA DE CAÇA E PESCA



ANEXO III - PAREDE LESTE (CORREDOR): BANQUETE E RITUAL DE ABERTURA DE BOCA



ANEXO IV - PAREDE SUL (CÂMARA INTERNA)



ANEXO V - TRANSCRIÇÕES FEITAS DA TUMBA



ANEXO VI - TRANSCRIÇÕES FEITAS DA TUMBA 2



ANEXO VI - TRANSCRIÇÕES FEITAS DA TUMBA 3



ANEXO Viii - TRANSCRIÇÕES FEITAS DA TUMBA 4



ANEXO IX - TRANSCRIÇÕES FEITAS DA TUMBA 5



ANEXO X - ANOTAÇÕES DAS TRANSCRIÇÕES



ANEXO XI - ANOTAÇÕES DAS TRANSCRIÇÕES

CÓDIGO: HS0538

AUTOR: LORENNA EDUARDA DE OLIVEIRA ANDRADE

ORIENTADOR: LARISSA JACHETA RIBERTI

TÍTULO: "PRAÇA DE GUERRA" (2015) e a luta contra a exclusão social na ditadura militar

Resumo

Este artigo tem como objetivo ampliar as perspectivas sobre a atuação da resistência regional contra a ditadura civil-militar na cidade de Catolé do Rocha, intitulado Guerrilha do Capim-Açu, ocorrida em 1969, tendo como base analítica o curta-metragem Praça de Guerra (2015) de Edmilson Gomes Júnior. A partir da obra, pretende-se explorar as representações da resistência estudantil, as formas de repressão presentes no período, bem como a caracterização dos chamados “subversivos”. Por meio da perspectiva da História Cultural, busca-se compreender como o documentário reconstitui experiências de exclusão social e práticas de resistência por meio de elementos narrativos e visuais. O trabalho parte de uma metodologia qualitativa, utilizando análise fílmica e pesquisa documental, amparado por autores como Roger Chartier, Marc Ferro e Sandra Pesavento. A discussão perpassa também o conceito de luta armada e busca fomentar um debate histórico ancorado na construção da memória coletiva e nas experiências vividas durante o regime, buscando entrelaçar o estudo da ditadura civil militar em uma perspectiva regional e reconfigurando o imaginário social sobre o período ditatorial no sertão paraibano.

Palavras-chave: Cinema. História. Ditadura. Resistência. Representação.

TITLE: “Praça de Guerra” (2015) and the fight against social exclusion during the Military Dictatorship in Paraíba

Abstract

This article aims to broaden perspectives on the actions of the regional resistance against the civil-military dictatorship in the city of Catolé do Rocha, entitled Guerrilha

do Capim-Açu, which occurred in 1969. It uses as an analytical basis the short film Praça de Guerra (War Square) (2015) by Edmilson Gomes Júnior. Based on the work, we intend to explore the representations of student resistance, the forms of repression present in the period, as well as the characterization of the so-called "subversives." Through the perspective of Cultural History, we seek to understand how the documentary reconstructs experiences of social exclusion and resistance practices through narrative and visual elements. The work is based on a qualitative methodology, using film analysis and documentary research, supported by authors such as Roger Chartier, Marc Ferro and Sandra Pesavento. The discussion also encompasses the concept of armed struggle and seeks to foster a historical debate anchored in the construction of collective memory and the experiences lived during the regime, seeking to intertwine the study of the civil-military dictatorship from a regional perspective and reconfiguring the social imagination about the dictatorial period in the Paraíba backlands.

Keywords: Cinema. History. Dictatorship. Resistance. Representation.

Introdução

O golpe de Estado de 1964, que marcou o fim do governo de João Goulart e de uma linha democrática no Brasil, teve origem na confluência de crises externas relacionadas à Guerra Fria, do crescente cenário nacional de polarização do poder e de uma política intervencionista e controladora dos Estados Unidos, que apoiou e fomentou ações de desestabilização política e econômica. Esses fatores, amplamente discutidos por diferentes correntes historiográficas e apontados nesse artigo como alguns dos motivos do golpe, resultaram na instauração de um regime autoritário caracterizado pela supressão de direitos humanos, pela perseguição a opositores e à resistência, além da prática sistemática de tortura e censura, na tentativa de impor um controle ideológico sobre amplos setores da sociedade.

O presente trabalho tem como enfoque o ano de 1969, marcado pela transição do governo de Artur Costa e Silva para o de Emílio Garrastazu Médici, ambos considerados de uma linha militar mais dura. Um ano antes, a promulgação do Ato Institucional nº 5 havia legalizado a censura, permitido aposentadorias forçadas e suspenso garantias fundamentais, como o habeas corpus. É nesse contexto de endurecimento político que se insere a preparação da Guerrilha da Serra do Capim-Açu, em que vê-se a inspiração em movimentos como o da Revolução Cubana, que trazem esperança para lutar contra a ditadura.

Na Paraíba, o golpe de 1964 ocorreu em meio a um cenário de intensa mobilização popular, marcado pela organização de sindicatos urbanos e rurais e pela atuação das Ligas Camponesas, que reivindicavam melhores condições de trabalho, reforma agrária e direitos políticos. Essas articulações, percebidas como ameaças à ordem estabelecida, foram duramente reprimidas, resultando em prisões, perseguições e na desarticulação das lideranças locais, antes e após instauração da ditadura. Nesse cenário, destaca-se a política de João Agripino Maia (governador em 1969), último governador eleito antes das eleições

indiretas instituídas pelo AI-2 e tratado pela historiografia como uma figura política complexa, por transitar entre estratégias de acomodação e alinhamento ao regime (CITTADINO, 2006)

É nesse contexto que se insere a análise proposta por este trabalho, centrada na microrregião de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, pensando na ideia de como a ditadura também chegou aos sertões do Estado. Para este fim, o caso analisado é a experiência de Guerrilha na cidade de Catolé do Rocha, ocorrida na Serra do Capim-Açu. Este trabalho abrange questões envolvendo articulações juvenis, resistência política e um sentimento de esperança diante da estrutura ditatorial.

Para isso, é utilizada como fonte principal, o curta documental Praça de Guerra (2015) do diretor Edmilson Júnior. É notório para essa pesquisa como o documentário é um modo de refletir as representações sobre a resistência no sertão e sobre “ser catoleense”, assim como o papel primordial do cinema de acessar histórias e de preservação e propagação das memórias políticas.

Desse modo, o objetivo geral deste projeto foi ampliar os debates sobre a ditadura militar nos sertões da Paraíba, pluralizando os olhares investigativos sobre o período, e introduzindo o documentário Praça de Guerra como fonte significativa para compreender a resistência política, as memórias locais e a formação de identidades regionais.

A partir do entendimento do cinema como ferramenta de preservação histórica da memória da ditadura dos sertões, os objetivos específicos perpassam pela reflexão do que era considerado ser juvenil e subversivo na época da ditadura os movimentos de guerrilha como esperança de vida melhor e as formas de exclusão social, discutindo como a memória local construiu uma identidade a partir da prática de resistência, simbolizada pelo catoleense valente, como destaca a música Béradêro (1995) de Chico César.

Catulé do Rocha

Praça de guerra

Catulé do Rocha

Onde o homem bode berra (repete)

Metodologia

A partir das informações apresentadas, essa pesquisa pode ser classificada dentro de uma metodologia exploratória e qualitativa, que atende a finalidade de observar a sociedade de Catolé do Rocha na época de 1964 regionalizando uma discussão cara como a atuação das resistências no pós-golpe. Com a finalidade de encabeçar a pesquisa, o presente trabalho foi dividido em três etapas metodológicas:

1) Análise Fílmica utilizando principalmente os textos de Marc Ferro e Marcos Napolitano como chave de leitura

2) Análise bibliográfica dos estudos sobre ditadura militar no Brasil e na Paraíba

3) Visita ao acervo em Catolé do Rocha para entender os dados disponíveis na cidade alvo da pesquisa

Ademais, a metodologia parte da linha da História Cultural, em que será trabalhado para a análise do filme o conceito de representação à luz de pensadores como Roger Chartier e Sandra Pesavento.

Em primeiro plano, o trabalho realizou uma análise fílmica, buscando compreender como as representações são mobilizadas na obra. Para discutir o uso do cinema como fonte histórica, foram especialmente utilizados os referenciais de Marc Ferro e Marcos Napolitano. É importante começar pela análise do filme para pensar que conceitos serão mobilizados e relacionados com a pesquisa bibliográfica. Para Marc Ferro, o cinema não é apenas como arte, mas um produto social e histórico. Em suas palavras (2010, p.32):

O filme, aqui, não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio histórica que autoriza.

Assim, percebe-se que o curta Praça de Guerra (2015) é observado como um artefato cultural que mobiliza representações e memórias da resistência em Catolé do Rocha.

Em seguida, foram realizadas leituras que procurassem explicar a época de 1969, tanto em termos políticos, pensando na ditadura e na luta das guerrilhas como também culturalmente pensando no conceito de contracultura e no que era ser jovem. Os textos escolhidos foram baseados em critérios de relevância para pesquisa.

Destarte, foi possível relacionar essa literatura nacional/regional a arquivos e livros encontrados no acervo do Memorial Frei Marcelino de Santana, local em que foi possível achar muita referência da época da ditadura e livros sobre a história local. Esse memorial tem sido visto com grande relevância, visto a quantidade de arquivos encontrados e pela relação com a guerrilha, visto que muitos dos guerrilheiros de 1969 estudavam no Colégio Dom Vital, fundado por frei Marcelino, dessa forma vê-se o memorial como uma continuação do legado do Frei.

Através do material apresentado, foi possível traçar um panorama do período analisado focando na geração anos 60 que estava em formação e como o filme mobilizou essa construção. Nessa lógica, os resultados obtidos por meio dos métodos revelados ajudam a responder a problemática da pesquisa cujo foco está nas representações visuais e narrativas que constroem uma memória da resistência.

Resultados e Discussões

Mediante a exposição dos objetivos e detalhamento da metodologia utilizada, este trabalho se encaminha para a exposição da parte central da tese que busca compreender como o documentário Praça de Guerra (2015) representa a resistência estudantil e popular no sertão paraibano, bem como as formas de exclusão e repressão mobilizadas pelo regime.

Para tanto, a discussão está organizada em três eixos: O primeiro tópico prioriza uma discussão sobre o período ditatorial, a exclusão social e como a juventude local se moldou diante das suas experiências e projeções sobre o período. Em seguida, examina-se a representação do filme enquanto mobilizador dos conceitos de resistência e subversão. Por fim, a última parte vai retratar a importância do filme como fonte histórica e como o documentário é um lugar de memória, e também ferramenta de representação e preservação histórica.

A partir dessas chaves interpretativas, a discussão dos resultados permite compreender como o documentário reelabora o imaginário da ditadura nos sertões da Paraíba e traz à tona a contínua relevância da temática para o estudo da História presente e do afunilamento das discussões.

3.1. Ditadura e cultura: a formação da juventude e a exclusão social no sertão paraibano

O governo militar que transcorreu de 1964 a 1985 não foi o primeiro golpe político presenciado na História do Brasil, mas que traz certas particularidades pelo contexto da sua conformação institucional. Esse trabalho reforça a visão das autoras Maria Celina de D'Araújo e Mariana Joffily (2019, p. 17) de que a ditadura pode ser caracterizada como:

obra de civis e de militares, e que a ditadura, embora tenha contado com importante participação de setores civis, em particular das elites e de parte da classe média, progressivamente se militarizou. Endossamos também a visão de que o regime durou 21 anos (1964-1985), embora com momentos diferentes na escala da repressão política e social e nos impactos sobre a economia.

Porém, esse trabalho também acredita na influência do cenário mundial de disputas políticas e ideológicas, do envolvimento dos Estados Unidos e nas dissidências no campo das esquerdas armadas já fragilizadas antes do golpe como fator que permitiu maior facilidade de implementação do golpe (Rollemberg, 2019). Lembrando que outro fator forte para a adesão do golpe foi o anticomunismo citado no preâmbulo dos Atos Institucionais (AI) como um dos principais objetivos do governo: “drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas” (D'Araújo e Joffily, 2019, p. 22).

A pesquisa tem como objetivo estudar o ano de 1969, atravessado pela promulgação do AI-5 (Ato Institucional nº 5) que ampliou as subjetividades para prisões, cassações e aposentadorias forçadas, que corresponde ao período de endurecimento do regime militar. No campo internacional, corresponde a 10 anos depois da vitória das forças revolucionárias de Che Guevara em Sierra Maestra, sendo justamente as figuras de Che

Guevara e Régis Debray que surgem como inspiração aos guerrilheiros. No documentário, isso está expresso na fala: “Esse foi o início do primeiro foco insurrecional de guerrilha no sertão Paraibano que era baseado no ideal de Régis Debray e o ideal também de Guevara de criar de criar “1,2,3 vietnã” na América Latina para dividir as forças do imperialismo” (Praça de Guerra, 2015).

Outro ponto frisado no documentário é a influência dos protestos de Paris de 1968, uma mobilização estudantil e operária, em que se protestava contra a sociedade de consumo e a autoridade. Sobre o cenário cultural, Marcelo Ridenti (2019, p.120) aborda que: “Então, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução – não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois”. Dessa forma, vê-se que é algo característico da época pensar na revolução das esferas sociais e rebeldia contra a ordem - “interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artísticas” (Ridenti, 2019, p. 120).

No texto de Ridenti, é apresentado o conceito de romantismo revolucionário caracterizado pelo desejo de: “renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza” (2019, p.122). Essa idealização por uma revolução e pela luta contra as oligarquias locais: “Os jovens queriam realmente era mudança, todo jovem tem uma ideia, uma fantasia, a imaginação criadora, a gente queria sair da mesmice”. (Praça de Guerra, 2015).

Sobre o desejo de transformação social que marcou a juventude dos anos 1960 e 1970, Orivaldo Biagi lembra que a contracultura foi descrita como uma verdadeira “combustão espontânea de espíritos rebeldes no mundo inteiro” (KURLANSKY, 2005, p. 13 apud BIAGI, 2010, p. 94). Mais do que uma simples moda juvenil, tratava-se de um fenômeno histórico ligado ao contexto específico da década de 1960, quando diferentes grupos sociais, em várias partes do mundo, manifestavam novas práticas políticas, culturais e comportamentais que desafiavam as formas tradicionais de autoridade.

O grupo de guerrilheiros catoleenses se encaixa nesse conceito por conta de seu espírito rebelde contra a ditadura e o autoritarismo local, expresso tanto nas práticas políticas quanto nos comportamentos culturais. O documentário aborda algumas bem esse sentimento (Praça de Guerra, 2015): “E os estudantes começaram a se movimentar sobre a sujeira na cidade, sobre a questão política que só tinha um candidato, as injustiças, quem ia preso e quem não ia” e “Começou a se criar em Catolé do Rocha uma população de estudantes, que era uma grande quantidade de estudantes que havia na cidade, e estudantes que não tinham ligação com as oligarquias”, e ainda abordam que: “Quando a esquerda esfacelou-se, o que a juventude fez: a gente entrou nas drogas, LCD, música, sexo e rock roll”. Assim, percebe-se que não eram apenas escolhas individuais, mas símbolos de contestação às normas dominantes e ao conservadorismo vigente ligados a uma época específica.

O conservadorismo mencionado refere-se não só ao nível nacional, mas para entender as agruras desses jovens, é necessário focar na política local, o controle da oligarquia maia e as estruturas de exclusão social.

Para tanto, faz-se necessário a menção do controle oligárquico e tradições coronelistas da família Maia, que influenciou de forma direta o poder de Catolé do Rocha e na região paraibana.

Segundo a autora Marisa Tayra, ao fazer um balanço sobre os últimos 100 anos de eleições (1895-1995), é possível notar que (1995, p.127):

A maioria dos prefeitos eleitos pelo voto popular foram elementos da família, sendo, ainda, que alguns candidatos atuaram como prepostos, como já referimos. Quatro membros da família foram nomeados, evidenciando um bom relacionamento com o poder estadual, mesmo em tempos políticos mais fechados. Do total geral, 28, temos de considerar o grande número de prefeitos nomeados: foram 7, num período de 7 anos (entre 1940-1947).

Na época de 1969, a figura local era Benedito Alves Fernandes, declarado por Ubiratan Cortez (2013, p. 390) como “marionete assumido, filho do gerente e uma das propriedades de José Sérgio”. A figura de José Sérgio é bastante ligada à cidade por sua extensa influência política.

Ainda, segundo Ubiratan Cortez, pensando sobre a instrução da cidade, comenta que (2013, p. 389): “Então encontrei Catolé do Rocha com um nível de escolaridade muito grande, mas com um nível político baixíssimo, uma cidade profundamente dominada por um coronelismo, uma oligarquia. Havia uma posição político-partidária muito acanhada, uma oposição muito tímida, muito medrosa”.

Dessa forma, na época dos anos 60, apesar dessa convulsão social por novas formas de mentalidade e ação, o município de Catolé permanecia em um marasmo decorrente ainda da forte influência da família Maia em âmbito local e regional, e com forte apoio à ditadura.

Por isso, ao referir-se como luta contra exclusão social, esse artigo se refere à exclusão na tomada de decisão e na participação do poder, sendo a guerrilha uma forma de resistir localmente e nacionalmente. Assim, Ana Lúcia Melo sintetiza a questão (2006, p.14): “Em Catolé do Rocha, rebeldia tinha um nome: a insatisfação da juventude rejeitava o poder local representado pela família Maia e distanciava-se da polarização representada pela quase secular disputa política e pessoal entre as famílias Maia e Suassuna”.

3.2. Representação: a construção da resistência e o discurso subversivo - o Processo do Capim Açu

Depois de destrinchar o período ditatorial e entender a juventude da época, essa parte pretende aprofundar o curta Praça de Guerra (2015), pensando como é mobilizado o conceito de representação e como no próprio filme são construídos os conceitos de resistência e subversão. Também será adensado o foco de guerrilha e seus pormenores para maior contextualização.

No âmbito da História Cultural, a noção de representação é central para compreender como determinados grupos e acontecimentos são construídos e reinterpretados socialmente. Vale salientar que a História cultural diz respeito a toda dimensão cultural

de uma determinada sociedade localizada, incluindo o estudos de representação, como frisou Chartier (Barros, 2005, 16). Ainda Chartier (1990, p.17) conceitua a representação como “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações”.

Dessa forma, o curta é uma forma de representar o presente/presentificar o ausente, dar voz a visão de mundo, pensando no caso de Praça de Guerra na representação de grupos que não tinham voz na época da ditadura e agora rememoram suas ações com por meio do filme. Porém, não se pode dizer que o filme é uma mera cópia da realidade, pois isso eliminaria as subjetividades, os cortes, edições e a construção da narrativa encaminhada pela obra.

Por isso Sandra Pesavento conclui a discussão sobre representação da seguinte forma: “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Assim, ao analisar a resistência estudantil e a guerrilha de Catolé do Rocha, é preciso perceber que tanto o regime ditatorial, ao nomear os jovens como “subversivos”, quanto o documentário Praça de Guerra, ao valorizá-los como símbolos de luta, estão mobilizando representações que ultrapassam o acontecimento em si. Dessa forma, a análise da resistência não se limita ao registro factual, mas se inscreve no campo da disputa de significados sobre memória, identidade e política.

Nesse sentido da resistência como construção simbólica, é interessante debater como a luta armada atuou no Brasil durante a Ditadura Militar enquanto foco de guerrilha para assim responder quais sentidos foram lhe conferidos no documentário.

Sobre as esquerdas e a luta armada, Denise Rollemberg (2010,p.71) pontua como uma escolha política já em disputa nos anos 50-6, já que enquanto parte do espectro político defendia estratégias de atuação dentro da legalidade e da democracia liberal, outras correntes já cogitavam o enfrentamento radical como forma de transformação social, como está expresso em: “O sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se, antes, de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964.”

A fragmentação interna da esquerda tornou-se evidente após 1964, quando diferentes grupos passaram a criticar a postura de suas congêneres, o que provocou a dissidência das esquerdas e a dificuldade de articulações mais coesas durante o golpe militar. Rollemberg (2010, p.67) observa que “após o golpe, grupos como a ALN, VPR e outros, que aderiram à luta armada, acusaram o PCB de passividade”, evidenciando tensões e disputas internas que marcaram a esquerda revolucionária naquele período, e marcando como a luta armada não era unânime em toda a esquerda.

Com o passar dos anos, a memória das lutas armadas nas esquerdas revolucionárias se constitui em meio a conflitos e disputas, não mais norteadas pelas ações dos anos 60/70, mas calcadas em função das demandas do presente. Como lembra Denise Rollemberg (2010, p.62): “A memória da luta armada fez-se – e ainda se faz – em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente”. Essa

questão deixa claro como trabalhar com a esquerda revolucionária não é um campo único e envolve diversos discursos e representações.

Sobre a questão da luta armada como uma opção para resistir, Ana Lúcia Gomes de Melo expõe como em Catolé do Rocha já existia uma cultura de enfrentamento que é corroborado no documentário.

Primeiramente a autora declara que (2006, p. 27): “Numa cidade católica e apostólica, matar alguém não constitui crime capital, principalmente se a vítima fosse do seu desafeto”. Esta questão demonstra como os limites da lei eram esgarçados por uma política local de violência, pois “se alguém desrespeitasse o código, comunitário, podia se preparar, que a vingança chegaria” (2006, p.27).

Tal política local assemelha-se aos moldes da lei mesopotâmica de Talião “olho por olho e dente por dente”, em um local em que saber se defender e ter respeito vale mais do que a lei. Outro ponto frisado pela autora é a geografia, um município que tem em seu redor diversas serras, de forma que “a topografia do município contribuiu para que, no passado, os criminosos se evadirem facilmente e, em contrapartida, colaborou para acoitar os fora-da-lei dos estados vizinhos”. (MELO, 2006,p.28).

Por isso, o conflito armado parece ter encontrado brechas em meio a cultura de violência catoleense, e Melo (2006,p.28) arremata que:

A fama de valentes marcou os filhos da terra. Mesmo os frouxos tinham que se esforçar para fazer juz ao paradigma. Muitos, certamente, se envolveram em conflitos indesejáveis; muitos, provavelmente, tremeram de medo de enfrentar o perigo e a grande maioria, queria viver em paz.

Essa questão é corroborada no curta Praça de Guerra (2015) na fala expressa por Ubiratan Cortez: “da criação que a gente tem no sertão de ser cabra macho”. Então, acredita-se que as condições sociais e culturais da localidade influenciaram na adesão à resistência armada.

Por fim, o conceito de subversão é mobilizado como representação da ação dos guerrilheiros, questionando o que significava ser subversivo durante a Ditadura Militar e como essas ações eram percebidas pelo regime e pela sociedade. Para a construção deste artigo acredita-se no “uso da categoria subversivo para “estigmatizar as pessoas de esquerda” naquele contexto, bem como a ideia de subversivo associada à ameaça, ao perigo e à violência.” (BRITO,2021,p.43)

A partir da discussão sobre os conceitos de resistência e subversão, torna-se possível avaliar a experiência da guerrilha; entretanto, antes é necessário apresentar uma contextualização sobre o próprio fenômeno ocorrido em Catolé do Rocha.

Nas décadas de 60/70, um grupo de estudantes que estudavam no colégio Dom Vital, formavam grupos de estudo e liam livros da literatura de esquerda, entre eles o manual de Guerrilha de Che Guevara. Também, é necessário ressaltar o contato de alguns dos jovens com as forças do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que

acreditava nessa linha de revolução pelas guerrilhas urbanas por meio da teoria do foquismo a partir da teoria escrita por Régis Debray.

Entre indagações e sonhos, inspirados por uma literatura comunista, 19 jovens, sendo somente 3 maiores de idade, decidem subir a Serra do Capim-Açu e assim começa a história do único foco de guerrilha da Paraíba. Antes, o grupo já era engajado em mobilizações como distribuição de panfletos, furto de mimeógrafos e pichações, o que acabou rendendo a prisão a um dos companheiros do grupo em janeiro de 1969. Mas é em julho de 1969, que eles sobem a Serra para executar reuniões, explicar a condição nacional e internacional de guerrilhas, e produção de armas artesanais. Segundo Costa (2013, p.399) sobre as armas, eles tinham: “(um) rifle papo-amarelo de 15 tiros, 2 (dois) revólveres calibre 38,1 (um) espingarda de cartucho-28,1 (uma) pistola LUGER sem balas e 1 (uma) espingarda soca-soca”.

Segundo Soares (2013, p. 361), um dos guerrilheiros, ele relata que: “Quinze dias depois, no dia 22 de outubro de 1969, começam as prisões. Todos fomos presos pelo Tenente Newton Araújo. Não havia mandado de prisão. Mas o AI-5 determinava e podia tudo”.

Somente os três que eram maiores de idade - Ariosvaldo, Cacheado e Bira - foram presos, sendo aberto em João Pessoa um IPM (Inquérito Policial Militar) que foi encaminhado à Auditoria Militar da 5ª Região, em que eles foram julgados e sentenciados a um ano de detenção no Presídio do Roger, em João Pessoa. No curta são aprofundadas as vivências na prisão.

A partir do curta, é possível ver a representação a ação dos guerrilheiros como as pichações com “conclamando o povo a resistir contra a ditadura” e a distribuição de panfletos para o mesmo fim. A narração do curta é feita por meio de depoimentos dos próprios ex-guerrilheiros, que vão sendo corroboradas por imagens de jornais, imagens de época da cidade e dos próprios jovens.

O trabalho filmico também conta com takes na natureza representando o palco da guerrilha, além de momentos escutando o rádio, lembrando dos programas de emissoras internacionais como “Rádio de Havana, a de Albânia, a e Moscou e a BBC de Londres” (MELO, 2006, p.12).

Ainda outro lugar citado como lugar de memória é o colégio Dom Vital, criado por Frei Marcelino, figura inspiradora para os jovens guerrilheiros.

3.3. Memória, narrativa e imagem: o cinema como voz

Por fim, a pesquisa destaca o documentário como instrumento de representação daqueles historicamente marginalizados e como um lugar de preservação da memória da resistência ao período ditatorial.

Nesse sentido, para trabalhar com memória, é utilizado o conceito de Pollak de memórias subterrâneas, elaborado por Michael Pollak (1989), que evidencia a existência de lembranças silenciadas e marginalizadas em contraposição à memória oficial. O documentário, ao trazer à tona vozes excluídas, atua justamente nesse movimento de romper o silêncio e permitir que tais memórias disputem espaço no campo público.

Essa dinâmica aproxima-se também da noção de lugares de memória, proposta por Pierre Nora (1984), segundo a qual certos suportes, como o cinema, funcionam como âncoras simbólicas capazes de cristalizar experiências e transmitir lembranças coletivas.

Sobre a questão do cinema, é a partir de Marc Ferro que vê-se o trabalho do historiador através da monumentalização das fontes vai entender o reflexo que aquele filme produz de uma sociedade, na verdade, um caleidoscópio, visto as tensões próprias do filme e as múltiplas linhas que se deve analisar (áudio, imagem, roteiro). Isto é, o trabalho do historiador vai utilizar do cinema como fonte para trazer à tona memórias silenciadas e grupos marginalizados.

Por fim, é imprescindível pensar o cinema não apenas como fonte histórica, mas como um recurso pedagógico capaz de atuar na conscientização histórica e articular conhecimento e memória. O cinema, ao mobilizar imagem, som e narrativa, opera como instrumento de sensibilização e de formação crítica, permitindo que os sujeitos se reconheçam em processos históricos que, muitas vezes, lhes foram negados.

Conclusão

À guisa de conclusão, percebe-se o curta como uma ferramenta de representação capaz de articular os conceitos de resistência, subversão e memória. É indubitável o papel do cinema como forma de reacender discussões e moldar novos olhares no tempo presente, mantendo a memória viva em constante transformação.

Além disso, é necessário compreender esse curta documental como um instrumento de conscientização política e histórica, que reforça o protagonismo dos grupos estudantis na resistência à ditadura militar.

O recurso ao documentário também evidencia a relevância de que os estudos sobre a ditadura militar continuem se aprofundando, especialmente em contextos regionais, como o do sertão da Paraíba. Tal iniciativa contribui para que o cinema seja cada vez mais valorizado como fonte histórica e analisado de maneira crítica.

Por fim, há o objetivo de expandir as pesquisas desse artigo de forma a aprofundar e corroborar os fatos a partir dos documentos presentes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, aprofundar a relação do Frei Marcelino com o período e como incentivador do grupo de jovens e realizar entrevistas com a direção do curta. Tais iniciativas caminham no sentido de fortalecer a análise e abrir novos desdobramentos para a compreensão do tema.

Referências

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p.124-141, 2005.

BÉRADÊRO. Intérprete: Chico César. Compositor: Chico César. In: AOS VIVOS. São Paulo: Velas, 1995. CD, faixa 1, duração 4 min 55 s.

BIAGI, Orivaldo Leme. Juventude e Rebeldia nos Anos 60 e 70 do Século XX-A Problemática do Conceito de Contracultura.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. Anos 90, Porto Alegre, v. 26, 2019, p. 1-22.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre práticas e representações. 2ª edição. Difel, 1998.

CITTADINO, Monique. Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru, SP. Edusc, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, LUCILIA de A. N. (org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1946-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (Coleção O Brasil Republicano). v. 5. p. 11-48.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. Relatório final. João Pessoa: A União Editora, 2017.

COSTA, Ubiratan. Cortez. “Combatentes da liberdade: movimento revolucionário estudantil – Catolé do Rocha”. In: MELO, Ana Lúcia Gomes de; et al. Catolé do Rocha em muitas lentes. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 392.

FERNANDES, José Tarcízio. “Serra do Capim Açú, a guerrilha em preparação”. In: MELO, Ana Lúcia Gomes de et al. Catolé do Rocha em muitas lentes: coletânea. João Pessoa: Gráfica JB, 2013.

FERRO, Marc. Cinema e História. Tradução: Flávia Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MELO, Ana L. Gomes de. Geração viramundo – Catolé do Rocha – anos 60. João Pessoa: Editora Manufatura, 2006.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). Le lieux de mémoire – I: La République. Paris: Gallimard, 1984. p. XV-XLII.

PESAVENTO, Sandra J. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, nº 3 – memória. São Paulo: Vértice, 1989.

PRAÇA DE GUERRA. Direção de Edmilson Gomes Júnior (Ed Júnior). Produção de Luciana França. Aruanda Play, 2015. 19 min. Disponível em: <https://www.aruandaplay.com.br/film/praca-de-guerra/>.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 133-166.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Coleção O Brasil Republicano, v.4).

SOARES, José Lima. “História, cultura e memória: resistência e luta do movimento estudantil em Catolé do Rocha (1968-1971)”. In: MELO, Ana Lúcia Gomes de et al. Catolé do Rocha em muitas lentes: coletânea. João Pessoa: Gráfica JB, 2013.

TERUYA, Marisa Tayra. Família e poder na Paraíba: os Maia de Catolé do Rocha/PB: um estudo de caso sobre práticas endogâmicas. 1995. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

CÓDIGO: HS0557

AUTOR: MYRIAN LARISSA BRILHANTE MOURA

ORIENTADOR: NEDJA LIMA DE LUCENA

TÍTULO: A expansão de sentidos do verbo entregar no português: uma análise diacrônica

Resumo

A observação da língua em uso mostra que a expansão de sentidos de expedientes linguísticos é um fenômeno natural. Com os verbos, essa expansão é produtiva, uma vez que esses são recrutados em contextos diversos com valores semânticos distintos. Este trabalho, sob a ótica da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), analisa a expansão semântica do verbo entregar no português. Utilizando uma abordagem quali-quantitativa em um corpus diacrônico (séculos XVIII a XX), o estudo mapeia as construções de estrutura argumental do verbo. Os resultados indicam uma evolução do uso prototípico ditransitivo para um aumento de construções transitivas e de movimento causado. Conclui-se que a polissemia do verbo reflete a natureza dinâmica da língua, adaptando-se a fatores contextuais e discursivos.

Palavras-chave: Linguística Funcional Centrada no Uso; Verbo entregar; Polissemia

TITLE: The expansion of meaning of the verb entregar in Portuguese: a diachronic analysis

Abstract

Observation of language in use shows that the expansion of meanings of linguistic devices is a natural phenomenon. With verbs, this expansion is productive, since they are recruited in different contexts with distinct semantic values. This study, from the perspective of Functional Linguistics Centered on Use (LFCU), analyzes the semantic expansion of the verb entregar in Portuguese. Using a qualitative-quantitative approach in a diachronic corpus (18th to 20th centuries), the study maps the argument structure constructions of the verb. The results indicate an evolution from prototypical ditransitive use to an increase in transitive and caused movement constructions. It is concluded that the polysemy of the verb reflects the dynamic nature of language, adapting to contextual and discursive factors.

Keywords: Usage-based Linguistics; Verb entregar; Polysemy

Introdução

A língua, para além de um sistema complexo de signos que nos permite tecer e dar forma ao pensamento, é, segundo Martelotta (2011, p. 27), essencialmente dinâmica. Assim, uma língua funciona conforme as mudanças que sofre, já que seu uso está diretamente ligado à sua capacidade de se transformar. Nesse sentido, tem-se a linguagem, que, consequentemente, está a serviço do uso social e criativo da língua em diferentes contextos da comunicação. Assim nos mostram os poetas, mestres em desvendar as múltiplas faces desse sistema.

Na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), os verbos não são apenas categorias fechadas e estáveis: eles são entidades em constante negociação com os contextos (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013; Bybee, 2016). A estrutura argumental – o modo como um verbo se liga aos seus participantes obrigatórios e opcionais – não é, por sua vez, um molde rígido, mas um campo de variação condicionado por fatores sintáticos, semânticos e, sobretudo, pragmáticos (Du Bois, 2003). Este trabalho, portanto, investiga: em que tipos de construções de estrutura argumental o verbo entregar ocorre no português, bem como quais as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das orações em que ocorre. Além disso, busca verificar de que modo os usos reais do verbo – em textos literários, jornalísticos e interacionais – revelam a fluidez com que a língua organiza suas formas para dar conta de sentidos tão plurais.

Desse modo, buscamos responder as seguintes questões: (i) quais são os padrões de estrutura argumental recorrentes com o verbo entregar no português? (ii) de que maneira as características sintáticas, semânticas e pragmáticas das orações que contêm o verbo entregar variam em diferentes contextos de uso, e como essas variações se relacionam com as funções discursivas e as intenções comunicativas dos falantes? Para responder a essas questões, este estudo tem como objetivos principais: (a) identificar e descrever os padrões de construção de estrutura argumental do verbo entregar em um corpus representativo da língua portuguesa; (b) analisar as características sintáticas, semânticas e pragmáticas das orações que o contêm em diferentes contextos; e (c) compreender, à luz da LFCU, as motivações para esses padrões e as variações em relação às funções discursivas e intenções comunicativas expressas.

O registro lexicográfico desse verbo em Borba (2002) revela uma rica tapeçaria de significados que ultrapassa a noção de transferência física de um objeto. O autor demonstra que entregar é um verbo versátil, capaz de se adaptar a vários contextos e expressar nuances semânticas complexas. Em seu sentido mais básico, pode significar passar as mãos, ou seja, transferir fisicamente algo para o controle ou posse de outra pessoa (Lucena; Barbalho, 2025). No entanto, o verbo também pode assumir a conotação de devolver, indicando a ação de restituir algo a seu dono ou lugar de origem. Essa noção de transferência estende-se ao âmbito abstrato, em que entregar pode significar confiar, isto é, depositar algo sob os cuidados ou responsabilidade de alguém. Borba registra, ainda, usos em que esse verbo adquire uma conotação negativa, como em acusar. Por outro lado, o verbo pode expressar ações de dedicação, o que implica direcionar tempo, esforço ou recursos a algo ou alguém. Em alguns contextos, entregar pode até mesmo ser empregado como sinônimo de venda, denotando a transferência de propriedade em troca de pagamento. Além disso, o verbo também pode ser usado para indicar movimento, como em levar, significando conduzir alguém ou algo a um determinado lugar. A forma

pronominal entregar-se, por sua vez também registrada em Borba (2002), amplia ainda mais o leque de significados, pois pode expressar submissão ou rendição. Considerando a multiplicidade de sentidos que o verbo entregar pode veicular, examinamos sua trajetória a partir de um olhar diacrônico, buscando mapear e descrever os modos como esse verbo é usado.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa (Rosário, 2022; 2023) para investigar de forma abrangente as manifestações do verbo entregar no português ao longo do tempo. A análise quantitativa permite identificar padrões de frequência e distribuição das diferentes construções de estrutura argumental (Furtado da Cunha; Bispo, 2024) que ocorrem com o verbo entregar em um corpus diacrônico, enquanto a análise qualitativa se concentra na descrição detalhada das características sintáticas, semânticas e pragmáticas dessas ocorrências em seus contextos de uso, buscando compreender as motivações funcionais subjacentes às variações observadas.

O corpus analisado é composto por 277 orações coletadas em dois bancos de dados: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe – CHP, (Galves; Andrade; Farias, 2017) para varredura de amostras dos séculos XVIII e XIX e o corpora Discurso & Gramática (D&G) para varredura de amostras do século XX. A organização e o tratamento dos dados seguem passos básicos. Primeiro, coleta e seleção do corpus, guiada por critérios de representatividade temporal, visando cobrir as diferentes fases do português e contextos de uso relevantes para a pesquisa. As ocorrências de orações com o verbo entregar foram extraídas utilizando o software AntConc, ferramenta que processa grandes volumes de textos. Em seguida, cada ocorrência foi cuidadosamente inserida em uma tabela do Google Planilhas e classificada de acordo com a sua construção de estrutura argumental (ditransitiva, transitiva, intransitiva e movimento causado), seguindo os critérios teóricos definidos na fundamentação deste trabalho. Adicionalmente, foram registradas informações relevantes sobre o contexto sintático (ordem dos constituintes e tipo de objetos), semântico (papéis semânticos dos participantes, nuances de significado) e pragmático (função discursiva).

Os dados anotados foram submetidos a análises estatísticas para identificar a frequência e a distribuição das diferentes construções, bem como as características delas ao longo do tempo. Além disso, foi utilizada a própria planilha do google para gerar tabelas e gráficos, a fim de identificar tendências e correlações significativas. Para a análise qualitativa, uma seleção de ocorrências representativas de cada construção e período foram vistas em profundidade, considerando seus contextos discursivos mais amplos. Essa análise buscou identificar as motivações funcionais para as escolhas estruturais e as nuances de significado do verbo entregar em diferentes situações de uso. A interpretação dos dados qualitativos foi guiada pelos pressupostos teóricos da LFCU.

A partir disso, os resultados das análises quantitativa e qualitativa foram integrados para fornecer uma compreensão abrangente da evolução das construções de estrutura argumental e das características das orações que contêm o verbo entregar no português, relacionando as mudanças observadas com inclinações discursivas e as necessidades comunicativas dos falantes ao longo do tempo.

Resultados e Discussões

A presente análise examina a distribuição das configurações oracionais do verbo entregar ao longo de três séculos, especificamente do século XVIII ao XX. Os dados, apresentados em termos de números absolutos, revelam tendências significativas na evolução sintático-semântica desse verbo. Sintaticamente, o verbo (V) se conforma preferencialmente à oração ditransitiva, selecionando três argumentos: um sujeito, um objeto direto e um objeto indireto, resultando na seguinte configuração esquemática: <Sentença Nominal (S) Sentença Verbal (V) Sentença Nominal (OD) Sentença Preposicionada (OI)>.

A perspectiva teórica da LFCU contribui para a compreensão desse fenômeno, ao enfatizar o papel do uso frequente e contextualizado na moldagem da gramática. As novas configurações oracionais (por exemplo, movimento causado e transitiva) podem ter surgido de usos específicos que, com a recorrência, se consolidaram como padrões gramaticais. Para aprofundar essa análise, é necessária a investigação dos contextos específicos de uso das diferentes configurações em cada período, os fatores semânticos e pragmáticos que influenciam a escolha entre elas, e a relação entre essas mudanças e outras transformações na língua ao longo do tempo. Isso se dá, partindo da premissa de que, conforme Lopes e Rosário (2023, p. 43) “há uma forte relação entre pragmática, rotinização dos usos e reconfiguração semântica e funcional”.

Silva (1997), ao recuperar o trabalho de Geeraerts (1988) esclarece:

[...] as categorias estruturadas na base da prototipicidade são cognitivamente eficientes, pois, por um lado, têm a vantagem da flexibilidade, que lhes permite adaptarem-se aos vários contextos em que são usadas e integrarem novas entidades como membros mais ou menos periféricos, e, por outro, têm a vantagem da estabilidade, que proporciona a interpretação de novas experiências (através dos protótipos existentes), sem que, para o efeito, seja necessária a criação de novas categorias ou a redefinição de categorias já

existentes, e, assim, permite a continuidade da estrutura geral do sistema categorial. (SILVA, 1997, p. 10).

O ponto central da reflexão de Silva (1997) é mostrar que a organização das categorias linguísticas pela noção de protótipo garante tanto a abertura para mudanças quanto a manutenção de uma base estável. Isso significa que a língua consegue lidar com novos usos e significados sem perder sua estrutura, já que os falantes recorrem a modelos já consolidados para interpretar experiências novas. Assim, a prototipicidade explica como o sistema linguístico se mantém dinâmico e, ao mesmo tempo, coerente ao longo do tempo. Assim, já é possível vislumbrar algumas tendências, conforme se verá a seguir.

A Tabela 1 anexa sumariza as frequências por século e orienta a discussão qualitativa. Pode-se observar que, no século XVIII, a configuração ditransitiva é predominante (72%), seguida da transitiva (24,4%) e de movimento causado (3,7%), sem registro de configuração intransitiva. Isso revela o uso majoritário do sentido prototípico de transferência (a ideia de uma entidade passar algo para outrem), mas já é possível vislumbrar extensões semântico-pragmáticas.

A Figura 1 distribui os sentidos, conforme Borba (2002), em termos absolutos em um eixo de 0 a 45: passar às mãos é o mais proeminente (30), seguido por confiar (10) e levar (5). Já submeter-se, render-se e deixar-se levar aparecem com frequência pouco abaixo de 5, enquanto vender, acusar, dedicar-se, dar-se, devolver e dedicar são raros. Esse resultado indica que, além da transferência física, orações com o verbo entregar podem exprimir sentidos de confiança e responsabilidade, o que dialoga com valores sociais como lealdade, compromisso e delegação, temas dos textos analisados. A partir dos dados coletados, tem-se a análise das ocorrências a seguir:

(1) Minha Mãe e Vossa Excelência, a quem estão entregues os meus acertos e o meu destino (CHP, Séc. XVIII).

(2) Marechal Goltz, a quem entregou a defesa do seu Reino e a quem interessa muito que se defenda (CHP, Séc. XVIII).

Em (1), é possível observar o sentido de confiança e depósito de responsabilidade, de modo que “os meus acertos e o meu destino” (sujeito paciente) é o elemento confiado a uma entidade recipiente (Minha Mãe e Vossa Excelência). Entendemos que ocorre uma transferência simbólica de controle, em que a responsabilidade é transferida, via extensão metafórica (Bybee, 2016). No caso em (2), a oração de perfil ditransitivo implica uma incumbência crucial (a defesa do seu reino) a um destinatário (Marechal Goltz),

descrevendo uma relação formal de poder e de confiança entre delegador e delegado, o que é fundamental para a governança e segurança do reino. Em contraste, a ideia de transferência canônica aparece em:

(3) O mesmo Embaixador me há-de entregar a mim outro par de luvas irmão (CHP, Séc. XVIII).

Podemos notar que ocorre uma transferência física: o OD concreto (outro par de luvas) passa das mãos de uma entidade agentiva (o mesmo Embaixador) ao OI (a mim), configurando a transação de posse. Nesse viés, embora a noção de passar às mãos esteja muito presente no século XVIII, o verbo assume contornos semânticos e pragmáticos que refletem as complexas relações sociais e comunicativas da época. Um aspecto notável é a frequência com que entregar se associa a relações de poder e de submissão. No mesmo século, emergem leituras de submissão e abandono:

(4) Dai-lhes a liberdade e sacrificai-me a mim. Entregar-me-ei à vossa cólera, se fôr necessário (CHP, Séc. XVIII).

(5) Pouco, ou nada descansou com este violento remédio, e por esta causa o vigiavam algumas pessoas, mas sucedeu, que na mesma noite, todas juntas se entregaram ao sono já de cansadas, e faltas de dormir, e acordando de madrugada (CHP, Séc. XVIII).

Nessas ocorrências (4-5), a forma pronominal desloca o verbo para domínios mais abstratos, como: (i) submeter-se, (ii) render-se, (iii) abandonar-se a um estado ou (iv) força (com complemento regido por a). Observa-se sutilmente a passagem do concreto ao metafórico, com uma entidade sujeito que também se desloca de um perfil mais agentivo para um menos agentivo.

O campo da troca também aparece em sentidos como vender e devolver, sugerindo usos comerciais e de reciprocidade. Em suma, entregar vai de transações materiais (mais concretas) a relações de poder, confiança e devoção (mais abstratas). Sentidos como render-se e submeter-se revelam um contexto em que a ação de entregar está ligada à obediência e à aceitação de uma autoridade superior. Essa dimensão pragmática é fundamental para compreendermos como as dinâmicas sociais da época moldavam o uso da língua. Esses usos não prototípicos compartilham algumas características semântico-pragmáticas relevantes.

A Figura 2 mostra que, mesmo nas orações transitivas, persiste o sentido passar às mãos, mas sem expressão de um recipiente (OI), o que sinaliza provavelmente foco informacional no sujeito agente e no objeto paciente. Exemplo:

(6) No mesmo Arsenal Real entregou José de Videiro 15 pares de sapatos (CHP, Séc. XVIII).

O recipiente, embora semanticamente presente na ideia de uma entrega (passar às mãos), não é expreso gramaticalmente, sugerindo que a informação sobre o destinatário é contextualmente inferível ou não é o foco principal da comunicação. Pragmaticamente, a ocorrência descreve um evento de transação ou suprimento, provavelmente de natureza comercial ou logística, dado o contexto trazido pelo Adjunto Adverbial de Lugar (No mesmo Arsenal Real) e a natureza dos itens, com a função de registrar a conclusão de uma entrega material. O sujeito agente (José de Videiro) e o objeto (15 pares de sapatos) estão explícitos; o destinatário é inferível, o que é funcional em registros de suprimento e logística.

Quanto à configuração de movimento causado, no século XVIII, com foco na causalidade do deslocamento e no destino, é possível observar:

(7) Silvestre José Barreira ofereceu em donativo três arrobas de óleo de linhaça, que entregou no Arsenal Real do Exército (CHP, Séc. XVIII).

Em (7), o agente (Silvestre José Barreira) provoca o deslocamento do objeto paciente (três arrobas de óleo de linhaça) a um destino específico (no Arsenal Real do Exército) que é o alvo da oração, registrando a efetivação material da doação.

Ao examinar os dados no século XIX, constata-se que a configuração ditransitiva continua predominante (83,7%), a transitiva cai (11,2%) em relação ao século XVIII, e a configuração de movimento causado se mantém próxima (5,1%). Não foram observados registros de uso do verbo entregar em oração intransitiva. O sentido canônico de transferência permanece forte, como se pode ver na Figura 3 e nas seguintes amostras.

(8) Depois de a servir retira-se para a cena e entrega a bandeja a um criado (CHP, Séc. XIX).

(9) O destino de as nossas cabeças foi entregue a um velho cocheiro de minha Avó, tonto, chamado Lima (CHP, Séc. XIX).

(10) Quando meu Pai faleceu, existia em Inglaterra, degradada por motivos políticos, minha Avó materna, a Condessa d'Oyenhausen, depois Marquesa d'Alorna, e meu Pai entregou a tutela de seus filhos a seu tio, o Marquês de Bellas (CHP, Séc. XIX).

Em (8), há um caso de transferência física de um objeto (a bandeja) do agente (ela = implícito) a um recipiente (a um criado) em evento cotidiano, semanticamente transparente. Nesse período, a Figura 4 mostra que o valor de confiar volta a se destacar.

Em (9), a oração focaliza o objeto paciente abstrato (destino) e explicita o recipiente (a um velho cocheiro da minha Avó). Nota-se uma ideia de vulnerabilidade, com matiz irônico pelo adjetivo tonto, que intensifica a ideia de confiança mal depositada. Essa descrição do cocheiro (tonto) adiciona uma camada pragmática de ironia ou pessimismo, implicando que a confiança foi posta em uma pessoa inadequada, o que intensifica a sensação de um futuro incerto ou desfavorável. A ocorrência (10), a oração apresenta uma entidade agentiva na posição de sujeito (a Condessa d'Oyenhausen e meu Pai) com objeto abstrato (a tutela de seus filhos) e OI recipiente (a seu tio, o Marquês de Bellas), registrando delegação formal, legal e moral, apoiada por laços familiares e status social.

Nas transitivas, além da mudança de valência, surge com nitidez o sentido de devolver:

(11) O senhor qui é poeta, não mi dirá qual destes sonetos é mis pirfeito? (Dá-lhe um papel) [character: LOBO] São seus? [character: CHICO] São dum anônimo. [character: LOBO] (Lê para si e entrega-os) Diga ao autor, que conserve o anônimo (CHP, Séc. XIX).

(12) Também determina o mesmo Conselho, que se faça imprimir no diário o dia que devem vir receber os novos regimento da casa entregarem os outros e o senhor sócio tesoureiro que levasse dez mil reis para importância dos outros e por estar conforme mandou o senhor presidente lavrar a competente ata que todos abaixo vão assinados (CHP, Séc. XIX).

Em (11), após a leitura, a ação relevante é restituir os sonetos; o recipiente é inferível, e o foco pragmático recai no retorno do item. Já em (12), a oposição receber os novos / entregar os outros perfila a devolução como núcleo, com o destinatário implícito na instituição. O foco da comunicação, assim, está no ato de passar de volta os regimentos que já estavam em posse dos membros, para que possam ser substituídos. O recebimento

por parte da administração é uma consequência desse ato de retorno, mas a ênfase pragmática está na ação de desocupação dos antigos para a aderência aos novos.

Ainda no século XIX, entre as cinco ocorrências de movimento causado, quatro realizam a ideia de passar às mãos. A exceção ativa o sentido de levar, conforme se pode ver a seguir:

(13) Melhor será que Vossa Senhoria mande pregar os feitos deste sócio em uma lista na porta para ele mais nunca ocupar emprego, porque enquanto o homem lhe desse o dinheiro para ele entregar na Sociedade ninguém viu (CHP, Séc. XIX).

Na amostra em (13), o sujeito agente desloca o objeto paciente (dinheiro) ao destino locativo (na Sociedade), que é o alvo da oração. A causalidade do movimento e a natureza transacional do evento ficam em relevo.

Considerando os dados analisados no século XX, verifica-se que a configuração ditransitiva ainda é majoritária (75%), conforme o esperado, já que se trata da feição canônica. Contudo, há uma frequência maior de orações transitivas (18,8%) e a configuração de movimento causado também aumenta (6,3%). A Figura 5 exemplifica esse resultado.

Nesse século, em especial, é possível notar que o sentido de confiar reaparece de modo explícito, como em:

(14) Pelo vulto que tomou a iniciativa cá de casa, esse espetáculo já não nos pertence, senão à própria cidade, e, à imprensa em geral, rádios e jornais, sempre prontos a defender as causas altruísticas, entregamos o êxito final da empreitada (CHP, Séc. XX).

No caso em (14), observa-se uma delegação abstrata: o OD (o êxito final da empreitada) é confiado ao OI (à imprensa em geral), deslocando responsabilidade e visibilidade para agentes coletivos. Não há, nesse âmbito, uma transferência física envolvida, mas sim a confiança de uma responsabilidade, de um encargo ou do destino de um resultado à custódia de outro. Pragmáticamente, a frase comunica uma mudança na responsabilidade e na visibilidade do projeto, indicando que os iniciadores estão transferindo a incumbência de gerir ou publicizar o sucesso para a imprensa. Sob uma perspectiva

funcionalista, a oração expressa uma estratégia de comunicação ou de gestão de um resultado, enfatizando a confiança depositada na capacidade e influência da imprensa para assegurar ou divulgar o sucesso.

Nas orações transitivas, a Figura 6 mostra papéis semânticos distintos e um afastamento da ideia central de transferência física:

(15) Extinguindo-se, o nazismo cria ao mesmo tempo um problema imediato para os aliados; entrega uma nação em caos para ser administrada, alimentada e orientada; e um problema futuro: saindo de cena a Alemanha, será um bem ou um mal para o futuro panorama político continental? (CHP, Séc. XX).

Em (15), o sujeito agente abstrato (o nazismo) entrega um OD paciente (uma nação em caos) a um recipiente que é inferível (os aliados). O verbo entregar expressa metaforicamente a ideia de confiar/atribuir encargo, descrevendo uma herança problemática. Em geral, as ocorrências de movimento causado no século XX permanecem predominantemente prototípicas no sentido de deslocamento físico a um destino. A ocorrência enfatiza a complexidade e o peso do problema pós-guerra deixado pelo nazismo, indicando que a função da construção é descrever a herança problemática de um evento histórico, transferindo metaforicamente a responsabilidade por essa “nação em caos” para aqueles que terão de geri-la. A natureza transitiva direta dessa oração, sem um objeto indireto explícito, foca primariamente no legado e na entidade que o impõe, deixando a quem cabe a administração como um elemento mais contextual do que um participante gramatical central na valência do verbo. Além disso, para este século, as ocorrências de movimento causado são predominantemente prototípicas no que se refere ao sentido, ou seja, o de passar às mãos.

Síntese dos resultados:

Do século XVIII ao XX, o verbo entregar mantém a ideia de transferência física canônica, mas expande-se para outros sentidos como: confiança, submissão, devolução, leva e atribuição de encargos. A configuração ditransitiva é predominante, o que se conjuga ao sentido canônico do verbo. No caso da configuração transitiva, observa-se que esta ocorre em contextos em que o foco recai no agente ou no paciente, e o destinatário recipiente é inferível, sendo, portanto, dispensável, já que é recuperável pragmaticamente. Em termos semântico-pragmáticos, o verbo é recrutado em orações que expressam relações sociais e institucionais: poder, responsabilidade, reciprocidade e metáfora da rendição.

Ilustram essas observações as Figuras 1 a 6, que articulam tendências: a Figura 1 mostra os sentidos nas orações ditransitivas do século XVIII; a Figura 2 destaca, nas orações transitivas, a manutenção de passar às mãos com OI implícito; a Figura 3 confirma, no século XIX, o a manutenção do sentido canônico; a Figura 4 evidencia o eixo confiar e as leituras de devolver; a Figura 5 mostra a inflexão do século XX, com queda relativa da orações ditransitivas e avanço das transitivas; a Figura 6 detalha o comportamento transitivo e a projeção metafórica de encargos.

Os exemplos (1) a (15) sustentam essas leituras com recortes que cobrem desde o registro cotidiano de troca material, passando por delegações legais e morais, até heranças históricas de larga escala. Em conjunto, a análise evidencia que variações de valência e mudanças de foco informacional respondem a necessidades pragmáticas e à eficiência comunicativa, enquanto a semântica do verbo entregar transita com flexibilidade entre o concreto e o abstrato, sem perder o eixo de transferência que ancora seu campo de significação.

Conclusão

As características das orações com o verbo entregar no português evoluem em paralelo com as mudanças em sua estrutura argumental. A tendência à redução da valência verbal no português contemporâneo reflete-se em orações mais enxutas e com focos informacionais distintos, enquanto as orações ditransitivas, embora em declínio percentual, mantêm um papel fundamental na expressão da transferência explícita. A análise detalhada dessas características sintáticas, semânticas e pragmáticas em diferentes contextos de uso é crucial para compreender as motivações funcionais subjacentes a essa dinâmica.

Com base na LFCU, foi possível observar que o verbo entregar não apenas opera como um verbo prototipicamente ditransitivo, mas também se adapta, ao longo do tempo, a configurações transitivas e de movimento causado, revelando um processo de redução de valência e reconfiguração argumental. Tal fenômeno linguístico não decorre de um esvaziamento estrutural, mas sim de motivações pragmáticas e discursivas, que deslocam o foco da enunciação para diferentes participantes da cena verbal, conforme o propósito comunicativo.

Em contextos em que o recipiente já se mostra inferível, por exemplo, sua omissão sintática não compromete a interpretação da oração, mas, ao contrário, contribui para uma maior economia informacional. Além disso, sentidos como confiar, render-se, dedicar-se e devolver emergem com força ao longo do corpus, ratificando o potencial metafórico e

polissêmico do verbo. Dessa maneira, os resultados aqui apresentados reforçam o princípio de que a estrutura argumental de um verbo não é fixa, mas dinâmica e sensível aos usos efetivos da língua (Furtado da Cunha, 2013). As configurações oracionais do verbo entregar revelam um percurso de mudança e adaptação que ilustra, de modo exemplar, a atuação das forças do uso na constituição gramatical da língua. Assim, ao mapear as variações construcionais desse verbo, esta pesquisa contribui não apenas para o entendimento da transitividade no português, mas também para o fortalecimento de uma abordagem funcionalista que reconhece a gramática como fenômeno emergente, flexível e situado.

Referências

DU BOIS, J. W. Argument structure: Grammar in use. In: DU BOIS, J. W.; KUMPF, L. E.; ASHBY, W. J. (org.) Preferred argument structure: grammar as architecture for function. Filadélfia: John Benjamins, 2003, p. 11-60.

FURTADO DA CUNHA, M. A. BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). Linguística centrada no uso—uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2013. p. 13-39.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Construções de estrutura argumental: teoria e prática. In: CEZARIO, M. M. C.; MARQUES, P. M.; CASTANHEIRA, D. (org.). Pesquisa funcionalistas e aplicações ao ensino superior. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, p. 20-47.

LUCENA, Nedja Lima de; BARBALHO, Rayane Pontes. A versatilidade argumental do verbo entregar em língua portuguesa: uma análise pancrônica. Domínios de Linguagem, Uberlândia, v. 19, p. e019017, 2025.

LOPES, M. G.; ROSÁRIO, I. C. Metodologia da pesquisa sincrônica. In: ROSÁRIO, I. C. (org.). Metodologia da pesquisa funcionalista. Porto Velho: Edufro, 2023. p. 37-56.

SILVA, A. S. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Revista portuguesa de humanidades, v. 1. n. 1-2, p. 59-101, 1997.

Anexos



TABELA 1



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURA 4



FIGURA 5



FIGURA 6

CÓDIGO: HS0564

AUTOR: ALLANY BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA

ORIENTADOR: PATRICIA FERREIRA BOTELHO

TÍTULO: Letramentos acadêmicos, linguagem e metacognição: planos de trabalho com leitura e escrita nos cursos de Letras, de Ciências Humanas e de Ciências da Saúde

Resumo

As práticas de leitura e escrita na universidade são essenciais para o desenvolvimento do estudante ao longo da graduação, bem como asseguram o pertencimento desse indivíduo no âmbito acadêmico. Cada aluno, ao longo de sua formação educacional, é perpassado por diversas experiências que envolvem essas habilidades e influenciam na maneira como ele se relaciona com os atos de leitura e escrita. Nesse contexto, este plano de trabalho teve como objetivo investigar as dificuldades e potencialidades dos discentes que cursam o componente curricular Leitura e Produção de Textos dos cursos de Letras, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, nas práticas de leitura e escrita. Para isso, o referencial teórico se fundamentou nos estudos em Letramento (Kleiman, 1995; 2007; 2024; Gerhardt, 2017; Fischer e Koerner, 2024) e em Metacognição (Botelho e Neves, 2019; 2024). A pesquisa foi de abordagem qualitativa, descritiva e de natureza básica, tendo em vista a elaboração e qualificação de um questionário que investiga a relação estabelecida entre o discente e as práticas de leitura e escrita, com ênfase nos aspectos metacognitivos e metalinguísticos. Os resultados da análise do questionário indicam a relevância do instrumento para a compreensão da heterogeneidade existente na sala de aula e para o fortalecimento de práticas pedagógicas colaborativas que promovam a autonomia crítica dos discentes no ensino superior.

Palavras-chave: Leitura e escrita. Letramento. Linguagem. Metacognição.

TITLE: Academic literacies, language, and metacognition: work plans for reading and writing in Literature, Humanities, and Health Sciences courses

Abstract

Reading and writing practices at university are essential for student development throughout their undergraduate studies and ensure their belonging within the academic world. Throughout their educational development, each student

experiences diverse experiences that involve these skills and influence how they relate to reading and writing. In this context, this work plan aimed to investigate the difficulties and strengths of students enrolled in the Reading and Text Production curricular component of Languages, Humanities, and Health Sciences programs in their reading and writing practices. To this end, the theoretical framework was based on studies in Literacy (Kleiman, 1995; 2007; 2024; Gerhardt, 2017; Fischer e Koerner, 2024) and Metacognition (Botelho e Neves, 2019; 2024). The research used a qualitative, descriptive, and basic approach, aiming to develop and qualify a questionnaire that investigates the relationship established between students and reading and writing practices, with an emphasis on metacognitive and metalinguistic aspects. The results of the questionnaire analysis indicate that the instrument is relevant for understanding the heterogeneity present in the classroom and for strengthening collaborative pedagogical practices that foster critical autonomy among higher education students.

Keywords: Language. Literacy. Metacognition. Reading and writing.

Introdução

As práticas de leitura e escrita na universidade são essenciais para o desenvolvimento do estudante ao longo de sua graduação, bem como asseguram o pertencimento desse indivíduo no âmbito acadêmico. Cada aluno, ao longo de sua formação educacional, é perpassado por diversas experiências que envolvem essas habilidades e que influenciam na maneira como ele se relaciona com os atos de leitura e escrita.

Desse modo, na etapa do ensino superior, desenvolve-se a preocupação de como esse estudante pode superar as possíveis adversidades e aprimorar essas competências linguísticas a fim de cumprir com os requisitos da graduação, atuar em projetos do curso e refinar suas interações com outros sujeitos no mundo. Com isso, espera-se que a melhoria dessas práticas do discente esteja acompanhada pelo letramento crítico, isto é, a formação de uma consciência textual que promova uma postura agentiva no gerenciamento da escrita e seus processos de planejamento, correção, revisão e reescrita. Nesse sentido, conforme pontua Gerhardt (2017), o reconhecimento da linguagem enquanto experiência, bem como a percepção dos saberes e vivências dos alunos, permite o desenvolvimento de um aprendizado significativo a partir dos aspectos metalinguísticos e metacognitivos envolvidos nesse processo formativo.

Ademais, faz-se igualmente notável a questão de como o docente, diante da heterogeneidade presente na sala de aula, conforme aponta Kleiman (2007), pode contribuir para a formação dos discentes com estratégias que valorizem o conhecimento prévio como ponto de partida para a aprendizagem. Isso implica afirmar que a relação entre professor e aluno deve ser colaborativa, pois ambos possuem conhecimentos e experiências proveitosas para a construção coletiva do aprendizado, o que se distancia da perspectiva do docente como o único agente nesse processo, tendo em vista que “a atitude de respeitar o ponto de vista do discente contrasta de forma gritante com orientação da linguística

teórica, segundo a qual o leigo nada teria a ensinar ao perito” (Rajagopalan, 2006, p.162).

Nesse contexto, este plano de trabalho objetivou a identificação das dificuldades dos discentes que cursam o componente curricular Leitura e Produção de Textos dos cursos de Letras, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, nas práticas de leitura e escrita. É válido mencionar que a escolha dessas turmas para a aplicação da pesquisa em questão foi determinada pela regência da professora orientadora, Patrícia Ferreira Botelho, nos componentes curriculares das graduações supracitadas, o que permitiu o alcance de alunos pertencentes a áreas distintas de conhecimento.

A partir disso, foi desenvolvido um instrumento diagnóstico, amparado na fundamentação teórica da Linguística Aplicada e dos estudos em Metacognição, a fim de traçar o perfil das turmas, conforme as dificuldades mensuradas nesse processo, e analisar os resultados obtidos com o intuito de contribuir na formação do letramento linguístico acadêmico desse público-alvo, com ênfase nos aspectos metacognitivo e metalinguístico.

Portanto, além desta introdução ao plano de trabalho da pesquisa, este relatório contemplará as seguintes seções: **método**, em que será descrita a **metodologia** utilizada no desenvolvimento da investigação, **resultados e discussões**, na qual haverá a apresentação do referencial teórico e a fundamentação da sondagem diagnóstica elaborada no projeto, **conclusões**, a qual abordará a relevância do plano de trabalho, bem como as suas contribuições e, por fim, as **referências bibliográficas**.

Metodologia

Esta pesquisa está inserida na área da Linguística Aplicada, pois pretendeu investigar questões práticas oriundas do uso da linguagem, especificamente no contexto do ensino superior, relacionadas ao letramento acadêmico e às práticas de leitura e escrita desenvolvidas pelos estudantes das turmas em que a professora pesquisadora leciona o componente curricular Leitura e Produção de Textos, as quais abrangem os cursos de Letras, Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

Diante disso, a pesquisa se caracterizou como descritiva, em virtude do interesse no apontamento das características de um grupo de pessoas ou de um fenômeno, bem como nas possíveis relações entre essas variáveis (Paiva, 2019). Ademais, a abordagem desenvolvida foi qualitativa, tendo em vista a articulação de concepções variadas para investigá-las e situá-las, implicitamente, aos dados de pesquisa, os quais, segundo Appolinário (2011), constituem o foco de análise para o pesquisador, haja vista a preocupação com o fenômeno a ser identificado na investigação.

Além disso, a metodologia utilizada se constituiu por uma pesquisa-ação, em que os pesquisadores desenvolveram estudos com a intenção de projetar melhorias no contexto de análise, promover ações de colaboração entre os participantes e, com isso, beneficiá-los a partir das mudanças provocadas no curso da pesquisa (Kemmis, McTaggart e Nixon, 2014; Paiva, 2019).

O estudo se desenvolveu a partir das seguintes etapas: reuniões quinzenais de orientação, leitura e discussão sobre a bibliografia selecionada para a pesquisa;

levantamento dos cursos em que a docente vinculada ao projeto atuou; elaboração de instrumentos diagnósticos à luz da Linguística Aplicada e dos estudos em Metacognição; análise da sondagem diagnóstica e estruturação de sua fundamentação teórica a partir da bibliografia utilizada no decorrer da pesquisa.

Logo, aperfeiçoou-se um formulário, que já havia sido elaborado no plano de trabalho anterior, composto por 12 questões, objetivas e discursivas. Este instrumento buscou reunir informações sobre as experiências dos alunos com essas competências linguísticas e, a partir das respostas obtidas pelos participantes, identificar os aspectos positivos e negativos dessas vivências para auxiliar no autogerenciamento das habilidades em questão.

É importante destacar que a natureza desta pesquisa foi básica, tendo em vista que não houve uma aplicação do formulário desenvolvido. Esse plano de trabalho se debruçou tanto no aperfeiçoamento das questões integrantes da sondagem diagnóstica, quanto na justificativa de sua pertinência para a pesquisa em curso, sendo assim, o foco se direcionou ao aprimoramento da qualidade do instrumento diagnóstico com o intuito de obter, em uma futura aplicação, resultados proveitosos. Por fim, o formulário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número do parecer 7.512.256 junto ao Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 85711724.0.0000.5537, para ser aplicado no próximo plano deste projeto.

Resultados e Discussões

O referencial teórico-metodológico que norteou esta pesquisa se fundamentou nos estudos em Metacognição e nos estudos em Letramento, estes inseridos na área da Linguística Aplicada.

A concepção de metacognição aqui adotada se refere à organização e ao gerenciamento dos processos cognitivos realizados pelo indivíduo, ou seja, trata-se do “[...] pensar sobre o próprio pensar, é um conceito que envolve uma ação cognitiva que se volta à reflexão sobre outras ações cognitivas” (Botelho e Neves, 2024, p. 39). Esse autoconhecimento do indivíduo sobre suas operações cognitivas possibilita o regulamento das atividades realizadas, bem como seu desenvolvimento significativo a partir das exigências do ambiente em que está inserido, conforme Botelho e Neves (2019).

Desse modo, os estudos em Metacognição, aplicados no campo educacional, podem auxiliar o discente a elaborar estratégias que otimizem o processo de aprendizagem. A exemplo dessa aplicação, Neves (2024) propõe a utilização de esquemas metacognitivos para sistematizar a leitura em estágios e, com isso, ampliar o aprendizado por meio da autorregulação e reestruturação das relações estabelecidas com as informações obtidas pela leitura.

Além disso, o docente também pode usufruir de estratégias metacognitivas para desenvolver metodologias que valorizem os conhecimentos prévios dos estudantes e os articulem como propulsores no processo de aprendizagem. Dessa maneira, os professores tornam-se capazes de estimular uma postura agentiva nos discentes, os quais aprendem a planejar, avaliar e refletir sobre suas práticas de leitura e escrita, por exemplo.

No que se refere à concepção de Letramento utilizada nesta pesquisa, ela se baseia na ampliação do processo de aprendizagem da língua materna, promovido pelo ensino escolar, para uma abordagem social e múltipla que “extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita” (Kleiman, 1995, p. 20). Trata-se, então, de analisar as potencialidades dos indivíduos na reflexão e autoconhecimento de seus usos da linguagem para determinados propósitos, haja vista a formação de um sujeito letrado que é capaz de reconhecer suas ações com a linguagem e tornar-se agente responsivo sobre os seus atos linguísticos, conforme Gerhardt (2017).

Isso implica afirmar que as práticas de leitura e escrita deixam de se restringir ao domínio do sistema linguístico exclusivamente no contexto escolar e passam a constituir um processo amplo de integração do sujeito ao mundo por meio da mobilização de seus saberes e experiências nas práticas sociais em que ele está inserido. Nesse contexto, o Letramento acadêmico se propõe como uma abordagem social, a qual considera os conhecimentos prévios e as trajetórias prévias dos discentes com a escrita, para promover o ensino efetivo destas competências na universidade, conforme Fischer e Koerner (2024).

Assim, os estudos em Letramento são valiosos para a reflexão e investigação da heterogeneidade existente na sala de aula, tendo em vista que eles podem fornecer a “fundamentação estrutural para a implementação, análise e avaliação do desenvolvimento linguístico das pessoas ao longo de sua vida, e em particular dos alunos ao longo dos seus anos de permanência na escola” (Gerhardt, 2017, p.50).

A partir do panorama apresentado anteriormente, é possível compreender a diversidade de experiências com leitura e escrita existente numa turma do ensino superior, o que desvela a necessidade de instrumentos e metodologias capazes de aprimorar o letramento acadêmico dos alunos e desenvolver uma formação crítica a partir do refinamento dessas competências linguísticas. Por isso, neste plano de trabalho, foi aperfeiçoado um questionário pré-desenvolvido no projeto anterior, amparado nas postulações teóricas supracitadas. Composto por doze questões, objetivas e discursivas, esse instrumento de coleta de dados objetivou a sondagem diagnóstica das dificuldades e potencialidades dos alunos nas práticas de leitura e escrita, a seguir, ele será analisado com base nos pressupostos teóricos discutidos anteriormente.

Inicialmente, as questões 1 e 2, que solicitam, respectivamente, o e-mail e nome completo do aluno, possibilitando a identificação do estudante para a organização dos dados a serem obtidos.

A questão 3 - “Você está cursando quantos componentes curriculares em (semestre letivo)?”, por sua vez, condiciona as próximas perguntas ao contexto do ambiente acadêmico, tendo em vista que interroga quantos componentes curriculares o estudante está cursando no semestre em que responde ao formulário. Assim, a percepção acerca da quantidade de componentes curriculares cursados pelo aluno possibilita a observação da intensidade de suas demandas e, juntamente aos outros alunos que constituem a turma analisada, contribui para a compreensão do docente sobre a disponibilidade dos educandos.

No quarto item - “Há quanto tempo concluiu o ensino médio?” - busca-se mensurar o percurso de vivências do indivíduo relacionadas ao ensino básico,

considerando que o aluno com a conclusão do ensino médio recente pode ter mais facilidade em rememorar determinados conteúdos, enquanto aquele que finalizou há mais tempo possui, eventualmente, um acúmulo maior de experiências com o uso das competências linguísticas em situações comunicativas para além do espaço escolar.

A questão 5 - “Você teve aulas de Língua Portuguesa regularmente no ensino médio? E no ensino fundamental?” - pretende verificar a frequência de contato estabelecida entre o discente e os estudos em língua portuguesa ao longo de sua trajetória educacional, o que permite analisar como a possível irregularidade nas aulas dessa área do conhecimento pode influenciar na relação estabelecida entre o aluno e suas práticas de leitura e escrita.

A questão 6 - “Esta é sua primeira graduação? Se não, informe até que ano esteve no ensino superior antes do atual ingresso.” -, assim como as duas anteriores, investiga o percurso de vivências educacionais do indivíduo, agora no âmbito acadêmico, a fim de compreender a relação entre o discente e o ensino superior para, consequentemente, observar as dificuldades e potencialidades encontradas nesta etapa educacional.

Dessa maneira, as questões 4, 5 e 6 exploram as experiências com o uso da linguagem, desde o ensino básico até o ensino superior, para delinear os possíveis impactos no letramento acadêmico dos estudantes, conforme Fischer e Koerner (2024): “Considerando as exigências requeridas pela escrita na universidade – como o domínio das estruturas linguísticas da variante padrão, conhecimentos prévios sobre os modos de escrita e sobre o que dizer, há de se pressupor que os desafios enfrentados pelos estudantes são muito distintos, levando-se em conta suas trajetórias prévias de contato com a escrita.” (p. 4)

O item 7 - “Você está trabalhando e/ou fazendo outro curso além de Letras - Língua Portuguesa ou outro curso da área de Ciências Humanas e Sociais?” - possibilita a compreensão da realidade na qual o aluno está inserido além da universidade, o que evidencia as condições socioeconômicas com as quais o discente convive e a influência potencial exercida por esses fatores em seu desempenho acadêmico. Nesse contexto, o item 8 - “Você definiu uma rotina/agenda de estudos dos conteúdos ensinados nas aulas? Se não, explique por quê.” - permite analisar o modo como o aluno organiza seus estudos, considerando os aspectos apresentados na questão anterior, para definir uma rotina que facilite o processo de aprendizagem.

Ambas as perguntas, 7 e 8, estão relacionadas ao gerenciamento do próprio aprendizado por parte do aluno, uma vez que, ao reconhecer os aspectos que influenciam em seu rendimento nas atividades da graduação, como o trabalho e o andamento de outro curso, o discente pode adotar estratégias metacognitivas que minimizem esses impactos e facilitem a construção do conhecimento, tal qual pontua Gerhardt (2017): “[...] ao reconhecer a linguagem como uma experiência, reconhecendo também as vivências e saberes cotidianos dos alunos como plataformas de lançamento para a conquista de novos saberes, esse conceito articula a necessidade do desenvolvimento metalinguístico e metacognitivo à necessidade de que ele se construa mediante o entendimento de que o aprendizado da linguagem, como experiência situada, está atravessado por dimensões intersubjetivas e normativas, e portanto evidencia e constitui a realidade dessas dimensões.”

Já a questão 9 - “Marque a opção que melhor representa o quanto aspectos de cunho particular têm afetado (ou você julga que possam afetar) negativamente seu desempenho acadêmico e sua qualidade de vida em geral.” - acompanhada pelas alternativas “Muito”, “Pouco” e “Nada”, objetiva a quantificação da intensidade com a qual os aspectos pessoais, como trabalho e relacionamentos interpessoais, influenciam no desempenho acadêmico do aluno. Nesse sentido, a décima questão - “Se você marcou ‘pouco’ ou ‘muito’ na pergunta anterior, explique por quê.” - viabiliza o entendimento detalhado da justificativa para as possíveis implicações dos fatores apresentados na interrogativa anterior. Dessa forma, ambos os questionamentos são relevantes para fomentar o processo de autorregulação, ou seja, o discente torna-se capaz de monitorar e sistematizar a linguagem produzida em suas práticas de leitura e escrita, desenvolvendo sua autonomia como usuário da língua e qualificando seus atos linguísticos, de acordo com Gerhardt (2017).

Na questão 11 - “Você já teve, em algum momento da vida escolar, experiência com leitura e escrita? Descreva brevemente.”, há a consideração dos conhecimentos prévios como norteadores da relação estabelecida entre o aluno e suas práticas de leitura e escrita. Essa informação é de suma importância para a percepção do letramento como o objetivo de ensino dessas práticas, a partir de uma concepção social da escrita, o que contrasta, consoante Kleiman (2007), com a concepção tradicional do aprendizado de leitura e produção textual como competências e habilidades individuais, invalidando as demais vivências dos estudantes.

Por fim, a questão 12 - “Você imagina que terá alguma dificuldade com leitura e escrita de textos no semestre? Explique por quê.” - representa a intersecção entre os estudos em Letramento e os estudos em Metacognição, pois, ao questionar sobre as dificuldades na leitura e escrita que o aluno considera suscetíveis para o semestre, estimula-se a reflexão sobre o desempenho do estudante e os fatores envolvidos em sua aprendizagem, assim, promovendo o processo de autorregulação e fortalecendo a autonomia do indivíduo. Do mesmo modo, a questão em análise está relacionada ao viés do letramento acadêmico, porque reconhece a dimensão subjetiva que perpassa o ensino e aprendizagem dessas competências linguísticas no ensino superior e, a partir disso, reafirma a heterogeneidade existente na sala de aula.

Diante da análise do formulário qualificado neste plano de trabalho juntamente à fundamentação teórica apresentada, torna-se viável concluir quais as possíveis contribuições proporcionadas pela futura aplicação dessa sondagem diagnóstica bem como a relevância do projeto de pesquisa para o aprimoramento das relações de ensino e aprendizagem das práticas de leitura e escrita no ensino superior.

Conclusão

Portanto, o plano de trabalho foi relevante para a investigação do letramento linguístico desenvolvido no âmbito acadêmico, assim como desvelou a pertinência das estratégias metacognitivas no refinamento do ensino e aprendizagem das práticas de leitura e escrita. Logo, propôs-se um formulário, composto de doze itens, para ser aplicado como uma sondagem diagnóstica das

dificuldades e potencialidades dos alunos, graduandos dos cursos de Letras, de Ciências Humanas e de Ciências da Saúde, no uso dessas competências linguísticas.

A partir da análise das questões constituintes do formulário em conjunto com a fundamentação teórico-metodológica apresentada, foi possível constatar a importância de um instrumento de pesquisa que contribua para o letramento linguístico acadêmico desse público-alvo, com ênfase nos aspectos metacognitivo e metalinguístico. Isso implica afirmar que o apontamento de estratégias embasadas nos estudos em Letramento e nos estudos em Metacognição possibilita o aprimoramento das práticas de leitura e escrita em consonância ao desenvolvimento de uma consciência textual crítica, a qual promove uma postura agentiva na sistematização dessas competências e seus processos de planejamento, correção e revisão.

Por fim, a proposição do formulário e a proposta geral do plano de pesquisa são pertinentes ao fortalecimento de uma relação colaborativa na construção do conhecimento entre alunos e professores, uma vez que oportunizam o aperfeiçoamento tanto das práticas de leitura e escrita dos estudantes quanto das práticas pedagógicas dos docentes no ensino superior.

Referências

APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BOTELHO, Patrícia Ferreira; NEVES, Fabiana Esteves. Perspectivas metacognitivas e metalinguísticas para o ensino de leitura e escrita em língua materna. In: Revista do GELNE, v. 21, n. 2, p. 189-201, 2 set. 2019.

GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela. O letramento linguístico e o ensino de gramática da língua portuguesa no Brasil. In: Diadorim. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 48–75, dez, 2017.

KEMMIS, Stephen; MCTAGGART, Robin; NIXON, Rhonda. The action research planner: doing critical participatory action research. Singapore: Springer, 2014.

KLEIMAN, Angela Bustos. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. In: Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

KLEIMAN, A. B. et al. O conceito de Letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. Trabalhos em Lingüística Aplicada, v. 63, n. 1, p. 240–254, 2024.

KOERNER, Rosana Mara; FISCHER, Adriana. A escrita acadêmica em cursos de licenciaturas: o que dizem os professores. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, 2024.

NEVES, Fabiana Esteves; BOTELHO, Patricia Ferreira (orgs.). Metacognição, práticas de leitura e de escrita: repensando estratégias de ensino. Campinas (SP): Pontes Editores, 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Manual de pesquisa em estudos linguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O ensino de línguas estrangeiras como uma questão política. In: MOTA, Kátia; SCHEYERL, Denise. (orgs.). Espaços Linguísticos: resistências e expansões. Salvador: Ed. UFBA, 2006.

CÓDIGO: HS0565

AUTOR: NATANAEL CARNEIRO DA CRUZ

ORIENTADOR: ANA PATRICIA DIAS SALES

TÍTULO: Trabalho plataformizado, violência e adoecimento: um estudo com entregadores de delivery em Natal/RN

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa intitulada *Trabalho plataformizado, violência urbana e adoecimento*, que investiga as conexões entre as plataformas de delivery, a precarização das condições laborais, a violência urbana e os processos de adoecimento. A pesquisa teve como recorte geográfico a cidade do Natal e sua região metropolitana, no estado do Rio Grande do Norte. Para a coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 22 entregadores, complementadas e fundamentadas em bibliografia especializada. Os dados analisados evidenciam que a plataformização, por meio de suas formas específicas de organização do trabalho, intensifica a precariedade e amplia a exposição dos trabalhadores à violência e ao adoecimento, com desdobramentos concretos e dolorosos nos corpos desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho plataformizado. Saúde do entregador. Adoecimento. Uberização.

TITLE: Platform work, violence and illness: a study with delivery drivers in Natal/RN

Abstract

This work presents the findings of the research project titled *Platformized Work, Urban Violence, and Illness*, which investigates the connections between delivery platform labor, the precarization of working conditions, urban violence, and health deterioration. The research focuses on the city of Natal and its metropolitan region, in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. Primary data were collected through semi-structured interviews with 22 delivery workers, supplemented by field observations and a review of specialized literature on the topic. The analysis shows that platformization, through its specific modes of work organization, deepens labor precariousness and increases workers' exposure to violence and illness, with concrete and painful consequences for their bodies.

Keywords: Platformized work. Delivery worker health. Illness. Uberization.

Introdução

As transformações informático-tecnológicas e organizacionais iniciadas nos anos 1970 e 1980 têm culminado em um mundo do trabalho cada vez mais flexível e precarizado do ponto de vista das conquistas dos direitos trabalhistas. A era da plataformação do trabalho, aprofundada no período da pandemia, transfere aos trabalhadores e trabalhadoras os custos e os riscos de seu trabalho. Eles “arcam com as despesas de manutenção de seus veículos, alimentação, limpeza etc., enquanto o ‘aplicativo’ se apropria do sobretrabalho gerado pelos ‘serviços’ dos(as) motoristas, sem que se contemplem os deveres trabalhistas vigentes nos países onde a ‘plataforma’ opera” (ANTUNES, 2023, p. 20).

Trabalhadores de países centrais do capitalismo hoje enfrentam a disseminação das condições laborais típicas do Sul Global. A precariedade aprofundada pela plataformização do trabalho sobrepõe-se a precariedade histórica e estrutural brasileira, debilitando o já frágil mercado de trabalho. O movimento de modernização da economia do Brasil, devido ao seu caráter conservador, não deu conta de responder a problemas estruturais do tipo de capitalismo específicos de países periféricos. Três questões fundamentais não foram respondidas: o excedente estrutural (composto em sua quase totalidade por pessoas negras, expulsas do processo de proletarianização), baixos e desiguais rendimentos do trabalho e a baixa participação dos salários na renda (ABÍLIO; KREIN; MANZANO, 2023).

Isso não quer dizer que não haja novas situações inauguradas com o trabalho uberizado. O gerenciamento algorítmico das empresas-plataformas permite reduzir o entregador por aplicativo a um trabalhador sob demanda, remunerado estritamente pelo o que produz (ABÍLIO, 2020b). A monopolização do setor pelas empresas-aplicativos expõe o viver sem garantias dos motoboys e bikeboys, incentivados à trabalharem mais pela nova gerência. Essa combinação tem elevado significativamente o número de acidentes e os riscos laborais.

O funcionamento das empresas de aplicativo está diretamente relacionado a essas ocorrências, reforçando a caracterização dos casos como acidentes de trabalho. O gerenciamento algorítmico opaco controla tanto os valores das entregas quanto sua distribuição entre os trabalhadores. A gamificação do trabalho, por sua vez, estimula e monitora o engajamento dos entregadores. Buscando agir para garantir seus ganhos nesse cenário instável, os entregadores estabelecem metas diárias de rendimento.

Observa-se, em curso, uma transformação qualitativa na forma de ser motofretista, marcada pela subordinação ao domínio monopólico das plataformas digitais (ABÍLIO, 2020a). Trata-se de uma atividade laboral anteriormente existente, mas que agora opera sob novas lógicas de controle: a distribuição do trabalho é regulada por algoritmos, enquanto as formas de remuneração se distanciam tanto do piso salarial da categoria quanto da estabilidade representada por um salário fixo mensal.

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada com entregadores da cidade do Natal e de sua região metropolitana, no estado do Rio Grande do Norte. O objetivo central foi analisar o fenômeno da plataformação do trabalho e seus nexos com a

precarização, a violência urbana e os processos de adoecimento. Mais especificamente, buscou-se: qualificar o trabalho plataformizado, correlacionando-o com o conceito de trabalho decente, conforme definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); situar a posição da categoria dos motociclistas no contexto da plataformização; classificar os tipos de sinistros decorrentes da atividade laboral, identificando suas relações com a precarização, a violência urbana e o adoecimento; traçar o perfil do trabalhador plataformizado.

Com base nas entrevistas e observações de campo, foi possível verificar que a plataformização, com suas formas específicas de organização do trabalho, aprofunda a vulnerabilidade e a precariedade dos entregadores subordinados.

Metodologia

Optou-se por uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas com 22 entregadores na cidade do Natal (RN) e em sua região metropolitana, ao longo do mês de maio de 2025. Também foram conduzidas observações prolongadas da dinâmica social desses trabalhadores em pontos de espera localizados em dois locais da capital potiguar.

Além do trabalho de campo, foi realizada uma leitura aprofundada da bibliografia especializada sobre o tema. A seleção dos participantes se deu por dois caminhos: por amostragem aleatória, durante aproximações diretas nos pontos de espera, e por indicações fornecidas por entregadores previamente entrevistados (amostragem por bola de neve). As abordagens ocorreram majoritariamente em horários de menor fluxo de entregas, os chamados “horários frios”, quando os trabalhadores permaneciam sentados em calçadas, bancos ou sobre suas motos e bicicletas, aguardando novas chamadas dos aplicativos.

As entrevistas foram integralmente transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo, por meio da qual foram identificadas categorias analíticas que permitiram traçar um panorama das condições de trabalho, das percepções de risco e das formas de adoecimento relatadas pelos entregadores, articulando-se essas categorias com os referenciais teóricos discutidos na bibliografia.

Resultados e Discussões

O salto informacional-digital, subordinado às empresas capitalistas, possibilitou um novo patamar para a exploração do trabalho, retomando, cada vez mais, as formas de exploração comuns na protoforma do capitalismo (ANTUNES, 2023). O uso de tecnologias digitais capazes de mapear com extrema precisão os momentos que o trabalhador efetivamente realiza trabalho permite resumir o “tempo de trabalho” a “tempo

de produção”. A redução do trabalhador à trabalhador sob demanda, que arca com todos os riscos e custos do trabalho e é remunerado por “peça”, define bem a ofensiva do capital e autoriza a analogia ao putting out system (SCOLARI, 2023).

O controle algorítmico exercido pelas empresas-aplicativos (que estão longe de ser neutras ou isentas de valores, pois operam segundo interesses privados do capital) produz uma aparência de liberdade e flexibilidade. Esses elementos, embora efetivamente desejados pelos trabalhadores, sobretudo no contexto brasileiro, não se concretizam na prática. O discurso mais acrítico, em consonância com o das empresas-aplicativos, transforma as plataformas digitais em simples intermediárias. Em uma retórica já desgastada, “[t]ambém é comum a alegação de que esses trabalhos são apenas um meio de obter uma renda extra ou um modo divertido de conseguir dinheiro no tempo livre” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 63).

No entanto, o que encontramos na materialidade é que a “liberdade” oferecida é a liberdade para a exploração sem limites. Quando contrapomos que, submetidos à engenharia informacional do capital, que exerce, de fato, o comando sobre os algoritmos, está o ritmo, o tempo, a produtividade e a eficiência da força de trabalho, a ideia de autonomia e liberdade não se sustenta. As plataformas digitais, efetivamente, “controlam todo o processo, determinam os formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam” os trabalhadores subordinados (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 74).

A incerteza quanto à remuneração é apontada pelos entregadores como um fator de adoecimento e estresse no trabalho. Na tentativa de gerir essa instabilidade, muitos estabelecem uma “meta de remuneração”, estratégia que expressa uma forma de agenciamento frente à subordinação algorítmica (ABÍLIO, 2020b). Para atingir essa meta, prolongam o tempo de disponibilidade à plataforma e engajam-se ativamente nas bonificações e desafios propostos. No entanto, como não detêm controle sobre os critérios de distribuição das corridas, tampouco sobre os valores e recompensas prometidos, nem sempre a meta é alcançada. A baixa remuneração traduz-se em frustração pessoal, além de prejudicar sua reprodução social.

Porque, tipo, é... É porque você nunca tem nada certo, sabe? Você tem dia que você faz aquela metinha. Tem dia que você faz aquele dinheiro pouco pra casa, aí você fica com a mente... Eu vou pra casa, por exemplo, eu vou com 50 reais. Não vai dar pra nada, sabe? Aí você fica com aquele ladinho estressado (ENTREGADOR 14, 2025).

Slee (2017) observa que, inicialmente, para consolidar-se em um novo mercado, as empresas-plataformas oferecem taxas especiais aos trabalhadores que aderirem a ela, assim como promoções atrativas para os clientes. Dentro de algumas horas, os trabalhadores poderiam desligar o aplicativo e seguir com outras atividades do dia. Mas quando a plataforma se assenta, cada centavo começa a ser cobrado na forma de restrição das taxas de serviço, obrigando os entregadores a estenderem o tempo que ficam disponíveis.

Os entregadores apontam com frequência que muitos dos acidentes são provocados pela imprudência de terceiros no trânsito. Motoristas de carros, ônibus e outros motociclistas desrespeitam as regras de condução e acabam colidindo com entregadores, muitas vezes

sem sequer prestar os auxílios necessários. Para os motofretistas, essa negligência se traduz em ferimentos, afastamentos do trabalho e, em casos mais graves, mutilações. Como relata um dos entrevistados:

A mais recente foi agora, dia 27 de dezembro do ano passado, né? Na Romualdo Galvão com a Amintas Barros. O sinal ficou verde para mim, o irresponsável veio na Romualdo Galvão e me atingiu no cruzamento da Amintas Barros com a Romualdo Galvão. Entrevistador: Ele avançou o sinal, foi? Entregador: Avançou o sinal vermelho (ENTREGADOR 1, 2025).

Outro entregador reforça esse cenário de vulnerabilidade: “Foi sentido a Ponta Negra. O sinal fechou pro rapaz, e abriu pra mim. Eu passei, só que ele não parou. Aí ele foi e bateu em mim. Aí foi só a fratura... besteira, sabe? Não quebrou nada. Foi só mais ralão e a moto ficou acabadinha. Eu tive que trocar outra moto” (ENTREGADOR 14, 2025).

Somam-se a esses fatores os próprios imperativos do trabalho por aplicativo, que impõem ao entregador a necessidade de dividir sua atenção constantemente. Enquanto conduzem suas motos, os entregadores precisam acompanhar em tempo real a tela do celular: novas corridas, rotas de entrega, mensagens e atualizações do aplicativo surgem frequentemente, interrompendo a concentração necessária para pilotagem.

Embora a gerência algorítmica agilize os processos de trabalho, ela não amplia a capacidade de carga que pode ser transportada em uma moto. Sendo assim, por mais que haja a expansão de extração da mais-valia relativa, é o prolongamento da jornada de trabalho que permite a exploração: “portanto, é a mais-valia absoluta que predomina” (GONSALES, 2023, p. 68). A pressa e a alta velocidade são, na verdade, uma estratégia de sobrevivência, uma forma de garantir um rendimento mínimo para cobrir as necessidades básicas.

Entre os entrevistados da nossa pesquisa, 77% declararam receber até dois salários mínimos, valor que precisa cobrir não apenas os custos da própria sobrevivência, mas também as despesas com os equipamentos de trabalho. Além disso, muitos têm responsabilidades familiares: 81% afirmaram estar em algum tipo de relacionamento afetivo e 59% disseram ter filhos ou outras pessoas sob sua responsabilidade financeira. Um entregador comenta das dificuldades financeiras:

Esses dias eu tive que fazer a manutenção da minha moto. Eu encostei ela na oficina. Só de pneu foi R\$180,00. Cama de ar foi mais R\$20,00. Mais R\$500,00 que eu tive que trocar de peça de motor, que tem umas peças nela que já estavam no fim da vida. E a minha moto é nova, é 2022. 30 mil quilômetros rodados. É nova. R\$500,00 de motor, mais R\$200,00 de pneu e cama, mais R\$40,00 de óleo, junto kit de junta, mão de obra. Dentro de seis horas que eu encostei ela na oficina, se eu não me engano eu tive que mexer na enraiação ainda, fechou R\$700,00. Dentro de seis horas, R\$700,00 que eu tive que desembolsar. E pra fazer de novo esse dinheiro? Tendo parcela da moto, só parcela da minha moto é R\$500,00. Parcela da moto, rastreador, bloqueador, vem aí mais R\$150,00. Água e luz, só o papel de luz que chegou agora foi mais R\$120,00. Da água veio baratinho, veio R\$70,00, graças a Deus. E fora comida, né? (ENTREGADOR 4, 2025).

As empresas, ao operarem por meio de algoritmos sem transparência e sem garantias trabalhistas, impõem um modelo de produção baseado em metas de entrega, estímulo à competitividade e ausência de pausas, o que gera ansiedade, pressão e desgaste acumulado. Muitos trabalhadores relatam a necessidade de vencer o espaço por meio do tempo (HARVEY, 2008), correndo de um ponto a outro para aumentar seus ganhos, o que, por sua vez, eleva a exposição a acidentes. O seguinte relato atesta o caso:

Foi um dia de chuva... Dei um vacilo, bati numa tartarugazinha daquela e caí. Entrevistador: Mas você tava com entrega na bag? Entregador: Tava indo buscar ainda. Amigo do entregador: E ele sofreu uma fratura na hora porque não conseguiu rolar. A bag não deixou ele... caiu e deu um problema na coluna (ENTREGADOR 2, 2025).

O perfil de quem acessa esses postos de trabalho revelam características que perduram acerca do capitalismo periférico brasileiro. Constatou-se que 95% dos entregadores entrevistados eram do sexo masculino. A maioria se autodeclarou preta (59%) ou parda (13%), enquanto 27% se identificaram como brancos. Predominam os jovens entre 18 e 34 anos, que representam 72% do total. No que diz respeito à escolaridade, 45% possuem o ensino médio completo e 36% não o concluíram. A maioria reside em regiões periféricas da cidade do Natal, concentrando-se principalmente na zona oeste (63%) e na zona norte (27%).

Essas condições de trabalho passam ao largo das regulações trabalhistas dos países onde operam, além de violar ordens jurídicas internacionais. No contexto dos Estados Nacionais, as plataformas apresentam-se como empresas digitais que estabelecem mediações entre clientes e prestadores de serviços autônomos a fim expandir e melhorar seus negócios. Internacionalmente, a noção de trabalho decente desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e que faz parte da sua agenda para a promoção do trabalho com dignidade, melhores condições e remuneração justa, enfrenta barreiras com a plataformização (e sua tendência à generalização). As plataformas estabelecem contratos de maneira unilateral, impondo condições que aumentam o tempo disponível dos trabalhadores na plataforma, ao passo que diminuem a remuneração.

O desdobramento desses fatores se manifesta de forma concreta e dolorosa nos corpos desses trabalhadores: queimaduras, fraturas, luxações, dores recorrentes nos braços, costas, joelhos. Os relatos de entregadores lesionados são abundantes nas entrevistas, revelando a lógica de funcionamento das plataformas de delivery: um aprofundamento da flexibilização e precarização do trabalho, em que os trabalhadores encontram-se cada vez mais vulneráveis. Um entregador comenta as sequelas de um acidente que sofreu:

Fiquei 15 dias [afastado]. 15 dias. Mas não dei entrada no aplicativo, não dei nada. Porque como eu já tinha dinheiro guardado, pra mim... Mas, até hoje ainda tenho sequela. Esse meu braço aqui. Essa parte aqui dele, daqui pra cá. Daqui [pulso], eu sinto uma pontada pra cá [cotovelo]. Daqui eu sinto outra pontada pra cá [ombro]. Aqui em cima, na rótula do ombro, que foi o local que sustentou também o impacto, é outro local que eu sinto dor. Meu joelho esquerdo, ele solta a patela. Essa bolachinha aqui, ele afasta pra um lado. Eu: Do nada? Entregador: Do nada. Sozinho. Eu: E dói né? Entregador: Dói? Meu amigo, você vai na lua e volta. É... Louco o negócio. Eu ando... Não ando 24 horas, mas a maior parte do dia eu ando com uma joelheira, porque qualquer pancada que ocorre... Ele sai (ENTREGADOR 4, 2025).

Alguns entregadores recorrem a analgésicos para continuar trabalhando mesmo com dores persistentes, enquanto outros mencionam o uso de ansiolíticos ou antidepressivos como forma de lidar com o estresse, a ansiedade e a sensação de esgotamento emocional gerados ou potencializados pelo trabalho. “Eu tomo... Diclofenaco de sódio somente quando sinto que tô mal” (ENTREGADOR 4, 2025). E ainda: “Ansiolítico é amitriptilina, e para dormir, clonazepam”, afirma um entregador que diz que o consumo desses fármacos se dá por vários motivos, inclusive o trabalho (ENTREGADOR 19, 2025).

As consequências dessas condições também refletem de forma sensível na qualidade do sono dos motoentregadores. Após um dia exaustivo, marcado por intenso desgaste físico e mental, muitos relatam dificuldade para relaxar e alcançar um descanso adequado. A tensão acumulada durante as horas em que permanecem expostos aos riscos do trânsito não se dissipa facilmente. Mesmo ao deitar, o corpo permanece em estado de alerta, dificultando o relaxamento e comprometendo o sono profundo. Um entregador comenta de problemas de insônia decorrentes do trabalho: “o corpo tem que estar muito alerta, é cansativo para o corpo, mas a mente ainda fica acordada, e assim não consegue dormir legal” (ENTREGADOR 19, 2025).

Há também a percepção de maior facilidade para dormir depois do dia exaustivo: “a gente chega tão cansado. Já chega cansado, caiu, capotou. Você tem que passar logo no chuveiro e de lá já vem com o rango, porque se não, vai dormir sujo, com fome” (ENTREGADOR 15, 2025). No entanto, pouco favorável é essa situação, pois o tempo de descanso não é suficiente para restabelecer corpo e mente para um funcionamento usual. A jornada de um dia de trabalho é muito cansativa — principalmente no caso de bikeboys —, e exige muito esforço. A fadiga acumulada compromete a atenção, o tempo de reação em situações no trânsito.

Esses relatos delineiam um cenário que contrasta radicalmente com as promessas de superação do trabalho por meio das tecnologias informático-digitais. Longe de representar uma emancipação, o que se observa é a intensificação de um processo ampliado de precarização laboral. O trabalho de delivery, tal como estruturado pelas empresas-plataforma, não apenas reforça antigas formas de exploração, como também inaugura novas dinâmicas de controle e insegurança, gerando um estado de vulnerabilidade social e degradação das condições de trabalho.

Conclusão

Os relatos dos entregadores apresentados e as elaborações teóricas desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem constatar que a plataformização do trabalho tem aumentado a vulnerabilidade desses trabalhadores aos riscos de acidentes e adoecimentos, em suas múltiplas dimensões. Se o trânsito já representava um fator de risco para entregadores e motoristas, as recentes formas de gerência e controle algorítmico têm aprofundado ainda mais a precarização das suas condições de trabalho. As plataformas digitais representam um verdadeiro salto qualitativo no processo de corrosão dos direitos trabalhistas. A questão da baixa remuneração é central para compreender as altas velocidades e os acidentes. É urgente discutir formas de regulamentação do trabalho em

plataformas, elaboradas junto aos trabalhadores, que imponham limites à gerência algorítmica das empresas-aplicativos.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. De motoboy invisível a entregador organizado: uberização e o trabalhador just-in-time na pandemia. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (org.). *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2020b. p. 261-287.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38579>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ABÍLIO, Ludmila; KREIN, José; MANZANO, Marcelo. A dinâmica da informalidade laboral no Brasil nas primeiras duas décadas do século XXI. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 229-248.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataformas: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 13-39.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78.

GONSALES, Marco. De mochila nas costas: uma experiência etnográfica como entregador por aplicativo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 53-72.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SCOLARI, Fábio. Capitalismo digital e de plataforma: retorno a um putting out system metropolitano?. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 89-105.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

CÓDIGO: HS0579

AUTOR: MARIA LAURA SOARES DE SOUSA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Ocupação territorial da ribeira do Apodi na capitania do Rio Grande (1730-1761)

Resumo

Este trabalho, desenvolvido no Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN), trata-se de uma pesquisa em andamento a qual objetiva estudar o processo de ocupação territorial da ribeira do Apodi durante a segunda metade do século XVIII. A pesquisa parte da premissa de que o sistema sesmarial foi a principal política de acesso à terra no período colonial, o qual permitiu o desenvolvimento socioeconômico do território. Com base em uma metodologia qualitativa e documental, são analisadas 62 cartas de sesmarias, além dos Títulos de Cobranças dos Dízimos e Gêneros de 1779, buscando-se identificar os agentes envolvidos, suas justificativas para obtenção das terras e as localizações das propriedades. Os resultados preliminares apontam que a maioria das sesmarias foi requerida para criação de gado, sendo a proximidade com recursos hídricos um fator determinante para a fixação dos colonos. O cruzamento das fontes permitiu inferir que a ocupação esteve ligada à formação de unidades produtivas pecuaristas, possivelmente havendo uma articulação entre o estabelecimento dessas fazendas de gado e os circuitos comerciais das Capitanias do Norte. Portanto, esta pesquisa destaca a influência da economia pecuária na transformação do território, apontando caminhos para aprofundamentos futuros.

Palavras-chave: Capitania do Rio Grande. Ribeira do Apodi. Sesmarias. Pecuária.

TITLE: Territorial occupation of the Apodi river in the captaincy of Rio Grande (1730-1761)

Abstract

This work, developed at the Laboratory of Experimentation in Social History (LEHS-UFRN), is an ongoing study that aims to study the process of territorial occupation of the Apodi River during the second half of the 18th century. The research is based on the premise that the sesmarias system was the main policy for accessing land during the colonial period, enabling the socioeconomic development of the territory. Based on a qualitative and documentary methodology, 62 sesmarias charters, as well as the Tithe

and Goods Collection Deeds from 1779, are analyzed, seeking to identify the agents involved, their justifications for obtaining the land, and the locations of the properties. Preliminary results indicate that most sesmarias were requested for cattle ranching, with proximity to water resources being a determining factor in settler settlement. Cross-referencing sources allowed us to infer that the occupation was linked to the formation of livestock production units, possibly with a connection between the establishment of these cattle ranches and the commercial circuits of the Northern Captaincies. Therefore, this research highlights the influence of the livestock economy on the transformation of the territory, pointing to avenues for future exploration.

Keywords: Captaincy of Rio Grande. Apodi river. Land grants. Livestock.

Introdução

Este trabalho, desenvolvido no Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN), trata-se de uma pesquisa em andamento a qual objetiva estudar o processo de ocupação territorial da ribeira do Apodi durante a segunda metade do século XVIII.

A ribeira do Apodi, localizada no Oeste do sertão da capitania do Rio Grande, encontra-se no entorno do rio Apodi-Mossoró. As ribeiras são entendidas como uma divisão espacial administrativa, a qual “compreende um certo número de fazendas de criar gado e leva o nome do rio que a banha” (Rohan apud Faria, 1984, p. 43). No século XVIII, apresentaram-se como divisões administrativas relevantes, as quais organizavam o sistema fiscal e territorial da Coroa Portuguesa (Barbosa, 2017).

Antônio Carlos Robert Moraes (2003), em seu estudo “O sertão: um ‘outro’ geográfico”, enfatiza que, por muito tempo, o sertão foi visto como um lugar vazio, atrasado, oposto do “outro”, em que esse outro seria o litoral. O litoral tratava-se de um lugar já expandido e em desenvolvimento; enquanto que o sertão tratava-se de um “espaço a ser conquistado, lugar para expansão futura da economia e/ou domínio político” (p. 05). Moraes aponta para uma imprecisão do conceito de sertão, em que este não pode ser considerado um lugar específico, mas uma condição atribuída conforme o contexto histórico e os interesses vigentes.

Os colonizadores portugueses, imbuídos pela lógica de conquistar e ocupar esses espaços “vazios”, buscou adentrar nas regiões sertanejas, por serem abundantes em terras, a fim de ocupá-las com a doação de sesmarias e com o estabelecimento da atividade pecuarista, as quais serviriam para o sustento dos colonos que viviam nas terras, bem como para proporcionar lucros à Fazenda Real (Araújo, 2007).

Em contrapartida, Denise Mattos Monteiro (2007), na sua obra “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, ressalta que o sertão da capitania, ao contrário de ser um espaço vazio, era povoado pelos indígenas que faziam parte do grupo Tarairiu, onde viviam os povos Paiacus, Janduíis, Panatis, Pégas, Caicós, entre outros. Dessa maneira, o processo de entrada nos sertões da capitania do Rio Grande, ocorrido após a expulsão dos holandeses em 1654, ficou marcado por uma série de conflitos, conhecidos como “Guerras de Conquista”, em que os colonizadores portugueses objetivavam não apenas guerrear contra quem já estava nessas terras, mas também se fixar nelas, fazendo isso a partir da criação de gado, bem como do plantio de lavouras.

Alguns estudos historiográficos já foram produzidos a fim de entender esse processo de entrada e ocupação dos sertões, mais especificamente, do Assú, Apodi e Seridó, no

início do século XVIII, como os trabalhos de Muirakytan Kennedy de Macêdo (2021), Ana Cláudia de Souza (2007), Patrícia de Oliveira Dias (2015), Tyego Franklim da Silva (2015), entre outros. No entanto, necessita-se, ainda, de uma pesquisa mais aprofundada a respeito do processo de expansão da ribeira do Apodi no século XVIII, buscando compreendê-lo a partir de um carácter sócio-econômico, em que evidencie os sujeitos sociais que fizeram parte desse processo, suas motivações, bem como a importância dessas terras para o desenvolvimento econômico da região.

Portanto, esta pesquisa busca realizar uma análise qualitativa das cartas de sesmarias concedidas na região e dos Títulos de Cobranças dos Dízimos e Gêneros da Ribeira do Apodi, objetivando identificar quem foram os sujeitos sociais que fizeram parte dessa ocupação territorial, seus interesses e a localização das terras, a fim de evidenciar como a ocupação do território foi condicionada tanto por fatores geográficos quanto por interesses econômicos, ligados à lógica colonial de expansão e controle da terra.

Metodologia

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, de carácter documental, que envolve o método de análise de conteúdo (Gil, 2002), a fim de entender os fatores que contribuíram para o processo de ocupação territorial estudado.

As fontes primárias utilizadas neste momento do estudo são as cartas de sesmarias doadas na capitania do Rio Grande, especificamente na ribeira do Apodi, durante a segunda metade do século XVIII, que podem ser encontradas na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro), base de dados desenvolvida pelo Laboratório de Experimentação em História Social da UFRN (LEHS - UFRN), e no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN); e os “Títulos de Cobranças dos Dízimos e Gêneros da Ribeira do Apodi”, do ano de 1779, que também se encontram no IHGRN, os quais nos permitem realizar o cruzamento com os dados encontrados nas cartas de sesmarias.

O documento de sesmaria, produzido pelos representantes da Coroa portuguesa, tratava-se de um instrumento jurídico, no século XVIII, que correspondia à concessão de terra a um indivíduo, sob a condição de cultivo, configurando-se como uma tentativa da Coroa portuguesa de ordenar o uso produtivo da terra e de legitimar sua posse com base na ocupação efetiva e no trabalho. Nas cartas de sesmarias, podemos encontrar informações sobre os sujeitos que requeriam terras - os sesmeiros -, suas justificativas, localização e dimensão das terras, permitindo-nos inferir acerca dos indivíduos que povoaram as regiões do interior da capitania, suas intenções para com a Fazenda Real, além de nos oferecer a percepção de mudanças ocorridas ao longo do tempo no território (Alveal e Motta, 2005).

Os Títulos de Cobranças dos Dízimos e Gêneros da Ribeira do Apodi eram documentos produzidos pela Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, no século XVIII, que registravam os dízimos cobrados sobre a lavoura e a criação das fazendas (Santos Filho, 1956). A partir destes podemos inferir dados sobre os proprietários de fazendas de gado na região do Apodi, a identificação dos nomes das fazendas, entre outras informações, que ainda não são o foco desta pesquisa. Logo, esses documentos são valiosos para analisarmos a permanência dos sujeitos nas terras, assim como as suas agências na transformação do território por meio da economia pecuária.

Os dados explorados estão organizados em tabelas, para se ter uma melhor organização e compreensão das informações obtidas. Foram usados, também, recursos do Google

Earth na elaboração de mapas, a fim de gerar uma melhor compreensão das possíveis localizações das terras analisadas nos documentos.

Resultados e Discussões

A ribeira do Apodi, localizada na região Oeste da capitania do Rio Grande, encontra-se no entorno do rio Apodi-Mossoró (Figura 1). Baseando-se em orientações geográficas atuais para melhor compreensão de sua localização, compreende-se que este rio nasce na Serra das Queimadas, no atual município de Luís Gomes, passa próximo às cidades de Portalegre e Martins, atravessa os municípios de Pau dos Ferros, Apodi e Mossoró, segue para Areia Branca e deságua no oceano Atlântico. Trata-se de um rio de margens férteis, peixes e vastos carnaubais, o qual percorre, da nascente à sua foz, cerca de 300 quilômetros dentro do território do Rio Grande do Norte, próximo à linha limítrofe com o estado do Ceará (Lima, 1982).

A partir dos dados extraídos da análise preliminar de 62 cartas de sesmarias concedidas na ribeira do Apodi entre os anos de 1735 e 1761, observou-se a forte relação entre a presença de água e fixação dos colonos no território. Quando observadas as localizações das terras, em todos os documentos, era citada a existência de um rio, riacho ou olho d'água próximo a elas, fazendo com que estas fossem mais propícias para permanência dos indivíduos. Podemos utilizar como exemplo a sesmaria peticionada pelo capitão-mor Francisco da Silva Cardoso, em 08 de maio de 1738, em que este justificava o seguinte: [...] para criar os seus gados necessita de terras e porque as há devolutas nesta ribeira do Apodi quer haver 3 léguas de comprimento, pegando um olho d'água que fica no mangue da dita serra e deságua para o riacho dos Porcos, ficando-lhe de dentro o olho d'água do Gravatá e correndo para o riacho das Piranhas e riacho da Carnaúba, fazendo do comprimento, largura, e da largura, comprimento, para onde melhor lhe tiver conveniência por razão das águas correndo pela fralda da serra das Duas Cabeças e serra das Melancias (Moraes et al., 2023, p. 534-535).

Nesse sentido, Ana Cláudia de Souza (2007), em sua monografia “O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII”, aborda sobre a ocupação da ribeira do Apodi no século XVIII, dando-nos um norte sobre a importância da água na fixação dos colonos na ribeira do Apodi e a sua influência na disposição espacial dos primeiros núcleos de colonização do sertão. A autora afirma que o valor dessas terras ocorria pela presença do rio Apodi e de seus afluentes, fazendo com que as pessoas se fixassem às suas margens. Cabe destacar, também, a importância que a autora focaliza a lagoa do Apodi, que, devido a sua grande extensão e alta piscosidade, constituía uma fonte rica de produtos naturais, oferecendo recursos importantes para a alimentação do gado e da população.

Por sua vez, Patrícia de Oliveira Dias (2015), em sua dissertação denominada “Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725)”, destaca que a penetração nas regiões interioranas da capitania do Rio Grande ocorria de acordo com as ribeiras dos principais rios, já que suas margens ofereciam maior abundância de recursos naturais que serviam para a produção necessária do povo das fazendas de gado. Desse modo, depreende-se que os rios representaram-se como guias fundamentais para esse processo de interiorização e à consequente estruturação dos primeiros povoados.

Segundo Alveal e Motta (2005), no período colonial, o sistema sesmarial foi a principal política de acesso à terra, de forma que a doação de sesmaria era um instrumento de

povoamento e de ocupação de terras que permitiu o avanço e a conquista das áreas sertanejas. A partir da análise das justificativas presentes nas cartas de sesmarias (Tabela 1), as terras peticionadas pelos sesmeiros, em sua maioria, eram para ser utilizadas para criação de gado e poucas delas eram voltadas para o plantio de lavouras. Do total de 62 cartas de sesmaria analisadas, 71% delas, equivalente a 44 petições, foram peticionadas para criar gado vacum/cavalar. Já que 6,5%, correspondente a 4 petições, eram justificadas para o plantio de lavouras. Em 4 cartas (6,5%), foram mencionadas as necessidades tanto de criar gado como de plantar lavouras. Em outras 3 cartas (4,8%), as justificativas também tinham relação com a criação de gado e plantio de lavouras. No entanto, dentre elas, destaca-se a petição realizada por Caetano de Barros Bezerra, o qual requeria terras para plantar lavouras, enfatizando a assistência de seus escravizados, como pode ser visto neste trecho da carta: Senhor capitão-mor e governador, diz Caetano de Barros Bezerra, [...] que ele suplicante descobriu à custa de seu trabalho e fazenda, um sítio que estava oculto e devoluto em cima da serra chamada Bom Sucesso, [...] e para poder melhor viver pelas mesmas obrigações que tem, lhe é merecido plantar lavouras para sustentação destas e mais terras, e pode fazer por ter capacidade para criar e plantar, por ter o suplicante a povoado e convocados de plantar e a atual assistência de seus escravos (Moraes et al., 2023, p. 886-887). A petição de Caetano retrata a existência de unidades produtivas na região da ribeira do Apodi, as quais utilizavam a mão de obra escravizada. Esta situação gera uma série de questionamentos, levando-nos a refletir por que essas unidades produtivas, correspondentes às fazendas de criação de gado, foram constituídas nesta região? Qual a influência dessas unidades produtivas no processo de transformação e desenvolvimento do território? Quais as motivações dos colonos para/com o usufruto da terra? Quem eram os sujeitos escravizados - eram indígenas, africanos...? Todos esses questionamentos são importantes para pensarmos como o desenvolvimento da região da ribeira do Apodi, na segunda metade do século XVIII, foi assegurado pela economia pecuária, e, conseqüentemente, pelo trabalho forçado de diversos indivíduos. Como esta pesquisa ainda tem mais perguntas do que respostas para oferecer, é importante apoiarmo-nos nas considerações de Muirakytan Kennedy de Macêdo (2021), por meio da obra intitulada “Rústicos Cabedais: Patrimônio e Cotidiano Familiar nos Sertões da Pecuária (Seridó - Século XVIII)”, fruto da sua tese de doutorado. Macêdo realizou uma pesquisa multifacetada acerca das unidades produtivas da pecuária no Seridó setecentista. O autor aborda como a pecuária mostrou-se como um determinante para a ocupação dos sertões da capitania do Rio Grande, uma vez que a maior parte das sesmarias eram peticionadas com a justificativa da necessidade de terras para a criação de gado. Para Macêdo, o estabelecimento de fazendas de criação de gado gerou um reordenamento demográfico do território devido à ascensão do mercado interno com a comercialização dos produtos advindos da pecuária, como o couro e a carne seca. Damião Esdras Arraes (2012), em sua dissertação “Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX”, argumenta que a ribeira do Apodi destacava-se por estar próxima às estradas que serviam como uma rede de comércio e comunicação, ligando-a às outras Capitânicas do Norte, em especial, à Bahia e a Pernambuco, as quais representavam os principais pólos comerciais das Capitânicas do Norte no século XVIII, de forma que a proximidade com essas rotas comerciais influenciou no desenvolvimento econômico e ocupação da região. Nesse sentido, as fontes dos Títulos de Cobranças dos Dízimos e Gêneros da Ribeira do Apodi, que até então foram analisadas somente as do ano de 1779, auxiliam-nos a perceber a permanência dos sujeitos na região do Apodi, a partir do aproveitamento das

terras realizadas por esses indivíduos, que pode ser analisado por meio dos dízimos cobrados sobre a lavoura e a criação. Em um primeiro momento, as informações dessas fontes estão sendo utilizadas para cruzá-las com as das cartas de sesmarias analisadas, a fim de compreender se as terras peticionadas em sesmarias possuem alguma correlação com as fazendas citadas nos títulos de cobranças dos dízimos. Desse modo, foi elaborado um quadro (Quadro 1), que dispõe sobre a identificação dos sesmeiros e as localizações das terras, extraídos das cartas de sesmarias, e as possíveis fazendas localizadas nas correspondências dessas terras, assim como a identificação dos seus responsáveis, os quais foram retirados dos títulos de cobranças dos dízimos. Conforme os dados expostos no Quadro 1, destaca-se o caso de Constantino Vaz Salgado, cujo requereu terras, em 1778, na ribeira do Apodi, mais precisamente no Olho d'Água da Pedra, alegando que necessitava de mais terras na sua fazenda para acomodar seus gados (Moraes et al., 2023, p. 1031-1032). Ao analisar os títulos de cobranças dos dízimos de 1779, é mencionada a cobrança de dízimos nas fazendas de Constantino, sendo estas a Fazenda dos Três Irmãos, Fazenda do Boqueirão de Baixo e Fazenda do Apanha-Peixe de Dentro (IHGRN, Fundo da Provedoria da Fazenda Real, Receitas e Despesas, 1779).

Este caso interessa-nos, pois Constantino é filho de José Vaz Salgado, um militar-mercador dos mais influentes da praça do Recife na segunda metade do século XVIII. José Vaz Salgado possuía uma diversidade de bens, dentre eles, fazendas de criação de gado na ribeira do Apodi, as quais ficaram de herança para dois de seus filhos, Constantino Vaz Salgado e Joaquim José Vaz Salgado. Essas propriedades representavam o interesse de extensão do patrimônio do mercador a partir do envolvimento na economia pecuária, que se entendia pela posse de diversas extensões de terras, cabeças de gado, escravizados e pelo comércio de produtos manufaturados derivados da pecuária (Souza, 2020; Marques, 2007). Desse modo, a localização da ribeira do Apodi, por estar próxima às rotas comerciais ligadas às outras Capitanias do Norte, assim como estando próxima ao Oceano Atlântico, possivelmente foi um ponto de influência para o estabelecimento das unidades produtivas de mercadores tão influentes como José Vaz Salgado.

Conclusão

A partir dos dados preliminares desta pesquisa foi possível observar que o processo de ocupação da ribeira do Apodi, na segunda metade do século XVIII, esteve profundamente vinculado à lógica da expansão territorial da Coroa Portuguesa, com destaque para a concessão de sesmarias destinadas, majoritariamente, à criação de gado. A análise das cartas de sesmaria demonstra que fatores geográficos, especialmente a proximidade com fontes hídricas, foram determinantes para a fixação dos colonos. O cruzamento dessas informações com os Títulos de Cobranças dos Dízimos revela a consolidação de unidades produtivas voltadas à pecuária, estruturadas com base na posse da terra, no aproveitamento dos recursos naturais e no uso da mão de obra escravizada. Além disso, identifica-se a possível articulação dessas fazendas com redes comerciais regionais e inter-regionais, que pode evidenciar a inserção da ribeira do Apodi em circuitos econômicos mais amplos.

Ao longo da pesquisa, o objetivo de georreferenciar as terras peticionadas foi deixado em segundo plano, para dar espaço aos novos questionamentos que surgiram. No

entanto, este é um ponto que poderá ser desenvolvido posteriormente, para uma melhor compreensão do objeto estudado.

Portanto, os próximos passos deste estudo tendem ao aprofundamento das questões que surgiram neste momento, buscando compreender, de modo geral, as dinâmicas econômicas que moldaram essa porção do sertão potiguar no período colonial.

Referências

Fontes primárias:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Translado das Receitas de Gêneros e Dízimos da Ribeira do Apodi. Fundo da Provedoria da Fazenda Real, Receitas e Despesas, Natal, 1779. MORAIS, Ana Lunara da Silva; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; PEREIRA, Elenize Trindade; MACHADO, Marina Monteiro; DIAS, Thiago Alves (org.). Coleção Sesmarias do Brasil: capitania do rio grande (do norte) 1600-1831. Porto: Cravo, 2023. 1570 p. Disponível em: <https://lehs.ufrn.br/docs/livros/sesmariasRN.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Bibliografia: ALVEAL, Carmen e MOTTA, Marcia. “Sesmarias”. In: MOTTA, Marcia (org). Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. ARAÚJO, Soraya Geronazzo. O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colonial do Brasil: séculos XVII e XVIII. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2007. ARRAES, Damião Esdras Araújo. Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. 2012. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.16.2012.tde-31052012-113850.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723). 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. FARIA, Oswaldo Lamartine de. Ferro e ribeiras do Rio Grande do Norte. Coleção Mossoroense, volume CCXLI, série C, 1984. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 4. ed., 2002. LIMA, Nestor dos Santos. Três estudos mossoroenses. Co-edição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e da Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense, volume CXC, 1982. p. 22-23. MACÊDO, Muirakytan K. de. Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano nos sertões da pecuária (Seridó – século XVIII). Natal: Sol Negro Edições, 2021.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII. Textos de História, vol. 15, nº 1/2, Brasília, 2007, p. 254. MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à história do Rio Grande do Norte. 3. ed. Natal: Editora da UFRN, 2007. MORAES, Antônio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. São Paulo: Terra Brasilis (Nova Série), Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 4-5, 2003.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos

da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. Ed. Nacional, Brasileira, v. 9, 477 p., 1956. SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial (1680-1720). 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. SOUZA, Ana Cláudia Bezerra de. O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII. 2007. Monografia (Graduação em História) UFRN, Natal. SOUZA, George F. Cabral de. Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654-c.1759). Recife: Ed. UFPE, 2. ed. rev. e ampl., 2020.

Anexos



Figura 1 - Dimensão aproximada das ribeiras do Rio Grande (1774).



Tabela 1 - Justificativas encontradas nas cartas de sesmarias analisadas.



Quadro 1 - Terras peticionadas nas cartas de sesmarias e unidades produtivas existentes nas possíveis correspondências dessas terras.



Quadro 1 - Terras peticionadas nas cartas de sesmarias e unidades produtivas existentes nas possíveis correspondências dessas terras.

CÓDIGO: HS0591

AUTOR: RUTE MARIA DOS SANTOS SILVA

ORIENTADOR: EUGENIA MARIA DANTAS

TÍTULO: Paisagens do Abandono: Dinâmicas Urbanas dos Espaços Vazios no Alecrim

Resumo

Este relatório aborda os espaços vazios e as paisagens do abandono no bairro do Alecrim, localizado na Zona Leste de Natal, capital do Rio Grande do Norte. A pesquisa privilegiou compreender a dinâmica urbana considerando a existência de formas espaciais “abandonadas” interferindo na composição das suas paisagens. O trabalho de campo, a revisão bibliográfica, os registros fotográficos e a elaboração cartográfica foram utilizados como estratégias metodológicas, dentro de um método descritivo. A partir do material coletado foram descritas as situações geográficas de acordo com a divisão do bairro em 4 zonas (essa divisão já realizada em pesquisa anterior) e as interações entre as áreas comerciais e residenciais, evidenciando diferenças e padrões de ocupação e desuso. Observou-se que os espaços abandonados contribuem para a formação das chamadas “paisagens do medo”, reforçando percepções de insegurança e exclusão social. O estudo evidencia as complexidades e desafios enfrentados pelo Alecrim em sua configuração urbana.

Palavras-chave: Bairro. Alecrim. Paisagens do medo. Espaços vazios

TITLE: Landscapes of Abandonment: Urban Dynamics of Vacant Spaces in Alecrim

Abstract

This report addresses the empty spaces and landscapes of abandonment in the Alecrim neighborhood, located in the East Zone of Natal, the capital of Rio Grande do Norte. The research focused on understanding urban dynamics by considering the existence of “abandoned” spatial forms that interfere with the composition of its landscapes. Fieldwork, literature review, photographic records, and cartographic development were used as methodological strategies within a descriptive approach. Based on the collected material, geographic situations were described according to the division of the neighborhood into four zones (this division was previously done in an earlier study) and

the interactions between commercial and residential areas, highlighting differences and patterns of occupation and disuse. It was observed that abandoned spaces contribute to the formation of so-called "landscapes of fear," reinforcing perceptions of insecurity and social exclusion. The study highlights the complexities and challenges faced by Alecrim in its urban configuration.

Keywords: Neighborhood. Alecrim. Landscapes of fear. Vacant spaces

Introdução

A presente pesquisa sobre os espaços vazios e a paisagem do abandono no bairro do Alecrim, localizado na Zona Leste de Natal, capital do Rio Grande do Norte, visava compreender a dinâmica urbana considerando a existência de formas espaciais “abandonadas” interferindo na composição das suas paisagens. A investigação é uma continuidade da que foi realizada por Michelly Tavares da Silva Lima, (também em nível de Iniciação Científica), intitulada "Território e Afetos: a Complexidade da Paisagem Urbana". Lima (2024) teve como objetivo compreender a paisagem citadina do referido bairro por meio de práticas espaciais formativas. Sua investigação se baseou em três momentos metodológicos: pesquisa empírica, revisão bibliográfica e levantamento documental, permitindo uma descrição detalhada da configuração territorial do bairro e das transformações que ocorreram ao longo do tempo.

Alguns aspectos significativos da pesquisa de Lima incluem a análise detalhada dos equipamentos urbanos que desempenham um papel fundamental na configuração da paisagem do Alecrim. A identificação de elementos como a grande diversidade de pontos de ônibus, mercados públicos, praças, escolas, igrejas não apenas revela a infraestrutura que sustenta a vida cotidiana no bairro, mas também reflete a complexa dinâmica social e econômica dessa Zona. Essa dinâmica evidencia um bairro em constante fluxo, que serve como ponto de entrada e saída de pessoas, mercadorias e serviços, resultando em um cenário sempre modificado e em movimento.

O Mapa 1, mostra a localização estratégica do bairro, considerando suas vizinhanças na malha urbana de Natal. Com uma área de 309,37 hectares e uma população estimada em 28.705 habitantes (SEMURB, 2010), o Alecrim representa 3,57% da população total da cidade na época. Essa densidade populacional, combinada com a diversidade de serviços e comércios presentes na região, evidencia o Alecrim como um microcosmo da vida urbana, onde as interações sociais e as práticas econômicas se entrelaçam, contribuindo para a vitalidade e a identidade do bairro.

Mapa 1: Localização do Bairro Alecrim

Elaboração: Michelly Tavares da Silva Lima, 2024.

Esta pesquisa, que apresentamos em forma de relatório, amplia o que foi desenvolvido

anteriormente ao adentrar no “chão do bairro” para descrever como ele abriga formas em desuso e como elas interferem na configuração da paisagem. A identificação das formas espaciais são importantes para analisar como a paisagem do abandono impacta as diferentes camadas espaciais que constituem o bairro. Focaremos nas dinâmicas espaciais e na reconfiguração do espaço urbano, explorando a relação entre os espaços vazios e a "paisagem do medo", que emergiu como uma percepção relevante durante a pesquisa, evidenciando como essas dinâmicas sociais afetam e são afetadas por essas reconfigurações no bairro.

Metodologia

Iniciamos a pesquisa com um trabalho de campo explorando as ruas do bairro. O mapa do bairro elaborado na pesquisa anterior (Mapa 2), serviu de guia, para as idas ao bairro tornarem a caminhada mais precisa. Como uma estratégia do método descritivo focado na observação, o mapa é um recurso para os processos de identificação das dinâmicas que ocorrem tanto nas áreas comerciais quanto residenciais do Bairro Alecrim, e as diferenças existentes entre elas. Verificamos que o bairro contém um maior fluxo de pessoas, de transportes, de concentração de serviços e de comércios em determinados recortes espaciais, sendo esses tipos de fluxos mais discretos em outros. Essa primeira etapa teve como objetivo identificar os elementos que compõem a paisagem e favorecem a existência de dinâmicas que acontecem e influenciam a vida cotidiana do bairro e suas funções.

Mapa 2: Zonas do Bairro Alecrim

Elaboração: Michelly Tavares da Silva Lima, 2024.

Os campos foram realizados entre as 9h às 16h Isso porque, a função comercial que do Bairro assume torna a paisagem um elemento indutor para a sua exploração. A existência de movimentação nesse intervalo de tempo é um fato que assegura ao pesquisador uma exploração mais segura; as caminhadas no bairro fora desse intervalo, expõe o sujeito a insegurança e ao medo, tendo em vista que a movimentação na paisagem se configura inercial ou um “quase” deserto. Além disso, a partir dessa interação entre tempo e espaço, e da informação cedida por conhecedores do bairro, identificamos uma área considerada de risco, devido a presença de grupos organizados e voltados para práticas ilícitas, e excluídos do trabalho de campo, uma vez que seria inviável fazer registros fotográficos nessa região por questões de segurança.

Em paralelo, iniciamos as pesquisas bibliográficas, explorando temas como urbanização, espaço urbano e paisagens, medo e insegurança, além de outras leituras que complementam a compreensão das dinâmicas espaciais no bairro, incluindo o entendimento das ações antrópicas.

Após a definição das zonas, realizamos um novo trabalho de campo em cada uma delas. Durante essas visitas/caminhadas, foram feitos registros fotográficos e um

aprofundamento nas dinâmicas das ruas onde passamos. Todas as observações e avanços da pesquisa foram documentados em um diário de campo, que registrou os acontecimentos e a evolução da pesquisa.

Para essa etapa da pesquisa, re-elaboramos o mapa para explorá-lo pelas ruas. Essa exploração é o que se apresenta como detalhamento descritivo desta pesquisa, que passa a ser narrada na sequência deste relatório.

Resultados e Discussões

Em cada zona, percorri trajetos de diferentes extensões, variando entre áreas maiores e menores, com o objetivo de explorar tanto a parte comercial quanto a residencial das rotas. As visitas foram realizadas durante a tarde e a manhã, mas nunca antes das 9h nem depois das 16h. O bairro do Alecrim é conhecido por seu comércio e por ocupar uma centralidade para organização do espaço de Natal. A concentração de atividades diversas com capacidade de atrair pessoas das mais diversas áreas da cidade apresenta a sua paisagem dotada de uma grande concentração de lojas, camelódromo e alguns serviços que operam durante o horário comercial. Esse período é marcado pelo maior fluxo de pessoas, uma vez que, fora desses horários, o bairro apresenta um movimento reduzido, de “quase” deserto. A semelhança da noção apresentada por Lobato Corrêa (1989), quando caracteriza as áreas centrais, podemos dizer que o Alecrim, está tecido urbano de Natal entre uma área central e uma posição de centralidade, com concentração diurna de atividades, especialmente durante as horas de trabalho da população, e do deslocamento de pedestres, o que a torna um campo de exploração limitada para o uso noturno. À noite, por não constituir uma área residencial significativa, o bairro se apresenta deserto. Assim, exploramos o bairro, com esse recorte e fizemos um roteiro que foi seguido para adentrar ao “chão” do bairro.

Mapa 3: Trajeto Percorrido no Bairro Alecrim

Elaboração: Rute Maria dos Santos Silva, 2025.

Zona 1: Uma análise detalhada das características e especificidades dessa área.

Mapa 4: Bairro Alecrim Zona 1

Elaboração: Rute Maria dos Santos Silva, 2025.

A Zona 1 foi a primeira área percorrida durante o trajeto, onde passei por algumas ruas, como Sílvio Pelico, Ary Parreiras, Amaro Barreto e a Avenida Presidente Bandeira. Não percorri toda a extensão dessas ruas, mas, como a rota na Zona 1 foi relativamente curta, como pode ser observado no Mapa 4, consegui focar bem em cada especificidade de cada uma delas.

Iniciei pela Rua Amaro Barreto, que é bastante comercial. Pude notar que na parte comercial, cada rua possui um foco específico de vendas. Na Amaro Barreto, predominam lojas de móveis, eletrodomésticos e óticas. É interessante observar que até em ruas residenciais da Zona 1 havia a presença de óticas, e a maioria dos espaços abandonados eram lojas. Como na Imagem 1, podemos observar uma loja que era uma loja de cosméticos, mas tem um aviso informando a mudança de local, ou na Imagem 2, que tem uma fachada de academia, mas é uma loja de móveis, além de prédios antigos abandonados, como na Imagem 3, que não seguiam esse padrão. Isso leva à reflexão de que, quando as lojas não se alinham com o foco da rua, tendem a fechar.

Imagem 1: Loja de cosméticos fechada, com aviso de mudança de local.

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 2: Loja com fachada de academia, mas que na verdade é uma loja de móveis.

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 3: Prédio antigo abandonado

Fonte: Arquivo Pessoal

A Rua Silvio Pelico abriga a Policlínica presente na Imagem 4 e a Base Naval na Imagem 5, sendo uma área tranquila e predominantemente residencial com alguns imóveis em desuso como mostrado na imagem 6.

Imagem 4: Policlínica localizada na Rua Silvio Pelico.

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 5: Base naval

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 6: Imóvel em desuso na Rua Silvio Pelico

Fonte: Arquivo Pessoal

A Rua Ary Parreiras também apresenta a presença da base naval, além de algumas casas e estabelecimentos que atendem à demanda dessa comunidade. Finalizei o percurso em um pequeno trecho da Avenida Presidente Bandeira, onde se encontra a Praça do Relógio presente na Imagem 7, um ponto bastante conhecido no bairro Alecrim. Nessa área, há a presença de bancos, restaurantes e estabelecimentos que oferecem empréstimos aos funcionários da base naval, além de lojas de roupas voltadas para esse público e outras lojas diversificadas.

Imagem 7: Praça do Relógio

Fonte: Arquivo Pessoal

Nesta zona, o trajeto foi mais curto, em parte devido à presença de áreas sob controle de grupos organizados.

Zona 2: Uma análise detalhada das características e especificidades dessa área.

Mapa 5: Bairro Alecrim Zona 2

Elaboração: Rute Maria dos Santos Silva, 2025.

Na Zona 2, fiz um trajeto mais longo que me levou para fora dos limites do bairro, como é possível observar na rota do Mapa 3. Comecei próximo à Policlínica e segui pela Rua Fonseca da Silva, explorando-a em direção ao Cemitério do Alecrim. A construção do Cemitério do Alecrim, ilustrada na Imagem 8, inaugurado em 24 de novembro de 1856, foi motivada pela necessidade de resolver problemas sanitários causados pela prática tradicional de sepultar os mortos dentro ou ao redor das igrejas, como era comum na época. Essa prática, além de gerar mau cheiro e possíveis contágios durante surtos de doenças como varíola, febre amarela e cólera, ficou insustentável com o crescimento da cidade e as condições precárias. A localização do cemitério, mais afastada do centro de Natal, buscava resolver esses problemas. No entanto, sua proximidade com a igreja mantém o fluxo religioso das pessoas que visitam tanto o cemitério quanto o templo, reforçando a ligação entre os dois espaços (CASCUDO, 2010; NATAL DAS ANTIGAS, 2023). Depois de visitar o cemitério, fui até a Paróquia de São Pedro Apóstolo, representada na Imagem 9.

Imagem 8: Cemitério do Alecrim

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 9: Paróquia de São Pedro Apóstolo

Fonte: Arquivo Pessoal

Seguindo o percurso, passei pela Avenida Coronel, uma via que se destaca pela grande variedade de comércio, com produtos de diferentes tipos. Depois, cheguei à Rua Presidente Quaresma, conhecida como a Rua da Feira. Como não fui em um sábado, dia em que acontece o evento tradicional, percebi que o comércio na rua é variado, com produtos naturais, embalagens para refeições e lojas de alimentos, mostrando o foco na área alimentar.

Continuei pela Avenida Alexandrino de Alencar e por ruas como Manoel Juvêncio, entre outras. Observando a parte residencial da Zona 2, percebi que os espaços vazios ou abandonados são, em sua maioria, postos de comércio conforme representado na imagem 10. Já nas ruas menos voltadas ao comércio e nas grandes avenidas movimentadas, há uma diversidade maior, sem tantos espaços desocupados, o que revela um padrão interessante na organização entre comércio e moradia na região.

Imagem 10: Ponto comercial desativado em área residencial

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 11: Ponto comercial em desuso

Fonte: Arquivo Pessoal

Zona 3: Uma análise detalhada das características e especificidades dessa área.

Mapa 6: Bairro Alecrim Zona 3

Elaboração: Rute Maria dos Santos Silva, 2025.

Na Zona 3, o percurso começou na Praça do Relógio, seguindo na direção contrária à Zona 1, ainda pela Rua Amaro Barreto. Essa área comercial apresenta uma grande diversidade de estabelecimentos, incluindo lojas de produtos alimentícios, autopeças, itens para casa, consultórios odontológicos, academias e outros serviços.

Na Rua Dr. Mário, é possível encontrar uma mistura de comércio, como lojas de autopeças, artigos para casa e estabelecimentos alimentícios. Já na Rua Presidente José Bento, predominam lojas de autopeças. Continuando pela Rua Manoel Miranda e pela Rua Léonel Leite, há uma variedade de comércios, incluindo eletrotécnica, som automotivo e mais lojas de autopeças.

A parte da Avenida Coronel localizada na Zona 3 destaca-se pelo alojamento da Marinha e pelas lojas de tecidos. Por fim, na Rua Presidente Sarmento, a área é predominantemente residencial.

Por ser uma zona bastante comercial, com seus nichos bem definidos, há também lojas que não seguem o mesmo foco das ruas mais ativas, estando atualmente em desuso, conforme mostrado nas imagens 12, 13, 14 e 15.

Imagem 12: Ponto comercial em desuso

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 13: Ponto comercial em desuso

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 14: Ponto comercial em desuso

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 15: Pontos comerciais em desuso

Fonte: Arquivo Pessoal

Além disso, há pontos que mudaram de localização, como exemplificado na imagem 16, onde um restaurante que estava situado em uma rua com foco em autopeças deixou um aviso informando que mudou para outro endereço.

Imagem 16: Restaurante que mudou de endereço

Fonte: Arquivo Pessoal

Zona 4: Uma análise detalhada das características e especificidades dessa área.

Mapa 7: Bairro Alecrim Zona 4

Elaboração: Rute Maria dos Santos Silva, 2025.

Na Zona 4, a rota começou na Avenida Presidente Bandeira, onde inicialmente observei que o comércio era focado em produtos relacionados a refrigeradores e consertos de eletroeletrônicos. Porém, ao longo da avenida, o comércio foi se diversificando, incluindo supermercados, frigoríficos, lojas de roupas e outras variedades. Essa foi a parte comercial da rota.

Depois, segui pela Rua dos Pajeús em direção à Praça da Vila Naval, conforme mostrado na Imagem 17. Em seguida, percorri um breve trecho da Rua José Bento, passando pela Rua dos Caicós e pela Rua Presidente Sarmento, onde entrei no Mercado Público Antonio Carneiro, ilustrado na Figura 18. De lá, segui pela Avenida Nevaldo Rocha, depois pela Rua Jaguari, retornando a outro ponto da Avenida Presidente José Bento, até a Travessa Presidente Bandeira, finalizando no ponto de partida, na Avenida Presidente Bandeira.

Imagem 17: Praça da Vila Naval

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 18: Interior do Mercado Público Antonio Carneiro

Fonte: Arquivo Pessoal

Durante essa rota, percebi novamente que a maioria dos pontos vazios em ruas residenciais eram comerciais, como mostrado nas Imagens 19, 20 e 21.

Imagem 19: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 20: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 21: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial

Fonte: Arquivo Pessoal

Também pude observar algumas casas à venda e terrenos vazios, registrados nas Imagens 22, 23 e 24. Na Avenida Presidente Bandeira, que é uma avenida bastante comercial,

encontrei alguns prédios abandonados, presente na Imagem 25, além de prédios comerciais vazios disponíveis para venda ou aluguel, como mostrado na Imagem 26.

Imagem 22: Casa a Venda

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 23: Casa para Aluguel

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 24: Terreno Vazio

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 25: Prédio em Situação Precária Abandonado

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 26: Prédio Comercial para Aluguel

Fonte: Arquivo Pessoal

O bairro do Alecrim apresenta dinâmicas urbanas que refletem uma complexa interação entre usos, fluxos e percepções culturais. Segundo Ferrara (1988, p. 3), a percepção urbana é uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade apoiada, de um lado, no uso urbano e, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão, da rua, entendidos como fragmentos habituais da cidade. Usos e hábitos, reunidos, criam uma imagem perceptiva que se sobrepõe ao projeto urbano e constitui o elemento de manifestação concreta do espaço. No caso do Alecrim, essa percepção é moldada por sua intensa atividade comercial, que determina os horários de maior fluxo e uso do bairro, criando uma relação direta entre os hábitos cotidianos e a configuração espacial.

O transporte público desempenha um papel crucial na dinâmica urbana do bairro, influenciando diretamente os horários e os fluxos de pessoas que acessam seu comércio. Essa relação evidencia como os ritmos da cidade estão cada vez mais condicionados pelos sistemas de mobilidade urbana. Nesse sentido, Carlos (2001, p. 62) aponta que o ritmo da rua passa a ser determinado, cada vez mais, pelos ritmos do meio de transportes. No contexto do Alecrim, essa dependência reforça sua centralidade como um polo comercial durante o dia, mas também expõe suas fragilidades em horários fora do período comercial, quando o fluxo de pessoas diminui, deixando o bairro deserto e vulnerável à insegurança.

A ausência de atividades culturais que poderiam revitalizar o bairro em horários menos movimentados, somada à falta de assistência efetiva do estado, contribui para a perpetuação das chamadas "paisagens do medo". Segundo Tuan (2005), o medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. 'Paisagem', como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. 'Paisagens do medo' diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real. Em outras

palavras, as paisagens do medo são manifestações das forças do caos, sejam naturais ou humanas, que impactam tanto o ambiente físico quanto às percepções mentais, refletindo a insegurança e a desordem. No Alecrim, essas paisagens são reforçadas pela desvalorização do espaço urbano e pela ausência de ações que promovam a integração social e o fortalecimento das relações comunitárias. A falta de suporte social adequado abre espaço para a expansão de grupos organizados que passam a controlar áreas vulneráveis, agravando ainda mais a insegurança e intensificando o sentimento de medo entre os moradores e frequentadores do bairro. Esses grupos se aproveitam dessa fragilidade para consolidar seu domínio, criando uma dinâmica de violência que afeta diretamente o cotidiano.

Esse processo de desvalorização é parte de uma dinâmica mais ampla que ocorre nos centros urbanos contemporâneos, onde há um constante conflito entre interesses coletivos e privados. Silva (2022) observa que o processo de expansão urbana irregular, característico dos países do Sul, reflete desigualdades socioespaciais que respaldam movimentos de expansão regidos por recursos violentos, aumentando o medo do crime e a sensação de insegurança. Alves (2015) também aponta que há nos centros urbanos contemporâneos um processo de valorização/desvalorização/revalorização dos espaços que colocam em conflito permanente os interesses coletivos versus os interesses privados. A desvalorização do bairro reflete não apenas a falta de investimentos voltados para o fortalecimento social, mas também a ausência de políticas que promovam uma requalificação do Alecrim em termos de inclusão e integração comunitária.

Conclusão

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que o bairro do Alecrim possui uma dinâmica urbana que se reorganiza constantemente em resposta às suas demandas sociais, econômicas e culturais. Essa característica reflete o papel do bairro como um espaço vivo e adaptável, onde os usos e sentidos das formas espaciais são redefinidos pelas práticas cotidianas de seus moradores, comerciantes e frequentadores.

O estudo mostrou que áreas de maior movimento, como as zonas comerciais, são organizadas para atender às necessidades de serviços e produtos, enquanto os espaços vazios ou abandonados revelam os desafios de desvalorização e exclusão que também fazem parte da realidade do bairro. Essa reorganização contínua demonstra como o Alecrim se ajusta às transformações que impactam sua configuração espacial e social.

A presença de equipamentos urbanos e serviços influencia diretamente os fluxos e sentidos do bairro, reforçando sua importância dentro da cidade de Natal. No entanto, a ausência de políticas públicas voltadas para revitalizar os espaços abandonados limita o potencial de reorganização do Alecrim, perpetuando desigualdades e contribuindo para a formação das chamadas "paisagens do medo".

Por isso, o Alecrim representa uma síntese das complexidades urbanas, sendo ao mesmo tempo um espaço de desafios e possibilidades, que reflete a interação entre suas demandas e sua capacidade de adaptação às transformações da cidade.

Referências

ALVES, Glória da Anunciação. Transformações e resistências nos centros urbanos. Crise urbana. Tradução. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

LIMA, Michelly Tavares da Silva. Território e afetos: a complexidade da paisagem urbana. Relatório de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2024.

NATAL DAS ANTIGAS. O Cemitério do Alecrim – Parte 1. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/o-cemiterio-do-alecrim-parte-1>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB/NATAL. Conheça Melhor seu Bairro - Alecrim. Natal, 2012. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br>.

SILVA, Emilly Domingos da. Violência e medo do crime: tipologias territoriais no bairro de Cidade Nova, Natal - RN. 2021. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Bacharelado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Anexos



Imagem 1: Loja de cosméticos fechada, com aviso de mudança de local.



Imagem 2: Loja com fachada de academia, mas que na verdade é uma loja de móveis.



Imagem 3: Prédio antigo abandonado



Imagem 4: Policlínica localizada na Rua Silvio Pelico.



Imagem 5: Base naval



Imagem 6: Imóvel em desuso na Rua Silvio Pelico



Imagem 7: Praça do Relógio



Imagem 8: Cemitério do Alecrim



Imagem 9: Paróquia de São Pedro Apóstolo



Imagem 10: Ponto comercial desativado em área residencial



Imagem 11: Ponto comercial em desuso



Imagem 12: Ponto comercial em desuso



Imagem 13: Ponto comercial em desuso



Imagem 14: Ponto comercial em desuso



Imagem 15: Pontos comerciais em desuso



Imagem 16: Restaurante que mudou de endereço



Imagem 17: Praça da Vila Naval



Imagem 18: Interior do Mercado Publico Antonio Carneiro



Imagem 19: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial



Imagem 20: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial



Imagem 21: Ponto Comercial em Desuso em Área Residencial



Imagem 22: Casa a Venda



Imagem 23: Casa para Aluguel



Imagem 24: Terreno Vazio



Imagem 25: Prédio em Situação Precária Abandonado



Imagem 26: Prédio Comercial para Aluguel



Mapa 1: Localização do Bairro Alecrim



Mapa 2: Zonas do Bairro Alecrim



Mapa 3: Trajeto Percorrido no Bairro Alecrim



Mapa 7: Bairro Alecrim Zona 4



Mapa 5: Bairro Alecrim Zona 2



Mapa 6: Bairro Alecrim Zona 3



Mapa 4: Bairro Alecrim Zona 1

CÓDIGO: HS0600

AUTOR: JULIA THAYNARA SILVA DE SOUZA

ORIENTADOR: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TÍTULO: Distribuição Espacial dos Registros de Softwares de Inteligência Artificial no Nordeste do Brasil: Contribuições para o Desenvolvimento de Cidades Inteligentes

Resumo

Este trabalho investiga o cenário dos registros de programas de computador em Inteligência Artificial no Nordeste brasileiro, enfatizando a relevância da inovação tecnológica para o desenvolvimento regional e nacional. O estudo identifica os três estados nordestinos com maior número de registros de softwares em IA e examina o impacto das Instituições de Ensino Superior (IES) nessa trajetória, demonstrando sua contribuição para a dinâmica territorial e as mudanças em escala local. Adicionalmente, o trabalho busca relacionar o desenvolvimento de cidades inteligentes na região com os crescentes registros de programas de computadores em IA, demonstrando a classificação dos softwares registrados nos estados da região nordestina, conforme suas áreas de aplicação.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes. IA. IES. Região Nordeste. Softwares.

TITLE: Spatial Distribution of Artificial Intelligence Software Registrations in Northeast Brazil: Contributions to the Development of Smart Cities

Abstract

This study investigates the scenario of computer program registrations in Artificial Intelligence in Northeast Brazil, emphasizing the relevance of technological innovation for regional and national development. The study identifies the three northeastern states with the highest number of AI software registrations and examines the impact of Higher Education Institutions (HEIs) on this trajectory, demonstrating their contribution to territorial dynamics and changes at the local level. Additionally, the study seeks to relate

the development of smart cities in the region to the growing number of AI computer program registrations, demonstrating the classification of software registered in the states of the Northeast region according to their areas of application.

Keywords: Smart Cities. AI. HEIs. Northeast Region. Software.

Introdução

O Brasil é um dos 20 países no mundo com uma significativa produção de estudos relacionados à Inteligência Artificial (IA), com cerca de 6.304 publicações científicas registradas no período de 2019 a 2023 (CAPES, 2024). O avanço da IA tem impulsionado transformações tecnológicas em diversas regiões do mundo, incluindo a Região Nordeste do Brasil. O dado número de produções científicas relacionadas à IA associa-se ao seu impacto na sociedade, que cada vez mais se intensifica e adquire notoriedade. No contexto das cidades inteligentes, a inserção de tecnologias no desenvolvimento urbano tem se tornado um elemento central, dado que apresentam-se como recursos eficazes na otimização de tarefas e informações, auxiliando na compreensão de problemáticas sob a ótica de instrumentos digitais, beneficiando áreas como mobilidade, educação, segurança e saúde - elementos fundamentais para construção de uma smart city (Barbosa et. al., 2021; Paseto e Carvalho, 2024). Ademais, a distribuição desigual de ferramentas tecnológicas no Brasil reflete desafios e potencialidades regionais. Embora situada em processo de crescimento no setor de inovação, a Região Nordeste ainda apresenta disparidades na distribuição de instituições e pesquisas em IA (Guimarães et. al., 2016). Nesse contexto, compreender a distribuição geográfica dessas inovações tecnológicas no Nordeste demonstra ser fundamental para analisar seu potencial transformador, principalmente quando consideramos a historicidade da região, a qual é marcada por acentuados processos de desigualdade socioeconômica (Portugal e Silva, 2020). Com isso, é essencial examinar evidências concretas de como essa distribuição desigual se manifesta, e se o mesmo padrão se repete na produção de softwares de IA. Dado que, Motta (2011) enfatiza que a distribuição das tecnologias, como a internet, reflete desigualdades econômicas e urbanas, demonstrando que, no Nordeste, a distribuição e o consumo de tecnologias é mais significativo nas capitais nordestinas. Aliado a isso, Guimarães et. al. (2016) demonstra que as Instituições de Ensino Superiores (IES) públicas contribuem significativamente para a produção de registros de patentes, que configuram-se como marcadores na inovação e na propriedade intelectual. Desse modo, vê-se que a produção de softwares, bem como a produção de patentes, está inteiramente ligada à produção de inovação tecnológica e as desigualdades socioespaciais entre os territórios (Costa, 2023), destacando a relevância que a inovação das técnicas possui no progresso social, político e econômico na contemporaneidade. Posto isso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a distribuição espacial dos registros de programas de computador/softwares em IA na Região Nordeste do Brasil, destacando o papel das IES como protagonistas nesse processo. Justificando-se pela relevância em estabelecer um debate acerca do objeto de estudo, a pesquisa busca examinar, ainda, a contribuição potencial para a ciência geográfica, oferecendo uma análise espacial da produção desses registros e, por conseguinte, avaliando a relação entre

território e tecnologia, de modo a configurar-se como um relevante aporte teórico para futuros trabalhos na área. Para esse propósito, constituem-se como objetivos específicos:

- 1- Identificar os estados da Região Nordeste do Brasil com maior número de registros de programas de computador em IA entre 2000-2024;
- 2- Classificar os registros de softwares de IA de acordo com os campos de aplicação;
- 3- Analisar a relação entre os softwares de IA registrados pelas IES e o desenvolvimento de cidades inteligentes na Região Nordeste.

Este trabalho está estruturado em três seções: I) a metodologia, que apresenta os métodos escolhidos para a execução da pesquisa; II) os resultados e discussões, onde são expostos os resultados obtidos e as discussões coletadas; III) as considerações finais, que sintetizam os principais achados da pesquisa, seguidas pelas referências bibliográficas utilizadas.

Metodologia

Os registros de programas de computador estão associados à proteção ao código do programa em que está sendo registrado, concedendo ao criador da obra a garantia da proteção contra possíveis cópias, segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Já as patentes de softwares referem-se à proteção da funcionalidade de um determinado programa por meio da Lei da Proteção Intelectual (LPI) (Clemente, 2024).

Nesse sentido, a metodologia foi estruturada em quatro etapas, conforme ilustrado na figura 1, com intuito de atingir os objetivos delimitados pela pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma da divisão das etapas metodológicas desta pesquisa.

Elaboração: Autores (2025).

Para uma análise detalhada e aprofundada da distribuição espacial dos registros de softwares baseados em IA na Região Nordeste, a primeira etapa da metodologia foi constituída pelo levantamento de dados, onde foram empregadas como fonte a ferramenta E-MEC (Ministério da Educação, 2024), para obtenção dos dados secundários, e a base de dados do INPI, que por sua vez permite identificar as áreas com maior concentração de registros, as IES mais ativas na geração de inovações tecnológicas e as tendências de registros de softwares, bem como possibilita a compreensão dessas inovações e suas implicações territoriais.

Nesse sentido, o foco no papel das IES na geração de registros de programas de computador justifica-se por seu potencial na geração de inovações tecnológicas no Nordeste, conforme demonstrado por Guimarães et. al. (2016). Esse contexto é corroborado pelos dados desta pesquisa, que evidenciam que, em diversos estados da região, as IES superam demais agentes no cenário de produção de programas de computador.

Sequentemente, a segunda etapa metodológica foi constituída por pesquisa bibliográfica, que objetivou responder questionamentos referentes aos conceitos-chave da pesquisa, a

fim de assimilar o cenário da produção acadêmica e construir os fundamentos teóricos da pesquisa. Entre as referências, destacam-se os trabalhos de Barbosa et. al. (2021), Costa (2023), Ibañez (2014) e Corso et. al. (2024).

Barbosa et. al. (2021) analisa características e elementos constituintes de cidades inteligentes da Região Nordeste do Brasil, abordando tópicos que auxiliam na compreensão das dinâmicas territoriais inerentes à elas. Costa (2023) contribui com a perspectiva da produção de patentes no Rio Grande do Norte e o cenário da inovação tecnológica e as desigualdades socioespaciais entre os territórios. Em adição, Ibañez (2014) demonstra a importância e a demanda em debates acerca de inovações tecnológicas com base no ponto de vista geográfico. Além disso, Corso et. al. (2024), reflete acerca do impacto da inteligência artificial e sua relação com urbanização e as cidades. É importante destacar que, apesar de marcar o início do desenvolvimento da pesquisa, o andamento do aporte teórico percorreu durante todo o processo de constituição do trabalho.

Após o levantamento, desenvolveu-se o tratamento e a organização dos dados por meio de planilhas eletrônicas. Para melhor interpretação, os dados foram organizados em duas planilhas distintas, sendo a primeira com informações referentes às IES (campus, nome, sigla, CNPJ, município, endereço, organização acadêmica, categoria administrativa e coordenadas geográficas) e a segunda para identificar quais os tipos de softwares pedidos e concedidos por essas IES (estado, sigla, pedido, data do depósito, título, linguagem, campo de aplicação, tipo de programa e nomes do autor, titular e procurador), com o intuito de, posteriormente, serem transferidos para gráficos e tabelas (ver figura 2). Para a análise dos dados de IA, optou-se pelo recorte temporal de 2000-2024, com base na disponibilidade de dados.

Figura 2 - Registros da topologia e tipologia aplicada na pesquisa.

Elaboração: Autores (2025).

Por último, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento e sistemas de informação geográfica (SIG), através do software livre QGIS, constituindo uma etapa essencial no manejo do mapeamento das distribuições dos programas de computador por estado, visando identificar padrões espaciais e observar os estados do Nordeste com maior número de pedidos de patentes para Softwares.

Resultados e Discussões

O estudo de Leite et. al. (2019) revela que no Brasil, quando olha-se para registros de programas de computador por titular, a Fundação CPQD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, centro de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações e tecnologia da informação (TI) importante, é a que mais colabora com o panorama geral dos softwares, estando a frente dos demais com 16 pedidos, deixando em segundo lugar a empresa LEGALABS, com 8 pedidos.

Ademais, o artigo demonstra ainda, total de registros para cada campo de aplicação no Brasil, onde os campos da tecnologia, informação e matemática se destacam (Leite et. al. (2019).

Diante disso, ao observar a distribuição dos registros de softwares por região no país brasileiro, demonstrado no mapa 1, nota-se que o Nordeste ocupa uma posição intermediária, representando cerca de 15,6% do total nacional no período de 2000 a 2023, com cerca de 6.099 registros. À sua frente, as regiões Sudeste e Sul do país ocupam as primeiras posições do quadro, com respectivos 21.190 e 7.358 de programas de computadores registrados. A região Centro-Oeste, com 3.396 registros, e a Região Norte, com 1.098, apresentaram menores números, segundo dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI, 2024).

Mapa 1 - Registros de Programas de Computador por Regiões do Brasil (2000 - 2023).

Elaboração: Autores (2025).

Nesse sentido, faz-se necessário analisar o cenário interno da Região, que apresenta circunstâncias diferentes em cada um de seus estados (ver mapa 2). Os estados que mais se sobressaíram foram Pernambuco e Bahia, com 1.183 e 1.095 registros, respectivamente. Outros estados também demonstram números expressivos, como o Ceará (886), Rio Grande do Norte (730) e Paraíba, com 886. Entretanto, os estados de Maranhão (405), Sergipe (396), Alagoas (393) e Piauí (320) exibem números mais baixos, o que evidencia as disparidades ocorrentes na região na atividade de criação de softwares, e apontam as variações espaciais que sinalizam a existência de desigualdades regionais.

Logo, identifica-se as IES como agentes ativos no cenário dos registros de programas de computador em cada estado nordestino, destacando as instituições que contribuíram para a produção. Posto isso, o estudo identifica as Universidades Públicas (federal e estadual) e os Institutos Federais como contribuintes para a produção de inovação e tecnologia.

Mapa 2 - Total de registros de software por IES nos estados da Região NE (2000-2023).

Elaboração: Autores (2025).

Como demonstrado no Mapa 2, o Rio Grande do Norte foi o estado que liderou o ranking de registros de softwares por estado, entre 2000 e 2023 no cenário das IES, sendo responsável por 695 registros, o que representa 95,21% do total, sendo protagonistas no contexto regional. Além do RN, no Maranhão e em Sergipe, as IES também são grandes contribuidoras, com 77,78% e 74,24%, respectivamente, evidenciando a importância dessas instituições para os estados no panorama da inovação. Nos estados da Paraíba, Piauí, Alagoas e Pernambuco, as IES também contribuem de forma expressiva, representando 60,35%, 58,44%, 57,76% e 50,30% dos registros. No entanto, também há estados cuja contribuição das IES é inferior a 50% do total por estado, o Ceará apresentando 42,33% e a Bahia apenas 29,22%.

Gráfico 1 - Percentual da participação das IES nos registros de software por estado da Região NE (2000 - 2023).

Fonte: INPI (2024).

Em comparação com outros agentes, o qual é possível observar no gráfico 1, as IES também possuem grande importância para o estado do RN, onde representam cerca de 90,27% dos registros. Porém, quando olha-se para as demais posições do ranking, a Paraíba, com 75,54%, ultrapassa o estado do Maranhão, que apresenta 72,59%.

Nesse período, Sergipe apresentou 68,43% dos dados e Alagoas 55,47%. Enquanto o estado do Piauí, apresentando uma média entre as IES, que corresponde cerca de 49,06%, o que exibe uma média entre as instituições e outros agentes ativos. Ademais, observa-se que, diferente dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Sergipe, nos estados do Ceará, Pernambuco e da Bahia, as IES não são expressam grandes números, sendo de responsabilidade de outros agentes, como as empresas, por exemplo, que esses estados se mostram ativos na produção de softwares.

Diante dos fatos demonstrados, se faz necessário identificar o quanto da produção de softwares é relacionada à IA em cada estado nordestino a partir das IES. Nesse sentido, conforme dados obtidos no INPI, entre o período de 2000 a 2024, a Região Nordeste possui 451 registros de softwares referentes à inteligência artificial pelas IES. Em termos de Brasil, o campo da IA obteve grande destaque quando comparado aos demais, sendo o tipo de programa que mais obteve registro, de acordo com De Araujo Leite et. al. (2019).

Desta maneira, ao fazer uma análise comparativa da quantidade de IA registrada pelas IES em cada estado nordestino, nota-se que o estado que assume protagonismo nesse cenário é o Ceará, que concentra cerca de 75 registros desses sistemas de processamento de dados (16,6%), seguido dos estados da Paraíba (13,7%) e Rio Grande do Norte (13,3%), que apresentam cerca de 62 e 60 softwares registrados. Em seguida, vem Pernambuco, com 59 registros; Sergipe, com 55; Maranhão, com 49; Alagoas, com 35; Piauí, com 33; e a Bahia, com 16 em seu total, como demonstrado no mapa 3 mostrado a seguir.

Mapa 3 - Quantidade de software de inteligência artificial por estado da região nordeste (2000-2024).

Elaboração: Autores (2025).

Embora o quantitativo de registros de softwares em geral seja significativo na Região Nordeste, quando se considera aqueles vinculados a IA, nota-se uma baixa representatividade da região. Os dados apresentados na presente pesquisa revelam essa discrepância, evidenciando que a região ainda não possui produções significativas de programas de computador voltados para a inteligência artificial, contribuindo para que a região obtenha baixa representatividade no cenário nacional.

Além disso, é perceptível que há uma disparidade entre o primeiro e o último estado no número de registros dessas produções. Esse processo pode ser justificado pelas infraestruturas de pesquisas não igualitárias, quantidade de IES e políticas de desenvolvimento regional diferentes, planejamento territorial excludente e dinâmicas urbano-regionais concentradas.

Nesse contexto, mesmo diante de um cenário regional de baixa representatividade, é possível identificar disparidades significativas dentro do cenário nordestino. Onde o estado do Ceará emerge como polo tecnológico no panorama dos registros de IA pelas instituições de ensino superior. Mas, por outro lado, o estado da Bahia, que tem cerca de 564.760,429 km² de extensão territorial e com estimativa de 14.850.513 de população residente até 1º de julho de 2024 (IBGE, 2024), reconhecido como o estado mais populoso da região nordestina. No âmbito dos registros de IA, só obtém 3,5% dos registros, revelando uma disparidade no contexto do desenvolvimento tecnológico na região.

Quadro 1 - Número de IA por estado e IES (2000-2024).

Elaboração: Autores (2025).

O quadro 1 revela o número de Instituições de Ensino Superior (IES) e a quantidade de registros de software de inteligência artificial (IA) no Nordeste do Brasil entre 2000 e 2024, demonstrando um panorama significativo sobre a distribuição e a contribuição das IES para o desenvolvimento de tecnologias emergentes na região. O Nordeste, historicamente caracterizado por desafios socioeconômicos (Portugal e Silva, 2020), têm se mostrado um espaço fértil para a produção de softwares, mas, especialmente no campo da inteligência artificial, o quadro se modifica.

Os dados revelam disparidades significativas na produção de softwares de IA no Nordeste, com Ceará (75 registros), Paraíba (62), e Rio Grande do Norte (60) liderando, enquanto outros estados apresentam menores contribuições.

O Ceará se destaca com 75 registros de IA, sendo o Instituto Federal do Ceará (IFCE) o maior contribuinte, com 60 registros. Essa predominância pode ser atribuída a políticas de incentivo à pesquisa e à inovação, além da produção tecnológica em crescimento, que inclui startups e incubadoras. A presença de diversas IES no estado, como a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), também reforça a capacidade de formação e desenvolvimento de demais instituições na área. No entanto, os números revelam que há uma disparidade na produção de IA entre estas instituições no estado.

Em Alagoas, foram registrados 35 softwares de IA, com destaque para o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), que contribuiu com 21 registros, e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com 14. Essa concentração de registros em instituições federais sugere um potencial de desenvolvimento tecnológico que pode ser explorado para intervenções na economia local e na formação de profissionais envolvidos neste cenário.

Apesar de seu peso econômico e populacional para a região, a Bahia soma um total de 16 registros de IA, o que é relativamente baixo, considerando a quantidade de IES presentes no estado, como o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A diversidade de instituições, no entanto, indica que o resultado dos registros pode ser justificado pela quantidade de IES engajadas no cenário e pela falta de investimentos e promoção de parcerias e projetos conjuntos que possam aumentar a produção de conhecimento e inovação na área.

O Maranhão, com 49 registros, e a Paraíba, com 62, apresentam um cenário semelhante, onde as IES, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desempenham papéis cruciais na formação de profissionais e na pesquisa em IA. A colaboração entre as instituições pode ser um fator determinante para o aumento da produção de software e inovação.

Pernambuco, com 59 registros, e Piauí, com 33, também mostram a importância do IES na promoção da inteligência artificial. O estado de Pernambuco, com instituições como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), tem se destacado em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, enquanto o Piauí, com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), ainda apresenta um potencial a ser explorado.

O Rio Grande do Norte, com 60 registros, e Sergipe, com 55, completam o quadro. O estado potiguar, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) liderando os registros, demonstra um forte compromisso com a pesquisa em IA. Sergipe, por sua vez, com o Instituto Federal de Sergipe (IFS), também mostra um bom desempenho, embora ainda haja espaço para crescimento.

Em suma, uma análise dos registros de software de IA no Nordeste do Brasil revela um cenário de oportunidades e desafios. O quadro revela que as IES desempenham um papel fundamental na formação de profissionais e na pesquisa, sendo essenciais para o desenvolvimento de inovação na região.

À vista disso, no que se refere aos campos de aplicação, os programas de computador registrados no INPI são classificados em 35 campos de aplicação (INPI, 2015). Sendo assim, o gráfico 2 exibe o total de registros para cada campo de aplicação, dados fornecidos pelo requerente no ato de utilização do software.

Com isso, observa-se que os registros feitos pelas IES no INPI contemplam 30 campos, que são: Administração, Agricultura, Antropologia e Sociologia, Assentamentos Humanos, Biologia, Botânica, Conhecimento e Comunicação, Construção Civil, Direito, Ecologia, Economia, Educação, Energia, Finanças, Física e Química, Geologia, Hidrologia e Oceanografia, Indústria, Informação, Matemática, Meio Ambiente, Política, Previdência e Assistência Social, Psicologia, Saneamento, Saúde, Serviços, Telecomunicações, Trabalho e Transporte; demonstrando atender aos mais diversificados campos.

Contudo, 7 campos representam, aproximadamente, 81,7% dos registros (ver gráfico 2), sendo eles: Informação, Saúde, Educação, Conhecimento e Comunicação, Indústria, Administração e Energia; O que comprova a versatilidade e o potencial de aplicação dessas tecnologias nos mais diversos campos.

Gráfico 2 - Campos de aplicação relacionados aos softwares de IA (2000-2024).

Fonte: INPI (2025).

Diante disso, ao analisar as informações referentes, nota-se que os três campos que obtêm maior destaque são o da informação, saúde e educação, ambos com 19,3%, 18,2% e

16,0% respectivamente. Ou seja, a pesquisa identifica que a Região Nordeste obteve cerca de 87 registros com a área de atuação da informação, o da saúde com 82 e educação com cerca de 72. Os destaques para ambos campos refletem que esses tendem a produzir mais recursos tecnológicos referentes a IA para melhor desempenho em determinadas funções, produtos ou serviços.

Na Região Nordeste, existem 36 cidades inscritas como Cidade Humana, Inteligente, Criativa e Sustentável, sendo: Acari-RN, Altinho-PE, Aracaju-SE, Baraúna-RN, Brejinho-PE, Campina Grande-PB, Caruaru-PE, Cruzeta-RN, Fortaleza-CE, Garanhuns-PE, Icapuí-CE, Igarassu-PE, Ilhéus-BA, Itajá-RN, Itapissuma-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE, João Pessoa-PB, Juazeiro do Norte-CE, Lagoa do Carro-PE, Lajes-RN, Maceió-AL, Moreno-PE, Natal-RN, Olinda-PE, Parnamirim-RN, Porto do Mangue-RN, Recife-PE, Rio Tinto-PB, Salgadinho-PE, Salvador-BA, São Lourenço da Mata-PE, Serra do Mel-RN, Serra Talhada-PE, Sobral-CE, Teresina-PI, São Luís-MA (Barbosa e Sánchez-Gendriz, 2021).

Apenas 23 dessas cidades inteligentes do Nordeste possuem algum campi dessas Instituições de Ensino Superior (IES) em seus respectivos territórios, sendo: Campina Grande-PB, Caruaru-PE, Fortaleza-CE, Garanhuns-PE, Igarassu-PE, Ilhéus-BA, Jaboatão dos Guararapes-PE, João Pessoa-PB, Juazeiro do Norte-CE, Lajes-RN, Maceió-AL, Natal-RN, Olinda-PE, Parnamirim-RN, Recife-PE, Rio Tinto-PB, Salvador-BA, São Lourenço da Mata-PE, São Luís-MA, Serra Talhada-PE, Sobral-CE e Teresina-PI que possuem campi dessas IES.

O advento das cidades inteligentes é uma estratégia de gestão fortemente marcada pelo neoliberalismo. No Brasil, esse conceito se traduz em uma abordagem de gestão urbana que é, por princípio, planejada, inclusiva e impulsionada pela inovação, e conectada em rede em todas as dimensões sociais. Este modelo assume ainda um compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável visando primordialmente à melhoria da qualidade de vida das pessoas que nela habitam. (Corso et. al., 2024).

Diante disso, os municípios que adotam soluções inovadoras e sustentáveis para elevar o padrão de vida de sua população distinguem-se por promover ações em setores estratégicos. Entre eles, infraestrutura inteligente, governança eficiente, mobilidade urbana e uso de tecnologias da informação para aprimorar os serviços públicos (Corso et. al., 2024).

Nesse sentido, entende-se que as cidades inteligentes que possuem IES, as quais desenvolvem equipamentos inovadores, contribuem para o panorama de registros de softwares de IA. O que colabora para que essas cidades possuam elementos de uma cidade mais sustentável, humana e tecnológica - emblema das Cidades Inteligentes. Dado que, investimentos em práticas consideradas inovadoras ocasionam novas dinâmicas e perspectivas para a cidade (Ibanêz, 2014), abrindo novas perspectivas para a mobilidade, a educação, a saúde, modelos de produção, gestão de resíduos sólidos e o planejamento, por exemplo, impulsionando, assim, o seu desenvolvimento.

Apesar de não ser suficiente para resolver os problemas dessas cidades, a ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) possibilitam gerar produtos com grande conteúdo

tecnológico e valor agregado, apesar disso, no Brasil, não tem sido fortemente utilizado. (Silva, 2011).

Conclusão

Este estudo propôs-se, em um primeiro momento, a traçar um panorama da distribuição geográfica dos registros de software de IA no Nordeste do Brasil, com a finalidade de apontar quais estados exercem uma posição de liderança neste contexto, identificando seus respectivos campos de aplicação.

A Região Sudeste foi historicamente privilegiada com um volume mais expressivo de investimentos, condição que se projeta nas disparidades econômicas e sociais atuais. Dessa forma, mostrou-se como a Região Nordeste se posiciona no quadro da inovação tecnológica, considerando as assimetrias regionais e territoriais existentes na produção de softwares, que são herança de processos históricos, políticos e econômicos estruturantes.

Adicionalmente, os dados obtidos na pesquisa demonstraram a expressiva participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na geração de softwares que impulsionam o conceito de cidades inteligentes, sustentáveis e humanas. Tais programas ampliam as possibilidades de gestão e planejamento urbano; no entanto, cabe reflexão sobre até que ponto eles de fato se configuram como uma alternativa efetiva para tornar esses territórios cada vez mais acessíveis e tecnológicos.

A análise do cenário revelou que as Instituições de Ensino Superior (IES) são agentes fundamentais no registro de programas de computação com Inteligência Artificial. Os resultados demonstram a relevância dessas instituições para impulsionar a inovação regional, em meio ao seu potencial criativo e de conhecimento. Com isso, ao reconhecer esse papel, o Nordeste pode ganhar maior destaque no cenário nacional de tecnologia, promovendo ainda o desenvolvimento socioeconômico nas localidades que abrigam esses polos de conhecimento.

Visto que, a atividade de inovação nesse contexto ainda se encontra em estágio inicial e com pouca expressividade. O que faz compreender que a colaboração entre as instituições e o fortalecimento de políticas públicas externas para a inovação são cruciais para maximizar o potencial da inteligência artificial na região nordestina. Afinal, a inovação é um processo sistemático, que necessita ter uma interação entre os agentes que a produz para não torná-la limitada para uma pequena parcela da população.

Referências

BARBOSA, J. R. de A.; SÁNCHEZ-GENDRIZ, I. Análise de dados aplicada às Cidades Inteligentes: reflexões sobre a Região Nordeste do Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 49, 2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Brasil produz 6,3 mil estudos sobre inteligência Artificial.** Brasília, DF, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/brasil-produz-6-3-mil-estudos-sobre-inteligencia-artificial>. Acesso em: 17 de jul. de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2024.** Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf. Acesso em: 17 de jul. de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **Anuário Estatístico de Propriedade Industrial. 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/relatorios/Anuario-Estatistico-de-Propriedade-Industrial>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Campo de aplicação.** [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/programas-de-computador/campo_de_aplicacao.pdf/view. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Tabelas Completas dos Indicadores de Propriedade Industrial.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data/dados-e-series-temporais/tabelas-completas-dos-indicadores-de-pi>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Tipos de programas.** [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/programas-de-computador/tipos_de_programa.pdf/view. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Programas de Computador,** [S. l.]. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/programas-de-computador>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CORSO, M. R. M. M.; PASETO, L.; CARVALHO, A. C. P. de L. F. de. Inteligência artificial, urbanização e cidades. **Revista USP**, n. 141, p. 81-90, 2024.

COSTA, J. M. **Território usado e a produção de patentes no Rio Grande do Norte: uma análise a partir da UFRN.** 188f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

CLEMENTE, T. **Registro de Programa de Computador**. 19 mar. 2024. Disponível em: <https://share.google/5SVUmbRKeXZNeOk1M>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LEITE, B. R. et al. Inteligência artificial e programas de computador: mapeamento tecnológico dos registros no Brasil. **Revista INGI: Indicação Geográfica e Inovação, Aracaju**, v. 4, n. 1, p. 617-630, 2020.

GUIMARÃES, A. A.; ARAÚJO, M. L. V.; CARDOSO, H. S. B. Produção de patentes na região nordeste: um estudo comparativo entre instituições de ensino superior públicas no período de 2002 a 2012. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 146-161, maio/ago. 2016. Disponível em: 10.21714/2178-8030gep.v17i1.3944.

IBAÑEZ, P. **Geografia e Inovação Tecnológica: uma Abordagem Urgente. Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 4, n. 1, p. 121–138, 2014. DOI: 10.36403/espacoaberto.2014.2437. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2437>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MOTTA, M. P. **Os acessos fixos à internet no Brasil e suas tecnologias**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7592?lang=fr>. Acesso em: 17 de jul. de 2025.

PORTUGAL, R. SILVA, S. A. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

SILVA, C. H. R. T. **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Núcleo de Estudo e Pesquisa do Senado Federal**, 2012.

Anexos



Figura 1- Fluxograma da divisão das etapas metodológicas desta pesquisa.



Figura 2 - Registros da topologia e tipologia aplicada na pesquisa.



Mapa 1 - Registros de Programas de Computador por Regiões do Brasil (2000 - 2023).



Mapa 2 - Total de registros de software por IES nos estados da Região NE (2000-2023).



Gráfico 1 - Percentual da participação das IES nos registros de software por estado da Região NE (2000 - 2023).



Mapa 3 - Quantidade de software de inteligência artificial por estado da região nordeste (2000-2024).



Quadro 1 - Número de IA por estado e IES (2000-2024).



Gráfico 2 - Campos de aplicação relacionados aos softwares de IA (2000-2024).

CÓDIGO: HS0602

AUTOR: GABRIEL WIDAL DE ARAUJO SILVA

ORIENTADOR: CINARA MARIA LEITE NAHRA

TÍTULO: Ética e alinhamento da IA generativa 24/25

Resumo

O trabalho discute o uso ético da inteligência artificial no ensino de filosofia, destacando limites, potencialidades e alinhamento pedagógico. Fundamenta-se na ética kantiana e em Paulo Freire, defendendo a IA como ferramenta auxiliar, não substitutiva, que fortalece autonomia, pensamento crítico e práticas educacionais responsáveis, alinhadas a valores universais e humanos.

Palavras-chave: ética, inteligência artificial, filosofia, educação, autonomia

TITLE: Ethics and Alignment of Generative AI 24/25

Abstract

This research explores the ethical use of artificial intelligence in philosophy education, emphasizing boundaries, potential, and pedagogical alignment. Based on Kantian ethics and Paulo Freire's thought, it defends AI as a supportive tool, not a replacement, fostering autonomy, critical thinking, and responsible educational practices aligned with universal human values.

Keywords: ethics, artificial intelligence, education, autonomy, critical think

Introdução

Manual Ético no Uso de Inteligência Artificial no Ensino de Filosofia.

Este manual se propõe a orientar educandos e educadores no processo de uso ético da inteligência artificial (IA) no ensino de filosofia nas escolas. Faço o adendo de que este manual não se propõe a analisar como o processo ocorre dentro das IAs, nem apresentar uma lista de IAs para serem utilizadas, mas sim introduzir o que é uma IA e como ela pode ser uma ferramenta para a educação, desde que utilizada de maneira ética, com uma proposta que coloque o ser humano no centro desse processo.

Busca-se orientar como proceder e se posicionar eticamente diante do uso dessa ferramenta, indicando quais cuidados tomar para não cometer erros éticos e quais práticas adotar para utilizar a IA com excelência, sempre como apoio e não como substituição total do processo educativo. É importante ressaltar que, nesse contexto, os protagonistas continuam sendo, principalmente, os educandos e os educadores.

Essa pesquisa tenta se basear no conceito da máxima Kantiana “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo, querer que ela se torne uma lei universal”, usaremos desse critério ético para orientar e avaliar o uso da inteligência artificial tanto por parte dos professores quanto dos alunos. No final isso significa que o uso de IA deve ser sempre respeitar diretrizes que possam ser universalizadas, ou seja, que possa ser usada nas maiorias das situações abstratas, mas com um toque especial de Kant e a soma kantiana, nos perguntaremos se essa ação tomada pode ser universalizada e se for executada como saberemos que será boa? E se não for o que devo fazer para realizar a ação certa, adotando esses critérios, buscamos garantir que as práticas com IA não só se tornem instrumentos de alienação, fraude ou automatização irresponsável, mas sim de fortalecimento do pensamento crítico, da autonomia dos estudantes como Freire citava em suas caminhadas essa autonomia através do diálogo que são fundamentais e centrais para o ensino de filosofia.

O que afinal seria uma inteligência artificial?

Podemos analisar da seguinte maneira: os filósofos antigos, para Russel e Norvig (2004), bem antes dos computadores, tentavam encontrar respostas para o pensamento humano, hoje o mesmo objetivo da IA. A inteligência artificial está dentro do campo interdisciplinar da ciência da computação. O objetivo dessas criações é simular um aprendizado, raciocínio, resolução de problemas, compreender e tomar decisões. Então, uma IA busca a tentativa de dar capacidades para máquinas fazerem processos específicos que até pouco tempo não tinham autonomia sem os humanos. O termo “inteligência artificial” surgiu em 1956, durante uma conferência de Dartmouth nos EUA, considerado o ponto inicial organizado por cientistas como John McCarthy, criador do termo IA, Marvin Minsky, Claude Shannon e Herbert Simon. Outras contribuições para a construção desse campo foram de Norbert Wiener, matemático e filósofo norte-americano considerado o fundador da cibernética. A cibernética seria outro campo da ciência que contribui muito para o estudo dos seres vivos e máquinas. Essas ideias foram fundamentais para uma concepção inicial do que seria uma IA. O interessante é que Wiener olhava para esse processo de IA de maneira crítica e ética, o que estamos tentando fazer aqui. Ele alertava em meados de 1950 sobre os riscos de uma sociedade que transferisse suas decisões complexamente humanas para máquinas, se perguntava se os seres humanos manteriam suas autonomies e como a responsabilidade de um mundo automatizado seria.

Metodologia

Um ponto importante a ressaltar seria a diferenciação entre IA forte e IA fraca, atualmente existe somente a IA fraca uma máquina limitada a fazer algumas tarefas específicas que o homem pode realizar também, mas as IAs fracas se limitam a funções específicas e se aprimoram para realizar a seguinte tarefa, já uma IA forte teremos acesso a sua ideia e sua realização apenas em fantasias e teorias onde uma super IA que não se limita em alguma função, mas faz todas as funções que um homem possa fazer e ainda mais rápido e melhor que o homem, sendo assim iremos tratar a decorrer do texto de IAs fracas em específicos LMMS chats robôs.

As funções da IA fracas são de grande escala e muito presentes no tempo atual as mais comuns servem para automatização de processos e tarefas repetidas, a análise de uma quantidade exorbitante de dados e consegue identificar certos padrões nos dados com facilidade, com os dados retiram tomadas de decisões baseados nos algoritmos, essa interação entre dados e seres humanos hoje em dia se dá basicamente através de assistentes virtuais e chatbots e com a criação de audiovisual por IA, não podemos esquecer o quanto a IA está avançando nas outras áreas como medicina, transporte, serviços financeiros e na educação que iremos analisar durante o prosseguir do texto, os impactos da IA são muito significativos em como a sociedade se organiza e se organiza, nos próximos anos poderemos ver um revolução nunca vista antes dentro da tecnologia e fora dela.

Resultados e Discussões

Dilemas éticos com o uso de IAs na educação

Com o avanço da IA, dilemas éticos estão aparecendo em torno da questão: como podemos usá-la de maneira ética? Teremos de um lado a dinâmica aluno e professor, professores usando as ferramentas para auxiliar na criação de conteúdo para os educandos, de outro o aluno usando a IA como ferramenta de estudo, em ambos os lados teremos posicionamentos éticos ou não, por exemplo, um professor que não faz sua aula e coloca totalmente sua dinâmica nas mãos de uma IA e não consulta para ver se os conteúdos estão conforme a realidade, aqui temos uma caso antiético do lado do educador, também teremos o lado dos alunos ao optar por responder questões por meio do chat GPT e outras IAs, o que tem se tornando bem comum hoje em dia, o medo de Wiener está ocorrendo, o aprendizado está sendo trocado para um aprendizado de máquina, então a questão fica como podemos orientar uma possível maneira dos educandos e educadores o uso ético de IA?

Podemos colocar que para um uso ético a abstração humana nunca deve ser colocado de lado, mas sim em primeiro lugar como alicerce da ação, a IA seria apenas uma ferramenta como um lápis inteligente, não falamos para alguém parar de usar um lápis, pois é uma ferramenta de estudo, mas de um modo mais complexo em sua dinâmica. Essa ferramenta de estudo hoje seria a IA é um artifício que facilita muito a pesquisa e a dinâmica do ato de estudar, proibir ou velar a possível escolha de usar as ferramentas que teremos acesso para nos restringir a um modo de educação tradicional seria de certo modo nos limitar para se manter em uma zona de conforto, em vez de olhar para trás deveríamos olhar para frente para onde mundo está indo.

Como a IA pode ser um potencializador na educação

Uma escola foi selecionada na Nigéria, no condado de Edo, pelo projeto do World Bank Blogs Banco Mundial, que é uma instituição financeira internacional que financia projetos para o desenvolvimento econômico e social de países, foi oferecido uma implementação do recurso de LMMS com a inteligência do Copilot, para auxiliar os educandos durante as aulas. Era usado de modo como um apoio ao professor para dar a matéria, como uma espécie de assistente. “Em nosso programa atual, supervisionamos o que os alunos estão fazendo”, como diz a professora envolvida. Como os alunos não tiveram contato anteriormente com as tecnologias atuais, as primeiras semanas do projeto foram pautadas nessa orientação. O restante durou, no total, de 6 meses de testes na escola de Edo. Os resultados obtidos foram aprendizados de “2 anos em 6 meses”, como diz o título da matéria exposta no jornal do projeto. Segundo os dados recolhidos, os alunos se engajaram mais nas disciplinas, ficavam ansiosos para entrar em sala de aula.

O funcionamento do projeto se deu da seguinte maneira: teria um telão na frente da sala, substituindo o quadro negro por um eletrônico com sensor touch, enquanto os alunos tinham seus notebooks como ferramentas. O professor orientava o primeiro prompt para a turma, e a aula seguia com perguntas e respostas. Enquanto o professor ministrava na frente, orientava o uso de IA como ferramenta. Não existia essa troca de papéis entre IA e professor, apenas a IA como uma ferramenta de aprendizado direcionada pelo professor. Os resultados foram excelentes. Há depoimentos de alunos que dizem: “O programa me ajudou com minha comunicação. Minha interação com os professores, amigos e familiares. Isso me ajudou com minha pronúncia, escrita, ortografia e vocabulário.” Portanto, a IA como uma ferramenta direcionada é um grande aliado da educação. Dependendo da mediação exercida e dessa monitoração do uso como vimos no exemplo de Edo.

Para melhor entendimento das possibilidades do uso de IA com ferramenta traga uma IA focada em educação chamado Khanmigo, onde pais, professores e instituições educacionais podem usar da ferramenta focada na educação com a instrução em diversos campos do conhecimento e esclarecimento de dúvidas particulares. Cabendo aos humanos a condução desse processo, levando em consideração a efetividade social da educação. Outro avanço está vindo no Chat GPT onde se adapta para uma conversa mais teórica e direcionada para o estudo com perguntas, neste como o chat não dá as respostas prontas ele vai construindo com o estudante, mais cativante e interessante é a quantidade de informações que o banco de dados das IAs contém, com um olhar direcionada a pesquisa se torna algo mais prático, mas sempre com cuidado, por vezes a IA tem uma tendência a mentir sobre os conteúdos, então sempre quando utilizar devem ser orientados por educadores ou por referências bibliográficas.

Uma das grandes dificuldades hoje é saber com certeza o que seriam textos de IAs e textos humanos, ao colocar textos antes do surgimento das IAs e colocar nos testes para tentar achar uma possível escrita IA em alguns textos é encontrado um falso positivo, textos onde os detectores acham que sim foram feitos por IA a detecção se baseiam em heurísticas e estatísticas, não em um conhecimento profundo sobre a origem do texto. Ao final, os educadores infelizmente estão optando por se limitar a provas presenciais e

criação de projetos em sala de aula para tentar frear de certa maneira esse lado obscuro de não saber se estão lendo um texto criado por humanos ou IAs.

A introdução da inteligência artificial na educação, como o uso do Chat GPT, deve ser compreendida à luz de um primas onde há críticas, como o construcionismo social. Essa abordagem nos permite analisar como as relações de poder e os interesses econômicos moldam a tecnologia educacional. Segundo Feenberg (1999, 2002)⁴, a tecnologia não é neutra: ela é de fato sim um conjunto de resultados e decisões humanas, influenciadas por grupos sociais que determinam o uso e a finalidade.

Ao invés de olharmos a IA como um grande avanço neutro, o modo construcionismo propõe que seus avanço depende de contextos sociais, educacionais, políticos e econômicos. A automação do ensino, é uma lógica de corte de custos que pode gerar uma preocupação com a qualidade pedagógica. isso podendo levar à substituição de interações humanas por uma prática de automatização, deixando o papel do educador preocupante e atacando o potencial de uma educação crítica.

Mas ao mesmo tempo teremos opiniões onde o uso de IA deve ser sim implementado, mas com um teor crítico e o educando no centro do processo. “O Chat GPT e os demais programas similares, [sic.] são protótipos funcionais que anunciam o potencial para o trabalho docente. São tecnologias que devem ser conhecidas e apropriadas por alunos, professores e escolas. Virar as costas para essas mudanças é tornar-se refém das decisões de outras pessoas, que não vão parar de investir e desenvolver esses produtos.” BALTAR, 2023, p. 6) 5 Aqui chegamos ao protótipo de um possível manual ético para o uso de IAs, denominado “Manual integrado de Orientação, o Uso da Inteligência Artificial no Ensino de Filosofia” neste manual tenho a tentativa de elaborar possíveis diretrizes para tentar frear o uso inconsciente e prejudicial do uso das ferramentas de LLMMS.

Manual Integrado de Orientação, O Uso da Inteligência Artificial no Ensino de Filosofia.

Princípio Fundamental

A Inteligência Artificial (IA) deve ser usada como ferramenta de apoio ao professor, sendo uma espécie de “professor auxiliar”, sempre com o professor humano no centro do processo educativo.

O objetivo não é substituir o professor, mas potencializar o ensino, personalizar o aprendizado e ampliar o acesso ao conhecimento, sem perder a dimensão humana, ética e crítica da educação.

10 PRÓS-Vantagens do Uso da IA no Ensino com Professor Humano como Base e 10 CONTRAS Limitações e Cuidados Necessários com a IA como Professor Auxiliar.

Classificação Prática de Uso:

A ideia é classificar os usos da IA no ensino para orientar políticas educativas e práticas pedagógicas:

10 Usos da IA que Deveriam Ser Permitidos.

Criação de planos de aula personalizados, podendo adaptar o conteúdo às necessidades específicas de uma turma: hoje temos o acesso a uma gama de tipos de IA personalizadas para o ramo da educação, contendo planos de aulas otimizados com foco nas necessidades dos alunos estudados pelo sistema orientado pelo docente.

Apoio dentro das correções de atividades objetivas, liberando o professor para focar nas avaliações qualitativas: O interessante é usar a IA para correção de funções objetivas como aquelas que contém respostas padrões, mas sempre ao final o professor verifica tais correções, enquanto as qualitativas o foco sempre é apenas no docente.

Oferecer análises de desempenho acadêmico, disponibilizar relatórios para o educador planejar intervenções pedagógicas: uma função interessante é uma planilha automatizada do desempenho em cada faceta do educando, sabendo a raiz da possível dificuldade do discente.

Criação de materiais de apoio (vídeos, resumos, quizzes) supervisionados pelo docente: uma das principais funções do IA é a vasta gama de possibilidades criativas para o docente expressar na sua aula, como em vídeos, resumos, jogos e diálogos especializados.

Auxílio na tradução de conteúdos para línguas estrangeiras, ampliando o acesso multicultural: Uma grande polêmica é a questão da tradução dentro de IA, mas em um local que falta tradutores a IA cairia bem como uma alternativa auxiliar.

Atendimento a alunos com acessibilidades, adaptando atividades em formatos acessíveis (áudio, braile digital, etc.) uma grande vantagem é o modo como a IA pode ser alinhada a uma função de acessibilidade, juntando com outros equipamentos para produzir folhas em braile, vídeos interativos a criatividade é o limite.

Estimulação do pensamento crítico através de questionamentos e desafios personalizados: Os desafios postulados no primeiro pront por exemplo colocar a máxima kantiana dará ao educando um linha para seguir, ao pedir exemplos para o aluno dentro do chat ele tem o dever de fazer um síntese do conteúdo e se alinhar ao pensamento do autor para se encaixar no primeiro pront.

Suporte na organização e gestão de tempo, como lembretes de prazos e cronogramas de estudo: os planejamentos de aulas serão otimizados com a IA gerenciando os acontecimentos colocados anteriormente, seria uma secretária assistente em seu bolso, formulando o melhor tempo para gerir os prazos.

Simulações e laboratórios virtuais para disciplinas práticas, sempre mediados pelo professor: através da IA podemos formular um laboratório ético por exemplo, onde dentro estará linhas para se seguir como utilitarismo, deontologismo e assim vai, nisso ele deve selecionar ações que se encaixem na aula posta.

Atualização de conteúdos com base em pesquisas recentes, com checagem e adaptação feita pelo professor: A nova atualização do Chat GPT deu a ele acesso a rede de

computadores atuais, então a pesquisa do Google é feita dentro do sistema, sendo assim todos os conteúdos atuais estão envoltos da dinâmica da IA dando acesso a uma gama de opções para o docente usar das atualidades direcionadas no assunto abordado de maneira mais prática.

10 Usos da IA que Não Deveriam Ser Permitidos

Substituição completa do professor em sala de aula, sem supervisão humana: De maneira alguma o professor deve ser substituído por IA, dentro da dinâmica escolar terá esse movimento interno de emoções e dificuldades que fogem do entendimento de uma máquina.

Decisão autônoma sobre aprovação ou reprovação de alunos, sem análise crítica do professor: Um sistema de aprovação utilitária dos alunos nunca deve ser feita mecanicamente, as notas devem girar em torno de como o professor percebe o aprendizado do aluno, a aprovação de certa maneira é humanizada, então os critérios devem ser humanos.

Intervenções disciplinares automatizadas (advertências, punições), sem avaliação humana: Ações onde a individualidade humana é exposta apenas essa parte da sensibilidade deve entender as dinâmicas feitas dentro da escola, deve ser incluída a sensibilidade humana e ser direcionada pela razão a ação contra conflitos, nunca ser automatizada.

Produção de avaliações sem revisão docente, podendo gerar testes inadequados ou enviesados: Uma avaliação automatizada deve acarretar resultados utilitários, onde a prova será feita por um olhar robótico e as individualidades e dinâmicas percebidas em aula influenciam a prova como o conteúdo deve ser postulado nos enunciados e como os alunos farão esse entendimento.

Coleta e armazenamento indiscriminado de dados pessoais dos alunos sem consentimento informado: Quando cadastrados os alunos em um sistema é de crucial importância que tais informações não sejam usadas para outros meios e nem coletadas sem o consentimento da comunidade escolar!

Análise emocional dos alunos sem autorização, invadindo privacidade sem controle humano: Ao cadastrar os alunos a intimidade deles deve ser preservada, o professor e nem a IA devem entrar na vida íntima do aluno, mas sim ter uma intimidade apenas escolar entre professor e educando.

Direcionamento ideológico automatizado (por exemplo, sugerir conteúdos enviesados sem revisão do professor): Uma análise de IA nunca deve ser direcionado para opiniões próprias do professor ou de um grupo específico, mas sim uma neutralidade ideológica e científica da matéria, portando um estudo que pega desse acervo mundial de informações, mas não apoia lados.

Promoção de rankings públicos automatizados de desempenho estudantil, incentivando a competitividade tóxica: Uma dinâmica de meritocracia estimulado por relatórios de performance acadêmica não deve ser feita pelo fato do aprendizado ir muito além de

resultados acadêmicas e sim em como o educando expressa essa síntese da matéria de diversas formas.

Exclusão de alunos que não se adaptam ao uso da IA, ferindo o princípio de inclusão educacional: O direito a educação é para todos e inclusive das ferramentas é de grande importância oferecer um minicurso sobre o uso de IA de maneira eficiente e ética para propiciar o direito a todos do acesso a essa tecnologia.

Automatização de debates filosóficos, éticos e humanos, que requerem mediação consciente e crítica do professor: Um debate sempre deve ser mediado pelo docente, a automatização destes debates que contém uma abstração e consciência crítica devem ser mediados pelo professor e apenas ele, assim deixando a aula dinâmica e controlada.

Conclusão

Diretriz Final

"A inteligência artificial no ensino deve ser compreendida como uma ferramenta a serviço da educação humana. O docente permanece como mediador ético, crítico e formador do processo educativo, enquanto a IA atua como um instrumento estratégico com um professor auxiliar para potencializar o desenvolvimento integral do aluno."

Nota sobre o uso da IA

Este trabalho contou com o apoio da ferramenta ChatGPT (OpenAI), utilizada de forma ética e restrita às seguintes funções: Revisão formal da escrita; Organização e normalização das referências bibliográficas no padrão ABNT; sugestões de pesquisas e estruturação para o modelo acadêmico.

Referências

BARONE, Dante. Sociedades Artificiais: A Nova Fronteira da Inteligência nas

Máquinas. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DE MORAES, João Antônio; MATILHA, Adriano. Todo poderoso GPT. Revista Humanitas, n. 162, p. 20–30, 2013.

OLIVEIRA, Nythamar de; TAUCHEN, Jair (orgs.). Bioética, neuroética e ética de IA: desafios normativos das novas tecnologias. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2023.

DE SIMONE, Martín E.; TIBERTI, Federico; MOSURO, Wuraola; MANOLIO, Federico; BARRON, Maria; DIKORU, Eliot. From chalkboards to chatbots: Transforming learning in Nigeria, one prompt at a time. World Bank Blogs, 9 jan. 2025. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/education/From-chalkboards-to-chatbots-Transforming-learning-in-Nigeria>. Acesso em: 28 ago. 2025.

OPENAI.ChatGPT [inteligência artificial]. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

.

FEENBERG, Andrew. Questioning Technology. Londres; Nova York: Routledge, 1999.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campos,

2004.

BALTAR, Ronaldo. Professores serão substituídos pela inteligência artificial? Newsletters: LinkedIn Corporation, 2023.

CÓDIGO: HS0603

AUTOR: ANA BEATRIZ FERREIRA BARBOSA

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Menna (TT69), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1401-1391 A.E.C.

Resumo

A Tumba de Menna (TT69) foi edificada durante o reinado de Tutmés IV, aproximadamente entre 1401 e 1391 A.E.C.. Situada em Sheikh Abd el-Qurna, na margem ocidental de Tebas (atual Luxor), Egito, Menna era um escriba da elite com contato direto com o faraó. A estrutura superior da tumba, de formato em T invertido e classificada como Tipo Vb, contém um nicho para a estátua de Menna e sua esposa, Henattawi. O interior é totalmente decorado, com cenas notáveis que incluem partes do Livro dos Mortos (ilustrando o percurso completo do morto, desde a mumificação e o enterro até o julgamento para a vida no Além), cenas de caça e pesca no pântano, e uma porta-falsa que representa a dicotomia entre as divindades Osíris e Rê-Horakhty. O propósito deste trabalho é interpretar essas cenas em relação ao espaço, buscando compreender as interações dos antigos egípcios com a Cultura Material. O objetivo é construir o "Espaço Funerário" da Tumba de Menna (TT69), comparando-o com as outras cinco tumbas do projeto (Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Amenemhat/Surero (TT48), Nebamun (TT17) e Kha (TT8)), visando aprofundar o entendimento das crenças funerárias do período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo.

Palavras-chave: Egito Antigo; Espaço Funerário; Tumba de Menna (TT69);

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: The Material Agency in the Tomb of Menna (TT69), New Kingdom, Eighteenth Dynasty, c. 1401–1391 BCE

Abstract

The Tomb of Menna (TT69) was built during the reign of Thutmose IV, approximately 1401–1391 BCE. Located in Sheikh Abd el-Qurna, on the West Bank of Thebes (modern-day Luxor), Egypt, Menna was an elite scribe with direct contact with the pharaoh. The tomb's upper structure, inverted T-shaped and classified as Type Vb, contains a niche for a statue of Menna and his wife, Henattawi. The interior is fully decorated, with notable scenes including excerpts from the Book of the Dead (illustrating the complete journey of the deceased, from mummification and burial to the judgment to the afterlife), scenes of hunting and fishing in the marsh, and a false door representing the dichotomy between the deities Osiris

and Re-Horakhty. The purpose of this work is to interpret these scenes in relation to the space, seeking to understand the interactions of the ancient Egyptians with Material Culture. The objective is to construct the "Funeral Space" of the Tomb of Menna (TT69), comparing it with the other five tombs of the project (Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Amenemhat/Surero (TT48), Nebamun (TT17) and Kha (TT8)), aiming to deepen the understanding of the funerary beliefs of the pre-Amarnian period of the New Kingdom of Ancient Egypt.

Keywords: Ancient Egypt; Funerary Space; Tomb of Menna (TT69);

Introdução

A Tumba de Menna (TT69) foi construída durante o reinado de Tutmés IV (c. 1401-1391 A.E.C.) no sítio de Sheikh Abd el-Qurna, na atual Luxor, Egito. Menna era um membro da elite, atuando como escriba dos campos do Senhor das Duas Terras, o que lhe conferia contato direto com o faraó. A estrutura superior de sua tumba apresenta um formato em T invertido, categorizada como tipo Vb, e inclui um nicho para estátuas de Menna e sua esposa, Henattawi, na câmara interna.

O interior da tumba é ricamente decorado com cenas que incluem partes do Livro dos Mortos (ilustrando a jornada completa do falecido), cenas de caça e pesca no pântano, e uma porta-falsa que representa a dicotomia entre as divindades Osíris e Rê-Horakhty. O propósito deste trabalho é interpretar essas cenas em relação ao espaço, buscando compreender as interações dos antigos egípcios com sua Cultura Material e construir o Espaço Funerário da Tumba de Menna (TT69). Este estudo integra um projeto maior, coordenado pela professora Marcia Severina Vasques, que realiza comparações com outras cinco tumbas tebanas pré-amarnianas: Rekhmirê (TT100), Amenemhat (TT82), Amenemhat/Surero (TT48), Nebamun (TT17) e Kha (TT8). O objetivo central é aprofundar o entendimento sobre as crenças funerárias do período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo.

Para a análise aprofundada, quatro cenas específicas foram selecionadas: a Cena de Adoração a Osíris (parede sudeste), notável por sua localização incomum para tumbas da época; uma porta-falsa (parede noroeste), que apresenta grupos de deuses com Rê-Horakhty e Hathor voltados para o leste, e Osíris e Imentet para o oeste; cenas agrícolas (parede leste, lado sul), que se destacam pela riqueza de detalhes ao retratar o desejo de provisão no Além e as tecnologias agrícolas do período; e uma cena complexa na câmara interna (parede noroeste) que combina oferendas, caça e pesca (com a presença de animais como crocodilos e suricatos, sugerindo possivelmente a presença divina transfigurada, como o deus Sobek), embarcações, e o Ritual de Abertura da Boca.

A metodologia inicial incluiu a confecção de um catálogo baseado no modelo do Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez para a tumba de Nakht (TT52), utilizando o livro "The Tomb Chapel of Menna (TT69)" de Melinda Hartwig como principal fonte para imagens em alta resolução. O projeto tem duração de setembro de 2024 a agosto de 2025 e contará com um curso de extensão de hieróglifos básicos, ministrado por Pedro Hugo Canto Núñez, entre abril e junho de 2025.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi dividida entre três etapas para serem realizadas na análise da tumba de Menna (TT69) de forma plena. Primeiro houve a confecção de um catálogo, que funciona como base do trabalho arqueológico, sendo utilizado como uma forma de organização metodológica do material estudado na pesquisa e otimizando o acesso às informações sobre o objeto de estudo, também é um documento de grande importância para pesquisas futuras. Este catálogo foi baseado no modelo do Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021b), no qual as paredes da tumba de Nakht (TT52) estão catalogadas com os seguintes elementos: uma Imagem guia; Material e técnica; Dimensões; Proveniência; Período; Data; Dinastia; Inscrições; Descrição; Referências bibliográficas. O acesso à fonte será a partir do livro de Melinda Hartwig, *The Tomb Chapel of Menna (TT69): The Art, Culture, and Science of Painting in an Egyptian Tomb* (ARCE Book 5) com imagens coloridas e desenhos em alta resolução.

Para a realização do catálogo, foram feitos alguns levantamentos bibliográficos além de um estudo sobre diversos conceitos do Espaço Funerário no Egito Antigo, para entender como seria possível analisar a tumba de Menna (TT69), e acompanhando e comparando com as outras tumbas das demais integrantes do projeto. Para que fosse possível uma análise das imagens e itens funerários, assim como a contextualização do período em que a pesquisa se localiza, fizemos leituras de diversas obras, sendo as principais: *Religião e magia no Egito Antigo* (2011) da Rosalie David, *Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia* (2019) de Ronaldo Pereira, *Manual de Arte e Arqueologia Egípcia I e II* (2003, 2004) de Antonio Brancaglion, *O livro dos Mortos do Antigo Egito* (1991) traduzido por Maria Helena Trindade Lopes.

Na segunda fase, foram escolhidas quatro cenas de paredes distintas, de acordo com a leitura das fontes. Cada uma das paredes escolhidas tinha cenas diferentes e, algumas delas, inscrições (hieróglifos). A primeira cena se trata da primeira estrutura na parede sudeste com Menna e a sua esposa, Henuttawi, com Osíris (Adoração à Osíris). Esta cena chamou atenção por causa das cores utilizadas para representar Osíris e, principalmente, por conter hieróglifos tanto do lado de Menna e sua esposa quanto do lado do deus egípcio, além do fato de estar do lado oposto, de uma "estela de porta-falsa", sendo uma estela pintada de porta-falsa. A segunda cena se refere a uma primeira estrutura na parede noroeste, que é uma estela de porta-falsa e dentro dela, no registro superior, há grupos de deuses, com Rê-Horakhty e Háthor voltados para o leste (simbolizando o sol nascente e a saída da tumba) e Osíris e a deusa do oeste, Imentet, voltados para o oeste (simbolizando a entrada no mundo dos mortos). Alfred Hermann notou que esta estela e a porta-falsa foram unidas nesta parede porque na câmara, onde se esperaria a porta-falsa, havia a imagem do falecido orando diante de Osíris na parede oposta (BHSL) (Hartwig, p.167-168). A terceira cena se encontra na primeira estrutura na parede leste, lado sul; se trata de cenas agrícolas e elas chamaram atenção pela riqueza de detalhes ao contar, por meio da imagem, o dia a dia nos campos agrícolas, que demonstravam a intenção de existência no Além, e trata de cenas agrícolas, que demonstram tanto uma crença egípcia na provisão de alimentos no Além e as tecnologias do período para a agricultura. Por fim, a quarta e última cena a ser analisada se encontra na câmara interna na parede noroeste e se trata de cinco ações acontecendo em uma cena só, com oferendas sendo ofertadas na parte esquerda, uma cena de caça e

pesca ao meio, contando com a presença de animais dos quais chamam a atenção, como um possível crocodilo-do-Nilo e dois suricatos, subindo a vegetação, que podem significar presença divina transfigurada, e algumas tilápias. A presença desses animais poderia ser outra forma de indicar uma presença divina, como se eles houvessem completado sua transfiguração, como o deus Sobek.; e, na direita, na parte superior, uma cena com algumas embarcações e, logo abaixo, uma cena de um Ritual de Abertura de Boca. Embaixo de todas elas está acontecendo uma procissão com vários servos levando alimentos e outros tipos de oferendas.

Para melhor compreender alguns fatores sobre a tumba, foi ministrado por Pedro Hugo Canto Núñez, um curso de hieróglifos. Na finalização deste curso, houve uma oficina em que cada integrante do projeto escolheu uma das imagens da própria tumba para realizar a transliteração, transcrição e tradução. A fase final deste projeto consistiu na abordagem da agência material (Malafouris, 2013), e a sua aplicação auxilia na interpretação da tumba como um ‘Espaço Funerário em excelência’, concebido como uma entidade ativa na qual ocorre a interação entre o ser humano e a própria tumba.

Resultados e Discussões

O início desta pesquisa, coincidiu com a realização do X Encontro Estadual de História, ANPUH-RN, 20 anos de História: desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade. Então, todas as componentes do projeto de pesquisa participaram do evento da ANPUH, dentro do Simpósio Temático 01: Os espaços da antiguidade e medievo: fontes antigas, novos olhares e perspectivas futuras. O trabalho foi apresentado e os apontamentos recebidos foram frutíferos para a continuidade da Iniciação Científica. Foram feitas reuniões para discussões e estudos, não apenas isto, como também houve uma discussão sobre o livro Manual de Arte e Arqueologia Egípcia de Antonio Brancaglioni Junior, sobre as cores no Egito Antigo, o que significava e como se dava as retratações nas pinturas das tumbas. É interessante analisar como a Melinda Hartwig em seu livro “The Tomb Chapel of Menna: The Art, Culture, and Science of Painting in an Egyptian Tomb (ARCE Book 5)”, utilizado como fonte-base para a pesquisa, faz o estudo com raio-x fluorescentes além de ultravioleta para ver e entender a construção da pintura nesta tumba e quais relações esses ‘erros’ do passado, acobertados por mais camadas de tinta, tinham com o finado dono (Hartwig, 2020, p.272).

Outro momento que contribuiu na construção das análises do plano de trabalho do curso de hieróglifos nível básico, ministrado por Pedro Hugo Canto Núñez. Neste curso, aprendemos o básico da gramática e escrita de hieróglifos, com aulas ministradas durante o período de abril e junho de 2025. As aulas foram do tipo expositivas com atividades para praticar a escrita e o uso da gramática aprendidos. Ao final do curso, foi realizada uma oficina de transcrições, transliterações e traduções de hieróglifos, com diversas fontes para quem não participava da Iniciação Científica, como: estelas, mesas de oferendas, entre outros. Já as participantes do projeto, teriam que escolher uma das cenas previamente selecionadas para análise e traduzir os hieróglifos que nela havia.

Nessa oficina, fizemos a análise das cenas, a transliteração e tradução da cena da tumba que fazia parte do projeto de pesquisa, com o auxílio do programa JSesh. Tal programafacilita a mobilidade acerca da escrita com hieróglifos, de modo que, ao digitarmos o código do sinal ou a transcrição, o sinal aparece desenhado na tela ao invés de precisar escrevê-los manualmente. Para a tumba de Menna, foi escolhida a primeira cena da primeira estrutura, na parede sudeste, com Menna e a sua esposa, Henuttawi, de frente para Osíris (Adoração à Osíris) como bem trata Pedro H. Canto Nuñez em sua publicação na revista da Canoa do Tempo (Canto Núñez, P. H. (2024). O encerramento do curso aconteceu com apresentação dos nossos resultados de tradução e transliteração da fonte estudada.

Conclusão

A Tumba de Menna (TT69), destacada por seu notável estado de conservação no âmbito do projeto, revelou-se um objeto de estudo fundamental para a compreensão do papel e da importância de Menna no contexto do Reino Novo. O presente trabalho teve como propósito central a interpretação das cenas em relação ao espaço e à Cultura Material, buscando a construção do Espaço Funerário da tumba.

A metodologia empregada, que se baseou na abordagem da agência material (Malafouris, 2013), foi crucial para a compreensão da tumba como um "Espaço Funerário em excelência". Este conceito a define como uma entidade ativa, na qual ocorre uma interação dinâmica entre o ser humano e o próprio monumento funerário. Esta interação é fundamental para a perpetuação da identidade do falecido no Além e para a elucidação da profundidade e complexidade das crenças funerárias egípcias.

As análises aprofundadas das quatro cenas selecionadas — a Cena de Adoração a Osíris, a porta-falsa, as cenas agrícolas e as de caça e pesca — não apenas elucidaram a riqueza iconográfica e simbólica do local, mas também a função dessas representações no contexto do desejo de existência pós-morte e das tecnologias agrícolas da época. A pesquisa também detalhou a construção das pinturas funerárias, incluindo o significado e a aplicação das cores no Egito Antigo, bem como a análise da individualidade do morto e das inovações artísticas presentes na tumba. Tais achados desafiam a percepção comum de uma arte egípcia estática ou "canonizada", revelando a criatividade dos artesãos e os avanços tecnológicos inerentes à produção artística do período. O curso de hieróglifos, por sua vez, complementou a interpretação dos discursos funerários escritos, através da prática de transliteração e tradução.

Por fim, ao realizar comparações com as outras cinco tumbas integrantes do projeto ("O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material em tumbas tebanas pré-amarnianas"), este estudo contribuiu significativamente para um aprofundamento do entendimento sobre as crenças funerárias do período pré-amarniano do Reino Novo do Egito Antigo. A pesquisa transcende uma visão exotérica oriunda da egiptomania e da cristandade, oferecendo uma compreensão mais robusta da complexidade histórica, cultural e religiosa egípcia.

Referências

Fontes:

HARTWIG, Melinda. The tomb chapel of Menna (TT69): the art, culture, and science of painting in an Egyptian tomb. Cairo: The American University in Cairo Press, 2020.

Bibliografia:

ANGENOT, Valérie. Cadre et organisation de l'espace figuratif dans l'Égypte ancienne. In: LENAIN, Thierry; STEINMETZ, Rudy (org.). Cadre, seuil, limite: la question de la frontière dans la théorie de l'art. Bruxelas: La Lettre Volée, 2010. p. 21-50.

ANGENOT, Valerie. Copy and reinterpretation in the tomb of Nakht: ancient Egyptian hermeneutics. In: MUHLESTEIN, K. (org.). Proceeding of the International Colloquium: evolving Egypt – innovation, appropriation, and reinterpretation in ancient Egypt. Oxford, British Archaeological Reports, 2012. p. 53-60.

ANGENOT, Valérie. Les peintures de la chapelle de Sennefer (TT 96A). Egypte, Afrique & Orient, 45, p. 21-32, 2007.

ANGENOT, Valérie. Lire la paroi: les vectorialités dans l'imagerie des tombes privées de L'Ancien Empire Égyptien. Annales d'Histoire de l'Art et d'Archéologie, XVIII, 1996.

ANGENOT, Valerie. Pour une herméneutique de l'image égyptienne. CdE, v. LXXX, n. 159- 160, p. 11-35, 2005.

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

ASSMANN, Jan. Egipto a la luz de una teoria pluralista de la cultura. Madrid: Akal, 2016. ASSMANN, Jan. Mort e au-delà dans l'Égypte ancienne. Paris: Éditions du Rocher, 2003a. ASSMANN, Jan. The ramesside tomb and the construction of sacred space. In: STRUDWICK, N.; TAYLOR, J. (org.). The Theban necropolis: past, present and future. Londres: British Museum Press, 2003b. p. 46-52.

ASSMANN, Jan. Egyptian solar religion in the New Kingdom: Re, Amun and the crisis of polytheism. Londres: Kegan Paul International, 1995.

BAROCAS, Claudio. La décoration des chapelles funéraires égyptiennes. GNOI, Gherardo; VERNANT, Jean-Pierre. La mort, les morts dans les sociétés anciennes. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990.

BRANCAGLION JR., Antonio. Banquete funerário no Egito Antigo: Tebas e Saqqara - tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.). 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRYAN, B.; DORMAN, P. Sacred space and sacred function in Ancient Thebes. Chicago: Chicago University Press, 2007.

BRYAN, Betsy M. Memory and knowledge in egyptian tomb painting. In: CROPPER, Elizabeth (org.). Dialogues in art history, from Mesopotamian to modern: readings for a new century. New Haven; Londres: Yale University Press, 2009.

BUENO, Miriam. Private burials in New Kingdom Thebes: religious belief and identity. Birmingham Egyptology Journal, v. 7, p. 51-69, 2020.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo; VASQUES, Marcia Severina; CANTO MARTINS, Bruno Leonardo. Projeção tridimensional de uma estrutura funerária egípcia: implicações, formulações e análise espacial da tumba de Nakht (1401-1353 A.E.C.). Revista Aedos, v. 12, n. 26, p. 168- 197, 2020.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

CANTO NÚÑEZ, P. H. Entre a materialidade e o discurso funerário das portas-falsas de tumbas tebanas: a porta do além de Nakht (tt52), Reino Novo, Egito Antigo. Canoa do Tempo, [S. l.], v. 16, p. 1–32, 2024. DOI: 10.38047/rct.v16.FC.2024.da2.p.1.32. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/15893](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/15893). Acesso em: 29 ago. 2025.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. HARTWIG, Melinda K. Tomb painting and identity in ancient Thebes, 1419-1372 BCE. Turnhout, Bélgica: Brepols Publishers, 2004.

PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VASQUES, Marcia Severina. Háthor. Das Questões, v. 5, n. 5, p. 1-12, mar. 2018.

VASQUES, Marcia Severina. Máscaras funerárias no Egito Romano: crenças funerárias, etnicidade e identidade cultural. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. A Morte e o Além no Egito Antigo: os campos da Duat nas tumbas de Nakht e Nebamun (Novo Império, Tebas Ocidental) In: CONGRESO INTERNACIONAL IMÁGENES DE LA MUERTE, 8., 2018, Pachuca. Anais [...]. Pachuca, 2018.

Anexos



ANEXO I - PLANTA DA TUMBA DE MENNA (TT69) COM MARCAÇÃO DAS PAREDES QUE FORAM TRABALHADAS NA PESQUISA



ANEXO II - PRIMEIRA ESTRUTURA - PAREDE SUDESTE - MENNA E SUA ESPOSA COM OSÍRIS (ADORAÇÃO À OSÍRIS)



ANEXO III - PRIMEIRA ESTRUTURA - PAREDE NOROESTE - PORTA FALSA



ANEXO IV - PRIMEIRA ESTRUTURA - PAREDE LESTE, LADO SUL - CENAS AGRÍCOLAS



ANEXO V - CÂMARA INTERNA - PAREDE NOROESTE - OFERENDAS + CAÇA E PESCA + RITUAL DE ABERTURA DE BOCA (RAB)



ANEXO VI - TRANSLITERAÇÕES FEITAS DA TUMBA



ANEXO VII - TRANSLITERAÇÕES FEITAS DA TUMBA



ANEXO VIII - TRANSLITERAÇÕES FEITAS DA TUMBA



ANEXO IX - TRANSLITERAÇÕES FEITAS DA TUMBA

CÓDIGO: HS0604

AUTOR: ANNY KAROLINE DE ARAUJO NUNES

ORIENTADOR: JADER FERREIRA LEITE

TÍTULO: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA SOBRE AS FEIRAS LIVRES DE AGRICULTURA FAMILIAR

Resumo

As feiras livres de agricultura familiar se estabelecem como espaços de trocas socioeconômicas e políticas que promovem a democratização do acesso a produtos de qualidade e saudáveis, além de protagonizar os circuitos curtos de comercialização por meio da interação direta entre consumidor e agricultor. Desse modo, na tentativa de contribuir com a presente temática, foi realizado um estudo de revisão integrativa sobre feiras de agricultura familiar com o objetivo de identificar, sistematizar e analisar diferentes tipos de estudos, buscando evidenciar tanto o conhecimento atual acerca desse tema, quanto apontar lacunas na produção desse conhecimento. A busca foi realizada no Portal de periódicos da CAPES, utilizando os descritores “feiras livres” e “agricultura familiar”, nos idiomas português, inglês e espanhol. O resultado bruto levantado pela pesquisa foi de 76 artigos, porém, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se ao compilado final de 61 produções científicas. Os dados encontrados e categorizados se referem ao ano de publicação, área do conhecimento, eixos temáticos, população estudada e perspectiva metodológica. Assim, surge como motivação para a temática deste trabalho a realização do mapeamento e do desenvolvimento de dados para a Psicologia e outras áreas do conhecimento, abrangendo os espaços das feiras livres de agricultura familiar e as interações entre produtores/as e consumidores/as.

Palavras-chave: Feiras livres. Agricultura familiar. Revisão integrativa.

TITLE: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW ON FARMERS' MARKETS OF
FAMILY FARMING

Abstract

Family farming street markets are established as spaces of socioeconomic and political exchanges that promote the democratization of access to healthy and high-quality products, while also fostering short supply chains through direct interaction between consumers and farmers. Thus, in an attempt to contribute to this discussion, an integrative review study on family farming markets was carried out with the aim of identifying, systematizing, and analyzing different types of studies, seeking to highlight both the current knowledge on this topic and the gaps in the production of such knowledge. The search was conducted in the CAPES Journal Portal, using the descriptors “street markets” and “family farming” in Portuguese, English, and Spanish. The initial search yielded 76 articles; however, after applying the inclusion and exclusion criteria, the final selection comprised 61 scientific studies. The data found and categorized refer to year of publication, field of knowledge, thematic axes, studied population, and methodological perspective. Therefore, the theme of this work arises as a motivation for mapping and developing data for Psychology and other fields of knowledge, encompassing the spaces of family farming street markets and the interactions between producers and consumers.

Keywords: Farmers' markets. Family farming. Integrative review.

Introdução

As feiras livres de agricultura familiar possuem multiplicidades na forma de ocupar os espaços, expressando-se como importante ferramenta de representação do trabalho rural no cenário urbano e possibilitando aos/as consumidores/as urbanos/as acesso a alimentos saudáveis e economicamente mais acessíveis, além de protagonizar circuitos curtos de comercialização, ao promover maiores interações na relação entre os consumidores/as e os/as agricultores/as familiares (Amaral et al., 2020; Araújo & Ribeiro, 2018).

O Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) é uma pesquisa de levantamento de dados realizada periodicamente pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome que tem como objetivo coletar informações acerca da gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados e municípios brasileiros (Brasil, 2022). Nos dados coletados referentes à última edição desse levantamento correspondente ao ano de 2022, 66,0% dos municípios do Brasil possuem feiras livres, 27,1% dos municípios não têm feiras livres e 7,0% dos municípios não souberam informar (MapaSAN, 2022). Por meio dessas informações é possível observar a prevalência das feiras livres no território brasileiro como uma importante possibilidade de comércio, trocas sociais e desenvolvimento regional.

Dentre esses municípios que compõem as feiras livres, a região Sudeste se estabelece como a que possui maior número de feiras, somando 2.761 e tendo uma média de 9 feiras por município, enquanto a região Nordeste apresenta o segundo maior, com 860 feiras, possuindo como média 2 feiras por município, a região Sul vem logo atrás registrando 850 feiras e tendo como média 3 feiras por municípios (MapaSan, 2022). As outras regiões (Norte e Centro-Oeste) ficam bem atrás em números das que foram citadas, evidenciando um dado importante que levanta questionamentos acerca da falta de

incentivo e políticas públicas que incentivem a comercialização de alimentos e produtos locais.

Outro dado produzido foi acerca das feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica. 1.235 municípios responderam a esse questionamento, totalizando 53,0% (ou 654 municípios) que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica, 32,4% (ou 400 municípios) afirmaram não possuir esse tipo de feira em seu território e 14,7% (ou 181 municípios) não souberam informar se possuem ou não esse tipo de feira (MapaSan, 2022). Dessa forma, a partir dos resultados, é importante considerar que um pouco mais que a metade das feiras livres se identificam como feiras de produtos orgânicos ou agroecológicos, se estabelecendo como uma importante posição política e de posicionamento quanto à legitimidade desses produtos, por meio de uma preocupação ambiental e com o consumo desses alimentos, produzindo saúde e bem-viver.

Com isso, as feiras livres permanecem em meio a esse contexto como principal mecanismo de promoção de espaços de resistência frente à lógica capitalista de consumo em massa e impessoalidade (Batista, Guimarães & Baú, 2018), proporcionando ao/a consumidor/a um contato mais próximo com o alimento e com os/as agricultores/as em que podem apresentar um “saber-fazer”, isto é, um conjunto de saberes tradicionais vinculados ao patrimônio cultural e histórico desenvolvidos na prática pelos/as produtores/as, buscando alimentos saudáveis e agroecológicos (Schneider & Ferrari, 2015).

Assim, na tentativa de contribuir com o debate sobre a presente temática, foi realizado um estudo de revisão integrativa sobre feiras livres de agricultura familiar, com o objetivo de identificar, sistematizar e analisar diferentes tipos de estudos, buscando evidenciar tanto o conhecimento atual acerca dessa temática, quanto apontar lacunas na sua produção.

Metodologia

A revisão integrativa buscou delinear na literatura científica os trabalhos que já foram produzidos com o tema de feiras livres de agricultura familiar, estabelecendo uma análise de critérios e uma produção de dados sistematizados e o papel da Psicologia nesse lugar científico. Para isso foram realizados sete passos metodológicos: Passo 1. Identificação do tema e delimitação do objetivo da pesquisa; Passo 2. Busca na literatura e seleção do material; Passo 3. Critérios para inclusão e exclusão; Passo 4. Categorização do material; Passo 5. Análise crítica dos estudos; Passo 6. Discussão dos resultados; e Passo 7. Apresentação da revisão integrativa (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Os descritores utilizados foram “feiras livres” e “agricultura familiar”, nos idiomas português, inglês e espanhol, sendo a busca realizada no Portal de periódicos da CAPES, de modo que foram selecionados artigos de periódicos revisados por pares, de acesso aberto, sem intervalo temporal definido. Como principal critério de inclusão foram

considerados os estudos que continham feiras livres de agricultura familiar. Com a aplicação desses critérios, o resultado bruto que a pesquisa levantou foi de 76 artigos.

Apesar disso, no processo de revisão da literatura, foi visto que existiam algumas produções repetidas, de acesso fechado e com uma temática distante da estabelecida pelos critérios, desse modo, o compilado final foi de 61 artigos. Os dados referentes às produções selecionadas foram organizados em uma planilha no Excel em que foram delimitadas categorias a serem preenchidas com os dados de cada artigo selecionado. As categorias escolhidas para integrar os dados a serem produzidos foram: título do artigo, autor(es), ano de publicação, DOI, filiação institucional, área do conhecimento, revista, objetivo de cada produção, temática, população estudada, estratégia metodológica, perspectiva teórica e perspectiva metodológica.

As categorizações foram sendo preenchidas referentes a cada produção encontrada e selecionada de acordo com os critérios instituídos. Após o cumprimento desse passo, iniciou-se o processo de análise e agrupamento dos dados referentes às principais categorias, estabelecendo associações entre os dados encontrados com a finalidade de estruturar as informações para uma melhor compreensão dos resultados alcançados. Desse modo, a partir dessas categorias criadas e definidas foi possível delimitar de forma detalhada e sistematizada os dados encontrados nesta revisão integrativa, buscando a responsabilidade que a Psicologia como área do conhecimento possui no ambiente das feiras livres, na forma de pensar esses espaços de maneira diversificada, mas também de denunciar as problemáticas que se inserem nesse cenário de feiras livres e agricultura familiar, que se concretizam pela luta por soberania alimentar, produção de saberes tradicionais e potencialidades, indo de encontro ao modelo predominante agroalimentar que se estabelece na lógica capitalista que visa apenas lucro e produção em massa.

Resultados e Discussões

Dentre as categorias criadas, o primeiro dado analisado foi acerca da produção de artigos por ano, estabelecendo uma métrica a partir dos resultados encontrados que correspondem ao período de tempo de 2009-2024. O ano de 2022, por exemplo, caracterizou-se como o ano que mais teve produções científicas dentro da temática de agricultura familiar e feiras livres, totalizando 12 produções, enquanto que o segundo ano foi em 2023, com 9 produções. Apesar disso, dentro do período de tempo observado, foi visto que nos anos de 2015, 2014 e 2011, não houve nenhum artigo publicado com esse tema. Assim, a média de produções por ano de 2009-2024 foi de aproximadamente 4 produções científicas por ano, um número relativamente baixo se comparado à importância e à presença que as feiras livres de agricultura familiar possuem na realidade das pessoas e no desenvolvimento regional brasileiro.

Quanto à categoria de áreas de conhecimento, os grupos estabelecidos a partir da demanda foram: Ciências Biológicas e Ambientais, com 2 produções; Ciências Exatas, com 3; Ciências da Saúde, com 6; Ciências Sociais Aplicadas, com 8; Ciências Agrárias, com 19, e Ciências Humanas, com 23. Por meio da quantidade de produções é possível concluir que a área do conhecimento que mais publica artigos com esse tema é a da

Ciências Humanas e em segunda posição, as Ciências Agrárias, uma vez que é uma área mais específica voltada para agricultura e para a produção sustentável de alimentos. Enquanto as Ciências Biológicas e Ambientais possuem poucas publicações científicas nesse campo, sendo um dado importante, considerando a importância ambiental e ecológica a qual muitas feiras livres de agricultura familiar se preocupam e se utilizam na produção e comercialização desse tipo de alimento agroecológico.

Por meio da análise das principais temáticas estabelecidas, juntamente com os objetivos identificados em cada produção, o título de cada artigo e os apontamentos teórico-metodológicos, foram traçados eixos temáticos com a finalidade de compilar as produções científicas mais semelhantes entre si. Assim, foram evidenciados 6 eixos temáticos ao todo, são eles:

1) Interações nas feiras livres, agricultores e consumidores: nesse eixo foram selecionados 18 artigos, os quais tiveram como principal temática as relações sociais entre agricultores/as e consumidores/as, o sentido e o significado das feiras livres, perfil dos consumidores/as, perfil socioeconômico dos/as feirantes e as vivências na feira. Este eixo concentra essa discussão apresentada estabelecendo uma análise das feiras livres, dos agricultores e dos consumidores, como apresentado na Feira Municipal de Economia Solidária em Lages (SC), uma vez que reflete a relação da feira a partir da perspectiva dos agricultores familiares feirantes, trazendo discussões acerca da busca pela qualidade dos alimentos, pela comercialização direta, a origem da agricultura familiar naquela região em meio a predominância do agronegócio e a importância da feira como principal lugar de rentabilidade e sustento (Locks et al, 2022). Além disso, discute e pensa a feira de agricultura familiar para os consumidores, analisando o perfil desse público que tende a frequentar esses espaços, como no artigo da Feira Agroecológica do Mercado Municipal de Goiânia-GO, que estabeleceu o perfil dos consumidores de produtos orgânicos que frequentam essa feira, tendo como resultado um público majoritariamente feminino (84%), possuindo uma preocupação com a busca de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos, dispostos a pagar um preço maior por esse tipo de produto e a fidelidade que possuem com os agricultores desta feira (Caliari et al., 2012).

2) Feiras livres, segurança alimentar e desenvolvimento socioambiental: a partir desse eixo foram designados 12 produções, visto que encontram-se artigos mais voltados para o desenvolvimento econômico por meio das feiras livres, mas com uma preocupação ambiental e social a respeito dessa produção e comercialização de alimentos através de produtos agroecológicos e orgânicos, como retratado por um artigo que apresenta o processo de transição para a agricultura agroecológica entre os agricultores familiares e assentados na região Central do RS (Picolotto & Bremm, 2017). Ao adotarem a prática da ecologização na produção de alimentos e produtos artesanais, surgiu como estratégia a diversificação do plantio de alimentos pelas famílias agricultoras e a criação de locais de comercialização desses produtos, caracterizando pela venda direta, pelo aumento da possibilidade de autonomia ao fornecer produtos, a preservação do meio ambiente e a confiança que os consumidores possuem na qualidade desses alimentos, assim, o consumo de produtos coloniais e orgânicos retratados neste artigo são uma forma política de engajamento com causas ambientais, de consumo e incentivo à produção de alimentos saudáveis (Picolotto & Bremm, 2017). A Feira do Agricultor do Laranjeiras do Sul (PR) foi alvo de uma pesquisa interventiva que teve como objetivo a criação de uma ferramenta nutricional para rotulagem de produtos alimentícios comercializados nesta feira. Tal

prática possibilitou ao consumidor diversas informações, como: dados do produtor, lista de ingredientes, data de fabricação, período de validade, peso líquido e informação nutricional (Andretta et al., 2016; Laranjeiras do Sul, 2010). Em virtude disso, a utilização da rotulagem nos alimentos possibilitou ao consumidor uma segurança alimentar, por meio da rastreabilidade do alimento, proporcionado aos produtos qualidade e identidade (Andretta et al., 2016; Luengo & Calbo, 2009).

3) Feiras livres no contexto da pandemia de Covid-19: neste eixo encontram-se 6 artigos que trazem como panorâma central como as feiras livres foram afetadas pela pandemia da Covid-19, quais estratégias foram desenvolvidas para o enfrentamento desse contexto, além dos impactos e consequências para os agricultores/as e consumidores/as. Assim, as produções refletem em como a pandemia de Covid-19 evidenciou vulnerabilidades dos agricultores familiares, como a queda de rendimentos e a falta de apoio técnico. Diante das medidas de restrição impostas pela pandemia, muitas famílias tiveram sua única fonte de renda ameaçada, como no caso da Feira da Mulher Rural em Itaituba (PA), cuja continuidade foi essencial para o sustento das agricultoras, utilizando-se de estratégias que envolveram a venda online por meio das redes sociais, como WhatsApp, Facebook e Instagram, e dos serviços de entrega (delivery), transformando a feira presencial em uma feira online (Oliveira & Lavarda, 2024). As dificuldades foram ampliadas pela limitação do acesso a tecnologias digitais e pela precarização das condições de trabalho. Em meio a esse cenário, agricultores buscaram alternativas para manter suas vendas, como diversificação produtiva, serviços de entrega a domicílio, uso de redes sociais e venda direta a estabelecimentos. Conforme Preiss et al. (2021), em feiras do Vale do Rio Pardo (RS) não houve registros de contágio, o que reforça a eficácia do controle social na produção e comercialização de alimentos e a reinvenção dos agricultores e feirantes frente à crise.

4) Relações de gênero e étnico-raciais nas feiras de agricultura familiar: esse eixo conta com 2 produções científicas que tiveram como recorte principal as relações de gênero e étnico-racial estabelecidas nos espaços das feiras. A Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do território de Inhamuns e Crateús no Ceará traz uma reflexão acerca do espaço que as mulheres possuem na feira e quais papéis elas desempenham nesse contexto, desse modo, essa feira cumpre como função oferecer alimentos sem agrotóxicos, destacar a participação das mulheres camponesas no processo produtivo e de comercialização, tensionando a falta de reconhecimento feminino como um importante debate político para a consolidação da autonomia dessas camponesas (Martins & Barbosa, 2022). Outro artigo retrata uma feira na Bolívia com agricultores/as familiares indígenas, é a Feira de Agricultores de Mizque que é composta por agricultores familiares camponeses indígenas que possuem pequenas propriedades na região as quais conta com a participação da mão de obra familiar, preservando conhecimentos ancestrais na prática da agricultura e possuindo um papel central no abastecimento alimentar interno da região, além do papel fundamental desempenhado pelas mulheres como principais produtoras de alimentos, auxiliando em importantes decisões na forma de produzir e sendo responsáveis pelo trabalho doméstico (Meneces & Junior, 2022). Diante desse cenário, encontra-se a perda de visibilidade e de espaço da agricultura familiar camponesa indígena devido às extensas superfícies de terras cultivadas para a agroindústria, evidenciando pouco reconhecimento na sociedade pela falta de políticas públicas destinadas à comunidade camponesa desse município, apesar dos agricultores familiares

indígenas serem o setor que mais promove segurança e soberania alimentar à população (Meneces & Junior, 2022).

5) Feiras livres, a participação de atores institucionais e movimentos sociais: neste item foram selecionados 9 produções que possuem como tema central a contribuição de instituições e movimentos sociais no ambiente das feiras livres, os quais participam e auxiliam no funcionamento desses espaços, seja por meio de investimentos, estudos na área, luta por direitos e capacitações/assistência técnica voltadas para os/as agricultores/as. Os principais atores institucionais notados nas produções são secretarias municipais, empresas que dão apoio a empreendedores e a pequenas empresas e extensão universitária, como a Feira Agroecológica no IFRN campus Ipanguaçu, a qual se estabeleceu como um projeto de pesquisa que tinha como objetivo avaliar a dinâmica de implantação dessa feira nas dependências do Instituto Federal, proporcionando aos estudantes uma relação direta com os produtores da região, além do incentivo à agricultura familiar, à economia solidária e na geração de renda para os feirantes (Silva et al., 2019). Quanto aos movimentos sociais, evidencia-se uma articulação dos agricultores familiares com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), relacionado ao processo de conquista da terra e o apoio dado às feiras livres. A comunidade de Palmares II em Parauapebas (PA) conseguiu a conquista do seu território por meio do Projeto de Assentamento Palmares II, ocorrendo primeiro a ocupação da terra pelos agricultores familiares e depois a oficialização daquela área por meio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), possibilitando o acesso à terra a 517 famílias assentadas, além da geração de renda para a comunidade que depende da comercialização dos produtos da agropecuária na feira do município (Santos & Mitja, 2011).

6) Comercialização nas feiras livres de agricultura familiar: neste último eixo foram considerados 14 artigos com temática associadas às relações econômicas nas feiras livres, as estratégias realizadas pelos/as agricultores/as na venda dos produtos e os modelos centrais de comercialização. O sistema agroalimentar contemporâneo alterou a lógica em que os produtos passaram a ser comercializados, tornando-os mercadoria a serem produzidos em modelos predominantes de larga escala, como em redes de supermercados e deliverys, distribuindo alimentos cada vez mais industrializados e com agrotóxicos (Oliveira & Schneider, 2019). Sendo assim, cada vez mais os/as consumidores/as se distanciam da cadeia agroalimentar, envolvendo-se em mais etapas e ficando cada vez mais longe dos/as produtores/as iniciais, apesar desse cenário, essa temática é discutida neste eixo por meio do incentivo às feiras livres como canais curtos de comercialização. Assim, um exemplo disso são as feiras livres do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais onde as principais estratégias de comercialização utilizadas são os preços baixos, democratizando o acesso ao alimento e possibilitando a negociação do valor com o produtor, além do local em que ocorre a feira, numa área bastante central da cidade. Assim, a feira se caracteriza não só como um espaço de trocas comerciais, mas como um recurso público que tem como objetivo fornecer um abastecimento interno com qualidade (Cruz et al., 2022). Desse modo, quanto maior a diversidade de canais curtos de comercialização, maiores são as chances dos pequenos agricultores venderem seus produtos, fortalecendo tanto a sua produção quanto sua vida social e econômica e da comunidade em que estão inseridos (Verano, Neto & Medina, 2023). As estratégias utilizadas de comercialização de acordo com os dados mapeados nas feiras dos municípios de Goiás variam das mais tradicionais por meio da venda direta em feiras,

vendas em restaurantes, bancas às margens da estrada etc., até os canais curtos inovadores por meio da criação de aplicativos e redes sociais, vendas institucionais e entre outras possibilidades mapeadas (Verano, Neto & Medina, 2023).

Em relação a população estudada, os critérios estabelecidos e os resultados obtidos foram: artigos voltados apenas para agricultores feirantes, com 24 produções; apenas consumidores, com 7 produções; apenas atores institucionais, com 6 produções; agricultores feirantes e consumidores, 16 produções; agricultores feirantes e atores institucionais, 7 produções; agricultores feirantes, consumidores e atores institucionais, com apenas 1 produção. Com isso, é possível verificar que a maior quantidade de pesquisas realizadas com a temática das feiras livres de agricultura familiar possuem como principal público-alvo os agricultores feirantes e em segunda posição, agricultores feirantes e consumidores, considerando os aspectos de relação e interação entre agricultores e consumidores.

Quanto à categoria da perspectiva metodológica, as pesquisas foram divididas em três tipos: qualitativa, com 30 produções; quantitativa, com 15 produções e quali-quantitativo, com 16 produções. Assim, é possível observar que grande parte das produções acadêmicas são pesquisas qualitativas, com cerca de 30 produções, isto é, quase metade dos artigos analisados pela revisão, este é um dado importante a ser considerado, uma vez que quando se trata dessa temática de feiras livres e agricultura familiar, há uma maior inclinação em desenvolver pesquisas que busquem compreender a experiência dos/as produtores/as com a terra, com os consumidores, os agentes institucionais que se envolvem no processo, os sentidos atribuídos e estabelecidos nas feiras e dentre outros aspectos.

Desse modo, um dado encontrado mobilizador para a pesquisa foi a falta de produções científicas da área da Psicologia retratando esse tema. Não encontramos nenhuma publicação referenciando a Psicologia ou os seus pressupostos teóricos, fator que causa tensionamentos e reflexões acerca do papel que essa área do conhecimento tem desempenhado na realidade como uma importante ferramenta para compreender as relações sociais e os encontros possibilitados a partir da feira e da agricultura familiar. As feiras são espaços que se concretizam pela luta por soberania alimentar, a expressão do rural no urbano, a produção de saberes tradicionais e potencialidades, indo de encontro ao modelo predominante agroalimentar que se estabelece na lógica capitalista que visa apenas lucro e produção em massa e a Psicologia tem como responsabilidade se inserir nesses espaços e se apropriar dessas temáticas.

Conclusão

A partir da revisão integrativa realizada foi observado o quanto as feiras livres estão presentes em comunidades rurais e urbanas, sendo o seu funcionamento essencial para o abastecimento interno de cidades e municípios, esse é um importante fator para a geração de renda desses trabalhadores, assim como, no desenvolvimento regional. Esses espaços de agricultura familiar são heterogêneos, mas similares em busca por direitos e políticas públicas que favoreçam a realização das feiras e o auxílio na produção de alimentos, uma

vez que grande parte dos agricultores buscam produzir alimentos sem agrotóxicos, pensando na saúde própria, dos consumidores e da terra, isto é, uma preocupação com o meio ambiente. A feira se torna esse espaço de trocas, não apenas econômicas, mas culturais, sociais e políticas, dado que foi articulado e discutido nos artigos ao pensar a figura e o papel da mulher como agricultora familiar, a busca pela preservação dos conhecimentos tradicionais de cultivo da terra, a problemática do agronegócio e dos circuitos longos de comercialização, a importância da articulação da feira com os atores institucionais e a luta por uma terra produtiva.

Os agricultores familiares se utilizam de diferentes estratégias para a comercialização dos seus produtos, mesmo diante de cenários desafiadores, como a pandemia de Covid-19, muitas feiras em associação com diretrizes municipais e estaduais, conseguiram encontrar estratégias para manter a atividade das feiras, uma vez que a população necessitava da compra de alimentos e os feirantes que dependiam do escoamento de sua produção. Outro dado analisado foi quanto ao público dos consumidores que possuem uma relação de confiança com os agricultores feirantes, conhecendo a qualidade dos produtos vendidos, além de uma consciência ambiental e política do que significa adquirir alimentos nos espaços das feiras livres.

Portanto, o levantamento bibliográfico dessa temática evidenciou uma heterogeneidade de discussões das potencialidades das feiras livres, como um espaço de resistência e garantia do bem-viver (Pereira, Brito & Pereira, 2022), a busca pela soberania alimentar e uma consciência socioambiental. A partir dessa compreensão, surge a necessidade da Psicologia se apropriar desses debates e discussões, desenvolvendo cada vez mais pesquisas que busquem estudar espaços como as feiras livres, a relação do rural e do urbano e a continuação de levantamento de dados acerca dessa temática. Assim, surge como motivação a temática deste trabalho para mapear e desenvolver dados para a Psicologia e outras áreas do conhecimento abrangendo os espaços das feiras livres de agricultura familiar e as interações entre produtores/as e consumidores/as em uma abordagem psicossocial.

Referências

Amaral, L. de S., Santos, C. de J., Souza, C. R., Penha, T. A. M., & Araújo, J. P. (2020). O papel das cadeias curtas de comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: O caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 55(Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens), 494–516. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.74160>

Araújo, A. M., & Ribeiro, E. M. (2018). Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 26, 3, 561-583. <https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-4>.

Batista, L., Luiza P. Guimarães, M., & Cristina Baú, A. (2018). Feiras, limiares e fronteiras: entre regulamentações biopolíticas e astúcias cotidianas. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 13(4), 1–12. Recuperado de https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3152

Oliveira, A. L. A., Cruz, F. T., & Schneider, S. (2019). Sustentabilidade e escolhas alimentares: por uma biografia ambiental dos alimentos. *Sustentabilidade em Debate* - 10, 1, 146-158. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v10n1.2019.19280>.

Pereira, S. B., Brito, T. P., & Pereira, V. G. (2022). Feira-livre como experiência de Bem Viver: uma expressão pulsante das resistências cotidianas. *PerCursos*, 23(53), 180–210. <https://doi.org/10.5965/1984724623532022180>

Schneider, S., & Ferrari, D. L. (2015). Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o Processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 17, 1, 56-71. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87838281006>.

Souza, M., Silva, M., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

Oliveira, R. S., & Lavarda, C. E. F. (2024). A agricultura familiar na pandemia de Covid-19: Estratégias inovadoras que emergiram entre as agricultoras da Feira da Mulher Rural no município de Itaituba no estado do Pará. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 10(1), 1–18. <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/714>

Ministério da Cidadania. (2022). MapaSAN 2022: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional [Relatório ou documento online]. Caisan / Ministério da Cidadania. Publicado em 13 de dezembro de 2022.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2022). MapaSAN 2022: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-san>

Preiss, P. V., et al. (2021). Abastecimento alimentar e COVID-19: Uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28, e021007. <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661446>

Locks, G. A., Melo, J. E. B. de, Moura, J. B. de, Fonseca, M. A. da, Fontoura, E. D. O., Campos, J. D. S., & Fontana, T. E. R. (2022). Agricultura familiar e a feira de economia solidária em Lages, SC: Uma análise na perspectiva dos feirantes. *Revista Ciência em Extensão*, 17, 237–254. <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2021v17p237-254>

Caliari, M., Morais, F. F. de, Camargo, R. S. de, Oliveira, L. H. M. B. de, & Silveira, M. A. da. (2012). Perfil dos consumidores de produtos orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 7(2), 77–82.

Picolotto, E. L., & Bremm, C. (2017). Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade*, 15, 104–130. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesplp104>

Vasconcelos Martins, Y., & Pinheiro Barbosa, L. (2022). A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús - Ceará. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 7, e12924. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12924>

Silva, A. R. A. da, Silva, F. R. da, Vasconcelos Segundo, V. C., & Lima, E. N. (2019, 19 de dezembro). Dinâmica da implantação de uma feira agroecológica no IFRN Campus Ipanguaçu [Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Ipanguaçu]. *Memória IFRN*. <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2459>

Ramirez Meneces, C., & Wesz Junior, V. J. (2024). Cadenas cortas agroalimentarias en Bolivia: Una mirada hacia la feria campesina de Mizque. *Revista de Estudos Sociais*, 24(49), 70–85. <https://doi.org/10.19093/res14969>

Santos, A. M. dos ., & Mitja, D.. (2012). Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. *Interações (campo Grande)*, 13(1), 39–48. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100004>

Cruz, M. S. da ., Ribeiro, E. M., Perondi, M. A., Araujo, A. M., & Maltez, M. A. P. da F.. (2022). Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha . *Revista De Economia E Sociologia Rural*, 60(spe), e245926. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926>

Andretta, M. H., Gusatti, E., da Silveira, P., Trento, A., Blanco Mattje, L. G., & Molardi Bairy, E. (2016). DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DE CÁLCULO DA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL PARA ROTULAGEM DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DO AGRICULTOR DE LARANJEIRAS DO SUL-PR. *Revista Brasileira De Extensão Universitária*, 7(2), 67-73. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2016v7i2.3104>

Laranjeiras do Sul. (2010). Projeto de Lei n.º 038/2010, de 19 de agosto de 2010: Normas para a produção e comercialização de produtos artesanais. Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul.

Luengo, F. A., & Calbo, A. G. (2009). Embalagem para comercialização de hortaliças e frutas no Brasil (1ª ed.). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Verano, T. de C., Medina, G. da S., & Silva Neto, C. de M. (2023). Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: Relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 31(2), 464–483. https://doi.org/10.36920/esa31-2_16

Anexos



Produção de artigos por área de conhecimento



Perspectiva metodológica dos artigos



População estudada pelos artigos



Eixos temáticos

CÓDIGO: HS0623

AUTOR: ARTHUR HENRIQUE DA CRUZ MOURA

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Bilinguismo e Biliteracia: O papel mediador da Teoria da Mente na Conectividade da Fala de Universitários Brasileiros Bilingües.

Resumo

O presente trabalho dá continuidade à pesquisa intitulada *An Interplay between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals*, desenvolvida no PPgEL/CCHLA em 2023. O estudo original analisava como características cognitivas individuais de estudantes brasileiros bilíngües, incluindo a Teoria da Mente (ToM), mediavam os efeitos da complexidade de tarefas sobre o desempenho oral. Para o presente estudo, implementamos uma atividade de descrição de imagens baseada em Cunha (2023), composta por tirinhas de quatro cenas, em versões simples e complexa. Participaram 30 licenciandos em Letras da UFRN, organizados conforme desempenho na triagem de vocabulário em Língua Inglesa (VLT) e na identificação de gafes sociais (Faux Pas Recognition Test). Neste estudo, propomos que diferenças individuais na conectividade serão mediadas pela ToM: participantes com maior habilidade de inferência social devem apresentar desempenho mais estável, mesmo em tarefas complexas. O VLT apontou desempenho lexical elevado ($M = 140,4/150$; $DP = 4,7$), assegurando a homogeneidade da amostra. Ao contrário de Cunha (2023), em que bilíngües iniciantes obtiveram melhores resultados em tarefas simples, os bilíngües avançados destacaram-se nas complexas, produzindo narrativas mais densas. Escores de ToM predisseram significativamente a conectividade (LSC; $p = 0,0035$) e a fluência (WC; $p < 0,0001$), confirmando a relevância da inferência social para a estabilidade discursiva em L

Palavras-chave: Bilinguismo. Biliteracia. Teoria da Mente. Conectividade de fala.

TITLE: Bilingualism and Biliteracy: The Mediating Role of Theory of Mind in Speech Connectedness among Bilingual Brazilian University Students.

Abstract

This study builds upon the research titled *An Interplay between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals*, conducted at PPgEL/CCHLA in 2023. The original study examined how individual cognitive characteristics of Brazilian bilingual students, including Theory of Mind (ToM), mediated

the effects of task complexity on oral performance. For the present work, we implemented a Picture Description Task based on Cunha (2023), consisting of four-panel comic strips presented in simple and complex versions. Thirty undergraduate students from UFRN's Language and Literature programs (Portuguese, English, Spanish, and French) participated, organized according to their performance on the English Vocabulary Levels Test (VLT) and on the identification of social blunders in narratives (Faux Pas Recognition Test). We propose that individual differences in connectedness are mediated by ToM: participants with stronger social inference skills should present more stable performance, even in complex tasks. The VLT results indicated high lexical performance ($M = 140,4/150$; $SD = 4,7$), confirming sample homogeneity. Unlike Cunha (2023), where beginners performed better in simple tasks, advanced bilinguals benefited from complex ones, producing denser narratives. Moreover, ToM scores significantly predicted connectedness (LSC; $p = 0,0035$) and fluency (WC; $p < 0,0001$), underscoring the central, mediating role of social inference in L2 speech connectedness.

Keywords: Bilingualism. Biliteracy. Theory of Mind. Speech Connectedness.

Introdução

A linguagem exerce um papel abrangente como veículo de cultura, memória e visão de mundo, constituindo-se não apenas como meio de comunicação, mas como estrutura fundamental para a organização do pensamento e das relações sociais (Vygotsky, 1987). Desde tempos imemoriais, a linguagem tem sido um meio dinâmico de preservação e transmissão do conhecimento humano sobre a vida. As diferentes formas como vivenciamos o mundo e concebemos as realidades alheias às nossas são profundamente influenciadas pelo repertório lexical derivado do ambiente social e pelas narrativas que conseguimos construir a partir dele, moldando, assim, nossa capacidade de compreender e antecipar o comportamento de outros indivíduos.

A Teoria da Mente (ToM) é a capacidade de atribuir estados mentais como crenças, desejos, intenções e emoções a si mesmo e a outras pessoas (Baron-Cohen, Leslie & Frith, 1985; Buac & Kaushanskaya, 2020), reconhecendo que esses estados podem diferir tanto da realidade objetiva quanto dos próprios estados em si (El Mouslih et al., 2025), e utilizando essa compreensão para interpretar, prever e explicar comportamentos (Schroeder, 2018). A ToM e a linguagem estão intimamente ligadas, uma vez que a compreensão e a produção de enunciados sobre estados mentais dependem de competências linguísticas específicas, como a habilidade de construir orações complexas e o uso de recursos pragmáticos que permitem inferir intenções e significados implícitos (Antonietti et al., 2006).

Nesse contexto, o presente estudo insere-se no campo de investigação sobre bilinguismo e biliteracia, com foco em suas implicações para a cognição social e a conectividade de fala. De maneira geral, o bilinguismo refere-se ao uso alternado de duas ou mais línguas no dia a dia (Feng, Cho & Luk, 2024), envolvendo também “um ciclo bem mais complexo [em relação à definições teóricas anteriores] no qual a prática das línguas é múltipla e ajustável ao modo multimodal multilíngue do ato de comunicar” (García, 2009, p. 53). O desenvolvimento cognitivo e a proficiência em segunda língua (L2) podem ser

significativamente modulados por fatores como idade de aquisição, frequência de uso e contexto sociocultural (Siegal, 2011). Já a biliteracia, ou literacia bilingue, refere-se ao conjunto de habilidades que possibilitam a compreensão e o manejo de textos em duas línguas (Finger, 2024), promovendo uma compreensão mais profunda das estruturas linguísticas e permitindo ao indivíduo atuar comunicativamente em variados contextos sociais.

Com este cenário em mente, investigamos se os escores de Teoria da Mente (ToM) dos participantes podem prever seu desempenho em aspectos de fluência e conectividade de fala em L2. A ToM é examinada a partir dos caminhos cognitivos e linguísticos revelados na fala dos bilíngues, situando a produção linguística tanto como a via quanto como o condutor do raciocínio sobre estados mentais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, realizada com 30 graduandos das habilitações de Letras (Português, Inglês, Espanhol e Francês) da UFRN entre 2 e 27 de junho de 2025.

Embora a literatura internacional já tenha demonstrado que o bilinguismo pode influenciar habilidades cognitivas, metalinguísticas e de função executiva (Ng, 2015), são poucas as pesquisas que se debruçam sobre como essas dimensões interagem com diferentes níveis de ToM em falantes bilíngues brasileiros. Ao investigar essas relações, o estudo contribuirá para avançar a compreensão dos mecanismos linguísticos e cognitivos que sustentam a produção discursiva, oferecendo evidências relevantes para a psicolinguística e a neurociência da linguagem. Além disso, permitirá compreender como experiências distintas de contato com mais de uma língua impactam o desenvolvimento cognitivo e comunicativo em contextos específicos, como o norte-rio-grandense. Por fim, fornecerá subsídios para políticas linguísticas e culturais que valorizem o bilinguismo e a diversidade linguística no Brasil.

Metodologia

Além das contribuições diretas para o campo da educação bilingue, o presente projeto tem relevância científica e social mais ampla. Do ponto de vista teórico, investiga-se, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, como os resultados obtidos em tarefas de Teoria da Mente (ToM) podem se relacionar com o desenvolvimento da conectividade de fala no contexto de brasileiros bilíngues (português↔inglês). A conectividade, medida a partir da análise de grafos, é utilizada como recurso metodológico complementar para interpretar de forma mais precisa os processos cognitivos subjacentes. Essa abordagem contribui para a compreensão numérica dos mecanismos universais de aquisição de linguagem e de leitura, bem como para o entendimento das especificidades cognitivas do bilinguismo e da biliteracia de forma anatômica.

Participantes e Contexto:

Para alcançar esses objetivos, o critério de participação no projeto consistia em ter um vínculo ativo com um dos cursos de licenciatura em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e apresentar um atestado pessoal de conhecimento em língua inglesa. Inscreveram-se 42 graduandos (24 mulheres, 18 homens) das habilitações

de Letras (Português, Inglês, Espanhol e Francês), vinculados ao Departamento de Letras (DLET) e ao Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas (DLLEM). Desses, 30 participantes (16 mulheres, 14 homens) concluíram todas as etapas do estudo entre os dias 2 e 27 de junho de 2025.

O contato inicial com os participantes ocorreu através de um código QR disponibilizado nos murais de notícias do Setor de Aulas II, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e do Instituto Ágora. Por esse recurso, os graduandos puderam formalizar suas inscrições e selecionar uma data para a coleta de dados individual. Todas as etapas da coleta de dados ocorreram no Laboratório de Estudos Experimentais em Linguagem (LEELin), sala 401 do CCHLA.

Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados:

Nesta pesquisa foram utilizados instrumentos reconhecidos na literatura (Feng, Cho & Luk, 2024) e softwares que garantem a padronização e registro das respostas. Todo o procedimento foi conduzido utilizando a plataforma Google Forms. Inicialmente, os participantes foram instruídos a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da UFRN. Em seguida, aplicou-se o Vocabulary Levels Test (Webb, Sasao & Ballance, 2017) em língua inglesa para triagem da proficiência, seguido do teste de reconhecimento de gafes sociais em narrativas Faux Pas Recognition Test (Saad, 2018; Gregory, 2002; Stone, 1998) em português brasileiro, e da tarefa de descrição de tirinhas — ou Picture Description Task — na L2 (Cunha, 2023). Para a análise da fala, os áudios foram gravados utilizando o aplicativo Voice Recorder e posteriormente transcritos e corrigidos com o auxílio do aplicativo Notta, garantindo a fidelidade e padronização das transcrições.

Figura 1 - História 2 (experimental) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.

Fonte: Saad (2018).

A coleta de dados seguiu uma ordem fixa de aplicação dos testes, com cada participante realizando a sessão com um tempo pré-determinado de 80 minutos. As vinte questões do teste de Faux Pas foram lidas pelos aplicadores com tom e cadência padronizados. A Picture Description Task consistiu na descrição de duas tirinhas, uma simples (com quatro quadros) e uma complexa (com três quadros). Cada história mostra uma situação simples, mas levemente diferente do habitual, como um cachorro lendo um jornal. Nesta tarefa, os graduandos tinham tempo máximo de 30 segundos para observação e mínimo de 40 segundos para descrição. Essa padronização temporal, aliada à gravação e transcrição sistemática das respostas, assegura comparabilidade entre os participantes e confiabilidade nos resultados obtidos.

Figura 2 - Tirinhas simples e complexa, respectivamente, parte da Picture Description Task.

Fonte: Cunha (2023).

Procedimentos de Análise de Dados:

Para a análise dos dados coletados, utilizou-se a linguagem de programação R, com o suporte do ambiente RStudio para a otimizar a execução do código, a visualização e a organização dos resultados. No contexto deste estudo, o RStudio foi utilizado para calcular medidas descritivas, identificar padrões de associação entre os escores de Teoria da Mente e o desempenho nas tarefas de fala, e aplicar testes estatísticos que verificam relações entre variáveis cognitivas (LSC, ToM) e linguísticas (WC, VLT).

Complementarmente, a análise de conectividade da fala foi realizada por meio do software Speech Graphs (Mota et al., 2012; 2014). Essa ferramenta converte a sequência de palavras de uma narrativa em um grafo, no qual cada palavra representa um “nó” e cada conexão entre palavras consecutivas representa uma “aresta”. Dessa forma, é possível quantificar características da fala, como o tamanho do vocabulário, a complexidade das conexões entre os nós e a presença de repetições ou padrões redundantes. Essa combinação de análise estatística com modelagem de grafos proporciona uma visão detalhada das habilidades cognitivas e linguísticas dos graduandos, indo além da simples contagem de palavras ou acertos em testes, e oferecendo indicadores mais precisos sobre a organização e a fluência do discurso em contexto bilíngue (Botezatu et al., 2022; Cunha, 2023).

Todos os procedimentos do estudo foram conduzidos respeitando rigorosamente os princípios de sigilo e confidencialidade dos dados dos graduandos. As informações coletadas foram armazenadas de forma segura, e apenas a equipe de pesquisa teve acesso às transcrições e registros das tarefas. O projeto foi previamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CEP/UFRN), recebendo o número de protocolo 5.007.372, garantindo que todas as etapas da pesquisa estejam em conformidade com as normas éticas nacionais para pesquisas envolvendo seres humanos.

Resultados e Discussões

Conforme apontado por Cunha (2023), uma parte considerável dos estudos em aquisição de segunda língua tem seguido trajetórias metodológicas amplamente exploradas, analisando variáveis como tipo de tarefa, alternância de tarefas, modalidade, condição, bem como complexidade e dificuldade da tarefa. Entretanto, “poucos trabalhos investigaram de que forma características cognitivas individuais dos [bilíngues], como a Teoria da Mente, aliados à conectividade de fala, mediam os efeitos da complexidade das tarefas sobre o desempenho em L2” (Cunha, 2023, p. 13).

Diante dessa lacuna, os dados apresentados a seguir enfocam a relação entre conectividade de fala e Teoria da Mente (ToM), considerando as habilidades linguístico-cognitivas dos participantes. Esta análise busca avaliar em que medida os escores de ToM dos participantes podem prever sua conectividade de fala e fluência na segunda língua (L2). Esses resultados fornecem evidências que dialogam diretamente com as necessidades levantadas anteriormente, contribuindo para o avanço teórico e prático no campo do bilinguismo e biliteracia.

A título de comparação, os resultados obtidos neste estudo diferem significativamente daqueles relatados por Cunha (2023), assim, é importante contextualizar sua pesquisa. Enquanto a pesquisadora indicou que tarefas menos complexas tendem a gerar fala mais conectada e não evidenciaram relação significativa entre os escores de ToM e conectividade de fala, os dados aqui apresentados revelam padrões distintos. A Tabela 1 apresenta os dados descritivos referentes aos atributos dos grafos, à proficiência e aos escores de ToM, relacionados ao Vocabulary Levels Test (VLT), ao Faux Pas Recognition Test, bem como às medidas de conectividade de fala (Largest Strongly Connected Component - LSC) e fluência (Word Count - WC) extraídas do Speech Graphs.

Tabela 1 - Dados descritivos dos escores de grafos, proficiência e Teoria da Mente.

Nota: n = sample size; LSC = Largest Strongly Connected Component; WC = Word Count; Min = minimum; Mean = average; Max = maximum; VLT = Vocabulary Levels Test; ToM Bruto = number of correct answers in the Faux Pas Recognition Test.

A análise dos dados indica que o repertório lexical dos participantes sustentou a produção narrativa de forma consistente. No Vocabulary Levels Test (VLT), alcançaram média 140,4 de 150 pontos, com um desvio-padrão (DP) de 4,7, mostrando uniformidade entre os sujeitos. De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas (QECR), esse desempenho corresponde ao nível C1, situando os estudantes entre bilíngues avançados (Council of Europe, 2020), o que, sendo também compatível com o perfil dos licenciandos em Letras, ajuda a explicar por que a elaboração das narrativas se manteve sólida (WC>). Dessa forma, as diferenças individuais e os fatores cognitivos puderam se manifestar com clareza, o que foi fundamental para esclarecer por que os resultados das tarefas se mostraram distintos daqueles observados em pesquisas anteriores.

Nesse contexto, a proficiência reduzida em L2 encontrada por Cunha (2023) pode ser identificada como a responsável por restringir a capacidade de desempenho em tarefas mais desafiadoras, assim resultando em melhor desempenho nas versões simplificadas. Uma das variáveis analisadas por Cunha foi a Memória de Trabalho, ou Working Memory Capacity (WMC), que permite armazenar e manipular informações simultaneamente (Luck & Vogel, 2013). De forma geral, as estatísticas descritivas de Cunha (Figura 3) apontaram médias consistentes de Memória de Trabalho (M = 30,96; DP = 8,40) e de Teoria da Mente (M = 28,84; DP = 1,43).

Enquanto os testes de normalidade (Shapiro-Wilk Test) mostraram que a Memória de Trabalho não apresentou desvios significativos em relação à distribuição normal ($W = 0,94$; $p = 0,0709$), a variável ToM se afastou substancialmente da normalidade ($W = 0,79417$; $p < 2.504e-05$). Assim, segundo Cunha (2023, p. 6), “não [foi encontrada] evidência da relação entre Memória de Trabalho e Teoria da Mente na conectividade de fala em nenhuma das condições de complexidade”.

Figura 3 - Distribuição dos dados relacionados à Memória de Trabalho e Teoria da Mente.

Fonte: Cunha (2023).

Em Cunha (2023), essa diferença se deve às características distintas dos participantes, como nível de proficiência em L2 (A2 no estudo anterior; C1 no atual), experiências anteriores em contextos bilíngues e formato/contexto de pesquisa (anteriormente, teste virtual durante o confinamento na pandemia; agora, aplicação presencial controlada). Estatisticamente, os participantes do estudo anterior enfrentaram maiores obstáculos ao executar tarefas com maior carga cognitiva, favorecendo a produção de narrativas mais conectadas em atividades menos complexas.

Na nossa amostra, em tarefas narrativas realizadas por aprendizes avançados de uma segunda língua (L2), os dados do RStudio sugerem que não é apenas o domínio lexical que explica a qualidade do discurso. Modelos estatísticos demonstram que o desempenho no Faux Pas Recognition Test foi um preditor significativo tanto da conectividade discursiva ($8,24e-05$; $p = 0,0035$) quanto da fluência ($7,90e-05$; $p < 0,001$), indicando que a Teoria da Mente (ToM) exerce um papel central na organização textual em níveis elevados de proficiência. Em termos práticos, isso significa que falantes com amplo vocabulário, mas baixa capacidade de inferência social, não alcançaram os mesmos níveis de coesão e estabilidade discursiva observados naqueles que apresentaram bom desempenho em ambas as dimensões. Assim, embora a proficiência lexical seja essencial para sustentar a complexidade estrutural da fala, ela não garante, por si só, um encadeamento eficaz de ideias.

Se a capacidade de compreender os estados mentais do interlocutor permite ao falante produzir narrativas mais densas, coesas e bem ajustadas ao contexto, a ToM emerge, portanto, como variável explicativa fundamental para as diferenças individuais na fluidez e na conectividade de fala em L2, funcionando como um elo entre competência linguística e sensibilidade comunicativa. Essa habilidade, ao facilitar a estruturação da progressão temática e das intenções dos personagens, resulta em discursos mais claros e integrados. Essa relação é apoiada por Tager-Flusberg (1993), Baron-Cohen (1995) e Van den Brink et al. (2012), que evidenciaram a influência das variações individuais em empatia no processamento da linguagem. De forma complementar, Gundel & Johnson (2013) e Zhang et al. (2023) identificaram traços linguísticos associados à ToM na fala espontânea, reforçando seu papel na comunicação cotidiana. Além disso, Navarro, DeLuca & Rossi (2022) indicam que experiências bilíngues impactam positivamente o desenvolvimento de ToM, sugerindo que a riqueza das práticas sociolinguísticas vivenciadas contribui significativamente para essa habilidade cognitiva.

Os dados evidenciam que, em contextos bilíngues, a Teoria da Mente (ToM) interage de forma dinâmica com competências linguísticas, o que contraria perspectivas clássicas que a concebiam como uma capacidade universal e relativamente autônoma em relação à linguagem (Baron-Cohen, Leslie & Frith, 1985). Nesse cenário, a proficiência em L2 e a habilidade de inferir estados mentais de terceiros atuam de maneira conjunta na organização discursiva, indicando que a conectividade da fala depende tanto do repertório lexical quanto de mecanismos sociocognitivos. Tal interpretação converge com a concepção vygotskiana, mencionada na introdução deste trabalho, de que a linguagem constitui mediadora central do pensamento e do desenvolvimento (Vygotsky, 1987). Neste enquadramento, o discurso não pode ser reduzido a um produto meramente linguístico, devendo ser entendido como prática social situada, na qual competências sociais e linguísticas se articulam dinamicamente.

A fim de fornecer um panorama mais claro das distribuições individuais e possíveis outliers trabalhamos também na inclusão de uma análise descritiva detalhada dos escores brutos de Teoria da Mente (ToM) por gênero. A média aritmética dos escores brutos de ToM (máximo possível de 60.0) foi de 50.6 entre as participantes do sexo feminino (F) e de 48.1 entre os do sexo masculino (M), sugerindo uma diferença de gênero pouco expressiva no desempenho geral. Enquanto isso, a mediana (54.0 para F, 51.0 para M), o intervalo interquartil (10.5 para F, 6.0 para M) e a presença de valores atípicos (15.0↔58.0 para M), apresentados resumidamente na Tabela 2, indicam que a maior parte dos participantes de ambos os grupos apresentou desempenhos concentrados próximos à média, com exceção de alguns casos que não chegam a ser pronunciáveis e, portanto, não interferem no panorama geral.

Tabela 2 - Dados descritivos dos escores brutos de Teoria da Mente (ToM) por gênero.

Nota: n = sample size; Min = minimum; Mean = average; DP = desvio padrão; Max = maximum.

Em relação ao desempenho por item, observou-se que a questão 8 (Figura 4) apresentou o maior índice de acertos, com 100% dos participantes respondendo corretamente, ao passo que a questão 20 (Figura 5) obteve o menor percentual, com apenas 57% de respostas corretas. Tal contraste indica uma variabilidade considerável na dificuldade das tarefas propostas pelo teste. Cabe destacar que ambas as questões eram de controle, isto é, não envolviam situações de Faux Pas e, para serem pontuadas, requeriam necessariamente a resposta “não”.

Esses resultados sugerem que, embora os participantes tenham demonstrado elevada precisão em reconhecer a ausência de Faux Pas em determinados itens, essa habilidade não se mostrou igualmente consistente em todos os casos. A discrepância de desempenho pode refletir diferenças no grau de complexidade narrativa ou na presença de ambiguidades contextuais entre as questões, fatores que possivelmente induziram parte dos respondentes a interpretações equivocadas ou a um processamento pragmático mais exigente. Por outro lado, justamente essa variabilidade contribui para evidenciar aspectos importantes do funcionamento da tarefa, auxiliando na identificação de pontos de maior sensibilidade e, portanto, oferecendo subsídios valiosos para a compreensão das habilidades avaliadas.

Figura 4 - História 8 (controle) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.

Fonte: Saad (2018).

Figura 5 - História 20 (controle) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.

Fonte: Saad (2018).

Adicionalmente, o uso do Speech Graphs (Mota et al., 2012; 2014) representou um avanço metodológico significativo para a análise da produção oral em L2. Ao converter as narrativas criadas na Picture Description Task em grafos direcionados, a ferramenta permitiu quantificar a conectividade lexical e estrutural da fala dos participantes, revelando padrões dificilmente observáveis por meio de análises qualitativas tradicionais.

Entre as variáveis empregadas, o Largest Strongly Connected Component (LSC) mostrou-se especialmente sensível às manipulações experimentais, refletindo variações na densidade e coerência narrativa em função de fatores cognitivos. Assim, o método evidenciou simultaneamente a relação entre competências cognitivas e desempenho verbal, oferecendo uma perspectiva integrada sobre a organização do discurso. Esse potencial pode ser melhor ilustrado a partir de um exemplo concreto de narrativa produzida pelos participantes e de sua representação gráfica:

Figura 6 - Grafo de um participante com alta Teoria da Mente e alta conectividade de fala.

Fonte: Autoria própria / Speech Graphs.

Exemplo: There's a lovely couple at this paradisiacal beach, paradisiacal beach. The sun is shining up high in the sky. There are mountains that we can take a look in the view. Over the horizon we can see a beautiful boat with colorful things. There are two coconut trees in the sand and the couple is looking for a place to lie their towel and enjoy the sun bath. However, shortly after there are two guards or two contractors coming in. They don't look happy as if they are up to something not good. Soon they build this huge wall covering the sun and preventing the couple from taking their sun bath. And it's like they are privatizing nature. It's very bad for the world, you know, capitalism.

Figura 7 - Grafo de um participante com baixa Teoria da Mente e baixa conectividade de fala.

Fonte: Autoria própria / Speech Graphs.

Exemplo: Here's a man sitting on his front yard with his dog. Hm, the newspaper deliver guy just passes and throws out the newspaper. The dog goes out of his position, goes into the newspaper, brings it back, but instead of giving it to its owner, he starts reading it and the guy is just there just sleeping, I guess.

A análise realizada com o Speech Graphs revela de forma consistente que a Teoria da Mente (ToM) exerce influência decisiva na qualidade da produção narrativa em L2. Importa salientar, novamente, que todos realizaram a tarefa sob condições idênticas, com até 30 segundos para observação e mínimo de 40 segundos para descrição oral. Participantes com maior sensibilidade para inferir estados mentais (Figura 6) tendem a organizar suas narrativas de maneira coesa, fluida e progressiva (alto LSC), indicando que processos cognitivos e sociais de alto nível têm papel central no desempenho linguístico. Consequentemente, participantes com menor pontuação em ToM (Figura 7) produziram narrativas caracterizadas por grafos fragmentados, menor conectividade e repetição frequente, indicadores de fala instável e menos fluída.

A análise do modelo linear $\text{lm}(\text{LSC} \sim \text{TaskComplexity})$ de Cunha (2023), com participantes de nível A2, indicou que nem a complexidade da tarefa nem a ToM, isoladamente ou em interação com a complexidade, tiveram efeitos significativos sobre o LSC ($\beta = 0,74$, $t(64) = 1,39$, $p = 0,16$), sugerindo que, naquele contexto, a ToM não influenciou de forma mensurável a organização estrutural das narrativas. No entanto, em nossa pesquisa, o modelo linear $\text{lm}(\text{LSC} \sim \text{ToM_bruto})$ mostrou que a conectividade de fala em ambas as tarefas podia ser explicada pela ToM dos participantes levando em

consideração o LSC ($t(29) = -2.3512$, $p\text{-value} = 0.02572$). O efeito do coeficiente t é consistente o suficiente para rejeitar a hipótese nula da ausência de efeito, fornecendo evidência de que diferenças individuais em habilidades de inferência social têm impacto mensurável na estrutura discursiva.

Esses resultados, quando contrastados com estudos anteriores, evidenciam que a influência da ToM na produção narrativa em L2 não deve ser compreendida apenas em termos estatísticos, mas também em suas implicações para a prática pedagógica. Esses achados ampliam a compreensão da proficiência em língua adicional, deslocando o foco de aspectos meramente formais para uma visão que integra fatores linguísticos, cognitivos e interacionais. Do ponto de vista pedagógico, os resultados reforçam a importância de propostas que promovam tanto a aquisição de estruturas gramaticais e lexicais quanto o desenvolvimento de habilidades discursivas ligadas à construção de narrativas e à compreensão de estados mentais. Dessa forma, o ensino de L2 pode contribuir para a formação de falantes capazes de manejar a língua de maneira sofisticada e responsiva às demandas comunicativas do mundo real.

Uma questão central desta análise é: em que medida os escores de Teoria da Mente (ToM) dos participantes predizem a fluência e a conectividade de fala em L2? Os resultados indicam que a habilidade dos participantes de produzir fala mais fluente ($WC >$) e mais conectada ($LSC >$) pode ser prevista por seus escores de ToM, mas apenas quando a ToM é avaliada em sua forma bruta (ToM_bruto).

Isso sugere que variações individuais na capacidade de inferir estados mentais de terceiros impactam a organização discursiva em L2, influenciando tanto a coesão quanto a fluência do discurso. Participantes com maiores habilidades de ToM tendem a construir narrativas mais integradas e a manter um fluxo verbal mais consistente, evidenciando que fatores cognitivos, como a compreensão dos pensamentos e intenções de outros, desempenham um papel relevante na produção linguística, para além do conhecimento gramatical e lexical.

Os resultados indicam que a capacidade de compreender estados mentais de terceiros, conhecida como Teoria da Mente (ToM), é central na produção de L2, refletindo-se na fluência e na conectividade/coerência da fala. Em consonância com as observações feitas em uma ampla gama de pesquisas recentes (Navarro & Conway, 2021; Navarro, DeLuca & Rossi, 2022; Pathare, Navarro & Conway, 2025) sobre a influência da experiência linguística e das habilidades cognitivas na formação da ToM, nossos dados sugerem que essa competência reciprocamente influencia o desempenho linguístico, fortalecendo a organização discursiva. Observou-se que participantes bilíngues avançados com níveis mais elevados de ToM produzem enunciados mais conectados e estruturados, indicando que a interação entre proficiência (VLT, WC), complexidade das tarefas e capacidades sociais (ToM) é flexível e sensível às diferenças individuais (LSC). No conjunto, os dados demonstram a relação significativa e consistente entre níveis de Teoria da Mente e qualidade discursiva em uma segunda língua.

Conclusão

Com base nos achados deste estudo, a Teoria de Mente (ToM) mostra-se central na produção oral de bilíngues avançados, influenciando a organização e a fluência do discurso. Isso responde à pergunta, “Em que medida os escores de Teoria da Mente dos participantes predizem a fluência e a conectividade de fala em L2”, ao mostrar que os escores brutos no Faux Pas Recognition Test predizem significativamente tanto a conectividade lexical (LSC; $p = 0,0035$) quanto a fluência (WC; $P < 0,001$). Tal informação indica que níveis mais elevados de ToM estão associados a narrativas mais estruturadas, enquanto níveis baixos correlacionam-se com fragmentação e repetições, evidenciado também pela análise de grafos do SpeechGraphs.

Do ponto de vista teórico, os resultados evidenciam que a cognição social e linguagem interagem de forma dinâmica em contextos bilíngues (como visto em Schroeder, 2018), reforçando a relevância da ToM para a organização discursiva. A discrepância com os achados de Cunha (2023) sugere que diferentes metodologias de mensuração capturam dimensões distintas do fenômeno, justificando a investigação de múltiplas operacionalizações em estudos futuros. Em termos pedagógicos, recomenda-se que o desenvolvimento da ToM seja estimulado no ensino de L2. Para aprendizes avançados, atividades que promovam inferência social e reflexão sobre estados mentais podem potencializar a organização discursiva. Para iniciantes, tarefas desafiadoras, porém acessíveis, podem favorecer progressão gradual e engajamento cognitivo.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra, contemplar diferentes níveis de proficiência e contextos sociolinguísticos, e adotar abordagens interdisciplinares, incluindo medidas cognitivas e neurocientíficas. Estudos longitudinais poderiam esclarecer se a influência da ToM sobre a organização discursiva se intensifica com a proficiência ou se tipos específicos de tarefas modulam essa relação. A complementação com uma quantidade mais extensa de variáveis para avaliação, como a complexidade de tarefas, também é preferível.

Em síntese, este estudo evidencia a centralidade da ToM para a organização e fluência do discurso em bilíngues, fornecendo contribuições relevantes para teoria e prática pedagógica em contextos de ensino de línguas.

Referências

ANTONIETTI, A.; LIVERTA-SEMPPIO, O.; MARCHETTI, A.; ASTINGTON, J. Mental language and understanding of epistemic and emotional mental states: contextual aspects. In: ANTONIETTI, A.; LIVERTA-SEMPPIO, O.; MARCHETTI, A. (Org.). Theory of Mind and Language in Developmental Contexts. New York: Springer, 2006. p. 1–30.

BARON-COHEN, S.; LESLIE, A.; FRITH, U. Does the autistic child have a “Theory of Mind”? Cognition, v. 21, n. 1, p. 37–46, 1985. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(85\)90022-8](https://doi.org/10.1016/0010-0277(85)90022-8).

BARON-COHEN, S. Mindblindness: an essay on Autism and Theory of Mind. Cambridge: MIT Press, 1995.

BOTEZATU, M.; WEISSHEIMER, J.; RIBEIRO, M.; GUO, T.; FINGER, I.; MOTA, N. Graph structure analysis of speech production among second language learners of Spanish and Chinese. *Frontiers in Psychology*, v. 13, e940269, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.940269>.

COUNCIL OF EUROPE. Common European Framework of Reference for Languages: learning, teaching, assessment – Companion volume. Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2020.

CUNHA, F. An Interplay between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adults Bilinguals. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Natal, 2023. Orientadora: Janaina Weissheimer.

EL MOUSLIH, C.; HODGINS, V.; PALANIYAPPAN, L.; TITONE, D. Linguistic markers of Theory of Mind in spontaneous speech: A narrative review. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 8, 1016, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/bs15081016>.

FENG, J.; CHO, S.; LUK, G. Assessing Theory of Mind in bilinguals: a scoping review on tasks and study designs. *Bilingualism: Language and Cognition*, v. 27, p. 531–545, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1366728923000585>.

SIEGAL, M.; FRANK, C.; SURIAN, L.; HJELMQUIST, E. Theory of mind and bilingual cognition. In: COOK, V.; BASSETTI, B. (Org.). *Language and bilingual cognition*. Hove: Psychology Press, 2011. p. 431–452. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203836859>

FINGER, I. Bilinguismo, biliteracia e alfabetização bilíngue. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 49, n. 95, p. 26–40, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/signo.v49i95.19510>.

GARCÍA, O. Bilingual education in the 21st century: a global perspective. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

GREGORY, C.; LOUGH, S.; STONE, V.; ERZİNCİLİOĞLU, S.; MARTIN, L.; BARON-COHEN, S.; HODGES, J. Theory of mind in patients with frontal variant frontotemporal dementia and Alzheimer's disease: theoretical and practical implications. *Brain*, v. 125, n. 4, p. 752–764, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1093/brain/awf079>.

GUNDEL, J.; JOHNSON, K. Children's use of referring expressions in spontaneous discourse: Implications for theory of mind development. *Journal of Pragmatics*, v. 56, p. 43–57, 2013.

LUCK, S.; VOGEL, E. Visual working memory capacity: from psychophysics and neurobiology to individual differences. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 17, n. 8, p. 391–400, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2013.06.006>.

MOTA, N.; FURTADO, R.; MAIA, P.; COPELLI, M.; RIBEIRO, S. Graph analysis of dream reports is especially informative about psychosis. *Sci Rep*, v. 4, 3691, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1038/srep03691>.

MOTA, N.; VASCONCELOS, N.; LEMOS, N.; PIERETTI, A.; KINOUCI, O.; CECCHI, G.; COPELLI, M.; RIBEIRO, S. Speech Graphs Provide a Quantitative Measure of Thought Disorder in Psychosis. *PLoS ONE*, v. 7, n. 4, e34928, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0034928>.

NAVARRO, E.; CONWAY, A. Adult bilinguals outperform monolinguals in theory of mind. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 74, n. 11, p. 1841–1851, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/17470218211009159>.

NAVARRO, E.; DELUCA, V.; ROSSI, E. It takes a village: using network science to identify the effect of Individual Differences in bilingual experience for Theory of Mind. *Brain Sciences*, v. 12, n. 4, p. 487–, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/brainsci12040487>.

NG, E. Bilingualism, biliteracy and cognitive effects: a review paper. *University of Sydney Papers in TESOL*, v. 10, p. 93–128, 2015.

PATHARE, M.; NAVARRO, E.; CONWAY, A. Seeing through other eyes: how language experience and cognitive abilities shape Theory of Mind. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 6, p. 755–, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/bs15060755>.

SAAD, F. Efeitos da idade no desempenho de uma amostra brasileira saudável no Teste Faux Pas de Teoria da Mente (ToM). 2018. 84p. Dissertação (Mestrado em Neurociências) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Departamento de Neurologia, Programa de Pós-Graduação em Neurologia e Neurociências, São Paulo, 2018. Orientador: Paulo Henrique Ferreira Bertolucci.

SCHROEDER, S.. Do bilinguals have an advantage in theory of mind? A meta-analysis. *Frontiers in Communication*, v. 3, p. 36, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2018.00036>.

STONE, V.; BARON-COHEN, S.; KNIGHT, K. Frontal lobe contributions to theory of mind. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 10, n. 5, p. 640–656, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1162/089892998562942>.

SCHROEDER, S. Do bilinguals have an advantage in Theory of Mind? A meta-analysis. *Frontiers in Communication*, v. 3, n. 36, p. 1–8, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2018.00036>.

TAGER-FLUSBURG, H. What language reveals about the understanding of minds in children with autism. In: BARON-COHEN, S.; TAGER-FLUSBURG, H.; COHEN, D.

(Org.). Understanding Other Minds: Perspectives from Autism. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 138–157.

VAN DEN BRINK, D.; VAN BERKUM, J.; BASTIAANSEN, M.; TESINK, C.; KOS, M.; BUITELAAR, J.; HAGOORT, P. Empathy matters: ERP evidence for inter-individual differences in social language processing. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, v. 7, n. 2, p. 173–183, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/scan/nsq094>.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. 1. ed. 1987. 136p.

WEBB, S.; SASAO, Y.; BALLANCE, O. The updated Vocabulary Levels Test: developing and validating two new forms of the VLT. *ITL - International Journal of Applied Linguistics*, v. 168, n. 1, p. 34–70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1075/itl.168.1.02web>.

ZHANG, H. PAROLA, A.; ZHOU, Y.; WANG, H.; BLIKSTED, V.; FUSAROLI, R.; HINZEN, W. Linguistic markers of psychosis in Mandarin Chinese: Relations to theory of mind. *Psychiatry Research*, v. 325, p. 115253, 2023.

Anexos



Figura 1 - História 2 (experimental) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.



Figura 2 - Tirinhas simples e complexa, respectivamente, parte da Picture Description Task.



Tabela 1 - Dados descritivos dos escores de grafos, proficiência e Teoria da Mente.



Figura 3 - Distribuição dos dados relacionados à Memória de Trabalho e Teoria da Mente.



Tabela 2 - Dados descritivos dos escores brutos de Teoria da Mente (ToM) por gênero.



Figura 4 - História 8 (controle) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.



Figura 5 - História 20 (controle) do Teste de Reconhecimento de Faux Pas.



Figura 6 - Grafo de um participante com alta Teoria da Mente e alta conectividade de fala.



Figura 7 - Grafo de um participante com baixa Teoria da Mente e baixa conectividade de fala.

CÓDIGO: HS0630

AUTOR: ALEXIA KALYNE SILVA BASTOS

ORIENTADOR: ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA

TÍTULO: Inserções desiguais e responsabilidades transferidas: uma análise crítica da entrada da Psicologia no SUAS e no Sistema de Justiça

Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar o processo de inserção profissional da Psicologia nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e nos órgãos do Sistema de Justiça (SJ) no contexto da Região Metropolitana de Natal, entre os anos de 2013 e 2023. Partindo do mapeamento de editais de processos de seleção, foram encontrados e analisados dez editais para vagas no SUAS, e três editais referentes ao Sistema de Justiça, evidenciando a disparidade na distribuição das seleções e contratações. No Sistema de Justiça, predomina a escassez de contratação efetiva de profissionais da Psicologia, o que contribui para a transferência indevida de responsabilidades e demandas para as psicólogas atuantes na política de assistência social. No SUAS, por sua vez, observam-se vínculos frágeis, elevada rotatividade e baixa remuneração, características que configuram um quadro de precarização do trabalho e que impactam diretamente a efetivação das políticas públicas e a qualidade da atuação profissional. Conclui-se que os impasses enfrentados pelas psicólogas no cotidiano do SUAS, no que se refere especialmente à intersetorialidade com o SJ, podem ser rastreados desde os primeiros momentos do processo de inserção da Psicologia nas políticas públicas.

Palavras-chave: psicologia, trabalho precário, políticas públicas

TITLE: Unequal insertions and transferred responsibilities: a critical analysis of the entry of Psychology into SUAS and the Justice System

Abstract

The objective of this study was to investigate the process of professional integration of psychology into the mechanisms of the Unified Social Assistance System (SUAS) and the Justice System (SJ) in the context of the Metropolitan Region of Natal between

2013 and 2023. Based on the mapping of selection process notices, nine notices for vacancies in the SUAS and two notices related to the Justice System were found and analyzed, highlighting the disparity in the distribution of selections and hirings. In the Justice System, there is a predominance of a shortage of effective hiring of psychology professionals, which contributes to the undue transfer of responsibilities and demands to psychologists working in social assistance policy. In SUAS, on the other hand, there are fragile ties, high turnover, and low pay, characteristics that constitute a precarious work situation and directly impact the effectiveness of public policies and the quality of professional performance. It can be concluded that the impasses faced by psychologists in the daily routine of the SUAS, especially with regard to intersectorality with the SJ, can be traced back to the early stages of the process of incorporating psychology into public policies.

Keywords: psychology, precarious work, public policy

Introdução

O problema das relações entre o SUAS e o SJ tem sido apresentado, ainda que de forma incipiente, na produção científica da Psicologia no último período. Fica evidenciada uma articulação permeada por conflitos intersetoriais, que são percebidos de maneiras específicas pelos agentes de cada sistema. As pesquisas sugerem uma sobrecarga de trabalho no âmbito do SUAS, devido ao transbordamento das demandas que partem do SJ, além de uma falta de compreensão da política de assistência social por parte dos operadores do direito, culminando em um processo de minimização e invisibilidade da perspectiva da garantia de direitos (Jacinto, 2021; Silva, Vasconcelos & Figueiredo, 2018; Guimarães, Oliveira & Silva, 2020). Ocorre um tratamento secundarizado, em que a assistência social é tratada como inferior aos setores mais tradicionais da justiça e do campo da garantia de direitos, sendo desconsiderada em sua relevância como efetivo direito fundamental.

Este contexto pode explicar um ponto comum observado nas pesquisas entre SUAS e SJ: o funcionamento dissonante e paralelo entre os sistemas. É evidente a constatação da ausência ou ineficiência da perspectiva de unidade (IPEA, 2015; Costa, 2015).

O legado da assistência social, no Brasil, é marcado por práticas filantrópicas e privatistas. Essas práticas assistencialistas são parte organizada da manutenção do capitalismo, servindo como instrumentos de controle da pobreza (Santos, 2012). As contradições se acirram com o desenvolvimento das políticas neoliberais e as disputas ascendentes de uma extrema direita que objetiva o sucateamento das políticas públicas sociais. A defesa do “Estado mínimo” reforça uma redução planejada na intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais (Carvalho, 2021).

Esse cenário aponta para uma realidade de precarização do trabalho na assistência social. As profissionais relatam insuficiência de recursos: precariedade em termos de infraestrutura, ausência de automóveis para realização do trabalho social, gestão política ineficiente e a alta rotatividade de profissionais e gestores, são alguns dos aspectos evidenciados (Pauli & Traesel, 2019; Silva, Vasconcelos & Figueiredo, 2018;

Guimarães, Oliveira & Silva, 2020). Além das questões internas, existem também aquelas intersetoriais. Nessas, o Sistema de Justiça ganha especial relevância.

O objetivo deste estudo foi investigar os processos de inserção das profissionais da Psicologia nas instituições do SUAS e do SJ, analisando os possíveis impactos que esses processos de seleção promovem no posterior desenrolar das relações. Problematicamos que a produção científica precisa estar comprometida com o desvelar dos processos para além da sua aparência imediata (Filho & Oliveira, 2022), e essa é a tarefa colocada aqui.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa e documental, tendo como objetivo compreender criticamente os vínculos entre as formas de seleção e contratação de psicólogos no SUAS e no Sistema de Justiça e os efeitos dessas formas sobre o trabalho e os encaminhamentos entre os campos. A pesquisa adota um desenho teórico-empírico, com procedimento de análise documental de editais de contratação e seleção, tratados não como dados neutros, mas como expressões institucionais de políticas públicas e das condições de trabalho oferecidas. Segundo Cellard (2008), a pesquisa documental permite a formulação de interpretações e explicações plausíveis observando a realidade social em determinados momentos. Desde uma perspectiva crítica, buscou-se, portanto, compreender as determinações que configuram as formas de contratação e avaliação de profissionais da Psicologia no âmbito do SUAS e do SJ.

Coleta de dados

Na delimitação inicial do objeto de análise documental, foi estabelecida a realização de levantamento de editais publicados na região de Natal e entorno metropolitano - composto por mais quatorze municípios, sendo eles: Parnamirim; São Gonçalo do Amarante; Macaíba; Extremoz; Arez; Bom Jesus; Ceará-Mirim; Goianinha; Ielmo Marinho; Maxaranguape; Monte Alegre; Nísia Floresta; São José de Mipibu e Vera Cruz – em recorte temporal previamente definido, abarcando os anos entre 2013 e 2023.

Foram incluídos aqueles editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados que previam a contratação de psicólogas(os) para atuação nos sistemas do SUAS e do Sistema de Justiça. Esses documentos foram obtidos por meio de consultas inteiramente virtuais em: plataformas oficiais das prefeituras (primeiro recurso estabelecido para a busca), sites institucionais – de bancas e de cursos para concurso –, e Diários Oficiais. Foram excluídos aqueles editais referentes apenas à processos seletivos para Estagiários de Graduação e Pós-Graduação e aqueles referentes à outras áreas de atuação, como saúde e administração pública.

Cabe notar que a ausência ou desatualização das páginas das prefeituras, bem como a indisponibilidade de repositórios institucionais consolidados em parte desses municípios, exigiu que se recorresse às fontes complementares e não oficiais, como o

portal PCI Concursos, e aos sites de bancas organizadoras de concursos, visando ampliar a cobertura documental e garantir maior abrangência no levantamento dos dados. Uma vez localizado um edital oficial por meio da busca nos sítios, foi possível identificar a banca organizadora do concurso, o número do diário municipal contendo as informações do processo seletivo simplificado ou outro tipo de certame simplificado. Portanto, embora as fontes de buscas tenham sido variadas, fica ressaltada a verificação de veracidade dos editais coletados e selecionados.

Ao todo foram encontrados e selecionados dez editais relativos ao SUAS. Todos com vagas destinadas para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), e três editais do Sistema de Justiça, dois referentes ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) – sendo um concurso público e um processo seletivo simplificado - e um referente ao Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) – processo seletivo simplificado. Não foram encontrados editais relativos à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN) no período pesquisado. Os dados são apresentados no Quadro 1. Os links com o acesso completo a todos os editais estudados estão disponíveis no Quadro 2, no Apêndice.

Análise de dados

Os resultados da pesquisa documental foram inicialmente refinados a partir de critérios delimitados para categorização (Oliveira, Castro Jr. e Montalvão, 2022). Ficaram estabelecidas duas categorias mais amplas: a) condições de trabalho e b) tipos de avaliação.

No que se refere às condições de trabalho, as categorias específicas foram as seguintes: 1) tipo de seleção, se concurso ou processo seletivo simplificado; 2) validade em meses dos processos de seleção; 3) número de vagas previstas; 4) carga horária prevista; 5) remuneração prevista. No que se refere aos tipos de avaliação, ou seja, ao arcabouço de instrumentos metodológicos utilizados nas seleções, foram utilizadas as seguintes categorias: 1) prova teórica objetiva de múltipla escolha; 2) teste discursivo; 3) teste prático; 4) experiência anterior (avaliação ou exigência); 5) mecanismo contra acerto casual e f) prova de títulos. As primeiras cinco categorias específicas desse bloco foram aproveitadas conforme proposto pelo modelo de pesquisa de Oliveira, Castro Jr. e Montalvão (2022), e a última, de prova de títulos, foi incluída posteriormente, observando que os próprios resultados da pesquisa indicaram um uso recorrente desse instrumento nos processos de seleção da administração pública.

Por fim, foi realizada análise qualitativa dos dados empíricos, orientada por uma perspectiva crítica, articulando categorias construídas a partir dos próprios editais com referenciais teóricos. A estratégia de interpretação foi baseada na articulação entre os achados documentais e os aportes teóricos (Cellard, 2008), priorizando o sentido social dos dados coletados e sua inserção em um contexto histórico e estrutural mais amplo, consideradas aqui as características do contexto brasileiro, e, em especial, da região Nordeste do país. A análise dos dados foi organizada em três eixos centrais, definidos a partir da recorrência e da relevância das informações extraídas dos editais de seleção pública e articulados com a análise proveniente de referenciais teóricos críticos, sendo estes: a) desigualdade nos processos de seleção e contratação das profissionais da

psicologia; b) métodos de seleção e avaliação profissional nos editais públicos; e c) sobreposição de responsabilidades e tensões intersistêmicas. A seção seguinte apresenta e discute os principais resultados.

Resultados e Discussões

O primeiro eixo trata das desigualdades nos processos de seleção e contratação de psicólogos no âmbito do SUAS e do Sistema de Justiça, evidenciando disparidades quanto à quantidade de editais, ao regime de contratação e à duração dos vínculos. O segundo eixo discute os métodos de avaliação e critérios de seleção presentes nos editais, apontando limitações quanto à valorização da formação continuada e da experiência profissional. Por fim, o terceiro eixo aborda a sobreposição de responsabilidades entre os sistemas, destacando como a atuação do Sistema de Justiça tem gerado encaminhamentos inadequados e contribuído para a sobrecarga da política de assistência social, que revelam tensões intersistêmicas e impactos diretos nas condições de trabalho das profissionais do SUAS e na efetividade das políticas públicas sociais.

Vale destacar que a categorização e análise dos dados não se limita à proposição de uma soma de fatores que poderia permitir observar o fenômeno como um todo. Pelo contrário, é necessária uma leitura atenta à observação de não-linearidade contida nessa exposição. Considera-se que no desenvolvimento das situações específicas acerca do processo de seleção de profissionais da Psicologia, para os sistemas aqui estudados, as questões categorizadas podem assumir pesos diferentes a depender da circunstância social e histórica em que se manifestam (Filho & Oliveira, 2022).

Os dados a seguir permitirão uma compreensão mais precisa sobre como essas seleções se materializam no cotidiano de atuação dos profissionais no SUAS, ainda que, desde uma previsão sinalizada nas definições das vagas, e não de uma análise específica da atuação do campo. No entanto, cabe lembrar que várias pesquisas, as quais suscitaram o olhar para a análise aqui presente, têm demonstrado diretamente a precarização no cotidiano dessas profissionais. Nesse sentido, a análise dos dados quantitativos se expressará em articulação com as bases teóricas que suportaram a observação das dimensões do objeto de estudo.

Desigualdades no processo de seleção e contratação das profissionais Psi

Um primeiro aspecto que demanda atenção é a expressiva disparidade entre a oferta e a demanda por serviços psicológicos no âmbito do SUAS e do Sistema de Justiça na cidade de Natal e em sua Região Metropolitana. De modo geral, verifica-se que o número de vagas disponibilizadas não é suficiente para garantir uma oferta de serviços compatível, em termos qualitativos e quantitativos, com as necessidades da população. Ao longo dos dez anos analisados, foram encontrados processos seletivos referentes à 184 provimentos de vaga no âmbito do SUAS, e 40 vagas voltadas ao Sistema de

Justiça.

Note-se que, para Natal e região metropolitana, se estima, de acordo com projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), uma população de 1.607.422 habitantes. Segundo relatório da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal (SEMTAS/Natal, 2024), em 2023 foram realizados, apenas em Natal, aproximadamente 136.207 atendimentos diretos a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, com 3.576 famílias acompanhadas nos CRAS, e cerca de 7.494 atendimentos a indivíduos e famílias que vivenciam violações de direitos, com 335 famílias em acompanhamento nos CREAS. Esses números não abarcam toda a complexidade que envolve a Psicologia no SUAS, ou os atendimentos fora da capital, tampouco mostram a demanda recebida pelo Sistema de Justiça no Estado. Há uma carência de dados concretos que permitam identificar outras dimensões do problema. Mas, neste momento, é suficiente que se note um grande vácuo entre a necessidade da população e a contratação formal de novos profissionais.

A análise dos processos seletivos revelou que 84,75% das vagas ofertadas no SUAS estavam concentradas em Natal, enquanto os outros 15,22% foram distribuídos entre os demais quatorze municípios da região metropolitana, evidenciando uma assimetria significativa na distribuição territorial da Psicologia. Ainda que se reconheçam diferenças demográficas entre a capital e os demais municípios, a desproporção revela não apenas um problema de cobertura, mas uma expressão da desigualdade na oferta de políticas públicas essenciais. Essa desigualdade indica que, mesmo com os processos de interiorização da Psicologia – intensificados a partir da consolidação do SUAS e de políticas de descentralização dos serviços públicos –, a atuação da profissão ainda permanece fortemente marcada por sua inserção urbana, de base liberal, e limitada em termos de capilaridade nos territórios periféricos (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022).

Retomaremos, no decorrer destes resultados, algumas implicações desse padrão de distribuição, que indicam que mesmo na cidade de Natal, onde há maior número de vagas, a oferta ainda se mostra aquém das necessidades concretas da população usuária dos serviços. Cabe notar que, no tocante ao Sistema de Justiça, as vagas referentes ao MPRN não eram para Natal, e as vagas do TJRN são sinalizadas de acordo com proporção mais ampla, abarcando todo o Estado do Rio Grande do Norte e divididas em Edital por mesorregiões. Sendo assim, não é possível estabelecer exatamente a lotação das profissionais. No entanto, os processos seletivos estaduais do SJ, demonstraram, nessa pesquisa, uma correlação diferente daquela analisada no SUAS acerca da distribuição territorial nos interiores.

Os regimes de seleção e contratação de profissionais também expressam o caráter problemático da incorporação de trabalhadoras(es) no SUAS e no SJ. Marcados pela expressiva predominância dos processos seletivos simplificados, que representam 84,62% dos editais analisados, em contraste com apenas 15,38% referentes a concursos públicos, os dados apontam para uma tendência sistemática à contratação temporária, cujos prazos variam significativamente, mas demonstram uma realidade de rotatividade profissional.

O período de contratação (validade) dos processos, variou entre vinte e quatro meses prorrogável pelo mesmo período (15,38%), doze meses sem prorrogação (23,08%),

doze meses prorrogável por igual período (38,46%), seis meses sem prorrogação (7,69%) e seis meses prorrogável por igual período (7,69%). Os achados denunciam uma hegemonia dos processos seletivos de contratações temporárias frente à realização de concursos, especialmente no âmbito do SUAS, situação que já vem sendo debatida por outros autores. Pauli e Traesel (2019) destacam que grande parte das contratações das psicólogas que atuam no campo das assistências sociais tem se dado em regimes de contratação temporária, que demandam altos níveis de investimento e desgaste destas profissionais. Sob condições precárias de trabalho, a insegurança profissional e a falta de valorização e investimento contínuo geram frustrações e adoecimentos.

As necessidades profissionais para o enfrentamento e manejo das situações que perpassam o trabalho na assistência, demandam formação adequada continuada e trabalho interdisciplinar, atribuições incompatíveis com esse tipo de regime temporário de contratação. As autoras destacam que “a contratação temporária faz parte de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia da lógica financeira e pela condição da lógica produtiva do capital” (p. 3), e, portanto, fazem parte de projetos político-econômicos, que fragmentam o trabalho e vulnerabilizam os trabalhadores.

Não apenas a frequência dos processos seletivos simplificados, mas também sua curta ou curtíssima duração, indicam uma lógica de alta rotatividade que compromete a estabilidade da força de trabalho na política socioassistencial. Uma escolha reiterada das gestões municipais por processos de contratação simplificados e com validade reduzida, pode apresentar vantagens pontuais, como a redução de custos administrativos, mas, em contrapartida, essa estratégia compromete fortemente a qualificação, a continuidade e a efetividade dos serviços ofertados, aprofundando o processo de precarização no SUAS e fragilizando os vínculos profissionais e institucionais necessários à consolidação de uma política pública permanente e de qualidade.

A prevalência de processos seletivos simplificados de curta ou curtíssima validade e a ocorrência episódica e esporádica de concursos entre 2013 e 2023 reafirmam tanto a precarização do trabalho das psicólogas quanto a precarização do trabalho no SUAS e do SJ. Mas outros fatores também devem ser levados em conta.

Métodos de seleção e avaliação profissional nos editais públicos

Os métodos de seleção importam, nesta pesquisa, uma vez que condicionam, em parte, o perfil dos profissionais que serão inseridos num cargo municipal ou estadual voltado a um trabalho social complexo com populações em situação de vulnerabilidade e risco social e situações de violação de direitos. Nesse sentido, podemos questionar: como esses profissionais estão sendo selecionados? É possível apreender aspectos concretos de suas formações, voltados ao campo e às práticas sociais?

Oliveira, Costa e Yamamoto (2022) apontam que a estrutura material concreta, determinada por condições objetivas, promove o processo de assalariamento do trabalho das(os) psicóloga(os) e redefine os rumos da profissão, sendo o campo das políticas públicas sociais um dos principais vetores desse processo de assalariamento. Nesse contexto, é preciso considerar que a priorização de vínculos temporários compromete a possibilidade de construção de trajetórias profissionais mais estáveis, com formação

continuada e acúmulo de experiência, como discutido anteriormente. Além disso, os processos seletivos não têm garantido uma formação prévia adequada para a complexidade das questões sociais envolvidas no trabalho com as usuárias e os usuários desses serviços. A seguir, analisaremos como estes processos de seleção têm se configurado.

Podemos identificar que 76,9% dos editais analisados utilizaram a prova de títulos como avaliação central eliminatória, sendo que, destes, apenas 7,7% consideravam a experiência profissional como caráter eliminatório. É importante notar que todos os editais que consideraram a prova de títulos como avaliação central eram Processos Seletivos Simplificados. Os outros 23,1% dos editais utilizaram métodos combinados, sendo que, nestes, as provas de título estavam presentes como classificatórias/não eliminatórias e a prova teórica objetiva de múltipla escolha era o método de avaliação central. O teste discursivo foi utilizado em 46,2% dos editais. Não foi encontrado o teste prático como modalidade, tampouco a utilização de mecanismo contra acerto casual nas provas teóricas objetivas.

Em 84,6% dos casos estudados, a comprovação da experiência era classificatória. Nestes casos, as categorias de experiência profissional eram pontuadas e avaliadas juntamente ao momento da prova de títulos. Os tipos de avaliação e seleção variaram também de acordo com aquela primeira subdivisão entre concursos públicos e processos seletivos simplificados, sendo que 100% dos concursos públicos utilizaram a prova teórica objetiva de múltipla escolha e o teste discursivo. Já entre o número total de Processos Seletivos Simplificados, apenas 9,1% utilizaram a prova teórica objetiva e 36,4% utilizaram o teste discursivo.

A prova de títulos se mostrou como o tipo de avaliação mais utilizado entre as diferentes combinações nos processos de seleção, especialmente como modalidade central nos processos seletivos simplificados. Chama atenção o fato de a prova teórica objetiva de múltipla escolha, seguida do teste discursivo, serem tipos de avaliação menos recorrentes nos editais. É importante considerar, ainda, que a experiência profissional não foi requisito obrigatório na grande maioria dos editais.

Ora, se o período de atuação dessas profissionais é marcado por contratações temporárias (algumas até de seis meses), pela não garantia de formação e experiência continuadas dentro das vagas (justamente pelo curto período que permanecem), por formações generalistas em psicologia, que são eminentemente voltadas à área clínica e não sustentam as discussões necessárias para práticas emergentes e conhecimento da realidade brasileira (Oliveira, Costa & Yamamoto, 2022), e, ainda, por uma entrada a partir de processos de seleção que não priorizam experiência prévia, como essas profissionais estão sendo treinadas e formadas para a complexidade das funções exercidas? A resposta é evidente: elas não estão sendo. Isso, como já vimos, afeta diretamente a saúde mental dessas trabalhadoras, e a qualidade do serviço que podem ofertar. Pensaremos, por fim, como tudo isso envolve a problemática da sobreposição de responsabilidades encaminhadas a partir do Sistema de Justiça.

Sobreposição de responsabilidades e tensões intersistêmicas

Para problematizar as motivações que explicam o recorrente encaminhamento

inadequado de demandas do SJ para o SUAS, é relevante observar os dados referentes à distribuição dos processos seletivos para a atuação da psicologia nesses campos. A análise evidencia uma expressiva disparidade na prevalência de seleções voltadas aos equipamentos do SUAS (especialmente CRAS e CREAS) em detrimento de processos específicos para o SJ. Entre 2014 e 2022, identificam-se onze editais relacionados à política de assistência social, enquanto apenas em 2021 e 2023 ocorreram os três únicos processos seletivos voltados diretamente ao SJ: um concurso e um processo seletivo simplificado, para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e um processo seletivo simplificado para o Ministério Público do RN (MPRN).

É importante lembrar que esses dados não indicam um funcionamento isento de problemas no âmbito do SUAS. Ao contrário, como discutido anteriormente, a precariedade dos vínculos e a alta rotatividade de profissionais são elementos que comprometem a continuidade e a qualidade da política pública. No entanto, o que se explicita aqui é que o SJ, mesmo diante de uma crescente demanda por profissionais de psicologia, permanece com um déficit estrutural de concursos e contratações que permitam a construção de intervenções qualificadas, comprometendo a possibilidade de um trabalho minimamente articulado com as complexidades do sistema judicial.

A disparidade pode ser percebida também no que diz respeito à distribuição das vagas ofertadas especificamente aos profissionais da Psicologia. Os editais voltados para os CRAS e CREAS representaram 82,14% do total das vagas. O TJRN ofertou apenas 16,96% das vagas, ao passo que o MPRN previu 0,89% do mesmo montante. Considerando que nenhum edital foi encontrado para a DPERN, é realista considerar a hipótese de que o poder executivo municipal de Natal e região metropolitana tem sido responsável direto pelos processos de inserção de técnicos de nível superior da área de psicologia, sem realização de processos seletivos ampliados.

A inserção profissional da psicologia jurídica no país tem se apresentado de maneira vaga e dispersa, não acompanhando a realidade da necessidade de demandas cada vez mais elevadas do sistema judiciário (Bastos; Oliveira & Soares, 2022; Oliveira, 2019; Jacinto, 2021). Nessa realidade totalmente discrepante entre demanda e contratação, uma atuação intersetorial ética e comprometida com a complexidade do trabalho demandado pelo Sistema Garantia de Direitos se torna quase inalcançável.

Constatada a carência na seleção ampliada de profissionais no âmbito do Sistema de Justiça, é possível retomar a discussão, para além da aparência, sobre a maior quantidade de processos seletivos para as vagas no SUAS. Essa disparidade pode ser compreendida pela observação de um conjunto de fatores históricos e estruturais. A consolidação da Psicologia no campo das políticas públicas de assistência social no Brasil ocorreu, como vimos, vinculada às demandas assistencialistas e filantrópicas próprias do campo das políticas sociais, moldando uma atuação profissional muitas vezes compreendida como multifuncional, marcada por tarefas amplas e difusas. Essa configuração foi absorvida pelo SUAS, que passou a demandar psicólogas em maior escala, mas sob condições precárias, com baixos salários e vínculos frágeis (CFP, 2023). O campo da assistência social ainda é marcado por uma desvalorização sistemática da atuação psicológica. Essa assimetria revela não apenas uma lógica de precarização seletiva das políticas sociais, mas também aponta para a funcionalização da Psicologia como mão de obra polivalente e de baixo custo em contextos de alta

demanda e escassez de recursos públicos. Daí, a noção de que qualquer encaminhamento que não esteja sendo suprido no campo do Sistema de Justiça, poderia ser encaminhado para as profissionais do SUAS, sem levar em conta os prejuízos causados ao próprio Sistema Garantia de Direitos.

Outro ponto relevante para compreender a grande diferença entre proposição de vagas entre os sistemas, está na comparação da previsão remuneratória entre o SUAS e o SJ. As remunerações corroboram para um cenário em que a quantidade de vagas abertas para o SUAS anda de mãos dadas com uma precarização direta do trabalho dessas(es) profissionais, ou, em outras palavras, a administração se vê no direito de contratar mais psicólogas por um valor consideravelmente abaixo do aceitável. Nos CRAS e CREAS, a média salarial é de R\$ 1.548,99 enquanto entre TJRN e MPRN a média é de R\$ 5.014,27. Uma diferença da ordem de R\$ 3.465,28. A remuneração dos cargos previstos pelo SJ foi cerca de 3,24 vezes a remuneração prevista pelas vagas de psicologia nos CRAS e CREAS.

Essa brutal diferença de remuneração certamente revela uma desigualdade na medida em que, embora as atribuições sejam distintas, a complexidade do trabalho é compartilhada e, em boa medida, a população atendida é a mesma. Além disso, a remuneração inadequada e as relações contratuais temporárias neutralizam a força de organização coletiva dos trabalhadores. A desproteção acaba por impedir a reivindicação coletiva de melhorias consistentes nas condições de trabalho.

A relação entre a remuneração e a carga horária pode ser sinalizada. Assim como a grande maioria dos Editais analisados são do SUAS, e, portanto, referentes àquelas vagas com piores remunerações, também as vagas com previsão de quarenta horas representaram a maior parte das análises, sendo 53,85% das vagas. Frente à 38,48% das vagas com previsão de trinta horas. Cabe destacar que, no Edital de provimento de vagas para o TJRN, não constavam informações sobre carga horária de trabalho, evidenciando a falta de previsibilidade e transparência no processo de seleção e provisão das vagas e dos cargos em um de seus detalhes mais fundamentais.

A questão da carga horária da profissional de psicologia contrasta com demandas históricas da categoria: o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e entidades representativas defendem há anos a implantação de jornada de 30 horas, equiparando-se a carreiras similares como a do Serviço Social, com vistas à saúde ocupacional, valorização profissional e maior eficiência do trabalho (CFP, 2024). Essa demanda válida e necessária sobre a carga horária não pode estar apartada dos impactos na remuneração e nas condições de trabalho.

Neste ponto, é importante lembrar que a fragilidade da força de trabalho no SUAS é também a fragilidade do próprio sistema. A assistência social é intensiva em força de trabalho em função do desenho da oferta dos serviços socioassistenciais e da natureza de sua demanda. É previsível que a precarização das condições de trabalho acarrete impactos sobre o próprio serviço, para além da saúde mental dos trabalhadores. O panorama descrito representa a tempestade perfeita para a ocorrência do transbordamento das demandas próprias do SJ em direção ao SUAS, embora incompatíveis com o arcabouço normativo e prático deste último.

Conclusão

Considerando que o trabalho precário se caracteriza, segundo Fernandes (2023), por vínculos laborais instáveis, remuneração inadequada e flutuante, carência de direitos e de garantias trabalhistas, os dados encontrados nesta pesquisa permitem evidenciar que a inserção da psicologia no SUAS, no território analisado, se dá sob condições que reproduzem exatamente essas marcas de exploração. Enquanto, por outro lado, a entrada no Sistema de Justiça ainda se mostra incipiente e desvinculada das demandas sociais reais.

A realização da presente pesquisa encontrou limitações, ainda que esperadas, referentes ao modelo de investigação adotado. Investigar o processo de inserção da psicologia no SUAS e SJ é diferente de estudar a inserção, propriamente, nestes sistemas. A análise dos editais comporta um momento desse movimento, a execução da seleção conforme as regras escritas no certame, ou a contratação efetiva dos aprovados depois de homologados os resultados, são preocupações que extrapolam as possibilidades de análise.

Outra limitação ocorreu na situação concretas da condução da pesquisa, que seja, a dificuldade na execução da busca de editais por sítios oficiais das prefeituras. Esse obstáculo inesperado, efetivamente, indica a possibilidade de que documentos de interesse da pesquisa possam não ter sido encontrados em função da impossibilidade ou dificuldade de acesso à informação e transparência pública. Isso demandou cuidado para com a análise do resultado. Precisamente por isso, os dados foram apresentados em termos de frequência relativa e volume e devem ser lidos como dados empíricos que indicam ligação com tendências reais, relatadas pela literatura.

Diante dos dados analisados, conclui-se que a inserção da Psicologia no SUAS, na Região Metropolitana de Natal, tem ocorrido, majoritariamente, por meio de vínculos precários, instáveis e com baixa valorização profissional, evidenciando o distanciamento entre a expansão quantitativa das contratações e a efetivação de condições estruturais adequadas para o exercício profissional. A baixa presença da Psicologia no Sistema de Justiça e a concentração das seleções no SUAS revelam uma lógica de distribuição desigual, que compromete a possibilidade de uma atuação crítica, articulada e transformadora no campo das políticas públicas de assistência e garantia de direitos sociais.

Os efeitos das condições de seleção e contratação impactam diretamente na organização dos serviços, na qualidade do atendimento à população e na saúde das trabalhadoras. A presente pesquisa reafirma a centralidade de uma análise crítica da articulação entre os sistemas e da forma como o Estado capitalista estrutura e distribui suas responsabilidades sociais. Diante disso, torna-se fundamental a continuidade de investigações que aprofundem a compreensão dessas dinâmicas, especialmente considerando os diferentes territórios, e implicadas em sustentar estratégias de resistência e fortalecimento das populações diversas.

Referências

Bastos, A. V. B.; Oliveira, I. F. & Soares, I. S. D. (2022). O Trabalho em psicologia: em que áreas de atuação nos inserimos? In: Conselho Federal de Psicologia – CFP. Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais engajamento social (p. 136-149). 1 ed. Brasília: CFP.

Carvalho, L. F. M. de. (2021). Compreender o Estado capitalista para entender o desmonte da seguridade social brasileira. In I. A. Braga (Org.), A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira (Vol. 1, pp. 13–352). EDUFPI.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart et al. (Orgs.), A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Vozes (pp. 295-316).

Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2022). Censo da Psicologia Brasileira: base para políticas e ações do Sistema Conselho de Psicologia (Cap. 27). In Censo da Psicologia Brasileira: Um olhar sobre o presente para construir o futuro (Vol. 2, pp. 268–?). Brasília, DF: CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/cento-da-psicologia-brasileira-volume-2>

Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2024). Jornada de até 30 horas semanais: mobilização normativa em prol da valorização da categoria. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/psicologia30horas/>

Costa, A. P. M. (2015). Projeto Pensando o Direito – Relação entre o Sistema de Justiça e o Sistema único de Assistência Social – SUAS. In: Olivindo, K. A. F.; Alves, S. M. C & Albuquerque, S. A. (Orgs.). Olhares sobre o direito à assistência social (p. 139-148). Brasília, DF: Fiocruz Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fernandes, R. de C. P. (2023). O construto multidimensional trabalho precário, o futuro do trabalho e a saúde de trabalhadoras(es). Cadernos de Saúde Pública, 39(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt100522>

Filho, A. E., Oliveira, I. F. (2022). Contribuições do Marxismo para a Pesquisa em Psicologia. In: Moreira, M. I. C.; Sousa, S. M. G. (Orgs.). Psicologia Socio-Histórica : bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais. Goiânia, GO. Ed. da PUC Goiás, (p. 43-67).

Guimarães, A. P. D., Oliveira, H., & da Silva, J. M. (2020). Work-related violence and appropriation of workers' health: Suffering announced in the unified social care system. Physis, 30(2), 1–19. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300224>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). As relações entre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o Sistema de Justiça. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. (Série pensando o Direito; 58). Brasília: IPEA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Estimativas populacionais das regiões metropolitanas [Tabela]. Projeções da população. IBGE.

Jacinto, P. M. dos S. (2021). Sistema Único de Assistência Social e Sistema de Justiça: explicitando problemáticas e orientações a psicólogas(os). *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 10(2), 246. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v10i2.3555>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS (2005). Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS (2016). Nota técnica sobre a relação entre o Sistema único de Assistência Social – SUAS e os órgãos do Sistema de justiça (N. 02/2016/SNAS/MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS.

Oliveira, J. D. G. (2019). Práticas psicológicas nas varas de família: uma trajetória de 30 anos (Tese de Doutorado). <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27538>

Oliveira, I. F; Costa, V. C. A. & Yamamoto, O. H. (2022). A psicologia no Brasil: uma história em construção. In: Conselho Federal de Psicologia – CFP (2022). Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no muno do trabalho: volume 1: formação e inserção no mundo do trabalho (11-41). 1 ed. Brasília: CFP.

Oliveira, A. B. da S., Castro Junior, J. de L. P., & Montalvão, S. de S. (2022). O mito da meritocracia: academicismo e falhas metodológicas nos concursos públicos brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 56(6), 694–720. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220150>

Pauli, C. G., Traesel, E. S., & Siqueira, A. C. (2019). A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>

Santos, E. A. (2012). Políticas públicas, controle estatal e superação do modelo assistencialista de Estado. In: *Cadernos de Direito*. Piracicaba, SP: v. 12(22): 187-195.

Prefeitura de Natal, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. (2024). Principais indicadores da política de assistência social: atendimentos realizados nos CRAS e CREAS — Natal/RN (Relatório anual de 2023). Natal, RN: SEMTAS-Natal.

Silva, J. B. da ., Vasconcellos, P. A., & Figueiredo, V. C. N.. (2018). Trabalho e sofrimento: desafios da saúde mental de profissionais da assistência social. *Psicologia Em Estudo*, 23, e2307. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23.e39108>

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Pedagogia Médica. Rev SOCERJ*. 2007;20(5):383-386

CÓDIGO: HS0635

AUTOR: LILIA PINTO LOPES

ORIENTADOR: LUCAS TRINDADE DA SILVA

TÍTULO: Uma abordagem interdisciplinar do dinheiro em Georg Simmel

Resumo

O presente trabalho investiga os elementos que permitem tratar a análise do dinheiro em Georg Simmel como uma abordagem interdisciplinar. Com esse fim, quatro textos do autor são eleitos para análise, sendo eles “Para a psicologia do dinheiro”, de 1889, “O dinheiro na cultura moderna”, de 1896, “Valor y dinero”, segmento da “Filosofía del dinero”, de 1900, e a “A metrópole e a vida mental”, de 1903. O exame dos textos acompanha a ordem cronológica ou diacrônica de publicação e ressalta, ao longo da contextualização de cada um, a rotação de perspectivas de Simmel ao tratar o dinheiro em seus aspectos sociológicos, filosóficos, históricos e psicológicos.

Palavras-chave: Georg Simmel, dinheiro, interdisciplinaridade.

TITLE: An interdisciplinary approach to money in Georg Simmel.

Abstract

This paper investigates the elements that allow Georg Simmel's analysis of money to be treated as an interdisciplinary approach. To this end, four of Simmel's texts are selected for analysis: "Towards the Psychology of Money" (1889), "Money in Modern Culture" (1896), "Value and Money" (a segment of the "Philosophy of Money" (1900), and "The Metropolis and the Mental Life" (1903). The texts are examined in chronological or diachronic order of publication and, throughout the contextualization of each text, highlight Simmel's rotation of perspectives when addressing money in its sociological, philosophical, historical, and psychological aspects.

Keywords: Georg Simmel, money, interdisciplinary.

Introdução

A investigação que resulta no presente trabalho realizou um recorte dos textos de Georg Simmel concernentes à temática do dinheiro, no intuito de evidenciar de que maneira, através desse objeto amplamente tratado pelo autor, é possível pensar uma abordagem interdisciplinar em seus escritos. Assim são considerados os textos “Para a psicologia do dinheiro”, de 1889, “O dinheiro na cultura moderna”, de 1896, a primeira parte de “Filosofia del dinero”, de 1900, e “A metrópole e a vida mental”, de 1903.

Para introduzir o reconhecimento acerca da interdisciplinaridade presente em Simmel, podemos recorrer a algumas evidências além da análise dos seus próprios textos. Sobre isso, identificou-se em “O polímata: Uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag”, de Peter Burke, no capítulo “A era da interdisciplinaridade”, um panorama histórico acerca de momentos temporais designados como “abordagens modestas e ambiciosas da interdisciplinaridade” (Burke, 2020, p.358), dentro das quais uma outra distinção demarca os momentos históricos e de produção teórica concernentes àquilo que o autor chama de “arranjos semiformais” responsáveis por incentivar a interdisciplinaridade. Para tal, o texto nos apresenta uma cronologia de clubes caracterizados pelo “desejo de conhecimento geral e debate aberto”, situados entre 1855 e 1950. Entre eles encontra-se o “Leipziger Kreis” ou círculo de Leipzig, composto por quatro importantes nomes na década de 1900, entre eles Wilhelm Wundt, interessado pela “psicologia dos povos” ou “Volkerpsychologie”- notória na obra de Simmel (Rocha, Visser 2021) - e em uma “síntese entre as humanidades e as ciências sociais” (Burke, 2020, p.329). Ademais, uma segunda ligação possível de se constatar é a apresentação de Simmel daquilo que compreendemos hoje pelo texto “A metrópole e a vida mental” no ciclo de palestras da fundação Gehe ocorrida em 1903, onde o autor partilhava a função de palestrante junto ao mesmo círculo (Pasti, 2017, p. 85-87). Apesar de não pertencer ao círculo em questão, Simmel parece se enquadrar, por ocasião dessas afinidades, naquilo que Peter Burke chama de contribuinte para os “arranjos semiformais” da interdisciplinaridade.

Tratando do dinheiro a partir da filosofia, da psicologia, mas também da história e da sociologia, a compreensão dos seus textos perpassa, por exemplo, pela concepção do conceito de “conteúdo”, bem como de “forma”, que são amplamente discutidos em textos um pouco mais tardios do que aqueles concernentes ao objeto do dinheiro, como “Sociologia: Estudos sobre as formas de sociação”, de 1908, e “Questões fundamentais da sociologia”, de 1917. De maneira sucinta e para fins de compreensão acerca de como essas categorias aparecem nos textos aqui pontuados, podemos recuperar o prefácio da tradução portuguesa de “Sociologia”, escrito por Danilo Martuccelli, especificamente na seção “As formas sociais e a sociação” em que, para o autor, em Simmel, “a noção de forma designa uma representação e uma organização da experiência, bem como uma manifestação, mais ou menos consolidada, de algumas práticas sociais ou culturais” (Martuccelli, 2021, p. 17). O sentido de “mais ou menos consolidadas” no trecho acima indica um elemento necessário para compreender o sentido da noção de forma em Simmel, a saber, se a forma designa o objeto de estudo da sociologia, ela não pode ser entendida profundamente sem que se volte o olhar para os conteúdos que permitem a sua existência, conteúdos estes que, por sua vez, são objetos estudados por outras ciências, como a psicologia, a história e a filosofia.

Metodologia

O método relativo à pesquisa em questão, oficialmente instaurada como plano de trabalho no período de 01/09/2024 a 31/08/2025, consistiu no processo de levantar apontamentos e sobre eles produzir uma abordagem que busque demonstrar uma perspectiva interdisciplinar em quatro textos específicos de Georg Simmel, sendo eles: “Para a psicologia do dinheiro”, de 1889, “O dinheiro na cultura moderna”, de 1896, a primeira parte de “Filosofia del dinero”, de 1900, e “A metrópole e a vida mental”, de 1903. O que se pretendeu com esse recorte textual foi a delimitação de um eixo temático específico, isto é, o dinheiro. A proposta, portanto, é ressaltar de que maneira as reflexões simmelianas sobre o dinheiro rotacionam nos territórios conceituais da psicologia, da filosofia, da sociologia e da história.

Resultados e Discussões

Abrindo as publicações concernentes ao objeto dinheiro, “Para a Psicologia do dinheiro”, de 1889, é iniciado com uma reflexão acerca de “componentes” relativos ao “conteúdo”, seja ele da ação ou do conhecimento. Essa informação inicial abriga um sentido um pouco mais explícito na sua relação com o título do texto se pensarmos que, para Simmel, os conteúdos são objeto da própria psicologia e igualmente essenciais às formas, sendo estas últimas objetos explícitos da Sociologia (Martuccelli, 2021, p. 16-21). Por conteúdos Simmel (2013, p. 11) entende os “fatos sensíveis e particulares da nossa experiência”, “as metas últimas de nossa vontade”, os nexos causais e os prolongamentos dos meios para chegar a fins. Tais conteúdos se desdobram em formas até o que o autor alemão entende por progresso cultural, que se refere a estados individuais cultivados ou indivíduos de estados cultivados (Simmel, 2013, p.12). Essa reflexão se desenvolve gradualmente e mobiliza especialmente elementos da psicologia e da economia. A partir daí, Simmel nos alerta sobre o “progresso do espírito público” (Simmel, 2013, p. 12), isto é, aquilo que possibilita a circulação econômica e que parece ser uma consequência alargada do “progresso da cultura”, mas que nada mais é do que o “aumento das instituições por meio das quais o indivíduo pode alcançar, ao menos indiretamente, aqueles fins cuja obtenção imediata é difícil ou improvável (...)” (Simmel, 2013, p. 12).

Nessa linha elucidativa que privilegia o sentido psicológico de explicação (composição dos conteúdos, indivíduos de estados cultivados, progresso do espírito público objetivando a facilidade no alcance dos fins espiritual/psicologicamente estabelecidos) a justificativa que fundamenta a economia para Simmel se dá pelo fato de que o que é do meu desejo se encontra sob a posse de outra pessoa, que, por sua vez, está disposta a trocá-lo por algo que esteja sob minha posse e que é do seu desejo. Assim também se instaura a necessidade de “um elo intermediário à cadeia de fins”, que regule o processo de intercâmbio entre desejos que se expressam em elementos materiais. Dessa maneira, um “meio de troca reconhecido universalmente torna-se ponto de passagem para toda transação bilateralmente onerosa e revela-se (...) um meio para atingir (...) objetos desejados que seriam inalcançáveis” (Simmel, 2013, p. 13). Assim, “o meu fazer ou o

meu ter devem adotar a forma do valor monetário para servir ao meu contínuo querer” (Simmel, 2013, p. 13). Resulta disso que o dinheiro, inicialmente um meio “indiferente” para um fim, torna-se um fim em si mesmo. As razões para isso podem ser, de um lado, seu “tempo suficiente perante a consciência” e/ou, de outro, quando o fim a ser alcançado “encontra-se a uma grande distância” (Simmel, 2013, p. 13).

Com o estabelecimento dessa dinâmica, o valor, que se instaura comumente no ato da troca, passa a ter por fim algo que inicialmente era meio através de uma “imediatez psicológica” (Simmel, 2013, p.13). Se esse efeito em algum momento pode parecer trágico pela infinidade de possíveis fins que agora são reduzidos ao objeto do dinheiro, mais trágico é o lugar espiritual que essa dinâmica ocupa se somada aos motivos históricos pelos quais o dinheiro se torna um “valor existente por si” (Simmel, 2013, p. 16). Sobre o primeiro fato, Simmel afirma que essa dinâmica de inversão “é um dos mecanismos mais funcionais do organismo espiritual.” Pois, como escreve o autor (2013, p. 14): “Se precisássemos ter diante dos olhos a cada instante toda a série teleológica que justifica uma ação determinada, a consciência se estilhaçaria de modo insuportável” (Simmel, 2013, p. 14). Aqui, Simmel também mobiliza uma explicação a partir do chamado “princípio da economia de energia”, que seria a chave para entender, inspirado na *Völkerpsychologie*, como a “consciência finalista se concentra no estágio atual do processo teleológico, enquanto o fim último, mais remoto, desaparece da consciência” (Simmel, 2013, p. 14). O segundo fato se concretiza no momento do desenvolvimento histórico em que a “legitimação da autoridade pública” (Simmel, 2013, p. 16) garante ao indivíduo a utilização da remuneração recebida no processo de circulação econômica. O que passa a ocorrer com o dinheiro nesse caso é a “transferência da consciência de valor àquele símbolo” (Simmel, 2013, p. 18). O dinheiro, portanto, “é de tal modo acentuado em sua necessidade para nossa consciência que seu valor parece superar o de um mero meio”, sendo esse efeito intensificado à medida em que se diversificam os objetos que com ele podem ser alcançados (Simmel, 2013, p.18).

Entretanto, antes desse deslocamento histórico realizado no texto, Simmel revela algumas consequências relativas ao fato de o dinheiro se tornar um fim. Sobre isso, ele inicia pela explicação de estágios do processo teleológico, sendo eles “1) ter dinheiro; 2) gastar dinheiro; 3) possuir o objeto” (Simmel, 2013, p.14). Para o autor, a “consciência finalista pode se deter em cada uma dessas três etapas e constituí-las como fim em si” (Simmel, 2013, p. 15). Os três estágios possuem diferentes graus de extensão/permanência/estabilidade segundo maior ou menor compreensão do dinheiro como “meta iminente de nossas aspirações” (Simmel, 2013, p. 15). Assim, quando o dinheiro se cristaliza como um fim, a obtenção de quantias é sempre a razão da satisfação, mas quando pensamos consciências que se mantem “abaixo desse ponto de cristalização” (Simmel, 2013, p. 15) as quantias acumuladas voltam a ser percebidas como um mero meio. Sobre isso, é possível citar os exemplos do “avarento”, do “mão-aberta quando espera, com isso, lucrar no ágio”, mas também aquelas pessoas que “não hesitam em presentear alguém com cem marcos, mas apenas com uma verdadeira autossuperação são capazes de ceder uma folha de papel de seu estoque ou algo parecido” (Simmel, 2013, p.16). A ação dessas personalidades somada a determinados momentos históricos constrói o que Simmel chama de “momentos psicológicos decisivos” (Simmel, 2013, p. 17) que consolidam os valores de todas as coisas. Com isso, compreendemos que, na perspectiva do autor, “não existe nenhum valor objetivo em sentido absoluto” (Simmel, 2013, p. 17),

mas tudo se torna valor pelo “processo psicológico de sua estimação” (Simmel, 2013, p. 17).

Para que o dinheiro tenha se tornado esse objeto emblemático aqui tratado é preciso, de um lado, ter havido uma “transferência de valor àquele símbolo” (Simmel, 2013, p. 18), mas também que o dinheiro tenha se acentuado recorrentemente na posição de fim através do aumento da quantidade de objetos que com ele possam ser adquiridos. Isso traz “inúmeras consequências para a psicologia do dinheiro” (Simmel, 2013, p. 18), visto que objetos qualitativamente distintos e particulares tornam-se incolores ao serem adquiridos por meio do dinheiro e esse acinzamento atinge, reciprocamente, os objetos de circulação monetária. Assim, quando o dinheiro por tudo paga, isto é, quando ele paga por todos os valores, se reduz a sua individualidade (Simmel, 2013, p.19). O que observamos acontecer é tanto a eleição do dinheiro como objeto sob o qual se transfere um valor que historicamente se transforma em um “valor existente por si” (Simmel, 2013, p. 16) e que desenvolve conteúdos e manias, quanto o dinheiro que por tudo paga e reduz a sua própria individualidade. É a partir desse último caso que nasce o “caráter blasé” (Simmel, 2013, p. 19), descrito nesse texto específico como uma “acentuação daquelas consequências psicológicas da circulação monetária” (Simmel, 2013, p. 19). Não se trata nem do avarento, nem do “mão aberta”, mas daquele para quem nada parece “impagável”, isto é, que “acredita poder pagar tudo com dinheiro” (Simmel, 2013, p. 19).

Um sentido muito parecido de “blasé” é encontrado em “O dinheiro na cultura moderna” de 1896, que inicia trazendo um paralelo sobre a época moderna possibilitar “a autonomia da personalidade”, mas também, em oposição a isso, um “caráter objetivado incomensurável aos conteúdos práticos da vida” (Simmel, 2005, p 23). No intuito de desenvolver essa tese, Simmel produz um apanhado histórico acerca de como as personalidades encadeadas “numa relação com a comunidade” ganham “autonomia” na época moderna (Simmel, 2005, p 23), assim como o objeto e o sujeito. Sobre isso, ele demonstra que na história alemã até o desenrolar da idade média “persistia uma estreita ligação local entre a pessoa e a posse de terra” (Simmel, 2005, p. 24), contudo, a ascensão da “economia do dinheiro (...) impõe uma distância entre a pessoa e a posse, tornando a relação entre ambas mediada”. Aqui encontramos o primeiro exemplo mobilizado por Simmel no intuito de mostrar como a economia baseada no dinheiro opera uma mudança no que diz respeito às relações entre sujeito e objeto, bem como entre personalidade e comunidade. Essa mudança “possibilita, por uma parte, uma objetividade pura nas atividades de associação (...) independente de colaboração pessoal, libertando, por outra parte, o sujeito de laços constrangedores, dado que este é, agora, vinculado ao todo (Simmel, 2005, p.25).

O dinheiro, possibilita “uniões de interesse, por um lado, e a separação dos mesmos, por outro” (Simmel, 2005, p. 26). Sobre isso, Simmel exemplifica o movimento sindical na França de 1848, que por mais que se estruturassem em núcleos distintos, “cada associação contribuía para um único fundo sindical a partir de seu fundo sindical comum” (Simmel, 2005, p. 26). Assim, se o caráter do dinheiro gera uma “comunidade ativa de indivíduos e grupos que normalmente insistem na sua separação e distância mútua (...)”, (Simmel, 2005, p. 25) como é o caso das múltiplas associações sindicais, também funciona como um “fio condutor” para as possíveis causas em comum dessas associações. Outro exemplo citado é a associação “Gustav- Adolph” que, com o caráter de objetividade das contribuições monetárias “disfarçava as diferenças confessionais dos contribuintes” e

ajudava comunidades protestantes pobres de distintos seguimentos, entre os quais “luteranos”, “reformados” e “unidos” (Simmel, 2005, p. 27). É assim, entretanto, que se promove relações específicas “de tal modo que implica anonimidade e desinteresse pela individualidade do outro, que provoca o individualismo” (Simmel, 2005, p. 28). O que Simmel pretende com a explanação acima é produzir um cenário mais ou menos sólido sobre “As correntes da cultura moderna”, que de uma parte “deságuam (...) no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais” e, de outra, “no destaque do mais individual, na independência da pessoa, na autonomia da formação dela” (Simmel, 2005, p. 28).

No curso dessas reflexões Simmel passa a questionar até que ponto a liberdade adquirida pelo dinheiro “incolor” faz com que ocorra uma ausência de conteúdos da vida, visto que a versatilidade do valor monetário na sua dinâmica crescente também faz esquecer o valor psicológico e espiritual da relação com os objetos. Se no século XVIII “a terra significava, para o camponês (...) uma orientação do conteúdo de vida”, conteúdo esse que diz respeito as relações íntimas com aquilo que promove um sentido espiritual, psíquico e vital; na modernidade, escreve Simmel (2005, p. 31):

Vivemos passando, sem perceber, cada vez mais rápido, pelo significado específico, não-qualificável, das coisas, e este se vinga, agora, por meio daqueles sentimentos, tão modernos, que abafam, enfraquecem. Sentimos que o núcleo e o sentido da vida escapam sempre, a cada vez, das nossas mãos; as satisfações definitivas realizam-se cada vez menos; sentimos, enfim, que todo esforço e toda atividade, na verdade, não valem a pena.

A partir dessa consideração chegamos, novamente, ao blasé, mais precisamente à “arrogância blasé”, na terminologia do ensaio de 1896. Definida por “não reagir mais às diferenças e propriedades específicas dos objetos com uma graduação correspondente da sensação (...)” (Simmel, 2005, p. 32).

Se em “Para a psicologia do dinheiro” Simmel nos apresenta o “progresso do espírito público” como uma ampliação do “progresso cultural” que se expande para o âmbito social, aqui ele nos apresenta algumas consequências disso, contextualizando-as num tempo, isto é, o “tempo moderno” (Simmel, 2005, p. 34) e mostrando quais sentimentos provem desse progresso: “tensão”, “esperança” e “pressão” (Simmel, 2005, p. 34). Estes que resultam “certamente, do supercrescimento dos meios (...) de construir meios sobre os meios” (Simmel, 2005, p. 34). Além disso, Simmel indica nesse texto outros aspectos centrais acerca de uma sociologia ou de um estudo do social: o dinheiro como um “caráter racional e calculador da época moderna em contraposição às épocas anteriores” (Simmel, 2005, p.36); o dinheiro como contribuinte para a autonomização do indivíduo como “incomparável e insubstituível” (Simmel, 2005, p. 32), pois a “rigidez de laços e de tradições, como existem em classes e em castas, é penetrada - seja para o bem seja para o mal” pelo dinheiro e seus desdobramentos (Simmel, 2005, p. 38).

Evidenciado de que forma o dinheiro pode ser pensado psicologicamente e de maneira sócio-histórica, partimos para “Filosofia do dinheiro”, de 1900, que traz, em primeiro lugar, uma reflexão acerca do valor como o elemento base para a compreensão da dinâmica do dinheiro, visto que o dinheiro, esse objeto que tudo paga, paga por algo, isto é, por valores (Simmel, 2013, p.19). Posteriormente, sua relação com o cenário de circulação econômica e seu papel como um signo do relacionismo. Na primeira parte do capítulo “Valor y dinero”, podemos destacar a maneira como Simmel discorre sobre três

formas possíveis do valor: objetivo, subjetivo e como sentimento. A distância entre sujeito e objeto produz o valor objetivo na medida em que o valor adere aos objetos do desejo. A subjetividade do valor, por sua vez, diz respeito ao estado em que o valor que damos às coisas desvincula-se da subjetividade específica daquele que o utiliza como instrumento de valoração. O sentimento de valor, por fim, consiste num terceiro termo que, apesar de penetrar os outros dois termos anteriormente explanados (Simmel, 1997, p.29), tem uma significação própria. A produção desse sentimento, Simmel explicita, se dá por um processo de construção de uma “representación” (Simmel, 1997, p.30) na medida em que consumimos um conteúdo específico e que se trata de um valor espiritual.

A criação de um cenário econômico tem por elementos principais a “compra” e o ato de troca ou “entrega a cambio”. O ato de troca está imbricado no processo de compra, mas ganha destaque por ser uma expressão eficaz de desejabilidade dentro do cenário de circulação econômica. (Simmel, 1997, p. 44). Nessa circunstância, Simmel alerta para um crescente “aspecto subjetivo” influenciado por características próprias do contexto de circulação econômica, isto é, pela “diferenciación” e a separação entre “función y contenido”. Esse “aspecto subjetivo” que se molda no contexto em questão, para Simmel passa a ser um valor, “una relación objetiva y suprapersonal entre los objetos” (Simmel, 1997, p. 44). Nesta última consideração, é possível perceber uma transição entre o aspecto subjetivo, que também se expressa como “valor subjetivo” na primeira parte do capítulo, e o valor em sua forma objetiva, que é um tipo de valor não mais espiritual, metafísico e psicológico, mas aquele predominantemente presente na economia. Ambos possíveis de serem identificados em todos os textos do dinheiro. O valor objetivo e o valor subjetivo, acima esquematizados separadamente, encontram no dinheiro um ponto expressão comum. Através do dinheiro, o concreto e o singular, o vivo e o espiritual, o subjetivo e o objetivo se encontram, possibilitando as relações reais. Assim,

“el dinero es la materialidad de lo abstracto, la construcción singular cuyo sentido reside más evidentemente en lo suprasingular. De este modo, el dinero es, también, la expresión adecuada de la relación del hombre con el mundo, siendo así que el hombre sólo se acerca al mundo a través de lo concreto y singular y únicamente puede comprenderlo de verdad cuando esto se convierte para él en el cuerpo del proceso vivo y espiritual, que entreteje todo lo singular y origina así la realidad” (Simmel, 1977, p.18).

Passando por todas essas perspectivas, chegamos em “A metrópole e a vida mental” de 1903, que apresenta como objetivo pensar a “vida moderna” e a “metrópole” (Simmel, 1967, p.11-12), metrópole essa que é a “sede da economia monetária”, em comparação com a “vida da cidade pequena e a vida rural” (Simmel, 1976, p. 12-13). Num primeiro momento, o texto traz características que descrevem a vida rural e a vida da metrópole. Se na primeira a vida flui mais lentamente, apresenta um ritmo de “fragilidade de comercio” e relacionamentos “profundamente sentidos e emocionais”, na vida da metrópole, é possível observar indiferença a toda “individualidade genuína” (Simmel, 1976, p.12-13). Quando essas características são observadas desde a “esfera da psicologia econômica”, de um lado, há uma importância que o produtor e o consumidor se conheçam, de outro, a anonimidade garante que não haja necessidade de relações pessoais, de maneira que o funcionamento da economia monetária passa a reger a consciência e as atitudes dos ‘indivíduos’ da metrópole, bem reconhecidos como tal[1].

No âmbito dos conteúdos da vida, as características concernentes ao dinheiro que encontram espaço pleno de funcionamento na metrópole são: “Pontualidade, calculabilidade, exatidão” (Simmel, 1976, p. 15). Características essas que alteram o

funcionamento da vida e das formas sociais, mas ao mesmo tempo também produzem a própria metrópole. Com isso, é possível a regulação de traços impulsivos, irracionais e instintivos “que visam determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma da vida geral e precisamente esquematizada de fora” (Simmel, 1976, p.15). A partir dessa citação, duas considerações podem ser feitas. A primeira, diz respeito à dupla natureza do dinheiro, que assim como nos textos anteriores (“Para a psicologia do dinheiro” e “O dinheiro na cultura moderna”), é exposta como aquela que promove autonomia, individualidade, e, ao mesmo tempo, impessoalidade, individualismo e descoloração da vida. A segunda diz respeito a maneira como, por esse exemplo, podemos observar a relação entre forma e conteúdo para Simmel.

Dadas essas características e a observação de sua dinâmica pela “esfera da psicologia econômica”, o autor nos apresenta uma atualização do conceito de blasé, que vem se construindo cronologicamente desde “Para a psicologia do dinheiro”. Aqui, Simmel enquadra o blasé como “fenômeno psíquico (...) incondicionalmente reservado à metrópole”, que “resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compreensão concentrada são impostos aos nervos” (Simmel, 1976, p. 15-16). Se nos textos anteriores construímos a compreensão do blasé como “acentuação daquelas consequências psicológicas da circulação monetária” (Simmel, 2013, p. 19), descritas em “Para a psicologia do dinheiro” como a não reação às propriedades específicas dos objetos, isto é, sua generalização através do seu valor monetário, em “O dinheiro na cultura moderna (Simmel, 2005, p. 32) o blasé é apreendido como uma reação ou “reatividade” aos estímulos da metrópole, da “perseguição desregrada ao prazer”, da “incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada”. Aqui trata-se o blasé como um “estado de animo” (Simmel, 2005, p, 16-17).

[1] Já em “O dinheiro na cultura moderna” podemos pensar a formação do indivíduo como “incomparável e insubstituível” (Simmel, 2005, p. 32).

Conclusão

No intuito de demonstrar como a investigação simmeliana do dinheiro pode ser pensada de maneira interdisciplinar, uma explanação do texto organizada de forma a privilegiar as perspectivas psicológicas, sociológicas, históricas e filosóficas foi realizada. Em “Para a psicologia do dinheiro”, a predominância dos momentos psicológicos pode ser detectada na discussão sobre a interrupção da cadeia teleológica, o desencadeamento de manias e personalidades, a conversão de meios em fins explicada pelo princípio de economia de energia psíquica. Em “O dinheiro na cultura moderna”, a discussão sobre a época moderna caracteriza uma rotação de perspectiva que privilegia uma abordagem muito mais sócio-histórica do objeto dinheiro, perceptível na análise: dos aspectos da história alemã na idade média; dos movimentos sindicais; das associações religiosas; do significado da terra para o camponês no século XVIII; e, igualmente na discussão sobre “círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais” ou sobre o “destaque do mais individual”, a “independência da pessoa” ou a “autonomia da formação dela” (Simmel, 2005, p. 28) que constituem o indivíduo moderno.

A rotação para a perspectiva filosófica se encontra marcadamente em “Filosofia do dinheiro”, que produz uma reflexão sobre o sentido de valor, seja ele espiritual, subjetivo ou objetivo, evidenciando de que maneira esses três valores funcionam na prática como uma ‘santíssima trindade’ da economia monetária, isto é, a prevalência de um em um dado momento (valor objetivo) não apaga a existência dos outros (valor subjetivo e como sentimento), mas também podem ser compreendidos separadamente. Em “A metrópole e a vida mental”, por fim, a discussão da “esfera da psicologia econômica”, o “estado de ânimo” espiritual, a descrição das características sociais da metrópole e a ampliação do conceito de “blasé” sugerem uma síntese das perspectivas assumidas nos textos anteriores, demonstrando de maneira mais explícita a operação da interdisciplinaridade na obra de Simmel, entendida, aqui, como uma rotação constante de perspectivas para a análise de um fenômeno ou objeto particular.

Referências

BÁRBARA, Lenin Bicudo. **A vida e as formas da sociologia de Simmel**. Tempo Social, v. 26, n. 2, 2014.

BURKE, Peter. Interdisciplinaridade. In: BURKE, Peter. **O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag**. São Paulo: Unesp, 2020. p. 323-358.

MARTUCCELLI, Danilo. Simmel o clássico ambivalente. In: SIMMEL, Georg. **Sociologia: Estudos sobre as formas de sociação**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021. p. 15-30.

PASTI, Henrique Buonani. **Georg Simmel e os problemas lógicos da economia política histórica**. 2017 Tese (Doutorado em sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SIMMEL, Georg. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 23-40.

SIMMEL, Georg. Para a psicologia do dinheiro. In: SIMMEL, Georg. **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Senac São Paulo, 2013. p. 11-27.

SIMMEL, Georg. Valor y dinero. In: SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977, p. 17-119.

VANDENBERGHE, Frédéric. Um pensamento, a dualidade. In: VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Petrópoles, RJ: Vozes, 2018.

VISSER, R. .; ROCHA, E. **O lugar da psicologia social em Georg Simmel**. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p. e021019, 2021.

CÓDIGO: HS0641

AUTOR: LUCAS TARGINO DE FREITAS SANTOS

ORIENTADOR: ITAMAR DE MORAIS NOBRE

TÍTULO: A FOTOGRAFIA DOCUMENTAL NA PESQUISA: CLASSIFICAÇÃO,
CATEGORIZAÇÃO, FORMAÇÃO DO BANCO DE IMAGENS

Resumo

A presente pesquisa apoia um estudo de pós-doutoramento sobre a Romaria de São Francisco das Chagas em Canindé/CE, um dos maiores fenômenos de religiosidade popular do Brasil. O trabalho envolve a criação e organização de um banco de imagens fotográficas do evento, além de um levantamento bibliográfico e histórico para compilar dados. A relevância do projeto está em seu caráter acadêmico, buscando ampliar o conhecimento sobre o tema, gerar material para o ensino e contribuir com discussões sobre cultura popular e estudos pós-coloniais na fotografia.

Palavras-chave: Fotografia Documental; Romaria; Folkcomunicação; Canindé

TITLE: DOCUMENTARY PHOTOGRAPHY IN RESEARCH: CLASSIFICATION,
CATEGORIZATION, AND IMAGE BANK FORMATION

Abstract

This research supports a post-doctoral study on the Pilgrimage of Saint Francis of the Stigmata in Canindé, Ceará, one of the largest phenomena of popular religiosity in Brazil. The work involves creating and organizing a photographic archive of the event, as well as conducting a bibliographic and historical survey to compile data. The project's relevance lies in its academic nature, seeking to expand knowledge on the subject, generate material for teaching, and contribute to discussions on popular culture and post-colonial studies in photography.

Keywords: Documentary Photography; Pilgrimage; Folk
Communication; Canindé

Introdução

A presente pesquisa se deu no âmbito de apoio à pesquisa-base de pós-doutoramento do Prof. Dr. Itamar de Moraes Nobre. Sendo assim, essa pesquisa consiste na realização de um processo de seleção, criação de arquivos de armazenamentos, edição básica, e classificação das fotografias por categorias de análises para facilitar na constituição do banco de imagens de forma organizada. Realização de pesquisa bibliográfica sobre a proposta apresentada, além de levantamento qualitativo, pesquisa histórica sobre as romarias de Canindé/CE para compilar dados de apoio para a pesquisa base.

A Romaria de São Francisco das Chagas, realizada anualmente na cidade de Canindé, no sertão do Ceará, representa um dos mais potentes fenômenos de religiosidade popular do Brasil. Não apenas um evento de massa, a peregrinação constitui um dos mais significativos centros de devoção franciscana das Américas e o segundo maior santuário dedicado ao santo no mundo, superado apenas por Assis, na Itália (ALVES et al., 2015; MAPA CULTURAL, [s.d.]; NETO, 2023). Anualmente, especialmente entre o final de setembro e o início de outubro, centenas de milhares de fiéis se deslocam à cidade, transformando-a em um epicentro de fé, cultura e comércio (CEARÁ, 2024).

Portanto, justificamos a relevância desta proposta de investigação pelo caráter acadêmico e histórico, tendo em vista o apoio oferecido para ampliar o conhecimento no campo da pesquisa, compilar dados como referenciais para aulas na graduação e pós-graduação, especialmente nos campos epistemológicos em que se insiram as discussões sobre os estudos pós-coloniais na fotografia, a contra-hegemonia e o ativismo sobre a cultura popular.

Metodologia

A pesquisa adota como estratégia metodológica a Fotocartografia Sociocultural (Nobre, 2011), complementada por pesquisa bibliográfica e documentação fotográfica. O foco do trabalho será o universo de romeiros, romarias, ex-votos e fé, analisado sob a ótica da fotografia documental.

Para Stumpf (2005), a pesquisa bibliográfica é a etapa inicial de qualquer trabalho acadêmico, o que permite ao pesquisador conhecer o que já foi produzido sobre o tema investigado, dessa forma evitando o dispêndio de tempo em questões já resolvidas. Segundo a autora, a pesquisa bibliográfica, em termos gerais, pode ser realizada em quatro etapas, sendo elas: Identificação do tema e assuntos; Seleção de fontes; Localização e obtenção do material; Leitura e transcrição dos dados.

O referencial teórico, introduzido aqui de forma conceitual, será aprofundado ao longo do estudo. A articulação entre ativismo e fotografia será explorada com base na obra de Marzo (2006). Para aprofundar a reflexão sobre fotografia, documento e verossimilhança, recorreremos a autores como Rouillé (2009), Ledo (1988), Sousa (2000), Barthes (1984), Dubois (1993), Freund (1995), Turazzi (1995) e Sougez (2001), que estabelecem a relação entre fotografia, história e sociedade.

As discussões sobre mídia, cultura popular e folkcomunicação serão fundamentadas por Martins (2008), Marques de Melo (2008), Beltrão (1980, 2001), Berthold (2001), Boal (2012), Gadini e Woitowicz (2007) e Nobre e Gico (2015).

Resultados e Discussões

O desenvolvimento da pesquisa deu-se, primariamente, na esfera da reflexão e referencial teórico. Para a reflexão, aplicou-se as ideias de Barthes (1980), principalmente no que se refere aos conceitos de studium e punctum ao acervo fotográfico registrado em dezembro de 2023 pelo autor da pesquisa-base, Prof. Dr. Itamar de Moraes Nobre, totalizando 503 fotografias.

3.1 CANINDÉ/CE COMO CENTRO DE FÉ

A devoção a São Francisco em Canindé não é um fenômeno de geração espontânea, mas o resultado de um longo processo histórico de evangelização, construção de narrativas e institucionalização da fé no coração do sertão cearense. Suas raízes remontam ao século XVIII, período em que a presença franciscana começou a se consolidar na região.

O nascimento dessa devoção está diretamente ligado às primeiras missões franciscanas que percorreram os sertões do Ceará em meados do século XVIII. Registros indicam que, a partir de 1758, membros da ordem franciscana iniciaram um trabalho de evangelização na região, propagando o culto a São Francisco das Chagas (SANTUÁRIO DE CANINDÉ, [s.d.]; CEARÁ, [s.d.]).

Nesse período, Canindé era um pequeno povoado, habitado predominantemente por vaqueiros e algumas famílias de fazendeiros, com uma presença religiosa que dependia de padres enviados esporadicamente pelo pároco de Fortaleza (SANTUÁRIO DE CANINDÉ, [s.d.]). Foram essas missões que plantaram a semente teológica e devocional que floresceu nas décadas seguintes, estabelecendo a base para a fé popular que viria a se desenvolver.

3.2 RELEVÂNCIA QUANTITATIVA DA ROMARIA

Os números associados às romarias que convergem na cidade são expressivos e demonstram a força sociocultural desse evento. As estimativas variam de 600 mil pessoas durante os dez dias do festejo principal (CEARÁ, 2024), passando por 1 milhão

(CNBB, 2024), 1,5 milhão (GOMES, 2005), até "mais de 2 milhões de visitantes" anualmente (CANINDÉ, 2025). Portanto, até que haja um esforço definitivo para a estimativa ou contagem dos romeiros que visitam Canindé no período do festejo, não é possível definir com certeza o número de devotos participantes.

No entanto, as discrepâncias numéricas observadas não indicam um erro de contagem, mas sim revelam uma característica fundamental do fenômeno: a romaria não é um evento confinado ao período de 24 de setembro a 4 de outubro. Canindé vive em um estado de "romaria permanente". O fluxo de peregrinos é contínuo ao longo do ano, com picos de intensidade durante a festa do padroeiro.

De acordo com Gomes (2005), "após a festa de São Francisco, a romaria não perde seu aquecimento"; existem outros ciclos de peregrinação, como a Coroação de Nossa Senhora em maio, que atrai cerca de 250 mil pessoas (COLUNA DE TURISMO, 2024). Portanto, o modelo de evento único é inadequado para compreender a dinâmica local. A cidade está estruturalmente organizada em torno de um fluxo constante de visitantes, o que implica que seu impacto econômico e cultural é distribuído ao longo de todo o ano.

3.3 VISÃO FOLKCOMUNICACIONAL DA ROMARIA DE CANINDÉ

A Folkcomunicação é definida por Beltrão como "o conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, ideias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore" (BELTRÃO, 1980, p. 24).

Em sua essência, a teoria estuda a comunicação do e para o povo, como uma teia de comunicação artesanal e horizontal que se forma em grupos sociais com acesso limitado aos canais hegemônicos da mídia (LACERDA, 2013). Essa comunicação utiliza códigos, linguagens e canais que são familiares à sua audiência, baseando-se em tradições, crenças e no conhecimento compartilhado pela comunidade (LACERDA, 2013). Ela se manifesta em festas populares, rituais, artesanato e, também, nas romarias religiosas (LACERDA, 2013).

Dessa forma, a romaria de Canindé pode ser analisada como um sistema folkcomunicação autossuficiente. Os comunicadores neste sistema não são necessariamente profissionais da mídia, mas os próprios participantes do evento. São os romeiros que narram suas histórias de milagres, os líderes de caravanas que organizam as peregrinações, as rezadeiras que conduzem as preces e os artistas populares que criam a iconografia do santo.

Os canais utilizados são igualmente artesanais e orgânicos. A própria peregrinação a pé é um ato comunicativo de sacrifício. As conversas nos abrigos e acampamentos, os cantos religiosos vocalizados durante as procissões, a iconografia presente nas vestimentas e, de forma central, os painéis de ex-votos na Casa dos Milagres, todos funcionam como canais para a transmissão de mensagens.

Mensagens: As mensagens que circulam neste sistema são de vital importância para a comunidade: relatos de graças alcançadas, pedidos de intercessão, agradecimentos públicos, reafirmação de valores comunitários como solidariedade e fé, e a contínua

reiteração do poder e da bondade de São Francisco. Dentro deste sistema, certos artefatos se destacam por sua densidade comunicacional.

O ex-voto é, talvez, o principal artefato midiático da romaria (LACERDA, 2013; SANTUÁRIO DE CANINDÉ, [s.d.]). Uma fotografia de um ente querido curado, uma carta de agradecimento ou uma escultura de cera de um membro do corpo não é um objeto passivo. É uma mensagem codificada que narra uma história de sofrimento, fé e redenção. Ao ser depositado na Casa dos Milagres, ele se torna público e é visto por milhares de outros fiéis, reforçando a crença coletiva no poder do santo e servindo como prova tangível de sua intercessão.

Também há as narrativas orais. A tradição de contar e recontar os milagres, que remonta aos eventos fundadores do santuário, permanece como um canal fundamental (SANTUÁRIO DE CANINDÉ, [s.d.]). É através da palavra falada, nas rodas de conversa e nas longas jornadas, que a fé é transmitida, as dúvidas são sanadas e novos devotos são inspirados a participar da romaria (LACERDA, 2013).

A iconografia popular, por sua vez, também se destaca nesse sistema folkcomunicacional. A imagem de São Francisco, replicada em estátuas, santinhos, pinturas e lembranças vendidas por toda a cidade, constitui um sistema de signos visual que comunica seus atributos essenciais, como a pobreza, as chagas e o amor aos animais, de forma imediata e acessível, independentemente do nível de letramento do devoto.

3. 4 FOTOGRAFIA RELIGIOSA SOB A LENTE DE ROLAND BARTHES

Em "A Câmara Clara", Roland Barthes propõe uma abordagem fenomenológica da fotografia, buscando entender o que faz uma imagem ser poderosa para um espectador específico. Ele distingue dois elementos centrais: o *studium* e o *punctum* (BARTHES, 1981).

O *studium* refere-se ao interesse geral, culturalmente codificado, que uma fotografia desperta. É o que compreendemos de forma racional e intelectual. Ao observar uma fotografia de um grupo de romeiros vestidos com o hábito marrom em frente à Basílica de Canindé, o *studium* é imediato: reconhecemos os códigos da peregrinação, da arquitetura religiosa e da devoção franciscana. Entendemos a cena porque compartilhamos um repertório cultural que nos permite decodificá-la.

O *punctum*, por outro lado, é um detalhe acidental, muitas vezes não intencional por parte do fotógrafo, que "fere" ou "pica" o espectador de uma maneira profundamente pessoal e intransferível (BARTHES, 1981). É um elemento que perturba o *studium* e estabelece uma conexão emocional direta e avassaladora com a imagem. Na mesma fotografia dos romeiros, o *punctum* pode ser um detalhe ínfimo: o rasgo no tecido de um hábito revelando uma roupa simples por baixo; a expressão de cansaço nos pés descalços e empoeirados de um peregrino; o olhar perdido de uma criança no meio da multidão, não para a câmera, mas para a mão de sua mãe.

Esses detalhes perfuram a generalidade do *studium* ("devoção popular") e nos conectam à verdade singular daquele indivíduo, à sua história, à sua fadiga, à sua humanidade. O

punctum é o que revela sua essência: o "isso-foi". Ele nos força a reconhecer que aquela cena, com aquelas pessoas, realmente existiu naquele instante preciso. É o punctum que transforma a imagem de um "romeiro" anônimo na imagem de "aquela pessoa", com sua existência única e irrepetível, estabelecendo uma ponte afetiva entre o espectador e o fotografado.

Conclusão

A pesquisa, ainda em caráter inicial, buscou interpretar as 503 fotografias sob uma perspectiva social baseada na folkcomunicação, decolonialidade e nas ideias sobre fotografia propostas por Barthes.

Sendo assim, a romaria de Canindé opera como um robusto sistema de folkcomunicação, no qual a fé coletiva é sustentada por canais orgânicos como ex-votos e narrativas orais. Nesse contexto, a fotografia, analisada sob a ótica de Roland Barthes, revela uma dualidade fundamental.

De um lado, o studium captura a cena culturalmente reconhecível da devoção em massa. De outro, o punctum isola o detalhe singular (um pé ferido, um olhar, uma caligrafia) que conecta o espectador à experiência humana individual e irrepetível.

Fica evidente que o fenômeno coletivo da romaria é a soma dessas inúmeras histórias pessoais. A fotografia, portanto, transcende o mero registro ao capturar o punctum, o detalhe humano que dá verdadeiro sentido à importância social do evento.

Referências

ALVES, Francisco de Assis Francelino et al. Corpo, fé e glória: uma descrição fragmentária dos romeiros de São Francisco, de Canindé, Ceará. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 235-248, 2015.

BARTHES, Roland. Camera Lucida: Reflections of Photography. Tradução de Richard Howard. New York: Hill and Wang, 1981.

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

CANINDÉ. Prefeitura. Medalha Canindé 174 Anos: Paróquia Santuário de São Francisco. Canindé, 2025. Disponível em: <https://www.caninde.ce.gov.br/informa/293/medalha-canind-174-anos-paroquia-santu-rio-de-s-o->. Acesso em: 23 ago. 2025.

CEARÁ (Estado). Festa de São Francisco em Canindé aquece o turismo religioso e eleva a ocupação hoteleira da cidade. Governo do Estado do Ceará, 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/09/27/festa-de-sao-francisco-em-caninde-aquece-o-turismo-religioso-e-eleva-a-ocupacao-hoteleira-da-cidade/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

COLUNA DE TURISMO. Turismo religioso deve atrair 250 mil pessoas em Canindé (CE). Coluna de Turismo, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.colunadeturismo.com.br/2024/05/23/turismo-religioso-deve-atrair-250-mil-pessoas-em-caninde-ce/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Santuário de Canindé, no Ceará, sedia a maior romaria franciscana das Américas. CNBB, 26 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/santuاريو-de-caninde-no-ceara-sedia-a-maior-romaria-franciscana-das-americas/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOMES, Melquíades. Canindé recebe 1,5 milhão de fiéis por ano. Diário do Nordeste, 28 jan. 2005. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/caninde-recebe-1-5-milhao-de-fieis-por-ano-1.548028>. Acesso em: 23 ago. 2025.

LACERDA, Viviam. O discurso religioso no santuário do Bom Jesus de Matozinhos, enquanto elemento de comunicação social. Revista RIF, Ponta Grossa, v. 11, n. 22, p. 117-129, jan./abr. 2013.

MAPA CULTURAL DO CEARÁ. Santuário de São Francisco das Chagas. [S. l.: s. n.], [s.d.]. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/42317/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MONTEIRO DA SILVA NETO, Odilon. Festa de São Francisco em Canindé é uma das maiores manifestações franciscanas do mundo. Brasil de Fato, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/04/festa-de-sao-francisco-em-caninde-e-uma-das-maiores-manifestacoes-franciscanas-do-mundo/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SANTUÁRIO DE CANINDÉ. História [das Romarias]. In: Santuário de Canindé. Canindé, [s.d.]. Disponível em: <https://santuariodecaninde.com/romarias/historia/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SANTUÁRIO DE CANINDÉ. História [do Santuário]. In: Santuário de Canindé. Canindé, [s.d.]. Disponível em: <https://santuariodecaninde.com/santuاريو/historia/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CÓDIGO: HS0662

AUTOR: GABRIEL NUNES MORAES

ORIENTADOR: TADEU MATTOS FARIAS

TÍTULO: Apropriação da cidade e a dimensão política dos processos saúde-doença da população em situação de rua de Natal-RN

Resumo

A População em Situação de Rua (Pop Rua) apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). Assim o uso da cidade implica estratégias que potencializam a produção de saúde e mitigam processos destrutivos sobre o nexo biopsíquico. A coletividade é uma dessas estratégias, seja na divisão social do trabalho, redes de apoio, ou organização política. Sendo a práxis, nesta última, orientada pelo enfrentamento político e cuidado coletivo. Nesse íterim, este trabalho investigou as trajetórias de vida e saúde da Pop Rua em Natal-RN, focalizando: (a) debater o papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua; (b) analisar a relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença; e (c) analisar as mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua. Essa discussão teve como fio condutor o contraste entre a ideologia do mau cidadão e da organização política da Pop Rua, bem como suas respectivas práxis diante da invisibilização e a visibilização perversa imposta pelo Estado no processo de apropriação-alienação da cidade pela Pop Rua. Para isso foram analisadas entrevistas com pessoas com trajetória de rua organizadas no MNPR e diários de campo que registram oficinas do projeto “RUALOGIA II: Das marquises pra luta, conhecer para lutar” – projeto organizado e conduzido pelo MNPR/RN junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos - Marcos Dionísio (CRDH-MD) no ano de 2024.

Palavras-chave: Pop Rua; Organização política; Guerra às Drogas; Ideologia.

TITLE: Appropriation of the City and the Political Dimension of Health-Disease Processes of the Homeless Population in Natal-RN

Abstract

The Homeless Population (Pop Rua) appropriates the city and its signs to survive (Farias & Diniz, 2019). Thus, the use of the city involves strategies that enhance health production and mitigate destructive processes on the biopsychic bond. Collectivity is one of these strategies, whether through the social division of labor, support networks, or political organization. In the latter, praxis is guided by political confrontation and

collective care. In this context, this study investigated the life and health trajectories of the Pop Rua in Natal-RN, focusing on: (a) debating the role of the political dimension in the health-disease processes of Pop Rua; (b) analyzing the relationship between participation in the National Movement of the Homeless Population (MNPR/RN) and health-disease processes; and (c) analyzing the mediations between political training activities and health-disease processes of Pop Rua. The discussion was guided by the contrast between the ideology of the "bad citizen" and the political organization of Pop Rua, as well as their respective praxis in the face of invisibility and the perverse visibility imposed by the state in the process of appropriation-alienation of the city by Pop Rua. For this purpose, interviews with individuals with a history of homelessness organized in the MNPR and field diaries that record workshops from the project "RUALOGIA II: From the Marquises to the Struggle, Knowing to Fight" – a project organized and led by MNPR/RN in partners

Keywords: Homeless Population; Political Organization; War on Drugs; Ideology

Introdução

Apesar de ser um fenômeno global que atravessa séculos da história humana, a população em situação de rua não é homogênea e sua história não pode ser descolada do desenvolvimento das cidades-mercadorias. Na Inglaterra, o cercamento das terras de camponeses, a criminalização da vadiagem e a apropriação privada dos meios de produção da vida foi basilar para avançar com a acumulação primitiva de capital, criando uma horda de trabalhadores despossuídos e assujeitados a um regime econômico alicerçado nas violências de classe e gênero (Federicci, 2010).

A cidade-mercadoria absorve essa massa excedente de trabalhadores em diáspora como exército industrial de reserva. Abandonados à situação de rua nesse cenário urbano emergente, tinham função indispensável no tear da acumulação primitiva: pressionar a classe trabalhadora empregada a tolerar a precarização, fazendo-a temer a miséria.

No Brasil, Clovis Moura (2021) descreve um cenário muito elucidativo em se tratando da integração perversa da população negra no projeto societário dos séculos XIX e XX. O contexto de abolição da escravidão foi articulada com a "importação" de mão de obra estrangeira e o privilégio desta última no acesso aos setores mais dinâmicos da economia, aspecto que será abordado mais extensamente adiante. O proibicionismo e a Guerra às Drogas (GD) atualizam a ideologia do mau cidadão, aprimorando essa estrutura colonial-racista que alicerça as políticas de extermínio hegemônicas no capitalismo dependente brasileiro (Costa & Mendes, 2021).

Nesse contexto, entre a invisibilização e a visibilização perversa, o processo de apropriação-alienação da cidade-mercadoria determina radicalmente os processos saúde-doença-cuidado da Pop Rua (Farias & Diniz, 2019). A Pop Rua apropria-se da cidade e seus signos para sobreviver (Farias & Diniz, 2019). Logo, seus processos saúde-doença-cuidado são determinados por essa pauperizada inserção no Modo de Produção Capitalista (MPC) (Laurel, 1989) e por estruturas econômico-políticas e socioculturais que dispõem as relações pessoa-ambiente especificando esse desgaste, quais sejam: classe, gênero, raça e etnia (Breilh, 2006).

Contudo, há uma naturalização dessas condições, individualizando o sofrimento e suas causas, culpabilizando a Pop Rua por sua condição de vida. Essa ideia, assim como a GD, comportam-se como ideologia, pois estabelecem uma função social mediante conflitos da luta de classes, orientando a práxis dos sujeitos na vida social, neste caso: articulando mecanismos de barragem do negro e, sobretudo, da Pop Rua.

Nesta direção, coube analisar como a ideologia de mau cidadão atinge a Pop Rua e como é metabolizada nesse processo, a fim de investigar suas influências sobre as trajetórias de vida e saúde da Pop Rua em Natal-RN, focalizamos: 1) debater o papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua; 2) analisar a relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença; e 3) analisar as mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua.

Esse trabalho está em consonância com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: a) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; b) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; c) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; d) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Metodologia

Para isso foram analisadas entrevistas com pessoas com trajetória de rua organizadas no Movimento Nacional Pop Rua/RN (MNPR/RN) e diários de campo que registram oficinas do projeto “RUALOGIA II: Das marquises pra luta, conhecer para lutar” – projeto organizado e conduzido pelo MNPR/RN junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD) no ano de 2024.

Foram conduzidas 3 entrevistas a partir das histórias de vidas com pessoas em Situação de Rua da cidade de Natal. O acesso a essas pessoas foi mediado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR/RN. Vale destacar que os 3 entrevistados são membros do movimento e hoje estão domiciliados, destes, duas são mulheres que permanecem enfrentando instabilidades quanto à moradia, tendo retornado recentemente às ruas até conseguir novamente um domicílio – vulnerabilidade que frequentemente aflige a Pop Rua.

Embora o método de História de Vida pressuponha o relato livre e espontâneo (Silva, 2007), a entrevista foi conduzida conforme o foco nas questões relativas aos processos saúde-doença e a relação com território, ou seja, foi-se delineando o relato por meio das provocações. Tomando como referência temas recorrentes nas histórias compartilhadas e os indicativos da literatura basilar para este trabalho, foram estabelecidos eixos de estudo, envolvendo Contexto e trajetória de vida; Acesso à cidade; Processos saúde

doença; Dimensão produtiva; Dimensão de consumo; Dimensão política; Dimensão ideológica, e Relação com o ambiente (Breilh, 2009).

Apoiando-se no método materialista histórico dialético, têm-se na dialética singular-particular-universal uma ferramenta de análise que assume a totalidade na experiência dos sujeitos (Pasqualini & Martins, 2015). Os sentidos expressos na história de vida viabilizam o acesso à esfera singular da vivência, a partir das quais buscamos as mediações das particularidades da experiência da trajetória em situação de rua. A análise desses sentidos foi feita por meio do Núcleo de Significação (Aguiar & Ozella, 2006), seguindo o aporte teórico-metodológico preconizado por Vigotski. Esses sentidos remontam o transcurso histórico e afetivo das palavras na sua trajetória de vida, indicando particularidades da vivência em situação de rua no processo de apropriação da cidade e seus símbolos. Ademais expressam as determinações concretas das estruturas e relações sociais nas quais os sujeitos se inserem.

Orientada pela epidemiologia crítica (Breilh, 2006), as particularidades das esferas produtiva, de consumo, ideológica e política, bem como da trajetória de vida, dos sentidos e significados, e das relações com ambiente foram eixos norteadores das entrevistas, discussões e categorização. No processo de significação, sentidos distintos – e por vezes opostos –, podem ser atribuídos a uma mesma categoria ou palavra (Aguiar & Ozella, 2006). Para tanto, destaca-se nesta análise o caráter ideológico sobre a situação de rua: as funções sociais que, permeando esses sentidos, orientam a práxis dos sujeitos mediante os conflitos sociais (Coelho-Lima, 2018).

Resultados e Discussões

O papel da dimensão política nos processos saúde-doença da Pop Rua

Pode portanto dizer-se que a política é guerra sem derramamento de sangue,
e a guerra, política sangrenta.

–Mao Zedong

Segundo Clóvis Moura (2021), a população negra que, quando escravizada, tinha acesso a uma ocupação regular, passa a ser, em sua maioria relegada aos subempregos e a situação de rua, sendo lida nas estatísticas como “desocupada”:

O mais que podia conseguir era a faixa do subemprego, pois não havia, em consequência da defasagem entre a sua capacidade e as necessidades do novo tipo de trabalho e da ideologia de barragem que surgiu, possibilidades de absorvê-lo a curto prazo. (grifos nossos)

A população negra brasileira passa então a ser olhada sob o prisma da ideologia de barragem do negro, ou como pretendo chamar aqui: ideologia do “mau cidadão”.

Relegada à inclusão perversa no MPC, nesse sistema de peneiramento social, a população negra é aqui tornada Pop Rua e passa a compor a franja marginal do exército industrial de reserva, sendo alvo do encarceramento em massa e, quando não, massacrada cruelmente pelo aparato repressivo do Estado (Moura, 2021).

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil para Pop Rua tem seu início – nem um pouco coincidentemente – após a abolição da escravidão, constituindo-se como pilares da repressão: a) a lei da vadiagem, b) a lei de terras de 1850, c) a proibição da compra, venda e consumo de maconha e d) a criação da primeira polícia militar.

A lei da vadiagem foi uma contravenção penal brasileira, presente no Artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941, que estabeleceu a prisão como punição para aqueles que eram tidos como ociosos, sem meios de subsistência ou com ocupação ilícita. A Lei de Terras de 1850, funcionou como barramento do negro no acesso a terras, estabelecendo o requisito da compra para aquisição de terras, dificultando o acesso a quem não tinha recursos. A proibição da compra, venda e consumo de maconha, era uma forma de perseguir os consumidores da erva trazida de África que se relacionavam com cosmologias e espiritualidades afro-brasileiras.

Essas leis combinadas com a violência policial institucionalizada e a política de limpeza étnica materializada na importação de mão de obra europeia constituíram a face insitucional e bélica de marginalização e barragem do negro no acesso a terra, renda, moradia e dignidade.

Quando a “política sangrenta” não era suficiente, se estabeleciam formas mais “polidas” de repressão. O médico Nina Rodrigues, contemporâneo ao contexto da abolição e marginalização da população negra ex-escravizada, foi um dos expoentes do racismo científico no Brasil, encabeçando as pesquisas sobre as teorias da degenerescência. Ele se pretendeu a verificar no Brasil as elaborações de Broca e Lombroso, alegando a existência de patologias de ordem física e psicológica oriundas da miscigenação entre pessoas brancas, tidas como superiores em seu delírio eugenista de uma suposta hierarquia genética, e os causadores da degeneração biológica e moral: negros e indígenas. (Oda, 2001).

Cabe ressaltar o aspecto moral das psicopatologias supostamente oriundas da degenerescência, pois foram basilares na fundamentação científica para a produção das ideologias do mau cidadão e da GD. Essa manifestação da ideologia do mau cidadão reedita os mecanismos ideológicos de barragem do negro que já eram evidenciados na obra de Clovis Moura(2021):

A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco. Isto se deve fundamentalmente à sua própria incapacidade, e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas.

Nas entrevistas, a ideologia do mau cidadão manifesta-se sobretudo no estigma relacionado ao consumo de drogas:

Quando eu comecei a roubar, eu só roubava farmácia (...) Não gostava dessas coisas não. Não era da minha índole. Eu só fazia por causa da droga. (Maria Bonita, 2024)

Tem muita gente que usa drogas pra fazer mal aos outros, só que não é pela droga. Faz mal porque quer, como roubar. (...) mas não é a droga que faz ele roubar. (Maria Bonita, 2024)

Ambos trechos retirados da mesma entrevista, evidenciando uma contradição entre diferentes formas de metabolizar o discurso do mau cidadão, mas ambas incorrendo na culpabilização da Pop Rua. Ora associando-o à causa de uma perversão moral, ora bode expiatório de tendências criminosas iminentes, muito se assemelha às postulações de Nina Rodrigues em suas investigações racistas criminalistas

As violências em função da reprodução dessa ideologia da GD presentifica-se entre a própria Pop Rua – violências “da rua pra rua”, como explicitado nas falas de Maria Bonita sobre a convivência com Pop Rua:

“Chegavam uns novatos, a gente ficava de cara feia, estavam todos drogado: ‘quem diabo é esse? Veio aprontar? Vai embora! Vou meter-lhe o pau’” (Maria Bonita, 2024)

O mesmo ocorre partindo de pessoas domiciliadas e, principalmente, em violências institucionais no acesso a serviços públicos. “Veio aprontar” ou “veio dar trabalho”, são algumas das frases que remetem ao contato da Pop Rua nesses serviços. A ideologia do mau cidadão e a GD são aspectos fundantes na violação de direitos que paulatinamente atravessa o acesso a esses serviços, repercutindo em práticas discriminatórias que constituem uma esfera dos processos destrutivos frequentemente relatados pela PSR:

“Mas eu fiquei de molho lá na frente, morrendo, sentindo que estava morrendo, num frio; eu falava que estava nessa situação e o pessoal falava pra aguardar, porque viam que eu estava numa situação de rua. As pessoas iam chegando e eram atendidas primeiro e eu com frio, tremendo, passando mal. Daí fui falar com moço. “Ei moço, o pessoal chegou agora e estão passando na minha frente”. E ele começou a inventar história e eu comecei a gritar lá. E foi quando eles me atenderam.” (Zumbi, 2024)

“Eu não ia em posto, porque estava drogada (...) Quando a gente via que não tinha mais jeito, a febre não passava, entendeu? Aí tinha que ir. Eu esperava melhorar um pouco da droga pra ir, certo? Quando a gente chegava no posto de saúde éramos tipo maltratados, com palavras, com coisas...: “ah, você (é) desse aí... Só veio dar trabalho!”. Era desse jeito que diziam com nós que éramos assim, da rua” (Maria Bonita, 2024).

Eu passei dificuldade na rua sendo mulher porque não tinha onde tomar banho. A gente adoecia e não tinha remédio. Tinha que pedir ao pessoal, que às vezes entravam na farmácia e eu dizia: “moço, me arruma um comprimido” (...) Eu não ia em posto, porque estava drogada. Eu não vou mentir pra você não, Tadeu: ninguém vai não. Ainda mais no médico, que tem muita gente que tem medo. Aí não ia mesmo. (Maria Bonita, 2024)

Essa manifestação da ideologia do mau cidadão articulada com a ojeriza ao consumo de substâncias é algo que acompanha a Pop Rua na figura do “noiado”. A própria situação de rua é causalmente relacionada, segundo uma entrevistada, com o consumo de drogas:

“Foi porque, olha, pra eu criar esses meus meninos, não tinha ninguém pra ficar com eles, certo? Não tinha ninguém pra ficar com eles, fui vender água, tinha muita gente vendendo água, aí eu não vou mentir pra você, eu fui vender droga, eu vendi droga já, pra sustentar meus filhos, aí só que infelizmente nesse negócio de vender drogas, eu fiquei curiosa e caí, na droga, aí pronto se desbaguei tudo, foi daí que eu fui pra rua.” (Mãe da Rua, 2024)

Nesse trecho fica muito nítido como violências de gênero, doméstica, e a própria fragilização de vínculos com a rede de apoio, entre outros aspectos, são naturalizados no estigma sobre o consumo de drogas. Assim, são sublimadas uma gama de violências, ocultas por trás do “cair na droga”, deixando transparecer apenas uma culpa que orbita a Pop Rua e seus “desvios morais”.

Essa desumanização da Pop Rua é uma face cruel do que Clovis Moura (2021) define como uma “ligação reificada”, termo lukcaksiano do qual ele se apropria para definir a estreita relação estabelecida pelas ideologias de barramento entre a etnia negra e a situação de pobreza. Segundo Lukács, a reificação é consequência da lógica mercadológica e da influência do fetichismo da mercadoria sobre a objetivação do sujeito. Tendo seu trabalho coisificado, o próprio sujeito passa a operar (ou ser operado) sob essa lei de trocas. O que Clovis Moura (2021) ressalta brilhantemente é o caráter de desvalorização que o racismo colonial capitalista impõe sobre o negro, e aqui estendo para Pop Rua.

A relação entre a participação no Movimento Nacional da Pop Rua (MNPR/RN) e os processos saúde-doença

“Se sua imagem não é impecável, você é o próprio pecado.”

– Foguete

A coletivização do espaço e seus instrumentos é uma estratégia para potencializar processos protetivos e mitigar processos destrutivos no nexo biopsíquico. Uma determinação fundamental nesses processos é a invisibilização e a visibilização perversa do Estado (Farias & Diniz, 2019), marcada pela violência policial. As redes de apoio por si só não têm poder para enfrentar isso, mas conjugadas com a organização política apontam na práxis desses sujeitos formas de auto-organização e coletivização do cuidado e da luta. Isso fica nítido nos relatos sobre o MNPR/RN:

“Primeiro que a gente aprende mais sobre nossos direitos, sobre o que a gente pode fazer ainda por quem está na rua, entendeu? (...) Ah, na pandemia era o movimento que nos ajudava. O movimento, dona Iris... Com cesta básica e esses negócios (...) É. Eu tirava o dinheiro do meu bujão, me ajudava no aluguel. O movimento dava cesta básica, trazia sabonete, shampoo.” (Maria Bonita, 2024)

“O movimento pra mim é a minha vida. Eu não sabia que tinha movimento, quando eu entrei em 2012 eu só sabia que tava nas ruas. Mas o movimento me trouxe uma transformação radical na minha vida (...) É um coletivo, eu não seria ninguém, se não fosse o coletivo. Eu não seria esse ator social se Maria Lúcia não tivesse vindo aqui em 2012, eu não seria esse ator social se Fátima e a família dela não tivesse me acolhido (...) ‘Sou porque somos’, e nós temos esse movimento aqui no RN porque outras pessoas, bem antes de eu chegar, também sonharam com isso” (Zumbi, 2024)

O Movimento é instrumento ideológico-político de reprodução simbólica, mas é também aspecto constituinte da rede de apoio dessas pessoas. Tem-se no MNPR/RN uma mediação institucional para combater a repressão estatal e produzir saúde em coletividade, sendo esta uma rede de apoio para além do paradigma de cuidado “da rua e pra rua,” partilhando com outros aliados um propósito comum que orienta a práxis frente às contradições do MPC: a luta coletiva pela garantia de direitos.

Recordando o histórico de apoio socioassistencial para Pop Rua no Brasil, Medeiros, Almeida e Oliveira (2021) apontam que entre 1950 e os anos 2000, as intervenções envolvendo as medidas de apoio socioassistencial e de enfrentamento à problemática da situação de rua limitava-se a iniciativas religiosas e filantrópicas. Apenas após a consolidação do Movimento Nacional Pop Rua, em resposta à chacina na Praça da Sé em São Paulo no ano de 2004, que começou-se a ampliar a visibilidade para a Pop Rua pressionando os setores públicos a desenvolver políticas específicas.

Contrastando com a perspectiva racista e aporofóbica da ideologia do mau cidadão, a organização e consciência política produzida na articulação com o MNPR/RN, provoca os significados estáticos e rígidos acerca do consumo de drogas e do estigma sobre os usuários, mas acima disso, enfrenta o estigma sobre a Pop Rua. A politização, dá margem para pôr em movimento os sentidos produzidos acerca desse tema, questionando a ideologia do mau cidadão e desenvolvendo formas de ressignificar e combater a barragem social da Pop Rua.

Nas oficinas de formação política do projeto “RUALOGIA II: das marquises pra luta, conhecer para lutar” organizadas pelo MNPR, sobre o tema “Saúde mental, luta antimanicomial e redução de danos”, as falas de Foguete, evidenciam inconformidade e enfrentamento à estrutura colonial racista que está posta:

“A maior droga da sociedade é o preconceito social” (Foguete, 2024)

“Como manter-se lúcido em uma sociedade como essa? Como não beber ou não cheirar, se saio de casa e acham que sou ladrão?” (Foguete, 2024)

Hoje encarcerado, mesmo com provas escassas e insuficientes, o militante que proferiu essas frases é, para o movimento, símbolo da organização política, da luta por direitos para a Pop Rua e de enfrentamento ao sistema. Mesmo preso, Foguete é prova viva do papel da organização política nos processos saúde-doença-cuidado da Pop Rua: ele não está só. Há meses ele está preso e há meses o MNPR tem mobilizado a universidade, os grupos de capoeira, família, amigos, entre outros, em luta por sua liberdade.

É a organização política que dá força institucional para ocupar espaços acadêmicos, espaços de convivência da Pop Rua, mídias digitais e audiências públicas de forma massiva e diretiva. É a articulação do MNPR que conseguiu promover o Comitê de Luta pela Liberdade de Foguete, o qual tem unificado os esforços e recursos para garantir sua defesa na esfera jurídica e apoio aos seus filhos.

As mediações entre atividades de formação política e processos saúde-doença da Pop Rua.

A oficina supracitada foi muito simbólica dentre as atividades formativas do MNPR/RN. A participação da Associação Potiguar PLURAL, um coletivo de luta antimanicomial que apoia o MNPR, trouxe um tom combativo e teoricamente bem fundamentado. Esse posicionamento diz de uma organização política que está estruturada e atuante em espaços políticos de representação e controle social há anos.

Uma dificuldade vivenciada no MNPR é a manutenção de seus quadros e o engajamento de novos participantes. Isso se dá, pois a situação de rua é uma condição de aviltamento que reduz o sujeito a suas necessidades mais básicas: “a sobrevivência vem antes da política”, ainda que a sobrevivência seja mediada pela organização política desse enfrentamento.

Para além disso, a PLURAL tem uma regularidade de encontros e ações que não tem sido materialmente viável para o MNPR. Logo, essas ações formativas são precisamente o momento para debater, construir saberes, partilhar experiências e planejar ações nas esferas de representação e controle social.

Nessa oficina, Foguete falou sobre como os espaços formativos são espaços de acolhimento para encontrar equilíbrio frente às violências e exclusão. O isolamento, nas palavras dele, é destruição, ao passo que o acolhimento é um dever para a Universidade. O acolhimento é central para aprender a aprender e aprender a ensinar.

Apesar da importância do RUALOGIA para a Pop Rua, a desarticulação de instâncias públicas competentes ameaça sua realização. O apoio do CRDHMD é o que têm possibilitado as ações do MNPR. Contudo, o sucessivo desmonte das políticas de apoio psicossocial à populações vulnerabilizadas e a ameaça aos mandatos que apoiam e financiam o Centro, têm posto em cheque seu funcionamento e apoio aos movimentos sociais. À título de exemplo, a última edição do RUALOGIA foi realizada com metade do recurso da primeira, e este ano a realização quase foi comprometida, pois está disponível metade do orçamento que foi destinado para a edição anterior.

Conclusão

São desveladas nuances do consumo de drogas, questionando o estigma tão caro à ideologia do mau cidadão. Nesta perspectiva, apesar dos diferentes sentidos atribuídos à situação de rua e ao consumo de drogas, todos os relatos referem-se à particularidades da

trajetória de rua e suas significações. Contudo, as ideologias operadas nesse processo de significação implicam em diferentes formas de sentir, pensar e lidar com esta condição de vida. As funções sociais implicadas nessas ideologias correspondem a interesses de classes opostas e inconciliáveis, constituindo uma oposição dialética.

A ideologia do mau cidadão, reproduz a naturalização, individualização e culpabilização da Pop Rua por sua condição de vida – interesse da classe que lucra com a concentração fundiária, imobiliária e de capital proveniente do mercado de drogas e de segurança privada –, ao passo que a ideologia do cuidado-enfrentamento, representada aqui pelo MNPR/RN, provoca o questionamento da estrutura colonial-racista, negando a culpabilização da Pop Rua por sequelas do MPC.

Portanto, desta dialética as ações do MNPR/RN apontam para o dever pedagógico da apropriação das esferas de controle social: assumindo uma postura questionadora e combativa nas instâncias deliberativas das políticas públicas tendo como fim último a proteção social e garantia de direitos. Em síntese, o movimento evidencia um norte à práxis desses sujeitos frente aos conflitos sociais do MPC, reconhecendo a luta coletiva como processo protetivo imprescindível, e assumindo na produção de saúde um propósito para a coletivização da luta.

Referências

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos: The meaning core as an instrument for the understanding of the sense constitution. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Breilh, J. (2006). Epidemiologia crítica: Ciência emancipadora e interculturalidade. Editora FIOCRUZ.

Coelho-Lima, F. (2018). Ideologia em Lukács: Contribuições para a Psicologia. In Marx hoje: Pesquisa e transformação social – Volume II (pp. 153–181). Outras Expressões.

Farias, T. M., & Diniz, R. F. (2019). População em situação de rua e direito à cidade: Invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. In M. T. Nobre, A. K. A. Amorim, F. C. Medeiros, & A. C. V. Matos (Orgs.), Vozes, imagens e resistências nas ruas: A vida pode mais (pp. 34–62). EDUFRN.

Farias, T. M., & Diniz, R. F. (2021). Looking at the urban invisibles: Appropriation of space and senses of place by people living in the streets. In C. Raymond, L. Manzo, D. Williams, T. V. Wirth, & A. Di Masso (Eds.), Changing senses of place: Navigating global challenges (pp. 234–243). Cambridge University Press.

Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Elefante.

Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). Processo de produção e saúde: Trabalho e desgaste operário (A. Cohn, A. Pitta-Hoisel, A. I. Paraguay, & L. H. Barbosa, Trans.). Editora Hucitec.

Medeiros, F. C. de, Almeida, H. T. de, & Oliveira, I. M. F. F. de. (2021). Da sopa e do cobertor: Trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. In K. P. da Silva, C. K. M. de Araújo, & A. C. da S. Vieira (Orgs.), Vozes, imagens e resistências nas ruas (pp. 177–198). EDUFRN.

Moura, C. (2021). O negro: De bom escravo a mau cidadão? Dandara.

Oda, A. M. G. R. (2001). A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. História da Psiquiatria, 6(12). Disponível em <https://www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php>

Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: Implicações do método materialista dialético para a psicologia. Psicologia & Sociedade, 27(2), 362–371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>

Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). “Conte-me sua história”: Reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico, 1(1), 25–35. <http://www.fafich.ufmg.br/mosaico>

Vigotski, L. S. (1998). A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (6ª ed., M. Cole et al., Orgs.; J. C. Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trans.). Martins Fontes.

CÓDIGO: HS0664

AUTOR: NATALIE OLIVEIRA AZEVEDO

ORIENTADOR: EDVALDO BALDUINO BISPO

TÍTULO: Gramática no Ensino Médio potiguar: orientações curriculares e prática docente

Resumo

Neste trabalho, apresentamos resultados de um projeto de pesquisa que investiga a realidade do ensino de tópicos gramaticais na Educação Básica pública potiguar. De modo específico, voltamo-nos à prática pedagógica de professores do Ensino Médio potiguar participantes da pesquisa quanto ao ensino de gramática e à percepção que esses docentes têm sobre a própria prática. Fundamentamo-nos na Linguística Funcional norte-americana (Givón, 1979, 1984; Martelotta, 2011; Furtado da Cunha; Bispo, 2013, 2023) e, mais particularmente, em sua relação com ensino de gramática, conforme discutem Neves (2003, 2010), Bispo, Cordeiro e Lucena (2022), Bispo e Cordeiro (2023) e Bispo (2025). Em termos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, com suporte quantitativo, e descritivo-explicativa quanto aos seus objetivos. Analisamos as respostas de docentes do Ensino Médio público potiguar a um questionário aplicado eletronicamente. A análise das respostas dos docentes revelou que: (i) apesar de a maior parte dos docentes do EM recorrer a métodos (mais) tradicionais/convencionais de abordagem de tópicos gramaticais, as suas práticas pedagógicas atendem parcialmente às orientações da BNCC e do RCEMP quanto ao eixo da análise linguística/semiótica; (ii) há um reconhecimento da necessidade de mudança no tratamento de tópicos gramaticais, considerando o uso linguístico e a adequação às orientações curriculares.

Palavras-chave: ensino de gramática; funcionalismo linguístico; prática pedagógica.

TITLE: Grammar in high school in Rio Grande do Norte: curricular guidelines and teaching practice

Abstract

In this paper, we present the results of a research project that investigates the reality of teaching grammatical topics in public elementary education in Rio Grande do Norte. Specifically, we focus on the pedagogical practices of high school teachers in Rio Grande do Norte who participated in the research regarding the teaching of grammar and the perception that these teachers have about their own practices. We base our work on North American Functional Linguistics (Givón, 1979, 1984; Martelotta, 2011; Furtado da Cunha; Bispo, 2013, 2023;) and, more particularly, on its relationship with grammar teaching, as discussed by Neves (2003, 2010); Bispo, Cordeiro, and Lucena (2022); Bispo and Cordeiro (2023); and Bispo (2025). In methodological terms, the research is characterized as qualitative, with quantitative support, and descriptive-explanatory in terms of its objectives. We analyzed the responses of public high school teachers in Rio Grande do Norte to an electronically administered questionnaire. The analysis of the teachers' responses revealed that: (i) although most high school teachers resort to (more) traditional/conventional methods of approaching grammatical topics, their pedagogical practices partially comply with the BNCC and RCEMP guidelines regarding linguistic/semiotic analysis; (ii) there is recognition of the need for change in the treatment of grammatical topics, considering linguistic use and adherence to curriculum guidelines.

Keywords: grammar teaching; linguistic functionalism; pedagogical practice.

Introdução

O tratamento de fatos gramaticais nas aulas de Língua Portuguesa (LP) é, desde há muito, alvo de discussão. Questionam-se práticas pedagógicas tradicionais, com foco na definição, classificação e identificação de entidades por meio de metalinguagem técnica e opaca. Propõe-se, continuamente, que esse ensino seja repensado, quer em termos de sua validade, necessidade e/ou relevância, quer no sentido de redimensionar seu estatuto no quadro geral do ensino de LP. Os documentos oficiais de orientação curricular (Brasil, 1998, 2000, 2018) destacam que os conteúdos gramaticais devem ser estudados em associação às práticas de leitura, escuta e produção de textos.

Apesar de ser constantemente criticado, o ensino de gramática, ao que parece, continua tendo espaço privilegiado nas aulas de língua portuguesa e, às vezes, com uma abordagem não muito distinta do que se tem praticado ao longo de anos, com um forte apelo a um viés prescritivo-normativista.

Situado nesse contexto, este trabalho objetivou analisar o tratamento de tópicos gramaticais em turmas do Ensino Médio (EM) de escolas públicas do Rio Grande do Norte e realizar o cotejo desse tratamento com as orientações curriculares de documentos parametrizadores (Brasil, 2000, 2018; Rio Grande do Norte, 2021) e com a perspectiva funcionalista de análise linguística e de ensino de língua. Está vinculado a projeto de pesquisa que objetiva mapear a realidade do ensino de gramática na Educação Básica (EB) pública norte-rio-grandense e contribuir para a melhoria desse ensino. Quatro questionamentos gerais nortearam o trabalho desenvolvido: i) Que aspectos gramaticais são priorizados pelos professores de LP do EM das escolas públicas potiguares? ii) Como

esses professores abordam tais tópicos em sala de aula? iii) Como os professores avaliam o tratamento por eles dado em cotejo com as orientações curriculares oficiais? iv) Em quais aspectos as práticas docentes dialogam com ou se distanciam de uma perspectiva funcionalista de análise linguística?

Para o desenvolvimento deste trabalho, tomamos porreferência o mais recente documento de orientação curricular no país, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), e o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar – RCEMP (Rio Grande do Norte, 2021). Segundo os documentos, é papel dos docentes de língua portuguesa do EM brasileiro promover, aos estudantes, a compreensão de que a língua é fenômeno que se constrói dentro dos seus contextos de uso, os quais se situam política, histórica, cultural e socialmente, promovendo, assim, a compreensão da heterogeneidade e variedade linguísticas e agindo no combate a preconceitos (Brasil, 2018; Rio Grande do Norte, 2021).

Além disso, nossa análise fundamentou-se em pressupostos funcionalistas sobre a gramática das línguas naturais (Givón, 1979, 1984; Martelotta, 2011; Furtado da Cunha; Bispo, 2013, 2023; Furtado da Cunha; Costa; Cezario, 2015; Neves, 2018) e sobre a correlação entre o Funcionalismo Linguístico e o ensino de língua (Neves, 2003, 2010; Oliveira; Cezario, 2007; Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2014; Oliveira; Wilson, 2015; Bispo; Cordeiro; Lucena, 2022; Bispo; Cordeiro, 2023; Bispo, 2025). As correntes funcionalistas da linguística defendem a relação intrínseca entre a língua e o uso real que os falantes fazem dela, isto é, as formas linguísticas são circunstanciadas pelo contexto comunicativo em que elas foram utilizadas. Nessa direção, Bispo, Cordeiro e Lucena (2022) discutem aproximações entre o funcionalismo linguístico e as orientações curriculares nacionais. Entre essas aproximações, são destacados o estudo da língua em uso, a dinamicidade das línguas e a relação entre forma linguística e a produção de efeitos de sentido. Concluem os autores que há compatibilidade entre premissas funcionalistas e os objetivos propostos pelos documentos oficiais, como a BNCC e o RCEMP.

Metodologia

O plano de trabalho executado teve por objetivo geral analisar a abordagem a tópicos gramaticais em turmas do EM de escolas públicas potiguares na percepção dos docentes, correlacionando-a às diretrizes curriculares oficiais da BNCC e do RCEMP e à perspectiva funcionalista de análise linguística e de ensino de língua. Em termos específicos, objetivou-se: a) identificar aspectos gramaticais priorizados por professores de LP do EM de escolas públicas potiguares; b) verificar o tratamento dado aos tópicos gramaticais por esses professores e a avaliação que fazem acerca desse tratamento; c) correlacionar a abordagem a fatos gramaticais dada por esses docentes às orientações curriculares oficiais e à perspectiva funcionalista de análise linguística e de ensino de língua.

Desenvolvemos uma pesquisa quali-quantitativa no que diz respeito à abordagem do objeto; de viés descritivo-explicativo em relação aos objetivos; de natureza bibliográfica e de levantamento, do ponto vista das técnicas empregadas (Silva, 2004; Marconi;

Lakatos, 2010). Focalizamos a caracterização, quantificação, explicação e compreensão de informações obtidas por meio da análise de respostas a instrumento de coleta (questionário).

O empreendimento do trabalho envolveu os seguintes procedimentos: a) estudo de orientações curriculares da BNCC e do RCEMP quanto à análise linguística/semiótica e de pressupostos teóricos e conceitos fundamentais da Linguística Funcional, bem como sua correlação com ensino de língua; b) conferência e tabulação das respostas ao questionário aplicado a professores de LP de escolas públicas potiguaras de EM; c) análise de respostas ao questionário, considerando o tratamento dado aos tópicos gramaticais por esses professores e a avaliação que fazem acerca desse tratamento; d) cotejo entre a abordagem de tópicos gramaticais verificada, as diretrizes da BNCC e do RCEMP para a análise linguística/semiótica e a perspectiva funcionalista de investigação de fatos gramaticais.

Caracterização do questionário

Para analisar a maneira como docentes de LP da EB potiguar abordam a gramática em sala de aula, os conteúdos por eles priorizados e a adequação das suas práticas docentes aos documentos curriculares oficiais, um questionário eletrônico foi construído, por meio da plataforma Google Forms, e compartilhado com professores da rede pública do RN. Esses docentes foram convidados a participar da pesquisa por meio de resposta a esse questionário, de modo voluntário e consentido mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual deveria ser acessado e preenchido para que os professores respondessem ao questionário. Os dados pessoais dos docentes participantes são sigilosos. Os processos de elaboração, de divulgação e de respostas ao questionário constituíram etapas de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Ensino de gramática na Educação Básica potiguar: realidade e perspectivas” e que teve aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da UFRN (Parecer nº 4.705.233, de 11/05/2021).

As perguntas do questionário foram divididas em quatro seções: (i) identificação (ii) conteúdos gramaticais estudados/trabalhados (iii) livro didático (iv) prática pedagógica. Na seção de identificação, os docentes foram questionados quanto à esfera administrativa (municipal, estadual ou ambas) e à cidade em que atuam, à etapa da escolaridade em que lecionam (ensino fundamental, ensino médio ou ambos), ao tempo de serviço docente e à formação acadêmica. As outras seções foram constituídas por questões referentes aos conteúdos gramaticais estudados em sala de aula e ao tipo de abordagem a esses assuntos, à avaliação dos livros didáticos utilizados, à autoavaliação docente quanto ao modo como abordam a gramática e à adequação de suas práticas aos documentos oficiais. Essas perguntas possuíam os seguintes formatos: fechado, isto é, com alternativas pré-definidas; totalmente aberto, com espaços para justificativa da resposta; e semiaberto, com opções pré-definidas e espaços para responder à pergunta de uma maneira diferente das alternativas já presentes na questão.

Para este trabalho, focalizamos as respostas de professores que atuam no EM potiguar a perguntas específicas do questionário, com o objetivo de identificar, de maneira particular, como se dá o ensino de gramática nesse nível de escolaridade, a saber: (i) Que conteúdos gramaticais são mais estudados/trabalhados em sala? (ii) Como os conteúdos listados no item anterior geralmente são abordados/trabalhados em sala de aula? (iii)

Como você avalia sua prática pedagógica relativa à abordagem de conteúdos gramaticais? (iv) Você considera sua prática pedagógica relativa à abordagem de conteúdos gramaticais adequada às atuais orientações curriculares nacionais? Por quê? (v) A que você atribui o modo como você aborda conteúdos gramaticais em sala de aula? (vi) Você considera necessária alguma mudança em sua forma de abordar conteúdos gramaticais em sala de aula? Em caso positivo, especificar.

Diante disso, considerando as informações supracitadas, as quais descreveram o questionário utilizado como base para a pesquisa, analisamos o modo como esses docentes exploram conteúdos gramaticais no EM potiguar em cotejo com as diretrizes curriculares oficiais nacionais e regionais e com a perspectiva funcionalista de ensino de língua.

Resultados e Discussões

Nesta seção, apresentamos resultados quantitativos e análises qualitativas acerca das respostas dos docentes do EM potiguar em relação às suas práticas pedagógicas no ensino de gramática. Conforme mencionado, selecionamos, dentre as perguntas do questionário, aquelas voltadas ao perfil dos docentes, à maneira como abordam a gramática em sala de aula e à adequação de sua prática pedagógica às orientações curriculares oficiais. A partir das respostas coletadas, foi possível mapear o ensino de gramática no EM potiguar, analisando também as relações entre a realidade escolar, as diretrizes curriculares oficiais e a perspectiva funcionalista de ensino de língua.

Com base nas respostas às perguntas da primeira seção do questionário (identificação), verificamos que 59 docentes participantes da pesquisa atuam em turmas de EM da rede pública norte-rio-grandense. Quanto às regiões onde os docentes lecionam, consideramos, conforme os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2017), a divisão do estado do Rio Grande do Norte em três regiões geográficas imediatas, a saber: Natal, Mossoró e Caicó. Dentre os 59 docentes do EM, identificamos que 30 estavam na região de Natal; 24 na região de Mossoró; e 5 na região de Caicó. As Tabelas 1, 2 e 3 (ver Apêndice A) ilustram o perfil dos docentes quanto à esfera administrativa em que atuam (municipal, estadual ou ambas); ao tempo de serviço em anos: 0 a 5, 6 a 10, 11 a 15, 16 a 20, 21 a 25, 26 a 30, 31 a 35; e à formação em nível superior (graduação; especialização apenas; mestrado/doutorado).

Considerando os dados constantes da Tabela 1, observamos que a maioria dos docentes do EM que responderam ao questionário (69,5%) atuam exclusivamente em escolas estaduais, enquanto 30,5% deles atuam tanto na rede estadual, quanto na rede municipal. Quanto ao tempo de atuação docente, conforme a Tabela 2, identificamos que 13,6% dos docentes possuem entre 0 e 5 anos; 22% possuem entre 6 e 10 anos; 22% possuem entre 11 e 15 anos; 15,3% possuem entre 16 e 20 anos; 11,9% possuem entre 21 e 25 anos; 10,1% possuem entre 26 e 30 anos; e 5,1% possuem entre 31 e 35 anos. No que se refere ao nível de formação desses docentes, observado na Tabela 3, verificamos que todos possuem graduação, e apenas 1 deles não tem formação no curso de Letras. Além disso, 8,5% desses professores possuem apenas graduação; 47,4% fizeram especialização;

37,3% possuem mestrado; e 6,8% são doutores. Com isso, pode-se afirmar que a maioria dos docentes que participaram da pesquisa possuem um tempo de experiência considerável em sala de aula e também buscaram um nível de formação para além da graduação, tornando-se especialistas, mestres e doutores.

Quanto aos conteúdos gramaticais mais estudados em sala de aula, considerando o grau de importância de cada conteúdo, os docentes participantes atribuíram-lhes valores de 1 a 4, conforme opções postas no questionário, sendo 1 = muito importante e 4 = pouco importante. Foram elencados, no questionário, assuntos basilares de LP, a saber: questões de fonética/fonologia, como fonema/letras, encontros vocálicos, tonicidade silábica; grafia de palavras (uso de letras x/ch, j/g etc.) e acentuação gráfica; classes de palavras (identificação, subdivisão, flexão); termos da oração; sinais de pontuação; concordância verbal; concordância nominal; regência verbal/nominal; orações coordenadas e subordinadas; e semântica (sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, polissemia, denotação, conotação).

As respostas revelaram que o assunto de maior importância considerado pelos docentes consultados é a semântica, conteúdo assinalado com o grau 1 (maior importância) por 29 docentes. Já os assuntos que mais receberam valor/grau de importância 4, ou seja, os menos priorizados em sala de aula, foram sinais de pontuação, concordância verbal e orações coordenadas e subordinadas, cada um assinalado 12 vezes no grau 4. Para além dos conteúdos enumerados anteriormente, foram pormenorizadas 31 respostas para assuntos estudados em sala de aula que, porventura, não foram listados na questão. Os conteúdos mais citados pelos docentes foram “figuras de linguagem”, com 9 menções, “variação linguística”, com 7, e “coesão textual”, com 5.

Diante disso, nota-se que os docentes, ao priorizar os aspectos semânticos da linguagem nas aulas de gramática, estão em consonância com as orientações dos documentos oficiais, uma vez que é papel dos professores de LP do EM “aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos” (Brasil, 2018, p. 498), sendo necessário, para isso, o reconhecimento dos sentidos dos textos. Além disso, os outros assuntos citados pelos docentes, como as figuras de linguagem e a variação linguística, também auxiliam, respectivamente, na leitura, interpretação e produção de textos e no combate a preconceitos linguísticos, habilidades que devem ser adquiridas por estudantes do EM de acordo com os documentos oficiais. No que diz respeito aos conteúdos que foram mais assinalados como “pouco importantes” (sinais de pontuação, concordância verbal e orações coordenadas e subordinadas), depreende-se que, devido à tendência de se trabalhar esses assuntos dentro da normatividade gramatical, abordagem amplamente criticada por estudiosos da área, os docentes ficam receosos quanto à recepção de suas aulas de gramática pelos alunos, conforme aponta Neves (2003). Contudo, para o viés funcionalista do ensino de português, tais barreiras devem ser repensadas e excluídas, pois, para que os alunos não só reconheçam os sentidos do texto, mas também saibam construí-lo linguisticamente, é preciso que sejam trabalhadas “questões linguísticas com base em seus propósitos discursivo-pragmáticos, vinculados a práticas sociais situadas” (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2014, p. 84). É necessário, pois, estudar aspectos estruturais da língua em seus contextos de uso.

Em relação ao modo como os 59 professores do EM potiguar abordam conteúdos gramaticais em sala de aula, 4 opções estavam disponíveis no questionário: (i) resolução de exercício, exposição do conteúdo com uso de metalinguagem, seguida de exercício de fixação; (ii) exposição do conteúdo com uso de metalinguagem, seguida de exercícios; (iii) leitura de um texto-base, exposição dos conteúdos com uso de metalinguagem, seguida de exercícios; e (iv) análise de ocorrências dos fenômenos/conteúdos estudados e posterior explicação e sistematização. Além disso, a opção “outro” também estava disponível, caso os professores não se identificassem com nenhum dos modos de abordar a gramática listados anteriormente. A Tabela 4 quantifica as respostas por procedimento metodológico adotado.

A opção mais assinalada entre os professores (42,4%) foi “leitura de um texto-base, exposição dos conteúdos com uso de metalinguagem, seguida de exercícios”. Quanto às outras opções, 22% afirmaram abordar a gramática a partir da “análise de ocorrências dos fenômenos/conteúdos estudados e posterior explicação e sistematização”; 16,9% abordam conteúdos gramaticais com a “resolução de exercício, exposição do conteúdo com uso de metalinguagem, seguida de exercício de fixação”; 15,3% realizam a “exposição do conteúdo com uso de metalinguagem, seguida de exercícios”; e 3% assinalaram a opção “outro”.

Desse modo, podemos perceber que ainda há predomínio de abordagens metalinguísticas da linguagem antes de qualquer análise dos fenômenos gramaticais em seus contextos de uso. Já o procedimento que prioriza o tratamento a tópicos gramaticais a partir do uso linguístico para, posteriormente, sistematizá-los, é adotado por apenas 22% dos docentes que responderam à pergunta. Assim, uma vez que tanto os documentos curriculares oficiais, quanto a perspectiva funcionalista de ensino de língua defendem uma abordagem da gramática que promova uma análise do funcionamento da língua para que os estudantes possam compreendê-la e usá-la em diversos contextos sociais, observa-se que é necessário que os professores de LP do EM potiguar reflitam sobre a própria prática docente, pois deixar a metalinguagem no centro das aulas de LP, como afirmam Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014, p. 82) “parece não ter surtido efeito positivo junto aos alunos que, inversamente, aparentam dominar cada vez menos a metalinguagem técnica”.

No que diz respeito à avaliação dos docentes quanto à própria prática pedagógica relativa à abordagem de conteúdos gramaticais, as opções disponíveis eram: bastante tradicional; tradicional; pouco tradicional; não tradicional; e “outro”, caso não se identificassem com as opções listadas. Na Tabela 5 (Apêndice C), resumimos as respostas obtidas.

Os resultados indicaram que a maioria dos docentes que responderam ao questionário (61%) considera “pouco tradicional” sua abordagem à gramática em sala de aula. 22% dos professores assinalaram a opção “tradicional”; 11,9% afirmaram ter uma abordagem gramatical “não tradicional”; 5,1% marcaram a opção “outro”; e nenhum docente escolheu o item “bastante tradicional”.

À vista disso, depreende-se que há, na percepção da maior parte dos professores participantes da pesquisa, uma tentativa de trabalhar a gramática em sala de aula com práticas pedagógicas cada vez mais afastadas da abordagem tradicional. Com a maioria dos docentes assinalando a opção “pouco tradicional”, entendemos que há, ao menos, um reconhecimento da necessidade de mudança e uma tentativa efetiva de se afastar do

tratamento tradicional de conteúdos gramaticais, há muito consolidado. Os resultados parecem-nos revelar que a atuação desses docentes se aproxima, em alguma medida, das orientações curriculares, que ressaltam a importância da reflexão sobre a língua nas aulas de LP, bem como à perspectiva funcionalista sobre o ensino de língua, a qual recomenda abordagens gramaticais que coloquem o uso linguístico em foco em contextos educacionais.

Outra importante pergunta a que os docentes responderam dizia respeito à adequação de suas práticas pedagógicas no ensino de gramática às atuais orientações curriculares nacionais. Para essa pergunta não havia opções prévias. Os docentes deveriam redigir suas respostas, de forma subjetiva, e justificá-las. Obtivemos 57 respostas a essa pergunta, nas quais os professores, de maneira majoritária (72%), autoavaliaram-se positivamente, afirmando que sua atuação relativamente ao tratamento de conteúdo gramatical se alinha às atuais orientações curriculares nacionais ou que, pelo menos, há uma tentativa de adequação. Na maioria das justificativas para essa afirmação, os professores explicaram que estão adequados/tentam se adequar às orientações curriculares, pois buscam, com o ensino de LP: produzir gêneros textuais em contextos comunicativos diversos; demonstrar as situações comunicativas em que os itens gramaticais estudados são utilizados; contextualizar os conteúdos gramaticais às realidades dos estudantes; e romper com a metodologia tradicional de ensino de língua. Por outro lado, alguns professores (28%) ainda sentem que não estão adequando suas aulas às orientações curriculares nacionais sob as seguintes justificativas: não conseguem realizar uma abordagem não tradicional da gramática; não possuem condições estruturais para ministrar aulas mais criativas nas instituições onde lecionam; não concordam com as orientações da BNCC; não conseguem envolver os estudantes no processo de ensino-aprendizagem; não promovem um ensino reflexivo da língua; os alunos assimilam melhor os conteúdos quando são trabalhados de maneira tradicional.

Diante dessas respostas, percebemos que os professores de LP do EM potiguar buscam aproximar suas práticas docentes às orientações curriculares oficiais, com justificativas que se adequam ao que é recomendado por esses documentos, como a reflexão sobre os diversos usos da língua e a produção de gêneros textuais em diferentes contextos comunicativos. Já aqueles docentes que avaliaram suas práticas docentes como inadequadas às orientações curriculares oficiais demonstraram um certo apego a abordagens tradicionais da gramática, o que parece impedi-los de envolver os conhecimentos dos estudantes nas aulas e de promover análises de fenômenos linguísticos em seu funcionamento textual.

Ademais, outra pergunta cujas respostas analisamos indagava aos docentes a que se deve o tipo de abordagem a tópicos gramaticais por eles descrito. As opções disponíveis eram: (i) à prática profissional; (ii) a cursos de formação continuada; (iii) a curso(s) de pós-graduação *lato sensu* (especialização); (iv) a curso(s) de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado); e (v) “outro”, para aqueles que tivessem uma resposta diferente das opções listadas. A Tabela 6 (Apêndice D) sintetiza as respostas dos docentes.

A resposta mais assinalada pelos docentes (40,7%) foi “prática profissional”. A opção “curso(s) de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado)” foi indicada por 25,4%; 15,2% dos docentes assinalaram a opção “outro”; 11,9% atribuíram a cursos de formação continuada o modo como abordam a gramática em sala de aula; e 6,8% consideram que

curso(s) de pós-graduação *lato sensu* (especialização) foram importantes para determinar sua prática quanto à abordagem de conteúdos gramaticais. Os docentes que assinalaram a opção “outro” atribuíram seu modo de explorar tópicos de gramática em sala de aula ao conjunto de todas as opções listadas na questão e à graduação.

A partir desses dados, pode-se concluir que a prática profissional é a experiência que mais direciona o modo como professores de LP do EM potiguar abordam a gramática em sala de aula. Possivelmente, o contato com os contextos de ensino promove a reflexão dos docentes acerca das estratégias didáticas mais eficazes para uma aprendizagem linguística produtiva. Além disso, as formações acadêmicas também se destacam nesse cenário, em especial os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que os conhecimentos teóricos são de suma importância para definir as posturas teórico-metodológicas de cada professor de LP, como as visões de língua e de gramática adotadas nas aulas.

Por fim, quando questionados sobre a necessidade de mudança na prática pedagógica relativa à abordagem de conteúdos gramaticais, 88% dos professores do ensino médio afirmaram que consideram necessárias mudanças em sua forma de abordar conteúdos gramaticais em sala de aula. Os 12% restantes não consideram necessária alguma mudança em seu modo de abordar itens gramaticais. Os professores que julgam necessária a mudança na própria prática elencaram as justificativas: necessidade de trabalhar o uso da língua de maneira reflexiva; existência de dificuldades para romper com o tradicionalismo no ensino de LP; necessidade de se adaptar às novas tecnologias para utilizá-las em sala de aula; dificuldades na elaboração de atividades e materiais didáticos. A Tabela 7 (Apêndice E) resume as respostas obtidas.

Diante dessas respostas, depreendemos que os professores de LP do EM potiguar buscam uma constante adaptação das suas abordagens à gramática em sala de aula. Trata-se de aspecto positivo acerca desses docentes e de suas práticas pedagógicas, uma vez que eles reconhecem a necessidade de rompimento com abordagens tradicionais, as quais, muitas vezes, não promovem um ensino produtivo da língua, conforme Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014). Outro aspecto importante para aprimorar o ensino de LP, na visão desses docentes, é a adequação de suas aulas às novas tecnologias, prática recomendada pela BNCC (Brasil, 2018, p. 487), a qual indica, para as aulas de LP no EM, “propostas de trabalho que potencializem aos estudantes o acesso a saberes sobre o mundo digital e a práticas da cultura digital”.

Conclusão

A análise das respostas dos docentes a questionário aplicado permitiu-nos constatar que conteúdos voltados à análise semântica de textos são priorizados nas aulas de LP do EM potiguar, o que revela uma aproximação às orientações curriculares oficiais. No entanto, aspectos gramaticais como sinais de pontuação e concordância verbal foram colocados, pelos docentes, como conteúdos com menor grau de importância em sala de aula, o que nos parece dever-se à associação de tais objetos de conhecimento a uma perspectiva tradicional de ensino de gramática.

Quanto à avaliação dos docentes em relação ao modo de abordagem de tópicos gramaticais em sala de aula, observamos que há uma tentativa de rompimento com as práticas tradicionais de ensino de LP, uma vez que a maioria dos docentes considera-se “pouco tradicional” em sua prática pedagógica. Os professores citaram a prática profissional e os cursos de pós-graduação *stricto sensu* como os principais responsáveis pela maneira como abordam a gramática em sala de aula. No entanto, ao serem questionados sobre os procedimentos metodológicos utilizados para ensinar a gramática, grande parte dos docentes afirmaram utilizar a metalinguagem como centro das aulas, o que nos leva a depreender que, apesar da tentativa de afastamento de métodos tradicionais de ensino, ainda existe muita dificuldade para que esse rompimento se consolide efetivamente.

No que diz respeito à avaliação que os docentes dão à adequação de suas práticas pedagógicas aos documentos curriculares oficiais, a maioria deles as avaliou positivamente. Esse grupo alegou desenvolver trabalho com os usos da língua em sala de aula, produção de gêneros textuais de situações comunicativas diversas e contextualização dos conteúdos estudados às realidades dos estudantes. Contudo, apesar da positiva autoavaliação, quase todos professores que responderam ao questionário ainda veem a necessidade de mudança de suas práticas pedagógicas, de modo a melhor atender às demandas atuais para o trabalho com tópicos gramaticais em sala de aula. Os docentes que não julgaram sua prática adequada às orientações curriculares revelaram dificuldades, principalmente, em romper com o ensino tradicional de LP.

Portanto, percebe-se que, ainda que haja uma forte tendência à escolha de métodos tradicionais de ensino pelos docentes do EM potiguar, eles mesmos reconhecem a necessidade de mudança no tratamento de tópicos gramaticais, considerando o uso linguístico e a adequação às orientações curriculares. As práticas pedagógicas dos docentes atendem parcialmente às orientações da BNCC e do RCEMP quanto ao eixo da análise linguística/semiótica, e há compatibilidade com a perspectiva funcionalista por parte de 22% dos docentes, ao considerar a análise de fatos da língua, seguida de uma posterior sistematização com uso da metalinguagem.

Referências

BISPO, E. B. Ensino de língua em perspectiva funcionalista. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (org.). **Dicionário do ensino de Língua Portuguesa**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2025, p 117-125.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S.; LUCENA, N. L de. Funcionalismo linguístico e ensino de português: convergências, possibilidades e prática docente. **Revista do GELNE**, n. 1, v. 24, p. 192–207, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/29367>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BISPO, E. B.; CORDEIRO, F. da S. Morfossintaxe na sala de aula sob o viés funcionalista: elementos circunstanciais em foco. In: OLIVEIRA; M. R. de; LOPES, M.

G. (Orgs.). **Funcionalismo linguístico: interfaces**. 1. ed., v. 1. Campinas-SP: Pontes Editores, 2023. p. 291-326.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. **Revista do GELNE**, v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9410/6764>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Linguística Funcional Centrada no Uso: caracterização teórico-metodológica e aplicação prática. In: ROSÁRIO, I. da C. (Org.). **Metodologia da pesquisa funcionalista**. Porto Velho: EDUFRO, 2023. p. 15-36.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 21-47.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso e ensino de português. **Gragoatá**, n. 36, p. 80-104, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32985>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. I, Amsterdam: John Benjamins, 1984.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

NEVES, M. H. de M. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M. H. de M. **Ensino de gramática e vivência de linguagem** – temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, M. H. de M. **Gramática funcional**: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. **Linguagem & Ensino**, n. 10, p. 87-108, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15651>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. R.; WILSON, V. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015, p. 79-110.

RIO GRANDE DO NORTE. **Referencial curricular do Ensino Médio potiguar**. Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. Subcoordenadoria de Ensino Médio. Natal: SEEC/SUEM, 2021. Disponível em: https://ensinomediopotiguar.educacao.rn.gov.br/static/inicio/src/20230321_RCEMP%20-%20REFERENCIAL%20CURRICULAR%20DO%20ENSINO%20MÉDIO%20POTIGUAR.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa** (Guia prático). Fortaleza-CE: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

Anexos



Apêndice A - Tabelas 1, 2 e 3



Apêndice B - Tabela 4



Apêndice C - Tabela 5



Apêndice D - Tabela 6



Apêndice E - Tabela 7

CÓDIGO: HS0666

AUTOR: MARIA EDUARDA ALVES MARTINS

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Amenemhet/Surero (TT48), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1391-1353 A.E.C.

Resumo

Os rituais funerários do Egito Antigo são uma rica fonte de pesquisa para egiptólogos ao redor do mundo, em razão da pluralidade de fontes disponíveis, como as encontradas em paredes de tumbas construídas desde os tempos do Reino Antigo até os anos finais do Período Ptolomaico e do Período Romano. Nesse sentido, o presente plano de trabalho propõe a apresentação dos resultados de uma Iniciação Científica que gira em torno da tumba de Amenemhat/Surere (TT48), construída durante o reinado de Amenhotep III (c. 1391-1353 A.E.C.) e que se encontra no sítio arqueológico de el-Khôkha, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito. A TT48 está localizada temporalmente no período chamado de "pré-amarniano", que antecedeu o reinado de Akhenaton (c. 1353-1335 A.E.C.) e a construção da cidade de Akhetaten (atual Tell el-Amarna). Entre os exemplos desse período, temos a tumba de Amenemhat/Surere, um membro da elite egípcia que possuía três títulos: "mordomo chefe", "à frente do rei" e "supervisor dos grãos de Âmon". Buscamos, com esse plano de trabalho, interpretar essas imagens em razão do espaço, tentando compreender quais as relações que os antigos egípcios tinham com essa Cultura Material, para que possamos construir o Espaço Funerário da tumba de Amenemhat/Surere (TT48).

Palavras-chave: Egito Antigo. Reino Novo. Costumes Funerários.

TITLE: The Funerary Space of the Tomb of Amenemhat/Surere (TT48): Material Agency in Ancient Egypt (New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1391-1353 BCE)

Abstract

Ancient Egyptian funerary rituals are a rich source of research for Egyptologists worldwide, due to the wide variety of available sources, such as those found on the walls of tombs built from the Old Kingdom to the final years of the Ptolemaic and Roman periods. In this sense, this work plan proposes the presentation of the results of a Scientific Initiation Project focusing on the tomb of Amenemhat/Surere (TT48), built during the

reign of Amenhotep III (c. 1391-1353 BCE) and located at the archaeological site of el-Khôkha, on the west bank of Thebes, present-day Luxor, Egypt. TT48 is located in the so-called "pre-Amarna" period, which preceded the reign of Akhenaten (c. 1353-1335 BCE) and the construction of the city of Akhetaten (present-day Tell el-Amarna). Examples from this period include the tomb of Amenemhat/Surere, a member of the Egyptian elite who held three titles: "chief steward of the king," "he who is at the head of the king," and "overseer of the grains of Amun." With this work plan, we seek to interpret these images in terms of space, attempting to understand the relationships the ancient Egyptians had with this Material Culture, so that we can construct the Funerary Space of the tomb of Amenemhat/Surere (TT48).

Keywords: Ancient Egypt. New Kingdom. Funerary Customs.

Introdução

A tumba de Amenemhat/Surere (TT48) está localizada temporalmente no período chamado de “pré-amarniano”, que antecedeu o reinado de Akhenaton (c. 1353-1335 A.E.C.) e à construção da cidade de Akhetaten (atual Tell el-Amarna), caracterizado por uma reforma política e religiosa da sociedade egípcia. Nessa primeira metade da XVIII Dinastia (c. 1550-1307 A.E.C.) do Reino Novo (c. 1550-1070 A.E.C.), vemos na região uma reestruturação interna por causa da reconquista do território egípcio contra os hicsos, com uma política externa mais agressiva, expansão e investimento nos templos e locais de culto e maior difusão do culto de Âmon-Rê e de suas características solares (David, 2011, p. 243-5).

Nesse contexto, a tumba de Amenemhat/Surere foi construída durante o reinado do rei Amenhotep III (c. 1391-1353 A.E.C.), responsável por reformas em templos religiosos no Egito e pela construção de um grande palácio em Malkata, que expressava em sua arquitetura e suas decorações a experiência cosmopolita da época (David, 2011, p. 281-2). Espacialmente, a tumba está localizada no sítio arqueológico de el-Khôkha, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito. No período de construção da tumba, Tebas era o centro religioso do Egito, onde eram sepultados os corpos de reis da dinastia, assim como os de alguns membros importantes da elite egípcia.

Amenemhat/Surere detinha muitos títulos, dentre os quais podemos destacar os de "mordomo do rei", “à frente do rei” e “abanador do rei”. É possível identificar o dono da tumba em partes da iconografia a partir de sua função como abanador e encontrar outras cenas de adoração ou de oferendas protagonizadas por Amenhotep III nas quais o morto serve o monarca. Sobre sua família, sabemos que o pai chamava-se Itet-towi e era conhecido como o “Supervisor do Gado de Âmon”; no entanto, dos registros sobreviventes, pouco é dito sobre ele. Contrariamente, sua mãe, Mut-tuy, descrita como uma “concubina real”, é amplamente mencionada nas inscrições da tumba, aparecendo, inclusive, em uma das cenas de oferenda. A aparente proximidade da mãe do morto com o rei, em razão de seu título como concubina real, pode ser um dos motivos pelos quais ela tem destaque na iconografia.

Com relação à estrutura das tumbas tebanas de particulares no Reino Novo, podemos, a partir dos estudos de Friederike Kampp (1996), reconhecer diversos tipos de tumbas, sendo as de tipo T invertido – classificadas pela autora como tipo V – as mais comuns. Compreendida como um espaço de interação entre vivos e mortos, e o meio pelo qual o morto almeja garantir a sua subsistência no Além, a tumba possui diferentes níveis estruturais, com funções distintas: o nível superior, com aspecto de culto solar, pode apresentar forma de capela, pirâmide ou uma estatueta; o nível médio, espaço de adoração e rituais, é composto de pátio e câmara interna; e o nível inferior, aspecto de culto a Osíris e local de descanso do corpo, é formado por um complexo funerário subterrâneo no qual o caixão era depositado. Para o nosso plano, o foco da análise centra-se na estrutura superior presente no Nível Médio da tumba, onde encontra-se a maior parte do plano decorativo.

Nesse sentido, a iconografia da TT48 (Planta na Fig. I) é composta principalmente por cenas de adoração, realizadas tanto por Amenemhat/Surere, quanto pelo rei Amenhotep III. Temos, nas paredes da câmara na entrada da tumba, numeradas aqui a partir da sua ordenação no catálogo produzido durante este primeiro ano de Iniciação Científica, as seguintes dezesseis cenas: cenas de adoração por parte de Amenemhat/Surere (III, IV, V, VI, VIII, XIV E XV), conforme Fig. II; cenas de adoração por parte do rei (I, II e VI), na Fig. III; cenas de oferenda por parte de Amenemhat/Surere (IX, X e XIII), na Fig. IV, uma cena de abertura da boca (V), na Fig. V, cenas do rei ou de estátuas do rei (VII, XI e XII), na Fig. VI, e, por fim, a decoração presente na entrada para a câmara interna (XVI) Fig. VII.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, buscamos interpretar a iconografia dentro da tumba em razão do espaço, no intuito de compreender quais as relações que os antigos egípcios formavam com a Cultura Material, de modo a reconstruir o Espaço Funerário da tumba de Amenemhat/Surere (TT48). Para análise da cena, utilizamos a perspectiva da egiptóloga Valérie Angenot, a qual defende o uso da semiótica de Roland Tefnin (1997) a partir da sua própria concepção sobre a hermenêutica (Angenot, 2011, 2015).

Nesse sentido, no que diz respeito à semiótica, Tefnin (1997) a compreende como uma relação intercambiável entre imagem, texto e espaço, na qual esses três elementos se interrelacionam de forma a passar uma mensagem completa. Desse modo, a imagem é entendida como texto e o texto, como imagem; ambos os elementos trabalham de forma complementar, funcionando a partir de bases e preceitos semelhantes. Ao interpretar a iconografia a partir de uma perspectiva semiótica, remetemos também aos conceitos de semiosis e mimesis – a partir de sua interpretação platônica – que são entendidos, respectivamente: como uma representação “real”, que busca representar as formas de maneira fiel e em sua proporção exata; e como uma arte da “ilusão”, na qual as formas não têm o intuito de serem representadas de maneira fiel e “realista”, mas, sim, uma “cópia imperfeita” (Angenot, 2014, p. 100). Nesse contexto, ao pensarmos na iconografia presente em tumbas tebanas do Reino Novo, podemos observar um estilo artístico que se inclina, cada vez mais, para a representação da mimesis, ou seja, ao invés de ensinar apresentar um retrato minucioso de uma cena de oferenda, por exemplo, o artista

representa signos que remetem à cena – roupas, cores, elementos etc. –, criando uma configuração semiótica dessa cena de oferta, que não a representa da maneira literal, mas traz à tona sua essência.

A hermenêutica, por sua vez, é aqui entendida a partir de uma perspectiva interpretativa da contextualização, na qual pensar o contexto histórico, social, político e religioso impacta diretamente no entendimento das mensagens, ao levar em consideração que esses contextos estavam presentes no imaginário da população egípcia da época, e que certamente influenciaram suas ações e escolhas (Angenot, 2014, p. 115-6). Nesse sentido, buscamos compreender o contexto espacial – dos elementos que rodeiam a imagem, seu contexto de produção, e o local no qual ela se encontra –, assim como o temporal, que abarca o contexto social e cultura do Egito Antigo, pois o imaginário social presente em uma sociedade também pode ser encontrado nas formas de expressão artísticas e culturais.

Ademais, o processo metodológico da pesquisa também se baseia nos estudos de Agência Material de Malafouris (2013), que trabalha a partir de uma perspectiva da Arqueologia Cognitiva aliada à Teoria de Engajamento Material, que se aprofunda nas relações dos seres humanos com a fabricação e utilização de objetos e ferramentas, e como essa intencionalidade da Cultura Material é essencial para o entendimento da natureza humana. Nesse sentido, ao aplicarmos essa percepção ao Egito Antigo, buscamos entender o espaço da tumba como um agente vivo e ativo, que existe a partir do engajamento e da interação do ser humano com a própria tumba.

Além disso, ao longo de nossas reuniões, fizemos leituras de Rosalie David (2011), como base para entendimento da formação da sociedade egípcia e do Reino Novo, temporalidade na qual a pesquisa se passa. O livro de David, “Religião e magia no Egito Antigo”, busca trazer um apanhado da história da sociedade egípcia, desde os seus primórdios até a época da conquista greco-romana, assim, poderíamos compreender o contexto histórico, político e social que teria levado a formação do Reino Novo, e como esses elementos poderiam influenciar nas formas de expressão artística e cultural, as quais seriam foco de análise em nossa pesquisa.

Nesse contexto, para basear a nossa compreensão da arte e das crenças funerárias egípcias, fizemos leituras de Brancaglion (2003), Ikram (2010), Canto Núñez (2021), Nyord (2020), entre outros, que discutem sobre arte, arqueologia e cultura egípcias, para que, dessa forma, conseguíssemos construir um arcabouço de conhecimento sobre as formas de expressão da cultura material e o que elas nos dizem sobre as formas de pensar do Egito Antigo, assim como melhor compreender como essa sociedade entendia a morte e os elementos que a envolvem. Dessa maneira, empreendemos leituras sobre aspectos das crenças funerárias, das crenças religiosas e sobre as divindades egípcias, e como esses elementos se transpõem nos rituais funerários que ocorrem dentro das tumbas, assim como em sua iconografia e inscrições. Ademais, utilizamos o catálogo elaborado por Sæve-Söderbergh (1957) para contextualização da tumba e da vida de Amenemhat/Surere, assim como base para elaboração do catálogo próprio do plano de pesquisa, que seria, por sua vez, produzido a partir do modelo presente no volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021).

Resultados e Discussões

Em reuniões semanais realizadas ao longo de seis meses, discutimos textos de diferentes autores expondo aspectos e possíveis interpretações das crenças funerárias do Egito Antigo. O Projeto de Pesquisa da Iniciação Científica abarca o estudo de seis tumbas tebanas de particular do Reino Novo, empreendido por um grupo de seis alunas do curso de Licenciatura em História. Nesse sentido, realizamos as reuniões e discussões em conjunto, debatendo sobre as diferenças e semelhanças presentes nas tumbas do projeto e como poderíamos aplicar as teorias e perspectivas estudadas nas particularidades de cada uma das tumbas.

Nossas primeiras reuniões foram voltadas para a apresentação do projeto e do nosso objeto de pesquisa, além de sermos introduzidas ao plano de trabalho de forma mais aprofundada, juntamente com um cronograma completo de reuniões e textos que iríamos ler e discutir ao longo do ciclo de Iniciação Científica. Dessa forma, a professora Dra. Márcia Vasques e seu orientando de doutorado Pedro Hugo Canto Núñez, que foi nosso coorientador, nos apresentaram de forma inicial aos autores que iríamos trabalhar ao longo de nossa pesquisa e quais perspectivas deles seriam utilizadas por nós, juntamente aos objetivos almejados durante o processo de Iniciação Científica, como a produção de um catálogo sobre a tumba pesquisada e a realização de um curso de hieróglifos básico, para que pudéssemos realizar a nossa própria tradução de inscrições presentes nas cenas da tumba. Fomos, também, apresentadas aos catálogos já existentes sobre as tumbas pesquisadas, e orientadas a folheá-los e explorá-los, para que começássemos a conhecer sobre as tumbas do plano de trabalho – no caso do presente plano, a tumba de Amenemhat/Surere (TT48) – junto com suas paredes, sua iconografia e a vida de seus donos. Além disso, também conversamos sobre um evento que ocorreria nas semanas seguintes, a ANPUH - RN do ano de 2024, na qual poderíamos participar e apresentar nossa pesquisa, a partir dos conhecimentos que iríamos adquirir após as leituras iniciais.

Nesse sentido, trabalhamos, inicialmente, textos que buscaram expor a história dessa região, de seus primórdios até o Período Romano, e, em seguida, discutimos leituras mais aprofundadas sobre as histórias do Egito e as diferentes perspectivas elaboradas por egiptólogos ao longo dos anos para interpretar as expressões das crenças funerárias de um povo com uma tradição tão longínqua. Nesse sentido, lemos textos de Vasques e Canto Núñez (no prelo) e Canto Núñez e Ruan Silva (no prelo), discutindo o contexto das pesquisas em História Antiga feitas no Rio Grande do Norte, assim como as de Egito Antigo feitas no Nordeste do país, em comparação com as pesquisas feitas no Sul e Sudeste, que já possuem uma tradição de pesquisa em Antiguidade mais consolidada do que o Norte e Nordeste do país. Essa realidade foi levada em consideração durante todo o processo de pesquisa e divulgação, já que estaríamos, também, auxiliando no aumento de pesquisas sobre História Antiga e Egito Antigo no Rio Grande do Norte e na UFRN e, dessa forma, fazendo parte de um processo de consolidação de uma tradição de pesquisa em Antiguidade também nas instituições federais de educação do Nordeste do país, trazendo destaque e reconhecimento para a nossa região, e buscando diminuir a centralidade do eixo Sudeste-Sul quando falamos de produção científica sobre Egito Antigo no Brasil.

Em seguida, lemos o livro “Religião e Magia no Egito Antigo”, de Rosalie David (2011), de forma a melhor compreender a formação da sociedade egípcia e as transformações sociais, políticas e religiosas que ocorreram na região ao longo de seus três milênios de

existência; dessa forma, poderíamos compreender como o contexto histórico do Egito impactaria nosso objeto de pesquisa, diante das mudanças, permanências e transformações contemporâneas à construção da tumba, assim como as reverberações de acontecimentos mais longínquos. Após essas reuniões mais introdutórias, a partir do mês de novembro iniciamos a leitura de textos mais voltados para o estudo e interpretações da arte e cultura egípcias, lendo textos de autores como Ronaldo Pereira (2019) e Antônio Brancaglioni Jr. (2003; 2004), que discutem sobre as relações entre texto e imagem no Egito Antigo, além de se aprofundarem nas formas de compreensão de arte e arqueologia. Destarte, aprendemos aspectos específicos da visão de mundo egípcia que se transpunham para as formas de expressão das crenças funerárias, e como poderíamos iniciar o nosso processo de entendimento e interpretação desse espaço de forma contextualizada e histórica, evitando anacronismos.

Posteriormente, ainda em novembro de 2024, fizemos leituras de autores como Ikram (2010), Silverman (2002), Lesko (2002), Nyord (2020), Zago (2022), entre outros, com o intuito de aprofundar nossos conhecimentos sobre as crenças funerárias e religiosas do período, pois esses conhecimentos seriam fundamentais para que pudéssemos compreender as possíveis interpretações e contextualizações da iconografia funerária das tumbas tebanas. Logo, a partir desses textos, lemos interpretações de cada autor sobre as percepções do Além dos egípcios antigos, as formas de expressões funerária e religiosa, como o divino se engendrava no cotidiano da vida egípcia e moldava as estruturas de pensamentos de cada período, quais eram as relações que esse povo mantinha com as suas divindades e quais foram as suas transformações ao longo dos séculos, e assim por diante. Ou seja, as reuniões tinham o intuito de expandir nossas percepções sobre a complexidade e historicidade das crenças egípcias antigas, e a profundidade com a qual essas crenças influenciavam nos modos de pensar e agir da sociedade do Egito Antigo.

Assim sendo, começamos a unir os conhecimentos adquiridos até o momento, do contexto histórico do Egito e das características de arte, cultura e arqueologia da região com os aspectos culturais e religiosos, já que o culto às divindades e as crenças religiosas estão diretamente ligados com a Cultura Material e à construção e decoração das tumbas, pois elas são formas de expressão dessas crenças ao funcionarem como o meio pelo qual o morto garantiria a sua existência no Além. Destarte, ao longo das reuniões, além de discutir os textos e tirar dúvidas com relação aos conteúdos deles, conversávamos sobre como o que estávamos aprendendo poderia ser aplicado nas tumbas do plano de trabalho, comparando a iconografia das nossas tumbas de pesquisa e percebendo semelhanças e diferenças, assim como apontando elementos de destaque que poderiam não ter sido perceptíveis para as outras, nos auxiliando continuamente durante o processo de pesquisa.

Dessa forma, a partir do final de novembro, como um dos passos de fundamentação teórica da nossa pesquisa, realizamos a construção de um catálogo da tumba de Amenemhat/Surere (TT48), um dos nossos principais objetivos desde o início do projeto. Apesar de existirem alguns catálogos com cenas das tumbas, nosso intuito foi o de criar um catálogo mais detalhado e minucioso, que descrevesse cada elemento das paredes selecionadas, servindo, posteriormente, como um auxílio durante o processo de análise das cenas. Desse modo, nos baseamos no catálogo da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021), o qual contém os seguintes elementos: uma Imagem guia; Material e técnica; Dimensões; Proveniência; Período; Data; Dinastia; Inscrições; Descrição; Referências bibliográficas. Assim, produzimos o catálogo entre o fim do mês de

novembro de 2024 e o final de janeiro de 2025, realizando algumas reuniões de orientação nesse meio tempo, de modo que os orientadores nos auxiliassem na percepção de alguns elementos culturais que ainda não nos eram conhecidos. Dessa forma, o catálogo da tumba de Amenemhat/Surere (TT48) abarca todo o perímetro da estrutura superior, onde se concentram a maior parte das decorações, assim como duas cenas de adoração em cada lado da entrada do corredor para a câmara interna e a entrada da câmara, que também é decorada.

Concomitantemente à produção do catálogo, ao longo do mês de janeiro de 2025, realizamos leituras voltadas para a fundamentação teórica da nossa pesquisa. Desse modo, lemos textos de Angenot (2014), Laboury (2017), Molyneaux (1997), Hodder (2012), Malafouris (2019), entre outros, a partir dos quais aprendemos sobre conceitos como semiótica e hermenêutica, intericonicidade, Arqueologia Cognitiva, identidade e agência no Egito Antigo, que seriam fundamentais para que entendêssemos como realizar a análise da iconografia funerária de uma sociedade antiga, e quais ferramentas nos ajudam a melhor compreender essas imagens e seus significados. Assim, aos poucos, fomos orientadas a como aplicar determinadas ferramentas de análise para conduzir uma pesquisa, pois é premente, ao iniciar o processo de análise do seu objeto, não seguir a esmo. Ao longo da Iniciação Científica, aprendemos sobre o contexto histórico do Egito Antigo, sobre suas crenças e modos de ver e entender o mundo e como essas informações podem se aliar às ferramentas metodológicas que auxiliam o historiador-pesquisador em seu trabalho e guiam o caminho que queremos seguir ao analisar, aqui, uma iconografia funerária do Egito Antigo. Dessa forma, a leitura desses textos e as reuniões que realizamos para discutir cada um deles foi fundamental para que pudéssemos entender como aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da leitura de textos acadêmicos em pesquisas científicas.

Outrossim, participamos, entre os meses de março de 2025 a junho de 2025, de um curso de gramática egípcia, intitulado “Curso de Hieróglifos: aprendendo e praticando o Egípcio Médio (Nível I)”, elaborado e ministrado pelo doutorando Pedro Hugo Canto Núñez, de forma a aprofundar nossos conhecimentos em egiptologia e ensejando a futura tradução das inscrições da tumba estudada. Assim sendo, ao longo de dez semanas de aulas, aprendemos sobre os conceitos de gramática básicos do Egípcio Médio, a partir de aulas expositivas e exercícios semanais, com o objetivo de, ao final do curso, realizarmos a nossa própria tradução de uma determinada cena da tumba estudada. Logo, diante dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, iniciamos o processo de tradução de uma cena da TT48, e ao longo de três semanas, entre o fim de maio e o início de junho, empreendemos a tradução da cena escolhida (Fig. VIII). Assim, no dia 11 de junho, apresentamos o resultado da tradução em conjunto com a turma do Curso de Hieróglifos, explicando cada detalhe do material traduzido até o momento: como realizamos a tradução, quais foram nossos desafios durante o processo, qual seria o contexto de termos específicos presentes na tradução, quais ferramentas utilizamos, e assim por diante. Esse foi um momento muito proveitoso da Iniciação Científica, pois além de apresentarmos os resultados do que aprendemos ao longo das semanas de curso, também dialogamos com os colegas sobre nossas dificuldades e recebemos os comentários, as críticas da Profa. Dra. Marcia Vasques e do idealizador do curso, Canto Núñez, sobre nossas traduções.

Dessa forma, a tradução que empreendemos da cena, que abarcou, até o presente momento, de um total de onze colunas, as seis primeiras colunas da direita para a

esquerda, está conforme o seguinte trecho: Dito por ele, Surere... Justificado... / ... Caminho (do/para o?) Além. Exaltação dele... / Exalta a perfeição dele, (que) brilha diante do (que está) concedido. / não conhece o vínculo/a língua. Tu ... ele atravessa de / barca o Além, o coração dele, distante do Canal da Dupla Faca / chega a serenidade, a qual pertence a eles.

Além disso, ao longo do nosso primeiro ano de Iniciação Científica, participamos também de alguns eventos, com o intuito de apresentar e divulgar a pesquisa. O primeiro deles, em outubro de 2024, foi a ANPUH - RN, na qual apresentamos os objetivos da nossa pesquisa para o ciclo de ICs de 2024-2025; assim, falamos sobre a tumba de Amenemhat/Surere (TT48), quem foi o seu dono, a iconografia de suas paredes e o que ensejamos produzir durante o ano de pesquisa, as nossas leituras, a produção do catálogo e o curso de hieróglifos. A participação no evento foi um momento que fortaleceu nossas expectativas com relação ao plano, pois apresentamos para profissionais de História que pesquisam tanto dentro quanto fora da área de História Antiga e Egito Antigo e que, dessa forma, comentaram sobre nossas pesquisas e nos auxiliaram com comentários e críticas em forma de dicas, indicações e propostas que poderiam melhorar o plano e a forma como o apresentamos a outras pessoas. Momentos como esse, nos quais podemos dialogar com colegas de profissão que trazem diferentes perspectivas sobre nosso trabalho, e que podem nos auxiliar com indicação de fontes e outras formas de apresentá-la, é um dos mais proveitosos da vida acadêmica.

Além disso, levamos nossa pesquisa para o Simpósio Nacional de História de 2025, organizado pela ANPUH na Universidade Federal de Minas Gerais, que ocorreu no mês de julho, entre os dias 13 e 18. O plano, já com uma boa carga de leituras realizadas, a finalização do catálogo e o início da tradução das inscrições em hieróglifos de uma das cenas em andamento, foi em formato de pôster para o evento. Nesse sentido, no dia 17 de julho de 2025, todos os desenvolvimentos realizados até o momento foram apresentados e explicados para o público diverso presente no congresso. A experiência de levar a pesquisa para um evento nacional de história foi profícua, e poder compartilhar nossas experiências e resultados com colegas de profissão das mais diversas áreas foi também um ponto positivo da participação no evento. Ademais, foi um prazer poder representar a UFRN em um evento nacional, em especial como estudantes pesquisadoras do campo de História Antiga; ao longo dos encontros com outros historiadores, conversamos sobre esforços dentro da universidade para aumentar o número de pesquisas em Egito Antigo realizadas no Nordeste, desde os projetos de Iniciação Científicas até pesquisas de doutorados realizadas na instituição, e como esse crescimento orgânico é importante e positivo para o futuro científico não só de nossa região, mas do Brasil como um todo.

Outrossim, também temos a perspectiva de participação no III Congresso Iberoamericano de Jovens Investigadores em Egiptologia, no mês de setembro de 2025, para apresentar os resultados do plano de trabalho. Nas últimas semanas do presente ciclo da Iniciação Científica, estamos nos preparando para apresentar o plano de trabalho, com o que realizamos até agora, e os objetivos futuros de pesquisa, que já estarão em andamento a partir do mês de setembro. O trabalho será apresentado para um público internacional e diverso, mas da área de Egiptologia, o que significa que teremos a oportunidade de realizar debates mais especializados com relação ao conteúdo do plano.

Logo, diante do apresentado, e considerando a perspectiva de renovação do projeto para o novo ciclo de Iniciação Científica de 2025-2026, foi selecionada para análise mais aprofundada uma cena da parede XII (como registrado no catálogo produzido ao longo da execução do plano), na Fig. IX, localizada na parede norte, lado leste da tumba, na qual o rei Amenhotep III está sentado em um trono, acima de um palanque, diante de uma procissão de estátuas. A cena será analisada em razão das particularidades percebidas nas paredes da tumba a partir da elaboração e subsequente análise do catálogo produzido: a TT48 apresenta um número elevado de representações do faraó em suas paredes, assim como muitos elementos solares o acompanhando, elementos que podem ser observados na parede XII. Além disso, ela apresenta, abaixo do trono, cenas de estrangeiros como prisioneiros, subjugados pelo rei e rodeados de elementos imagéticos que simbolizavam a força do Egito. Esta iconografia, estudada por egiptólogos como Dominique Valbelle e denominada “Nove Arcos”, simbolizava uma dominação do povo egípcio com relação aos povos estrangeiros que circundavam a região e mantinham relações com o Egito, e ensejamos analisar o contexto que poderia ter levado a escolha dessa iconografia para a tumba de Amenemhat/Surere (TT48).

Dessa maneira, a partir dos autores estudados e da perspectiva metodológica adotada dentro do contexto da pesquisa, a análise empreendida da cena irá se aprofundar nos sentimentos e expressões de antagonismo dos egípcios com relação aos povos estrangeiros, buscando compreender o contexto histórico e político que poderia ter levado a essa representação. Além disso, contrariamente, em uma das outras tumbas do projeto, a tumba de Nebamun (TT17), há uma representação positiva dos estrangeiros na iconografia; diante disso, buscamos compreender o que poderia ter levado a essa diferenciação, comparando as tumbas e os contextos nos quais elas foram construídas, assim como a posição social de seus donos. A escolha de ter diversas tumbas tebanas de particular, construídas por voltar do mesmo período, foi feita exatamente para que pudéssemos realizar esse tipo de estudo comparativo, no qual podemos reconstruir o Espaço Funerário das tumbas levando em conta as transformações que acontecem na sociedade que a constrói.

Nesse sentido, utilizaremos o livro “Les Neuf Arcs”, de Dominique Valbelle (1990), para contextualizar uma iconografia conhecida como “Nove Arcos”, que está presente na tumba e que simboliza, a partir de motivos iconográficos que representam a superioridade do povo egípcio, a dominação destes sobre os povos estrangeiros que circundam a região. No livro, Valbelle discute o contexto histórico de formação do Egito e sua relação com as sociedades vizinhas ao longo desse processo, e como esses elementos convergem na formação dessa iconografia.

Destarte, também almejamos nos aprofundar no contexto que poderia ter levado a presença do rei Amenhotep III ser tão numerosa ao longo das paredes da tumba. Não é incomum a presença da figura real em iconografias funerárias – em especial ao falarmos da tumba de um membro da elite que conviveu diretamente na presença do rei, como foi o caso de Amenemhat/Surere – mas, com a realização do catálogo, conseguimos perceber que o faraó aparece em mais paredes do que é comum (Porter; Moss, 1960, p. 463-464), protagonizando cenas de adoração e oferenda, assim como uma cena de procissão de estátuas feita em sua homenagem. Assim, pretendemos nos aprofundar em leituras que nos esclareçam possíveis razões pessoais, sociais, culturais ou políticas que poderiam ter resultado nessa sequência de cenas.

Por fim, também iremos nos aprofundar nas motivações para o dono da TT48 ter dois nomes, Amenemhat e Surere, presentes na tumba. Essa característica é relativamente incomum em tumbas de particular, e almejamos encontrar literatura e elementos de análise que possam nos ajudar a desenvolver uma hipótese para a motivação da presença desses dois nomes. Ao realizar o processo de tradução de uma das cenas da tumba, já conseguimos encontrar um elemento interessante para a nossa análise: ao pesquisar sobre os hieróglifos que apresentavam o dono da tumba, percebemos que o conjunto de hieróglifos utilizado implica uma auto nomeação do dono da tumba com relação ao segundo nome, Surere. Dessa forma, almejamos compreender melhor o que isso pode significar no continuar da pesquisa, a partir de leituras específicas e o estudo da vida do dono da tumba.

Conclusão

Desse modo, ao estudar o Espaço Funerário egípcio, conseguimos encontrar, em sua iconografia, elementos que podem nos ajudar a compreender a sociedade egípcia e suas crenças funerárias, a partir da análise e compreensão holística da sua Cultura Material. Ao longo dos meses de desenvolvimento da pesquisa, nosso intuito foi o de construir um arcabouço literário de conhecimento sobre as crenças funerárias do Egito Antigo, assim como métodos de análise dos elementos dessa cultura.

Destacamos, como base para as análises empreendidas, a produção do catálogo da tumba, que abarcou toda a iconografia presente na estrutura superior, na entrada para o corredor que dá entrada à câmara interna, e na entrada da câmara. O catálogo foi essencial para que pudéssemos conhecer a iconografia de cada uma das paredes e perceber detalhes e elementos que foram fundamentais para as descobertas realizadas. Além disso, a realização do Curso de Hieróglifos também foi premente para o amadurecimento da nossa pesquisa, pois nos auxiliou a perceber elementos que não teriam sido trazidos à tona caso utilizássemos traduções de terceiros.

Destarte, observamos na tumba de Amenemhat/Surere (TT48) uma presença numerosa de cenas de adoração, tanto por parte do dono da tumba, quanto por parte do rei Amenhotep III. Encontramos, ao analisar o catálogo, doze cenas de adoração ou oferenda na tumba: Amenemhat/Surere está presente em nove delas e o rei, em quatro, já que ambos compartilham uma das cenas. Dessas doze cenas, as quatro nas quais Amenhotep III aparece são protagonizadas por ele, assim como duas outras cenas dentro da tumba, o que pode nos levar a refletir sobre qual seria a intencionalidade de inserir a figura do rei de forma repetida na iconografia de uma tumba de particular, e como isso poderia interferir em um espaço criado com a intencionalidade de garantir a manutenção do dono da tumba no Além.

Ademais, ao produzir nossa própria tradução de uma das paredes da TT48, em uma cena na qual os dois nomes do morto são citados, percebemos ao analisar os hieróglifos do texto que, a partir de como são organizados, há uma indicação de que o próprio morto se intitula “Surere”. Esse detalhe foi um resultado positivo, pois compreender porque o morto tem dois nomes é, ainda, um objetivo do plano, que será pesquisado de forma mais aprofundada no decorrer da pesquisa, diante de sua renovação.

Portanto, unindo a bibliografia sobre o contexto histórico com a metodologia conseguimos, ao longo de nossa pesquisa, empreender uma análise direcionada dos elementos iconográficos de tumbas tebanas de particular do Egito Antigo, levando em conta o contexto de construção da tumba e da vida de seu dono. Dessa forma, podemos fazer jus aos preceitos de um espaço funerário vivo e em eterno diálogo com seu morto, comunicando aspectos da vivência, cultura e intenções de uma sociedade antiga que provoca, cada vez mais, a curiosidade e espírito científico do egiptólogo contemporâneo.

Referências

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). *A companion to ancient Egyptian art*. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

ASSMANN, Jan. Written culture. In: ASSMANN, Jan. *Cultural Memory and Early Civilization: writing, remembrance, and political imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 70-110. BRANCAGLION JR., Antônio. *Manual de Arte e Arqueologia Egípcia*. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

BRANCAGLION JR., Antônio. *Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II*. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. *O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.)*. v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. *O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.)*. v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

DAVID, Rosalie. *Religião e magia no Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAYS, H. M. Funerary rituals (pharaonic period). *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 1- 14, 2010.

HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archaeology. In: HODDER, Ian (org.). *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14.

IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. *Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory*. *Philos. Technol.*, v. 32, 2019, p. 195–214.

IKRAM, Salima. Interpreting ancient Egypt Material Culture. In: HARTWIG, Melinda K. (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2015.

KAMPP, Friederike. Die thebanische Nekropole: zum wandel des grabgedankens von der XVIII. bis zur XX. Dynastie. Mainz am Rhein: von Zabern, 1996.

LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.

LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MALAFOURIS, Lambros. How things shape the mind: a theory of material engagement. Cambridge: The MIT Press, 2013.

MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997. [Introdução e Capítulo 6].

NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and how could we?. Journal of Ancient Egyptian Interconnections, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.

NYORD, Rune; KJØLBY, Annette (org.). “Being in Ancient Egypt” thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaeological Reports, 2009.

PEREIRA, Ronaldo G. G. Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PEREYRA, M. Violeta et al. Espacios de interpretación en la necrópolis tebana. 2. ed. Vicente López : María Violeta Pereyra, 2018.

SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.

SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. A Morte e o Além no Egito Antigo: os campos da Duat nas tumbas de Nakht e Nebamun (Novo Império, Tebas Ocidental) In: CONGRESO INTERNACIONAL IMÁGENES DE LA MUERTE, 8., 2018, Pachuca. Anais [...]. Pachuca, 2018.

VASQUES, Marcia Severina; CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. Formações egíptológicas no Brasil: os caminhos, os contextos e as perspectivas futuras. No prelo.

VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. A Journey through the beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

Anexos



Fig. I: Planta da TT48. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1. Adaptado por Pedro Hugo Canto Núñez.



Fig. II: Cenas de adoração por parte de Amenemhat/Surere. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. III: Cenas de adoração por parte do rei Amenhotep III. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. IV: Cenas de oferenda por parte de Amenemhat/Surere. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. V: Cena de abertura da boca. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. VI: Cenas do rei e de estátua do rei. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. VII: Decoração presente na entrada para a câmara interna. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. VIII: Cena com inscrições em hieróglifos que foram traduzidos na Iniciação Científica. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.



Fig. IX: Cena escolhida para a análise mais aprofundada no próximo ciclo de Iniciação Científica. Fonte/imagem: SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. Four Eighteenth Dynasty Tombs. Oxford: University Press, 1957. v.1.

CÓDIGO: HS0677

AUTOR: DEBORA SOARES DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Bilinguismo e biliteracia: Investigando a conectividade de fala em relação à complexidade de tarefas

Resumo

O presente artigo dá continuidade à pesquisa *An Interplay between task complexity, individual differences and speech connectedness in adult bilinguals* (Cunha, 2023). Nosso estudo conta com estudantes bilíngues dos cursos de letras da UFRN ($n=30$), que possuíam o português como primeira língua (L1) e o inglês como segunda língua (L2). Os participantes foram submetidos a um teste de proficiência (VLT) e duas tarefas de produção oral, uma complexa e uma simples. Nossos resultados mostram que falantes bilíngues avançados (C1) na L2 performam melhor em tarefas complexas em comparação com tarefas simples. Analisamos os atributos de grafo LSC (largest strongly connected component), dado relacionado à conectividade de fala. Como também foi analisado o atributo WC (Word Count), que se refere à fluência do participante. Nossos dados foram: para as médias das atividades complexas, $M= 54.4$ (LSC) e $M= 101.3$ (WC). Sendo $p= 0.02804$ (WC) e $p= 0.02572$ (LSC). Já as médias das tarefas simples foram: $M= 48.6$ (LSC) e $M= 90.3$ (WC). Nosso resultado vai de encontro aos dados obtidos por Cunha (2023), em razão, principalmente, do nível de proficiência avançada dos nossos participantes. Através deste artigo, buscamos investigar e discutir a relação entre a conectividade de fala (LSC) e fluência (WC) em função da manipulação da complexidade de tarefas com falantes bilíngues de proficiência avançada (C1). Esses dados foram medidos através de uma ferramenta de análise de grafos (Speech Graphs).

Palavras-chave: Bilinguismo. Complexidade de tarefas. conectividade de fala.

TITLE: Bilingualism and biliteracy: Investigating speech connectedness regarding the task complexity

Abstract

This article continues the research on "An Interplay between Task Complexity, Individual Differences, and Speech Connectedness in Adult Bilinguals" (Cunha, 2023). Our study involved bilingual students from the language courses at UFRN ($n=30$), who had Portuguese as their first language (L1) and English as their second language (L2). Participants underwent a proficiency test (VLT) and two oral production tasks, one complex and one simple. Our results show that advanced bilingual speakers (C1) in L2 perform better on complex tasks compared to simple tasks. We analyzed the LSC (largest strongly connected component) graph attributes, data related to speech connectedness. We also analyzed the WC (Word Count) attribute, which refers to the participant's fluency. Our data were: for the mean of complex activities, $M= 54.4$ (LSC) and $M= 101.3$ (WC). Being $p= 0.02804$ (WC) and $p= 0.02572$ (LSC). The mean for simple tasks were: $M= 48.6$ (LSC) and $M= 90.3$ (WC). Our results differ from the data obtained by Cunha (2023), mainly due to the advanced proficiency level of our participants. Through this article, we seek to investigate and discuss the relationship between speech connectedness (LSC) and fluency (WC) as a function of task complexity manipulation with advanced proficiency bilingual speakers (C1). These data were measured using a graph analysis tool (Speech Graphs).

Keywords: Bilingualism. Task Complexity. Speech connectedness.

Introdução

É notório que nos últimos anos tem crescido bastante o número de pesquisas referentes ao campo de bilinguismo, bem como de estudos sobre métodos que melhor ajudem no desenvolvimento de uma L2. Assim, pesquisadores têm se interessado cada vez mais em explorar questões como a relação entre bilinguismo, conectividade de fala e complexidade de tarefas (e.g., Robinson 2001, 2005, 2007, 2011; Cunha, 2023).

No início do século XX, as línguas clássicas (como o latim) tinham mais prestígio que as línguas estrangeiras modernas. Nessa época, a metodologia de ensino mais famosa e utilizada era o Método Gramática-Tradução (MGT). Essa é uma abordagem tradicional do ensino de línguas, que consiste no enfoque de regras gramaticais, memorização de vocabulário e tradução de texto entre a língua-alvo e a língua materna. (Cunha, 2023).

Contudo, esse cenário mudou durante a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos precisaram que seus soldados em treinamento aprendessem outras línguas de forma efetiva e rápida. Assim, surgiu um novo método de ensino de línguas, baseado na teoria de Behaviorismo (ou psicologia comportamental) de Skinner (1974). O novo método, chamado Audiolingual priorizava a comunicação oral (fala e escuta), de modo que se baseava num processo de imitação mecânica, na qual os estudantes iriam imitar padrões de fala e estruturas da língua-alvo (Skinner, 1974; Cunha, 2023).

Em oposição ao pensamento do Behaviorismo de Skinner, surge a Teoria Nativista de Chomsky (Chomsky, 1959), a qual argumenta que os seres humanos apresentam uma faculdade inata para a aquisição de linguagem, a chamada Gramática Universal. Essa faculdade inata, seria um conjunto de princípios gramaticais básicos que orientam o

processo de aquisição de qualquer língua humana, assim, “a Gramática Universal prepara a criança para fazer sentido da linguagem e descobrir a sua estrutura” (Chomsky, 1980).

A partir das discussões sobre as teorias acima, surgiu o método de Ensino de Línguas Baseado em Tarefas (Task-Based Approach to Language Teaching - TBLT), o qual foi desenvolvido por N. Prabhu, na década de 1980, na Índia. Prabhu acreditava que o aprendizado dos alunos seria mais efetivo se o foco fosse nas tarefas, ao invés da língua (Prabhu, 1987). Esse método foca em auxiliar os alunos a desenvolver suas competências comunicativas e habilidades (Ellis, 2003).

Ainda sobre o ensino de línguas através de tarefas, é importante destacar a temática de complexidade de tarefas. De acordo com Payne (1976), a complexidade de tarefas desempenha um papel crucial na tomada de decisões e na estratégia de elaboração de processos linguísticos. Os resultados do experimento de Payne (1976) demonstram que as informações de processamento de escolhas variam em função da complexidade de tarefas. Ainda sobre esse contexto, podemos mencionar a Hipótese Cognitiva de Robinson para Aprendizagem baseada em Tarefas (Robinson 2001a, 2003, 2005a, 2007b, 2010; Robinson & Gilabert, 2007). De acordo com Robinson (2011), o resultado de atenção, memória e processamento de informações vai estar relacionado com a estrutura da tarefa, e isso influenciará a performance do falante bilíngue nessa tarefa (que pode ser simples ou complexa). Algumas variáveis de complexidade de tarefas são: tarefas aqui e agora, com ou sem conhecimento prévio, tomar perspectiva (Robinson, 2007).

Além disso, torna-se bastante evidente a importância da complexidade de tarefas no desenvolvimento da L2. Principalmente ao citarmos a teoria do esforço cognitivo (Sweller, 1988), que argumenta que o aprendizado é mais efetivo quando a demanda cognitiva da tarefa está de acordo com a capacidade cognitiva do estudante. A partir dessas informações e do estudo reportado de Cunha (2023), desenvolvemos essa pesquisa, cujo objetivo é investigar a relação entre complexidade de tarefas, conectividade de fala e fluência em falantes bilíngues de nível de proficiência avançado (C1).

Metodologia

Objetivo e foco da pesquisa

O objetivo principal do estudo aqui reportado foi investigar a relação entre complexidade de tarefas, conectividade de fala e produção oral de falantes C1 de uma segunda língua. Em outras palavras, o foco desta pesquisa é analisar os efeitos de tarefas mais ou menos complexas na conectividade da fala em L2. A produção oral dos aprendizes foi analisada usando a ferramenta computacional SpeechGraphs que mediu as diferentes formas que indivíduos de nível avançado em uma língua realizam suas conectividades de fala, a partir de tarefas complexas e simples. Nosso estudo foi baseado em Cunha (2023), porém, resolvemos implementar o mesmo protocolo com participantes com nível C1 em L2, dessa forma levantamos algumas hipóteses e esperávamos obter resultados diferentes de Cunha (2023), justamente pelo fato de nossos participantes terem um nível avançado em

L2, diferentemente do trabalho da pesquisadora. Assim, segue abaixo a nossa pergunta de pesquisa.

Pergunta de pesquisa : A conectividade de fala e fluência em L2 variam em função da complexidade de tarefas?

Hipótese: Nós esperávamos encontrar uma correlação positiva entre as nossas variáveis. Nossa hipótese é que teremos resultados diferentes de Cunha (2023) e que, devido aos nossos participantes terem nível C1 em L2, eles teriam um desempenho melhor na tarefa mais complexa, pois se sentirão cognitivamente mais engajados. Tivemos essa hipótese, pois em Cunha (2023), pelo fato de seus participantes terem nível A2, eles não contavam com conhecimento em L2 suficiente, e, portanto, tiveram desempenho melhor somente na tarefa mais simples.

Estrutura da pesquisa

O presente estudo foi conduzido em razão de investigar a complexidade de tarefas, sua relação com a conectividade de fala e fluência em L2 dos participantes, e como essas variáveis resultariam na produção oral de diferentes indivíduos. Assim, foi realizado um estudo quantitativo com 30 falantes nível C1 de inglês como L2. Os dados foram obtidos de maneira presencial na sala 401 do LEELin (Laboratório de Estudos Experimentais em Linguagens), CCHLA, na UFRN. O presente estudo apresenta protocolo de ética aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Permissão 56840322.3.0000.5537).

Nosso experimento contou com algumas etapas. Primeiramente, todos os participantes assinaram um termo de compromisso, e em seguida, realizaram um teste de proficiência em língua inglesa (VLT - Vocabulary Level Test), pois todos os nossos participantes deveriam ser nível C1 (no mínimo). A seguir, eram mostradas histórias em forma de tirinhas, divididas em complexas e simples, de modo que os participantes tinham que narrá-las (em produção oral na L2).

Nosso experimento analisou dois níveis de complexidade de tarefas (complexa e simples). Adotamos também o Speech Graphs para analisarmos variáveis de conectividade de fala (LSC - Strongly Connected Component) e fluência (WC - Word Count). Vale destacar que analisamos aspectos como a pontuação mínima, máxima e a média dos participantes pelo Speech Graphs.

Participantes e Contexto

Para a realização do presente estudo, contamos com a participação de 30 brasileiros voluntários, falantes da Língua Inglesa como L2 (todos apresentando nível de proficiência C1, reforçado pelo teste VLT). Os participantes eram estudantes de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foram recrutados através da divulgação do projeto, por meio de posts nas redes sociais, postagens da UFRN e panfletos com qr code, que foram espalhados pelo ambiente acadêmico (em especial, Setor II e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). Assim, os interessados foram instruídos sobre quais seriam os requisitos necessários para estarem aptos a participar. As condições eram:

- (1) Os participantes deveriam ter o português como L1 e inglês como L2.
- (2) Ser adultos com nível de proficiência C1 em L2, no mínimo.
- (3) Disponibilidade para a realização do protocolo de maneira presencial.

Os 30 participantes eram 16 mulheres e 14 homens. A média de idade dos participantes foi de 25.36 anos, sendo todos estudantes de Letras na UFRN com habilitação em um dos cursos (Inglês, Espanhol, Português). Todos os participantes assinaram termo de consentimento, permitindo os procedimentos e autorizando a gravação de seus áudios na produção oral.

Instrumentos de coletas de dados e procedimentos

Tarefa de Produção Oral

A complexidade de tarefas é um fator bastante importante no processamento e aquisição da segunda língua; nesse sentido, essa complexidade pode ser manipulada de várias maneiras, como impor demanda cognitiva (Robinson, 2001). Nossa pesquisa foca na demanda cognitiva de tarefas e seu efeito na conectividade de fala e fluência em L2 dos participantes.

De acordo com a teoria do esforço cognitivo (Sweller, 1988), o aprendizado é mais efetivo quando a demanda cognitiva da tarefa está de acordo com a capacidade cognitiva do estudante. Desse modo, é importante manipular atividades de maneira a encontrar um nível ideal de complexidade de tarefas que seja capaz de desafiar os estudantes, sem causar estresse cognitivo, mas que também não seja extremamente simples, a ponto de não engajar cognitivamente esses estudantes (Sweller, 1988; Cunha, 2023).

No nosso estudo, os participantes viam duas tirinhas diferentes (Figura 1), uma simples com 4 quadros (completos) e outra com um quadro faltando (complexa). As tirinhas representavam situações fora do comum, como um cachorro lendo jornal e outra com dois homens em trajes de banho numa praia falsa. Nesse sentido, os participantes deveriam utilizar a L2 para descrever oralmente o que estava acontecendo em cada tirinha (tanto a complexa - sem um quadro, quanto a simples - com todos os quadros completos). Após as gravações, os áudios foram transcritos e usados no Speech Graphs.

Resultados e Discussões

Esta seção apresenta as análises das pontuações pelo Speech Graphs, bem como discute os resultados da pesquisa. Nós utilizamos tanto análises descritivas de dados quanto inferenciais no nosso estudo, para que assim pudéssemos atingir nossos objetivos e compreender os dados apropriadamente. A análise descritiva foi necessária para que fossem resumidas e transcritas as características e dados principais da pesquisa, para

assim fazer as investigações sobre conectividade de fala (LSC) e fluência (WC). Assim, esse método foi utilizado para nos permitir compreender inicialmente, através dos cálculos, as variáveis estudadas. Ademais, em razão de responder à nossa pergunta de pesquisa, analisar as relações entre as variáveis discutidas e nossa hipótese, foi utilizada a análise estatística inferencial realizada utilizando-se o software Rstudio. A utilização da ferramenta foi baseada em Mota et al. (2012). A combinação de ambas as formas de análise nos permitiu chegar a uma conclusão compreensiva sobre nossa pesquisa.

A Tabela 1 demonstra de maneira mais detalhada os valores descritivos de VLT, LSC, WC e seus respectivos dados de número amostral, pontuação mínima e máxima, assim como a média dos valores.

Como pode-se observar na Tabela 1, o Speech Graphs atribui para tarefas complexas M (média) de 54.4 (LSC complexo) e 101.3 (WC complexo). Em contraste, as médias das tarefas simples foram 48,6 (LSC simples) e 90,3 (WC simples). Assim, nota-se que o Speech Graphs revela diferenças entre condições complexas e simples.

Vale destacar que foi feito o Shapiro-Wilk test, que foi conduzido para determinar a normalidade de distribuições das variáveis. Os dados estatísticos gerados a partir da comparação entre as médias nas duas tarefas para WC (Word Count-Fluência) foram $t = -2.3126$, $df = 29$, $p\text{-value} = 0.02804$. Já quanto ao LSC (Conectividade de fala), $t = -2.3512$, $df = 29$, $p\text{-value} = 0.02572$. Logo, ambos os dados são estatisticamente significativos, já que o valor p (em ambos os casos) é inferior a 0,05.

É importante mencionar que os participantes passaram por um teste de nível de vocabulário (VLT), que serviu como triagem, já que um dos requisitos da pesquisa era que os participantes tivessem nível C1. Nesse contexto, podemos concluir que nossos participantes apresentavam tal nível de proficiência dado a média (M) de VLT, $M = 140.4$. E considerando a pontuação máxima do teste como sendo $\max = 150.0$.

A análise descritiva dos atributos de fala nos permitiu entender as diferenças de conectividade de fala (LSC) e fluência (WC) dos participantes C1 em L2, quando estimulados por tarefas com diferentes níveis de complexidade. Para que pudéssemos melhor compreender os dados, assim como investigar de maneira mais completa a nossa pergunta de pesquisa e hipótese, conduzimos análises inferenciais. As seções seguintes discutem essa modalidade de análise e demonstram resultados que obtivemos.

A relação entre a conectividade de fala, fluência e a complexidade de tarefas

Nesse estudo, nós buscamos investigar os efeitos da complexidade de tarefas na conectividade de fala, considerando as diferenças individuais dos participantes e seus níveis de proficiência (C1). Assim, na nossa pergunta de pesquisa “A conectividade de fala e fluência em L2 varia em função da complexidade de tarefas?”. Nós esperávamos que as pontuações iriam variar conforme a manipulação da complexidade de tarefas (tarefas complexas teriam pontuações diferentes das simples). Além disso, antecipamos que a pontuação de LSC (conectividade de fala) e WC (fluência) seriam maiores nas produções orais dos participantes referentes às tarefas complexas, enquanto as tarefas simples resultariam em valores inferiores de LSC e WC nas produções orais. Nossa hipótese foi baseada no estudo de Cunha (2023), no qual a pesquisadora percebeu que

seus participantes apresentavam um melhor desempenho nas tarefas simples, ao passo que ao aumentar a complexidade das tarefas, o desempenho nas produções orais cai. Nossa hipótese era de que encontraríamos resultados opostos aos de Cunha (2023) já que os seus participantes apresentavam nível A2 ou B1, enquanto os nossos contavam com nível C1 em L2. Nossa pesquisa também foi motivada nos trabalhos de Skehan (1998), Sweller (1988) e Robinson (2001), que discutem os efeitos das complexidades no desenvolvimento da L2, engajamento cognitivo e performance em produções orais. Segundo esses autores, as tarefas devem estar num nível ideal para que os participantes possam estar cognitivamente engajados em determinada atividade, de modo a obterem um desempenho maior em atividades que os desafiem mais, desde que os participantes tenham recursos para tal (Robinson, 2001; Sweller, 1988).

Também realizamos um modelo linear para que pudéssemos investigar a relevância e o significado estatístico das diferentes observações e pontuações que obtivemos. Assim, fomos capazes de analisar os dados baseando-nos em evidências, para então podermos traçar conclusões, associando as relações entre as variáveis analisadas.

No nosso caso, quando os participantes performaram em tarefas simples, as pontuações da conectividade de fala (LSC) e fluência (WC) foram inferiores, pois os participantes não se sentiram metacognitivamente engajados e desafiados a realizar tais tarefas. Como podemos observar no Gráfico 1, no qual nota-se que os valores da média (M) de LSC simples é 48.6, ao passo que o LSC complexo é 54.4.

No gráfico 2, pode-se observar a conectividade de fala de um participante realizando uma tarefa complexa. Nota-se que, através da grande quantidade de nós, este aprendiz avançado (C1) em L2 consegue desenvolver um maior número de sentenças, de forma mais coesa, abundante e conectada.

Portanto, podemos predizer que ao realizarem as tarefas com alta demanda cognitiva e complexidade, os participantes tiveram um desempenho melhor, pois se sentiram desafiados o suficiente, de modo a esse fato servir de motivação para que eles completassem a tarefa, utilizando seu esforço máximo e os recursos de conhecimento em L2 que já tinham (e que eram suficiente para a realização da atividade, devido ao seus níveis avançados na segunda língua).

Já no caso de Cunha (2023), os participantes não apresentavam domínio suficiente da L2, o que resultou em um desempenho mais elevado nas tarefas simples, em razão de eles não terem recursos suficientes para completar as atividades complexas, o que gerou uma alta carga cognitiva, afetando o desempenho dos participantes (Skehan, 1998). Nesse sentido, em Cunha (2023) foram analisadas as variáveis de conectividade da fala (LSC) e repetição de palavras (RE). Dito isso, os resultados da pesquisadora mostraram que, em atividades simples, os participantes apresentaram maior índice de LSC e menos repetições de palavras (RE) quando comparados com os dados de tarefas complexas desses mesmos participantes. Isso se dá justamente pelo baixo nível em L2, o que serviu de impedimento para eles, de modo a ficarem sobrecarregados cognitivamente (prejudicando a performance/desempenho), ao invés de isso ter servido como estímulo (Skehan, 1998).

No gráfico 3 pode-se observar os dados de WC. A sigla WC significa Word Count e, no nosso caso, mede a fluência dos participantes. Ou seja, relaciona-se à quantidade de

palavras utilizadas nas produções orais em L2 de cada participante. É válido destacar que nossos participantes passaram por uma triagem de teste de vocabulário em língua inglesa (VLT), de maneira que todos possuem no mínimo nível de proficiência C1, levando em consideração os valores de $M = 140.4$ e $\max = 150.0$ (tabela 1) dos participantes no VLT.

O gráfico 4 representa a conectividade de fala de um participante realizando tarefa simples, como podemos perceber, ao compararmos o gráfico 2 (conectividade de falas em tarefas complexas) e o gráfico 4 (conectividade de fala em tarefas simples), conseguimos inferir que falantes avançados bilíngues (C1) em L2 engajaram cognitivamente de maneiras distintas em cada nível de complexidade de tarefa. Ou seja, tarefas simples motivaram menos os participantes, de modo que construíram menos conectividade de fala, como podemos observar no gráfico 4, o qual apresenta menos nós e menos conexões entre as falas. Diferentemente do gráfico 2, o qual se refere às conectividades de fala em tarefas complexas. Assim, nota-se que atividades complexas estimularam de forma significativa a conectividade de fala, o que podemos inferir através da abundância de nós e da grande quantidade de conexões de fala presentes no gráfico 2.

No nosso caso, as pontuações dos participantes nas tarefas complexas são maiores do que nas simples. Ou seja, os participantes foram capazes de utilizar mais palavras nas atividades complexas. Os valores de média (M) foram 101,3 (WC complexa) e 90,3 (WC simples). Isso significa que os participantes desempenharam um nível de fluência maior nas tarefas complexas. Esse fato tem relação com o nível de proficiência dos estudantes, pois eram todos no mínimo C1, o que possibilitou que eles tivessem recursos suficientes de domínio da segunda língua para utilizarem mais palavras, ou seja, mais vocabulário, e assim apresentarem uma maior fluência na atividade complexa em relação à simples. O elevado domínio da L2 contribuiu para que os participantes ficassem cognitivamente engajados e tivessem um melhor desempenho.

Logo, como pode ser observado no Gráfico 2, falantes bilíngues com domínio avançado em L2 conseguem performar melhor em atividades complexas, pois isso os motiva a ir além de seus limites. Isso se dá pelo fato de eles terem comando suficiente da L2, portanto, apresentam recursos linguísticos que os permitem aceitar desafios maiores e manipular a L2. Em outras palavras, esses estudantes são motivados a estudar, avançar e performar melhor no uso de sua L2.

Assim, nota-se que há uma correlação entre a conectividade de fala, fluência e complexidade de tarefas. Como podemos observar através dos gráficos e dados gerados pelo speech graphs, falantes bilíngues com domínio avançado (C1) em L2 performam melhor em tarefas complexas. Enquanto a partir de Cunha (2023), pudemos perceber que falantes bilíngues com domínio básico (A2 ou B1) em L2, performam melhor em tarefas simples, pois não apresentam recursos linguísticos em L2 suficientes para realizarem as atividades. Portanto, em falantes bilíngues C1, a complexidade se torna uma motivação, gerando engajamento cognitivo. Ao passo que em falantes bilíngues A2 ou B1 performam melhor em tarefas simples, de modo que o alto nível de complexidade gera sobrecarga e estresse nesse público.

Conclusão

Concluímos que o presente trabalho teve como objetivo investigar a relação entre a complexidade de tarefas e a conectividade de fala, através do uso da ferramenta de análise de grafos (Speech Graphs). Na nossa análise, observamos que os indivíduos apresentam uma tendência de performar melhor em tarefas complexas, de modo que são capazes de construir falas mais conectadas, densas e fluentes.

Como resposta à nossa pergunta de pesquisa “A conectividade de fala e fluência em L2 variam em função da complexidade de tarefas?”, chegamos a conclusão de que há variação, pois nossa amostra de falantes bilíngues avançados (C1) em L2 foram capazes de construir falas mais conectadas (LSC) e fluentes (WC) em tarefas complexas. A condição complexa permitiu aos participantes engajarem cognitivamente na atividade e produzir falas mais conectadas, já que esses aprendizes apresentaram comando de língua suficiente.

Já no caso de Cunha (2023), os participantes não apresentavam domínio suficiente da língua(pois eram aprendizes iniciantes na L2), o que resultou em um desempenho mais elevado nas tarefas simples, em razão de eles não terem recursos suficientes para completar as atividades complexas, o que causou um estresse cognitivo nos participantes, e assim, tiveram sua performance afetada (Skehan, 1998).

Portanto, podemos predizer que a complexidade de tarefas deve estar alinhada ao comando de língua dos aprendizes, para que assim estes possam ter um desempenho efetivo e melhores resultados nos estudos de línguas. Assim, pode-se observar que, na nossa pesquisa, o alinhamento das tarefas com alta demanda cognitiva e complexidade permitiu aos participantes terem um desempenho melhor, pois se sentiram desafiados o suficiente, de modo a esse fato servir de motivação para que eles completassem as atividades, utilizando seu esforço máximo e os recursos de conhecimento em L2 que já tinham.

Para futuros estudos, sugerimos que sejam replicados os métodos dessa pesquisa, mas com diferentes níveis de proficiência, bem como podem ser adotadas coletas de dados na modalidade virtual, assim como na pesquisa original de Cunha (2023). Pois na nossa versão, a coleta de dados e realização das atividades ocorreram de forma presencial, o que também pode ter influenciado nossos resultados.

Referências

CUNHA, F. An interplay between task complexity, individual differences and speech connectedness in adult bilinguals. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Natal, 2023. Orientadora: Janaina Weissheimer.

CHOMSKY, N. Reflections on language. New York: Pantheon Books, 1975.

CHOMSKY, N. A review of BF Skinner's verbal behavior. *Language*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 26-58, 1959.

ELLIS, R. Task-based language learning and teaching. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MOTA, N. B. et al. Speech graphs provide a quantitative measure of thought. *PLoS ONE*, [S. l.], v. 7, n. 3, 2012.

PAYNE, J. W. Task complexity and contingent processing in decision-making: An information search and protocol analysis. *Organizational Behavior and Human Performance*, [S. l.], v. 16, p. 366-387, 1976.

PRABHU, N. S. Second language pedagogy. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROBINSON, P. Task complexity, task difficulty, and task production: Exploring interactions in a componential framework. *Applied Linguistics*, [S. l.], v. 22, p. 27-57, 2001.

ROBINSON, P. Task complexity, cognitive resources, and syllabus design: A triadic framework for examining task influences on SLA. In: ROBINSON, P. (Ed.). *Cognition and second language instruction*. New York, NY: Cambridge University Press, 2001. p. 287-318.

ROBINSON, P. The cognition hypothesis, task design, and adult task-based language learning. *Second Language Studies*, [S. l.], v. 21, p. 45-105, 2003.

ROBINSON, P. Cognitive complexity and task sequencing: Studies in a componential framework for second language task design. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, [S. l.], v. 43, p. 1-32, 2005.

ROBINSON, P.; GILABERT, R. Task complexity, the cognition hypothesis and second language learning and performance. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, [S. l.], v. 45, p. 161-176, 2007.

ROBINSON, P. Criteria for classifying and sequencing pedagogic tasks. In: DEL PILAR GARCÍA MAYO, M. (Ed.). *Investigating tasks in formal language learning*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2007. p. 7-26.

ROBINSON, P. Second language task complexity, the cognition hypothesis, language learning, and performance. In: ROBINSON, P. (ed.). *Second language task complexity: researching the cognition hypothesis of language learning and performance*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 3-38.

SKEHAN, P. Task-based instruction. *Annual Review of Applied Linguistics*, [S. l.], v. 18, p. 268-286, 1998.

SKINNER, B. F. Sobre o behaviorismo. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1974.

SWELLER, J. Cognitive load during problem solving: effects on learning. Cognitive Science, [S. l.], v. 12, p. 257-285, 1988

Anexos



Figura 1 - Tirinhas simples e complexa, respectivamente, parte do Picture Description Task



Tabela 1 - Descrição dos dados de pontuações do VLT, LSC e WC



Gráfico 1 - Boxplots de descrição da LSC



Gráfico 2- Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa complexa)



Gráfico 3 - Boxplots de descrição de WC



Gráfico 4- Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa Simples)

CÓDIGO: HS0692

AUTOR: MARIA LUIZA COSTA SUCAR DOS ANJOS

ORIENTADOR: FABIOLA CRISTINA ALVES

TÍTULO: Exposições de Arte em Natal (Rn) sob o ponto de vista da crítica de arte

Resumo

Este estudo discorre sobre as exposições em cartaz na cidade de Natal- RN anos 2024-2025 a partir da perspectiva da crítica de arte. Para tanto, duas exposições são discutidas: “Sou Definida Pelo O Que Não Sei” (2024), exposição coletiva de mulheres artistas curada por Sofia Bauchwitz e Angela Almeida e "Cuir", exposição coletiva de artistas LGBTQIAPN+ com organização de Patrícia Telles. Considera-se o pensamento de Alós (2020), Alves (2022), Anjos (2024), Argan (1988), Basbaum (2005), Ferreira (2019), Lauretis (2015), Lippard (1980), Osório (2015), Preciado (2018), Reilly (2021), Rocha (2021), Rupp (2011) e Valencia (2023) no interior da leitura crítica apresentada no estudo, a fim de contextualizar a relevância da aproximação às exposições na contemporaneidade e, posteriormente, para trazer análises de cunho feminista e queer para as exposições apresentadas.

Palavras-chave: Crítica de arte; Arte Contemporânea no RN; Curadoria.

TITLE: Art Exhibitions in Natal (RN) by the lens of art critique.

Abstract

This study discusses the exhibitions on display in the city of Natal, Rio Grande do Norte from 2024 to 2025, by the perspective of art criticism. Two exhibitions are discussed: “Sou Definida Pelo O Que Não Sei” (2024), a group exhibition of women artists curated by Sofia Bauchwitz and Angela Almeida, and "Cuir," a group exhibition of LGBTQIAPN+ artists organized by Patrícia Telles. The reflections of Alós (2020), Alves (2022), Anjos (2024), Argan (1988), Basbaum (2005), Ferreira (2019), Lauretis (2015), Lippard (1980), Osório (2015), Preciado (2018), Reilly (2021), Rocha (2021), Rupp (2011) e Valencia (2023) are considered within the critical reading presented in the study, in order to contextualize the relevance of the approach to exhibitions in contemporary times and, subsequently, to bring feminist and queer analyses to the exhibitions presented.

Keywords: Art Critique. RN's Contemporary Art. Curatorship.

Introdução

A pesquisa de iniciação científica “Exposições de Arte em Natal (RN) sob o ponto de vista da crítica de arte” faz parte do projeto Pensar imagens: Cultura Visual e História das Artes Visuais no Rio Grande do Norte (PIC18598/2021). O objetivo da investigação é o desenvolvimento de uma bibliografia em crítica de arte no contexto do Rio Grande do Norte a partir dos estudos culturais, da crítica decolonial, feminista, queer e ativismo (arte + ativismo). Para tanto, a investigação tem como objeto de estudo as exposições de arte contemporânea desenvolvidas nos anos de 2024-2025 a partir da ótica da crítica de arte.

É importante evidenciar que os resultados da pesquisa aqui relatados são um desdobramento de processos de visitação, registro e reflexão acerca do montante de exposições em cartaz pela cidade nos último ano e meio. A partir desse recorte temporal e geográfico, foram selecionadas duas exposições coletivas voltadas para preocupações de gênero para compor o presente artigo, a fim de refletir sobre a experiência das exposições, sua produção e dificuldades dentro do contexto atual do território. O estudo concentrou-se nas exposições “Sou Definida Pelo O Que Não Sei” (2024), curada por Sofia Bauchwitz e Angela Almeida e “Cuir”, com organização de Patrícia Telles. Ambas as exposições se propõe a denunciar práticas de minorização dos corpos apresentados, na medida que também alegam pretender fabular novas noções de existência para corpos até então violentados e invisibilizados. O foco dessa pesquisa é justamente analisar, interpretar e compreender como e se essas pretensões são alcançadas, colocando em jogo a lógica interna das exposições, assim como seu papel no contexto geral do cenário artístico potiguar.

Para tanto, em um primeiro momento é feita a defesa da crítica de exposições dentro da contemporaneidade, contextualizando o porquê pensar exposições, como esse foco crítico surge na contemporaneidade e a importância do crítico para o equilíbrio do ecossistema da arte contemporânea. São aproximados os textos de Argan (1988), Osório (2015) e Rupp (2011) para refletir sobre o papel do curador e das exposições no avanço e manutenção das reflexões para a arte contemporânea, assim como o papel do crítico nesse jogo sistema-público-mercado. Em seguida, adentramos na reflexão das exposições, começando com a de Bauchwitz e Almeida. São aproximados os autores Basbaum (2005) com o conceito de “artista-etc” para refletir sobre a diferença da premissa de mulher-artista e artista-mulher, Reilly (2021) a partir da sua proposição de “ativismo curatorial”, pensando delimitações e problemas com a prática e, por fim, Lippard (1980) com seu texto sobre a importância da arte feminista nos anos 70 e prospecções o avanço das produções de mulheres, a fim de refletir sobre os paralelos entre produções apresentadas na exposição, 50 anos depois do texto publicado. Para a segunda exposição analisada, utilizo de Alós (2020), Lauretis (2015), Preciado (2018) e Valencia (2023) para refletir sobre identidade política queer e territorializações de pautas de dissidência de gênero latino-americanas através da inflexão Cuir e como esses temas aparecem e ditam as escolhas feitas na exposição de Teles. Por fim, aproximo

Alves (2022), Rocha (2021) e Anjos (2024) para refletir sobre possibilidades para o pensamento e escrita em crítica de arte no RN, apostando na aproximação com o cenário e na inventividade acima da reatividade, assim como no abandono das hierarquias de poder estético-político para uma análise mais coerente.

Metodologia

Para esse trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa pelo caráter de análise interpretativa da produção artística apresentada no contexto das exposições abordadas, além de aprofundamento e complexificação dos temas e o foco nos fenômenos inerentes nas mostras de artes objeto do estudo (estabelecer e compreender “porquê” e “como”). A pesquisa, então, tem caráter exploratório-analítico, em que buscou-se estudar e aproximar dos estudos e questões da área da crítica de arte, pensando cenário e terreno no qual a função se estabelece. As principais ferramentas utilizadas foram a revisão de literatura focando em livros, teses e artigos e a visita, registro e escrita de crítica não-especializadas de exposições em cartaz na cidade de Natal. A seleção de bibliografia, então, esteve alinhada com os temas suscitados nas exposições visitadas e escritas, tornando no caso da presente pesquisa, questões de gênero a partir das perspectivas feministas e queer, a decolonialidade e o ativismo fortemente relevantes.

Ancoramos também a reflexão e a escrita crítica nos fundamentos apontados por Barrett (2014). O primeiro deles, a descrição, é a aproximação do pesquisador à obra e ao desenvolver da literatura, na qual será tratada a construção plástica e visual do trabalho, trazendo questões que imagens não poderiam dar conta e iniciando desde aqui o processo de avaliação do trabalho. Após, temos a interpretação, que se trata do momento em que o crítico se propõe a contextualizar a obra dentro de um mercado, um escopo de trabalhos, um circuito, uma trajetória artística, etc. Dessa forma, a interpretação reconhece as questões que situam a obra no mundo e estabelecem essas relações. Essas etapas resultam, então, na avaliação, que se utiliza dos apontamentos feitos descrição e na interpretação para reconhecer a possibilidade ou não da coerência interna do objeto tratado, explicitando então suas características. A partir das 3 etapas sugeridas por Barrett (2014), o estudo resulta na discussão apresentada a seguir e assim, almeja contribuir como bibliografia em crítica de arte adaptada ao contexto da pesquisa acadêmica.

Resultados e Discussões

1- Por quê crítica de exposições?

A crítica de arte é um gênero literário voltado para a aproximação das produções em arte e tem como cerne a “interpretação e avaliação das obras artísticas” (Argan, p.127,

1988). Ao longo da sua história, a crítica torna-se uma matéria autônoma apreendida no sistema e mercado da arte. Isso implica no papel do crítico tornar-se primeiramente a de compreensão e atualização das "regras do jogo", isto é, sustentar uma análise geral que compreende e incentiva as mudanças dentro do fazer e do fruir a partir das suas perspectivas ideológicas, “demonstrando assim preocupar-se com o que falta ainda fazer ou está a ser feito, e portanto com a futura orientação da arte” (Argan, 1988, p.129). Seu caráter informativo e sua presença nos meios de comunicação influenciam por sua vez no gosto do público e, conseqüentemente, do mercado de arte, que acompanha a demanda na mesma medida que a consolida. Nas palavras de Ferreira (2019), “[...] a crítica procura estabelecer parâmetros de avaliação que levam à análise de um objeto, desdobrando-se, por sua vez, em uma interpretação, ou seja, em uma conclusão que demonstra a compreensão do próprio objeto estudado” (p.183).

Contemporaneamente, a preocupação dos críticos de arte migra da produção dos artistas para as curadorias de exposições, tornando-se então o objeto no qual a compreensão é dedicada. As exposições são onde o público tem acesso às novas produções e artistas, como também às novas pautas de discussão. A relevância do papel do curador dentro da arte contemporânea ocorre na medida em que os conceitos de arte e, conseqüentemente, suas formas de produção, se tornam abrangentes ao ponto de não serem mais classificáveis. Entra-se na era da arte conceitual e as reflexões de exibição dos trabalhos precisam passar por uma outra lógica, que dá ao curador uma autonomia antes não existente. O curador agora é quem reconhece ou sugere novas preocupações, fazendo a ponte entre os interesses do sistema com as necessidades do mundo. A crítica se preocupa com a curadoria porque é ali que a arte de fato acontece, nas palavras de Rupp (2011), “independente de ele [o artista] mostrar seu trabalho para apenas um crítico ou uma multidão que frequenta uma sala de museu, a obra de arte só passará a existir quando for exposta” (p.132). Dessa forma, o crítico contemporâneo junta as preocupações de recepção com seu contexto de produção para chegar na sua análise de qualidade, isto é, características contemporâneas, que refletem os tempos, mas também a vontade do sistema e mercado.

Nas palavras de Osório (2015) [...] modos de ser da arte foram se deslocando e, conseqüentemente, vimos transformarem-se as formas de pensar a exposições [...]” (p.69). A crítica, dessa forma, precisa assumir outra posição, porque a curadoria primeiramente toma para si a atividade do ajuizamento crítico, da reflexão dos caminhos da arte em direção ao seu futuro; secundamente, porque a própria ideia de produção e fruição da arte mudam drasticamente na medida que os esses modos de ser e apresentar também mudam. A crítica que antes se localizava ao lado da história, auxiliando-a a caminhar e vice-versa, agora se alia à estética e a experiência sensível. As atividades devem então, segundo Osório (2015), “[...] pensar junto com as obras e não sobre elas”, compreendendo que “ajuizar não implica uma deliberação hierárquica, devendo ser visto como um ‘pôr em relação’ que sublinha as diferenças.” (p.66).

A não presença da figura do crítico dentro de um território, por sua vez, desestrutura os caminhos para a prospecção da produção local, tendo em vista que não há um olhar de fora, treinado e dedicado a pôr à prova o que tem sido pensado e apresentado, criando assim um cenário de conformismos. No caso do Rio Grande do Norte, a produção, veiculação e, conseqüentemente, leitura e reflexão de crítica de arte é escassa. As conseqüências disso são a desestruturação da própria ideia de contemporaneidade dentro

das produções, à medida em que as regras do jogo não estão bem estabelecidas; cria-se dificuldade em acessar a figura do curador, pois a própria função de curadoria não está bem estabelecida e nunca é questionada; e a possibilidade de prospecção e pensamento global são minadas, impedindo assim de adentrar na rede de conversas e produções que ocorrem no sistema da arte. Isso acontece majoritariamente pela falta de interesse mercadológico na arte contemporânea natalense, na falta de espaços expositivos dedicados a reflexões e produções contemporâneas e inexistente possibilidade de disseminação de críticas de arte em veículos acessados pela população. Dessa forma, a atividade em crítica de arte no RN por vezes parece ser um meio sem fins, um fim sem meios, tornando-a dessa forma ainda mais necessária e urgente para o contexto.

2- Exposição 1: Sou Definida Pelo O Que Não Sei, curadoria Sofia Bauchwitz e Angela Almeida (2024).

“Sou Definida Pelo O Que Não Sei” é o título da exposição coletiva sediada na Pinacoteca do Estado do RN em 2024 de curadoria de Sofia Bauchwitz e Angela Almeida. A exposição foi feita no mês de março, conhecido também como o “mês da mulher”, marcada por manifestações e movimentos de cunho político e tendo a exposição como parte do circuito com apoio do projeto Mais Mulheres. Foram 30 artistas, entre jovens produtoras e já consagradas obras do acervo da própria instituição, trazendo então uma não preocupação de recorte temporal. Aliás, pode-se dizer que a única preocupação primordial tida pelas curadoras foi de selecionar mulheres-artistas, ou seja, pessoas nas quais a função primária é ser mulher e questionam esse papel através da arte. Essa categorização é inclusive fortemente reforçada pela curadoria, levando a refletir em alguns problemas existente dentro do Ativismo Curatorial, um termo cunhado por Maura Riley (2021) que busca “descrever pessoas que dedicaram seus esforços curatoriais quase exclusivamente para a cultura visual das margens, de dentro das margens e a partir delas: isto é, para artistas que são não brancos, não euro-estadunidenses, bem como mulheres, feministas e queer” (Reilly, 2021, p.1131).

A contemporaneidade surge atrelada aos ideais do sujeito pós-moderno, multifacetado, mas ainda assim categorizado pelos espaços que ocupa ou é colocado socialmente. Esses ideais combinados com o caráter inerentemente crítico da arte contemporânea deu abertura para que agentes esquecidos pela história da arte pudessem vir à luz com seus trabalhos, reivindicando suas subjetividades e temas, criando então novas formas de separação para a arte. A arte de mulheres, por exemplo, é evocada como “arte feminista”, ou seja, produção pelo direito das mulheres. Direito de que? Essa talvez seja a pergunta chave para nos aproximarmos da exposição em questão. Do que estamos falando quando dizemos “arte feminista”? Mais do que isso, o que podemos dizer? Quantos dizeres cabem dentro de um projeto estético-político? Essas são questões que a curadoria precisa se perguntar quando se aproxima da atividade ativista. Nesse caso, a curadoria deve assumir um papel muito direto, o de gesto e reflexão política, de atuar em direção a algo. É preciso compreender então que existe diferenciação entre discurso e gesto político dentro das artes por parte do crítico e para uma efetiva atividade política através da curadoria, é possível que essas duas instâncias fortaleçam uma a outra, potencializando não apenas o discurso, mas também a experiência.

O que Bauchwitz e Almeida fazem em seu projeto curatorial é pensar a “Arte Feminista” como uma categoria que se resolve em si mesma, como se ser mulher e fazer

arte fossem algo que já, dentro do próprio “ser”, englobasse todas as perguntas e respostas possíveis para a questão. De forma mais direta, a curadoria confia inteiramente na potência das obras para definir o que é e o que não é sobre, sem perceber que o seu gesto de seleção e apresentação é o ponto cerne que dita a discussão e projeta as possibilidades. As artistas selecionadas muito pouco falam sobre algo para além de uma ideia de que “mulher faz arte” e isso não é mais uma novidade. Isso não ocorre necessariamente pelo conteúdo das obras, mas pelo esvaziamento das suas presenças naquele espaço. Aqui evoco a presença das artistas porque é isso que a exposição também faz, evoca as figuras das mulheres-artistas, parecendo negligenciar o ponto principal de suas funções: suas produções. Isso fica claro na medida em que as fichas técnicas das obras são substituídas pelos nomes e mini-bios de cada uma, por exemplo. Os trabalhos, então, não são considerados como tal, se tornam apenas testemunha da existência de uma figura quase mitológica, que incorpora em si os problemas gerais de uma questão, falando de tudo e, simultaneamente, de nada.

As curadoras evocam no fim do texto curatorial um sentimento de expectativa “que os trabalhos apresentados agora possam abrir caminho para outras imagens e conceitos que rodam as concretudes e movências da mulher” sem compreenderem que antes de qualquer coisa, é o trabalho delas mover e abrir caminhos a partir da compreensão de conversas, imagens e possibilidades de um novo mundo para as mulheres. Mundo esse que por vezes só pode surgir, primeiramente, através da arte. Não há como esperar que os trabalhos abram os caminhos se elas mesmas parecem não entender que caminhos são esses e nem como abri-los. Se o maior poder da curadoria é pôr em relação e evidência, torna-se muito sintomático que o texto curatorial comece justamente com relatos de compreensões machistas e violentas da Grécia antiga, como se não fosse de compreensão geral a ideia de que as mulheres são subjugadas. É sintomático também que elas reneguem o poder de evidenciar e de construir novas conversas, se recusando a fazer um real recorte dentro das obras e lidar com elas com a seriedade de trabalhos de arte.

Nos resta perguntar: qual o limite entre a reflexão ativa acerca de um problema e a irresoluta ruminação de um problema? Nos anos 80, Lucy Lippard escreveu em “Sweeping Exchanges: The Contribution of Feminism to the Art of the 1970” que a Arte Feminista “é uma posição política, um conjunto de ideias sobre o futuro do mundo, o que inclui informações sobre a história das mulheres e nossas dificuldades e reconhecimento de mulheres como uma classe. Isso também inclui desenvolver novas formas e novas sensibilidades para o público.” Acredito que dentre o explicitado, a última frase indique de forma certa o projeto político-estético para 50 anos depois de sua publicação. Novas formas e sensibilidades são a bússola que apontam para o futuro das mulheres, futuro esse que se escreve através da possibilidade de uma existência digna e frutífera. Dessa forma, não pode ser mais plausível pensar numa exposição de “mulheres” sem pensar também, quais as novas formas de se produzir e as novas experiências sensíveis que a arte e, consequentemente, a curadoria, podem suscitar, colocando a arte como a função primordial que é questionada pela função “mulher”. De forma mais direta, a nova direção para a arte feminista é transformar mulheres-artistas em artistas-mulheres.

3- Exposição 2: Cuír, organização de Patrícia Telles (2025).

Em 2025, a Galeria Laboratório do DEART/UFRN sedia uma exposição coletiva intitulada CUIR, abrigando trabalhos e processos de 18 artistas LGBTQIAPN+ situados na fotoperformance, videoperformance e instalação. A exposição, por sua vez, é resultado do curso intitulado “Fotoperformance Cuir: de Duchamp a Uyra”, ministrado pela artista e pesquisadora Patrícia Teles, que também ocupa vaga no corpo docente do curso de Artes Visuais da UFRN. O curso, de duração de um mês e meio, tem como carga programática a apresentação da história da fotoperformance a partir das perspectivas de dissidência de gênero, apresentando artistas principalmente latino-americanos, construindo repertório de leitura e de referências para artistas em formação. Apesar de ter caráter teórico, a culminação do curso se deu justamente a partir do incentivo da reflexão e produção de trabalhos situados dentro das linguagens das mídias e referenciando experiências queer. Sem curadoria e sem um foco no acompanhamento de processo, a coordenação da ação aposta justamente num espaço de experimentação, liberdade e ludicidade para dar um pontapé à produção e difusão contemporânea e cuir da cidade.

Antes de tudo, é preciso definir o território de discussão apreendido pela ação. Queer é um adjetivo da língua inglesa que carrega “denotações e conotações negativas: estranho, esquisito, excêntrico, de caráter dubio ou questionável, vulgar [...]” (Lauretis, 2015, p.397), sendo associado fortemente à homossexualidade como reforço do estigma negativo imposto à identidade e possuindo, também, “uma carga semântica muito ‘pesada’, ‘espessa’ e ‘opaca’” (Alós, 2020, p.2). Segundo Lauretis (2015), a partir dos anos 70 esse termo começa a ser ressignificado a partir dos movimentos contraculturais, principalmente de liberação gay, sendo primeiramente uma contestação social. Sua sugestão de teoria queer, ainda nos anos 90, estava situada no espaço das discussões acerca da homossexualidade - gays e lésbicas- a fim de criar pontes de discussão com gênero e raça, ou seja, reestruturar a ideia dos estudos “gays e lésbicas” para um território comum, do queer (p. 397-399). Na contemporaneidade, porém, o termo passa a tornar-se designação identitária, adentrando a sigla LGBTQIAPN+ - ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários -. Nas palavras de Paul Preciado (2018):

“O movimento queer é pós-homossexual e pós-gay. Já não se define com respeito à noção médica de homossexualidade, nem tampouco se conforma à redução da identidade gay a um estilo de vida acessível dentro da sociedade de consumo neoliberal. Trata-se, portanto, de um movimento pós-identitário: queer não é uma identidade a mais no folclore multicultural, mas uma posição de crítica atenta aos processos de exclusão e marginalização gerados por toda a ficção identitária. O movimento queer não é um movimento de homossexuais nem de gays, mas de dissidentes sexuais e de gênero que resistem às normas impostas pela sociedade heterossexual dominante, atento também aos processos de normalização e exclusão internos à cultura gay: marginalização das caminhoneiras, dos corpos transexuais e transgêneros, dos imigrantes, dos trabalhadores e trabalhadoras sexuais.” (Preciado, online, 2018).

Cuir, então, surge na América Latina como uma apropriação da palavra inglesa, apropriando-se também da possibilidade de lidar criticamente sobre temas como dissidência sexual e marginalização à moda sudaca. Se trata não apenas de uma mudança de escrita ou de fala, mas principalmente de territorialização das discussões, à medida que o queer adentra a lógica latino-americana principalmente através das

academias, nascido de um contexto histórico e social estadunidense. Portanto, segundo Valencia (2023) “o deslocamento do queer ao cuir se refere a um locus de enunciação com inflexão decolonial, tanto lúdica quanto crítica” (p. 31), construindo “pontes transnacionais de identificação e afinidade que reconheçam e tornem visível a vulnerabilidade historicamente compartilhada” (p.28). Vulnerabilidade essa que aparece de forma interseccional, compreendendo termos como raça, gênero, classe, sexualidade como instâncias transversais para a luta e a apreensão da experiência do ser no mundo.

Dessa forma, há um sentido inerentemente político na produção da exposição, não apenas porque se trata de uma provocação em arte contemporânea, mas porque a cerne do pensamento cuir é a crítica - à sociedade e a si. Se “[...] o queer estava condenado ao sigilo e à vergonha” (Preciado, online, 2018) graças ao exílio imposto pela sociedade a partir dos seus agentes cis-hetero-branco-normativos, se dispor embaixo desse guarda-chuva para produção de sentido estético-político na arte é contra atacar por meio da exigência da visibilidade. Assim, um painel de enormes bundas gordas, visitantes passeando com adesivos de mamilos em alta definição colados sob as blusas, um vídeo de uma mulher pelada se equilibrando entre dois cavaletes de mesa, exigem seu espaço na galeria e na atenção do público. Mais do que isso, as produções permeiam também o caráter interseccional da política queer, em que religião, relações interespecie, raça e corpo se horizontalizam, complementando e complexificando a experiência de gênero e sexualidade.

A exposição se constrói num limiar entre a tentativa e o erro, a experimentação e a conclusão, à medida em que seu conjunto apresenta uma coerência interna e preocupação expográfica genuína, mas que tem em alguns de seus componentes ainda uma falta de polidez. O que poderia ser considerado amadorismo ganha novas bordas, na medida em que a experimentação, a liberdade e a contestação à norma estão em voga. Tudo isso é exacerbado a partir do local em que a exposição é sediada: a Galeria Laboratório do DEART/UFRN, que tem esse nome não à toa. É um espaço para pôr à prova os aprendizados e reflexões, como um test-drive dos próprios trabalhos. Se o corpo Cuir é um processo constante de reestruturação, contestação e tentativas no aqui e agora, é reconfortante então presenciar esses corpos ocuparem um espaço que esteja dentro das expectativas da sua existência e brincar livremente com essa constante tentativa.

No início do texto, caracterizo a exposição como um “pontapé à produção e difusão contemporânea e cuir da cidade” porque vejo não vejo um fim coerente e bem estruturado dentro da galeria, mas sim um começo, bagunçado e animador. Uma tentativa de prospecção do que pode vir a ser a arte cuir potiguar e também onde ela pode chegar. Acredito que essa relação de prospecção fique muito evidente com os dois artistas convidados, Mariana do Valle e Felipe Rivas San Martin, potiguar e chileno respectivamente já com trajetórias consagradas na arte contemporânea. A medida que do Valle localiza os artistas dentro de um possível circuito interno da própria cidade, a presença de San Martin evoca a necessidade de uma conversa expandida, de pontes latino-americanas e, conseqüentemente, da expansão também dos sentidos e das conversas. Ambos os movimentos, no fim, levam pra mesma lógica: não há arte contemporânea sem uma rede de conexões.

4- Reflexões em rede: traçando paralelos entre as exposições.

É possível perceber diferenças latentes no resultado de ambas exposições: o ato de selecionar ou não as obras que se encontram no espaço e a relação com o que se chama de “curadoria” é a principal delas. Cuir abandona a ideia e aposta na auto-gerência e na coletividade dos artistas e coordenação para experimentar com o espaço e trabalhos; Sou Definida Pelo o Que Não Sei, por sua vez, assume uma figuração curatorial, em que paradoxalmente seleciona sem selecionar, fruto da má reflexão de critérios. Ambas abraçam a abrangência de um tema como mote, como quem aponta para um horizonte extenso por sua distância com o terreno que se pisa, mas apenas a primeira é bem sucedida. Isso se dá, pois tem em seu interior o frescor que nos direciona para o futuro, seja pelas experimentações, ousadia e coerência com a ideia de que ali, está se incentivando um outro tipo de pensamento. Na segunda exposição, se pecou justamente na medida em que ali, nada aponta para frente: de um texto curatorial embebido de memórias de violência à adição do acervo e a desconsideração da figura artista-mulher, a capacidade de enxergar futuros é minada.

Conclusão

A partir da pesquisa desenvolvida, é possível compreender primeiramente a relevância da figura do crítico para a manutenção e complexificação do pensamento em arte contemporânea, analisando, desafiando e guiando as possibilidades de caminhada para o território. Urge, então, o incentivo e a resistência da prática dentro do território potiguar, que carece de análises especializadas que busquem não apenas compreender coerências, mas estabelecer relações entre o que se pensa e de produz glocalmente. Considero que um próximo passo relevante para o fortalecimento da escrita e pensamento em crítica de arte no RN seja reconhecer possíveis formas de analisar o que é feito, considerando as características, necessidades e falências do cenário local a fim de trabalhar com o que temos, prospectando alcançar outros rumos. Uma crítica de arte, então, que não esteja preocupada com as normas universalizantes, mas com o jogo das semelhanças e diferenças. Nas palavras de Lindomberto Alves:

“[...] não se trata de instituir outra nova ordem epistêmica, a partir da qual a crítica, especificamente a crítica de arte, deveria ser realizada, mas de problematizar as hierarquia de poder que toda e qualquer ordem epistêmica imanta, fazendo ressoar uma pluridiversidade de imaginários socioculturais e políticos empenhados no fortalecimento de alternativas críticas que afirmem e valorizem as diferenças que permanecem depois da eliminação das hierarquias de poder” (Alves, 2022, p.71)

Para Rocha (2021), é necessária outra aproximação da crítica, uma que não esteja no âmbito da reação, mas da invenção, que “amplifica a arte e os sentidos enquanto transpõem limites formais entre análise e invenção” (p.527). Acredito que o caminho para a análise e escrita de crítica de arte no RN, então, possa seguir por esse caminho. Levando em consideração que espaços podemos ocupar, como esses locais habitam a cidade e nossas reflexões, como os artistas aqui pensam, produzem e mostram, quem

mostra seus trabalhos, quem vê seus trabalhos, quem os compra e se qualquer uma dessas coisas acontece de fato. O porquê e o como do contexto tem que ser parte basilar da análise crítica em arte potiguar.

Por fim, afirmo que a partir da experiência no grupo Pensa Imagens e seu foco na reflexão da arte potiguar, construo meus saberes a partir do que acontece ao meu redor, aprendendo a me dispor ao pensamento crítico desde a base do cotidiano, podendo agir no hoje prospectando um amanhã mais coerente e frutífero. Segundo Anjos (2024) "Se dispor a pensar a arte no nosso território é também se dispor a permitir que esses saberes sigam na história e a crítica é uma forte aliada para o desenvolvimento de referências vivas em referências que perdurarão para além das vidas daqueles que as fizeram" (online). Dessa forma, defendo que a insistência em escrever crítica de arte no RN parte de uma vontade e esperança da inserção da arte potiguar no presente e no futuro.

Referências

ALÓS, Anselmo Peres. "Traduzir o queer: uma opção viável?". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.28, n. 2, e60099, 2020.

ALVES, Lindomberto Ferreira. Rumores de críticas de arte menores. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 28, n. 43, p. 66-87, jan.-jun.2022. ISSN-2448-3338. DOI:<https://doi.org/10.37235/ae.n43.4>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>

ANJOS, Maria Luiza Costa Sucar dos. A arte da crítica: para compreender a poética de Jota Mombaça. In: CICT, 36, 2024, Natal. Anais . Natal: 2024. Disponível em: <https://cict.propesq.ufrn.br/trabalhos.php##resultado>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte e crítica de arte. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

BARRET, Terry. A Escrita e a Discussão Sobre a Arte. In: BARRET, Terry. A crítica de arte: como entender o contemporâneo. 3. ed. Porto Alegre: Amgh, 2014. p. 170-185.

BASBAUM, Ricardo. Amo os artistas-etc. In: MOURA, Rodrigo (Org.). Políticas institucionais, práticas curatoriais. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2005.

FERREIRA, Carolin Overhoff. O que é crítica da arte?. Introdução brasileira à teoria, história e crítica das artes. 1. ed. São Paulo: Edições 70 (Almedina Brasil), 2019. Cap. 5, p. 183-219.

LAURETIS, Teresa D e. Teoria queer, 20 anos depois:: identidade, sexualidade e política. Mora, Buenos Aires, v. 21, n. 2, p. 397-409, 2015.

LIPPARD, Lucy R. Sweeping Exchanges: The Contribution of Feminism to the Art of the 1970s. *Art Journal*, v. 40, n. 1/2, p. 362–365, Fall/Winter 1980

OSÓRIO, Luiz Camillo. Virada Curatorial: o pôr-em-obra da exposição como poética relacional. *Poiésis*, [s. l.], v. 66, n. 65, p. 65-80, dez. 2015.

PRECIADO, B. Paul. QUEER: história de uma palavra. Tradução de Luiz Morando. In: *Resista! Observatório de resistências plurais*, 2018. Disponível em: <bit.ly/416OzK4>.

REILLY, Maura. O que é ativismo curatorial? *Ars*, São Paulo, v. 42, n. 19, p. 1121-1166, jul. 2021.

ROCHA, Rizzia. Crítica de arte para a expansão dos sentidos. *Revista Concinnitas*, 22 (42), 515–530. 2021. <https://doi.org/10.12957/concinnitas.2021.61085>

ROBERTSON, Roland. Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott M; ROBERTSON, Roland. *Global Modernities*. Nova York: Sage Publications Ltd, 1996. Cap. 2. p. 25-44.

RUPP, Bettina. O curador como autor de exposições. *Valise*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 131-143, jul. 2011.

VALENCIA, Sayak. Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 14–35, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69849>. Acesso em: 25 ago. 2025.

¹ "Glocalização" é a tradução do termo em inglês "glocalization". Trata-se do conceito popularizado pelo sociólogo Roland Robertson (1996) que diz respeito à justaposição das noções de universalização e particularização nos processos geopolíticos contemporâneos, indo contra a noção neoliberal de globalização de homogeneização sócio-cultural-política.

² O hífen faz referência à proposição de Ricardo Basbaum em "Amo Os Artistas-Etc" (2005) onde é sugerido que há uma categoria de artista ou de agente da arte que tem uma função primordial e questionam essa atuação através da natureza de uma outra função. "Quando um curador é curador em tempo integral, nós o chamaremos de curador-curador; quando o curador questiona a natureza e a função de seu papel como curador, escreveremos 'curador-etc' (de modo que poderemos imaginar diversas categorias, tais como curador-escritor, curador-diretor, curador-artista, curador-produtor, curador-agenciador, curador-engenheiro, curador-doutor, etc)."

³ Tradução feita pela autora.

CÓDIGO: HS0695

AUTOR: AISLA CALIANE DE MOURA MENDES

ORIENTADOR: MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

TÍTULO: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS RECENTES DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: DIVERSIDADE, HETEROGENEIDADE E NOVAS DINÂMICAS.

Resumo

O objetivo central é investigar a influência da tecnologia e inovação no setor terciário da Região Metropolitana de Natal/RN, analisando como as atividades de serviços se adaptaram às mudanças tecnológicas para atender às necessidades da população urbana entre os anos de 2014 a 2023. Para isso, a metodologia segue as orientações de uma abordagem de natureza quantitativa, fundamentando-se na análise estatística de dados secundários. A pesquisa bibliográfica e documental também foi um instrumento de pesquisa. No que se refere aos resultados obtidos, foram observados o crescimento de algumas atividades terciárias por intensidade de conhecimento; por outro lado trazendo à tona os desafios de outras atividades terciárias que permanecem num processo de adaptações a partir da noção de intensidade de conhecimento. Com isso, conclui-se que o setor terciário da Região Metropolitana de Natal conseguiu, em alguns setores, adaptar-se às transformações tecnológicas e aos reflexos da globalização. Muito embora, permaneçam muitas das atividades tradicionais.

Palavras-chave: Terciário; Setor de serviços; Inovação; Região Metropolitana de Natal.

TITLE: RECENT ECONOMIC TRANSFORMATIONS OF BRAZILIAN METROPOLISES: DIVERSITY, HETEROGENEITY, AND NEW DYNAMICS.

Abstract

The central objective is to investigate the influence of technology and innovation on the tertiary sector of the Natal Metropolitan Region, Rio Grande do Norte, analyzing how service activities adapted to technological changes to meet the needs of the urban population between 2014 and 2023. To this end, the methodology follows the guidelines of a quantitative approach, based on the statistical analysis of secondary data. Bibliographic and documentary research also served as research tools. The results obtained showed growth in some tertiary activities due to knowledge intensity, while

also highlighting the challenges of other tertiary activities that remain in a process of adaptation based on the notion of knowledge intensity. Thus, it is concluded that the tertiary sector of the Natal Metropolitan Region has managed, in some sectors, to adapt to technological transformations and the impact of globalization. Although many traditional activities remain.

Keywords: Tertiary; Service sector; Innovation; Natal Metropolitan Region.

Introdução

O presente relatório consiste no relatório de pesquisa fruto do Plano de trabalho de Iniciação Científica, no período setembro de 2024 a agosto de 2025, no Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal. Nesse sentido, a pesquisa considerou a realidade do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas – ONU (2015) – de forma mais direta, trabalhou-se com o ODS 8, denominado Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

A partir do território estudado, Região Metropolitana de Natal, buscou-se entender os efeitos da inovação e da tecnologia sobre as atividades econômicas, como também os desafios para assegurar condições de trabalho decente em um contexto de desigualdades salariais, persistência da informalidade e diferentes níveis de qualificação profissional, tendo em vista as metas do ODS 8, relacionadas à promoção do emprego pleno e produtivo, da igualdade de remuneração e da proteção dos direitos trabalhistas.

A relação entre a realidade do setor terciário e os avanços tecnológicos, tendo como referência o contexto do território urbano da Região Metropolitana de Natal/RN (RMN), foi observada a partir de mudanças que podem ter impactado a dinâmica das atividades econômicas desenvolvidas. As atividades do setor de serviços contemplam uma vasta diversidade de ramos e atividades, desde turismo e comércio até serviços financeiros e de tecnologia da informação. O território da RMN, mais especificamente, ofereceu um contexto urbano mais dinâmico no período analisado, no qual a densidade populacional e a infraestrutura puderam impactar diretamente as atividades de serviços, uma vez que, já na capital do estado, o Produto Interno Bruto (PIB) é predominantemente constituído por atividades do setor terciário, com destaque para o turismo, enquanto os setores primário e secundário têm menor representatividade (GOMES et al., 2015).

Buscou-se compreender se há correlação entre a presença de tecnologias avançadas, melhorias no desempenho econômico do setor terciário e se os marcos políticos e econômicos desenvolveram papel relevante nesse processo, sejam eles de avanços ou de retrocessos. Ademais, outro elemento também considerado é se a globalização pode ter influenciado a competitividade das empresas locais, de modo a demandar adaptações para se manterem relevantes no mercado. Nesse sentido, processos como a globalização e os avanços tecnológicos podem ter transformado significativamente o desempenho das atividades de serviço, gerando novas demandas e adaptando práticas estabelecidas para atender às necessidades da população urbana.

O trabalho teve como objetivo principal investigar a influência da tecnologia e inovação no setor terciário da Região Metropolitana de Natal/RN, analisando como as atividades

de serviços se adaptaram às mudanças tecnológicas para atender às necessidades da população urbana entre os anos de 2014 a 2023. Além disso, a pesquisa dispôs dos objetivos específicos de identificar os impactos da globalização e dos avanços tecnológicos no desempenho das atividades na região; analisar a influência da tecnologia no mercado de trabalho do setor terciário; e compreender como as redes de comunicação têm contribuído para a comercialização de serviços na região.

Sob esta perspectiva, o relatório está estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em três tópicos. O primeiro deles é a metodologia da pesquisa, com apresentação e detalhamento dos procedimentos metodológicos. O segundo consiste na discussão teórico-conceitual sobre os temas-chave. Já o terceiro e último é a análise e discussão dos resultados, onde são apresentados os dados obtidos com a pesquisa.

Metodologia

O estudo baseou-se em uma abordagem quantitativa, complementada por pesquisa bibliográfica e documental, a fim de sustentar a fundamentação teórica e a contextualização da análise. Foram consultados livros e artigos científicos que abordam o setor terciário, em suas dimensões urbana e metropolitana, destacando a relevância das ocupações desse setor para o emprego urbano e a diferenciação entre terciário moderno e tradicional.

Os dados empíricos utilizados derivam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referentes aos anos de 2014, 2016, 2019 e 2023. A seleção desses períodos deve-se a marcos econômicos, políticos e sanitários significativos: a crise econômica de 2014, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e sinais de recuperação em 2016, o pré-pandemia em 2019 e o contexto pós-pandemia em 2023. A escolha desse recorte temporal possibilitou identificar impactos conjunturais sobre o setor terciário e suas formas de adaptação.

Além da análise de dados estatísticos, o estudo considerou a relação do setor terciário com a Agenda 2030 da ONU, em especial com o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico –, dada a relevância do setor na geração de empregos produtivos, na redução de vulnerabilidades e na promoção de uma remuneração justa (IPEA, 2023). O objetivo central consistiu em verificar em que medida inovação e tecnologia modificaram o desempenho do setor terciário da Região Metropolitana de Natal (RMN), aumentando sua eficiência e sua capacidade de adaptação às demandas da população urbana.

O recorte espacial abrange os dez municípios da RMN, conforme a definição do Censo Demográfico de 2010: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre e Vera Cruz (IBGE, 2010). A opção por esse perímetro decorre da base de dados disponível, já que o Censo 2022 não havia sido integralmente divulgado no período de elaboração da pesquisa.

As variáveis analisadas foram ocupação, informalidade e rendimento médio do trabalho, com base na classificação de Terciário Urbano desenvolvida pelo Observatório das

Metrópoles (CANO; SAMEGHINI, 1990; IBGE, 2007). Essa metodologia organiza as atividades econômicas a partir do nível de intensidade tecnológica, permitindo compreender movimentos recentes da estrutura produtiva e do mercado de trabalho das economias metropolitanas. A classificação inicial agrupava os serviços em quatro grandes ramos – distributivos, produtivos, sociais e pessoais – abrangendo desde serviços industriais de utilidade pública, comércio e transportes, até serviços de saúde, educação, administração pública, atividades culturais e serviços domésticos.

Mais recentemente, essa tipologia foi aprimorada pelo Observatório, que incorporou a noção de Serviços Intensivos em Conhecimento (SIC), em diálogo com a metodologia europeia baseada nos Eurostat indicators on high-tech industry and knowledge-intensive services (EUROSTAT, 2019). No Brasil, tal proposta foi adaptada às especificidades do setor de serviços, combinando indicadores internacionais com a realidade metropolitana nacional (ABDAL, 2015; ABDAL; TORRES-FREIRE; CALLIL, 2016; MEINERS; RODRIGUES, 2018; ARAÚJO; MIOTO; CLEMENTINO, 2024). Essa atualização permitiu maior detalhamento da heterogeneidade dos serviços e melhor compreensão das atividades intensivas em conhecimento.

A análise quantitativa empregou técnicas estatísticas de comparação temporal, cruzando dados da PNAD Contínua com a classificação do Observatório das Metrôpoles. O foco foi observar as variações nos padrões de ocupação, os níveis de informalidade e a evolução dos rendimentos médios da população ocupada. A estrutura analítica considerou os marcos políticos e econômicos já destacados, permitindo captar o efeito de crises e mudanças estruturais sobre a dinâmica do setor terciário da RMN.

Por fim, a discussão dos resultados concentrou-se em comparar os períodos selecionados, destacando as transformações nas formas de inserção ocupacional, as persistências da informalidade e as desigualdades salariais, além de relacionar tais elementos aos desafios de assegurar trabalho decente no contexto metropolitano. Essa estratégia possibilitou compreender de forma mais abrangente como a inovação, a tecnologia e a globalização impactaram o terciário urbano da RMN e quais são os limites e potencialidades para o cumprimento das metas do ODS 8.

Resultados e Discussões

As estratégias metodológicas aqui utilizadas – período da análise, recorte geográfico (Região Metropolitana de Natal), classificação das atividades econômicas e as bases de dados – possibilitaram a realização de análises para a melhor compreensão do terciário urbano no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Os anos de 2014, 2016, 2019 e 2023 deixaram suas marcas registradas na história brasileira. Assim, apontando que:

“As transformações recentes das estruturas econômicas metropolitanas, em crescente contexto de austeridade fiscal, e associadas aos elementos supracitados alteram a divisão territorial do trabalho nacional e o poder de comando das metrópoles sobre o processo de acumulação. Existe uma problematização não apenas quando confrontados os contextos entre áreas metropolitanas e não metropolitanas, como também relacionada

às diferenciações regionais e heterogeneidades internas das metrópoles.” (ARAÚJO; MIOTO; CLEMENTINO, 2024).

Em 2014, o país começa a passar por um contexto de crise econômica, também chamada de recessão de 2015/2016. Já no ano de 2016, por uma crise política marcada pela Operação Lava Jato, impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e uma grande disputa de poder. Em 2019, ano que não contou diretamente com nenhuma crise, mas que antecedeu a pandemia da COVID-19, que impactou significativamente as esferas políticas, econômicas e sociais. Não menos importante, o ano de 2023 marcou o encerramento do contexto de emergência em saúde pública, todavia os vestígios do período ainda eram minimizados.

Partindo do exposto, cada acontecimento, conforme o seu desdobramento, pôde refletir na dinâmica econômica do país, bem como nas atividades do setor de serviços. Em vista disso, a análise realizada observa, a partir da classificação das atividades do setor de serviços por intensidade de conhecimento, o reflexo dos acontecimentos levando em conta os impactos nos indicadores de população ocupada, informalidade e rendimento médio da Região Metropolitana de Natal, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2014; 2016; 2019; 2023). Não obstante, considerou-se também a influência da tecnologia e inovação nas atividades de serviços, como também a sua adaptação às mudanças tecnológicas para atender às necessidades da população entre os anos de 2014 a 2023.

Considerando a população ocupada nos serviços por intensidade de conhecimento, apresentou-se um aumento da população ocupada no setor de serviços, expressando majoritariamente a população ocupada da RMN nos anos observados. Com isso, no ano de 2014 a população ocupada representava 76,6% da população da RMN, passando a representar 84,5% da população no ano de 2023, demonstrando também uma maior representatividade nas atividades classificadas como de menor intensidade de conhecimento.

Já no que se refere às atividades agrupadas em serviços de mercado intensivos em conhecimento, estas apresentaram um crescimento ainda modesto ao longo dos anos. No caso dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, ao longo dos anos, ainda apresentaram pouca expressividade, considerando a população ocupada da Região Metropolitana de Natal, que no ano de 2014 correspondia a apenas 0,6% da população ocupada e, em 2023, nove anos depois, limitava-se ainda em 1,2%.

Considerando os anos de 2014 e 2023, ano inicial e ano final do recorte analisado, ilustrados no Gráfico 1, nota-se a presença de mudanças nas ocupações das atividades. Levando em conta os setores, evidencia-se um crescimento de serviços intensivos em conhecimento (desconsiderando as atividades de administração pública, saúde, educação e outros), que em 2014 representavam 4,3% e em 2023 chegaram a 6,8%. Ainda que de forma tímida, este aumento pode sinalizar uma maior inclinação para atividades que demandam conhecimento técnico, por sua vez podendo ter influência de avanços tecnológicos.

Já no que se refere às atividades de administração pública, saúde, educação e outros, estas apresentam um leve crescimento, variando de 20,8% (2014) para 22,3% (2023).

Esse aumento pode estar relacionado ao crescimento de investimentos públicos e privados, bem como ao crescimento de demandas sociais.

No caso dos serviços menos intensivos em conhecimento, em um período de nove anos, o setor apresentou uma elevação pouco expressiva em relação aos anos, saindo de 54,5% (2014) para 55,3% (2023). Entretanto, as atividades com menor intensidade de conhecimento continuam representando uma parcela significativa diante da ocupação total do setor de serviços, além de evidenciar uma permanência das atividades no mercado da RMN.

De modo mais amplo, considerando a estrutura ocupacional, observa-se a predominância e crescimento da população ocupada nas atividades de serviços. Em 2014 representava 79,6% da ocupação e em 2023 passou a 84,5%, podendo refletir impactos da urbanização e aumento da necessidade do consumo de serviços.

Investigando os aspectos relacionados à informalidade no setor de serviços da Região Metropolitana de Natal, houve pouca variação nos quatro anos observados. Em 2014, 35,4% da população do setor de serviços encontrava-se em situação de informalidade; em 2016, houve queda para 32,1%; em 2019, aumento para 38,0%; e, em 2023, chegou a 38,8%.

Tendo em vista os anos investigados, nota-se que entre 2014 e 2016 houve um crescimento da informalidade em alguns setores, possivelmente relacionado aos efeitos da crise econômica iniciada em 2014. Já em relação aos anos de 2016 a 2019, os serviços de tecnologia e administração pública apresentaram diminuição da informalidade, em contrapartida houve aumento nos serviços com menor intensidade de conhecimento. No contexto antes e pós-pandemia, tem-se um crescimento da informalidade em alguns setores, mais especificamente nos de alta tecnologia e nos menos intensivos em conhecimento.

Não obstante, o rendimento médio geral da população ocupada aumentou, se comparados os anos extremos, saindo de R\$ 2.601 (2014) para R\$ 3.065 (2023). Por um lado, isso sinaliza maior demanda por determinados segmentos; por outro, demonstra estagnação ou queda em alguns setores, como os de menor intensidade de conhecimento. Esses indícios podem refletir maior vulnerabilidade de algumas atividades em contextos de crise.

Os serviços técnico-profissionais demonstraram crescimento considerável em relação aos anos, destacando-se o de 2023, que alcançou R\$ 5.371. Já os serviços financeiros apresentaram uma diminuição expressiva, passando de R\$ 6.550 (2014) para R\$ 4.257 (2023). O setor com maior rendimento médio foi a administração pública, com R\$ 8.557 em 2023, reforçando sua importância para a economia da RMN. Por outro lado, os serviços domésticos apresentaram os menores rendimentos médios, caindo de R\$ 1.007 (2014) para R\$ 943 (2023).

Partindo dos dados analisados, podem ser destacados alguns aspectos relacionados ao setor de serviços da RMN, que apontam para uma reconfiguração do terciário vinculada ao processo de urbanização da região e ao aumento da necessidade de consumo de serviços. Outro aspecto importante consiste no crescimento dos serviços técnico-

profissionais e da administração pública, mostrando a relevância dos setores intensivos em conhecimento.

Entretanto, cabe ressaltar a persistência da informalidade em alguns setores, como comércio e serviços pessoais, o que demonstra desafios para a regulamentação de diversas atividades. Quanto ao rendimento médio, este mostrou-se desigual entre as atividades, principalmente quando observados os setores de alta tecnologia e os menos intensivos em conhecimento, enfatizando a necessidade de políticas de qualificação profissional e de distribuição equitativa de recursos.

Por fim, ao considerar os impactos da inovação e da tecnologia, os setores de alta tecnologia – que deveriam sentir diretamente tais efeitos – ainda apresentam baixa empregabilidade e crescimento pouco expressivo, revelando a necessidade de investimentos em infraestrutura e capacitação para a região. O período pós-pandemia também impactou a economia, aumentando a informalidade em setores considerados essenciais e reduzindo os rendimentos médios em atividades como comércio e serviços domésticos.

Os resultados da pesquisa evidenciam avanços e dificuldades relacionados às metas do ODS 8 (ONU, 2015). O crescimento pouco expressivo das atividades intensivas em conhecimento pode sinalizar esforços de diversificação econômica e elevação da produtividade. Em contrapartida, a ampla presença da informalidade representa obstáculos para a consolidação da meta 8.3, que trata da promoção do desenvolvimento com geração de trabalho digno, formalização, crescimento das micro, pequenas e médias empresas, empreendedorismo e inovação, e da meta 8.8, voltada à proteção dos direitos do trabalhador.

Conclusão

Com o estudo realizado, percebeu-se que o setor terciário da Região Metropolitana de Natal conseguiu, em termos, adaptar-se às transformações tecnológicas e aos reflexos da globalização, podendo destacar algum crescimento das atividades com maior intensidade de conhecimento. Muito embora essa tendência possa ser considerada ainda tímida, ao se observarem outros aspectos analisados, tornou-se perceptível uma forte discrepância salarial e a significativa presença da informalidade nas atividades consideradas de menor qualificação profissional.

Todavia, mesmo diante dos desafios e mudanças na dinâmica de mercado gerados a partir dos contextos de crise, os setores demonstraram uma significativa resistência. O que, por sua vez, não invalida a necessidade de criação e implementação de políticas públicas destinadas ao incentivo à regulamentação e formalização, bem como de qualificação profissional para as atividades que sinalizam maior vulnerabilidade, proporcionando proteção social de forma inclusiva para atividades em todas as intensidades de conhecimento. Os dados também evidenciaram a necessidade de políticas públicas de especialização e qualificação profissional nos setores do terciário urbano mais avançados tecnologicamente; de modo que, no âmbito das próprias empresas, essa capacitação seja realizada, evitando grande rotatividade da mão de obra já empregada.

Sabe-se que, à medida que avançam os setores do terciário urbano tecnologicamente, muitas das antigas ocupações deixarão de existir, enquanto novas ocupações surgirão, exigindo um trabalho mais criativo e refinado pelo uso de tecnologias da comunicação e inovação. Acompanhar essas tendências deve ser preocupação dos governos e da sociedade, e não somente do mercado.

Diante disso, pode-se concluir que o trabalho alcançou parcialmente os objetivos propostos, sendo possível perceber que, mesmo com a presença de contextos de crise, a influência da tecnologia e da inovação se mantém no setor terciário da Região Metropolitana de Natal/RN, considerando a adaptação das atividades de serviços diante das mudanças tecnológicas. Em relação aos objetivos específicos, notou-se a presença de impactos desencadeados por meio de avanços tecnológicos em algumas atividades de serviços, destacando-se serviços de TI, técnico-profissionais e comércio. Em contrapartida, evidencia-se a existência de desafios para a inserção de novas possibilidades de inovação. Apenas o último objetivo, que tratava de compreender como as redes de comunicação contribuíram para a comercialização de serviços na região, não foi contemplado diretamente na discussão; entretanto, enfatiza-se a importância da manutenção das redes de comunicação em setores como o de TI. No que se refere à relação da temática com o ODS 8, os resultados obtidos permitem visualizar que o setor terciário da Região Metropolitana de Natal apresenta avanços ainda pouco expressivos, diante da busca por um crescimento econômico mais inclusivo.

Referências

- ABDAL, A. Sobre regiões e desenvolvimento: os processos de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ABDAL, A.; TORRES-FREIRE, C. E.; CALLIL, V. Rethinking sectoral typologies: a classification of activity according to knowledge and technological intensity. RAI – Revista de Administração e Inovação, v. 13, p. 232-241, 2016.
- ARAÚJO, J.; MIOTO, B.; CLEMENTINO, M. do L. As transformações econômicas do terciário metropolitano de São Paulo e Recife na última década. In: BIENAL COLÓQUIO TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 14., 2024, Campinas. Anais [...]. Campinas: [s.n.], 2024.
- CLEMENTINO, M. do L. M.; ARAÚJO, J. B. de; MIOTO, B. T. Precarização do trabalho e nova informalidade no urbano: permanências e transformações. Cadernos Metrôpole, v. 26, p. 9-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5900>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1, n. 27, 2010. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/905>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CANO, W.; SAMEGHINI, U. C. Diagnóstico do setor de serviços: documento básico. Campinas: FECAMP, 1990. (mimeo).

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

DRUCKER, P. F. Post-capitalist society. New York: Harper Business, 1993. Disponível em: <http://pinguet.free.fr/drucker93.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

EUROSTAT. Eurostat indicators on high-tech industry and knowledge-intensive services: aggregations of services based on NACE Rev. 2. Luxembourg: European Commission, 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/Annexes/htec_esms_an3.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

GOMES, R. de C. da C. et al. A metrópole de Natal na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CLEMENTINO, M. do L. M.; FERREIRA, Â. L. (org.). Natal: transformações na ordem urbana. Observatório das Metrópoles: Série Estudos Comparativos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/libreria_cm_archivos/pdf_2115.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

IPEA. Trabalho decente e crescimento econômico. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEINERS, W. E. M. A.; RODRIGUES, F. C. O. Dinâmica econômica e perfil produtivo da Região Metropolitana de Curitiba. In: CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – VINTE ANOS: As metrópoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças, 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2021/03/ECONOMIA-METROPOLITANA-E-DESENVOLVIMENTO-REGIONAL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

SASSEN, S. The global city: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30529997_The_global_City_New_York_London_Tokyo. Acesso em: 29 dez. 2024.

CÓDIGO: HS0699

AUTOR: VITOR LUCAS MARTINS DE ARAUJO

ORIENTADOR: CLEMILTON LOPES PINHEIRO

TÍTULO: Operações de escritura como traços de aprendizagem autorregulada de estudantes do ensino fundamental

Resumo

Esta pesquisa investigou mudanças no texto de estudantes concebidas como operações de escritura como evidências de aprendizagem autorregulada em estudantes do ensino fundamental. O objetivo foi relacionar essas dois tipos de operações de escrita (exclusão e adição) às estratégias de autorregulação da aprendizagem. Foram analisadas duas versões de raps produzidos por seis estudantes em uma atividade de História sobre Iluminismo. Os resultados revelaram 22 exclusões e 19 adições, com predominância de operações voltadas para refinamento do conteúdo (59% das exclusões e 79% das adições). As operações evidenciaram processos metacognitivos de monitoramento, e avaliação, característicos da aprendizagem autorregulada. A variação individual nos padrões de operações (de 3 a 13 por rap) confirmou a natureza personalizada dos processos de autorregulação. Os achados demonstram que as operações de escritura funcionam como estratégias concretas de autorregulação, permitindo aos estudantes exercerem controle ativo sobre seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem autorregulada. Ensino. Operações de escritura. Texto.

TITLE: Writing operations as traces of self-regulated learning in elementary school students

Abstract

This study investigated changes in students' texts conceived as writing operations as evidence of self-regulated learning in elementary school students. The objective was to relate these two types of writing operations (deletion and addition) to self-regulated

learning strategies. Two versions of raps produced by six students in a history activity on the Enlightenment were analyzed. The results revealed 22 exclusions and 19 additions, with a predominance of operations aimed at refining content (59% of exclusions and 79% of additions). The operations evidenced metacognitive processes of monitoring and evaluation, characteristic of self-regulated learning. Individual variation in operation patterns (from 3 to 13 per rap) confirmed the personalized nature of self-regulation processes. The findings demonstrate that writing operations function as concrete self-regulation strategies, allowing students to exercise active control over their learning process.

Keywords: Self-regulated learning. Teaching. Writing operations. Text.

Introdução

A relação entre escritura e aprendizagem tem sido objeto de crescente interesse na pesquisa educacional, especialmente no que se refere à compreensão dos processos cognitivos e metacognitivos envolvidos na produção textual. Bazerman (2016, p. 33) destaca que "al aprender a escribir en este campo propio, aprendemos también a expresar los tipos de pensamiento y análisis valorados allí", evidenciando como a escritura funciona como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do pensamento disciplinar. Segundo o autor, "mediante la escritura, hemos disciplinado nuestro pensamiento" (BAZERMAN, 2016, p. 33), processo que transforma não apenas a forma como nos expressamos, mas também como compreendemos e interagimos com o mundo.

Em pesquisa anterior (PINHEIRO, 2023) sobre a função epistêmica da escritura no ensino fundamental anos finais, identificou-se a relação causal entre escritura e aprendizagem, evidenciada através de transformações textuais realizadas pelos estudantes mediante operações de escritura: adição, exclusão, apagamento e deslocamento. Essas transformações corroboram a perspectiva de Bazerman (2016, p. 34) de que

"para que los estudiantes puedan aprender y desarrollarse no basta con que escuchen y lean nuestras palabras; deben, ellos mismos, aprender a articular lo que han aprendido y hacer progresar su pensamiento mediante la escritura".

As transformações identificadas sugerem que a escritura auxilia o processo de aprendizagem tanto dos conteúdos disciplinares quanto da própria escritura. O movimento de excluir e adicionar informações aponta para o desenvolvimento de autonomia dos estudantes para lidar com diferentes conhecimentos: os conteúdos das disciplinas escolares, a organização dos textos e gêneros, e o próprio processo de escritura. Essa situação converge com uma perspectiva de aprendizagem como processo ativo, construtivo, significativo e autorregulado, caracterizando-se como prática autorreflexiva que permite aos estudantes "construir significados y dar valor e importancia a las formas de pensar de sus disciplinas" (BAZERMAN, 2016, p. 34).

Schunk e Zimmerman (2003, p. 59) destacam o papel fundamental da aprendizagem autorregulada nesse processo. Montalvo e González (2004, p. 3) identificam

características que diferenciam estudantes que autorregulam sua aprendizagem daqueles que não regulam, destacando o conhecimento e emprego de estratégias cognitivas (repetição, organização, elaboração e recuperação da informação) e metacognitivas (planejar, controlar e dirigir processos mentais para alcance de objetivos).

Os resultados da análise sobre operações de escritura permitem considerar que os estudantes empregam essas estratégias cognitivas e metacognitivas em um processo de controle volitivo de aprendizagem. Com base nessa perspectiva, esta pesquisa propõe demonstrar e avaliar o papel mediador da escritura no processo de aprendizagem autorregulada através da análise de operações de exclusão e adição em textos de estudantes do ensino fundamental anos finais.

O foco específico desta investigação recai sobre as operações de exclusão e adição em raps produzidos por seis estudantes em uma atividade de História cujo tema foi o Iluminismo. A escrita passou por três etapas: primeira versão (rascunho com revisão de conteúdo), segunda versão (com revisão formal) e versão final. O objetivo é relacionar as operações de exclusão e adição com o processo de aprendizagem autorregulada, analisando as duas primeiras versões do texto, considerando que essas operações evidenciam como os estudantes "articulan sus ideas sin miedo a ser demasiado penalizados, desarrollando sus propias preguntas e intereses" (BAZERMAN, 2016, p. 34).

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa assume como referência os princípios da Genética Textual, abordagem que analisa os manuscritos de um texto final para reconstruir, em parte, sua gênese (FABRE, 1991). Essa posição se traduz em três ações fundamentais: 1) Reunir os traços materiais dos processos de criação textual; 2) Relacionar esses traços entre si e com os processos de criação; e 3) Organizar esses traços em uma sequência cronológica que reflete as fases de desenvolvimento do texto.

Os dados são interpretados e os traços materiais da escritura são traduzidos em índices do processo. Com base nesses traços observáveis, identificam-se quatro tipos básicos de operações, constitutivas de todo movimento de escritura: adição, exclusão, substituição e deslocamento. Essas operações de escritura são utilizadas como instrumento para a descrição da escritura em processo.

O procedimento adotado para análise compreendeu as seguintes medidas: a) identificação, no texto, de dois tipos de operações de escritura: exclusão e adição; b) interpretação da relação entre as operações de exclusão e adição e a mobilização do conteúdo curricular previsto no propósito dos textos; c) identificação de estratégias de aprendizagem autorregulada relacionadas às operações de exclusão e adição.

Foram utilizados dados coletados em trabalho anterior (PINHEIRO; DAVID, 2021; 2022). Desses dados, elegeu-se um conjunto específico de textos: raps produzidos por seis estudantes sobre o tema Iluminismo em uma atividade de História.

Os dados foram submetidos a estudos de caso, permitindo reunir informações, identificar padrões com base no que é essencial e característico em cada texto individualmente, e estabelecer generalizações sobre os processos de autorregulação evidenciados nas operações de escritura.

Resultados e Discussões

O Rap 01 apresentou o maior volume de operações, totalizando oito exclusões e cinco adições. As exclusões concentraram-se predominantemente na correção de imprecisões históricas, como a reformulação de "Influenciaram os confidentes e toda a maioria" e ajustes nas sequências sobre a Inconfidência Mineira, além de um caso de adequação linguística envolvendo a expressão "de ideias do iluminismo, tá ligado?". As adições focaram exclusivamente na expansão conceitual, introduzindo elementos como "um (...) intelectual, popular no século XVIII" e "Os iluministas acreditavam no poder de remodelar a sociedade". Esse padrão configura uma proporção de 8:5 entre exclusões e adições, indicando maior necessidade de correção do que de expansão.

O Rap 02 apresentou comportamento inverso, com duas exclusões e quatro adições, estabelecendo uma estratégia predominantemente expansiva. As exclusões limitaram-se a correções pontuais de conteúdo, especificamente "Foi no século XVIII onde o Regime Surgiu" e reformulações sobre a definição do Iluminismo. As adições concentraram-se na ampliação dos aspectos políticos do movimento iluminista, incorporando elementos como "afirmavam que o poder do rei deveria ser limitado" e "foi adotada por vários países ocidentais". A proporção de 4:2 entre adições e exclusões caracteriza este rap como o mais expansivo do conjunto analisado.

O Rap 03 distinguiu-se por apresentar apenas operações de exclusão, totalizando quatro casos sem nenhuma adição. As exclusões distribuíram-se entre diferentes categorias: adequação ao gênero rap ("um só"), melhoria na estrutura sintática ("com"), correção ortográfica ("humana") e ajuste de conteúdo ("Só (...) Voltaire"). Essa configuração singular sugere que o texto original já possuía conteúdo suficiente, demandando apenas refinamentos técnicos e formais.

Em contraste absoluto, o Rap 04 adotou estratégia exclusivamente aditiva, apresentando quatro adições sem nenhuma exclusão. As operações distribuíram-se entre enriquecimento conceitual ("se libertar de um regime absolutista" e "E (...) à Deus por razão era seu ideal"), correção ortográfica ("humano") e ajuste rítmico para adequação ao gênero ("só (...), Daí (...) grande"). Essa abordagem indica que o texto original foi considerado adequado em sua estrutura, necessitando apenas de complementações.

O Rap 05 demonstrou padrão equilibrado entre exclusões e adições, com cinco e três operações respectivamente. As exclusões focaram predominantemente no conteúdo (três casos), corrigindo imprecisões como "QUANDO AS COISAS DO MUNDO VOLTARAM AO NORMAL" e reformulações sobre os impactos do Iluminismo, complementadas por uma correção ortográfica ("ACABO EM (...) FOI") e um ajuste estilístico para evitar repetição ("VAMOS CONTINUAR"). As adições incluíram expansões históricas significativas, como "E TERMINOU EM (...) JUNTO (...) REVOLUÇÃO FRANCESA" e desenvolvimentos sobre a relação entre ciência e religião, além de um ajuste para adequação ao gênero.

O Rap 06 apresentou equilíbrio entre exclusões e adições, com três operações de cada tipo. As exclusões distribuíram-se entre correção ortográfica (pontuação), melhoria na coesão referencial ("eles") e ajuste gramatical ("e igualdade"). As adições complementaram com correção de pontuação e enriquecimento temático através da incorporação de "igualdade" e "os cleros". Essa distribuição equilibrada caracteriza um processo de refinamento entre correção e expansão.

A análise comparativa das operações revela padrões significativos. As exclusões totalizaram 22 operações, concentrando-se predominantemente em questões de conteúdo (13 casos, 59%), seguidas por correções ortográficas, adequação linguística e melhorias de coesão. As adições totalizaram 19 operações, demonstrando concentração ainda mais acentuada em questões de conteúdo (15 casos, 79%), complementadas por adequações à estrutura retórica do gênero rap e correções ortográficas.

Os padrões identificados evidenciam processos característicos da aprendizagem autorregulada, conforme conceituada por Torrano e González (2004), que a definem como processo no qual os estudantes assumem papel ativo na gestão do próprio aprendizado através da mobilização de habilidades metacognitivas, motivacionais e comportamentais. As operações de exclusão e adição demonstram precisamente essa participação ativa dos estudantes, que "contribuem ativamente para seus objetivos de aprendizagem e exercem controle sobre o alcance das metas" (SCHUNK; ZIMMERMAN, 2003, p. 59).

As exclusões predominantemente voltadas para correção de conteúdo histórico revelam o exercício da habilidade de monitoramento, definida como "a capacidade do estudante de acompanhar e controlar sua própria cognição durante a realização de atividades de aprendizagem" (TORRANO; GONZÁLEZ, 2004). As adições concentradas em expansão conceitual evidenciam o processo de planejamento da aprendizagem, que "diz respeito à definição dos objetivos que se pretende alcançar com a tarefa" e inclui "a ativação dos conhecimentos prévios sobre o conteúdo e o uso da metacognição" (TORRANO; GONZÁLEZ, 2004).

A variação individual significativa nos padrões de operações entre os raps corrobora a natureza personalizada dos processos de autorregulação. Conforme observam Montalvo e González (2004), "o que caracteriza os estudantes autorregulados é sua participação ativa no processo de aprendizagem nos planos metacognitivo, motivacional e comportamental". As diferentes estratégias metacognitivas empregadas pelos estudantes demonstram adaptação aos objetivos propostos e às demandas específicas de cada produção textual.

Os resultados apontam para o fato de que as operações de escritura funcionaram como estratégias concretas de autorregulação, permitindo aos estudantes "dotar-se de oportunidades para que autoobservem (self-monitoring) seu aprendizado" (MONTALVO; GONZÁLEZ, 2004, p. 21), processo considerado "parte nuclear da autorregulação". A análise demonstra que a produção dos raps mobilizou efetivamente processos de autorregulação da aprendizagem e que a atividade desenvolvida seguindo o princípio do "escrever para aprender" promove o desenvolvimento de habilidades metacognitivas que caracterizam a aprendizagem autônoma.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa demonstram que as operações de escritura, especificamente as de exclusão e adição, são indicadores significativos de processos de aprendizagem autorregulada entre estudantes do ensino fundamental. A predominância de operações de exclusão voltadas para a correção de conteúdo histórico sugere que os estudantes estão ativamente monitorando e avaliando suas produções textuais, o que é um aspecto central da autorregulação. Além disso, as operações de adição, que visam expandir e enriquecer o conteúdo, evidenciam a capacidade dos estudantes de planejar e organizar suas ideias.

A variação nos padrões de operações entre os diferentes raps indica que cada estudante possui um estilo único de autorregulação, refletindo suas experiências e estratégias pessoais de aprendizagem. Essa individualidade é crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz.

Por fim, a pesquisa reforça a importância de integrar a escrita como uma prática pedagógica que não apenas serve para a comunicação, mas também como um meio de aprendizagem ativa. A abordagem de "escrever para aprender" deve ser incentivada nas salas de aula, pois permite que os estudantes desenvolvam habilidades metacognitivas essenciais, contribuindo para sua autonomia e sucesso escolar.

Referências

BAZERMAN, Charles. Prólogo a la edición en español La Escritura a través del Currículum siempre ha estado ahí. In: BAZERMAN, Charles et al. Escribir a través del currículum: una guía de referencia. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2016, p. 32-37.

FABRE, Claudine. La linguistique génétique: une autre entrée dans la production d'écrits. Repères, recherches en didactique du français langue maternelle, n. 4, 1991. p. 49-58.

MONTALVO, Torrano; GONZÁLEZ, María Carmen Torres. El aprendizaje autorregulado: presente y futuro de la investigación. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, vol. 2, núm. 1, 2004, p. 1-33.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. Escrever para aprender: evidências pelas operações de escritura em textos de estudantes do ensino fundamental. Tese (Professor Titular). Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023, 99 p.

PINHEIRO, Clemilton Lopes; DAVID, Karine Alves. Escrever para aprender: diagnose e dispositivo pedagógico para os anos finais do ensino fundamental. Relatório de Pesquisa (Edital de Pesquisa Anos Finais do Ensino Fundamental, Fundação Carlos Chaga/Itaú Social), Fortaleza, 2021.

PINHEIRO, Clemilton L.; DAVID, Karine Alves. Escrever para aprender: dispositivo pedagógico para os anos finais do ensino fundamental. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Escrever-para-aprender-dispositivo-pedag%C3%B3gico-para-os-anos-finais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 09 de agosto de 2025.

SCHUNK, Dale H.; ZIMMERMAN, Barry. Self-regulation and learning. In: REYNOLDS, William M.; MILLER, Gloria E. *Handbook of Psychology*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003, p. 59-78.

TORRANO, Fermín M.; GONZÁLEZ, María Carmen T. El aprendizaje autorregulado; presente y futuro de la investigación. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, 2(1), 2004, p. 1-33.

Anexos



rap 01



rap 02



rap 03



rap 04



rap 05



rap 06

CÓDIGO: HS0706

AUTOR: BEATRIZ ADAMS

ORIENTADOR: MAGDA DINIZ BEZERRA DIMENSTEIN

TÍTULO: DINÂMICAS POLÍTICAS DE PAÍSES SUL-AMERICANOS: DISPUTAS
POLÍTICO-PARTIDÁRIAS, CONFLITOS AGRÁRIOS, POLÍTICAS DE GÊNERO
E SEXUALIDADE – UMA ANÁLISE DE ENTREVISTAS SEGUNDO A TEORIA
DO DISCURSO DE LACLAU

Resumo

Considerando as ondas “progressiva” e “conservadora” que ocorreram nas últimas décadas em vários países da América Latina, o presente artigo se propõe a analisar como essas ondas impactaram disputas político-partidárias, conflitos agrários e políticas de gênero e sexualidade no Brasil, na Bolívia e no Paraguai. Para isso, foram analisadas as transcrições de seis entrevistas sobre o assunto realizadas com especialistas de acordo com a Teoria do Discurso de Laclau. Traçando um histórico destes países e se utilizando desta Teoria, foi possível perceber como os conceitos de hegemonia e significantes vazios se encontram presentes na produção discursiva destes países, com diferentes discursos hegemônicos disputando constantemente por espaço no imaginário social, e significantes vazios se esvaziando cada vez mais de significado.

Palavras-chave: Bolívia. Disputas políticas. Conflitos agrários. Teoria do Discurso.

TITLE: POLITICAL DYNAMICS OF SOUTH AMERICAN COUNTRIES:
POLITICAL-PARTY DISPUTES, AGRARIAN CONFLICTS, GENDER AND
SEXUALITY POLICIES – AN ANALYSIS OF INTERVIEWS ACCORDING TO
LACLAU’S DISCOURSE THEORY

Abstract

Considering the “progressive” and “conservative” waves that occurred in recent decades in several Latin American countries, this article aims to analyze how these waves impacted party political disputes, agrarian conflicts and gender and sexuality policies in Brazil, Bolivia and Paraguay. To this end, the transcripts of six interviews on the subject carried out with experts were analyzed in accordance with Laclau's Discourse Theory. Tracing a history of these countries and using this Theory, it was possible to see how the concepts of hegemony and empty signifiers are present in the discursive production of these countries, with different hegemonic discourses constantly competing for space in the social imagination, and empty signifiers becoming increasingly empty of meaning.

Keywords: Bolivia. Political disputes. Agrarian conflicts. Discourse Theory.

Introdução

O presente artigo trata-se de uma pequena parte de um projeto que busca compreender como as áreas de política partidária, conflitos agrários e questões de gênero e sexualidade foram afetadas ao longo das últimas décadas pelas ondas “conservadora” e “progressista” no Brasil, na Bolívia e no Paraguai. Para os propósitos deste relatório, será feito um recorte sobre o cenário boliviano.

O objetivo deste artigo se torna analisar e sintetizar as transcrições de diversas entrevistas realizadas para a pesquisa de acordo com a Teoria do Discurso de Laclau, oferecendo assim um recorte de alguns dos assuntos englobados pelo projeto maior.

A Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau tem o pós-estruturalismo como principal base epistemológica. Para ele, há uma infinidade de possibilidades de identidades diferentes no mundo contemporâneo, o que implica a formação de antagonismos outros além dos de classe, incapazes de serem devidamente analisados através de uma “concepção essencialista de sociedade” (Mendonça, 2009).

Em sua teoria, Laclau entende que o discurso também se trata de prática. Ele possui materialidade, sendo condicionante real de ações concretas e possível mobilizador de mudanças, conflitos e antagonismos sociais. Diferentes discursos produzirão diferentes sentidos, que não de disputar por espaço na esfera social.

Laclau vai compreender que o social sempre possuirá um caráter precário e contingente frente aos inúmeros antagonismos e diferentes possibilidades de significação que o transbordam, sem nunca poder ser um objeto de conhecimento pleno (Mendonça, 2009).

Para Laclau, os grupos e indivíduos capazes de realizar mudanças na esfera social não mantêm uma relação a priori entre si, sendo assim “elementos”. Frente a determinadas condições históricas e materiais, contudo, esses grupos podem acabar se aglutinando sob um mesmo discurso articulador capaz de unir suas diferenças de maneira satisfatória o suficiente. Esses elementos se tornam, então, momentos.

Embora originalmente uma categoria marxista, a Hegemonia é reconstruída nesta teoria sob uma ótica desconstrutiva, “no qual os sujeitos políticos e a luta política não se encontram determinados por posições essencialistas” (Costa & Prado, 2025). Partindo do princípio de que a sociedade é formada por uma infinidade de discursos e demandas diferentes, impossíveis de serem todas atendidas, o discurso hegemônico, de caráter sistematizador, surge como tentativa de criar uma relação de ordem.

Assim, pode-se dizer que na hegemonia uma determinada identidade passa a representar múltiplos elementos, em algum grau contraditórios entre si, de maneira incompleta. Mas, para estes elementos, a incompletude trazida pela encarnação falha de uma plenitude ausente ainda é melhor do que sua alternativa.

Laclau entende esse Antagonismo constante como um obstáculo intransponível à “constituição objetiva e necessária de uma totalidade discursiva” (Mendonça, 2009), pois sempre haverá um discurso antagônico a qualquer tentativa de totalidade. Para a Teoria do Discurso, essa relação antagônica parte sempre de um “exterior constitutivo” em direção a um “interior” que, então, passa a ter sua própria existência ameaçada. Dialeticamente, o discurso antagonizado só há como se constituir sob a ameaça imposta pelo discurso antagônico. O Antagonismo é a “condição de possibilidade da própria constituição discursiva” (Mendonça, 2009).

Chegamos, então, a outro ponto indispensável da teoria de Laclau: o Significante Vazio. Ele surge quando um discurso aglutina tantas diferentes demandas e tenta apelar a tantos elementos diferentes que este se torna inflacionado de sentidos em sua cadência de equivalências, e, assim, vago. Mesmo sem possuir um significado, graças à sua natureza polissêmica, ainda assim o Significante Vazio possui limites, que serão sempre antagônicos a ele. Além disso, o esvaziamento de sentido em um Significante Vazio não se trata de uma falha, mas de um elemento fundamental para

Metodologia

Para a elaboração deste artigo, foram analisadas as transcrições de seis entrevistas realizadas de forma online entre fevereiro e julho de 2024, sendo duas referentes ao Brasil, uma à Bolívia, e três ao Paraguai. Duas das entrevistas sobre o Paraguai foram conduzidas em espanhol, e todas as outras, em português. Os trechos relevantes para a proposta deste artigo foram discriminados do resto dos textos e transferidos como arquivos individuais para o programa Obsidian.

Cada arquivo individual foi então reanalisado, tendo em vista conceitos da Teoria do Discurso, a fim de identificar quais atores, demandas, Antagonismos, e Hegemonias, podiam ser encontrados neles. Conforme surgiam informações que podiam ser englobadas por alguma destas categorias analíticas, era criado um novo arquivo individual, como uma espécie de “tag”, que se relacionava com todos os arquivos individuais analisados em que esta “tag” aparecia.

Também utilizando de “tags” relacionadas aos países abordados pelas entrevistas e à temporalidade das informações apresentadas (“pré-governo progressista”, “durante

governo progressista” e “pós-governo progressista”), o resultado final das análises no Obsidian foi um mapa mental, facilitando a visualização de como, quando e onde diferentes atores, demandas, Antagonismos e Hegemonias interagem entre si, e possibilitando a escrita deste artigo com maior facilidade.

Resultados e Discussões

BOLÍVIA

Sobre a Bolívia, a entrevistada M a cita como um possível exemplo mais paradigmático de movimentos nacionais de caráter popular na América Latina com perspectiva antineoliberal e anti-imperialista.

O interesse de M por organizações territoriais de base, participação popular e inserção de mulheres no ambiente político eventualmente a fizeram voltar seu olhar para a Bolívia. O maior protagonismo indígena no país, implicando também outras matrizes epistêmicas e a própria busca do “bem viver” como um horizonte a ser alcançado, foi outro ponto diferencial e que causou interesse.

Para compreender como essas organizações territoriais vieram a ser, M aponta que, durante a colonização espanhola, muitos povos tradicionais da região que hoje chamamos de Bolívia conseguiram, em alguma medida, negociar certas autonomias e titularidades de territórios com as forças invasoras, em troca de trabalhos periódicos em minas e outros. Assim, foi possível que esses povos conseguissem manter ao menos uma parte de suas estruturas sociais e comunitárias. Contudo, com o processo de independência e a formação de uma nação boliviana, começou a haver uma tentativa de integrar e assimilar esses territórios a um projeto nacional que, segundo M, “tem a pretensão de construir o boliviano em detrimento dessas várias nações indígenas”.

O assédio estatal a essas terras comunitárias gera como resposta, no final do século XIX e início do século XX, o movimento dos Caciques Apoderados, que reúne líderes de diversas comunidades em um enfrentamento ao projeto nacional boliviano com, por exemplo, provas da titularidade de terra concedida a eles pelos espanhóis. Esse tensionamento continua a aumentar até a primeira metade do século XX.

Além dos Caciques Apoderados, há ainda um número notável de assembleias e organizações populares outras durante essa primeira metade do século XX que organizam seus projetos e constroem suas demandas, seja pela via de negociação ou de enfrentamento “mais radicalizado”, o que termina por culminar na Revolução de '52, com o povo nas ruas, armado e organizado autonomicamente. Foi o fim do Exército boliviano.

Um momento de extrema importância na história boliviana, a Revolução de '52 surge como uma tentativa de tentar responder a várias problemáticas estruturais do país. Algumas de suas pautas eram a busca por uma independência econômica, desenvolvimento de uma indústria e maior soberania nacional, enfrentamento das velhas oligarquias e modernização do estado. Contudo, seu desfecho não foi nem um pouco

satisfatório para os povos indígenas, que se viram engolidos pela revolução e tiveram sua realidade ignorada.

Em seu projeto modernizador, a Revolução de '52 e seu consequente governo do MNR assume a perspectiva do estado nacional. Há uma dificuldade no reconhecimento dos povos indígenas por parte do estado, e mesmo em sua reforma agrária, não há diálogo com as tradições comunitárias e a realidade indígena, o que frustra muitos, como Fausto Reinaga.

Uma das virtudes do projeto modernizador do MNR, apesar de sua desarticulação de movimentos e repressão das organizações autônomas, é o ideal de educação universal. Apesar de ser em castelano e orientada para seu projeto de nação, ela acabou por permitir que muitos indígenas conseguissem acessar a universidade e apreendessem repertórios ocidentais sem perder de vista suas próprias epistemes.

Assim, após anos de luta, reivindicações e enfrentamentos, a partir da década de '80 pode-se notar que há um desmonte epistêmico social contra a perspectiva colonial de que “o lugar do índio seria um lugar subalterno”. É deste contexto que também surgem os cocaleiros de Cochabamba, em seu enfrentamento contra políticas de “coca zero”. Evo Morales era um destes cocaleros.

Também neste período, no final da década de '80 e início da década de '90, as reformas neoliberais “chegam com tudo sobre esses territórios”, o que potencializa a rebeldia e estimula a articulação e organização internas e populares.

Em 1997, na Bolívia, surge o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasully (Conamaq), que “começa a pautar a perspectiva de um estado plurinacional”. Entretanto, um problema encontrado é o de conseguir construir uma unidade para fazer frente às estruturas coloniais ainda dominantes na esfera política boliviana. Essa dificuldade é potencializada pela diversidade e pluralidade dos movimentos, bem como tensões históricas entre povos originários das Terras Altas e das Terras Baixas.

Além disso, M aponta que se torna uma problemática real conseguir “reverberar um projeto político descolonizador que seria muito inovador no contexto do estado nacional boliviano, da disputa do estado nacional” tendo em vista a extensa e diversa tradição de organização popular boliviana. Segundo M, ter um inimigo em comum ajuda a construir uma unidade, embora ela seja muito frágil e contraditória, e se torne ainda mais difícil de manejar após a derrota deste inimigo, quando se precisa começar a construir. Um projeto hegemônico, segundo Laclau.

Contudo, outro efeito da onda neoliberal nas décadas de '80 e '90, segundo M, foi a deslegitimação de figuras historicamente populares na Bolívia e que “vinham se alternando no poder”, graças ao “recrudescimento das desigualdades e opressões”. Para ela, isso é sintomático de mudanças que ocorreram no país durante a década de '90, como uma reforma constitucional e o reconhecimento de uma multiculturalidade boliviana. Porém, isso ainda se dava “num sentido muito neoliberal”, em que havia o reconhecimento, mas com poucas políticas públicas de reparação e sem uma transformação das estruturas institucionais a fim de acolher toda essa diversidade. Ainda assim, há o início de um processo de demarcação da terra e o reconhecimento dos

Territórios Comuns de Origem (TCOs), o que, juntamente com um longo processo de ressignificações que passam por Fausto Reinaga e o indianismo katarista, causa uma retomada da utopia comunitária pré-Revolução de '52. O alcance desse projeto no cenário nacional, todavia, é pequeno. Para boa parte da população, suas demandas e conteúdos pareciam muito radicais indígenas, ou muito específicos das organizações aimaras.

Entendendo que só poderiam concorrer a eleições através de um partido político, e se aproveitando de seu protagonismo naquele momento histórico, os cocaleiros criam o MAS “como instrumento político para a soberania dos povos”, um partido que aglutina diversas organizações e movimentos que “não necessariamente tem um consenso” entre si. O partido tenta também furar a bolha mais nativa e originária, por exemplo, representando Evo Morales como um aimara e Álvaro García Linera como um “branco aliado”, fortalecendo assim que seu discurso é para todos, “para transformar a Bolívia”.

Essa articulação vem logo após as desigualdades causadas pelas reformas neoliberais culminarem, entre outros conflitos, repressões e massacres, na Guerra da Água (2000) e na Guerra do Gás (2003). Assim, passa a haver o entendimento de um horizonte estratégico em que o MAS pode ser o instrumento político necessário para mudar o cenário nacional, e que, após essa mudança causada por uma união temporária, as diferenças de projetos e demandas podem ser resolvidas. Assim, em 2008, Evo Morales é eleito presidente.

Algo que ajudou Evo a se eleger foi sua “postura bem mais moderada e conciliatória”, condizente com a proposta do MAS e herdeira do sindicalismo cocaleiro de Cochabamba. Neste contexto, a chapa construída com Linera, “tentando ampliar mais ainda para alcançar os setores médios urbanos até uma certa burguesia mais simpática a um projeto nacional”, aumentou ainda mais alguns tensionamentos internos.

De acordo com M, a importância desta eleição se dá também pela ruptura do imaginário. Mesmo os cocaleiros, os indígenas e outros povos tradicionais não conseguiam imaginar um indígena ocupando a cadeira de presidente. Parafraseando a biógrafa Domitila Barrios de Chungara, M diz que durante a Revolução de '52 “a gente tinha o poder, as armas estavam nas nossas mãos, o exército não existia mais, a gente não precisava do MNR, mas a gente não se via governando. a gente precisava deles, de alguma forma a gente ainda precisava deles porque a gente não conseguia se imaginar governando”.

Um dos principais compromissos e bandeiras do MAS para as eleições foi de convocar um referendo para abertura de uma assembleia constituinte para escrever uma nova Constituição. A assembleia constituinte é aberta, mas nenhum consenso é alcançado. Com isso, o MAS, que possui uma base cocaleira muito forte e hegemônica, vendo a enorme quantidade e diversidade de movimentos autônomos e posições, declara que só poderá participar da constituinte quem for vinculado a algum partido. Ainda assim, M parafraseia Salvador Schavelzon, antropólogo brasileiro presente na constituinte, e diz que “pela primeira vez era possível ver uma constituinte sendo pensada e escrita por gente do povo, pessoas com as suas vestimentas tradicionais participando desse processo tão representativo do pacto social”.

Já em relação à oposição ao governo, a situação se torna ainda mais desafiadora e complicada. M cita a “meia-lua” de estados que “correspondem supostamente a essas terras baixas e que são capitaneados por uma classe dirigente branca proprietária”, que tentam de todas as formas impedir que uma proposta de Constituição seja atingida e que reagem de maneira racista ao governo. Ela aponta que, embora estes territórios sejam dominados por uma oligarquia branca vinculada ao latifúndio e à exploração do gás, na sua base social existem muitos povos amazônicos com outro entendimento em relação ao estado e ao território, com outra relação com o bem viver e com seus próprios meios de organização.

A constituinte na Bolívia durou 3 anos, com o país “à beira de um colapso”. Para M, embora tenha sido um feito histórico, as “grandes expectativas de realizações de várias ordens” desse primeiro governo indígena acabaram sendo atravancadas por este longo processo constituinte e pela luta por sua própria sobrevivência dentro de um país com uma histórica instabilidade política.

Frente a esse cenário de grande instabilidade e tendo que sustentar a própria governabilidade, o MAS se viu obrigado a fazer várias concessões à oposição, “principalmente no que se refere a essa questão agrária”. Acabar com o latifúndio e garantir as terras comunitárias era uma das grandes expectativas para a nova Constituição desde a frustração com a reforma agrária de '53, mas isso teve que ser afastado da constituinte e levado para um referendo específico. Isso gerou grandes frustrações e deixou fissuras na base do governo.

Mas nem tudo são derrotas, de acordo com M. Ela afirma que questões muito caras aos movimentos são trazidas à materialidade com a Constituição, como a perspectiva de um estado plurinacional e comunitário, e o bem viver como um valor moral a ser alcançado. Com elas, vem à luz um repertório ancestral, uma perspectiva descolonizadora do Estado e um enfrentamento contra o colonialismo interno e estrutural. Mesmo com várias concessões, houveram na nova Constituição “avanços inquestionáveis e que propiciaram inclusive a reeleição do Evo com uma porcentagem muito expressiva de votos”.

Outro importante ponto de ruptura do governo Evo, segundo M, é o das políticas de gênero. Ela cita a Lei de Paridade e Alternância, que conseguiu garantir um Senado e uma Câmara de Deputados que contam com “uma presença expressiva de mulheres” em um país onde a “primeira mulher de pollera” a conquistar um assento legislativo foi a Remedios Loza, em 1993, e ressalta que atualmente a Bolívia é o “segundo país do mundo com maior número de mulheres no parlamento, na Assembleia ou no Congresso”. Ela considera isso uma mudança estrutural com “aspectos muito radicais do ponto de vista simbólico, mas também prático”. Não houve menção à população dissidente de gênero ou sexualidade durante a entrevista.

M afirma que na segunda gestão de Evo (2009-2016) houve um maior fôlego para focar em outras questões e construir o que foi chamado de “processo de câmbio” e a “revolução democrática e cultural”. O principal desafio, entretanto, era conseguir dedicar tempo e recursos a estes projetos em um país fortemente desigual pelo “arrocho neoliberal”, com uma economia extrativista muito dependente, diversas problemáticas estruturais graves e precisando garantir políticas sociais “que atendam a emergência da

fome e da ausência de direitos históricos de uma população”. Assim, se torna contínua uma tensão entre uma perspectiva de transformação revolucionária e um pragmatismo necessário para atender demandas urgentes, aprofundando muitas das cisões já existentes e deteriorando aos poucos o pacto de unidade temporário que alavancou o MAS e Evo à presidência.

Tendo que escolher entre atender necessidades históricas de maneira mais imediata ou realizar transformações mais estruturais a longo prazo, o MAS, com sua base mais moderada, escolhe atender as carentes políticas sociais e acaba se subordinando à economia extrativista, tornando-se dependente dela para conseguir gerar provisões que tornem possível uma redistribuição da riqueza.

M levanta a discussão de que “progressismo” e “esquerda” não são sinônimos. Ela problematiza isso apontando para o fato de que as bases intrínsecas do progressismo são “o produtivismo, o desenvolvimento, uma lógica de crescimento econômico, um princípio até evolutivo em certa medida”, o que causa tensionamentos do governo MAS com organizações indígenas de visão pós-extrativista e não-progressista. Alguns dos momentos mais emblemáticos causados por estas contradições foram o gasolinaço de 2010 e o caso TIPNIS em 2011.

O gasolinaço de 2010 ocorreu quando o governo resolveu retirar os subsídios em relação a combustíveis em seu combate contra o contrabando. Com isso, houve um aumento vertiginoso nos preços de combustível “da noite pro dia”, o que resultou em atos e manifestações pelo país. As manifestações e a pressão popular surtiram efeito, e o governo recuou em sua decisão. Esse momento foi emblemático por mostrar a grande vitalidade, capilaridade e força política de diversas organizações em sua postura de enfrentamento em um governo “supostamente aliado”, trazendo “mais uma camada de conflitos”.

Em 2011, o governo Evo se vincula a um projeto de desenvolvimento de infraestrutura regional que tinha a proposta de construir uma estrada que passaria sobre um território já demarcado (TIPNIS). Por ter uma população pequena, o governo bancou o projeto sem consultar direito a população. Uma segunda função da estrada seria atender a “uma demanda de colonizadores cocaleiros interessados em terra, interessados em expandir produção”, e que, segundo M, não necessariamente possuem uma “relação com a terra de caráter comunitário-tradicional e orientado pelo bem viver”.

Um outro ponto que aumentava tensionamentos entre a parte Ocidental (Terras Altas) e Oriental (Terras Baixas) da Bolívia era a estratégia do MAS de incentivar a colonização dos territórios orientais com as chamadas “comunidades interculturais”, tentando assim garantir uma maior base de sustentação para o projeto masista, mas entrando em conflito com as populações e organizações amazônicas das Terras Baixas. Essas tensões culminam, num dos momentos mais críticos do governo Evo, na Marcha contra o TIPNIS de 2011, em que diversos movimentos marcharam pelo país em direção a La Paz, e lá acamparam. M analisa que houveram tentativas de diálogo por parte do governo, mas sem rompimento com a base, o que ocasionou com que algumas figuras importantes saíssem de cena e aumentassem as controvérsias dentro do partido.

Um ponto crucial de tensionamento contra o governo é descrito por M como as

tentativas do Evo de conseguir passar um referendo que o possibilitasse se reeleger mais uma vez. Em 2017, “o copo já está mais que cheio, já está transbordando”, e ao tentar passar o referendo, Evo é derrotado nas urnas.

Após sua derrota no referendo, contudo, Evo dá continuidade à sua demanda com uma manobra política, viabilizando sua terceira eleição. De acordo com M, essa “insistência na reeleição do Evo” no período de 2017 a 2019 acaba por fragmentar ainda mais a base do MAS. Então, quando ocorre o golpe de estado de 2019, “não significa dizer que a oposição estava forte”, mas sim que ele se deu em um momento em que o Evo não contava com uma “base que iria para a rua defendê-lo”.

Atualmente, M aponta que, embora a base da economia boliviana ainda seja neoextrativista, houveram avanços nas políticas de nacionalização de “setores estratégicos”, trazendo debates sobre a gestão públicas destes recursos. Ela afirma que a visão do MAS em relação à soberania sobre os recursos nacionais ajuda a entender como ele consegue manter uma base eleitoral mesmo frente a tantas contradições enfrentadas. Um exemplo citado por M que reforça essa postura foi a descoberta de massivas jazidas de lítio na Bolívia, a posição do Evo de nacionalizar a produção automotiva com carros elétricos bolivianos, e suas implicações geopolíticas “em tempos de economia verde [em] que a Europa não pode mais ter carro a combustível fóssil”, como o “Elon Musk fazendo tuíte durante o golpe [na Bolívia]”.

M diz que o golpe, em um momento em que estava sendo gestado até uma possível alternativa ao MAS, foi muito reacionário. “Foi tão radical a Jeanine Áñez com a bíblia, [...] falando que a bíblia tinha voltado ao parlamento, e as cenas de violência com vários dirigentes cocaleiros e de outros estados que foram violentados”. Ela diz que essa reação “racista” e até “em certa medida, fascista” não se trata de algo localizado na Bolívia, e sim de uma manifestação do avanço da “onda neoconservadora” em contexto continental. Contudo, a violência desta onda, bem como a gestão governamental durante a pandemia do Covid-19, fez com que várias organizações colocassem “um pé no freio” e percebessem que se tratava de algo realmente sério, e que começaram a se mobilizar para evitar retrocessos. O MAS, mesmo com uma base completamente fragmentada e fragilizada, conseguiu assim se reorganizar e se rearticular, com o discurso de que sim, há problemas a serem resolvidos e desafios a serem enfrentados, mas que não abrirão mão do que já foi conquistado.

M aponta que começam a haver movimentações de possíveis construções alternativas ao MAS, com o surgimento de algumas lideranças, como Felipe Quispe. Ela comenta também que a própria candidatura do Luís Arce e do Choquehuanca já é indicativo de um giro em direção aos movimentos indígenas de uma ala um pouco menos moderada, embora ainda pelo MAS, por este ainda ser “o instrumento político que é a via de acesso ao estado”, sem a existência de um “novo bloco histórico” alternativo.

M afirma que, em determinado momento, o pacto que possibilitou a ascensão do MAS e a derrubada das oligarquias “foi a leitura política necessária”, mas que, atualmente, ele está “bem distante” de dar conta da complexidade de suas contradições. Assim, algumas organizações passam a tentar disputar projetos por fora do partido, através de movimentos sociais, e organizações das Terras Baixas começam a ganhar maior visibilidade dentro deste contexto de enfrentamento “a uma reedição, inclusive, do

próprio projeto nacional”.

Ainda assim, com todas as suas contradições, o MAS consegue retornar ao governo com Luís Arce. Contradições que, como aponta M, vão “das próprias tensões entre o Arce e o Evo” até novos sujeitos com seus repertórios próprios e que criticam as políticas do MAS, “principalmente no âmbito dessa política neoextrativista e efetivamente ser coerente com o que se anuncia na própria Constituição”. Para M, a existência desta Constituição se trata de um possibilitador de tensionamentos, com uma “potência muito significativa”. O próprio fato dela existir já se trata de uma conquista, por possibilitar mudanças constitucionais significativas.

Conclusão

Neste contexto da Bolívia, podemos observar que há uma constante disputa de discursos hegemônicos. O MAS só pode vir a ser quando se delimita um inimigo, as oligarquias brancas e colonialistas. Assim, sob ele se juntam grupos e organizações com demandas e planos irreconciliáveis, tornando impossível que haja uma discursividade única do MAS enquanto organização, o que se torna um problema maior quando o partido consegue assumir o poder. Ele segue em seu papel hegemônico, mas com seus limites sendo cada vez mais questionados.

Sob o governo Evo, o “bem viver” se torna um Significante Vazio, querendo dizer muito mais do que seu significado original e englobando uma série de práticas e maneiras diferentes de se relacionar com a terra. Se trata de um horizonte vago a ser alcançado, embora todos tenham visões sobre o que isso significa.

Da mesma maneira, após o golpe de 2019, a entrada de Jeanine Áñez na presidência dizendo que a bíblia havia “voltado ao planalto” se trata de outro Significante Vazio, desta vez do campo conservador. Esse discurso, muito mais do que sobre a bíblia em si, fala do retorno de valores, práticas e crenças para o poder no país.

É possível perceber que a Bolívia se encontra há décadas em uma acirrada disputa de discursos hegemônicos, em que o ideal é abandonado por todas as partes em busca do possível. Apenas discursos aglutinadores se mostram capazes de mobilizar grupos e organizações suficientes para levar a cabo mudanças estruturais concretas.

Referências

de Mendonça, D. (2009). Como olhar" o político" a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, 153.

Costa, F. A., & Prado, M. A. M. (2025). Contribuições para uma Análise Psicopolítica do Populismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e276668.

CÓDIGO: HS0710

AUTOR: MARINA DANTAS SOARES

ORIENTADOR: FABIULA SEVILHA DE SOUZA

TÍTULO: Os historiadores ambientais e a história pública: as fontes orais e a construção compartilhada do conhecimento histórico

Resumo

O século XX foi marcado por uma série de transformações, no campo da História, refletidas em reformulações teóricas e metodológicas decorrentes da necessidade de debater sobre temáticas que até então haviam sido pouco abordadas pela historiografia. É nesta conjuntura, aliada ao crescimento de debates acerca da ação humana e dos impactos ambientais, que na década de 1970 a História Ambiental foi institucionalizada. Ainda neste contexto, o ato dos historiadores ocuparem os espaços públicos e irem além do papel tradicional da docência foi nomeado por Robert Kelley como História Pública. Estas áreas, por sua vez, possuem afinidades e se conectam por seus princípios éticos ao buscar a construção e discussão do conhecimento histórico junto às comunidades. Tendo como base o mais completo levantamento historiográfico sobre a história ambiental brasileira realizado em 2020 por José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho, essa pesquisa analisa os trabalhos listados por estes. A partir da hipótese levantada por Fabíula Sevilha em artigo publicado pela Revista Brasileira de História (2023), isto é, de que as questões relacionadas à História Oral, na verdade, são caras a História Pública. Desta forma, a pesquisa objetivou compreender de que maneira as fontes orais foram utilizadas e qual o seu potencial na construção de uma “autoridade compartilhada” entre os historiadores profissionais e as comunidades.

Palavras-chave: Fontes orais; História Pública; História Ambiental.

TITLE: Environmental historians and public history: sources and the shared construction of historical knowledge

Abstract

The 20th century was marked by a series of transformations in the field of History, reflected in theoretical and methodological reformulations arising from the need to discuss topics that had previously been little addressed by historiography. It was in this context, combined with the growth of debates about human action and environmental impacts, that Environmental History was institutionalized in the 1970s. Also in this context, the act of historians occupying public spaces and going beyond the traditional role of teaching was termed Public History by Robert Kelley. These fields, in turn, share similarities and are connected by their ethical principles in seeking to construct and discuss historical knowledge within communities. Based on the most comprehensive historiographical survey of Brazilian environmental history, conducted in 2020 by José Augusto Pádua and Alessandra Izabel de Carvalho, this research analyzes the works listed by them. Based on the hypothesis raised by Fabíula Sevilha in an article published by the Brazilian Journal of History (2023), that issues related to Oral History are, in fact, important to Public History. Thus, the research aimed to understand how oral sources were used and what their potential is in building a "shared authority" between professional historians and communities.

Keywords: Oral sources; Public history; Environmental history.

Introdução

O século XX foi marcado por transformações, seja pelo processo de globalização, desenvolvimento tecnológico, crescimento das produções científicas e meios de comunicação ou pelas modificações no cenário político e aumento de debates relacionados à crise climática e influências da vida humana na natureza (Pádua, 2010). No campo da História o momento coincide com reformulações teórico-metodológicas a partir das demandas por uma história escrita "de baixo", isto é, o estabelecimento de uma historiografia que aborde temáticas que até então haviam ficado à margem. Foi nessa conjuntura que na década de 1970 a História Ambiental foi institucionalizada nos Estados Unidos, mudanças epistemológicas em relação ao mundo natural trouxeram um novo olhar ao buscar compreender as influências entre o mundo físico e os indivíduos (Pádua, 2010).

É neste mesmo contexto que a prática realizada pelos historiadores, aqueles que vão além do papel tradicional do magistério e da pesquisa, foi nomeada por Robert Kelley como "História Pública". Essa ocupa um espaço amplo e diversificado, além da simples divulgação histórica, ela está relacionada à aquisição do senso do passado e a reflexão dos sujeitos a partir dos monumentos, museus, documentários, exposições e sítios históricos (Albieri, 2011). Para a construção desta, Michael Frisch aponta a necessidade de uma "autoridade compartilhada", a qual consiste na integração das comunidades

durante o processo de elaboração das narrativas historiográficas, de modo que estes não atuem apenas como consumidores (Bartz et al, 2021).

Com proposta semelhante da incorporação dos sujeitos como protagonistas na construção dos saberes históricos, a História Oral foi uma área que se consolidou durante a década de 1960 e se expandiu para “dar ouvidos” a aqueles que durante um longo período permaneceram ocultos nas narrativas oficiais. Assim, através da fala desses sujeitos, a qual pode ser composta por uma mistura de narrativas, tanto históricas, quanto poéticas e míticas, o historiador irá discernir os fatos e, através da dialetização, irá ressignificar acontecimentos do passado (Portelli, 1997).

Tendo como base as potencialidades da História Ambiental, História Pública e História Oral para suscitar debates e reflexões relacionadas aos espaços e as comunidades de forma compartilhada, este trabalho compreende, assim como é apontado por Fabíula Sevilha (2023), a História ambiental como modo de pensamento, a História pública como um meio de exercer a ação compartilhada e a História Oral como uma ferramenta para fomentar discussões junto ao público. Dessa forma, esta pesquisa consistiu na depuração de algumas obras presentes no mais completo levantamento sobre a historiografia ambiental brasileira, publicado em 2020 pela Revista História, Ciência, Manguinhos. Nele, José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho listaram 30 coletâneas e 55 livros autorais. A constatação final desses autores é que, apesar da historiografia ambiental brasileira ter se consolidado, há caminhos a serem percorridos para o seu desenvolvimento; um dos pontos destacados pelos autores foi a necessidade de explorar as potencialidades da História Oral. Entretanto, em um artigo publicado pela Revista Brasileira de História, Fabíula Sevilha (2023) identificou que as questões apontadas por Pádua & Carvalho (2020) relacionadas a História Oral são caras à História Pública, posto que promoção do conhecimento histórico junto ao público são pontos que convergem em ambas as áreas.

Nesse sentido, este trabalho buscou refletir acerca das potencialidades de diálogo entre a História Ambiental, História Pública e História Oral a partir do uso das fontes orais, investigando de que maneira estas têm sido utilizadas como ferramentas para incitar diálogos entre o historiador e a comunidade, assim como, as suas contribuições para a construção de uma “autoridade compartilhada”.

Metodologia

O ponto de partida da pesquisa foi a análise das obras presentes no levantamento sobre a historiografia ambiental brasileira realizado por José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho em 2020. Nele, dos 55 livros autorais e 30 coletâneas que foram listados, selecionou-se aqueles que foram produzidos por autores brasileiros e que têm em seus recortes territoriais o

Brasil. A partir disso, as obras foram acessadas de forma online nos repositórios das universidades, a exemplo, o repositório da PUC; de editoras, como a PUC Rio; além disso, utilizou-se de plataformas digitais, evidencio o Google Books (biblioteca digital de livros) e o Research Gate (rede social voltada para a divulgação de trabalhos científicos entre pesquisadores). Já de maneira física, a busca foi realizada nas bibliotecas da UFRN, especificamente na Biblioteca Central Zila Mamede e na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Os trabalhos em que não se obteve acesso nesses meios, foram solicitados aos autores por meio do email.

Ao final, foram encontradas e analisadas 60 obras, centrando-se no uso das fontes orais e buscando compreender quando estas estavam presentes e de que maneira elas foram utilizadas. Após a análise, as pesquisas foram organizadas nos grandes eixos temáticos estabelecidos por Pádua & Carvalho (2020): florestas; agricultura e pecuária; biodiversidade e extração da flora e fauna; dinâmicas urbanas e industriais; regiões, territórios e sociodiversidade; pensamento ambiental e ambientalismo. Para realizar constatações quanto a presença e ausência das fontes, foi elaborada a Tabela 1.

Resultados e Discussões

Conforme a Tabela 1, verificou-se o uso de fontes orais em 33 trabalhos e ausência em 27 pesquisas. Inicialmente, foi possível inferir que a maior concentração de obras encontradas, como também, aquelas que utilizam esta tipologia de fontes, esteve no eixo temático de “Regiões, territórios e sociodiversidade”. Este, como afirmam os autores do levantamento, foi um “[...] campo de investigação que tem proporcionado espaços de desenvolvimento para a história ambiental, diz respeito ao estudo da diversidade ecológica e cultural do território brasileiro e de suas regiões” (Pádua; Carvalho, 2020). Nesse sentido, os trabalhos que compõem este eixo se caracterizam por relacionar as transformações desses espaços a partir das intervenções dos indivíduos. Dessa forma, pode-se depreender que as fontes orais são recursos utilizados em pesquisas que abordam a História Local para entender as inter-relações entre as relações ambientais e humanas em determinados territórios.

Em relação à História Local, refiro-me à aquela que entende o espaço como um lugar que vai além de um recorte territorial, mas que compreende a multiplicidade de significados que uma espacialidade pode ter, ligando-se a valores políticos, culturais e sociais. Esta pode ser utilizada para atender a diferentes motivações: como caminho para abordar aspectos de regiões mais amplas, para testar ou reformular generalizações, no estudo de interações entre diferentes localidades e nas demandas internas da população ou interesses pessoais do pesquisador (Barros, 2022). Desse modo, há uma grande variedade de questões que podem ser abordadas por esta e, para isso, as fontes orais são ferramentas essenciais a serem utilizadas para o estabelecimento do contato entre o historiador e as comunidades.

Diante disso, a oralidade pode ser utilizada para ampliar os conhecimentos acerca dos acontecimentos do passado por meio do estudo de vivências de indivíduos ou grupos sociais, especialmente aqueles não hegemônicos. Assim, há elementos que só se tornam visíveis e circunstâncias que são mais bem interpretadas a partir da verbalização, a fala é um recurso capaz de revelar os sentimentos do narrador e sua aproximação com o que está sendo dito, carregando em si aspectos sociais, econômicos e culturais (Portelli, 1997). É por meio dessas fontes que o historiador tem a possibilidade de realizar análises comparativas entre testemunhos distintos para estabelecer as relações entre as narrativas oficiais já difundidas e as perspectivas individuais dos sujeitos. Como também, refletir sobre de que maneira, dentro da sociedade, as percepções sobre o passado se modificam a depender do grupo social que o indivíduo pertence (Alberti, 2004).

Ainda refletindo sobre os fatores que levam ao uso das fontes orais, trabalhos que não objetivam pesquisar especificamente comunidades ou grupos sociais marginalizados também recorrem à estas, isso porque há localidades em que as fontes são escassas, restringindo-se, por exemplo, a apenas documentos ou relatórios jurídicos que contêm informações restritas. Apesar da relevância no uso dessas fontes, outra constatação obtida nesta pesquisa foi a de que alguns trabalhos utilizam da oralidade, mas não põem em prática a metodologia da História Oral, ou seja, fazem uso de entrevistas ou transcrições que já foram realizadas por outros pesquisadores. Por um lado, vê-se a importância da implementação de programas de História Oral para o desenvolvimento de pesquisas e para produção de acervos. Por outro, foi possível inferir que ainda há um receio dos historiadores de irem a campo para colocar em prática essa metodologia. Apesar dela ser comumente associada apenas a realização de entrevistas, ao ser empregada como método de investigação, fonte de pesquisa ou técnica de produção, há uma série de procedimentos a serem realizados para o seu desenvolvimento (Alberti, 2004). Um ponto crucial para o uso dessa metodologia é a disponibilidade de tempo do pesquisador para o estabelecimento de um contato ao longo de toda a pesquisa com a comunidade/sujeito, a elaboração de roteiros de entrevista, a coleta dos depoimentos e a transcrição destes. Além disso, há a necessidade de dispor de recursos audiovisuais para o registro das narrativas, como gravador, microfone e câmera.

Os elementos citados acima compõem a História Oral e esta possui grandes potencialidades a serem exploradas pelo pesquisador, como aspectos culturais e sociais. Apesar disso, essa hesitação dos historiadores em colocá-la em prática é decorrente, principalmente, das questões relacionadas ao tempo. Referente a isto, destaco a burocracia da Plataforma Brasil, a qual foi estabelecida pelo Governo Federal como uma base nacional e unificada para o registro e acompanhamento de pesquisas que envolvem seres humanos para todo o sistema CEP/Conep, em que o processo burocrático de registro da pesquisa, em muitos casos, é incompatível com os prazos das pesquisas.

Em se tratando dos trabalhos que não utilizam fontes orais, por meio da análise da Tabela 1 foi possível verificar que houve uma concentração no eixo temático

“Pensamento ambiental e ambientalismo”, o qual segundo Pádua & Carvalho (2020) “[...] diz respeito à história das ideias sobre a natureza e, em sentido mais específico, sobre a destruição ambiental”. Nesse sentido, foi composto por obras de caráter mais teórico e historiográfico que introduzem o leitor ao campo da História Ambiental ou visam estabelecer conceitos relacionados à natureza, à destruição ambiental e ao ambientalismo. Dessa forma, esta lacuna pode ser compreendida pela própria temática abordada pelos autores, isto é, são trabalhos que não lidam diretamente com espaços físicos e comunidades, o que leva ao uso de outras tipologias de fontes.

Outro ponto a ser destacado é que essa ausência também esteve em obras que possuem como recorte temporal o século XVI ao início do século XX, isto é, aqueles dedicados ao Período Colonial e à Primeira República. Sendo assim, estes fazem o uso de fontes de caráter documental como relatos de cronistas e viajantes, relatórios provinciais, documentos jurídicos, entre outros. As escolhas por essas fontes podem ser explicadas pelas próprias tipologias de fontes produzidas nesses períodos e utilizadas para o entendimento destes.

Conclusão

Ao longo da pesquisa constatou-se conexões entre a História Ambiental, História Pública e História Oral. Apesar de haver uma lacuna de trabalhos que destacam as inter-relações entre essas áreas, o diálogo entre elas é fundamental para a construção de uma História Ambiental Pública, especialmente pelo contexto atual em que as transformações do mundo natural atravessam a população do século XXI. Nesse sentido, diante das consequências já visíveis desse desgaste ambiental, trazer ao público os conhecimentos e debates relacionados à História Ambiental é um dos primeiros passos a serem dados para instigar a população a refletir e lutar em prol da preservação desses espaços. Assim como, a questionar de maneira crítica acerca das decisões políticas que vêm sendo realizadas disfarçadas de “preservação” e “sustentabilidade”. É com o objetivo de compreender as relações entre a natureza e sociedade que a História Oral atua como uma ferramenta para, através da oralidade, conhecer de que maneira a população foi e são afetadas por essas mudanças ambientais.

Nas obras analisadas analisadas em que as fontes orais estavam presentes, estas foram utilizadas como um meio para estabelecer o contato entre o historiador e a comunidade. Permitindo assim, que o pesquisador se debruçasse sobre as interações entre os seres humanos e o mundo natural, compreendendo suas intervenções nas dinâmicas locais e transformações de territórios. Entretanto, ainda que o seu uso seja de bastante relevância, há obstáculos à serem superados, visto que os historiadores possuem receio de colocar em prática a metodologia da História Oral, questões como a demanda de tempo e a burocracia da plataforma Brasil precisam ser superadas.

Por fim, nos termos das discussões e debates historiográficos crescentes, cabe ao historiador não apenas investigar a sociedade, mas também se mobilizar para construir junto ao público reflexões sociais e políticas sobre o passado e o presente. É por meio disto que memórias, vivências e saberes de diferentes grupos sociais passam a ser ressignificados e ganham força para serem integrados ao conhecimento histórico, e assim, caminhar a almejada “autoridade compartilhada”.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. História Local e História Regional - A Historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022.

BARTZ, Frederico Duarte et al. Quais os desafios da responsabilidade profissional na pesquisa participativa?. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROSA, Rogério (Orgs.). História Pública em Movimento. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados, vol. 24, n. 68, p. 81- 101, 2010.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997.

SEVILHA, Fabíula. História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re)acender o diálogo no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 43, p. 311-331, 2023.

Anexos



Tabela 1 - Presença e ausência de fontes orais em cada temática

CÓDIGO: HS0711

AUTOR: LARISSA BEATRIZ DOS SANTOS RODRIGUES

ORIENTADOR: RAQUEL FARIAS DINIZ

TÍTULO: Pescadoras/es artesanais no Rio Grande do Norte: uma análise sobre processos de territorialidade e participação política

Resumo

O presente estudo aborda os conflitos territoriais vivenciados por comunidades pesqueiras artesanais no litoral do Rio Grande do Norte, com foco nos chamados maretórios — territórios de vida e trabalho moldados pela relação entre os povos das águas e o ambiente marinho. A pesquisa analisa como empreendimentos turísticos e industriais ameaçam modos de vida tradicionais, gerando disputas por espaço, recursos e reconhecimento. Destaca-se o protagonismo das mulheres pescadoras, que atuam como guardiãs dos saberes locais e lideram processos de resistência e organização comunitária. A partir de uma abordagem etnográfica e interseccional, o trabalho revela como gênero, território e cuidado se entrelaçam na luta por direitos e permanência. O estudo contribui para o debate sobre justiça socioambiental e valorização dos saberes populares.

Palavras-chave: pesca artesanal; conflitos territoriais; protagonismo feminino;

TITLE: Artisanal Fishers in Rio Grande do Norte: An Analysis of Territoriality Processes and Political Participation

Abstract

This present study explores territorial conflicts faced by artisanal fishing communities along the coast of Rio Grande do Norte, Brazil, focusing on "maretórios" — living and working territories shaped by the relationship between water peoples and the marine environment. It examines how tourism and industrial projects threaten traditional ways of life, sparking disputes over space, resources, and recognition. The research highlights the leadership of women fishers, who serve as guardians of local knowledge and lead resistance and community organization efforts. Through an ethnographic and

intersectional approach, the study reveals how gender, territory, and care intertwine in the struggle for rights and permanence. It contributes to discussions on socio-environmental justice and the value of traditional knowledge.

Keywords: artisanal fishing, territorial conflicts, female leadership

Introdução

A pesca artesanal, praticada por comunidades que constroem sua identidade a partir da relação histórica com o território, representa muito mais que uma atividade econômica: é expressão de modos de vida coletivos, saberes tradicionais e organização comunitária (Diegues, 1983, 2000; Little, 2002). No Brasil, esses grupos integram os Povos e Comunidades Tradicionais, que resistem à imposição de um “Mundo Único” — projeto globalizante neoliberal que busca converter a multiplicidade de mundos em uma unidade homogênea, invisibilizando formas alternativas de existência (Escobar, 2015). Essa resistência se dá na luta por seus territórios, pela preservação de suas práticas e pela afirmação de suas identidades frente à lógica dominante.

Os Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Decreto nº 6040/2007) como grupos culturalmente distintos, que se identificam como tais e mantêm formas próprias de organização social. Esses grupos ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, preservando conhecimentos e práticas transmitidas pela tradição (Brasil, 2007).

Diegues (2000) destaca que essas populações se diferenciam da sociedade dominante por construírem seus modos de vida historicamente, com base em formas específicas de cooperação social e relação com a natureza. O território, para essas comunidades, é mais do que espaço físico: é condição de existência e expressão cultural, conforme definido também no Decreto nº 6040/2007 (Brasil, 2007). Cavalcante e Elali (2018) reforçam essa ideia ao conceituar territorialidade como o processo coletivo de apropriação e defesa do espaço vivido. Little (2002) complementa ao afirmar que a diversidade sociocultural brasileira está diretamente relacionada à diversidade fundiária, sendo os saberes ambientais, ideologias e identidades os elementos que moldam a relação dos povos tradicionais com seus territórios.

Entre os diversos grupos que compõem os Povos e Comunidades Tradicionais, os pescadores artesanais se destacam por terem no mar não apenas sua principal fonte de sustento, mas também um elemento central na construção de seus modos de vida. A pesca artesanal, nesse contexto, representa uma prática carregada de significados, valores e saberes que emergem da interação contínua entre os pescadores e o ambiente marinho.

Segundo a Lei Federal nº 11.959, essa atividade é definida como aquela realizada diretamente por pescadores profissionais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com uso de embarcações de pequeno porte e meios de produção próprios ou compartilhados (Brasil, 2009). A prática se caracteriza pela baixa dependência de

tecnologias avançadas, sendo sustentada por conhecimentos tradicionais transmitidos oralmente entre gerações. Diegues (1983) denomina esse saber como “arte da pesca”, referindo-se ao domínio sobre técnicas, espécies, marés e instrumentos, construído historicamente por meio da vivência e da observação do ambiente. Esse acervo de saberes, segundo o autor, é o que confere à pesca artesanal sua legitimidade e eficiência (Diegues, 2004).

A relação com o território, já destacada como elemento definidor dos povos tradicionais, também se aplica aos pescadores artesanais. Seus territórios não se limitam às áreas aquáticas, mas incluem espaços terrestres que abrigam moradia, convivência e práticas comunitárias. De Paula (2018) aponta que esses espaços são fundamentais para a reprodução social, cultural e econômica das comunidades pesqueiras, pois permitem o compartilhamento de saberes e fortalecem a organização coletiva.

Metodologia

A partir de uma abordagem qualitativa, este trabalho buscou compreender os modos de vida e as relações com territórios tradicionais por pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Norte. A metodologia qualitativa permite a descrição das manifestações sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, promovendo uma compreensão do fenômeno “de dentro para fora” (Willig, 2008), facilitando a aproximação com a dimensão psicossocial e ambiental que estrutura a relação entre os pescadores e seus territórios.

A condução da pesquisa baseou-se nos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), que orienta práticas investigativas comprometidas com os direitos, os costumes, as tradições e os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, adotou-se uma perspectiva ética e dialógica, alinhada às Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019), as quais reconhecem a diversidade de cosmovisões desses grupos e a não hegemonia de uma única racionalidade sobre seus modos de existência.

Os procedimentos metodológicos foram definidos ao longo do processo investigativo, em consonância com a aproximação teórica ao objeto de estudo e a inserção progressiva no campo. Foram utilizados os seguintes instrumentos para a construção do corpus: (a) observação participante e diários de campo, realizados em eventos públicos, bem como em ações de extensão promovidas pelo Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana; (b) pesquisa documental, com análise de materiais e depoimentos disponíveis em bases de acesso público, como vídeos em plataformas digitais (e.g., YouTube), reportagens midiáticas e documentos institucionais de domínio aberto; (c) entrevistas semiestruturadas com mulheres de comunidade de pesca artesanal.

A observação participante, conforme defendido por Willig (2008) e Mónico et al. (2017), nos permitiu ter contato com o cotidiano das comunidades investigadas, articulando envolvimento e distanciamento de maneira equilibrada. Essa estratégia favoreceu o

acesso a interações e relatos anteriormente inacessíveis, além de possibilitar uma compreensão processual dos eventos à medida que ocorriam, mantendo-se, simultaneamente, uma postura analítica e reflexiva. As atividades de observação participante ocorreram, principalmente, em eventos públicos organizados por comunidades de pesca artesanal do Rio Grande do Norte e seus apoiadores. A inserção nesses espaços foi conduzida de maneira ética e respeitosa, combinando a participação como integrante solidário das ações com a escuta atenta e crítica necessária à produção científica.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 6 (seis) mulheres de comunidades de pesca artesanal do litoral Norte e Sul do Rio Grande do Norte, das quais 5 (cinco) ocupam posições de liderança seja em suas colônias de pesca, seja em associações em nível municipal ou nacional. As entrevistas, realizadas entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, abordaram temas como: o trabalho com a pesca artesanal, relações comunitárias, papéis desempenhados na pesca e na comunidade, alianças e organização política. As entrevistas aconteceram em formato virtual ou presencial, com a duração média de 1 (uma) hora, e foram posteriormente transcritas pela equipe de pesquisa. Todas as participantes receberam informações sobre a pesquisa e seus objetivos, assim como sobre a garantia de sigilo e anonimato, e deram consentimento para a gravação das entrevistas. Nesse sentido, foram respeitadas todas as diretrizes éticas concernentes à integridade na realização da pesquisa com seres humanos (Resolução nº 510/2016, Conselho Nacional de Saúde).

Foi empregada a análise de conteúdo com orientação interpretativa, cujo propósito é identificar, examinar e relatar temas recorrentes ou significativos presentes no conjunto de dados (Braun & Clarke, 2008). Essa abordagem não apenas possibilitou uma organização sistemática e uma descrição detalhada do material empírico, como também favoreceu a interpretação de múltiplos aspectos relacionados à problemática investigada (Marshall & Rossman, 2011). A análise foi conduzida conforme os três níveis analíticos propostos por Flick (2006): (a) o nível sintetizador, voltado à descrição sumária das ideias emergentes no corpus das entrevistas; (b) o nível explicativo, dedicado ao aprofundamento das ideias identificadas, com base tanto no próprio material quanto em referências externas, como literatura acadêmica e fontes jornalísticas, visando à ampliação da compreensão; e (c) o nível estruturante, responsável por articular os dados interpretados com constructos teóricos e abstrações conceituais, neste estudo em diálogo com os campos da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental.

Resultados e Discussões

No Rio Grande do Norte, a despeito da forte presença da pesca artesanal e dos altos índices de produção pesqueira (Brasil, 2023; Frédou et al., 2021), os/as pescadores/as artesanais enfrentam conflitos socioambientais que comprometem seu modo de vida tradicional. A restrição ao acesso aos territórios, a degradação ambiental e o apagamento identitário são consequências diretas da sobreposição de interesses econômicos, majoritariamente privados, às territorialidades existentes (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021; Little, 2002). Diante disso, esses grupos se organizam coletivamente

para reivindicar o direito de existir e se desenvolver conforme suas condições particulares, somando forças em movimentos que denunciam os impactos e defendem uma existência plena e digna (De Paula, 2020; Rede Manguemar, 2017; Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021). Tal cenário de conflitos e resistências é apresentado e discutido a seguir, a partir de dois eixos de análise: *entre o mar e o mercado: tensões territoriais na pesca artesanal*, decorrente das análises de documentos, observações participantes e diários de campo; já o segundo eixo, *mulheres das águas: protagonismo e resistência na pesca artesanal*, contempla as análises das narrativas de mulheres da pesca artesanal potiguar.

Entre o mar e o mercado: tensões territoriais na pesca artesanal potiguar

A energia eólica tem se consolidado no Brasil como alternativa à matriz energética tradicional, por não depender de combustíveis fósseis. Sua instalação ocorre majoritariamente no litoral nordestino, devido às condições naturais favoráveis, com destaque para o Rio Grande do Norte, que abriga empreendimentos tanto no litoral quanto no interior, alterando significativamente as dinâmicas ambientais, sociais e econômicas locais (Hofstaetter, 2016). Embora promovida como fonte “limpa” e “sustentável”, essa atividade tem ocupado territórios antes preservados pelas comunidades tradicionais, provocando transformações nos espaços e nas relações que ali se estabeleciam.

Segundo Hofstaetter (2016), a expansão dos parques eólicos gera novos contextos de uso e ocupação do território, com potencial para conflitos entre os diferentes agentes envolvidos. No caso dos pescadores artesanais, os empreendimentos têm restringido o acesso a áreas tradicionalmente utilizadas para pesca e convivência, sem reconhecimento dos territórios tradicionais. Relatos indicam que a implementação dos projetos ocorreu sem consulta às comunidades, resultando em impactos como desmatamento da vegetação nativa, contenção de dunas móveis, privatização de terras e limitação de acesso aos pesqueiros (Rede Manguemar, 2017).

Além disso, há preocupação com a instalação de parques eólicos offshore, ou seja, no mar. Conforme divulgado pela revista SaibaMais (2023), o Governo do Estado assinou memorando para viabilizar essa modalidade e a produção de hidrogênio verde, sem consulta prévia às comunidades pesqueiras. Os pescadores alertam que a presença de aerogeradores no mar inviabiliza o tráfego e o trabalho nos pesqueiros, comprometendo diretamente sua atividade profissional e o uso do território marítimo.

Outro conflito identificado refere-se à aquicultura, especialmente à carcinicultura, que consiste no cultivo de camarões em cativeiro nos manguezais e áreas estuarinas. No estado potiguar, essa prática tem gerado impactos ambientais e sociais, como alteração na biodiversidade, redução da qualidade e quantidade do pescado, e restrição ao acesso dos pescadores aos seus pesqueiros (De Paula, 2020). Observa-se ainda que o Estado tem priorizado investimentos na carcinicultura em detrimento da pesca artesanal, desconsiderando os territórios tradicionais (Rede Manguemar, 2017).

O turismo também aparece como fonte recorrente de conflitos, conforme apontado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (2021). A especulação imobiliária, construção de residências de veraneio e grandes empreendimentos turísticos têm modificado o espaço físico e a dinâmica das comunidades, além de restringir o acesso à praia. No Rio Grande

do Norte, essa realidade é intensificada pelo forte apelo turístico do litoral, que atrai investimentos sem considerar a presença histórica das comunidades pesqueiras. Os pescadores relatam que o turismo pressiona pela expulsão das famílias de suas terras, eleva o custo de vida, dificulta o acesso aos serviços básicos e privatiza áreas essenciais para a pesca e manutenção das embarcações.

Casos como o da comunidade de Enxú Queimado exemplificam essa disputa. Conforme noticiado pela revista Carta Capital, os moradores resistiram à tentativa de uma incorporadora de tomar o território para expansão turística, reivindicando o direito ao espaço ocupado há mais de cem anos. A mobilização comunitária impediu a desapropriação, evidenciando a luta pela permanência nos territórios tradicionais.

Outro ponto de tensão é o projeto de construção do Porto-Indústria Verde em Caiçara do Norte, vinculado à expansão das energias renováveis no estado. Segundo o jornal Tribuna do Norte, o empreendimento está em fase de estudos ambientais e é apresentado como oportunidade de desenvolvimento. No entanto, os pescadores artesanais expressam preocupação com a possível perda de território e com as transformações que o projeto pode causar em suas formas de vida.

Como referência para os impactos de grandes portos, o caso do Porto de Suape (PE) é citado por Melo (1990), que identificou redução do pescado, insegurança territorial e necessidade de buscar outras fontes de renda entre os pescadores locais. O relatório do Conselho Pastoral dos Pescadores (2021) reforça esses efeitos, apontando ausência de participação popular, contaminação das águas, degradação ambiental, supressão de manguezais e expulsão de comunidades tradicionais como consequências diretas da instalação do porto (CPP, 2021, p.104).

A presença da pesca artesanal em áreas urbanas, especialmente na capital Natal, revela novos conflitos relacionados à ocupação e uso do território. Pescadores dos bairros de Ponta Negra e da Redinha enfrentam dificuldades semelhantes na luta por espaços coletivos próximos ao mar, destinados à guarda e manutenção de embarcações e ferramentas — os chamados ranchos. Segundo reportagem do Saiba Mais (2024), pescadores da Redinha reivindicam a reconstrução desses espaços, removidos pela prefeitura como parte do projeto de reurbanização da orla. Em ambas as comunidades, observa-se a negligência do poder público, que compromete as condições necessárias para a continuidade da pesca artesanal, priorizando o uso turístico da faixa costeira.

Essa lógica também se manifesta no projeto de engorda da praia de Ponta Negra, conduzido sem consulta prévia à comunidade pesqueira local. Representantes da colônia de pesca relataram ao G1 que a obra de dragagem e aterramento da praia traz impactos socioeconômicos — como a paralisação temporária da atividade pesqueira — e ambientais, com alterações na cadeia alimentar, afastamento dos peixes e formação de bancos de areia que podem modificar a profundidade da praia.

Outro conflito recorrente é com a indústria petrolífera e petroquímica, especialmente na cidade de Macau. De acordo com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP, 2021), cerca de 14 plataformas da Petrobras estão instaladas na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. A norma vigente estabelece uma zona de exclusão de 500 metros ao redor das plataformas, impedindo que embarcações de

pequeno porte acessem áreas tradicionalmente utilizadas para pesca. Além da limitação física, os pescadores relatam vigilância constante e aplicação de multas, o que inviabiliza a atividade pesqueira em locais que antes eram produtivos.

Os territórios afetados por esses conflitos são, em sua maioria, públicos — sob responsabilidade do Estado brasileiro ou do governo estadual. No entanto, sua gestão tem sido direcionada para fins de desenvolvimento econômico, frequentemente em parceria com grandes empresas privadas. Essa dinâmica confirma a análise de Little (2002), que aponta que o controle dos territórios é exercido por grupos específicos, beneficiando interesses empresariais em detrimento de populações tradicionais como os pescadores artesanais.

O CPP (2021) reforça que a disputa pelo uso dos territórios e dos recursos naturais é marcada por desigualdade. O avanço do capital sobre essas áreas ocorre de forma violenta, promovendo um modelo de desenvolvimento assimétrico. O crescimento econômico, nesse contexto, é viabilizado por meio da expulsão de comunidades, da retirada de condições materiais de existência e do apagamento progressivo de práticas, saberes e tradições. Enquanto os benefícios são direcionados às grandes empresas, os custos recaem sobre territórios cada vez mais desiguais e distantes de suas raízes ancestrais.

Num plano geral, observa-se que a pesca artesanal no Rio Grande do Norte enfrenta múltiplos conflitos territoriais e socioambientais, intensificados por projetos urbanos, industriais e energéticos que desconsideram os modos de vida das comunidades pesqueiras. Em áreas urbanas como Ponta Negra e Redinha, pescadores relatam a retirada de estruturas essenciais para a atividade, como os ranchos, em nome da reurbanização turística, sem consulta prévia às comunidades (Saiba Mais, 2024; G1, 2024). No município de Macau, a presença de plataformas da Petrobras na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão restringe o acesso aos pesqueiros, inviabilizando a pesca artesanal por meio de normas de exclusão e vigilância (CPP, 2021). Esses territórios, majoritariamente públicos, têm sido direcionados para o desenvolvimento econômico vinculado ao capital privado, beneficiando grupos específicos em detrimento das populações tradicionais (Little, 2002). O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP, 2021) denuncia que esse modelo promove um crescimento assimétrico, marcado por violência, expulsão e apagamento cultural, aprofundando desigualdades e ameaçando a continuidade das práticas e saberes ancestrais dos pescadores artesanais.

Mulheres das águas: protagonismo e resistência na pesca artesanal

O território, nas narrativas das mulheres entrevistadas, não se apresenta como mero espaço físico, mas como uma dimensão viva, afetiva e histórica — um corpo coletivo onde se inscrevem práticas, saberes e vínculos. A relação com o lugar é marcada por experiências de pertencimento profundo, que atravessam gerações e se expressam tanto na memória quanto na luta cotidiana pela permanência.

As comunidades abarcadas são diversas em sua configuração territorial. A da Participante 1, situada na capital, revela uma territorialidade urbana fragmentada, com o trabalho pesqueiro distribuído entre pequenas comunidades espalhadas pela cidade. Já nas

localidades litorâneas fora da capital, como Macau e Galinhos, a pesca assume papel central na organização da vida. Em Macau, a Participante 2 afirma que a maior parte da comunidade vive da pesca, enquanto em Galinhos, a Participante 3 destaca que a pesca deu origem à comunidade e é um saber transmitido de geração em geração. Apesar das diferenças espaciais e estruturais, há uma convergência na forma como essas mulheres se relacionam com seus territórios: como espaços afetivos, de longa ocupação e de práticas que sustentam suas vidas.

Essa relação profunda com o território é também o que mobiliza a resistência. Como o acontecido na Redinha, praia situada no litoral norte da capital potiguar, narrado pela Participante 1: “Lembro que na Redinha as mulheres que estavam mesmo naquela ‘prefeitura não, isso é nada, você chegou agora, isso aqui é nosso, se vier me tirar eu vou para frente’. Elas foram pra frente das máquinas”. As mulheres lutam para protegê-lo não apenas por sua função econômica, mas porque nele estão inscritas suas histórias, seus modos de vida e suas redes de cuidado. A perda desses territórios é vivida como injustiça e como fonte de sofrimento, pois representa o rompimento de vínculos que não são apenas materiais, mas simbólicos e existenciais. Como expressa a Participante 3, ao indagar “e que justiça é essa? Que manda quem deu origem ao município sair de seus territórios. Nós somos homens e mulheres das águas, o que nós vamos fazer nas grandes cidades?”

A inserção das mulheres na pesca revela trajetórias marcadas por afetos, perdas, responsabilidades e sobrecargas. Algumas entrevistadas chegaram a esse universo por meio de relações amorosas com pescadores, mas rapidamente ultrapassaram o papel de acompanhantes para se tornarem protagonistas na luta pelos direitos da categoria. A ausência de mobilização por parte dos homens, mesmo diante de necessidades urgentes, foi um dos fatores que impulsionou essas mulheres a assumirem posições de liderança, muitas vezes de forma não planejada — “sobrou para mim”, como relatam.

A presidência das colônias de pesca, ocupada por quatro das entrevistadas, é vivida como um trabalho gratificante, mas também como uma missão árdua, voluntária e não remunerada. A responsabilidade de representar uma classe e enfrentar conflitos políticos e ambientais se soma à sobrecarga da dupla jornada: são mães, avós, esposas e cuidadoras, conciliando demandas domésticas com viagens e articulações institucionais. Essa sobreposição de papéis gera impactos profundos na saúde mental, com relatos de estresse, adoecimento e perseguições políticas. Ao falar sobre a responsabilidade assumida, a participante 5 declara que:

- Chega a ser desesperador, tem horas, sabe? Porque nós já fomos ameaçadas de tanta coisa, né? Que não posso falar no momento, mas a gente já foi ameaçada, a gente adquiriu, eu costumo dizer que a gente não desenvolveu, a gente adquiriu problemas mentais, problemas psicológicos de tanta pressão que a gente passou.

Apesar do desejo recorrente de se afastar dos cargos, todas permanecem — por compromisso com a comunidade, pela ausência de sucessoras e pela insistência dos pescadores. A permanência é também uma forma de garantir que as mulheres da pesca não sejam invisibilizadas. Como expressa a Participante 1, “Por mim eu já tinha ido mas eu tenho pena de deixar, porque eles sabem que vai cair na mão de alguns homens que vão deixar as mulheres de lado, eles mesmo falam que não tem mulher pescadora”, revelando que a liderança feminina é, além de política, profundamente afetiva e ética.

Um terceiro tema que emerge nas entrevistas reforça os achados do eixo anterior, relativo aos conflitos vividos pelas comunidades de pesca artesanal no estado. As falas das mulheres da pesca revelam um cenário de intensos conflitos territoriais, onde seus modos de vida são sistematicamente ameaçados por empreendimentos que priorizam o lucro em detrimento da existência. Diante de conflitos como a instalação das eólicas, a Participante 6 declara que “isso aí tá em todo lugar, tá tomando conta de tudo. Tá acabando com nós, isso aí tá acabando com nossa vida”. A chegada de parques eólicos — tanto em terra quanto no mar — e a expansão de atividades turísticas transformam o território em mercadoria, restringindo o acesso, alterando paisagens e desestabilizando ecossistemas que sustentam a pesca artesanal.

Os impactos vão além do ambiental: são sociais, econômicos e subjetivos. A Participante 2 relata que “aqueles parques não eram para estar ali dentro, porque ali é uma área de reserva, de preservação. A gente dormiu sem as torres, quando acordou já foi com aqueles monstros ali”, confirmando que a instalação das torres eólicas em áreas de conservação, como em Diogo Lopes, foi feita sem consulta prévia, gerando surpresa, insegurança e adoecimentos. Mulheres como as Participantes 3, 5 e 6 relatam aumento de casos de câncer, depressão e ansiedade em suas comunidades, associando esses sintomas à presença das torres e ao barulho constante. A promessa de emprego, frequentemente usada como justificativa, não se concretiza — e quando ocorre, é pontual e excludente. No mar, a preocupação se intensifica: a limitação do acesso às áreas de pesca ameaça diretamente a subsistência das comunidades. Como expressa a Participante 2, a impossibilidade de continuar pescando levará muitas mulheres a migrar para cidades, provocando rupturas profundas em suas identidades e modos de vida.

As atividades turísticas também geram disputas simbólicas e materiais. A tentativa de desapropriação dos ranchos, a construção de resorts e a engorda de praias como Ponta Negra exemplificam processos que invisibilizam a pesca e reconfiguram o território como espaço de consumo. A resistência das mulheres — como nas ações jurídicas em Enxu Queimado e na luta pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em Nísia Floresta — revela a potência de uma razão histórica que se contrapõe à lógica instrumental do capital. A Participante 4 expressa essa razão instrumental (Little, 2002) que permeia os empreendimentos ao dizer que “a comunidade não tem interesse nisso, digamos, a comunidade que eu falo é os hotéis, é os resorts, que eles querem empreendimentos grandes, não querem um rancho de pesca, [para] atrapalhar eles”.

Diante dos múltiplos conflitos que atravessam seus territórios — da expansão de empreendimentos eólicos à pressão do turismo predatório — as mulheres da pesca não se colocam como vítimas passivas, mas como protagonistas de processos de resistência que articulam memória, afeto e ação política. A luta emerge como prática cotidiana, como forma de cuidado com o território e com a coletividade, e como gesto de afirmação diante da invisibilidade histórica que recai sobre elas.

Essas mulheres se organizam em colônias, movimentos sociais e redes de apoio, como o Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), o Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), e a OSC Oceânica, construindo estratégias que vão da ocupação física dos espaços à mobilização jurídica e institucional. Ao relatar essas alianças, a Participante 1 declara que “o que a gente quer, o que a gente está lutando é o offshore, é as eólicas, é os territórios. É a mesma

coisa, então também, quanto mais unir, melhor”. Em Enxu Queimado, por exemplo, a criação do Comitê de Defesa do Território Pesqueiro e os acampamentos de resistência garantiram a posse da comunidade frente à tentativa de desapropriação. Em Macau, a luta pela consulta livre, prévia e informada diante da chegada das eólicas é articulada com apoio da colônia e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP).

A articulação feminina ganha destaque como força política e afetiva. Projetos como o Mulheres Construindo Jornadas de Luta em Defesa dos Mares (MUDEM), mediado pela OSC Oceânica, que busca promover formação política e articulação entre mulheres da pesca artesanal, são reconhecidos como lugares de fortalecimento, escuta e organização. Como expressa a Participante 5, “O MUDEM é muito bom, é o nosso poço de fortalecimento, o MUDEM veio para nos fortalecer, para nos unir [...] A gente pôde ver que não é só a gente que tem dor”. A resistência, portanto, não é apenas reação — é criação de mundo, é reinvenção da política a partir das margens.

Com base nas narrativas das entrevistadas, é possível afirmar que a luta das mulheres da pesca não se limita à defesa de um território físico, mas se estende à afirmação de modos de vida, saberes ancestrais e vínculos comunitários que resistem à lógica excludente do capital. Ao ocuparem espaços de liderança, articularem redes de apoio e enfrentarem empreendimentos que ameaçam suas existências, essas mulheres constroem uma política do cuidado e da permanência, onde o território é vivido como extensão do corpo e da memória. A luta, portanto, não é apenas reação: é criação de mundo, é reinvenção da política a partir das margens, onde o protagonismo feminino se torna força vital na defesa dos mares e na construção de futuros possíveis.

Conclusão

As análises realizadas ao longo deste estudo evidenciam que a pesca artesanal no Rio Grande do Norte transcende sua dimensão econômica, configurando-se como prática cultural, social e política profundamente enraizada nos territórios e modos de vida das comunidades pesqueiras. Os conflitos socioambientais enfrentados por esses grupos revelam a tensão entre projetos desenvolvimentistas e a permanência de formas tradicionais de existência, marcadas por saberes ancestrais e vínculos afetivos com o espaço vivido.

A atuação das mulheres pescadoras, destacada nas entrevistas, reforça a centralidade do protagonismo feminino na defesa dos mares e na construção de estratégias de resistência. Suas narrativas revelam não apenas os impactos das transformações territoriais, mas também a potência de uma política do cuidado que articula memória, afeto e ação coletiva. A luta dessas mulheres é expressão de uma racionalidade contra-hegemônica, que reivindica o direito à permanência e à visibilidade de seus saberes.

Diante dos múltiplos desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais pesqueiras, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas que reconheçam e protejam seus territórios, respeitando os princípios da consulta livre, prévia e informada. A valorização da pesca artesanal como prática legítima e sustentável requer o reconhecimento da

diversidade sociocultural que a sustenta, bem como o enfrentamento das desigualdades que ameaçam sua continuidade.

Por fim, este estudo reafirma a importância de abordagens éticas e dialógicas na produção de conhecimento sobre povos tradicionais, valorizando suas vozes e experiências como fontes legítimas de saber. A pesca artesanal, vivida e narrada por seus protagonistas, emerge como campo fértil para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, apontando caminhos para uma convivência mais justa, plural e sustentável com os territórios e com a natureza.

Referências

Brasil. (2009, 29 de junho). Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Brasil. (2008, 13 de junho). Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União.

Brasil. (2007, 7 de fevereiro). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União.

Brasil. Ministério da Pesca e Aquicultura. (2023, 21 de dezembro). Painel unificado do Registro Geral de Atividade Pesqueira. <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>

Brasil. Ministério da Saúde. (2014, 23 de outubro). Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014. Altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Diário Oficial da União.

Braun, V., & Clarke, V. (2008). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Carta Capital. (2020, 10 de dezembro). Enxu Queimado: uma comunidade de pescadores que resiste. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/enxu-queimado-uma-comunidade-de-pescadores-que-resiste>

Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Orgs.). (2018). *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da pessoa-ambiente*. Vozes.

Conselho Federal de Psicologia. (2019). Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) com povos tradicionais.

Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União.

Conselho Pastoral dos Pescadores. (2021). Relatório 2021: Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil.

De Paula, C. Q. (2018). Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. *Revista PerCursos*, 19(41), 79–106. <https://doi.org/10.5965/1984724619412018079>

De Paula, C. Q. (2020). Disputas nos territórios da pesca artesanal brasileira como expressão da dialógica entre território e ambiente. *Revista InterEspaço*, 6, 1–19.

Diegues, A. C. (1983). Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Ática.

Diegues, A. C. (2004). A pesca construindo sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira. NUPAUB/USP.

Diegues, A. C. (Org.). (2000). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. MMA/COBIO/NUPAUB/USP.

Domingos, C. S., Oliveira Paiva, A. C., Gusmão, R. O. M., Cardoso, R. L. S., da Silva, K. L., Veloso, I. S. C., Duarte, E. D., & Chianca, T. C. M. (2021). O diário de campo e suas potencialidades como instrumento investigativo nas pesquisas. In B. R. da Silva Neto (Org.), *Ciências médicas: Campo teórico, métodos, aplicabilidade e limitações* (pp. 212–223). Atena.

Escobar, A. (2015). Territorios de diferencia: La ontología política de los “derechos al territorio”. *Cuadernos de Antropología Social*, 41, 25–38. Universidad de Buenos Aires.

Flick, U. (2006). Introdução à pesquisa qualitativa (3ª ed., J. E. Costa, Trad.). Artmed.

Frédou, F. L., Eduardo, L. N., Lira, A. S., Pelage, L., Passarone, R., Frédou, T., Viana, D. de L., Oliveira, J. E. L., Hazin, F. H. V., & Souza, M. A. C. (Orgs.). (2021). Atividade pesqueira artesanal no nordeste do Brasil. In *Ciências do mar: Dos oceanos do mundo ao Nordeste do Brasil*. UFRPE.

G1 RN. (2023, 30 de agosto). Pescadores temem impactos da engorda da praia de Ponta Negra em Natal: “Queremos ser ouvidos”. <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/08/30/pescadores-temem-impactos-da-engorda-da-praia-de-ponta-negra-em-natal-queremos-ser-ouvidos.ghtml>

Hofstaetter, M. (2016). Energia eólica: Entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais do Rio Grande do Norte [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Little, P. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade (Série Antropologia nº 322). UnB.

Marshall, C., & Rossman, G. B. (2011). Designing qualitative research (5ª ed.). SAGE.

Melo, R. G. C. de. (1989/1990). Análise do impacto de grandes projetos em comunidades: Uma abordagem a partir da psicologia ambiental (Estudo de caso do Complexo de Suape). Revista de Psicologia, 7(1/2), 127–151.

Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação participativa. In 6º Congresso Ibero-americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ) (pp. 724–733).

Organização Internacional do Trabalho. (2011). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. OIT.http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

Rede Manguemar. (2017). Carta aberta da Rede Manguemar para instituições e órgãos públicos responsáveis pelo monitoramento e fiscalização da costa potiguar, solicitando atenção e comprometimento acerca dos conflitos socioambientais vivenciados no litoral do RN.<https://oceanica.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-Aberta-da-Rede-Manguemar-Maio-de-2017.pdf>

Rio Grande do Norte. (2022, 11 de janeiro). Lei estadual nº 693, de 11 de janeiro de 2022. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura do Rio Grande do Norte (PEDESPA/RN) e o Sistema Estadual da Pesca e da Aquicultura do Rio Grande do Norte (SISEPA/RN), altera a Lei Complementar Estadual nº 163, de 5 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

Saiba Mais. (2023, 26 de novembro). Grito da pesca artesanal: Comunidades reivindicam justiça ambiental.<https://saibamais.jor.br/2023/11/grito-da-pesca-artesanal-comunidades-reivindicam-justica-ambiental>

Saiba Mais. (2024, 27 de março). Entidades se reúnem para discutir construção de ranchos da Redinha.<https://saibamais.jor.br/2024/03/entidades-se-reunem-para-discutir-construcao-de-ranchos-da-redinha>

Tribuna do Norte. (2024, 2 de março). Estudos do Porto-indústria verde do RN estão na segunda fase.<https://tribunadonorte.com.br/economia/estudos-do-porto-industria-verde-do-rn-estao-na-segunda-fase>

Willig, C. (2008). Introducing qualitative research in psychology: Adventures in the theory and method. McGraw-Hill.

CÓDIGO: HS0713

AUTOR: JORDANA VITÓRIA SILVA NUNES

ORIENTADOR: CARLA MARIA CUNHA

TÍTULO: A VARIAÇÃO VOCÁLICA ORAL NA PRIMEIRA SÍLABA PRETÔNICA EM REGISTRO DE FALA NATALENSE

Resumo

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise da variação vocálica na primeira sílaba pretônica em registros de fala de indivíduos naturais da cidade de Natal-RN. Para tanto, foram utilizados dados provenientes da pesquisa do doutorado, em andamento na UFRJ, intitulada “Descrição fonético-fonológica do português falado no Rio Grande do Norte: Constituição e análise do banco de dados Amostra Linguística Potiguar [ALinP]”, de Gabriel Sales. Das gravações dessa pesquisa, foram selecionadas seis entrevistas considerando os critérios de gênero, faixa etária e nível de escolaridade dos informantes. O intuito foi compreender como o fenômeno da variação vocálica se manifesta na posição e no ambiente delimitados. A partir da análise dos dados, foi possível identificar os processos fonético-fonológicos que influenciam a realização vocálica, articulando-os ainda a aspectos sociolinguísticos. O estudo fundamenta-se em pesquisas anteriores que abordam fenômenos como harmonia vocálica, alçamento e abaixamento vocálico, neutralização e variação linguística. Dessa forma, esta investigação propõe-se a observar, descrever e interpretar a variação vocálica na primeira sílaba pretônica.

Palavras-chave: Variação Vocálica; Sílaba Pretônica; Sociolinguística; Nordeste.

TITLE: ORAL VOWEL VARIATION IN THE FIRST PRETONIC SYLLABLE IN SPEECH RECORDS FROM NATAL

Abstract

The present study aims to analyze vowel variation in the first pretonic syllable in speech records of individuals native to the city of Natal-RN. For this purpose, data were drawn from the ongoing doctoral research at UFRJ entitled “Phonetic-Phonological Description of Portuguese Spoken in Rio Grande do Norte: Constitution and Analysis of the Linguistic Sample of Potiguar Speech [ALinP]”, by Gabriel Sales. From the recordings of this research, six interviews were selected, considering the criteria of gender, age group, and level of education of the informants. The objective was to understand how the phenomenon of vowel variation manifests itself in the specified position and

environment. Based on the data analysis, it was possible to identify the phonetic-phonological processes that influence vowel realization, while also relating them to sociolinguistic aspects. The study is grounded in previous research addressing phenomena such as vowel harmony, raising and lowering processes, neutralization, and linguistic variation. Thus, this investigation seeks to observe, describe, and interpret vowel variation in the first pretonic syllable.

Keywords: Vowel Variation; Pretonic Syllable; Sociolinguistics; Northeast Brazil.

Introdução

Refletir sobre a língua permite compreendê-la como um fenômeno historicamente situado e intrinsecamente heterogêneo, assim como William Labov (1972) abordou em seu livro *Padrões Sociolinguísticos*. Nesse sentido, esse fenômeno está sujeito a constantes transformações ao longo do tempo e do espaço.

O sistema linguístico, segundo Labov, combina regras variáveis e categóricas que operam em todos os níveis da linguagem, conferindo-lhe uma heterogeneidade estruturada.

Essa diversidade pode ser observada em todas as línguas do mundo, inclusive em pequenas comunidades de fala, evidenciando o caráter dinâmico da linguagem. Como todas as línguas refletem a pluralidade das experiências históricas, sociais, culturais e políticas de seus falantes, elas não são consideradas como sistemas estáticos. Costa (1996, p. 52) sintetiza essa ideia ao afirmar: “Na verdade, toda língua é um conjunto heterogêneo e diversificado porque as sociedades humanas têm experiências históricas, sociais, culturais e políticas diferentes”.

Dessa forma, a variação linguística é inerente a qualquer língua viva, resultando muitas vezes em modificações que ocorrem ao longo do tempo, nos diferentes contextos geográficos e sociais, bem como nas circunstâncias comunicativas específicas em que os falantes se encontram.

Assim sendo, a constatação de que a variabilidade é uma propriedade essencial de qualquer sistema linguístico leva naturalmente à questão sobre os fatores que determinam a escolha de uma forma linguística em detrimento de outra, seja por um falante individual ou por um grupo de falantes. Nesse contexto, a busca por uma explicação para esse fenômeno ganhou maior sistematização com o desenvolvimento da Sociolinguística, área que, por sua vez, se propõe a compreender as relações entre língua e sociedade.

Embora a Sociolinguística tenha começado a ganhar forma no início do século XX, foi somente na década de 1960 que a disciplina se consolidou, especialmente com os estudos de William Labov. Sua abordagem, conhecida como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, rompeu com a visão estruturalista tradicional e trouxe uma nova perspectiva sobre a relação entre língua e sociedade.

Inspirado por Antoine Meillet, Labov reforçou a ideia de que a língua é um fenômeno dinâmico e social, influenciado por fatores externos. Nessa mesma linha, Mikhail Bakhtin ampliou essa compreensão ao destacar a dimensão ideológica da linguagem. Como ele

afirma, "dependendo da língua, da época, dos grupos sociais ou do contexto e de seus objetivos específicos, pode prevalecer ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra" (Bakhtin, 1988 [1929], p. 147). Essa perspectiva demonstra que a variação linguística não é aleatória, mas estruturada pelas relações sociais e históricas dos falantes, o que contraria a ideia de um falante ideal em uma comunidade homogênea. Labov reforça essa concepção ao mostrar que não há dois indivíduos que se expressem de maneira idêntica, e que até mesmo um único falante ajusta sua linguagem conforme o contexto comunicativo.

À vista disso, com o avanço dos estudos sociolinguísticos, diversos fenômenos linguísticos passaram a ser analisados com maior atenção, resultando em investigações mais aprofundadas sobre suas particularidades. Nesse contexto, um dos fenômenos mais estudados atualmente e que tem sido objeto de análise por inúmeros pesquisadores é a variação das vogais pretônicas, especialmente no que se refere às vogais médias (/e/, /ɛ/, /o/ e /ɔ/).

Observa-se, no Brasil, uma crescente produção acadêmica voltada para a análise das vogais pretônicas. Diante desse cenário, e com o propósito de contribuir para a compreensão do panorama variacionista brasileiro, realizou-se um estudo acerca do comportamento dessas vogais na língua falada pela comunidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Assim, o presente relatório apresenta os resultados alcançados até o momento.

Metodologia

Esta pesquisa possui natureza quali-quantitativa, articulando discussão teórica e análise de dados empíricos. O desenvolvimento do projeto de pesquisa compreendeu, em seu momento inicial, leituras e reflexões teóricas acerca da temática delimitada, especialmente no campo da Sociolinguística. Foram fundamentais, nesse sentido, as leituras dos trabalhos de Costa (1996), Gorski e Coelho (2009), Calvet (2002) e Coelho *et al.* (2010).

Além disso, a fundamentação teórica contemplou aspectos fonético-fonológicos, como a harmonização vocálica, o alçamento e abaixamento vocálico, bem como processos de neutralização, conforme discutido em Bisol (2004, 2015), Bisol e Magalhães (2004) e Vogeley, da Hora e Aguiar (2011). Também foram consideradas pesquisas que abordam tais fenômenos em contextos regionais específicos, como as análises desenvolvidas por Maia (1989), Aragão (2015), Leite e Callou (2002), Paim e Anjos (2015), Sousa *et al.* (2015) e Silva (2009). No que tange à descrição das vogais no português, adotou-se ainda a perspectiva da fonologia clássica presente nas obras de Mattoso Camara Jr. (1970, 1999).

Para a análise empírica, o *corpus* utilizado nesta investigação deriva da pesquisa de campo do doutorado, em andamento, de Gabriel Sales, intitulada “Descrição fonético-fonológica do português falado no Rio Grande do Norte: Constituição e análise do banco de dados Amostra Linguística Potiguar [ALinP]”.

O *corpus* delimitado foi composto por gravações de entrevistas com seis informantes, distribuídos segundo os critérios de gênero (masculino e feminino), faixa etária (18 a 38 anos e 39 a 58 anos) e nível de escolaridade (ensino básico e ensino superior). Essas variáveis permitiram a formação de dois grupos etários, subdivididos segundo o gênero e a escolaridade, de modo a garantir uma amostra representativa. Para integrar a amostra, os informantes deveriam ter nascido em Natal (RN) ou vivido ao menos dois terços de sua vida no município. Adicionalmente, era necessário que fossem filhos de natalenses que também viveram sob as mesmas condições de residência.

Por fim, foram realizadas transcrições fonéticas de palavras recortadas da fala espontânea dos entrevistados. A partir dessas transcrições, efetuou-se uma análise qualitativa e uma análise quantitativa dos dados.

Resultados e Discussões

A análise dos áudios dos seis informantes permitiu a obtenção de resultados relevantes. Inicialmente, convém esclarecer que os participantes da pesquisa foram, de forma sistemática, identificados conforme as variáveis selecionadas. Dessa forma, na faixa etária 1, o falante do sexo masculino com nível de escolaridade básico foi identificado como NATF1ME1; o falante masculino com nível superior recebeu a sigla NATF1ME2; e a falante do sexo feminino com nível superior foi nomeada NATF1FE2. Na faixa etária 2, o falante do sexo masculino com nível superior foi identificado como NATF2ME2; a falante do sexo feminino com o mesmo nível de escolaridade recebeu a identificação NATF2FE2; e a falante do sexo feminino com nível básico foi designada como NATF2FE1.

A partir dessa codificação, foi possível avançar para a análise quantitativa. Nesse sentido, observou-se, de modo geral, que o processo de alçamento máximo se destacou como o mais produtivo entre todos os fenômenos fonológicos analisados, sobretudo quando havia distinção entre os pontos articulatórios das vogais tônica e pretônica, como pode ser observado na figura 1.

Além disso, constatou-se que apenas os falantes NATF1ME1, NATF2ME2 e NATF2FE2, ou seja, falantes de ambos os sexos, das duas faixas etárias e de graus de escolaridade diversos, apresentaram maior frequência de produção das médias baixas em comparação às médias altas, configurando as produções das médias baixas como as vogais de referência nos registros de fala da comunidade.

Nesse aspecto, esse resultado converge com o da pesquisa de Maia, realizada em 1986. Entretanto, os demais informantes, NATF1FE2, NATF1ME2 e NATF2FE1, produziram predominantemente médias altas, o que sinaliza a flutuação entre as vogais médias.

Comparando os dois falantes da faixa 1 com o mesmo grau alto de escolaridade, sendo um feminino e o outro masculino, pode-se concluir que os mais jovens com grau de escolaridade maior tendem a produzir mais vogais médias altas, assim como o indivíduo

da faixa 2 com menor grau de escolaridade. Por outro lado, jovens com menor grau de escolaridade parecem sustentar mais a produção de vogais médias baixas.

No entanto, a análise quantitativa revelou que, no total, foram registradas 197 ocorrências de vogais médias baixas, em contraste com 185 ocorrências de médias altas, conforme visto na figura 2. Desse modo, embora três falantes – tanto o homem quanto a mulher mais jovens com ensino superior e a mulher mais velha com ensino básico – tenham inovado, ao apresentar preferência pelas médias altas em relação às médias baixas, a predominância geral, ainda que pouco contrastante, recai sobre as médias baixas, corroborando, assim, a proposição de Maia (1986).

Ademais, a recorrência dessa preferência entre falantes com perfis socioculturais distintos – notadamente, aqueles da segunda faixa etária com maior nível de escolaridade e o da primeira faixa etária com menor escolaridade – sugere que tal característica possa constituir um traço identitário da comunidade de fala natalense, manifestando-se independentemente das variáveis sociais consideradas.

Já pela variável gênero, há um indicativo – quanto à produção das médias – de que as mulheres tendem a produzir mais as médias altas do que as baixas, assim observado na figura 3, enquanto os homens, por sua vez, manifestam mais a realização das médias baixas, como visto na figura 4.

Cabe destacar, ainda, que o comparativo interno a cada variável não mostrou relevância para a produção das vogais altas, desse modo, todos os falantes produziram mais vogais altas do que médias no conjunto.

Verificou-se, também, que o processo de harmonia vocálica ocorreu com maior produtividade quando envolveu segmentos de pontos articulatórios distintos: [i] tudus], em que [i] é anterior e [u] posterior arredondada; [poh'ke], em que [o] é posterior arredondada e [e] anterior, conforme analisado na figura 5. Tal condicionamento foi observado de maneira recorrente na fala de todos os participantes, o que reforça a consistência da condição.

No que se refere à ocorrência dos segmentos vocálicos no *corpus*, observou-se que as médias altas [e] e [o] – cujas produções se aproximaram bastante das realizações das médias baixas – resultaram, no entanto, de processo de harmonia vocálica; também foram resultantes de processo, no caso de alçamento máximo, as realizações de [i] e [u]. Por tais condicionamentos para as ocorrências das médias altas e altas na sílaba pretônica, as vogais /ɛ/ e /ɔ/ foram tomadas como formas de referência na fala da comunidade natalense, uma vez que ocorreram independentemente de processos fonético-fonológicos.

Conclusão

Face ao que foi exposto, a variação vocálica observada na comunidade de fala natalense evidencia a atuação de processos de alçamento, tanto parcial — que resulta na produção

de vogais médias altas — quanto máximo, que leva à realização de vogais altas. Como essas produções foram mais recorrentes em virtude da aplicação de processo, consideraram-se as vogais de referência as médias baixas. Cumpre lembrar ainda que a variação envolvendo as médias altas ou as altas foram mais produtivas quando as vogais da sílaba tônica e da pretônica apresentavam pontos de articulação distintos.

Por fim, comparando os resultados de Maia (1986) com os desta pesquisa, mantém-se o entendimento das vogais médias baixas como as formas de referência. Como informação nova, houve a percepção de que os pontos de articulação divergentes das vogais envolvidas leva à maior produtividade da variação, em decorrência de processos de harmonia e/ou alçamento.

Referências

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. As vogais pretônicas nos falares nordestinos: dados do ALiB. 2015.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988 [1929].

BISOL, Leda. A harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 31, n. 1, p. 185-205, 2015.

BISOL, Leda; MAGALHÃES, J. S. de. A redução vocálica no português brasileiro: avaliação via restrições. Revista da ABRALIN, v. 3, n. 1, p. 195-216, 2004.

BRESCANCINI, Cláudia Regina. A teoria da variação linguística. Pesquisas em Letras. Porto Alegre: ediPUCRS, p. 71-85, 2007.

CALVET, L. Sociolinguística: uma introdução crítica. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 1995.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1999.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. Sociolinguística. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172 p. ISBN 978-85-61482-25-11.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. A importância do conhecimento da variação linguística. Educar em Revista, Curitiba, n. 12, p. 51-60, 1996.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. *Working Papers em Linguística*, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LIMA, Simone da Silva. *Estereótipo e generalização do Nordeste: a imitação das vogais pretônicas na novela A Indomada*. 2024.

MIRANDA, A. R. M. INSIGHTS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS VOGAIS PRÊTONICAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: DADOS DE DESENVOLVIMENTO FONOLÓGICO E DE ESCRITA INICIAL. *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 54, 2013. DOI: 10.22456/2238-8915.38340. Acesso em: 29 mar. 2025.

PAIM, Marcela Moura Torres; ANJOS, Vitor Meneses dos. O alçamento das vogais médias pretônicas em Salvador (BA). *Caderno de Letras*, n. 24, p. 139-151, 2015.

SILVA, Ailma do Nascimento. *As pretônicas no falar teresinense*. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOUSA, Deuzina Almeida et al. A língua da gente: um estudo sobre o alteamento das vogais pretônicas no português falado no município de Amargosa (BA). *Revista Acadêmica Gueto*, Amargosa, n. 1, p. 65-80, 2015.

Anexos



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5

CÓDIGO: HS0717

AUTOR: VICTOR ENZO FONTES CÂMARA

ORIENTADOR: LUCAS FORTUNATO REGO DE MEDEIROS

TÍTULO: Meritocracia e Educação Básica: Contextos de Desigualdade e Cenários Alternativos de Êxito Individual

Resumo

A noção de meritocracia no contexto da educação básica traz uma problematização no que diz respeito aos seus limites diante das disparidades socioeducacionais. A ideia de mérito individual, embora seja difundida como ferramenta de incentivo à produtividade, mostra-se insuficiente quando é aplicada a contextos caracterizados pela ausência de equidade de condições que impactam significativamente o desempenho escolar dos alunos. Por meio de diálogos teóricos com Byung-Chul Han e Peter Sloterdijk, destaca-se como a sociedade do desempenho e o conceito de antropológicas auxiliam na compreensão das pressões de produtividade colocada sob os discentes, assim como exercícios formativos os quais constroem a experiência dentro da instituição escolar. Além disso, com base em Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Michael J. Sandel, traz-se à tona como o sistema de educação pode atuar como um ambiente de reprodução das desigualdades por meio da naturalização dos privilégios em nome do esforço individual. Assim, vê-se que a meritocracia, quando tratada como princípio absoluto, tende a ocultar questões externas aos estudantes que impactam diretamente seu êxito escolar, e legitimar a noção de “vencedores” e “perdedores” em vez de promover equidade de oportunidades.

Palavras-chave: Meritocracia; Educação; Desigualdade; Antropológicas; Equidade.

TITLE: Meritocracy and Basic Education: Contexts of Inequality and Alternative Scenarios of Individual Success

Abstract

The notion of meritocracy in the context of basic education raises questions regarding its limits in the face of socio-educational disparities. The idea of individual merit, although widely promoted as a tool to encourage productivity, proves insufficient when applied to contexts marked by the lack of equity in conditions that significantly affect students' academic performance. Through theoretical dialogues with Byung-Chul Han and Peter Sloterdijk, it becomes evident how the performance society and the concept of

anthropotechnics help in understanding the pressures of productivity placed on students, as well as the formative exercises that shape their experiences within educational institutions. Furthermore, drawing on Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, and Michael J. Sandel, it highlights how the education system can act as an environment that reproduces inequalities by naturalizing privilege in the name of individual effort. Thus, meritocracy, when treated as an absolute principle, tends to obscure external factors affecting students that directly influence their academic success and legitimizes the notion of “winners” and “losers” rather than promoting equity of opportunities.

Keywords: Meritocracy; Education; Inequality; Anthropotechnics; Equity.

Introdução

Meritocracia diz respeito a uma perspectiva acerca da ascensão individual, caracterizada pelos esforços e dedicações pessoais como fatores únicos para esse feito na sociedade. Esse debate vêm crescendo cada vez mais, principalmente em sociedades polarizadas, e ganha destaque no que diz respeito às noções de responsabilidade e liberdade individuais, políticas públicas e o papel do Estado para a população civil.

O tema em questão foi trazido por meio de um forte interesse em investigar a validade desse discurso, especialmente no contexto da educação básica - a qual é a base de todos os indivíduos para o seu êxito sócio-profissional. A ideia de meritocracia vem conquistando um espaço cada vez maior nas discussões sobre políticas educacionais, embasada na ideia de que o sucesso acadêmico e profissional depende do mérito individual. Em detrimento disso, a noção meritocrática é constantemente utilizada com o objetivo de justificar a implementação de sistemas onde os alunos são avaliados com base em seu desempenho, assim como momentos de premiações dadas pelas instituições de ensino-aprendizagem por meio de, por exemplo, certificados de “aluno destaque”.

Essa ideia tem sido, em muitas ocasiões, discutida no campo da educação básica brasileira. No entanto, a sua aplicação em contextos marcados por disparidades socioeducacionais despertam diversas análises.

Dentro do cenário da educação brasileira, existe uma variedade de realidades de estudantes, e diversas condições de permanência e êxito desses no sistema educacional podem impactar de maneira considerável os resultados da aprendizagem estudantil. Por isso, surgem diálogos acerca de possíveis limites do discurso meritocrático como uma ideia absoluta em relação ao desempenho dos alunos, especialmente quando é considerado ampla gama de vivências e trajetórias dentro da escola.

Este artigo tem como finalidade trazer um exame sobre como a noção de meritocracia é trabalhada na educação básica brasileira, buscando entender suas bases e implicações possíveis. Tomando como princípio análises teóricas e críticas de obras envolvendo o assunto em questão, assim como a aplicabilidade e possíveis adaptações do conceito de “antropotécnicas”, desenvolvido pelo filósofo alemão Peter Sloterdijk, como também ideias desenvolvidas pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, pretende-se trazer uma

abordagem exploratória dessas diversas perspectivas que estejam - ou possam estar - relacionadas ao conceito e aplicação da meritocracia no ambiente escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada diz respeito a uma revisão de literatura. As obras utilizadas dizem acerca de reflexões sobre o excesso de positividade (Han), o conceito de antropotécnicas (Sloterdijk), a escola como instrumento de manutenção das desigualdades (Bourdieu e Passeron) e a ênfase excessiva no mérito individual (Sandel).

Resultados e Discussões

.Meritocracia no ambiente escolar

No contexto das instituições de educação básica, a noção de meritocracia frequentemente é feita para com os discentes por meio de ferramentas avaliativas com o objetivo de averiguar o seu desempenho individual, como provas, seminários e entrega de trabalhos escritos. Essas maneiras de avaliação, apesar de serem, em essência, justificáveis em detrimento do incentivo ao esforço pessoal, podem se tornar mecanismos de entrave dentro de diferenças socioeducacionais existentes no país. Devido a essa realidade, assim como as necessidades presentes na sociedade atual para ascensão social e profissional, observa-se uma dinâmica significativa em relação ao desenvolvimento da dedicação. Han (2024) afirma que há uma mudança cultural na qual o indivíduo atual para de receber opressões vindas de estruturas externas, e passa a praticar a autoexploração. Essa nova prática é movida pelo desejo frequente de performance e produtividade.

“A positivação do mundo faz surgir novas formas de violência. Essas não partem do outro imunológico. Ao contrário, elas são imanentes ao sistema. [...] a violência da positividade não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva.” (HAN, 2024, p. 18-19)

No trecho destacado, o filósofo sul-coreano defende que o excesso de positividade carrega consigo novas maneiras de violência inerentes ao próprio contexto individual dos seres humanos, o que pode não ser visto explicitamente muitas vezes. Essa dinâmica de disciplina vindo da “positivação do mundo” não possui uma natureza excludente nem coercitiva, as quais encontram-se em sociedades disciplinares - marcadas pela transmissão de padrões rígidos de comportamento -, mas sim exaustivas.

Em outras palavras, o reforço exagerado de estímulo, esforço e responsabilidade pessoal acarretam o desejo incessante da busca pela produtividade. Tomando esse princípio como norte, é visível, no contexto contemporâneo, que o indivíduo [especialmente, no caso, o estudante] é pressionado a desenvolver uma performance altamente satisfatória, levando pouco ou nada em consideração suas condições ou limites momentâneos (pessoal ou material).

“O imperativo da expansão, [...] pressupõe uma oferta de produtos ligados à identidade. Com quanto mais frequência se troca de identidade, tanto mais se impulsiona a produção. [...] a sociedade do desempenho não industrial necessita de uma pessoa flexível, para poder aumentar a produção” (HAN, 2024, p. 102)

Em relação à noção de produtividade e ambiente educacional, há uma relação direta no que diz respeito aos impactos da sociedade do desempenho, principalmente se o contexto escolar no qual um aluno está inserido possui alguma tendência pedagógica liberal e/ou voltada à preparação para o mercado de trabalho. Nesse cenário, o aluno buscaria uma flexibilidade com o objetivo de atender às demandas presentes em suas atividades, o que impulsiona a produtividade acadêmica. Assim, estando ele inserido nessa realidade, haveria uma “mudança de identidade” frequente para que ele possa atingir ou tentar atingir os objetivos pedidos.

Ainda em diálogo com as escolas, a partir do momento em que as instituições reiteram que o bom desempenho escolar depende exclusivamente do esforço e dedicação individuais, pode ocorrer uma banalização das realidades externas, aspectos socioeconômicos, as quais atravessam o caminho de cada estudante. Nessa perspectiva, a retórica escolar que engrandece valores como independência e mérito, embora possa ser bem recebido como uma intenção legítima, também é capaz de trazer exigências que os aprendizes não consigam lidar de maneira igualitária.

Em determinadas situações, pode-se refletir que essa dinâmica entre estudante e instituição de ensino-aprendizagem aprofunde um tipo de pressão interna que ultrapasse limites pessoais desses alunos, o que se aproxima das experiências emocionais desgastantes. Sendo assim, o cotidiano de estímulo ao desempenho educacional por meio da iniciativa e dedicação exclusiva de cada discente sem considerar fatores externos traz possibilidades de “violência da positividade”.

A escola, como uma instituição escolar voltada para a formação de cidadãos - embora algumas possam se diferenciar de outras quanto à maneira como a qual isso é feito -, em geral, é um local cujo desenvolvimento de competências é um dos objetivos. Nesse cenário, as práticas educativas são baseadas em finalidades de exercícios, construções de habilidades e competências, o que está em semelhança com a noção de antropotécnica.

Sloterdijk (2000) afirma que o ser humano se constrói frequentemente, ele molda a si mesmo por meio de um conjunto de técnicas e atividades cujos desenvolvimentos físico, intelectual ou espiritual são objetivos determinados. O autor defende, por meio de sua contextualização da mudança das sociedades, saídas do período monárquico / aristocrático e adentradas ao contexto contemporâneo, que o ser humano busca se aperfeiçoar para que se transforme naquilo que ele deseja ser, é o ato de se exercitar repetidamente. E, esse campo de pensamento, certamente, pode se relacionar com contextos de ensino-aprendizagem.

Assim sendo, as escolas inserem para os seus alunos repetições de atividades semelhantes (provas, seminários, etc), exercícios flexíveis (como conhecimento de mundo por meio de aulas-campo, exercícios físicos), entre outras dinâmicas as quais visem o autodesenvolvimento.

“O ato produz o ativo, a reflexão, o refletido, a emoção, o senciante, o exame de consciência, a própria consciência. Os hábitos formam as virtudes e os vícios, os complexos de hábitos, as “culturas” (SLOTERDIJK, 2018, p. 395).

Nessa afirmação supracitada, o filósofo sugere que as atividades frequentes desenvolvem a construção do indivíduo, ou seja, as ações não dizem respeito apenas às suas finalidades, mas também ao próprio ser humano em si. O exercício, em suas repetições, trabalha não apenas habilidades, mas também desenvolve condições profundas de consciência em diversos campos. Esse entendimento está relacionado a uma percepção de que os resultados dos exercícios repetidos não estão exclusivamente em seus resultados, mas também em seu processo de execução, mostrando uma interação conectiva do sujeito para com o seu contexto exterior.

Assim, a ênfase meritocrática na educação básica ganha um destaque a mais em detrimento da forma como as práticas escolares são oferecidas e incentivadas. Dentro de uma realidade em que o discurso sobre mérito individual se torna predominante, torna-

se necessário o questionamento de se todos os discentes partem do mesmo ponto social e material para desenvolver em si mesmos os hábitos os quais os levariam ao alcance das virtudes escolares, os resultados das possíveis antropotécnicas no contexto educacional. Em outras palavras, afinal, se as formas de viver em sociedade e interagir com o mundo são, também, trabalhos de hábitos atravessados por circunstâncias pessoais e/ou estruturais - como a própria desigualdade socioeducacional -, então, a meritocracia pode ser questionada, pois o sucesso das pessoas não seja efeito apenas de dedicação isolada, mas no fato de que alguns indivíduos possam não ter tido a oportunidade de aprender os mesmos exercícios ao longo do tempo.

Além disso, a escola, como instituição social cujos desdobramentos do contexto histórico nela estão presentes, pode atuar como um ambiente onde as antropotécnicas - relacionadas à excelência acadêmica - trazem reflexos da era contemporânea.

“Tens de mudar a tua vida! - isto, por conseguinte, não significa nada mais para eles [indivíduos] do que o convite a seguirem os modelos de deuses ou de divindades feitas homem sob cuja influência se esbatem as fronteiras entre o possível e o impossível. Com o advento dos Tempos Modernos, o imperativo absoluto muda de alvo. Agora diz: tens de te portar de tal maneira que antecipas na tua pessoa o melhor mundo no mau. Já não está longe o dia em que o sentido da frase se transformará totalmente num manual de instruções para “uso externo”: tens de mudar o mundo de modo a que, se for remodelado da maneira correta, possas adaptar-te a ele com boa consciência. A Modernidade é a época em que os homens que ouvem o apelo à transformação já não sabem por onde começar: pelo mundo ou por eles próprios - ou por ambos ao mesmo tempo” (SLOTTERDIJK, 2018, p. 399)

Partindo disso, o autor supracitado apresenta as mudanças ao longo do tempo, enquanto havia um chamado ao autoaperfeiçoamento espiritual baseado em divindades em períodos históricos passados, hoje é visto uma tendência moderna caracterizada pela transformação individual e do mundo. A Modernidade destaca uma virada de atitudes onde os seres humanos não conseguem, a priori, avaliar se devem começar pela reformulação pessoal ou pela reformulação do mundo que os cercam. O sujeito é levado a evoluir a si mesmo ao mesmo tempo em que deseja moldar o cenário exterior para que possa ser habitável, garantindo sua integridade nele.

Essa dinâmica de construção de exercício pode ganhar notoriedade em contextos escolares no que diz respeito às estruturas externas as quais a reconstrução delas são necessárias. Antropotécnicas são exercícios constantes cujo objetivo é a elevação física, mental ou espiritual com um significado claramente definido, no entanto, quando o sucesso acadêmico é encarado como dependente exclusivo do trabalho duro dos discentes, a realidade do “mundo exterior”, ou seja, as estruturas que podem ser

reformuladas, tem a atenção negligenciada. O que se observa nessa perspectiva é que, quando as instituições formativas trabalham em cima da ênfase do aluno sem levar em conta limitações das estruturas sociais, suas antropotécnicas terão, conseqüentemente, limitações - entraves atravessados pela realidade exterior que, por ainda não serem reconstruídas, interferem na elevação própria dos estudantes.

. Mérito individual e contextos socioescolares

A meritocracia, especialmente dentro das escolas, pode apresentar questões mais complexas quando se traz à tona a heterogeneidade das questões sociais e culturais as quais estão entrelaçadas ao cotidiano dos alunos. Bourdieu e Passeron (2023) defendem uma interpretação na qual o sistema de ensino-aprendizagem causa uma continuidade das desigualdades, em vez de contribuir para diminuí-las, mediante uma lógica que mascara como mérito aquilo que deveria ser reconhecido como privilégio. Diante disso, as ferramentas as quais avaliam a situação dos aprendizes, como “melhor aluno”, ou caso de “excelência acadêmica”, possuem o risco de naturalizar disparidades pré-existentes onde as interferências em suas trajetórias educacionais recebem impactos diretos.

Nessa discussão, coloca-se em análise as dinâmicas educacionais advindas das estruturas, uma realidade moldada direta ou indiretamente pelos mecanismos dominantes, onde o ponto de partida dos alunos pode não ser considerado.

“Devendo ter conseguido êxito num empreendimento de aculturação para satisfazer ao mínimo as exigências escolares em matéria de linguagem, os estudantes das classes populares e médias que ascendem ao ensino superior são necessariamente submetidos a uma mais forte seleção, segundo o próprio critério da competência linguística [...] Segue-se logicamente que a mortalidade escolar só pode crescer à medida que se vai às classes mais afastadas da língua escolar, mas também que, numa população que é o produto da seleção, a desigualdade da seleção tende a reduzir progressivamente e às vezes a anular os efeitos da desigualdade ante a seleção”. (BOURDIEU, PASSERON, 2023, p. 104-105)

O sistema educacional, sendo assim, traz uma questão dinâmica e contínua de seleção tomando como princípio aspectos culturais, sobretudo o quesito linguístico, o qual é visto como mérito de maneira natural. Porém, revelando camadas profundas, atua como um reflexo de impactos da estrutura dominante fora do ambiente escolar, principalmente da instituição social da família. Aqueles que são advindos de classes populares e médias, quando chegam à educação superior - o que é o desejo de muitos em detrimento

da vontade de mudar sua situação socioeconômica -, significa que vieram de uma filtragem na qual foi exigida deles uma forma de “aculturação”, que são códigos de linguagem e de cultura que, em algum grau, se distanciam de sua classe social de origem.

Dentro dessas circunstâncias, a exigência dessas competências são capazes de tornar mais ainda determinante essa “seleção”, aumentando a probabilidade de um desempenho escolar menos produtivo, pois o aluno não “se esforçou o suficiente”. Com a continuidade das etapas escolares, a tendência é permanecer as pessoas cuja adaptação a esse filtro já conseguiu praticar, o que tende a apresentar uma camuflagem dos entraves já existentes que não puderam permitir uma adaptação ainda maior, o que abre muitas brechas para a interpretação de que todos, ao final do processo, chegaram ali apenas pela competência individual.

“A divisão política que importava, os vencedores explicaram, não era mais esquerda versus direita, mas aberto versus fechado. Em um mundo aberto, sucesso depende de educação, de se equipar para competir e vencer em uma economia global. Isso significa que governos nacionais devem assegurar a todo mundo oportunidades iguais de receber a educação da qual depende o sucesso. Mas isso também significa que aqueles que chegam ao topo passam a acreditar que merecem o sucesso. Ademais, se oportunidades são verdadeiramente iguais, significa que aqueles deixados para trás também são merecedores do seu destino.” (SANDEL, 2020, p. 11)

A educação básica, a qual é a base de todas as sociedades - e de toda a humanidade - diz respeito ao momento no qual os seres humanos devem ser ensinados, moldados, construídos para os seus futuros exercícios. As próprias antropológicas desenvolvidas por essas pessoas nesse estágio da vida possuem um peso significativamente fundamental devido ao momento inicial do aperfeiçoamento individual, assim como o aperfeiçoamento do mundo feito por indivíduos bem educados. Partindo desse princípio, ao tratar-se dessa base social, a ênfase excessiva da meritocracia na educação básica pode, não apenas mascarar realidades adversas trazidas pelas diversas realidades estruturais, como também criar uma cultura de perdedores e vencedores. Juntando todos esses aspectos, a educação atua como uma ferramenta que não se limita ao aperfeiçoamento humano, mas também de reconhecimento das diversas situações humanas. A naturalização das desigualdades, o que está entrelaçado direta ou indiretamente ao sentimento de “merecimento” do sucesso ou fracasso, diz muito sobre como a instituição escolar está lidando com seu papel, como ele é trabalhado.

Conclusão

A meritocracia no contexto da educação básica apresenta uma compreensão de que, apesar de a ideia de mérito individual ter relevância como ferramenta de valorização do esforço e dedicação pessoais, sua aplicabilidade em situações marcadas por disparidades sociais e educacionais apresenta limites consideráveis. O mérito, quando considerado como critério único de prosperidade acadêmica, tende a ocultar diferenças estruturais, naturalizando privilégios e criando uma noção de “merecimento” entre as pessoas para com seus resultados, que podem não ter sido positivos.

Nesse contexto, observa-se que a escola contemporânea, no momento em que reforça práticas voltadas ao desempenho e à autoexploração, insere o discente em situações de exigência de produção escolar a qual possa gerar uma pressão não saudável e, por conseguinte, desgaste emocional. Se, de um lado, as atividades feitas na instituição escolar podem ser classificadas como antropológicas quando trazem exercícios contínuos de formação, de outro, a ênfase na dedicação exclusiva ignora as realidades sociais que impactam diretamente nas possibilidades de autoaperfeiçoamento.

Além disso, e dentro dessa dinâmica de produtividade escolar, a escola também pode atuar como um local de reprodução da mesma desigualdade social ao exigir dos alunos mecanismos linguísticos, culturais e intelectuais que não são acessíveis de maneira igual. Sendo assim, a meritocracia reforça uma lógica de naturalização da seleção socioeducacional, recompensando aqueles que já são beneficiados pela estrutura desigual.

E, diante de todo esse exposto em suma, a ideia de mérito na educação básica deve ser trabalhada de maneira crítica, reconhecendo a sua essência justa de incentivo à dedicação do indivíduo, mas também seu risco de mascarar trajetórias marcadas por dificuldades sociais e educacionais. A escola, como instituição social voltada à construção de um futuro digno a todos os seus estudantes, deve conciliar o desenvolvimento de habilidades e competências com a responsabilidade individual juntamente com a sensibilidade diante das condições adversas de estudantes que necessitem dessa atenção para a construção de um ambiente caracterizado pela equidade de oportunidades.

Referências

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino. Tradução de Reynaldo Bairão - Rio de Janeiro, 8.º Edição: Editora Vozes, 2023

HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2024

SANDEL, Michael J. A Tirania do Mérito: O Que Aconteceu Com o Bem Comum? Tradução de Bhuvli Libanio - Rio de Janeiro, 7.º Edição: Editora Civilização Brasileira, 2022.

SLOTERDIJK, PETER. Regras Para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger Sobre o Humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques - São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2000.

SLOTERDIJK, PETER. Tens de Mudar de Vida: Sobre Antropotécnica. Tradução de Carlos Leite - [S.l.]: Relógio D'Água Editores, 2018

Anexos



Vídeo

CÓDIGO: HS0723

AUTOR: FABIANE KAROLINE COSTA DE SOUZA

ORIENTADOR: JANAINA WEISSHEIMER

TÍTULO: Bilinguismo e Biliteracia: Complexidade de tarefas e conectividade de fala

Resumo

O presente trabalho baseia-se e dá continuidade ao estudo An Interplay Between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals, realizado pelo PpgEL/CCHLA em 2023. Cunha (2023) a relação da Teoria da Mente (ToM) e Capacidade de Memória de Trabalho (WMC) no desempenho de tarefas orais de descrição de imagens por meio da ferramenta de Speech Graphs. No presente estudo, 30 participantes estudantes das habilitações do curso de Letras da UFRN, bilíngues passaram por três testes: o VLT, um teste de conhecimento de vocabulário em língua inglesa, um teste de reconhecimento de gafes sociais Faux Pas Recognition Test e um teste de produção oral em língua inglesa de descrição de quadrinhos em duas versões, simples e complexa, a fim de analisar a influência da complexidade de tarefas na conectividade de fala intervinda pela ToM. Nossos participantes demonstraram alto nível de conhecimento vocabular em língua inglesa ($M=140,4/150$; $DP=4,7$) no teste de VLT, fazendo-nos considerá-los falantes avançados. Previmos que participantes com maior habilidades de inferência social resultariam numa maior conectividade de fala em tarefas, independente da complexidade, ao contrário do que aconteceu em Cunha (2023), onde falantes iniciantes tiveram um melhor desempenho em atividades de simples. Essa hipótese se concretizou ao analisar os dados do teste oral, em que resultou em conectividades longas (LSC; $p= 0,0035$) e alta produtividade de palavras (WC; $p<0,001$).

Palavras-chave: Bilinguismo. Conectividade de fala. Teoria da Mente.

TITLE: Bilingualism and Biliteracy: Task Complexity and Speech Conectedness

Abstract

The present study is based on and gives continuity to An Interplay Between Task Complexity, Individual Differences and Speech Connectedness in Adult Bilinguals, made by PpgEL/CCHLA in 2023. Cunha (2023) studied the relation of Theory of Mind (ToM) and Working Memory Capacity (WMC) on the production of image description oral tasks using the Speech Graph tool. In this study 30 volunteer bilinguals students of Letras at UFRN underwent three tests: VLT, a test of vocabulary knowledge in English as an L2, a social inadequacies recognition test, the Faux Pas Recognition Test, and an oral production test by describing comic strips in two versions, simple and complex, by means of analysing how task complexity influences speech connectedness when intercepted by ToM. Our participants have shown a high vocabulary knowledge of English ($M=140,4/150$; $DP=4,7$) in the VLT test, making us consider them advanced speakers. We predicted that participants with higher social inference skills would have greater speech connectivity across tasks, regardless of complexity, unlike Cunha (2023), who found that beginning speakers performed better on simple tasks. This hypothesis was confirmed by analyzing the oral test data, which resulted in long connectivities (LSC; $p=0.0035$) and high word productivity (WC; $p<0.001$).

Keywords: Bilingualism. Speech Conectedness. Task Complexity.

Introdução

Durante os séculos de ensino formal do Inglês como Segunda Língua (L2), foram conceituados diversos métodos de ensino-aprendizagem da língua, de acordo com os objetivos de uso desta, mas também o momento sócio-histórico em que foi pensada. Com isso, temos o Grammar-Translating Method e o Audio-Lingual Method, por exemplo, teorias de ensino de língua focadas no docente e focadas em aspectos formais da língua e destoadada da realidade de falantes reais, como a gramática normativa (Catalano, 1999).

Em dissonância com esses preceitos, Prabhu (1987) desenvolve a Task Based Approach to Language Teaching (TBLT), pois teorizava que o aprendizado efetivo de uma L2 ocorreria se o foco fosse não na língua em si, mas na execução de tarefas baseadas em interações próximas a realidade, transferindo-as para um contexto de sala de aula (Ellis, 2003).

Surgiu então a necessidade de delimitar o que seriam essas tarefas, conceito base para esse método de ensino e para o presente estudo. Para a ação pedagógica, a tarefa se deu com o objetivo de resultar na língua semelhante à usada no dia-a-dia, com foco no significado e conclusão, além de ser baseada em atividades concretas do mundo real (Skehan, 1998; Ellis, 2003).

Para esse estudo, o aspecto da complexidade da tarefa é chave e seguirá duas perspectivas: a Cognition Hypothesis, de Robinson (2001b, 2007), defende que a maior complexidade de tarefa promove a atenção e a elaboração linguística na L2; e o Trade-off Model (Skehan, 1998), em que o aumento da demanda cognitiva resulta no

comprometimento da fluência ou acurácia, uma vez que os recursos de processamento são limitados.

Para melhor entender a relação da complexidade de tarefa e a conectividade de fala, usaremos o SpeechGraph, um software para análise de fluxo de discurso oral (Mota et al. 2014). Inicialmente criado para a análise de discurso de pacientes clínicos, a fim de averiguar a conectividade de fala em pacientes com primeiros sinais de doenças neurodegenerativas, a ferramenta também se prova útil em análise do discurso de bilíngues ao observar o padrão da fala oral e prever fluência e performance na L2 (Leandro, 2020). Portanto, a ferramenta computacional será usada no presente trabalho para melhor entender a fluência e performance dos participantes da pesquisa em tarefas simples e complexas.

Metodologia

Objetivo e foco da pesquisa

O objetivo principal do estudo aqui reportado foi investigar a relação entre complexidade de tarefas, conectividade de fala e produção oral de falantes C1 de uma segunda língua. Em outras palavras, o foco desta pesquisa é analisar os efeitos de tarefas mais ou menos complexas na conectividade da fala em L2. A produção oral dos aprendizes foi analisada usando a ferramenta computacional SpeechGraphs que mediu as diferentes formas que indivíduos de nível avançado em uma língua realizam suas conectividades de fala, a partir de tarefas complexas e simples. Nosso estudo foi baseado em Cunha (2023), porém, resolvemos implementar o mesmo protocolo com participantes com nível C1 em L2, dessa forma levantamos algumas hipóteses e esperávamos obter resultados diferentes do de Cunha (2023), justamente pelo fato de nossos participantes terem um nível avançado em L2, diferentemente do trabalho da pesquisadora. Assim, segue abaixo a nossa pergunta de pesquisa.

Pergunta de pesquisa : A conectividade de fala e fluência em L2 variam em função da complexidade de tarefas?

Hipótese: Nós esperávamos encontrar uma correlação positiva entre as nossas variáveis. Nossa hipótese é que teremos resultados diferentes de Cunha (2023) e que, devido aos nossos participantes terem nível C1 em L2, eles teriam um desempenho melhor na tarefa mais complexa, pois se sentirão cognitivamente mais engajados. Tivemos essa hipótese, pois em Cunha (2023), pelo fato de seus participantes terem nível A2, eles não contavam com conhecimento em L2 suficiente, e, portanto, tiveram desempenho melhor somente na tarefa mais simples.

Estrutura da pesquisa

O presente estudo foi conduzido em razão de investigar a complexidade de tarefas, sua relação com a conectividade de fala e fluência em L2 dos participantes, e como essas

variáveis resultariam na produção oral de diferentes indivíduos. Assim, foi realizado um estudo quantitativo com 30 falantes nível C1 de inglês como L2. Os dados foram obtidos de maneira presencial na sala 401 do LEELin (Laboratório de Estudos Experimentais em Linguagens), CCHLA, na UFRN. O presente estudo apresenta protocolo de ética aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Permissão 56840322.3.0000.5537).

Nosso experimento contou com algumas etapas. Primeiramente, todos os participantes assinaram um termo de compromisso, e em seguida, realizaram um teste de proficiência em língua inglesa (VLT - Vocabulary Level Test), pois todos os nossos participantes deveriam ser nível C1 (no mínimo). A seguir, eram mostradas histórias em forma de tirinhas, divididas em complexas e simples, de modo que os participantes tinham que narrá-las (em produção oral na L2).

Nosso experimento analisou dois níveis de complexidade de tarefas (complexa e simples). Adotamos também o Speech Graphs para analisarmos variáveis de conectividade de fala (LSC - Strongly Connected Component) e fluência (WC - Word Count). Vale destacar que analisamos aspectos como a pontuação mínima, máxima e a média dos participantes pelo Speech Graphs.

Participantes e Contexto

Para a realização do presente estudo, contamos com a participação de 30 brasileiros voluntários, falantes da Língua Inglesa como L2 (todos apresentando nível de proficiência C1, reforçado pelo teste VLT). Os participantes eram estudantes de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foram recrutados através da divulgação do projeto, por meio de post nas redes sociais, postagens da UFRN e panfletos com qr code, que foram espalhados pelo ambiente acadêmico (em especial, Setor II e Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). Assim, os interessados foram instruídos sobre quais seriam os requisitos necessários para estarem aptos a participar. As condições eram:

Os participantes deveriam ter o português como L1 e inglês como L2.

Ser adultos com nível de proficiência C1 em L2, no mínimo.

Disponibilidade para a realização do protocolo de maneira presencial

Os 30 participantes eram 16 mulheres e 14 homens. A média de idade dos participantes foi de 25.36 anos, sendo todos estudantes de Letras na UFRN com habilitação em um dos cursos (Inglês, Espanhol, Português). Todos os participantes assinaram termo de consentimento, permitindo os procedimentos e autorizando a gravação de seus áudios na produção oral.

Instrumentos de coletas de dados e procedimentos

Tarefa de Produção Oral

A complexidade de tarefas é um fator bastante importante no processamento e aquisição da segunda língua; nesse sentido, essa complexidade pode ser manipulada de várias maneiras, como impor demanda cognitiva (Robinson, 2001). Nossa pesquisa foca na demanda cognitiva de tarefas e seu efeito na conectividade de fala e fluência em L2 dos participantes.

De acordo com a teoria do esforço cognitivo (Sweller, 1988), o aprendizado é mais efetivo quando a demanda cognitiva da tarefa está de acordo com a capacidade cognitiva do estudante. Desse modo, é importante manipular atividades de maneira a encontrar um nível ideal de complexidade de tarefas que seja capaz de desafiar os estudantes, sem causar estresse cognitivo, mas que também não seja extremamente simples, a ponto de não engajar cognitivamente esses estudantes. (Van der Meijden & de Jong, 2006; Cunha, 2023).

No nosso estudo, os participantes viam duas tirinhas diferentes (Figura 1), uma simples com 4 quadros (completos) e outra com um quadro faltando (complexa). As tirinhas representavam situações fora do comum, como um cachorro lendo jornal e outra com dois homens em trajes de banho numa praia falsa. Nesse sentido, os participantes deveriam utilizar a L2 para descrever oralmente o que estava acontecendo em cada tirinha (tanto a complexa - sem um quadro, quanto a simples - com todos os quadros completos). Após as gravações, os áudios foram transcritos e usados no Speech Graphs.

Figura 1 - Tirinhas simples e complexa, respectivamente, parte do Picture Description Task.

Resultados e Discussões

Para a análise de dados, a gravação da produção oral em língua inglesa referente as tirinhas simples e complexas foi transformada em arquivos de texto e processadas pelo Speech Graphs 1.1.0 (Mota et al. 2014) e pelo RStudio para obter os dados quantitativos do discurso e as variáveis discutidas previamente. Ao considerar a fluência (WC) e a conectividade de fala longa (LSC), pode-se responder a nossa pergunta de pesquisa.

Para a análise de dados, a gravação da produção oral em língua inglesa referente as tirinhas simples e complexas foram transformadas em arquivos de texto e processadas pelo Speech Graphs 1.1.0 (Mota et al. 2014) e pelo RStudio para obter os dados quantitativos do discurso e as variáveis discutidas previamente. Ao considerar a fluência (WC) e a conectividade de fala longa (LSC), pode-se responder a nossa pergunta de pesquisa.

Na Tabela 1, é possível encontrar informações sobre os dados de VLT, WC e LSC na condição simples e WC e LSC na condição complexa, em seus valores médios, pontuação mínima e máxima obtida pela amostra de 30 participantes.

Tabela 1 - Descrição dos dados de pontuações do VLT, LSC e WC

Os dados coletados mostram uma diferença nos valores de LSC e WC nas condições simples e complexa. Ao analisarmos os dados, atrelamos esse fato ao nível de proficiência em língua inglesa dos participantes, que realizaram o VLT. Como pode ser visto na tabela acima, a média do VLT para a amostra de 30 participantes foi de 140.4, sendo o menor valor coletado igual a 104.0 e a maior pontuação possível para o teste, 150.0. Por isso, categorizamos esses voluntários no nível C1 de fluência, demonstrando ter grande aporte da L2 inglês.

Essa inferência também pode ser feita ao analisar os dados de Word Count nas duas modalidades de tarefas. Na modalidade simples o desempenho foi de 90.3, e 101.3 no complexo. Esses números indicam uma maior variedade vocabular no modelo de atividade complexa.

Pode-se perceber também, pelos dados de LSC, uma média de conectividade de fala de 48.6 pontos na tarefa simples, enquanto a tarefa complexa tem uma média de 54.4. Ou seja, os estudantes C1 performaram melhor em atividades complexas, tal qual a Cognition Hypothesis (Robinson, 2001) prevê, em que alunos com maior aporte da L2 performam melhor em atividades cognitivamente mais estimulantes.

Esse efeito ocorreu conforme esperado, já que nossa hipótese consistia em maiores pontuações de WC (fluência) e LSC (conectividade de fala) na manipulação complexa da tarefa, indo de encontro com os resultados de Cunha (2023). Baseamos essa hipótese na diferença quantitativa do resultado do VLT em nossos grupos, que é referente ao nível C1 em nosso caso, mas A2 para o estudo anterior, resultando em efeitos opostos. Uma vez que os aprendizes de Cunha (2023) desempenharam-se melhor na complexidade simples, o oposto ocorreu com nosso grupo, comprovando as hipóteses de Skehan (1998) e de Robinson (2001), mas levando em consideração o domínio da L2.

Para melhor compreender a diferença de desempenho nas atividades, comparemos o Gráfico 1 (descrição de Speech Graph) na modalidade complexa da atividade e o Gráfico 2 (descrição de Speech Graph), na simples.

Gráfico 1- Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa complexa)

Gráfico 2 - Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa simples)

Nos gráficos acima, estão representados o fluxo discursivo do participante P25 de nosso estudo, em modalidade complexa (esquerda) e simples (direita). Cada palavra desse discurso é retratada como um nódulo vermelho na imagem, e as setas indicam o padrão de fala do participante (Mota et al., 2014).

Observa-se que ambos possuem uma variedade vocabular alta, sendo essa ainda maior na modalidade complexa da atividade, conjuntamente de um discurso mais conectado também nessa modalidade. Essas observações reforçam o perfil de nível avançado dos participantes da pesquisa e a nossa hipótese de que falantes avançados (C1) de uma L2 possuem melhor produtividade em tarefas que os desafiam cognitivamente, pois, ao passo que carregam um maior esforço mental, estes já possuem domínio de língua o suficiente para o alto estímulo ser recebido de forma positiva e servir como forma de

motivação e auto recompensa pela sua completude julgada como satisfatória por si mesmo.

Para falantes iniciantes de uma L2, porém, essa alta demanda cognitiva não é motivadora, pois eles não possuem domínio linguístico abrangente para realizar as tarefas complexas, resultando em um alto volume de repetições de palavras (RE), baixa diversidade de palavras (WC) em suas frases e construções mais curtas (LSC), como aconteceu no estudo de Cunha (2023). Portanto, podemos compreender que falantes iniciantes (A2) precisam receber estímulos cognitivos menos desafiadores, adequando, então, a demanda cognitiva da tarefa para o conhecimento linguístico do falante.

Conclusão

Ao replicar o estudo de Cunha (2023) e investigar a relação da complexidade de tarefas com a conectividade de fala por meio da ferramenta de análise de grafos (Mota et al., 2014) em estudantes com conhecimento linguístico avançado em L2, esperávamos encontrar resultados opostos ao da pesquisadora, que possuía participantes de nível iniciante na L2. Nossa hipótese que falantes com nível C1 em língua inglesa teriam maior desempenho em tarefas de modalidade complexa foi confirmada pelos resultados dos dados coletados. Essa maior proficiência na L2 resultou em uma maior conectividade de fala (LSC) e variedade vocabular (WC) nas atividades complexas. Esses resultados podem ser explicados pela Cognition Hypothesis (Robinson, 2001), sendo o desafio cognitivo um estímulo positivo para os falantes avançados de L2.

Para os falantes iniciantes, porém, a teoria de Skehan (1998) aparenta se encaixar melhor, já que a maior demanda cognitiva exigida nas atividades complexas resultaram numa menor conectividade de fala, demonstrando menor fluência e acurácia, como mostrado pelos participantes da pesquisa de Cunha (2023).

Portanto, podemos concluir que as tarefas precisam ter sua complexidade adaptada para a demanda cognitiva que os estudantes possam melhor usufruir da TBLT (Prabhu, 1987), com o intuito de serem suficientemente estimulantes, mas não demasiadamente, a fim de refletir a capacidade da construção oral do falante de L2.

Referências

CUNHA, F. An interplay between task complexity, individual differences and speech connectedness in adult bilinguals. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Natal, 2023.

ELLIS, R. Task-based language learning and teaching. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LEANDRO, D. C. Pre-task planning, working memory, capacity and 12 speech production: An exploratory study using graph analysis. Tese de Ph.D, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MOTA, N. B, FURTADO, R., MAIA, P. P., COPELLI, M., RIBEIRO, S. Graph analysis of dream reports is especially informative about psychosis. Sci. Rep. 4:3691. Doi: 10.1038/srep03691. 2014.

PRABHU, N. S. Second language pedagogy. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROBINSON, P. Task complexity, task difficulty, and task production: Exploring interactions in a componential framework. Applied Linguistics, [S. l.], v. 22, p. 27-57, 2001.

ROBINSON, P. Task complexity, cognitive resources, and syllabus design: A triadic framework for examining task influences on SLA. In: ROBINSON, P. (Ed.). Cognition and second language instruction. New York, NY: Cambridge University Press, 2001. p. 287-318.

ROBINSON, P. Criteria for classifying and sequencing pedagogic tasks. In: DEL PILAR GARCÍA MAYO, M. (Ed.). Investigating tasks in formal language learning. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2007. p. 7-26.

SKEHAN, P. Task-based instruction. Annual Review of Applied Linguistics, [S. l.], v. 18, p. 268-286, 1998.

SWELLER, J. Cognitive load during problem solving: effects on learning. Cognitive Science, [S. l.], v. 12, p. 257-285, 1988

Anexos



Figura 1



Tabela 1



Gráfico 1- Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa complexa)



Gráfico 2 - Descrição do Speech Graphs - Conectividade de Fala (tarefa simples)

CÓDIGO: HS0727

AUTOR: MARCELO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: JOSE EVANGELISTA FAGUNDES

TÍTULO: A Representação Política do Rio Grande do Norte no Senado do Império Brasileiro (1834-1889)

Resumo

Este estudo reavalia a representação política do Rio Grande do Norte no Senado Imperial (1834-1889), contestando a ideia de centralização rígida. Utilizando micro-história, revela a complexidade das relações centro-periferia. A eleição senatorial de 1867-1869, com Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Francisco de Sales Torres Homem, ilustra que a política imperial não era mera imposição do centro, mas influenciada por ações locais e clientelismo. Elites provinciais, mesmo com pouca representatividade, mantinham forte ligação com a Corte e participavam ativamente. O clientelismo foi crucial na formação e operação do Estado, conectando interesses. A pesquisa, com diversas fontes, destaca o papel de agentes políticos locais e a complexidade das interações na unidade nacional. Figuras como Gustavo Adolfo de Sá e a polarização partidária no RN mostram que a política provincial não era passiva. Em suma, o estudo desmistifica a polarização local/central, revelando um Império dinâmico, formado por alianças, conflitos e participação de diversos atores, consolidando um Estado centralizado, mas dependente de complexas redes de negociação.

Palavras-chave: Império; Elites provinciais; Rio Grande do Norte; Eleição Senatorial.

TITLE: The Political Representation of Rio Grande do Norte in the Senate of the Brazilian Empire (1834-1889)

Abstract

This study re-evaluates the political representation of Rio Grande do Norte in the Imperial Senate (1834-1889), challenging the idea of rigid centralization. Using micro-history, it reveals the complexity of center-periphery relations. The senatorial election of 1867-1869, with Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti and Francisco de Sales Torres Homem, illustrates that imperial politics was not merely an imposition from the center, but influenced by local actions and clientelism. Provincial elites, even with little representation, maintained a strong connection with the Court and participated actively. Clientelism was crucial in the formation and operation of the State, connecting interests.

The research, using diverse sources, highlights the role of local political agents and the complexity of interactions in national unity. Figures like Gustavo Adolfo de Sá and the partisan polarization in RN show that provincial politics was not passive. In summary, the study demystifies the local/central polarization, revealing a dynamic Empire, formed by alliances, conflicts, and the participation of various actors, consolidating a centralized State, but dependent on complex negotiation networks.

Keywords: Empire; Provincial elites; Rio Grande do Norte; Senatorial election.

Introdução

A historiografia majoritária aponta que após período regencial (1831-1840) ocorreu no Império uma centralização político-administrativa que diminuiu a influência das elites regionais e locais, limitando sua participação tanto na formação do Estado nacional quanto na administração das províncias. A unidade nacional seria, portanto, resultado da política centralizadora de uma elite sediada no Rio de Janeiro. No entanto, a consolidação do Estado e o fim das revoltas separatistas do século XIX não eliminaram a tensão entre a manutenção da unidade imperial (centralização) e os interesses provinciais (descentralização), iniciada no pós-Independência.

Grande parte dos estudos históricos sobre a formação do Estado nacional no Império brasileiro foca no Rio de Janeiro ou em províncias de grande relevância política e tributária. Este projeto de pesquisa, contudo, propõe uma mudança de perspectiva espacial: analisar as questões da construção da unidade nacional e a autonomia provincial a partir do Rio Grande do Norte, e a sua representação no senado. Esta província, de pouca representatividade política e limitada capacidade de arrecadação, dependia significativamente do tesouro imperial para suas despesas (Lyra, 1998).

Buscamos identificar os conflitos entre o poder central e os representantes políticos do Rio Grande do Norte, uma província periférica do Império. O objetivo principal é analisar o grau de autonomia da província do Rio Grande do Norte em sua relação com o governo central no Rio de Janeiro, identificando a cultura política da época por meio das práticas eleitorais e analisando o posicionamento dos políticos locais no debate sobre a unidade e a autonomia das províncias brasileiras.

Metodologia

Através das transcrições dos relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, dos jornais e periódicos, discursos políticos e atas das eleições, analisaremos, juntamente com a bibliografia utilizada no projeto de pesquisa, as questões políticas locais e sua interação com as questões nacionais, utilizando a abordagem da micro história.

A década de 1840 marcou a transição da instabilidade para a consolidação do Império Brasileiro, impulsionada pelo temor da fragmentação e pela busca por delimitar as

competências dos poderes central e provinciais. Contudo, o debate sobre esses temas persistiu na segunda metade do século XIX, questionando a eficácia do Estado imperial. Conforme Jacques Revel, as concepções clássicas do Estado moderno o retratam como uma arquitetura centralizada e eficaz. Entretanto, um olhar microscópico revela suas ramificações e contradições internas, pois a efetivação das determinações estatais dependia da ação dos agentes junto aos atores sociais, nem sempre de forma impositiva.

A análise histórica se beneficia da relativização entre abordagens macro e microanalíticas, pois a realidade é complexa. A microanálise pode revelar aspectos não visíveis na historiografia nacional focada na formação do Estado, complementando as abordagens macro sobre a dinâmica estatal brasileira. Eventos locais, distantes da Corte, são cruciais para entender a dinâmica política do Império, contribuindo para a compreensão de ações comuns na formação do Estado. O objetivo é refletir sobre a cultura política do Império na década de 1860, que permitiu a articulação entre agentes políticos do Rio Grande do Norte e a Corte. A cultura política é um código e conjunto de referentes que, em uma nação, pode gerar uma cultura política dominante quando há valores compartilhados amplos, influenciando outras culturas e manifestando-se individual e coletivamente, como observado no clientelismo do século XIX no Brasil.

No Império, a cultura política do clientelismo, descrita por Richard Graham (1997), foi fundamental para a formação e operação do Estado brasileiro. Caracterizada pela troca de favores por apoio e pelo uso da máquina estatal por grupos alinhados ao governo, essa prática de distribuição de privilégios pelo poder público desempenhou um papel central na construção do Estado imperial, sustentando suas bases e conectando a política do século XIX. O Imperador, como fiador dessa rede, oferecia proteção, mercês e empregos públicos através de mediadores regionais e locais, além de proteção contra as tensões sociais da sociedade escravocrata.

A partir da década de 1840, temendo a perda de autoridade local e o controle dos mais pobres, a classe proprietária formou uma aliança com o poder central. O governo central, identificado com o Rio de Janeiro, oferecia cargos e proteção aos potentados locais, expandindo suas clientelas individuais, e garantia a paz, a permanência da escravidão, e a defesa de um Estado monárquico centralizado e teoricamente representativo. Diante disso, questiona-se se essa cultura clientelista influenciou as eleições senatoriais de 1867-1870 e suas reverberações nas relações entre os poderes central e provincial. A abordagem microanalítica, que exige estudo intensivo de documentos e atenção aos detalhes e grandes conexões da realidade, será utilizada nesta pesquisa.

A pesquisa baseia-se em diversas fontes para analisar a atuação parlamentar e política na província do Rio Grande do Norte no século XIX. Os Anais da Câmara fornecem discursos de parlamentares, enquanto periódicos como "A Liberdade (RN)" e "Jornal de Recife" oferecem vasta cobertura de temas políticos. O Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, contribuiu com correspondências entre presidentes de província e o Ministério do Império, detalhando eleições e relações políticas. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Center for Research Libraries complementam a pesquisa com documentos sobre políticos e informações de agentes do Império, incluindo falas e relatórios de presidentes. Todos esses materiais estão sendo organizados, transcritos e, futuramente, disponibilizados para acesso público.

Resultados e Discussões

A historiografia brasileira, especialmente a que aborda a primeira metade do século XIX, frequentemente discute a autonomia provincial e a unidade político-territorial. Sérgio Buarque de Holanda (1976) ressalta que a Independência e a unidade político-territorial do Brasil não ocorreram simultaneamente. Após a proclamação da Independência, a elite encarregada da nova nação enfrentou o desafio de definir o caráter do Estado, o que implicava a manutenção da unidade política e territorial da antiga colônia. Diferentemente de outras regiões americanas de origem hispânica, a unidade brasileira foi o resultado de um longo processo de disputas e alianças entre diferentes facções da elite política.

Ilmar de Mattos (2004) apresenta uma perspectiva alternativa, sugerindo que a formação do Estado brasileiro foi primordialmente moldada pela classe senhorial fluminense, com ligações conservadoras, os Saquaremas. Um segmento dessa classe teria sido o responsável por definir o perfil do Estado e a política monárquica desde o final do Período Regencial até o retorno liberal na década de 1860 (Mattos, 2004). Os Saquaremas influenciaram ideologicamente não só sua própria classe, mas a sociedade brasileira como um todo, defendendo um Estado fortemente centralizado.

Miriam Dolhnikoff (2005) apresenta uma visão contrária, argumentando que a unificação política da América Lusitana não resultou da exclusão das elites provinciais. Pelo contrário, ela defende que a unidade foi alcançada através da implementação de um arranjo institucional federalista que assegurava a representação dessas elites. Sua análise se concentra nas condições das províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco na primeira metade do século XIX, onde os interesses locais se harmonizaram com os nacionais. Isso implica que a autonomia dos grupos regionais dentro do Império, embora sujeita a variações, persistiu mesmo após a ascensão do Regresso. Essa perspectiva desafia a noção de um Estado centralizado, construído exclusivamente pela elite política do Rio de Janeiro, e sugere um papel ativo das elites regionais. No entanto, é importante notar que essa abordagem prioriza províncias de maior relevância, cuja representatividade pode não ser análoga à das províncias periféricas.

Richard Graham (1997) diverge das perspectivas anteriores ao centralizar a dinâmica política imperial na figura do proprietário rural. Para ele, fazendeiros e homens ricos de todo o país participaram ativamente da formação do Estado brasileiro. Ao investigar as eleições e seus protagonistas, Graham apresenta o chefe agrário local como a base de uma estrutura hierárquica de dependência, culminando nos ministros-chefes do Gabinete ou no próprio imperador. Em sua visão, os interesses materiais e econômicos não foram os únicos fatores que levaram diretamente à unidade nacional e a um estado centralizado, como Prado Júnior sugeriu. A política e a cultura política também desempenharam um papel fundamental nesse processo (Graham, 2001, p. 25). A adesão ao Estado centralizado teria sido uma resposta à ameaça da ordem social e à legitimidade que um governo monárquico poderia oferecer à sociedade, cuja segurança era constantemente abalada por revoltas. O governo central, através da máquina estatal, oferecia cargos e proteção aos potentados locais, expandindo suas clientelas individuais e, acima de tudo, garantindo a paz e os interesses da elite imperial: a permanência da escravidão e a defesa de um Estado monárquico forte, centralizado e supostamente representativo.

Apesar das divergências, os autores concordam que essa construção foi excludente, vinculada a uma fração da classe escravista, a uma casta de burocratas ou às elites nacionais e provinciais. Tais estudos concentram-se na Corte e em seu entorno, ou, no máximo, em províncias de segunda grandeza. A participação das províncias periféricas do Império é negligenciada, perpetuando a ideia de que, sem poder para influenciar as decisões das instituições centrais (Senado, Câmara, ministérios), elas simplesmente as acatavam.

José Evangelista Fagundes (2021) explorou a dinâmica entre a autonomia provincial e a centralização do poder imperial no Brasil do século XIX, usando o Rio Grande do Norte como estudo de caso. O autor analisa a controvérsia em torno da eleição de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti ao Senado entre 1867 e 1869. Bezerra Cavalcanti, uma figura política proeminente no Rio Grande do Norte, apesar de ser o favorito e ter apoio do Presidente do Conselho de Ministros, não foi escolhido pelo Imperador, que preferiu Torres Homem. Fagundes mostra como essa disputa senatorial reflete os embates entre interesses locais e o poder central, revelando a complexidade do cenário político da época, com suas fraudes eleitorais e alianças. Contudo, o autor conclui que a preterição de Bezerra Cavalcanti não foi meramente uma imposição centralizada, mas também resultado de iniciativas de adversários locais. A análise destaca que os grupos políticos provinciais mantinham forte ligação com a Corte e participavam ativamente da política nacional, desmistificando a ideia de uma polarização simplista entre o local e o central na década de 1860.

A análise dos jornais *O Assuense* e *O Rio Grandense*, juntamente com a correspondência dos presidentes de província, revela que Gustavo Adolfo de Sá procurou manter uma postura de neutralidade. Ele buscou agradar os diversos grupos políticos da província, evitando tomar partido ou utilizar a estrutura administrativa para influenciar os resultados eleitorais, apesar das críticas e insinuações de parcialidade veiculadas nos periódicos da época.

No Rio Grande do Norte, os grupos políticos locais estavam alinhados com os partidos Liberal (Sulistas) e Conservador (Nortistas), que dominavam o cenário político nacional. A eleição senatorial de 1867, que ocorreu após o falecimento do senador Manuel de Assis Mascarenhas, teve como principais concorrentes Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (liberal e favorito local) e Francisco de Sales Torres Homem (conservador, convidado a participar da disputa). A lista tríplice final incluiu Amaro Carneiro, Francisco de Sales Torres Homem e Rafael Arcanjo Galvão. Contudo, apesar do favoritismo de Amaro Carneiro, o Imperador D. Pedro II optou por nomear Torres Homem para o cargo de senador. Jornais da época, como *O Assuense*, que se opunha a Amaro Carneiro, e *O Rio Grandense*, que publicava os resultados, desempenharam um papel significativo na divulgação de informações e na formação da opinião pública.

Conclusão

Este estudo, ao focar na representação política do Rio Grande do Norte no Senado do Império Brasileiro (1834-1889), desafia a visão historiográfica dominante de um Estado

nacional centralizado e construído exclusivamente pelas elites do Rio de Janeiro. Ao adotar uma perspectiva espacial diferenciada e a abordagem da micro-história, a pesquisa revela a complexidade das relações entre o poder central e as províncias periféricas.

A análise da eleição senatorial de 1867-1869, que envolveu Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Francisco de Sales Torres Homem, demonstra que a dinâmica política imperial não se resumia a uma simples imposição do centro sobre a periferia. A preterição de Bezerra Cavalcanti, embora indicando a influência imperial, também foi moldada por iniciativas de adversários locais e pela cultura clientelista que permeava as estruturas políticas da época.

Os resultados reforçam a tese de que as elites provinciais, mesmo em regiões com pouca representatividade política e capacidade de arrecadação limitada, mantinham forte ligação com a Corte e participavam ativamente da política nacional. O clientelismo, conforme descrito por Richard Graham, foi um mecanismo fundamental para a formação e operação do Estado brasileiro, conectando interesses locais e centrais através da troca de favores, cargos públicos e proteção.

A pesquisa, ao utilizar fontes diversas como relatórios de presidentes de província, jornais, discursos políticos e atas de eleições, ilumina o papel dos agentes políticos locais e a complexidade das interações que definiram a unidade nacional. A atuação de figuras como Gustavo Adolfo de Sá, que buscou neutralidade em um cenário de intensas disputas, e a polarização entre os partidos Liberal e Conservador no Rio Grande do Norte, evidenciam que a política provincial não era meramente um reflexo passivo das decisões da Corte.

Em suma, esta investigação desmistifica a ideia de uma polarização simplista entre o local e o central, demonstrando que a formação do Estado imperial foi um processo dinâmico, marcado por alianças, conflitos e a participação ativa de diferentes atores sociais e políticos, mesmo em províncias consideradas periféricas. A cultura política do clientelismo, o jogo de interesses locais e a influência do poder central coexistiram, moldando a realidade política do Império e consolidando um Estado que, embora centralizado, dependia de uma complexa rede de relações e negociações em todo o território nacional.

Referências

Fontes:

ASSALTO às urnas: notícias sobre a eleição senatorial do Rio Grande do Norte. Natal: Typographia do Rio-Grandense, 1870.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO, 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/anteriores.html>. Acesso em Outubro de 2025.

BRASIL, Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Norte para o Ministério do Império (1864-1871). Arquivo Nacional. Série Interior – Negócios da Província e Estado. IJJ 9 – 207-210 – Vol. 13-16. Fundo AA, folhas 67-145.

BRASIL, Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Norte para o Ministério do Império (1867-1870). Arquivo Nacional. Série Interior – Negócios da Província e Estado. IJJ9 – 209 – Vol. 15. Fundo AA, fo. 63-81.

BRASIL, Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Norte para o Ministério do Império (1867-1870). Arquivo Nacional. Série Interior – Negócios da Província e Estado. IJJ9 – 209 – Vol. 15. Fundo AA, fo. 100-114.

O Assuense. Assú, RN, n. 25, p. 1-3, 14 set. 1867. Disponível em:
<<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

O Rio Grandense. Natal, RN, n. 63, p. 1-2, 27 out. de 1867. Disponível em:
<<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. **Centre for Brazilian Studies**, University of Oxford, Working Paper 87.S/D Disponível: . Acesso em: 26 ago. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. São Paulo: Objetiva, 2012. v. 2. (Coleção História do Brasil Nação: 108-2010. Direção: Lilia Moritz Schwarcz).

CARVALHO, José Murilo de. Centralização e descentralização no Império. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras**: política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1984; Nacional/MEC, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma História da Assembleia Legislativa do RN**. Natal: Editora Fundação José Augusto, 1972.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alameda, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Revista USP. Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 1, p. 80-92, maio 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. **Revista USP. Dossiê Brasil Império**, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003.

FAGUNDES, José Evangelista. Autonomia provincial e unidade do Império brasileiro: embates em torno de Bezerra Cavalcanti (1867-1869). In: ALVEAL, Carmen; et al. **Rio Grande (do Norte): história e historiografia**. Mossoró, RN: EDUERN, 2021. cap. 21, p. 513-538.

GRAHAM, Richard. Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**, Maringá, v. 5, 2001.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira. Toma lá dá cá. **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**. Braudel Papers. São Paulo, 1999.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRN, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da civilização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976.

LYRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar**: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 2004.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, Guarulhos, n. 4, p. 5-45, 2012.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SLEMIAN, Andréa. "Delegados do chefe da nação": a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). **Almanack brasiliense**, [S. l.], n. 06, p. 20-38, 1 nov. 2007.

CÓDIGO: HS0728

AUTOR: CECILIA NASCIMENTO MELO

ORIENTADOR: ANA LUCIA BARBOSA MORAES

TÍTULO: Plataformização e desinformação: os desafios para a implementação dos ODS no contexto brasileiro

Resumo

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceu a desinformação como o principal risco global para o ano de 2025. Em meio a isso, a ONU tem observado a relação da desinformação com a plataformização, e mais recentemente a pauta de integridade da informação. Assim, podemos relacionar o impacto da plataformização na implementação dos próprios Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que pode ser dificultada ou facilitada pelas plataformas digitais. Dessa forma, pensar na regulação dessas plataformas é essencial para atingir de forma assertiva os objetivos propostos pela ONU, além de garantir um ambiente informacional mais seguro, que respeite a democracia e a soberania nacional.

Palavras-chave: Plataformização; Integridade da informação; Unesco; Regulamentação

TITLE: Platformization and misinformation: challenges for implementing the ODS in the Brazilian context

Abstract

The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) has recognized misinformation as the main global risk for the year 2025. Amid this, the UN has observed the relationship between misinformation and platformization, and more recently, the issue of information integrity. Thus, we can relate the impact of platformization on the implementation of the Sustainable Development Goals themselves, which can be hindered or facilitated by digital platforms. Therefore, considering the regulation of these platforms is essential to assertively achieve the goals proposed by the

UN, in addition to ensuring a more secure information environment that respects democracy and national sovereignty.

Keywords: Platformization; Information integrity; Unesco; Regulation

Introdução

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceu a desinformação como o principal risco global para o ano de 2025, à frente da crise climática, do terrorismo e da violência (Laboissière, 2025). A preocupação não é vã, e reflete uma ofensiva de casos em que a informação foi a principal arma, como a eleição presidencial brasileira de 2018 e a estadunidense de 2016. Podemos ver que a manipulação dos fatos para estabelecer relações de poder teve um avanço com a chegada das plataformas digitais, inclusive por ocasião dos casos citados acima, quando o termo fake news se popularizou. Essa presença onírica das plataformas na vida em sociedade é o que conhecemos como plataformação (Van Djick; Nieborg; Poell, 2020).

Em meio a isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) também tem observado essa relação da desinformação com a plataformação e, mais recentemente, tem dado destaque à pauta de integridade da informação, tendo lançado em 2023 o Informe de Política sobre Integridade da Informação nas plataformas digitais. O documento reitera que a integridade é intrínseca à garantia de um ambiente informacional seguro, em que os cidadãos possam tomar decisões com base em informações verídicas, participando plenamente do processo democrático.

Com isso, podemos pensar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são metas norteadoras dos países em determinado tempo. No Brasil, todos os 17 objetivos estão sendo pautados até 2030. Assim, podemos relacionar o impacto da plataformação na implementação dos próprios ODS, levando em conta que é um trabalho complexo e que pode ser dificultado ou facilitado por inúmeros agentes digitais, que chamamos de plataformas digitais. Um exemplo pode ser visto com o Objetivo 5 - Igualdade de gênero, em que a divulgação de denúncia é facilitado, ao passo em que é possível existirem redes articuladas de misoginia no ambiente virtual (Ferraz e Costa, 2024).

Dessa forma, pensar uma regulação dessas plataformas é essencial para atingir de forma assertiva os objetivos propostos pela ONU, além de garantir um ambiente informacional mais seguro, que respeite a democracia e a soberania nacional. A própria ONU reitera a importância de se regulamentar as plataformas, e o diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação da Unesco, Tawfik Jelassi, em entrevista para a Agência Brasil, alegou que cada país deve buscar com urgência a regulamentação desses meios. Portanto pautar a integridade da informação é um caminho a ser percorrido para o combate à desdemocratização - violação dos processos democráticos e silenciamento das vozes majoritárias nas decisões políticas - que é alimentada pela desinformação.

Neste texto serão apresentados os resultados parciais do plano de trabalho de Iniciação Científica intitulado “Plataformação e a desdemocratização: integridade da informação

e soberania digital à serviço da democracia”, parte do Projeto de Pesquisa “Políticas de Comunicação nos Tempos do Cólera: o papel da TV aberta brasileira na pandemia do ódio e das Fake News”, desenvolvido desde 2020 pelo EPA! – Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual.

Com isso, buscamos identificar malefícios e benefícios causados pela plataformação nos 17 ODS. Além disso, pretende-se investigar como está o andamento da legislação para a regulamentação das plataformas digitais no Brasil, por meio de mapeamento das Propostas de Lei da Câmara dos Deputados entre janeiro de 2023 a junho de 2025. Nossa hipótese é que a ausência de regulamentação e a plataformação atingem a integridade da informação, a soberania digital e contribuem para a desdemocratização no contexto brasileiro; bem como afetam a implementação real dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país.

Metodologia

Nosso trabalho de iniciação científica culminou em uma tabela que exemplifica a relação entre os 17 ODS e a plataformação, observando um malefício e um benefício desta combinação. Assim, a orientadora e a estudante pesquisaram no Google acadêmico o termo “plataformação” acrescido do tema central de cada um dos ODS, onde foram encontrados trabalhos científicos que apresentam pontos positivos e negativos desta relação. Os trabalhos selecionados eram os que se relacionavam de forma mais explícita com a temática central de cada ODS. Estes pontos foram transpostos para esta tabela que conta com quatro variáveis: Nome do ODS, Benefício, Malefício, Trabalho científico que embasa.

A escolha por esta abordagem se deu pelo fato de entendermos que o ambiente acadêmico já se debruça sobre as grandes áreas dos Objetivos - ainda que não com este mote dos ODS - e também devido ao fato da temática ambiental estar presente de forma ampla nos Objetivos, uma vez que oito deles têm relação direta com a pauta ambiental. Esta é trazida também pelo próprio Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica, que nesta edição tem como tema "Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território". Na sequência, uma tabela foi feita no Google Planilhas, a fim de facilitar a análise e divulgação. Ao todo, 14 trabalhos foram coletados, já que dois deles tinham relação com dois ODS cada.

Além disso, pensando no âmbito da plataformação em si, foi elaborada uma planilha para entender como está o atual panorama da regulamentação das plataformas digitais na Câmara dos Deputados. A amostra corresponde ao período de janeiro de 2023 a junho de 2025, momento que marca parte do terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Foram coletadas as seguintes variáveis: (ANEXO 1)

O recorte temporal teve o intuito de entender como o debate se dá na Câmara até a data de escrita do presente trabalho, a fim de monitorar as propostas, seu andamento e também quais partidos estão se empenhando em propor a regulamentação. A escolha de trabalhar

com propostas da Câmara dos Deputados se deu por ser uma instância legislativa com maior número de representantes políticos em nível nacional.

A coleta dos dados foi feita de forma online, com buscas no Portal da Câmara dos Deputados, detentor de um sistema de filtragem que facilitou a busca das propostas e o encontro dos dados das variáveis selecionadas. Esta etapa demorou cerca de 1 mês para ser concluída, e primeiro optou-se por filtrar as propostas de 2023, depois de 2024 e em seguida 2025, obedecendo a ordem cronológica. Usando o filtro citado acima, buscou-se o termo “plataformas digitais” e a partir das informações coletadas foi feita uma curadoria de quais propostas se encaixam no escopo de regulamentação. Assim como a tabela dos ODS, também foi feita uma sistematização no Google Planilhas.

Resultados e Discussões

Diante do exposto, a plataformização é vista como o processo de incorporação das plataformas digitais nos vários âmbitos da vida em sociedade, e para pensar esse fenômeno, é preciso, antes, definir o que é plataforma. Em seus estudos, Gillespie (2015) reflete sobre as apresentações discursivas de ‘plataforma’, e afirma que nomear os serviços online com esta palavra não é uma escolha inocente por parte dos donos destes serviços, pois o termo é dependente do campo semântico e pode ter sentidos vastos, como na área computacional, arquitetônica, figurativa e política.

Com base nisso, Van Djick, Nieborg e Poell (2020) inferem que plataformas são “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (Van Djick; Nieborg; Poell 2020, p. 4). Assim, ainda segundo os autores, a plataformização é a presença das plataformas digitais nos processos econômicos, estruturas governamentais e em outros setores e esferas da vida. Junto a isso, D’Andréa (2020) evidencia como o termo plataformização é utilizado para explicar a relação de dependência das pessoas com esses setores citados anteriormente.

Com isso, é possível pensar o impacto da plataformização no processo de desdemocratização aqui no Brasil. Se a democracia é entendida como o meio pelo qual as vozes são ouvidas e ampliadas, a desdemocratização seria o caminho inverso, onde o interesse da maioria populacional é ignorado, colocando as práticas democráticas em desuso. Para Caldas (2022) a desdemocratização sugere “o esvaziamento dos valores democráticos das instituições não só pelas forças de mercado, mas por uma racionalidade neoliberal que reestrutura as relações sociais e o próprio Estado com base em valores mercadológicos” (Caldas, 2022, p. 90). Esse fenômeno põe em risco a integridade da informação, que atualmente é um termo em debate, e não possui uma definição específica.

Segundo o Informe de Política sobre Integridade da Informação nas plataformas digitais das Nações Unidas (2023): “A integridade da informação refere-se à precisão, consistência e confiabilidade da informação. Ela é ameaçada pela desinformação, pela informação falsa e discurso de ódio”. Ademais, Curzi e Belli (2024) acreditam que esse

termo pode servir de bússola no que tange o debate regulatório para a proteção da camada de conteúdo.

Com isso, toda nação busca a soberania, de forma a exercer sua independência e autoridade sem interferências de entes externos. Assim, a soberania digital é a autonomia da nação no meio online, e a fuga da influência externa nos nossos meios digitais. No caso brasileiro - e de outros países do Sul Global - essa soberania vive ameaçada, já que as plataformas mais difundidas no mundo são produtos do Norte. Dessa forma, Massuchin, Tavares e Comel (2024) refletem que o Estado é o provedor dos subsídios informacionais, e precisa ser um dos agentes fundamentais na busca do fortalecimento dessa soberania, que é lesada pela forma como as plataformas e conteúdos são geridos atualmente - operados por empresas privadas estrangeiras.

Analisando agora os dados coletados, é preciso elucidar que num primeiro momento a pesquisa visava investigar o andamento desses projetos de regulamentação das plataformas, para entender quais proposições são mais democráticas e como a plataformização afeta a integridade da informação e a soberania digital, contribuindo no processo de desdemocratização. Com o desenvolvimento da pesquisa, entendemos que esta plataformização se relaciona também com a implementação na prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, e por isso, decidimos trazer também esse ponto para o presente trabalho.

Sobre isso, podemos perceber que a academia já tem investigado o impacto da plataformização em inúmeros âmbitos da vida, o que facilitou o encontro de trabalhos científicos que tratassem de forma direta ou indireta dos temas propostos pela Unesco. No entanto, identificamos que o olhar é desesperançoso, e a maioria dos trabalhos critica a forma como as plataformas interferem na vida em sociedade de forma geral; citando de modo suave um ou outro possível benefício. Esta característica pode ser vista nos 14 trabalhos coletados.

Partindo para a análise dos dados da regulamentação, ao buscar o termo “plataformas digitais” o portal da Câmara dos Deputados encontrou - para o ano de 2023 - 84 projetos que se relacionavam de alguma forma com a palavra chave, e que, após filtrados, se transformaram em quatro, a saber: PL 2120/2023, PL 3059/2023, PL 1087/2023 e PL 2175/2023. Em 2024 a busca geral do termo apresentou 134 resultados, dos quais 2 visavam à regulamentação, sendo eles: PL 4691/2024 e PL 4144/2024; é possível notar que houve uma queda no número de proposições. Por fim, o ano de 2025 foi o que apresentou maior expressividade numérica - mesmo considerando que o ano ainda não terminou - e até o presente mês (junho 2025) há 137 projetos na busca geral do termo e 4 após a filtragem. Dessa forma, mapeamos, ao todo, 10 propostas de regulamentação das plataformas digitais entre janeiro de 2023 a junho de 2025, todas ainda em tramitação.

Analisando as propostas, é possível inferir que a regulamentação pode tanto estar a serviço da democracia, ou pode ser facilitadora da plataformização. Se pensarmos no PL 4691/2024 - de autoria de Silas Câmara (Republicanos) e Dani Cunha (União) - um ponto que chama a atenção é o artigo 10º, que explica ações preventivas e corretivas a serem feitas pelas plataformas. A abordagem é vasta, mas um dos pontos que precisa ser observado com cautela é a terceirização da responsabilidade de fiscalização dos crimes às plataformas. Em suma, confiar uma etapa tão sensível do processo regulatório às

empresas privadas que visam o lucro pode acarretar em efeitos adversos ao próprio objetivo proposto, e por isso é imprescindível pensar em um esquema de governança para essa parte da regulação. Outro ponto que cabe destacar é que essa terceirização de responsabilidade ameaça a soberania digital brasileira, uma vez que a maioria das grandes plataformas são estrangeiras e defendem seus próprios interesses econômicos. Em contraponto à proposta está o PL 777/2025, de autoria de Luiz Couto (PT), que visa instituir uma supervisão externa e autônoma na regulamentação, para além das políticas de moderação feita pela plataforma. No texto, o deputado explica que a proposição reforça a soberania digital brasileira “ao vedar o monopólio de redes sociais, assegurando um mercado digital competitivo sob a fiscalização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.” (PL 777/2025, p.7).

A partir deste comparativo, podemos refletir sobre como a regulação das plataformas é um tema sério e disputado, e neste sentido, é possível debater sobre soberania digital e integridade da informação a partir de dois casos recentes: a proibição da rede social X no Brasil e a presença da empresa Starlink na Amazônia, ambas propriedades do bilionário Elon Musk.

A Starlink é uma empresa provedora de internet via satélite que opera na região norte desde setembro de 2022; a partir do lançamento, é a líder no serviço em comparação com a concorrência, estando presente em 90% da Amazônia Legal, segundo dados da BBC News Brasil (2023). Ainda segundo a BBC, autoridades brasileiras, como o Ibama, veem riscos nessa presença, a exemplo da existência de antenas nos garimpos ilegais. Dessa forma, o controle da empresa em uma região afastada exemplifica o perigo para a soberania digital brasileira, pois os dados circulados ficam sob controle da empresa estrangeira e não do governo local, que pode prevenir as ilegalidades e punir os possíveis culpados.

Já o caso do bloqueio do X movimentou o assunto de integridade da informação, pois o impedimento - ocorrido em agosto de 2024 - foi motivado pela ausência de representantes legais da empresa no Brasil, que respondessem sobre a circulação de discursos extremistas e desdemocráticos na plataforma. O ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo bloqueio, solicitou o banimento de usuários investigados pelo STF no inquérito das milícias digitais, que foi ignorado pela plataforma. Assim, é visível que não houve - nem há - um cuidado com a informação circulada dentro da plataforma nem a punição aos culpados, o que culmina na ausência da integridade da informação e democracia no ambiente virtual.

Conclusão

Os resultados e análise elucidam como a regulação das plataformas digitais é urgente no Brasil. Sobre a análise temporal do mapeamento, podemos ver que houve um aumento no número de propostas no ano de 2025, o que demonstra a relevância que o tema vem ganhando na atualidade. Mas só isso não basta. Também podemos ver que a plataformização pode ser um dos motivos que geram uma maior dificuldade para a implementação dos ODS no contexto brasileiro, levando em conta que ela interfere em

todos os 17. Dessa forma, para enfrentar o principal risco global da atualidade - a onda de desinformação intensificada pelo meio digital - e otimizar a implementação real dos ODS, é preciso pensar em medidas de governança que possam regulamentar o funcionamento das plataformas digitais no Brasil e no mundo. Junto a isso, legislações que corroborem com a integridade da informação e a soberania digital para que todo um país não fique à mercê do interesse do capital estrangeiro.

Sobre as propostas de lei, pode-se ver que todas podem vir a ser aceitas, uma vez que estão em tramitação. No entanto, algumas abrem margem para a terceirização da regulação, deixando o Estado de escanteio em uma das fases primordiais desta etapa: a vigilância sobre as ações de prevenção e punição dos usuários propagadores de desinformação.

O aprofundamento deste ponto pode ser um dos desdobramentos futuros da pesquisa, bem como a investigação do debate, ou discurso, nas instâncias partidárias proponentes de leis nesse sentido, a fim de entender o que é disputado neste jogo. Assim, este trabalho pode auxiliar pesquisas futuras, que dialoguem com a elaboração de propostas verdadeiramente democráticas e que respeitem a integridade da informação e soberania brasileira, bem como maneiras de driblar a plataformação e conseguir atingir de forma eficaz os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

Referências

AMARAL, Aluydio Bessa et al. Plataformização, desigualdade e precarização do trabalho: perspectivas das políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista Foco - Interdisciplinary Studies*, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n1-042. Acesso em: 20 ago. 2025.

ANDRÉA, Carlos d'. *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.

ANDRÉA, Carlos d'. Infraestruturas, inteligência artificial e outras tecnossoluções: Google e a plataformação da emergência climática. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte*, v. 30, n. fluxo contínuo, 2024. DOI: 10.35699/2965-6931.2023.47985. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/47985>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, e61619, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762023000100120&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2025.

BORDINI, Rogério Augusto; VICENTINI, Juliana de Oliveira. Impactos socioambientais das Big Techs. Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas, SP : [s.n.], 2024. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CALDAS, Lara. Desdemocratização no Brasil: Evidências a partir das políticas urbanas federais. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 31, n. 2, p. 86–105, 2023. DOI: 10.31068.310205. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/922>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CARVALHO, Barbara Janiques de. Dataficação, plataformização e colonialismo de dados: um debate sobre conceitos centrais para a compreensão do ecossistema digital contemporâneo. Medi@ções, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 6–18, 2025. DOI: 10.60546/mo.v13i1.436. Disponível em: <https://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/436>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COECKELBERGH, M. Ética na Inteligência Artificial, São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Editora PUC-Rio, 2023.

CURZI, Yasmin; BELLI, Luca. Integridade da informação no G20?. JOTA, 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/g20-brasil/integridade-da-informacao-no-g20>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DIB, Amyr Mussa. Democracia na sociedade algorítmica: regulações para uma esfera pública conectada. 2022. 110f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

FERRAZ, Deise Brião; COSTA, Marli Marlene Moraes da. A plataformização da misoginia na publicidade digital em redes sociais: um produto da opacidade algorítmica e da ausência de marco regulatório da inteligência artificial. Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual, 2024. capa n. 291. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/9111/5221>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Informe de Política para a Nossa Agenda Comum: Integridade da Informação nas Plataformas Digitais - ONU. Nações Unidas no Brasil, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-10/ONU_Integridade_Informacao_Plataformas_Digitais_Informe-Secretario-Geral_2023.pdf.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platforms’. In: New Media & Society, 2010.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106–122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/12188>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LABOISSIÈRE, Paula. Desinformação é principal risco global para 2025, afirma Unesco. Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-05/desinformacao-e-principal-risco-global-para-2025-e-anos-subsequentes>. Acesso em: 6 jun. 2025.

LOPES, Raizza da Costa; VICTOR, Kamila Debian; KWECKO, Viviani Rios. Cooperativismo de plataforma e agricultura familiar: desafios e limites no desenvolvimento do Projeto e-COO. *InterAção*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e90188, 2025. DOI: 10.5902/2357797590188. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/90188>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MELO, Cecília; MORAES, Ana Lucia. Mapeamento dos Projetos de Lei sobre regulamentação das plataformas digitais. Banco de Dados. Natal: UFRN, 2025

MELO, Cecília; MORAES, Ana Lucia. Mapeamento de trabalhos científicos que atestam benefícios e malefícios da plataformização nos ODS. Banco de Dados. Natal: UFRN, 2025

Os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Nações Unidas no Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/12>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PALETTA, Francisco Carlos; COSTA DO LAGO, Jader Jaime. Plataformização e o uso da informação para a criação de estímulos de consumo. *E-Ciencias de la Información*, San Pedro de Montes de Oca , v. 12, n. 1, p. 114-133, Junho de 2022 . Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-41422022000100114&lng=en&nrm=iso. DOI: 10.15517/eci.v12i1.48095. Acesso em: 21 ago 2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 22(1):2-10 janeiro/abril 2020. Unisinos – DOI: 10.4013/fem.2020.221.01.

Anexos



Tabela 01 - Variáveis de coleta

CÓDIGO: HS0744

AUTOR: EWERTON MATHEUS TEIXEIRA NASCIMENTO

ORIENTADOR: MARIA HELENA BRAGA E VAZ DA COSTA

TÍTULO: Geografia, Heterotopia e Cinema

Resumo

O presente trabalho analisa o diálogo entre cinema, geografia e heterotopia, articulando conceitos teóricos e obras cinematográficas para compreender como o espaço fílmico se configura como um “outro espaço”, no sentido proposto por Michel Foucault. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de obras referenciais, como As Teorias dos Cineastas (Aumont), Cinema Mundial Contemporâneo (Baptista e Mascarello), além do ensaio O corpo utópico, as heterotopias (Foucault) e do longa-metragem Retratos Fantasma (Kleber Mendonça Filho, 2023). Os resultados apontam que o cinema atua simultaneamente como espaço físico e simbólico, articulando arquitetura, regras de acesso e sociabilidade, ao mesmo tempo em que projeta narrativas capazes de ressignificar lugares e construir territórios imaginários. A análise evidenciou que a mise-en-scène, a montagem e os enquadramentos são instrumentos que revelam concepções singulares de mundo, configurando espacialidades próprias. Além disso, destacou-se a relevância dos cinemas de rua como produtores de territórios simbólicos e de memória urbana, como exemplificado no documentário de Mendonça Filho. Conclui-se que o cinema é um dispositivo privilegiado de produção de heterotopias, pois constrói e transforma espacialidades, integrando dimensões culturais, sociais e geográficas, reafirmando sua importância como prática cultural e campo de investigação acadêmica.

Palavras-chave: Cinema; Geografia; Heterotopia; Espaço fílmico; Memória urbana.

TITLE: Geography, Heterotopia and Cinema

Abstract

This study analyzes the dialogue between cinema, geography, and heterotopia, articulating theoretical concepts and cinematic works to understand how filmic space is configured as an “other space,” in the sense proposed by Michel Foucault. The research was developed through a bibliographic review and the analysis of reference works such as Theories of Filmmakers (Aumont), Contemporary World Cinema (Baptista and Mascarello), in addition to the essay Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias (Foucault) and the feature film Pictures of Ghosts (Kleber Mendonça Filho, 2023). The results indicate that cinema functions simultaneously as a physical and symbolic space,

combining architecture, access rules, and sociability, while also projecting narratives capable of re-signifying places and constructing imaginary territories. The analysis highlighted that mise-en-scène, editing, and framing operate as instruments that reveal singular worldviews, shaping unique spatialities. Furthermore, the study emphasizes the relevance of movie theaters as producers of symbolic territories and urban memory, as exemplified in Mendonça Filho's documentary. It is concluded that cinema is a privileged device for the production of heterotopias, as it creates and transforms spatialities, integrating cultural, social, and geographical dimensions, thus reaffirming its importance as a cultural practice and a field of academic inquiry.

Keywords: Cinema; Geography; Heterotopia; Filmic space; Urban memory.

Introdução

O presente trabalho analisa o diálogo entre cinema, geografia e heterotopia, articulando conceitos e reflexões de autores que trabalham sobre essas áreas. A pesquisa parte da ideia de que o cinema, enquanto arte e prática cultural, é também um espaço social e simbólico que, de acordo com Foucault, pode ser compreendido como “outro espaço”, real e concreto, mas dotado de funções, significados e temporalidades diferenciadas.

O objetivo é compreender como cineastas constroem espacialidades singulares, de que forma essas construções se relacionam com o espaço geográfico e como o conceito de Foucault de heterotopia pode auxiliar na interpretação dessas práticas. Ao explorar tanto a sala de cinema enquanto espaço físico, quanto a narrativa cinematográfica enquanto espaço simbólico, se busca evidenciar a dimensão espacial e social do cinema como produtor de territórios imaginários e reais.

Metodologia

A análise foi desenvolvida a partir da leitura e interpretação de obras de autores nas áreas correlatas aos temas de pesquisa. Em especial, foram consultados *As Teorias dos Cineastas*, de Jacques Aumont, e *Cinema Mundial Contemporâneo*, de Mauro Baptiste e Fernando Mascarello, bem como o conceito de heterotopia, vinda de *O corpo utópico*, as heterotopias de Michel Foucault e o longa-metragem *Retratos Fantasmas* de Kleber Mendonça Filho.

Resultados e Discussões

Foucault define heterotopias como espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora seja possível localizá-los, citando o cinema como exemplo privilegiado de sobreposição de espaços e tempos distintos. A sala escura configura-se como espaço real, com arquitetura, programação e regras de acesso, mas também simbólico, com a tela que projeta múltiplos mundos. O espectador, ao ocupar esse espaço, estabelece relações

mediadas por suas experiências prévias, valores e ideias, tornando cada vivência, algo único.

Em *As Teorias dos Cineastas*, é colocado como cada cineasta constrói uma teoria própria, implícita ou explicitamente, por meio da forma e da organização do espaço fílmico, sobre como representar o mundo. A *mise-en-scène*, o enquadramento e a montagem não são apenas técnicas, mas instrumentos de pensamento que revelam uma concepção particular de mundo de cada autor. Assim, o espaço cinematográfico não pode ser reduzido pura e simplesmente a cenário. Ele é um produto de escolhas estéticas e conceituais, capaz de problematizar e reinventar a realidade.

Em *Cinema Mundial Contemporâneo* (Baptista e Mascarello; 2008), se destaca a diversidade cultural e estética de cinematografias nacionais e regionais, enfatizando produções que escapam ao padrão comum hollywoodiano. Esses filmes oferecem cartografias simbólicas alternativas, revelando geografias periféricas, temporalidades e modos de vida que fogem ao mainstream. Ao fazer isso, inserem o público em realidades fora de sua “zona de conforto” e questionam hegemonias narrativas e visuais.

No contexto urbano, os cinemas podem atuar como produtores de territórios simbólicos, como é exemplificado por cinemas de rua, hoje inexistentes em muitas cidades, porém que, funcionando por décadas em cidades como Natal-RN como centros de sociabilidade e cultura, esses espaços não apenas abrigavam sessões de filmes, mas também encontros, trocas e vivências coletivas. A influência desses espaços transcendia o ambiente físico, tornando-se parte de uma memória afetiva e cultural de suas cidades.

A sala de cinema, vista como heterotopia, estabelece uma separação física do cotidiano urbano, regulada por regras e imersa em um tempo próprio, o da duração do filme. Simultaneamente, as narrativas projetadas tem a capacidade de ressignificar espaços, seja por meio de metáforas visuais, seja pela criação de mundos completamente fictícios. Essa articulação entre espaço real e simbólico faz do cinema um meio potente para compreender e produzir “lugares outros”.

Em *Retratos Fantasmas* (Kleber Mendonça Filho, 2023), a dimensão heterotópica é trazida à tela pelo diretor, que revisita antigos cinemas de rua do Recife, espaços concretos e, ao mesmo tempo, locais de memória. Utilizando arquivos pessoais em diálogo com material documental sobre a história da cidade, o filme evidencia que os espaços físicos não podem ser reduzidos apenas ao que é palpável, mas devem ser compreendidos também por seus significados históricos e sociais. Kleber mobiliza essas dimensões para atribuir sentido não apenas aos locais filmados, por meio da memória individual e coletiva, mas também à sua própria obra audiovisual. O longa-metragem destaca como a transformação desses prédios em outros usos, ou mesmo em ruínas, expõe uma dimensão simbólica que se perde, mas que permanece viva no imaginário urbano. Assim, o documentário se configura como um exercício de ressignificação, capaz de criar “lugares outros” que preservam, reinventam e reativam memórias.

Conclusão

A integração dos conceitos analisados permite afirmar que o cinema, enquanto prática social e cultural, é um dispositivo produtor de heterotopias, tanto no nível físico no que se refere a sala e sua organização, quanto no simbólico no que se refere a narrativa e sua construção espacial. O espaço filmico é fruto de escolhas autorais que refletem visões de mundo que podem vir de diversos pontos do globo, nos trazendo diversas realidades e suas percepções.

Foucault nos oferece a chave conceitual para compreender o cinema como outro espaço, lugar que abriga múltiplos tempos, geografias e significados. Assim percebe-se que o cinema não se limita a representar lugares, ele cria e transforma espacialidades, dialogando com variadas dimensões, o tornando um local privilegiado para a discussão de geografia e heterotopia, reafirmando sua importância como prática cultural, social e como campo de investigação acadêmica.

Referências

AUMONT, Jacques. As teorias dos cineastas. 1ª edição. Papirus editora. São Paulo, Campinas, 2004.

BAPTISTA, Mauro; MASCARELLO, Fernando. Cinema mundial contemporâneo. 1ª edição. Papirus editora. São Paulo, Campinas, 2008.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. 1ª edição. N-1 edições. São Paulo, 2013

FILHO, Kleber Mendonça. Retratos Fantasmas. CinemaScópio Produções. Brasil, 2023. 93 min.

CÓDIGO: HS0754

AUTOR: MARIA FERNANDA BEZERRA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TÍTULO: Resiliência Urbana e Cidades Inteligentes: Diferenciação e Desigualdades na Região Nordeste do Brasil.

Resumo

Este estudo explora os fatores que contribuem para o alcance da resiliência urbana nas cidades inteligentes do Nordeste brasileiro, tendo como ponto de análise as áreas verdes urbanizadas e os resíduos sólidos urbanos. Metodologicamente, a pesquisa analisou os 36 municípios que aderiram à RBCIH, utilizando dados secundários do IBGE, SNIS, MMA e Instituto Cidades Sustentáveis. Os resultados revelaram um cenário marcado por significativas desigualdades socioespaciais e ambientais, uma vez que as áreas verdes urbanas encontram-se desigualmente distribuídas, com predominância de praças e canteiros, enquanto parques e bosques são escassos. Além disso, enquanto as capitais e grandes centros urbanos avançam na implementação de aterros sanitários, unidades de transbordo e triagem, os municípios do interior ainda dependem de lixões e aterros controlados, evidenciando uma evidente disparidade regional, implicações que reverberam a densidade urbana dessas cidades. A presença de associações de catadores em unidades de triagem representa um avanço na inclusão socioeconômica, mas os volumes processados são ainda incipientes. Portanto, embora existam avanços, a maioria das cidades inteligentes do Nordeste ainda não integra plenamente as dimensões ambiental, social e tecnológica necessárias para a verdadeira resiliência urbana, permanecendo importantes desafios relacionados à gestão de resíduos, à preservação ambiental e à equidade no acesso a serviços urbanos essenciais.

Palavras-chave: sustentabilidade urbana; desafios; inovação.

TITLE: Urban Resilience and Smart Cities: Differentiation and Inequalities in the northeast region Of Brazil.

Abstract

This study explores the factors that contribute to achieving urban resilience in the smart cities in northeast Brazil, focusing on urbanized green areas and urban solid waste. Methodologically, the research analyzed the 36 municipalities that adhered to the RBCIH, using secondary data from the IBGE, SNIS, MMA, and the Sustainable Cities Institute. The results revealed a scenario marked by significant socio-spatial and environmental inequalities, as urban green areas are unevenly distributed, with squares and flowerbeds predominating, while parks and forests are scarce. Furthermore, while capital cities and large urban centers are advancing in the implementation of sanitary landfills, transfer units, and sorting, municipalities in the interior still rely on controlled dumps and landfills, highlighting a clear regional disparity, implications that reverberate in the urban density of these cities. The presence of waste picker associations in sorting units represents progress in socioeconomic inclusion, but the volumes processed are still incipient. Therefore, although progress has been made, most smart cities in the Northeast still do not fully integrate the environmental, social, and technological dimensions necessary for true urban resilience. Significant challenges remain related to waste management, environmental preservation, and equity in access to essential urban services.

Keywords: urban sustainability; challenges; innovation.

Introdução

O conceito de cidades inteligentes emerge como paradigma por integrar planejamento urbano e tecnologia para otimizar serviços e melhorar a qualidade de vida (Weiss; Bernardi; Consoni, 2015). Esses sistemas urbanos, baseados em redes de tecnologia da informação e comunicação (Leite; Awad, 2012), representam um modelo em expansão no Brasil, porém sua implementação ocorre em um cenário marcado por desigualdades socioespaciais (Barbosa; Sánchez-Gendriz, 2021).

Essas desigualdades manifestam-se no acesso desigual a infraestrutura, recursos e serviços essenciais, criando um desafio central para a efetiva implementação das cidades inteligentes. A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2020) destaca a necessidade de articular a transformação digital com as políticas de desenvolvimento urbano sustentável, considerando as particularidades inerentes às cidades brasileiras. Nesse contexto, o Nordeste brasileiro apresenta um quadro de 36 cidades que possuem iniciativas inteligentes (Barbosa; Sánchez-Gendriz, 2021), que refletem assimetrias regionais no país.

Diante da formação da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH), criada em 2010 no âmbito da Frente Nacional de Prefeitos, incorporou o termo “sustentabilidade” a partir de 2017, com o objetivo de agregar práticas sustentáveis à noção de desenvolvimento dessas cidades indo além do escopo da tecnologia. Essa evolução reflete a necessidade de integrar as dimensões ambientais, sociais e econômicas (Ibrachics, 2021). Assim, a sustentabilidade surge como um elemento para promoção da qualidade de vida, abrangendo desde gestão ambiental à mobilidade e inclusão social, alinhando-se ao ODS 11 da ONU, intitulado de “Cidades e Comunidades Sustentáveis” (Câmara dos Deputados, 2021).

A resiliência urbana surge como conceito fundamental neste debate, entendida como a capacidade dos sistemas urbanos de antecipar, absorver e se adaptar às adversidades e questões como otimização de recursos naturais após uma situação de stress urbano, é tanto um requisito para o desenvolvimento sustentável quanto um caminho para atingi-lo, se constitui também por um arcabouço institucional que envolve três pilares: planejamento, legislação e financiamento urbano (Junior; Filho, 2016), utilizando tecnologias que levem em conta a sua realidade e que atendam à solução de conflitos e problemas urbanos, ambientais e sociais concretos (Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, 2020). No entanto, como argumenta Harvey (2007), as políticas neoliberais tendem a produzir cidades mais vulneráveis de equidade socioespacial. Essa tensão resulta em cidades mais vulneráveis e menos resilientes a crises econômicas e sociais.

Diante desse contexto, a presente pesquisa justifica-se pela relevância de contribuir para a ciência geográfica ao ampliar o estudo sobre como as iniciativas sustentáveis respondem aos desafios urbanos contemporâneos, marcados por desigualdades socioespaciais. Assim, o principal objetivo desta pesquisa é investigar como as cidades inteligentes na Região Nordeste do Brasil estão incorporando práticas de sustentabilidade e resiliência urbana na elaboração de ações concretas. Os objetivos específicos são:

1- Identificar iniciativas de sustentabilidade implementadas nas cidades inteligentes da Região Nordeste;

2- Analisar medidas de resiliência urbana adotadas para enfrentar desafios ambientais e sociais.

Assim, o trabalho encontra-se organizado em quatro seções: I) a metodologia, que detalha os procedimentos e as fontes utilizadas; II) seção que discute os resultados encontrados diante das iniciativas de resiliência urbana e III) considerações finais, onde estão sintetizadas as ideias e contribuições do presente estudo.

Metodologia

A abordagem metodológica presente no estudo se dá, principalmente, na busca pela compreensão dos elementos geográficos presentes nas ações de resiliência urbana. Nesse veís, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica para analisar as relações entre resiliência urbana e cidades inteligentes no Nordeste brasileiro. Do ponto de vista teórico, o estudo fundamentou-se nas produções acadêmicas sobre o tema, ressaltando o papel da produção realizada por Barbosa e Sánchez-Gendriz (2021), além de outros trabalhos que forneceram subsídios para a compreensão dos principais desafios urbanos e ambientais.

Na segunda e terceira etapas da pesquisa, realizou-se um levantamento e tratamento sistemático de dados secundários oriundos de órgãos governamentais, sendo eles: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), Atlas Brasil, além do Instituto de Cidades Sustentáveis com vistas a identificar a distribuição espacial das iniciativas de sustentabilidade nas cidades inteligentes,

incluindo a implementação de áreas verdes urbanas por meio de dados cadastrados no MMA, a distribuição dos resíduos sólidos urbanos foram obtidos através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). O universo da pesquisa compreendeu os 36 municípios da Região Nordeste que aderiram à RBCHICS, como demonstrado no mapa 1.

Mapa 1: Localização das smart cities do nordeste brasileiro.

Elaboração: Os autores, 2025.

Para a análise espacial, utilizou-se como instrumento de elaboração cartográfica o Sistema de Informação Geográfica (SIG) QuantumGISDesktop versão 3.34.11 Prizren. A base de dados foi extraída do IBGE, especialmente as malhas territoriais do ano de 2023. Os dados sobre áreas verdes urbanizadas cadastradas no território brasileiro foram extraídas do portal de dados abertos do Cadastro Ambiental Urbano (CAU) inserido no Ministério do Meio Ambiente (2023), sendo posteriormente tratados e filtrados os dados que competem às cidades inteligentes. Em contraste, os dados de áreas urbanizadas foram obtidos através da plataforma do IBGE, Sistema IBGE de Recuperação de Automática (SIDRA) do ano de 2019.

O tratamento dos dados incluiu o cruzamento dos dados das malhas territoriais com os dados quantitativos do IDSC; a padronização dos formatos dos arquivos para shapefile para realização do mapeamento; e filtragem dos indicadores para elaboração dos gráficos. Por fim, foi realizada análise integrada dos referidos dados da pesquisa, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para compreensão da distribuição espacial das iniciativas sustentáveis.

Figura 1: Fluxograma de elaboração da pesquisa.

Elaboração: A autora, 2025.

Resultados e Discussões

Ao realizar uma análise das cidades inteligentes na Região Nordeste do Brasil, observa-se que, apesar de algumas cidades aderirem à rede e se identificarem com o slogan de "Inteligentes, Humanas e Sustentável", ainda enfrentam desafios significativos para atingir objetivos básicos de desenvolvimento sustentável. A escolha das variáveis apresentadas neste trabalho se dá pela disponibilidade de dados para as cidades estudadas, bem como a relação destas com os princípios de resiliência urbana e as questões ambientais inerentes ao conceito de cidades inteligentes. Assim, como apresentado no mapa 2, surge a discussão acerca do Índice de Desenvolvimento Sustentável nessas cidades.

Mapa 2: Distribuição do Índice de Desenvolvimento Sustentável nas Cidades Inteligentes do Nordeste brasileiro.

Elaboração: Os autores, 2025.

O mapa revela a distribuição desigual do desenvolvimento sustentável entre diferentes áreas. A metodologia desenvolvida para constituição desse índice foi baseada na análise

de 100 indicadores que envolvem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) “para mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado no apoio de soluções em escalas locais, nacionais e globais”, sendo possível inferir o progresso dessas cidades (Instituto Cidades Inteligentes, 2025). Dessa forma, as tonalidades em vermelho, indicam índices mais elevados (acima de 42), correspondem a grandes centros urbanos e capitais, onde há maior infraestrutura, acesso a serviços e políticas ambientais mais consolidadas, como o caso da capital baiana, Salvador a partir de ações não só da gestão, mas da sociedade civil com práticas socioecológicas para alcançar melhor qualidade de vida, como as hortas urbanas comunitárias (Rocha et al., 2023), e Juazeiro do Norte (CE) que adotaram a formulação de um Plano Diretor das Cidades Inteligentes (PDCI) fundamentado na transformação urbana a fim de orientar os propósitos de sustentabilidade, inovação e tecnologia. Em contraste, as regiões com cores mais claras (abaixo de 42) expressam locais com desafios socioeconômicos e ambientais, ligadas às cidades com menos iniciativas de desenvolvimento sustentável. Esse contraste pode ser observado no município de Itajá (RN) que não possui ações concretas, informações ou ainda, planos de implementação de ações que envolvam os princípios do IDSC. Outra perspectiva, a nível nacional no que diz respeito ao meio ambiente, foi observado no Relatório de 2023 do Ranking Connected Smart Cities, um estudo desenvolvido pela Urban Systems que prioriza os indicadores de infraestrutura e acesso a serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e recuperação de resíduos sólidos de cidades com mais 50 mil habitantes, a distribuição desigual, pois 18 das 20 melhores cidades posicionadas estão na região Sudeste e Sul, demonstrando uma concentração de serviço e infraestrutura na região e, conseqüentemente, uma carência em outras regiões, principalmente no Norte e Nordeste do país. Em consonância a isso, tem-se que das 100 cidades mais bem posicionadas no recorte de Meio Ambiente deste Ranking, 51 estão na região Sudeste, 24 na região Sul, 12 na região Centro-Oeste, 12 na região Nordeste e apenas 1 na região Norte (Urban Systems, 2023).

Áreas

urbanizadas

Para o entendimento de ações de resiliência urbana, faz-se necessário compreender o fenômeno das áreas urbanizadas. Para Barros e Virgílio (2010), o processo de urbanização tem-se caracterizado pela substituição do ecossistema natural por um meio completamente adverso, em que o homem o organiza segundo suas necessidades de sobrevivência diante do poder que exerce sobre esse espaço. As áreas urbanizadas são divididas em: (I) Áreas densamente urbanizadas que são os centros urbanos com alta concentração de edificações verticais e de infraestrutura; (II) Áreas pouco densas compreende as periferias ou zonas que se encontram em expansão e (III) Loteamentos vazios são terrenos que podem estar associados a especulação imobiliária e que não estão ocupados (ALEPI, 2025).

Gráfico 1: Áreas urbanizadas nas smart cities.

Fonte: IBGE, 2019. **Elaboração:** Os autores, 2025.

Os referidos dados apresentam o quantitativo dos padrões de ocupação urbana nos municípios nordestinos que aderiram à rede CHICS, relevando contrastes regionais das áreas urbanizadas, ou seja, uma hierarquização urbana em contraste com a concentração espacial.

Dessa forma, pode-se elencar os municípios de Maceió, Salvador, Fortaleza, São Luís, João Pessoa, Recife e Teresina, que corresponde capitais que excedem 100 km² de áreas

urbanizadas, sejam de forma densa ou pouco densa, além disso, as outras capitais nordestinas, como Natal e Aracajú com 99,48 e 84,86 km², respectivamente, podem ser também considerados pólos regionais, sendo Fortaleza (253,97 km²), a metrópole regional dominante quanto à ocupação, tendo em vista que seu território compreende 312,3 km² (IBGE, 2024). Em contrapartida, os municípios interioranos como Altinho, Brejinho, Salgadinho, Acari, Cruzeta, Itajá, Lajes e Porto do Mangue possuem menos de 5 km², revelando uma assimetria na rede urbana, que vai de encontro ao que explica o geógrafo Milton Santos (1993) que destaca que o processo de urbanização do país foi desigual socialmente, com vistas a concentração populacional em grandes centros, a fragmentação territorial, dado que a urbanização brasileira não ocorreu de maneira homogênea em todo o território nacional por se tratar de um processo que possui múltiplas temporalidades e, portanto, cada lugar se constitui em uma combinação de densidades técnicas e tempos distintos. No que concerne à dinâmica de expansão urbana, é possível inferir os loteamentos vazios como espaços que promovem aos processos especulativos de ocupação do solo, ou ainda, um potencial de pressão sobre áreas perirurbanas e zonas de transição rural-urbana (Bazolli, 2009). Os dados proporcionam uma análise dos diferentes comportamentos regionais, pois as cidades litorâneas se expressam mais representativas do que as cidades interioranas, haja vista todo contexto de ocupação do território brasileiro. Esse padrão revela os processos de segregação espacial, bem como desafios para uma gestão urbana integrada.

Áreas verdes urbanas no contexto das Cidades Inteligentes do Nordeste brasileiro

Dentre as variáveis discutidas para entender a noção de cidades sustentáveis considera-se: águas na cidade, áreas verdes urbanas, planejamento urbano, qualidade do ar, resíduos sólidos, resíduos perigosos e urbanismo sustentável (MMA, 2025). Nesse sentido, atribui-se a este estudo a interação entre as variáveis de áreas verdes urbanas e resíduos sólidos urbanos.

O Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (CONAMA, 2006). Essas áreas são encontradas em diferentes espaços: em áreas públicas; em Áreas de Preservação Permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados (Brasil, 2025).

As áreas trabalhadas no presente estudo conferem à: parques, praças, jardim botânico, canteiros, áreas verdes potenciais, áreas verdes institucionais, nascentes, áreas direcionadas à agricultura urbana e bosques. Assim, como expressa o gráfico 2 revela uma distribuição desigual, com predominância significativa das praças (841) e canteiros (648), que, embora componham a paisagem urbana, possuem função ambiental limitada e baixo impacto ecológico, possuem maior funcionalidade no âmbito social, pois como explora Silva et al. (2021) são exemplos de espaços livres fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer. Além disso, as áreas verdes institucionais (185) também se destacam, representando espaços com potencial de integração à malha verde urbana. Por outro lado, as tipologias que mais se aproximam de espaços ambientais comuns, como parques (50), bosques (2) e nascentes (3), aparecem em proporções muito reduzidas. A presença de áreas verdes potenciais (21) indica ainda a existência de espaços subutilizados com potencialidades de

uso. Assim, os dados apontam para a necessidade de ações estratégicas que ampliem e qualifiquem as áreas verdes, com foco na proteção ambiental, bem-estar da população e melhoria da qualidade urbana, ou seja, a atuação municipal para concretização e cadastramento dessas áreas junto ao Ministério do Meio Ambiente. Do total de municípios, Recife é o que possui o maior quantitativo dessas áreas, sendo 1.037, além de 24 dos 36 municípios não possuem nenhum tipo de área verde urbana cadastradas (Ilhéus, Salvador, Fortaleza, Icapuí, São Luís, Rio Tinto, Altinho, Brejinho, Garanhuns, Igarassu, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa do Carro, Moreno, Olinda, Salgadinho, São Lourenço da Mata, Acari, Baraúna, Cruzeta, Lajes, Parnamirim, Porto do Mangue e Serra do Mel).

Gráfico 2: Tipologias das áreas verdes urbanas.

Elaboração: Os autores, 2025.

Tendo em vista que as áreas verdes urbanas estão inseridas na variável de resiliência socioecológica, elas desempenham papel crucial na mitigação de efeitos adversos, como as ilhas de calor, a poluição do ar e a gestão de recursos hídricos, além de promoverem o bem-estar da população (Santos; Gutierrez, 2023). Portanto, a expressividade dos municípios que não possuem áreas verdes urbanas, ou ainda, caso possuam, não foram cadastradas no portal do MMA impossibilita a formulação de políticas públicas para melhor gestão desses municípios a partir de uma iniciativa sustentável para atingir o objetivo de resiliência urbana. Essa variável revela a dualidade presente no discursos da autodeclaração de cidades inteligentes, humanas e sustentáveis, demonstrando lacunas na integração do planejamento urbano-ambiental.

Resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade

Por definição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei nº 12.305, os resíduos sólidos urbanos, são o conjunto dos resíduos domiciliares que se originam das atividades domésticas em residências urbanas e dos resíduos de limpeza dos logradouros e vias públicas. Desse modo, existem várias formas de destinação desses resíduos, como os lixões, aterros sanitários, as unidades de triagem (galpões ou usinas), unidade de transbordo, unidades de tratamento por incineração, unidade de compostagem (pátio ou usina), área em recuperação, área de reciclagem de resíduos de construção civil, unidade de manejo de galhadas e podas e aterros controlados (SNIS, 2022). Nesse sentido, os quadros a seguir demonstram como estão dispostos os resíduos sólidos urbanos e seus fluxos nas cidades inteligentes do Nordeste a partir de cada estado.

Quadro 1: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Alagoas.

Elaboração: Os autores, 2025.

A gestão dos resíduos em Maceió, capital do estado de Alagoas, destina seus resíduos em duas formas de unidade de processamento: a unidade de triagem ou galpões de triagem, envolvem a separação, classificação e comercialização (Zanta; Ferreira, 2016), sendo o mais expressivo em quantidade de toneladas destinadas tendo como manuseador a associação de catadores e o aterro sanitário operado por empresa privada. Esse modelo demonstra uma participação significativa dos catadores na disposição final desses resíduos. Assim, Maceió possui uma estrutura simplificada e pouco diversificada na destinação de seus resíduos sólidos urbanos.

Quadro 2: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios da Bahia.

Elaboração: Os autores, 2025. **Nota:** SLU - Serviços de Limpeza Urbana.

Ilhéus e Salvador na Bahia, destinam seus resíduos para unidades semelhantes, porém Salvador como capital do estado e onde concentra maior população, com 2.417.678 habitantes (IBGE, 2022), essa característica tem como resultado a geração de resíduos também em grande escala, como observado no quadro 2. Como consequência disso, as

destinações tomadas são principalmente, os aterros sanitários e unidades de transbordo. Nesse sentido, a apresenta um cenário mais diversificado, porém desigual, uma vez que Salvador opera um sistema complexo – utilizando aterro sanitário, unidade de transbordo e de triagem –, enquanto Ilhéus ainda possui, com expressividade, lixão municipal, operado pela prefeitura, seguido de aterro sanitário. Essa diversidade em Salvador denota a busca por uma maior eficiência na disposição final de seus resíduos.

Quadro 3: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Ceará.

Elaboração: Os autores, 2025.

As cidades inteligentes do Ceará, em um contexto geral, possuem uma diversidade na gestão de resíduos. Fortaleza adota uma modelo variado, envia maior parte de seus resíduos para aterro sanitário privado, mas também utiliza de outras formas de destinação, como unidades de incineração (tratamento térmico), de transbordo e de triagem. Entretanto, a persistência de lixão em municípios como Icapuí e Juazeiro do Norte, revelando uma assimetria entre a capital e os demais municípios.

Quadro 4: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Maranhão.

Elaboração: Os autores, 2025.

No caso de São Luís, no Maranhão, a diversidade de unidades de destinação é maior em comparação aos outros estados do nordeste, caracterizando-se por um forte componente em sua gestão. A capital utiliza massivamente da unidade de transbordo e do aterro sanitário e outras formas, mesmo que menos significativas, as unidades de triagem, de compostagem e área de recuperação. A presença, ainda que com volumes simbólicos, de outras unidades como compostagem e triagem, indicando uma tentativa inicial de diversificação. Esse modelo demonstra a busca pela solução regional para a questão da destinação final, transferindo-a para um município vizinho, o que é comum em arranjos metropolitanos, que, por outro lado, pode gerar dependência e conflitos locais no que concerne ao gerenciamento econômico e ecológico desses resíduos. De modo geral, as empresas privadas são as que mais atuam nessa perspectiva.

Quadro 5: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios da Paraíba.

Elaboração: Os autores, 2025. **Nota:** SLU - Serviços de Limpeza Urbana. RCC - Resíduos da Construção Civil.

Nas cidades inteligentes paraibanas apresentam um sistema bem estruturado. João Pessoa utiliza uma diversificada de destinações: aterro sanitário privado, unidade de triagem (catadores) e, notavelmente, uma área de reciclagem de Resíduos da Construção Civil operada pela prefeitura. Campina Grande também combina aterro privado com triagem social. A existência de um fluxo intermunicipal (Guarabira para Rio Tinto) indica a formação de arranjos regionais, um passo importante para a gestão integrada.

Quadro 6: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Pernambuco.

Elaboração: Os autores, 2025.

O cenário das cidades do Pernambuco é o mais complexo entre os demais estados, uma vez que há a existência de fluxos entre os municípios em que os resíduos de uma cidade são enviados para aterros em diversas outras, operacionais por diversos agentes, consórcios, empresas privadas, prefeituras e associação de catadores. Sendo assim, as unidades de aterros sanitários compreendem as maiores quantidade de toneladas em todos os municípios trabalhados, seguidos de aterros controlados e área de reciclagem de resíduos de construção civil. Desse modo, Recife demonstra-se como o município com maior diversidade de destinação: Unidade de manejo de galhadas e podas, Unidade de triagem e Unidade de compostagem. Essas são medidas voltadas para destinação de resíduos orgânicos, possuem perspectivas positivas quanto à relação com a resiliência, diante da redução das pressões sobre as demais destinação no que se refere aos resíduos orgânicos. É importante

ressaltar que Lagoa do Carro, uma das cidades inteligentes do estado, não possui dados na base do SNIS de 2022.

Quadro 7: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Piauí.

Elaboração: Os autores, 2025.

Teresina existem duas formas de destinação dos resíduos, as unidades de triagem e o aterro controlado, sendo este último o que mais tem destinação dos resíduos sólidos urbanos operado por empresa privada. Esse tipo de destinação compreende áreas com controle ambiental e operacional sem ter um rigor de um aterro sanitário, podendo ter controle de acesso, coleta de resíduos lixiviados, podem ter drenagem parcial de gases, é um tipo de solução melhor do que os lixões (Leite et al, 2019). Paralelamente, uma pequena parcela é destinada à triagem de catadores. Nesse sentido, é possível inferir que o município carece de uma destinação final ambientalmente adequada para a maior parte de seus resíduos, representando um grande desafio a ser superado.

Quadro 8: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Rio Grande do Norte.

Elaboração: Os autores, 2025.

As cidades do Rio Grande do Norte possuem um modelo metropolitano, como observa Silva et al. (2025) cujo comportamento é reflexo do contexto nacional. Natal, a capital, não possui aterro sanitário em seu território, enviando seus resíduos domiciliares para um aterro privado em Ceará-Mirim e os Resíduos de Construção Civil (RCC) para um aterro de inertes em Extremoz. Internamente, mantém unidades de triagem e de transbordo, esta última corresponde ao antigo lixão da capital que, apesar de inicialmente contribuir para o manejo adequado desses resíduos, regressou, voltando a apresentar o comportamento de vazadouro (Silva et al, 2025). Enquanto isso, municípios menores do interior, como Acari e Serra do Mel, ainda utilizam aterros controlados, mostrando a disparidade entre a região metropolitana e o interior, bem como a realidade em que das 13 cidades, 5 possuem lixões municipais.

Quadro 9: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Sergipe.

Elaboração: Os autores, 2025.

Sergipe apresenta um modelo focado na destinação final ambientalmente mais adequada via iniciativa privada, mas em bases intermunicipais. Aracaju, a capital, não dispõe de seus resíduos em seu próprio território, o fluxo é enviado para aterros sanitários privados localizados nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Rosário do Catete. Internamente, mantém apenas uma unidade de triagem de baixa capacidade em relação aos aterros. Esse modelo resolve o problema técnico da destinação final, mas externaliza os impactos na qualidade ambiental dos municípios de destino, onde a infraestrutura e os serviços não acompanham o ritmo de crescimento dessas cidades (Igrejas et al, 2024). De modo geral, os dados demonstram que há uma centralização nas regiões metropolitanas de cada estado, criando dependências regionais. A exemplo do estado do Rio Grande do Norte em que o aterro do município de Natal se encontra em Ceará-Mirim e Vera Cruz recebe os resíduos de Parnamirim e Lajes. Essa dependência implica na falta de autogestão dos municípios, pois municípios menores ainda possuem lixões – a forma mais danosa de destinação de rejeitos –, indicando a falta de destinação de recursos para aplicação de outras formas de manejo ou ainda, a falta de integração intermunicipal. Além disso, observa-se o predomínio de aterros sanitários operados por empresas privadas e a persistência de lixões operados principalmente pelas prefeituras. Apesar de volumes menores, de um a três toneladas por ano, em relação às outras destinações, a presença de unidades de triagem operada por associação de catadores demonstra uma integração socioeconômica no manejo desses resíduos. Os quadros demonstram ainda, o expressivo fluxo intermunicipal entre municípios menores e as capitais.

Conclusão

Este estudo ofereceu uma análise das transformações socioespaciais nas cidades inteligentes do Nordeste brasileiro que utilizam do slogan “Inteligente, Humana e Sustentável”, utilizando como prisma na análise de resiliência urbana as áreas verdes urbanas e os resíduos sólidos urbanos.

Assim, os dados coletados, ofereceram uma análise da situação dessas cidades em relação ao fornecimento de informações, ou seja, o cadastramento dessas áreas verdes que podem estar integradas às áreas urbanas, destacando que necessitam de maior atenção por parte da gestão pública para avançar neste modelo de gestão, bem como fornecem uma base que pode ser estrategicamente utilizada pelas cidades para alinhar seus objetivos ao desenvolvimento social e sustentável.

Paralelamente, a gestão de resíduos sólidos mostrou-se um fator que expressa essas desigualdades. Enquanto metrópoles como Salvador, Fortaleza e Recife diversificam suas destinações com aterros sanitários, transbordos e incineração, municípios como Itajá (RN), Icapuí (CE) e outros municípios menores ainda dependem de lixões, a forma mais precária e danosa de disposição final. A dependência de fluxos intermunicipais e da atuação de empresas privadas revela uma fragilidade na governança local e uma externalização dos impactos ambientais. Contudo, destaca-se a integração de associações de catadores na cadeia de reciclagem em diversos estados, um exemplo de como a economia solidária pode ser incorporada às políticas de cidade inteligente, promovendo inclusão social.. Portanto, é evidente que existem lacunas e assimetrias entre capitais e interior, entre grandes e pequenos municípios, e entre as dimensões tecnológica e socioambiental.

Destaca-se a importância de desenvolver futuras pesquisas que aprofundem a compreensão de questões específicas para cada cidade analisada, identificando outras iniciativas de resiliência urbana.

Referências

BARBOSA, J. R. de A.; SÁNCHEZ-GENDRIZ, I. Análise de dados aplicada às Cidades Inteligentes: reflexões sobre a Região Nordeste do Brasil. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 49, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/36081>. Acesso em: 31 maio 2025.

BARROS, Miriam Vizintim Fernandes; VIRGILIO, Haroldo. Praças: espaços verdes na cidade de Londrina. *Geografia (Londrina)*, v. 12, n. 1, p. 533–544, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2003v12n1p533. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6713>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BATTY, Michael. Big Data, Smart Cities and City Planning. *Dialogues in Human Geography*, 3(3), p. 274-279, 2013.

BAZOLLI, João Aparecido. Os efeitos dos vazios urbanos no custo da urbanização da cidade de Palmas-TO. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 7, n. 1, p. 103-123, 2009. Disponível em:
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/541>.
Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Disponível em:
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/209>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas verdes urbanizadas por município: Cadastro Ambiental Urbano - CAU, Programa Cidades + Verdes. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2023. Disponível em:
https://dados.mma.gov.br/dataset/cadastro_ambiental_urbano. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cidades sustentáveis. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2025. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis.html?view=default>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cidades sustentáveis: Áreas verdes urbanas – parques e áreas verdes. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2025.. Disponível em:
<https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5486>. Acesso: 01 jun. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

CÂMARA, DOS DEPUTADOS. Cidades inteligentes: uma abordagem humana e sustentável, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/estudos-por-assunto/meio-ambiente-e-energia/cidades-inteligentes-uma-abordagem-humana-e-sustentavel>. Acesso em: 09 jul. 2025.

COSTA, Maria Lúcia Palitot. Meio Ambiente e Resíduos Sólidos Urbanos No Brasil. São Paulo: **Centro de Pós-Graduação Oswaldo Cruz**, 2015. Disponível em:
https://oswaldocruz.br/revista_academica/content/pdf/Edicao_10_Costa_Maria_Lucia_Palitot.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025

GAMA, Rui; FERNANDES, Ricardo. O digital como veículo para o inteligente: tópicos para uma abordagem territorial. *Anais do 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, Coimbra, jul. 2014.

HARVEY, David. A brief history of neoliberalism. **Oxford University Press**, USA, 2007.

IBRACHICS. Instituto Brasileiro de Cidades Inteligentes, Humanas, Criativas e Sustentáveis. Iniciativas, 2021. Disponível em: <https://www.ibrachics.org.br/en/iniciativas#:~:text=In%202016%2C%20we%20created%20the,than%20400%20affiliates%20throughout%20Brazil>. Acesso em: 09 jul. 2025.

IGREJAS, Rafael et al. Texto para Discussão 3077: o impacto de consórcios públicos de resíduos sólidos urbanos no brasil: estimativas de investimentos e potenciais impactos socioeconômicos. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, p. 53, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/e48923f7-6146-45c2-aaa4-d079b40b7a01/content#page=31.86>. Acesso em: 25 ago. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Áreas urbanizadas, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/areas-urbanizadas/tabelas>. Acesso em: 01 jun. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Fortaleza (CE), 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Salvador (BA), 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: Base de dados do IDSC-BR 2024. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br>. Acesso em: 31 maio 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Brasília, Ipea, FJP, 2013. ISBN: 978-85-7811-171-7. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2375/1/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

JUNIOR, Nilo Luiz Saccaro; FILHO, Osmar Coelho. Cidades resilientes e o ambiente natural: ecologia urbana, adaptação e gestão de riscos. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9183>. Acesso em: 01 jun. 2025.

LEITE, Carlos. AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: **Bookman**, 2012. xiv, 264 p. : il. color; 25cm. ISBN: 978-85-7780-965-3.

LEITE, Nirlania Diógenes et al. Lixões, aterros controlados e aterros sanitários: o que mudou no Brasil após a publicação da Lei Federal 12.305/2010. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, 30º., 16 a 19 jun. 2019, Natal, no Rio Grande do Norte. Anais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/55137>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PIAUÍ. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI). Áreas urbanizadas no Brasil equivalem a 0,54% do total. Notícias TV, 2025. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/areas-urbanizadas-no-brasil-equivalem-a-0-54-do-total>. Acesso em: 09 jul. 2025.

ROCHA, Heliana Faria Mettig; CARVALHO, Clarice Araújo; SILVA, Ruth Araújo; SOUZA, Tamylen de Jesus. Práticas socioecológicas e resiliência urbana: Uma experiência de pesquisa. In: **ENCONTRO LATINO AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**, 5., 2023. Anais, 2023. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/3558>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SANTOS, Joel Silva dos Santos; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa. Áreas verdes urbanas e serviços ecossistêmicos. João Pessoa: **Editora UFPB**, 2023. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/1146/1049/12016>. Acesso em: 30 jul. 2025

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. Editora HUCITEC, São Paulo, Brasil, 1993. ISBN 85.271.0280-7.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/9J46zZXm7WcdjgD3K3SB49B/#top>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, W. L. A. et al. Gestão do do Território de Políticas Públicas Ambientais: uma reflexão a partir dos resíduos sólidos. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: Ideias, Políticas e Práticas em Territorialidades do Sul Global**, 21., 2025, Curitiba. Anais. Campina Grande: Realiza, 2025. p. 1-17.

URBAN SYSTEMS. Ranking connected smart cities: relatório 2023. Disponível em: <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>. Acesso em 31 maio 2025.

WEISS, M. C., BERNARDES, R. C., CONSONI, F. L. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7(3), 310-324, 2015.

ZANTA, Viviana Maria; FERREIRA, Cynthia Fantoni Alves. Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos. São Carlos, SP: **Rima Artes e Textos**, 2016. Disponível em: <https://limpezapublica.com.br/wp-content/uploads/2019/03/livroprosab.pdf>. Ac

Anexos



Mapa 1: Localização das smart cities do nordeste brasileiro.



Figura 1: Fluxograma de elaboração da pesquisa.



Mapa 2: Distribuição do Índice de Desenvolvimento Sustentável nas Cidades Inteligentes do Nordeste brasileiro.



Gráfico 1: Áreas urbanizadas nas smart cities.



Gráfico 2: Tipologias das áreas verdes urbanas.



Quadro 1: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Alagoas.



Quadro 2: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios da Bahia.



Quadro 3: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Ceará.



Quadro 4: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Maranhão.



Quadro 5: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios da Paraíba..



Quadro 6: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Pernambuco..



Quadro 7: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Piauí.



Quadro 8: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios do Rio Grande do Norte.



Quadro 9: Panorama dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Sergipe.

CÓDIGO: HS0756

AUTOR: MARIA EDUARDA JERONIMO DA SILVA

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: O DERRAMAR DE MEMÓRIAS: ECOS, SILÊNCIOS E
PERMANÊNCIAS EM LEITE DERRAMADO (2009) DE CHICO BUARQUE

Resumo

Este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa “Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, cujo propósito é analisar o dispositivo narrativo da memória na literatura brasileira contemporânea em diálogo com a sociedade. O presente artigo, de cunho qualitativo, reflete, à luz das relações de Literatura e Sociedade (Candido, 2006), a relação da decadência da linhagem nobre e do relacionamento amoroso do narrador-personagem de Leite Derramado, de Chico Buarque, com a insistente rememoração do seu passado conflituoso. Para tanto, discutiu-se a respeito do esforço da recordação (Ricoeur, 2007) como amparo às lembranças que o tempo ameaça apagar, e, portanto, de uma luta contra a própria morte (Gagnebin, 2006) bem como foram tecidas análises sobre a reminiscência como permanência da existência (Todorov, 2003) e a continuidade de um passado que, ao ser memorado, torna-se a atualizar-se (Sarlo, 2007). Com isso, constatou-se a atuação do derramar de memórias do narrador como alternativa em combate ao inerente esquecimento proveniente do perecimento.

Palavras-chave: Memória; Chico Buarque; Literatura brasileira contemporânea.

TITLE: Memória; Chico Buarque; Literatura brasileira contemporânea. THE
OUTPOURING OF MEMORIES: ECHOES, SILENCES, AND PERMANENCES
IN LEITE DERRAMADO (2009) BY CHICO BUARQUE

Abstract

This work is linked to the research project “Narrating is Resisting?”: Contemporary Brazilian Literature and Memory, a Preliminary Analysis, whose purpose is to examine

the narrative device of memory in contemporary Brazilian literature in dialogue with society. This qualitative article reflects, in light of the relations between Literature and Society (Candido, 2006), on the connection between the decline of the noble lineage and the love relationship of the narrator-protagonist in *Leite Derramado*, by Chico Buarque, and his persistent recollection of a conflicted past. To this end, it discusses the effort of remembrance (Ricoeur, 2007) as a means of supporting memories that time threatens to erase, and thus as a struggle against death itself (Gagnebin, 2006). It also presents analyses on reminiscence as the permanence of existence (Todorov, 2003) and the continuity of a past that, when recalled, becomes updated (Sarlo, 2007). Consequently, it was found that the narrator's "spilling of memories" operates as an alternative means of combating the inherent oblivion that arises from the inevitability of death.

Keywords: Memory; Chico Buarque; Contemporary Brazilian Literature.

Introdução

O presente relatório vincula-se ao projeto de pesquisa "Narrar é resistir?: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar", que tem como pressupostos teóricos-metodológicos as relações literatura-sociedade e forma-conteúdo. Este plano de pesquisa, especificamente, abarca os vencedores dos prêmios Jabuti (2009-2012), Fundação Biblioteca Nacional (2009-2012) e Portugal-Telecom (2009-2012) que apresentam a memória como traço estrutural. Assim, para alvo da análise qualitativa, a obra escolhida, vencedora do Prêmio Jabuti (2010) e Portugal-Telecom (2010), será analisada neste estudo a fim de refletir como a memória opera na literatura brasileira contemporânea e suas relações com a sociedade.

Entre perdas de um passado lacunar e a iminência da morte, Eulálio D'Assumpção Montenegro, narrador-personagem (Candido, 1995) de *Leite Derramado*, relata experiências vividas ao longo dos seus cem anos. No leito de um hospital precário, este idoso de linhagem nobre conduz a narrativa memorando o antigo prestígio de sua família aristocrática, o terrível amor por Matilde e o indubitável declínio de sua linhagem. Tal percurso memorialístico é tecido por apagamentos, confusões e repetições, caracterizando um derramamento de memórias imprecisas, como demonstra: "A memória é deveras um pandemônio, mas está tudo lá dentro, depois de fuçar um pouco o dono é capaz de encontrar todas as coisas" (Buarque, 2009, p. 41). Além disso, as histórias que resgata são marcadas por tensões internas, familiares e amorosa, como afirma Sarlo (2007, p. 9): "O passado é sempre conflituoso".

Frente à solidão e à insatisfação com o culminar de sua história, Eulálio encontra na rememoração o único caminho para negar a decadência de si e lutar contra o esquecimento daquilo que ainda lhe resta: o seu passado. Tal esforço de recordação é um dos fins do ato de memorar, arrancando fragmentos da lembrança antes que o tempo os leve (Ricoeur, 2007).

Assim, a memória se configura como o fio condutor da narrativa, evocando um passado conturbado e incerto, cujos eventos, ao longo do enredo, ganham novas versões e perdem alguns traços. A respeito disso, o narrador comenta:

Se com a idade a gente dá para repetir casos antigos, palavra por palavra, não é por cansaço da alma, é por esmero. É para si próprio que um velho repete sempre a mesma história, como se assim tirasse cópias dela, para a hipótese de a história se extraviar (p. 96)

No início da narrativa, o centenário evoca o que chama de “minha feliz infância” (Buarque, 2009, p. 5). Em contraste, reclama das dores provenientes da velhice e do tratamento que recebe no hospital. O distanciamento temporal (Ricoeur, 2007, p. 37) do passado feliz propôs um novo olhar para tal acontecimento, pois o narrador reavalia sua vida e afirma:

Mas bem antes da doença e da velhice, talvez minha vida já fosse um pouco assim, uma dorzinha chata a me espetar o tempo todo, e de repente uma lambada atroz. Quando perdi minha mulher, foi atroz. E qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é uma vasta ferida. (Buarque, 2009, p. 10)

Se a memória, é, pois, uma vasta ferida, Eulálio dispõe-se a ferir-se desde que não experimente o apagamento de seu passado. Ao contrário de ser o passado a experiência dolorosa, o narrador aponta a memória como a ferida que sofre, ou seja, o ato de rememorar é o que produz seu sofrer. Gagnebin (2006, p. 45) comenta a relação entre o esquecimento e a morte: “lutar contra o esquecimento, [...] isto é, fundamentalmente, lutar contra a morte e a ausência pela palavra viva e rememorativa”. Nesse sentido, tal empenho é costurado pela decadência de sua linhagem e, sobretudo, pela frustração do seu amor por Matilde, sua esposa. Em última análise, a memória se constitui como um dispositivo literário de enfrentamento desse emaranhado e como maneira de manter-se vivo, a saber, de não experimentar, plenamente, o apagamento de seu passado.

Metodologia

Metodologicamente, este plano se deu em dois estágios concomitantemente: etapa qualitativa e reuniões entre os pesquisadores e a orientadora para debate teórico e acúmulo de discussão. Na primeira etapa, discutiu-se a memória como dispositivo narrativo a partir de textos teóricos seminais acerca do tema em grupo, bem como estudou-se a fortuna crítica dos autores e obras analisadas individualmente. A partir disso, foi estruturado um quadro-base para o desenvolvimento da pesquisa, cuja estrutura facilitou a organização dos dados coletados. Assim, dividiu-se as informações em 1. Romance (título, ano, autor, editora); 2. Dados do autor (nome, idade, sexo, formação, local de nascimento); 3. Sinopse da obra (conteúdo); 4. Dados estruturais (forma); 5. Memória; 6. Chaves de leitura (outras); e 7. Fortuna crítica. Concomitantemente aconteceram reuniões para debate teórico e acúmulo de discussão quinzenalmente durante os semestres 2024.2 e 2025.1, sob orientação da professora responsável. Dessa forma, este relatório foi

construído à luz dos princípios da análise literária em ligação com a sociedade e nos estudos acerca das narrativas de memórias.

Resultados e Discussões

1. O DECLÍNIO DE UMA NOBRE LINNHAGEM

Neto de Eulálio – um figurão do Império, grão-maçom, comensal de D. Pedro II, que trocou correspondência com a Rainha Vitória – e com uma vasta origem nobre, como seu trisavô Eulálio que desembarcou no Brasil com a corte portuguesa e o próprio pai que era senador republicano, Eulálio D'Assumpção Montenegro relata sua ilustre ascendência, da qual muito se orgulha e a exhibe ao longo da narrativa. A extensa linhagem de Eulálios evidencia o peso simbólico do nome na nossa sociedade, revelando como a herança de prestígio e posição social se perpetua historicamente. No entanto, é a partir do narrador que inicia o derramar dessa nobre linhagem. Apesar de vangloriar-se do prestígio dos seus antepassados, reconhece a decadência de sua família.

Ninguém vai querer saber se porventura meu trisavô desembarcou no Brasil com a corte portuguesa. De nada adianta me gabar de ele ter sido confidente de dona Maria Louca, se aqui ninguém faz ideia de quem foi essa rainha. Hoje sou da escória igual a vocês, e antes que me internassem, morava com minha filha de favor numa casa de um só cômodo nos cafundós. (Buarque, 2009, p. 50)

A começar pelos negócios, o narrador não foi bem-sucedido, tampouco teve jeito para a política. Além de não ter tido filho homem – rompendo a longa tradição de Eulálios –, sua única filha, Maria Eulália, tem uma vida conturbada pelo desaparecimento da mãe e com um marido que se aproveita do dinheiro de sua família. Desse casamento, nasce Eulálio d'Assumpção Palumba, que quando cresce se torna comunista e termina detido. Posteriormente, Eulálio é informado do nascimento de seu bisneto na prisão, assim batiza-se mais um Eulálio: “Só sei que Eulálio d'Assumpção Palumba Júnior foi batizado e criado por nós, hoje é esse garotão que a leva para andar de carro e me dá charutos cubanos.” (Buarque, 2009, p. 39). Este, porém, termina morrendo num motel que havia ido com uma mulher de quarenta anos segundo narra o velho centenário. No cemitério, Eulálio afirma ser aquele o fim da linhagem dos Assumpção. Contudo, surge Eulálio d'Assumpção Palumba Neto, dado como filho póstumo do seu bisneto, mantendo viva a linhagem da família. Perto do fim da narrativa, Eulálio conhece seu tetraneto, Eulalinho.

É importante considerar que, nesse processo, há uma miscigenação que resulta na negritude do bisneto, caracterizando um derramamento dessa elite branca racista. No entanto, longe de significar o fim do preconceito racial da família Assumpção, reforça uma discriminação implícita pois, embora Eulálio e o próprio avô afirmasse ser abolicionista, ao longo da narrativa, o personagem deixa escapar comentários discriminatórios, revelando não apenas o racismo estrutural enraizado no seio familiar, mas também a hipocrisia velada que marca a elite brasileira retratada por Chico Buarque. Tal postura contraditória assemelha-se a realidade social que ainda é encontrada no século

XXI, em que, embora a capacidade de destacar ideais progressistas no discurso seja eminente, preserva, na conduta e no imaginário, o racismo que finge rejeitar.

Nesse percurso, a reminiscência aponta para a decadência dessa família de origem de nobreza, principalmente pelas abundantes repetições do prestígio dos seus avôs. O narrador, incapaz de pontuar histórias e feitos políticos próprios e, talvez, entremeados de culpa por ser responsável pelo início desse declínio, se apega, veementemente, aos fatos dos seus antepassados como modo de manter viva a reputação da renomada família Assumpção. Portanto, embora enxergue sua autoria no processo de decadência da própria família, da condição financeira e das posses; Eulálio se basta ao memorar e se vangloriar da realidade ilustre dos seus antepassados.

2. MATILDE

Como fio condutor da narrativa e sem uma linearidade cronológica, a rememoração de Eulálio situa-se com diferentes especificidades. Ricoeur (2007) distingue a lembrança da recordação, sendo a lembrança a imagem que vem à tona e a recordação um processo que necessita de uma busca, ou seja, o esforço de recordação mencionado neste trabalho. Com relação a Matilde – o grande amor de Eulálio que protagoniza, pelo menos, metade de suas memórias –, o esforço é inexistente, o passado vivenciado com ela configura-se como lembrança como demonstra o trecho:

Na velhice a gente dá para repetir casos antigos, porém jamais com a mesma precisão, porque cada lembrança já é um arremedo de lembrança anterior. A própria fisionomia de Matilde, um dia percebi que eu começava a esquecer lá, e era como se ela me largasse novamente. Era uma agonia, mais eu a puxava pela memória, mais sua imagem se desfiava [...] quando sem esforço algum me aconteceu de relembrar Matilde plenamente. (BUARQUE, 2009, p. 136)

O primeiro encontro com Matilde, vastamente relatado na obra, é um marco na vida do narrador, de tal modo que estrutura uma espécie de batismo. É Matilde quem dá voz, pela primeira vez, ao nome de Eulálio na narrativa. Tal simbologia se explica pela paixão que independe do breve convívio, além disso, destaca-se o nome da narrativa que é fruto de um momento em que Matilde derrama o leite do seu peito na pia do banheiro, fato que, posteriormente, Eulálio reflete como desperdício do leite materno que seria para a filha. Sobre o encontro que marcou o início do seu interesse, ele comenta: “conheci Matilde na missa do meu pai, talvez valesse a pena providenciar uma gravação dos meus depoimentos” (Buarque, 2009, p. 185).

Ao longo da narrativa, com o olhar mais apurado, Eulálio passeia pelas memórias com novas indagações. Teria Matilde o traído com o engenheiro francês Dubosc? Esta é uma das hipóteses recorrentes no discurso memorialístico concernente a esta personagem. Sobretudo, as incertezas em volta da partida misteriosa de Matilde ocupam espaço de privilégio na narrativa. As versões imprecisas e contraditórias vão desde uma possível morte no parto a uma morte num sanatório por tuberculose, a isto, Sarlo (2007, p. 25) explica que o passado memorado recebe nova atualização a cada repetição desse evento. Portanto, entre as memórias da convivência conturbada com Matilde, marcada por conflitos e opressões – em virtude de ser Eulálio arrogante enquanto Matilde se mostra alegre e festiva, motivo pelo qual era questionada constantemente sobre sua fidelidade ao

marido –, o narrador constantemente relembra o desaparecimento mal resolvido da esposa:

E hoje saiu sem avisar aonde ia, Matilde nunca foi de sair à noite. Por isso é natural que eu parta feito um louco atrás dela, mas isso só vai acontecer daqui a pouco. É esquisito ter lembranças de coisas que ainda não aconteceram, acabo de lembrar que Matilde vai sumir para sempre. (Buarque, 2009, p.116-117)

Nesse episódio, o narrador evidencia sua ida ao passado de forma tão intensa que, mesmo sabendo o que já aconteceu posteriormente, age como se ainda fosse acontecer “daqui a pouco”. Isso revela o esforço de procurar Matilde até em meio ao seu próprio pandemônio memorialístico. A confusão do sumiço persegue o narrador ao passo que ele mesmo persegue esta lembrança incompleta, a fim de resgatá-la integralmente, Sarlo (2007, p. 8) esclarece:

Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra).

Gagnebin (2006, p.110) caracteriza o trauma como “uma ferida aberta na alma”. Desse modo, as memórias que envolvem Matilde são evocadas com traços que se encaixam em tal situação, seja no abandono do marido e da filha ou mesmo no jeito que se comportava, o qual não atendia as expectativas do marido.

À luz desse cenário, memorar Matilde é projetar um amor que fugiu do esperado, é lidar com a inquestionável verdade de que, desde o primeiro encontro na missa, o que era para ser uma paixão avassaladora, torna-se mais um aspecto de declínio na vida de Eulálio. Matilde não responde aos padrões sociais da época, não concebe um homem para dar conta de sua genealogia e tampouco permanece “na alegria e na tristeza” junto ao esposo. Tal quebra de expectativa é mais um derramamento – dessa vez, no âmbito relacional –, que desvenda mais um estado de ruína na vida do narrador.

3. SILÊNCIOS E PERMANÊNCIAS

Se silenciar é esquecer, narrar é uma maneira de manter-se vivo (Todorov, 2003). Nesse sentido, as memórias de Eulálio jorram sem parar, independentemente de ser ouvido ou não. Abandonado no leito de um hospital, encontra-se mais tempo recordando seu passado sozinho. O pouco convívio que ainda experimenta é com uma das enfermeiras, que, por sua vez, é alvo de devaneios do velho para que, mais tarde, vivessem o romance que ele sonhara ter vivido com seu grande amor – Matilde. Além de tais comentários, o centenário aproveita a presença da mulher para que suas memórias fossem registradas: “A coitada ganha uns caraminguás no plantão noturno, atende a todo mundo ao mesmo tempo, e ainda tem de escrever minhas memórias” (Buarque, 2009, p. 70).

Sócrates ilustra a reminiscência como uma impressão em um bloco de cera cuja marca varia de pessoa para pessoa (Ricoeur, 2007). Todavia, à beira de perder, além de todas as posses e todo prestígio, a si mesmo, para Eulálio é insuficiente apenas lembrar uma vez que sua rememoração “não é confiável” (Buarque, 2009, p. 38). Portanto, ele quer assegurar a permanência de sua existência e a preservação de seu passado de algum modo:

“Muita vez de fato já invoquei a morte, mas no momento mesmo em que a vejo de perto, confio em que ela mantenha suspensa a sua foice, enquanto eu não der por encerrado o relato da minha existência” (Buarque, 2009, p. 184).

Cabe, pois, à jovem enfermeira, manter viva a nobre linhagem do narrador e suas histórias. Gagnebin (2006) reconhece que, por muito tempo, a escrita era o rastro mais duradouro que se pode deixar, garantindo uma marca que sobrevive à morte de um homem, “como se o texto fosse um derradeiro abrigo contra o esquecimento e o silêncio, contra a indiferença da morte” (Gagnebin, 2006, p. 112). Para Eulálio, tal tentativa era tão significativa que ele empenha seus esforços, ao longo da narrativa, para construir o compilado de seu passado a despeito do “descuido” da escritora:

Mas a senhora não escreve nada, a senhora abana a cabeça e me olha como se eu falasse disparates. As pessoas não se dão o trabalho de escutar um velho, e é por isso que há tantos velhos embatucados por aí, o olhar perdido, numa espécie de país estrangeiro. (Buarque, 2009, p. 78)

Demonstrando a confiança que teria suas memórias registradas, ele comenta “mas você perdeu lances fundamentais da minha vida. Do jeito que anda sumida, quando você compilar minhas memórias vai ficar tudo desalinhavado, sem pé nem cabeça” (Buarque, 2009, p. 155). Assim, o problema do esquecimento (Ricoeur, 2007) é enfrentado por meio do dispositivo literário da memória, através do esforço da recordação, bem como do registro dessa reminiscência, como afirma Sarlo (2007) que:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. (Sarlo, 2007, p. 24-25)

O percurso memorialístico de Eulálio mostra-se, portanto, como um constante derramar de memórias, em que ecos do passado se entrelaçam a silêncios e esquecimentos, numa tentativa de perpetuar o que já se encontra em ruínas. Entre a glória de uma linhagem nobre em decadência, o amor frustrado por Matilde e a insistência em memorar e registrar sua existência diante da iminência da morte, o narrador constrói um relato marcado pela fragmentação, pela contradição e pelo desejo de permanência. Assim, Chico Buarque não apenas expõe a hipocrisia e as fissuras de uma elite brasileira, mas também insere na literatura o drama humano da memória: aquilo que se perde, aquilo que insiste em retornar e aquilo que permanece como último vestígio contra o esquecimento.

Conclusão

Diante do exposto, a narrativa de Leite Derramado oscila entre o prestígio da família Assumpção e a decadência experimentada ao longo dos anos, tal qual a idealização da vida conjugal e a partida de Matilde. A reminiscência é marcada por uma fluidez desorganizada e inconsistente, um fiel derramar de memórias em busca da preservação desse passado centenário. Em meio ao limbo entre poder e fragilidade e aos incontáveis insucessos de sua vida, cabe-lhe lutar contra o único declínio restante: o apagamento de si.

Para uma existência descendente, a memória é o refúgio para não experimentar a plena decadência de si. Embora já experimente o abandono e a solidão, Eulálio luta contra o apagamento do eu. Portanto, como último recurso, ele encontra na rememoração um meio de manter-se vivo a despeito da insignificância que lhe foi atribuída. Assim, uma vez que o ato da memória é o que ainda resta ao narrador-personagem, constata-se que este dispositivo literário atua como um recurso indubitável na luta contra o esquecimento e na preservação do passado do protagonista dentro da narrativa, compreende-se, pois, que é na reminiscência que o passado ganha sentido de continuidade e permanência (Sarlo, 2007).

Referências

BUARQUE, Chico. **Leite Derramado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CÓDIGO: HS0772

AUTOR: MARIA GABRIELE DE OLIVEIRA ARAÚJO

COAUTOR: BRENNA DAFNI FERNANDES DE OLIVEIRA SILVA

ORIENTADOR: RAQUEL FARIAS DINIZ

TÍTULO: Impactos psicossocioambientais das energias renováveis em territórios de ocupação tradicional no Rio Grande do Norte

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar aspectos relativos à dimensão psicossocioambiental e à saúde territorial considerando os impactos da implementação e operação de empreendimentos de energias renováveis (ERs), em territórios de ocupação tradicional do estado do Rio Grande do Norte. As estratégias metodológicas utilizadas para a construção do corpus desta pesquisa foram: a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. O grupo de participantes foi constituído por sete pessoas, das quais quatro eram mulheres, e três eram homens, com idades variando entre 31 e 65 anos. Quanto às vinculações, duas pessoas eram moradoras de comunidades atingidas, ambas da agricultura familiar, e as demais eram vinculadas a movimentos sociais e/ou pesquisadores. As entrevistas abordaram temas como: as experiências no contexto das energias renováveis, os impactos dos empreendimentos nas comunidades atingidas, as ações de enfrentamento a este cenário, as articulações com diferentes setores da sociedade, e os desafios encontrados nesta atuação. A análise do corpus possui base interpretativa, e objetivou identificar, analisar e relatar temas significativos e/ou frequentes no conjunto de dados. Constatou-se que a instalação desses empreendimentos, muitas vezes sem consulta prévia e informada, compromete a territorialidade de povos e comunidades tradicionais, restringindo o acesso aos recursos naturais, alterando paisagens simbólicas e fragilizando laços comunitários.

Palavras-chave: Impactos socioambientais; Energias Renováveis; Psicologia Ambiental.

TITLE: Psychosocial and environmental impacts of renewable energies in traditional occupation territories in Rio Grande do Norte

Abstract

The present study aimed to analyze aspects related to the psychosocial and environmental dimension and territorial health considering the impacts of the implementation and operation of renewable energy (RE) projects in traditional occupation territories in the state of Rio Grande do Norte. The methodological strategies used for the construction of the corpus of this research were: documentary research and the conduct of semi-structured interviews. The group of participants consisted of seven people, of whom four were women and three were men, aged between 31 and 65 years. Regarding affiliations, two individuals were residents of affected communities, both engaged in family farming, and the others were linked to social movements and/or researchers. The interviews addressed themes such as: experiences in the context of renewable energies, the impacts of enterprises on affected communities, actions taken to face this scenario, partnerships with different sectors of society, and the challenges encountered in this work. The analysis of the corpus has an interpretative basis and aimed to identify, analyze, and report significant and/or frequent themes in the data set. It was found that the establishment of these enterprises, often without prior and informed consultation, compromises the territoriality of traditional peoples and communities, restricting access to natural resources, altering symbolic landscapes, and weakening community ties.

Keywords: Socio impacts; Renewable Energies; Environmental Psychology.

Introdução

Uma das grandes problemáticas da atualidade é a crescente crise climática, que impacta de forma desigual diferentes regiões e populações. De acordo com o IPCC (2023), mais de 3,3 bilhões de pessoas vivem em condições de alta vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas, em especial as regiões mais pobres. Enquanto isso, no Brasil, 2024 foi registrado como o ano mais quente da história, com quase 78 milhões de pessoas impactadas por eventos extremos, como enchentes, deslizamentos, secas e ondas de calor (Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica, 2025). Esses fenômenos resultam em migrações forçadas, insegurança alimentar, aumento de doenças e perda de biodiversidade, além de evidenciar desigualdades sociais no acesso a medidas de adaptação e proteção.

Nesse contexto, as energias renováveis aparecem como uma alternativa às problemáticas ambientais causadas pelos combustíveis fósseis, encoberto por um viés político e ideológico do discurso da sustentabilidade. A partir disso, tem-se propagado uma ideia de uma transição energética “limpa”. No entanto, pesquisas atuais, realizadas em diversos estados brasileiros, demonstram os impactos negativos das energias renováveis. Foram registrados impactos na biodiversidade, com perdas significativas, além de danos irreparáveis na conservação dos biomas onde são instalados os empreendimentos. Os estudos evidenciam a negligência sofrida pelas comunidades afetadas, gerando, também,

danos sociais e para a saúde da população (Gorayeb, Brannstrom & Meireles, 2019; Lima, 2022; Marques, Barreto, Barrero & Maia, 2021).

É válido pontuar que o Nordeste é a região com maior quantitativo de empreendimentos de ERs do Brasil, em que é responsável por mais de 82% da energia eólica e solar que é produzida no país. Dentro desse cenário, o estado do Rio Grande do Norte também se destaca. Segundo a SEDEC (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação), a matriz energética do RN é 94% advinda de fontes renováveis, especialmente da eólica, sendo o estado com o maior número de turbinas eólicas em operação, excedendo o quantitativo de 2800 aerogeradores ativos. A Secretaria ressalta ainda que o RN está se preparando para se tornar um dos primeiros produtores de energia eólica offshore (no mar), com 9 projetos que estão em processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA. Sendo assim, é importante salientar que o Rio Grande do Norte é o maior gerador de energia eólica do Brasil, com 8 gigawatts (GW) de potência fiscalizada (em operação), que corresponde a 30,20% de toda a produção eólica do país (24,6 GW).

Já em relação à energia solar, de acordo com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), houve um aumento significativo na sua produção. Passou de 13MW produzidos em 2018, para 367MW de potência instalada em 2022, correspondendo a mais de 37 mil sistemas por fonte solar fotovoltaica. Dado esse contexto, estudos apontam as consequências negativas desse avanço desenfreado das energias renováveis no RN, no que tange os impactos enfrentados pelas comunidades em seus territórios. Tais pesquisas, assim como esta, vão de encontro com o discurso entusiasta e desenvolvimentista propagado pelos governos nacional, estadual e gestões municipais, assim como pelas empresas que estão implicadas nesses empreendimentos. Análises feitas sobre os empreendimentos eólicos em diversas localidades do estado demonstraram os impactos sociais, territoriais e econômicos negativos para as comunidades que habitam os territórios ocupados (Farias & Pinheiro, 2020; Galvão, 2020; Gê, Carvalho & Silva, 2019; Improta, Pinheiro & Pol, 2011; Traldi, 2019).

Sendo assim, com a intenção de combater essa lógica desenvolvimentista, e a partir do movimento de resistência a essas ameaças aos povos e territórios tradicionais, em 2023 surgiu o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) que, inspirado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reúne diversos setores da sociedade.

Metodologia

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, em que, como teorizado por Willig (2008), proporciona um entendimento do fenômeno baseado na perspectiva de quem o vivencia, propiciando uma representação das manifestações sociais “de dentro para fora”. Assim, a pesquisa qualitativa demonstra-se mais interativa e dialógica, possui a sensibilidade de conhecer a realidade a partir do ponto de vista do indivíduo, buscando se aprofundar nessa percepção. É construída em conjunto com as pessoas e não apenas sobre elas. Para Godoy (1995), um fenômeno pode ser melhor compreendido quando analisado a partir de uma visão integrada, inserido no próprio contexto em que acontece e do qual faz parte.

Quanto às estratégias metodológicas utilizadas para construção do corpus da pesquisa, pode-se citar: pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas (que foram transcritas e analisadas posteriormente). Nesse sentido, Godoy (1995) denomina de pesquisa documental o exame de materiais que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, ou que podem receber novas interpretações. O conceito de “documentos” deve ser entendido em sentido amplo, abarcando relatórios, pesquisas acadêmicas, notícias, reportagens, materiais disponíveis em bases de acesso público, depoimentos, relatos e documentos de acesso aberto.

As entrevistas individuais (semiestruturadas), tiveram como finalidade ter pessoas oriundas das comunidades, assim como demais agentes externos (pesquisadoras/es, ONGs, etc.), como interlocutores, buscando acessar fatos, experiências, pontos de vista acerca de seus modos de vida, suas concepções de saúde, suas relações com o coletivo e com os territórios (Gunther, 2008). Desse modo, o público alvo da pesquisa foram pessoas que estão inseridas e atuantes no contexto de enfrentamento a empreendimentos de energias eólicas, no estado do Rio Grande do Norte. O grupo de participantes foi constituído por 7 (sete) pessoas, das quais 4 (quatro) eram mulheres, e 3 (três) eram homens, com idades variando entre 31 e 65 anos. Quanto às vinculações, 2 (duas) pessoas eram moradoras de comunidades atingidas, ambas da agricultura familiar, e as demais eram vinculadas a movimentos sociais e/ou pesquisadoras das áreas de história, administração, arqueologia, teologia e filosofia. Todas as pessoas participantes compõem o Movimento de Atingidas/os pelas Renováveis (MAR), o que motivou suas indicações para participação nas entrevistas.

Os encontros ocorreram entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, e abordaram temas como: as experiências no contexto das energias renováveis, os impactos dos empreendimentos nas comunidades atingidas, as ações de enfrentamento a este cenário, as articulações com diferentes setores da sociedade (movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, pastorais, etc.), e os desafios encontrados nesta atuação. As entrevistas se deram de forma virtual, via Google Meet ou chamada no WhatsApp, com a duração média de 1 (uma) hora. Os diálogos foram gravados (após consentimento) e posteriormente transcritos pela equipe de pesquisa. Todas as pessoas entrevistadas foram informadas sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como sobre a garantia de sigilo e anonimato, e consentiram para a gravação das entrevistas. Sendo assim, foram respeitadas todas as diretrizes éticas que concernem à integridade na realização da pesquisa com seres humanos (Resolução no 510/2016, Conselho Nacional de Saúde).

Para o tratamento do corpus da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo de base interpretativa, que objetiva identificar, analisar e relatar temas significativos e/ou frequentes no conjunto de dados. Além disso, possibilitou uma organização sistemática e uma descrição detalhada do material, propiciou também a interpretação de vários aspectos relativos às problemáticas pesquisadas (Braun & Clarke, 2008; Marshall & Rossman, 2011). A análise priorizou a teorização acerca dos contextos socioculturais e ambientais, e das condições que os estruturam, em detrimento do foco nos aspectos individuais (Braun & Clarke, 2006). Com isso, a construção analítica foi desenvolvida com base nos três níveis propostos por Flick (2006): o nível sintetizador, voltado à descrição inicial das ideias presentes no corpus composto pelas entrevistas; o nível explicativo, que se aprofundou nas ideias identificadas por meio do próprio material

analisado ou de referências externas, com enfoque na compreensão; e o nível estruturante, que buscou articular essas ideias com o respaldo de constructos teóricos e abstrações conceituais, neste caso, em diálogo com os campos da Psicologia Social e Ambiental.

Desse modo, este estudo teve como objetivo geral analisar aspectos relativos à dimensão psicossocioambiental e à saúde territorial considerando os impactos da implementação e operação de empreendimentos de energias renováveis (ERs), em territórios de ocupação tradicional do estado do Rio Grande do Norte. Buscando compreender as especificidades dessas comunidades, é imprescindível considerar sua inserção enquanto parte dos “Povos e Comunidades Tradicionais”, implicando um posicionamento ético-político e uma atenção diferenciada. Assim, na realização da pesquisa, respeitamos o disposto nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, bem como o que dispõe a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção nº 169. Tais documentos asseguram o respeito à autonomia e enfatizam a relevância de entendermos suas particularidades, além de garantir os direitos à livre escolha e ao consentimento informado.

Em relação aos objetivos específicos, o estudo buscou: 1) Investigar, a partir das perspectivas de comunidades atingidas, os impactos dos empreendimentos de ER em seus territórios e modos de vida tradicionais; 2) Analisar os processos de mobilização e organização política e enfrentamento aos efeitos dos empreendimentos de ER nos territórios, com especial atenção ao Movimento dos Atingidos Pelas Renováv

Resultados e Discussões

A presente análise qualitativa das entrevistas realizadas com moradores e integrantes de movimentos sociais no Rio Grande do Norte permite compreender os impactos psicossocioambientais da expansão das energias renováveis em territórios de ocupação tradicional, a partir de uma perspectiva crítica e territorializada. A discussão engloba temas como: os impactos sobre modos de vida e territorialidade; saúde, subjetividade e dinâmicas comunitárias; resistência coletiva e disputas narrativas sobre a transição energética.

A chegada dos empreendimentos de energia renovável, principalmente da energia eólica, foi marcada pela promessa de emprego, modernização e desenvolvimento regional. Entretanto, as falas dos entrevistados demonstram que tais promessas não se concretizaram, gerando frustrações e transformações profundas na dinâmica territorial. O Participante 1, morador da Serra de Santana, relata que as empresas garantiram que “a serra ia mudar totalmente, ia virar ponto turístico, ia gerar muito emprego”, mas a realidade foi de perda de renda e alterações no modo de vida tradicional, sobretudo da agricultura familiar.

Essa discrepância evidencia a dimensão da territorialidade, que Little (2002) define como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland”. Nesse sentido, a territorialidade tem a ver com a vinculação com o

território, bem como com seus aspectos culturais e subjetivos, que vão desde a tradição dos povos até a relação que se tem com o ambiente material.

Esta dimensão coletiva se expressa nas experiências de povos e comunidades tradicionais (PCTs), que compuseram o público-alvo deste projeto de pesquisa, sendo definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº 6.040, 2007). São 28 os segmentos abarcados por essa definição em nosso país, porém não há, até o momento, um mapeamento oficial que identifique quais deles estão presentes no estado do Rio Grande do Norte.

Nesse cenário, quando a comunidade é obrigada a adaptar-se ao modelo “empresarial” — comprando carros para substituir o uso tradicional de animais de tração, como descreveu o Participante 1 —, ocorre uma inversão: o empreendimento não se adequa à realidade comunitária, mas a comunidade é forçada a modificar práticas culturais e cotidianas. Situação semelhante aparece no relato da Participante 6, moradora de Lagoa Nova, que aponta a queda na produção agrícola e a perda de rebanhos e abelhas após a instalação das torres, somada ao impacto direto sobre a saúde dos moradores pela proximidade dos aerogeradores: “Tem residência aqui com 100 metros, com 120, com 90, e aí isso está prejudicando a saúde dos moradores”. Esse depoimento ilustra como a lógica da implantação ignora a consulta prévia e informada prevista na Convenção 169 da OIT, violando o direito da autonomia das comunidades tradicionais.

Além das perdas econômicas e culturais, a paisagem — compreendida como elemento simbólico e identitário — também é profundamente transformada. A Participante 4, integrante do coletivo Seridó Vivo, explica que a devastação da cobertura vegetal e a dispersão de poeira na Serra de Santana têm provocado aumento de doenças respiratórias e degradação ambiental. Nesse sentido, os empreendimentos se configuram como formas de injustiça territorial e energética, ao redefinirem usos e significados do espaço sem participação efetiva dos sujeitos que o habitam.

Os relatos revelam não apenas os efeitos materiais, mas também os impactos psicossociais da implantação dos empreendimentos. A Participante 4 também observa que moradores próximos aos aerogeradores enfrentam insônia e ansiedade, chegando a recorrer a medicamentos para dormir. A Participante 6 acrescenta que o barulho constante gera “zumbidos nos ouvidos” e prejudica a visão. Esses relatos se alinham a pesquisas que documentam a relação entre ruídos de turbinas eólicas e sintomas de estresse, distúrbios do sono e sofrimento psíquico (Lima, 2022).

Há também a experiência de desvalorização simbólica e sentimento de impotência. A Participante 6 expressa tristeza diante da percepção de que a comunidade perdeu a capacidade de decidir sobre o próprio território: “A gente nasceu, se criou aqui, e hoje a gente se vê como se não pudesse fazer nada mais”. Esse sentimento de deslocamento e perda de controle sobre o espaço vivido conecta-se ao conceito de saúde territorial, que articula dimensões ambientais, sociais e subjetivas da vida comunitária.

No plano mais amplo, a Participante 2, integrante do MAR e ativista ambiental, descreve a sensação de invisibilidade das vidas locais diante do discurso desenvolvimentista: “É como se a vida dessas pessoas não importasse, não representasse nada”. Essa fala reflete a dimensão psicopolítica do problema: a deslegitimação das comunidades em nome de uma “energia limpa” produzida para exportação, enquanto o próprio estado sofre com tarifas elétricas cada vez mais altas. Aqui se observa um paradoxo energético — o RN produz cinco vezes mais energia do que consome, mas a população local não usufrui desse benefício.

Apesar das dificuldades, as falas evidenciam a construção de redes de resistência e organização coletiva. A Participante 7, pesquisadora e militante do MAR, explica que as primeiras pesquisas críticas foram recebidas com descrédito, mas que o avanço dos empreendimentos para o Seridó encontrou uma população com forte sentimento de pertencimento territorial, que foi se mobilizando e fortaleceu o debate público.

O Participante 5, pesquisador e integrante do MAR, detalha esse processo, relatando que a articulação entre pesquisadores, moradores e movimentos resultou em cartografias sociais, nas quais comunidades mapearam seus lugares de salvaguarda — como sítios arqueológicos, áreas de plantio e açudes — para reivindicar sua proteção. Esse recurso metodológico e político reafirma os saberes locais como instrumentos legítimos de resistência e planejamento territorial.

Do mesmo modo, o Participante 3 denuncia a cooptação estatal e a degradação causada pelos empreendimentos, mas também relata ações concretas de enfrentamento, como audiências públicas, denúncias coletivas e ações judiciais contra violações de contratos. Essas práticas expressam o protagonismo das comunidades e movimentos sociais na disputa pelo sentido da transição energética.

Assim, as falas demonstram que, diante da invisibilização institucional, os sujeitos constroem espaços de escuta, denúncia e proposição. Essa centralidade da experiência vivida e da resistência popular tensiona a narrativa hegemônica de uma transição energética “limpa” e universalmente benéfica. A análise das entrevistas evidencia que os impactos das energias renováveis ultrapassam as dimensões ambientais, alcançando profundamente os modos de vida, a saúde territorial e a subjetividade das comunidades tradicionais no RN. Se por um lado a expansão desses empreendimentos é legitimada pelo discurso global da sustentabilidade, por outro, na escala local, ela gera violações de direitos, desigualdades socioambientais e experiências de sofrimento psicossocial.

Contudo, a resistência organizada — expressa na criação do Seridó Vivo, do MAR e em práticas como cartografias sociais, audiências públicas e notas técnicas — revela alternativas de enfrentamento e de produção de conhecimento territorializado. A Psicologia Ambiental, ao dialogar com essas experiências, têm papel central em legitimar vozes e saberes historicamente silenciados, contribuindo para uma compreensão crítica da transição energética e para a luta por justiça socioambiental.

Para além da articulação já realizada, é possível teorizar sobre essa realidade a partir de alguns conceitos da Psicologia Ambiental, como por exemplo os conceitos de Apego ao Lugar, Enraizamento e Desenraizamento. Apego ao lugar, de acordo com Elali e Medeiros (2011), engloba três dimensões: a funcional, que tem relação com papel do

espaço físico e de que forma ele influencia no comportamento; o simbólico, que faz referência ao vínculo que se tem com o ambiente, provém de aspectos sócio-culturais e afetivos; por fim, tem-se a dimensão relacional, que corresponde à interação entre as características ambientais e as relações sociais, fator que influencia na construção de uma identidade pessoal e comunitária. Todas essas dimensões estão presentes no cotidiano das comunidades tradicionais atingidas pelos empreendimentos de energias renováveis, ficando evidente ao pensar nas relações subjetivas e de apego aos seus territórios, uma vez que é a partir da conexão com essa dimensão territorial que constituem suas identidades.

Outro conceito que está conectado com o que foi posto é o de enraizamento (Massola & Svartman, 2018), que indica uma forte vinculação entre a identidade psicossocial e a cultura de um povo, sua história e memória coletiva. Bem como o desenraizamento, que seria justamente o “oposto”, quando, na realidade, esse processo se dá muitas vezes por interferências externas, a partir de processos de violência que acabam promovendo uma desvinculação com o território forçosamente (Massola & Svartman, 2018). Tal fenômeno é posto com tenacidade nas falas dos Participantes 1 e 6, moradores do Seridó que tiveram suas terras tradicionalmente ocupadas, invadidas por esses empreendimentos. A partir de tais reflexões, podemos perceber as implicações entre a Psicologia Ambiental e a realidade vivida pelas comunidades tradicionais do RN.

Conclusão

A presente pesquisa evidenciou que, embora as energias renováveis sejam amplamente defendidas como alternativas “limpas” diante da crise climática, sua expansão em territórios de ocupação tradicional no Rio Grande do Norte tem produzido impactos psicossocioambientais significativos. As análises realizadas a partir das entrevistas com integrantes do Movimento de Atingidas/os pelas Renováveis (MAR) e de materiais documentais mostraram que os empreendimentos eólicos, ao mesmo tempo em que reforçam o discurso desenvolvimentista, geram perdas ambientais, ameaçam modos de vida, afetam a saúde física e mental das comunidades e intensificam desigualdades sociais já existentes (IPCC, 2023; IEA, 2024).

Constatou-se que a instalação desses empreendimentos, muitas vezes sem consulta prévia e informada, compromete a territorialidade de povos e comunidades tradicionais, restringindo o acesso aos recursos naturais, alterando paisagens simbólicas e fragilizando laços comunitários. Os relatos apontaram ainda problemas recorrentes de saúde — como distúrbios do sono, estresse, ansiedade e doenças respiratórias — associados às alterações ambientais e ao convívio cotidiano com empreendimentos eólicos (SAR, 2023; Farias & Pinheiro, 2020).

Ainda, o estudo revelou a potência das mobilizações sociais. A criação e fortalecimento do MAR, bem como de coletivos como o Seridó Vivo e iniciativas de cartografia social, representam não apenas formas de denúncia, mas também práticas de construção de alternativas para uma transição energética mais justa, popular e participativa. Esses resultados reforçam a necessidade de compreender a problemática da transição energética a partir das vozes das populações diretamente atingidas, reconhecendo que

não há sustentabilidade ambiental sem justiça social e territorial.

Nesse sentido, considera-se fundamental que políticas públicas e processos de licenciamento ambiental incorporem efetivamente o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto pela Convenção 169 da OIT. É igualmente necessário ampliar pesquisas que integrem as dimensões psicossociais e culturais aos estudos de impacto ambiental, de modo a não invisibilizar as experiências das comunidades locais. Sugere-se, ainda, a realização de estudos comparativos entre diferentes regiões e biomas, incluindo abordagens interdisciplinares que articulem psicologia, antropologia, geografia e ciências ambientais.

Em síntese, este trabalho contribuiu para tensionar a narrativa hegemônica de “energia limpa” ao demonstrar que, em contextos de desigualdade, a transição energética pode reproduzir injustiças se não estiver pautada pela participação social, pelo respeito às territorialidades e pela valorização dos saberes locais. O desafio que se coloca, portanto, é o de construir caminhos de transição que sejam, de fato, sustentáveis, justos e inclusivos, garantindo a dignidade das comunidades e a preservação de seus territórios para as gerações futuras.

Referências

Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica. (2025). Relatório de impactos climáticos no Brasil. <https://aliancaoceanica.org.br>

Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias. (2024). Boletim anual de geração eólica. <https://abeeolica.org.br>

Brasil. (2007). Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Braun, V., & Clarke, V. (2008). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Farias, T. F., & Pinheiro, J. Q. (2020). “This energy is clean, but here, on the dunes, it would be dirty”: Renewable sources of energy and socio-environmental conflicts in Galinhos-RN, Brazil. *Community Psychology in Global Perspective*, 6(2/2), 110–132. <https://doi.org/10.1285/i24212113v6i2-2p110>

Flick, U. (2006). *An introduction to qualitative research* (3rd ed.). SAGE Publications.

Galvão, M. L. de M. (2020). (Des)conexões entre energia eólica, pobreza e sustentabilidade em municípios da Região do Mato Grande no Estado do Rio Grande do Norte. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Planejamento Energético.

Gê, D. R. F., Carvalho, R. G., & Silva, M. G. F. (2019). Unidades de conservação e energia eólica no rio grande do norte: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta Do Tubarão. In Gorayeb, A., Brannstrom, C. & Meireles, A. J. (pp. 251-264). Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Edições UFC.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901995000300004>

Gorayeb, A., Brannstrom, C. & Meireles, A. J. (2019). Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Edições UFC.

Gunther, I. (2008). O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. In J. Pinheiro & H. Gunther. *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente* (pp. 53-74). Casa do Psicólogo.

Improta-Lenoir, R., Pinheiro, J. Q., & Pol, E. (2011). Proyectos de energías renovables y sus implicaciones psico-socioambientales. *Avances en Energías Renovables y Medio Ambiente*, 15, 11–16. Asociación Argentina de Energías Renovables y Medio Ambiente (ASADES). ISSN 0329-5184.

Lima, J. A. G. (2022). A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil [livro eletrônico]. Editora da UECE.

Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade (Vol. 322). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Marques, J., Barreto, A., Barrero, F. M., & Maia, I. (2021). O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos, volume 3. [recurso eletrônico]. Paulo Afonso, BA: SABEH.

Marshall, C., & Rossman, G. B. (2011). *Designing qualitative research* (5th ed.). SAGE Publications.

SAR – Serviço de Assistência Rural e Urbana. (2023). Cartografias dos territórios atingidos por energias renováveis no RN. <https://sar.org.br>

Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. (2024). Informações sobre o setor de energia no Rio Grande do Norte. Recuperado em 29 de agosto de 2024, de <http://www.sedec.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=15443&ACT=&PAGE=0>

&PARM=&LBL=Energia

Traldi, M. (2019). Impactos socioeconômicos e territoriais da implantação de parques eólicos nos municípios de Caetité (BA) e João Câmara (RN). In Gorayeb, A., Brannstrom,

C. & Meireles, A. J. (pp. 265 -286). Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Edições UFC.

Willig, C. (2008). Introducing qualitative research in psychology: Adventures in theory and method (2nd ed.). Open University Press.

CÓDIGO: HS0790

AUTOR: ANA ALICE GALDINO CAVALCANTE

ORIENTADOR: RITA DE CASSIA MARIA NEVES

TÍTULO: Território, Saberes e Identidade: Memórias afetivas das mulheres quilombolas de Coqueiros/RN.

Resumo

A presente pesquisa buscou entender como as memórias e os saberes das mulheres quilombolas de Coqueiros são elementos fundamentais para o fortalecimento de suas identidades quilombolas. Localizada na zona rural de Ceará-Mirim, Coqueiros foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Palmares em 2017 e tem se fortalecido etnicamente ao longo dos anos. Nesse contexto, os resultados da pesquisa mostraram que as mulheres são fundamentais no fortalecimento da comunidade, pois possuem grande parte dos saberes tradicionais, desenvolvem estratégias para o manejo do território e atuam como transmissoras de antigos conhecimentos, além de atuarem na busca por políticas de reparação destinada às comunidades quilombolas. A pesquisa foi desenvolvida com base na etnografia e com entrevistas feitas com as mulheres da comunidade para coletar as memórias, vivências e conhecimentos, bem como observar as estratégias de organização e da atual transmissão de saberes das mulheres no quilombo. Ainda, uma revisão bibliográfica sobre mulheres, quilombos e memória foi realizada para articular a teoria com os dados coletados no campo de pesquisa.

Palavras-chave: Mulheres; quilombo; memórias; saberes; território.

TITLE: Territory, Knowledge and Identity: Affective memories of quilombola women from Coqueiros/RN.

Abstract

This research sought to understand how the memories and knowledge of the quilombola women of Coqueiros are fundamental elements in strengthening their quilombola

identities. Located in the rural area of Ceará-Mirim, Coqueiros was certified as a quilombola community by the Palmares Foundation in 2017 and has grown ethnically stronger over the years. In this context, the research results showed that women are fundamental to strengthening the community, as they possess much of the traditional knowledge, develop strategies for land management, and act as transmitters of ancient knowledge. They also participate in the search for reparation policies for quilombola communities. The research was based on ethnography and interviews with women in the community to gather memories, experiences, and knowledge, as well as to observe the organizational strategies and current knowledge transmission of women in the quilombo. Furthermore, a literature review on women, quilombos, and memory was conducted to connect the theory with the data collected in the research field.

Keywords: Women; quilombo; memories; knowledge; territory.

Introdução

Ao longo das décadas, as produções teóricas sobre as comunidades quilombolas têm destacado como essas comunidades são espaços de auto-organização, luta coletiva e de potência de saberes. A constituição brasileira de 1988, passou a garantir direitos territoriais às comunidades quilombolas pelo estado brasileiro. Tal feito, foi importante para dar outros significados para os chamados quilombos e remanescentes de quilombos, como apontou O'Dwyer (2002). Ainda, a antropóloga também afirma que a inclusão na Constituição brasileira do art. 68 dos ADCT não considera apenas a identidade histórica das comunidades, mas também como elas se configuram no presente (O'Dwyer, 2002). Silva (2012) também destaca a importância do reconhecimento das comunidades quilombolas pelo o estado e pelo campo do direito, criando caminhos para a implementação de políticas reparatórias. No Rio Grande do Norte, os historiadores e membros das elites locais, a partir de conceitos estáticos e representativos de uma teoria ultrapassada, apagaram de seus escritos a presença dos indígenas e dos negros escravizados que atuaram na produção de cana-de-açúcar e de algodão nos engenhos do estado, muitas vezes os considerando como extintos no Rio Grande do Norte (Cavignac, 2003). Porém, as comunidades quilombolas do estado estão se fortalecendo etnicamente, buscando por direitos e por políticas de reparação. Na contramão dessas teorias, os/as quilombolas da comunidade de Coqueiros, localizada na zona rural de Ceará-Mirim e certificada pela Fundação Palmares em 2017, têm desenvolvido estratégias em busca de reafirmação étnica/racial e de políticas públicas específicas para a comunidade. Nesse processo, as mulheres de Coqueiros têm realizado um papel fundamental no desenvolvimento do seu território, atuando como lideranças, lutando pela permanência e existência do quilombo e dos/das quilombolas. Tal realidade é semelhante a outros quilombos, nos quais as mulheres desempenham um papel de liderança, como apontam Sousa; Lima; Sousa (2021). Ainda, as mulheres são importantes na produção e preservação dos saberes, atuando como guardiãs da memória e das práticas tradicionais (DEALDINA, 2021). Por isso, nota-se a importância de produzir pesquisas que destacam o protagonismo das mulheres quilombolas e suas atuações dentro do território.

Assim, considerando a importância das mulheres quilombolas para os seus territórios, este relatório visa apresentar as experiências de campo realizadas com as mulheres quilombolas de Coqueiros na zona rural da cidade de Ceará-Mirim, próximo a uma área de praias do litoral do estado. Ao longo dos anos, a comunidade tem se fortalecido etnicamente, a busca por direitos e pela preservação dos saberes locais têm mobilizado os moradores do quilombo e norteadas as discussões locais. As mulheres da comunidade possuem um vasto conhecimento do território, dos saberes mais antigos e de práticas tradicionais, sendo essenciais para a formação política do quilombo. As memórias dessas mulheres são importantes para o fortalecimento de suas identidades quilombolas, pois evidenciam uma relação com o território que perpassa gerações, além de possibilitar a transmissão de saberes aprendido com os mais antigos da comunidade.

Nesse sentido, irei descrever as memórias e os saberes que coletei através de encontros com as mulheres da comunidade. Busquei compreender como o acionamento das memórias contribuem para o fortalecimento étnico e identitário das mulheres. Os espaços coletivos de conversa realizados foram fundamentais para ouvi-las, possibilitando saber quais as principais memórias afetivas que elas possuem e como essas memórias são acionadas no presente como forma de atuação política e reafirmação identitária. Observar a comunidade e as relações que as mulheres desenvolvem dentro do território também me permitiu compreender a importância dos saberes que são transmitidos entre elas, bem como quais as práticas atuais que as fortalecem enquanto mulheres quilombolas.

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da etnográfica (MALINOWSKI, 1984) dos relatos e entrevistas de mulheres da comunidade de Coqueiros, como forma de compreender as práticas tradicionais, articulação política e os saberes vivenciados no cotidiano das mulheres da comunidade. Utilizei a etnografia para registrar as práticas, os conhecimentos e saberes transmitidos. Ainda, observar os espaços físicos me permitiu identificar a organização territorial da comunidade e quais os espaços são importantes para os momentos de organização das mulheres.

Além disso, estar com as mulheres em momentos coletivos me permitiu conhecer quais as práticas e a relação delas com o território e as demais pessoas da comunidade. As conversas foram proporcionadas através dos encontros do Projeto Nova Cartografia Social/Núcleo-RN. Nos últimos dois anos, tenho acompanhado a comunidade com o projeto e isso me possibilitou estar mais próximo das mulheres, coletando dados importantes para o relatório. Neste relatório, será apresentado as falas e compreensões de alguns moradores da comunidade: Cândido Júnior, Marcos Antônio, Joana Darc Barbosa de Melo, Cyntia Jussara Barbosa de Melo, Amanda Victor, Lucineide Baracho da Silva e Emanuelle da Silva Carrilho. Quatro encontros foram realizados ao longo de 2023 e 2024, nos quais foram debatidos vários temas para a construção do mapa. Em um dos momentos em que se foi trabalhado sobre memória de forma mais aprofundada, foram utilizados objetivos que ajudassem a acionar as memórias das pessoas presentes. Beatriz Nascimento (2022) chamou a atenção para a importância de trabalhar com os

objetos em comunidades quilombolas ao afirmar que “Tudo surge a partir do cotidiano e dos objetos relacionados com a vida deles e da comunidade” (NASCIMENTO, 2022, p.144). Nesse sentido, trabalhar com o cotidiano das mulheres resultou no acionamento das memórias do passado, permitindo compreender como as mulheres mais velhas da comunidade se organizavam e quais as dinâmicas eram realizadas, bem como como elas se organizam no presente e quais as práticas realizadas atualmente.

Com base nos relatos obtidos, realizei uma revisão bibliográfica sobre as produções teóricas sobre mulheres quilombolas que me ajudou a compreender melhor os dados obtidos nas idas à comunidade. Analisar também algumas produções feitas sobre comunidades quilombolas me fez entender como esse tema está sendo desenvolvido teoricamente, possibilitando articular teoria e o que coletei nas entrevistas. Para isso, trago para articular com os dados empíricos a produção teórica de Cavignac (2003), Cavignac; Ciacchi (2007), O'Dway (2002), Nego Bispo (2023), Nascimento (2022), Silva (2012; 2021), Moreira (2012) e Pollak (1992),

Assim, a pesquisa me permitiu desenvolver entrevistas e pesquisas de cunho qualitativo, além de realizar uma análise dos dados coletados para inseri-lós no relatório. Com o desenvolvimento da pesquisa, também consegui conhecer mais Coqueiros e outras comunidades próximas.

Resultados e Discussões

1. A comunidade de Coqueiros

Localizada na zona rural de Ceará-Mirim, a comunidade de Coqueiros possui aproximadamente 426 famílias cadastrada na associação da comunidade. Coqueiros é caracterizada pela grande presença de um vasto vale, que faz parte das histórias acerca da formação do quilombo. Segundo os moradores, Coqueiros teria começado na parte de baixo, justamente pelo acesso a água que o vale garantia. As chamadas cacimbas, fontes de água naturais, eram utilizadas para consumo, trabalhos domésticos e agricultura. O vale ainda é atualizado para a agricultura de subsistência, com a forte presença de plantações de banana, macaxeira e feijão. Ainda, o vale também serve para a criação de animais como galinhas e porcos.

Coqueiros também é caracterizada pelas casas de farinhas e pela produção de comidas como bolos, beijús, grudes e tapiocas. Tal produção é feita pelas mulheres da comunidade, que, por muitos anos, produziam também a goma para as casas de farinha, como relatou Marcos Antônio, morador da comunidade

“Minha mãe era tiradeira de goma, como fala. A gente pegava produção de mandioca aqui e levava para a casa de farinha. Então, a minha mãe passava lá dias e dias. Tinha aquele horário de trabalho, tirando a goma. Então, isso era levado para as casas de farinha. Lá empregava gente fazendo a raspagem da mandioca. Tinha o moedor. Tinha

as tiradeiras de goma. Então, tudo isso era investido. Tudo isso tinha retorno.” (Marcos Antônio)

O relato de Marcos sobre sua mãe e as tiradas de goma mostra a participação das mulheres nas dinâmicas da comunidade ao longo dos anos. Em conversa com as mulheres, elas me relataram que para preparar essas comidas, as mais antigas do território iam até o vale para pegar lenha, fazer o fogo e para usar nos fogões a lenha.

Por isso, as memórias e os saberes das mulheres quilombolas de Coqueiros são de extrema importância para a história da comunidade e para o fortalecimento étnico do quilombo. Portanto, busquei analisar e registrar os saberes e memórias das mulheres, bem como entender como essas memórias constroem o presente da comunidade.

Para coletar as memórias e os saberes desenvolvidos pelas mulheres em Coqueiros, rodas de conversas foram realizadas no Centro Comunitário da comunidade. O centro comunitário é um espaço coletivo importante de Coqueiros, é nele que as atividades como cursos, distribuição de cestas básicas e cadastramento para atividades acontecem. Além disso, reuniões auto-organizativas também são feitas lá.

2. Mulheres e o território: A relação entre pesca, agricultura e cura.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, conversei com algumas mulheres da comunidade, sendo Joana Darc Barbosa de Melo, Cyntia Jussara Barbosa de Melo, Amanda Victor, Lucineide Baracho da Silva e Emanuelle da Silva Carrilho minhas interlocutoras no processo de coleta dos dados. Elas me relataram que em Coqueiros, a prática de pesca com a puçá era muito desenvolvida pelas mulheres, que pegavam peixes no rio para consumir nas refeições do dia a dia. A puçá é um tipo de rede utilizado para pegar peixes .

Joana, que realizava a prática de pesca na comunidade, relatou detalhadamente como fazer a puçá e a agulha.

“A agulha de fazer a puçá, antes de fazer ela, tem que tecer o fio todinho porque depois dele tecido, ele vai lá pra fazer o início da puçá, colocar na agulha dela que não é uma agulha tipo de crochê, é totalmente diferente. E tanto que não sei se Lucimar ou Selma lembra, mas a agulha de fazer a puçá, como a gente coloca o cordão nela: Prende aqui em baixo, ela tem uma abertura aqui no meio e vai até ela encher a agulha, e nessa tirada que vai fazer o formato pra chegar na puçá. E o samburá, as nossas mães amarravam na cintura porque fazia como se fosse um cinto e ia pescando e colando lá dentro, ou colocava de lado, mas bem fechadinho pra que o peixe não pulasse de volta pro rio. E era uma luta, uma batalha que a gente gostava de fazer porque quando a gente chegava em casa com esse peixe a gente ia limpar. Antigamente a gente pegava a cinza do fogão, melava no peixe, pegava a faca e ia limpar o peixe. Aí era duas ou três águas pra gente comer esse peixe.” (Cyntia Jussara Barbosa de Melo)

Lucineide, que também é pescadora, também relatou como faz para pescar, como faz para pegar os peixes e quais as técnicas utilizadas.

“E a minha profissão é pescar. Gosto muito. Só que aí dei uma parada, mas pesco muito ainda. Pesco dentro do rio nas valas, para pegar muito peixe como a Traira, já peguei até cobra. O samburá a gente tinha que trazer também. Tinha que segurar ele aqui na cintura”. (Lucineide Baracho da Silva)

Durante o encontro, todas elas pontuaram como a pesca era presente em suas famílias. Em conversa com Cândido Júnior, uma das lideranças da comunidade, ele relatou que a pesca com a puçá é algo muito característico das mulheres do território e relatou

“Eu lembro muito dessa questão. Outra coisa aqui também, que não podemos esquecer, é a questão do vale, a questão da pesca. Bem específico, essa pesca das mulheres. Você vê que quem pesca com puçar são as mulheres. As mulheres que pescam com a puçá” (Cândido Júnior)

Com os relatos coletados, nota-se o protagonismo das mulheres na pesca. Tal atividade, que na maioria das vezes é associada e feita por homens, em Coqueiros é feita por mulheres. A prática da pesca é importante para reafirmação identitária pois mostra uma relação de décadas com o território, sendo possível compreender como as mulheres realizavam e realizam a pescaria. Ainda, a pesca aparece como parte da identidade dessas mulheres, que possuem uma estreita relação de manejo com a terra e com os rios da região.

Como já citado, Coqueiros é marcado pela presença de um grande vale. Nele, estão as chamadas cacimbas, que são fontes de águas naturais e rios. Ainda, o vale possui uma pluralidade de plantas. Muitas dessas plantas são utilizadas pelas mulheres na produção de chás para tratar algumas doenças. Emanuele, jovem da comunidade, conta que a sua avó usa plantas na produção de lambedor:

“Os mais velhos procuram plantas pra fazer remédios. Porque eu digo mesmo, por minha avó, que ela faz lambedor com as plantas medicinais, que é tudo do mato, entendeu?” (Emanuele da Silva Carrilho)

As mulheres também apontaram a presença de curandeiras e parteiras na comunidade. Elas contam que, quando não se tinha acesso à maternidade, os partos eram feitos em casa. As curandeiras também atuavam para ajudar no tratamento de doenças. Até hoje, elas fazem o ato de rezar pelas pessoas que chegam em suas casas. Jussara relatou:

“Tinham três, Maria de Duca, que era aqui no morro. A gente achava muito interessante que começava a rezar, benzer, pegava um matinho e dizia coisas que a gente não entendia. Dona Lourdes morreu, ficou Maria de Cacau, aí Dona Maria já está velha, já não sai mais de casa e praticamente ninguém a procura mais. Então Nete já é nova.” (Cynthia Jussara Barbosa de Melo)

Com esses relatos, é notável que as memórias das mulheres de Coqueiros mostram o quanto as mais velhas da comunidade são portadores de muitos saberes e práticas tradicionais que ainda são realizadas no território. As mulheres quilombolas desempenham um papel fundamental em seus quilombos, como aponta Selma dos Santos Dealdina, quilombola e pesquisadora. Ela argumenta:

“Nós, mulheres quilombolas, temos um papel fundamental de extrema importância nas lutas de resistência, pelas manutenções e regularização dos territórios [...]. Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. A mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiência.” (DEALDINA, 2021, p.37)

Nesse sentido, com base nas memórias das mulheres da comunidade, nota-se as práticas desenvolvidas ao longo das décadas em Coqueiros. As mulheres, com uma grande variedade de sabedoria, atuaram e atuam nas mais diversas atividades na comunidade, mostrando uma relação estreita com as práticas tradicionais presentes em várias comunidades quilombolas no país. As práticas que não são mais realizadas, como por exemplo, tirar a goma, são acionadas na oralidade como parte da identidade e para o fortalecimento étnico das mulheres quilombolas de Coqueiros. Portanto, as memórias das mulheres de coqueiros são evocadas como uma forma de evidenciar a ancestralidade e demarcar a presença no território (CAVIGNAC; CIACCHI, 2007).

3. Memória, resistência e organização.

Considerando o recorte de gênero feito na pesquisa, é importante destacar também, que não são apenas as mulheres que constroem as comunidades quilombolas. Porém, as mulheres quilombolas chamam a atenção para a ausência das mulheres nos debates teóricos sobre comunidades quilombolas, como bem argumenta Givânia Maria da Silva (2021), quilombola de Conceição das Crioulas-PE e pesquisadora. Ela também pontua que, os debates sobre mulheres quilombolas não aparecem nas discussões feitas pelas teorias feministas, também sendo ignorada por partes do feminismo negro (SILVA, 2021). Por isso, é fundamental considerar as estratégias de luta e resistência desenvolvidas pelas mulheres quilombolas em seus territórios como estratégias femininas de lutas.

Em Coqueiros, essas formas de resistência são percebidas na preservação da memória, dos saberes, da lembrança dos mais velhos. Pois, ao preservar esses elementos, suas identidades são fortalecidas, possibilitando uma maior articulação entre as mulheres da comunidade. Atualmente, as mulheres da comunidade se articulam em dois grupos que acontecem durante a semana, O grupo “Mulheres voz do quilombo” e o “Comitê de mulheres quilombolas” configuram como espaços de trocas e de organização política. As principais pautas dos encontros são palestras formativas, fortalecimento dos vínculos e organização política. A busca por políticas públicas para a comunidade é um dos pontos principais do encontro.

Como citado por Halbwachs (1990), as práticas coletivas são capazes de gerar memórias coletivas que fortalecem os vínculos do grupo envolvido. Tal função da memória fica evidente na fala de Jussara, ao relatar que um grupo de mulheres iam juntas pescar e também ao relatar que “Era muito lindo quando elas pegavam a puça, que elas botavam aqui [na cintura] e iam cantando” (Cintya Jussara). É como se a memória do passado reforçasse a luta no presente e também, reforçasse sua distintividade em relação às demais pessoas do entorno.

Pollak (1922) ao tratar sobre a memória coletiva afirma que a memória não se resume apenas à recordação do passado, mas atua como um instrumento que viabiliza grupos a reconstruírem suas identidades. O autor elucida que a memória coletiva faz parte da memória individual, sendo possível voltar à elas através de entrevistas. Nesse sentido, a oralidade seria fundamental para a transmissão de saberes acessados através das memórias coletivas e individuais. O fazer artesanato, curas, chás e comidas é um forte exemplo de como a memória pode ser acionada para transmitir saberes.

Nego Bispo (2023) chama a atenção para como as comunidades quilombolas são espaços de luta e resistência contra a colonização. Ainda, ele afirma que os quilombos são locais de produção de conhecimento e de técnicas para o manejo do território. Em Coqueiros, as mulheres desenvolviam desde os objetos para a pesca com a puça até a preparação do peixe, além de realizarem a pescaria. Além de atuarem na agricultura e culinária.

Moreira (2012) ao desenvolver uma pesquisa sobre a comunidade de Coqueiros entre 2009 e 2011 é importante pois oferece um panorama geral sobre o território. Em sua dissertação, relatou que as mulheres passavam boa parte do tempo nas cozinhas, desenvolvendo tarefas domésticas. Através dos relatos das colaboradoras, nota-se que elas também atuavam em outras atividades importantes dentro da comunidade e de suas próprias casas, sendo fundamentais nas atividades desenvolvidas dentro da comunidade. Hoje, além das atividades na agricultura, na pesca, na alimentação e no uso de ervas medicinais, as mulheres acionam esses e outros saberes na reafirmação da identidade étnica/racial e participação ativa em instâncias políticas, de acesso a políticas públicas direcionadas à comunidades quilombolas e de combate à violência de gênero e ao racismo.

Conclusão

Assim, nota-se como em Coqueiros as mulheres desempenham um papel fundamental na construção da identidade e manutenção do território. Seja na agricultura, na pesca, na alimentação ou nas práticas de cura, elas ganham protagonismo ao desenvolverem saberes que fazem parte de suas identidades enquanto mulheres quilombolas. As memórias das mulheres da comunidade são utilizadas para reafirmar a relação com o território, com os saberes e tradições aprendidos com as mais velhas. Assim, as lembranças são elementos fundamentais para o fortalecimento étnico da comunidade. Nesse sentido, as memórias não são apenas lembranças de um passado distante, servindo apenas de meras recordações, mas atuam de forma viva na construção da identidade das mulheres quilombolas de Coqueiros, que as usam de forma política para reafirmação étnica. Preservar os saberes tradicionais é também preservar e fortalecer a identidade de Coqueiros.

O protagonismo feminino no quilombo têm se fortalecido ao longo dos anos, o que tem resultado em uma organização coletiva. As mulheres têm buscado estratégias, como encontros semanais para o fortalecimento da rede de organização, preservação do território e o fortalecimento étnico através de encontros formativos. A busca por

políticas de reparação é um dos principais objetivos das mulheres, buscando trazer melhorias na saúde, lazer e proporcionar autonomia. Assim, as quilombolas de Coqueiros utilizam dos momentos coletivos como momentos políticos de auto organização e de fortalecimento de suas identidades.

Referências

CAVIGNAC, Julie; CIACCHI, Andrea. Ouvir a cultura: Antropólogos, memórias, narrativas. In: Antropologia e Patrimônio cultural: Diálogos e desafios contemporâneos. Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert, Jane Felipe Beltrão (org.). Nova Letra: Gráfica e Editora, 2007. p. 319-342.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte. In: Mneme: Revista de Humanidades. V. 4, N° 8, set. 2003. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

DEALDINA, Selma Dos Santos. Mulheres quilombolas: Defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: Mulheres quilombolas: Territórios de existência negras feminista. Selma dos Santos Dealdina (org.). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaira, 2021. P. 26-44.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MOREIRA, Stéphanie Campos Paiva. Antropologia das mediações: um estudo sobre trocas, tensões e hierarquias em Coqueiros, Vale do Ceará Mirim. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro visto por ele mesmo. Alex Ratts (org.) São Paulo: Ubu Editora, 2022.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Introdução: os quilombos e a prática dos antropólogos. In: ———(Org.). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Revista Estudos Históricos 5: 200-212. 1992.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Givânia Maria da. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” no território quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Givânia Maria da. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminista. In: Mulheres quilombolas: Territórios de existência negras feminista. Selma dos Santos Dealdina (org.). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaira, 2021. P 52-58.

SOUSA, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. Da comunidade à universidade: trajetória de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In: Mulheres quilombolas: territórios de existência negras femininas. Selma dos Santos (org.). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2021.

Anexos



Foto 1: Grupo de mUlheres Voz do Quilombo. Autoria: Grupo de Mulheres Voz do Quilombo.



Foto 2: Jussara segurando a puça. Fonte: Nova Cartografia Social.



Foto 3: Objetos utilizados para a oficina de memórias. Fonte: Nova Cartografia Social.

CÓDIGO: HS0797

AUTOR: ANA CECILIA PIERRE DOS SANTOS TAVARES

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Nebamun (TT17), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1427-1401 A.E.C.

Resumo

A concepção de Além no Egito Antigo é um tema bastante complexo e debatido em meio acadêmico, as tumbas são parte fundamental para o estudo sobre o Além nesta sociedade antiga. Desse modo, este trabalho apresenta os resultados de uma Iniciação Científica sobre a tumba de Nebamun (TT17), construída durante o reinado de Amenhotep II (c. 1427-1401 A.E.C.), localizada em Dra Abu el-Naga, parte da Necrópole Tebana, atual Luxor, Egito. A TT17 pertenceu a Nebamun, membro da elite egípcia e médico real. A sua tumba possui um plano decorativo que demonstra oferendas, banquetes, produção de pães e vidros, o Ritual de Abertura de Boca e procissões. Há também na TT17 algumas particularidades que são significativas para a melhor compreensão daquela antiga sociedade, como a presença de estrangeiros em posição de destaque, o teto com inscrições de Portas-Falsas e o ritual Tekenu com inscrições. Como parte da metodologia da pesquisa, elaborou-se, primeiramente, um catálogo da tumba. Em seguida, fizemos uma análise de sete paredes por meio da perspectiva de Valerie Angenot (2011; 2015) e da concepção de Agência Material de Lambros Malafouris (2013). Fizemos isso a fim de desenvolver novas perspectivas sobre as práticas funerárias durante do período pré-amarniano, além disso procuramos, identificar os pontos de semelhança da TT17 com as demais tumbas do projeto,

Palavras-chave: História Antiga. Egito Antigo. Egptologia. Tumba pré-amarniana.

TITLE: The Funerary Space of the Tomb of Nebamun (TT17): Material Agency in Ancient Egypt (New Kingdom, 18th Dynasty, c. 1427-1401 BCE).

Abstract

The concept of the Afterlife in Ancient Egypt is a very complex and debated topic in academic circles. Tombs are a fundamental part of the study of the Afterlife in this ancient society. Thus, this paper presents the results of a Scientific Initiation on the tomb of Nebamun (TT17), built during the reign of Amenhotep II (c. 1427-1401 BCE) and located in Dra Abu el-Naga, part of the Theban Necropolis, present-day Luxor, Egypt. TT17

belonged to Nebamun, a member of the Egyptian elite and royal physician. His tomb features a decorative plan that demonstrates offerings, banquets, the production of bread and glass, the Opening of the Mouth Ritual, and processions. TT17 also features some peculiarities that are significant for a better understanding of that ancient society, such as the presence of foreigners in prominent positions, the ceiling with False Door inscriptions, and the Tekenu ritual with inscriptions. As part of the research methodology, a tomb catalog was first prepared. Next, we conducted a seven-wall analysis using the perspective of Valerie Angenot (2011; 2015) and Lambros Malafouris's (2013) conception of Material Agency. We did this to develop new perspectives on funerary practices during the pre-Amarnan period. We also sought to identify points of similarity between TT17 and the other tombs in the project, interpret the enclosed texts and images, and understand the spatial symbology established in Nebamun's tomb.

Keywords: Ancient History. Ancient Egypt. Egyptology. Pre-Amarnian Tomb.

Introdução

A tumba é uma estrutura de extrema importância para compreendermos as crenças dos egípcios antigos sobre o pós-vida, servindo como um local no qual o morto, mumificado, pudesse ser preservado tanto físico quanto espiritualmente. Desse modo, a vida da sociedade egípcia estava intimamente ligada à concepção de morte e, consequentemente, aos aparatos funerários. Para a análise dessa Iniciação Científica focamos nas imagens presentes em uma tumba, pois elas podem nos informar de que maneira a memória do indivíduo era mantida e como a forma em que foi estruturada demonstra o *status* social do morto.

Esse projeto teve como foco de análise a tumba do médico real, Nebamun (TT17), construída durante o reinado de Amenhotep II (c. 1427-1401 A.E.C.) e localizada em Dra Abu el-Naga, parte da Necrópole Tebana, margem ocidental da atual Luxor, Egito. Nebamun foi um médico real, que viveu durante a XVIII Dinastia. A função de curandeiros não era restrita somente aos médicos reais, dividida também entre os sacerdotes e magos. No entanto, ao debater sobre o Egito Faraônico há diversas evidências que apontam para a participação ativa dos médicos na sociedade. A denominação mais apropriada do egípcio para a palavra médico é *swnw*. A defesa dessa associação se dá por muitas palavras do egípcio antigo terem sobrevivido no copta, como por exemplo a palavra para médico, *saein* (Nunn, 1996, p. 115). O epíteto “médico real” aponta para a prática atividade médica em um círculo bastante restrito: a realeza. Desse modo, apesar de não ter conhecimento quanto ao pagamento por essa função, pode-se inferir a sua boa reputação tanto dentro da sociedade egípcia quanto fora (Nunn, 1996, P. 117). Ademais, teorias acerca do trabalho dos curandeiros indicam que, assim como diversas outras profissões na sociedade egípcia, a função dos médicos reais era passada de pai para filho (Nunn, 1996, 130-131). Contudo, Torgny Säve-Söderbergh descarta a possibilidade da hereditariedade, ao identificar o pai de Nebamun, Nebseny, como um juiz (Säve-Söderbergh, 1957, p. 29). Por conseguinte, o dono da TT17, apresent por meio de um discurso funerário a sua identidade como membro da alta sociedade e médico real. Quanto à sua tumba, localizada na necrópole de Dra Abu el-Naga, ela consiste em duas estruturas, a externa e interna, e o nicho da estátua *Ka*. O projeto usa como base para a análise das paredes da tumba o catálogo do egiptólogo Torgny Säve-Söderbergh. Ademais, o nome do dono da tumba e o de sua esposa foram apagados propositalmente,

assim como algumas descrições de ritos, dos quais Nebamun poderia se beneficiar no Além. O nome de Âmon e as figuras dos sacerdotes-Sem foram cobertos por uma massa de estuque, contudo, o nome dos demais deuses permaneceram sem nenhuma interferência humana proposital (Säve-Söderbergh, 1957, p. 22).

Por fim, buscamos, com esse projeto, identificar de que modo o discurso funerário singulariza a TT17 das demais tumbas particulares durante o Reino Novo. Desse modo, as análises das particularidades da tumba de Nebamun e as diferenças e semelhanças entre as tumbas do projeto de pesquisa, vistas a partir da Agência Material, nos demonstra-nos uma sociedade dinâmica e plural.

Metodologia

Para obter os resultados acerca da problematização do seguinte trabalho, a metodologia desta pesquisa foi organizada em três etapas para abordar a problematização proposta. Primeiramente, foi realizado um catálogo arqueológico, um *corpus* documental, com o objetivo de guiar o trabalho arqueológico e esquematizar o espaço físico da tumba. Baseado no Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez, o catálogo foi dividido entre os seguintes elementos: *Imagem guia; Material e técnica; Dimensões; Proveniência; Período; Data; Dinastia; Inscrições; Descrições e Referências bibliográficas*. O acesso à fonte ocorreu por meio da obra “Four Eighteenth Dynasty tombs” de Säve-Söderbergh com desenhos manuscritos do próprio autor.

Para análise das cenas, utilizou-se a perspectiva da egiptóloga Valerie Angenot, a qual defende o uso da semiótica de Roland Tefnin (1997) a partir de sua compreensão de hermenêutica (Angenot, 2011; 2015). Mediante ela, a semiótica e a hermenêutica, quando vistas em conjunto, ajudaram na interpretação de espaço-imagem, espaço-texto, texto-imagem e espaço-imagem-texto. Por último, a terceira etapa metodológica inclui a compreensão de Agência Material (Malafouris, 2013). Nela, interpreta-se a tumba como parte do espaço funerário, algo mutável ao longo dos três milênios que se entende como Egito Antigo, apontando a dinâmica homem e tumba. Desse modo, os objetos não são ferramentas passivas e estão interligados com os seres humanos, participando efetivamente dos processos cognitivos. Os humanos moldam os objetos que moldam os humanos. É a partir da compreensão da interação homem-matéria que nos permite entender a intenção cognitiva por trás da tumba, e assim, interpretar a sociedade egípcia.

Resultados e Discussões

No Antigo Egito, a religiosidade estava integrada aos aspectos da vida social, política e econômica. Ela também tinha um caráter plural, de modo que diversas divindades, cosmogonias e tradições religiosas distintas conviviam sincronicamente (Silverman, 2002, p. 27). Com crenças fluidas, cada cidade tinha a sua deidade local, podendo conter também a sua própria visão cosmogônica. Tebas foi uma das cidades importantes do Egito Antigo, significativamente relevante pelo culto central ao deus Âmon e suas festividades. A sua necrópole foi dividida e nomeada pelos egiptólogos em três partes: Vale dos Reis, Vale das Rainhas e Vale dos Nobres. Do último Vale, o sítio, dos oito presentes na região, onde se localiza a TT17, é Dra Abu el-Naga. As tumbas particulares se diferenciam das tumbas reais por pertencerem a um membro da elite que poderia ou não pertencer ao eixo

da família real e que sua tumba, durante o período da XVIII Dinastia, tinha um espaço com visita dos vivos para o culto aos morto. A TT17 é dividida arquitetonicamente em estrutura superior e inferior, e o nicho para a estátua *Ka* do morto. Para Assmann (2003a *apud* Canto Núñez, 2021) havia duas funções das tumbas egípcias que se diferenciavam: o mistério e a memória. Seguindo essa ideia, Jan Assmann, separa cinco funções de uma tumba. Primeiramente, esse era um espaço para abrigar o sarcófago com a múmia. Ao mesmo tempo que a tumba oculta o sagrado ela é um espaço de representação biográfica, sendo criada para visita, assim como para indicar onde o seu dono foi enterrado e perpetuar o seu nome. Ambas as funções possuem, respectivamente, a propagação de um poder social e simbólico, que age em prol da rememoração do morto no Egito terreno. A quarta função é promover uma ponte, uma passagem para o morto transitar entre o Egito terreno e o Além. Por fim, uma última função é a de prevenção de uma possível perturbação do morto no mundo dos vivos com o seu regresso (Assmann, 2003a, p. 282-320 *apud* Canto Núñez, 2021, p. 74). À vista disso, as estruturas da tumba possuem uma dicotomia quanto à funcionalidade. Ao passo que a superior detém o objetivo de dar visibilidade ao morto, sendo um espaço de comemoração do morto na tumba, a estrutura inferior é um espaço sagrado, oculto. O balanço bibliográfico que compôs um terço do projeto destacou-se medular para a análise sobre a relação entre texto, imagem e símbolo, a arte e arquitetura funerária e a agência material, sobre a TT17 pudesse ser desenvolvida de forma mais profunda. Ronaldo G. G. Pereira (2019) e Antônio Brancaglioni (2003; 2004), foram fulcrais para compreendermos as funções da imagem e arquitetura dentro da sociedade egípcia. Desse modo, por meio das obras, a análise do discurso estético, social e mágico-religioso dentro da tumba se aprofundou, contribuindo para uma expansão da análise visual ocorrida durante a produção do catálogo arqueológico. A religião como elemento integrante da sociedade egípcia e a tumba como expressão da religiosidade precisam ser analisadas em conjunto. Para trabalhar o Espaço Funerário lemos a dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez. O estudo do Espaço Funerário, compreendendo os elementos por quais ele é formado e suas funções dentro da sociedade egípcia, permite uma análise comparativa das semelhanças e diferenças com as demais tumbas do projeto. Dessa forma, a construção de um sistema simbólico e, ao mesmo tempo, pertencente a uma cadeia de percepções religiosas compartilhadas por membros do mesmo status social, permite um melhor entendimento sobre as práticas funerárias durante o período pré-amarniano. Após a leitura de textos que contribuem para a compreensão das funções imagéticas e arquitetônicas da tumba, exploramos o papel dos textos presentes no espaço funerário. Com a presença de hieróglifos por toda a tumba, até mesmo em seu teto, o estudo integral da TT17 se deu a partir das conexões entre espaço-imagem, espaço-texto, texto-imagem e espaço-imagem-texto. As cenas de tumbas particulares desse período estão, por muitas vezes, ligadas ao discurso funerário, que aparecem em textos como o Livro dos Mortos, usando as paredes desse espaço como suporte (Hartwig, 2015; Vasques; Canto Núñez, 2018; Zago, 2022). Ademais, foi durante o período inicial do projeto que as ideias de Angenot (2011; 2015) e Malafouris (2013) foram introduzidas. Utilizando as concepções de semiótica e hermenêutica conceituadas por Valerie Angenot (2011; 2015), destaca-se ao longo do projeto uma interação entre imagem, texto e espaço, indissociável para a análise do Espaço Funerário. As linhas teóricas da anomalia e contextualização, integrantes da hermenêutica, guiam, respetivamente, a pesquisa para o estudo do discurso de um significado derivado e o trabalho do pesquisador, ao buscar compreender o código

semiótico estabelecido pelas convenções culturais locais e temporais. A Teoria de Engajamento Material (TEM) de Lambros Malafouris (2013) demonstra que a Cultura Material não é passiva, mas sim dinâmica, capaz de alterar as relações entre os humanos e os ambientes. Nesse sentido, essa pesquisa concorda que os seres humanos não são meros resultados da cultura ou da natureza biológica, mas produtos em constante mudança, da relação humano-matéria. Após a leitura da bibliografia base para o projeto, debatemos sobre a escolha das paredes da tumba e de suas possibilidades representativas para o desenvolvimento de um corpus documental. O estudo iconográfico da tumba constituiu na confecção de sete pranchas, cada uma correspondendo a uma parede. Escolhemos manter a nomenclatura das paredes feita pelo autor do catálogo, de modo que assim, trabalhamos com as *Pr. C* à *H*, concentradas tanto na estrutura superior quanto inferior. Em sequência, o projeto de pesquisa se entrelaçou com o *Curso de Hieróglifos: aprendendo e praticando o Egípcio Médio (Nível I)* que teve como atividade final a transliteração e tradução de uma das paredes pertencentes à TT17 (Fig. 1 a 3), a parede *R* (Fig. 10). Por meio dele, o primeiro dos três vetores de Angenot, o qual compreende o diálogo entre a imagem e texto, se estreitou.

Desse modo, todas as paredes desenhadas por Säve-Söderbergh foram estudadas durante o Projeto. As *Pr. C* (Fig. 4) e *D* (Fig. 5), concentrada na primeira estrutura, constituem apenas a imagem do torso de Nebamun segurando um estojo de escriba e o torso da esposa do dono da tumba, respectivamente. As imagens da *Pr. F* (Fig. 6) foram separadas no catálogo, mas constituem como partes de uma mesma parede. Dividida em quatro registros, no primeiro há uma mulher que segura um espelho, no segundo há uma cena com músicos e oferenda à esposa de Nebamun, no terceiro contém oferendas da avó materna de Nebamun, enquanto no quarto registro nada foi representado por Säve-Söderbergh. As demais pranchas, possuem cenas mais detalhadas. As *Pr. G* (Fig. 7) e *H* (Fig. 8), ainda compõem a primeira estrutura, enquanto a *Q* (Fig. 9) e a *R* (Fig. 10) estão localizadas na estrutura inferior. A primeira contém Nebamun sentado em frente a uma mesa de oferendas, há uma procissão de oferendas e a presença de homens e mulheres sírios. Na parede *H*, Nebamun está diante de uma mesa de oferendas e também observa a produção de pães e vidros. Por fim, nas duas últimas paredes com iconografias, está representada na *Pr. Q* (Fig. 9), uma cena do Ritual de Abertura de Boca e na *R* (Fig. 10), a procissão funerária, com elementos como a barca solar e trenós com equipamentos funerários, sendo a procissão observada pela deusa Imentet ao lado direito da parede. Nessa mesma parede, traduzimos as inscrições que estão nas figuras 1, 2 e 3, que afirmam o valor ritualístico apresentado na *Pr. R*, como pode-se observar na inscrição 5, que traduzimos como: Puxar o Tekenu / Pelo Lugar Sagrado (necrópole). Oh, eu no Leão Duplo / da minha vida da terra. Ademais, compondo o Espaço Funerário, a tumba também possui inscrições no teto na sua primeira estrutura (Fig. 11) assim como em seu lintel (Fig. 12). No entanto, nada além das paredes supracitadas foi desenhado pelo autor do catálogo, no qual esse trabalho se baseia. Sendo uma escolha do Säve-Söderbergh, o egiptólogo não representou toda a parede *Q*, preferindo registrar somente o Ritual de Abertura de Boca. As paredes da estrutura superior também estão incompletas, *C* e *D* possuem somente a representação parcial de Nebamun e sua esposa, a *Pr. F* é composta por iconografias espaçadas e a *Pr. E* não foi desenhada pelo autor. O mesmo vale para a breve descrição, sem representação imagética no catálogo, sobre as paredes da entrada, *Pr. A* e *B* e o lintel. Dessas paredes sem desenhos, o autor optou apenas pela exibição de seus hieróglifos. A TT17, assim como diversas tumbas ao longo da história do Egito, é uma construção

com função de ser o ponto de conexão entre o mundo dos vivos e o Além, onde ambos poderiam co-existir simbolicamente (Dodson; Ikram, 2008, p. 13). Quanto à sua arquitetura, a tumba de Nebamun consta com um design simples, comum à primeira parte da XVIII Dinastia. Em forma de T, ela possui uma dupla função. A tumba possui uma relação entre o espaço público e o privado, marcada pela divisão entre a estrutura superior e a inferior. A primeira possui um papel social, agindo como um espaço de sociabilidade, onde o morto recebia oferendas de comida e bebida e a sua memória era evocada (Canto Núñez, 2021). Esse ambiente, como canal de ligação entre os vivos e os mortos, serve para prevenir a morte social, o esquecimento na memória coletiva que levaria a não-existência do morto (Brancaglione, 2004). A falta do diálogo entre os vivos e os mortos acarretaria no esquecimento do nome, elemento fundamental da criação, e isso consequentemente, levaria a destruição definitiva do morto. Dessa maneira, a primeira estrutura aponta para outro elemento caracterizante do Espaço Funerário, a função mnemônica.

A estrutura inferior, por outro lado, não era acessível para os vivos, mas tinha o objetivo de ser uma porta de entrada do morto para o Além. Desse modo, apesar de cada tumba e cada época do Egito Antigo possuir suas particularidades quanto ao Espaço Funerário, a tumba de Nebamun, não se distancia do que foi referido previamente, quanto a sua arquitetura e poder social e mágico-simbólico de suas estruturas. A tumba também é uma construção imagética, pelo seu plano decorativo, evidenciado no corpus documental da pesquisa. E as imagens presentes em suas paredes são evocadas magicamente e auxiliam o morto no Além. Contudo, as iconografias, realizadas a partir de uma visão de mundo, a cultura do dono da tumba, também tinham o papel de informar os seus status social, a identidade de Nebamun, tanto quanto membro da alta sociedade quanto como médico real.

A partir da compreensão de Espaço Funerário por Pedro Hugo Canto Núñez (2021), como um conjunto de elementos que garantem a permanência do morto no Além, as tumbas são construções arquitetônicas, culturais, imagéticas, indenitárias e mnemônicas. Concomitantemente com a Teoria do Engajamento Material de Malafouris (2019) todos os elementos supracitados não foram postos ao acaso, mas sim, condizem com a realidade em que foram produzidos. Nesse sentido, percebeu-se a efetivação da identidade social de Nebamun, pelas quais levantamos algumas hipóteses. A presença da representação da avó materna do dono da tumba na estrutura superior, pode indicar que esse lado da família possuía mais proeminência social. Ademais, não foi identificado nenhum indício de que a função de médico real fosse um cargo hereditário, como sugere Nunn (1996), visto que o pai de Nebamun, Nebseny, é titulado na TT17 como juiz. No entanto, confere a boa reputação de um médico real tanto dentro quanto fora da sociedade egípcia, com a presença do sírio na *Pr. G* (Fig. 7) e com a tradução dos hieróglifos presentes na *Pr. C* (Fig. 4) feitos por Säve-Söderbergh, no qual caracteriza Nebamun como aquele que acompanhou o rei em suas viagens pelo sul e pelo norte, permanecendo sempre ao lado do Senhor das Duas Terras (Säve-Söderbergh, 1957, p. 23). Por outro lado, a visão positiva de Nebamun é combatida a partir do registro de Säve-Söderbergh sobre o apagamento proposital do nome de Nebamun de sua esposa em várias partes da tumba (Säve-Söderbergh, 1957, p. 22). A promulgação do nome era uma ação importante para o morto se manter no Além. O nome, aquilo que dá identidade à pessoa, era um ato criativo, presente em algumas cosmogonias, como a da cidade de Mênfis (Men-nefer), a qual trata do poder de criação do deus Ptah por meio da palavra. Ao pronunciar os seus nomes, Ptah cria o deus Atum e a toda a Eneáde de Men-nefer (Lesko, 2002, p. 118). Os antigos egípcios acreditavam na magia e no poder de palavras escritas

e faladas. Desse modo, evocar o nome de alguém, seja por meio da inscrição na tumba, seja por dizer em voz alta, é uma forma não só de rememorar a pessoa, mas também de mantê-la viva. O *damnatio memoriae*, era o ato de, propositalmente, apagar a existência de indivíduos indesejados da memória coletiva (Bochi, 1999). Apagar o nome de Nebamun em paredes com representações de banquetes, não permitia que o morto beneficiasse dessas oferendas no Além (Dodson; Ikram, 2002, p. 15). A relação pacífica com estrangeiros diferencia as dinâmicas egípcio-asiáticas presentes na TT17 da tumba de Amenemhat/Surere (TT48), outra tumba trabalhada no projeto, na qual os estrangeiros são representados em subalternidade. A presença estrangeira no Egito Antigo era comum. Muitos filhas e filhos de chefes estrangeiros eram mandados para o Egito, fossem por meio de acordos matrimoniais para as mulheres, fossem para a educação dentro da corte, como forma de agregar ao corpo militar ou como funcionários reais, para os homens, todas essas possibilidades variavam de acordo com o sexo, status social e idade do estrangeiro (Menéndez Gómez, 2008). Esse grupo de estrangeiros estão classificados como aqueles de entrada não-forçada, enquanto prisioneiros de guerra, servos e trabalhadores compõem o grupo daqueles que entraram em terras egípcias de maneira forçada.

A presença estrangeira no Egito Antigo é ratificada por meio de fontes textuais e imagéticas de tumbas. Durante a XVIII Dinastia, após a expulsão dos hicsos (c. 1550-1525 A.E.C.) houve uma intensificação da campanha imperialista egípcia com as regiões de sua proximidade, como Núbia e Siro-Palestina (Menéndez Gómez (2008, p. 32). Dessa forma, as tumbas reais e particulares foram, respectivamente, importantes instrumentos de proclamação e validação da superioridade egípcia. Gema Menéndez Gómez compreende as imagens de estrangeiros dentro de tumbas particulares como uma forma de destacar a função social do dono da tumba, mostrando muitas vezes a relação dele com o monarca e validando uma visão imperialista do Egito. Autores como Laurel Bestock (2018), Alexandre Galvão Carvalho e André Luís Silva Effgen (2024) complementam a perspectiva das imagens como forma de promoção de uma violência ritual que se estende do período pré-dinástico até o ptolomaico. Ambas as abordagens, no entanto, parecem não se encaixar completamente com a TT17. Isso porque tanto Menéndez Gómez (2008) quanto Carvalho e Effgen (2024) observavam os estrangeiros por um olhar de pessoas egipcianizadas ou subalternizadas ao poder monárquico. Os estrangeiros na *Pr. G* (Fig. 7), dando destaque ao homem sírio sentado e a sua esposa em pé atrás dele, não parecem se encaixar em nenhuma das três maneiras de acesso ao Egito na XVIII Dinastia apontadas por Menéndez Gómez: educação, corpo militar e funcionários da corte. Possivelmente um chefe estrangeiro, o homem sírio também não foi representado em posição de subalternização para com Nebamun ou o monarca egípcio do período. Assim, sem nenhuma evidência que aponte para alguma forma de violência ritualística, com o objetivo de manter a ordem cósmica, compreende-se a relação siro-egípcia na TT17 como singular. Nesse sentido, buscamos um terceiro caminho teórico. Ainda em estágios iniciais, tecemos hipóteses sobre a presença estrangeira na tumba de Nebamun tanto como meio de comemoração do seu status social quanto forma de perpetuar o seu nome, por meio de uma representação biográfica. Presente na estrutura superior, a interação pacífica entre o dono da tumba e o chefe sírio, possivelmente foi construída com o intuito de ser apreciada durante a visita da tumba. Consequentemente, indicando a relevância social de Nebamun quanto médico real. O ritual Tekenu, exposto na *Pr. R* (Fig. 10) continua em processo de estudo devido à ausência de consenso entre egiptólogos quanto à sua classificação e à heterogeneidade de

exemplos do ritual em mais diversas tumbas. Hermann V. Kees (1956 *apud* West, 2019, p. 7), defende que o Tekenu não era uma pessoa e sim um objeto. Para ele, Tekenu era um simulacro do falecido que era enterrado junto com as partes sacrificadas do touro, com o intuito de atrair os poderes malignos deixando o corpo do morto livre para a sua passagem para o Além (1956 *apud* West, 2019, p. 7-8). Por outro lado, há autores como Margaret R. Bunson (1991 *apud* West, 2019, p. 14) que acredita que o Tekenu era uma esfinge feita de junco e outros vegetais e era queimada durante o ritual. Outro grupo, reconhece o Tekenu como um objeto que guardava os órgãos remanescentes do processo de mumificação que não conseguiram ser preservados (West, 2019). A presença do sacerdote-Sem, como aponta J. Gwyn Griffiths (1958 *apud* West, 2019, p. 12), assinala a necessidade dessa presença mágico-religiosa para a efetivação do ritual. Nessa linha, Tekenu era o nome dado ao sacerdote-Sem no exercício dessa determinada atividade cerimonial. Posto isso, o Tekenu se mostra demasiado complexo para uma identificação concisa. Contudo, em desdobramentos da pesquisa, buscaremos explorar o ritual como uma forma de equipamento funerário para o morto que vai agir em prol de seu Ka e Ba. Esses elementos juntamente com o nome (*rn*), a múmia (*s'h*), o corpo (*dt*), o cadáver (*h't*), a sombra (*šwt*), o coração (*ib*) e o Akh (*ḥ*), asseguram a existência do morto no Além. Podemos separá-los em três categorias, a esfera social, a qual se encontra o Ka, o nome (*rn*) e a múmia (*s'h*); a esfera física composta pelo Ba, o corpo (*dt*), o cadáver (*h't*) e a sombra (*šwt*). O coração se encontra em uma interseção das duas esferas anteriores, enquanto o Akh (*ḥ*) está posto em sua própria categoria (Canto Núñez, 2021, p. 68). O Ba é o elemento móvel, circulando para fora da tumba, entre o Egito terreno e o Além, enquanto o Ka é o elemento que indica o status do morto, recebe as oferendas na tumba e nutre o Ba. Nesse sentido, apesar de serem elementos distintos e parecerem desconformes um ao outro, a compreensão de um está intrinsecamente ligada com o outro. Desse modo, compreender o Ka e Ba se torna alicerce inicial para entender o ritual Tekenu no Espaço Funerário. Ademais, as dinâmicas sociais determinantes para um membro da elite também podem ser destacadas na *Pr. H*, ao se ter Nebamun observando a produção de pães e vidro. Por fim, as inscrições presentes no teto da tumba destacam a singularidade da TT17. Pinturas nos tetos das estruturas superiores, com o intuito de simular os telhados de casas, se tornaram um modelo decorativo comum no Reino Novo (Dodson; Ikram, 2008, p. 125-127). Todavia, a tumba de Nebamun ao não apresentar desenhos, mas sim inscrições, quebra o cânone decorativo. Nesse sentido, essa particularidade da tumba de Nebamun sugere uma visão de mundo específica do médico real, como uma possível concepção de movimentação do Ka. Por fim, as investigações originadas deste projeto de I.C tiveram desdobramentos em uma apresentação em congresso nacional. O evento: 33º Simpósio Nacional de História: Os (des)confortos da História e os futuros do Ensino da História, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 13 a 18 de julho de 2025, foi palco de discussões acerca do projeto por meio de uma apresentação de painel.

Conclusão

Em suma, o Espaço Funerário é dinâmico, mudando a partir das circunstâncias, sejam elas quanto à localidade, temporalidade e status social do dono da tumba. A TT17 também segue a dinamicidade do espaço funerário, sendo criada a partir de uma troca entre as condições materiais e sociais. Por meio de uma análise semiótica e hermenêutica das

tumbas particulares do período pré-amarniano, conclui-se que há um diálogo entre o material e os humanos, que constroem a identidade do morto. Para conseguir compreender a tumba como um todo, precisa-se não só relacionar os textos, imagens e espaço, que assemelham ou diferenciam a TT17 de demais tumbas particulares da XVIII Dinastia, mas também identificar o código semiótico posto no discurso funerário. Desse modo, ao investigar o papel social de Nebamun como um médico real e comparando a dinâmica social entre egípcios e estrangeiros das demais tumbas presentes dentro do Projeto, entende-se que a *Pr. G* mostrar a identidade singular do morto por meio da propagação de seu *status* e função social no Egito Antigo. O mesmo vale para a cena em que Nebamun observa a produção de pães e vidro e a que contém a procissão funerária. Quanto ao ritual Tekenu, a representação da atividade cerimonial dentro da TT17 exhibe o envolvimento de Nebamun com o sistema simbólico egípcio. Igualmente as inscrições no teto da primeira estrutura da tumba que contribui para a legitimação da pluralidade de tradições e impressões religiosas dentro do Antigo Egito. Nesse sentido, compreende-se que as imagens, texto e arquitetura em contato com os humanos que visitam a tumba agem no espaço por meio de um discurso funerário, o qual, por conter a cultura e valores de mundo de Nebamun, caracteriza o Espaço Funerário da TT17 como único.

Referências

Fontes:

SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny. **Four Eighteenth Dynasty tombs**. Oxford: University Press, 1957. v.1.

Bibliografia:

- ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). **A companion to ancient Egyptian art**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.
- BESTOCK, Laurel. **Violence and Power in Ancient Egypt Image and Ideology before the New Kingdom**. Devon, UK: Routledge (Taylor & Francis Group), 2018.
- BOCHI, Patricia A. **Death by Drama: The Ritual of Damnatio Memoriae in Ancient Egypt**.
- BRANCAGLION JR., Antônio. **Manual de Arte e Arqueologia Egípcia**. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.
- BRANCAGLION JR., Antônio. **Manual de Arte e Arqueologia Egípcia II**. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.
- CANTO NUÑEZ, Pedro Hugo. **O Espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1410-1353 A.E.C.)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- CANTO NUÑEZ, Pedro Hugo. **Gramática Básica: Aprendendo e Praticando o Egípcio Médio, Nível I**. Belém: RFB, 2025. E-book. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wGl0GzjUJ6TFX5PAh8LkqNiHZj0F7QdC/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 15 ago, 2025.
- CARVALHO, Alexandre Galvão; EFFGEN, André Luís Silva. A Violência ritual no Egito antigo: Entre a magia estatal e as práticas mágicas privadas. In: PINTO, Renato; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (org.). **Violência no Mundo Antigo: Materialidades, discursos e imaginários**. Recife: Ed. UFPE, 2024.
- DAVID, Rosalie. **Religião e magia no Egito Antigo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DODSON, Aidan; IKRAM, Salima. **The Tomb in Ancient Egypt: royal and private sepulchres from the Early Dynastic Period to the Romans**. London: Thames & Hudson, 2008.
- IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory. **Philos. Technol.**, v. 32, 2019, p. 195-214. HARTWIG, Melinda K. **Tomb painting and identity in ancient Thebes, 1419-1372 BCE**. Turnhout, Bélgica: Brepols Publishers, 2004.
- HAYD, Harold M. Between identity and agency in Anciens Egypte ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. **“Being in Ancient Egypt” thoughts on agency, matérialité and cognition**. Proceeding if the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archeological Reports, 2009.

- HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archéologie. In: HODDER, Ian (org.) **Archaeology theory today**. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14.
- IKRAM, Salima. Os vivos e os mortos. In: IKRAM, Salima. **Ancient Egypt: an introduction**. Tradução de Pedro Hugo Canto. Nova Iorque: Cambridge, 2010. LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). **(Re)productive Traditions in Ancient Egypt**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.
- LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron. E. (org.). **As religiões no Egito antigo**: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- LOPES, Maria Helena Trindade. **O livro dos Mortos do Antigo Egito**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.
- MENÉNDEZ Gómez, Gema. **Extranjeros en Deir El- Medina durante las dinastías XVIII y XIX: integración e inserción social**. 2008. Tese (Doutorado em História/Pré-história e Arqueologia) – Universidade Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Prehistoria y Arqueología, Madrid, 2008.
- MOLYNEAUX, Brian L. **The Cultural Life of Images: visual Representation in Archaeology**. London; New York: Routledge, 1997.
- NUNN, John F. **Ancient Egyptian Medicine**. London: British Museum Press, 1996. v. 1.
- NYORD, Rune. “Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously”: why should we, and how could we? **Journal of Ancient Egyptian Interconnections**, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.
- NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. **Claroscuro**, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 04 ago. 2025.
- PEREIRA, Ronaldo G.G. **Texto, imagem e retórica visual na arte funerária egípcia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- SILVERMAN, David P. O Divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron. E. (org.). **As religiões no Egito antigo**: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- VASQUES, Marcia Severina. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- WEST, Glennise. **The Tekenu and Ancient Egyptian Funerary Ritual**. Oxford: Archaeopress, 2019.
- ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. **A Journey through the Beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature**. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

Anexos



Figura 1 - Hieróglifos, transliteração e tradução da inscrição 1 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 2 - Hieróglifos, transliterações e traduções das inscrições 3 e 4 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957)



Figura 3 - Hieróglifos, transliterações e traduções da inscrição 5 - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 4 - Fragmento da Imagem de Nebamum - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 5 - Fragmento da Imagem da esposa de Nebamum - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957)



Figura 6 - Pr. F desenhado adaptado de SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 7 - Pr. G: Oferendas a Nebamun e procissão - desenho de SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 8 - Pr. H: Nebamum observando a produção de pães e vidro - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 9 - Pr. Q: Ritual de abertura de boca e Oferendas ao morto - desenhado por SÄVE-SÖDERBERGH (1957)



Figura 10 - Pr. R: Procissão fúnebre e a deusa Imentet - desenho por SÄVE-SÖDERBERGH (1957).



Figura 11 - Inscrições na primeira estrutura da tumba - desenho por SÄVE-SÖDERBERGH (1957)

CÓDIGO: HS0799

AUTOR: FLAVIA ALESSANDRA SOUZA DE ANDRADE

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: Estrutura Institucional e Orçamentária dos Municípios Diante das Mudanças Climáticas: uma análise da Região Metropolitana de Natal e do Seridó Potiguar

Resumo

As mudanças climáticas vêm se intensificando em escala global, resultando no aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos. Nesse cenário, a gestão ambiental e a gestão de riscos de desastres assumem papel estratégico no enfrentamento dos impactos climáticos, por meio de ações voltadas à prevenção, preparação e mitigação a tais eventos. Entender as respostas institucionais e orçamentárias locais diante das mudanças climáticas implica investigar de que forma tais questões são incorporadas, ou não, às agendas governamentais municipais. Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo é compreender como os municípios da Região Metropolitana de Natal e do Seridó Potiguar vêm se estruturando institucional e orçamentariamente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa, baseada na análise de dados do Finanças do Brasil (FINBRA) de 2024 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2020. A partir dos resultados, é possível afirmar que, nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar, prevalece um desalinhamento entre o reconhecimento das mudanças climáticas como um problema público e a estruturação institucional e orçamentária necessária para enfrentá-las. Conclui-se que a estrutura institucional e orçamentária dos municípios analisados permanece predominantemente fragmentada, limitando a capacidade adaptativa desses territórios frente aos impactos climáticos.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Gestão de riscos de desastres; MUNIC; FINBRA.

TITLE: Institutional and Budgetary Structures of Municipalities in the Face of Climate Change: an analysis of the Metropolitan Region of Natal and the Potiguar Seridó Region

Abstract

Climate change has been intensifying on a global scale, leading to an increase in the frequency and severity of extreme weather events. In this context, environmental management and disaster risk management play a strategic role in addressing climate impacts through actions aimed at prevention, preparedness, and mitigation of such events. Understanding local institutional and budgetary responses to climate change requires examining how these issues are incorporated, or not, into municipal government agendas. Accordingly, the overarching objective of this study is to analyze how the municipalities of the Natal Metropolitan Region and the Seridó Potiguar are institutionally and financially structuring their responses to the challenges posed by climate change. To this end, a quantitative methodological approach was employed, based on the analysis of data from the 2024 Finanças do Brasil (FINBRA) database and the 2020 Survey of Basic Municipal Information (MUNIC). The findings indicate that, in the municipalities of the Natal Metropolitan Region and the Seridó Potiguar, there is a prevailing misalignment between the recognition of climate change as a public issue and the institutional and budgetary arrangements necessary to address it. It is concluded that the institutional and budgetary structures of the analyzed municipalities remain predominantly fragmented, constraining the adaptive capacity of these territories in the face of climate impacts.

Keywords: Environmental management; Disaster risk management; MUNIC; FINBRA.

Introdução

As mudanças climáticas, conforme definição do IPCC (2022), correspondem a alterações identificáveis no estado do clima, detectadas por meio de testes estatísticos que evidenciam modificações na média e/ou na variabilidade de suas propriedades ao longo de períodos prolongados, geralmente décadas ou mais. A UNFCCC (1992), em seu Artigo 1º, define que as mudanças climáticas são atribuídas direta ou indiretamente à atividade humana, modificando a composição da atmosfera global e somando-se à variabilidade natural do clima observada ao longo de períodos comparáveis.

Assim, a UNFCCC (1992) distingue as mudanças climáticas provocadas por atividades humanas e a variabilidade climática decorrente de causas naturais. Nesse contexto, destaca-se a gestão ambiental, entendida como um conjunto de estratégias voltadas à mitigação dos impactos ambientais das atividades humanas, à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e à promoção do desenvolvimento sustentável (IUC, 2011).

O IPCC (2021; 2022) reforça que as mudanças climáticas intensificam a frequência e a gravidade dos eventos climáticos extremos, como enchentes, enxurradas, escorregamentos, deslizamentos e secas. Esses eventos podem desencadear desastres, compreendidos como perturbações graves no funcionamento de comunidades ou sociedades, causados pela interação entre eventos perigosos, condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade de resposta, resultando em perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais (UNGA, 2016).

Nesse cenário, a gestão de riscos de desastres assume papel estratégico ao contemplar um conjunto de ações preventivas e de mitigação voltadas à redução da vulnerabilidade e à preparação das comunidades antes da ocorrência de desastres. Trata-se de uma abordagem essencialmente preventiva, realizada nos períodos de normalidade, que visa

prevenir, preparar e mitigar as situações de riscos e desastres que podem acontecer (Trajber; Olivato; Marchezine, 2016).

A análise das políticas públicas voltadas à gestão ambiental e à gestão de riscos de desastres ganha relevância ao se considerar os desafios enfrentados por municípios inseridos em contextos territoriais distintos, como os da Região Metropolitana de Natal e os do Seridó Potiguar, todos localizados no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, que constituem o foco desta pesquisa. De acordo com Secchi (2013), políticas públicas correspondem a cursos de ação intencionalmente orientados à resolução de problemas coletivos reconhecidos como públicos, envolvendo processos de formulação, implementação e avaliação. Logo, entender as respostas institucionais e orçamentárias locais diante das mudanças climáticas implica investigar de que forma tais questões são incorporadas, ou não, às agendas governamentais desses municípios. A construção da agenda governamental, conforme Kingdon (2011), consiste em um conjunto de temas e problemas que recebem atenção prioritária das autoridades públicas em determinado momento. Esse processo é marcado por uma dinâmica competitiva, na qual diferentes ideias, questões e interesses disputam a atenção dos formuladores de políticas (Capella, 2007; Söthe; Mantovaneli Junior; Kegel, 2018). Nesse sentido, a priorização da gestão ambiental e da gestão de riscos de desastres depende da capacidade dos governos municipais de reconhecer a gravidade das mudanças climáticas.

Desse modo, o objetivo geral deste artigo é compreender como os municípios da Região Metropolitana de Natal e do Seridó Potiguar vêm estruturando as questões institucionais e orçamentárias em suas agendas governamentais diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Como objetivos específicos, busca-se: I - examinar os instrumentos de gestão de riscos de desastres existentes nesses municípios; e II - analisar comparativamente os investimentos orçamentários na gestão ambiental desses municípios. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem metodológica quantitativa, buscando mensurar e comparar variáveis objetivas para testar relações entre elas, conforme proposto por Creswell (2018). Essa abordagem permite uma análise de padrões observáveis na realidade empírica desta pesquisa, viabilizando inferências fundamentadas sobre o desempenho institucional e orçamentário dos municípios investigados, com ênfase na gestão ambiental e na gestão de riscos e desastres.

A pesquisa teve como áreas de estudo a Região Metropolitana de Natal (RMN) e o território do Seridó Potiguar, contemplando seus respectivos municípios. A RMN é composta por: Arês, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz. Já o Seridó Potiguar inclui: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

A opção por uma abordagem quantitativa está diretamente alinhada aos objetivos específicos desta pesquisa, assegurando coerência entre o problema proposto, as etapas do processo investigativo e os métodos de análise de dados. Para o primeiro objetivo específico, que consiste em examinar os instrumentos de gestão de riscos de desastres existentes nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar na gestão de riscos de desastres, foi adotada como base empírica a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1999.

A pesquisa MUNIC/IBGE disponibiliza dados sobre os 5.570 municípios brasileiros, com o objetivo de consolidar uma base sólida e periodicamente atualizada de informações estatísticas e cadastrais referentes à administração pública local (IBGE, 2021). Esses dados derivam de questionários aplicados a gestores municipais responsáveis por diferentes setores e/ou instituições, que fornecem informações acerca dos órgãos públicos e demais instrumentos de gestão municipal (IBGE, 2021). As informações resultantes constituem indicadores relevantes para o monitoramento e a avaliação do quadro institucional dos municípios, contribuindo para o planejamento e a melhoria da gestão municipal.

As informações examinadas nesta etapa foram extraídas da edição de 2020 da pesquisa MUNIC, cujos dados foram coletados entre 2017 e 2020. A escolha dessa edição se justifica por ser a mais recente a incorporar a seção “Gestão de Riscos e Desastres”. Neste estudo, foram utilizados especificamente os dados referentes aos instrumentos de gestão de riscos de desastres, que reúnem informações sobre o enfrentamento de eventos climáticos extremos, tais como enchentes, inundações, enxurradas, escorregamentos, deslizamentos e secas, disponíveis no tópico “Gerenciamento de Riscos”, integrante da seção “Gestão de Riscos e Resposta a Desastres”.

Para a análise comparativa da presença de instrumentos de gestão de riscos de desastres nos municípios, foram elaborados gráficos utilizando a linguagem de programação Python, que dispõe de bibliotecas específicas para análise estatística e visualização de dados. Nos gráficos, o valor 1 indica a existência do instrumento no município, enquanto o valor 0 representa sua ausência.

Para o segundo objetivo específico, que visa analisar comparativamente os investimentos orçamentários na gestão ambiental dos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) e do Seridó Potiguar, foram utilizados dados do Finanças do Brasil (FINBRA), banco de dados alimentado pelas declarações enviadas pelos entes federados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000). O FINBRA integra o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e reúne dados contábeis, orçamentários e financeiros dos estados e municípios. Essas informações são utilizadas para monitorar a gestão fiscal dos entes federados e garantir a responsabilidade fiscal, conforme estabelecido na LRF.

No presente estudo, foram analisadas as “Despesas por Função” da função 18 - Gestão Ambiental, especificamente na categoria “Despesas Liquidadas”, por refletirem o estágio da despesa em que foi verificado o direito do credor, ou seja, a entrega do bem

ou a prestação do serviço foi confirmada e atestada pela administração pública. Isso reflete com maior precisão quanto efetivamente foi realizado (executado) em termos de políticas públicas, como a função 18 - Gestão Ambiental. Tal categoria é a métrica mais adequada para avaliar a execução orçamentária, pois indica o volume de recursos efetivamente comprometidos com a política pública em questão. Utilizou-se o relatório de Despesas por Função de 2024 por ser o mais recente divulgado pelo FINBRA.

Para a análise comparativa dos valores declarados de investimentos em gestão ambiental, os municípios foram organizados em tabelas a partir de um processo de ordenação classificatória (ranking) baseado nas despesas liquidadas. Esse procedimento, fundamentado em estatística descritiva, é apropriado para sistematizar e comparar unidades de análise com base em uma métrica ordinal, de acordo com Field (2020). Dessa forma, os municípios foram organizados em ordem decrescente, do maior para o menor investimento.

Resultados e Discussões

Ao analisar os instrumentos de gestão de riscos de desastres existentes nos 15 municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN), observou-se fragilidades na institucionalização dessa questão nesse território. O Gráfico 1 mostra que apenas 4 municípios (Arês, Parnamirim, Natal e Nísia Floresta) possuem Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes, inundações e enxurradas.

Em relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes, inundações e enxurradas, o Gráfico 1 também mostra que esse instrumento foi identificado também em apenas 4 municípios (Goianinha, Natal, Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante). É importante destacar que a Lei de Uso e Ocupação do Solo constitui um dos principais instrumentos de ordenamento territorial dos municípios, com potencial de prevenir a ocupação de áreas de risco e de garantir a proteção ambiental. Quanto à existência de leis específicas voltadas à gestão de riscos de enchentes, inundações e enxurradas, apenas 1 município (Bom Jesus) declarou possuir tal instrumento.

O Gráfico 2 mostra que apenas 2 municípios (Arês e Natal) possuem Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos e deslizamentos. No que diz respeito à Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos e deslizamentos, esse instrumento aparece exclusivamente em 1 município (São Gonçalo do Amarante), enquanto nenhum dos 15 municípios da RMN declarou possuir leis específicas voltadas à gestão de riscos de escorregamentos e deslizamentos.

No Gráfico 3, que reúne instrumentos gerais de gestão de riscos de desastres, observou-se que apenas 2 municípios (Parnamirim e Natal) possuem Plano Municipal de Redução de Riscos. Quanto à existência de um plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastres, apenas 1 município (Parnamirim) declarou possuir tal instrumento. Já a carta geotécnica de aptidão à urbanização também não foi identificada

em nenhum dos 15 municípios da RMN. Por fim, o Gráfico 4 mostra que também nenhum desses municípios possui plano de contingência e/ou preservação para seca.

De forma semelhante à observada na RMN, a análise dos instrumentos de gestão de riscos de desastres existentes nos 21 municípios do Seridó Potiguar também expôs fragilidades na institucionalização dessa questão nesse outro território. O Gráfico 5 mostra que somente 2 municípios (Jardim de Piranhas e Jucurutu) possuem Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes, inundações e enxurradas. Quanto à Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes, inundações e enxurradas, apenas 1 município (Florânia) declarou possuir tal instrumento. Não foram identificadas leis específicas voltadas à gestão de riscos de enchentes, inundações e enxurradas em nenhum dos municípios.

O Gráfico 6 mostra que apenas 1 município (Jucurutu) dispõe de Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos e deslizamentos. Nenhum dos 21 municípios do Seridó Potiguar declarou possuir Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos e deslizamentos e leis específicas voltadas à gestão de riscos desses eventos climáticos extremos.

Em relação aos instrumentos gerais de gestão de riscos de desastres apresentados no Gráfico 7, apenas 1 município (Carnaúba dos Dantas) conta com Plano Municipal de Redução de Riscos, enquanto nenhum dos 21 municípios do Seridó Potiguar declarou possuir carta geotécnica de aptidão à urbanização e plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastres. Por fim, o Gráfico 8 mostra que apenas 1 desses municípios (Jardim do Seridó) possui plano de contingência e/ou preservação para seca.

No que diz respeito aos investimentos orçamentários em gestão ambiental dos municípios da RMN, detalhados na Tabela 1, observou-se uma hierarquia de priorização financeira que não corresponde com a presença dos instrumentos de gestão de riscos de desastres anteriormente analisados nessa região. Parnamirim se destacou como o maior investidor da RMN em gestão ambiental, ocupando o 1º lugar da classificação, com R\$ 8.592.708,11 de investimento. Nísia Floresta ficou em 2º lugar, com R\$ 7.658.431,79 de investimento, e a capital do estado, Natal, ficou em 3ª lugar, com R\$ 5.390.327,86 de investimento. Macaíba, que ocupou o 4º lugar, com R\$ 4.457.356,04 de investimento, e São José de Mipibu, que ocupou o 5º lugar, com R\$ 3.469.364,83 de investimento, também apresentaram valores na casa dos milhões.

Contudo, a partir da 6ª posição, ocupada por Ceará-Mirim, com R\$ 1.272.151,54 de investimento, os valores decaem. Goianinha, que ocupou o 7º lugar, com R\$ 954.832,82 de investimento, e Extremoz, que ocupou o 8º lugar, com R\$ 930.136,35 de investimento, não atingiram a marca de um milhão de reais em investimentos em gestão ambiental. A situação se agrava nos últimos colocados da RMN: Arês, em 9º lugar, investiu R\$ 423.948,01, enquanto São Gonçalo do Amarante, em 10º, investiu R\$ 200.166,42. Ielmo Marinho, com um investimento de apenas R\$ 99,25, ocupou o 11º e último lugar, um valor que, na prática, sinaliza a ausência da gestão ambiental como uma política pública financeiramente priorizada.

A Tabela 2 mostra que os municípios de Bom Jesus, Maxaranguape e Monte Alegre declararam não ter investido em gestão ambiental no exercício de 2024. Em termos de análise de políticas públicas, um valor liquidado de zero significa que, no competitivo processo de disputa por recursos orçamentários, a pauta ambiental foi esquecida. Essa ausência de compromisso financeiro indica que os problemas ambientais, como os riscos associados às mudanças climáticas, por exemplo, não foram reconhecidos como dignos de ação governamental nessas localidades.

Já o município de Vera Cruz, além de não investir em gestão ambiental, falhou em cumprir uma obrigação legal fundamental ao não enviar o Relatório de Despesas por Função de 2024 à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa omissão representa uma falha dupla: primeiramente, uma falha de política pública, pois impede qualquer avaliação sobre a priorização da gestão ambiental; em segundo lugar, uma falha de governança fiscal, ao desrespeitar os mecanismos de transparência e controle estipulados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000). Nesse contexto, a ausência de dados é um dado em si, expondo uma fragilidade institucional que ultrapassa a área ambiental e atinge os pilares da gestão pública responsável.

De forma semelhante à observada na RMN, a análise dos investimentos orçamentários em gestão ambiental dos municípios do Seridó Potiguar, detalhados na Tabela 3, revelou uma hierarquia de priorização financeira que não corresponde com a presença dos instrumentos de gestão de riscos de desastres anteriormente analisados nessa região. Parelhas se destacou como o maior investidor da região semiárida do RN, ocupando o 1º lugar da classificação, com R\$ 2.190.838,12 de investimento. Acari, que ficou em 2º lugar, com R\$ 1.712.403,15 de investimento, e Caicó, que ficou em 3º lugar, com R\$ 1.267.303,73 de investimento, também apresentaram valores na casa dos milhões.

A partir da 4ª posição, ocupada por Currais Novos, com R\$ 696.035,73 de investimento, os valores decaem e os municípios deixam de atingir a marca de um milhão de reais em investimentos em gestão ambiental. Ipueira ficou em 5º lugar, com R\$ 198.138,06 de investimento, Jardim de Piranhas ficou em 6º lugar, com R\$ 210.080,15 de investimento, São José do Seridó ficou em 7º lugar, com R\$ 270.804,02 de investimento, e Tenente Laurentino Cruz ficou em 8º lugar, com R\$ 118.812,00 de investimento.

Essa queda fica mais acentuada com os municípios de Jardim do Seridó, que ficou em 9º lugar, com R\$ 60.996,92 de investimento, Carnaúba dos Dantas, que ficou em 10º lugar, com R\$ 20.433,84 de investimento, Timbaúba dos Batistas, que ficou em 11º lugar, com R\$ 22.800,00 de investimento, e Serra Negra do Norte, que ficou em 12º lugar, com R\$ 19.800,00 de investimento. O caso mais extremo foi o de Cerro Corá, que, com um investimento de R\$ 500,00, ocupou o 13º lugar. Por fim, a Tabela 4 mostra que os municípios de Cruzeta, Equador, Florânia, Jucurutu, Ouro Branco, Santana do Seridó, São João do Sabugi e São Vicente declararam não ter investido em gestão ambiental no exercício de 2024.

Segundo o IPCC (2022), a adaptação climática envolve, nos sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima atual ou projetado e aos seus efeitos, com o objetivo de reduzir danos e aproveitar oportunidades benéficas. Nos sistemas naturais, trata-se do

processo de adaptação ao clima real e seus impactos, sendo que a intervenção humana pode facilitar o ajuste às mudanças climáticas esperadas. Ou seja, a adaptação climática pode ser entendida como um conjunto de estratégias implementadas para diminuir as vulnerabilidades dos sistemas humanos e naturais diante dos impactos gerados pelas mudanças climáticas.

Os resultados apresentados neste estudo expõem fragilidades institucionais e orçamentárias na forma como os municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) e do Seridó Potiguar têm respondido aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A baixa presença de instrumentos formais de gestão de riscos de desastres revela que a adaptação climática ainda não foi consolidada como prioridade governamental nesses territórios. Quando relacionados aos investimentos orçamentários, que se mostram desiguais e, em alguns casos, inexistentes, reforça-se o diagnóstico de que a pauta climática permanece fora das prioridades das agendas governamentais dos municípios estudados.

Esse quadro dialoga diretamente com a literatura estudada para este artigo. Em Curitiba, conforme Teixeira, Dias e Pessoa (2023), a agenda climática local se consolidou a partir da convergência dos fluxos de problemas, soluções e política (Kingdon, 2011). A cidade conseguiu transformar indicadores socioambientais em problemas públicos, mobilizar soluções institucionais a partir de fóruns locais e articular o fluxo político por meio de lideranças e parcerias nacionais e internacionais. Esse processo culminou na aprovação do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PlanClima) em 2020, revelando a importância de atores empreendedores de políticas públicas e de uma estrutura político-institucional favorável.

Ao contrário, nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar, os resultados aqui apresentados indicam que, mesmo com fragilidades institucionais e orçamentárias na forma como essas localidades têm respondido aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, essa transformação de “situação” em “problema público” não ocorreu de forma consistente, não havendo, portanto, a abertura de uma “janela de oportunidades” para que o tema seja priorizado.

Santos et al. (2023) discutem o Semiárido brasileiro como um território de múltiplas vulnerabilidades, onde a adaptação climática ainda não se consolidou como uma agenda governamental estruturada. A região historicamente esteve marcada por dois paradigmas de atuação pública: o combate à seca e a convivência com o Semiárido. Contudo, diante das mudanças climáticas, os autores sinalizam que seria necessária a incorporação de um terceiro paradigma, centrado em práticas adaptativas e preventivas. Os resultados deste estudo confirmam que essa transição ainda não ocorreu plenamente, já que apenas 1 município do Seridó Potiguar, que faz parte da região semiárida brasileira, declarou possuir plano de contingência e/ou de preservação para a seca.

Partindo para a comparação com estudos internacionais, Rogers, Adams e Byrne (2024), ao analisarem governos locais australianos, demonstram que mesmo em contextos de maior capacidade institucional, os esforços de adaptação climática frequentemente permanecem pontuais e reativos, diante da ausência de liderança política e de um ambiente autorizador que legitime a priorização da agenda climática.

Nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar, a situação se mostra ainda mais crítica, já que em vários casos, não há sequer instrumentos formais de gestão de riscos de desastres, nem recursos orçamentários mínimos, o que configura uma lacuna entre o planejamento e a implementação da adaptação, documentada nos estudos de Burch (2010), Fünfgeld, Fila e Dahlmann (2023), Lawrence et al. (2015), Pasquini, Cowling e Ziervogel (2013) e Simonet e Leseur (2019).

Outro ponto de destaque é a dissociação entre a presença de instrumentos e a priorização orçamentária. Parnamirim e Nísia Floresta, por exemplo, estão entre os maiores investidores em gestão ambiental, mas sem correspondência direta com a consistência de seus instrumentos de gestão de riscos de desastres. Além disso, a ausência completa de investimento em alguns municípios expõe que, no processo competitivo de alocação de recursos públicos, a pauta ambiental não foi levada em conta.

Essa fragmentação das políticas reforça o argumento de que a mera disponibilidade de recursos não garante avanços efetivos em adaptação, sendo necessária a integração entre planejamento, normatização e execução (Rogers; Adams; Byrne, 2024). Nos municípios de menor porte, por sua vez, observa-se tanto a ausência de recursos como a ausência de instrumentos, expondo desigualdades territoriais que ampliam a vulnerabilidade climática, em consonância com o que a literatura internacional tem apontado sobre a fragilidade de cidades pequenas e médias frente à adaptação (Rogers; Adams; Byrne, 2024).

A partir dessa análise comparativa, é possível afirmar que, nos municípios da RMN e do Seridó Potiguar, prevalece um desalinhamento entre o reconhecimento das mudanças climáticas como um problema público e a estruturação institucional e orçamentária necessária para enfrentá-las. Enquanto Curitiba demonstra como a convergência dos fluxos de problemas, soluções e política (Kingdon, 2011) pode viabilizar a inclusão da questão climática na agenda governamental, os municípios da RMN e do Seridó Potiguar continuam restritos a lógica fragmentada, em que recursos financeiros, quando existem, não são acompanhados por instrumentos formais de gestão de riscos de desastres.

Dessa forma, os resultados deste estudo mostraram que os municípios da RMN e do Seridó Potiguar ainda carecem de dois elementos fundamentais para o fortalecimento de suas respostas às mudanças climáticas: I - o reconhecimento político da gravidade das mudanças climáticas como problema público; e II - a presença de atores empreendedores de políticas públicas que possam mobilizar soluções institucionais e orçamentárias no enfrentamento às mudanças climáticas.

Conclusão

Este artigo buscou compreender como os municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) e do Seridó Potiguar vêm estruturando as questões institucionais e orçamentárias em suas agendas governamentais diante dos desafios impostos pelas

mudanças climáticas. A análise expôs um quadro marcado por fragilidades, com ausência ou baixa presença de instrumentos de gestão de riscos de desastres, pouca articulação entre os investimentos em gestão ambiental e esses instrumentos, além de uma significativa disparidade entre municípios no que diz respeito à priorização orçamentária da pauta ambiental e climática.

Embora alguns casos pontuais indiquem maior volume de investimentos financeiros em gestão ambiental, não foi identificada correspondência direta com a existência e consistência de instrumentos de gestão de riscos de desastres. No Seridó Potiguar, essa lacuna é agravada pela persistência de uma lógica histórica centrada no enfrentamento da seca, sem que a adaptação climática tenha se consolidado como uma agenda governamental estruturada, conforme apontado por Santos et al. (2023).

A análise dialoga com experiências nacionais e internacionais descritas na literatura, como os casos de Curitiba (Teixeira; Dias; Pessoa, 2023) e de municípios australianos (Rogers; Adams; Byrne, 2024), que demonstram que a combinação entre liderança política, atuação de empreendedores de políticas e convergência entre fluxos de problemas, soluções e política pode abrir janelas de oportunidade (Kingdon, 2011) para institucionalizar a agenda climática no nível local.

Diante desse cenário, conclui-se que a estrutura institucional e orçamentária dos municípios analisados permanece predominantemente fragmentada, limitando a capacidade adaptativa desses territórios frente aos impactos climáticos. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento de estudos comparativos entre municípios do Nordeste e outras regiões do Brasil, combinando dados quantitativos e informações qualitativas obtidas por meio de entrevistas com gestores locais, de modo a identificar boas práticas e mecanismos replicáveis em contextos de alta vulnerabilidade climática. Além disso, investigações sobre o papel da sociedade civil e das parcerias internacionais podem contribuir para compreender como fortalecer a governança climática em nível municipal.

Por fim, esta pesquisa contribui para evidenciar os desafios e lacunas que dificultam a consolidação da agenda climática em estruturas institucionais e orçamentárias locais no Nordeste brasileiro. Ao destacar tais fragilidades e contrastá-las com experiências em outros contextos, reforça-se a urgência de políticas públicas locais mais integradas, sólidas e orientadas à adaptação climática, fundamentais para a construção de territórios mais resilientes diante das mudanças climáticas.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Tesouro Nacional. Finanças do Brasil (FINBRA) [base de dados online]. 2024. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 30 maio 2025.

BURCH, Sarah. Transforming barriers into enablers of action on climate change: Insights from three municipal case studies in British Columbia, Canada. *Global environmental change*, v. 20, n. 2, p. 287-297, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

FIELD, Andy. *Descobrimdo a estatística usando o SPSS-5*. Penso Editora, 2020.

FÜNFELD, Hartmut; FILA, Dennis; DAHLMANN, Heindriken. Upscaling climate change adaptation in small-and medium-sized municipalities: current barriers and future potentials. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 61, p. 101263, 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Coordenação de População e Indicadores Sociais. Perfil dos municípios brasileiros: 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 118 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101871.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

Kingdon, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Longman, 2011.

LAWRENCE, Judy et al. Adapting to changing climate risk by local government in New Zealand: institutional practice barriers and enablers. *Local Environment*, v. 20, n. 3, p. 298-320, 2015.

MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P.; PIRANI, A.; CONNORS, S. L.; PÉAN, C.; BERGER, S.; CAUD, N.; CHEN, Y.; GOLDFARB, M. I.; GOMIS, M. et al. *Climate Change 2021: The physical science basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

PASQUINI, Lorena; COWLING, Richard Mark; ZIERVOGEL, Gina. Facing the heat: Barriers to mainstreaming climate change adaptation in local government in the Western Cape Province, South Africa. *Habitat International*, v. 40, p. 225-232, 2013.

PÖRTNER, H. O.; ROBERTS, D. C.; TIGNOR, M.; POLOCZANSKA, E. S.; MINTENBECK, K.; ALEGRÍA, A.; CRAIG, M.; LANGSDORF, S.; LÖSCHKE, S.;

MÖLLER, V. Climate Change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC). Pearson Education. Gestão ambiental. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

ROGERS, Nina JL; ADAMS, Vanessa M.; BYRNE, Jason A. Agenda-setting and policy leadership for municipal climate change adaptation. *Environmental Science & Policy*, v. 161, p. 103869, 2024.

SANTOS, Yonara Claudia et al. Enfrentamento aos riscos das mudanças climáticas no semiárido brasileiro: a adaptação climática como uma nova agenda governamental. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 22, n. 1, p. 46-66, 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SIMONET, Guillaume; LESEUR, Alexia. Barriers and drivers to adaptation to climate change—a field study of ten French local authorities. *Climatic Change*, v. 155, n. 4, p. 621-637, 2019.

SÖTHE, Ari; JUNIOR, Oklinger Mantovaneli; KEGEL, Patricia Luiza. Agenda Governamental: influências na sua construção nos municípios integrantes da 31ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga – SC. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 16, n. 45, p. 63–81, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.45.63-81. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5826>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; DIAS, Eric Mateus Soares; PESSOA, Zoraide Souza. A FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL CLIMÁTICA EM CURITIBA, PARANÁ-BRASIL. 2023.

TRAJBER, Rachel; OLIVATO, Débora; MARCHEZINE, Victor. Conceitos e termos para a gestão de riscos de desastres na educação. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais [internet]. São Paulo: CEMADEN, v. 201, 2016.

UNGA, 2016: Report of the Open-Ended Intergovernmental Expert Working Group on Indicators and Terminology Relating to Disaster Risk Reduction. A/71/644. United Nations General Assembly (UNGA). 41 pp.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change. FCCC/INFORMAL/84. [S.l.]: UNFCCC, 1992. 24 p.

Anexos



Gráfico 1



Gráfico 2



Gráfico 3



Gráfico 4



Gráfico 5



Gráfico 6



Gráfico 7



Gráfico 8



Tabela 1



Tabela 2



Tabela 3



Tabela 4

CÓDIGO: HS0849

AUTOR: ANA CAROLINA ALVES DE LIMA

ORIENTADOR: FABIOLA CRISTINA ALVES

TÍTULO: Arquivo de Artista: uma imersão no acervo do Instituto Rossini Perez

Resumo

A pesquisa parte do estudo de fontes documentais preservadas no acervo do Instituto Rossini Perez (IRP), configurado na qualidade de arquivo pessoal. A pesquisa permitiu um processo de mergulho nas relações e memórias ali registradas, revelando fragmentos da vida do artista por meio de documentos pessoais e obras. Tendo em vista esse ponto de partida, a pesquisa se dedica a análise das correspondências pessoais e profissionais de Rossini Perez, e tem como objetivo apresentar uma primeira consideração sobre os aspectos de sua vida íntima e cotidiana que se revelaram por meio desses arquivos. Além disso, o estudo visa dar visibilidade ao IRP e a partir do acervo produzir um estudo inédito sobre o artista norte-rio-grandense. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem que articula os estudos referenciais da História da Arte, da Micro-História e em diálogo com os estudos arquivísticos.

Palavras-chave: Rossini Perez, acervo de artista, arquivo pessoal, correspondências.

TITLE: Artist's Archive: an immersion into the collection of the Rossini Perez Institute

Abstract

The research is based on the study of documentary sources preserved in the collection of the Rossini Perez Institute (IRP), structured as a personal archive. This investigation enabled an in-depth immersion into the relationships and memories recorded therein, revealing fragments of the artist's life through personal documents and artworks. From this starting point, the research focuses on the analysis of Rossini Perez's personal and professional correspondence, aiming to present an initial reflection on aspects of his intimate and everyday life that emerge from these archives. Furthermore, the study seeks to give visibility to the IRP and, through its collection, produce an unprecedented study of the artist from Rio Grande do Norte. The research is grounded in an approach

that articulates the referential studies of Art History, Microhistory, and engages in dialogue with archival studies.

Keywords: Rossini Perez. Artist's collection. Personal archive. Correspondence.

Introdução

O presente estudo tem alicerce no acervo do Instituto Rossini Perez (IRP) trazido pela diretora-executiva do Instituto, Sabrina Moura, em meados de abril de 2023. inicialmente acomodado na Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte (Pinacoteca Potiguar - Palácio da Cultura) durante dois anos, o acervo se encontra atualmente no Laboratório de História, Crítica e Curadoria de Arte (ArtLab) do Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DEART - UFRN). A concepção do IRP remonta a 2019, refletindo um antigo sonho do artista, que, após o falecimento de Perez em 2020, encontra suporte para sua concretização com herdeiros e doadores do acervo. Oficialmente criado em 2023, o IRP parte do conjunto de obras e documentos pessoais do artista, deixado em sua antiga residência em Copacabana (RJ). Esse acervo foi trasladado em sua integridade para o Rio Grande do Norte — estado de nascimento de Perez —, onde se encontra em fase de catalogação. Este processo se dá por meio de um inventário participativo, realizado pelos discentes membros do grupo de pesquisa Pensar Imagens, sob a coordenação da prof. Dra. Fabíola Alves.

O presente estudo aconteceu graças ao projeto de pesquisa Pensar imagens: Cultura Visual e História das Artes Visuais no Rio Grande do Norte. Por meio deste, o plano de trabalho Arquivo de Artista: uma imersão no acervo do Instituto Rossini Perez se desenvolveu. Esta iniciação científica elencou subtemas diagnosticados no arquivo do artista e analisou essas fontes. A proposta justifica-se pela contribuição do estudo de um arquivo localizado em Natal (RN) que conecta a história de um artista norte-rio-grandense com a história da arte internacional. O trabalho proposto cria a possibilidade de vivenciar a prática investigativa sob a luz dos estudos históricos das artes visuais.

A pesquisa tem como objeto principal de estudos as correspondências e postais encontradas no acervo. A leitura das cartas revelou, de forma sutil, as relações que Rossini Perez mantinha com outros artistas, permitindo compreender como ele se posicionou no meio artístico e quais motivações poderiam estar por trás de certas temáticas presentes em sua obra. Para além do caráter íntimo, as cartas de cunho profissional também se mostraram reveladoras ao expor como o artista se articulava institucionalmente: os materiais que doava, os vínculos que estabelecia com museus e espaços culturais, e a maneira como era recebido e reconhecido por esses representantes.

Portanto, com esta investigação, pretende-se mostrar um panorama geral desses documentos que revelam aspectos íntimos, cotidianos e profissionais que atravessam a produção artística de Rossini oferecendo novas interpretações sobre seu processo criativo. Ademais, o estudo almeja contribuir para o reconhecimento do valor documental, histórico e simbólico do acervo do Instituto Rossini Perez.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa documental, tendo como eixo a investigação do acervo do Instituto Rossini Perez. Essa escolha metodológica se justifica pela proposta do estudo, que busca compreender não apenas os conteúdos materiais — obras, documentos, cartas, anotações e registros pessoais —, mas também os significados e camadas subjetivas que esses vestígios revelam sobre o processo do artista.

O percurso metodológico deste estudo foi estruturado a partir da análise bibliográfica do livro *Arqueologia da Criação: Uma Imersão no Acervo-Atêlie de Rossini Perez* (2022), da pesquisadora Sabrina Moura. Nesse livro, Sabrina narra a história de Perez por meio de um processo imersivo no seu acervo, revelando para o leitor aspectos inéditos da obra e vida de Rossini. Além disso, outra bibliografia norteadora foi a dissertação de mestrado da pesquisadora Marisa Rodrigues intitulada *Entre Palavras e Imagens: O Legado Artístico de Rossini Perez* (2016), a investigação mostra como o acervo, organizado pelo próprio Rossini, funciona como autobiografia material, revelando sua trajetória pessoal, artística e cultural. O trabalho destaca ainda a importância do acervo para a preservação da memória artística brasileira, reconhecendo Rossini Perez entre os grandes gravadores do país, com projeção internacional.

Tanto os trabalhos de Rodrigues (2016) quanto os de Moura (2022), assim como esta pesquisa, têm como alicerce o mesmo acervo, mas a partir de perspectivas distintas. Isso evidencia a riqueza e a complexidade do material disponível, mostrando que, mesmo com diferentes abordagens, o que se revela ainda corresponde apenas a uma ínfima parte do todo.

Além disso, o ensaio de Philippe Artière, *Arquivar a Própria Vida* (1998), para o autor, arquivar documentos pessoais é um gesto que ultrapassa a simples guarda de papéis: trata-se de uma prática de construção de si, um exercício de memória e, ao mesmo tempo, de resistência. Nesse sentido, o acervo reunido por Rossini pode ser entendido como uma autobiografia material, em que cartas, fotografias, diários e obras não apenas registram fatos, mas também configuram uma narrativa de vida. Sobre esse aspecto Artières comenta:

“Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.” (ARTIÈRES, 1997, P.3)

De modo complementar a essas três leituras norteadoras, também é feito um tratamento dos dados constituído em quatro etapas:

1. **Identificação do remetente:** A partir dessa primeira identificação, é possível compreender o sentido do texto. Saber para quem escreve orienta a leitura, e a partir disso é possível entender se é de cunho íntimo, profissional, formal;
2. **Cronologia:** Depois que a identificação do remetente é feita, é analisada a data e o local de onde é enviado a correspondência. Consequentemente, pode-se compreender uma ordem de acontecimentos da vida de Rossini;
3. **Leitura e Interpretação das correspondências:** Nessa etapa é feito a leitura do conteúdo da carta em si, buscando identificar algo que nos revele tendo em vista o ponto de partida da pesquisa;
4. **Classificação do conteúdo:** Por fim, depois de analisar a correspondência pelos três critérios descritos acima, é feito um balanço final do material.

Resultados e Discussões

No início do processo de inventário dos arquivos de Rossini, iniciamos pelas pastas relativas às Artes Visuais. Conhecemos seus cadernos de desenhos e seus processos de experimentações por meio desse material. Contudo, o objeto deste estudo surgiu durante o processo de inventário dos arquivos documentais, quando itens de caráter pessoal do artista foram localizados, tais como o seu passaporte, seus documentos de imigração, suas anotações, sobretudo, quando conhecemos e passamos a nos familiarizar com sua caligrafia, quando lemos suas correspondências endereçadas aos seus familiares mais queridos, amigos próximos e amantes. O contato com esses documentos permitiu atribuir novas camadas de sentido às obras que já havíamos conhecido no início da catalogação. Foi nesse momento que compreendi a riqueza de cruzar essas informações para aprofundar a compreensão sobre o processo de criação do artista.

Ao estudar o material mais detalhadamente, é possível fazer duas divisões gerais: as correspondências de cunho pessoal e as correspondências de cunho profissional. Apesar de em diversos momentos o trabalho e íntimo se entrelaçarem, pode-se perceber um tema dominante nas cartas que se encaixam nas categorias gerais mencionadas anteriormente. Esse panorama geral apresentado no presente estudo leva em consideração o levantamento da leitura média de 120 correspondências encontradas no acervo do Instituto Rossini Perez.

As correspondências pessoais do artista revelam um retrato muito vivo de sua trajetória artística e humana entre as décadas de 1960 e 1990. Ao longo das cartas, percebe-se como a estadia na cidade de Paris se tornou sua base de criação e circulação artística, especialmente no campo da gravura, que era o eixo central de sua produção. Rossini descreve a rotina de exposições, jantares e encontros com outros brasileiro e artistas internacionais como Frans Krajcberg. Perez frequentemente organizava o envio de suas obras por intermédio de amigos e familiares, esse tipo de logística evidencia uma prática comum aos artistas brasileiros da época que viviam no exterior, no qual a carreira possuía

forte sustento por essa rede de apoio. A correspondência revela uma vida marcada pela mobilidade internacional. França, Portugal, México, Dinamarca, Senegal, Estados Unidos e Brasil surgem como espaços de circulação frequente, associados tanto a compromissos artísticos — como exposições, envio de obras e participação em bienais — quanto a demandas pessoais e médicas. Essa dimensão cosmopolita, longe de ser um traço secundário, constituiu parte fundamental da construção de sua carreira, garantindo-lhe inserção em um ambiente cultural internacionalizado e permitindo o diálogo com diferentes instituições e públicos.

Apesar dessa consolidação no estrangeiro, Rossini nunca se desvinculou do Rio de Janeiro: acompanhava à distância Copacabana, delegando ao irmão, Renard Perez, a função de operar imóveis de Perez no Brasil. Suas cartas deixam entrever como fatores cotidianos – desde a desvalorização do franco e greves em Paris até as despesas com a reforma de um apartamento no Rio – se entrelaçaram com decisões profissionais.

Com base no balanço do conteúdo das correspondências de cunho mais pessoal, tornou-se possível estabelecer conexões com a própria produção artística de Rossini Perez. No livro de Moura (2022), em trechos de entrevista concedida pelo artista, ele compartilha aspectos de seu universo particular, revelando lembranças de infância e adolescência no Brasil. Recorda, por exemplo, a mãe, que passava o dia diante da máquina de costura confeccionando calças, cintas-ligas e corpinhos, e descreve com precisão o costureiro repleto de agulhas, alfinetes, fivelas, colchetes, linhas coloridas e botões. Entre as memórias também figura a vizinha que lhe ensinava a fabricar flores artificiais de papel crepom com parafina. Diante do exposto, torna-se possível compreender, por exemplo, a recorrência do nó, da linha e do novelo nas obras de Rossini.

Nesse sentido, as correspondências também expõem as motivações por trás de certos temas explorados por Rossini em suas produções. Em um dos arquivos, Rossini troca cartas com o irmão, Renard, sobre a vontade de visitar Macaíba e diz que vem pensando em realizar esse sonho há 30 anos, pois a última vez que esteve lá foi em 1942. Tal declaração ajuda a compreender por que, durante a década de 1970, Rossini desenvolveu obras e projetos de caráter mais saudosista, nos quais evocava constantemente lugares que marcaram sua infância e formou parte essencial de sua memória afetiva e criativa.

Nas cartas de cunho profissional, fica bem clara as redes de contato que Rossini estava inserido. Os documentos mostram que sua carreira ultrapassava a produção artística individual e se estendia para o campo da curadoria, da preservação e da circulação internacional. Correspondências ligadas à Prefeitura de Macaíba mostram que sua trajetória foi valorizada como patrimônio cultural, a ponto de ser exposta no Museu Histórico da cidade, o que demonstra o impacto de sua obra para além do eixo Rio-São Paulo. Há também pedidos de colaboração para doação de obras e registros fotográficos ao acervo do Museu Histórico de Macaíba, revelando o interesse de instituições em integrar seu legado às narrativas de identidade cultural local. Na carta, a prefeita Mônica Nóbrega Dantas escreve:

“Caro Rossine,

Apresentando cumprimentos, vimos através do presente, expressar nosso agradecimento a V.sa., pela deferência da concessão da Trajetória Rossine Perez, a qual será exposto no

Museu Histórico de Macaíba-RN. Na oportunidade, renovamos nossos protestos / de consideração e apreço e ficamos aguardando sua visita no nosso município.” (NOBREGA, carta a Rossini Perez, 1991. Documento preservado pelo Instituto Rossini Perez - IRP.ARQ.0048)

A leitura das correspondências também vêm revelando uma atuação do artista como comissário de exposições, por exemplo, em 1986, Rossini realizou uma mostra individual na Dinamarca, organizada pela Embaixada do Brasil, o que atesta, mais uma vez, sua presença no circuito estrangeiro. Na correspondência endereçada ao representante do S.A.S em Brasília, Rossini Escreve:

“Em 1986, tive a satisfação de viajar à Dinamarca com obras da minha autoria para realizar uma exposição individual, durante a semana de Arte Brasileira, organizada pela Embaixada do Brasil. Nesta curta estada, em visita a museus, instituições e galerias de arte, despertou-me grande interesse a obra do escultor Einar Udson Frank de quem já conhecia duas peças pertencentes ao acervo do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro.” (FRAJMUND, carta a Rossini Perez, 1990. Documento preservado pelo Instituto Rossini Perez - IRP.ARQ.0048)

Essa experiência resultou, posteriormente, em sua nomeação como curador de uma mostra sobre o escultor dinamarquês Einar Udson Frank, no Museu Nacional de Belas Artes, em 1991. Os documentos atestam a interlocução constante entre Rossini, autoridades diplomáticas e instituições culturais estrangeiras.

Os arquivos também evidenciam uma rede de contatos internacionais. Há registros de agradecimentos de colecionadores particulares na Inglaterra, convites para bienais e exposições em países diversos e apoio de críticos e curadores. Essa rede reforça a imagem de um artista que circulava em ambientes culturais globais, projetando o nome do Brasil no exterior. A partir do exposto, nota-se um constante esforço de Rossini em organizar, legitimar e difundir suas obras. As cartas tratam de exposições, convites, agradecimentos e também da valorização de sua produção no circuito institucional, revelando como Rossini era um artista consciente da importância da circulação e da legitimação de sua produção em espaços públicos e acadêmicos.

Conclusão

A pesquisa realizada permitiu ampliar as discussões existentes sobre a vida e obra do artista Rossini Perez. Por meio das correspondências, é possível compreender melhor sua vida íntima e profissional e a partir disso perceber como sua produção poética dialoga diretamente com suas experiências cotidianas, vínculos afetivos, deslocamentos e memórias. A partir disso, o arquivo pessoal do artista assume um duplo papel: como registro histórico e como material de pesquisa.

O material analisado até o momento representa apenas uma parte do acervo completo. Dessa forma, o aprofundamento da pesquisa será desenvolvido no segundo ano de

iniciação científica, no qual o conteúdo introduzido nesse projeto será ampliado. Para além disso, a pesquisa seguirá em desenvolvimento no Trabalho de Conclusão de Curso associada a renovação da iniciação científica, possibilitando estabelecer novas conexões e ampliar a compreensão a partir da análise de um conjunto documental mais abrangente.

Referências

MOURA, Sabrina (Org.). Arqueologia da criação: uma imersão no acervo-ateliê de Rossini Perez. Projeto gráfico de Frederico Floeter. 1. ed. Bauru: Vasto Edições; Editora Mireveja, 2023. 240 p. ISBN 978-85-93921-01-8.

FORTE, Graziela Naclério. Mestre da Gravura Brasileira: 60 Anos da Arte de Rossini Perez (1955-2015). In: Jornada de Pesquisa em Arte PPG UNESP, 2018, São Paulo. Jornada de Pesquisa em Arte PPG UNESP 2017. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2017.

RODRIGUES, M. P. Entre palavras e imagens: O legado artístico de Rossini Perez. 2016.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

PAULA, Arethusa Almeida de; FRONER, Yacy-Ara. Acervo de artista: a narrativa de uma memória escondida. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 16., 2007, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: ANPAP, 2007. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2007/2007/artigos/183.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2025.

CAETANO, Renata Oliveira. A presença do desenho em cartas de artistas: algumas possibilidades críticas. Todas as Artes: Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura, Porto, v. 3, n. 1, p. 63–73, 2020. DOI: 10.21747/21843805/ta3n1a5. ISSN 2184-3805.

Anexos



Imagem 1: Coletânea de correspondências entre Rossini e seu irmão Renard Perez



Imagem 2: Conjunto de obras da exposição Desdobramentos: Desenhos de Rossini Perez (2024). Fotografia por: Ligia Pracias.

CÓDIGO: HS0870

AUTOR: AGATHA SOFIA BRITO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: ROZELI MARIA PORTO

TÍTULO: Os impactos do Zika vírus e da COVID-19 sobre as mulheres “mães de micro” no RN: judicialização, classe, raça e direitos – terceira etapa

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo entender quais razões levam as mães e famílias de crianças portadoras de síndrome congênita em decorrência do zika vírus (SCZ), residentes nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, a acionarem judicialmente seus direitos, a fim de analisar essas motivações, desfecho desses processos, a atuação do judiciário brasileiro e a posição do Estado nesses casos.

Palavras-chave: Direito a saúde, Maternidade, Síndrome Congênita do Zika Vírus;

TITLE: The impacts of the Zika Virus and COVID-19 on the "mothers of micro" in RN: Judicialization, class, race, and rights - Third stage

Abstract

This study aims to understand the reasons that lead mothers and families of children with Congenital Zika Virus Syndrome (CZS), residing in the states of Rio Grande do Norte and Pernambuco, to take legal action for their rights. The goal is to analyze these motivations, the outcomes of these legal proceedings, the role of the Brazilian judiciary, and the position of the State in these cases.

Keywords: Right to health; Motherhood; Congenital Zika Virus Syndrome

Introdução

Em 2025 se completam dez anos do começo da epidemia de zika vírus no Brasil, no início de 2015 o vírus já havia sido detectado em todos os estados do nordeste brasileiro (Lowy, 2019) e rapidamente as primeiras consequências dessa crise sanitária surgiram: em agosto do mesmo ano um número

preocupante de mulheres infectadas pelo zika durante a gestação deram à luz a crianças com microcefalia e outras síndromes congênitas. Esse foi só o início de um longo processo para médicos e pesquisadores científicos no mundo todo.

Os primeiros casos aconteceram em Recife (PE) e Campina Grande (PB) e logo alertaram especialistas que declararam o zika vírus como possível responsável, suspeita que foi confirmada definitivamente pelo Ministério da Saúde em 2017 (Lowy, 2019). Todo o processo que se seguiu após essa descoberta foi assustador e doloroso para essas famílias, mas principalmente para as mães – muitas de classes populares e sem acesso a exames fundamentais – que muitas vezes nem conheciam o que era microcefalia ou não entendiam do que se tratava e de alguma forma ainda se tornavam suspeitas ou responsáveis pelo acontecimento (Porto, 2020).

Agora, dez anos depois da epidemia, muitas questões enfrentadas por essas mães se renovam, inclusive como consequência da pandemia de Covid-19, e as políticas públicas existentes falham em assistir essas mulheres e seus filhos de maneira eficiente. Foram analisados dezenas de processos judiciais abertos por mães de crianças com síndrome congênita por zika vírus (SCZV) que precisaram acionar a justiça em busca de seus direitos nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, que estão dentre os estados brasileiros mais atingidos pelos vírus.

Metodologia

Foi realizado um estudo exploratório documental com abordagem qualitativa e através dessa análise foram coletados os dados que constituem essa pesquisa. Uma tarefa que exigiu muita dedicação, já que os dados foram coletados no site Jusbrasil, uma empresa de tecnologia privada que trabalha “com a coleta, organização e disponibilização da informação jurídica pública, tais como autos processuais, jurisprudência e diários oficiais” como é explicado por eles no próprio site jusbrasil.com.br. O objetivo parecia simples: realizar um levantamento do número de processos envolvendo microcefalia por zika vírus no Brasil, mas foi muito mais que simplesmente usar um buscador para encontrar as respostas e relatar o resultado apresentado. O primeiro problema não demorou a surgir: ainda não tínhamos conhecimento de como deveríamos pesquisar naquele site desconhecido.

No Jusbrasil é possível buscar por diversos documentos: “Artigos e Notícias”, “Jurisprudência”, “Diários Oficiais”, “Peças Processuais”, “Modelos”, “Legislação”, “Consulta Processual” e “Doutrina”. A maior parte dessas palavras, por mais que não fossem completamente desconhecidas, não tinham nenhum significado imediato já que essa linguagem jurídica era completamente desconhecida por nós e essa dúvida somada aos milhares de resultados que surgiram após a primeira pesquisa deixaram claro como essa tarefa seria árdua. O juridiquês foi um dos maiores obstáculos no processo de levantamento dos primeiros dados no site do Jusbrasil e da análise desses

dados, o formalismo empresta uma gravidade exagerada ao ritual jurídico, tornando-o hostil como diz Slabi (2017).

Ele complementa que esse efeito é gerado pelo excesso de arcaísmos, termos burocráticos, hiperespecialização de termos, excesso de remissões, além do estilo confuso e pouco objetivo, característico também da legislação brasileira (Slabi, 2017) e que apesar de acentuadas em relação a classes econômicas mais baixas e com menor acesso à informação, as barreiras de acesso à justiça não são apenas econômicas mas também sociais e culturais e como consequência disso não é só difícil de se entender mas também de se confiar na estrutura judiciária e sua ritualística.

Felizmente foi possível contar com a ajuda e um graduando do curso de direito da UFRN durante todo esse processo inicial dando dicas essenciais e ensinando como o site funcionava: quais tribunais deveríamos pesquisar ou não, como usar palavras-chave e quais escolher. Ele explicou também o conceito de “jurisprudência”: um conjunto de julgados (decisões judiciais) que seguem a mesma temática e linha de raciocínio e que tem congruências em temas específicos que podem indicar o caminho que o juiz vai adotar para resolver a questão proposta. E que pesquisar jurisprudências seria a melhor opção naquele momento já que elas seriam um indicativo de como o ordenamento jurídico tem se comportado nesses casos de microcefalia por zika vírus. Além de continuar tirando dúvidas sobre outros termos técnicos que surgiram ao longo da leitura do processo de busca.

Inicialmente utilizamos duas palavras-chave: “zika vírus” e “microcefalia” e com os resultados dessa pesquisa observamos que alguns termos principais se repetiam entre os resultados. Foi assim que nos deparamos com “benefício de prestação continuada (BPC)”, “Pediasuit”, “obrigação de fazer do município”, “Direito público” e “pensão especial”, com a identificação desses termos concluímos que seria necessário cruzar as primeiras palavras-chave “zika vírus” e “microcefalia” com cada uma dessas outras variáveis no tópico Jurisprudência do site jusbrasil.com.br e observar a quantidade de casos. Entretanto, observando a tabela montada com os resultados foi possível perceber que os números estavam sempre se alterando e essas categorias acabaram por confundir em vez de esclarecer, muitas vezes eles se cruzavam já que um processo que envolvia “Direito público” também poderia envolver “Pediasuit”, por exemplo.

Então optamos por refazer o processo, digitando “jusbrasil” na aba de pesquisa do Google e clicando no primeiro resultado chegamos à página de Consulta Processual do site jusbrasil.com.br mas não é nela que eu início a pesquisa. É possível pesquisar em diversos tribunais do Brasil, mas o foco da pesquisa está apenas nos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Norte e de Pernambuco então desmarcamos todas as opções já previamente selecionadas pelo próprio site e selecionamos somente o TJ-RN para iniciar o levantamento dos processos do Rio Grande do Norte. Depois de selecionar onde queremos encontrar os resultados adicionamos, entre aspas, as palavras-chave que definirão a pesquisa: “microcefalia” e “zika vírus”. A ordem que seguimos não é essencial e existem outras maneiras de chegar aos processos através do Jusbrasil sem alterar o resultado final, mas esse foi o caminho em nossos primeiros acessos.

A princípio existem 43 resultados, ou seja: 43 processos onde as palavras “microcefalia” e/ou “zika vírus” são mencionadas, mas antes de começar a abrir os processos é necessário definir o período de interesse. A partir daí, é possível encontrar a opção de definir uma data inicial e uma data final, então selecionamos “Selecionar período” em que adicionamos a data escolhida: 01/01/2015 até 31/12/2023. Clicando com o mouse esquerdo em “selecionar” a página é recarregada agora apenas com os processos desse período. De 43, vamos agora para 33 resultados.

Desses 33 resultados apenas 13 deles são processos diferentes enquanto os outros 20 são publicações desses mesmos 13 processos, como uma nova decisão e/ou um ou mais recursos, e existem processos que não envolvem diretamente a SCZ mas utilizam da ementa desses casos para demonstrar como o judiciário vem se comportando em relação a esses pedidos e por esse motivo aparecem nos resultados iniciais. Logo, montamos tabelas com os números gerais de processos no Brasil, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Resultados e Discussões

Após o processo de busca e análise dos dados coletados durante a pesquisa, contactamos algumas interlocutoras que judicializaram seus casos. Uma delas explica que o plano de saúde precisa dar suporte e não quer, o filho dela depende do homecare desde que nasceu e teve que entrar na justiça para garantir que o plano atendesse essa demanda. Conta ainda que existem problemas com a equipe médica: “os médicos são ótimos. Atendem muito bem. O problema são os outros profissionais da enfermagem. Além de tratarem mal... não chegam na hora, fazem barulho o tempo todo. Ficam com o celular ligado, olhando vídeos barulhentos. O menino não gosta de barulho, tem sensibilidade.”

Foi necessário compreender um pouco sobre linguagem jurídica para interpretar as informações contidas de cada processo e entender as motivações das famílias que decidiram judicializar seus casos. São processos longos e com muitos recursos¹ legais que podem impactar significativamente a qualidade de vida dessas crianças com SCZ.

Por exemplo, no caso abaixo Maria, genitora de uma criança com SCZ, entra com um processo em desfavor de um plano de saúde exigindo que o plano siga o tratamento prescrito por especialistas, geralmente pediasuit² ou homecare³ nesses casos, já que os planos de saúde tendem a alegar que essas formas de tratamento não fazem parte do rol de procedimentos da ANS que afirmam ser taxativo e não exemplificativo, como foi definido pelo Supremo Tribunal Federal em 2022.

Ela pede tutela de urgência³ e danos morais. Dependendo da situação, a tutela de urgência é concedida antes mesmo de qualquer julgamento no caso de crianças que precisam estar entubadas e dependem de aparelhos para sobreviver. Nesse exemplo, a tutela é concedida e o plano acata (o que não acontece sempre) e o caso vai para julgamento. Maria ganha a causa com tudo que ela pediu na petição inicial: o plano de saúde não só continuará a prover o tratamento homecare necessário como também será condenado a pagar os danos morais. O que acontece aqui é que o plano de saúde costuma vir logo após a sentença com um recurso alegando, por exemplo, que não teria como disponibilizar os equipamentos necessários para o tratamento porque poderia colocar “em risco o equilíbrio que rege a sustentabilidade de toda a carteira de usuários” e mesmo que a maioria desses recursos sejam negados ou pelo menos parcialmente negados só o fato de existir um recurso já prejudica o andamento do processo porque geralmente aquela primeira sentença a qual o plano de saúde está recorrendo é suspensa até que esse recurso seja julgado.

Esse caso é de 2016 e se prolongou até junho de 2020 (data da última publicação de documentos sobre ele que temos acesso). Teve origem na 9ª Vara Cível da Comarca de Natal e se trata de um procedimento comum cível (um processo que não é especial, de procedimento padrão). Quem representa o menor impúbere é sua genitora, em desfavor de um plano de saúde nacionalmente conhecido. Essa é uma ação de obrigação de fazer e indenização por danos morais e materiais com pedido de tutela antecipada de urgência em face do plano de saúde. E ele é um bom exemplo de como funciona o judiciário nesses casos já que muitos casos seguem o mesmo padrão.

O Estado não fica atrás na falta de suporte, no caso das cadeiras de rodas que deveriam ser fornecidas a interlocutora relata que existem casos de crianças que faleceram em 2017 e receberam a ligação para ir buscar a cadeira de rodas em 2024. E quando as cadeiras chegam, muitas vezes não atendem as necessidades das crianças com SCZV porque as cadeiras precisam de adaptações que não são feitas: “E o problema maior é que quando eles mandam as cadeiras, mandam qualquer uma”

Outra interlocutora conta que “Depois que aprendi o caminho pra defensoria não parei mais”, inclusive para solicitar alimentação já que a comida caseira pode não suprir as necessidades das crianças, e o estado fornece o alimento mas em caso de dietas restritivas as mães precisam contar com a sorte e torcer para que os filhos se adaptem ao que lhes foi enviado já que muitas vezes chega simplesmente o que tem disponível, e não o que eles precisam. É possível observar com clareza que para essas famílias, o processo de judicialização é simplesmente mais uma etapa do trabalho do cuidado.

O conceito de cuidado ou care tem grande amplitude e aplicabilidade, incluindo práticas, processos, emoções e sentimentos, ajuda mútua, atenção, acompanhamento e afeto que envolvem saúde, família, parentesco, gênero e serviços institucionalizados de apoio a populações vulneráveis (Campos; Quadros; Santos 2010, Lima 2016, Hirata; Debert 2016, Drotbohm, 2022). Esse é

um conceito relevante para a Antropologia, já que permite a compreensão de variados sentidos e relações sociais, das formas de agência e de como é hierarquicamente concebida (Drotboh, 2022). Assim, compreende-se o cuidado como uma prática classificatória.

Sendo um campo de ações práticas, implica um amplo leque de relações entre agentes e instituições envolvidas nas relações de cuidado, realçando a sua dimensão política. A política do cuidado é um aspecto relevante da governança reprodutiva (Fonseca, Marre e Rifiotis, 2021), que visa refletir sobre o processo de uma conformação histórica neoliberal (Morgan; Roberts 2012), sobretudo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Bogino e Fernández-Rasines, 2022).

Este processo de judicialização é mais uma evidência de como o trabalho de cuidado é dividido de forma desigual entre gêneros, classes, raça/etnia e profissões (Scavone 2001, 2004; Guimarães et. al. 2011; Ayres 2009), uma amostra dos efeitos e dificuldades diárias relatadas por mães ou principais responsáveis pelas crianças e por profissionais de assistência social e saúde, onde se concentra os serviços de assistência e resoluções jurídicas acionados pelas mães diante da ineficácia dos serviços de assistência às crianças que hoje tem em média 9 anos de idade.

Conclusão

Como mostrado acima, dezenas de famílias foram submetidas a anos de espera para receber acesso a direitos básicos como os materiais necessários para o atendimento homecare ou uma cadeira de rodas adaptada para as necessidades do usuário. Processos que tiveram início em 2015 seguem abertos até o presente momento entre recursos e modificações e alguns desses processos transcendem os dos Tribunais de Justiça estaduais, como é o caso do PL 6064/2023.

Em 15 de dezembro de 2015 a então deputada federal Mara Gabrilli apresentou o Projeto de Lei nº 3.974 de 2015 que, em síntese, concedia direito a dano moral e pensão especial à pessoa com microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré, decorrentes do zika vírus. Oito anos depois em 2023, revisada mas mantendo seu principal objetivo, vinha a se tornar o Projeto de Lei nº 6.064 de 2023 que foi aprovada em 22 de agosto de 2024 pela Câmara dos Deputados. O PL 6064/2023 foi vetado pela presidência da república em 8 de janeiro de 2025, argumentando que o projeto não previa a fonte de recurso financeiro necessária para arcar com as despesas da pensão e da indenização, "cria despesa obrigatória de caráter continuado e benefício tributário e amplia benefício da seguridade social, sem a devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro, identificação da fonte de custeio, indicação de medida de compensação e sem a fixação de cláusula de vigência para o benefício tributário", como descrito na mensagem que justifica o veto.

Agora, mais precisamente no dia 17 de julho de 2025, o Congresso Nacional, com apoio da presidência da república que voltou atrás na decisão anterior, anulou o veto ao PL 6064/2023. Assim, foi decretada a Lei 15.156, de 2025 que determina indenização única de 50 mil reais por dano moral e concede pensão especial vitalícia a de 7.786,02 reais corrigida pela inflação e isenta de imposto para pessoas com SCVZ, além de permitir o acúmulo com BPC e outros benefícios de até um salário mínimo.

Memo dois meses após a promulgação⁵ da lei, os beneficiários continuam aguardando a regulamentação para as famílias possam, de fato, ter acesso aos benefícios concedidos. Em 2025 se completam dez anos do surgimento dos primeiros casos de recém-nascidos com síndrome congênita por zika vírus, dez anos de persistência das vítimas da emergência sanitária que foi a epidemia de zika vírus no Brasil em busca de seus direitos e até mesmo essa grande vitória demonstra que os desafios para garantir que a justiça seja feita continuam existindo.

Referências

¹O recurso é o instrumento processual utilizado para modificar ou corrigir o curso de um processo jurídico.

²O PediaSuit é o tipo mais moderno de macacão terapêutico ortopédico disponível atualmente. O PediaSuit foi criado em 2006 por Leonardo de Oliveira, cofundador da Therapies4kids.

³ São ações de saúde, tratamento de doenças e reabilitação desenvolvidas fora do ambiente hospitalar e adequadas às necessidades do beneficiário.

4A tutela provisória de urgência é um dos dispositivos judiciais que permite a antecipação e assecuração de um direito da parte, seja para que o direito pedido no processo seja adquirido antes do final do mesmo (tutela antecipada) ou para assegurar que o direito pedido no processo será atingido no fim dele (cautelar).

⁵Promulgação é o ato que formaliza uma lei, adicionando-lhe um número e uma data, e a torna parte do ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

PORTO, R. M. Zika vírus e itinerários terapêuticos: os impactos da pós-epidemia no estado Rio Grande do Norte. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 22, n. 2, p. 169–199, 23 nov. 2020.

LÖWY, Ilana. Zika no Brasil. SciELO - Editora FIOCRUZ, 2019.

SLAIBI, Arthur Lavigne Gesteira. Uma crítica à linguagem jurídica: acesso, técnica, violência e efetividade. DIREITO UNIFACS-Debate virtual, n. 200, 2017. <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4810>.

SCAVONE, L. O trabalho das mulheres na produção do conhecimento: A questão de gênero em psicanálise e sociologia. In: A Mulher na Cultura Contemporânea: Imagens, Discursos e Práticas. Editora: UNIMEP, 2001.

SCAVONE, L. Gênero, saúde e cuidado: o conceito de saúde e o lugar das mulheres nas práticas de saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 3, p. 856-865, 2004.

GUIMARÃES, R. A. et al. Judicialização da saúde no Brasil: um processo multifacetado. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 21, n. 1, p. 167-187, 2011.

AYRES, J. R. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 2, p. 297-320, 2009.

CAMPOS, C. T.; QUADROS, J. S.; SANTOS, R. S. O Conceito de Cuidado na Saúde Coletiva. Revista de Saúde Coletiva, v. 10, n. 2, p. 241-255, 2010.

LIMA, V. G. Cuidado, trabalho e gênero: as cuidadoras e o cuidado de idosos dependentes. In: Gênero, saúde e cuidado: uma análise da divisão sexual do trabalho de cuidado. Editora: EDUFBA, 2016.

HIRATA, H.; DEBERT, G. G. Gênero, cuidado e serviços de apoio: novas configurações no Brasil e na França. In: Gênero, classe e raça na saúde e na doença. Editora: Fiocruz, 2016.

DROTBOHM, J. O Cuidado como Questão Sociológica: Uma análise do trabalho de cuidado no Brasil. Editora: Appris, 2022.

FONSECA, C.; MARRE, D.; RIFIOTIS, F. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. Horizontes Antropológicos, v. 27, n. 61, p. 7-46, set. 2021.

MORGAN, L.; ROBERTS, E. S. Reproductive governance in Latin America. Anthropology & Medicine, v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012.

BOGINO, M.; FERNÁNDEZ-RASINES, P. Autonomía reproductiva frente a la biopolítica de la maternidade. Revista de Antropología Social, v. 32, n. 1, p. 173-195, 2022.

Mensagem nº 39-25. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/msg/vet/VET-39-25.htm>. Acesso em: 27 ago. 2025.

VETA. Governo veta projeto do Congresso e edita MP para pagar R\$ 60 mil a crianças vítimas da zika - Notícias. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/1126354-GOVERNO-VETA-PROJETO-DO-CONGRESSO-E-EDITA-MP-PARA-PAGAR-R>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

Perguntas Frequentes. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/perguntas-frequentes/processo-legislativo-projeto-de-lei-tramita%C3%A7%C3%A3o-qu%C3%B3rum-vota%C3%A7%C3%A3o/o-que-%C3%A9-2>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CÓDIGO: HS0886

AUTOR: ROSILENE MARQUES RIBAS

ORIENTADOR: NEDJA LIMA DE LUCENA

TÍTULO: REVISÃO SISTEMÁTICA APLICADA A DADOS LINGÜÍSTICOS: O CASO DAS CONSTRUÇÕES DE ESTRUTURA ARGUMENTAL

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo consolidar um banco de dados com padrões construcionais de estrutura argumental. A fim de obter uma visão ampla do objeto de estudo sob uma perspectiva teórica funcional-construcionista, foi utilizada a técnica de revisão sistemática da literatura para traçar um panorama sobre a descrição dessas construções no português. A técnica metodológica é promissora, motivo pelo qual o estudo foi aprofundado com o objetivo de delinear um protocolo básico aplicável a estudos linguísticos de modo geral. Assim, este trabalho apresenta os resultados correspondentes a esta etapa da pesquisa, que terá continuidade nas fases subsequentes. Os resultados, obtidos através de um levantamento bibliográfico criterioso, mostram uma produção significativa de trabalhos relacionados ao escopo da teoria funcional-construcionista e abrange diferentes tipos de publicações no período compreendido entre 2010 e 2024. Esta produção evidencia um crescente interesse pelo estudo das construções de estrutura argumental no Brasil.

Palavras-chave: construções de estrutura argumental, linguística, revisão sistemática.

TITLE: SYSTEMATIC REVIEW APPLIED TO LINGUISTIC DATA: THE CASE OF ARGUMENT STRUCTURE CONSTRUCTIONS

Abstract

This research aims to consolidate a database with construction patterns of argument structure. In order to obtain a broad view of the object of study from a functional-constructionist theoretical perspective, the systematic literature review technique was used to outline an overview of the description of these

constructions in Portuguese. The methodological technique is promising, which is why the study was further developed with the aim of outlining a basic protocol applicable to linguistic studies in general. Thus, this work presents the results corresponding to this stage of the research, which will continue in subsequent phases. The results, obtained through a careful bibliographic survey, show a significant production of works related to the scope of functional-constructionist theory and cover different types of publications in the period between 2010 and 2024. This production shows a growing interest in the study of argument structure constructions in Brazil.

Keywords: argument structure constructions, linguistics, systematic review.

Introdução

1. Introdução

O presente trabalho parte da análise, via revisão sistemática, de padrões construcionais de estrutura argumental, com base na compilação de um banco de dados linguístico. Consideramos tanto as construções de estrutura argumental clássicas, como transitiva (Ana comeu uma maçã), ditransitiva (Maria deu um bolo para Ana), movimento causado (Ana pôs a xícara na mesa) etc. quanto aquelas de natureza mais idiomática (tirei o cavalinho da chuva, Ana colocou os pingos nos iis). O intuito e objetivo central foi mapear os padrões construcionais descritos no português, a fim de obter um panorama do que já foi examinado à luz de uma perspectiva teórica funcional-construcionista.

Numa visão clássica, a estrutura argumental diz respeito à relação existente entre os verbos e seus argumentos. Já sob a perspectiva construcionista, o conceito é ampliado para “construções de estrutura argumental”, com base na premissa de que esse fenômeno envolve tanto um evento ou cena quanto uma moldura morfossintática (Goldberg, 2006). Essas construções, além de codificar cenas básicas da nossa experiência também podem ser estendidas e adaptadas para contemplar uma ampla variedade de situações comunicativas.

Nessa linha, para mapear o cenário de pesquisas sobre o objeto teórico deste estudo, o ponto de partida foi o aprofundamento da fase de revisão da literatura, que se mostrou promissora, visto que se buscou empregar a técnica de revisão sistemática da literatura (systematic literature review) aplicada à análise de um fenômeno linguístico, conforme sugerido por Gomes e Lucena (2025), que explicam que essa técnica caracteriza-se pela utilização de “determinados protocolos, passíveis de replicação e verificação e que empreende uma sistematização zelosa sobre o material consultado para alcançar uma ampla

visão do objeto de estudo”. Assim, a revisão sistemática é uma ferramenta que possibilita o estudo de um extenso corpus documental, através de protocolos específicos capazes de reunir, avaliar e sintetizar dados. Esse método promove transparência e reprodutibilidade, além de orientar a comunidade científica para áreas que demandam investigação adicional, assegurando que decisões sejam fundamentadas em evidências atuais e mais robustas.

Nesse contexto, a pesquisa foi conduzida com o objetivo de realizar uma busca exhaustiva sobre o tema “Construção de estrutura argumental”, abrangendo toda a produção disponível na literatura especializada. Para esse fim, foram adotadas estratégias metodológicas específicas desde a definição dos termos de busca até a organização dos dados, reunindo e sintetizando todo o conhecimento disponível sobre o tema. Esse material servirá como base para futuras investigações, bem como para aplicações teóricas e práticas na área.

Surpreendentemente, a revisão sistemática da literatura aplicada aos estudos linguísticos é uma estratégia metodológica recente e ainda pouco utilizada na área, conforme aborda Zhang (2022). Diante disso, buscamos aprofundar o estudo dessa técnica e desenhar um protocolo aplicável à nossa pesquisa. O resultado dessa etapa está descrito neste trabalho.

Metodologia

2. Metodologia

De forma mais geral, a “Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é um tipo de investigação teórica focada em buscar, identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (Bortolozzi et al., 2024, p. 13).

Inicialmente, as etapas de uma pesquisa para uma revisão sistemática na área da linguística envolve algumas fases comuns a qualquer outra produção científica, como a definição da questão de pesquisa, a coleta e análise de dados e a discussão dos resultados. No entanto, antes da realização da revisão é importante a elaboração de um protocolo de estudo detalhado como a formulação da pergunta de pesquisa, definição dos critérios de seleção, planejamento da busca e fontes de dados, estratégias de seleção e extração de dados, planejamento da avaliação da qualidade e síntese dos resultados.

Desta forma, a metodologia adotada, que também constitui parte do resultado final, seguiu as etapas de uma revisão sistemática, as quais foram devidamente

adaptadas para a área da Linguística, conforme apresentado na Figura 1 (todas as figuras e quadros encontram-se no Anexo).

Resultados e Discussões

3. Resultados e Discussão

Nesse estudo, a própria metodologia de revisão sistemática se constitui como elemento central de característica dual. Ao mesmo tempo que se constitui como método utilizado para organizar o trabalho, também representa parte do resultado a ser apresentado. Portanto, cada etapa foi descrita nas subseções seguintes, acompanhada de um detalhamento da sua aplicação prática no desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Definição do tema da pesquisa

A primeira etapa da revisão sistemática consiste na definição do tema de pesquisa, que corresponde à delimitação da problemática central do estudo.

Neste trabalho, o tema escolhido foi “Construção de estrutura argumental”, o qual orientou todo o desenvolvimento da investigação. Esta escolha se justifica por ser um tema de relevância para os estudos na perspectiva funcionalista que permite analisar os diferentes tipos sintáticos de orações, seus papéis em nível semântico e pragmático, bem como as construções idiomatizadas em diferentes graus, formadas a partir de esquemas construcionais recorrentes. De acordo com Furtado da Cunha e Bispo (2024, p. 22), “o termo estrutura argumental (doravante EA) refere-se à relação entre um verbo, ou predador, e seus argumentos, ou seja, os elementos que acompanham um determinado verbo, os quais podem ser o sujeito, o objeto direto, o objeto indireto etc.”. Tal conhecimento, na visão dos autores, é adquirido durante o processo de aprendizagem e uso da língua.

Além disso, é possível perceber que há pesquisas diversas sobre o tema, porém há lacunas quanto à sistematização desse tipo de conhecimento, o que torna propícia a realização de uma revisão sistemática sobre o tema escolhido.

3.2 Revisão preliminar da literatura

Nesta etapa da pesquisa, a revisão preliminar da literatura tem o intuito de ampliar e atualizar o conhecimento já produzido sobre o tema “Construção de estrutura argumental”.

Esta etapa foi realizada através da consulta de fontes confiáveis e amplamente reconhecidas na área, como Google Acadêmico, Lens.org, Periódicos da CAPES e SciELO Brasil, o que garantiu acesso a pesquisas de qualidade e ampla representatividade científica. Assim, foram selecionados, analisados e catalogados em arquivos digitais, estudos nacionais e internacionais, incluindo artigos científicos e obras teóricas, de diversos autores, visando assegurar uma fundamentação teórica representativa do tema abordado.

3.3 Formulação da questão norteadora da pesquisa

Esta etapa delimita o escopo da pesquisa, sendo responsável por orientar todo o processo metodológico. Assim, para a elaboração da questão norteadora, foi adotada a estratégia SPIDER (Cook et al., 2012, apud Brandelli Costa; Fontanari; Zoltowski, 2022, p. 137), um acrônimo que representa os seguintes elementos:

- 1) S (Sample) – amostra;
- 2) PI (Phenomenon of Interest) – fenômeno de interesse;
- 3) D (Design) – desenho do estudo;
- 4) E (Evaluation) – avaliação;
- 5) R (Research Type)- tipo de pesquisa.

Com base nessa estratégia, foi formulada a seguinte questão norteadora da revisão: “Sob uma perspectiva funcional-construcionista, quais são as contribuições e os resultados apresentados por pesquisas sobre construções de estrutura argumental no português?”

3.4 Formulação da introdução, justificativa e objetivos

Essa etapa consiste na elaboração da introdução do estudo, na qual foram contextualizados o tema e o problema de pesquisa. Em seguida, foi formulada a justificativa, evidenciando a relevância do estudo. Por fim, foram definidos os objetivos, que visam orientar o desenvolvimento de etapas subsequentes.

Assim, o presente trabalho está vinculado a um projeto que se volta para o levantamento, descrição e análise de usos linguísticos do português numa ótica funcional, em sintonia com uma perspectiva construcionista, na perspectiva de Traugott e Trousdale (2021), Bybee (2015), Goldberg (2006; 2020), entre outros. Baseia-se na Linguística Funcional Centrada no Uso (Usage-Based Linguistics), quadro teórico que conjuga o funcionalismo e a abordagem construcional da gramática, com forte evidência na área da ciência linguística. São objeto de interesse desse projeto investigações sobre (a) construções de estrutura argumental e (b) construções com verbos suporte e padrões de esquemas argumentais com vistas ao exame de fatores de ordem cognitiva, semântico-pragmática e pragmático-discursiva. No cenário internacional, os estudos linguísticos ancorados na perspectiva construcional são considerados de ponta e, desse modo, este estudo se alinha a esse movimento. Além da atividade de análise empírica, o trabalho visa contribuir com a descrição das construções da língua portuguesa, a formação de novos pesquisadores na área de linguística e, na esteira disso, cooperar com o avanço do conhecimento.

3.5 Metodologia

Nesta etapa, o protocolo de estudo é elaborado para garantir o rigor metodológico da pesquisa. Assim, foi especificado, conforme Quadro 1, a pergunta da pesquisa, o planejamento das buscas, os critérios de inclusão e exclusão de dados, as estratégias de seleção e extração de dados, bem como os procedimentos para avaliação da qualidade metodológica dos estudos e para a síntese final dos resultados.

3.6 Levantamento e organização dos dados

Nesta fase da pesquisa, todos os estudos identificados na busca foram registrados e organizados sistematicamente em uma planilha de dados, elaborada com o objetivo de facilitar o acompanhamento das etapas subsequentes da revisão e garantir acesso ágil e estruturado às informações coletadas.

O Quadro 2 apresenta os campos definidos para compor a planilha, os quais contemplam informações essenciais para a organização e análise dos dados, a

saber: data da pesquisa, local de acesso, termos de busca utilizados, ano de publicação, tipo de trabalho (artigo, tese, dissertação etc.), instituição de ensino, nome do autor, título do trabalho, resumo, palavras-chave, link URI (endereço eletrônico), link DOI (identificador digital do documento).

3.7 Triagem dos dados

Na etapa de triagem, os estudos coletados e incluídos na pesquisa são submetidos a um processo rigoroso de seleção e filtragem, atendendo aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, os quais envolvem a descrição de usos linguísticos do português à luz da perspectiva funcional construcionista, com foco em construções de estrutura argumental.

Assim, esta fase consistiu, inicialmente, na remoção manual de registros duplicados das diferentes bases de dados utilizadas. Em seguida, cada trabalho foi avaliado qualitativamente com base na leitura dos títulos e resumos, com a intenção de verificar a compatibilidade de cada estudo com os objetivos da pesquisa. Nos casos em que persistiram dúvidas quanto à adequação do estudo, procedeu-se à leitura da introdução e metodologia do trabalho, principalmente, garantindo que todos os critérios da pesquisa fossem cumpridos.

Dessa forma, a compatibilidade com os objetivos foi categorizada em dois níveis:

- elegível: estudos que abordam diretamente construções argumentais ou fenômenos sob perspectiva funcional-construcionista;
- não elegível: estudos que tratam de construções ou fenômenos linguísticos, mas não se adequam claramente ao modelo teórico proposto ou estudos que tratam de outras abordagens teóricas ou que não estejam diretamente relacionadas à construções gramaticais.

Ao final desse processo, foi constituído o corpus final da pesquisa, composto exclusivamente pelos estudos categorizados como “elegível”, os quais serão utilizados nas análises e discussões subsequentes. Todas as decisões tomadas durante a triagem foram devidamente registradas e documentadas, garantindo transparência e reprodutibilidade da revisão sistemática.

3.8 Análise comparativa

A análise comparativa consiste em refazer a seleção dos estudos (etapas 6 e 7, da Figura 1) por meio de revisores independentes, a fim de garantir que os dados estejam consistentes com os critérios de elegibilidade e que vieses sejam

reduzidos. Então, considerando a situação mais comum, que apenas um pesquisador realiza a revisão (alunos de pós-graduação ou, como neste caso, uma estudante de iniciação científica), esta etapa da pesquisa não foi executada em função do tempo disponível. No entanto, mesmo não sendo viável contemplar todas as etapas, a sistematização de uma revisão é possível, como mostrado neste trabalho, desde que sejam seguidas as diretrizes apropriadas e as principais sejam enfatizadas.

3.9 Descrição dos dados

A descrição dos dados, tem como objetivo apresentar os resultados principais da pesquisa, fase que também é possível elaborar uma reinterpretação das informações coletadas a partir da análise crítica do pesquisador. Na metodologia da revisão sistemática, um dos caminhos para a apresentação dos resultados, além da descrição escrita, é a utilização de fluxogramas como o Fluxograma PRISMA, retirado da declaração PRISMA 2020 e ilustrado na Figura 2. Conforme descreve Page et al.:

A declaração PRISMA 2020 fornece orientações para relato atualizadas para revisões sistemáticas, que refletem os avanços nos métodos para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar estudos. A declaração PRISMA 2020 consiste em uma lista de checagem de 27 itens, uma lista de checagem expandida que detalha as recomendações de relato para cada item, a lista de checagem PRISMA 2020 para resumos e fluxogramas revisados para novas revisões e para atualização de revisões. (Page et al., 2021, p. 2)

Inicialmente, foram identificados 238 estudos no total, ver Figura 2, dos quais:

- 130 estudos (62,5%) foram considerados elegíveis, por indicaram um alinhamento com os objetivos da pesquisa, abordando fenômenos linguísticos em uma perspectiva funcional-construcionista;
- 30 estudos (14,42%) foram descartados por estarem em duplicidade, o que indica que deve ser feita a filtragem de forma cuidadosa para evitar a sobreposição de dados no corpus final;
- 78 estudos (37,5%) foram considerados não elegíveis, o que indica estudos que não possuem uma abordagem diretamente relacionada com o escopo deste projeto, não sendo, portanto, considerados na etapa final de análise.

Em relação à tipologia das produções acadêmicas (Figura 3) predominam, na maior parte da amostra, artigos científicos (75) seguidos por dissertações (24), teses (17), capítulos de livros (10), livros (2) e monografias (2), o que evidencia uma produção significativa do tema em periódicos e programas de pós-graduação, bem como em formatos que permitem uma discussão mais aprofundada, como livros e capítulos, por exemplo.

Quanto à distribuição anual (Figura 4) os dados mostram um crescimento significativo do número de trabalhos ao longo dos períodos, com pico de publicações em 2020 e 2022. Esse aumento demonstra, além do caráter atual desta pesquisa, um interesse recente e crescente na abordagem funcional-construcionista no Brasil. Ao mesmo tempo, aponta para o fato de que durante o período pandêmico não houve queda de publicações nessa área.

Essa etapa sinaliza a importância de fazer análises e revisões de estudos mais detalhados para identificar tendências, lacunas e novos caminhos de pesquisa, reforçando a importância da revisão sistemática como ferramenta útil e transparente para mapear a produção científica.

Os resultados parciais aqui mostrados consideram que há 130 estudos organizados e compilados neste trabalho, os quais podem ser tratados, a fim de se observar evidências de uso linguístico, padrões ritualizados e/ou emergentes no português e obter um cenário amplo sobre o que se sabe sobre o fenômeno das construções de estrutura argumental.

3.10 Considerações finais

Esta etapa tem como objetivo sintetizar os resultados obtidos e suas implicações e contribuições, bem como sugerir caminhos para novas pesquisas. De forma geral, deve oferecer uma visão crítica do que foi investigado. Até o momento, as considerações são parciais e correspondem aos insights permitidos ao longo da amostra levantada.

Conclusão

4. Conclusão

O presente trabalho permitiu reunir, organizar e descrever de forma rigorosa a produção científica relacionada à construção de estrutura argumental no português, sob a perspectiva funcional-construcionista. Os resultados evidenciam o aspecto atual do tema e a importância da sistematização desses dados na área da linguística, pois, ao adotar protocolos bem definidos de busca, triagem e categorização, através da metodologia da revisão sistemática,

foi possível construir um panorama confiável que pode ser replicado e atualizado em estudos subsequentes.

Essa sistematização, além de auxiliar o acesso da comunidade científica a trabalhos já desenvolvidos, também contribui para a identificação de lacunas teóricas e metodológicas, o que pode orientar novas investigações na área. Em termos de contribuição, o modelo aqui utilizado também pode servir a outros pesquisadores.

Referências

5. Referências

BORTOLOZZI, A.; MAIA, B. B.; OTTONI, A. C. V. Revisão sistemática da literatura na abordagem qualitativa: da elaboração à publicação. Bauru: Gradus Editora, 2024. Disponível em: <https://www.graduseditora.com/revisaosistemica>. Acesso em: [28/03/2025].

BRANDELLI C., ANGELO & FONTANARI, ANNA & ZOLTOWSKI, Ana. (2022). Como escrever um artigo de revisão sistemática: um guia atualizado. 10.11606/9786587596280.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Estrutura argumental dos verbos. In: CEZARIO, M. da C.; MARQUES, P. M.; CASTANHEIRA, D. (Org.). Pesquisas funcionalistas e aplicações ao ensino superior. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 12. ISBN 978-65-5939-963-5. DOI 10.31560/pimentacultural/2024.99635.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M.. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. LOGEION: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>

GOLDBERG, A. E. Constructions at work: the Nature of Generalization in Language. New York: Oxford University Press, 2006.

GOMES, J. S.; LUCENA, N. L. de. Predicação com o verbo “ficar” em português: um exame a partir de revisão sistemática. Nome da Revista, [cidade], v. X, n. X, p. XX-XX, 2022, no prelo.

KITCHENHAM, B. Procedures for Performing Systematic Reviews. Keele: Keele University, 2004. (Keele University Technical Report TR/SE-0401, ISSN: 1353-7776; NICTA Technical Report 0400011T.1).

PAGE, M. J.; McKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Rev Panam Salud Publica. 2022;46:e112. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112> Acesso em: [21/03/2025].

ZHANG, J. Qualitative Systematic Review in Applied Linguistics: A Synthesis.

International Journal of Language and Literary Studies, v. 5, n. 1, p. 156-174, 2022.

Anexos



Figura 1 - Etapas da pesquisa



Figura 3 - Gráfico de tipologia das produções acadêmicas



Figura 4 - Gráfico de distribuição anual



Quadro 1 - Protocolo de estudo



Quadro 2 - Descrição do campos utilizados na planilha



Figura 2 - Fluxograma

CÓDIGO: HS0897

AUTOR: MARIA EDUARDA COSTA DE FRANÇA

ORIENTADOR: ANA KARINA SILVA AZEVEDO

TÍTULO: Mapeando dados sobre o suicídio na população indígena

Resumo

Este estudo analisa epidemiologicamente o suicídio na população indígena nas cinco regiões do Brasil. A pesquisa justifica-se pela insuficiência de estudos que articulem as dimensões nacionais do suicídio com questões raciais. O objetivo geral é analisar e os dados de suicídio da população indígena brasileira. Através de uma abordagem quantitativa foram tratados dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) referentes às mortes por violência

autoprovocada intencionalmente, entre 2019 e 2022. Os resultados revelaram que, entre os anos em questão, 1.553 suicídios envolvem pessoas indígenas no Brasil. Diante os dados é possível perceber a necessidade de discutir o suicídio como um fenômeno com suas especificidades nos povos indígenas e de promover políticas públicas específicas para a restaurar o Bem Viver indígena.

Palavras-chave: Suicídio. Indígenas. Epidemiologia.

TITLE: Mapping suicide data among Indigenous populations.

Abstract

This study provides an epidemiological analysis of suicide among Indigenous populations across Brazil's five regions. The research is motivated by a lack of studies that link national suicide patterns to racial and ethnic dynamics. The primary goal is to analyze suicide data among Brazil's Indigenous peoples. Using a quantitative approach, the study draws on data from the Mortality Information System (SIM), focusing on deaths by intentional self-harm between 2019 and 2022. Findings show that during this period, 1,553 suicides involved Indigenous individuals. These results underscore the urgent need to address suicide as a phenomenon with distinct characteristics among

Indigenous communities and to promote targeted public policies aimed at restoring Indigenous Bem Viver.

Keywords: Suicide. Indigenous peoples. Epidemiology.

Introdução

O fenômeno do suicídio vem se tornando uma problemática de saúde pública. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) todos os anos mais de 800 mil indivíduos morrem ao cometer suicídio, entre os jovens de 15 a 29 anos esta é a segunda principal causa de morte. Em países da América do Sul, são relatadas altas taxas de suicídio entre minorias étnicas, incluindo povos indígenas (OMS, 2014), o Brasil comporta o maior número absoluto de nativos se comparado a outros países do continente americano, ao contrapor com outras nações do continente as taxas de suicídio dos povos indígenas habitantes do Brasil representam o dobro das populações não indígenas (Bonadiman; Naghavi; Melo, 2022), assim as maiores taxas de suicídio também são desse grupo populacional (Machado; Santos, 2015).

O suicídio é caracterizado pela Classificação Internacional de Doenças - CID na sua décima versão como óbito derivado de lesões autoprovocadas intencionalmente, relacionado-se etiológicamente com uma gama variada de fatores, entre eles: a natureza sociológica, política, econômica, cultural, incluindo também fatores psicológicos, biológicos e psicopatológicos. Todavia, quando tratamos de povos tradicionais, em especial, devemos rejeitar explicações simplistas e inequívocas, pois as particularidades de cada etnia podem alterar a etiologia e epidemiologia do fenômeno (Ministério da Saúde, 2019).

Ao tratar de povos indígenas não é viável definir generalizações determinantes. Visto que, os contextos culturais, históricos, sociais, políticos e de saúde operam de forma particular, divergindo dos contextos da sociedade não indígena (Ministério da Saúde, 2019). Um exemplo disso são os Suruwaha, os quais possuem prática da “morte ritual” (Souza; Santos, 2009). Tendo isso em vista, o Ministério da Saúde (2022), no Boletim Epidemiológico volume 51, nos alerta para refletir que ao tratar do suicídio em povos nativos, estamos entrando em contato com outras definições de morte, de vida, de organização política e social, para além disso, relações diversas de parentesco, cosmologias e sistemas de crenças próprios.

Dessa forma, o fenômeno do suicídio se relaciona a uma conjuntura social múltipla que integra os possíveis motivos para um indígena escolher não mais viver (Ministério da Saúde, 2019). Ainda conforme o manual, alguns fatores podem apresentar riscos para o grupo populacional em questão, podem ser: conflitos relacionados ao acesso à terra, impossibilidade de recuo para outros espaços, contextos de pobreza e violência, conflitos familiares e geracionais, passagem para a vida adulta e ausência de suporte no contato com a sociedade envolvente, diversidade nas concepções de saúde-doença e vida-morte (Ministério da Saúde, 2019), desemprego, acesso precário aos serviços de saúde, crescente na ocorrência de violência sexual, perda da identidade indígena (Araújo et al., 2023). Além disso, a exclusão histórica na garantia de direitos e nas políticas públicas parecem operar de forma conjunta para que o suicídio indígena tenha se tornado um

problema de saúde pública que incide de forma injusta no grupo populacional em questão.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Censo de 2022 revela que o Brasil conta com 1,7 milhão de indígenas, representando 0,83% da população do país. Por sua vez, no Censo anterior foram contabilizados 896.971 indígenas (IBGE, 2010), representando um aumento de 88,82%. Por outro lado, as taxas de suicídio entre os indígenas brasileiros atingiram mais de duas vezes e meia os níveis da população brasileira geral no ano de 2020, com 17,57 e 6,35 (óbito/100 mil habitantes) mortes por suicídio, respectivamente (Araújo et al., 2023). Tais dados nos fazem refletir que condições estão sendo dadas para que essa parcela esteja escolhendo não mais viver? Assim, o presente estudo teve o objetivo de apresentar dados referentes ao fenômeno do suicídio indígenas.

Metodologia

Essa pesquisa tem como base os dados epidemiológicos coletados a partir do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM) disponíveis no site do Departamento de Estatística do SUS – DATASUS. Esse sistema possui a finalidade de coletar informações sobre os óbitos do país, a fim de fornecer informações sobre mortalidade para as diversas instâncias do sistema de saúde.

O acesso aos dados se deu pelo download dos arquivos de mortalidade das cinco regiões do Brasil a partir da implementação da lei 13.819/19 de 2019 a 2022 pelo site do DATASUS e tabulação dos mesmos pelo TABWIN e Database Tour, que são tabuladores de dados de uso geral para o Windows, sendo o TABWIN ofertado pelo próprio DATASUS e o Database Tour acessado e obtido pelo site do próprio sistema. Após a tabulação dos dados, operacionalizamos os dados que seriam analisados através do Google Planilhas.

No presente artigo, usamos faixas etárias baseadas no material produzido pelo Ministério da Saúde (2018) sobre o suicídio de adolescentes e jovens negros. Utilizamos os marcadores de idades apresentados neste material, por ele ser uma referência já utilizada anteriormente na nossa escrita. Desta maneira, consideramos como adolescente, a população abarcada entre 10 e 19 anos, jovens (20 a 29 anos), adultos (30 a 59 anos) e pessoas idosas (a partir de 60 anos).

Para fins de seleção dos dados, a categoria de raça trabalhada foi baseada nas utilizadas pelo IBGE, com foco na categoria de povos indígenas. Foram utilizados os códigos X60 a X84 da 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), referentes a óbitos por autointoxicações ou lesões autoprovocadas, meios utilizados para o suicídio, representados na tabela 1. Após a seleção desse grupo específico, foram agrupados os dados referentes ao critério “raça/cor”, selecionado os dados relativos a pessoas indígenas sinalizadas com o número 5, respectivamente indígenas, de acordo com o dicionário de dados disponibilizado pelo DATASUS. Logo após, os dados foram analisados a partir do

fenômeno do suicídio, raça e outros elementos percebidos na análise. Os resultados foram organizados em tabelas e apresentados em gráficos.

Por fim, os dados foram analisados a partir de estatística simples, sendo utilizada sua forma decimal e a porcentagem para a apresentação dos resultados obtidos e as análises consequentes.

Resultados e Discussões

Neste momento do artigo, apresentaremos os resultados obtidos por meio da tabulação de dados sobre as mortes por auto lesão provocadas nas regiões Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, materializados por três gráficos. Considerando os resultados, apontamos que o primeiro gráfico localiza o número total de suicídios de povos indígenas nas cinco regiões. Em seguida, evidenciamos as mortes por suicídio de indígenas com o cruzamento da faixa etária e por último é feito o comparativo entre suicídio de indígenas e sexo biológico.

Os gráficos a seguir ilustram como os dados de suicídios de indígenas se organizam e quais os grupos parecem estar mais expostos a esse fenômeno.

Gráfico 1: Total de suicídios indígenas entre os anos 2019-2022.

Fonte: Datasus, 2025

Considerando o total de suicídios no intervalo de tempo em questão, a morte por autolesão indígena corresponde a 2,73% dos suicídios. Contudo, é possível observar que em alguns estados há uma maior quantidade, consequentemente, um maior percentual de óbitos.

A região Sudeste possui 84.840.113 habitantes dentre eles 7,28% indígenas (IBGE, 2022) dentre óbitos registrados 2% correspondiam aos indígenas. Apesar de não ser a região com menor população indígena foi a que menos registrou óbitos desse grupo populacional.

Por sua vez, a região Centro-Oeste apresentou o segundo maior número de suicídios de indígenas, correspondentes a 21% dos óbitos por autolesão. Contudo, a localidade possui somente 11,80% de povos originários na sua extensão territorial, sendo a terceira em quantitativo populacional (IBGE, 2022), ao mesmo tempo que supera estatisticamente as duas regiões com maior quantitativo de indígenas.

A região Nordeste e Norte, juntas representam 75,71% de todos os povos originários do país, porém apresentaram características epidemiológicas distintas.

No Nordeste do país, foram registrados 13.868 suicídios, ao considerarmos que a região possui 31,22% dos nativos e somente 1% dos óbitos corresponderam a indígenas. Por

sua vez, a região Norte é a localidade do país com maior número de povos indígenas sendo estes 44,48% da sua população total, apresentou que 14% dos suicídios são de pessoas indígenas. Apesar do maior quantitativo populacional do grupo em questão a porcentagem de suicídios é menor do que a observada no Centro-Oeste do país .

Dessa forma, podemos afirmar que os indígenas da região Centro-Oeste são os que mais se matam em todo país.

Gráfico 2: Suicídios de indígenas por faixa etária.

Fonte: Datasus, 2025

Ao cruzarmos os dados de faixa etária e óbitos de indígenas por autolesão , conforme a figura 2, temos as pessoas idosas (a partir dos 60 anos) que se matam menos que as demais faixas etárias, seguido dos adultos (30 a 59 anos). Porém, a população de adolescentes (10 a 19 anos) e jovens (20 a 29 anos) apesar de representarem um intervalo de somente nove anos apresentam números elevados. Portanto, são indivíduos indígenas entre 10 a 29 anos que mais se matam no Brasil, esse panorama é corroborado pelo Ministério da Saúde (2019) o qual anuncia que entre 2010-2017 foram 47,4% óbitos registrados em indígenas de 10-19 anos, apresentando uma maior quantidade entre 15 a 19 anos, cerca de 34,9%.

Se comparamos total de suicídios de indígenas em todas as faixas etárias e o quantitativo de suicídio dos adolescentes temos que 32,36% dos adolescentes indígenas praticaram o auto-extermínio, um percentual que concorda com a literatura da área, visto que, entre os anos de 2011 a 2015 foram contabilizados 44,8% de suicídios de indígenas ocorridos entre os 10 e 19 anos (Braga et al., 2020) . Taxas ainda maiores aparecem se fizemos esse cruzamento considerando os jovens, correspondendo a 38,46% das mortes por suicídio. Nos fazendo refletir sobre como tem sido a transição de adolescentes e jovens indígenas para a vida adulta.

Por sua vez, os adultos apesar de representarem o maior intervalo de idade dentre as faixas etárias supracitadas representou 23,33% dos suicídios indígenas, somente na região Nordeste é o intervalo de idade com maior índice de auto-extermínio.

Segundo Araújo et al., 2023 pessoas idosas, na população geral, apresentam um risco maior de suicídio . Porém, fazendo um movimento contrário ao esperado, essa faixa etária do grupo populacional em questão neste artigo corresponde a somente 3,85% do total de suicídios indígenas por faixa etária. Dessa forma, questionamos se a juventude indígena experiencia desenraizamentos mais acentuados que os idosos?

Gráfico 3: Suicídios de homens indígenas x Suicídio de mulheres indígenas.

Fonte: Datasus, 2025

A análise dos dados relacionados ao sexo se faz empobrecida pela binaridade presente na ficha do SINAN, considerando apenas o sexo biológico e desconsiderando as possíveis cosmovisões associadas a uma pluralidade nas vivências de gênero, a sistematização quantitativa recaindo em uma lógica binarista e sexista, empobrecendo a

análise no âmbito da diversidade social e de gênero (Júnior; Adsuara, 2021). É possível observar que 6,44% dos suicídios foram consumados por homens e 3,57% por mulheres, indo de encontro com o que já era observado desde os anos 2000 até os dias atuais (Araújo et al., 2023), assim é possível constatar que os homens indígenas que mais se matam em relação às mulheres, no país, tendo um homem indígena duas vezes mais chances de morrer por suicídio se comparado com as mulheres (Ministério da Saúde, 2019).

Em relação aos resultados apresentados acima foi possível perceber que dentre os indígenas, apesar de já serem um grupo populacional sujeito a vulnerabilidades, a adolescência e juventude estão ainda mais expostas. Desvelando que o suicídio indígena se analisado com a interseção da faixa etária, a adolescência e juventude se encontram mais vulneráveis.

Diante disso, (Dutra, 2011) expõe que o fenômeno da morte por suicídio nos diz sobre a vida que é vivida e as condições de existência viabilizadas aquele sujeito que opta pelo fim da vida. Compreendemos que esse óbito parece nos denunciar uma precariedade nas existências, uma inospitalidade que fragiliza o enraizamento de adolescentes e jovens no mundo. Pensamos frente às fragilidades anunciadas no documento do (Ministério da Saúde, 2019) e por (Araújo et al., 2023), como os embates relacionados ao acesso à terra, inviabilidade de recuo para outros espaços, contextos de pobreza e violência, tensões familiares e entre gerações, transição para a vida adulta sem apoio adequado e ausência de auxílio no contato com a sociedade evolvente, diversidade nas concepções de saúde-doença e vida-morte, desemprego, acesso inconstante aos serviços de saúde, aumento da violência sexual e a perda de elementos da identidade indígena. Como tem se dado o existir de pessoas indígenas nessa faixa etária? Quais são os desafios por eles vividos para encontrar sentido para permanecer vivendo?

Resgatamos também o conceito de “Bem-Viver” primordial como elemento analisador para o fenômeno do suicídio dos povos originários. Acosta (2016) enuncia que a filosofia do “Buen Vivir” baseia-se em um caminho firmado na solidariedade entre os sujeitos e a natureza, possibilitando uma oportunidade coletiva de desenvolvimento coletividade uma sociedade pautada na democracia e sustentabilidade visando uma mudança para que a existência dos povos indígenas seja respeitada, chocando-se com o modelo econômico atual e a organização societária racista. É possível pensar que o conceito trata-se de uma relação de harmonia com o território, a natureza e os parentes.

Desta forma, Júnior; Adsuara (2021) complementam que nos sistemas culturais dos povos originários, o conceito de ser pessoa ultrapassa a noção de ser-humano limitada ao Homo-Sapiens. Sendo assim, as concepções de humanidade e animalidade são indissociáveis, operando dentro de uma organização social ecológica e por uma divisão do trabalho que se opõe a camadas sobrepostas hierarquicamente sendo fundamentada na complementaridade. Ainda conforme os autores, o ideal de Bem Viver e a dualidade entre sofrimento ou felicidade vão ser baseados em outro paradigma de existência, no qual não há a cisão entre humano e não-humano, mas sim uma co-existência e co-dependência das diversas formas de vidas que constituem o cosmos, tal concepção denuncia os padrões predatórios existentes no capitalismo. Podemos pensar se o capitalismo, a ausência da demarcação de terras, o desmatamento, a poluição dos solos e

rios estariam dificultando o Bem-Viver indígena e contribuindo para a escolha de não mais viver.

Ademais, o líder indígena Antonísio Lulu Darã, em fala no Conselho Regional de Psicologia do estado de São Paulo (CRP-SP), 2010, denuncia sobre uma região com altos índices de suicídios de parentes ao afirmar que “Para os nossos antepassados, a natureza eram os nossos conselheiros e psicólogos, porque quando o índio está dentro da aldeia ele pega a flecha, pega o arco dele vai para dentro da mata e lá ele vai refletir. E hoje, como fazer isso?”, nos alertando para como a ausência de terra, rios, material para artesanato e moradia podem se apresentar como fatores de risco e produtores de sofrimento para o grupo populacional em questão.

O Brasil é um território indígena (Funai, 2025), porém tal afirmação não se traduz na realidade visto que os nativos possuem somente 632 terras indígenas demarcadas, o equivalente a somente 13,8% do território nacional (Funai, 2024), a região Centro-Oeste possui cerca de 14 terras demarcadas (Funai, 2024), por outro lado, apresenta os maiores indicadores de mortes de indígenas por autolesão, se considerarmos que a região é somente a terceira a possuir um quantitativo de habitantes indígenas, (Souza; Orellana, 2012) alertam que, nessa região, as taxas de suicídio de povos originários podem ser sete vezes maiores do que não indígenas. Evidenciando a urgência na demarcação de terras indígenas e uma íntima relação que esses sujeitos possuem com ela. Nos fazendo refletir se a não demarcação e o acesso precário à terra estariam operando junto com outros fatores para os altos índices de suicídio não só na região supracitada, mas também em todo país?

A respeito disso Machado; Santos, 2015 apresentam que o não pertencimento a um território pode ter repercussões nas comunidades indígenas, visto que o espaço físico representa um papel social e político primordial na sua organização (Orellana et al., 2016) e (Souza, 2020) destacam que reassentamento e realocação das terras podem ser agravantes para o fenômeno do suicídio, (Souza, 2020) contrapõe que a demarcação de terras, apesar de essencial e urgente não extenua a dificuldade de sobrevivência dos povos indígenas, pois eles vivenciam uma dinâmica de subalternização com a com o estado brasileiro.

Pereira (2025) através do portal de notícias Info Amazônia resgatam a fala Kretã Kaingang, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o cacique nos diz que “Hoje acontecem muitos suicídios no Brasil. É uma situação que acontece há muitos anos e precisamos ser firmes para falar com os jovens que estejam nos escutando, para que eles entendam que a gente faz tudo por eles, mas a gente quer eles vivos. Por que eles são as nossas futuras gerações. Lutar pelos direitos indígenas é lutar pela vida, não tem outro significado”. A afirmação da liderança ressalta o que observamos estatisticamente com os altos índices de suicídio de indígenas antes da fase adulta. Para além de concepções ritualísticas e cosmovisões próprias, quais são os fatores envolvidos para que os povos originários não estejam conseguindo envelhecer?

Ainda conforme Pereira (2025), a liderança complementa sua fala afirmando que “O que acontece hoje é que a gente não consegue dar uma resposta por parte da nossa saúde indígena, por parte da nossa Funai, por parte do Ministério da Saúde, por parte do Ministério da Justiça, por parte do próprio governo brasileiro. Essa questão vem

acontecendo dentro dos nossos territórios por falta de políticas públicas, políticas para juventude, políticas de sustentabilidade. Não tô falando aqui de governo A ou B ou C, é o Estado que não dá importância para essa situação que a gente vem vivendo no Brasil e perder nossos filhos é muito ruim, é muito doloroso, a gente não consegue superar isso”. Assim, a fala do cacique carrega algo já denunciado nas estatísticas onde 44,8% dos suicídios entre os povos indígenas envolvem a faixa etária de 10 a 19 anos, tendo os nativos dessa faixa etária oito vezes mais chance de morrer por suicídio comparado com brancos e pretos da mesma idade (Ministério da Saúde, 2017).

Isso posto, (Souza; Orellana, 2013) e (Ministério da Saúde, 2019) ressaltam que é necessário um olhar mais atento para as vulnerabilidades sociais provocadas pelos processos históricos de exclusão e racismo, que impactam as comunidades indígenas e podem influenciar no fenômeno suicídio. Assim, o Ministério da Saúde (2019) complementa que o contato abrupto com a sociedade envolvente e a ausência de políticas públicas para esse grupo ambos os fenômenos parecem se articular para reforçar o processo de marginalização histórica vivenciado pelo grupo étnico em questão, essa exclusão sistemática parece apresentar impactos no Bem Viver.

Ademais, entre 2008 e 2012, os suicídios indígenas corresponderam a 1,0% dos óbitos registrados no território brasileiro (Waiselfisz, 2014), um quantitativo que supera em 2,5 a proporção de indígenas da população total do país. Em consonância com esse achado, dados mostram que a taxa de suicídio em indígenas brasileiros no ano de 2014 foi de 21,8 por 100 mil habitantes – cerca de quatro vezes mais que a que a média observada na população brasileira em geral (Ministério da Saúde, 2017). Somado a isso Araújo et al., 2023 destaca que as taxas de suicídio entre os indígenas brasileiros ultrapassam em mais de duas vezes e meia os níveis da população brasileira não indígena. Se as taxas de suicídios são tão altas para esse grupo populacional, por que as políticas públicas são insuficientes para auxiliar na redução estatística?

Para refletirmos sobre o descaso estatal resgatamos Butler (2015) ao afirmar que “ Uma lógica estruturada e articulada propositalmente na qual passa-se a eleger vidas dignas de luto e luta, bem como vidas indignas de luto e luta” (p.53). Dessa forma, a autora nos convoca a pensar que sujeitos as vidas são consideradas dignas de luto por suas mortes? podemos pensar se determinadas vidas indígenas não seriam consideradas vidas indignas de viver e de terem suas existências, sofrimentos validados? Somado a isso, Cabral (2022) traz que existem corpos abjetos, os quais não são considerados dignos, suas vidas não são enlutáveis, pois o sujeito não é reconhecido como tal, por conseguinte, sua morte não será lamentada. Seguiremos não visibilizando mortes de pessoas indígenas, não destinando esforços para construção de políticas públicas específicas para essa população no que tange à prevenção de suicídios, é seguir afirmando que suas vidas são vidas que devem permanecer invisíveis, ou que sejam extermináveis, domináveis como historicamente foram.

Contudo, no contexto indígena, há uma conjuntura social múltipla que constitui os fatores facilitadores e que interagem para consumação do ato de autoextermínio (Ministério da Saúde, 2019). Para a compreender o suicídio indígena é insuficiente analisá-lo a partir de fatores não-indígenas, “de fora” de sua cultura, pois esses elementos não abarcam o ponto principal para a compreensão do fenômeno que é a percepção da população indígena sobre a morte, a compreensão restrita pode

subalternizar ou invalidar o papel do sujeito indígena ao desconsiderar a cosmovisão e maneira como representam o universo simbólico da comunidade, com base nas crenças e valores desenvolvidos historicamente (Bom Meihy, 1994). Em adição a isso as particularidades e visões de mundo, em uma dimensão singular, devem ser respeitadas, sendo fundamental a compreensão dos significados atribuídos pelos próprios indígenas ao fenômeno do suicídio (Souza, 2020). Ao mesmo tempo em que, algumas condições objetivas e sociais devem ser compreendidas como ameaçadoras ao modo de vida tradicional impondo limitações ao bem viver indígena, podendo desvelar o sofrimento, inclusive com impulso ao suicídio (Teixeira, 2016).

Conclusão

A partir do presente estudo, compreendemos ser urgente que estudos qualitativos sejam realizados com a população indígena para, em instrumentos de aprofundamento, conseguirem compreender este fenômeno a partir de quem o está vivendo, refletindo aspectos culturais, históricos, existenciais, políticos, econômicos, dentre tantos outros, que podem lançar luz à sua compreensão para além dos dados epidemiológicos. A população indígena apresenta peculiaridades na sua relação com a vida e a morte, podendo o óbito ocasionado por autolesão possuir diversas formas de significação e entendimento. Importante também que reforcemos a ideia de que é preciso haver uma melhor notificação deste fenômeno para que existam políticas públicas que auxiliem no Bem Viver.

Referências

ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. Um convite à utopia, p. 203–233, 2016.

ARAÚJO, J. A.P. DE. et al. Suicide among Indigenous peoples in Brazil from 2000 to 2020: a descriptive study. *The Lancet Regional Health - Americas*, v. 26, n. 100591, p. 100591–100591, 1 out. 2023.

BOM MEIHY, J. C. S. B. M. Morte como apelo para a vida: o suicídio kaiowa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000907445>>

BONADIMAN, C. S. C.; NAGHAVI, M.; MELO, A. P. S. The burden of suicide in Brazil: findings from the Global Burden of Disease Study 2019. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 55, n. suppl 1, 2022.

BRAGA, C. M.R. et al. Suicide in indigenous and non-indigenous population: a contribution to health management. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. suppl 1, p. 1–8, 1 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico nº 30 (vol.48) . [Brasília]: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico nº 37 (vol. 51). [Brasília]: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias de Prevenção do Suicídio em Povos Indígenas. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
<<https://bit.ly/2R8q7pC>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Investigação/Notificação de Tentativas de Óbitos por Suicídio em Povos Indígenas. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Manual_Investigacao_Tentativas_Povos_Indigenas.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2018 . Disponível em:
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf>

BUTLER , J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, A. M. Desidentidades e resistências: Ensaio de alterogêneses político-existenciais. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

DARÃ A.L. Manifestações de lideranças indígenas. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org.). Psicologia e povos indígenas. São Paulo: CRP SP, 2010.

DUTRA, E. Pensando o suicídio sob a ótica fenomenológica hermenêutica: algumas considerações. PHENOMENOLOGICAL STUDIES - Revista da Abordagem Gestáltica, v. 17, n. 2, p. 152–157, dez. 2011. Disponível em:<https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200006>

FUNAI. Abril Indígena: “o Brasil é terra indígena”, destaca Funai em evento internacional sobre demarcação de terras. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-201co-brasil-e-terra-indigena201d-destaca-funai-em-evento-internacional-sobre-demarcacao-de-terras>>

FUNAI. Paineis Terras Indígenas no Brasil. Disponível em:
<<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas/painel-terras-indigenas>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010: características gerais dos indígenas : resultados do universo. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>>

JÚNIOR, L.P.R.; ADSUARA, C. H.C. Suicídio indígena no Brasil: uma revisão sistemática. Revista do NUFEN, v. 13, n. 1, p. 70–82, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000100006&lng=pt&nrm=iso>

MACHADO, D. B.; SANTOS, D. N. DOS. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 64, n. 1, p. 45–54, mar. 2015.

ORELLANA, J. D. et al. Spatial-temporal trends and risk of suicide in Central Brazil: an ecological study contrasting indigenous and non-indigenous populations. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 38, n. 3, p. 222–230, 19 jan. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Preventing suicide: a global imperative. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2014 Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779>>

PEREIRA, J. Alta taxa de suicídio indígena reflete carência de direitos básicos, violência e falta de psicólogos. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2024/04/23/alta-taxa-de-suicidio-indigena-reflete-carencia-de-direitos-basicos-violencia-e-falta-de-psicologos/>>.

SOUZA, K. T. DE.; SANTOS, M. M. DOS. MORTE RITUAL: REFLEXÕES SOBRE O “SUICÍDIO” SURUWAHA. Espaço Ameríndio, v. 3, n. 1, p. 10, 30 jun. 2009.

SOUZA, M. L. P. DE; ORELLANA, J. D. Y. Desigualdades na mortalidade por suicídio entre indígenas e não indígenas no estado do Amazonas, Brasil. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 62, n. 4, p. 245–252, dez. 2013.

SOUZA, M. L. P. DE; ORELLANA, J. D. Y. Suicide Among the Indigenous People in Brazil: A Hidden Public Health Issue. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 34, n. 4, p. 489–492, dez. 2012.

SOUZA, R. S. B. DE et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 44, p. 1–8, 29 jun. 2020.

TEIXEIRA, L.C.A. Psicologia na promoção do bem viver indígena. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org.). Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver. São Paulo: CRP SP, 2016.

WASELFISZ, J.J. Os jovens do Brasil: mapa da violência. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014. Disponível em:
<https://biblioteca.flacso.org.br/files/2020/03/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>

Anexos



Gráfico 1: Total de suicídios indígenas entre os anos 2019-2022.



Gráfico 2: Suicídios de indígenas por faixa etária.



Gráfico 3: Suicídios de homens indígenas x Suicídio de mulheres indígenas.



Tabela 1

CÓDIGO: HS0906

AUTOR: MATHEUS HERACLITO XAVIER

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: ODS e Políticas Públicas no Nordeste: Estudo de caso sobre Sustentabilidade em Contextos de adaptação climática.

Resumo

Apesar do avanço nas discussões sobre a emergência climática e os seus efeitos ao nível global e nacional, as agendas governamentais progridem lentamente na construção de políticas ambientais e climáticas. O objetivo deste plano de trabalho é analisar como os governos estaduais e municipais do Nordeste estão incorporando as questões climáticas em suas políticas públicas. A pesquisa adota uma abordagem multidisciplinar, com natureza qualitativa e descritiva, baseada em fontes secundárias. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender o estado teórico do problema. Em seguida, uma análise documental qualitativa coletou dados de legislação e planos do Nordeste sobre meio ambiente, recursos hídricos, energias renováveis e mudanças climáticas. Finalmente, a etapa quantitativa analisou a agenda 2030 por meio de indicadores sociais do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) para monitorar a atuação do nordeste relativo aos ODS 2, 6, 7, 11 e 13. Os resultados apontam que as agendas governamentais estão a passos pequenos de serem estabelecidas para as metas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A contribuição da pesquisa reside no monitoramento das políticas públicas, promovendo um debate sobre as pautas na agenda ambiental e ajudando a compreender essa agenda no nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Mudanças climáticas. Desenvolvimento sustentável.

TITLE: SDGs and Public Policies in Northeastern Brazil: A Case Study on Sustainability in Climate Adaptation Contexts

Abstract

Despite the progress in discussions about the climate emergency and its effects at both global and national levels, government agendas are advancing slowly in the development of environmental and climate policies. The objective of this work plan is to analyze how state and municipal governments in the Northeast of Brazil are incorporating climate issues into their public policies. The research adopts a multidisciplinary approach, with a qualitative-quantitative and descriptive nature, based on secondary sources. Initially, a literature review was conducted to understand the theoretical framework of the problem. Next, a qualitative documentary analysis collected data from legislation and plans in the Northeast related to the environment, water resources, renewable energy, and climate change. Finally, the quantitative phase analyzed the 2030 Agenda using social indicators from the Sustainable Development Index for Cities – Brazil (IDSC-BR) to monitor the Northeast's performance in relation to SDGs 2, 6, 7, 11, and 13. The

results indicate that government agendas are progressing slowly toward meeting the Sustainable Development Goals. The research contributes to the monitoring of public policies, fostering debate on environmental issues and helping to understand this agenda in the Brazilian Northeast.

Keywords: Public policies. Climate change. Sustainable development.

Introdução

A sustentabilidade é abordada de forma ampliada, considerando não apenas a conservação ambiental, mas também a equidade social, a eficiência econômica e a integração cultural. De acordo com (Beck, 1998) o reconhecimento, que a sociedade atual vive uma "era do risco", na qual os desastres naturais e socioambientais são resultados da interação desregulada entre sociedade e natureza, estão cada vez mais presentes em debates ambientais e climáticos. O contexto atual, exige uma reconfiguração dos modelos de gestão territorial, substituindo padrões produtivos extrativistas por alternativas baseadas em energias limpas e em respeito à diversidade sociocultural para preparar a sociedade e ter adaptação climática como pauta importante na construção de políticas públicas sustentáveis e plurais. Para Furtado (2015), a capacidade adaptativa é um conjunto de características centrais para a resiliência de uma comunidade. Já a resiliência ocorre quando os recursos da comunidade são robustos, redundantes e rapidamente acessíveis para neutralizar ou diminuir os efeitos do evento extremos, permitindo o retorno da comunidade ao seu funcionamento normal, de forma adaptada (NORRIS et al., 2008). Observe-se que a existência de recursos robustos, redundantes e rapidamente acessíveis, ao contrário da vulnerabilidade, é fundamental para a resiliência, que só ocorre quando há adaptação nas políticas públicas.

O modelo apresentado deixa claríssimo que a capacidade adaptativa é função da presença e da qualidade na robustez, redundância e rápida disponibilidade de recursos também objetivos da comunidade. A pergunta de pesquisa se debruça na investigação deste em compreender de que forma os estados do Nordeste estão configurando as suas políticas de adaptação climática ou não? E de que forma a dinamização das energias renováveis podem contribuir para a construção de cidades sustentáveis, nos seus territórios, tornando-as menos vulneráveis e mais adaptativas às mudanças climáticas, através do estímulo à transição energética de baixo carbono integradas e em equilíbrio com as diversidades sociais e ecológicas. Como forma de definir os alcances desta pesquisa, o trabalho tem como objetivo geral analisar como se apresenta às políticas públicas ambientais dos estados do Nordeste, relativas a questões socioambientais e seus reflexos para as problemáticas energéticas, climáticas e hídricas.

Os objetivos específicos visam monitorar a política ambiental e climáticas dos estados do Nordeste nos últimos 10 anos e observar como se apresenta e se estão aderentes às mudanças climáticas e atuam frente às metas das ODS 02, 06, 07, 11 e 13. A Metodologia da pesquisa contou com o uso de métodos qualiquantitativos, através da coleta de informações sobre como os estados no Nordeste estão incorporando adaptação nas suas políticas públicas, por meio de análises de estatísticas descritiva e mapeamento de instrumentos institucionais a promoção do desenvolvimento sustentável e adaptação climática e analisando

por meio do IDSC-BR como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão sendo desenvolvidos nos estados do recorte empírico.

Este plano de trabalho se enquadra do projeto de pesquisa intitulado “Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias E Sociodiversidade Dos Territórios: Uma Análise Comparativa De Estudos De Casos De Governos No Contexto Do Nordeste Brasileiro” (PVC18326-2020) e encontra-se estruturado nos seguintes tópicos: introdução, com a contextualização do tema e os objetivos; metodologia, com as ferramentas utilizadas na pesquisa; resultados e discussões, trazendo os principais achados e respostas da pesquisa; e as conclusões, com as ideias finais do trabalho e agradecimentos.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos, visando analisar, monitorar e observar as políticas públicas socioambientais e climáticas nos estados do Nordeste brasileiro. O estudo tem como foco examinar as questões referente às demandas nas problemáticas energéticas, climáticas e hídricas, além de verificar a adesão das políticas pelas metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em específico os ODS 2, 6, 7, 11 e 13.

A pesquisa caracteriza-se pela utilização de abordagem qualitativa e quantitativa. A vertente qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada dos contextos sociais, políticos e normativos em que as políticas ambientais e climáticas se inserem, enquanto a vertente quantitativa oferece suporte na mensuração e comparação de dados, assegurando maior robustez às conclusões e resultados esperados (GIL, 2019). O procedimento adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo de caso, conforme preconizado por Yin (2016), uma vez que permite investigar fenômenos dentro de seus contextos reais, especialmente quando os limites entre o objeto de estudo e o contexto não estão claramente definidos.

O estudo de caso, neste sentido, possibilita a integração de múltiplas fontes de evidência e a combinação de diferentes tipos de dados, enriquecendo a análise e conferindo maior validade aos resultados obtidos. A coleta de dados foi estruturada em três etapas principais, a partir dos objetivos específicos da pesquisa (i) Monitoramento das políticas ambientais e climáticas dos últimos 10 anos: aqui, o foco foi a pesquisa documental e o mapeamento de legislações vigentes, abrangendo documentos normativos e administrativos que regulamentam as ações ambientais e climáticas na região, (ii) Observação da adesão das políticas às metas dos ODS: esta etapa consistiu na pesquisa de dados secundários extraídos de bases de dados oficiais, com destaque para o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), que oferece indicadores relevantes sobre o desempenho dos municípios frente às metas dos ODS.

As fontes de dados selecionadas contemplam uma ampla variedade de documentos e bases institucionais, a saber: sites oficiais dos governos estaduais e municipais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), legislação pertinente, Planos Diretores, Planos Plurianuais (PPA), Estatuto das Cidades, Planos de Saneamento Básico, Planos de Gestão de Resíduos Sólidos e Planos

Municipais de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas. Essa diversificação das fontes de dados atende ao princípio da triangulação defendido por Yin (2016), ampliando a confiabilidade das informações e permitindo uma análise abrangente dos distintos aspectos que compõem o objeto de estudo. A análise de dados seguiu distintas técnicas, conforme a natureza dos dados coletados, para o objetivo de analisar as políticas públicas ambientais e seus reflexos socioambientais, foi realizado um mapeamento documental, com análise de mapas, tabelas e gráficos obtidos nas fontes oficiais. No monitoramento das políticas ambientais e climáticas da última década, procedeu-se a uma análise documental sistematizada dos atos normativos, visando identificar as transformações ocorridas e as tendências observadas ao longo do período.

Por fim, no que se refere à observação da aderência às metas dos ODS, empregou-se a triangulação na análise dos dados, com o uso de técnicas de estatística descritiva, para sintetizar e interpretar os dados quantitativos obtidos nas bases consultadas. De acordo com Gil (2019), a combinação de técnicas de análise qualitativa e quantitativa favorece uma compreensão mais completa do fenômeno investigado, permitindo captar tanto os aspectos subjetivos e contextuais quanto os dados objetivos e mensuráveis. Assim, a estratégia metodológica adotada assegura a consistência e a robustez necessárias para alcançar os objetivos propostos, proporcionando uma visão integrada e crítica sobre a atuação dos estados nordestinos frente às políticas públicas ambientais e climáticas em um contexto de desafios globais e metas internacionais de sustentabilidade conforme visualizado no quadro 1.

Resultados e Discussões

A sustentabilidade é abordada de forma ampliada, considerando não apenas a conservação ambiental, mas também a equidade social, a eficiência econômica e a integração cultural. Inspirando-se em autores, o reconhecimento, que a sociedade atual vive uma "era do risco", na qual os desastres naturais e socioambientais são resultados da interação desregulada entre sociedade e natureza estão cada vez mais presentes em debates ambientais e climáticos (Beck, 1998). A reconfiguração dos modelos de gestão pública, substituindo padrões produtivos extrativistas por alternativas baseadas em energias limpas e em respeito à diversidade sociocultural para preparar a sociedade para eventos extremos como as mudanças climáticas são cruciais para se obter respostas acerca das mudanças climáticas. E por meio disso, políticas públicas socioambientais, hídricas, renováveis e climáticas são fomentadas todos os anos pelos governos do nordeste brasileiro, como representado na tabela 1.

A construção dessas respostas se observa no cenário de como o nordeste brasileiro hoje se encontra trabalhando suas dimensões ambientais, climáticas, hídricas e de energias renováveis para construção de suas políticas públicas, demonstrando nas suas gestões estaduais respostas concretas para as mudanças climáticas, ainda que sejam pouco incorporados nas dinâmicas urbanas ou rurais, como reflete Pessoa, 2012. Esse cenário é preocupante, tendo em vista que os principais problemas das cidades não foram resolvidos e

tendem a avolumar-se nas próximas décadas, gerando cenários de incertezas, especialmente nas grandes cidades e metrópoles (Pessoa, 2012, p.6).

No contexto atual, a construção das políticas públicas socioambientais e climáticas ganham destaque no mundo e no Brasil, especialmente nas cidades produtoras de energias renováveis, mesmo estando pouco incorporadas as questões climáticas e sim na promoção das suas agendas econômicas visando somente o lucro e se tornando cada vez menos adaptadas às mudanças climáticas, gerando mais desigualdades e conflitos sociais e territoriais para uma entrega pouco efetiva das suas políticas públicas demonstrando como a dimensões presentes nas suas agendas ainda caminham em passos lentos na construção de respostas a crise climática conforme se observa no gráfico 1.

A necessidade acerca das políticas públicas com necessidades climáticas e renováveis ainda são pouco exploradas no contexto nordestino, se observa pela análise acima como a dimensão ambiental, enfrentamento à seca e estiagem tem um papel significativo na agenda dos governos estaduais do nordeste, no qual se demonstra que os recursos hídricos, tem uma enorme notoriedade pela necessidade de resposta hídrica na tocante história do nordeste com seca e estiagem. A resposta em relação à adaptação e mitigação às mudanças climáticas ainda é um processo em construção. A nível do Nordeste, não se tem nos estados planos estaduais de mitigação e adaptação climática. Contudo, se observa, o desenho dessa agenda em algumas das capitais nordestinas, sendo atualmente, seis capitais apresentam PLACs (Figura 01), muito embora necessitem definir mais claro as ações para mitigação e adaptação nestes instrumentos.

A necessidade de investigar como as políticas de adaptação estão sendo configuradas e implementadas pelos governos estaduais e municipais do nordeste é fundamental para se compreender como as agendas governamentais estaduais e municipais são incipientes na construção das suas políticas públicas conforme reflete Di Giulio (2019).

Salientam que a ausência de ações de prevenção e resposta aos efeitos das mudanças climáticas no âmbito dos planos diretores municipais dificulta avançar no processo de adaptação climática, enquanto compromete a oportunidade de as cidades estarem atrelando seu plano diretor aos processos de adaptação climática, perdendo, conseqüentemente, a oportunidade de melhorar sua capacidade adaptativa às mudanças climáticas (Di Giulio et al. 2019, p.10).

A percepção que se constata é de que cada vez mais os governos estão distantes de concretizar as metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030, conforme compreende Teixeira, 2020.

O desenvolvimento regional envolve questões regionais de natureza social, econômica, ambiental etc., inclusive problemas que decorrem do desenvolvimento urbano e que findam extrapolando a escala territorial das cidades. O desenvolvimento regional considera um panorama de políticas e dinâmicas que se relacionam a um conjunto de cidades, com similaridades entre si (Teixeira, et al. 2020).

No seguimento de uma tendência global como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os estados do Nordeste brasileiro têm implementado políticas públicas alinhadas à agenda 2030. O Rio Grande do Norte incentiva a agricultura adaptativa, com técnicas de cultivo que resistem a condições climáticas extremas. A compreensão necessária da agenda 2030 constitui-se em um projeto aprimorado que agrega os ODM's e os acordos promovidos pela Rio+20 introduzindo, em documento único, todas os objetivos e metas a serem atingidas até 2030 pelos países signatários, visando, desta forma, promover a continuidade ao trabalho desenvolvido pelas nações em prol do desenvolvimento com sustentabilidade. "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), se materializam partindo da experiência inicial promovida pelo estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)" (Alexandre et al., 2022, p. 15). A necessidade de se compreender como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão sendo desenvolvidos pelos estados do nordeste para se obter um retrato parcial dos avanços do desenvolvimento sustentável no nordeste, se torna uma clara necessidade de resposta para as agendas governamentais que a sociedade se propõe para respostas econômicas, sociais, ambientais e climática. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU, representam um compromisso global para promover desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental de forma integrada. No contexto dos estados do Nordeste brasileiro, esses objetivos assumem particular relevância, dado o histórico de desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e desafios estruturais em áreas como saneamento, educação e energia.

A avaliação dos indicadores selecionados do IDSC-BR para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permite compreender o desempenho relativo dos estados do Nordeste no enfrentamento de desafios sociais, ambientais e de infraestrutura. Considerando os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Acessível e Limpa), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), observam-se diferenças significativas entre os entes federativos nordestinos, revelando tanto avanços quanto desigualdades regionais. (Gráfico 2). A avaliação dos indicadores selecionados do IDSC-BR para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permite compreender o desempenho relativo dos estados do Nordeste no enfrentamento de desafios sociais, ambientais e de infraestrutura. Considerando os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Acessível e Limpa), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), observam-se diferenças significativas entre os entes federativos, revelando tanto avanços quanto desigualdades regionais.

No ranking geral, que consolida a média dos cinco ODS, os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia despontam nas primeiras posições, indicando políticas públicas mais consistentes e infraestrutura relativamente mais robusta em comparação com os demais. Já Alagoas, Maranhão e Piauí aparecem entre as últimas colocações, revelando fragilidades estruturais que ainda limitam avanços no cumprimento da Agenda 2030. Esses resultados evidenciam uma disparidade interna significativa, mesmo dentro de uma mesma região historicamente marcada por desafios socioeconômicos. Quando observados individualmente, os indicadores mostram variações importantes. O ODS 11 (Cidades e

Comunidades Sustentáveis) apresenta a maior média regional (69,7), sugerindo avanços em urbanização, mobilidade e habitação, com destaque para estados como Ceará e Pernambuco. Em contrapartida, o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) revela a menor média (41,1) e a maior desigualdade relativa ($CV=0,17$), refletindo carências históricas de acesso universal à água e esgotamento sanitário, sobretudo no Maranhão e no Piauí. O ODS 7 (Energia Acessível e Limpa) também mostra forte dispersão (amplitude de 22,2 pontos), evidenciando a dificuldade de universalizar o acesso à energia limpa e eficiente. Já o ODS 13 (Ação Climática) apresenta média intermediária (63,6), mas com grande disparidade entre os estados, indo de valores próximos a 70 em Ceará e Pernambuco até menos de 50 no Maranhão. Por fim, o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) possui uma média regional baixa (49,1), indicando que a segurança alimentar e a agricultura sustentável ainda representam um grande desafio estrutural. De modo geral, a análise dos scores evidencia que, apesar de alguns avanços no campo urbano e em políticas climáticas em determinados estados, persistem lacunas significativas em áreas centrais como saneamento, segurança alimentar e energia.

As disparidades internas entre os nove estados reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas e de cooperação federativa para acelerar a implementação dos ODS no Nordeste. Assim, compreender as particularidades territoriais é fundamental para orientar políticas públicas que sejam capazes de reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência regional diante das mudanças climáticas e das demandas sociais contemporâneas.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste relatório que se iniciou em 2024, permitiu constatar que, embora as mudanças climáticas tenham se consolidado como uma preocupação global e nacional de alta prioridade, a incorporação de políticas públicas socioambientais e climáticas pelos governos do Nordeste brasileiro ainda se mostra insuficiente e fragmentada. Os resultados apontam que há avanços pontuais, sobretudo em estados que apresentam maior tradição de planejamento ambiental e maior capacidade institucional, como a Paraíba e o Ceará, mas a região, como um todo, ainda enfrenta sérios desafios estruturais para alcançar as metas da Agenda 2030, especialmente nos ODS 2, 6, 7, 11 e 13, que foram o foco desta pesquisa.

O mapeamento das legislações, planos e instrumentos normativos revelou um quadro heterogêneo, em que coexistem iniciativas inovadoras e relevantes, como planos de adaptação climática em capitais estratégicas, ao lado de lacunas preocupantes, sobretudo em estados onde a ausência de políticas consistentes amplia a vulnerabilidade das populações locais. A análise do desempenho no IDSC-BR confirmou essa desigualdade: enquanto alguns estados apresentam indicadores “bons” em quase todos os ODS analisados, outros se mantêm em patamares “ruins”, evidenciando a disparidade regional e a necessidade de estratégias específicas e diferenciadas de ação. Ficou evidente que a dimensão hídrica continua a ter centralidade na agenda governamental nordestina, resultado da histórica relação da região com a seca e a estiagem. Essa ênfase, embora justificada, tem ofuscado a incorporação de dimensões mais amplas da

agenda climática, como a transição energética de baixo carbono, a mobilidade urbana sustentável e a resiliência das cidades frente a desastres socioambientais. Assim, muitas políticas, apesar de bem-intencionadas, permanecem limitadas ao enfrentamento de problemas imediatos, sem necessariamente avançar para uma lógica de adaptação de longo prazo, conforme preconizado pela literatura especializada. Os resultados também apontaram que as capitais nordestinas têm desempenhado papel relevante na incorporação da agenda climática, com maior presença de planos e instrumentos dedicados à mitigação e adaptação. Entretanto, essa realidade ainda não se reflete de maneira uniforme nos territórios municipais de médio e pequeno porte, que carecem de recursos técnicos, financeiros e institucionais para implementar ações consistentes. Essa lacuna reforça a necessidade de maior articulação federativa, de modo que estados e União possam apoiar os municípios em suas estratégias de enfrentamento da crise climática. Por fim, conclui-se que o Nordeste brasileiro, embora possua um potencial imenso em recursos naturais e energias renováveis, ainda precisa transformar esse potencial em políticas públicas integradas, efetivas e alinhadas às metas globais de sustentabilidade. A região demanda não apenas maior compromisso político, mas também inovação institucional, investimen

Referências

AYERS, J.; DODMAN, D. Climate change adaptation and development I: the state of the debate. *Progress in Development Studies*, v. 10, p. 161-168, 2010.

ARAÚJO, Ana Célia Baía. Desenvolvimento urbano-regional e cidades sustentáveis no contexto das regiões metropolitanas nordestinas. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Orientadora: Zoraide Souza Pessoa.

BARBI, Fabiana. Governando as mudanças climáticas no nível local: riscos e respostas políticas. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARVALHO, S. A. D.; FURTADO, A. T. Os desafios da adaptação às mudanças climáticas globais. *ClimaCom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte*, ano 2, n. 2, 2015. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CAVALCANTI, Edneida. Vulnerabilidade, adaptação e capacidade adaptativa. In: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa (orgs.). *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Editora Piqueimagem, 2015. p. 75-

86.

DARELA FILHO, J. P. et al. Socio-climatic hotspots in Brazil: how do changes driven by the new set of IPCC climatic projections affect their relevance for policy? *Climatic Change*, v. 136, p. 413-425, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/ponte/Downloads/21-07-rnm-symp-modified-program.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, v. 2, p. 127-153, 2008.

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 8, n. 2, p. 75-87, 2017. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 18 dez. 2018.

EAKIN, H.; LEMOS, M. C. Adaptation and the state: Latin America and the challenge of capacity-building under globalization. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 1, p. 7–18, 2006.

EAKIN, H.; LEMOS, M. C.; NELSON, D. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. *Global Environmental Change*, v. 27, p. 1-8, 2014.

EUROPEAID. Cambio climático en América Latina. 2009. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIAS, Glorgia Barbosa de Lima de. *Cidades, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas: um estudo na Região Metropolitana de Belém*. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FREITAS, Carlos Machado de; XIMENES, Elisa Francioli. Cidades e desastres naturais – da vulnerabilidade à resiliência. In: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa (orgs.). *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Pickimagem, 2015. p. 235-253.

FURTADO, Fátima; PRIORI JR., Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa. *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Pickimagem, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HURLIMANN, Anna C.; MARCH, Alan P. The role of spatial planning in adapting to climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 3, n. 5, p. 477-488, 2012. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 16

jan. 2019.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2007: The Physical Science Basis – Working Group I Contribution to the IPCC Fourth Assessment Report. Brussels, 2007a.

_____. Working Group II – Climate Change Impacts, Adaptation and Vulnerability. United Kingdom: Crown, 2007.

_____. Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation. 2012. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Summary for Policymakers. In: STOCKER, T. F. et al. Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. Resilience, vulnerability and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. Global Environmental Change, v. 16, p. 237-239, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LE MOS, Maria Fernanda Rodrigues Campos. Adaptação de cidades para mudança climática: uma metodologia de análise para os planos diretores municipais. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MAGRIN, G. O. et al. Central and South America. In: BARROS, V. R. et al. (eds.). Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 1499-1566.

MAPPLECROFT. Índice de vulnerabilidad y adaptación al cambio climático en la región de América Latina y el Caribe. 2014. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. Revista de Administração Contemporânea, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 25 jan. 2019.

NOBRE, Carlos A. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. *Parcerias Estratégicas*, v. 6, n. 12, p. 239-258, 2001. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 24 jan. 2019.

NOBRE, Carlos A. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. *Parcerias Estratégicas*, v. 13, n. 27, p. 7-18, 2008. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 17 dez. 2018.

NOGUEIRA, José Manuel Freira. *América do Sul: uma visão geopolítica*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2015. Disponível em: <[link indisponível]>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Informe sobre desarrollo humano 2007-2008*. Nueva York: Grupo Mundi-Prensa, 2007.

PRIORI JR., Luiz. Mudanças climáticas e resiliência da infraestrutura urbana. In: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa (orgs.). *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Pickimagem, 2015. p. 107-132.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Quarta etapa: a construção do modelo de análise. In: _____. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 107-154. Tradução de: *Manual de Recherche en Sciences Sociales*.

RIBEIRO, S. K.; SANTOS, Andrea Souza. *Mudanças climáticas e cidades: relatório especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Rio de Janeiro: PBMC, COPPE, UFRJ, 2016. v. 1. 116 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA NETO, Rômulo Andrade de. *As manifestações de resistência informal à vigilância eletrônica na visão dos gestores de Call Centers*. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; DO AMARAL, Rosângela. *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UITTENBROEK, Caroline J. et al. Political commitment in organising municipal responses to climate adaptation: the dedicated approach versus the mainstreaming approach. *Environmental Politics*, v. 23, n. 6, p. 1043-1063, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/>

Anexos



Quadro 1 - Desenho metodológico da Pesquisa.



Tabela 1 - Ranking dos estados nordestinos com mais políticas públicas ambientais.



Gráfico 1 - Dimensões ambientais por área temática Das Políticas Públicas socioambientais no nordeste.



Figura 1 - Caracterização das capitais do nordeste que tem plano climático



Gráfico 2 - Análise do desempenho dos ODS 2, 6, 7, 11 e 13 nos estados nordestino de 2023 e 2024.

CÓDIGO: HS0908

AUTOR: DEBORAH MOURA DE LIMA

COAUTOR: ÉLISON RIXADSON ARAÚJO CUNHA

ORIENTADOR: IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES

TÍTULO: Entre dedos e números: efeitos de um treinamento baseado na contagem com os dedos no desempenho matemático de escolares

Resumo

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) evidencia as fragilidades da educação matemática no Brasil, revelando que apenas 27% dos estudantes atingiram o nível mínimo de proficiência, índice inferior à média internacional e também ao de países latino-americanos. Nesse cenário, torna-se urgente investigar estratégias de apoio desde os primeiros anos escolares. A teoria da cognição corporificada, que integra mecanismos neurais e movimentos físicos, apresenta contribuições relevantes ao compreender a aprendizagem como resultado da interação entre corpo e ambiente. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a eficácia de uma intervenção baseada na contagem com os dedos em estudantes do 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública em Natal/RN, por meio da verificação do tamanho de efeito. Para tanto, foram aplicados testes antes e após a intervenção, utilizando-se o teste t pareado e o cálculo do tamanho de efeito (Cohen's d). Os resultados apontaram efeitos pequenos e moderados, com maior impacto no teste padronizado Coruja Promat ($d = -0,52$), reforçando a relevância do uso dos dedos como ferramenta de suporte cognitivo na aprendizagem matemática. Em síntese, a intervenção mostra-se promissora como estratégia para o ensino da matemática, fornecendo suporte concreto às operações básicas e favorecendo a aprendizagem inicial.

Palavras-chave: Cognição corporificada; Contagem com os dedos; Intervenção; Matemática

TITLE: Between Fingers and Numbers: Effects of a Finger-Counting Training on Students' Mathematical Performance

Abstract

The Programme for International Student Assessment (PISA) highlights the weaknesses of mathematics education in Brazil, revealing that only 27% of students reached the minimum proficiency level, a rate below both the international average and that of other Latin American countries. In this context, it becomes urgent to investigate support strategies from the earliest years of schooling. Embodied cognition theory, which integrates neural mechanisms and physical movements, offers relevant contributions by understanding learning as a result of the interaction between body and environment. Thus, this study aimed to analyze the effectiveness of a finger-counting intervention in 1st-grade students from a public school in Natal, Brazil, by examining effect size. To this end, tests were applied before and after the intervention, using the paired t-test and Cohen's d. The results indicated small to moderate effects, with the greatest impact observed in the standardized Coruja Promat test ($d = -0.52$), reinforcing the relevance of finger use as a cognitive support tool in mathematics learning. In summary, the intervention proved to be a promising strategy for mathematics teaching, providing concrete support for basic operations and fostering early learning.

Keywords: Embodied Cognition; Finger Counting; Intervention; Mathematics

Introdução

O campo das atividades matemáticas trata-se de um domínio complexo que ultrapassa os limites do contexto escolar, abrangendo também diversas atividades cotidianas e culturalmente significativas (Da Rocha Falcão, 2008). Apesar de sua ampla aplicabilidade, o processo de ensino e aprendizagem em matemática costuma provocar sensações contraditórias, em que, por um lado, reconhece-se sua natureza essencial na vida humana, mas que por outro, é frequentemente associada a dificuldades de aprendizagem e a baixos desempenhos entre os estudantes (Brasil, 1997).

Em consonância com tal prerrogativa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um importante instrumento que permite avaliar o desempenho da educação básica em domínios, incluindo a matemática. Em 2022, os dados obtidos revelaram que apenas 27% brasileiros atingiram o nível mínimo de proficiência em matemática, um índice significativamente abaixo da média dos países avaliados (OCDE, 2023), inclusive se comparado apenas com países latino-americanos. Além disso, a análise histórica mostra que, mesmo após mais de duas décadas, o desempenho brasileiro manteve-se praticamente inalterado, evidenciando um cenário de estagnação e lacunas persistentes na formação matemática na educação básica.

Diante desse contexto, torna-se urgente encontrar caminhos para enfrentar o problema desde os primeiros níveis da estrutura educacional, com o objetivo de melhorar as bases do ensino da matemática no país. Tendo em vista esses aspectos, contribuições oriundas do campo da neuropsicologia mostram-se como um potente caminho estratégico, oferecendo métodos e instrumentos voltados à avaliação e intervenção de funções como aprendizagem e habilidades acadêmicas (Conselho Federal de Psicologia, 2022).

A cognição corporificada é uma teoria presente nessa área, e que apresenta importantes contribuições para a compreensão dos processos de aprendizagem. Essa perspectiva propõe uma integração entre os mecanismos neurais e os movimentos físicos, sugerindo

que a aprendizagem cognitiva é construída a partir das interações do corpo com o ambiente (Fischer et al., 2011; Glenberg, 2010; Shapiro & Stolz, 2018). Evidências neurocientíficas sustentam essa concepção ao demonstrar que o cérebro não representa o mundo por meio de símbolos amodais abstratos, mas por meio da simulação de um corpo em interação ativa com o meio (Shapiro & Stolz, 2018).

O exemplo mais concreto desses mecanismos é a contagem com os dedos, por se tratar da experiência mais direta entre corpo e números (Fischer et al., 2016). Nesse sentido, utilizar os dedos para aprender é eficiente, pois oferece uma representação intermediária que facilita o mapeamento das quantidades numéricas, além de agir como um suporte que alivia a sobrecarga cognitiva (Antunes, 2016; Crollen & Noël, 2015).

Apesar do potencial da abordagem, ainda são escassas as intervenções baseadas na cognição corporificada e no uso da contagem com os dedos descritas na literatura científica. Destaca-se, nesse contexto, o estudo de Frey et al. (2024), realizado na Alemanha, que realizou um treinamento em gnosis digital, contagem com os dedos e estratégias aritméticas durante as aulas escolares com estudantes do ensino fundamental, ao longo de 9 meses. Em seus resultados, o grupo que realizou a intervenção apresentou ganhos significativamente superiores em todos os domínios avaliados, com destaque para adição e subtração. Tal estudo evidencia a importância de investigar os benefícios de intervenções fundamentadas na contagem com os dedos sobre o desempenho em habilidades matemáticas, oferecendo ferramentas com potencial de aprimorar o ensino e a aprendizagem na área. Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a analisar a eficácia da intervenção proposta por Frey et al. (2024) em estudantes do primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública localizada em Natal.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, pré-experimental, do tipo one-group pretest–posttest design (Campbell & Stanley, 1979), bem como com uma abordagem quantitativa. Tal método foi escolhido por possibilitar a testagem de teorias objetivas e a relação entre diferentes variáveis, bem como pela sua capacidade de generalizar e replicar os achados a diferentes contextos (Creswell, 2010). Ademais, a opção por não utilizar grupo controle deve-se a restrições logísticas e institucionais.

Os participantes foram 20 alunos de 6 e 7 anos, convenientemente selecionados e de ambos os sexos, matriculados no ensino fundamental I de uma escola pública da cidade de Natal/RN. O processo de recrutamento dos alunos se deu por meio do convite voluntário enviado através da direção e professores aos pais. Apenas ao assinarem o termo de consentimento, as crianças estariam aptas a participarem da intervenção. Destaca-se que todos os participantes que iniciaram a intervenção participaram em todas as sessões até a sua finalização, não havendo evasão em nenhum momento durante a aplicação.

A intervenção de Frey et al. (2024) tem como base o modelo de desenvolvimento numérico inicial, proposto por Krajewski e Schneider (2009) e Roesch e Moeller

(2015), que diferenciam as habilidades nos seguintes níveis: 1) habilidades numéricas básicas (por exemplo, sequência de números exatos combinados com a contagem básica); 2) conceito de quantidade de número (por exemplo, o padrão de escolha dos dedos específicos para a contagem reflete cardinalidade específica do conjunto contado); 3) relações numéricas (por exemplo, composição de números, decomposição e comparação). O objetivo geral da intervenção é desenvolver habilidades matemáticas com base na contagem com os dedos.

Todas as sessões foram conduzidas em grupo. Ao longo de 18 semanas, com uma sessão por semana, os pesquisadores aplicaram, durante as aulas de matemática da turma, aproximadamente três atividades por sessão, com duração entre 25 e 30 minutos. As atividades totalizaram 18 e eram de baixo custo, demandando apenas o uso dos dedos pelos alunos ou materiais simples, como papel. Inicialmente, o aplicador explicava à turma o que deveria ser feito e demonstrava na prática. Gradativamente, as tarefas aumentavam em nível de dificuldade, por exemplo, ampliando a faixa numérica trabalhada — de 1 a 10 para 1 a 20.

Destaca-se que, para a aplicação da intervenção no contexto brasileiro, a única modificação realizada foi em relação ao padrão canônico de contagem com os dedos. Para tanto, utilizou-se como referência o estudo de Cunha (2019), cujos resultados indicam a existência de um padrão de contagem característico na cidade de Natal/RN, representado na Figura 1 (em anexo).

Foram avaliadas as habilidades somatossensoriais e matemáticas no pré e pós teste, e para isso, aplicou-se o teste Coruja Promat, bem como tarefas de gnosia digital (capacidade de representar e diferenciar os dedos mentalmente), adição, subtração e reta numérica.

O Coruja Promat é um roteiro de sondagem de habilidades matemáticas nos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvido para permitir que profissionais da educação e especialistas consigam investigar as dificuldades específicas de alunos com mais precisão, e consequentemente possibilitando a oferta de suporte apropriado para as necessidades encontradas (Westein, 2016). O material avalia três áreas básicas para a aprendizagem matemática: representação numérica, evocação de fatos numéricos e resolução de problemas.

O desempenho em adição e subtração, para o desempenho de habilidades matemáticas, foi avaliado uma semana antes e após o fim da intervenção. As tarefas consistiram em 25 problemas para cada operação (totalizando 50 itens), envolvendo parcelas de um ou dois dígitos (por exemplo, $7 + 13 = \underline{\quad}$). Cada resposta correta recebeu um ponto, posteriormente somado ao escore total.

Para a realização da tarefa de gnosia digital, avaliando habilidades somatossensoriais, o aplicador utilizou uma caixa de papelão com aberturas para a criança posicionar as mãos. O objetivo da atividade consistia em avaliar a percepção somatossensorial. Logo, a criança deveria identificar, sem auxílio visual, qual dedo havia sido tocado pelo aplicador. Em seguida, foi proposta uma segunda tarefa: utilizando um caderno contendo imagens de mãos, o experimentador tocava um dedo da criança e, simultaneamente, um dedo representado na figura. O participante deveria indicar se o

dedo tocado correspondia ao mesmo dedo exibido na imagem. A pontuação máxima, considerando ambas as tarefas, foi de 31 pontos.

Os dados foram tabulados e analisados por meio do Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Como medida estatística, foi utilizado o teste t para amostras pareadas, comparando os resultados obtidos na pré e pós intervenção. Ademais, este estudo calculou o tamanho de efeito (Cohen's d), comparando os resultados dos testes aplicados no pré e no pós-intervenção de um grupo independente. Para calcular o tamanho do efeito, é necessário dividir a diferença entre as médias dos grupos pelo desvio padrão (ver figura 2 em anexo). O objetivo foi avaliar a magnitude da diferença entre os resultados, controlando os efeitos decorrentes do tamanho amostral, bem como minimizando as probabilidades de erro (Lindenau & Guimarães, 2017).

Resultados e Discussões

O objetivo principal do presente estudo foi analisar a eficácia de uma intervenção baseada na contagem com os dedos, desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Universidade de Tübingen, na Alemanha, e aplicada em uma escola pública localizada na região Nordeste do Brasil. A única adaptação realizada referiu-se ao padrão canônico de contagem utilizado na cidade de Natal/RN, tomando como base os achados de Cunha (2019) sobre o padrão de contagem natalense. As tarefas incluídas na intervenção estão disponíveis na Figura 3 (em anexo)

Para avaliar a eficácia da intervenção, foram conduzidos testes t pareados, comparando o desempenho dos participantes antes e após o treinamento. Além disso, foi calculado o tamanho de efeito (d de Cohen), a fim de complementar os testes de significância estatística e oferecer uma análise mais robusta dos resultados, uma vez que diferenças médias podem ser estatisticamente significativas, mas apresentar tamanhos de efeito reduzidos (Maher, Markey & Ebert, 2013). Conforme os critérios propostos por Cohen (1992), o tamanho de efeito é considerado: $d < 0,2$ (desprezível/não significativo), $0,2 \leq d < 0,5$ (pequeno), $0,5 \leq d < 0,8$ (moderado) e $d \geq 0,8$ (grande).

De acordo com os resultados obtidos (ver tabela 1, em anexo), observa-se diferenças estatisticamente significativas em Gnosia Digital ($t(39) = -2,689$; $p = 0,010$; $d = -0,43$), Coruja Promat ($t(39) = -3,266$; $p = 0,002$; $d = -0,52$) e Tarefa de Adição ($t(39) = -2,437$; $p = 0,019$; $d = -0,39$), todas com tamanhos de efeito de pequeno a moderado. Já para o Teste de Subtração, não foi encontrada diferença significativa ($t(39) = 1,028$; $p = 0,310$; $d = 0,16$).

Os resultados indicaram que o maior impacto da intervenção ocorreu no teste padronizado Coruja Promat ($d = -0,52$), com tamanho de efeito moderado, indicando que as atividades propostas tiveram efeito consistente no desempenho das crianças em um contexto de avaliação padronizada. Na Gnosia Digital ($d = -0,43$) e na Tarefa de Adição ($d = -0,39$), observaram-se efeitos significativos, embora menores, sugerindo que a intervenção pode servir como uma estratégia de suporte a operações básicas. Em contraste, na Tarefa de Subtração, não foram verificadas diferenças significativas ($d =$

0,16), apontando que esse tipo de operação, por envolver maior complexidade cognitiva, possa necessitar de mais tempo interventivo para se identificar uma melhora importante.

Ao comparar esses resultados com os apresentados no estudo de Frey et al. (2024), que realizou uma análise entre grupos (intervenção e controle), em diferentes momentos (pré-teste, pós-teste e teste de acompanhamento) e em distintas tarefas (adição, subtração e reta numérica), observa-se que os autores encontraram diferenças significativas no desempenho da Tarefa de Adição. Especificamente, verificou-se um ganho significativamente maior para o grupo de treinamento com os dedos em comparação ao grupo controle. A tendência linear significativa para essa interação, $F(1, 240) = 8,06$; $p = 0,005$; $\eta^2p = 0,032$, indicou uma vantagem crescente para o grupo de treinamento ao longo dos três momentos de avaliação.

Ademais, diferentemente dos resultados do presente estudo, em que não se verificou diferença significativa na Tarefa de Subtração, Frey et al. (2024) observaram efeitos significativos na interação entre grupo e momento de avaliação, $F(2, 480) = 8,95$; $p < 0,001$ (Huynh-Feldt = 0,906); $\eta^2p = 0,036$. Nesse caso, as crianças do grupo de intervenção apresentaram desempenho significativamente superior ao do grupo controle ao longo do tempo. No entanto, as diferenças na subtração atingiram seu pico no pós-teste e declinaram no acompanhamento, enquanto que, na adição, o desempenho aumentou de forma linear ao longo de todas as avaliações.

Uma possível explicação para essa discrepância reside no fato de que, tanto no Brasil quanto na Alemanha, a subtração costuma ser introduzida posteriormente à adição no currículo escolar. Ademais, a subtração é considerada cognitivamente mais desafiadora, por demandar estratégias de resolução mais complexas (Frey et al., 2024).

Embora tenham sido observadas discrepâncias e convergências em relação aos resultados, quando comparados a diferentes contextos, é importante considerar as diferenças econômicas, culturais e contextuais entre os países. O Brasil, especialmente no âmbito da educação básica pública, enfrenta desafios recorrentes no processo de ensino-aprendizagem, como a realidade docente marcada por condições precárias de trabalho, em que há limitação de materiais didáticos disponibilizados pelas escolas, muitas vezes restritos e com pouca flexibilidade (Marin, 1998). Além disso, a ausência de padrões efetivos de qualificação docente, de práticas de ensino consolidadas e de cumprimento adequado dos currículos constitui um dos principais obstáculos (Oliveira & Gusso, 2014).

É importante pontuar que muitos dos problemas relacionados às condições educacionais e aos procedimentos didáticos estão associados às desigualdades de acesso entre diferentes classes sociais, que impõem barreiras à entrada e à permanência de alunos, principalmente em situação de vulnerabilidade econômica (Paludo, 2020). Desse modo, considerando a grande heterogeneidade regional do país, bem como as diferenças socioculturais, econômicas e históricas entre Brasil e Alemanha, os resultados devem ser interpretados com cautela. Os efeitos observados no presente estudo, ainda que pequenos e moderados, podem representar conquistas significativas para o desenvolvimento escolar, considerando os atravessamentos que marcam o contexto educacional brasileiro.

Em síntese, os resultados corroboram com a literatura, em que descobertas significativas envolvendo a relação entre a melhora no aprendizado da matemática e a utilização dos dedos foram encontradas (Frey et al., 2024, Dupont-Boime & Thevenot, 2017, Jordan et al., 2008, Crollen & Noel, 2015). Tais estudos demonstram que crianças que não utilizam os dedos em tarefas aritméticas durante a educação infantil tendem a apresentar desempenho inferior e menores recursos cognitivos em comparação àquelas que utilizam essa estratégia.

Ainda, a literatura aponta a utilização natural dos dedos por crianças enquanto aprendem a resolver problemas simples de adição e subtração, especialmente quando a tarefa proposta apresenta maior complexidade e demanda esforço cognitivo adicional, como, por exemplo, separar itens em duas listas de categorias (Jordan et al., 2008; Crollen & Noel, 2015; Butterworth, 1999). Tais estudos concluem que seu uso pode favorecer, posteriormente, a memorização de fatos aritméticos básicos, promovendo uma transição gradual para estratégias baseadas na recuperação de informações da memória. Além disso, correlações entre a utilização dos dedos para contar e a elevada capacidade de memória de trabalho também foram identificadas (Dupont-Boime & Thevenot, 2017).

É relevante destacar que o desempenho positivo em tarefas de gnosia digital — capacidade de distinguir quais dedos foram tocados sem apoio visual — revelou-se um preditor significativo do desempenho aritmético. Em contrapartida, crianças com baixa habilidade para identificar e discriminar os dedos mostraram-se menos eficientes em tarefas matemáticas quando comparadas àquelas com alta gnosia digital (Crollen & Noel, 2015; Soylu & Newman, 2018). Esses achados reforçam a importância de explorar a utilização dos dedos como ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem da contagem e da aritmética.

Esse fenômeno pode ser compreendido mediante a teoria da cognição corporificada, que surge em contradição com o conceito de dualidade mente-corpo proposto pela ciência cognitiva computacional, segundo o qual o corpo funcionaria apenas como uma máquina destinada a apreender e expressar informações do ambiente, as quais seriam codificadas pelo cérebro. Em contraste, a cognição corporificada postula que o corpo desempenha um papel ativo na construção de conceitos abstratos, amplamente presentes no âmbito da matemática, sendo o uso dos dedos considerada a experiência mais direta entre o corpo e os números (Fischer et al., 2016).

Apesar disso, há um ceticismo quanto à sua implementação em técnicas escolares de aprendizagem e, por vezes, um incentivo ao seu desuso (Moeller et al., 2011). É possível encontrar na literatura estudos experimentais que evidenciam a utilização dos dedos como um prejuízo para as crianças (De Chambrier et al., 2018; Jordan et al. 2008; Poletti et al., 2022).

Poletti et al. (2022), por exemplo, conduziram um estudo longitudinal com crianças de 5 e 6 anos, que foram re-avaliadas anos depois, já na segunda série, com o objetivo de investigar o papel da contagem com os dedos no desempenho em adição. Os resultados indicaram que as crianças que utilizavam os dedos para contar na educação infantil resolviam mais problemas corretamente do que aquelas que não utilizavam. Contudo, as crianças que continuaram a usar os dedos no segundo ano acertaram apenas um terço

dos problemas, sendo consideradas menos eficientes do que as que haviam cessado essa prática. Assim, tais estudos argumentam que crianças que mantêm o uso dos dedos a longo prazo apresentam maiores dificuldades em aritmética, além de limitações relacionadas à memória de trabalho.

Nessa concepção, Jordan et al. (2008) associam a utilização dos dedos aos números, caracterizando-os como um “andaime natural para o cálculo”. Nessa perspectiva, a contagem com os dedos é compreendida como uma estratégia inicial e fundamental, que tende a ser gradualmente substituída por estratégias cognitivamente mais sofisticadas à medida que os conteúdos matemáticos se tornam mais complexos, conforme sugerem Soylu e Newman (2018).

Destaca-se, a importância de discutir as potenciais limitações do presente estudo. Uma delas refere-se à própria natureza dos delineamentos pré-experimentais, nos quais o grupo é comparado apenas a si mesmo, sem a presença de um grupo controle. A ausência de isolamento experimental aumenta a possibilidade da influência de variáveis externas nos resultados observados (Anastasi, 1958; Campbell & Stanley, 1979). Ademais, uma limitação está relacionada ao pequeno tamanho da amostra, o que pode afetar no processo de generalização.

Apesar dessas limitações, os resultados evidenciam que atividades simples, baseadas no uso dos dedos, podem favorecer o desempenho matemático em crianças brasileiras. Embora a intervenção tenha apresentado efeitos moderados e pequenos, seus resultados reforçam o potencial do uso dos dedos como recurso pedagógico inicial para apoiar o desenvolvimento de habilidades matemáticas, e, em especial, por possibilitar uma perspectiva inicial para compreender o papel da contagem com os dedos no desenvolvimento de habilidades matemáticas e subsidiar o surgimento de novos estudos.

Conclusão

O presente estudo buscou analisar a eficácia de uma intervenção baseada na contagem com os dedos, adaptada do modelo proposto por Frey et al. (2024), em estudantes do primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública em Natal/RN. A intervenção, desenvolvida ao longo de 18 semanas, incorporou atividades que exploraram habilidades numéricas básicas, conceitos de quantidade e relações numéricas, utilizando materiais simples, com o objetivo de promover melhorias para a aprendizagem matemática. A avaliação do desempenho dos alunos foi realizada por meio do teste Coruja Promat, tarefas de gnosia digital, adição e subtração.

Os resultados indicaram melhorias significativas em Gnosia Digital, Coruja Promat e Tarefa de Adição, com tamanhos de efeito variando de pequeno a moderado, destacando-se a maior evolução no Coruja Promat. Já na Tarefa de Subtração, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas. Comparações com o estudo original de Frey et al. (2024) evidenciam que, embora resultados similares tenham sido encontrados na adição, a subtração pode demandar um acompanhamento mais

prolongado para que os efeitos sejam perceptíveis. Tais achados reforçam a importância do uso dos dedos como ferramenta de suporte cognitivo, alinhando-se à perspectiva da cognição corporificada, que reconhece o corpo como ativo na construção de conceitos abstratos (Fischer et al., 2016; Antunes, 2016).

Apesar dos resultados positivos, é importante considerar as limitações do estudo, como a ausência de grupo controle, o pequeno tamanho amostral e possíveis efeitos de maturação e reaplicação do teste, que podem ter influenciado o desempenho dos participantes. Ademais, a literatura aponta que o uso prolongado e contínuo dos dedos pode apresentar efeitos contrários ao esperado, evidenciando a necessidade de estratégias equilibradas que promovam a transição gradual para representações mentais mais abstratas (Poletti et al., 2022).

Em síntese, a intervenção possui potencialidades como estratégia complementar no ensino da matemática, oferecendo suporte concreto para operações básicas e favorecendo a aprendizagem inicial. Dessa forma, sugere-se que futuras pesquisas ampliem a amostra, incluam grupos controle e investiguem efeitos a médio e longo prazo, a fim de consolidar evidências sobre a eficácia de intervenções baseadas na cognição corporificada e na contagem com os dedos, contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas em matemática nos primeiros anos escolares.

Referências

OECD (2023), PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>

Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (1979). Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa (Coleção Experimento e Pesquisa). EPU; EDUSP.

Crollen, V., & Noël, M.-P. (2015). The role of fingers in the development of counting and arithmetic skills. *Acta Psychologica*, 156, 37–44.

Creswell, J. W. (2010). Diferentes tipos de desenho de pesquisa: Abordagens quali, quanti e mista. In *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (Vol. 3, pp. 150-188). Artmed.

Cunha, É. R. A. (2019). Contando nos dedos: Aprendizagem e desenvolvimento numérico (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Notas sobre o Brasil no Pisa 2022. Brasília, DF: Inep, 2023.

Da Rocha Falcão, J. T. (2022). *Psicologia da Educação Matemática* (2. ed., Vol. 1). Autêntica.

Maher, J. M., Markey, J. C., & Ebert-May, D. (2013). The other half of the story: Effect size analysis in quantitative research. *CBE—Life Sciences Education*, 12(3), 345–351. <https://doi.org/10.1187/cbe.13-04-0082>

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). Parâmetros curriculares nacionais: Matemática. Ministério da Educação. <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/matematica.pdf>

Glenberg, A.M. (2010). Embodiment as a unifying perspective for psychology. *WIREs Cogni Sci*, 1: 586-596. <https://doi-org.ez18.periodicos.capes.gov.br/10.1002/wcs.55>

Fischer, U., Moeller, K., Bientzle, M., Cress, U., & Nuerk, H.-C. (2011). Sensori-motor spatial training of number magnitude representation. *Psychonomic Bulletin & Review*, 18(1), 177–183. <https://doi.org/10.3758/s13423-010-0031-3>

Frey, M., et al. (2024). You can count on your fingers: Finger-based intervention improves first-graders' arithmetic learning. *Journal of Experimental Child Psychology*, 244, 105934. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2024.105934>

Oliveira, L. F. B., & Gusso, D. A. (2014). Trajetória e desafios da educação básica no Brasil. In L. M. Monasterio, M. C. Neri, & S. S. D. Soares (Eds.), *Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas* (Vol. 2, pp. 199–216). Ipea.

Jordan, N. C., et al. (2008). Development of number combination skill in the early school years: When do fingers help? *Developmental Science*, 11(5), 662–668. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7687.2008.00719.x>

Lindenau, J. D.-R., & Guimarães, L. S. P. (2012). Calculando o tamanho de efeito no SPSS. *Clinical and Biomedical Research*, 32(3). <https://doi.org/10.22491/2357-9730.33160>

Antunes, M. C. F. (2016). Associação entre as representações baseadas nos dedos e o desempenho aritmético em crianças [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AM8QZB>

Maher, J. M., Markey, J. C., & Ebert-May, D. (2013). The other half of the story: Effect size analysis in quantitative research. *CBE—Life Sciences Education*, 12(3), 345–351. <https://doi.org/10.1187/cbe.13-04-0082>

Conselho Federal de Psicologia. (2023). Neuropsicologia: ciência e profissão (1ª ed.) [Cartilha]. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-neuropsicologia/>

Soylu, F., Lester Jr., F. K., & Newman, S. D. (2018). You Can Count on Your Fingers: The Role of Fingers in Early Mathematical Development. *Journal of Numerical Cognition*, 4(1), 107-135. <https://doi.org/10.5964/jnc.v4i1.85>

Paludo, E. F. (2020). Os desafios da docência em tempos de pandemia. Em Tese, 17(2), 44–53. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2020v17n2p44>

Poletti, C., et al. (2022). The evolution of finger counting between Kindergarten and Grade 2. *Children*, 9(2), 132. <https://doi.org/10.3390/children9020132>

Weinstein, M. C. A. (2016). *Coruja PROMAT: Roteiro de sondagem para habilidades matemáticas*. Pearson.

Anexos



Figura 1 - Perfil Canônino



Figura 2 - Tamanho de efeito



Figura 3 - Atividades da intervenção



Tabela 1

CÓDIGO: HS0912

AUTOR: MATHEUS CUSTÓDIO DE LIMA

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: LITERATURA AFRICANA QUEER E RELIGIÃO EM DIÁLOGO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM PRINCIPAL EM AN ORDINARY WONDER, DE BUKI PAPILLON

Resumo

Em diversos países do continente africano, a expressão da identidade sexual dissidente à heteronormatividade é criminalizada. A literatura africana de língua inglesa toma, nesse contexto, espaço para levantar essas vozes silenciadas, amparando em suas obras, ainda poucas, suas representações. Nesse panorama, busquei analisar o romance *An Ordinary Wonder*, da autora nigeriana Buki Papillon (2021), que narra a trajetória de Otolorin, uma criança intersexo, em busca pela liberdade de ser. Nesta análise, objetivei evidenciar como o papel da religião atua na construção estética dessa protagonista, destacando formas representativas do discurso autoritário em diálogo com a materialização das dinâmicas de autoafirmação e opressão em três categorias: discursos religiosos, provérbios e respostas enunciativas. Para tanto, aportei esse exame nos conceitos bakhtinianos de arquitetura da obra romanesca (Bakhtin, 2014) e no de falante no romance (Bakhtin, 2015), descobrindo que há uma forte influência da religião sobre a configuração interior e exterior da personagem em suas escolhas e percepções interiores. Existe, nesse processo, uma tensão de vozes que explicitam o contraste entre as religiosidades presentes na narrativa, que ou suprimem a identificação com a intersexualidade, ou a eleva. Assim, espero ter incentivado mais pesquisas nessas áreas, trazendo a intersexualidade para o cerne do estudo da personagem.

Palavras-chave: literatura africana queer; literatura e religião; *An Ordinary Wonder*.

TITLE: AFRICAN QUEER LITERATURE AND RELIGION IN DIALOGUE: AN ANALYSIS OF THE ROLE OF RELIGION IN THE CONSTRUCTION OF THE MAIN CHARACTER IN AN ORDINARY WONDER, BY BUKI PAPILLON

Abstract

In several countries on the African continent, the expression of sexual identity that deviates from heteronormativity is criminalized. In this context, English-language

African literature takes space to raise these silenced voices, supporting their representations in its works, which are still few. In this panorama, I sought to analyze the novel *An Ordinary Wonder*, by Nigerian author Buki Papillon (2021), which narrates the trajectory of Otolorin, an intersex child, in search of the freedom of being. In this analysis, I aimed to highlight how the role of religion acts in the aesthetic construction of this protagonist, highlighting representative forms of authoritarian discourse in dialogue with the materialization of the dynamics of self-affirmation and oppression in three categories: religious discourses, proverbs, and enunciative responses. To this end, I based this examination on Bakhtin's concepts of the architectonics of the novel (Bakhtin, 2014) and of the person speaking in the novel (Bakhtin, 2015), discovering that religion has a strong influence on the character's internal and external configuration in their choices and inner perceptions. In this process, there is a tension of voices that turn explicit the contrast between the religiosities present in the narrative, which either suppress identification with intersexuality or elevate it. Thus, I hope to have encouraged further research in these areas, bringing intersexuality to the core of the study of the character.

Keywords: queer African literature; literature and religion; *An Ordinary Wonder*.

Introdução

O despontar de pesquisas sobre o pós-colonialismo e a decolonialidade volta a atenção de olhares ocidentais à literatura africana e potencializa sua disseminação (Melo Junior; Pinheiro, 2023). Nessa ótica, percebo, conforme Melo Junior e Pinheiro (2023), que poucas são as obras dessa origem que lidam com temas de sexualidade. Ainda sendo minorias, elas possibilitam entendimentos de como a identidade de gênero e a identidade sexual, por exemplo, são vistas e são interpretadas nesse grande território. Obras como *Queer Africa: New and Collected Fiction* e *Queer Africa 2: New Stories* representam como esse tema, em especial quando se refere a identidades e a orientações que fogem à heterocisnormatividade, é compreendido em múltiplos contextos sociais. Em análise ao *Queer Africa 2*, Melo Junior e Pinheiro (2023) atribuem termos ligados ao sentido de nacionalidade, cidadania e religiosidade aos personagens em comparação a pessoas reais que manifestam essa referência como un-African, criminosos e pecadores, o que permite a reflexão crítica sobre o estado social quanto a esses aspectos em diversos países em África, cuja seguridade de pessoas queer não é garantida, tampouco dignificada por sua própria existência; opostamente, é comprometida por códigos civis, resistente ostracização e até perseguições. Em escopo semelhante, Buki Papillon, autora nigeriana, vencedora de prêmios literários por sua sensibilidade ao tema das minorias, publica em 2021 sua primeira obra, *An Ordinary Wonder*, que narra a história de uma criança nigeriana intersexo desejosa de encontrar seu lugar no mundo. Ainda que haja contornos de esperança, a narrativa expressa diversos tipos de crueldade, motivados, principalmente, por sua condição de existência em face a uma família cujos valores religiosos e culturais a aprisionam dentro dos padrões da cissexualidade. Nessa trama, para se tornar “an ordinary wonder”, ela se depara com a necessidade de desconstruir seus laços afetivos mais fortes, mesmo quando isso signifique sacrificar a própria vida. Dessa forma, não diferente daquelas obras, esse romance ganha destaque por importante representatividade quanto à diversidade de identidade e por provocações à questão de minorias em posicionamentos frente a estruturas alienadoras das

capacidades humanas, percepção com a qual justifico e ratifico a escolha dela como o corpus deste estudo. Dentro dessa compreensão, ressalto a potencialidade exploratória e analítica a questões sobre representações queer na literatura africana de língua inglesa que essa obra expressa. Nesse viés, mediante à representação da intersexualidade no diálogo entre as manifestações de crença e os acontecimentos, investigo como o discurso religioso (sobretudo), o cultural e o afetivo constroem a identificação da personagem com a intersexualidade e seus delineamentos. Por isso, tenho como objetivo compreender como esses discursos atuam na construção da protagonista. A tal intento, os conceitos bakhtinianos de arquitetura da obra romanesca (Bakhtin, 2014) e o de falante no romance (Bakhtin, 2015) fundamentam o exame sobre como as dinâmicas de autoafirmação e de opressão são materializadas por dizeres religiosos, provérbios e respostas enunciativas, categorias desta pesquisa. Em consideração ao ensejo, apresento os detalhes metodológicos, a discussão em análise à materialidade do livro e, por fim, achados de significação para o traçar de novas investigações pela obra.

Metodologia

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, de natureza bibliográfica. Nela, busquei analisar a construção da personagem principal do romance *An Ordinary Wonder*, de Buki Papillon, porque a obra faz parte do conjunto de peças escolhidas pelo meu grupo de pesquisa, no qual se encontram recentes publicações literárias africanas que abordam questões queer na atualidade sob forte influência de religiões. Nessa obra, a personagem Otolorin é criada como um menino por família protestante, na qual discursos religiosos opressivos são proferidos sobre sua identidade. Ao passo que essa criança se descobre intersexo, busca encontrar um lugar seguro, em que possa expressar-se livremente à sua identificação ontológica. Isso, porém, leva-a a um internato, onde coerções semelhantes interceptam-na, levando-a quase à tragédia. Não longe disso, a realização identitária dessa personagem é permeada pelas experiências discursivas entre religião, cultura e política. O espaço e tempo deste romance participam de minha escolha. A narrativa ocorre em território nigeriano, onde, no mundo real, a intersexualidade foi e ainda é vista como anormalidade e associada frequentemente à homossexualidade, que é criminalizada no código penal do país (Kaggwa, 2011; Ukah, 2016; Costa, 2016; Nigéria, 2004). Entre 12 e 16 anos, 1989-1993, a narradora-personagem reflete o período em que o tradicionalismo cultural e religioso fortaleceu a estigmatização de identidades como a dela (Ukah, 2016; Gross, 2016). Em consideração, situo este estudo no eixo teórico da literatura e religião. Paraízo (2012) percebe que ambas utilizam semelhantes usos da língua para mediar o que é de aspecto linguístico e simbólico, movimentando valores, de modo a consolidá-los e/ou a perpetuá-los na sociedade. Nessa perspectiva, ao analisar a materialidade textual da obra, pretendo evidenciar como os valores estão imbricados à significação tanto literária quanto religiosa, revelando a construção estética da protagonista em sua identificação com a intersexualidade. Para alcançar isso, fundamentei minha análise pela investigação do heterodiscurso na noção do falante no romance. Segundo Bakhtin (2015), o romance, dentre todos os gêneros, é também uma manifestação estética da autora tanto em conteúdo, quanto em material e forma, uma organização de escolhas estéticas representativas do mundo da vida. Nele, a articulação de vozes substancializadas de axiologia, ou seja, de valores, diz respeito ao heterodiscurso, que no romance é “o discurso do outro na linguagem do outro” (Bakhtin, 2015, p. 113). Tal expressão serve

para dois falantes e traduz ao mesmo tempo duas intenções: a da personagem falante e a da autora. O heterodiscurso, pois, é dotado de uma bivocalidade, que em simultâneo contempla o texto e o atravessamento das impressões da autora do “mundo real” para o ficcional. Essa característica expressa a dialogicidade que correlaciona a ambas na obra literária, estando aquilo que a personagem falante diz no que a autora refratariamente representa. Bakhtin (2015, p. 125) ainda evidencia que essa linguagem no romance é sempre uma percepção peculiar sobre o mundo, o qual intenciona uma significação social. Tratando-se do falante no romance, suas colocações sempre serão, por isso, revelações ideológicas permeadas do heterodiscurso. Assim também a ação das personagens são tanto pré-condicionadas quanto projetadas ideologicamente pelo discurso que busca convencer e que interage em seu contexto emergente. Portanto, suas ações e palavras consistem, na verdade, na materialização da apreensão do próprio universo ideológico. Bakhtin evidencia, porém, que o falante nem sempre é a personagem, pois ele não é obrigatoriamente personificado no herói. Dessa forma, analisar certas passagens da narração também possibilita a percepção da construção de Otolorin na tensão entre essa bivocalidade. Por isso, escolho passagens que apresentam dinâmicas de autoafirmação e opressão, na configuração de dizeres religiosos, provérbios e enunciações responsivas. No mundo real, o discurso religioso enquadra-se no autoritário (Bakhtin, 2015), o qual tem intencionalidade de determinar os fundamentos do comportamento e da relação ideológica com o mundo (2015, p. 136). Ele é completo e unívoco em si (Bakhtin, 2015, p. 137). Dessa maneira, necessita ser confirmado ou refutado de forma integral (Bakhtin, 2015, p. 118). No gênero romance, porém, esse discurso autoritário é vazio de bivocalidade, já que ele se encerra em si. Nesse sentido, a escolha de Papillon em inserir ações, diálogos e expressões semelhantes a ele pode ser compreendida de outra forma. Segundo o teórico, os sistemas religiosos transmitem e interpretam proficientemente a palavra divina em diversas modalidades (Bakhtin, 2015, p. 146). Então, na obra, a representação da hermenêutica é prenha de discursos do outro na linguagem do outro, e, por isso, ao analisar tais passagens, espero constatar como o contexto religioso imprime as nuances semânticas e determinações axiológicas sobre a construção de Otolorin. Não longe desse viés, o provérbio, gênero comumente associado à religião e à cultura, é minha segunda categoria de análise. De acordo com Mbiti (1975, p. 24), além de ser relacionado a crenças religiosas, ideias, morais e conselhos, serve para um momento e propósito “ideal”. Em romances africanos, é visto como uma ferramenta que justifica ações de personagens (Agu et al., 2018, p. 5). Ao analisá-lo, busco perceber como ele atua ideologicamente em Otolorin. Por fim, as respostas enunciativas constituem minha terceira categoria de pesquisa, já que tensionam as vozes do falante nos dizeres dirigidos à protagonista. Fazendo isso, aspiro entender como o papel da religião atua na construção dela, principalmente em dinâmicas de autoafirmação e opressão. Isso será feito por meio da seleção de alguns excertos, da evidênciação de suas marcações dialógicas e de sua interpretação.

Resultados e Discussões

“Hey! Child of the silver rivers. Stay, offspring of the morning light. Be well, daughter who dances to the beat of waves!” (Papillon, 2021, p. 3). Introduzidos em iorubá, esses versos já parecem expressar na abertura do livro a voz da resistência sobre uma criança, que, apesar de seu valor existencial, peculiar e maravilhoso, passa por altos e baixos dos

rios prateados, como uma serpente que, mesmo significando astúcia, sagacidade, fluidez, é considerada símbolo abominável, como a representação do mal em vários contextos, como o do livro Gênesis (Bíblia, 2002). A construção da personagem principal de *An Ordinary Wonder* (Papillon, 2021) não começa, pois, no primeiro capítulo, mas nessa abertura. Os versos apresentam-na como *child of the silver rivers, offspring of the morning light, daughter who dances to the beat of waves*. Essas características já permitem a rede de sentidos de certa religiosidade permear sua identificação por um arsenal de palavras que agregam valor semântico a discursos religiosos e culturais, e, quando também analisados à ótica sociológica, possivelmente políticos. Essa conjunção de sentidos já me parece justificar a escolha da autora de dividir o romance em duas partes. Minha interpretação a esse respeito conjura os dois primeiros versos como o que vem a ser a primeira parte do romance: uma apresentação contextual da personagem e de seu valor para a trama, incluindo um movimento de estabilização da identidade dela. Nessa primeira, Papillon usa uma linha temporal irregular, datando de 1989 a 1992, apresentando o despertar da identidade da protagonista por meio de memórias sobre o que a motivou a assumir sua resolução de buscar um local seguro, onde pudesse ser ela mesma. Já na segunda parte, remeto o último verso, em que a dança pode significar essa forma de adequação aos contornos de seu ambiente. Nela, a autora aprofunda as camadas de sua identidade mediante os acontecimentos como num longo processo de transição: de um estado bastante mal, atravessando inconstâncias, para um melhor, chegando a 1993. Como Bakhtin estabeleceu (2015, p. 128), o falante no romance pode aparecer tanto na personagem quanto na narrativa, articulando uma dialogicidade entre a voz dela e da autora, contemplando a plurivocalidade. É sob esta ótica que avalio de mais importância para a construção da personagem o primeiro capítulo, uma vez que é possível perceber o fenômeno refratário que incide sobre a formação da personagem em poucas linhas: “My name is Otolorin. I’ve been called ‘monster’” (Papillon, 2021, p. 5). Nesse pequeno excerto, já sinto a intencionalidade objetiva do falante quanto à imagem que se forma a partir da narrativa sobre a própria protagonista, que neste caso é a narradora, possivelmente refratando a impressão da autora sobre pessoas intersexo nascidas na Nigéria, o que vem a ser contextualizado nos próximos períodos sob uma nuvem de religiosidade: “[...] a snake curled in upon itself, two in one, mythical and shunned. Yet, in that magical place between worlds, in the realm where the great mother gives milk to her offspring, I become like a goddess. There, in words unspoken, my voice is heard.” (Papillon, 2021, p. 5). Analisando essa passagem, Medeiros (2025) explora o diálogo entre os discursos da estigmatização e da aceitação da intersexualidade na tensão entre as duas religiões presentes na narrativa, a cristã e a local da Nigéria. Para ele, a protagonista-narradora, quando afirma ter sido chamada de “monster” e passa a se referir a si mesma como “goddess”, opera esse contraponto entre as duas por antíteses, assumindo sobre si uma dinâmica de autoafirmação e outra de aceitação. Essa subversão expressa não só a forma como a personagem se vê, mas também como o contexto fictício dela respalda sobre si os delineamentos das formas opressivas quanto a sua identidade. Percebo, com isso, que essa oposição também é presente na configuração do local, “magic place between worlds”, ao que interpreto como o local onde a identificação da intersexualidade ocorre de forma satisfatória, onde a personagem pode ser quem ela é, ainda que precise passar pela transição de confirmação de gênero (por si mesma), do masculino ao feminino. Nesse sentido, a menção desse espaço entre mundos (lugar onde ela é expressivamente livre e ouvida, acolhida, admirada) pode refletir o local de sua segurança, fora de onde ela é atingida pelas formas de opressão.

As terminologias “mythical” e “shunned” podem configurar certo estado de reação que Otolorin (sobre)vive nesse contexto, sendo ela tanto alguém irreal quanto silenciada, o que também é contrastado ao que ela coloca no fim do parágrafo: “There [...] my voice is heard”, ou seja, ela é percebida. Ao avaliar essa circunstância textual, deparo-me com as possibilidades religiosa e literária de mobilizar valores de um “mundo real” a um mundo fictício, não apenas como reflexo e refração da realidade, mas como veículo de perpetuação deles. Esse dialogismo também remete à construção da personagem, revelando que o papel da religião sobre a identidade da personagem exerce uma forte influência quanto a suas escolhas e percepções interiores. Outro dado deste capítulo é a descrição do “diferente” em relação a outras personagens. A protagonista narra: “I often wish I could take Wura, my [twin] sister, to visit that place where I truly come alive, but I cannot because Wura is normal, so it would be death. [...] Even in this, our natural names, our parents kept us apart. Otolorin – one who walks a different path; and Wuraola – a wealth of gold.” (Papillon, 2021, p. 5). Aqui percebo que as identidades são fortemente destacadas, inclusive pela axiologia cultural impressa sobre os contrastes de ser diferente e normal, sexo e intersexo, viva e morta; além disso, há a diferenciação dos nomes, algo culturalmente associado à identidade: Otolorin, quem tem um caminho diferente, e Wuraola, uma riqueza de ouro — em oposição — ao que se guarda e valoriza. Esse diferente não se relaciona apenas com o caminho que a protagonista é designada a percorrer, mas como axiologicamente ela terá de ser posicionada ao longo da narrativa, face a sua autoidentificação. Essa “anormalidade” silenciada, atribuída às pessoas intersexo, também aparece em relação às formas de afeto e de relacionamento no romance. Enquanto a irmã é “normal”, Otolorin é “monstro”. Essa percepção, rica de vozes, revela a impressão axiológica dos personagens, das ideologias circundantes no contexto e da consciência da personagem quanto a um proferido remanescente que, inclusive, foi interiorizado e aceito, assim como diante de uma manifestação do discurso opressivo: “Wura is everything to our mother, who will never have any other children because she is the woman who birthed the unspeakable, and my father has no desire to sire any more monsters.” (Papillon, 2021, p. 5). Nessa passagem ainda encontro o preconceito, a incompreensão e a rejeição ao diferente em relação a si mesma pela protagonista. Esse achado, porém, não só reside em si, mas na possível estratégia da autora de mobilizar esse viés ao longo da história da personagem, o que precisamente escolhi avaliar pelos semelhantes discursos religiosos, provérbios e respostas enunciativas. No segundo capítulo, a narrativa volta em dois anos para retomar memórias do aniversário de 12 anos das irmãs. Ao fazer isso, a autora parece justificar a aceitação identitária da protagonista por essas três categorias. O destaque do capítulo reside em como Otolorin é traumatizada pela experiência de se reconhecer menina, ao desejar vestir-se com o vestido de aniversário que a irmã escolhera para a festa. Ao pedir isso a irmã, a protagonista, em uma narração da consciência, não o acha justo, porque estaria atraindo para sua família a punição de Jeová, referindo-se à voz de sua mãe que é preta de outras vozes, não só pelo que expressa em palavras, mas também em ações: “Mother said Jehovah God would punish us all if she encouraged my sinful habits.” (Papillon, 2021, p. 7); e, mais adiante, ““See, Mother? I was right. They said I’m meant to be a girl!’ [...] Her hand flew at my face and I braced, flinching.” (Papillon, 2021, p. 33). Essa perspectiva está evidentemente relacionada à forma que, nessa ficção, indivíduos intersexo são religiosamente coagidos ao silenciamento de seus interesses e culpabilizados por expressarem sua identificação e manifestações dela pela forma dissidente do aceitável, da “normalidade” descrita pelos contornos religiosos, neste caso sendo uma representação das vertentes do cristianismo. Embora os destaques

acima contrastem as percepções ligadas a essa e à religião local, quanto ao entendimento da mãe de Otolorin, identifico a ponte do real ao ficcional. Em *African Sexualities* (2011), fatídicos relatos pessoais em torno da intersexualidade documentam essa realidade. Explicitando a estranheza dos familiares e religiosos quanto à intersexualidade, Gross (2011, p. 335), uma ativista intersexo, indica o início de sua identificação à própria sexualidade por eventos religiosos que atribuem uma definição à identidade de crianças como ela. Trata-se da cerimônia de circuncisão, ritual inspirado em textos bíblicos, o qual atinge recém nascidos com características de sexo masculino. Em sua vez [semelhante à de Otolorin (Papillon, 2021, p. 24)], a incompreensão quanto às características físicas da criança é presente, e o procedimento é tanto equívoco quanto definitivo para ela: “The problem, in any case, was not that the mohel had stupidly attempted to circumcise a little girl, but rather that I was intersexed [...] I was not exactly male or female, but somehow had characteristics of both. This sets the context of my life history.” (Gross, 2011, p. 335). Nesse viés, a consideração da diferença pode ressoar uma vida inteira, assim como sua incompreensão. Otolorin, após a violenta resposta de sua mãe por ter sido flagrada vestindo a roupa da irmã, tem um episódio místico: um encontro com Yeyemi, divindade com a qual se identifica e encontra refúgio em situações de iluminação espiritual e/ou de desejo por seguridade. Yeyemi reforça esse entendimento: “You are safe here between worlds, at the parting of the veil, you may rest” (Papillon, 2021, p. 11). Em análise a essa identificação, questioneei a relevância religiosa desse diálogo. Ocorre que, na religião iorubá, os orixás estão relacionados à significação das forças e formas do potencial de divindade humana. A palavra orixá é derivada de duas outras em iorubá: “ori, a centelha reflexiva da consciência humana embutida na essência humana, e sha, o potencial máximo dessa consciência para entrar ou assimilar-se à consciência divina”. Nesse sentido, é acreditado que “quanto mais iluminada a consciência de alguém se torna, em relação ao divino, mais o seu comportamento reflete o divino” (Karade, 1994, p. 23-24, traduções minhas). Considerando a arquitetônica, sinto a autora articular a construção da protagonista com o que “no mundo real” a divindade Yeyemi, também chamada Iemanjá no Brasil, relaciona-se com os interesses da personagem. De acordo com Karade (1994, p. 26-27), Iemanjá é a divindade de todos os oceanos. Está intimamente relacionada à maternidade entre os reinos terrestre e celeste. Ela é a mãe, que gera, nutre, protege; tudo com as energias da força feminina. Também está relacionada às artes secretas, as quais usa para proteger seus devotos. Analisando essa construção, percebo o quão a religiosidade é impressa nos aspectos interiores e exteriores de Otolorin, principalmente quando ela é expressamente declarada como guia para a proteger (Papillon, 2021, p. 33). Assim, compreendo que, à medida que Otolorin passa a assumir sua identidade, consciência sobre si em relação ao mundo em que vive e que constrói, assume características semelhantes às de Yeyemi. Dentre mundos (masculino-feminino, família-solidão, casa-escola, miséria-contentamento, morte-vida, Nigéria-América), Otolorin é desenvolvida com esse perfil de força, resiliência, resistência, maternidade e artes – como quando desenha para lidar com o silenciamento e atingir seu objetivo (Papillon, 2021, p. 13). Nesse panorama significativo, as vozes ao seu entorno são parte dos percalços que ela enfrenta nesse processo constitutivo de si mesma. Otolorin, depois desse ocorrido, interage com um colega, Rashid, o qual “brinca” de “papai e mamãe” com ela, sendo ela a mãe. Ao engravidar, na brincadeira, com uma toalha embaixo da blusa, ela é flagrada por Wura e sua mãe, a qual grita: “Unnatural creature, son of disgrace” (Papillon, 2021, p. 12), imprimindo sobre ela certa distorção do que ela tinha se portado, mesmo que ludicamente, e se identifica. Ou seja, além de

não ser filha (“creature”), é ainda “filho da desgraça”. Essa escolha de palavras relaciona-se com o contexto do cristianismo, já que há essa oposição de termos, criatura-filho. Em episódios de batismo, inclusive o de Jesus [Mateus 3, 13-17; Lucas 3, 21-22 (Bíblia, 2002)], a pessoa a ser batizada deixa de fazer unicamente parte da criação de Deus, passando a ser parte da filiação de Deus. Nesse episódio, esse contexto de crença cristã é apresentado nitidamente imbricado com essa idealização da identidade da protagonista. Para a mãe de Otolorin, a criança jamais foi considerada filho, muito menos filha, apresentando durante toda narrativa uma profunda relação de rejeição à filiação dela. Logo, sendo a pessoa batizada filha da graça, Otolorin é considerada calamidade. Pouco mais adiante, já na segunda parte da narrativa, ela narra outra experiência, revelando contornos específicos de assemelhação a essa consciência sobre si: “Yeyemi once asked what I want most in my human life. [...] I told her I wanted to be an artist, but above all, I wanted to be a girl, to perhaps be someone’s wife someday, maybe a mother. She smiled and said sometimes we ask for what we already have.” (Papillon, 2021, p. 179). Ao comparar os pontos das religiosidades presentes, encontro a maternidade sendo um em comum. Ora a maternidade é aspirada e vista como algo identitário, na representação de Yeyemi, ora motivo de violência à aspiração de ser. Dessa forma, é impossível não simpatizar com a estratégia de mudança quanto a esse conflito. Interpreto que, para Otolorin, o aceitável, a priori, foi compreender-se como criatura monstruosa, mas não permanecer neste estado. Aqui, o mencionado naquele último verso ressoa no desejo subversivo em que a protagonista também se inspira, em suas próprias respostas enunciativas: “Here in Nigeria, the road ends at my secret, but America, they say, is a land where wonders are created and the wondrous is made ordinary.” (Papillon, 2021, p. 5). Esse arranjo enunciativo é uma voz eloquente ao longo da narrativa, o qual sempre lembra à protagonista de onde ela veio e para onde ela quer ir, tornando-se um credo. Em outras palavras, ele resguarda sua motivação interior quanto aos movimentos de liberdade e de expressão própria que, apesar de serem extremamente violentados pelos múltiplos discursos e ações, reverberam superação e sua personalidade criativa e “ordinária”, quando também percebo sua menção de autoafirmação: “[...] I am determined to make it all the way. Because if I do, perhaps I, too, can become an ordinary wonder.” (Papillon, 2021, p. 5). Como já expressei, os provérbios também corroboram o entendimento do papel da religião na construção dessa personagem. Ao início de cada parte, um provérbio é inserido como um possível prelúdio do que vem a ser o conjunto narrativo. Na primeira parte, brilha o provérbio: “A person who sells eggs should not start a fight in the market.” (Papillon, 2021, p. 3). Esse provérbio pode expressar a sabedoria de não precipitar a imagem em público, uma vez que dela consiste o negócio. Na narrativa, vejo Otolorin dentro dessa cadeia: não alarmar os seus para não perder o que tem ou o que não tem. Quando visualizo o escondimento da intersexualidade dela, principalmente pela família, consigo inferir sobre o contexto da hierarquização social das famílias do local da narrativa. Pouco antes do final desse segundo capítulo, o pai de Otolorin é apresentado como ausente do dia a dia da família, uma vez que é um homem de prestígio e que vive a negócios. Consequentemente, revelar publicamente a “desgraça” sobre sua filha seria uma perda de reputação. Esse comportamento, portanto, voz do falante, é repetido e reforçado ao longo do enredo, sobretudo pela personagem mais próxima dela, a mãe, que em respostas enunciativas ratificam-no. Por exemplo, quando depois do episódio de violência em relação ao vestido, ao ser levada ao atendimento médico, Otolorin revela a ação da mãe como uma opressão sobre a sua identidade, que tenta esconder da sociedade o fato sobre sua intersexualidade: “He will be fine”, diz o médico, “Mother

squeezed out a smile. She wouldn't leave my side for a second, but not for reasons the doctor thought.” (Papillon, 2021, p. 10). Aqui vejo uma circunstancialidade de controle, de vigilância que também está relacionada ao mercado e a seus produtos, para que nada seja roubado ou perdido, isto é, uma “ação” dela para ser compreendida como uma mãe afetuosa. Outro exemplo é quando, aceita no internato, a protagonista diz quanto à mãe: “[...] she's only spoken to me to go over the rules. I must, 1) Never, ever take off my briefs unless I have utter and complete privacy. 2) Always shower with the door locked and a towel within arm's reach.” (Papillon, 2021, p. 19). Mais uma vez, essa obsessão com o que pode danificar o respeito pela família é posta à frente da protagonista. Por um lado, interpreto esse dado como maléfico ao desenvolvimento de sua identidade sem a pressão social; por outro, considerando o contexto cultural, percebo certa proteção - mesmo assim, uma voz que se relaciona com o escondimento, com o sufocamento de quem Otolorin pode ser. Dentre tantos, um outro provérbio próximo a essa circunstância e promotor da repetida percepção de Otolorin como um monstro em justificativa à ação dela em ouvir pela porta a conversa de seus pais é: “it was because the kite had its ear on the wind that it didn't perish in the brushfire.” (Papillon, 2021, p. 13). Com a sagacidade de uma cobra, ela tem o desprazer de ouvir seu pai: “Forget it, Moji! I will not further besmirch the Ankiro name by siring another monster.” (Papillon, 2021, p. 13), e mesmo afetada por isso, considera: “Father loved using big words” (Papillon, 2021, p. 13), remetendo ao prestígio. E, depois de revisitar essa memória, ela afirma reavaliando a situação, não se deixando queimar pelo impresso sobre ela, iniciando certas respostas de autoafirmação: “[...] I'd never be the son she wanted.” (Papillon, 2021, p. 16). À medida que Otolorin se opõe a essa dinâmica, sua voz ressoa uma identificação mais consistente, destemida e repleta de si, como se progredisse ao ápice de sua consciência e identificação com an ordinary wonder. Nesse processo, percebo o quanto a plurivocalidade integra a construção dessa personagem, sobretudo pelos conflitos que ela desenvolve. Na segunda parte da narrativa, o provérbio “The mouse is a bringer of disaster to the home of the innocent. Snakes do not eat corn.” (Papillon, 2021, p. 167) referencia não só esse processo de amadurecimento como também suas características como respostas, ações. Mesmo sendo um pequeníssimo recorte do livro, esses fragmentos possibilitam perceber como as dinâmicas de autoafirmação e de opressão são materializadas por meio das três categorias desta pesquisa, pois expressam discursos que elaboram a identificação da personagem com a intersexualidade e seus delineamentos, que realizei pela evidenciação da tensão disposta por eles e das provocações que formam consciência de Otolorin quanto a si mesma, dando origem a novas respostas, ainda mais prenhas de bivocalidade, sob vieses religiosos.

Conclusão

Com o desejo de descobrir mais sobre a representação da intersexualidade no diálogo entre as manifestações de crença e os acontecimentos, investiguei a obra *An Ordinary Wonder* de Buki Papillon (2021), que trata da história de uma criança intersexo que busca encontrar seu lugar no mundo – seguro e próprio para a expressão de sua identidade –, uma vez que é vítima de diversas violências por ser caracteristicamente dissidente em território ficcional nigeriano. Imbuída de contornos religiosos, ela perpassa por conflitos internos e externos, numa tensionalidade plurivocal de dizeres e ações sobre como poderia vir a ser an ordinary wonder. A fim de melhor compreender como a semelhança dos discursos religiosos, culturais e afetivos impactaram na

construção estética dessa personagem em relação à intersexualidade e a seus delineamentos, destaquei como o papel da religião é manifestado. Para isso, abordei a relação de valores estudada na grande área da literatura e religião, explicitando que certa axiologia está refletida e refratada no texto. Ela se relaciona com o conceito bakhtiniano de arquitetônica (Bakhtin, 2014), com a qual pude extrair o que vem do mundo da vida para o da arte presente na narrativa desse romance, principalmente no que diz respeito à intersexualidade em continente africano, em especial na Nigéria, em conteúdo, material e forma. Não apenas. Ao mobilizar o conceito de falante no romance (Bakhtin, 2015), fundamentei minha análise sobre como as dinâmicas de autoafirmação e de opressão são materializadas por dizeres religiosos, provérbios e respostas enunciativas, chegando à conclusão de que o papel da religião sobre a identidade da personagem exerce uma forte influência quanto a suas escolhas e percepções interiores, gerando uma gradação da bivocalidade presente no texto, que por escolhas estéticas da autora expressam um trabalho mestre de manutenção da plurivocalidade no romance, amadurecendo a personagem, fazendo-a atingir seu objetivo. Por meio disso, pude evidenciar o quão as religiões presentes no texto geram uma arena de conflitos a partir das lutas que Otolorin vivencia nas dinâmicas formativas de sua identidade. Também tornei evidente o quão a intersexualidade é vista como anormalidade ou necessária expressão de resistência, mesmo quando os contornos sejam esperançosos. Outrossim, existe uma oposição persistente ao domínio sobre corpos e identidades que divergem da “normalidade”. Imagino, então, que o que levantei contribui para as áreas de literatura comparada, aos estudos bakhtinianos e queer, assim como à de literatura e religião, somando no âmbito da crítica à literatura africana de língua inglesa, sobretudo a questões que são silenciadas, como a intersexualidade e a identidade de gênero. Com isso, espero incentivar e realizar mais investigações sobre a obra e outras, uma vez que a limitação do corpus foi necessária, havendo muito mais a ser considerado, de modo a promover e incentivar o contato com narrativas como essa.

Referências

- AGU, I. E., et al. Proverbs as a discourse strategy in some African literary texts. *International Journal of Literature, Language and Linguistics*. Vol. 1, No 1. pp. 1-12, 2018. Disponível em: https://abjournals.org/ijlll/wp-content/uploads/sites/7/journal/published_paper/volume-1/issue-1/IJLLL_Npn653pL.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025. BAKHTIN, M.. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, M.. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 7. ed.. São Paulo: Huitec, 2014. BAKHTIN, M.. *Teoria do Romance I: a estilística*. São Paulo, Editora 34, 2015. BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução da Edição Francesa. São Paulo: Paulus, 2002. COSTA, G. R.. *Sexualidade e Relações Internacionais: influências externas ao processo de criminalização da homossexualidade na Nigéria*. UNIPAMPA, TCC (graduação). Santana do Livramento, 2016. GROSS, S.. The chronicle of an intersexed activist's journey. IN: TAMALE, S. *African Sexualities: a reader*. Pambuzaka Press, Istanbul, 2011. p. 235-237. KAGGWA, J.. Intersex: the forgotten constituency. IN: TAMALE, S. *African Sexualities: a reader*. Pambuzaka Press, Istanbul, 2011. p. 231-234. KARADE, B. I.. *The handbook of yoruba religious concepts*. Samuel Weiser, Inc, EUA, 1994. MBITI, J. S.. *Introduction to African Religion*. Heinemann, Grã-Bretânea. 1975. MEDEIROS, V. R. R. *A representação da intersexualidade a partir dos discursos*

religiosos em *An ordinary wonder*, de buki papillon: uma análise dialógica da arquitetônica da obra. TCC (graduação). UFRN, Natal, 2025. MELO JUNIOR, O. M. B.; PINHEIRO, V. R.. Homossexual: pecador e un-African?: A tensão em torno da homossexualidade masculina em “The day he came” de Amatesiro Dore . TEOLITERARIA - Revista de Literaturas e Teologias, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 162–184, 2023. DOI: 10.23925/2236-9937.2023v30p162-184. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/61359>. Acesso em: 7 ago. 2025. NIGÉRIA. Código Penal. 2004. PARAÍZO, M. A.. Literatura e religião: traços e laços. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião. Belo Horizonte, v. 10, n. 25, p. 8–11, 2012. DOI: 10.5752/10.5752/P.2175-5841.2012v10n25p8. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n25p8>. Acesso em: 8 ago. 2025. UKAH, A. Sexual bodies, sacred vessels Pentecostal discourses on homosexuality in Nigeria. IN: CHITANDO, E., KLINKEN, A. (edt). Christianity and controversies over homosexuality in contemporary Africa. Routledge, 2016. p. 21-37. XABA, M.; MARTIN, K. Queer Africa. [s.l.] African Books Collective, 2013. XABA, M.; MARTIN, K. Queer Africa 2: new stories. Braamfontein, South Africa: MaThoko's Books, 2017.

CÓDIGO: HS0928

AUTOR: ANA BYATRIZ MOREIRA DE LIMA

ORIENTADOR: JULIANE VARGAS WELTER

TÍTULO: MEMÓRIA, ORALIDADE E RESISTÊNCIA: O CORPO COMO ARQUIVO EM *O QUE ELA SUSSURRA* (2020), DE NOEMI JAFFE

Resumo

O presente relatório foi elaborado no âmbito do plano de trabalho Os últimos prêmios 2019-2023 do projeto de pesquisa “Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O estudo se volta ao romance *O que ela sussurra* (2020), de Noemi Jaffe, que ficcionaliza a vida de Nadejda Mandelstam, esposa do poeta russo Óssip Mandelstam — perseguido e morto pelo regime soviético. A análise investiga a memória tanto como dispositivo narrativo, a partir da rememoração da narradora, quanto como chave de leitura, ao evocá-la como prática política e corporal de preservação contra o esquecimento imposto por um regime totalitário, por meio da oralidade. Metodologicamente, a análise possui abordagem qualitativa e, como aporte teórico, o pressuposto teórico-metodológico de Candido (2006), que articula o diálogo entre literatura e sociedade e forma e conteúdo, e as discussões de Friedman (2002) sobre o narrador e de Ricoeur (2007) sobre memória e esquecimento.

Palavras-chave: Memória; esquecimento; resistência; oralidade; *O que ela sussurra*.

TITLE: MEMORY, ORALITY, AND RESISTANCE: THE BODY AS A ARCHIVE IN *O QUE ELA SUSSURRA* (2020), BY NOEMI JAFFE

Abstract

This report was prepared within the scope of the work plan The Last Awards 2019–2023, part of the research project “Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, at the Universidade Federal do Rio Grande do Norte. The study focuses on the novel *O que ela sussurra* (2020), by Noemi Jaffe, which fictionalizes the life of Nadejda Mandelstam, wife of the Russian poet

Óssip Mandelstam, persecuted and killed by the Soviet regime. The novel invests memory both as a narrative device—through the narrator’s process of recollection—and as a key interpretive lens, evoking it as a political and embodied practice of preservation against the forgetting imposed by a totalitarian regime, particularly through orality. Methodologically, the analysis adopts a qualitative approach and is theoretically grounded in the theoretical-methodological framework proposed by Candido (2006), which articulates the relationship between literature and society as well as form and content, alongside the discussions of Friedman (2002) on the narrator and Ricoeur (2007) on memory and forgetting.

Keywords: Memory; forgetting; resistance; orality; O que ela sussurra.

Introdução

Este estudo foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa “Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob coordenação da Profa. Dra. Juliane Vargas Welter. A partir da articulação entre forma literária e processo social (Candido, 2006) e sob a premissa de que a literatura é intérprete do seu tempo e das transformações sociais, analisa a memória como dispositivo narrativo na literatura brasileira contemporânea. Seu corpus é constituído pelos romances vencedores (2001-atual) de três grandes prêmios em língua portuguesa: Jabuti, Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional e Oceanos (antigo Portugal-Telecom). O recorte do plano de trabalho Os últimos prêmios 2019-2023 contempla a obra aqui analisada *O que ela sussurra* (2020), de Noemi Jaffe, 2ª colocada na categoria Romance do Prêmio Literário Fundação Biblioteca Nacional.

Noemi Jaffe nasceu em São Paulo, em 1962. É escritora, professora, crítica literária e doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Publicou seu primeiro livro de ficção aos 43 anos, *Todas as coisas pequenas* (2005), pela editora Hedra. Desde então publicou pelas Editoras 34, Cosac Naify e Companhia das Letras. Além disso, Jaffe coordena o centro cultural literário Escrevedeira, em São Paulo, onde ministra cursos de escrita criativa.

Em *O que ela sussurra*, a memória não é apenas objeto temático, mas o meio narrativo que estrutura o enredo a partir da rememoração da narradora e protagonista Nadejda Mandelstam, figura histórica ficcionalizada no romance. Nadejda relembra, ao longo dos capítulos, episódios de sua trajetória ao lado de seu marido — o poeta russo Óssip Mandelstam. A narrativa se organiza a partir de um tempo cronologicamente embaralhado, e é a partir deste vai e vem temporal que o enredo se constrói, costurado por um ponto em comum: o sussurro.

Após ter sua obra censurada, Óssip é preso e morto pelo regime stalinista. Com intenção de um dia publicá-los, Nadejda sussurra os mais de 300 poemas censurados do marido, por mais de vinte anos. Este ato confere à memória uma força de resistência contra os mecanismos de apagamento forçado do Estado socialista opressor, que busca não apenas aniquilar a vida do sujeito, mas também suas obra e linguagem. Ao sussurrar e, por conseguinte, paralisar o funcionamento dessa máquina de esquecimento institucionalizado, Nadejda encontra uma forma alternativa de arquivo: ela própria. Seu

corpo passa a ser o único lugar seguro para armazenar os poemas, uma vez que os textos não poderiam ser nem escritos, sob risco de punição estatal.

Nesse contexto, a oralidade recebe grande valor político e simbólico, pois torna-se fundamental para a preservação da memória. O gesto de recitar em voz baixa os versos do marido é uma forma de insubmissão (quase) silenciosa, pois enquanto o regime soviético controla a imprensa, os arquivos, os livros e a população, há ainda um ambiente inalcançável: a memória individual. É este espaço que a repressão não consegue contornar e é, por isso mesmo, o local em que os poemas se materializam não em textos escritos, mas oralmente em sussurros.

Assim, este estudo elege o romance *O que ela sussurra* e investiga o uso da memória como instrumento narrativo e temático. Interessa-nos analisar como a memória configura-se como um instrumento de resistência ao esquecimento forçado e institucionalizado por meio da oralidade, a partir do sussurro, ao mesmo tempo que é empregada na forma literária pela rememoração de Nadejda, narradora-protagonista. Nossa leitura sugere que a formalização desse dispositivo no romance é herança de um país que possui muitas contas em aberto com o passado de episódios violentos, fazendo com que a literatura brasileira contemporânea dedique-se a preencher as lacunas deixadas por narrativas silenciadas, fruto de memórias impedidas (Ricoeur, 2007).

Metodologia

Metodologicamente, esta pesquisa, de abordagem qualitativa e viés exploratório, se organizou em três etapas. A primeira correspondeu à seleção e leitura do romance *O que ela sussurra?* (2020), de Noemi Jaffe, entre aqueles que integram o plano de trabalho Os últimos prêmios 2019-2023, a saber: *Paradeiro* (2019), de Luís Bueno; *Paraíso-Paraguay* (2019), de Marcelo Labes; *Além do Rio dos Sinos* (2020), de Menalton Braff; *O que ela sussurra?* (2020), de Noemi Jaffe; *Três porcos* (2020), Marcelo Labes; *O ausente* (2020), Edimilson de Almeida Pereira; *Siameses* (2022), de Antonio Geraldo Figueiredo Ferreira; *Uma exposição* (2021), de Ieda Magri; *O filósofo no porta-luvas* (2021), de Juliano Garcia Pessanha; e *O som do rugido da onça* (2021), de Micheliny Verunschck.

Paralelamente ocorreu a segunda etapa, constituída de reuniões quinzenais dos pesquisadores para discussão de textos teóricos sobre a categoria central de análise — a memória —, e compartilhamento sobre o andamento de cada um dos planos de trabalho. Uma das reuniões foi dedicada à apresentação de um quadro-base contendo informações essenciais sobre o romance analisado, incluindo título; ano; autor; editora; perfil do autor (idade, sexo, formação, local de nascimento); conteúdo; características formais; memória como dispositivo narrativo; outras possíveis chaves de leitura; e notas sobre sua recepção crítica.

A terceira etapa concentrou-se no levantamento e na análise da fortuna crítica da obra, ainda embrionária e voltada exclusivamente à questão da memória. No artigo de Lázaro da Silva e Rabelo (2024), as discussões se voltam para a resistência feminina em três

obras, enfatizando o papel da canção, da poesia e da memória nesse processo; enquanto na dissertação de Andreatti (2022), a ênfase recai sobre a preservação da memória no romance de Jaffe; já Luz (2021) privilegia a memória coletiva ao discutir suas figurações. Este último autor menciona brevemente a personagem Nadejda como um arquivo vivo, mas não desenvolve essa perspectiva. Diante dessa lacuna, propomos investigar a memória como arquivo vivo, compreendendo-a como forma de resistência e como dispositivo narrativo estruturante do romance — eixo central desta pesquisa. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Candido (2006), que articula literatura e sociedade, forma e conteúdo; o aporte teórico deste trabalho é composto pelas discussões sobre memória e esquecimento feitas por Ricoeur (2007) e sobre o narrador feitas por Friedman (2002).

Resultados e Discussões

Situado na literatura brasileira contemporânea, *O que ela sussurra* (2020) é tema deste estudo e insere-se no rol de obras que evocam um período violento da história, neste caso, na Rússia. O romance ficcionaliza uma história real: a vida de Nadejda Mandelstam (1899-1980) e de seu marido, o poeta russo Óssip Mandelstam (1891-1938), perseguido e morto pelo regime stalinista, durante a União Soviética. Após a morte de Óssip, Nadejda, a narradora, dedica-se a sussurrar os mais de 300 poemas censurados do marido, sem o auxílio de qualquer registro escrito, por mais de vinte anos até conseguir publicá-los após a morte de Joseph Stalin (1878-1953), então líder soviético. Estruturalmente, o romance está dividido em um prólogo — narrado por Nadejda — e 17 capítulos, dos quais 16 são narrados em 1ª pessoa e com uso do discurso indireto, por Nadejda, através do foco narrativo narrador-protagonista, segundo classificação de Friedman (2002). O último capítulo do romance é narrado por Anna Akhmátova, amiga de Nadejda, com utilização do mesmo foco narrativo.

Assim como ocorre na realidade, na obra, a memória está necessariamente ligada ao tempo, pois estando vinculada a um evento ocorrido no passado, é a partir do distanciamento temporal de tal acontecimento que surge a rememoração, decorrente de um processo ativo ou passivo do sujeito (Ricoeur, 2007). Como um dos operadores de leitura do texto literário (Franco Junior, 2003), o tempo é indispensável para uma análise integral da obra, principalmente aquela voltada à memória enquanto meio estruturante do enredo. O romance de Jaffe recorre à temática temporal continuamente. Em algumas passagens do texto, Nadejda atribui ao seu sussurro a capacidade de suspender a passagem do tempo e de se manter viva, presentificando o passado por via da memória: “Os poemas que memorizo mas que parecem também me memorizar, como se eu só pudesse existir através deles, me levam para um passado que fica no futuro” (Jaffe, 2020, p. 21); “Agora mesmo o tempo parou. Ouça. Ele faz um ruído quando para de passar. Eu dizia: “O corpo a mim é dado — dele o que devo fazer? / Tão único e tão meu ser?”. Ele não ouvia direito o que eu estava dizendo e parou” (Jaffe, 2020, p. 15).

A formalização dessa categoria na obra se dá pelo embaralhamento. O tempo construído no discurso da narradora apresenta uma distorção em relação ao tempo da própria

diegese, estando os acontecimentos organizados não em uma sequência cronológica, mas de acordo com a memória de Nadejda, isto é, embaralhados. Típico da rememoração, a narrativa se desenvolve no vai e vem temporal, mesclando eventos que aconteceram em passados mais remotos àqueles ocorridos mais próximos ao presente narrativo. Como resultado do processo natural da memória, tais registros são fruto não apenas de lembranças, mas de esquecimentos, fato percebido pela própria narradora: “A memória se apressa e cada lembrança vem acompanhada de muitos esquecimentos” (Jaffe, 2020, p. 17).

Assim como o envelhecimento e a morte, o esquecimento constitui uma dimensão incontornável e intrínseca da condição humana. Estudos como o de Heidegger (2015) investigam a articulação entre memória e esquecimento, compreendendo-os como instâncias indissociáveis: um não existe sem o outro. Tal como a morte dá sentido e limite à vida, o esquecimento delimita e, ao mesmo tempo, possibilita a memória — ambos sendo mutuamente constitutivos. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 48) compreende que “a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento”. No romance de Jaffe, o ato de Nadejda sussurrar os poemas do marido não constitui a luta contra o esquecimento natural, individual e irremediável, é, em vez disso, a resposta ao que Ricoeur (2007, p. 455) denomina ‘memória manipulada’, descrita como “uma forma ardilosa de esquecimento”, manipulada a serviço, entre outros casos, da história oficial — aqui entendida a partir de Ricoeur (2007, p. 455), como a “história autorizada, imposta, comemorada”, manejada segundo a disposição de potências superiores, que impõem uma narrativa canônica da história por meio de, entre outros motivos, intimidação.

Em regimes autoritários como o stalinismo na Rússia, é comum que o Estado disponha de mecanismos repressivos contra seus opositores, com o intuito de silenciar qualquer discurso contrário ao governo. Na narrativa, a censura à arte produzida no período ganha relevo nas memórias de Nadejda, porque disso resultaram as drásticas mudanças vivenciadas por ela e Óssip durante os anos de perseguição ao marido, como visto nos trechos: “Quando saímos de Vorónej, o que levamos foram alguns baldes, três painéis sem tampa e uma vassoura [...]. Não foi com tranquilidade que abri mão de tudo” (Jaffe, 2024, p. 78) e “Vi Óssip ser perseguido até a morte e o acompanhei. Passei fome, suportei sua loucura e paranoia, fui traída por amigos, seguida na rua, recusada em inúmeros empregos, trabalhei de dia e de noite, pedi esmolas, adoeci, quis morrer” (Jaffe, 2024, p. 68). A censura e a perseguição política de sujeitos, negando-lhes o mínimo básico para viver com dignidade, promovem não só o assujeitamento das vítimas, mas seu completo silenciamento e o apagamento de suas histórias. Métodos como esses demonstram como age a máquina de esquecimento forçado de um governo autoritário.

Ao sussurrar os poemas de Óssip Mandelstam, a memória de Nadejda não apenas resgata sua obra, mas a materializa; sua mente deixa de ser mero receptáculo passivo, tornando-se o único espaço seguro de preservação. Conforme argumenta Ricoeur (2007, p. 455), a memória manipulada é “resultante do desapossamento dos atores sociais e de seu poder de narrarem a si mesmos”. Nesse sentido, ao preservar os poemas, Nadejda ultrapassa a esfera da resistência pessoal: ela se torna símbolo da resistência ao esquecimento imposto, enfrentando o apagamento forçado promovido pelos detentores do poder que procuram controlar os modos de narrar a história. Ao garantir a

sobrevivência e posterior publicação da obra do marido, Nadejda assume o papel de narradora de uma memória que se tentou suprimir.

Como todo esse movimento só é possível via oralidade, uma vez que, segundo Nadejda, ela “não podia escrever os poemas, ninguém podia, correndo risco de prisão e até de morte”, sua “memória funcionava como o papel” (Jaffe, 2020, p. 138). Desse modo, Nadejda assimilou para si a tarefa de ser, como ela diz: “eu, um baú”. Segundo Luz (2021, p. 92), o “reconhecimento da personagem com a figura do baú é representativo na medida em que elabora uma coisificação de si própria, atribuindo à sua vivência uma função que, embora metaforizada na narrativa, não deixa de ser prática: ser um objeto para guardar coisas que se quer lembrar”. Mesmo incubindo-se de tal atribuição, seu corpo não deixa de ter as limitações humanas, como as de qualquer outra pessoa. Assim, recai sobre Nadejda tanto a tarefa de guardar uma obra inteira até conseguir publicá-la quanto a possibilidade de não ser capaz de fazê-lo, diante do mistério de sua própria memória: “Vou conseguir lembrar dos teus poemas até eles serem publicados?” (Jaffe, 2020, p. 14).

Ao mesmo tempo, em determinada passagem da obra, enquanto reflete sobre o processo de recordar os poemas, a narradora reconhece sua finitude, sem necessariamente temê-la; e mais, atrela ao sussurro a manutenção de sua existência, ou melhor, de seu não desaparecimento:

Você [Óssip] dizia que os poemas eram isso mesmo, invocações que faziam aparecer ou desaparecer as coisas pelo efeito da voz, inclusive com a superstição de que, assim que você escrevesse sobre um objeto, ele desapareceria: a bengala, o cobertor, o peixinho, o próprio apartamento. Deve ser por isso que tudo na minha vida está em vias de desaparecimento, inclusive eu mesma. Porque repito teus poemas todas as noites e talvez seja o sussurro que me salve de desaparecer completamente (Jaffe, 2020, p. 20).

No romance, a centralidade dada à oralidade, como método de preservação tanto da obra de Óssip quanto da própria vida de Nadejda é recorrente em muitos momentos do discurso da narradora, como no final da citação anterior: “[...] talvez seja o sussurro que me salve de desaparecer completamente” (Jaffe, 2020, p. 20). Tal importância pode ser percebida, entre outros motivos, porque a função de baú não é exercida apenas por Nadejda, mas por muitas outras mulheres na Rússia, que dedicam-se a sussurrar obras inteiras censuradas, ficcionais ou não, suas e de seus companheiros. Em uma passagem do romance, a narradora diz: “Meu sussurro avança lento pelas ruas e se encontra com os sussurros de Vária, Varvara, Tatianna, Nadja, Anna, Malinka, Ekaterina, Svetlana, Iulia, Vera, Liubov, Aleksandra, Maria, Olga, Anastácia, Sófia, Elena, todas nós dizendo as cartas, poemas, aforismos, teorias [...]” (Jaffe, 2020, p. 18). Para Nadejda, são essas “mulheres que estão salvando a Rússia do esquecimento” (Jaffe, 2020, p. 19).

Jaffe constrói um romance com uma prosa bastante sensível. Em muitos trechos a linguagem parece se desenrolar no ritmo dos sussurros da narradora, com atmosfera introspectiva, criada a partir do monólogo interior, que vai e vem nos acontecimentos de sua trajetória ao lado do marido e após a morte dele, mas não só. Segundo Franco Junior (2003, p. 43), no monólogo interior, “[...] a personagem está mentalmente dialogando consigo mesma. Isso, sem perder o controle de sua consciência ou as relações de causalidade que regem a noção usual de lógica presente no cotidiano”. Tal atmosfera é

intensificada pela própria natureza do sussurro: a voz baixa. Esse gesto que, simultaneamente, encontra uma maneira de paralisar a passagem do tempo, de presentificar o passado, de preservar uma obra censurada e, por isso mesmo, de resistir à perseguição política evidencia a oposição entre o quase silêncio e o silenciamento.

Além disso, tanto o emprego da memória como motor para o sussurro de Nadejda quanto a formalização literária dessa categoria como eixo estruturante do enredo — a partir da rememoração da protagonista — sugerem que é uma característica da literatura brasileira contemporânea, enquanto intérprete crítica da realidade, o esforço de preencher as lacunas deixadas pelas narrativas silenciadas ao longo de toda nossa história. Desde a colonização, muitos apagamentos foram promovidos por discursos oficiais e a literatura, ao tornar-se lugar de memória, não apenas rejeita o esquecimento, mas escova a história a contrapelo (Benjamin, 1994), lançando luz sobre narrativas antes ignoradas.

Conclusão

Neste estudo, observamos como a literatura transforma o gesto íntimo da rememoração em força estética e política, evocando tensões entre esquecimento, censura e sobrevivência da palavra. No romance *O que ela sussurra* (2020), o ato de Nadejda de sussurrar e, portanto, de preservar não apenas a memória de Óssip, mas sua obra, fez com que o sussurro figurasse uma arma de resistência ao regime stalinista, responsável pela perseguição e morte do poeta russo.

Jaffe elabora uma obra que explora o imbricamento entre memória e esquecimento a todo momento. No romance, a rememoração, motor da narrativa, acontece do início ao fim, em capítulos repletos de marcações espaciais e temporais que constroem como pano de fundo o contexto histórico ao qual o romance remete. Ao protagonizar a tradição oral como método pelo qual ocorre a preservação de uma obra, a autora constrói um romance que tenciona o quase silêncio e o silenciamento, transformando o sussurro da vítima em resistência à censura do líder russo, durante a União Soviética.

Ao construir um romance que centraliza a memória tanto como tema quanto como eixo estruturante da narrativa, a autora dialoga com as tendências contemporâneas da literatura brasileira, que recorrem frequentemente à memória — tese em vias de comprovação pelo projeto de pesquisa “Narrar é resistir?”: literatura brasileira contemporânea e memória, uma análise preliminar, ao qual este estudo pertence —, em decorrência das contas em aberto que o país tem com seu próprio passado. Como sintoma disso, a literatura formaliza a memória como instrumento narrativo, desvelando a relação indissociável entre literatura e sociedade, forma e conteúdo.

Referências

ANDREATTI, Gabriela Soares Nogueira. Sussurrando contra o esquecimento: análise da preservação da memória em *O que ela sussurra* (2020), de Noemi Jaffe. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <https://ple.uem.br/gabriela-andreatti-versao-final-1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FRANCO, Junior. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2003. p. 33-56.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção. O desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 53, p. 166–182, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2015.

JAFFE, Noemi. *O que ela sussurra*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÁZARO DA SILVA, P. M.; RABELO, A. P. Nadejdas, Vânicas e Marias: entrelaçando memórias, canções e poesias. *Revista de Literatura, História e Memória*, [S. l.], v. 19, n. 34, p. 229–241, 2024. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/30852>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LUZ, Cleber da Silva. *O que ela sussurra? Figurações da memória no romance de Noemi Jaffe*. *Revista Garrafa*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 88-108, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/50776>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

CÓDIGO: HS0940

AUTOR: TIAGO DE LIMA ENEAS

ORIENTADOR: SEBASTIAO GUILHERME ALBANO DA COSTA

TÍTULO: Plano de trabalho: autoficções e demais autofigurações no jornalismo e literatura

Resumo

O presente estudo analisou a autossociobiografia enquanto um subgênero híbrido, situado entre a comunicação social e a literatura. Para tal, investigou-se O acontecimento, de Annie Ernaux, com base em um referencial teórico que abarca noções como autoficção (Colonna, 2014), autossociobiografia (Ernaux, 2022a; 2022b; Lammers e Twellmann, 2021), espaço biográfico (Arfuch, 2010), jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015; 2025) e valores-notícia (Traquina, 2020). Em virtude do cumprimento dos critérios estabelecidos por cada modalidade textual, verificou-se uma possibilidade dessa hibridização.

Palavras-chave: Jornalismo. Subjetividade. Autoficção. Autossociobiografia.

TITLE: Autosociobiography and social communication: an possible hybridization

Abstract

The present study analyzed the notion of autosociobiography as a hybrid subgenre, situated between social communication and literature. To this end, we investigated Annie Ernaux's *Happening* based on a theoretical framework that includes concepts such as autofiction (Colonna, 2014), autosociobiography (Ernaux, 2022a; 2022b; Lammers and Twellmann, 2021), biographical space (Arfuch, 2010), journalism of subjectivity (Moraes, 2015; 2025), and news values (Traquina, 2020). Due to the fulfillment of the criteria established by each textual modality, the possibility of this hybridization was verified.

Keywords: Journalism. Subjectivity. Autofiction. Autosociobiography.

Introdução

Annie Ernaux é uma escritora francesa, laureada com o Prêmio Nobel de Literatura “pela coragem e acuidade clínica por meio da qual desvela as raízes, estranhamentos e constrangimentos coletivos da memória pessoal” (TheNobelPrize, 2022, tradução nossa). A autoficção, etiqueta comumente atribuída à sua obra, remete (geralmente) a um gênero que mistura as categorias de autobiografia e ficção, unindo duas formas de escrita que, em princípio, se excluem (Figueiredo, 2010).

Ao rejeitar tal classificação, bem como qualquer elemento ficcional em sua obra (Ernaux, 2022), a escritora expõe uma preocupação não só com o que se viveu, mas com o fato em si. Há uma preocupação documental de (re)contar experiências que, muitas vezes, são angústias de classe ou de um grupo social. Ao usar “autossociobiografia” para categorizar sua produção, deixa claro sua posição quanto a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade (Freitas, 2024).

Com base em *O acontecimento* (2022), de Annie Ernaux, buscou-se analisar a possibilidade da autossociobiografia enquanto subgênero híbrido – pertencente ao gênero da comunicação social –, estabelecido em um contexto biográfico, semelhante ao jornalismo de subjetividade, noção estabelecida por Moraes (2015) para designar uma prática que admite o sujeito enquanto elemento fundamental da profissão, simultaneamente em que reconhece que, a despeito da impossibilidade de dar conta de fenômenos exteriores em sua totalidade, é preciso incorporá-lo às práticas profissionais, mormente nessa rubrica de serviço público.

O presente estudo justifica-se a partir da necessidade de compreensão ou mesmo delimitação de novas formas de transmissão de informações, transcendendo a formulação jornalística tradicional, comumente responsável por postular um lead, o uso da pirâmide invertida e exigir distanciamento daquilo que se relata em prol de uma objetividade e/ou neutralidade. Esses novos caminhos são de grande valia, pois possibilitam, por exemplo, a representação de experiências de uma coletividade marginalizada enquanto repercussões políticas e sociais normatizadas.

Metodologia

Realizamos uma pesquisa bibliográfica, método de pesquisa caracterizado, mais especificamente, como uma série de mecanismos que buscam identificar “[...] informações, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico” (Stumpf, 2005, p. 51). Para Brito, Oliveira e Silva (2021), a importância desta metodologia está ligada a descobertas a partir de conhecimentos já elaborados e produzidos como saberes.

Esta técnica de investigação foi utilizada tendo em vista a composição de um escopo analítico, fundamentado nos estudos da comunicação e de gênero (explorando os meandros da autoficção, jornalismo, autossociobiografia e biografia), considerando autores como Ernaux (2022a; 2022b), Moraes (2015; 2025), Arfuch (2010) e Traquina (2020). Nesse sentido, realizou-se uma seleção de trechos de *O acontecimento* com base

na hipótese estabelecida inicialmente: *É possível que a autossociobiografia, a partir da obra de Annie Ernaux, integre a comunicação social? Como?*

Resultados e Discussões

A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Calhoun (2011) caracteriza a comunicação como uma área claramente interdisciplinar, com tópicos de estudo extremamente diversos e muitas variáveis, em que se é capaz de estudar desde o uso de celulares [por parte de um público] até os fluxos globais de informação e influência. Enquanto campo de estudo, menciona que o desenvolvimento e a integração incompleta são evidentes nas afinidades [temáticas] de subgrupos e nas divisões internas de muitos departamentos e, muitas vezes, em conexões fracas entre áreas de pesquisas que seriam relevantes uma para as outras e para a resolução de problemas maiores. (Calhoun, 2011).

Não obstante, o autor cita que esta classificação contempla, no mínimo, as seguintes áreas do conhecimento: retórica e discurso; drama, teatro e estudos de desempenho; comunicação de massa; comunicação interpessoal e de pequenos grupos; comunicação organizacional; jornalismo; relações públicas; marketing; análise política; estudos culturais e a mídia (história da mídia, mídias de distribuição, produção, filmes e vídeos, e crítica).

Pena (2008, p. 23), por sua vez, define o jornalismo como o relato e a transmissão de informações para outros membros de uma comunidade em procura de segurança e estabilidade do conhecimento sob certas condições éticas e estéticas. O texto jornalístico surge como um modo marcado pela precisão factual, objetividade, concisão e vocabulário simples e acessível. Esse comprometimento é ressaltado por Oliveira (2020), que destaca a importância do jornalista de alertar para que a condição cidadã nunca seja relevada em prol de outros atores.

Para sistematizar conceitos e ideais que norteiam tal compromisso informativo foi elaborado o dispositivo de valor-notícia, responsável por ditar aquilo que deve ser noticiado. Traquina (2020), com base em propostas de Wolf, propõe uma divisão entre valores-notícia de seleção (que abarca aspectos substantivos e contextuais) e de construção. O primeiro tipo refere-se aos critérios empregados para decidir se uma situação deve ou não virar notícia, já o segundo se define como qualidade construcional da própria notícia, apontando o que tende a ser incluído ou ocultado no produto final.

Os critérios substantivos referidos por Traquina (2020) são: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo. No quesito contextual, há disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e o dia noticioso. Por fim, os valores-notícia de construção são: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

O jornalismo subjetivo de que fala Moraes (2019) questiona a primazia destes valores, já que podem reforçar e sustentar a manutenção de hierarquias e estereótipos.

Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Entendemos que a heterogeneidade que hoje caracteriza o jornalismo torna cada vez mais problemática a separação entre o que pode ou não ser noticiável. (Moraes, 2019, p. 211)

Tendo em vista que esta ocupação - bem como a comunicação - estão em constante transformação em virtude de novas dinâmicas (sejam sociais ou tecnológicas), é necessário questionar tais direcionamentos. Essa movimentação crítica, ilustrada pelo combate às dicotomias de razão/emoção e subjetividade/objetividade, permite uma compreensão mais orgânica do campo jornalístico, que passa a abarcar fenômenos que em princípio não integrariam tal esfera.

Como apontou Calhoun (2011), a comunicação é extremamente diversa e interdisciplinar, e o mesmo ocorre com o jornalismo. Tendências como o jornalismo literário (cf. Weingarten, 2010) já apontam para hibridizações possíveis e o cruzamento de fronteiras que fazem repensar o texto jornalístico.

BIOGRAFIAS, AUTOFIÇÕES E AUTOSSOCIOBIOGRAFIAS

De acordo com Colonna (2014), os textos autoficcionais podem ser tratados de diferentes maneiras, de acordo com suas características. A primeira classe que menciona é a autoficção fantástica, em que o escritor, assim como um herói, está situado na parte central do texto, mas transfigura sua existência em uma história irreal e sem preocupações quanto à verossimilhança. É essencialmente diferente da autoficção biográfica, pois ainda que haja a conservação do redator enquanto herói, sua imagem é construída a partir de dados reais e uma realidade, no mínimo, subjetiva, opondo-se à inventividade da outra. Ambas distinguem da autoficção especular, pois aqui o escritor não obrigatoriamente precisa estar no centro, somente em algum ponto da obra que reflita sua presença tal qual um espelho distorcido – a verossimilhança é secundária. O “reflexo”, nesse caso, não ocorre em termos factuais, mas sim como uma presença, evocada pela manipulação da linguagem. Finalmente, há a autoficção intrusiva (autoral), instância em que o escritor, à margem das intrigas relatadas, posiciona-se mais como um “narrador-autor”, que pode fazer discursos ao leitor, garantir ou contradizer as circunstâncias

A “autossociobiografia”, como a própria palavra sugere, é um texto de cunho sociológico e autobiográfico, desdobrado a partir de uma experiência do próprio autor. Segundo Lammers e Twellman (2021), têm dois elementos significativos que costumam estruturar as narrativas autossociobiográficas: o retorno do protagonista ao seu ambiente de origem e o conceito de classe social, bem como suas implicações e repercussões textuais.

Les autosociobiographes utilisent le concept de classe, transféré dans la sphère culturelle, de manière programmatique pour interpréter leur propre trajectoire. Cette dernière est imaginée de manière topologique; l'individu franchit une frontière entre

milieux sociaux. Le sujet central des récits est souvent, comme le suggère le titre de l'ouvrage de Didier Eribon, le retour. (Lammers e Twellman. 2021, 9)

Em O acontecimento, Ernaux relata sua experiência ao descobrir uma gravidez inesperada. Aos 23 anos, em um período que o aborto era ilegal na França, ela reconstitui seu trajeto e expõe como interrompeu sua gravidez de maneira clandestina, evidenciando desde suas emoções até os procedimentos aos quais se submeteu. Ainda que a publicação ocorra muitos anos após os fatos, a autora não considera isso um motivo para deixar a história enterrada, uma vez que “[...] o paradoxo de uma lei justa seja quase sempre obrigar as antigas vítimas a se calar, em nome de que “tudo isso acabou”, de maneira que o mesmo silêncio de antes encubra o que aconteceu” (Ernaux, 2022, p. 13).

Portanto, a autossociobiografia não pode ser sinônimo epistemológico daquilo que convencionalmente se chama de autoficção – até a de cunho autobiográfico. A autora está centralizada no acontecimento (pelo fato da história tratar-se de uma experiência pessoal), porém não coloca-se enquanto heroína ou muito menos alguém detentora de qualidades excepcionais e incríveis. Durante a narração, ela expõe-se, muitas vezes, como alguém que está “ferrada”, “desesperada” (cf. Ernaux, 2022, p. 17, 19) ou dominada por um sentimento de vergonha. Esse embaraço não some, mas perdura, mesmo após vinte anos. É o que evidencia o trecho a seguir:

(Não é mais possível sentir agora o que eu devia estar experimentando naquele momento. É só quando vislumbro, ao acaso, numa fila de supermercado ou dos correios, uma mulher qualquer de uns sessenta anos, de aspecto rude e antipático, e a imagino remexendo dentro do meu sexo com um objeto desconhecido, que me aproximo vagamente do estado em que estive mergulhada durante uma semana.) (Ernaux, 2022, p. 39).

Desse modo, não há o emprego de um tom puramente confessional, muito menos remissional. A produção em questão se insere também no espaço biográfico, determinado por Arfuch (2010, p. 58-60) enquanto a “confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa”, que abarca formas canônicas, como: biografias autorizadas ou não, autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, diários íntimos, correspondências, cadernos de notas, de viagens, lembranças de infância, autoficções, romances, filmes, vídeo e teatro autobiográficos, rascunhos, os inúmeros registros biográficos da entrevista midiática, conversas, retratos, perfis, anedotários, indiscrições, confissões próprias e alheias, velhas e novas variantes do show (talk show, reality show), a videopolítica, os relatos de vida das ciências sociais e as novas ênfases da pesquisa e da escrita acadêmicas. A vastidão de exemplos possíveis e diferentes entre si ressalta uma pluralidade que, para a autora, é algo constitutivo desse espaço.

Vários apontamentos poderiam ser feitos a respeito da pertinência dessa conceituação para pensar o espaço biográfico. Em primeiro lugar, a heterogeneidade constitutiva dos gêneros, sua estabilidade apenas relativa, o fato de não existirem formas “puras”, mas constantes misturas e hibridizações, em que a tradição se equipara à abertura à mudança e à novidade. (Arfuch, 2010, p. 66).

Hernandez (2017) diz que a obra autoral de Ernaux se articula em dois campos: de um lado, temos uma revisitação de memórias íntimas e, do outro, uma linha que expõe a convivência social com o outro. Ernaux (2022), por sua vez, também defende uma espécie de divisão para seus escritos ao dizer que a escrita tem duas formas: sob uma ótica, os textos elaborados e, em paralelo, uma atividade diarista, antiga, multiforme. A própria autora considera O acontecimento como um de seus textos “menos autobiográficos e mais autossociobiográficos” (Ernaux, 2022, p. 31).

Essa preocupação social é refletida durante a redação. Não escrever esse texto, para ela, seria corroborar com a perpetuação do domínio dos homens: “E, se eu não relatar essa experiência até o fim, estarei contribuindo para obscurecer a realidade das mulheres e me acomodando do lado da dominação masculina do mundo” (Ernaux, 2022, p. 29).

Quando a autora começa efetivamente a narração da vivência que culminou no aborto, cita uma passagem do Novo Larousse Universal, de 1948, a prescrever uma punição para qualquer pessoa envolvida neste ato, seja médico, parteira, farmacêutico (Ernaux, 2022). Esta informação situa não só o leitor no que concerne às leis (e à moral) da época, como em relação às dificuldades enfrentadas por ela como mulher e como escritora.

Ao iniciar a busca por uma clínica ou médico que facilitasse sua “empreitada”, fornece descrições sobre os espaços que frequenta. Trechos como “Segui na direção de Martainville, imaginando que, nesse bairro pobre, um tanto miserável, os médicos deveriam ser mais compreensíveis” (Ernaux, 2022, p. 21) e “Como a maioria dos consultórios médicos dos anos 1960, o do clínico geral do boulevard Yser, perto da praça Beauvoisine, parecia uma sala burguesa, com tapetes, estante com porta de vidro e uma escrivaninha estilosa...” (Ernaux, 2022, p. 22) entregam descrições não só espaciais, mas de natureza sócio-econômica. Ainda que não sejam perfeitamente pontuais, são verificáveis.

Para se referir às pessoas envolvidas em sua história, utiliza somente as iniciais: dr. N, L.B., residência dos B., etc. (cf. Ernaux, 2022, p. 14). Conforme aponta, tal ausência decorre precisamente por estar lidando com pessoas de verdade e não com seres fictícios (Ernaux, 2022).

Considerando os critérios noticiosos previamente estabelecidos, vemos que O acontecimento cumpre alguns: a relevância (por alertar para problemas quanto ao papel da mulher e a falta de segurança médica), a notabilidade (a problemática do aborto clandestino, algo que hodiernamente ainda acontece), infração (pelo texto ser, de fato, a “confissão” de algo fora da lei) etc. O que ocorre, entretanto, não é a tirania destas “regras” sobre os fatos. Por isso, é importante saber que objetividade e subjetividade como valores absolutos não podem ser extraídos da produção noticiosa, já que estão imbricadas (Moraes, 2015).

O compromisso documental, a preocupação com os “personagens”, a verossimilhança e a publicização intencional deste tipo de manuscrito torna-o similar ao que se produz, por exemplo, em disciplinas dos estudos da comunicação (cf. Calhoun, 2011), especialmente o jornalismo. A roupagem poética de uma perspectiva estilística, bem como o relato de cunho autobiográfico, não elimina o propósito maior do texto: a

representação factual de uma realidade marginalizada – no caso, a posição da mulher e a questão do aborto nos anos 60 – e a explicitação de injustiças sistêmicas que afetam a sociedade como um todo.

Conclusão

A partir da análise de *O acontecimento*, verificou-se que há possibilidade de encarmos a autossociobiografia enquanto um subgênero que se situa entre a comunicação social (mais próximo de um jornalismo de subjetividade), e a literatura, uma modalidade mais flexível em quesito de forma e matéria. É uma categoria que, com efeito, não pode ser assimilada como autoficção. Afinal, o “ficcionalizar”, nesses casos, não se referem à matéria: Ernaux, por exemplo, não toma qualquer liberdade criativa (i.e, de inserir o que não existiu) sobre o que sucedeu, seja em relação a si própria ou ao contexto em que tudo aconteceu.

Ressalta-se ainda o imperativo de repensar os parâmetros delimitantes da biografia, considerando um espaço biográfico (Arfuch, 2010) e não classificações que não conseguem contemplar as manifestações presentes em um determinado gênero. Quando falamos de autossociobiografia, discutimos também à ideia de retorno (Lammers; Twellman, 2021), que não necessariamente exige um retrospecto a um tempo como duas décadas. Trata-se sobretudo de um “retornar” com nuances subjetivas.

Exemplificou-se, neste trabalho, como essa hibridização pode ser vislumbrada até no próprio cumprimento de parâmetros há muito consolidados no jornalismo, como os valores-notícia. Essa correlação, todavia, não é o único critério explicativo, mas integra um conjunto maior que abarca ainda o caráter documental do escrito e a preocupação com o factual desde sua concepção.

Referências

Arfuch, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

Brito, Ana Paula Gonçalves; Oliveira, Guilherme Saramago de; Silva; Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação, v. 20 n. 44. Cadernos da Fucamp. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

Calhoun, Craig. Communication as Social Science (and more). International Journal of Communication 5, Feature 1479–1496, 2011. Disponível em: https://www.mcgill.ca/ahcs/files/ahcs/communication_as_social_science_and_more.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2025.

Colonna, Vincent. Tipologia da autoficção. In: Noronha, Jovita Maria Gerheim. Ensaios sobre a autoficção. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Ernaux, Annie. A escrita como faca e outros textos. São Paulo: Fósforo, 2022a.

Ernaux, Annie. O acontecimento. São Paulo: Fósforo, 2022b.

Freitas, Gabriela Seguesse. A escrita autobiográfica de Annie Ernaux: uma análise das memórias em O acontecimento. Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Volume 24, n. 2. 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/14789>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

Hernández, Ángeles Sánchez. L’auto-socio-biographie d’Annie Ernaux, un genre à l’écart. Anales de Filología Francesa. 2017. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesff/article/view/31587>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

Lammers, Philip; Twellmann, Marcus. L’autosociobiographie, une forme itinérante. COnTEXTES, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/contextes/10515>. Acesso em: 28 de agosto de 2025.

Moraes, Fabiana. O nascimento de Joicy. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

Moraes, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. Revista Extraprensa, 12(2), 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>. Acesso em: 28 de agosto de 2025.

Nobel Prize. Annie Ernaux - Facts. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2022/ernaux/facts/>. Acesso em: 02 de maio de 2025. Acesso em: 02 de maio de 2025.

Stumpf, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Editora Atlas SA, 2005. p. 51-61.

Traquina, Nelson. Teorias do Jornalismo - Volume II: A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

Weingarten, Marc. A turma que não escrevia direito. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CÓDIGO: HS0943

AUTOR: FRANCILENE FERNANDES DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: PATRICIA BORBA VILAR GUIMARAES

TÍTULO: Desenvolvimento de capacidades de pesquisa em regulação ambiental corporativa e sustentabilidade em nível global

Resumo

A institucionalização da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental como parte do direito ambiental internacional consolidou-se gradativamente ao longo das últimas décadas, incorporando a construção de mecanismos legais vinculantes e não-vinculantes que permitem a responsabilização dos Estados no sistema internacional. Contudo, é possível observar obstáculos à imputação de corporações e atores privados. Este projeto, portanto, visou mapear e criticamente analisar os mecanismos internacionais de responsabilização ambiental e suas implicações para atores privados. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, analisando livros, textos acadêmicos e jurisprudência. O produto foi um artigo científico que investigou as implicações jurídicas da declaração do clima estável como patrimônio comum da humanidade e sua intersecção com a teoria da governança global. Conclui-se que o arcabouço jurídico internacional, ainda que robusto para os atores estatais, é insuficiente para efetivamente imputar obrigações às corporações. Por fim, a pesquisa argumenta que a declaração do clima estável como patrimônio comum da humanidade não apenas enriqueceria as estruturas legais existentes, mas forneceria um fundamento jurídico crucial para demandar accountability e ação climática efetiva também do setor privado no regime de governança global.

Palavras-chave: Direito, Direito Ambiental Internacional, Relações Internacionais

TITLE: Development of research capabilities in corporate environmental regulation and sustainability at a global level

Abstract

The institutionalization of sustainability and environmental responsibility as part of international environmental law has gradually consolidated over recent decades, incorporating the development of binding and non-binding legal mechanisms that enable the accountability of states in the international system. However, obstacles to holding corporations and private actors accountable in this context remain evident. The methodology consisted of bibliographic and documentary research, analyzing books,

academic texts, and jurisprudence, aiming to map and critically analyze international environmental accountability mechanisms and their implications for non-state actors. The final outcome was a scientific article that investigated the legal implications of recognizing a stable climate as a common heritage of humankind and its intersection with global governance theory. It is concluded that the international legal framework, although robust for state actors, remains insufficient to effectively impose obligations on corporations. Finally, the research argues that declaring a stable climate as a common heritage of humanity would not only enrich existing legal structures but also provide a crucial legal foundation for demanding accountability and effective climate action from the private sector within the global governance regime.

Keywords: Law, International Environment Law, International Relations

Introdução

A consolidação de ordem internacional estadocêntrica priorizou a regulamentação baseada na soberania estatal, mostrando-se insuficiente face ao célere desenvolvimento da sociedade capitalista. Revelando-se particularmente ineficaz na imputação de responsabilidades ambientais a corporações, um problema crítico no contexto de urgência climática. Nesse contexto, a abordagem de um ponto de vista das relações internacionais é essencial, uma vez que, ela permite a avaliação e consideração de diversos elementos para além da doutrina jurídica e enriquece a discussão a partir de um ponto de vista único e valioso.

O presente estudo propôs-se a realizar uma análise crítica de tais estruturas através da análise bibliográfica e documental de livros, textos acadêmicos e da jurisprudência, utilizando o método hipotético-dedutivo de Popper. Pautando-se na hipótese de que o atual sistema internacional, embora usufrua de mecanismos e estruturas sofisticadas, sofra pela ausência de efetividade gerada pelas suas tendências estatocentristas. Desse modo, a pesquisa estruturou-se em três etapas centrais: i) organização e coleta de materiais; ii) leitura, fichamento e discussão; e iii) a construção de um texto pautando um dos elementos selecionados durante as discussões.

O projeto resultou na produção de um texto para o grupo de pesquisa voltado à análise das implicações jurídicas do reconhecimento do clima estável como um patrimônio comum da humanidade e os impactos da governança global nesse processo, permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos através de uma análise sistêmica de um contexto específico do direito ambiental internacional. Por fim, pode-se confirmar a hipótese inicialmente levantada ao observar e analisar os complexos elementos do sistema internacional e do direito ambiental internacional na atualidade.

Metodologia

A presente pesquisa objetivou identificar, através da revisão exploratória bibliográfica de materiais do direito internacional ambiental e das Relações Internacionais a lacuna atual entre as estruturas e mecanismos internacionais de responsabilização ambiental na

regulação de atores privados. Para tal, buscou entender como o estatocentrismo inerente ao sistema internacional e ao direito ambiental internacional impediria a efetiva responsabilização dos atores privados transnacionais e quais seriam as possíveis alternativas a essa estrutura? Em seguida, foi construído o modelo teórico, de acordo com a estrutura proposta pelo método hipotético dedutivo de Popper, considerando a soberania estatal, o surgimento dos diversos atores e a legitimação de sua influência no sistema internacional e os mecanismos legais existentes.

Deste modo, foi levantada a hipótese central de que o modelo estatocêntrico, ao qual o direito internacional esteve atrelado desde sua formação, é estruturalmente incapaz de garantir a imputação efetiva das corporações transnacionais no contexto do direito ambiental. Através da pesquisa centralizada na teoria da governança global e na exploração da possibilidade do reconhecimento do clima estável como bem comum da humanidade, construiu-se a hipótese auxiliar de que a teoria da governança global forneceria ferramentas e mecanismos mais eficazes à responsabilidade ambiental nesse processo de transição e adaptação das estruturas existentes. Por fim, deduziu-se que, caso a hipótese central fosse verdadeira, seria possível afirmar que: A) os instrumentos internacionais mais eficazes de regulação corporativa não seriam necessariamente tratados vinculantes, mas sim mecanismos de adesão associados aos mercados e a elementos econômicos; e B) os arranjos híbridos de responsabilização que incluam os atores do sistema internacional, estatais e não-estatais, seriam um caminho adequado. Para a tentativa de falseamento, como defendido por Popper (2007), de tais deduções e das hipóteses levantadas, foram estudados e discutidos textos acadêmicos, livros de teóricos do direito e das relações internacionais, relatórios da ONU e a jurisprudência do direito internacional ambiental. Esse processo consistiu na discussão de casos como *The Smelter Trail* (1941) e a arbitragem do lago Lanoux (1957), além do estudo dos escritos filosóficos de Ludwig Wittgenstein (2017) sobre a linguagem e como a definição dos termos teria um impacto na realidade objetiva, utilizando-se o conceito de “jogos de linguagem” para analisar como a definição de termos como “responsabilidade” e “patrimônio comum” nos instrumentos jurídicos orienta, ou limita, a possibilidade de responsabilização de atores não-estatais. Por fim, foi produzido um artigo científico buscando a análise empírica dos elementos discutidos como tentativa de falseamento das hipóteses e deduções.

Apesar da metodologia rigorosamente estruturada e aplicada, devido à natureza complexa e multifacetada do tema, não foi possível negar de forma irrefutável as hipóteses levantadas ou formular uma teoria única capaz de explicar os fenômenos ocorridos no direito internacional ambiental referente à responsabilização de corporações. Uma vez que, como defendido por Thales Castro (2012), o estudo das relações internacionais não busca exaurir as temáticas através de conclusões universais e universalizantes, mas sim compreender a realidade considerando a complexidade do sistema internacional. Portanto, a conjuntura ganhou corroboração provisional, segundo a metodologia de Popper, de forma a reforçar que, como defendido por Paulo Magalhães (2025), o sistema jurídico e econômico devem estruturar-se e adaptarem-se aos novos obstáculos à frente considerando elementos essenciais aos seres humanos do presente e futuro.

Foi possível observar que os principais mecanismos de responsabilização, como acordos, tratados, etc, pautam-se em uma lógica estadocêntrica, tratando os Estados como atores centrais do sistema internacional. Contudo, com a evolução do sistema internacional ao longo das últimas décadas, a ascensão da governança global como uma abordagem estruturante tornou-se elemento chave nesse processo. Para as Relações Internacionais, esse fenômeno é claro, uma vez que, a governança global como teoria das RI não paute-se pelos cinco objetivos sociais dos estados descritos por Jackson e Sorensen (2007), mas sim apresentam pautas voltadas à temáticas específicas em estruturas fragmentadas e multifacetadas (Gonçalves; Inoue, 2017)

Como parte dessa discussão, foi investigado o caso do reconhecimento do clima estável como um patrimônio comum da humanidade. Esse processo provou-se, como um elemento chave no reconhecimento dos atores do sistema internacional dessa necessidade de transição e atualização das estruturas atuais. A definição de termos implica no reconhecimento de sua relevância para uma sociedade (Wittgenstein, 2017), particularmente, isso pode ser apresentado como a entrada de um conceito em um “jogo de linguagem” específico, o jurídico, de forma a alterar suas regras. No direito, isso prova-se essencial, uma vez que, a doutrina possui forte valorização da positividade de tradições, na definição clara das terminologias utilizadas em busca da clareza e objetividade.

Portanto, esse processo deve ultrapassar o sistema jurídico, em busca de incluir os mercados e a economia para então trazer o reconhecimento das corporações nessa discussão (Magalhães, 2025). O reconhecimento e reformulação das estruturas do direito internacional ambiental permitirá, então, a imputação e responsabilização dos atores privados, pois o reconhecimento de sua autoridade institucional, implicaria na sua responsabilização como membros ativos do sistema.

Conclusão

Através de uma análise crítica de instrumentos jurídicos e da bibliografia selecionada, a presente pesquisa pode demonstrar como a arquitetura estatocêntrica do direito internacional ambiental é insuficiente para a responsabilização efetiva das corporações frente à crise climática. A análise revelou, através da hipótese central, como a governança global e sistemas híbridos permitiriam maior eficácia. Além disso, o reconhecimento do clima estável como patrimônio comum da humanidade provou-se como catalisador teórico crucial ao processo de reestruturação do direito internacional ao promover a discussão de definições e estruturas existentes, funcionando como um princípio constitucional transversal que exige a reforma do sistema. É possível afirmar que o processo de atualização e debate da doutrina do direito internacional ambiental seja essencial para a responsabilização efetiva dos atores privados no sistema internacional em busca da preservação e sobrevivência da sociedade humana no período antropocêntrico. Por fim, a pesquisa corroborou para o enriquecimento do debate ao incluir a visão das relações internacionais abrindo espaço para futuras pesquisas que investiguem a implementação concreta desses mecanismos em regimes setoriais específicos.

Referências

GONÇALVES, V. K.; INOUE C. Y. A. GOVERNANÇA GLOBAL: UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE. In: Brasil e o Sistema das Nações Unidas : desafios e oportunidades na governança global. Brasília : Ipea, 2017.

JACKSON, R. H.; SORENSEN G.; Teoria das Relações Internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MAGALHÃES, Paulo et al. The commons as a paradigm shift for a regenerative Anthropocene. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, [S. l.], v. 2, 2021. DOI: 10.21814/anthropocenica.3523. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocenica/article/view/3523>. Acesso em: 9 ago. 2025.

POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Cultrix. 2007. p. 62-64.

UNITED NATIONS (UN). State of the Global Climate 2024. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/69455-state-of-the-global-climate-2024>. Acesso em: 30 de maio 2025.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações filosóficas. Apresentação, tradução e notas João José R. L. de Almeida. 1. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2017. 448 p.

CÓDIGO: HS0947

AUTOR: MILENA NOBRE DA SILVA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Os sonhos de luta e resistência de jovens negros nas ocupações em Natal

Resumo

Esta pesquisa investiga os sonhos, motivações e estratégias de resistência de jovens negros participantes de movimentos de ocupação urbana em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Ancorada nos quadros teóricos do "direito à cidade" de Henri Lefebvre e das discussões sobre racismo e formação identitária de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon, o estudo argumenta que essas ocupações não são apenas uma resposta à crise habitacional, mas constituem espaços cruciais para a construção política e subjetiva da juventude negra. Foi empregada uma metodologia qualitativa, combinando pesquisa documental sobre políticas públicas de habitação, observação participante e entrevistas semiestruturadas com 22 sujeitos, incluindo gestores públicos, lideranças de movimentos dos dois principais movimentos: o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP). Os resultados revelam que as ocupações são percebidas como uma releitura contemporânea dos quilombos históricos, funcionando como territórios de resistência contra a segregação racial e espacial. Para os jovens envolvidos, a participação fomenta processos de construção identitária, empoderamento comunitário e o desenvolvimento de "sonhos de resistência" — projetos coletivos de futuro que desafiam a opressão estrutural. O estudo conclui que o acesso à moradia é uma luta antirracista e recomenda que políticas públicas incorporem o recorte étnico-racial, reconhecendo esses movimentos como atores legítimos.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas. Juventude Negra. Direito à Cidade. Identidade

TITLE: Dreams of Resistance: Black Youth and the Struggle for Housing in Urban Occupations in Natal/RN, Brazil

Abstract

This research investigates the dreams, motivations, and resistance strategies of black youth participating in urban occupation movements in Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. Grounded in the theoretical frameworks of Henri Lefebvre's "right to the city"

and Lélia Gonzalez's and Frantz Fanon's discussions on racism and identity formation, the study argues that these occupations are not merely a response to the housing crisis but constitute crucial spaces for the political and subjective construction of black youth. A qualitative methodology was employed, combining documentary research on public housing policies, participant observation, and semi-structured interviews with 22 subjects, including public managers, movement leaders, and young participants from two main movements: the *Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas* (MLB) and the *Movimento de Luta por Moradia Popular* (MLMP). The results reveal that the occupations functioning as territories of resistance against racial and spatial segregation. For the youth involved, participation fosters processes of identity building, community empowerment, and the development of "dreams of resistance"—collective projects for the future that challenge structural oppression. The study concludes that access to housing is an anti-racist struggle and recommends that public policies incorporate an ethnic-racial focus, recognizing these movements as legitimate actors in building more just and inclusive cities.

Keywords: Urban Occupations. Black Youth. Right to the City. Identity.

Introdução

A configuração do espaço urbano no Brasil é profundamente marcada por desigualdades históricas que refletem e perpetuam dinâmicas de exclusão social e racial. O conceito de "direito à cidade", cunhado por Henri Lefebvre, vai além do acesso físico ao espaço urbano; engloba o direito de participar ativamente da produção da cidade, usufruir de seus recursos e viver com dignidade. No entanto, para significativa parcela da população brasileira, em especial para a população negra, esse direito é sistematicamente negado. A segregação espacial observada nas grandes cidades não é fenômeno recente ou acidental, mas resultado de um processo histórico que remonta ao período colonial e à escravidão, e que se perpetuou após a abolição através da ausência de políticas de integração e reparação.

No contexto desse cenário de exclusão, os movimentos de luta por moradia emergem como uma resposta coletiva e organizada. Essas ocupações urbanas, longe de se restringirem à simples reivindicação por teto, transformam-se em palcos complexos de resistência política, cultural e identitária. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, essa realidade se manifesta através da atuação de movimentos como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), que mobilizam centenas de famílias em situação de vulnerabilidade.

Esta pesquisa se insere nesse contexto, com o objetivo de investigar os sonhos, as motivações e as formas de resistência de jovens negros participantes desses movimentos de ocupação urbana. Parte-se do pressuposto de que a juventude negra periférica, duplamente marginalizada pela condição racial e de classe, reinventa estratégias de existência e luta nesses territórios. A partir de um diálogo teórico com autores como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon e Stuart Hall, que discutem racismo, diáspora e formação identitária, o estudo busca compreender como as ocupações funcionam como espaços de (re)construção da subjetividade, onde são elaborados projetos coletivos de futuro e "sonhos de resistência" que desafiam a opressão estrutural.

Assim, a presente investigação não apenas busca mapear e analisar a atuação desses movimentos, mas também pretende dar visibilidade às narrativas e experiências desses jovens, entendendo a luta por moradia digna como uma dimensão fundamental da luta antirracista e pela efetivação do direito à cidade para todos e todas.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se de múltiplos métodos para captar a complexidade do objeto de estudo, seguindo um modelo de triangulação de dados. O trabalho foi desenvolvido em três etapas principais:

A. Revisão da Literatura para a Construção do Quadro Teórico-Analítico

Inicialmente, foi realizada uma sistemática revisão da literatura nas bases SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, abrangendo produções nacionais e internacionais. Os descritores utilizados incluíram: "direito à cidade", "movimentos de ocupação urbana", "juventude negra e periférica", "subjetividade e território", "racismo e espaço urbano" e "políticas habitacionais". Esta etapa permitiu a construção de um sólido quadro teórico-analítico, fundamentando-se em autores referenciais como Henri Lefebvre, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Stuart Hall e Paul Gilroy, além de estudos nacionais recentes sobre movimentos sociais, juventude e território.

B. Pesquisa Documental

Em um segundo momento, foi conduzida uma minuciosa pesquisa documental para contextualizar o cenário específico de Natal/RN. Foram analisados:

Dados Secundários: Leis, decretos, planos diretores e relatórios de gestão municipal, com foco nas políticas públicas de habitação dos últimos dez anos.

Produções Acadêmicas: Teses, dissertações e artigos que tratassem do acesso à moradia, da juventude, das subjetivações políticas e da trajetória dos movimentos sociais urbanos no município.

Fontes Jornalísticas e Digitais:

Reportagens de jornais locais (Novo Jornal, Tribuna do Norte) e materiais publicados nas redes sociais e sites dos próprios movimentos sociais (MLB e MLMP), como boletins, manifestos e registros de atividades.

Esta fase foi crucial para mapear o histórico da luta por moradia na cidade, identificar os atores-chave e compreender o arcabouço legal e político no qual os movimentos estão inseridos.

C. Trabalho de Campo e Entrevistas Semiestruturadas

A etapa empírica consistiu em um trabalho de campo etnográfico, realizado ao longo de seis meses, com as seguintes ações:

Observação Participante: O pesquisador integrou-se às atividades dos dois movimentos de ocupação mapeados – o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP). As observações foram registradas em um diário de campo, detalhando interações, dinâmicas coletivas e símbolos observados.

Entrevistas Semiestruturadas: Foram conduzidas entrevistas, gravadas em áudio e posteriormente transcritas, com três grupos distintos:

1. Gestores Públicos (3 entrevistados): Técnicos e secretários municipais vinculados às pastas de Habitação e Assistência Social, com o objetivo de compreender a perspectiva institucional sobre a questão.
2. Lideranças dos Movimentos (8 entrevistados, entre 18 e 29 anos): Coordenadores do MLB e fundadores do MLMP, e participantes atuando de forma voluntária que cresceram ou não dentro dos movimentos, a finalidade da entrevista foi captar a história, estratégias e reivindicações das organizações, bem como os objetivos, desejos deles e do que observavam dos integrantes jovens dos movimentos.
3. Professores universitários (03 entrevistados): profissionais que atuam no campo do direito à cidade, arquitetura e urbanismo e que para além da experiência de pesquisa, tem contato direto com os movimentos e as populações pretendidas e realizam atividade de extensão junto a elas.

Resultados e Discussões

A pesquisa identificou e mapeou dois principais movimentos de luta por moradia atuantes em Natal/RN: o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), cada um com características distintas mas complementares na luta pelo direito à cidade.

O MLB caracteriza-se por sua atuação em nível nacional e por ocupações que visam pressionar diretamente o poder público, frequentemente localizadas em regiões centrais ou de valorização imobiliária. Sua estratégia enfatiza a "função social da propriedade" e mantém um discurso de confronto direto com o Estado, buscando negociar a regularização fundiária como reparação histórica.

O MLMP apresenta um perfil mais comunitário e local, com forte engajamento em ocupações em zonas periféricas, focando na autogestão e na construção de infraestrutura comunitária interna, como comedores populares, bibliotecas comunitárias e espaços de cultura. Sua atuação baseia-se no fortalecimento de vínculos comunitários como forma de resistência.

A análise dos dados revelou eixos centrais de discussão, que dialogam diretamente com os objetivos específicos do projeto de pesquisa:

Territórios como espaço de afirmação:

. Esta percepção dialoga diretamente com a noção de "contracolonização" de Santos (2015), na medida em que estes territórios são entendidos como espaços de afirmação de uma lógica civilizatória própria, baseada na comunalidade e na reciprocidade. A ocupação é vista como um território de autonomia e preservação cultural frente a um Estado percebido como ausente ou opressor. Como afirmou uma liderança do MLB: "Essa ocupação é onde a gente resgata a dignidade que o sistema tenta negar à população negra, periférica e classe trabalhadora todos os dias".

2. Racismo Estrutural, Segregação Espacial e o Acesso à Moradia

A experiência do racismo foi unânime entre os entrevistados, sendo apontado como a causa fundamental da precariedade habitacional de suas famílias. Os dados da pesquisa documental confirmam que as políticas habitacionais em Natal/RN historicamente privilegiaram áreas periféricas e distantes dos centros urbanos, perpetuando a segregação socioespacial. Eles descrevem a periferia e as ocupações como territórios racializados, corroborando as teses de Gonzalez (1984) e Nascimento (1978) sobre o genocídio do povo negro através da negação do direito à terra e à cidade. Um jovem participante relatou: "Eles não querem ver negro na área nobre. Quando a gente ocupa um prédio abandonado no centro, estamos quebrando essa lógica racista".

3. Construção Identitária, Subjetivações e "Sonhos de Resistência" A participação no movimento mostrou-se profundamente formativa para a identidade dos jovens, conforme previsto no objetivo de investigar como as vivências impactam a subjetividade. Longe de serem apenas vítimas, eles se constroem como sujeitos políticos ("lutadores"). Seus sonhos individuais (moradia, profissão) estão intrinsecamente ligados aos sonhos coletivos de ver a comunidade consolidada, regularizada e com dignidade. Estes são os "sonhos de resistência" que Fanon (2008) associa ao enfrentamento das estruturas de dominação. A pesquisa identificou que os movimentos funcionam como espaços de produção de novas subjetividades políticas, onde os jovens ressignificam sua condição periférica e racializada em um projeto coletivo de transformação social.

4. Modos de Articulação, Organização Coletiva e Autoestima

A vivência democrática nas assembleias e a divisão de tarefas (segurança, limpeza, comunicação) fortalecem o sentimento de agência e pertencimento, reforçando a autoestima dos participantes. O movimento opera como uma "comunidade interpretativa" (HALL, 2003), onde os jovens aprendem a nomear suas experiências de opressão e a criar narrativas coletivas de empowerment, combatendo a estigmatização. Como explicou uma jovem do MLMP: "Aqui a gente aprende que não estamos sozinhos. Dividimos as tarefas e os sonhos. Isso fortalece nossa autoestima e nos faz perceber que juntos podemos mudar nossa realidade".

A análise demonstra que os movimentos de ocupação urbana em Natal/RN constituem espaços privilegiados para observação dos processos de produção de novas subjectividades políticas entre a juventude negra, conformando-se como territórios de resistência que articulam a luta material pela moradia com a luta simbólica pelo reconhecimento e pela construção de projetos de vida alternativos ao sistema opressor.

Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender, em profundidade, como os movimentos de ocupação urbana em Natal/RN, em especial o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), transcendem sua imediata reivindicação por moradia para se constituírem em territórios de resistência política, cultural e identitária para a juventude negra. Os resultados demonstram de forma contundente que a luta pelo espaço físico está intrinsecamente ligada à luta pelo reconhecimento, pela dignidade e pelo direito de reexistir na cidade.

A análise confirmou que a segregação espacial vivida por essa população é a materialização do racismo estrutural, uma herança direta do período colonial e da abolição inconclusa, que relegou a população negra à periferia física e social das cidades. Nesse contexto, as ocupações emergem como uma atualização contemporânea da luta histórica quilombola, conformando espaços onde são reavivados os princípios de comunalidade, autonomia e reciprocidade, em nítida contraposição à lógica individualista e mercantilizada da cidade capitalista.

O estudo alcançou seu objetivo central ao revelar que, para os jovens participantes, o engajamento no movimento é um poderoso processo de construção subjetiva e política. Longe de serem vítimas passivas, esses jovens se ressignificam como sujeitos políticos – "lutadores" – e elaboram, coletivamente, "sonhos de resistência". Estes sonhos articulam aspirações individuais de futuro a um projeto coletivo de transformação social, desafiando a narrativa opressora que lhes é imposta.

As estratégias de organização coletiva, como as assembleias, os mutirões e a divisão de tarefas, mostraram-se fundamentais para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de agência e do pertencimento comunitário. O movimento opera, assim, como uma comunidade interpretativa, onde os jovens aprendem a nomear as estruturas de opressão que sofrem e a construir narrativas próprias de empowerment.

Portanto, conclui-se que a luta por moradia é, inescapavelmente, uma luta antirracista. Negar o acesso à terra e à cidade digna é perpetuar um mecanismo de exclusão que mantém intactas as hierarquias raciais brasileiras. Dessa forma, é imperioso que as políticas públicas de habitação incorporem um recorte étnico-racial explícito, que priorize a população negra em situação de vulnerabilidade e reconheça os movimentos sociais como interlocutores legítimos e necessários na construção de cidades verdadeiramente justas e democráticas. O direito à cidade só se efetivará quando for garantido, em sua plenitude, para aqueles que historicamente foram – e ainda são – dele excluídos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. Agência Brasil, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficithabitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Número de pessoas sem moradia no Brasil chega a 328 mil. Agência Brasil, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencianacional/direitos-humanos/audio/2025-01/numero-de-pessoas-sem-moradia-nobrasil-chega-328-mil>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ALMA PRETA. Cartilha denuncia exclusão de mulheres negras no acesso à moradia. Alma Preta, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/cartilha-denuncia-exclusao-de-mulheresnegras-no-acesso-a-moradia-no-brasil/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MUNDO, EDUCAÇÃO, UOL. Problemas relacionados à moradia no Brasil. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/problemas-relacionados-moradia-nobrasil.htm>. Acesso em: 29 jul. 2025. NEXO JORNAL.

Como a habitação social tem colaborado para o racismo estrutural. Nexo Jornal, 1 set. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/como-ahabitacao-social-tem-colaborado-para-o-racismo-estrutural>. Acesso em: 29 jul. 2025. UFAC. A LUTA POR MORADIA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AO RACISMO.

Periódicos UFAC, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6955>. Acesso em: 29 jul. 2025. UFES. O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL TEM COR? CAMILA. Periódicos UFES, [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22966/15503>. Acesso em: 29 jul. 2025.

A VERDADE. 20 anos de MLB: o movimento que mostra a força do povo de Natal. A Verdade, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/mlb-rn-lutapopular-20-anos/>. Acesso em: 29 jul. 2025. G1 RN.

Famílias ligadas a movimento de luta por moradia ocupam terreno da Arquidiocese de Natal na Zona Oeste da capital. G1 RN, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/04/21/familias-ligadas-amovimento-de-luta-por-moradia-ocupam-terreno-da-arquidiocese-de-natal-na-zonaouest-da-capital.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2025. MLB RIO GRANDE DO NORTE.

Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/mlb.rn/>. Acesso em: 29 jul. 2025. NATAL.RN.GOV.BR. Prefeito Álvaro Dias recebe representantes do Movimento

de LUTA por Moradia Popular. Natal.rn.gov.br, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post/39489>. Acesso em: 29 jul. 2025.

O POTENGI. Movimento de Luta Por Moradia Popular realizará protestos cobrando avanços no Minha Casa Minha Vida. O Potengi, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://opotengi.com.br/movimento-de-luta-por-moradia-popular-cobra-avancos-nominha-casa-minha-vida-com-protestos-nacionais/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. Urbanização e segregação sócio-espacial: Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem. Rio Grande do Norte, UFRN, 2001.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. França, Revista Actuel Marx, vol. 18, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991. BONDUKI, N. Origens da Habitação social no Brasil. São Paulo: Estação liberdade, 1998.

KAMMSETZER, Christiane Silveira; PALOMBINI, Analice de Lima. Território e subjetividade: narrativas de jovens em uma remoção urbana. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 32, n. 1, p. 93-104, 2015.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. Psicologia & Sociedade, v. 31, n. 1, p. 1-13, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). Movimento negro em questão. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1988. p. 223-244.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Editora 34, 2001.

BONDUKI, Nabil. ****Origens da habitação social no Brasil****. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CARNEIRO, Sueli. ****Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil****. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FANON, Frantz. ****Os condenados da terra****. Tradução de José Laurêncio de Melo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. ****A integração do negro na sociedade de classes****. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

GOHN, Maria da Glória. ****Movimentos sociais e luta pela moradia****. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. ****Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX****. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia. ****Racismo e sexismo na cultura brasileira****. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). **Movimentos sociais em questão**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1988. p. 223-244.

HALL, Stuart. ****Da diáspora: identidades e mediações culturais****. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEFEBVRE, Henri. ****O direito à cidade****. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. ****O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado****. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos. ****Colonização, quilombos: modos e significações****. Brasília: INCTI, 2015.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Psicologia & Sociedade****, v. 31, p. 1-13, 2019.

VALLADARES, Lícia do Prado. ****A invenção da favela: do mito de origem a favela.com****. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. ****Urbanização e segregação sócio-espacial: Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem****. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CÓDIGO: HS0951

AUTOR: JONH LUCAS DA SILVA PAZ

ORIENTADOR: FEDERICO SANGUINETTI

TÍTULO: A Encruzilhada da Identidade Negra: De Neusa Santos Souza a Castiel Vitorino Brasileiro

Resumo

Este trabalho analisa duas abordagens para a emancipação da pessoa escura no Brasil, baseadas nas teorias de Neusa Santos Souza e Castiel Vitorino Brasileiro. A análise tem como pano de fundo a crítica de Frantz Fanon sobre o desejo de embranquecimento, que expõe a violência da racialização.

Neusa Santos propõe o conceito de "tornar-se negro/a", em uma época marcada por projetos de branqueamento e assimilação. Ela defende que a autoafirmação da identidade negra é um ato de resistência e um passo crucial para a cura psicológica e a construção de uma subjetividade autêntica. Para Neusa, a identidade, que antes era vista como um fardo, se torna a base para lutar contra a opressão. Em contrapartida, Castiel Vitorino apresenta a "falência da negritude", argumentando que a categoria "negro" foi criada pela colonialidade para justificar a exploração. Castiel questiona se a liberdade pode ser alcançada dentro de uma identidade que já nasce com as marcas do racismo. Sua proposta de emancipação vai além da identidade racial, buscando na ancestralidade um caminho que transcende o sistema opressor. A pesquisa conclui que, embora distintas, as propostas são complementares.

Palavras-chave: Ancestralidade, Emancipação, Negritude, Embranquecimento e Modernidade

TITLE: The Crossroads of Black Identity: From Neusa Santos Souza to Castiel Vitorino Brasileiro

Abstract

This study explores two distinct paths to the emancipation of Black people in Brazil, contrasting the ideas of Neusa Santos Souza and Castiel Vitorino Brasileiro. The research begins with the Fanonian premise of the desire for "whitening," which reveals the violence of racialization. Neusa Santos Souza (1983) proposes a direct response to this trauma: "becoming Black." For her, Black identity, historically devalued, must be

re-signified. In a period when miscegenation and racial erasure were seen as ideals for social mobility, Neusa advocates for the self-affirmation of Blackness as an act of resistance and a means of psychological healing. In this context, identity is not a burden but the foundation for building an authentic subjectivity capable of fighting oppression. Castiel Vitorino Brasileiro (2022) introduces a new perspective with the concept of the "bankruptcy of Blackness." Her radical critique argues that the very idea of "Black" is a colonial invention, created to justify violence and exploitation. Castiel questions whether emancipation can truly occur within a category that, in its essence, carries the marks of racism. For her, true freedom lies in ancestry, a force that transcends the limitations of racial identity and offers a path beyond the system that created it. The work concludes that, while the proposals seem opposite, they are complementary.

Keywords: Ancestry, Emancipation, Blackness, Whitening and Modernity

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o conceito de "tornar-se negro" de Neusa Santos Souza (1983), contrastando-o com o conceito da "falência da negritude" de Castiel Vitorino Brasileiro (2022). Como pano de fundo para a análise, utiliza-se a perspectiva de Frantz Fanon em seu livro "Pele Negra, Máscaras Brancas" (1952) – em particular o desejo da/o negra/o de embranquecer, buscando uma "pele branca" que lhe permita reiterar-se como sujeito, assim como o branco, em meio a uma relação de hostilização prescrita por sua cor.

Aborda-se, por um lado, a identidade negra ressignificada por Neusa Santos Souza como um valor autossuficiente e de autoestima para um caminho de emancipação contra a racialização colonial, a qual limita a ideia de negra/o à exploração, a violência e a inferioridade. Pelo outro lado, investiga-se a perspectiva de Castiel Vitorino que inaugura o conceito de "falência da negritude", entendendo que a identidade negra, mesmo ressignificada fora dos parâmetros coloniais hostis, ainda possui em sua base a racialização que violenta os corpos negras/os e os limita à imagem de inferioridade imposta pelo racismo.

No projeto de Neusa Santos, o tornar-se negro seria uma modalidade de enfrentamento contra a opressão racial, sendo esta responsável, por "retirar dos povos o direito de construir uma autoimagem legítima" (ANDRADE, 2023, p. 25), pois é a própria racialidade que expropria a identidade e a subjetividade da pessoa negra como ser e como "gente". Sob o regime da racialidade, a formação da subjetividade da pessoa negra é afetada desde o início de sua criação, formando um ser psicótico que não se identifica com a própria realidade ou procura fuga da relação de sua identidade como maneira de lutar contra a violência introjetada em sua psique. Neste ser, não há identificação como negra/o, pois a negritude é vista como corpo a ser violado/violentado.

Vitorino Brasileiro entende que não é possível pensar em negritude que não seja racializada, por causa da sua dependência da categoria colonial de raça. Deste modo, viso mostrar a relação com a razão universal moderna que pretende a inclusão de pessoas racializadas dentro do próprio sistema que instituiu a hostilização e a

exploração dos corpos racializados e colonizados. Segundo a autora, não se pode lutar contra o racismo dentro do paradigma de universalidade moderna que cria a própria noção de raça e de identidade, colocando pessoas negras fora do alcance dos direitos e da humanidade.

Meu trabalho tem como objetivo avaliar esses caminhos para a emancipação. Minha proposta é que o Tornar-se Negro, de Neusa Santos, não deve ser abandonado em todo, pois seu conceito evidencia as violências sofridas pelo negra/o de forma específica. Ele permanece, na visão de Castiel, como tendo um papel fundamental na identificação da violência racial sofrida pelo sujeito de cor e na tomada de um discurso próprio. Contudo, a identidade, não deve ser ela o principal fator de emancipação, mas um instrumento para tal. Em particular a identidade se torna importante para entender a operacionalização da violência contra pessoas negras e alguns modos segundo os quais a luta tem se organizado. Contudo, ela, por si só, não emancipa. A ancestralidade é o caminho mais adequado pois ela conta uma história ulterior com relação à racialidade expropriadora do corpo negra/o.

Metodologia

I) A pesquisa partiu da análise de dados, relatórios e artigos que documentam a violência racial. Isso incluiu estatísticas sobre taxa de disparidade no acesso à saúde para a população negra. Os dados usados sobre saúde da população negra foram retirados do artigo “Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos de Marizete Gouveia e Valeska Zanello”, o texto mostra como a violência racial incide na psique do/a negro/a e demonstra como acesso a saúde é difícil pela falta reconhecimento de como discriminação que afeta pessoas negras. O artigo reconstrói o percurso de como a psicologia atende essa demanda e como na base dessa ciência é fundamentada por teorias raciais.

Os relatórios e dados usados tem como referência são O Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre Estabelecer normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial (2002) e do Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica Participativa sobre a Política nacional de saúde integral da população negra, uma política do SUS.

Os dados mostram que a saúde mental da população negra é profundamente impactada pelo racismo e pela identificação de seu corpo, que, segundo a lógica da colonialidade, é destinado à violência. Deste modo, no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Ministério da Saúde (MC) reconhecem o sofrimento psíquico da pessoa negra, destoante da situação de pessoas brancas, pois desde cedo a/o negra/o é afetado por generalizações que o categorizam negativamente. Com reconhecimento da discriminação racial, cria-se um ponto de partida para tratar as condições psíquicas das pessoas alvo do racismo.

A racialidade que mostra seus efeitos nas pesquisas da área da psicologia, está fundada na base da filosofia moderna que elabora os conceitos que culminam na racialização

como princípio de uma discriminação entre uma humanidade (branca) livre e autodeterminada e uma humanidade (não branca) que não atualiza a liberdade e a autodereminação como atributos essenciais e específicos dos seres humanos. Com isso o conceito de humano perpassa identidade e subjetividade onde se funda a ideia de um sujeito universal que só pode ser branco. Nesse contexto, a psicologia teve seu fundamentos dentro das perspectivas modernas de sujeito e indivíduo, que ignora a problematização das condições históricas e sociais que produzem certas subjetividades e patologias.

II) Usei Frantz Fanon e sua obra "Pele Negra, Máscaras Brancas" como pano de fundo para o conceito de "Tornar-se Negro" de Neusa. Isso permitiu uma compreensão do embranquecimento sob um olhar psicológico, sociológico e filosófico.

III) Foram analisadas as entrevistas de Neusa Santos Souza, pois elas demonstram a opressão racial e o processo de branqueamento de pessoas negras para a integração no "mundo branco". Abordar o contexto histórico brasileiro, do início da colonização e ao projeto de miscigenação juntamente com a ciência eugenista, como aniquilação de pessoas negras, é de suma importância para compreender o conceito de torna-se negro/a como resistência a uma diluição histórica de consciência da violência racial.

IV) A partir de uma revisão bibliográfica, foram estudados/as autores/as que abordam a violência racial no Brasil e o fortalecimento do movimento negro, como Érico Andrade. O objetivo foi evidenciar a identidade negra ressignificada como um caminho de emancipação, mostrando que a luta está intrinsecamente ligada à própria experiência do sofrimento.

V) Foi produzida uma análise do conceito de "Falência da Negritude" de Castiel Vitorino Brasileiro, demonstrando como a "escuridão" antecede uma "negritude" que, para ela, pertence à colonialidade, operando como princípio de exclusão e hostilização de pessoas negras. Em diálogo com Denise Ferreira da Silva e seu livro "A Dívida Impagável" (2019), procurei mostrar como a racialização foi constituída e como o princípio de identidade funciona dentro dela.

VI) Analisei a lacuna do conceito "Tornar-se Negro" de Neusa Santos Souza como caminho de emancipação, partindo da leitura da Castiel faz desse conceito. Também considerei o movimento de outros/as autores/as que se baseiam na identidade e na negritude para a emancipação do sujeito de cor (ver ponto III). Para isso, a base foi o texto principal de Castiel, "Quando o Sol Aqui Não Mais Brilhar: A Falência da Negritude", sua tese de mestrado "Tornar-se Imensurável: o mito Negro Brasileiro e as estéticas macumbeiras na Clínica da Efemeridade". Embora o movimento negro tenha avançado na afirmação identitária, surgem questionamentos sobre a própria base da identidade racial como categoria potencialmente aprisionadora, devido à sua origem colonial.

VII) Formulei uma hipótese conciliatória segundo a qual a identidade serve como um instrumento fundamental para a luta tática e denunciatória, permitindo que a violência racial seja nomeada, compreendida e combatida de forma específica. A emancipação pela escuridão é transfiguração temporal e espacial das relações intraespecíficas

circunscritas na condição do mito racial, nesse contexto liberdade do torna-se negro/a é retomar a profecia moderna, como armadilha da racializatoria.

A escuridão é a resposta contra a iluminação da modernidade, em que a claridade seria o modelo de humanidade baseado no sujeito europeu, que teve como objetivo a hierarquização de outros tipos de humanidade ou seres, sujeitando a divisão de brancos e não brancos. Ferreira da Silva argumenta que isso “sustenta um discurso moral cujo pilar é o princípio da separabilidade”(FERREIRA, 2019, p. 43). Deste modo, a escuridão é o espaço de liberdade desvinculado da racialidade e do gênero como impostos na sociedade.

Resultados e Discussões

I) HORIZONTE DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM GERAL

Mesmo com reconhecimento dos impactos do racismo na saúde mental da/o negra/o, com resolução de 2002 do Conselho Federal de Psicologia, ainda não foram tomadas medidas efetivas para inclusão das problemáticas da discriminação racial nas instituições. Existe ainda uma falha no currículo dos cursos de psicologia, psiquiatria e profissões na área de saúde mental, demonstrada pela inexistência de uma grade curricular que trabalhe historicamente e sociologicamente o problema da racialização que molda a personalidade da/o negra/o. Além de que a psicologia foi influenciada pela eugênia, teoria que justifica o branqueamento e a hierarquização das raças.

A autoimagem da/o negra/o é afetada desde cedo pelo "mundo branco", inserindo-o/a em uma hierarquia que o/a aliena e o/a inferioriza. Consequentemente, a opressão gera a depressão e o suicídio de pessoas negras, resultado da falta de integração no mundo. Deste modo "Oda (2004) apresenta o antropólogo, médico legal e psiquiatra, Nina Rodrigues e sua reafirmação da mestiçagem como responsável pela predisposição à alienação mental, à sugestionabilidade e ao desequilíbrio mental"(Damasceno e Zanello, 2018, p 457). Afirmarões como essas remontam à ciência racial e eugênica que constituía uma hierarquia e enxergavam uma disposição à loucura enviesada.

Historicamente a relação criada entre a raça e doença mental foi fomentada pela teoria e a prática alienista do final do século XIX no Brasil, atribuindo a certas raças (tidas como inferiores) uma propensão à loucura. Neste contexto "prevalecia a ideia de que negros e mestiços estavam destinados à loucura, pois eram povos degenerados por definição, argumento que justificou e legitimou a instituição de dispositivos de controle social" (Damasceno e Zanello, 2018, p 452). Com isso estaria justificado o seu tratamento, não dentro da esfera clínica, mas manicomial.

O mito de democracia racial cria uma lacuna que reforça a invisibilidade afeta as estruturas clínicas e jurídicas para prática efetiva no tratamento da saúde mental, quando não conseguem dar conta do fardo histórico, que expropria da subjetividade legítima

do/a negro/a. A psicologia ficou aquém de um entendimento racial adequado e de suas reverberações psíquicas.

II) FANON

Nesse contexto, as contribuições de Frantz Fanon se fazem de suma importância. Fanon argumenta que a ausência de reconhecimento e desejo de ser reconhecido cria uma pressão para o "enquadramento", ou seja, o anseio de "tornar-se branco". Por conta disso as pessoas racializadas adquirem ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito.

Frantz Fanon (2008) argumenta que a pessoa negra é coisificada para servir à branquitude, e a assimilação com padrões brancos seria uma escapatória da opressão racial. No entanto, essa busca acaba gerando uma neurose na pessoa negra, que envolve distorções da realidade e pensamentos desagradáveis sobre sua personalidade. Com isso, Fanon destaca que:

“Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica.” (FANON, 2008, p. 95)

Fanon compreende que a neurose que aflige a/o negra/o é resultado de uma sociedade que não reconhece sua personalidade e o nega como sujeito. A neurose, portanto, é uma patologia da vivência afetada pelo racismo, que pode incluir ansiedade, fobias, depressão e tendências obsessivo-compulsivas.

III) NEUSA

Neusa Santos Souza vivência um momento em que a identidade negra estava praticamente diluída pelo branqueamento estético, comportamental e subjetivo, o que provocava um sentimento agonizante de desprendimento de uma identidade que servia ao negro/a apenas como lembrete de sua incapacidade de se tornar algo que lhe foi coagido a ser.

Neste contexto, é importante destacar, com Neusa, que a miscigenação é um dos projetos que procura o encobrimento da racialidade no Brasil, visando à igualdade pelo branqueamento da cor através da mistura fenotípica entre homens brancos, negros e indígenas. Deste modo a miscigenação orienta as relações de pessoas não brancas com o branco, pois ter filhos mais claros ou mesmo brancos garantiria maior passabilidade social e serviria para apagar as origens de pessoas não brancas. Assim, o apagamento da racialidade seria o implemento da objetividade de uma igualdade em que todos se tornaram brancos, por meio da eliminação de pessoas não brancas (FERREIRA DA SILVA, 2022). Desse modo, não haveria a problemática racial, o preconceito ou qualquer coisa que interferisse com a racionalidade pura do homem branco.

O embranquecimento está inclinado ao esquecimento da violência racial direcionada a pessoas negras, sendo deste modo que as pessoas que sofrem com o racismo não enxergam ele como imposição a sua cor de pele. Tendo em vista este horizonte, o modelo branco era almejado como solução para o aprisionamento da racialidade, que demarcou as/os negras/os como "gado num curral". Uma das únicas formas de se tornar "gente" era ascender socialmente.

"A Ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o realizassem. E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estiveram aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torna-lo, cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SANTOS, 1983, p 21)

Contudo, Neusa coloca que, para poder garantir sua ascensão social, "o negro tomou o branco como modelo de identificação, como a única possibilidade de tornar-se gente"(SANTOS, 1983, p 18). Segundo Neusa, a demarcação da identidade atravessa a ascensão social. Por isso, a característica que se sobressai na pessoa negra é precisamente sua negritude como destino irremediável, na medida em que o homem de cor nunca se tornará branco, logo nunca será "gente" enquanto o mundo for dominado pelo branco. A aceitação é dada pela métrica do melhor mascaramento de sua real identidade: "aquele negro que possuiu qualidades de branco, possui uma ideia de redenção, de seus pecados criados pelo colonizador"(VITORINO, 2022)

Neste contexto surge, como resposta ao embranquecimento, o enegrecimento advindo da cultura blackpower, promovido pelos movimentos negros e anti-racistas como forma de denúncia da violência sofrida e da escravização passada. A identificação amplia a luta pelo reconhecimento e a autoestima de se reconhecer como negro herdeiro de toda uma memória.

Tornar-se negro é apropriar-se do próprio discurso, emancipar-se de comparações e comportamentos que são guias de um modelo de aniquilação de sua identidade.

Com a abolição, o/a negro/a ainda estava sujeito, às delimitações análogas a sua escravatura, preenchida na ideia de raça. As limitações visavam proteger os espaços privilegiados da branquitude, como classe dominante.

Com a implementação da sociedade capitalista, que alimenta-se da competição, o/a negro/a liberto se integra a uma perspectiva diferente, mas que ainda possui ramificações paralelas à colonialidade. A relação do/a negro/a com o branco, na sociedade capitalista, ainda possui comportamentos coloniais. Como argumenta Neusa: "O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado-dócil, submisso e útil- enquanto o branco agia com autoritarismo, por vezes paternalista, que era característica da dominação senhorial" (SANTOS, 1983, p 21)

A meritocracia capitalista, realizou para negro/a que queria ascender socialmente - um tipo de autorealização de tornar-se digno/a na sociedade, ser muito mais que considerado um sujeito negro/a. Neusa diz que ascensão é um dos projetos enxergados

pelas pessoas negras para que elas possam tornar-se gente, em uma sociedade racista. Deste modo Neusa responde que:

A Ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o realizassem. E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estiveram aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo, cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SANTOS, 1983, p 21)

Nesse contexto, o projeto de ascensão sofre certa correção das estruturas sociais que dificultam ainda mais a ascensão, mesmo havendo também o incentivo pela elevação, partido do esquecimento de sua identidade e seu branqueamento. A conclusão do projeto de tornar-se gente como branco é trazer equivalência de dignidade, mas culminou na transfiguração da identidade e alienação de tornar-se algo que não pode ser.

IV) COLOCAR AQUI AS PROPOSTAS DE REIVINDICAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESTEIRA DA PROPOSTA DE NEUSA (ÉRICO)

A produção de Neusa Santos Souza influenciou toda uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil.

No livro *Negritude Sem Identidade*, Érico Andrade opera uma revisão crítica dos princípios que criaram e circundam ontologicamente a identidade e como ela configura o mito racial nas delimitações científicas e filosóficas, como construção do conceito de humanidade (branca/o europeia), e mostra como Descartes já está implicado na criação da não humanidade (os racializados). Neste sentido, Érico mostra como a identidade mitiga as singularidades engendrando caixas de identificação segregadora como pardo/a e negro/a, ambos pertencendo à mesma conjuntura de violência. Isso torna claro como projeto da Neusa de tornar-se negro/a é a formação não só de uma identidade emancipada do racismo, mas de uma formação de consciência que se faz necessária para que pessoas negras possam enxergar os efeitos da racialização introjetados na própria psique.

Neste sentido, Érico analisa como a branquitude cria seu projeto narcísico de humanidade, muito mais para exclusão de outras humanidades, do que para a universalização dos direitos. Não é coincidência que o resultado dos encontros pelas navegações coloca em voga a humanidade (europeia) diante de outros seres tão semelhantes, mas sub-humanos por não se autogovernarem pela razão, que é a coisa mais importante no conceito de humanidade. Conforme Érico mostra, a mente, não o corpo, é o que caracteriza a humanidade. Ora isso excluiu demasiadamente outros seres que não fazem essa separação cartesiana mente e corpo.

V) CASTIEL

O livro de Castiel Vitorino Brasileiro, "Quando o sol aqui não mais brilhar: a Falência da negritude" inclui no próprio título um ponto de Exu, canção da umbanda, que nesta frase inicial ("quando o sol aqui não mais brilhar") é dedicada para invocar o "Tranca Rua", uma entidade de Exu. O Tranca-Rua tem o papel de proteção de fechar e abrir

caminhos, ele pode ser referenciado como significado de transformação do fim de um período para o início do outro. Deste modo, "quando o sol aqui não mais brilhar: a Falência da negritude", pode ser interpretado como transformação que emancipa pessoas escuras de sua encruzilhada racial, que é identidade negra, que é configurada pela branquitude.

O estabelecimento do negro/a como identidade, que venha a ser procurada é resultado da longa história do imperialismo. É com os movimentos negros no Brasil que respondiam ao sofrimento racial, pelo braqueamento das pessoas de pele escura, tanto pelo rechaçamento do/a negro/a na sociedade, como ser inferior, quanto como às crises identitárias do próprio sujeito negro/a, por estar fora da sociedade, da categoria de humano. O enegrecimento vem como resposta ao branqueamento que almeja, segundo Castiel, o esquecimento:

Os pilares da colonialidade à brasileira é aniquilar e fazer esquecer; esse esquecimento podendo ser conduzido de vários modos, sendo eles o próprio embranquecimento, que por sua vez também se trata de naturalização das matanças. O genocídio é o desejo coletivo de fazer a terra e tudo que aqui há esquecer de nossa presença. No entanto, a colonialidade não se faz apenas com genocídio, mas sim no controle total da vida racializada, no que diz respeito ao seu nascimento e desenvolvimento, o que inclui memória, cognição, intuição, emocionalidade, gestualidades.(VITORINO, 2021, p14)

Deste modo o branqueamento é o velamento da violência racial, o apagamento das origens e das subjetividades, mas o enegrecimento não é uma solução efetiva para esse problema. O enegrecimento é vestimenta da colonialidade que apagou a ancestralidade, como esfera de transfiguração e liberdade.

A falência da própria ideia de negritude, está estruturada na falência do mito racial, quando não aceita pertença da subjugação de outros tipos de humanidades sobre a prerrogativa da incapacidade de pessoas não brancas, do fato delas não possuírem razão, e deste modo, estarem na selvageria. Desta forma Castiel afirma que a racialização é “um delírio alimentado cotidianamente pela modernidade, na medida em que os ditos humanos/sujeitos defendem sua presença no planeta através da prerrogativa da racialização negra”(VITORINO, 2022, p 14). Ora, o princípio do conceito de humanidade, faz parte da modernidade colonial, que explorou o conceito como justificativa de suas ações.

O horizonte emancipatório de transmutação é a liberdade dos caracteres que não devem ser incluídos na base da “categoria sujeito/humano proposta pela modernidade que possui como princípio a diferença como problema”(VITORINO, 2022, p 15). A identidade negra não deve ser entendida como ponto emancipatório em si, por situar-se na base racial, logo o tornar-se negro/a, racializar-se cada vez mais, vai na mesma direção da própria ideia que a branquitude produz do/a negro/a.

O argumento de Vitorino Brasileiro segundo o tornar-se negro ou embraquecer surge a partir da raiz de sua fundamentação que nega a liberdade da/o negra/o e o dispõe como não sujeito. Segundo a autora, o tornar-se negro é mais um destino imposto violentamente para pessoas negras: "a liberdade para pessoas retintas, que cotidianamente são traduzidas na mitologia moderna da raça negra, trata-se também das

dobras que fazem neste fato violento que nos contam como inevitável: torna-se negra/o"(VITORINO, 2022, p.13). Não há emancipação no tornar-se negro/a pois a negritude é ligada à certeza da violência como inevitável ao seu corpo pela pertencimento da identidade que reconfigura a opressão colonial da modernidade.

[Vitorino Brasileiro propõe, assim, a fruição de um novo espaço, não subjugado ao pertencimento racial que delimita as fronteiras da subjetividade, da linearidade e da soberba do homem branco. Destarte, emerge uma nova perspectiva que valoriza a ancestralidade, atravessando a história da escravidão e da negritude. A ancestralidade se apresenta como a força capaz de romper os laços coloniais e raciais que constituem a negritude.

A Ancestralidade abre uma lacuna no espaço-tempo transfigurando a ideia de raça, com a qual a identidade é massificada e a subjetividade é alicerçada na generalização do sujeito."O/a negro/a". Castiel antecede que a ideia colonial da racialização, procurou denegrir não só ser de cor, mas a ecologia das memórias e da religião afro como espaço transcendente de outras transmutações. colocando que: " se quebrarmos aliança com a racialidade negra, a nossa escuridão transforma-se a em que, senão em tudo aquilo que sequer podemos imaginar? tornamo-nos imensuráveis. O acaso. Tornamo nos livres" (VITORINO, 2022, p.27) Onde existe escuridão reside a liberdade histórica.

A colonialidade ainda descaracteriza os princípios ontoepistemológicos dos reinados africanos. Os templos das ditas religiões africanas ou afro-brasileiras são escolas, que mantêm o trânsito duplo da origem e da atualidade. Desta forma Castiel afirma que "templos afro-brasileiros possuem as memórias que antecedem nosso pacto de torna-se negro: lembranças de interações intra e interespecífica desordenadas da racialização/violência"(VITORINO, 2022, p 23). Os templos quebram os grilhões da modernidade que criam a negritude como cadeia.

As memórias de transfiguração que estão contidas plantas, é o conhecimento de que desarticulam o conceito de raça moderna, são saberes ancestrais que sua tecnologias acessam que conta como a “ raça é uma mentira que nos distrai do caminho da liberdade, na medida em que racialização negra limita a bioquímica dessas pessoas ao limite da ancestralidade humana”(VITORINO, 2022, p 35). A destruição da natureza é um ataque direto às epistemologias de pessoas escuras e povos originários, pois é no reino vegetal que se acessa sua cosmovisão e conhecimento.

A morte da natureza pela modernidade é causada pela revelação que ela possibilita, A ancestralidade é uma grande ameaça à modernidade, pois mostra que sua ordenação do mundo é cega. Deste modo Castiel afirma que “o benzimento é a prática cotidiana de sacrificar-se a uma ancestralidade da imprevisibilidade ou seja, uma ancestralidade da negritão, tendo em vista que é o negrume a zona/matéria onde os órgãos modernos tornam-se inválidos”(VITORINO, 2022, p 38), ela de denúncia a modernidade ao mesmo tempo restitui escuridão como liberdade.

A Kalunga é o termo de origem bantu que diz respeito a zona cósmica e ontológica, que está presente nas tradições afro brasileiras como umbanda, Kalunga “é traduzida enlace de cemitério com mar”(VITORINO, 2022, p 56). Kalunga é possibilidade de transmutação é quebra do entendimento da morte na modernidade como finitude e

desarticulação do mito da forma eterna como um sistema que perpetua hierarquias raciais e de gênero. Kalunga é espaço de criação/destruição deste modo é área de liberdade, como fim da ordenação racional moderna, que caracteriza a morte como fim ao mesmo tempo que preserva sua vida com aniquilação de outras humanidades (racializadas).

A morte racial é a superação do conceito de morte moderna, é a coragem de transfigurar a materialidade e perceber que o medo de abandonar o pertencimento racial como algo real é a armadilha da modernidade que impede pessoas retintas de transmutar. O medo da mudança e da morte são continuações do projeto colonial da hostilização e do apagamento de epistemologias que negam os princípios modernos. Destraindo a certeza racial se pode pôr dúvida a própria hegemonia da história branca como algo cegamente crível.

VI) COMPARAÇÃO NEUSA // CASTIEL

Em Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro, Neusa aborda a questão do/a negro/a brasileiro/a em ascensão social, e identifica uma busca pela identidade do ser negro/a, que se encontrava velada pelo embranquecimento das pessoas negras. A destruição da identidade do sujeito pelo ego branco dominante, tende à despersonalização das pessoas negras e à dificuldade de admitir sua própria negritude. Contudo, pela identidade há o reconhecimento da violência sofrida. Assim, a luta contra o racismo poderia realmente atingir uma proporção maior.

Por outro lado, Castiel Vitorino Brasileiro, em "Quando o Sol Aqui Não Mais Brilhar: A Falência da Negritude", questiona a própria noção de "tornar-se negro/a" como uma armadilha da modernidade e da racialização europeia, que serve à exploração e ao genocídio. Para Castiel, a identidade de "negra/o" é uma construção opressora que aprisiona e limita a existência de pessoas não brancas (racializadas). A proposta é romper com essa "racialidade negra" e buscar a ancestralidade e a ecologia de memórias como caminhos para a liberdade e a imensurabilidade, transcendendo as categorizações raciais impostas.

Conclusão

PROPOSTA TEÓRICA CONCILIATÓRIA

A afirmação da identidade negra está intrinsecamente ligada à criação do conceito de raça. Não há como desvincular essa identidade da lógica de aniquilação e esquecimento que a modernidade impôs. É crucial analisar os fatos que se sucederam ao plano do "tornar-se negro/a" como horizonte de emancipação. O processo de "tornar-se negro/a", como abordado por Neusa Santos Souza, é uma luta para se desalienar e reconstruir a autoestima. O foco é a cura psicológica e social, a afirmação de uma identidade positiva contra as forças do racismo. O objetivo é a "desalienação" e a conquista de um lugar de pertencimento e valor.

No entanto, essa busca por um pertencimento cria uma noção falsa que categoriza

peessoas racializadas por meio de generalizações. Isso impede que pessoas negras se nomeiem de forma autônoma ou sejam nomeadas por outros, e as leva a questionar a própria história que lhes foi coagida pela hegemonia da modernidade.

A obra de Neusa é fundamental, pois sem o entendimento do trauma e da necessidade de "tornar-se negro", a luta contra a violência racial perderia sua base. Esse conceito instrumentalizou o surgimento de coletivos e movimentos negros e antirracistas, além de ter um papel crucial na denúncia do racismo. A crítica de Castiel Vitorino Brasileiro reside no resultado desse processo: a negritude se torna um ideal, um conceito fixo, um lugar de pertencimento. É a fase em que a identidade negra é politicamente afirmada, mas corre o risco de se tornar uma essência, uma "categoria" rígida. Essa rigidez acaba por reelaborar a colonialidade do mito racial.

Uma vez que a negritude se torna uma categoria, ela pode, paradoxalmente, limitar e aprisionar. Vitorino Brasileiro argumenta que a própria categoria de negritude, criada para enfrentar o racismo, reproduz certas lógicas que precisam ser superadas. A "falência da negritude" é a desintegração desse ideal fixo, um convite a ir além de uma identidade única e a explorar a ancestralidade interespecífica e a imensurabilidade da escuridão. Este é o passo seguinte, que permite a liberdade de ser sem estar eternamente definido pela modernidade.

Para Castiel, é necessário abandonar o "tornar-se negro/a" como uma perspectiva definitiva de emancipação, mas sem esquecê-lo ou reduzi-lo a nada. Ela compreende que o "tornar-se negro/a" fundamentou a luta contra o racismo na abordagem sociopolítica, servindo como um caminho para a emancipação, mesmo que não seja ele próprio a força que libertará o ser negro.

Portanto, a proposta conciliatória é que Neusa aborda a luta para se tornar sujeito do discurso, legitimando a subjetividade e a humanidade da pessoa negra. Já Castiel aborda a liberdade de romper com o sujeito, indo além das delimitações modernas que ordenam o mundo. As duas autoras nos oferecem um panorama completo da complexa jornada da identidade negra do ponto de partida da alienação à possibilidade de uma liberdade que transcende as categorias modernas

Referências

Bibliografia

BRASILEIRO, Castiel Vitorino . Quando o sol aqui não mais brilhar: A falência da negritude. São Paulo: N-1 Edições, 2022

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: vicissitudes de um negro brasileiro em ascensão

social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERREIRA DA SILVA, Denise. Homo modernus. Para uma ideia global de raça. Cobogó: 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. A dívida impagável. São Paulo, 2019

ANDRADE. Érico. Negritude sem identidade. São Paulo: N-1 Edições, 2023

KILOMBA. Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

FANON. Frantz. Pele negra máscaras brancas, Trad. Renato da Silveira Salvador : EDUFBA, 2008.

GONZALEZ. Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar, 2020.

BENTO. Cida. Pacto da branquitude. Companhia das Letras, 2022.

DAMASCENO. Marizete; ZANELLO. Valeska. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze. Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.) 38 (3) •

Anos.<https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>, 2018

Brasil. (2013). Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde

Brasil. (2016). Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Temático Saúde da População Negra. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2002). Resolução CFP Nº 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Engel, M. G. (1999). As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 5(3), 547-563.

<https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000100001>

Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). Estudos de Psicologia, 10(2), 199-206. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200006>

Oda, A. M. (2004). Nina Rodrigues e A loucura epidêmica de Canudos. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 3(2), 139-144. <https://doi.org/10.1590/1415-47142000002009>

CÓDIGO: HS0954

AUTOR: ANA CLARA PINHEIRO ARAUJO

COAUTOR: MARIA FERNANDA RODRIGUES PAULA

COAUTOR: MARINA BEATRIZ DE MEDEIROS SANTOS

COAUTOR: ELIZABETH ROMANI

ORIENTADOR: HELENA RUGAI BASTOS

TÍTULO: Identificação e catalogação do acervo de clichês tipográficos do Bacharelado em Design da UFRN

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o processo de identificação e de catalogação dos clichês tipográficos do acervo do Bacharelado em Design da Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. Este estudo é parte de um projeto maior, que integra outros dois planos de trabalho e que dão continuidade ao projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”. O estudo aqui apresentado, de caráter descritivo, qualitativo e exploratório, registra as etapas realizadas no desenvolvimento da identificação dos clichês tipográficos do acervo, a saber: (1) pesquisa bibliográfica, (2) mapeamento de acervos, (3) seleção dos acervos, (4) coleta de dados e (5) preenchimento das fichas. O resultado direto desta pesquisa é o desenvolvimento de um catálogo para identificação dos clichês do acervo.

Palavras-chave: Clichês Tipográficos, Gráfica Manimbu, Memória Gráfica, Design

TITLE: Identification and Cataloging of the Typographic Clichés Collection of the Design Bachelor's Degree at UFRN

Abstract

The present article aims to discuss the process of identification and cataloging of typographic clichés from the collection of the Design Bachelor's Degree

program at the Federal University of Rio Grande do Norte [UFRN]. This study is part of a larger project that incorporates two additional work plans, which continue the research project “Typographic Workshop of the Design Bachelor’s Degree at UFRN: organization of the movable metal type collection and cataloging of typographic clichés.” The study presented here, of a descriptive, qualitative, and exploratory nature, records the stages carried out in the development of the identification of typographic clichés from the collection, namely: (1) literature review, (2) mapping of collections, (3) selection of collections, (4) data collection, and (5) completion of cataloging forms. The direct outcome of this research is the development of a catalog for the identification of the collection’s typographic clichés.

Keywords: Typographic Clichés, Gráfica Manimbu, Graphic Memory, Design

Introdução

O estudo integra o projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”, abrangendo a catalogação e a identificação dos clichês tipográficos, que fazem parte do acervo do laboratório-oficina de práticas gráficas do Departamento de Design [DDGN] da UFRN. A coleção é proveniente da Gráfica Manimbu da Fundação José Augusto do Rio Grande do Norte [RN], e como resultado, pretende-se a concepção de um catálogo com a identificação dos clichês. Com base nos objetivos do projeto de pesquisa, o estudo busca valorizar as técnicas tradicionais de reprodução gráfica e a memória gráfica potiguar.

A realização da pesquisa demandou estudo sobre processo de reprodução tipográfica, em especial sobre clichês tipográficos. No manual **A Fotogravura** (1939), a impressão gráfica por meio de clichês é uma “reprodução tipográfica de fotografias, desenhos, caracteres de fantasia ou vignetas se faz com o auxílio de ‘clichês’, - chapas de metal, - cuja superfície polida apresenta, em sentido inverso, todos os pontos em relêvo que devam deixar impressão no papel” (p.6, grafia original). Os clichês, em geral, podem ser a traço ou autotipia. O clichê a traço é uma fotogravura e “a imagem é formada por linhas e superfícies contínuas, como nos desenhos a tinta, sem as gradações ou meios-tons que só se podem obter com auxílio da retícula” (Porta, 1958, p.80). Segundo Porta a autotipia é um “processo de produção fotomecânica, em que o original, focado através de uma retícula de vidro ou outro meio que decompõe a imagem em pontos, dá na impressão tôdas as gradações de sombra e de luz, como num fotografia comum” (Porta, 1958, p.33).

Segundo Farias (2016, p.61), a “expressão memória gráfica tem sido utilizada [...] para denominar uma linha de estudos que busca compreender a importância e o valor de artefatos visuais, em particular impressos efêmeros, na criação de um sentido de identidade local através do design.” Acerca do estudo sobre memória gráfica em localidades específicas, são vários os grupos de pesquisa nas mais diversas regiões do Brasil, que vêm desenvolvendo investigações

neste campo. Ao considerar resgates históricos, investigações de campo e experimentações, muitas pesquisas têm demonstrado a importância da manutenção dos conhecimentos sobre técnicas de reprodução tradicionais, como descrito nos estudos realizados por Aragão (2012, 2016) e de Fonseca *et al.* (2016), e como tais investigações também contribuem para a preservação da memória local, das práticas e dos costumes de localidades.

Para estabelecer a articulação direta entre o objeto de pesquisa e a memória gráfica, citamos um trecho do catálogo de clichês da editora Noa Noa (2022, p.140) os “clichês são produtos da atividade humana e adquirem qualidade artística quando se realiza com a intenção de ser contemplado. Ou seja, que o autor de tal objeto teve a intenção de comunicar algo visualmente, transformando-se em veículo de informação.” Neste caminho, além do valor histórico, este tipo de estudo também é relevante para a concepção de artefatos gráficos, pois incentiva a exploração de técnicas alternativas, em contraponto às tecnologias digitais e a produção industrial. Desse modo, estudos como este promovem o desenvolvimento de novas maneiras de compor e de pensar visualmente, além de resgatar possibilidades educativas no campo do design visual ao recuperar clichês tipográficos de oficinas tipográficas desativadas.

O estudo dá continuidade ao processo de identificação, de classificação e de organização do acervo de tipos móveis e de clichês tipográficos salvaguardados no DDGN, e que tem por objetivo futuro a criação de uma Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN. No caso deste estudo em específico, o objeto de pesquisa é o conjunto dos clichês tipográficos que compõem o acervo do Departamento.

Metodologia

Acerca da metodologia, entende-se que está é uma pesquisa de natureza aplicada e de caráter descritivo, qualitativo e exploratório. O método aplicado neste estudo é uma adaptação dos trabalhos de Fonseca *et al.* (2016), Aragão (2010, 2016) e Aragão *et al.* (2012). Abaixo estão descritas as etapas aplicadas no desenvolvimento da pesquisa:

(1) Contexto sócio-histórico dos materiais: revisão bibliográfica

Por este estudo ser uma continuação direta de trabalhos desenvolvidos anteriormente, a primeira parte tratou da contextualização do que já havia sido desenvolvido, bem como da leitura e compreensão das bases teóricas fundamentais para a compreensão sobre as investigações até agora realizadas.

(2) Identificação e mapeamento dos acervos

Por meio da especificidade do contexto histórico e do local do acervo original (Gráfica Manimbu da Fundação José Augusto [FJA], instalada em Natal/RN), notou-se a necessidade da definição de um recorte temporal e regional/local para a realização da busca por acervos com material impresso (livros, periódicos, folhetos, efêmeros em geral) pela Gráfica ou pela FJA. A ideia foi procurar possíveis impressos com a reprodução de clichês do acervo. Desse modo, a procura inicial foi direcionada para acervos da cidade de Natal, e que, de preferência, tivessem sido impressos nos anos 1970. No entanto, dada a especificidade da busca, e pela escassez de registros formais que constituem a memória gráfica potiguar, foi necessário realizar pesquisas em acervos digitais, bem como de reproduções gráficas, similares aos clichês do acervo estudado, no contexto urbano da cidade.

(3) Organização e seleção de materiais do acervo

Com o mapeamento realizado, foram, então, selecionados os acervos base para busca. Esta definição foi feita pelo acesso aos materiais, assim como pela contextualização temporal e regional similar ao acervo estudado. Dessa forma, foram selecionados para análise os registros do jornal **A República** dos meses de Fevereiro, Março e Outubro de 1976. Atualmente, estes materiais se encontram no Museu da Imprensa Oficial Eloy de Souza [MIES], vinculado ao Departamento Estadual de Imprensa [DEI/RN].

(4) Coleta de dados e informações: descrição, registro fotográfico/digital

Nesta etapa, o processo inicial foi registrar fotograficamente todos os materiais selecionados do DEI/RN com a reprodução de clichês. Para isso, foram fotografadas todas as páginas impressas com elementos não verbais, ou agrupamentos de letras não convencionais a tipos móveis. Para auxiliar no processo de catalogação, nesta etapa todos os registros fotográficos receberam um tagueamento, que identificava qual mês, dia e página o impresso estava vinculado. Com base nessas informações, e no contexto identificado em cada uma das páginas, foi gerado um catálogo de identificação dos materiais impressos do DEI/RN. Este catálogo base foi utilizado para a identificação de parte dos clichês do acervo estudado.

(5) Preenchimento das fichas: complementação de dados e informações

Com a catalogação dos impressos dos registros selecionados, iniciou-se a comparação com os itens do acervo estudado. Para isso, a primeira etapa foi transferir as informações das fichas catalográficas já produzidas para um *software*, que permitisse alterar as informações das fichas já produzidas e reagrupá-las de maneira mais simplificada.

Com a transferência de informações já realizada, a próxima etapa foi comparar as fichas catalográficas do acervo com o catálogo dos impressos do DEI/RN. No entanto, nem todos os clichês das fichas catalográficas foram identificados com este método. Por isso foi necessário realizar uma busca utilizando outras ferramentas como “Google Lens”. Além desta ferramenta de busca *online*, outros

clichês foram reconhecidos através do contexto social e cultural do local, assim como alguns foram identificados por meio de relatos de servidores do DEI/RN, que trabalharam com impressões similares às catalogadas.

A partir desses dados foram realizadas novas categorizações para os clichês do acervo, bem como foi identificada a necessidade de se reorganizar a estrutura e informações presentes na ficha catalográfica do acervo.

Resultados e Discussões

O objeto de estudo deste trabalho é a coleção de clichês tipográficos pertencentes ao Departamento de Design da UFRN (Imagem 1). Anteriormente, estes materiais compunham parte do acervo da Gráfica Manibu, vinculada à Fundação José Augusto [FJA], vinculada à Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte. Os clichês pesquisados neste estudo já foram objeto de pesquisa em anos anteriores. Portanto, para simplificar o andamento dos trabalhos, fez-se necessária a contextualização dos estudos desenvolvidos anteriormente, a exemplo de Silva *et al.* (2024) e Vieira *et al.* (2024). Destes artigos foram extraídos o modelo base da ficha catalográfica dos clichês e a lista de definição das categorias de classificação das representações das peças. Ambos os materiais precisaram ser adaptados; estes ajustes são apresentados ao longo das discussões neste artigo.

Acerca do formato da ficha catalográfica original (Imagem 2), é possível perceber que esta era dividida em espaços direcionados para a identificação dos clichês por meio de grupos de informações pré-selecionados. De acordo com o definido por Silva *et al.* (2024), os espaços de identificação dos clichês eram divididos e identificados da seguinte forma:

- Impressão do clichê: local de disposição da imagem impressa do clichê.
- Fotografia do clichê: local de disposição da fotografia do clichê.
- Código: identificador individual de cada clichê/ficha.
- Categoria: tem relação com o tipo do clichê, do que ele visa reproduzir.
- Medida: informação das dimensões da área impressa.
- Material: identifica a composição material do clichê.
- Uso provável: identificação do clichê e, se possível, sua finalidade.
- Informações adicionais: registro de informações complementares, como estado de conservação, dificuldade de identificação, entre outros.

A primeira ficha desenvolvida indica a “categoria” dos clichês, que corresponde à classificação dos tipos de representações dos clichês (Silva *et al.*, 2024), como segue:

- Brasão: contém a representação de escudo, coroa, elmo, suportes e divisa.

- Marca gráfica: apresenta sinais ou signos não verbais, para representar uma empresa, entidade ou instituição.
- Logotipo: composição visual utilizando letras/tipos (signos verbais escritos de nomes ou siglas) associados ou não a um sinal gráfico ou a um símbolo.
- Monograma: são agrupamentos de letras, com ou sem ornamentos.
- Símbolo: representam ideias, objetos, conceitos abstratos, entre outros, associando-se ou não a valores locais, crenças, regionalismos.
- Ilustração: representações visuais mais elucidativas ou representativas, desenhos ilustrativos.
- Foto/autotipia: fotografia com meios-tons.
- Não identificados: sem identificação conhecida.

A análise mais criteriosa da ficha permitiu identificar a necessidade de adequação deste instrumento em acordo com as recomendações sobre documentação museológica, em estudos como de Padilha (2014) e Cunha e Cavalcanti (2008). Para esta adequação levou-se em conta a padronização dos metadados, que incluem aspectos intrínsecos dos artefatos (aspectos e atributos materiais) e informações extrínsecas, que envolvem sua contextualização em tempo e espaço (Padilha, 2014). O próprio processo de identificação dos clichês, melhor explicado no decorrer deste item, também suscitou a necessidade de adequação da ficha de catalogação.

Outra questão importante para a adequação das fichas de catalogação tem relação com sistema de organização de acervos, uma vez que o DDGN deve salvaguardar outras coleções, como a de tipos móveis de metal da Gráfica Manimbu, igualmente doada pela FJA. Observou-se que acervos são compostos por coleções de documentos ou de artefatos que devem ser identificados e documentados (Padilha, 2014). Como mencionado, para a primeira organização e catalogação do material levou-se em conta estudos e sistemas desenvolvidos por Fonseca *et al.* (2016), Aragão (2010, 2016) e Aragão *et al.* (2012). No período, verificou-se poucas referências sobre a catalogação de clichês tipográficos. Exatamente por isso, métodos, processos e instrumentos requereram adaptações, em especial, provindas de sistemas museológicos (Padilha, 2014; Cunha; Cavalcanti, 2008). Isso implicou o aumento do número de informações na versão da ficha que ainda está em desenvolvimento, e inclui a identificação da coleção, do livro de registro (tombo) e do registro do objeto-tipo, a procedência, o tipo e a data de aquisição, dados sobre o estado de conservação e possível restauro, entre outras informações adicionais. Esse procedimento de adequação a sistemas de arquivos e acervos museológicos deve requerer exame atento para a numeração (codificação) das peças, com código alfanumérico, a partir de estrutura tripartida para identificação de subdivisões das categorias. Ademais a numeração deve considerar a identificação das coleções do acervo.

Após a compreensão e o aprimoramento da ficha, a próxima etapa foi identificar os clichês. Para a realização deste estudo, como anteriormente citado, foram selecionadas partes do acervo do jornal **A República**, preservados no DEI/RN, relativos aos meses de fevereiro, março e outubro de 1976. Para simplificar o

processo de comparação do acervo impresso do DEI/RN com os impressos do acervo analisado, foi realizada uma catalogação das impressões do jornal, que possivelmente fossem produzidas na oficina tipográfica com o emprego dos clichês. Para a identificação das impressões realizadas com clichês, os critérios utilizados foram a presença de elementos não verbais e/ou a presença de grupamento de caracteres, que não fossem associados a impressão dos caracteres individuais como caracteres de tipos móveis.

A partir da definição dos critérios do que seriam considerados impressos com clichês, iniciou-se o processo de registro dos materiais analisados. Para simplificar a comparação entre o acervo dos impressos, a estratégia utilizada foi registrar fotograficamente todos elementos identificados como clichês nas impressões do DEI/RN, e rotular as fotos retiradas, identificado-as a partir dos dados de publicação no periódico (o mês de 1976, o dia e a página). Posteriormente estas fotos foram utilizadas para a geração de um outro modelo de fichas (Imagem 3) que passaram a compor um catálogo com as impressões do jornal **A República**. O catálogo foi registrado no Google docs, e como estratégia para reduzir o volume de informação, impressos similares foram agrupados em uma única ficha de identificação. Para facilitar a organização das informações sobre estes registros, as fichas foram criadas com espaços destinados para as seguintes informações:

- Registro fotográfico do impresso: registro fotográfico de um exemplar de impressão.
- Código: conjunto de caracteres que identificam um grupo de impressos de matrizes similares.
- Identificação: descrição da identidade dos impressos com base nas informações das páginas onde eles estavam localizados.
- Localização: registro das páginas onde as impressões podem ser encontradas.

Com o preenchimento das fichas de acervo do DEI/RN, foi definida também a transferência das informações das fichas catalográficas dos clichês do acervo do DDGN/UFRN para uma base similar, também no Google docs. Esta transferência surgiu da necessidade de manter as fichas numa base de edição mais simplificada durante o estudo (antes estavam vinculadas a um arquivo do Adobe Illustrator, um *software* vetorial). Também, buscou-se simplificar o acesso ao catálogo, criando um *link* que permitia o acesso em diversos dispositivos diferentes, sem a necessidade de se instalar um *software* específico para consulta.

Depois de ambos os catálogos estarem vinculados aos arquivos do Google docs, a próxima etapa foi a comparação entre os acervos. A verificação foi feita 1 a 1, comparando as fichas do acervo de impressos do DEI/RN e as fichas do acervo de clichês do DDGN/UFRN. Durante a comparação, foi percebida a necessidade de se criar um novo identificador na ficha dos clichês, dessa vez voltado para o registro do código catalográfico de identificação, em caso de paridade entre os impressos analisados.

A comparação dos acervos motivou a alteração do instrumento de catalogação, da disposição das informações. Desse modo, surgiu a necessidade de acrescentar uma nova informação, além das apresentadas por Silva *et al.* (2024):

- Identificação: reconhecimento catalogado da reprodução gráfica do clichê com uma reprodução gráfica reconhecida e descrita.

Finalizada a comparação entre os acervos, notou-se que grande parte dos clichês ainda não haviam sido identificados. Desse modo, foi aberto o processo de identificação por meio de outros meios. Como estratégia para preservar o registro da informação sobre a identificação, foi criado um outro catálogo, que registrou apenas as identificações dos clichês localizados, agrupando tanto a identificação no acervo do DEI/RN, quanto dos novos registros. Uma tipologia de identificação foi então criada:

- Impressões DEI (Código DEI): são os impressos de clichês localizados tanto nos impressos do DEI quanto no acervo dos clichês.
- Consulta *online* (Código COON): são versões localizadas em acervos online de impressões dos clichês, ou de imagens em geral que auxiliam na identificação.
- Indicativos (Código IND): são documentos e outros materiais que apresentam algum indício ou possível identificação dos clichês.
- Registros (Código REG): são registros fotográficos autorais que comprovam a identificação, ou possuem relação com os clichês.
- Autoidentificação: trata-se de situações em que o próprio clichê contém elementos o suficiente para permitir sua identificação (ex: um clichê de logotipo que contém o nome da marca ao qual está associado).
- Cultural: clichês que não possuem uma documentação de identificação, mas que podem ser reconhecidos através do contexto social e cultural do local.
- MIES: clichês identificados através de reconhecimento por meio de relato de servidores do DEI

Cada tipologia de identificação foi registrada em instrumento próprio (Imagens 3, 4, 5 e 6).

Um outro processo necessário durante o desenvolvimento do catálogo foi a definição de novas categorias de classificação dos clichês. As categorias definidas por Silva *et al.* (2024), foram mantidas no catálogo, no entanto, ao se analisar a diversidade dos clichês do acervo, surgiu a necessidade da criação e definição de categorias mais específicas, como segue:

- Emblema: são distintivos (inclui escudos) ou insígnias de sociedades, organizações, associações, corporações, agremiações. É uma figura simbólica, que pode representar um grupo, uma coletividade em geral.
- Selo: utilizados como distintivo gráfico-visual ou carimbo, que representa alguma qualidade, característica ou atributo de produto, serviço, negócio/empresa ou instituição. Identificamos como tal: selos postais;

selos de chancela ou para autenticação; selos de certificação e de garantia; selos de marca e qualidade de marca; selos comemorativos.

Posteriormente a este processo de catalogação, e como uma ferramenta de revisão do trabalho realizado, foi feita uma análise das fichas preenchidas, a fim de identificar problemas relacionados ao preenchimento. Para facilitar a identificação destas questões foi gerada uma lista com os problemas, e as fichas a serem revisadas receberam uma identificação do aspecto encontrado:

- Clichê único em duas fichas distintas.
- Clichê com imagens incorretas.
- Clichê com uso provável definido e identificação indefinida.
- Clichê com erro de preenchimento da ficha.
- Clichê com erro de identificação.

Como parte dos resultados da pesquisa realizada, também foi planejada e realizada uma oficina utilizando, como material base, o acervo dos clichês. O objetivo foi ampliar o contato e o interesse do público, em especial o corpo discente do DDGN, com o acervo histórico do departamento e na memória gráfica do Rio Grande do Norte.

Para a organização da dinâmica da oficina, a autora contou com conhecimentos vinculados à participação nas oficinas “Menos design por favor” - Giulia Fagundes, realizada no KUYA - Centro de Design do Ceará, durante o evento Kuya - Design Sulamericano, em 12 setembro de 2024; e a “Oficina de tipos móveis” - Elizabeth Romani, realizada no DEI/RN no dia 20 de dezembro de 2024.

A atividade contou com a apresentação do projeto de pesquisa e da história do acervo, explicação de conceitos técnicos, exposição de materiais selecionados do acervo, assim como da explicitação da proposta de atividade da oficina. Ao fim da oficina, 8 trabalhos foram desenvolvidos e exibidos próximos ao laboratório, resultando em uma pequena exposição (Imagem 7).

Conclusão

O artigo descreve o processo de identificação dos clichês tipográficos do laboratório de práticas gráficas do Departamento de Design da UFRN. É importante lembrar que este processo de identificação não foi iniciado com este estudo. Na verdade, este estudo dá continuidade às pesquisas realizadas durante o ciclo 2023-2024. O processo de identificação dos clichês foi realizado com base nos desenvolvimentos anteriores, utilizando as informações destes estudos para o andamento da pesquisa realizada, o que suscitou a necessidade de adaptações e correções da classificação e da catalogação dos clichês tipográficos.

Acerca das informações utilizadas para a identificação dos clichês e preenchimento das fichas catalográficas, vale ser ressaltada a dificuldade em encontrar as informações sobre os clichês. Por se tratar de um registro não preservado, a busca pelas informações, após décadas em desuso, tornou difícil a localização de informações sobre muitos dos clichês do acervo. Isso denota a perda gradativa da memória, principalmente quando falamos sobre marcas gráficas. Parte do acervo foi associado a instituições locais, que hoje já não existem mais, e que se não fosse por este processo de registro da memória gráfica, poderiam acabar se perdendo mais facilmente ao longo do tempo.

Sendo assim, é perceptível a importância deste processo de resgate da memória gráfica como ferramenta de preservação. No entanto, a preservação não se limita apenas à história gráfica. A exposição deste tipo de acervo valoriza os tipos de reprodução gráfica mais tradicionais, incentivando e despertando o interesse na experimentação de processos de criação não convencionais.

Por fim, também é importante ressaltar a necessidade de divulgar a existência desses acervos para o público geral. Uma das ferramentas úteis nesse processo de divulgação é a criação de oficinas. Estas permitem a exposição controlada do acervo, e abrem margem para a criação utilizando estes materiais históricos como base, valorizando tanto a história gráfica do impresso, como também a forma de reprodução ao qual ele está associado. Portanto, este processo de registro histórico e gráfico não deve se limitar apenas aos clichês, mas sim ser explorada pelos diversos tipos de reproduções gráficas clássicas.

Referências

A FOTOGRAVURA: resumos técnico-práticos. Rio de Janeiro: Photogravura Viennense/Luiz Latt & Cia, 1939.

ACERVO DE CLICHÊS tipográficos e outras matrizes da editora Noa Noa. Catálogo. Florianópolis, SC: Editora Noa Noa / Fundação Catarinense de Cultura, 2022.

ARAGÃO, I. R. **Tipos móveis de metal da Funtimod:** contribuições para a história tipográfica brasileira (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ARAGÃO, I. R. Os tipos móveis de metal da Editora UFPE: apontamentos e descobertas. **Anais do 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.** São Paulo: AEND|Brasil, 2010.

ARAGÃO, I. R., FARIAS, P. L., ALMEIDA, E. J., FARIAS, A. M. Um estudo comparativo entre a catalogação dos tipos móveis da Editora UFPE e da Oficina Tipográfica da FAUUSP. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.** São Luís: UFMA, 2012.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FARIAS, P. L. **Estudos sobre tipografia**: letras, memória gráfica e paisagens tipográficas. 2016. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONSECA, L. P.; GOMES, D. D.; CAMPOS, A. P. Conjunto Metodológico para Pesquisa em História do Design a partir de Materiais Impressos. **InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 13, n.2, 2016, p. 143–161.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo** (Coleção Estudos Museológicos, v.2). Florianópolis: FCC, 2014.

PORTA, F. **Dicionário de artes gráficas**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

SILVA, S. S. M.; VIEIRA, L. M., ATANAZIO, J. G., ROMANI, E., BASTOS, H. R. (Orient.). Desafios para a organização dos clichês tipográficos: catalogação do acervo para a implantação da Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN. 2024. Trabalho apresentado no **Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CICT/UFRN**, Natal, 2024.

VIEIRA, L. M.; BASTOS, H. R. (Orient.). A organização do acervo de clichês tipográficos da gráfica Manibu em salvaguarda no Departamento de Design da UFRN. 2024. Trabalho apresentado no **Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CICT/UFRN**, Natal, 2024.

Anexos



Imagem 1 - cliches tipográficos DDGN



Imagem 2 - ficha catalográfica antiga



Imagem 3 - instrumento para identificação dos impressos do DEI



Imagem 4 - instrumento para identificação online



Imagem 5 - instrumento para indícios de identificação



Imagem 6 - instrumento para identificação dos registros fotográficos



Imagem 7 - exposição da oficina de clichês

CÓDIGO: HS0963

AUTOR: MARIA EDUARDA LEAL DE OLIVEIRA RODRIGUES

ORIENTADOR: LIGIO JOSE DE OLIVEIRA MAIA

TÍTULO: O Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e a história colonial do Rio Grande do Norte: acervo, temas e pesquisas

Resumo

Este trabalho objetivou transcrever e realizar a análise de conteúdo de um corpus documental de 18 conjuntos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) concernente ao Rio Grande do Norte e identificar temas e problemáticas para pesquisa historiográfica. Os conjuntos documentais transcritos, nos termos de sua localização física e identificação, foram os seguintes: CX10D632; CX10D641; CX10D653; CX10D654; CX 10D660; CX10D661; CX10D664; CX10D666; CX10D667; CX10D669; CX10D670; CX10D671; CX10D675; CX10D676; CX10D678; CX10D679; CX10D680; CX10D681. Destes 18 conjuntos documentais, 12 versam direta ou indiretamente sobre a Junta Governativa Provisória da província do Rio Grande do Norte entre dezembro de 1821 e julho de 1822. Inferimos que o conteúdo dessa comunicação e sua conformação pode corroborar com o argumento da instabilidade da consolidação e atuação da Junta Governativa Provisória na referida província, sobretudo nos conjuntos documentais CX10D654, CX10D666, CX10D667, CX10D669, CX10D670 e CX10D671, que versam sobre distúrbios ocorridos na província. Concluimos que a pesquisa historiográfica dos conjuntos documentais aqui analisados a partir do tema da constituição da Junta Governativa Provisória pode contribuir com a produção e renovação historiográfica à medida em que possibilita novas perspectivas para a compreensão dos antecedentes da Independência brasileira na província do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Rio Grande do Norte; Arquivo Histórico Ultramarino.

TITLE: The Overseas Historical Archive of Lisbon and the colonial history of Rio Grande do Norte: collection, themes and research

Abstract

This work aimed to transcribe and perform content analysis of a documentary corpus of 18 document sets from the Overseas Historical Archive of Lisbon (AHU) concerning Rio Grande do Norte and to identify themes and problems for historiographical research. The transcribed document sets, in terms of their physical location and identification, were the following: CX10D632; CX10D641; CX10D653; CX10D654; CX10D660; CX10D661; CX10D664; CX10D666; CX10D667; CX10D669; CX10D670; CX10D671; CX10D675; CX10D676; CX10D678; CX10D679; CX10D680; CX10D681. Of these 18 sets of documents, 12 deal directly or indirectly with the Provisional Governing Board of the province of Rio Grande do Norte between December 1821 and July 1822. We infer that the content of this communication and its structure may corroborate the argument that the Provisional Governing Board's consolidation and activity in that province were unstable, particularly in the sets of documents CX10D654, CX10D666, CX10D667, CX10D669, CX10D670, and CX10D671, which deal with disturbances that occurred in the province. We conclude that historiographical research on the sets of documents analyzed here, focusing on the establishment of the Provisional Governing Board, can contribute to historiographical production and renewal by providing new perspectives for understanding the antecedents of Brazilian independence in the province of Rio Grande do Norte.

Keywords: Colonial Brazil; Rio Grande do Norte; Overseas Historical Archive.

Introdução

Em sua obra clássica, Luiz Felipe de Alencastro afirmou que o historiador do Brasil Colônia deve considerar a ampla extensão da documentação ultramarina lusófona, que abrange os contatos entre as culturas que nos formaram. Territórios e tratos longínquos se conectavam à Europa e eram submetidos ao senhorio de El-Rey (ALENCASTRO, 2000, p. 11). A documentação trabalhada ao longo deste plano de trabalho, portanto, revela a amplitude dos contatos estabelecidos entre Portugal e demais territórios ultramarinos durante o período colonial, em que ordens e decretos estabelecidos no Reino repercutiam no além-mar. As fontes utilizadas neste trabalho foram digitalizadas em microfimes e CD-ROMs e disponibilizadas graças ao Projeto Resgate da Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, uma iniciativa do Ministério da Cultura em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e ao da Justiça, em acordo com o Governo de Portugal. Elas são documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) referentes à capitania do Rio Grande do Norte e totalizam 684 conjuntos documentais, produzidos e tramitados entre 1623 e 1823. A partir desses conjuntos documentais, realizamos a transcrição paleográfica de acordo com normas técnicas pré-definidas e a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Ao organizar, transcrever e pesquisar sobre parte dos conjuntos documentais manuscritos constantes no AHU, este trabalho coloca-se como uma contribuição à produção e renovação historiográfica do período colonial brasileiro e, mais especificamente, norterio-grandense. Obviamente, não se trata de nenhum pioneirismo ou ineditismo, uma vez que muitos outros trabalhos têm sido desenvolvidos nesse sentido por historiadores do período colonial do Brasil (LOPES, 2005; MATTOS, 2007; FRANKLIM, 2023). Esses trabalhos nos indicam caminhos possíveis para tal renovação, sobretudo no que concerne à pesquisa e análise de fontes coloniais como metodologia. Essas fontes, quando submetidas a um olhar científico crítico e teoricamente fundamentado, podem

revelar um espectro amplo de temáticas. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo transcrever e realizar a análise de conteúdo de 18 conjuntos documentais do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) concernentes ao Rio Grande do Norte. Os conjuntos documentais transcritos, nos termos de sua localização física e identificação, foram os seguintes: CX10D632; CX10D641; CX10D653; CX10D654; CX 10D660; CX10D661; CX10D664; CX10D666; CX10D667; CX10D669; CX10D670; CX10D671; CX10D675; CX10D676; CX10D678; CX10D679; CX10D680; CX10D681.

Metodologia

Além do trabalho de pesquisa desenvolvido, que relatarei aprofundadamente mais adiante, é importante destacar que desenvolvi atividades como secretária do IV Ciclo de Debates Formação dos Espaços Coloniais, ocorrido entre os dias 25 e 27 de junho de 2025 em Natal – RN sob a coordenação do professor Ligio Maia. Pude estar em contato com diversos pesquisadores da área de História e participar ativamente do planejamento do evento, dedicando-me a garantir que todas as atividades integrantes fossem bem divulgadas e executadas. Durante as mesas temáticas, pude ouvir as apresentações de pesquisas em desenvolvimento e já desenvolvidas nas áreas de História do Brasil Colônia e Ensino de História, dialogando com os presentes. A oficina “Fontes e Ensino de História”, ministrada pelos professores Tyego Franklim e Pedro Pinheiro, contribuiu para o meu trabalho como pesquisadora e professora de História. Já o minicurso “Conceitos fundamentais sobre os sistemas construtivos coloniais e as experiências atlânticas”, ofertado pelo professor Roberto Airon, forneceu outros olhares para a compreensão histórica do período colonial. Por fim, apresentei uma comunicação acerca da pesquisa desenvolvida no meu plano de trabalho anterior, sendo ainda agraciada com uma menção honrosa. Além de apresentar nesse evento, tive um trabalho aprovado no 33º Simpósio Nacional de História, que ocorreu entre os dias 13 e 18 de julho de 2025 em Belo Horizonte – MG. Por seu caráter nacional, o evento concentrou pesquisadores de todo o país, o que me possibilitou o contato com pesquisas de outros estados e que partem de fontes do mesmo arquivo que eu, isto é, o AHU. Pude ainda me informar sobre outros arquivos existentes e que podem contribuir com a pesquisa em História do Brasil Colônia. Ao apresentar meu trabalho neste evento em formato de banner para pesquisadores mais experientes, pude ouvir comentários críticos para aprimorar minhas pesquisas posteriores.

Devido o caráter paleográfico dos conjuntos documentais manuscritos localizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e digitalizados, e considerando sua riqueza informativa para o período colonial, a maior parte do trabalho compreendeu tarefas que não exigiram uma análise histórica mais profunda, mas que nem por isso foram menos especializadas. Para a transcrição paleográfica, fez-se necessário realizar uma leitura flutuante do acervo documental referente ao recorte temporal proposto (1790-1823), composto por 61 capilhas ou conjuntos documentais, e selecionar quais conjuntos documentais seriam transcritos.

Os documentos selecionados passaram a compor o corpus documental deste trabalho, ou seja, o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 1977, p. 96). A título de esclarecimento, os

conjuntos documentais digitalizados estão depositados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, cuja localização e guarda podem ser vistos, como segue a título de ilustração, no preâmbulo do documento da Caixa 10, documento de número 641 (CX10D641): “[ant. 1807, Outubro, 6, Natal] REQUERIMENTO de Luís José da Rocha Freire ao príncipe regente [D. João] pedindo confirmação de carta patente do posto de capitão de uma das companhias do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Cidade de Natal, passada pelo governador de Pernambuco Tomás José de Melo. Anexo: carta patente e requerimento. AHU_ACL_CU_018,Cx. 10, D. 641”.

Em que AHU (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa) é a Entidade detentora; ACL (Administração Central) é o Grupo de Arquivos; CU (Conselho Ultramarino) é o Fundo; 018 (Brasil - Rio Grande do Norte), a Série; Cx. a Caixa em que o documento se localiza (1 a 10); e D. o número do Documento (1 a 684).

Com a conclusão da transcrição destes documentos, dei início à sua categorização nos termos postos por Bardin (1977, p. 117): “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Os conjuntos documentais foram categorizados de acordo com sua localização, tipologia, tema, remetente, destinatário e data de elaboração. A categorização integra o método de análise de conteúdo, definido pela autora como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, em que a comunicação é compreendida como “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este” (Bardin, 1977, p. 31-32). Objetivou-se, portanto, compreender o sentido da comunicação estabelecida entre Lisboa e a capitania do Rio Grande do Norte através desses conjuntos documentais, atentando também e principalmente para outra significação, outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira, por meio da identificação de unidades de registro (p. ex., um nome próprio ou uma tipologia particular) e da instrumentalização do indicador frequencial, em que pese na análise a repetição ou ausência de determinadas unidades de registro no corpus documental.

Através das variáveis inferidas, foi possível deduzir logicamente conhecimentos acerca da produção e recepção das capilhas transcritas e analisadas, especialmente no que concerne à organização administrativa da província do Rio Grande do Norte, que é o enfoque deste trabalho em seu recorte temático e temporal (c. 1790-1823).

Nesse sentido, os 18 conjuntos documentais que compõem o corpus documental deste trabalho e que foram transcritos, nos termos de sua localização física e identificação, foram os seguintes: CX10D632; CX10D641; CX10D653; CX10D654; CX 10D660; CX10D661; CX10D664; CX10D666; CX10D667; CX10D669; CX10D670; CX10D671; CX10D675; CX10D676; CX10D678; CX10D679; CX10D680; CX10D681.

Resultados e Discussões

O corpus documental analisado é constituído por 13 cartas, 3 requerimentos, 1 decreto e 1 ofício. Das 13 cartas, 2 são congratulações à Coroa, 2 versam sobre as eleições da Junta Governativa Provisória, 3 sobre distúrbios ocorridos na província, 1 sobre a apuração dos distúrbios ocorridos, 1 sobre distúrbios ocorridos nas vilas de Ares, Vila Flor e Goianinha, 3 sobre uma nova eleição da Junta Governativa Provisória e 1 sobre a pacificação da Vila Nova do Príncipe, Vila da Princesa e Vila de Portalegre. Dos 3 requerimentos, 2 solicitam confirmação de carta patente e 1 solicita concessão de licença para advogar. O decreto determina a promoção de João Marques de Carvalho ao cargo de capitão do Estado Maior do Exército do Brasil. Por fim, o único ofício versa sobre distúrbios ocorridos na província.

A CONSTITUIÇÃO DE JUNTAS PROVISÓRIAS DE GOVERNO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

A primeira menção à Junta Provisória Constitucional no corpus documental analisado localiza-se em CX10D660 e data de 12 de dezembro de 1821. Aqui, temos uma carta que foi remetida pela Câmara da Cidade de Natal e que é sucedida por outra carta, já em CX10D661, de mesma data, em que o remetente é a própria Junta Governativa Provisória da Província do Rio Grande do Norte. Ambas expõem preocupação frente ao decreto de 29 de setembro de 1821 que define que a Junta deve ser composta de cinco membros, uma vez que a Junta instaurada foi constituída por sete membros.

É importante que tenhamos em mente qual é o plano de fundo histórico da eleição da referida Junta na província do Rio Grande do Norte. Para tanto, nos valem das contribuições de Mattos (2007). O ano de 1817 marcou uma engenhosa articulação entre proprietários rurais, comerciantes de nacionalidade brasileira e muitos padres de diferentes ordens religiosas que se opunham ao sistema colonial português e almejavam a formação de uma República englobando as capitanias do atual Nordeste: o Movimento de 1817. No Rio Grande do Norte este movimento formou-se com senhores de engenho, padres e militares e um total de 28 homens foram implicados e processados pela Coroa portuguesa, dos quais três eram senhores de engenho, quatro eram padres e dezesseis eram oficiais das Milícias (Mattos, 2007, p. 81-83).

Esta articulação na capitania, sob a liderança de André de Albuquerque Maranhão, culminou na instalação de uma Junta Provisória de Governo. Esta Junta, no entanto, por divergências internas e pela repressão das forças portuguesas, não logrou êxito em permanecer no poder, tendo durando apenas um mês. Posteriormente, muitos homens que haviam participado do Movimento de 1817 na capitania retornaram ao cenário político, uma vez que a Revolução Constitucionalista de 1820, em Portugal, ordenou a constituição de Juntas Provisórias de Governo em todas as províncias – como passaram a se chamar as capitanias – do Brasil. Com o ordenamento da constituição dessas Juntas, portanto, muitos dos homens de 1817 reencontraram um espaço de inserção política de seus ideais pró-independência na província do Rio Grande do Norte. Não tardou para que tensões políticas envolvendo esta nova Junta se generalizassem pela província. Dos 18 conjuntos documentais transcritos e analisados, 12 versam direta ou indiretamente sobre a Junta Governativa Provisória entre dezembro de 1821 e julho de 1822. Essa conformação da comunicação, com muitas correspondências trocadas em um curto intervalo de tempo, pode corroborar com o argumento da instabilidade de sua consolidação e atuação na província do Rio Grande do Norte proposto pela autora,

sobretudo nos conjuntos documentais CX10D666, CX10D667, CX10D669, CX10D670 e CX10D671, que versam sobre distúrbios ocorridos na província depois da eleição da Junta Governativa Provisória.

Conclusão

Ao organizar, pesquisar e transcrever os 18 conjuntos documentais manuscritos do AHU referentes à capitania do Rio Grande do Norte sob a temática da organização burocrática do governo da capitania (1790-1823), submetendo-os aos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, foi possível ter uma visão histórica mais clara das potencialidades de pesquisa neste importante acervo documental.

No âmbito da organização administrativa da capitania e, a partir de 1821, da província, notou-se que dos 18 conjuntos documentais analisados, 12 versam sobre a Junta Governativa Provisória. Como vimos, este destaque do tema insere-se numa conjuntura de instabilidade política na província, em que os distúrbios locais e a postura oscilante de D. Pedro desembocaria na Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Concluimos que a pesquisa historiográfica dos conjuntos documentais aqui analisados a partir do tema da constituição da Junta Governativa Provisória pode contribuir com a produção e renovação historiográfica à medida em que possibilita novas perspectivas para a compreensão dos antecedentes da Independência brasileira na província do Rio Grande do Norte.

Referências

REFERÊNCIAS FONTES

1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – AHU

1.1. Documentos Avulsos

1.1.1. Capitania do Rio Grande do Norte

Caixa (nº documento):

10 (632, 641, 653, 654, 660, 661, 664, 666, 667, 669, 670, 671, 675, 676, 678, 679, 680, 681);

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVII e XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. pp. 95-102.
Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, mercês e poder local: a “nobreza da terra” na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 21-34, nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p21-34>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BICALHO, M. Fernanda & FERLINI, Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar: idéias e práticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005;

FRAGOSO, João et al (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

LOPES, Fátima Martins (org.). *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623 - 1823)*. Natal: Edufrn, 2000. 220 p.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Edufrn, 2007. 218 p.

Anexos



Quadro de categorização do corpus documental (1/2)



Quadro de categorização do corpus documental (2/2)

CÓDIGO: HS0964

AUTOR: NIKARLA RAQUEL DA PAZ COSTA SILVA

COAUTOR: EVELYN FREITAS DA SILVA

COAUTOR: ANA LUIZA FERREIRA DA COSTA

ORIENTADOR: MARIANA DO VALE GOMES

TÍTULO: Por uma gráfica das artistas potiguaras: análise gráfica da revista Via-Láctea (1914-1915)

Resumo

O presente artigo resulta da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de iniciação científica “Processos Gráficos Potiguaras: um olhar expandido de autorrepresentação”, do curso de Licenciatura em Artes visuais da UFRN, com o objetivo de investigar os elementos gráficos da revista Via-Láctea — primeira revista produzida somente por mulheres a circular em Natal/RN entre os anos de 1914 e 1915. A metodologia baseia-se na análise gráfica e bibliográfica das oito publicações conhecidas, a partir da edição fac-similar reunida pelas pesquisadoras Constância Lima Duarte e Diva Cunha Pereira de Macêdo (2003), além de estabelecer diálogo com outras publicações de perfil semelhante. Sob a perspectiva do campo das Artes Visuais, propõe-se uma aproximação sensível aos elementos gráficos — como forma, diagramação e tipografia —, fundamentada em referências como Fayga Ostrower (1983) e articulada a estudos do design editorial, com destaque para Ellen Lupton (2013). A pesquisa também se sustenta em uma revisão histórica que situa a revista Via-Láctea em seu tempo, permitindo compreender as barreiras socioculturais que dificultavam a emancipação das mulheres enquanto artistas e criadoras. Essa abordagem nos leva a compreender as facilidades e dificuldades que atravessaram as primeiras produções impressas de mulheres no RN, destacando como a utilização de elementos gráficos contribuiu para a construção de uma identidade própria na revista, alinhado com o ODS: igualdade de gênero.

Palavras-chave: Arte Gráfica. Imprensa feminina. Revista. Feminismo.

TITLE: For a Graphic History of Potiguar Women Artists: Graphical Analysis of Via-Láctea Magazine (1914-1915)

Abstract

This article results from the research developed within the scope of the scientific initiation project “Processos Gráficos Potiguanos: um olhar expandido de autorrepresentação” of the Visual Arts Degree program at UFRN, with the objective of investigating the graphic elements of the magazine *Via-Láctea* — the first magazine produced exclusively by women to circulate in Natal/RN between 1914 and 1915. The methodology is based on graphic and bibliographic analysis of eight known publications, based on the facsimile edition compiled by researchers Constância Lima Duarte and Diva Cunha Pereira de Macêdo (2003), in addition to establishing a dialogue with other publications of a similar nature. From the perspective of the field of Visual Arts, a sensitive approach to graphic elements — such as form, layout, and typography — is proposed, grounded in references such as Fayga Ostrower (1983) and articulated with studies of editorial design, with emphasis on Ellen Lupton (2013). The research is also supported by a historical review that situates *Via-Láctea* magazine in its time, allowing us to understand the sociocultural barriers that hindered woman's emancipation as artists and creators. This approach allows us to understand the challenges and difficulties faced by women's first printed works in Rio Grande do Norte, highlighting how the use of graphic elements contributed to the construction of the magazine's unique identity, aligned with the ODS gender equality.

Keywords: Graphic art. Feminine press. Magazine. Feminism.

Introdução

Este estudo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no projeto de Iniciação Científica intitulado “Processos gráficos potiguanos: um olhar expandido de autorrepresentação”, vinculado ao Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) dedicado ao resgate histórico da arte gráfica e à experimentação gráfica contemporânea no contexto norte-rio-grandense. Uma das vertentes desta pesquisa é direcionada à valorização das mulheres como protagonistas criativas no estado, levando à necessidade de revisitar historicamente a presença feminina nos processos gráficos. Para iniciar o resgate dessas figuras, partimos de referências externas ao campo das Artes, buscando compreender os primeiros contatos da mulher potiguar com a gráfica, a fim de contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): igualdade de gênero.

Publicada entre 1914 e 1915, a revista *Via-Láctea* se destaca como a primeira publicação conhecida realizada por mulheres em Natal/RN. Como aponta o editor e escritor José Correia Torres Neto (2005, p. 138), ela surge no cenário da primeira geração de revistas do Rio Grande do Norte, entre o fim do século XIX e o início do XX, destacando-se por protagonizar a imprensa feminista do estado. Idealizada e dirigida pelas primas Palmyra e Carolina Wanderley, foi inteiramente produzida, editada e escrita por mulheres. Na publicação, há registros da participação de outras escritoras como Stellita Melo, Olda Avelino, Joanita Gurgel, Maria Da Penha, Stella Gonçalves e Anilda Vieira.

O interesse pela revista *Via-Láctea* parte, portanto, de seus elementos gráficos, e também, de sua equipe. No início do século XX, a revista destacou-se pelos textos literários e reflexivos, de caráter feminista, que veiculava. Não por acaso, grande parte dos estudos sobre a *Via-Láctea* aos quais esta pesquisa teve acesso concentra-se na análise de seu conteúdo textual e do contexto histórico de sua produção. Na própria edição fac-similar

organizada por Duarte e Macêdo (2003), ainda que as autoras incluam um subtópico intitulado “Composição gráfica e literária”, percebe-se que a abordagem acaba privilegiando os aspectos textuais da publicação. As questões relacionadas à materialidade gráfica da revista aparecem apenas de forma pontual, sem o desenvolvimento de uma investigação mais aprofundada sobre esse campo. Nosso desejo é preencher parte dessa lacuna bibliográfica, o que também justifica a realização desta pesquisa.

Metodologia

Os procedimentos adotados para prosseguir com a análise foram o levantamento documental e bibliográfico, utilizando as edições disponíveis da revista *Via-Láctea* como fonte primária de pesquisa, acessadas por meio da edição fac-similar organizada pelas pesquisadoras Constância Lima Duarte e Diva Cunha Macêdo (2003), ambas estudiosas da literatura e da história das mulheres na imprensa, que se dedicaram à reedição crítica e comentada da publicação. A escolha por trabalhar com esse material se justifica pela sua fidelidade editorial, embora se reconheçam as limitações impostas pela ausência de consulta aos exemplares originais, especialmente no que tange às características materiais do suporte como textura, cor e gramatura do papel.

Além disso, para realizar uma breve revisão histórica sobre o contexto social e cultural da época, com ênfase na presença e atuação de mulheres como produtoras intelectuais e gráficas no Rio Grande do Norte, utiliza-se de fontes secundárias, incluindo textos críticos, históricos e entrevista concebida pelo artista Falves Silva para o grupo de pesquisa “Processos gráficos potiguaros: um olhar expandido de autorrepresentação”, em 11 de junho de 2025.

Quanto a análise da composição gráfica das publicações, explora estudos gráficos e editoriais, principalmente Ellen Lupton (2013), estabelecendo diálogo com as artes visuais a partir de Fayga Ostrower (1983) e com estudos feministas a partir de Carol Hanisch (1969) e Virgínia Woolf (2022). Também investiga possíveis convergências estéticas entre publicações da mesma época.

Nesse sentido, com foco na identificação, descrição e interpretação dos recursos gráficos utilizados, o presente estudo definiu um conjunto de categorias que ancoraram a análise realizada. São elas: elementos ornamentais (molduras, arabescos, floreios), tipografia, composição espacial das páginas e disposição dos conteúdos. Assim sendo, a investigação privilegiou uma abordagem que buscou não apenas listar os ornamentos, mas compreender os sentidos que podem ser atribuídos às escolhas visuais feitas pelas editoras. Essa perspectiva nos instiga a investigar as relações entre forma e conteúdo na revista, reconhecendo o fazer gráfico não apenas como um adereço, mas como uma linguagem expressiva em si — afinal, como aponta a artista Fayga Ostrower (1983), a forma não pode ser compreendida como um simples invólucro, pois ela carrega sentido e está intrinsecamente ligada ao conteúdo que expressa. Isso nos leva a questionar: a que serviu a linguagem gráfica para a mulher potiguar daquele período?

Resultados e Discussões

Por volta da segunda metade do século XIX, começaram a surgir nas cidades brasileiras os primeiros periódicos editados por mulheres (Hahner, 1981, p. 34). Esse processo esteve diretamente ligado ao aumento do acesso ao letramento entre as mulheres daquele período, sobretudo entre aquelas pertencentes às camadas sociais mais favorecidas. Como destaca Duarte (2016), ao conquistarem esse direito, as mulheres “imediatamente se apoderaram da leitura”, o que as conduziu também à escrita e à crítica. No Rio Grande do Norte, entretanto, a primeira geração de periódicos femininos apenas começou a aparecer no início do século XX, com títulos como *A Esperança* (1903-1908), de Ceará-Mirim; a *Folha Nova* (1913), em Macau; entre outros, sejam manuscritos ou impressos (Duarte; Macêdo, 2003, p. 13). Em Natal, capital do estado, a revista *Via-Láctea* parece ter sido a primeira iniciativa local conhecida. Lançada em um período de crescente participação feminina na imprensa nacional, a revista se destaca por integrar a “vanguarda editorial” potiguar, termo cunhado por Neto (2005), que posiciona a revista *Via-Láctea* como protagonista desse movimento na história da imprensa potiguar.

Tal reconhecimento se justifica, possivelmente, pelo caráter feminista da publicação. Mais do que uma revista dirigida ao público feminino de Natal, a *Via-Láctea* era um espaço de contestação, reunindo textos que questionavam a opressão e a discriminação impostas aos papéis sociais das mulheres da época (Figura 1).

Conforme Duarte e Macêdo (2003), a revista surgiu num ambiente ainda dominado pelos preconceitos que limitavam a atuação da mulher, reduzindo-a ao espaço doméstico e à função de educadora. Essa restrição, porém, não se dava em uma única esfera: à mulher que desejava participar ativamente da vida pública, fosse na política, na imprensa, nas artes ou em qualquer outro campo, frequentemente era atribuída uma suposta falta de preparo para tais funções. Em 1969, cinco décadas depois, Carol Hanisch viria publicar o artigo “The Personal is Political”, no qual expõe que essas limitações não são meramente questões pessoais, mas reflexos das estruturas políticas e sociais mais amplas. Antecipando esses debates, a *Via-Láctea* já tencionava os limites impostos às mulheres, trazendo à dimensão pública ideias consideradas avançadas para a época (Martins, 2024, p. 30).

Ao revisitar essas publicações sob uma perspectiva atual, percebemos como a estrutura social predominantemente masculina contribuiu para o apagamento histórico da atuação intelectual e artística das mulheres. Esse sistema de exclusão ultrapassa os limites da literatura e da produção editorial, estendendo-se a inúmeras outras áreas da criação, inclusive as Artes Visuais. Longe de ser um problema do passado, essa percepção limitada do papel da mulher ainda persiste, como revela, por exemplo, a fala do artista Falves Silva, ao afirmar que, à mulher, “só resta a poesia”. O que seria esse “só”, senão o início da expressão feminina na cultura norte-rio-grandense? Anzaldúa (2000) já dizia, “uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida”; não podemos, portanto, desconsiderar o gesto de escrever como um ato político e de ruptura. Embora Falves aponte que, no Rio Grande do Norte, o uso da gráfica como linguagem artística tenha começado apenas com o *Poema Processo*, é importante reconhecer que as mulheres estavam começando a se destacar em cenários que há muito tempo eram dominados por homens. Como destaca Martins (2024, p. 22):

Palmyra Wanderley emergiu como uma das principais vozes da literatura potiguar, enfrentando as barreiras impostas a mulheres em uma sociedade que avançava em certos campos, mas estagnava-se noutros, como nas questões de igualdade de sexo e gênero porque baseava-se em

um patriarcalismo retrógrado e em um estúpido determinismo sexista que remanesce ainda em 2024.

Para além das limitações sociais impostas à atuação feminina na imprensa, as trajetórias pessoais de Palmyra e Carolina Wanderley revelam os caminhos que permitiram a criação da Via-Láctea. Oriundas de uma família de posses, tiveram acesso a instituições de ensino com “currículo diferenciado (...), na qual constava leituras, escrita, noções de matemática, além de estudos de piano e francês”, como destaca Martins (2024, p. 12). Isso em um período em que o acesso à educação era desigual (Martins, 2024, p. 21), não somente entre homens e mulheres, mas também entre classes sociais. Soma-se a isso o fato de que sua família era reconhecida pela forte tradição cultural, o que resultou em um ambiente que estimulava o interesse pelas artes e pela literatura (Duarte; Macêdo, 2013, p.166), favorecendo sua presença marcante no meio cultural natalense. Ao refletir sobre a escrita feminina, Woolf (2022, p. 183) destaca que “a liberdade intelectual depende de coisas materiais”, reforçando que uma mulher precisa de um espaço próprio e certa estabilidade para criar. Nesse sentido, é possível compreender como as condições vividas por essas primas favoreceram o surgimento de suas produções.

A imprensa feminina constituiu-se, nesse contexto, como espaço de resistência e construção de identidade. Para além do conteúdo escrito, a materialidade dessas publicações, assim como suas escolhas gráficas e estéticas revelam estratégias de afirmação de subjetividades, sendo, portanto, imprescindível sua análise desde o campo das Artes Visuais. Investigar a composição gráfica da revista Via-Láctea trouxe também uma surpresa: as organizadoras da edição fac-similar incluíram uma seção intitulada “Composição gráfica e literária”. Nas palavras de Duarte e Macêdo (2003, p. 47),

A revista Via-Láctea, nos números a que tivemos acesso, quase não tem seções fixas nem obedece a uma diagramação rigorosa. Pelo contrário, sua apresentação gráfica é flexível de número para número, estando o material — prosa ou poesia — distribuído irregularmente de acordo com as colaborações do momento.

A partir disso, passamos a pesquisar o que caracterizaria uma diagramação rigorosa e por que a Via-Láctea seguia por um caminho oposto. A sequência dos parágrafos seguintes, com foco na organização do conteúdo textual, reforçou nosso interesse em investigar mais profundamente sua composição gráfica, analisando sua estrutura, estilo e tipografia.

Tornou-se relevante considerar a análise da especialista em comunicação Buitoni (1986), que observa que, até os anos 1960, muitas revistas femininas no Brasil apresentavam um grande volume de texto com tipos pequenos que tornava o projeto gráfico confuso e sobrecarregado. A Via-Láctea revela uma organização semelhante (figura 2), já que o foco das autoras recaía sobre os textos críticos e literários. No entanto, embora ainda apresente uma mancha gráfica densa de textos, a composição da Via-Láctea não chega a ser excessivamente carregada.

Neste sentido, este estudo parte do reconhecimento de que o projeto gráfico não é apenas um suporte funcional para o texto, mas também um espaço de criação, expressão e construção de sentido. Ao propor a criação de uma revista escrita por mulheres e para mulheres, Palmyra e Carolina Wanderley não estavam apenas definindo seu conteúdo textual, mas também os elementos gráficos, mesmo que de forma não declarada ou intencional. Como observa Fayga Ostrower (1983), escolhas formais e temáticas

costumam estar atravessadas por afetos e intuições das quais muitas vezes o artista sequer tem plena consciência — o que nos permite compreender que a aparência da revista também carrega significados. Afinal, ao modificar a forma, altera-se também o conteúdo. Assim, o visual da publicação não apenas acompanha o discurso, mas o molda e reforça.

Essa relação se torna mais relevante quando entendemos a Via-Láctea como uma publicação feminista, onde reconhecemos que as escolhas editoriais estão entrelaçadas à sua posição política. Sob uma perspectiva contemporânea, criar um espaço de publicação para mulheres não se manifesta apenas no conteúdo textual, mas também na própria disposição gráfica. Nesse sentido, o projeto gráfico da revista pode ser lido como parte do gesto político das autoras, sobretudo por se tratar da criação de um impresso coletivo que abre “espaço para vozes sub-representadas” (Lupton et al, 2023). Como observa Martins (2024, p. 30), a criação de uma revista própria surgiu como solução para driblar a censura dos redatores e garantir às autoras um canal de circulação de pensamento livre e autônomo. Além disso, imprimir, nas palavras de Jess Baines (2022, p. 90-91),

também cria um material cultural tangível, objetos visuais imutáveis que agem como símbolos e afirmações de presença, identidade e talvez de comunidade — especialmente a impressão em pequena escala.

Embora a Via-Láctea se insira num contexto ainda marcado por tradições gráficas do século XIX, nota-se, em certos arranjos, uma aproximação com tendências modernas que começavam a se consolidar, especialmente na simplificação de alguns ornamentos e na busca por equilíbrio entre o texto e o espaço em branco. Essas características são indícios da transição para o modernismo gráfico, cujos princípios começavam a circular no início do século XX, como propunham os movimentos de renovação do design tipográfico e editorial na Europa. Segundo Lupton (2006), os princípios do design moderno passam pela clareza visual, funcionalidade tipográfica e valorização do espaço negativo como elemento de composição. Um exemplo disso pode ser observado na edição nº 5 da revista (figura 3), onde há uma composição mais equilibrada entre texto e moldura, além da presença de vinhetas mais discretas e páginas com maior respiro visual. Essa ambivalência entre tradição e modernidade confere à revista um caráter singular, que reflete as tensões culturais e artísticas do seu tempo.

Desde o primeiro contato, é perceptível uma presença marcante de ornamentos gráficos, com destaque para floreios e arabescos que delineiam molduras e divisões de página. Tais elementos evocam de forma evidente a estética do Art Nouveau, movimento artístico de origem europeia que influenciou a arquitetura, o design e as artes gráficas, que valorizava linhas curvas, motivos orgânicos e uma integração harmônica entre forma e função. Conforme Dempsey (2003), o Art Nouveau foi um movimento internacional desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos entre o final da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de criar uma arte moderna em resposta ao revivalismo histórico exaltado pela era vitoriana, e eliminar as distinções entre as belas-artes e as artes aplicadas.

Essa conexão estética entre a revista e o Art Nouveau ganha ainda mais sentido quando observamos o contexto urbano da cidade de Natal no início do século XX. Embora não haja uma institucionalização do movimento na cidade, é possível reconhecer em construções da época, como o Teatro Alberto Maranhão (figura 4), construído entre 1898 e 1904, localizado no bairro da Ribeira, os elementos decorativos sinuosos e

ornamentações florais que remetem à estética art nouveau. Essa leitura é reforçada pelos autores Soares e Barbosa (2020), que destacam:

Ele trouxe todos os elementos da arte nova em sua fachada. Seus gradis e portões, os cálices, vasos com flores, a estátua, as medalhas e atlantes, tudo fora importado da França e chegaram já prontos para serem instalados. A decoração da fachada explora traços simples, discretos, porque aquilo que foi feito pela mão humana não deve competir com aquilo que fora feito mecanicamente. O maravilhoso advinha destas “modernidades”.

Essas referências circulavam não apenas nas edificações, mas também em impressos, objetos domésticos e mobiliário urbano, formando um imaginário visual compartilhado. Essa estética, mesmo que não declaradamente assumida pelas editoras da revista, parece ter influenciado as escolhas gráficas da publicação, criando um diálogo entre o impresso e o espaço urbano.

Ainda que siga a estrutura tradicional de duas colunas, a Via-Láctea rompe com esses padrões ao explorar soluções visuais que ampliam a expressividade da página. Um exemplo marcante é o poema Estevildo, de Carolina Wanderley, que surge inserido dentro de um ensaio crítico (figura 5), em vez de ocupar um espaço destacado ou separado, rompendo com a rigidez compositiva habitual.

Essa liberdade na organização das páginas revela uma prática editorial que, longe de resultar de decisões aleatórias, reflete uma autonomia criativa coerente com as influências políticas e culturais das editoras. Tal intencionalidade estética se manifesta, por exemplo, no uso expressivo das linhas que pode ser observado na figura 6. Logo abaixo do título “Absolvo-te”, quatro linhas verticais finas descem em paralelo ao corpo do poema, preenchendo o espaço lateral de maneira dramática. O recurso ultrapassa a função meramente decorativa, assumindo um caráter simbólico que conduz o olhar do leitor e dialoga com o tom solene do texto. Trata-se de uma escolha compositiva que se afasta do ornamento gratuito, integrando forma e conteúdo, e que se aproxima de linguagens modernas, com influências de um Art Nouveau simplificado.

Fruto, talvez, de seu amadurecimento, a Via-Láctea passou por alterações ao longo de suas publicações. A partir da edição nº 5, observam-se mudanças significativas na capa. Diferente da primeira edição (figura 7), a capa da edição nº 5 (figura 8) apresenta um novo arranjo para os nomes das colaboradoras, reservando um espaço distinto também para as redatoras. O alinhamento desses elementos textuais, anteriormente mais uniforme, passa a desempenhar um papel gráfico na composição, conferindo nova organização e destaque às funções desempenhadas por cada mulher.

Além da capa, nota-se também uma variação no uso dos elementos gráficos entre as edições. Algumas páginas apresentam composições mais equilibradas entre texto e moldura, enquanto outras utilizam floreios discretos e/ou vinhetas para destacar trechos poéticos, revelando uma atenção particular à leitura visual da página. Como mencionado no início deste tópico, a diagramação não segue uma estrutura rigorosa; por isso, a forma de apresentação do título do primeiro texto da revista varia de uma edição para outra, como ilustra a figura 9.

Outro aspecto relevante diz respeito à tipografia, que aparece de forma variada na revista, com padrões que demarcam, tanto nos títulos, quanto nos textos, uma categorização dos

eixos temáticos abordados. Neste sentido, a tipografia, além de uma unidade textual e visual é, também, um elemento pensado para públicos e situações específicas (Lupton, 2006, p. 8).

No decorrer da publicação, é possível observar uma tipologia equilibrada, baseada em contrastes feitos a partir da combinação de categorias tipográficas diferentes. Observa-se tanto o uso de fontes serifadas, como de fontes sem serifa, o que confere diversidade e equilíbrio à composição. Tais categorias são definidas por escolha da fonte, tamanho e uso ou não de serifa. Nas capas das edições essas características começam a aparecer por meio da contraposição entre o padrão tipográfico escolhido para o título — que se mantém nas edições acessadas — e outras fontes que dão forma a informações diversas da página (figura 10).

Este equilíbrio tipográfico também é observado no corpo do texto da Via-Láctea, que traz em sua composição um conjunto de tipos que mistura múltiplas fontes nos títulos de cada coluna, sejam elas poéticas ou não. Tais escolhas tipográficas, resultantes de uma mixagem entre letras serifadas, não serifadas, helvéticas e desenhadas, indicam uma preocupação com a organização e composição da revista, visto que este tipo de variação (figura 11), como aponta Lupton (2006) ao falar sobre peso visual na tipografia, resulta em um agradável contraste visual e, conseqüentemente, maior conforto ao leitor, mesmo que haja uma grande quantia de texto.

A partir de uma análise dos títulos apresentados na Via-Láctea, é perceptível uma grande variação entre eles. Apesar de haver tipos eretos — que, de acordo com Lupton (2006), são constituídos por grandes linhas predominantemente verticais —, sem serifa na revista, a maioria dos títulos aparece em fontes serifadas e com altura vertical menor. Essa característica tipográfica confere a esses títulos uma aparência mais arredondada e delicada. Para Ellen Lupton (2006), serifa mais grossas são consideradas mais bem trabalhadas, por causarem contraste. Esse aspecto pode ser percebido na maioria dos títulos que aparecem nas edições publicadas.

Paralelo a isso, tipos que aparecem nas capitulares de algumas colunas da Via-Láctea se destacam pela aparência manuscrita (figura 14) ou por seus floreios (figura 15). Com o uso constante de tais estratégias tipográficas durante a publicação, é possível apostar que houve a intenção de estabelecer um padrão estético e tipográfico na revista.

Enquanto existe um uso constante da tipologia manuscrita no início de alguns textos, marcada por sua delicadeza e traços finos que ressaltam espirais no desenho das letras, a composição tipográfica da Via-Láctea também traz tipos influenciados pela tipografia “monstruosa” do século XIX — que rompem as barreiras estéticas do clássico em busca da beleza e do exagero extremo (Lupton, 2006). Essas são as letras que mesclam tipos e floreios. Considerando o contexto das fontes monstruosas, o uso delas nessa publicação nos indica um certo nível de experimentação e sofisticação por parte das autoras. Afinal, esta escolha ultrapassa os limites dos elementos estruturais tradicionais da letra e deixa de seguir caminhos óbvios.

Observando outras revistas feitas por mulheres, nota-se uma atenção compositiva que revela intencionalidade estética. A raridade de acervos de publicações femininas da mesma época, porém, impôs a necessidade de recorrer a exemplares lançados anos depois.

Assim, possivelmente ancorada pelo privilégio de ser editada na capital do estado, a Via-Láctea apresenta uma composição mais limpa até mesmo do que periódicos posteriores à sua criação, como o Jornal das Moças (figura 16), de Caicó, que circulou em 1926 sob a direção de Georgina Pires e Dolores Diniz (Duarte; Macêdo, 2003, p. 14), cuja diagramação revela um projeto gráfico mais carregado, com uma mancha gráfica mais densa.

Ainda que menor em escala, o Jornal das Moças se aproxima visualmente do jornal A República (figura 17) pelo uso de linhas marcadas entre as colunas e pelo aparente uso da mesma família tipográfica, com os títulos modificados para caixa alta. Utilizava-se de técnicas jornalísticas, como a diagramação em duas ou três colunas, conferindo-lhe uma estrutura formal e alinhada aos padrões tradicionais da imprensa. Segundo Rocha Neto (2002, p. 10 apud Batista, 2015, p. 33), “A folha enquadrava-se nos padrões dos grandes jornais da época no estado, no que se refere às técnicas gráficas, como por exemplo, os periódicos A República, de Natal, e o Jornal do Seridó (1927-1929) de Caicó, entre outros”. Enquanto isso, a Via-Láctea apresenta maior liberdade gráfica e compositiva, ousando mais na organização visual.

Pensada, inicialmente, como um jornal manuscrito, a Via-Láctea apresenta traços característicos dessas publicações em sua época. Para além da tipografia, incorpora floreios semelhantes a periódicos manuscritos, como os encontrados na edição comemorativa de O Sonho (figura 18), editado em Ceará-Mirim e redigido por Dolores Cavalcanti, Izaura Carrilho e Madalena Antunes (Duarte; Macêdo, 2003, p. 13).

Assim, a análise dos elementos gráficos da Via-Láctea evidencia que a revista não se limitava a ilustrar ou ornamentar seu conteúdo literário, mas construía, por meio de sua visualidade, uma identidade própria. Enquanto as autoras afirmavam sua presença na cultura impressa potiguar por meio das palavras, as escolhas editoriais reforçavam esse discurso ao estabelecer uma marca de autoria feminina, apropriando-se de simbologias tradicionalmente associad

Conclusão

Partindo de um campo ainda pouco explorado pelas referências acessadas nesta pesquisa, constatamos uma lacuna significativa nos estudos sobre a participação das mulheres na arte gráfica do Rio Grande do Norte. A escassez de investigações é tamanha que, à primeira vista, a Via-Láctea sequer parecia uma fonte relevante para essa abordagem, especialmente por seu conteúdo literário se sobrepor ao gráfico.

Contudo, a análise realizada ao longo deste artigo demonstrou que, mesmo em um contexto onde a gráfica potiguar ainda não se configurava como espaço de experimentação artística — como viria a ocorrer mais tarde com o Poema Processo —, as mulheres já realizavam intervenções gráficas significativas. As escolhas visuais presentes na Via-Láctea revelam um gesto criativo alinhado aos movimentos artísticos de sua época, evidenciando que o design gráfico não apenas acompanhava o conteúdo literário, mas também o ampliava e o ressignificava.

O uso de simbologias tradicionalmente associadas ao feminino não se limita à estética, mas atua como marcador de autoria e gênero. Por meio de elementos como molduras ornamentadas, frisos e caligrafias floreadas, as editoras afirmam sua presença na cultura gráfica e constroem um espaço onde o discurso feminino ganha forma e visibilidade. Trata-se também de uma forma de sinalizar com quem e para quem a revista dialoga.

Além disso, é importante considerar que a Via-Láctea foi produzida na capital do estado, o que pode ter proporcionado condições mais favoráveis para maior liberdade gráfica em comparação a outras publicações femininas do interior, como o *Jornal das Moças*. O acesso a recursos gráficos, aliado à influência de uma família com forte presença no meio cultural natalense, pode ter contribuído para uma atenção mais cuidadosa aos elementos visuais da revista, refletindo não apenas um contexto privilegiado, mas também uma valorização do projeto gráfico como parte integrante da mensagem da publicação.

A investigação da visualidade da Via-Láctea revela, assim, um percurso criativo protagonizado por mulheres que, para além da escrita, se apropriaram do fazer gráfico como espaço de afirmação estética e discursiva. Ao observar suas decisões editoriais, compreende-se que não há separação entre conteúdo e forma, pois ambas se articulam na construção de um repertório visual coeso, carregado de intenção e identidade. A revista, nesse sentido, não é apenas um veículo literário, mas um artefato visual dotado de linguagem própria.

Referências

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 06 de agosto 2025.

BAINES, Jess. Uma baita ideia: gráficas feministas e Movimento de Libertação das Mulheres na Inglaterra. In: FANNI, Maryam; FLOODMARK, Matilda; KAARAM, Sara (org.). **Inimigas Naturais dos Livros**. São Paulo: Clube do Design, 2022.

BATISTA, Marili Araújo Silva. **O Jornal Das Moças em Caicó no ano de 1926: o conteúdo das cartas e o culto à intelectualidade**. 2015. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte, 2015.

DEMPSEY, Amy. **Estilos, Escolas e Movimentos**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DUARTE, C. L.; MACÊDO, D. M. C. P. de. **Escritoras do Rio Grande do Norte: Antologia**. 2. ed. Natal: Jovens Escribas, 2013.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832-1908**. Biblioteca Nacional. Digitalizado a partir de microfilme. 1908.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HANISCH, Carol. O pessoal é político. Disponível em:
<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalIsPol.pdf>. Acesso em: 20 de julho 2025.

LUPTON, Ellen. **Pensar com tipos**: guia para designers, escritores, editores e estudantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LUPTON, Ellen et al. **Extrabold**: um guia feminista inclusivo anti-racista não binário para designers. São Paulo: Olhares, 2023.

NETO, José Correia Torres. **A dobra, o grampo e a cola**: percursos editoriais das revistas Preá; Nós, do RN...; Papangu; Revista Grande Ponto e Brouhaha: vozes na cultura potiguar. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/df423ee1-10c1-4333-8687-4d3ce0699c14>. Acesso em: 26 maio 2025.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

ROCHA NETO, Manoel Pereira et al. Jornal manuscrito O Sonho: mulheres escrevendo a história. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Mossoró, v. 6, nº 01, p. 48-66, jan./jun. 2017.

SOARES, Lenin Campos; BARBOSA, Matheus. **História da Arte Potiguar: Art Nouveau**. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/art-nouveau-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 09 julho 2025.

VIA LÁCTEA – de Palmyra e Carolina Wanderley – Natal, 1914-1915 – Edição Fac-similar. DUARTE, C. L.; MACEDO, D. M. C. P. (Org.). Natal: Editora NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.

WALKUP, Kathleen. O livro como uma festa americana: Edna Beilenson, Jane Grabhorn & as publicações da Distaff Side. In: FANNI, Maryam; FLOODMARK, Matilda; KAARAM, Sara (org.). **Inimigas Naturais dos Livros**. São Paulo: Clube do Design, 2022.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Antropofágica, 2022.

Anexos



Figura 1 - Reprodução do texto “Pelo feminismo”, presente na 6ª edição da revista Via-Láctea.



Figura 2 - Reprodução da 3ª página da 5ª edição da revista Via-Láctea.



Figura 3 - Página 5 da edição nº5.



Figura 4 - Fachada do Teatro Alberto Maranhão.



Figura 5 - Página 5 da 7ª edição da Via-Láctea.



Figura 6 - Primeira página da edição nº 7.



Figura 7 - Reprodução da capa da 1ª edição da revista Via-Láctea.



Figura 8 - Reprodução da capa da 5ª edição da revista Via-Láctea.



Figura 9 - Recorte do título da primeira página da 3ª edição, 4ª edição e 5ª edição da revista, respectivamente.



Figura 10 - Fragmento da reprodução da capa da 3ª edição da revista Via-Láctea.



Figura 11 - Página 2 da 3ª edição da Via-Láctea.



Figura 11 - Grupo tipográfico de títulos diversos que aparecem ao longo da revista.



Figura 14 - Grupo tipográfico de letras iniciais em fonte manuscrita.



Figura 15 - Grupo tipográfico de capitulares serifadas com floreios.



Figura 16 - Página do periódico Jornal das Moças.



Figura 17 - Página do jornal A República de 1910.



Figura 18 - Capa comemorativa da revista O Sonho.

CÓDIGO: HS0970

AUTOR: MARIA LUIZA TENORIO MEDEIROS DE CASTRO

COAUTOR: GIULIA SAMPAIO DE SOUZA

COAUTOR: ANNE CAROLINE BARBALHO

ORIENTADOR: MARIANA DO VALE GOMES

TÍTULO: AS ARTES GRÁFICAS COMO UMA FERRAMENTA DE
RESISTÊNCIA DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Resumo

Esta pesquisa analisa a maneira como as manifestações artísticas atuaram como estratégias de resistência cultural no Rio Grande do Norte (RN), tendo como recorte temporal as décadas de 1960 a 1980. A partir da análise dos movimentos Poema Processo, a Arte Correio e a Galeria do Povo, com ênfase na atuação dos artistas gráficos Jota Medeiros e Falves Silva, busca-se compreender e valorizar como a produção artística, mesmo sob censura, contribuiu no enfrentamento à repressão instaurada pela ditadura militar, e como as articulações culturais ocorridas nesse período foram fundamentais para a construção da história da arte norte-rio-grandense. Quanto à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em análise bibliográfica e na coleta de relatos dos artistas mencionados que vivenciaram o contexto em questão. Por fim, o presente artigo ancora-se em autores como Fabíola Alves, Sânzia Barbosa, Heloísa Teixeira, Paulo Bruscky, Jota Medeiros, Artemilson Lima, Bruno Sayão, entre outros, para aprofundar-se na discussão sobre a importância dessas iniciativas artísticas gráficas no campo cultural e sociopolítico. Como resultados, a pesquisa obteve que as iniciativas vanguardistas analisadas romperam os modelos tradicionais da arte e adotaram a experimentação de múltiplas linguagens como estratégia de luta e resistência à ditadura, que se mostrou analfabeta diante dessas práticas. E segue a linha Educação de Qualidade nos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Processos gráficos. Arte do Rio Grande do Norte. Resistência.

TITLE: GRAPHIC ARTS AS A TOOL OF RESISTANCE DURING THE MILITARY
DICTATORSHIP

Abstract

This research analyzes how artistic manifestations functioned as strategies of cultural resistance in Rio Grande do Norte (RN) between the 1960s and 1980s. By examining the Poema Processo, Arte Correio, and Galeria do Povo movements, with particular emphasis on the work of graphic artists Jota Medeiros and Falves Silva, the study seeks to understand and highlight how artistic production, even under censorship, contributed to confronting the repression imposed by the military dictatorship, and how the cultural articulations of that period were fundamental to the construction of Rio Grande do Norte's art history. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on bibliographical research and the collection of testimonies from the aforementioned artists who directly experienced the context in question. This article draws on authors such as Fabiola Alves, Sanzia Barbosa, Heloísa Teixeira, Paulo Bruscky, Jota Medeiros, Artemilson Lima, Bruno Sayão, among others, to discuss the relevance of these graphic art initiatives within the cultural and socio-political landscape. The research concludes that the avant-garde initiatives analyzed broke with traditional artistic models and embraced experimentation with multiple languages as a strategy of struggle and resistance against the dictatorship, which proved unable to comprehend, and therefore repress, such practices. And it follows the Quality Education line in the Sustainable Development Goals.

Keywords: Graphic processes. Art from Rio Grande do Norte. Resistance.

Introdução

Esta pesquisa integra o projeto de iniciação científica intitulado "Processos gráficos potiguaras: um olhar expandido de autorrepresentação", e se propõe a realizar uma retomada histórica da arte gráfica no RN, evidenciando a resistência histórica das artes visuais potiguaras. Como objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS), segue a linha Educação de Qualidade.

Durante a ditadura militar no Brasil, instaurada em 1964, entrou em vigor um regime autoritário que perdurou até a década de 1980 baseado na censura, repressão e controle social (Lemos, 2015). Qualquer manifestação contrária ao regime resultava em punições, prisões, exílios ou até execuções. Ainda de acordo com Ébeson Rolim Lemos (2015, p. 19), a censura foi estabelecida em diversos contextos sociais e culturais existentes no território brasileiro:

A censura tirou a liberdade da sociedade civil, dos órgãos de imprensa, dos jornais sindicais e estudantis, restringiu os direitos políticos e democráticos, afetou a autonomia do discurso nos púlpitos dos representantes religiosos, proibindo sacerdotes de se manifestarem sobre qualquer assunto referente ao regime totalitário.

Na capital do Rio Grande do Norte (RN), Natal, ocorreram mudanças organizacionais no campo cultural ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, influenciadas tanto pelo golpe militar de 1964 quanto pelo posterior processo de redemocratização (Alves, 2023). Nesse contexto, a juventude potiguar desempenhou um papel fundamental na cena artística local, protagonizando ações de resistência contra a repressão vigente (Alves, 2023; Lima, 2017). Os pesquisadores Fabíola Alves e Artemilson Lima apontam que os jovens artistas passaram a ocupar os espaços nos arredores de Natal, produzindo inúmeras manifestações

artísticas, como festivais de arte, produções literárias, publicações de fanzines e revistas alternativas e coletivos artísticos. Para eles, essas manifestações configuravam uma forma de resistência ao regime autoritário que ditava as novas regras. Essas experimentações e a busca por novas possibilidades foram um reflexo de um período em que a expressão artística estava sufocada pela repressão, e o novo se fazia necessário, como destaca a escritora Heloísa Teixeira em seu livro *Rebeldes e marginais: cultura nos anos de chumbo (1960-1970)* (2023, p. 145): “A cultura passa a ficar de “olho na fresta”, procurando as brechas, o espaço descuidado que permite a malandragem da crítica metaforizada.”

A pesquisadora e curadora Sânzia Barbosa (2024, p.131) aponta a contribuição de Jota Medeiros com uma multiplicidade de experiências nos âmbitos cultural e social e assinala que, juntamente com outros artistas, ele integrava uma “rede de sociabilidade artística contemporânea”, caracterizada pela articulação de diversas ações em diferentes cidades brasileiras. Assim como Jota Medeiros, Falves Silva também atuou neste contexto de resistência cultural, principalmente por meio do Poema Processo, movimento que derivou da Poesia Concreta e buscou inovar fazendo uso da visualidade para se posicionar. Falves também realizou inúmeras intervenções artísticas que movimentaram a cena cultural da cidade de Natal.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é mapear e valorizar as articulações culturais ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980, compreendendo principalmente como as iniciativas artísticas do Poema Processo, da Arte Correio e da Galeria do Povo se articularam em um contexto social de repressão e como foram fundamentais para a construção da história cultural potiguar. Ao mesmo tempo, destaca-se a presença de Jota Medeiros e Falves Silva, observando através de suas obras como eles conseguiram driblar a censura, até mesmo em períodos de maior repressão militar. O que evidencia a importância dos artistas nas movimentações que contribuíram para a história cultural do RN.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa de revisão bibliográfica, com caráter exploratório e histórico-crítico, voltada para a compreensão da resistência das artes gráficas durante o período da ditadura militar no Rio Grande do Norte. Sendo assim, a metodologia se estrutura em duas vertentes complementares: revisão bibliográfica e entrevista com os artistas Jota Medeiros e Falves Silva. A união desses núcleos articula o entendimento de um olhar crítico sobre a resistência cultural no período autoritário às artes.

A revisão bibliográfica ancora-se em autores como Fabíola Alves, Sânzia Barbosa, Heloísa Teixeira, Paulo Bruscky, Jota Medeiros, Artemilson Lima, Bruno Sayão, entre outros, para aprofundar-se na discussão sobre a importância dessas iniciativas artísticas gráficas no campo cultural e sociopolítico.

Quanto às entrevistas, todas foram realizadas em parceria com projeto de iniciação científica *Processos gráficos potiguares: um olhar expandido de autorrepresentação*, do Departamento de Artes da UFRN, coordenado pela professora Dra. Mariana do Vale

Gomes. A primeira entrevista foi realizada no dia 01 de junho de 2025, em Natal/RN, com o artista Jota Medeiros, entrevistado por Elidete Alencar, coordenadora do Setor Museu de Arte do NAC/UFRN e curadora técnica do Acervo de Artes Visuais do NAC/UFRN. Medeiros falou sobre sua trajetória artística e destacou a importância do seu percurso para a produção cultural de Natal, sobretudo com suas articulações na Arte Correio. A segunda entrevista, ocorreu no dia 11 de junho de 2025, Natal/RN, com o artista Falves Silva, entrevistado pelos integrantes do projeto de pesquisa Falves relatou sobre sua trajetória e como se tornou um dos precursores do Poema Processo na cidade de Natal.

Resultados e Discussões

No Rio Grande do Norte, alguns dos principais grupos atuantes e imersos no processo de contracultura que contestaram os valores tradicionalistas, conservadores e autoritários, foram: Grupo Aluá, Ateliê/Coletivo de Artes Visuais (NUCLEART), Grupo Cobra, Circuito Suburbano, Grupo Cabra, Denúncia(R)te, Grupo Oxente e o Grupo de Pesquisas e Estudos de História em Quadrinhos (GRUPEHQ) (Lima, 2017). O autor também destaca o surgimento da Galeria do Povo em 1977, a criação da COOART (Cooperativa dos Artistas de Natal), além de grupos teatrais como o Subgrupo de Teatro Mágico e o Nuvem Verde, e ainda os grupos musicais performáticos Gato Lúdico e a Poesia Marginal. Para além dessas iniciativas, estava presente a Arte Correio e o Poema Processo, o Festival das Artes do Forte, a Galeria Conviv'art e o setor de Multimídia, entre outros (Alves, 2022). Segundo Lima (2017), entre 1975 e 1988, esses coletivos desempenharam um papel fundamental na mobilização de eventos que marcaram a história cultural da cidade, como os Festivais de Artes do Natal (FAN), entre 1978 e 1988.

O Poema Processo foi um movimento artístico que surgiu em 1967, tendo como principais centros as cidades de Natal e do Rio de Janeiro, simultaneamente. Mais tarde, artistas da Paraíba, Recife e Minas Gerais também aderiram ao grupo (Sayão, 2015, p.33). Em seu livro *Na Tal Futurista*, o autor Jota Medeiros (2006, p.34), destaca que o movimento “teve como protagonistas o mato-grossense Wladimir Dias-Pino, um dos inventores da Poesia Concreta, o carioca Álvaro de Sá e o potiguar Moacyr Cirne. O nome mais expressivo entre nós seria o de Falves Silva”.

Segundo Falves, foi Moacyr Cirne quem fez a ponte entre artistas do Rio de Janeiro e Natal, ao trazer em 1966 a Poesia Concreta e, no ano seguinte, o Poema Processo. O artista afirma que o movimento do Poema Processo promoveu uma empolgação inicial decorrente do surgimento de algo novo, atraindo a atenção de muitos artistas, embora alguns tenham tido pequena participação no movimento, como por exemplo, Iaperi Araújo e Vicente Serejo.

Para Falves (TVURN, 2024), o Poema Processo se diferencia da Poesia Concreta pois ele proporciona uma lacuna para ser completada e a possibilidade para que o leitor possa fazer uma nova versão. Mas esta lacuna não é algo evidente de imediato. O entrevistado reforça essa questão a partir do pensamento de Godard “É preciso aprender a ver antes de aprender a ler.” Só será possível adentrar e explorar se antes conseguir decifrá-lo. Falves,

um dos precursores do Poema Processo, constrói suas obras baseadas em três vertentes conceituais:

a geometria, o cinema e os quadrinhos. Estas são histórias semióticas, configurados dentro de uma leitura cinética, com base na montagem cinematográfica, certamente por influência do Falves cine-clubista do Cine Clube Tirol, que o fez produzir o curta-metragem "O Jovem Audaz no Trapézio Volante", baseado em um conto de William Saroyan. (MEDEIROS, 2006, p.56)

Assim como as imagens, sejam recortes de revistas, jornais ou desenhos, expressam uma mensagem, a geometria é fundamental em grande parte das obras de Falves. O uso de elementos geométricos substituem palavras e transformam narrativas através da semiótica. É pelo olhar do leitor, e da interpretação dos signos visuais, como círculos e quadrados ou por cores, preto e branco, que a mensagem pode ser absorvida, como é o exemplo da figura 1. Entretanto, “se o repertório de informações do receptor é muito baixo, a semiótica não pode realizar para esse receptor o milagre de fazê-lo produzir interpretantes que vão além do senso comum” (Santaella, 2005, p. 6). Ou seja, cada leitor pode interpretar de uma forma, podendo entender ou não o discurso proposto pelo artista. Em entrevista, Falves diz que, para ele, a ditadura nunca entendeu o movimento do Poema Processo, com isso os artistas conseguiam enganar a censura. Sendo assim, supõe-se que os militares não possuíam repertório artístico e linguístico suficiente que os fizessem compreender essa vanguarda.

Na figura 2, intitulada “12x9” (versão), percebe-se algumas das estruturas utilizadas, como por exemplo: o uso de quadros que delimitam o espaço da imagem; as setas que servem como uma espécie de narrativa visual, que guia o olhar do leitor, mesmo que não limite essa leitura, pois não há um início, meio e fim. O enquadramento da orelha, do olho e da boca em perfil nos remete aos sentidos do corpo humano, e podem sugerir ao leitor que esses três elementos estejam ligados à frase “DE QUEM” no primeiro quadro. Frase essa que, apesar de não ter um sinal de interrogação visualmente, pode conter um questionamento implícito. A falta de linearidade narrativa e montagem mais fragmentada na obra mostra a influência do cinema, especialmente do diretor Jean-Luc Godard, um dos principais nomes da Nouvelle Vague (Sabadin, 2018, posição 119).

O Poema Processo como vanguarda, partia do entendimento de fugir da escrita tradicional literária e buscava valorizar o processo e a visualidade em detrimento da palavra escrita. Para Wladimir Dias-Pino, “o que o poema processo reafirma é que o poema se faz com o PROCESSO e não com palavras. Importante é o projeto e sua visualização; a palavra pode ser dispensada” (Dias-Pino, 1971, n.p. apud Sayão, 2015). Conforme afirma Falves em entrevista, o Poema Processo dá ao leitor probabilidades criativas, como é o exemplo do seu livro intitulado Inter Signos, de 1984, que contém 14 páginas soltas, em que a ordem das páginas fica a critério do leitor. Aqui é possível comprovar o que fala Dias-Pino ao afirmar que o processo não se encerra com o autor da obra, ao contrário, esse processo continua a cada vez que o leitor manipula as páginas, criando infinitas possibilidades.

Em 1966, durante o auge do regime militar brasileiro, a censura imposta pelo Estado parece não ter sido plenamente capaz de compreender os códigos estéticos e conceituais empregados pelos trabalhos vinculados ao movimento do Poema Processo. Nesse

contexto, Falves afirma que os elementos gráficos foram estrategicamente utilizados como recurso para subverter os mecanismos de controle e restrição da liberdade de expressão. Foi através de uma “nova linguagem feita de metáforas, alegorias, duplo sentidos e alusões” (Teixeira, 2023, p. 245) que o movimento encontrou um meio de resistir à censura. Embora o momento estivesse contra as articulações culturais, os artistas do Poema Processo conseguiam ultrapassar as barreiras do militarismo, se concretizando como um movimento de vanguarda, como podemos ver na fala de Anchieta Fernandes (apud Nóbrega, 2017, p.246):

Verificou-se assim, após 6 anos de ação/processo, o saldo de nossa presença em exposições volantes e em praça pública, no meio estudantil, criadoramente na cultura de massa, participação em exposições nacionais e internacionais, publicação de nossos poemas e teses em revistas e jornais nacionais e estrangeiros.

Em 1968, Falves Silva realizou uma exposição na casa de encontro Francesinha Clube localizada no bairro das Rocas, tendo o erotismo como tema. Os trabalhos ao final da exposição foram doados aos convidados. Sobre essa exposição, o artista afirma que mesmo em um período rígido do militarismo, a mostra repercutiu na imprensa com diversas matérias no Diário de Natal – um dos veículos de maior circulação à época na cidade. Esse fato reforça a ideia de que os militares estavam alheios às manifestações do Poema Processo muito provavelmente por não entendê-lo, fazendo com que a censura no Rio Grande do Norte não silenciasse o movimento. Em 1974, saiu uma matéria assinada pelo jornalista Alexis Gurgel no jornal O Poti – edição dominical do Diário de Natal – com o título “Um operário comum. O artista maldito”. Em um dos trechos, Gurgel diz que Falves

Foi o primeiro e talvez o único artista brasileiro a promover uma mostra “underground” – na verdadeira acepção do termo – já no ano de 1968. Quebrando as estruturas acadêmicas, diz ele, “desceu” até o sub-mundo, à marginália, e promoveu a badalada exposição “Sexus”, no Francesinha Clube (local, situado nas Rocas, onde eram realizados bailes populares, principalmente reunindo empregadas domésticas e mulheres do chamado “trottoir”) (1974, p. 5).

A obra *Latin American Way of Life* (Figura 4) desenvolvida em 1977 por Falves Silva exibe bem como a arte do Poema Processo busca explorar seus elementos para comunicar uma determinada mensagem. Utilizando técnicas de nanquim e colagem sobre papel, o artista produziu uma série extensa que explora símbolos representantes da realidade do povo Latino Americano no contexto sociopolítico da época, momento onde os militares estavam no poder durante o regime militar. Nas imagens recortadas, eles exercem seu poder autoritário, segurando e detendo civis de maneira violenta. Em uma das cenas de prisão, surge uma seta em direção a palavra “NÃO” aludindo à censura imposta aos discordantes com os ideais do regime. Essa mesma mensagem é passada em outra cena: a imagem é composta por círculos, formando um espiral, apresenta letras e símbolos gramaticais, na qual fazem alusão a rigidez de um período autoritário, ao centro das espirais, vê-se o fundo do barril de uma pistola, sendo segurada por uma mão, que a aponta para o observador.

Com isso, é possível perceber que, como estratégia, o Poema Processo em sua estrutura estética privilegiava o uso de figuras, principalmente em formatos geométricos, de modo

a utilizar o mínimo de palavras possíveis. Essa estratégia permitia que os artistas utilizassem os recursos visuais do Poema Processo com o objetivo de criar narrativas subversivas que questionassem os aspectos sociopolíticos.

Em Natal, o Poema Processo se aproximou da Arte Correio, também denominada de Arte Postal e Mail Art, a partir das ações de Falves Silva e Jota Medeiros (Sayão, 2015). Conforme o autor, esses movimentos são distintos, enquanto o Poema Processo explora novas dimensões possibilitadas pela poesia, a Arte Correio, por sua vez, se estabelece em uma rede de circulação de trabalhos que engloba inúmeras linguagens artísticas. Caracteriza-se tanto por trocas pontuais entre dois ou mais artistas quanto interações coletivas com inúmeros participantes, que levam esses diálogos para exposições em conjunto.

No contexto Natalense, a Arte Correio foi experimentada principalmente por Jota Medeiros, Falves Silva, Avelino de Araújo e Venâncio Pinheiro, que articularam o diálogo da produção local com a produção nacional e internacional (Lima, 2017). Devido a essa aproximação entre pessoas cria-se uma comunidade, que em sua maioria não se conheciam pessoalmente, a rede de artistas ia crescendo de acordo com o acesso a novos contatos a partir das listas de endereços que circulavam na rede de conhecidos (Sayão, 2015). Este movimento surge como uma prática comunicativa entre os artistas que, além de difundir o que estava acontecendo no mundo, utilizava o próprio gesto de circular como uma nova estratégia artística. Muitas vezes, os artistas circulavam suas obras solicitando novas intervenções sobre o que já estava proposto, criando assim um conceito particular e autêntico, característico de uma geração alternativa.

Os setentas são representados por uma nova geração alternativa que abrange toda a década de oitenta, a arte/poesia implode no circuito: recitais/intervenções/galeria do povo, Expo Ética (1977), Festival de Artes, Poemafone (1978), Multimídia (1983), Art Door (1984), um leque de multiprocessos poéticos (Medeiros, 1997 apud Lima, 2017, 52).

As obras eram criadas com a intenção de circular por meio de cartas, envelopes, faxes, postais, telegramas, selos, entre outros formatos que permitissem o uso do correio como recurso para ampliar sua troca e alcance. Era possível notar a presença de colagens, desenhos, textos, fotocópias, carimbos, música visual, poesia sonora, entre outras linguagens que eram enviadas aos receptores. Os artistas não se limitavam à uma técnica, pois, segundo Falves, a arte correio “não tem moral, não tem rigidez nenhuma”.

É importante destacar que a Arte Correio se desenvolveu em um contexto mundial histórico fortemente atravessado por tensões políticas: marcado pela Guerra Fria, pela Guerra do Vietnã e pelas ditaduras militares em curso na América Latina (Alves, 2023). O cenário não era favorável para a produção cultural, mas os artistas utilizaram a arte como ferramenta de informação para espalhar a mensagem aos que não estavam a par da realidade dos acontecimentos. Com isso, Bruscky (2009, p. 374) assinala que “na Arte Correio, a arte retoma suas principais funções: a informação, o protesto e a denúncia”, assim ela está diretamente relacionada com pautas políticas e sociais, usada como ferramenta para propor reflexão sobre a resistência de ideologias.

Os artistas aproveitavam a lacuna no monitoramento do serviço postal, que não verificava envelope por envelope, para transitar com suas ideias, e assim, esquivar-se da censura

que estava infiltrada em outros meios. Para Jota Medeiros, a censura era analfabeta, os militares não percebiam a informação mesmo que ela fosse muito evidente. Jota destaca que para além dos militares, o grande público que acompanhava também não entendia, apenas os artistas sabiam o que estava acontecendo de fato. O correio foi, portanto, um importante meio de circulação das obras. Não se tratava de uma ferramenta utilizada para ocultar, pelo contrário, os artistas queriam que as obras circulassem largamente, pois devido ao não entendimento, eles não tinham com o que se preocupar em serem pegos pela censura. Dessa forma, aqui, “O correio é usado como veículo, como meio e como fim, fazendo parte/sendo a própria obra. Sua burocracia é quebrada e seu regulamento arcaico é questionado pelos artistas.” (Bruscky, 2009, 375).

Na capa do catálogo da I Mostra Internacional de Arte Correio (Figura 6) realizada por Jota Medeiros, observam-se várias cegonhas subindo ao alto, como se estivessem sendo libertadas. Lá em cima, na tentativa de interromper o voo das aves, surge o texto: “Rá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá-tá... América Latina”, evocando o som de uma rajada de metralhadora. Conforme relata Jota Medeiros, ele produziu trinta e um envelopes carimbados para serem despachados pelo correio. Ao chegar à agência, acreditou que não conseguiria realizar o envio, pois o chefe da seção postal recolheu um dos envelopes e retirou-se. Medeiros conta ter sentido temor naquele momento, imaginando que a mensagem contida no trabalho havia sido percebida e que poderia sofrer algum tipo de represália. No entanto, o funcionário retornou apenas para alertar que, devido à quantidade de carimbos, talvez não houvesse espaço suficiente para o selo. Ao final, o artista conseguiu despachar todos os trinta e um envelopes, remetendo simbolicamente à data de 31 de março, marco do golpe militar no Brasil.

Outra iniciativa artística foi a Galeria do Povo, que teve seu surgimento motivado pela revolta à censura imposta nos jornais — através dos quais a ditadura tentava controlar todas as informações. Com isso, o jornalista Eduardo Alexandre, após uma frustrada tentativa de publicar uma notícia relatando ações críticas ao governo, forçou sua demissão e idealizou um meio de resistir ao silenciamento. Encontrou uma resposta nas oficinas de arte que efetuava no quintal de casa, adotando os muros como ferramenta de manifestação contra a ditadura militar (Lemos, 2015).

O movimento ocorria com a apropriação momentânea de muros sem haver um projeto expositivo prévio. Quanto à participação, era realizada de maneira democrática, para a qual era necessário apenas o interesse em participar, sem a necessidade de ser um artista profissional, normalmente o público era composto pela juventude, estudantes universitários e secundaristas. O intuito era questionar o espaço expositivo tradicional da Galeria de Arte e dos Salões, formando assim uma exposição ao ar livre composta por uma diversidade de expressões artísticas que percorria desde as artes visuais até a literatura, a dança, o teatro e a música. Constituía, portanto, um espaço de caráter interdisciplinar que rompia estruturas da arte ao promover exposições públicas fora dos espaços convencionais (Alves, 2023).

A Galeria do Povo era um movimento artístico a céu aberto que realizava exposições de poesias, crônicas, artigos, pinturas, desenhos, livros, recortes de jornais e revistas, fotografias e, em algumas exposições, também eram exibidas faixas de manifestação política, utilizando os muros na Praia dos Artistas como espaço expositivo (Lemos, 2015, 26).

Sendo assim, a Galeria do Povo surge com a necessidade de dar voz aos que eram impedidos de falar e utilizavam os muros para expressar o que os jornais censurados não permitiam. A estratégia da utilização de um muro como recurso expositivo “tornou as ações da Galeria do Povo vulneráveis à visibilidade pública” (Alves, 2023, p.686). Devido estar localizado em um espaço público, tornava-se alvo mais exposto ao regime militar, diferente dos Correios, na Arte Correio e os elementos geométricos do Poema Processo.

Era comum o uso de faixas afirmando falas de cunho democrático, como “Viva a República do Brasil! Viva o Partido do Povo Brasileiro.” (Lemos, 2015, p. 40) mas, todas as críticas foram feitas com o cuidado de evitar chamar demasiada atenção das autoridades, estando em um limiar de falas que não são diretas suficiente para receberem ação supressora do governo ocupante:

A Galeria do Povo começava a falar através de faixas de manifestação. Eu não era louco de chegar e querer cutucar a onça com vara curta. A gente já estava cutucando com vara curta demais. Não tínhamos a intenção de chegar lá e botar: Abaixo a Ditadura! O que não diz nada. Procurava fazer a coisa de maneira mais poética, garantindo a continuidade do trabalho (Garcia, 2013).

Ela surge também para questionar a galeria enquanto cubo branco e espaço voltado para um público elitizado, um meio de restringir o acesso à cultura, não permitindo que ela seja alcançada pela sociedade proletária. Sendo assim, as exposições da Galeria do Povo ocorriam aos sábados e domingos, formando um espaço inclusivo para que a comunidade pudesse ter acesso a produções artísticas em uma via pública. Essas ações democratizaram a arte, promovendo também oportunidades para a movimentação da cena, evidenciando artistas da própria cidade.

Uma vez que a galeria era localizada em muros de moradores, as obras corriam um risco maior de serem expostas tanto a chuva quanto a sol forte, isso tornou a sua manutenção um desafio muito maior se comparado ao de uma galeria de arte tradicional, onde após montada, a exposição costuma ficar segura. Eles montavam e desmontavam a exposição no mesmo dia, pela possibilidade de sofrer danos/roubos à noite: “a exposição era oficialmente iniciada por volta das dez horas da manhã e durava até às seis da tarde, aproximadamente” (Garcia apud Lemos, 2015, p. 44).

É possível observar, a partir dos movimentos citados anteriormente, que a gráfica se faz presente em todos eles, tornando-os um coletivo contribuinte na história das artes no Rio Grande do Norte. Apesar de contextos críticos, como o período da ditadura, que favoreceram a censura e a desvalorização das expressões artísticas, nota-se uma resistência nas artes gráficas que colabora para o avanço do reconhecimento da arte na sociedade. O Poema Processo, a Arte Correio e a Galeria do Povo utilizam da multiplicidade da estética gráfica para ampliar o repertório visual e teórico por meio de diversas linguagens, como xerox, carimbo, máquina de escrever, colagem e stencil. E assim, ajudam a diversificar e a democratizar o acesso a esses meios.

Conclusão

Percebe-se que as iniciativas do Poema Processo, Arte Correio e Galeria do Povo, estavam inseridas na mesma luta sociopolítica, adotando uma posição ideológica contra a ditadura militar, assumindo, porém, formas artísticas em espaços diferentes. O Poema Processo prioriza a visualidade para além da palavra, pois é um movimento que permeia tanto as artes visuais quanto a literatura. Ele possuía mais visibilidade em comparação aos outros movimentos por circular nas galerias e espaços não formais, como feiras de artes e clubes, sendo divulgados também na imprensa. Enquanto isso, a Arte Correio não possuía um espaço físico em virtude da sua circulação pelo correio, rompendo com a barreira geográfica local, cruzando o território nacional e internacional. Além disso, utilizavam inúmeras técnicas que permitiam aos artistas interferir nos trabalhos uns dos outros. Em contrapartida, a Galeria do Povo utilizava as ruas e muros dos espaços públicos para expor os trabalhos e se relacionava de forma direta com o público, sendo uma iniciativa democrática, ultrapassando a “bolha” artística em que qualquer pessoa poderia expressar seu pensamento por meio da arte.

As manifestações culturais ocorridas em Natal durante o período da Ditadura Militar analisadas por esta pesquisa, revelam como as artes gráficas, principalmente pelo Poema Processo e a Arte Correio, mesmo sob a repressão, encontrou caminhos para esquivar-se da censura. Essas iniciativas vanguardistas romperam os modelos tradicionais da arte e adotaram a experimentação das múltiplas linguagens como estratégia de luta e resistência à ditadura, que se mostrou analfabeta diante dessas práticas. Nesse sentido, é fundamental reconhecer e revisitar a trajetória histórica desses movimentos, bem como as mobilizações de artistas como Jota Medeiros e Falves Silva, a fim de compreender como contribuíram para moldar a história cultural potiguar, entre as décadas de 1960 e 1980, considerando o contexto social ao qual estavam submetidos.

Referências

ACERVUS. Núcleo de Arte e Cultura. Rio Grande do Norte: Acervus, [s.d.]

Disponível: <<https://acervus.ufrn.br/acervus-publico/>>. Acesso em: 31 jun. 2025.

ALVES, F. C. Arte Correio entre contextos: a coleção do NAC-UFRN e outras conexões. MODOS: Revista de História da Arte, Campinas, SP, v. 7, n. 3, p. 680-707, set.2023. 10.20396/modos.v7i3.8672892. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8672892>>. Acesso: 20 mai 2025.

BARBOSA, Sanzia Pinheiro. J. Medeiros: um articulador de poéticas. In: ALVES, Fabíola Cristina. Pesquisa e crítica em artes visuais: conexões a partir do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Natal, RN : EDUFRN, 2024. Acesso: 24/07/2025

BRUSCKY, P. Arte Correio e a grande rede: hoje, a arte é este comunicado. In: COTRIM, C.; FERREIRA, G. Escritos de artistas: anos 60/70. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Acesso: 02 jun 2025.

GALERIA SUPERFÍCIE. Falves Silva. São Paulo: Galeria Superfície, [s.d.].

Disponível em: <<https://galeriasuperficie.com.br/sobre/>>. Acesso em: 24 jul 2025.

GARCIA, Eduardo Alexandre. Galeria do Povo - 30 ANOS. Natal, 2007. Disponível em: <<http://www.almadobeco2.blogspot.com.br/2007/10/galeria-do-povo-30-anos.html>>. Acesso: 10 jun 2025.

GURGEL, Alexis. Um operário comum. O artista maldito. O Poti, Natal, 28 jul. 1974, p.5. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_03&pesq=Falves&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3544>. Acesso em: 03 ago 2025.

JORDÃO, Fabricia Cabral de Lira. As atuações e contribuições institucionais de artistas e intelectuais no campo das artes visuais durante o período da redemocratização brasileira (1974-1989). 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-22102018-185518/>>. Acesso em: 22 jul 2025.

LE MOS, Ébeson Rolim. A Galeria do Povo: um movimento histórico da arte potiguar. Orientador: Vicente Vitoriano Marques Carvalho. 2015. 167f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Visuais), Departamento de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Acesso: 23 jul 2025.

LIMA, Artemilson Alves de. Escaladas da contracultura: Natal, década de 1980. 2017. 255f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Acesso: 24 jul 2025.

MEDEIROS, J. Na Tal futurista. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2006.

MUSEU DE ARTE ABRAHAM PALATNIK. Jota Medeiros. Rio Grande do Norte: Museu de Arte Abraham Palatnik, [s.d.] Disponível em: <https://www.natalnet.br/palatnik/JotaMedeiros/poeticas_visuais/carimbo.html>. Acesso em: 31 jun 2025.

NÓBREGA, Gustavo. Poema processo : uma vanguarda semiológica. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2017. Disponível em: <<https://galeriasuperficie.com.br/app/uploads/2017/06/poema-processo-uma-vanguarda-semiologica.pdf>>. Acesso em 21 jun 2025.

POEMA PROCESSO. Falves Silva. [S.l]: Poema Processo, [s.d.]. Disponível em: <<https://poemaprocesso.com.br/acervo/>>. Acesso em: 24 jul 2025.

POLETTI, Renata Aparecida. Poéticas itinerantes: arte postal no arquivo multimídia Jota Medeiros. 2017. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) - Departamento de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Acesso: 02 jun 2025.

SABADIN, Celso. A história do cinema para quem tem pressa. [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2018. Acesso em: 04 ago 2025.

SANTAELLA, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SAYÃO, Bruno. Solidariedade em rede: arte postal na América Latina. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte). Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-27012016-124815/pt-br.php>>. Acesso: 01 jul 2025.

TEIXEIRA, Heloísa. Rebeldes e marginais [recurso eletrônico]: cultura nos anos de chumbo: (1960-1970). 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. Acesso: 02 jun 2025.

TVURN. Memória Viva: Falves Silva. [video]. Rio Grande do Norte: YouTube, 2024. Disponível em: <<https://youtu.be/beOb2mKo1gQ?si=dTO0bPeVZgNC4heh>>. Acesso em: 28 jun 2025.

Anexos



Figura 1 – Falves Silva. [Sem título], 1968. Impressão, dimensões 23,7 x 16,3 cm



Figura 2 – Falves Silva. “12x9” (versão). (Álvaro de Sá e Moacir Cirne / Versão: Falves Silva), 1978. Xerox, dimensões 24,3 x 21,7.



Figura 3 – Falves Silva. Inter Signos, 1984. Impressão tipográfica sobre papel. Álbum contendo 14 páginas soltas, dimensões 21,5 × 15,5 cm cada.



Figura 4 – Falves Silva. Latin American Way of Life (Série), 1977. Nanquim e colagem sobre papel, dimensões 31,5 × 22 cm.



Figura 5 – Jota Medeiros. [Sem título], 1980. Cartão Postal, dimensões 15,2 x 10,5 cm.



Figura 6 – Jota Medeiros. Capa do catálogo da I Mostra Internacional de Arte Correio, Galeria Quadrum. Lisboa, 1980. Dimensões 30 X 22 cm.



Figura 7 – Exposição da Galeria do Povo em 15 de novembro de 1978, Praia dos Artistas, Natal – RN. Ao lado esquerdo da foto uma faixa que diz “Viva a República Democrática do Brasil! Viva o Partido do Povo Brasileiro!”.

CÓDIGO: HS0979

AUTOR: NATHALIA ALYCE SILVA SOUTO

ORIENTADOR: ANA CALDAS LEWINSOHN

TÍTULO: Catalogação de Textos, Grupos e Pesquisadores sobre a Máscara Teatral: Finalização e Divulgação de um Banco de Dados

Resumo

O projeto de pesquisa “Catalogação de Textos, Grupos e Pesquisadores sobre a Máscara Teatral”, teve como principal objetivo a criação de um banco de dados abrangente sobre a máscara teatral. A pesquisa, vinculada ao Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscara (LABMASK), utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica e catalogação de grupos e pesquisadores. Além disso, contou com a colaboração do projeto de extensão Porta Vermelha, que incluiu diversas oficinas e encontros artísticos. A fase final do projeto concentra-se na divulgação científica do banco de dados, por meio da criação de uma plataforma de acesso ao banco de dados, da publicação do artigo científico, do uso das redes sociais e da apresentação em eventos acadêmicos, consolidando a pesquisa como uma valiosa contribuição para o campo do teatro e a formação da pesquisadora.

Palavras-chave: Máscara teatral; Banco de dados; Pesquisa bibliográfica; Catalogação.

TITLE: Cataloging Texts, Groups, and Researchers on Theatrical Mask: Finalization and Dissemination of a Database

Abstract

The research project “Cataloging Texts, Groups, and Researchers on Theatrical Mask” aimed primarily at creating a comprehensive database on theatrical masks. Conducted at the Laboratory of Experiments in Acting and Mask (LABMASK), the study employed a bibliographic research methodology and the cataloging of groups and researchers in the field. In addition, the project collaborated with the extension initiative Porta Vermelha, which included various workshops and artistic encounters. The final phase of the project focuses on the scientific dissemination of the database, through the creation of an

accessible platform, the publication of a scientific article, the use of social media, and presentations at academic events, consolidating the research as a valuable contribution to the field of theater and to the professional development of the researcher.

Keywords: Theatrical mask; Database; Bibliographic research; Cataloging

Introdução

Este trabalho de pesquisa, é vinculado ao Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscara (LABMASK), e conclui sua jornada com a fase 2, dedicada à finalização e à ampla divulgação do banco de dados sobre a máscara teatral. O projeto iniciou com a catalogação de textos, grupos e pesquisadores, uma tarefa que aprofundou e expandiu o acervo construído anteriormente pelo bolsista Jason Gabriel. Essa catalogação metódica, que incluiu desde a organização de textos em um documento no Google Drive até a correção de falhas na categorização e a adição de novas seções como Palavras-Chave e links diretos para os artigos, estabeleceu um recurso informativo robusto e acessível.

A pesquisa se estendeu para além da teoria, integrando a análise das atividades do LABMASK e a participação no projeto de extensão "Porta Vermelha - Encontros e Oficinas Artísticas". Esta iniciativa, que contou com oficinas práticas e a presença de convidados de diversas áreas, como o ator George Holanda e o diretor Pedro Fiuza, trouxe uma dimensão viva ao estudo, conectando o conhecimento teórico à prática artística. Essas experiências enriqueceram a pesquisa e solidificaram a compreensão da máscara teatral como uma ferramenta viva e multifacetada, essencial para a formação de artistas e pesquisadores.

A culminância deste projeto agora se concentra em garantir que esse trabalho não fique restrito ao ambiente acadêmico. A divulgação científica do banco de dados será realizada por meio de um artigo científico que detalhará a metodologia e os resultados da pesquisa. Além disso, a base de dados será disponibilizada de forma organizada em um documento no Google Drive, facilitando o acesso para estudantes, pesquisadores e o público geral. Esta etapa final busca não apenas documentar o trabalho realizado, mas também democratizar o acesso ao conhecimento, incentivando novas investigações e impulsionando o campo do teatro brasileiro.

Metodologia

A metodologia da fase 2 da pesquisa foi desenhada para a finalização e divulgação dos resultados obtidos na etapa anterior. O principal esforço foi transformar o acervo em um recurso acessível e valioso, garantindo que o conhecimento gerado não ficasse restrito ao ambiente acadêmico, mas se expandisse para o público geral. A abordagem metodológica concentrou-se em três eixos principais: a organização final da catalogação, a execução e registro das atividades do projeto de extensão e a disseminação dos resultados. O primeiro passo foi o aprimoramento do banco de dados no Google Drive. Cada texto foi categorizado com parâmetros como autor, título, ano e,

principalmente, palavras-chave(uma seção adicionada para facilitar a busca). Para aprimorar a acessibilidade, foram inseridos links de redirecionamento que permitem o acesso direto aos artigos. Essa estrutura visa aprimorar a gestão de referências e democratizar o acesso ao conhecimento sobre a máscara teatral, tornando o acervo uma ferramenta eficiente para pesquisadores e entusiastas. Paralelamente à finalização da catalogação, a metodologia se expandiu para a documentação e análise de diversas atividades de extensão do LABMASK. De agosto de 2024 até o momento, o laboratório promoveu uma série de eventos, como a participação no IV Simpósio de Teatro Infanto-Juvenil da UFRN, onde atuou em uma oficina de confecção de máscaras para estudantes da Escola Municipal Carlos Belo Moreno. Além da oficina, os estudantes também conheceram o acervo do laboratório. Continuando as atividades do grupo de estudos "Mascaramento em Espaços Urbanos", o mês de outubro foi marcado pelo encontro com o mascareiro André Marcelino. Em uma conversa intitulada "Trajetória de Prática Mascareira", André compartilhou seu percurso e realizou uma demonstração de modelagem. A vivência foi tão inspiradora que, no final de novembro, o grupo teve um segundo encontro para a confecção de máscaras. Ainda em outubro de 2024, o LABMASK participou da primeira Mostra de Laboratórios da UFRN, um evento de divulgação científica. Selecionado entre os seis laboratórios, o LABMASK aproveitou para divulgar suas atividades para a comunidade acadêmica e o público externo. O espaço foi organizado em estações temáticas, com o repositório de textos, a exposição do acervo físico de máscaras e a demonstração do processo de confecção e modelagem em argila. As atividades foram adaptadas para o público infantil, com crianças de 7 a 10 anos do Núcleo de Educação da Infância (NEI) participando também da vivência. As atividades do grupo de estudos foram enriquecidas por uma série de encontros com profissionais de diversas áreas, ampliando o debate para além da teoria. O ator e cenógrafo Rogério Ferraz falou sobre a cenografia teatral. A professora Naira Ciotti promoveu uma parceria entre o LABMASK e o LABPERFORMANCE, explorando o conceito do gesto urbano. O grupo também participou de um encontro com o coletivo "A Gente", na comunidade de Felipe Camarão, no evento "Fogo da Memória", revivendo o ato de contar lendas e memórias afetivas. A professora Kátia Agg conduziu um encontro sobre "Mascaramento Corporal em Dança", explorando como o corpo pode se transformar por meio do movimento. Ainda no final de 2024, o LABMASK promoveu um curso de confecção de máscaras. Ministrado pelos bolsistas Arthur Araújo e Tainah Viana, com a coordenação da professora Ana Caldas e do mascareiro André Marcelino, o curso guiou os participantes pelo processo de criação, da modelagem em argila à papietagem. Para finalizar as atividades do grupo de estudos, o LABMASK realizou uma andança mascarada pela Cidade Alta, em Natal. A vivência uniu a prática à apreciação artística, com uma visita guiada à Pinacoteca do Estado para explorar a exposição Armorial. Após a visita, os participantes colocaram suas máscaras e interagiram com o ambiente em uma intervenção urbana. Em janeiro de 2025, o LABMASK deu continuidade às atividades com uma residência artística intensiva com o professor Rogério Lopes (UFMG). A vivência explorou as "Estratégias de Mascaramento e Ocupação do Espaço Público numa perspectiva afro-brasileira e antirracista". A residência foi dividida em duas etapas: uma oficina sobre as máscaras das folias de reis, no Deart/UFRN, e uma prática de mascaramento em espaço urbano em Felipe Camarão, intitulada "Passeio sem rosto". Ainda no início de 2025, o LABMASK também participou da Semana de Integração do curso de Licenciatura em Teatro, apresentando o laboratório aos calouros e realizando uma prática com máscaras. Em seguida, de 28 a 30 de abril, uma parceria com o grupo Moitara (RJ) resultou em

um treinamento intensivo focado na linguagem da máscara teatral. Logo após essas atividades, o projeto deu início ao Porta Vermelha - Encontros e Oficinas Artísticas. Para iniciar o projeto Porta Vermelha, a bolsista Ana Elisa ministrou a oficina "Se Jogue na Cena!", com quatro encontros, focada em iniciação teatral. Em seguida, o bolsista Luis conduziu a oficina "Introdução à Interpretação no Audiovisual", com três encontros, que contou com a colaboração do ator George Holanda e do diretor Pedro Fiuza. O ciclo de oficinas foi finalizado com "Bufões- O corpo do exagero e da crítica", ministrada por mim em dois encontros (15 e 22 de julho). A atividade aprofundou a linguagem teatral e a crítica social, explorando o estado cênico do grotesco e a carnavalização dos discursos normativos. A etapa final da metodologia será a divulgação dos resultados. O plano inclui a criação de um artigo científico e a presença em eventos acadêmicos, como na Mostra de Laboratórios da UFRN, onde pude apresentar o trabalho e o banco de dados. O projeto "Catalogação de Textos, Grupos e Pesquisadores sobre a Máscara Teatral" se consolida pela integração entre a pesquisa, a extensão e a divulgação científica. O processo resultou não apenas em um acervo robusto e acessível, mas também estabeleceu uma base sólida para futuras investigações.

Resultados e Discussões

Os resultados deste projeto de pesquisa evidenciam o êxito da metodologia adotada na construção de um acervo digital robusto e acessível, capaz de expandir o conhecimento sobre a máscara teatral para além do ambiente acadêmico. O processo de catalogação, ainda que desafiador e, muitas vezes, solitário, revelou-se altamente produtivo. Foram identificados e organizados mais de 150 artigos científicos, um número expressivo que confirma a amplitude da produção acadêmica sobre o tema e reforça a importância da criação de um repositório centralizado, como o banco de dados desenvolvido neste projeto.

A organização e a categorização desses textos(incluindo palavras-chave, links diretos e seções de apoio), não apenas otimizaram o acesso à bibliografia, mas também abriram novas perspectivas de estudo. Esse processo contribuiu significativamente para o desenvolvimento profissional da pesquisadora, consolidando competências técnicas e metodológicas, ao mesmo tempo em que disponibiliza uma ferramenta de grande valor para futuros pesquisadores, artistas e estudantes interessados na máscara teatral.

A divulgação científica também se destacou como uma das grandes conquistas do projeto. A participação em eventos, como a Mostra de Laboratórios da UFRN, proporcionou uma vitrine para apresentar a pesquisa e o banco de dados a um público mais amplo e diverso. Esse contato com a comunidade acadêmica e externa não apenas despertou interesse, mas também gerou validação e reconhecimento para o trabalho, reforçando a relevância do acervo e evidenciando como a democratização do acesso ao conhecimento pode impulsionar novas investigações, parcerias e colaborações interinstitucionais.

No âmbito das atividades práticas, a participação ativa do público nas oficinas do projeto de extensão Porta Vermelha demonstrou o impacto do diálogo entre pesquisa e

prática artística. Foram registradas mais de 152 inscrições, com participantes de diferentes áreas do conhecimento, o que revela o grande interesse por atividades que exploram as linguagens do teatro e do mascaramento. A autonomia concedida aos bolsistas para ministrar as oficinas, incorporando seus próprios interesses de pesquisa, como a minha exploração do grotesco na oficina de Bufões, proporcionou uma experiência formativa tanto para os participantes quanto para os pesquisadores, fortalecendo a metodologia de pesquisa-ação que norteia as práticas do LABMASK.

Além disso, a integração entre as diferentes frentes do projeto: a catalogação, os grupos de estudo, as oficinas e os eventos, resultou em um processo de aprendizado coletivo e dinâmico. A pesquisa teórica ofereceu a base conceitual para as vivências práticas, enquanto as experiências com o público externo validaram descobertas e abriram novas possibilidades de investigação, como práticas de intervenção urbana e uma residência artística que abordou a máscara sob uma perspectiva afro-brasileira. Esses desdobramentos consolidam o LABMASK como um polo de referência e fomento para a pesquisa e prática da máscara teatral no cenário acadêmico e cultural.

Conclusão

A conclusão desta pesquisa reafirma o papel essencial da organização e sistematização do conhecimento como um instrumento de democratização e fortalecimento do campo teatral. O banco de dados criado não se limita a reunir informações: ele se configura como uma plataforma de apoio para pesquisadores, artistas e estudantes, contribuindo para a expansão de estudos, criações e experimentações com a máscara teatral.

As experiências vivenciadas no projeto de extensão Porta Vermelha demonstraram que a prática e a pesquisa se alimentam mutuamente. As oficinas, encontros artísticos e trocas de saberes com artistas convidados não apenas enriqueceram o processo de formação dos participantes, mas também ampliaram a compreensão da pesquisadora sobre a máscara como uma ferramenta viva, múltipla e transformadora.

Com a fase final de divulgação, que inclui o compartilhamento do acervo em plataformas digitais, a publicação de um artigo científico e a apresentação em eventos acadêmicos, o projeto se consolida como uma referência inovadora e acessível, capaz de inspirar novas investigações e de impulsionar a criação artística no teatro brasileiro. Em síntese, esta pesquisa comprova que, quando teoria, prática e extensão se encontram, o resultado é um trabalho plural, colaborativo e em constante evolução, que fortalece a máscara teatral como um campo de estudo essencial e contemporâneo.

Referências

SILVA, Thais Fernanda da; CAMARGO, Júlia Lise Lucachevi; GOMES, Adriane Maciel. Estudos do cômico: a linguagem da máscara teatral no Brasil e a máscara neutra. Universidade Estadual de Londrina. Acesso em: 07 ago. 2025.

FONSECA, Venício. Máscara teatral – linguagem, metodologia e dramaturgia do Grupo Moitará. Rio de Janeiro: Grupo Moitará, 2007.

Anexos



Porta Vermelha



Banco de dados



Oficinas



Encontros artísticos.

CÓDIGO: HS0987

AUTOR: LARA TAVARES DE ASSIS COSTA

ORIENTADOR: DAX FONSECA MORAES PAES NASCIMENTO

TÍTULO: Princípio de fundamento do conhecer: o papel da Urteilskraft em Schopenhauer

Resumo

O presente trabalho pretende compreender como as noções de faculdade de Juízo e fantasia (ou faculdade de imaginação) são desenvolvidas pelo filósofo Arthur Schopenhauer, e quais seriam suas respectivas funções no processo do conhecimento humano. E, por meio dessa análise, irá se elucidar como essas faculdades se desdobram em temas fundamentais de sua teoria, principalmente no tocante a teoria do conhecimento, estética e ética. Para tal, faz-se necessário mapear em que contextos são apresentados e utilizados esses conceitos. Partindo de seu trabalho inicialmente publicado como tese de doutorado em 1813, posteriormente modificado em 1847, intitulado A quadrúplice raiz do princípio de razão (ou fundamento) suficiente, em que a faculdade de juízo é devidamente apresentada e diferenciada da fantasia. Até as ocorrências desses conceitos em “O Mundo como Vontade e Representação”, e em seus complementos no segundo tomo. Nesse contexto são pressupostas e desenvolvidas as nuances e consequências das funções inicialmente apresentadas. De modo que, partindo da delimitação destes conceitos aos resultados de suas aplicações, demonstrar-se-á pelas distinções iniciais destas faculdades, suas reverberações teóricas, que servem para se estabelecer desde os parâmetros para o procedimento científico e satisfação estética, até a ponderação e sensatez na vida prática individual.

Palavras-chave: Faculdade de julgar. Fantasia. Imaginação. Princípio de fundamento

TITLE: Principle of the Foundation of Knowledge: The Role of Urteilskraft in Schopenhauer

Abstract

This work aims to understand how the notions of the faculty of judgment and fantasy (or faculty of imagination) are developed by the philosopher Arthur Schopenhauer, and what their respective functions would be in the process of human knowledge. Through this analysis, it will elucidate how these faculties unfold in fundamental themes of his theory, particularly regarding the theory of knowledge, aesthetics, and ethics. To this

end, it is necessary to map the contexts in which these concepts are presented and used. Starting with his work initially published as a doctoral thesis in 1813, later modified in 1847, entitled "On the Fourfold Root of the Principle of Sufficient Reason" (or Foundation), in which the faculty of judgment is properly presented and differentiated from fantasy, up to the occurrences of these concepts in "the World as will and representation", and in their complements in the second volume. In this context, the nuances and consequences of the functions initially presented are presupposed and developed. Thus, beginning with the delimitation of these concepts and the results of their applications, the initial distinctions between these faculties will demonstrate their theoretical implications, which serve to establish parameters for scientific procedure and aesthetic satisfaction, as well as for the deliberation and common sense in individual practical life.

Keywords: Faculty of judgment. Fantasy. Imagination. Principle of foundation

Introdução

À presente investigação, faz-se necessário diferenciar inicialmente os dois tipos de conhecimento, estes são: O conhecimento intuitivo, atividade do entendimento, e o abstrato, atividade da razão. O primeiro, consiste no conhecimento da causalidade, resultando no conhecimento imediato dos objetos da experiência. De acordo com o autor, esse tipo de conhecimento é de natureza animal e varia apenas nos graus de clareza. Ele consiste no reconhecimento das modificações pela relação de causalidade, atribuídas aos mais diversos graus de percepção animal, variando apenas em sua apuração. Já o segundo tipo é exclusivo aos humanos, sendo condição para as diferenças práticas de nosso modo de vida. A abstração é o que viabiliza o conhecimento do universal pelo conceito e, conseqüentemente, a distinção do essencial no que se apresenta de maneira desorganizada ao acesso primário e diverso do intuitivo. Isso só pode ocorrer dada a abrangência do conceito em relação ao seu conteúdo e estrita delimitação no tocante à forma. Por isso, a abstração (reflexão) depende de um conhecimento intuitivo prévio que conceda o material que será atribuído a um conceito pela razão, no que demonstra seu caráter secundário, visto que a memória seria insuficiente para preservar o que se intui sem alteração e reter o conhecimento de maneira precisa e adequada para fundar um parâmetro universal. Assim, a razão conserva o essencial do que se experiencia, possibilitando fixar em um conceito os diversos objetos da intuição, de modo que o conceito não é compreendido por nenhum de seus representantes singulares, especificamente determinados, ele é antes o em geral que capacita o humano a reconhecer o característico em uma diversidade de casos. O conceito, atemporal e universal, é um conjunto de seus possíveis representantes, que preserva sob si o essencial para o manejo do pensamento, presentificado para a consciência em casos específicos – Entretanto, nunca tem sua totalidade abstrata completamente compreendida por nenhum de seus representantes determinados dado seu caráter geral.

Mediante esta breve síntese da diferença entre os tipos de conhecimento, partiremos para as considerações relativas à faculdade de julgar. Em alemão, o conceito é nomeado *Urteilkraft* e também é o objeto da terceira crítica de Kant. Porém, no contexto da filosofia de Schopenhauer, tem um sentido bastante particular. No presente caso, a faculdade é responsável por relacionar entendimento e razão, sendo o elo que permite

associar o conhecimento intuitivo ao abstrato. Esta disposição incomum difere da fantasia ou faculdade de imaginação, enquanto condição comum que possibilita a criação de representantes determinados para o conceito – mesmo que esse não possua um objeto material correspondente, nesse caso se tratando de um fantasma. Dessa maneira, para Schopenhauer, a imaginação não se refere às categorias ou remete ao esquema do “monograma da pura intuição a priori” (Schopenhauer, 2019, p.235) pelo juízo como em Kant, dada a impossibilidade de representar a totalidade de um conceito em uma imagem da fantasia de natureza intuitiva e determinada. Desse modo, a faculdade de juízo e a fantasia seriam funções distintas, a primeira corresponde à disposição de relacionar conceitos e intuições; a segunda, a capacidade de formar imagens e representar conceitos. Apesar da anunciada diferença na concepção da faculdade de julgar entre os filósofos, Schopenhauer adere à bipartição kantiana da faculdade de juízo em reflexionante e de subsunção. A reflexionante busca, a partir do caso intuitivamente presente, a regra abstrata à qual se refere, enquanto a de subsunção (ou determinante) parte do conceito para encontrar o caso correspondente.

Metodologia

A partir da comparação das formulações sobre os diferentes tipos de conhecimento, presentes no quinto capítulo da Quadrúplice Raiz e retomadas ao longo do primeiro livro do Mundo como Vontade e Representação, pode-se constatar a importância da faculdade de julgar para as acepções do filósofo sobre várias áreas do conhecimento, dentre elas, as ciências, a estética e a ética. A apresentação inicial da distinção entre entendimento e razão é bastante relevante para compreender as particularidades do pensamento proposto por Schopenhauer. Isso parece ser reforçado pelo contato com os estudos comparativos que evidenciam seu gradual afastamento em relação ao vocabulário kantiano. Como foi enunciado acima, com o abandono das categorias do entendimento, com exceção da causalidade, que se torna sua única função, houveram reconsiderações sobre o papel da imaginação e distinção desta com relação à faculdade de formulação de juízos. Pôde-se perceber a necessidade de fixar o conceito em representantes para o pensamento, nisso a fantasia desenvolve um papel fundamental, criar representantes e fixar os conceitos, enquanto a faculdade de julgar reside na disposição de atribuir verdade material a uma relação lógica. Além disso, o atual parágrafo 28, antes 29, inicialmente nomeado apenas “Representantes dos conceitos” ao qual posteriormente fora acrescido “A força judicativa” é onde se explicita a distinção entre fantasia e juízo. Nele, podemos perceber esse diálogo com a tradição sobre esses temas quando se refere a Hume e Rousseau para corroborar com sua discordância relativa a Kant sobre a possibilidade de representar conceitos com vistas a sua universalidade. Neste contexto, também há de se notar o abandono do termo objeto imediato, que permanece na segunda versão da Quadrúplice Raiz apenas no capítulo sete e no parágrafo assim nomeado. Esta modificação também parece ser afetada pelo afastamento gradual de Schopenhauer em relação a seu antecessor na concepção de sentido interno. Logo, mediante a apresentação das mudanças e direcionamento introdutório à discussão e objeto da presente investigação nos encontros do grupo de pesquisa, pôde-se contextualizar as modificações considerando os propósitos e consequências teóricas para o sistema do filósofo. Por fim, mediante o contato inicial com o tema pelos textos já citados, também foram consultadas algumas considerações em

outras obras como o parágrafo 346 dos Parerga e Paralipomena e parte da metafísica do belo para aprofundamento e contextualização dos desdobramentos em seu corpo teórico.

Resultados e Discussões

Sobre as consequências das concepções apresentadas acima, podemos ver nos parágrafos quatorze do Mundo como vontade e representação, e capítulos seis e sete nos complementos do segundo tomo, sua influência no procedimento científico. Que, ao almejar compreender os critérios de homogeneidade e especificação atribuídos a Kant, deve partir das esferas conceituais mais abrangentes às mais específicas. Isso resultaria em uma ciência coerente que varia apenas na especificidade e minúcia do que se investiga, não na coerência interna de suas partes. Além disso, vê-se ainda a necessidade de fundar o conceito, em última instância, em uma intuição, de modo que a investigação pode resultar numa conclusão abstrata, mas nunca partir dela. Isso ocorre dada a necessidade de fundar o conhecimento em uma intuição que lhe conceda conteúdo, o que também é pré-requisito para que não caia em um raciocínio especioso, que também foi denunciado anteriormente por Kant. Neste, parte-se de uma abstração para fundar uma teoria, de modo que desde a primeira premissa já se conduz a investigação ao objetivo almejado, sem considerar sua relação com a efetividade. Este tipo de argumentação é muito presente em doutrinas teológicas e também dialoga com a crítica feita a pensadores contemporâneos a Schopenhauer que atribuem a capacidade de intuição à razão. Em função disso, mostra-se a relevância da faculdade de juízo, visto que na relação entre conhecimento intuitivo e abstrato, as ciências podem formalizar o que se conhece empiricamente.

Dessa maneira, o conhecimento propriamente científico carece, para tal, não apenas de experiências particulares, mas da atribuição de um conhecimento totalmente in abstracto sobre uma classe de objetos, o que só é possível através de um conceito. Este viabiliza que se isole uma classe de objetos sob sua delimitação, tornando-o condição e fio condutor para qualquer conhecimento dessa natureza, enquanto partes de um conjunto a partir do qual pode se pensar cada um de seus componentes. Esse procedimento mostra-se necessário em função da incapacidade de se partir exclusivamente da observação do particular de cada caso para fundar um conhecimento geral. Isso resultaria em duas consequências problemáticas: que não poderíamos adquirir por esse procedimento nenhum conhecimento pleno e completo, e nenhuma memória seria capaz de conservar um saber nessa minúcia de detalhes. Em função disso, o pensamento científico deve proceder da generalidade à especificidade mediante as determinações de uma esfera sobre outra. Com isso, o que muda não é o fundamental, considerando que partem das mesmas condições iniciais, mas a extensão do conhecimento sobre as especificidades. É posto que o número de princípios superiores e coordenados varia de acordo com a necessidade de cada campo do saber, porém, dentre eles, alguns dependem mais de memória e outros da faculdade de juízo.

Essa diferença parte da determinação de princípios coordenados, que carecem mais memória, e de princípios superiores, que demandam mais força judicativa. Considerando algumas diferenças entre esses campos, podemos apontar as ciências classificatórias

como as que têm maior número de princípios coordenados. Enquanto a matemática euclidiana, por exemplo, só possui os axiomas como princípios superiores, aos quais todas as demonstrações possíveis são subordinadas. Porém, mediante a delimitação do que configura um conhecimento científico, o autor reforça sua oposição à consideração da história enquanto um conhecimento desse tipo. Precisamente pelo fato desta não ter nenhum princípio superior de onde se possa deduzir consequências, sendo composta apenas por princípios coordenados. Assim, pode ser considerada um saber, mas não uma ciência, visto que constitui uma visão panorâmica dos períodos, demandando muita memória, sem por isso possibilitar qualquer dedução por meio deles, de modo que a perfeição científica consiste exatamente em um maior número de princípios subordinados e menor número de princípios coordenados. Logo, a aptidão para as ciências se dá pela capacidade de subordinar esferas conceituais de acordo com suas diversas atribuições, o que só é possível pela atividade da faculdade de juízo. Dessa forma, opõe-se à opinião corrente de que a perfeição de uma ciência reside em sua certeza, como no caso da lógica e matemática – é evidente que estas realmente possuem essa característica, porém isso não é o que lhes confere o valor científico. Este último depende, antes, dos critérios apresentados acima, de modo que a demonstração não é o que garante a verdade a uma ciência, ao que o autor se opõe considerando que mesmo as ciências demonstráveis dependem, em última instância, de uma verdade indemonstrável. Consequentemente, é preferível uma verdade fundada imediatamente a uma fundada por demonstração. Não por acaso, é dessa maneira que normalmente procedemos quando o conhecimento fundamentado conceitualmente não está em nosso alcance. Isso ainda é reforçado tanto pelo fato da intuição fundar a matemática a priori, no caráter transcendental de suas formas, quanto todas as outras ciências empíricas a posteriori, que se fundam imediatamente sobre representações da primeira classe, relativa aos objetos submetidos ao princípio de fundamento do devir, os seja, os objetos das ciências naturais.

Por isso, o conhecimento imediato é fonte e fundamento de qualquer ciência, com exceção da lógica. Os conhecimentos extraídos e fundamentados a partir da intuição são os que iluminam todo o conhecimento, esquematizado e fixado pela abstração, sendo comparados pelo autor ao que o sol é para o mundo. Essa possibilidade de fundar a verdade dos juízos fundamentados imediatamente na intuição é obra da faculdade de juízo, que destaca da diversidade experienciada na intuição o necessário no conceito, transmitindo corretamente para a consciência abstrata o conteúdo intuído imediatamente. Dessa maneira, a função intermediária entre o entendimento e a razão é o que torna possível o conhecimento científico e se diferencia da mera comparação entre conceitos. Visto que, por seu intermédio, torna-se possível reconhecer uma concordância parcial pensando o que é comum, apesar da diversidade dos casos, por um mesmo conceito, e o diverso, apesar da concordância parcial, atribuído a outros conceitos variados. A falta dessa faculdade é chamada simploriedade, esta reside no desconhecimento da identidade ou diferença parcial. Nesse momento, o autor faz menção novamente à bipartição kantiana em reflexionante e de subsunção (ou determinante), enquanto modos de procedimento da faculdade de julgar; seja partindo dos objetos intuídos, seja partindo do conceito, esta é sempre a mediadora entre os dois tipos de conhecimento. Dessa maneira, reforça a impossibilidade de fundar uma verdade exclusivamente na dedução por silogismos, o que seria uma necessidade subjetiva e referente às leis próprias da razão, de modo que é na evidência imediata que se deve fundamentar uma nova verdade, sendo o intuído o alicerce de qualquer ciência. O filósofo argumenta que as demonstrações são muito mais úteis para os que pretendem disputar do que para fundar o conhecimento dos

que estudam, e que as demonstrações apenas tornam explícito aquilo que já se mostra implicitamente. Dessa maneira, utiliza-se do exemplo da astronomia, fundada na matemática e lei da inércia como condições para o avanço através de silogismos – apontando que é a indução, decorrente de uma intuição repetida, fundamentada imediatamente em um juízo correto, que foi a fonte das primeiras verdades astronômicas.

Já no segundo tomo de *O mundo como vontade e representação*, parte da discussão sobre as doutrinas dos diferentes tipos de conhecimento é retomada e comentada pelo autor, especificamente nos capítulos seis e sete, chamados: “A propósito da doutrina do conhecimento abstrato ou de-razão” (Schopenhauer, 2015, p.75-83) e “Da relação do conhecimento intuitivo com o abstrato” (Schopenhauer, 2015, p.85-107). Primeiro, o autor retoma algumas considerações e consequências da distinção entre o conceito e a intuição mencionada acima. Depois, expõe a relação entre entendimento e razão, apresentando várias operações de pensamento relativas à faculdade de julgar, bem como a condição do erudito, gênio e sábio. No início do sexto capítulo, é reiterada a impossibilidade de constituir experiência considerando apenas a disposição e impressão da exterioridade sobre os sentidos, isto é, a memória amparada apenas neles é incapaz de conservar plenamente a impressão inalterada. Nesse contexto, ainda acrescenta que a fantasia é responsável por conservar a impressão em memória, mas vai gradativamente perdendo a força da representação inicial e pode apagar-se ou distorcer-se com o tempo. Dessa maneira, o conceito estando imune às violências do tempo, pode conservar o substancial do conteúdo intuído, tornando-se um parâmetro confiável para guiarmos nossas ações futuras pela universalidade e generalidade do pensamento abstrato que possibilita a ponderação – ou seja, o procedimento segundo máximas abstratas. Nesse contexto, reitera a diferença entre o conceito e a palavra enquanto um representante parcial e sensível. Porém, comenta que o conceito tem uma ligação íntima com a palavra, sendo o que possibilita uma consciência distinta e conservação do mesmo, além de chegar a mencionar que os gregos já haviam reconhecido essa familiaridade pelo uso da palavra *lógos* para referir-se a ambos. Apesar dessa proximidade, reitera que não são sinônimos, considerando a diferença fundamental entre eles. O conceito só pode conservar o essencial do intuído e viabilizar uma experiência pela possibilidade de restituir aquilo que é necessário para a recordação. O processo de abstração permite a preservação daquilo que conhecemos inicialmente pela intuição, de modo que nunca podemos partir da abstração para conhecer, apenas para reconhecer com distinção um referente previamente conhecido na experiência. Assim, uma experiência precisa ser corretamente fixada em conceitos que a conservem e mantenham sua relação com a efetividade. Caso essa condição não seja cumprida, e se parta apenas do pensamento, é provável que se incorra em erro. Isso ocorre pela consideração de algo meramente pensado como efetivo, e é consequência de um uso da razão alienada da própria experiência. O erro, bem como a razão, cabe apenas aos humanos, em função do pensamento que dispõe daquilo que é imaginável (e também o falso) como possível; por isso é que o ser humano pode ser motivado por abstrações e se enganar. Aos animais, cabe apenas a ilusão, não o erro, visto que ela é ocasionada pela falha na conformação dos sentidos pelo entendimento. Por fim, aponta como a faculdade de juízo se sobressai em relação à faculdade de razão, que se faz presente em toda humanidade. Isso se dá pelo fato da primeira unir os dois tipos de conhecimento em um juízo, sendo mais assertiva que a segunda, que muitas vezes faz com que se proceda segundo pressupostos herdados e assimilados inadvertidamente pelo exemplo e hábito.

No capítulo seguinte, “Da relação do conhecimento intuitivo com o abstrato”, é retomado como o conteúdo (ou estofo) do conhecimento abstrato tem sua origem na intuição, de modo que todo o pensamento depende da relação com o que é intuído para que tenha substancialidade e vínculo com a efetividade. Por isso, afirma que as representações intuitivas são consideradas, desde as leituras escolásticas de Aristóteles, representações primárias e, os conceitos, secundárias. Isso posto, vemos como os livros, que contêm apenas conceitos, dependem por consequência de um conhecimento intuitivo prévio. Assim, no melhor dos casos, contêm apenas “verdades de segunda mão” (Schopenhauer, 2015, p. 86). Logo, dependem de um conhecimento de mundo que anteceda o saber conceitual, para que possam posteriormente ser minuciosamente examinados, delimitados e comparados pelo exercício da razão. Por um lado, a comparação entre conceitos, que é uma atividade da razão acessível aos humanos em geral, mas não elucida autonomamente nada sobre a relação dos conceitos com a efetividade, por isso não tem necessariamente verdade empírica, mesmo que tenha verdade formal. Por outro, comparar conceitos com intuições, condição para um novo conhecimento, só é possível aos poucos que possuem faculdade de juízo. Dessa maneira, mesmo a mais alta erudição não estaria a par da sabedoria adquirida pelo contato com o mundo, visto que apenas a segunda possibilita um contato com a fonte do conhecimento e viabiliza um conhecimento vivo. O conhecimento intuitivo, que é mais essencial, não é transmissível, e é posta a condição de cada um estar preso ao seu mundo e representações próprias. Por isso, nesse contexto o autor afirma que cada um está preso a seu crânio, e apenas o conhecimento abstrato, que não preserva a vivacidade da intuição, é incondicionalmente transmissível. De modo que se faz necessário reconduzi-lo ao conhecimento intuitivo, visto que todo conhecimento inovador tem sua origem na intuição e depende, para tal, de figuras da fantasia de natureza intuitiva. Em consonância a isso, pode-se dizer que nenhum conhecimento realmente novo vem ao mundo, tudo é trazido à tona pela intuição, haurido da fonte originária do conhecimento e já se encontra previamente presente de modo implícito.

Tendo apresentado a influência da faculdade de juízo na ciência e vida prática, retornar-se-á ao primeiro tomo para desenvolver melhor algumas considerações sobre a fantasia, partindo do parágrafo 36, presente no terceiro livro. Este toma como objeto a representação independente do princípio de fundamento, no caso, a representação das ideias nas obras de arte. O parágrafo 36 inicia expondo a necessidade da história em se fundar sobre a lei da motivação, reiterando sua condição pragmática e aparente, amparada em fundamento suficiente, como as ciências. Mediante este fato, concluímos a impossibilidade de encontrar um objetivo final e satisfação completa, visto que é sempre meio, compreendendo apenas relações. Estas, seguem o princípio racional, que ajuda na vida prática e na ciência, mas não diz respeito ao essencial em si mesmo e independente de relações, como é intentado na presente investigação. Na arte, precisamente na obra do gênio, o que se pretende é o conhecimento do essencial, as Ideias enquanto objetividade imediata da coisa em si. Esta encontra em toda parte seu fim, na medida em que retira seu objeto da torrente infinda dos fenômenos e isola diante de si o ideal atemporal, tornando-se um representante do todo. Assim, a arte consiste no modo de consideração independente do princípio de fundamento, ao contrário da ciência e da história. A contemplação e consideração do universal, independente do princípio de fundamento, é a capacidade própria do Gênio, que, pelo esquecimento da subjetividade própria enquanto vontade individual e, conseqüentemente, das relações conhecidas pelo princípio de razão, vê-se apto ao conhecimento das ideias intuitivamente. Estas ultrapassam as limitações da

aparência relativa (objetos individuais) e permitem o conhecimento mais perfeito do que se encontra apenas parcialmente presente na mirada ordinária, que, pelo conflito permanente, nunca pode se expressar plenamente na natureza como quando são compreendidas em seu aspecto ideal. Com o distanciamento dos interesses, personalidade e fins, resta apenas a identificação com o puro sujeito do conhecimento pela intuição destituída de querer. Por esse procedimento, o gênio pode conhecer e representar as ideias em sua obra. Para ilustrar tal movimento o autor cita Goethe, ao reconhecer no artista o poder de “fixar em pensamentos duradouros o que oscila na aparência” (Schopenhauer, 2013, p. 214). Para isso, o gênio deve possuir um excedente de conhecimento que ultrapassa os interesses da vontade e, conseqüentemente, as determinações do princípio de fundamento. Tal conhecimento, desprendido do querer e da individualidade torna-se límpido espelho da essência do mundo. Em consequência a isso é que se reconhece certa vivacidade e nervosidade em indivíduos geniais, pela insuficiência do presente, visto que este não preenche sua consciência e, por isso, nele reside uma busca insaciável por objetos novos dignos de consideração. Enquanto a maior parte das pessoas se satisfaz com o presente comum e reconhece-se plenamente por toda parte, o gênio raramente se contenta com o presente, tendo esse conforto cotidiano negado.

O traço distintivo do gênio é o excedente de conhecimento que possibilita que este se torne destituído de finalidade e independente das aparências – a fantasia, é reconhecida como um componente essencial da genialidade, porém, para o autor, não é sinônimo de gênio como fora atribuído muitas vezes. O vigor da fantasia é certamente um componente do gênio, por seus objetos serem as Ideias, apenas alcançada pela imaginação. Posto que, na intuição, as formas essenciais e permanentes daquilo que é comumente conhecido apenas parcialmente nas determinações da experiência, sendo ampliado pela fantasia. De outro modo, o conhecimento intuitivo estaria limitado aos objetos efetivamente presentes e fadado às circunstâncias, porém a fantasia abre o horizonte, indo além de sua experiência pessoal. Por isso, a criação de imagens pela fantasia é o que possibilita constituir a totalidade da ideia pelo pouco que chega à experiência efetiva do gênio – e, pelos exemplares imperfeitos da experiência, pode alcançar o conhecimento da forma completa que a natureza “pretendia”. A força incomum da fantasia é companheira do gênio, mas não signo deste; por isso, pessoas desprovidas de gênio também podem possuir muita fantasia. Assim, como é possível considerar um objeto de duas maneiras distintas, opostas, uma puramente objetiva, que contempla a ideia, outra comum, que considera meramente relações entre objetos, visando a própria vontade partindo do princípio de fundamento. Igualmente, a imagem da fantasia pode surgir de duas maneiras. A primeira, seria um meio para o conhecimento da ideia, expressa pelo gênio na obra de arte; a segunda, um modo de nutrir o egoísmo e humor próprio, visando o divertimento individual e autoilusão momentânea. Este segundo tipo representa apenas relações a serviço de sua vontade – quem faz esse uso da fantasia é chamado fantasista. Ele mistura o efetivo às imagens da fantasia, criando relações imaginadas na intimidade por sua reconhecidamente inapropriada relação com a efetividade. Mediante essa consideração, o autor atribui essa característica aos romances comuns, que retratam os anseios populares em seus protagonistas nos quais os leitores podem se projetar, o que, conseqüentemente, gera grande difusão e adesão a essas obras. Posteriormente, critica a incapacidade de desinteresse nas pessoas comuns, que não se mantêm na intuição e buscam logo as relações para subsumir o objeto em um conceito, sem deixar que este se exponha totalmente em sua intuição, buscando apenas seu próprio caminho, porque não perdem tempo com o que se apresenta independente de finalidades particulares. Pelo contrário, a

pessoa de disposição genial, pode furtar-se dessas relações a serviço da vontade e, por alguns momentos, contemplar a vida mesma em cada coisa que conhece. No gênio, existe uma proeminência do conhecer sobre a vontade, de modo que o conhecimento puro pode se expressar, enquanto, na maior parte das pessoas, o conhecer é conduzido por motivos, e incitado pelas relações.

Conclusão

Assim, podemos ver como o princípio de fundamento se relaciona com as ciências na apreensão das relações, e como a faculdade de juízo compreende a função fundamental de atribuir verdade empírica às formalizações do conhecimento abstrato. Mediante essa exposição sobre o caráter aparente e sistemático da representação associada ao princípio de fundamento, pode-se considerar a representação independente das relações nas obras de arte. Quando representada na obra do gênio, esta pode expor a ideia pela supressão momentânea da individualidade, este intui e completa o presente pela fantasia liberta do querer, criando uma imagem completa do que se apresenta sempre limitado no mundo fenomênico. Para tanto, fez-se necessário elucidar a condição particular de conhecimento genial, que pelo excedente de sua capacidade de conhecimento alcança uma imagem que não está amparada em relações. Desse modo, o gênio teria certa dificuldade nos conhecimentos fundamentados em relações, como é o caso das ciências e principalmente da matemática, por isso o autor lhe atribui imprudência e animosidade. No tocante à ética, é notório como o conhecimento abstrato, que torna o humano diferente dos demais animais, torna-o também suscetível tanto a erros quanto à constituição de um conhecimento organizado e sistemático que conserva o universal e alicerça parte substancial do desenvolvimento humano. Assim, vemos como a força judicativa torna-se relevante para a fundamentação do conhecimento, dada a relação entre abstração e erro, de modo que a possibilidade de correção relativa ao saber conceitual depende, para tal, da comparação de seu conteúdo com a experiência intuída imediatamente. Por isso a faculdade de julgar mostra seu lugar e importância na possibilidade de associar o material da experiência a sua conceitualização, viabilizando a possibilidade de um conhecimento adquirido, seja sobre o mundo, seja sobre o próprio indivíduo que o concebe, de modo que a sabedoria residiria na capacidade de conhecer pela experiência, reiterando o valor dado ao conhecimento vivo oriundo da intuição como fonte de invenções e descobertas. Além disso, a abertura à intuição também permite “que as coisas mesmas falem para nós” (Schopenhauer, 2015, p. 86) e, assim, o contato com ela deve ser condição para apreender o material que será abstraído em conceito. Com isso, reforça o perigo de se desconsiderar a intuição e partir simplesmente da razão, tanto na consolidação de uma teoria filosófica ou científica, quanto na vida individual, na qual a motivação fundada em pensamentos torna o humano apto ao engano e erro.

Referências

SCHOPENHAUER, Arthur. Metafísica do belo. São Paulo: Unesp, 2002.

SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e como representação: tomo I. São Paulo: Unesp, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e como representação: tomo II. São Paulo: Unesp, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. Sobre a psicologia. São Paulo: Edipro, 2023.

SCHOPENHAUER, Arthur. Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente. São Paulo: Unicamp, 2019.

CÓDIGO: HS0989

AUTOR: PEDRO HENRIQUE CALAZANS FERNANDES DE PAIVA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Conformando nova jurisdição e prática jurídica: as eleições para a câmara de escabinos da Capitania do Rio Grande (1637-1645).

Resumo

Com a tomada da fortaleza dos Santos Reis Magos em 1633 pelos neerlandeses, encerrou-se um “primeiro período” de organização da empresa luso-castelhana. As Câmaras Municipais e outras instituições foram conservadas durante os primeiros anos no novo império (1633-1637). Com a chegada de Maurício de Nassau-Siegen, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) iniciou o tolhimento assertivo dos poderes locais, subordinando-os a uma nova forma política. A implantação e as tensões para com as Câmaras de Escabinos nas capitanias da Paraíba e Pernambuco são, há muito, conhecidas. Nas periferias da conquista, entretanto, não foi alvo de grandes estudos. Para a presente pesquisa ameahou-se as nomeações e as eleições, petições e denúncias envolvendo os escabinos da capitania do Rio Grande presentes nos cadernos de atas diárias do Alto Concelho da Velha WIC (NL HaNA 1.05.01.01, inv. nr. 68, 69, 70), digitalizadas pelo Museu Nacional dos Países Baixos, em Haia. Compreende-se que o estudo deste período, cuja documentação é negligenciada pela historiografia potiguar, permite a compreensão das táticas e movimentos dos senhores da capitania do Rio Grande entre os anos de 1630 e 1640. Permite ainda compreender quem, de fato, são os “principais da terra” que deixaram rastros nos arquivos europeus.

Palavras-chave: Capitania do Rio Grande. Nova Holanda. Alianças Senhoriais.

TITLE: Conforming new law and legal practices: the elections for the scabbins' council in Rio Grande captaincy (1637-1645)

Abstract

With the takeover of Santos Reis Magos fortress by the Dutch in 1633, a “first period” of the Luso-Castilian enterprise came to an end. The Municipal Councils and other institutions were conserved during the first years under the new Empire (1633-1637). With the arrival of Johan Maurits van Nassau-Siegen, the West-Indische Compagnie (WIC) started the assertive demolition of local powers, subordinating them to a new political form. The establishment and the tensions regarding the Scabbins' Councils in Paraíba and Pernambuco captaincies are, for long, known. On the peripheries of the

Conquest, however, it was not the focus of major studies. For the present inquiry, indications, nominations, petitions and complaints regarding the Rio Grande scabbins were gathered. The main documents searched are the High Council's Dagelijkse Notulen notebooks, at the Old WIC archive, digitized by the National Museum of the Netherlands, in The Hague (NL HaNA 1.05.01.01, inv. nr. 68, 69, 70). It is understood that the study of this period, whose sources has been neglected by the Potiguar historiography, allows the comprehension of the tactics and movements of the captaincy's senhores between the 1630-1640 decades; as well as who, in fact, were the "land principals" that left traces at the european archives.

Keywords: Rio Grande Capitancy. New Holland. Signorial Alliances

Introdução

A História Política e Institucional do Brasil Colônia compreende que, entre os principais aparelhos administrativos do Império ultramarino lusitano, destacam-se as Câmaras Municipais. Não há registros conhecidos sobre o funcionamento dessas instituições na capitania do Rio Grande durante os primeiros cinquenta anos da colonização europeia (1597–1659). Com a conquista da fortaleza dos Santos Reis Magos em 1633 pelos neerlandeses, encerrou-se um primeiro ciclo da colonização europeia, até então sob domínio luso-castelhano. A “Ordem de Governo” de 1629, promulgada pelos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos à Companhia das Índias Ocidentais (WIC), previa uniformidade legislativa e jurisdicional nas possessões neerlandesas. Com a nomeação de João Maurício de Nassau como Governador Geral da Conquista do Brasil, uma nova “Instrução” foi aprovada em 1636 e posta em prática em 1637, reorganizando os poderes e normatizando os dispositivos políticos e jurídicos na Nova Holanda. A estrutura das Câmaras de Escabinos foi delineada na seção sobre Justiça Civil da referida Instrução, entre os artigos 46 e 56. Essas câmaras atuavam nas esferas civil e criminal, respeitando, em geral, as fronteiras dos antigos Concelhos Municipais lusitanos, embora ajustes fossem feitos conforme as necessidades locais. Entre 1637 e 1645, pelo menos 11 câmaras estiveram em funcionamento na Nova Holanda. Diferiam dos concelhos lusitanos, pois não detinham foro político, legislativo, econômico ou fiscal – limitações que desagradaram aos “Principais da Terra”, que buscavam reaver os poderes anteriormente exercidos. Segundo a Instrução de 1636, cabia aos escabinos aplicar os regimentos urbanos de 1580 e 1582, administrar a justiça com imparcialidade nas esferas civil e criminal, aplicar as ordenações holandesas sobre casamentos, testamentos e heranças, validar contratos particulares e editais públicos, e manter comunicação com instâncias superiores (Alto e Secreto Concelho, Concelho de Justiça) para ratificar decisões baseadas nos costumes locais. Já a Ordem de 1629 definia a hierarquia jurídica: primeiro os regulamentos escritos (majoritariamente holandeses), seguidos da jurisprudência das Províncias Unidas (especialmente da Holanda, Frísia Ocidental e Zelândia) e, por fim, o Direito Romano. Dada a distância entre os modelos neerlandeses e os antigos lusitanos, era natural a ocorrência de dúvidas sobre os dispositivos legais e os limites de atuação dos magistrados. Cabe uma breve digressão sobre o termo “escabino”. O conceito deriva provavelmente do latim *scabini*, usado por Gaspar Barléu em 1648. Em seu dicionário de 1599, Cornelis Kiliaan remonta o termo à tradição jurídica franco-latina. “Scabini” deu origem ao neerlandês “schepenen”, ligado aos tribunais de Carlos Magno. Tais juízes tinham autoridade para julgar perjuros e réus

de fé. Assim, os escabinos eram magistrados municipais com funções civis e criminais, cuja autoridade se estendia à execução das sentenças com apoio de outros agentes locais, como escoltetos e bailios.

Metodologia

A documentação analisada nesta pesquisa encontra-se nos cadernos das Atas Diárias (Dagelijkse Notulen — DN) do Alto Concelho no Brasil. Devido às perdas do tempo, nem todos os volumes sobreviveram. Estão parcialmente disponíveis os cadernos entre 1635 e 1654, conservados no Arquivo Nacional dos Países Baixos (NL-HaNA), no fundo da Companhia das Índias Ocidentais Velha (OWIC), sob o número 1.05.01.01, inventários 68, 69 e 70. Outros acervos consultados incluíram o dos Estados Gerais (1.01.02) e o da Casa Real (Koninklijk Huisarchief). As Ordens de 1629 previam registros para instituições jurídicas, políticas e fiscais, incluindo os Concelhos Municipais. Nos Novos Países Baixos (atual Nova Iorque), muitos desses documentos sobreviveram. Na Nova Holanda, restaram apenas transcrições e papéis avulsos. Essa escassez impôs limites objetivos, exigindo abordagens metodológicas para compreender tendências e movimentos, especialmente no Rio Grande. Assim, foram usados também crônicas e diários, como os de Barléu (1648), Nieuhof (1682) e Hansen (1644–1654). A tipologia documental principal é administrativa e institucional; cartas e narrativas, embora relevantes, aparecem como fontes secundárias. A língua holandesa é outra limitação: sua dificuldade reduziu o número de estudos especializados sobre o Brasil Neerlandês. A tradução dos documentos exige atenção às abreviaturas e à gramática complexa da época. Foram utilizados dicionários do período, como o “Etymologicum Teutonicæ Linguæ” e o “Het Groot Woorden-Boeck”. Softwares de tradução auxiliaram pontualmente, mas exigiram revisão cautelosa e checagens constantes. A estrutura sintática da língua (por vezes com predicados e complementos deslocados) demandou reordenações para correta interpretação. A terceira limitação está no recorte: o Rio Grande é considerado como uma periferia. No período moderno, a periferia expressava-se por fronteiras móveis (entre os rios Açu e Jaguaribe) e pela relação instável com o centro (Olinda-Recife-Maurícia). A documentação atesta isso: os luso-brasileiros da capitania aparecem esparsamente, em listas eleitorais ou registros de pagamento à WIC. Essa marginalidade histórica resultou também em escassa produção historiográfica local. Ao longo do século XX, estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico do RN se basearam em traduções do fim do século XIX e início do XX, com ênfase em crônicas e fontes católicas e lusas. Ainda que não se entre aqui no debate historiográfico, a bibliografia sobre o “Rio Grande Holandês” adotou a narrativa da “Guerra da Luz Divina”, moldada por um “catolicismo chauvinista”. A partir dos anos 1930, o domínio neerlandês passou a ser lembrado quase exclusivamente pelos massacres de Cunhaú e Uruaçu. Este trabalho se distancia dessa abordagem. Os luso-brasileiros não são tratados como vítimas inocentes; muitos dos mortos em 1645 estavam envolvidos em conflitos locais e alianças internas, inclusive com povos indígenas. Optou-se por analisar o funcionamento político e as redes de alianças senhoriais da época. Buscou-se, destarte, as listas eleitorais entre 1637 e 1644 relativas à capitania do Rio Grande nos cadernos da WIC. Não foram localizadas as listas correspondentes aos anos de 1637 e 1640, provavelmente por seus cadernos não terem sobrevivido (alguns dos eleitos, entretanto, aparecem em 1638 e 1641 como “reconduzidos” ou “aqueles que permanecem [no cargo]”, presumindo sua indicação e eleição nestes anos ausentes). Após o levantamento

inicial, os nomes dos homens arrolados foram cruzados com os índices onomásticos presentes nos volumes quatro e cinco da coleção “O Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654)”. Vale ressaltar que se afirma, na historiografia, de modo mais ou menos categórico, a inexistência das Câmaras de Escabinos após o levante luso-brasileiro de junho de 1645; o que não é verdade. Não obstante a manutenção da instituição nos anos seguintes, reconhece-se que o estado de guerra limitava efetivamente o escopo de atuação de seus membros — existente, mas pouco efetiva. O recorte temporal, portanto — além de objetivar o entendimento sobre o funcionamento do aparelho político —, visou encontrar pontos de contato e aproximações mais que tensões e distanciamentos por parte dos potentados no Rio Grande, distinguidos entre os grupos dos “portugueses” e “neerlandeses”. Por fim, faz-se necessária uma breve nota sobre as terminologias. O grupo de moradores que já estavam na capitania antes de 1633 aparece como “portugueses”, embora nem todos fossem de fato. Remetê-los-á deste modo, com as aspas, porquanto se saiba que havia lusitanos, luso-brasileiros, franceses e pelo menos um navarro até então. O mesmo ocorrerá com os “neerlandeses” ou “alemães” que aparecem deste modo. Verificou-se que a grande maioria dos teuto-neerlandeses que veio à capitania tinha origens germânicas, como se discutirá adiante. Esta manutenção dos termos visa facilitar a identificação dos grupos entre si a partir de suas distinções. Como o foco desta pesquisa está nas alianças senhoriais, não se relacionou a Câmara de Escabinos dos “Brasilianos” (povos Tupi da costa) instituída em 1645. No decorrer da pesquisa, “folheando-se” os cadernos das atas do Alto e Secreto Concelho, foram identificadas inicialmente oito petições ou denúncias envolvendo os escabinos do Rio Grande no recorte temporal. Estas foram importantes para a organização dos fragmentos fugazes que ora se inicia a compilar e arranjar. O que se segue são alguns resultados possíveis ao estado embrionário da pesquisa.”

Resultados e Discussões

Mesmo que limitadas em quantidade, as listas eleitorais são documentos de qualidade privilegiada. Cabe uma digressão sobre o processo eleitoral dos escabinos, a fim de esclarecer esta afirmativa. Os artigos 46, 47 e 48 da “Instrução” de 1636 estabelecem que os Conselheiros Políticos escolheriam “20 pessoas, mais ou menos, de acordo com as circunstâncias locais, das mais qualificadas, honestas e confiáveis para exercer, de modo vitalício a função de Eleitores”. Estes, por sua vez, deveriam, “no mês de junho, reunir-se, votar e reportar um número triplo de cidadãos em relação às vagas para a nomeação efetiva” por parte do Governador Geral e Alto e Secreto Concelho. Por fim, a composição das Câmaras seria de, “no mínimo, cinco pessoas, com presidência rotativa”. É possível, portanto, a distinção entre aqueles que os neerlandeses depositaram “confiança” e “honestidade”; entre aqueles que os Eleitores destacavam entre os moradores (listas de indicados); e entre aqueles que o Governador Geral e os altos e secretos concelheiros referendaram para exercício do cargo (listas de eleitos). No caso do Rio Grande, a lista inicial de eleitores constava de somente 14 pessoas, sendo 11 “portuguesas”. É provável que esta lista “tímida” tenha aumentado com o passar do tempo, a partir de fluxos migratórios à capitania. Esta hipótese baseia-se nas listas que se seguiram: alguns nomes não mais foram indicados enquanto outros surgiram. Não tendo sido possível identificar esta expansão na documentação, acredita-se que seu registro estivesse entre os cadernos que se perderam. Entre os eleitores (“portugueses”), observa-se que os Concelheiros no Recife preferiram aqueles que receberam mercês

desde a primeira década da conquista luso-castelhana (1590-1610). Como mencionado acima, houve a manutenção inicial das fronteiras jurisdicionais estabelecidas antes de 1637. Após o fim do primeiro mandato de Maurício de Nassau-Siegen (meados de 1641), houve maior flexibilidade em relação a estas fronteiras a partir das demandas locais. O instituto das câmaras, alargando seu escopo de atuação, passou a funcionar como um mecanismo consultivo das práticas e costumes locais (Luciani, op. cit.). Neste jogo de manutenções e adaptações, cabe uma segunda hipótese, relativa especificamente aos Eleitores “portugueses”: todos devem ter sido destacados membros da governança local, envolvidos até então no Concelho Municipal lusitano (qual fosse o cargo; como vereadores, escrivães, juízes, almotacés etc.). O nome destes homens está arranjado no Quadro 1, por ordem alfabética, juntamente com os outros três “neerlandeses”. Quadro 1 — Eleitores do Rio Grande nomeados em 1637. Nome (atualizado e em ordem alfabética) Andries Claessen Quast Gaspar Rebelo Gondim Antônio Gomes João Borges Sotomaior Antônio Rodrigues Leitão João Lostau Navarro Antônio Vilela Cide Johan van Hamme Conrad Pauly Manoel Rodrigues Pimentel Diogo Dias Lourenço Pedro Xara Ravasco Francisco de Macedo Simão Nunes Correia Fonte: Ata Diária (DN) de 28 jul. 1637; Arquivo Nacional de Haia (NL HaNA), número de chamada 1.05.01.01; inventário 68: imagem 0574. Entre 1637 e 1645, pelo menos 38 pessoas foram indicadas para o exercício concelhio, sendo 18 destes eleitos para mandatos anuais. Do montante total, 25 dos indicados eram “portugueses”, contra 13 “neerlandeses”. Dos eleitos, 10 eram da primeira categoria contra oito da segunda. A listagem dupla (dos indicados e dos eleitos) fornece, como dito acima, a identificação daqueles que gozavam de prestígio pelos eleitores (compreendidos, em sua maioria, como membros de longa data da governança local) e a distinção destes entre aqueles que atendiam aos interesses das autoridades da Companhia para a manutenção do “bom governo” da Conquista. Neste segundo ponto, observa-se a maior preferência relativa para com os indicados “neerlandeses” que foram eleitos (mesmo que diminutos na relação geral). Mesmo que em menor número na capitania, estes elementos tinham maior proximidade com a linguagem (em sentido amplo: linguisticamente, juridicamente, cognitivamente) dos Concelheiros da WIC. Entre os “portugueses”, além do prestígio, destaca-se que todos participavam ativamente da economia: exportando gado e pescado. No lado “neerlandês”, atestou-se ao longo da pesquisa que os homens eleitos estavam envolvidos em um leque maior de atividades, detalhadas adiante. Avalia-se que os critérios de ancestralidade, prestígio e participação ativa na economia foram determinantes para a indicação inicial, sendo também para a eleição e exercício do cargo. Vale indicar que houve pessoas indicadas várias vezes que não chegaram a exercer mandato, o que poderia indicar suspeitas de lealdade ou restrições de natureza diversas sobre si, por parte da administração da conquista. Este perfil inicial foi possível a partir do cruzamento da lista dos (25) “portugueses” indicados com outros documentos, como o “Auto de Repartição...” de terras de 1614 (Moraes, et al., Id., p. 47-80) e a cartografia coeva (Vingboons, ca.1645). Entre os primeiros sesmeiros da capitania, oito estão citados (Gaspar Rebelo Gondim; Antônio Vilela Cide; Simão Nunes Correia; João Lostau Navarro; Manuel Rodrigues Pimentel; Antônio Rodrigues Leitão; Pedro Xara Ravasco; e José do Porto); e outros sete têm sobrenomes que podem indicar algum grau de parentesco (Francisco Mendes da Fonseca; Felipe Ferreira; Inácio Ferreira; Francisco Leitão; Gaspar de Oliveira; Domingos Duarte; e Vicente de Sousa Pereira). Não obstante, todos os sobrenomes estão grafados na cartografia com currais de gado, espalhados ao longo do litoral. Dos que chegaram a ser eleitos, quatro haviam recebido sesmarias, isto é, mercês por serviços à coroa. O Quadro 2 sintetiza as

informações acima. A primeira coluna lista os nomes que aparecem na documentação (atualizados e em ordem alfabética); na segunda, estão contidos os anos em que foram indicados; na terceira, os anos em que foram eleitos (caso o tenham sido); na quarta, o que se depreende como sua participação na economia. Quadro 2 — “Portugueses” arrolados nas listas eleitorais para as Câmaras de Escabinos no Rio Grande (1637-1645). “Português” Indicado Eleito Ocupação Antônio Rodrigues Leitão 1642, 1644 1644 Sesmeiro; Curraleiro Antônio Vilela Cide 1638, 1639, 1642 - Sesmeiro Diogo [da Caridade] 1639 - n/a Diogo Dias Lourenço 1638, 1639, 1642, 1644 1644 Curraleiro Domingos Carvalho de Azevedo 1638, 1639, 1642 1638, 1639 Curraleiro Domingos Duarte 1639 - Curraleiro Estevão Machado 1638, 1639, 1642, 1644 1639, 1644 Curraleiro Felipe Ferreira 1638, 1640*, 1641 1640, 1641 Curraleiro Francisco de Macedo 1642 - Curraleiro Francisco Leitão 1642 - Curraleiro Francisco Mendes da Fonseca 1638, 1639, 1644 1644 Curraleiro Gaspar de Oliveira 1639 - Curraleiro Inácio Ferreira 1642 - Curraleiro José do Porto 1642, 1644 - Sesmeiro; Curraleiro João Banania 1638 - n/a João Borges Sotomaior 1638 - Curraleiro João Lostau Navarro 1637*, 1638, 1640*, 1641, 1642, 1644 1637, 1638, 1640, 1641 Sesmeiro; Curraleiro; Redes de Pesca; Olarias; Salinas Manoel Pinheiro 1638, 1642, 1644 1638 Curraleiro Manoel Rodrigues Pimentel 1638 - Sesmeiro; Curraleiro Pedro Xara Ravasco 1638, 1639 1638, 1639 Sesmeiro; Lavrador Simão Nunes Correia 1638, 1639, 1642, 1644 1644 Sesmeiro Vasco Frazão 1642, 1644 - Curraleiro Vicente de Sousa Pereira 1642 - Curraleiro * Ausência da lista de indicados e nomeados: dedução a partir da lista dos escabinos “reconduzidos” no ano seguinte. Fontes: NL HaNA, 1.05.01.01; inventário 68: imagens 0572; 0846; 1196; 1247. Inventário 69: imagens 0061; 0651; 0891; 0948. Inventário 70: imagens 0292; 0796; 0808. Vingboons, ca.1645; Treslado do Auto..., 1614. Como apontado, uma das diferenças entre “portugueses” e “neerlandeses” indicados e eleitos é sua diversificação de atividades econômicas. Entre estes havia: arrendatários do engenho Cunhaú (George Garzman van Werven; Hugo Graswinckel; Wilhelm Becks), exploradores das salinas (Becks), arrematadores de contratos de rendimentos (Andries Claessen; Graswinckel; Becks; Wilhelm van Graeff), lavradores (Garzman; Hendrick van Hamme), entre outros, usualmente curraleiros (van Hamme; Jacob Rowaen; Mathias Bommer; Thomas Bel). Sem se fixar demasiadamente nestes homens, é importante reforçar que a maioria provinha de estados germânicos e exerceu atividades militares na conquista (como Garzman, Graswinckel, van Hamme e Bommer). Segundo levantamentos realizados por Bruno Romero Ferreira Miranda, mais de 1/3 da “gente de guerra” da WIC advinha das regiões alemãs; e, com o fim de seus contratos militares na Nova Holanda, exerciam outras atividades diversas (Miranda, 2012, p. 1-32). Pretende-se, futuramente, focalizar nestes elementos a partir de suas dinâmicas de sociabilidade com os antigos moradores da capitania; sabe-se, por exemplo, que Garzman era casado com uma “portuguesa” da capitania, filha de um outro escabino proeminente, João Lostau de Navarra. Choca-se, à primeira vista, a concentração das atividades econômicas “portuguesas” com a diversificação “neerlandesa”. Esta diferença entre os grupos foi mobilizada como uma “pobreza” auto-alegada por parte dos camarários em mais de uma ocasião. Outros aspectos de distinção não fugiram no rol argumentativo quando se peticionava ao Alto e Secreto Concelho: a incapacidade de interlocução da língua e dos ordenamentos jurídicos também se fizeram presentes (DNs: 04 nov. 1638; 26 jun. 1641; 22 nov. 1641; 12 jun. 1642; 10 jul. 1642; 19 fev. 1643; 22 out. 1643). Ao alegar pobreza material, pediam fundos para investirem na capitania, suspensão de pagamentos de tributos e a diminuição (curiosamente usaram o verbo “circuncidar”/ “besnijden” em uma ocasião; cf. DN, 12 jun. 1642) do salário

dos indígenas no currais e lavouras. Quando alegavam o desconhecimento da “língua alemã”, pediam o apontamento de pessoas supostamente há muito na capitania para o exercício de outras cargos de governança, como os de escolteto e comando nas aldeias Potiguara. Quando alegavam ignorância das ordenações, pediam privilégios e a desobservância para com os editais — objetivavam meios de evadir ao cumprimento das normativas estabelecidas. No mais das vezes, os Concelheiros no Recife mantiveram-se rígidos ao derrogar este tipo de petição. Verificou-se que estas situações, em que se justificava o descumprimento das normas foi ponto de atritos entre as autoridades da Companhia e os Principais da Terra. Mais de um escolteto (Johan ten Berge e Johannes Hoecks) chegou a denunciar abusos por parte dos escabinos “portugueses”. Destarte, no que toca ao descumprimento da liturgia do processo eleitoral. Johan ten Berge, em junho de 1641, afirmou que os Eleitores enviavam seus representantes com cartas que continham seus votos, sem se fazerem presentes perante os oficiais de Justiça. Os Altos e Secretos Concelheiros, crendo que havia uma, determinaram que as eleições ocorressem presencialmente na “Casa do Concelho”. O escolteto havia sido claro, pedindo que estas ocorressem na “Câmara da Justiça”. Não havia uma “Casa do Concelho” na capitania até então. A burocracia ocorria nas salas do forte Ceulen (cf. Meuweise, 2005, p. 133-156), como se pode verificar em outra petição, de fevereiro de 1643, alegando que “com muito dano à justiça” os encontros ocorriam nas estâncias de particulares (DN, 19 fev. 1643). A comitiva de delegados que foi ao Recife representando os moradores do Rio Grande alegou também nesta ocasião a falta de rotas de acesso entre as partes da capitania, e que ora se construía uma nova vila “próxima ao distrito de Potengi” (atualmente Uruaçu). Pediam nome, privilégios de cidades e fundos para sua edificação. Embora o dinheiro não tenha sido concedido, os Concelheiros batizaram a nova cabeça da capitania como Cidade de Amsterdão Nova (“Nieuwe Stadt Amsterdam”), atualmente na região do Ferreiro Torto, Macaíba. Na mesma ocasião houve a ratificação de um costume que ocorrera no ano anterior, como era da prerrogativa dos escabinos. Em 1642, foi acrescentada uma cadeira na Câmara, a partir de duas eleições separadas, sendo uma correspondente ao “distrito” de Cunhaú e outra ao de Potengi. Foram eleitos seis escabinos, sendo três de cada distrito. A comitiva de representantes dos moradores alegou ser de “bom trato” que a capitania fosse “dividida em duas [jurisdições]”, tendo como fronteira as lagoas de Nísia Floresta-Guarairas. O Concelho no Recife concordou, conferindo estatuto autônomo para cada uma das câmaras, que elegeria cada qual cinco magistrados próprios. A cada três meses, encontrar-se-iam em Mipibu (aldeia de Brasilianos e núcleo urbano) e “uma ou duas vezes ao ano” na Cidade de Amsterdão Nova. Em 1644 e 1645 o número de denúncias e petições diminuiu, além da capitania eleger 10 escabinos. Esta comitiva, cujos “deputados” dos moradores foram George Garzman, Manoel Rodrigues Pimentel e Estevão Machado expressa o ponto de encontro entre os senhores da capitania. Os dois primeiros, diga-se de passagem, eram concunhados, ambos genros de João Lostau de Navarra. Não se objetiva aqui esgotar o conteúdo das petições e denúncias relativas aos escabinos, senão transitar entre as contradições entre a forma política e as sínteses que os agentes da conquista encontraram em seu tempo. De tal modo que — para além dos conflitos, há tanto um tema central nas crônicas e na historiografia — se faz necessário observar o encontro entre “portugueses” e “neerlandeses”. O que lhes unia, afinal? Este movimento de aproximação transparece na documentação a partir da oposição coordenada contra a presença dos “tapuias” (a rigor, os Tarairiú-Janduí) e o contingenciamento do trabalho dos Brasilianos (a rigor, Potiguara aldeados). Jacop Rabe, compreendido como “comandante dos tapuias” foi constantemente visto como

um dos principais desagregadores da ordem na capitania (DNs: 04 nov. 1638; 25 jun. 1642; 10 jul. 1642; 08 jan. 1643; 19 fev. 1643; 23 jan. 1645 — para citar alguns reclames antes do levante luso-brasileiro). Pouco se sabe sobre o alemão de Waldeck (cf. Barléu, *Ibid.*; Meuwese, *Ibid.*), embora se possa afirmar que ambos os Tarairiú e os Brasilianos lhe depositavam grande estima; contra o desprezo que lhe depositavam as autoridades “luso-neerlandesas”. Rabe representa, nestes termos, a síntese do encontro entre os potentados locais em sua coordenação contra a liberdade e autonomia dos povos indígenas. Na larga representação que os moradores apresentaram, por seus deputados, no Recife em 1643, o primeiro tópico arguiu extensamente para a prisão daquele, que conseguiu fugir inexplicavelmente. Alegava-se que Rabe, juntamente a Janduí (Principal dos Tarairiú-Janduí) eram os responsáveis pela destruição dos roçados e pela matança do gado na capitania (Hansen, 2016, *passim*), o que tornava a economia de exportação inviável. Em 4 de julho de 1645, Janduí remetia, por intermédio da escrita de seu amigo, uma carta ao comandante do forte Ceulen, Claude Prevost (NL-HaNA, 1.05.01.01, inv. nr. 60, doc. 111, n. 15). Nesta, remetia a uma série de denúncias que já haviam sido encaminhadas a respeito das práticas “criminosas” que alguns elementos (como Antônio Vilela Cide e seu filho), mancomunados com as colunas insurretas de João Fernandes Vieira. Havia a prática corrente de descidas nos sertões entre o Açu e o Ceará para apresar indígenas. Remetia ainda que pelo menos um dos criminosos, João Lostau Navarro, tinha um mandado de prisão, mas até o momento gozava de liberdade. Na exposição, o chefe indígena somente pediu duas coisas ao comandante, dada a urgência da situação: permitir que pudesse mobilizar seus guerreiros para prender os apesadores e criminosos; e poeticamente que, “caso alguma patrulha (partije) encontrasse tapuias nas lavouras dos portugueses”, mesmo que os reconduzisse, não os ofendesse ou aviltasse, porque “não podem comer pedras [nos sertões]”. Doze dias depois da carta cuja resposta não se conhece, tropas indígenas mataram alguns insurretos rendidos em Cunhaú (onde operava uma das câmaras). Em setembro, aprisionaram João Lostau de Navarra e, em outubro, derrotaram o cerco de insurretos em Potengi (Uruaçu, onde operava outra câmara). Janduí expressava total ciência de que um dos fins das patrulhas era aprisionar e reconduzir violentamente os “tapuias” que, famélicos, alimentavam-se nas lavouras. Este dispositivo militar foi alcançado na petição dos moradores de 1643, um verdadeiro termo da aliança senhorial entre “portugueses” e “neerlandeses” na capitania. Na mesma ocasião, um organismo bélico, a “Companhia dos Moradores”, foi criada com o objetivo de reprimir todas as movimentações dos “tapuias” dos sertões à costa (o que faziam sazonalmente devido aos regimes de estiagem). Esta companhia era capitaneada por Garzman van Werven, tendo como tenente Johan van Hamme e como alferes Manoel Rodrigues Pimentel (vale lembrar ser este concunhado de Garzman). Com amplos poderes, tinha a prerrogativa de mobilizar toda a população armada, as tropas dos Brasilianos aldeados e a “gente de guerra” estacionada no forte Ceulen. Pelo menos uma vez por ano o contingente militar requisitado pelos potentados acima (um lavrador de cana e senhor de engenho, um senhor de currais e um senhorio colonial) deveria marchar contra “os tapuias e outros perigos”. Os atritos entre os senhores da capitania e os indígenas superava os dos senhores entre si. Os tensionamentos não cessaram com os morticínios de 1645. No início do ano seguinte, Garzman foi julgado por ter convencido um alferes a manter Rabe, o que ocorreu. Dados os diversos entraves à execução da justiça criminal para pessoas importantes (Xavier, 2018, p. 199-212), o militar voltou a comandar tropas, desta vez no Ceará (onde seus familiares realizavam razias), mantendo-se os atritos com os indígenas. Viúvas e órfãos dos insurretos mortos na “guerra da luz divina”

igualmente se foram para a mesma região — mantinha-se um determinado grau de coesão interna entre os moradores.

Conclusão

Este artigo foi o esforço inicial de compreensão da capitania do Rio Grande na Nova Holanda e objetivou a construção de um perfil inicial dos escabinos “portugueses” e “neerlandeses” a partir de seu movimento de encontro. Atestou-se que o interesse inicial da WIC foi de conservar os agentes que já estavam inseridos na governança local. Eventualmente, concessões foram feitas àqueles que não foram nomeados para o exercício da magistratura, como Manoel Rodrigues Pimentel, nomeado juiz de órfãos em agosto de 1638 e alferes da Companhia dos Moradores do Rio Grande em 1643. Entre seus pares, os “portugueses” que gozavam de maior prestígio eram aqueles que, além da governança local, tinham participação ativa na economia. Também é seguro deduzir, a partir de seus sobrenomes, de o serem, quando não os conquistadores da capitania, seus herdeiros. O núcleo que o Alto Concelho referendou às câmaras de escabinos era um tanto reduzido e estava circunscrito em diferentes zonas produtivas, sendo a norte (entre os rios Ceará-Mirim e Pirangi) voltada à produção de mandioca e pescados, a meridional (entre o Pirangi e o Catú) à pescaria e caça e a sul (entre o Catú e o Guajú) ao plantel de cana e extração de pau-brasil; com presença massiva da pecuária nas três regiões. Houve maior interesse na nomeação de pessoas cuja linguagem estava próxima dos holandeses no Recife: os “alemães” foram proporcionalmente mais indicados que os “lusos”. Esses estavam mais centrados na produção bovina e na administração de contratos em toda a capitania, promovendo investimentos e exploração econômica, como nas salinas da foz do Açu. Embora houvesse tensões sem resolução entre elementos europeus, peticionando resoluções nas instâncias superiores, o grau dos conflitos ficava deflagrado conquanto da presença indígena. O principal elo da aliança conjunta dos senhores da capitania estava na repressão contínua dos “tapuias” e na arregimentação do trabalho dos Tupi. No limite, esta aliança senhorial tinha como escoadouro expedições às fronteiras da conquista, entre o Açu e o Jaguaribe, onde se realizavam campanhas de razia e escravização indígena. Embora pesem considerações mais-que-negativas na historiografia sobre os morticínios em Cunhaú, Tabatinga e Uruaçu, observou-se que houve tentativas de resoluções legítimas por parte dos povos originários. Vendo sua liberdade e autonomia cada vez mais ameaçadas pela restauração dos interesses dos senhores luso-brasileiros, realizaram campanhas de vendetta há muito reprimidas, lavando a alma de seus ancestrais com o banho de sangue de seus algozes.

Referências

AUTO de repartição das terras da capitania do Rio Grande de 1614. Separata de: MORAIS, Ana Lunara da Silva et. al. (org.). Coleção Sesmarias do Brasil: capitania do Rio Grande (do Norte), 1600-1831. Porto: Editora Cravo, 2023. p. 47-80. BARLÊU, Gaspar. O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau.... Tradução Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005. [1648] (Edições do Senado Federal; v. 43) BOXER, Charles R. Características do Império. Separata de: O Império colonial português (1415-1825). Tradução Inês Silva Duarte. Lisboa: Editora

70, 1969. p. 203-358. CARVALHO, Alfredo de. Um intérprete dos tapuios. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1912. (Separata da RIAHGP, n. 78) HANSEN, Peter. Viagem ao Brasil (1644-1654). Organização e tradução Benjamin N. Teesma, Bruno R. F. Miranda, Lúcia F. W. Xavier. Recife: Cepe, 2016. HEXHAM, Henry. Het goot woorden-boeck: gestelt in 't Nederduytsch, em in 't Engelsch.... Rotterdam: Arnout Leers, 1648. INSTRUCTIE van de Hooge Mogende Heeren Staten Generael... In date den 23 Augusti 1636. In: CAU, Cornelis. Groot-Placaet Boeck.... Haia: Hillebrandt van Wouw, Liv. 5, tomo 9, col. 1255-1256, 1664. KILIAAN, Cornelli. Etymologicum teutonicæ linguæ.... Haia: F. Claes s.j. Mouton, 1599. LUCIANI, Fernanda Trindade. Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil. 4.ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2001. MEUWESE, Mark. The murder of Jacob Rabe: contesting Dutch Colonial Authority in the Borderlands of Northeastern Brazil. In: SMOLENSKI, John; HUMPHREY, Thomas J. (ed.) New World Orders: violence, sanction, and authority in the Colonial Americas. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 133-156. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas, Belém, v. 20, n. 1, p. 1-33, 2025. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Sobre os que fazem a guerra: migração, origem e perfil social dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais (1630-1654). Clio - Revista de Pesquisa Histórica, São Paulo, v. 29 n. 2 (jul./dez. 2011), p. 1-33, 2012. (Dossiê História Colonial, p. 2) NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. “Pelo Lucro da Companhia”: aspectos da administração no Brasil Holandês, 1630-1639. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Pernambuco, Recife, 2004. NAVARRO, Luize Stoeterau. A first approach to the Law and Institutions of Dutch Brazil (1630-1654). Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, Frankfurt am Main, v. 2019, n. 16, p. 1-13, 2019. NIEUHOF, Johan. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil. Tradução (inglês) Moacir N. Vasconcelos. Notas e comparação José Honório Rodrigues. 2.ed. São Paulo: Livraria Martins, 1942. [1682] PEIXOTO, R. A. ‘Duas Palavras’: ‘Os Holandeses no Rio Grande’ e a invenção da identidade católica norte-riograndense na década de 1930. Revista de História Regional, [S. l.], v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6016>. Acesso em: 21 jul. 2025. RUSSELL, Paul; RUSSELL, Reinier. Qua Patet Orbis: Roman Dutch Law in Dutch Brazil (1630-1654). In: SCHRAGE, Eltjo J. H. et al. (ed.). Ius romanum, ius commune, ius hodiernum: studies in honour of Eltjo J.H. Schrage on the occasion of his 65th birthday. Amsterdam: Scientia Verlag, 2010. p. 331-345. SCHILTKAMP, Jacob A. On Common Ground: legislation, government, jurisprudence, and law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. De Halve Maen, Nova Iorque, v. 70, n. 4, p. 73-80, 2. sem. 1997. SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. A periferia. Separata de: A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 299-351. STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. DOI: 10.1590/S0104-44782011000200009. VINGBOONS, Johannes. Capitania de Rio Grande. In: Grote Atlas van de West-Indische Compagnie, deel I. Biblioteca Apostólica Vaticana, Reg.lat.2106, ca.1645. fl. 47r. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Reg.lat.2106/. Acesso em: 20 jul. 2025. XAVIER, Lúcia

Furquim Werneck. Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630-1654). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Leiden, Leiden, 2018. WIESEBRON, Marianne L. (ed.). O Brasil em Arquivos Neerlandeses (1624-1654).... Tradução Maria Celeste Augusto. Leiden: Leiden University Press, 2011-2013. (Mauritiana, v. 4, 5)

CÓDIGO: HS1027

AUTOR: ROBSON TRIGUEIRO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: VALQUIRIA APARECIDA PASSOS KNEIPP

TÍTULO: Pelas lentes da história oral: a trajetória dos telejornalistas potiguar
desde o surgimento da televisão no estado

Resumo

O artigo investiga a trajetória do telejornalista potiguar, desde os primórdios da televisão no Rio Grande do Norte até os dias atuais, ressaltando o papel da TVU como pioneira na produção local e escola formadora de profissionais. A pesquisa utiliza metodologia baseada na história oral (Meihy, 2002), com entrevistas em profundidade (Duarte, 2006) aplicadas a 9 telejornalistas, organizados em colônias correspondentes a diferentes décadas de atuação.

Palavras-chave: Televisão; Trajetória; Potiguar; Telejornalismo; Regional.

TITLE: Through the lenses of oral history: the trajectory of Potiguar television
journalists since the emergence of television in the state

Abstract

The article investigates the trajectory of Potiguar television journalists, from the early days of television in Rio Grande do Norte to the present, highlighting the role of TVU as a pioneer in local production and as a training ground for professionals. The research adopts a methodology based on oral history (Meihy, 2002), with in-depth interviews (Duarte, 2006) conducted with nine television journalists, organized into groups corresponding to different decades of professional activity.

Keywords: Television; Trajectory; Potiguar; Television Journalism; Regional.

Introdução

Este artigo pretende traçar a trajetória do telejornalista potiguar, analisando seu desenvolvimento profissional desde a sua formação até o exercício da função no mercado de trabalho. Exploraremos aspectos profissionais atrelados as emissoras de televisão norte-rio-grandenses, parte essencial para composição dos resultados a serem obtidos. A escolha do objeto de pesquisa se justifica pela falta de material bibliográfico relacionado ao tema, contando, especificamente, com textos que tratam da televisão potiguar de maneira geral e histórica, abordando grande parte dos profissionais de forma secundária. Com isso, para garantir clareza e contexto na análise aqui disposta, exploraremos aspectos históricos da implantação da televisão no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte, antes de explorar a trajetória dos telejornalistas especificamente.

A realidade brasileira era tomada pelas rádios, e, de certa forma, influenciada pelos jornais impressos. Nesse cenário, a população dispunha desses veículos de comunicação de massa para entretenimento e informação. Essa é a realidade que uma nova tecnologia se deparou na década de 1950, quando Assis Chateaubriand Bandeira de Melo decidiu implantar, no Brasil, a primeira emissora de televisão. Chamada, primariamente, de PRF 3, A TV Tupi foi implanta em São Paulo, capital (Kneipp, 2017, p. 28). “O país foi o quarto do mundo a receber essa mídia e o primeiro da América do Sul, mesmo com as pesquisas iniciais apontando a inviabilidade do projeto”, afirma Kneipp (2017, p.28). Com todo o pioneirismo na implantação, o brasileiro não tinha acesso, ainda, de forma massiva ao novo meio de comunicação, que se limitava aos grandes centros metropolitanos do período.

De 1950 até 1972, o Rio Grande do Norte era um deserto televisivo. Não se tinha produção regional porque dependia do sinal das grandes emissoras como a Globo Nordeste, uma filial da Rede Globo, localizada em Recife (PE). Após 22 anos da primeira televisão, é fundada no RN a Televisão Universitária, em dezembro de 1972 (KNEIPP, 2017, p. 28). Inicialmente foi criada para produção de conteúdo educativo atendendo ao projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) para ensino a distância nas redes de ensino básico (KNEIPP, 2017, p. 28). Kneipp (2017, p. 28) pontua que “além de pioneira no estado, a TVU, como é conhecida, é uma das mais antigas emissoras educativas do país, atrás da TV Universitária de Pernambuco, fundada em 1967”. Atualmente é afiliada da rede pública, transmitindo a programação da TV Brasil, mantendo programação local.

Após 15 anos de predominância da produção regional por meio de uma televisão pública, a TVU, o estado ganhou sua primeira emissora de televisão comercial. Kneipp e Silva (2017, p. 29) acrescentam, “o marco da história da televisão no estado é o surgimento da primeira televisão comercial do Rio Grande do Norte, a TV Ponta Negra, em 1987, que vem colocar o estado no cenário nacional”. É por meio da afiliada do SBT no estado que o potiguar começou a se ver representado na televisão. Assim, começou a surgir o embrião do telejornalismo potiguar, onde situaremos em 1987 o marco da televisão comercial no Estado. No mesmo ano surgiram a TV Cabugi, atualmente Inter

TV Cabugi, a TV tropical e, posteriormente, em 1990, a TV Potengi, atual Band RN (Kneipp, 2017). Esse é o cenário histórico que os telejornalistas abordados nesse artigo desempenharam suas funções.

Metodologia

Como parte da nossa metodologia, utilizaremos o conceito de “história oral” proposto por Meihy (2002). Ele afirma que “história oral é uma alternativa para estudar a sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos eletrônicos [smartphones] e transformados em textos escritos” (Meihy, 2002, p. 14). Entretanto, a banalização do conceito é advertida pelo autor porque a confecção do documento por meio de entrevistas deve seguir critérios estabelecidos: “modernamente ela só é considerada se decorrente de um projeto que conheça sua intenção, determine os procedimentos e a devolução pública dos resultados” (Meihy, 2002, p.89). Assim, validamos seu conceito no âmbito deste trabalho por seguir os critérios mencionados pelo autor.

O que possibilita o uso desse conceito é a memória, usada como fonte de informação na busca de entender o passado. “A memória, como prioridade de conservar certas informações, remetemos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, p. 387), dessa forma, Kneipp (2017, p. 174) pontua que “os relatos aqui apresentados são tomados como fontes para compreensão do passado, como recomendam Ribeiro e Herschmann (2008, p. 20), e não como índices absolutos de uma verdade histórica”. Portanto a utilização das memórias dos telejornalistas não podem ser tomadas como verdades únicas por se tratar de impressões e/ou representações de um passado, gerando uma convergência entre a imaginação e os acontecimentos.

Nesse sentido, para minimizar esse entrave, abordaremos os dados partindo do pressuposto que o “uso [moderno] das narrativas como fonte garantem que o objetivo central da coleta de depoimentos não se esgota na busca da verdade e sim na da experiência” (Meihy, p. 49). Por se tratar de uma análise com foco temático que combinam a história oral de vida, o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do entrevistado com as informações colhidas. Meihy (2002, p. 148) afirma que “essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque a informação, mesclando situações vivenciais, ganham mais vivacidade e sugere características do narrador”. Os dados colhidos não servem meramente como fontes objetivas, mas fazem parte da

narrativa criada pelo entrevistado por meio de sua percepção da realidade, gerando um relato único de um mesmo recorte histórico.

Abordados os conceitos de história oral e memória, situaremos neste artigo o conceito de entrevista, parte instrumental na coleta dos dados. Duarte (2006, p. 62) afirma que “a entrevista em profundidade, é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. Partindo disso, as perguntas feitas pelo pesquisador “permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas” (Duarte, 2006, p. 63). Assim, definidos os conceitos, delimitaremos a forma como foram estruturadas as entrevistas, bem como a escolha dos entrevistados.

Para o melhor aproveitamento e facilitação da análise dos dados, os entrevistados foram separados em colônias, conforme proposto por Meihy (2002). O conceito de colônia está relacionado exclusivamente ao fundamento da identidade cultural do grupo; são os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise. Classe social, gênero e etnia são pontos básicos do conceito (Meihy, 2005, p. 177). As colônias foram formadas por 10 entrevistados que trabalharam nas cinco principais emissoras de televisão potiguar, divididos em décadas a partir do ano de fundação da primeira emissora (conforme o quadro 1). O que reflete o sentido de colônia entre os profissionais é o local de trabalho deles e a temática em comum que todos se dispuseram a falar, ou seja, o processo de formação do telejornalista potiguar, a partir de suas percepções e experiências sobre o mesmo.

A coleta dos depoimentos foi estruturada seguindo o conceito de entrevista fechada abordado por Duarte (2006). Segundo o autor, a entrevista “é realizada a partir de questionários estruturados, com perguntas iguais para todos os entrevistados, de modo que seja possível estabelecer uniformidade e comparação entre respostas” (Duarte, p.67). O questionário formulado para esta pesquisa segue os seguintes questionamentos: como você foi trabalhar na televisão pela primeira vez? Que tipo de experiências eram necessárias para trabalhar na televisão? Quais funções você desempenhou no telejornalismo? Qual sua inspiração no telejornalismo? Como era o trabalho antes e depois da transição digital?

Partindo do questionário, analisaremos as perguntas de forma que cada colônia siga o roteiro de perguntas, dessa forma entenderemos a trajetória do telejornalista potiguar em cada década. Duarte (2006, p. 78 e 79) afirma que “o pesquisador [...] classifica as informações a partir de determinado critério, estabelecendo e organizando grupo de temas comuns, como que as agrupando em ‘caixas’ separadas para se dedicar individual e profundamente a cada uma. Essa estrutura geral assume a forma de esquema de

análise e cada conjunto (caixa) é chamado categoria, uma unidade de análise completa e única em si mesma”. As categorias organizaram o conjunto de informações a serem obtidas, analisando, descrevendo e se referindo à teoria. Portanto, sigamos aos resultados da pesquisa.

Resultados e Discussões

Ao longo do ano, foram entrevistados 9 telejornalistas, nomeados para este artigo de A, B, C, D, E, F, G, H, e I, conforme orientação do comitê de ética da UFRN (Parecer: 5.736.459 de 03/11/2022) que não permite a nomeação direta dos participantes. Cada colônia de entrevistados contém ao menos um telejornalista que atuou na década delimitada, com ressalvas da colônia 5 que ainda não possui entrevistados. O telejornalista nomeado de “A” pertence a colônia 1, os telejornalistas nomeados de “B” e “C” pertencem a colônia 2, “D” e “E” pertencem a colônia 3 e “F”, “G”, “H” e “I” pertencem a colônia 4. Assim distribuídos os entrevistados, seguiremos para a análise.

Em 1972, o ainda embrionário telejornalismo potiguar sofria influencia do rádio e jornais impressos. O entrevistado “A” relata que sua entrada na televisão “se dá pelo convite que foi formulado pela escritora Ana Maria Cascudo, que, então, atuava no âmbito da crônica social, do colunismo social aqui na cidade, no jornal “A República”, jornal impresso, e que tinha um programa semanal na TV universitária” (informação verbal). Pouco se falava em televisão, segundo os relatos, a maior parte dos contratados não tinham experiência anterior na área, o próprio entrevistado “A” trabalha em uma livraria quando foi convidado por Ana Maria Cascudo para um quadro na TVU que se comentava livros. Mesmo não possuindo formação, sua desenvoltura na televisão foi proveniente de sua passagem pelo teatro amador. O quadro de funcionários, primariamente, não era composto por pessoas com formação acadêmica no jornalismo, o entrevistado tinha a impressão, no primeiro momento da televisão no estado, que a experiência era construída conforme se vivenciava.

Mesmo com influências do rádio e da televisão nacional, como a TV Cultura, o telejornalismo potiguar, em seu início, buscava fincar raízes regionais. O telejornalista “A” traz mais informações: “nossa opção aqui foi fazer um programa com características propriamente nossas. Eu logo percebi que as estrelas do programa eram os cantores. É impressionante o vigor dessa manifestação literária oral, que é a cantoria de viola” (informação verbal). Com programas voltados a cultura regional, a televisão no Rio Grande do Norte dava seus primeiros passos. Mesmo o entrevistado dando ênfase na produção cultural, a TVU começava a contar com jornalistas vindo de outros formatos. Inicialmente criada para a produções educativas do projeto SACI como trouxe

Kneipp (2017, p. 28), o fim da TVU seria outro: fazer parte da trajetória dos primeiros telejornalistas do Rio Grande do Norte, servindo como um laboratório de produção regional.

Após 15 anos de influência no telejornalismo potiguar, na década de 80 a TVU perdia sua influência para as emissoras comerciais, mas se consolidava como uma escola para o futuro da televisão no estado. O entrevistado “C” comenta que sua primeira experiência no telejornalismo foi na TVU: “recebi um convite para ser chefe de reportagem e, nesse período também, um pouco menos de um ano, de 1979 até meados de 1980, eu fui chefe de reportagem e fiz algumas reportagens eventualmente” (informação verbal), essa experiência contribuiu para trabalhar na Globo Nordeste em Recife, e, posteriormente, na TV Cabugi, filiada da TV Globo no RN. O entrevistado “B” explica que na sua formação, entre 82 e 85, a TVU era a única televisão do estado. Em 1988, meses após a fundação das emissoras comerciais, ele trabalhava em veículos do jornalismo impresso, quando Antônio Melo, então diretor da Tribuna do Norte o chamou para auxiliar na chefia de reportagem.

Nesse período, as funções na redação eram bem definidas. O entrevistado “C” traz um panorama de como eram organizadas: “você tinha o diretor de jornalismo, que cuidava de um todo e outras partes, o diretor de redação, que era eu, e aí nós tínhamos os editores, o editor do Bom Dia RN, o editor do RN 1ª edição, o RN 2ª edição. Então eram três editores. E aí tinha um subeditor de esportes, e tinha os repórteres de cada horário. Nós tínhamos em torno de 35 pessoas na redação” (informação verbal). As redações se mostravam robustas por seguirem um padrão imposto de cima para baixo, que no caso, seguiam o padrão da TV Globo, como afirma o entrevistado “B”: “havia todas aquelas normas, aqueles manuais de conduta de repórteres e apresentadores da Globo, embora a TV Cabugi fosse apenas uma afiliada, seguia à risca” (informação verbal).

Um período marcado pelo crescimento do telejornalismo, assim foi a década de 90. A entrevistada “D” conta como foi sua entrada na televisão: Jânio Vidal era superintendente da TV Tropical [...] ele me convidou pra conhecer o trabalho na TV [...] de início, achei que ele tivesse brincando, que fosse algo só pra estimular uma aluna que estava ali no segundo semestre, ainda” (informação verbal), dessa forma a nossa entrevistada foi trabalhar como repórter e apresentadora no início de sua formação. A entrevistada “E” conta que foi trabalhar na televisão, mas não era formada em jornalismo: “eu fiz um teste com o meu irmão para apresentar o “Aqui e Agora”. Fiquei um ano na TV Ponta Negra apresentando “Aqui Agora” (informação verbal), mesmo apresentado um programa, a entrevistada sonhava em ser repórter, buscando se formar em jornalismo após essa experiência. Mesmo o telejornalismo crescendo em direção ao seu auge, não precisava ter um diploma, algumas emissoras só exigiam que estivessem cursando.

Entre as duas entrevistadas há um contraste, de um lado, uma jornalista em formação, do outro, a velha fórmula da leitura do teleprompter, que apenas necessitava de voz e rosto padronizados. A entrevistada “E” relata que não passou por nenhum treinamento especializado, muito menos teve acesso a um manual de redação, “eu não tinha treinamento” (informação verbal), “se tinha [manual de redação], não sei, porque eu nunca recebi” (informação verbal). Essas informações contrastam com a entrevistada “D”, ela fala que “houve uma formação de múltiplas formas, tanto profissionais mais capacitados, que me davam muita informação sobre posicionamento diante da câmera, sobre linguagem jornalística, sobre os elementos necessários de uma reportagem que aparece num telejornal” (informação verbal). Com um tom mais popular a TV Ponta Negra visava um telejornalismo ligado ao infotimento, levando os profissionais a uma trajetória marcada por temas policiais.

Os anos 2000 vivia o boom do jornalismo, sendo afirmado por uma das entrevistadas como o terceiro curso mais concorrido da época. Nesse contexto, todas as entrevistadas tinham pretensão pela comunicação, mais precisamente pelo jornalismo. A TVU se consolidou como a escola do telejornalismo potiguar, fazendo parte integralmente da trajetória de quase todos os telejornalistas aqui apresentados. A entrevistada “F” relatou: “aprendi jornalismo em uma TV pública, na TV Universitária, com os grandes mestres que já passaram pela TV Universitária” (informação verbal), como relatou a “G”: “comecei na TVU e foi durante o estágio que eu me apaixonei pelo telejornalismo, porque eu não tinha essa pretensão” (informação verbal) e a “I”: “a TV universitária daqui é lindíssima, uma das TVs mais estruturadas do Brasil para a TV pública. E aí eu fui logo pedir um estágio lá” (informação verbal). Podemos observar o papel da TVU nesse processo, servindo como o ponto pé inicial da trajetória dos telejornalistas potiguares.

Todas que relataram que para entrar na TVU tiveram que passar provas, não se tinha a necessidade de experiência porque se tratava de estudantes. Entre as provas estavam a avaliação da escrita, leitura do teleprompter, comportamento em tela etc. Segundos relatos da entrevistada “F” para “ser estagiária, você passava primeiramente por uma rigorosa prova” (informação verbal). Era comum o uso de provas e testes, mas sempre ligado ao fato de que eram graduandos. Em contraste, a entrevistada “I” não passou pela TVU, entrando na TV Cabugi como estagiária, ela comenta que eles “não, eles não exigiam muito... Eles queriam formar uma mão de obra” (informação verbal). Um aspecto que vale salientar era a voz das telejornalistas que, ainda naquele momento, precisava ter um sotaque neutro, sendo aspecto decisivo na aprovação de algumas das nossas entrevistadas.

A televisão se mostra, através das entrevistas, que é um lugar cheio de experiências, com as nossas entrevistadas passando por quase todas as funções do telejornalismo. A

entrevistada “G” mostra essa dinâmica: “as coisas foram evoluindo, passei pela pauta, pela produção, aí reportagem, depois apresentação, [...] você também ajuda a editar, você escreve, [...] é tudo muito completo (informação verbal), como também afirma a entrevistada “H”: “fui repórter, fui apresentadora, fui editora, fui pauteira, fui produtora, até filmar, eu inventei de filmar” (informação verbal). Podemos observar a diversidade de frentes que se pode atuar no telejornalismo, gerando uma abertura ampla na trajetória de formação dos telejornalistas do RN.

Há, na trajetória dessas telejornalistas, um importante marco na produção televisiva: a transição digital. Assim, abordaremos como as nossas entrevistadas encararam a mudança. A entrevistada “F” relata que “a tecnologia veio para melhorar, sem dúvida nenhuma” (informação verbal), indicando que hoje “as pautas são via WhatsApp, via e-mail, as sugestões, os contatos, a marcação, a pauta e a produção fazem muita coisa por WhatsApp” (informação verbal). Ele argumenta que essa mudança se deu para facilitar o blogs e sites. Outra faceta da mudança para o digital foi o encurtamento da redação, como comenta a entrevistada “G”: “uma equipe com quatro acabou se tornando muitas vezes uma equipe com um, hoje em dia” (informação verbal). Com aspectos bons e ruins, retratados pelas entrevistadas, o telejornalismo se reformulou após a transição.

Essa mudança é problematizada por outro viés pela entrevistada “H”: “nada é 100% bom, nada é 100% ruim. Então, eu não acho necessariamente que foi a tecnologia. Eu acho que é a precarização mesmo, a questão do lucro, de que tem que dar lucro, então tem que pagar pouco” (informação verbal). Podemos observar que o boom do telejornalismo foi precedido por precarização do trabalho, através das novas tecnologias, que não necessariamente são inimigas, mas contribuíram para o novo quadro do jornalismo potiguar. Para sobreviver, o telejornalismo se reinventa, como afirma a entrevistada “I”: “hoje a gente tenta fazer um jornal muito conversado, muito conectado. Às vezes, até os apresentadores brincam, mas você encontra uma conexão em tudo” (informação verbal). Uma trajetória que sofre seus altos e baixos, mas busca criatividade para se reinventar perante as novas tecnologias.

Conclusão

O levantamento das entrevistas evidencia que o telejornalismo potiguar foi marcado por uma trajetória de constante transformação, desde sua origem, ainda nos anos 1970, até os desafios contemporâneos da era digital. A partir da TV Universitária, que funcionou como verdadeiro laboratório de experimentação, observamos como a prática jornalística se estruturou em meio a influências nacionais e regionais, consolidando-se como espaço de formação e profissionalização. Ao longo das décadas, os telejornalistas revelaram

que a experiência prática foi tão decisiva quanto a formação acadêmica, permitindo que o campo se adaptasse às demandas técnicas, culturais e institucionais que se apresentaram.

Nas últimas décadas, o telejornalismo no Rio Grande do Norte enfrentou uma dupla realidade: de um lado, a ampliação de oportunidades e a diversificação das funções dentro das redações; de outro, os efeitos da precarização do trabalho e da redução das equipes diante das novas tecnologias. Ainda assim, os relatos apontam para uma prática resiliente, que soube se reinventar para manter sua relevância. Dessa forma, a história do telejornalismo potiguar não apenas acompanha o movimento nacional, mas também destaca a importância da criatividade, da formação contínua e da identidade regional como elementos centrais para sua permanência e reinvenção.

A pesquisa sobre o telejornalismo potiguar ainda guarda muitos aspectos pouco explorados e que são fundamentais para compreender a história da comunicação no estado. Ao analisar a trajetória dos profissionais, os processos de formação e as transformações tecnológicas e estruturais, é possível revelar como a prática jornalística local se articula com os fenômenos, mas também constrói uma identidade própria, marcada pela cultura regional e pelas condições sociais e econômicas do Rio Grande do Norte. Essa continuidade da pesquisa contribui não apenas para enriquecer o campo acadêmico, mas também para valorizar a memória e a importância da mídia local na construção da cidadania.

Referências

- A. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 26 de janeiro de 2023.
- B. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 16 de julho de 2024.
- C. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 27 de maio de 2023.
- D. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 09 de setembro de 2023.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Editora Atlas SA, 2005. p. 62 - 79.

E. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 28 de outubro de 2024.

F. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 16 de julho de 2024.

G. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 04 de abril de 2025.

H. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 03 de maio de 2025.

I. Entrevistado. Entrevista realizada por Valquíria Kneipp em Natal no dia 10 de julho de 2024.

KNEIPP, Valquíria; SILVA, Luciana. A Trajetória da Televisão no RN: Um “estado da arte” ou “do conhecimento”. In: KNEIPP, Valquíria. Trajetória da Televisão no Rio Grande do Norte: A Fase Analógica. Natal: EDUFRN, 2017. p. 28 - 29. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/24528/1/Trajectoria_da_TV_no_RN_a_fase_analogica.pdf. Acessado em: 23 agosto 2025.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Anexos



Quadro 1 – formação das colônias

CÓDIGO: HS1030

AUTOR: YASMIN ALVES FARIAS MAIA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: DANIEL DANTAS LEMOS

TÍTULO: Novas perspectivas na análise crítica do discurso da mídia: violência e abuso discursivos no contexto de múltiplas modalidades na comunicação política do RN

Resumo

Este trabalho busca analisar o discurso midiático sobre a disputa eleitoral para a Prefeitura de Natal (RN) em 2024, com foco na candidata do Partido dos Trabalhadores, Natália Bonavides, única mulher a concorrer ao cargo nessas eleições. O objetivo é compreender como a mídia local utilizou de estratégias discursivas, incluindo a misoginia e o discurso de ódio, especialmente no contexto de sua disputa contra o candidato Paulinho Freire, eleito prefeito. O corpus foi composto a partir de três blogs/sites de notícias locais, selecionando-se, entre 16 de agosto e 27 de outubro de 2024, a última matéria publicada em cada data sobre a candidata. A análise se fundamenta na Análise Crítica do Discurso de linha francesa, apoiando-se em autores como Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012) e Charaudeau & Maingueneau (2004), bem como em contribuições etnometodológicas (Garfinkel, 1994; 2002) para guiar na produção do texto. Resultados parciais indicam que Bonavides recebeu menor visibilidade midiática no primeiro turno, reforçando uma desconsideração de suas chances eleitorais. No segundo turno, contudo, sua viabilidade levou à intensificação de enquadramentos negativos, evidenciando possíveis práticas de abuso discursivo e desigualdade simbólica na cobertura jornalística.

Palavras-chave: Discurso midiático. Misoginia. Eleições 2024. Gênero. Política.

TITLE: New perspectives in the critical analysis of media discourse: discursive violence and abuse in the context of multiple modalities in political communication in RN

Abstract

This research in progress analyzes media discourse on the 2024 mayoral race in Natal (RN), focusing on Workers' Party candidate Natália Bonavides, the only woman in the contest. The study aims to understand how local media employed discursive strategies, including misogyny and hate speech, particularly in the second round against deputy

Paulinho Freire, elected mayor. The corpus was built from three local news blogs/websites, selecting, between August 16 and October 27, 2024, the last article published each day about the candidate. The analysis is based on Critical Discourse Analysis of French orientation, with theoretical support from Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012), and Charaudeau & Maingueneau (2004), complemented by ethnomethodological contributions (Garfinkel, 1994; 2002) to approach context. Partial findings suggest that Bonavides received lower media visibility in the first round, reinforcing disregard for her electoral chances. In the second round, however, as her viability increased, the coverage intensified negative framings, exposing discursive abuse and symbolic inequality in journalistic practices. The study seeks to contribute to the understanding of the relationship between media discourse, gender, and political power.

Keywords: Media discourse. Misogyny. Elections 2024. Gender. Politics.

Introdução

Este trabalho propõe analisar o discurso da mídia sob uma perspectiva crítica, observando as manifestações de abuso de poder discursivo que emergem em manchetes jornalísticas, e traz os resultados desenvolvidos no Projeto de Pesquisa: "Novas perspectivas na análise crítica do discurso da mídia: violência e abuso discursivos no contexto de múltiplas modalidades de comunicação", contemplado com uma bolsa de iniciação científica no EDITAL N° 03/2024 - Iniciação Científica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN).

O discurso político, enquanto prática social e comunicativa, ocupa lugar central na construção de sentidos compartilhados, na disputa por hegemonia e na legitimação do poder. Em sociedades marcadas por desigualdades, a mídia exerce papel fundamental nesse processo, funcionando como mediadora entre atores políticos, instituições e o público. A forma como candidatos e candidatas são representados nos meios de comunicação nunca é neutra: reflete relações de poder, interesses ideológicos e reproduzem estigmas sociais. Nesse contexto, o estudo do discurso midiático em períodos eleitorais é fundamental para compreender não apenas a dinâmica da disputa política, mas também os mecanismos de manutenção ou contestação de desigualdades.

A pesquisa analisa a cobertura midiática da eleição municipal de Natal em 2024, especificamente a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Natália Bonavides. Trata-se da única mulher a disputar o cargo de prefeita, enfrentando no segundo turno com o então deputado federal Paulinho Freire. A escolha desse recorte se deu a partir da hipótese de que candidaturas de mulheres, principalmente quando vinculadas a partidos de esquerda, tendem a ser alvos de discursos de ódio e de práticas discursivas misóginas. A análise do caso de Bonavides permite compreender de que forma a mídia local, por meio de seus discursos, pode operar como instrumento de legitimação e de exclusão.

O corpus da pesquisa foi construído a partir de três sites de notícias do RN, escolhidos por sua relevância e influência no cenário político local. Adotou-se como recorte temporal o período oficial da campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 27 de outubro de

2024, abrangendo o primeiro e o segundo turno. A coleta consistiu em selecionar, em cada uma dessas datas, a última notícia publicada sobre a candidata. Observou-se, já no processo inicial de coleta, que a cobertura relativa à candidata foi reduzida no primeiro turno, com maior concentração de matérias apenas no segundo turno, quando a disputa se tornou mais acirrada e Natália passou a ser percebida como adversária com reais chances de vitória.

A metodologia utilizada no estudo, Análise Crítica do Discurso (ACD), compreende o discurso como prática social em relações de poder e ideologia. A escolha da ACD como deve-se à sua capacidade de articular análise linguística, interpretação contextual e crítica social, permitindo identificar como desigualdades e abusos discursivos se manifestam nos textos midiáticos. O aporte teórico inclui autores, como Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012), Charaudeau e Maingueneau (2004).

Destarte, a pesquisa possui o objetivo de analisar o abuso discursivo na cobertura midiática das eleições municipais de Natal em 2024. Vale lembrar que o estudo ainda está em andamento, mas já apresenta resultados preliminares que sugerem padrões relevantes de invisibilização e de enquadramento negativo da candidata analisada.

Metodologia

A pesquisa utiliza como metodologia a ADC, que entende a linguagem como prática social constitutiva da realidade e das relações de poder e ideologia. A ADC permite analisar criticamente como discursos midiáticos operam na construção de representações sociais, consolidando desigualdades ou reforçando exclusões, como neste caso das eleições eleitorais envolvendo uma mulher.

O corpus foi construído a partir de três sites de notícias do RN (Blog do BG, Gustavo Negreiros e Tribuna do Norte). O recorte temporal compreendeu o período oficial da campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 27 de outubro de 2024, abrangendo o primeiro e o segundo turno. Em cada dia, foi selecionada a última matéria publicada sobre a candidata Natália Bonavides, única mulher a disputar a Prefeitura de Natal. Para análise, utilizaram-se procedimentos da ADC voltados à descrição, interpretação e explicação dos textos.

Dessa forma, o método articula análise textual e contexto sociopolítico, permitindo compreender como os discursos midiáticos sobre a eleição de Natal participam da construção de sentidos sociais e reproduzem desigualdades de gênero e poder. O referencial teórico inclui autores como Fairclough (2016), Van Dijk (2008; 2012), Charaudeau e Maingueneau (2004), além de estudos nacionais sobre desigualdade, opressão e violência discursiva (Batista Jr.; Sato & Melo, 2018; Bessa & Sato, 2018; Gonçalves-Segundo, 2018; Lira & Alves, 2018; Martins, 2018).

Resultados e Discussões

A análise preliminar do corpus construído a partir das manchetes de notícias permitiu identificar tendências iniciais na cobertura midiática da eleição municipal de Natal em 2024. Observa-se adistribuição temporal da cobertura, visto que, no primeiro turno, a quantidade de matérias sobre Bonavides foi significativamente menor que a do seu adversário, Freire. Essa redução de visibilidade sugere que a candidata não despertava interesse suficiente na mídia local, possivelmente devido à percepção de que suas chances eleitorais eram reais.

Já no segundo turno, com a consolidação de Natália como adversária real, houve a intensificação da cobertura negativa. As matérias passaram a apresentar um cenário desfavorável, questionando sua competência, vinculando sua imagem a estereótipos de gênero e adotando estratégias de deslegitimação. Observou-se também, a presença de textos misóginos.

Esses elementos corroboram pesquisas anteriores, que demonstram a vulnerabilidade de mulheres na política frente a discursos de ódio e ataques diferenciados (Batista Jr.; Sato & Melo, 2018; Bessa & Sato, 2018). A análise preliminar sugere que a viabilidade eleitoral de Bonavides motivou maior intensidade nos ataques, evidenciando práticas de abuso discursivo e desigualdade simbólica na cobertura.

Resultados preliminares permitem discutir:

A baixa visibilidade no primeiro turno reforça a desconsideração de candidaturas femininas fora do favoritismo;

Intensificação de ataques no segundo turno evidencia práticas de abuso discursivo motivadas pela viabilidade eleitoral da candidata;

Presença de misoginia e discurso de ódio confirma vulnerabilidade de mulheres na política diante da mídia.

Conclusão

A análise preliminar do corpus construído a partir das manchetes de notícias permitiu identificar tendências iniciais na cobertura midiática da eleição municipal de Natal em 2024. Observa-se adistribuição temporal da cobertura, visto que, no primeiro turno, a quantidade de matérias sobre Bonavides foi significativamente menor que a do seu adversário, Freire. Essa redução de visibilidade sugere que a candidata não despertava interesse suficiente na mídia local, possivelmente devido à percepção de que suas chances eleitorais eram reais.

Já no segundo turno, com a consolidação de Natália como adversária real, houve a intensificação da cobertura negativa. As matérias passaram a apresentar um cenário

desfavorável, questionando sua competência, vinculando sua imagem a estereótipos de gênero e adotando estratégias de deslegitimação. Observou-se também, a presença de textos misóginos.

Esses elementos corroboram pesquisas anteriores, que demonstram a vulnerabilidade de mulheres na política frente a discursos de ódio e ataques diferenciados (Batista Jr.; Sato & Melo, 2018; Bessa & Sato, 2018). A análise preliminar sugere que a viabilidade eleitoral de Bonavides motivou maior intensidade nos ataques, evidenciando práticas de abuso discursivo e desigualdade simbólica na cobertura.

Resultados preliminares permitem discutir:

A baixa visibilidade no primeiro turno reforça a desconsideração de candidaturas femininas fora do favoritismo;

Intensificação de ataques no segundo turno evidencia práticas de abuso discursivo motivadas pela viabilidade eleitoral da candidata;

Presença de misoginia e discurso de ódio confirma vulnerabilidade de mulheres na política diante da mídia.

Referências

BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (org.). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRGLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LEMO, D. D. et al. Racismo e necropolítica no jornalismo brasileiro: uma análise crítica do discurso do UOL. Comunicação Midiática, v. 17, n. 2, p. 122-138, 2022.

LIMA, Janaína de. Violações de direitos humanos pela mídia: uma análise sobre a transfobia nos portais de notícias online do RN e sua representação social. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MEDEIROS, L. O. Jornalismo sem partido? A ideologia do apartidarismo no ethos do discurso jornalístico do Congresso em Foco. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SENA, Tálison Felipe Ferreira de. O discurso do cidadão de bem: uma análise crítica das manifestações racistas e lgbtfóbicas no Instagram do @noticiasnoface. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

VAN DIJK, T. A. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. News as discourse. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

VAN DIJK, T. A. Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse. 6. ed. Nova York: Longman, 1992.

VAN TIJK, T. A. (org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2019.

BLOG DO BG. Natália Bonavides tem inserções de rádio suspensas por omitir informação obrigatória para economizar tempo. Disponível em:<https://www.blogdobg.com.br/natalia-bonavides-tem-insercoes-de-radio-suspensas-por-omitir-informacao-obrigatoria-para-economizar-tempo/>. Acesso em: 12 out. 2024.

BLOG DO BG. Festa das ONGs: militante de Natália que ataca Paulinho é financiado pela Lei Rouanet. Disponível em:<https://www.blogdobg.com.br/festa-das-ongs-militante-de-natalia-que-ataca-paulinho-e-financiado-pela-lei-rouanet/>. Acesso em: 22 out. 2024.

BLOG DO BG. Pesquisa Quaest/InterTV estimulada: Paulinho Freire tem 47% com 7 pontos de vantagem para Natália Bonavides, que tem 40%. Disponível em:<https://www.blogdobg.com.br/pesquisa-quaest-intertv-estimulada-paulinho-freire-tem-47-com-7-pontos-de-vantagem-para-natalia-bonavides-que-tem-40/>. Acesso em: 26 out. 2024.

CÓDIGO: HS1036

AUTOR: VIVIANE BONIFÁCIO DE MELO

ORIENTADOR: SAMUEL ANDERSON DE OLIVEIRA LIMA

TÍTULO: “El Jardín de Senderos que se Bifurcan” - a multiplicidade do tempo e suas perspectivas neobarrocas em Jorge Luis Borges

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa de IC em estudos barrocos e neobarrocos em literatura hispano-americana e buscaremos identificar nos contos de Jorge Luis Borges algumas perspectivas dos estudos neobarrocos. Nos propomos analisar a obra “El Jardín de Senderos que se Bifurcan”, mas especificamente o conto do mesmo título. A obra trata de uma coleção de 7 contos, que passeiam entre os gêneros: fantástico, crítico e policial. O conto escolhido para análise abordará aspectos neobarrocos, filosóficos, matemáticos, entre outros. Uma demonstração que ciência, literatura e criatividade podem conversar entre si. Como suporte teórico tomamos autores da teoria do conto, como Cortázar, Gotlib e Pligia; sobre a teoria do fantástico Todorov e para nosso principal norteador de estudos neobarrocos, autores como Severo Sarduy, Carpentier, D’ors, Calabrese, Souza, Chiampi, etc. Também consideramos para essa análise a poética sincrônica de Haroldo de Campos.

Palavras-chave: Barroco, Neobarroco, Contos de Borges, El jardín de senderos que se bi

TITLE: “El Jardín de Senderos que se Bifurcan” - the multiplicity of time and its neo-baroque perspectives in Jorge Luis Borges

Abstract

This article is part of the Scientific Initiation Program in Baroque and Neo-Baroque Studies in Hispanic-American Literature. We will explore perspectives on Neo-Baroque Studies in the short stories of Jorge Luis Borges. Specifically, we will analyze the short story “El jardín de senderos que se bifurcan” from the collection of short stories of the same title. It is composed of seven short stories and covers various genres, including fantasy, criticism, and detective fiction. The chosen short story will address neo-baroque, philosophical, and scientific aspects, among others. It demonstrates how science, literature, and creativity can interact. For theoretical support, we draw on short story theorists such as Cortázar, Gotlib, and Pligia; fantasy theorist Todorov; and neo-baroque

theorists such as Severo Sarduy, Carpentier, D'Ors, Calabrese, Souza, and Chiampi. We will also consider the synchronic poetics of Haroldo de Campos for this analysis.

Keywords: Baroque, Neo-Baroque, Borges

Introdução

“Todas as histórias do mundo são tecidas com a trama de nossa própria vida. Remotas, obscuras, são mundos paralelos, vidas possíveis, laboratórios onde se experimenta com as paixões pessoais” - Piglia

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os contos existem desde tempos mais remotos, desde que surgiu a necessidade de compartilhar histórias/estórias com criatividade, para entreter, espantar, sorrir ou fazer pensar. Os contos de Grimm e Andersen estão aí e não nos deixam mentir, é claro que há Poe, García Márquez, Cortazar, Shelddon, Shakespeare, Lorca, os contos indígenas e muitos outros que confirmam o querer contar histórias. Alguns contos desafiam seus leitores, expandindo suas mentes para outras perspectivas, aguçando o olhar, abrindo questionamentos, sorrisos e por que não desespero?

Jorge Luis Borges foi poeta, ensaísta e escritor, nasceu em Buenos Aires em 1899 e morreu em Genebra no ano de 1986. O argentino é um dos escritores mais importantes do século XX, sua escrita envolve temas como destino, realidade, espaço, metalinguagem, tempo. Ele mescla realidade e ficção com maestria, utilizando-se quase sempre da intertextualidade e da metalinguagem. Sua obra tem grande influência de Shakespeare, Kipling, Rudyard, literatura chinesa, cabala judia, literatura europeia, filosofia, além da Bíblia. Sua obra é extensa e varia entre narrativas, livros de poesia e ensaios. Em 1979 recebeu o prêmio Miguel de Cervantes pela relevância de sua obra.

Este artigo propõe analisar a obra borgiana “El Jardín de Senderos que se Bifurcan” e suas características neobarrocas. Ela foi publicada em 1941 pela Editorial Sur. A obra trata de uma coleção de contos que explora temas como a natureza da realidade, filosofia, identidade, tempo e linguagem. São contos, como já esperado de Borges, complexos e inovadores.

O primeiro dos contos, “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, trata da descoberta de um mundo fictício chamado “Tlön”, criado por uma sociedade secreta de intelectuais. A medida que o mundo de “Tlön” se tornar mais real, a realidade começa a desintegrar. Nesse conto explora-se a ideia de que o homem é capaz de criar o seu próprio mundo. Em “La biblioteca de Babel”, os frequentadores da biblioteca procuram um livro que contenha a chave para entender o universo. Essa é uma biblioteca infinita que contém todos os livros possíveis, cada um possui precisamente 410 páginas e 40 linhas por páginas. Borges usa da metalinguagem e faz uma reflexão do que os livros são e representam, que há sabedoria infinita contida neles, mas que os homens que deles se utilizam nem sempre parece prontos a entender isso e por vezes usam de insensatez a fim de destruí-

los. O autor ainda brinca de que há esperança de que a biblioteca seja infinita e os homens não. Em toda a narrativa desse conto, vimos a criação de um mundo que parece impossível, nos remetendo à ideia do fantástico. Um terceiro conto que nos prendeu a atenção foi “Las ruínas circulares”; nesta história encontramos uma narrativa circular e, ao mesmo tempo, com essência fantástica. Um homem que é considerado mago e seu poder principal acontece quando sonha. Esse mago passa a sonhar na criação de um homem a quem ele chama de filho; em determinado momento esse filho cria vida e sai pelo mundo, muito tempo se passa e o mago descobre que quanto mais próximo o filho está, ele o mago começa a desaparecer. Na verdade, ele passa a entender/acreditar que é a personificação do sonho de outro homem e assim o ciclo continua. O elemento fantástico, tão característico de Borges, está na formação mística de uma criatura que se acredita ser um humano, mas que, na verdade, é fantasmagórica e que tem uma relação especial com o deus fogo.

A obra passeia entre o fantástico, o policial, a ficção científica e a filosofia. E como toda obra borgiana, encanta, faz pensar, provoca e convida o leitor a imaginar diferentes possibilidades de interpretação.

Metodologia

Na busca para entendermos melhor o conto e sua estética, buscamos as vozes dos teóricos já citados Cortázar, Piglia e também Nádia Gotlib, essa última apresenta a análise de vários contos, seus autores e o ponto de vista teórico destes. E seja os contos maravilhosos do “Era uma vez...” ou os contos mais modernos, eles concordam que um conto deve ser breve para prender o leitor, bem construído para que se possa contar sem mudar a sua base, deve ser envolvente, trazer o elemento do novo, mesmo que as histórias relatadas sejam cotidianas e devem possuir um toque de criatividade. Falaremos um pouco mais dessa construção, na análise sobre a ótica neobarroca do conto “El Jardín de senderos que se bifurcan”.

Para a realização deste artigo fizemos uso da metodologia investigativa que busca desenvolver um espírito crítico-reflexivo, primando por ações que estimulem a iniciativa e a argumentação e priorizou-se a construção de técnicas modernas de análise e crítica literária. Como passos da pesquisa, recorreu-se à leitura, fichamento e análise de textos teóricos do barroco e do neobarroco, teoria do conto e do fantástico. Buscamos, ademais, diferentes visões teóricas para ajudar na análise dos contos Borgianos, encontrados na obra “El Jardín de Senderos que se Bifurcan” objeto de estudo deste artigo.

Para a análise das perspectivas barrocas e neobarrocas, teremos o aporte teórico de autores como Severo Sarduy (2011), Omar Calabrese (1988), Julio Cortázar (2000), Eugenio D’ors (1993), Roberto Echavarren (2010), entre outros. Sob esta ótica serão destacadas as características que fazem dessa obra uma obra neobarroca ou não.

Resultados e Discussões

O CONTO - “EL JARDÍN DE SENDEROS QUE SE BIFURCAN”

Entre os sete contos da obra, escolhemos “El jardín de senderos que se bifurcan” porque nos remete a temas muito atuais como universos paralelos, conceitos de tempo, realidade e percepção, teoria do caos e por sua estética literária. É um conto considerado famoso e muito estudado por possuir uma complexidade e profundidade filosófica.

A estória é narrada em um primeiro momento por um certo editor não identificado, depois por Yu Tsun, um espião chinês que trabalha para os alemães durante a Primeira Guerra Mundial e nosso protagonista. Ele está sendo perseguido por Richard Madden, um agente inglês, e precisa encontrar uma maneira urgente de transmitir uma mensagem secreta a seus superiores na Alemanha: o nome da cidade onde os britânicos escondem uma base militar estratégica. Ele sabe que vai morrer, mas antes precisa cumprir sua missão, não pela missão em si, mas porque há poucos soldados chineses no exército alemão e ele deseja entrar para história como o chinês que salvou os alemães.

Para isso, Yu Tsun viaja até a casa de Stephen Albert, um sinólogo (especialista em cultura chinesa), que vive na Inglaterra e estudou profundamente a obra do bisavô de Yu Tsun. Ts’ui Pên havia sido um governante e poeta chinês que abandonou tudo para escrever um livro e construir um labirinto. Ele dedicou muitos anos de sua vida a essa obra e morreu antes de terminar os dois. Isso foi considerado um fracasso por toda a sua família, até que Albert revela a Yu Tsun que o livro e o labirinto são uma única coisa.

Albert descobriu que o livro de Ts’ui Pên descreve o universo em que todos os caminhos possíveis acontecem simultaneamente - ou seja, cada decisão cria uma nova realidade paralela. O jardim dos caminhos que se bifurcam é, por tanto, uma metáfora para um labirinto do tempo, onde todas as possibilidades coexistem. No universo em que Albert e Yu Ts’ui são amigos, em outro são inimigos, em outro Albert mata Yu, e assim existindo inúmeras possibilidades simultâneas.

Surpreendentemente, após essa revelação filosófica, Yu Tsun vê Richard Madden se aproxima e sabe que não há mais tempo, em um instante em que diz a Stephen Albert que nesta realidade eles são amigos e lhe pede a carta do bisavô, ao ver o irlandês de costas, atira e o mata de forma certa para este não sofrer. Com esse ato, ele consegue cumprir a sua missão: ao sair nos jornais, o assassinato indicaria à Alemanha o nome da cidade a ser bombardeada - Albert, que era o nome da cidade secreta.

Depois desse ato, Yu Tsun é preso e condenado à forca. A Alemanha destrói as bases inimigas. E talvez em outra possibilidade Albert e Tsun tenham se tornado amigos.

ANÁLISE E AS PERSPECTIVAS NEOBARROCAS

Acresce que para a análise deste conto, antes das perspectivas neobarrocas, se faz necessário retomar a teoria do conto ressaltando dois pontos. O primeiro se trata da relação autor/leitor, para Cortázar, é fundamental que o autor construa uma narrativa que desde o início mine a resistência do leitor. “[...]o bom contista é um boxeador muito astuto, e muitos dos seus golpes iniciais podem parecer pouco eficazes quando, na

realidade, estão minando as resistências mais sólidas do adversário.” (CORTÁZAR, 2006, p. 152). Para ele, informações sutis e aparentemente insignificante devem compor o todo e o resultado deva ser um nocaute, uma explosão, surpreendendo. Não precisa um grande ato, mas precisa ser excepcional.

Parece-me que o tema do qual sairá um bom conto é sempre excepcional, mas não quero dizer com isto que um tema deva ser extraordinário, fora do comum, misterioso, insólito. Muito pelo contrário, pode tratar-se de uma história perfeitamente trivial e cotidiana. (CORTÁZAR, 2006, p.154)

Um segundo ponto é sobre o conto ter um propósito, não apenas de entreter, mas também de iluminar a história e a mente de quem ler. Para Cortázar, essa é uma das principais diferenças entre um conto medíocre e um grande conto.

Um conto é significativo quando quebra seus próprios limites com essa explosão de energia espiritual que ilumina bruscamente algo que vai além da pequena e às vezes miserável história que conta. (CORTÁZAR, 2006, p.153)

Em “El jardín de senderos que se bifurcan”, percebemos nuances que parecem apenas está ali, mas que compõem o tema principal e prepara o leitor para receber a grande iluminação, um labirinto que leva para universos de possibilidades, caminhos que se bifurcam no tempo e espaço. Vejamos isso neste fragmento:

El consejo de siempre doblar a la izquierda me recordó que tal era el procedimiento común para descubrir el patio central de ciertos laberintos. Algo entiendo de laberintos: no en vano soy bisnieto de auel Ts’ui Pên. (BORGES, 2011, p. 150)

Bajo árboles ingleses medité en ese laberinto perdido: lo imaginé inviolado y perfecto en la cumbre secreta de una montaña, lo imagine borrado por arrozales o debajo del agua, lo imaginé infinito, no ya de quioscos ochavados y de sendas que vuelven, sino de ríos y provincias y reinos... Pensé en un laberinto de laberintos, en un sinuoso laberinto creciente que abarca el pasado y el porvenir y implicara de algún modo los astros. (BORGES, 2011, p.150)

Ao introduzir o labirinto, Borges vai construindo no leitor ideias de um lugar no tempo/espaço, místico, cheio de segredos que pede para ser descoberto e desvendado. Uma construção que o leitor não percebe, apenas aceita e absorve.

Os contos que compõem a obra em geral provocam no leitor uma surpresa, seja porque em sua maioria rompem com a narrativa “comum” e provoquem a imaginação de bibliotecas, mundos de sonhos, criação de um país, etc. Borges não apenas provoca, mas também às vezes faz críticas a sociedade da época e suas regras e modo de vida. Isso fica muito claro no conto “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”:

[...] ¿Cómo no someterse a Tlön, a la minuciosa y vasta evidencia de un planeta ordenado? Inútil responder que la realidad también está ordenada. Quizá lo esté, pero de acuerdo a leyes divinas - traduzco: a leyes inhumanas - que no acabamos nunca de percibir. [...] El contacto y el hábito de Tlön han desintegrado este mundo. Encantada por su rigor, la humanidad olvida y torna que es un rigor de ajedrecistas, no de

ángeles.[...] Entonces desaparecerán del planeta el inglés y el francés y el mero español. el mundo será Tlön. (BORGES, 2011, p.106)

A narrativa desta obra, tem peculiaridades que nos remete ao barroco, logo ao neobarroco. É nossa proposta analisar na estética borgiana esses traços do neobarroco. Calabrese (1987, p.27), nos diz que neo poderá levar a crer na ideia de repetição, regresso, reciclagem de um período específico do passado, que seria então precisamente o barroco. Ele ainda nos fala que Sarduy define barroco, não só, ou não tanto, como um período específico da história da cultura, mas como uma atitude generalizada [...] Neste sentido, pode haver barroco em qualquer época da civilização. Barroco quase se torna numa categoria do espírito.

Partindo desse princípio, entendemos neobarroco como uma repetição do que já existiu (barroco), mas com outra roupagem. Ele não está apenas na arquitetura, na música, no sacro. Ele está em diferentes segmentos culturais, em diferentes campos de estudos. Lembra o passado, mas é completamente distinto. Um exemplo disso é o cinema. Na saga Vingadores dos estúdios Marvel, vários temas literários estão lá, entre eles a teoria de mundos paralelos, viagem no tempo. Essa mesma teoria foi explorada também nos quadrinhos da franquia, antes disso na ciência através da física quântica desenvolvida por Hugh Everett, Max Planck, nas religiões como Hinduísmo, Budismo, Cabala Judia. Um mesmo tema, antigo, que se repete, às vezes com mais profundidade, sobre outro olhar, rompendo com tradições e se fazendo novo. Quando Borges, traz no nosso conto em questão, esse mesmo tema em forma de livro/labirinto ele retoma ao barroco, porque mistura filosofia, ciência, literatura, política e religião em um mesmo lugar. Essa mescla é romper com o linear, é implantar outras possibilidades ao leitor.

Para Calabrese (1987, p. 22), ao estudar o barroco, Sarduy pôs de facto em relação aspectos da ciência e da arte e chegou à conclusão de que, por exemplo, a forma da descoberta de Kepler da órbita elíptica dos planetas não é diferente da que está na base da obra de Caravaggio, ou das arquiteturas de Barronini. Ou seja, o estado de espírito do barroco está em tudo. Borges usa de várias ferramentas neobarrocas em sua estética, elegemos três destas características no conto “el jardín de senderos que se bifurcan” e as explicitamos:

A primeira característica neobarroca é a intertextualidade. As referências a I Guerra Mundial (IGM). Na estória Yu Tsun é um agente do exército alemão e sua missão é comunicar aos seus superiores o nome da cidade onde devem bombardear e assim enfraquecer os inimigos. A cidade citada por Borges é Albert. Albert é uma cidade francesa que, durante a I Guerra Mundial, abrigou parte do exército Anglo-franco, um campo de concentração e foi devastada pelos alemães na Batalha de Somme (1916), uma das mais sangrentas da IGM. Na narrativa borgiana, Yu Tsun desempenha um papel crucial para que essa devastação aconteça.

Inicialmente o conto faz uma referência a IGM e aos dias antecidos ao massacre. Borges sutilmente já começa seduzindo o leitor, citando um suposto livro e para dar uma maior credibilidade ao relato, cita o autor Liddell Hart: De fato, Basil Liddell Hart existiu e foi um historiador, militar inglês e grande teórico da estratégia. Sutilmente, Borges recheia sua narrativa com pitadas de realidade.

En la página 242 de la História de La Guerra Europea de Liddell Hart, se lee que una ofensiva de trece divisiones británicas [...] contra la línea Serre-Moutauban había sido planeada para el 24 de julio de 1916 y debió postergarse hasta la mañana del día 29. (BORGES,2011, p. 146)

Nos fragmentos seguintes, a intertextualidade constrói a narrativa em cima do fato que levou ao bombardeio em Albert. Yu Tsun relata ser portador de um segredo muito importante e como fez chegar esse segredo até a Alemanha:

En mitad de mi odio y de mi terror (ahora no me importa hablar terro: ahora que he burlado a Richard Madden, ahora que mi garganta anhela la cuerda) pensé que ese guerrero tumultuoso y sin duda feliz no sospechaba que yo poseía el Secreto. [...] Si mi boca, antes que la deshiciera un balazo, pudiera gritar ese nombre de modo que lo oyeran en Alemania. (BORGES, 2011,p.147)

Abominablemente he vencido: he comunicado a Berlín el secreto nombre de la ciudad que deben atacar. Ayer la bombardearon; lo leí en los mismos periódicos que propusieron a Inglaterra el enigma de que el sabio sinólogo Stephen Albert muriera asesinado por un desconocido, Yu Tsun. El jefe ha decifrado ese enigma. Sabe que mi problema era indicar (através del estrépito de la guerra) la ciudad se llama Albert y no hallé otro medio que matar una persona de se nombre. (BORGES,2011, p.157)

A I Guerra Mundial não é a história principal, mas é o plano de fundo escolhido por Borges para contar e construir sua narrativa. E aqui, percebe-se que de maneira homogênea, o tema I Guerra Mundial, está lá e não está, porque não altera na narrativa principal.

Retomamos agora o que Piglia relata ao analisar a estética dos contos borgianos, há duas histórias. Ele diz que é na primeira história que ele desenvolve os elementos criativos, gênero, etc. No conto “El Jardín de Senderos que se bifurcan”, na história 1, Borges aborda um tema apreciado pela física quântica, a ideia de bifurcação temporal, mundos paralelos, possibilidades. A forma em que desenvolve essa ideia, nos remete a uma segunda característica neobarroca que é a intratextualidade. Ao introduzir esse tema, ele o faz de maneira sutil, plana, como leve nuances. Em uma primeira leitura não parece uma informação importante, mas após ler outras vezes, desperta no leitor questionamentos sobre a realidade de YU Tsun. Ele pertencia aquela realidade? Ele realmente não tinha conhecimento do conteúdo da obra do seu bisavô?

Severo Sarduy em “El barroco y el neobarroco”, explica essas nuances como filigranas de intratextualidade:

[...] agrupamos bajo este inciso los textos en filigrana que no son introducidos en la aparente superficie plana de la obra como elementos alógenos - citas y reminiscencias - sino que, intrínsecos a la producción escritural, a la operación de cifraje - de tatuaje- en que consiste toda escritura, participan, conscientemente o no, del acto mismo de la creación. Gramas que se deslizan, o que el autor desliza, entre los trazos visibles de la línea, escritura entre la escritura. (SARDUY, 2011, p.26)

Sarduy fala que estas filigranas estão intrínsecas no texto. Vejamos alguns exemplos:

A pesar de mi padre muerto, a pesar de haber sido un niño en un simétrico jardín de Hai Feng ?yo, ahora, iba a morir? Después reflexioné que todas las cosas suceden a uno precisamente, precisamente ahora. Siglos y siglos y sólo en el presente ocurren los hechos; innumerables hombres en el aire, en la tierra y el mar, y todo que realmente pasa me pasa a mí [...] (BORGES, 2011, p. 147)

Yu Tsu, dá a impressão que sabe algo mais sobre a sua morte, seu destino. Após pegar o trem para ir ao encontro de Stephen Albert, já descendo do trem, a narrativa apresenta um fato que faz o leitor atento questionar:

“El tren corría con dulzura, entre fresno. Se detuvo, casi en medio del campo. Nadie gritó el hombre de la estación. “Asgrove?”, les pregunté a unos chicos en el andén. “Asgrove”, contestaron. Bajé. Una lámpara ilustraba el andén, pero las caras de los niños quedaban en la zona de sombra. Uno me interrogó: “¿Usted va a casa del doctor Stephen Albert?” Sin guardar constetación, otro dijo: “La casa queda lejos de aquí, pero usted no se perderá si toma ese camino a la izquierda y en cada encrucijada del camino dobla a la izquierda”. (BORGES, 2011, p. 149)

Por que os garotos sabiam para onde ele ia? Por que as indicações parecem remeter a solução de um labirinto? Por que Yu Tsun não vê o rosto dos garotos? Estes relatos são como filigramas do tema principal que será abordado. As possibilidades e os mundos paralelos. Seria um dos garotos o próprio Yu Tsun de outra possibilidade?

Estas nuances/filigramas na estética do conto, é uma teia que vai formando-se para preparar o leitor para as camadas mais profundas. Sarduy (2011, p.29) nos diz que estas gramas sintagmáticas vão formando no discurso, enquanto encadeamento sintagmático, implica a condensação de sequências que operam a leitura, decifrações parciais e progressivas que avançam por contiguidade e nos remetem retrospectivamente à sua totalidade enquanto sentido fechado. Em suma, gramas que fazem parte de um todo mais complexo.

A terceira característica que escolhemos, de acordo com Deleuze (1942, p.13 e 14), é muito barroca: o labirinto. Ele nos explica que um labirinto é múltiplo etimologicamente, porque tem muitas dobras. E que o múltiplo é não só o que tem mais partes, mas o que é dobrado de muitas maneiras. A principal característica do Barroco é a dobra, ela se multiplica infinitamente. Está presente na música, arquitetura, poesia, pintura, etc.

Quando Borges, traz o labirinto para esta narrativa, ele não está apenas contando uma história, ele está trazendo ciência, filosofia e está mesclando literatura, há tudo isso. Ele causa uma ruptura ao lugar-comum da narrativa: a fuga da morte e o cumprimento de uma missão. Essa ruptura é totalmente neobarroca. Traz limites e excesso ao mesmo tempo. Calabrese explica:

O andamento neobarroco parece promover um andamento duplo, ou misto [...] Por exemplo: usa o limite fazendo-a parecer excesso porque as ultrapassagens dos confins acontecem no plano formal; ou então usa o excesso, mas chama-lhe limite para tornar aceitável a revolução de conteúdo único; ou, enfim, torna indistinguível e confusa uma operação ao limite ou por excesso.[...] O gosto neobarroco configura-se como

perenemente em suspensão, excitado, mas nem sempre propenso à subversão das categorias de valor. (CALABRESE, 1987, p. 80)

O labirinto por si só apresenta uma complexidade ambígua. O limite é o próprio labirinto, que já é naturalmente complexo para decifrar, mas uma vez decifrado revelará um conteúdo único. Para entender melhor, vejamos esse fragmento:

“- Un laberinto de marfil! - exclamé -. Un laberinto mínimo...- Un laberinto de símbolos - corrigió -. Un invisible laberinto de tiempo. A mí, bárbaro inglés, me ha sido deparado revelar ese misterio diáfano. Al cabo de cien años, los pormenores son irrecuperables, pero no es difícil conjeturar lo que sucedió. Ts’ui Pên diría una vez: “Me retiro a escribir un libro”. Y otra: “Me retiro a construir un laberinto”. Todos imaginaron dos obras; nadie pensó que libro y laberinto eran un solo objeto.” (BORGES, 2011, p.152)

“[...] “Dejo a los varios porvenires (no a todos) mi jardín de senderos que se bifurcan”. Casi en el acto comprendí; el jardín de senderos que si bifurcan era la novela caótica; la frase varios provenires (no a todos) me sugirió la imagen de la bifurcación en el tiempo, no en el espacio.” (BORGES, 2011, p.152)

Calabrese(1987,p.146), também nos diz que “Borges é um cultor de labirintos, devemos prestar-lhes fé. [...] O labirinto é apenas uma das muitas figuras do caos, entendido como complexidade, cuja ordem existe, mas complicada ou oculta.” Ou seja, nesta narrativa a complexidade é apresentada na obra que não é para todos, apenas alguns serão capaz de decifrá-la. E quando decifrada, revela a originalidade do seu conteúdo:

La relectura general de la obra confirmó esa teoría. en todas las ficciones, cada vez que un hombre se enfrenta con diversas alternativas, opta por una y elimina las otras; en la del casi inextricable Ts’iu Pen, opta - simultáneamente - por todas.Crea, así, diversos porvenires, diversos tiempos, que también proliferan y se bifurcan. [...] En la obra de Ts’iu Pên, todos los desenlaces ocurren; cada uno es el punto de partida de otras bifurcaciones.(BORGES, 2011, p. 154)

Seja, barroco ou neobarroco o fato é que o escritor de Ecclesiastes tem razão quando diz que não há nada novo abaixo do céu. Tudo se repete, se renova , é o velho com outra roupagem. É como um par de meias $\frac{3}{4}$ coloridas que pode ser fora de moda agora, mas daqui a algum tempo poderá ser a estrela, porque renovou as cores e ofereceu um novo benefício.

Muito embora o próprio Borges, no prefácio dessa obra, classifique todos os contos como fantástico e este que dá nome a mesma como policial. Analisamos que em sua história principal, policial, ele traz na narrativa um dos elementos que melhor rompe com o que é comum: o labirinto. Construindo no imaginário do leitor infinitas possibilidades e implantando a ideia no fantástico, afinal.

Conclusão

Precisaríamos de uma análise mais profunda, como de todos os contos da obra, para entender toda sua complexidade e proposta. Porém, acreditamos ter encontrado respostas aos nossos questionamentos: nestas narrativas borgeanas há traços do neobarroco? Se sim, que características são mais marcantes?

Ao brincar de forma maestrina com a intertextualidade, intratextualidade, labirinto, repetição, metalinguagem, Borges constrói um universo imaginário ou porque não paralelo, junto ao leitor. Passo a passo, gradativamente como na Biblioteca de Babel e em Ruína Circulares. Universos que de tão intrínseco, se mesclam e confundem. Esses universos são de certa forma a troca da sistematicidade ordenada pela instabilidade e polidimensionalidade propostas pelo neobarroco e pontuadas por Calabrese (1987,p.10).

Quando identificamos traços do neobarroco em “El Jardín de Senderos que se Bifurcam”, estamos revivendo o barroco e assim confirmamos o que Haroldo de Campo (1969, p.207) defendeu na sua poética sincrônica de que uma produção literária, não apresenta apenas o período em que foi produzida, mas também toda tradição literária que nela está implícita, permanecendo viva e sendo revivida.

Concluimos então que o objeto de estudo da nossa pesquisa é uma obra neobarroca, bem construída, com muitos meandros a serem destrinchados, nos deixando curiosos sobre o que mais Borges deixou escondido nela. Um convite para continuidade nos estudos e investigações.

“O neobarroco é simplesmente um ar do tempo que alastra a muitos fenômenos culturais de hoje, em todos os campos do saber, tornando-se parentes uns dos outros, e que, ao mesmo tempo, os faz diferir de todos os o

Referências

BORGES, Jorge Luis. Cuentos Completos. Colombia: Vintage Español/Peguin,2011.

CALABRESE, Omar. A idade neobarroca. Trad. Carmen de Carvalho e Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CALVI, Pablo. Artigo: La construcción de un lector democrático de masas. Borges en el diario Crítica de Buenos Aires y la Historia Universal de la Infamia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 23, outubro, 2016. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil

CAMPOS,Haroldo de. A arte no horizonte do provável e outros ensaios. São Paulo: Perspectiva, 1969.

CARPENTIER, Alejo. Ensayos selectos. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2007.

CORTAZAR, Julio. Del Barroco al Neobarroco. Cátedra latinoamericana - Conferencia

D'ORS, Eugenio. Lo Barroco. Madrid: Editorial Tecnos SA, 1993. Magistral, 2000.

GOTLIB, Nádia Battella. Teoria do Conto. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

PLIGIA, Ricardo. Formas breves. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, Selma Calasans. O fantástico. São Paulo: Ática, 1998.

SARDUY, Severo. El barroco y el neobarroco. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011.

SOUZA, Maurício M..Ensaio- El barroco de Borges: tergiversación e identidade en la “viuda Ching, Pirata” (p. 159 a 169) em Convergencias Hispánicas: selected proceedings and other essays on Spanish and Latin American literature, film, and linguistics. Ed. Juan de la Cuestas, 2001.

Bibliografia consultada

DELEUZE, Gilles. A dobra: Leibniz e o barroco. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, SP: Papirus, 1991.

DOBRY, Edgardo. Barroco y modernidad: de Maravall a Lezama Lima. Orbis Tertius - v. 14, n. 15, 2009.

D'ORS, Eugenio. Lo Barroco. Madrid: Editorial Tecnos SA, 1993.

ECHAVARREN, Roberto. Barroco y Neobarroco. Confluenze - Rivista di Studi Iberoamericani. Università di Bologna, v. 3, n. 01, p. 1-13, 2010.

GANCHO, Cândida Villares. Como analisar narrativas. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GOSSE, Philip. The history of Piracy. 1934. Disponível em:
<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015003557488&seq=323> acessado em 03 de julho de 2024.

IRIARTE, Ignacio. Barroco Contemporáneo. Orbis Tertius, v. 17, n. 18, p. 1-18, 2012.

LEITE, Ligia Chippini Moraes. O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão). 10. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEZAMA LIMA, José. La expresión americana. México: FCE, 1993.

PANOFSKY, ERWIN. ¿Qué es el barroco? En: Sobre el estilo. Barcelona: Paidós, 2000. p. 1-20.

SHIN, Jeong-Hwan. La estética neobarroca de la narrativa hispanoamericana. AISO, ACTAS VI, 2002.

TAPIÉ, Victor-Lucien. El Barroco. 6. ed. Trad. Mariana Payró de Bonfanti. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.

TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. Tradução de Maria Clara Correa Castello. MG: editora UFMG. 2004

CÓDIGO: HS1053

AUTOR: MARIANA LIBERATO GUIMARAES

ORIENTADOR: PABLO DE SOUSA SEIXAS

TÍTULO: Mapeamento e Caracterização da formação em Psicologia no RN

Resumo

Desde a regulamentação da profissão em 1962, a Psicologia no Brasil tem enfrentado dilemas, que se intensificaram diante da expansão do setor privado e das políticas de financiamento à educação superior, implementadas nos anos 2000. Em resposta a esses desafios, a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), visaram atualizar a formação e incorporar as demandas emergentes. Este estudo tem como objetivo analisar a configuração dos cursos de Psicologia no Rio Grande do Norte, articulando-os às transformações no ensino superior brasileiro e aos impactos sobre a formação profissional. Para isso foi realizada uma pesquisa, de caráter exploratório, baseada na coleta documental em bancos do MEC, INEP, ENADE e nos Projetos Pedagógicos dos cursos. Como resultados principais, identificou-se 16 graduações em Psicologia no RN, sendo 14 em instituições privadas e 2 públicas. Observa-se que, de 1977 a 2012, foram criados apenas 5 cursos, todos na capital, enquanto entre 2013 e 2020 ocorreu uma expansão significativa com 12 novas graduações, sobretudo no interior e no setor privado. Esse processo, associado à predominância de turmas noturnas nas IES privadas e ao contraste entre os conceitos ENADE, evidencia os efeitos da mercantilização do ensino superior sobre a qualidade formativa. Nesse contexto, compreender a interiorização e massificação dos cursos se torna essencial para refletir sobre os rumos da Psicologia no estado e no país.

Palavras-chave: Formação. Psicologia. Políticas Educacionais.

TITLE: Mapping and Characterization of Psychology Education in Rio Grande do Norte

Abstract

Since the regulation of the profession in 1962, Psychology in Brazil has faced dilemmas intensified with the expansion of the private sector and the higher education financing policies implemented in the 2000s. In response to these challenges, the revision of the National Curriculum Guidelines (DCNs) sought to update training and incorporate emerging demands. This study aims to analyze the configuration of Psychology undergraduate programs in Rio Grande do Norte, linking them to the transformations in higher education and their impacts on professional training. To achieve this, an

exploratory research was conducted, based on documentary data collected from MEC, INEP, ENADE databases, and from the Pedagogical Projects of the programs. The main findings identified 16 Psychology undergraduate courses in Rio Grande do Norte, 14 in private institutions and 2 in public ones. It was observed that from 1977 to 2012, only 5 courses were created, all in the capital, while between 2013 and 2020 there was a significant expansion with 12 new courses, mainly in the countryside and in the private sector. This process, associated with the predominance of evening classes in private HEIs and the contrast between ENADE scores, highlights the effects of the commodification of higher education on the quality of training. In this context, understanding the inland expansion and massification of courses becomes essential to reflect on the future of Psychology in the state and in the country.

Keywords: Psychology. Higher education. Educational policies.

Introdução

A formação em Psicologia no Brasil sempre esteve vinculada às transformações políticas e educacionais do país. Desde a regulamentação da profissão em 1962, com a Lei nº 4.119/62 e o Parecer nº 403, a formação em Psicologia no Brasil passou por diversas mudanças. A princípio foi estabelecido um currículo mínimo e serviços-escola, com formações individualizantes e subjetivistas (Antunes, 2004; Yamamoto & Oliveira, 2010). Com a Reforma Universitária de 1968 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/96), esse modelo foi sendo reformulado, culminando na criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2004, que introduziram maior flexibilidade e adaptação às especificidades regionais (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior [CNE/CES], 2004).

Contudo, nas últimas décadas, a expansão do ensino superior transformou significativamente a oferta dos cursos de Psicologia. Houveram, por exemplo, incentivos fiscais e programas de financiamento estudantil, como PROUNI e FIES, o que ampliaram o acesso da população ao nível superior, mas também suscitaram questionamentos quanto à qualidade da formação. Nesse cenário, em 2018, o Sistema Conselhos de Psicologia instituiu o Ano da Formação, impulsionando um amplo debate sobre os rumos da profissão. Esse movimento resultou na proposta de atualização das DCNs, aprovada em 2019, mas ainda não sancionada. Apesar disso, elas refletem o constante debate sobre a formação em psicologia e influenciam o direcionamento pedagógico desses cursos (CFP, 2018).

As DCNs orientam a organização dos cursos de Psicologia, possibilitando adequações às particularidades institucionais e regionais. Essa diferença representa um avanço ao responder às demandas contemporâneas e às expectativas sociais, incorporando novas perspectivas formativas (Bock, 2002; Marinho-Araújo, 2007; Yamamoto, 2000). A trajetória de reformulação das DCNs evidencia, assim, o esforço de alinhar a formação em Psicologia às transformações das políticas educacionais e às exigências da prática profissional.

Nesse contexto, o acompanhamento das políticas de ensino superior e a avaliação contínua dos cursos tornam-se indispensáveis para assegurar que a formação do

psicólogo atenda tanto às necessidades sociais quanto às demandas do mercado de trabalho. Para isso, instrumentos como o Censo da Educação Superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) têm desempenhado papel central no monitoramento e na avaliação da qualidade dos cursos (Neves & Pronko, 2008; Sobrinho, 2010).

Dessa forma, a história da formação em Psicologia no Brasil ilustra como as políticas de ensino e as demandas profissionais se articulam para moldar o desenvolvimento da área. Uma análise crítica desse processo deve considerar, simultaneamente, os elementos internos à profissão e as influências externas das políticas educacionais, a fim de produzir uma compreensão mais ampla e atualizada do seu funcionamento (Oliveira et al., 2017).

Metodologia

O estudo foi conduzido a partir de uma pesquisa documental, com ênfase na coleta virtual de documentos oficiais relacionados à educação superior no Brasil, visando obter uma compreensão detalhada da formação em Psicologia. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas informações de domínio público disponíveis nos bancos de dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entendendo sua importância para a compreensão da realidade da formação em Psicologia no país (Castelo Branco, 2022).

A coleta de dados iniciou-se com o acesso aos sites oficiais desses órgãos. O portal e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>) foi uma das principais fontes de informação, fornecendo dados essenciais sobre o credenciamento, recredenciamento, autorização, renovação e reconhecimento de cursos de graduação. Além disso, este portal disponibiliza relatórios que auxiliam no acompanhamento das instituições de ensino superior (IES) e na gestão do relacionamento institucional com o MEC. Os dados obtidos incluíram detalhes sobre o status regulatório das instituições e dos cursos oferecidos, informações cruciais para compreender a estrutura e a dinâmica da formação em Psicologia em diferentes regiões do Brasil.

Complementando essa fonte, o portal do INEP (<http://portal.inep.gov.br/microdados>) foi fundamental ao permitir o acesso ao censo da educação superior. Este levantamento estatístico anual engloba dados de todos os cursos de graduação no país, incluindo o número de inscritos, matriculados, ingressantes, concluintes, o perfil de alunado e informações sobre os docentes. A coleta desses dados proporcionou uma visão quantitativa da expansão e distribuição dos cursos de Psicologia, bem como insights sobre o perfil dos estudantes e dos professores.

A coleta de dados ocorreu entre agosto e dezembro de 2023, fim do período letivo, garantindo a inclusão das informações mais recentes e relevantes. Durante esse período, foram obtidos dados gerais sobre as instituições de ensino superior, como localização, natureza jurídica, organização acadêmica, quantidade de cursos, processos seletivos, número de matrículas e concluintes, além de traçar o perfil de idade, sexo e raça/etnia

do alunado. Esses dados foram organizados em um banco de dados próprio, desenvolvido para caracterizar a formação em Psicologia no Brasil, possibilitando a construção de um panorama detalhado e atualizado da formação em Psicologia, além de facilitar comparações com o cenário do Rio Grande do Norte (RN).

Na etapa seguinte, foram realizados o mapeamento e a caracterização da Psicologia no RN, utilizando o banco de dados produzido na etapa anterior. Essa fase envolveu a construção de uma base de dados específica para a região, com informações mais detalhadas sobre o funcionamento dos cursos de Psicologia no RN. Será adicionada posteriormente a caracterização docente, englobando a quantidade de docentes, tempo na instituição, qualificação profissional e disciplinas ministradas. Para isso, serão realizados contatos diretos com as coordenações dos cursos ou órgãos análogos, o que virá a ser feito pelo grupo de pesquisa após melhor estruturação pós greve dos docentes da UFRN. Essas informações serão compiladas em um banco de dados separado e complementar ao banco nacional.

A combinação de pesquisa documental e coleta direta proporcionou uma base sólida para a investigação, permitindo a construção de um quadro abrangente da formação em Psicologia tanto em nível nacional quanto no RN. Essa abordagem metodológica assegurou a criação de uma base robusta para futuras análises e pesquisas na área, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das características e desafios enfrentados pelos cursos de Psicologia nacional e regionalmente.

Resultados e Discussões

A análise dos bancos de dados nacional e regional possibilitou caracterizar os 17 cursos de Psicologia existentes no Rio Grande do Norte. A partir deles, foram consideradas variáveis como distribuição geográfica (capital/interior), organização acadêmica (Universidade/Faculdade/Centro Universitário), categoria administrativa (Pública/Privada), turnos ofertados (Matutino/Vespertino/Noturno).

No que diz respeito à distribuição geográfica, 41,2% dos cursos encontram-se concentrados em Natal, enquanto 58,8% estão localizados no interior do estado. Esse resultado acompanha a tendência nacional de interiorização, na qual a Psicologia, historicamente considerada uma profissão urbana, passou a expandir-se para municípios interioranos. Tal movimento, entretanto, não decorre necessariamente de uma demanda social orgânica, mas de uma lógica de expansão do mercado educacional, sobretudo privado, que vê na interiorização uma oportunidade de ampliação do lucro (Lisboa & Barbosa, 2009).

Quanto à organização acadêmica, observa-se que 52,9% dos cursos do RN são ofertados por faculdades, enquanto 23,5% estão vinculados a universidades e 23,5% a centros universitários. Esse cenário se aproxima da realidade nacional, em que a maior parte dos cursos também é ofertada por instituições de menor porte, sinalizando uma fragmentação da formação em Psicologia e a fragilidade do modelo centrado em

faculdades privadas, geralmente menos comprometidas com atividades de pesquisa e extensão.

Na categoria administrativa, a predominância das instituições privadas é ainda mais expressiva: 88,2% dos cursos são ofertados por esse setor (64,7% com fins lucrativos e 23,5% sem fins lucrativos), contra apenas 11,8% em instituições públicas. Em comparação ao quadro nacional, o RN apresenta uma concentração superior de IES privadas com fins lucrativos, reforçando a mercantilização do ensino superior. Essa predominância acende preocupações sobre a qualidade formativa, uma vez que instituições privadas podem tender a priorizar a lógica empresarial em detrimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Paula, 2011; Dantas, 2017).

No que diz respeito aos turnos oferecidos, das 17 Instituições de Ensino Superior (IES) no estado que oferecem cursos de Psicologia, a maioria das turmas é no turno noturno, com 15 IES, representando 88,24%. O turno matutino é oferecido por 14 IES, o que corresponde a 82,35%. Apenas 1 IES oferece turmas no turno vespertino, equivalente a 5,88%. Além disso, 2 IES, as públicas, disponibilizam turmas em turno integral, totalizando 11,76%.

A classe trabalhadora é quem majoritariamente ocupa essas IES, tendo uma presença maior pela flexibilização dos horários e pelos valores alcançáveis disponibilizados, sendo assim, o meio mais acessível para uma educação superior. De acordo com Terribili (2007), o estudante do turno noturno lida com dificuldades relacionadas à alimentação inadequada, ao transporte público, a jornada de trabalho, horários ruins de saída do serviço e consequentemente atrasos para aulas e avaliações, transformando a jornada formativa num processo árduo e com lacunas. As IES privadas então se constroem num sucateamento do ensino para os estudantes de Psicologia. A junção da falta de pesquisa e extensão na formação, da subcontratação dos docentes não-qualificados, da lógica de compra e venda na educação e o acesso aos turnos noturnos se transformam numa mega precarização que constroem a graduação num caminho defasado em qualidade (Yamamoto, 2006). No Rio Grande do Norte é possível compreender que, devido à alta quantidade de discentes no ensino privado, essa formação defasada é uma realidade dentro do estado, considerando especificamente que dentro do RN existem duas instituições públicas que oferecem o curso de Psicologia, entretanto, ambas ofertam o curso de maneira integral, diminuindo oportunidades para a classe trabalhadora conseguir se manter financeiramente e também na formação acadêmica.

A análise do perfil discente evidencia ainda desigualdades raciais. No RN, a maioria dos alunos se autodeclara branca (45,92%), seguida por pardos (32,05%) e pretos (4,22%), números que revelam menor presença de estudantes negros em relação à média nacional. Esse cenário pode indicar diferentes dinâmicas sociais e culturais que influenciam o acesso à educação superior devido às condições ontológicas do sistema social vigente.

Os estudantes não-brancos possuem dificuldades a mais de acesso ao ensino superior e normalmente estão associados a um perfil sociográfico de contribuição ao sustento familiar, alta carga de trabalho e background sociocultural problemático, apresentando um desempenho pior em processos seletivos (Soares, 2007). Essa construção é histórica,

tendo a eugenia e o passado escravocrata brasileiro como uma base desde o qual dificulta os processos da educação para pessoas pretas e pardas. No que diz respeito às políticas de inclusão racial, a Lei de Cotas 12.711 de 2012 se insere juntamente ao contexto da ampliação do acesso ao ensino superior, tanto no setor privado quanto público, com um aumento das vagas nacionais (Mocelin, 2020). Dentro do contexto potiguar, é perceptível que há uma continuidade desse cenário tradicional, que é a elitização dos cursos superiores e o processo excludente da formação em Psicologia.

No aspecto de gênero, o curso de Psicologia mantém a predominância feminina, com 77,76% das matrículas no RN — dado semelhante ao nacional (79,53%). A feminização da Psicologia é um fenômeno consolidado no Brasil, embora não universal, já que em outros contextos históricos e geográficos a profissão tenha sido majoritariamente masculina (CFP, 1988). O leve aumento da participação de homens no estado, em comparação à média nacional, pode sinalizar transformações sutis no perfil do público ingressante, que merecem acompanhamento em futuras pesquisas.

Por fim, a análise etária dos estudantes revela semelhanças entre o cenário nacional e o do Rio Grande do Norte. Nos dados nacionais, a maioria dos alunos de Psicologia está concentrada entre 18 e 24 anos, faixa que corresponde a 54,81% do total, seguida pelos estudantes de 25 a 29 anos, que representam 15,21%. No estado, observa-se uma distribuição bastante próxima: 52,62% têm entre 18 e 24 anos, e 15,44% estão na faixa dos 25 a 29 anos. Em geral, a média dos estudantes de Psicologia no país e no estado são similares, sendo 27,96 anos no Brasil e 28,20 anos no RN.

Esses dados atuais contrastam com os levantamentos feitos por Bastos, Gondim e Rodrigues (2010). Em 1989, a Psicologia era considerada uma profissão jovem, com idade média de 33,6 anos, que passou a 36,7 anos vinte anos depois, acompanhando o processo de expansão do ensino superior. No entanto, a pesquisa mais recente evidencia um rejuvenescimento do perfil discente, já que a idade média voltou a se situar em patamares mais baixos. Esse dado é relevante para estudos futuros, sobretudo porque, anteriormente, cerca de 50% dos psicólogos tinham até 34 anos.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Rio Grande do Norte acompanha a tendência nacional de expansão e interiorização dos cursos de Psicologia, marcada pela forte presença de instituições privadas. Essa concentração no setor particular, associada à predominância de turmas noturnas, sugere um processo de mercantilização da educação superior, em que o aumento do acesso não tem sido acompanhado, necessariamente, por garantias de qualidade formativa. A discrepância observada entre os conceitos ENADE das instituições públicas (média 4,1) e privadas (média 2,2) reforça essa constatação, apontando para desigualdades significativas no cenário estadual.

Apesar das dificuldades enfrentadas durante a coleta de dados, decorrentes da paralisação das atividades acadêmicas na UFRN, o estudo conseguiu sistematizar

informações relevantes sobre a configuração dos cursos de Psicologia no estado. Essas informações, já em processo de divulgação em eventos científicos, reafirmam a necessidade de novas investigações que aprofundem a análise da formação, incluindo o perfil docente, discente e as práticas pedagógicas.

Assim, conclui-se que compreender a dinâmica da formação em Psicologia, tanto no RN quanto no Brasil, exige uma análise crítica sobre os efeitos das políticas de expansão do ensino superior, sobretudo no setor privado. Mapear quem acessa esses cursos, como se estruturam e quais impactos produzem na qualidade formativa é fundamental para enfrentar os desafios atuais da profissão e promover uma formação mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Referências

Antunes, M. (2004). A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152) São Paulo: EDUC/Cortez;

Bastos, A. V. Gondim, S. Souza, J. & Souza, M. (2011). Formação básica e profissional do psicólogo: uma análise do desempenho das IES no ENADE – 2006. *Avaliação psicológica*, 10 (3), 310-348

Bock, A. M. B. (2002). Diretrizes Curriculares: que direção queremos para a formação? *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 14, 37-57.

Castelo Branco, P. C. Santiago, A. B. A., Pinheiro, R. F., & Cirino, S. D. (2022). Os censos do INEP como critério para entender a formação em Psicologia: gênese, panorama e indicadores atuais. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 39. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.34930>

Conselho Federal de Psicologia. (Org.). (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.

Dantas, F. H. A. (2017). *A formação em Psicologia no contexto da democratização do ensino superior* (Master's thesis, Brasil).

Lei nº 9.394. (1996, 20 de dezembro). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República.

Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 718-737.

Marinho-Araújo, C. M. (2007). *A Psicologia Escolar nas diretrizes curriculares:*

Espaços criados, desafios instalados. In H. R. Campos (Org.), *Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas* (pp. 17-48). Campinas: Alínea.

Mocelin, C. E. (2020). Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. *Revista Katálysis*, 23(1), 101–110. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p101>

Neves, L. M. W., & Pronko, M. A. (2008). *O mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV.

Oliveira, I., Soligo, A., Oliveira, S. F., Angelucci, B. (2017). *Formação em Psicologia no Brasil: Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos*. *Psicologia: Ensino & Formação*, 8(1), 3-15

Paula, M. F. C., & Cardoso, A. C. G. (2011). A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF e UERJ. Comunicação apresentada no IV Congresso Nacional y III Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación, Buenos Aires, Argentina. Texto completo recuperado de <http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab07.pdf>

Soares, A. C. C. (2007). *Afirmativas e o Acesso ao Ensino Superior - estudo de caso da UFJF*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil.

Sobrinho, J. D. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 15(1), 195-224.

Terribili, A., Filho. (2007). *Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante* (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104842>

Yamamoto, O. H. (2000). A LDB e a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20, 30-37.

Yamamoto, O. H. (2006). Graduação e pós-graduação em psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 3(6).

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, n. espec. 9-24.

Yamamoto, O. H., Falcão, J. T. R., & Seixas, P. S. S. (2011). Quem é o estudante de psicologia do Brasil? *Avaliação Psicológica*, 10(3), 209-232.

CÓDIGO: HS1063

AUTOR: MARINA BEATRIZ DE MEDEIROS SANTOS

COAUTOR: ELIZABETH ROMANI

COAUTOR: MARIA FERNANDA RODRIGUES PAULA

COAUTOR: ANA CLARA PINHEIRO ARAUJO

ORIENTADOR: HELENA RUGAI BASTOS

TÍTULO: Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: pesquisa para criação de identidade visual do laboratório

Resumo

O artigo apresenta o estudo e a construção da identidade visual do laboratório de práticas gráficas da UFRN, localizado no Departamento de Design. Trata-se de um trabalho integrado com outros dois planos de trabalho, que integram o projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”. O projeto possibilita, a partir do acervo estudado, o resgate de técnicas de reprodução tradicionais com intuito de estabelecer atividades educativas para o aprendizado dos alunos, assim como permite a preservação da memória gráfica do Estado. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de divulgação de pesquisas e produções práticas desenvolvidas neste laboratório-oficina de Design. Embora tenha surgido no início do Curso de Design, muitos dos trabalhos desenvolvidos foram se perdendo por falta de registro e de local adequado para armazenamento das produções. Além da identidade visual, o trabalho objetiva criar um canal de divulgação das pesquisas sobre memória gráfica potiguar desenvolvidas no Curso de Design. Para o desenvolvimento da identidade visual, o método empregado é baseado em Wheeler (2008) e foi dividido em 6 fases: problematização, estratégia, criatividade, versão preliminar, aprimoramento e implantação. Espera-se que esta pesquisa consolide um canal de divulgação do laboratório-oficina e, posteriormente, apresente um panorama geral da produção do Departamento de Design.

Palavras-chave: identidade visual. laboratório-oficina de práticas gráficas. design

TITLE: Typographic Workshop of the Bachelor's Degree in Design at UFRN: Research for the creation of visual identity of the laboratory

Abstract

The article presents the study and construction of the visual identity of the UFRN Graphic Practice Laboratory, located in the Design Department. This is an integrated work with two other work plans, which are part of the research project “Bachelor of UFRN Bachelor of Design: Organization of the collection of mobile metal types and cataloging of typographic clichés”. The project enables, from the studied collection, the rescue of traditional reproduction techniques in order to establish educational activities for students' learning, as well as allows the preservation of the state's graphic memory. In this sense, there was the need to disseminate research and practical productions developed in this design-offshop design. Although it emerged at the beginning of the design course, many of the work developed were lost due to lack of registration and adequate place to stor the productions. In addition to visual identity, the work aims to create a channel to promote research on potiguar graphic memory developed in the design course. For the development of visual identity, the method employed is based on Wheeler (2008) and was divided into 6 phases: problematization, strategy, creativity, preliminary version, improvement and implementation. This research is expected to consolidate a laboratory-offspring channel and later present an overview of the production department.

Keywords: visual identity. graphic practice laboratory-workshop. design

Introdução

Este artigo apresenta a pesquisa realizada para a construção da identidade visual do laboratório de práticas gráficas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN], localizado na sala 2 do prédio 1 dos Departamentos de Design [DDGN] e de Artes [DEART]. Este estudo é um trabalho conjunto com outros dois planos de trabalho, que integram e dão continuidade ao projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”, iniciado em 2023. A partir do estudo e da organização do acervo de artefatos tipográficos do DDGN, o projeto de pesquisa possibilita o resgate de técnicas de reprodução gráfica tradicionais, para o planejamento e para a realização de atividades educativas, em especial destinadas para os alunos do Curso de Design, e como forma de criar materiais gráficos com valor estético e visual diferenciado. Além disso, tanto a pesquisa como as atividades realizadas a partir do projeto contribuem para o desenvolvimento da memória gráfica e cultural do Estado do Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, diversos grupos de pesquisa em Design do Brasil vêm desenvolvendo investigações no campo da memória gráfica, em diferentes contextos locais (Farias; Braga, 2018; Valadares, 2018). É por meio de resgates históricos, investigações de campo e experimentações, que essas pesquisas têm demonstrado a importância de compreender os mecanismos e as tecnologias de reprodução gráfica como forma de contar a história de um povo e de desenvolver alternativas na criação de peças gráficas (Farias; Braga, 2018; Valadares, 2018). Esses estudos permitem também o desenvolvimento de novas maneiras de compor e pensar visualmente utilizando os tipos

móveis remanescentes das oficinas tipográficas desativadas, o que possibilita novas ações educativas no campo do design.

Nesse sentido, considera-se fundamental a difusão dos dados pesquisados e a produção prática que vem sendo desenvolvida no laboratório-oficina do Departamento de Design da UFRN. Embora tenha surgido com o início do Curso de Design, em 2009, e de existir como um espaço de apoio didático e de experimentações, muitos dos trabalhos desenvolvidos no laboratório acabaram se perdendo por falta de registro, de divulgação e pela falta de local apropriado para o armazenamento das produções realizadas. Como consequência, os próprios estudantes do DDGN desconhecem as produções internas em andamento ou finalizadas, advindas dos projetos de pesquisa e de extensão e das atividades realizadas em alguns componentes curriculares do Bacharelado em Design.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo elaborar a identidade visual do laboratório-oficina e criar um canal de divulgação das pesquisas sobre memória gráfica potiguar desenvolvidas no Curso de Design da UFRN. A divulgação das produções deve contribuir para apresentar um panorama geral da produção do Curso, a partir da divulgação dos projetos de pesquisa e de extensão vinculados ao laboratório-oficina. Também deve permitir o reconhecimento dos trabalhos por parte dos estudantes do DDGN e para o processo de troca entre pesquisadores de semelhantes iniciativas. Ademais, a criação de uma rede social para o laboratório, deve possibilitar novas parcerias entre pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior [IES].

Metodologia

A pesquisa prática e de caráter qualitativo considerou métodos e processos articulados, que permitiram o levantamento de dados e informações sobre o objeto de pesquisa, o laboratório-oficina, como o desenvolvimento de projeto. Num primeiro momento, o processo consistiu na investigação aprofundada sobre o objeto de estudo, com o objetivo de construir um conhecimento amplo e detalhado sobre ele, como aponta Gil (2022). A partir desse levantamento, foi empregado o método para a elaboração do sistema de identidade visual baseado em Wheeler (2008). Adequando o processo indicado pela autora (2008) o desenvolvimento do projeto foi dividido em seis etapas: (1) Problematização, (2) Estratégia, (3) Criatividade, (4) Versão preliminar, (5) Aprimoramento e (6) Implantação. Segue a descrição das etapas.

- Problematização

A partir de *briefing* de projeto (parâmetros de projeto), esta fase incluiu o levantamento, o estudo e a análise de informações e do contexto de projeto. Além do estudo sobre a origem do laboratório-oficina, foram realizadas consultas com público-alvo do projeto, a partir de entrevistas e aplicação de questionário (cf. roteiros no anexo 1), como segue:

a) Entrevista qualitativa semi-estruturada, realizada na sala 36 do prédio 1 do DDGN/DEART, com pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa, docentes e discentes que utilizam o laboratório-oficina para práticas didáticas. Apesar de seguir um roteiro pré-elaborada, as/os participantes tiveram a liberdade de responder de maneira

livre. De maneira geral, buscou-se compreender a contextualização do projeto, o perfil do público-alvo e as visões identitárias e estratégicas para o desenvolvimento da identidade visual. Assim, o roteiro de entrevista considerou questões sobre a história do projeto, sobre sua função e uso, sobre seus atributos, pontos fortes e fracos, espaços similares em IES, diferenciais em relação a outros laboratórios, sobre atividades realizadas no espaço, sobre o público, as expectativas para o futuro do espaço, entre outros aspectos.

b) Disponibilização de um formulário online para estudantes do DDGN, que objetivou entender o ponto de vista e a relação destes com o ambiente do laboratório, e se havia interesse na aquisição de itens desenvolvidos na oficina. O formulário incluiu questões sobre outros laboratórios ou espaços semelhantes conhecidos pelo público entrevistado, os tipos de divulgação e exposição destes espaços em rede, além de perguntas especificamente sobre o laboratório-oficina de práticas gráficas do DDGN e as expectativas dos entrevistados em relação ao espaço.

Em seguida, foi conduzida a análise de espaços similares (Figuras 1 e 2), utilizando os critérios propostos por Matos e Coutinho (2021), com a finalidade de identificar semelhanças e distinções em elementos da identidade visual de marcas já estabelecidas.

- Estratégia

A partir dos insumos coletados na fase anterior, foram realizadas a seleção e a distribuição de palavras-chave em um quadro de atributos (Figura 3) — matriz com linhas e colunas que relaciona a origem da informação com categorias dialéticas de significados (Matos, 2023). Em seguida, foi delineado o conceito partindo da costura dos atributos (Figura 4), que consiste na reunião das características selecionadas por afinidade semântica. Esse foi o ponto de partida para a criação da estratégia, das decisões projetuais e do painel visual (Figura 5). E para auxiliar o desenvolvimento do projeto, foram definidos os requisitos e as restrições (Figura 6).

- Criatividade

A etapa incluiu o processo de nomeação (*naming*), que consistiu na busca e na seleção de palavras, a partir da consulta em dicionários (Figura 7) e na organização analítica, utilizando o Diagrama Cintila (Oliveira, 2025), que apoiou a tomada de decisão (Figura 8). O diagrama é uma ferramenta desenvolvida pelos estudantes Ana Beatriz Venceslau, Juliana Gomes, Taynah Azevedo, Layne Rayssa Tomaz e Victor Rodrigues durante a disciplina Programação Visual II, ministrada pela professora Dra. Helena Rugai Bastos em 2022.2, componente obrigatório na estrutura curricular do Curso de Design da UFRN. A ferramenta permite relacionar atributos-chave da marca com os nomes selecionados. Em seguida, foi realizada a análise de letreiros vernaculares espalhados pelo estado — advindos de observações do cotidiano e de fotografias disponíveis *online*, objetivando identificar características convergentes, que pudessem ser remetidas nos elementos do sistema de identidade visual (Figuras 9 e 10). Também foram verificados os tipos móveis *display* de madeira, que fazem parte do acervo do Museu da Imprensa Oficial Eloy de Souza, localizado no Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte (DEI/RN). Esta ação foi importante, considerando a possibilidade

de testar tipos móveis na configuração do logotipo e para compor a identidade visual do espaço.

- Versão preliminar

Foram geradas alternativas para a composição da marca gráfica por meio de testes tipográficos impressos e digitais, em consonância com os conceitos visuais explorados no painel visual.

- Aprimoramento

Foram realizados o refinamento da composição selecionada, a exploração de famílias tipográficas e da paletas de cor para integrar a identidade visual, levando em conta parâmetros determinados na fase estratégica. Estabelecidos os elementos primários e secundários do sistema de identidade, partiu-se para a elaboração dos demais elementos de apoio à marca, a partir da exploração de elementos do logotipo e do acervo de clichês do DDGN. Foram desenvolvidos modelos a serem aplicados em redes sociais e sinalizações, definidos como prioridade a partir do *briefing* do projeto.

- Implantação

Com os pontos de contato principais estabelecidos, foi realizada a concepção dos materiais a serem aplicados, tais como: materiais para a sinalização do espaço - placas e cartazes informativos, de advertência e de segurança; e a inauguração da rede social do laboratório, com uma conta no *Instagram*.

Resultados e Discussões

O desenvolvimento do sistema de identidade visual teve início com a aproximação do contexto do projeto através da construção do *briefing*, a aplicação das entrevistas, do questionário online e da análise de similares. A partir da entrevista qualitativa com as coordenadoras do projeto (anexo 2) e com pesquisadores que participam do projeto desde 2023, foi possível definir que o fortalecimento da identidade do laboratório pretende trazer vida ao ambiente e criar uma ligação com os estudantes do Curso — público-alvo do projeto — com a promessa de transmitir pertencimento, regionalidade, conhecimento, experiência práticas e aprendizado coletivo, além da valorização da memória gráfica e cultural do Estado. Quanto ao questionário (anexo 3), apesar da baixa adesão por parte dos estudantes, que contou apenas com três respostas, foi possível verificar que estes, em geral, não conhecem as produções do laboratório e não entendem o espaço como um ambiente convidativo. Entretanto, o levantamento identificou que existe interesse em conhecer e usufruir do ambiente e dos trabalhos lá realizados. Além disso, todos os participantes indicaram o *Instagram* como a rede social ideal para o laboratório.

A seguir, foi conduzida a análise das marcas similares que se assemelhavam ao laboratório estabelecidas no processo de *briefing* — identificadas durante a pesquisa de mercado e/ou apontadas pelos participantes. As marcas selecionadas foram classificadas

a partir de cinco vertentes, quanto: à linguagem visual gráfica, à representação de sua função, ao logotipo, ao esquema de cores e aos elementos acessório (Matos; Coutinho, 2021), como apontam as figura 1 e 2.

A fase de fundamentação do conceito e definição de estratégia projetual partiu da identificação e da seleção das principais características relacionadas à marca, levando em conta os insumos fornecidos pela fase anterior, e distribuição desses aspectos e elementos em um quadro de atributos (Figura 3). O quadro funciona como uma matriz com linhas e colunas e relaciona a origem da informação com categorias dialéticas de significados (Matos, 2023). A partir dessas relações, foi possível realizar, com base no processo proposto por Matos (2023) a costura dos atributos (Figura 4) e o delineamento do conceito: o sistema de identidade visual deveria transmitir as ideias de pertencimento, regionalidade, experimentação e memória gráfica, além de explorar a ligação próxima com o DEI/RN e seu Museu, como um fator de diferenciação em relação aos demais similares, já que o DDGN estabeleceu uma parceria com o Departamento Estadual há alguns anos, e a partir desta relação realiza uma série de atividades nos espaços do órgão estadual.

Considerando a conceituação do projeto supracitada, a marca pretendeu evitar a percepção de ser um ambiente desinteressante e pouco convidativo. Quanto aos parâmetros técnicos, levou-se em conta: a linguagem visual gráfica articulada à linguagem verbal (escrita); a exploração da tipografia sem serifa; utilização de grafismos e texturas, aproximando-se dos similares analisados.

Partindo dessa conceituação, foi elaborado o painel visual (Figura 5), cujos atributos buscaram representar com figuras e imagens as ideias estabelecidas anteriormente, proporcionando um contexto imagético a ser aproveitado nas próximas fases do projeto. Concomitante a isso, foram traçados os requisitos (divididos em obrigatórios, desejáveis e opcionais) e as restrições do projeto (Figura 6), a fim de auxiliar na elaboração dos elementos e da linguagem do sistema de identidade visual.

Finalizadas as fases de problematização e de estratégia, partiu-se para a terceira parte deste projeto, a de criatividade. Essa fase teve início com o processo de nomeação (naming), dividido em três momentos: seleção das palavras-chave para compor os conjuntos do Diagrama Cintila, consulta de dicionário e, por fim, seleção e análise comparativa das palavras candidatas. Para o diagrama, foram estabelecidos três conjuntos: tipos móveis, regionalidade e experimentação gráfica, de acordo com os insumos das fases anteriores. Em seguida, foi realizada a consulta do Dicionário de Artes Gráficas de Frederico Porta (1958). Para facilitar o tratamento das informações coletadas, as palavras selecionadas e suas definições foram distribuídas em uma tabela (Figura 7), e passaram por uma nova seleção, para, então, serem distribuídas no diagrama (Figura 8). Levando em consideração os critérios estabelecidos, sonoridade e questões de significado, a palavra “remate” foi escolhida como novo nome do laboratório, por sua interconexão com processos artesanais e com a anatomia do tipo.

Em seguida, foi realizada a seleção e a análise de diversos letreiros vernaculares (Figura 9) encontrados no RN, proveniente das observações do cotidiano e da consulta da coleção **O que As Ruas Falam**, trabalho do fotógrafo Osani, publicado em seu perfil no *Instagram*. Entre outros detalhes, foi possível observar uma dinamicidade no tamanho

do corpo do texto de títulos, principalmente em conjunções e conectivos, além da variação da orientação de linha de base dos tipos — ora horizontais, ora diagonais (Figura 10).

Pensando em novos contextos de utilização de técnicas de impressão para soluções de maior valor estético e simbólico, e tendo em vista que o DEI/RN existe como um diferencial neste projeto, foi definido que a composição do logotipo seria feita utilizando os tipos móveis do Museu da Imprensa Oficial Eloy de Souza, instituição vinculada ao DEI/RN. A fonte escolhida, que faz parte do acervo do Museu, não possui identificação e nem versão digital. Dessa forma, os primeiros rascunhos do logotipo foram elaborados utilizando fontes com características similares, como a Oswald.

O desenvolvimento do logotipo para o laboratório foi concebido a partir da utilização de tipos móveis de madeira, como mencionado anteriormente, que fazem parte do acervo expositivo do Museu Eloy de Souza. Para tanto, com a assistência do impressor Valdecir Correia dos Santos, funcionário do DEI/RN, foi montada uma matriz tipográfica que foi impressa em papel jornal na máquina impressora do Museu (Figura 11), operada pelo impressor supracitado. Em seguida, os impressos foram escaneados e transformados em vetor, buscando preservar a textura proveniente desse tipo de processo de impressão. Dessa maneira, foram geradas e testadas diferentes alternativas antes da seleção da composição final (Figura 12). Estabelecida a marca gráfica, partiu-se para a exploração dos demais elementos secundários do sistema — a paleta de cores e o alfabeto tipográfico.

Considerando o contexto do projeto e a construção da harmonia com o conceito traçado, foi determinada a utilização das cores-pigmento primárias — ciano, magenta, amarelo e preto —, para compor a paleta de cores do sistema, tendo em conta os atributos de experimentação e produção gráfica. Ainda corroborando as características de impressão artesanal, foi indicada que as três cores principais fossem utilizadas somente em conjunto, de maneira sobreposta e com a mesclagem multiplicação/multiply, como demonstra a figura 13. De maneira geral, deve-se priorizar as aplicações monocromáticas.

Quanto à seleção tipográfica, os critérios estabelecidos derivaram das observações dos letreiros vernaculares. Dessa forma, foi determinada a apuração de duas famílias tipográficas — com e sem serifa —, que possibilitassem composições harmoniosas entre si e permitissem uma maior dinamicidade de tamanhos. Portanto, após pesquisas e testes com diferentes fontes presentes em sites como *Google Font*, *Fonshare* e *Fontesk*, as tipografias escolhidas para compor o sistema de identidade visual do laboratório foram: *Inter*, desenvolvida por Rasmus Andersson, pensada para aplicações de diferentes tamanhos e suportes, com características que facilitam a legibilidade; e *Fraunces*, elaborada pelas parceiras Phaedra Charles e Flavia Zimbardi, uma fonte display com serifa suave, ou seja, de aparência arredondada, inspirada em fontes antigas, como *Windsor*, *Souvenir*, e *Cooper Series*. Ambas as fontes são utilizadas em títulos de maneira dinâmica, e a fonte *Inter* compõe, também, textos e destaques (Figura 14).

No que diz respeito aos demais elementos do sistema, buscou-se explorar os clichês tipográficos identificados e digitalizados, advindos de pesquisas correlacionadas ao

projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”. O intuito foi estabelecer relação entre esse estudo e a identidade visual do laboratório-oficina com processos gráficos tradicionais e, sem dúvida, com o acervo de clichês do DDGN. Esses elementos tipográficos, então, foram utilizados como soluções gráficas para compor os pontos de contato. Aliado a isso, também foram desenvolvidas grafismos e possibilidades de assinatura do logotipo com elementos que remetem à pré-produção tipográfica e seus efeitos gráficos típicos (Figura 15).

Quanto à linguagem fotográfica, foi estabelecido que se deve prezar por imagens que ilustram principalmente o desenvolvimento das atividades, com close-ups nas tarefas, como demonstra a figura 16. Para materiais gráficos e manifestações visuais em que a fotografia é utilizada como acessório, pensou-se numa aplicação estilizada e dinâmica, com efeitos de matriz de meio-tom (*halftone*), que remetem às retículas de impressão.

Por fim, após a formulação de todos os elementos que constituem o sistema, foram elaborados: os padrões de layouts para as redes sociais, levando em consideração as principais postagens antecipadas no *briefing* de projeto; e a sinalização básica para o ambiente do laboratório. Todos esses esforços culminaram na apresentação do novo nome e sistema de identidade visual da oficina durante a Semana de Integração do Curso de Design de 2025, evento de apresentação do Curso para os alunos ingressantes do período, com a realização da Oficina de Clicheria Histórica Potiguar, momento em que foram entregues fanzines de apresentação (Figura 17) e implantadas os primeiros suportes de sinalização do ambiente.

Conclusão

Partindo do panorama exposto durante o desenvolvimento do projeto, este trabalho buscou viabilizar e fornecer a estrutura necessária para a criação de um canal de divulgação do laboratório-oficina de práticas gráficas do DDGN/UFRN e, posteriormente, de um panorama geral da produção do Departamento de Design. Com a elaboração desse sistema de identidade visual espera-se ser possível, a partir das futuras aplicações e ativação das redes sociais, criar um envolvimento maior e identificação entre laboratório e estudantes, além de estabelecer uma ponte com a comunidade universitária para além do Departamento de Design, a fim de fomentar trocas entre pesquisadores.

Sendo assim, este trabalho cumpriu com o objetivo de criar um sistema de identidade visual com base nos conceitos e na estratégia estabelecidos durante seu desenvolvimento, contemplando os conceitos de memória gráfica e de experimentação gráfica. A utilização dos tipos do acervo do Museu Eloy de Souza do DEI/RN para compor a marca gráfica, e dos clichês tipográficos do DDGN/UFRN como elementos de apoio de marca, corroboram os objetivos específicos do estudo sobre memória gráfica, ao trazer uma nova contextualização a esses itens e criar uma solução gráfica de valor estético e simbólico.

A pesquisa com os estudantes revelou a percepção negativa em relação à estrutura do laboratório. Além disso, os demais desafios encontrados durante o processo, como as restrições de aplicações de alto custo e o pouco engajamento dos estudantes, reforçam a necessidade e importância de investimento em infraestrutura e recursos por parte da UFRN e da divulgação das produções internas do Curso de Design. Dessa maneira, é necessário dar continuidade ao projeto, preparando um plano de postagens para redes sociais e elaborando pontos de contato que possibilitem vínculos com os estudantes, como figurinhas, *bottoms* e camisetas. Ademais, sugere-se o engajamento do laboratório em eventos do Curso de Design, como a Debulha - Semana Acadêmica de Design, e demais eventos acadêmicos — por meio de oficinas, palestras e feirinhas.

Referências

FARIAS, Priscila L.; BRAGA, Marcos da Costa (Orgs.). **Dez ensaios sobre memória gráfica**. São Paulo, SP: Blucher, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, 2022.

MATOS, Sílvia Aparecida de Oliveira de Alencar. **Roda de Fuxico**: um método de ensino brasileiro como proposta de apoio a professores na orientação da criação de sistemas de identidades visuais participativos. 2023. Tese (Doutorado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MATOS, Sílvia Aparecida de Oliveira de Alencar; COUTINHO, Solange. Critérios para análise de similares em processos de criação de identidades visuais, a partir de classificações advindas do design gráfico e da informação. In: MIRANDA, E. R.; RANOYA, G.; COUTINHO, S. .G. (Org.). **[in]formar novos sentidos**, v. 2. São Paulo: Blucher, 2021a. p. 150 -185.

OLIVEIRA, Victor Rodrigues de. **Processos de *naming***: inferências sobre métodos e práticas no desenvolvimento de marcas. 2025. TCC (Graduação) - Curso de Design, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

PORTA, Frederico. **Dicionário de artes gráficas**. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

VALADARES, Paula (Org.). **Memória gráfica no Agreste**. Recife, PE: CEPE, 2018.

WHEELER, Alina. **Design de identidade da marca**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Anexos



Figura 1 - análise de similares



Figura 2 - análise de similares



Figura 3 - quadro de atributos



Figura 4 - costura de atributos



Figura 5 - painel visual do conceito



Figura 6 - requisitos e restrições do projeto



Figura 7 - quadro de palavras e definições retirados do Dicionário de Artes Gráficas



Figura 8 - Diagrama Cintila preenchido



Figura 9 - letreiros vernaculares



Figura 10 - letreiros vernaculares selecionados



Figura 11 - matriz de impressão



Figura 12 - marca gráfica final



Figura 13 - aplicação da paleta de cores com modo de mesclagem multiply



Figura 14 - modelo de título



Figura 15 - aplicação dos grafismos desenvolvidos a partir do logotipo



Figura 16 - exemplo de fotografia



Figura 17 - fanzines entregues durante a oficina



Anexo 1 - roteiros da entrevista e do questionário



Anexo 2 - Entrevista com respostas resumidas/adaptadas



Anexo 3 - Questionário com respostas na íntegra

CÓDIGO: HS1083

AUTOR: ALICE LINS MENDES BARRETO

ORIENTADOR: CANDIDA MARIA BEZERRA DANTAS

TÍTULO: Conservadorismos e ofensivas antigênero: movimentos político-culturais e estratégias de enfrentamento no RN

Resumo

Este estudo analisou as estratégias de resistência e as formas de organização de coletivos LGBTQIAP+ e interseccionais no Rio Grande do Norte diante do avanço do conservadorismo e das ofensivas antigênero. Com base em epistemologias feministas decoloniais e tendo como metodologia a etnografia virtual, foram observadas, entre 2019 e meados de 2025, as práticas políticas, culturais, sociais e digitais de três coletivos: GAMI, Diversomos e Articula LGBT. A pesquisa identificou que, apesar de distintas em seus modos de atuação, essas organizações convergem na defesa de direitos e na criação de espaços coletivos de cuidado e visibilidade, articulando ações em rede, ocupações culturais, acolhimento comunitário e mobilização nas redes sociais. As estratégias combinam incidência política, produção cultural, práticas de cuidado e uso estratégico do ambiente digital, evidenciando a importância da interseccionalidade na construção de resistências, especialmente no enfrentamento das opressões simultaneamente marcadas por gênero, raça, classe e sexualidade. Tais iniciativas não apenas combatem as exclusões impostas por estruturas patriarcais, racistas e cisheteronormativas, mas também ampliam possibilidades de existência e participação social para corpos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Resistência; Coletivos LGBTQIAP+; Interseccionalidade; Conservadorismo

TITLE: Conservatism and Anti-Gender Offensives: Political-Cultural Movements and Strategies of Resistance in Rio Grande do Norte

Abstract

This study analyzed the resistance strategies and organizational forms of LGBTQIAP+ and intersectional collectives in Rio Grande do Norte in the face of the rise of conservatism and anti-gender offensives. Based on decolonial feminist epistemologies and employing virtual ethnography as a methodology, the research observed, between 2019 and mid-2025, the political, cultural, social, and digital practices of three collectives: GAMI, Diversomos, and Articula LGBT. The study found that, despite differences in their modes of action, these organizations converge in the defense of rights and the creation of collective spaces for care and visibility, articulating networked actions, cultural occupations, community support, and mobilization through social media. Their strategies combine political advocacy, cultural production, care practices, and the strategic use of digital environments, highlighting the importance of intersectionality in building resistance—particularly in confronting oppressions shaped simultaneously by gender, race, class, and sexuality. Such initiatives not only challenge the exclusions imposed by patriarchal, racist, and cisheteronormative structures, but also expand the possibilities for existence and social participation for historically marginalized bodies.

Keywords: Resistance; LGBTQIAP+ collectives; Intersectionality; Conservatism

Introdução

Nas últimas décadas, a América Latina tem sido marcada pelo avanço do neoliberalismo e do conservadorismo, que, aliados ao capitalismo financeiro, enfraquecem as bases democráticas. Como observa Rolnik (2018), esse processo desconstrói conquistas, apaga protagonistas — especialmente atores da esquerda — e cria condições para a consolidação de um Estado neoliberal. Para Lugones (2020), tal projeto ultrapassa o campo econômico e prolonga hierarquias coloniais de poder, beneficiando elites e subordinando grupos marginalizados. Também atua no controle de subjetividades, moldando identidades e relações sob lógicas de exclusão e preservando hierarquias globais (Quijano, 2005).

Nesse cenário, as ofensivas antigênero não se limitam a reações a avanços progressistas. Serrano (2021) mostra que se trata de ação criativa de produção de narrativas e estruturas com efeitos simbólicos e concretos. Butler (2024) afirma que a ideologia antigênero busca restaurar uma “ordem patriarcal”. Esses movimentos utilizam estratégias para manter valores tradicionais, produzindo desdemocratização sem suspender práticas democráticas (Corrêa, 2021). Embora compartilhem a oposição a gênero e direitos sexuais e reprodutivos, configuram fenômeno heterogêneo moldado por contextos locais.

No Brasil, a onda conservadora intensificou-se após o golpe de 2016 e nas eleições de 2018, revelando fragilidades da democracia. A retórica da “ideologia de gênero” foi mobilizada como pânico moral (Miskolci, 2007), transformando o termo em um “fantasma totalizante” (Butler, 2024), legitimando censuras e ataques. O Estado, nesse contexto, autoriza a negação da vida de certos grupos em lógica necropolítica (Mbembe, 2018) que naturaliza sua exposição à violência.

As agendas antigênero e antifeministas no Brasil não apenas inviabilizam políticas de diversidade sexual (Maracci & Prado, 2022), mas reforçam opressões ligadas à branquitude e ao fundamentalismo cisgênero (Mombaça, 2021). O apagamento do debate sobre gênero aprofunda hierarquias, naturaliza desigualdades e perpetua violências étnico-raciais. Contudo, emergem práticas de resistência articuladas por corpos precarizados — mulheres, negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+, nordestinos, pobres — que enfrentam estruturas patriarcais, racistas, capacitistas e LGBTQIAP+fóbicas. Inspiradas em Lugones (2014), tais estratégias não são o fim, mas ponto de partida da luta, nascendo da interação entre opressão e resistência. Butler (2018) ressalta que essa resistência se materializa na reivindicação do “direito de aparecer” em espaços públicos.

Essas ações não estão livres de tensões. A diversidade de identidades e agendas gera disputas sobre representação e prioridades (Hall, 2006). Contudo, também revela a identidade como “celebração móvel” (Hall, 1987), que se reinventa na pluralidade. Essa heterogeneidade pode fortalecer a criação de contrapoderes capazes de ampliar possibilidades de existência coletiva. Nesse processo, práticas culturais — como música, artes visuais, saberes tradicionais indígenas e negros, arte periférica e medicina popular — desempenham papel fundamental no fortalecimento das resistências (Butler, 2018; Dias & Leite, 2021). Ao desafiar as “monoculturas do ser-saber-poder” (Quijano, 2005; Melo, 2022), essas expressões ratificam a pluralidade e enfrentam tentativas de apagamento.

Assim, o artigo analisa histórias de vida, práticas políticas, estratégias de resistência e espaços de cuidado contra discriminações. Examina como corpos dissidentes constroem narrativas e como gênero, raça, sexualidade e território influenciam trajetórias e engajamentos. Investiga o impacto das práticas políticas e culturais na luta por direitos, na formação de identidades e na representatividade, bem como a performatividade desses corpos, seus processos de pertencimento e estratégias de visibilidade e reconhecimento frente ao conservadorismo e às ofensivas antigênero.

Metodologia

O presente estudo tem caráter qualitativo e se inspira nas epistemologias feministas decoloniais para sua efetivação. Para alcançar os objetivos delimitados para a pesquisa — de analisar as estratégias de resistência e as formas de organização de coletivos online no contexto de avanços conservadores e ofensivas antigênero —, esse estudo adota a etnografia virtual como abordagem metodológica principal. Segundo Polivanov (2013, p. 62), com base em Evans e Geertz, “a etnografia pode ser definida tanto como um processo e método de pesquisa qualitativa (...) quanto um produto (o resultado desse processo é uma etnografia) cujo objetivo é interpretação cultural”. Diante dessa metodologia, foi possível observar e analisar interações, discursos e práticas culturais; compreender as dinâmicas e as formas de organização dos grupos selecionados, como constroem sua atuação política no ambiente virtual e como a interseccionalidade se apresenta nos objetivos e pautas principais diante do cenário contemporâneo.

Para a realização dessas análises, a modalidade empregada foi a denominada de lurking, que assim como destaca BRAGA (2006), significa “ficar à espreita”, configurando, portanto, uma prática observacional, não obstrusiva, onde o pesquisador se propõe a apenas observar as dinâmicas de determinados grupos sociais, visando a sua não interferência nas práticas cotidianas destes. Essa escolha metodológica se justificou, entre outros fatores, por questões de tempo e viabilidade, possibilitando um recorte mais concentrado e compatível com os limites temporais da pesquisa, além de configurar, também, a forma mais direta de acessar e analisar os dados gerados e compartilhados nesses ambientes digitais.

A escolha dos coletivos, por sua vez, foi realizada a partir do levantamento realizado na primeira etapa dessa pesquisa, em que foram mapeados coletivos, grupos, associações e movimentos sociais e culturais vinculados às pautas de gênero, diversidade e relações étnico-raciais em atuação no estado do Rio Grande Norte. Dos trinta e oito grupos mapeados, foram selecionados três coletivos: GAMI, Diversomos e Articula LGBTQ+. Como critérios de seleção, foram priorizados grupos que se encontravam mais ativos no Instagram – principal plataforma de comunicação utilizada pelos coletivos encontrados –, que apresentavam postagens recentes e realizavam atividades há bastante tempo, o que indica uma presença consolidada na plataforma e um histórico de engajamentos. Para além disso, um critério fundamental foi a relação explícita dos coletivos com questões de gênero e sexualidade em seus posicionamentos, considerando o epicentro dessas pautas nas disputas políticas atuais, mas que também fossem atravessadas por questões de classe, etnia e raça, de forma interseccional, destacando a importância da pluralidade como resistência.

A coleta de dados foi efetuada por meio da análise de materiais públicos disponibilizados nas redes sociais dos coletivos selecionados, incluindo postagens no feed, stories, vídeos (como reels e lives), comentários e demais conteúdos relevantes capazes de fornecer informações a respeito dos seus posicionamentos, formas de engajamento e as estratégias de resistência empregadas. Uma vez coletados, esses dados foram sistematizados através de sua organização em uma tabela desenvolvida para categorização das informações relevantes a respeito dos coletivos como: período – de 2019 a 2022 e 2023 aos dias atuais –; histórico e organização do movimento; estratégias de enfrentamento identificadas pelas postagens; movimentos de apoio e reacionários nos comentários.

A primeira categoria do período foi definida para notificar alguma mudança ou atualização nas formas de engajamento e estratégias de mobilização utilizadas pelos grupos no decorrer do tempo. A categoria do histórico, por sua vez, foi pensada para nortear os motivadores de cada grupo, seu processo de formação e consolidação no cenário de lutas políticas. As duas últimas categorias foram pensadas para possibilitar um maior detalhamento das ações realizadas por cada coletivo, criando espaço para uma análise mais precisa e sistemática das estratégias discursivas e performáticas dos coletivos, suas principais pautas, temas e formas de estratégias, assim como as reações das pessoas que consomem seus conteúdos. Adicionalmente, foi criado um repositório no Google Drive para o arquivamento de forma organizada dos prints e registros virtuais, organizados por coletivos.

Resultados e Discussões

Os grupos selecionados para a análise etnográfica virtual foram o GAMI, o Diversomos e o Articula LGBT. Todos utilizam o Instagram como a principal meio de articulações midiática, tanto para divulgação de eventos e formações, quanto para a conscientização e a denúncia de retrocessos. Atuando em rede com outros coletivos, instituições públicas e movimentos sociais, intensificaram suas atividades online a partir do cenário político de 2019, marcado pelo avanço do conservadorismo e das ofensivas antigênero.

O GAMI (Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes), fundado em 2003, em Natal/RN, surgiu em resposta à ausência de políticas públicas para mulheres lésbicas, trans e bissexuais, buscando fortalecê-las por meio da arte, do esporte e da formação política. Chegou ao Instagram em 2019, criando um perfil com alta frequência de postagens, compartilhando registros fotográficos e vídeos das atividades realizadas pelo coletivo; assim como cards informativos, celebrativos de datas importantes e divulgações de eventos culturais e políticos. Utiliza lives e sua página no Youtube para divulgar apresentações culturais e fomentar debates; de sorteios, em parceria com outros estabelecimentos, para ampliar seu engajamento; de stories e destaques, para arquivar o histórico de ações realizadas; e de links na bio que direcionam para projetos, leis, campanhas e conteúdos sobre o coletivo.

O Diversomos, com cerca de uma década de atuação, se formalizou, através de um registro oficial, em 2019, no intuito de fortalecer a articulação estadual e municipal de políticas públicas LGBT em Parnamirim/RN. Passou a usar o Instagram em 2021, priorizando o diálogo com órgãos públicos e a mobilização comunitária de mulheres lésbicas, trans e bissexuais para debater temas pertinentes. O perfil se caracteriza pelo uso de hashtags e reposts de outros coletivos e órgãos públicos; de publicação de vídeos, reels e coberturas fotográficas; divulgação de direitos, leis e benefícios sociais; chamadas para eventos e manifestações; além de links na bio para comunicação direta e inscrições de novos membros ao coletivo, assim como para mapeamento de usuários interessados no Processo Transexualizador. Mantém poucos destaques fixos na bio, sendo estes convites, participações na mídia e registros de ações, e utiliza a rede também para denunciar o descaso do poder público municipal.

O Articula LGBT, por sua vez, foi criado visando manter informada e engajada a comunidade LGBT de Natal a respeito das ações efetuadas e oferecidas pelo Centro Municipal de Cidadania LGBT+, com foco especial na população trans. Está no Instagram desde 2020, utilizando-o como principal canal de divulgação de serviços, registros históricos de atividades e mobilização social. Assíduo nas publicações, o perfil utiliza hashtags, reels e cards educativos, além de uma ampla seção de destaques que reúne registros de eventos, campanhas, mutirões e parcerias. Também disponibilizam na bio um link para um drive com cartilhas, panfletos e materiais formativos sobre direitos, saúde, educação e mercado de trabalho. O uso de vídeos é estratégico, especialmente em campanhas de visibilidade trans, coberturas de eventos culturais (carnaval, arraiaá, seminários) e divulgação de serviços do Centro LGBT.

Nesse sentido, observa-se que esse grupos se organizam e se articulam de formas distintas: o GAMI tem maior enfoque nas áreas culturais, de esporte e música, objetivando fortalecer laços comunitários e mobilizar apoios; o Diversomos mantém maior incidência institucional e de conexão direta com serviços públicos, mobilizando a participação em assembléias e reuniões; já o Articula LGBT volta-se a prestação de serviços, cursos e formações, integrando informação, atendimento e cultura. Apesar dos diferentes lugares de partida para a construção de suas próprias identidades e iniciativas, todos os coletivos fundamentam suas estratégias de resistência levando em conta quatro frentes principais: política, cultural, social e digital; adaptando-se às condições impostas pelo avanço do conservadorismo e pelas ofensivas antigênero intensificadas a partir de 2019.

No campo político, observa-se que os coletivos surgiram para suprir a histórica ausência de políticas públicas efetivas, especialmente em territórios como Redinha e Parnamirim. Essa atuação se materializa através de suas articulações com outros grupos e movimentos sociais, universidades, órgãos institucionais e profissionais da rede de serviços, a exemplo do GAMI, que participa de iniciativas como o Fundo Elas e se conecta à AMB RN, ao Coletivo Leila Diniz, ao Motim Feminista e ao Fórum de Mulheres do RN; do Diversomos, que mantém articulação com a prefeitura, a câmara de vereadores e secretarias de Parnamirim, participando de audiências, conferências, fóruns e conselhos; e da Articula LGBT, que estabelece vínculos com universidades e profissionais de serviços públicos.

A protagonização das articulações ativas desses coletivos – com movimentos sociais, universidades, órgãos institucionais e profissionais da rede de serviços –, ressalta seu papel não apenas enquanto um recurso estratégico, mas como um exercício plural e público, capaz de constituir um espaço legítimo de aparecimento e reivindicação (Butler, 2018). Revelam uma prática que ultrapassa a simples captação de recursos ou apoio institucional, configurando-se como espaço de disputa política e de afirmação de direitos historicamente negados à população LGBTQIA+, sobretudo quando atravessada por questões de raça, etnia e renda. Assim como destaca Butler (2018), a luta pelo espaço público é também uma luta sobre a forma como os corpos vão ser suportados no mundo – uma luta por emprego e educação, por uma distribuição equitativa de alimento, por moradias habitáveis e pela liberdade de movimento e expressão.

Ao se organizarem, esses grupos encenam outras ideias de igualdade, liberdade e justiça, contrapondo-se às formas hegemônicas que sustentam a opressão (Butler, 2018). É nesse movimento que corpos subalternizados e dissidentes (Lugones, 2014) desafiam a lógica que os priva de legitimidade e visibilidade, ao mesmo tempo em que reivindicam “uma vida igualmente possível de ser vivida” (Butler, 2018). A ação em rede desses coletivos, portanto, não apenas rompe com o isolamento e a invisibilidade impostas pelo sistema, mas constrói, no próprio ato de se fazer presente e de mobilizar alianças, um espaço de aparecimento (Butler, 2018) — lugar onde a luta pelo reconhecimento, pela igualdade material e pela liberdade de existência se torna inseparável da própria definição de democracia.

No âmbito cultural, percebe-se a atuação dos coletivos visando desenvolver estratégias diversas de integração, articulação e visibilidade, combinando arte, música, esporte e cinema. O GAMI realiza ações como o Batuque de Mulheres, o bloco “Sem Preconceito

Eu Vou”, apresentações musicais, oficinas de costura, pintura, grafite e tango, além do lançamento de um EP e de um documentário musical; o Diversomos organiza eventos como a Noite da Diversidade e o Diversomos Day; e o Articula LGBT promove saraus, blocos de carnaval (“Boca de Confusão”), o Arraiá do Orgulho, exposições fotográficas e cine LGBT. Essas iniciativas coletivas de ocupação, espacial e simbólica, dos espaços públicos são fundamentais ao processo de exercer performativamente o direito de aparecer (Butler, 2018), aproximando públicos diversos, enquanto fortalecem vínculos internos e ampliam a inserção regional, isto é, funcionando como um mobilizador tanto político quanto afetivo.

Pode-se dizer, portanto, que essas práticas, para além do entretenimento, constituem também formas de resistência que questionam a lógica de produção urbana marcada por uma perspectiva totalizadora do “homem ideal” (Dias & Leite, 2021), enquanto desafiam as “monoculturas do ser-saber-poder”, impostas pela ordem colonial, e as tentativas de inferiorização e apagamento das diferentes culturas, saberes e existência (Quijano, 2005; Melo, 2022). Nessa disputa simbólica e territorial, os corpos considerados “inelegíveis” ao direito de aparecer — como argumenta Butler (2018) ao analisar os esquemas regulatórios que definem quem pode ou não ser reconhecido publicamente — articulam alianças para romper tais barreiras. Ao ocupar e ressignificar os espaços, os coletivos desenvolvem estratégias de mobilização que combinam arte, música, esporte e cinema, criando novas possibilidades de viver e pensar a cidade. Com isso, desafiam as normativas hegemônicas e evidenciam a pluralidade de performatividades que compõem o tecido urbano (Dias & Leite, 2021).

No âmbito social, a articulação entre o campo político e o cultural se manifesta em práticas de cuidado que vão além do acolhimento imediato, englobando fortalecimento comunitário, conscientização política e emancipação econômica. O GAMI transforma suas oficinas culturais em espaços de pertencimento, autocuidado e autoestima, promovendo vínculos e oferecendo apoio material, como distribuição de alimentos e uniformes, com atenção especial a mulheres lésbicas, bissexuais, negras e periféricas. O Diversomos mantém um espaço físico de acolhimento e escuta individualizada, realizando encaminhamentos e, quando necessário, acompanhando pessoas até serviços públicos, além de organizar encontros que funcionam como redes de informação e suporte, priorizando a articulação intersetorial. A Articula LGBT, sediada no Centro Municipal da Cidadania LGBT, integra atendimento psicológico, grupos psicoeducativos, cursos profissionalizantes, mutirões de documentação, oficinas culturais e atividades de lazer, concebendo o cuidado como um ato político voltado à autonomia e à participação social, com atenção às intersecções de gênero, sexualidade e raça.

Essas práticas se enraízam em uma semântica coletiva que, conforme Honneth (2009), permitem compreender frustrações e exclusões não como problemas individuais, mas como vivências compartilhadas por uma comunidade de sujeitos. Tal processo de mobilização dos coletivos em questão, pôde ser bastante percebido nos anos durante a pandemia de COVID-19, momento em que a ampliação das vulnerabilidades — atravessadas por desigualdades de raça, etnia e renda — levou os coletivos a intensificarem suas ações solidárias de campanhas emergenciais, arrecadações e parcerias para garantir recursos básicos: alimentos, roupas, máscaras, cestas básicas, além de apoio jurídico e psicológico. Essa mobilização reflete o que Butler (2018)

explica como o processo de formação das alianças, que se criam a partir das conexões geradas diante do atravessamento de uma rede complexa de demandas, afetos e motivações. Nesse cenário, os coletivos não apenas respondem a necessidades imediatas, mas também produzem novas respostas solidárias, fortalecendo vínculos comunitários e reconfigurando relações sociais.

Ademais, diante da análise percebe-se ainda o lugar de importância que a dimensão econômica, abarcada pelo trabalho e pela autonomia financeira, ocupa enquanto parte da luta por dignidade, sendo incorporada às estratégias de cuidado por meio de oficinas culturais – desenvolvidas pelo GAMI –, cursos profissionalizantes – articuladas pelo Articuladora LGBT – e orientação para inclusão social e laboral – promovidas pelo Diversomos. Essa prática dialoga com a noção de promoção de suporte social de Baggio & Lorenzini Erdmann (2015), em que o cuidar do outro é um “cuidado do nós”, ou seja, o cuidado do mundo e de cada ser que o habita. Isto é, o cuidado e os afetos não são tidos como ações individuais, mas como ferramentas políticas e sociais que, além de fortalecer o vínculo com o território, ainda organizam relações comunitárias, implementando a solidariedade como modo de vida, ao passo que rompe com a lógica capitalista e individualistas contemporânea (Baggio & Lorenzini Erdmann, 2015).

No âmbito digital, como denotado em momentos anteriores, o uso das redes sociais é pensado como uma forma estratégica de incentivar mobilização, conscientização e visibilidade. O Instagram se apresenta como a principal plataforma de interação com a cybernet dos três coletivos, sendo utilizado para divulgar ações, convocar para eventos, denunciar violações de direitos e compartilhar conteúdos educativos. As postagens informativas incluem dados, estatísticas e contextualizações históricas sobre pautas LGBTQIAP+ e violências, frequentemente vinculadas a datas simbólicas do movimento, como o Dia do Orgulho LGBTQIAP+, Dia da Visibilidade Trans e Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Além do feed, as publicações incluem stories, reels, destaques e reposts, possibilitando diferentes formas de compartilhamento das ações realizadas e aproximando o público externo das realidades e necessidades das comunidades. Essa mobilização se tornam possibilidades nas redes sociais, uma vez que, diferentemente das mídias tradicionais — televisão, rádio e jornais —, em que o público assume uma posição passiva, elas permitem que os usuários interajam, desenvolvam seus próprios conteúdos e compartilhem em rede. Essas interações ampliam as fontes identitárias e possibilitam o empoderamento de grupos historicamente marginalizados (Segundo Ferrari e Assis, 2017).

À título de exemplo, o GAMI é um coletivo caracterizado pelo desenvolvimento de projetos de arrecadação de fundos para membros do coletivo ou pessoas da comunidade LGBT quando em necessidades, principalmente durante a pandemia, se destacando pelo engajamento comunitário e apoio mútuo entre grupos. Diante desse cenário, as plataformas digitais se mostram úteis para a comunidade LGBTQI+ no seu processo de enfrentamento de discursos dominantes que marginalizam e estigmatizam suas identidades. Elas permitem, portanto, a criação de comunidades virtuais exclusivas, capazes de oferecer apoio entre os membros e acesso à informação, seja por compartilhamento de conteúdos externos ou por mediação de fontes pessoais. Esses espaços são especialmente relevantes para a construção de identidades LGBTQI+,

incluindo a identidade de pessoas trans, fornecendo bases para a afirmação e reconhecimento social (SILVEIRA, 2006).

Dessa forma, observa-se que, desde os anos 2000, as redes sociais se consolidaram como novos espaços de sociabilidade no ciberespaço, permitindo interação, engajamento e impacto significativo na vida cotidiana das comunidades (LEMOS, 2013; SILVA, 2010); a partir de seu tom afetivo e acolhedor das publicações — marcado por homenagens, relatos pessoais, convites e registros de eventos — reforça a dimensão de cuidado e solidariedade presente nas ações digitais dos coletivos, enquanto a interação online cria um espaço de troca, acolhimento e apoio que torna a presença digital parte fundamental da resistência e da construção de redes de cuidado.

Conclusão

Os resultados revelam que as estratégias de atuação coletivos GAMI, Diversomos e Articula LGBT se estruturam a partir da articulação entre frentes políticas, culturais, sociais e digitais, constituindo-se como contrapoderes capazes de tensionar e transformar realidades marcadas por desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade. Essas dimensões — embora tenham sido apresentadas separadamente na análise para fins de sistematização — acontecem de forma simultânea e interdependente na prática cotidiana, retroalimentando-se e potencializando as ações de resistência. Entre 2019 e 2021, observa-se que esses coletivos intensificaram sua vinculação às redes sociais, especialmente ao Instagram, como estratégia para ampliar a visibilidade das pautas LGBTQIAP+, em um contexto de sucateamento das políticas públicas, avanço do conservadorismo e ofensivas antigênero, resultantes de decisões institucionais que fragilizaram ainda mais as garantias e direitos dessa população. Ao mesmo tempo em que respondem a demandas urgentes de suas comunidades, constroem redes de apoio, afeto e solidariedade que se fortalecem no território e no ciberespaço. A produção cultural e a ocupação de espaços públicos reafirmam o direito de existir e aparecer, enquanto a presença digital amplia o alcance das lutas e possibilita novas formas de engajamento. A pluralidade de pautas, identidades e modos de agir demonstra que a resistência não se dá de forma homogênea, mas sim como um campo dinâmico e criativo, que se reinventa diante das ofensivas conservadoras. Ressalta-se, contudo, a necessidade de ampliar o mapeamento e a aproximação com outros grupos que atuam no estado, mas que não foram contemplados pela pesquisa, de modo a fortalecer alianças e ampliar o alcance das estratégias de enfrentamento diante do crescimento dos discursos antigênero.

Referências

Baggio, M., & Lorenzini Erdmann, A. (2015). A circularidade dos processos de cuidar e ser cuidado na conformação do cuidado “do Nós”. *Revista de Enfermagem*, 4(7), 11–20. <https://doi.org/10.12707/RIV15012>

Braga, A. (2006). Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: Uma discussão metodológica. *UNIrevista*, 1(3).

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e política das ruas*. Civilização Brasileira.

Butler, J. (2024). *Quem tem medo de gênero?* (H. R. Candiani, Trad.). Jinkings Editores Associados LTDA - ME.

Corrêa, S. (Ed.). (2021). *Políticas antigênero na América Latina: Resumos dos estudos de casos nacionais* (1. ed.). Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA.

Dias, L., & Leite, J. (2021). Cidade e performatividade: Rupturas normativas no espaço público informal — Um estudo de caso na cidade do Recife, Brasil. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 8(1), 61–81. <https://doi.org/10.21814/rlec.3198>

Ferrari, É., & Assis, J. H. de. (2017). A dimensão informacional da transição capilar: Identidade e empoderamento nas mídias sociais. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, 4(1), 74–95. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71893>

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª ed.). DP&A.

Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (L. Repa, Trad.). Editora 34.

Lemos, A. (2013). *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Sulina.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952.

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. Holanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 53–83). Bazar do Tempo.

Maracci, J., & Prado, M. (2022). Ofensivas antigênero e a depuração dos direitos humanos como política de Estado no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 22(4), 1372–1392.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (R. Santini, Trad.).

Melo, H. (2022). *Diversidade sexual e experiências urbanas: Um estudo na cidade do Natal/RN* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: Reflexão sobre o casamento gay. *Sociologias*, 9(18), 101–128.

Mombaça, J. (2021). Não vão nos matar agora. Combogó.

Polivanov, B. (2013). Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. *Esferas*, 2(3), 61–70. <https://doi.org/10.19177/esferas.v2e3201361-70>

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 116–142). CLACSO.

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. N-1.

Silva, M. (2010). *Sala de aula interativa: Educação, comunicação e mídia clássica* (5ª ed.). Edições Loyola.

Silveira, E. M. C. (2006). *De tudo fica um pouco: A construção social da identidade do transexual* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital PUC-RS. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/409>

CÓDIGO: HS1087

AUTOR: SARA ANGELO SERAFIM

ORIENTADOR: MARCIA SEVERINA VASQUES

TÍTULO: O Espaço Funerário no Egito Antigo: a agência material na tumba de Kha (TT8), Reino Novo, XVIII Dinastia, c. 1427-1353 A.E.C.

Resumo

a arte no Egito Antigo sempre foi vista de maneira característica a sua localidade, ainda que tenha se criado um senso comum acerca de sua suposta estagnação ao longo do tempo, o que levou muitos a conferirem uma posição de inferioridade desta arte em relação a arte de outras localidades. No entanto, estudos mais recentes da egiptologia vêm apresentando novas perspectivas sobre a arte, principalmente a iconografia das tumbas. Este trabalho apresenta uma breve análise acerca da iconografia das paredes da tumba de Khâ (TT8), localizada na vila dos trabalhadores de Deir el-Medina, em Luxor, a fim de pensar o papel das imagens e das inscrições na tumba no contexto das crenças funerárias egípcias. A análise é feita através da semiótica e da hermenêutica, a fim de compreender a agência material do Espaço Funerário.

Palavras-chave: Egito Antigo; Espaço Funerário; Semiótica e Hermenêutica.

TITLE: Funerary Space in Ancient Egypt: material agency in the tomb of Kha (TT8), New Kingdom, Eighteenth Dynasty, c. 1427-1353 B.C.E

Abstract

Art in Ancient Egypt has always been viewed as characteristic of its locality, thus creating a common misconception over the supposed stagnation of Egyptian art, which has led many to attribute a position of inferiority to this art in relation to art from other locations. However, recent studies in Egyptology have presented new perspectives on art, particularly the iconography of tombs. This paper presents a brief analysis of the iconography on the walls of the tomb of Khâ (TT8), located in the workers' village of Deir el-Medina, in Luxor, in order to consider the role of images and inscriptions in the tomb in the context of Egyptian funerary beliefs. The analysis is conducted through semiotics and hermeneutics, aiming to understand the material agency of the Funeral Space.

Keywords: Ancient Egypt; Funerary Space; Semiotics and hermeneutics.

Introdução

Este Plano de Trabalho é parte do Projeto de Pesquisa intitulado “Espaço Funerário no Egito Antigo”, orientado pela professora Marcia Vasques, que busca analisar o Espaço Funerário de seis tumbas egípcias construídas durante a XVIII Dinastia, no período pré-amarniano (c. 1550-1353 A.E.C.) pertencentes a pessoas importantes na sociedade egípcia da época. Eu fiquei responsável pela tumba de Kha (TT8) a qual está situada no sítio arqueológico de Deir el-Medina, na margem ocidental de Tebas, atual Luxor, Egito. Deir el-Medina era uma vila de trabalhadores, que foi habitada entre a XVIII e a XX Dinastia por artesãos que trabalhavam na construção de tumbas no Vale dos Reis. O objetivo deste trabalho é a análise das cenas iconográficas da tumba, buscando entender suas imagens e inscrições e como isso se relaciona com o espaço em que elas estão inseridas.

A vila de Deir el-Medina é interessante por ser a vila de trabalhadores que mais deixou evidências literárias, artísticas e arqueológicas (Davies, 1999), evidências que nos ajudam a ter um melhor vislumbre sobre os costumes populares dos antigos egípcios. A TT8 não pertence a membros da alta elite, como as outras tumbas do projeto. Ela pertencia ao Khâ, um chefe de obras que viveu entre os três reinados de Amenhotep II, Tutmés IV e Amenhotep III. Suas origens são desconhecidas (D’Abbadie, 1939) mas na tumba constam representações da família que ele constituiu, no caso a sua esposa Mérit, e seus três filhos: dois meninos e uma menina. Além deles, as ilustrações também incluem um outro casal identificado como Nefer-Heb e Tawy, em primeiro momento foi considerada a possibilidade de que eles pudessem ser ancestrais do Khâ, mas agora se considera que o Nefer-Heb na verdade era o chefe de obras que antecedeu ao Khâ, e poderia ter sido seu mentor, essa semelhança de funções pode ter sido o que estreitou os laços entre as famílias a ponto deles serem representados na tumba da Khâ (D’Abbadie, 1939).

A mobília da tumba atualmente se encontra no Museu de Turim, na Itália, e uma das estelas se encontra no Museu Britânico. A tumba foi descoberta em 1906 pela Missão Arqueológica Italiana sob a direção de Ernesto Schiaparelli (1856-1928). Na câmara funerária foram descobertos centenas de itens e objetos incluindo bancos, camas, joias, mesas com alimentos, além de itens pessoais. A tumba foi limpa, mas permaneceu em mau estado até ser reencontrada em 1920 pelo Departamento de Antiguidades da França, sob a liderança de Bernard Bruyère, que fez a restauração da capela.

Assim como as outras tumbas com estrutura piramidal desta necrópole, também foi construída com tijolos crus e as paredes exteriores revestidas com calcário branco. A estrutura superior de sua tumba era uma capela funerária abobadada com um nicho para a estátua do morto na parte mais interna. A capela é constituída por um pátio e a câmara interna. A pirâmide tem a base no formato levemente retangular, medindo 4.66m e 4.72m, com uma inclinação de 75° que dá cerca de 9 m 32 de altura. Ao redor tem o pátio com 8 m. de largura na parte da frente. E finalmente, tem a câmara interna que abre para uma parede estreita de 1.60m de largura por 3m de altura. Essa capela tem a particularidade de estar bem distante do local de enterramento do morto, enquanto nessa necrópole a maioria das outras capelas estão situadas exatamente acima dos túmulos.

A principal fonte usada para análise da iconografia da tumba foi o *Deux Tombes de Deir el-Medineh*, de J. Vandier D’Abbadie e G. Jourdain. Publicado em 1939, trata-se de um estudo arqueológico que cataloga a tumba do Khâ e a tumba do Amenemopet. É um trabalho que contém descrições detalhadas sobre a tumba bem como imagens fotográficas e desenhos. Além delas também há as imagens das estelas encontradas na tumba e disponibilizadas pelo Museu de Turim e o Museu Britânico. Também foram analisadas

algumas das inscrições hieróglifas da tumba, a fim de ter uma dimensão mais ampla desse Espaço Funerário.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foi utilizado o método de análise semiótica através da hermenêutica estipulado por Valérie Angenot. Antes de tudo, foi necessária a confecção do corpus documental, ou catálogo, sobre a iconografia das paredes da tumba. Este catálogo, baseado no modelo do Volume II da dissertação de Pedro Hugo Canto Núñez (2021b), oferece uma perspectiva mais detalhada acerca do objeto de estudo, uma vez que nos faz observar e descrever todos os aspectos da imagem, bem como o contexto de sua produção, de modo que o catálogo pudesse ser usado para o desenvolvimento de análises e pesquisas posteriores. Feito isso, o método de análise semiótica através da hermenêutica foi empregado. A semiótica é a disciplina que estuda os signos e como seus significados são produzidos, ela analisa os discursos presentes na linguagem escrita e nas imagens. Enquanto a hermenêutica visa a interpretação do discurso que está implícito, para além do significado literal presente no texto e na imagem. Angenot (2015) aponta as conexões entre semiótica hermenêutica na egiptologia ao afirmar que as cenas pintadas em tumbas possuem significado que vai muito além do que está posto na imagem, pois a iconografia tem relação direta com o contexto histórico e espacial em que está inserida. E esse significado poderia ser acessado de modos diferentes a depender do contexto em que o indivíduo em contato com essas representações estivesse inserido.

Ainda na hermenêutica, Angenot (2011; 2015) sugere uma metodologia interpretativa com duas linhas teóricas: a anomalia e a contextualização. A primeira baseia-se na ideia da inconsistência para alcançar as camadas subjacentes de significação, uma vez que, no Egito Antigo, as anomalias na coerência de um discurso sempre revelam a presença de significado derivado (Angenot, 2015). A segunda depende de uma contextualização tanto espacial quanto temporal, uma vez que, na hermenêutica, dois significados diferentes podem ser oriundos de um mesmo código semiótico (Angenot, 2015). Portanto, a partir do momento que a normalidade, a anomalia e o contexto estiverem bem definidos e unificados, a interpretação pode ser feita de maneira coerente.

Por fim, a outra etapa metodológica deste trabalho é a da Agência Material (Malafouris, 2013), interpretando a tumba como um Espaço Funerário em excelência, não sendo algo inerte sobre o qual existe uma agência, mas, sim, como algo ativo, que existe a partir do engajamento e interação do humano com a própria tumba. Malafouris pensa a ideia de homo faber como algo crucial para a condição de ser humano (Malafouris, 2013). Uma vez que a manipulação criativa da matéria e a consequente fabricação de coisas é fundamental na vida de vários seres vivos, mas o que diferencia a humanidade de outros animais é a dialética entre humanos e a tecnologia, pois na medida em que o ser humano cria novas técnicas, ele também é permanentemente afetado por elas em todas as dimensões. Esse conceito foi importante para entender como o Espaço Funerário foi elaborado e modificado, mas também como ele afeta aqueles que o conceberam, uma vez que tal Espaço é resultado de uma longa tradição funerária cujo intuito é a perpetuação da memória do morto, ao mesmo tempo em que essa perpetuação se dá a partir de uma modificação criativa do ambiente.

Resultados e Discussões

A XVIII Dinastia foi um período de expansão e prosperidade egípcia. Após a vitória sobre os hicsos e a retomada do poder pelos egípcios, houve finalmente uma estabilização social, e a partir disso eles buscaram expandir para outras terras. Isso levou a um forte crescimento econômico que resultou na construção de muitas obras funerárias, como o Vale dos Reis, localizado em Tebas, um território dedicado à construção de tumbas para os monarcas egípcios (David, 2011). Essas obras levaram à existência de assentamentos como a vila dos trabalhadores de Deir el-Medina. Os habitantes da vila eram conhecidos como “servos no Palácio da Verdade” pelo seu trabalho na escavação e na decoração das tumbas reais (Davies, 1999). Evidências mostram também que os trabalhadores possuíam um nível de letramento e de renda superior a outros egípcios de mesma classe social (Lesko, 1994). Nesse período também o acesso a determinados ritos funerários já não era mais restrito à realeza, haviam se expandido de modo geral às elites em seus variados níveis. Durante o reinado de Tutmés IV e Amenhotep III a decoração das capelas, mesmo as mais simples, havia atingido seu auge (Brancaglion Jr., 1999). É nesse contexto histórico e espacial que a tumba de Khâ está inserida, pois Khâ era chefe de construção de obras no Vale dos Reis que teve direito a uma tumba.

As cenas iconográficas da tumba estão distribuídas em três paredes, com adição de duas estelas, as quais ficam embutidas na parede A (D’Abbadie, 1939, Pl. III), e são típicas cenas de obras funerárias. Elas retratam banquetes e homenagens tanto aos deuses quanto aos mortos. Na parede A, que fica oposta à entrada da tumba, temos cenas de homenagem aos mortos, não ao Khâ e sua esposa Merit, mas ao casal NeferHeb e Tawy. Especula-se que NeferHeb tenha sido chefe de obras antes de Khâ e portanto, seu mentor, o que explicaria seu lugar de honra na tumba de Khâ. No lado esquerdo, a parede B (Pl. IV) retrata cenas de banquete e homenagem aos mortos, repleta de muita comida, música e dança. No lado direito, a parede C (Pl. VIII) é totalmente dedicada a homenagem e oferendas ao deus Osíris, com todos os personagens voltados para o deus, trazendo consigo flores e animais, e prestando adoração. O material melhor preservado é o das duas estelas, as quais se encontram no Museu de Turim e no Museu Britânico, respectivamente.

O tema principal de suas cenas de ambas são as homenagens aos deuses e aos mortos, dessa vez com a presença também de monarcas egípcios. A estela do Museu Britânico mostra o rei Tutmés IV prestando homenagem a Amon-Rê, o qual está acompanhado da rainha Ahmose-Nefertári, enquanto abaixo aparece o Khâ fazendo orações. Essa cena chama atenção por mostrar o morto em plano menor, sendo ele o personagem que ocupa menos espaço, o que era incomum na iconografia funerária egípcia que buscava sempre destacar o morto (Brancaglion Jr., 2003). Também é interessante a presença dos monarcas, pois especula-se (D’Abbadie, 1939) que Khâ viveu por três reinados (Amenhotep II, Tutmés IV e Amenhotep III), mas é apenas Tutmés IV que é figurado com destaque na iconografia da tumba, o que implica uma importância maior dele na vida do Khâ. A presença da rainha Ahmose-Nefertári também é interessante, embora não incomum na iconografia de Deir el-Medina (Davies, 1999), uma vez que ela era considerada patrona da vila junto com seu filho, Amenófis I, ainda assim é curioso que somente ela seja retratada na cena e não seu filho também, o qual concebeu a vila.

A estela do Museu de Turim foi a mais analisada do projeto, porque dela também traduzimos as inscrições hieróglifas. Ela também retrata uma cena de homenagem com a presença dos deuses, mas dessa vez com maior destaque ao morto e sua família. No primeiro registro o Khâ aparece de pé em paralelo prestando homenagem a Osíris e a Anúbis, deuses associados à morte e ao embalsamento. Abaixo, estão o casal Khâ e Merit

recebendo homenagem de seu filho. As inscrições nomeiam o Khâ, sua função e sua esposa, e relatam as oferendas de roupas, incenso, e alimento como pão e cerveja. É importante ressaltar que as inscrições de modo geral dessa tumba apresentam alguns erros gramaticais. Visto que a vila apresentava um nível considerável de letramento, com artesãos que precisavam saber ler e escrever para conseguir trabalhar nas tumbas reais (Lesko, 1994), é possível inferir que a pessoa responsável pelas inscrições da tumba não era um escriba profissional, mas um artesão com conhecimento amador sobre a escrita hieróglifa.

Por se tratar de uma tumba de tamanho modesto, suas cenas se limitam a retratar banquetes e homenagens. Banquetes na iconografia egípcia costumam ser associados à vida e ao bem-estar, pois além da festa, também mostra fartas oferendas de comida e animais, que viria a suprir o morto no pós-vida. As homenagens aos deuses buscam expressar uma conduta de fidelidade para com os preceitos religiosos, a fim de ganhar o favor deles no Além. De acordo com Brancaglion Jr. (1999), o banquete é um sistema representativo e funcional que assegura a sobrevivência do morto no Além, traduzindo através de figuras concretas um ideal desejado. Isso denota uma dialética entre o abstrato e o real, pois os egípcios acreditavam que estas cenas eram criadoras de uma realidade mágica em outro plano de vida. O banquete também trata da união entre a vida e a morte (Brancaglion Jr., 1999) na medida em que o morto é representado vivo e celebrando com seus familiares, com o intuito de negar a própria morte. É interessante perceber que as camadas mais populares também partilhavam essas crenças, apesar das tumbas não serem acessíveis a todos da população.

A tumba, as pinturas e as inscrições em conjunto levantam possibilidades e questões acerca da vida das pessoas menos elitizadas deste local. Como algumas delas acessavam o Além, quais figuras divinas e históricas eram homenageadas em suas cenas. A sociedade egípcia era bastante hierárquica, e as cenas das tumbas eram pintadas de modo a favorecer o morto acima de qualquer outro indivíduo, o que torna as tumbas pertencentes a artesãos e chefes de obras interessantes objetos de estudo para se entender melhor a vida de pessoas que estavam inseridas nas camadas populares, e também ver como esses indivíduos participavam de algo que por muito tempo era restrito a uma parcela bem privilegiada da sociedade. O Khâ supervisionou a construção de obras para a monarquia, de modo que ele conhecia de perto o funcionamento do espaço funerário e o que ele proporcionava aos mortos.

Conclusão

A iconografia da tumba de Khâ não é extensa, mas traz muitos elementos capazes de gerar algumas análises, tanto pelo que ela mostra através das cenas e das inscrições hieroglíficas quanto pelo que está implícito nela. As cenas pintam um panorama acerca das interações entre espaço e sociedade, pois revela desejos, lacunas, recorrências e particularidades inerentes ao indivíduo em sociedade. Mas ainda é necessária uma análise mais minuciosa da iconografia da tumba levando em consideração o cotidiano das pessoas da vila de Deir el-Medina. Só então o ideal de agência do espaço conceituado por Malafouris pode ser realizado de maneira mais satisfatória.

Referências

REFERÊNCIAS

D'ABBADIE, J. Vandier. La chapelle de Khâ. In: D'ABBADIE, J. Vandier; JOURDAIN, G. Deux tombes de Deir el-Médineh. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1939. [MIFAO 73]. MUSEO EGIZIO. Stele funeraria di Kha (n. 1618). Disponível em: https://collezioni.museoegizio.it/it-IT/material/Cat_1618/?description=&inventoryNumber=&title=&cgt=&yearFrom=&yearTo=&materials=&provenance=TT8&acquisition=&epoch=&dynasty=&pharaoh=&searchLng=it-IT&searchPage=1. Acesso em: 04 set. 2024.

BRITISH MUSEUM. Stela (EA1515). Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA1515. Acesso em: 04 set. 2024.

BIBLIOGRAFIA:

ANGENOT, Valerie. Semiotics and Hermeneutics. In: HARTWIG, Malinda (org.). A companion to ancient Egyptian art. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2014.

ASSMANN, Jan. Written culture. In: ASSMANN, Jan. Cultural Memory and Early Civilization: writing, remembrance, and political imagination. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 70-110.

BRANCAGLION JR., Antonio. Banquete funerário no Egito Antigo: Tebas e Saqqara - tumbas privadas do Novo Império (1570-1293 a.C.). 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRANCAGLION JR., Antonio. Manual de Arte e Arqueologia Egípcia I. Série Monografias, 5. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

BRANCAGLION JR., Antonio. Manual de Arte e Arqueologia do Egito Antigo II. Série Monografias, 6. Rio de Janeiro, Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2004.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo; VASQUES, Marcia Severina; CANTO MARTINS, Bruno Leonardo. Projeção tridimensional de uma estrutura funerária egípcia: implicações, formulações e análise espacial da tumba de Nakht (1401-1353 A.E.C.). Revista Aedos, v. 12, n. 26, p. 168- 197, 2020.

CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 1. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021a. CANTO NÚÑEZ, Pedro Hugo. O espaço funerário no Egito Antigo: a tumba de Nakht (Reino Novo, c. 1401-1353 A.E.C.). v. 2. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

DAVID, Rosalie. Religião e magia no Egito Antigo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DAVIES, Benedict G. Who's who at Deir el-Medina. A Prosopographic Study of the Royal Workmen's Community, EgUit, 1999.

HAYS, Harold M. Between identity and agency in Ancient Egypt ritual. In: NYORD, Rune; KJØLBY, Annette. "Being in Ancient Egypt" thoughts on agency, materiality and cognition. Proceedings of the seminar held in Copenhagen, September 29-30, 2006. Oxford: British Archaeological Reports, 2009.

HODDER, Ian. Introduction: contemporary theoretical debate in archaeology. In: HODDER, Ian (org.). Archaeological theory today. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 1-14.

IHDE, Don; MALAFOURIS, Lambros. Homo faber Revisited - Postphenomenology and Material Engagement Theory. Philos. Technol., v. 32, 2019, p. 195–214.

- LABOURY, Dimitri. Tradition and Creativity: toward a Study of Intericonicity in Ancient Egyptian Art. In: GILLEN, Todd (org.). (Re)productive Traditions in Ancient Egypt. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2017.
- LESKO, Barbara S. Rank, Roles, and Rights. In: LESKO, Leonard H. (org). Pharaoh's Workers: The Villagers of Deir El Medina. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.
- LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria.
- MOLYNEAUX, Brian Leigh. The cultural life of images: visual representation in archaeology. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1997.
- NYORD, Rune. "Taking Ancient Egyptian mortuary religion seriously": why should we, and how could we?. Journal of Ancient Egyptian Interconnections, v. 17, p. 73-87, mar. 2018.
- NYORD, Rune. On interpreting ancient Egyptian funerary texts. Claroscuro, n. 19, v. 2, 2020, p. 1-23.
- SILVERMAN, David P. O divino e as divindades no Antigo Egito. In: SHAFER, Byron E. (org). As religiões no Egito antigo: deuses, mitos e rituais domésticos. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- VASQUES, Marcia Severina. Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ZAGO, Silvia. The Book of the Dead. In: ZAGO, Silvia. A Journey through the beyond: the development of the concept of Duat and related cosmological notions in Egyptian funerary literature. Columbus: Lockwood Press, 2022. p. 123-158.

CÓDIGO: HS1100

AUTOR: GABRIEL BERNARDO DOS REIS

COAUTOR: RENATA WANDERLEY HAESBAERT

ORIENTADOR: IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES

TÍTULO: Numeracia Cotidiana: Um Olhar sobre Habilidades Matemáticas na Infância em Casa

Resumo

O ensino da matemática é um pilar fundamental para os sistemas educacionais e um indicador do nível de escolarização entre países, como avaliado pelo PISA. O Brasil apresenta um desempenho insatisfatório em matemática, revelando a necessidade de compreender os fatores que influenciam o desenvolvimento dessas habilidades. A numeracia destaca-se como competência essencial para a resolução de problemas cotidianos e para a inserção crítica na sociedade. Pesquisas em neuropsicologia indicam que esse aprendizado se apoia em habilidades precursoras adquiridas na primeira infância de forma articulada à perspectiva da cognição corporificada. Nesse contexto, o Protocolo Dedos e Números, adaptado ao Brasil, busca avaliar e estimular essas competências em crianças de 4 a 6 anos. O presente trabalho apresenta um roteiro de entrevista estruturada para pais e responsáveis, elaborado para compor o protocolo e mapear as práticas familiares que favorecem a aprendizagem matemática. As questões foram organizadas em dois domínios: cotidiano geral e habilidades precursoras da matemática. O instrumento passou por avaliação de especialistas, ajustes e estudo piloto em andamento, demonstrando aplicabilidade prática e caráter educativo, ao sensibilizar cuidadores sobre formas de estimular o desenvolvimento infantil. Conclui-se que a proposta contribui tanto para a avaliação clínica quanto para o engajamento das famílias na promoção da numeracia, fortalecendo a aquisição de competências matemáticas.

Palavras-chave: Numeracia. Cognição corporificada. Matemática. Neuropsicologia.

TITLE: Everyday Numeracy: A Look at Mathematical Skills in Childhood at Home

Abstract

Mathematics education is a fundamental pillar of educational systems and an indicator of the level of schooling among countries, as assessed by PISA. Brazil performs poorly in mathematics, revealing the need to understand the factors that influence the

development of these skills. Numeracy stands out as an essential skill for solving everyday problems and for critical integration into society. Research in neuropsychology indicates that this learning is based on precursor skills acquired in early childhood in a manner linked to the perspective of embodied cognition. In this context, the Fingers and Numbers Protocol, adapted to Brazil, seeks to assess and stimulate these skills in children aged 4 to 6 years. This study presents a structured interview script for parents and guardians, designed to compose the protocol and map family practices that favor mathematical learning. The questions were organized into two domains: general daily life and precursor skills for mathematics. The instrument underwent expert evaluation, adjustments, and an ongoing pilot study, demonstrating practical applicability and educational character by sensitizing caregivers to ways of stimulating child development. It is concluded that the proposal contributes both to clinical evaluation and to the engagement of families in promoting numeracy, strengthening the acquisition of mathematical skills.

Keywords: Numeracy. Embodied cognition. Mathematics. Neuropsychology.

Introdução

O ensino da matemática se constitui como um dos principais pilares para os sistemas educacionais de diversos países. O conhecimento de conceitos matemáticos é utilizado como índice para comparar os níveis de escolarização de diferentes nações. Para isso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organiza a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) nos 81 países que a compõem.

A cada edição, o PISA avalia jovens de 15 anos nos domínios de matemática, leitura e ciências. No ano de 2022, foram avaliados 10.798 alunos em 599 escolas brasileiras das redes públicas e privadas, de forma digital. Nesse ano, a avaliação teve o domínio da matemática como foco específico, com mais questões sendo trabalhadas sobre esse tema. Assim, importa notar que o Brasil ficou colocado entre as posições 62 e 69 no desempenho em matemática, atrás de outros países latinoamericanos como Chile, Uruguai, México e Peru. Os dados dos resultados mostram que o Brasil não avançou muito nessa área, e teve um leve decréscimo após a pandemia de COVID-19 (OECD, 2023).

Um aspecto relevante estudado pelo PISA a respeito do desempenho dos alunos em matemática é a numeracia. Esse termo é utilizado para se referir à capacidade de utilizar conhecimentos matemáticos na resolução de problemas cotidianos e no uso das competências aprendidas no estudo da matemática para a transformação da realidade em que um sujeito esteja inserido. A lógica da numeracia organiza as questões de diferentes programas de avaliação internacional. Nas políticas educacionais brasileiras esse conceito é conhecido por letramento matemático, mas pode ter outras nomenclaturas em diferentes países, como letramento quantitativo, estatístico ou financeiro, que qualificam usos mais específicos da matemática na rotina diária. (GEIGER; GOOS; FORGASZ, 2015).

Nesse sentido, existe um campo da pesquisa em neuropsicologia que busca

compreender que mecanismos estão por trás do desenvolvimento de habilidades matemáticas, com foco no público infantil. Postula-se que o aprendizado nessa esfera depende da aquisição anterior de algumas habilidades e da expressão de certas disposições, e essas características são chamadas de precursores. A aprendizagem posterior de conhecimentos mais complexos da matemática no ambiente escolar pode ser facilitada quando a criança, sobretudo na primeira infância, desenvolve sua relação com objetos, pessoas e com o seu próprio corpo.

A cognição corporificada (WILSON, 2002) é uma corrente teórica cuja tese principal é a de que os processos mentais se desenvolvem a partir da relação dos sujeitos com o ambiente externo, através da mediação do corpo. Assim, a experimentação do corpo e sua utilização como instrumento de interação com a realidade se tornam práticas fundamentais para o desenvolvimento de diferentes estratégias de resolução de problemas. Dentre elas destaca-se a contagem com os dedos, cujo exercício precoce tem impacto substancial na aquisição posterior de habilidades matemáticas mais complexas durante a escolarização (FREY et al., 2024; NOEL, 2005).

Com base nessa perspectiva, pesquisadores alemães construíram um instrumento de avaliação neuropsicológica voltado para a avaliação de habilidades matemáticas e para a estimulação da contagem com os dedos em crianças de 4 a 6 anos. O protocolo “Wie Finger Zahlen Helfen” foi traduzido e adaptado culturalmente para o contexto brasileiro na forma do “Protocolo Dedos e Números” (HAESBAERT, 2021).

O presente trabalho visa apresentar um roteiro de entrevista estruturado que pode ser realizado com os pais ou responsáveis das crianças avaliadas pelo Protocolo Dedos e Números. Entendendo que a educação do sujeito se inicia mesmo antes da inserção nos processos educativos formais, é importante caracterizar o ambiente domiciliar e a rotina doméstica em que a criança está inserida e como seus cuidadores estimulam o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao aprendizado da matemática.

Metodologia

Compor o processo avaliativo do Protocolo Dedos e Números com um modelo de entrevista voltado para pais e responsáveis de pré-escolares se constitui como o principal objetivo deste trabalho. Mapear a estimulação de fatores considerados relevantes na construção de habilidades matemáticas na rotina doméstica e sondar a atenção dos pais, responsáveis e cuidadores aos marcos do desenvolvimento matemático que a criança já alcançou ou está para alcançar também compõem o intuito esperado do material produzido.

Para a construção das perguntas foi utilizada a lógica da entrevista episódica (FLICK, 2013), que combina aspectos narrativos e gerais da experiência dos entrevistados. Assim, os pais ou responsáveis pelas crianças avaliadas pelo Protocolo Dedos e Números podem falar sobre como percebem a interação delas com o mundo ao seu redor de forma genérica, bem como trazer episódios concretos em que acreditam que essas percepções se evidenciam no cotidiano. Dessa forma, o entrevistador tem a possibilidade de analisar o comportamento da criança fora do ambiente clínico, através do relato qualitativo fornecido pelos cuidadores.

Foi realizada revisão narrativa de literatura para delimitação da periodização do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao aprendizado da matemática. Assim, o direcionamento das perguntas e os exemplos de comportamentos e estimulações propostas estão de acordo com o que se espera que as crianças já tenham aprendido ou estejam em vias de aprender na faixa etária dos 4 aos 6 anos. Procurou-se estabelecer um terreno comum entre as correntes teóricas presentes na bibliografia encontrada (BUTTERWORTH, 2005; FAYOL, 1998; WYNN, 1990) e outros instrumentos já produzidos que buscam investigar a numeracia no ambiente familiar (CHELLES, 2023).

As perguntas da entrevista foram elaboradas com base nos conteúdos específicos abordados na avaliação do Protocolo Dedo e Números, e estão organizadas nas seguintes categorias: Cotidiano Geral (Contexto familiar, Vivência lúdica, Rotina doméstica) e Habilidades precursoras da aprendizagem matemática (Habilidades numéricas básicas, Conceito quantidade-número, Relações numéricas, Memória operacional, Visuoespacialidade, Habilidades motoras, Gnosia digital).

No segundo domínio, as sessões explicitadas representam os construtos teóricos e marcadores do desenvolvimento medidos por esse instrumento neuropsicológico específico, e isso justifica a categorização do roteiro dessa forma. Porém, vale destacar que ele pode ser utilizado por quaisquer outros profissionais interessados na avaliação de habilidades matemáticas, devido a ser um modelo rápido, de fácil aplicação e cujos resultados podem fornecer uma série de subsídios importantes para intervenção com as crianças.

Após a organização das perguntas e a definição dos domínios a que pertenciam, o material completo passou por uma avaliação de juízes. Foram selecionados dois neuropsicólogos especialistas nas áreas de desenvolvimento infantil e aprendizado da matemática, que preencheram um formulário e classificaram as questões em “inadequado”, “parcialmente adequado” e “adequado”, bem como puderam sugerir mudanças e melhorias a cada uma das sessões. Após essa análise inicial, as perguntas foram reestruturadas e adequadas conforme as orientações dos juízes, tanto para se tornarem acessíveis ao público-alvo, quanto para representarem melhor os construtos que buscavam investigar. Por fim, o roteiro foi devolvido aos especialistas para uma segunda revisão, e foi realizada uma análise de concordância com as respostas fornecidas. Foi utilizada a medida estatística de confiabilidade simples entre juízes (MARCHEVSKY et al., 2020).

A última etapa do processo de produção do roteiro passa pela execução de um estudo piloto, que se encontra em andamento durante a escrita deste relatório. Essa fase é de crucial importância pois caracteriza a forma mais evidente de verificar a viabilidade e a relevância do material produzido. Os últimos ajustes na lógica do produto dependerão do retorno dado pelos pais e responsáveis após serem entrevistados, bem como do contraste entre os resultados da avaliação pelo Protocolo Dedos e Números e os dados encontrados a partir da entrevista.

Resultados e Discussões

O produto é composto de 40 perguntas abertas, sequenciadas a partir da divisão em domínios de “Cotidiano geral” e “Habilidades precursoras da aprendizagem matemática”, ambos possuindo 20 questões, incluindo itens e subitens.

O domínio “Cotidiano geral” se refere a questões que tratam da vivência da criança em casa e da sua convivência com os cuidadores, incluindo observações sobre como ela é incentivada e estimulada a realizar certas atividades envolvendo o contato inicial com números e conceitos matemáticos. Como forma de contextualização, é perguntado o nível de escolaridade dos cuidadores, a quantidade de pré-escolares com quem a criança convive, com que frequência ela vai à creche e quantas horas do tempo livre dos cuidadores são dedicadas à criança. Essas informações são importantes porque trazem à tona o tipo de ambiente em que a criança está inserida, se ela interage com pares em idade próxima e com os cuidadores com frequência.

A interação social da criança é considerada aspecto relevante para o desenvolvimento infantil, visto que diferentes brincadeiras estimulam o desenvolvimento de uma diversidade de funções psicológicas. Por isso, pergunta-se a respeito do tipo de brincadeiras e situações lúdicas às quais a criança é exposta, tanto sozinha como com irmãos, primos ou colegas, bem como sobre os hábitos de jogar jogos de tabuleiro, montar quebra-cabeças, pintar ou desenhar, ler histórias e praticar esportes. Saber o tipo de atividades que a criança realiza habitualmente elucida as oportunidades existentes para o exercício, dentre outras coisas, de habilidades numéricas, coordenação motora, memória de trabalho e capacidade de resolução de problemas inseridos em conjuntos de regras.

Para além desses cenários, existem outros em que a criança é convocada a mobilizar os processos psicológicos subjacentes ao aprendizado de habilidades matemáticas. O auxílio no preparo de refeições, a arrumação da casa e a organização e cuidado com brinquedos são práticas que necessitam de processos atencionais, motores e cognitivos em sua realização. O acompanhamento nos dias de fazer compras em lugares como padarias, supermercados e farmácias faz com que a criança esteja em contato com números estampados nos preços e embalagens dos produtos. Ainda, na entrevista há perguntas referentes ao modo como a criança utiliza dispositivos eletrônicos, jogando jogos, assistindo vídeos ou ouvindo músicas, e quanto tempo por semana é dedicado a essas tarefas.

No domínio de “Habilidades precursoras da aprendizagem matemática” se encontram perguntas mais diretas a respeito dos construtos avaliados pelo Protocolo Dedos e Números. Aqui, trata-se tanto de conceitos trabalhados pela corrente de estudos da cognição numérica quanto aspectos neuropsicológicos mais transversais à realização de diferentes atividades.

O subdomínio de habilidades numéricas básicas, junto com o de conceito quantidade-número e o de relações numéricas compõe a proposta de Krajewski e Schneider (2009) e Roesch e Moeller (2015) para um modelo de aprendizagem inicial da matemática. Esses autores argumentam que essas habilidades são as primeiras que as crianças desenvolvem e que formam o fundamento sobre o qual vão se adquirir as noções aritméticas mais abstratas. Portanto, as perguntas desse subdomínio do roteiro de entrevista buscam saber se a criança: consegue identificar números de 1 a 10,

reconhecendo corretamente os símbolos (algarismos) que os representam; costuma contar objetos quaisquer, atribuindo um número a cada um deles e demonstrando entendimento que um vem após o outro, numa sequência.

As perguntas do subdomínio de conceito quantidade-número interrogam a respeito da noção de que os números, para além de meras imagens, representam quantidades reais. Dessa forma, busca-se investigar se existe na criança a habilidade de identificar um conjunto de objetos como possuindo uma quantidade tal de elementos e compará-lo com outro de tamanho diferente, conseguindo estabelecer relações entre eles.

No subdomínio de relações numéricas encontram-se questões a respeito do quanto a criança consegue articular as relações entre os números e operá-los, constituindo o nível e maior elaboração e complexidade dentre as habilidades básicas. Assim, os cuidadores podem relatar que a criança já consegue comparar números e dizer qual é maior ou menor, ordená-los em sequência crescente e decrescente, e resolver problemas aritméticos simples de soma e subtração.

A memória operacional é uma construção teórica que faz parte de um modelo de explicação dos processos mnemônicos bastante reconhecido na literatura científica (BADDELEY, 1992). Dessa forma, diz-se que é utilizado esse tipo de memória quando a pessoa precisa reter uma quantidade de informação por um curto período (daí porque é classificada como uma memória de curto prazo), geralmente apenas para a resolução de um problema. As perguntas desse subdomínio, portanto, buscam saber se, quando requisitada, a criança tem facilidade em lembrar de informações como uma pequena sequência de ingredientes para a realização de uma receita, de números e letras de uma placa de carro, ou quantos talheres precisa para pôr a mesa para o jantar.

Para o subdomínio da visuoespacialidade, foram elaboradas perguntas que tratam da manipulação mental que a criança é capaz de realizar do espaço ao seu redor. Esse processo depende essencialmente do bom funcionamento da visão da criança e da internalização e representação dos objetos percebidos, o que pode ser notado através da capacidade de desenhar algo apenas olhando, ou de copiar um desenho feito por outra pessoa. Além disso, a criança pode conseguir identificar relações espaciais entre objetos, como apontar para o livro em cima da mesa ou para uma colher ao lado do prato.

Diante do diálogo com a cognição corporificada, vale ressaltar a relevância de atentar-se ao estímulo das habilidades motoras. O uso das mãos durante a realização de tarefas, atividades ou brincadeiras auxilia no conhecimento das possibilidades do próprio corpo, aspecto central do desenvolvimento na primeira infância, mas também constitui um relevante influenciador da aquisição de habilidades matemáticas. Assim, as perguntas desse subdomínio tratam da firmeza na hora de manusear lápis e canetas, legibilidade na escrita de números e letras, e a fluidez na realização de gestos simples.

O conhecimento produzido a partir do uso dos dedos na interação com o mundo, considerando a destreza com que se aprimora essa interação é chamado de gnosis digital. Esse processo passa pela nomeação dos dedos (polegar, indicador, dedo médio, anelar e mindinho), a correta expressão de números conhecidos, como a própria idade da criança. Disso depende o desenvolvimento dos mecanismos que permitem a

contagem, envolvendo a manipulação mais elaborada dos números com os dedos e a expressão de gestos com maior grau de simbolismo (como dar tchau e mandar beijos). Essas características são o foco das perguntas deste subdomínio.

A versão final do roteiro de entrevista passou por duas avaliações de juízes especialistas. Um deles possui doutorado na área de avaliação do desenvolvimento neuropsicológico infantil, e outro na área de aquisição de habilidades matemáticas, sendo ambos neuropsicólogos. Na primeira rodada de avaliação as sugestões trataram da clareza e objetividade das questões, e se de fato avaliam o que estavam se propondo. Foi apontado que algumas perguntas sobre memória operacional e visuoespacialidade não tinham coerência com o construto, e, portanto, foram reformuladas.

Também foi destacada a possível dificuldade dos pais, responsáveis ou cuidadores das crianças em entenderem o que estava sendo perguntado. Por isso, foram adicionados exemplos de situações em que os construtos poderiam ser observados, os quais o entrevistador pode se utilizar para direcionar os relatos dos entrevistados. Ressalta-se, todavia, a complexidade na percepção de alguns subdomínios, de forma que se constitua um desafio para o olhar leigo dos cuidadores a notar certos eventos específicos como os colocados em algumas perguntas.

Isso traz à tona o caráter educativo da entrevista, em que esses atores podem vir a assumir uma postura mais ativa na estimulação do desenvolvimento de habilidades matemáticas nas crianças, uma vez informados do tipo de comportamentos e atitudes que podem observar e buscar incentivar. Elucidar dúvidas e expor possibilidades de cenários ainda não explorados pela criança é um ponto-chave da realização da entrevista, e exige sensibilidade por parte do profissional entrevistador para trabalhar esses temas de forma acessível. Por isso, é importante que a entrevista seja realizada com os cuidadores que mais passam tempo com a criança a ser avaliada, e que ocorra num momento separado da aplicação do protocolo Dedos e Números.

Ao fim da adequação dos elementos apontados pelos juízes, o formulário de avaliação foi refeito de modo a retratar as questões atualizadas para que pudesse ser respondido novamente. Para a avaliação de cada item, as respostas foram traduzidas em números (Adequado = 1; Parcialmente adequado = 2; Inadequado = 3), e dispostas numa planilha para análise estatística. A análise de concordância entre juízes foi feita pelo software Jamovi, com resultado de 75% de concordância no item “Adequado”, indicando um índice razoável. Isso significa que os juízes concordaram que a maioria das questões se encontra adequada para o que se propõe, o que está de acordo com os comentários sobre a proposta geral do roteiro.

Uma realização inicial das entrevistas está em andamento com pais e responsáveis de crianças em idades pré-escolar. Após isso, será realizada uma terceira revisão no roteiro, tendo em vista a análise dos retornos dados pelos entrevistados, a experiência dos entrevistadores e que tipo de resultados e impressões foram obtidas durante a interação.

Conclusão

Em conjunto com a aquisição da leitura e da escrita, a aprendizagem de habilidades matemáticas é foco de uma diversidade de políticas públicas educacionais. A inserção do indivíduo na sociedade e o exercício pleno da cidadania passa, dentre outras coisas, pelo desenvolvimento da capacidade de manipular quantidades, representar grandezas e resolver problemas. O conceito de numeracia possui um papel relevante nesse processo na medida em que habilita os sujeitos a pensarem de forma prática e crítica qual o impacto do raciocínio matemático na transformação da realidade (GEIGER; GOOS; FORGASZ, 2015).

Uma vez que outras iniciativas já foram dadas no sentido de aferir o estímulo da numeracia em ambiente familiar no âmbito da psicometria (CHELLES, 2023), o presente estudo buscou produzir um instrumento mais reduzido e pontual, que possa ser utilizado em conjunto com o Protocolo Dedos e Números. Por outro lado, o conhecimento do contexto em que as crianças avaliadas vivem e o reconhecimento do quanto são estimuladas diariamente pode ser útil não só para psicólogas, mas também para profissionais de outras especialidades da área da saúde e da educação.

É importante ressaltar o aspecto educativo dessa interação com pais, responsáveis e cuidadores, visto que estes normalmente não possuem conhecimento do que observar durante o desenvolvimento das crianças com quem convivem, para além dos marcos comumente investigados pela pediatria. A observação de como elas contam, apontam, memorizam raciocinam depende de um olhar cuidadoso característico da formação clínica em psicologia, mas que pode ser compartilhado de forma abreviada com os entrevistados.

Com isso, espera-se tanto contribuir para o processo avaliativo do Protocolo Dedos e Números quanto oferecer uma ferramenta eficaz para identificar precursores importantes na aquisição de habilidades matemáticas, além de incentivar os pais a participarem de forma mais ativa na educação matemática de seus filhos.

Referências

BUTTERWORTH, B. The development of arithmetical abilities. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 46, n. 1, p. 3–18, 2005.

BADDELEY, A. Working Memory. **Science**, v. 255, n. 5044, p. 556–559, 31 jan. 1992.

CHELLES, E. O. S. **Investigação do ambiente de literacia e numeracia familiar em famílias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Neurociências) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023

FAYOL, M. Predicting arithmetical achievement from neuro-psychological performance: a longitudinal study. **Cognition**, v. 68, n. 2, p. B63–B70, ago. 1998.

FREY, M. et al. You can count on your fingers: Finger-based intervention improves first-graders' arithmetic learning. **Journal of Experimental Child Psychology**, v. 244, p. 105934, ago. 2024.

FLICK, U. *Introdução a Metodologia de Pesquisa: Um Guia para Iniciantes*. 1. ed. São Paulo: Penso, 2013.

GEIGER, V.; GOOS, M.; FORGASZ, H. A rich interpretation of numeracy for the 21st century: a survey of the state of the field. **ZDM**, v. 47, n. 4, p. 531–548, 1 jul. 2015.

HAESBAERT, R. W. **Tradução e adaptação transcultural para o português/Brasil do Protocolo Wie Finger Zahlen Helfen**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

KRAJEWSKI, K.; SCHNEIDER, W. Early development of quantity to number-word linkage as a precursor of mathematical school achievement and mathematical difficulties: Findings from a four-year longitudinal study. **Learning and Instruction**, v. 19, n. 6, p. 513–526, dez. 2009.

MARCHEVSKY, A. M. et al. Pathologists should probably forget about kappa. Percent agreement, diagnostic specificity and related metrics provide more clinically applicable measures of interobserver variability. **Annals of Diagnostic Pathology**, v. 47, p. 151561, 28 jun. 2020.

NOËL, M.-P. Finger gnosis: a predictor of numerical abilities in children? **Child Neuropsychology**, v. 11, n. 5, p. 413–430, 16 out. 2005.

OECD. **PISA 2022 Results (Volume I)**. [s.l.] OECD, 2023.

ROESCH, S.; MOELLER, K. Considering digits in a current model of numerical development. **Frontiers in Human Neuroscience**, v. 8, n. JAN, 13 jan. 2015.

WILSON, M. Six views of embodied cognition. **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 9, n. 4, p. 625–636, dez. 2002.

WYNN, K. Children's understanding of counting. **Cognition**, v. 36, n. 2, p. 155–193, 1990.

CÓDIGO: HS1106

AUTOR: DAWILA LAYSE LEONCO DE LIMA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Os Tarairiús e os sertões: as dinâmicas sócio-espaciais antes e depois da expansão colonial

Resumo

Com a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, a Coroa Portuguesa iniciou o processo de restauração e repovoamento das capitanias. Nesse processo, o interesse dos colonizadores voltou-se para as Capitanias do Norte (Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará, entre outras), de clima semiárido, e com leves cursos de água, favorável ao estabelecimento de uma atividade econômica alternativa, a pecuária. A partir disso, a criação de gado ganhou cada vez mais espaço em uma região com predominância de grupos indígenas seminômades, como os Tarairiú, confrontando-se com estes últimos a fim de dominar o sertão. Desse modo, esta pesquisa buscou analisar e compreender as noções de territorialidade a partir da vida e dos costumes dos grupos indígenas Tarairiú antes da expansão colonial, os espaços de atuação e de conflitos entre indígenas e não indígenas durante a Guerra dos Bárbaros, e a desterritorialização dos grupos étnicos das terras do sertão.

Palavras-chave: Tarairiús; manutenção de vida; desterritorialização.

TITLE: The Tarairiús and the hinterlands: socio-spatial dynamics before and after colonial expansion

Abstract

Following the Dutch expulsion from Brazil in 1654, the Portuguese Crown initiated the process of restoring and repopulating the captaincies. In this process, the colonizers' interest shifted to the Northern Captaincies (Pernambuco, Rio Grande, Paraíba, and Ceará, among others), which had a semi-arid climate and limited watercourses, making them favorable for the establishment of an alternative economic activity: livestock farming. From then on, cattle raising gained more and more space in a region predominantly inhabited by semi-nomadic indigenous groups, such as the Tarairiú, who were confronted with them to dominate the hinterland. Thus, this research seeks to analyze and understand the notions of territoriality based on the life and customs of the Tarairiú indigenous groups before colonial expansion, the areas of activity and conflict

between indigenous and non-indigenous peoples during the Barbarian War, and the deterritorialization of ethnic groups from the hinterland.

Keywords: Tarairiús; maintenance of life; deterritorialization.

Introdução

Esta pesquisa pretendeu contribuir para aprofundar o debate acerca de um aspecto fundamental da história indígena, as formas de territorialidade dos diversos grupos étnicos, e as maneiras pelas quais seus espaços de habitação e manutenção da vida foram invadidos ao longo do tempo, resultando em dificuldades, até a atualidade, na demarcação de suas terras de origem.

O processo de restauração das capitanias do Brasil, após a expulsão holandesa, em 1654, foi empreendido pela Coroa Portuguesa a fim de retomar a administração das terras brasileiras. O incentivo à repoporação foi uma das primeiras tentativas de reerguer as regiões abandonadas e torná-las produtivas para o bem da economia colonial. Fátima Lopes (2003) ressalta que editais foram publicados para forçar os antigos produtores a reocuparem as terras em torno de seis meses, caso contrário, seriam consideradas devolutas e concedidas a outras pessoas na forma de concessão de sesmarias. Dessa maneira, para reiniciar a vida nas capitanias era preciso a fixação de moradores nas terras, a fim de evitar novas ocupações, conseqüentemente, permitir o cultivo para posteriormente a Coroa garantir os dízimos provenientes delas.

Durante a restauração das Capitanias do Norte do Estado do Brasil (Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará) despertou-se o interesse das autoridades coloniais em torno de uma região afastada do litoral que não era indicada para a produção da cana-de-açúcar, porém, benéfica a outra atividade econômica, a pecuária. Neste sentido, o sertão tornou-se um espaço de impulso à criação de gado e ligado às disputas por ocupação e poder entre diversos agentes, entre os quais indígenas e produtores e/ou colonizadores lusitanos.

O sertão, considerado um território estático e desabitado, era o lugar de ocupação dos indígenas denominados “tapuias”, genericamente denominados “bárbaros” e “inimigos” pela resistência à penetração colonial nos sertões e pela rivalidade com os indígenas “aliados” dos portugueses (os Tupi). A designação genérica mascarava a diversidade de grupos étnicos que viviam naquele espaço. Nesta pesquisa, considera-se o sertão como um lugar simbólico de manutenção da vida e da cultura de povos étnicos, assegurados por línguas e tradições próprias, que cultivavam seus próprios costumes (e inimizades), confrontados com a chegada cada vez mais expansiva dos colonizadores. Os Tarairiús subdividiam-se entre os grupos e/ou povos Janduí, Itaú, Pega, Canindé, Genipapo, Paiacu, Panati, Caratiú e Corema. Segundo Olavo de Medeiros Filho (1999), autodenominavam-se Otshicayaynoe. Eram grupos etnolinguísticos com seus próprios modos de vida, com grande influência espacial no interior do sertão, ocupando predominantemente a capitania do Rio Grande, as ribeiras dos rios Açu, Apodi e respectivos afluentes.

A ação colonialista para desestruturar os grupos indígenas resistentes à dominação tentou alterar as noções de pertencimento à terra, dos espaços de sociabilidades indígenas, impactando diversos grupos étnicos que se movimentavam e sobreviviam no sertão sem

a presença colonial. Diante desse cenário, esta pesquisa objetivou analisar noções de territorialidade e/ou pertencimento por meio dos relatos sobre a vida dos indígenas Tarairiús antes da expansão da colonização no sertão, investigar as movimentações desse grupo durante a Guerra dos Bárbaros e examinar as tentativas de desterritorialização das terras indígenas. Com base nos relatos dos cronistas que descreveram sobre os costumes dos indígenas Tarairiú (levando em consideração a distinção entre seus costumes e a visão depreciativa que esses agentes poderiam ter ao observarem a vida dos grupos “tapuias”) e os documentos sobre os confrontos entre estes e os colonizadores portugueses, foi possível compreender as dinâmicas sócio-espaciais dos grupos que pertenceram a essa etnia e contribuir para a pesquisa historiográfica sobre os povos originários.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: Descrição Geral da Capitania da Parahyba, escrita por Elias Herckman, História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e a Relação da Viagem ao País dos Tapuias, de Roulox Baro, publicada por Pierre Moreau, e a obra *The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources (1628–1648)*, organizada por Martijn van den Bel e Mariana Françoze. As obras permitem compreender a visão de cronistas sobre as línguas, os costumes e/ou as tradições dos indígenas Tarairiús. Nesse sentido, buscou-se analisar informações a respeito da organização, dos costumes e das vivências dos grupos dessa nação; entender as alianças e interações entre os europeus e os grupos indígenas dos sertões durante o século XVII; e examinar coletâneas de cartas, descrições, relatórios, depoimentos pessoais, diários e transcrições de interrogatórios sobre os grupos indígenas dos sertões e sua relação com os colonizadores. Para esta pesquisa, os documentos — especialmente trechos do diário de Jacob Rabbi, um intérprete holandês que conviveu com os indígenas Tarairiús — foram analisados minuciosamente a fim de compreender o cotidiano e os costumes dos grupos dessa nação. Além disso, foi analisada a documentação da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano sobre as formas de desterritorialização das terras de habitação indígena durante a Guerra do Açu, um dos principais acontecimentos ocorridos durante a Guerra dos Bárbaros.

Resultados e Discussões

Os grupos indígenas da nação Tarairiú mantinham preservada a sua formação étnica na extensão territorial onde conservavam seus costumes, tradições e meios de sobrevivência. A rotina de alguns povos foi observada e descrita por viajantes e cronistas estrangeiros que cultivaram uma relação de contato e “proximidade”. Alguns desses relatos foram importantes na análise das formas de ocupação e deslocamento dos indígenas dentro de seus territórios de vivência. Nessa perspectiva, foram analisadas descrições dos costumes dos povos Tarairiú mediante os registros de Jacob Rabbi e Roulox Baro, dois estrangeiros que conviveram com os grupos étnicos em seu meio socioespacial.

Jacob Rabbi (1610-1672) foi um alemão que se estabeleceu no Brasil durante o século XVII. Conviveu com indígenas Janduí, descrevendo os aspectos da cultura, da língua e da organização social desse grupo. Também foi intermediário na relação destes com os holandeses, de acordo com Martijn Van Den Bel e Mariana Françoze (2023), Jacob Rabbi foi procurado pelas autoridades neerlandesas para manter contato com os indígenas, porém, aparentemente já os conhecia e mantinha relações próximas com alguns povos. Por outro lado, Roulox Baro, intérprete e mediador da Companhia das Índias Ocidentais, também manteve ligação com grupos “tapuias” para negociar alianças com os holandeses. Foi enviado para o Brasil em 1617, aprendeu a língua do país, e viveu entre indígenas (Carvalho, 1930 apud Albuquerque, 2006, p. 19).

Assim, a descrição dos modos de vida dos indígenas, neste caso, dos indígenas Janduí, muitas vezes como uma tentativa de caracterizar costumes descritos como “exóticos”, destacou como os indígenas ocupavam, organizavam e se movimentavam em seus espaços de manutenção de vida. Jacob Rabbi, ao retratar a rotina dos Tarairiús, descreveu que os indígenas Janduí (tronco linguístico Tarairiú) construíam “acampamentos”, onde os homens saíam para pescar ou caçar animais, enquanto as mulheres cultivavam a terra e colhiam raízes para a produção de farinha e pão: “Em casa, elas se ajudam mutuamente e preparam comida e bebida com as próprias mãos, e então passam o tempo lutando com lanças, brigando, correndo. Duas mulheres são escolhidas para presidir essas competições e julgar o valor de cada uma e as vencedoras” (VAN DEN BEL et al, 2023, p. 193).

O deslocamento dos indígenas Janduí pelo sertão em busca de alimentos e, consequentemente, o estabelecimento de “acampamentos” permitem considerar condutas territoriais que representam uma noção de pertencimento e apropriação do espaço. A maneira pela qual utilizavam a terra e seus recursos naturais para a subsistência, além disso, a forma como se movimentavam pelo território nos “acampamentos”, nas competições, ritos e festividades, indica a vinculação dos indígenas com o território, aliada à noção de coletividade, nas caçadas, na construção de cabanas, na preparação de alimentos e de bebidas. Nesta perspectiva, o sertão assume o papel de “território social” que reforça a ideia dos vínculos sociais, simbólicos e rituais que determinado grupo social possui no ambiente onde vive. De acordo com o antropólogo Paul Little (2018), a ideia de “ser de um lugar” condiz com a relação que se estabelece em um espaço físico determinado, e, em relação aos indígenas Janduí, essa perspectiva é abrangente, diz respeito ao interior dos sertões, onde havia um laço simbólico com a terra por meio do conhecimento do território e das formas de apropriação de seus recursos naturais para a sobrevivência.

O sertão assumiu o centro de disputas entre grupos sociais que viam o território de diferentes maneiras. Os indígenas viam-no como local de manutenção de relações comunitárias, os colonizadores, por sua vez, proveito no sentido econômico e privado. Segundo Tyego Silva (2015), a segunda metade do século XVII foi marcada pela expansão da Coroa Portuguesa e de exploradores, ambos interessados em ampliar suas posses e adquirir patrimônio na terra dominada pela “selvageria” dos indígenas. Além disso, a pecuária também era uma atividade que garantia a subsistência das vilas e das povoações e era muito importante para o comércio fora da colônia e entre capitanias (Lopes, 2003). Dessa maneira, a entrada de exploradores no sertão e a expansão do gado sobre as terras ocupadas por grupos indígenas alteraram as dinâmicas sócio-espaciais daquele espaço, e instituíram novas formas de organização social, de exploração da terra

e de relações sociais. Consequentemente, as interações entre indígenas e não indígenas foram alteradas; o contato inicialmente próximo transformou-se em inimizade e disputas pelo domínio do território, ocasionando conflitos, mortes e aprisionamentos.

A utilização do espaço por grupos indígenas também foi descrita no relato de Roulox Baro, no qual descreve a sua jornada pelo sertão do Rio Grande a caminho do “acampamento” dos indígenas aliados, o Principal Janduí. Por conta da grande extensão de terra que o levava até o encontro com os indígenas, Baro marchou com o filho de Janduí, denominado como Muroti, e descreveu as maneiras como o seu grupo se movimentava pela mata em busca de alimentos, os quais “dois veados, oito grandes porcos do mato e três pequenos, e ainda mais cinco [...] os tapuias puseram-se em ação, preparando, limpando e moqueando as carnes [...]” (Moreau, 1979, p. 94). O próprio Roulox Baro viveu a dinâmica da caça, na qual relata que “tendo caçado, ceamos [...] uma grande serpente chamada cascavel, um tenro pássaro chamado avestruz e dois tatus, que matamos graças aos meus cães e às flechas dos tapuias [...]” (Moreau, 1979, p. 94). Portanto, as caçadas podem ser compreendidas como uma necessidade de autoconsumo, ao mesmo tempo que estabeleciam um vínculo ecológico do grupo no ambiente onde viviam. Os indígenas Tarairiú-Janduí ocupavam de maneira efetiva o interior das Capitânicas do Norte, mantendo relações grupais, comunitárias e simbólicas nos espaços onde habitavam. O vínculo simbólico/ritualístico é apresentado no relato de Roulox Baro quando descreve que para realizar o “ritual” de luto “eles me disseram querer concluir o luto de um de seus parentes que havia morrido e precisavam de milho para misturá-lo com a farinha e os ossos do morto pulverizados, a fim de comê-los” (Moreau, 1979, p. 96).

De acordo com Little (2018), a territorialidade não se configura em leis ou títulos, mas nas dimensões simbólicas e identitárias de um grupo com o seu lugar de habitação, o que aprofunda a consistência temporal do território. Dessa maneira, a forma de pertencimento à terra está intrinsecamente ligada ao ambiente onde determinado grupo habita, mas também às formas coletivas de manutenção da vida e de organização social, às técnicas de sobrevivência, e ao vínculo ritualístico dentro daquele ambiente, onde a utilização de seus recursos são dotados de significado. A forma como os indígenas apropriaram-se dos recursos naturais da terra como parte de um ritual simbólico de luto é resultado da sua integração territorial com aquele espaço. Ademais, a apropriação do espaço também se reflete nas dinâmicas internas dos grupos Tarairiú, o que Roulox Baro relatou quando descreveu uma cerimônia entre os indígenas que indica uma forma de apropriação do espaço “[...] quando um deles parecia cansado, outro o substituíu sem retardar a corrida, que durou mais de uma hora. [...] O ancião Janduí corria com eles e era coisa maravilhosa ver-se um homem de mais de cem anos [...] correr com tanta destreza. [...]” (Moreau, 1979, p. 99).

A relação estabelecida entre os indígenas e o seu meio foi percebida quando o grupo se movimentava pelo território por meio das festividades coletivas, reforçando as relações comunitárias e reafirmando a ligação com o meio natural e/ou o local de habitação. A territorialidade que abrange os indígenas Tarairiú no sertão, antes da apropriação efetiva da colonização portuguesa, pode ser compreendida pelas formas com que ocuparam esse local e

instituíram uma organização sócio-espacial própria, usufruindo da terra para a subsistência, mas também para a conservação de seus ritos e de suas tradições. Ao longo da expansão colonial, o espaço de manutenção de vida dos indígenas foi infringido pelos caminhos do gado e pelos conflitos com os colonizadores, nos quais foram confrontadas “a conduta territorial do grupo que pretendia avançar com a conduta territorial do grupo já residente naquele espaço” (Silva, 2020, p. 116). Após a tomada efetiva das terras habitadas pelos indígenas, houve a modificação do espaço para atender as necessidades da empreitada colonial, resultando na desterritorialização dos grupos étnicos de seu território de socialização e sobrevivência.

Referente ao processo de domínio e de desterritorialização dos indígenas Tarairiús, de clima seco, com áreas pedregosas e alguns cursos d’água, o sertão das Capitanias do Norte era entendido como um lugar despovoado e desaproveitado (no sentido econômico), no qual estavam os indígenas bravos e indomáveis (Amado, 1995). Ao reforçar a ideia de despovoamento do sertão, negava-se aos indígenas o direito de posse sobre aquele espaço, visto que não eram considerados donos das terras. A noção de desaproveitamento e o interesse na terra no sentido econômico e comercial também favoreceram a entrada de exploradores que passaram a modificar os espaços de habitação indígena.

A empreitada colonial pelo sertão ocorreu a partir de diferentes propósitos, porém, com o mesmo objetivo: penetrar os espaços ainda não dominados pelo império português e, consequentemente, garantir a expansão da colônia. A interiorização aconteceu por meio da concessão de sesmarias (reforçando a criação de gado e o estabelecimento da propriedade privada) e pela busca de metais preciosos. A partir do avanço colonial sobre o sertão, foram modificados os espaços de territorialidade indígena, os quais se transformaram com a ocupação de agentes coloniais, como conquistadores, militares e religiosos, transformando as formas de apropriação e utilização da terra, bem como a relação com os habitantes naturais. O domínio colonial resultou na tomada da terra dos indígenas do sertão, estes últimos vencidos pelas mortes e escravizações decorrentes dos conflitos na chamada Guerra dos Bárbaros. As guerras entre colonizadores e indígenas decorreram da constante aproximação entre esses grupos, daqueles que pretendiam dominar o espaço para o usufruto econômico e privado, e os que se viram confrontados com a presença e a dominação de seus espaços de socialização e subsistência.

Os conflitos entre os grupos indígenas e os novos habitantes eram cada vez mais frequentes, os quais inicialmente expandiram-se pelo Recôncavo Baiano, entre 1651 e 1679, e desencadearam guerras e extermínios de populações indígenas, principalmente das etnias Tarairiú, entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Pedro Puntoni (2002) destaca que o movimento de ocupação do sertão pelo colonizador reforçou os conflitos com os indígenas; o autor ainda ressalta que ataques às fazendas, aos gados e às plantações, e aos povoados na Bahia resultaram em expedições de punição por parte das autoridades lusitanas e, como consequência, acarretaria em guerras vindouras e violentas, e tentativas de escravização indígena. Maria Hilda Paraíso (1993) denominou essa estratégia de ação-reação-repressão em seu estudo que envolveu as dinâmicas sócio-espaciais da Bahia. Desse modo, à medida que ocorria a ocupação do espaço de habitação indígena, onde se movimentavam em busca de alimentos e mantinham redes de sociabilidade e manutenção de vida comunitária, houve reação frente ao alargamento das fazendas e das povoações e as inimizades entre os dois grupos, o que resultou na repressão colonial a fim de reprimir as “murallas do sertão” e realizar a colonização dos sertões.

As guerras no Recôncavo Baiano foram intensificadas pela região à medida que os levantes indígenas eram obstáculos à continuidade da colonização, acarretando na fuga de moradores das fazendas e dos núcleos de povoação. As declarações de Guerra Justa contra alguns grupos “tapuias” podem ter contribuído para acirrar os conflitos, visto que a guerra, amparada por meios legais, aumentava o poder de repressão dos colonizadores para realizar expedições de extermínio e desterritorialização das populações originárias. A partir de 1687, os conflitos expandiram-se pelo sertão norte, principalmente nas capitanias de Pernambuco, Rio Grande e Ceará, e a “Guerra do Açu” foi responsável por evidenciar a opressão e a tirania colonial contra os povos indígenas, particularmente os Tarairiú, em guerras cada vez mais violentas, assim como em articulações para barrar o invasor e a produção pecuária no sertão (Puntoni, 2002).

A entrada no sertão pelo colonizador não aconteceu sem resistência, em que os indígenas realizaram estratégias de ataque e negociação para impedir o avanço e o domínio colonial. Pedro Puntoni (2002), ao longo do seu estudo, destaca diversas campanhas realizadas com o intuito de dominar os levantes indígenas que causavam muitos estragos nas povoações e continuar o processo de ocupação e produção econômica. No entanto, as nações não conseguiram impedir o colonizador de se adentrar em seu ambiente, visto que as expedições e as campanhas militares conseguiram conquistá-lo por meio de guerras de extermínio e genocídio, de escravizações, e nos aldeamentos forçados. Dessa maneira, os sertões estariam livre de seus obstáculos “selvagens” e despovoado para o empreendimento colonial.

O processo de desterritorialização pode ser destrinchado a partir de relatos sobre as “conquistas” das terras do sertão, um dos quais sobre as obras empreendidas durante o governo de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em Pernambuco, entre 1689 e 1690. Em relação à Guerra do Açu, logo tomada a posse do governo, Câmara Coutinho continuou as ações ofensivas contra os indígenas “tapuias bárbaros” de diversas nações “bárbaras e agrestes”. Aos paulistas foi designada a função de combater os indígenas e garantir o sucesso da conquista. Eram “[...] homens sertanários de São Paulo que cometeram crimes nesta cidade, foram perdoados e transferidos até o sertão norte, junto a 800 tapuias mansos, para guerrear contra os rebeldes, visto que eram filhos do mato” (PERNAMBUCO...1979, p. 266).

Os conflitos entre paulistas e os grupos indígenas aconteceram a partir de confrontos diretos e recuos estratégicos. O encontro das campanhas com os indígenas resultava em mortes dos dois lados, as quais em um confronto mataram-se o “Rei João Doim”, o Principal “Jacaré Su” e outro Principal, irmão de Carnaúba. Quando os paulistas não conseguiam matá-los, recuavam por causa da carência de mantimentos e de munições. No entanto, as investidas das incursões paulistas tornaram-se cada vez mais intensas com a ajuda de reforços militares. Com isso, o processo de despovoamento das populações indígenas das terras do sertão já estava à caminho da sua efetivação por meio de mortes e escravizações forçadas, quando as campanhas e as guerras resultaram no cativo “de mulherio e crias, de que muitos passaram ao fio da espada, tomando satisfação da gente que lhe haviam morto, e se retirou trazendo duzentas crias e o mais mulherio, donde entravam três principais também prisioneiros, com o título de reis, e com esta preza se vem prostrar aos pés do senhor Governador (PERNAMBUCO..., 1979, p. 268).

A desterritorialização dos indígenas materializou-se quando a violência contra os povos foi concluída, e aqueles que não tiveram o destino da morte, além de serem exibidos como troféus de conquista, saem de seus espaços de manutenção de vida para aldeamentos controlados por agentes coloniais, missionários e/ou colonizadores. E os conquistadores, “triunfando ao som de caixas e trombetas, com a preza que haviam tomado na guerra, com reis manietados com correntes de ferro, com todas as crias e mulhério e todo o mais despojo da guerra, a se prostarem aos pés de tão grande general” (PERNAMBUCO..., 1979, p. 269), permitiram a continuidade de ocupação colonial e despovoamento das populações originárias.

O assento de paz com os Tarairiú-Janduí, de 1692-97, é um documento que evidencia, por exemplo, as habilidades de diálogo dos indígenas com as autoridades coloniais. Porém, também destaca a mudança nas relações entre estes e a Coroa Portuguesa, e a desterritorialização das terras do sertão, visto que seriam ocupadas pelos grupos indígenas, sem interferência colonial, de acordo com os termos estabelecidos no documento, no entanto, já não pertenciam aos primeiros habitantes, mas a Sua Majestade, tendo o grupo Janduí se reconhecido como vassalo do rei de Portugal. A primeira cláusula do tratado trata do reconhecimento do monarca como “rei natural” e senhor de todos os territórios, inclusive, das aldeias ocupadas pelos Janduís, e a obediência destes por meio da vassalagem. Esse acordo considerava o monarca como detentor das terras e, mesmo que ocupassem aquele espaço, o direito de propriedade permanecia com a Coroa. Desse modo, pode-se considerar que o domínio das terras estava sujeito à Coroa Portuguesa e se o acordo, porventura, fosse descomprido, a repressão colonial contra os grupos indígenas resultaria em guerras ainda mais violentas.

A terceira e a quarta cláusulas do acordo também podem demonstrar a sujeição dos Janduís ao regime monárquico de Portugal. A aceitação do batismo cristão, a promessa de fidelidade ao rei de Portugal e o comprometimento com as tropas portuguesas na guerra contra inimigos revelam que foram transformadas as relações entre os dois grupos, em que os indígenas estabeleceram o vínculo de subordinação ao regime monárquico lusitano. Nesse sentido, esse acordo consolidou a autoridade da Coroa Portuguesa sobre as terras e os grupos indígenas por meio do pacto da vassalagem, esses últimos submetidos à política e à organização colonial portuguesa e incorporados à ordem colonial.

Porém, percebe-se que nas cláusulas também havia determinações que poderiam garantir a sobrevivência e manutenção étnica dos Janduís sob a ordem colonial imposta. O segundo e décimo termos evidenciam essas perspectivas quando resguardam a “liberdade natural” dos indígenas, como vassalos da Coroa, para evitar as escravizações e vendas, e impõem condições de convivência com os colonizadores a partir da condição de que estes não perturbem as aldeias ou queiram fazer guerra. Maria Regina Celestino de Almeida (2003) ressalta que a condição de aldeados de determinados grupos indígenas permitiu que se adequassem à situação colonial para obter vantagens dentro da nova condição que o sistema colonial lhes impunha. A autora é incisiva quando destaca que a condição de subalternos “incentivava a reelaborar suas histórias e tradições, de forma a inserir-se nesse novo mundo numa condição que lhes fosse mais favorável” (Almeida, 2003, p. 277). Essa concepção pode ser inserida no contexto do assento de paz dos Janduís, onde os indígenas tornaram-se vassalos da monarquia portuguesa e sujeitos à ordem colonial como uma tentativa de sobrevivência. Portanto, observa-se que a repressão colonial sobre as terras

dos indígenas do sertão, entre os quais da etnia Tarairiú, resultou na desterritorialização destes últimos de seus espaços de vida e sociabilidade. No entanto, as estratégias de atuação dentro do sistema colonial pelos Janduis, por meio de acordos e abnegações, podem ser compreendidas como uma forma de resistência étnica para a continuidade das relações sócio-espaciais com o seu meio e entre os agentes da aldeia.

Conclusão

Nessa pesquisa, evidenciaram-se as dinâmicas sócio-espaciais no sertão, entre os séculos XVII e XVIII, nas quais se ressaltaram as formas de apropriação da terra pelos indígenas Tarairiú-Janduí e pelos colonizadores. Havia relações sócio-espaciais dos indígenas com o seu meio, no qual a sua territorialidade mantinha-se por meio da manutenção de suas vivências e tradições, das suas dinâmicas territoriais e das relações sociais dentro dos “acampamentos”. Os espaços de sobrevivência indígena foram afetados pela expansão colonial que ocupou exponencialmente as terras e travou conflitos com os habitantes naturais até a sua efetiva sujeição e desterritorialização.

A pesquisa contribui para a compreensão dos espaços de atuação e territorialidade das populações Tarairiú no sertão das Capitanias do Norte que, pelos relatos de cronistas como Jacob Rabbi e Roulox Baro, permitem analisar como se apropriaram do espaço e estabeleceram vínculos espaciais e étnicos a partir das suas interações com o meio. No entanto, à medida que colonizadores ocuparam esses espaços, mediante as incursões, a concessão de sesmarias e a criação de gado, os conflitos acirraram-se ao ponto de guerras, genocídios, escravizações e aldeamentos resultarem na desterritorialização e desapropriação das terras indígenas. Além disso, a dominação colonial no sertão também subjugou os indígenas à condição de vassalagem à Coroa Portuguesa, mas, para alguns grupos étnicos, permitiu que atuassem dentro do sistema colonial para a sua sobrevivência.

Investigações futuras irão contribuir para o aprofundamento da pesquisa, especialmente sobre o uso da terra e as dinâmicas sócio-espaciais de outras etnias pertencentes à Nação Tarairiú, assim como os movimentos, interações e apropriações do espaço durante os conflitos das guerras do Açu e/ou Guerra dos Bárbaros. Portanto, a presente pesquisa ainda requer estudos e análises mais aprofundadas para contribuir com a historiografia referente aos indígenas e aos sertões.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. In: **Metamorfoses indígenas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 257-279.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colonial do Brasil:séculos XVII e XVIII.** 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2007.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos.** V. 8, n.15. Rio de Janeiro, 1995, p. 145-151.

ALBUQUERQUE, James Emanuel de. **Roulox Baro e o “país dos tapuias”:** representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Orientadora: Professora Dra. Jacqueline Hermann. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ/IFCS, Brasil, 2006. f. 108.

CAVALCANTI, Helaine de Moura. **Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da Capitania do Rio Grande.** In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). Conflitos, revoltas e insurreições na América portuguesa. Maceió: UFAL, 2011. p. 41-53.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas:** processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725). 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

HERCKMAN, Elias. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, Recife, v. 5, n. 31, p. 239-288, 1886. Typographia Industrial.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. (Coleção Mossoroense, série C, v. 1379).

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os Tarairiús, extintos tapuias do Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas.** Maceió: EDUFAL, 1999. p. 241–257. Disponível em: <https://www.etnolinguistica.org/biblio:medeiros-1999-tarairius>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.** Tradução de Leda Boechat Rodrigues e José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho (1689-90). **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, vol. 51, p. 257-300, 1979.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos**: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História**, n. 129/131, 1993, p. 196.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Natal: EDUFRN, 2013.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu de Sousa. Os tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XLVIII, p. 7-28, 1934.

SILVA, Tyego Franklim da. **A ribeira da discórdia**: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assu colonial 1680-1720. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Victor André Costa da. **Guerra Justa e desterritorialização**: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720). 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

VAN DEN BEL, Martijn; FRANÇOZO, Mariana. **The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources (1628–1648)**. Leiden: Brill, 2023. (e-book). Disponível em: <https://brill.com/display/title/64687>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CÓDIGO: HS1121

AUTOR: LARISSA SILVA BARBOSA

ORIENTADOR: SEBASTIAO GUILHERME ALBANO DA COSTA

TÍTULO: Memórias de Areia: Autofiguração e Subjetividade em 'Guaxuma

Resumo

Este artigo analisa como a diretora Nara Normande utiliza a autofiguração, ou a representação de si, em seu curta-metragem "Guaxuma" (2018). A obra é abordada como um filme autobiográfico no qual Normande explora suas memórias e a amizade com Tayra na praia de Guaxuma, em Alagoas. A análise destaca que a escolha pela animação com areia foi uma ferramenta intencional para reconstruir o passado de forma subjetiva e emocional. Elementos como a narração feita pela própria cineasta, o uso de fotografias pessoais e a simbologia da areia são apontados como as principais estratégias que inserem a autora na obra e criam uma verdade emocional que transita entre o documentário e a ficção.

Palavras-chave: Nara Normande; Cinema; Autofiguração; Autoficção; Guaxuma

TITLE: Memories of Sand: Self-representation and Subjectivity in 'Guaxuma'

Abstract

This article analyzes how director Nara Normande employs self-figuration, or self-representation, in her short film Guaxuma (2018). The film is approached as an autobiographical work in which Normande explores her memories and her friendship with Tayra at Guaxuma beach, in Alagoas. The analysis highlights that the choice of sand animation was an intentional strategy to reconstruct the past in a subjective and emotional way. Elements such as the narration by the filmmaker herself, the use of personal photographs, and the symbolism of sand are identified as the main strategies that insert the author into the work and create an emotional truth that moves between documentary and fiction.

Keywords: Nara Normande; Cinema; Self-representation; Autofiction; Guaxuma

Introdução

Produções consideradas autobiográficas começaram a ser mais vistas no campo cinematográfico a partir das décadas de 1980 e 1990 (Jennifer Jane, 2021). Tendo em vista que a autofiguração, ou autoficção, seria uma “estratégia discursiva de produção de

imagem de si presente na atuação pública do autor, na ficcionalização de sua biografia e nos indícios autobiográficos” (Nívia Maria, 2018, p. 37), o cinema se mostra um terreno fértil para explorar o paradoxo entre a ficção e a realidade, principalmente ao abordar temas relacionados à memória.

Em entrevista, a cineasta Nara Normande revela um processo criativo profundamente entrelaçado com suas experiências pessoais, onde a autofiguração - autorrepresentação do autor em sua própria obra, emerge como um elemento central na construção de seus longa-metragem. Este artigo propõe-se a analisar como a diretora se insere e representa algumas de suas vivências no filme.

Essa abordagem autobiográfica de Normande ganhou força com a animação "Guaxuma" (2018), que pavimentou o caminho para a exploração de suas vivências em outros projetos, como o longa "Sem Coração" (2023) ao entender que o que viveu e vive "é muito interessante colocar" em seus filmes, pois lhe "interessa".

Dessa forma, a análise da autofiguração em "Guaxuma" passa, necessariamente, por compreender como as experiências de Nara Normande são transfiguradas pela linguagem da animação, que é um elemento de suma importância para re-elaborar as vivências da própria diretora.

Metodologia

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, método de pesquisa com o objetivo de analisar “o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (Lakatos, Marconi, 2003, p. 183). Como objeto de análise, utiliza-se a transcrição de uma entrevista exclusiva, realizada de forma remota, em 2024, entre o docente Sebastião Guilherme Albano da Costa e a diretora Nara Normande.

Para complementar essa abordagem, a pesquisa também utiliza o método de análise fílmica, que se processa pela separação de elementos e componentes do sistema fílmico para chegar aos sentidos e efeitos produzidos, de acordo com Erika Savernini (2022).

Resultados e Discussões

"Guaxuma" (2018) é um curta criado em coprodução entre Brasil e França na qual, Nara Normande, diretora, escritora e uma das animadoras da obra, mergulha em suas memórias na região litorânea de Alagoas, junto de sua amiga, Tayra. Inicialmente, a ideia do filme seria contar apenas a vivência de Nara em Guaxuma, contudo, após o imprevisto com Tayra em 2012, o processo de produção foi alterado e se tornou sobre a amizade de ambas as personagens, inspiradas em personas reais. O filme busca uma reconstrução consciente do passado para acessar uma verdade subjetiva e emocional. Assim, ele se assume não como um registro totalmente fiel, mas como uma reconstrução de memórias, visto que a

própria Nara admite não ter certeza se o que ela recorda é real, ainda que permaneça como memória.

A escolha da animação veio justamente da necessidade de tornar a obra o mais autobiográfica possível, trabalhando com a autofiguração e o elemento de memória para que essas representações se tornassem mais eficazes. Para a diretora, elementos como a presença de atores seria um fator limitante dentro do processo criativo. O facto deste momento ser representado em imagem animada, visualmente diferente da imagem foto realista, cria uma outra dimensão na narrativa.

Tal facto provoca uma ruptura visual, que impõe à audiência um outro entendimento do que se passa, que expande a sua percepção, até então acomodada com a imagem objetiva e foto-realista do live-action. (Eliane Gordeef, 2019, p. 326).

Em contrapartida, o fato de Nara Normande denominar Guaxuma como um “documentário um pouco ficcionalizado” dialoga diretamente com tal separação histórica entre os campos do documentário e da animação, como aponta Jennifer Jane (2011):

Em paralelo a uma visão restrita de documentário como modo de discurso objetivo sobre o real, a animação esteve fortemente associada ao universo do imaginário desde os primórdios, além de possuir uma natureza não objetiva por sua evidente construção. Esses fatores sublimaram o potencial da animação para tratar de aspectos do mundo real e, ao mesmo tempo, distanciaram-na do campo do documentário, ou, de forma mais abrangente, do campo dos discursos não ficcionais. (Jennifer Jane, 2011, p. 239).

Do ponto de vista teórico, a relação entre documentário e ficção sempre esteve marcada por uma tentativa de distinção entre objetividade e imaginação. No entanto, autores como Bill Nichols (2005) já apontam que o documentário não deve ser entendido como reflexo absoluto da realidade, mas como um discurso que a organiza e a interpreta a partir de escolhas narrativas e estéticas. A animação, nesse contexto, atua como uma ferramenta que rompe com a expectativa da transparência fotográfica do registro direto, permitindo explorar dimensões subjetivas e simbólicas da experiência humana.

Tal abordagem alinha-se à premissa de que, “no estudo autofigurativo, mesmo que se verifique a veracidade dos fatos, o mais importante não é se foram reproduzidos com autenticidade ou não, mas sim a problematização das finalidades e consequências de sua manipulação” (Nívia Maria, 2018, p. 38). Em Guaxuma, essa manipulação, realizada através da materialidade da animação, torna-se a ferramenta para acessar uma verdade subjetiva e emocional, que reside precisamente na intersecção entre o vivido e o recriado.

Além da subjetividade sutil no filme, existem trechos específicos, que representam diretamente a autobiografia presente na história. Nessa perspectiva podemos destacar: a narração feita pela própria cineasta, a presença de fotografias pessoais e as diferentes técnicas de animação, todas com a areia como elemento em comum. Nara reforça a necessidade de sua presença integral na obra para que a verdade de seu relato fosse alcançada. Em suas palavras, a diretora explica: “Guaxuma é o meu filme mais autoral, no sentido que estou ali muito autobiográfico mesmo, então, para mim, não fazia sentido eu estar longe dessa obra.”.

A utilização da narração em voice over pela própria cineasta refletiu uma intenção pessoal de manter uma conexão intrínseca com a obra, buscando, conforme a própria autora descreve, uma imersão "de corpo em todos os sentidos". De acordo com Nara, uma narração realizada por outra atriz "não faria sentido" pessoal para ela, tendo em vista que a realizadora desejava, para além de conceber uma narrativa que referenciasse sua própria história de vida, produzir uma conexão subjetiva com a obra na qual ela mesma estivesse presente, conforme explica a autora: "Eu até tentei, por exemplo, trabalhar com a narração que não fosse minha no começo, mas entendi que não fazia nenhum sentido escutar uma voz que não fosse a minha."

Philippe Lejeune (2008) conceitua como Pacto Autobiográfico quando o autor, o narrador e o personagem principal compartilham a mesma identidade. A voz, nesse contexto, funciona como uma assinatura, uma prova irrefutável de que quem conta a história é a mesma pessoa que a viveu e a criou. Ao se colocar como narradora, Nara não está apenas contando uma história, ela está se inserindo fisicamente na obra através de sua voz, convidando o espectador a receber sua história de vida de forma direta, sem intermediários.

De mesmo modo, em diversas cenas do filme, o uso de fotografias pessoais, tanto de Nara, quanto de Tayra, representa a inserção direta de elementos da vida privada na narrativa cinematográfica:

[ANEXO] Figura 01 - Frame do filme Guaxuma (2018) com fotografias pessoais de Nara e Tayra sobre a areia da praia.

[ANEXO] Figura 02 - Frame do filme Guaxuma (2018) com a fotografia de Nara.

[ANEXO] Figura 03 - Frame do filme Guaxuma (2018) em que a fotografia de Nara é retratada em forma de animação, moldada na areia.

Além do uso das fotografias, é possível observar em Guaxuma animações em 2D feitas com areia, Stop motion e o uso de algumas esculturas. Em todos os processos de animação a areia foi usada como elemento principal, o que conecta a história ao local em que se passa. Ela pode ser vista seca, usada para fazer os desenhos em 2D, e molhada, para moldada em cima de uma tela plana, e também foi a matéria prima para produzir as estátuas usadas na cena final do abraço, a qual utiliza uma técnica de animação diferente por plano.

Essa representação do ambiente natural também é um elemento intencional da diretora, que afirma que elementos da natureza - neste caso, a areia - representam certos sentimentos das personagens. Nara exemplifica essa técnica ao descrever uma das cenas finais, onde as duas crianças se abraçam e o mar avança sobre elas: "Eu gosto muito de trabalhar a natureza representando, inclusive, alguns sentimentos. Tipo, uma água está muito cheia ou muito seca [...] quando as meninas se abraçam, vem o mar ali. Para mim era muito importante esse mar avançando enquanto elas se abraçavam."

De acordo com Eliane Gordeef (2019):

Ao trabalhar com elementos do mundo real, o Stop motion (quando trabalha com bonecos e objetos) fica no meio termo – imagem live-action / imagem animada – sendo útil na relação físico-metafórica na construção de uma imagem conotativa para a narrativa. (Eliane Gordeef, 2019, p. 326).

Nesse sentido, o uso da areia em Guaxuma evidencia justamente esse caráter híbrido da animação, já que o material, ao mesmo tempo em que pertence ao mundo real, é transformado em diferentes formas de representação, transitando entre o concreto e o simbólico. Ao ser moldada em esculturas, utilizada em desenhos em 2D ou como matéria-prima no stop motion, a areia não é apenas registro da realidade, mas também um recurso poético que constrói metáforas visuais. Dessa forma, sua materialidade conecta o espaço físico da praia à dimensão afetiva da narrativa, reforçando a conotação simbólica que sustenta a memória e o vínculo emocional da personagem com seu passado.

Na cena do acidente de Tayra, o estilo visual da animação se intensifica com a areia, que antes vibrante, agora adquire tons sombrios de preto e vermelho. Essa mudança cromática na granulosidade e textura da areia não apenas reflete o horror do momento, mas também aprofunda a estética particular da obra, utilizando a própria matéria-prima da animação para expressar a gravidade e o impacto visual da tragédia.

Portanto, a areia em "Guaxuma" transcende sua função como mera matéria-prima, consolidando-se como o elemento central que unifica a estética, a narrativa e a proposta autofigurativa do filme.

Conclusão

A obra "Guaxuma" (2018), conforme análise, centra-se na autofiguração, sendo um exercício cinematográfico onde Nara Normande recria e narra suas memórias de forma profundamente pessoal. A escolha da animação com areia é crucial para essa reconstrução subjetiva do passado, espelhando a natureza maleável e ressignificável da memória.

Neste caso, a animação atua como um veículo para a diretora explorar uma verdade emocional que a representação realista talvez não capturasse. Isso posiciona "Guaxuma" de forma única entre documentário e ficção, utilizando a linguagem da animação para dar forma a sentimentos e lembranças.

A imersão autobiográfica é reforçada por elementos como a voz da cineasta na narração, que cria um laço de intimidade com o público, e o uso de fotografias reais, transformando vestígios do passado em arte. Assim, o filme se torna um poderoso testemunho de como a manipulação artística da memória pode, longe de distorcê-la, revelar sua essência mais profunda e universal.

Referências

AMATE, Elisson Tiago Barros. Cinema de Apartamento: A representação do espaço doméstico no cinema brasileiro contemporâneo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Cinema e Audiovisual) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em:
https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5568/Cinema%20e%20Audiovisual%20UFF_Elisson%20Tiago%20Barros%20Amate_2015.2.pdf.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.1-15, 2021. Disponível em:
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354/1449>.

GORDEEFF, Eliane; QUEIROZ, João Paulo. O Imaginarium Diegético na Animação e no Cinema: a representação de momentos de sonho, memória, devaneio e psicadelia no Audiovisual. *AVANCA | CINEMA*, n. 10, p. 44-50, 2019. Disponível em:
<https://publication.avanca.org/index.php/avancacinema/article/view/49>.

GUAXUMA by Nara Normande | Making Of. Direção: Nara Normande. Produção: Damien Megherbi & Justin Pechberty (Les Valseurs). Vimeo. 27/10/2019. 04 minutos. Disponível em: < <https://vimeo.com/369179956> >.

Guaxuma. Direção: Nara Normande. Produção: Damien Megherbi & Justin Pechberty (Les Valseurs). Vimeo. 12/11/2019. 14 minutos. Disponível em:
<https://vimeo.com/372750763>.

MIQUILINI, Maíra Soares. Documentário animado: a animação como forma de reconstrução da realidade (dos processos que a técnica acrescenta ao gênero). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Cinema de Animação e Artes Digitais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em:
<https://eba.ufmg.br/tccs/index.php/caad/article/view/217>.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. São Paulo: Papirus, 2005. SARLO, B. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20021>.

SAVERNINI, Erika. Diante do filme: a análise como tradução de um pensamento audiovisual. *PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*. v. 12, n. 24, jan-abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.37097>.

SERRA, Jennifer Jane. A animação como meio de representação da memória: lembranças afetivas e políticas. *Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 292-304, set./dez. 2021. DOI: 10.22398/2525-2828.618292-304. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/373>.

SERRA, Jennifer Jane. O documentário animado: quando a animação encontra o cinema do real. *RuMoRes*, v. 5, n. 10, p. 238-258, 2011. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/51262/55332>.

SILVA, Nívia Maria Santos. "Eu, modelo, martelo e monumento": um estudo sobre a autofiguração em Bruno Tolentino. 2018. 231 f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27549>.

SOUZA, Maria Ines Dieuzeide Santos. A memória assombrada: um estudo da autorrepresentação no documentário animado Valsa com Bashir. 2012. Urban Science: To Demonstrate How Spiders Fly. Direção: F. Percy Smith. Produção: Kineto Films. Reino Unido, 1909. 58 segundos, p&b. Disponível em: https://www.doc.ubi.pt/12/teses_maria_souza.pdf.

Anexos



Figura 01 - Frame do filme Guaxuma (2018) com fotografias pessoais de Nara e Tayra sobre a areia da praia.



Figura 02 - Frame do filme Guaxuma (2018) com a fotografia de Nara.



Figura 03 - Frame do filme Guaxuma (2018) em que a fotografia de Nara é retratada em forma de animação, moldada na areia.

CÓDIGO: HS1137

AUTOR: PEDRO LUCIO LIMA SOARES

ORIENTADOR: ALIPIO DE SOUSA FILHO

TÍTULO: Direitos na e pela história? Breves reflexões ensaísticas sobre a concepção crítica marxiana do estado e da emancipação política atrelada aos direitos humanos

Resumo

O texto a seguir é uma atualização do andamento do projeto autoritarismo e violência nas prisões apresentado já nesse mesmo congresso em 2024 e também alguns apontamentos para uma possível contribuição ao debate do sistema prisional e da violência por uma perspectiva marxiana.

Palavras-chave: Direitos humanos; Estado; Prisões; Violência; Marx.

TITLE: Rights in and through history? Brief essayistic reflections on the critical Marxist conception of the state and political emancipation linked to human rights

Abstract

The following text is an update on the progress of the project authoritarianism and violence in prisons presented at this same congress in 2024 and also some notes for a possible contribution to the debate on the prison system and violence from a Marxist perspective.

Keywords: Human rights; State; Prisons; Violence; Marx.

Introdução

No texto do ano anterior (2024), composto para o mesmo congresso do qual escrevo agora, intitulado “Autoritarismo e violência nas prisões na região metropolitana de Natal”, apresentei brevemente o projeto de pesquisa (de

código: “PVIH21207-2023 - AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA NAS PRISÕES – Um estudo sobre práticas de autoritarismo e violência em presídios no Rio Grande do Norte”) em que está inserido o meu plano de trabalho na qual foi renovado. Naquele escrito, tracei um percurso tanto de exposição da pesquisa, delimitando seus devidos objetivos gerais e específicos, a hipótese norteadora, bem como também os autores norteadores da investigação.

Ao final daquele trabalho, levanto pontuações preliminares pertinentes com os dados coletados, como, por exemplo, a diferenciação do “molde” ou da “forma” da violência num corte de gênero ou da vulnerabilidade ao cometer um “delito” como uma recorrência de relatos. Mais adiante, projeto os passos seguintes da pesquisa, a-saber: tabulação e categorização dos dados coletados, produção de relatório das entrevistas, correlações gráficas e delimitação dos “eixos” temáticos adjacentes aos demais participantes do grupo de pesquisa do qual o projeto se configura.

Desde então, os dados coletados foram, por sua vez, tabulados a partir do conhecido e extremamente utilizado “google formulários”, nele, foi realizado uma simulação de aplicação de formulário virtual, em que, as perguntas do questionário estruturado foram rigorosamente espelhadas e as respostas coletadas da mesma forma. A escolha de tal plataforma foi utilizada tanto por sua praticidade quanto pelos seus gráficos automaticamente gerados, bem como sua tabela em formato CSV. Tais configurações renderam uma visualização prévia em formato de gráficos pelos membros da equipe, permitindo aos mesmos rascunhar já possíveis correlações, que, por sua vez, foram geradas com o aplicativo RStudio, utilizando a tabela gerada anteriormente (que foi, propriamente, revisada e conferida diversas vezes com os questionários físicos).

Além disso, os relatórios das entrevistas compreensivas abertas foram elaborados, construídos e discutidos em reunião, o que resultou também um panorama geral entre a os resultados quantitativos e qualitativos. Com tudo isso, os membros do grupo estão produzindo suas análises e textos para serem compostos num livro coletivo do projeto a ser publicado futuramente, bem como artigos adjacentes provenientes do tema da pesquisa a partir de elucubrações de cada.

Dessa forma, diferentemente do texto pregresso, meu procedimento de divulgação científica a partir do molde de trabalho completo será, como o título aponta, uma contribuição que considero atípica no debate acadêmico sobre um

objeto tão multifacetado como o sistema prisional. Trata-se, portanto, de uma possível ótica reflexiva marxiana sobre as prisões, elaborada a partir da discussão do autor acerca dos direitos humanos. Refiro-me aqui a uma “contribuição atípica” não apenas pelo fato de se tratar de um autor pouco lembrado sobre o tema dos direitos humanos, mas também no que diz respeito à própria prisão, tanto por Marx não adentrar especificamente sobre, como também por uma continuidade de escolas teóricas consideradas mais “adequadas” ao tema que são, por sua vez, também consideradas “concorrentes” ao marxismo e ao próprio Marx.

Metodologia

Importante salientar, que, tal reflexão foi desenvolvida por mim a partir de um diálogo direto não apenas com a pesquisa descrita, mas também com a disciplina “Teoria do reconhecimento e direitos humanos”, ministrada pelo professor Alípio de Sousa Filho e da professora Andressa Lídicy Moraes Lima. Nessa disciplina, foi-me apresentada a discussão do reconhecimento por autores clássicos do tema como Hegel e Honneth, a quem tento fazer um diálogo com Marx em tal perspectiva. No entanto, as falhas e os hiatos teóricos deste escrito são de minha responsabilidade. Considerável referenciar, também, que o título acima é uma explícita referência ao texto ““Na e pela história.” Reflexões acerca de Sobre a questão judaica” de Daniel Bensaïd, inserida na edição de Sobre a questão Judaica da Boitempo, a qual utilizo durante todo o resto do trabalho.

Assim, o presente trabalho terá, daqui em diante, um caráter ensaístico, cujo objetivo será traçar uma possível contribuição marxiana para o tema dos direitos humanos e das prisões. Para tal, utilizo majoritariamente uma obra específica da vasta bibliografia escrita pelo autor: Sobre a questão Judaica, por a considerar pouco trabalhada sobre o tal assunto entre os outros próprios escritos de Marx (é claro que o próprio irá tocar no tema do estado em outros textos, como no seus escritos jornalísticos sobre a jurisdição do roubo de madeira e no próprio Capital e na Crítica da filosofia do direito de Hegel (além de que Engels irá trazer uma excelente elucubração no O socialismo jurídico) e que há uma vasta crítica marxista ao estado atrelado à crítica do direito por outros diversos autores como Pachukanis, Mészáros e Alysson Leandro Mascaro. Todavia, por limitação de tempo, de espaço textual e de intelectualidade não abordarei aqui.

Tal trabalho traça um curto período temporal da vida do próprio Marx (1843), sendo um texto do denominado “jovem Marx” que demonstra uma mudança política significativa do autor que é a conhecida passagem da social democracia para o socialismo (de antemão, é de conhecimento geral que há um debate considerável acerca da metodologia interpretativa da obra de Marx. Althusser, por exemplo, considera que há uma ruptura entre o Jovem Marx e o Marx maduro, Lukács, por sua vez, pensa que há uma progressão contínua na obra marxiana, já o conterrâneo nacional José Chasin possui outras considerações também distintas e igualmente válidas sobre. Tal discussão é importantíssima para traçar um delineamento correto e sério da bibliografia do autor que não me deterei aqui, mas aconselho ao leitor conhecer). O autor, então, ainda não se debruça sobre seu objeto de estudo mais conhecido (economia política), mas já estabelece categorias epistemológicas importantes que irão percorrer daqui em diante.

Com isso em mente, na primeira seção do texto faço um breve resumo da obra, logo em seguida estabeleço por quais motivos considero as discussões de Marx nesses escritos importantes para pensar os direitos humanos estabelecendo conexões com o debate de Honneth e Hegel acerca desses temas. Por fim, nas conclusões, faço também uma possível agenda de pesquisa para quem desejar expandir o debate desse modestíssimo trabalho.

Resultados e Discussões

A emancipação humana em Sobre a questão judaica

Apesar de ser um texto pouco lido quando comparado a outros clássicos de Marx como A ideologia alemã, Manuscritos econômicos filosóficos, O manifesto e a Crítica ao programa de Gotha; Sobre a questão judaica prepara terreno para o que começaria a ser a transição do Marx da social-democracia para a radicalidade ao trabalhar a complexidade da problemática judaica. Uma evidência disso é o famoso prefácio à contribuição crítica da economia política que citarei melhor adiante.

Dessa maneira, o texto (Sobre a questão Judaica) é construído como uma resposta direta ao texto de Bauer Die judenfrage. Em linhas gerais, de acordo com Marx, Bauer irá afirmar que os Judeus apenas irão se emancipar, num

estado cristão, abdicando de seu próprio judaísmo. Dessa forma, essa complexa questão irá já martelar em Marx algumas categorias que serão tratadas futuramente como a questão da dominação ao trabalhar a religião dominante no estado cristão, o poder político como forma de organização abstrata da política (tratado mais na crítica a Hegel) e, esticando a corda, na totalidade histórica do ser social (tratarei mais adiante essa questão específica).

Tendo isso em vista, como os judeus serão emancipados num estado de constituição cristã? Ora, emancipando e/ou deslocando a figura do próprio estado da religião, na qual, para Bauer, se constitui como um desenvolvimento civilizatório, segue Marx resumindo Bauer:

“A forma mais cristalizada do antagonismo entre o judeu e o cristão é o antagonismo religioso. Como se resolve um antagonismo? Tornando-o impossível. Como se faz para tornar impossível um antagonismo religioso? Superando a religião. Assim que judeu e cristão passarem a reconhecer suas respectivas religiões tão somente como estágios distintos do desenvolvimento do espírito humano, como diferentes peles de cobra descartadas pela história, e reconhecerem o homem como a cobra que nelas trocou de pele, eles não se encontrarão mais em uma relação religiosa, mas apenas em uma relação crítica, científica, uma relação humana. A ciência constitui então sua unidade. Todavia, na ciência, os antagonismos se resolvem por meio da própria ciência.” (Pág. 34 / Sobre a questão judaica)

Logo, a centralidade da crítica de Marx se dará no movimento da caracterização da emancipação como emancipação política e suas confusão e contradições com a emancipação humana geral:

“{...} diante disso, vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão a crítica da emancipação política com a emancipação humana geral. Em vista da pergunta de Bauer aos judeus: “Tendes, a partir do vosso ponto de vista, o direito de almejar a emancipação política?”, nós perguntamos em contrapartida: o ponto de vista da emancipação política tem o direito de exigir dos judeus a

supressão do judaísmo e do homem de modo geral a supressão da religião?”
(Pág. 36-37 / Sobre a questão judaica)

Com isso, Marx concentra a crítica em Bauer pela não visualização de sua crítica ao modelo político iminente: “a crítica a essa relação deixa de comportar-se reologicamente para com a religião, no momento em que ele se comporta como Estado, isto é, politicamente, para com a religião.” (Pág 37) . Assim:

“Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. Tendo a história sido, por tempo suficiente, dissolvida em superstição, passamos agora a dissolver a superstição em história. A questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana. Criticamos a debilidade religiosa do Estado político ao criticar o Estado político em sua construção secular, independentemente de sua debilidade religiosa. Humanizamos a contradição entre o Estado e uma determinada religião, como, p. ex., o judaísmo, em termos de contradição entre o Estado e determinados elementos seculares, em termos de contradição entre o Estado e a religião de modo geral, em termos de contradição entre o Estado e seus pressupostos gerais.” (Pág. 38 - Sobre a questão judaica)

Aqui surge o velho problema do particular-universal e da institucionalização-normalidade. O Judeu apenas se emancipa do estado não o transformando num estado Judeu, mas na emancipação do estado para com a religião, e o próprio estado apenas se emancipa da religião, emancipando-se da religião do próprio estado (“quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado”). Num olhar atento, pode-se afirmar que Marx estaria muito Hegeliano ao firmar o estado como um ente em si só e possuindo sua própria lógica abastado de seu meio, mas, na página seguinte, afirma:

“Porém, o comportamento do Estado, principalmente do Estado livre, para com a religião nada mais é do que o comportamento das pessoas que compõem o Estado para com a religião. Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do meio chamado Estado, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima

dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial.”
(Pág. 39 - Sobre a questão judaica)

Com isso, para Marx, a emancipação política se constitui na sociedade de duas formas: A de “membro da sociedade burguesa” e a “cidadão, a pessoa moral”.

Marx e Honneth - Uma possível relação?

Uma possível dimensão a ser trabalhada nesse texto é a breve questão ontológica em relação ao estado. Ora, uma das críticas de Marx a Bauer é que, para o segundo autor, os judeus precisavam abdicar do seu judaísmo para pertencer ao estado cristão, vimos que essa concepção é de cabo a rabo criticada por Marx, primeiro por que em Bauer há implícita uma concepção estática dos Judeus que é descartada “O judaísmo não conservou apesar da história, e sim através da história” (Pág. 57), “O judeu já se emancipou à maneira judaica” (Pág 56). Além disso, se, de alguma maneira, tal definição de Bauer fosse correta, o judeu teria de, alguma forma, abdicar-se de si mesmo para possuir direitos, tendo em vista que sua religião não é um membro que pode ser descolado de si, mas uma parte fundamental do entendimento subjetivo de si próprio.

Aqui já há uma possível, apesar de ousada e tendo que ser realizada de maneira extremamente cuidadosa, aproximação com Honneth, tendo em vista que Honneth irá dizer sobre o alemão que:

“Marx, que teve à disposição a Fenomenologia do espírito, mas não a Realphilosophie de Jena, retoma nos Manuscritos parisienses a idéia da luta por reconhecimento somente na versão estreita que havia assumido na dialética do senhor e o escravo; com isso, porém, ele sucumbiu, já no começo de sua obra, a tendência problemática de reduzir o espectro das exigências do reconhecimento a dimensão da auto-realização no trabalho.” (Pág 230 - Luta por reconhecimento)

Honneth passará o resto dos parágrafos seguintes se distanciando ainda mais de Marx e desenvolvendo esse parágrafo citado, em que irá dizer, em suma, que

Marx centraliza as lutas sociais pela questão do trabalho, subtraindo, inclusive, o “espectro moral” (Pág. 234) das lutas. É uma discussão que não abordarei aqui pois acredito que não seja o objetivo deste trabalho, mas reafirmo a importância de tal.

Apesar disso, ao interpretamos a questão da subjetividade nesse texto específico como uma contradição de Marx encontrada na crítica a Bauer, a possibilidade de aproximação, então, na esfera das relações intersubjetivas de reconhecimento, aproximando-se aqui com Hegel e com Honneth na esfera do direito e da solidariedade:

“Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um "outro generalizado", que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões.” (Pág 179 / Luta por reconhecimento)

Caso ainda não tenha ficado explícito a relação, vejamos uma citação cristalina de Marx:

“A liberdade equivale, portanto, ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem. O limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo a não prejudicar o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada recolhida dentro de si mesma.” (Pág 49 / Sobre a questão judaica)

Há uma teoria dos direitos em Marx?

Um bom início a essa discussão é revisitar o prefácio falado anteriormente de Marx:

“Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se, ao contrário, nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século xviii, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.” (Pág 34-35 / Prefácio à Contribuição à crítica da economia política)

Dessa maneira, a questão dos direitos em sobre a questão Judaica toma forma subjacente do homem egoísta da sociedade burguesa. Numa outra possível leitura, onde em Honneth a última esfera do reconhecimento é a da solidariedade, em Marx, no contexto da sociedade capitalista, é o egoísmo:

“Portanto, nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade. Muito longe de conceberem o homem como um ente genérico, esses direitos deixam transparecer a vida do gênero, a sociedade, antes como uma moldura exterior ao indivíduo, como limitação de sua autonomia original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta.” (Pág 50 / Sobre a questão judaica)

Mas como isso se dá na práxis?

“ {...}o direito humano à liberdade deixa de ser um direito assim que entra em conflito com a vida política, ao passo que pela teoria a vida política é tão somente a garantia dos direitos humanos, dos direitos do homem individual e, portanto, deve ser abandonada assim que começa a entrar em contradição com os seus fins, com esses direitos humanos. Porém, a práxis é apenas a exceção, a teoria é a regra.” (Pág 51 / Sobre a questão judaica)

Dessa limitação conceitual de Marx, o ápice de sua concepção crítica dos direitos do/pelo estado político imerso na sociedade capitalista se concentra nesse parágrafo:

“Consequentemente o homem não foi libertado da religião. Ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio.” (Pág. 53 / Sobre a questão judaica)

Com tudo isso em mente, podemos, em alguma medida, de forma novamente cuidadosa, afirmar que os direitos humanos em Marx constituem um primeiro objeto de uma certa protoforma de um esboço do materialismo histórico dialético. Aqui, as questões de particular-universal, individual-coletivo, história-presente e afins já estão claramente iniciadas e sua passagem para o socialismo está também anunciada ao compreender que os problemas estruturais da sociedade capitalista não podem ser resolvidos pela conjuntura estatal que os mantêm.

Relação com o sistema prisional

Como já dito anteriormente, o sistema prisional se constitui como um objeto de estudo com múltiplas facetas de discussão, não há como discutir prisão na modernidade sem discutir criminologia, direito, história da violência, direitos humanos e outros tantos atravessamentos. Tendo em vista que o projeto de pesquisa no qual componho tem por objetivo entender o sistema prisional como uma perspectiva crítica e procurando entender não só a existência das violências nas prisões mas também suas diversas formas de se acionar perante aquele cotidiano, tais apontamentos servem, então:

1. Para uma fundamentação da problematização de um estudo crítico dos direitos (para quem serve o direito tal qual como está colocado?) e dos direitos humanos no sistema prisional;
2. Para a compreensão da seletividade prisional por um viés de histórico marcado por uma dualidade de raça-classe;
3. Para o entendimento da Violência como instrumento ideológico do estado institucional das coisas (concepção crítica);

4. Para uma aproximação a partir do punitivismo como um fenômeno estrutural pseudocientífico com Wacquant.

Conclusão

Neste trabalho, além de retomar e atualizar o leitor da fase atual do projeto de pesquisa violência nas prisões, tentei também realizar uma modesta e breve contribuição ao debate das prisões a partir da crítica ao estado e ao direito por um texto menos conhecido da obra marxiana, no qual considero uma boa direção para um novo olhar não só por uma discussão amplamente trabalhada por marxistas como Pachukanis e o próprio Mészáros, mas indo até mais além como na criminologia crítica. Ademais, busquei estabelecer brevemente uma possível relação positiva com Honneth e estabeleci algumas conexões mais diretas a serem desenvolvidas a posteriori.

Para uma ampliação desse pequeno texto e seguindo uma linha metodológica estabelecida aqui que é o Jovem Marx, recomendo o manuscrito Crítica da filosofia do direito de Hegel , Crítica da filosofia de direito de Hegel - introdução, A sagrada família e os despossuídos. Para um trabalho em Engels, Sobre a questão da moradia é um texto importantíssimo, além do já citado socialismo jurídico e Esboço para uma crítica da economia política.

Referências

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.

MARX, Karl. 1818-1883 Sobre a questão judaica / Karl Marx ; apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição crítica da economia política. In: Essencial sociologia / organização e introdução de André Botelho. — 1a ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

DE SOUSA FILHO, Alipio. Pelo fim das prisões: manifesto pelo fim das penas de encarceramento. Natal, RN: Editora Caule de Papiro, 2024.

MONTEIRO, F.M e CARDOSO, R.G. A seletividade do sistema prisional. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2013, p. 93-117.

SILVA LIMA, Erika Cordeiro. O estado de coisas inconstitucional do Sistema prisional brasileiro. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SOARES, Pedro Lúcio Lima. Autoritarismo e violência nas prisões na região metropolitana de Natal. Natal: XXXV Congresso de iniciação científica e tecnológica da UFRN - CICT - 2024.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CÓDIGO: HS1140

AUTOR: RUDYSON DARLAN MENDES DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: A ocupação territorial e os impactos ambientais no Rio Grande do Norte durante o século XVIII: a relação entre sesmarias, pecuária e a transformação do ecossistema local.

Resumo

O trabalho analisa a ocupação do território da capitania do Rio Grande no século XVIII a partir da história ambiental, destacando a relação entre sesmarias, pecuária e impactos ecológicos. Para isso, retrata como o contexto global de expansão comercial e exploração colonial, a distribuição de terras e o avanço da criação de gado estruturaram a economia potiguar, mas à custa de desmatamento, queimadas, compactação do solo e redução da biodiversidade. A pesquisa, fundamentada em autores como Jason Moore, Warren Dean e Keith Thomas, além da análise de cartas de sesmarias, evidencia que a pecuária extensiva foi motor de interiorização e transformação da paisagem, ao mesmo tempo em que reforçou práticas predatórias. Nesse sentido, a colonização potiguar exemplifica a lógica da “natureza barata” no sistema colonial, revelando que os problemas ambientais contemporâneos têm raízes profundas no período colonial.

Palavras-chave: sesmarias, impacto ambiental, pecuária, Rio Grande.

TITLE: Territorial occupation and environmental impacts in Rio Grande do North

Abstract

This paper analyzes the occupation of the territory of the Captaincy of Rio Grande in the 18th century from an environmental perspective, highlighting the relationship between sesmarias (land grants), livestock farming, and ecological impacts. To this end, it portrays how the global context of commercial expansion and colonial exploration, land distribution, and the advancement of cattle ranching shaped the economy of Rio Grande do Norte, but at the cost of deforestation, fires, soil compaction, and biodiversity loss. The research, based on authors such as Jason Moore, Warren Dean, and Keith Thomas, and an analysis of sesmarias (land grants), shows that extensive livestock farming was a driver of inland expansion and landscape transformation, while also reinforcing predatory practices. In this sense, the colonization of Rio Grande do Norte exemplifies the logic of "cheap nature" in the colonial system, revealing that contemporary environmental problems have deep roots in the colonial period.

Keywords: sesmarias, environmental impact, livestock farming, Rio Grande.

Introdução

Os primeiros sistemas de cultivo surgiram no período Neolítico, conforme afirmam Mazoyer e Roudart (2010), A pecuária e a agricultura, nessa perspectiva, são práticas que se desenvolveram durante a Antiguidade, de acordo com Castanho e Teixeira (2017). Na Idade Média, segundo Baschet (2003), foram desenvolvidos os sistemas agrícolas bienal e trienal, o que possibilitou progressos agrícolas, ou seja, maior aproveitamento dos recursos da terra. Entretanto, é entre o fechar das cortinas do Medieval e o advento do Antigo Regime que a relação entre a humanidade e a natureza sofreu transformações significativas que moldaram tanto os sistemas sociais quanto os ambientes. Sob esta perspectiva, Jason W. Moore (2022) argumenta acerca de como o meio ambiente foi alterado – em função de uma lógica de acumulação de capital – por causa da crescente exploração de recursos naturais entre os séculos XV e XVIII ao redor de todo o planeta, o que ele define como apropriação da natureza barata”.

Paralelamente, Keith Thomas (2010) argumenta que entre os séculos XVI e XVIII ocorreu uma mudança significativa na mentalidade: a visão de que os seres humanos tinham o direito e a obrigação de dominar e explorar a natureza foi consolidada. Assim, desde o final da Idade Média até o início da Revolução Industrial, a relação entre o homem e o mundo natural foi drasticamente alterada em razão de uma mentalidade utilitarista, materialista e capitalista sobre a natureza. O Brasil, nesse contexto, é o que Caio Prado Júnior (2011) chamou de colônia de exploração, um lugar para se acumular capital, uma “empresa do homem branco”. Nesse sentido, a ocupação do território do atual Rio Grande do Norte no século XVIII ocorreu em meio a um contexto mais amplo de expansão comercial europeia e da colonização portuguesa. Conforme afirma Warren Dean (1996), cerca de 450 mil portugueses chegaram ao Brasil entre 1700 e 1800 com o intuito de povoar e explorar a colônia lusitana. O impacto desse fluxo populacional é elucidado pelo crescimento exponencial na petição e concessão de sesmarias na capitania do Rio Grande no período em questão. A pecuária, nesse contexto, cresceu proporcionalmente ao número de petições e doações de terras, já que mais da metade das justificativas presentes nestes cartas era falta de terras para criar gado, entre outras justificativas que se relacionavam com a questão bovina. A pecuária extensiva, nesse cenário de exploração do território, acarretou diversos impactos ambientais, principalmente na paisagem natural. Assim, a análise da ocupação territorial potiguar sob a ótica da história ambiental permite refletir criticamente sobre a destruição ecológica que acompanha o processo de formação do território colonial. A escolha do tema justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender as raízes históricas da destruição ambiental no litoral e interior da capitania do Rio Grande durante o século XVIII, relacionando a história local a processos globais de exploração e mercantilização da natureza. Ademais, ao tratar das sesmarias, da pecuária e dos impactos ambientais, a pesquisa busca contribuir com uma reflexão sobre o passado que dialogasse com os desafios socioambientais do presente – já que a questão ambiental é pertinente no debate atual –, mostrando que os desafios ambientais atuais têm origem no período colonial.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, José de Pádua (2010) afirma que analisar a constituição socioeconômica das sociedades, em sua inter-relação necessária com determinados espaços geográficos, é de suma importância para uma pesquisa histórica na área ambiental, já que o ambiente e a economia estão diretamente ligados na prática da exploração ambiental. Ademais, outra base teórica importante para a história ambiental diz respeito às dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana, ou seja, foi necessário abordar as ideologias, valores, etc., da sociedade humana no ato de sua relação com a natureza. Sob essa perspectiva, foi realizada a leitura de textos fundamentais da história ambiental, com destaque para as contribuições de Warren Dean, Jason Moore e Keith Thomas. Em seguida, foram analisadas petições e cartas de sesmarias registradas na Capitania do Rio Grande disponíveis na Plataforma Sistema de Informações do Livro de Registro de Sesmarias no Brasil (SILB), com o objetivo de compreender como ocorreu a distribuição de terras, quais argumentos eram utilizados pelos sesmeiros e qual a finalidade da ocupação reivindicada. As fontes primárias foram lidas criticamente, levando em conta tanto os aspectos formais da documentação quanto as implicações socioambientais dos projetos econômicos nelas expressos. Além disso, foi feita uma tabulação a partir de termos referentes à questão da pecuária nas cartas, a fim de compreender qual o impacto da pecuária no processo de exploração e degradação do ambiente. O cruzamento entre teoria, documentação e análise histórica permitirá a produção de um texto que interprete o avanço da ocupação territorial e da pecuária como parte de um processo de exploração e degradação ambiental que marca profundamente a paisagem da Capitania do Rio Grande. Dessa forma, será possível compreender o impacto da pecuária nas terras potiguaras.

Resultados e Discussões

A ocupação da capitania do Rio Grande no século XVIII pode ser compreendida dentro de um duplo movimento: de um lado, a política de concessão de sesmarias como instrumento de povoamento e de integração do território ao sistema colonial; de outro, a pecuária como atividade econômica estruturante, responsável por dinamizar a interiorização e, paralelamente, provocar intensos impactos ambientais. Nessa perspectiva, a análise das cartas de sesmarias disponibilizadas na plataforma Sistema de Informações do Livro de Registro de Sesmarias no Brasil (SILB) evidencia esse processo. No século XVI, especificamente entre 1551 e 1600, foram registradas apenas 7 cartas de concessões, número que cresceu consideravelmente no século XVII (194) e praticamente dobrou no XVIII (501), revelando a intensificação da demanda por terras e a ampliação do espaço colonizado. Esse aumento pode ser explicado, em grande medida, pela chegada de contingentes expressivos de colonos portugueses ao Brasil. Como afirma Warren Dean (1996), cerca de 450 mil imigrantes vindos de Portugal estabeleceram-se na colônia entre 1700 e 1800, pressionando por novas áreas de ocupação e forçando a Coroa a distribuir vastas extensões de terra. No caso da capitania do Rio Grande, essa ocupação não se orientou pela grande lavoura açucareira ou pela mineração, como em outras capitanias, mas sim pela criação de gado. Esse fenômeno é elucidado quando analisadas as justificativas presentes nas petições de terra: 55% das justificativas para se receber as sesmarias foram “ausência de terras para criar gado”.

Ademais, o mapeamento das cartas de sesmarias mostra que, a partir do século XVIII, o movimento de ocupação avançou das áreas litorâneas para os sertões, onde ribeiras como a de Apodi, Assú, Mossoró, Paneminha, etc., começaram a receber um número significativo de sesmarias. Neste período, 41% das concessões de terras eram para os sertões da Capitania. No caso potiguar, a pecuária representou uma alternativa econômica complementar, capaz de abastecer tanto o mercado interno quanto as redes coloniais de circulação, produzindo carne, leite, couro e queijo. Essa prática econômica exigia amplos espaços, o que ajuda a explicar a necessidade de ir cada vez mais adentro do território e, também, a justificativa para serem concedida as léguas de terras. Entretanto, esse processo de ocupação trouxe consigo uma série de impactos ambientais. O primeiro deles foi o desmatamento, necessário para a abertura de pastagens. Essa prática intensificou-se com a lógica da pecuária itinerante, em que os criadores, após esgotarem os recursos de determinada área, solicitavam novas sesmarias para dar continuidade à criação do gado. Tal itinerância gerava a devastação contínua da vegetação nativa, transformando ecossistemas complexos em campos homogêneos de pasto. Outro impacto relevante foi a prática recorrente das queimadas, utilizadas para “limpar” o terreno e favorecer a pastagem. Essa prática, como observa Dean (1996), acelerava a destruição das matas e comprometia a biodiversidade. Em consequência, a fauna e a flora originais eram gradualmente substituídas por dois elementos predominantes: o gado e o capim. Esse empobrecimento da biodiversidade evidencia o que Jason Moore (2022) denomina de “Natureza Barata”, isto é, a transformação da natureza em recurso disponível a baixo custo para sustentar a lógica de acumulação capitalista. Além disso, a movimentação constante das boiadas produzia a compactação do solo. O pisoteio contínuo dificultava a penetração de raízes, reduzia a absorção de água e nutrientes e aumentava os processos erosivos. A longo prazo, esses fatores comprometiam a regeneração do solo e tornavam certas áreas improdutivas, reforçando o caráter itinerante da pecuária. Nesse sentido, o ciclo de concessão de sesmarias, devastação e abandono configurava uma prática que unia a expansão territorial com a degradação ambiental. Essa dinâmica insere-se no quadro mais amplo de transformações apontadas por Keith Thomas (2010), para quem, entre os séculos XVI e XVIII, consolidou-se uma visão hierárquica na qual o homem passou a se perceber como senhor da natureza. Esse imaginário legitimava práticas de exploração intensiva, justificadas tanto por argumentos religiosos, como o direito bíblico de domínio sobre os animais e a terra, quanto por argumentos práticos, vinculados à necessidade de garantir o sustento e a acumulação de riqueza. Portanto, os resultados da pesquisa mostram que a ocupação da capitania do Rio Grande no século XVIII não pode ser reduzida a um simples processo de povoamento. Ao contrário, revela como a lógica colonial portuguesa articulava interesses econômicos, estratégias de poder e práticas ambientais predatórias. As sesmarias, nesse contexto, não foram apenas concessões de terras, mas instrumentos de organização social, de fixação da autoridade régia e, sobretudo, de transformação radical da paisagem potiguar. O avanço da pecuária, sustentado por esse mecanismo, estruturou a economia local, mas às custas de uma profunda alteração ambiental, cujos efeitos prolongam-se até o presente.

Conclusão

A ocupação do litoral e sertões da capitania do Rio Grande no século XVIII evidencia como a relação entre sesmarias, pecuária e meio ambiente esteve no centro da

colonização potiguar. O crescimento exponencial das concessões de terras nesse período, impulsionado pela chegada de colonos e pela necessidade de ampliar áreas de pastagem, consolidou a pecuária como atividade econômica predominante e como motor da interiorização do povoamento. Nesse sentido, a análise das fontes demonstra que o avanço da colonização não apenas estruturou a economia e a sociedade locais, mas também provocou profundas alterações na paisagem. O desmatamento, as queimadas, a redução da biodiversidade e a compactação dos solos expressam a lógica predatória da exploração colonial, que se enquadra no conceito de “Natureza Barata” proposto por Moore (2022), e nas reflexões de Keith Thomas (2010) sobre a legitimidade do domínio humano sobre o mundo natural. Fica claro, portanto, que o processo de ocupação do Rio Grande no século XVIII ilustra, em escala regional, a dinâmica global da colonização moderna: expansão territorial, exploração econômica e degradação ambiental caminham lado a lado. A compreensão dessa experiência histórica contribui não apenas para os estudos sobre a formação colonial do Rio Grande do Norte, mas também para a reflexão acerca dos legados ambientais e sociais que ainda se fazem presentes na paisagem e na estrutura agrária contemporânea.

Referências

BASCHET, G r me. Uma civilização feudal. Tradução de Maria da Silva Costa. São Paulo: Editora da Unesp, 2003. CASTANHO, Roberto Barboza; TEIXEIRA, Matheus Eduardo Souza. A evolução da agricultura no mundo: da g nese até os dias atuais. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017. DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devast  o da Mata Atlântica brasileira. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004. MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea São Paulo: UNESP, 2010. MOORE, Jason W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (org.). Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p. [Introdução e 1  capítulo: “O sentido da colonização”]. PLATAFORMA SILB. Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (séculos XIV - XIX). Disponível em: <<http://plataformasilb.cchla.ufrn.br/>>. Acesso em: 15 out. 2024. PÁDUA, José Augusto: As Bases Teóricas da História Ambiental: Universidade de São Paulo: Estudos Avançados, 2010. THOMAS, Keith. O pred m nio humano. In: O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CÓDIGO: HS1141

AUTOR: EMILLY VITORIA FREITAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: NARRATIVAS E EXPRESSÕES CULTURAIS NAS OCUPAÇÕES
URBANAS EM NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

Esta pesquisa investiga as formas de produção simbólica e cultural nas ocupações urbanas da cidade de Natal/RN, entre 2016 e 2024, com ênfase em atividades cotidianas que expressam resistência e afirmam o pertencimento. Inicialmente, o estudo visava analisar práticas culturais estruturadas; contudo, entrevistas com militantes e moradores revelaram a predominância de ações espontâneas e simbólicas, frequentemente associadas a celebrações, ao cuidado coletivo do espaço e ao cotidiano das ocupações. Esses elementos, longe de serem secundários, evidenciam estratégias de resistência e reafirmam o direito à vida e à moradia, tensionando os limites tradicionais do conceito de cultura formalizada. A pesquisa adota abordagem qualitativa com recorte etnográfico em duas ocupações específicas, articulando a compreensão do espaço urbano como produto social em disputa (LEFEBVRE, 2001) e incorporando contribuições de Caldeira (2000), Harvey (2014), Certeau (1994) e Magnani (2012), interpretando tais práticas como táticas de apropriação criativa do território e de construção de identidades coletivas.

Palavras-chave: ocupações urbanas; cultura cotidiana; resistência; cidades

TITLE: NARRATIVES AND CULTURAL EXPRESSIONS IN URBAN
OCCUPATIONS IN NATAL/RN (2016–2024)

Abstract

This research investigates the forms of symbolic and cultural production in urban occupations in the city of Natal/RN, between 2016 and 2024, with an emphasis on everyday activities that express resistance and affirm a sense of belonging. Initially, the study aimed to analyze structured cultural practices; however, interviews with activists and residents revealed a predominance of spontaneous and symbolic actions, often

associated with celebrations, collective care of the space, and the daily life of the occupations. These elements, far from being secondary, highlight strategies of resistance and reaffirm the right to life and housing, challenging the traditional boundaries of the concept of formalized culture. The research adopts a qualitative approach with an ethnographic focus on two specific occupations, articulating the understanding of urban space as a socially contested product (LEFEBVRE, 2001) and incorporating contributions from Caldeira (2000), Harvey (2014), Certeau (1994), and Magnani (2012), interpreting these practices as tactics of creative territorial appropriation and collective identity building.

Keywords: urban occupations; everyday culture; resistance; belonging; cities

Introdução

A urbanização brasileira, desde o início do século XX, caracteriza-se por uma tensão estrutural entre a expansão das cidades, impulsionada pela mercantilização do solo urbano, e as estratégias populares voltadas a assegurar moradia digna. Essa contradição aprofunda-se com a ascensão do neoliberalismo, período em que a cidade passa a ser cada vez mais tratada como mercadoria, submetida à lógica da valorização imobiliária e da especulação (HARVEY, 2014).

Nesse cenário, populações de baixa renda são deslocadas para áreas periféricas ou recorrem à ocupação de terrenos como estratégia de sobrevivência. Em Natal/RN, essas tensões manifestam-se na presença de ocupações urbanas, que emergem como respostas coletivas à ausência de políticas habitacionais efetivas e à reprodução das desigualdades socioespaciais. Conforme Teresa Caldeira (2000) analisou em São Paulo, a segregação urbana se materializa não apenas em barreiras físicas, mas também em barreiras simbólicas, processo que dialoga com a realidade de Natal.

Compreender as ocupações exige, portanto, olhar para além da precariedade material, investigando as formas de resistência e produção simbólica que emergem nesses espaços. A pesquisa parte de uma perspectiva crítica para analisar como moradores e militantes das ocupações em Natal/RN constroem narrativas, práticas culturais e redes de solidariedade, afirmando o direito à cidade e ressignificando territórios historicamente marginalizados.

Esses territórios, embora marcados pela precariedade, configuram-se como espaços de produção simbólica. O conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre (2001) é central, pois ultrapassa o simples acesso à moradia, incluindo a participação ativa dos habitantes na produção e apropriação do espaço urbano. Sua perspectiva critica as dinâmicas capitalistas que segregam a cidade e oferece um referencial essencial para compreender como as ocupações criam novas territorialidades.

Michel de Certeau (1994) e José Guilherme Magnani (2012) oferecem ferramentas para interpretar as práticas culturais cotidianas como táticas de resistência frente às estratégias de dominação. Para Certeau, tais táticas emergem do cotidiano e subvertem normas institucionalizadas. Assim, atividades como festas comunitárias, rodas de conversa ou grafites podem ser lidas como instrumentos de reapropriação simbólica do

espaço, que articulam solidariedade e pertencimento. A vida nas ocupações transcende a mera precariedade, constituindo-se em arenas de produção cultural e invenção social.

O recorte temporal da pesquisa (2016-2024) abrange os mandatos da Prefeitura de Natal sob Carlos Eduardo Alves (PSD) e Álvaro Dias (Republicanos), permitindo analisar como diferentes gestões lidaram com as políticas de habitação. A mudança de gestão não implicou avanços substanciais, reforçando a necessidade de compreender a cultura como recurso político e simbólico frente à omissão do Estado.

As entrevistas com militantes do MLB, MLMP e moradores revelaram a predominância de manifestações espontâneas, enraizadas no cotidiano e na manutenção coletiva do espaço. Longe de serem secundárias, essas práticas funcionam como mecanismos de coesão social, produção identitária e resistência simbólica, contrariando narrativas que associam as periferias apenas à precariedade ou ilegalidade. A pesquisa justifica-se ao problematizar a invisibilidade dessas dimensões no debate urbano, demonstrando que as ocupações não apenas resistem materialmente, mas produzem sentidos e legitimidade. A análise dessas práticas revela o caráter estratégico da cultura como elemento central na luta pelo direito à cidade.

Metodologia

Esta pesquisa de Iniciação Científica integra o projeto “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no município de Natal/RN (2016–2024)”, que investiga processos de mobilização popular em torno da moradia digna, enfocando organização coletiva, resistência simbólica e apropriação territorial nas ocupações urbanas da cidade.

Adota-se uma abordagem qualitativa, centrada na análise de narrativas e discursos de militantes e dirigentes dos movimentos sociais de moradia em Natal. A pesquisa se ancora na tradição da etnografia urbana, com ênfase na dimensão discursiva, tratando as falas dos entrevistados como expressões simbólicas, políticas e culturais. A fundamentação teórica considera a cidade como espaço social em disputa, atravessado por relações de poder, práticas de resistência e produção de identidades coletivas (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005; CALDEIRA, 2000; CERTEAU, 1994; SANTOS, 1997; MAGNANI, 2012).

O recorte temporal (2016–2024) possibilita analisar como as gestões municipais lidaram com as demandas habitacionais e culturais, evidenciando a persistência de lacunas nas políticas públicas e a importância da cultura como mecanismo de resistência e afirmação social.

Objetivo geral:

Investigar como as expressões culturais e narrativas presentes nas ocupações urbanas de Natal/RN, entre 2016 e 2024, constituem formas de resistência e produção de identidades coletivas, analisando práticas cotidianas, simbólicas e solidárias que ressignificam o espaço urbano.

Objetivos específicos:

- a) Examinar práticas culturais espontâneas e coletivas, como mutirões, festas comunitárias, assembleias, brincadeiras e rodas de conversa, compreendendo seus significados sociais e políticos.
- b) Analisar como as narrativas orais e visuais expressam resistência, pertencimento e reivindicação de direitos;
- c) Discutir a relação entre essas práticas e a ausência ou insuficiência de políticas públicas de habitação e cultura durante as gestões municipais de 2016 a 2024.

A pesquisa concentrou-se em duas experiências:

A Ocupação Valdete Guerra, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), referência na mobilização política por moradia em Natal;

O Conjunto Habitacional Leningrado, situado na Zona Oeste, frequentemente associado às dinâmicas de exclusão e estigmatização urbana, mas também marcado por fortes expressões culturais cotidianas.

O percurso metodológico foi organizado em três etapas principais:

a) Revisão bibliográfica

Leitura e fichamento de autores centrais sobre produção do espaço, urbanização desigual e práticas culturais em territórios populares, como Henri Lefebvre (2001), Teresa Caldeira (2000), David Harvey (2005), Michel de Certeau (1994), José Guilherme Magnani (2012) e Milton Santos (1997).

b) Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas com militantes e dirigentes dos movimentos de luta por moradia (MLB e MLMP), no âmbito das atividades do PET. As entrevistas buscaram explorar a trajetória das ocupações, as práticas culturais, os sentidos atribuídos ao espaço urbano e a percepção sobre políticas públicas.

c) Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir de análise temática, com foco nos seguintes eixos:

Cultura como forma de resistência;

Narrativas de identidade e pertencimento;

Percepções sobre Estado e políticas públicas de moradia.

Além das entrevistas, também foram mobilizadas fontes secundárias, como reportagens e documentos dos movimentos, para complementar a análise e contextualizar empiricamente as falas dos entrevistados.

Resultados e Discussões

A análise das entrevistas realizadas com dirigentes de dois movimentos sociais de moradia em Natal/RN, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), responsável pela Ocupação Valdete Guerra, e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), articulador de diferentes experiências de ocupação na cidade, revela tanto as convergências quanto às diferenças nas formas de resistência urbana e de organização comunitária. Tais experiências se inscrevem na dinâmica mais ampla da luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, ambos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, mas constantemente negados no cotidiano das populações periféricas.

1. Ocupação Valdete Guerra (MLB): identidade, cultura e resistência

A Ocupação Valdete Guerra, organizada pelo MLB em 2017, constitui-se como um espaço de resistência material e simbólica à exclusão habitacional e urbana em Natal. Nomeada em homenagem a uma militante histórica da luta por moradia, a ocupação mobiliza a memória e a identidade coletiva como estratégias políticas, ressignificando a presença dos moradores no território (Entrevista concedida por dirigente do MLB na Ocupação Valdete Guerra, Natal/RN, 2024).

Entre as práticas relatadas, destacam-se as assembleias comunitárias, que desempenham dupla função: são instrumentos de decisão política, mas também espaços de construção simbólica, onde os moradores reafirmam o pertencimento à coletividade. Além disso, eventos religiosos, festas populares e mutirões coletivos de manutenção do espaço traduzem a centralidade da cultura como prática de resistência. Como observa Certeau (1994), os usos cotidianos do espaço revelam táticas criativas de sobrevivência e de subversão frente às estruturas de poder, o que se confirma na experiência do MLB.

O estigma da “invasão” é enfrentado por meio da valorização cultural e da afirmação da identidade coletiva, na medida em que os moradores recusam a marginalização e reivindicam o direito à cidade. Essa disputa simbólica pode ser lida em diálogo com Caldeira (2000), que demonstra como os muros e as fronteiras da cidade segregada criam barreiras físicas e morais. Na Ocupação Valdete Guerra, a cultura aparece como meio de atravessar tais fronteiras, conferindo sentido e legitimidade à presença dos moradores.

2. Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP): organização, estratégia e autogestão

A entrevista com Wellington, dirigente do MLMP, revela outra dimensão da luta pela moradia: a ênfase na organização política, jurídica e comunitária das ocupações (Entrevista concedida por Wellington, dirigente do MLMP, Natal/RN, 2024). O ponto de partida de sua exposição é a crítica à ilusão de que o direito à moradia está assegurado no Brasil: para ele, trata-se de uma “perspectiva” ainda não efetivada, como evidencia o déficit habitacional de mais de 58 mil famílias apenas em Natal.

Nessa perspectiva, o MLMP fundamenta sua atuação no princípio da função social da propriedade, previsto na Constituição e no Estatuto da Cidade. Lefebvre (2001) contribui para a compreensão dessa luta ao afirmar que o espaço urbano é produto social, resultado de relações de poder e de disputas entre racionalidades. O MLMP, ao mapear terrenos ociosos e organizar ocupações planejadas, atua na materialização dessa disputa, desafiando o modelo excludente de produção da cidade.

Um dos pontos mais relevantes da fala de Wellington é a distinção entre ocupação e invasão. Enquanto a primeira é ação planejada, coletiva e estratégica, a segunda designa, segundo ele, práticas espontâneas e desorganizadas. Essa diferença não é apenas semântica: trata-se de uma disputa de narrativas. A mídia e o poder público criminalizam as ocupações ao rotulá-las como invasões, reforçando a marginalização social. Caldeira (2000) ajuda a interpretar essa dinâmica ao destacar a violência simbólica que acompanha a segregação urbana.

No cotidiano das ocupações organizadas pelo MLMP, a vida comunitária é sustentada por práticas de autogestão: divisão de lotes, cozinhas e creches comunitárias, regras de convivência contra violência, álcool e drogas, bem como formas de infraestrutura construídas coletivamente, como a instalação de energia elétrica e fossas sanitárias improvisadas. Esse modo de organização reafirma o caráter político da ocupação, que não se reduz à demanda por habitação, mas envolve a construção de uma comunidade pautada na solidariedade. Tal como afirma Magnani (2012), as práticas e circuitos culturais urbanos reforçam o pertencimento e a coesão social.

Do ponto de vista da relação com o Estado, o MLMP adota uma postura estratégica de negociação. Com terrenos públicos, dialoga diretamente com o ente federativo responsável; em terrenos privados, espera a decisão judicial de reintegração para convocar o poder público e mediar soluções habitacionais. Esse aspecto pode ser lido à luz de Harvey (2005), para quem o direito à cidade é, sobretudo, o direito de transformar coletivamente o espaço urbano, mesmo em confronto com as instituições.

Por fim, a fala de Wellington evidencia o protagonismo das mulheres no movimento: a maioria das lideranças e participantes é feminina, o que reforça o caráter interseccional da luta. Ao mesmo tempo, o movimento enfrenta desafios de continuidade após a conquista da moradia, quando muitas famílias tendem a se desmobilizar.

3. Entre Valdete Guerra e MLMP: convergências e contrastes

A análise comparativa revela que, embora ambos os movimentos compartilhem o mesmo horizonte, o direito à moradia e à cidade, eles se diferenciam nas formas de atuação. O MLB, por meio da Ocupação Valdete Guerra, evidencia a centralidade da cultura e da identidade como práticas de resistência simbólica e comunitária. Já o MLMP, conforme expresso por Wellington, privilegia a dimensão organizativa, jurídica e estratégica, articulando autogestão, negociação institucional e construção de alternativas habitacionais formais.

Essas abordagens não se excluem, mas se complementam, evidenciando estratégias distintas e convergentes de luta pelo direito à cidade. Enquanto o MLB mobiliza narrativas culturais e coletivas como meio de legitimar a ocupação perante a sociedade,

o MLMP organiza juridicamente e politicamente a luta, buscando garantir que a função social da propriedade seja respeitada. Em ambos os casos, as práticas cotidianas revelam o que Certeau (1994) chama de “táticas”: modos criativos e coletivos de resistir ao abandono e à exclusão.

4. Síntese da discussão

As ocupações urbanas em Natal, seja a Valdete Guerra organizada pelo MLB, seja as ações do MLMP, evidenciam que a luta por moradia transcende a reivindicação de casas e terrenos: trata-se de um movimento político, cultural e simbólico de afirmação de dignidade e de cidadania. Como afirma Lefebvre (2001), o direito à cidade não é apenas o direito de acessar o espaço urbano, mas de transformá-lo. É nesse sentido que as práticas culturais, a autogestão comunitária e a mobilização política se encontram como dimensões inseparáveis da luta.

Conclusão

A análise das ocupações urbanas em Natal/RN entre 2016 e 2024 evidencia como a luta por moradia articula dimensões políticas, sociais e culturais no cotidiano das comunidades. Entrevistas com dirigentes do MLB e do MLMP, assim como o exemplo etnográfico do conjunto Leningrado, mostram que a moradia vai além de um bem material, constituindo-se em espaço simbólico de resistência, identidade e pertencimento. Na Ocupação Valdete Guerra, práticas culturais como assembleias, mutirões, festas e atividades religiosas reforçam laços de solidariedade e produzem sentidos coletivos, demonstrando, à luz de Certeau (1994), como o cotidiano se converte em espaço de invenção política.

No MLMP, práticas como cozinhas coletivas, divisão equitativa dos lotes, centralidade das mulheres na liderança e regras de convivência indicam que a luta por moradia também é prática pedagógica de solidariedade, rompendo com lógicas individualistas e instituindo modos de vida que desafiam a ordem urbana excludente. Já no Leningrado, a cena das crianças brincando em meio à ausência de políticas públicas sintetiza a contradição entre carência material e vitalidade cultural, evidenciando, conforme Santos (1997), que o espaço urbano é constantemente reinventado pelas práticas sociais que nele se inscrevem.

Com base nessas experiências, a luta por moradia em Natal se revela como reivindicação do direito à cidade (Lefebvre, 2001), incluindo a produção de cultura, memória e identidade. A dimensão cultural não é secundária, mas eixo central de resistência: legitima a ocupação, mobiliza moradores, subverte estigmas e reconfigura simbolicamente o espaço urbano. As ocupações funcionam como espaços culturais e políticos, onde práticas coletivas e narrativas de pertencimento reafirmam a dignidade frente à mercantilização do espaço urbano e às políticas públicas insuficientes. Ao inscreverem novas narrativas no território, os moradores transformam a ocupação em trincheira política e cultural, questionando a quem pertence a cidade e apontando para futuros possíveis em que a vida prevaleça sobre a lógica do lucro.

Referências

CALDEIRA, Teresa P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 37-56.

CÓDIGO: HS1152

AUTOR: KAILANE DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: ILANA LEMOS DE PAIVA

TÍTULO: Como o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas é um meio de reprodução social?

Resumo

Este trabalho analisa como a escola pública brasileira participa da reprodução das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo, à luz da Teoria da Reprodução Social e com base no materialismo histórico dialético. Essa teoria, fundamentada no marxismo, destaca a importância do trabalho reprodutivo - historicamente atribuído às mulheres - para a manutenção do sistema capitalista, ao garantir a reprodução material e social da força de trabalho. A educação é compreendida como parte desse processo, pois possui o papel de repassar os conhecimentos necessários para a socialização dos indivíduos ao gênero humano. A escola, longe de ser neutra, reforça desigualdades estruturantes da exclusão, atua como um instrumento de reprodução dos valores e normas estabelecidos pela classe dominante. A infância, que deveria ser marcada pelo brincar e pelo lúdico, é transformada em preparação para o mercado de trabalho, o que limita o desenvolvimento do pensamento crítico e a liberdade infantil. No contexto do capitalismo periférico, a escola pública reproduz o fracasso escolar, promove a exclusão simbólica e afasta alunos, reforçando desigualdades sociais e culturais. Como alternativa, propõe-se que a superação desse modelo exige romper com a lógica do capital, apostando numa pedagogia revolucionária, alinhada com a transformação das relações sociais e com uma educação libertadora e crítica - capaz de ampliar horizontes e construir formas de existência além do capitalismo.

Palavras-chave: Educação escolar. Teoria da Reprodução Social. Escola pública.

TITLE: How is the teaching-learning process in public schools a means of social reproduction?

Abstract

This study analyzes how the Brazilian public school system contributes to the reproduction of social inequalities in contemporary capitalism, based on Social Reproduction Theory and dialectical historical materialism. This theory, grounded in Marxism, highlights the importance of reproductive labor - historically assigned to

women - for maintaining the capitalist system, as it ensures the material and social reproduction of the labor force. Education is understood as part of this process, as it plays a role in transmitting the knowledge necessary for the socialization of individuals into the human collective. The school, far from being neutral, reinforces structural inequalities and acts as an instrument for reproducing the values and norms established by the ruling class. Childhood, which should be characterized by play and imagination, is transformed into preparation for the labor market, limiting the development of critical thinking and children's freedom. In the context of peripheral capitalism, public schools reproduce school failure, promote symbolic exclusion, and alienate students, reinforcing social and cultural inequalities. As an alternative, it is proposed that overcoming this model requires breaking with the logic of capital and investing in a revolutionary pedagogy, aligned with the transformation of social relations and a liberating, critical education - capable of broadening horizons and building forms of existence beyond capitalism.

Keywords: School education. Social Reproduction Theory. Public school.

Introdução

A educação escolar é um dos principais espaços institucionais da reprodução social, atuando como mediadora na transmissão e internalização da cultura pelas crianças, fazendo total diferença no seu desenvolvimento e na formação do seu senso crítico. No capitalismo contemporâneo é difícil enxergar que os hábitos, costumes e valores que estão postos não são naturais, mas foram construídos e ensinados a todos, através do processo de socialização que dá o contorno da nossa identidade (BRANDÃO, 2007).

As formas de estruturar a existência são transmitidas pela educação, inicialmente no âmbito familiar — sobretudo pelas mães ou principais cuidadores — e, posteriormente, pela escola, mediada sobretudo pelas professoras. Esses ensinamentos influenciam diretamente nas suas formas de ser, sua forma de enxergar e explorar o mundo vai depender diretamente daquilo que é apresentado a ela. Dessa forma, o papel da educação é apresentar o maior leque de possibilidades possível para aumentar o mundo simbólico daquele indivíduo.

A família é a primeira instituição que, além de garantir a sobrevivência, ou seja, garantir a sua reprodução material, precisa garantir a sua socialização, a sua inserção na sociedade em que vivem. Por meio dessa socialização, são passados os valores defendidos naquele núcleo. O lugar da escola se constitui como uma necessidade quando todos os sujeitos em desenvolvimento precisam ter uma formação uniforme (MANACORDA, 1989). Assim, a escola insere uma nova visão de mundo na criança, a do pensamento científico, racional e universal, que pode ou não ser diferente da ensinada pelo seus pais, permitindo a interação com outros adultos e também com seus pares.

No ambiente familiar, é sobre as mulheres e mães a quem recai essa responsabilidade de criação de um ser socializado (ELIAS, 2024). Segundo a Teoria da Reprodução Social, historicamente, em busca da ampliação do capital, as famílias entenderam que a solução mais fácil para gerenciar a geração de renda e a criação dos filhos seria a segregação dessas duas funções. Utilizando-se das construções sociais acerca dos papéis de gênero já existentes, as mulheres são cada vez mais colocadas no papel de cuidadoras, carinhosas

e bondosas, e aos pais pouco cabe no dever de educar os filhos, apenas de gerar capital para o sistema.

Cabe ressaltar que, o sistema capitalista produz uma infância marcada pelo lúdico, para reproduzir um trabalhador neoliberal no futuro (FERGUSON, 2023). Esperamos que todos se tornem um profissional liberal sério e assumam responsabilidades, sem outro propósito de vida a não ser trabalhar para produzir mais-valia, mas pretende-se ensinar isso através das brincadeiras, que em sua ontologia não tem essa função. O problema se agrava quando essa mudança é muito brusca e não dá chance da criança explorar e descobrir os seus interesses, aspirações e sonhos próprios.

No sistema de ensino público brasileiro é onde essa discrepância fica mais escancarada, o objetivo de aprovar crianças e adolescentes para conseguirem um diploma e entrarem no mercado de trabalho parece ser a única solução. Pouco tempo de vida é reservado para brincadeira, quando permitidas, assim vivem uma infância cerceada desde muitos novos pela produtividade do trabalho. Os jovens dentro desse processo dificilmente terão a oportunidade de uma visão de futuro diferente da que lhes foi dada, contribuindo para o objetivo da máquina capitalista.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é: analisar, à luz da Teoria da Reprodução Social, como a escola pública participa da reprodução das desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo. E como objetivos específicos, tem:

1. Contextualizar o papel da escola pública brasileira no capitalismo periférico.
2. Apresentar os fundamentos da Teoria da Reprodução Social, com ênfase no papel do trabalho reprodutivo e da socialização.
3. Analisar criticamente o lugar da infância e do brincar na reprodução das relações sociais capitalistas.

Metodologia

A pesquisa terá caráter teórico e bibliográfico, com base no materialismo histórico e dialético como método de análise. O trabalho buscará compreender as determinações históricas e sociais da função da escola pública no capitalismo, articulando autores da Teoria da Reprodução Social, da sociologia crítica da educação, da educação brasileira e da pedagogia histórico-crítica. Foi desenvolvido um estudo teórico, de caráter exploratório, fundamentado em referenciais clássicos e contemporâneos como Bhattacharya, Ferguson, Vogel, Bourdieu, Patto, Mészáros, Saviani e Young.

A Teoria da Reprodução Social (BHATTACHARYA, 2023) tem o objetivo de entender como o trabalhador se reproduz, a partir da base marxista que coloca o trabalho no centro da vida humana e a produção de mercadoria no centro do sistema capitalista. A obra argumenta que o trabalho de reprodução do trabalhador, que não costuma ser visto como

parte da esfera produtiva - e expressado quase integralmente pelo gênero feminino - também faz parte da totalidade sistêmica histórica, intergeracional e múltipla.

Como iniciativa recente na pesquisa marxista, a Teoria da Reprodução Social, tenta resgatar a categoria marxiana da totalidade social, a partir de uma teoria unitária das relações sociais no modo de produção capitalista (RUAS, 2020). O esforço é para compreender a lógica do valor e as formas de opressão das mulheres como parte de um mesmo sistema complexo de mediações, que possuem as mesmas raízes. Neste trabalho, e no método materialista histórico dialético, é fundamental entender como a base material das relações de opressão às mulheres se reflete no sucateamento dos direitos das crianças.

Para Marx, o conceito de dialética é importante mediante o conceito de práxis, pois é na prática, no trabalho, intensamente repetido que se reflete e reformula a teoria (Konder, apud Machado, 2023, p.28). Por isso, Machado (2023) defende que a Teoria da Reprodução Social se utiliza das contradições evidenciadas no capitalismo para construir um modo de pensar dialético, ao analisar perspectivas segregacionistas que compartmentam a identidade dos sujeitos complexos, em caminho para uma teoria unitária da classe trabalhadora, considerando suas pluralidades. Além disso, historicamente, é uma teoria composta por escritores e escritoras, muitas vezes, oriundos de grupos subalternizados, portanto que anda junto dos movimentos sociais e pretende uma transformação dialética da sociedade.

Para explicar a relação de educação com trabalho reprodutivo é necessário entender que a educação é um complexo, como todos os outros complexos sociais, que estabelece uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa com o trabalho (LIMA; JIMENEZ, 2011). Isso porque o trabalho é a categoria fundamental na ontologia do ser social, é a partir dele que o humano humaniza-se e derivam-se todas as outras categorias da socialização. Essas, bem como a educação, no processo de complexificação da sociedade, criam seu próprio caminho de desenvolvimento da autonomia, mas sempre de forma relativa a dependência ontológica com o trabalho, devido ao movimento dialético da história.

O processo de ensino-aprendizagem sempre terá de ser teleológico, e essa intenção final é de influenciar o comportamento e o pensamento dos outros. Isso porque a reprodução do humano não é apenas biológica, também passa por produtos sociais, que se complexifica cada vez mais, à medida que se complexifica a sociedade (LIMA; JIMENEZ, 2011). Dessa maneira, a educação é ontologicamente conservadora pois possui o papel de repassar os conhecimentos construídos pela humanidade e assim cumprir a função de integrar os indivíduos ao gênero humano. Esse modelo de humano genérico pode ser modificado e será perpassado a partir da intervenção teleológica da educação nas crianças.

Sabemos então que, por ser teleológica, a educação historicamente se divide em duas funções sociais: a de repassar os conhecimentos científicos construídos pela humanidade e a função moralizante de educar para adequar aquelas pessoas à sociedade, de mostrar como deve se comportar o ser humano. Para falar de escolas públicas, é preciso falar do contexto histórico de surgimento desta, portanto, voltamos ao século XVIII, pois é a partir daí que a educação passa a ser ensinada universalmente (MANACORDA, 1992). Vale lembrar, que o século XVIII era permeado pelos ideais iluministas que ganhavam sua força na época, defendendo que o conhecimento verdadeiro era o científico, adquirido por meio da razão.

Assim, delineia-se um projeto para uma escola estatal que fosse pública, geral, laica e universal, pois entendeu-se que só se daria conta de alfabetizar todos os cidadãos mediante a força e organização do Estado. No capitalismo, desde que existe a escola moderna, a função moral se cumpre em preparar as crianças para serem trabalhadores da fábrica, por isso, preza-se na escola habilidades que se prezam na fábrica: obediência, disciplina, repetição, etc. e isso é observado até hoje. O verdadeiro objetivo dessa educação pública, para além de construir o homem ideal (iluminado), era de projetar pessoas para servirem ao Estado, cada uma com o que poderia servir. (MANACORDA, 1992).

Resultados e Discussões

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS E CATEGORIAS CENTRAIS

A priori, tomamos como base o capítulo 5 da obra organizada por Bhattacharya (2023), escrito por Ferguson, que discorre sobre o lugar da infância na sociedade capitalista. Como já descrito, o processo de escolarização depende intimamente da intenção que a organização em vigência dá para ele. Contudo, Ferguson (2023) vai além com a reflexão de que as crianças também fazem parte do processo produtivo, não são apenas absorvedoras passivas da educação que lhes é dada. Além disso, também já foi estabelecido que uma das funções da escola é incluir os sujeitos nos debates prévios do modo de ser humano. Porém, vale ressaltar que, no capitalismo, os corpos e mentes das crianças devem ser moldados a subjetividades capitalistas.

Como consequência lógica desse raciocínio, temos que crianças também podem, em algum momento da vida, vender a sua própria força de trabalho, como participantes ativas da sociedade e com a experiência de vida perpassada pelo modo de produção capitalista. Aí podemos enfatizar a pluralidade de significados de ser criança ao redor do mundo. Na

América Latina e Caribe, por exemplo, 8,2 milhões de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho precoce, segundo dados de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, devido à falta de alternativas para sobrevivência. A relação da infância com o trabalho também não pode deixar de ser mediada pela educação, pois ela é o que deveria ser o elemento central dessa fase do desenvolvimento.

A ESCOLA PÚBLICA E SUA FUNÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Vale destacar que a escola é uma instituição ativa nos mecanismos de exclusão da sociedade. Não apenas reproduz as desigualdades sociais existentes fora dela, como também produz jeitos próprios de propagar esse afastamento (DUBET, 2001). A ideia de que a escola seria um elemento “neutro” no posicionamento da exclusão percorreu durante muito tempo a história da ciência. No entanto, ela também tem muitos métodos que “acrescentam” à equação da desigualdade social na vida dos estudantes. Isso porque “a oferta escolar não é homogênea e nem produz sempre o mesmo desempenho; não tem sempre a mesma eficácia” (DUBET, 2001, p. 35). Ou seja, mesmo se propondo a ser uma escola universal e igualitária, a escola moderna é pensada e formulada pela classe dominante, para favorecer os seus ideais.

O que é observado é que os alunos da classe trabalhadora são, muitas vezes, deixados de lado pelo corpo docente e pela gestão escolar, o que, por sua vez, diminui as suas chances de engajamento e aproveitamento do curso, gerando um processo dialético que impede o jovem de sair desse ciclo. Assim, os alunos que apresentam mais dificuldades são encaminhados para as trajetórias menos exigentes, a fim de que consigam se formar, ao invés de se ter um investimento coerente com a particularidade daquele fenômeno. A instituição da educação participa de forma dialética das relações de produção e das relações de reprodução social.

O fenômeno de fracasso escolar, descrito por Patto (2022) e observado de forma sistemática nas escolas públicas brasileiras, faz parte intrínseca do processo de ensino-aprendizagem, pois molda a visão de mundo das crianças e adolescentes, alvos ou não desse processo. Trata-se de um modo de marginalizar esses alunos do corpo escolar, culpabilizando o indivíduo por tais dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem, sejam por problemas cognitivos, comportamentais ou familiares. Retira-se o papel da instituição de ensino, quando, na verdade, diz respeito a um fenômeno plural e amplamente observado no ensino básico, dado que, segundo o Censo Escolar de 2018 (INEP, 2019), 3,5 milhões de estudantes brasileiros foram reprovados ou abandonaram a escolarização.

O fato é que, na tentativa por uniformização e igualdade da escola, ela acaba por suprimir as particularidades de cada aluno. Um exemplo disso é descrito por Bourdieu com o conceito de Capital Cultural, que consiste em analisar a bagagem cultural que as crianças trazem antes de entrar na escola (SWARTZ, 1977). Dessa maneira, fica evidente que a “uniformidade” dos conteúdos escolares é uma propagação dos termos e conceitos elaborados e compartilhados pela classe dominante, como um meio de reprodução social e cultural da elite, para conservar os seus costumes. Quando a criança da periferia se depara com essa outra cultura dentro da escola, parece que aquilo não diz respeito ao seu mundo, porque a escola não é feita para ela.

Uma das consequências do modo de pensar do Capital Cultural é a auto exclusão, pela qual os alunos descobrem que seus esforços não serão suficientes para alcançar a margem da alta sociedade e, logo, decidem não se engajar mais com o processo educativo, pois acreditam que não têm chances de competir. O afastamento afetivo, junto com o conflito, a partir do envolvimento com a violência escolar e externa, são algumas das estratégias que crianças e adolescentes encontram para escapar um pouco do sofrimento causado pela escola e que, dessa forma, fazem seguir a esteira de reprodução social, pois esses terão menos chances de ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho formal (DUBET, 2001).

O fracasso escolar, no entanto, não afeta apenas os alunos que reprovam ou se sentem excluídos. É também uma cultura que está sempre como uma ameaça à exclusão relativa, caso a criança não se comporte ou não estude direito (DUBET, 2001). Essa lógica é fruto do discurso meritocrático burguês, que defende que quanto maiores os esforços, maiores serão as recompensas no futuro e, portanto, esse é um dos métodos pelos quais a educação reproduz e internaliza esse discurso nas crianças desde cedo.

INFÂNCIA, SOCIALIZAÇÃO E TRABALHO COMO REPRODUÇÃO

A educação infantil seria, inicialmente, para socializar as crianças com outras crianças da sua idade, como com outros adultos que não seus pais, e assim conhecer diferentes realidades. Hoje, majoritariamente apenas no ensino pré-escolar essa premissa consegue ainda ser observada. Desde os anos iniciais do ensino fundamental, é implantada a lógica de que a educação escolar serve para preparar os meninos e meninas para o mercado de trabalho. Na história da educação, essa é uma discussão que se prolonga há bastante tempo.

Entre os anos 1970 e 1980, os estudos sobre a função da escola seguiam um caminho majoritariamente crítico-reprodutivista, com a ideia de que o papel primordial era ensinar à classe trabalhadora a sua função social no trabalho (SAVIANI, 1980; YOUNG, 2007). Essa definição faz sentido, pois segue a lógica postulada na história da educação da

dualidade entre ensinar a fazer e ensinar a pensar, cabendo à elite o trabalho intelectual, seja frequentar a universidade ou postular teorias, e ao proletariado o trabalho manual, com o uso da força bruta e alienado da sua própria produção (MANACORDA, 1992).

Anos depois, é importante mencionar a introdução da lógica neoliberal na educação. Além do que já foi mencionado como base histórico-filosófica do capitalismo, algumas características são adicionadas como respostas governamentais à pergunta “Para que serve a educação?”, em forma de políticas públicas (YOUNG, 2007). Uma delas é a tentativa de adequar os currículos-base às necessidades do mercado de trabalho, mais uma vez relegando a classe trabalhadora às funções sociais menos valorizadas, por ser uma instrução em massa.

Outra grande consequência da introdução desse pensamento é a transformação da educação em mercadoria, na qual as escolas são obrigadas a competir entre si (YOUNG, 2007). Nas escolas particulares, isso gera uma competição e propaganda por alunos e veiculação de seus resultados. Nas escolas públicas, isso significou uma competição por financiamento, concentrando-se em entregar resultados ao governo e pouco pensando nos alunos. O que agrava, inclusive, o fenômeno do fracasso escolar, uma vez que os alunos com dificuldades são cada vez mais apagados para não manchar os indicadores da instituição.

Todos esses argumentos colaboram para a noção de que a socialização das nossas crianças, perpassada pelos processos de ensino-aprendizagem das escolas (públicas), se repetem ano após ano, geração após geração, em cada sociedade a seu molde. Essa escolarização constrói nos sujeitos uma visão de mundo que pouco abre os horizontes para um pensamento crítico e uma perspectiva de futuro diferente da que lhes é dada como norma. Por isso, os padrões de trabalho na vida adulta desses indivíduos também se repetem. Assim, é observada a relação entre educação e reprodução social.

ALTERNATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Baseado na obra de Mészáros (2008), podemos dizer que é necessário romper com a lógica do capital para poder observar uma mudança significativa na educação ou em qualquer outro complexo social. Isso porque tudo que está inscrito no capitalismo está sujeito às suas normas, mesmo as iniciativas mais disruptivas de reforma do sistema de ensino. Apenas a superação deste modo de produção poderá transformar aquilo que tanto criticamos.

De modo dialético, a educação pode ser um dos principais agentes para essa mudança - não só a educação formal, como também a educação não-formal. A educação escolar, em nossa sociedade, está fundada sobre as restrições severas da instituição. Sem uma progressiva abrangência da educação em outros espaços de nossa vida, que constituam nossa maneira de ser e existência política, o processo de ensino-aprendizagem não poderá se realizar na sua forma mais emancipadora. É tarefa inevitavelmente educacional tanto a elaboração de estratégias para a transformação objetiva da reprodução social, como o processo de tomada de consciência dos humanos (MÉSZÁROS, 2008).

Conclusão

A escola é participante ativa da luta de classes, mesmo sem que os agentes dessa mudança (professores, gestores, pais e alunos) saibam disso (DUARTE, 2016). Podemos observar, cotidianamente, as contradições de uma instituição sendo campo de disputa para os dois polos. Mesmo que se pretenda um projeto político explícito - normalmente o da classe dominante - as resistências não podem sucumbir nesse contexto. O caminho para a superação pela classe dominada é o da exploração dessas contradições, evidenciando-as em nome da percepção da insustentabilidade do sistema capitalista.

Em grande parte, o papel primordial da educação nessa luta é a socialização do conhecimento, um dos objetivos do modo de produção socialista e, portanto, essencial para o projeto de revolução. Vale ressaltar que essa mudança estrutural da sociedade não pode ser só uma transformação da realidade exterior, feita nas ruas e nos movimentos sociais, mas, de maneira dialética, inclui também a metamorfose dos indivíduos, das suas relações interpessoais e dos valores mais particulares. Essa transformação interna requer, certamente, muito estudo, tornando a educação “um dos atos mais importantes para a revolução socialista.” (DUARTE, 2016, p. 35).

Um fator importante que deve ser considerado no debate é que a infância, como fase peculiar de desenvolvimento, traz à tona características nas crianças que possuem outra visão de mundo que não a dos adultos. Por mais que a escola capitalista concentre a sua projeção para o futuro no mercado, ainda resta um certo âmbito lúdico nas atividades escolares, e, nesse mundo imaginativo e sensível, se expõem as contradições do sistema educacional. Nesse processo, se abrem alternativas de ser e estar no mundo, afloradas por uma criatividade aos poucos perdida ao longo do envelhecimento e, portanto, um aspecto da juventude a se cultivar (FERGUSON, 2023).

Por fim, em caminho para uma nova conformação nos processos de ensino-aprendizagem, pensadores da pedagogia histórico-crítica, como Duarte (2016) e Saviani (1980), nos

ajudam a pensar formas pedagógicas alinhadas com essa perspectiva de futuro. Assim, se apresenta o conceito de “pedagogia revolucionária” como aquela implicada em práticas educativas que se coloquem a serviço da transformação das relações sociais de produção. Concluindo que:

“Se o conhecimento não transformasse as pessoas e não transformasse a sociedade, ele não passaria de uma massa morta de informações, palavras e ideias. [...] Essa atividade, no processo de sua apropriação pelos indivíduos, produz nestes o movimento do intelecto, dos sentidos e da corporeidade, em outras palavras, põe em movimento o humano.”

Portanto, o objetivo da pedagogia deveria ser não somente preocupar-se com a transmissão do conhecimento e reprodução do instituído, mas sim com o fazer aprender a aprender, para que nossos jovens adquiram as competências necessárias para um futuro imprevisível.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. Introdução. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 181–207.

SWARTZ, David. Pierre Bourdieu: a transmissão cultural da desigualdade. In: PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução à psicologia escolar. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 35–49.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 29–35, jul. 2003.

DUARTE, Newton. Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

ELIAS, Ivi Vasconcelos. Feminismo e marxismo: teoria da reprodução social em Lise Vogel. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 20, n. 44, p. 143–166, set. 2024.

FERGUSON, Susan. Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 181–207.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: trabalho de crianças e adolescentes, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84515-unicef-35-milhões-de-estudantes-brasileiros-foram-reprovados-ou-abandonaram-escola-em-2018>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 73–94, ago. 2011.

ARAÚJO MACHADO, Barbara. A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 15, n. 3, p. 26–49, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57562>.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza (org.). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos desde uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 379–415, jan.–mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1986.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287–1302, set./dez. 2007.

CÓDIGO: HS1153

AUTOR: MARIA EMÍLIA DE LIMA MIRANDA

ORIENTADOR: WINIFRED KNOX

TÍTULO: Revisão sistemática sobre “o direito achado na rua” e as formas articuladas de justiça em tribunais populares com enfoque em gênero

Resumo

A presente revisão sistemática insere-se no âmbito do projeto “As 1001 mulheres do RN” e do plano de trabalho “Revisão sistemática sobre o Direito Achado na Rua e as formas articuladas de justiça em tribunais populares com enfoque em gênero”, alinhados ao eixo de desenvolvimento “Estudos feministas nas atividades da pesca, agricultura, artesanato, política e economia solidária desempenhadas por mulheres”. O estudo volta-se à compreensão do papel das mulheres na conformação de práticas jurídicas alternativas, investigando como elas têm ocupado e transformado espaços de justiça popular, tais como o Direito Achado na Rua, os Tribunais Populares e o Tribunal do Júri. A pesquisa, de caráter qualiquantitativo, mapeia a produção acadêmica nacional e internacional a partir de artigos, dissertações, teses e outros registros, a fim de identificar tendências, lacunas e contribuições. Os achados revelam que, embora exista reduzido número de trabalhos dedicados a essas experiências de justiça, a presença feminina mostra-se fundamental para a construção de práticas emancipatórias, capazes de tensionar a hegemonia do modelo jurídico tradicional. A análise reforça a importância do reconhecimento institucional dessas formas de atuação e da valorização da perspectiva de gênero na luta por uma justiça mais plural, democrática e próxima das demandas sociais.

Palavras-chave: Direito achado na rua; Gênero; Mulheres; Tribunais populares; Justiça

TITLE: “SYSTEMATIC REVIEW ON ‘LAW FOUND ON THE STREET’ AND THE ARTICULATED FORMS OF JUSTICE IN POPULAR TRIBUNALS WITH A GENDER FOCUS”

Abstract

This systematic review is part of the project “As 1001 Women of Rio Grande do Norte” and the work plan “Systematic Review on the ‘Law Found in the Street’ and the articulated forms of justice in people’s tribunals with a gender focus”, aligned with the development axis “Feminist studies in the activities of fishing, agriculture, handicrafts, politics, and solidarity economy carried out by women.” The study aims to understand the role of women in shaping alternative legal practices, investigating how they have occupied and transformed spaces of popular justice, such as the Law Found in the Street, People’s Tribunals, and the Jury Court. Adopting a quali-quantitative approach, the research maps national and international academic production — including articles, dissertations, theses, and other records — in order to identify trends, gaps, and contributions. Findings indicate that, although there is a limited number of works dedicated to these forms of justice, women’s presence is crucial for the construction of emancipatory practices capable of challenging the hegemony of the traditional legal model. The analysis highlights the importance of institutional recognition of these practices and the enhancement of gender perspectives in the struggle for a more plural, democratic, and socially grounded justice.

Keywords: Law found in the street; Gender; Women; People’s tribunals; Justice

Introdução

A justiça popular tem se afirmado, no cenário jurídico contemporâneo, como uma via contra-hegemônica que tensiona os limites do direito formal, historicamente concebido sob parâmetros elitizados, excludentes e masculinizados. Ao propor formas alternativas de organização e solução de conflitos, essas experiências ampliam o horizonte do acesso à justiça, sobretudo para sujeitos e coletividades marginalizados, cujo contato com o sistema tradicional é frequentemente marcado por silenciamento, criminalização e desigualdade estrutural. Nesse contexto, o protagonismo das mulheres adquire relevo singular, não apenas como agentes de resistência, mas como construtoras de práticas jurídicas emancipatórias que reconfiguram o sentido do próprio “fazer justiça”.

A presente pesquisa insere-se no âmbito do projeto “As 1001 mulheres do RN” e do plano de trabalho “Revisão sistemática sobre o Direito Achado na Rua e as formas articuladas de justiça em tribunais populares com enfoque em gênero”, vinculados ao eixo de desenvolvimento “Estudos feministas nas atividades da pesca, agricultura, artesanato, política e economia solidária desempenhadas por mulheres”. Partindo da pergunta norteadora — de que maneira as mulheres têm ocupado, protagonizado e transformado os espaços de justiça popular representados pelo Direito Achado na Rua, pelos Tribunais Populares e pelo Tribunal do Júri? —, busca-se mapear e analisar como a literatura acadêmica tem (ou não) reconhecido e valorizado a centralidade feminina nesses processos.

A relevância do estudo reside na intersecção entre teoria feminista do direito e práticas de justiça popular, um campo ainda pouco explorado pela produção científica nacional e internacional. Embora autores como Costa e Souza Júnior (2009), Souza Júnior (2019) e Souza (2019) tenham discutido as potencialidades do Direito Achado na Rua como prática jurídica enraizada nas demandas sociais, e pesquisadores como Azevedo (2007), Cavalcante e Rodrigues (2017) tenham evidenciado a contribuição dos Tribunais

Populares enquanto experiências de resistência, persiste uma lacuna significativa quanto ao papel das mulheres na consolidação e transformação desses espaços. É justamente essa ausência que esta pesquisa procura enfrentar, ao destacar como as práticas femininas têm ressignificado o campo jurídico e aberto brechas para uma justiça mais inclusiva, plural e democrática.

Assim, o objetivo geral da investigação é compreender de que modo a inserção e a atuação das mulheres nesses espaços de justiça popular têm contribuído para transformar as práticas jurídicas, tensionando o modelo hegemônico do direito e fortalecendo formas de organização social emancipatórias. Busca-se, ainda, demonstrar como tais experiências dialogam com as lutas por reconhecimento e igualdade de gênero, projetando novas perspectivas de democratização da justiça.

Metodologicamente, o estudo adota uma revisão sistemática de literatura, de caráter qualitativo e exploratório, realizada a partir da coleta e análise crítica de artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos indexados em bases nacionais e internacionais. O procedimento segue os parâmetros estabelecidos por Castro (2006), aliado à técnica da revisão integrativa, que permite a síntese de pesquisas com diferentes delineamentos e amplia a compreensão acerca do objeto investigado.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: a seção 2 descreve os procedimentos metodológicos; a seção 3 discute os resultados da revisão sistemática; e, por fim, a seção 4 reúne as considerações finais, ressaltando as contribuições do estudo, suas limitações e as possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

Metodologia

Este estudo adota a revisão bibliográfica sistemática como método de investigação, tendo em vista a necessidade de responder a uma questão de pesquisa específica mediante análise crítica, criteriosa e estruturada da produção científica existente. De acordo com Greenhalgh (1997, p. 672), a revisão sistemática configura-se como “uma síntese de estudos primários que contém objetivos, materiais e métodos claramente explicitados e que foi conduzida de acordo com uma metodologia clara e reproduzível”.

A revisão bibliográfica aqui desenvolvida segue o modelo de revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010), modalidade que se distingue por abarcar tanto estudos experimentais quanto não experimentais, possibilitando a combinação de dados teóricos e empíricos.

No caso presente, a adoção da revisão integrativa justifica-se pela intenção de reunir diferentes perspectivas sobre o protagonismo feminino em práticas de justiça popular, contemplando dimensões quantitativas e qualitativas. Conforme destacam Botelho, Cunha e Macedo (2011), trata-se de um método capaz de produzir uma visão ampla, detalhada e multidimensional do objeto de estudo.

Segundo os referidos autores, a condução de uma revisão integrativa pressupõe o cumprimento de seis etapas fundamentais: (1) definição do tema e da questão de pesquisa; (2) estabelecimento dos descritores ou palavras-chave; (3) seleção dos estudos primários; (4) avaliação crítica dos trabalhos incluídos; (5) análise e síntese dos dados; e (6) apresentação dos resultados e discussão.

1ª Etapa: Identificação do tema e formulação da pergunta de pesquisa

A primeira fase consistiu na delimitação precisa do objeto de estudo, de modo a assegurar a coerência metodológica e a relevância dos resultados. Nesse contexto, definiu-se como questão norteadora: “De que maneira as mulheres têm protagonizado e transformado os espaços de justiça popular representados pelo Direito Achado na Rua, pelos Tribunais Populares e pelo Tribunal do Júri?”.

A partir dessa definição, procedeu-se à escolha dos descritores que subsidiaram a estratégia de busca. Foram selecionados os seguintes termos: “Direito Achado na Rua”, “mulheres”, “justiça popular”, “gênero” e “tribunais populares”. A seleção resultou de levantamento exploratório junto à Base de Dados da CAPES, identificando a terminologia mais recorrente nas publicações pertinentes ao recorte da pesquisa.

Optou-se por realizar uma busca ampla, sem filtros restritivos, de modo a mapear a totalidade da produção acadêmica vinculada ao tema e observar os padrões mais frequentes de indexação. Essa escolha permitiu uma visão panorâmica e abrangente, contribuindo para identificar lacunas teóricas e fortalecer a consistência da revisão sistemática.

2ª Etapa: Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

Após a delimitação do tema e da questão de pesquisa, e a definição dos descritores, estabeleceram-se os critérios de inclusão e exclusão para orientar a seleção dos estudos. Esses parâmetros foram essenciais para garantir a relevância temática, a coerência interna e a qualidade metodológica dos trabalhos selecionados.

Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2024, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Os estudos deveriam abordar a temática da justiça popular, com foco no protagonismo feminino, no gênero ou em experiências relacionadas ao Direito Achado na Rua.

Com base nos descritores definidos (conforme Quadro 1 – Em anexo), foram criados os strings de busca, que serviram de guia para a etapa de identificação dos estudos. As pesquisas foram conduzidas nas bases de dados Google Acadêmico, Scopus e Web of Science. O objetivo foi abranger a produção científica recente e relevante, assegurando a atualidade e a pertinência do material analisado.

3ª Etapa: Identificação e seleção dos estudos

O processo de triagem seguiu as recomendações de revisões sistemáticas, com registro dos resultados em planilha eletrônica. Inicialmente, foram identificados 179 artigos, distribuídos entre as bases consultadas: Scopus (30), Web of Science (120) e Google

Acadêmico (29). Na primeira filtragem, com base nos títulos, 137 trabalhos foram excluídos por não atenderem aos critérios definidos. Restaram 42 estudos submetidos à leitura dos resumos, dos quais 21 foram selecionados para leitura integral. Ao final, apenas 11 artigos atenderam a todos os requisitos metodológicos, compondo a amostra definitiva da revisão e constituindo o corpus de análise crítica.

4ª Etapa: Categorização dos estudos

Nessa etapa, cada estudo foi organizado segundo ano de publicação, título e autoria, permitindo observar a distribuição temporal das produções e reconhecer os diferentes contextos de análise, conforme (Quadro 2 – Identificação dos artigos da amostra – Em anexo).

5ª Etapa: Análise e interpretação dos resultados

Com a base empírica definida, realizou-se a análise crítica e interpretativa dos dados. Essa etapa consistiu na elaboração de sínteses temáticas e recortes analíticos, alinhados aos objetivos da pesquisa. As categorias foram organizadas em relação a sua temática, contemplando eixos como: empoderamento feminino, violência de gênero e relações de poder, gênero e políticas públicas, estereótipos de gênero e paradoxos da igualdade e participação feminina em instituições formais. Essa categorização permitiu uma visão panorâmica do campo, identificando tendências, lacunas e reforçando a relevância da investigação sobre o papel transformador das mulheres em práticas de justiça popular.

6ª Etapa: Síntese e apresentação do conhecimento

A última fase correspondeu à redação da revisão integrativa em sentido estrito, etapa em que foram sistematizados e discutidos os principais resultados encontrados. O processo buscou não apenas descrever a produção científica existente, mas também oferecer uma análise crítica capaz de ressaltar contribuições, limitações e potencialidades das pesquisas sobre protagonismo feminino em práticas de justiça popular.

Resultados e Discussões

A presente revisão sistemática permitiu a identificação de um panorama multifacetado sobre o protagonismo feminino em contextos de justiça popular, confirmando a urgência da perspectiva feminista do Direito para a análise de práticas contra-hegemônicas. Dentre os 11 artigos analisados, verificou-se uma recorrente constatação: apesar dos avanços discursivos e normativos, a presença efetiva das mulheres nos espaços de poder – especialmente na arena jurídica e institucional – permanece incipiente. Essa realidade não apenas legitima a busca por uma justiça fora dos moldes tradicionais, mas reforça a necessidade de se voltar o olhar para o “direito achado na rua” em sua devida efetivação.

As teorias críticas do direito feminista e o paradigma do Direito Achado na Rua se entrelaçam na análise dos resultados, fornecendo uma lente analítica para compreender a emergência da justiça popular como uma resposta direta e necessária às falhas do sistema jurídico formal. O estudo de Couto e Saiani (2021), por exemplo, revela que o empoderamento feminino é um processo complexo e desigual, profundamente condicionado por fatores estruturais como renda, cor e escolaridade. Esse achado demonstra que a formalidade do direito, por si só, não é capaz de romper com as hierarquias de gênero, classe e raça que estruturam a sociedade.

Nesse sentido, a justiça popular não se configura apenas como uma alternativa, mas como uma expressão político-jurídica de resistência. Diferente do acesso à justiça tradicional, que é visto como um direito prestacional do Estado, a justiça popular é a auto-organização de grupos marginalizados para resolver conflitos e reivindicar direitos com base em saberes comunitários e experiências coletivas. A participação em políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, surge como um catalisador de transformações, mas a fonte do empoderamento, o "motor da mudança", reside na capacidade de auto-organização das mulheres.

Essa compreensão é aprofundada por Morales (2023), que discute a violência de gênero no México. A autora denuncia que os dispositivos legais formais falham em garantir proteção plena às mulheres, especialmente nas relações interpessoais e nos espaços de vulnerabilidade. Sua crítica alinha-se à compreensão de que o direito estatal reproduz assimetrias estruturais de poder, naturalizando a opressão. A justiça popular, nesse contexto, emerge não por uma mera escolha, mas por uma necessidade de sobrevivência e emancipação. Ela se manifesta em redes de apoio, em práticas de escuta e na solidariedade entre pares, construindo uma dimensão de proteção que o aparato formal não consegue oferecer. Essa dupla natureza do acesso à justiça — prestacional pelo Estado e insurgente por parte da sociedade — revela a centralidade de ambas as dimensões na busca pela efetivação de direitos e pela justiça social.

O conceito de "Direito Achado na Rua", formulado por Roberto Lyra Filho, é uma ferramenta epistemológica poderosa para interpretar os achados desta revisão. Ele nos permite entender que a produção do direito não é um monopólio do Estado, mas um fenômeno vivo, que emerge das lutas diárias e da resistência dos atores coletivos. O trabalho de Verge (2021), por exemplo, ao discutir a falência das políticas de gênero nas universidades europeias, corrobora a tese de que mudanças significativas nas estruturas institucionais só são possíveis por meio de alianças feministas estratégicas. Essas alianças, na prática, são a expressão de um direito que não foi concedido, mas conquistado, "achado" na organização e na mobilização. A luta pela transversalidade de gênero, tema de Meier & Lombardo (2013), ilustra o esforço contínuo de "achamento" do direito dentro das próprias instituições, obrigando-as a reconhecer as demandas de grupos historicamente invisibilizados.

Essa dimensão insurgente do direito também é capturada pelo estudo de Madero Zambrano et al. (2021). Ao relatarem a trajetória de mulheres que acumulam as funções de mães, estudantes e trabalhadoras, as autoras revelam como a sobrecarga de papéis se converte tanto em obstáculo quanto em potência, alimentando formas de resistência que fogem ao modelo tradicional de protagonismo político.

A complexidade dessa vivência é central para compreender a atuação de mulheres em espaços de justiça popular, onde a afetividade, a memória e a ancestralidade são componentes legítimos do fazer jurídico. O "Direito Achado na Rua" ganha materialidade nessas experiências, mostrando que as soluções jurídicas não precisam seguir a lógica formal, mas podem ser construídas a partir da realidade, dos sofrimentos e das lutas cotidianas. A leitura de Flores (2022) sobre direitos culturais como direitos humanos baseados em valores de inclusão e adaptabilidade reforça essa perspectiva, demonstrando que a cultura e os saberes populares são fontes de um direito mais plural e acessível.

Um dos achados mais relevantes desta revisão sistemática é a profunda lacuna na produção acadêmica que aborda diretamente a presença e o protagonismo das mulheres em tribunais populares e no Tribunal do Júri. Tal ausência de artigos sobre o tema não é apenas uma limitação metodológica, mas um reflexo do próprio viés acadêmico e institucional, que tende a negligenciar as práticas jurídicas contra-hegemônicas e a invisibilizar o protagonismo de sujeitos subalternizados.

Os tribunais populares – espaços de julgamento simbólicos, sem poder vinculante, criados para dar voz às vítimas de grandes violações – são um exemplo eloquente da justiça popular em ação. A ausência de estudos sobre a participação feminina nesses espaços é especialmente preocupante, pois as mulheres de movimentos sociais, mães vítimas da violência estatal e defensoras de direitos humanos têm sido as principais organizadoras e protagonistas desses fóruns. Da mesma forma, no Tribunal do Júri, a participação feminina, embora crescente, ainda enfrenta barreiras estruturais.

É possível, no entanto, extrair inferências importantes dos artigos analisados. A análise de Chen (2015) sobre o papel das mulheres na polícia, mobilizando a teoria feminista radical para explicar como a masculinidade está associada a hierarquia e rigidez, pode ser extrapolada para o Tribunal do Júri. Nesse espaço formal, a participação de mulheres como juradas, advogadas ou rés subverte o monopólio simbólico masculino sobre a autoridade e o julgamento. Ao ocuparem esses espaços, elas desafiam a "ordem simbólica" que historicamente as excluiu, reconfigurando os sentidos e funções da justiça. Essa tensão entre os estereótipos de gênero e a inclusão feminina em espaços de decisão é também tema de Breda et al. (2020), que aponta o "paradoxo da igualdade de gênero", onde o desenvolvimento econômico e social não corrige, por si só, as desigualdades estruturais.

O estudo de Lowndes (2019) sobre como as instituições políticas se estruturam de forma generificada reforça a ideia de que o problema não está apenas na falta de mulheres, mas nas próprias regras implícitas que promovem a exclusão. Incorporar a perspectiva de gênero e a interseccionalidade, nesse contexto, é crucial. É preciso entender que as formas de exclusão que a justiça popular busca combater também podem se reproduzir dentro dos próprios movimentos de resistência. Portanto, a crítica feminista deve ser contínua e vigilante, rompendo com os papéis impostos por estruturas de dominação sustentadas pela razão patriarcal e eurocêntrica.

Os resultados desta revisão sistemática, apesar das lacunas identificadas, apontam para o imenso potencial transformador da atuação feminina na justiça popular. Essa atuação, enraizada na luta por reconhecimento e efetivação de direitos, demonstra que o direito é

um espaço de disputa simbólica. As mulheres, historicamente alijadas, estão se tornando agentes de uma nova gramática jurídica, mais inclusiva, plural e verdadeiramente emancipatória. É nesse sentido que a justiça popular, sob a liderança feminina, afirma-se como um espaço de reinvenção do jurídico e de expansão do acesso democrático à justiça.

A urgência de novas pesquisas que voltem seus olhos para a atuação concreta das mulheres em tribunais populares e no júri é evidente. É preciso reconhecê-las não apenas como objetos de proteção, mas como agentes fundantes de uma nova ordem jurídica. A partir de uma análise que incorpore o "Direito Achado na Rua" e as teorias feministas, é possível mapear as estratégias de resistência, as redes de solidariedade e as práticas que transformam a dor em ação política, mostrando que uma justiça verdadeiramente democrática e justa é possível, desde que seja construída por e para todos.

Conclusão

Por fim, observa-se que a revisão sistemática apresentada ilumina uma conclusão inegável: o protagonismo feminino em arenas de justiça popular não se limita a uma mera presença, mas representa a redefinição fundamental do próprio conceito de direito. As mulheres, em suas ações, transformam o Direito Achado na Rua, os Tribunais Populares e o Tribunal do Júri em laboratórios de uma nova epistemologia jurídica, alicerçada na pluralidade, na escuta e na resistência.

Ao invadir esses espaços, elas confrontam diretamente o direito estatal, um sistema historicamente construído sobre a lógica androcêntrica de poder e exclusão. A reconfiguração da justiça acontece nas margens, onde a normatividade não é ditada de cima para baixo, mas construída de forma coletiva e situada. A justiça popular liderada por mulheres é, assim, uma força que desafia o direito formal em sua essência, ao substituir modelos binários por uma lógica de decisão horizontal e ao resgatar a oralidade, a memória e a ancestralidade como fontes legítimas de juridicidade.

Apesar das barreiras estruturais e interseccionais — moldadas pela complexa sobreposição de gênero, raça, classe e território —, a atuação feminina demonstra que o empoderamento é uma força multidimensional. Ele se manifesta na capacidade de influenciar decisões, construir narrativas alternativas e ocupar espaços historicamente negados. A universalidade do fenômeno, atestada pelos estudos de diversas culturas e geografias, confirma que o protagonismo feminino na justiça popular é um eixo crítico para a construção de um direito mais equitativo.

No entanto, a pesquisa também revela um paradoxo doloroso: o papel da mulher como sujeito de transformação jurídica ainda é, em grande parte, invisível para a academia. A ausência de dados desagregados e a pouca atenção dada às práticas jurídicas populares são sintomas de uma cegueira estrutural que marginaliza não apenas as mulheres, mas também os saberes que elas produzem.

Fortalecer o protagonismo feminino na justiça popular é, portanto, um passo crucial para a construção de um direito verdadeiramente democrático e enraizado nas demandas da sociedade. Para além de promover a presença feminina nos espaços formais, é imperativo que instituições e movimentos sociais legitimem seus saberes, práticas e narrativas como elementos constitutivos de um novo e transformador paradigma jurídico. O futuro da justiça depende da capacidade de reconhecer que ela é mais do que a lei: é a dignidade e a voz de quem a constrói.

Referências

ALVIM GOMES, Juliana Cesario. O Supremo Tribunal Federal em uma perspectiva de gênero: mérito, acesso, representatividade e discurso. 2016. 1 recurso eletrônico (PDF). Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: Acesso em: 15 abr. 2025.

AZEVEDO, André Mauro Lacerda. Tribunal do Júri e soberania popular. Dissertação UFRN, Natal, 2007.

BOTELHO, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão E Sociedade*, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 255, de 4 de setembro de 2018. Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. *Diário da Justiça Eletrônico do CNJ*, Brasília, DF, n. 167, p. 59, 5 set. 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2670>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BREDA, Thomas; JOUINI, Elyes; NAPP, Clotilde; THEBAULT, Georgia. Gender stereotypes can explain the gender-equality paradox. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2020.

BURCKHART, Thiago. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do direito. *Revista Direito em Debate*, v. 26, n. 47, p. 205-224, 2017.

CASTIBLANCO-Moreno, Suelen Emilia; DUQUE, Javier Armando Pineda. Female empowerment and community-based productive associations: A systematic literature review. *Revista de Estudios de Desarrollo Social*, 2022.

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues Barreto, RODRIGUES, Juliana Silva. Caminhos da democracia participativa: participação popular nos Tribunais de Contas. *Rev. Controle, Fortaleza*, v. 15, n.2, p. 344-379, jul/dez, 2017.

- CARVALHO, C. F. S. de. (2010). Evolução histórica do tribunal do júri. Revista Jurídica (FURB), 13(26), 95–104. Recuperado de <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/1887>
- CASTRO A. A. Revisão sistemática e meta-análise [texto na Internet] [citado 2006 Mai 21]. Disponível em: <http://www.metodologia.org/meta1.PDF>
- COSTA, Delaine. Martins. Democratização dos Poderes Municipais e Questão de Gênero. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997.p. 25.
- COSTA, Emmanuelle de Souza Teixeira. Mulheres e a militância no Direito e no Plenário do Júri. Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), 20 ago. 2024. Disponível em: <https://web.abracrim.adv.br/mulheres-e-a-militancia-no-direito-e-no-plenario-do-juri/>. Acesso em: 15 abr. 2025
- COUTO, Maria Carolina do Amaral; SAIANI, Carlos César Santejo. Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locais e individuais e participação no Programa Bolsa Família. Revista Brasileira de Estudos de População, v.38, 1-22, e0147, 2021 2021.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família. In: MONTALI, Lilia (Org.). Cadernos de Pesquisa do NEPP: proteção social e transferência de renda, edição especial em homenagem à Ana Fonseca, Campinas, n. 86, 2018. p. 9-31. [Unicamp, NEPP].
- FRASER, N. (2010). “Rethinking Recognition”. In: Zurn, C. et. al. (org.). The Philosophy of Recognition: Historical and contemporary perspectives. New York: Lexington Books.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- GREENHALGH, Trisha (1997). How to read a paper: papers that summarise other papers: systematic reviews and meta-analyses. BMJ, 315, 672-675. Disponível em: <http://www.bmj.com/content/315/7109/672>
- HOLTER, Øystein Gullvåg. Masculinities, Gender Equality and Violence. Nordic Journal of Masculinity Studies, 2013.
- LORENZETTI, Ricardo Luís. Teoria da Decisão Judicial: fundamentos de direito. Tradução Bruno Miragem e Claudia Lima Marques. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- LOWNDES, Vivien. How Are Political Institutions Gendered? Politics & Gender, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Rev Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935 - 952, dez. 2014

LYRA FILHO, R. Direito do Capital e Direito do Trabalho. Porto Alegre: Fabris: IARGS: AGETRA, 1982.

LYRA FILHO, R. O Que é Direito. São Paulo: Brasiliense, 1982a.

MADERO ZAMBRANO, Kendy et al. Género, empoderamiento y complejidad: un conflicto de la mujer en el contexto de la modernidad. Revista Colombiana de Psicología, 2021.

MARTINS, M. F. (2011). Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. Proposições, 22(3), 131–148.
<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>

MEIER, Petra; LOMBARDO, Emanuela. Gender quotas, gender mainstreaming and gender relations in politics. Journal of Legislative Studies, 2013.

Montaldi, P[wk5] [ME6] ., Perez Cabral, G., & Freddi Toledo, G. (2023). A participação feminina no sistema político-eleitoral e a política de cotas no Brasil. Revista Brasileira De Estudos Políticos, 127(2).<https://doi.org/10.9732/2023.V127.965>

MORALES, Liliana Cárdenas. Violencia de género y violencia contra las mujeres desde la perspectiva de género: una revisión conceptual desde las relaciones asimétricas de poder in violência de género y relaciones assimétricas de poder: Una mirada desde los estudios de género en el Estado de Puebla. México: Publicado por el Consejo de Ciencia y Tecnología de Puebla, 2023.

NÚÑEZ FLORES, Fernando Daniel. Una revisión a la Ley General de Cultura y Derechos Culturales: análisis crítico de políticas de acción. Revista de Políticas Culturales, 2022.

PAIVA, Raquel. Política: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 09 e 23.15;

RABENHORST, Eduardo Ramalho. As teorias feministas do direito e a violência de gênero. R. EMERJ, v. 15, n. 57, p. 20-32, 2012.

SANTOS, Marina França. Teorias feministas do direito: contribuições a uma visão crítica do direito. In Filosofia do direito I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara; coordenadores: Fernando Galindo Ayuda, Leonel Severo Rocha, Renato César Cardoso – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

SOUZA, Murilo Oliveira. O Direito Achado na Rua: uma resenha dos 30 anos de contribuição crítica e prática ao direito. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2019, p. 144/152.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. Brasília: Editora UnB; OAB Editora, 2021.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, V.10, N.4, 2019, p. 2776-2817. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/45688|

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. v. 8, n. 1 (Pt 1), 2010, p. 102-06.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SPENGLER, Fabiana Marion; LIMA, Fernanda da Silva. Mulheres e sociedade: uma rota de colisão entre papel e expectativa social. Revista Brasileira de Estudos Políticos [Recurso Eletrônico]. Belo Horizonte, n.123, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/42755>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VARELA, Odair Bartolomeu. A Extinção dos «Tribunais Populares» em Cabo Verde Perante o Processo de Globalização Hegemónica do Direito: A Reinvenção Contra-Hegemónica é Mito ou Realidade? In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2004.

VERGE, Tania. Gender Equality Policy and Universities: Feminist Strategic Alliances to Re-gender the Curriculum. Gender and Education, 2021.

Anexos



QUADROS 01 - REVISÃO SISTEMÁTICA - DESCRITORES



QUADRO 02 - REVISÃO SISTEMÁTICA - PG 01



QUADRO 2 - REVISÃO SISTEMÁTICA PG 2



TERMO DE USO DE IMAGEM SABRINA ABDIAS



TERMO DE USO DE IMAGEM SAMARA

CÓDIGO: HS1158

AUTOR: DIOLINDO RIBEIRO DE FARIAS NETO

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Sobre a categoria espaço nas ciências sociais: Uma revisão de literatura

Resumo

A partir dos fenômenos gerados pelo acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação, informatização e globalização no século XXI, em especial aqueles que problematizam noções de espaço e distância, o presente texto tem como objetivo discutir o espaço como categoria analítica nas ciências sociais. Impulsionado pela chamada Virada espacial, nas últimas décadas, autores vêm destacando o peso da categoria do espaço como necessária a satisfatória análise de fenômenos sociais. A partir das considerações das obras de Edward Soja e Martina Löw, serão discutidas as contribuições diretas e/ou indiretas de clássicos e contemporâneos centrados na Teoria Social, tais como Georg Simmel e Michel Foucault.

Palavras-chave: Espaço. Viradas. Ciências Sociais. Teoria Social.

TITLE: On the category of space in the social sciences: A literature review

Abstract

Based on the questions raised by the accelerated development of communication media, computerization, and globalization in the 21st century, especially those that problematize notions of space and distance, this text aims to discuss space as an analytical category in the social sciences. Driven by the so-called Spatial Turn, in recent decades, the authors have highlighted the importance of the category of space as a necessity for satisfying the analysis of social characteristics. Based on the considerations of Edward Soja and Martina Löw, direct and indirect collaborators of this classical and contemporary movement centered on Social Theory, such as Georg Simmel and Michel Foucault, will be considered.

Keywords: Space. Turns. Social Sciences. Social Theory.

Introdução

O acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação, informatização e globalização no século XXI tem tornado a ideia de fronteiras físicas e culturais cada vez mais ociosas, não só no senso comum mas no âmbito da própria ciência social, impulsionando hipóteses que colocaram em cheque a necessidade de uma identidade nacional ou mesmo estado-nação. Não obstante, diferentes autores têm chamado atenção para a fragmentação da identidade cultural, desvinculação dos sujeitos do próprio espaço vivido (Hall, 2000; Sennett, 2003), bem como a necessidade de novas interpretações das ideias de proximidades e distâncias físicas (Löw, 2013). Frente a tais problemáticas, destacam-se os chamados Turns [Viradas], que atuam não apenas na esfera epistêmica, ou seja, desestabilizando os métodos de pesquisa, mas também ontológica - pressuposto responsáveis por dar sentido e significado àquilo que existe. Essas incursões teóricas, muitas vezes disruptivas, constituem ainda uma agenda atual de pesquisa que se insere também a teoria social (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016, p. 22). Posto isso, localizamos um destes movimentos metateóricos do qual tem retomado um conceito que se não o era antes, principalmente no pós-guerra, tem sido cada vez mais problematizado: o espaço (Bachmann-Medick, 2016, p. 211-227), e consequentemente as problemáticas pontuadas inicialmente.

O chamado Spatial Turn [Virada Espacial] traz a categoria espaço para o centro do debate como um dos alicerces fundamentais no entendimento de fenômenos sociais. Se escolas ou linhas filosóficas partem de categorias já bastantes célebres - classe, gênero, raça, ação -, esta por possua vez postula que a “[...] a mudança social não pode ser explicada satisfatoriamente sem uma reconceituação das categorias relativas à componente espacial da vida social [...]” (Löw, 2013, p.17). Além disso, parte do trabalho dessa empreitada teórica é de trazer a tona como tal unidade de análise já havida sido utilizada ou pelo menos coloca em primeiro plano por autores/as da chamada geografia marxista, David Harvey e Henri Lefebvre; sociologia por Anthony Giddens e as teorias da ação; e mesmo Filosofia através de Michel Foucault, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Edmund Husserl (Bachmann-Medick, 2016; Löw, 2013; Soja, 1993). Tão diverso quanto suas entradas seriam também sua definição, seja na tradição marxista que atenta o fato de que “o espaço precisa ser compreendido como produto social ou atividade de criação[...]” (Löw, 2013, p.20), nas propostas alicerçadas na teoria da ação giddesiana em que a espacialidade seria uma espécie de plano de fundo na localização da ação (Löw, 2013, p.23), ou ainda uma entrada no plano cognoscível/ontológico: “não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo”, sendo necessário pensar em uma conjugação de espaços físicos, sociais e cognoscíveis (Soja, 1993, p. 131). Com isso, tais autores visam trazer para a cena da teoria social a importância e a necessidade da categoria espaço como condição basilar para a explicação satisfatória de fenômenos sociais modernos, e ainda na construção de uma teoria “verdadeiramente” crítica (Soja, 1993).

Colocado estes panorama, o presente trabalho pretende realizar uma revisão de literatura a fim de evidenciar como essa categoria e o um pensamento “especializado” tem sido utilizado por diversos autores das ciências sociais e humanidades. Embora o foco seja as áreas do conhecimento citadas, tal conceito é compartilhado com outras ciências, em especial a geografia, e por isso será utilizado a obra Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica (1993) do geógrafo Edward William Soja como uma das principais referências, bem como o texto O spatial turn: para uma sociologia do espaço (2013) da socióloga alemã Martina Löw.

Metodologia

Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma “atualização sistemática” que procura integrar os meios analíticos da “história dos conceitos” (Koselleck, 2020), do método de “reconstrução teórica” (Habermas, 1983; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020, p. 29-30; 107-108), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. Já a “reconstrução teórica”, segundo definição de Habermas (1983, p. 11), significa que “uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é o modo normal [...] de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar.”. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus [1976] (1983) e também em Axel Honneth nas suas obras Kampf um Anerkennung [1992] (2003) e Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie [2006] (2018). A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos adotados por Honneth (2018), a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos contemporâneos. Assim, pretendemos nos debruçar sobre as obras de Milton Santos centrado nas categorias espaço e território, Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais de Axel Honneth e o aporte teórico da sociologia do espaço de Martina Löw , sob a ótica de afetos e espaço, buscando a forma de tratamento do conceito de identidade e território para analisar a problemática da desterritorialização e fragmentação de identidade. Do mesmo modo, as obras de Georg Simmel, Richard Sennett, Stuart Hall, Arjun Appadurai e Michel Foucault serão abordadas de forma a dar aporte de literatura.

Resultados e Discussões

Não é uma novidade que o conceito de espaço seja trabalhado como categoria sociológica por cientistas sociais. Dentro desse panorama de reconstituição de

abordagens que podemos chamar de “especializadas”, um nome que aparece de forma marginal no debate ou mesmo não chega a ser citado em alguns trabalhos que tratam sobre é o do sociólogo alemão Georg Simmel. Com uma extensa produção teórica, o autor aborda temas que extrapolam áreas do conhecimento, indo desde a sociologia, filosofia, epistemologia, estética até arquitetura e urbanismo. Porém, se vale evidenciar o aspecto pioneiro do autor em abordar a temática espacial principalmente em suas obras *A sociologia do espaço* (1903), *O espaço e os ordenamentos espaciais da sociedade* (1908) e que juntos culminaram no capítulo 9 da obra *Sobre a sociologia* (1986) intitulado *O espaço e os ordenamentos espaciais da sociedade*; e que tal tema tratado no primeiro texto precedeu a construção do ensaio *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903) (Frehse, 2013, p.70). Um pouco mais adiante no tempo, na primeira metade do século XX, Robert Park, um dos nomes consagrados da chamada Escola de Chicago, deu início a uma agenda de pesquisas em antropologia urbana utilizando as regiões morais e ecologia social para realizar estudos na emergente metrópole, seguida pelas demais gerações por nome como Everett Hughes, William Foote Whyte, Howard Becker, dentre outros. Da mesma maneira, conceitos como espaço, sociação, fronteiras e paisagens foram acionados por Erving Goffman em suas pesquisas sobre as interações sociais e os signos a ideia de lugar.

No Brasil, podemos mencionar ainda os nomes de Gilberto Velho, antropólogo carioca, que procurou aplicar muitas das categorias e teorias da Escola de Chicago no estudo da sociabilidade, individualismo e subjetividade em nossa sociedade brasileira. Para além deste, Milton Santos é outro nome que merece ser lembrado no estudo sociocultural do espaço social, posto que viu no espaço uma forma de práxis coletiva que reproduziria as relações sociais e o mesmo evoluiria com o movimento da sociedade (SANTOS, 1978).

Porém, é importante ressaltar que no próprio âmbito da geografia, esta incursão por uma teoria social espacializada remonta, em forma de movimento teórico-metodológico, os finais do século XX. Na sua obra *Geografias Pós Modernas: A reafirmação do espaço na teoria crítica social* (1993), o geógrafo americano Edward William Soja propõe não apenas essa retomada do espaço nas teorias sociais, mas realiza uma arqueologia; utilizando uma linguagem foucaultiana; das formas de tratamento da espacialidade nas ciências humanas, e num movimento inverso, o desenvolvimento de geografias embasadas nas teorias sociais. Neste surgimento das chamadas geografias pós-modernas, ou geografias humanas críticas, destacam-se figuras precursoras desse movimento familiares as ciências sociais e filosofia. Neste ponto, convergindo os escritos de Soja com os da socióloga alemã Martina Löw, podemos localizar a chamada *Spatial Turn* (Virada Espacial) no mesmo período das geografias humanas. Se o estruturalismo evidenciou a importância da linguística como importante ferramenta a fim de tentar compreender as chamadas “estruturas” nas sociedades, os autores da virada espacial irão propor a necessidade de se levar em conta o ambiente material na formulação de teorias e explicações para com os fenômenos sociais. Desta empreitada, pode-se localizar duas tradições em que fica evidente esse movimento.

A primeira seria a materialista, tendo como precursor o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. De base fortemente marxista, Lefebvre argumenta que o espaço é um fator central no funcionamento do sistema capitalista, sendo que a partir do dinheiro se tem o controle não só do tempo, mas do próprio espaço. Nesta tradição ainda é central destacar as contribuições do geógrafo David Harvey que mostra a capacidade

homogeneizante dos espaços a partir da capacidade do capitalismo em converter tudo no ente transmorfo chamado dinheiro. Nessa perspectiva materialista, “o espaço não se cria a partir da vivência subjetiva, mas é contemplado quase que objetivamente a partir de uma posição externa”(Löw, 2013, p. 19). A segunda tradição que Löw identifica é baseada na teoria da ação e que, embora esteja presente na linha materialista também, seus precursores dão ênfase no aspecto estrutural. Diferentemente da primeira, a teoria da ação “procura pensar a ação como categoria mediadora entre os aspectos materialmente perceptíveis dos espaços e as consequências sociais das estruturas espaciais” (Löw, 2013, p. 21). A esta tradição identificamos a teoria da estruturação de Anthony Giddens como um dos pilares, na qual compreende:

[...]estruturas no sentido de regras e recursos incrustados de modo recursivo nas instituições. Nesse sentido, regras referem-se à constituição de sentido ou à sanção da ação. Elas designam os modos de operação dos processos de negociação nas relações sociais, até o nível da codificação. Sua característica estrutural é de que a sua conceituação depende do referenciamento a recursos. Estes, por sua vez, são “mídias 10 através das quais o poder é exercido como elemento rotineiro da realização dos comportamentos, na reprodução social” (Giddens apud Löw, 1988, p. 67).

Löw apresenta em seu texto *O spatial turn: para uma sociologia do espaço* (2013) não apenas tais tradições de forma esquemática a fim de justificar essa guinada nas ciências sociais, mas para além dela, uma releitura da teoria da estruturação de Giddens. Em sua proposta de aproximação entre estas duas tradições:

Concebo espaços como ordenamentos-ordens relacionais de seres e bens sociais em lugares. O termo ordenamento-ordem enfatiza que, primeiramente, espaços se baseiam na prática de ordenamento (como atividade de associação cognitivo-perceptiva e também como prática de alocação, mas, em segundo lugar, espaços também estabelecem uma ordem já existente. Essa ordem, no sentido de estruturas sociais, tanto precede a ação como é sua consequência (Löw, 2013, p.26-27).

Tal proposta é bastante pertinente na contribuição de uma teoria social que leve em conta o ambiente e os objetos nas suas construções e explicações teórica no nível epistêmico, porém, no nível ontológico, fica bastante evidente que tal proposta nos guia à uma lógica extremamente racional e meramente física do espaço, no sentido que ordenamento nos remete às proposições matemático lógicos da física. Se pensarmos distâncias e a materialidade nestes termos, ficamos subserviente de um império explicativo em que as relações sociais para com seus espaços recai numa mera, ainda que dotada de reflexividade, permutação de objetos, sendo esses últimos apenas planos de fundos inertes ou mesmo intangíveis para ação e reprodução das ações humanas. Para além disso, parece que as geografias pós-modernas propõem uma perspectiva mais radical. Trazendo o pensamento foucaultiano para o debate, Soja mostrará que dentro de sua teoria, existe uma geografia que foi invisibilizada. Tanto pelo pela proposta do próprio foucault que ainda na condição de historiador tomava a questão do tempo histórico mais evidente em sua obras, quanto por a questão da geografia ficar evidente em suas notações de aulas e entrevistas (Soja, 1993, p.21):

As contribuições de Foucault para o desenvolvimento da geografia humana crítica devem ser arqueologicamente desencavadas, pois ele enterrou sua virada espacial precursora em brilhantes volteios de discernimento histórico (Soja, 1993, p.21).

E é justamente em tais escritos e respostas de aulas que encontramos a teorização incisiva de Foucault para uma análise espacial além dos debates diretos com a área da geografia: As Heterotopias. Esses “lugares outros” estariam localizados na realidade física, em contraposição às utopias. Tais lugares teriam características como a sobreposição de diversos lugares tal como o teatro, uma linha temporal mais ampla do que a linear, seriam construídas e/ou destruídas a partir dos acontecimentos de cada época e em cada sociedade, sendo que todas elas possuem por excelência alguma heterotopia (Foucault, 2013). Indo para além da proposta de uma heterotopologia proposta pelo historiador francês, Soja traz a luz características de tal análise que diferem da maioria até então feitas:

O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais. É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um constructo mental ou como uma forma física [...] (Soja, 1993, p. 22-23)

E ainda, ratificando a preocupação de Foucault para com a geografia:

Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes que isso começasse. O espaço era o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético (Foucault, 2014, p. 253).

Historicamente o obscurecimento e marginalização do espaço na teoria social se deu muito por causa do que Soja chama de ilusão da opacidade e ilusão da transparência. No primeiro caso, a espacialidade seria dada apenas por um conjunto de coisas em si mesma, cognoscíveis através de combinações de base sensoriais. É aqui que se localiza o nome de Henri Bergson citado anteriormente, pois:

Para ele, o tempo, o âmbito vital da *durée* [duração], era o portador da criatividade, do espírito, do sentido, do sentimento, da “verdadeira realidade” de nosso mundo e nossa consciência. O espaço, na forma do intelecto categorizador, foi visto como orientando a mente para a quantidade (versus a qualidade) e a mensuração (versus o sentido). Assim, o espaço foi visto como pulverizando em pedaços sem sentido o curso fluente da duração, e fazendo o tempo desmoronar em suas próprias dimensionalidades físicas (Soja, 1993, p. 134).

Para a segunda ilusão, a espacialidade seria caracterizada por uma transparência na qual o social seria enxergado através dele, num movimento quase que de puro idealismo. Ela é “representada como cognição e desígnio mental, como uma subjetividade ideativa

ilusório que substitui um objetivismo sensorial igualmente ilusório. A espacialidade é reduzida unicamente a um constructo mental [...]”(Soja, 1993, p.136). Tal perspectiva adveio de Aristóteles e foi se intensificando cada vez mais através de Leibniz e Kant. Com essas considerações, se torna evidente o grande mar teórico em que se diluiu não só o espaço, mas de certa forma a própria geografia.

Não obstante, vale pontuar que tal debate não ocorre apenas no nível epistêmico, mas suas potencialidades invadiram também de forma quase que imperceptível o domínio da ontologia. Retomando novamente a obra de Soja, o autor dedica um capítulo inteiro para “trazer à luz” as propostas que chama de ontologias espacializadas. Para tal ele retoma a nomes da filosofia existencialista e fenomenológicas mostrando como tais propostas evidenciaram a relação entre ser e espaço. O pontapé inicial é a partir da filosofia de Martin Buber:

É uma peculiaridade da vida humana que nela, e somente nela, um ser emerge do todo, dotado e habilitado para desligar o todo de si mesmo como um mundo e torná-lo oposto a si mesmo (Buber, 1957 apud Soja, 1993).

Ou seja, o ser, em específico o humano, é dotado de um “distanciamento primário”, a capacidade de se distanciar do mundo, o objetivando. Nesse movimento a própria consciência seria criada e ao mesmo tempo sustentada, e ainda não apenas “criar distâncias, mas tentar transpô-las, transformar a distância primeva através da intencionalidade, da emoção, do envolvimento e do apego” (Soja, 1993, p. 144-145). A partir dessa ideia, o geógrafo americano irá desenvolver os pressupostos ontológicos de Sartre, Heidegger e Husserl, mostra como cada um aborda a dialética entre a subjetividade (o ser) e a objetividade (espaço). Uma tensão que de certa forma cai quando coloca-se a espacialidade.

Esse conceito se encontra diluído durante toda a obra de Soja, e que não se trata apenas do espaço material, embora este último esteja muito longe de ser apenas um cenário inerte. Na verdade ele se refere ao próprio social e além disso “[...] não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo”(Soja, 1993, p. 131). Ou seja, para ele, é necessário se pensar na tríade espacialidade, espaço natural e cognoscível interconectados, e além disso, ao mesmo tempo duas necessárias para a formação e transformação de uma. Para o autor tal espacialidade existe a nível ontológico e se faz necessário junto a história, pois apenas esta última não seria suficiente; como já não o foi historicamente, para dar conta dos fenômenos geográficos e sociais em sua complexidade.

Conclusão

Colocado esse sintético delineamento de um tratamento especializado com foco nas ciências sociais, devemos nos atentar que a nível ontológico, todas estas foram feitas a partir de uma geografia humana, e que embora tenha pressupostos bastante aproximados das ciências sociais, acaba delimitado pela própria proposta da área. De fato, nas de geografias humanas temos o foco no ser humano, embora ele tenha de certa

forma radicalizado a espacialidade como constituinte na construção do próprio ser, não como existência em si própria ou cenário de plano de fundo, mas já a partir da distância primária.

Embora o debate do espaço continue até os dias atuais, ele parece está seguindo a linha da teoria social pela via da teoria de Martina Löw, a partir do exposto anteriormente por Soja, parece também haver outra via a esta espacialidade, e que ainda não está confinado apenas nesta idéia de totalidade. No caso da filosofia de Deleuze e Guattari, vemos uma tomada de empréstimo da ideia de des-reterritorialização (Haesbaert, 2011), ainda que esteja no campo filosófico, a partir da própria empreitada dos autores, tal conceito é bastante flexível, abarcando o campo dos chamados territórios de desejos ou ainda as linhas de fuga. Saindo da filosofia, e nos aproximando da antropologia, não se deve deixar à margem as contribuições das escolas de Manchester e Chicago, em especial esta última, através de Erving Goffman e suas seis definições da ideia de lugar (Frehe, 2008). Tal conceito parece ter potencialidades bastante interessantes para além de simples espaço sem fronteiras ou mesmo “menores”, propondo o espaço também como portador de linguagem, forma de linguagem e mesmo simbólico.

Neste sentido, desse leque de conceituações indo do espaço, lugar e território, alcançamos as propostas contemporâneas das ciências sociais através das viradas ontológicas. Mesmo que estas últimas abordem as questões ambientais/espaciais/territoriais, como bem indicado no início, muitas vezes tais questões ficam invisíveis ou tácitas demais, necessitando de um investimento mais aprofundado. Tal empreendimento dá sinais positivos ao nos atentarmos em trabalhos como o da Anna Tsing e sua etnografia co-situada, tomando como ponto de partida não apenas atores atomizados, mas verdadeiros encontros multi-espécies, e nesta proposição, porque não multi-territoriais/espaciais. Ou ainda na proposta de Elizabeth Povinelli com a relação entre humanos e rochas, que muito indica uma outra perspectiva da distância primária entre esses para esses objetos inorgânicos. Enfim e para além do debate acadêmico, essa possível síntese ou espacialização de tais ontologias contribuiu também para cada vez mais a visibilidade da questão do avanço das catástrofes climática e ambiental. Afinal, se espaço/ambiente é constitutivo do próprio ser, alargando o conceito de ser, se torna pertinente parafrasear Michel Foucault em sua obra O corpo utópico: “nosso planeta é o lugar cada vez mais sem recursos a qual estão

Referências

DE LORENA, G. Espaço, paisagem, lugar, região e território: uma revisão introdutória sobre conceitos geográficos. *Geociência: conjuntura, debate e trajetória*, v. 11, n. 35, p. 159-171, 2022.

BACHMANN-MEDICK, Doris. *Cultural Turns*. Berlin/Boston, Walter de Gruyter GmbH, 2016.

FOUCAULT, Michel; DEFERT, Daniel. *O corpo utópico, as heterotopias = Les corps utopique, les hétérotopies*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREHSE, F. Erving Goffman, sociólogo do espaço. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 155–166, out. 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEASBEART, R. *O Mito da desterritorialização: do Fim dos territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011.

LÖW, M. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo Social*, v. 25, n. 2, p. 17–34, 2013.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. sl: Ubu Editora em 2023.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 3 ed. Rio De Janeiro: Record, 2003.

SIMMEL, G. Sociologia do espaço. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 75–112, 2013.

SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022

VANDENBERGHE, Frédéric. *Ser ou não ser afetado*. Labemus, 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

CÓDIGO: HS1164

AUTOR: CRISTIANE LETICE DA SILVA FONSECA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: A apreensão do espaço por cronistas e viajantes do século XVI: uma análise da noção dos direitos e formas de ocupação da terra para diferentes agentes nos escritos quinhentistas

Resumo

O presente estudo analisa os escritos quinhentistas portugueses à luz das disputas de territorialidade na América Portuguesa do século XVI. Ao examinar crônicas quinhentistas portuguesas, observa-se a justaposição entre o reconhecimento formal do direito indígena à terra, previsto na bula papal de 1537, e a imposição de uma lógica espacial europeia voltada às intenções iniciais da colonização. Os cronistas, ao utilizarem termos como “senhorear” e “possuir”, apropriam-se das discussões sobre o *dominium*, ora reforçando o estabelecido pela autoridade papal, ora instrumentalizando esses termos em favor dos interesses da Coroa. Dessa forma, o estudo destes escritos revela a contradição entre o suposto reconhecimento do direito indígena aos seus bens e sua sistemática deslegitimação prática, impulsionada por uma mentalidade proprietária europeia, a qual ignora as cosmografias e formas tradicionais indígenas de ocupação do espaço.

Palavras-chave: Territorialidade. *Dominium*. Terra indígena. Cronistas. Posse.

TITLE: The apprehension of space by chroniclers and travelers of the 16th century: an analysis of the notion of rights and forms of land occupation for different agents in writings from the 1500s

Abstract

This study analyzes sixteenth-century Portuguese writings in light of territorial disputes in Portuguese America during the 1500s. By examining Portuguese chronicles from that period, we observe the juxtaposition between the formal recognition of Indigenous land rights, as established by the 1537 papal bull, and the imposition of a European spatial logic oriented toward the early aims of colonization. The chroniclers, by employing terms such as “senhorear” and “possuir,” engaged in discussions on *dominium*, at times reinforcing papal authority, at times instrumentalizing these words in favor of the

Crown's interests. Thus, the study of these writings reveals the contradiction between the supposed recognition of indigenous rights to their property and its systematic delegitimization, driven by a European entrepreneurial mindset that ignores indigenous cosmographies and traditional forms of spatial occupation.

Keywords: Territoriality. Dominion. Indigenous land. Chroniclers. Possession

Introdução

Este trabalho é fruto das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN), coordenado pela professora Carmen Alveal. Neste ambiente, as discussões envolvendo a temática fundiária instigaram-me a desenvolver uma investigação que abrangesse a questão das terras indígenas na América Portuguesa quinhentista. Este relatório apresenta, portanto, os resultados das investigações do plano de trabalho intitulado “A apreensão do espaço por cronistas e viajantes do século XVI: uma análise da noção dos direitos e formas de ocupação da terra para diferentes agentes nos escritos quinhentistas”, o qual integra o projeto de pesquisa “As diferentes formas de acesso à terra e os direitos de propriedade na América portuguesa”.

Desde o início do processo de colonização, intensificando-se em fins do século XVI, a ocupação do espaço, que hoje designamos Brasil, foi assentada em uma dinâmica de constantes conflitos de territorialidade entre os variados sujeitos que compunham a espacialidade da colônia. Entendendo a territorialidade como uma relação de um grupo para ocupar, usufruir e se identificar com o espaço biofísico (Sack, 1986), nota-se que o processo de colonização do território brasileiro foi, e pauta-se até hoje, em sucessivas disputas de divergentes territorialidades. Para Robert Sack (1986), a territorialidade é historicizada e está intimamente relacionada com a forma que o grupo usa a terra, resgatando seus aspectos simbólicos na relação com a forma que se organiza no espaço.

Com base nesta teoria, esta pesquisa buscou compreender como estas disputas por territorialidade — pautadas nas diferentes formas de relação com o espaço entre indígenas e colonizadores — são apresentadas na documentação dos cronistas do século XVI e como estas se relacionam com os direitos indígenas sobre a terra na América Portuguesa quinhentista. Para este fim, foram examinados os escritos de Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, Pero Magalhães de Gândavo e Gabriel Soares de Sousa, nos quais se buscou enfatizar os aspectos referentes às distintas formas de ocupação da terra entre indígenas e não-indígenas. Ademais, uma vez que estes cronistas incorporaram noções jurídicas e teológicas vigentes na época em que escreveram, buscou-se traçar uma relação entre a perspectiva apresentada nas narrativas e as noções dos direitos à terra aos indígenas, associando-a ao contexto de debate jurídico das coroas ibéricas (mais especificamente, a noção jurídica de *dominium*).

Metodologia

A fim de alcançar os objetivos propostos, foram examinados os seguintes documentos: “Tratado da terra e gente do Brasil”, de Fernão Cardim; “Tratado da terra do Brasil: História da província Santa Cruz”, de Pero Magalhães Gandavo; “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, de autoria de Gabriel Soares de Sousa e as cartas avulsas do padre Manoel da Nóbrega. Estes documentos foram retirados de coletâneas já publicadas (indicadas nas referências bibliográficas), bem como do acervo digital disponível na Biblioteca Nacional Digital.

Nesta pesquisa, utilizou-se a análise do discurso como metodologia de exame das fontes. Mais especificamente, foi adotada a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, apresentada por Norman Fairclough (2001; 2003), o qual admite o discurso como texto, prática discursiva (isto é, as condições de produção e circulação do texto) e prática social (entendida como o contexto social que o discurso influencia e é influenciado: nos aspectos políticos, ideológicos e econômicos). Dessa forma, na análise do texto – inserido em uma prática discursiva – deve-se atentar para os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) e para os elementos organizadores do texto (vocabulário, a arquitetura de coesão e estrutura textual), considerações estas que foram metodologicamente incorporadas pela presente investigação.

Sob esse viés, o texto (como discurso) estaria inserido em uma prática discursiva (produção, distribuição e circulação), estando tudo isso imerso em uma prática social (a qual ocorre em várias orientações: econômica, política, cultural, ideológica). Neste sentido, a definição de discurso na perspectiva faircloughiana concebe a linguagem como forma da prática social, não como uma mera atividade individual. No entendimento do autor, isso implica ser o discurso um modo de ação e de representação, bem como a parte de uma relação dialética com a estrutura social. A construção discursiva, portanto, deve ser entendida como parte de uma prática social que se encontra firmada em estruturas sociais materiais. Dessa forma, o discurso — socialmente constitutivo — pode ser entendido como uma representação de mundo, que atua na construção de todas as dimensões da estrutura social que, diretamente ou não, o moldam e o restringem.

Assim, o discurso, interligadamente, mostra-se como prática política e ideológica, dado seu potencial em manter ou transformar os significados do mundo a partir de posições diversas nas estruturas de poder. Para isso, a prática discursiva recorre a convenções que, inseridas em disputas, naturalizam relações de poder e ideologias próprias de cada interesse. Diante disso, o exame das práticas discursivas envolve a compreensão dos processos de produção, de distribuição e de consumo textual, os quais são sociais e fazem referência a ambientes econômicos, políticos e institucionais específicos nos quais os discursos são originados.

À vista de tais considerações acerca da Análise do Discurso Crítica, este trabalho buscou examinar as fontes aqui utilizadas, o que viabilizou os resultados a serem apresentados no decorrer deste relatório. Logo, o exame das fontes somente foi possível considerando-se a posição social dos agentes produtores dos discursos, o contexto em que foram produzidos, a função que exerceram durante o recorte temporal analisado, aspectos que são reveladores de intenções discursivas. Ao analisar as operações discursivas nos cronistas estudados, tomou-se cuidado em considerar a posição social dos sujeitos mediadores dos discursos e os aspectos biográficos. Dessa forma, buscou-se compreender como a prática discursiva (política e ideológica) destes agentes mostrou-se expressa na

utilização de vocábulos específicos, ao mesmo tempo que a construção do esquema narrativo dos registros demonstra a manipulação de uma ideia, a qual é parte de um discurso inserido em um momento de disputa.

Resultados e Discussões

Impulsionadas por diferentes motivações, os registros — intencionais ou não — deixados pelos agentes do século XVI, foram importantes para a execução dos objetivos coloniais. Maria Isabel Siqueira (2021) destaca a relevância das narrativas dos primeiros cronistas como um canal de comunicação com o rei. Neste sentido, as crônicas constituem-se, para a autora, como representações de poder, pois podem ser entendidas como instrumentos que, a partir do registro das informações, contribuem para a elaboração dos discursos legislativos, de defesa da terra e de exploração com fins comerciais (Siqueira, 2021).

Nesta perspectiva, deve-se considerar a função propagandística que estes registros exerceram sobre a colonização portuguesa, sobretudo nos escritos de Pero Magalhães Gandavo e de Gabriel Soares de Sousa, nos quais este aspecto apresenta-se de forma mais explícita. A “História da Província de Santa Cruz” (de autoria atribuída a Gândavo e redigida, provavelmente, em 1576) fundamenta-se justamente na intenção de imortalizar e legitimar a conquista lusa por meio da publicização das descobertas no território, relacionando-se diretamente com a intenção econômica portuguesa em intensificar sua exploração (Daher, 2014). Outrossim, o “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, de Gabriel Soares de Sousa, acentua a propaganda de exploração do espaço. Considerando a motivação maior para a estadia deste senhor de engenho no Brasil, a pretensão de conseguir mercês e privilégios para a exploração das minas no interior da colônia, nota-se que a escrita do autor integra parte essencial refletida neste interesse. Para Temístocles Cezar (2000), a narrativa de Soares de Sousa teria tentado romper com a “edenização” das terras brasileiras. Mostraria, portanto, que consistia em um território não para ser contemplado, mas sim explorado e colonizado. Assim, o escrito é derivado da pretensão de preencher as lacunas existentes sobre a terra e riquezas da colônia (Siqueira, 2021).

É relevante pontuar que mesmo os escritos de agentes religiosos não se eximem das considerações indicadas previamente, influenciando nas relações de propriedade fundiária na colônia. Por conseguinte, manuscritos dos jesuítas, como os “Tratados da terra e da gente do Brasil”, de Fernão Cardim, e as cartas do padre Manuel da Nóbrega, também atuaram como instrumentos de legitimação e impulso aos interesses coloniais, em especial pelo caráter de legitimação teológico-política que o projeto religioso legava à empreitada colonizadora. Sob este viés, Daher (2014) reforça que as cartas jesuíticas preencheram importantes funções teológico-políticas no cenário colonial. Logo, estes registros expressam a mentalidade proprietária europeia, em contraste com as lógicas indígenas de apreensão do espaço. Tal afirmação é passível de ser conferida haja vista a relação intrínseca entre terra, mão de obra e aldeamentos (Almeida, 2010; Monteiro, 1995). Dessa forma, o papel da catequização na ocupação colonial fez com que, apesar da garantia jurídica do direito à terra, os indígenas fossem despossuídos de suas terras tradicionais (Perrone-Moisés, 1999).

Dessarte, o papel cumprido pelos relatos quinhentistas, instrumentos da ação colonial,

legou impacto direto na dinâmica de vida dos grupos indígenas previamente residentes no território. A propaganda colonial impulsionada pelas crônicas e cartas fomentou a intensificação da exploração das terras “brasileiras”, o que acentuou os conflitos de territorialidade entre indígenas e colonizadores no domínio colonial.

Dados de 1540 a 1580, os documentos aqui analisados inserem-se em meio às discussões jurídico-teológicas decorrentes das transformações sociais do século XVI. Dessa forma, os cronistas quinhentistas representam, mesmo que indiretamente, aspectos do debate coevo acerca das noções de *dominium*, discussão essencial para a compreensão da colonização ibérica nas Américas.

As ponderações em torno dessa noção jurídica influíram diretamente nas definições de poder sobre os indígenas e suas terras, bem como na legitimidade das conquistas europeias sobre os espaços ultramarinos (Bonciani, 2010). Tais discussões são parte das reflexões da segunda escolástica, sobretudo na Escola de Salamanca, na qual se destacam as *relaciones* de Francisco de Vitória (de 1539) e de Domingos De Soto (de 1534-35). Apesar da pluralidade de definições, para os teólogos do século XVI, o *dominium* refere-se às dimensões *facultas* e *ius*, ou seja, da faculdade e do direito sobre algo. No sentido de propriedade, esta definição jurídica aplica-se na justificação do domínio dos indivíduos sobre os bens, sobre si e sobre os outros. Conforme destaca Giuseppe Tosi (2005), a questão fundamenta-se em três aspectos principais: o *dominium et ius* (definido como *dominum* em si), o *domini et servi* (referente aos debates de escravidão indígena) e o *dominium et protestas* (relacionado ao *dominium* do imperador e do papa).

As disputas dos agentes europeus em torno dos direitos de *dominium* sobre os povos e as terras buscavam definir a hegemonia política nas colônias (Bonciani, 2010). Neste sentido, a relação com os indígenas apresenta-se como elemento central para o estabelecimento do poder nos espaços coloniais, sendo alvo de disputas entre a preeminência de um poder espiritual do papa ou temporal do imperador (Bonciani, 2016). Neste contexto, a interferência papal de Paulo III na questão do *dominium* sobre os indígenas marca uma imposição do poder temporal do papa por meio da finalidade espiritual. Bonciani (2010) enfatiza que o papa Paulo III reconheceu na questão indígena um fator de intervenção do poder temporal nos espaços coloniais, tendo a finalidade apostólica como fator de legitimação. Portanto, a bula *veritas ipsa* reafirma uma tentativa de imposição de uma superioridade do poder apostólico sobre as Américas, expressando o *dominium* sobre os indígenas do “Novo Mundo”. Todavia, cabe ressaltar que a discussão dos limites do poder político papal ou imperial não se esgota nesta medida interventiva de Paulo III.

Promulgado em nove de junho de 1537, o decreto pontifício frisa um fator essencial para tratar as relações de *dominium* nas Américas: a distinção entre gentios e infieis. Logo, considerada tal discriminação essencial, aqueles passíveis à conversão (caso dos indígenas da América) teriam a garantia de posse de seus bens, incluindo suas terras, não podendo estas serem justamente tomadas pelos europeus. Dessa forma, os “gentios” não estariam privados da sua liberdade nem do domínio de seus bens. A bula papal reconhece, assim, a humanidade dos indígenas, colocando-os como conversíveis.

Esta proposição firmada pela bula de Paulo III reforça a relação intrínseca, já demarcada por De Soto, entre propriedade e liberdade no debate político-jurídico europeu do século

XVI. Afinal, o dominium, relacionado à noção de direito natural, teria como fundamento a liberdade do indivíduo. Neste sentido, a questão do dominium remete-se diretamente a tal relação, de modo que, uma vez que este fundamenta-se na liberdade, os indígenas teriam direito aos seus bens (Tosi, 2005). Dessa forma, a doutrina do direito à terra indígena na legislação colonial pauta-se nesta noção jurídico-teológica tratada como direito natural e, portanto, inviolável (Tosi, 2005; Cunha, 1987). Nesta perspectiva, a legislação portuguesa nunca negou explicitamente o direito dos indígenas às suas terras (Perrone-Moisés, 2000). Utilizou-se, inclusive, como destacado por Beatriz Perrone-Moisés (1999), de expressões indicadoras do domínio indígena sobre suas terras, como declara o alvará de 1596 ao consagrar que o “gentio será senhor de sua fazenda, assim como é na serra”. Contudo, vale notar que a bula — ao categorizá-los como passíveis de conversão — ao mesmo tempo que garante o direito aos bens, também é via de manipulação dos direitos à terra aos indígenas, haja vista o papel da catequização na perda da terra tradicional indígena e na mudança das formas de vida de diferentes etnias, que passa a ser regulada, nos aldeamentos, pela agricultura e pela rotina de orações (Almeida, 2014).

Na legitimação da conquista, matérias como terra inabitada, evangelização e guerra justa foram arduamente manipuladas (Cardim; Miranda, 2017). Consequentemente, este momento de reafirmação do poder temporal do papa sobre a América foi acompanhado de uma reação das Coroas Ibéricas, marcando, como reforça Bonciani (2010), um novo rumo da política régia no continente. Conforme ressalta o autor, na América Portuguesa, a Coroa interveio nas relações de dominium sobre os indígenas e na jurisdição dos donatários por meio da criação do governo-geral. Pode-se associar tal aspecto à intensificação da interferência temporal nas aldeias, como ocorreu durante o governo de Mem de Sá por meio do “Estatuto das aldeias”. Por este documento, o governador assumiu um papel principal na questão das aldeias, conforme ressalta Charlotte de Castelnau-L’Estoile (2006) ao destacar o poder legislativo assumido pelo governador perante os assuntos referentes à questão indígena na colônia. Ademais, deve-se salientar também as posições assumidas pelos jesuítas neste processo de reafirmação do poder no espaço colonial, de modo a compreender as suas contradições, haja vista que, entre o estabelecimento da missão jesuíta até o início da década de 1570, estes agentes apropriaram-se do dominium sobre os indígenas incorporando a mesma relação paradoxal observada na apropriação dos colonos: a exploração produtiva e a sujeição doméstica, a qual implicava na alienação do rei sobre as relações de produção e de poder e ameaçavam o direito de exploração econômica dos colonos (Bonciani, 2010).

Esta relação apresenta-se como reflexo dos interesses, não somente morais e religiosos, mas também econômicos, por parte dos jesuítas. Afinal, como bem destacou Castelnau-L’Estoile (2006), os jesuítas não estariam satisfeitos em apenas descrever uma sociedade em florescimento econômico açucareiro, mas desejavam participar destas transformações econômicas. Portanto, inseridos na dinâmica colonial, estes agentes têm suas ações pautadas em uma mentalidade possessória jesuítica (Pedroza, 2016; 2018), a qual repercute nas relações de propriedade na colônia.

Diante do exposto, nota-se que nessa disputa sobre a questão do dominium nas Américas, os cronistas aparecem como representantes dos interesses coloniais, que ora se mostram em consonância com a preeminência do poder papal, ora com a hegemonia do poder imperial. Observa-se haver, portanto, uma incorporação destes debates jurídicos do meio

ibérico somados às tentativas de manipulação em prol dos objetivos coloniais. Dessa forma, ao utilizarem de verbos como “possuir” e “senhorear” para se referir ao domínio dos indígenas sobre as terras — que estaria previsto de acordo com a bula de 1537 — os autores das crônicas incorporam também um discurso implícito.

Embora utilizem expressões que indicariam um suposto reconhecimento do domínio dos indígenas sobre suas terras e demonstrassem reconhecer a existência de variadas formas de ocupação do espaço pelos diferentes grupos indígenas mencionados na documentação, os cronistas recorrem a elementos implícitos nos discursos. Estes mascaram a imposição de uma territorialidade europeia e, por conseguinte, uma desvalidação das formas indígenas de apreensão do espaço.

Situados majoritariamente nas regiões litorâneas da colônia — sobretudo nas regiões correspondentes a Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo — os escritos centram-se na descrição de populações ocupantes desses espaços, como os Potiguaras, Tupiniquins, Tupinambás, Caetés, Aimorés, entre outros. O exame destes relatos demonstra a constatação do caráter comunitário da terra para os indígenas pelos agentes europeus. Ainda, os cronistas marcam uma distinção entre grupos sedentários, que praticam a agricultura em suas roças, e aqueles com uma dinâmica de ocupação espacial mais sazonal.

Para os indígenas a apreensão do espaço vincula-se, então, à exploração moderada dos recursos, fundamentada em uma relação de autossuficiência, a qual se encontra intrinsecamente ligada às perspectivas cosmogônicas de cada etnia. Em suma, a terra define-se como “a contraparte material do espírito”(Jecupé, p.11,1998).

Por outro lado, atentando para as funções desempenhadas pelos escritos do XVI, é evidente o propósito português em explorar o território a partir de uma lógica utilitarista. Dessa forma, ao descrever o espaço ao longo dos relatos, os cronistas realçam, frequentemente, os elementos com potencial de exploração econômica. A presença de solos férteis, rios, florestas é enfatizada na escrita dos cronistas como recursos naturais a serem explorados a partir de uma noção orientada por interesses econômicos. Essa concepção europeia foi de encontro com as formas de ocupação do espaço pela diversidade de povos indígenas já residentes no território. Nesse cenário, os conflitos de territorialidade foram influenciados, essencialmente, pelas distintas visões cosmogônicas de utilização do espaço.

Para Paul Little (2004), a cosmografia refere-se a uma relação singular — historicamente construída — de um grupo com o território, a qual incorpora saberes, ideologias, simbologias e identidades criadas coletivamente a fim de manter o território. Esta conexão com o espaço envolve o regime de propriedade de um grupo, seus vínculos afetivos, a memória coletiva e o uso social que aquela comunidade estabelece com o espaço. Apreendendo-se de tal conceito, pode-se afirmar que, desde os primórdios da ocupação colonial, as cosmografias indígenas foram desrespeitadas pela lógica europeia de apreensão do espaço. Por conseguinte, os objetivos coloniais somente seriam solidamente alcançados por meio da imposição de uma perspectiva de uso da terra, a europeia. A sobreposição imposta de uma territorialidade europeia sobre a indígena expressa-se na multiplicidade de conflitos explicitados nas crônicas.

Ao descrever a composição do território por grupos indígenas de caráter sedentário e de ocupação sazonal, os cronistas demonstram a presença de uma mentalidade de propriedade fundamentada na posse produtiva da terra e, por conseguinte, de sua deslegitimação – considerando a terra vazia – quando não cumprida esta premissa garantidora da legitimação da posse. Neste sentido, embora estas noções tenham sido oficialmente reincorporadas do direito romano para o direito comum europeu somente no século XVIII, as justificativas jurídicas do *res nullius* (“coisa sem dono”) e do *utis possidetis* (expressão que remete à posse útil da terra) já estavam presentes na mentalidade proprietária (Grossi, 2006) do século XVI. Posto isso, no direito português, a legitimação da posse pressupõe a necessidade de cultivo da terra (Alveal, 2002; 2022). Dessa forma, a deslegitimação dos direitos fundiários de grupos indígenas não sedentários partiu desta mentalidade, de modo a considerar um critério europeu de utilidade das terras, desconsiderando as lógicas indígenas de ocupação. Foram utilizados, portanto, como meio de validação da desapropriação das terras tradicionais indígenas (Fonseca; Morelli, 2021; Moreira, 2014).

Posto isso, pode-se apreender que a presença dos vocábulos “senhores”, “senhorear” e “possuídas” presentes na narrativa dos autores examinados para fazer referência às terras ou elementos como o pau-brasil, figuram parte dos debates e disputas referentes ao *dominium* na colônia. À vista disso, nos escritos dos agentes europeus aqui estudados nota-se, conforme introduzido anteriormente, uma manipulação do discurso referente ao *dominium* sobre os indígenas. Isto é, na parte explícita do texto — entenda-se, no uso dos termos supracitados —, constata-se que os escritores das crônicas possivelmente seguiram os preceitos estabelecidos pelo decreto papal de 1537, o qual reconhece o direito dos indígenas sobre os seus bens. Cabe ressaltar que os agentes, religiosos ou não, cumprem serviço à Coroa e esta, apesar de deter direitos do *dominium*, encontrava-se subordinada ao poder apostólico. Dessarte, não é de se admirar a necessidade dos cronistas em reafirmar o estabelecido na determinação papal no que concerne ao domínio dos “gentios” aos seus bens.

Todavia, estes agentes, ao mesmo tempo que assim o fazem (ao utilizarem as referidas expressões), também demonstram — de forma implícita em seus discursos — o oposto. Isso é demonstrado nos escritos por meio dos movimentos de evangelização, que se encontram atrelados aos interesses de posse dos jesuítas. Outrossim, os conflitos descritos exibem a imposição marcada pelas diferentes lógicas de territorialidade, e buscam sobrepor o domínio europeu ao direito (supostamente garantido) dos indígenas aos seus bens, seja pela força ou pela conversão. Rompem, assim, com o *dominium* dos indígenas como direito natural e inviolável, que, apesar de nunca terem o direito a suas terras negado em lei e, supostamente, aferido na bula de 1537, é justaposto pelo domínio português e precisa ser reafirmado.

Esta contradição faz-se presente, por exemplo, nos escritos do padre Manoel da Nóbrega. Estudante da escola de Salamanca durante parte de sua formação, especificamente entre 1534 e 1538, e aluno de Martín Azpilcueta em Coimbra (que havia anteriormente lecionado em Salamanca), o jesuíta acumulou grande bagagem e influência frente às discussões de *dominium* efervescentes em Salamanca (Zeron, 2022). Carlos Zeron (2022) admite que Nóbrega, dado estes contatos que tivera em sua trajetória, teria incorporado as proposições de Salamanca, adaptando-as para a realidade colonial da América Portuguesa. Na perspectiva do autor, Nóbrega manteve-se alinhado às concepções de De

Soto e Vitória, divergindo delas ao apoiar a guerra contra os Caetés, por exemplo. Posto isso, as contradições no discurso de Nóbrega incorporam estas vivências e demonstram a análise que o padre jesuíta traçava da realidade colonial no Brasil.

Na mensagem enviada ao padre Simão, em 9 de agosto de 1549, Nóbrega faz menção à extensão da terra possuída e ocupada pelos Carijós, localizando-os como “o melhor gentio da costa e mais aparelhado para se fazer fruto: ele somente tem duzentas léguas de terra [...]”. Já em carta a Tomé de Sousa, datada de 1559, o provincial condena a ação dos cristãos sobre os indígenas de São Paulo, afirmando que estes teriam tomado “suas terras e roças em que sempre estiveram de posse e nunca fizeram por donde as perdessem [...]” (p.158). Nóbrega condena o avanço português sobre as terras dos indígenas, relacionando este fator à impossibilidade de produção de mantimentos suficientes, o que atrela ao despovoamento das terras e à ocorrência da venda de si pelos indígenas. Ao mesmo tempo que assim faz, declara que na terra poderiam os cristãos viverem bem se o “gentio fosse senhoreado”, garantindo ao rei o acúmulo de “grossas rendas”.

O jesuíta Fernão Cardim refere-se aos Potiguara como “senhores da Paraíba” e “senhores do melhor pau-brasil”, aos Guaimurés como “senhores dos matos selvagens” e aos Tupinambás como aqueles que teriam “ficado senhores” das terras da Bahia após a expulsão daqueles que o autor refere-se como quirimurês. Ao mesmo tempo, reforça a qualidade da terra do Camamu, como propriedade do colégio da Bahia, e sua impossibilidade de aproveitamento integral devido à terra encontrar-se “infestada dos Guaimurês”.

Já o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, alude aos Caetés como aqueles que “senhoreavam a boca deste Rio de São Francisco até a Paraíba” (p.35), os Guaianases como o “gentio que possuía e senhoreava aquela costa até contestarem com os Tamoio” e designa os Tamoio como àqueles que “senhorearam passar além do Rio de Janeiro até Angra dos Reis [...]”(p.93). Concomitantemente, refere-se à “praga dos Aimorés” e traça elogios às ações de Mem de Sá contra os indígenas, por via das quais o governador-geral teria “socorrido e ajudado” Porto Seguro e Ilhéus.

Conclusão

Em suma, o desenvolvimento deste trabalho possibilitou a compreensão das dinâmicas de territorialidade no século XVI, evidenciando a representação dos direitos fundiários indígenas no discurso dos agentes quinhentistas. Constatou-se a manipulação do direito dos indígenas à terra, que, ao mesmo tempo em que é desrespeitado, também é reafirmado. Ademais, a presente pesquisa permitiu estabelecer relações entre o passado e o presente, ao refletir sobre como as dinâmicas fundiárias constituídas desde o início do processo de colonização ainda se projetam na atualidade por meio da imposição de territorialidades que desconsideram as formas indígenas de ocupação e de manutenção do espaço.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Catequese, aldeamentos de missão. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Brasil colonial (1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1 ed., 2014.

ALVEAL, Carmen. História e direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (Século XVIII). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVEAL, Carmen. Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa. Niterói, RJ: Editora Proprietas, 2022. 348 p.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. O domínium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico - Da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493 - 1615). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. Guerra, domínio e soberania: experiências coloniais e império no Atlântico Sul, década de 1570. Revista de indias, 2016, nº268, p.613-639.

CALAFATE, Pedro (org.). A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora: (século XVI) – Sobre as Matérias da Guerra e da Paz. Vol. 1. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2015. 509 p.

CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 194 p.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Brasil colonial (1580-1720). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v.2, 2017, cap.1, p.57-121.

CARTAS do Brasil do padre Manoel da Nóbrega: Cartas jesuíticas I (1549-1560). Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1886

CASTELNAU-L'E

STOILE, Charlotte de. Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620). São Paulo: EDUSC, 2006.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587): ensaio sobre uma operação historiográfica. História em Revista, v.6, p. 37-58, dez. 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Terra indígena: história da doutrina e da legislação. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do índio: ensaios e documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DAHER, Andrea. Narrativas quinhentistas sobre o Brasil e os Brasis. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEA, Maria de Fátima (org.). O Brasil colonial (1443-1580), Rio de Janeiro: Civilização brasileira, vol.1, ed.1, 2014, p. 389-434.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Analysing discourse. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FONSECA, Cláudia Damasceno; MORRELI, Federica. Territoire et propriété.in: VIDAL, Cécile (dir.). Une histoire sociale du nouveau monde. Paris: Éditions Ehes, 2021, p.137-168.

GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil: História da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008. 158 p.

GROSSI, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife: Renovar, 2006.

JECUPÉ, Kaká Wera. A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Petrópolis, 1998.

LEITE, Serafim. Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, v.194,1940, p.7-129.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.251-290.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terra, estratégias e direitos indígenas. Revista Tempos Históricos, Paraná, v.18, 2014, p.30-47.

MONTEIRO, John Manuel. Transformação de São Paulo indígena: século XVI. In: MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.17-56.

PEDROZA, Manoela da Silva. Mentalidade possessória e práticas rentistas dos jesuítas (América portuguesa, séculos XVI, XVII e XVIII). Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 66-90, jan./jun. 2016, p.66-90.

PEDROZA, Manoela da Silva. Construção e gestão do patrimônio fundiário jesuítico na América Portuguesa (1540-1759). Comunicação apresentada na conferência Transrural history, 2018.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil. Lisboa: Actas do Congresso Luso-brasileiro: Portugal-Brasil: memórias e imaginários, vol.1. 1999.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Terras indígenas na legislação colonial. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 95, p. 107–120, 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67457>.. Acesso em: 6 jun. 2025.

SACK, Robert David. Human territoriality: it's theory and history. New York: Cambridge university press, 1986.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. As territorialidades da natureza na América Portuguesa (c.1580/c.1640): exploração, conflitos e contrabando do pau-brasil. Terras Americanistas, Universidad de Sevilla, n.47, dez. 2021, p.44-65.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Editora UNB, 201, 460 p.

TOSI, Giuseppe. Raízes teológicas dos direitos subjetivos modernos: conceito de dominium no debate sobre a questão indígena no séc. XVI. Prima Facie, ano 4, n.6, jan/jun 2005, p. 42-56.

ZERON, Carlos A. de M. R. Salamanca em contexto colonial: a teologia política de Manuel da Nóbrega (1517-1570). In: TORRIJOS-CASTRILLEJO, David; GUTIÉRREZ, Jorge Luis (orgs.). La Escuela de Salamanca: la primera versión de la modernidad. Madri: Editorial Síndéresis, 2022, p. 285-300.

CÓDIGO: HS1201

AUTOR: ERICA VITORIA OLIVEIRA DA SILVA

ORIENTADOR: CELIA MARIA DE MEDEIROS

TÍTULO: O nível mesotextual no gênero acadêmico monografia: análise de Trabalhos de Conclusão de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN

Resumo

Esta pesquisa visa descrever, analisar e interpretar as monografias do período de 2023 a 2025. Teoricamente, apoiamos-nos nos estudos de Adam (2011, 2021, 2022) com relação aos planos de texto que estão, com os gêneros discursivos textuais, disponíveis no sistema de conhecimento dos grupos sociais; e aos postulados de Rabatel (2016) a respeito das instâncias enunciativas. Iremos nos debruçar, especificamente, na organização do nível mesotextual (Adam, 2021, 2022) e no conceito de locutor enunciador primeiro (L1/E1) e enunciador segundo (e2) de Rabatel (2016). Este trabalho possui caráter qualitativo de cunho interpretativista por meio de um método indutivo. O corpus é composto por 10 (dez) TCCs do curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas. Os resultados obtidos demonstram a predominância da sequência argumentativa que evidencia quando o L1/E1 assume o seu projeto de dizer. Além disso, podemos observar que existem diferenças entre a composição das sequências explicativas em razão da escolha do autor ou a área de estudo. Ademais, as sequências narrativas predominam-se nas monografias da área de literatura devido a sua necessidade de contextualização. Logo, os resultados preliminares da pesquisa apontam que a compreensão sobre a estrutura organizacional do texto e a dinâmica dos dispositivos enunciativos na constituição do Trabalho de Conclusão de Curso favorece aos estudos linguísticos do texto com foco no âmbito da escrita acadêmica.

Palavras-chave: gênero monografia; níveis textuais; instâncias enunciativas.

TITLE: The mesotextual level in the academic monograph genre: analysis of final projects in Portuguese Language and Literature at UFRN

Abstract

This research aims to describe, analyze, and interpret the monographs from the period 2023 to 2025. Theoretically, we rely on the studies by Adam (2011, 2021, 2022) regarding the text plans that are available in the knowledge system of social groups, along with textual discursive genres, and on Rabatel's (2016) postulates regarding enunciative instances. We will focus specifically on the organization of the meso-textual level (Adam, 2011, 2021, 2022) and Rabatel's (2016) concept of first speaker-enunciator (L1/E1) and second enunciator (e2). This work is qualitative in nature and interpretive in approach, using an inductive method. The corpus consists of ten final course papers from the Portuguese Language and Literature program. The results obtained demonstrated the predominance of the argumentative that becomes evident when L1/E1 assumes their project of saying. In addition, we can observe that there are differences between the composition of the explanatory sequences due to the author's choice or the area of study. Furthermore, narrative sequences predominate in monographs in the field of literature due to their need for contextualization. Therefore, the preliminary results of the research indicate that understanding the organizational structure of the text and the dynamics of enunciative devices in the constitution of the Final Course Project favors linguistic studies of the text with a focus on academic writing.

Keywords: monograph genre; textual levels; enunciative instances.

Introdução

A monografia pertence ao domínio discursivo instrucional (científico, acadêmico e educacional) e a sua utilização perpassa os diferentes níveis de formação acadêmica. Enquanto acadêmico, a monografia é obrigatória como requisito final para a conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação (Dissertação de mestrado e Tese de doutorado).

A pesquisa filia-se aos estudos de Adam (2011, 2021, 2022) com relação aos planos de texto que estão, com os gêneros discursivos textuais, disponíveis no sistema de conhecimento dos grupos sociais. De acordo com os estudos mais recentes de Adam (2021, 2022), o plano de texto é dividido em três níveis: o macronível, o mesonível e o micronível, representados no Quadro 5.

O macronível, segundo o autor, “é constituído pelas fronteiras peritextuais e as subdivisões de um texto escrito em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e de natureza semiológica variáveis (certas partes ou módulos de um texto podendo ser icônicos)” (Adam, 2021, p. 4). Assim, conforme elucida Adam (2021), a estrutura composicional que envolve um texto compreende todos os aspectos que se pode identificar, sejam verbais, não verbais etc., constituindo-se no macronível de análise.

Em relação ao micronível, Adam (2021) expõe dois níveis microtextuais de estruturação: nível intrafrástico/periódico e nível interfrástico e interperiódico. No primeiro, há articulação entre “morfossintaxe (cláusulas e períodos) e pontuação (segmentação em frases gráficas)” (Adam, 2021, p. 7-8); no segundo, o interfrástico, liga unidades

graficamente separadas, e o interperiódico, em que “o relacionamento entre os enunciados passa por seis operações: [...] S. Conectividade e coesão semânticas (anáforas, progressão temática, isotopias); C. Conectividade sustentada por marcas de conexão (organizadores e conectores); M. Ligações operadas pela materialidade significativa (gráfica, fônica, paralelismos); I. Ligações fundamentadas no implícito (não dito); E. Coesão e transição enunciativas; A. Laços entre atos de discurso” (Adam, 2021, p. 8).

Para o desenvolvimento deste trabalho, focalizamos com mais profundidade no estudo do mesonível, como aquele que “compreende, de fato, dois componentes cuja combinação é muito flexível: os segmentos no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados e os agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP) no plano semântico” (Adam, 2022, p. 101).

Considerando a análise das instâncias enunciativas, convocamos os postulados teóricos de Rabatel (2016) para a identificação, descrição e análise do gerenciamento das vozes no texto da monografia, mais precisamente, quando o locutor enunciador assume ou não assume o dizer. Nesse sentido, a compreensão sobre a estrutura organizacional do texto e a dinâmica dos dispositivos enunciativos na constituição do Trabalho de Conclusão de Curso favorece aos estudos linguísticos do texto com foco no âmbito da escrita acadêmica.

Partindo dos aspectos teóricos adotados para esta pesquisa, buscamos responder os seguintes questionamentos: “Como se apresenta as sequências textuais nas monografias?” e “Como são gerenciadas as vozes nas monografias?”. Para responder a essas questões, objetivamos descrever, analisar e interpretar o gênero acadêmico monografia concernente ao Trabalho de Conclusão de Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN, a partir do estudo do plano de texto e das instâncias enunciativas.

Metodologia

A fim de alcançarmos os nossos objetivos, utilizamos a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, cuja pretensão é compreender os fenômenos para, em seguida, levantar seus apontamentos (Bogdan; Birklen, 1994). Metodologicamente, adotamos uma abordagem indutiva, e, nela, o pesquisador desenvolve seus conceitos, perspectivas e interpretações ao invés de reunir dados para validar teorias ou hipóteses (Creswell, 2010).

O corpus da pesquisa é composto por 10 (dez) monografias, coletadas no repositório virtual CCHLA - TCC - Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, sendo 1 (uma) de cada área de estudos do curso, que conforme a Resolução N° 02/2024 – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024, são as seguintes: I - Ensino de Língua Portuguesa; II - Ensino de Literatura; III - Estudos Clássicos e Diacrônicos; IV - Linguística; V - Língua Portuguesa; VI - Literatura Brasileira; VII - Literaturas de Língua Portuguesa (Literatura Portuguesa/ Literaturas Africanas de Língua Portuguesa); VIII - Teoria da Literatura (Oliveira Neto, 2024, p. 3-5), aos quais foram aplicados os seguintes procedimentos de análise: a) descrição dos planos de texto do corpus com ênfase no nível mesotextual; b) identificação e descrição do locutor

enunciador primeiro (L1/E1) e enunciadores segundos (e2); d) elaboração de quadros descritivos e escolha de excertos para a análise e interpretação dos resultados.

Para a análise de cada monografia, utilizamos a seguinte codificação: TCC (1), TCC (2), TCC (3), TCC (4), TCC (5), TCC (6), TCC (7); TCC (8); TCC (9); TCC (10) que estão presentes no Quadro 1.

Resultados e Discussões

O plano de texto e as instâncias enunciativas das monografias do curso de Letras- Língua portuguesa e Literaturas no período de 2023 a 2025

Com o objetivo de elucidar as análises, relacionaremos o corpus às áreas de estudo pertencentes segundo a Resolução N° 02/2024 – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024 (Oliveira Neto, 2024, p. 3-5):

- TCCs (1) e (2): Ensino de Língua Portuguesa.
- TCC (3): Ensino de Literatura
- TCC (4): Estudos Clássicos e Diacrônicos
- TCCs (5) e (6): Linguística
- TCC (7): Língua Portuguesa
- TCC (8): Literatura brasileira
- TCC (9): Literaturas de Língua Portuguesa (Literatura Portuguesa/ Literaturas Africanas de Língua Portuguesa)
- TCC (10): Teoria da Literatura

Nível mesotextual

Segundo Adam (2022), a investigação do nível mesotextual (dentre os três níveis: macro, meso e microtextual) envolve a análise dos agrupamentos de frases/períodos integrados a macroproposições (MP). Nelas, podemos identificar a composição das sequências textuais, pois elas correspondem a unidades de sentido de maior nível de complexidade que reúnem elementos associados entre si, isto é, conjuntos de ideias relacionadas. Assim, visto que “cada tipo de sequência compreende [...] um número determinado de MP de base, muito fortemente ligadas entre si” (Adam, 2022, p. 104), esses elementos, interligados de forma semântica, determinam a estrutura de base de cada uma das sequências pré-formatadas.

Conforme a explicação de Cavalcante (2022), cada sequência se constitui com propósitos específicos, que envolvem narrar, argumentar, descrever, dialogar e explicar. Logo, temos os cinco tipos de sequências textuais: argumentativa, narrativa, descritiva, explicativa, dialogal:

a sequência narrativa será marcada por um encadeamento de ações que promovem mudança de predicado com direção a um fim; a sequência descritiva tem como característica a enumeração de partes, propriedades ou ações que visa desenvolver os levantamentos do locutor enunciador; a sequência explicativa se diferencia de uma sequência descritiva por sua necessidade de eleger um referente e o destacar como um operacionalizador do dizer do locutor/ enunciador. a sequência dialogal envolve trocas de turno entre pelo menos duas falas. Geralmente, nos textos não se apresenta como uma sequência dominante; a sequência argumentativa apresenta um encadeamento entre premissas (tese anterior), argumentos e conclusão (nova tese). (Cavalcante, 2022). Alguns gêneros têm como característica uma maior predominância de sequências argumentativas como gêneros de escrita acadêmica, por exemplo, as monografias. Assim, por meio da composição predominantemente de sequências argumentativas, poderemos observar o gerenciamento de vozes a favor de uma orientação argumentativa.

As sequências textuais das monografias do curso de Letras- Língua portuguesa e Literaturas no período de 2023 a 2025

Conforme dito anteriormente, o gênero analisado possui como característica a predominância de sequências argumentativas. Ademais, as outras sequências que podemos observar são as sequências narrativas e explicativas. Para cada uma dessas três sequências (narrativas, explicativas e argumentativas), foram selecionados excertos provenientes de duas monografias, agrupadas por similaridade. Essa forma de organização permitiu uma avaliação comparativa entre os trabalhos, o que possibilitou a observação de regularidades entre os TCCs.

Sequências argumentativas

Para a realização das análises das sequências argumentativas, elaboramos o Quadro 6 com os excertos e enfatizando ocorrências de marcas linguísticas que evidenciam a composição desta sequência.

Vejamos, de acordo com o Quadro 6, o TCC (8) a título de exemplo, um trecho que evidencia as marcas linguísticas, na parte de desenvolvimento do texto: “É necessário pontuar a ambivalência dessas designações, que caracterizam a personagem em função de outros sujeitos (seu esposo e sua filha, então à frente da loja). No entanto, é a própria Zana que mobiliza - com sucesso- sua rede de contatos para localizar o filho” (Cabral, 2024). Para compor a sequência argumentativa, é posto um enunciado declarativo “É necessário” para introduzir sua premissa. Em seguida, para operacionalizar seu argumento, faz uso do conectivo de contrajunção/oposição “no entanto”. Por fim, para postular uma conclusão, é possível observar a adoção de um modalizador “com sucesso” que é separado entre traços para enfatizar a tese defendida.

A partir das análises, inferimos que existe a predominância da sequência argumentativa no gênero monografia como um todo, todavia, pode-se salientar a presença desta

sequência na parte da conclusão, a qual se concentra as principais teses reunidas durante a produção, com o uso de operadores argumentativos de conclusão.

Sequências narrativas

Para a realização das análises das sequências narrativas, elaboramos o Quadro 7 com os excertos enfatizando ocorrências de marcas linguísticas que evidenciam a composição desta sequência. O TCC (9) e (8) por exemplo, utilizam de dêiticos temporais como de, até, em, quando, após para estabelecer os encadeamentos das ações com ênfase na temporalidade, além de, trazer os verbos no pretérito perfeito do indicativo operacionalizando uma narração, como podemos ver neste trecho do TCC (9): “Angola, que foi dominada pelo império português de 1482 até 1975, esteve, entre países que, por meio da luta armada, conquistou sua independência política” (Almeida, 2024).

Foi possível estabelecer diante dessa análise, que a sequência narrativa tem predominância na parte do desenvolvimento do texto, nas seções destinadas à contextualização. Isto ocorre, especialmente, nas monografias da área de Literatura.

Sequências explicativas

Para a realização das análises das sequências explicativas, elaboramos o Quadro 8 com os excertos e enfatizando ocorrências de marcas linguísticas que evidenciam a composição desta sequência. Partimos da exemplificação dos excertos dos TCCs (4) e (6) que fazem uso de articuladores, seja de relação de causalidade “isso se deu pelo fato de” seja por exemplificação “por exemplo” e “como o de”.

Quanto aos resultados encontrados, há a presença de sequências explicativas concentradas na parte do desenvolvimento, especificamente, na discussão dos dados e das análises dos trabalhos, pois, são nelas que advém a necessidade de escolher um referente e o desmitificar em razão ao projeto do dizer do L1/E1. Entretanto, a depender da escolha do autor e da área de estudo, a maneira como é composta essas sequências explicativas se diferem. Nas monografias das áreas de linguística, por exemplo, é recorrente o uso de marcas linguísticas ligadas à exemplificação.

As instâncias enunciativas

Rabatel (2016, p. 86) postula que “todos os enunciadores não se equivalem [...]” e isso acontece de acordo com seu “grau de atualização no discurso, a natureza dos fenômenos de responsabilidade enunciativa e as reações dos interlocutores”. Assim, o teórico determina os conceitos de enunciador primeiro e enunciador segundo. Vejamos:

[...] o enunciador primário, aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere, aquele a quem se atribui um grande número de PDV, redutíveis a um PDV geral e a uma posição argumentativa global que, supõe-se, corresponde a sua posição sobre a questão. Nomearemos principal o enunciador em sincretismo com o locutor, porque esse último exprime o PDV em um triplo aspecto: enquanto locutor, por intermédio de seu papel na enunciação [...]; enquanto ser do mundo e, por fim, enquanto sujeito que fala, aquele a quem se pede que preste contas pelo que é dito e pela forma como é dito (Rabatel, 2016, p. 86).

Nesse sentido, Rabatel (2016) declara que o locutor, o aparelho físico da enunciação de um enunciado, poderá coincidir com aquele que assume a responsabilidade enunciativa pelo conteúdo proposicional do seu dizer, isto é, o enunciador. Quando há esta conjugação entre o locutor com o enunciador, diz-se que há sincretismo entre o locutor e o enunciador primeiro, grafando-se, L1/E1. No caso das monografias, os autores são considerados locutores enunciadores primeiros, pois eles estão na fonte do enunciado, aquele que fala e que assume a responsabilidade do dizer. Dessa forma, o L1/E1 em seu projeto de dizer, evoca vozes (enunciadores segundos) para sustentar sua tese (Rabatel, 2016).

Para a análise das instâncias enunciativas presentes nas monografias, na primeira etapa, descrevemos os locutores enunciadores primeiros e enunciadores segundos no Quadro 2. Na segunda etapa, analisamos o gerenciamento das vozes. No TCC (3), por exemplo, o L1/E1 é a autora Maria Júlia de Oliveira Duarte que evoca outras vozes como Bignotto e Cilza (2021), Brasil (2018), Cosson e Rildo (2011) entre outros. Ademais, considerando o caráter bibliográfico do TCC (7) podemos observar que existiu um número maior de vozes que foram evocadas. Podemos inferir que, nas monografias, os locutores enunciadores primeiros (L1/E1) costumam priorizar o chamamento de vozes de teóricos (e2) para fundamentar suas teses.

Por fim, verificamos quando o autor assumia ou não a responsabilidade enunciativa durante este gerenciamento. Quando o autor se engaja no seu projeto de dizer, podemos observar algumas marcas de enunciação que são emergidas. De acordo com o Quadro 3, os TCCs (1), (3) e (5), a título de exemplo, ocorrem usos de adjetivos (autônomo, massiva, essencial), articulador de relação de causalidade (uma vez que) usado frequentemente, articulador de ordenação no tempo (antes) modalizadores como (totalmente), uso da 1ª pessoa do plural elipsado (defendermos). Assim, essas marcas funcionam como um mecanismo para que o locutor enunciador primeiro assumia sua responsabilidade do dito. Além disso, o uso de modalizadores, evidencia o grau de adesão do enunciador, conforme Cabral (2010, p. 111), afirma, “o termo modalização refere-se à expressão da aproximação ou do distanciamento do locutor diante do conteúdo do seu enunciado, atestando seu grau de adesão a ele.” Logo, podemos inferir que neste gênero monografia, o grau de adesão é algo, uma vez que é recorrente o uso de modalização.

Ademais, quando se distancia da responsabilidade enunciativa e se cria uma mediatividade, é propício à utilização de marcas linguísticas como verbos “dicendi” e indicadores de um quadro de mediatividade. Conforme o Quadro 4, em relação a uso de indicadores de quadro de mediatividade, podemos salientar o uso de de acordo com, a partir de e segundo nos TCCs (1), (7), (5), e (10). No TCC (10) como por exemplo, uso de verbos dicendi introduzem uma outra voz num discurso indireto. Vejamos o trecho que exemplifica esse uso: “No âmbito literário, com base nesse raciocínio. Rosenfeld (1996) apresenta uma hipótese associada ao modo como a configuração de expressões culturais [...]” (Bernardo, 2024). Nesse caso, o verbo apresentar funciona como uma marca da enunciação do enunciador segundo à medida que evoca outra voz.

Conclusão

Esta pesquisa de caráter qualitativo de cunho interpretativista, buscou descrever, analisar e interpretar as monografias do curso de Letras- Língua Portuguesa e Literaturas da UFRN do período de 2023 a 2025. Teoricamente, a partir dos estudos de Adam (2011, 2021, 2022), especificamente sobre a organização do nível mesotextual e no conceito de locutor enunciador primeiro (L1/E1) e enunciador segundo (e2), postulado por Rabatel (2016) no que se refere às instâncias enunciativas.

Obtivemos como resultado que em todos os planos de texto a sequência argumentativa é predominante, sendo possível identificar os posicionamentos dos locutores enunciadores primeiros (L1/E1) e dos enunciadores segundos (e2) por meio de marcas de enunciação. Os articuladores como uma vez que são comumente utilizados e evidenciam a responsabilidade do dizer do L1/E1. Enquanto as marcas de enunciação dos enunciadores segundos são indicadores de quadros de mediatividade como de acordo com, segundo e a partir de que enfatizam quando o L1/E1 não assume o dito. Este momento ocorre, geralmente, em sequências explicativas.

No que se refere aos resultados acerca das sequências textuais, podemos, ainda, observar que existem diferenças entre a composição delas em razão da escolha do autor ou a área de estudo. Considerando o caráter imprevisível da organização macrotextual de monografias pertencentes às áreas de Literatura, podemos analisar que a composição das sequências (nível mesotextual) também seguem uma tendência imprevisível, enquanto as das áreas de Linguística, por sua natureza objetiva, compõe de forma mais previsível sequências em determinadas partes do texto. Ademais, as sequências narrativas predominam-se nas monografias da área de Literatura devido a sua necessidade de contextualização.

Vale ressaltar que, os resultados da pesquisa possuem caráter preliminar, pois alimentamos a necessidade de continuidade às investigações.

Concluindo, este trabalho oferece contribuições iniciais para a compreensão da produção de TCCs do curso de Letras sobre a estrutura organizacional do texto e o gerenciamento das vozes do dito. Favorecendo, assim, aos estudos linguísticos do texto com foco no âmbito da escrita acadêmica.

Referências

ADAM, Jean-Michel. A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, Jean-Michel. Textos: tipos e protótipos. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, Jean-Michel. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. Tradução Ana Lúcia Tinoco Cabral e Maria das Graças Soares Rodrigues. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. In: *Letra Magna*, n. 27, 2021, p. 1-38.

ADAM, Jean-Michel. A noção de texto. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. Natal: EDUFRN, 2022.

RABATEL, Alain. Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa – pontos de vista e lógica da narração- teoria e análise. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016. v.1.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Articuladores e organizadores textuais e argumentação. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 85-115.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2022.

MEDEIROS, Célia Maria de. Aspectos teórico-práticos da referenciação. In: LEITE, João de Deus et al. (org.). *Da língua ao texto: proposições articuladas da teoria à prática*. Volume 1 - Texto e contexto. São Paulo: Editora Dialética, 2024. p. 89-116.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes. Resolução nº 02/2024 – Colegiado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, de 18 de outubro de 2024. Natal: UFRN, 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. Capítulo 5: Sequências e textos de incitação à ação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. *Linguística textual: conceitos e aplicações*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 201-267.

Referências das monografias - corpus da pesquisa

ALMEIDA, Igor da Silva Gomes. A diáspora angolana em "A geração da utopia", de Pepetela. Orientação: Marta Gonçalves. 2025. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

BERNARDO, Ingrid Rafaela Pinheiro. O narrador-nuvem: uma análise da voz narrativa em *Rastros do Verão*, de João Gilberto Noll. 2024. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024

CABRAL, Bruno de Araújo. A ruína da família e a casa em ruínas: a construção romanesca do espaço em *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum. 2023. 65f. Monografia

(graduação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

DUARTE, Maria Júlia de Oliveira. “Escolha sua aventura” no folclore brasileiro: uma proposta de sequência didática para a elaboração de uma narrativa interativa ambientada no sítio do pica-pau amarelo. Orientação: Profa. Dra. Tâmara Maria Costa e Silva Nogueira de Abreu. 2025. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

MONTEIRO, Maria Clara Batista. Práticas de ensino de língua portuguesa em contexto remoto emergencial: oralidade e gêneros orais em videoaulas. Orientação: Profa. Dra. Ana Virgínia Lima da Silva Rocha. 2023. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

PEREIRA, Ingrid Isabel Santos. O plano de texto de produções textuais do Exame de Seleção do IFRN: o artigo de opinião em foco. Orientação: Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros. 2023. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

SILVA, Athyrson Souza da. Da oralidade ao mito: a figura do narrador e a denúncia da tirania no Prometeu de Ésquilo. Orientação: Prof. Dr. Nelson Ferreira de Sousa Júnior. 2023. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SILVA, Marcos Luan da. Descrição do verbo entregar em português: uma revisão de estudos. Orientação: Profa. Dra. Nedja Lima de Lucena. 2024. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SOUZA, Ana Clara Vitelbino de. Do traço ao verbo: análise das estratégias leitoras em um livro didático do 8º ano do ensino fundamental. Orientação: Profa. Dra. Célia Maria de Medeiros. 2024. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

TEIXEIRA, Vinicius Claudino. Uma abordagem cognitiva do espaço e do tempo em frases do tipo “minha faculdade fica a dez minutos daqui”. Orientação: Prof. Dr. Paulo Henrique Duque. 2024. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

Anexos



Quadro 5



Quadro 4



Quadro 3



Quadro 2



Quadro 1



Quadro 6



Quadro 7



Quadro 8

CÓDIGO: HS1229

AUTOR: KELLYANE LINHARES DE ARAUJO

ORIENTADOR: MARIA EMILIA MONTEIRO PORTO

TÍTULO: Ensino de história e consciência possível sobre os impactos ambientais e sociais nas narrativas jesuíticas das Capitanias do norte nos séculos XVI-XVIII

Resumo

Esta pesquisa tem como tema: ensino de História e consciência possível sobre impactos ambientais e sociais nas narrativas jesuíticas das Capitanias do norte nos séculos XVI-XVIII e analisa o potencial de mobilização de uma consciência histórica voltada para os impactos socioambientais da colonização. A partir da constatação de que o ensino de História não se restringe à transmissão de fatos passados, mas deve possibilitar a compreensão crítica das permanências e rupturas que moldam a sociedade, buscou-se compreender de que maneira os escritos missionários representaram a natureza e os povos indígenas, e como tais representações podem ser problematizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Narrativas jesuíticas. Impactos socioambientais. Consciência histórica

TITLE: Teaching history and possible conscience about the environmental and social impacts in Jesuit narratives of the northern captaincies in the 16th to 18th centuries

Abstract

This research focuses on the teaching of history and possible conscience of environmental and social impacts in Jesuit narratives from the northern captaincies in the 16th-18th centuries and analyzes the potential for mobilizing historical awareness focused on the socio-environmental impacts of colonization. Based on the observation that the teaching of history is not

restricted to the transmission of past facts, but should enable a critical understanding of the continuities and ruptures that shape society, we sought to understand how missionary writings represented nature and indigenous peoples, and how such representations can be problematized in the classroom.

Keywords: Jesuit narratives.Socio-environmental impacts.Historical consciousness

Introdução

É sabido que o ensino de História não se restringe somente a conteúdos sobre fatos passados; trata-se de um campo de formação crítica que possibilita aos estudantes compreenderem as permanências e rupturas que moldam a sociedade e sua vida prática (Bittencourt, 2008). Nesse contexto, esta pesquisa visa desenvolver a análise das narrativas jesuíticas produzidas nas Capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII, as quais fundamentam a reflexão sobre os impactos ambientais decorrentes da colonização, com o intuito desses registros serem explorados no ensino de História, ao auxiliar os estudantes a possuírem uma consciência crítica acerca das origens históricas dos impactos supracitados.

Esses registros, elaborados no âmbito da expansão colonial e da História Moderna, trazem descrições detalhadas da natureza, dos povos indígenas e das práticas econômicas da época. Para a exploração dessas narrativas, é preciso pensar e destacar os conceitos de Homem e Natureza, os quais possuem lugar central nos estudos da História Moderna e da História do Brasil, uma vez que remetem a problemas que recorrem desde o século XVI e que permanecem vigentes em nossa atualidade. Uma dessas problemáticas diz respeito ao meio-ambiente e nos remete à questão de uma consciência ecológica: como as narrativas expressam a nova consciência de estar em um mundo que, desde o século XVI, o capitalismo projeta sobre a Natureza? Qual era a consciência possível?

Os relatos missionários nas Capitanias do Norte, demonstram também a importância da Companhia de Jesus na história e historiografia, e como esses evidenciam a centralidade que a natureza assumia como espaço de disputa simbólica, econômica e religiosa (Porto, 2000). Para além de apenas registros descritivos, esses escritos buscavam ordenar a diversidade ambiental e cultural em categorias compreensíveis ao olhar europeu, construindo um discurso que legitimava tanto a evangelização quanto a apropriação dos recursos naturais. Nesse sentido, as fontes jesuíticas não apenas documentam a realidade colonial, mas também expressam uma consciência possível daquele tempo, marcada por tensões entre a valorização da natureza como dom divino e sua instrumentalização como mercadoria.

Nessa perspectiva de pesquisa também se dialoga com obras presentes no campo historiográfico referentes ao atendimento de conceitos como Humanismo; a presença da Companhia de Jesus na América portuguesa; perspectivas de missionários sobre a Natureza; a fronteira missionária nas Capitanias do norte. Bem como obras sobre ensino de História, a fim de abordar os debates em torno das problemáticas supracitadas e as ferramentas para uma consciência histórica/ecológica aplicável.

Metodologia

A presente pesquisa adota como metodologia a análise e a interpretação das fontes, aliada ao diálogo com a bibliografia especializada. Em um primeiro momento, procede-se à leitura e análise das fontes primárias produzidas entre o fim do século XVI e a primeira metade do século XVII, período inicial do avanço da fronteira missionária às capitanias do norte, com foco específico nas categorias derivadas dos conceitos de Homem e Natureza, bem como pode-se ser visto da História Moderna, e em um segundo momento, observa-se as fontes referentes ao período entre a segunda metade do século XVII e início do XVIII, o qual compete à época de estabelecimento colonial efetivado nesta região. Essa etapa buscou identificar como esses conceitos eram expressos nos discursos da época, de modo a compreender os sentidos atribuídos às relações sociais, culturais e, principalmente, ambientais desse contexto histórico. Ademais, as separações dos períodos possibilita detectar e colher nas documentações, dos dois períodos supracitados, diferenças, mudanças ou conservação entre os discursos atribuídos à natureza.

Outrossim, realiza-se a leitura e a discussão da bibliografia, de caráter historiográfico e teórico, que permite situar e esclarecer as tendências da cultura moderna no que se refere aos conceitos em estudo. Dessa maneira, esse momento possibilita não apenas a contextualização das fontes no interior de um quadro mais amplo de pensamento, mas também o reconhecimento das permanências e rupturas que marcaram o período em estudo.

A metodologia adotada também permite refletir sobre a interação entre ensino de história e consciência crítica, considerando que as narrativas jesuíticas podem ser instrumentos valiosos para estimular a reflexão sobre processos históricos complexos. Ao analisar como os jesuítas compreendiam o Homem e a Natureza, é possível promover discussões sobre meio ambiente, tema que permanece relevante para o ensino contemporâneo. Essa dimensão reforça a importância de um método que não apenas descreva os fatos históricos, mas que também permita interpretá-los em perspectiva crítica, sob a finalidade de desenvolver habilidades analíticas e reflexivas no ensino básico.

Por fim, a pesquisa avança para a análise e interpretação dos dados em perspectiva comparada, confrontando os registros documentais com as interpretações historiográficas. Esse procedimento possibilita alcançar

diferentes níveis de consciência histórica, evidenciando, a partir do material empírico, tanto a consciência efetivamente expressa nas fontes quanto às formas de consciência possíveis, latentes ou em construção, sobre as relações entre homem e natureza naquele contexto.

Resultados e Discussões

A análise das narrativas jesuíticas referentes às Capitanias do Norte, entre os séculos XVI e XVIII, evidencia a centralidade da natureza como elemento estruturante das representações coloniais. No momento de verificação das possibilidades de aplicação dessas fontes ao problema de pesquisa proposto, observa-se que os elementos mais indicativos aparecem justamente no fato de que essa documentação representa o acesso de uma instituição como a Companhia de Jesus aos problemas mais fortes da época moderna. Entende-se que a História da Companhia de Jesus na América portuguesa iniciou-se em 1549, em um período de reformas religiosas e expansão colonial dos impérios europeus (Carneiro; Amantino, 2020). Essa inserção desses religiosos, nesse contexto, trouxe demandas para com o processo de exploração do território da colônia do Brasil, uma dessas, a catequização de povos indígenas; o estudo parte-se para a compreensão dos acontecimentos, então, de uma perspectiva global dos acontecimentos da época moderna, na Europa, para uma perspectiva concentrada, nesse novo mundo, o qual o Brasil colonial estava submetido. Essas demandas dos relatos missionários cobriam de elementos contextuais de desembarque da ordem religiosa, observações da fauna e flora, caracterizadas por qualidades exóticas, e principalmente referentes à alteridade aos costumes dos nativos, em que poucas vezes eram pensados com um teor de “passividade”. Com isso, pensou-se, durante essa vista na análise anterior, na necessidade da companhia em narrar em escritos esses elementos. A primeira hipótese das motivações dessas narrativas, era que havia um sentimento de responsabilidade por parte dos jesuítas em compilar os escritos, afinal, esses poderiam ser ferramentas de sua missão religiosa, ou de controle político e cultural à Coroa. A segunda refere-se a um caráter humanista por parte de alguns padres, com interesses de registrarem a fauna, a flora, o clima, os rios, ou remédios dos povos nativos; torna-se um interesse intelectual (Assunção, 2001). Em linhas gerais, os resultados dos levantamentos das fontes e das discussões postas, revelam dualidades dessa modernidade exposta ao capitalismo emergente, em que tornou a natureza subordinada ao homem; de um Humanismo cristão, inserido na discussão sobre as relações entre o homem e o mundo da natureza e da história: os limites ético da época (Assunção, 2001); e as possibilidades de rebeldia inscritos nos documentos. Aos impactos sociais, se, por um lado, as fontes jesuíticas tendem a silenciar ou reduzir as resistências indígenas, por outro, indícios de contestação emergem de modo indireto, como na necessidade constante de “corrigir” comportamentos e de reafirmar a autoridade da missão (Buarque de Holanda, 2010). Essa tensão sugere que as populações locais não eram passivas diante do processo colonizador, mas desenvolveram estratégias de enfrentamento, ainda que mediadas por um discurso que buscava legitimá-las. Esse aspecto reforça a importância de trabalhar esses escritos no ensino de

forma crítica, desnaturalizando o olhar eurocêntrico e reconhecendo a agência dos povos nativos. Do ponto de vista pedagógico, os resultados sugerem que o trabalho com essas fontes em sala de aula pode desempenhar um papel significativo na construção da consciência histórica dos estudantes. Ao problematizar a forma como os jesuítas representavam a natureza e os povos indígenas, bem como ao expandir as questões do contexto da época Moderna e a História Regional, o ensino de História oferece condições para compreender as raízes históricas, como a de crise ambiental. Nesse sentido, observa-se em consonância com Rüsen (2001), que defende a formação de uma consciência histórica capaz de articular passado, presente e futuro. A análise crítica permite perceber que práticas atuais de exploração e marginalização têm continuidade em estruturas deste mundo moderno tratado, o que amplia a relevância de sua abordagem no contexto educacional.

Conclusão

Logo, a pesquisa conclui que trabalhar criticamente com essas narrativas no ensino de História pode contribuir para desnaturalizar o olhar eurocêntrico, reconhecer a agência dos povos originários e estabelecer pontes entre passado e presente. Ao articular o estudo das fontes coloniais com os problemas ambientais e sociais atuais, o estudo reforça o papel do ensino como espaço formativo, capaz de fomentar uma consciência crítica sobre a historicidade da crise ambiental e das desigualdades sociais. Assim, o estudo das narrativas jesuíticas mostra-se pertinente não apenas para a compreensão do período colonial, mas também para a formação de sujeitos reflexivos diante dos dilemas éticos da contemporaneidade.

Referências

ANDRADE, Juliana A. de; PEREIRA, Nilton M.(org.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

ARAÚJO, Fabíola Menezes; ALMEIDA, Rafael Ribeiro. Sobre o conceito de consciência em Heidegger. Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte, Porto Alegre, volume 2, número 1, p. 232 – 259, junho de 2020.

ASSUNÇÃO, Paulo de. “A Terra dos Brasis”. A natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros Jesuítas (1549-1596), São Paulo: Annablume, 2001.

BARRETO, Luís Felipe. Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sociocultural, Lisboa, Gradiva, 1987.

BICALHO, Maria Fernanda. As Fronteiras da Negociação: as Câmaras Municipais na América Portuguesa e o Poder Central. Anais do XX Simpósio da Anpuh. História: fronteiras. São Paulo: Humanitas, 1999. v. 1, p. 467-484.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Bruno Freitas. AMANTINO, Marcia Sueli. A chegada dos jesuítas à América portuguesa e a aparente facilidade de conversão indígena na visão de Nóbrega. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 02, pp. 133-141.

DAINVILLE, François de. La géographie des humanistes. Genève: Slatkine reprints, 1969.

DIAS, Sebastião da Silva. Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

ELLIOTT, John H. El viejo mundo y el nuevo, 1492-1650. Madrid, Alianza Editorial, 1972.

GADAMER, H. G. Verdade e método, 2 vol. Salamanca: Ed. Sígueme, 1993.

GÓMEZ, Luís Palacin, S.J. (1997) "The Jesuits and the Struggle for the Freedom of the Indians in Brazil", Jesuit encounters in the New World: Jesuit chroniclers, ... 1549-1767, Roma, IHSI, pp. 229-257.

HERNANDEZ, Francisco Martin. O.P, Ramón Hernandez. ORTEGA, Alfonso. Humanismo cristiano. Salamanca, 1989.

HOLANDA, S. B. Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil (1958). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEITE, S.J., Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, 10 vols., Lisboa-RJ, 1938-50.

LENOBLE, Robert. História da ideia de natureza, Lisboa, Edições 70, 2002.

PORTO, Maria Emilia Monteiro. Jesuítas na capitania do Rio Grande séculos XVI-XVIII. Arcaicos e modernos. 2000. 260 f. Tese (doutorado) - Universidad De Salamanca Facultad De Geografía E Historia.

PRADO, João Fernando de Almeida. Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Revista Propuesta Educativa, Buenos Aires, Año 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

_____. Razão histórica: teoria da história - os fundamentos da ciência histórica. Brasília: editora da UnB, 2001.

SILVA, M. Beatriz Nizza da (org.). Dicionário de história da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa, Verbo, 1994.

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O que se ensina e o que se aprende em história [livro eletrônico]: a historiografia didática em debate: volume 1. Ananindeua: Cabana, 2022.

TOSI, Giuseppe. A doutrina subjetiva dos direitos naturais e a questão indígena na Escuela de Salamanca e em Bartolomé de Las Casas. Cuadernos Salmantinos de Filosofía, Salamanca, n. 30, pp. 577-587, 2003.

WEHLING, A. “A propósito do “encontro de culturas”: princípios e fundamentos jurídicos em confronto na América quinhentista”, Lisboa, Actas do IV Congresso das Academias da História Ibero-americanas, 1996.

CÓDIGO: HS1277

AUTOR: PEDRO TEODORO ARRUDA DE ALCANTARA

ORIENTADOR: CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL

TÍTULO: Santas e inspiradas leis: a aplicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia nas freguesias do Rio Grande (séc. XVIII)

Resumo

Este trabalho analisa a aplicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia na Capitania do Rio Grande do Norte setecentista, focando em como as normativas eclesiais moldaram o cotidiano e a organização social. A pesquisa analisa a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade litorânea de Natal, e a de São João Batista e Nossa Senhora da Conceição da vila de Portalegre, nos sertões da capitania. Foram utilizadas fontes eclesiais e seculares, respectivamente, as visitas pastorais registradas nos livros de tombo, para entender o cotidiano das ditas freguesias, e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes às capitanias do Rio Grande do Norte e Pernambuco. A partir disso, foi possível identificar quais títulos das Constituições foram utilizados pelos visitantes para determinar que ações deveriam ser tomadas para o progresso espiritual e temporal da freguesia.

Palavras-chave: Constituições Primeiras. Normas Eclesiais. Rio Grande do Norte

TITLE: Saint and inspired laws: the praxis of Constituições Primeiras of Archbishopric of Bahia in parishes of Rio Grande in the 18th century

Abstract

This study analyzes the application of the Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia in the Capitania of Rio Grande do Norte during the eighteenth century, focusing on how ecclesiastical norms shaped daily life and social organization. The research examines the Parish of Nossa Senhora da Apresentação, located in the coastal town of Natal, and the Parish of São João Batista and Nossa Senhora da Conceição, in the hinterland town of Portalegre. Ecclesiastical and secular sources were employed—specifically, pastoral visitations recorded in parish livros de tombo and documents from

the Arquivo Histórico Ultramarino concerning the captaincies of Rio Grande do Norte and Pernambuco—in order to understand the daily life of these parishes. From this, it was possible to identify which titles of the Constitutions were invoked by the *visitadores* to determine the actions that should be taken for the spiritual and temporal progress of the parish

Keywords: First Constitutions. Ecclesiastical normatives. Rio Grande do Norte.

Introdução

A pesquisa analisa a aplicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia nas freguesias da capitania do Rio Grande, durante o século XVIII, em contexto de jurisdição do bispado de Pernambuco. Esses dispositivos, elaborados a partir das determinações do Concílio Tridentino, buscavam uniformizar práticas religiosas e consolidar o controle eclesiástico sobre a vida cotidiana. A investigação centra-se especialmente nos livros de tombo das freguesias de Natal e Portalegre, documentos que registram inspeções pastorais, observações morais e determinações disciplinares. Com base no conceito de multinormatividade, busca-se compreender como as normas eram aceitas, adaptadas ou contestadas na prática, revelando as tensões entre a autoridade normativa central e as realidades locais.

Metodologia

Adotou-se metodologia qualitativa com enfoque na análise documental de caráter histórico. As fontes principais são os livros de tombo das freguesias de Natal e Portalegre, onde se encontram os registros das visitas pastorais — instrumentos de inspeção e correção da vida paroquial. Esses documentos permitem confrontar as determinações das Constituições Primeiras com sua aplicação prática. O estudo é orientado pelo conceito de multinormatividade, proposto por Thomas Duve (2024), que considera a convivência de ordens normativas formais e informais. Além disso, realiza-se o cruzamento com documentação administrativa de capitanias vizinhas, como Pernambuco e Paraíba, a fim de avaliar semelhanças, divergências e estratégias locais de negociação normativa.

Resultados e Discussões

A análise das visitas pastorais realizadas nas freguesias de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade de Natal, e de São João Batista e Nossa Senhora da Conceição, na vila de Portalegre, durante o século XVIII, revelou que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram aplicadas como uma das diretrizes normativas para a organização espiritual e temporal das comunidades paroquiais. Os registros contidos nos livros de tombo dessas freguesias, conservados no Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal, forneceram evidências concretas de que os *visitadores* não apenas recorriam a dispositivos específicos das Constituições, mas também os utilizavam como parâmetros de avaliação da conduta dos párocos e dos fiéis.

No caso da freguesia de Natal, na visita pastoral em 1764, o visitador Manuel Garcia Velho do Amaral destacou o zelo e a dedicação do pároco Pantaleão da Costa de Araújo, reconhecendo nele um exemplo do ideal sacerdotal preconizado pelo Livro Terceiro das Constituições, que estabelecia a necessidade de virtude, disciplina e cuidado na administração dos sacramentos. Esse elogio sugere que, em determinados contextos, as normas não eram apenas imposições externas, mas internalizadas como modelo de conduta clerical. Tal observação dialoga com a interpretação de Sales Souza (2014), segundo a qual o processo de construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa se apoiava na disciplina moral do clero como espelho da vida cristã para os leigos.

Já em Portalegre, na visita de 1765, o mesmo visitador reforçou determinações relativas à catequese das crianças indígenas, exigindo a presença obrigatória nas aulas de doutrina e nas missas, chegando a prever sanções físicas em caso de ausência. Essa prescrição revela o aspecto coercitivo da aplicação normativa, voltado para a transformação cultural das populações indígenas e a imposição da língua e dos costumes portugueses. Tal quadro encontra respaldo no Diretório dos Índios, que previa a reorganização social e linguística das comunidades indígenas sob orientação da Coroa (Souza; Lobo, 2016). A determinação do visitador, portanto, pode ser lida como uma extensão prática desse projeto político-religioso, em que a Igreja funcionava como braço fundamental da normatização pombalina. É nessa visita, também, que pode-se aplicar o conceito da multinormatividade proposto por Duve (2024), segundo o qual a convivência de normas centrais e práticas locais resultava em um campo de disputas e acomodações. Ambas as normas, as Constituições e o Diretório, existiam em conjunto e, como é possível analisar a partir dessas visitas, eram aplicadas de modo uníssono.

Os dados indicam que, tanto em áreas urbanas quanto sertanejas, havia uma preocupação constante com a disciplina sacramental: a confissão anual, a participação na comunhão pascal e o cumprimento de obrigações religiosas como a frequência às missas dominicais eram insistentemente cobrados. As Constituições Primeiras, no Livro Primeiro, estabeleciam claramente essas práticas como obrigação mínima dos fiéis. A repetição dessas recomendações nas visitas pastorais mostra, contudo, que a adesão não era plena, sendo necessário reiterar constantemente os mesmos pontos.

No que diz respeito à gestão material das paróquias, os registros mostram a constante preocupação com a conservação das matrizes, alfaías e ornamentos. Em ambos os casos, o visitador reiterou a obrigação de manutenção dos templos, em conformidade com o Livro Quarto das Constituições. Essa insistência reflete o papel simbólico da igreja como espaço central da comunidade, não apenas do ponto de vista litúrgico, mas também como marco de poder e presença institucional. A Igreja na Época Moderna não se limitava ao espaço espiritual, mas atuava como elemento estruturante da ordem social, articulando fé, economia e política.

Outro aspecto relevante revelado pelos dados é a fiscalização das confrarias e irmandades, instituições leigas que, embora promovendo práticas de solidariedade, também estavam sujeitas a desvios e irregularidades. As visitas pastorais frequentemente determinavam maior rigor na contabilidade e na realização de atos devocionais, em consonância com o que prescrevia o Livro I das Constituições. A atenção dispensada a essas associações confirma a análise de Feitler (2014), que

observa na chegada de Trento ao Brasil um esforço de uniformização das práticas devocionais e de inserção das comunidades locais dentro de um quadro normativo universal.

A comparação entre as duas freguesias estudadas permite observar tanto uniformidade quanto especificidades. Em Natal, freguesia mais antiga e situada na capital, as recomendações reforçavam sobretudo a disciplina sacramental e a conduta clerical, refletindo maior consolidação institucional. Em Portalegre, por outro lado, as determinações se voltaram com intensidade para a catequese indígena, indicando a coexistência de normas e práticas distintas em função da composição social local. Essa diferença ilustra bem a análise de Cabral (2021), que ao estudar a freguesia de Fortaleza mostrou como a aplicação das normas sinodais variava de acordo com contextos periféricos da América Portuguesa.

De modo geral, os resultados apontam que as Constituições Primeiras não foram documentos meramente teóricos, mas instrumentos de ação pastoral e de regulação social, utilizados pelos visitantes como base para decisões concretas nas paróquias. O confronto com a literatura historiográfica confirma essa leitura: Medeiros Filho (1991) já havia apontado a centralidade das freguesias na organização do território colonial potiguar, enquanto Silva Filho (2018), ao analisar a visita do mesmo Manuel Garcia Velho do Amaral, destacou o papel desses registros como fontes privilegiadas para se compreender a prática normativa em contextos sertanejos.

Em síntese, os dados coletados demonstram que a aplicação das Constituições no Rio Grande do Norte setecentista operava em um campo de tensão entre a universalidade da norma e as particularidades locais. Se, por um lado, elas serviam como instrumento de padronização, por outro eram reinterpretadas, adaptadas ou contestadas no cotidiano das freguesias. Essa constatação reforça a pertinência do conceito de multinormatividade (Duve, 2024) para analisar o fenômeno, permitindo compreender a normatividade colonial como um campo plural e dinâmico.

Conclusão

Um detalhe interessante de se ressaltar é que ambas as visitas, de lugares opostos na geografia da capitania, apresentam determinações semelhantes que tangem diretamente às mesmas normativas das Constituições. A proibição de missas em casas particulares, o zelo pela conservação material das igrejas e alfaias, a fiscalização das confrarias e irmandades, a ênfase no cumprimento das obrigações sacramentais – sobretudo a confissão e comunhão quaresmal –, a disciplina e instrução da doutrina cristã aos fiéis, em especial crianças e jovens, e o controle rigoroso sobre práticas tidas como supersticiosas. De antemão, isso revela alguns pontos a considerar: o visitante Manuel Garcia Velho do Amaral pode ter recebido diretrizes uniformes para a ação nas freguesias da região, de modo a garantir uma aplicação padronizada das prescrições do arcebispo; além disso, a repetição de certas orientações sugere a persistência de problemas estruturais comuns às paróquias dessa região do bispado de Pernambuco.

Referências

AGNOLIN, Adone; RODRIGUES, Rui Luis. O papel estruturante da religião. In: ARAÚJO, André de Melo et al (Org.). **A Época Moderna**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2024. 67-96p.

CABRAL, Gustavo César Machado. Ecclesiastical normativity and particularism in the New World: the regulation of baptism in the Synod of Salvador da Bahia (1707) and its practice in the Freguesia of Fortaleza (18th century). **História do Direito**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 41–58, 2021. DOI: 10.5380/hd.v2i2.80532. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/80532>. Acesso em: 26 maio. 2025.

DUVE, Thomas. O que é “multinormatividade”? Observações introdutórias. In: BARBOSA, Samuel; BARRENECHE, Osvaldo; HEIL, Tilmann (ed.). **Pluralismo jurídico, multinormatividad y convivialidad: entramados y fricciones entre multiplicidades normativas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; San Pablo: Mecila, 2024. Cap. 2. p. 61-94. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.6738/pm.6738.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

FEITLER, Bruno. Quando Trento chegou ao Brasil? In: A. C. Gouveia; D. S. Barbosa; J. P. Paiva. (org.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: novos olhares**. Lisboa: CEHR/Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991. 214 p.

SALES SOUZA, Evergton. A construção de uma cristandade tridentina na América portuguesa. In: GOUVEIA, A. C.; BARBOSA, D. S.; PAIVA J. P. (Org.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: novos olhares**. Lisboa: CEHR/Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 175-195.

SILVA FILHO, José Rodrigues da. **O amigo do dinheiro: a visita do Cônego Garcia Velho Amaral aos Sertões do Norte de Baixo (1762-1766)**. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos; LOBO, Tânia. Da aplicação do Diretório Pombalino ao Estado do Brasil: povos indígenas e políticas linguísticas no século XVIII. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 17, n. 1, p. 46-59, 2016.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza; István Jancsó, Pedro Puntoni (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CÓDIGO: HS1286

AUTOR: DIAGORAS GABRIEL DE LACERDA SILVA

ORIENTADOR: ZORAIDE SOUZA PESSOA

TÍTULO: MAPEAMENTO DA SOCIODIVERSIDADE E DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MUNICÍPIOS COM EMPREENDIMENTOS EÓLICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

A transição energética, impulsionada nas últimas décadas em diversos países com o intuito de frear a emissão de gases do efeito na atmosfera, foca na substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis. No Rio Grande do Norte, o crescimento da energia eólica levanta debates sobre seus impactos sociais e ambientais em territórios de comunidades tradicionais, agricultores rurais e áreas de proteção ambiental. Desse modo, este trabalho buscou mapear a sociodiversidade e analisar o desenvolvimento econômico e populacional em cidades com empreendimentos de energia eólica no Rio Grande do Norte. A metodologia fez uso de procedimentos qualitativos como imersão bibliográfica, conhecendo a realidade dos territórios produtores dessa matriz energética. Como resultados, os empreendimentos eólicos estão em constante expansão no estado e estão localizados em 42 cidades onde, em sua maioria, contam com a presença de comunidades indígenas e quilombolas. Os municípios beneficiados obtiveram um expressivo crescimento no PIB per capita, no entanto, foram identificados diversos conflitos decorrentes de impactos negativos sentidos por 22 comunidades nos arredores dos parques eólicos administrados por 10 empresas. À vista disso, conclui-se que há necessidade de minimizar os efeitos causados, bem como incentivar a participação, o diálogo e a transparência de todas as partes envolvidas no processo de instalação e operação de empreendimentos eólicos.

Palavras-chave: Energia eólica; Conflitos; Sociodiversidade.

TITLE: MAPPING OF SOCIO-DIVERSITY AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN MUNICIPALITIES WITH WIND FARMS IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The energy transition, promoted in recent decades in several countries with the aim of curbing greenhouse gas emissions into the atmosphere, focuses on replacing fossil fuels with renewable sources. In Rio Grande do Norte, the growth of wind energy raises debates about its social and environmental impacts on traditional communities, rural farmers, and environmental protection areas. Thus, this study sought to map sociodiversity and analyze economic and population development in cities with wind energy projects in Rio Grande do Norte. The methodology made use of qualitative procedures such as bibliographic immersion, learning about the reality of the territories that produce this energy matrix. As a result, wind farms are constantly expanding in the state and are located in 42 cities, most of which have indigenous and quilombola communities. The municipalities that benefited experienced significant growth in GDP per capita; however, several conflicts were identified due to negative impacts felt by 22 communities in the vicinity of wind farms managed by 10 companies. In view of this, it is concluded that there is a need to minimize the effects caused, as well as to encourage participation, dialogue, and transparency among all parties involved in the process of installing and operating wind farms.

Keywords: Wind energy; Conflicts; Sociodiversity.

Introdução

Durante os últimos dois séculos, a ideia de um desenvolvimento sustentável para atender as necessidades humanas sem colocar em risco o futuro das próximas gerações, intensificou discussões acerca de medidas para a prevenção do meio ambiente. No final da década de 80, a criação de mecanismos como o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, possibilitou o acesso de governos a avaliações científicas periódicas sobre as mudanças climáticas, essenciais para guiar a sociedade rumo a um futuro mais sustentável (Brasil, 2025).

Entretanto, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do século XIX, as atividades humanas tornaram-se as principais impulsionadoras das mudanças climáticas. Essas mudanças consistem inicialmente em alterações nas temperaturas do planeta após as emissões dos gases do efeito estufa na atmosfera, gerados principalmente pela queima de combustíveis fósseis (ONU, 2025). O agravamento destes efeitos acendeu um alerta em todo o mundo, levando a diversos países a pensar em medidas urgentes de adaptação e mitigação.

Possíveis medidas de adaptação e as metas de mitigação começaram a ser pensadas em encontros internacionais importantes, como as Conferências das

Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em 1995 e o Acordo de Paris em 2015. A partir disso, muitos países como o Brasil vão mostrar interesse em iniciar ou acelerar a chamada “transição energética”, que consiste na substituição gradual das fontes de energia com combustíveis fósseis por fontes renováveis e de baixo carbono (Teixeira, 2023).

Uma fonte de energia renovável e de baixo carbono e com menor risco ao uso de recursos hídricos é a eólica, proveniente da cinética do vento. Essa matriz energética encontrou potencial de expansão na região Nordeste brasileira, tendo o estado do Rio Grande do Norte como um de seus maiores produtores (Rodrigues *et al.*, 2016). No entanto, o surgimento de impactos sociais e ambientais em territórios explorados por usinas eólicas tem gerado debates sobre a sustentabilidade e a justiça desse processo (Hofstaetter, 2016; Silva, 2020; Pessoa, 2022).

À vista disso, o seguinte trabalho buscou mapear a sociodiversidade e analisar o desenvolvimento econômico e populacional em cidades com empreendimentos de energia eólica no Rio Grande do Norte. Além de desenvolver um estudo exploratório de impactos e conflitos socioambientais decorrentes da instalação de parques eólicos. Seu plano de trabalho está inserido no projeto de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) intitulado “Sustentabilidade, adaptação climática, energias e sociodiversidade dos territórios: uma análise comparativa de estudos de casos de governos no contexto do nordeste brasileiro” (PVC18326-2020).

A metodologia possui métodos qualitativos, buscando as motivações e os significados por trás de fenômenos sociais como os impactos na produção de energia eólica em determinados territórios. Para isso, ela foi dividida em quatro fases que abrangem: imersão bibliográfica em literatura sobre expansão das energias renováveis no Brasil; análise de dados da matriz energética brasileira e na região Nordeste; elaboração de mapas com a sociodiversidade do RN; e relatório científico com dados socioeconômicos, impactos e conflitos socioambientais em territórios com produção da matriz eólica.

A estrutura do relatório científico foi pensada e dividida em quatro principais tópicos. Primeiramente, a introdução trouxe uma rápida contextualização e relevância da temática para as ciências sociais. Em seguida, a metodologia traz o detalhamento dos métodos adotados para a coleta de dados e informações. Nos resultados e discussões, os achados do estudo realizado são apresentados de forma descritiva e confrontados com pesquisas anteriores. Nas conclusões,

o texto aborda possíveis soluções, perspectivas de continuidade e agradecimentos.

Metodologia

Este estudo exploratório utilizou procedimentos metodológicos qualitativos, adotados em pesquisas multidisciplinares nas ciências sociais ligadas a gestão de políticas públicas urbanas e ambientais, conhecendo a realidade dos territórios produtores de energia eólica no Rio Grande do Norte (RN) e propondo alternativas de prevenção as vulnerabilidades socioambientais no desenvolvimentos desses territórios. Para isso, a metodologia de pesquisa foi elaborada em quatro fases: 1. Imersão bibliográfica; 2. Matriz energética nacional e regional; 3. Mapeamento da sociodiversidade e; 4. Relatório científico dos impactos e conflitos.

Na primeira fase do estudo, a imersão bibliográfica reuniu os principais textos ligados aos avanços das energias renováveis no Brasil e no RN, bem como os demais conceitos trabalhados nesta pesquisa, como comunidades tradicionais e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Para encontrar estes trabalhos, primeiramente, definiu-se um recorte temporal de no máximo 15 anos (2010-2025), baseado no processo de expansão da energia eólica no país. Em seguida, utilizou-se plataformas digitais como Google Universitário, SciELO e repositórios institucionais para uma rápida busca por artigos, teses e dissertações que pudessem agregar informações relevantes ao estudo.

Uma vez selecionado os trabalhos mais relevantes para a realização de leitura e aprofundamento de conhecimento, pode-se dar início à coleta de dados. Na segunda fase, a elaboração de um painel atualizado das matrizes energéticas nacional e estadual vigentes contou com consulta à plataforma SIGA, o Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o programa Google Sheets, foi possível organizar as informações encontradas por meio de planilhas com subdivisões: dados gerais da geração energia elétrica no país e números de empreendimentos eólicos por estado, mesorregiões, microrregiões e municípios.

Estudos realizados anteriormente neste mesmo projeto de pesquisa, identificaram a presença de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), agricultores rurais e áreas de relevância ambiental em grande parte dos municípios com empreendimentos eólicos, além dos impactos e conflitos sociais

e ambientais apontados na literatura consultada na primeira fase. Como forma de mapear a sociodiversidade e os conflitos socioambientais existentes no estado do RN, a terceira fase consistiu na elaboração de mapas de informação geográfica através do software QGIS com as malhas territoriais utilizadas na coleta dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024).

O relatório científico é a quarta e última fase do estudo, indo além das informações coletadas nas três fases anteriores. Para oferecer um retrato completo do Rio Grande do Norte e entender o contexto social dos municípios com empreendimentos eólicos, o documento incorpora dados populacionais e econômicos dos últimos censos demográficos (IBGE, 2010 e 2022). A inclusão desses dados é crucial para analisar como as características sociais e econômicas do estado se relacionam com a instalação desses empreendimentos. À vista disso, espera-se que o relatório científico forneça não apenas uma análise aprofundada do tema, mas também uma ferramenta de referência para outros pesquisadores.

Resultados e Discussões

A região do Nordeste, a segunda mais populosa do Brasil, é composta por 9 dos 26 estados da federação, tendo o Rio Grande do Norte (RN) como o sexto estado mais populoso com cerca de 3.439.544 habitantes, segundo dados do último censo demográfico (IBGE, 2022). Com 167 municípios, o RN faz divisa com os estados do Ceará e da Paraíba e tem como principal setor econômico “Comércio e Serviços”, com uma participação de cerca de 73%. Enquanto a “Indústria de Transformação”, setor econômico a qual insere-se a produção de energia eólica, representa 22% da agregação de valor potiguar (FIERN, 2025).

Juntamente ao clima tropical e semiárido, a posição geográfica do RN é um diferencial, possibilitando a expansão da produção de energia de matriz eólica. Como explica o texto de Alderir (2024, p. 14):

O estado potiguar possui uma latitude adequada por estar situado próximo à linha do Equador, ou seja, é beneficiado por uma maior incidência solar e aquecimento da superfície terrestre. Com efeito, tem-se diferenças de pressão atmosférica que produzem os chamados ventos alísios, que são adequados para a produção de energia eólica.

Em contrapartida ao Nordeste, o Brasil possui uma matriz energética predominantemente hídrica (51%). Devido o funcionamento de usinas hidrelétricas serem comprometidas em períodos de menor vazão dos rios (Hofstaetter, Pessoa, 2022) e pela assinatura de acordos internacionais climáticos, foram impulsionadas a geração de outras fontes energéticas, como a eólica (16%) e a solar (8%). Ao comparar os Gráficos 1 e 2, é notório a importância da região Nordeste na produção de energia solar e eólica em detrimento da matriz nacional.

O Gráfico 2 apresenta a matriz energética regional, atualmente dominada pela produção de energia solar e, em segundo lugar, a produção de energia eólica com cerca de 36%. Além dos fatores climáticos, a expansão dessas fontes renováveis teve um expressivo crescimento no estado do Rio Grande do Norte a partir de 2009, também por meio de incentivos governamentais atraindo investimentos e pesquisas nas áreas de construção dos parques eólicos (Rodrigues et al., 2016).

Conforme observado no Mapa 1, é possível identificar em quais municípios e microrregiões os aerogeradores - equipamentos que convertem a energia cinética do vento em energia elétrica - estão concentrados no RN. Os empreendimentos eólicos já estão presentes em 42 municípios do estado, distribuídos em 10 microrregiões. Angicos e Baixa Verde são as microrregiões com as maiores quantidades de empreendimentos, 80 e 75 respectivamente. Nessas regiões, também estão localizados dois dos maiores municípios em produção eólica: Lajes (30) e João Câmara (29).

Em 2023, o Rio Grande do Norte consolida-se o maior produtor de energia eólica do país, após ultrapassar 7,43 gigawatts (gW) em potência fiscalizada (FIERN, 2023). Até o primeiro semestre de 2025, ele possuía o segundo maior número de empreendimentos eólicos (376), sendo superado apenas pelo estado da Bahia (584). Na Tabela 1, apresentamos dados atualizados desses empreendimentos no RN divididos por microrregião.

Podemos observar que desde a criação da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN) em 2023, o RN já atingiu a marca de 10 gW, expandido a sua capacidade em potência fiscalizada. Por isso, é notório que a expansão desse mercado foi cada vez mais acelerada ao longo dos últimos 16 anos. Neste período de tempo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou pesquisas fundamentais para a coleta de dados da população brasileira: os censos demográficos de 2010 e 2022.

Com o intuito de compreender o impacto da construção dos parques eólicos nos municípios do RN a nível de crescimento populacional e econômico, as Tabelas 2 e 3 apresentam comparativos entre os dados dos censos de 2010 e 2022. Primeiramente, foi percebido um pequeno crescimento na população em geral dos 42 municípios produtores de energia eólica. No entanto, algumas localidades não apresentaram aumento no número de habitantes.

O cenário muda quando analisamos um dos principais dados econômicos, responsável por medir o desenvolvimento de uma região: o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Quando dividido pelo número de habitantes, o PIB per capita define quanto em reais (R\$) cada indivíduo receberia em uma divisão igualitária, contudo um PIB mais alto não assegura uma melhor qualidade de vida (IBGE, 2025).

À vista disso, a Tabela 3 buscou comparar a diferença do PIB per capita dos municípios produtores de energia eólica nos anos de 2010 e 2021, observa-se um expressivo aumento desse valor em praticamente todas as localidades. Esse aumento pode estar relacionado a chegada dos empreendimentos eólicos, uma vez que a chegada das empresas geradoras de energia elétrica impulsiona indiretamente a economia e cria empregos pontuais, mas cabe ressaltar que esse impulso não dura a longo prazo (Silva, 2022).

Hofstaetter (2016) aponta em sua dissertação de mestrado, publicada durante um período de rápida expansão das energias renováveis no Nordeste brasileiro, que a instalação de parques eólicos ocorre geralmente em territórios com níveis de desenvolvimento humano mediano ou abaixo do esperado. Consequentemente, “a probabilidade de que a presença de parques eólicos interferira em suas realidades é praticamente efetivo que aconteça” (Hofstaetter, 2016, p. 80).

Essa dissertação, bem como outros estudos de natureza acadêmica, apontam a ocorrência de impactos sociais e ambientais cada vez mais frequentes em territórios próximos aos aerogeradores, coincidentemente esses equipamentos costumam estar distante de áreas urbanas, mas próximos a locações onde vivem povos originários (indígenas e quilombolas), agricultores rurais e até mesmo ocupam Áreas de Proteção Ambiental (APAs) ou Unidades de Conservação (Hofstaetter, 2016; Silva, 2020; Hofstaetter & Pessoa, 2022).

Os impactos sociais basicamente são as mudanças na rotina de uma comunidade já inserida no território atingido, causando ações positivas ou negativas (Hofstaetter, 2016). Já os impactos ambientais, nada mais são que mudanças diretas e indiretas em propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente provocadas por ações humanas (Fogliatti, 2004 *apud* Hofstaetter, 2016).

No Mapa 2, localizamos a presença de 11 comunidades indígenas e 13 comunidades quilombolas em municípios com empreendimentos eólicos. Na maioria das vezes, essas comunidades por estarem localizadas fora das áreas urbanas, estão mais próximas dos parques eólicos, estando mais suscetíveis aos impactos negativos vistos em estudos como o de Hofstaetter (2016) e Silva (2022). Não é possível afirmar com certeza, mas ao identificar a presença desses povos originários, aumenta-se a possibilidade da existência de conflitos com empresas de energia eólica por falta de diálogo e espaço em tomadas de decisão.

Em 2024, após coleta de dados por meio da aplicação de questionários em audiências públicas no interior do estado do RN, uma pesquisa vinculada a este mesmo projeto identificou a existência de conflitos socioambientais em 13 municípios do estado envolvendo 22 territórios, dentre eles estão comunidades indígenas e quilombolas, projetos de assentamentos e propriedades rurais afetados por 17 parques eólicos administrados por 10 empresas (Silva, 2024).

Para localizar as comunidades afetadas e as empresas responsáveis pelos equipamentos próximos a essas localidades, o Mapa 3 apresenta os dados de forma ilustrativa. É possível identificar comunidades indígenas e quilombolas por meio do símbolo de tenda e punho fechado, respectivamente, além de Projetos de Assentamentos por meio da sigla P.A., Reserva de Desenvolvimento Sustentável por meio da sigla RDS e sítios.

A coleta de informações também questionou os moradores acerca das mudanças sentidas após a instalação dos aerogeradores, confirmando os impactos negativos já apontados nas pesquisas de Hofstaetter (2016) e Silva (2020). Alguns dos impactos sociais envolvem danos à propriedade e doenças respiratórias, enquanto os impactos ambientais vão desde poluição sonora e mudanças na paisagem a perda de biodiversidade (Silva, 2024). Diante disso, torna-se evidente que o avanço da energia eólica não apenas no estado, mas em todo o Nordeste, necessita ser melhor compreendido e avaliado.

Conclusão

Este estudo tinha como sua principal intenção apresentar um mapeamento da sociodiversidade, do desenvolvimento, impactos e conflitos socioambientais em territórios com produção de energia eólica, uma vez que estudos anteriores apontaram a acelerada expansão desses empreendimentos acompanhada de riscos e mudanças significativas na rotina dos povos cercados pelas turbinas eólicas.

A partir dos achados, pode-se afirmar que a fonte energética continua ganhando mais espaço no interior do Rio Grande do Norte (RN), como consequência de investimentos e do seu potencial. Os parques eólicos podem desempenhar um papel importante na economia potiguar, uma vez que a possível renda gerada por essas instalações era apontada em estudos como o de Rodrigues *et al.* (2016) como um impacto positivo. No entanto, o artigo de Silva (2022) observa que esse impacto econômico não vai sustentar-se a longo prazo.

Ademais, as populações afetadas e ambientalistas quando ouvidos nos confirmam os apontamentos de outras pesquisas: a energia eólica não é totalmente limpa ou livre de impactos negativos. Mudanças visuais confirmam o desmatamento nas áreas de instalação dos parques eólicos, enquanto os danos a propriedades privadas e o comprometimento da saúde de pessoas e animais evidenciam um alerta tão importante quanto o das mudanças climáticas: o da preservação da qualidade de vida e dos ecossistemas locais (Hofstaetter, 2016; Silva, 2020; Pessoa, 2022).

Desse modo, urge a necessidade de solucionar os conflitos existentes minimizando impactos já sentidos e prevenindo outros. Comunidades afetadas ou alvos de novos empreendimentos eólicos devem estar cada vez mais unidas e informadas, incentivando a criação de associações que defendem seus interesses e direitos. As empresas precisam adotar o diálogo e a transparência como ferramentas de tomada de decisões, mitigando os impactos. Por fim, cabe ao Poder Público fortalecer órgãos de fiscalização ambiental e desenvolver um planejamento estratégico, visando não apenas o potencial dos ventos, mas também o desenvolvimento sustentável em geral.

A realização desta pesquisa foi graças ao apoio institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) juntamente com o Laboratório

Interdisciplinar Sociedades, Ambientes e Territórios (LISAT) e a orientação da professora Zoraide Souza Pessoa, coordenadora do LISAT, durante todas as fases deste estudo, através do projeto “Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos Territórios: Uma análise comparativa de estudos de casos de governos no contexto do nordeste brasileiro” (PVC18326-2020).

Referências

ALDERIR, José. Panorama atual e futuro da energia eólica no Rio Grande do Norte. Cadernos de Ciência & Tecnologia, [S. l.], v. 41, p. e27365, 2024. DOI: 10.35977/0104-1096.cct2024.v41.27365. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/cct/article/view/27365>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ANEEL. Sistema de Informações de Geração da ANEEL. [s.l.]: Agência Nacional de Energia Elétrica, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieNGE3NjVmYjAtNDZkZC00MDY4LTliNTItMTVhZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 05 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/painel-intergovernamental-sobre-mudanca-do-clima-ipcc>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FCP. Certificação Quilombola. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em 6 ago. 2025.

FIERN. RN atinge 8GW e é responsável por 30% da energia eólica produzida no país. Natal: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.fiern.org.br/rn-atinge-8gw-e-e-responsavel-por-30-da-energia-eolica-produzida-no-pais-aponta-mais-rn/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FIERN. Setores Econômicos. Natal: Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, MaisRN Digital, 2025. Disponível em: <https://www.fiern.org.br/setores-economicos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HOFSTAETTER, Moema. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

HOFSTAETTER, Moema; PESSOA, Zoraide Souza. Impactos e conflitos da energia eólica em territórios de vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. In: PESSOA, Zoraide Souza (Org). Energia eólica: perspectivas e desafios no Rio Grande do Norte. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

IBGE CIDADES. Rio Grande do Norte. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

IBGE. Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

IBGE. Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

IBGE. Malha Municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 1 ago. 2025.

IBGE. Produto Interno Bruto - PIB. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/zip.php>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ONU. O que são as mudanças climáticas? Brasília, DF: Organização das Nações Unidas no Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: 24 ago. 2025.

PESSOA, Zoraide Souza (Org). Energia eólica: perspectivas e desafios no Rio Grande do Norte. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

RODRIGUES, M. V. S. et al. Uma breve descrição do setor de energia eólica no estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Brazil Windpower Conferência & Exposição, 2016. Disponível em: <https://www.abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2017/07/UMA-BREVE-DESCRICA-O-DO-SETOR-DE-ENERGIA-EOLICA-NO-ESTADO-DO-RIO-GRANDE-DO-NORTE-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, D. G. L. Energia eólica, percepções e conflitos socioambientais em territórios do Rio Grande do Norte. In: XXXV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2024, Natal. Anais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024, p. 1194-1217. Disponível em: https://cict.propesq.ufrn.br/anais_doc.php?id=634919346. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Loren Cassiane Souza. Percepções sobre os impactos socioambientais das energias renováveis no município de Areia Branca, RN. 2020. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas), Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

SILVA, Rebeca Marota da. Microrregiões eólicas do Rio Grande do Norte. In: PESSOA, Zoraide Souza (Org). Energia eólica: perspectivas e desafios no Rio Grande do Norte. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

SSEMJDH. Diagnóstico Situacional e Socioterritorial para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Natal: Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Janeiro de 2024. 46 p. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1kC3269XNodasT58nuPt1ZJq9l6dQbQzf/view?usp=sharing>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Energias renováveis no Nordeste do Brasil e as relações com a adaptação às mudanças climáticas. Orientador: Zoraide Souza Pessoa. 2023. 348f. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Anexos



Gráfico 1 - Matriz Energética Brasileira no primeiro semestre de 2025



Gráfico 2 - Matriz energética do Nordeste no primeiro semestre de 2025



Mapa 1 - Localização de municípios com empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte em 2025



Mapa 2 - Comunidades indígenas e quilombolas em municípios com empreendimentos eólicos



Mapa 3 - Conflitos socioambientais com energia eólica identificados no Rio Grande do Norte no primeiro semestre de 2025



Tabela 1 - Quantidade de empreendimentos eólicos, potência outorgada e fiscalizada por microrregião no Rio Grande do Norte no primeiro semestre de 2025



Tabela 2 - Comparativo de população total em 2010 e 2022 em municípios com empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte



Tabela 3 - Comparativo de Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2010 e 2022 em municípios com empreendimentos eólicos no Rio Grande do Norte

CÓDIGO: HS1312

AUTOR: MARIA REGINA DE BRITO LARANJEIRA

ORIENTADOR: FELLIPE COELHO LIMA

TÍTULO: ANÁLISE DA LIBERDADE E AUTONOMIA DOS ENTREGADORES DE NATAL/RN NO CONTEXTO DA UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Resumo

Este estudo investiga os sentidos atribuídos à liberdade e à autonomia por entregadores por aplicativo em Natal/RN, à luz das transformações provocadas pela uberização do trabalho. Por meio de entrevistas em profundidade e análise dos núcleos de significação, identificou-se que, embora os trabalhadores reconheçam certa flexibilidade nos horários, essa liberdade é severamente limitada por mecanismos de controle algorítmico, instabilidade de renda e pressão pela produtividade. O discurso empresarial de autonomia se mostra dissociado das condições reais de trabalho, revelando um modelo de gestão que desloca responsabilidades para o indivíduo e naturaliza a precarização. O núcleo “Na medida da necessidade” evidencia como a urgência por sobrevivência orienta decisões e reorganiza o cotidiano, transformando a liberdade em coerção disfarçada. A análise aponta para a centralidade do trabalho na constituição subjetiva e reforça a importância de abordagens críticas da Psicologia do Trabalho que articulem dimensões subjetivas e históricas, contribuindo para desvelar os mecanismos de exploração e fomentar alternativas coletivas. Ao valorizar a experiência dos entregadores, o estudo reafirma a urgência de políticas públicas e práticas sociais que enfrentem os efeitos da uberização com base na dignidade e nos direitos laborais.

Palavras-chave: Uberização, liberdade, autonomia, trabalho, Psicologia Cultural

TITLE: ANALYSIS OF FREEDOM AND AUTONOMY AMONG APP DELIVERY WORKERS IN NATAL/RN IN THE CONTEXT OF THE UBERIZATION OF LABOR RELATIONS

Abstract

This study investigates the meanings attributed to freedom and autonomy by app-based delivery workers in Natal, Brazil, in light of the transformations brought about by the uberization of labor. Through in-depth interviews and analysis of meaning cores, it was identified that although workers acknowledge some flexibility in their schedules, this freedom is severely constrained by algorithmic control mechanisms, income instability, and productivity pressures. The corporate discourse of autonomy proves disconnected from the actual working conditions, revealing a management model that shifts responsibilities onto individuals and naturalizes precariousness. The core "To the extent of necessity" highlights how the urgency of survival guides decisions and reorganizes daily life, turning freedom into disguised coercion. The analysis underscores the centrality of labor in subjective constitution and reinforces the importance of critical approaches in Work Psychology that articulate subjective and historical dimensions, contributing to uncover mechanisms of exploitation and foster collective alternatives. By valuing the lived experiences of delivery workers, this study reaffirms the urgency of public policies and social practices that confront the effects of uberization grounded in dignity and labor rights.

Keywords: Uberization, freedom, autonomy, labor, Cultural Psychology

Introdução

A expansão da economia de plataformas tem redesenhado de maneira profunda o mundo do trabalho, alterando tanto as formas de organização laboral quanto os sentidos socialmente atribuídos às práticas profissionais. A partir da década de 2010, com a ascensão das plataformas digitais, observa-se um aprofundamento das formas de precarização, caracterizado por vínculos cada vez mais flexíveis, ausência de direitos trabalhistas e gestão algorítmica do trabalho. No Brasil, esse fenômeno se manifesta com especificidades que revelam tanto continuidades com formas anteriores de informalidade quanto novas dinâmicas de controle e subjetivação. O discurso da liberdade, nesse contexto, se torna um vetor ideológico central, mobilizado para legitimar relações de trabalho desiguais e assimétricas.

Autores como Antunes (2020), Abílio (2020) e Coelho-Lima et al. (2023) têm apontado para os mecanismos de dominação presentes na economia de plataforma, que, sob a aparência de autonomia, impõem aos trabalhadores uma lógica de autogerenciamento subordinado. Tais mecanismos incluem o controle por meio de avaliações, metas implícitas e o uso de algoritmos para definir a distribuição de tarefas e a remuneração. Nesse cenário, a liberdade se configura como um conceito ambíguo, situado entre a promessa de flexibilidade e a realidade de subordinação velada.

A análise proposta neste trabalho concebe o trabalho como categoria fundante da constituição subjetiva e como mediação central entre indivíduo e sociedade. Os sentidos atribuídos à liberdade, portanto, não são compreendidos como expressões individuais

isoladas, mas como construções simbólicas enraizadas nas condições concretas de existência e nas mediações socioculturais que atravessam os sujeitos.

Nesse marco teórico, investigamos como os entregadores por aplicativo produzem sentidos sobre liberdade e autonomia, considerando suas trajetórias de vida, inserção no trabalho plataformizado e experiências cotidianas com os mecanismos de controle. O foco recai sobre as contradições vividas por esses trabalhadores, que oscilam entre a valorização da flexibilidade e a denúncia das formas de exploração e vigilância.

Com esta investigação, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre o trabalho uberizado, oferecendo uma análise que vá além das aparências ideológicas e revele as tensões e disputas simbólicas que estruturam a experiência dos entregadores. Ao articular teoria e prática, subjetividade e contexto histórico, busca-se lançar luz sobre as formas contemporâneas de exploração do trabalho e sobre os caminhos possíveis de resistência e transformação social.

Metodologia

Os dados desta pesquisa foram produzidos por meio de entrevistas em profundidade com entregadores por aplicativo em Natal/RN, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado que contemplava oito eixos analíticos: (1) trajetória de trabalho; (2) contexto de trabalho; (3) liberdade no trabalho; (4) saúde e adoecimento; (5) sentido e significado do trabalho e do dinheiro; (6) significado do trabalho como entregador por aplicativo; e (7) projeto laboral. As entrevistas foram realizadas entre abril e maio de 2024, em locais acordados com os participantes, gravadas em áudio mediante autorização e transcritas integralmente, assegurando a fidelidade ao material empírico.

Além das narrativas, foram aplicados questionários sociodemográficos que forneceram informações sobre idade, escolaridade, tempo de atuação e condições de trabalho, favorecendo uma compreensão mais ampla da realidade investigada. O corpus analisado reuniu falas de mais de vinte entregadores, cujas experiências expressam um mosaico complexo de percepções, afetos, expectativas e críticas. Para aprofundar a análise, os entrevistados também foram confrontados com fragmentos de notícias relacionadas a direitos, mobilizações e organizações coletivas.

A seleção dos participantes seguiu critérios de inclusão: (a) possuir cadastro ativo em ao menos uma plataforma digital (como iFood ou Rappi); (b) ter realizado entregas na semana anterior à entrevista; e (c) aceitar participar voluntariamente. Foram excluídos aqueles com vínculo formal em empresas não plataformizadas ou afastados da atividade há mais de um mês. O número final respeitou o critério de saturação teórica dos dados (Fontanella et al., 2011).

O processo de coleta seguiu integralmente as diretrizes éticas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo consentimento livre e esclarecido, confidencialidade e anonimato dos participantes, cujos nomes foram substituídos por

pseudônimos. A diversidade de perfis contemplados enriqueceu o material empírico, permitindo apreender diferentes maneiras pelas quais a liberdade no trabalho é vivida, revelando contrastes entre percepções de autonomia e experiências de necessidade.

A análise foi conduzida pelo método dos Núcleos de Significação (Aguilar & Ozella, 2006; 2013), em três etapas: identificação de pré-indicadores, agrupamento em indicadores e síntese em núcleos de significação, sempre articulando dimensões subjetivas e histórico-sociais. Entre os núcleos identificados, destacamos o intitulado “Na medida da necessidade”, por condensar de forma paradigmática a tensão entre a promessa de liberdade e a urgência da subsistência. Essa perspectiva possibilitou compreender a liberdade não como opinião individual, mas como expressão de processos sociais mais amplos, atravessados por condições materiais, simbólicas e ideológicas que configuram o trabalho uberizado.

Resultados e Discussões

A partir da análise, os sentidos atribuídos à liberdade no trabalho por aplicativo revelam uma oscilação constante entre a experiência de autonomia e a percepção de controle. À primeira vista, muitos entregadores relatam sentir-se livres para organizar seus horários, escolher quando ligar o aplicativo ou até recusar determinadas corridas. No entanto, esse discurso inicial de autonomia se enfraquece quando confrontado com as demandas concretas da vida cotidiana, especialmente no que diz respeito à geração de renda. Esse processo remete ao que Antunes (2020) descreve como a contradição central do trabalho uberizado: a promessa de liberdade se sustenta em um regime de subordinação velada. O depoimento de Gabriel (caso #33) é exemplar nesse sentido ao afirmar que “...a necessidade, no caso, se torna prioridade, né? Se eu tô precisando, eu vou rodar. Então, o tempo a gente arruma, a gente faz... faz aparecer o tempo.” Demonstrando que o que define a decisão de trabalhar não é propriamente a liberdade de escolha, mas a pressão material de garantir sustento.

Assim, entendemos que a suposta autonomia oferecida por aplicativos é, na verdade, profundamente condicionada por mecanismos de controle algorítmico, que operam de forma a redefinir continuamente os limites entre liberdade e subordinação. Essa perspectiva ajuda a iluminar as falas de Yago (#73) — “...é isso que me faz querer ficar nesse emprego porque é uma liberdade mais. Você ter um pouco de tempo a mais pra sua família, você se sente menos preso, é, mas em troca ou você trabalha ou não ganha, tem essa parte que é complicado” — e de Abelardo (#120) — “ele é um aplicativo complexo e tipo assim de você desligar ele qualquer hora e ele para de tocar... aí você tem um planejamento do seu trabalho. É diferente do trabalhar de CLT, eu não tenho planejamento, a empresa que planeja para mim... aí você tem que botar na sua cabeça tipo assim, se eu não trabalhar, eu não ganho. Então tipo, eu particularmente trabalho no mínimo 12 horas por dia, mas aí eu trabalho hoje de segunda a sábado, domingo eu folgo”. Em ambos os casos, a liberdade aparece como a possibilidade de definir os próprios horários e reservar tempo para a família, mas sempre submetida à lógica da produtividade individual e desse limiar entre o tempo que se pode passar dentro e fora

do trabalho - nesse, e em tantos casos, limitado a uma escala 6x1 - para conseguir suprir necessidades básicas e o lazer.

TH (#51) descreve como a urgência financeira atua como força motriz que leva trabalhadores a enfrentar contextos laborais adversos. “...a gente sabe, né? Os riscos que a gente corre, porque... Moço, todo lugar tem gente fazendo maldade...” Ele compartilha que, embora reconheça os perigos das ruas à noite, ainda assim precisa trabalhar nesse turno para garantir o sustento da família, contrariando tanto os limites do corpo quanto os riscos presentes no espaço urbano. A necessidade não apenas restringe possibilidades, mas impele os sujeitos a uma lógica de exposição contínua a situações de desgaste físico e emocional. Essa condição de constante instabilidade caracteriza o cotidiano do precariado, cuja vida laboral é atravessada por incertezas que corroem tanto a saúde quanto a autonomia subjetiva. (Standing, 2011). Esse cenário revela que a precarização não é episódica, mas estruturante, evidenciando uma forma sofisticada de dominação que se sustenta na naturalização da insegurança. É justamente essa normalização da exceção que precisa ser confrontada, pois ela opera como um dispositivo que converte a sobrevivência em modo de existência, obscurecendo a legitimidade de reivindicações por condições dignas de trabalho.

Edgar (#98) denuncia a queda do score após uma semana de descanso, apontando que esse mecanismo se torna uma forma de punição velada. “...tipo, eu quero viajar com a minha família uma semana, eu não posso, porque depois que eu voltar, esse score que eu tinha criado todo durante meses e meses anteriores, ele cai lá pra baixo e eu não consigo pegar mais corrida...”. Felipe (#104), por sua vez, revela que os altos custos com combustível e manutenção reduzem drasticamente sua margem de lucro, exigindo jornadas extensas para equilibrar os ganhos. O entregador relata que, ao desligar o aplicativo por motivos familiares, as chamadas de entrega cessaram nos dias seguintes, apesar de não ter havido bloqueio formal: “...passei dois dias sem ligar o aplicativo e no terceiro dia quando liguei...nada”. O motivo da ausência, como ele explica, foi o adoecimento da babá que cuida de seu filho, o que revela como questões de cuidado — muitas vezes invisibilizadas — interferem diretamente na capacidade de gerar renda. Esses relatos mostram que a necessidade não apenas motiva, mas prende o trabalhador a uma lógica de dependência, sustentada por um regime de governança algorítmica que disciplina sem a mediação direta de um sujeito. Essa forma de controle, que opera por meio de métricas opacas e punições implícitas, transforma as escolhas cotidianas dos trabalhadores em dilemas morais entre responsabilidade familiar e sobrevivência econômica. Em vez de autonomia, o que se impõe é um estado permanente de vigilância e responsabilização, em que até mesmo a necessidade de descanso ou o cuidado com os filhos pode ser interpretado como desvio da produtividade ideal.

Outro aspecto relevante é a percepção de instabilidade. O depoimento do caso #113 descreve o aplicativo como “traíçoeiro”, no sentido de que em alguns dias há muitas corridas e em outros quase nenhuma. “Uma hora ele dá, uma hora ele não dá. Então você fica meio cismado, ou você trabalha, fica meu naquela, será que eu vou bater minha meta? Será que eu vou conseguir o repasse semanal? Você fica... Com um trauma...” Essa imprevisibilidade faz com que os trabalhadores vivam em permanente insegurança, sem garantias mínimas de renda. A liberdade é vivida de forma muito frágil, já que qualquer ausência ou decisão de recusar entregas pode significar perder completamente o fluxo de chamadas. Esse cenário se aproxima do que autores como

Standing (2011) têm descrito como condição estrutural do precariado: uma nova classe trabalhadora submetida à instabilidade crônica, sem redes de proteção e com direitos constantemente ameaçados. Essa compreensão é compartilhada por pesquisadores como Huws (2014), que aponta para o colapso das fronteiras tradicionais entre tempo de trabalho e tempo livre, e por Antunes (2020), que enfatiza o caráter intermitente e degradado das novas formas de exploração laboral. Em comum, tais análises revelam que a insegurança não é um efeito colateral do sistema, mas um componente central de um modelo de gestão que transforma a precariedade em regra, afetando profundamente a subjetividade e a

Portanto, o núcleo de significação “Na medida da necessidade” nos ajuda a compreender a expressão de uma tensão central na experiência dos entregadores por aplicativo: a autonomia, embora anunciada como um valor central pelas plataformas, mostra-se severamente limitada pelas exigências concretas da sobrevivência. A aparente liberdade de aceitar ou recusar corridas, ou de pausar o trabalho, encontra seus limites no risco real de perda de renda, penalizações algorítmicas e redução do acesso a novas entregas. O que se apresenta como escolha individual, na prática, opera como coerção disfarçada. Esse mecanismo retoma uma lógica descrita por autores que analisam a economia de plataformas como produtora de novas formas de sujeição, nas quais a retórica da flexibilidade atua como um dispositivo ideológico de dominação (Slee, 2019).

Além de operar como restrição objetiva, a necessidade econômica também se converte em uma força subjetiva que reorganiza práticas e sentidos. Os entregadores desenvolvem rotinas marcadas por jornadas extensas, exposição a riscos e exploração da própria disponibilidade física e emocional, na tentativa de compensar os custos e garantir ganhos mínimos. Embora essas práticas sejam vividas como decisões individuais, elas evidenciam como as condições estruturais são internalizadas e transformadas em estratégias de adaptação. A retórica empresarial, por sua vez, reforça esse quadro ao disseminar, nos canais institucionais e redes sociais, mensagens que enaltecem o empreendedorismo, a autonomia e a meritocracia. Como observam Grohmann et al. (2021), essas narrativas não apenas moldam a percepção pública do trabalho uberizado, mas também são absorvidas pelos próprios trabalhadores, funcionando como justificativas para jornadas extenuantes e instabilidade financeira. Dessa forma, o discurso corporativo atua não apenas como propaganda, mas como tecnologia de subjetivação, deslocando a responsabilidade pelas condições precárias para os próprios indivíduos.

Neste cenário, torna-se evidente que os mecanismos de controle não operam exclusivamente por vias técnicas ou regulatórias, mas também atravessam o simbólico e o afetivo. A economia de plataformas, sustenta-se em uma linguagem de colaboração e liberdade que mascara relações profundamente assimétricas, fragmentando os vínculos coletivos e dificultando a construção de solidariedades Scholz (2017). A vivência da liberdade, portanto, não pode ser analisada isoladamente, mas como parte de uma engrenagem que transforma a subjetividade dos trabalhadores em ferramenta de produtividade sob constante vigilância algorítmica.

Os dados analisados revelam que essa liberdade proclamada é vivida de forma ambígua: embora os entregadores reconheçam algum grau de flexibilidade em seus horários, estão

submetidos a uma lógica que exige disponibilidade permanente, sem garantias mínimas de segurança ou renda. A autonomia, nesse contexto, é mais uma condição imposta do que uma conquista real. A precariedade emerge não como exceção, mas como elemento estruturante do trabalho plataformizado.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que compreender os sentidos de liberdade no trabalho uberizado é também reconhecer os limites da autonomia propagandeada pelas plataformas e visibilizar as lutas cotidianas por dignidade e direitos. A análise reafirma o trabalho como categoria central na constituição subjetiva e aponta para a urgência de políticas públicas que enfrentem a precarização e afirmem novas formas de organização do trabalho e da vida.

Os resultados mostram que a liberdade, frequentemente mobilizada como atrativo, é vivida de forma restrita e condicionada. O discurso que apresenta os entregadores como empreendedores autônomos colide com a realidade do controle algorítmico, jornadas exaustivas e instabilidade. A experiência subjetiva desses trabalhadores revela a contradição entre a promessa de flexibilidade e a imposição da necessidade como motor do trabalho, evidenciando o caráter ideológico da retórica da autonomia.

A uberização, portanto, não configura apenas um novo arranjo laboral, mas também um dispositivo de subjetivação que desloca responsabilidades e naturaliza formas de exploração. Ao transformar a necessidade em critério de engajamento, as plataformas exercem um tipo de governança invisível, operando simultaneamente sobre a materialidade e a dimensão simbólica do trabalho. Compreender os sentidos de liberdade atribuídos pelos trabalhadores permite desvelar os mecanismos contemporâneos de dominação que se ocultam sob a aparência de escolha individual.

Essa realidade expressa tendências estruturais do capitalismo digital, marcadas pela lógica just-in-time, intensificação da precarização e fragmentação das coletividades. A liberdade, nesse contexto, é convertida em ferramenta de gestão que responsabiliza o indivíduo e oculta determinações estruturais mais amplas. Por isso, torna-se urgente uma atuação crítica da Psicologia do Trabalho, que compreenda o sujeito em sua inseparabilidade com o contexto histórico e cultural e que revele, para além dos efeitos psíquicos da precarização, as brechas de resistência, solidariedade e reinvenção coletiva.

Ao dar visibilidade às vozes dos entregadores, este estudo reafirma a centralidade de suas lutas e denuncia o caráter ideológico da retórica de liberdade disseminada pelas plataformas. A crítica ao trabalho uberizado é, assim, também um chamado à construção de alternativas coletivas que resgatem a dignidade, a proteção social e o direito ao trabalho em sua plenitude.

Referências

Abílio, L. C. (2020). Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo.

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleo de significação como base para a análise em entrevistas semi-estruturadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(4), 738–750.

Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2013). A constituição do sujeito na perspectiva da psicologia sócio-histórica: Implicações metodológicas. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 728–747.

Antunes, R. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital (2ª ed.). São Paulo: Boitempo.

Coelho-Lima, F., Costa, A. S. M., & Santana, D. P. (2023). Subjetividades e precarização no trabalho em plataformas digitais. *Revista Psicologia Política*, 23(53), 21–40.

Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2011). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27.

Grohmann, R., Nonato, C., Marques, A. F., & Camargo, C. A. (2021). As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: Circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, 39, 17–37.

Huws, U. (2014). *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat Comes of Age*. New York: Monthly Review Press.

Scholz, T. (2017). *Uberworked and Underpaid: How Workers Are Disrupting the Digital Economy*. Cambridge: Polity Press.

Slee, T. (2019). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante.

Standing, G. (2011). *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic.

Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Anexos



Núcleo de Significação

CÓDIGO: HS1318

AUTOR: DANA TEIXEIRA DE MELLO

ORIENTADOR: THERESA CHRISTINA BARBOSA DE MEDEIROS

TÍTULO: INVENTIVIDADE COMO FERRAMENTA DA DIREÇÃO DE ARTE DO
AUDIOVISUAL POTIGUAR

Resumo

A direção de arte audiovisual é o departamento responsável pela constituição das visualidades em cena, com uma equipe composta por maquiadores, cenógrafos, figurinistas e outros profissionais que irão tornar visível aquilo proposto pelo roteiro da obra. A direção de arte do audiovisual potiguar possui especificidades referentes a suas visualidades criadas pelas equipes de direção de arte, que se apresentam por meio de recorrências nas obras. Diante disso, a presente pesquisa visa compreender como as materialidades presentes nas obras audiovisuais potiguares revelam características acerca da direção de arte do estado. Sendo assim, dialogando com o levantamento de uma bibliografia específica da área, bem como uma análise filmica voltada para o campo, foi possível notar as potencialidades da direção de arte ao desenvolver diferentes narrativas a partir de locações, como espaços onde a narrativa irá se desenrolar, caracterizando os personagens, produzindo sensações, e que são caracterizadas nas obras não como espaços sociais, mas como agregadores de significados para o desenvolvimento narrativo. Para a formação do corpus desta pesquisa, foi feito um recorte de 10 produções audiovisuais que utilizaram a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como espaço de locação, problematizando as possibilidades de reconfiguração deste local, como espaço cinematográfico.

Palavras-chave: Direção de arte. Visualidades. Audiovisual potiguar. Inventividade.

TITLE: Inventivity as a tool for potiguar art direction.

Abstract

The audiovisual art direction is the responsible department for constructing the visual aspects of a scene, composed of a crew of makeup artists, set designers, costume designers, and other professionals who will make visible what's proposed by the script. The potiguar audiovisual art direction has specificities that refer to the visualities created by the art direction team, which can be seen by the recurrences in the works. The purpose of this research is to understand how the materialities in the scenes reveal characteristics about the art direction of the state. Therefore, dialoging with a survey of a specific bibliography in the area, also with an film analysis based on the art direction camp, it was possible to notice the art direction potentialities to develop different narratives based on filming locations, spaces where the narrative will develop and also characterize characters, produce sensations, and are characterized in the works not only as social spaces, but aggregators of developing narrative meanings. To form the corpus of this research, a selection was made of 10 audiovisual productions that used the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) as a filming location, exploring the possibilities of reconfiguring this place as a cinematic space.

Keywords: Art direction. Visualities. Potiguar audiovisual. Inventive.

Introdução

O cinema desde sua criação possui a capacidade de se reinventar, seja como forma de linguagem própria ou até mesmo inovar nos elementos que compõem a experiência fílmica. Nesse sentido, a direção de arte se torna um elemento basilar no audiovisual, sendo a área responsável pelo desenvolvimento da criação de um universo visual capaz de envolver o espectador por meio de uma plasticidade criada de acordo com a narrativa, de maneira que será capaz de desenvolver atmosferas, criar sentidos, provocar emoções e sensações e tornar visível aquilo proposto pelo roteiro da obra.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a direção de arte é essencialmente um trabalho coletivo, sendo uma equipe composta por maquiadores, figurinistas, cenógrafos, produtores de objetos, responsáveis por efeitos especiais e outros profissionais de arte que serão encarregados pelo desenvolvimento das visualidades em cena. Segundo Hamburger (2014), cada um dos membros da equipe de arte representa a extensão do olhar e das mãos do diretor de arte, além de contribuir de forma criativa e técnica para os diferentes estágios de execução do projeto. Entretanto, cada produção apresenta suas especificidades, de maneira que, não é incomum em determinados arranjos produtivos, que um profissional acumule funções e tenha que buscar soluções criativas para questões como baixo-orçamento.

As produções audiovisuais do Rio Grande do Norte possuem uma grande diversidade, seja em formatos, que abrangem filmes, curtas, videoclipes e séries, até mesmo nos modelos de produção das obras, podendo partir de uma maior especialização das funções e maior fomento, até as feitas de maneira mais artesanal e de forma mais colaborativa. Isso reflete na existência de diversas formas de produções audiovisuais no estado, que acabam muitas vezes destoando do modelo industrial comumente associado a produções estrangeiras (Coelho, 2020). Esses modos de produção emergentes muitas vezes são de

caráter colaborativo, sendo obras autofinanciadas e não remuneradas, com fomento por editais públicos de cultura ou, são caracterizadas como cinema universitário, frequentemente também participante desses diferentes arranjos produtivos.

Dessa forma, compreender os modos de produção a princípio, se torna importante para ser possível perceber como existem especificidades acerca da direção de arte no RN, que é um cenário marcado especialmente por inventividade e escolhas criativas por parte de suas equipes, que pode ser visto por meio de uma análise das visualidades das obras, em especial ao investigar os elementos constituintes da direção de arte nas produções audiovisuais. Sendo assim, a presente pesquisa visa analisar as características da direção de arte do estado por meio das visualidades presentes nas obras, que demonstram escolhas criativas por meio das materialidades em cena. Dessa maneira, a análise dos dados e produções documentadas pelo projeto de extensão Observatório do Audiovisual Potiguar, desenvolvido pelo EPA, o Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual, do Departamento de Comunicação Social da UFRN se tornou essencial para o desenvolvimento da análise das obras potiguares catalogadas, de forma que se tornou possível o estudo das produções, baseando-se em uma análise fílmica a partir da direção de arte, onde é possível compreender recorrências e divergências nas visualidades das produções.

Metodologia

A base metodológica utilizada para fundamentação da pesquisa ocorreu em 3 etapas: a) levantamento bibliográfico; b) levantamento de dados e análise dos créditos das obras; c) análise fílmica a partir da direção de arte. Dessa forma, a abordagem metodológica inicial foi o levantamento bibliográfico de obras que dialogassem diretamente com a direção de arte, especificamente autores brasileiros, que dialogam com os processos comumente associados à produção audiovisual brasileira, em um arranjo próximo do modo de produção do Rio Grande do Norte. Essa delimitação foi importante para uma compreensão inicial das diferenças das produções audiovisuais em um contexto local, com as produções, por exemplo, hollywoodianas, que afetam diretamente a forma como as equipes de arte funcionam.

Uma das principais ideias utilizadas para compor o arcabouço teórico do trabalho foi a de que a direção de arte possui especificidades de acordo com o tipo de produção qual será concebida a criação de um universo visual, de acordo com aquilo proposto pelo roteiro da obra. Entende-se, portanto, que uma análise fílmica a partir da direção de arte é um exercício de modos de leituras das imagens criadas pelo cinema, e também a materialização de elementos resultantes da investigação artística no audiovisual (Bastos, Paiva e Medeiros, 2023).

Sendo assim, iniciou-se a fase de levantamento e análise das obras, dentre as quais incluem diferentes formatos, por meio do mapeamento e documentação de obras audiovisuais potiguares catalogadas pelo OPA (Observatório do Audiovisual Potiguar), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Segundo Aires (2021), projetos de extensão auxiliam na formulação de políticas públicas,

desenvolvimento de novas pesquisas e na difusão da memória e da cultura audiovisual, no caso do OPA, ajudou no direcionamento acerca da cadeia de produção do audiovisual no Rio Grande do Norte, por meio da sistematização e preservação dos dados acerca das obras do estado, que tornaram possíveis a análise sobre os arranjos produtivos locais.

A participação do OPA nessa fase da pesquisa direcionava tanto as obras, quanto às características presentes nas produções referentes a direção de arte, onde foi possível localizar lacunas e recorrências acerca da creditação das equipes e mapeamento das visualidades, bem como criar panoramas da presença da direção de arte no audiovisual potiguar. Fazendo uma análise da creditação das obras analisadas, voltando o olhar para o departamento de direção de arte, pois se trata de um elemento material presente nos filmes, além de ser uma estratégia já utilizada por outros pesquisadores e ser uma fonte de informações para compreender a produção cinematográfica brasileira (Martins e Xavier, 2021).

Os dados listados pelo OPA apresentam 390 obras audiovisuais do estado catalogadas, lançadas entre os anos 1972 e 2024. Dentre as produções presentes na planilha, 10 foram escolhidas por apresentarem recorrências que são capazes de demonstrar características do funcionamento das equipes de arte nas produções locais. As 10 obras escolhidas possuem creditação referentes ao departamento de direção de arte, que serviram como base para compreender a relação da departamentalização que se refere a direção de arte, ou utilizam como locação a UFRN. Foram analisados ao todo, todas as funções que se referem a equipe de arte, composta por cenógrafos, figurinistas, maquiadores, coordenadores de arte e produtores de objetos (Hamburger, 2014) além disso, creditações referentes a assistentes das funções também foram consideradas, como assistentes de arte e assistentes de figurino, ou também aquelas que são extensões ou trabalham em conjunto, como é o caso de maquiagem e cabelo, e também figurinistas e os responsáveis por acessórios.

Na creditação, foi possível analisar questões como o acúmulo de funções do departamento de arte, de maneira que muitas vezes uma única pessoa fica responsável por mais de uma função referente a arte, além de participar de processos criativos de outras áreas (como os referentes ao som ou roteiro). Além disso, mesmo aquelas que não possuíam creditação para o departamento de arte, utilizavam espaços da UFRN como locação em suas obras, dessa forma é notável perceber que apesar da falta de creditação específica para a área, se há uma preocupação e cuidado por parte da produção ao pensar os cenários onde a narrativa se desenvolverá.

TABELA 1

Sendo assim, ao utilizar uma metodologia de análise fílmica voltada para a direção de arte, ao analisar as produções percebe-se como recorrência nas obras a utilização de locações para composição dos cenários das produções, em parte ou em sua totalidade gravadas dentro da própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus

central. Nesse sentido, deve-se compreender as locações como fortes elementos e escolhas criativas das equipes de arte que tem forte influência dentro na narrativa.

Dessa maneira, pensando nas locações como elemento da direção de arte, o terceiro gesto metodológico desta pesquisa consistiu em analisar a visualidade das obras, problematizando a construção da narrativa visual, especialmente a partir das locações escolhidas. Utilizamos como metodologia a análise fílmica a partir da direção de arte, levando em consideração as particularidades deste campo e suas características próprias, como apontam Bastos, Paiva e Medeiros (2023). Sendo assim, uma análise fílmica a partir da composição visual parte do sentido de que as materialidades presentes nas cenas se tornam basilares para essa análise, elementos como cenografia, figurino, maquiagem e efeitos especiais (como água, chuva ou sangue cenográficos) são capazes de representar contextos que dialogam diretamente com a narrativa e com seus personagens, e também agem como agregadores de sentidos e sensações, baseando-se em questões referentes às visualidades em cena.

Resultados e Discussões

Após a revisão bibliográfica que fundamenta esta pesquisa, e a devida análise dos créditos e das visualidades retratadas nas obras, foi possível traçar um panorama das questões recorrentes na área da direção de arte do audiovisual potiguar. A priori, ao analisar a planilha de obras levantadas pelo Observatório do Audiovisual Potiguar, bem como os créditos das produções, foi possível notar como existem lacunas na questão da creditação do departamento de direção de arte, de maneira que a maioria não apresenta creditação para “direção de arte” especificamente, ou apenas para uma das funções referentes ao departamento, como figurino ou maquiagem. Além disso, é comum a acumulação de funções de arte em uma mesma obra, de maneira que o diretor de arte também fica responsável pela maquiagem ou figurino, ou até mesmo realiza funções em outros departamentos como produção ou referente ao som. Para Martins e Xavier (2021), o acúmulo das funções como direção, cenografia e figurino parece apontar para um sistema de produção mais artesanal desses filmes em relação a outros modelos onde há a especialização de funções mais elaboradas.

Exemplificando, o filme “Fendas” (2019), dirigido por Carlos Segundo, tem a direção de arte assinada por Michelle Ferret, que também está creditada como roteirista da obra, junto com o diretor. Outro exemplo é o curta universitário “FurtaCor” (2022), dirigido por Jair Libanio, de forma que foi possível observar durante a análise dos créditos que Jonathan Cavalcanti, que assina a direção de arte, também possui creditação em assistência de direção, edição e montagem, direção e captação de som e figurino, juntamente com Tiago Saza e Natália Lúcio. Pode-se portanto, perceber o acúmulo das funções dentro das produções, especialmente aquelas referentes ao departamento da direção de arte. Isso reflete a questões relacionadas a forma que as equipes de direção de arte trabalham, tendo que pensar em soluções para questões como equipe ou tempo reduzidos, entretanto, também marcam a inventividade dessas equipes, que se

despreendem das normas comumente associadas às formas de produção típicas do cinema mainstream (Rocha, 2023).

A inventividade nesse sentido, parte do fato que a direção de arte deve desenvolver universos visuais, trabalho que parte através da construção de significados e sensações por meio de materialidades que são colocadas em cena. Mesmo em obras onde não há uma maior departamentalização das equipes de direção de arte da produção audiovisual, é possível notar um cuidado ao trabalhar cada um dos elementos que irão participar de forma ativa da construção narrativa da obra.

ESPAÇOS INVENTIVOS: A UFRN COMO LOCAÇÃO

Considerando as obras escolhidas para análise, existe uma característica da direção de arte que se faz presente em todas, a presença de locações, que são espaços pré-existentes como cenários na gravação de cenas nas obras. Ferreira (2019) discorre que, ao conceber uma espacialidade a partir de uma locação que já existe, o diretor de arte pode tomar partido das qualidades arquitetônicas do lugar, bem como de seus aspectos simbólicos, isso é bastante notável ao perceber como o espaço cotidiano é utilizado nas produções, em especial como o campus central da UFRN é recorrentemente utilizada para essa função.

A utilização da UFRN como locação para as obras, revela um caráter de inventividade pela direção de arte, de maneira que o espaço que tem função primordial de lugar social, como espaço de ensino (o campus universitário) passa a ter significado narrativo dentro da obra, que pode representar um novo significado para além de sua função original, produzindo novas narrativas que serão auxiliadas por meio das materialidades compostas pela equipe de arte, ou até mesmo servir em função de caracterização dos personagens das obras. Como exemplo disso pode-se citar “Fendas” (2019) dirigido por Carlos Segundo e com direção de arte por Michelle Ferret. O longa de ficção apresenta cenas gravadas no setor II da UFRN, como demonstrado no **Anexo 1**, onde a protagonista da obra Catarina, professora e pesquisadora em física quântica estuda a relação entre luz e som na matéria. Sendo assim, o local ocupado pela personagem é propriamente utilizado como uma faculdade na narração, que acaba auxiliando na caracterização de Catarina, como docente, essa relação portanto demonstra a utilização da locação como escolha criativa por parte da equipe de direção de arte.

O estilo da arquitetura e a tipologia da paisagem dão o tom do filme. Elementos visuais poderosos são capazes de levar o espectador muito além da ambientação dos personagens. A vivência de suas formas coloca em jogo tanto sensações criadas por suas características plásticas quanto a elaboração de significados a partir de referências históricas e socioculturais. (Hamburger, 2014, p. 34).

Entretanto, “Clave de Sol” (2024), dirigido por Anderson Figueredo e com direção de arte assinada por Sara Santos e Tainá Bezerril, apesar de possuir gênero e contexto produtivo diferente, possui cenas gravadas na mesma locação: setor de aulas II da UFRN, presente no **Anexo 2**. Nesse sentido, é possível notar como o espaço da UFRN, utilizado como locação para as obras, foi ressignificado de formas diferentes e atrelou significados que se relacionam com a narrativa e a atmosfera fílmica criada pela direção de arte.

Os dois curta-metragens apesar de se passarem no mesmo cenário, possuem atmosferas filmicas diferentes, de forma que utilizam as locações como potências criadoras de diferentes sentidos e sensações. Segundo Gil (2005), a atmosfera filmica diz respeito à relação entre os elementos filmicos visuais e sonoros, partindo de um princípio que existem dois tipos de atmosfera: a dramática, expressa a partir da diegese, e a plástica, sendo a forma da imagem filmica, e aos elementos que constituem o seu espaço plástico. A direção de arte atua como parte constituinte da atmosfera plástica, de maneira que por meio das materialidades em cena irão auxiliar na criação das sensações percebidas pelo espectador. Acerca da construção da atmosfera filmica, Gil discorre:

Quando se vai ao cinema, fala-se frequentemente da “atmosfera” do filme, sem se saber precisamente o que é, uma componente da imagem filmica ou unicamente uma sensação percebida pelo espectador. Isso deve-se à indeterminação da própria noção de “atmosfera” que quer dizer ao mesmo tempo tudo e nada e que, no fundo, não esclarece nada sobre a natureza do filme. No entanto, uma coisa é certa: o cinema cria um certo tipo de atmosfera. A questão é de saber o que é este espaço atmosférico e quais são os meios que permitem a sua expressão num filme. (Gil, 2005, p. 141).

É possível perceber, portanto, como as locações utilizadas para composição dos cenários das obras também dialogam e caracterizam os personagens da narrativa, como é o caso de “FurtaCor” (2022) dirigido por Jair Libanio e “Hoje Eu Não Fico” (2022), com direção de Carol Navarro, Flávio Denner, Natália Hetskowski e Tânia Bezerril. Os dois curta-metragens universitários demonstram personagens em contextos propriamente acadêmicos, de maneira que os personagens retratados são estudantes da universidade, a utilização do espaço, portanto, revela características da vida dos personagens por meio do diálogo entre a narrativa e os cenários, como exemplificados nos **Anexo 3** e **Anexo 4**.

Essas várias sensibilidades implicam experiências diferentes do espaço que se materializam em diferentes atuações, tanto social como pessoalmente. O urbanismo, a arquitetura e a decoração mostram os traços dos valores proxêmicos. E, no âmbito dos indivíduos, esses valores se materializam em uma espécie de moldura virtual que os rodeia e delimita seu espaço de relação com os demais e com o ambiente. (Domènech, 2011, p. 154)

Entretanto, também é possível reutilizar locações, caracterizando-as de diferentes formas, para demonstrar as potencialidades da direção de arte em contextos mais experimentais, que em diálogo com outras materialidades concebidas pela direção de arte irão auxiliar na criação do universo narrativo. “RPGays” (2024), dirigido por Sofia Carlos representa um universo fantasioso por meio dos figurinos, acessórios, objetos cênicos e maquiagem, apesar de utilizar como locação a “Trilha dos Saguís”, espaço localizado dentro da universidade, como demonstrado no **Anexo 5**. Para Souza (2023), o figurino tem indispensável importância para a construção cênica e transmissão de mensagens, pois a primeira informação que se transmite é pelo contato visual, o figurino é então, o cartão de visita do personagem.

Ademais, as locações são utilizadas como escolhas criativas por parte das equipes de direção de arte. O vídeoclipe “Canto do Mar” (2021), produzido pela Casa Da Praia Filmes caracteriza a UFRN em um contexto mais experimental e artístico, se afastando completamente do uso social do espaço do anfiteatro da universidade, e ressignificando-o dentro do contexto narrativo do vídeoclipe junto a outros elementos da direção de arte, como no **Anexo 6**. Já “Entregador Emocionado” (2021), dirigido por Roberto Marinho, que não apresenta creditação para o departamento de direção de arte, reflete nas questões referentes a falta de uma departamentelização completa nas produções audiovisuais, mas

possui cenas que utilizam a UFRN como locação, como apresentado no **Anexo 7**. Sendo assim, isso reforça que mesmo sem possuir a creditação propriamente dita para o departamento, houveram pessoas na produção que tiveram que realizar escolhas criativas ao escolher uma locação que seria caracterizada como espaço narrativo.

Conclusão

Em suma, é possível perceber que o audiovisual potiguar possui especificidades acerca de seus modos de produção, que apesar de não serem homogêneos, possui características que comumente se repercutem em boa parte das produções. A creditação das obras referentes ao departamento da direção de arte, revelam um afastamento de uma maior departamentalização das equipes, de maneira que existe um acúmulo de funções ou lacunas referentes a esse departamento. Entretanto, isso demonstra a presença de produções independentes, feitas de formas mais artesanais e de caráter colaborativo, como as do cinema universitário.

As equipes de direção de arte do estado encontram soluções criativas para, não somente o enfrentamento de dificuldades comuns durante suas produções, mas também realizam escolhas criativas de forma que reinventam e são capazes de demonstrar as potencialidades por meio da direção de arte. Exemplo disso é utilização de locações já existentes como espaços inventivos, onde são possíveis de criar diferentes atmosferas fílmicas e novos sentidos, por meio da direção de arte. A presença da UFRN nas obras se torna de extrema importância ao demonstrar como as equipes fazem um bom proveito de elementos já existentes para construção das visualidades, em diálogo direto com a narrativa, e expondo as potencialidades das equipes de direção de arte do estado.

Referências

AIRES, Janaíne Sibelle Freires. **Observatório do audiovisual potiguar: Desafios da extensão universitária para o setor audiovisual**. Revista Extensão & Sociedade. Vol. 12. no2. 2021.

AUMONT, J; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papirus, 2008.

BASTOS, Dorotea Souza; PAIVA, Milena Leite; MEDEIROS, Theresa. **Apontamentos iniciais para uma metodologia de análise fílmico a partir da direção de arte**. In: SUING, Abel et al. *Imagens em Movimento*. Lisboa: RIA Editorial, 2023.

COELHO, Diana. *Discutindo a Produção e circulação de curtas e médias-metragens no Rio Grande do Norte (2010 – 2018)*. CRUZ, Adriano; CRUZ, Dênia; RAMOS, Cida

(org.). **Claquete potiguar 2: histórias e processos do audiovisual no Rio Grande do Norte**. Porto Alegre: Casalettras, 2020

DOMÈNECH, Josep M. Català. **A forma do real: introdução aos estudos visuais**. São Paulo: Summus, 2011.

FERREIRA, Benedito. **Três reflexões sobre a direção de arte no cinema brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais. Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura Visual. Goiânia, 2019.

FERREIRA, Benedito; JACOB, Elizabeth Motta; SOUZA, Nivea Faria de; ROCHA, Iomana; XAVIER, Tainá (org.). **Dimensões da direção de arte na experiência audiovisual**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2023.

GIL, Inês. **A atmosfera como figura filmica**. In: Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 3., 2005. Covilhã. ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume I. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005.

HAMBURGER, Vera. **Arte em cena: a direção de arte no cinema brasileiro**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

TEDESCO, Marina Cavalcanti (org.). **Trabalhadoras do cinema brasileiro: mulheres muito além da direção**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021.

Anexos



Anexo 1 - Frame do filme “Fendas” (2019), dirigido por Carlos Segundo. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Anexo 2 - Frame do filme “Clave de Sol” (2024), dirigido por Anderson Figueredo. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Anexo 3 - Frame do filme “Hoje Eu Não Fico” (2022), dirigido por Carol Navarro, Flávio Denner, Natália Hetskowski e Tânia Bezerril. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Anexo 4 - Conjunto de frames capturados do filme "FurtaCor" (2022), dirigido por Jair Libanio. Fonte: Captura pelo autora do texto (2025).



Anexo 4 - Conjunto de frames capturados do filme "FurtaCor" (2022), dirigido por Jair Libanio. Fonte: Captura pelo autora do texto (2025).



Anexo 5 - Frame do filme “RPGays” (2024), dirigido por Sofia Carlos. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Anexo 6 - Frame do vídeoclipe “Canto do Mar” (2021), dirigido por Pedro Fiuza. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Anexo 7- Frame do curta “Entregador Emocionado” (2021), dirigido por Roberto Marinho. Fonte: Captura pela autora do texto (2025).



Tabela 1 - Primeira parte



Tabela 1 - Segunda parte



Tabela 1 - Terceira parte



Tabela 1 - Quarta parte

CÓDIGO: HS1324

AUTOR: ERIC ARAUJO DA SILVA

ORIENTADOR: JOSE GLEBSON VIEIRA

TÍTULO: Trajetórias Pessoais e Profissionais de Professores(as) Indígenas em Formação Intercultural do Território Indígena Potiguara Catu (RN)

Resumo

Este artigo busca analisar as trajetórias formativas de professores(as) indígenas da comunidade Potiguara Catu, localizada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama (RN), participantes do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa, de abordagem qualitativa e etnográfica, utilizou entrevistas semiestruturadas e observação participante como técnicas principais de produção de dados. O estudo buscou compreender as motivações para o ingresso no curso, os desafios enfrentados, as percepções sobre a formação intercultural e as expectativas quanto à atuação docente nas escolas indígenas. Os resultados foram organizados em trajetórias e motivações, práticas pedagógicas e componentes curriculares, críticas à pedagogia colonial, expectativas em relação à universidade e formação acadêmica oferecida pela universidade. As análises revelam a tensão entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos tradicionais, bem como a necessidade de uma formação mais contextualizada e dialógica, que valorize as especificidades culturais, linguísticas e territoriais das comunidades indígenas. Os professores entrevistados demonstraram um forte compromisso com a transformação social e educacional de seus povos, compreendendo a universidade como espaço de resistência e (re)significação identitária. A pesquisa conclui que a efetivação de uma educação intercultural crítica exige uma profunda revisão das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Professores Indígenas: Espaço Acadêmico

TITLE: Personal and Professional Trajectories of Indigenous Teachers in Intercultural Training in the Potiguara Catu Indigenous Territory (RN)

Abstract

This article analyzes the educational trajectories of Indigenous teachers from the Potiguara Catu community, located between the municipalities of Goianinha and Canguaretama, Rio Grande do Norte (RN), who are participants in the Bachelor's Degree in Indigenous Intercultural Education at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The research, which adopted a qualitative and ethnographic approach, used semi-structured interviews and participant observation as its primary data collection techniques. The study sought to understand the motivations for enrolling in the program, the challenges faced, perceptions of intercultural education, and expectations regarding teaching in Indigenous schools. The results were organized into trajectories and motivations, pedagogical practices and curricular components, critiques of colonial pedagogy, expectations regarding the university, and the academic training offered by the university. The analyses reveal the tension between academic and traditional knowledge, as well as the need for more contextualized and dialogical training that values the cultural, linguistic, and territorial specificities of Indigenous communities. The professors interviewed demonstrated a strong commitment to the social and educational transformation of their peoples, understanding the university as a space for resistance and identity (re)signification. The research concludes that the implementation of critical intercultural education requires.

Keywords: Incultural Education; Indigenous Teachers: Academic Space

Introdução

As escolas indígenas, situadas principalmente nos territórios tradicionalmente ocupados, buscam atender às necessidades educacionais definidas pelas próprias comunidades, além de garantir o acesso aos programas da educação básica. Tais instituições de ensino, conforme prevê as diretrizes do Brasil, devem respeitar os modos próprios de aprendizagem e a produção de conhecimentos tradicionais. De acordo com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, a educação desenvolvida nas comunidades indígenas deve preservar a língua materna, assegurar o domínio de conhecimentos gerais e permitir que os povos indígenas “participem plenamente e em condições de igualdade na vida de sua própria comunidade e na da comunidade nacional” (BRASIL, 2004, p. 27). Nas últimas décadas, a educação escolar indígena tem se constituído como um instrumento de afirmação de direitos, de redução de desigualdades e de fortalecimento do diálogo intercultural entre diferentes agentes sociais.

No contexto da educação escolar indígena no Estado do Rio Grande do Norte, pode-se perceber que uma das principais demandas das comunidades indígenas é a formação de professores, que seja diferenciada e específica para o ensino nas escolas indígena e a falta de materiais didáticos que faça sentido para a formação dos alunos. Essa lacuna tem levado docentes e estudantes a produzirem seus próprios recursos didáticos para suprir a ausência de livros adequados. No Catu, observa-se um forte engajamento comunitário na construção da educação diferenciada. “as escolas municipais indígenas João Lino da Silva e Alfredo Lima, localizadas nos municípios de Canguaretama e

Goianinha, respectivamente, elaboram seus próprios materiais didáticos em sala de aula, de forma lúdica por meio de cartazes e colagens” (SILVA et al., 2024, p. 5). Esses materiais são usados no ensino da língua tupi, numerais, parentesco, nomes de animais, profissões e outros elementos culturais que reforçam a identidade Potiguara.

Entre as práticas mais significativas, está o ensino do tupi e a vivência do ritual do Toré, entendido como sagrado e identitário. O estudo ressalta que “no Catu, a língua do Tupi-Guarani é desenvolvida no cotidiano escolar e nas práticas da comunidade, além do Toré, que é um ritual sagrado do qual os participantes entoam cânticos, reelaborados segundo suas tradições” (SILVA et al., 2024, p. 14). Assim, a escola no território Potiguara Catu funciona como espaço de resistência e valorização da memória ancestral, articulando educação formal e práticas culturais.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender as trajetórias pessoais e profissionais de professores(as) indígenas da comunidade Potiguara Catu, localizada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama, no estado do Rio Grande do Norte. A análise foi desenvolvida em dois momentos: no primeiro, aborda-se o processo de inserção dos estudantes indígenas no Curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), criando em 2024, a formação ocorrerá dentro do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE). O PARFOR atende uma demanda do movimento indígena estadual, no qual evidencia a necessidade de ampliar a oferta de ensino nas escolas localizadas nas comunidades/aldeias indígenas do RN, tendo em vista que a maioria oferece apenas a educação infantil e os anos iniciais.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com a finalidade de compreender as práticas e desafios da educação escolar indígena e a formação intercultural dos professores, voltado à compreensão das práticas, desafios e perspectivas da educação escolar indígena na comunidade Potiguara Catu, localizada nos municípios de Canguaretama e Goianinha, no estado do Rio Grande do Norte. O enfoque qualitativo permitiu uma aproximação mais sensível e contextualizada das realidades vividas pelos sujeitos da pesquisa, dialogando e valorizando os saberes tradicionais e reconhecendo a importância das especificidades socioculturais da comunidade indígena para o estudo aqui proposto.

A análise baseia-se em pesquisa etnográfica com dez (10) professores(as) indígenas dos quais 7 foram entrevistados, 9 dos estudantes possuem graduação em pedagogia e 1 professor possui licenciatura em educação física. Todos são estudantes do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural

Indígena (LICEII), oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde agosto de 2024. O objetivo do curso é oferecer uma formação em nível de segunda licenciatura para professores indígenas que já possuem um curso de licenciatura em área distinta da sua atuação e que estejam no exercício da docência nas escolas indígenas situadas nas comunidades/aldeias do Rio Grande do Norte.

A produção de dados da pesquisa ocorreu ao longo de dez meses, entre setembro de 2024 a junho de 2025 utilizando-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação participante, realizadas durante atividades acadêmicas e pedagógicas vinculadas ao curso. As entrevistas realizadas na UFRN e no território Potiguar Catu possibilitaram o aprofundamento das experiências individuais e coletivas dos estudantes da LICEII, enquanto a observação participante permitiu a imersão nas dinâmicas formativas, nas trocas de saberes e nas práticas culturais presentes nos espaços educativos como a escola Alfredo Lima onde aconteceu os encontros formativos no Tempo comunidade e na Universidade que me permitiu estar em sala com os estudantes.

Minha participação em algumas atividades na sala de aula durante o Tempo Universidade proposta pelos professores das disciplinas ofertada no semestre 2025.1 como rodas de leituras e discussão dos textos me permitiu um enriquecimento nas trocas de saberes ali exposto o qual também fez presente no tempo comunidade com minha ida até o Catu acompanhada aos professores formadores pude vivenciar no Tempo Comunidade juntamente com estudantes outras atividades naquele espaço como apresentação das cartilhas produzidas por eles a visita no jardim de cura que fica localizado na casa de dona baixinha onde se concentra uma variedade de plantas que inclui também as medicinas o exemplo de Capim-santo: usado para tratar problemas respiratórios, como hipertensão e para ação calmante.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), visando à identificação de categorias temáticas emergentes relacionadas à valorização dos saberes tradicionais, ao uso das línguas indígenas, às estratégias pedagógicas e aos desafios enfrentados no cotidiano escolar. A construção dos dados partindo das entrevistas dos professores pude notar semelhanças nas respostas mesmo nas feitas individualmente com isso construir um quadro onde pode ser visualizado a categoria e a frequência aproximada tendo: Trajetórias e motivações 4 menções; Práticas pedagógicas e currículo 6 menções; Críticas à pedagogia colonial 5 menções; Expectativas sobre o curso 3 menções e Formação oferecida pela Universidade 4 menções. Com esse resultado pude compreender nas conversas como se entendia e qual era as demandas principais ressaltadas pelos professores.

A pesquisa respeitou os princípios éticos, Todos os envolvidos foram informados sobre os objetivos do estudo e consentiram livremente participação. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pelo caráter interpretativo da pesquisa, que busca compreender significados construídos social e culturalmente pelos sujeitos. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é fundamental

quando se pretende analisar fenômenos em seus contextos, permitindo ao pesquisador captar as múltiplas dimensões das experiências humanas. No caso da educação escolar indígena, essa abordagem se mostra especialmente relevante, pois considera as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades envolvidas, proporcionando uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas e da formação docente em contextos interculturais.

A formação de professores indígenas, no âmbito da interculturalidade, demanda uma metodologia que valorize os saberes locais e promova o diálogo entre diferentes epistemologias. Assim, a pesquisa ao dialogar com professores em formação que atuam diretamente nas escolas indígenas, contribui para a construção de uma pedagogia intercultural comprometida com a emancipação dos povos originários e com a valorização de suas identidades. Além disso, o uso da observação participante e das entrevistas semiestruturadas insere-se numa perspectiva metodológica etnográfica, que, segundo Geertz (1989), busca realizar uma “descrição densa” das práticas culturais observadas, no caso aqui em tela, referentes aos modos de transmissão de conhecimentos. Essa imersão no cotidiano formativo dos docentes indígenas permite não apenas registrar eventos, mas interpretá-los à luz das experiências vividas pelos próprios sujeitos. Dessa forma, o pesquisador não é um mero observador externo, mas alguém que compartilha e reflete sobre as realidades vivenciadas no campo, respeitando os modos de ser, fazer e ensinar da comunidade Potiguara Catu.

Resultados e Discussões

Os dados levantados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante revelam a complexidade e riqueza das trajetórias formativas dos professores indígenas do território Potiguara Catu, assim como os desafios enfrentados no contexto da Licenciatura em Educação Intercultural Indígena. As falas dos estudantes evidenciam processos de resistência, adaptação ao novo contexto formativo e afirmação identitária que atravessam tanto os espaços acadêmicos quanto o cotidiano escolar em suas comunidades. A análise foi organizada em: trajetórias e motivações, Prática pedagógica e currículo, críticas à pedagogia colonial, Expectativas sobre o curso e Formação oferecida pela Universidade.

A formação de professores indígenas no curso de licenciatura em Educação Intercultural Indígena tem se mostrado um campo fértil de aprendizagens, mas também de tensões entre o saber acadêmico e o saber tradicional. As falas dos estudantes entrevistados refletem um processo contínuo de reflexão crítica, aprendizado e embate com estruturas que nem sempre reconhecem plenamente a especificidade das culturas indígenas. As narrativas dos participantes demonstram que o ingresso no curso é frequentemente impulsionado por um compromisso coletivo com a defesa dos direitos indígenas e com a transformação das práticas escolares nas aldeias como afirma uma das professoras “adquirir conhecimentos na área para atuar com mais preparo na

sala de aula, respeitando a cultura, a vivência e a língua da comunidade". (Estudante entrevistada, 27/01/2025).

Muitos estudantes relataram ter iniciado sua atuação como professores antes de qualquer formação formal, impulsionados pela necessidade de preencher lacunas nas escolas das comunidades. A entrada na universidade, portanto, não representa apenas um avanço individual, mas uma conquista do grupo que vê na formação superior uma estratégia de fortalecimento cultural e político.

Outra estudante destaca que o curso tem proporcionado reflexões sobre a educação intercultural e sobre como ela era entendida anteriormente na prática escolar. Para ela, a formação já ampliou seus conhecimentos, especialmente após as discussões ocorridas no primeiro semestre. Isso demonstra que o curso cumpre um papel importante no sentido de (re)significar a prática docente a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada o curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena, por sua vez, é percebido como um espaço de aprendizado, no qual os estudantes constroem novas representações de si mesmos e de suas comunidades, contribuindo para a reconfiguração das relações entre universidade e povos indígenas.

As práticas pedagógicas e os componentes curriculares, foi o segundo tópico mais abordado tendo 6 menções nas respostas dos estudantes durante as entrevistas ocorridas com 7 estudantes no dia 27 de janeiro de 2025 na UFRN e traz os resultados parciais da pesquisa até o momento em que as disciplinas foram cursadas pelos estudantes. A dificuldade em conciliar a teoria academicista da universidade com a prática pedagógica praticada nas comunidade, está entre as principais críticas apresentadas pelos estudantes. Os participantes relataram uma sobrecarga teórica a partir das leituras e discussões de textos acadêmicos e a ausência de experiências formativas que dialoguem diretamente com a realidade das escolas indígenas. Embora reconheçam a importância do embasamento teórico, os professores enfatizam a necessidade de um currículo que dialogue diretamente com as realidades pedagógicas trabalhadas nos seus territórios. Para eles, práticas como atividades em campo, visitas às aldeias e inserção em contextos reais de ensino-aprendizagem são essenciais para a formação crítica e culturalmente situada do professor indígena. Os estudantes manifestaram preocupação com a pouca vivência da prática oferecida até o momento, o que tensões entre o conhecimento teórico transmitido na universidade e as necessidades concretas do trabalho docente em contextos indígenas.

Um dos relatos destaca que: "Está sendo excelente, estou adquirindo muito conhecimento... mas falta só a prática porque até agora é só teoria". Os estudantes sugerem uma formação mais contextualizada e experiencial, que dialogue com os saberes das comunidades. Uma das estudantes fez a seguinte proposição: "A didática em sala de aula deveria ser mais prática, mais dinâmica, como fazemos com nossas crianças".

A partir dessa perspectiva, a prática pedagógica é entendida como um processo que extrapola os limites físicos da sala de aula, os docentes apontam a floresta,

os rios e os espaços comunitários como verdadeiros ambientes de aprendizagem, nos quais os estudantes se apropriam de conhecimentos por meio da oralidade, da vivência e da relação simbólica com o território. Essa concepção amplia a noção tradicional de currículo e desafia a lógica ocidental de escolarização baseada em conteúdos fragmentados e transmissivos. Segundo Candau (2008), o currículo em uma proposta intercultural deve ser construído de forma dialógica e participativa, respeitando os saberes dos sujeitos e suas formas próprias de construir conhecimento. Essa ideia encontra eco nas falas dos professores, que reivindicam maior protagonismo na definição dos componentes curriculares, bem como maior valorização de conteúdos que estejam diretamente relacionados à realidade das comunidades.

Para eles, o ensino da língua materna, da história local, das práticas culturais e dos saberes ambientais deve ocupar lugar central na estrutura curricular, de forma integrada e interdisciplinar. Um dos pontos mais críticos levantados pelos entrevistados refere-se à desproporcional atenção dada à língua portuguesa em detrimento da língua indígena. Há uma insatisfação evidente com o foco em disciplinas que trabalham aspectos fonéticos e gramaticais da língua portuguesa sem a devida contextualização com os usos cotidianos e a oralidade das línguas indígenas. Tal abordagem acaba reforçando um modelo assimilacionista, em que a língua do colonizador continua sendo hegemônica, mesmo dentro de um curso voltado à valorização da diversidade cultural. Essa visão é corroborada pelos docentes ao relatarem que o ensino deve ser feito “fora da sala”, junto à natureza, aos pés das árvores, nos rios, nos espaços sagrados essa pedagogia ambiental e territorial é não apenas metodológica, mas ontológica: ela reconhece o território como sujeito educativo. Em suma, a construção de um currículo intercultural exige, portanto, o diálogo constante entre universidade e comunidade, entre teoria e prática, entre ciência ocidental e saber tradicional. É nesse entrelaçamento que emerge uma educação verdadeiramente indígena, capaz de formar sujeitos comprometidos com a transformação de suas realidades e com a preservação de suas identidades.

A crítica à pedagogia colonial relacionada a construção de um currículo não diferenciado para as escolas indígenas também foi recorrente nas falas dos professores. Como afirma Maria Aparecida Bergamaschi (2015), se torna necessário romper com a ideia de que o conhecimento escolar é neutro e universal, e reconhecer que ele é atravessado por relações de poder, desigualdades e exclusões históricas. No mesmo caminho, Carlos Rodrigues Brandão (2002) reforça a ideia de que toda prática educativa está atravessada por uma dimensão cultural. Para ele, os saberes populares e tradicionais não devem ser tratados como conteúdos folclóricos ou periféricos, mas como estruturas epistemológicas completas, com lógica própria e formas específicas de significar o mundo. O autor vai defender uma educação popular que seja capaz de dialogar com as realidades culturais dos sujeitos e romper com o modelo autoritário de ensino imposto pela sociedade.

Neste contexto, embora prevista no discurso institucional, é percebida como superficial quando não estabelece vínculos reais e consistentes com a vida comunitária e o território. Munduruku (2002) chama a atenção para o

epistemicídio sofrido pelos povos indígenas, cujo conhecimento foi historicamente deslegitimado pelo sistema educacional brasileiro. Em sua obra, ele defende que o conhecimento indígena é igualmente racional, embora se organize de maneira distinta dos padrões ocidentais, e que deve ocupar lugar de destaque nas políticas educacionais e nos currículos escolares.

As entrevistadas apontam a ausência de práticas que envolvam de fato as aldeias e a realidade concreta dos povos indígenas. Uma das professoras expressa essa inquietação ao afirmar: “A gente sempre tenta relacionar o que está na base comum curricular com a nossa realidade”. Essa fala explicita a necessidade de uma abordagem intercultural que ultrapasse os marcos da teoria e se enraíze nas vivências cotidianas e nas especificidades locais. A crítica mais profunda, porém, emerge da constatação de que a estrutura curricular ainda se mantém ancorada em uma visão homogeneizante dos povos indígenas. Parte dos conteúdos e metodologias parece operar com uma concepção genérica do que é “ser indígena”, ignorando as singularidades culturais, linguísticas e sociais de cada povo. Fazer e pensar a educação escolar indígena é entrelaçar conhecimentos básicos das diversas áreas, não de modo integracionista, negando as especificidades de cada comunidade, mas de modo que permita uma educação para as populações indígenas que as respeitem e dialoguem para a interculturalidade (SILVA et al., 2024). Como destaca outra professora: “Por sermos indígenas, acham que todo mundo tem os mesmos hábitos e costumes, e não é. Cada comunidade tem sua vivência diferente, sua cultura diferente”. Nesse contexto, como propõe Cunha (2009), produz-se uma “ cultura” (com aspas) que é utilizada em políticas étnicas que visam à afirmação da diferença por meio de enunciados a respeito da identidade. Essa afirmação denuncia uma das marcas da pedagogia colonial: a redução da diversidade à uniformidade, anulando as identidades múltiplas em nome de uma suposta “essência indígena” homogênea. De acordo com Mignolo (2008), descolonizar a pedagogia significa desobedecer epistemicamente aos marcos eurocêntricos e abrir espaço para formas outras de ensinar, aprender e construir conhecimento. Essa desobediência, porém, precisa ser acompanhada de uma escuta atenta às lideranças indígenas, aos professores de notório saber, aos anciãos e às comunidades, que são os verdadeiros detentores dos saberes ancestrais. Os professores reivindicam exatamente isso: um currículo que seja co-construído com as comunidades, e não imposto de fora. Há, portanto, um pedido constante para que o Ministério da Educação se estruture a partir das demandas locais, respeitando o princípio da autodeterminação dos povos indígenas na construção de seus próprios projetos educativos. Além disso, há uma crítica contundente à própria estrutura do tempo escolar. A separação rígida entre disciplinas e a organização do tempo acadêmico em bimestres fixos nem sempre se ajusta à lógica das comunidades, que vivem em ciclos, rituais e movimentos sazonais. Portanto, as críticas à pedagogia colonial expressas nas falas das entrevistadas não são apenas técnicas ou administrativas; elas são ontológicas, epistemológicas e políticas. São críticas que visam desestabilizar os fundamentos do modelo educacional moderno-colonial e propor outras formas de pensar e fazer educação.

A última categoria citada na entrevista se relaciona às expectativas quanto ao curso e à formação oferecida pela universidade. As expectativas apontadas pelas entrevistadas vão além da aquisição de conteúdos acadêmicos. Eles esperam que a formação universitária seja instrumento de transformação, tanto em nível pessoal quanto coletivo, um dos professores sintetiza esse sentimento ao afirmar: “A expectativa é justamente essa: que o curso proporcione a nós e às demais comunidades conhecer, vivenciar, para que a gente possa aprender junto”. Esse desejo por um aprendizado coletivo, experiencial e situado evidencia a importância de uma pedagogia que valorize o território, a memória e os saberes ancestrais como fundamentos da prática educativa. Há, ainda, uma expectativa expressa quanto à possibilidade de ressignificar a atuação docente a partir das aprendizagens desenvolvidas no curso. Os professores compreendem que sua formação acadêmica deve dialogar com as realidades vividas nas aldeias, o que exige do currículo universitário uma estrutura flexível, permeável às demandas das comunidades. Portanto, as expectativas em relação à formação universitária se articulam em múltiplas dimensões: a dimensão formativa, que busca o aprimoramento do fazer docente; a dimensão política, que reconhece a educação como espaço de luta e resistência; e a dimensão cultural, que demanda o reconhecimento da diversidade étnica, linguística e territorial. Os professores não concebem a universidade como um espaço neutro, mas como um lugar onde se constroem alianças, se afirmam identidades e se projetam futuros para seus povos. Os cursos de formação de professores indígenas precisam ser entendidos como parte de um processo mais amplo de reexistência, no qual a presença indígena na universidade representa um ato de afirmação, de denúncia e de proposição.

Conclusão

A formação de professores indígenas no contexto da Licenciatura em Educação Intercultural Indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Norte não representa apenas um avanço educacional, mas uma afirmação política, cultural e epistêmica dos povos originários. A experiência dos docentes Potiguara Catu, analisada nesta pesquisa, evidencia que o ingresso na universidade é atravessado por lutas coletivas e por um profundo desejo de transformar a realidade educacional das comunidades indígenas por meio de uma prática docente mais crítica, situada e culturalmente significativa. As narrativas dos professores demonstram que, embora o curso oferecido pela universidade represente um espaço de oportunidades formativas, ele também carrega desafios estruturais e epistemológicos relacionados à persistência de uma pedagogia ainda marcada por resquícios coloniais. As críticas dirigidas à ausência de práticas pedagógicas contextualizadas, à sobrecarga teórica e à padronização dos currículos indicam que a efetiva construção de uma educação verdadeiramente intercultural ainda demanda a reconfiguração das estruturas acadêmicas, curriculares e institucionais. Os dados apontam para a urgência de um currículo co-construído com as comunidades, em diálogo com as lideranças, os anciãos e os professores de notório saber. O território deve ser concebido

como espaço pedagógico, e os saberes tradicionais devem ocupar lugar central no processo formativo, em condições de equidade com os saberes acadêmicos. Nesse sentido, a construção de uma pedagogia decolonial, comprometida com a resistência dos povos indígenas e com a produção de outros modos de conhecer, ensinar e aprender. As expectativas expressas pelas professoras evidenciam uma formação que se projeta para além do individual, alcançando os projetos coletivos de autodeterminação, fortalecimento cultural e sustentabilidade territorial de suas comunidades. Assim, a educação escolar indígena, compreendida como prática social e política deve ser orientada por princípios de autonomia, diversidade e justiça epistêmica. A presença dos povos indígenas na universidade, como estudantes, professores e pesquisadores, representa uma potência transformadora capaz de reconfigurar os modos tradicionais de produção do conhecimento e de construir, a partir da interculturalidade crítica, uma nova universidade mais plural, democrática e sensível às múltiplas formas de existência e resistência.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Saberes e culturas na educação: desafios e possibilidades. Campinas: Papirus, 2015.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola kaingang. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882010000200004>. Acesso em: 08 jul. 2025.

CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRUPIONI, L. D.B. Quando a Antropologia se defronta com a Educação: formação de professores índios no Brasil. Pró-Posições (Unicamp. Impresso), v.24, p. 69-80, 2013

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. Revista X, V. 16 N. 1.Dossiê - Estudos Especiais - Estudos decoloniais, 2021

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 2002.

OIT. Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Aprovada em 27 de junho de 1989; promulgada no Brasil em 2004. Artigos 27

Silva, L. M. da, Vieira, J. G., Silva, M. L. da, Brandão, D. S., Oliveira, J. M. R. de, & Linhares, S. T. P. (2024). Educação intercultural e material didático: diagnóstico da educação escolar indígena do Rio Grande do Norte. Caderno Pedagógico, 21(3), e3514.

CÓDIGO: HS1329

AUTOR: ANA ELISA PEREIRA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: MELISSA DOS SANTOS LOPES

TÍTULO: Depois da Fronteira – preparação, processo de criação e registro.

Resumo

O relatório compreende o período de minha pesquisa, que foi realizada entre os meses de agosto de 2024 a agosto de 2025. A princípio, a investigação tinha como propósito, o acompanhamento de um processo criativo que vem sendo vivenciado pelas coordenadoras do Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscaras. Mas, por ser um espaço voltado à pesquisa, extensão, ações pedagógicas e eventos acadêmicos interdisciplinares e espaço de intercâmbio artístico-pedagógico, a investigação adquiriu novos desdobramentos. Dentre as propostas para o ano de 2025, as ações extensionistas se tornaram protagonistas e diversas oficinas foram ofertadas dentro do projeto “Porta Vermelha”, e graças a esse evento, pude exercer de forma mais contundente meu papel de professora-artista. Nesse texto, pretendo abordar a minha atuação enquanto docente do curso de iniciação teatral “Se Jogue na Cena” e as práticas teatrais que foram abordadas durante essa atividade formativa. Espero com esse relato, contribuir com uma das linhas de pesquisa do Laboratório, que consiste em refletir sobre as Práticas Pedagógicas e Formação de Artistas-Docentes, tendo como base a articulação teatro-educação, em processos educativos, atividades artístico-pedagógicas e suas contribuições para a construção de saberes no âmbito da formação continuada de artistas-docentes.

Palavras-chave: teatro, iniciação teatral, extensão, labmask

TITLE: Se jogue na cena: a iniciação teatral como prática docente transformadora.

Abstract

This report covers the period of my research, which was conducted between August 2024 and August 2025. Initially, the purpose of the investigation was to monitor a creative process being experienced by the coordinators of the Laboratory of Experiments in Acting and Masks. However, as a space dedicated to research, outreach, pedagogical initiatives, interdisciplinary academic events, and artistic-pedagogical exchange, the investigation took on new developments. Among the proposals for 2025, outreach initiatives took center stage, and several workshops were offered within the "Porta Vermelha" project. Thanks to this event, I was able to more effectively exercise

my role as a teacher-artist. In this text, I intend to discuss my work as a teacher of the introductory theater course "Se Jogue na Cena" and the theatrical practices that were addressed during this training activity. With this report, I hope to contribute to one of the Laboratory's research lines, which consists of reflecting on Pedagogical Practices and the Training of Artist-Teachers, based on the articulation of theater and education, in educational processes, artistic-pedagogical activities and their contributions to the construction of knowledge within the scope of the continuing education of artist-teachers.

Keywords: theater, theatrical initiation, extension, labmask

Introdução

Meu primeiro contato com oficinas de iniciação teatral se deu por meio da oficina de iniciação teatral "Se Jogue na Cena", que foi realizada no ano de 2023, num período anterior à essa pesquisa de Iniciação Científica. Naquele período, eu conduzi a oficina, junto a outros dois colegas do curso de Licenciatura em Teatro, a saber Amanda Lua Rosa e Matheus Neves, sob orientação da Profa. Dra. Melissa dos Santos Lopes, orientadora dessa pesquisa de IC. Esse foi meu primeiro contato com participantes que ainda não haviam vivenciado a linguagem teatral, então busquei propor jogos teatrais que estimulavam a conexão em grupo, a confiança, a imaginação, o estímulo dos sentidos e a criação de cenas. Estas práticas criaram um ambiente poroso, disponível e seguro para a elaboração de cenas curtas, em que todos puderam participar como atores e atrizes. Nós, condutores, disponibilizamos alguns contos do escritor brasileiro, Luis Fernando Verissimo (1936-2025). A partir de algumas leituras coletivas, os alunos definiram um fio condutor dramático, as personagens e a estrutura dramática da peça. Ao longo dos ensaios construímos um exercício cênico que ganhou o nome "Definições". A equipe trabalhou junto aos participantes da oficina, na definição dos figurinos, na escolha da sonoplastia, construção dramática, no trabalho de criação das personagens e estudo de texto. A orientação final ficou a cargo da professora Melissa Lopes e as demais funções, como a contrarregragem foi realizada por Amanda Lua, e a operação da sonoplastia, por mim, Ana Elisa do Nascimento. Tanto essa primeira experiência quanto a oficina que foi ministrada no primeiro semestre de 2025, foram divulgadas por meio de cartazes distribuídos no campus da UFRN, em alguns equipamentos culturais da cidade de Natal e nas redes sociais do laboratório e de outros setores da Universidade. Graças a essa divulgação, o público alcançado foi diverso, com discentes de outros cursos e pessoas sem vínculo institucional com a UFRN. Foi muito interessante acolher pessoas tão distintas e bastante interessadas na linguagem teatral. Com o grupo formado, o segundo passo foi organizar o plano de aula de cada um dos encontros. A organização de cada encontro consistia em oferecer aspectos como: consciência corporal, interação com o outro, relação com o espaço, trabalho coletivo, sensibilização, exercícios de confiança, estímulo aos cinco sentidos, à imaginação, a improvisação e, por fim, a elaboração de cenas teatrais. Nesse primeiro momento, trabalhamos principalmente jogos teatrais, com base na metodologia do encenador, dramaturgo e pedagogo brasileiro Augusto Boal (1931-2009), e da teatróloga e diretora norte americana Viola Spolin (1906-1994). Mas, soma-se a esses conteúdos a minha própria vivência nas aulas de "Jogo e Cena I e II", componentes curriculares obrigatórios do projeto pedagógico do curso de Teatro. Além de práticas teatrais,

desenvolvemos com os alunos, a criação de cenas, a partir de pequenos estímulos conduzidos por mim e pela outra bolsista do Laboratório, Nathalia Souto e, às vezes sugeridos pelos próprios alunos. A oficina aconteceu no Departamento de Artes, no formato de quatro encontros, com carga horária total de oito (8) horas, sendo duas (2) horas semanais.

Metodologia

A proposta para as aulas, como eu disse anteriormente, teve como base algumas proposições dos pesquisadores em teatro, Augusto Boal e Viola Spolin. A primeira aula é o momento de estabelecer uma conexão entre o participante e esse novo lugar e com outras pessoas, a fim de proporcionar novas experiências. No livro “Treinamento para sempre” do encenador pedagogo ucraniano, Jurij Alschitz, o autor relaciona a importância da apresentação do nome próprio, a uma porta para o universo do outro. Segundo o autor, ao dizer o nome do seu colega, já se estabelece um conceito energético, pois o nome carrega a individualidade, a biografia, a cultura, o intelecto e seu potencial emotivo, entre outras coisas. (Alschitz, 2017, p.16) Os alunos que participaram das oficinas, não tinham contato prévio com o fazer teatral, em sua maioria, porém, durante a vivência, todos estavam porosos e dispostos a participar inteiramente dos exercícios. A partir da disponibilidade dos alunos, pude seguir um roteiro de aula que manteve uma estrutura similar durante todos os dias de oficina e, que consistia em um momento de aproximação e confiança. Então, desenvolvi exercícios de alongamento e respiração para estabelecer um bom nível de concentração, foco e relação com o tempo presente. Essa estrutura cria a possibilidade de construir um espaço para a escuta, momentos em que o participante podia ouvir a si e ao outro. Essa prática se tornou um hábito rotineiro, então foi um processo natural, verbalizar nossas potências e compreender nossas limitações na conversa que realizamos após cada final de encontro. Após essa primeira parte do trabalho, o foco era aquecer os corpos para prepará-los para a criação das cenas. Sobre o aquecimento, a pedagoga teatral norte americana, Viola Spolin defende em seu livro, “O jogo teatral no livro do diretor” (2001), que: (...) ‘aquecimentos regulares são sempre recomendados antes do ensaio. Os aquecimentos removem quaisquer distrações exteriores que os jogadores possam trazer consigo. Os aquecimentos aquecem! Eles fazem o sangue circular. Os aquecimentos no final de um ensaio com pouca energia, por outro lado, levantam o espírito; eles ajudam a amadurecer a peça e os atores. Os aquecimentos tornam tudo presente para todos. Eles ajudam a superar as diferenças pessoais’ (SPOLIN, 2001, p. 46) No momento seguinte, conduzi jogos teatrais, que trabalham a escuta, o foco, a atenção, a integração do grupo, a percepção de si, e do outro. Estas competências definem muitas vezes como um aluno se conecta ao lugar, e as pessoas que o rodeiam. Segundo Larrosa, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça” (BONDÍA, 2002, p.21). Larrosa enfatiza que a experiência não é apenas um evento passivo, mas sim um processo dinâmico e transformador que envolve a subjetividade da consciência do indivíduo. Porém, a informação é quase contrária à experiência. A noção de experiência, segundo Larrosa, vai além dos acontecimentos; ela implica em algo que nos atravessa, afeta e também nos transforma. O contraste da experiência e a informação, nos leva a entender que o teatro permite uma vivência

sensível; permite que algo realmente nos aconteça, abrindo espaço para um aprendizado subjetivo, rompendo com as expectativas alheias, pois sua descoberta é única e intransponível.

Resultados e Discussões

Na primeira experiência, em 2023, tivemos uma turma diversa, onde havia alunos oriundos de outros cursos de graduação, professores da UFRN, e comunidade externa, que tiveram conhecimento do curso através das mídias sociais do laboratório Labmask. A própria configuração do curso de iniciação teatral *Se jogue na cena*, acontecia num formato diferente. Para aquele primeiro momento, pensamos um curso semestral, em que a mesma turma podia realizar a preparação de um exercício de cena, ao longo deste período. Nesse sentido, a equipe docente discutiu semanalmente o que havia sido mais proveitoso, quais tinham sido as dificuldades, as inquietações trazidas pelos alunos, e caso fosse necessário, o planejamento era revisto, tendo em vista o acompanhamento da turma nas atividades propostas. Esse formato permitiu que os alunos tivessem um tempo maior para se desenvolverem individualmente e coletivamente. O período de seis meses gerou laços de amizade e uma relação de afeto e cumplicidade entre os participantes. Por outro lado, foi muito desafiador. Ao longo de seis meses é difícil manter o grupo presente em todos os encontros, desse modo, parte dos alunos precisaram se afastar das aulas, ou faltar em algumas aulas, o que prejudica a continuidade das atividades. Antes de lançar a proposta dessa segunda oficina, colocamos as dificuldades encontradas numa oficina com tempo expandido e por isso, revimos o formato desse projeto. O nosso foco para o ciclo de oficinas, baseava-se principalmente em oferecer práticas teatrais introdutórias, que tinham como foco, a expressão corporal, a projeção vocal, a respiração, e os primeiros contatos com técnicas de improvisação de cena. Então, em quatro semanas os alunos puderam experienciar todas estas vertentes, e ao mesmo tempo, conseguimos manter um grupo coeso e, percebemos que o entrosamento por parte dos alunos, não foi prejudicado. Pudemos observar inclusive, que não houve muitas ausências e ao final, a turma demonstrou interesse em continuar esta vivência artística. No primeiro semestre de 2025, o projeto *Porta Vermelha* realizou três ciclos de oficinas teatrais, com enfoques distintos, sendo eles, *Se jogue na cena!*, voltado à iniciação teatral, *Introdução à interpretação no audiovisual* e *Bufões - o corpo do exagero e da crítica*. O grupo que se formou no primeiro ciclo de oficinas, permaneceu conosco durante todo o período de atividades, ou seja, se inscreveu nas oficinas subsequentes e, ao final, solicitaram que o Labmask desse continuidade a essa ação formativa no segundo semestre de 2025. Oferecer esse tipo de vivência artística traz benefícios que são para além do aprendizado em sala de aula, pois ao participar, a comunidade se interessa por ir ao teatro, se aproximar e conhecer a cena pulsante dos fazedores culturais da cidade de Natal, que infelizmente ainda encontram barreiras de divulgação e acesso. O grupo de whatsapp que criamos para facilitar o contato com os participantes, além de tratar de questões diretamente ligadas aos encontros, serviu como um importante canal de divulgação de espetáculos teatrais, curtas metragens, festivais e eventos culturais como um todo. O Laboratório de Experimentos em Atuação e Máscaras se comprometeu a pensar atividades que abordassem os desejos da equipe em como continuar e aperfeiçoar nossas práticas docentes. E nesse empenho coletivo, foi possível criar uma segunda edição do Projeto *Porta Vermelha*, que teve início no mês de agosto e que prevê a oferta de diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão para

toda a comunidade. Dentre as mais de dez atividades que serão ofertadas de agosto a dezembro de 2025, será possível viabilizar a continuidade desta oficina de iniciação teatral, graças à aprovação desse projeto no edital 004/2025 - UFRN/Proex, referente ao processo seletivo para propostas de cursos de extensão vinculados ao Programa Caravana Cultural.

Conclusão

Desta vez, a edição do curso Se Jogue na Cena!, terá um ponto de partida ainda mais desafiador, pois 50% das vagas serão direcionadas a estudantes e professores (as) de escolas públicas da cidade de Natal. As aulas acontecerão entre os meses de setembro a dezembro, com encontros síncronos e assíncronos onde também teremos estudo de textos teóricos e leituras de dramaturgias teatrais. Em virtude dos fatos mencionados, podemos dizer que, o projeto Porta Vermelha vem demonstrando um enorme potencial transformador, a partir do ensino-aprendizagem desenvolvido nestas práticas teatrais. Por meio das oficinas, os participantes têm adquirido fundamentos essenciais para a formação humana, o espírito de coletividade, a imaginação e a resolução de problemas que surgem a partir de experiências lúdicas. As oficinas práticas evidenciaram o interesse dos alunos pela prática teatral. Diante disso, o projeto vem amadurecendo constantemente, e expandindo seu público a medida que, nessa segunda edição deseja abraçar outras realidades. Com o apoio do projeto “Caravana Cultural” (PROEX) vamos desenvolver um trabalho ainda mais sensível, e desse modo, reafirmar o nosso compromisso em promover caminhos de acesso à arte, oferecer atividades de formação de qualidade e acessíveis a todos, fortalecer a cultural local e diminuir a distância entre a Universidade e a comunidade.

Referências

ALSCHITZ, Jurij. Treinamento para sempre, 2017, São Paulo: Editora Perspectiva.

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. 1. ed. Sesc São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2015.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.

SPOLIN, Viola. O jogo teatral no livro do diretor. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CÓDIGO: HS1339

AUTOR: LARYSSA OLIVEIRA CAMPOS

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Os Outros do reconhecimento: uma virada perspectivista na Teoria do Reconhecimento

Resumo

Os estudos sobre os efeitos das viradas ontológicas evidenciam a relevância do perspectivismo ameríndio para a teoria social contemporânea. Autores como Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze de Lima demonstram como a relação entre alteridade e outros modos de existência desafia os limites do pensamento moderno. Paralelamente, a Teoria Crítica do Reconhecimento de Axel Honneth, propõe compreender os conflitos sociais como lutas por reconhecimento, articulando três esferas fundamentais: amor, respeito e solidariedade. Esse modelo relacional supera concepções atomistas da subjetividade, mas permanece restrito ao horizonte humano, excluindo não humanos de qualquer possibilidade de agência. É nesse ponto que o perspectivismo ameríndio oferece um novo horizonte, pois para diversos povos amazônicos, animais e espíritos compartilham humanidade, diferenciando-se apenas pelas formas corporais. Essa concepção, o multinaturalismo, implica uma simetria ontológica que dissolve a cisão entre natureza e cultura e questiona a centralidade exclusiva do humano, e ao postular que todos os seres possuem agência, o perspectivismo contribui para uma crítica ao antropocentrismo e à “monarquia ontológica” moderna. Assim, a pesquisa busca investigar em que medida o diálogo entre a teoria do reconhecimento e o perspectivismo ameríndio pode atualizar os limites da teoria crítica, ampliando o escopo das relações de reconhecimento para incluir múltiplos seres que coabitam e compõem o mundo.

Palavras-chave: Perspectivismo.Reconhecimento.Axel Honneth.Viveiros de Castro

TITLE: The Others of Recognition: A Perspectivist Turn in the Theory of Recognition

Abstract

Studies on the effects of the ontological turns highlight the relevance of Amerindian perspectivism for contemporary social theory. Authors such as Eduardo Viveiros de Castro and Tânia Stolze de Lima demonstrate how the relationship between alterity and other modes of existence challenges the limits of modern thought. In parallel, Axel

Honneth's Critical Theory of Recognition seeks to understand social conflicts as struggles for recognition, articulated through three fundamental spheres: love, respect, and solidarity. This relational model overcomes atomistic conceptions of subjectivity, yet it remains restricted to the human horizon, excluding non-humans from any possibility of agency. It is at this point that Amerindian perspectivism offers a new horizon, since for many Amazonian peoples, animals and spirits share humanity, differing only in their bodily forms. This conception, known as multinaturalism, implies an ontological symmetry that dissolves the division between nature and culture and questions the exclusive centrality of the human. By postulating that all beings possess agency, perspectivism contributes to a critique of anthropocentrism and of the modern "ontological monarchy." This research, therefore, aims to investigate to what extent the dialogue between the theory of recognition and Amerindian perspectivism can update the limits of critical theory, expanding the scope of recognition to include the multiple beings that co-inhabit and compose the world.

Keywords: Perspectivism. Recognition. Axel Honneth. Viveiros de Castro

Introdução

Os estudos recentes sobre os efeitos das chamadas viradas ontológicas têm revelado a vitalidade e o potencial heurístico do perspectivismo ameríndio, sobretudo a partir das contribuições de Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze de Lima. Esses autores demonstram como a relação entre alteridade e modos distintos de existência não apenas desafia os limites do pensamento moderno, mas também oferece novas ferramentas para repensar questões centrais da teoria social contemporânea. Nesse horizonte, destaca-se a Teoria Crítica do Reconhecimento formulada por Axel Honneth, que tem sido fundamental para compreender a gramática moral dos conflitos sociais atuais. A aproximação entre essas duas tradições teóricas – o perspectivismo ameríndio e a teoria do reconhecimento – constitui o eixo central da presente investigação. Honneth, ao revisitar os escritos do jovem Hegel, propõe uma teoria da luta por reconhecimento que atualiza a crítica da reificação, deslocando-a para o campo das relações intersubjetivas. Seu modelo, baseado em três esferas de reconhecimento – amor, respeito e solidariedade – busca superar concepções atomistas de subjetividade, como aquelas fundadas na oposição sujeito/objeto. Ao enfatizar a intersubjetividade, Honneth confere caráter relacional às dinâmicas sociais, permitindo compreender a agência como fruto de interações entre sujeitos. No entanto, permanece em sua formulação um limite importante: apenas os seres humanos são concebidos como sujeitos de reconhecimento. Assim, quem não detém o estatuto ontológico de humano é automaticamente desprovido de agência. Surge então, uma questão central: seria possível conceber relações de reconhecimento que ultrapassem a exclusividade humana? O perspectivismo ameríndio sustenta a concepção de multinaturalismo: tomar o ponto de vista do outro significa adentrar um mundo que lhe é próprio. A etnografia de Viveiros de Castro mostrou, por exemplo, como nos ritos antropofágicos os cantos incorporavam o ponto de vista dos inimigos, revelando uma alteridade radical que se efetiva por processos de transmutação de perspectivas. Nesse contexto, o "eu" se define pelo "outro" no próprio ato de incorporá-lo e tal concepção implica a unidade do espírito entre todos os seres e a diversidade dos corpos como expressão dessa pluralidade. O perspectivismo, portanto, renova a teoria social e a antropologia contemporânea ao dessubstancializar as

fronteiras entre natureza e cultura, problematizar a noção ocidental de pessoa e propor uma concepção pós-antropocêntrica de agência. Entre povos amazônicos os animais, os peixes, os espíritos e mesmo os elementos da paisagem – rios, rochas, florestas – são concebidos como parentes, dotados de alma e co-agentes em uma mesma humanidade compartilhada e essa humanidade, no entanto, só se torna visível a partir da perspectiva relacional: o moderno percebe um porco ou uma onça como animal, predador ou caça, enquanto, para os indígenas, esses seres são humanos em sua própria forma de percepção. Nesse sentido, o multinaturalismo ameríndio sugere que o reconhecimento não deve se limitar à esfera humana, mas pode ser expandido para múltiplos agentes que coabitam e compõem o mundo. A noção de ponto de vista, central ao perspectivismo, implica que só há mundo para alguém; portanto, dissolver a cisão entre natureza e cultura é também romper com a hierarquia que coloca o humano no topo da ontologia. Diante dessas considerações, esta pesquisa busca investigar em que medida o diálogo entre a teoria do reconhecimento e o perspectivismo ameríndio permite atualizar e superar o pano de fundo antropocêntrico presente na teoria crítica de Honneth. O objetivo é argumentar que o estatuto de humanidade pode ser compreendido como variável e pragmático, abrindo espaço para pensar formas de reconhecimento que incluam não apenas os humanos, mas também animais, espíritos e demais seres que participam ativamente da composição do mundo.

Metodologia

Como um todo, a presente investigação vai envolver dois grandes momentos exploratórios e analíticos. O primeiro momento compreende um trabalho de “revisão sistemática” (Koller; Couto; Hohendorff, 2014, p.40), isto é, um levantamento da literatura especializada sobre a temática das múltiplas ontologias e sua recepção nos desenvolvimentos clássicos e contemporâneos da teoria social. Livros e artigos publicados em periódicos científicos (Qualis A1, A2 e B1) nacionais e internacionais serão considerados as principais fontes de consulta e pesquisa. Depois de revisar a literatura clássica e contemporânea das ciências sociais, procuramos atualizar os temas do “pluralismo ontológico” e dos “afetos políticos” de um quadro conceitual renovado de uma teoria da sociedade orientada normativamente. De maneira geral, acreditamos que a reconstrução e atualização da teoria social em novos fundamentos metateóricos que sejam sensíveis ao pluralismo ontológico possibilitará uma compreensão mais adequada dos dilemas e impasses atuais presentes das sociedades democráticas contemporâneas. Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma “atualização sistemática” que procura integrar os meios analíticos da “história dos conceitos” (Koselleck, 2020), do método de “reconstrução teórica” (Habermas, 2016; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Mais que isso, além de empregar a atualização e a reconstrução pretende-se estabelecer uma “fusão de horizontes” (Gadamer, 1999) entre o conceito ou texto que está sendo trabalhado e o mundo do qual ele parte com a nossa visão de mundo e o local de onde estamos lendo-o com o intuito de localizar como determinadas ideias se relacionam com determinado “horizonte” ou tempo histórico. Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus

(1976) [2015] e também em Axel Honneth nas suas obras *Kampf um Anerkennung* (1992) [2003] e *Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie* (2006) [2018]. Logo, a definição habermasiana da abordagem teórico-reconstrutiva, assim entendemos, é semelhante ao que Georg Ritzer (2010) tipificou como sendo uma “metateorização de tipo Mp”, isto é, a abordagem teórica que procura refazer e atualizar determinadas teorias ou conceitos de modo a torná-los capazes de responder às exigências teórico-epistemológicas e empírico-práticas do conhecimento científico contemporâneo. A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos, a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos clássicos e contemporâneos.

Resultados e Discussões

Os dados apresentados nesta etapa da pesquisa foram obtidos principalmente por meio de uma revisão bibliográfica comparativa entre duas tradições teóricas: a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth, e o Perspectivismo Ameríndio, de Eduardo Viveiros de Castro. Essa revisão foi organizada em torno de três eixos: (i) reconstrução das esferas do reconhecimento em Honneth; (ii) exposição dos fundamentos do perspectivismo e do multinaturalismo; (iii) identificação de tensões e convergências entre ambas as abordagens.

No campo da teoria crítica, o levantamento das obras de Axel Honneth evidenciou o papel central das três esferas de reconhecimento – amor, respeito e solidariedade – como dimensões constitutivas da identidade e da justiça social. Os dados coletados destacam que, embora a teoria possua grande poder explicativo para os conflitos sociais contemporâneos, ela permanece ancorada em um horizonte antropocêntrico: apenas seres humanos podem ser reconhecidos como sujeitos.

No campo da antropologia, os dados obtidos a partir da obra de Viveiros de Castro demonstram que o perspectivismo ameríndio, longe de constituir apenas um aporte etnográfico, constitui uma ontologia relacional robusta. Essa ontologia estabelece que todos os seres – humanos, animais, espíritos – compartilham uma humanidade comum, ainda que se diferenciem pelos corpos. A categoria de multinaturalismo evidencia, assim, que a unidade do espírito convive com a multiplicidade das formas corporais.

O confronto inicial dos dados revelou que, enquanto a teoria do reconhecimento está circunscrita às relações inter-humanas, o perspectivismo ameríndio amplia o escopo da agência e da pessoa para seres não-humanos. Essa assimetria apontou para a principal lacuna a ser investigada: a possibilidade de uma teoria do reconhecimento não restrita ao antropocentrismo.

O cotejo dos dados coletados com a literatura evidencia tanto divergências quanto possibilidades de aproximação entre os dois paradigmas.

Do lado da teoria crítica, Honneth (2003) afirma que a constituição da identidade depende de interações intersubjetivas mediadas pelo reconhecimento. Como observa em

diálogo com Mead e Hegel, é no amor, no direito e na solidariedade que se estruturam as condições de justiça social. Contudo, como apontam intérpretes críticos (Butler, Fraser), a teoria mantém-se presa a uma ontologia do sujeito humano, incapaz de incluir formas de alteridade não-humanas.

Já o perspectivismo ameríndio, formulado por Viveiros de Castro (2002), rompe com a monarquia ontológica moderna ao reconhecer que animais e espíritos também possuem agência e humanidade em suas próprias perspectivas. Essa ontologia é reforçada pelas contribuições de Descola (2005), que contrapõe naturalismo e animismo, e de Latour (1994), que denuncia o “grande divisor” entre natureza e cultura.

O confronto mostra que, enquanto Honneth promove a igualdade relacional entre sujeitos humanos, Viveiros de Castro expande a noção de sujeito para além da humanidade. O ponto de convergência entre ambos é a crítica a modelos atomistas e hierárquicos, privilegiando relações e sua divergência está no limite ontológico: Honneth reconhece apenas humanos, enquanto o perspectivismo reconhece humanos e não-humanos.

Essa análise confirma a hipótese inicial do plano de trabalho: a teoria do reconhecimento pode ser enriquecida se dialogar com a ontologia ameríndia. O resultado não seria abandonar Honneth, mas expandi-lo, incorporando formas de agência que desafiam o antropocentrismo e tal movimento é coerente com propostas de autores decoloniais (Krenak, Povinelli) que reivindicam cosmologias inclusivas como resposta às crises do Antropoceno.

Conclusão

A pesquisa anteriormente delineada tinha como eixo a interlocução entre a Teoria Crítica do Reconhecimento, sobretudo em Axel Honneth, e o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro. Seu mérito esteve em evidenciar a insuficiência de uma teoria que, embora relacional e intersubjetiva, permanecia restrita ao horizonte humano, e em propor um deslocamento a partir do multinaturalismo indígena para pensar relações que ultrapassem o antropocentrismo.

A nova agenda, entretanto, avança ao se desprender do enquadramento normativo da teoria do reconhecimento e abrir espaço para uma análise comparativa entre duas matrizes conceituais distintas: o perspectivismo e o multinaturalismo em Viveiros de Castro, e a ancestralidade, a ética ancestral e o bem-viver em Ailton Krenak. Esse deslocamento permite, de um lado, explorar a crítica etnográfica e conceitual de Viveiros de Castro à “monarquia ontológica” e à cisão natureza/cultura; e, de outro, compreender como Krenak reinscreve a existência humana em uma rede de parentesco cósmico, onde rios, florestas e montanhas são sujeitos vivos.

O avanço reside, portanto, em três dimensões:

Comparativa – ao invés de ancorar-se em uma teoria europeia como matriz, a pesquisa coloca em diálogo dois referenciais indígenas (um de base antropológica, outro de base filosófico-política), produzindo uma crítica situada e cosmopolítica.

Ontológica – desloca-se do problema normativo do reconhecimento para a questão mais ampla da constituição dos mundos, das agências e das formas de existência, permitindo repensar o humano em relação a múltiplos outros.

Ético-política – ao incorporar a noção de ética ancestral e de bem-viver, amplia o escopo do debate para além da crítica teórica, propondo alternativas concretas para enfrentar o colapso ambiental e civilizatório contemporâneo.

Assim, a nova agenda não apenas supera os limites antropocêntricos da Teoria Crítica, mas também contribui para a valorização das cosmologias indígenas como horizontes epistêmicos e políticos capazes de reorientar a teoria social contemporânea.

Referências

BACHMANN-MEDICK, Doris. *Cultural Turns: New Orientations in the Study of Culture*. Berlin: De Gruyter, 2016. CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Belo Horizonte, Autêntica, 2022. CHERNILO, Daniel. *Debating Humanity: Towards a Philosophical Sociology*. UK, Cambridge University Press, 2017. CLOUGH, Patricia Ticineto. *A Virada Afetiva: teorizando o social*. Blog do LABEMUS, julho de 2016. DAVID-MÉNARD, Monique. *A vontade das coisas*. São Paulo, Ubu Editora, 2022. DEBALD, Blasius (Org.). *Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno*. Porto Alegre: Penso, 2020. DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo, Editora 34, 2016. FREITAS, Alexandre S. *Geontologia e as artes neoliberais de governo: educar os corpos para além do imaginário do carbono*. Revista Pro-Posições, v. 30, 2019. GABRIEL, Markus. *Por que o mundo não existe*. Rio de Janeiro, Vozes, 2016a. GABRIEL, Markus. *O sentido da existência: para um novo realismo ontológico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016b. HARAWAY, Donna. *A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo, Martins Fontes, 2023. HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003. HONNETH, Axel. *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Unesp, 2018. HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten. *The Ontological Turn: an anthropological exposition*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017. INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015. JOAS, Hans. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. São Paulo, Editora UNESP, 2012. LATOUR, Bruno. *On Interoobjectivity*. Mind, Culture, and Activity. Vol 3, n.4, 1996. LATOUR, B. *Réponse aux objections*. Revue du MAUSS, v. 17, n. 1, 2001. LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador, Edufba, 2012. LATOUR, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: 34, 2016. LATOUR, Bruno. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. LIMULJA, Hanna. *O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. MARTIN, Nastassja. *A leste dos sonhos: Respostas even às crises sistêmicas*. São

Paulo: Editora 34, 2023. MORTON, Timothy. Ser ecológico. São Paulo, Quina Editora, 2023. KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2020. RITZER, George. Sociological Theory. USA, McGrawHill Companies, 2010. ROSA, Hartmut. Resonance. A Sociology of Our Relationship to the World. UK, Polity Press, 2019. STOLZE LIMA, Tânia. Um peixe olhou para mim. O povo yudjá e a perspectiva. São Paulo: Unesp, 2005. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo, Cosac Naufy, 2014. SOURIAU, Étienne. Diferentes modos de existência. São Paulo, n-1, 2020. TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2000. VANDENBERGHE, Frédéric. Ser ou não ser afetado. Blog do LABEMUS, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 31 maio 2024. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac-Naify, 2002. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu, 2015. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir. Rio de Janeiro: Instituto socioambiental, 2014. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O passado está por vir. Rio de Janeiro: n-1, 2023. TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília, IEB Mil Folhas, 2019. VANDENBERGHE, Frédéric; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). Teoria social contemporânea: um laboratório. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

CÓDIGO: HS1364

AUTOR: CARLOS GUILHERME OLIVEIRA DE AMORIM

ORIENTADOR: JUCIANO DE SOUSA LACERDA

TÍTULO: Educomunicação em Saúde: uma Revisão Sistemática

Resumo

Esta revisão sistemática da literatura investiga a aplicação da educomunicação na área da saúde, com foco em estratégias de ensino-aprendizagem mediadas por tecnologia. O estudo analisa artigos publicados entre 2020 e 2024 para compreender como o conceito de educomunicação está sendo abordado, suas práticas e a fundamentação teórica que a sustenta. A pesquisa, que utilizou bases de dados como Science Direct, Scopus, Lilacs e Google Acadêmico, identificou três abordagens principais: 1) a educomunicação como uma resposta estratégica a crises de saúde pública, 2) como uma forma de aprimoramento e fixação do conhecimento, e 3) como uma metodologia de aprendizagem participativa e crítica. Os resultados mostram que, embora nem sempre usando o termo "educomunicação" de forma explícita, os estudos analisados aplicam seus princípios centrais, como a aprendizagem ativa, a cocriação e a valorização da interação. A plataforma AVASUS (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde) é destacada como uma ferramenta fundamental para a educação em massa, especialmente em crises sanitárias. A revisão aponta a importância de metodologias como a gamificação, a realidade virtual e a cocriação de conteúdo para engajar estudantes e profissionais de saúde, transformando o aprendizado em um processo mais ativo e dialógico. O trabalho conclui que a educomunicação é uma abordagem robusta e relevante para a educação em saúde, com potencial transformador na capacitação profissional.

Palavras-chave: Educomunicação, Saúde, Educação a Distância (EaD), Revisão Sistemática

TITLE: Educommunication in health: contributions to a systematic review

Abstract

This systematic literature review investigates the application of educommunication in the health field, focusing on technology-mediated teaching and learning strategies. The study analyzes articles published between 2020 and 2024 to understand the concept of educommunication, its practical approaches, and its theoretical foundations. The research, which used databases such as Science Direct, Scopus, Lilacs, and Google Scholar, identified three main approaches: 1) educommunication as a strategic response to public health crises, 2) as a way to enhance and retain knowledge, and 3) as a

methodology for participatory and critical learning. The results show that, even when not explicitly using the term "edukommunikation," the analyzed studies apply its central principles, such as active learning, co-creation, and the appreciation of interaction. The AVASUS (Virtual Learning Environment of the Unified Health System) platform is highlighted as a fundamental tool for mass education, especially during health crises. The review also points to the importance of methodologies like gamification, virtual reality, and content co-creation to engage students and health professionals, transforming learning into a more active, dialogical, and reflective process. The paper concludes that edukommunikation is a robust and relevant approach for health education, with a transformative potential in training professionals.

Keywords: Edukommunikation, Health, Distance Education, Systematic Review

Introdução

A educação mediada por tecnologia via ambientes virtuais de aprendizagem evoluiu significativamente nos últimos 20 anos com o aumento exponencial da potência das infovias digitais e com inovações para maior qualidade da distribuição digital de vídeo, a exemplo do streaming (Garcia; Aires, 2021). Os recursos educacionais abertos (open source) autoinstrucionais ganham cada vez mais em qualidade comunicacional (Garcia; Aires, 2021; De Sousa *et al*, 2022). Nesse contexto, a educação a distância (EaD) surge como uma estratégia fundamental para a formação e capacitação de profissionais e para a disseminação de informações em saúde em larga escala.

A educação permanente do profissional de saúde (Ceccim, 2005) em plataformas de educação à distância, desenvolvidas com estratégias pedagógicas e midiático-comunicacionais de e-Learning e *m-Learning*, para cumprir os ODS 3 e 4, pode se pautar nas lógicas dos processos de formação e aprendizagem ao longo da vida (Alheit & Dausien, 2006). Para isso, são concebidos ambientes de aprendizagem como ecossistemas comunicativos (De Oliveira Soares, 2002; Sartori, 2010; Silva & Messa, 2013; Martin-Barbero 2014b) que gerem sinergia entre os diferentes modos de aprendizagem, complementando-se organicamente (Alheit & Dausien, 2006).

No entanto, a mera transposição do ensino presencial para o ambiente virtual não garante a eficácia do aprendizado (Prata *et al*. 2020). É nesse ponto que a edukommunikation emerge como uma abordagem promissora, ao integrar processos de comunicação e educação com o uso intencional das tecnologias. A edukommunikation, como um campo de estudo e prática, busca a democratização da produção e gestão da informação, promovendo o engajamento, a participação e o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem. Embora a aplicação dessas estratégias na área da saúde seja uma necessidade crescente, a literatura científica ainda carece de uma síntese que articule os conceitos, as abordagens e a fundamentação teórica que dão suporte a essa prática (Prata *et al*. 2020).

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é a realização de uma revisão sistemática sobre a definição da concepção de edukommunikation aplicada à saúde em ambientes virtuais de aprendizagem para contribuir na pesquisa principal financiada pelo CNPq (PQ-C 2024-26), à qual está vinculada esta pesquisa de IC, que visa compreender a

educomunicação no contexto das estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas pela plataforma AVASUS (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde).

Esta pesquisa é importante para que possamos compreender no marco da educação permanente em saúde mediada por tecnologias os dispositivos midiáticos que mediam a aprendizagem numa perspectiva educ comunicativa (Kaplún, 2001; Sodré, 2012; Martín-Barbero, 2014b; Sartori et al. 2016), para além de uma visão instrumental ou fetichizada das tecnologias de comunicação e informação, que possa contribuir para fortalecer a percepção de que as inovações tecnológicas são feitas pela humanidade e para servir e melhorar a experiência humana (Heidegger, 2001; McLuhan, 2005; Flusser, 2007).

Metodologia

O presente trabalho de iniciação científica atua no segundo movimento metodológico de contribuição para a pesquisa principal, intitulada "Processos midiático-comunicacionais aplicados ao desempenho de plataformas de recursos educacionais abertos: o caso do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde do Brasil". A pesquisa principal está inserida no Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) e no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva (Lapeccos), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM).

Neste movimento, o trabalho de iniciação científica se dedica a uma revisão sistemática da literatura (Vosgerau & Romanowski, 2014; Gomes & Caminha, 2014) sobre pesquisas desenvolvidas na área de educomunicação em saúde nos últimos cinco anos por sua forma rigorosa de método, capaz de ser replicado, para procedimentos de coleta, sistematização e análise dos artigos e publicações sobre o tema. Ou seja, este tipo de revisão é desenhado para ser metódico, explícito e passível de reprodução (Vosgerau & Romanowski, 2014). A revisão sistemática é construída a partir de uma questão de partida clara e explicitação das palavras-chave usadas na busca, além da explicitação dos bancos de dados que foram acessados e demonstração dos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos localizados.

Esta revisão sistemática foi conduzida para identificar e analisar a produção acadêmica relacionada à educomunicação, saúde e ambientes virtuais de aprendizagem. A metodologia adotada seguiu um protocolo rigoroso, visando investigar artigos com abordagens de educomunicação aplicada à saúde, a fim de compreender o seu conceito, sua aplicação prática e as linhas teóricas que a sustentam. A partir deste objetivo, foram definidas as seguintes questões de pesquisa:

QP01 - Quais são os conceitos de educomunicação desenvolvidos nas pesquisas quando aplicadas à saúde?

QP02 - Os conceitos de educomunicação são desenvolvidos e fundamentados quando aplicados à saúde?

QP03 - Como a educomunicação é abordada quando problematiza questões relacionadas à saúde?

QP04 - Quais são as linhas teóricas (autores) principais que fundamentam o conceito de educomunicação quando aplicado à saúde?

A partir das questões de pesquisa citadas anteriormente se derivaram as fases de busca, triagem e avaliação de qualidade dos artigos detalhadas nas etapas a seguir.

FASE UM: Estratégia de Busca

A busca por artigos científicos foi realizada em março de 2024 em 4 bases de dados eletrônicas: Science Direct, Scopus, Lilacs e Google Acadêmico. Para a busca, foi utilizada a seguinte string de pesquisa: ("Educomunicação" OR "Comunicação e Educação" OR "Educação Midiática") AND ("Saúde") AND ("Ambientes virtuais de aprendizagem") (em alguns casos, a *string* foi traduzida para outras línguas com o intuito de observar se o resultado pode ser alterado dependendo da língua utilizada no momento da busca).

O resultado geral da busca inicial nas bases de dados, antes da aplicação dos filtros de critérios de inclusão, totalizou 1.031 artigos.

Critérios de Seleção

A seleção dos artigos foi baseada em critérios de inclusão e exclusão rigorosamente definidos:

Critérios de Inclusão:

- CI01 - Artigos publicados entre os anos de 2020 e 2024.
- CI02 - Artigos de pesquisa publicados em periódicos científicos (Journals).
- CI03 - Artigos das áreas de tecnologia, saúde e comunicação.
- CI04 - Artigos publicados em língua portuguesa, espanhola e/ou inglesa.

Critérios de Exclusão:

- CE01 - Artigos duplicados.
- CE02 - Artigos de revisão, dissertações, anais ou livros.
- CE03 - Estudos não relacionados à educação ou comunicação mediada por tecnologias aplicadas à saúde.
- CE04 - Artigos não disponíveis por completo na base de dados utilizada.

Após a aplicação dos filtros de critérios de inclusão nas devidas bases de dados, o resultado reduziu para 412 artigos que passaram para a fase de análise dos critérios de exclusão.

FASE DOIS: Triagem dos artigos

Para esta etapa da pesquisa utilizamos a ferramenta Rayyan de apoio em revisões sistemáticas para facilitar o processo de triagem destes artigos. Eles eram exportados das bases onde foram encontrados e aplicados no Rayyan, onde era possível visualizá-los de forma clara, separando-os por área e aplicando filtros dos critérios de exclusão, o que facilitou parte do processo de triagem. Ao fim desta triagem, a exclusão dos artigos se distribuiu da seguinte forma: sete artigos excluídos no CE01, 83 artigos excluídos no

CE02, 286 artigos excluídos no CE03 e 11 excluídos no CE04. Totalizando 25 artigos a serem analisados na etapa de avaliação dos critérios de qualidade.

FASE TRÊS: Avaliação de qualidade

A etapa de avaliação dos critérios de qualidade se deu em duas fases. Na fase 01 os 25 artigos foram submetidos a uma análise na inteligência artificial Gemini com um prompt pré definido e bem detalhado para que em sua análise a IA observasse o potencial dos artigos em responder às questões da pesquisa e possíveis detalhes que pudessem incluí-los nos critérios de exclusão que passaram despercebidos durante a análise anterior.

Na fase 02, pautados pelas questões de pesquisa, fizemos uma leitura dos artigos e confrontamos nossas percepções com as das análises da IA sobre os textos para discutir a entrada dos trabalhos na pesquisa. Ao fim das duas fases, o volume de artigos definitivo e com maior potencial segundo nossa avaliação de qualidade foi de oito artigos.

Os artigos selecionados foram avaliados para extração de dados e síntese dos resultados. Na presente revisão discute-se os oito artigos e as suas respostas para as questões de pesquisa citadas anteriormente.

Resultados e Discussões

O processo de revisão sistemática resultou nos seguintes artigos:

Ferri *et al.*/ Co-Creation of e-Learning Content: The Case Study of a MOOC on Health and Cyber-Bullying/ Journal of Universal Computer Science/ 2020.

Mugheed *et al.*/ Effectiveness of game-based virtual reality phone application and online education/ Plos One/ 2020.

Prata *et al.*/ Mediações pedagógicas de ensino não formal da enfermagem durante a pandemia de COVID-19/ Revista Brasileira de Enfermagem/ 2020.

Vagg *et al.*/Multimedia in Education: What do the Students Think?/ Health Professions Education/ 2020.

Caitano *et al.*/ Massive health education through technological mediation: Analyses and impacts on the syphilis epidemic in Brazil/ Frontiers In Public Health/ 2022.

Valentim *et al.*/ Virtual Learning Environment of the Brazilian Health System (AVASUS): Efficiency of Results, Impacts, and Contributions/ *Frontiers In Medicine*/ 2022.

Marques Filho *et al.*/ Saúde e educação: formação de Agentes Comunitários de Saúde em ambientes virtuais de aprendizagem/ *Revista Novas Tecnologias na Educação*/ 2024.

Oliveira *et al.*/ Mapas mentais e cartilhas no ensino remoto emergencial: uma proposta educacional inovadora frente à pandemia da Covid-19/ *Revisa*/ 2024.

A análise dos estudos identificou variados tipos de abordagens na aplicação da educomunicação na saúde, que se destacam por suas temáticas diferentes que se complementam. Embora nem todos os estudos utilizem o termo "educomunicação" de forma explícita, todos eles abordam conceitos centrais dessa área. O artigo de Oliveira *et al.* (2024) oferece a definição mais direta, descrevendo-a como "o processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação".

Em outros estudos, o conceito é explorado sob diferentes terminologias que, no entanto, compartilham a ênfase na aprendizagem ativa e centrada no aluno. Ferri *et al.* (2020) aborda a educomunicação por meio da cocriação de conteúdo, em que os alunos se tornam contribuintes ativos no processo de aprendizagem. Já no texto de Marques Filho *et al.* (2024), discute-se a formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) focando no potencial educacional de ferramentas virtuais como fóruns e feedbacks para promover um ensino ativo e participativo. Esses conceitos, mesmo com nomes distintos, apontam para uma abordagem pedagógica que busca o engajamento e a autonomia dos estudantes através da implementação de estratégias educacionais.

O ponto de partida para a discussão sobre a adoção dessas estratégias de educomunicação é a percepção dos próprios estudantes. Um dos achados da pesquisa (Vagg *et al.*, 2020) demonstra que estudantes de medicina e saúde têm uma opinião positiva em relação à multimídia, considerando-a uma ferramenta eficaz e eficiente para a aprendizagem prática, embora prefiram métodos tradicionais de ensino. Os dados revelam um forte interesse dos alunos por ferramentas interativas como animações 3D e simuladores. Essa predisposição dos estudantes serve de base para as abordagens pedagógicas das temáticas a seguir.

Abordagem 1: Educomunicação como estratégia de resposta a crises de saúde pública

Este grupo de artigos explora a educomunicação como uma ferramenta estratégica para combater problemas de saúde pública em larga escala, utilizando plataformas de educação a distância. O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS), uma plataforma de educação online gratuita do Ministério da Saúde, emerge como uma ferramenta central.

O relato de experiência de Prata *et al.* (2020) é um exemplo concreto de como a educomunicação foi utilizada para criar um curso de enfrentamento à COVID-19 para estudantes de enfermagem. A proposta, que se opõe à "lógica conteudista", visava promover a aprendizagem colaborativa e a construção de conhecimentos, além de combater fake news e desenvolver a consciência cidadã.

Caitano *et al.* (2022) demonstram como o AVASUS foi utilizado em crises sanitárias no Brasil, como as epidemias de Zika, sífilis e COVID-19. A educomunicação foi uma das quatro dimensões do Projeto "Sífilis Não!", um plano nacional para combater a epidemia de sífilis. O artigo apresenta uma correlação significativa e negativa entre o aumento de matrículas nos cursos sobre sífilis e a redução de casos de sífilis congênita, o que sugere um impacto positivo nas práticas de cuidado dos profissionais. Valentim *et al.* (2022), ressaltam que a mediação tecnológica, como a oferecida pelo AVASUS, é crucial para a formação de milhões de profissionais e atua como uma ferramenta para promover a resiliência e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde em situações de emergência. Essa estratégia de educação em massa contribui ainda para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 4 (Educação de Qualidade).

Abordagem 2: Educomunicação como forma de aprimoramento e fixação do conhecimento

Este grupo de estudos foca em como a educomunicação pode aprimorar a capacitação de profissionais de saúde, traduzindo o conhecimento teórico em melhorias reais na prática de trabalho através da tecnologia.

Vagg *et al.* (2020) apresentam em seu estudo a teoria dos estudantes cinestésicos que sugere que a maioria dos estudantes de medicina do primeiro ano “preferem múltiplos modos de apresentação” e que aprendem melhor através de experiências físicas, movimento e atividades práticas, como o "aprender fazendo". Esses alunos precisam tocar, manipular objetos, fazer atividades "mão na massa" e usar gestos e movimentos para fixar o conteúdo, sendo menos eficaz a aprendizagem apenas pela leitura ou audição, segundo o estudo. Diante da impossibilidade destas práticas físicas em um ambiente virtual, este mesmo estudo revela que a realidade virtual pode ser utilizada para o treinamento de práticas cirúrgicas e de exame corporal por estes estudantes.

Já o estudo experimental de Mugheed *et al.* (2022) com estudantes de enfermagem demonstra a eficácia do uso de gamificação e realidade virtual em um aplicativo de celular para o ensino de precauções padrão de controle de infecção. A pesquisa mostra que essa metodologia é significativamente mais eficaz do que a educação tradicional para melhorar o conhecimento, a atitude e a adesão dos alunos a habilidades práticas. Esta abordagem é particularmente relevante para estudantes considerados "cinestésicos", que aprendem melhor através de experiências físicas e práticas, como citado anteriormente no estudo de Vagg *et al.* (2020).

Ambos os artigos reforçam a ideia de que a educomunicação a distância é uma solução viável para a capacitação de profissionais na linha de frente do cuidado em diferentes níveis de atenção, do primário ao hospitalar, pois permite que o aluno ganhe tempo teórico e prático para atingir a proficiência em habilidades antes da prática.

Vale ressaltar que o texto de Prata *et al.* (2020) revela que o Conselho Federal de Enfermagem do Brasil, estimula a “utilização de recursos tecnológicos para a implantação de atividades EAD, sobretudo com fins não curriculares como aquelas voltadas para a qualificação profissional”, ressaltando mais uma vez a importância destas aplicações na prática dos estudantes para obter uma maior garantia de aprendizado, sendo elas implementadas de maneira formal ou informal no processo de aprendizagem destes estudantes. A eficácia da gamificação e da prática profissional em ambientes virtuais é um ponto de convergência nesses estudos, destacando que a tecnologia deve ser um meio para aprimorar a pedagogia, e não um fim em si mesma.

Abordagem 3: Educomunicação como metodologia de aprendizagem participativa e crítica

Neste grupo, a educomunicação é vista como um processo pedagógico que valoriza a participação ativa e a autonomia dos alunos na construção do conhecimento. A essência

desta classe é a compreensão de que o aprendizado não ocorre na passividade, mas sim na interação dialógica e na reflexão crítica, alinhando-se à pedagogia de Paulo Freire (citado no texto de Prata *et al.*, 2020), que via a educação como um processo de troca mútua.

A ênfase é na mediação pedagógica, um conceito que se opõe à "lógica conteudista" de ensino, que se limita à transmissão de informação e não promove o engajamento genuíno (Prata *et al.*, 2020). Desta forma, a educomunicação, nesta perspectiva, é um meio para a criação de um verdadeiro ecossistema comunicativo (Sartori, 2010), onde a sinergia entre os participantes e as diferentes mídias potencializam o processo de aprendizagem.

Essa visão é concretizada em diversas metodologias encontradas nos estudos analisados. O conceito de cocriação, por exemplo, apresentado por Ferri *et al.* (2020), é um pilar central desta classe. Sua pesquisa envolveu estudantes e professores na produção de um *MOOC* sobre *cyberbullying*, um problema de saúde pública. A metodologia usou narrativa em vídeo e tecnologia de espaço aberto para envolver os alunos, com o objetivo de ampliar a experiência de aprendizagem e a alfabetização digital em saúde. Sua pesquisa demonstra como o envolvimento de estudantes e professores na produção de conteúdo de *e-learning* gera um aprendizado mais significativo e duradouro.

Essa abordagem é fundamentada em seu estudo na Teoria do Engajamento de Kearsley e Shneiderman (1998), ela é uma “estrutura para ensino e aprendizagem baseados em tecnologia” que “visa estabelecer equipes de cooperação bem-sucedidas em ambientes de ensino não tradicionais, estimulados pela ampla difusão de dispositivos móveis e mídias sociais que amplificam a dinâmica colaborativa entre os alunos” (p. 3) segundo os autores.

No texto sobre saúde e educação de Marques Filho *et al.* (2024), a formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em ambientes virtuais é discutida destacando a importância de ferramentas como fóruns de discussão online para efetivar a troca de experiências entre estudantes-estudantes e estudantes-professores, assim como a importância de *feedbacks* construtivos para promover o aprendizado ativo e conectar a teoria com as demandas do contexto prático, este retorno sendo do professor para o aluno ou vice-versa.

O relato apresentado nesse artigo corrobora com a Teoria do Engajamento de Kearsley e Shneiderman citadas no estudo anterior se baseando nos princípios de relacionar, criar e doar citados no texto. Essa abordagem se mostra crucial para a atualização contínua dos ACS, que de acordo com o texto, muitas vezes se sentem inseguros quanto ao seu conhecimento técnico, e para fortalecer sua atuação na promoção da saúde.

Tendo noção deste cenário o Ministério de Saúde acabou de lançar o Programa Mais Saúde com Agente na modalidade a distância, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) para estes agentes. A iniciativa tem o objetivo de fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Vigilância em Saúde (VS) ao qualificar Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) para atender às necessidades, principalmente, das comunidades em situações de vulnerabilidade social.

A estratégia pedagógica citada por Marques Filho *et al.* (2024) é reforçada por Prata *et al.* (2020), que argumentam contra a "lógica conteudista", que se limita à transmissão de conteúdo. Eles defendem a importância da mediação pedagógica para que a aprendizagem seja efetiva, esta mediação pode se dar através da promoção de diálogo entre os estudantes para reforçar a troca de experiências entre aluno-aluno promovendo aprendizagem colaborativa e dialógica. O texto descreve as mediações pedagógicas em um curso de ensino de enfermagem não formal, à distância durante a pandemia, os autores explicitam uma abordagem que se opõe à "lógica conteudista".

O objetivo do curso era, além de combater fake news, promover a aprendizagem colaborativa e dialógica em um “processo de ensino problematizador, aberto, espontâneo, com acesso livre e contínuo à informação, construído a partir de interações virtuais e reflexões coletivas sobre fatos, objetos e pessoas no contexto da COVID-19”. A pesquisa cita o pensamento de Paulo Freire, reafirmando a educação como um processo de troca mútua, em que "o professor que ensina aprende ao ensinar, e o aluno que aprende, ensina ao aprender". Essa visão reforça o caráter crítico e emancipador da educomunicação, que vai além do uso de ferramentas para criar um espaço dialógico de construção coletiva de conhecimento. Em ambos os casos, a educomunicação transforma o aprendizado em um ato de criação e reflexão, indo além da simples assimilação de conteúdo.

O artigo de Oliveira *et al.* (2024) reforça essa perspectiva com um relato de experiência sobre a capacitação de professores que usaram mapas mentais e cartilhas para inovar o ensino de disciplinas da área da saúde, como anatomia e fisiologia. O estudo mostra que a educomunicação é um processo mútuo que capacita tanto o professor quanto o aluno, incentivando a reflexão e a participação ativa.

Se analisarmos o artigo de Oliveira *et al.* (2024) sob a ótica da teoria dos estilos de aprendizagem, poderíamos, à primeira vista, questionar sua eficácia para estudantes cinestésicos. A teoria, citada em Vagg *et al.* (2020), sugere que esses alunos aprendem de forma mais efetiva por meio de atividades físicas e práticas, o que poderia parecer distante de uma atividade como a criação de mapas mentais, que é predominantemente visual e de

escrita. No entanto, o artigo de Oliveira *et al.* (2024) demonstra que a prática dos mapas mentais é, na verdade, uma metodologia que complementa a aplicação prática.

O ato de construir o mapa mental é um processo ativo que capacita o estudante a visualizar e organizar o conteúdo de forma mais clara, servindo como uma etapa fundamental que precede a aplicação prática do conhecimento em ambientes virtuais. Portanto, a teoria dos mapas mentais não se opõe, mas se integra à abordagem dos estudantes cinestésicos, transformando a leitura e a organização em uma fase de preparação que fortalece a compreensão antes da experiência real, seja ela física ou mediada por tecnologia.

Conclusão

Os resultados desta revisão sistemática demonstram que a educomunicação, embora nem sempre explicitada pelo termo, é uma abordagem robusta e fundamental para a educação em saúde mediada pela tecnologia. O conjunto de estudos analisados revela que as práticas e conceitos centrais da educomunicação, como a aprendizagem ativa, a cocriação e a valorização da interação, permeiam diversas estratégias pedagógicas e comunicacionais no campo da saúde, confirmando sua aplicabilidade e relevância.

A educomunicação é abordada como uma ferramenta estratégica com aplicação prática em diversas questões de saúde, desde o combate a epidemias e a capacitação de profissionais na atenção primária até o treinamento de habilidades clínicas. A repetição de autores e conceitos, como a Educação Permanente em Saúde (Ceccim, 2005) e a relevância de plataformas como o AVASUS, sugere uma consolidação do campo.

As limitações desta revisão incluem a escassez de artigos que usem explicitamente o termo "educomunicação". No entanto, a contribuição central deste trabalho para a literatura é, justamente, a de sintetizar as evidências e oferecer uma visão integrada de como os princípios da educomunicação já estão enraizados na prática de ensino-aprendizagem em saúde. Ao fazer isso, esta revisão estabelece uma base teórica sólida para futuras pesquisas, mostrando que a educomunicação não é apenas uma palavra da moda, mas uma força transformadora na saúde pública e na educação de profissionais, com um potencial ainda a ser explorado em sua totalidade.

Referências

AL-MUGHEED, Khalid *et al.* Effectiveness of game-based mobile virtual reality application and online education on knowledge, attitude, and adherence to standard

precautions among nursing students. PLOS ONE, v. 18, n. 4, 2023. Disponível em:
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9632768/>

ALHEIT, Peter; DAUSIEN, Bettina. Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 32, n. 1, p. 177-197, Apr. 2006. Disponível Em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000100011&lng=en&nrm=iso>

CAITANO, Alexandre R. *et al.* Educação massiva em saúde por meio da mediação tecnológica: análises e impactos na epidemia de sífilis no Brasil. Frontiers in Public Health, v. 10, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.944213/full>

CECCIM, Ricardo B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Rev. Interface - Comunic. Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005
<https://www.scielo.br/j/icse/a/jC4gdtHC8RPLWSW3WG8Nr5k/?format=pdf&lang=pt>

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. Comunicação & Educação, n. 23, p. 16-25, 2002.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25>

DE SOUSA, Francenilde Silva *et al.* Avaliação de um Programa de Formação para Produção de Recursos Autoinstrucionais na Educação a Distância. EaD em Foco, v. 12, n. 2, p. e1889-e1889, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i2.1889>

FERRI, Fernando *et al.* Co-creation of e-Learning Content: The Case Study of a MOOC on Health and Cyberbullying. Journal of Universal Computer Science, v. 26, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340436218_Co-Creation_of_e-Learning_Content_The_Case_Study_of_a_MOOC_on_Health_and_Cyber-Bullying

FLUSSER, Vilém. Por que as máquinas de escrever estalam? In: O mundo codificado, p. 80-85. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GARCIA, J. L.; AIRES, M. L. L. EDUCAÇÃO NA ERA DOS STREAMINGS: A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS COMO FATOR POTENCIALIZADOR DA APRENDIZAGEM. Cine-Fórum UEMS , [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em:
<https://anaisonline.uems.br/index.php/cineforumuems/article/view/7600>

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. Movimento. Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan/mar de 2014, Disponível em:
<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/41542/28358>

HEIDEGGER, Martin.” La pregunta por la técnica”. In: HEIDEGGER, Martin. Conferencias y artículos, pp. 9-32. Barcelona: Editores del Serbal, 2001.

KAPLÚN, Mario. A la educación por la comunicación. 2ª. Ed. Quito: Ediciones Ciespal, 2001.

MARQUES FILHO, Cesar Vieira *et al.* Saúde e educação: formação de Agentes Comunitários de Saúde em ambientes virtuais de aprendizagem. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 22, n. 1, 2024. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/142613/93126>

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. São Paulo: Editora Contexto, 2014b.

MCLUHAN, Marshall. McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p. 341.

OLIVEIRA, Rejane Nunes Lopes de *et al.* Mapas mentais e cartilhas no ensino remoto emergencial: uma proposta educacional inovadora frente à pandemia da Covid-19. REVISA, v. 13, n. Esp1, 2024. Disponível em:
<https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/5/5>

PRATA, Juliana Amaral *et al.* Mediações pedagógicas de ensino não formal da enfermagem durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. Supl 2, 2020. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.scielo.br/j/reben/a/W3GWPT6gXZQR67L6V8x6Q5G/%3Fang%3Dpt%26format%3Dpdf&ved=2ahUKEwjH5LaR-K2PAxVEppUCHYQZKNUQFnoECCsQAQ&usg=AOvVaw3M9t5X36vwBNH5aHLQvh09>

SARTORI, A. S.; CARDOSO, F. L.; SCHÖNINGER, R. R. Z. V.. Educomunicação e prática pedagógica educ comunicativa: uma revisão sistemática. *cad. Pes.*, São Luís, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016.

SARTORI, Ademilde. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 7, n. 19, p. 33-48, 2010. Disponível em:
<https://doi.org/10.18568/cmc.v7i19.193>

SILVA, A. L.; MESSA, F. C. Tensões e distensões no campo educ comunicativo da televisão: o conceito de ecossistema comunicativo na visão latinoamericana. *Conexão ' Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul ' v. 12, n. 24, jul./dez. 2013.*

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VAGG, Tamara *et al.* Multimídia na Educação: O que os Alunos Pensam? *Health Professions Education*, v. 6, n. 3, p. 325-333, 2020. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2452301120300511>

VALENTIM, Ricardo AM *et al.* Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde Brasileiro (AVASUS): Eficiência de Resultados, Impactos e Contribuições. *Frontiers in Medicine*, v. 9, 2022. Disponível em:
<https://www.frontiersin.org/journals/medicine/articles/10.3389/fmed.2022.896208/full>

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: avaliação e sínteses. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf> . Doi:
10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08

CÓDIGO: HS1371

AUTOR: CÍNTIA CIBELE COELHO DE ANDRADE

ORIENTADOR: MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

TÍTULO: POR UMA HISTÓRIA PLURAL: o campo do ensino de História e suas narrativas

Resumo

O presente artigo discute sobre a definição do Ensino de História, de modo a refletir sobre as terminologias a qual ele é por vezes considerado objeto de pesquisa ou, em outros cenários, como um campo de pesquisa. Para isso, foi utilizado o conceito de lugar de fronteira elaborado por Ana Maria Monteiro; assim como conceitos de campo do sociólogo Pierre Bourdieu; definições do que seria fronteira, de acordo com os geógrafos Aziz Ab' Saber e Milton Santos; e concepções de teoria da história ancoradas em John Lewis Gaddis. Além disso, demonstra-se quais implicações políticas, sociais e educacionais a definição de um campo de pesquisa pode implicar. Portanto, reflete-se ainda sobre o por que o Ensino de História é um campo de pesquisa e quais características o fazem estar contemplado nessa categoria.

Palavras-chave: Ensino de História, Campo, Lugar de Fronteira, Bourdieu, Epistemologia

TITLE: TOWARD A PLURAL HISTORY: the field of history education and its narratives

Abstract

This paper discusses the definition of History Education, seeking to reflect on the terminologies through which it is sometimes considered as a research object or, in other contexts, as a research field. To this end, it draws on the concept of borderland developed by Ana Maria Monteiro; Pierre Bourdieu's sociological notion of field; definitions of what constitutes a frontier, according to the geographers Aziz Ab'Saber and Milton Santos; as well as conceptions of the theory of history grounded in John Lewis Gaddis. Furthermore, it highlights the political, social, and educational implications that the definition of a research field may entail. Therefore, it also reflects on why History Education constitutes a research field and which characteristics allow it to be understood within this category.

Keywords: History Education; Field; Borderland; Bourdieu; Epistemology

Introdução

Este trabalho consiste no relatório do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica do curso de História da UFRN e busca refletir sobre o Ensino de História compreendido menos como objeto e mais como campo de investigação. O recorte parte da noção de “campo de fronteira”, proposta por Ana Maria Monteiro em sua tese de doutorado (2002) e retomada em artigo (2011), na qual o Ensino de História se situa entre a História e a Educação.

O objetivo é demonstrar, com base em discussão bibliográfica, por que o Ensino de História pode ser entendido como um campo de pesquisa em História. Essa discussão insere-se no debate epistêmico que, ao menos desde a década de 1970 (Oliveira, 2001), busca definir o lugar do Ensino de História. Monteiro (2002) evidencia que professores mobilizam saberes diversos – acadêmico, escolar, historiográfico, pedagógico – em suas práticas. Em parceria com Fernando Penna, a autora reforça que “a questão do saber no ensino de história tornava-se possível de ser objeto de pesquisa a partir deste quadro teórico que, necessariamente, articula contribuições de diferentes campos em lugar de fronteira” (Monteiro; Penna, 2011, p.198). Essa concepção revela o Ensino de História como espaço híbrido, que delimita diferenças, mas também cria aproximações e diálogos.

A partir dessa chave, o Ensino de História pode ser compreendido como um campo, visto que, conforme Bourdieu, entende-se por campo “um espaço social dotado de lógica própria, onde se desenvolvem estratégias de conservação – dos que detêm posições dominantes – e estratégias de subversão – reações dos dominados. No campo científico, tais disputas envolvem o capital temporal (poder institucional) e o capital científico (reconhecimento entre pares), cuja posse garante prestígio e capacidade de influência. O Ensino de História, enquanto recorte do campo da História, possui objetos próprios, habitus específicos e conflitos internos, mas também alianças em torno de pautas comuns, compondo o que Bourdieu chama de “cumplicidade objetiva”.

Essas disputas não se restringem ao espaço acadêmico. A definição do lugar do Ensino de História repercute em políticas educacionais, financiamento e presença curricular. A recente proposta da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH, 2025) para garantir, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao determinar ao menos duas horas semanais de Ciências Humanas, evidencia como a luta por legitimidade do campo envolve a organização escolar, a produção de materiais didáticos e a valorização profissional. Trata-se, portanto, de um embate que mobiliza setores sociais amplos, reafirmando o que Bourdieu (1980) define como capital simbólico: um crédito social que sustenta disputas e consolida posições.

A categoria de fronteira, defendida por Monteiro, contribui para compreender essa dinâmica. Na Geografia Crítica, Milton Santos (2006) define fronteira como “um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político”, salientando seu caráter mutável. Aziz Ab’Saber, ao tratar das zonas de transição entre domínios morfoclimáticos, enfatiza a necessidade de identificar identidades e interações para compreender tais espaços. Através dessas ideias, e estabelecendo um paralelo entre fronteira física e intelectual, é possível defender que o Ensino de História não se

constitui como um espaço fronteiro: sua delimitação não se dissolve nas fronteiras que estabelece, mas se engrandece justamente na articulação entre as áreas, sem perder a particularidade de cada uma delas.

Assim, a perspectiva do Ensino de História como campo – e não mero objeto – permite reconhecer sua força enquanto espaço de produção de saberes, permeado por disputas, alianças e tensões, mas fundamental à reflexão histórica e educacional contemporânea.

Metodologia

O percurso metodológico deste trabalho foi construído a partir de um mapeamento de maneira a observar que lugar o Ensino de História ocupa dentro da produção acadêmica tida até então. Essa opção conduziu a pesquisa ao terreno teórico-bibliográfico, mobilizando leituras críticas e comparativas que possibilitaram observar como a noção de “lugar de fronteira” foi sendo gestada, sistematizada, apropriada e reproduzida na academia.

A referência central do estudo foi a obra de Ana Maria Monteiro. Sua tese de doutorado, defendida em 2007, constitui-se como embrião, na medida em que problematiza a relação entre diferentes saberes mobilizados pelos professores de História, o conceito do Ensino de História como “lugar de fronteira”. Essa primeira formulação, ainda que não nomeie explicitamente de tal forma, já traz de início a ideia de que o ensino se constrói em articulação entre campos distintos, particularmente entre a História e a Educação. Posteriormente, o livro *Professores de História: Entre Saberes e Práticas* amplia essa reflexão, aprofundando a análise sobre os modos de circulação dos saberes no espaço escolar e sobre a complexidade da identidade docente. Por fim, o artigo publicado em 2011 em parceria com Fernando Penna constitui-se como momento de maior explicitação dessa concepção, quando a noção de fronteira passa a ser assumida como chave interpretativa para compreender a especificidade do Ensino de História.

Nesse percurso, a metodologia consistiu não apenas em mapear as formulações de Monteiro, mas em colocá-las em diálogo com referenciais que tensionam ou complementam sua leitura. Um primeiro autor com quem a pesquisadora dialoga já em seu livro é Chevallard com a conceituação de transposição didática, revelando-se um contraponto fundamental. De acordo com ele, há uma simplificação dos saberes acadêmicos em saberes escolares, sem contemplar a complexidade dos atravessamentos culturais e políticos presentes no chão da escola. A crítica a essa limitação fortaleceu o argumento de Monteiro no que permeia a pertinência do conceito de fronteira, que não reduz o processo à mera adaptação, mas o compreende como espaço de disputa e criação.

Do mesmo modo, a reflexão de Forquin - presente na tese de doutorado de Monteiro - sobre a função da escola na transmissão de uma “cultura legítima” trouxe elementos para pensar a dimensão social e desigual da seleção dos saberes. Essa interlocução metodológica foi essencial para compreender que o campo do Ensino de História não se restringe ao diálogo entre disciplinas, mas é atravessado por relações de poder, definindo o que pode ou não ser ensinado. Já a contribuição de Bourdieu para essa

análise bibliográfica, se deu sobretudo com a conceituação de capital científico. A partir dela foi possível inserir a discussão em um quadro mais amplo: o Ensino de História é um espaço em que agentes disputam legitimidade, acumulam reconhecimento e se posicionam dentro de uma hierarquia acadêmica e social.

O método, portanto, estruturou-se sobre a leitura comparativa e a crítica conceitual, identificando convergências e limites de cada autor mobilizado. A pesquisa não se deteve na descrição, mas buscou interpretar os sentidos atribuídos ao Ensino de História e, sobretudo, as disputas em torno de sua definição como campo. Para tanto, recorreu-se também ao levantamento da recepção acadêmica da obra de Monteiro. Consultas a bases como Amazon, Scielo e Google Acadêmico possibilitaram observar a frequência com que a categoria de “lugar de fronteira” é citada e reelaborada em trabalhos diversos. A tese da autora se enquadra na posição 189º em História da Educação na Amazon. Essa informação, juntamente com dados levantados com base na plataforma Scielo, revelam que o artigo “Ensino de história: saberes em lugar de fronteira” (2011), no qual os autores realizam a conceituação pontual sobre o conceito de lugar de fronteira, contabiliza 139 citações. Juntamente com os dados do Google Acadêmico, ao pesquisar “Professores de História: Entre saberes e práticas” - título da tese de Ana Maria Monteiro - é apontado o resultado significativo de 398 citações. Essa etapa do método cumpriu dupla função: de um lado, dimensionar a circulação da categoria no meio acadêmico; de outro, identificar como ela foi apropriada em contextos distintos, revelando sua adaptabilidade a diversos temas.

Autores como Costard, Carmo, Pereira e Santos exemplificam essas apropriações, cada um mobilizando a categoria de modo a atender às especificidades de suas pesquisas. Essa diversidade de usos não fragiliza o conceito, mas antes atesta sua vitalidade, pois mostra como o “lugar de fronteira” se tornou recurso interpretativo capaz de atravessar diferentes objetos. A análise dessas ressignificações compôs uma etapa central do método, uma vez que permitiu observar não apenas a origem do conceito, mas também seu impacto na configuração atual do campo do Ensino de História.

Assim, o método desta pesquisa pode ser sintetizado em dois eixos: (1) leitura crítica e comparativa de autores, com foco na construção e explicitação da categoria de fronteira; (2) levantamento da recepção e da circulação acadêmica do conceito, identificando citações, apropriações e ressignificações. Esses eixos articulam-se de modo a revelar que o Ensino de História, longe de ser um campo estabilizado, é espaço em disputa, atravessado por tensões que exigem análise crítica e abertura ao diálogo teórico.

Por isso, a metodologia aqui adotada não se confunde com a neutralidade descritiva. Ao contrário, reconhece que toda escolha bibliográfica, toda interlocução teórica e toda ênfase interpretativa implica tomar posição no interior do campo. Ao assumir esse lugar, este trabalho reafirma a pertinência do Ensino de História enquanto campo de investigação, cujas fronteiras, longe de delimitarem barreiras rígidas, funcionam como zonas de contato, nas quais se produzem os saberes, as tensões e as negociações que marcam sua historicidade

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Ensino de História se consolida como campo autônomo, dotado de características próprias, disputas internas e estratégias de conservação e subversão. Tais elementos permitem compreender que não se trata apenas de uma prática pedagógica isolada, mas de um espaço de produção de conhecimento marcado por tensões, interesses e legitimidades em disputa. Como destaca Bourdieu (2004), a definição de um campo nunca é neutra, pois implica estabelecer os limites do que é considerado válido, bem como as hierarquias que o estruturam.

A partir dessa perspectiva, constata-se que reconhecer o Ensino de História enquanto campo tem implicações diretas em avanços políticos e institucionais. Projetos de lei, diretrizes curriculares e mesmo a forma como a academia acolhe ou rejeita as pesquisas nele desenvolvidas estão profundamente relacionados a essa categorização. Um exemplo elucidativo encontra-se nas disputas em torno do currículo do Ensino Médio, em que as Ciências Humanas, e particularmente a História, foram objeto de embates que transcendem o plano pedagógico, atingindo a esfera política e social. Assim, afirmar que o Ensino de História constitui um campo é, ao mesmo tempo, legitimar um espaço de produção científica e reivindicar sua relevância no debate público.

Outro ponto central refere-se ao conceito de lugar de fronteira, desenvolvido por Ana Maria Monteiro. Esse conceito se mostrou profícuo ao indicar que a prática docente em História não pode restringir-se apenas ao domínio dos conhecimentos científicos. Os elementos culturais, sociais e políticos que atravessam o ensino são igualmente constitutivos dessa prática. A crítica a Chevallard torna-se, nesse sentido, fundamental: ao defender uma visão restrita, focada na transposição didática de saberes científicos para o espaço escolar, deixa-se de lado a complexidade das interações culturais e sociais que permeiam a sala de aula. Monteiro, ao contrário, ao propor o Ensino de História como lugar de fronteira, explicita a necessidade de diálogos interdisciplinares, promovendo o encontro de múltiplos campos do saber e enriquecendo os debates sobre a formação histórica.

Todavia, os resultados também indicam que reduzir o Ensino de História apenas à condição de lugar de fronteira implica uma limitação importante. Embora a noção seja útil para evidenciar a interdisciplinaridade e a pluralidade de saberes, ela pode obscurecer o caráter de campo autônomo e enfraquecer sua potência política. A pesquisa evidencia que assumir essa categoria como definição exclusiva pode resultar na atenuação da legitimidade do Ensino de História enquanto área de conhecimento, restringindo inclusive sua capacidade de influir em políticas públicas e fortalecer sua posição dentro da academia.

Outro achado relevante diz respeito à valorização dos saberes escolares e das experiências docentes. A análise reforça que o conhecimento produzido no interior da escola - fruto das práticas, vivências e interações entre professores, estudantes e comunidade - possui validade científica e deve ser incorporado às discussões acadêmicas. Trata-se de reconhecer que o saber não se restringe ao espaço universitário, mas circula em múltiplos ambientes de aprendizagem. Essa constatação problematiza a hierarquia entre o conhecimento dito “científico” e os saberes da experiência, apontando para a necessidade de fomentar diálogos mais horizontais entre academia e escola.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a urgência de considerar os ambientes sociais como produtores de conhecimento histórico e cultural. Reconhecer que a sociedade, em suas práticas cotidianas, gera cultura é fundamental para a construção de uma prática historiográfica mais atenta às condições concretas de existência. Ignorar os conhecimentos culturais na produção científica ou nos processos de ensino-aprendizagem significa, como se destacou, negligenciar um dos pilares da prática historiadora. Assim, reafirma-se que a História só pode ser compreendida em sua dimensão social e temporal, o que exige abrir-se a esses espaços de convivência.

Por fim, os resultados da pesquisa indicam que as condições laborais do historiador e do professor de História estão diretamente ligadas às disputas no campo científico. A luta pela legitimação do Ensino de História como campo não é apenas terminológica, mas material: envolve reconhecimento profissional, condições de trabalho e rumos possíveis para a educação histórica no Brasil. Ao delimitar esse campo, abrem-se possibilidades de fortalecer sua posição acadêmica e política, conferindo maior densidade às práticas docentes e valorizando os sujeitos que as produzem.

Em síntese, a discussão aponta que:

- 1.O Ensino de História configura-se como campo com disputas e legitimidades próprias.
- 2.A noção de lugar de fronteira é relevante, mas insuficiente para dar conta de sua complexidade.
- 3.Os saberes escolares e culturais devem ser reconhecidos como parte constitutiva da produção de conhecimento histórico.
- 4.As disputas no campo científico influenciam diretamente as condições de trabalho e a legitimidade social do professor de História.

Esses resultados permitem não apenas reafirmar a importância do Ensino de História no cenário acadêmico e político, mas também sugerir que sua consolidação como campo depende do reconhecimento da pluralidade de saberes, da valorização da experiência docente e do enfrentamento das disputas que o estruturam. Em última instância, pensar o Ensino de História dessa maneira é pensar o futuro da própria disciplina histórica, seus rumos e suas possibilidades de intervenção na sociedade contemporânea.

Conclusão

Em considerações finais, a análise realizada demonstra que o Ensino de História se configura como um campo, dotado de características próprias, disputas internas, objetos de pesquisa específicos e estratégias de legitimação e subversão. Reconhecê-lo como campo não é apenas um exercício conceitual, mas - como o demonstrado anteriormente - tem implicações concretas, refletindo-se nas políticas públicas, na definição de currículos e na valorização acadêmica das produções geradas nesse espaço.

O conceito de lugar de fronteira, desenvolvido por Ana Maria Monteiro, revela a complexidade do Ensino de História, ao destacar que a prática docente não se restringe ao conhecimento científico, devendo considerar também fatores culturais, sociais e pedagógicos. Contudo, limitar o campo a essa fronteira pode reduzir seu alcance político e científico, enfraquecendo o capital temporal e simbólico que o constitui.

A pesquisa também considera a importância dos saberes escolares, produzidos nas interações do professor com alunos e comunidade. Tais conhecimentos complementam e enriquecem a produção acadêmica, mostrando que a prática docente e o ambiente escolar são tanto fonte de ciência quanto de reflexão sobre o ensino. Considerar esses saberes é reconhecer a historicidade da sociedade e o papel do historiador em mediá-la, garantindo que o conhecimento seja produzido e interpretado em diálogo com a vida social e cultural.

Ademais, outra conclusão aponta que a consolidação do Ensino de História como campo envolve disputas internas que afetam diretamente as condições de trabalho do professor e a definição de políticas educacionais. Garantir seu reconhecimento significa valorizar a prática docente e assegurar que a disciplina cumpra seu papel social: formar sujeitos críticos, capazes de compreender a sociedade por meio do tempo.

Em síntese, o Ensino de História deve ser reconhecido como um campo plural, crítico e articulado, capaz de integrar diferentes saberes e enfrentar as tensões que o constituem. Mais do que delimitar fronteiras, é fundamental assegurar sua autonomia, legitimidade e relevância, fortalecendo seu papel na produção de conhecimento e na construção de políticas educacionais que reflitam sua importância para a sociedade.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA. ABEH Divulga Ideia Legislativa Pela Obrigatoriedade do Ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, 2025. Disponível em:
<https://www.abeh.org.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=92>
acesso em 02 de julho de 2025

BOURDIEU, Pierre. Vocabulário Bourdieu. Afrânio Mendes Catani et al(org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

FREITAS, Itamar. Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais). Editora UFS, São Cristóvão, 2010. Disponível em:
<https://estagioshistoriamales.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/FREITAS-Itamar.-Fundamentos-para-o-ensino-de-historia.pdf> . Acesso em: 29 Jun. 2025

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Saberes em lugar de fronteira. educação e realidade, Porto Alegre, c.36, n.1, p. 191-211, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 03 de julho de 2025

MONTEIRO, Maria F.C. Professores de história: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Direito ao Passado: Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora UFS, 2011.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CÓDIGO: HS1373

AUTOR: RUAN CHACON DE SOUZA

COAUTOR: GIOVANNI SAMPAIO QUEIROZ

COAUTOR: MARIA ELISA DE SOUSA OLIVEIRA

ORIENTADOR: JADER FERREIRA LEITE

TÍTULO: SAÚDE E TRABALHO NO CAMPO: UM ESTUDO COM FEIRANTES
DA AGRICULTURA FAMILIAR

Resumo

A agricultura familiar no Brasil constitui uma importante forma de organização social produtiva. Apesar de sua relevância, permanece marcada por desigualdades históricas, como a concentração fundiária e os menores investimentos públicos destinados ao setor, o que condiciona condições precárias de vida e saúde. Este estudo qualitativo objetivou investigar as relações entre o trabalho na agricultura familiar e seus impactos na saúde, a partir da perspectiva da Determinação Social da Saúde, de trabalhadores/as do Mercado de Agricultura Familiar (MAF). Na metodologia, foram realizadas quatro entrevistas em profundidade com agricultores/as da feira, debatendo eixos da saúde, rede de apoio e trabalho. Os resultados evidenciam concepções de saúde ancoradas em alimentação saudável sem agrotóxicos, descanso e práticas tradicionais com a natureza. O acesso formal ocorre primariamente via SUS, porém limitado a práticas biomédicas curativas. Redes de apoio concentram-se no âmbito familiar, revelando fragilidade de políticas públicas voltadas a espaços sociocomunitários. O trabalho, embora fonte de realização simbólica e material, é atravessado por precarização, sobrecarga e desigualdades de gênero. Conclui-se que as relações entre saúde e trabalho na agricultura familiar são contraditórias, articulando potencialidades de cuidado territorial com vulnerabilização estrutural, demandando políticas contextualizadas que integrem saberes locais e promoção saúde contextualizada nos territórios.

Palavras-chave: Agricultura familiar, saúde, trabalho, território

TITLE: Health and Work in Rural Areas: A Study with Family Farming Market
Vendors

Abstract

Family farming in Brazil is a key form of productive social organization, yet it remains marked by historical inequalities, such as land concentration and limited public investment, which shape precarious living and health conditions. This qualitative study examined the relationship between family farming and health impacts from the perspective of the Social Determination of Health, focusing on workers at the Family Farming Market (MAF). Four in-depth interviews were conducted with farmers, exploring health, support networks, and work. Findings reveal conceptions of health linked to healthy food without pesticides, rest, and traditional practices with nature. Healthcare access occurs mainly through SUS, but is limited to curative biomedical practices. Support networks are concentrated within families, exposing weak public policies for socio-community spaces. Work is both a source of symbolic and material fulfillment, yet marked by precariousness, overload, and gender inequalities. The study concludes that health–work relations in family farming are contradictory, combining territorial care potential with structural vulnerabilities, requiring contextualized policies that integrate local knowledge with health promotion rooted in territories.

Keywords: Family farming, health, work, territory

Introdução

A agricultura familiar no Brasil constitui uma importante forma de organização social produtiva (Medrado et al., 2021), visto que ocupa uma posição central no desenvolvimento econômico de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (Brasil, 2024), e produz cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro (EBC, 2024). Além disso, se configura como patrimônio sociocultural importantíssimo para o desenvolvimento da sociedade, para a preservação da cultura e da memória do nosso país (Schneider, 2016; Wanderley, 2014). Todavia, ainda é uma atividade que sofre com as desigualdades sociais produzidas em uma rede complexa de confluências econômicas, históricas e sociais, imersa em repercussões institucionais e imaginárias no contexto brasileiro.

Nesse sentido, reatamos duas condições fundamentais para a problemática das desigualdades sociais expressas no meio rural: a concentração de terras e os investimentos públicos ao longo dos anos na agricultura familiar. De acordo com Sauer (2016), no Brasil, os estabelecimentos rurais com mais de mil hectares (46.911), correspondem a uma porcentagem em áreas agricultáveis de pouco mais de 44% da área total, enquanto os estabelecimentos com 10 hectares (2.477.071) ocupam apenas 2,36% da área total. Outro ponto são os investimentos públicos, que no biênio 2024/2025, a exemplo do Plano Safra, foram destinados 516 bilhões de reais para o crédito empresarial rural, enquanto 89 bilhões de reais foram para a agricultura familiar (Brasil, 2025). Apesar do aumento anual do referido plano de investimento para a agricultura de base familiar, é visível como se expressam as desigualdades sociais, pois têm-se uma manutenção do espaço rural em prol do desenvolvimento capitalista, produzindo condições de vida precarizadas, degradando as condições de não acesso à saúde, ao passo em que brecam as potencialidades de um território minado pela falta de recursos (Dantas et al., 2020).

Utilizando a Geografia da Saúde e dos Cuidados em Saúde (Remoaldo & Nogueira, 2012; Santana, 2014, apud Dantas et al., 2020), postulamos que a saúde é resultado de uma

trama contextual situada histórica e socialmente na particularidade de cada território, afirmando a produção de saúde retirada de um locus individual e ampliada a uma coletividade territorial. Com esse breve panorama do contexto da agricultura familiar no Brasil, partimos dessa realidade para pensar os contextos de saúde-doença-cuidado e suas relações com o trabalho. Utilizamos a Determinação Social da Saúde (DSS), que indica as desigualdades sociais em completo enlace ao modo de produção econômico, histórico, político e social, determinante de modos de vida precarizados e impostos ao lugar de subalterno, sistematicamente impondo vulnerabilização e destituição de direitos a determinadas populações (Dantas et al, 2020).

No capitalismo, as complexas desigualdades interseccionais de raça, classe, gênero e território nos dão pistas de quais corpos e vidas são subalternizados e vulnerabilizados pela constituição complexa das redes macropolíticas que ordenam a vida, tendo como efeito direto as condições de desigualdades encontradas nos processos de saúde-doença-cuidado. Dessa forma, trabalhadoras e trabalhadores da agricultura familiar estão impostos - e não “expostos” - a um contexto que determina as instâncias de saúde-doença-cuidado, instâncias essas produzidas internacionalmente e de maneira relacional pela lógica do capital (Breilh, 2021, apud Sampaio, 2024), e que portanto se expressam na forma como o trabalho é realizado. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo investigar as relações entre o trabalho na agricultura familiar e seus impactos na saúde, a partir da perspectiva da Determinação Social da Saúde, de trabalhadores e trabalhadoras do Mercado de Agricultura Familiar (MAF), localizado em Natal/RN.

Metodologia

Colocada a problemática a ser investigada por esta pesquisa, entendendo-a como uma confluência complexa de tecidos macroestruturais de nosso tempo, observadas sob à luz da DSS, defendemos a metodologia da presente pesquisa como qualitativa, ao passo que nos interessa as percepções e experiências acerca do processo saúde-doença-cuidado na vida de trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar. O método qualitativo permite-nos aprofundar fenômenos do cotidiano, esmiuçando-os na tentativa complexa não de explicá-los, como se assim houvesse uma verdade inata a ser descoberta, mas sim na trilha de compreensão e apreensão da realidade que se expressa contextualmente a partir da subjetividade (Guerra et al., 2024). Portanto, a pesquisa qualitativa, na escuta do discurso, escuta a expressão subjetiva de condições materiais e simbólicas compartilhadas coletivamente por um sujeito e seu coletivo, podendo nos dispor de elementos que permitem uma análise profunda e dialética acerca de fenômenos sociais (Guerra et al., 2024).

Com tal arcabouço, esta pesquisa está vinculada a um projeto maior, intitulado “Produção de sentidos sobre as feiras livres de agricultura familiar do nordeste brasileiro”, com apoio do CNPq. O campo empírico do nosso interesse de investigação está situado no Mercado de Agricultura Familiar (MAF), localizado na cidade de Natal/RN. De acordo com Oliveira (2019), o atual Mercado de Agricultura Familiar passou por processos de articulações institucionais com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e participação da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), para efetivar o crescimento da agricultura familiar no estado. O espaço funciona oficialmente desde 2017 e comporta tanto agricultores/as familiares em bancas individuais quanto cooperativas de agricultura familiar.

Utilizamos, como critérios de participação na pesquisa, que fossem agricultores(as) familiares com produção orgânica ou agroecológica, com idade a partir de 18 anos e que estivessem em espaços de comercialização na feira por mais de um ano. A entrada a campo ocorreu a partir de 8 (oito) visitas à feira, sendo as visitas iniciais para o estabelecimento de vínculo com os(as) feirantes do mercado, de maneira mais informal e interessada numa narrativa livre com os trabalhadores e trabalhadoras. Para a produção e análise dos dados, propomos a realização de entrevista em profundidade, partindo de um roteiro semiestruturado, o qual foi dividido em quatro eixos, quais sejam: 1) Práticas cotidianas de saúde; 2) Acesso à saúde formal; 3) Rede de apoio, espiritualidade e espaços sociocomunitários; e 4) Trabalho.

Utilizamos 4 (quatro) entrevistas para este relatório, todas elas consentidas pelos/as participantes da pesquisa por meio de Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) assinados e Termo de Autorização para Gravação de Voz idem. O perfil dos/as entrevistados/as se desenha em sendo 2 (dois) homens cis e 2 (duas) mulheres cis, com faixa-etária que varia de 48 a 57 anos. Dos 2 homens, um se autodeclara pardo e o outro, preto; já das 2 mulheres, uma se autodeclarou como parda, e a outra não temos informação. A renda familiar varia entre 1 a 2 salários mínimos para todos/as os/as participantes. O contexto para realização das entrevistas foi acordado com os/as participantes, o que culminou no uso do espaço do campo empírico (o MAF) como sede das entrevistas. Após a composição do material a partir das entrevistas, transcrevemos em documento digital e realizamos as análises. As análises foram pensadas a partir de alguns eixos norteadores: 1) a saúde como concepção e prática cotidiana; 2) o acesso formal à saúde; 3) redes comunitárias de apoio e; 4) as prerrogativas do trabalho na agricultura familiar. Será exposto, a seguir, os resultados construídos a partir dessas análises e suas discussões situadas a essa produção de dados.

Resultados e Discussões

Concepção de saúde e suas práticas cotidianas

Iniciando as discussões acerca dos resultados, partimos de um ponto crucial para elaboração das análises que é a concepção de saúde e como ela se expressa nas práticas cotidianas dos/as agricultores/as em contexto com o seu território. A partir das entrevistas, é notória a relação indissociável da concepção de saúde com uma boa alimentação, a prática de atividade física e o descanso. Essas são condições afirmativas de uma boa relação com a saúde, tida como um “viver bem” pelos/as entrevistados/as. A relação entre essas três significações relacionadas a saúde está amparada por uma lógica de vida situada a partir de um território - suas comunidades rurais - marcado por circuitos próprios de produção e reprodução da cultura e dos imaginários (Dantas, et al., 2020), abrindo caminhos de análise para uma relação da saúde com a produção que se expressa pelo

trabalho (o alimento) e com o ócio após o trabalho (o descanso reivindicado como prática de saúde).

Se é o alimento a via primeira de concepção de uma saúde para viver bem, essa concepção está atrelada diretamente ao produto do trabalho vindouro da agricultura familiar: o alimento sem agrotóxicos. As conexões entre o trabalho-descanso-saúde também são possíveis à medida em que se reconhece a importância do tempo de descanso do trabalho para uma saúde fortalecida. Essas relações com o trabalho se expressarão em contradição, as quais serão evidenciadas mais a frente na seção dedicada a este tema. Pela alimentação “boa”, entende-se ser essa livre de “veneno” e “tóxicos”, diferente do que é produzido em larga escala pela indústria agrícola monocultora e expropriatória de caráter empresarial e patronal no Brasil (Araújo e Oliveira, 2017), sendo então a alimentação de qualidade para a saúde essa que é produzida por eles/as próprios/as, de maneira agroecológica, implicada com as características naturais dos alimentos e caracterizada por uma temporalidade que acompanha majoritariamente as fases do ano importantes para produção da agricultura familiar. Entendem também que as práticas de proteção na realização do trabalho agrícola são mobilizadoras de uma saúde resguardada, utilizando proteções para o sol intenso e as altas temperaturas, além de roupas adequadas para prevenção de contato inesperado com algum animal ou inseto que possa surgir nas lavouras.

Diante do que é apontado como um “viver bem”, a saúde requer práticas que se sedimentam no e pelo cotidiano, demonstrando uma íntima relação com a prática na agricultura familiar. O uso de plantas e ervas medicinais para o cuidado primário com a saúde frente ao aparecimento de algum sintoma indicativo de doença são os primeiros cuidados em saúde realizados pelos/as participantes. As relações com medicinas provenientes da acessibilidade direta à natureza orgânica provocam um fortalecimento das práticas de cuidado ancestrais e cultivadas de maneira geracional, propondo conexões com o território capazes de transformar os modos pelo qual se entende o processo saúde-doença-cuidado, evidenciando a relevância de cuidados protetores e preventivos de caráter natural, que se articulam com a proteção da vida e a preservação da natureza (Wunsch et al., 2014).

O acesso formal à saúde

Ainda no campo da saúde, as narrativas colhidas através das entrevistas nos evidenciam relações com os serviços de saúde formal do Sistema Único de Saúde (SUS) capazes de nos dar pistas acerca dos motivos pela busca do serviço ao mesmo tempo em que desvelam concepções que estruturam o modo de funcionamento do mesmo e sua atuação territorializada. Todos/as os/as participantes da pesquisa relatam utilizar o SUS como via primária de acesso formal ao cuidado, geralmente quando o uso dos saberes tradicionais provindos do acesso e manuseio das plantas e ervas não dão conta. O uso da porta de entrada ao serviço de saúde, a Unidade Básica de Saúde, é utilizada por motivos de cuidados básicos, como os conhecidos “exames de rotina” e consultas com clínicos gerais, quando há alguma queixa de adoecimento, resultando em possíveis processos de encaminhamento para as especialidades médicas. Quando provocados/as, os/as participantes reacendem o uso da UBS como o espaço central para aplicação e acompanhamento do plano vacinal. A presença de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é relatada em todas as entrevistas, porém, a sua participação no cuidado em saúde está condicionada, por vezes, por alguma demanda de marcação de exames e resolução de

“pendências” ligada à saúde. Dos/as 4 participantes, apenas 2 notificaram a presença de agente em suas casas, os outros/as 2 não notificaram a presença, todavia, têm o contato do/a agente caso surja alguma necessidade.

Nesse sentido, é possível trazer à luz reflexões sobre a visão dos/das participantes acerca do acesso formal à saúde. A ideia de acessar um serviço de saúde passa, invariavelmente, pela concepção de algum adoecimento que se anuncia. Das duas mulheres entrevistadas, uma delas tem diabetes e faz seu tratamento na UBS, sendo o polo de retirada de medicamentos e consultas periódicas com o médico da área; dos dois homens entrevistados, ambos relatam que utilizaram mais o SUS em situações de emergência: um por acidente perfurante com riscos de infecção e o outro por complicações de um estado de pneumonia. Com esse quadro, podemos questionar que, mesmo após mais de 30 de anos da efetivação institucional que preconiza e lança o SUS, as deficiências de acesso e qualidade dos serviços no meio rural contribuem para uma concepção curativa/biomédica que colabora para uma visão da saúde atrelada a doença (Rückert et al., 2018), minimizando ou secundarizando ações de cuidado coletivo, educação em saúde, ações de prevenção e promoção de programas e projetos que envolvam grupalidade. É imprescindível que o serviço de saúde garanta acompanhamento e cuidados médicos, porém não deve limitar-se a oferta única desse tipo de atendimento, sendo papel da equipe de saúde trabalhar de forma conjunta com os saberes e práticas tradicionais referentes a cada território, compreendendo suas especificidades e traçando estratégias comunitárias de cuidado em saúde (Rückert et al., 2018).

Nessa dimensão, perguntamos sobre a adesão a planos privados de saúde, o qual aparece somente em uma participante, que relata o uso do plano para aceleração da realização de exames, sendo a experiência com o SUS para essa demanda muito demorada; e também para acompanhamento e consultas especializadas do campo médico, como fisioterapia e outros. Essa participante relata ainda a relação de que, na capital, local de trabalho, utiliza mais o plano de saúde dada a inoperância e superlotação do sistema público; e na sua cidade de origem, utiliza mais o SUS por abarcar as suas necessidades referentes àquele território. Já os/as outros/as não possuem plano privado, dependendo integralmente do SUS para as suas demandas de saúde.

Redes comunitárias de apoio

O interesse na constituição das redes comunitárias de apoio estabelecidas pelos/as agricultores/as nos seus territórios se justifica pela necessidade de integrar a comunidade nos processos de saúde-cuidado, contribuindo para uma amplitude do cuidado em saúde que se produza para além dos serviços de saúde formais e se capilarize nas relações sociais do cotidiano (Dantas et al., 2020). As pessoas entrevistadas relatam que não compõem nenhum grupo proporcionado pela UBS. Espaços de sociabilidade estão concentrados, no caso das duas mulheres, na igreja, onde frequentam as missas e as festividades da paróquia; no caso dos homens, apenas um diz participar de um grupo, sendo este dos amigos do futebol. Ainda uma das mulheres compartilha que faz parte de um grupo de agricultores/as da sua comunidade e comunidades vizinhas para resolver questões locais e ajudar nas vendas dos produtos. O espaço de trabalho é mencionado como espaço de trocas e sociabilidade pelos dois homens. Quando perguntados sobre espaços onde podem conversar sobre a vida e seus causos, apontam para o local de trabalho, no caso, o MAF. Um deles aponta apenas um outro companheiro de vendas, que divide algumas tarefas

entre as bancas um do outro; já o outro homem diz que é na feira e na sua relação com os clientes onde tece as conversas sobre a vida, deixando até de vender - ficando a cargo da filha essa tarefa - para sair pelo Mercado e conversar com as pessoas.

São várias as formas por onde os caminhos da socialização ocorrem, para além da própria família. Há, porém, ainda uma carência de espaços coletivos nas próprias comunidades para despendar tempo na atividade de vincular-se ao outro e, conseqüentemente, à comunidade. Espaços que deveriam ser produzidos e proporcionados pelos serviços públicos - seja UBS, CRAS e outros - estão inoperantes na competência de promover espaços sociocomunitários que reúnam e produzam processos de vinculação entre um e outro. A não realização desse tipo de atividade pode estar conectada com problemas de ordem estrutural no que diz respeito às políticas de Atenção Primária, quais sejam: desestruturação da política de Atenção Primária; formação inadequada e currículo profissional defasado e fragmentado; modelos de gestão de saúde divergentes; entre outros (Silva, Dimenstein e Leite, 2013, apud Dantas et al., 2020).

Quando perguntados/as sobre as pessoas as quais viam como sendo sua rede, 3 dos/as 4 localizaram a família como sendo o ponto central de apoio, seja no caso de algum adoecimento que impossibilite a realização do trabalho, ou mesmo nas intercorrências do cotidiano. Apenas um participante não identificou a família quando questionado sobre quem seria sua rede de apoio. A compreensão da família como sendo a própria rede de apoio parece ser uma confluência do trabalho na agricultura dita, não por acaso, familiar. Se são essas pessoas as que realizam o trabalho junto aos agricultores/as, são as mesmas com as quais se conta quando se pensa em rede.

É papel dos serviços de saúde garantir que essas redes se fortaleçam e criem seus próprios espaços de conexão coletiva, compondo um movimento que esteja preocupado com a história do território e suas particularidades sociais e de saúde, apostando em uma perspectiva multidimensional de compreensão da relação entre o lugar em que se vive e a maneira como se vive, imerso em contradições que necessitam de uma atuação comprometida em contextualizar as problemáticas para a resolução coletiva dos percalços sociais que travam o pleno funcionamento do SUS (Dantas et al., 2020).

Prerrogativas do trabalho na agricultura familiar

Nessa seção, a centralidade do processo de trabalho é fundante das análises a seguir, em conexão com os processos de saúde-doença-cuidado, costurando finalmente as linhas que se expressam em tal processo. Iniciamos, portanto, com a perspectiva de que o trabalho na agricultura familiar está envolto em redes que despontam de maneira geracional, ou seja, uma atividade que se reproduz entre as famílias e suas gerações (Medrado et al., 2021). É o que nos contam todos/as os/as participantes da pesquisa, remontando a lembranças e memórias que articulam a iniciação no trabalho do campo apartir do acompanhar de suas famílias, geralmente pais e mães, avôs e avós, nas idas ao campo, que geralmente eram nos próprios quintais. Essa prática se atualiza pois, se no passado a agricultura familiar intencionava subsídios de subsistência, com a produção para consumo próprio do núcleo familiar e até da comunidade, hoje, sob os impactos de uma modernização do campo, implicando numa transição de adaptação ao mercado do agronegócio, baseado na produção para a comercialização (Araujo e Oliveira, 2017), os/as agricultores/as se deslocam para um processo de produção de alimentos que está

subsidiado, mesmo com todas as diferenças dos processos produtivos e comerciais, à lógica de um circuito de mercado profundamente marcado pela lógica empresarial.

Enquanto feirantes no MAF, os/as agricultores/as desempenham múltiplas tarefas que estão estratificadas nesse processo de trabalho, revelando uma faceta de multifuncionalidade (Sacco dos Anjos, Caldas e Costa, 2006), que opera pela lógica de desdobrar-se sob a responsabilidade de tarefas outras, agrícolas ou não, que deem conta de suprir as necessidades de comercialização para garantir alguma sustentabilidade e renda, além de ser a forma de reprodução social do trabalho na agricultura familiar. Essa realidade se associa com o discurso dos/as participantes, quando relatam a realização de inúmeras atividades relacionadas à produção agrícola, por vezes não conseguindo gerir de forma adequada todas as camadas desse processo. Das atividades realizadas, elencam o próprio trabalho agrícola no campo - plantio, irrigação, colheita -; processo de comercialização - amarração, distribuição, vendas nas comunidades e no próprio Mercado -; manejo logístico e financeiro por conta própria; transporte dos produtos de suas comunidades até os pontos de comercialização; desenvolvimento de parcerias para distribuição de outros produtos que não os próprios produzidos em suas terras, devido a demanda de clientes.

Todas essas atividades estão a cargo dos/as agricultores/as trabalhadores/as da feira do mercado. É possível, então, traçar paralelos entre a quantidade de atividades realizadas e o tempo despendido para suas realizações, tornando a carga horária de trabalho desses/as produtores/as quase incapaz de ser contabilizada frente a tantas demandas de trabalho que precisam ser sustentadas sob essa lógica mercantil, resultado direto do atravessamento de investimentos na modernização do campo em detrimento da sustentabilidade e da agroecologia (Araújo e Oliveira, 2017). Segundo Santos e Chauí (2013, apud Araújo e Oliveira, 2017), o agronegócio impulsiona a superexploração do trabalho, precarizando o trabalho no campo e condicionando, como encontrado nos dados da pesquisa, em cargas de trabalho extensas, como também impulsiona a superexploração dos recursos naturais, uma vez que concentra fundiariamente uma quantidade exorbitante e desigual de acesso a terras e recursos tecnológicos para redução de uma jornada exaustiva de trabalho.

Interseccionando a categoria de gênero, a superexploração do trabalho (Santos e Chauí, 2013, apud Araújo e Oliveira, 2017) se manifesta ainda mais forte quando percebemos que as mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, para além das atividades já mencionadas, ainda realizam o trabalho invisibilizado doméstico e de cuidado, mostrando uma jornada de trabalho que se estende, revelando uma implicação de gênero que está cristalizada pela divisão sexual do trabalho, direcionando apenas às mulheres as funções de cuidado da casa e da família (Herrera, 2017).

As prerrogativas do trabalho no campo, contextualizado dentro dos limites dessa pesquisa, apresentadas ao longo desta seção, nos possibilita traçar linhas de conexão com o processo saúde-doença-cuidado e as implicações e impactos na saúde desses/as trabalhadores/as. Os relatos colhidos na pesquisa acerca da realização do trabalho evidenciam uma indissociável relação entre os efeitos do trabalho no cansaço do corpo. A exposição frequente e intensa ao sol e às altas temperaturas - resquício das mudanças climáticas em propensões catastróficas -; as posições e esforços físicos para manuseio da terra; o pouco tempo de descanso dada a carga de trabalho intensa e prolongada; o tempo de sono reduzido devido a rotina de trabalho estão como fatores principais das queixas de

saúde narradas pelos/as trabalhadores/as da feira. A realização do trabalho, portanto, é também afetada pelas condições em que se encontra o sujeito e a comunidade. No caso da agricultura familiar, o trabalho é precarizado à medida em que as condições de vida para sua realização estão afetadas pelas desigualdades sociais que estruturam a sociedade capitalista, e mais ainda, pela posição dessa atividade laboral na cadeia produtiva do capitalismo, obrigando o campesinato a modificar o trabalho em prol de uma lógica de mercado (Taveira et al., 2019).

Todavia, apesar dos problemas encontrados nesse processo de trabalho, todos/as relatam o gosto pela atividade da agricultura familiar. Ao passo que, pela precarização, o trabalho agencia consideráveis impactos nas condições de saúde - articulados, contextualmente, aos territórios onde esse trabalho e essa vida se produzem, permeados por um processo de vulnerabilização -, por outro lado, ele também engendra formas de realização das necessidades materiais e simbólicas, no momento em que o produto desse trabalho é também a fonte de saúde primeira, segundo os/as próprios/as agricultores/as.

Conclusão

Diante do exposto, torna-se evidente as relações entre saúde, trabalho e os territórios contextualizados dos agricultores e agricultoras participantes. Primeiro, as concepções de saúde estão ancoradas em maior profundidade com a questão alimentar e a segurança de consumo de alimento sem veneno, produzido por eles/as próprios/as. Essa dimensão da saúde implica em cuidados e práticas em saúde que partem da materialidade cotidiana do contato com a natureza em seus processos de trabalho, produzindo cuidados que estão em plena conexão com a cultura geracional do uso de ervas e plantas como primeira via de acesso a um “viver bem” - como mencionado anteriormente. Essa relação está indissociável do processo de trabalho, pois é pela atividade realizada no contato com a terra e suas particularidades que se produz um saber sobre a mesma, tendo como efeito os usos desse saber, por parte dos/as agricultores/as, para o desenvolvimento de tecnologias de cuidado singulares ao processo de apropriação de conhecimento que o trabalho propicia.

Os espaços sociocomunitários e o aprofundamento das redes de apoio se encontram concentrados em limites familiares, reduzindo-se à família os maiores fluxos de socialização, característica que pode ser observada pela deficiência de espaços sociocomunitários fomentados pelas políticas públicas, especialmente as dos serviços de saúde. O acesso formal à saúde está vinculado a um modelo biomédico curativista que impossibilita, justamente, o desenvolvimento de movimentos à direção de espaços coletivos de cuidado. Essa particularidade pode ser estudada em futuras pesquisas a partir dos desafios de implementação e implantação de políticas públicas de saúde específicas aos contextos rurais, como a Política nacional de atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs) (Ministério da Saúde, 2022)., trabalhando com os saberes populares e tradicionais e mapeando em conjunto com a comunidade as necessidades que ali se apresentam.

Por fim, a dimensão do trabalho se evidencia contraditória ao passo em que realiza as necessidades dos agricultores/as, mesmo sendo sua realização envolta em um processo de precarização do trabalho, tendo efeitos na saúde. A compreensão defendida aqui se vale pelo fato do trabalho por si só não ser o responsável pelos diversos efeitos negativos à saúde, mas que é o seu caráter contextual em um modo de produção exploratório que o compele a condições degradantes. Essa relação contraditória está postulada pela DSS, teoria basal das análises dos processos de saúde-doença-cuidado, localizando a vida e seus modos de reprodução em uma particularidade histórica que envolve seus territórios e as relações neles desenvolvidas, sendo necessária a singularização da história dos povos e suas comunidades para um comprometimento real com a produção de saúde contextualizada e em sintonia com as necessidades das comunidades rurais e do campo (Dantas et al., 2020).

Referências

Araújo, I. M. M. de; Oliveira, Â. G. R. da C. (2017). Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 117–129, 2017. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00043.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. (2024) O Brasil que alimenta: uma celebração à agricultura familiar. 24 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/o-brasil-que-alimenta-uma-celebracao-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Brasil. (2025). Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Safra 2025-2026. 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/06/plano-safra-2025-2026>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P., & Belarmino, V. H. (2020). Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. Athenea Digital, 20(1), 1-21.

EBC – Agência Brasil. (2024) 25 de julho: Dia Internacional da Agricultura Familiar, a base do futuro alimentar. 25 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/25-de-julho-dia-internacional-da-agricultura-familiar#:~:text=Import%C3%A2ncia%20na%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e,hortali%C3%A7as%20se%20destacam%20no%20setor>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Guerra, A. de L. e R.; Stroparo, T. R.; Costa, M. da; Castro Júnior, F. P. de; Lacerda Júnior, O. da S.; Brasil, M. M.; Camba, M. (2024). Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Herrera, K. M. (2017). Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 208

Medrado, B., Lyra, J., Leite, J. F., & Vilton, W. (2021). Urban and Rural Articulations in an Agro-ecological Space in the Brazilian Northeast. In J. F. Leite, M. Dimenstein, C. Dantas, & J. P. Macedo (Orgs.), *Psychology and Rural Contexts: Psychosocial Dialogues from Latin America* (pp. 181-194). Springer Cham

Ministério da Saúde. (2022). Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. – Brasília : Ministério da Saúde.

Oliveira, F. S. S. (2019). A Construção De Mercados Para A Agricultura Familiar No Estado Do RN: analisando a Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária –CECAFES/RN, no período de 2017 a 2019. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Rückert, B., Cunha, M. C, & Modena, C. M. (2018). Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. *Interface*, 22(63), 903-914.

Sacco dos Anjos, F., Caldas, N. V. e Costa, M. R. C. (2006). Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *Anais do 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, 2006.

Sampaio, G. Q. (2024) Resistir na intersecção dos sistemas de opressão: interseccionalidade e a produção de saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo/PB. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

Sauer, S. (2016). Luta pela terra e reforma agrária: A construção de espaços de cidadania no Brasil. In, M. Dimenstein, J. F. Leite, J. P. Macedo, & C. Dantas (Orgs.). *Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais* (pp. 45-69). São Paulo: Intermeios

Schneider, S. (2016). A Presença E As Potencialidades Da Agricultura Familiar Na América Latina E No Caribe. *Redes*, 21(3), 11 – 33.

Taveira, L. R. S.; Carvalho, T. S.; Teixeira, A. F. dos S.; Curi, N. (2019). Sustained productive intensification for family farming in developing tropical countries. *Ciência e Agrotecnologia*, Uberlândia, v. 43, 2019. DOI: 10.1590/1413-7054201943012819.

Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 25-44.

Wunsch, S., Budó, M. L. D., Beuter, M., Garcia, R. P., & Seiffert, M. A. (2014). Proteção: dimensão do cuidado em famílias rurais assentadas. *Escola Anna Nery*, 18(3), 533-538.

CÓDIGO: HS1386

AUTOR: MARIANA LUIZA DE FRANÇA SILVA

ORIENTADOR: MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

TÍTULO: Fundamentos historiográficos na formação dos profissionais de História na UFRN: a questão da história local

Resumo

Percebendo o currículo como um espaço de disputa e construção narrativa, a investigação buscou entender o espaço dedicado à discussão da localidade na formação de futuros professores de história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As fontes examinadas incluíram programas de disciplinas de Formação histórica do RN (1999.1 a 2003.1), Ensino de História do RN (2020.2 e 2022.2), História do RN 1 (2004.2, 2005.2 e de 2022.2 a 2024.2) e História do RN 2 (2005.1, 2023.2 e 2024.2); bem como, o currículos da graduação de licenciatura em História: 1 de 1960, 2 de 2004, 2A de 2009, 2B de 2013, 2C de 2013, 3 de 2019 e 4 de 2022. A metodologia empregou o método histórico, revisão bibliográfica e Análise de Conteúdo. O estudo identificou dificuldades na preservação e sequenciamento dos documentos institucionais. E que apesar das 5340 horas totais do currículo de Licenciatura em História, apenas 240 horas (4,49%) são destinadas à História local, e somente uma disciplina de 60 horas (1,12%) aborda a discussão do Ensino de História local. Bem como, que a questão indígena foi considerada nas disciplinas HRN1 e HRN2 a partir dos currículos posteriores à lei nº 11.645/2008, contudo, no programa de 2023.2 da HRN1, houve um esforço em reduzir a problematização dos processos de colonização potiguar à interpretação dos fatos, deixando de fora a resistência indígena da ementa.

Palavras-chave: História das Disciplinas, Ensino de História, Formação Docente.

TITLE: Historiographical foundations in the training of history professionals at UFRN: the question of local history

Abstract

Perceiving the curriculum as a space for debate and narrative construction, the research sought to understand the space dedicated to the discussion of locality in the training of future history teachers at the Federal University of Rio Grande do Norte. The sources examined included course syllabi for Historical Formation of RN (1999.1 to 2003.1), Teaching History of RN (2020.2 and 2022.2), History of RN 1 (2004.2, 2005.2, and from 2022.2 to 2024.2) and History of RN 2 (2005.1, 2023.2, and 2024.2); as well as

the curricula for the undergraduate degree in History: 1 from 1960, 2 from 2004, 2A from 2009, 2B from 2013, 2C from 2013, 3 from 2019, and 4 from 2022. The methodology employed the historical method, bibliographic review, and content analysis. The study identified difficulties in the preservation and sequencing of institutional documents. It also found that, despite the 5,340 total hours in the History degree curriculum, only 240 hours (4.49%) are devoted to local history, and only one 60-hour course (1.12%) addresses the teaching of local history. Furthermore, the indigenous issue was considered in the HRN1 and HRN2 courses based on curricula subsequent to Law No. 11,645/2008. However, in the 2023.2 program of HRN1, there was an effort to reduce the problematization of the colonization processes in Rio Grande do Norte to the interpretation of facts, leaving indigenous resistance out of the syllabus.

Keywords: History of Disciplines, History Teaching, Teacher Training.

Introdução

Dando continuidade a estudos anteriores, essa investigação buscou analisar os planos de curso das disciplinas e bibliografias indicadas na formação dos graduandos em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no que concerne à História local foram encontrados os programas das disciplinas: Formação histórica do RN (1999.1 a 2003.1), Ensino de História do RN (2020.2 e 2022.2), História do RN 1 (2004.2, 2005.2 e de 2022.2 a 2024.2) e História do RN 2 (2005.1, 2023.2 e 2024.2); bem como, o currículos da graduação de licenciatura em História: 1 de 1960, 2 de 2004, 2A de 2009, 2B de 2013, 2C de 2013, 3 de 2019 e 4 de 2022. O principal propósito foi compreender as bases de formação e às perspectivas que constroem a percepção do historiador formado na UFRN, assim como sobre seu papel e sua conexão com o contexto social. O projeto busca oferecer um panorama sobre como essa dimensão do conhecimento histórico é abordada na formação do profissional de história, contribuindo para o avanço das pesquisas na área do ensino de História, em suas articulações com a historiografia.

É importante salientar que as fontes analisadas foram procuradas em acervos variados para garantir algum sequenciamento ao estudo, no entanto, ficou muito clara a negligência da qual são vítimas os documentos dessa natureza na instituição pela ausência de registros sequentes e preservação daqueles que foram arquivados. Apesar da dificuldade na construção de seriação entre as fontes, conseguimos mapear os programas de diferentes disciplinas de 1999.1 a 2005.2 no Memorial do PNLD, 11 Estruturas curriculares e programas de 2023.2 e 2024.2 no Portal das graduações da UFRN, alguns dos programas de 2022.2 e 2024.2 no menu discente do Sigaa da aluna MARIANA LUIZA DE FRANÇA SILVA e os períodos em que lecionaram JAILMA MARIA DE LIMA e LUIZ EDUARDO BRANDÃO SUASSUNA através do perfil docente do Sigaa, visto que os programas das disciplinas que lecionaram estavam arquivados no Memorial do PNLD, mas não contém datação.

Percebendo o currículo como um espaço de disputa e construção narrativa, o recorte temático parte da inquietação sobre qual é o espaço dedicado para a discussão da localidade na formação de historiadores que, majoritariamente, irão lecionar na rede básica do Rio Grande do Norte. Desenvolver uma consciência histórico-territorial

enraizada na experiência quotidiana dos professorandos e compreender a interconexão de escalas históricas (local, regional, nacional, transnacional-global) são habilidades que se manifestam no processo de ensino-aprendizagem e se mobilizam conforme a realidade contemporânea do ambiente no qual estão inseridos.

Portanto, optou-se por analisar nos programas curriculares a frequência das disciplinas que tratam a História no Rio Grande do Norte e a bibliografia de cada plano de curso estabelecendo um diálogo com a Didática da História, conforme Jörn Rüsen nos elucida sobre a sua relação com às formas, usos, funções e sentidos da produção do conhecimento histórico. Nesse cenário, a relevância da História Local no contexto da formação docente é um ponto de convergência crucial. A discussão sobre a História local assume mobilidade no processo de ensino-aprendizagem, pois não pode ser entendida apenas por determinações burocráticas ou estanques, mas como um elemento que dialoga com as dinâmicas sociais, históricas, econômicas e políticas.

Metodologia

A metodologia deste projeto deu-se a partir do método histórico, após a construção da problemática de pesquisa, delimitação de seu espaço temporal e a partir das fontes disponíveis para dialogar com o tempo, culminando na produção de uma narrativa histórica. Essa trajetória foi acrescida pela revisão bibliográfica e crítica historiográfica, com o auxílio da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, para construção da tabela de análise como ferramenta de leitura das fontes. Esta verifica quantitativamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências, mas também é qualitativa ao permitir a atribuição de caráter positivo ou negativo a esta frequência para responder a problemática em questão. A análise se divide em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

Na revisão bibliográfica destacaram-se o trabalho de Aryana Costa apresentando o surgimento da disciplina de História do Rio Grande do Norte em 1970 na UERN através dos planos de curso e livros de ponto, constatando a Prof^a Maria Salomé de Moura como primeira ministrante, porém, categorizada como disciplina complementar em 1971 com História do Rio Grande do Norte I e História do Rio Grande do Norte II, já em 1977 foram suprimidas em apenas uma disciplina, com peso de 4 créditos como História do Brasil II, III e América I e II. Assim como, o artigo de Gabriel Costa demonstrando a continuidade das reflexões feitas por Aryana Costa, destacando o espaço dado à formação docente para história local a partir das análises das estruturas curriculares, PPP e programas das disciplinas da mesma universidade. Constatou, no entanto, a presença de novos nomes dentre as referências utilizadas pelos ministrantes: Brasília Carlos Ferreira, Luiz Assunção, Almir de Carvalho Bueno, Henrique Pereira, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, Julie Antoinette Cavignac, Fátima Martins Lopes, Rosa Maria Godoy Silveira, Pedro Puntony.

Cada programa de disciplina encontrada teve uma tabela de análise diferente que nas colunas contém os períodos dos planos de cursos encontrados, e suas linhas eram destinadas, respectivamente, para o professor titular, o acervo de origem, os objetivos, a ementa e os nomes de cada autor e/ou obras listadas nas bibliografias de todos os períodos por ordem alfabética. As seções de análise foram selecionadas levando em consideração os trabalhos anteriores, e a tentativa de traçar rupturas e permanências nos norteadores considerados pelos ministrantes. Além disso, optou-se por fazer um levantamento da maior quantidade de seções possíveis, dentro do tempo disponível para a realização da pesquisa, dada a carência de fontes que permitissem a análise de apenas um componente no recorte estabelecido.

As disciplinas encontradas foram Formação Histórica do Rio Grande do Norte (FHRN), Ensino de História do Rio Grande do Norte (EHRN), História do Rio grande do Norte I/ História do Rio grande do Norte no Império e na Colônia (HRN1) e História do Rio grande do Norte II/ História do Rio grande do Norte Republicano (HRN2). Os Currículos da Graduação de Licenciatura em História encontrados foram dos anos 1960, 2004, 2009, 2013 (2A e 2C), 2019 e 2022. A análise desses programas e currículos permitiu sistematizar dados e informações, bem como compreender a bibliografia utilizada e as práticas expressas pelos programas, percebendo-os como espaços de memórias e narrativas para a compreensão da formação do profissional de História.

Resultados e Discussões

A disciplina de FHRN aparece nos 11 currículos como uma disciplina optativa vinculada à graduação de licenciatura de história pelo Departamento de Turismo, no entanto, verificou-se que em todos os programas de curso mapeados de 1999.1, 2000.1, 2001.1, 2002.1 e 2003.1 as ementas se mantiveram inalteradas como podemos observar:

"Conquista territorial e política de fortificações; a presença da igreja na sociedade colonial; a ocupação territorial; vilas e cidades; engenhos e usinas; formas de trabalho e economia exportadora. Economia algodoeira e urbanização; Ribeira Velha. A 2ª Guerra Mundial e as transformações do espaço urbano e sociedade contemporânea" (p.1)

No entanto, pudemos observar que os objetivos sofreram alterações significativas. Nos programas de 1999.1, 2000.1 e 2003.1 era: "Fornecer subsídios para a análise e compreensão da evolução histórica do Rio Grande do Norte em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais". E por dois anos consecutivos, 2001.1 e 2002.1, passou a ser: "Compreender aspectos da evolução histórica do Rio Grande do Norte no que se refere à economia, política, cultura e sociedade". A terceira e última mudança ocorre no programa de 2022.1: "Possibilitar ao turismólogo o domínio de conteúdos relevantes da história do Rio Grande do Norte tendo em vista a aplicação do conhecimento na sua prática profissional".

As disciplinas de EHRN aparecem nos currículos a partir de 2004 como optativas, mas nesta pesquisa foi possível localizar apenas dois programas de cursos, ambos com a mesma ementa referente aos anos 2020.2 e 2022.2:

"História da educação no Brasil e no Rio Grande do Norte: da colônia à república. Legislação e prática docente no século XX. Os PCN de História e o ensino de História do Rio Grande do Norte no século XXI. Material didático para o ensino de História do Rio Grande do Norte. Novas formas de ensino da História do Rio Grande do Norte com uso de documentos, jornais, músicas, poesias, imagens, visitas técnicas". (p.1)

Quanto aos objetivos, apenas o programa de 2020.2 definiu claramente segundo as estruturas anteriores dos programas vistos, sendo eles:

"Pensar historicamente o ensino de História no Brasil e no Rio Grande do Norte, pautando-se no método histórico. Problematicar a leitura generalizante sobre o lugar do ensino de História no espaço norte-rio-grandense; Pensar a construção da disciplinarização da história no Rio Grande do Norte; Caracterizar criticamente os impasses e as perspectivas contemporâneas do ensino de História no âmbito das políticas públicas"(p.1)

A disciplina de HRN1 aparece em todos os 11 currículos, sempre como obrigatória variando entre o quinto, sexto e sétimo período da graduação. Foram localizados cinco programas de curso referentes aos anos de 2004.2, 2005.2, 2022.2, 2023.2 e 2024.2, no quais as ementas 2004.2 e 2005.2 preveem estudar: "A conquista do litoral e do interior. Povoamento e etnia. Domínio holandeses. A capitania na Colônia" (p. 1). Diferente das ementas mais recentes, 2022.2 e 2024.2, que se detalham:

"Historiografia norte-rio-grandense; População nativa no momento da conquista; Disputa europeia pelo território norte-rio-grandense: portugueses, franceses e holandeses; O processo de interiorização e a resistência indígena; Organização administrativa e aspectos econômico-sociais da Capitania do Rio Grande do Norte; O Rio Grande do Norte no Século XIX: economia, sociedade e política".(p.1)

Não obstante, na ementa de 2023.2 percebemos alterações significativas no debate dedicado a discutir a presença e resistência indígena no território potiguar:

"Historiografia norte-rio-grandense. Disputa europeia pelo território norte-rio-grandense: portugueses, franceses e holandeses. Processos de conquista e as dinâmicas culturais indígenas. Organização administrativa e aspectos econômico-sociais da Capitania". (p.1)

O reflexo dessas alterações se alastram também aos objetivos, que em 2004.2, 2005.2 e 2024.2 não evidenciam o debate indígena diretamente:

"Do ponto de vista histórico: o processo histórico no Rio Grande do Norte, entre o século XVI e a primeira metade do século XIX, em suas grandes linhas e em sua articulação com o processo de expansão do capitalismo mercantil europeu, da crise do sistema colonial e organização do Estado nacional no Brasil. Do ponto de vista teórico-metodológico: discutir a pesquisa em história do Rio Grande do Norte (fontes e temas) e a historiografia norte-rio-grandense (problemas e perspectivas)". (p.1)

Porém, em 2022.2 a preocupação com a problematização do processo de colonização emerge como pauta, bem como, o uso de fontes tanto para o ensino-aprendizagem de história quanto para a pesquisa histórica que tratem sobre o tema:

"Caracterizar a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte quanto aos seus aspectos teórico-metodológicos; Problematicar o processo de colonização no Rio Grande do Norte considerando o debate historiográfico em torno do contexto europeu da época moderna (expansão do capitalismo mercantil europeu e do Antigo Regime); Identificar possibilidades de uso de documentos em sala de aula e em pesquisas que tratem de temáticas relacionadas à história do Rio Grande do Norte".(p.1)

E, conforme a ementa do mesmo ano, os objetivos 2023.2 retiram a problematização sobre o processo colonial e propõe a interpretação do período:

"Compreender a história como campo do conhecimento que analisa os fatos de forma dinâmica e que são produzidos a partir das vontades, dos desejos e dos interesses dos indivíduos e/ou dos grupos humanos; Caracterizar a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte quanto aos seus aspectos teórico-metodológicos; Interpretar a história colonial do Rio Grande do Norte em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais considerando as diferentes escalas de observação (a regional, a nacional e a mundial). Compreender a história como campo do conhecimento que analisa os fatos de forma dinâmica e que são produzidos a partir das vontades, dos desejos e dos interesses dos indivíduos e/ou dos grupos humanos".(p.1)

A disciplina de HRN2 aparece em 10 dos currículos a partir de 2004 como disciplina obrigatória variando do sexto ao sétimo período da graduação, e durante essa pesquisa foram localizados apenas 3 programas de curso referentes aos anos de 2005.1, 2023.2 e 2024.2. Na ementas de 2005.1 temos a discussão sobre: "A província no Império. As revoluções. O estado da República. O Rio Grande do Norte no momento contemporâneo". (p.1). Já as ementas de 2023.2 e 2024.2 especificam com maior detalhamento:

"A transição do Império para a República no Rio Grande do Norte. Constituição e tensões do sistema oligárquico. Modernização de Natal. O movimento de 1930 e a reação aos Interventores. Os movimentos político-ideológicos entre as guerras mundiais. A 2ª Guerra Mundial e as transformações socioculturais no estado. Vida econômica. O Movimento de Natal. Populismos. O Rio Grande do Norte na Nova República". (p.1)

Nos objetivos, o programa de curso de 2005.1 permanece mais generalista quanto a formação proposta:

"Do ponto de vista histórico: caracterizar o processo histórico no Rio Grande do Norte, entre 1850 e 1964, em suas grandes linhas e em sua articulação com o processo histórico brasileiro. Do ponto de vista teórico-metodológico: discutir a pesquisa em história do Rio Grande do Norte (fontes e temas) e a historiografia norte-rio-grandense (problemas e perspectivas)".

Nos programas de 2023.2 e 2024.2 a única diferença que se apresentou foi a inclusão da Ditadura Civil-Militar no contexto norte-rio-grandense no período de 2023.2 :

"Apresentar e trabalhar os problemas relativos à transição do Império para a República, com a formação do sistema oligárquico no Estado. Apresentar e trabalhar as tensões relativas às transformações sociais e políticas da década de 1930, com a instalação da Interventoria, bem como os movimentos ideológicos e políticos do período. Apresentar e discutir os problemas desde o Pós-Segunda Guerra, as tensões encerradas na chamada Indústria da Seca, o surgimento do Movimento de Natal e as formulações populistas e, a Ditadura Civil-Militar".

Dessa maneira, o levantamento identificou nas estruturas curriculares, ativas e inativas, para a Licenciatura em História (Noturno e Matutino) na UFRN, a presença e a categorização dessas disciplinas variando entre as grades, indicando o reconhecimento da História local no currículo, mas a sua relevância e profundidade de tratamento atreladas a disputas de poder no próprio currículo conforme se elegia a obrigatoriedade ou o caráter optativo dos componentes. Além disso, foi possível notar entre todas as disciplinas analisadas, que somente nos cursos HRN1 e HRN2 posteriores à lei nº 11.645/2008 a questão indígena é considerada no debate. No entanto, como os programas de disciplinas estão sujeitas ao crivo dos ministrantes, no programa de 2023.2 de HRN1 percebemos que houve um esforço em reduzir a problematização sobre os processos de colonização potiguar à interpretação dos fatos, deixando de fora também da ementa a resistência indígena como debate necessário.

As referências bibliográficas encontradas nos programas das disciplinas ampliam as percepções sobre as bases historiográficas selecionadas. Para a disciplina de FHRN encontramos 6 programas e respectivamente os autores mais citados como referências: Istvan A'rbocz (5 programas), Jeane Nesi (5 programas), Luis C. Cascudo (5 programas), Homero Costa (4 programas), Helio Galvão (4 programas) e Olavo Medeiros (4 programas). Na disciplina de EHRN encontramos 2 programas e os seguintes autores mais citados: Paula Albano da Cruz (2 programas), Maria Stamatto (2 programas), Marta Araújo (2 programas), Muirakytan Macedo (2 programas). No componente de HRN1 foram localizado 5 programas e os autores mais citados foram: Denise Monteiro (5 programas), Pedro Putoni (4 programas), Fátima Lopes (4 programas), Henry Koster (3 programas), Ronaldo Vainfas (3 programas), Maria Porto Alegre (3 programas), Maria Pires (3 programas), Murakytan Macedo (3 programas). No componente de HRN2 dos 3 programas encontrados os autores mais citados foram: Itamar Souza (3 programas), Almir Bueno (3 programas) e Homero Costa (3 programas).

Essas referências mostram os autores e obras que sustentam o ensino da História do Rio Grande do Norte nas diferentes abordagens temáticas e temporais das disciplinas da UFRN. A recorrência de alguns nomes indica a consolidação de certas linhas historiográficas na formação dos futuros historiadores que abre a possibilidade de novas investigações em trabalhos futuros. Ainda na análise quantitativa, o panorama geral revela uma situação específica em termos de dedicação curricular à História local. O currículo de Licenciatura em História prevê um total de 5340 horas entre disciplinas optativas e obrigatórias. Contudo, apenas 240 horas são dedicadas à História local, o que representa uma parcela de aproximadamente 4,49% do total. Além disso, somente

uma das disciplinas de 60 horas propõe uma discussão específica sobre o Ensino de História local, equivalente a 1,12% do currículo total. Essa distribuição de carga horária sugere uma limitação no aprofundamento da História local e, em particular, da sua instrumentalização didática, na formação dos profissionais de História na UFRN.

Conclusão

O presente levantamento e análise das fontes fornecem um panorama crucial sobre os fundamentos historiográficos da formação dos profissionais de História na UFRN, com especial atenção à questão da História local. A pesquisa demonstra a continuidade e a potencialidade de estudos que investigam a historiografia e a didática da história em nível superior. Contribuindo também para alcançar o quarto objetivo das metas de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, vendo a educação de qualidade também como finalidade do processo formativo dos professorandos.

Apesar do reconhecimento da relevância da História local, evidenciado pela existência de disciplinas específicas em diversas estruturas curriculares da UFRN ao longo do tempo, a análise quantitativa da carga horária dedicada a esse tema aponta para uma limitação significativa. O currículo da Licenciatura em História, que totaliza 5340 horas entre componentes, destina apenas 240 horas à História local, dessas 120h são optativas e 120h são obrigatórias, o que representa uma porcentagem de 4,49%. Mais restritivo ainda é o espaço dedicado ao ensino da História Local, somente uma disciplina de 60 horas equivalente a 1,12% do total aborda a discussão.

Esses dados sugerem que, embora a História local seja um componente curricular, o espaço formal dedicado à sua abordagem e, principalmente, ao seu ensino-aprendizagem, é limitado. Isso levanta questões sobre a profundidade da formação oferecida aos futuros profissionais de História no que tange à compreensão, pesquisa e ensino da História do Rio Grande do Norte. A reduzida carga horária e a escassez de disciplinas focadas na didática da História local podem impactar a capacidade dos graduandos de integrar efetivamente essa dimensão em sua prática profissional e de se orientar no tempo utilizando o conhecimento histórico local, conforme a matriz disciplinar proposta por Jörn Rüsen.

A continuidade das reflexões sobre o espaço escolar, a didática da história e o papel da historiografia regional, como indicado pelas pesquisas que contextualizam o ensino de história na UFRN, permanece fundamental. Os resultados obtidos contribuem para direcionar novas perspectivas para as pesquisas na área do ensino de História e incentivam uma reflexão mais aprofundada sobre o currículo e a formação de historiadores capazes de atuar com proficiência na análise e disseminação do conhecimento histórico local.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Milena L. Varella de. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 2003.1. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

_____. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 2022.1. UFRN, 2012. p.1.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Aryana Lima. A formação de profissionais de História: o caso da UFRN (2004-2008). 193 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

COSTA, Aryana Lima; BEZERRA, Alana Fabrícia Pereira. O Curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN): institucionalização e primeiras estruturas curriculares (1967-1978). Rev. Hist. UEG - Morrinhos, v.10, n.1, e-012109, jan./jun. 2021.

FAGUNDES, José Evangelista. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte I, semestre: 2022.2. UFRN, 2025. p.1.

_____. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte I, semestre: 2022.2. UFRN, 2012. p.1.

LIMA, Jailma Maria de. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 2001.1. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

MONTEIRO, Denise Mattos. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte I, semestre: 2004.2. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

_____. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte II, semestre: 2005.2. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

MONTEIRO, Denise Mattos; LOPES, Fátima Martins. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte I, semestre: 2005.2. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

PORTO, Maria Emilia Monteiro; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Plano de curso da disciplina de História do Rio Grande do Norte I, semestre: 2022.2. UFRN, 2025. p.1.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Plano de curso da disciplina Ensino de História do Rio Grande do Norte, semestre: 2020.2. UFRN, 2012. p.1.

_____. Plano de curso da disciplina Ensino de História do Rio Grande do Norte, semestre: 2022.2. UFRN, 2025. p.1.

SOUZA, Francisco Carlos Oliveira de. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 1999.1. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

_____. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 2000.1. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

SOUZA, Gabriel Costa de. Ensino de História local na UERN: uma investigação curricular do curso de Licenciatura em História (2013-2020). Rev. Pemo – Revista do Pemo, Fortaleza, v.3, n.3, e337091, 2021.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. Plano de curso da disciplina Formação histórica do Rio Grande do Norte, semestre: 2002.1. Memorial do PNLD. UFRN. p.1.

CÓDIGO: HS1396

AUTOR: ANA KARINA TERTULIANO DA CONCEICAO

ORIENTADOR: THAYANE SILVA CAMPOS

TÍTULO: Entre Ciclos e Estudos: Como estudantes de um Instituto Federal vivenciam o universo da menstruação em suas vidas

Resumo

A pobreza menstrual no Brasil é um problema grave que afeta uma parcela significativa da população, especialmente mulheres e pessoas com útero em situação de vulnerabilidade social. A pobreza menstrual se refere à falta de acesso a produtos de higiene menstrual, como absorventes, além da ausência de banheiros seguros, saneamento básico e coleta de lixo, passando também pela falta de informações sobre saúde menstrual e de acesso a medicamentos e carência de serviços médicos. Com base nisso, o objetivo deste relato é apresentar o resultado de um questionário aplicado para alunas de um Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), dentro das atividades do projeto de pesquisa “MEInstruAÇÃO: Enredando o caleidoscópio nos debates sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente e ciência em escolas de ensino médio no Brasil”. Buscamos analisar como as respostas estão em diálogo com o tema da pobreza menstrual, além de outros assuntos como educação menstrual e letramento em saúde menstrual. Ao realizar este trabalho, optamos por acessar estudos que envolvem Interseccionalidade (Collins; Bilge, 2016); Menstruação Decolonial (Calafell Sala, 2020) e Ecofeminismo (Beltrán, 2019). Através da análise dos dados, foi possível perceber que as alunas do IFRN não visualizam a menstruação com um processo positivo, devido aos sintomas enfrentados durante o ciclo menstrual, apesar de reconhecerem a importância de discutir as questões que envolvem a menstruação

Palavras-chave: Pobreza Menstrual. Educação menstrual. Letramento em saúde menstrual.

TITLE: Between Cycles and Studies: How students from a Federal Institute experience the universe of menstruation in their lives

Abstract

Menstrual poverty in Brazil is a serious problem that affects a significant portion of the population, especially women and people with a uterus in situations of social vulnerability. Menstrual poverty refers to the lack of access to menstrual hygiene products, such as pads, as well as the absence of safe bathrooms, basic sanitation, and

garbage collection, including the lack of information about menstrual health and access to medications and medical services. Based on this, the aim of this report is to present the results of a questionnaire applied to students of a Federal Institute in Rio Grande do Norte (IFRN), as part of the activities of the research project "MEInstrução: Weaving the kaleidoscope in discussions about the relationships between discourse, menstrual poverty, environment, and science in high schools in Brazil." We aim to analyze how the responses engage with the theme of menstrual poverty, as well as other topics such as menstrual education and literacy in menstrual health. In doing this work, we chose to access studies that involve Intersectionality (Collins; Bilge, 2016); Decolonial Menstruation (Calafell Sala, 2020) and Ecofeminism (Beltrán, 2019). Through the analysis of the data, it was possible to perceive that the students of IFRN do not view menstruation as a positive process, due to the symptoms faced during the menstrual cycle, even though they recognize the importance of discussing the issues that involve menstruation.

Keywords: Menstrual Poverty. Menstrual Education. Menstrual Health Literacy.

Introdução

A pobreza menstrual é uma realidade que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente corpos menstruantes em situação de vulnerabilidade social e/ou pobreza. A nível mundial, de acordo com o Banco Mundial, mais de 500 milhões de mulheres e meninas não têm acesso a instalações para fazer a higiene menstrual. Dados da ONU apontam que uma em cada dez meninas faltam às aulas durante o período menstrual.

No Brasil, 3% das meninas brasileiras(321 mil) estudam em escolas que não possuem banheiro em condição de uso, deste número, 37,8% estão no Nordeste. Além disso, 11,6% do total de alunas frequentam a escola sem condições básicas de higiene (1,24 milhão), não tendo papel higiênico à disposição no banheiro da escola. Ainda no âmbito escolar, 38,1% dos estudantes(quase 4 milhões) frequentam escola com pelo menos uma dessas privações (banheiro sem condições de uso, sem presença de pia ou lavatórios, papel higiênico e sabão) e 28% das mulheres já deixaram de ir às aulas por não conseguir comprar um absorvente.

Além de chegar nas escolas, a pobreza menstrual também é uma realidade no domicílio desses corpos que menstruam. 632 mil meninas vivem sem acesso a banheiro no domicílio ou de uso comum no terreno ou propriedade, 3,7 milhões vivem em domicílio cujo serviço de fornecimento de água é ruim ou inexistente. Quando pensamos em corpos negros, 37% das meninas negras vivem em locais sem saneamento. Além disso, 28% das pessoas de baixa renda entre os 14 e os 45 anos são afetadas pela pobreza menstrual, sendo que 32% dos jovens de 14 a 24 anos já não tiveram dinheiro para comprar absorvente. 5% dos mais pobres da população precisam trabalhar até 4 anos para custear os absorventes que usarão ao longo da vida.

De acordo com o “Relatório Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direito” “O racismo estrutural, somado ao institucional, deixa meninas negras com o triplo de chances de estar vivenciando contexto de pobreza menstrual” (UNFPA/UNICEF, 2020, p. 6).

Entende-se por pobreza menstrual não apenas a escassez de recursos na compra de absorventes e/ou outros tipos de insumos menstruais. A falta de acesso a medicamentos e carência de serviços médicos também fazem parte deste quadro. A ausência de banheiros seguros, saneamento básico e coleta de lixo torna o período menstrual um momento de grandes dificuldades para aqueles que menstruam, acarretando impactos não apenas durante o período, mas ao longo da vida. Outro fator que deixa a situação mais precária é a falta de informações insuficientes ou incorretas sobre menstruação. Por fim, a alta tributação dos insumos menstruais, que no Brasil são taxadas como produtos de beleza, torna o acesso a esses produtos ainda mais difícil, trazendo como consequência o uso inadequado de insumos não próprios para isso, tais como miolo de pão, papel, folhas, entre outros.

Outro ponto que deve ser considerado é a maneira como a própria sociedade encara o tema da menstruação. De acordo com Cândido e Saliba (2022):

A menstruação é influenciada e concebida com alicerce em inúmeros estigmas e mitos, advindos de uma sociedade capitalista-patriarcal-racista-transfóbica que controla os corpos que menstruam, condicionando-os às margens das relações e que se retroalimenta das desigualdades sociais. Os mitos transformam o sangue menstrual em um fenômeno repulsivo, fomentando os tabus, reforçando o desinteresse na construção ou incorporação da pauta nos debates, atribuindo a meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias o encargo de suportarem o período no desamparo social, político e estatal (Cândido e Saliba, 2022, p. 2).

É considerando este contexto que o projeto de pesquisa “MEInstrução: Enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente e ciência em escolas de ensino médio no Brasil”, vinculado ao CNPq, se insere.

O objetivo destes escritos é fazer uma análise do questionário de 38 perguntas aplicado em uma turma de quarto ano

Metodologia

O projeto de pesquisa “MEInstrução: Enredando o Caleidoscópio no debate sobre as relações entre discurso, pobreza menstrual, meio ambiente e ciência em escolas de ensino médio no Brasil”, vinculado ao CNPq, tem uma duração de três anos, com início de suas atividades em maio de 2024.

Apesar de estar vinculado à Universidade de Brasília (UnB), universidade de origem da coordenadora geral, também contamos com coordenadoras regionais, representando as 5 regiões do Brasil.

Este relato de experiência está vinculado às ações da regional Nordeste, mais especificamente, com atuação no estado do Rio Grande do Norte.

O projeto atua como atividade de ensino, pesquisa e extensão e se dá em um Instituto Federal do referente estado. Nossa atuação em 2024 aconteceu em uma turma de quarto ano do ensino técnico, do curso de Equipamentos Biomédicos, com 21 alunos, entre homens e mulheres. No entanto, responderam ao questionário apenas 14 estudantes, sendo todas declaradas como mulheres cisgênero.

Descrevendo e analisando o questionário

Os dados apresentados nesta pesquisa foram obtidos através de um questionário anônimo, contendo 38 perguntas divididas em quatro blocos: análise sociodemográfica do aluno; compreensão do ciclo menstrual; identificação das tecnologias menstruais conhecidas/utilizadas e perspectivas e visões sobre o tema da menstruação. No projeto, foram desenvolvidos dois questionários, um para corpos menstruantes e outro para corpos não-menstruantes, considerando as particularidades de cada grupo. Neste artigo, vamos analisar apenas o questionário aplicado para os corpos mentruantes, neste caso, apenas mulheres.

O questionário foi elaborado pela equipe do projeto, por meio de reuniões e discussões sobre as perguntas que estariam presentes e o objetivo de cada bloco. Para organizar a nossa análise, optamos por separá-la em blocos, de acordo com a divisão que seguimos para as perguntas. Desse modo, nas próximas subseções nos dedicaremos a analisar as 14 respostas obtidas.

Resultados e Discussões

Parte 1: Análise Sociodemográfica das Alunas

As primeiras 16 perguntas foram voltadas para a identificação das alunas, buscando coletar informações como idade, formação, região onde vive, gênero, orientação sexual, cor/raça e religião. Nessa parte, também buscamos identificar dados socioeconômicos, como a quantidade de pessoas que moram na mesma casa que as estudantes, quantos banheiros existem na casa e a renda familiar. Essas informações são de fundamental importância para que seja possível realizar uma análise mais aprofundada, dentro de uma perspectiva interseccional, abarcando a vivência delas e a menstruação.

Por questões de espaço, vamos resumir algumas das respostas desta primeira parte e focar em detalhar as outras 3 partes. Em síntese, as alunas que responderam ao questionário são todas maiores de idade, e estão concluindo o ensino médio técnico em Equipamentos Biomédicos do IFRN.

Logo, podemos concluir que por serem maiores de idade, estão a mais tempo em contato com o ciclo menstrual e tópicos que envolvem o tema da menstruação. Assim, é importante considerar que a pesquisa não foi feita com alunas que menstruaram pela

primeira vez, mas sim um grupo de jovens que já menstruavam a mais de 5 anos, pelo menos, consequentemente, com mais experiência com seus ciclos.

Todas as estudantes se declararam do gênero feminino, sendo que ao declarar a orientação sexual, 64,3% (9) se identificam como heterossexuais, enquanto 14,3% (2) das alunas responderam se identificarem como homossexual e 7,1% (1) das alunas se identificaram como bissexual. Também houve 14,3% (2) que marcaram a opção “outros”, indicando que as opções elencadas acima, além de pansexual e assexual, contempladas no questionário, não abarcavam a opção delas.

Na declaração sobre cor e raça, dentre as opções de cores amarelo, branco, indígena, preto e pardo, um total de 64,3% (9) das alunas se identificam como brancas, somando assim a maioria das entrevistadas desta análise. 21,4% (3) das estudantes se identificam como pardas e 14,3% (2) se identificam como pretas. Com base nisso, é possível observar que a maioria das alunas que responderam o questionário se declararam mulheres cis, heterossexuais e brancas.

Apenas com esses dados já podemos prever que a pobreza menstrual pode recair em menor grau para o público com o qual trabalhamos. Isso porque, além dos números já explicitados em nossa introdução, como Cândido e Saliba (2022) salientam “os recortes de dados permitem compreender que a precariedade menstrual recai de forma singular nos corpos menstruantes, pautadas em clivagens identitárias múltiplas” (p. 15).

No que se refere a religião ou culto, 71,4% (10) seguem alguma religião, enquanto 28,6% (4) não têm nenhuma prática religiosa ou culto. Para as que se declararam vinculadas à alguma religião ou culto, pedimos que explicitassem qual eram suas escolhas.

Um total de 50% (5) das alunas se identificam como católicas, 20% são evangélicas (2) e 10% (1) se reconhecem como cristã e messiânica, respectivamente. Quando falamos sobre menstruação, obter informações sobre crenças religiosas é importante, pois é preciso considerar os tabus e crenças que existem dentro de diferentes práticas religiosas e cultos.

Seguimos esta parte do questionário com questões socioeconômicas e que envolvem a moradia de cada uma delas.

Perguntamos quantas pessoas vivem com as estudantes na mesma casa e sugerimos números entre “1” até “Mais de 5”. Todas as alternativas foram marcadas, mostrando uma diversidade entre a realidade das alunas. Nos dados coletados, 28,6% (4) delas afirmaram morar com 3 pessoas, 21,4% (3) afirmaram morar com 4 e 5 pessoas, respectivamente e 14,3% (2) afirmaram viver com mais de 5 pessoas. Apenas 14,3% (2) vivem com duas pessoas na casa. Ao somar os valores, é possível notar que a maioria das estudantes moram em uma casa com 4, 5 ou mais de 5 pessoas. Com base nas informações sobre quantidade de pessoas que vivem junto com as discentes, chegamos à pergunta fundamental que cruza com o tema da pobreza menstrual. Perguntamos a elas qual a quantidade de banheiro que existe em suas casas.

Um total de 57,1% (8) das alunas afirmaram possuir dois banheiros em suas casas,

sendo que grande parte destas estudantes moram em uma casa com 4, 5 ou mais de 5 pessoas. Já 28,6% (4) das alunas afirmaram ter somente um banheiro nas suas casas e apenas 14,3% (2) delas afirmaram ter 3 banheiros.

Apenas uma das estudantes que afirmou morar com 5 pessoas declarou possuir apenas um banheiro em casa. Com isso, é preciso retomar o dado de que a maior parte das alunas que responderam à pesquisa se declararam como mulheres cis, heterossexuais e brancas. De acordo com Cândido e Caliba (2020) “corpos intersectados por marcadores raciais, eventualmente são submetidos a maiores desigualdades, sendo que a chance de uma menina de cor não possuir acesso à banheiros é quase 3 vezes mais que uma menina branca nas mesmas condições; a probabilidade de uma menina negra residir em domicílio com 4 ou mais banheiros privativos é 78% menor que as brancas” (p. 8).

Para finalizar este bloco de perguntas, buscou-se identificar a renda familiar das alunas que participaram do questionário. De acordo com os dados coletados, 42,9% (6) das estudantes vêm de uma família que recebe até dois salários mínimos, a segunda maior porcentagem é a das discentes cuja família recebe apenas um salário mínimo, com um total de 28,6% (4). A terceira porcentagem representa 14,3% (2) das alunas em que a família recebe até três salários mínimos, para 7,1% (1) que recebe acima de três salários mínimos ou que não sabem quanto a família recebe. É importante consultar os dados de renda das alunas, para que assim possamos entender de que lugar elas provêm e quais suas faltas ou níveis de privilégio e a relação desses privilégios com suas experiências com a menstruação.

Parte 2: Dados sobre o Ciclo Menstrual

Na segunda parte do questionário, buscamos entender como as alunas se relacionavam com seu ciclo menstrual. Nessa etapa, elaboramos seis perguntas, cinco delas objetivas e uma discursiva. Para iniciar, perguntamos a idade em que as alunas menstruaram pela primeira vez. Para esta questão, optamos por indicar as idades variando de 8 a acima de 15 anos, considerando o fato de que existem meninas que menstruam ainda na infância. A segunda pergunta buscou identificar se as alunas sabiam o que estava acontecendo na primeira menstruação. A terceira pergunta questiona se alguém já havia falado sobre a menstruação para as meninas e caso a resposta fosse sim, a quarta pergunta indicava uma lista de possíveis sugestões de meios de informação, variando entre família, postos de saúde e instituições religiosas. A quinta pergunta se refere aos sintomas mais comuns sentidos durante o período da menstruação, disponibilizamos uma lista de opções, nessa pergunta foi permitida múltiplas respostas. Na sexta e última pergunta desta etapa do questionário, pedimos para que as estudantes escrevessem como é a relação delas com a menstruação e como elas se sentem ao menstruar, sendo uma pergunta discursiva.

Um total de 35,7% (5), número que representa a maioria das alunas, afirmaram que menstruaram com onze anos de idade, seguido de 28,6% (4) que afirmaram terem menstruado com dez e doze anos de idade, a menor porcentagem foi a de 7,1% (1) que afirmou menstruar aos treze anos. É possível perceber então que a maioria das meninas que responderam o questionário menstruaram no final da infância ou início da pré-

adolescência.

Ao perguntarmos se as alunas sabiam o que estava acontecendo quando menstruaram pela primeira vez, 78,6% (11) falou que “Sim” e 21,4% (3) afirmou que “Mais ou menos”, nenhuma das meninas respondeu que “Não”, mostrando que apesar de tudo, cada uma estava informada, a sua maneira, sobre o que era a menstruação e o que estava acontecendo com seus corpos. Quando questionadas se alguém já havia conversado com elas antes da primeira menstruação, os dados obtidos foram semelhantes à resposta anterior 78,6% (11) falou que “Sim” e 21,4% (3) afirmou que “Não”. Esse dado nos revela que ainda há a ausência de diálogo sobre a menstruação, mesmo nos dias atuais. Apesar disso, na amostragem que temos, o número de meninas que tiveram um diálogo sobre o tema é maior do que as que não tiveram, o que evidenciamos como positivo. Para as alunas que responderam que sabiam o que estava acontecendo quando menstruaram pela primeira vez, perguntamos quem havia falado com elas sobre o tema e obtivemos as seguintes percentagens.

Nessa questão, optamos por sugerir as opções família, amigas/os, escola, meios de comunicação, redes sociais, posto de saúde, instituição religiosa e outros. Para esta questão, foi permitido múltiplas respostas, assim é possível perceber que 100% (11) das meninas informaram terem obtido informação sobre a menstruação através da família, 27,3% (3) informou que adquiriu informação através de amigas/os, 18,2% (2) conseguiu informação através de meios de comunicação e 9,1% (1) se informou que obteve informação através da escola. É importante destacar aqui, que nenhuma das alunas afirmou ter obtido informações através dos postos de saúde. Questionamos aqui se há a carência nos postos de saúde da região em oferecer informações sobre a menarca e a menstruação, de modo geral, para os corpos menstruantes ou se as alunas não têm conhecimento sobre a possibilidade de se informar através desses postos. A escola também teve uma percentagem baixa como fonte de informação, o que pode evidenciar a ausência deste veículo nas discussões sobre ciclos menstruais.

Sobre isso, Calafell-Sala (2020) defende que a menstruação vai além de um fluído corporal, é um fenômeno histórico-social que reflete algumas questões coloniais as quais devemos refletir. De acordo com a autora, dentro deste fenômeno temos questões que envolvem o poder, ao deixar o tema da menstruação apenas no âmbito doméstico, perdendo a possibilidade de pensar em políticas públicas que envolva a distribuição de tecnologias menstruais gratuitas para os corpos menstruantes de maneira equitativa, além de abordar o tema de maneira informativa, sem que seja apenas um tabu do qual não se comenta ou simplesmente finge que não existe.

Relacionando com as respostas que encontramos nos questionários, podemos concluir que no meio em que as alunas vivem o tema da menstruação ainda é algo do âmbito familiar. No entanto, para que direcionemos ao combate da pobreza menstruação, proporcionando dignidade a todos os corpos menstruantes, esse tema precisa ocupar os espaços públicos, o que não fica evidente quando vemos as respostas das estudantes.

Saindo do tema da primeira menstruação, entramos nas discussões sobre os sintomas menstruais sentidos pelas alunas durante seus ciclos, para essa questão elaboramos uma lista de sintomas comuns durante o período pré-menstrual e menstrual. Optamos por adicionar à lista sintomas mais comuns e com os quais nós mesmas

estamos acostumadas.

Essa foi uma questão de múltiplas escolhas e a maioria das opções foram selecionadas pelas alunas. Ao observar as respostas é possível notar que os sintomas que tiveram mais de 70% de escolha foram irritabilidade quando estão menstruadas, com 85,7% (12); cólica e mau humor, os dois com 78,6% (11) e aparecimento de espinhas 71,4% (10). Ansiedade, insônia e queda de cabelo com 14,3% (2) cada foram os menos escolhidos.

A quantidade de sintomas mostra a individualidade de cada aluna ao menstruar e suas próprias ciclicidades. Nenhuma delas alegou sentir alívio ao menstruar ou utilizou a opção “outros” para indicar algum sintoma além dos descritos. Esses dados corroboram para afirmar a forma como a maioria delas, desde o início do projeto, demonstraram enxergar a menstruação. Assim, a pergunta que fica é: como o ambiente externo lida com essas individualidades e ciclicidades? São os corpos menstruantes que se adaptam ou é a sociedade que precisa se adaptar a esses corpos?

Na questão discursiva onde perguntamos como elas se sentem ao menstruar, a maioria das respostas obtidas foram negativas, como “Não gosto desse período, acho desagradáveis o sangramento e o uso de absorventes”, “Sinto muita dor”, “Me sinto vulnerável” e respostas como “Eu odeio menstruar, é definitivamente a pior parte do mês”. Quase nenhuma das alunas deram respostas totalmente positivas, dentre as menos negativas está “Uma mistura de sensações, hoje em dia lido bem com os sintomas do meu ciclo”, o que não aponta necessariamente que a menstruação é boa, mas que a aluna passou a compreender e “lidar” melhor com seu ciclo.

De uma forma geral, a maioria das estudantes relatou não gostar de menstruar, de sofrer muito com dores e de se sentir péssima durante os dias da menstruação. Poucas falaram sobre tentar gostar ou compreender o seu ciclo, o que mostra a necessidade de olhar para o que essas meninas têm vivido, não apenas dentro dos seus ciclos menstruais, mas também dos seus espaços familiares e sociais, como a escola.

Apesar disso, ao escrever seus sentimentos sobre a menstruação, não encontramos nada que revelasse um preconceito ou até um estigma relacionado à forma como as alunas enxergam a menstruação.

Parte 3: Tecnologias menstruais conhecidas/utilizadas

Na terceira etapa do questionário, foram elaboradas três perguntas voltadas às tecnologias menstruais. A primeira pergunta busca identificar se as alunas têm fácil acesso a essas tecnologias, como absorventes descartáveis, coletor menstrual, disco menstrual, calcinha absorvente etc. Na segunda pergunta, elaboramos uma lista de opções com diferentes tecnologias menstruais para que as discentes selecionassem quais já utilizaram, essa opção foi de múltiplas respostas. Na terceira e última pergunta, pedimos para as estudantes discorrerem sobre os motivos que as levaram a utilizar as tecnologias que usam atualmente, exemplificando razões como questões de conforto, financeiras, ambientais etc.

Grande parte das alunas afirmaram já ter tido acesso fácil a tecnologias menstruais, 92,9% (13) em contraste com 7,1% (1) que disse nem sempre ter acesso fácil.

A fim de saber se as estudantes conheciam uma variedade de tecnologias menstruais disponíveis no mercado, elencamos as seguintes opções: absorvente descartável externo; absorvente descartável interno; absorvente reutilizável; calcinha reutilizável; coletor menstrual; disco menstrual; tecido (pano, toalha, retalhos etc.); Papel (higiênico, toalha, guardanapo etc.); algodão e outros.

Antes de apresentar as respostas obtidas, faz-se importante explicitar que um dos temas de atenção sobre o tema da educação menstrual envolve o impacto ambiental no uso de tecnologias menstruais. Para corroborar com esta discussão, trazemos o conceito de ecofeminismo, termo criado por Françoise D'Eaubonne em 1974, em seu livro *Le Féminisme ou la Mort*, em que propõe uma relação entre o feminismo e a ecologia, alertando para a destruição do meio ambiente e a opressão das mulheres, evidenciando que as duas questões estão interligadas.

Para Beltrán (2019), o ecofeminismo vem como forma de problematizar como a opressão das mulheres está conectada com a exploração da natureza, já que se relacionam com as dinâmicas de poder de gênero e as estruturas socioambientais. O ecofeminismo busca não apenas a igualdade de gênero, mas também uma transformação profunda no modo como a sociedade atua com o meio ambiente.

Isso se relaciona com as tecnologias menstruais tendo em vista que os produtos menstruais descartáveis, como absorvente interno e externo, contaminam o meio ambiente. Estes produtos são feitos, principalmente, de plásticos que não são biodegradáveis e contém materiais que demoram séculos para se decompor, o que agrava a crise ecológica. O ecofeminismo, ao abordar a interconexão entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, enfatiza que muitas vezes as pessoas que menstruam não têm acesso a alternativas sustentáveis devido à falta de recursos e a falta de acesso a produtos de higiene mais ecológicos (como os coletores/discos menstruais e os absorventes/calcinhas reutilizáveis).

Com isso, as pessoas mais vulneráveis, com frequência as que estão em situação de pobreza, não têm acesso às alternativas sustentáveis devido às desigualdades econômicas e sociais. A impossibilidade de ter acesso a produtos menstruais adequados e sustentáveis agrava tanto a pobreza menstrual quanto a crise ambiental. Daí a importância em investigar qual a relação das alunas do IFRN com as tecnologias menstruais de menos impacto ambiental.

O resultado a que chegamos foi de que, considerando as opções descartáveis e que têm mais impacto no meio ambiente, 92,9% (13) das meninas já utilizaram o absorvente descartável externo, que é o mais comum e mais acessível no mercado. Um total de 14,3% (2) informaram já ter usado absorvente descartável interno e papel (higiênico, toalha, guardanapo). Já o acesso às tecnologias reutilizáveis, que são menos agressoras ao meio ambiente, ocorre apenas por 14,3% (2) das alunas, no uso de coletor menstrual e 7,1% (1) afirmou já ter usado absorvente reutilizável. A análise desses números

mostra a realidade do caso de meninas que precisam ou já precisaram usar diferentes tipos de papéis como forma de absorvente.

Sendo o absorvente descartável o mais acessível e por isso o de maior porcentagem, é possível observar que muitas tecnologias nunca foram utilizadas pelas alunas, como o disco menstrual e as calcinhas reutilizáveis, insumos considerados mais caros e menos conhecidos. Outras tecnologias inovadoras e mais caras, como o coletor e o absorvente reutilizável, foram usadas somente por um número reduzido de alunas, evidenciando a falta de acessibilidade que os corpos menstruantes têm a esses tipos de tecnologias, mesmo que sejam itens mais.

Para finalizar essa etapa, perguntamos às alunas o que motivou a escolha delas por usar essas tecnologias menstruais, evidenciando questões de conforto, financeiras, ambientais etc. Abrimos uma caixa para que a resposta fosse discursiva e percebemos que a maioria das alunas falou que tentaram testar outras tecnologias menstruais por “questão de conforto”, evidenciando a problemática de alguns absorventes não serem confortáveis para os corpos menstruantes. Algumas estudantes afirmaram que nunca optaram por testar absorventes diferentes e outras que não testaram por “não ter interesse”. A falta de interesse pode se dar pela acomodação aos absorventes descartáveis convencionais e também pela falta de conhecimento sobre novas tecnologias.

Algumas delas afirmaram que usam somente absorventes descartáveis por “serem mais acessíveis” e outras que não trocam por conta do “financeiro”. Com base nessas respostas, é possível perceber que o valor alto das tecnologias menstruais inovadoras, impossibilita o acesso para alunas de baixa renda. Considerando as estudantes que já utilizaram outras tecnologias menstruais, é importante destacar uma das respostas, onde a aluna afirma sua escolha atual:

“Por questão de conforto. O absorvente externo (que utilizo hoje) é horrível, é desconfortável e você sente que sua menstruação vem mais do que era pra vim. Utilizei o coletor menstrual, gostei muito, pois é muito confortável, mas nunca conseguia encaixar. Gostaria muito de usar a calcinha reutilizável, mas é bem cara. O absorvente interno não me senti confortável, por ter um algodão dentro de mim. E o absorvente reutilizável não gostei muito porque não dá para ir à escola, já que tem que colocar para lavar assim que ‘enche’”.

Aqui, é possível observar diferentes problemáticas existentes em cada tipo de tecnologia menstrual, por mais inovadoras que sejam, cada corpo menstruante pode ou não se adaptar a elas. O que foi citado pela aluna, é comum entre os corpos menstruantes, mostrando a necessidade de termos mais opções, mais informações e mais acessib

Conclusão

Em linhas gerais, é possível perceber que as alunas do IFRN, apesar de não enxergarem de maneira geral a menstruação algo positivo, devido aos sintomas trazidos pela mesma, reconhecem a importância de discutir e problematizar as questões que envolvem a menstruação. Reconhecem a existência da pobreza menstrual, os impactos do uso de absorventes descartáveis no meio ambiente, os tabus que existem sobre o tema da menstruação e outras problemáticas como a acessibilidade a absorventes. Apesar de se demonstrarem abertas a falar sobre o tema, também foi possível identificar dificuldades na hora de adentrar em alguns assuntos e falta de conhecimentos sobre os tipos de diferentes tecnologias menstruais.

No que se refere às ações realizadas com relação aos corpos menstruantes, foi possível observar que apenas os alunos da escola se mobilizam com relação a questões que envolvem dignidade e pobreza menstrual, talvez por suas vivências e pela necessidade de ter e proporcionar acesso a absorventes para as pessoas que menstruam na escola.

Diante da análise das respostas do questionário, podemos evidenciar que apesar do baixo uso de tecnologias menstruais reutilizáveis, que têm um impacto menor no meio ambiente. As alunas possuem conhecimento sobre a menstruação, não sentem vergonha de falar sobre o tema e, grande parte das vezes, não precisam lidar com questões que envolvem a pobreza menstrual. De certa forma, estivemos com um público relativamente privilegiado, já que todas eram maiores de idade, já menstruavam há bastante tempo, estavam no quarto ano do ensino médio técnico de um Instituto Federal, o que demonstra que além da maturidade, por já terem vivenciado todo o ensino médio, também estudarem em uma escola de referência.

No entanto, ainda percebemos que o tema da menstruação está relacionado prioritariamente à parte biomédica, sem uma visão mais ampla. Destacamos que um dos nossos pontos de chegada deveria ser o que aponta Calafell-Sala (2020):

una autogestión de la salud que implica, entre otras cosas, una responsabilidad en el autoconocimiento, el autocuidado y el cuidado del entorno; un empoderamiento a través del reconocimiento y la validación de las experiencias de transformación del ciclo menstrual; y la vivencia de un gozo corporal. Todo ello acompañado por la idea de recuperación, de reapropiación de algo (el saber, sobre todo) que se considera usurpado por la bio-medicina y por su mirada masculina/ masculinizada" (Calafell-Sala, 2020, p. 7).

No entanto, antes disso, precisamos alcançar a Justiça Menstrual, defendida por Kohen e Rohatsch (2021), que envolve pensar em políticas estatais de saúde, trabalho, educação e justiça com uma perspectiva de gênero. O objetivo é que este tema ganhe cada vez mais espaço na agenda pública, buscando erradicar violências e preconceitos relacionados ao ciclo menstrual.

Com isso, deixamos alguns questionamentos para serem respondidos em trabalhos futuros: o que a escola tem feito para trabalhar o tem

Referências

BELTRÁN, E. P. Ecofeminismo In: SÓLON, Pablo. Alternativas Sistêmicas. Editora Elefante. São Paulo, 2019.

CALAFELL-SALA, N. Menstruación decolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, Vol. 28, número 1, p. 1-13, 2020.

CÂNDIDO, A. C. D de O; SALIBA, M. G. Interseccionalidade e a dignidade menstrual: um diálogo fundamental no combate às desigualdades. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), São Paulo, Vol. 10, número 3, p. 1-26, 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

KOHEN, M.; ROHATSCH, M. Un camino hacia la justicia social. Revista Límica, Buenos Aires, Vol. II, número 2, p. 34-46, 2021.

WILLIG, C. L.; SCHMIDT, S. P. “Tá na TPM: Estigmas da menstruação na mídia e na escola. In: VIII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, São Paulo, novembro de 2021, p. 639-653, ISSN: 2358-5684.

UNICEF. (2021). Relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil. Desigualdades e violações de Direitos. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 01/12/2024.

UNFPA/BRASIL. (2023). Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf Acesso em: 01/12/2025.

CÓDIGO: HS1397

AUTOR: LUA STEPHANIE ABREU CASTRO ALVES

ORIENTADOR: FELLIPE COELHO LIMA

TÍTULO: A organização coletiva dos entregadores por aplicativos em Natal/RN

Resumo

A uberização e a plataformização do trabalho, enquanto tendências globais, têm tido impactos significativos na qualidade de vida dos trabalhadores informais submetidos à essa nova forma de gestão do trabalho. Diante da falta de regulamentação e ausência de proteção social, os trabalhadores passam a criar formas de resistir contra a precarização crescente do cenário laboral. Essa pesquisa se propõe, portanto, a aprofundar os conhecimentos sobre as formas de organizações coletivas estabelecidas entre os entregadores e entregadoras por plataformas digitais na cidade de Natal/RN, utilizando-se, para tal, de um estudo de caso com a Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike - Natal/RN e região metropolitana (ATAMB/RN). Desde as articulações mais incipientes até as ações da associação enquanto entidade formal, o objetivo foi entender melhor quais as pautas e estratégias de mobilização e resistência dos entregadores por aplicativo contra a estrutura vigente do capital. Foi possível observar, assim, a efervescência crescente desse movimento de reivindicação de direitos trabalhistas na cidade, e a importância da atuação da associação no fomento dessa iniciativa e no fortalecimento da categoria.

Palavras-chave: Uberização; Trabalho; Organizações coletivas; Precarização.

TITLE: The collective organization of app-based delivery workers in Natal/RN

Abstract

The Uberization and Platformization of Work, as a global trend, have had significant impacts on the quality of life of informal workers subjected to this new form of labor management. In the face of a lack of regulation and absence of social protection, workers have begun to develop ways to resist the increasing precarization of the labor landscape. This research, therefore, aims to deepen the understanding of the forms of collective organization established among delivery workers using digital platforms in the city of Natal/RN, through a case study of the Association of App-Based Motorcycle and Bike Workers - Natal/RN and Metropolitan Region (ATAMB/RN). From the earliest forms of mobilization to the association's actions as a formal entity, the objective was to better understand the demands and strategies of mobilization and resistance employed by app-based delivery workers against the prevailing structure of

capital. Thus, it was possible to observe the growing effervescence of this movement for labor rights in the city, as well as the importance of the association's role in fostering this initiative and strengthening the category.

Keywords: Uberization; Work; Collective organizations; Precarization.

Introdução

A uberização é concebida como a tendência global de uma nova forma de organização, controle e gestão do trabalho: a transformação do trabalhador em autônomo e permanentemente disponível ao trabalho, mesmo que nem sempre remunerado para isso, ao mesmo tempo que está destituído de qualquer vínculo formal ou proteção social (Abílio, 2020; Antunes, 2020). Devido à falta de regulamentação, os vínculos de trabalho são hiperflexibilizados, alterando significativamente a determinação das jornadas de trabalho, o modo de remuneração, a saúde do trabalhador, as motivações subjetivas e a identidade profissional dos mesmos (Abílio, 2020). A partir dessa conjuntura, o trabalho uberizado passa a se difundir entre as mais diversas categorias profissionais, e têm impacto direto na atividade dos entregadores por aplicativos.

Nesse contexto, as empresas-aplicativo se colocam como meras intermediárias da oferta e da procura, retirando suas responsabilidades das relações de trabalho, embora sejam as detentoras do controle sobre a gerência e a distribuição dos serviços prestados, a partir da mediação de recursos tecnológicos de coleta de dados e gerenciamento por sistemas algorítmicos (Antunes, 2020). Além disso, o uso de estratégias e discursos ideológicos, pautados nos princípios neoliberais de cooperação e empreendedorismo, e na falsa impressão de independência do trabalhador frente à empresa, é amplamente aproveitado pelas plataformas, de modo a obscurecer e mistificar as relações trabalhistas, intensificando o processo de exploração (Coelho-Lima, 2021; Abílio, 2020). Desse modo, os trabalhadores assumem os custos e riscos pelo trabalho que exercem, em um processo de terceirização da gestão do trabalho, que não ocorre de maneira autônoma, mas veladamente subordinada às demandas das empresas-aplicativo (Coelho-Lima, 2021).

Os trabalhadores sofrem devido às jornadas de trabalho extenuantes, as baixas taxas de entregas, e a destituição de direitos trabalhistas básicos como férias remuneradas, seguro-desemprego, licença maternidade e décimo terceiro (Abílio, 2019; Woodcock, 2020). Ademais, a construção de uma narrativa baseada na autodeterminação individual do fracasso ou do sucesso profissionais e na auto-responsabilização do trabalhador pelos problemas que o afligem no dia-a-dia, contribuem para a despolitização do sujeito e torna cada vez mais difícil o surgimento de iniciativas de confronto contra a conjuntura do capital vigente (Abílio, 2019; Slee, 2017). Assim, Antunes (2020) destaca que, na uberização, as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas.

Entretanto, apesar das duras investidas do capital contra a mobilização dos trabalhadores, é possível observar o crescente surgimento de formas de resistência da classe trabalhadora contra a exploração. Esses processos ocorrem de forma específica nos países latino-americanos, devido a sua constituição histórico-cultural marcada pela informalidade e pela superexploração (Coelho-Lima, 2021). Nesses países, a

precarização das condições de trabalho atingiu níveis cada vez mais alarmantes durante a pandemia do COVID-19, período em que os entregadores passaram a ter um papel central na circulação de mercadorias. Diante desse contexto, os trabalhadores e trabalhadoras passaram a se articular internacionalmente na auto-organização coletiva de greves e paralisações, expondo e denunciando as condições precárias às quais estavam submetidos enquanto categoria.

Diante desse cenário, essa pesquisa tem como objetivo geral a análise das formas de organizações coletivas dos entregadores por aplicativo na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Como objetivos específicos, consideramos historicizar o processo de construção das organizações coletivas dos entregadores por aplicativos; caracterizar as formas de organizações coletivas dos entregadores por aplicativo; identificar as pautas levantadas pelas organizações coletivas e identificar as estratégias de mobilizações realizadas.

Metodologia

Para a execução dos objetivos específicos desta pesquisa, foi realizado um estudo de caso com a Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike - Natal/RN e região metropolitana (ATAMB/RN). A escolha desse caso se justifica por se tratar da única entidade política formalizada na representação da classe dos entregadores e entregadoras por aplicativo em Natal/RN. Além disso, ela reúne em sua diretoria e entre os seus membros representantes de outros grupos informais dessa categoria de trabalhadores.

Os dados da pesquisa foram construídos através de três fontes vinculadas à ATAMB/RN, sendo eles: 1) o conteúdo veiculado na conta da Associação no Instagram; 2) documentos oficiais solicitados à diretoria, como o relatório das atividades da associação; 3) entrevista com a diretoria. A análise documental (do conteúdo do Instagram e dos documentos oficiais), bem como o roteiro da entrevista, teve como guia os seguintes temas: história da organização, forma de organização, pautas de reivindicações e estratégias de mobilização. A entrevista ocorreu de forma remota, com formato semi-estruturado, e foi realizada com o entregador Everton, presidente da ATAMB, homem negro de cerca de 45 anos. A entrevista em questão foi gravada e transcrita, e os nomes próprios dos envolvidos estão protegidos por pseudônimo, como cuidado ético. O corpus de análise, correspondeu às postagens e documentos produzidos entre outubro de 2023 e outubro de 2024 (considerando o intervalo de um ano a partir da criação da Associação). A análise dos dados se deu a partir da leitura exaustiva dos três tipos de texto, formulando, então, pontos temáticos a partir dos tópicos mais fortemente abordados nos textos. Esses tópicos nortearam a escrita e a comparação dos resultados com a literatura científica já existente acerca do tema.

A pesquisa desenvolvida conecta-se com o projeto de pesquisa “Nexos da Uberização: análises a partir dos entregadores” em algumas direções. Primeiramente, parte do mesmo referencial teórico-metodológico e temática do projeto a qual se filia. Também é um dos desdobramentos do próprio projeto de pesquisa, que, como relatado

anteriormente, auxiliou o fomento dessa Associação e, a partir dela, abriu espaço para queixas sobre o trabalho em plataformas digitais mapeadas em planos de trabalho anteriores. Ela também permite gerar dados e comparar se as pautas e estratégias adotadas pela ATAMB estão em consonância com os anseios da categoria, entrevista no escopo do Nexos. Por fim, permite corroborar, a partir das análises produzidas, quais são as pautas, a dinâmica de funcionamento e as estratégias de resistência dessa categoria de trabalhadores. A pesquisa deve aprofundar as reflexões em torno do objetivo específico D do projeto mais amplo, no qual se identifica “identificar as adesões e resistências, individuais e coletivas, dos entregadores frente ao trabalho uberizado e suas consequências”.

O processo de pesquisa envolveu também a participação no grupo de estudos Nexos da Uberização, onde pude integrar amplas discussões sobre o processo de uberização e os impactos da precarização na vivência dos trabalhadores; estudos aprofundados sobre a Psicologia Histórico-Cultural e Marxismo; participação na adequação do instrumento de pesquisa; execução de entrevistas e construção de vínculo com trabalhadores, bem como o modo como essa se relaciona à historicidade ampla dos fenômenos.

Resultados e Discussões

A socialização dos relatos e angústias como ponto de partida

As notícias nos veículos de comunicação, os documentos oficiais e as redes sociais relatam que a fundação da Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike (ATAMB) ocorreu oficialmente em Outubro de 2023. Porém, muito antes de vislumbrar a idealização de uma entidade política oficial, os entregadores e entregadoras de Natal/RN já sentiam a necessidade de um espaço onde pudessem “trocar figurinhas”: relatar suas angústias e dificuldades enquanto entregadores, interagir com outros profissionais da classe, criar amizades que compartilhavam das mesmas vivências e se informar sobre o que ocorre na cena laboral.

Assim, Everton, presidente da ATAMB/RN desde sua fundação e referência para os demais entregadores devido ao seu longo tempo de experiência e conhecimento do campo, relata em entrevista que a formação de coletivos em grupos de WhatsApp já era uma iniciativa comum entre os entregadores de Natal. Segundo Woodcock (2023), a composição técnica do trabalho por aplicativos e a inexistência de meios para que os trabalhadores se comuniquem entre si oferecidos pelas plataformas faz com que seja usual que os métodos de comunicação digital sejam utilizados pelos mesmos. Nesse contexto, apesar de não haver nenhum coletivo que somasse todos os entregadores da cidade, cada região ou bairro com foco de estabelecimentos que ofereciam delivery possuía um grupo virtual para discutir o dia a dia de trabalho.

Como destaca Antunes (2018), a individualização das tarefas e a ausência de espaços físicos coletivos de trabalho promovidos pelo trabalho uberizado dificultam o convívio social, a formação de vínculos, e, conseqüentemente, a organização coletiva dos entregadores e entregadoras. Como não haviam pontos presenciais de encontro e

socialização dos trabalhadores na cidade, esses grupos virtuais eram espaço de descontração e construção de vínculos, mas também de denúncia da exploração a qual eram submetidos, organização de paralisações e diálogo conjunto sobre a necessidade de obter melhorias para a classe.

Solidariedade diante do drama

Coelho-Lima (2021) expõe que as empresas-aplicativo se utilizam da responsabilização/culpabilização dos entregadores e desresponsabilização das plataformas como estratégia ideológica para abordar problemáticas como o adoecimento e acidentes de trabalho. Nesse ínterim, todas as medidas propostas por essas empresas para sanar tais questões de saúde estão relacionadas ao papel do trabalhador no agravamento de seu sofrimento, ignorando que a ocorrência de acidentes e o adoecimento do trabalhador estão intrinsecamente relacionados às condições em que a atividade laboral ocorre (Coelho-Lima, 2021).

A ausência de benefícios trabalhistas, em especial nos casos de acidentes, demonstra a vulnerabilidade dos entregadores e expõe a falta de redes de segurança social, indicando uma significativa lacuna na proteção desses profissionais no âmbito laboral (Miranda, 2024). É esse o tratamento de negligência e desprovimento de proteção à saúde que os entregadores e entregadoras recebem das empresas-aplicativo que gerenciam seu trabalho. Apesar de terem direito a um seguro em caso de acidentes, o retorno da plataforma para obtenção do mesmo é dificultoso, e o valor recebido é insuficiente. Diante do descaso, os entregadores criam entre si estratégias para colaborar com a situação de drama vivenciada pelos colegas que se vêem impossibilitados de prover sustento às suas famílias, criando uma rede de colaboração e suporte. Em consonância, Silva (2024) pontua que, diante da falta de apoio e proteção social da plataforma, é comum que os entregadores, tendo que resolver seus problemas no cenário laboral sozinhos (Woodcock, 2021), busquem uns aos outros para se ajudarem, numa troca horizontal entre pares onde são pensadas estratégias defensivas no dia-a-dia.

Desse modo, em entrevista, Everton relata os casos de dois entregadores da cidade que, ao se acidentarem em serviço, mobilizaram a classe local em prol da solidariedade a partir da criação de “vaquinhas” – movimentos de arrecadação de dinheiro entre várias pessoas. Ele narra:

“Teve a situação do Eliel, que o Eliel perdeu a perna em 2020. E aí era um cara que era amicíssimo meu, trabalhava junto comigo, foi uma perda muito grande. Pra mim foi um baque, eu passei mal pra caramba. A gente conseguiu ajudar ele [com] arrecadação de entregador, a gente conseguiu arrecadar 10 mil reais pra ele. [...] Eu tinha um grupo, que toda semana, a gente recebe na quarta-feira o nosso repasse do aplicativo, e toda semana todo mundo colocava 1 real, dois, três, não importava o valor, mas todo mundo colocava uma quantia. E isso, pra a gente pagar as contas que ele bancava em casa, água, luz, comida pra mãe dele.”

“Aí teve o Fábio, também, em 2022, que a árvore caiu em cima dele, na primeira entrega dele [...] e aí a gente conseguiu ainda 5 mil reais pra ele, esses 5 mil reais não deu pra ele comprar nem de fralda geriátrica que ele precisou.”

Nesse sentido, Dias (2024) observa em sua pesquisa com os entregadores de Natal que, apesar de não possuírem nenhum tipo de vínculo formal que os une, eles observam e se identificam com as demandas, dramas diários e vivências de cada um, criando, assim, um senso de coletividade e solidariedade bastante efervescente enquanto classe. Segundo ele, a solidariedade fortalece a capacidade da classe de reivindicar direitos, negociar condições de trabalho mais justas e resistir às injustiças sistêmicas às quais são submetidos. Em convergência, Everton discorre sobre como, estando na posição de organizar essas “vaquinhas”, recebeu inúmeras demandas da classe para iniciar um movimento de resistência, criando um local onde a categoria pudesse ter força.

Manifestações contra a precarização

O Breque dos Apps se caracterizou como um exercício de auto-organização coletiva dos entregadores por aplicativo, realizado em Julho de 2020, responsável por reinserir a greve como instrumento político no centro das estratégias de luta por direitos trabalhistas no Brasil (Carvalho et al, 2020). As duas grandes paralisações nacionais, ocorridas no meio da pandemia de proporções globais do COVID-19, mobilizaram entregadores e entregadoras de ao menos 13 estados e do Distrito Federal. Isso se deu devido ao papel de centralidade das entregas por aplicativo na circulação de mercadorias durante a pandemia, que intensificou a precarização das condições de trabalho em níveis cada vez mais agressivos, mobilizando os trabalhadores na construção da luta pelo reconhecimento da classe (Carvalho et al, 2020). As redes sociais e os grupos de WhatsApp, nesse sentido, representaram um instrumento de comunicação essencial, onde os entregadores organizaram suas lutas, dialogaram e encaminharam ações, e divulgaram suas reivindicações para a sociedade.

Esse movimento grevista efervescente colocou em evidência as jornadas exaustivas, a alta intensidade dos processos de trabalho, as remunerações insuficientes, a baixa qualificação profissional e a ausência de proteção social e apoio por parte das empresas-aplicativo, revelando para a sociedade a deterioração acelerada das condições de trabalho provocada pela gestão neoliberal no mercado nacional (Carvalho et al, 2020). A partir dessas movimentações, os entregadores reivindicaram não apenas o aumento das taxas de remuneração e direitos trabalhistas, mas também o espaço de participação e protagonismo político dos trabalhadores informais. Diante desse cenário, o Breque dos Apps não representou apenas um movimento isolado, mas seguiu servindo como inspiração mobilizadora em todo o país.

As manifestações de 2020, como foi visto anteriormente, expuseram a relevância das paralisações como instrumento de luta por melhorias. Ferreira (2024) expõe que desde 2020 já eram construídas pelos entregadores natalenses sucessivas ações coletivas contra a desigualdade e a opressão, solidificando um discurso favorável em relação às mobilizações no município. Nesse sentido, Everton relata que em 2022 passou a integrar iniciativas de paralisações por parte dos trabalhadores de Natal, que buscavam a resolução de demandas específicas dos entregadores da cidade, como a distribuição desigual e pouco transparente dos pedidos pelo gerenciamento algorítmico. Foi nesse contexto que houve a criação do Coletivo "Galera da Pressão" (GDP), fundado em 2020, reunindo trabalhadores de toda a cidade, com o intuito de melhor organizar suas atividades. Diante do sucesso dessas paralisações nos objetivos que almejavam sanar, o

coletivo de entregadores chamou gradativamente mais atenção dos mais diversos círculos da sociedade, incluindo o das universidades.

A Universidade enquanto ponto de apoio

Com a tomada das ruas, os entregadores e entregadoras chamaram a atenção dos círculos universitários de produção de conhecimento. Nesse contexto, Everton conta que a aproximação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representado na figura do professor Fellipe Coelho-Lima, ofereceu novo ânimo para a criação de uma entidade formal. Através do projeto de pesquisa “Nexos da Uberização”, foram realizadas diversas entrevistas com os entregadores, tornando possível conhecer suas demandas e fortalecer os laços com essa categoria. Visando o fortalecimento do coletivo e a organização desta categoria profissional na luta por melhorias, além do melhor diálogo com as empresas-aplicativo e os agentes públicos, foi criado o projeto de extensão “Fortalecendo Trabalhadores Informais na Luta por Direitos”, que possuía o objetivo de apoiar a formalização da Associação de Entregadores por Aplicativos de Natal/RN. A partir dessa relação de apoio, foi possível traçar os passos necessários e iniciar a comunicação com a classe em busca de profissionais para integrar a diretoria da Associação.

Não obstante, o Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio, programa de extensão da UFRN com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), passou a oferecer assessoria jurídica popular à organização. Como retrato dessa colaboração, a diretoria da ATAMB compôs a mesa de abertura do IV Seminário PopRua e IV Seminário de Direitos Humanos da UFRN, representando a ATAMB como um dos movimentos sociais que contaram com o apoio do CRDHMD para sua formação e funcionamento.

A criação da Associação como um novo horizonte

No dia 24 de outubro de 2023, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ocorreu a primeira assembleia com a categoria dos entregadores por aplicativo de Natal. Nessa ocasião, houve a fundação da Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike de Natal e Região Metropolitana (ATAMB), como também foram debatidas as questões que a categoria tem enfrentado, e traçadas algumas estratégias para serem seguidas pela direção. A criação da Associação e suas subsequentes atividades contaram com o apoio do financiamento do Projeto Labora - Fundo de Apoio ao Trabalho Digno, do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Segundo material de divulgação da Associação, suas principais pautas de reivindicações atuais incluem a criação de espaços de apoio em locais públicos para descanso e realização das necessidades básicas dos entregadores; o compartilhamento das faixas de ônibus para garantir maior segurança; a regulamentação do trabalho de mototáxi por plataformas digitais, e uma remuneração mais justa. Em entrevista, o presidente da Associação afirmou que uma das mais importantes pautas de atuação da organização consiste na conscientização da categoria sobre a situação de informalidade e falsa autonomia a qual estão submetidos.

Nesse viés, Dias (2024) articula que a importância da existência de uma entidade formal que representa a classe dos entregadores e entregadoras não diz apenas da potência política de articulação e de reivindicação da classe, mas também da compreensão de que as injustiças vivenciadas não configuram um movimento isolado e singular, pois fazem parte de um contexto interconectado e amplo, que transcende a individualidade. A organização coletiva, portanto, contribui para a tomada de consciência geral sobre questões sociais e políticas.

Entretanto, Everton narra como a mobilização e a articulação política, por vezes, acabam sendo dificultadas pela própria condição de informalidade do trabalho uberizado. Como os entregadores são remunerados exclusivamente pelo tempo em que estão fazendo entregas e as taxas de remuneração são insuficientemente baixas, ausentar-se do trabalho por algumas horas para comparecer a um ato, assembleia, audiência pública ou reunião pode acabar tendo consequências significativas para o orçamento familiar ao fim do mês. Além disso, há o medo da retaliação em virtude da facilidade de terem suas contas

desativadas pelas plataformas ao participarem de ações de protesto, tendo, com isso, a perda de renda (Ferreira, 2024). Porém, as dificuldades implantadas pela plataforma para a institucionalização de ações coletivas, que também envolvem a constante incorporação e rotação de entregadores e a desmobilização das greves através da oferta de preços dinâmicos, não foram barreira suficiente para a efervescência das multidões (Ferreira, 2024).

Conscientizar, mobilizar, cuidar

Na busca por melhores condições, a ATAMB promoveu ações importantes de capacitação, visando promover a instrução e a segurança dos trabalhadores da classe, como os cursos de direção defensiva realizados em parceria com o DETRAN/RN, e o diálogo presencial constante através das assembleias. Essa atuação se faz imprescindível diante da recusa das empresas-aplicativo em oferecer treinamento ou suporte eficaz, motivada pelo receio de parecer empregadores (Ferreira, 2024). Nesse contexto, são feitas pela diretoria visitas aos vários pontos de espera e concentração de trabalhadores pelas ruas da cidade, onde é possível dialogar com os entregadores sobre as demandas da categoria, além de divulgar as ações da ATAMB. Essas visitas costumam preceder datas de eventos oferecidos, e atos e manifestações organizados pela Associação, corroborando a mobilização geral. A mobilização presencial também se estende aos momentos de manifestações, com a impressão e distribuição de adesivos.

Também é mister citar a realização de uma pesquisa com os entregadores de Natal e região metropolitana, elaborada a partir de um formulário composto por questões que dizem respeito às condições de trabalho, às questões de tempo e remuneração, e à saúde laboral dos entregadores. A aplicação desse questionário ocorreu de modo presencial, por trabalhadores da Associação que percorreram a cidade a fim de alcançar um maior número de participantes. A posteriori, como produto dos dados dessa pesquisa, foi elaborado um relatório sobre a realidade das condições de trabalho dos trabalhadores por aplicativo da região.

Além disso, é possível ressaltar a articulação da Associação norte-rio-grandense com a Aliança Nacional de Entregadores por Aplicativo (ANEA), entidade que tem conduzido o debate junto à categoria em nível nacional, e dialogado com o governo a respeito da regulamentação da atividade profissional. Everton também menciona durante a entrevista que a articulação com o poder legislativo local têm sido um dos grandes movimentos da Associação. A partir desse vínculo com os vereadores da região, foi possível construir em conjunto a elaboração de projetos de lei que visem a segurança contra discriminação e agressões que afetam o cotidiano da classe. O projeto de lei do município de Natal nº 586/2023 que estabelece que os entregadores não possuem a obrigação de subir até o apartamento do cliente para realizar a entrega é um exemplo do potencial dessas iniciativas. Além desse, também estão sendo tramitados na Câmara outros três projetos de lei referentes à criação de pontos de apoio presenciais para atender às necessidades básicas dos entregadores na cidade, durante o expediente. Tais movimentos, para ele, demonstram o poder da organização coletiva dos trabalhadores da região na transformação de sua realidade cotidiana. Em consonância, Miranda (2024) pontua como a conjuntura precária e não-regulamentada do trabalho no setor de entregas chama a atenção para a importância da elaboração de políticas que abordem essas lacunas, promovendo condições melhores para os profissionais envolvidos ao estabelecer padrões mínimos para salários, benefícios e condições de trabalho, assegurando, assim, um tratamento mais justo e equitativo aos trabalhadores.

Ademais, a Associação também tem tido uma atuação imprescindível na dimensão do cuidado para com a classe profissional que representa. Dias (2020) denuncia como, no trabalho uberizado, os custos do empreendimento também são repassados para o trabalhador. Eles são responsáveis pelo custeio dos seus instrumentos de trabalho, como a aquisição das mochilas de armazenamento (ou “bags”), celulares e manutenção das motos e bicicletas, sem nenhum tipo de auxílio para tais compras. Nesse sentido, a ATAMB idealizou a distribuição de capinhas para celular, equipamentos de segurança, capas de bags para os entregadores que estavam iniciando no ramo ou com as suas deterioradas, e cestas básicas para as famílias dos entregadores que se encontravam impossibilitados de exercer seu trabalho por motivos de saúde, como uma das iniciativas de atenção realizadas para os entregadores que a Associação representa.

Por fim, a aproximação com as mulheres entregadoras por plataforma é um importante pilar dessa atuação. Everton ressaltou, na entrevista, a importância de pensar em políticas públicas voltadas para as mulheres, e de conseguir o engajamento das entregadoras no trabalho político. Carvalho (2020) pontua que a luta dos trabalhadores por plataforma também expressa os dilemas estruturais de um mercado de trabalho nacional que é marcado por profundas desigualdades raciais, de classe, gênero e sexualidade. Assim, as relações de gênero no trabalho também ganham novo formato com a difusão do fenômeno da uberização, a partir da premissa de que a posição de desvantagem da mulher atualiza-se aos padrões de organização de trabalho, na sociedade capitalista. Diante dessa perspectiva, a criação de um coletivo dessas mulheres foi uma iniciativa das duas diretoras da ATAMB, que visitaram os pontos de encontro divulgando a criação desse grupo. A promoção de ações específicas para o público feminino, como o evento do Outubro Rosa e o curso de direção preventiva em alusão ao dia da mulher, têm colaborado com a participação crescente das mulheres na contribuição com a luta.

Conclusão

A plataformização do trabalho, como foi visto, é eficaz em consolidar e formalizar a precarização e a superexploração do trabalho. Por isso, Dias (2020) infere a máxima que a luta dos entregadores de empresas de aplicativo é também a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras contra a generalização do precariado. A uberização enquanto tendência global espelha apenas uma parte do processo generalizado e acelerado da precarização das condições de vida da classe trabalhadora em seu conjunto (Dias, 2020), provocada pela gestão neoliberal dos meios de trabalho.

Desse modo, a pesquisa demonstrou que elaborar a historicização do processo de construção da organização coletiva dos entregadores por aplicativos em Natal é um passo fundamental para caracterizar as formas pelas quais esses trabalhadores têm resistido às investidas exploratórias do capital, quais as pautas levantadas nesse processo de organização, e as estratégias de mobilizações aderidas por eles.

Em última análise, é possível inferir que a ATAMB, enquanto entidade formal de auto-organização coletiva, é bem sucedida ao fomentar o crescimento da participação política da categoria, oferecendo formação acerca da importância do engajamento dos trabalhadores na luta política por direitos. O apoio da comunidade acadêmica da UFRN, nesse sentido, se mostrou um forte pilar no fortalecimento da categoria, demonstrando o potencial transformador da integração entre a comunidade e a Universidade. Por fim, esse trabalho visa corroborar a produção científica acerca das formas de organização coletiva dos entregadores por aplicativo, tendo em vista que o conhecimento sobre as estratégias e práticas de resistência locais dessa categoria facilita o diálogo com essa classe.

Referências

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos, Cebrap*, 39, 579–597.
- Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorin, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca, V. P., Kalil, R. B., & Machado, S. (2020). Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19 – Relatório Técnico. REMIR.
- Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 41–51.
- Antunes, R. (2020). O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital (2ª ed.). Boitempo.

Carvalho, F. S. E. de, Gomes, M. S. B., Vieira, M. M., Santos, M. F., & Corrêa, J. C. F. (2020). #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3, 1–29.

Dias, V. T. (2020). Breque dos apps pelo direito de resistir. *Debate Econômico*, 8, 34–39.

Ferreira, M. S. (2024). Juventudes uberizadas na América Latina: as vivências do trabalho de jovens entregadores por aplicativo [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN.<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58950>

Miranda, M. M. M. (2024). O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais em cidade interiorana [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN.<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58948>

Silva, J. F. (2024). Vivência, subjetivação e autogerenciamento subordinado: um estudo com os entregadores por aplicativo [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN.<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60036>

Slee, T. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. Elefante.

Woodcock, J. (2021). *The fight against platform capitalism: An inquiry into the global struggles of the gig economy*. University of Westminster Press.

CÓDIGO: HS1401

AUTOR: DANIEL ALVES VENCESLAU

ORIENTADOR: RODRIGO SILVA IELPO

TÍTULO: Representação da Identidade Racial em Como Fazer Amor com um Negro sem se Cansar, de Dany Laferrière

Resumo

O livro *Como Fazer Amor com um Negro sem se Cansar* (1985), de Dany Laferrière, conta a história de dois jovens negros que moram juntos em uma vizinhança pobre de Montreal, no Canadá. Nele, o narrador trabalha em seu primeiro livro intitulado *Paradis du Dragueur Nègre* enquanto reflete sobre suas experiências pessoais e as dos personagens ao seu redor. O seu companheiro de quarto é um jovem que vive um estilo de vida contemplativo, absorto na música jazz e em reflexões espirituais. A dupla de protagonistas, sobretudo o narrador, mantém uma série de relações com diversas mulheres brancas da cidade. Durante diversos encontros, que são marcados por um processo complexo de desejo, expectativas sociais e relações de poder, o narrador confronta a maneira como ele é percebido através de estereótipos raciais por estas mulheres brancas, enquanto tenta afirmar a sua identidade em um ambiente cosmopolita multicultural. Cada uma das mulheres que o protagonista conhece ao longo da narrativa vai lhe oferecer uma espécie de “espelho” para que ele possa refletir sobre sua própria identidade e as expectativas sociais que dão forma a suas interações. Com base nisso, a presente comunicação busca analisar a maneira como Laferrière explora a identidade racial no livro em questão, estabelecendo um diálogo com reflexões de Stuart Hall e Frantz Fanon que permitirão pensar as dinâmicas de racialização presentes na obra.

Palavras-chave: Dany Laferrière, racialização, estereótipo, colonialidade.

TITLE: Representation of Racial Identity in *How to Make Love to a Negro Without Getting Tired*, by Dany Laferrière

Abstract

The book *How to Make Love to a Negro Without Getting Tired* (1985) by Dany Laferrière tells the story of two young black men living together in a poor neighborhood of Montreal, Canada. The narrator works on his first book titled *Paradis du Dragueur Nègre* while reflecting on his personal experiences and those of the characters around him. His roommate leads a contemplative lifestyle, absorbed in jazz music and spiritual reflections. The duo, particularly the narrator, engages in a series of relationships with

various white women in the city. Throughout these encounters, marked by a complex interplay of desire, social expectations, and power dynamics, the narrator confronts how he is perceived through racial stereotypes by these white women, while attempting to assert his identity in a multicultural, cosmopolitan environment. Each of the women the protagonist meets serves as a kind of "mirror," reflecting back his own identity and the social expectations that shape his interactions. Based on this, the present study aims to analyze how Laferrière explores racial identity in this book, establishing a dialogue with the reflections of Stuart Hall and Frantz Fanon, which will allow for an examination of the dynamics of racialization present in the work. The analysis will investigate how the author deconstructs stereotypes and exposes the ongoing colonial influences, offering a critique of racial relations in certain contemporary Western societies.

Keywords: Dany Laferrière, racialization, stereotype, coloniality.

Introdução

A presente pesquisa teve início em abril de 2024 e integra o projeto “Representações das diásporas coloniais na literatura da América Latina em língua francesa”, iniciado em setembro de 2023, coordenado pelos professores Danielle Grace e Rodrigo Ielpo líderes do grupo do CNPq Laboratório de literaturas latino-americanas de língua francesa (LABLLAF).

Dany Laferrière, nascido em 13 de abril de 1953 em Port-au-prince, Haiti, é um renomado escritor, ensaísta, poeta, jornalista e cineasta que vive atualmente em Montreal, Canadá, após ser forçadamente exilado de seu país em 1976 devido ao regime opressor de Jean-Claude Duvalier (Baby doc). Já no Canadá, não conseguiu seguir com sua profissão de jornalista pela necessidade de um diploma e precisou trabalhar como operário em fábricas enquanto escrevia sua primeira obra. Sua carreira literária iniciou-se então com a publicação de seu romance *Comment faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer* (1985), que foi bastante aclamado e elevou Laferrière à fama internacional. Devido a este grande sucesso, a obra foi pouco tempo depois, em 1989, adaptada ao cinema com o filme de mesmo nome dirigido por Jacques W. Benoit.

Laferrière é conhecido por sua escrita afiada e regularmente autobiográfica, que explora vários temas como identidade, raça, sexualidade, pós-colonialismo, exílio e diáspora. Por ter sido um imigrante quando mais novo, em seus trabalhos ele frequentemente representa as complexas interações entre culturas diferentes. Em 2009, Laferrière recebeu o prestigioso Prix Médicis por seu livro *L'Énigme du retour*, um relato pessoal sobre a volta ao Haiti após a morte de seu pai. Pouco tempo depois, em 2013, foi eleito para a Académie Française, tornando-se o primeiro haitiano e o segundo afrodescendente (o primeiro foi Léopold Sédar Senghor, em 1983) a ser admitido nesta instituição centenária, o que acabou por consolidar seu status como uma voz influente na literatura francófona. *Comment faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer* é um dos exemplos mais representativos da habilidade de Laferrière em abordar questões de raça, identidade e sexualidade. O romance apresenta uma crítica cruel e bem-humorada das dinâmicas raciais em uma sociedade multicultural, ao mesmo tempo em que desconstrói estereótipos e desafia preconceitos profundamente enraizados nessas sociedades. Através de uma

narrativa rica e provocadora, Laferrière utiliza sua literatura para explorar as complexidades da experiência negra em cenários coloniais e pós-coloniais.

Antes de prosseguirmos, é importante destacar o conceito de raça, conforme apresentado por Antonio Sérgio Guimarães no Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas. Este conceito possui dois significados precisos. Primeiramente, a raça não é um conceito natural, ou seja, não existe por si só na natureza, mas sim como uma construção social. Não se trata de uma ideia filosófica que antecede a sociedade. Embora não seja inerente à natureza, o conceito de raça desempenha um papel crucial na formação e sustentação das estruturas sociais. Em segundo lugar, o conceito de raça está intrinsecamente ligado à ordem social. Seu uso sempre envolve a criação e manutenção de uma ordem social específica, orientando ações e interações dentro da sociedade.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar a maneira como Laferrière explora a identidade racial e étnica em *Como Fazer Amor com um Negro sem se Cansar*, estabelecendo um diálogo com as reflexões de Stuart Hall e Frantz Fanon que permitirão pensar as dinâmicas raciais presentes na obra. A análise possibilitará investigar os modos como o autor desconstrói estereótipos e expõe as contínuas influências coloniais, oferecendo uma crítica das relações raciais em uma sociedade multicultural.

Metodologia

A metodologia do presente estudo será guiada por uma abordagem crítica e integrada que será fundamentada principalmente em algumas das reflexões de Stuart Hall e Frantz Fanon. A análise se concentrará na representação da identidade racial no romance *Como Fazer Amor com um Negro sem se Cansar*, de Dany Laferrière, e explorará como o texto literário reflete e questiona as dinâmicas de racialização e estereotipização.

A etapa inicial do estudo envolve uma leitura atenta e crítica da obra de Laferrière, com ênfase nas interações entre o protagonista e as diversas mulheres brancas que ele encontra. Essa análise inicial busca identificar como os estereótipos raciais são frequentemente construídos e desconstruídos no romance, observando como a identidade do protagonista é moldada e percebida através das lentes dos outros personagens. Para enriquecer essa análise, a pesquisa se apoiará nas reflexões de representações culturais e racialização que Stuart Hall desenvolve em *Cultura e Representação* (1997). Hall argumenta que as representações raciais na mídia e na cultura popular são construções ideológicas que perpetuam relações de poder desiguais, exotizando o "outro" e reforçando hierarquias culturais e sociais baseadas na raça. O diálogo com Hall permite, assim, examinar como o romance de Laferrière critica e desestabiliza essas representações estereotipadas, desafiando normas sociais e expondo as bases coloniais subjacentes nessas normas.

Além das ideias de Hall, a pesquisa procura integrar as perspectivas de Frantz Fanon, especialmente suas reflexões sobre o impacto do colonialismo na formação da identidade racial. Fanon, em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020), aborda como o colonialismo afeta as percepções de identidade dos indivíduos colonizados, destacando os complexos de inferioridade e os mecanismos de desumanização impostos pelo sistema

colonial. Isso permite pensar as representações do protagonista no romance de Laferrière à luz da objetificação e exotização dos indivíduos negros. Serão explorados as dramatizações dos efeitos psicológicos e sociais dessas representações, bem como a maneira como o romance critica essas dinâmicas e expõe as feridas infligidas pelo colonialismo.

Desse modo, a pesquisa envolverá um tensionamento detalhado entre passagens do livro e os conceitos e teorias propostos pelos autores mencionados. Esse diálogo visa investigar como o romance não apenas reflete as estruturas de poder racial e as representações culturais vigentes, mas também as questiona e desafia ao permitir identificar as formas como o texto literário dialoga com as ideologias de racialização e estereotipização, expondo as complexidades e tensões subjacentes nas interações entre os personagens.

Resultados e Discussões

Como mencionado anteriormente, o livro conta a história de dois jovens negros que moram juntos em uma vizinhança pobre de Montreal e o narrador trabalha em seu primeiro livro enquanto reflete sobre suas experiências pessoais e as dos personagens ao seu redor. O seu companheiro de quarto é seu complemento, um jovem que vive um estilo de vida contemplativo, absorto na música jazz e em reflexões espirituais através das leituras das suratas. Isso tudo enquanto dividem um apartamento que, segundo o protagonista, “Trata-se de uma abjeta pocilga com banheiro que o zelador empurrou para o Buba como se fosse um quarto e sala, por 120 dólares ao mês.” (Laferrière, 1985, p. 11) Os encontros do narrador com diferentes mulheres brancas são marcados por um processo complexo de desejo, expectativas sociais e relações de poder. Por meio destes encontros é que o narrador confronta a maneira como ele é percebido através de estereótipos raciais por estas mulheres, enquanto tenta afirmar a sua identidade em um ambiente cosmopolita multicultural. Em um momento específico, o narrador observa Miz Literatura (uma moça branca) com um olhar crítico e reflete sobre como ela parece fascinada por ele e pela sua maneira de comer. Ele percebe que, devido à sua formação cultural e aos estereótipos que carrega sobre ele, ela está encantada com seu comportamento, mesmo sem compreender a complexidade de sua realidade. “Ela fica emocionada de me ver comer. Miz Literatura é incrível. Ela foi treinada para acreditar em tudo o que dizem a ela. É a sua cultura. Posso contar qualquer mentira, ela balança a cabeça com os olhos crédulos. Fica emocionada.” (Laferrière, 1985, p. 28)

As outras mulheres que o protagonista irá conhecer durante o livro vão oferecer a ele, cada uma, uma espécie de “espelho” para que lhe permita refletir sobre sua própria identidade e as expectativas sociais que dão forma a suas interações. Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, explora como os negros são frequentemente reduzidos a estereótipos, especialmente em relação à sexualidade. Ele argumenta que, no imaginário coletivo ocidental, o homem negro é visto como um ser hipersexualizado, o que muitas vezes serve para projetar as ansiedades e os desejos reprimidos dos brancos. Fanon descreve como essa percepção distorcida é alimentada por fantasias e medos irracionais, perpetuando uma visão desumanizadora do negro como “o Outro” e diz o seguinte:

O branco está convencido de que o negro é um animal; se não for o comprimento do pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste 'diferente', isto é, de caracterizar o Outro. O Outro será o suporte de suas preocupações e de seus desejos. (Fanon, 1952. p. 147)

Essa análise de Fanon reverbera na obra de Laferrière, onde o protagonista confronta diretamente os estereótipos raciais que moldam as expectativas das mulheres brancas em relação a ele. Em um diálogo revelador, o narrador discute com uma de suas parceiras sobre a persistência do mito do "Negro Bom de Cama":

— Aquilo que você falou sobre a sexualidade — ela diz sem transição — não quer dizer nada.

— Ah, é?

— Você simplesmente retoma o mito do Negro Bom de Cama. Eu não acredito nisso.

— E o que é que você pensa?

— Para mim, Negro e Branco é a mesma coisa.

— Estamos falando de sexualidade, não de matemática.

— Que seja. Mesmo assim...

— Já que você me provocou, vou te contar a base do meu pensamento. Negros e Brancos são iguais diante da morte e da sexualidade. Eros e Tânatos. Penso que o casal Negro/Branca é pior que uma bomba. O Negro trepando com a Negra não vale, talvez, nem a corda que vai enforcá-lo, mas com a Branca há fortes chances de que aconteça alguma coisa. Por quê? Porque a sexualidade é, antes de tudo, uma questão de fantasias, e a fantasia que une o Negro e a Branca é uma das mais explosivas que existe.

— A emoção é negra, esse mito já não está gasto?

— Sim, mas os Brancos não podem ganhar o tempo todo. Eles se afirmam superiores aos Negros em tudo e, de repente, querem ser nossos iguais em alguma coisa. Na sexualidade.

— E os Brancos que não se acham superiores aos Negros?

— Esses, evidentemente, não têm problemas sexuais. (Laferrière, 1985, p.115)

Nesse diálogo, podemos ver o protagonista reconhecer que a relação sexual entre um homem negro e uma mulher branca é carregada de fantasias que amplificam o mito do negro hipersexualizado. Ele dialoga que essas fantasias não são apenas inofensivas, mas potencialmente explosivas, como uma "bomba", porque elas reforçam estereótipos raciais que, de acordo com Fanon, servem para justificar e perpetuar a opressão racial.

A abordagem teórica de Stuart Hall em Cultura e representação fornece uma base essencial para compreender as dinâmicas de relação dos personagens. Ao dialogarmos

com suas reflexões nesta análise do romance de Laferrière, é fundamental que exploremos como ele questiona as representações raciais na mídia e na cultura popular como estruturas ideológicas que por sua vez acabam por perpetuar visões estereotipadas de identidades não-brancas e também relações de poder desiguais. Como Hall explica:

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles. [...] Em suma, a estereotipagem é aquilo que Foucault chamou de uma espécie de “poder/conhecimento” do jogo. Por meio dela, classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos como o “Outro”. Curiosamente, isso é também o que Gramsci consideraria um aspecto da luta pela hegemonia.

(Hall, 2016, p. 192)

No livro, isso é evidenciado em diversas interações do protagonista com personagens brancas, como por exemplo de um caso em que ele descreve uma determinada situação que ocorreu em uma agência de correio ao tentar realizar sua mudança de endereço. Por ser aficionado por livros, o personagem, sempre que vê alguém lendo um livro, tem interesse em saber o título, do que se trata e se a pessoa que o está lendo está gostando da leitura. Na tal agência, ele vê uma moça lendo na sua frente e tenta iniciar uma conversa com ela para saber mais sobre o livro, no que a moça, levemente alterada, pede para que o protagonista a deixe em paz. O problema em si não está nesta interação, mas sim no que acontece logo em seguida: uma moça mais a frente na fila, ao ver toda a situação, inicia um discurso bastante racista e xenófobo como se vê abaixo:

Eles somem no inverno, mas assim que começa o verão, saem em bandos dos seus buracos só pra encher o saco das pessoas com os seus lenços, tambores, pulseiras e sinos. Eu não tenho nada a ver com esse folclore. Se pelo menos fossem sô os Negros! Mas não, agora tem também os Sul-Americanos com um monte de correntes no pescoço, pingentes, broches e anéis, todos esses badulaques que eles não param de oferecer nos cafés. Sempre vendendo alguma coisa. Se não é uma joia maia falsificada, é o próprio corpo. Só pensam nisso esses Latinos. (Laferrière, 1985, p. 49)

A discussão continua quando um senhor reage, dizendo à mulher que, se ela pensa aquilo dos negros, imagine o que os negros pensam dos colonialistas. A moça prontamente rebate: "Então, é sempre a mesma coisa, os colonialistas realizaram as suas fantasias de dominação fállica esmagando os outros, e, na hora de pagar a conta, esse safado propõe simplesmente que os negros comam as nossas mulheres." (Laferrière, 1985, p. 50). Podemos ver nesse discurso claramente o estereótipo produzido pelo pensamento colonialista em relação às minorias que habitam o país: negros paqueradores que só pensam em fazer sexo com as brancas como uma forma de reparação histórica pelo tráfico negreiro, além de sul-americanos ciganos que forçam os brancos a comprarem a sua arte. Trata-se de um pensamento preconceituoso que ignora toda uma cultura racial rica e histórica. Esses estereótipos não apenas reforçam preconceitos, mas também perpetuam uma visão desumanizante das minorias, desconsiderando suas experiências, culturas e contribuições para a sociedade. Eles são um reflexo da ignorância e do medo, que muitas vezes se traduzem em comportamentos discriminatórios e em políticas excludentes.

Hall argumenta que as representações raciais são construções ideológicas que perpetuam relações de poder desiguais, exotizando e retratando o "outro" como inferior. Essas representações servem para atestar e naturalizar essas hierarquias culturais e sociais baseadas em raça. Segundo o autor,

[...]os limites simbólicos são centrais para toda a cultura. A marcação da “diferença” levamos, simbolicamente, a cerrar fileiras, fortalecer a cultura e a estigmatizar e expulsar qualquer coisa que seja definida como impura e anormal. No entanto, paradoxalmente, também faz com que a “diferença” seja poderosa, estranhamente atraente por ser proibida, por ser um tabu que ameaça a ordem cultural. (Hall, 2016, p. 157).

As reflexões de Hall sugerem que a identidade é sempre construída em relação a uma norma dominante e, segundo ele, é comum que as pessoas com diferenças significativas da maioria, no caso aqui os negros, sejam expostas a essa forma binária de representação e estereotipização por parte da maioria (Hall, 1997). Essa ideia pode ser aplicada diretamente à obra em questão de Laferrière, a qual desafia as normas sociais da época e expõe a presença de um desejo fetichista das mulheres brancas pelo corpo do homem negro “Os senegaleses terminam o show num ritmo desenfreado. [...] seguidos por um bando de fãs usando bubus. Brancas colonizadas. Sacerdotisas do Templo da Raça. Viciadas em negros.” (Laferrière, 1985, p. 88). O protagonista negro é frequentemente confrontado com a objetificação e exotização por parte dessas mulheres. Este desejo não se limita à atração física, mas também reflete as dinâmicas de poder colonialistas como o próprio personagem explica ao afirmar que existe uma espécie de cadeia de raças, nela, o homem branco é o topo, a mulher branca existe para o satisfazer, em seguida o negro existe para satisfazer a mulher branca, e por fim a negra serve para satisfazer o homem negro, um pensamento claramente influenciado pelo sistema colonialista. A exotização frequente do protagonista serve para reafirmar essa superioridade racial implícita das personagens femininas, reduzindo-o a um objeto de curiosidade e desejo. Podemos ver isso no seguinte diálogo

— Estou com uma garota que está tendo uma verdadeira crise mística por você.

— E por quê, irmão?

— Ela acha que você é a reencarnação do Deus Rá. (Laferrière, 1985, p. 116).

Dessa forma, Laferrière critica essas representações ao revelar justamente essas bases coloniais e racistas.

Fanon, no terceiro capítulo de *Pele negra, máscaras brancas*, intitulado “O homem de Cor e a Mulher Branca”, aborda essencialmente as questões raciais e como elas são influenciadas pelos complexos de inferioridade e de superioridade impostos pelo sistema colonial. Fanon nos apresenta a história de Jean Veneuse, um personagem literário do romance *Un homme pareil aux autres*, de René Maran. Veneuse é um jovem negro de origem antilhana, mas que vive há muitos anos em Bordeaux e é apaixonado por Andrée Marielle, uma mulher branca. Essa relação é marcada pelas diversas pressões raciais e a necessidade de ser aceito pelo mundo branco. Fanon já traz essa perspectiva em sua primeira frase do capítulo: “Da parte mais negra de minha alma, através da zona sombreada, irrompe em mim este súbito desejo de ser branco.” (Fanon, 1952, p. 69). Tal

afirmação nos mostra justamente as feridas psicológicas profundas que foram infligidas pelo colonialismo, tornando as relações inter-raciais um palco para a afirmação ou (re)negação da negritude e para a construção da autoestima do homem negro.

Essa dinâmica é também refletida em diálogos como: “— O que você tem contra os ricos? — O que eu tenho contra os ricos? Pô, eu me acabo de ciúmes, morro de inveja. Quero ser rico e famoso.” (Laferrière, 1985, p. 82). Aqui, percebemos um desejo de alcançar um status que é tradicionalmente associado ao poder e prestígio no mundo branco.

Frantz Fanon explora em suas obras como o colonialismo internalizou nos povos negros a ideia de que o poder, o prestígio e o valor estão associados à branquitude. Esse processo de internalização pode levar a uma busca por características ou condições que são vistas como pertencentes ao mundo branco, como a riqueza e a fama, não apenas como um meio de ascensão social, mas também como uma forma de se aproximar desse ideal de branquitude que foi imposto como superior. Portanto, o desejo de ser rico e famoso pode, neste caso, estar ligado a um desejo subconsciente de se alinhar aos valores e ao status associados ao "ser branco", refletindo as complexas dinâmicas de poder e identidade racial que Fanon discute. Essas dinâmicas podem levar a uma negação da própria negritude e a uma busca por validação em um sistema que historicamente marginaliza identidades negras.

Além disso, Fanon nos apresenta um comportamento bastante comum aos estudantes negros da França na época, o de não se identificarem como negros autênticos, já que, para eles os negros eram selvagens diferentemente do estudante que é um ser evoluído, ou seja, não possuem nada em comum com os negros de verdade. O próprio Jean Veneuse é descrito por seu amigo como “excessivamente moreno” e “um de nós”. Um tipo de comportamento contrário, pode ser visto no livro de Laferrière. O personagem principal em nenhum momento afirma ou dá qualquer indício de sua nacionalidade, ela muda constantemente, mas sempre indicando países ou lugares de maioria negra. “— De que país você é? — ela pergunta novamente. — Na quinta à noite, eu venho de Madagascar.” (Laferrière, 1985, p. 100). Ou como no diálogo a seguir:

— De onde você vem?

— Harlem.

— Harlem! Adoro o Harlem.

— Ah, é?...

Miz Punk está super excitada.

— Tem muitos crimes lá?

— A gente faz o possível.

— Parece que ninguém passa dos dezessete anos? As pessoas morrem antes. É verdade?

— Claro. Eu tenho quinze. (Laferrière, 1985, p. 88).

Isso talvez seja uma forma sutil de sempre estar afirmando sua identidade enquanto homem negro ou apenas uma forma de tentar lidar com os estereótipos racistas dos brancos, já que para eles não importa de onde vem ou para onde vai, onde estudou, descartam toda a história de vida e seus olhares superficiais enxergam apenas, a cor da pele.

Em seu livro *La Condition Noire: Essai sur une minorité française* (2008) o autor Pap Ndiaye oferece uma análise rigorosa da experiência negra na França contemporânea. Porém, os fundamentos teóricos podem ser estendidos também à cidade de Montreal. As traduções neste capítulo foram feitas por mim. O autor propõe uma abordagem crítica da noção de “raça” ao afirmar que “está bem claro que, de um ponto de vista biológico, as raças não existem” (Ndiaye, 2008, p. 26). Isso reforça que, embora biologicamente inexistente, ela ainda persiste como categoria social fundamental para entendermos dinâmicas excludentes e discriminantes. Ele estabelece fundamentos teóricos cruciais para compreender os processos de racialização na sociedade francesa. O sociólogo define a condição negra como uma espécie de conjunto de experiências compartilhadas por pessoas consideradas negras, independentemente de sua origem nacional ou de sua própria identificação. Esta abordagem enfatiza o caráter socialmente construído da condição negra, destacando como ser negro na França é antes de tudo ser percebido e tratado como tal:

Pensar em grupos racializados não do ponto de vista de sua existência biológica, mas do ponto de vista social, na medida em que eles são objeto de considerações desvalorizantes e seus membros compartilham experiências discriminatórias comuns, é uma operação intelectual que não é apenas legítima [...] mas também útil. (Ndiaye, 2008, p. 28)

Esse enfoque nos permite compreender a “minoridade negra” como um grupo unido não por uma suposta cultura africana ou caribenha, mas pelas experiências comuns de racialização e discriminação. Ndiaye argumenta que a identidade negra se constitui através de um paradoxo fundamental de que quanto mais se afirma que as raças não existem na França republicana, mais os negros são tratados como grupo distinto, revelando assim a contradição no cerne do universalismo francês, que ao recusar reconhecer as diferenças, acaba por invisibilizar as discriminações e dificultar a luta contra o racismo: “O modelo republicano foi construído sobre uma noção abstrata de cidadania, teoricamente indiferente a particularidades de gênero, cor da pele ou outros fatores [...] mas essa noção abstrata [...] nunca garantiu uma luta eficaz contra a discriminação racial.” (Ndiaye, 2008, p. 29)). Sua análise histórica demonstra como a categoria “negro” foi sendo construída ao longo do tempo, desde as representações coloniais até as formas contemporâneas de discriminação.

O conceito de “minoridade negra” desenvolvido por Ndiaye merece atenção especial, pois representa uma inovação teórica significativa:

Em vez de comunidade, prefiro, portanto, a noção de “minoridade”, que delimita minimamente um grupo de acordo com o critério de experiência social compartilhada com base no marcador socialmente negativo da pele negra, sem implicar a existência de vínculos culturais comuns ou reconhecimento institucional. (Ndiaye, 2008, p.46)

Esta perspectiva permite superar visões essencialistas ao propor o que Ndiaye chama de "identidade fina", em oposição a noções de "identidade espessa". A "identidade fina" delimita um grupo que compartilha apenas uma experiência de uma identidade prescrita, nesse caso a de negro. Já a "identidade espessa" significa uma identidade baseada em uma cultura, uma história, referências comuns e um idioma que marcam uma clara diferença entre aqueles que a possuem e aqueles que não a possuem.

Quando colocamos esta análise sociológica em diálogo com a obra de Laferrière, emergem tensões e correlações reveladoras. O protagonista de Laferrière encarna uma identidade negra radicalmente performática e desestabilizadora, que parece ao mesmo tempo confirmar e subverter as teses de Ndiaye. A genialidade literária de Laferrière manifesta-se precisamente na maneira como seu texto opera com uma desconstrução irônica dos estereótipos raciais. Quando seu narrador afirma "Na quinta à noite, eu venho de Madagascar" (Laferrière, 1985, p. 100), está executando uma performance identitária que expõe o caráter arbitrário das categorias raciais. Esta postura literária desafia precisamente aqueles mecanismos de racialização que Ndiaye descreve com precisão, sugerindo que a arte pode oferecer caminhos de resistência singulares ao combater representações estereotipadas que buscam aprisionar o negro em papéis pré-definidos, e ainda subverte essas representações através da criação literária.

Conclusão

A análise da obra *Como Fazer Amor com um Negro sem se Cansar*, de Dany Laferrière, revela uma abordagem literária poderosa na desconstrução dos estereótipos raciais e na crítica das dinâmicas coloniais e pós-coloniais presentes nas relações raciais em sociedades multiculturais. Por meio do diálogo com as teorias de Stuart Hall, Frantz Fanon e Pap Ndiaye, o estudo demonstra que Laferrière utiliza a narrativa para expor as contradições sociais da racialização, ao mesmo tempo em que reconfigura identidades negras de forma performática, desafiando as categorias rígidas que historicamente marginalizam e objetificam os corpos negros.

O protagonismo negro na obra é apresentado como um campo de tensões entre identidades impostas, expectativas sociais e desejos individuais, materializando as consequências psicológicas e sociais do colonialismo e do racismo estrutural. A literatura de Laferrière, assim, não apenas reflete as experiências de exclusão e exotização, mas também oferece uma resistência criativa, revelando como as construções raciais são artificiais e historicamente situadas, podendo ser subvertidas por meio da arte e do discurso crítico. Dessa forma, o estudo corrobora a importância da literatura como instrumento para pensar e dismantelar os mecanismos de opressão racial, abrindo espaço para uma reconfiguração das identidades culturais e políticas da diáspora negra na América Latina francófona.

Referências

LAFERRIÈRE, Dany. Como fazer amor com um negro sem se cansar. Tradução de Heloisa Moreira e Constança Vigneron. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAFERRIÈRE, Dany. Comment faire l'amour avec un Nègre sans se fatiguer. Québec, VLB Editeur, 1985.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

HALL, S. Cultura e representação. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicur, 2016.

RATTS, A., RIOS, F. M., e SANTOS, M. A. de O. (Orgs.). Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas. Perspectiva, 2023

NDIAYE, PAP. La Condition Noire: Essai sur une minorité française. França, Calmann-Lévy, 2008.

DREYFUS, A. Le nègre de personne. Disponível em:
https://www.liberation.fr/portrait/2002/12/31/le-negre-de-personne_426182/ Acesso em: 27 de junho

BEUVE-MÉRY, A. Dany Laferrière, Prix Médicis pour "L'Enigme du retour". Disponível em: https://www.lemonde.fr/livres/article/2009/11/05/dany-laferriere-prix-medicis-pour-l-enigme-du-retour_1263203_3260.html Acesso em: 27 de junho

CÓDIGO: HS1414

AUTOR: LUANA DE CARVALHO LEITE

COAUTOR: MARIANA LIBERATO GUIMARAES

ORIENTADOR: PABLO DE SOUSA SEIXAS

TÍTULO: A formação em Psicologia no RN - análises das propostas curriculares

Resumo

A formação em Psicologia no Brasil é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que definem competências e habilidades básicas a serem seguidas, permitindo às instituições organizar seus cursos de acordo com as especificidades de cada região. Diante da flexibilidade fornecida, questiona-se como os cursos se estruturam no Rio Grande do Norte, considerando a distribuição entre capital e interior, em instituições públicas e privadas. Nesse viés, este trabalho tem como objetivo analisar os fundamentos dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do RN. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter exploratório, realizada a partir da coleta de PPCs em plataformas digitais. Assim, foram selecionados quatro PPCs: um público e um privado na capital, e um público e um privado no interior. A análise contempla a história dos cursos, justificativas, objetivos e perfil do egresso, buscando identificar os discursos que os atravessam. Como resultados principais, observou-se que, embora os PPCs enfatizem competências e habilidades como a formação ética, generalista e a integração entre teoria e prática, há diferenças no detalhamento das competências, no tratamento do compromisso social e na contextualização crítica das realidades locais. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, ainda são perceptíveis desafios para consolidar uma formação crítica, socialmente fundamentada e coerente com as demandas contemporâneas da Psicologia no estado.

Palavras-chave: Formação em Psicologia; Ensino Superior; Projetos Pedagógicos de Curso

TITLE: Psychology training in Rio Grande do Norte - analysis of curriculum proposals

Abstract

Psychology training in Brazil is guided by the National Curriculum Guidelines, which establish core competencies and skills while allowing institutions to adapt their programs to regional specificities. Given this flexibility, it is relevant to question how courses are structured in Rio Grande do Norte, considering differences between capital and countryside, and between public and private institutions. This study aims to analyze the foundations of Pedagogical Project of Courses (PPCs) in the state. It is an exploratory documentary research based on PPCs collected from digital platforms. Four PPCs were selected: one public and one private in the capital, and one public and one private in the countryside. The analysis focused on course history, justifications, objectives, and graduate profiles, identifying the discourses present in these documents. Results indicate that, although PPCs highlight competencies such as ethical and generalist training and the integration of theory and practice, differences remain in the detail given to competencies, in how social commitment is addressed, and in the contextualization of local realities. It is concluded that, despite normative advances, there are still challenges in consolidating a critical and socially grounded training aligned with the contemporary demands of Psychology in the state.

Keywords: Psychology Training; Higher Education; Course Pedagogical Projects

Introdução

A formação em Psicologia no Brasil está diretamente vinculada ao processo de regulamentação da profissão de psicólogo. Em 1962, a partir da instituição da Lei nº 4.119, a profissão de psicólogo foi regularizada no Brasil. Durante esse processo, foi construído um parecer complementar nº 403, o qual vincula a prática à formação superior realizada em instituições credenciadas pelo governo. Tal regimento determina a duração dos cursos em cinco anos, com quatro anos voltados para a formação comum e um último dedicado à capacitação profissional, pautado em um currículo mínimo uniforme para todos os cursos do país. Essa estrutura garantiu, por um lado, a padronização da formação graduada em Psicologia, mas, por outro, foi alvo de críticas quanto à sua fragilidade e aos limites às possibilidades formativas. Entre as críticas, havia apontamentos quanto ao caráter individualista e liberal desse modelo, ancorado em uma visão de mundo privatista e subjetivista, o que parecia provocar um distanciamento entre a formação acadêmica e as demandas sociais da profissão (Antunes, 2004; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Após quase cinco décadas da regulamentação inicial, a pressão interna da categoria, em busca de ampliar o campo formativo, em conjunto com as imposições externas, oriundas das políticas nacionais de ensino superior, contribuíram para a reformulação do modelo formativo em Psicologia. Entre as mudanças desse processo, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que alterou profundamente o cenário educacional ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação de todo o país. As DCNs de Psicologia foram, finalmente, aprovadas em 2004, as quais romperam com o antigo modelo rígido e padronizado para proporcionar maior flexibilidade e autonomia às instituições de ensino superior na definição de seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). A partir de então, os cursos de Psicologia passaram a estruturar os seus currículos com base em competências e

habilidades básicas, cabendo a cada instituição determinar os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos que orientam a sua formação (Rudá, 2015).

Como consequência, esse novo modelo representou não apenas uma atualização normativa, mas também a possibilidade de reconfiguração da própria Psicologia enquanto campo de conhecimento e prática. A flexibilização curricular, embora permita diversidade e inovação, traz consigo o desafio de compreender em que bases epistemológicas, políticas e fundamentos pedagógicos os cursos se apoiam. Nesse sentido, os PPCs tornam-se documentos centrais para a análise crítica das formações em Psicologia, pois revelam tanto as concepções de mundo e de sujeito que sustentam o curso quanto as escolhas sobre quais temáticas, competências e habilidades serão priorizadas.

No contexto do Rio Grande do Norte, esta análise adquire especial relevância. Atualmente, o estado conta com 16 cursos de Psicologia distribuídos entre a capital e o interior: 7 localizados em Natal e 9 no interior, oferecidos majoritariamente por instituições privadas, mas também por duas universidades federais. Essa configuração suscita questionamentos importantes sobre a diversidade e a qualidade da formação oferecida. Diante da heterogeneidade institucional e regional, torna-se necessário investigar quais fundamentos epistemológicos, teóricos e pedagógicos orientam esses cursos e quais conteúdos são privilegiados em suas ementas. A análise dos PPCs no RN, portanto, permite compreender como a formação em Psicologia se concretiza em um território específico, ao mesmo tempo que reflete os desafios nacionais do processo de mercantilização, expansão privada, demandas sociais, ensino à distância e debates de territorialidade.

Metodologia

O presente estudo foi conduzido a partir de uma pesquisa documental e exploratória, tendo como objeto central os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de Psicologia ofertados no estado do Rio Grande do Norte. A escolha por essa abordagem se deve à carência de dados do objeto estudado e à natureza do material explorado. Ademais, as informações quanto à formação em Psicologia na região potiguar, atualmente, encontram-se escassas na literatura acadêmica. Posto isto, todas as questões éticas necessárias para a execução da pesquisa desse caráter foram tomadas.

Este trabalho dá continuidade a um estudo anterior, iniciado em 2023, que consistiu no levantamento e na sistematização dos cursos de Psicologia existentes no estado. Essa etapa preliminar utilizou bases oficiais, como o Censo da Educação Superior, o banco de dados e-MEC do Ministério da Educação e os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A partir dessas fontes, foi possível identificar o quantitativo de cursos em funcionamento, sua distribuição entre capital e interior, a categoria administrativa, a organização acadêmica, dados da abertura de cada curso, a quantidade de vagas ofertadas e a carga horária total, entre outros aspectos estruturais. Desse modo, foi possível, além de mapear os cursos existentes, contextualizar a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso que sustentam essas graduações.

Com base nessas informações, deu-se início à busca e coleta dos PPCs junto às instituições de ensino superior. O levantamento ocorreu entre o final de 2024 e o início de 2025, a partir de consultas a sites institucionais, mecanismos de busca online e o contato direto com as próprias instituições, via telefone e canais oficiais de comunicação. Um dos principais desafios metodológicos foi a dificuldade de acesso aos documentos, uma vez que nem todas as instituições os disponibilizam de forma transparente em seus portais, apesar da relevância pública de tal documento.

Para o presente estudo, foram selecionados e analisados em profundidade quatro Projetos Pedagógicos de Curso dentre os dezesseis cursos presentes na região do RN. Os documentos escolhidos contemplaram um curso público na capital, um curso público no interior, um curso privado na capital e outro privado no interior. É importante ressaltar que, embora os PPCs sejam documentos regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Psicologia, não há uniformidade em seu formato ou grau de detalhamento. Isso significa que alguns itens podem estar ausentes ou pouco desenvolvidos em determinados documentos, o que limita análises comparativas mais amplas. Além disso, é comum observar repetições quase literais de trechos das DCNs em alguns detalhes, especialmente no que diz respeito às competências e habilidades listadas pelo parecer nacional, o que, muitas vezes, acaba por negligenciar uma maior contextualização local ou institucional.

Diante dessas características, optou-se por analisar os fundamentos dos Projetos Pedagógicos de Curso segundo a proposta metodológica de Seixas, Coelho-Lima, Silva & Yamamoto (2013). Portanto, considerando a diversidade na distribuição das informações, a análise buscou privilegiar aspectos considerados centrais pelos autores listados e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Entre os elementos examinados, destacam-se: (a) apresentação histórica da instituição e/ou do curso; (b) justificativa para sua criação; (c) perfil do egresso; e (d) objetivos gerais e específicos. Essa delimitação visa garantir consistência na comparação entre documentos e evidenciar como os cursos de Psicologia no estado se apresentam, se legitimam e projetam a formação profissional.

Resultados e Discussões

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia são o documento responsável por orientar a organização da formação de psicólogos no Brasil. Recentemente, as DCNs passaram por uma atualização em 2023, na intenção de abordar novos desafios para a formação que ganharam escopo no cenário pós-pandemia. Entretanto, o período para reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso de acordo com esse último parecer vai até o fim de 2025. Por consequência, muitas instituições ainda estão em processo de reestruturação. Desse modo, a pesquisa utiliza a Resolução nº 5 do Ministério da Educação, de 15 de março de 2011, Diretrizes Curriculares Nacionais anteriores, para analisar os PPCs disponibilizados pelas instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte.

Sendo assim, essas diretrizes definem que a graduação em Psicologia deve assegurar uma formação generalista, humanista, crítica e ética, capaz de preparar profissionais para atuar em diferentes níveis de atenção à saúde, bem como em variados contextos. As DCNs enfatizam, ainda, o desenvolvimento de competências que contemplem a articulação entre teoria e prática, o aprimoramento e capacitação contínua e o compromisso com os direitos humanos e a diversidade sociocultural. A partir dessas informações, o presente trabalho analisa os fundamentos de quatro Projetos Pedagógicos de Curso, contemplando: (a) o histórico institucional e/ou do curso; (b) a justificativa de abertura/exercício do curso; (c) objetivos do curso; (d) perfil do egresso. Como consequência, a estrutura desse estudo explora os quatro aspectos e finaliza com as considerações finais do material encontrado.

O primeiro eixo de análise diz respeito à apresentação histórica dos cursos e instituições. Constatou-se uma variedade de descrições entre as instituições públicas e privadas, assim como apareceram distinções no detalhamento da privada da capital e do interior. As IES públicas apresentaram, nesta seção, o mesmo texto para ambos os PPCs, ou seja, tanto a federal da capital quanto a federal do interior contaram a história de criação do primeiro curso do Rio Grande do Norte, referente à universidade federal da capital, que foi inaugurado no ano de 1977. Apesar de serem instituições localizadas em diferentes regiões de um mesmo estado, não foi perceptível um esforço para contar diferentes histórias, apenas foi observado um parágrafo de conclusão no PPC do interior que abordava a importância de inserção do psicólogo na localidade por consequência da Residência Multidisciplinar de um de seus hospitais mais famosos.

Por outro lado, as instituições privadas contaram histórias com ângulos muito divergentes entre si. Enquanto a instituição privada da capital dedicou-se a contar a história da grandiosidade de sua empresa educacional de ensino superior, enaltecendo elementos de sua infraestrutura e conquistas nos últimos anos. O curso particular do interior deteve-se à trajetória de seus fundadores, que tinham como objetivo fornecer um ensino de qualidade, que atendesse às necessidades da região em que se insere, para isso, resgataram dados e informações relevantes sobre o território e as demandas sociais.

De modo geral, o trecho dos Projetos Pedagógicos de Curso referente à história do curso parece indicar um esforço maior das IES do interior em aproximar seu discurso às necessidades locais. Ao passo que, na capital, o movimento acontece em direção à história de fundação e crescimento dessas IES, tendendo a enfatizar o pioneirismo dessas organizações na consolidação da profissão de psicólogo no solo norte-rio-grandense.

O segundo eixo refere-se às justificativas de abertura ou reformulação do curso. É importante ressaltar que, dentre os cursos analisados, os PPCs das graduações da capital não são a primeira versão desses, na realidade, são documentos reformulados com base na renovação das DCNs de 2011. Por outro lado, os PPCs do interior são a primeira versão dos documentos desses cursos, por isso, as justificativas da capital podem indicar uma justificativa de reformulação do ofício, à medida que, no interior, são justificativas da abertura dessas graduações.

Posto isto, o Projeto Pedagógico da Universidade Federal da capital, renovado em 2011, não busca justificar a criação do curso, já consolidado desde 1977, mas sim a

atualização deste. Deste modo, a justificativa começa explicando sobre uma avaliação institucional realizada no ano de 2000 e sobre as mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais, além de tratar sobre os novos aspectos infraestruturais do espaço da graduação, reforçando, com base nesses acontecimentos, a importância da produção de um novo Projeto Pedagógico de Curso que responda a essas mudanças. Em contrapartida, a universidade particular da capital sustenta seus argumentos na concepção da Psicologia como profissão da saúde, recorrendo aos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e destacando a relevância do diagnóstico e do tratamento da saúde mental. Nesse viés, seu discurso é fortemente atravessado por demandas do mercado, tratando a formação em Psicologia como fator de desenvolvimento econômico e oportunidade de emprego para os ingressantes. Embora haja menções a demandas sociais e regionais, o documento apresenta inconsistências, como a presença da lacuna “NOME DA CIDADE” em um trecho sobre o crescimento da profissão na região, evidenciando a padronização deste PPC para diferentes localidades e a fragilidade da contextualização local.

No outro canto do estado, as instituições do interior apresentam justificativas robustas, pautadas na interiorização do ensino superior. A federal do interior ressalta a ausência de cursos de Psicologia naquela área, produzindo uma necessidade por parte dos estudantes que não podem deslocar-se até a capital para acessar essas graduações. Ademais, ele ressalta o baixo número de psicólogos atuantes na região, a alta concorrência por vagas de Psicologia no campus central e a criação do REUNI como elementos decisivos para abertura desse curso, o qual contribuirá para a expansão do mercado e a solução de demandas locais. Por outro ângulo, a faculdade privada do interior, apesar de não possuir uma seção específica dedicada à justificativa, observa-se argumentos de abertura do curso no trecho da história do curso. Esses elementos englobam dados do censo e referenciais locais de instituições que refletem a importância de inserção do curso de Psicologia naquele território.

Em conclusão, o eixo das justificativas mostrou-se como o mais diversificado entre as seções analisadas, explorando diferentes aspectos em cada instituição. Nesse sentido, os cursos do interior demonstraram maior atenção às demandas regionais e buscaram variedade de dados e argumentos para sustentar a abertura do curso. Em contraste, a IES particular da capital apresenta um discurso genérico e mercadológico, sem explorar os fatores locais com honestidade, e a universidade federal da capital se concentra em aspectos estruturais e normativos para embasar seu processo de reformulação do PPC.

O terceiro e quarto eixos analisados foram os objetivos do curso e o perfil do egresso. As duas seções se encontram juntas na análise, pois as informações encontradas em ambos foram muito parecidas, apresentando baixa diversidade entre os documentos avaliados. Nas duas universidades federais, esses trechos são quase que completamente iguais, nos dois casos, eles se encontram juntos no tópico “objetivo, perfil e competências gerais”. Com pouco detalhamento, eles listam os objetivos em quatro tópicos que complementam uma tabela com as características esperadas do perfil do egresso e as competências e habilidades referentes a cada característica. O conjunto das informações reflete precisamente os aspectos listados nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Não obstante, ao final desse trecho, em ambos os PPCs, eles falam que o perfil apresentado está de acordo com as DCNs.

Por outro ângulo, as IES privadas, apesar de detalhar mais os objetivos, diferenciando objetivo geral e objetivos específicos, e relacionar o perfil às ênfases de cada curso, acabam reforçando os mesmos elementos das diretrizes. Dentre as características mencionadas nos objetivos e no perfil, todos os PPCs dissertam sobre: uma formação de psicólogos generalistas, críticos, éticos e socialmente comprometidos, com espírito de pesquisa e capacidade de atuação multiprofissional, capazes de atuar em diferentes contextos e espaços e que possam pensar em soluções para demandas diversas; necessidade de articular teoria e práticas, apresentar a variedade de abordagens teóricas, assim como incentivar o pensamento científico, a atenção à saúde e atendimentos às demandas socioculturais. Um ponto relevante de diferença é que a instituição privada da capital detém-se em detalhar mais os aspectos voltados ao empreendedorismo e desenvolvimento profissional de cada estudante, à medida que a faculdade particular do interior descreve com mais elementos os aspectos voltados ao compromisso social e diversidade de demandas.

Conclusão

Dessa maneira, a análise dos fundamentos evidencia padrões e singularidades de diferentes Instituições de Ensino Superior com diferentes focos da educação. O histórico e as justificativas são as propostas mais diversas, revelando variadas estratégias discursivas: pioneirismo na universidade federal da capital, institucionalidade na IES privada da capital, interiorização na federal do interior e democratização regional na faculdade particular do interior. Por outro lado, os objetivos e perfis do egresso tendem a reproduzir as Diretrizes Curriculares Nacionais, variando apenas no nível de detalhamento.

As lacunas mais relevantes dizem respeito à ausência de especificidade nos objetivos e perfil do egresso e à padronização excessiva de alguns PPCs, sobretudo o da instituição privada da capital, que apresenta inconsistências textuais e fragilidade na contextualização regional. A semelhança quase literal entre os documentos das universidades federais também limita a compreensão de particularidades locais.

No conjunto, observa-se que os cursos desenvolvidos reafirmam a centralidade das DCNs na definição de objetivos, perfis e competências, mas divergem significativamente na forma de narrar sua história e fundamentar sua atuação. Essa diferença revela o peso da interiorização e as demandas regionais nos cursos localizados fora da capital, em contraste com o discurso institucional e mercadológico mais presente na instituição particular da capital.

Em conclusão, por ser uma pesquisa exploratória, os dados nos permitem um primeiro olhar para a forma como as graduações de Psicologia se apresentam no Rio Grande do Norte por meio de seus documentos institucionais. A partir dessas informações, o presente trabalho fornece subsídios para pesquisas futuras desenvolverem análises profundas e densas, sendo de suma importância a atividade empreendida neste estudo.

Referências

- Barbosa, R. M., & Marinho-Araújo, C. M.. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 27(3), 393–402. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>
- Cavalcante, L. A., & Marinho-Araujo, C. M. (2019). A dimensão ética e política da pesquisa em psicologia escolar. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 103-119. <https://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3018>
- Dazzani, M. V. M., Cunha, E. O., Luttigards, P. M., Zucoloto, P. C. S. V., & Santos, G. L. (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicologia Escolar E Educacional*, 18(3), 421–428. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>
- Guzzo, R. S. L. (2014). *Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública*. Campinas: Alínea.
- Marinho-Araujo C. M., Braz-Aquino, F. S., Guzzo, R. S. L., & Souza, V. L. T.. (2018). *Psicologia escolar crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas*. Campinas: Alínea.
- Sousa, M. P. R. (2017). *Psicologia escolar na luta por uma atuação ético-política na educação básica*. In A. M. Machado, A. B. C. Lerner, & P. F. Fonseca, *Concepções e proposições em psicologia e educação : a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo* (pp. 57-68). São Paulo : Blucher.
- Wechsler, S. M. (Org.). (1996). *Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas: Alínea.
- SEIXAS, P. S. (2014). *A formação graduada em psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pos-DCN*. 2014. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- RUDÁ, C.; SILVA, G. A. ; PATINO, R. (2023). A relevância dos fundamentos epistemológicos e históricos para a formação em psicologia: análise de matrizes curriculares. In: Janaína Zito Losada; Márcio José Silveira Lima; Lilian Reichert Coelho; Eva Dayane Almeida de Góes; Matheus Lopes da Silva. (Org.). *De Valente Esperança e Rebeldia: Ensaio para um Brasil Plural*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2023, v. , p. 415-430.
- Rudá, C., Coutinho, D. M. B., Almeida Filho, N.. (2015). *Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004)*.

Rudá, C., Coutinho, D., Almeida Filho, N. M.. (2019). FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL.

Macedo, J. P., Reis, S. T.. (2021). POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS PT (2003-2016):

IMPACTO NO PERFIL DOS GRADUANDOS EM PSICOLOGIA.

Mancebo, D., Vale, A. A., & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010.

Revista Brasileira de Educação, 20(60), 31-50. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>

Macedo, J. P., Reis, S. T., Bezerra, L. L. da S., & Abreu, M. M. de. (2022). Impacto dos programas de expansão das universidades.

Macedo, J. P., Lima, M. S. de S., Dantas, C., & Dimenstein, M.. (2017). Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 37(4), 852–868. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004272016>

Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G.. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 29(4), 718–737. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>

Seixas, P. S., Coelho-Lima, F., Silva, S. G., & Yamamoto, O. H. (2013). Projeto

Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise.

Psicologia Escolar e Educacional (Impresso), 17, pp. 113-122.

Fávero, M. de L. de A. (2006). A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar Em Revista*, 28, 17–36. <https://doi.org/10.1590/s0104-40602006000200003>

Conselho Nacional de Educação (Brasil). (2023). Resolução CNE/CES n. 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Diário Oficial da União [Seção 1, Página 55]*.

da Costa, J. P., Costa, A. L. F., Lima, F. C., Seixas, P. de S., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). A produção científica sobre a formação de psicólogos no Brasil. *Revista Psicologia Em Pesquisa*, 6(2), 130–138. <https://doi.org/10.5327/z1982-12472012000200006>

Rudá, C., & Silva, G. A. da. (2020). Formação do psicólogo na Bahia: uma análise a partir do ENADE 2015. *Educação (UFSM)*, 45(1). <https://doi.org/10.5902/1984644434755>

- João Paulo Macedo, Lima, M. S. de S., Dantas, C., & Dimenstein, M. (2017). Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004272016>
- Macedo, J. P., Reis, S. T., Bezerra, L. L. da S., & Abreu, M. M. de. (2022). Impacto dos Programas de Expansão das Universidades Federais no Perfil de Estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 42. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230895>
- Dantas, F. H., Seixas, P. S., & Yamamoto, O. H. (2019). A formação em psicologia no contexto da democratização do ensino superior no Brasil. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 10(3), 76. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3p76>
- Castelo Branco, P. C., Santiago, A. B. A., Pinheiro, R. F., & Cirino, S. D. (2022). censos do INEP como critério para entender a formação em Psicologia. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 39. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.34930>

CÓDIGO: HS1418

AUTOR: MARIA EDUARDA BENEVIDES RODRIGUES

ORIENTADOR: ROZELI MARIA PORTO

TÍTULO: Governança Reprodutiva e Aborto no Brasil

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento do debate sobre o aborto no Brasil e realizar uma leitura a partir da governança reprodutiva. O conceito consolidado em 2012 pelas antropólogas feministas Lynn Morgan e Elizabeth Roberts nos ajuda a compreender como leis, instituições, discursos científicos e religiosos regulam a reprodução, revelando tensões entre direitos individuais e valores coletivos. A metodologia utilizada se dividiu em duas dimensões: (i) levantamento bibliográfico, reunindo autoras nacionais e internacionais que discutem aborto e políticas reprodutivas; e (ii) levantamento documental e midiático, com análise de legislações, normativas estatais, notícias e debates recentes. Também ocorreu a participação no 1º Fórum Estadual de Profissionais dos Serviços de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do RN. A análise sob a perspectiva da governança reprodutiva evidencia que o aborto é um espaço de disputas políticas, morais e institucionais, afetando a autonomia das mulheres e demandando estratégias intersetoriais para efetivar direitos reprodutivos de forma humanizada.

Palavras-chave: Aborto. Governança Reprodutiva. Políticas Reprodutivas. Legislação.

TITLE: Reproductive Governance and Abortion in Brazil

Abstract

This paper aims to survey the debate on abortion in Brazil and interpret it from the perspective of reproductive governance. This concept, consolidated in 2012 by feminist anthropologists Lynn Morgan and Elizabeth Roberts, helps us understand how laws, institutions, and scientific and religious discourses regulate reproduction, revealing tensions between individual rights and collective values. The methodology used was divided into two dimensions: (i) a bibliographical survey, bringing together national and international authors who discuss abortion and reproductive policies; and (ii) a documentary and media survey, analyzing

legislation, state regulations, news, and recent debates. Participation also took place in the 1st State Forum of Professionals of Services for Victims of Sexual Violence in Rio Grande do Norte. The analysis from the perspective of reproductive governance highlights that abortion is a space of political, moral, and institutional disputes, affecting women's autonomy and demanding intersectoral strategies to humanely realize reproductive rights.

Keywords: Abortion. Reproductive Governance. Reproductive Policies. Legislation.

Introdução

As discussões sobre aborto têm se consolidado como tema central nos debates sociais contemporâneos, envolvendo discursos de diversas ordens e sendo definido dentro de um contexto marcado por disputas políticas em debates polêmicos (Tussi, 2010). Embora seja tipificado como crime contra a vida humana no Brasil, segundo o código penal, a legislação brasileira garante a interrupção da gravidez em três situações específicas: quando há risco de vida para a gestante, em casos de estupro e, mais recentemente, em casos de anencefalia fetal (Ministério da saúde). Entretanto, mesmo com essas delimitações legais, o aborto continua sendo um espaço de disputa política, social e moral, evidenciando tensões entre direitos individuais e valores coletivos.

O debate sobre aborto também se insere no campo da governança reprodutiva, conceito consolidado por Lynn Morgan e Elizabeth Roberts em 2012 e discutido por Cláudia Fonseca (2021) em suas pesquisas. Contribuindo nas discussões que abarcam o campo da antropologia da reprodução, a governança reprodutiva se refere ao conjunto de arranjos políticos, normativos e morais que regulam a reprodução. Como destaca Briggs (2017), toda política pública é, em alguma medida, uma política reprodutiva, pois impacta diretamente nas condições de vida, de cuidado e de reprodução das populações. Dessa forma, esse campo de estudo nos permite compreender como leis, instituições, discursos científicos e religiosos se articulam para influenciar decisões sobre a reprodução, evidenciando não apenas o campo da saúde pública, mas também a forma como o Estado e diferentes instituições regulam e controlam a reprodução humana.

É então a partir dessa perspectiva que este plano de trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla, dedicada a um estudo comparativo de leis, normas e práticas sociais relativas ao aborto em quatro países: Brasil, México, Uruguai e Espanha. Este trabalho, busca especificamente compreender o contexto brasileiro, situando-o no campo mais amplo da governança reprodutiva e refletindo sobre como diferentes atores - Estado, instituições religiosas, movimentos sociais e profissionais de saúde - disputam o controle e a legitimação da reprodução.

A construção deste plano parte de uma revisão bibliográfica de autores que discutem aborto e governança reprodutiva, como já mencionadas Lynn Morgan, Elizabeth Roberts e Laura Briggs, além de também contribuições nacionais, como Flávia Biroli, Cláudia Fonseca e Debora Diniz, que analisam as disputas políticas em torno da reprodução no Brasil. A análise também dialoga com outros autores que produzem sobre o tema em áreas distintas, como saúde coletiva, direito, psicologia, ciência política e políticas públicas. O texto está organizado em três seções principais: na primeira, apresento a metodologia utilizada ao longo da pesquisa; na segunda, utilizo a bibliografia estudada e os debates sobre o aborto no Brasil para discutir os resultados e análises parciais feitas, visto que a pesquisa não finaliza no plano de trabalho atual; e por fim, na terceira, trago as considerações finais, apontando os desafios e possibilidades para compreender o tema a partir da perspectiva da governança reprodutiva.

Metodologia

No plano de trabalho atual, a primeira etapa metodológica consistiu na realização de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de mapear as principais discussões teóricas e analíticas sobre governança reprodutiva e aborto. Nesse processo, foram mobilizadas autoras e autores que vêm consolidando esse campo de reflexão, como Claudia Fonseca (2021), Laura Briggs (2017), Lynn Morgan e Elizabeth Roberts (2012), além de outras produções nacionais que se debruçam sobre a realidade brasileira. O levantamento de bibliografias acerca do tema foi fundamental para estabelecer um quadro conceitual que permitisse identificar e interpretar as múltiplas dimensões que as discussões sobre o aborto estão inseridas.

Como afirma Minayo e Guerriero (2014), a pesquisa antropológica valoriza a compreensão dos processos e não apenas dos resultados, sobretudo incluindo o que é singular num contexto histórico e social mais ampliado. Desse modo, ao longo da revisão, buscou-se não apenas identificar conceitos-chave, mas também compreender a historicidade do debate sobre políticas reprodutivas, em que momento o debate se iniciou e as suas implicações para a saúde pública. A bibliografia consultada nos ajuda a pensar e identificar como a questão do aborto, em particular, está atravessada não apenas por questões que envolve a saúde pública, mas também sendo contemplada por disputas morais e jurídicas, o que reforçou a importância de adotar uma abordagem interdisciplinar, contando com áreas diversas, como saúde coletiva, direito, ciência política, psicologia, sociologia e antropologia. Esse esforço teórico possibilitou construir um ponto de partida sólido para a análise dos dados empíricos reunidos posteriormente.

A segunda etapa metodológica envolveu o levantamento documental em portais oficiais do poder executivo, em âmbito nacional e estadual. Foram consultados, por exemplo, dados do Ministério da Saúde, normativas do Conselho Nacional de Saúde e documentos disponibilizados pelos portais oficiais. Essa busca

permitiu reunir informações sobre as políticas públicas em vigor, as orientações técnicas voltadas ao atendimento de mulheres em situação de aborto e as estatísticas relacionadas ao tema. A consulta a esses documentos teve como objetivo compreender de que forma o Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias, organiza, regulamenta e publiciza informações sobre o aborto. Além disso, essa etapa forneceu subsídios para problematizar a distância entre a norma oficial e a realidade cotidiana enfrentada por profissionais de saúde e usuárias do sistema, evidenciando tensões entre a letra da lei e sua aplicação prática.

Paralelamente, foi realizado um levantamento em fontes não acadêmicas, tais como noticiários, redes sociais e páginas de organizações da sociedade civil. A inclusão desse material se justifica pelo fato de que o debate público em torno do aborto não se restringe ao campo acadêmico ou institucional, mas se desenrola intensamente nos meios de comunicação e nas plataformas digitais. Nessas arenas discursivas, encontram-se argumentos morais, religiosos, jurídicos e políticos que conformam a percepção social sobre o tema. Esse levantamento possibilitou observar como narrativas divergentes circulam no espaço público, revelando estratégias de legitimação, criminalização ou silenciamento das experiências relacionadas ao aborto. Ao reunir esse material, a pesquisa buscou dar conta não apenas da dimensão normativa e teórica, mas também das formas pelas quais a questão é disputada simbolicamente no cotidiano da sociedade brasileira.

Por fim, a metodologia incluiu a participação em eventos acadêmicos e institucionais que abordaram direta ou indiretamente a temática do aborto. Destaca-se a presença na 37ª Jornada de Obstetrícia e Ginecologia do Rio Grande do Norte, onde discussões sobre saúde reprodutiva forneceram elementos importantes para compreender como o debate aparece no campo biomédico. O evento contou com o 1º Fórum Estadual de Profissionais dos Serviços de atendimentos às Vítimas de Violência Sexual no RN, no qual a questão do aborto surgiu como pauta central, especialmente no tocante ao acesso de mulheres em situações de vulnerabilidade.

Essas experiências foram incorporadas à pesquisa não como dados diretos, mas como parte de um processo de aproximação com os debates atuais sobre o tema. O contato com diferentes profissionais e pesquisadores permitiu enriquecer a compreensão acerca da multiplicidade de vozes que atravessam a governança reprodutiva, possibilitando uma maior articulação entre a teoria e a parte empírica. Do mesmo modo, possibilitou captar especificidades do cenário potiguar, destacando como questões nacionais reverberam no contexto local.

Assim, a metodologia desenvolvida integrou distintas estratégias de coleta e análise de informações — bibliográficas, documentais, midiáticas e vivenciais. Esse percurso buscou garantir uma visão ampla e complexa do fenômeno investigado, articulando teoria e prática, norma e experiência, Estado e sociedade. Desse modo, foi possível construir um quadro metodológico que, ao mesmo tempo, sustenta a análise crítica e dialoga com a realidade empírica em que o aborto se insere no Brasil contemporâneo.

Resultados e Discussões

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados parciais do levantamento realizado sobre o tema da governança reprodutiva e do debate sobre aborto no Brasil, visto que a pesquisa não será concluída no presente plano de trabalho. Como já mencionado anteriormente sobre como o levantamento foi feito, a análise terá algumas dimensões, sendo elas: revisão bibliográfica, levantamento em bases acadêmicas e em fontes não acadêmicas (portais oficiais, redes sociais e noticiários), além da observação de debates promovidos recentemente em fóruns e eventos no contexto do Rio Grande do Norte. A metodologia utilizada nos permitiu compreender não apenas a forma como a temática é tratada dentro das instituições, mas também como ele se apresenta nas disputas políticas, sociais e morais que atravessam o campo de estudos da reprodução.

As discussões feitas dentro do campo da governança reprodutiva, como pontua Cláudia Fonseca (2021), partem do pressuposto de visualizar a reprodução humana além do biológico, e que “está inevitavelmente entrelaçada com interesses de coletividades e forças políticas que perpassam o tecido social”. Os avanços no debate sobre a temática se iniciaram gradualmente após a Conferência de Cairo em 1994 (Pires, 2013; Zanghelini, 2020; Fonseca, 2021), evento sempre mencionado quando o assunto é abordado, sendo reconhecido como um momento de virada onde “delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero” (Patriota, 2007). Entretanto, mesmo com avanços, os desafios para que todas as pessoas que reproduzem tenham seus direitos reprodutivos garantidos persistem até os dias atuais, atravessando barreiras do legislativo, moral, ético, social e político.

Em 2024, no Brasil, uma adolescente de 13 anos, vítima de violência sexual, mesmo assegurada por lei, foi impedida duas vezes pelo Tribunal de Justiça do Goiás (TJGO) de seguir a interrupção da gravidez, sendo liberada para realização do procedimento apenas após a interferência do Superior Tribunal de Justiça (STF) (Agência Brasil, 2024). Na mesma época, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) propôs o Projeto de Lei 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos que a lei assegura o acesso ao aborto legal (Agência Câmara de Notícias, 2024), ou seja, possibilitando que a pena criminal de uma vítima de violência sexual que opte por seguir com a interrupção da gravidez seja maior que a de seu agressor. A mobilização da sociedade civil frente a esse Projeto de Lei que proporciona regressão dos direitos reprodutivos foi necessária e se fez presente, manifestações por todo o Brasil foram feitas, cartazes com frases “Criança não é mãe, estuprador não é pai”, “Aborto legal é um direito, não homicídio” deixaram claro a posição dos indivíduos, ainda assim, a PL 1904/24 está em tramitação aguardando o despacho do Presidente da Câmara e teve o pedido de urgência para debate aprovado.

É importante destacar que a PL 1904/24 não surgiu de forma isolada, mas que faz parte de um conjunto de tentativas legislativas que vêm sendo propostas nos últimos anos com o objetivo de restringir ou dificultar o acesso ao aborto legal no Brasil. No período de 2015 a 2021, Brito e Silva (2023) analisaram os Projetos de Lei propostos que abordavam a temática e identificaram 13 projetos, concluindo que “os referidos projetos possuem um rol de propostas variado, mas o principal objetivo é dificultar e inviabilizar as práticas abortivas no Brasil.”. Desse modo, podemos perceber que a ocorrência dessas iniciativas não são recentes e continuam presentes, ganhando força inclusive em outras esferas da federação.

Além da PL 1904/24 no Congresso Nacional, a cidade do Rio de Janeiro aprovou no dia 12 de junho de 2025 a Lei Municipal Nº 8.936, que obriga unidades de saúde a fixarem mensagens dissuasivas em relação ao aborto. A norma, no entanto, foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado, de acordo com a juíza Mirela Erbisti a lei viola direitos constitucionais e representa um obstáculo ao atendimento de casos previstos em lei. (Redação Catarinas, 2025) Assim, percebemos que essas iniciativas, ainda que apresentadas em diferentes formatos e esferas da federação, compõem um mesmo movimento de regressão dos direitos sexuais e reprodutivos no país, sobrepondo “os direitos do nascituro, em observância ao direito à vida” (Brito e Silva, 2023).

Esses projetos e normas não surgem de forma neutra, mas são moldados por disputas políticas, religiosas e morais que atravessam o debate público sobre reprodução. Como afirmam Luna e Porto (2023), a resistência conservadora ao debate sobre aborto no Brasil, ocorre principalmente no contexto de ascensão transnacional do neoconservadorismo, associado ao neoliberalismo. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar como tais forças sociais buscam influenciar a formulação de leis, a atuação do judiciário e as práticas institucionais, conformando aquilo que Morgan e Roberts (2012) denominaram de governança reprodutiva, ou seja, o conjunto de arranjos normativos, políticos e morais que regulam a reprodução e a vida das mulheres.

No contexto brasileiro, a articulação entre religião e política tem desempenhado um papel central na conformação dessas propostas legislativas. Como analisa Sonia Corrêa (2021), o avanço das chamadas “agendas antigêneros” no país não pode ser dissociada da crescente influência de grupos religiosos conservadores no Congresso e nas políticas públicas, essa influência se expressa não apenas em projetos que buscam restringir o aborto, mas também em iniciativas voltadas a controlar a educação sexual e a censurar debates sobre gênero. A autora afirma que:

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as ofensivas antigênero se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto. São formações muito heterogêneas, como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem. (p.13)

Sendo assim, Corrêa (2021) nos ajuda a compreender por que, mesmo diante de diferentes contextos políticos, propostas como a PL 1904/24 encontram sustentação: elas se apoiam em uma rede ampla e flexível de atores, que atua não apenas no campo legislativo, mas também na opinião pública, na mídia e em instituições religiosas.

Em fevereiro de 2024, Debora Diniz pública em suas redes sociais (Instagram) o escândalo onde três artigos feitos por um centro de pesquisa com ideologia religiosa foram retirados de circulação após alegarem que o medicamento para o aborto autogestionado, a mifepristona “criaria ‘um fardo para o sistema de saúde’, pois as idas das pessoas ao pronto socorro teriam aumentado após um aborto por medicamento”. A antropóloga afirma em suas redes que a “ciência não é um recurso argumentativo inocente; há muito poder em suas teses, como a de garantir ou não a circulação de um medicamento”. Com isso, ela chama atenção para como o discurso moral, travestido de neutralidade científica e jurídica, tem servido como dispositivo de criminalização das mulheres, sobretudo das mais pobres, negras e indígenas.

Nesse caso, se a ciência confere racionalidade ao controle dos corpos, a religião reforça esse processo a partir da produção de moralidades. Em 2024, outra situação coletada durante o levantamento, foi a recusa de um hospital em realizar a inserção do DIU (dispositivo intrauterino), pois o procedimento ia “contra os valores religiosos da instituição”, em suas redes sociais, a instituição se posicionou afirmando que por ser uma instituição católica, não realiza procedimentos contraceptivos, independente de gênero (VivaBem, 2024). Flávia Biroli (2021) em suas produções, argumenta como discursos religiosos, frequentemente articulados em torno da chamada “ideologia de gênero”, se tornaram um recurso na esfera pública como mecanismos de regulação política e social. Nesse contexto, a religião não atua apenas no campo simbólico, mas se converte em força normativa que atravessa a legislação, o sistema de saúde e até mesmo as políticas públicas. Assim, embora distintos, “o debate religioso ao longo dos séculos quase sempre está entremeado com o debate científico” (Rocha, 2020), operando em conjunto na conformação de uma governança reprodutiva que limita direitos, produz desigualdades e impõe determinados padrões de conduta e de vida.

Até aqui, analisamos como projetos de leis, normas e discursos religiosos e científicos entram em disputa e moldam a governança reprodutiva, impactando o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos. Na mesma linha de importância, é essencial observar como esses debates são discutidos nos espaços de atuação profissional e de atenção às vítimas. Nesse sentido, em agosto de 2025, o 1º Fórum Estadual de Profissionais dos Serviços de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do Rio Grande do Norte foi promovido pela Associação de Ginecologia e Obstetrícia do RN juntamente com a Secretária de Estado da Saúde Pública (SESAP) como parte da programação do 37º Jornada de Ginecologia e Obstetrícia do RN. A participação no evento ofereceu um panorama concreto das práticas, desafios e articulações intersetoriais que

envolvem a proteção integral das pessoas em situação de violência sexual, incluindo debates sobre aborto previsto em lei.

O fórum foi dividido em duas mesas redondas: a primeira visando o cenário da proteção de pessoas em situação de violência sexual no RN; a segunda pensando experiências exitosas: avanços e desafios no atendimento integral às pessoas em situação de violência sexual. Diferentemente do campo legislativo ou midiático, o evento reuniu profissionais da saúde, do direito e da assistência social que atuam diretamente nos atendimentos de pessoas vítimas de violência sexual.

No primeiro momento foi apresentado pela Professora Doutora Anna Karla Monteiro Santana de Oliveira Freitas o perfil epidemiológico da violência sexual no RN. No início da sua fala, a professora inicia afirmando que a violência contra mulher, no contexto brasileiro, é uma epidemia silenciosa, e que muitas vezes a violência chega de forma tão sutil que profissionais podem não identificar no procedimento de anamnese. Os dados apresentados para identificação desse perfil epidemiológico são um apanhado de 10 anos (2015-2025), coletados a partir do SINAN/NET e do SEDED/RN, contando também com ajuda da SESAP-RN.

Durante a fala da professora, foram apresentados dados epidemiológicos que revelam a maior vulnerabilidade de mulheres negras, com baixa escolaridade, e as dificuldades no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos. Essa dimensão material e política da governança reprodutiva pode ser observada no caso de Andrielli, analisado por Fonseca (2021). A jovem mãe teve seus direitos reprodutivos sistematicamente violados em diferentes campos - legislativo, social e moral - mostrando como as violências não se restringem a um nível individual, mas se articulam a um conjunto de forças institucionais e simbólicas. Nesse sentido, tanto o caso quanto os dados apresentados evidenciam como o gênero, raça e classe atravessam o exercício (ou negação) da autonomia reprodutiva, revelando a governança reprodutiva em operação.

Outro ponto importante discutido durante o fórum, foi a fala da representante do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP), que problematizou as dificuldades na implementação da cadeia de custódia e na coleta de informações e vestígios em casos de violência sexual. Segundo ela, quando os profissionais não são devidamente capacitados para lidar com situações como essas, há riscos de produzir novas formas de violência institucional contra as vítimas, sobretudo mulheres negras em condição de maior vulnerabilidade. Ainda em sua fala, ela reconhece que no Rio Grande do Norte, essa questão ainda está em um caminho de construção, e que a ausência de protocolos claros não apenas compromete a produção de provas e o acesso à justiça, mas também pode contribuir no reforço de desigualdades estruturais que atravessam os direitos sexuais e reprodutivos. Evidenciando como a governança reprodutiva não se limita ao plano das leis ou moralidades, também identificamos ela nas práticas concretas de cuidado e atendimento.

O último ponto a ser discutido sobre o fórum é o Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS) projeto promovido pelo Hospital Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, apresentado pela Doutora Helena Borges Martins, que discute o programa e também o uso da Telemedicina no aborto previsto em lei. Durante a apresentação ela fala um pouco sobre a cidade de Uberlândia e expõe que até março de 2017, não existia um serviço de aborto legal para casos de violência sexual, sendo possível apenas a partir da parceria feita com o Ministério Público Federal do município que fez uma recomendação ao hospital, para que ele cumprisse seu dever legal e cuidado integral as pessoas em situação de violência sexual, incluindo assistência ao aborto nos casos que são previstos em lei.

Em sua fala, a médica aborda a experiência do atendimento de aborto legal pela telemedicina a partir do NUAVIDAS, onde mulheres e meninas vítimas de violência sexual podem realizar do procedimento de forma segura e sem precisar se descolar repetidamente aos serviços de saúde. As pessoas que optam por esse atendimento recebem todas as orientações devidas, além do medicamento já dosado e o contato constante pelos dispositivos celulares, recebendo cards diários com instruções detalhadas sobre como tomar o medicamento e informações sobre os efeitos colaterais, indicando até que ponto determinados sintomas são normais e quando buscar ajuda. A Dra. Helena Borges, em sua conclusão, destacou que, como serviço de referência, o NUAVIDAS atende não apenas pessoas da região, mas também de municípios vizinhos, e que principalmente no contexto da COVID-19, o serviço foi muito importante para garantir os direitos de pessoas vítimas de violência sexual.

Nesse contexto, é possível pensarmos o fórum realizado como um espaço de sociabilidade e de discussão coletiva, semelhante ao que John Comeford (2001) descreve em suas análises sobre reuniões camponesas, nas quais os encontros não se limitam à transmissão de informações, mas se tornam arenas de compartilhamento de experiências, construção de conhecimento e articulação de estratégias coletivas. Assim, ao longo do fórum, foi possível observar como os direitos sexuais e reprodutivos são negociados e operacionalizados em diferentes níveis: desde a análise epidemiológica da violência sexual, passando pelas práticas institucionais de cuidado e proteção, até iniciativas inovadoras como o NUAVIDAS e o uso da telemedicina para aborto legal.

Esses debates reforçam os argumentos utilizados pelas autoras já citadas, e que a governança reprodutiva não se limita apenas às leis ou normas, mas se manifesta concretamente nas práticas profissionais, nas articulações intersetoriais e nas experiências vividas pelas vítimas, evidenciando como gênero, raça e classe influenciam o acesso (ou não) nos casos que são assegurados por lei. Portanto, pensando o fórum a partir de Comeford (2001) podemos reconhecê-lo como um espaço de reflexão, aprendizagem e construção coletiva de estratégias, demonstrando que, mesmo diante de barreiras institucionais e desigualdades estruturais, ainda há possibilidades em desenvolver práticas que ampliem o cuidado humanizado e a efetivação dos direitos reprodutivos no contexto brasileiro.

Conclusão

Portanto, a partir dos resultados parciais e da análise realizada, fica evidente como leis, normas, discursos religiosos e científicos se articulam num nó, moldando efetivamente a regulação da reprodução e impactando diretamente o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos. Percebemos que, mesmo com garantias legais para casos específicos de interrupção da gestação, como (i) risco à vida da gestante, (ii) estupro e (iii) anencefalia, as práticas institucionais e a atuação de diferentes atores sociais refletem tensões significativas entre direitos individuais e valores coletivos, mostrando que o exercício da autonomia reprodutiva continua sendo atravessado por múltiplos fatores de poder.

Os debates realizados dentro do 1º Fórum Estadual de Profissionais dos Serviços de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do RN, nos mostram a importância de espaços coletivos que estejam engajados com promoção do bem estar e da autonomia dos corpos que reproduzem. Mesmo ainda existindo suas próprias limitações, iniciativas como o NUAVIDAS, incluindo o uso da telemedicina no aborto legal, expostos pela Doutora Helena Borges demonstram que apesar das grandes dificuldades no Brasil de implementação de políticas públicas que promovam uma saúde reprodutiva eficiente e igualitária, existem projetos que ainda resistem no meio desse espaço de disputas políticas, sendo necessária a conservação desses projetos para que a regressão dos direitos já existentes não ocorra.

Desse modo, apesar das contribuições observadas, é importante pontuar que os resultados são parciais, limitados ao recorte temporal, geográfico e metodológico definido no plano de trabalho. No entanto, a partir do levantamento realizado e das discussões feitas, é possível identificar elementos centrais da governança reprodutiva brasileira, oferecendo subsídios para a compreensão das disputas simbólicas, políticas e institucionais que navegam dentro da temática do aborto. Desse modo, é perceptível que a articulação entre diferentes atores - Estado, instituições religiosas, profissionais de saúde e sociedade civil - demonstra como a produção e regulação de direitos reprodutivos envolve múltiplas camadas de negociação, controle e resistência.

Pensando em perspectivas futuras e possíveis da pesquisa, e inspirada pelo NUAVIDAS, seria interessante identificar e analisar as poucas (mas existentes) práticas inovadoras de atendimento que tem como objetivo a ampliação do acesso aos direitos reprodutivos. Portanto, a análise realizada, mesmo que em caráter parcial, identificou a necessidade de políticas e práticas que estejam comprometidas com o cuidado integral, reduzindo desigualdades estruturais existentes e promovendo a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos de forma segura e humanizada. Assim, o estudo contribui para a reflexão sobre governança reprodutiva, evidenciando os desafios e possibilidades de atuação no campo das políticas públicas e da atenção à saúde das pessoas que reproduzem.

Referências

BIROLI, Flávia. Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. RECIIS, [S. l.], v. 15, n. 3, 2021. DOI: 10.29397/reciis.v15i3.2447. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2447>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRIGGS, L. How all politics became reproductive politics: from welfare reform to foreclosure to Trump. Berkeley: University of California Press, 2017.

BRITO, Marcelo; SILVA, Joanna Mariano Pereira. Direitos reprodutivos das mulheres e os projetos de leis que visam inviabilizar as hipóteses legais de aborto no Brasil. Revista Feminismos, [S. l.], v. 11, n. 2, 2024. DOI: 10.9771/rf.v11i2.57405. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57405>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CATARINAS. Justiça do RJ suspende lei com mensagens falsas e condenatórias sobre aborto legal. Portal Catarinas, 20 jun. 2025. Disponível em: <https://catarinas.info/justica-do-rj-suspende-lei-com-mensagens-falsas-e-condenatorias-sobre-aborto-legal/#:~:text=O%20que%20diz%20a%20decis%C3%A3o,que%20n%C3%A3o%20fixem%20os%20cartazes>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COMEFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 149-168.

DINIZ, Debóra. O escândalo envolve mais de um estudo: três artigos no total foram retratados, isto é, retirados de circulação. 28 fev. 2024. Instagram: debora_d_diniz. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C35u7Ratofk/?igsh=MWdiYm12ZGE2c2czeQ%3D%3D>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. Horizontes Antropológicos, [S.L.], v. 27, n. 61, p. 7-46, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000300001>.

HAJE, Lara. Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação. Agência Câmara de Notícias, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

LUNA, Naara; PORTO, Rozeli. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da adpf 442 no supremo tribunal federal. *Religião & Sociedade*, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 151-180, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872023v43n1cap06>.

MENEZES, G. M. S.; AQUINO, E. M. L.; FONSECA, S. C.; DOMINGUES, R. M. S. M. Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. *Cadernos De Saúde Pública*, 36, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00197918>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 1103-1112, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>. Disponível em: <http://scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Interrupção gestacional prevista em lei. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva/interruptao-gestacional-prevista-em-lei>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PATRIOTA, T. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: plataforma do Cairo, 1994. In: FROSSARD, H. (org.). *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 33-137.

PINA, Rute; BARRENSE, Heloísa. 'Precisam evoluir', diz mulher que teve DIU negado por motivos religiosos. *VivaBem*, São Paulo, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2024/01/24/hospital-recusa-colocacao-de-diu.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou Conservadorismo?: o caso do movimento antiaborto no Brasil. *Revista Tomo: São Cristóvão*, n. 36, p. 43-78, jan. 2020.

RICHTER, André. STJ autoriza aborto legal que foi negado a adolescente de 13 anos. Agência Brasil, Brasília, 25 de jul. de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-07/stj-autoriza-aborto-legal-que-foi-negado-adolescente-de-13-anos>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SEXUAL POLICY WATCH. Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

TUSSI, Fernanda Pivato. Aborto vivido, aborto pensado: aborto punido?: as (inter)faces entre as esferas pública e privada em casos de aborto no Brasil. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação

em Antropologia Social., Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2010.

CÓDIGO: HS1421

AUTOR: GABRIELA FERREIRA DA SILVA

ORIENTADOR: ALYANNE DE FREITAS CHACON

TÍTULO: A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM
LES CONFESSIONS DE SANTO AGOSTINHO - Livros VIII ao XIII

Resumo

Esta pesquisa objetiva indicar se e como se apresentam as marcas de não assunção de Responsabilidade Enunciativa (RE) presentes nos livros de VIII a XIII da obra *Les Confessions*, de Santo Agostinho. Para tanto, ancoramo-nos na abordagem teórico-metodológica da Análise Textual dos Discursos (ATD), desenvolvida por Adam (2008), bem como nas reflexões de Rabatel (2005, 2008), no que se refere à RE, e nas teorizações de Guentchéva (1994, 1996) e Desclés (2009) no que tange ao quadro mediativo. Como o nosso objetivo foi verificar se havia marcas de desengajamento por parte de Agostinho, a noção de mediativo nos permitiu entender, e consequentemente sinalizar linguisticamente esse distanciamento do enunciador no que diz respeito à sua enunciação. A partir de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, com base nas análises, colocamos em relevo o modo como Agostinho utiliza-se de estratégias discursivas que indicam a não assunção de responsabilidade enunciativa, como o uso do pronome *on*, por exemplo. Nesse sentido, apesar de ser uma obra de cunho autobiográfico, é possível apontar marcas de distanciamento do enunciador, indicando que ora manifesta explicitamente engajamento, ora se distancia atribuindo a responsabilidade da fala a outrem.

Palavras-chave: Responsabilidade Enunciativa. *Les Confessions*. Santo Agostinho.

TITLE: THE (NON-)ASSUMPTION OF ENUNCIATIVE RESPONSABILITY IN
LES CONFESSIONS OF SAINT AUGUSTIN - Books VIII to XIII

Abstract

This research aims to show whether and how the marks of non-assumption of Enunciative Responsibility (ER) are present in St. Augustine's work *Les Confessions*. To do this, we used the theoretical-methodological approach of Textual Discourse Analysis (TDA), developed by Adam (2008), as well as the reflections of Rabatel (2005, 2008), with regard to ER, and the theorizations of

Guentchéva (1994, 1996) and Desclés (2009) with regard to the mediative framework. As our aim was to see if there were any signs of disengagement on Augustine's part, the notion of the mediative allowed us to understand, and consequently linguistically signal, this distancing of the enunciator from his enunciation. Based on bibliographical and qualitative research and analysis, we have highlighted the way in which Augustine uses discursive strategies that indicate that he does not assume enunciative responsibility, such as the use of the pronoun *on*, for example. Due to the number of occurrences found, we initially analyzed books I to VII, and we will proceed from now on with the analysis of the books VIII to XIII. In this sense, despite being an autobiographical work, it is possible to point out marks of distancing from the enunciator, indicating that sometimes he explicitly expresses engagement, sometimes he distances himself by attributing responsibility for speech to someone else.

Keywords: Enunciative responsibility. Confessions. Saint Augustine.

Introdução

Esta pesquisa se embasa nos estudos da análise textual dos discursos, mais precisamente na Responsabilidade Enunciativa (RE), e analisa a obra *Les Confessions*, de Santo Agostinho.

Passeggi et al. (2010, p. 299) nos dizem que a “responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias”. Destarte, a RE nos permite saber quem se responsabiliza pelos PdV expressos, seja por meio do texto, seja pelo discurso oral.

Ao escrever sobre a RE dos enunciados, Adam (2008, p. 115) admite a possibilidade dessas proposições não serem assumidas pelo locutor-narrador. Para Adam (2008), o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua. Assim, ele nos aponta alguns elementos importantes para a análise da RE: os índices de pessoas; os dêiticos espaciais e temporais; os tempos verbais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos de modalização autonímica; e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Como a obra de Agostinho é extensa, abordamos em nossa pesquisa apenas os marcadores de quadros mediadores, que denotam a não assunção da RE.

Sobre as indicações de quadros mediadores, Adam (2011, p. 117) afirma tratar-se de:

marcadores como *segundo*, de acordo com e *para*; Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito; escolha de um verbo de atribuição de fala como *afirmam*, *parece*; reformulações do tipo *é*, *de fato*, *na verdade*, e mesmo em todo

caso; oposição do tipo alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos(dizemos) que Y etc.

Guentchéva (1994, p. 8) afirma que numerosas línguas, tipologicamente diferentes, possuem procedimentos gramaticais mais ou menos específicos que permitem ao enunciador significar os diferentes degraus de distância que ele assume com relação às situações descritas, percebidas por ele de modo mediato. O enunciador indica de maneira explícita que ele não é a fonte primeira da informação porque os fatos: a) Constituem conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição; b) foram trazidos ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por rumor; c) foram inferidos a partir de indícios observados; d) são o resultado de um raciocínio.

De acordo com Guentchéva (1994), a língua francesa, língua objeto do nosso corpus, não desenvolveu um sistema gramatical do mediativo, mas é possível que identifiquemos marcas do mediativo através de algumas formas dos tempos verbais, como o condicional, por exemplo. Consoante Desclés (2009, p. 44), as enunciações mediativas expressam um certo desengajamento por parte do enunciador. Este assume um conteúdo predicativo (já que ele enuncia) sem, portanto, engajar-se completamente na sua fala, como ele o faria em um ato assertivo ou até por uma simples enunciação declarativa. Diferentemente da enunciação declarativa, em que o enunciador assume o conteúdo de sua fala, através de uma enunciação mediatizada, ele assume apenas a plausibilidade do conteúdo predicativo. A esse tipo de distanciamento por parte do enunciador, Guentchéva nomeia mediativo.

Nesse sentido, levantamos a questão: seria possível encontrar nas confissões de Santo Agostinho, considerada uma obra de cunho autobiográfico, marcas de não assunção da RE? Como as obras de cunho autobiográfico costumam apresentar as marcas que denotam a assunção da RE, nosso objetivo nesta pesquisa foi investigar se é possível encontrar marcas de não assunção da RE em uma obra autobiográfica.

Metodologia

O objetivo da nossa pesquisa foi descrever se e como se apresentam as marcas de não assunção da Responsabilidade Enunciativa em *Les Confessions*, de Santo Agostinho. Nessa obra, encontramos treze livros (com diversos capítulos) em que Agostinho relata sua conversão do maniqueísmo ao cristianismo católico e, como afirma Streffling (2007), trata-se da primeira obra que explora extensamente os estados interiores da mente humana.

Entretanto, por se tratar de uma obra extensa, abordamos apenas os marcadores de quadros mediadores, que denotam a não assunção da RE. É importante frisar que devido ao número de ocorrências encontradas, até este momento, apresentamos os resultados da análise dos livros de I a VII, e agora apresentaremos os resultados da análise dos livros VIII a XIII.

É possível observar nessas confissões memórias que Agostinho traz do seu passado, sua percepção do presente e ainda uma expectativa do futuro. Alguns estudiosos procuraram definir qual o tema principal da obra: ascensão da alma para Deus, confissão de seus pecados, confissão de fé, entre outras possibilidades. Streffling (2007) alerta que talvez não haja nenhum tema unificador das Confissões, mas diversos temas conectados entre si através de toda a obra. Diríamos que o tema principal que Agostinho deseja trazer ao público são suas confissões, no mais íntimo do verbo confessar.

Ao procurarmos pesquisas feitas com a obra supracitada, não encontramos registros de trabalhos que abordem a RE. Há vários estudos analisando questões autobiográficas, mas não como se materializa a RE em *Les Confessions*. Vejamos o que Álvarez (2002, p. 23-4) fala a respeito da autobiografia:

[...] muito próxima da confissão, é também o relato da própria vida. Até que ponto é possível distinguir um tipo de escrito do outro? A confissão é autobiográfica, é a materialização artística do próprio autor, de sua vida, dos feitos narrados. Em ambas, produz-se a identificação entre narrador e personagem, mediante o emprego da primeira pessoa, que remete, por sua vez, ao próprio sujeito da enunciação.

Segundo Lejeune (1998, p. 10), a autobiografia é uma narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando o assunto principal é sua vida individual; particularmente, a história de sua personalidade.

Para a realização da pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa de natureza interpretativista, uma vez que a interpretação esteve no centro de nossa análise. Segundo Richardson (1999, p. 79), além de ser uma opção do investigador, a abordagem qualitativa se justifica, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, possibilitando, destarte, abrir-se espaço para a interpretação e a compreensão de um fenômeno em estudo. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura, primeiramente, entender os fenômenos para, posteriormente, expor sua interpretação a respeito dos fenômenos estudados. Esse tipo de pesquisa costuma ser direcionado ao longo de seu desenvolvimento. Nossa pesquisa também é bibliográfica, uma vez que utilizamos fontes bibliográficas acerca da RE e que os pressupostos teóricos utilizados advêm de bibliografias.

Pela extensão da obra e pelo número de ocorrências de não assunção encontradas, optamos por dividir *Les Confessions* em duas partes, haja vista não termos espaço suficiente para descrever e analisar, neste relatório, todos os fragmentos encontrados. Assim, trabalhamos inicialmente com os livros I ao VII, e agora apresentamos os resultados da análise dos livros VIII ao XIII. Devido à limitação de espaço para a análise a ser inserida no sigaa, optamos por colocar diretamente a tradução dos fragmentos encontrados em português para que o trabalho pudesse ser lido e mais bem compreendido por um número maior de leitores, e não apenas os que possuem proficiência em língua francesa. Deixamos em *itálico* os termos que denotam marcas de desengajamento por

parte de Agostinho. A cada fragmento de não assunção encontrado, indicamos o livro e o capítulo onde pode ser localizado.

Resultados e Discussões

Ao prosseguirmos com a análise da obra *Les Confessions*, de Santo Agostinho, nos deparamos com uma quantidade ainda mais significativa de marcas de não assunção da RE. Nos livros VIII ao XIII, foram localizadas um total de 89 ocorrências. Devido às limitações de espaço, optamos por apresentar apenas os trechos mais contundentes para a nossa análise. Vejamos:

Livro VIII

Capítulo I

No Livro VIII da obra agostiniana, localizamos a primeira marca de não assunção da RE logo no primeiro capítulo. Agostinho deixa claro que a informação de que haviam eunucos “que mutilavam a si mesmos para ganhar o reino dos céus” é proveniente das palavras de Deus contidas na Bíblia. É o que ocorre também na continuação do trecho: a informação destacada pelo autor destas Confissões, na forma de citação direta marcada por aspas, chegou até ele por meio de um Apóstolo. As notas de rodapé da versão francesa, publicada em 1964 esclarecem que os excertos são trechos bíblicos. Vejamos: Eu havia ouvido da boca da própria verdade que há eunucos “que mutilaram a si mesmos para ganhar o reino dos céus.” Mas, disse também o Apóstolo, “entenda quem puder entender”. “São vãos, certamente, todos aqueles em que não reside a ciência de Deus e que, nas coisas visíveis, não conseguiram descobrir aquele que é.” (p. 155).

Capítulo II

No capítulo II, Agostinho versa sobre a conversão de Victorinus, um intelectual romano que se converteu tardiamente ao cristianismo. A trajetória da conversão de Victorinus foi contada por Simplicianus, membro da igreja de Roma. Neste capítulo, Agostinho confere a responsabilidade dos enunciados a Simplicianus, marcando a fala do sacerdote por meio de introduções como “disse-me Simplicianus” ou “E Simplicianus respondia:”, como podemos observar no trecho abaixo, elucidando que se trata da voz de um outro enunciadador.

Ele lia, disse-me Simplicianus, a santa escritura; buscava com extremo zelo todas as obras cristãs e nelas se aprofundava. Ele dizia a Simplicianus, não em público, mas em segredo e na intimidade : “Você sabia que agora eu sou cristão?” E Simplicianus respondia: “Eu não acreditarei em você e nem te contarei entre os cristãos, a menos que eu te veja na Igreja de Cristo.” Mas ele ria e dizia: “São, então, as muralhas que fazem os cristãos?” Ele repetia frequentemente que já era cristão, Simplicianus lhe dava a mesma resposta e Victorinus o replicava com a brincadeira das muralhas.

[...] Inesperadamente ele disse a Simplicianus, que me contou isso pessoalmente:

“Vamos à igreja: eu quero me tornar cristão.” (p. 157).

O mesmo acontece no trecho a seguir do capítulo VI, quando Agostinho se desengaja do que é dito ao afirmar que as palavras foram ditas por Ponticianus:

Capítulo VI

Os outros, sem se converter, choravam por eles mesmos, nas palavras de Ponticianus, e com cumprimentos afetuosos a seus companheiros, pediram que rezassem por eles. (p. 165).

Nos dois trechos analisados acima, o desengajamento por parte de Agostinho é

observado por meio dos marcadores do quadro mediativo, consoante a definição de Adam (2011).

Analizadas as ocorrências do livro VIII, observemos agora algumas marcas de desengajamento localizadas no livro IX.

Livro IX

A primeira marca de não assunção da RE observada no livro IX encontra-se no capítulo III:

Capítulo III

Para Vércundus, nossa felicidade era uma fonte de tormentos roedores. [...] Porque ele não sabia, dizia ele, ser cristão de um modo diferente de como tinham dito que era ser Cristão até então. (p. 180).

No trecho acima, Agostinho cita uma afirmação proferida por Vércundus. Ele se distancia da afirmação de que “nossa felicidade é uma fonte de tormentos roedores” ao utilizar a preposição francesa pour (para), aqui utilizada com o sentido de segundo..., aos olhos de..., também marcadores do quadro mediativo, deixando claro que é Vércundus quem defende essa ideia. Agostinho faz o mesmo na frase que se segue ao utilizar a expressão disait-il (dizia ele).

Nos dois trechos abaixo, o primeiro localizado no capítulo VIII e o segundo no capítulo X, o filósofo evidencia a não assunção da RE ao atribuir a responsabilidade dos enunciados à sua mãe. No primeiro trecho, a mãe de Agostinho lhe conta uma passagem de sua infância. No segundo, ela lhe fala sobre o seu desejo de partir e se questiona sobre a sua permanência nesta vida.

Capítulo VIII

E, no entanto - vossa serva me contou isso, seu filho - o gosto do vinho deslizou por ela. Sua posição de filha fez com que ela fosse encarregada por seu pai, segundo o costume, de ir buscar o vinho no barril. Ela mergulhava o copo na abertura superior do barril, e antes de verter o vinho na garrafa ela bebia um pouco com a ponta dos lábios, bem pouco: era para ela impossível beber além disso, pois ela o repugnava. É que ela não obedecia a paixão da embriaguez, mas a esse ardor petulante da juventude que explode em movimentos, em travessuras, em infantilidades, e que só é contida nas crianças pela autoridade séria de pessoas mais velhas. (p. 189).

Capítulo X

Senhor, vós o sabeis, foi no dia em que nós tivemos essa conversa, em que o mundo e seus prazeres perderam todo o seu valor diante de nossos olhos, que a minha mãe me disse: “Meu filho, para mim, não há nada mais que me encante nessa vida. O que eu faria agora? E porque eu ainda estou aqui? Eu não sei. Minhas esperanças neste mundo estão esvaziadas. Apenas uma coisa me faria desejar viver um pouco mais, seria te ver, antes da minha morte, cristão e católico. Meu Deus me concedeu essa graça abundante, tendo em vista que eu te vejo decidido a servi-lo, em detrimento mesmo das felicidades terrenas. O que eu faço então aqui?” (p. 195).

Estas foram algumas das marcas de não-assunção encontradas no livro IX. Vejamos agora as marcas localizadas no livro X.

Livro X

Na sequência de excertos a seguir, retirados do capítulo III, Agostinho interroga os elementos da natureza sobre o que é Deus. Estes o respondem que eles não são Deus, e sim suas criaturas. No último trecho, o teólogo afirma ter ouvido da verdade (Deus) que “O seu Deus não é o céu, nem a terra, nem nenhuma espécie de corpo.” As marcas de desengajamento nos trechos analisados evidenciam-se pelo uso de dois pontos e aspas para introduzir a fala daqueles que foram interrogados por ele.

Capítulo III

O que é então esse Deus? Eu perguntei a terra e ela me disse: “Eu não sou Deus.” Tudo o que lá se encontra me fez a mesma confissão. Eu perguntei ao mar e aos abismos, aos seres vivos que lá se movem, e eles me responderam: “Nós não somos o teu Deus; procura acima de nós.” Eu perguntei aos ventos que sopram, e o nome do ar com os seus habitantes me disse: “Anaxímene engana-se, eu não sou Deus.” Eu perguntei ao céu, ao sol, à lua e às estrelas: “Nós não somos o Deus que procurais”, eles me declararam. E eu disse a todos os seres que assaltam as portas dos meus sentidos: “Me falem do meu Deus, posto que não sois vós, digam-me qualquer coisa sobre ele.” Eles gritaram para mim com uma voz vibrante: “Foi Ele que nos criou.” Para interrogá-los eu só tinha que contemplá-los, e sua resposta era a beleza deles. (p. 207-208).

[...] Eu perguntei sobre o meu Deus à massa do universo, que me respondeu: “Eu não sou Deus, eu sou a obra dele.” (p. 208).

Capítulo XVIII

A língua francesa possui um elemento que pode gerar dúvida quanto a assunção ou não da RE. Trata-se do uso do pronome on. Ao utilizar esse pronome, o enunciador pode se incluir ou não no enunciado. Há alguns momentos em que Agostinho utiliza esse pronome e não nos fica claro se ele se inclui ou não na fala. Porém, no trecho a seguir, é evidente que ao optar pelo uso do on, ele faz referência a terceiros. “Lorsqu’on me demandait” pode ser traduzido por “quando me perguntavam”. Observamos também a introdução da fala por meio de dois-pontos e aspas.

[...] E eu sei que ao longo da minha procura, quando me perguntavam: “Pode ser isso?” “Não seria aquilo?” [...] (p. 221).

Capítulo XXX

No capítulo XXX, encontramos o uso do imperativo para relatar uma ordem dada por outra pessoa: “Você me ordena seguramente a reprimir ‘a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a ambição do século’”. As notas de rodapé nos esclarecem que se trata de um trecho da Bíblia.

Você me ordena seguramente a reprimir “a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a ambição do século”. [...] (p. 231).

Nos dois trechos a seguir, localizados no capítulo XXXI, também observamos o uso do imperativo como forma de marcar uma ordem, orientação proferida por outrem. Ao relatar que “Eu ouço a voz do meu Deus que ordena”, Agostinho se distancia do enunciado e deixa claro que a ordem que se seguirá foi dada por Deus. A fala é também introduzida por dois pontos e aspas, o que torna ainda mais evidente a não assunção da responsabilidade do enunciado pelo autor das Confissões.

Capítulo XXXI

Eu ouço a voz do meu Deus que ordena: “Que os vossos corações não se sobrecarreguem na intemperança e na embriaguez”. (p. 234).

No trecho a seguir, também localizado no capítulo XXXI, Santo Agostinho traz uma série de citações proferidas por Deus, todas introduzidas por dois-pontos e aspas, como no exemplo a seguir: “Eu ouvi de Vós uma outra palavra: ‘Não siga os teus desejos e desvia-te da tua vontade’”. Trata-se também de uma orientação dada por Deus.

Vejamos:

Eu ouvi de Vós uma outra palavra: “Não siga os teus desejos e desvia-te da tua vontade.” Vossa graça me fez ouvir uma outra também, que eu amei muito: “Se comermos, não teremos nada a mais, e se não comermos, nada a menos.” Em outras palavras, um não me enriquecerá, o outro não me empobrecerá. E eu ouvi, ainda, esta outra: “Eu aprendi a me contentar com aquilo que tenho: eu sei viver na abundância e

sufrir a privação. Eu tudo posso naquele que me fortalece.” [...] Formado do mesmo pó que nós, ele nada pôde por si mesmo, aquele cujas palavras inspiradas pelo vosso sopro eu amei: “Eu tudo posso naquele que me fortalece.” Dá-me força para que eu possa. Dá-me o que tu ordenas e ordena o que tu queres. Paulo confessa que ele tudo recebeu de vós e, quando “ele se glorifica, é em Deus que ele se glorifica”. Ouvi ainda uma outra que pede a Vossa graça: “Afasta de mim as concupiscências do ventre.” De onde é claro, oh Deus santo, que sois vós quem dais a força para cumprir o que ordenas. (p. 234-235).

Passemos agora à análise do livro XI.

Livro XI

O excerto a seguir, localizado no capítulo VIII do livro XI, evidencia mais uma marca de não assunção da RE, quando Agostinho, por meio de citação indireta, expressa que as palavras que se seguem foram ouvidas da voz do Senhor (Deus). Vejamos:

Capítulo VIII

Aqui eu ouço a vossa voz, Senhor, que me diz que aquele que realmente nos fala é quem nos instrui, e aquele que não nos instrui, ainda que fale, sua palavra é inválida. Mas quem nos instrui, senão a Verdade imutável? (p. 259).

No trecho que se segue, a não assunção da responsabilidade pelo que é dito, além do uso de dois pontos e aspas, também é marcada pelo uso do pronome demonstrativo francês *ceux*, em português, *aqueles*. Ao fazer uso desse pronome, o autor se afasta do que será dito em seguida ao enfatizar que os questionamentos que se seguem foram proferidos por “aqueles que nos dizem [...]”.

Capítulo X

Não estão ainda cheios dos erros do “velho homem”, aqueles que nos dizem: “O que fazia Deus antes de criar o céu e a terra” “Se ele era ocioso, se ele não fazia nada, porque não se absteve de toda a obra na sucessão dos tempos e no tempo precedente?” (p. 260-261).

Na ocorrência a seguir, Agostinho não assume a RE pela afirmação de que “o tempo é, propriamente, o movimento do sol, da lua e das estrelas”, e inclusive assevera que não está de acordo com o pensamento. O filósofo apenas ouviu alguém proferir essa opinião a um douto. Ele também não deixa claro no trecho de quem foi que ele ouviu essa fala. Como afirma Guentchéva (1994, p. 8), umas das formas que o enunciador pode lançar mão para indicar que ele não é a fonte primeira da informação é explicitar que os fatos apresentados foram trazidos ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por rumor. É o que se evidencia na passagem abaixo.

Capítulo XXIII

Eu ouvi dizer a um douto que o tempo é, propriamente, o movimento do sol, da lua e das estrelas. Eu não concordo com ele. (p. 271).

No capítulo XXX do livro analisado, encontramos mais uma marca de não assunção da RE por parte do autor das Confissões. Agostinho relata que há pessoas que questionam “O que fazia Deus antes de criar o céu e a terra?”. Para evidenciar seu distanciamento desse tipo de pensamento, ele lança mão do uso de dois pontos e aspas, e se posiciona contra essa postura ao afirmar que não mais suportará estas perguntas.

Capítulo XXX

[...] eu não mais suportarei as perguntas daqueles que, por uma enfermidade culpada, querem beber mais do que conseguem, e dizem: “O que fazia Deus antes de criar o céu e a terra?” Ou: “Como ele teve a ideia de criar alguma coisa, visto que ele nunca havia criado nada antes?” (p. 280).

Livro XII

Seguindo com a análise do livro XII, onde Agostinho discorre sobre a criação, nos deparamos com diversas citações da Bíblia. No capítulo VIII, Agostinho mais uma vez cita as palavras da Bíblia, fazendo referência à criação do firmamento, quando Deus disse: “Que assim seja”, e assim se fez o firmamento, que o próprio Deus nomeou “o céu”.

Capítulo VIII

[...] Porque é verdadeiramente admirável esse céu corporal, esse firmamento entre a água e a água que criastes no segundo dia, depois da luz, dizendo: “Que assim seja”, e assim foi. Esse firmamento, o senhor o nomeou o céu [...] (p. 287).

Nos dois fragmentos a seguir, retirados do capítulo XIII, ainda sobre a criação, o filósofo traz mais duas citações bíblicas que fazem referência à criação do céu e da terra. Ele deixa claro se tratar das palavras de terceiros ao lançar mão novamente do uso de dois-pontos e aspas ao introduzir as passagens.

Capítulo XIII

Quando eu ouço, oh meu Deus, estas palavras da vossa Escritura: “No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra era Finvisível, caótica e as sombras se estendiam sobre o abismo”. (p. 291).

[...] é sobre elas que a vossa Escritura diz, sem mencionar o dia: “No princípio Deus criou o céu e a terra.” Ela acrescenta imediatamente de que terra se trata. E indicando o segundo dia como a data da criação do firmamento que foi nomeado céu, ela deixa entender também de qual céu ela falou anteriormente sem especificar o dia. (p. 291-292).

No capítulo XVII, onde o autor das Confissões discorre sobre as diferentes e possíveis interpretações das palavras céu e terra, também localizamos marcas de não assunção da RE, como as destacadas no trecho a seguir:

Capítulo XVII

Eles dizem de fato: “Sem dúvida isto é verdade, mas não é o que Moisés pensava quando dizia, inspirado pelo Espírito Santo: “No princípio, Deus criou o céu e a terra.” Não, pela palavra céu, ele não quis dizer esta criatura espiritual ou intelectual, que contemplaria perpetuamente a face de Deus; e pela palavra terra uma matéria sem forma.” [...] (p. 296).

Na passagem acima, Agostinho relata os questionamentos que terceiros faziam com relação à interpretação do que seriam para Moisés o céu e a terra. O autor traz o discurso de dois outros enunciadores nesse trecho: daqueles que fazem inferências sobre o que Moisés interpreta sobre o céu e a terra, e o do próprio Moisés, em citação bíblica do livro de Gênesis, como nos esclarece as notas de rodapé.

Já no excerto a seguir, retirado do capítulo XXV, verificamos mais uma vez a ocorrência do pronome *on*, aqui utilizado para se distanciar das falas aspeadas e introduzidas por dois pontos. Ao utilizar esse pronome, Agostinho marca o seu afastamento ao deixar claro que são outras pessoas que o importunam com as afirmações que se seguem.

Capítulo XXV

Que cessem então de me importunar dizendo: “O pensamento de Moisés não é o que dizes.” Se somente me dissessem: “Como sabes que Moisés ouviu verdadeiramente essas palavras no sentido que atribuis a elas?” [...] Mas quando me dizem: “O pensamento de Moisés não é o que dizes; é aquele que eu digo”. [...] (p. 304).

Livro XIII

Ao analisarmos o último livro da obra agostiniana, nos deparamos com as seguintes marcas de não assunção da RE.

No capítulo XIII, Agostinho se distancia dos enunciados que se seguem ao utilizar o

pronome demonstrativo francês *celui* (aquele, em português), para deixar claro que o que será dito foi dito por outra pessoa. Ao longo do trecho ele também utiliza as expressões “ele diz” e “ele interpela”, retomando “aquele que diz”, além de lançar mão do uso de dois pontos e aspas. Vejamos:

Capítulo XIII

[...] Aquele que diz: “Eu não pude vos falar como a criaturas espirituais, mas como a criaturas carnis”, [...] e ele diz: “Quando, então, eu chegarei?” Porque ele deseja “o abrigo de sua morada, que está no céu é o céu”, e ele interpela o abismo inferior nestes termos: “Não vos conformeis com este século, mas reformai-vos e renovai o vosso coração” e “Não sejais como crianças pela inteligência, mas sede pequeninos diante da malícia, para serdes perfeitos pela inteligência” e ainda: “Oh Gálatas estúpidos, quem vos fascinou?” (p. 324)

No capítulo XIX, o autor relata a passagem bíblica em que um rico foi ter com Jesus para saber o que deveria fazer para alcançar o reino dos céus. No trecho a seguir, as marcas de desengajamento do enunciado se evidenciam no início da passagem, quando Agostinho afirma “o rico do Evangelho perguntava ao bom Mestre o que ele deveria fazer para ganhar a vida eterna”, além do uso de dois pontos e aspas, que ele utiliza para introduzir os trechos desse diálogo.

Capítulo XIX

O rico do Evangelho perguntava ao bom Mestre o que ele deveria fazer para ganhar a vida eterna. E o bom Mestre, em quem o rico via apenas um homem, o bom Mestre que é bom porque ele é Deus, lhe dizia: Aquele que quer alcançar a Vida, deve observar os mandamentos, afastar de si a amargura da malícia e da perversidade, não matar, não cometer adultério, não roubar, não levantar falso testemunho, para que se mostre a “terra seca” geradora do respeito pelo pai e pela mãe e do amor ao próximo. - “Eu fiz todas estas coisas”, disse o rico. - “De onde vem, pois, tais espinhos, se a terra dá frutos? Vai, ajunta os frondosos frutos da avareza, vende teus bens, enriquece-te dando aos pobres e possuirás um tesouro nos céus; segue o Senhor, se queres ser perfeito, associa-te aos que recolhem as palavras de sabedoria d’Aquele que sabe o que dispensar ao dia e à noite. Tu também os conhecerás, e eles se tornarão para ti “tochas” no firmamento do céu. Mas não será nada se o teu coração não estiver lá, e o teu coração não estará lá se não tiveres lá o teu tesouro”. Assim disse o teu bom mestre. Mas a terra estéril se contraiu e “os espinhos sufocaram a Palavra”. (p. 330-331)

No capítulo XXI, encontramos mais uma vez o uso do imperativo para relatar um mandamento deixado por outrem (Deus): “Porque deste este mandamento: ‘Fazei tudo o que fazes com mansidão e sereis amado por todos.’”

Capítulo XXI

[...] Porque deste este mandamento: “Fazei tudo o que fazes com mansidão e sereis amado por todos.” (p. 335)

No último fragmento analisado em nosso relatório, Agostinho, ao questionar a Deus sobre a afirmação de que a visão dele (de Deus) das coisas é alheia ao tempo, recebe a seguinte resposta:

Capítulo XXIX

Violentando a minha surdez, me gritaste: “Oh homem, o que as minhas Escrituras dizem, sou eu quem o diz. Mas ela fala no tempo, enquanto a minha palavra está fora do tempo, porque ela permanece comigo, eterna como eu. Assim, o que vês pelo meu Espírito, sou eu quem o vejo; o que dizes pelo meu espírito, sou eu quem o diz. Mas enquanto vês estas coisas no tempo, eu não as vejo no tempo; da mesma forma o que dizes no tempo, eu não o digo no tempo.” (p. 345)

Aqui Agostinho deixa claro que as palavras que seguem foram proferidas por Deus ao introduzir o enunciado por “me gritastes”, bem como a utilização de dois pontos e aspas.

Conclusão

Esta pesquisa buscou aprofundar a noção do estudante-pesquisador nos estudos linguísticos, proporcionando uma base sólida para o entendimento da língua e facilitando, inclusive, o aprendizado na língua francesa, haja vista que a maior parte da teoria estudada e o corpus se encontra em francês. Como já mencionamos, através da análise linguística, os estudantes adquirem conhecimentos fundamentais sobre a estrutura e o funcionamento da língua, bem como sobre os processos de aquisição e uso da linguagem, oferecendo uma visão abrangente e atualizada das teorias e práticas linguísticas aplicadas.

A partir dos estudos da Análise Textual dos Discursos, proposta por Adam (2011), que busca articular os campos textual e discursivo, e de acordo com Rabatel (2008), para quem todo enunciado pressupõe uma instância que assume a responsabilidade do que é dito, segundo o esquema mínimo de enunciação eu digo (o que é dito), escolhemos como corpus uma obra de cunho autobiográfico, haja vista ser possível encontrarmos nesse gênero um grande número de marcas de assunção da RE. Assim, nossa proposta foi investigar se seria possível encontrar marcas de não assunção da RE.

Vimos que para Passeggi et al. (2010, p. 299), a “responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias”. Assim, a RE nos mostra quem é responsável pelo que está sendo dito. Por sua vez, diferentemente da enunciação declarativa, em que o enunciador assume o conteúdo de sua fala, através de uma enunciação mediatizada, ele assume apenas a plausibilidade do conteúdo predicativo ou se distancia, por meio de algum marcador que a fala advém de outra pessoa.

Destarte, a partir de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, analisamos a obra *Les Confessions*, de Santo Agostinho, de cunho autobiográfico. Como vimos, Agostinho divide a obra em 13 livros. Nesta segunda etapa da pesquisa, em que foram analisados os seis últimos livros da obra, foi possível identificar 89 fragmentos que denotam um desengajamento por parte do autor. Portanto, mostramos os fragmentos com os diferentes mecanismos linguísticos, dos quais Agostinho faz uso, para evidenciar seu desengajamento na enunciação.

Por último, este estudo que promovemos é útil para oferecer aos analíticos de texto, bem como aos interessados, uma reflexão sobre como é possível perceber e analisar, mesmo em um texto autobiográfico, marcas de desengajamento do enunciador. Portanto, o resultado serviu para aprofundar nosso entendimento nos estudos linguísticos, proporcionando uma base sólida para uma maior

compreensão da língua e facilitando, inclusive, nosso aprendizado na língua francesa.

Referências

ADAM, J-M. **Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos.** São Paulo: Cortez, 2008.

ÁLVAREZ, M. **Tipos de escrito III: Epistolar, administrativo y jurídico.** Cuadernos de lengua española. n. 22. Madrid: Arco Libros, 2002, 70 p.

BALBINO et al. **Limites e articulações entre as modalidades e o mediativo como marcadores da responsabilidade enunciativa em texto acadêmico.** Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 95-119, jan./jun. 2014. ISSN: 1517-4530.

CARLO, C; CAUSA, M. **Civilisation progressive du Français.** Niveau Débutant. Sejer : CLÉ International, 2010.

CARVALHO, A. et al. **Aprendendo Metodologia Científica.** São Paulo: O nome da Rosa, 2000, pp. 11-69.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression.** Paris: HACHETE éducation, 1992.

COURCELLE, P. **Le jeune Augustin, second Catilina.** In: Revue des Études Anciennes. Tome 73, 1971, n°1-2. pp. 141- 150; doi : <https://doi.org/10.3406/rea.1971.3890> https://www.persee.fr/doc/rea_0035-2004_1971_num_73_1_3890

DESCLÉS, J.-P. « **Prise en charge, engagement et désengagement** ». Langue Française, 2009, n° 162, pp. 29-53. DUCROT, O. **Le Dire et le dit.** Paris: Minuit, 1984.

GUENTCHÉVA, Z. et al. **Interactions entre le médiatif et la personne.** Faits de langues 3. Paris: PUF, 1994, p. 139-148.

GUENTCHEVA, Z. **Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français.** Langue française: Les sources du savoir et leurs marques linguistiques. Louvain/Paris : Peeters, 1994, v. 102, n. 1, p. 8-23.

LEJEUNE, P. **L'autobiographie en France.** 2. ed. Paris: Armand Colin, 1998.
LEJEUNE, P. **Le Pacte Autobiographique.** Paris: Seuil, 1975.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

Passeggi L et al. 2010. **A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido.** In: Bentes AC, Leite MQ (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama de pesquisas no Brasil.* São Paulo: Cortez. pp. 262-312.

RABATEL, A. **Argumenter en racontant: (Re)lire et (re)écrire les textes littéraires.** Bruxelles: Éditions de Boeck Université, 2004.

RABATEL, A. **Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Les points de vue et la logique de la narration.** Tome I. Limoges : Éditions Lambert-Lucas, 2008. (Tome I)

RABATEL, A. **Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit.** Dialogisme et polyphonie dans le récit. Limoges: Éditions Lambert Lucas, 2008. (Tome II)

RABATEL, A. **Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée.** *Langue Française.* n. 162, 2009, p. 71-87.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ZANONE, D. **Lautobiographie.** Paris: ellipses, 1996.

CÓDIGO: HS1427

AUTOR: YARA GALDINO DUTRA

ORIENTADOR: MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

TÍTULO: A questão étnico-racial no currículo de História da UFRN (1984-2018)

Resumo

Este trabalho analisa o lugar das questões étnico-raciais nos currículos da licenciatura em história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/Natal, de 1984 a 2018, e discute como essa trajetória impacta na formação dos graduandos. Para isso, norteio-me pelas legislações, em especial, a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Junto a isso, incluo os regulamentos institucionais que contribuíram com essa política, de 2003 a 2018, como programas de curso, ementas e registros de ofertas de componentes curriculares, tendo como parâmetro as metas do atual perfil do egresso disposto no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC/2018). Dada a produção desses dados e análise, este estudo contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de Qualidade, especialmente à meta 4.7, que promove a valorização da diversidade cultural e a formação de cidadãos conscientes.

Palavras-chave: Questões étnico-raciais; Formação de professores; Lei 10.639/2003

TITLE: The Ethnic-Racial Issue in the History Curriculum at UFRN (1984-2018)

Abstract

This study analyzes the role of ethnic-racial issues in the History teaching degree curricula at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN/Natal) from 1984 to 2018, and discusses how this trajectory has impacted the education of undergraduate students. The research is guided by legislation and regulations that shaped these policies between 2003 and 2018, in light of the goals outlined in the current graduate profile established by the 2018 Pedagogical Political Project (PPC/2018). It also draws on institutional documents such as course syllabi, records of curriculum components, and related materials. This study aligns with SDG 4 – Quality Education, particularly target 4.7, which promotes cultural diversity and the development of responsible citizens.

Keywords: Ethnic-racial issues; Teacher training; Law 10.639/2003;

Introdução

Introduzimos este trabalho com um pré-texto que visa apresentar ao leitor o contexto de discussões políticas e legislativas em que se insere o nosso objeto de estudo: o lugar das questões étnico-raciais nos currículos da licenciatura presencial em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-Natal), entre os anos de 1984 e 2018. A pesquisa busca compreender como essas questões foram incorporadas ao longo do tempo, conforme a política nacional, e de que modo influenciam a formação dos futuros professores da área.

Nesse sentido, entre 1998 e 2012, o Brasil avançou na criação de uma legislação educacional voltada ao combate do preconceito étnico-racial e à valorização da diversidade cultural. Esse processo teve como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que estabeleceu os princípios gerais para a educação no país e abriu espaço para a incorporação de temas ligados à pluralidade cultural. Desde então, a Lei nº 10.639/2003 representa uma conquista político-social, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos ensinos fundamental e médio. Essa lei surgiu em resposta à pressão de movimentos negros e à necessidade de reconhecer a contribuição dos povos africanos na formação da sociedade brasileira.

Para garantir sua implementação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou no ano seguinte o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 001/2004, que originou posteriormente as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs), oferecendo orientações práticas para os educadores e os sistemas de ensino. Em 2008, a Lei nº 11.645 ampliou o compromisso da Lei nº 10.639/2003, ao incluir também o ensino da história e cultura indígena brasileira, reconhecendo o papel dos povos originários na construção do país. Esse avanço legislativo reforçou a ideia de que a escola deve combater o racismo, promover o respeito à diversidade e estimular a valorização das identidades étnico-raciais. Depreende-se, portanto, que os profissionais responsáveis pelo ensino devem colaborar com esses ideais, não apenas na escola básica, mas nas Instituições de Ensino Superior (IES), posto que essas determinações são fruto da luta política popular.

Em 2010, as DCNs, ampliando as perspectivas de ensino da época, consolidaram a abordagem da diversidade como tema transversal, que deveria estar presente em todas as disciplinas escolares. Essa mudança sugere, no âmbito da escola, um comportamento colaborativo entre docentes e demais profissionais da educação para comporem uma rede de diálogo e projetos que possibilitem aos conteúdos de cada disciplina maior articulação. Nesse sentido, em 2012, o governo lançou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (PNIER), para acompanhar e orientar a aplicação das leis nos sistemas de ensino, com foco na formação de professores e na criação de materiais didáticos.

Esse amplo contexto de debates e movimentos perdurou por mais de uma década e ainda não se encontra consolidado, embora tenha gerado transformações significativas na Constituição Cidadã de 1988. Por tudo isso, justificamos essa análise e tomamos como recorte espaço-temporal a UFRN-Natal, de 1984 a 2018, buscando identificar de que forma essa política nacional é representada nos documentos institucionais, como projetos político pedagógicos e programas de curso etc. — especialmente a partir da Lei nº 10.639/2003 e das DCNs/2010. Refletimos, nesse contexto, sobre como o ensino de História, enquanto campo do saber, tem sido mobilizado nos componentes curriculares da licenciatura, a fim de atender às demandas da formação profissional que envolvem as especificidades do exercício docente. Considera-se, ainda, que a atuação desse profissional se dá, prioritariamente, na educação básica.

Metodologia

Este trabalho orienta-se pelo método histórico, conforme Freitas (2010), adotando uma abordagem qualitativa e exploratória, segundo Gil (2002), que se insere no campo do Ensino de História. Nele, comparamos documentos normativos da UFRN com legislações nacionais — como projetos pedagógicos, ementas, programas de curso, lei 10.639/2003, diretrizes curriculares nacionais, etc. —, para diagnosticar o lugar das relações étnico-raciais no currículo da licenciatura em História.

Com esse trabalho, objetivamos contribuir para a resolução da seguinte questão: como o currículo da licenciatura em História da UFRN contribui para a formação de docentes comprometidos com as questões étnico-raciais?

Para isso, o método histórico (Freitas, 2010), tendo como ferramenta a análise documental (Gil, 2002), nos permitiu compreender como as DCNs foram incorporadas ao currículo de formação docente. A investigação dos documentos institucionais considerou, especialmente, a presença ou uso político das diretrizes oriundas da Lei 10.639/2003 e sua efetivação nas disciplinas obrigatórias de História do Brasil I-IV (Colônia, Império, República I e II) e História da África.

Neste sentido, os estudos de Nilma Lino Gomes (2012), Wilma Bahia (2019, 2020, 2021, 2023) e Juliana Teixeira (2021, 2023, 2024) nos oferecem fundamentos teóricos para pensarmos a implementação da referida lei e sua repercussão na formação docente. Elas destacam os desafios estruturais da escola e da universidade na superação do racismo epistêmico, bem como a importância da presença da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da escola básica e das universidades. Além disso, as autoras destacam que formar professores cientes do seu papel formador permeia essas discussões, pois diz respeito às especificidades do trabalho desse profissional na sociedade.

Assim, articulamos o conjunto de documentos normativo institucionais e dissidências (1984-2018), aos instrumentos legislativos da política nacional que os compelem (2003-

2012), para construir uma narrativa que visa compreender o lugar das questões étnico-raciais na formação docente em História, na UFRN/Natal, no período de 1984-2018.

Resultados e Discussões

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Natal, espaço de análise deste relatório, verificamos que a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de História, doravante Currículo/1988, PPP/2004 e PPC/2018, especificamente na modalidade de licenciatura presencial, não garantem destaque às questões étnico-raciais em seu currículo formador. Os três documentos, embora fundamentais, levaram de 14 a 19 anos para sofrerem alterações, o que denota, historicamente, um processo longo e burocrático no que tange às reformas curriculares por parte do departamento de história na instituição. A existência de apenas três versões do Projeto — datadas de 1984, 2004 e 2018 — também indica a ausência de um processo contínuo de revisão do currículo, o que acaba por comprometer a articulação do curso com as transformações políticas, sociais e legais que impactam diretamente na formação docente.

De acordo com a LDB/1996, é responsabilidade das instituições de ensino “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, art. 12, I), o que implica, necessariamente, revisões periódicas inferiores a uma década. No caso específico da formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 002/2015 estabelece que o projeto político pedagógico deve garantir “a articulação entre teoria e prática, a integração entre os conhecimentos específicos e pedagógicos e o compromisso com a diversidade, a inclusão e a justiça social” (BRASIL, 2015, art. 5º, II). Além disso, o currículo deve estar em sintonia com os fundamentos da educação nacional (art. 3º). Soma-se a isso a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de educação básica, o que demanda ações mais consistentes também no âmbito da formação docente. Por fim, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), ainda em vigência, determina na Meta 15 que os cursos de licenciatura devem estar alinhados às necessidades da educação básica e à valorização da diversidade (BRASIL, 2014, Estratégia 15.6). Diante dessas normativas, é necessário repensar a lógica das revisões curriculares, com vistas à construção de um processo sistemático de atualização dos PPCs que dialogue com os marcos legais e com os compromissos formativos voltados à equidade e à justiça social.

Adiante, parto de uma pergunta básica: quando surgiu a disciplina de história da África no currículo da licenciatura em História? O primeiro documento que tomamos como referência para traçar uma concisa trajetória de implantação é o Currículo/1988, que ainda prematuro, não trouxe esse componente curricular. Com isso em mente, recorreremos à análise dos programas de curso da disciplina de História do Brasil I-IV, identificados no acervo do departamento de história da UFRN, com datação entre 1996 e 2001. Neles, no que toca os conteúdos substantivos, há menção à prática do escravismo e à compreensão do tráfico negreiro como parte necessária aos estudos sobre colonização, império e república no Brasil. No entanto, essa perspectiva é eurocêntrica e sua abordagem demonstra-se pouco decolonial do ponto de vista metodológico e historiográfico elencado pelos programas.

Quanto ao seu substituto, o antigo PPP do curso, publicado em 2004, teve uma longa e burocrática jornada de construção, modificando intensamente o seu antecessor da década de 80. Todavia, em um levantamento quantitativo realizado no PPP/2004, identificamos que as palavras: relações étnico-raciais, racismo, preconceito, negros, pretos, africanos, indígenas, afrodescendentes, legislação, desigualdade, decolonial/descolonial e África; não são mencionadas nem uma vez no documento. Com isso, depreende-se que em nenhum momento as ementas aconselham ou dialogam diretamente com esses conceitos, relegando-as a um espaço subalterno.

No entanto, registros curriculares de oferta de disciplinas, disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), permitiram identificar a existência de uma disciplina optativa de História da África, lecionada desde 2003, período que corrobora com as discussões sobre etnicidade no ensino de história. Embora seus registros tenham sido mantidos, a instituição não cuidou dessa documentação, fazendo com que não haja registros de documentos institucionais ligados à disciplina de História da África no período anterior à 2018, o que impossibilita a análise dos conteúdos e abordagens ministrados por elas nessa fase de lacuna.

Um aspecto que nos chama atenção é o PPP/2004 não trazer o referido componente curricular, mas o departamento tê-lo lecionado de forma optativa. Até 2018, pelo menos duas outras disciplinas surgiram com uma premissa complementar à de História da África, mas seguindo uma abordagem historiográfica, ao invés de teórico-metodológica, conforme trataremos adiante. Com isso, nossa hipótese é de que a elaboração do PPP/2004 se originou e tramitou muito antes da Lei nº 10.639 ser promulgada. Assim, ao longo de 2003, o ato de modificar a estrutura do projeto postergaria ainda mais a sua atualização, que como substituto do Currículo/1984, apresentava certa urgência, por estar há 19 anos em espera. Tratar a inclusão das questões étnico-raciais como uma disciplina optativa ligada à história da África contornou essa demanda sem alterar as estruturas do projeto que avançava em etapas finais.

Apesar disso, posto que a partir de 2010, com a implementação das DCNs, o tema transversalidade tornou-se latente, buscamos identificar no acervo entre 1996 a 2015, como as demais disciplinas traziam (ou não) a questão racial como problema historiográfico a ser discutido nos estudos históricos. Dentre os programas analisados, constam 6 disciplinas (respectivamente, 4 obrigatórias e 2 optativas), ministradas nos anos de 1996, 2000, 2001, 2003, 2004, 2006, 2015, por diferentes docentes, intituladas: História do Brasil I-IV (Colônia, Império, República I-II); O Sistema Escravista no Século XIX; Os “Excluídos” da História do Brasil Republicano.

Conforme se observa, há uma grande lacuna temporal entre os exemplares analisados, além disso, esses dados não foram cruzados com o registro de oferta dos componentes curriculares, posto que esses registros não apresentam ementa ou programa. A hipótese que levantamos é a de que a documentação referente à cultura escolar no Departamento de História da UFRN começou a ser organizada apenas recentemente. Muitos dos programas de curso disponíveis parecem ter sido entregues de forma voluntária — pois pertencem, em maioria, a um conjunto de professores cujos nomes se repetem com frequência; e não como resultado de um esforço sistemático do departamento para constituir um acervo institucional sobre as práticas e os produtos do ensino de História desenvolvidos entre 1984 e 2025. Avanço com o recorte para o tempo presente uma vez

que esse movimento carece de maior adesão por parte do corpo docente, ainda mantido como prática voluntária pouco difundida.

Com isso, nos aproximamos da informação de que, somente a partir de 2015, por meio da introdução de dois componentes optativos — O Sistema Escravista no Século XIX e Os “Excluídos” da História do Brasil Republicano —, houve uma ampliação no debate sobre a presença africana e negra na sociedade, agora tratado de forma mais crítica e problematizadora. Essas disciplinas, incluindo as optativas de História da África (a partir de 2003), apresentam abordagens consonantes com as especificidades da formação docente e em conformidade com a legislação vigente. Elas também expressam uma preocupação de parte do corpo docente do departamento em avançar com esses estudos, mesmo que o PPP/2004, como norteador, não o faça. Percebe-se também a rigidez com que tramitam as modificações curriculares, se comparada com a realidade das escolas básicas.

Diferentemente dos componentes obrigatórios voltados à História do Brasil, nos quais a questão racial costuma estar restrita à prática do escravismo ou às revoltas do período colonial, as disciplinas optativas propõem uma leitura crítica da historiografia brasileira, da colonização à república, com base em aportes dos estudos descoloniais e das epistemologias subalternas. Embora ambas mencionem em suas ementas a importância da produção de materiais didáticos a partir de uma perspectiva teórico-metodológica específica, apenas a disciplina O Sistema Escravista no Século XIX (2015) explicita, entre seus objetivos, o compromisso com o atendimento às demandas da Lei 10.639/2003 com caráter formativo.

Nas disciplinas de História do Brasil, a predominância é do negro como revoltoso, escravo ou numeral — progredindo de “coisa” à “quantidade” nas descrições sobre ser e estar na sociedade, dentro de uma visão desumanizante que faz parte da olhar colonizador, que impõe uma identidade nacional a partir de leituras específicas dos eventos históricos e seus protagonistas, antagonistas e coadjuvantes. É essa a visão, a partir de uma ótica conformadora, que essas disciplinas instituíram sobre o lugar do negro na formação da sociedade brasileira por meio do Currículo/1984 e do PPP/2004. Apesar dos avanços de alguns professores, ao adotarem disciplinas como complementares, há pouca ou nenhuma menção à cultura, política e sociedades africanas ou afro-brasileiras nos demais componentes, especialmente nos obrigatórios, opondo-se ao caráter da Lei nº 10.639/2003 e dissidências.

A hipótese desse trabalho é de que, em manutenção à periodização quadripartite da História, originada na Alemanha do século XVII, com a organização de uma História Universal dividida rigidamente em três grandes períodos: Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna. Posteriormente, a Era Contemporânea foi incluída no modelo. A partir dessa perspectiva clássica, descenderam recortes espaciais específicos que compõem a visão histórica generalista dos países, comumente traduzidas nos currículos como componentes curriculares obrigatórios à compreensão histórica das origens daquele território. Ao longo dos séculos que se seguiram, esse modelo de análise do tempo histórico foi sendo considerado obsoleto e limitante por diversos historiadores (Chakrabarty, 2008; Michel de Certeau, 1982; Mignolo, 2003) que questionam o impacto da linearidade e da rigidez eurocentrada, imposta pela divisão em 4 pedaços, no desenvolvimento da consciência histórica.

Adotada amplamente nos currículos escolares e universitários, é criticada por autores pós-coloniais por seu viés eurocêntrico. Dipesh Chakrabarty (2008) argumenta que essa forma de organizar o tempo impõe uma narrativa baseada na experiência europeia como modelo universal, relegando outras sociedades à condição de atraso. Em resposta, propõe o conceito de heterocronia, no qual múltiplas temporalidades coexistem em um mesmo espaço. Michel de Certeau (1982) também problematiza as formas dominantes de escrita da história, alertando que as periodizações consagradas envolvem relações de poder que silenciam experiências históricas não hegemônicas. Walter Mignolo (2003) reforça essa crítica ao tratar da colonialidade do saber, mostrando como a história ocidental subalterniza epistemologias não europeias. Essas críticas sustentam a necessidade de rever a organização dos currículos de História, especialmente na formação docente, para acolher outras formas de temporalidade e experiências históricas, como as afro-brasileiras e indígenas.

No Brasil, especificamente na UFRN-Natal, os Projetos Políticos Pedagógicos do Curso foram sempre divididos em blocos guiados por uma visão quadripartida que, apesar de poderem dialogar com disciplinas específicas de caráter optativo, não se misturam em relação às discussões teórico-metodológicas e historiográficas que lhes são atribuídas no ementário e que norteiam os programas das disciplinas a posteriori.

Nesse contexto, observamos que a pergunta: Onde encaixar a história da África no PPC?, fosse em 2004 ou em 2018, ganhou mais repercussão na instituição do que: Como discutir a história da África em nossos programas de curso a partir do PPC? A forma como se indaga acerca da inserção das políticas nacionais nos currículos contribui para como as discussões serão feitas, impactando diretamente na mentalidade que se formará nos professores ao longo de suas graduações.

O impacto da divisão de conteúdos específicos por disciplinas é que, na maioria das vezes em que a presença negra é trazida à tona, ela aparece vinculada aos estudos sobre escravidão, não estabelecendo uma conexão direta com a história do continente africano ou com as formas culturais, linguísticas e sociais oriundas dos povos africanos, nem mesmo afro-brasileiros e pardos no Brasil. A partir das disciplinas obrigatórias, não há menção às relações sincréticas, de resistência ou coexistência que apresentem esses sujeitos de forma humanizada. Encarregar uma disciplina ou mais de difundir essa discussão é perpetuar a estrutura quadripartida do currículo, modificando-o sem um esforço transdisciplinar que efetivamente atenda à legislação que o compele.

Nesse sentido, a principal consequência observada por este trabalho é que, até a implantação do PPC/2018, era possível se graduar sem ter contato com essa temática de forma decolonial, uma vez que as disciplinas que o fazem são optativas. Não havendo, portanto, garantias de que o aluno terá acesso a novos modos de pensar a história a partir de sujeitos que não sejam, majoritariamente, homens brancos de uma elite política ou agrária.

No atual PPC, em vigor há 7 anos e sem previsão de reformulação, a permanência da equipe de professores responsável pela produção de seu antecessor pressupõe que havia entre os membros da comissão um conhecimento pormenorizado desses documentos. Nesse contexto, quando refeito, o projeto ampliou suas discussões para as questões étnicas. O mesmo levantamento de palavras realizado com o PPP/2004 foi aplicado ao

PPC/2018, que revelou: relações étnico-raciais (1), racismo (2), preconceito (0), negros (3), pretos (0), africanos (3), indígenas (9), afrodescendentes (1), legislação (12), desigualdade (2), descolonialidade (1), África (44). Nele, a disciplina de História da África tornou-se obrigatória, podendo outras, de caráter optativo, serem implantadas com perfil complementar em relação aos blocos disciplinares instituídos previamente por período letivo.

Ainda sobre o documento, cada matéria é composta por um conjunto de objetivos e justificativas que fundamentam a sua permanência no currículo. Se compararmos os objetivos da disciplina de História da África com os de outras áreas, quase não se percebe entre eles elementos comuns ou de caráter transversal, mesmo que sua elaboração esteja 8 anos à frente das DCNs. Nesse sentido, consideramos que não houve, por parte do departamento de história, a pretensão de aliar-se a esses documentos para formar os graduandos. Apesar da direta ligação entre a docência e a educação básica, a universidade permaneceu alheia a como os estudantes poderiam materializar os saberes teóricos e metodológicos da historiografia em soluções de aprendizagem para o campo do ensino de história. Habilidade essa que, apesar de importar às especificidades desse profissional, não constam como parte das metas para o perfil do egresso previstas pelos últimos dois projetos pedagógicos.

Buscando responder a essa problemática, elaboramos uma nova pergunta: de que maneira as disciplinas de História do Brasil I-IV, por exemplo, devem compreender a presença africana e escravista ao longo de sua trajetória? A mesma pergunta pode ser feita às disciplinas de História Contemporânea, História Antiga, História Medieval, História do Rio Grande do Norte e tantas outras, que foram descritas de forma a não considerarem em suas ementas narrativas de caráter pluriétnico que as atravessam.

Além disso, embora a disciplina de História da África tenha se tornado obrigatória, a definição elaborada pelo PPC/2018 para caracterizá-la ainda apresenta problemas: a manutenção do modelo quadripartite, que separa rigidamente disciplinas de cunho teórico-metodológico e historiográfico. Isso implica abordagens diferenciadas entre os componentes. No caso específico da História da África, a dimensão historiográfica é secundarizada. O currículo se mostra mais interessado em discutir como e por que ensinar esse conteúdo, em vez de investir na construção de um debate historiográfico consistente. Por outro lado, nas disciplinas de História do Brasil, observa-se um movimento inverso: o foco não está em justificar ou problematizar o que e por que se estuda esse conteúdo. O debate historiográfico, no âmbito da Lei 10.639/2003, quando presente, raramente contempla as diretrizes para as relações étnico-raciais, reforçando uma abordagem tradicional e canônica da história, fortemente marcada por perspectivas eurocêntricas e estadunidenses. Com isso, elas retomam o estudo do cânone e da história tradicional.

Além de estarem separados por abordagem, cada disciplina tem as suas próprias preocupações historiográficas, funcionando de forma independente. Nesse sentido, até que o aluno da graduação se matricule na disciplina de história da África, a sua compreensão sobre o tema é limitada. Mais importante ainda, discutir o ensino e a lei podem não ser tópicos privilegiados pelo docente responsável pela disciplina no momento de elaboração do programa de curso, uma vez que, apesar desse documento se fundamentar no PPC, o programa é um recorte dele, para ser trabalhado ao longo de um

período do curso, conforme as condições de manutenção da disciplina, podendo sofrer alterações ao longo das aulas.

Contudo, compreender a presença africana pressupõe uma análise decolonial, onde analisar a escravidão no contexto brasileiro não é o mesmo que compreender a formação da sociedade e cultura africana na sua origem. Esse desvio sutil, que encaixota como temas diferentes a memória e história de um povo, enfatiza no currículo uma perspectiva eurocêntrica da presença negra na construção do território e da identidade brasileira. Além disso, como efeito encadeado, as ementas, assim como o PPC/2018, geram nos programas dos cursos uma divisão de conteúdos que parece relegar à disciplina de história da África o papel de discutir seus assuntos e questões, separando-a das demais como algo que já é sabido.

Conclusão

Este trabalho concentrou-se na análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFRN-Natal, publicado em 2018, considerando que os projetos anteriores — Currículo/1984 e PPP/2004 — não contemplavam a pauta étnico-racial. Ainda que o PPC/2018 não seja o único documento formativo do curso, ele estabelece diretrizes centrais e possui forte peso político na instituição. A partir dele são estruturadas as ementas que orientam os programas das disciplinas da licenciatura.

O ementário/2018, disponível publicamente no portal da universidade, serve de demonstrativo do que as disciplinas da licenciatura se propõem a lecionar. Os programas de curso são compostos, em geral, pelos seguintes itens: descrição-ementa, objetivos, metodologia, bibliografia e cronograma. Todavia, nem todos os documentos mantêm essa organização de forma clara ou completa.

Acerca desses documentos, buscamos compreender de que maneira as questões étnico-raciais aparecem nas 4 disciplinas de história do Brasil que compõem o currículo da licenciatura. Levou-se em consideração a análise dos objetivos, justificativas e conteúdos elencados nas ementas e nos programas de curso, para então compará-las com 16 exemplares diversos de programas de curso datados de 1996-2015.

Constatamos que apenas 2 delas trazem em seu corpo teórico discussões acerca da presença negra na historiografia, a saber: O Sistema Escravista no Século XIX (2015) e Os “Excluídos” da História do Brasil Republicano (2015), ambas de caráter optativo. Nesse contexto, pode-se inferir que o debate envolvendo a presença africana e afro-brasileira nas disciplinas sobre a História do Brasil constituíam menos de 30% dos debates promovidos na licenciatura até 2015. Essa porcentagem cai pela metade se considerarmos discussões sobre a cultura africana, seus hábitos, modos de vida e sociedade.

Concluímos, por fim, que a análise curricular da UFRN revela a persistência de uma lógica conservadora, que contradiz diretrizes nacionais voltadas à inserção das questões étnico-raciais na educação. Ainda que não represente a posição institucional da universidade como um todo, esse padrão revela a mentalidade de parte da comunidade

docente responsável pelos projetos pedagógicos do curso ao longo das últimas três décadas — projetos que, em sua função formadora, contribuem para a reprodução dessas mentalidades no ensino superior.

Dessa forma, recai sobre o corpo docente do Departamento de História uma responsabilidade ética e profissional: romper com esses silenciamentos e revisar criticamente os currículos, evitando reforçar práticas conservadoras — mesmo quando disfarçadas por um discurso de inclusão que pouco altera as estruturas.

Referências

BAHIA, Wilma. Notas sobre a formação docente: o saber histórico escolar nos cursos de formação de professores de História. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 82–101, 2019.

BAHIA, Wilma. Educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores. *Revista Enciclopédia Jurídica da PUCSP*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2021.

BAHIA, Wilma. Dez anos da Lei n. 10.639/2003 e a formação de professores e relações raciais em artigos (2003/2013): um tema em discussão. *Revista Educação & Formação*, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 3–21, 2020.

BAHIA, Wilma. Formação continuada e a implementação da Lei nº 10.639/2003: diálogos entre a universidade e a escola básica. *Revista Interterritórios*, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 60–81, 2016.

BAHIA, Wilma. O lugar da educação das relações étnico-raciais nos projetos político-pedagógicos de duas escolas paraenses. *Revista Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, Belém, v. 17, 2021.

BAHIA, Wilma. O projeto político-pedagógico e a educação para as relações étnico-raciais: configurações e abordagens pedagógicas em escolas públicas de Manaus. *Revista Cocar*, Belém, v. 17, n. 37, p. 1–21, 2023.

FREITAS, Itamar. Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 30, p. 163–178, jul./dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino (org.). Diversidade e currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Historiando nosso tempo: um exercício de ego-história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

NORA, Pierre. *Ensaio de ego-história*. Tradução de Ana Cristina Cunha. Lisboa: Edições 70, 1989.

TEIXEIRA, Juliana. Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica: as decorrências políticas e éticas da historiografia escrita e ensinada. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFES*, v. 30, n. 2, p. 146–168, 2023.

TEIXEIRA, Juliana. Fantasia de avant-garde: a luta antirracista e o conservador reacionário que habita em nós. *Caderno CRH*, Salvador, v. 36, 2023.

TEIXEIRA, Juliana. O desafio de formar professores de História habilitados a formar cidadãos e educar para as relações étnico-raciais. *História & Ensino*, Londrina, v. 28, n. 2, p. 45–70, 2022.

TEIXEIRA, Juliana. Educar para as relações étnico-raciais na escola e na universidade. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 21, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 maio de 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de dezembro de 2010. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 dez. 2010. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2010/rces013_10.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2012.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/secretarias/secadi/publicacoes/plano-nacional-de-implementacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 8–12, 2 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 49–52, 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.304, de 17 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a implementação da BNC-Formação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2020.

UFRN. Currículo de História/UFRN (1984). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1984. Disponível em:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?id=111635057&idTipo=1>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UFRN. Projeto Pedagógico do Curso – PPP de História/UFRN (2004). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004. Disponível em:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?id=111635057&idTipo=1>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

UFRN. Projeto Político Pedagógico – PPC de História/UFRN (2018). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?id=111635057&idTipo=1>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

UFRN. Ementário de História/UFRN (2018). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em:

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?id=111635057&idTipo=1>.

Acesso em: 12 jun. 2025.

UFRN. Departamento de História. Programas de disciplinas: História do Brasil I-IV; História do Brasil Império; O Sistema Escravista no Século XIX; Os “Excluídos” da História do Brasil Republicano (anos: 1996, 2000, 2001, 2003, 2004, 2006, 2015).

Natal: UFRN, 1996–2015. Documentos obtidos por meio de consulta presencial ao acervo do Departamento de História da UFRN.

CÓDIGO: HS1432

AUTOR: BRUNO RADNER BEZERRA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: WIEBKE ROSEN DE ALENCAR XAVIER

TÍTULO: Traduções de autores alemães em circulação na imprensa brasileira oitocentista: os casos de Friedrich Schiller, E.T.A. Hoffmann e Heinrich Heine

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados obtidos a partir das análises textuais e contextuais de traduções de 03 autores alemães encontrados na imprensa brasileira oitocentista a saber: Friedrich Schiller (1759 – 1805), E.T.A. Hoffmann (1776 – 1822) e Heinrich Heine (1797 – 1856). No decurso atual do andamento da pesquisa, objetivamos apresentar uma análise dos elementos textuais constitutivos e suas relações com as lógicas internas de produção editorial jornalística, que são reveladas através de características paratextuais e metatextuais, de 12 textos traduzidos selecionados dos autores expoentes alemães em circulação no recorte da imprensa do século XIX. Utilizamos o modelo de descrição proposto por José Lambert (2011) para detalhar as características textuais em níveis micro, macro e sistêmico.

Palavras-chave: Imprensa brasileira; Schiller; Hoffmann; Heine; traduções.

TITLE: Translations of German authors circulating in the Brazilian press nineteenth-century: the cases of Friedrich Schiller, E.T.A. Hoffmann and Heinrich Heine

Abstract

This paper presents the results obtained from textual and contextual analyses of translations of three German authors found in the nineteenth-century Brazilian press: Friedrich Schiller (1759–1805), E.T.A. Hoffmann (1776–1822), and Heinrich Heine (1797–1856). In the current research, we aim to present an analysis of the constitutive textual elements and their relationships with the internal logics of journalistic editorial production, which are revealed through paratextual and metatextual characteristics, of

12 selected translated texts by prominent German authors circulating in the nineteenth-century press. We use the descriptive model proposed by José Lambert (2011) to detail textual characteristics at the micro, macro, and systemic levels.

Keywords: Brazilian press; Schiller; Hoffmann; Heine; translations.

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados obtidos a partir das análises textuais e contextuais de textos encontrados na imprensa brasileira oitocentista após a coleta e sistematização produzidas nas etapas anteriores do projeto de pesquisa base, a saber: A presença e circulação de autores alemães no Brasil e de autores brasileiros na Alemanha e o papel da França.

No decurso atual do andamento da pesquisa, objetivamos apresentar uma análise dos elementos textuais constitutivos e suas relações com as lógicas intrínsecas de produção editorial jornalística, que são reveladas através de características paratextuais e metatextuais, de textos traduzidos selecionados dos autores expoentes alemães Friedrich Schiller (1759 – 1805), E.T.A. Hoffmann (1776 – 1822) e Heinrich Heine (1797 – 1856) em circulação no recorte da imprensa do século XIX.

Para tanto, esse trabalho apoia-se no modelo descritivo de traduções proposto por Lambert (2011), o qual evidencia os aspectos implícitos de textos traduzidos mediante uma descrição dos diferentes níveis nos quais os textos nos são apresentados (macroestrutural e microestrutural). Aliado a isso, o conceito de transferências culturais (culturel transferts), elaborado por Michel Espagne, é de fundamental importância no desenvolvimento das discussões sobre a produção literária atravessada pelos deslocamentos entre espaços culturais diversos. Portanto, uma comparação entre os textos também evidencia estratégias de produção, publicação e circulação situadas histórica e geograficamente (nível sistêmico).

Os resultados desse estudo são discutidos nas seções a seguir. Para uma melhor visualização, foram utilizados quadros comparativos dos textos do mesmo autor, entre autores e entre localidades de produção jornalística.

Metodologia

O conceito teórico-metodológico de transferências culturais, desenvolvido e ampliado por Michel Espagne, Michael Werner, Hans-Jürgen Lüsebrink e outros desde os anos 1980, é de fundamental importância no percurso de nossa pesquisa. Esse conceito busca, de modo geral, ressaltar os deslocamentos e assimetrias aos quais os produtos culturais estão sujeitos quando do transporte, introdução e conseqüente ressemantização ao trespassar espaços culturais distintos. Apoiando-nos em Espagne, compreendemos

que tais produtos culturais – como os livros, as teorias, os modos de sociabilidades etc. – não estão delimitados por fronteiras nacionais, mas apresentam as marcas de hibridização entre culturas.

Destarte, a tradução é vista nesse campo teórico como atividade elementar desse contato intercultural, pois os textos traduzidos denotam diversas lógicas internas sob as quais os pesquisadores podem debruçar-se para compreender a complexidade do fenômeno das transferências. Um exemplo bastante premente dessa concepção diz respeito ao interesse do espaço de recepção por obras específicas, o que pode ser o fio condutor de investigação sobre as normas e lógicas inter-sistemas literários (Even-Zohar, 2010). Sobre o papel exemplar das traduções, Espagne explica que

Uma transferência cultural é, às vezes, uma tradução. [...] Tradução evidencia o fato de que os conceitos estão enraizados em contextos semânticos e que o deslocamento do contexto semântico relacionado à tradução representa uma nova construção de sentido (Espagne, [2013] 2017, p. 145, tradução de Dirceu Magri).

Para a condução de uma análise que trouxesse à tona as características textuais e contextuais dos textos em tradução, fez-se necessário o aporte teórico de um modelo descritivo e comparativo, o qual encontramos nos estudos publicados de José Lambert (2011). Segundo o autor,

O processo de tradução – assim como o texto resultante dele e sua recepção – pode ser estudado a partir de diferentes pontos de vista, de maneira macroestrutural ou microestrutural, focalizando em padrões linguísticos de vários tipos, códigos literários, padrões morais, religiosos ou outros não-literários etc. (Lambert, 2011, p. 214).

Lambert parte da noção de polissistema literário para compor o seu método de descrição de traduções. A partir dessa concepção, não se assenta producente analisar dois textos (T1 e T2) de forma desconectada das múltiplas relações que se desenrolam no contato entre os sistemas, tanto intra- quanto inter- eles, ou seja: entre sistemas (S1 e S2); entre leitores (L1 e L2); entre T1, L1 e S1 etc. O autor comenta que

A vantagem da interpretação sistêmica das traduções é, em primeiro lugar, seu caráter global e seu caráter aberto; corresponde a esquemas de perguntas e não a teses. Diz respeito ao léxico utilizado pelo tradutor, mas também à questão dos nomes próprios, da versificação, das figuras de retórica, das técnicas narrativas ou das distinções genéricas e, até, e principalmente, da seleção dos textos “nos” e “entre” os sistemas estrangeiros (Lambert, 2011, p. 197).

Esse modelo descritivo, portanto, oferece-nos o arcabouço metodológico para o trabalho de comparação entre diversos textos traduzidos haja vista que considera os entornos da prática tradutória como parte integrante de seu projeto, o que ajuda nos a evidenciar as estratégias e práticas jornalísticas para além do texto em si. A esse respeito, comenta Even-Zohar que

[...] não apenas o status sócio-literário da tradução depende da sua posição no polissistema, mas a própria prática tradutória está fortemente subordinada a essa posição. E, a priori, nem mesmo a questão sobre o que é uma obra traduzida pode ser

respondida em termos de um estado idealizado, a-histórico e descontextualizado; ela deve ser determinada com base nas operações que governam o polissistema (Even-Zohar, 2010, p. 9).

Partindo da catalogação e sistematização realizada nas etapas anteriores do projeto, o foco agora dobra-se sobre as características textuais e contextuais constitutivas dos gêneros em circulação. No presente estudo, adentrou-se a particularidade dos textos poéticos traduzidos de três autores bastante presentes no cenário periódico oitocentista: Friedrich Schiller, E.T.A. Hoffmann e Heinrich Heine. Desse modo, selecionamos 12 ocorrências textuais – 04 poemas de Schiller, 04 contos de Hoffmann (prosa de ficção curta) e 04 poemas de Heine – para análise. O trabalho com os periódicos da imprensa oitocentista garante o locus sincrônico dessa produção literária e editorial, como atesta Guimarães:

[...] é possível, assim, pensar essa imprensa como importante vetor das trocas culturais acentuadas no período dos dois últimos séculos. Nessa perspectiva, valoriza-se a ideia de fluxo e porosidade das fronteiras nacionais, ao destacar o papel da imprensa periódica do século XIX na internacionalização dos imaginários, modos de sociabilidade, matrizes editoriais, standardização de gêneros, bem como na formação de redes intelectuais que mantinham contato a despeito das restrições dos idiomas nacionais (Guimarães, 2021, p. 358).

Os textos selecionados correspondem a uma amostra do universo global da imprensa do século XIX no Brasil, abarcando regiões do Sudeste e Nordeste. Foram encontradas ocorrências de traduções dos referidos autores nos seguintes periódicos dispostas neste estudo:

- Schiller: 01 tradução na revista Esboços Literários (SP); 01 tradução na revista Museo Universal (RJ); 01 tradução n'O Arrebol (SP); 01 tradução na Revista Nacional e Estrangeira (RJ).
- Hoffmann: 01 tradução no jornal Pedro II (CE); 02 traduções n'A Pacotilha (MA); 01 tradução no Jornal do Recife (PE).
- Heine: 01 tradução na Gazeta do Norte (CE); 01 tradução no Jornal do Recife (PE); 01 tradução no Correio Paraense (PA); 01 tradução n'A Pacotilha (MA).

Resultados e Discussões

Os quadros descritivos foram elaborados de forma a evidenciar os seguintes critérios: título e local e data de publicação, presença de metatextos, estratégia de tradução, texto presumido de partida, disposição em coluna literária específica; declaração de autoria da tradução (nível macroestrutural); seleção lexical, estruturas formais de composição, padrão de linguagem observado (nível microestrutural); republicações, indicação de leituras adicionais (nível sistêmico). Os resultados e discussões são dispostos a seguir.

As traduções de Schiller na imprensa oitocentista

Friedrich Schiller (1759 – 1805) foi dramaturgo, poeta, filósofo e historiador alemão. Ao lado de Goethe e contemporâneos, foi um dos principais expoentes do movimento Sturm und Drang (Tempestade e Ímpeto) e do Classicismo de Weimar, segundo Oliveira (2022). Suas obras logo tornaram-se bastante renomadas, a exemplo dos dramas Maria Stuart (1800), Guilherme Tell (1804), Os Salteadores (1871), A Noiva de Messina (1803) entre outras.

Tal produção literária espalhou-se para localidades transatlânticas através de seus tradutores. Segundo Oliveira (2022), um dos primeiros tradutores em língua portuguesa de sua obra foi o literato português Alexandre Herculano (1810 – 1877); no Brasil, destacam-se ainda Antônio Gonçalves Dias (1823 – 1864), Bernardo Taveira Júnior (1836 – 1892) e Tobias Barreto (1839 – 1889). As características das ocorrências textuais das traduções de Schiller selecionadas no corpus da imprensa são apresentadas no Quadro 01 (ANEXO A).

Do montante observado, podemos depreender que a maior parte das 04 traduções poéticas de Schiller em circulação na imprensa oitocentista foram realizadas de forma parcial, isto é, com supressão de estrofes e versos (3 de 4 traduções). Essa característica pode estar ligada ao espaço de circulação dos periódicos, ao desenvolvimento tipográfico, às práticas de leitura etc.; há de se notar, aliado ao fato exposto, que a grande circulação da obra traduzida de Schiller se deu através de revistas literárias, ou seja, em formato de materialidade distinta do jornal, pois continham mais páginas dedicadas a obras literárias. 3 das 4 traduções de poesias de Schiller vêm acompanhadas de artigos críticos ou biográficos, embora nenhum destes ateste a autoria da tradução nem a língua do texto de origem. Sobre este fato, alerta Barbosa que

Desde os primórdios da imprensa brasileira, observa-se uma tendência forte ao anonimato, ou ao uso indiscriminado do pseudônimo, tanto nos jornais da Corte como naqueles existentes nas províncias a partir da segunda década do século XIX. Esta prática parece ser menos uma ‘fraqueza’ ou ‘defeito’ da imprensa brasileira, do que uma marca da linguagem jornalística no século XIX (Barbosa, 2007, p. 32).

Percebe-se, ainda, que a maior parcela da circulação de sua obra ocorre no primeiro quinquênio do século XIX, período de desenvolvimento e amadurecimento da imprensa (entre 1840 e 1860). Outra característica importante é a observação que todos os poemas coletados foram encontrados em periódicos das províncias do Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), o que pode ser um indicativo de sua presença mais acentuada nos círculos literários dessa região e da recepção de sua obra. Quanto ao uso da linguagem, observa-se uma preferência pelo uso da linguagem culta, com forte presença de rimas ricas, figuras de linguagem como hipérbatos e preservação das grafias dos textos de origem. Tais textos, complementando-se, quase nunca foram citados.

As traduções de Hoffmann na imprensa oitocentista

Ernst Theodor Amadeus Hoffmann, ou E.T.A. Hoffmann (1776 – 1822) foi um compositor, contista, desenhista e jurista alemão bastante renomado por suas novelas e contos (prosa de ficção curta) com forte teor fantástico. As obras de Hoffmann, a

exemplo das de Heine e Schiller, foram também musicalizadas por grandes compositores como Jacques Offenbach (1819 – 1880) e Piotr Tchaikovsky (1840 – 1893). Entre as obras mais famosas de Hoffmann que alcançaram projeção internacional, destacam-se O Homem da Areia (1816-17), O Quebra-Nozes (1819-21) e O Vaso de Ouro (1814-15). O quadro 02 (ANEXO B) detalha os aspectos das ocorrências encontradas em circulação na imprensa oitocentista selecionadas para o presente estudo.

Como se pode observar, em contraste às traduções poéticas de Schiller, todas as traduções da prosa de ficção de Hoffmann foram realizadas completas sequencialmente, divididas em várias edições. A maior parte delas encontra-se na coluna Folhetim, onde se publicavam textos ficcionais e digressivos mais longos segundo o modelo jornalístico importado da Europa. A estratégia de publicar textos longos em capítulos assegurava a continuidade de aquisição dos jornais.

Os títulos dessas narrativas traduzidas de Hoffmann foram recriados também, a maior parte não correspondendo aos dos textos de partida. Esse é um indicativo interessante do que se pode refletir sobre os projetos de tradução de prosa estrangeira: títulos que impactassem no leitor a curiosidade, transformando itens culturais específicos em algo mais compreensível ao público local (como observado, por exemplo, no conto Rat Krespel, personagem central da narrativa, transformado em O Violino de Cremona). Sobre esse tema, afirma Aixelá que

De acordo com T. Hermans, os nomes próprios podem ser divididos em duas categorias: convencionais e carregados. [...] Os nomes próprios carregados são “aqueles nomes literários que são de alguma forma vistos como ‘motivados’; eles variam de nomes e apelidos vagamente sugestivos a notoriamente ‘expressivos’, e incluem aqueles ficcionais, assim como nomes não ficcionais, cujas associações históricas ou culturais resultaram no contexto de uma cultura particular” (Aixelá, [1996] 2013, p. 195, tradução de Marinho e Silva).

Importante também observar que todas as 04 publicações aqui apresentadas são oriundas do Nordeste, região onde mais aparecem e que predominam na segunda metade do século XIX em jornais de diversos tipos (comerciais, políticos, literários, religiosos), em contrapartida à circulação de Schiller entre revistas especializadas do Sudeste. Ainda sobre o contexto da circulação das traduções dessas narrativas hoffmannianas, Fernandes esclarece que

O fantástico tornou-se moda em nosso país a partir do final da década de 1850, sendo os anos 1860 e 1870, como nossos anos dourados de produção desse gênero em nossos periódicos, embora suas publicações tenham se estendido até o final dos anos 1880 e inícios da década seguinte, mas em outro contexto e com outros fins (Fernandes, 2019, p. 87).

Apenas um tradutor de Hoffmann foi identificado: a escritora abolicionista cearense Francisca Clotilde (1864 – 1935), também tradutora de Heine que publicava sob o pseudônimo Jane Davy na imprensa nordestina. Como no caso de Schiller, não foram indicados os textos de partida, mas encontram-se outras informações como a obra de onde foram retirados (a exemplo dos Contos Fantásticos). Quanto à linguagem, percebe-

se já uma presença de linguagem coloquial e oralidade nos diálogos das personagens, embora as descrições de cenários e monólogos internos conservem a norma culta.

As traduções de Heine na imprensa oitocentista

Heinrich Heine (1797 – 1856) foi um pensador, poeta, articulista e crítico alemão nascido em Düsseldorf e exilado em Paris desde a década de 1830 até sua morte. Na juventude, fez parte do movimento literário Junges Deutschland [Jovem Alemanha], renomado por escritos liberais e críticos a autoridades e à moralidade de sua época.

Heine tornou-se famoso internacionalmente pela publicação de seus poemas juvenis no volume intitulado Buch der Lieder [Livro das Canções], em 1827. Desde então, passou a ser imitado e traduzido para línguas diversas não somente no continente europeu, mas nas Américas também. Seus artigos e poemas conquistaram forte admiração entre os entusiastas do jornalismo transatlântico em pleno desenvolvimento.

No quadro 03 (ANEXO C) descrevemos os aspectos das ocorrências textuais de Heine selecionadas para o presente estudo.

Entre os 04 poemas selecionados, observamos a tendência a creditar os tradutores – todos os 04 nomeados. Observamos também o período em que tal circulação se deu: entre as décadas de 1880 e 1890, finais do século XIX. Tal indicativo pode apontar para uma configuração própria do espaço literário compartilhado por tais periódicos nordestinos, com regras de recepção e divulgação de obras e traduções em comum. Tal fato também pode ser lido em uma perspectiva sociohistórica, haja vista o desencadear dos conflitos europeus recentes envolvendo potências que circularam tais literaturas.

Em relação à estrutura formal, a maioria dos poemas apresenta-se em formas semelhantes às baladas de Heine, observados os fatos de que os versos são arranjados segundo a língua portuguesa, o que implica a utilização de recursos como enjambement. A disposição das rimas também se assemelha ao esquema heiniano, apresentando-as aos finais dos versos pares. Nenhum dos textos informava o correspondente de partida, o que, como se depreende, era prática comum nas publicações oitocentistas. Os títulos também são recriados.

Observadas as características pertinentes aos níveis macro e microestrutural das traduções de cada autor em particular, segue-se então para a descrição do nível sistêmico, ou seja, do sistema literário tomado como o conjunto das publicações no espaço cultural brasileiro. Os aspectos comparados são demonstrados no quadro 04 (ANEXO D).

Conclusão

O corpus apresentado neste estudo nos permite identificar algumas tendências mais generalistas. Durante os primeiros anos da imprensa periódica, em um nicho

especializado de literatura, os artigos e traduções longos figuravam entre o cotidiano jornalístico. É nesse nicho que encontramos as 04 traduções poéticas de Schiller em revistas literárias que circularam no ambiente do Sudeste. Em contrapartida, as traduções de Heine figuram como textos mais curtos divulgados nos jornais na virada do século; a imensa presença dessas traduções são números isolados dos cânticos presentes no Intermezzo do Buch der Lieder, cujo formato de balada romanesca alia-se ao dinamismo da leitura jornalística.

Os 04 textos em prosa narrativa de Hoffmann, ao contrário das traduções poéticas, aparecem no espaço folhetinesco em sua configuração de capítulos que abrangiam várias edições de um mesmo periódico. Tal formato é herança da imprensa europeia, especialmente a inglesa e francesa, e estendeu-se pela totalidade do século XIX como podemos observar nas traduções de Hoffmann. Complementando, não foram encontradas traduções suas em revistas literárias.

A presença notória de Heine e Hoffmann no cenário nordestino da segunda metade do Oitocentos pode ser um indicativo da particularidade do germanismo ali existente. Os poemas de Heine e a prosa de Hoffmann aceitam as inovações linguísticas e culturais, enquanto a faceta romântica de Schiller ligada ao movimento alemão do século XVIII poderia ser menos adaptável. Observamos essa tendência nas variedades linguísticas diversas que cada tradutor utiliza em seu projeto tradutório – nos diálogos de personagens de Hoffmann e no léxico das poesias de Heine. Essa, contudo, é uma questão a se investigar pormenorizadamente.

Referências

AIXELÁ, Javier Franco. Itens culturais específicos em tradução. Trad. Mayara Matsu Marinho e Roseni Silva. In-Traduções, Florianópolis, v. 5, n. 8, p.185-218, jan./jun., 2013.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

CANTICO DO MERGULHADOR. Museo Nacional: jornal das famílias brasileiras, RJ, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/339369/2739>. Acesso em jun/2025.

CELSONO, Affonso. Número do Intermezzo. A Pacotilha, MA, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/17396. Acesso em jun/2025.

CLOTILDE, Francisca. O violino de Cremona. Pedro II: órgão conservador, CE, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/216828/11827>. Acesso em jun/2025.

CUNHA, Almeida. L'Intermezzo. Correio Paraense: Diário noticioso, comercial e literário, PA, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/302619/505>. Acesso em out/2024.

DIAS, Antonio Gonçalves. Vem ó bella gondoleira. Gazeta do Norte: órgão liberal, CE, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103950/1135>. Acesso em out/2024.

DIAS, Theophilo. A flor e o luar. Jornal do Recife, PE, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/24393>. Acesso em out/2024.

ENIGMA. O Arrebol: Jornal Acadêmico, SP, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/741957/17>. Acesso em fev/2024.

ESPAGNE, Michel. A noção de transferência cultural. Trad. Dirceu Magri. Jangada: : crítica | literatura | artes, n. 9, jan/jun, 2017, p. 136-147.

EVEN-ZOHAR, Itamar. A posição da literatura traduzida dentro do polissistema literário. Trad. Leandro de Ávila Braga. Translatio, n. 3, ano 2012. p. 3-10. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/34674/22321>. Acesso em mar/2025.

FERNANDES, Marcos Túlio. Travessias do fantástico e transformações no Brasil: o caso Machado de Assis. 2019. 250 páginas. Defesa de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19291>. Acesso em jul/2025.

GUIMARÃES, Valéria S. Imprensa periódica franco-americana: conexões, transferências e identidade. Jangada: crítica | literatura | artes, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 357–389, 2021. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/376>. Acesso em mar/2025.

LAMBERT, José. Sobre a descrição de traduções. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres e Lincoln P. Fernandes. In: GUERINI, Andréia; TORRES, Marie Hélène Catherine; COSTA, Walter (orgs.). Literatura & tradução: textos selecionados de José Lambert. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.p. 208-220.

MYSTERIOS D'ELEUSIS. Revista Nacional e Estrangeira, RJ, p. 300. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/703044/621>. Acesso em jun/2025.

O HOMEM DA AREIA. A Pacotilha, MA, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/168319_01/19611. Acesso em fev/2025.

O MORGADO. Jornal do Recife, PE, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/705110/568>. Acesso em fev/2025.

O TANOEIRO DE NUREMBERG. A Pacotilha, MA, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/168319_01/19539.

OLIVEIRA, Alynne Fonseca de. "Sou melhor que a minha fama": a presença de Schiller em periódicos do Brasil dos oitocentos. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57488>. Acesso em fev/2024.

TRIUMPHO DO AMOR. Esboços Literários: jornal redigido por acadêmicos, SP, p. 19. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/730238/19>. Acesso em jul/2025.

Anexos



Quadro 01: Ocorrências de traduções de Schiller na imprensa oitocentista



Quadro 02: Ocorrências das traduções de Hoffmann na imprensa oitocentista



Quadro 03: Ocorrências das traduções de Heine na imprensa oitocentista



Quadro 04: Conjunto das características das traduções no sistema brasileiro

CÓDIGO: HS1435

AUTOR: JOAO PEDRO GOMES COELHO

ORIENTADOR: ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JUNIOR

TÍTULO: Literatura africana queer e religião em diálogo: uma análise do papel da religião na construção da personagem autoral em *You have to be gay to know God* de Siya Khumalo

Resumo

O estudo da literatura africana em língua inglesa tem ganhado um merecido destaque nos últimos anos nos espaços acadêmicos, principalmente a literatura africana queer, que desponta como voz de resistência, visto que em muitos países do continente africano, a homossexualidade é criminalizada. Este trabalho busca auxiliar estas vozes através do estudo do título autobiográfico “You Have to be Gay to Know God”. Este estudo teve como objetivo compreender em que medida religião e as questões raciais, representadas na obra autobiográfica “You have to be gay to know God” do autor Sul-Africano Siya Khumalo, contribuem para a construção da personagem principal, como homem gay, negro e cristão. A análise foi fundamentada através da teoria do romance de Bakhtin (2015) e as discussões de autor e autoria dentro da teoria Bakhtiniana encontradas em Faraco (2005), por se tratar de uma autobiografia. Para além, também foram utilizados alguns conceitos oriundos de Du Bois (2008), como a Dupla-Consciência. Através da análise, concluiu-se que a religião e as tensões raciais e de gênero contribuíram para que houvesse uma supressão identitária durante a juventude de Siya Khumalo.

Palavras-chave: Dupla-Consciência. Literatura Queer. *You Have to be Gay to Know God*

TITLE: African Queer Literature and a discussion of religion: an analysis of the role of religion in the characterization of the main character in *You Have to be gay to Know God* by Siya Khumalo

Abstract

In the past few years, the study of African Literature in English has deservedly gotten a spotlight in academic spaces, mainly African Queer Literature, which emerges as a voice of resistance, seeing how in many African countries homosexuality is against the law. This study aims to help those voices through the analysis of “You Have to be Gay

to Know God”. This work aimed to analyze how religion and the racial issues portrayed in the autobiographical “You Have to be Gay to Know God” by the South-African author Siya Khumalo, contribute to the main character’s development, as a Black, Gay and Christian man. The analysis was based on Bakhtin’s theory of the novel (2015) and the discussions of author and authorship within the Bakhtin circle found in Faraco (2005), given how the book is an autobiography. Moreover, there were also some concepts found in Du Bois (2008), such as Double-Consciousness. Through the analysis, it was concluded that religion and the social tensions of gender and race, contributed for a suppression of identity during Siya’s adolescence.

Keywords: Double-consciousness. Queer Literature. You Have to be Gay to Know God

Introdução

O estudo da literatura africana em língua inglesa tem ganhado um merecido destaque nos últimos anos nos espaços acadêmicos, principalmente a literatura africana queer – que se propõe a posicionar-se contra a opressão sistêmica sofrida por pessoas LGBTQIAPN+ em muitos dos países do continente africano, onde essas pessoas são criminalizadas ou discriminadas. De acordo com a Human Dignity Trust (2025), 31 países ainda criminalizam a homossexualidade no continente africano. Em alguns casos a punição aplicada é a pena de morte, como é o caso de algumas regiões da Nigéria, onde, de acordo com a International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association, “12 Northern states (Bauchi, Borno, Gombe, Jigawa, Kaduna, Kano, Katsina, Kebbi, Niger, Sokoto, Yobe and Zamfara) have adopted Sharia Penal Codes, which to varying degrees and contexts prescribe the death penalty for same-sex sexual activity” (ILGA, 2020, p.120). [1]

Em muitos desses 31 países, a criminalização é pautada no discurso religioso conservador, frequentemente cristão. Deste modo, o título que compõe o corpus desta pesquisa, “You have to be gay to know God” – um romance autobiográfico de Siya Khumalo (2018) – propõe-se a discorrer sobre a tensão que existe em África e a luta constante contra a opressão. O romance, apesar de narrar a vida de Siya na África do Sul – onde a homossexualidade não é criminalizada –, expõe o preconceito, a opressão e as agressões contra a sua identidade em um cenário Pós-Apartheid e com uma forte presença cristã no país, por muitas vezes citando a situação política de países vizinhos ou próximos como Zâmbia, que também criminaliza a homossexualidade.

Deste modo, apesar de não ser criminalizada e do suposto cenário político progressista na África do Sul em relação aos países vizinhos, visto que há uma proteção constitucional, a opressão sistêmica ainda ocorre e é reforçada por falas de líderes políticos como o então presidente Jacob Zuma, que chegou a afirmar que homens gays seriam uma desgraça para a nação e para Deus (Msibi, 2011, p. 62).

À vista disso, Siya coloca-se como personagem e narra a sua história, desde sua infância até a vida adulta, muitas vezes de forma não cronológica, de modo a melhor evidenciar sua luta durante a vida para conciliar o dilema da sua identidade que está entre sua fé

cristã e a sua liberdade como homem gay; temas aparentemente dicotômicos, mas, como evidenciado pelo título, capazes de intersecção.

Portanto, diante deste contexto, o presente estudo busca investigar em que medida a religião e as questões raciais representadas na obra autobiográfica "You have to be gay to know God" contribuem para a construção da personagem principal, como homem gay, negro e cristão. Pretende-se, portanto, através de excertos e a partir da análise do discurso baseada em Bakhtin (2015), discorrer sobre estas questões de modo a evidenciar uma interpretação de uma posição axiológica da personagem-autor-criador em seu título autobiográfico.

Metodologia

Esta pesquisa possui caráter qualitativo e baseia-se na pesquisa bibliográfica. O corpus deste estudo é composto do título autobiográfico "You Have to be Gay to know God" (Khumalo, 2018).

Para fins de análise, utilizou-se principalmente a teoria da análise de discurso de Bakhtin. Por limitações de tempo, o escopo de leitura foi reduzido a trechos de seu ensaio "O discurso no romance" (2015), com ênfase em seu capítulo "O falante no romance" e seus principais conceitos.

Bakhtin (2015) define os personagens como falantes, que representam (não reproduzem) literariamente um discurso social e histórico, através de uma linguagem marcada pelo heterodiscurso. Portanto, os personagens de um romance necessariamente representam um grupo e, através da fala e de suas ações, representam também uma posição ideológica, que apesar de ser inicialmente almejada pelo autor em seu projeto estético, também acaba se entrelaçando com a voz da personagem, resultando em uma voz própria, mas igualmente axiologicamente posicionada.

Somado a isso, há também de se observar o conceito de inacabamento. Segundo Bakhtin, os personagens estão em um constante estado de inacabamento, visto que é a partir da adição do leitor e da sua interpretação que a voz da personagem pode ressoar e ser compreendida pelo outro. É a partir da interpretação que as palavras revelam a representação entendida. Como evidenciado por Wall:

Além disso, eles entram no mundo dialógico do leitor, que é constantemente variável. O personagem está duas vezes sob influência dialógica. Ele é inacabado porque é incapaz de ser isolado e por causa do discurso social do qual ele é composto e do qual ele deve participar. (2019, p.9)

Além disso, também faz-se necessário falar sobre a peculiaridade do gênero autobiografia, visto que há uma relação muito mais íntima neste gênero entre o autor, o personagem e o narrador, que se combinam em uma só figura. Na autobiografia, esperar-se-ia que o mundo representado fosse uma representação 1:1 da realidade e dos

acontecimentos. Bakhtin (2018, p. 234), porém, argumenta que ocorre uma refração na representação e diz que “por mais realista e verídico que seja, nunca pode ser cronotopicamente identificado com o mundo real que representa” (apud Melo Júnior, 2022, p. 272). Deste modo, apesar de haver uma sobreposição entre autor, personagem e narrador, ainda se trata de uma representação fictícia, com voz própria e sujeita a interpretações, visto que a partir do momento em que foi publicada, torna-se inacabada. Portanto, não deve se confundir de maneira alguma com o mundo real e pode (deve) ser analisada como se analisaria um romance fictício, mesmo que trate de situações que possam realmente ter acontecido em sua totalidade.

É importante também destacar a diferença em Bakhtin entre o autor-pessoa e o autor-criador. O autor-criador é a peça fundamental para o projeto estético e quem dá forma ao conteúdo, e pelo qual nós, os leitores, teremos acesso a uma versão recortada e refratada dos acontecimentos. Faraco (2005) pontua que “o autor criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida.” (p. 39)

Para além da esfera Bakhtiniana, um dos conceitos utilizados neste trabalho é o de dupla-consciência, primeiramente apresentado por W. E. B. Du Bois (2008) que se refere a dupla-consciência como uma espécie de véu que cobre o homem negro nos Estados Unidos de modo que ele necessariamente precisa se ver através dos outros, que frequentemente olham para o homem negro com uma lente racializada. O autor postula:

The history of the American Negro is the history of this strife,—this longing to attain self-conscious manhood, to merge his double self into a better and truer self. In this merging he wishes neither of the older selves to be lost. He would not Africanize America, for America has too much to teach the world and Africa. He would not bleach his Negro soul in a flood of white Americanism, for he knows that Negro blood has a message for the world. He simply wishes to make it possible for a man to be both a Negro and an American, without being cursed and spit upon by his fellows, without having the doors of Opportunity closed roughly in his face. (p.9) [2]

Du Bois visa evidenciar esse embate interno entre forças antagônicas: a cultura do colonizador, a qual o homem negro americano esteve sujeito desde o seu nascimento, e as suas origens – a qual Du Bois refere-se como “Negro Soul”. Apesar de originalmente referir-se especificamente ao homem negro vivendo nos Estados Unidos, no contexto de “You Have to be Gay to Know God”, o mesmo conceito pode ser aplicado ao conflito identitário do protagonista, que é confrontado a todo momento por essas forças antagônicas que o puxam violentamente em direção a polos opostos: Sua fé cristã (externa) e sua identidade como homem gay (interna).

Para além e de forma um pouco mais óbvia, também é possível traçar um paralelo entre sua identidade como homem negro vivendo em uma África do Sul pós-apartheid, como discorrer-se-á na próxima secção. Sendo assim, há uma tripla consciência que demarca esse conflito identitário. Siya é um homem negro, gay e cristão.

Resultados e Discussões

1. Breve Contextualização

Lançado em 2018, “You Have to be Gay to Know God” conta a história de Siya Khumalo, passando por vários momentos chave de sua vida, desde a sua infância, adolescência, serviço militar, até mesmo sua participação no concurso Mr. Gay South Africa. Siya, como autor-criador, narra de forma autobiográfica esses acontecimentos. Por muitas vezes utiliza-se de técnicas de fluxo de consciência para fazer esses recortes.

A história é contada de maneira não-cronológica, de modo que precisamos acompanhar muito atenciosamente a história, visto que frequentemente somos redirecionados no tempo de maneira muito rápida entre um parágrafo e outro, bem ao estilo fluxo de consciência, mas sempre de maneira relevante ao tema central dos capítulos, que totalizam dezoito e um epílogo. De maneira geral, Siya como autor-criador, assume uma voz bem-humorada em sua narração, abordando temas sérios de modo jocoso, ou, como personagem, desarmando situações com piadas ou brincadeiras. Entretanto, em muitos momentos, Siya assume um estilo mais sério, de caráter ensaístico, ao se debruçar sobre a situação política do país (África do Sul) ou ao colocar em destaque seus vastos estudos bíblicos, focados nas possíveis contradições entre a fé tradicional cristã – tradicionalmente vocal sobre seu posicionamento contra a homossexualidade – e suas interpretações dos textos bíblicos.

Para além, Siya também traz à tona a opressão que sofreu durante toda a sua vida, seja de maneira direta como ataques e ameaças contra a sua pessoa, ou mesmo de maneira indireta através da supressão de sua identidade como homem gay em virtude de sua fé cristã, que não o aceitaria caso não o fizesse. Esses temas são o pilar principal sobre o qual se baseia a análise deste estudo.

2. A opressão representada em You Have to be Gay to Know God

Utilizando-se da técnica de in medias res[3], somos apresentados ao primeiro conflito da narrativa já na primeira página do livro. Conflito que surge quando um colega de trabalho de Siya, que trabalhava em um restaurante à época, o ameaça violentamente com uma faca de cozinha, enquanto esbravejava repetidamente “I’m not gay”[4]. Somente após Siya confirmar dizendo “Sim, você não é gay” que o colega de trabalho se acalma e os outros colegas conseguem imobilizá-lo para tomar a faca.

Este conflito em si já consegue colocar em foco muitos aspectos sociais em torno da homossexualidade na África do Sul, de modo a representar logo nas primeiras páginas essa violência, que apesar de inconstitucional de todos os modos, é ainda recorrente. E como Siya enfatiza – ao sugerir posteriormente o que o delegado poderia dizer ao colega: “Don’t threaten; just do”[5](Khumalo, 2018, p.9) – essa situação violenta não tem peso suficiente para que seja dado o devido andamento legal ao chegar na delegacia e poderia, portanto, levar à efetivação de um homicídio por vingança após a soltura do agressor.

Entretanto, é um excerto um pouco mais adiante que oferece uma janela maior para que possamos espiar, por meio da escolha lexical, a situação de opressão a qual estão sujeitas pessoas de identidade parecida:

Up until the night at the restaurant, I was a ‘good’ gay, complimented often for not being as ‘bad as the other gays’ who were ‘over the top’ about their sexual orientation. I’d been complimented also for not being ‘that bad’ a black person. I never whined about apartheid and I ‘spoke so well’. Another co-worker paid me both ‘compliments’ at once when he explained that I wasn’t really gay; the problem was I’d mostly known black women. But seeing I wasn’t ‘that bad’ a gay or ‘that bad’ a black, all I needed to find my heterosexual spark was one night with a white girl because ‘white girls have class’. The issue was one of taste. (Khumalo, 2018, p.11)[6]

Como dito anteriormente, para que possamos analisar a construção de personagem de Siya, precisamos levar em conta as três faces de sua identidade, como sendo: gay, negro e cristão, de modo que a interseção entre essas três faces possam resultar em uma identidade potencialmente integrada. Sendo assim, o excerto acima nos permite analisar duas faces dessa interseção e a dupla consciência que advém com ela.

A escolha lexical do excerto acima é particularmente interessante, pois é através dela que podemos inferir a intencionalidade axiológica por trás da escolha. Não ser um gay tão “ruim” (“bad”) quanto os outros implica que todos sejam ruins sem distinção, apenas alguns são menos do que outros. Desse modo, a característica que é necessária para não ser tão ruim quanto os outros é a masculinidade ou a passividade, visto que a característica que define gays ruins é ser “exagerado” (“over the top”) sobre sua orientação sexual. Portanto, o autor aqui escancara de forma crítica (ao observar o uso das aspas no excerto) que, para ser “elogiado”, ou seja, socialmente aceito, é necessário conseguir se passar por hétero, suprimindo e confinando a sua sexualidade.

Sobre esse pensamento popular de que é ruim ser “exagerado” ou “feminino” sobre sua sexualidade, Nascimento (2012, p. 26) pontua que esses pensamentos – ao referir-se sobre eles como “imaginário hegemônico” – “se apoiam em alguma hierarquia que reproduz o imaginário patriarcal de que os homens sejam superiores às mulheres, que o masculino é superior ao feminino, que o masculinizado é superior ao efeminado, que o ativo é superior ao passivo”. Portanto, é este “imaginário hegemônico” que leva à hierarquização de gays como menos ruins que outros. Aquele que é masculino e ativo é superior, porém ainda é ruim, visto que o bom é tido como a heterossexualidade.

Neste mesmo excerto podemos observar uma situação parecida, porém em relação à cor de pele, visto que Siya também foi alvo de “elogios” por não ser uma pessoa negra tão ruim (“‘that bad’ a black person”), podendo-se inferir novamente pela fala que todas as pessoas negras são ruins. Permite, assim, destacar, também, como o racismo é representado na obra: socialmente aceito ao ponto de alguém se sentir confortável o suficiente para proferir este “elogio”.

Esta situação ainda é particularmente mais acentuada, visto que, ao se referir ao apartheid, utiliza-se da palavra “whine” (“chorar”) de modo a diminuir a importância que o apartheid teve e a opressão sofrida durante muitos anos de colonização e imperialismo violento na África do Sul. Ao se referir à luta contra essa opressão como um “choro”, busca-se infantilizar o pensamento oposto, fazendo com que haja uma deslegitimação da pauta.

Há também uma fresta aberta pela escolha lexical e por ações posteriores da personagem, que nos permite inferir que há um certo grau de code-switching i.e., uma revisão intencional ou automática na linguagem, conforme um indivíduo navega suas identidades entre diferentes contextos (Dembroff; Saint-Croix, 2019, p. 596). A fim de manter o

emprego, é possível que Siya tenha suprimido sua linguagem através de um certo mascaramento, com o objetivo de poder camuflar sua identidade e evitar agressões como foi o caso no restaurante. Este mascaramento é evidenciado pelo fato de que os colegas também comentam o fato de ele falar bem (“speak so well”), que indica consequentemente um code-switching tanto entre a sua identidade como homem gay, evitando soar afeminado, bem como suas falas como homem negro, tentando soar mais erudito.

Para além disso, também faz-se necessário analisar a interseção existente entre sua identidade como gay e cristão, conceitos que tipicamente e no dogma cristão (e de forma mais vocal o dogma pentecostal) se opõem entre si. No capítulo três, ao falar de sua adolescência e após uma reflexão sobre a religião cristã e a hipocrisia nos ensinamentos do antigo testamento, chegamos ao seguinte excerto, pelo qual essa interseção será analisada:

“Indeed, the lithe Jesus on the Catholic crucifix was not depicted as a sexless cherub. He was a man; the first pin-up I ever knelt before. [...]. Look, I might go to hell for writing this but the poor excuse for a loin-cloth draped about Jesus’s pale waist messed with my head. If his plan for saving me from the perversions of my flesh was himself being made into a perversion of the flesh, then I was a spiritual disaster because I kept seeing the sacred in the sexual and the sexual in the sacred. (Khumalo, 2018, p. 34)[7]

Observa-se, portanto, que, o dogma cristão é representado aqui como um agente supressor da sexualidade, descrita aqui como “perversões da carne” (“perversions of the flesh”), e portanto configura-se como pecado, na medida que aquilo que é perverso ou mau tende a ter um impacto direto no destino pós-morte daqueles que possuem a fé cristã, observado nesse excerto como o medo de ir para o inferno apenas por relatar esse momento de atribulação. Trata-se não apenas da homossexualidade, mas da condenação da sexualidade de modo geral, que dentro da fé cristã tende a ser vista como tendo apenas fins reprodutivos.

Entretanto, a voz da personagem toma para si o rótulo de perverso ao usar o pronome possessivo “minha” (“my”), de maneira que entendemos se tratar da homossexualidade em si. Outra escolha interessante é a ideia de que é necessário passar por uma “salvação” (“saving”) para se livrar do pecado que é a sexualidade. O modo como se refere à fé cristã aqui permite-nos refletir sobre como a fé cristã anterior de Siya exigia que houvesse uma supressão de sua sexualidade e, portanto, de sua identidade como homem gay, a fim de adquirir salvação e evitar o inferno.

Contudo, esta supressão violenta da sexualidade, ironicamente, acaba por fazê-la transbordar e expressar-se de maneiras indesejadas. Como observa-se no próprio excerto, onde o autor utiliza-se da palavra “pin-up”, que aqui definir-se-á como a picture of a sexually attractive and usually famous person, especially someone wearing few clothes (Cambridge Dictionary, 2025), em referência à imagem de Cristo no crucifixo da igreja. Essas noções fazem com que Siya acredite ser um desastre espiritual (“spiritual disaster”) e que necessitaria redirecionar (“sublimate”) a energia desse despertar sexual para o zelo religioso. Esse processo acaba levando Siya à obtenção de um profundo conhecimento bíblico, a fim de refutar a hipocrisia com que se pregam versos da bíblia cuidadosamente escolhidos para justificar a opressão de certos grupos sociais, enquanto ignorando outros que seriam contrários ao pensamento padrão imposto nas igrejas. Entretanto, este processo poderia ter levado a uma recusa da própria identidade, como acontece com

muitos que não se aceitam ou se identificam como homens gays em virtude e por medo da fé cristã.

Há, portanto, uma supressão identitária que acomete a personagem oriunda de três fontes distintas, visto que Siya precisa suprimir sua identidade como homem negro, através de code-switching e o uso de uma linguagem mais erudita, bem como ao não se posicionar contra o apartheid ou os problemas advindos da colonização. Também é preciso que Siya suprima sua identidade como homem gay, não podendo expressar livremente sua sexualidade, por medo de ser “exagerado” demais. E por fim, não podendo expressar sua sexualidade ou se relacionar com parceiros, por pressão religiosa, sendo necessário suprimir estes desejos por medo da punição divina.

Posteriormente, através de um processo de experimentação sexual, autodescoberta e do estudo religioso (chegando a um conceito próprio de fé cristã), a personagem consegue conciliar as três faces de sua identidade, ou seja, sua tripla consciência, de forma a se expressar mais livremente como ser humano, chegando até a participar de concursos, como o Mr. Gay Africa, e ir à televisão como porta-voz da comunidade Queer em África. Entretanto, ainda existem muitos indivíduos que não podem se expressar tão livremente na África do Sul, no continente africano ou no mundo. A mágica do texto literário está, portanto, na escolha de representar a opressão e a supressão identitária, aqui de modo autobiográfico, e como nós como leitores podemos nos identificar ou aprender com esse processo.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo investigar em que medida a religião e as questões raciais representadas na obra autobiográfica "You Have to be Gay to Know God" contribuem para a construção da personagem principal, como homem gay, negro e cristão. A partir da análise de excertos da obra, possibilitada por meio de Bakhtin, concluiu-se que as questões raciais na África do Sul e a religião cristã, foram fatores cruciais na construção da personagem ao longo da narrativa, que por muitas vezes teve que suprimir sua identidade a fim de melhor navegar os diferentes meios ao longo da vida, principalmente durante a juventude.

É importante enfatizar também que “You Have to be Gay to Know God”, ainda pode ser fonte de estudos particularmente interessantes sobre temas que não foram abordados nesta pesquisa, como o uso do humor para desarmar situações de conflito e a caracterização de personagens masculinos sobre uma lente feminista de análise.

Por último, espera-se que este trabalho possa contribuir positivamente com a literatura existente sobre o tema e que possa expandir esse campo de pesquisa, a literatura africana queer, a fim de resultar em mais trabalhos na área, que, apesar de crescente na academia, ainda carece de um interesse popular.

Referências

- BAKHTIN, M. **O falante no romance**. In: BAKHTIN, M. Teoria do romance I: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. p.123-166.
- BAKHTIN, Mikhail. **O discurso no romance**. In: BAKHTIN, Mikhail. Teoria do romance I: a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015. p. 19-241.
- DEMBROFF, R.; SAINT-CROIX, C. **“Yep, I’m Gay”**: Understanding Agential Identity. *Ergo, an Open Access Journal of Philosophy*, v. 6, n. 20200313, 11 jul. 2019.
- DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. Fairbanks: Project Gutenberg, 2008.
- FARACO, C. A. **Autor e Autoria**. In: BRAIT, B. Bakhtin: Conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FRANCO JUNIOR, Arnaldo. **Operadores de leitura da narrativa**. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009. Cap. 2. p. 33-58.
- ILGA world updates state-sponsored homophobia report: “there’s progress in times of uncertainty”. ILGA, Geneva, 2020. Disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report/> Acesso em: 27 jul. 2025
- KHUMALO, S. **You have to be gay to know God**. Cape Town: Kwela Books, 2018.
- MARTIN, K.; XABA, M. **Queer Africa 2: New Stories**. Johannesburg: MaThoko's Books, 2017.
- MELO JÚNIOR, O. M. B. DE. **O discurso autoritário da masculinidade heteronormativa**. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 32, n. 2, p. 270–289, 13 set. 2022.
- MÜLLER, B. M. **The mark of the mask**: queer neo-ethnographies and double consciousness in post-apartheid South Africa. *Safundi*, v. 21, n. 1, p. 85–109, 5 nov. 2019.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor. **Às margens: notas escritas entre a filosofia e a sexualidade**. *Revista Ártemis: Estudos de gênero, feminismos e sexualidades*, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 21-34, 2012.
- PIN-UP. In: Cambridge Dictionary, Dicionário Online de Inglês.. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/pin-up>>. Acesso em: 27 jul. 2025

SUBLIMATE. In: Merriam Webster, Dicionário Online de Inglês.. Disponível em:
<<https://www.merriam-webster.com/dictionary/sublimate>>. Acesso em: 27 jul. 2025

THABO MSIBI. **The Lies We Have Been Told**: On (Homo) Sexuality in Africa.
Africa Today, v. 58, n. 1, p. 54–77, 2011.

WALL, Anthony. **Os personagens na teoria de Bakhtin**. Tradução de Jorge Witt
Mendonça Jr. Odisseia, Natal, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2019.

Anexos



Notas de Fim (rodapé)

CÓDIGO: HS1438

AUTOR: VITOR HUGO RUFINO SANTOS COSTA

ORIENTADOR: MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

TÍTULO: RUPTURAS E CONTINUIDADES: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO
ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1969–1996)

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as críticas - e as permanências - feitas ao Ensino de História no Brasil durante o recorte temporal de 1969 a 1996, em publicações que são referenciadas como as primeiras desse campo de pesquisa. Para isso, foi utilizada a análise comparativa de obras do período supracitado, redigidas ou organizadas por autores como Conceição Cabrini, Déa Fenelon, Ernesta Zamboni, Marcos A. Silva, Miriam Moreira Leite, Sonia Nikitiuk, entre outros. Essas obras abordam questões sobre o ensino de História no Brasil e embora tenham contextos de criação distintos, todas relatam como é o ensino, em múltiplas dimensões, no seu período e indicando possíveis caminhos a serem tomados, a fim de melhorar os processos de ensino e aprendizagem. Além disso, foi feito um esforço para definir e categorizar tais obras, encaixá-las como obras de disseminação científica que podem ser utilizadas. Ao fim da análise, foi possível perceber uma similaridade entre as críticas feitas ao longo dos anos na dimensão do ensino, assim como uma aproximação das sugestões postas.

Palavras-chave: Ensino de História. Crítica. Disseminação científica. Práticas de ensino

TITLE: BREAKS AND CONTINUITIES: HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS OF
HISTORY TEACHING IN BRAZIL (1969–1996)

Abstract

This research aimed to understand the criticisms — and continuities — directed at History Education in Brazil during the period from 1969 to 1996, focusing on publications that are referenced as some of the first in this field of research. For this purpose, a comparative analysis was conducted on works from the aforementioned period, written or organized by authors such as Conceição Cabrini, Déa Fenelon, Ernesta Zamboni, Marcos A. Silva, Miriam Moreira Leite, Sonia Nikitiuk, among others. These works address issues related to the teaching of History in Brazil and, although created in different contexts, they all report on what History teaching was like

— in multiple dimensions — in their respective times, while also indicating possible paths to improve teaching and learning processes. Furthermore, an effort was made to define and categorize these works, framing them as scientific dissemination books that can be effectively used. By the end of the analysis, it was possible to identify similarities in the criticisms made over the years regarding the teaching dimension, as well as convergences in the suggestions presented.

Keywords: History Education.Criticism.Scientific dissemination.Teaching practice

Introdução

Ao longo da História do Ensino de História no Brasil, profissionais pesquisaram, elaboraram diagnósticos, teses e constatações acerca da realidade do ensino nas escolas brasileiras. A partir disso, alguns docentes compilaram informações em livros e, às vezes, indicaram possíveis caminhos a serem trilhados visando melhor aprendizagem.

A partir desses registros, busco compreender parte da história do ensino de história, por meio da comparação cronológica dos livros(imagem 1): O ensino da História no primário e no ginásio;Cadernos CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) A prática do Ensino de História;O ensino de História Revisão urgente; História o prazer em ensino e pesquisa;Repensando o ensino de História. As obras abordam a realidade do ensino de história.Nesse sentido, a escolha se deu por; Serem livros de divulgação científica, bastante referenciados, com a proposta de analisar, criticar, relatar e propor mudanças na educação; Estar alinhado com a ideia defendida por Chervel (1990) de que há a necessidade de estudar sobre as disciplinas escolares para além dos documentos oficiais; Ter somado 22 autoras de diferentes regiões, com vivências distintas, proporcionando uma percepção plural.

Nesse sentido, a autora Miriam Leite escreve que:

Grande parte do material sobre o ensino é constituído de Leis, pareceres, debates parlamentares, reformas oficiais e programas. Quando tratado nesse nível, o ensino é, porém, analisado em termos genéricos; tais análises, em geral, fundam-se em experiências estrangeiras e raramente são o resultado do exame concreto da realidade. (Leite, 1973, p.9.)

A produção, que abarca apenas questões legislativas, limita o estudo das práticas docentes por não abordarem o chão da escola, gerando um vazio de registros, e um problema de memória do ensino, pois, eleva o ideário de que nada está sendo feito para melhorar a educação, de que não há experiências exitosas e que o ensinar é algo uniforme. Além disso, essa lacuna enfraquece o campo do ensino ao não propiciar um espaço de debates sobre questões que são próprias.

A pluralidade faz perceber que estudar o campo do Ensino de História é compreender que o fazer profissional docente abarca competências para além dos conteúdos substantivos. Na História isso significa que, para se ensinar não basta estudar o passado pelo passado, mas sim entender sobre o processo de ensino aprendizagem, como o

objetivo do estudo do tempo. Fazendo um paralelo: caso um cirurgião estude a anatomia de um órgão, isso não o fará um cirurgião, afinal, são necessários outros conhecimentos e habilidades tal como entender a sua função no corpo e sua relação com outros órgãos, que hábitos o danificam, etc. Nessa comparação, o ensino de história se encaixa pois: não é porquê alguém tem um profundo conhecimento sobre um momento histórico que saberá como trabalhar em sala de aula.

Por essas questões, faz-se necessário aprender sobre as competências específicas do ensino de história, porém, também é preciso entender que um caminho já foi trilhado. Experiências foram efetuadas, e, por vezes aquilo que consideramos como algo novo, na verdade, já foi amplamente testado. Não há a necessidade de “inventar a roda” em termos metodológicos, o que temos, como aponta Itamar Freitas em Fundamentos Teórico-Metodológicos para o Ensino de História (2010) é a necessidade de estudar sobre o passado, compreendendo sua historicidade e “de relacionar passado, presente e futuro com vistas à orientação da vida prática.”(Freitas, 2010, p.6). Por sua vez, o contato com outras experiências, soluções e concepções didáticas nos faz questionarmos a nossa realidade e chegar a pontos que não pensaríamos sozinhos. Por isso, justifica-se o estudo sobre as especificidades do saber profissional sabendo que um dos objetivos desse campo é entender outras realidades, em tempos distintos. É fundamental compreender teórico-metodologicamente esse espaço para assim refletir e entender sobre a nossa própria realidade.

Metodologia

Para cumprir com o objetivo inicial da pesquisa, foi escolhida a comparação cronológica das obras, juntamente com a análise total das obras, desde a sua autoria, contexto de criação, passando pelos seus conteúdos e recepção das obras, com as quantidades de estudos que os referenciam.

Durante a análise comparativa das obras, procurei compreender em que medida as publicações se aproximam, quais questões que aparentemente foram solucionadas, e quais novas apareceram ao longo dos anos. Além disso, as obras apresentam sugestões de rumos para o ensino de história, assim, também me ocupei em entendê-las.

Os livros analisados foram escritos na segunda metade do século 20, sendo a primeira delas publicada no ano de 1969 e a última no ano de 1996(figura 1), abarcando assim mais de 30 anos do ensino de história no Brasil com natureza variada. Entre elas, duas são de autoria individual. A saber:

- 1- O ensino da História no primário e no ginásio(1969) da autora Miriam Moreira Leite.
- 2- História: o prazer em ensino e pesquisa(1986) do autor Marcos A. da Silva.

As três demais obras analisadas são coletâneas, dentre as coletâneas duas são organizadas de forma que cada capítulo foi escrito por um autor distinto no formato de

artigo ou relato de experiência. Assim, para esse texto em específico, com o objetivo de levar a uma melhor compreensão, optei por decompor as coletâneas De forma a assumir cada capítulo como uma obra à parte, analisando-os individualmente, e posteriormente, interpretando e chegando no entendimento do Livro como um todo.

1- Caderno CEDES A prática do ensino de história(1985) das autoras: Ernesta Zamboni; Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi; Déa Ribeiro Fenelon; Luzia Margareth Rago; Dulce Maria Pompêo de C. Leme; Vera Lúcia Sabongi de Rossi; Maria Carolina Bovério Galzerani; Maria Helena Simões Paes; Vera Lúcia Góí; Paulo Cosiuc.

2- Repensando o Ensino de História(1996), das autoras: Sonia Maria Leite Nikitiuk; Paulo Knauss; Ubiratan Rocha; Marília Beatriz Azevedo Cruz; Arlette Medeiros Gasparello.

Por sua vez, a terceira coletânea analisada, intitulada O ensino de História: revisão urgente(1986), redigido por Conceição Cabrini; Helenice Campos; M.do Pilar Vieira; M.do Rosário Peixoto; Vavy Pacheco Borges estrutura-se de forma homogênea, sendo assim, não houve a necessidade de fazer tal procedimento.

Assim, o procedimento metodológico adotado consistiu em:

- 1- Identificar os autores dos textos.
- 2- pesquisar sobre o seus contextos de criação.
- 3- correlacionar aproximações e diferenças entre as obras.
- 4- analisar como os problemas e soluções propostos se transformaram ao longo do tempo.
- 5- avaliar as sugestões de ensino apresentadas.
- 6- no caso das coletâneas.
 - 6.1- considerar cada capítulo de forma isolada.
 - 6.2- considerar a obra como um todo.
- 7- levantar a quantidade de citações de cada obra no google acadêmico, como forma de aferir sua aceitação e circulação no campo.

Resultados e Discussões

Esses livros são fontes do ensino de história brasileiro. Suas páginas retratam a realidade do ensino como um todo, elas abordam questões como livro didático, concepção de ensino, remuneração profissional, equipamentos da sala de aula,

legislação, dentre outros.

Ao lê-los, somos transportados para uma outra realidade, um outro tempo que não o nosso. Nesse sentido, eles podem ser encarados de formas múltiplas, por exemplo, como fontes históricas, testemunhos do seu próprio tempo; mas também, podem ser tidos como livros de aperfeiçoamento profissional, pois neles estão redigidas sugestões sobre o fazer docente.

1 O ensino da história no primário e no ginásio (1969) (imagem 2)

A autora do livro, Miriam Leite, na época em que o escreveu, era formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, posteriormente, formou-se em História Econômica, essa formação, além das suas conexões com outros profissionais, deu a ela base para fazer a análise contida no livro.

Na obra, Miriam Leite, por iniciativa própria, busca analisar de forma panorâmica a realidade do Ensino no Brasil, especificamente o ensino de História do Brasil, sua qualidade, a qualidade dos livros didáticos, as condições de trabalho dos professores, os currículos, as condições de aprendizado dos alunos. Porém, mesmo tendo foco no ensino de História, as análises da obra refletem a educação como um todo. Nesse sentido, essa é a obra mais abrangente, dentre as analisadas, conseguindo ser profunda e crítica em seu relato.

Em sua análise, a autora aborda tanto o ensino primário, quanto o ginásial. Essa por si só é uma grande diferença, em relação às demais obras, que focam em apenas uma série em específica ou generalizam o ensino como um todo.

No entanto, mesmo que Miriam Leite faça uma análise abrangente e repita a estruturação para os dois níveis de ensino, ela enfoca mais no Ensino Primário e, para isso, ela justifica a escolha ao destacar que:

- 1- Há um alto índice de evasão escolar em que apenas 20% dos alunos que se matriculam no curso primário chegam a completá-lo
- 2- Neste período a obrigatoriedade do ensino era apenas para o primário que abarcava crianças de 7 a 12 anos.
- 3- Para ingressar no Ensino Ginásial era necessária aprovação em um exame de admissão.

Dessa forma, o primário, em sua maioria, representava a única oportunidade de se ensinar formalmente, o que por sua vez, justifica a maior preocupação da autora com esse nível de ensino

Outro ponto destacado na obra é a precariedade e solidão da formação continuada dos professores. Por vezes, há apenas uma formação inicial e um posterior isolamento devido a falta de comunicação interna da classe no que concerne às práticas docentes. Em resumo, o ensino de História ou de Estudos Sociais no curso primário tem maior possibilidade de provocar uma aprendizagem eficiente se partir dos interesses das crianças de sete a doze anos, e conseguir ser feito aproveitando atividades e preferências peculiares ao desenvolvimento das crianças dessa idade. Em condições normais de saúde e nutrição das crianças e com livros atraentes e bem escritos à sua disposição, o professor pode orientar a classe para uma conceituação do Tempo e da História, através de gráficos, mapas, desenhos e comparações. Sem esquecer de estimular a imaginação e a fantasia, as atividades da classe podem ser diferenciadas, a fim de que as crianças utilizem seus conhecimentos para se expressar, através de composições, de desenhos, de leituras suplementares ou da invenção de cenas que se passam em outras épocas. A situação dos professores e a estrutura de muitas escolas podem dificultar ou impedir esse tipo de ensino; a ausência da biblioteca escolar e de um número razoável de horas de aula numa classe, tornam-no impossível. Mas os recursos de um professor imaginoso

e o interesse dos alunos conseguem criar novos caminhos. (Leite, 1969, p.88-89)
Esse trecho é uma síntese das soluções apontadas por Miriam Leite para o ensino primário. Chamo atenção para alguns pontos chave: a implementação da disciplina de Estudos Sociais; o livro didático e outros recursos pedagógicos; e as condições de saúde dos alunos.

A questão dos Estudos Sociais é o que mais chama a atenção, pois essa disciplina foi uma experiência educacional que ocorreu durante a Ditadura Militar Brasileira e posteriormente se tornou um alvo comum de críticas e reclamações. No entanto, Miriam Leite redigiu o seu texto no início da implementação da disciplina, vendo nela uma boa ideia e uma oportunidade de revolucionar o ensino ao agregar conhecimento de vários ramos da educação e partir da realidade do aluno para o ensino.

Para além do que está posto no parágrafo, Miriam Leite sugere inverter a ordem de ensino, partindo do mais próximo para o mais distante, tanto de forma temporal quanto de forma geográfica, pois nessa idade tem-se uma maior facilidade para compreender o mundo real ao seu redor.

Uma outra indicação dada pela autora é o uso de outros documentos que não os escritos formais, sugerindo o uso de imagens, quadros e desenhos, assim como a leitura de prosadores e poetas, pois, segundo ela:

A leitura de prosadores e poetas pode criar um interesse maior pela história e contribuir para o gosto da leitura, difundindo a noção de que é possível descobrir, nos livros, a satisfação da necessidade de conhecimento, de segurança e de aventura (Leite, 1969, p.85)

Essa fala reflete a preocupação da autora em pluralizar não só as narrativas, mas também os meios de ensino, assim gerando a possibilidade de um maior número de alunos atraírem seus olhos para o conhecimento histórico, pois existe a necessidade de suprir variados padrões de aprendizagem.

No que concerne ao acompanhamento do aluno, a pesquisadora sugere o uso de diários individuais e fazer com que os alunos o preencham. Chegando ao fim do ano sugere que os alunos façam relatórios quantitativos e qualitativos com base nos seus próprios dados, com isso, o aluno conseguiria avaliar e avalizar a sua própria progressão do conhecimento. Ao fim, todas as modificações visam uma aprendizagem permanente e significativa.

2 Caderno CEDES a prática do ensino de história (1985)(Imagem 3)

O ano de 1983, em específico, é considerado um marco para a História do Brasil, pois o país estava passando pela redemocratização e, embora ainda estivesse sob a Ditadura, este foi o ano em que os primeiros governadores tomaram posse depois de uma votação direta. Com essa abertura política, vários movimentos ganharam força, dentre eles o movimento pela educação de qualidade.

Em 1983, houve um encontro de professores sediado na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, de profissionais de 1º e 2º grau, conforme nomenclatura da época, das disciplinas de História e Estudos Sociais. Este evento foi promovido pela Faculdade de Educação, pelo Departamento de História e pela Associação Nacional dos Professores de História.

O evento em si tinha como objetivo integrar os conhecimentos e vivências das escolas públicas e privadas em todos os níveis de ensino, fosse de 1º, 2º ou 3º grau. Isso, por si só, já representa valiosa contribuição, pois é uma tentativa de aproximação entre o que hoje entendemos por ensino básico e superior, além de assegurar um espaço de fala para as práticas docentes do nível básico.

Para cumprir com tal objetivo, o evento proporcionou um ambiente de discussões, o que

segundo Ernesta Zamboni, escritora da apresentação do caderno

A existência desse espaço é muito importante porque, geralmente, o professor de 1º e 2º graus não é estimulado e nem encontra lugar para manifestar-se, trocar experiências e divulgar o seu cotidiano de sala de aula” (Zamboni, 1985, p. 3)

As discussões desse evento foram posteriormente organizadas neste caderno cuja a publicação visa refletir sobre o ensino de História e divulgar experiências para que outros profissionais se aperfeiçoem e sintam que não estão sozinhos, tendo em vista, que as ações estatais de formação são restritas e a maioria dos professores não dispõem de tempo devido a carga horária alta.

Neste caderno analisado, houve uma grande preocupação, por parte das participantes, em romper com a História factual. O intuito é tornar o processo de ensino-aprendizado significativo para o aluno. Com isso, as autoras se preocupam com a realidade do aluno e procuram formas de tornar todo o processo atrativo. Elas fazem isso por meio de metodologias diversas.

Dentre as críticas postas, estão a reclamação acerca da qualidade dos materiais didáticos, dos programas postos e da falta de diálogo na elaboração dos currículos. Também reclamam da remuneração, somada a inacessibilidade de formação continuada por parte da maioria dos professores brasileiros.

Além disso, pelas falas de autoras como, Déa Fenelon afirmando que “Parece já um lugar comum em debates como este que todos nós profissionais da educação comecemos pela denúncia de que a educação e o ensino vão mal. (Fenelon, 1985, p.11). Essa fala retrata as más condições de trabalho dos professores, Corroborando com essa ideia temos Maria Helena Simões Paes ao falar que

Parece-se que cada vez mais o encontro entre professores tende a se caracterizar pelo relato da prática educacional. Os encontros realizados com este objetivo fazem com que o professor ao relatar, reflita também sobre a sua prática em sala de aula. Fazem com que se documente o relato e a reflexão, os quais talvez, de outro modo se perdessem, mobilizam o professor a revelar o que ocorre no seu “domínio”, quase sempre objeto de seu controle e conhecimento exclusivos. Permitem que o professor se exponha a críticas e a questionamentos, importantes para a construção do conhecimento que está realizando. (Paes, 1985, p.48)

Essas falas dão a entender que o debate acerca da educação está ganhando corpo, espaço e significado no país.

Diferentemente de Miriam Leite que indicava um possível futuro promissor no ensino com a adoção da disciplina de Estudos Sociais, para os demais autores a introdução da disciplina passa a ser um alvo de críticas, por vezes aberta, por vezes disfarçada com mensagens como “os alunos estão despreparados” essas críticas se dão pelo projeto de construção de cidadão passivo socialmente, elaborado pela Ditadura Militar Brasileira. No entanto, por mais que haja críticas às formas de ensino da época, há uma preocupação, por parte das autoras, em explicitar que não se deve retornar a forma de ensino que se tinha antes, mas sim, compreender os pontos fortes de cada época e criar, assim, uma nova forma de se ensinar. Assim sendo, evitam um saudosismo e um culto ao passado.

3 O ensino de história: revisão urgente (1986) (imagem 4)

Este livro é fruto de um programa ocorrido durante a década de 1980 em que a Secretária de Ensino Superior (SESU) do MEC, tomou a iniciativa de financiar projetos que tivessem como fim último a elaboração de materiais instrucionais para o 1º e 2º graus, procurando aproximar a universidade da realidade escolar. É nesse momento que essas autoras unem-se, enquanto grupo, a fim de elaborar um projeto e concorrer à

verba. Elas conseguem e executam o projeto entre 1983 e 1984 em turma da 5ª série. Posteriormente, o grupo de pesquisadoras esquematizou a experiência transformando-a em livro.

Esse livro é um relato de experiência e tem diversas camadas: a procura do MEC em vincular o ensino superior ao ensino básico; o interesse em melhorar a educação; o choque de realidade e a dualidade entre o ensino superior e o ensino básico.

Problemas como horário de aulas, frequência dos professores e alunos, disciplina em sala de aula, sala dos professores, recreio e cantina... tudo isto se concretizou sob nossos olhos, não sendo mais só objeto de relatos de colegas professores, ou simples dados em frios organogramas e relatórios estatísticos. (Carbrini et al, 1986, p.9) Além disso, a própria existência desse livro (e de outros aqui analisados) é uma solução de um dos problemas apontados por Miriam Leite: A falta de estudos e relatos de experiências que partam da base, da realidade escolar.

Outras problemáticas permanecem e se transformam. A escolha pela 5ª série do 1º grau foi por ela ainda ser, para muitos, a única oportunidade de se aprender história. Outro problema que se transformou foi a questão do livro didático, antes eles tinham uma baixa qualidade. Agora, nesse caso em específico, há a ausência de livro didático e parte do trabalho das professoras é a criação, junto com os alunos, do próprio material, tentando dessa forma fazer algo significativo e coerente.

a dificuldade de compreensão dos textos por parte dos alunos (com o desconhecimento até da palavra parágrafo!), de articulação das ideias e de expressão escrita;

a enorme frequência de formas de trabalho como questionários, ditados e aulas expositivas;

a presença do autoritarismo na estrutura organizacional do ensino e na dinâmica diária da escola. (Cabrinini et al, 1986, p.8-9)

Ao fim da análise da obra é possível perceber que a história trabalhada em sala de aula continua factual e sem problematizações, fazendo com que a disciplina esvaia de sentido. Sobre isso, há uma extensa crítica à disciplina de estudos sociais por não ensinar os alunos a compreender e manipular o tempo, questão basilar para a história e para o desenvolvimento de habilidades necessárias à formação humana.

Um outro ponto de destaque é a crítica ao “tradicional”, mas com cuidado ao utilizar terminologias, maniqueístas deixando tudo dentro de uma ordem dicotômica, novo e velho, bom e ruim. Isso ocorre pois, tende-se a achar que o novo é sempre melhor, ou que por ser novo é inovador por si só. No entanto, por vezes o que é dito como novo ou inovador nada mais é do que o tradicional repaginado, isto é: não é por que um professor utiliza um filme em sala de aula ou utiliza uma bibliografia atualizada e por isso “mais verdadeira” que ele está sendo inovador no sentido do processo educacional. Na verdade o problema está em outro ponto: a própria concepção de ensino.

Para esse grupo, a verdadeira inovação está em considerar a realidade do alunado, assim como compreender que o 1º e 2º grau tem especificidades não abordadas no 3º grau e por isso, o ensino não pode ser uma mera transposição dos saberes do 3º grau nos demais níveis de ensino.

Para este grupo de autoras, o ensino deve partir do esquema presente na figura 5 atrelando o aqui/ agora ou aqui/ em outro tempo, assim como em outro lugar/ agora ou outro lugar/em outro tempo. Sempre levando em consideração a realidade do aluno e não buscando o conteúdo em si, mas, sim a produção de reflexão ao compreender que a história estuda as transformações sociais, ao passo que se evite maniqueísmos ao analisar o assunto estudado como um todo e entender que se tratando de História, não há tempo melhor ou pior, apenas diferentes.

Para atingir esses objetivos, o grupo sugere a pesquisa e o questionamento de documentos, fontes primárias e secundárias, assim como o uso de multimídias para tornar o assunto mais palpável e facilitando a compreensão por parte dos alunos. Outro ponto sugerido pelas pesquisadoras é no âmbito da formação docente, em que para elas é fundamental tanto a melhor preparação de profissionais ainda na universidade, como o oferecimento do que na época era chamado de cursos de reciclagens para os profissionais na sala de aula. O que hoje intitulamos de formação continuada. Nesse sentido, há uma preocupação em manter os professores atualizados nos debates acerca do ensino e da historiografia.

4 História o Prazer em ensino e pesquisa (1995)(imagem 6)

Marcos Silva Professor e pesquisador com foco em teoria e metodologia da história compilou parte da sua experiência nesse livro publicado em 1995. Conhecimentos da graduação, cursos de extensão, conferências, seminários e assessorias a professores. Com isso, é possível entender que a trajetória de Marcos Silva está profundamente ligada a espaços de formação e trocas intelectuais que moldaram sua prática. Um dado relevante é que essa e o ensino de história no primário e no ginásio(1969) são as únicas obras, entre as analisadas, de autoria única.

Como o próprio título explicita, Marcos Silva busca difundir o uso da pesquisa como ensino, sugerindo caminhos possíveis a serem seguidos e justificando os seus usos. Apesar de a proposta da pesquisa como estratégia de ensino já estar presente nas outras obras e por isso, passível de pensar que já é algo implementado, Marcos Silva evidencia que ela ainda não ocupa um espaço consolidado na prática docente. O próprio título de sua obra aponta nesse sentido, indicando que a pesquisa não deve ser apenas uma técnica, mas um caminho pedagógico significativo.

O que chama atenção em sua abordagem é a ênfase no vínculo afetivo com o conhecimento. Diferente de outros autores que sugerem que o aluno precisa gostar de História por essa ser uma área do saber importante para a formação, Marcos Silva vai além: ele entende esse gosto como ponto de partida. Para ele, o prazer em aprender está diretamente associado à descoberta e à possibilidade de o aluno se reconhecer no que aprende — ou seja, a aprendizagem deixa de ser apenas uma tarefa e se transforma em uma forma de satisfação pessoal. Nesse sentido, Silva extrapola a sala de aula e o fazer docente, defendendo a pesquisa como algo a ser feito cotidianamente por todos os indivíduos.

Para a sala de aula, Silva sugere o uso de fontes diversas para a pesquisa: patrimônios históricos; prédios do cotidiano; museus; romances; relatos e memórias de pessoas, assim como recursos audiovisuais. Ao utilizar essas fontes como objetos de pesquisa, o professor aproxima a História à realidade dos alunos, fazendo-os refletir sobre a sua própria realidade.

No entanto, o autor relata que nada disso faz sentido, caso o ensino continue sendo trabalhado de forma factual, pois, dessa forma haverá uma ausência de oportunidades de aprendizado por parte dos alunos que deixarão de refletir sobre o que está sendo posto.

5 Repensando o ensino de história (1996) (imagem 7)

Essa produção, publicada em 1996, está dentro dos debates da época acerca do ensino, do chamado “Res” (Repensar, refazer, reformular), podemos perceber esse intuito do livro em se afirmar nesse movimento durante a apresentação da obra, quando a autora escreve:

Repensar o ensino

Repensar a História

Repensar o ensinando da História

Repensar as Relações entre ensino e História
Repensar as relações entre quem ensina e quem aprende
Repensar no ensino o que aprender e como ensinar.
(Nikitiuk, 1996, p.7)

Na apresentação também é afirmado que “esta coletânea espera ser um espaço para que professores de História abram outros espaços de discussão sobre o seu mister”(Nikitiuk, 1996, p.8)

Nesse movimento de “Res” os autores provocam o leitor a refletir sobre o espaço escolar como um todo. Para Nikitiuk é necessário repensar os termos escolhidos em uma narrativa, pois a escola é a maior responsável pelo processo de reprodução delas, por isso há a necessidade de pluralizar e ao mesmo tempo abrir as portas do saber. Para isso é preciso compreender a história material da escola para romper com as tradições e invenções que fazem reproduzir ideias que já não mais cabem ao mundo contemporâneo. É preciso entender que a história está no cotidiano do ser humano, com esse movimento, há uma proposta de leitura histórica como ferramenta humana para leitura do mundo, em contraposição à história factual.

Em consonância com autores previamente citados, Paulo Knaus e Ubiratan Rocha também escrevem sobre o espaço escolar enquanto espaço autoritário, em que o aluno recebe passivamente os ensinamentos e sofre uma “emolduração”, porém a pesquisa mitiga esse aspecto ao fazer com que o aluno construa o conhecimento e questione a própria realidade, pois o ser humano compreende o mundo a partir dos seus próprios conhecimentos e todo evento pode ser estudado de diferentes perspectivas. Essa perspectiva depende de quem analisa, pois toda análise histórica é fruto de um ser humano.

Conclusão

Ao fim da análise dos livros, percebe-se aproximações tanto nas origens como nos conteúdos. Todos criticam a história factual, entendida como uma abordagem acrítica e desconexa da realidade do aluno. Também são recorrentes críticas à qualidade ou ausência de livros didáticos, às condições salariais e ao currículo imposto sem diálogo com a classe profissional.

Além das críticas, há recorrência de sugestões. Entre elas, destacam-se a mudança de concepção da história factual para uma história significativa, considerando vivências e individualidades dos alunos, além do desenvolvimento de habilidades sociais extraclasse, para isso, a pesquisa é a principal sugestão como meio para o aprendizado e autonomia discente.

No entanto, avanços foram feitos: ao longo dos anos, os professores conquistaram espaços para relatar, dialogar e avaliar práticas, como exemplos os encontros de ensino e de formação continuada. A constância das críticas e propostas por três décadas nos faz refletir sobre a sua causa. É preciso compreender que, embora diversos e representativos, eles são ainda, uma parcela dentro da classe profissional, marcada pela pluralidade de perspectivas e disputas.

Um ponto central é que todas as obras analisadas carregam uma concepção de ensino-aprendizagem voltada à questões sociais e críticas ao currículo imposto. Em parte, as obras buscam disseminar tal concepção e conscientizar sobre a necessidade de reformas. Porém, a educação é fruto de política pública e como apontado por Margarida Dias em O direito ao passado (2011) toda política é fruto de disputas, o que exige transformar o instituído e projetar novos horizontes

Além de responder às questões iniciais, a pesquisa evidencia a importância de pautar o ensino de História como um campo em constante construção e debate. Assim, chegamos a uma gama de constatações que merecem destaque.

1º a relevância de registrar e divulgar práticas docentes, pois esses livros, frutos diretos de vivências profissionais, funcionam como fontes por retratar uma realidade passada, assim como influenciadores do seu tempo e do tempo futuro.

2º a importância de estudar o ensino de história em sua historicidade, analisando as práticas docentes, as rupturas e continuidades a fim de entender como chegamos aos dias de hoje, e avaliar metodologias já testadas e facilitar o trabalho docente.

3º a luta por um ensino de história significativo, atento às individualidades, trabalhando a leitura crítica do mundo por meio do tempo, indo contra a história factual e acrítica.

4º o reconhecimento de que os professores do ensino básico detêm saberes específicos, que devem ser valorizados e levados em conta na formulação de políticas públicas e reconhecidos como objeto legítimo de pesquisa.

Assim, ao reunir as informações contidas neste artigo, conclui-se que o ensino de história é um campo com saberes específicos, em transformação contínua, refletindo disputas internas e os desafios das políticas educacionais.

Referências

CABRINI, Conceição, et al.. O ensino de História Revisão Urgente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004

CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Caderno CEDES 10 A Prática do Ensino de História. São Paulo: Papirus, 1994

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, p. 177-229. 1990

FREITAS, Itamar. Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos iniciais). Editora UFS, São Cristóvão, 2010. Disponível em: <https://estagioshistoriamais.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/FREITAS-Itamar.-Fundamentos-para-o-ensino-de-historia.pdf> . Acesso em: 29 Jun. 2025

HUNGARO, Ana Regina de Oliveira; PUGLIESE, Adriana. Enfoque e abordagens de artigos sobre divulgação científica publicados. EDUC, PESQUI., São Paulo, v. 50, e275685, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cd3jNcBKgR9Vm6yZ9GFFbRK/?lang=pt#>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LEITE, Miriam Moreira. O ensino da História no Primário e no Ginásio. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. O ensino de história no primário e no ginásio: cinco anos depois. Revista de História, São Paulo, v. 52, n. 103 (2), p. 627–637, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133168. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133168..> Acesso em: 03 mar. 2025.

NIKITIUK, Sônia Maria Leite(Org). Repensando o Ensino de História, São Paulo: Cortez Editora, 1996.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Direito ao Passado: Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora UFS, 2011.

SILVA, Marcos A. da. História o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, Thaís Patrícia Mancilio da. “Manter todo mundo ligado!” A sociedade brasileira para o progresso da ciência (SBPC), difusão científica e mobilização pela democracia (1975-1989). 231 f. Dissertação(Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2021.

Anexos



imagem 1



imagem 2



imagem 3



imagem 4



imagem 5



imagem 6



imagem 7



trabalho completo

CÓDIGO: HS1446

AUTOR: TIAGO SANTOS ARAUJO

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO FREITAS MORAIS

TÍTULO: Repensando o mal-estar: intensidade, resistência e contemporaneidade

Resumo

O presente texto tem o objetivo de construir uma revisão teórica acerca do mal-estar freudiano e seus desdobramentos, perpassando não só o caminho construtivo desse conceito em Freud por meio de textos como A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno e O mal-estar na civilização, mas também visando exemplificar analisar obras de autores e autoras que utilizaram-se desse conceito para desenvolver entendimentos sobre seus tempos, perpassando a modernidade e a contemporaneidade. Dessa forma, pretende-se produzir um entendimento dessas novas formulações do mal-estar com o intuito de entender e potencializar seus usos para a teoria psicanalítica e para a teoria social contemporânea.

Palavras-chave: Mal-estar; modernidade; contemporaneidade.

TITLE: Rethinking malaise: intensity, resistance and contemporaneity

Abstract

This text aims to provide a theoretical review of Freudian malaise and its developments, examining not only the constructive path of this concept in Freud through texts such as "Cultural" Sexual Morality and Modern Nervousness and Civilization and Its Discontents, but also aims to exemplify and analyze the works of authors who used this concept to develop insights into their times, spanning modernity and contemporaneity. Thus, the aim is to develop an understanding of these new formulations of malaise with the aim of understanding and enhancing its uses for psychoanalytic theory and contemporary social theory.

Keywords: Malaise; modernity; contemporaneity.

Introdução

A trajetória acadêmica de Sigmund Freud começa aos 17 anos, período em que entra para a faculdade de medicina de Viena. Aos 25 anos (mais especificamente em

1885), ao terminar sua graduação, Freud decide se especializar em psiquiatria, no estudo da mente humana e suas patologias. É nessa fase de sua vida que começa a ter contato com as patologias histéricas, neuróticas e psicóticas, e também as suas tentativas teóricas e práticas de explicação. Nesse contexto, começa a desenvolver suas próprias teorias acerca dessas doenças e de seus possíveis mecanismos de tratamento, aqui surgem os primórdios do que depois viriam a conhecer como psicanálise (Gay, 2012). Ao decorrer de seus estudos percebeu que havia criado um escopo teórico que poderia utilizar para analisar diferentes fenômenos. A partir disso, Freud (2010; 2011; 2012; 2014; 2015; 2018) produziu estudos que visavam utilizar das ferramentas teóricas de sua recente psicanálise com o intuito de analisar aspectos socioculturais como as massas, os costumes, a moral e a política.

Dentre seus trabalhos que visavam analisar esses fenômenos culturais está O mal-estar na civilização, de 1930, obra de grande importância para a teoria psicanalítica na qual Freud tece uma crítica profunda à modernidade em seu âmbito cultural e suas relações com o sofrimento psíquico. As críticas desenvolvidas nessa obra já tinham suas raízes fincadas anteriormente na discussão feita em sua obra A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno, na qual constroi um parecer referente a forma própria constitutiva a moral moderna. O mal-estar, então, pode ser localizado na obra de Freud já antes de 1908, ano em que ele publica esta última. O mal-estar na civilização também acabou por influenciar não só as obras de Freud posteriores a ela, como também uma série de outros pesquisadores e pesquisadoras não só da psicanálise, mas também de outras linhas e abordagens teóricas, que procuravam entender e de alguma forma diagnosticar a pós-modernidade. O mal-estar na civilização teve influência em diversas áreas como a sociologia, a filosofia e a estética e arte, além da própria psicanálise pós-freudiana. Vários autores utilizam a obra como referencial crítico para suas análises, dentre esses encontramos, Joel Birman (2017; 2023) e Suely Rolnik (2018), que tentaram ressignificar ou adaptar o conceito de mal-estar freudiano intercalando-o com novas referências e formas de interpretação.

Dessa forma, o presente trabalho visa investigar essas novas concepções do mal-estar freudiano a fim de identificá-las e analisá-las, por meio de uma revisão teórica, com o intuito de perceber seus pressupostos, nuances e aportes teóricos, a fim de poder apontar um caminho possível em meio ao imenso horizontes de possibilidades referentes as novas versões desse conceito freudiano, justificando-se principalmente pela ausência de estudos do referido porte e de proporcionar usos à esse conceito pela teoria social contemporânea.

Metodologia

A abordagem metodológica empregada nesta pesquisa pode ser caracterizada como uma “atualização sistemática” que procura integrar os meios analíticos da “história dos conceitos” (Koselleck, 2020), do método de “reconstrução teórica” (Habermas, 1983; Honneth, 2003; 2018). Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020, p. 29-30; 107-108), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. Já a “reconstrução teórica”, segundo definição de Habermas (1983, p. 11), significa que “uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é o modo normal [...] de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar.”. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio

Habermas em *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus* [1976] (1983) e também em Axel Honneth nas suas obras *Kampf um Anerkennung* [1992] (2003) e *Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie* [2006] (2018). A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos adotados por Honneth (2018), a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos contemporâneos. Assim, pretendemos nos debruçar sobre obra “O mal-estar na civilização” (2010) de Sigmund Freud sob a ótica de Joel Birman (2017; 2021; 2023; 2024), buscando uma nova forma de tratamento do conceito de “mal-estar” ao passo que dialoga com a teoria dos afetos e a esquizoanálise.

Resultados e Discussões

A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno

Em sua obra *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* ([1908] 2015), Freud tece uma crítica à moral sexual moderna a partir de estudos teóricos do campo das “doenças nervosas”, invocando as noções de moral sexual natural e moral sexual cultural, de forma que a moral sexual natural seria aquela pela qual uma determinada sociedade se manteria viva de forma duradouramente sadia e capaz, e por moral sexual cultural aquela pela qual a experiência moral, da forma como é colocada, estimularia os humanos a um trabalho cultural mais intenso e produtivo. Dessa maneira a moral natural estaria intimamente ligada às características biologicamente inatas à diferenciação dos “sexos”, enquanto a moral cultural às formas de estruturação e expressão da cultura diretamente interligadas a maneira como os sujeitos compõem suas subjetividades, estabelecendo regras de conduta e restrições à vida sexual do sujeito moderno de forma que, a partir da sujeição a essa conformação moral sexual cultural, “a saúde e a capacidade vital dos indivíduos estariam sujeitas a danos, e que essa injúria das pessoas, causadas pelos sacrifícios a elas impostos, alcançaria um grau tão elevado que, por essa via indireta, também o objetivo cultural final estaria comprometido” (Freud, 2015, p. 360). Sendo assim, esse tipo de moral, produzida de forma totalmente arraigada a cultura presente na modernidade, seria um grande motor destruidor das subjetividades que gera, ao passo que mina seu potencial vital por meio de um processo cultural repressivo do sujeito, que necessariamente precisaria agir dentro dos moldes impostos por essas conformações morais culturais.

Sendo assim, a experiência humana torna obrigatoriamente indissociável a concatenação da moral sexual natural com a moral sexual cultural, pois não há como dissolver a experiência corporal biologicamente orientada de uma experiência cultural socialmente imposta. Com isso, há de se argumentar que a sociedade moderna não se construiu senão de uma união dessas morais, admitindo uma coexistência dessas conformações. Porém, essa união moral não se deu de forma pacífica, agindo diretamente não só no sujeito que se intervém involuntariamente no meio desse entrelaçamento, mas também no campo social, pois uma “sociedade que aceita essa dupla moral não pode ir além de certa medida, muito restrita, de ‘amor à verdade, honestidade e humanidade’, tem de induzir seus membros ao ocultamento da verdade, ao otimismo raso, ao engano de si próprio e dos outros” (Freud, 2015, p. 361) fazendo com que as inclinações e vontades constituintes da sociedade e da subjetividade sejam encobertas pela lei moral vigente, inviabilizando a expressão de novos modos que não o hegemônico legitimado pela

estruturação moral e histórica moderna, engessando as formas de agir e trazendo efeitos nocivos.

São diversos os efeitos nocivos que ocorrem por intermédio do aceite da vinculação dessas duas morais no contexto da modernidade, perpassando desde as formulações neuróticas até as psicóticas. Porém, há um efeito que se sobressai, sendo ocasionado especificamente pela moral sexual cultural, o nervosismo moderno. Como um dano colateral totalmente interligado a essa construção moral, o nervosismo acaba por se voltar diretamente contra a subjetividade, tendo sido produzido a partir do encontro entre os desejos dessa última e as regras e leis da moral. Dessa forma, a “influência danosa da civilização se reduz essencialmente à repressão nociva da vida sexual das populações (ou camadas) civilizadas, devido à moral sexual “cultural” nelas vigente” (Freud, 2015, p. 362), podendo essa moral então ser considerada a força motriz do próprio nervosismo, ao passo que captura a subjetividade e a força a se encaixar em uma formulação preexistente, sendo esse nervosismo o pontapé inicial para o desenvolvimento posterior do conceito de mal-estar mobilizado por Freud para tecer uma crítica ainda mais incisiva à modernidade.

O mal-estar em freud

Partindo dessas questões que já estavam presentes em seu pensamento desde 1908, Freud, em 1930, escreveu um de seus textos que mais instigou interpretações e estudos posteriores, O mal-estar na civilização ([1930] 2010), no qual procurou desenvolver uma reflexão não só acerca da busca pela felicidade e o sentido da vida, como também continuar a sua crítica anterior a moral e a cultura presentes na modernidade. Segundo ele, a vida, “tal como nos coube, é muito difícil para nós, traz demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos dispensar paliativos” (Freud, 2010, p. 28) fazendo com que os sujeitos estejam sempre em uma busca incessante por uma felicidade duradoura.

Contudo, essa busca incessante pela felicidade permanente traria consigo uma polarização intrínseca em si mesma, ao passo que exigiria por um lado uma meta positiva e por outro uma meta negativa, sendo a primeira a recusa da vivência de dor e desprazer e a segunda a vivência de um prazer em sua totalidade vital sendo necessário recorrer aos ditos paliativos, como drogas, distrações e pequenas gratificações. Contudo, a felicidade teria como correlato somente a meta negativa dessa equação de forma que se tornaria inalcançável ao passo que poria sempre em disputa à dualidade das metas opostas onde estaria em evidência o princípio do prazer, que assim como a felicidade também se dá de forma quase impossível no processo de sua plena realização pois “seu programa está em desacordo com o mundo inteiro, tanto no macrocosmo como no microcosmo. É absolutamente inexecutável, todo o arranjo do universo o contraria” (Freud, 2010, p. 30) e com isso, se estabeleceriam grandes restrições nas condições de possibilidade da felicidade plena do humano, pois o nosso eu em si seria dotado de um sofrimento intrínseco advindo do próprio corpo, do mundo externo e das relações intersubjetivas, pois, segundo Freud:

nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição. É bem menos difícil experimentar a infelicidade. O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem (2010, p. 31).

O mal-estar surgiria então exatamente do sujeito que carregaria consigo o sofrimento eterno incrustado à vida, em um conflito entre a sua psiquê que deseja o prazer total e as interdições internas e externas. Porém, assim como o mal-estar emergiu a sua maneira em meio a condições ditadas pela modernidade, ele desapareceu com elas, pelo menos em sua forma original pensada por Freud, mas os resquícios de um tempo quase nunca se vão por completo, e certas características, vivências, afetos e modos de pensar se tornam inconscientes e continuam a agir. Dessa forma, o mal-estar então retorna a partir de novas conformações e influências de um novo tempo, surgindo em meio ao esfacelamento dos restos da modernidade, do capitalismo, da exploração e das forças coloniais que carregam consigo novas estruturas morais e sociais, e com isso novos problemas e fontes de nervosismo.

Joel Birman e o mal-estar

A visão freudiana referente ao mal-estar sofreu intensas alterações, como assinala o psiquiatra e psicoterapeuta Joel Birman (2023, p. 63) ao dizer que “não existem mais dúvidas sobre as mudanças nas formas de mal-estar na contemporaneidade, em contraste patente ao que nos descrevia o cortante discurso freudiano”. Acompanhados pelos recentes novos moldes de sujeição a forma do mal-estar já dava seus primeiros indícios de mudança a partir da década de 70 ganhando rigorosa força a partir de 1990, de forma que ao sofrer transformação deixaram-se de lado as conformações anteriores do sentido do mal-estar, centradas principalmente no “conflito psíquico, nos quais se opunham os imperativos das pulsões e os das interdições morais, o mal-estar se evidencia agora como dor, inscrevendo-se nos registros do corpo, da ação e da intensidade” (Birman, 2023, p. 65), sendo esses os registros mais presentes na constituição do sujeito contemporâneo. Sendo assim, o que antes era gerado a partir da luta centrada no princípio do prazer agora dá lugar a uma substituição que ocorre não somente no campo psíquico, mas também no campo antropológico ao passo que os novos registros que compõem as novas formas de mal-estar estão inteiramente ligadas a um sujeito que é intensamente afetado por uma dor do viver, onde o registro de intensidade entra como peça chave na conformação do mal-estar contemporâneo, pois “pode-se compreender facilmente, no registro das intensidades, a incidência imediata do excesso, que se apresenta como afetação e se expressa como sentimento” (Birman, 2023, p. 113) de forma que esse elemento do psiquismo se revela ao mundo através das intensidades antes mesmo de se deslocar para os demais registros.

Outro registro de grande importância para que se possa entender a situação atual do mal-estar é o registro político, que se evidencia principalmente na forma de um desejo de resistência que “se inscreve na atualidade em diferentes lugares do campo social e se propaga em diferentes pontos do planeta, nos quais as vozes mais diversas afirmam de maneira eloquente a liberdade de resistir” (Birman, 2017, p. 319), sendo essa liberdade correlata a uma igualdade e a uma fraternidade que convergem diretamente para os registros político e ético. Então, é exatamente por meio do desejo de resistência que podemos conceber fendas que possibilitem que a resistência saia de seu lugar como coadjuvantes das relações políticas atuais e adentrem o palco principal não só do desejo, mas do próprio funcionamento do registro político. Dessa forma, as fendas criadas pelo desejo de resistência “seriam então frestas, janelas que se abrem para o mundo” de forma a criar “um espaço outro de visibilidade e de novas perspectivas, por onde se afirma de maneira vigorosa que um outro mundo seria efetivamente da ordem do possível” (Birman,

2017, p. 10). Com efeito, a resistência é engendrada intrinsecamente a figura do desejo que por sua vez encontra sua nascente no sujeito contemporâneo embebido em um jogo de poderes abarcado pelas novas formas de subjetivação mostrando que, dessa forma “a existência da resistência nos obriga então a reconhecer que o sujeito se encontra ainda presente” (Birman, 2017, p. 10). Sendo assim, o mal-estar se apresenta de diversas maneiras a depender do tempo e das características dispostas se criando e se recriando a cada mudança sociocultural das sociedades.

Suely Rolnik e o mal-estar

Em Suely Rolnik, o mal-estar já oferece uma roupagem inteiramente nova. Para a psicanalista, as formulações filosóficas e científicas “antropo-falo-ego-logo-cêntricas” (Rolnik, 2021), coloniais e racionalizantes atuantes ao longo da história tem como uma de suas principais características o entendimento acerca da subjetividade como centralizada unicamente na figura de um sujeito, dotado de agência, de política, de sentimentos e de sociabilidade, formulação que ela não rejeita, mas que procura chamar atenção para a forma como o sujeito não é o centro, mas sim uma parte da subjetividade que não existe sozinha. Rolnik nos mostra que essa forma de redução ao sujeito não contempla toda a experiência de subjetividade em que habita o corpo vivo. Para ela, a subjetividade perpassa não só o âmbito do sujeito, mas também a nossa própria condição de vivente.

Esse funcionamento da subjetividade pode ser demonstrado utilizando-se de uma figura emblemática, uma fita de Moebius. Esta constitui uma superfície “topológico-relacional”, já que “uma de suas faces corresponde às formas do mundo, tal como moldadas em sua atualidade; enquanto a outra corresponde às forças que nele se plasmam em sua condição de vivo” (Rolnik, 2018). A face das formas é captada pelo lado do sujeito, sendo experienciada por meio da percepção e pelos sentimentos, sendo essa a visão mais imediata que temos do mundo, conformando a realidade; já a face das forças é experienciada pelos afectos e perceptos, de forma que:

O percepto é distinto de percepção, pois consiste numa atmosfera que excede as situações vividas e suas representações. Quanto ao afeto, este não deve ser confundido com afeição, carinho, ternura, que correspondem ao sentido usual desta palavra nas línguas latinas. É que não se trata aqui de uma emoção psicológica, mas sim de uma “emoção vital”, a qual pode ser contemplada nessas línguas pelo sentido do verbo afetar - tocar, perturbar, abalar, atingir; sentido que, no entanto, não se usa em sua forma substantivada. [...] Eles compõem uma experiência de apreciação do entorno mais sutil, que funciona sob um modo extracognitivo, o qual poderíamos chamar de intuição (Rolnik, 2018, p. 53).

É por meio dessa “intuição” que o “saber do corpo” experimenta o mundo. Dessa forma, estabelecemos naquela superfície topológico-relacional que a subjetividade seria então entendida como tendo duas faces relacionais e indissociáveis, uma contendo o sujeito (formas) e outra contendo o saber do corpo (forças). Mas onde estaria o mal-estar então? Para Rolnik, o saber do corpo é diretamente afetado pelo que ela vai chamar de “inconsciente colonial-capitalístico”. Esse inconsciente, característico de nosso tempo, tem suas bases fíncadas no próprio surgimento do capitalismo e do colonialismo, servindo como um agente que sequestra e mina a força vital e o potencial criador contidos no saber do corpo. Com isso, torna-se difícil a comunicação entre o saber do corpo e o sujeito, entre as formas e as forças. O mal-estar aparece exatamente em meio a esse corte brusco, nos empurrando a uma condição de zumbis, onde o sujeito não mais percebe as forças do

mundo que o afetam e percebe-se preso e paralisado quanto a sua própria experiência como vivente.

Conclusão

Os esforços aqui empregados compõem um trabalho ainda em desenvolvimento, que se pretende a uma continuidade para contemplar novas informações teóricas. Porém, os pontos aqui tocados se empenharam em estabelecer um entendimento geral sobre o mal-estar freudiano e suas formulações pós-freudianas. Percebeu-se que em seus primórdios o mal-estar já contemplava uma crítica à moral moderna, continuada e aprofundada por Freud em O mal-estar na civilização. Também percebeu-se que as diferentes abordagens pós-freudianas utilizam do referencial postulado por Freud de forma variada, construindo formulações teóricas diferentes a partir da forma de interpretação da obra freudiana e de suas conexões que esses autores estabeleceram com outras ideias. Joel Birman traz um mal-estar centrado em uma formulação tríplice que atua nos diferentes registros do corpo, da ação e da intensidade, que estão inteiramente conectados a uma ação política do sujeito, ao passo que em Suelly Rolnik o mal-estar toma outro rumo, se apresentando como um sintoma ocorrido através do inconsciente colonial-capitalístico que mina a força vital e o potencial criador contidos no saber do corpo.

Referências

BIRMAN, Joel. Arquivos do mal-estar e da resistência. ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BIRMAN, Joel. O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

GAY, Peter. Freud: uma vida para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GILLES, Deleuze; GUATTARI, Felix. O que é a filosofia. ed. 2. São Paulo: Editora 34, 1997.

FREUD, Sigmund. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na Grávia, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 359-389.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e outros textos (1937-1939). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13-188.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 231-301.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-123.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: FREUD, Sigmund. Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-244.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROLNIK, Suely. Antropofagia Zumbi. São Paulo: n-1 edições, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico (1976). São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2018.

CÓDIGO: HS1448

AUTOR: VANUSA LUANA CAVALCANTE SANTOS

ORIENTADOR: CANDIDA MARIA BEZERRA DANTAS

TÍTULO: Vivência sapatona e engajamento político no GAMI: entre batuques e afetos

Resumo

Diversos estudos destacam que as práticas políticas de mulheres negras, indígenas e LGBTQ+ são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e território (Alves, 2020; Carvalho, 2011; Lima, 2019; Melo, 2022). Esses marcadores, ao se articularem com diferentes vivências, produzem modos singulares de inserção e atuação nas lutas sociais (Dell’Aglia, 2019). Os feminismos lésbicos, ao questionar o regime heterossexual compulsório e estruturas patriarcais e racistas, emergem como dissidência política (Martins, 2020). Em Natal-RN, o coletivo GAMI reúne mulheres lésbicas negras e periféricas que articulam arte, política e território para criar formas comunitárias de resistência. A pesquisa, ancorada em epistemologias feministas decoloniais e interseccionais, utiliza a etnografia (Ataídes, 2021), para compreender as práticas e afetos do coletivo, assim como suas repercussões na pesquisadora, com enfoque em uma metodologia participativa. O GAMI opera de modo horizontal, valorizando as diferenças e construindo um espaço contra-hegemônico. Projetos como “Batuque de Mulheres” e “Virando o Jogo” ressignificam arte e esporte como estratégias políticas. A vivência no grupo transformou a pesquisadora, ampliando sua compreensão de resistência, que antes partia de uma dimensão individual, para práticas coletivas e éticas, reforçando a partir de uma perspectiva interseccional, a potência política e afetiva da produção de alianças entre mulheres.

Palavras-chave: vivência sapatona; feminismo; interseccionalidade; GAMI; batuque.

TITLE: Dyke Experience and Political Engagement in GAMI: Between Drumming and Affections

Abstract

Several studies highlight that the political practices of Black, Indigenous, and LGBTQ+ women are shaped by multiple social markers such as gender, race, sexuality, class, ethnicity, and territory (Alves, 2020; Carvalho, 2011; Lima, 2019; Melo, 2022). When

these markers intersect with different lived experiences, they produce unique ways of engaging and acting in social struggles (Dell’Aglia, 2019). Lesbian feminisms, by challenging the regime of compulsory heterosexuality as well as patriarchal and racist structures, emerge as a form of political dissidence (Martins, 2020). In Natal-RN, the collective GAMI brings together Black and peripheral lesbian women who articulate art, politics, and territory to create community-based forms of resistance. Grounded in decolonial and intersectional feminist epistemologies, the research employs ethnography (Ataídes, 2021) to understand the collective’s practices and affections, as well as their effects on the researcher, through a participatory methodology. GAMI operates in a horizontal manner, valuing differences and building a counter-hegemonic space. Projects such as “Batuque de Mulheres” and “Virando o Jogo” resignify art and sport as political strategies. The experience within the group transformed the researcher, expanding her understanding of resistance—from an individual dimension to collective and ethical practices—reinforcing, from an intersectional perspective, the political and affective power of alliance-building among women.

Keywords: lesbian experience; feminism; intersectionality; GAMI; drumming.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil atravessou intensas transformações políticas e sociais, marcadas pelo avanço do neoliberalismo e do conservadorismo. Desde 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, observou-se uma guinada que promoveu o desmonte de políticas públicas e a flexibilização de direitos, intensificada pelo governo de Jair Bolsonaro (2018), alinhado a pautas ultraconservadoras e marcado por ataques a instituições, movimentos sociais e populações marginalizadas. Em 2023, a volta de Luiz Inácio Lula da Silva reacendeu expectativas de reconstrução e políticas progressistas, mas contradições em sua gestão e a força conservadora no Congresso têm limitado mudanças estruturais. Nesse contexto, aprofunda-se a precarização da vida, sobretudo entre povos indígenas, pessoas negras, periféricas, mulheres, LGBT’s+ e populações empobrecidas. O desmonte de políticas públicas tem intensificado a exclusão e a violência direcionadas a esses grupos, reforçando desigualdades históricas. Ao mesmo tempo, esse cenário tem provocado a emergência de estratégias de resistência que se articulam em múltiplas frentes: institucionais, acadêmicas, culturais e territoriais. As populações marginalizadas têm produzido práticas políticas e novos saberes enraizados em suas vivências, desafiando epistemologias dominantes e reivindicando o reconhecimento da diversidade como valor central na construção de relações sociais mais justas (Gonzalez, 1988). No interior desses movimentos, a pluralidade de identidades e vivências tem gerado tanto transformações quanto tensões. As disputas por reconhecimento e representação colocam em evidência a necessidade de pensar agendas políticas que não invisibilizem ou universalizem experiências. No campo dos feminismos, por exemplo, o questionamento sobre “quem é a mulher de que se fala” tem ganhado força com as vozes de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, periféricas e trans, que reivindicam o direito à fala e ao protagonismo na formulação das suas lutas. De maneira semelhante, no movimento LGBT+, as dissidências sexuais e de gênero têm produzido novas narrativas e formas de organização política. Ao invés de fragmentar as lutas sociais, essas tensões demonstram a potência da diferença como força coletiva, capaz de construir outras formas de poder, resistência e existência

(Butler, 2015). É nesse campo de disputas e invenções que se inscrevem os feminismos lésbicos, trazendo uma crítica radical à heterossexualidade compulsória e aos sistemas patriarcais, racistas e capitalistas que sustentam a norma cisheterobranca. A dissidência sexual emerge, assim, como dissidência política, desestabilizando normatividades e possibilitando novas formas de viver e se relacionar (Martins, 2020). Em Natal-RN, o GAMI – Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes – encarna essa perspectiva a partir da articulação entre arte, política e território. Composto por mulheres sapatões, em sua maioria negras e periféricas, o coletivo cria práticas que reinventam a comunidade e inscrevem na cidade modos de vida que rompem com as lógicas de exclusão e violência. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é investigar como a intersecção entre gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e território atravessa as trajetórias de vida, produzindo diferentes formas de engajamento político e práticas de resistência em contextos de precarização da vida. Este trabalho integra um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado "Gênero e Diversidade: práticas políticas e estratégias de resistência", que visa analisar as histórias de vida, as práticas políticas e as estratégias de resistência, além da criação de espaços coletivos de cuidado no enfrentamento às opressões, discriminações e violências relacionadas às questões de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais. O foco desse projeto são os movimentos políticos e culturais do estado do RN, que oferecem um campo fértil para a compreensão dessas dinâmicas de resistência.

Metodologia

A pesquisa foi construída a partir de uma perspectiva etnográfica situada, atravessada pela minha vivência como integrante do coletivo GAMI. Inspirada nos princípios da etnografia feminista, a metodologia adotada não segue um modelo rígido, mas se fundamenta na implicação com o campo, na escuta sensível e na construção de conhecimento a partir das relações estabelecidas. Essa abordagem se alinha com a proposta de Oliveira (2020), que destaca a etnografia como um processo de (re)educação de subjetividades, no qual a pesquisadora não ocupa um lugar de neutralidade, mas se envolve profundamente nas dinâmicas do campo, desafiando as lógicas tradicionais de pesquisa. Em vez de uma pesquisa distanciada, a etnografia feminista propõe uma imersão afetiva, política e subjetiva, onde o processo de produção de conhecimento está intrinsecamente relacionado à experiência vivida e compartilhada no campo (Ataídes, Oliveira & Silva, 2021). A convivência com o grupo, o envolvimento nos encontros e ações do coletivo, bem como as trocas cotidianas com suas integrantes, compõem a base empírica da análise. O que se estabelece é um espaço de aprendizado mútuo, onde as práticas e saberes não se limitam ao objeto de estudo, mas se expandem para uma construção coletiva, ética e reflexiva. A metodologia etnográfica feminista, como apontam Ataídes, Oliveira e Silva (2021), se distancia dos modelos tradicionais de pesquisa, propondo uma relação mais horizontal entre pesquisadora e participantes, em que as vozes das mulheres, especialmente aquelas em contextos de resistência, são ouvidas e valorizadas. Neste contexto, a pesquisadora não se vê como uma mera observadora, mas como uma parte ativa do processo de pesquisa, o que exige uma constante reflexão sobre o seu próprio lugar de fala e poder no campo. Ao tensionar o lugar hegemônico da pesquisa, a etnografia feminista permite que o processo de investigação se torne uma prática de resistência, um espaço de desafiar as normas e as estruturas que definem a produção de conhecimento. A inserção no campo

se deu por meio da observação participante em atividades organizadas pelo GAMI, por meio do registro sistemático em diários de campo e de conversas informais com integrantes e pessoas próximas ao grupo. Mais do que descrever práticas, essa aproximação buscou captar os sentidos e afetos mobilizados nas experiências coletivas, reconhecendo a potência das práticas político-artísticas como formas de resistência e reinvenção de vida. Os registros foram produzidos a partir de uma escuta atenta, atrelada a uma postura reflexiva sobre minha própria presença no campo, compreendendo meu lugar de pesquisadora como parte constitutiva da produção do conhecimento. Reconhecendo que não há neutralidade na pesquisa social, esta metodologia assume explicitamente os marcadores que atravessam minha trajetória — como mulher sáfica, branca, vinda de bairro periférico — e que influenciam tanto minha aproximação com o campo quanto a leitura das experiências compartilhadas. A escolha por uma análise implicada está em sintonia com propostas que reivindicam a escrita como escrevivência (Evaristo, 2011), ou seja, como um gesto que entrelaça vida, política e conhecimento. A análise foi organizada em três eixos interligados e que se retroalimentam: (1) minha trajetória de vida e os contextos de precarização que marcaram minha experiência enquanto mulher sáfica, constituindo a minha subjetividade e posicionamento político; (2) o GAMI como espaço coletivo de resistência e criação, cujas práticas atravessam fronteiras entre arte, política e cuidado; e (3) a produção do meu próprio engajamento político a partir dessa experiência etnográfica, considerando como a participação no coletivo reconfigura modos de sentir, pensar e agir politicamente. Assim, mais do que descrever um objeto, a proposta metodológica deste trabalho é mergulhar nas práticas, afetos e contradições que atravessam a experiência coletiva no GAMI e minha própria subjetivação política, entendendo a pesquisa como parte de um processo maior de resistência, invenção e produção de outras formas de existência possíveis.

Resultados e Discussões

O primeiro eixo analítico desta pesquisa refere-se à minha trajetória de vida e aos contextos de precarização que marcaram minha experiência enquanto mulher sáfica. Ao narrar esse percurso, busco evidenciar como as vivências pessoais de violência, resistência e pertencimento constituem a minha subjetividade e moldam meu posicionamento político. A história que apresento a seguir não se limita a um relato autobiográfico, mas se inscreve como parte do próprio campo de investigação, na medida em que revela como as dimensões de gênero, sexualidade e contexto social se entrelaçam na construção de práticas e engajamentos políticos. Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva da interseccionalidade que enfatiza que as experiências sociais não podem ser analisadas a partir de categorias isoladas, mas sim a partir de suas interconexões, as quais estruturam vivências e posicionamentos (Collins, 2020). Nesse sentido, este eixo analítico apresenta não apenas um recorte da minha vida, mas também uma leitura de como essas experiências atravessam e orientam meu envolvimento em processos coletivos e ações militantes. Minha trajetória como mulher sáfica é atravessada por experiências de profunda dor e resistência. Desde a infância, antes mesmo de exercer minha sexualidade, já me percebia fora dos padrões da feminilidade heteronormativa. Essa dissidência de gênero, expressa sobretudo na forma como me apresentava e me relacionava, fez com que eu fosse alvo de bullying na escola. Na tentativa de sobreviver a essas violências, passei a me moldar a expectativas

externas: forcei-me a vivenciar experiências sexuais e afetivas com meninos pelos quais não sentia atração, adotei modos de vestir semelhantes aos das outras meninas e busquei performar um ideal que não correspondia à minha verdade. Essas imposições sobre mim mesma diminuíram parte das violências externas, mas ao custo de sufocar quem eu era, transformando-me naquilo que o outro desejava que eu fosse. O ensino médio marcou um ponto de virada. Ao conhecer outras pessoas LGBT que viviam suas identidades de forma assumida, construindo vínculos e alianças entre si, permiti-me, pela primeira vez, explorar a dissidência. Foi um processo gradual de reconhecimento e aceitação, no qual me descobri enquanto mulher bissexual. Nesse período, participei da fundação de um coletivo LGBT e de um coletivo feminista na escola, vivenciando a potência das alianças políticas e sentindo-me parte de algo maior, do qual me orgulhava e desejava fortalecer. Decidi então me assumir para minha família — decisão que desencadeou consequências dolorosas e inesperadas. Sofri violências que me levaram a um profundo sofrimento psíquico, chegando a questionar o sentido de continuar vivendo. Na vida adulta, busquei me reerguer, estabelecendo distância física e emocional da minha família, e encontrando maior tranquilidade para viver meus afetos e minha vida. Mudei-me de cidade, mas esse movimento implicou o afastamento das amigas LGBT e, com isso, intensificou sentimentos de solidão e dificuldade de adaptação. A rotina e as demandas cotidianas também me distanciaram das organizações políticas, embora o desejo de engajamento permanecesse latente. Com meu retorno a Natal e o ingresso na universidade, passei a buscar espaços de formação que dialogassem com minhas inquietações. Ao cursar a disciplina optativa Feminismos e Psicologia, encontrei afinidade com a professora com quem, posteriormente, me juntaria para integrar a pesquisa que sigo desenvolvendo até hoje. Foi nesse contexto que me aproximei dos estudos sobre gênero, sexualidade e práticas políticas — aproximação que me levou a conhecer o GAMI. A partir daí, meu desejo de militância ganhou novos contornos e tornou-se ação concreta, reafirmando o sentido político que atravessa minha subjetividade e orienta minhas escolhas. O segundo eixo analítico desta pesquisa volta-se à apresentação do Coletivo GAMI e às atividades que compõem sua atuação. Ao adentrar esse espaço, passei a vivenciar práticas de resistência e de criação que articulam arte, esporte, cuidado e formação política. A análise que segue descreve o perfil do coletivo, suas metodologias e frentes de atuação, assim como minhas inserções e experiências diretas nesse contexto, compreendendo-o como campo privilegiado para observar e participar de processos de construção política e fortalecimento comunitário. O GAMI é um coletivo feminista com atuação na Zona Norte, que integra alguns bairros periféricos da cidade de Natal/RN. É composto por mulheres lésbicas, transexuais, bissexuais, negras, periféricas, trabalhadoras e de diferentes faixas etárias. Essa composição diversa exemplifica a interseccionalidade em prática, na qual as diferenças geracionais, raciais, sociais e de orientação sexual são valorizadas, e constituem a base para ações políticas que rompem com exclusões tradicionais dos movimentos sociais (Akotirene, 2019; Collins, 2020). Sua proposta se fundamenta em uma perspectiva horizontal e interseccional, na qual a escuta, a partilha de saberes e a valorização das diferenças vivenciais constituem princípios ético-políticos centrais. O funcionamento do grupo se organiza em diversas frentes, que incluem a produção cultural, a formação política, a prática esportiva e o autocuidado. Ao longo do trabalho de campo, foi possível observar que a dinâmica interna do coletivo se distancia de modelos organizacionais hierárquicos, priorizando a construção coletiva e situada do conhecimento. Em minha primeira reunião, uma das coordenadoras afirmou que, ainda que algumas integrantes estejam no grupo há mais tempo, “todo dia aprendem algo

novo”, evidenciando a disposição para cultivar uma pedagogia baseada na humildade e na escuta. Essa postura também se reflete na forma como o GAMI distribui funções, levando em conta as habilidades e os interesses das participantes. Trata-se de uma metodologia que rompe com lógicas produtivistas e tecnocráticas, ancorando-se na sensibilidade e no compromisso mútuo. O espaço físico do coletivo, uma casa obtida por meio de articulações políticas e reformada pelas próprias militantes, é um território de afeto, pertencimento e transformação. Pinturas, murais, bandeiras e registros fotográficos compõem uma memória sapatão construída coletivamente, marcada pela resistência e pelo cuidado. Como espaço contra-hegemônico, o GAMI tensiona fronteiras entre o público e o privado, o político e o afetivo, o ativismo e a arte, criando brechas para a invenção de outras formas de existir no mundo, conforme destaca a necessidade de deslocamentos epistemológicos que reconheçam saberes de populações marginalizadas e suas resistências (Viveros Vigoya, 2023). Entre suas iniciativas, destaca-se o projeto Batuque de Mulheres, braço cultural voltado a oficinas de percussão para mulheres sáficas, articulando saberes musicais, práticas de cuidado e engajamento político. As oficinas evidenciam uma dimensão pedagógica radical da arte, que não se restringe à técnica ou à estética formal, mas se afirma como linguagem política e forma de elaboração das experiências. Nesse contexto, as participantes produzem coletivamente letras, gritos de desordem, ritmos e jograis que traduzem vivências em palavras, poesia e som. A proposta de gravação de um EP coletivo busca não apenas ampliar a circulação musical, mas também partilhar saberes e multiplicar experiências transformadoras. Um dos registros de campo traz a pergunta: “Como a arte pode ampliar o discurso feminista, antirracista, LBT? A partir da nossa vivência e transformando em palavra, poesia, música”. Foi nesse ritmo que, em uma das aulas de desenvolvimento musical, propôs-se a criação de jograis para futura gravação. Minha contribuição, ainda não intitulada, dialoga com minha trajetória e com minhas vivências no coletivo: “Encontrei o GAMI E vim pra batucada Aqui tenho mais força Porque temos aliadas Tenho direito à cidade Estou na rua pra lutar Sou movimento feminista Sou resistência potiguar” Esse jogral foi elaborado tendo como base de fundo um batuque no ritmo do funk e procurou articular minha descoberta do coletivo, meus estudos sobre o direito à cidade e minha participação em atos políticos. As coordenadoras destacaram que nenhuma participante havia criado uma música que citasse diretamente o GAMI, considerando essa inclusão um marco significativo para o grupo, com grandes chances de incorporá-la ao EP. As demais produções da turma também expressaram grande diversidade rítmica e temática, incluindo samba-reggae, funk e coco de roda, revelando a pluralidade de experiências e desejos presentes no coletivo. Outro projeto de relevância é o “Virando o Jogo”, voltado para o futebol feminino com jovens da comunidade. Mais do que promover a prática esportiva, a iniciativa busca fortalecer vínculos comunitários, estimular a autoestima e ampliar possibilidades de futuro. O futebol, historicamente associado à masculinidade hegemônica, é ressignificado como espaço de disputa simbólica e reinvenção de si. Atualmente, a equipe do GAMI participa da Copa Natal, competindo contra times tradicionais, com maior estrutura e financiamento. Apesar de treinar apenas uma vez por semana, em quadra cedida, e contar com jogadoras que conciliam a prática com longas jornadas de trabalho, o time se destaca pelo espírito coletivo e pela garra, ocupando a quarta colocação até o momento. Além das atividades regulares, o coletivo promove eventos e participa de mobilizações políticas e culturais. Entre eles, uma festa de São João LGBT com bingo para arrecadação de recursos para o time de futebol, a participação com o batuque na Conferência de Políticas Públicas para Mulheres de

Natal, e um projeto em andamento para gravação de um videoclipe na Bahia, viabilizado por financiamento conquistado junto a apoiadoras políticas. Em alusão ao Julho das Pretas, o GAMI realizou atividades formativas e culturais em parceria com o Coletivo Negras de Periferia, incluindo rodas de conversa, oficinas de tranças, auriculoterapia e apresentações do batuque. Assim, as ações do GAMI articulam arte, esporte, cuidado e formação política, consolidando-se como espaço de resistência e criação coletiva, comprometido com a construção de práticas contra-hegemônicas e interseccionais. Assim, as ações do GAMI articulam arte, esporte, cuidado e formação política, consolidando-se como um espaço de resistência e criação coletiva, comprometido com a construção de práticas contra-hegemônicas e interseccionais. O modo de atuação do GAMI traz elementos interessantes para refletir sobre o fazer da política na contemporaneidade, especialmente no que diz respeito à reinvenção dos espaços de engajamento e à redefinição das formas de organização política. O coletivo se distancia das abordagens tradicionais de política institucionalizada, propondo uma política vivenciada na prática, em que os afetos, a solidariedade e as experiências pessoais se entrelaçam com a construção de um futuro comum. No contexto dos movimentos sociais contemporâneos, como destacado por Gohn (2011), há uma crescente ênfase na ação coletiva como forma de resistência e na importância das novas formas de mobilização que surgem a partir das demandas sociais mais amplas, como inclusão, diversidade e autonomia. Gohn observa que os movimentos sociais não se limitam mais a estruturas rígidas, mas se caracterizam por uma flexibilidade que permite o surgimento de novas formas de ação política, frequentemente marcadas pela criatividade e pela busca de um protagonismo social mais amplo. O GAMI, ao combinar arte, cuidado e educação política, reflete exatamente essa dinâmica, propondo práticas que questionam as hierarquias tradicionais e as formas convencionais de engajamento político, enquanto fortalecem as relações comunitárias e criam novos espaços de resistência. Esse modelo de atuação política, portanto, desafia a lógica hegemônica, ampliando o entendimento da política para além das esferas institucionais e formais, promovendo um tipo de ação coletiva que é ao mesmo tempo inclusiva, interseccional e profundamente conectada aos desafios sociais contemporâneos. Dando continuidade à análise, passo agora ao Eixo 3, que se refere à produção do meu engajamento político a partir dessa experiência etnográfica situada no GAMI. Nesse eixo, busco compreender como a participação no coletivo, atravessada por práticas culturais, esportivas e comunitárias, têm reconfigurado meus modos de sentir, pensar e agir politicamente. Trata-se de examinar não apenas o que observei, mas como fui afetada e transformada por essa inserção, identificando deslocamentos na minha compreensão de resistência, nas minhas formas de me implicar e nas estratégias que reconheço como políticas. Aqui, o foco está nas ressonâncias subjetivas e coletivas dessa vivência, na maneira como ela tensiona referenciais aprendidos em outros espaços e na potência que emerge do encontro com mulheres que sustentam cotidianamente lutas atravessadas por raça, classe, sexualidade e território. A experiência nos encontros e atividades realizadas com o GAMI tem sido profundamente transformadora, convocando-me a refletir sobre como minha trajetória interseccional — como mulher sáfica, branca, pesquisadora e trabalhadora — afeta meu engajamento político e minhas formas de resistência. Inserida em um espaço construído majoritariamente por mulheres lésbicas negras de diferentes idades e territórios, fui acolhida com generosidade e respeito, o que me permitiu não apenas observar, mas me implicar nas práticas que emergem desse coletivo. Esse processo tem desestabilizado formas individualizadas e institucionalizadas de fazer política que aprendi a partir da minha vivência acadêmica. No GAMI, a construção

política está ancorada em vínculos afetivos, em práticas culturais e comunitárias, em alianças que se fazem no corpo e no cotidiano. Essa experiência tem me feito repensar o sentido de resistência em minha trajetória: se antes ela se expressava sobretudo em uma afirmação identitária e na crítica discursiva às estruturas de opressão, hoje se amplia para formas de fazer coletivo, de construir presença, de estar junto com outras mulheres sáficas em contextos onde o cuidado, a arte e o esporte são também estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, participar do GAMI tem ampliado minha compreensão sobre o que significa resistir em um contexto patriarcal, misógino e LGBTfóbico. A precarização da vida não é apenas uma condição material abstrata, mas uma realidade que marca os corpos, os afetos e as possibilidades de futuro. Estar junto de mulheres que há muito tempo sustentam suas existências em meio à violência estrutural me convida a um engajamento mais ético, mais coletivo, mais enraizado no território. Essa experiência tem sido uma resposta potente à sensação de solidão ético-política que muitas vezes me atravessava em espaços institucionais, onde frequentemente a branquitude, a heteronormatividade e o capitalismo delimitam os contornos no feminismo hegemônico. No GAMI, o feminismo se encarna em corpos diversos, nas batidas dos tambores, nos treinos de futebol, nas conversas sobre o cotidiano, nas trocas sobre dificuldades concretas. Há uma radicalidade presente nessas práticas que me interpela profundamente: a política não está separada da vida, e resistir é também criar, sustentar e cuidar. Estar nesse grupo tem sido, assim, uma forma de reconstruir minha prática política a partir do desejo de transformação coletiva e da escuta ativa do que me atravessa e do que me desafia. Entendi que estar inserida em espaços sapatões que promovem acolhimento, identificação e luta coletiva fortalece minha resistência política. Esses espaços me possibilitam afirmar minha existência, reconhecer a validade dos meus afetos e dores, e cultivar orgulho por ser uma mulher LGBT. Essa experiência me convoca também a refletir sobre minha posição no mundo e sobre as estruturas que me atravessam de maneira complexa. Reconhecer meus privilégios enquanto mulher branca faz parte desse processo — não para paralisar a ação, mas para que ela se realize com mais responsabilidade e sensibilidade diante das desigualdades estruturais. Ao engajar-me em um coletivo sapatão, descubro novas formas de construir resistência: da agência não como expressão de vontade individual, mas como potência construída no encontro com outras. Essa reflexão sobre posição e privilégio se entrelaça com a experiência de realizar pesquisa a partir de um lugar implicado, que se afasta do modelo tradicional de neutralidade. O caráter vivo, afetivo e político desse processo evidencia que não existe neutralidade na produção científica: toda pesquisa, mesmo aquelas que se propõem a se distanciar do objeto de estudo, atua em algum nível sobre estruturas sociais, beneficiando ou desafiando-as, e está inserida em um contexto histórico, político e social específico. Reconhecer essa implicação permite compreender que a intenção do pesquisador, consciente ou não, permeia a investigação. Para mim, essa forma de pesquisa tem sido libertadora, pois possibilita investigar, aprender e vivenciar simultaneamente, ao mesmo tempo em que sou afetada e afeto o coletivo. Esse engajamento não apenas contribui para a construção do trabalho, mas também configura o surgimento de uma nova pesquisadora, mais sensível às dimensões políticas, éticas e afetivas do conhecimento.

Conclusão

Por fim, a vivência com o GAMI tem se revelado uma experiência profundamente transformadora, que me convida a repensar as múltiplas formas pelas quais construo meu engajamento político a partir da minha trajetória enquanto mulher sáfica. Ao longo do processo, percebi que minha atuação política, que por muito tempo esteve circunscrita a uma afirmação identitária e a críticas teóricas sobre as estruturas de opressão, ganha novos contornos quando situada em um contexto coletivo e comunitário, onde as práticas cotidianas, o afeto e a solidariedade são elementos centrais da resistência. Reconhecer os atravessamentos de raça, classe, gênero, sexualidade e território que me diferenciam das demais integrantes do coletivo não apenas amplia minha compreensão da complexidade das opressões, mas também me responsabiliza por agir com mais escuta, sensibilidade e implicação ética. Esse processo me impulsiona a sair de um lugar de atuação individualizada para uma política que se constrói no encontro, na colaboração e na construção coletiva, reafirmando a importância da interseccionalidade não só como uma ferramenta analítica, mas como potência política e afetiva. Nesse sentido, a interseccionalidade emerge como um horizonte ampliado para o feminismo e para as práticas de resistência, possibilitando a construção de alianças concretas que valorizam as diferenças e singularidades, sem apagá-las. Essa perspectiva enriquece a compreensão das trajetórias de vida marcadas por contextos de precarização e revela que o engajamento político se manifesta em múltiplas dimensões — discursiva, afetiva, corporal e comunitária — todas fundamentais para enfrentar os desafios colocados pelas estruturas de opressão. Dessa forma, esta pesquisa evidenciou como a intersecção entre gênero, raça, sexualidade, classe, etnia e território não apenas atravessa as trajetórias individuais, mas também produz modos diversos e potentes de engajamento político e de práticas de resistência. A experiência no coletivo GAMI demonstrou que a política, para ser transformadora, deve incorporar a complexidade das vivências e buscar construir espaços de cuidado, pertencimento e luta compartilhada. Assim, a pesquisa contribui para o reconhecimento da interseccionalidade como chave para entender e fortalecer as práticas político-subjetivas que emergem nas periferias e em contextos marcados pela precarização da vida.

Referências

- Akotirene, Carla (2019). Interseccionalidade. Coleção Feminismos plurais. Sueli Carneiro; Pólen. Alves, T. R., & Vieira, M. S. (2020). Por dentro do movimento: práticas políticas de mulheres negras no morro da política – Porto Alegre. REPOCS, 17(34), 171-188. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n34p171-188> Ataídes, F. B., Oliveira, G. S. De, & Silva, A. A. De F. (2021). A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. Cadernos da Fucamp, 20(48), 133-147.
- Butler, J. (2015). Corpos em aliança e a política das ruas. (P. R. G. de Moraes, Trad.). N-1 Edições. (Obra original publicada em 2015). Carvalho, M. F. L. (2011). A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. Sexualidad, Salud y Sociedad, 8, 36-62.
- Collins, Patricia Hills, & Bilge, Sirma (2020). Interseccionalidade. Boi Tempo. Dell’Aglia, D. D., & Machado, P. S. (2019). Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional. Revista Estudos Feministas, 27(2), e48556. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248556>
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, 16(47),

227-243. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005> Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In R. Lima (Org.), Tempo brasileiro: Pensamento negro e pensamento feminista (pp. 69-82). Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo.

Lima, S. (2019). “Nós negros estamos aqui!”: raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras. *Conexão Política*, 8(1), p. 71-90.

Martins, L. P. (2020). Uma análise Lésbica-Feminista sobre a heterossexualidade compulsória. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(8). <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.8.10169>

Melo, H. (2022). Diversidade sexual e experiências urbanas: um estudo na cidade do Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Oliveira, J. S. de. (2020). Etnografia como um processo de (re)educação de subjetividades: Feminismos negros e a aprendizagem etnográfica com Neusa Cavedon. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(17). Universidade Estadual de Maringá.

<https://doi.org/10.25113/farol.v6i17.5762> Sousa dos Santos, J. A. (2024). Movimento lésbico-interseccional no Nordeste: história e atuação do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI). *Revista Inter-Legere*, 7(39), c33914.

<https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n39ID33914> Viveros Vigoya, Mara (2023). Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitário. CLACSO; TNI Transnational Institute.

CÓDIGO: HS1498

AUTOR: VIVIANE GONCALVES BARROS

ORIENTADOR: CANDIDA MARIA BEZERRA DANTAS

TÍTULO: Práticas políticas e culturais na cidade de Natal: corpos em luta contra a precarização da vida

Resumo

O presente trabalho faz parte da pesquisa “Práticas políticas e culturais na cidade de Natal: corpos em luta contra a precarização da vida”, vinculada ao Observatório de Gênero, Diversidade e Práticas Políticas (UFRN). A pesquisa utiliza uma metodologia quantitativa e objetiva realizar um mapeamento da violência contra a população LGBTQIAPN+, com enfoque nas formas que a violência letal afeta a população trans e travesti no Rio Grande do Norte (RN) e a cobertura midiática desses casos. Assim, o trabalho visa quantificar dados acerca da violência letal contra corpos trans e travestis no Rio Grande do Norte e identificar o perfil das vítimas, por meio de 1) levantamento de relatórios já produzidos sobre violência contra a população LGBTQIAPN+, 2) dados da mídia e 3) levantamento de boletins de ocorrência do estado. Para tanto, foram consultados os relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além da sistematização desses dados a partir da criação de categorias de análise seguindo a orientação teórica e metodológica proposta pela pesquisa “Violência contra a população trans e travesti em Minas Gerais” realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFGM). Os resultados do estudo indicam que há a possibilidade de subnotificação dos casos, e que, dentre a população LGBTQIAPN+, as pessoas trans e travestis são as mais vulneráveis a sofrer mortes violentas.

Palavras-chave: Violência, pessoas trans e travesti, precariedade

TITLE: Political and Cultural Practices in the City of Natal: Bodies in Struggle Against the Precarization of Life

Abstract

This work is part of the research project "Political and Cultural Practices in the City of Natal: Bodies Fighting against the Precariousness of Life," linked to the Observatory of Gender, Diversity, and Political Practices (UFRN). The research uses a quantitative methodology and aims to map violence against the LGBTQIAPN+ population, focusing on the ways in which lethal violence affects the trans and transvestite population in Rio

Grande do Norte (RN) and the media coverage of these cases. Thus, the work aims to quantify data on lethal violence against trans and transvestite bodies in Rio Grande do Norte and identify the profile of victims, through 1) a survey of previously produced reports on violence against the LGBTQIAPN+ population, 2) media data, and 3) a survey of police reports from the state. To this end, reports from the Gay Group of Bahia (GGB) and the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) were consulted, and these data were systematized by creating categories of analysis following the theoretical and methodological guidelines proposed by the research "Violence against the Trans and Transvestite Population in Minas Gerais," conducted by the Center for Human Rights and LGBT Citizenship (NUH/UFGM). The study's results indicate the possibility of underreporting, and that, among the LGBTQIA+ population, trans and transvestite people are the most vulnerable to violent deaths.

Keywords: Violence, trans and transvestite people, precariousness

Introdução

A violência física tem sido, historicamente, no Brasil, uma das principais e mais graves ferramentas de opressão, utilizada como forma de desumanização e aniquilação de grupos minoritários na sociedade, com destaque para a população LGBTQIAPN+. Um estudo realizado com base em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), nos últimos 10 anos, constata que houve um aumento progressivo na notificação de casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+, sendo a violência física a mais observada para todas as faixas etárias (Pinto et al., 2020). Em uma outra pesquisa realizada por Sérgio Carrara e Adriana R. B. Vianna (2006), foram investigados os crimes de execução contra travestis, no município do Rio de Janeiro, em que observa-se que as travestis foram as maiores vítimas desse tipo de crime. Os dados e números coletados são responsáveis por produzir um retrato da violência contra a população trans e travesti no Brasil e indicam uma desumanização da população trans e travesti brasileira, a qual se dá também através da invisibilização e falta de representação. A falta de visibilidade causada pela subnotificação dos crimes de violência letal fomenta a desumanização por meio de um apagamento radical, que opera como se nunca houvesse existido uma vida ali, e portanto, nenhum homicídio. (Butler, 2004). Carrara e Vianna (2006), expõem ocorrências em que os policiais, o sistema judiciário, testemunhas e outras pessoas que possuem envolvimento nos crimes que desqualificam o depoimento de outras travestis, atribuem seus comportamentos a estereótipos e invalidam a experiência vivida e compartilhada por esse grupo. Tais circunstâncias, assim como a indiferença em relação à esses casos e a falta de noticiamento deles ao grande público simboliza a desumanização através ausência de um rosto; segundo Butler, o rosto é a vocalização da agonia por meio da qual somos despertados para a precariedade da vida do Outro. A falha em representá-lo traduz um distanciamento do despertar para a empatia da opressão sofrida pelo Outro. (Butler, 2004). Adicionalmente, o noticiamento dessas mortes assume um caráter “pedagógico”, buscando justificativas para o crime na conduta da vítima e destacando a sua dissidência, operando de maneira a definir quais modos de existir são desejáveis e quais são indesejáveis e devem ser extinguidos (Barretos, 2022). No estado do Rio Grande do Norte, todas essas problemáticas se fazem presentes. A falta de dados e levantamentos governamentais acerca da população trans do estado dificulta o desenvolvimento de

políticas públicas e a visibilização das violências às quais essa população é submetida. Conforme o mapeamento realizado pela prefeitura da cidade do Natal, em 2021, foi observado que apenas 9,6% das pessoas que sofreram algum tipo de violência chegaram a registrar uma denúncia do ocorrido (Prefeitura Municipal do Natal, 2021), fato esse que acentua as possibilidades de subnotificação. À luz dessa contextualização, surge a demanda de uma articulação institucional com o Núcleo de Direitos Humanos da UFMG (NUH/UFMG) e uma aproximação da pesquisa com o trabalho “Violência contra população trans e travesti em Minas Gerais”, realizado pelo grupo no período de 2014 a 2022. Dessa forma, manteve-se o campo de discussão e problematização planejados originalmente, com adaptação das atividades previstas no plano de trabalho inicial. O presente trabalho foi elaborado no molde da pesquisa idealizada e efetuada pelo NUH/UFMG, com a proposta de produzir um mapeamento dos crimes de violência letal cometidos contra pessoas trans e travesti no estado do Rio Grande do Norte, categorizados pelo tipo de crime, motivação e características observadas na vítima e no autor do crime, utilizando como fonte notícias, relatórios e dossiês encontrados na mídia. Esse mapeamento oferece como resultado uma base de dados detalhada em relação à vulnerabilidade da população trans e travesti a crimes violentos.

Metodologia

O presente trabalho possui uma abordagem quantitativa e tem a proposta de realizar uma análise qualificada dos dados coletados acerca das mortes trans no estado do Rio Grande do Norte, utilizando como embasamento teórico as produções que debatem dissidências de gênero e colonialidade, fundamentadas a partir de uma lógica de hierarquização da diferença (Barretos, 2022) e a precariedade como ferramenta de desumanização e apagamento dos corpos queer como seres na sociedade merecedores de empatia e representação (Butler, 2004). Para isso, foram consultadas fontes variadas que trouxessem informações como data da morte, nome da vítima e local do crime, com o objetivo de contabilizar os casos encontrados, identificá-los e categorizá-los em uma planilha construída com as referências específicas de cada um. Inicialmente, foi feita uma análise dos levantamentos das mortes realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB) nos anos de 2019 a 2024. A partir destes relatórios, foi possível sistematizar as mortes por ano na região Nordeste e no estado do Rio Grande do Norte. Após essa etapa, a pesquisa se encaminhou para uma sistematização mais profunda dos casos encontrados. Em contato com o NUH/UFMG, foi desenvolvida uma nova planilha comparativa contendo dados coletados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SINESP) referentes a Homicídios e Mortes Violentas Intencionais (MVI), entre os anos 2019 a 2024, além de dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESED) referentes a Homicídios e Feminicídios para o mesmo período. Além disso, também foi acrescentada à planilha uma nova análise dos levantamentos da ANTRA, GGB e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na qual os foram contabilizados e organizados em planilha novamente, para fins de comparação com a planilha criada anteriormente. Em seguida, foram realizadas pesquisas no Google em busca de reportagens, artigos jornalísticos, entre outros, que noticiassem as mortes sinalizadas nos relatórios. As pesquisas foram feitas utilizando palavras-chaves como: “assassinato” “morte” “trans” “travesti” “rn” “natal”. Posteriormente, foram feitas novas buscas nos relatórios da ANTRA e GGB pelos

nomes das vítimas, para, em seguida, realizar novas pesquisas pelo Google com os nomes encontrados. Dessa maneira, foi encontrado o site Remembering Our Dead, uma plataforma online criada para fornecimento de dados para eventos do Transgender Day of Remembrance (TDoR), uma iniciativa criada nos Estados Unidos como forma de memorialização dos assassinatos de pessoas trans no estado de Massachusetts, EUA. Utilizando os dados da plataforma, foi organizado um documento comparativo dos números obtidos dos relatórios com as informações sobre a identidade das vítimas e a caracterização dos crimes. A discussão foi realizada segundo os eixos de análise presentes no referencial teórico: 1) a precarização e vulnerabilização dos corpos dissidentes; 2) a instrumentalização da violência como forma de dominação e apagamento das vidas trans e travestis; e 3) a ausência de representatividade midiática como ferramenta de desumanização.

Resultados e Discussões

De acordo com Butler (2004), a mídia tem o poder de humanizar ou desumanizar o Outro, moldando nossa capacidade de empatia. Enquanto alguns rostos são associados ao correto e aceitável, outros são associados ao mal, como forma de justificar a guerra, e outras vidas são invisibilizadas, consideradas descartáveis, e se tornam não passíveis de luto. O luto é um operador político: quando uma vida é considerada não passível de luto, ela também é desumanizada. O controle sobre o que pode ou não ser lamentado é, em si, uma forma de violência. Esses processos são, frequentemente, parte formativa da trajetória de vida de corpos dissidentes, cuja dissidência em si é instrumentalizada como forma de aprofundar sua opressão. Barretos (2022) afirma que a diferença não é algo dado e natural, mas construído socialmente e culturalmente e, posteriormente, hierarquizado como algo científico, verdadeiro. Essa operacionalização da diferença é o que insere determinados sujeitos em uma condição de vulnerabilidade e precariedade. Sendo assim, conclui-se que as pessoas trans não morrem por serem trans, mas por uma vulnerabilidade construída e reiterada socialmente. Analisando os dados da pesquisa, foi possível atribuir os resultados obtidos aos fenômenos descritos. Na sistematização inicial, realizada a partir dos levantamentos da ANTRA e do GGB, foram encontrados registros de dezesseis mortes nos anos de 2019 a 2024 pela ANTRA e vinte e sete, no mesmo período, pelo GGB. Entretanto, os levantamentos apresentaram incongruências referentes à quantidade de mortes contabilizada por cada um, como no ano de 2023, em que a ANTRA relatou uma morte no estado do Rio Grande do Norte, enquanto o GGB não registrou nenhuma morte para esse ano. Na fase seguinte, foram adicionados a essa análise os dados referentes ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com foco nas mortes da população LGBTQIAPN+, a qual registrou ainda mais uma quantidade diferente de mortes, sendo essas vinte e nove no período definido, evidenciando a dificuldade de acesso a essas informações, proveniente da falta de uma fonte oficial e organizada que realize o trabalho de registrar esses casos. Além disso, essas divergências nos levantamentos também indicam uma provável subnotificação dos crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, denunciando a ineficácia do sistema de segurança em proteger aqueles que desviam da norma. Ao avançar a pesquisa para a etapa de identificação dos casos já contabilizados, mais um obstáculo foi encontrado: as pesquisas no Google pelos casos notificados pelos relatórios se mostraram infrutíferas. Do máximo de vinte e nove casos observados, apenas três desses puderam ser localizados na mídia local através das pesquisas pelas palavras-chave escolhidas,

impossibilitando um estudo qualificado das matérias encontradas, devido ao pequeno número de amostras. A partir de uma nova investigação dos relatórios da ANTRA, foi possível identificar os nomes de algumas das vítimas, e, dessa forma, realizar uma pesquisa reversa pelos nomes para assim atribuí-los aos casos contabilizados. Através da pesquisa pelos nomes das vítimas, foi encontrado o site Remembering Our Dead, uma plataforma que concentra informações acerca das mortes de pessoas trans e travestis ao redor do mundo, além de listar fontes e referências para o noticiamento desses casos na mídia. Dessa forma, foi possível encontrar seis vítimas em 2019, oito em 2020, quatro em 2021, três em 2022, uma em 2023 e zero em 2024, totalizando vinte e duas vítimas encontradas, as quais foram listadas e caracterizadas individualmente em formato de tópicos. Após obter essas informações, realizou-se uma leitura das reportagens referenciadas no site, e alguns pontos principais foram destacados: uma grande parte das reportagens utilizava o nome morto ou o nome de registro da vítima, em detrimento do nome pelo qual ela era conhecida, mas muitas não chegavam a citar o nome da vítima em momento algum, por vezes não reportando também a causa da morte. Em algumas das matérias, também foi observado que foram utilizados termos articulados no gênero incorreto para se referir às vítimas, como por exemplo “um travesti”. Além disso, algumas das reportagens pesquisadas utilizavam fotos das cenas do crime, expondo os corpos violentados das vítimas aos olhos da mídia.

Conclusão

Os resultados empíricos do mapeamento corroboram e concretizam as formulações teóricas propostas para o estudo: a violência letal contra pessoas trans e travestis no Rio Grande do Norte não é um fenômeno isolado ou meramente individual, mas sim o produto de processos sociais, institucionais e midiáticos que constroem e reiteram a vulnerabilidade desses corpos, colocando-os em um estado de precariedade da vida. A subnotificação inferida a partir da discrepância entre os dados obtidos dos levantamentos realizados e da dificuldade de encontrar as matérias jornalísticas relativas às mortes contabilizadas operacionaliza o que Butler (2004) descreve como um “apagamento radical”: quando uma morte não entra no circuito público de reconhecimento, ela deixa de ser lamentada e passa a ser tratada como se nunca houvesse existido, um processo de desumanização que coloca a vítima como não passível de luto. Além disso, o caráter das reportagens a respeito das vítimas evidencia mais um processo de desumanização. O emprego do nome morto, pronomes incorretos e de fotos das cenas do crime para ilustrar as reportagens enfatizam como a diferença é construída e instrumentalizada para culpabilizar e desqualificar as vítimas. Esses enquadramentos naturalizam desigualdades as quais as pessoas trans e travestis são submetidas à força diariamente, colocando-as em condições de precariedade e as empurrando ainda mais profundamente para situações de risco, simbolicamente legitimando a violência cometida contra elas. O padrão execução na rua, baixa taxa de identificação dos autores e alta taxa de arquivamento, comprova que o aparato policial-judiciário não só falha em proteger aqueles que desviam da norma como também contribui para a precariedade ao invalidar testemunhos, reforçar estereótipos e reduzir a possibilidade de responsabilização, permitindo dessa forma a continuidade do ciclo de mortes. Em suma, os dados coletados não apenas confirmam a maior vulnerabilidade de trans e travestis às mortes violentas: eles explicam como isso acontece: pela articulação

entre produção da diferença, apagamento informacional e insuficiência institucional. Compreender essas conexões é condição necessária para qualquer estratégia de prevenção que não se limite a contabilizar mortes, mas que atue para transformar os enquadramentos simbólicos e as práticas institucionais que tornam essas vidas precárias.

Referências

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018). Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017 [Dossiê/relatório]. ANTRA.
- ANTRA ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2019). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil (2018) [Relatório]. ANTRA.
- ANTRA Benevides, B. G. (org.). (2020). Dossiê: Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil (relatório 2020). Acontece Arte e Política LGBTI+ / Grupo Gay da Bahia (GGB). Grupo Gay da Bahia – Barretos, D. do C., Ziller, J., & Prado, M. A. M. (2022). Da constituição da diferença à indiferença do morrer: Produções e contraproduções acerca das mortes (e vidas) trans. *Contracampo*, 41(2), 1–16. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v41i2.52819> Repositório UFMG
- Butler, J. (2004). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Verso.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (S. Lamarão & A. M. Cunha, trad.; 1ª ed.) Civilização Brasileira. (Título original: *Frames of War: When Is Life Grievable?*). Amazon Brasil AbeBooks
- Carrara, S., & Vianna, A. R. B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: A violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 233–249. Disponível em SciELO. SciELO Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).
- (2024). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (dados 2019–2024). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública Grupo Gay da Bahia (GGB). (2021). Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil — Relatório 2020 [Relatório]. GGB / Acontece Arte e Política LGBTI+. Grupo Gay da Bahia – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). (s.d.). SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (painel / dados). Portal Gov.br. Serviços e Informações do Brasil
- NUH/UFGM — Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, Universidade Federal de Minas Gerais. (2023). Relatório: Inquéritos e registros envolvendo travestis e transexuais em Minas Gerais [Relatório / produto de pesquisa]. NUH/UFGM. nuhufmg.com.br
- Pinto, I. V., et al. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(Suppl 1), e200006.SUPL.1. SciELO Saúde Pública
- Prefeitura Municipal do Natal. (2021). Análise dos dados do mapeamento da população trans, travesti e transgênero do Município de Natal/2021 [Relatório municipal]. Prefeitura do Natal (RN). Prefeitura Municipal do Natal Remembering Our Dead (Trans Lives Matter / TDoR). (s.d.). Remembering Our Dead — plataforma de memorialização (Transgender Day of Remembrance). Recuperado de <https://tdor.translivesmatter.info/> (plataforma consultada). Remembering Our Dead Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social — SESED (Rio Grande do Norte). (s.d.). Relatórios estatísticos / dados sobre homicídios e segurança pública (RN). Governo do RN / SESED. defesasocial.rn.gov.br
- Transgender Europe (TGEU). (2024).

Trans Murder Monitoring — Global update 2024 (TDoR update). Transgender Europe.
Disponível em relatório TMM 2024. tgeu.org

CÓDIGO: HS1518

AUTOR: ALANY MARIANA KARDEC DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Ocupações em Natal/RN: Heterotopias e Resistência

Resumo

A questão da cidade, da urbanização e da luta por moradia são questões que atravessam o cotidiano do corpo social em diferentes medidas a depender de questões como classe, gênero, sexualidade e localização geográfica. Em vista dessas questões que permeiam tanto a antropologia urbana como a sociologia (além do plano rural que não entrar em pauta neste trabalho), a presente análise compõem um esforço empírico — no qual envolveu entrevistas e visitas às ocupações — e teórico de compreender a dinâmica de resistência dos movimentos de luta por moradia em Natal/Rn. Dentre os movimentos sociais, destaco MLB e MLMP que serão apresentados e discutidos atrelados ao conceito de Heterotopia do filósofo Michael Foucault e a concepção de resistência

Palavras-chave: Ocupação; Moradia; Luta; Resistência; Heterotopia; Natal/RN

TITLE: Urban Occupations in Natal/RN: Spaces of Heterotopia and Resistance

Abstract

The issues of the city, urbanization, and the struggle for stable housing are topics that intersect with the daily lives of the social body in varying degrees, depending on factors such as class, gender, sexuality, and geographical location. In light of these concerns—central to both urban anthropology and sociology (not including the rural dimension, which falls outside the scope of this study)—the present analysis constitutes an empirical and theoretical effort to understand the dynamics of resistance within housing movements in Natal/RN. This effort involved conducting interviews and visiting occupied areas. Among the social movements considered, I highlight both MLB and MLMP, which will be presented and discussed through the lens of Michel Foucault's concept of heterotopia and the notion of resistance.

Keywords: Occupation; Housing; Struggle; Resistance; Heterotopia; Natal/RN

Introdução

O conceito de cidade é multifacetado, complexo e fundamental, possui uma trajetória histórica icônica e profundamente inserida na busca de significados políticos (Harvey, 2014). Para tratar dessas facetas algumas questões precisam ser levadas em conta: 1) as questões políticas pouco divulgadas; 2) o contexto histórico; 3) verificar em que espaço geográfico (e temporal) em que o conceito foi elaborado; e 4) a importância da observação nas ciências sociais (Vasconcelos, 2015). Em vista desses pilares, a seguinte pesquisa busca traçar um quadro teórico em que seja possível visualizar um pouco de cada questão supracitada, vinculada a luta por moradia digna na cidade de Natal/RN, os movimentos sociais que compõem essa luta e suas práticas de resistência. Aqui será apresentado um recorte especialmente teórico que tange ao conceito de heterotopia (espaços-outros ou contra espaços), cunhado pelo filósofo francês Michael Foucault; a posição e falas das lideranças e professoras da universidade acerca da temática geral e o devido recorte — as ocupações enquanto espaços heterotópicos, ou seja, espaços de resistência.

Em *Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*, David Harvey (2014, p.15) aponta que o direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais, e sim das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. A questão habitacional no Brasil (Monteiro; Veras, 2017) ao longo do tempo se constituiu como um dos principais problemas urbanos na contemporaneidade, sendo um bem de custo elevado e acesso seletivo, em vista disso é importante questionar: o que são as ocupações? o que buscam aqueles que se aliam a esse movimento? e como esses movimentos se organizam em Natal/RN?

Partindo dessas premissas o presente trabalho que compõem um plano de trabalho maior, intitulado “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)” construído no Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais (PET/CS) por meio de doze bolsistas. Desse modo, os questionamentos postos aqui, os objetivos e a metodologia compõem o plano de trabalho maior supracitado (Richardson 1999; Magnani, 2002; Simmel, 2006). Dentre os objetivos, cabe destacar que a pesquisa tem como objetivo geral analisar as estratégias de mobilização e reivindicações utilizadas pelos Movimentos Sociais de luta por moradia no município de Natal/RN e quais as respostas a estas reivindicações pelo Poder Público; enquanto as especificidades dos objetivos respeitam cada plano de trabalho individual. Logo, a construção da interlocução se deu por conversas sociáveis (Simmel, 2006) com as lideranças dos movimentos do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) e do MLMP (Movimento de Luta por Moradia Popular), moradores desses movimentos e professoras do departamento de arquitetura e urbanismo; tendo também idas a campo — visita às ocupações como Valdete Guerra, Palmares e Emanuel Bezerra.

Metodologia

Nas pesquisas em sociedades urbanas, a heterogeneidade e a variação com que os indivíduos participam de diferentes universos de significação, somadas à alta densidade demográfica, tornam a observação participante e a coleta de informações atividades

complexas, especialmente no que diz respeito à definição de quantas e quais pessoas contatar e quais contextos priorizar (Silva, 2000). Diante disso, adotou-se uma abordagem qualitativa, que, conforme Richardson (1999, p. 22), distingue-se do método por referir-se aos procedimentos e regras utilizadas na investigação. O percurso metodológico inclui: (1) revisão da literatura para a construção do quadro teórico-analítico; (2) pesquisa documental sobre acesso à moradia, déficit habitacional, políticas públicas e movimentos sociais por moradia em Natal/RN; e (3) entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, lideranças e participantes desses movimentos, visando mapear estratégias de resistência. Além disso, inspirado no conceito de “conversa sociável” de Georg Simmel (2006), que enfatiza a interação despretensiosa e dialógica como forma de compreensão mútua, buscou-se estabelecer um diálogo aberto com os entrevistados, valorizando não apenas as respostas objetivas, mas também as nuances e contradições presentes nas narrativas, enriquecendo assim a análise qualitativa.

Resultados e Discussões

Ao longo da sua trajetória, a filosofia clássica se esforçou para esboçar uma imagem da cidade ideal e construir determinadas condutas. Sob essa ótica, é na modernidade que há uma proposta invertida sobre quem seria os “verdadeiros autores” desta concepção idealista, os autores de ficção científica ou os “novos filósofos” serão responsáveis por trazer essa imagem e situar versões intermediárias como: 1) a regida por um poderoso computador; e 2) a cidade muito especializada em uma produção indispensável; análogo a isso, Lefebvre, mostra a relação entre a cidade ideal e a nova atenas que seriam correspondente a New York e Paris, no qual, na época se encontrava no centro de decisões e de consumo. Sendo assim, o desenvolvimento da nova “polis” é marcada pela coerção e a persuasão como forma de poder de decisão (é possível notar que nesse ponto não há grande distanciamento da pólis grega), como também a capacidade de consumo é centralizada nas mãos dos novos senhores que configuram novos princípios acerca do espaço, por exemplo, o esvaziamento do sujeito (operário, trabalhador) a “sujeitados” que cobrem não só um serviço, como múltiplos “serviços” de uso dos senhores desse Estado solidamente assentado sobre a cidade (Lefebvre, 2008).

Essa Nova Atenas, com o “mesmo sistema” de atendimento a elites, faz uso de uma manipulação segundo os métodos racionais, há aqui um tipo de “sujeitado privilegiado” (administradores, cientistas, engenheiros entre outros) que por meio de uma seleção caracteriza-se os mais eminentes, tendo a possibilidade de serem admitidos no coração da cidade — é importante ressaltar que esse grupo de sujeitos tecnocratas tem sua vida cotidiana telecomandada, além do medo constante do desemprego, se aproximando de uma “realidade” panóptico. Dentro de uma perspectiva histórica, essa utopia é nociva, pois, foi a partir da idade média na civilização europeia que cada período e talvez cada geração teve sua representação do melhor dos mundos ou de uma vida nova, parte importante senão essencial das ideologias (Lefebvre, 2008). Em constância, é tângido uma crítica ao olhar unilateral que somente capta em “resolver” os problemas do presente sem traçar uma perspectiva holística para além de sua configuração física atual, como o caso da sociedade francesa que se urbaniza, enquanto Paris se transforma, ou seja, de um

lado certos poderes modelam a frança do ano 2000 e de outro ninguém pensa na cidade “ideal” nem naquilo que está se tornando, ao seu redor, a cidade real.

A utopia nesse contexto se desenvolve de forma multifacetada, levando o seguinte questionamento: seria outro rastro de ideologia, a ideia de que as necessidades se tornam uma realidade distante, paralela e “utópica”? Sob essa lente, o autor retorna a importância da síntese a qual pertence ao político, e quando vem a tona seu teor político, se destaca que a capacidade de síntese pertence a forças políticas que são na realidade forças sociais, cabendo a elas a indicação e reivindicação de suas necessidades. Dantas (2000), enfatiza que a relação entre política e espaço, na medida em que a política do espaço e o espaço político são providos de conteúdo ideológico (concretizando a relação entre produção habitacional e do espaço), assim, se trata da cidade como um produto de transformações da organização social.

Análogo as discussões supracitadas acerca da cidade e o processo de urbanização, em meados de 1960, Foucault (2013) utilizou o conceito de “heterotopia” pela primeira vez em *As palavras e as coisas* (2000), ligado em um primeiro momento ao plano hermenêutico, e posteriormente retomado por ocasião de um convite de uma série radiofônica chamada *Cultura Francesa*. Por meio da mediação do convite, Foucault vai tratar do tema “Utopia e Literatura”, expondo uma reflexão que parte de Gaston Bachelard acerca dos espaços “mágicos” que encantam as crianças, mostrando como esses espaços podem ir da cama dos pais a um jardim. Tal reflexão acerca desses espaços, leva o filósofo a sonhar com uma ciência que possuiria como objeto “espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos”; seriam então um “espaço-outro” que vão dos espelhos aos cemitérios. Seguindo a configuração foucaultiana, trançando desde “o corpo utópico” até a consolidação de uma heterotopia, se tem como objetivo principal a introdução da luta por moradia dentro desse espaço, mostrando como esse movimento pode ser apreendido não só como ato político, como também, movimento de resistência.

Nesse sentido, e apesar do contexto geral que parte de um epicentro europeu, cabe destacar de que forma a ciência sonhada por Michel Foucault, a heterotopologia, pode analisar os “contra espaços” que crescem dentro do processo de desenvolvimento da cidade — seja esse desenvolvimento em plano macro como foi exposto ou micro como vai ser proposto aqui. O estudo das ocupações como uma heterotopia ou múltiplas heterotopias espalhadas pelo mundo, e especificamente em Natal, vai constituir esses espaços ou espaços absolutamente outros, em resistências. A constituição de heterotopias de desvio configura espaços “reservados” aos corpos dissidentes ou existências consideradas descartáveis e marginalizadas pela sociedade, possuindo um comportamento dito e visto como desviante à norma majoritária. Não obstante, trataremos, então, as ocupações urbanas enquanto um ambiente de resistência e luta por reconhecimento por meio dos Movimentos sociais de luta por moradia.

Tendo em vista que as ocupações urbanas podem ser compreendidas como espaços heterotópicos, na medida em que constituem espaços reais de resistência situados fora da lógica dominante da cidade. Ao abordarmos a “heterotopologia” proposta por Foucault, é pertinente retomar também as contribuições do filósofo francês Lefebvre, cujo pensamento, embora por vezes colocado em oposição ao de Foucault — como observa Harvey (2014) —, não se distancia substancialmente desse conceito. Logo, não há uma

diferença radical entre os dois autores, como Foucault avança ao aplicar o conceito para o corpo e para lugares que transcendem a demarcação geográfica *stricto sensu*.

Já para Lefebvre, a heterotopia constituía um espaço à parte, que revela tensões sociais e espaciais — analogamente aos forasteiros confinados aos limites da pólis grega. Nas ocupações dos movimentos sociais como o MLB e o MLMP, emerge uma prática de habitar que desafia a noção hegemônica de valor, criando territórios no qual o cotidiano é reconfigurado e o desejo de apropriação do espaço se manifesta concretamente. Tais espaços funcionam como enclaves insurgentes, que não apenas expõem o caráter negativo da segregação urbana, como também apontam para uma potencial revolução social.

A percepção da desigualdade: uma discussão geral

A relação entre os critérios de justiça distributiva, a percepção da desigualdade social e a legitimidade da ordem social constitui um eixo fundamental para compreender as dinâmicas da sociedade brasileira. A pesquisa de Cardoso (2019), baseada em dados do survey IUPERJ/ISSP, revela como a população interpreta e justifica as disparidades sociais, especialmente no que diz respeito à distribuição de renda. Embora a renda não capture plenamente as complexas trajetórias individuais e as heranças familiares que moldam as oportunidades de vida, ela funciona como um marcador visível de sucesso ou fracasso dentro do ordenamento econômico e social.

A análise teórica do problema remete à crítica marxista, particularmente à distinção estabelecida por Marx entre a lógica distributiva da sociedade burguesa e os princípios que regeriam uma sociedade comunista. Enquanto no capitalismo a distribuição de riquezas está atrelada a uma noção abstrata de mérito e capacidade — que na prática reforça desigualdades pré-existentes —, no comunismo a distribuição levaria em conta tanto as necessidades individuais quanto as contribuições sociais, dissociando-as da acumulação privada. Essa contradição se manifesta claramente no caso brasileiro, onde, apesar de 80% da população considerar justo que as pessoas sejam remuneradas de acordo com seu desempenho (dados do IUPERJ/ISSP), há um reconhecimento generalizado de que as oportunidades são desigualmente distribuídas, especialmente no acesso a serviços básicos como educação e saúde. Os dados empíricos revelam padrões interessantes na forma como os brasileiros avaliam os critérios de justiça distributiva. Quando questionados sobre quais fatores deveriam determinar os salários, os entrevistados distribuíram sua preferência de forma relativamente equilibrada entre responsabilidades do trabalho, anos de educação, funções de chefia, desempenho individual e dedicação — essa homogeneidade contrasta com países como a Suécia, onde a educação recebe um peso significativamente maior. Contudo, o mais revelador é que tanto pessoas com maior poder aquisitivo quanto de menor compartilham concepções semelhantes sobre o que seria uma distribuição justa, ainda que as classes mais baixas demonstrem maior resignação diante das desigualdades existentes.

Essa aparente contradição — a crença no mérito convivendo com a percepção de um sistema injusto — ganha contornos concretos quando examinamos a segregação urbana em São Paulo. De acordo com a antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2000), o crescimento das periferias entre 1980 e 2000, impulsionado por movimentos sociais que conquistaram melhorias em infraestrutura e reduziram drasticamente índices como a mortalidade infantil (de 134 em 1975 para 27,29 em 1994), não foi capaz de romper com

a lógica da exclusão. A Lei Lehmann (1979), que regularizou propriedades irregulares, acabou por valorizar os terrenos e expulsar os mais pobres para favelas e cortiços, demonstrando como mesmo políticas aparentemente benéficas podem reproduzir desigualdades em novas configurações.

Paralelamente, assistimos ao deslocamento das elites para condomínios fechados em áreas como Morumbi e Santana do Parnaíba, processo acelerado pela crise do BNH em 1986 e pelo surgimento de cooperativas imobiliárias. Essa reconfiguração espacial aprofundou a segregação, criando uma “cidade de muros” em que a zona oeste/noroeste concentra dinamismo econômico (como em Barueri), enquanto regiões outrora industriais como o ABCD enfrentam declínio. O medo da violência e a busca por segurança transformaram o espaço urbano em um palco de distanciamento social, onde as classes altas constroem enclaves fortificados (Caldeira, 2000).

Heterotopias potiguaras: a construção da resistência das ocupações

Ao trazer o debate para o município de Natal/RN, é importante destacar que além dessas questões que tangem as desigualdades e construção de espaços periféricos, os movimentos sociais constituem um campo de estudo dinâmico e multifacetado, profundamente vinculado às relações de poder, às demandas por justiça social e às formas de participação política na história. Sua definição, no entanto, permanece em constante debate, uma vez que engloba uma vasta gama de atores, estratégias e reivindicações. Contudo, a evolução e a diversificação desses coletivos desafiam essa perspectiva, exigindo análises mais amplas que considerem sua complexidade e suas relações ambíguas com o poder— seja na resistência, seja na cooptação.

Maria da Glória Gohn (1997) amplia essa discussão ao destacar a pluralidade dos movimentos sociais, que não podem ser reduzidos a um único modelo explicativo. Para ela, essas mobilizações articulam diferentes dimensões — políticas, culturais e econômicas — e emergem como espaços de participação cidadã e disputa por direitos. Essa abordagem é particularmente relevante para entender os movimentos por moradia, como os analisados por Guimarães (2013), que demonstra como a lógica capitalista, ao produzir processos de expropriação, gera conflitos urbanos em torno da habitação. Em Natal, por exemplo, esses movimentos transcendem a esfera estatal, organizando-se como sujeitos políticos capazes de mobilizar as classes populares (Gohn, 1997, p. 71). Historicamente, as mobilizações urbanas na capital potiguar passaram por diferentes fases: se nas décadas iniciais do século XX predominavam ações sindicais, a partir dos anos 1950, com o apoio da Igreja Católica, surgiram movimentos de bairro que, embora reprimidos durante a ditadura militar (1964-1985), ressurgiram posteriormente em novas configurações. Coletivos como o MLB, a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e o Levante Popular da Juventude (LPJ) exemplificam essa trajetória, combinando demandas por moradia com pautas mais amplas, como questões de gênero e desigualdade social — com base nas entrevistas, as lideranças afirmam que há uma predominância de mulheres nas ocupações. Apesar da predominância masculina nas lideranças, há iniciativas de inclusão, como a participação do Coletivo Leila Diniz/AMB na APAC, introduzindo discussões feministas no movimento.

Martins (2023), em estudo sobre a Ocupação Valdete Guerra, destaca a atuação do MLB em Natal, que, aliado a partidos de esquerda e movimentos nacionais, promove ocupações

como forma de pressionar por políticas habitacionais. Sua luta não se restringe ao acesso à moradia, mas engloba a defesa de serviços básicos e o enfrentamento à repressão policial, evidenciando as contradições do modelo urbano-capitalista. Essas ações revelam tanto os avanços conquistados pela mobilização popular quanto os desafios persistentes, como a precariedade das condições de vida nas ocupações.

Para ilustrar esse processo de lutas e demandas, será apresentado um pequeno resumo sobre cada conserva realizada durante o processo de pesquisa e posteriormente será feito o recorte temático, especificamente o da resistência. Sendo assim, o primeiro encontro foi realizado no dia 26/03/2023 com a professora Amíria Brasil do departamento de arquitetura e urbanismo da UFRN. Iniciou se envolvendo com movimentos de moradia em Natal através do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social da Cidade do Natal (Conhabins) enquanto representava a UFRN junto à outra professora, que trabalhava mais com questões rurais (como o MST). Sua atuação se consolidou em projetos de extensão, como o Fórum de Direito da Cidade, criado durante a revisão do Plano Diretor de Natal, e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, que oferecia assessoria técnica a populações de baixa renda. De modo geral, foi retratado a colaboração entre a universidade e movimentos populares, com ênfase no MLB, no apoio técnico e político às ocupações urbanas em Natal, destacando os desafios no diálogo com o poder público e a relevância das articulações coletivas na defesa do direito à moradia.

Na conversa com o MLB realizada no dia 02//04/2025, destacou-se que houve a participação de dos moradores e da própria liderança (também moradora). É importante destacar que o movimento social, possui cerca de 26 anos de luta nacional pela reforma urbana e pelo direito à moradia digna, sendo assim, constituem um plano político social de luta pelo socialismo, indo além da conquista da casa. O movimento possui diversos polos em diferentes estados, tais como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais entre outros, sendo essencial destacar que em Natal/RN há três ocupações: 1) Valdete Guerra (localizada no Planalto); 2) Palmares (Rocas); e 3) Emanuel Bezerra (Alecim). Dentro das estratégias do movimento, é necessário compreender que a ocupação é realizada com antecedência e cuidado, logo, os espaços escolhidos são imóveis abandonados (prédios públicos ou privados sem função social) e possuindo o suporte da universidade, advogados populares e outros agentes para avaliar os locais que podem ser ocupados, como coloca a liderança: “O movimento atua com respaldo jurídico, constitucional, na verdade jurídico não, mas constitucional. As ocupações são feitas para dar função social, que é uma coisa que deveria ser assegurada pela própria Constituição, além de ocupar apenas imóveis públicos ou semipúblicos” e é reforçado posteriormente pela coordenadora e moradora da ocupação Valdete Guerra: “Será que é crime você ocupar um terreno baldio, que quando a gente chegou na Valdete, o que você via mais era cobra, raposa? É crime a gente ocupar um terreno que está lá só para mato e criar entulhos? Será que é crime você ocupar um prédio abandonado?”.

No dia 15/05/2025 a professora Maria Dulce do departamento de arquitetura e urbanismo da UFRN, também conversou conosco acerca das questões que cercam os movimentos de luta, incluindo o que foi posto pelo MLB. Durante a roda de conversa foi abordado amplamente a luta pela moradia no Brasil, destacando a complexidade histórica, social e legal envolvida, especialmente em Natal, com ênfase em temas como déficit habitacional, regularização fundiária e os instrumentos legais que garantem direitos dos movimentos sociais. Foram discutidas as estratégias de resistência dos movimentos, como o MLB, em

ocupações urbanas e a importância da combinação entre luta social e ações institucionais para garantir a permanência das comunidades, dando ênfase em algumas vivências e projetos que a professora compôs ao longo da sua trajetória — experiências de assessoria técnica, monitoramento de despejos e a relevância de relatórios e missões nacionais e internacionais para denunciar violações de direitos, buscando fortalecer a defesa da moradia como um direito humano.

Por último, no dia 06/06/2024 foi possível dialogar com outra importante liderança que possui vinte um anos de militância, ajudando a construir e fundar o MLB no passado, e que atualmente é coordenador do MLMP — que nasce em 2019. O encontro abordou a importância das ocupações urbanas como formas organizadas de resistência pela moradia, destacando a autogestão, a participação majoritária de mulheres e a articulação com os poderes públicos para garantir direitos constitucionais. Foram discutidos os desafios na estruturação das ocupações, desde a negociação com o Estado até a organização interna, e a relevância da cultura, solidariedade e apoio técnico na consolidação desses espaços. Além disso, os números atuais das famílias beneficiadas, a ausência de políticas públicas robustas e a relação dos movimentos com partidos políticos foram mencionados. É importante destacar que o movimento possui sete ocupações: Olga Benário (Guarapes); Marcos de Dionísio (localizado no Planalto); Aurora Maria (bairro da Esperança); Tiradentes (localizada em Felipe Camarão, é a ocupação mais antiga); Padre Tiago (Bom Pastor); Altos guarapes (Guarapes); Eli Ferreira (Parque dos Coqueiros); e assim como o MLB possui regras de convivência o MLMP também possui seu próprio estatuto.

Em vista, desses debates e da visita realizada à ocupação Palmares (MLB) no dia 30/04/2025, as práticas de resistências são plurais — a própria existência e busca de subsistência dessas ocupações podem ser vistas como atos de resistência, por exemplo, o processo de ocupação (e a própria utilização do termo “ocupação”) de imóveis abandonados e o processo de escolha desses espaços, configura atos de resistência e reivindicação do direito à moradia digna, principalmente para mulheres e famílias em situação vulnerável. A permanência no local escolhido, a construção da cozinha coletiva e dos chamados “barracos” também podem ser vistos com os atos cooperativos de resistência — no caso do MLB, podemos dizer que a luta se estende para uma educação politizada e campanhas como o Natal Sem Fome. Ademais, ao tratarmos dessas questões heterotópicas que dizem respeito direto a esses “contraespaços” por excelência que resistem sempre ao hegemônico e o enfrentamento à criminalização e perseguição política sofrida pelo movimento, é importante destacar também que os desafios enfrentados, como a falta de apoio oficial, a violência policial, alagamentos, o recente incêndio em barracos e a ausência de apoio governamental direto impacta diretamente na vida das pessoas, dificultando o acesso à moradia digna.

Conclusão

Como já foi supracitado, a filosofia clássica, a crítica moderna e as reflexões contemporâneas sobre espaço e o poder convergem para uma discussão fundamental: a cidade não é apenas um artefato físico, mas um campo de disputa política, onde utopias e heterotopias se confrontam. Se a tradição filosófica buscou esboçar cidades ideais —

desde a polis grega até as distopias tecnocráticas da ficção científica — a modernidade revelou que essas imagens são moldadas por relações de poder, segregação e resistência. Com as lentes de Lefebvre e Foucault, foi possível perceber o espaço urbano enquanto um produto de conflitos; de um lado Lefebvre (2008) denunciou a apropriação capitalista da cidade, que transforma o trabalhador em “sujeitado” sob o domínio de uma elite tecnocrática, e do outro Foucault (2013) introduziu a noção de heterotopia como um “espaço-outro” (ou o “não-lugar”) de resistência, no qual as práticas dissidentes desafiam a ordem hegemônica.

Nesse sentido, as ocupações urbanas, como as analisadas em Natal/RN, evidenciam essa heterotopia, uma vez que são territórios insurgentes que reivindicam o direito à moradia e à existência digna, desafiando a lógica excludente do urbanismo neoliberal. Por meio das “conversas sociáveis” com lideranças dos movimentos como o MLB e o MLMP mostrou que essas ocupações constituem (cada uma ao seu modo) projetos políticos que articulam autogestão, solidariedade e enfrentamento ao Estado; e que a predominância de mulheres nesses espaços reforça seu caráter contra-hegemônico, evidenciando como gênero, classe e raça se entrelaçam nas lutas urbanas. Em vista das lutas feitas por meio da ocupação, os desafios persistem e são constantemente denunciados pela ocupação, logo, cabe evidenciar os problemas frequentes com a criminalização (principalmente midiática), violência policial e a precariedade das condições de vida (infraestrutura). O presente trabalho reforça que a cidade ideal não está no futuro distante de uma utopia tecnológica, mas nas fissuras do presente — nos espaços heterotópicos em que aqueles que ocupam ou ficam às margens, constroem alternativas.

Referências

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo:Edições n-1, 2013.

SOARES, Manuel Pereira. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. *Cadernos Metrópole*, v. 21, p. 647–668, 3 jun. 2019.

VASCONCELOS, Pedro De Almeida. THE METAMORPHOSES IN THE CONCEPT OF THE CITY. *Mercator*, v. 14, n. 4, p. 17–23, 23 dez. 2015.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. *Mercator (Fortaleza)*, v. 16, p. e16015, 24 ago. 2017.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. . Acesso em: 05 ago. 2025.

Simmel, Georg. Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo: 1991.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio.... 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MARTINS, João Vitor Holanda. MLB e ocupações como forma de lutar: uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra em Natal/RN. In: GT 47: Desafios para acesso ao direito à moradia nas cidades em contextos latino-americanos. XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios a partir do sul global. 1 a 4 de agosto de 2023, Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF/ Gragoatá).

PROGRAMA de Educação Tutorial de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PET-CS/UFRN). Entrevistas concedidas ao projeto de pesquisa “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)”. Natal, mar./jun. 2025.

CÓDIGO: HS1520

AUTOR: KATIA LIDIANE DA SILVA QUEIROZ

ORIENTADOR: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

TÍTULO: A Gestão Participativa em Natal: Assimetria e Descontinuidade no Funcionamento dos Conselhos Municipais de Política Urbana (2022–2025)

Resumo

Este artigo analisa o cenário da gestão participativa em Natal/RN no período de 2022 a 2025, marcado pela retomada das atividades presenciais no contexto pós-pandemia. O objetivo é realizar um mapeamento institucional e, com base na análise documental, avaliar o funcionamento dos conselhos municipais de política urbana. A metodologia baseou-se em um estudo de caso qualitativo, com análise de 52 atas de reuniões ordinárias e extraordinárias disponibilizadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Natal/RN. Os resultados revelam que, embora o CONPLAM tenha demonstrado atividade significativa e consistente, os demais conselhos urbanos apresentam um funcionamento irregular, assimétrico ou nulo, o que aponta para uma fragilidade na produção de dados públicos e na efetiva participação social. Concluímos que a existência formal de canais de participação não se traduz, automaticamente, em um funcionamento robusto. A continuidade e a transparência são cruciais para a governança urbana. O trabalho aponta a necessidade de fortalecer os mecanismos de articulação para a consolidação de uma gestão mais democrática e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Palavras-chave: Gestão participativa, Conselhos Municipais, Transparência, Pandemia

TITLE: Participatory Management in Natal: Asymmetry and Discontinuity in the Functioning of Municipal Urban Policy Councils (2022–2025)

Abstract

This article analyzes the scenario of participatory management in Natal/RN in the post-pandemic period of 2022 to 2025, marked by the resumption of in-person activities. The objective is to carry out an institutional mapping and, based on documentary analysis, evaluate the functioning of urban councils. The

methodology was based on a qualitative case study, with an analysis of 52 minutes of ordinary and extraordinary meetings, made available on the official website of the City Hall of Natal/RN. The results show that CONPLAM demonstrated significant and consistent activity, while the other councils have irregular, asymmetric, or non-existent functioning, highlighting a fragility in the production of public data and in effective social participation. We conclude that the formal existence of participatory channels does not automatically translate into robust functioning. Continuity and transparency are crucial for urban governance. The work points out the need to strengthen articulation mechanisms for the consolidation of more democratic management aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda.

Keywords: Participatory Management, Municipal
Councils, Transparency, Pandemic

Introdução

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) institucionalizaram a participação social como um pilar da gestão urbana democrática no Brasil. No município de Natal, essa diretriz se materializa na atuação de conselhos municipais de política urbana, estabelecidos, entre outros instrumentos, pelo Decreto nº 11.691 (2019). A discussão sobre o desenho institucional e a efetividade dos conselhos é central no debate acadêmico brasileiro, conforme apontado por autores como Avritzer (2008) e Cunha (2007). Embora o campo de pesquisa tenha avançado, a análise prática sobre a atuação desses espaços é um desafio constante, especialmente em contextos de grandes mudanças sociais.

Este artigo, portanto, tem como objetivo principal realizar um mapeamento dos conselhos municipais de política urbana de Natal e analisar seu funcionamento no período de 2022 a 2025. A pesquisa justifica-se pela necessidade de avaliar criticamente os arranjos participativos locais em um contexto de retomada das atividades presenciais e da realização de grandes eventos, como a 6ª Conferência Municipal da Cidade. A metodologia adotada envolveu um estudo de caso apoiado em análise documental, utilizando 52 atas de reuniões como principal fonte de dados, e um mapeamento institucional dos conselhos. O trabalho contribui para o fortalecimento da governança urbana, alinhando-se aos ODS 11 e 16 da Agenda 2030. O cenário de Natal já foi objeto de análise em pesquisas anteriores, como a monografia de Oliveira (2018) e o trabalho de Silva (2014), que já identificavam fragilidades no funcionamento do ConCidade. O presente estudo se soma a essa linha de investigação, mas a expande para oferecer um panorama inédito e mais amplo, analisando o funcionamento de múltiplos conselhos, o que permite compreender se as dificuldades identificadas em estudos anteriores se manifestam de forma sistêmica no contexto da governança urbana da cidade.

Metodologia

Este estudo de caso adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental. Alinhado ao objetivo de avaliar o funcionamento dos conselhos municipais de política urbana no período de 2022 a 2025, a pesquisa se baseia na análise de dados públicos. A principal fonte de informação foram as atas de reuniões, coletadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Natal (2024). A escolha desse tipo de documento se justifica por serem a única fonte pública e oficial que registra a ocorrência das reuniões, suas pautas e deliberações, servindo, assim, como um indicador direto da atividade de cada conselho.

A análise foi estruturada em duas etapas complementares, cujos resultados são apresentados em quatro tabelas. Inicialmente, foi realizado um levantamento sistemático da legislação e da instituição dos conselhos, detalhado no quadro 1. Em seguida, os dados quantitativos sobre a frequência de reuniões foram tabulados, o que revelou um total de 52 atas analisadas, conforme a Tabela 1.

A essência da nossa avaliação reside na comparação direta entre a frequência determinada pela legislação e a frequência efetivamente praticada. Essa análise qualitativa, detalhada no quadro 2, permitiu identificar a descontinuidade e a inatividade que caracterizam a maioria dos conselhos, corroborando achados de pesquisas anteriores, como os de Almeida (2013). Por fim, o quadro 3 sintetiza o desempenho e o nível de funcionamento de cada conselho, oferecendo uma visão geral e comparativa das suas atividades e desafios. A interpretação desses dados permitiu compreender as implicações para a governança urbana, baseando-se em princípios éticos de uso de informações de acesso aberto para a pesquisa científica.

Resultados e Discussões

A análise da gestão participativa em Natal/RN no período de 2022 a 2025, um contexto de retomada das atividades presenciais após a pandemia e de preparação para grandes eventos como a 6ª Conferência Municipal da Cidade, revela um cenário heterogêneo e assimétrico no funcionamento dos conselhos municipais de política urbana. O mapeamento institucional, conforme apresentado no quadro 1, indica a existência formal de seis conselhos vinculados à administração municipal para a deliberação de políticas públicas. No entanto, a análise documental, baseada nas atas de reuniões disponíveis no site oficial da Prefeitura de Natal, mostra que a existência formal nem sempre se traduz em atividade regular.

As fragilidades identificadas neste estudo, principalmente a descontinuidade e a inatividade de alguns conselhos, corroboram os achados de pesquisas anteriores sobre a gestão participativa em Natal, como os trabalhos de Almeida

(2013) e Thaise Silva (2014). Nossa pesquisa demonstra que esses problemas persistem e se estendem a outros conselhos. A persistência desses desafios indica que as fragilidades na institucionalização dos espaços participativos são sistêmicas e não se limitam a uma única instância. O levantamento sistemático das atas (Tabela 1) demonstrou um total de 52 reuniões realizadas pelos seis conselhos no período. Este número, contudo, é distribuído de forma bastante desigual entre as instituições, revelando um funcionamento assimétrico. O Conselho de Planejamento (CONPLAM) se destaca por sua regularidade e alta atividade, com 27 reuniões realizadas. Em contrapartida, outros conselhos cruciais para a governança urbana, como o Conselho de Saneamento Básico (COMSAB) e o Conselho de Habitação (CONHABINS), apresentaram um funcionamento extremamente limitado ou nulo, o que aponta para um vazio na discussão de políticas públicas fundamentais nessas áreas.

A análise qualitativa, aprofundada no quadro 2, correlaciona o nível de atividade de cada conselho com as implicações para a governança urbana, confrontando a frequência determinada pela legislação com a prática. Essa análise revela uma clara discrepância entre a determinação legal e o funcionamento na prática. O Conselho da Cidade (ConCidade), por exemplo, que é central para a governança urbana e cujo regimento interno estabelece reuniões ordinárias mensais, teve pouca evidência documental online no período, com apenas 4 reuniões, o que levanta sérias questões sobre sua transparência.

Conforme o quadro 3, o CONPLAM emerge como um exemplo de institucionalização efetiva, com um fluxo contínuo de deliberações sobre o Plano Diretor e a regulação urbana. Em contraste, o CMTMU, apesar de ter um número considerável de reuniões, apresentou atividade irregular, o que sugere uma fragilidade na sua atuação. A inatividade total do COMSAB e a atividade quase nula do CONHABINS indicam que a existência formal dessas instituições não garante a participação social em áreas críticas. A falta de articulação entre os conselhos também é um desafio notável, limitando o desenvolvimento de políticas públicas integradas e eficientes. A pesquisa conclui que, apesar de um cenário formal de participação, a gestão urbana em Natal ainda enfrenta desafios significativos para garantir a continuidade e a transparência necessárias para uma governança realmente democrática.

Conclusão

Esta pesquisa realizou um mapeamento e uma análise do funcionamento dos conselhos municipais de política urbana em Natal/RN, baseando-se na evidência documental de 52 atas de reuniões no período de 2022 a 2025. Os resultados confirmam a existência formal de seis conselhos, mas revelam um cenário de funcionamento assimétrico e desigual. O CONPLAM se destaca como o único conselho com um funcionamento regular e consistente, enquanto a maioria das demais instâncias apresenta descontinuidade ou inatividade total, como o COMSAB e o CONHABINS.

A principal conclusão é que a existência formal de canais de participação, amparada por uma base legal, não se traduz, automaticamente, em um funcionamento robusto ou em uma efetiva participação social. A discrepância entre a frequência de reuniões determinada pela legislação e a prática real, evidenciada pelos dados, é um indício de fragilidade sistêmica que limita o potencial de controle social e de formulação de políticas públicas democráticas. A baixa atividade documental e a falta de transparência em alguns conselhos, assim como a desarticulação entre eles, foram identificadas como desafios notáveis, o que limita o desenvolvimento de políticas públicas integradas e eficientes.

Nesse sentido, o estudo corrobora os achados de pesquisas anteriores, como as de Almeida (2013) e Thaise Silva (2014), demonstrando que as fragilidades na gestão participativa em Natal persistem. O fortalecimento da governança urbana passa, necessariamente, por aprimorar os mecanismos de transparência e publicização das atas, bem como por implementar um calendário de reuniões mais rigoroso para os conselhos menos ativos. A continuidade deste projeto pode se dar em pesquisas futuras que busquem aprofundar a análise qualitativa das pautas de reunião e da participação social, investigando o perfil dos participantes e a natureza das deliberações. O trabalho reforça a importância de se consolidar uma gestão mais democrática e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 16 da Agenda 2030.

Referências

ALMEIDA, L. de S. B. Participação social e gestão urbana: avanços e limites da experiência de Natal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. Anais... Recife: ANPUR, 2013.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional. Revista de Sociologia e Política, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

CUNHA, E. S. M. A efetividade deliberativa dos Conselhos Municipais de Saúde e de Criança e Adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, L. (Org.). A participação social no Nordeste. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, v., p. 135-162.

NATAL. Decreto nº 11.691, de 2019. Institui o Sistema de Conselhos de Desenvolvimento Urbano e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Natal, 2019.

OLIVEIRA, P. H. C. do N. Política Urbana e Participação Social: efetividade deliberativa do Conselho da Cidade do Natal. 2018. 75 f. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Atas do Conselho da Cidade do Natal. Natal, RN, 2024. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, T. de B. Da Teoria à Prática: A experiência do Conselho da Cidade do Natal (ConCidade/Natal). 2014. 58f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

CONSELHO DA CIDADE DO NATAL (NATAL). Regimento Interno do Conselho da Cidade do Natal. Natal, RN, 2013. Publicado no Diário Oficial do Município de Natal, Ano XIII, n. 2563, 16 jul. 2013.

CONSELHO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DE NATAL (NATAL). Regimento Interno do Conselho de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Natal. Natal, RN, 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (NATAL). Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. Natal, RN, [s.d.].

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA (NATAL). Resolução nº 001/2024-CMTMU: Institui o Regimento Interno do Conselho Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana (CMTMU). Natal, RN, 2024.

NATAL. Decreto nº 8.551, de 30 de setembro de 2008. Regulamenta a Lei nº 5.871/2008, altera o § 1º e os incisos I e VI do art. 2º, da Lei nº 5.285, de 25 de julho de 2001, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e altera o inciso II do art. 1º, do Decreto nº 6.877, de 19 de dezembro de 2001. Natal, RN: Diário Oficial do Município, 30 set. 2008.

NATAL. Lei nº 6.013, de 09 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a regulamentação do Conselho da Cidade do Natal - CONCIDADE/NATAL, estabelecendo suas competências, composição, entre outras providências. Natal, RN: Diário Oficial do Município, 09 dez. 2009.

Anexos



Quadro 1- Mapeamento Institucional dos Conselhos Municipais de Política Urbana de Natal (2022–2025)



Tabela 1 – Número de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos Municipais de Política Urbana de Natal (2022–2025)



Quadro 2 - Frequência das Reuniões dos Conselhos Municipais de Política Urbana de Natal (2022–2025)



Quadro 3 - Funcionamento dos Conselhos Municipais de Política Urbana de Natal no Período Pós-Pandemia (2022–2025)

CÓDIGO: HS1525

AUTOR: MARIA EDUARDA OLIVEIRA SENA

ORIENTADOR: ITAMAR DE MORAIS NOBRE

TÍTULO: A PESQUISA PARA A PESQUISA: A FOTOGRAFIA DOCUMENTAL,
A COMUNICAÇÃO E A CULTURA POPULAR

Resumo

A pesquisa bibliográfica “A fotografia documental, a comunicação e a cultura popular” surgiu durante o pós-doutorado do professor doutor Itamar de Moraes Nobre, membro da Rede de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação (Rede Folkcom). O estudo teve como objetivo analisar a devoção a São Francisco das Chagas em Canindé (CE), a partir do levantamento quantitativo de fotografias documentais produzidas pelo autor, compreendendo as práticas dos romeiros, romarias e ex-votos nos festejos católicos. Fundamentada na Fotocartografia Sociocultural (NOBRE, 2011), nas teorias de Barthes (1984), nos estudos decoloniais e na Folkcomunicação (BELTRÃO, 1980; 2001), a pesquisa registrou imagens de momentos de caminhada, celebrações religiosas, símbolos devocionais e espaços de acolhimento. Os resultados indicam que a fotografia documental atua como instrumento de preservação da memória coletiva, revelando a fé popular como prática cultural, comunicacional e de resistência. Dessa forma, é possível avaliar que a devoção em Canindé ultrapassa a dimensão religiosa, configurando-se como tradição viva que reforça a identidade sertaneja e a centralidade da religiosidade na cultura nordestina.

Palavras-chave: Romeiros. Ex-votos. Canindé. Folkcomunicação. Fotografia. Religião.

TITLE: Documentary photography, communication and popular culture

Abstract

The bibliographic research “Documentary Photography, Communication, and Popular Culture” emerged during the postdoctoral studies of Professor Itamar de Moraes Nobre, a member of the Folk Communication Research Network (Rede Folkcom). The study aimed to analyze the devotion to São Francisco das Chagas in Canindé (CE), based on the quantitative survey of documentary photographs produced by the author, encompassing the practices of pilgrims, pilgrimages, and ex-votos in Catholic festivities. Grounded in Sociocultural Photocartography (NOBRE, 2011), Barthes’ theories (1984), decolonial studies, and Folk Communication (BELTRÃO, 1980; 2001),

the research documented images of walking rituals, religious celebrations, devotional symbols, and spaces of hospitality. The results indicate that documentary photography functions as an instrument for preserving collective memory, revealing popular faith as a cultural, communicational, and resistant practice. Thus, it can be assessed that devotion in Canindé transcends the religious dimension, constituting a living tradition that reinforces the identity of the sertanejo people and the centrality of religiosity in Northeastern culture.

Keywords: Pilgrims. Ex-votos. Canindé. Folk communication. Photography. Religion

Introdução

A pesquisa bibliográfica “A fotografia documental, a comunicação e a cultura popular” teve seu surgimento durante o pós-doutorado do professor doutor Itamar de Moraes Nobre, orientador da pesquisa e membro da Rede de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação (Rede Folkcom), e teve como objetivo fazer o levantamento quantitativo das fotografias produzidas, entender o início da devoção no espaço religioso de Canindé, no Ceará, e as ações dos romeiros e romarias nos festejos católicos.

A origem da devoção na cidade de Canindé no Ceará teve seu início em 1758, quando os frades missionários chegaram à cidade e começaram um trabalho evangelizador fundamentado nos ensinamentos de São Francisco de Assis. Na região, encontraram devotos filiados à Ordem Terceira de São Francisco (ordem da família franciscana), alguns já professados em Portugal e outros membros da Fraternidade de São Francisco das Chagas de Recife, fundada em 1695. Em 1775, a devoção a São Francisco foi fortalecida com a chegada de uma pequena imagem trazida pelo terciário franciscano Francisco Xavier de Medeiros, que iniciou a construção da igreja no mesmo ano. A obra da igreja de São Francisco das Chagas foi concluída e benta em 1796, quando também chegou a segunda imagem, que permanece exposta no altar-mor. Entre os anos de 1910 e 1915, a igreja passou por uma ampla reforma, e em 1925, foi elevada à dignidade de Basílica Menor. Nos sertões marcados pela seca e pela opressão, surgiu o Santuário das Chagas, em Canindé, Ceará, um lugar sagrado onde o povo sofrido busca saúde, paz e felicidade.

A Basílica de São Francisco das Chagas é a matriz do povo de Canindé e o Centro da Romaria de milhares de devotos do milagroso São Francisco. Inicialmente, todos os eventos como Batismo, Missas, Casamentos e Confissões, ocorriam no mesmo espaço dentro do Santuário, porém ao longo da criação de novos espaços religiosos na cidade, essas atividades foram se dividindo em outros locais. Assim como, os abrigos para os romeiros que ganharam mais ambientes em 1953 e agora, conseqüentemente, comportam mais pessoas.

Metodologia

A pesquisa possui base a Fotocartografia Sociocultural, baseado em Nobre (2011), conceitos de fotografia e sua importância utilizando referências de Barthes (1984), além de desenvolver a pesquisa com levantamentos fotográficos, aprofundamento na história e relevância da cultura religiosa dos romeiros e romarias, apresentar temas sobre os ex-votos e a dualidade sobre a fé. Também será mostrado conhecimento sobre as teorias decoloniais e pós-colonialistas, além enfatizar os conceitos de folkcomunicação documentados por Beltrão (1980, 2001).

Para os registros fotográficos feitos pelo professor doutor Itamar, foi utilizado um smartphone Samsung. Apesar de possuir câmeras profissionais que pudessem extrair uma melhor qualidade dos festejos religiosos de Canindé, o professor optou por usar apenas o aparelho celular, pois percebia receio dos romeiros quando fotografavam com uma máquina mais intimidadora. Então, para não afetar os registros, o equipamento utilizado foi o câmera de celular, notando que esse aparelho, por ser mais comum, não causava estranheza para as pessoas e tornava a proximidade mais acessível que, consequentemente, contribuía para interações que pudessem agregar mais informações para a pesquisa.

No período de dezembro de 2023, o professor viajou mais uma vez para as terras do interior cearense para registrar a caminhada dos romeiros e romarias da capital, Fortaleza, até a cidade de Canindé. O percurso de 130 quilômetros é feito a pé todos os anos pelos religiosos, apesar de existirem diversas alternativas de transporte para ir, os romeiros e romarias fazem a rota a pé já apresentando a devoção e gratidão ao santo padroeiro. O percurso leva em média 4 dias e, além de exigir grande esforço físico, também existe todo um suporte feito pela organização dessa ação com caminhões, acolhimento das famílias que abrigam os viajantes quando param para descansar, mas tudo feito com a fé andando lado a lado. Nessa viagem de 2023, o professor Itamar registrou um total de 503 dos viajantes na caminhada, das ações que ocorreram durante os festejos, fotografias dos ex-votos e momentos de religiosidade durante a festa de adoração à São Francisco das Chagas.

Resultados e Discussões

O foco da fotodocumentação é registrar a devoção e como a religião possui uma característica essencial na vida dos romeiros e romarias. A fotografia deixa marcado detalhes e traços que serão esquecidos pela mente, além de ser necessária para o arquivo de histórias essenciais sobre a religiosidade que ocorre em Canindé.

O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente. Nela, o acontecimento jamais se sobrepassa para outra coisa: ela reduz sempre o corpus de que tenho necessidade ao corpo que vejo (Barthes, 1984, pág. 13).

Beltrão expõe a relevância dos registros para documentação física dos fatos, assim como o levantamento de dados da pesquisa é imprescindível para entender e desenvolver a cultura que a religiosidade envolve. É necessário que existam registros visuais para discussões como a dualidade do bem e do mal na religião, apesar de ser impossível separar esse equilíbrio entre partes tão opostas.

“A Fotografia pertence a essa classe de objetos folhados cuja duas folhas não podem ser separadas sem destruí-los: a vidraça e a paisagem, e por que não, o Bem e o Mal, o desejo e seu objeto: dualidades que podemos conceber, mas não perceber (eu não sabia que, dessa teimosia do Referente em estar sempre presente, iria surgir a essência que eu buscava).” (Barthes, 1984, pág. 15-16).

O conceito do início da fotografia, também aborda essa perspectiva do bem e mal, pois seu princípio apareceu juntamente com a Guerra Fria e a corrida espacial que, além de ser essencial para a história e desenvolvimento do mundo atual, também teve facilidade de ser estudada por pesquisadores na atualidade por causa dos registros produzidos na época. Apesar de serem bastante amadores por estarem no começo da produção fotográfica, a motivação para essa tecnologia teve seu destaque na política do período e contribuiu para o desenvolvimento das máquinas fotográficas e câmeras de smartphones que conhecemos agora. Essa evolução traz referência às produções fotográficas que são utilizadas como acervo para recordações de momentos históricos e a preservação de culturas religiosas, por exemplo, as abordadas na pesquisa.

Os registros fotográficos realizados durante os festejos de Canindé revelam não apenas a dimensão da devoção popular, mas também a maneira como a fé se manifesta no cotidiano dos romeiros e romarias. Analisando a pesquisa, é possível identificar aspectos centrais da cultura religiosa, desde a organização das romarias até a simbologia presente nos ex-votos e nos espaços de acolhimento. Os resultados evidenciam a força da tradição e a experiência vivida em Canindé com reflexões sobre folkcomunicação, religiosidade popular e teorias decoloniais. As imagens foram organizadas em quatro categorias principais: caminhada dos romeiros, momentos de celebração religiosa, ex-votos e símbolos da devoção e espaços de acolhimento, além de também dar visibilidade a diferentes dimensões da cultura popular em Canindé.

O percurso de Fortaleza a Canindé, feito a pé, representa mais do que uma ação de sacrifício, é visto como uma prática simbólica que expressa gratidão, devoção e pertencimento coletivo, que marca experiências de conexão dos romeiros e romarias com os santos que são devotos. Mesmo diante da possibilidade de transporte, os romeiros escolhem o caminho mais difícil e longo, ressignificando o ato de caminhar como demonstração de fé. Essa prática é sustentada pela rede de apoio de famílias das cidades por onde passam, que oferecem repouso, caminhões de suporte e a solidariedade entre os viajantes, tais ações que reforçam o caráter comunitário da romaria. Tais elementos aproximam-se das reflexões decoloniais, de modo em que revelam uma religiosidade popular que resiste às formas hegemônicas de religiosidade institucional, reafirmando a centralidade da cultura do povo nordestino.

A fotografia entra como um papel essencial para o registro cultural. A escolha pelo uso de um celular, em troca de câmeras profissionais, revela uma opção prática e facilitadora que favorece a naturalidade dos registros e evita a intimidação dos fiéis.

Essa decisão torna as imagens não apenas documentos visuais, mas também veículos de aproximação e confiança. Assim, a fotografia é compreendida como instrumento de comunicação que ultrapassa a estética, aproximando-se das ideias de Barthes (1984) sobre o “studium” e o “punctum”, ao mesmo tempo em que dialoga com a proposta da Fotocartografia Sociocultural da obra do professor doutor Itamar, que busca compreender a realidade cultural a partir do olhar fotográfico.

“O que experimento em relação a essas fotos tem a ver com um afeto médio, quase com um amestramento. Eu não via, em francês, palavra que exprimisse simplesmente essa espécie de interesse humano; mas em latim, acho que essa palavra existe: é o studium, que não quer dizer, pelo menos de imediato, “estudo”, mas a aplicação de alguma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoso, é verdade, mas sem acuidade particular. É pelo o studium que me interesso por muitas fotografias, quer as receba como testemunho político, quer as aprecie como bons quadros históricos: pois é culturalmente (essa conotação está presente no studium) que participo das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários, das ações” (Barthes, 1984, págs. 45-46).

Como abordado por Barthes, o termo “punctum” vem oposto do “studium”, ao apontar essa perspectiva da falta de busca e aproximação daquilo que fere.

“O segundo elemento vem quebrar (ou escandir) o studium. Dessa vez, não sou eu que vou buscá-lo (como invisto como minha consciência soberana o campo do studium), é ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. Em latim, existe uma palavra para designar essa ferida, essa picada, essa marca feita por um instrumento pontudo; essa palavra me serviria em especial na medida em que remete também a ideia de pontuação e em que as fotos de que falo são, de fato, como que pontuadas, às vezes até mesmo mosqueadas, com esses pontos sensíveis; essas marcas, essas feridas são precisamente pontos. A esse segundo elemento que vem contrariar o studium chamarei então punctum; pois punctum também é picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte - e também lance de dados. O punctum de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere).” (Barthes, 1984, pág. 46).

Outro aspecto de destaque nas fotografias registradas são as dos ex-votos. Do latim ex-voto suscepto, traduzido como promessa realizada, o termo se refere à pinturas, esculturas e outros objetos que pessoas devotas oferecem às suas divindades, em templos e locais de peregrinação, como forma de agradecimento à uma cura de doença ou graça alcançada. Os objetos depositados no Santuário revelam histórias individuais de dor, esperança e gratidão, compondo um mosaico coletivo da experiência religiosa.

A família da autora do presente relatório é um dos exemplos que confiaram na devoção à São Francisco de Assis e alcançou a graça desejada. No ano de 1996, o 7º de 9 irmãos Jurandir Sena, conseguiu passar em um concurso para o Tribunal Regional do Trabalho do estado do Ceará e estava no aguardo para ser chamado neste concurso público. Em 1998, após 2 anos de aguardo não tinha recebido retorno e, sua mãe, Anauta Sena, confiou com fé e devoção à São Francisco fazendo uma promessa para que seu filho conseguisse ser chamado para o que tanto se esforçou. Um ano após a promessa, Jurandir alcançou sua graça e conseguiu ser chamado para o concurso.

“Com fé no seu santo devoto, no dia 19 de maio de 1999, faltando um ano para o concurso se vencer, eu fui chamado. Acho que a fé dela era tão grande, que até consegui vir trabalhar na minha cidade natal, Limoeiro do Norte [cidade do Ceará a 217 quilômetros de distância de Canindé], onde permaneço até hoje”.

Apesar da graça alcançada, Anauta faleceu de câncer de mama em 2004 e não conseguiu pagar a promessa feita para o santo. Dessa forma, seguindo com a fé de sua mãe adiante, Jurandir realizou, em 2010, uma viagem para Canindé juntamente com sua irmã mais velha e uma de suas filhas para finalmente cumprir e agradecer pela conquista que sua mãe tanto orou. Jurandir chegou na cidade, para o Santuário de São Francisco e pagou oferenda para a igreja. No dia seguinte, realizou outra parte da promessa, assistiu à missa agradecendo ao santo da simplicidade e amor pela oportunidade que ele abençoou e apreciou os festejos que ocorrem todos os anos em Canindé para São Francisco.

Esse relato é apenas um dos milhares que são agradecidos pelos devotos todos os anos em Canindé. Esses momentos apresentam que, mesmo na dificuldade, a fé move a vida de pessoas das mais simples, como é o caso da família Sena, até os mais avantajados.

Essa prática evidencia a dualidade entre fé e milagre, mostrando como a devoção se concretiza por meio de elementos que simbolizam a comunicação entre o sagrado e o profano. Desse modo, os ex-votos são uma expressão genuína da folkcomunicação, na medida em que representam um canal de comunicação popular, carregado de simbolismo e transmitido de geração em geração.

“Luiz Beltrão (1965) define o ex-voto como objeto ‘que se oferecem nas capelas, igrejas, salas de milagres ou cruzeiros, em ação de graças por um favor alcançado do céu’. Trata-se de uma ‘manifestação folclórica’ geralmente entendida como ‘expressão artística’ ou percebida através de sua ‘finalidade diversional’. Ela contém dupla significação. Além do ‘sentido explícito’ – ‘demonstração da fé religiosa’ –, embute um ‘sentido camuflado’ – ‘expressão [...] tantas vezes discordantes e mesmo oposta ao pensar e ao sentir das classes oficiais e dirigentes’. Para identificar tais sentidos, o autor sugere o estudo das ‘peças expostas nas paredes’ dos santuários ou cruzeiros. Através deles será possível ‘decodificar as mensagens contidas’. Essa operação, que geralmente ‘escapa’ aos pesquisadores, é realizada de modo natural pelos peregrinos que afluem aos centros de devoção, porque são dotados daquela ‘expectativa sociocultural comum [...] aos seus comunicadores’, permitindo que se complete o circuito de qualquer processo comunicativo.” (Marques de Melo, 2008, pág. 84).

Ao discutir esses resultados, é possível perceber uma aproximação com a teoria da folkcomunicação de Beltrão (1980, 2001), que compreende as práticas comunicacionais populares como formas legítimas de mediação cultural. As imagens captadas mostram que os romeiros utilizam a fé como linguagem de resistência, reafirmando sua identidade e perpetuando tradições.

A folkcomunicação é um estudo desenvolvido pelo jornalista pernambucano, Luiz Beltrão (1918), que se interessou a partir do folclore, estudar a comunicação dentro das manifestações populares, fundando a folkcomunicação, em meados de 1967, observando o pagamento de promessas do catolicismo e a literatura de cordel, baseando

essas ações como fonte de cultura popular e regional, caracterizando-as como cultura folk. Dessa forma, é de extrema relevância discutir sobre a folkcomunicação de que forma ela está ligada aos romeiros, romarias, ex-votos e a fé da população de Canindé sobre seu padroeiro, São Francisco de Assis.

“Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore.” (Beltrão, 1980, pág. 24).

Para Beltrão, a folkcomunicação corresponde ao processo de comunicação que se desenvolve na base das camadas populares por meio dos meios de comunicação de massa. O conceito, traz uma comunicação que nasce da cultura popular, transmitida por meio de romeiros e romarias como agente de comunicação, por exemplo, e de meios próprios como os ex-votos e as festas religiosas que ocorrem em Canindé como forma de exposição dessa cultura, no caso, religiosa.

Beltrão compreende que a folkcomunicação se relaciona diretamente com a cultura popular, servindo como mediação e possibilitando que as narrativas e experiências dos devotos sejam transmitidas e reconhecidas, mantendo viva a cultura religiosa tão marcante nas terras de Canindé e na vida do povo sertanejo.

Em diálogo com Barthes, pode-se dizer que a fotografia não apenas registra, mas emociona e testemunha, criando um elo entre quem vive a experiência e quem a observa. Sob a perspectiva decolonial, a devoção em Canindé apresenta a força das práticas religiosas populares que sobrevivem e se reinventam diante de contextos de opressão e invisibilidade histórica.

Em suma, os resultados apontam que a devoção a São Francisco das Chagas, em Canindé, ultrapassa a dimensão religiosa, se configurando como tradição cultural, comunicacional e de resistência histórica. Por meio das fotografias, é possível compreender como a fé se manifesta em práticas coletivas, símbolos materiais religiosos e narrativas pessoais que reafirmam o papel da cultura popular e da religião no fortalecimento da identidade nordestina.

Conclusão

A pesquisa sobre a fotografia documental nos festejos de Canindé evidencia que a fé popular, ao registrar os romeiros, romarias, ex-votos e celebrações. A fotografia assume um papel de preservação da memória coletiva e de valorização da religiosidade nordestina.

Os registros revelam que a devoção a São Francisco das Chagas não se limita à experiência individual de cada fiel, mas se fortalece em práticas comunitárias e rituais que simbolizam resistência, identidade e pertencimento. Nesse sentido, os ex-votos, as caminhadas e as celebrações coletivas tornam-se expressões vivas da folkcomunicação,

como apresentado por Beltrão, por representarem canais de transmissão de mensagens, valores e crenças.

Assim, compreende-se que a fotografia, aliada à teoria da folkcomunicação e às abordagens decoloniais, possibilita não apenas documentar, mas também ressignificar a experiência da fé em Canindé. Portanto, a pesquisa contribui para a valorização da cultura popular e para a reflexão sobre como os romeiros constroem sentidos, comunicam-se e mantêm viva uma tradição que atravessa gerações, reafirmando a centralidade da religiosidade na identidade do povo sertanejo.

Referências

SANTUÁRIO DE CANINDÉ. História do Santuário de Canindé. Disponível em: <https://santuariodecaninde.com/santuario/historia/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTUÁRIO DE CANINDÉ. Presença, memória e milagres: 90 anos da presença dos frades da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil em Canindé. Canindé: Santuário de São Francisco das Chagas, 2014. 44 p. Disponível em: <https://santuariodecaninde.com/wp-content/uploads/2014/09/Livro-90-anos-do-Santu%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTUÁRIO DE CANINDÉ. Folder – Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé CE (8) – Atualizado. Canindé: Santuário de Canindé. Acesso em: 21 ago. 2025.

BARTHES, Roland. A câmara clara: notas sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Disponível em: <https://www.google.com.br/books>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MARQUES DE MELO, José. Mídia e cultura popular. São Paulo: Paulus, 2008. Acesso em: 28 ago. 2025.

NOBRE, Itamar de Moraes. A fotografia como narrativa visual. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Acesso em: 29 ago. 2025.

NOBRE, Itamar de Moraes. Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão: A fotcartografia sociocultural como uma proposta metodológica. 2011. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Acesso em: 29 ago. 2025.

NOBRE, Itamar de Moraes; GICO, Vânia de Vasconcelos. A Folkcomunicação no Contexto da Epistemologia do Sul: Reflexões Iniciais Sobre Uma Descolonização das Ideias. Revista Internacional de Folkcomunicação. Acesso em: 29 ago. 2025.

DEVOTOS DE SÃO FRANCISCO percorrem 130 km de Fortaleza a Canindé. G1 Ceará, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/10/devotos-de->

sao-francisco-andam-130-km-de-fortaleza-caninde.html . 09 de out. 2014. Acesso em: 27 ago. 2025.

Sesc São Paulo. Ex-votos e uma estética da devoção. Editorial, 8 abr. 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/ex-votos-e-uma-estetica-da-devocao/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Anexos



Figura 1- Fiés agradecendo pela graça alcançada e entregando o ex-voto pela conquista/
Por: Itamar Nobre



Figura 2- Festejos religiosos em frente ao Santuário de São Francisco de Assis/ Por:
Itamar Nobre



Figura 3- Uma das diversas missas realizadas durante o período de festejos em Canindé/
Por: Itamar Nobre



Figura 4- Caminhada dos coroinhas juntamente aos romeiros e romarias/ Por: Itamar
Nobre



Figura 5- Presentes e ex-votos de agradecimento aos pés da estátua de São Francisco de
Assis/ Por: Itamar Nobre

CÓDIGO: HS1534

AUTOR: SARAH JULIANE NASCIMENTO MARREIROS

ORIENTADOR: SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS

TÍTULO: ENTRE O SONHO DA CASA PRÓPRIA E A REALIDADE HOSTIL: AS
CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA HABITACIONAL.

Resumo

O presente artigo analisa o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), instituído pela lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Embora esse programa tenha buscado ampliar o acesso à moradia e enfrentar o déficit habitacional, que atinge principalmente as populações de menor renda, em sua implementação revelou limites que comprometeram sua natureza social. Esse artigo objetiva apresentar o conceito e as diferentes manifestações da “gestão hostil” nos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV no estado do Rio Grande do Norte. A metodologia adotada combina pesquisa bibliográfica, registros fotográficos e base de dados do Grupo de Pesquisa Estúdio Conceito (UFRN), com análise espacial realizada por meio do recurso de imagens de satélite históricas. Os resultados apontam que, com a ausência do município na regulação ativa da produção do PMCMV, a atuação do setor privado desconsidera o caráter social e transforma a moradia em um instrumento de exclusão e segregação, limitando o acesso das populações vulneráveis ao direito à cidade.

Palavras-chave: Política habitacional. Programa Minha Casa, Minha Vida. Gestão Hostil.

TITLE: BETWEEN THE DREAM OF HOMEOWNERSHIP AND THE HOSTILE
REALITY: THE CONTRADICTIONS OF HOUSING POLICY.

Abstract

This article analyzes the Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV), established by Law No. 11,977 of July 7, 2009. Although the program sought to

expand access to housing and address the housing deficit, which primarily affects low-income populations, its implementation revealed limits that undermined its social nature. The article aims to present the concept and the different manifestations of “hostile management” in PMCMV’s Tier 1 housing developments in the state of Rio Grande do Norte. The methodology combines bibliographic research, photographic records, and data from the Estúdio Conceito Research Group (UFRN), along with spatial analysis carried out through the use of historical satellite imagery. The results indicate that, in the absence of active municipal regulation over PMCMV’s production, the private sector’s role disregards the program’s social purpose and transforms housing into an instrument of exclusion and segregation, restricting vulnerable populations’ access to the right to the city.

Keywords: Housing Policy. Minha Casa, Minha Vida Program. Hostile Management.

Introdução

O déficit habitacional no Brasil representa um problema histórico e de grande impacto social, que afeta especialmente as populações mais vulneráveis (Lannoy, 2006). Com o objetivo de enfrentar esse desafio, foi criado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), através da lei nº 11.977 de 2009. Essa política destaca-se pela implementação de subsídio de até 95% do valor do imóvel para as famílias de menor poder aquisitivo. Apesar disso, críticas ao programa chamaram atenção para o risco de reproduzir erros já observados em políticas anteriores, como a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura urbana (Amore, 2015).

Ao favorecer agentes do setor privado, sem a devida regulação dos municípios, o programa adota uma postura que limita o direito à cidade à população atendida e reflete um fenômeno que se denomina “Gestão Hostil” (Medeiros, 2025). Essa hostilidade se expressa, por exemplo, na construção de conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, em moradias excessivamente padronizadas, com baixa qualidade construtiva e na ausência de infraestrutura adequada. Tais práticas reforçam os processos de segregação, exclusão e marginalização, bem como comprometem a qualidade de vida dos moradores (Medeiros, 2025). Além disso, ao reduzir a moradia a uma mercadoria, a política habitacional relega seu papel assistencial e desconsidera a função simbólica da habitação como instrumento de segurança e dignidade. Desse modo, a gestão hostil não ocorre por acaso, resulta de escolhas políticas orientadas por interesses econômicos e distantes das reais necessidades da população (Medeiros, 2025).

Com base nesse entendimento, cabe levantar a seguinte questão norteadora: como a gestão hostil se manifesta nos empreendimentos habitacionais do PMCMV - Faixa 1 no Rio Grande do Norte? Impulsionado por essa inquietação, o objetivo central deste trabalho é analisar as manifestações da gestão hostil nos empreendimentos Faixa 1 do programa, no contexto do estado do Rio Grande do Norte (RN), através da discussão dos seus impactos sobre as populações afetadas, e identificando exemplos que contrariam essa lógica hostil. Para tanto, o trabalho se desenvolve a partir de uma revisão bibliográfica de estudos que discutem a poética da casa, habitação de interesse social e política habitacional. Referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o estudo dialoga com o ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, direcionado a pensar cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Após essa Introdução, a segunda parte do trabalho apresenta o detalhamento da metodologia utilizada, referente à revisão bibliográfica e às discussões teóricas. Posteriormente, os resultados e discussões debruçam-se sobre a exploração do conceito de gestão hostil e sua manifestação nos empreendimentos do PMCMV no cenário potiguar. E, por fim, as considerações finais retomando os mais importantes resultados encontrados e a proposição de uma agenda de pesquisa.

Metodologia

A metodologia do presente estudo foi desenvolvida em duas etapas principais, adotando como recorte territorial o estado do Rio Grande do Norte, com foco nos empreendimentos do PMCMV - Faixa 1. Desse modo, a primeira etapa consistiu em uma revisão da literatura, onde foram utilizados livros, artigos científicos e dissertações que tratam de temas como: a poética da casa, habitação de interesse social e política habitacional, a exemplo de Bachelard (1978); Cardoso e Aragão (2013); Freitas (2023); Medeiros (2025); Rodrigues (2018) e Valença (2003).

Em seguida, para a análise empírica, foram selecionados quatro empreendimentos do PMCMV no estado do Rio Grande do Norte, sendo eles: Maestro São Cristóvão, localizado no município de Assú; Maria Odete Rosado, no município de Mossoró; Dr. Ruy Pereira dos Santos, em São Gonçalo do Amarante; e Terras de Engenho, em Parnamirim. A escolha dos empreendimentos levou em consideração a proeminência dos aspectos discutidos no decorrer do trabalho, citados como exemplos de manifestações da Gestão Hostil, tais como: localização periférica, baixa qualidade construtiva e infraestrutura precária.

A análise espacial foi realizada por meio da ferramenta SIG Google Earth Pro, através do recurso de imagens de satélite históricas, permitindo observar a inserção urbana e a configuração do entorno do conjunto no período em que foi entregue. Adicionalmente, foi realizada uma busca ativa na base de dados do grupo de pesquisa Estúdio Conceito/UFRN, que reúne registros fotográficos e informações sobre os conjuntos habitacionais. Assim, foi possível identificar e compreender a configuração espacial e os elementos que caracterizam a gestão hostil nos empreendimentos habitacionais no Rio Grande do Norte.

Resultados e Discussões

A casa, no seu sentido mais comum, desempenha um papel fundamental na vida do homem à medida que constitui um local de habitação. Porém, esse papel não se limita às paredes do imóvel, pelo contrário, carrega valores simbólicos e possui significados que ultrapassam essa concepção simplesmente material. A casa representa um centro de sonhos e memórias, o espaço vital do ser humano. Bachelard (1978) reforça essa ideia ao descrever a casa como o mundo primitivo do homem, o local onde diariamente se estabelece e se desenvolve. Desprovido dela, o indivíduo se tornaria disperso, vulnerável e sem rumo.

Sob essa perspectiva simbólica, a casa se configura como um documento da história pessoal do indivíduo (Jorge, 2005), pois registra o cotidiano vivido em seu interior, acolhe a privacidade de seus moradores e ampara a convivência familiar. Por outro lado, atua também como uma forma de expressão pública do homem, uma vez que manifesta sua imagem social, e representa um aspecto de estabilidade social e política, consistindo em um bem essencial para a promoção da dignidade das pessoas (Martins et al, 2013). Portanto, a casa deve atender às necessidades de quem a habita, funcionando como um abrigo, mas também como um reflexo da identidade de seus moradores.

Diante de toda simbologia, é possível compreender a importância da casa como necessidade básica para o ser humano. Mesmo diante dessa relevância, configura-se como uma mercadoria de alto valor agregado devido ao seu complexo processo de produção, resultando em um bem de difícil acesso à população menos favorecida (Valença, 2003). Pretendendo contornar essa situação, famílias de menor renda buscam outras alternativas para acessá-la, como a ocupação irregular, autoconstrução, onde os trabalhadores, pouco a pouco e em seus momentos de folga, esforçam-se em construir suas próprias moradias (Maricato, 2013), ou por meio do Estado, através de subsídios e

políticas públicas que buscam reduzir os custos de produção e promover o acesso à casa própria, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Em 2009, foi lançado o PMCMV com o objetivo de enfrentar o déficit habitacional e ampliar o acesso à moradia para famílias com renda de até 10 salários mínimos, dividindo-se em três faixas de renda: Faixa 1 - voltada às famílias com renda de até três salários mínimos; Faixa 2 - famílias com renda de três a seis salários mínimos; e Faixa 3 - famílias com renda de seis a dez salários mínimos. O programa proporcionou um volume de subsídios até então inédito no país, o que permitiria atingir, também, a população de menor renda, inserida na Faixa 1 (Cardoso; Aragão, 2013).

Não obstante a proposta inicial e os grandes investimentos, Cardoso e Aragão (2013) apontam críticas evidenciando falhas na condução do programa, dentre elas cabe citar: a) falta de articulação do programa com a política urbana; b) problemas de localização dos novos empreendimentos; c) excessivo privilégio concedido ao setor privado; d) grande escala dos empreendimentos; e) baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; e, f) desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado.

Tais falhas identificadas revelam um desenho institucional que visa o lucro em detrimento do enfoque social da política habitacional, consequência da forte atuação do setor imobiliário, altamente beneficiados pelo programa (Rolnik, 2015). A intensa participação do mercado resulta em problemas relacionados à localização precária dos conjuntos habitacionais, à padronização dos empreendimentos e à baixa qualidade construtiva, fatores que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores, que está relacionada às condições do local onde vivem (Martins et al, 2013).

Esses problemas decorrem da autonomia concedida pelo programa aos agentes privados, sendo os responsáveis por adquirir a terra e elaborar os respectivos projetos. Como consequência, suas decisões guiadas pelo critério da rentabilidade não consideram fatores sociais e urbanísticos (Rolnik, 2015). Assim, a construção dos empreendimentos em áreas distantes dos centros urbanos e carentes de infraestrutura comprometem o direito à cidade aos respectivos moradores. Outrossim, a padronização e a baixa qualidade construtiva não contemplam as particularidades e necessidades das famílias, podendo apresentar problemas estruturais e custos de manutenção (Freitas, 2023).

O habitar está relacionado não apenas à moradia, mas igualmente ao entorno, bem como o acesso aos serviços e infraestrutura urbana (Fontenele; Chaves; Medeiros, 2021). Nesse sentido, essas limitações reduzem a moradia a um simples objeto, um mero abrigo físico. Ao desconsiderar o papel simbólico da habitação, esses empreendimentos se distanciam dos princípios da política habitacional pautados na habitação de interesse social e passam a tratá-la apenas como mercadoria, priorizando a redução dos custos e aumento da lucratividade (Cardoso; Aragão; Araújo, 2011).

No entanto, a despeito dos entraves, observa-se que os moradores encontram formas de ressignificar esses espaços, adaptando-os às suas demandas cotidianas e manifestando suas identidades, conforme apresentação da professora Sara Medeiros no II Congresso do Observatório das Metrópoles: o futuro das metrópoles e as metrópoles no futuro, em 2021 (Figura 1).

A figura faz ver que as transformações realizadas nas casas buscam recuperar a dimensão simbólica da moradia enquanto reflexo pessoal do indivíduo e demonstram que, apesar das limitações do projeto habitacional, a casa se torna um espaço de pertencimento, marcado pela singularidade de seus moradores.

Posto isso, os aspectos discutidos revelam práticas que, embora frequentemente naturalizadas, limitam o direito à cidade de determinados grupos sociais, configurando o que se denomina por gestão hostil. Nesse contexto, Medeiros (2025) propôs o conceito de Gestão Hostil que, segundo a autora, é caracterizada por meio de ações - ou da omissão - do Estado que, ao invés de reduzir desigualdades, acabam agravando as vulnerabilidades sociais. Assim, uma política habitacional que favorece os interesses do mercado e negligencia as necessidades básicas da população reforça a exclusão dos grupos mais vulneráveis, contrariando o papel assistencial do Estado.

GESTÃO HOSTIL NA POLÍTICA HABITACIONAL NO RN

No que diz respeito à hostilidade presente na política habitacional, nota-se sua manifestação através do distanciamento das populações mais vulneráveis às áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura e serviços básicos. Não apenas isso, trata-se da adoção de diferentes estratégias que refletem um desenho institucional hostil, moldado para restringir ou dificultar o uso pleno da cidade por grupos sociais específicos, incitando outros processos, como exclusão, marginalização, periferação e segregação (Medeiros, 2025).

A escolha de localizações periféricas para a construção dos conjuntos habitacionais, a padronização dos projetos, a escassez de equipamentos coletivos e a ausência de infraestrutura urbana adequada são exemplos de práticas que resultam em espaços que mantêm populações vulneráveis afastadas dos centros urbanos e, conseqüentemente, de oportunidades de trabalho e serviços. Logo, a gestão hostil opera para aprofundar desigualdades já existentes ao evitar que as populações vulneráveis acessem espaços integrados à cidade.

No que tange ao PMCMV – Faixa 1, verifica-se que, embora seja aparentemente uma política habitacional direcionada ao atendimento de uma demanda social, o programa demonstra hostilidade à população beneficiária, haja vista a reprodução das práticas mencionadas. Ao invés de promover melhorias na qualidade de vida, o referido Programa amplia vulnerabilidades sociais ao definir quem tem direito à centralidade urbana, expondo uma gestão territorial da desigualdade, conforme apontado por Medeiros (2025).

Como se observa, para além da discussão teórica, é fundamental analisar como essa conduta se revela nos projetos implementados pelo Estado. No contexto do Rio Grande do Norte, percebe-se que vários empreendimentos do PMCMV reproduzem essa dinâmica. De modo a evidenciar essas contradições, serão apresentados quatro empreendimentos que demonstram a manifestação real da gestão hostil, sendo eles: Maestro São Cristóvão, localizado no município de Assú; Maria Odete Rosado, no município de Mossoró; Dr. Ruy Pereira dos Santos, em São Gonçalo do Amarante; e Terras de Engenho, em Parnamirim.

Com relação ao município de Assú, o residencial Maestro Cristóvão Dantas foi inserido no extremo norte da cidade, em área de expansão urbana, distante do núcleo urbano, com um desenho que adentra no terreno “vazio” e carente de equipamentos coletivos (Freitas, 2023), como demonstrado nas Figura 2 e 3.

Segundo Freitas (2023), o município de Assú ampliou seus limites urbanos para viabilizar o projeto, após alteração na legislação do PMCMV no qual estabelecia que os empreendimentos fossem construídos em áreas urbanas ou de expansão urbana. Dessa forma, a construção do residencial Maestro Cristóvão Dantas ocorreu em uma área com traços rurais, urbanização precária e escassa presença do poder público, revelando um padrão de urbanização desconectada e excludente (Freitas, 2023).

Em Mossoró, o residencial Maria Odete Rosado está localizado no extremo sul da cidade, inserido em área considerada urbana, porém seu entorno é constituído por área com características rurais, com grandes porções de terras vazias ao redor (Freitas, 2023). Portanto, assim como o caso do residencial Maestro Cristóvão Dantas, o residencial mossoroense apresenta uma localização periférica e desconectada do centro urbano, impactando a demanda por serviços, equipamentos e infraestrutura urbana (Figura 4).

Freitas (2023) reforça a manifestação da gestão hostil ao mostrar o cenário de abandono e degradação refletido no residencial Maria Odete Rosado. Dado que, seis anos após sua entrega, o conjunto apresenta um quadro alarmante de deterioração, com moradias desocupadas e com risco de desabamento (Figura 5). Esse abandono não se limita apenas às famílias, mas, do mesmo modo, à ausência do poder público local, revelando a baixa qualidade construtiva do empreendimento.

O complexo residencial Dr. Ruy Pereira dos Santos, no município de São Gonçalo do Amarante, foi construído em uma área com vastos terrenos ainda não ocupados e seu entorno apresentando escassez de atividades comerciais, gerando uma grande dependência de deslocamentos até o centro da cidade para acesso a serviços, comércio e equipamentos públicos (Figura 6). Mais uma vez, a localização do empreendimento reflete uma infraestrutura precária e com pouca conectividade urbana (Rodrigues, 2018).

No município de Parnamirim, o residencial Terras de Engenho, não diferente dos exemplos citados anteriormente, apresenta infraestrutura escassa e presença de grandes terrenos vazios em seus arredores, com poucos comércios ou serviços próximos (Figura 7). Por consequência disso, esse empreendimento se destaca devido à sua localização periférica, ocasionando uma dependência do centro de Parnamirim ou outras áreas com melhor abastecimento de serviços (Rodrigues, 2018).

Os empreendimentos Terras de Engenho e Dr. Ruy Pereira dos Santos, apesar de localizados em áreas urbanas, foram inseridos em áreas dispersas e pouco conectadas do centro urbano. Essa inserção territorial dificulta a integração com o entorno, e o fato de serem condomínios fechados reforça essa desconexão. Sua localização pode estar relacionada à existência de infraestrutura viária e equipamentos públicos próximos, ainda que não suficientemente articulados ao cotidiano da população (Medeiros et al, 2025).

No âmbito da localização dos conjuntos habitacionais em municípios pequenos e de baixa integração com a Região Metropolitana de Natal, Fontenele e Medeiros (2019) descrevem um processo de transformação da terra rural em urbana, caracterizado pela grande quantidade de lotes de terras vazias próximas aos empreendimentos e suas adjacências desprovidos de serviços e infraestrutura adequada à demanda populacional. Entretanto, esse processo também ocorre em Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, apesar de serem municípios pertencentes à Região Metropolitana de Natal (RMN) com alto grau de integração, reproduzindo uma urbanização precária.

Nessa perspectiva, Medeiros (2025) aponta que a precariedade, nesse caso, não é apenas uma consequência. Esses aspectos ilustram uma gestão hostil que opera como mecanismo de controle e expõe a omissão do Estado, produzindo territórios vulneráveis que resultam na formação de espaços urbanos marcados pela exclusão, isolamento e baixa qualidade habitacional, especialmente quando se trata das populações de menor poder aquisitivo. Porém, apesar dos exemplos apontados demonstrarem a implementação dos empreendimentos do MCMV em localizações periféricas, baixa integração urbana e com infraestrutura precária.

Há casos que contrariam o padrão até aqui discutido. Como exemplo tem-se o Residencial São Pedro, localizado no bairro da Ribeira, em Natal. A criação desse conjunto está associada à história da Comunidade do Maruim, situada no bairro das Rocas, zona leste de Natal, próximo ao Canto do Mangue e do Porto de Natal, formada, em sua maioria, por pescadores. A ocupação do Maruim ocorreu de forma irregular e desordenada, derivando em um cenário de precariedade marcado por fragilidades habitacionais e de infraestrutura. Silva Filho (2020) aponta que o conflito fundiário provocado pelos interesses do Porto na área ocupada foi um fator preponderante para a remoção da comunidade. Então, em 2016, os moradores foram realocados para o Residencial São Pedro, que buscava assegurar a permanência da população próxima ao seu local de origem (Silva Filho, 2020). O residencial é fruto de um projeto de realocação da Comunidade do Maruim e encontra-se inserido em uma área central da capital potiguar, integrado ao núcleo urbano e com amplo acesso aos serviços básicos e equipamentos coletivos (Silva Filho, 2020) (Figura 8).

Em linha com o exposto, o monitoramento de Medeiros, Chaves e Freitas (2022) indicou que o Residencial São Pedro foi o único empreendimento do MCMV Faixa 1 na RMN sem registro de comercialização ou aluguel. Dessa forma, os empreendimentos analisados revelam como a gestão hostil se manifesta no Programa Minha, Casa Minha Vida, através da localização periférica, baixa

qualidade construtiva e pela construção de conjuntos habitacionais que reforçam processos de exclusão, quando, na verdade, deveriam promover melhorias.

Conclusão

Neste estudo, foi discutido o conceito da gestão hostil e sua manifestação no âmbito da política habitacional brasileira, especificamente o Programa Minha Casa, Minha Vida, no contexto do estado do Rio Grande do Norte, através dos diversos exemplos apresentados no decorrer do trabalho. O objetivo do estudo buscava responder à pergunta: como a gestão hostil se manifesta nos empreendimentos habitacionais do PMCMV - Faixa 1 no Rio Grande do Norte?

Sendo assim, buscou-se evidenciar o que caracteriza essa hostilidade e como essas ações, ou ausência de ações por parte do Estado, reforçam as desigualdades sociais, sendo uma prática direcionada especialmente à população mais vulnerável. Além disso, foi destacado, também, que a hostilidade não se resume a ações isoladas, mas que, nesse caso, resulta de escolhas guiadas pelos interesses do mercado imobiliário e que, conseqüentemente, moldam o acesso à cidade.

A partir da análise de quatro empreendimentos habitacionais no RN - Maestro São Cristóvão Dantas, Maria Odete Rosado, Dr. Ruy Pereira dos Santos e Terras de Engenho - foi possível apresentar os aspectos da gestão hostil reproduzidos ao implementar a política habitacional de interesse social: construção dos conjuntos habitacionais em localizações periféricas, ausência de infraestrutura, padronização dos empreendimentos e baixa qualidade construtiva. Tais características contribuem para reforçar vulnerabilidades sociais já existentes.

Nesse cenário, ao atribuir ao setor privado o poder de tomada de decisão, a gestão da política habitacional desconsidera sua natureza social e a moradia, por sua vez, transforma-se em um mecanismo de exclusão e segregação. A discussão da gestão hostil se torna essencial para compreender de que forma a política habitacional reproduz práticas que limitam o acesso das populações vulneráveis à cidade.

O contraponto representado pelo Residencial São Pedro demonstra que é possível implementar projetos integrados ao núcleo urbano e promover o acesso à cidade às populações menos favorecidas. Portanto, o reconhecimento dessas práticas é fundamental para romper a lógica de naturalização do problema e buscar por alternativas.

Por fim, para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de análises comparativas entre as diferentes faixas de renda contempladas pelo programa. Essa linha de investigação seria promissora para verificar se a lógica de padronização, a localização em áreas periféricas e as condições de precariedade se apresentam de maneira distinta em projetos voltados a outros segmentos sociais.

Referências

AMORE, Caio Santo. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-27.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 5ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra capital, p. 17-65, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

FONTENELE, Beatriz Medeiros; MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Na periferia da periferia: o Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1 nos municípios de menor integração da Região Metropolitana de Natal. In: Maria do Livramento Miranda Clementino. (Org.). **Dois Décadas da Região Metropolitana de Natal**. 1ed. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2019, v. 1, p. 5-310.

FONTENELE, Beatriz Medeiros; CHAVES, Carina Aparecida Barbosa; MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Mudança de uso e comercialização no PMCMV Faixa 1. In: CARDOSO, Adauto L.; D'OTTAVIANO, Camila (Orgs.). **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2021.

FREITAS, Mariana Fernandes. **Grandes vazios e pequenos lotes**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2023.

JORGE, José Duarte Gorjão. Uma casa não é uma tenda. In: VALENÇA, Márcio Moraes; COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. **Espaço, cultura e representação**. Natal: EDUFRN, 2005.

LANNON, Camilo Pablo de. **O descompasso das políticas públicas para a solução do déficit habitacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.

MARICATO, Ermínia. Cidades no Brasil: Neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. **Revista Política Social e Desenvolvimento 01**. Como enfrentar a crise das cidades?, v.1, n.1 ano 1, novembro de 2013. Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento.

MARTINS, M. S. et al. Projeto de habitações flexíveis de interesse social. **Oculum ensaios**. Campinas, SP .10(2). 301-310. 2013.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Q.; CHAVES, Carina; FREITAS, Mariana Fernandes. Um sonho à venda: a comercialização dos imóveis do PMCMV– faixa 1. **Cadernos Metrópole**, v. 24, n. 55, p. 1187-1213, 2022.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Gestão hostil: práticas da política habitacional social no Brasil. *Revista Da ANPEGE*, 21(44), 2025.

MEDEIROS, S. R. F. Q.; MORAIS, E. V. F.; FIGUEIREDO, M. R. G.; MACHADO, Y. O. Extensores metropolitanos e o programa minha casa, minha vida: dinâmicas de expansão na região metropolitana de Natal. **Revista Contexto Geográfico**, 10(23), e102316964, 2025.

RODRIGUES, Diana Araújo. **Casa nova, vida nova? Mobilidade urbana nos empreendimentos minha casa minha vida (faixa 1) na região metropolitana de Natal**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2018.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. **Boitempo Editorial**, 2015.

SILVA FILHO, Cledilson Alves da. **Os mesmos moradores em novas moradias? Da comunidade do Maruim ao Residencial São Pedro.** Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2020.

VALENÇA, Márcio Moraes. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. **Cadernos Metrôpole**, n. 09, p. 165-171, 2003.

Anexos



Figura 1: Aspectos simbólicos da moradia.



Figura 2: Residencial Maestro Cristóvão Dantas (2016), Assú/RN.



Figura 3: Carência e baixa qualidade de equipamentos coletivos, Residencial Maestro Cristóvão Dantas (2016), Assú/RN.



Figura 4: Residencial Maria Odete Rosado (2017), Mossoró/RN.



Figura 5: Moradia deteriorada, Residencial Maria Odete Rosado (2017), Mossoró/RN.



Figura 6: Residencial Dr. Ruy Pereira dos Santos (2016), São Gonçalo do Amarante/RN.



Figura 7: Residencial Terras de Engenho (2013), Parnamirim/RN.



Figura 8: Residencial São Pedro (2016), bairro Ribeira, Natal/RN.

CÓDIGO: HS1543

AUTOR: JOSICARLA DOS SANTOS NASCIMENTO

ORIENTADOR: ORIVALDO PIMENTEL LOPES JUNIOR

TÍTULO: Mediação entre as pesquisas do grupo e os Minutos Sustentáveis

Resumo

Este projeto propõe uma investigação sobre a percepção social da crise climática, a partir de um estudo comparativo entre servidores da UFRN, estudantes e a sociedade civil. O objetivo é diagnosticar as diferentes visões sobre o tema para subsidiar futuras estratégias de comunicação científica. A pesquisa parte do pressuposto de que a crise atual não é um evento futuro, mas uma realidade presente, na qual mais da metade do carbono emitido pela queima de combustíveis fósseis foi lançada nas últimas três décadas. O referencial teórico de Bruno Latour é central para compreender o avanço do climatoceticismo não como mera falta de informação, mas como uma profunda mutação em nossa relação com o mundo que nos desestabiliza e enlouquece. A metodologia consistirá na aplicação de um questionário estruturado e na análise quali-quantitativa dos dados. Espera-se que os resultados revelem uma dissonância entre o reconhecimento da gravidade da crise e a disposição para mudanças estruturais, refletindo a crítica de Leonardo Boff de que o discurso da sustentabilidade é frequentemente esvaziado. O trabalho conclui apontando a importância desta proposta como um diagnóstico necessário para a repolitização da ecologia e o fortalecimento da cidadania ecológica.

Palavras-chave: Crise Climática.Percepção Social.Climatoceticismo.Litigância Climática

TITLE: Mediation between the group's research and Sustainable Minutes

Abstract

This project proposes an investigation into the social perception of the climate crisis through a comparative study among UFRN servers, students, and civil society. The objective is to diagnose the different views on the subject to inform future scientific communication strategies. The research is based on the premise that the current crisis is not a future event but a present reality, in which more than half of the carbon emitted from burning fossil fuels has been released in the last three decades. Bruno Latour's

theoretical framework is central to understanding the rise of climate skepticism, not as a mere lack of information, but as a profound mutation in our relationship with the world that destabilizes and maddens us. The methodology will consist of applying a structured questionnaire and conducting a qualitative-quantitative data analysis. It is expected that the results will reveal a dissonance between acknowledging the crisis's severity and the willingness for structural changes, reflecting Leonardo Boff's critique that the sustainability discourse is often emptied of meaning. The work concludes by highlighting the importance of this proposal as a necessary diagnosis for the repoliticization of ecology and the strengthening of ecological citizenship.

Keywords: Climate Crisis.Social Perception.Climate Skepticism.Climate Litigation

Introdução

Este projeto propõe uma investigação sobre a percepção social acerca da crise climática e da preservação ambiental a partir da aplicação de um questionário a três públicos distintos: servidores, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a sociedade civil. A pesquisa parte de uma constatação alarmante: a crise climática está acontecendo neste exato momento, não é uma prospecção para uma próxima geração; ela é uma realidade presente e “pior, muito pior do que você pensa” (Wallace-Wells, 2019, p. 1). De fato, mais da metade do carbono lançado na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis foi emitida nas últimas três décadas, o que significa que geramos mais destruição. “Atualmente, lançamos carbono na atmosfera a um ritmo consideravelmente mais acelerado; pela maioria das estimativas, pelo menos dez vezes mais rápido” (Wallace-Wells, 2019, p. 2). Desse modo, é possível ver o quão danosas são as ações provenientes de uma falta de ética e consciência ambiental.

Diante de uma emergência de tal magnitude, a aparente apatia ou reação cética de parte da população demanda uma análise aprofundada, pois manter-se nessa calmaria contemplativa tem suas consequências tanto atuais quanto futuras. Este trabalho fundamenta-se na perspectiva de Bruno Latour (2020), para quem a crise ecológica não é apenas uma adversidade passageira, mas uma separação da natureza extremamente perigosa. A ecologia nos enlouquece porque dissolve a separação moderna entre Natureza e Cultura, forçando-nos a encarar uma Terra que agora reage às nossas ações (Latour, 2020). A negação ou minimização dos fatos científicos, o chamado climatoceticismo, emerge, portanto, não como simples ignorância, mas como uma fuga das condições impostas por esta nova época, o Antropoceno. “O clima sempre variou. A humanidade sempre arranjou uma saída. Temos outras coisas com que nos preocupar. O importante é esperar e, acima de tudo, não enlouquecer” (Latour, 2020, p. 17). Mantendo, assim, uma postura cética, negacionista e até mesmo alienada, o futuro simplesmente não existe, pois há uma abjeção contundente a uma força de ação perante o que se tem no momento.

Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade, embora onipresente, torna-se problemático. Conforme aponta Leonardo Boff, a palavra é frequentemente usada como greenwash, ocultando a lógica de um sistema econômico que, na sua essência, é insustentável por sua busca de acumulação ilimitada e pela geração de desigualdades, com isso, “o decisivo é consumir, e para isso produzir de forma crescente,

desconsiderando as externalidades (degradação da natureza e geração de desigualdades sociais, que não são computadas como custos)” (BOFF, 2017, p. 40). A aplicação do impossível, considerando limites naturais, é um projeto que vem cada vez mais mostrando suas consequências. Assim, esta iniciativa visa não apenas diagnosticar percepções, mas contribuir para uma reflexão crítica sobre a necessidade de um novo paradigma civilizatório, que Boff (2017) trata como uma necessidade de ver a própria sustentabilidade não só como aquela em que “tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, não se enfraqueça a competição e não se prejudiquem as inovações tecnológicas”, e que Latour (2020, p. 262) define como a tarefa de aprender a compor um mundo comum diante de Gaia. A pesquisa procurará, portanto, entender como diferentes grupos sociais percebem esses desafios, gerando subsídios para o fortalecimento da cidadania ecológica e de ações futuras.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi desenhada com uma abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório e comparativo, sendo as suas etapas subsequentes fundamentadas numa base teórica já consolidada. A primeira fase do trabalho, já concluída, consistiu em uma rigorosa pesquisa documental e revisão sistemática da literatura. Esta etapa envolveu um levantamento em bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores como "percepção social da crise climática", "climatoceticismo", "sustentabilidade" e "Antropoceno". Este processo permitiu não apenas mapear o campo de pesquisa, mas também selecionar o referencial teórico que serve de pilar para toda a investigação, com destaque para as obras de Bruno Latour, Leonardo Boff, David Wallace-Wells e Pompeu e Pereira.

A partir deste arcabouço teórico consolidado (mas podendo ser ampliado, dado o desenvolvimento de pesquisas que, no tempo de revisão inicial, possam ainda não constar nas bases de dados), a segunda etapa da pesquisa se concentrará na elaboração e validação do instrumento de coleta de dados: um questionário estruturado com perguntas predominantemente de múltipla escolha. Os eixos temáticos do questionário serão diretamente derivados das tensões conceituais identificadas na literatura. Para assegurar a validade e a confiabilidade do instrumento, será conduzido um rigoroso processo de validação em duas frentes: primeiramente, uma validação de conteúdo, na qual o questionário preliminar será submetido à análise; em seguida, será realizado um teste-piloto (Anexo A) com uma amostra reduzida dos públicos-alvo para identificar possíveis ambiguidades e refinar a clareza das questões antes de sua aplicação definitiva.

A terceira etapa será dedicada à coleta de dados junto aos três públicos-alvo. Serão adotadas estratégias de amostragem distintas para cada grupo. O processo de experimentação dentro da UFRN com discentes e servidores se dará por meio de uma distribuição de formulários, que primeiro será entregue ao sistema de distribuição de notícias da própria universidade. Para a sociedade civil, será empregada uma amostragem que se concentrará nos pontos mais acessíveis, utilizando redes sociais e parcerias com grupos comunitários para alcançar um público amplo e diversificado, ciente das limitações de generalização estatística, mas coerente com a natureza exploratória do estudo, que visa ao aprimoramento da ferramenta de pesquisa.

Por fim, a quarta etapa consistirá na sistematização e análise dos dados coletados. A análise será conduzida em duas frentes complementares: uma quantitativa, que utilizará estatística descritiva para traçar perfis de resposta e identificar tendências em cada grupo; e uma análise qualitativa-comparativa, que se debruçará sobre os padrões numéricos, interpretando-os à luz do referencial teórico, tendo em vista que há eixos temáticos a serem levados em conta no processamento dos dados gerados. São eles: Relação Economia-Ambiente, que explorará a percepção do conflito entre o paradigma do crescimento econômico e a finitude do planeta; Responsabilidade Climática, que investigará a atribuição de responsabilidade pela crise, abordando as dimensões histórica, geracional e sistêmica; Soluções e Tecnologias, que aferirá a confiança em saídas tecnológicas em contraposição a mudanças estruturais de consumo e modo de vida; e Justiça e Impactos Climáticos, que abordará a percepção sobre a distribuição desigual dos impactos da crise. Esta fase buscará comparar as visões dos diferentes públicos para aprofundar a compreensão sobre as barreiras discursivas e ideológicas que moldam o debate climático. O objetivo primordial é identificar as dissonâncias e os pontos de convergência nas narrativas que influenciam a percepção e o engajamento com as questões climáticas, pois é fundamental para instruir a formulação de políticas públicas e iniciativas educacionais que fomentem o discurso ambiental, promovendo um diálogo mais construtivo.

Resultados e Discussões

Esta proposta de pesquisa prevê impactos significativos na interface entre ciência, comunicação e sociedade, gerando um diagnóstico detalhado sobre a percepção da crise climática. Espera-se que a aplicação do questionário revele um panorama complexo e paradoxal, que permitirá aprofundar a consideração de que a crise climática traz impactos não só para o planeta, mas também para o imaginário social, considerando as diferentes visões sobre o tema, como, por exemplo, os climatocéticos, climatoquietistas e climatonegacionistas (LATOURETTE, 2020). Cada um desses modos de compreender a crise leva a uma interpretação de mundo descolada da realidade dos fatos e, assim, produz uma dissociação do conceito de natureza e sua interligação com o humano. Não havendo esse diálogo, as ações se tornam cada vez mais inversas, tendo, dessa forma, uma menor afeição à questão ambiental e, cada vez mais, uma aderência à desmobilização social acerca da mesma.

A hipótese central é que os resultados apontarão para uma dissonância entre o reconhecimento da gravidade da crise e a capacidade de ação política para enfrentá-la. Espera-se encontrar uma tendência majoritária em defender a conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental, refletindo o que Leonardo Boff critica como a retórica de uma sustentabilidade policiada pelo lucro e pelo capital. “Mesmo sendo hostil à natureza, pretende incorporar em seu processo econômico os fluxos biológicos” (BOFF, 2017, p. 52). Conserva-se a ideia de um “equilíbrio” que, em uma base capitalista, é impraticável, dada a sua natureza exploradora e expansiva. Como

Wallace-Wells resume, “há um jogo de perde e ganha entre crescimento econômico e custo para a natureza” (2019, p. 5).

No que tange à responsabilidade, projeta-se que a análise revele uma tendência à pulverização da culpa, um mecanismo que, na prática, dilui a agência e justifica a inação, desvinculando o “ser humano” dos resultados catastróficos atuais. Tal resultado dialogaria com a análise de Wallace-Wells (2019) sobre como a geração atual se esquivava de seu papel histórico. O diagnóstico permitirá discutir como essa desmobilização constitui uma negação da própria situação, já que:

Se uma mutação radical estivesse de fato em questão, todos já estaríamos modificando de cima para baixo as bases de nossa existência. Teríamos começado a mudar nossa comida, nosso habitat, nossos meios de transporte, nossas técnicas de cultura, em suma, nosso modo de produção (LATOURETTE, 2020, p. 14).

Notoriamente, mesmo com dados, debate público e uma gama de informações a respeito, continua a inação de parte da sociedade, pois, em princípio, não se alinha necessariamente à ideia de desenvolvimento ou relevância. Essa paralisia social torna ainda mais relevante a necessidade de um aparato que busque a ação, por exemplo, usando o conceito de litigância climática, por ser um meio que “consiste no conjunto de repercussões decorrentes das ações judiciais promovidas por indivíduos, grupos ou organizações contra entidades consideradas responsáveis pelas alterações climáticas” (POMPEU; PEREIRA, 2025, p. 3).

Esta proposta justifica-se, ainda, pelo contexto da própria universidade. Um levantamento inicial, realizado durante a elaboração deste projeto, revelou a grande dificuldade em mapear de forma centralizada a vasta gama de projetos ambientais na UFRN. Essa fragmentação indica que a própria instituição pode não possuir uma visão integrada de suas próprias práticas. A pesquisa de Leal e Nepomuceno (2025) com docentes da UFS corrobora a hipótese de que os discursos sobre EA na universidade são heterogêneos e “atravessados pela trajetória pessoal e profissional”. A aplicação deste questionário na UFRN funcionará, portanto, como um diagnóstico social fundamental para articular ações maiores. O estudo alinha-se, assim, à necessidade de fortalecer a cidadania ecológica, que integra a tutela ambiental como um dever compartilhado e exige a capacitação de indivíduos para que possam reivindicar os seus direitos (POMPEU; PEREIRA, 2025).

Ao final, espera-se que o estudo ofereça um mapa das percepções, identificando não apenas lacunas de informação, mas, principalmente, as barreiras ideológicas e discursivas que impedem a ação climática efetiva. “A devastação a torto e a direito que vemos hoje supera as expectativas do melhor cenário para o aquecimento e todos os desastres climáticos que ele trará” (WALLACE-WELLS, 2019, p. 18). O resultado não será apenas um conjunto de dados, mas uma ferramenta para a repolitização da ecologia, compreendendo que, apesar dos avanços, “desafios estruturais limitam a efetividade da participação popular no Direito Ambiental Internacional” (POMPEU; PEREIRA, 2025, p. 2)

Conclusão

Esta proposta de pesquisa destaca a urgência de se investigar a percepção social como um passo fundamental para enfrentar a crise climática. A partir de um robusto referencial teórico que une as perspectivas de Latour (2020), Boff (2017) e Wallace-Wells (2019), o projeto visa ir além da superfície do debate, compreendendo as raízes da apatia e da paralisia social não como simples ausência de informação, mas como um fenômeno complexo, enraizado em um paradigma civilizatório que se recusa a aceitar os limites do planeta. A investigação se mostra crucial para entender por que, mesmo diante de evidências científicas alarmantes, a sociedade hesita em adotar as transformações estruturais necessárias.

A metodologia proposta, centrada na aplicação de um questionário comparativo, é desenhada para ser uma ferramenta de diagnóstico precisa, capaz de revelar as contradições do pensamento contemporâneo sobre o tema: a aceitação dos fatos científicos convivendo com a recusa em alterar as estruturas econômicas e de consumo que nos levaram à crise. Acredita-se que esta estratégia seja um instrumento potente para subsidiar futuras ações de comunicação e educação ambiental, permitindo que superem a abordagem meramente informativa e atuem de forma mais crítica e eficaz no combate às barreiras ideológicas.

A iniciativa contribuirá para a valorização do conhecimento, para a formação de uma cultura científica e para a ampliação do diálogo entre a universidade e a sociedade. Adicionalmente, o projeto visa fortalecer a formação discente em pesquisa, análise e comunicação pública da ciência, capacitando a nova geração de pesquisadores para os desafios do Antropoceno.

Como desdobramentos, espera-se que o diagnóstico gerado possa ser utilizado para articular de forma mais coesa as diversas iniciativas ambientais dentro da própria UFRN, servindo também como modelo para outras instituições. Por fim, este trabalho reafirma o compromisso da universidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, atuando na construção de uma sociedade mais informada, crítica e preparada para a tarefa inadiável de compor um mundo habitável, através da "mudança radical do rumo da história" (BOFF, 2017, p. 11).

Referências

- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.
- LEAL, Aline DORTAS; NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira. Ditos e não-ditos da educação ambiental: os discursos de docentes da Universidade Federal de Sergipe. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282362, 2025.
- POMPEU, Gina Vidal Marcílio; PEREIRA, Kalyll Lamarck Silvério. Litigância climática e participação cidadã no Direito Internacional Socioambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 22, e222768, 2025.
- WALLACE-WELLS, David. **Desastres em cascata**. Piauí, ed. 153, junho de 2019.

(Tradução de trecho de: A Terra Inabitável: Uma história do Futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

Anexos



ANEXO A- QUESTIONARIO PILOTO



ANEXO A- QUESTIONARIO PILOTO

CÓDIGO: HS1563

AUTOR: GABRIEL WAYLAND E MACIEL SILVA

ORIENTADOR: JUCIANO DE SOUSA LACERDA

TÍTULO: Educomunicação em saúde: desenvolvimento de uma revisão bibliográfica narrativa

Resumo

O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica narrativa (Cordeiro et al, 2007) sobre a interface da Educomunicação em Saúde. A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar diferentes concepções teóricas e práticas associadas ao campo, mapeando produções nacionais e internacionais entre 2020 e 2024. Para tanto, foram consultadas bases como COMPÓS, ANPEd, INTERCOM, Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, Redalyc e Google Acadêmico, resultando em um corpus inicial de 85 textos. Foi possível concluir que a educomunicação em saúde constitui um campo em ascensão, capaz de articular comunicação e educação como estratégias de fortalecimento da cidadania e de transformação social.

Palavras-chave: Educomunicação; Saúde; Comunicação; Educação; Revisão bibliográfica.

TITLE: Educommunication in health: development of a narrative bibliographic review

Abstract

This paper presents a narrative literature review (Cordeiro et al, 2007) on the interface of Educommunication in Health. The research aimed to identify and analyze different theoretical and practical concepts associated with the field, mapping national and international productions between 2020 and 2024. To this end, databases such as COMPÓS, ANPEd, INTERCOM, CAPES's Catalog of Theses and Dissertations, Redalyc, and Google Scholar were consulted, resulting in an initial corpus of 85 texts. It was concluded that educommunication in health is a growing field, capable of integrating communication and education as strategies for strengthening citizenship and social transformation.

Keywords: Educommunication; Health; Communication; Education; Bibliographic review

Introdução

Este artigo integra uma pesquisa que busca abordar tecnologias que mediam a aprendizagem aplicada à saúde numa perspectiva educacional (Kaplún, 2001; Sodré, 2012; Martín-Barbero, 2014b; Sartori et al, 2016), numa concepção que vai além de uma visão instrumental ou fetichizada das tecnologias de comunicação e informação. Também pretende contribuir para o fortalecimento da percepção de que as tecnologias, aqui especificamente aplicadas   educação permanente em saúde (Ceccim, 2005), são feitas pela humanidade e para servir e melhorar a experiência humana (Heidegger, 2001; McLuhan, 2005; Flusser, 2007).

Como ponto de partida, foi proposta uma revisão de literatura narrativa (Cordeiro et al, 2007) para identificar e sistematizar os conceitos de educomunicação aplicada   saúde, sobre o que seriam as principais referências teóricas clássicas e contemporâneas para a melhor compreensão de estratégias de ensino-aprendizagem relativas ao tema. Optou-se metodologicamente pela revisão de literatura narrativa, por não exigir de antemão um protocolo rígido de seleção de textos (Cordeiro et al, 2007), cabendo ao próprio pesquisador arbitrar a forma de seleção dos trabalhos que vão compor o escopo da revisão. O que se requer na metodologia é que todos os passos sejam registrados e sistematizados no relatório. Portanto, por meio de uma seleção arbit ria de autores publicados em diversos formatos: livros, artigos ou teses e dissertações foi desenvolvida a presente revisão bibliográfica narrativa com base em levantamento nas seguintes bases: COMPOS, ANPED, INTERCOM, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Redalyc e Google Acadêmico.

Foram consultados anais de eventos, artigos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros em busca de textos que reforçaram o diálogo entre as áreas de pesquisa em comunicação, Educação e Saúde, na interface reconhecida como Educomunicação em Saúde (Machado & Lacerda, 2014; De Oliveira Soares et al, 2021), cujos resultados poderão ser aplicados e discutidos na formação em nível de graduação e p s-graduação em comunicação e áreas af ns da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e de outros centros de produção do conhecimento nacionais e internacionais com os quais cooperamos. O conhecimento adquirido sobre processos midiático-comunicacionais possam contribuir para uma maior flexibilidade e plasticidade de aprendizado na formação humana em saúde, como também para apoiar nas respostas aos desafios concretos enfrentados pelos sistemas de saúde, por meio de interfaces e dispositivos educacionais.

Metodologia

PRIMEIRA FASE

O trabalho iniciou com a sistematização de um percurso metodológico que possibilitasse mapear as produções acadêmicas sobre educomunicação aplicadas   saúde, a partir da busca por textos que tratem dessa interface nas plataformas e bases de

dados científicos da forma como será descrita a seguir. O período de coleta de dados definido para esta revisão foram os últimos cinco anos, de 2020 até 2024.

A primeira base consultada foi a que contém todos os anais dos encontros anuais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPOS (<https://proceedings.science/compos>) (edições de 2020 a 2024). Por não haver possibilidade de busca por palavras-chave, foram buscadas as seguintes palavras, de maneira isolada: “Saúde”; “Educação”; “Educomunicação” e as combinações possíveis entre essas palavras. Avaliou-se que não seria necessário buscar pela palavra-chave “Comunicação”, justamente por se tratar de uma base que reúne trabalhos específicos dessa área.

Na área da educação, a associação análoga à Compós é a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED (<https://anais.anped.org.br>). Os anais reúnem publicações na área de educação desenvolvidas em programas de pós-graduação da área. No caso da ANPED, o recorte temporal de 2020 a 2024 especificamente situou as edições de 2021 e 2023, pois se trata de um evento bienal. Na ANPED, foram consultados todos os GTs com o uso das palavras-chave “Educomunicação”; “Comunicação” ou “Saúde”, sendo esta última a única que obteve resultados significativos.

A terceira base consultada foi a dos anais da Edição Nacional do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM (<https://historico.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional>). Esta plataforma apresenta uma peculiaridade: não é possível realizar nenhum tipo de filtro de pesquisa além da escolha de um Grupo de Pesquisa (GP). Mas por se tratar de uma revisão bibliográfica narrativa (Cordeiro et al, 2007), que permite uma escolha mais arbitrária, a critério do autor, desde que seja detalhado o processo na metodologia, a pesquisa nesta base se deu da seguinte forma: foram consultados os anais das edições nacionais de 2020 a 2024, especificamente do GP de comunicação e educação e o critério de inclusão foi definido como “O título deve abordar necessariamente “educomunicação”; ou “comunicação e saúde”; ou “educação e saúde” ou “plataformas de educação”.

A quarta plataforma consultada foi o Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). Nele foram consultados os trabalhos que tinham como palavras-chave “educomunicação” e “saúde” produzidos entre 2020 e 2024.

A Red de Revistas Científicas de Acesso Aberto Redalyc (<https://www.redalyc.org/>) foi outra base de dados que foi consultada. Trata-se de um sistema de informação científica que comporta atualmente 1.727 revistas de acesso aberto, de 817 instituições distribuídas em 36 países. Nela foram buscados artigos que tratassem de “educação” “comunicação” e “educomunicação” separadamente, publicados entre 2020 e 2024.

O Google Acadêmico (<https://scholar.google.com>) se mostrou uma plataforma difícil de trabalhar, por não permitir um refinamento de busca em um nível satisfatório, então a busca partiu para o Google como um todo, que permite uma filtragem mais detalhada. Então foi buscado por arquivos, em formato de PDF, com as seguintes palavras, em

qualquer parte do texto: “Educomunicação”; “Educação”; “Saúde” ou com a seguinte frase “Educomunicação em saúde” e que tivesse números entre 2020 e 2024 com a seguinte string - “allintext: Educomunicação; Educação; Saúde "Educomunicação em saúde" filetype:pdf 2020..2024”. Após a busca, foram utilizados novos critérios de inclusão: data de publicação (já que a filtragem não disponibiliza essa opção) e tratar necessariamente dos temas.

Após toda essa etapa foram encontrados 85 textos, sendo 21 filtrados da COMPÓS, três da ANPED, 17 do INTERCOM, 15 do Catálogo CAPES, 23 do Google e sete do REDALYC.

SEGUNDA FASE

Com o corpus de 85 textos definido, a segunda fase foi a que refinou quais textos seriam analisados completamente e que serviriam de base para as definições de educomunicação aplicadas, principalmente, à saúde. Com isso foram estabelecidos alguns critérios:

1º “Acesso”: os textos deveriam estar disponíveis de forma completa para acesso aberto. A partir deste critério foram excluídos dois trabalhos

2º “Tema”: Deveriam tratar sobre educomunicação e saúde. Desta forma, dos 83 trabalhos selecionados nesta fase, foram incluídos somente 15 que atendiam ao requisito. Para conferir o segundo critério, foram lidos título, resumo e palavras-chave dos 83 textos.

TERCEIRA FASE

Nesta última etapa, os 15 textos foram lidos por completo e foram compiladas todas as definições de educomunicação tratadas nestes textos para serem postas em discussão no artigo. Vale ressaltar que, nessa fase, foram detectados ainda que três artigos não estavam disponíveis em sua totalidade, portanto foram excluídos. Dos 12 restantes, quatro não abordaram diretamente a temática educomunicação e saúde, restando oito que compuseram os resultados da pesquisa e foram analisados definitivamente. Portanto, chegou-se ao conjunto de textos que foram analisados composto de um capítulo de Livro, cinco dissertações, um artigo publicado em anais de congressos e um resumo de mesa de evento.

Resultados e Discussões

Com a definição do corpus final composto por oito textos, passou-se à análise de seus conteúdos, buscando compreender de que maneira cada autor concebe e aplica a educomunicação em saúde. Obteve-se os seguintes textos, como resultado da revisão, para serem discutidos:

RABAY, Samuel Rodrigues. / Educomunicação e luta antimanicomial: práticas transdisciplinares de arte e cultura. / Dissertação. / 2023.

BEZERRA, Janvita Ribeiro. / Histórias paralelas: a linguagem audiovisual aplicada à divulgação de pesquisas em saúde. / Dissertação. / 2023.

BOLDRINI, Tatiany Volker. / Diversus – participação juvenil e educomunicação nas brechas da gestão. / Dissertação. / 2023.

WITTLIN, Flavio. / Educomunicação na saúde pública: mobilização social em prol da vigilância epidemiológica. / Resumo de trabalho apresentado em evento. / 2022.

WITTLIN, Flavio Marcio. / Sua saúde em 3 tempos: uso de 3 fotos de celular como aporte educutivo à literacia em saúde. / Dissertação. / 2023.

LIMA, Eloísa Helena de; et al. / A democratização da informação, no contexto da pandemia por COVID-19: diálogos necessários entre educação em saúde e comunicação. / Artigo. / 2021.

BLÁZQUEZ, Eduardo García; GIL-QUINTANA, Javier. EDUCOMUNICANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA MATERNIDADE: influenciadores da aprendizagem. / Capítulo de Livro. / 2024.

DANTAS, Jane Francinete. / Produção e uso de vídeos para educação permanente de profissionais de saúde no enfrentamento à sífilis. / Tese. / 2024.

Os textos, de maneira geral, definem a educomunicação como uma importante estratégia para a transferência de conhecimento de uma maneira mais ampla e difusa para públicos que necessitam de formação. Trazem também que as estratégias educutivas associadas a informações sobre saúde podem ser um importante instrumento na disseminação de conhecimento sobre sintomas de doenças, prevenção e tratamentos.

Nesse contexto, foram analisados os trabalhos de Rabay (2023) “Educomunicação e luta antimanicomial: práticas transdisciplinares de arte e cultura”; e de Bezerra (2023) “Histórias paralelas: a linguagem audiovisual aplicada à divulgação de pesquisas em saúde”

Rabay (2023) ressalta a educomunicação como um campo interdisciplinar possível de trabalhar em diferentes áreas como “fotografia, música, vídeo, memória, afetividade, artes, urbanidade, sustentabilidade, comunicação, entre outros”. Para o autor, a educomunicação pode servir de base para um “processo de difusão” transdisciplinar entre as áreas de Educomunicação, Saúde Mental e Artes. De modo convergente, Marciel Consani (2017), citado por Rabay, integra a educomunicação com a arte-educação, enquanto Cosani (2017) trata a educomunicação como uma possibilidade de transformar vivências que melhorem as relações humanas na educação, tornando esse processo um instrumento democrático. Essa perspectiva se fortalece ainda mais quando Rabay recorre a Ismar de Oliveira Soares (2000) e Paulo Freire (1987), justificando a educomunicação como um espaço de mediação, diálogo e solidariedade. Rabay (2023)

também cita Soares (2014), para sustentar a ideia de que a educomunicação é uma importante ferramenta para o ativismo antimanicomial e para que indivíduos em sofrimento psíquico possam ganhar protagonismo.

Por outro lado, para Bezerra (2023) a educomunicação serve como uma ferramenta para a divulgação de dados e estratégias para sensibilizar a sociedade e formuladores de políticas públicas em saúde sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). A autora dialoga com Freire (1979), ao considerar a educação como processo dialógico, e com Machado e Lacerda (2014), que ressaltam a relevância da comunicação como meio de informar e conscientizar sobre cuidados em saúde. Bezerra (2023) também traz a definição de Soares (2000), que define a educomunicação com o caráter transdisciplinar e interdiscursivo, e expõe o conceito de “sincretismo educacional”, que pode ser utilizado na disseminação de informações sobre a ELA, características e tratamentos.

Em complemento a essas visões, Boldrini (2023) defende o uso da educomunicação como ferramenta para promover a participação de jovens nas políticas públicas de saúde, a partir da implementação de ecossistemas de fala e escuta em espaços educativos. Seu trabalho cita Soares (2002) - que enxerga a educomunicação como espaço de expressão plural, e em Kaplún (1999), precursor do conceito, que une pedagogia e comunicação numa mesma lógica de transformação social. A proposta de Boldrini, traz um projeto feito com usuários do DiverSUS (Projeto da UNFPA, que possibilita a facilitação da comunicação com os jovens por meio de diversos tipos de mídias como fotos, vídeos, áudios, textos, ilustrações estimulando a criatividade e a liberdade de expressão).

Nessa mesma direção de práticas aplicadas, Wittlin (2022; 2023), detalha um projeto da secretaria estadual de saúde de São Paulo que em 300 municípios trabalha a relação entre educomunicação e saúde no combate a arboviroses, coordenado pelo próprio professor Ismar Soares. Wittlin, apresenta uma ação baseada em um aplicativo de celular, chamado “Sua Saúde em 3 Tempos (SS3T)”. Revela ainda a associação da educomunicação à saúde como uma área nova, que ainda está sendo explorada e investigada, com o objetivo de aumentar a participação popular e defende que seja usada como tecnologia social em literacia para promoção de saúde e prevenção de doenças e no combate à desinformação.

Já Lima et al (2021) ressaltam a importância da educomunicação no ensino da saúde e na difusão de informações durante a pandemia do covid-19. Eles destacam como plataformas importantes o rádio, streaming e mídias sociais digitais, para eliminar barreiras físicas e socioeconômicas. Como exemplo, usam o projeto “Viva Mais” da Rádio UFOP Educativa, Região dos Inconfidentes (MG). No entanto, ressaltam que constatarem a subutilização dessas ferramentas educacionais na área da saúde.

Blázquez e Gil-Quintana (2024) trazem o conceito da “figura dos influenciadores de aprendizagem” (Gil-Quintana, 2023). Focam a educomunicação em saúde como redutora de riscos e mitigadora de efeitos adversos, como agente de mudança cultural. Incentivando a prática de hábitos saudáveis e conscientizado sobre atitudes de risco. Um instrumento de alfabetização midiática.

Dantas (2024), cita Valentim et al (2022) que trata da educomunicação como ferramenta importante na formação-aprendizagem de gestores, profissionais da saúde e da população em geral. Dantas (2024) destaca que, para Valentim (2022), o foco deve ser na disseminação de informações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento, além do acompanhamento de dados da vigilância epidemiológica. Ressalta a importância da educomunicação durante crises de saúde pública, nas quais é urgente uma disseminação de informações seguras e confiáveis sobre determinada doença e para a formação massiva dos profissionais de saúde, como na epidemia de sífilis retratada em sua dissertação.

Conclusão

A presente revisão bibliográfica narrativa realizada permitiu mapear diferentes concepções e aplicações da educomunicação em saúde, evidenciando sua relevância como campo interdisciplinar em ascensão potencial expansão. Os autores analisados destacam que a educomunicação além de difundir informações, atua também na formação crítica, no fortalecimento da cidadania e na promoção da participação social em questões de saúde.

No entanto, foi possível constatar que a área ainda apresenta lacunas de práticas consolidadas, sobretudo no enfrentamento de crises sanitárias, na utilização das mídias digitais e, principalmente, na educação de profissionais da saúde. Nesse sentido, este estudo contribui para ampliar a compreensão do tema e abre espaço para futuras pesquisas que aprofundem a integração entre comunicação e educação permanente em saúde, fortalecendo o papel da educomunicação como instrumento estratégico de transformação social.

Referências

ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <https://anais.anped.org.br>

BEZERRA, Janvita Ribeiro. Histórias paralelas: a linguagem audiovisual aplicada à divulgação de pesquisas em saúde. 2023. 76 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Inovação em Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde e Centro de Tecnologia, Natal, 2023.

BLÁZQUEZ, Eduardo García; GIL-QUINTANA, Javier. EDUCOMUNICANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA MATERNIDADE: influenciadores da aprendizagem,. In: PÔRTO JR, Gilson; AMAR, Víctor (orgs.). ENSINO, DOCÊNCIA E INOVAÇÃO:

diálogos entre Brasil e Espanha. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024, p. 109-140. ISBN 978-65-981820-1-4.

BOLDRINI, Tatiany Volker. Diversus – participação juvenil e educomunicação nas brechas da gestão. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas de Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, 2023.

CAPES, Catálogo de Teses & Dissertações. Disponível em:
<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>

CECCIM, Ricardo B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Rev. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005
<https://www.scielo.br/j/icse/a/jC4gdtHC8RPLWSW3WG8Nr5k/?format=pdf&lang=pt>

COMPÓS, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Base de dados dos encontros anuais. ISSN: 2236-4285. Disponível em:
<https://proceedings.science/compos>.

CORDEIRO, A. M. et al.. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov. 2007. Available from:
<https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>

DANTAS, Jane Francinete. Produção e uso de vídeos para educação permanente de profissionais de saúde no enfrentamento à sífilis. 2024. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar; VIANAI, Claudemir Edson; FERREIRAI, Irma Teresinha Rodrigues Neves. Educomunicação nas políticas públicas de saúde no estado de São Paulo: Projeto Educom. Saúde-SP* em tempos de COVID-19. BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista, v. 18, n. 208, p. 22-31, 2021.

GOOGLE ACADÊMICO. Motor de busca gratuito indexador de publicações científicas e literárias. Disponível em: <https://scholar.google.com>

HEIDEGGER, Martin. "La pregunta por la técnica". In: HEIDEGGER, Martin. Conferencias y artículos, pp. 9-32. Barcelona: Editores del Serbal, 2001.

INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais dos congressos nacionais anuais. Disponível em:
<https://historico.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional>

KAPLÚN, Mario. A la educación por la comunicación. 2ª. Ed. Quito: Ediciones Ciespal, 2001.

LIMA, Eloísa Helena de; GONÇALVES, Ana Luiza Godinho; MARTINS, Anna Luiza Rodrigues Perigo; BARROSO, André Chabot; OLIVEIRA, Elisa Bastos Martins de; ALMEIDA, Vinícius Augusto Reis; SANTOS, Gláucio Antônio. A democratização da

informação, no contexto da pandemia por COVID-19: diálogos necessários entre educação em saúde e comunicação. *Revista de Medicina (São Paulo)*, São Paulo, v. 100, n. 6, p. 593-598, nov./dez. 2021.

MACHADO, Diolene; LACERDA, Juciano. Educomunicação comunitária em saúde atuando na prevenção das DST/AIDS. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 10, n. 19, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo: Editora Contexto, 2014b.

MCLUHAN, Marshall. *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005. p. 341.

RABAY, Samuel Rodrigues. *Educomunicação e luta antimanicomial: práticas transdisciplinares de arte e cultura*. 2023. 118 f. Dissertação (Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

REDALYC, Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/>

SARTORI, A. S.; CARDOSO, F. L.; SCHÖNINGER, R. R. Z. V.. Educomunicação e prática pedagógica educ comunicativa: uma revisão sistemática. *cad. Pes.*, São Luís, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WITTLIN, Flavio. Educomunicação na saúde pública: mobilização social em prol da vigilância epidemiológica. In: *SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA*. Anais da 74ª Reunião Anual da SBPC, julho 2022.

WITTLIN, Flavio Marcio. *Sua saúde em 3 tempos: uso de 3 fotos de celular como aporte educ comunicativo à literacia em saúde*. 2023. 65 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

.

CÓDIGO: HS1564

AUTOR: MARTHA FERNANDA SOUZA SILVA

ORIENTADOR: ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA

TÍTULO: CAPACITAÇÃO À PRÁXIS - PSICÓLOGOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CAPACITASUAS

Resumo

A consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil foi acompanhada pela criação da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS), que visa qualificar a gestão, os serviços e o controle social por meio de capacitações contínuas. Inseridos nesse contexto, os psicólogos enfrentam desafios relacionados à defasagem na formação acadêmica em políticas públicas e à manutenção de uma tradição individualizante da profissão, o que gera incertezas sobre seu papel na rede socioassistencial. Este estudo analisou, a partir de documentos oficiais e entrevistas com três psicólogos do Rio Grande do Norte que participaram do CapacitaSUAS, como a formação repercute no trabalho cotidiano. Os resultados apontaram fragilidades como a repetição de conteúdos, a ausência de especificidades territoriais, a exclusão da categoria em determinados cursos e a falta de enfoque multiprofissional. Embora aspectos positivos como a socialização entre trabalhadores tenham sido mencionados, prevaleceram críticas sobre a falta de inovação e a homogeneização dos conteúdos. Conclui-se que, apesar dos avanços da PNEP/SUAS, ainda há lacunas significativas na adequação das capacitações às demandas reais dos psicólogos, sendo necessário repensar estratégias formativas que contemplem a diversidade de práticas profissionais, a especificidade territorial e o fortalecimento da práxis no SUAS.

Palavras-chave: CapacitaSUAS; Psicólogos; Assistência social.

TITLE: Training for Praxis – Psychologists in Social Assistance and the CAPACITASUAS Program

Abstract

The consolidation of Brazil's Unified Social Assistance System (SUAS) was accompanied by the creation of the National Policy on Continuing Education (PNEP/SUAS), aimed at qualifying management, services, and social control through ongoing training. Psychologists within this context face challenges stemming from academic gaps in public policy education and the persistence of an individualizing professional tradition, which generates uncertainties about their role in the socio-assistance network. This study analyzed, through official documents and interviews with three psychologists from Rio Grande do Norte who participated in CapacitaSUAS, how such training impacts their daily work. Findings reveal weaknesses such as repetitive content, lack of territorial specificity, exclusion of psychologists from certain courses, and insufficient multiprofessional focus. Although positive aspects, such as professional networking, were noted, critiques regarding lack of innovation and homogenization of content predominated. The study concludes that, despite the advances of PNEP/SUAS, significant gaps remain in tailoring training to the real demands of psychologists, highlighting the need to rethink educational strategies that address professional diversity, territorial specificities, and the strengthening of praxis within SUAS.

Keywords: CapacitaSUAS; Psychologists; Assistance System.

Introdução

A consolidação da Assistência Social e, consequentemente, do seu Sistema Único no Brasil foi marcada por eventos legislativos importantes como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2005 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, cuja regulamentação efetiva ocorreu em 2011. Para operacionalizar o trabalho no SUAS, além de diversas normativas, foi criada a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013), que estabelece princípios e diretrizes para a instituição da perspectiva político-pedagógica fundada na educação permanente na Assistência Social. A PNEP SUAS contempla duas dimensões em seus processos formativos: 1) a dimensão do trabalho, que reconhece processos de trabalho que dão concretude ao ideário da política; e 2) a dimensão pedagógica, que busca processos continuados de capacitação e formação que impactam a carreira dos trabalhadores (PNEP SUAS, 2013).

A Política Nacional de Educação Permanente constitui, portanto, uma iniciativa para a qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS. Nesta seara, visa desenvolver, junto aos trabalhadores e conselheiros, condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços. Ademais, objetiva capacitar trabalhadores da Assistência Social nas competências específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS, bem como da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, do controle social e da gestão participativa. Os psicólogos estão inseridos no contexto da assistência social há décadas, com histórico de atuação antes mesmo da promulgação do Sistema Único de Assistência

Social ser algo concreto (Oliveira & Costa, 2023). Mesmo com o Conselho Federal de Psicologia tendo lançado Referências Técnicas para a atuação de Psicólogas na Assistência Social (CFP, 2008), o histórico da profissão numa visão individualista ou desconexa dos “sujeitos psicológicos” brasileiros (Dimenstein, 2000) reforça um deslocamento do trabalhador. Somado a isso, a falta de acesso a conteúdos sobre políticas públicas nas graduações em psicologia no país e as expectativas sobre o trabalho dos profissionais resultam em incerteza acerca dos modelos de atuação e da função dessa categoria em um meio tão complexo (Cordeiro & Curado, 2017). Considerando tantos desafios, o CapacitaSUAS, como Política de Educação Permanente, tem como principais objetivos: identificar necessidades de formação por meio de diagnósticos; planejar e implementar ações de capacitação; criar mecanismos que aproximem demandas dos usuários do conteúdo das formações; oferecer percursos formativos adequados às qualificações exigidas pelo SUAS; e elaborar estratégias de ensino-aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores, valorizando experiências construídas no cotidiano. Entretanto, sendo de responsabilidade estadual, a capacitação permanente para o SUAS vem se desenvolvendo de forma desigual nos diferentes estados. No Rio Grande do Norte, por exemplo, depois de um período sem nenhuma iniciativa, a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS/RN) retomou os processos formativos por meio do CapacitaSUAS. Importa considerar, a partir disso, como essa capacitação reverbera nos psicólogos da assistência social, que enfrentam uma diferenciação na formação, com falta de aprofundamento das políticas públicas do país, e lidam com o fantasma da profissão individualizante nos serviços do SUAS. Isto posto, o objetivo deste trabalho foi analisar, sob a ótica de profissionais da Psicologia, como a formação do CapacitaSUAS reverbera em seu trabalho cotidiano na Assistência Social.

Metodologia

Para a elaboração desta pesquisa, foram traçados dois caminhos. O primeiro foi a análise documental de documentos específicos do CapacitaSUAS 2023 e o outro, no qual há um maior enfoque dessa pesquisa, foram entrevistas com psicólogos trabalhadores da AS que participaram de edições da capacitação aos profissionais no Rio Grande do Norte.

A fim de compreender as bases pedagógicas da capacitação para a elaboração dos questionamentos, foram analisados documentos cedidos pela Secretaria do Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), contendo o detalhamento da edição 2022-2023, desde o planejamento dos docentes para as aulas até a quantidade de pessoas que participaram das capacitações nos polos presentes do estado: Natal, Santa Cruz, Pau dos Ferros, Mossoró e Caicó. Com isso, questionamentos sobre possíveis incômodos dos trabalhadores com a capacitação foram fundamentados e entraram como base para a elaboração do roteiro de entrevista com os participantes.

As entrevistas foram feitas com três psicólogos trabalhadores na assistência social potiguar que participaram de edições do CapacitaSUAS. A interlocução se deu por meio online através da plataforma Google Meet. Para isso, foi criado um roteiro semi-estruturado contendo oito perguntas sobre a atuação do profissional, as contribuições da capacitação e também sobre os níveis de satisfação do CapacitaSUAS para o cotidiano da assistência social, deixando questões em aberto para os psicólogos se estenderem sobre o que achassem necessário.

Dos três profissionais que foram entrevistados, duas eram mulheres cis e um homem cis, todos na faixa entre 36 e 39 anos de idade e com 13 a 15 anos de atuação no SUAS. Os três entrevistados residem na cidade de Mossoró-RN, participando das capacitações na respectiva cidade e também trabalham na assistência social do local citado. Dos participantes, dois trabalham no CRAS e o terceiro num CREAS, todos com diferentes atuações dentro da assistência social ao longo dos anos de serviços.

Resultados e Discussões

A partir das falas trazidas pelos psicólogos, foi perceptível alguns padrões de respostas sobre o curso de capacitação. Todos afirmaram passar pelos últimos CapacitaSUAS, mas com poucas recordações sobre os anteriores, apenas com o mais recente (2023) em mente. A maior parte dos participantes falou sobre a repetição de conteúdos básicos, e que após mais de dez anos na rede, parava de fazer sentido a participação de pessoas que já estavam há mais tempo trabalhando ali. Apesar da alta rotatividade de profissionais no SUAS ser algo recorrente e a capacitação precisar acontecer, este ponto trouxe incômodo aos psicólogos.

Uma convergência entre as negatividades do processo foi sobre os profissionais que aplicam os cursos, que muitas vezes são professoras sem contato perceptível com a prática, ou, então, assistentes sociais que dão enfoque nos aspectos que auxiliam majoritariamente a própria classe, deixando a troca multiprofissional esperada pelos trabalhadores defasada.

Outro comentário proferido que chama atenção sobre o CapacitaSUAS para os psicólogos foi a falta de estar em todos os eixos do curso, deixando um vazio que é latente no dia a dia do trabalhador. Os quatro cursos presentes do CapacitaSUAS são: Proteção Social no SUAS a Indivíduos e Famílias em situação de violência e outras violações de direitos: Fortalecimento Rede Socioassistencial, Curso de Gestão orçamentária e financeira do SUAS, Curso de Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: Proteção Social Integral e Garantia de Direitos e Curso de Plano de Assistência Social. Foi afirmado que, ao não participar, por exemplo, do curso financeiro, não se tem noção de como solicitar materiais básicos de trabalho, como citado pelo profissional: uma cadeira para a sala de atendimento.

Um ponto que compareceu também nas falas foi a falta de especialização para o território em que está sendo aplicado. Ao normatizar os conteúdos dados por todo o estado, a falta de precisão sobre fenômenos territoriais incomoda os trabalhadores

presentes no CapacitaSUAS. Algo específico dito por um dos entrevistados foi que, durante a capacitação no polo Mossoró, falar sobre situações que envolviam problemas de cidades maiores foi um ponto dissidente, como, por exemplo, pessoas em situação de rua, que é uma realidade em Mossoró, mas não nos interiores ao redor, que chegam a ter menos de 10 mil habitantes. Ao cobrir situações de maneira generalista, essa falta de especialização para com as diversidades territoriais dos trabalhadores presentes faz com que haja uma falta de proveito completo.

Mesmo com as diversas críticas ao processo da capacitação, pontos positivos também foram citados. O ato de encontrar com outros profissionais nesses momentos e também reencontrar colegas antigos para trocas de experiências e socialização apareceram como algo muito benéfico dessa junção multi, e devido a alta rotatividade desses trabalhadores na rede de assistência social, quando se é possível em momentos informais, a socialização acaba sendo um momento de conexão importante na rede.

Apesar desse teor otimista nos aspectos sociais, os aspectos negativos acabam se sobressaindo para os entrevistados. Uma das entrevistadas é a única que fala de maneira mais positiva sobre o CapacitaSUAS, mas, ainda assim, reconhece as defasagens que acabam acontecendo nos cursos. Ao pensarmos no que seriam conteúdos importantes para estarem na capacitação, mas não se fazem presentes, os participantes citaram os seguintes pontos, importantes e práticos não só para psicólogos, mas para todos os profissionais: transbordo do judiciário dentro dos CRAS e CREAS, como lidar ativamente contra violência intrafamiliar, articulação entre serviços de assistência social e saúde e a especificação de conteúdos para diferentes profissionais dentro da rede.

Quando perguntados sobre a satisfação com a capacitação, projetando um número entre 1 e 10, a resposta média entre os três participantes foi a nota 6. Mesmo com um contentamento inicial sobre o CapacitaSUAS, certas rachaduras se apresentavam, memórias que se perderam no dia a dia retornaram, e como todos os participantes possuíam mais de dez anos de trabalho na AS, esse fato não pode passar despercebido.

Com essa temporalidade pós formação ainda surgem dúvidas, afinal, o que um psicólogo deve fazer na ponta da rede? Por que mesmo após tanto tempo ainda se pede por fragmentações de especializações? E, ao mesmo tempo, aparece outro conflito: a psicologia, mesmo sendo tão grande dentro do SUAS, possuindo profissionais de referência desde unidades básicas e atuações na atenção especial em média e alta complexidade, ainda se encontra excluída de cursos especializados no funcionamento essencial da assistência social?

Os cursos de atualização em gestão, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Permanente, devem ser prioritariamente destinados aos trabalhadores inseridos no percurso formativo da Gestão do SUAS, enquanto aqueles voltados ao controle social devem ter como público principal os conselheiros e os trabalhadores que atuam nas Secretarias Executivas dos Conselhos de Assistência Social, considerando que a trilha de aprendizagem da Função de Controle Social foi estruturada especificamente para esse segmento. Logo, a falta da presença de psicólogos em alguns cursos é algo que, na lógica da PNEP, faz sentido devido aos cargos ocupados, mas de acordo com os relatos cria-se um vazio de saberes para o cotidiano do trabalho de quem não possui o acesso.

Com a homogeneização de conteúdos estabelecidos pela política de educação, a intenção é de produzir um conteúdo igualitário para todo o país a fim de criar uma base de nivelamento do mesmo para todo o Brasil, mas a falta de especialização dos conteúdos com ajustes para interiores e locais que não se adequam totalmente no que seria o “comum” para os cursos demonstra o desafio de equilibrar uma proposta pedagógica que acolha tantas demandas do que seria uma real capacitação para se trabalhar na assistência social.

A psicologia que por si só, devido a história da profissão, se caracteriza com um cunho de individualização, agora enfrenta um cenário completamente diferente na assistência social, sem uma clínica “um a um” clássica dentro da profissão. Ao entender a capacitação, as perguntas do que seriam versões ideais com especializações para os psicólogos aparecem na análise das respostas. O que seria um conteúdo ideal para um psicólogo trabalhador na assistência social? Como isso se diferencia dos outros? Quais exclusividades esta profissão tem em relação às outras para uma capacitação? O que se espera da psicologia nesse contexto?

Conclusão

A partir das falas dos participantes é possível perceber que: apesar de não ser possível abordar todas as coisas do serviço, muitas coisas tidas como “minúcias” são importantes para quem está trabalhando ativamente na rede. Os sujeitos de pesquisa trazem que há constantes repetições e, conseqüentemente, o nível de desgaste com as capacitações que chegam aos trabalhadores como algo com “zero inovações” se perpetua entre a classe.

De início, de uma graduação com defasagem no ensino de políticas públicas permeia os psicólogos em formação, e em seguida as capacitações produzem um novo tipo de descompasso para os os psicólogos, com tipos de exclusões de conteúdos essenciais e falta de inovação e renovação de falas, sendo, de acordo com um dos entrevistados, “genérico”.

Apesar dos avanços da Política Nacional em Educação Permanente em normatizar as necessidades dos trabalhadores do SUAS nos cursos de formações de acordo com os devidos cargos de trabalho, na prática diversas fragilidades ainda são sentidas dentro da capacitação.

Logo, entende-se que há uma relação de complexidade do que se é esperado tanto dos profissionais para com a capacitação quanto o contrário, gerando uma relação com controversidades que afeta a práxis e evidencia a necessidade de repensar as estratégias formativas, de modo a contemplar as especificidades das práticas profissionais, superar a homogeneização dos conteúdos e promover processos de ensino-aprendizagem que dialoguem efetivamente com as demandas reais da rede socioassistencial.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. CapacitaSUAS. Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social. Publicado em 16 dez. 2019; atualizado em 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm acessado em 05/07/2024

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília: MDS, 2013.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS. 3. ed. Brasília, DF: CFP, 2021. 180 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Correa. Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, e169210, p. 1–11, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>. Acesso em: 31 ago. 2025.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, v. 5, n. 1, 95-121, 2000.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes; COSTA, Victor. Não deixemos que a pobreza se transforme em paisagem: o SUAS e a inserção das psicólogas nas políticas de combate à pobreza. In: Beatriz Borges Brambilla; Gilmaro Nogueira; Pablo Mateus dos Santos Jacinto; Renan Vieira de Santana Rocha. (Orgs.). *A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: fundamentos, desafios e horizontes teórico-metodológicos*. 1ed. Salvador: Diálogos Editorial, 2023, v. 1, p. 37-52.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. especial, pp 9-24, 2010.

CÓDIGO: HS1579

AUTOR: JESSICA HOZANA SANTOS DE LIMA

ORIENTADOR: ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM

TÍTULO: RUAS, QUILOMBOS E TRÂNSITOS: O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS EM MULHERES VULNERABILIZADAS E AS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Resumo

O presente trabalho relata a experiência de pesquisa-extensão com mulheres quilombolas da comunidade de Acauã, no município de Poço Branco/RN. O objetivo da pesquisa era, a princípio, mapear de que forma a política sobre drogas incidia nessa população historicamente vulnerabilizada, no entanto, o tema das drogas mostrou-se secundário diante de reiterados relatos de machismo, racismo e invisibilidade políticas ainda perpetradas no cotidiano delas. Nesse sentido, o objetivo do relato atual é documentar as violências sistêmicas narradas pelas mulheres, ao mesmo passo em que desenvolvem estratégias de cuidado e fortalecimento entre si, sendo o assunto das drogas melhor desdobrado na continuação desse mesmo plano de trabalho, que seguirá. O percurso da pesquisa foi construído com idas ao território de Acauã, o que possibilitou uma etnografaproduzida a partir da artesanania dos encontros. A partir deles, pode-se observar a importância do movimento das mulheres dentro da comunidade, em aspectos políticos, sociais e culturais.

Palavras-chave: mulheres quilombolas. Alcool. Resistência. Políticas públicas. Racismo

TITLE: STREETS, QUILOMBOS, AND TRANSITS: The Impact of Drug Policies on Vulnerable Women and Mental Health Care Strategies

Abstract

The present work reports on the research-extension experience with quilombola women from the community of Acauã, in the municipality of Poço Branco/RN. The initial aim of the research was to map how drug policy affected this historically marginalized population. However, the issue of drugs proved to be secondary when faced with repeated accounts of sexism, racism, and political invisibility still perpetrated in their daily lives. In this sense, the current report seeks to document the systemic violence narrated by the women, while at the same time highlighting the strategies of care and mutual strengthening they develop among themselves. The subject of drugs will be further explored in the continuation of this same work plan. The research path was built through visits to the Acauã territory, which enabled an ethnocartography produced through the craftsmanship of encounters. From these encounters, it was possible to observe the importance of the women's movement within the community, in political, social, and cultural aspects.

Keywords: Quilombola women. Alcohol. Resistance. Public policies. Racism

Introdução

A comunidade quilombola de Acauã, está localizada no município de Poço Branco, há 60km da capital do Rio Grande do Norte. Segundo dados de 2022 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a comunidade é constituída por 334 habitantes, sendo organizada em 64 famílias. Destas, as mulheres representam papel importante na organização e manutenção do território, das atividades culturais e religiosas que marcam a identidade cultural da localidade.

Essas pessoas, marcadamente agricultores e trabalhadoras do lar, ao mesmo tempo que resistem à exclusão e a invisibilidade política, sentem a necessidade de se organizarem politicamente para terem suas necessidades atendidas. Foi nesse sentido que criaram a Associação dos Moradores do Quilombola Acauã, uma organização política de luta coletiva por direitos e políticas públicas para a comunidade que, mesmo após o reconhecimento por parte de INCRA de uma área considerável de suas terras, ainda precisam lutar para que a licença do território completo seja feita. Além da legalidade do território, questões de disputas de terras por interesses de terceiros também estão presentes.

Nesse cenário de reivindicação e resistência, uma das questões que chama a atenção para o campo é: qual a participação das mulheres de Acauã na manutenção e organização desse território? Quais as pautas mais presentes em suas realidades? Quais são as práticas de cuidado que elas encontram e criam nesse contexto? O que tem tirado a saúde física e emocional delas?

Segundo a oralidade repassada pelas gerações da comunidade, foi um homem negro, de nome José Acauã, recém-saído da condição de escravo, que fundou

a comunidade, à margem do rio Ceará-Mirim (Valle, 2024). Seu sobrenome, portanto, viria a constituir a identidade das famílias que chegariam e se formaram ali.

Valle (2024) ressalta a importância da oralidade no processo de manter viva a história e memória da comunidade, sendo a narrativa originária do quilombo, passada entre as gerações, o exemplo mais palpável dessa tradição, constituindo uma das formas mais potentes de aprendizado de Acauã.

Com objetivo de registrar essa memória e desenvolver uma pesquisa nesse campo ainda incipiente no Brasil - os quilombos - , principalmente voltando o olhar para a questão da saúde das mulheres quilombolas, considerando as interseccionalidades que marcam sua existência, a pesquisa teve início.

Em relação a produzir um cenário de conhecimento acerca da relação de mulheres e jovens quilombolas com as drogas, o que surge frequentemente é o uso do álcool e a ansiedade como resultados de uma estrutura racista (Werneck, 2016), que “empurra” essa população para a marginalidade, fortalecendo as determinantes sociais da saúde. No entanto, não há pesquisas suficientes que transcorrem sobre as doenças decorrentes do racismo no Sistema único de Saúde, sobretudo quando pensamos na saúde mental das populações quilombolas.

Agregada a isso, a Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ), pensada na esfera legislativa apenas em 2025 após décadas de reinvenção das diferentes frentes do Movimento Negro, ainda não entrou em vigor, o que direcionaria políticas de atenção em saúde para as comunidades com um olhar mais sensível e especializado para as suas questões territoriais e sociais.

Outra discussão ainda em falta no debate público, sobretudo nas áreas de saúde, é a relação entre racismo e sexismo como potencializadores das vulnerabilidade em saúde, como aponta Werneck (2016), o que enfraquece um cuidado efetivo e a cessação de violências históricas.

A partir das lacunas da literatura científica acerca dessa realidade, o atual estudo pretende etnografar a experiência de mulheres quilombolas, sobretudo no que diz respeito aos seus processos de saúde-doença e as estruturas sociais que os influenciam.

Metodologia

A forma como optou-se conhecer a experiência das mulheres quilombolas da referida comunidade é a que Nobre, Amorim e Frangella (2019) chamam de etnografia: uma composição interdisciplinar entre a cartografia, de Félix

Guattari e Gilles Deleuze, e a etnografia, oriunda da antropologia. Dessa forma, é possível a investigação de modo imersivo e, ao mesmo tempo, utilizando-se de um olhar crítico e responsável com o campo pesquisado. Isso pois, sobretudo, para colocar em prática um conhecimento horizontalizado, justamente como propõe a cartografia, prestando atenção nas afetações que surgem constantemente. Portanto, de como uma determinada comunidade significa sua subjetivação (Kastrup & Passos, 2013).

Na prática, uma equipe formada por três mulheres, sendo a maioria negras, da graduação e pós graduação do curso de psicologia, campus Natal, deslocaram-se mensalmente para a comunidade, a partir de fevereiro de 2025 até o momento atual, para o encontro com as mulheres quilombolas da comunidade.

Iniciou-se o processo de ir ao encontro dessas mulheres, na sede da Associação da comunidade, que aconteceram e acontecem, com frequência mensal e eventualmente quinzenal, desde o início do ano. Antes das visitas, iniciamos um aprofundamento dos estudos sobre os Quilombos no Brasil, sobretudo a partir da perspectiva da historiadora sergipana Beatriz Nascimento, que reescreveu a história hegemônica do que realmente foram essas instituições no país, reforçando, com dados e forte argumentação teórica, a estrutura complexa e organizada dessas instituições.

Além disso, é necessário um modo de ação no campo que também faça sentido para quem a pesquisa se propõe, nesse caso, as mulheres de Acauã. Isso significa a preocupação em construir um ambiente que também seja coerente para elas, deixando, de alguma forma, um conhecimento que as instrumentalize para as próximas ações políticas das quais lutam diariamente (Gonzalez, 1991).

Isso significa ouvir o que o campo pede e, nesse caso, a criação de um lugar de cuidado foi uma das demandas mais urgentes, visto suas sobrecargas físicas e emocionais. A partir disso, utilizou-se de rodas de conversa para momentos de acolhida e escuta, permitindo uma aproximação mais sensível entre as participantes da pesquisa, especialmente do caso de uma pesquisa-intervenção como esta, na qual são propostas reflexões e atividades que geram movimento e mobilizações no grupo.

Com esse método, foi possível conhecer o território de modo mais detalhado, a partir de caminhadas pela comunidade, nas quais as próprias mulheres fizeram o convite à equipe e a guiaram durante o percurso, detalhando a geografia do espaço, bem como seus moradores históricos, visto que o método inspira imersão por um período de tempo considerável. Além disso, foi possível participar de datas importantes para a comunidade, como a celebração da reza mariana, importante para a fé católica da região, no mês de maio. Isso só foi possível a partir da concordância e aceitação das mulheres quilombolas da comunidade, uma dimensão importante para o andamento da pesquisa.

As histórias e narrativas dos encontros, foram registrados em diários de campo (Favret-Saad, 2013), uma das ferramentas mais fundamentais para que o

andamento do processo ocorra de forma a averiguar espaços e situações dadas como estabelecidas, mas que carecem de questionamentos. Por meio dele foi possível ver repetições nos discursos e encontrar linhas de encontros que unissem as falas das mulheres, o que fortaleceu a elaboração de intervenções futuras.

Além desse recurso, as rodas de conversa foram a forma como, desde o primeiro momento, conseguiu-se a aproximação entre as participantes, possibilitando um ambiente de cuidado e compartilhamento de experiências. A partir dela, foi possível o convite para dinâmicas de conhecimento coletivo, pertencimento e de sensibilidade.

Resultados e Discussões

A experiência de mulheres negras quilombolas é constituída por dois principais marcadores, de extrema importância na construção de sua subjetividade: a raça e sua relação com o território. Essa conjunção ainda carece de pesquisas aprofundadas, sobretudo àquelas que versem sobre o impacto da política sobre drogas nessa população.

No entanto, historicamente, como aponta Nascimento (2021), referência nos estudos dos quilombos no Brasil, as mulheres mantiveram papel fundamental na manutenção desses territórios e como exemplo disso pode-se ressaltar o nome de algumas líderes, como: Dandara dos Palmares, Aquilone e Teresa de Benguela. Ou seja, parte da complexa e enorme organização dessas instituições se deu pelo trabalho e força das mulheres.

No cenário local, pode-se observar que até hoje há equivalência nessa estrutura. As mulheres quilombolas de Acauã organizam-se entre elas para lutar politicamente pela comunidade. Afinal, são elas que têm suas vidas atravessadas pela presença ou ausência de políticas públicas, uma vez que sentem diretamente os impactos decorrentes delas.

O quase inexistente arcabouço de trabalhos acadêmicos que ilustram o impacto das drogas nessa população é um fato, mas no primeiro contato com elas ele já aparece atuante em suas vidas: o álcool utilizado pelos filhos surge na narrativa das mães quilombolas como algo que as deixam em alerta, não sendo unicamente pela preocupação com questões de saúde, e sim do porquê desse uso estar presente com tanta frequência: não há atividades culturais na comunidade que convoque os jovens a momentos de lazer e a vivências de outras ordens, o que os fazem recorrer aos encontros sociais nos quais o álcool é o “mote” da aglutinação.

Segundo Silva e Menezes (2016) o uso frequente de álcool entre jovens de comunidades quilombolas é multidimensional e complexo, estando associado,

comumente, a questões de dificuldade econômica; à submissão do trabalho, a uma possibilidade imediata de socialização e a relações de gênero, que exigem dos sujeitos - sobretudo homens - uma performance heteronormativa que tem o álcool como centralidade. No que diz respeito aos jovens quilombolas, o racismo é crucial para essa relação, sendo a existência de políticas públicas que trabalhem a autonomia e a redução de danos - e não a proibição moralista - uma ficção.

Além de presente na vida social dos jovens, o uso problemático e abusivo de álcool também comparece na realidade de seus maridos, as colocando em um duplo exercício de cuidado, como socialmente é imposto às mulheres. Como imposição, quase não sobra lugar para colocar em prática desejos de vivenciar lazer e momentos de entretenimento, um agravante para questões de adoecimento mental.

Daí uma outra pergunta que orienta a equipe: quem cuida dessas mulheres? Em questões práticas, por exemplo, o posto de saúde mais próximo fica no centro da cidade, o que necessariamente as torna dependentes de um transporte municipal, muitas vezes demorado. A depender do caso, elas são encaminhadas para unidades de saúde em outras cidades, situado em Natal o hospital de referência para muitos quadros, em uma viagem que leva aproximadamente 1h30min; Ademais, outra ausência é em relação a um cuidado em saúde especializado na população quilombola (Werneck, 2016), atravessada por questões de saúde específicas e que ainda carece de um plano público de saúde que atenda às suas necessidades de forma responsável e comprometida.

É também pensando na criação de um mundo de possibilidades para os filhos jovens e crianças que as mulheres quilombolas da comunidade se organizam politicamente para buscarem alternativas para situações como essas. Em momentos de embates políticos, os marcadores comparecem de forma violenta, visando o enfraquecimento de suas vozes. O mais frequente deles sendo o racismo e machismo, além de uma “inclusão perversa” (Telles, 2001) nos espaços públicos, ou seja, a inserção social de grupos vulnerabilizados, mas de forma precária, sem planejamento, reproduzindo ou agravando violências.

Diante do cenário da busca por espaço na política da cidade, relatos de cansaço e falta de tempo para o cuidado delas mesmas e entre elas se faziam presentes com muita frequência, indicando que seria importante um momento/lugar de descanso, no qual pudessem descansar ao mesmo tempo que poderiam fortalecer suas lutas e convicções enquanto mulheres negras quilombolas.

Foi pensando nisso que se decidiu, coletivamente com elas, por manter as rodas de conversa. As rodas, nesse caso, além de um momento de pausa na rotina frenética, significou parar para ouvir as histórias das semelhantes que, mesmo vivendo em lugares próximos e compartilharem de muitos pensamentos, não tinham como ouvirem-se e fortalecer uma rede.

Espaços coletivos de cuidado são tecnologias utilizadas ampla e historicamente pela população negra, como mostra Nascimento (2021). Os quilombos, por exemplo, se constituíram a partir da necessidade de resistência das violências coloniais e também como uma forma de descanso, compartilhamento de cultura e fortalecimento de uma identidade negra.

Com isso, a autora defende o quilombo não apenas como um espaço físico, mas também como sendo simbólico e existencial, na medida em que fortalece laços e atua na criação de um cuidado coletivo. Esse movimento, conhecido como “aquilombamento”, tem se mostrado uma potente ferramenta de cuidado em saúde mental. Tal prática é utilizada amplamente no território de Acauã.

Outra característica do grupo de mulheres que chama a atenção é a de que algumas mulheres, com mais possibilidades de estudarem fora da comunidade, o fazem com a intenção de voltarem seus conhecimentos aprendidos para dentro da comunidade, repassando-os para as mulheres com menos possibilidades de um estudo formal. A instrução é passada por meio da vivência, de exemplos vividos, o que cria um eco dentro do grupo (Valle, 2024).

Essa dimensão coletiva dos quilombos é uma de suas bases fundamentais (Nascimento, 2021) e diz respeito a uma organização alternativa dos modos de vida, sobretudo quando comparada à segmentação imposta pelo neoliberalismo, forma mais recente do capitalismo.

Para além de uma utopia ou algo que ficou no passado, a coletividade engendrada pelos quilombos (físicos e existenciais) como aponta Nascimento (2021), se materializa na “Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e em Busca de Reparação e Bem Viver”, evento histórico e emblemático no qual milhares de mulheres negras, inclusive as quilombolas de Acauã e de tantos outros estados, se encaminham até Brasília para negritarem suas pautas e buscarem o compromisso político das três esferas governamentais. Esse ano, o evento acontecerá em novembro, e as mulheres de Acauã organizam-se para o momento histórico e nós acompanhamos essa organização delas.

Em um sentido mais amplo, a Marcha das Mulheres Negras mostra que a superação de opressões de classe e a possibilidade da dignidade para esse grupo social, requer, necessariamente, para olhar a racialidade como um dispositivo de opressão e perpetuação de desigualdades (Adão, 2023), e é extremamente simbólico que isso ocorra em forma de uma marcha, uma caminhada coletiva em busca de melhores possibilidades.

Movimentos como esses marcam de forma simbólica e política o esforço que mulheres negras, sobretudo as de comunidades tradicionais, ainda têm de enfrentar para terem suas reivindicações atendidas. Na comunidade, por exemplo, inúmeros relatos de machismo aparecem com frequência, sobretudo quando dizem respeito às tentativas femininas de pautarem decisões políticas (Gonzalez, 1984), espaços onde o poder ainda está muito centralizado nas mãos dos homens.

Além dessa barreira imposta dentro da própria comunidade, ainda existem aquelas que vêm de fora, de espaços públicos que deveriam servir de acolhimento e proteção. Nesse sentido, as mulheres de Acauã têm uma expressão cultural chamada de “farinhada”, que se relaciona com o trabalho na casa de farinha da comunidade, no qual muitas delas desempenham funções de descascar mandioca e tratar o produto até que se chegue na farinha e goma.

Enquanto vão descascando a mandioca, entoam cânticos criados por elas mesmas. Essas canções e danças, são levados para fora da comunidade, em apresentações culturais. No entanto, muitas vezes, na esteira de uma aparente inclusão, onde há representação em espaços públicos, mas sem o mínimo de auxílio, como transporte e remuneração. A consequência de episódios como esses é o sentimento de humilhação e frustração, discutido nas rodas de conversa.

Foi pensando na não reprodução de violências como essas que, logo no primeiro encontro, após a explicação da origem das pesquisadoras e do que se planejava até então para aquele campo, direcionou-se a seguinte pergunta para as mulheres: “o que vocês esperam desse encontro? Como podemos ajudar vocês?”

Anteriormente, em visitas de outros grupos de pesquisadores, houve a retirada de conhecimentos, de forma extrativista, sem que isso não retornasse de como benefício para a comunidade e para as mulheres. Também nesse sentido é que os encontros mensais, com as rodas de conversa, foram se fortalecendo, pensando na manutenção de um cuidado coletivo, até então existente de outras formas, mas sem um direcionamento para as questões recorrentes relacionadas ao machismo e racismo.

Foram as rodas de conversa que abriram um caminho de possibilidades para que assuntos como o reconhecimento entre elas pudesse ser trabalhado e o desejo das mulheres de Acauã é que um documento, como uma “Cartilha da mulher quilombola” seja construído, pensando nas vivências específicas delas e celebrando a potencialidade do seu viver. Assim, a atividade de construir com elas essa cartilha pode ser um dos próximos passos da pesquisa-intervenção.

Conclusão

A pesquisa com as mulheres de Acauã tem voltado a atenção para o fato do qual as ciências psicológicas por muito tempo ignoraram e, por isso, incorrem em várias violências: a necessidade de construção de um conhecimento acerca dos processos de subjetivação com as pessoas e não sobre elas (Nobre, Amorim e Frangella 2019), em um exercício mantenedor de poder, sobretudo quando trata-se de comunidades tradicionais, muitas delas ainda no processo

de reconhecimento legal dos seus territórios, que tornou-se demorado e cansativo.

Mais ainda, perceber o quanto os corpos dessas pessoas sofrem com o cansaço gerado por essas disputas, situações que escancaram a colonialidade operando nos dias atuais, tendo em vista a estrutura (Almeida, 2019) assertiva para minar com a saúde física e mental de pessoas negras. Um exemplo disso, é a estimativa feita pelo INCRA, de que, se o ritmo de demarcação de terras quilombolas continuar como está, todo o processo de licenciamento atual levará 500 anos para ser concluído. É essa morosidade nas políticas públicas envolvendo a população quilombola que vai minando sua saúde e reduzindo suas possibilidades de existência.

No que diz respeito à dimensão do impacto da política de drogas sobre as mulheres quilombolas, é urgente a demanda por essa investigação, dada a inexistência de estudos que investiguem os casos, o que impossibilita tomadas de decisões na esfera pública, enquanto há ausência de cuidados direcionados a elas.

Outra dimensão importante apreendida nesse campo, é a de retornar para a comunidade, sempre que possível, alguma ferramenta ou conhecimento, que ajude no fortalecimento de seus laços, a longo prazo, sobretudo quando os pesquisadores não estiverem presentes. Isso passa por ouvir o que a comunidade deseja e precisa.

Por fim, a pesquisa tem ajudado a desenvolver habilidades como: ouvir as necessidades que o campo ensina, possibilitando, ao mesmo tempo, a formação e a atuação profissional; investigação, em loco, do impacto das políticas sobre drogas, tornando a comparação entre o que prevê o texto legislativo e o que acontece na realidade; ajudar a perceber a especificidade de cada território, construindo uma visão cuidadosa, crítica e atenta a possíveis violações de direitos humanos; a importância da criação de ferramentas para tratar de questões cuidadosas em grupo, sendo o resultado de todos os esforços um material físico que fique com as mulheres mesmo após o fim da pesquisa.

Referências

ADÃO, Claudia Rosalina. Territórios de vida: resistências, existências e produção de cuidado por mulheres negras. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-07052024-144328/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista Lélia Gonzalez. Jornal do MNU, São Paulo, n. 19, p.8-10, maio. 1991.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>. Acesso em: 23 jul.2024.

NASCIMENTO, B. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

NOBRE, Maria Teresa; AMORIM, Ana Karenina Arraes; FRANGELLA, Simone. Ethnography, Cartography, Ethnomapping: dialogues and compositions in the field of research. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 24, n. 1, p. 54-64, mar. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000100007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 ago. 2025. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20190007>.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2007. Brasil. Ministério da Saúde (MS).

SILVA, R. A. DA .; MENEZES, J. DE A.. REFLEXÕES SOBRE O USO DE ÁLCOOL ENTRE JOVENS QUILOMBOLAS. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 84–93, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YwvHDrzksXvgQ6FQqhjkWvD/abstract/?lang=pt>. Acesso: 25 julho. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p084>

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

VALLE, Carlos Guilherme do. Quilombolas de Acauã: família, cor e política no Rio Grande do Norte do século XXI. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2024. .

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CÓDIGO: HS1583

AUTOR: GUILHERME RIBEIRO DOS SANTOS SENA

COAUTOR: ANA CAROLINA RIOS SIMONI

ORIENTADOR: MAGDA DINIZ BEZERRA DIMENSTEIN

TÍTULO: Quem frequenta o CAPS ad III Leste de Natal/RN?: uma análise estatística e etnográfica

Resumo

Pode-se dizer que o presente trabalho foi fruto da seguinte indagação: como os marcadores sociais da diferença - raça/cor/etnia, gênero, sexualidade, territorialidade etc. - influenciam o acesso aos devidos cuidados em saúde nos quatro Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) que atendem a população adulta do município de Natal/RN? Com isso exposto, a presente pesquisa pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, de caráter quantitativo, se baseou na coleta, exposição e análise dos dados sociodemográficos das pessoas que buscaram os serviços do CAPS ad III Leste no período correspondente de janeiro de 2022 a dezembro de 2024; o segundo, de caráter qualitativo, se objetivou discutir criticamente os dados apresentados, criando hipóteses explicativas baseadas na literatura científica para relacioná-los com os critérios racial, de identidade sexual e territorialidade vistos enquanto determinantes sociais em saúde. Além disso, foi possível, por meio da estadia semanal no referido CAPS na figura de estagiário de Psicologia, realizar um estudo etnográfico acerca das barreiras para quem busca o local. Por fim, foi possível concluir que, por conta de processos históricos de marginalização e invisibilização de demandas relacionadas à saúde, que a população negra e periférica é mais recorrente no referido serviço.

Palavras-chave: Barreiras de acesso. Raça/etnia. Gênero. Territorialidade

TITLE: Who attends CAPS ad III Leste de Natal/RN?: a statistical and ethnographic analysis

Abstract

This study stemmed from the following question: how do social markers of difference—race/color/ethnicity, gender, sexuality, territoriality, etc.—influence access to appropriate health care in the four Psychosocial Care Centers (CAPS) that serve the adult population of the city of Natal, Rio Grande do Norte? Therefore, the present research can be divided into two phases: the first, quantitative in nature, was based on the collection, presentation, and analysis of sociodemographic data from individuals who sought services at CAPS ad III Leste between January 2022 and December 2024; the second, qualitative in nature, aimed to critically discuss the data presented, developing explanatory hypotheses based on the scientific literature to relate them to the criteria of race, sexual identity, and territoriality seen as social determinants of health. Furthermore, through a weekly stay at the CAPS as a Psychology intern, I was able to conduct an ethnographic study on the barriers faced by those seeking the service. Finally, I concluded that, due to historical processes of marginalization and the invisibility of health-related demands, Black and peripheral populations are more likely to use the service.

Keywords: Access barriers. Race/ethnicity. Gender. Territoriality

Introdução

O plano de trabalho a que se refere este relatório faz parte do estudo do perfil sociodemográfico dos usuários dos quatro CAPS adultos de Natal/RN, intitulado “Acolhimento e barreiras de acesso à atenção psicossocial em Natal-RN: estudo quanti e quali sob a perspectiva interseccional”. O relatório em tela se refere a análise dos dados e processos que envolvem os indivíduos que procuram os serviços do CAPS ad III Leste, localizado no bairro Barro Vermelho, com a intenção de tratar o sofrimento psíquico decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas entre os anos de 2022 e 2024.

Cabe ainda enfatizar o forte caráter de uma pesquisa e uma prática etnográfica em saúde (Caprara; Landim, 2008) visto que o período de levantamento e análise dos dados, por um lado, e de discussão de casos, por outro, se deu concomitantemente e no mesmo local que estágio curricular obrigatório de quarto ano do curso de Psicologia (UFRN) do autor principal. Dito isso, as atividades desenvolvidas enquanto estagiário de psicologia possibilitaram visões outras no que concerne a análise dos dados e dos casos particulares dos usuários.

Tendo exposto isso, é importante ressaltar que houve dificuldades no levantamento de dados nos registros do serviço de modo a responder aos objetivos da pesquisa, na perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença (Collins, 2021). Entendemos que a dificuldade em obter determinados dados, especialmente os relacionados à classe social (renda familiar), identidade de gênero, orientação sexual e renda dos usuários/as - tem forte influência de um processo já longo de tentativa de invisibilização das populações pobres e não-heteronormativas e de suas demandas. Ao não reconhecer esses critérios como de suma importância para o prosseguimento do funcionamento de um serviço público de saúde, o Estado perpetua uma lógica de patologização das identidades de gênero e orientação sexual desviantes à norma, por um lado, e da própria pobreza, por outro lado. Mesmo se propondo um espaço democrático de acesso ao cuidado em saúde e de garantias de direitos básicos, esse tipo de exclusão acaba por manter barreiras de acesso muito presentes antes dos movimentos da Luta

Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, inclusive operando sob um viés assistencialista (Foucault, 2019). Dessa forma, entender o perfil sociodemográfico dos usuários de um serviço como um CAPS ad, desde uma perspectiva da determinação social da saúde e da interseccionalidade, para melhor atender essa população não estava na agenda das principais lideranças de direita da época, assim como hoje.

A análise subsequente desse perfil, aliada à discussão de casos junto a equipe do serviço, possibilitou, portanto, a aplicação de um critério de suma importância em locais que respondem pela atenção psicossocial especializada no manejo de situações envolvendo saúde mental: a educação permanente em saúde, projeto decorrente da Reforma Sanitária e consonante aos objetivos da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e da Luta Antimanicomial (LA). A Educação Permanente em Saúde, de acordo com o documento técnico “Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?”, de 2018, visa a parceria das universidades para a produção de “práticas e experiências inovadoras de educação na saúde, transformando o conhecimento tácito em conhecimento explícito e promovendo a troca de informações, mediante a construção de redes entre as partes interessadas” (Brasil, p. 7, 2018).

Por fim, a presente pesquisa possibilitou entender as aplicações concretas e os limites das normas derivadas da RPB e da LA brasileiras. Essas impressões acerca da ruptura ou da manutenção de estruturas assujeitantes iniciadas com a instauração do modelo manicomial enquanto norma do tratamento da “loucura” foram orientadas pelas ideias de um teórico central para o campo da RF e a LA, não apenas em âmbito nacional, como também em todo o mundo - Michel Foucault.

Metodologia

O presente trabalho foi construído a partir de uma análise crítica de dados coletados dos cadernos de registro dos procedimentos realizados no Centro de Atenção Psicossocial ad III Leste (CAPS ad III Leste). Após o registro fotográfico de todas as páginas correspondentes ao período de janeiro de 2022 até dezembro de 2024, essa tabela em papel foi convertida manualmente para uma planilha de Excel. Imediatamente a seguir, usou-se a ferramenta de criação de planilhas dinâmicas da própria plataforma Excel para intercruzar os dados desejados dos marcadores sociais da diferença de territorialidade, idade/geração, raça/etnia e identidade de gênero referentes ao total de atendimentos de acolhimento/triagem de usuários registrados. Vale dizer ainda que os números não correspondem necessariamente à quantidade real de pessoas que frequentam esse serviço, uma vez que um usuário pode ser registrado mais de uma vez, cada vez que ingressa no serviço. Sendo assim o perfil construído diz respeito aos atendimentos de acolhimento/triagem realizados e não ao total de usuários atendidos nesta modalidade. Além disso, ainda utilizando o próprio Excel, foi possível criar gráficos para melhor visualizar os dados de raça/etnia, gênero e territorialidade, sendo postos aqui enquanto anexos.

Pode-se dizer que, para além da simples coleta de dados documentais já mencionados anteriormente, houve a utilização do método etnográfico para entender as barreiras de

acesso da população natalense ao referido CAPS. Essa etnografia se deu pelo fato de estar dentro daquele serviço semanalmente na função de estagiário de Psicologia, de modo que foi possível perceber falas de profissionais do serviço que perpetuavam estigmas sociais. Para além dessa percepção do que foi dito, a visão da construção arquitetônica do prédio ao qual o serviço é abrigado em sua relação com o espaço público do bairro possibilitou algumas problematizações do dispositivo de acolhimento e vinculação dos usuários. Há toda uma particularidade da rua em que se situa o CAPS em relação a outras partes do bairro, por ter vigilantes contratados pelos moradores para sondar essa pequena rua residencial praticamente 24 horas por dia. Estas observações mostraram ferramentas importantes nesse projeto com tons etnográficos.

Ainda nessa seara, foi utilizado um diário de campo para registrar as vivências de idas semanais ao serviço no período de 01 de abril de 2025 a 08 de julho de 2025. Para finalizar esse quesito, a intenção de realizar uma espécie de etnografia nas vivências no CAPS não estava no delineamento prévio desta pesquisa quando ela foi pensada. Dito isso, nos inspiramos no texto *Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde* (Caprara; Landim, 2008) para entender as potencialidades e possíveis limitações da utilização de tal método de pesquisa/escrita num serviço tão cheio de histórias de vida e de cuidado complexas como um CAPS ad III.

Como aparato teórico-metodológico, por um lado, e crítico-normativo, por outro, utilizou-se fortemente das noções desenvolvidas pelo filósofo-historiador francês Michel Foucault enquanto analista das relações de poder, exclusão, classificação/hierarquização e assujeitamento/sujeição presentes em instituições que se propõem a cuidar da saúde mental. Para tal, os processos de estudo e de seleção das obras desse autor se deram por dois vieses distintos. 1) O livro *História da loucura na Idade Clássica* (2019[1961]), fruto de sua tese de doutorado em filosofia; e os cursos *Os anormais* (2001[1975]) e *O poder psiquiátrico* (2006[1974]) - ambos ministrados no Collège de France - foram escolhidos por representar deslocamentos radicais realizados por Foucault frente à maneira hegemônica de se ver e tratar da problemática da loucura, e por situar a autoridade médica enquanto locus de maneiras específicas de se (re)produzir a figura do louco/anormal com o intuito de produzirem uma “ortopedia social” ao normalizar esses indivíduos desviantes. 2) Concomitantemente, a coletânea de textos intitulada *Microfísica do poder* (2021[1978]) e o livro *Vigiar e punir* (2014[1975]) foram selecionados por proporcionarem visões mais abrangentes e sistemáticas acerca do papel das instituições sociais da criação de sujeitos dóceis socialmente e úteis economicamente, além de retratar os hospitais psiquiátricos enquanto modelos prisionais.

Postas essas questões, utilizou-se de uma metodologia descritiva, através da exposição dos dados coletados no serviço de saúde no que tange aos marcadores sociais da diferença propostos no plano de trabalho mais amplo ao qual esta pesquisa se relaciona - Acolhimento e barreiras de acesso à atenção psicossocial em Natal-RN: estudo quanti e quali sob a perspectiva interseccional -, a saber, raça/cor, identidade de gênero e territorialidade. Além dessas três categorias constituintes da identidade da agência humana, outras duas também nos interessavam para a presente pesquisa, quais sejam, orientação sexual e classe social, mas não puderam ser coletadas por não haver esse critério nas fichas de triagem do referido CAPS.

Resultados e Discussões

Exposição dos dados

2022

Começando a discussão dos dados recolhidos concernentes ao ano de 2022 pelo critério racial, podemos ver na imagem 1 o seguinte: das 493 pessoas que buscaram o CAPS ad III Leste no ano de 2022, 234 são pessoas pardas (47%) e 37 são pretas (8%), ou seja, constata-se 271 pessoas negras - pretas e pardas - (55%); 130 são brancas (26%); 17 são amarelas (3%); apesar de terem 2 pessoas indígenas, consta-se 0%; o critério racial de 45 dessas pessoas (9%) não pôde ser inferido por não haver o critério racial na ficha de triagem do serviço; o de 21 pessoas (4%) não foi registrado mesmo havendo o critério racial na ficha de acolhimento; e 7 dessas pessoas (1%) tiveram rasuras em todos ou quase todos os seus dados na ficha de triagem.

Partindo para o critério de gênero, há uma dissonância entre a terminologia utilizada para a captura do dado original e a palavra escolhida por nós para descrevê-lo, qual seja, mesmo que a ficha de triagem ainda utilize o termo “sexo”, decidimos utilizar o critério da identidade de gênero por entendermos que a principal determinante na estruturação da autopercepção do referido caráter identitário depende majoritariamente de influências culturais/sociais, e não biológicos (Butler, 2024). Além disso, mesmo no caso de pessoas transsexuais e travestis, há a marcação por conta do sexo biológico ao qual a pessoa nasceu, e não ao qual ela se identifica. Posto isso, das 493 pessoas atendidas, pôde-se inferir o seguinte: 396 (80%) dos usuários foram descritos como homens pelo/a técnico/a responsável pelo atendimento; 92 (19%) foram postas como mulheres; e 5 (1%) tiveram o dado rasurado.

Antes de adentrar propriamente na territorialidade desses sujeitos, vale destacar que a divisão feita aqui se baseia na divisão do território, em geral, e das regiões, cidades e bairros, em específico, em Distritos Sanitários (Almeida et al., 1998), que pode ou não coincidir com a divisão política da cidade. No município de Natal, há 5 Distritos Sanitários: o Distrito Sanitário Norte 1 (DSN1) - Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha -; Distrito Sanitário Norte 2 (DSN2) - Nossa Senhora da Apresentação, Potengi, Igapó e Salinas -; Distrito Sanitário Sul (DSS) - Candelária, Lagoa Nova, Pitimbu, Neópolis, Ponta Negra, Capim Macio, Nova Descoberta e Planalto -; Distrito Sanitário Leste (DSL) - Santos Reis, Rocas, Ribeira, Praia do Meio, Petrópolis, Areia Preta, Mãe Luiza, Tirol, Lagoa Seca, Barro Vermelho, Alecrim e Cidade Alta -; e, por fim, Distrito Sanitário Oeste (DSO) - Bairro Nordeste, Quintas, Dix-Sept Rosado, Nossa Senhora de Nazaré, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Guarapes e Bom Pastor. Feita essa capitulação, o CAPS ad III Leste deveria atender apenas pessoas residentes nas Zonas Leste e Sul - incluindo também as pessoas que não têm residência -, mas, na prática, a realidade se mostra diferente.

Partindo para os dados, 0 pessoas (0%) residem no DSN1; 5 pessoas (1%) residem no DSN2; 156 pessoas (32%) moram no DSL; 107 (22%) no DSS; 147 (30%) no DSO. O restante dos usuários ficou dividido em 4% (20 pessoas) tiveram seus endereços

registrados de forma ilegível; 8% (40 pessoas) estão em situação de rua, incluindo aqueles que dizem residir em Centros POPs, em Albergues noturnos e Comunidades Terapêuticas; 1% (5 pessoas) residem em bairros do município de Parnamirim/RN; 0% (1 pessoa) reside na Casa Clara Camarão (residência para mulheres vítimas de violência doméstica e que não têm onde morar); e 2% (12 pessoas) não tiveram esse critério preenchido.

Ao intercruzar os dados de identidade de gênero e raça/etnia, temos que houve: desses 396 homens, 193 eram pardos e 24 eram negros, somando 217 homens negros; 109 eram brancos; 15 amarelos; 2 indígenas; 19 não tiveram esse dado preenchido; e, finalmente, 34 desses homens foram atendidos enquanto o critério racial não constava na ficha de atendimento. Já no caso das 92 mulheres que passaram por procedimentos registrados temos: 21 eram brancas; 13 pretas e 41 pardas, totalizando 54 negras; 2 amarelas; 4 não tiveram o critério racial preenchido; e 11 dessas mulheres foram atendidas enquanto o fator étnico-racial não constava dentre os parâmetros do acolhimento.

2023

Avançando 1 ano, para 2023, os dados étnico-raciais presentes na imagem 2 foram os seguintes: das 490 pessoas atendidas no CAPS ad III Leste 258 pardos/as (53%) e 54 pretos/as (11%), logo, 312 negros - pretos e pardos - (64%); 153 brancos/as (31%); 12 amarelos/as (2%); 9 pessoas (2%) não tiveram esse critério preenchido; e, por último, o registro de 4 pessoas (1%) foi rasurado.

Em relação ao gênero dos usuários desse serviço, houve a seguinte divisão: 405 homens (83%); 79 mulheres (16%); por fim, 6 pessoas (1%) não tiveram esse critério preenchido ou foi rasurado.

Partindo para o critério da territorialidade, obteve-se os seguintes dados: 1 pessoa (0%) residem no DSN1; 3 pessoas (1%) no DSN2; 96 (20%) no DSS; 182 (37%) no DSL; 150 (31%) no DSO. Para além desses indivíduos que tinham residência, tiveram os dados preenchidos e/ou residiam em Natal: 2 pessoas moravam em Parnamirim (0%); 50 pessoas viviam em situação de rua (10%), divididos, novamente, em os/as que afirmam residir nos Centros POPs, Albergues noturnos, Unidades de Acolhimento e Comunidades Terapêuticas; e 6 (%) não tiveram esse critério respondido.

Ao relacionar os dados de identidade de gênero e de autoidentificação étnico-racial, temos o seguinte: dos 405 homens atendidos em 2023, 131 eram brancos; 210 pardos e 45 pretos, totalizando 255 negros; 10 homens amarelos; e 9 deles não tiveram o critério étnico-racial preenchido. No caso das mulheres, das 79 atendidas naquele ano, 21 eram brancas; 47 eram pardas e 9 pretas, logo, 56 eram mulheres negras; e, em conclusão, 2 eram amarelas. Além disso, 6 pessoas não tiveram o critério de identidade de gênero exposto, onde sabe-se que 1 era pessoa branca e outra era pessoa parda.

2024

Avançando mais um pouco, até o ano de 2024, a imagem 3 permite inferir que 549 pessoas passaram por procedimentos de triagem, retriagem e acolhimento. Dessas, 320 (58%) eram pardos/as e 53 (10%) eram pretos/as, logo, eram 373 pessoas negras - pretas

e pardas - (68%); 150 (27%) eram brancos/as; 14 (3%) amarelos/as; 1 (0%) indígenas; 8 (1%) não tiveram esse critério preenchido e 3 (1%) tiveram esse dado ilegível. Quanto à divisão sexual, temos a seguinte realidade: 452 homens (82%); 96 mulheres (18%); e, por fim, 1 (0%) não teve esse dado assinalado.

Já no que se refere à territorialidade, os usuários estão divididos da seguinte forma: 0 residentes (0%) no DSN1; 0 (0%) no DSN2; 117 (21%) no DSS; 153 (28%) no DSL; e, por último, 182 (33%) no DSO. As outras pessoas estão distribuídas da seguinte maneira: 86 (16%) são pessoas em situação de rua, divididos, novamente, em quem afirma residir em algum Centro POP, em Albergues noturnos e na Casa de Passagem Ebenezer; 3 (1%) moram em Parnamirim; 7 (1%) não tiveram esse dado preenchido; e o registro de 1 pessoa (0%) estava ilegível.

Novamente, ao relacionar os dados de identidade de gênero e autoidentificação étnico-racial, temos a seguinte realidade: dos 452 homens atendidos naquele ano de 2024, 124 eram brancos; 259 eram pardos e 44 eram pretos, totalizando 303 homens negros; 14 amarelos; 1 indígena; e 10 não tiveram o critério de raça/etnia assinalado. Já 96 mulheres atendidas ficaram divididas da seguinte maneira: 26 eram brancas; 9 eram pretas e 61 eram pardas, ou seja, eram 70 mulheres negras. Por fim, houve 1 pessoa que não teve o critério de gênero preenchido.

Análise interpretativa

Antes de propor qualquer hipótese explicativa acerca dos dados apresentados, pensamos ser de suma importância fazer uma breve conceitualização do surgimento dos CAPS em território nacional como mecanismos de tratar a “loucura” em liberdade e enquanto locus de promoção de autonomia. No Brasil, através do movimento da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica iniciada nos anos 1980, houve a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como serviços estratégicos em uma rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Os CAPS são resultado de movimentos que visavam desmontar a noção de doença mental, reconectando o que é reduzido ao signo da loucura e inscrito no indivíduo e família aos processos mais amplos e complexos da vida social e política. Ao afirmar a cidadania do “louco”, a Reforma Psiquiátrica almejada pela luta antimanicomial buscou produzir outra resposta coletiva ao sofrimento psíquico, denunciando as formas de segregação, exclusão, recusa e silenciamento da diferença.

Apesar disso, mesmo com o intuito de se afastar de modelos como aqueles criticados pelos movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, ainda é possível ver determinadas práticas e discursos (re)produzidos nesses serviços. A lógica disciplinar que captura as expressões do sofrimento psíquico nos quadrantes do normal e do patológico segue operando nas práticas de saúde, na formação dos trabalhadores, na organização dos espaços de atenção e nos regramentos que neles operam, (re)produzindo, assim, as barreiras de acesso aos devidos cuidados em saúde das parcelas populacionais mais indesejadas socialmente, quais sejam, “o drogado”, “o louco”, “o perverso”, “a mulher histérica”, “o negro violento”, “o jovem infrator”, “o deficiente”, “o homossexual”, “a travesti” etc.

Partindo para uma análise qualitativa dos dados. Podemos ver que, com o passar dos anos, o aumento do número de pessoas negras se tornou proporcionalmente maior. Em 2022,

essa parcela correspondia a 55% das pessoas atendidas no serviço. 1 ano depois, essa parcela subiu para 64%. Por fim, em 2024, o número subiu novamente para 68% dos casos registrados. Contudo, não foi apenas proporcionalmente que essa manutenção da precariedade das condições de vida nas populações negras se mostraram críticas. Esse aumento também foi numérico, já que o número de homens negros subiu de 217 (2022) para 255 (2023), e, por último, 303 (2024). No caso das mulheres, apesar do número parecer ter subido relativamente pouco, ainda se mostra uma realidade preocupante: sendo 54 mulheres negras em 2022, 56 em 2023 e, por fim, 61 em 2024. Esses dados corroboram vários estudos realizados tanto em pesquisas teóricas das Ciências humanas que visam explicitar o descaso que a figura do Estado brasileiro e seu braço nas políticas públicas têm em relação à constituição dos entes negros em sua totalidade ontológica quanto em pesquisas empíricas que visam relacionar os marcadores sociais da diferença com as diversas áreas da saúde pública.

Dessa forma, e fazendo uma conceitualização histórica que vise abarcar possíveis causas históricas para corroborar a tese do abandono da população negra “à sua própria sorte”, o Estado brasileiro parece manter uma lógica de assujeitamento e Necropolítica (Mbembe, 2018) que remonta aos tempos do período escravista brasileiro. Se, por um lado, as pessoas escravizadas foram completamente exauridas pelas longas jornadas de trabalho compulsório e as péssimas condições de saúde decorrentes deste; por outro lado, com o processo oficial de Abolição formal da escravidão, essa população marginalizada continuou sendo alvo de visões e estigmas de que eram mais fortes e resistentes que as pessoas brancas, logo, não precisavam receber tanta atenção e cuidados quanto essas pessoas de pele alva.

Apesar do critério de renda não existir nas fichas de atendimento do referido serviço, a hipótese que trabalhamos aqui coaduna justamente pesquisas consolidadas que relacionam um menor acesso a condições socioeconômicas básicas, moradias precarizadas e problemas de saúde com os critérios dos marcadores sociais da diferença, como o étnico-racial (Dimenstein et al., 2017, 2021, 2022).

Um segundo ponto central para o bom prosseguimento da seguinte pesquisa é uma problematização quanto a busca e o acesso da população que se identifica com o gênero feminino tem em relação a um serviço de saúde pública, como o CAPS ad. Pelo fato de mulheres serem consideravelmente menos presentes nesse espaço frente à participação masculina - 19% em 2022, 16% em 2023 e 18% em 2024 -, tende-se a inferir que elas apresentam menos sofrimentos psíquicos em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas. Contudo, esse dado mostra muito mais - a nosso ver - que o lugar social ao qual a população feminina, especialmente a negra, pobre e periférica, ocupa dificulta e, em muitos casos, impede que essa parcela populacional procure e tenha acesso a esse tipo de tratamento em saúde.

Por conta do papel historicamente ocupado por mulheres no imaginário social - especialmente as racializadas - de que elas são as cuidadoras do lar e dos homens, quem cuida delas? (Gonzalez, 2020). Como garantir o acesso integral ao tratamento de problemas causados pela dependência química quando não há espaço na sociedade e no seio familiar para que se cuide de quem cuida de tudo e todos/as?

Ao se propor a pensar o cuidado e suas práticas quando direcionadas às mulheres negras, Christina Sharpe (2023) afirma existir uma impossibilidade lógica de se pensar que corpos femininos e negros mereçam/precisem de cuidado, principalmente pela persistência de processos como a herança escravocrata e misógina, algo que a autora intitula de “vestígio”. Como (sobre)viver no vestígio habitando (n)o mundo com um corpo que performa, encarna, substitui e desloca a falta de necessidades básicas como o cuidado? Como estabelecer vínculos comunitários e ter acesso a saúde pública quando o passado não passou, onde o presente e o futuro se entrelaçam num fio desencapado de repressão dos corpos femininos e negros quer (sequer) poder/merecem ter suas necessidades específicas respeitadas e cuidadas?

Ao se discutir a questão da territorialidade as quais esses corpos indesejados socialmente e que frequentam o CAPS ad habitam, escancara-se outro problema latente: o planejamento urbano, por meio de uma ótica de racismo ambiental e aporofobia, leva com que os diversos usuários que residem no Distrito Sanitário Oeste, e que, portanto, deveriam frequentar o CAPS ad III Norte, precisem ir ao CAPS ad III Leste, que, teoricamente, está fora de sua zona de abrangência. Apesar de dois dos dez bairros mais densamente povoados de Natal estarem situados na Zona Oeste da cidade - Felipe Camarão e Planalto - (Jácome, 2024), querer que tanta gente se desloque para um serviço que fica quase que do outro lado da cidade, já que há a necessidade de cruzar o Rio Potengi por alguma das duas pontes que conectam a Zona Norte da cidade à outras Zonas, mostra uma despreocupação latente com a população em vulnerabilidade socioeconômica e com fortes e complexas demandas de saúde mental.

Ao buscar conectar uma análise objetiva dos dados coletados e apresentados com experiências vividas no referido CAPS ad enquanto campo de pesquisa e estágio, buscamos trazer percepções subjetivas que corroborem com o que temos apresentado anteriormente como barreiras de acesso ao serviço. Dito isso, a estruturação arquitetônica do espaço já passa uma determinada mensagem que remete a formas enclausurantes e panópticas (Foucault, 2014) logo na entrada, já que há a presença de grades trancadas e vigiadas, ora por porteiros/as em trajes civis, ora por seguranças/vigilantes treinados e contratados por uma empresa terceirizada.

Durante a condução de Grupos Terapêuticos (GTs) - pelo fato dessas sessões coletivas se darem numa sala abaixo do restante da estrutura, próxima ao jardim - há, também, a presença praticamente ininterrupta de um agente de segurança. Em determinados momentos, havia mais de uma dessas figuras que encarnam e materializam o poder disciplinar (Foucault, 2014, 2021), tanto os seguranças terceirizados e uniformizados quanto os seguranças patrimoniais com apenas uma camisa que dizia sua função ali. E, em alguns momentos, até a presença de guardas municipais e policiais militares armados, mesmo que não houvesse nenhuma intercorrência, como usuário(s) em surto psicótico.

Durante minha experiência de campo enquanto pesquisador-participante, pude ver como as críticas realizadas por Foucault ao poder psiquiátrico (2001, 2006, 2021) se mostram ainda muito condizentes com as experiências cotidianas de espaços que se propõe a tratar da saúde mental da população local. Foucault “apareceu” quando uma das psiquiatras do serviço - uma mulher cis, branca e, provavelmente, com relativo grau sócioeconômico - chamou os agentes armados do Estado ponta de um usuário do serviço que teria entrado em surto durante uma consulta. Porém, o que chamou mais atenção enquanto

presenciava essa situação era saber que o usuário em questão era um homem preto e Pessoa com Deficiência (PcD), que tinha um de seus braços atrofiados a tal nível que não conseguia mexê-lo. Além disso, as barreiras de acesso “materializaram-se” para mim quando essa praticante de um poder biomédico-medicalizante preferiu acionar outros homens brancos e armados sem qualquer preparo de como lidar com um usuário nesse estado do que mobilizar a própria equipe do serviço, que também contava com homens, caso fosse necessário contê-lo, mas baseando-se em alguma forma embasada teórico-praxiologicamente de manejo de surtos psiquiátricos.

Retomemos, portanto, a problematização e levantamento de hipóteses quanto ao desmonte da saúde mental no município de Natal e a consequente (re)produção das barreiras de acesso ao cuidado em saúde à população negra, pobre, periférica, feminina, não-heteronormativa, PcD etc. Por conta do desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) - não apenas no município analisado, como também em todo o país -, houve um processo de fragmentação do funcionamento e das atribuições concernentes ao CAPS III Leste - sediado anteriormente no bairro de Petrópolis -, gerando, assim, o encaminhamento de determinados usuários e demandas - tanto destes indivíduos quanto institucionais - ao respectivo CAPS analisado aqui.

É óbvio que, mesmo que não tivesse havido o fechamento da sede do CAPS III Leste, haveria casos de pessoas que buscam a rede e que sofrem tanto do abuso de álcool e outras drogas quanto em decorrência de transtornos mentais não associados a esse uso abusivo. Porém, com isso, houve a necessidade de realocar a maioria desses “usuários interseccionais” em um único serviço da rede, onde não há, muitas vezes, formas logísticas e formação profissional adequadas para auxiliar essas pessoas. Havendo, inclusive, casos de pessoas que estão ali mesmo sem ter qualquer tipo de dependência em álcool e outras drogas. Apesar desta circunstância ser a exceção à regra, saber que há situações como essas desperta preocupações acerca do cuidado - ou falta dele - que será direcionado a esses indivíduos em sofrimento mental grave.

Pensamos ainda que por ter sido escolhido em ser alocado próximo ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militares do Rio Grande do Norte (CBMRN) e de uma Academia de Polícia Militar, há, também, a manutenção de uma lógica disciplinar. Justamente por conta dessa pouca distância espacial em relação a essas instituições estatais, houve muitos momentos em que era possível ouvir e ver agrupamentos de policiais militares em treinamento físico de corrido/marcha em frente à rua que dava para o jardim do CAPS. Por esses e outros motivos, estar lá dentro engendrou um sentimento constante de estar sendo vigiado praticamente a cada instante. O fato é: não pude perguntar a nenhum usuário se essa percepção ininterrupta só estava presente em mim, ou se era algo recorrente entre eles/as, e não pretendo aqui falar pelos/as outros/as. Contudo, essa foi uma questão que gerou muitas inquietações em todos nós que participamos da coleta e da análise dos dados da referida pesquisa.

Conclusão

A pesquisa em questão visou tecer um perfil sociodemográfico dos usuários que procuraram o serviço de saúde do Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas III Leste (CAPS ad III Leste) por conta do sofrimento mental grave em decorrência do uso de álcool e outras drogas. Buscamos estabelecer qual o perfil dos usuários que ficam e que não ficam no serviço, seja por serem encaminhados para outras instituições após passarem por processos de acolhimento inicial (triagem) ou por não conseguirem se vincular ao serviço em questão. Além disso, tentamos estabelecer as inter-relações entre os marcadores sociais da diferença de identidade de gênero, raça/cor/etnia e territorialidade com possíveis barreiras de acessos que esses indivíduos marginalizados poderiam enfrentar para ter os devidos acessos aos cuidados em saúde.

Pretendíamos ainda recolher e analisar os dados concernentes à sexualidade e classe social dessas pessoas, mas a falta desses critérios já se mostra enquanto um dado que permite inferir hipóteses quanto a falta de interesse do Estado, de suas políticas conservadoras e/ou reacionárias, do avanço do projeto neoliberal e o do desmonte das políticas públicas do cuidados em saúde mental como projetos de diversos planos de governo que passaram e continuam vigentes em excluir e invisibilizar essas parcelas da população que são justamente as mais carentes de um serviço público que promova o cuidado apropriado e em liberdade das questões de saúde mental.

Conseguimos perceber, portanto, com a análise dos três eixos norteadores dos marcadores sociais da diferença, que a maioria da população que acessou esses serviços é constituída por homens negros e residentes de bairros periféricos - apesar de não termos detalhado aqui sobre a questão dos bairros, mas é algo que pudemos ver durante a sistematização dos dados. Contudo, essa realidade abre margem para novas agendas de pesquisa que visem entender se, realmente, essa é a parcela mais afetada por problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas ou “apenas” a que mais acessa esse tipo de serviço.

Vale dizer ainda que a grande quantidade de dados e hipóteses explicativas não se encerram com a publicação deste relatório de pesquisa, pois pretendemos continuar essa pesquisa - que já foi renovado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN (PROPESQ/UFRN) - tanto nesse CAPS em questão quanto nos outros três CAPS que tratam da população adulta na cidade de Natal. Na sequência do estudo, buscaremos levantar e problematizar os quantitativos de usuários que não permaneceram no serviço após acolhimento inicial, traçar seu perfil sócio-demográfico interseccionando os marcadores sociais, bem como realizar a parte qualitativa da pesquisa que corresponde a momentos de construção de caso com a equipe.

Referências

ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de; CASTRO, Cláudio Gastão Junqueira de; VIEIRA, Carlos Alberto Lisboa. Distritos Sanitários: Concepção e Organização, volume 1. São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

- BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero?. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2024.
- CAPRARA, Andrea; LANDIM, Lucyla Paes. Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, p. 363-376, 2008.
- DIMENSTEIN, Magda et. al. Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 72-87, 2017.
- DIMENSTEIN, Magda et. al. Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise. Rev. latinoam. psicopatol. fundam. 25 (01), Mar 2022.
- DIMENSTEIN, Magda et. al. Equidade e acesso aos cuidados em saúde mental em três estados nordestinos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 5, p. 1727–1738, 2021.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- JÁCOME, Igor. Censo 2022: Se fosse uma cidade, maior bairro de Natal seria o 7º município mais populoso do RN; veja ranking. G1 RN, Natal, 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/11/14/censo-2022-se-fosse-uma-cidade-maior-bairro-de-natal-seria-o-7o-municipio-mais-populoso-do-rn-veja-lista.ghtml>. Acesso em 22 de ago. 2025.
- LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SHARPE. Christina. No vestígio: negridade e existência. São Paulo: Ubu editora, 2023.

Anexos



Gráficos de raça



Gráfico de gênero



Território 2022



Território 2023



Território 2024

CÓDIGO: HS1602

AUTOR: MARIA FERNANDA RODRIGUES PAULA

COAUTOR: MARINA BEATRIZ DE MEDEIROS SANTOS

COAUTOR: ANA CLARA PINHEIRO ARAUJO

COAUTOR: HELENA RUGAI BASTOS

ORIENTADOR: ELIZABETH ROMANI

TÍTULO: Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização de três gavetas tipográficas e proposta didática com tipos de metal.

Resumo

Este artigo apresenta o desenvolvimento de ações conjuntas de pesquisa para criação da oficina tipográfica no Departamento de Design da UFRN. Logo, esta pesquisa resgata técnicas de reprodução de importância histórica para o designer com intuito de estabelecer novas formas de criar materiais gráficos com valor estético e visual diferenciado a partir da exploração desse processo de composição e impressão. Logo, este artigo objetiva relatar o processo de limpeza e organização de 3 gavetas tipográficas e discutir uma proposta didática com os tipos móveis. Refere-se a uma pesquisa de natureza aplicada, cujos objetivos convergem para um estudo descritivo, pois busca fazer um levantamento de aspectos técnicos e formais dos tipos móveis. A pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos metodológicos, é um estudo de caso. Para tal, propõem-se duas etapas para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa: identificação de 3 gavetas de tipos móveis e a proposta didática utilizando técnicas de composição tipográfica. Dessa forma os resultados são a identificação de 8 famílias tipográficas completas e incompletas da fundidora Funtimod, organização e criação de um mapa para a organização da gaveta e por fim o desenvolvimento de um método de oficina com os recursos disponíveis no departamento. Espera-se com os resultados ajudar outros cursos com a documentação do processo de criação da oficina e contribuir para o desenvolvimento da Memória Gráfica Potiguar.

Palavras-chave: Tipografia. Tipos de metal. Memória gráfica. Design. Produção gráfica.

TITLE: Typography Workshop for the Bachelor's Degree in Design at UFRN: organization of three typography drawers and teaching proposal with metal typefaces.

Abstract

This article presents the development of joint research actions for the creation of a typography workshop in the Design Department at UFRN. This research recovers reproduction techniques of historical importance for designers, with the aim of establishing new ways of creating graphic materials with distinctive aesthetic and visual value based on the exploration of this composition and printing process. Therefore, this article aims to report on the process of cleaning and organizing three typographic drawers and discuss a didactic proposal with movable type. It refers to applied research, whose objectives converge towards a descriptive study, as it seeks to survey the technical and formal aspects of movable type. The research is configured as a qualitative approach and, in terms of methodological procedures, is a case study. To this end, two stages are proposed for the development of this research project: identification of three drawers of movable type and the teaching proposal using typographic composition techniques. Thus, the results are the identification of eight complete and incomplete type families from the Funtimod foundry, the organization and creation of a map for the organization of the drawer, and finally the development of a workshop method with the resources available in the department. It is hoped that the results will help other courses with the documentation of the workshop creation process and contribute to the development of the Potiguar Graphic Memory.

Keywords: Typography. Metal type. Graphic memory. Design. Graphic production.

Introdução

Este plano de trabalho é a continuidade do projeto de pesquisa “Oficina Tipográfica do Bacharelado em Design da UFRN: organização do acervo de tipos móveis de metal e catalogação dos clichês tipográficos”, iniciado em 2023. As ações conjuntas, com as estudantes Ana Clara Pinheiro de Araújo e Marina Beatriz Medeiro dos Santos, relacionam-se ao resgate de técnicas de reprodução antigas com intuito de estabelecer novas atividades educativas, e como forma de criar materiais gráficos com valor estético e visual diferenciado. Além disso, os referenciais e apontamentos teóricos deste trabalho contribuem para o desenvolvimento da Memória Gráfica Potiguar, pesquisa relacionada aos materiais e técnicas utilizados nas oficinas tipográficas e em disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Design. Esta pesquisa objetivou identificar os tipos móveis de metal de 3 gavetas de tipos provenientes da Gráfica Manimbu para futura implantação da Oficina Tipográfica do Departamento de Design (DDgn) da UFRN. O acervo do DDgn advém de doações da Gráfica Padre Osônio (Currais Novos), Vilar Tipografia (Parelhas), Gráfica Rio Grande (Mossoró) e Oficina Tipográfica da Fundação José Augusto – Gráfica Manimbu

(Natal). Para este estudo foram selecionados tipos móveis de metal provenientes da Gráfica Manimbu. Pretendeu-se, ainda, catalogar os tipos de maneira que docentes e discentes tenham acesso ao acervo em componentes curriculares ou trabalhos que envolvem uma produção experimental. Logo, este artigo objetiva relatar o processo de limpeza e organização de 3 gavetas tipográficas e discutir uma proposta didática com os tipos móveis de metal. O acervo de tipos móveis do DDgn está armazenado em 64 gavetas tipográficas do mobiliário original. Os tipos encontram-se desorganizados e sem identificação das gavetas. A maior parte das gavetas está em péssimo estado de conservação e sem qualquer indicação da fonte tipográfica, o que impede sua utilização para fins acadêmicos. Diante disso, foram selecionadas três gavetas da Gráfica Manimbu como objeto deste estudo. O processo consistiu em limpar, organizar, imprimir e identificar as fontes, baseado no método de Aragão (2010, 2016). Paralelamente, foi elaborada uma proposta pedagógica para aplicação de oficina com alunos do curso de Design, considerando os recursos disponíveis, contudo devido ao atraso na organização das gavetas não foi possível seu aprofundamento.

Apesar dos tipos móveis de metal possuírem relevância no design e na história das artes gráficas, apenas recentemente grupos de pesquisa têm buscado resgatar as técnicas tipográficas, seja para conservar a memória gráfica (Leshcko et al., 2014) ou para experimentar uma técnica antiga na criação de peças personalizadas, resgatando formas de composição e raciocínio visual (Farias, 2008). No Rio Grande do Norte, a memória gráfica potiguar se preserva pelos materiais e impressos das antigas oficinas tipográficas, desativadas nos anos 1990 pela substituição tecnológica (Lopes Neto et al., 2019). Grande parte do acervo se perdeu ou está em más condições, restando o preservado na antiga sede do Jornal A República – hoje Museu da Imprensa Eloy de Souza – e na UFRN.

Este estudo, portanto, é fundamental para preservar materiais, maquinários e técnicas da memória gráfica potiguar. O termo “memória gráfica”, utilizado por Farias (2014), descreve pesquisas que investigam o papel dos artefatos visuais na criação de identidades locais por meio de impressos. Este trabalho contribui, portanto, para a conservação do acervo e para ampliar horizontes formativos dos estudantes de Design, ao permitir experimentação e criação de peças gráficas personalizadas, resgatando formas tradicionais de composição e pensamento visual (Farias, 2008).

Metodologia

É uma pesquisa de natureza aplicada, cujos objetivos convergem para um estudo descritivo, pois busca fazer um levantamento de aspectos técnicos e formais dos tipos móveis. A pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa e no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, é um estudo de caso. Para tal, propõem-se duas etapas para o desenvolvimento deste projeto

de pesquisa: identificação de 3 gavetas de tipos móveis de metal e elaboração de proposta didática utilizando técnicas de composição tipográfica.

Cabe esclarecer que os tipos metálicos do acervo do DDgn estão guardados em gavetas (também conhecidas como caixas tipográficas) empilhadas, uma vez que o departamento só dispõe de um único cavalete (estante específica para tipos em uma oficina tipográfica). Essa configuração de guarda do acervo prejudica a limpeza e organização, o que justifica a seleção de gavetas individuais para esta pesquisa. Assim, cada gaveta possui divisórias chamadas caixotins, cujo tamanho está vinculado à frequência do emprego dos caracteres (algarismos, signos, espaços) para as composições. Então, cada oficina tipográfica possui diferentes fontes (desenho da face e altura do corpo) e quantidade de caracteres, espelhando os serviços prestados.

Após a avaliação geral da condição do acervo de tipos móveis, iniciou-se o processo de restauração do acervo pela gaveta de número 8 (identificação criada pelo DDgn para um registro inicial do projeto), cuja conservação já apresentava fragilidade devido ao processo avançado de deterioração do mobiliário, dificultando sua limpeza. Outro problema encontrado foi o estado de conservação dos tipos, apesar de muitos estarem em bom estado, alguns possuíam tinta seca acumulada, enquanto outros estavam quebrados ou desgastados pelo uso, tornando complexa sua identificação.

A metodologia empregada para identificação dos tipos móveis de metal é baseada em Aragão (2010, 2016) e Aragão et al. (2012), estabelecendo as seguintes etapas: (1) Limpeza dos tipos, (2) Separação dos tipos, (3) Impressão dos tipos, (4) Identificação de tipos e (5) Organização dos tipos nas gavetas

(1) Limpeza dos tipos

A limpeza dos tipos foi realizada pelo uso de pincéis de maneira cautelosa para remoção de poeira, quanto aos caixotins de cada gaveta foram retirados os tipos contidos em cada um e os espaços foram aspirados ou espanados. Esse procedimento de limpeza a seco foi realizado em razão da composição dos tipos, pois em contato com água os tipos móveis enferrujam e a gaveta também poderia se deteriorar.

Nesse processo, limpou-se a gaveta de número 8 que continha tipos de corpos 10 a 24 pontos e duas gavetas não identificadas de tipos com corpo que variam de 24 a 36 pontos.

(2) Separação dos tipos

Já na separação dos tipos existiram dois momentos de triagem: primeiro eles foram separados por características similares identificados no desenho da face, em seguida foram divididos em grupos menores em ordem alfabética dentro de sua mesma família tipográfica (conjunto de tipos com as mesmas características fundamentais, podendo variar na força e na inclinação dos traços e largura relativa das letras). Neste momento, houve a separação das letras maiúsculas

(caixa alta), das minúsculas (caixa baixa), dos numerais e dos demais signos. Existem vários modelos de divisão das gavetas, no caso do acervo do DDgn as gavetas seguem o modelo francês de disposição dos caixotins, predominando as letras maiúsculas no alto da caixa e as letras minúsculas na parte inferior da caixa.

(3) Impressão dos tipos

A partir da identificação das famílias alguns testes de uso de tintas foram realizados, com o objetivo de avaliar processos para a oficina didática e auxiliar na identificação dos tipos restantes. Nesta fase da pesquisa, avaliou-se a impressão utilizando uma tinta para xilogravura, uma carimbeira e uma tinta à base de óleo. A impressão dos tipos de metal é necessária para o processo de comparação com tipos comercializados pelas fundidoras. Dessa maneira, o impresso é sobreposto no catálogo da fundidora para aferir o desenho da face e confirmar sua identificação.

(4) Identificação dos tipos

Ao longo da investigação utilizou-se do apêndice da tese de dissertação “Tipos móveis de metal da Funtimod: contribuições para a história da tipografia brasileira.” organizados por Aragão (2016) para facilitar a identificação das famílias, assim foi possível constatar a existência de três famílias tipográficas completas e quatro famílias incompletas.

(5) Organização dos tipos nas gavetas

A organização dos tipos móveis nas gavetas foi realizada a partir do modelo de organização francesa.

Para a realização da proposta didática, de caráter extensionista, consideram-se as etapas: (1) pesquisa por propostas semelhantes; (2) elaboração de material informativo para os cursistas. Ambas serão discutidas nos resultados da pesquisa.

Resultados e Discussões

O desenvolvimento teve início com a separação de 3 caixas tipográficas selecionadas do acervo do DDgn, a partir de critérios como a quantidade de famílias presentes na gaveta e o estado de conservação do mobiliário. Logo, na primeira etapa do processo ocorreu a limpeza dos tipos e das gavetas, com auxílio do pincel. Em alguns momentos para agilizar o processo, usou-se do aspirador, em especial para a limpeza da gaveta. Na primeira gaveta, em razão da grande quantidade de tipos armazenados de maneira equivocada, com tipos de desenho da face diferentes e com tamanhos parecidos, levou-se mais

tempo para concluir a limpeza e separação por caracteres. Na sequência, escolheu-se gavetas com predominância de tipos entre 24 a 36 pontos (altura do caractere, que define o tamanho do desenho da face impressa), com o objetivo de facilitar a limpeza.

Após a limpeza dos tipos e das três gavetas selecionadas, foi realizada a etapa de separação dos caracteres por algarismos. Na primeira separação (ver figura 1) já foram identificados algumas características usadas posteriormente para a identificação das fontes, chegando-se à conclusão de três fontes predominantes presentes na mesma gaveta, uma fonte sem serifa de corpo 16, uma fonte serifada de corpo 10 com formato estreito e uma fonte caligráfica de corpo 16.

Na segunda separação, criou-se envelopes de papel para subdividir os tipos de corpo pequeno da mesma família em grupos (ver figura 2), aqueles que possuíam letras de corpo pequeno, entre 10 e 16 pontos eram armazenados em conjuntos de 6 a 5 letras em ordem alfabética por envelope, já os caracteres diacríticos e números possuíam grupos distintos para cada um. Em relação aos tipos de corpo entre 24 a 36 pontos após a limpeza da gaveta, esses eram imediatamente separados em envelopes, sendo cada um com uma única letra e organizados em ordem padrão referente à gaveta francesa (ver figura 3).

Após a separação dos caracteres metálicos, identificou-se a necessidade de testar processos de impressão (ver imagem 4) com recursos disponíveis no Laboratório Oficina do Design do DDgn. Assim, avaliou-se o desempenho do processo de impressão com tipos metálicos utilizando tintas à base de água e tintas à base de óleo, no intuito de substituir a tinta tipográfica para a utilização em futuras atividades pedagógicas no DDgn. No entanto, os testes apresentaram dificuldade na impressão das faces principalmente das fontes Mondial Magro, Eldorado e Helvética, em razão de seus tamanhos de corpo.

Para avaliar a tinta à base de água, utilizou-se uma tinta usada na obtenção de gravuras de xilogravura, ao considerar que a mesma se utiliza de uma matriz em relevo. A tinta selecionada da marca Speedball, por ser altamente concentrada, não conseguiu transferir corretamente o desenho da face no papel (ver imagem 5). Não houve aderência adequada da tinta à superfície metálica, o que resultou no excesso de tinta transferida e na mancha no entorno do caractere impresso.

Após o insucesso da tinta à base de água, testou-se o uso de uma carimbeira. Nessa tentativa o resultado foi o oposto, pois mesmo transferindo o desenho da face do tipo no papel, o tipo metálico não absorvia a tinta suficiente para realizar a impressão sem falhas (ver imagem 6). Já nas tintas à base de óleo, em algumas tentativas permitiu-se a transferência do pigmento para a face do tipo móvel. No entanto, a consistência da tinta e o processo de transferência do pigmento para o papel apresentaram resultados de qualidade inferiores se comparado ao da tinta tipográfica.

Logo, em razão dessas questões acima mencionadas, a impressão para a identificação do desenho da face foi realizada no Museu Oficial da Imprensa Eloy de Souza do Departamento Estadual de Imprensa do Rio Grande do Norte. Diante desse processo, transportou-se o acervo do DDgn, apenas os tipos metálicos que apresentaram maior dificuldade ou problema na impressão (ver imagens 8 e 9), até o museu.

Na etapa final de identificação de tipos, imprimiu-se o apêndice da tese de Aragão (2016), na qual apresenta um compilado de fontes da fundidora Funtimod (ver imagem 10), para agilizar o processo inicial de reconhecimento do desenho da face. Assim, por meio da observação direta dos tipos e comparação de suas características morfológicas, foi possível a identificação da família tipográfica. Essa etapa precisou ser revisitada mais de uma vez, pois pela dificuldade no processo de impressão e a grande quantidade de caracteres, era possível confundir o desenho da face e identificar de maneira equivocada alguma família.

Em relação ao tamanho dos corpos de cada fonte, para facilitar o processo de reconhecimento e pela ausência de uma régua tipográfica no DDgn, foi elaborado uma marcação padrão (ver imagem 11) com os tamanhos de corpo do acervo do MIES para a medição do tamanho dos tipos móveis presentes no acervo do departamento.

Por fim, na última etapa de organização das gavetas a ordem foi estabelecida tendo em mente o quantitativo de fontes identificadas, considerando o tamanho do corpo e a quantidade de caracteres iguais. Todavia, a organização obedeceu o padrão dos caixotins da gaveta francesa.

Tendo isso em vista é importante ressaltar que os catálogos tipográficos das fundidoras (catálogo impresso utilizado pelos representantes de vendas para comercializar os tipos e as ferramentas tipográficas), separavam as famílias em duas classificações: “tipos comuns” e “tipos fantasia”. Segundo o Dicionário de Artes Gráficas (Porta, 158, grafia original) as duas categorias são explicadas como:

Tipo comum. designação habitual do caráter ROMANO, usualmente empregado na composição de livros e jornais, por oposição a TIPO DE FANTASIA. (p. 393)

[...]

Tipo de fantasia. V. FANTASIA. (p. 393)

[...]

Fantasia. Os tipógrafos costumam chamar DE FANTASIA a todos os caracteres cujo traçado se afasta do comum de texto (romano e itálico), habitualmente usados na composição de títulos e de trabalhos comerciais. || 2. Em acepção mais rigorosa, são todos aqueles tipos que, pela novidade e

esquisitice dos seus traços, não se podem enquadrar em nenhum dos demais grupos em que se costuma dividir a letra de imprensa: romano, egípcio, etrusco, gótico e manuscrito. || 3. Diz-se dos fios de traçado caprichoso, muito empregados para cercaduras e trabalhos ornamentais. || 4. Com referência a trabalho tipográfico, é o mesmo que BICO OU REMENDO. || 5. Qualificativo que se dá aos papéis de luxo, marmorizados ou estampados com desenhos e cores variadas. (p. 152)

Nas três gavetas foram identificadas 9 fontes, das quais distinguem-se três completas e quatro incompletas, sendo algumas delas tipos isolados de duas fontes separadas em outras gavetas. A primeira fonte identificada foi a Helvética de corpo 16, uma fonte com desenho geométrico e sans serif (sem serifa). Essa fonte apresenta, de acordo com o apêndice da tese de Aragão (2016), duas versões sendo uma Clara e uma Meia preta fabricadas pela fundidora, mas apenas a Meia Preta foi encontrada no acervo organizado.

Na mesma gaveta da fonte Helvética foi encontrada a fonte Eldorado de corpo 16. De igual maneira, existem duas versões da fonte produzidas na versão Clara e Preta, mas apenas a Preta foi encontrada na organização do acervo. Ela é classificada como um tipo fantasia de caráter escritural, pelos ornamentos acrescentados à fonte.

Por fim, identificou-se na mesma gaveta a fonte Mondial de corpo 10, uma família tipográfica com cinco estilos de fonte, no entanto, apenas a Mondial Magro e alguns caracteres da Mondial preto foram identificados. Essa fonte também é classificada como um tipo fantasia, com a serifa do estilo humanista. As três famílias estavam completas, logo, encontrou-se caracteres tanto em caixa alta como caixa baixa, com exceção da Mondial preto que identificou-se apenas tipos isolados em caixa alta.

Na segunda gaveta, encontrou-se a Antiga, uma família com três fontes e seis variações de estilo ao todo. Da amostragem da gaveta, identificou-se apenas a fonte Antiga Normal de corpo 36 pontos. Essa fonte é classificada como uma fonte de tipo comum.

Na última gaveta, identificou-se a fonte Bodoni de corpo 24, uma fonte com serifa de caráter humanista. Essa fonte encontra-se completa com caracteres em caixa alta e caixa baixa. No catálogo da Funtimod é classificado como um tipo comum.

Na limpeza do acervo também surgiram alguns tipos isolados recorrentes como a fonte Rio Branco e a Guanabara, ambas com um único estilo característico e serifa humanista, apresentavam tipos tanto de caixa alta quanto caixa baixa, em cada gaveta limpa. No catálogo da Funtimod ambas são classificadas como tipos fantasia da modalidade com serifa.

Em paralelo à catalogação do acervo de tipos metálicos, estudou-se metodologias para o desenvolvimento de atividades didáticas no espaço do DDgn. Para tal, primeiro foram feitas visitas técnicas e reuniões de alinhamento

com outros membros do projeto para a realização de uma oficina teste, em segundo momento foram feitas buscas bibliográficas de trabalhos que buscassem estabelecer uma oficina tipográfica dentro de cursos de Design.

A primeira visita técnica realizada foi ao Laboratório de Práticas Gráficas (LPG) da UFPE (ver imagem 12), guiada pela professora Isabela Ribeiro Aragão. O laboratório em razão de sua fundação ser semelhante, ou seja, derivado de um esforço coletivo de pesquisa e extensão, serviu como uma referência para este projeto de pesquisa. Durante a visita, realizou-se uma oficina de composição com tipos metálicos com duração de 2 horas, que resultou na produção de peças gráficas ao final da visita. A experiência na UFPE permitiu compreender um pouco mais do esforço em conjunto de vários colaboradores/agentes de fora da universidade para reunir o acervo e os maquinários necessários para o funcionamento do espaço.

Após a visita à UFPE, o grupo reuniu-se no Museu da Imprensa Eloy de Souza (MIES), (ver imagem 13) no intuito de pensar maneiras de propor uma oficina de composição tipográfica com os conhecimentos adquiridos no Laboratório de Práticas Gráficas e com os recursos disponíveis no DDgn. A partir desse encontro, originou-se vários questionamentos a respeito da manutenção e gerenciamento da oficina para o desenvolvimento de alguma atividade. Inicialmente idealizou uma proposta de atividades de composição tipográfica que pudessem ser tanto para o museu quanto para a oficina presente na universidade. No entanto, devido à falta de infraestrutura e de insumos, em especial a tinta tipográfica, projetou-se a oficina para ser realizada apenas no MIES.

A oficina piloto ocorreu no MIES com discentes do Curso de Design da UFRN, com duração de 3 horas. A proposta foi apresentar o acervo do museu e o processo de impressão tipográfica com uso de tipos metálicos para que os cursistas pudessem se apropriar de uma técnica de impressão de importância histórica no Design. Como reflexo dessa proposição, observou-se a necessidade de um kit pedagógico para cada participante, apresentando a disposição dos caracteres nos caxotins e a lógica da montagem dos tipos na régua. A oficina piloto também permitiu identificar a melhor disposição dos cursistas no ambiente do museu, respeitando a circulação do espaço e a proteção do acervo. Cabe também destacar, a necessidade de um técnico especializado para finalizar a montagem da grelha tipográfica (montagem das composições utilizada na máquina impressora) e para a impressão na impressora tipográfica. Além disso, observou-se a quantidade de pessoas para a atividade de composição tipográfica e o planejamento da montagem final a ser produzida, essa organização é fundamental para dimensionar o tempo da oficina.

Dessa maneira, pode-se identificar como desafios encontrados a falta de suporte financeiro para a compra de material essencial para a realização da oficina, limpeza do acervo e organização do mesmo, o deslocamento para a impressão dos tipos móveis no Museu Eloy de Souza e a carência de pessoal para a realização da limpeza das gavetas tipográficas tendo em vista a sua

dimensão. Além de destacar a dificuldade na procura por profissionais que possam orientar em aspectos referentes à tipografia, visto que é uma forma de impressão gráfica na qual grande parte dos seus materiais e da sua história se perdeu.

Em paralelo à construção da atividade formativa, buscou-se fundamentar a oficina por meio de pesquisa bibliográfica. Assim, pesquisou-se no Portal da Capes e em livros da área de Design sobre propostas de semelhantes natureza. Logo, encontrou-se muitos trabalhos com a descrição histórica sobre o estabelecimento de oficinas tipográficas, mas pouco conteúdo sobre o processo de organização e criação da oficina tipográfica. Esse estudo não se esgota aqui, havendo a necessidade de executar pesquisas de revisão sistemática de literatura e investigações de campo em outras universidades, o que não pode ser realizado neste momento por falta de tempo e por não ser o recorte da pesquisa.

Conclusão

Ao longo do projeto foi possível a limpeza, catalogação e a identificação de 9 fontes, a partir das 3 gavetas selecionadas do acervo do DDgn. Durante a pesquisa, observou-se que para a organização e a separação das gavetas um empecilho foi a quantidade de gavetas deterioradas e grande quantidade de tipos com corpos entre 10 a 16 pontos, o que dificultou o processo. No entanto, os testes de impressão de tinta permitiram refletir sobre a exploração de alternativas possíveis para uso na proposta pedagógica da oficina.

Espera-se como desdobramento do trabalho a produção do material próprio do laboratório para auxiliar a realização de atividades, como o mapa de organização das gavetas. Esses resultados viabilizam uma atividade de caráter extensionista na oficina, pois a organização do acervo e o material complementar permitem a realização de atividades com grupos limitado participantes.

É importante mencionar que esta pesquisa não se encerra aqui, sendo necessário a continuação do processo de limpeza e organização das gavetas, além de determinar e aprimorar o método da oficina para ser executada no DDgn, considerando as limitações do espaço e dos equipamentos da universidade.

Referências

ATANAZIO, Juliana Gomes et al. **Preservação da Memória Gráfica:** identificação e catalogação de tipos móveis do bacharelado em design da UFRN. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN, 35., 2024, Natal. Anais [...] . Natal, RN: Cict, 2024. p. 1345-1351. Disponível em: <https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2025209092c32616006348812191cb3992/CCHLA.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ARAGÃO, I. R. **Os tipos móveis de metal da Editora UFPE:** apontamentos e descobertas. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Paulo: AEND|Brasil, 2010.

ARAGÃO, I. R., FARIAS, P. L., ALMEIDA, E. J., FARIAS, A. M. **Um estudo comparativo entre a catalogação dos tipos móveis da Editora UFPE e da Oficina Tipográfica da FAUUSP.** Anais do 10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Luis: UFMA, 2012.

ARAGÃO, Isabela Ribeiro. **Tipos móveis de metal da Funtimod::** contribuições para a história tipográfica brasileira. 2016. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Design e Arquitetura, Fauusp, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-01092016-154117/pt-br.php>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FARIAS, Priscila L.; GOUVEIA, Anna P.S. ; OLIVEIRA, JoséA..**Tipografia e design gráfico:** um relato de uma experiência didática. In: Anais do 3º Congresso Internacional de Pesquisa em Design - CIPED. Rio de Janeiro: Anpedesign, 2005.

HELLER, Steven. **The education of a typographer.** New York: Alworth Press, 2004.

Leschko, N. M., Damazio, V. M. M., Lima, E. L. O. C., & Andrade, J. M. F. (2014). **Memória Gráfica Brasileira:** Notícias de um campo em construção. Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, pp. 791-802. Gramado: Blucher.

Lopes Neto, Luiz G.; Dimas, Gabriel G.; Romani, Elizabeth; Aragão, Isabella R.; **Identificação dos tipos móveis de metal do Museu da Imprensa Eloy de Souza:** uma proposta para requalificar o acervo", p. 2655-2662 . In: Anais do 9º CIDI | Congresso Internacional de Design da Informação, edição 2019 e do 9º CONGIC | Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design da Informação. São Paulo: Blucher, 2019.

ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/9cidi-congic-6.0060

PORTA, F. **Dicionário de artes gráficas.** Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

Anexos



FIGURA 1 - ETAPAS DE SEPARAÇÃO DOS TIPOS, DIVISÃO ENTRE
SERIFADOS E CALIGRÁFICOS



FIGURA 2 - ETAPAS DE SEPARAÇÃO DOS TIPOS, SEPARAÇÃO EM ORDEM
ALFABÉTICA



FIGURA 3 - ETAPA DE SEPARAÇÃO DE TIPOS, SEPARAÇÃO DE TIPOS
GRANDES



FIGURA 4 - TESTES DE IMPRESSÃO DOS TIPOS MÓVEIS



FIGURA 5 - TESTES DE IMPRESSÃO DOS TIPOS MÓVEIS COM TINTA
XILOGRÁFICA



FIGURA 6 - TESTES DE IMPRESSÃO DOS TIPOS MÓVEIS COM CARIMBEIRA



FIGURA 7 - MARCAÇÃO DE TAMANHO DE CORPO



FIGURA 8 - TIPOS IMPRESSOS DO MUSEU MIES



FIGURA 9 - TIPOS IMPRESSOS DO MUSEU MIES



FIGURA 10 - APÊNDICE USADO NA IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES



FIGURA 11 - OFICINA MINISTRADA NO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS
GRÁFICAS DA UFPE



FIGURA 12 - OFICINA MINISTRADA NO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS
GRÁFICAS DA UFPE



FIGURA 13 - OFICINA PILOTO REALIZADA NO MIES



FIGURA 14 - OFICINA PILOTO REALIZADA NO MIES

CÓDIGO: HS1605

AUTOR: ANDRESSA MARIA GOMES BERNARDO

ORIENTADOR: PATRICIA GARCIA LEAL

TÍTULO: Voa: potências formativas em diálogo

Resumo

Essa pesquisa busca investigar as potências formativas do curso de Licenciatura em Dança da UFRN, considerando as possibilidades que o mercado de trabalho oferece. A pesquisa promove outro olhar, uma noção amplificada do que é o trabalho com o ensino da dança, muitas informações falsas são transmitidas aos discentes do curso, por isso se faz importante esse levantamento de dados, para expõe a realidade do mercado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com procedimentos de formulário e entrevistas para a captação de dados concretos do público mencionado. Os resultados buscam valorizar o curso, mostrando que é possível trabalhar na área, quais os obstáculos e as qualidades dessa profissão.

Palavras-chave: dança, licenciatura, egressos, mercado de trabalho, UFRN

TITLE: Flying: formative powers in dialogue

Abstract

This research aims to investigate the formative potential of the UFRN Dance Degree program, considering the opportunities offered by the job market. The research provides a different perspective, a broader understanding of what it means to work in dance education. Many false information is transmitted to students, so this data collection is crucial to expose the market reality. This is a qualitative and quantitative study, using questionnaires and interviews to gather concrete data from the target audience. The results seek to enhance the program's value, demonstrating the potential for work in this field, the obstacles, and the benefits of this profession.

Keywords: dance, degree, alumni, job market, UFRN

Introdução

O curso de Licenciatura em dança criado em 2009 por meio do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), marca a presença da dança no campo da formação docente e artística no ensino superior. A proposta reafirma a importância da arte na educação e busca ampliar o acesso e a permanência de estudantes na

universidade, conforme estabelece a LDB nº 9394/1996. O discente do curso de Licenciatura em Dança da UFRN, ao ingressar na Universidade, possui pouco conhecimento sobre as possibilidades de sua atuação profissional e noções concretas de como está o mercado. Este plano de trabalho atua sobre essa lacuna, promovendo o reconhecimento das potencialidades da formação em dança e sua pluralidade de trabalho. A pesquisa se justifica ao possibilitar um aprofundamento nas realidades, revelando suas experiências e campos de inserção no mercado. Isso contribui para que os discentes compreendam os desdobramentos da formação acadêmica e possam projetar seus próprios caminhos. Além disso, o contato entre diferentes gerações de estudantes fortalece o sentimento de pertencimento e contribui com sugestões para a melhoria do próprio curso, promovendo a valorização da licenciatura em dança no contexto educacional e social. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo compreender as reverberações da formação em Dança da UFRN no mercado de trabalho, a partir da escuta qualitativa e quantitativa dos egressos do curso no que diz respeito aos caminhos de inserção do ensino formal e/ou informal. Busca-se promover o conhecimento, aproximando os formados e mapeando possíveis campos de atuação profissional na área, quais são seus desafios e qualidades, valorizando-as para o não apagamento dos espaços de ensino artístico em áreas urbanas e rurais.

Metodologia

O levantamento de dados referente aos egressos do curso de dança iniciou com um formulário no dia 11 de fevereiro de 2025, com quatro perguntas referentes a atuação em dança, através desse questionário foi possível obter respostas de egressos de 2012 até 2022 e formados de 2024, totalizando 21 indivíduos, 11 mulheres cis, 9 homens cis e 1 não informou gênero. A partir deste formulário que tem um olhar macro, que pergunta os quais caminhos de dança trabalha, quais os pontos positivos e negativos do trabalho e se está satisfeito com ele. Desse formulário, selecionei apenas 9 professores para uma entrevista mais aprofundada, 4 de ensino formal, 3 no ensino informal e 1 de ambos ensinos. Desses encontros foram realizados 6 diálogos em formato presencial e 2 em formato remoto. Os questionamentos eram, qual o espaço da dança? Qual a importância da dança? Você participa de editais de fomento à cultura? financeiramente, é possível viver dessa área? Como você trabalha as três linguagens na sala de aula? Como funcionam os festivais? quais os pontos negativos e positivos do mercado de trabalho em dança?

Como continuidade dessa pesquisa também produzi um vídeo das entrevistas. Na semana de Recepção dos Calouros do Curso de dança 2025.1 foi realizado uma roda de conversa com os egressos, um momento de relação do discente com o formado no curso.

Paralelo às entrevistas, visitei as escolas e estúdios que os egressos atuam e prestigiei projetos, ensaios e montagem de espetáculo, somente observei, e o pouco que a pesquisa se desdobrou é fato que dança está a todo vapor para os que buscar nunca deixar a chama da dança se apagar.

Resultados e Discussões

No ensino formal 16 estão atualmente, somente um que já havia lecionado, todos em escolas públicas, apenas um que atuou na instituição privada e retornou ao público. Ainda no ambiente escolar 2 deles atuam no ensino infantil, 10 no ensino fundamental anos iniciais, 9 nos anos finais, 5 no ensino médio e 3 no EJA. Desses, só quatro egressos tiveram experiência de atuação em três a mais ensinos durante sua trajetória como docente. No ensino informal atualmente 10 estão em estúdios de dança e um menciona que já atuou, nesse mundo da dança das academias surgem os festivais que trabalham com competição de algumas modalidades, e os estúdios levam os alunos para competir, uma das egressas disse que o professor de dança além de instruir a técnica de determinada modalidade, ainda é solicitado que monte coreografias para competição não sendo remunerado por esse trabalho a parte, a licenciada afirma que nunca cobrou, pela falta de experiência se submetida a dar conta de duas funções até que ganhou vários prêmios de melhor coreógrafa, majoritariamente somente medalhas, mas já conseguiu uma recompensa em dinheiro, daí começou a cobrar valor a parte para construção de coreografias. Aqui surge nossa primeira problemática, pois o docente que está ativamente em duas funções sem ampliar a carga horária se torna cansativo estar com trabalho dobrado e por ser pouco discutido esse lugar de trabalho é passado por cima. Não existe um padrão de valores de acordo com a atuação do professor de dança, ou o egresso diz sua mensalidade ou já chega direcionado pelo espaço a um valor baseado na carga horária, essa situação também acontece semelhante nas escolas quando é solicitado ao professor de Artes que faça coreografia para cada série em determinada data comemorativa, isso sobrecarrega o docente demandando o dobro de sua atuação sem alteração no salário. Para além desse espaço, 4 egressos disseram trabalhar com editais de fomento à cultura no âmbito da produção e/ou ensino da dança, esse é outro caminho que pode se desenvolver a dança e atuar em comunidades com menos acesso à cultura. Ou mesmo já havendo um grupo de dança usar o projeto como investimento do seu trabalho, adquirindo melhorias no espaço, material, figurino, caixa de som e etc. Se declararam artistas da dança 6 que se dedicam a viver como dançarinos profissionais e participam de companhias de dança, alguns produzem vídeo danças, mas todos eles trabalham com o ensino da dança informal e/ou formal paralela a carreira de intérprete/dançarino. Houve casos isolados de atuações em grupos terapêuticos, gestor técnico e pedagógico do núcleo de dança em São Paulo e direção de centro de turismo que são portas que se abrem para agregar o trabalho de dança em outra área, seja de outra modalidade esportiva ou da saúde ou organização de eventos artísticos e etc. Da coleta de dados das entrevistas irei enfatizar duas questões mais relevantes levantadas nas entrevistas: primeiro, qual o espaço da dança? os quatro egressos do ensino formal citaram ser desafiador o ensino da dança no campo escolar por razão da infraestrutura e do tempo de duração da aula, principalmente ensino médio, geralmente na escola não há um espaço, uma sala de artes por exemplo, com espelho e chão adequados para práticas corporais, porém todos os licenciados mostraram que é possível e que conseguem educar e produzir a dança no pátio, dentro da sala afastando as cadeiras e na quadra, dialogando sempre com outros docentes tenta unir disciplinas, subir horários para estender e concluir a prática. Segundo uma reportagem do Jornal da Band, em creches e pré-escolas públicas falta 53% de refeitório, 64% de parquinhos, 59% saneamento básico e 36% de água, o Tribunal de Contas dos Estados reprovou 57% das escolas do país com fios expostos, quadras sem condições de uso e fossas sem tampa. Imagine o quanto é desafiador, estar nesse ambiente onde os alunos estão desmotivados e sem nenhum acesso a arte e cultura, que perdem o dia de aula por questões básicas de ausência de merenda e água, então o professor de artes nesse meio mesmo sem espaço e

materiais faz acontecer, buscar o melhor ensino. Prestigiei um evento anual na escola que um dos egressos trabalha, foi a V Cajuada Literária no qual os professores da escola se uniram para promover um espetáculo de poemas, cordéis, performances e danças, convidaram cordelistas da comunidade local que contribuíram também com o projeto, aquecendo o coração dos pais que estavam prestigiando e acompanhando o desenvolvimento da leitura juntamente com expressões artísticas, mente aqueles que dizem que não é possível fazer dança na instituição de ensino pública, contudo ainda temos que lutar por melhorias na educação pública. No ensino privado, foi revelado por uma licenciada “[...]Tinha materiais e espaço adequado para prática, mas ainda era desvalorizada por outros professores e gestão [...]”. O ensino da arte, independente de ser no espaço público ou privado pode haver preconceitos, por falta de conhecimento não sabem para que as Artes servem, onde atuam e como beneficiam os estudantes. Passando para o olhar do ensino informal, nos estúdios em específico, a dança é o foco, o objetivo é aplicar a técnica da modalidade ofertada, é possível abrir diálogos e reflexões, porém os alunos já chegam ao espaço com sede de aprender a movimentar o corpo, ali ele está por interesse próprio e pagando de forma direta o conhecimento. todos os egressos mencionaram ter uma demanda maior de mulheres e meninas na dança, poucos homens se interessam, recordei desse trecho de Cora Miller do livro *Outros caminhos da dança: técnica Klauss Vianna para adolescentes e para adolescer*, um relato da experiência da técnica no ensino informal de dança. Uma característica relevante a ser observada é que, durante todos esses anos dando aula no Salão do Movimento, sempre tive somente alunas. Dessa observação, pode-se notar que, embora a proposta da aula tenha por base novos paradigmas da dança, os preconceitos e limitações socioculturais ainda são evidentes. A presença de uma maioria feminina em detrimento dos meninos em aulas de dança começa na infância, muitas vezes por escolha dos pais, que direcionam suas filhas para aulas de balé e ginástica, enquanto seus filhos são encaminhados para aulas de artes marciais, futebol etc. Isso é reflexo de uma sociedade machista, que impõe as características que devem ser desenvolvidas pelas meninas e pelos meninos, assim como as atividades mais adequadas para seu desenvolvimento. (MILLER, 2018, pág 44) Miller explica o porquê os meninos não tem interesse pela dança, é algo social no qual são direcionados a fugir. Em contrapartida de 4 egressos do ensino informal, apenas 1 mencionou ter uma quantidade considerável de meninos, o que mostra que é possível superar esse preconceito. A infraestrutura das academias é toda pensada para a dança, comparando a outro espaço do mesmo ensino, porém pública, darei como exemplo o Teatro Municipal de Parnamirim, administrado pela Secretaria Municipal de Cultura (SEMUC) que oferta aulas de música, dança e teatro, onde uma das licenciadas entrevistadas trabalhou e desenvolveu um trabalho de dança contemporânea com a comunidade local, cita que foi uma grande experiência, porém houve muitos atrasos no pagamento e que se sobrecarregou com espetáculos solicitados com um mês de antecedência. Essa mesma instituição tem um palco italiano e no ambiente externo um palco arena que recebeu diversos grupos de fora do município e foi espaço também para expressões artísticas dos alunos matriculados no teatro, porém pela pausa e falta de manutenção na pandemia ocorreu de piorar o estado do telhado, danificando partes internas que estavam velhas, nesse mesmo período pandêmico outro egresso citou que na academia de dança privada que lecionava, se manteve mesmo no formato remoto, mencionou que foi uma experiência ótima por já ter vivência com videodança aproveitou essa fase para explorar a dança juntamente com a tecnologia, pois todos os alunos tinham celular, já no Teatro Municipal de Parnamirim, nem todos os participantes tinham aparelho eletrônico e a plataforma da SEMUC não anunciou

nenhum tipo de atividade que suprisse a suspensão das aulas de dança, e ainda, todos os professores foram despedidos naquele ano após a finalização do contrato. ou seja, infelizmente tudo que é fomentado pelo governo para o povo em algum momento abandona a comunidade, principalmente se envolve educação e cultura. Outro tópico que levantei foi a questão financeira, é possível viver como professor e/ou artista da dança? Preciso de outra área para me sustentar? Os licenciados que trabalham no campo escolar informaram que ter um renda fixa dá instabilidade, mas ainda o salário é muito abaixo do que se deveria receber pelas horas trabalhadas, já os do ensino informal e artistas disseram que não é possível viver de editais, porque o edital é anual e existe um processo de inscrição do projeto e várias etapas até que seja de fato aprovado e enviado a verba, há professores de dança que fazem suas rendas nos estúdios de dança vendendo sua aula de x modalidade, e recebem de acordo com a carga horária, por isso precisam dar várias aulas para conseguir um valor equivalente a salário mínimo, há docentes que trabalham no ensino informal e formal para aumentar mais ainda a sua renda, mesmo sendo cansativo no formulário dos 21 egressos, 7 mencionaram que estão satisfeitos com o trabalho, 1 disse estar insatisfeito e 4 não responderam diretamente a pergunta. Os estados e municípios anualmente divulgam editais de fomento na área da dança, e muitos dos formados não participam, segue a fala de uma egressa “[...]eu não participo de editais porque eu nunca escrevi um projeto, não sei nem para onde vai, conheço artistas que todos os anos passam nas vagas, e eu não tenho como competir com eles[...]”. Questionei o licenciado que passou em mais de 16 editais qual era o segredo de conseguir passar com tantos projeto, e ele disse calmamente que tudo é questão de tempo e prática, existem cursos específicos que ajudam a montar seu projeto, mas ele menciona que errou muito para começar a acertar e quando entendeu como funciona ficou tudo mais fácil. Ainda falando sobre renda, duas das entrevistadas tiveram uma gravidez recente ao período da entrevista, relataram terem sido tratadas de forma diferente no trabalho, então fiquei curiosa em saber se a outra professora passou por algo semelhante. A professora A, é uma mulher negra que diz ter conseguido a licença como de direito, mas passou por constrangimentos entre professores e foi ameaçada pela gestão a ser despedida, já a professora B, uma mulher branca, teve sua licença maternidade estendida de acordo com seu direito e diz não ter passado por nenhum constrangimento no trabalho. Contudo observando o ambiente, pude presenciar falas no seu retorno à escola como “não vá engravidar de novo pelo amor de Deus” e “Ah só vou contratar professores homens agora para evitar esses problemas”. Os constrangimentos no mercado de trabalho por causa da maternidade são motivo de queixa para mais da metade das mães. Uma pesquisa da Vagas.com aponta que 52% das mães que trabalham dizem ter passado por esse tipo de situação durante a gravidez ou no retorno da licença-maternidade. Entre elas, cerca de 20% relataram terem sido demitidas - apesar de a lei trabalhista vetar demissão sem justa causa durante a gravidez e até 5 meses depois do parto. Outras queixas levantadas pela pesquisa são comentários desagradáveis (especialmente de chefes), subestimação, redução de carga horária e salário e exclusão de projetos por conta da maternidade. Essa informação faz refletir sobre as desigualdades passadas pelos professores em relação ao gênero e raça, e notar que existem poucos professores trans atuando nas escolas, principalmente privadas, no caso desta pesquisa nenhuma pessoa transexual participou. Existe uma professora trans que atua em uma escola pública que não teve como participar dessa pesquisa. Outra comunidade é as pessoas que possuem alguma deficiência, apenas uma egressa que é autista preencheu o formulário, ela não está atuando ativamente na escola, está como auxiliar, então nesse aspecto da diversidade é uma batalha ainda para se garantir a

inclusão no âmbito de trabalho, por isso é de suma importância inserir cotas trans, cotas nos concursos, para termos inclusão na educação, tentar superar essas lacunas sociais atrasadas. A última questão é, como se aplica às aulas das quatro linguagens artísticas em sala de aula ? antes de 2009, o curso era educação artística, no qual era possível investigar as quatro áreas das artes e se especializar em uma delas, posteriormente, os cursos criaram estrutura docente e Projeto pedagógico e seguiram de forma individual, com o objetivo de que cada escola tivesse quatro professores de cada área artística específicas, porém o que acontece é que o professor de dança tem que ministrar aula de todas as linguagens. em entrevista uma egressa expõe sua opinião sobre "[...] conheço professores formados em artes visuais que se recusam a dar aulas de dança deixando turmas sem aquele conhecimento, eu dou aulas de artes visuais porque sei a importância que a arte faz no indivíduo [...]". É possível pagar disciplinas optativas em outro curso para ter uma base e não permitir que aulas sejam isentas de alguma área do conhecimento. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47), nesse trecho que ele cita que ensinar é criar possibilidades de construir conhecimento, se encaixar perfeitamente no ensino artístico, pois eu não preciso que o aluno somente pinte com tal técnica, mas saber que esse formato de arte tem história e tem Cultura, tem relação direta e indireta com eles, e a partir disso a turma mostrar caminhos e outras percepções que dialogem. Por fim, como finalização dessa discussão, é nítido que esse tema do mercado de trabalho em dança precisa ser mais discutido, há muitas lacunas a serem alinhadas e informações passadas de forma indevida, os discentes pensam que não tem mercado e que não irá conseguir emprego, acham que é muito difícil passar no concurso, tanto pela demora de abrir como da quantidade de vagas, e outra questão é as poucas questões de dança na prova, contudo á profissionais com mais de 10 anos de atuação formados no curso de dança. Como resultados parciais, as entrevistas revelaram uma diversidade de áreas de atuação, da docência à produção cultural, demonstrando a abrangência da formação em dança. Foi possível levantar apontamento de desigualdades de gênero, falta de estrutura nas escolas públicas, o interesse em massa do gênero feminino pela dança e também levantar pontos de valorização como o projeto Cajuada Literária, os egressos estão construindo sua renda somente com a área de formação, todos os licenciados que participaram dessa pesquisa não mudaram a área de trabalho.

Conclusão

Concluindo, a escuta atenta às trajetórias, revela o quanto as formações em dança é uma área profissional que produz conhecimento, constrói sujeitos sensíveis, críticos e atuantes em diferentes contextos sociais e culturais. Foi evidente que, embora ainda existam desafios, os egressos têm conseguido construir percursos sólidos, sustentáveis e coerentes com os princípios formativos da licenciatura. A diversidade de atuações, a capacidade de dialogar com diferentes públicos e corpos, e o compromisso com uma dança inclusiva e crítica, mostram o impacto positivo que a formação tem gerado. Por fim, é notavelmente relevante pesquisas que olhem para os egressos como fontes de conhecimento vivo e como indicadores das potências da formação em dança.

Referências

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Dança. Natal: UFRN, [2017].
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
BAND JORNALISMO. Falta de estrutura nas pré-escolas do país prejudica o ensino. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://youtu.be/JlnsEgN1WMM>. Acesso em: 10 ago. 2025.
LASZLO, Cora Miller. Outros caminhos da dança: técnica Klauss Vianna para adolescentes e para adolecer. Prefácio de Angel Vianna. São Paulo: Summus, 2013.
G1. Pesquisa mostra que 30% das mulheres deixam trabalho por causa dos filhos; homens são 7%. 10 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/05/10/pesquisa-mostra-que-30percent-das-mulheres-deixam-trabalho-por-causa-dos-filhos-homens-sao-7percent.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Apêndice

Semana de Recepção do Curso de Dança 2025.1 - Roda com os egressos
https://youtu.be/NgwGuXNcnvc?si=L_tp5TqUFYesOWG7

Vídeo Compilado das entrevistas

https://youtu.be/KCtEY_xF6v0?si=8BZ13jLh9-W0z-f5

CÓDIGO: HS1608

AUTOR: ANTONIO SAMUEL DA SILVA SOUZA

ORIENTADOR: ILANA LEMOS DE PAIVA

TÍTULO: O PAPEL DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL

Resumo

A socioeducação brasileira, consolidada a partir do Estatuto da Criança e do adolescente (1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), esta imersa em um campo de tensões entre práticas protetivas aos jovens e uma herança punitivista herdada do sistema penitenciário. Nesse cenário, expressões artísticas ganham um espaço no trabalho com os jovens em medidas socioeducativas, agindo como um instrumento de mediação simbólica com capacidade de construir e desconstruir significados para experiências, ampliando horizontes de possibilidade de ser e também fortalecendo vínculos. Fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky, o presente estudo investiga o uso de arte em unidades de socioeducação. Usando como modelo de estudo a revisão bibliográfica, foram selecionados produções acadêmicas entre 2014 e 2025 que abordaram oficinas usando rap, funk, grafite e outras artes no processo de desenvolvimento dos adolescentes em medidas. Foi visto que tais práticas não estão restritas ao entretenimento, mas atuando como um caminho na construção de identidade e também elaboração de conflitos, sejam eles internos ou externos. Ao ser ancorada ao projeto pedagógico que tenha consistência, podem ampliar repertório simbólico, permitindo ver novos modos de significar o mundo – mas existem barreiras institucionais para isso acontecer. Em síntese, a arte, como linguagem, tem um poder transformador, contanto que políticas públicas e de direitos estejam sendo garantidas.

Palavras-chave: socioeducação; arte; psicologia histórico-cultural; Vygotsky.

TITLE: THE ROLE OF ARTISTIC EXPRESSION IN SOCIO-EDUCATIONAL SETTINGS: INSIGHTS FROM HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY

Abstract

Brazil's socio-educational system, shaped by the Statute of the Child and Adolescent (1990) and the National System of Socio-Educational Services (SINASE), operates within a field of tension between youth protection measures and a punitive legacy inherited from the prison system. Within this context, artistic expressions have emerged as meaningful tools in working with adolescents under socio-educational measures. They function as forms of symbolic mediation, capable of constructing and deconstructing life experiences, expanding horizons of possibility, and strengthening social bonds. Drawing on Lev Vygotsky's Historical-Cultural Psychology, this study examines the role of art in socio-educational institutions. Through a bibliographic review, academic works published between 2014 and 2025 were analyzed, focusing on workshops that incorporated rap, funk, graffiti, and other art forms into the developmental process of adolescents in these settings. Findings suggest that such practices extend far beyond entertainment: they foster identity construction and help adolescents process both internal and external conflicts. When integrated into a consistent pedagogical project, artistic practices can enrich symbolic repertoires and open new ways of making sense of the world—though institutional barriers often limit their potential. Ultimately, art as a form of language holds transformative power, provided that public policies and the guarantee of rights are upheld.

Keywords: socio-education system; art; cultural-historical psychology; Vygotsky.

Introdução

A socioeducação no Brasil consolidou-se a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em uma busca pela garantia de direitos do público infantojuvenil e não se prendendo apenas a uma responsabilização sobre os atos cometidos, mas reconhecendo todas as vulnerabilidades sociais, permeadas pelas desigualdades que mantêm ausência de oportunidades e é um aspecto constante nas realidades vividas – demandando ações que voltadas a expandir horizontes diante dessa vivência excludente e violenta. Esses princípios entram em conflito com ideias herdadas do sistema penitenciário, reforçando uma lógica punitivista na atuação, associando o jovem com a criminalidade e enfatizando a dimensão corretiva das medidas (Bonatto & Fonseca, 2020).

É entre frestas desse emaranhado de discussões que a arte emerge como uma alternativa de potencial transformador, para além da ideia lúdica de seu uso. Adquire, a partir da perspectiva histórico-cultural, de Lev Vygotsky, um papel de instrumento simbólico de ressignificação da experiência social a partir da importância da criação estética, do imaginário e da linguagem como fatores fundamentais no desenvolvimento humano. É por meio do exercício dessa prática que novos arranjos sobre o funcionamento do mundo podem se expandir, ampliando a noção de pertencimento, identidade e o repertório de expressões que agem como elo do indivíduo com os contextos que está inserido – como uma unidade, mobilizando emoções, sentidos e todos os processos simbólicos, sejam eles internos ou externos (Zanelato & Urt, 2021; Marcon, 2020). Os adolescentes em situação

de vulnerabilidade podem, através do contato com as mais variadas expressões artísticas, acessar diferentes modos de significar o mundo e eles mesmos – evidenciando o potencial de junção das dimensões da vida subjetiva, coletiva ou social, nesse delicado processo educativo.

Em oficinas realizadas com jovens, em estudos empíricos dentro de programas socioeducativos, observou-se que o uso da cultura do rap, do funk ou o grafite foram fundamentais para gerar uma proximidade ao ponto de romper a barreira institucional que permeia a realidade dos programas (dos Santos, 2016; Santos et al., 2020; Rodrigues et al., 2021). Por mais que seja um ambiente que já carrega consigo um caráter opressor, ao estabelecer dispositivos que dialogam com a realidade dos indivíduos, principalmente com a possibilidade comunicativa sobre suas experiências de exclusão, de dor, esperança, injustiça e também de resistência, abre espaço para uma elaboração e reelaboração simbólica sobre o vivido (Santos & Leite, 2017; Mayer et al., 2019). A partir dessas experiências, também encontramos pontos de singularidade entre os jovens e servindo como fortalecimento de uma cultura coletiva mais ampla.

Este estudo pretende compreender a socioeducação à luz da Psicologia Histórico-Cultural, com ênfase nas diferentes expressões artísticas e em seus impactos e contribuições nas experiências de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, centrada na análise crítica de produções acadêmicas que articulam arte, socioeducação e Psicologia Histórico-Cultural, buscando identificar contribuições teóricas e empíricas que ofereçam subsídios consistentes para a compreensão do tema. A escolha metodológica orienta-se a partir do objetivo do estudo: uma compreensão acerca do uso de expressões artísticas, principalmente aquelas que os jovens têm mais proximidade e maior grau de identificação, podendo ser rap, fotografia, grafite ou outros modos de subjetivação da arte, como instrumentos que buscam as potencialidades dos indivíduos em cumprimento de medidas socioeducativas, à luz da teoria histórico-cultural de Vygotsky. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica que busca identificar e analisar dados empíricos presentes na produção acadêmica já existente, almejando analisar a aplicabilidade, as estratégias metodológicas e os resultados obtidos a partir da fundamentação teórica da psicologia histórico-cultural (PHC), organizando as informações criticamente analisadas.

Os critérios de inclusão foram: apenas estudos empíricos, sejam eles qualitativos, quantitativos ou mistos, assim como relatos de experiências que trabalham com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no contexto brasileiro e possíveis articulações com práticas artísticas. Outro filtro adicionado foi o uso da perspectiva histórico-cultural para orientar a aplicação dessas práticas, sejam de maneira direta ou que se aproximasse das premissas teóricas de Vygotsky, mesmo que de forma indireta. Além disso, com o intuito de garantir maior atualidade à revisão, foi delimitado um período de 2014-2025 nos estudos selecionados. O capítulo 2.1 do livro Aspectos do Direito, da Educação e da Gestão no SINASE: Formação Continuada de socioeducadores

(UFMS, 2014), serviu como base para uma reflexão inicial sobre a temática, ao comentar sobre a imaginação e criatividade como expoentes do desenvolvimento psicossocial no contexto da socioeducação, trazendo a inserção da arte, quando planejada teoricamente para esse fim, como instrumento potente de mudanças. Então, buscando atingir esse potencial transformador, foi excluído uso da arte como “atividade recreativa” e sem uma fundamentação teórica consistente.

Para o rastreamento dos artigos foram utilizadas o seguinte conjunto de palavras de palavras-chave: “Socioeducação”, “Sistema Socioeducativo”, “Arte”, “Expressão artística”, “Psicologia Histórico-Cultural”, “Vygotsky”.

A busca foi realizada nas seguintes bases e repositórios: SciELO, PePsic, Google Acadêmico, periódicos da CAPES e repositórios de universidades federais (UFRN, UFMG, UFPE, UFRJ, UFC e UFBA).

Após a leitura exploratória dos textos selecionados e a exclusão dos que não atenderam os requisitos, foi realizada a leitura analítica das discussões centrais levantadas pelos autores. Isso permitiu estabelecer dois eixos temáticos principais que nortearam as discussões: (1) estética, arte e imaginação como mediadores simbólicos no desenvolvimento humano e (2) a arte como instrumento capaz de reelaborar experiências vividas e também construir novas ideias sobre o mundo no contexto socioeducativo.

Isso possibilita a construção de um amplo panorama sobre o sistema, desde suas tensões, pontos de singularidades ou lacunas que ainda dificultam uma aplicação da arte como esse agente de transformação. Na perspectiva histórico-cultural, torna-se indispensável um alinhamento preciso entre a reflexão teórica e a construção conceitual de ferramentas e sua aplicabilidade, buscando desvelar complicações presentes em sua própria aplicação – buscando tornar mais compreensível. Assim, o estudo não se restringe à mera busca e análise bibliográfica, mas propõe uma interpretação crítica que atribui sentido ao objeto investigado.

No total, foram visitados entorno de 30 produções acadêmicas, entre artigos, teses e dissertações, assim como capítulos de alguns livros. Contudo, apenas 9 estudos se encaixaram nos critérios preestabelecidos.

Resultados e Discussões

As evidências levantadas pela análise dos estudos criam um ponto de partida impossível de ignorar: a presença da arte como linguagem na socioeducação tem a capacidade de reconfigurar o que está posto na realidade, podendo alterar a relação entre os adolescentes, instituição e o mundo que os rodeia. Indo além da ocupação de tempo como atividades meramente prazerosas, mas atuando simbolicamente como mediador e reposicionando o jovem como criador e também um sujeito capaz de exercer a palavra. Em outros termos, a atividade criadora consegue deslocar o foco na atuação das medidas – que normalmente carregam consigo o controle como base – (Barroco & Superti, 2014; Zanelato & Urt, 2021). Esses signos artísticos passam a atuar como uma ferramenta psicológica, fazendo com que os jovens tenham seus repertórios de

expressão, sejam abstratas ou em uma expressão mais direta, e, com isso, tecer outros meios de interlocução com seus iguais, a instituição e também os profissionais que atuam naquele espaço.

Essa tendência torna-se ainda mais evidente nas experiências relatadas em oficinas que exploraram manifestações como rap, funk e poesia. Contudo, sua própria inserção dentro do ambiente socioeducativo é rodeada de preconceito, pois, em muitos dos textos analisados, é relatado a realidade dura que um contingente da população que está à margem da sociedade enfrenta – dito como um conteúdo perigoso para se entrar em um ambiente de “educação”. Essas produções normalmente elaboram cicatrizes, ou feridas ainda abertas, marcadas por trajetórias violentas, não raro inseridas no meio do tráfico ou outros delitos. Nas letras produzidas em oficinas, é possível observar a elaboração de casos semelhantes, passando daquela realidade bruta a qual foi vivida, com violência, perdas e cheias de injustiças, para o vivido simbolizado, em que todo o conflito, ou pelo menos parte dele, ganha campo para correr livremente através da poesia presente nas rimas, na métrica e nas metáforas que estão no RAP. A passagem entre esses planos, segundo Barroco e Superti (2014), é justamente o que na Psicologia Histórico-Cultural acaba sendo chamado de conversão de afetos em signos, usando da linguagem para reorganizar – operação das funções psicológicas superiores (Barroco & Superti, 2014). Estudos realizados dentro de unidades socioeducativas, incluindo o processo de escrita e apresentação ao público, não é apenas uma estratégia para abrir a possibilidade de escuta ao que está silenciado naquele ambiente, mas servindo para organizar a autopercepção do jovem, fazendo refletir sobre seu lugar e também o coletivo em que vive. Abaixo, é possível observar um trecho no relato de um próprio adolescente sobre isso:

Quando você escuta as letras e vê ali... É tipo um conselho, ali você escutando um RAP. Tipo assim, ele fala na convivência que já viveu, e no mesmo momento, fortalecendo você a não se envolver, dizendo o que é o crime, dizendo os prejuízos se você continuar, se você permanecer... Ali, quando você escuta, você já vê, você para e pensa “É mesmo, oh, enquanto tem filho de rico que tá ali gastando dinheiro, rindo, e outro ali tá chorando”. Porque ele fala a realidade que a gente tá vivendo hoje, fala que ele tá presenciando na realidade o que a gente vive hoje (Kmila). (Santos et al., 2020, p. 85)

O microfone, as letras, as caixas de som soando a música e as gravações não são meros adereços para performar algo: são realidades culturais que atuam como agente direto, expresso pela arte, na modulação de memória, atenção, autorregulação e argumentação sobre seus anseios e desejos.

Outra expressão artística encontrada nos estudos sobre socioeducação, foi o uso do grafite, levantando um tópico pertinente sobre a modificação do espaço físico em duas camadas que se entrelaçam profundamente. No primeiro plano, o ato de se escrever no muro institucional opera, de um modo subjetivo, na inscrição da existência do jovem naquele espaço, semelhante a uma marca histórica de si. No plano social, o gesto age como uma enunciação compartilhada da disputa simbólica que as marcas de contenção deixam nas mesmas paredes. Essa margem mostra que o grafite altera a própria geografia das instalações por meio da expressão visual – o lugar que antes era uma parede-barreira, torna-se uma tela a ser escrita e o silêncio e histórias de violência guardadas naquelas paredes, ganham outra cor (Mayer et al., 2019; Rodrigues et al., 2021). Ao produzir, os adolescentes estabelecem uma relação de extensão com o espaço físico das instituições e

com sua própria história, configurando o real. O que ajuda a entender relatos sobre esperança e o senso de pertencimento dos jovens.

Entretanto, para que esses efeitos possam acontecer, essas práticas não devem vir no vazio de teorias ou projetos. É essencial haver um projeto pedagógico bem definido sobre a arte nesse meio, além de condições para acontecer mediações. As literaturas revisadas apontam tópicos principais para não serem ignorados: primeiro ponto é a construção colaborativa dos objetivos e os procedimentos metodológicos a serem seguidos, incluindo todas da unidade para terem noção do que irá acontecer e também os adolescentes em cumprimento de medida – não ignorando os repertórios que eles já possuem; o segundo ponto é a ideia de continuidade do projeto, pois o desenvolvimento simbólico não acontecerá a partir de oficinas esporádicas e desconectadas entre si; e o último ponto é uma escuta estética sobre o que está sendo produzido, a partir de uma referência cultural para que tudo que esteja sendo produzido não caia na redundância de “desabafos”, mas como informações indispensáveis sobre o andamento do projeto (Zanelato & Urt, 2021; UFMS, 2014). No momento que essas condições convergem, o uso da arte atinge o patamar onde todos envolvidos no projeto irão atuar de maneira coletiva no desenvolvimento dos jovens, auxiliando cada um a sair do plano individual e relacionar-se com o coletivo, podendo adquirir mais referências e experiências em seu modo de viver e ver o mundo.

Os textos também são explícitos em relação aos freios institucionais, os quais costumam operar de maneira contrária ao preestabelecido pelo ECA e SINASE. Um dos maiores, que atravessa do sistema socioeducativo, é o viés punitivista herdado do sistema penitenciário que adota um modelo de funcionamento correcional – buscando “corrigir” e punir os infratores. Isso se manifesta em como a entrada da arte é tratada, geralmente podendo ao máximo quaisquer críticas que envolvem denunciam de racismo, violência policial e outros esquemas de violação de direitos – tolerando apenas prática dóceis ao sistema. Em letras de RAP, por exemplo, tais denúncias são uma presença constante, então esse filtro acaba esvaziando a força de impacto que essa expressão poderia ter, rebaixando a uma válvula de escape. Isso é mais do que uma simples censura de conteúdo, trata-se de um mecanismo que visa suprimir o controle e acesso simbólico para aquele público: ele pode até se expressar, mas dentro dos limites institucionais estabelecidos pelos agentes, evitando reflexões e críticas ao próprio sistema, fazendo com que a arte, nesse contexto, adquira uma face de pacificação e não como um instrumento de ampliação das possibilidades de signos. Esse punitivismo “silencioso”, em que retira sutilmente as potencialidades de mudanças, a possibilidade de dizer, deixa evidente o quão tensionado a rede de socioeducação brasileira opera sob o espectro do sistema penal brasileiro (Bonatto & Fonseca, 2020).

Além disso, existem os freios estruturais entre instituições; como projetos com editais para escrever, dificuldades de articulação de estágios e parcerias externas, orçamento comprometido, descontinuação de vínculos e outras questões que dificultam a possibilidade de um projeto contínuo e bem articulado. Por mais que, socialmente, haja uma noção da importância de arte em espaços da educação, não possuem domínio completo sobre teorias, ferramentas e muito menos recursos para implementar de maneira eficaz. Por conta dessas dificuldades, o uso de expressões artísticas não consegue atingir seu pleno potencial pedagógico. Dito de outro modo: a arte só realiza sua potência se houver um forte apoio institucional que reconheça sua legitimidade como direito (ECA)

e como eixo formativo (SINASE), fornecendo orçamento para implementação. O capítulo 2.1 do material formativo do SINASE (UFMS, 2014), produzido por Paes, aponta a imaginação como alavanca pedagógica, não como uma forma de fugir da realidade, mas processo que rearticula o vivido e projetar o possível. As produções acadêmicas analisadas evidenciam essa confirmação: ao convocar a imaginação, é possível ver novos papéis, junto a mudanças de vínculos e organizações de conflitos. Se for censurada ou tratada apenas como uma “ajuda”, a arte torna-se algo sem a densidade de transformação.

E para haver transformação, os conteúdos necessitam carregar uma carga simbólica para o indivíduo. Escolhas como o Rap, funk e grafite não são por acaso, pois se tratam de uma linguagem nascida e cultivada, ao longo do tempo, em periferias, até ganhar outros espaços – ou invadi-los. Os estudos mostram que, ao escolher expressões artísticas que estejam próximas das realidades que eles vivem, os adolescentes não precisam ignorar e assumir outra persona, deixando parte de si no lado de fora para aprender. Muito pelo contrário: é por meio desse senso de pertencimento que novos signos podem ser incluídos em suas noções de mundo. Esse cuidado com a origem diz respeito à ideia de que toda função superior, os processos mais complexos – memória, consciência, abstração e demais aspectos –, tem uma origem sociocultural antes de serem internalizadas (Barroco & Superti, 2014). Tornando-se indispensável a complexificação e abordagem de temas como racismo, violência e polícia, tendo em vista que a questão étnico-racial e territorial está fundamentalmente entrelaçada na realidade dos adolescentes que estão em medidas socioeducativas (Mayer, Brum & dos Santos, 2019; Rodrigues et al, 2021).

Ainda buscando romper com a ideia de que existe uma separação entre o mundo dentro da instituição e o mundo de fora, a exposição cultural de obras se mostra como um fator de sustentação ao longo do processo socioeducativo, principalmente ao trazer a comunidade e família para próximo – buscando quebrar o estigma social imposto sobre os jovens. Apresentações públicas, murais de grafite em áreas expostas para a cidade, presença em festivais culturais são modos de construir pontos de retorno ao território a qual pertencem. Esse movimento figura, de maneira nítida, o quanto a relação é a base do desenvolvimento, abraçando o mundo para si e expondo-se ao mundo, sempre em unidade, nunca separado. Em tese, se existe a possibilidade da arte construir novas posições subjetivas no desenvolvimento, é quando acontece a interação por meio da circulação social que essas produções se confirmam e estabilizam – impactando na validação simbólica da autoria (Santos & Leite, 2017; Santos, Alberto & Muniz, 2020).

Importante discutir os riscos que essa implementação carrega. Há sempre uma vontade de usar esse conteúdo artístico como uma grande panaceia: “faz uma oficina de música que resolve”, “chama o professor de grafite e faz um mural”. Contudo, nenhuma dessas práticas devem substituir as lutas por políticas públicas que dêem melhores condições de vida, sejam elas através das condições dignas no cumprimento das medidas ou de renda, moradia, saúde mental, escolarização e trabalho. Nenhuma técnica que busca produzir mediações para elaborar o que é vivido e projetar os desejos serve para substituir o questionamento sobre a norma social e o funcionamento da estrutura que está presente no dia a dia, marcada por mais e mais jovens entrando em contato, seja ela direto ou indireto, com a criminalidade. Esses mesmos jovens em contextos sociais totalmente precarizados, sem suporte do estado, a não ser presença da força punitiva que chega em áreas periféricas, tendo em vista que a maioria das pessoas em medidas socioeducativas são negros estruturalmente marginalizados e criminalizados pela sociedade – carregando

antes de seu nome e sua história, a cor (Lúcio, 2018). No instante que esses projetos artísticos são planejados para “acalmar” a instituição sem que haja mudança ou sequer um questionamento sobre a estrutura, eles adotam uma posição de amortecedor de danos, um verniz sob os reais problemas, reproduzindo o status quo. Por isso, o planejamento das ações precisa necessariamente de uma articulação entre questões socioculturais, de saúde, bem-estar e também envolvendo educação e a busca pela construção de uma rede comunitária no território, caso o objetivo não seja transformar o trabalho com a linguagem em uma simples decoração.

Conclusão

O conjunto de achados na produção acadêmica traz uma complexidade teórica e margem para uma discussão ampla sobre o modo de funcionamento real que as unidades seguem e as possibilidades de atuação dentro desse campo, principalmente ao colocar expressões estéticas como expoentes nos processos de medidas socioeducativas. É um recurso de capacidade formativa potente, carregando consigo chances de ampliar o desenvolvimento subjetivo, social e também cultural dos jovens, construindo uma rede que visa romper com lógicas impostas. Ao longo das leituras, confirmou-se que experiências com modelos diferentes de arte, seja o rap, o teatro, o grafite ou outros estilos, vão além de ocupar o tempo e “distrair a mente”, ocupa um espaço simbólico para criar outras significações em suas ideias, abrindo caminho para uma elaboração de conflitos internos e externos, além da expressão de sentimentos e a construção de novas trajetórias para o futuro.

Essas ideias partem da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, refletindo sobre a imaginação e criatividade, associado a arte, como uma força motriz no desenvolvimento humano. Nesse sentido, as práticas artísticas se revelam como um instrumento de humanização, oferecendo ao jovem uma oportunidade de ver a si para além do título e condição de infrator, sendo possível resgatar do rótulo que é imposto ao jovem periférico. Para que esses objetivos sejam concretizados, os resultados indicaram que o uso da cultural próximo a realidades dos adolescentes, como o rap, grafite, funk e outras expressões de seus cotidianos são fundamentais. Essa estratégia possibilita que aconteça o enlaçamento coletivo entre os jovens, criando um senso de pertencimento a comunidade, partilhando dores, experiências e esperanças.

Contudo, apresentou uma fragilidade estrutural em muitas da unidade de socioeducação, atravessando todos os campos da instituição: as próprias questões orçamentárias que inviabiliza a contratação de profissionais e a efetuação da compra de matérias para ser realizado as oficinas de maneira consistentes; resistências dos profissionais que ainda se prendem a lógica punitivista, criando uma resistência na arte como um eixo mais centralizada nas experiências dos jovens em medidas socioeducativas. Isso aponta a urgência de investimento e políticas públicas consistentes que garantam condições de trabalho adequada, valorizando práticas culturais no cotidiano das instituições, para os jovens e os profissionais.

Em síntese, a partir do estudo, conclui-se que a arte, ao ser utilizada no contexto da socioeducação, deve adquirir um caráter central no desenvolvimento pedagógico na

instituição. Ao ser articulada com ética e política, a estéticas artísticas possibilita não apenas sonhar com outros mundos e ficar preso apenas na imaginação, mas também experimentar, no presente em que se encontra, formas humanas de se expressar, sentir e relacionar consigo e o outro.

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Barroco, S. M. S., & Superti, T. (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 22–31.
- Bonatto, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, 1–17.
- Lúcio, N. F. (2018). Punição e criminalização da pobreza: uma análise das violações de direitos sofridas por adolescentes em privação de liberdade.
- Marcon, A. M. (2020). Imaginação e criação na infância. *Revista Espaço Pedagógico*, 27(2), 576–580.
- Mayer, A. S., Brum, L. M., & dos Santos, S. S. (2019). A (in)visibilidade do graffiti e da pichação: subjetivando juventudes? *Revista Subjetividades*, 19(1), e8845.
- Padovani, A. S., & Ristum, M. (2016). Significados construídos acerca das instituições socioeducativas: Entre o imaginado e o vivido. *Psico-USF*, 21(3), 609–622.
- Pereira, A. D. S. F., & de Souza, C. F. (2025). As medidas socioeducativas e a cultura como eixo pedagógico: Um estudo sobre o estado da arte. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, 11(2), 85–108.
- Rodrigues, C. R. C., Garcez, A., de Brito, R. D. V. A., Giacomozzi, A. I., & Santa Rosa, T. R. (2021). Transformando muros: graffiti com adolescentes em privação de liberdade. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(1 supl), 63–87.
- Santos, A. C. S. D., Alberto, M. D. F. P., & Muniz, A. S. (2020). Possibilidades e potencialidades do rap para adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(1), 80-90.
- Santos, H. S. (2016). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, 7(2).
- Santos, M. D., & Leite, T. P. (2017). O rap é uma coisa que conecta, tá ligado?!: Ressignificando contextos de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE)*, 12(1), 1–12.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (2014). Aspectos do direito, da educação e da gestão no SINASE: Formação continuada de socioeducadores. UFMS. (Cap. 2.1).

Zanelato, E., & Urt, S. D. C. (2021). A atividade pedagógica para adolescentes: contribuições da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 26, e45690.

CÓDIGO: HS1622

AUTOR: AMANDA BIATRIZ SILVA BERNARDINO

ORIENTADOR: ANNA BARBARA ARAUJO TALONE

TÍTULO: Divisão do Trabalho Doméstico e de Cuidados: valores e práticas cotidianas em perspectiva comparadas e realidades singulares no bairro de Ponta Negra (Natal/RN)

Resumo

Este relatório de pesquisa tem por objetivo apresentar as atividades de iniciação científica da pesquisa intitulada: “Famílias, Trabalho e Cuidado em perspectiva comparada e realidades singulares” realizadas no período de agosto de 2024 á agosto de 2025. Esta pesquisa faz parte de um projeto desenvolvido em rede em quatro cidades do Brasil: Natal (RN), João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ) e Santa Maria (RS), em cada uma dessas cidades foi escolhido como locus de pesquisa um bairro que englobe famílias com características socioeconômicas diversas. Em Natal (RN), o bairro escolhido foi Ponta Negra, localizado na zona sul da cidade. A pesquisa prevê a observação de equipamentos de cuidados. Este plano de trabalho em específico envolveu revisão bibliográfica, diário de campo, observação participante em dois equipamentos de cuidado localizados no bairro: O Centro de Referência em Assistência Social e um projeto social voltado para crianças em vulnerabilidade social, além da aplicação de doze entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos sugerem um novo perfil das famílias encontradas (incluindo casais sem filhos e domicílios) e, especialmente nestes perfis verificou-se uma narrativa sobre a necessidade de maior redistribuição das tarefas domésticas e de cuidado para os demais membros da família, não centrando essas atividades apenas na figura da mulher e da mãe.

Palavras-chave: Famílias. Trabalho doméstico. Cuidado. Entrevista. Ponta Negra.

TITLE: Division of Domestic and Care Work: Everyday Values and Practices in Comparative Perspectives and Singular Realities in Ponta Negra (Natal/RN)

Abstract

This research report aims to present the activities of the undergraduate research project entitled “Families, Work, and Care in Comparative Perspective and Singular Realities”, carried out between August 2024 and August 2025. The study is part of a collaborative

network project developed in four Brazilian cities: Natal (RN), João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ), and Santa Maria (RS). In each of these cities, a neighborhood encompassing families with diverse socioeconomic characteristics was selected as the research locus. In Natal (RN), the chosen neighborhood was Ponta Negra, located in the southern zone of the city. The research design includes the observation of care facilities. This specific work plan involved a literature review, field diary, and participant observation in two care facilities located in the neighborhood: the Social Assistance Reference Center and a social project targeting children in situations of social vulnerability. In addition, twelve semi-structured interviews were conducted. The findings suggest the emergence of a new family profile (including childless couples and single-person households). Particularly within these profiles, a recurring narrative emphasized the need for a broader redistribution of domestic and care tasks among family members, rather than concentrating such responsibilities solely on women and mothers.

Keywords: Families. Domestic work. Care. Interview. Ponta Negra.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades de pesquisa desenvolvidas ao longo do período de 2024/2025 do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “Famílias, Trabalho e Cuidado em Perspectivas Comparadas e Realidades Singulares”. O projeto visa compreender como são estabelecidas as relações, valores, crenças, convicções e opiniões acerca dos papéis de gênero, divisão do trabalho doméstico e de cuidados. Este projeto ocorre em outras três outras cidades do Brasil além de Natal (RN), a saber as cidades são: João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ) e Santa Maria (RS). Em cada uma dessas cidades foi escolhido um bairro com características socioeconômicas distintas, onde fosse possível identificar diferentes classes sociais, em Natal (RN), o bairro escolhido foi o bairro de Ponta Negra, localizado na região sul da cidade., pois ele apresenta o conjunto de variabilidade de características que são requisitos para a realização da pesquisa, tais como: variação socioeconômica e de perfil familiar num mesmo bairro.

A pesquisa busca investigar valores, atitudes e práticas relacionadas aos papéis de gênero e à divisão do trabalho doméstico e de cuidados, compreendendo as dimensões simbólicas como crenças, convicções e opiniões, bem como às dimensões materiais como práticas cotidianas de organização e execução dessas tarefas. Enquanto o eixo quantitativo, baseado em survey, possibilita uma leitura ampliada dos padrões sociais, o eixo qualitativo, ao qual este relatório se vincula, tem como objetivo aprofundar a análise das práticas e dinâmicas do trabalho doméstico e de cuidados que não são captadas por meio de instrumentos estatísticos.

O trabalho de campo teve como foco compreender a distribuição das tarefas domésticas e de cuidados remuneradas, não remuneradas, realizadas por obrigação, favor ou ajuda (Guimarães, 2019) com as famílias entrevistadas, buscando compreender como ocorre a gestão do tempo dedicado ao cuidado - se há ou não divisão das tarefas domésticas e de cuidado - e quais mudanças e permanências estão presentes nas famílias.

A pesquisa se propõe a responder, assim, se e como as transformações sociais recentes no Brasil repercutiram nas práticas e percepções sobre o trabalho doméstico e de cuidados, com especial atenção para as mulheres e seus deslocamentos dentro e fora da localidade.

Desta forma, este relatório tem como finalidade apresentar o processo de inserção no campo em Natal, detalhar as escolhas metodológicas realizadas e descrever as primeiras etapas de observação e coleta de dados. Busca, portanto, oferecer um panorama inicial da experiência empírica no bairro de Ponta Negra, destacando os desafios, potencialidades e caminhos que se abrem para a continuidade da pesquisa qualitativa no âmbito do projeto.

Metodologia

Inicialmente o método utilizado para essa pesquisa foi uma revisão bibliográfica acerca dos temas trabalho doméstico, de cuidados e metodologia científica para que se pudesse compreender os rumos a serem seguidos no campo empírico, compreender não no sentido de prever o que seria encontrado, mas no sentido de delinear quem seriam os possíveis interlocutores, quais possíveis perguntas fazer, quais as lacunas encontradas entre literatura e o campo, qual rumo seguir inicialmente.

A nossa compreensão acerca do que é campo na pesquisa qualitativa dialoga com os conceitos de Minayo (2012, 2014), que classifica o campo como um recorte espacial que abrange o objeto de investigação em termos teóricos e empíricos. A nossa pesquisa, portanto, tem como campo empírico o bairro de Ponta Negra, localizado na zona sul de Natal e o campo teórico é constituído pela literatura que versa sobre o tema do trabalho doméstico e de cuidados.

Para além da revisão bibliográfica, um outro método que antecede a ida ao campo é o preparo do roteiro de entrevista a ser utilizado em campo, por se tratar de uma pesquisa em rede o questionário é previamente elaborado pelas coordenadoras nacionais do projeto e adaptado para a realidade de cada cidade escolhida. Antes de ser aplicado com as interlocutoras, o questionário passou por uma fase de teste entre os integrantes do Laboratório de Interseccionalidades e Saúde (LIS), grupo de pesquisa coordenado pela Professora Dr^a Anna Barbara Araújo Talone, onde discutimos quais perguntas se encaixavam melhor a realidade de Natal. Após essa rodada teste algumas perguntas foram retiradas, outras adicionadas e algumas modificadas.

Nessa reunião de teste de roteiro foram compartilhadas algumas dicas de como aplicar as entrevistas, do que observar e de quais outras perguntas poderiam ser feitas ao longo da entrevista. Das dicas compartilhadas foram: iniciar com apresentação pessoal, apresentação da pesquisa e do que ela busca compreender em linguagem simples e clara para as interlocutoras, agradecer a disponibilidade e o aceite em participar da pesquisa, entregar a carta convite de participação da pesquisa contendo mais informações

explicativas sobre a pesquisa e o contato da coordenadora em caso de dúvidas, afirmar o sigilo quanto às informações colhidas para criar um sentimento de confiança com as informantes, guiar-se pelo roteiro construído, mas não se prender somente a ele. Todos esses ritos iniciais contribuem para criar um clima leve e descontraído para a entrevista e para a extração de uma maior quantidade de informações obtidas.

E conjunto com as entrevistas é comum que se observe o ambiente e se obtenha dados para além do que está sendo dito pelas interlocutoras como a comunicação não verbal - por exemplo, se a interlocutora apresenta sinais de inquietação ou se enquanto responde a pesquisa ela está prestando atividades de cuidado como: cuidando de algum bebê ou idoso -, se estava realizando alguma atividade doméstica como observando uma panela que pode estar com comida cozinhando no fogo, olhando uma criança, atendendo ao chamado de alguém da casa ou de fora dela.

As entrevistas são um ponto chave desta pesquisa, pois através delas é possível coletar informações sobre o tema proposto diretamente com as interlocutoras e obter informações outras que não são ditas de forma oral, mas por meio de um comportamento, um gesto, um olhar e até mesmo uma respiração mais ofegante, é o que chamamos de linguagem não-verbal. Ou seja, a observação capta tudo aquilo que não é dito, mas pode ser observado pelo pesquisador atento (Minayo, 1996).

Essas informações captadas para além do que é falado, são extraídas pela observação participante. Segundo Minayo (1996), a observação participante consiste na inserção do pesquisador como observador de uma situação social com a finalidade de realizar pesquisa científica, permitindo ao pesquisador uma maior dinamicidade com relação ao objeto de pesquisa.

O tipo de entrevista utilizada nesta pesquisa foram entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas divididas em sete blocos temáticos, onde cada bloco contém no mínimo duas e no máximo seis perguntas onde as interlocutoras tinham a possibilidade de falar sobre o tema proposto sem se prender ao questionamento de forma restrita (Minayo, 2020).

Ao longo da pesquisa foram realizadas doze entrevistas, com famílias de perfil socioeconômico entre classe média e classe popular, todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização das interlocutoras em aparelhos de smartphone das pesquisadoras. Após cada entrevista, foram feitas as transcrições das respostas para um documento word do que foi coletado em campo para uso posterior. Além do questionário físico, a pesquisa contém um questionário online do tipo forms para compreender qual é o perfil socioeconômico do público investigado. Esse questionário foi aplicado ao final de cada entrevista, com a diferenciação de que entre as famílias de classe média a entrevistada respondia de forma autônoma e com as famílias de classe popular o questionário era respondido com a ajuda das pesquisadoras, pois muitas delas não dispunham de aparelho celular com internet, ou o nível de escolarização para responder às questões era insuficiente.

Outra ação de suma importância no pós campo é a escrita do diário de campo, que consiste em um instrumento de pesquisa onde se registra impressões pessoais acerca da pesquisa que está sendo realizada, além disso é um espaço para guardar os principais

acontecimentos no campo, inquietações pessoais, ideias, reflexões, dificuldades encontradas, questionamentos e outros sentimentos para análise posterior do pesquisador, bem como para acompanhamento da evolução da pesquisa. De acordo com Kroef, Gavillon e Ramm (2020), o diário consiste numa modalidade de registro que descreve os procedimentos de estudo, o desenvolvimento das atividades realizadas e possíveis alterações que podem ser feitas ao longo da pesquisa.

Resultados e Discussões

Quanto aos resultados e a discussão, eles se tornam mais viáveis devido ao trabalho de campo e a aplicação das entrevistas com perguntas divididas em blocos temáticos de modo a captar informações que se pretendia. Neste relatório, optei por analisar com mais afinco apenas uma das doze entrevistas realizadas, visto que, a partir dela é possível aglutinar os resultados obtidos a partir das demais entrevistas feitas.

Por se tratar de de uma pesquisa qualitativa, que se propõe a compreender valores, crenças, motivações e significados (Minayo, 1996). E que no caso desta pesquisa em específico busca compreender como se dá a distribuição das tarefas domésticas e de cuidados entre membros e não membros das famílias, seja de forma remunerada ou não, podendo ser a forma não remunerada compreendida como favor, ajuda ou obrigação, dentro do que Nadya Guimarães (2019) denomina como circuitos do cuidado.

Até o estágio atual da pesquisa, foram realizadas doze entrevistas, sendo onze delas, com interlocutoras mulheres e apenas uma com homem, por esse motivo escolhemos neste texto nos referir às interlocutoras no gênero feminino e utilizar interlocutor apenas quando nos referimos à entrevista feita com o homem, se for o caso. O recorte espacial desta pesquisa é o bairro de Ponta Negra, localizado na zona sul de Natal, a escolha deste bairro específico se dá pela presença de um conjunto de características socioeconômicas e de famílias que possuem as premissas necessárias para a realização da pesquisa, isto é, variação socioeconômica relevante no mesmo bairro (Bernardino; Monteiro, 2025). A orientação primordial é que as entrevistadas aconteçam preferencialmente na casa das pessoas que se propõem a responder o questionário, para que assim seja possível também observar as dinâmicas de cuidado dessas famílias.

Para além dos critérios de características socioeconômicas e de variação quanto ao perfil das famílias, buscamos compreender por meio do questionário aplicado, como as famílias entrevistadas lidam com mudanças e permanências geracionais quanto à realização de tarefas domésticas e de cuidado; como se dá o acesso a equipamentos de cuidado, sejam eles da rede pública ou privada; se existe uma divisão de tarefas dentro da casa; como se dá a rotina e a caracterização do domicílio; e quais as mudanças trazidas pela pandemia.

Compreender o que se entende por cuidado é de suma importância para os desdobramentos desta pesquisa. O conceito de cuidado vem passando por uma ampliação quanto à categoria de profissionais que são considerados como profissionais do cuidado, essa ampliação tem ganhado força sobretudo após a pandemia de covid-19. Hirata (2022), no livro “O cuidado: teorias e práticas” aponta que refletir sobre a extensão desse conceito é importante para pensar o cuidado como profissão e para determinar quais são as profissões do cuidado. Com isso, na compreensão da autora,

profissionais como: recepcionistas, acompanhantes, manicures, cabeleireiros, profissionais qualificados como enfermeiras, técnicas de enfermagem e cuidadoras profissionais; empregadas domésticas, caixas, entregadores, trabalhadores dos serviços de limpeza, garis e todos (as) aqueles (as) que realizem trabalho que contribuam para a produção e reprodução da vida, podem ser considerados cuidadores (as). Ainda seguindo a compreensão de Hirata (2022), a extensão da compreensão do que é cuidado é importante para pensar o cuidado como profissão, para determinar quais profissões englobam o cuidado e sobretudo para profissionalização do cuidado.

Conforme Hirata (2022), o cuidado é uma relação social entre quem cuida e quem é cuidado, essa relação é permeada por pessoas do sexo feminino, podendo ser remunerada ou não. No que se refere à remuneração ou a ausência dela, a pesquisadora categoriza o cuidado doméstico como não remunerado e o cuidado profissional, aquele que tem por ofício o ato de cuidar como cuidado remunerado. A partir de entrevistas feitas com pessoas que realizam trabalho de cuidado em países como o Brasil, França e Japão, a autora apresenta diferentes concepções de cuidado a partir das respostas dos seus interlocutores à pergunta “Para você, o que é cuidar?”. As respostas apresentam em comum a ideia de estar atento (a), estar presente e disponível a pessoa de quem se cuida. O estar atento e estar presente nesses casos, envolve também um aspecto emocional que aparece na atividade do cuidado. De acordo Soares (2012), as emoções são corporalizadas e se traduzem em manifestações corporais como palidez, aceleração dos batimentos cardíacos, tremores e outros sinais.

A profissionalização do cuidado e a não remuneração, dialoga com o que Nadya Araújo Guimarães (2019) denomina como circuitos do cuidado, a autora analisa como uma mesma atividade é significada de diferentes formas: cuidado como ajuda, cuidado como profissão e cuidado como obrigação. Nesta pesquisa, as três dimensões do cuidado aparecem, sendo mais recorrentes respectivamente cuidado como obrigação, ajuda e trabalho. Sendo esse último conforme Guimarães (2019), uma atividade profissional que refere-se aos profissionais que se dedicam a cuidar especificamente de bebês, crianças, idosos, pessoas enfermas de forma a garantir condições de higiene pessoal, alimentação, bem-estar, bem como viabilizar acesso a recreação, lazer e educação.

Analisando um dos doze casos pesquisados, o da primeira família entrevistada composta por um casal cis, heterossexual e de classe média me chama atenção em vários aspectos, pois difere das demais famílias em diferentes quesitos. No que diz respeito à dimensão do cuidado como ajuda, esse aspecto é desconsiderado pois, segundo a entrevistada as tarefas da casa para as pessoas que moram nela não devem ser entendidas como ajuda e sim como obrigação, pois por se tratar de um contexto em que as duas dividem a mesma rotina de trabalho, ganham o mesmo valor monetário e partilham do mesmo pensamento de que não deve haver uma sobreposição de tarefas de mulheres com relação a homens. Pois, conforme a interlocutora, é obrigação dos dois realizar tarefas domésticas e de cuidado para com o outro, visto que, ele e ela coabitam no mesmo espaço. Isso fica evidenciado na seguinte fala:

É, a gente... Eu, como mulher, vou dizer que eu tenho muita sorte de ter uma pessoa que não me ajuda, mas que de fato divide tudo comigo. Às vezes, eu confesso que ele faz mais coisas do que eu, mas eu não tenho nenhuma culpa, porque uma

reparaçõzinha histórica não faz mal a ninguém, né? Mas, não conta pra ele. Mas, assim, normalmente é bem isso, assim às vezes um cuida de umas coisas, outro de outras. Quase sempre as coisas são meio fixas. (Entrevistada 1)

A partir dessa declaração podemos inferir que as dimensões de valores e práticas de cuidado e trabalho doméstico das famílias no cotidiano de suas casas, vem passando por um processo de mudança no que diz respeito a inclusão dos homens nos serviços de cuidado e trabalho doméstico e de não mais enxergar o serviço feito por eles como ajuda, e sim como obrigação, visto que, eles enquanto sujeitos dotados de capacidade racional e física assim como as mulheres, também podem ser agentes de cuidado.

Outro aspecto em que essa mesma família difere das demais diz respeito a contar com cuidado profissional de uma trabalhadora que realiza trabalho doméstico remunerado uma vez na semana. Quando questionada sobre como a realização de tarefas mais pesadas ela responde:

[...] mas a gente não faz faxina pesada, a gente tem uma pessoa que vem uma vez por semana ajudar, fazer uma faxina mais completa e durante a semana a gente vai lidando com os afazeres [...], então confesso que eu deixo o trabalho mais pesado pra moça quando ela vem, porque aí ela faz uma faxina mais pesada de limpar janela e tal, mas a gente faz coisinhas, até porque a gente cozinha, faz nossa própria comida né, jantar, almoço quando leva, café da manhã. É mais ou menos assim a rotina. (Entrevistada 1)

Essa fala da interlocutora evidencia como as relações de trabalho doméstico tem mudado no Brasil ao longo do tempo, pois as trabalhadoras domésticas que antes se deslocavam diariamente de suas casas para a casa de uma única família para realizar serviços domésticos, atualmente realiza esse mesmo movimento de sair de suas casas para cuidar de outras famílias, mas agora cada dia em uma casa diferente. A partir disso é possível observar mudanças e permanências quanto ao trabalho doméstico remunerado. Dados produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em pesquisa realizada entre os anos de 2015 a 2024, apontam que houve uma queda do emprego formal de trabalhadoras domésticas de 18,1% quanto à formalidade do vínculo empregatício, uma redução de cerca de 300 mil postos de trabalho.

Dentre os fatores que influenciam nessa mudança de contratação quanto ao número de vezes que as trabalhadoras domésticas vão às casas de outras famílias para prestar serviços, pode estar relacionado com a diminuição de pessoas nas famílias - menor número de filhos - e a aquisição de eletrodomésticos que facilitam o dia a dia como máquina de lavar roupas e louças, aspirador de pó, air fryer que auxilia no preparo de alimentos e bebedouro de refrigerar água - que evita a necessidade de ficar enchendo garrafas constantemente. Mas também, segundo o MTE, essa mudança pode estar relacionada à transformação no mundo do trabalho, que acompanha mudanças estruturais importantes em curso na sociedade brasileira, como o aumento da escolarização e o envelhecimento da população. Por outro lado, desafios históricos ainda permanecem, especialmente no que diz respeito à valorização e proteção social das trabalhadoras domésticas no Brasil (BRASIL, 2025).

Essa família também representa uma nova configuração de família que tem se tornando cada vez mais comum no Brasil nos últimos anos, famílias cada vez menores,

com pouco ou nenhum filho e que ao invés disso optam por adotar animais de estimação, bem como famílias monoparentais, famílias homoafetivas e famílias chefiadas por mães solo (Lima; Ramos, 2023). Isso se dá também pela inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho formal (Araújo; Cano; Picanço, 2021), que já é naturalmente cansativo - seja fisicamente e/ou emocionalmente - como destaca a primeira entrevistada:

[...] porque o trabalho é bem cansativo, né. E principalmente mentalmente, meu trabalho, mais até do que o dele, [...]. Então, demanda muita energia física e psicológica minha. Quando eu chego em casa, eu quero deitar, eu não quero fazer tarefas domésticas. Então, o fato de ter que fazer me demanda muito. Ai, não, eu queria ficar aqui quietinha no meu canto e tal. E aí, isso me cansa, mas, [...] mas eu gostaria de não precisar fazer nada, porque as outras coisas me demandam muito, e aí, o que demanda aqui (apontando para a cabeça), demanda o corpo, né? (entrevistada 1).

No que diz respeito à utilização de equipamentos de cuidado, sobretudo equipamentos de saúde, a família em questão relata que utiliza com mais frequência serviços privados. Diferindo mais uma vez das outras onze famílias entrevistadas, que em sua maioria usam hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBS) públicas para atendimento de saúde e em raras exceções utilizam de serviços privados/pagos. A interlocutora relata que apesar de reconhecer a importância e a qualidade dos equipamentos públicos de saúde critica a demora de atendimento das demandas de saúde. Como alternativa para a demora dos serviços público ela conta que acaba optando por serviços de saúde privados como consultas pagas com profissionais especializados :

A gente não tem plano de saúde no momento, estamos sem. E aí, a gente faz consulta particular, quando precisa. Normalmente, a gente vai, quando é uma coisa mais simples de rotina, a gente vai nessas clínicas, tipo O'Doutor, né? Que é mais em conta. E se for uma coisa mais séria, a gente acaba pagando o preço de uma consulta, por exemplo, a minha mãe veio em julho e passou mal, meus pais também têm a péssima mania de não ter plano de saúde, então a gente foi fazer uma consulta de emergência, foi R\$800,00, numa chibatada só. Então, a gente ainda não passou por isso, mas se for preciso, ainda é assim. A gente ainda não tem plano de saúde (entrevistada 1).

Quanto às respostas do último bloco de perguntas que questiona sobre com quem as interlocutoras aprenderam a realizar atividades domésticas como cozinhar, lavar louças e cuidar da casa, dez das doze respostas apontam que foram a figura materna ou as avós que ensinaram as interlocutoras a cuidar da casa e realizar atividades domésticas domésticas como cozinhar, lavar louças e roupas.

É importante ressaltar que esta pesquisa é construída e desenvolvida em conjunto não só pela rede nacional, mas também em parceria com a colega de pesquisa Emanuela de Souza Monteiro.que esteve comigo várias fases desta pesquisa, seja indo a campo, pensando ou executando novas estratégias de pesquisa, seja apresentando esta pesquisa em eventos acadêmicos (seminários discente do Programa de Pós- Graduação em Antropologia da UFPE e XXII Semana de Antropologia da UFRN), seja escrevendo artigo para a Revista de Estudos e Investigações Antropológicas (REIA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde publicamos um artigo sobre os

desafios metodológicos de acessar e construir um campo utilizando o fuxico como ferramenta de análise de conteúdo.

Dentre as estratégias utilizadas para conseguir chegar até o público almejado - moradores do bairro de Ponta Negra - algumas estratégias de pesquisas foram utilizadas. A primeira delas: pedir a colegas e amigos indicação de conhecidos que morassem em Ponta Negra pedindo que perguntassem se essas pessoas aceitariam participar de uma pesquisa sobre cuidado e trabalho doméstico e caso a resposta fosse positiva, passassem o nosso contato para que pudéssemos trocar mais informações e conseguir agendar uma entrevista.

A amostra inicial sugerida pelas coordenadoras nacionais, era de no mínimo dez famílias em cada cidade e o número máximo se daria ao atingir um nível de saturação e de respostas. O sistema de indicações, nos rendeu algumas entrevistas, mas não o suficiente para conseguir a amostra mínima. Com isso, uma segunda estratégia lançada para oxigenar a pesquisa foi nos aproximar dos equipamentos de cuidado presentes no bairro, sendo eles: creches, escolas, UBS e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O primeiro escolhido foi o CRAS. A aproximação com esse espaço se deu no intuito de angariar novas interlocutoras e de observar as dinâmicas de cuidado de quem era atendido e de quem atendia naquele espaço (Bernardino, Monteiro, 2025).

Essa fase da pesquisa nos aproximou de uma população em condição de extrema vulnerabilidade social e econômica, mas ao mesmo tempo muito receptiva em nos receber em suas casas e em responder às nossas perguntas, diferente do que ocorre entre as pessoas de classe média, a qual até agora apenas duas famílias foram entrevistadas, e que apenas uma delas aceitou nos receber em casa.

A partir da escuta de que a falta de creches é uma grande problemática no bairro e na tentativa de nos aproximar de outros equipamentos de cuidado, um outro caminho de pesquisa percorrido foi o contato com o Projeto AMAR. O projeto surge como uma alternativa à falta de creches no bairro e transformou-se na Escola Educandário Ser de Luz em 2024, a escola visa proporcionar educação integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A escola é mantida por meio de doações de pessoas físicas e ou pessoas jurídicas, além de contar com apoio de voluntários. A escola possui uma ampla estrutura física que conta com uma biblioteca, horta, duas cozinhas, quatro banheiros, sala de tv, pátio, lavanderia, sala de música, estufa, dentre outros espaços onde as crianças têm livre acesso.

Nessa inserção no Projeto AMAR/ Educandário Ser de Luz, busquei me inserir não só como alguém que estava tentando compreender as dinâmicas de cuidado do espaço, mas também como voluntária do projeto. Buscando achar uma atividade em que eu pudesse observar melhor as dinâmicas de cuidado e que eu também pudesse ser agente de cuidado nesse espaço, me voluntariei para em algumas tardes ser contadora de histórias para crianças de cinco a sete anos e poder passar alguns momentos desenvolvendo atividades lúdicas com elas.

Das observações feitas no Educandário Ser de Luz, pode-se denotar que a falta de a falta de creches no bairro de Ponta Negra é um problema evidente, não só constatado pelo incipiente número de vagas nas creches e pela fala das interlocutoras, mas também

pela fala de uma das crianças atendidas pelo projeto ao me confessar que pedia para Deus que a desse uma escola e uma professora.

A partir do que foi exposto ao longo dessa discussão e com o conjunto de dados coletados a partir desta pesquisa por meio das entrevistas e das observações feitas, é possível observar que existem mudanças em curso no que diz respeito a antigas práticas de ausência de divisão de atividades domésticas e de cuidado nos lares das famílias brasileiras e que isso se dá não só pela inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, mas também a partir de uma compreensão de que os homens e as demais pessoas que dividem uma mesma casa também é responsável pelas atividades domésticas e de cuidado e não só a figura feminina no papel ou não de mãe, isso pode ser observado na classe popular e classe média. O que evidencia a compreensão de cuidado para a antropóloga Tatjana Thelen (2015), para quem o cuidado envolve aspectos não só relacionais, mas também aspectos de relações sociais, trabalhistas, monetárias e políticas sendo portanto um processo de reconhecimento da existência da necessidade de cuidado de algo ou alguém.

Outra constatação que pode ser feita é que há cada vez mais um avanço da substituição do Estado como agente e promotor de políticas públicas ao precarizar e até mesmo não promover iniciativas de promoção de cuidado seja no âmbito da saúde ou da educação e um maior avanço das Organizações Não -Governamentais como agente de causas sociais em medidas alternativas à ausência ou a ineficiência do Estado.

Conclusão

Neste trabalho, busquei discutir as metodologias empregadas no trabalho de campo e alguns dos resultados iniciais da pesquisa feita em rede em quatro cidades do Brasil denominada “Famílias, Trabalho Doméstico e Cuidado em Perspectiva Comparada e Realidades Singulares a partir do campo de Natal/RN” analisando o caso da primeira família entrevistada, destacando as similaridades e diferenças com as outras demais onze famílias entrevistadas de um total de doze.

Os resultados apresentados são, portanto, parciais e locais, visto que, a pesquisa ainda não foi finalizada e possui outros desdobramentos a serem feitos como: diversificação do perfil de famílias entrevistadas quanto ao perfil de renda, número de integrantes sobretudo a necessidade de encontrar famílias com crianças típicas e atípicas e idosos que necessitem de cuidados constantes, bem como a necessidade de cartografar socialmente os equipamentos de cuidado do bairro de Ponta Negra (Natal/RN).

Como principais resultados encontrados é possível apontar que há em curso mudanças no que diz respeito quanto ao perfil das novas famílias em formação, famílias cada vez menores, sejam elas com a presença ou ausência de filhos; extinção de antigas práticas de ausência de divisão de atividades domésticas e de cuidado nos lares das famílias brasileiras, seja pela maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, seja a partir de uma compreensão de que os homens e as demais pessoas que dividem uma mesma casa também são responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado; e compreensão

e difusão dos homens como agentes responsáveis pelo cuidado cuidado com a casa e com os membros dela.

Referências

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; CANO, Ignácio. Onde as Desigualdades de Gênero se escondem? Gênero e Divisão do Trabalho Doméstico: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2021.

AZEVEDO, Aina. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. *Áltera - Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 2, jan./ jun. 2016. p. 100-119.

BERNARDINO, Amanda Biatriz Silva; MONTEIRO, Emanuela de Souza. Desafios metodológicos no acesso e construção do campo: reflexões sobre trabalho doméstico, cuidado e família em Ponta Negra (Natal/RN). *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, Recife, v. 11, n. 1, p. 68-83, 2024 [2025].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Estudo inédito aponta queda em 18% do trabalho doméstico nos vínculos formais de 2015 a 2024. Portal do Trabalho e Emprego, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/maio/estudo-inedito-aponta-queda-em-18-do-trabalho-domestico-nos-vinculos-formais-de-2015-a-2024>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 81–117, dez. 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151804. Acesso em: 14 ago. 2025.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 28 ago. 2025.

GUIMARÃES, Nadya A. Os circuitos do cuidado: Reflexões a partir do caso brasileiro. Comunicação ao painel “El trabajo de cuidado: relaciones, significados, derechos. Miradas Latinoamericanas”, 2019 Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Boston, 2019.

HIRATA, H. O cuidado: teoria e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464–480, maio–ago. 2020. Disponível em: PDF. Acesso em: 21 ago. 2025.

LIMA, Célia Fernanda; RAMOS, Eduarda. As tradições perdem espaço quando as famílias se escrevem no plural. Lunetas, 10 maio 2023. Disponível em: <https://lunetas.com.br/tradicoes-perdem-espaco-quando-familias-se-escreve-no-plural/>. Acesso em: 30 ago. 2025

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SOARES, Angelo. As emoções do care. Seminário 11, disciplina "Introdução à Sociologia", USP, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7694391/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%2011%20GRUPO%20L%20-%20Soares%20-%20As%20emoco%20do%20care.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

THELEN, Tatjana. Care as social organization: Creating, maintaining and dissolving significant relations. Anthropological Theory. Vol 15(4);497–515, 2015.

CÓDIGO: HS1643

AUTOR: ÉRIKA THUANNY DA CRUZ ROCHA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Movimentos Sociais por Moradia: A conexão entre a habitação e a escolaridade em NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

Este estudo analisa a relação entre os movimentos por moradia e os níveis de escolaridade em Natal/RN, no período de 2016 a 2024. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em análise documental, dados secundários e revisão bibliográfica, investiga-se como a precariedade habitacional afeta o acesso e a permanência escolar, especialmente em ocupações organizadas por movimentos sociais como o MLB e o MLMP. Os resultados evidenciam que moradores de ocupações urbanas enfrentam índices significativamente baixos de escolaridade, agravados pela ausência de políticas públicas intersetoriais. Por outro lado, os movimentos constroem práticas de educação popular que resistem à exclusão e reforçam o papel da pedagogia social na luta por cidadania. Conclui-se que a articulação entre habitação e educação é condição essencial para o direito pleno à cidade.

Palavras-chave: movimentos por moradia; escolaridade; ocupações urbanas;

TITLE: Social Movements for Housing: The connection between housing and schooling in NATAL/RN (2016/2024).

Abstract

This study analyzes the relationship between housing movements and educational attainment in Natal, Rio Grande do Norte, from 2016 to 2024. Using a qualitative approach, based on documentary analysis, secondary data, and a literature review, it investigates how housing insecurity affects access to and retention in school, especially in occupations organized by social movements such as the MLB and the MLMP. The results showed that residents of urban occupations faced significantly low educational attainment rates, exacerbated by the lack of intersectoral public policies. On the other hand, the movements develop popular education practices that resist exclusion and

reinforce the role of social pedagogy in the struggle for citizenship. The conclusion is that the connection between housing and education is an essential condition for the full right to the city.

Keywords: housing movements; schooling; urban occupations;

Introdução

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, apresenta uma contradição urbana marcada pela coexistência entre avanços nos indicadores educacionais formais e a persistência de desigualdades sociais profundas, especialmente nas regiões periféricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2024, Natal atingiu a média de 11,7 anos de estudo entre pessoas com 15 anos ou mais, a mais alta entre as capitais nordestinas. No entanto, esse avanço não se distribui de forma equitativa entre os diferentes territórios urbanos. Bairros periféricos como Nossa Senhora da Apresentação, Planalto, Felipe Camarão e Lagoa Azul ainda enfrentam baixos índices de escolaridade, com taxas elevadas de evasão escolar e acesso limitado à educação infantil, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao ensino médio em tempo integral.

Neste cenário de desigualdade estrutural, surgem e se fortalecem movimentos por moradia como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), que organizam ocupações urbanas em terrenos ociosos reivindicando coletivamente pelo direito à cidade. Esses movimentos não apenas demandam habitação digna, mas também denunciam a ausência de políticas públicas que articulem os direitos à moradia, à educação, à saúde e à segurança. No interior dessas ocupações, convivem famílias com histórico de escolarização precária. Apesar disso, muitas dessas comunidades desenvolvem práticas de educação popular e resistência pedagógica, como rodas de leitura, oficinas culturais, reforço escolar e espaços de formação política.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo investigar a conexão entre os movimentos por moradia e os níveis de escolaridade em Natal/RN entre os anos de 2016 e 2024, observando como a luta por habitação afeta ou é afetada pelas trajetórias educacionais dos sujeitos envolvidos. Busca-se compreender de que forma os territórios de ocupação se tornam também espaços educativos e como a ausência ou precariedade de políticas intersetoriais compromete a efetivação plena do direito à educação.

A relevância deste estudo reside na necessidade de evidenciar a escolaridade como um direito social frequentemente negligenciado nas políticas habitacionais urbanas. A análise também se propõe a contribuir com o debate acadêmico sobre justiça socioespacial. Ao considerar a escolaridade nas ocupações não apenas como dado estatístico, mas como elemento dinâmico das lutas sociais, este trabalho se insere no esforço de construir uma leitura crítica e comprometida com a transformação das realidades urbanas marcadas pela desigualdade.

A relação entre moradia e escolaridade é atravessada por múltiplas dimensões da exclusão social urbana. Para compreender esse entrelaçamento, parte-se do conceito de direito à cidade, conforme formulado por Henri Lefebvre (2001), que o define não apenas como o direito de acesso físico ao espaço urbano, mas como o direito de produzir, transformar e habitar a cidade de forma plena. No contexto de cidades marcadas por segregação socioespacial, como Natal, a moradia precária torna-se também um marcador de exclusão dos serviços públicos essenciais, entre eles, a educação.

A luta por moradia, quando organizada por movimentos sociais urbanos, é expressão concreta da reivindicação desse direito. David Harvey (2012) amplia essa noção ao associá-la à justiça social e ao direito coletivo à apropriação dos bens urbanos. Para Harvey, os movimentos populares urbanos emergem como resistência às lógicas capitalistas de urbanização, que marginalizam populações inteiras, sobretudo aquelas racializadas e empobrecidas. Os espaços de ocupação, nesse sentido, tornam-se também espaços políticos e pedagógicos, desafiando a cidade institucionalizada.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada entre análise documental, entrevistas com moradores das ocupações, levantamento de dados e revisão bibliográfica crítica. A escolha por esse recorte metodológico justifica-se pelo caráter indissociável da relação entre moradia e escolaridade, que envolve tanto aspectos objetivos, como indicadores estatísticos, quanto elementos subjetivos relacionados à vivência social e política dos sujeitos envolvidos nas ocupações urbanas.

A pesquisa está delimitada ao período de 2016 a 2024, com foco na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Este intervalo foi escolhido por representar um período de intensificação de ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais, crescimento das tensões habitacionais e mudanças significativas nas políticas educacionais locais, incluindo a redução da frequência escolar na educação infantil e o crescimento do ensino em tempo integral.

Foram utilizadas quatro principais frentes metodológicas desde o Levantamento de dados com Dados estatísticos do IBGE, INEP e Secretaria Municipal de Educação de Natal (SME-Natal). Análise documental com documentos públicos de audiências na Câmara Municipal de Natal e na Assembleia Legislativa do RN sobre movimentos por moradia. Relatórios e notas públicas do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), do MLMP, e de entidades de apoio, como o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), e as entrevistas com moradoras da ocupação Emanuel Bezerra.

Na revisão bibliográfica foi utilizado autores clássicos e contemporâneos que fundamentam a análise como Lefebvre, Harvey e Caldeiras, artigos acadêmicos sobre educação popular, pedagogia dos movimentos, direito à cidade e políticas públicas

urbanas, além de trabalhos sobre escolaridade e ocupações urbanas em outras capitais brasileiras, como São Paulo, Recife e Belo Horizonte, para fins comparativos.

Nos critérios de análise os dados foram analisados por meio da técnica de análise temática de conteúdo, a partir de três eixos principais, as condições socioeducacionais dos moradores de ocupações, as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos por moradia e os impactos da ausência de articulação entre políticas de habitação e educação em Natal.

A triangulação entre dados estatísticos, documentos públicos e literatura acadêmica permitiu a construção de um panorama crítico e integrado das conexões entre habitação precária e exclusão educacional, revelando o papel dos movimentos populares como agentes de resistência pedagógica e social.

Resultados e Discussões

1. Escolaridade nas Ocupações Urbanas: Desigualdades Territoriais em Natal

Os dados obtidos junto ao IBGE, à SME/Natal e ao Observatório das Metrópoles revelam uma correlação direta entre precariedade habitacional e baixos níveis de escolaridade em determinadas zonas de Natal. Bairros como Lagoa Azul, Planalto e Nossa Senhora da Apresentação concentram altos índices de população com ensino fundamental incompleto ou em situação de analfabetismo funcional. Em contrapartida, bairros centrais e da zona sul, como Tirol e Candelária, apresentam média superior a 12 anos de escolaridade formal.

Nas áreas de ocupações urbanas, especialmente aquelas organizadas pelo MLB e pelo MLMP entre 2016 e 2024, a realidade é ainda mais desafiadora. Relatórios de audiências públicas da Câmara Municipal de Natal (2021–2023) indicam que cerca de 60% das famílias que vivem em ocupações não têm acesso estável a creches, escolas próximas ou programas de Educação de Jovens e Adultos. O deslocamento até as unidades escolares é dificultado pela ausência de transporte público e pela insegurança nos trajetos.

2. Os Movimentos por Moradia como Espaços Pedagógicos

Apesar da negação estrutural do acesso à escola pública de qualidade, os movimentos por moradia em Natal se revelam, como espaços produtores de práticas educativas populares. O MLB, presente na cidade desde 2004, vem desenvolvendo ações de reforço escolar, alfabetização de adultos e oficinas de formação política nas ocupações mais consolidadas. Tais práticas, muitas vezes articuladas com universidades públicas como a UFRN e ONGs locais, se baseiam na pedagogia crítica de Paulo Freire e visam promover a consciência de direitos, a autonomia dos sujeitos e a valorização da cultura local.

Em entrevistas concedidas a meios alternativos como o portal Saiba Mais, militantes do movimento relatam que as ocupações tornam-se também escolas informais, onde se ensina a ler o mundo antes mesmo de aprender a ler palavras. As assembleias, mutirões e oficinas promovidas dentro das ocupações funcionam como espaços de formação política.

Essas ações mostram que, diante da ausência do Estado, os movimentos populares assumem o papel de mediadores do saber e da cidadania, ampliando a noção de escolaridade para além do ensino formal.

3. Ausência de Políticas Intersetoriais: Um Direito à Cidade Incompleto

Um dos principais achados deste estudo é a ausência de articulação efetiva entre as políticas habitacionais e educacionais em Natal. Embora a cidade tenha avançado em índices médios de escolaridade, como indicam os dados do IBGE (2024), esse avanço não se traduz em políticas públicas que integrem os diferentes direitos sociais. A política de habitação atua de forma isolada, desconsiderando os efeitos do deslocamento compulsório, dos despejos forçados e da instabilidade habitacional sobre a permanência escolar de crianças e adolescentes.

A própria inexistência de escolas próximas às ocupações revela o descompasso entre o planejamento urbano e o planejamento educacional. Além disso, o estigma territorial associado às ocupações faz com que muitas famílias evitem se identificar como moradoras desses espaços nos cadastros escolares, temendo discriminação ou desassistência.

Como consequência, a garantia do direito à educação nessas áreas depende cada vez mais da iniciativa dos próprios movimentos sociais. Essa realidade reafirma o argumento de David Harvey (2012), segundo o qual o acesso ao espaço urbano e aos seus serviços não é apenas uma questão de oferta técnica, mas um campo de disputa política em torno da justiça social.

Práticas educativas como iniciativas de alfabetização, reforço escolar e formação política nas ocupações, e a falta de políticas públicas como parte da invisibilização das ocupações no planejamento urbano.

Conclusão

A análise da relação entre movimentos por moradia e escolaridade em Natal/RN, no período de 2016 a 2024, revela que o acesso à educação formal ainda está fortemente condicionado à condição habitacional e à localização dos sujeitos no espaço urbano. Morar em uma ocupação, para milhares de famílias natalenses, significa viver não apenas sob o risco constante do despejo e da insegurança habitacional, mas também

enfrentar a negação cotidiana de direitos básicos como o acesso à escola, à creche e à alfabetização de jovens e adultos.

Neste contexto, os movimentos por moradia, como o MLB e o MLMP, não atuam apenas como articuladores do direito à habitação, mas também como promotores de práticas educativas alternativas que se contrapõem à omissão do Estado. As ocupações estudadas se configuram como territórios de resistência, onde se constrói uma pedagogia popular baseada na solidariedade, na organização coletiva e no legado de Paulo Freire. Tais experiências demonstram que a escolaridade, mesmo em ambientes de extrema precariedade, pode ser mobilizada como instrumento de conscientização e empoderamento social.

Entretanto, a ausência de políticas públicas intersetoriais que integrem habitação e educação agrava a exclusão social desses territórios. Falta à cidade de Natal uma estratégia de planejamento urbano-educacional que reconheça as ocupações como parte legítima do tecido urbano e seus moradores como sujeitos de direitos. O reconhecimento territorial e a regularização fundiária devem ser acompanhados de investimentos em infraestrutura escolar, transporte público, formação de educadores e programas específicos de EJA e reforço escolar para populações em situação de vulnerabilidade habitacional.

Portanto, este estudo reafirma a importância de compreender os movimentos por moradia não apenas como reações à crise urbana, mas como agentes produtores de saber, cultura e cidadania. Ao aproximar os campos da educação e do urbanismo, a pesquisa contribui para o debate sobre justiça social e o direito à cidade, apontando que a efetivação plena da escolaridade passa, necessariamente, pela garantia do direito à moradia digna.

Referências

- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Relatório sobre desigualdades socioespaciais nas regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília: IBGE, 2024.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL (SME). Dados educacionais por distrito administrativo. Natal/RN, 2023.

CÓDIGO: HS1648

AUTOR: ANA LUISA MACEDO CAMPOS

ORIENTADOR: JOSE GLEBSON VIEIRA

TÍTULO: Registros de batismo de crianças indígenas em Vila Flor 1845-1849:
Transcrições e observações.

Resumo

Este trabalho analisa as classificações étnico-raciais apresentadas pelos vigários registradores no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, 1844-1849. Adicionalmente, foram coletados dados numéricos quanto a essas classificações, realizadas transcrições dos batismos registrados como “índio” e identificados possíveis parentescos dentre esses.

A pesquisa em arquivos contribui para a contextualização histórica do projeto “Território, emergência étnica e parentesco: uma etnografia dos Potiguara do Sagi-Trabanda/RN” e do plano de trabalho “Território, ambiente e conhecimentos tradicionais entre os Potiguara do Sagi (RN)”, tendo como foco os registros, visto que refletem o apagamento histórico dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Classificações étnico-raciais. Vila Flor. Transcrições. Registros.

TITLE: Baptism records of indigenous children in Vila Flor 1845-1849: Transcripts and observations.

Abstract

This study analyzes the ethnic-racial classifications presented by the registering vicars in the baptismal records of the parish of Vila Flor, Canguaretama, 1844-1849. In addition, numerical data was collected on these classifications, transcriptions were made of baptisms registered as “Indian,” and possible kinships among them were identified.

The archival research contributes to the historical contextualization of the project “Territory, ethnic emergence, and kinship: an ethnography of the Potiguara of Sagi-Trabanda/RN” and the work plan “Territory, environment, and traditional knowledge among the Potiguara of Sagi (RN),” focusing on the records, as they reflect the historical erasure of indigenous peoples in Rio Grande do Norte.

Keywords: Ethnic-racial classifications. Vila Flor. Transcripts. Records.

Introdução

Vila Flor, situada no litoral do estado do Rio Grande do Norte, ao sul da capital, começou no século XVI com a implementação da aldeia de Gramació. Ao ser elevada à vila por volta de 1744 recebeu o nome de Vila Flor, em homenagem à vila portuguesa de mesmo nome. Em 1858 teve sua sede transferida para Uruá, atual Canguaretama, em 1892 se tornou distrito, em 1940 município e, por fim, em 1960 foi emancipada de Canguaretama (HISTÓRIA [...]). Paralelamente, em 1892 foi transformado em vila também do município de Canguaretama um núcleo de pescadores, no qual passou a se chamar Baía Formosa em 1958 ao ser emancipada (IDEMA-RN, 2008, p. 6)

Vila Flor, nos anos dos registros aqui analisados, era uma de cinco Vilas mandadas criar pelo Rei D. José e o Ministro Conde de Oeiras (Lopes, 2005, p. 27), levantada em 1762 pelo Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira Castelo Branco, o mesmo apontou que em seu momento de criação haviam 373 casais de índios e 672 filhos (Lopes, 2005, p. 207).

Concomitantemente, Fátima Martins Lopes em seu texto “Miscigenação nas Vilas Indígenas do Rio Grande do Norte” afirma que Vila Flor era composta de 851 índios de “língua geral”, 353 “da mesma língua” transferidos de Utinga, 227 de “Tapissurema e Maracahu”, dois casais de “brancos” e um de “pardos” introduzidos em sua época de instalação. E já em 1805, ela afirma terem 378 índios dentre a população de 2483 (Lopes, 2011, p. 5). Em vista disso, o livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor escolhido para o trabalho é um interessante documento para observar classificações étnico-raciais e práticas religiosas da época, além de dados sobre a população batizada. O livro foi digitalizado e disponibilizado pela Sociedade Genealógica de Utah através do site FamilySearch, fotografado por Cicero A. Silva em 11 de dezembro de 2000 na Arquidiocese de Natal-RN.

O principal registrador do livro é o Vigário José de Mattos Silva. Nascido em Aracati, Ceará, estudou teologia no Seminário de Olinda, e recebeu o presbiterato do Reverendíssimo diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão em 1842. O Vigário foi posto em Vila Flor no mesmo ano, permanecendo ali por 18 anos antes de mudar-se para Açu. Aos 62 anos, no dia 19 de maio de 1879, morreu (O Rvd [...], 1879, p. 1). Durante seu tempo em Vila Flor, o Vigário foi um influente chefe político da região, com seis atuações consecutivas na Assembleia Provincial pelo Partido Conservador. Ele propôs mudar a sede de Vila Flor para o Povoado do Uruá, que veio a se chamar Penha e logo depois Canguaretama, tendo seu projeto aprovado (Oliveira, 2016, p. 28-32) em 1860, antes de ir para Açu, assim o Reverendo José de Mattos Silva foi realocado para a “Vila da Penha” (PUBLICAÇÕES [...], 1860, p. 3)

No mesmo ano de sua morte, o Vigário José de Mattos Silva libertou seu escravo, Tranquilino, no dia 17 de abril, e ao fazê-lo lhe disse “para fazer bem ao uso de sua liberdade, em cujo goso ia entrar, afim de não se tornar pesado aos seus semelhantes, sendo daquello dia em diante um bom cidadão.” (CARTA [...], 1879, p. 3).

Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar as classificações étnico-raciais apresentadas no livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849, bem como providenciar transcrições dos batismos de crianças indígenas, identificar possíveis parentescos e levantar hipóteses quanto às classificações presentes e seus números. Além disso, esse trabalho procura facilitar através das transcrições o acesso a registros antigos de pessoas indígenas e facilitar buscas por antepassados e árvores genealógicas.

Metodologia

Para o levantamento de dados foi utilizado o Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849. Durante a pesquisa não houve contato com o documento físico, sendo utilizado a versão digitalizada do documento, e a leitura realizada através do site FamilySearch. Para a leitura e transcrição foram utilizadas habilidades paleográficas e o livro “Abreviaturas Paleográficas Portuguesas” de E. Borges Nunes.

O documento digitalizado possui um total de 216 páginas, sendo 5 fotos identificadoras do processo de digitalização e 211 do documento. Algumas páginas aparecem fora de ordem e outras repetidas, são iguais as páginas: 52 e 53, 118 e 119, 141 e 142, 149 e 150, 175 e 176, 204 e 205.

A página 2 apresenta a capa do livro, as páginas 3 a 12 condizem ao ano de 1844; 12 a 59 o ano de 1845; 60 a 105, o ano de 1846; 104 a 139 o ano de 1847; 139 a 186 o ano de 1848; 186 a 210 o ano de 1849; como apresenta a tabela. (Tabela 1). A última página possui transcrições dos anos de 1849 e 1850 fora de ordem.

Os dados para o ano de 1844 foram desconsiderados para essa pesquisa, visto que os registros, 63 no total, começam no mês de novembro e não possuem classificações étnico-raciais. Na última página também há quatro registros de 1850, três de mulheres pardas e um de homem sem classificação, que foram desconsiderados pelo curto número.

Devido ao tamanho do livro e finalidade da pesquisa, foram transcritos apenas os batismos de crianças com a classificação “Índio”, e, apesar das boas condições, algumas palavras e nomes não foram compreendidos, assim formando lacunas em algumas transcrições. Em razão do propósito das transcrições, no qual busca facilitar a pesquisa de antepassados e árvores genealógicas, além de facilitar o acesso ao registro trabalhado, foram mantidas as escritas originais apenas dos nomes próprios e pontuações. Dessa forma, as demais palavras foram alteradas para a escrita moderna, incluindo letras maiúsculas e minúsculas; e abreviações como “P.P.” (padrinhos) foram trocadas pelos respectivos nomes/termos para melhor compreensão. As páginas identificadas nas transcrições estão de acordo com as páginas no documento digitalizado, vistas através do site FamilySearch, pois as páginas no documento original não estão numeradas e, baseado

na leitura, algumas não se encontram digitalizadas na ordem correta. Além disso, devido à tinta fraca, as transcrições das páginas 101, 111, 115, 120, 123 e 124 foram extremamente limitadas.

Na página 149 foram identificados dois batismos com classificações rasuradas, contendo ambas as denominações “pardo” e “índio” sobrepostas. Esses foram considerados para a coleta de dados apenas como “índios”, decisão tomada pelo pesquisador e orientador em conjunto após analisar a escrita no registro, na qual aparenta mais ser uma correção da palavra “pardo” para “índio” e, também, para disponibilizar a transcrição caso a suspeita esteja correta. Essas estarão identificadas com “[sobreposição]”.

Resultados e Discussões

O livro aparenta estar majoritariamente em boas condições, páginas sem rasgos, amassadas apenas nas pontas superiores, com pouca tinta passando para o outro lado das páginas e caligrafia legível. Porém, possui uma larga porção com tinta fraca, tornando difícil a leitura do material. A partir da página 98 do documento, é possível notar um desaparecimento gradual da tinta, tornando diversos registros ilegíveis, condição que melhora apenas na página 125. As classificações étnico-raciais no livro começam a partir da trigésima página no arquivo, sendo identificadas no livro seis classificações étnico-raciais distintas: Preto, negro, índio, pardo, branco e semi branco. A abreviação “S/C” foi utilizada para aqueles sem classificação. (Gráficos 1-5)

Gráfico 1 - Número de batismos por classificações étnico-raciais no ano de 1845 no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849.

Fonte: Elaboração própria (2025).

S/C: Sem classificação.

Gráfico 2 - Número de batismos por classificações étnico-raciais no ano de 1846 no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849.

Fonte: Elaboração própria (2025).

S/C: Sem classificação.

Gráfico 3 - Número de batismos por classificações étnico-raciais no ano de 1847 no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849.

Fonte: Elaboração própria (2025).

S/C: Sem classificação.

Gráfico 4 - Número de batismos por classificações étnico-raciais no ano de 1848 no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849.

Fonte: Elaboração própria (2025).

S/C: Sem classificação.

Gráfico 5 - Número de batismos por classificações étnico-raciais no ano de 1849 no Livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, de 1844 a 1849.

Fonte: Elaboração própria (2025).

S/C: Sem classificação.

Ao total foram encontrados e transcritos 79 batismos de crianças indígenas, dentre os 1516 registros identificados.

Nota-se também nos dados levantados, que o Vigário José de Mattos Silva diferenciava “negro” e “preto”, apesar de não serem aparentes suas razões. Pode-se afirmar que era independente à situação de escravidão ou liberdade dos pais e/ou da criança, pois aparecem no livro batismos de crianças dadas pelo Vigário como negras, pretas e pardas sendo filhas de escravos.

É importante também destacar a falta da classificação “caboclo” no livro, apesar da impossibilidade de justificá-la, e a presença da classificação “semi branco”, na qual também não é explicada.

Os dados aqui identificados são provenientes não de um censo, e sim de registros de batismos, assim sujeitos principalmente à opinião do registrador. Nesse caso, o Vigário José de Mattos Silva e, em pequeno número, o Vigário Interino José Paulino de Barba Grillo. Apesar disso, é possível traçar uma conexão entre o pequeno número de batismos de crianças indígenas e o grande número de batismos de crianças pardas com o processo de ocultamento de identidade indígena e miscigenação da população de Vila Flor.

João Pacheco de Oliveira em seu texto “Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980)” afirma que a categoria censitária “pardo” varia em cada região, possuindo diferentes origens históricas e realidades étnicas (1997, p. 69). Além disso, no mesmo texto Pacheco chama a presença dessa categoria em censos de um “dócil legitimador do discurso da mestiçagem” (1997, p. 65). Como disse Amanda Yvne da Cruz em sua dissertação de mestrado:

[...] ao invisibilizar a etnicidade em categorias sociais genéricas, foi possível expropriar as terras dos aldeamentos, confinando os indígenas em lotes individuais, sob a justificativa de que não eram mais índios; por outro lado, a invisibilização das identidades indígenas também contribuiu para a criação de imagens (ANDERSON, 2008) do Estado-nação brasileiro como homogêneo culturalmente, sendo os índios tupis - índios do Litoral - representados como símbolos da nacionalidade: ancestrais de um passado mítico, já extinto, que deu lugar à nação brasileira (Cruz, 2022, p. 34).

Segundo Fátima Martins Lopes, em mapas populacionais a partir da década de 1770 há o aparecimento da classificação “pardo”, não sendo identificado descendência específica, e declínio da população indígena (Lopes, 2011, p. 8). Em consonância com o descrito por Lopes, no livro aqui analisado, pode-se perceber um número baixo de batismos registrados como “índio” e a predominância de batismos registrados como “pardo” — um

reflexo do declínio da população identificada como indígena de Vila Flor, que em 1805, 40 anos antes, já tinha apenas 378 índios entre a população de 2483 (Lopes, 2005, p. 435).

Além disso, Vila Flor também perdeu habitantes indígenas para trabalhos na Capitania da Paraíba (OFÍCIO..., 1791, apud Lopes, 2005, p. 440) e para a seca, que os levava a procurarem alimentos em outros lugares (CARTA..., 1794, apud Lopes, 2005, p. 440). Outra hipótese levantada por Fátima Martins Lopes para explicar a redução populacional identificada como indígena no trabalho, seria a baixa taxa de natalidade e alta taxa de mortalidade (Lopes, 2005, p. 441).

Já no Censo Geral da População do Império do Brasil (1872), as classificações presentes no censo colhido na paróquia de Nossa Senhora da Penha de Canguaretama foram: Brancos (3640), pardos (5496), pretos (1700) e caboclos (635) (RECENSEAMENTO, 1872, p. 42-43), assim contribuindo para o processo de apagamento de pessoas indígenas de censos oficiais. Sobre as classificações étnico-raciais em registros, afirma Amandda Cruz:

Por fim, resalto a flexibilidade nos usos das categorias sociais nos registros da Jacoca, existindo índios sob o rótulo de pardos, bem como irmãos, um classificado como índio, outro como pardo, fato que aponta para a existência de um número ainda maior de indígenas nos livros de registro, ocultados sob aquela categoria (Cruz, 2022, p. 10).

Em vista disso, é importante mencionar que embora o número de batismos registrados como “índio” no livro aqui analisado seja 79, esse não é necessariamente o número total de crianças indígenas batizadas registradas no livro. É provável que estejam outras ocultadas sob a classificação “pardo”, especialmente ao considerar a falta da classificação “caboclo” nesse livro.

Ademais, os Vigários, sob jurisdição do Bispo de Pernambuco, eram os encarregados de administrar os índios no âmbito religioso (Lopes, 2005, p. 319). Em seu texto “Em nome da liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII”, Lopes menciona, também, um visitador, no qual teria ordenado que nenhuma criança ficasse sem batismo.

Ordenou ainda que nenhuma criança deveria ficar sem batismo, advertindo aos pais que deveriam trazer a criança dentro do prazo de oito dias após o nascimento. [...] Essa medida, ao que parece, era para combater o costume dos índios de não apresentarem as crianças para o batismo com facilidade, continuando a prática que o último missionário da antiga Missão de Mipibu, Frei Aníbal de Gênova, em 1762, queixava-se que existia entre os moradores que demoravam a apresentar as crianças para o batismo e, quando o faziam, logo depois iam rebatizá-la nos seus próprios ritos, dando-lhes nomes indígenas (Lopes, 2005, p. 321).

Por meio do livro utilizado neste trabalho, não é possível dizer se as crianças foram rebatizadas em ritos indígenas, porém nota-se que a maioria foi batizada após os oito dias recomendados pelo visitador. Todavia, é importante apontar a participação, pressionada ou não, de pessoas indígenas em rituais religiosos católicos, e destacar que os números de batismo não devem ser entendidos como censos populacionais. Assim, através de estudos de registros é possível analisar como os povos indígenas aparecem em registros oficiais.

Partindo da diferenciação estabelecida por Barth, considero o assento de batismo o registro escrito de um evento, mas – invertendo a assertiva de Barth – ele é o produto imediato de uma intenção, a qual nos remete

a um ato. Assim, simplificando esse jogo de palavras, ao olhar o batismo assentado no livro pelo padre como o registro de uma ação social levada a cabo por homens e mulheres em tempos pretéritos, ele pode informar muito mais que parentescos ou dados para análises demográficas. Esse ato pode fornecer pistas sobre as estratégias e intenções traçadas por aqueles sujeitos que dele participaram (exceto o inocente que, no momento do batizado, não tinha escolha). Se o tratamento dado ao batismo for esse, estamos diante de uma série de relações e não mais de um simples nascimento. O registro, assim, pode informar a situação conjugal dos pais (legítima, consensual ou adulterina); dados de migração – quando contamos com a diligência do padre em caracterizar detalhadamente os agentes participantes de dito ato; dentre outras importantes referências (Sirtori, 2006).

Então, ao tratar de documentação é preciso considerar quem a produzia, que eram, nesse caso, brancos clérigos. Amandda Yvne da Cruz em sua dissertação “‘Os donos da aldeia’: História, memória e mobilização étnica do povo Tabajara da Paraíba” afirma que através de acervos como o de batismos, se percebe que foi deixado um rastro de documentação referente às populações indígenas, porém uma documentação produzida em “relações desiguais de poder” (2022, p. 43). Ela aponta também os nomes presentes nos batismos.

No que tange à análise dos registros paroquiais, algumas coisas chamaram a minha atenção. Os nomes dos indígenas que em nada se distinguiam de nomes portugueses ou de regionais, não remetendo a uma identidade ameríndia do portador do nome, conforme a determinação estabelecida pelo Diretório Pombalino no século XVIII. Além disso, havia grande flexibilidade no uso de sobrenomes dos indígenas, principalmente das mulheres, que eram majoritariamente registradas com nomes de santas católicas, não possuindo sobrenomes que as individualizassem na massa documental, havendo, por exemplo, incontáveis “Annas Marias da Conceição” nos registros da Jacoca (2022, p. 43-44).

É possível notar no livro aqui analisado a mesma situação quanto aos nomes dos indígenas, incluindo a predominância do sobrenome “Conceição” nas mulheres, além de que algumas mulheres não possuíam ou não tiveram registrados seus sobrenomes.

Dentre as transcrições foram buscados possíveis parentescos entre as crianças batizadas, sendo encontrados cinco possíveis pares de irmãos, sendo eles:

- Páginas 62 e 195: Francisco, filho legítimo de Antonio dos Santos e Justina Maria da Conceição, com três meses de idade, batizado em onze de janeiro de mil oitocentos e quarenta e seis. E Ritta, filha legítima de Antonio dos Santos Ferreira e Justina Maria da Conceição, com um mês de idade, batizada em treze de maio de mil oitocentos e quarenta e nove.

- Páginas 79 e 161: Davina, filha legítima de Miguel Antonio dos Santos e Anna Theresa, com quatro meses e oito dias de idade, batizada em quatro de julho de mil oitocentos e quarenta e seis. E Silvano, filho legítimo de Miguel Antonio e Anna Theresa, com dois meses de idade, batizado em vinte e cinco de junho de mil oitocentos e quarenta e oito.

- Páginas 80 e 159: Maria, filha legítima de Gonçallo Ferreira e Francisca Maria da Conceição, com dois meses de idade, batizada em vinte e nove de junho de mil oitocentos e quarenta e seis. E Manoel, filho legítimo de Gonçallo Ferreira e Francisca Maria da Conceição, com três meses de idade, batizado em quatro de junho de mil oitocentos e quarenta e oito.

- Página 96: Pedro, filho legítimo de Manoel da Rocha e Anna Rita, com três meses de idade, batizado em quinze de novembro de mil oitocentos e quarenta e seis. E Paulo, filho legítimo de Manoel da Rocha e Anna Rita, com três meses de idade, batizado em quinze de novembro de mil oitocentos quarenta e seis.

- Página 138: Maria, filha legítima de Jose Deodato e Maria da Penha, com três anos de idade, batizada em vinte e nove de dezembro de mil oitocentos e quarenta e sete. E Joaquim, filho legítimo de Jose Deodato e Maria da Penha, com um ano de idade, batizado em vinte e nove de dezembro de mil oitocentos e quarenta e sete.

Conclusão

Neste trabalho, a partir do livro de registros de batismo da paróquia de Vila Flor, Canguaretama, 1844-1849, foram realizadas transcrições dos batismos de crianças identificadas como “índio” pelos vigários registradores, descritos os dados numéricos quanto às classificações étnico-raciais da população batizada de vila flor nos ditos anos e identificados possíveis parentescos dentre as transcrições. No total, foram observados 79 batismos com classificação de “índio”, 12 “preto”, 14 “negro”, 975 “pardo”, 173 “branco”, 23 “semi branco”, 164 sem classificação e 76 ilegíveis.

Segundo Fátima Martins Lopes em sua tese “Em nome da liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII”, a população de Vila Flor apresentava um declínio de habitantes identificados como indígenas, tendo em 1805 apenas 378 índios entre a população de 2483 (Lopes, 2005, p. 435). O livro analisado não reflete um censo populacional, porém apresenta a parcela da população batizada de 1844 a 1849, assim tornando possível traçar uma conexão entre o pequeno número de batismos de crianças indígenas e o grande número de batismos de crianças pardas com o processo de ocultamento de identidade indígena e miscigenação da população de Vila Flor.

Para uma futura pesquisa, poderiam ser analisadas as relações de apadrinhamento dentre os batismos transcritos e possíveis estratégias sociais dentre elas, ou utilizado o livro de registros do ano seguinte ao aqui estudado, também disponibilizado digitalmente e no qual apresenta condições um pouco piores de conservação, mas permanece predominantemente legível. Como também coletar e comparar dados semelhantes com os de outras vilas do Rio Grande do Norte.

Referências

CARTA de liberdade. Brado Conservador. Açú, ano 4, n. 69, p.3, 9 maio. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713953&Pesq=%22Jose%20de%20Mattos%20Silva%22&pagfis=231>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CRUZ, Amandda Yvne Figueiredo da. **O nome e os rastros: uma análise do uso das classificações sociais no apagamento da presença dos indígenas do antigo aldeamento da Jacoca, na Paraíba.** UFPB. Paraíba. 2022.

CRUZ, Amandda Yvne Figueiredo da. **“Os donos da aldeia”: história, memória e mobilização étnica do Povo Tabajara da Paraíba.** 2022. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

HISTÓRIA do Município. Prefeitura de Vila Flor. Disponível em: <https://vilafior.rn.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IDEMA-RN, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Perfil do seu município: Baía Formosa.** v.10, p.1-21. Natal, 2008.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII.** 700 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7480> Acesso em: 11 ago. 2025.

LOPES, Fátima Martins. **Miscigenação nas vilas indígenas do Rio Grande do Norte.** Revista Mosaico, v. 4, n. 2, p.183-196, jul/dez. 2011.

NUNES, E. Borges. **Abreviaturas Paleográficas Portuguesas.** Lisboa. 1981.

OLIVEIRA, Thiago Antonio de. **Abundância de Vale com Matas À Verdejante Canguaretama/RN.** Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

O RVD. José de Mattos Silva, Parocho colado do Assu. Brado Conservador. Açú, ano 4, n. 70, p. 1, 11 jun. 1879. Disponível em: <http://edufn.ufrn.br/bitstream/123456789/90/26/BRADO%20CONSERVADOR%201879.06.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no brasil (1872-1980).** Horizontes Antropológicos, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831997000200004>.

PUBLICAÇÕES a pedido. Diário de Pernambuco. ano 36, n. 251, p. 3, 29 out. 1860. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04&Pesq=%22Jose%20de%20Mattos%20Silva%22&pagfis=2613. Acesso em: 14 ago. 2025.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. **Provincia do Rio Grande do Norte.** p. 42-43. 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Registros de Batismo: Canguaretama. Baptism Records 1844-1849. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-JSP1-L?view=explore&groupId=M99H-2BK&lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SIRTORI, Bruna. **Às margens do Rio Gravataí: a transcrição de registros batismais pelo Padre Bernardo Lopes da Silva e sua concepção de “índio” (1765-1783).** Goiânia, 11-14 jun, 2006.

Anexos



batismos por classificações étnico-raciais 1845



batismos por classificações étnico-raciais 1847



batismos por classificações étnico-raciais 1849



batismos por classificações étnico-raciais 1846



batismos por classificações étnico-raciais 1848



tabela anos por paginas



transcrições 1/15



transcrições 3/15



transcrições 4/15



transcrições 5/15



transcrições 6/15



transcrições 7/15



transcrições 8/15



transcrições 9/15



transcrições 10/15



transcrições 11/15



transcrições 12/15



transcrições 13/15



transcrições 14/15



transcrições 15/15



transcrições 2/15



Foto registro original 1/38



Foto registro original 2/38



Foto registro original 3/38



Foto registro original 4/38



Foto registro original 5/38



Foto registro original 6/38



Foto registro original 7/38



Foto registro original 8/38



Foto registro original 9/38



Foto registro original 10/38



Foto registro original 11/38



Foto registro original 12/38



Foto registro original 13/38



Foto registro original 14/38



Foto registro original 15/38



Foto registro original 16/38



Foto registro original 17/38



Foto registro original 18/38



Foto registro original 19/38



Foto registro original 20/38



Foto registro original 21/38



Foto registro original 22/38



Foto registro original 23/38



Foto registro original 24/38



Foto registro original 25/38



Foto registro original 26/38



Foto registro original 27/38



Foto registro original 28/38



Foto registro original 29/38



Foto registro original 30/38



Foto registro original 31/38



Foto registro original 32/38



Foto registro original 33/38



Foto registro original 34/38



Foto registro original 35/38



Foto registro original 36/38



Foto registro original 37/38



Foto registro original 38/38

CÓDIGO: HS1651

AUTOR: RAFAEL BRUNO DA COSTA SANTOS

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO FREITAS MORAIS

TÍTULO: Vitalismo e teoria social: mapeando as influências bergsonianas na virada praxiológica e nas teorias da prática

Resumo

O produto do plano de trabalho em vigor buscou mensurar quais são as principais convergências que a filosofia de Henri Bergson encontra no estado atual da produção teórica das ciências sociais. Destacando primeiramente o que é necessário para uma empreendimento de metateoria, tendo defendido que a lógica interna à teoria social possibilita que façamos tais "cruzamentos heréticos" entre perspectivas distintas, para não dizer rivais, assumimos que a filosofia de Bergson possui muitas nuances a serem incorporadas pela teoria social contemporânea, da qual destacamos, aqui, a onda pulsante que tem agitado os campos da disciplina em torno das "novas ontologias".

Palavras-chave: Bergson; teoria social; novas ontologias

TITLE: Vitalism and Social Theory: Mapping Bergsonian Influences on the Praxeological Turn and Theories of practice

Abstract

The outcome of the current work plan sought to assess the main convergences that Henri Bergson's philosophy finds in the current state of theoretical production in the social sciences. First, highlighting what is necessary for a metatheoretical endeavor, and arguing that the internal logic of social theory enables us to make such "heretical intersections" between distinct, if not rival, perspectives, we assumed that Bergson's philosophy possesses many nuances to be incorporated by contemporary social theory, of which we highlight, here, the pulsating wave that has shaken the discipline's fields around "new ontologies."

Keywords: Bergson; social theory; new ontologies

Introdução

Toda empreitada metateórica requer uma atenção ímpar a cada manuscrito, conceito ou até mesmo uma carta escrita pelo autor em questão que está sendo mobilizado para revisão, atualização ou sintetização. Além disso, a cada releitura de uma obra, novos elementos parecem emergir de determinado conteúdo: o “excedente de significados” (Alexander, 2000) que um texto oferece parece nunca se esgotar. Longe de ser um problema, a revisão e atualização conceitual acaba se apresentando – do ponto de vista metodológico – como uma viagem entre-mundos: o mundo do autor e o mundo do pesquisador se fundem em uma nova perspectiva que engendra a inovação. O texto do passado nunca é passado imobilizado, ele está sempre à espreita de revisões. É nesse sentido que emprego a categoria de revitalização neste trabalho: trata-se de uma tentativa de revitalizar aquilo que por muito tempo se tornou um consenso natimorto e intocável na teoria social, a saber, de que uma tradição particular de pensamento como o vitalismo é um mau presságio às ciências sociais. O vitalismo se torna o paralelo (quando não um correlato) do naturalismo que tanto perturbará os founding fathers em suas missões de fazer da sociologia uma ciência: em síntese, o vitalismo parece ser uma categoria assombrológica para nós cientistas sociais – trata-se realmente de um assombro na medida em que é um passado tornado presente. Tomemos como ilustração a preocupação inicial dos antropólogos do início do século XX que mobilizaram todas as forças para se livrarem do evolucionismo e do biologismo que fundou a consagrada ciência do estudo do homem. Difusionistas, estruturalistas, funcionalistas, interpretativistas, todos eles convergiram em certo aspecto: é preciso separar a natureza da cultura caso queiramos nos tornar, de direito, uma disciplina autônoma. Sem muito alarde, sua disciplina irmã, a sociologia, assina o mesmo acordo e acaba se afastando de qualquer “retorno” ao natural. A categoria de “vida” é alargada para fornecer um substrato ontológico e não apenas biológico. Porém, o fator especial que reside no vitalismo bergsoniano é o de que o projeto de ontologização da natureza é levado às últimas consequências: o fenômeno da vida é o esteio para uma teoria da ação e da sociedade, da ordem e da mudança. Parafraseando um sintagma conhecido da filosofia, diríamos, para ilustrar a empreitada bergsoniana: a vida é responsável pela transfiguração de todas as coisas. Assim sendo, não poderíamos alargar nosso horizonte e permitir que, uma vez mais, a natureza retornasse para a trama intelectual das ciências sociais? Nada impede que isso ocorra, afinal, se tratando de história das ideias, nossa disciplina possui a marca benéfica de ser uma “ciência do dissenso” (Alexander, 1987), isso significa que desde sua fundação as ciências sociais não experimentaram em algum momento termo kuhniano de “paradigma” para se referir às doutrinas da disciplina; em outras palavras, nas ciências sociais dificilmente será possível designar um acordo consensual entre pesquisadores acerca de determinado tema, conceito, método e técnica. Mas isso não significa, porém, que tudo que é enunciado na teoria social possui um eco de facticidade no mundo social. Assim, compreendemos que a facticidade de um enunciado, um conceito ou um prognóstico na teoria se cristaliza pela via da razão comunicativa. E aqui assumo, por ora, o lócus habermasiano: nossa empreitada é demonstrar a validade heurística da filosofia bergsoniana como um arcabouço metateórico que ainda há muito a oferecer para a teoria social.

Minha opção não é pela via de uma sociologia histórica, mas de um exercício metateórico de tipo MP (Ritzer, 1999) que se mescla com uma abordagem hermenêutica, em especial, à “fusão de horizontes” (Gadamer, 1999). Em outras palavras, implica assumir que o passado possui uma virtualidade em se atualizar quando confrontado com outra perspectiva (contemporânea). Na definição de George Ritzer, tipifica-se como sendo uma “metateorização de tipo Mp” a abordagem teórica que procura refazer e atualizar determinadas teorias ou conceitos de modo a torná-los capazes de responder às exigências teórico-epistemológicas e empírico-práticas do presente. Como a nossa unidade de análise é evidenciar o potencial heurístico que o vitalismo possui para a teoria social, optamos por refinar ainda mais o nosso escopo para nos centrar diante do vitalismo de matriz bergsoniana. Decerto o vitalismo de Nietzsche ou de Spinoza também influenciaram teorias sociais, contudo, oferecer uma primazia por Henri Bergson nos parece adequada na medida em que este não só aplicou à *weltanschauung* [visão de mundo] vitalista o esforço de desenvolver uma teoria da moral, da ação, da ordem e da mudança como também tentou fundamentá-la em aspectos ontológicos, o que nos oferece um inventário considerável a ser explorado, uma vez que tais pontos são fundamentais na incorporação ou teorização de sistemas analíticos para descrever o mundo social (Alexander, 1987; Joas, 1992; 2020) Feita esta breve apresentação, pode-se agora ilustrar a malha ferroviária pelas quais o trem do vitalismo passará. É razoável, portanto, oferecer uma propedêutica que justifique nossa empreitada. Assumimos aqui que a motivação que suscitou a escrita deste trabalho passa, indiscutivelmente, por uma certa ressonância do nosso espírito de época. Ressonância que, por acaso, atinge um corpo agonístico com a imobilidade (teórica e prática) do *zeitgeist* das humanidades. Em suma: uma inquietação crescente com o que se pode denominar de teoria social mainstream. Se as ciências sociais nunca tiveram um consenso acerca do que ela é, isso não nos leva a crer que, por analogia, ela seria tudo. Mecanismos de defesas devem ser acionados para que a teoria social não se confunda com os discursos dos leigos (Giddens, 2001), acresce-se a isto que acionar um mecanismo de defesa não significaria adotar um policiamento do conceito. Podemos abrir espaço para uma breve anedota ao célebre Vigiar e Punir (Foucault, 2011), onde os corpos dissidentes podem ser vistos – aqui no caso da teoria social – como conceitos heréticos, pensamentos insubmissos a um establishment que não existe de facto, mas que, vez ou outra, ao serem enunciados e problematizados, as mentes sacerdotais os olham de imediato com certa desconfiança. Tudo o que fora dito aqui se apresenta mais como uma série catéxica de argumentos que, em sequência, soam irônicos. Vejamos a proposição: Ciência Social não possui consenso (Alexander) = facticidade do enunciado é tão somente discursiva (Habermas) // Ausência de consenso (ciência do dissenso) ≠ Confusão com discurso leigo (Giddens) // a necessidade de separação entre senso comum e ciência social (Giddens; Bourdieu) ≥ mecanismo de defesa epistemológico (Foucault), que por sua vez, não pode ser ≥ policiamento de conceitos. Assim, o conceito de “vida” e todos os advérbios daí derivados não são, *stricto sensu*, pertencentes a um campo semântico a-histórico. A forma com que autores da Medicina francesa cunharam, por exemplo, o termo “vitalismo” no contexto do século XVIII é radicalmente diferente de sua aparição em obras contemporâneas das ciências

humanas (Massumi, 2017; Haraway, 2018; Mbembe, 2021; Latour, 2022). O conceito não é um “significante vazio”, como pensava Ernesto Laclau (2004), mas algo que passa por atualizações constantes (Koselleck, 2018). Dado esse sobrevoo sobre a polissemia não somente referente ao conceito que diz respeito a uma tradição, mas a própria polissemia de uma teoria que se desdobra sobre a sociedade, podemos agora dividir as etapas de nosso trabalho. Seccionada em quatro capítulos, a trama conceitual que a leitora se envolverá aqui diz respeito, como supracitado, a uma revitalização de uma tradição que tem oferecido um arcabouço teórico renovado para a disciplina no presente.

Resultados e Discussões

Na esteira da teoria social, será inócuo oferecer uma diagnóstico para nossa época com a premissa, por exemplo, de separar os domínios da natureza e da cultura. Contudo, antes de operar essa demonstração, é preciso caracterizarmos de maneira mais precisa o espaço atual. Sobre a nova era geológica, ou, geontológica tem-se usado uma terminologia polissêmica - com algumas variações semânticas. Os diagnósticos do nosso tempo têm afirmado constantemente que estamos vivendo em uma nova era geológica seja ela descrita na variante conceitual mais geral do “antropoceno” (Crutzen, 2000; Stengers, 2004), da “intrusão de gaia” (Latour, 2020) ou ainda do “capitaloceno” (Moore, 2022). O inventário de dados pessimistas e sombrios que nos alertam de que o planeta está sendo destruído se reflete de uma maneira especial em nosso campo de atuação. Ao lado da ruína da terra, as ciências sociais têm convivido com uma gama de autores identificados no movimento de “giro ontológico” ou “pluriontológico” que se relacionam de forma particular com a nova era, pois, enquanto o sistema-terra é destruído, antropólogos e sociólogos passaram a notar que o que está sendo destruído não são apenas propriedades naturais, minerais e fósseis, mas que se tratavam de linhas de relações, associações, enfim, de uma “vida” – não apenas em termos organicistas e biológicos – que estaria sendo destruída. Diante desse cenário, a categoria “vida” transita do domínio biológico para o político-ontológico, e destruir “vidas” se torna paralelo de destruir modos de estar no mundo. A peculiaridade dessa nova configuração socioecológica se dá ao fato de que em meio a destruição, em meio a ruína, é possível que novas relações venham a emergir e, mais ainda, que novos agentes passem a participar do tecido actancial do mundo. Como notou Anna Tsing (2021) em sua etnografia do cogumelo matsutake, é possível mapear a proliferação de novos agentes não-humanos em meio a expansão unilateral do capital; em meio a extração e destruição dos materiais essenciais para a vida, novas espécies surgem como companheiras da nossa, novas relações são tecidas e novas formas de estar no mundo passam a emergir. O contágio heterogenético provocado por uma mudança na cronotopia da Terra confunde e torna indiscernível categorias como natureza e cultura, humano e objeto, etc. Haja vista que ambos os domínios se encontram implicados em uma relação desastrosa, não há outra alternativa senão a de abordá-los de maneira conjunta. Isso não nos leva a assunção de toda teoria social verse sobre o antropoceno, mas que este influencia, pelo menos como motivação recalcada por estar presente em nosso horizonte cultural, sobre a teoria social contemporânea. De

Bruno Latour e Nancy Fraser, a teoria social contemporânea não ousou escapar a esse dado empírico fundamental. O embaralhamento e a recusa em hierarquizar os termos do binômio natureza-cultura teve como consequências uma radicalização teórica acerca dos pressupostos que explicam o que nos levaria agir e intervir no mundo: se não somos mais refrações de jogos de linguagem, onde começa e termina a humanidade? Que nem tudo das relações sociais são tributos da linguagem, do simbólico ou das disputas por poder, se tornou também um “fato incontornável” (tal qual o Antropoceno) da teoria social. Com suas particularidades, os efeitos de tais convergências são produtos de movimentos que atuam do exterior e que “invadem” os terrenos da teoria; e, em outro caso, são os efeitos das discussões teóricas com o mundo empírico. Essa paisagem teórica nos permite entender porque a “vida” pode vir-a-ser uma categoria de síntese: a vida não separa natureza da cultura, e tampouco faz da cultura uma sobrenatureza: vida é antes movimento que engendra movimento. Para o vitalismo de cunho bergsoniano é plausível afirmar que há vida pulsando em uma garrafa de plástico da mesma forma que há vida em uma experiência de êxtase religioso, ou mais exatamente, de experiência de religiosidade, haja vista que em ambos há uma descontinuidade com o passado e uma aversão às formas estáticas (mesmo que seja estático à nossa percepção, não o é de um ponto de vista temporal alargado. No caso do primeiro exemplo, em alguma medida a “forma-garrafa” vai engendrar uma outra forma, mesmo que seja uma “forma-resíduo”). Em seu artigo já clássico acerca do novo movimento teórico Alexander (1987) destacava as disputas internas da teoria social do século XX giravam em torno dos debates acerca dos pares de oposição (como ação-estrutura, micro-macro, ordem e mudança), o século XXI nos parece ser a aurora de uma efervescência intelectual que tem expandido os horizontes criativos em matéria de teoria, não se limitando, portanto, aos tradicionais e já cansados pares de oposição ação-estrutura. Pelo contrário, debater os temas concernentes ao que constitui a estrutura última que fundamenta a realidade (ontologia) se tornou o norte para um número variado de intencionalidades contemporâneas (Anjos; Neves; Rodrigues; 2016). Dito de outra forma: teorias sociais não escapam da tarefa de tomar uma posição concernente aos seus pressupostos ontológicos, no entanto, isso pode não estar explícito na forma descritiva (Vandenberghe, 2011); o que presenciamos atualmente é um esforço por parte de autores em tornar transparente as condições da realidade e da existência (Petersen; Hoolbrad, 2014), menos modestamente mas mais assertivamente, falaremos como Roy Bhaskar: “não há alternativa à ontologia” (Bhaskar, 2000). Nesse sentido se nos voltarmos para a obra que rendeu o Prêmio Nobel a Bergson, *Evolução Criadora*, esta pode ser classificada como um esforço de descrever uma fenomenologia em retrospectiva do movimento da evolução, mas não só uma descrição fenomenológica como também a narrativa de uma “ontologia plana” [flat ontology] (Bryant, 2011) da Natureza. Significa dizer que tratamos então de um pressuposto do mundo como uma planificação da forma com que o mundo mesmo é constituído, isto é, um mundo que ontologicamente não possui hierarquias e que pode ser expressa na assunção de que não há diferença de natureza em diferentes naturezas, incluindo a própria natureza da vida social, pois “não houve impulso particular para a vida social. Há simplesmente o movimento geral da vida, que cria, em linhas divergentes, formas sempre novas” (Bergson, 2009, p.110, grifo nosso). Antes de mais nada,

notamos como o léxico em torno da noção de impulso é cara ao bergsonismo porque é aí, nesta categoria especificamente metafísica, que reside a empresa primordial de Evolução Criadora. Haveria tão somente um impulso compartilhado por todas as formas de vida e, paradoxalmente, o pressuposto do impulso é ao mesmo tempo único e relacional: em primeiro lugar 1) a vida é entendida aqui não como um organismo, mas como uma força capaz de engendrar movimento; em segundo lugar 2), a vida é compartilhada e sentida por todas as formas de existência não só porque são frutos do mesmo movimento, mas porque experimentam outros modos de ser como tendência complementar de sua constituição particular. Sobre este último aspecto, podemos visualizar essa relacionalidade complementar que subtrai parcialmente a noção de que a vida é ela mesma uma substância: o animal encontra seu ponto de apoio na planta, o homem cavalga na animalidade e a humanidade inteira, no espaço e no tempo, é um imenso exército que galopa ao lado de cada um de nós, na nossa frente e atrás de nós, numa carga contagiante, capaz de pulverizar todas as resistências e franquear muitos obstáculos, talvez mesmo a morte (Bergson, 2009, p.293). Para os nossos interesses voltaremos impreterivelmente para esse aspecto relacional da vida que se assenta em uma noção muito específica de tendência. Observa-se que o argumento mobilizado por Bergson em Evolução Criadora é profícuo para aduzir a imagem de um continuum enquanto tendência sem que ela seja substrato de um único princípio metafísico. Na exposição das três ramificações da vida (planta, humano, animal) os gêneros não são definidos em função de compartilharem uma classe de entidades, mas de uma possibilidade definida por sua posição em um espaço virtual cuja atualização consiste nas entidades reais. Desse modo, uma espécie só é entendida do ponto de vista daquilo que poderia ter sido, e não apenas como aquilo que ela é; algo só o é a partir da possibilidade (leia-se virtualidade) de ser Outro. A diferença por complementaridade é posta onde as formas de vida são definidas pela acentuação de determinados caracteres; não opera-se, portanto, com uma lógica binária de mútua exclusão, mas simplesmente por uma diferença intensiva, uma vez que onde mais se acentua determinada característica, menos plausível será acentuar uma outra. Essa é a forma de dizer que duas coisas são duas formas da mesma coisa e cada uma exibe uma proporção diferente dos mesmos elementos. Agora podemos intuir como uma “ontologia plana” se encontra com uma espécie de organização relacional – que não se confunde como mecanicista – ou de um sistema de correlações. Sobre isso, a interpretação de Patrice Maniglier acerca do desenvolvimento da vida em Bergson é certa quando afirma que cada parte do mundo refere-se a todas as outras não para compor uma totalidade funcional, mas para nelas encontrar uma espécie de imagem distorcida de si mesma. Não podemos ser compreendidos a não ser como tipos de abelhas, versões de abelhas (Maniglier, 2009, p.88) A démarche da interpretação de Maniglier orbita uma espécie de giro estruturalista em Evolução Criadora, mas trata-se de um estruturalismo de movimento descontínuo análogo àquele do Pensamento Selvagem (Lévi-Strauss, 2019) onde o sistema não possui apenas variações posicionais, mas transformações reais. As transformações reais tratando-se de Evolução Criadora residem sobretudo nas ramificações da vida, essa transformação real, essa descontinuidade espaço-temporal que se exprime em três existências particulares não abandonam, contudo, um elemento decerto continuísta que,

aqui, não abre mão de uma relação imanente entre esses modos de existência da vida. É certo que Bergson extrai de uma teoria da evolução biológica uma metafísica e também uma ontologia, pois ao recusar a ideia de “lei biológica universal” assume-se em contraparte de que “há apenas direções em que a vida lança as espécies em geral”, e cada espécie dotada de sua própria particularidade no ato de sua emergência “segue o seu capricho” e “se desvia mais ou menos da linha” (Bergson, 2009, p.31) em que a vida direciona. No mesmo tempo em que há uma particularidade emergencial, há uma relação primordial. Todas as formas de vida compartilham, em alguma medida, os aspectos de sua contraparte. Poderíamos assumir que formas de vida negociam e se aglutinam com outras formas sem que isso seja inteiramente tomado como “associação ou adição de elementos”, pelo contrário, as variações morfogenéticas ocorrem por “dissociação e desdobramento” (Bergson, 2009, p.106). Essa espécie de pragmática transcendental no decurso de Evolução Criadora fornece, assim nos parece, à noção de *elán vital* um contorno ontológico que permite – de forma ainda bastante propedêutica – a base para compreender, seguindo tendências contemporâneas, teorias multiespécies, pluralismo de existências, variabilidade de modos de ser, etc., sem que assumamos de forma pré-reflexiva um argumento pós-luhmnaniano de que ontologias distintas não estabelecem contatos entre si, algo que, à exemplo da *Fields of sense theory* de Markus Gabriel (2014), é dizer que por existência(s) poderíamos definir que cada mundo, ou cada forma, possui um campo de sentido que lhe é próprio, que além de próprio é inerte, isto é, que não interage com outros campos. Indo além deste enunciado afirmamos, na ótica de Bergson, que há uma inscrição da natureza para que mantenhamos um contato com esse Outro, a vida para Bergson mantém “em estado rudimentar, latente ou virtual, os caracteres essenciais da maior parte das outras manifestações” (Bergson, 2009, p. 123), dito de forma sintética: a vida é, ela mesma, um impulso que contém em si mesma algo de relacional. Se no próprio movimento evolutivo – lembramos, sem aderir a um evolucionismo – há uma relação com o exterior, ou melhor, que o contato heterogenético ocorre no movimento da evolução, não seria possível ter como corolário que as formas emergentes seriam esferas particulares e autorreferenciadas. A realidade é algo por se fazer, e nada se faz sozinho: “em vez de supor uma realidade “já pronta” [tout faite], como dizia Bergson, uma realidade que esperaria para ser descoberta” deveríamos, ao contrário, “reconhecer que é o próprio Ser que se dá nesse trabalho de estabelecimento dos fatos” (Maniglier, 2014). No léxico da vida bergsoniana, cada Ser, ou cada forma – para se manter fiel ao seu vocabulário – é tributário de um movimento que nunca cessa, as linhas da vida seguem seus próprios caminhos, mas em alguma medida se entrecruzam, há um contágio e nesse contágio uma nova forma se desenrola. Por esse caminho a filosofia de Bergson se mostra totalmente avessa à negatividade, e muito mais partidária da contingência (Merleau-Ponty, 2022). Precisamente por ser uma filosofia orientada contra a ideia de nada que a noção bergsoniana de Natureza ganha este contorno ontológico anti-substancial. Ao colocar a história na evolução, ao recusar, portanto, a substancialização dos atributos perceptíveis dos organismos e das coisas, tem-se peremptoriamente uma refração a ideia do “Ser”, pois o organismo vivo é tão somente uma “série única de atos constituindo uma verdadeira história” (Bergson, 2009, p.40), cada forma de vida difere do seu

passado, mas essas formas nunca se dissociam completamente do próprio passado. Há uma tensão constante entre a atualização e a duração: “onde quer que algo viva, há, em aberto em alguma parte, um registro em que o tempo se inscreve” (Bergson, 2009, p.18). Essa inscrição da duração no que vem a ser o próprio Ser não é um registro da consciência do organismo, ou da nossa própria consciência, mas uma *Stifung* [Fundação]: um ato inaugural que apreende um devir sem recorrer ao exterior desse devir e que por isso mesmo trata-se de um devir imanente. A partir de agora, é possível ir de encontro àquilo que considero propriamente uma ontologia relacional na metafísica da Evolução. Se como destaquei nos parágrafos acima que a vida possui algo de particular e primordial, é porque houve, de início, uma implicação recíproca entre as tendências pelas quais essas formas se desdobram no ponto de partida. Uma vez que essa unidade é rompida, uma vez que a densidade amorfa e concentrada do *elã* vital se evade, essas tendências seguiram caminhos separados. E tal hipótese de um monismo de partida se confirmaria, segundo Bergson, pela presença de estruturas complexas em seres diametralmente divergentes nas linhas da evolução, a harmonia entre formas de vida, portanto, ocorre tão somente nessa imagística elementar do ponto de partida. A hipótese do “monismo” de partida leva, conseqüentemente, a ideia de um “pluralismo” de chegada, e se destacamos que mesmo na pluralidade atual das formas da vida há uma inscrição elementar que persiste na singularidade das expressões dessas formas, é porque há um certo continuum entre o presente e o passado. A ideia deste traço originário que subsiste à revelia do atual, é formulado de forma bem-acabada em uma empresa contemporânea da teoria social contemporânea: o perspectivismo ameríndio, teoria cujo os expoentes são os antropólogos brasileiros Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima. Se falamos que uma forma de vida só é entendida do ponto de vista daquilo que ela poderia ter sido, e não apenas como aquilo que ela é, fazendo com que algo só o seja a partir da possibilidade de ser sua parte oposta, Viveiros de Castro diz de outra maneira mas sem se dissociar deste raciocínio que a “humanidade universal dos seres está sujeita ao princípio de complementaridade, definindo-se pelo fato de que duas espécies diferentes, necessariamente humanas para si mesmas, não podem jamais sê-lo simultaneamente para a outra” (Viveiros de Castro, 2015, p.172). A diferença por complementaridade é o cerne da Evolução Criadora, onde as formas de vida são definidas pela acentuação de determinados caracteres; não opera-se, portanto, com uma lógica binária de mútua exclusão, mas simplesmente por uma diferença intensiva, uma vez que onde mais se acentua determinada característica, menos plausível será acentuar uma outra. Na gramática do perspectivismo seria como se na relação da predação, a acentuação das características de predador no jaguar não pudesse se desenrolar, ao mesmo tempo, de uma acentuação de suas características de presa, é preciso que Outro seja presa para que se possa ser predador – e nisso Bergson e Viveiros de Castro estariam de acordo quanto ao raciocínio empregado. Em linguagem estrutural, é a forma de dizer que duas coisas são duas formas da mesma coisa e cada uma exibe uma proporção diferente dos mesmos elementos. A determinação é subsumida por um devir-humano, fazendo com que a posse deste preciado se torne um horizonte aberto, isto é, fala-se apenas de indeterminação. A ideia, portanto, de uma humanidade universal pode ser transmutada como uma força inerente a todo gênero de

relações. Decerto, a preferência por “humanidade” em contrapartida à “elán” ou “força” se justificaria na natureza dos materiais empíricos da etnologia, precisamente quando seus interlocutores dizem que “porcos-do-mato também são gente”, ou ainda, que o “sangue na floresta é a cerveja da onça”. No entanto, não é possível negar que há, ao menos semanticamente, essa espécie de energia ou capacidade inerente subjacente às espécies. Mas seria isso, então, reduzir a variabilidade dos modos de existência a um único princípio cuja aparência é inteiramente situacional e indeterminada? É nesse sentido que uma questão dessa natureza faz com que o raciocínio vitalista de orientação bergsoniana se encontre com a teoria social contemporânea e, em especial, com o perspectivismo ameríndio.

Conclusão

Portanto, a assunção do estatuto de humanidade nada mais é do que uma possibilidade dentro de um determinado sistema de virtualidades: a onça pode assumir o devir-humano sem que exista, de fato, o objeto onça-humana. Em síntese: apenas o devir é real; o animal neste caso é apenas um objeto do verbo, e não sua substância. Esse é o leitmotiv do perspectivismo cujo o bergsonismo parece ter antecipado há mais de 100 anos. Mais que isso, é porque tanto no desenvolvimento da vida de Bergson quanto no perspectivismo ameríndio, a emergência de novas formas de vida (Bergson) ou a afetividade impingida pelo devir da humanidade (Viveiros de Castro) são vistas dentro de um espaço de possibilidades virtuais, e que somente sua atualização os levam às práticas reais. E indo mais a fundo, o bergsonismo é mais pluralista que o próprio perspectivismo ameríndio, pois em *Evolução Criadora* não se restringe a universalidade de uma pragmática da “humanidade”, isto é, como capacidade de agenciamento. Ao contrário, é por se filiar em uma *Evolução* que é complementar, que todas as espécies carregam algo de outro gênero em sua inscrição real. Não há apenas “humanidade universal” como argumento tanatológico que subscreve as relações interespecies, mas uma universalidade realmente universal, o “Absoluto é real” (Bergson, 2009,). Não apenas a pragmática humana é inscrita em todas as espécies, mas o torpor do vegetal e o instinto animal subscrevem-se reciprocamente. É porque todo mundo é gente enquanto uma possibilidade ou um por-vir que se torna necessário ler o perspectivismo também como um pensamento do virtual ou pensamento-em-devir – algo que Bergson fornece as categorias e esquemas conceituais totalmente plausíveis para essa empreitada. O aspecto sub-explorado ou pouco tematizado no perspectivismo é essa noção mesma de devir do bergsonismo – e não o devir-deleuziano, bastante trabalhado no livro *Metafísicas Canibais* (Viveiros de Castro, 2015). O que eu busquei defender até aqui é que tanto o devir da vida posto na análise do desenvolvimento das espécies em *Evolução Criadora* é, em grande medida, compatível com a descrição – e até mesmo mais esclarecedor – com a ideia de humanidade universal enquanto tendência ou virtualidade que acompanha o perspectivismo ameríndio.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony;

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo movimento teórico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

BERGSON, Henri. Evolução Criadora. São Paulo: Unesp, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2011.

GADAMER, Hans Georg. Verdade e Método: Fundamentos de uma Hermenêutica Filosófica, vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia. São Paulo: Unesp, 2001.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia. São Paulo: Unesp, 2001.

HARAWAY, Donna. Quando as espécies se encontram. São Paulo: Ubu, 2018.

JOAS, Hans. The Creativity of Action. Chicago: Chicago Press, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três estrelas, 2004.

LATOUR, Bruno. Diante de gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020.

MANIGLIER, Patrice. Bergson estruturalista? Para além da oposição foucaultiana entre vida e conceito. In: MORATO PINTO, Débora; TORRES MARQUES, Silene (orgs). Henri Bergson: Crítica do negativo e pensamento em duração. São Paulo: Alameda, 2009.

MASSUMI, Brian. O que os animais nos ensinam sobre política. São Paulo: n-1, 2017.

MBEMBE, Achille. Brutalismo. São Paulo: n-1, 2021.

MOORE, Jason (org). Antropoceno ou capitaloceno: natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

RITZER, George. Sociological Theory. USA: McGrawHill Companies, 2010.

RODRIGUES, Léo Peixoto, NEVES, Fabrício ; ANJOS, José Carlos dos. De coadjuvante a protagonista? A reflexão epistemológica das Ciências Sociais para Século XXI. Sociologias, v. 18, n. 41, p. 14–23, 2016.

Sociais, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac-Naify, 2004.

TSING, Anna. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu, 2015.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 2000.

CÓDIGO: HS1656

AUTOR: GUILHERME FERNANDES ANES DE MORAIS BEZERRA

ORIENTADOR: ANGELA MERCEDES FACUNDO NAVIA

TÍTULO: A relação entre arte e trabalho no contexto de refúgio: um estudo sobre o artesanato Warao em Natal-RN

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que buscou compreender como se apresenta a relação entre arte e trabalho a partir de um grupo em situação de refúgio. Os Warao são um grupo indígena originariamente do Delta do Orinoco, na Venezuela, que desde 2014 têm migrado com certa frequência para o Brasil devido à crise econômico-social existente em seu país de origem. Uma das principais fontes de renda desse grupo no Brasil é o artesanato, vendido em feiras e em eventos. Examinei em minha pesquisa de campo como as condições de produção, circulação e recepção do artesanato desse grupo por parte do público geral explicitam uma série de fatores que não podem ser sintetizados como parte apenas do campo da arte enquanto instituição autônoma. O próprio contexto de refúgio, as dificuldades com o idioma e a escassez de matéria-prima são exemplos de situações que dificultam as possibilidades de uma maior criação artística e o estabelecimento do grupo por onde transita. Apesar disso, é possível concluir que, mesmo com os entraves externalizados nesses processos, os Warao continuam buscando novas formas de agenciamento e lutando pelos direitos de existência para além do trabalho.

Palavras-chave: Artesanato; trabalho; warao; migração; agenciamento.

TITLE: The relationship between art and work in the context of refuge: a study based on Warao handicrafts in Natal-RN

Abstract

This article seeks to understand how the relationship between art and work is presented from the situation of a group in refuge. The Warao are an indigenous group originally from the Orinoco Delta in Venezuela, who since 2014 have migrated with a certain frequency to Brazil due to the economic and social crisis in their country of origin. One of the main sources of income for this group in Brazil is the handicrafts that are sold at fairs and at city hall events. In my field research, I examined how the conditions of production, circulation and reception of the handicrafts of this group explain a series of factors such as, for example, the mediation between taste and market between different groups and also the scarcity of raw materials, hindering the possibilities of greater artistic creation and forms of agency of their own production.

Keywords: Handicrafts; work; Warao; migration; agency.

Introdução

Nesse projeto eu pude me aprofundar nos estudos que tratam da questão migratória e da situação de grupos em refúgio e, através disso, me aproximar do caso Warao, grupo indígena originariamente do Delta do Orinoco, na Venezuela, que tem participado do fluxo migratório para outros países da América Latina e, aproximadamente a partir de 2014, sendo presente significativamente no Brasil (Rosa, 2020, p. 23). O primeiro fator analisado na pesquisa foi que a migração dos Warao não acontece de maneira natural, não se trata de um povo nômade, o que ocorre é uma crise econômico-social na Venezuela que fez com que uma parte considerável da população se sentisse forçada a migrar para outros lugares. No caso Warao, é possível dizer que primeiro houve uma migração da zona rural para a zona urbana da Venezuela e, posteriormente, da zona urbana para outros países (Id., 2020, p. 59).

Essa situação mostra que, num contexto emergente geral, alguns grupos específicos da sociedade são os primeiros a entrar em crise devido à falta de suporte para a subsistência básica dos mesmos. Ao chegarem no Brasil, porém, os problemas continuam. Como bem aponta Facundo (2014), os refugiados são tidos pelo Estado como um problema, como uma anomalia que desafia a “ordem nacional das coisas”. Encontra-se aqui uma dificuldade de inserir uma perspectiva multicultural enquanto movimento de recategorização de pessoas em trânsito que muitas vezes são estabelecidas na tensão entre a perspectiva assimilacionista e a perspectiva de delimitação nacional (Facundo Navia; Hamid; Munem, 2019, p. 15). Isso se exterioriza na forma muitas vezes conflituosa em que se estabelece a relação entre Estado, ONGs e os grupos presentes nesses fluxos. Em Natal, por exemplo, os Warao enfrentam dificuldades para abrir contas bancárias devido aos trâmites burocráticos inclusos no processo de documentação — além do obstáculo que é a adaptação ao idioma do país receptor —, dificultando o seu estabelecimento na cidade e o recolhimento de recursos (Farias e Silva, 2023). Ainda com relação à documentação, os Warao também enfrentam dificuldades para serem reconhecidos como refugiados ao invés de estrangeiros, isso ocorre pois a Lei nº 9.474, de 22 de Julho de 1997, prevê que a condição de refúgio deve garantir alguns direitos básicos como por exemplo a assistência social, o acesso à educação básica e o acesso ao sistema de saúde. É comum que as autoridades governamentais reconheçam os Warao como um grupo nômade para que com isso a assistência necessária não seja cumprida, esquivando-se da lei.

Mesmo com os problemas documentais no país receptor, o grupo ainda consegue alguns auxílios como o Programa Bolsa Família (PBF) e um suporte do SUS e do SUAS (respectivamente, Sistema Único de Saúde e de Assistência Social), mas que não são o suficiente para uma estabilidade básica de vida. Em consequência, para arrecadar recursos, boa parte do grupo acaba tendo que recorrer às duas mesmas atividades que eram feitas pelos grupos que tiveram que ir para viver no meio urbano em seu país de origem: o ato de pedir dinheiro na rua e a produção de artesanato para venda. Nessa pesquisa, tentei articular a perpetuação deste último como forma de trabalho e as possibilidades de agenciamento criativo no grupo em questão, em parte enquanto participantes dos circuitos artísticos — como transparece mais especificamente na

produção de peças com palha do buriti — e em parte como participantes do comércio local — onde vende-se miçangas feitas com polipropileno.

Metodologia

A princípio, procurei fazer uma revisão bibliográfica dos estudos que tratam da tanto da história do povo Warao de forma geral como também relativos à situação migratória em que esse grupo se encontra nas últimas décadas. Busquei elaborar um relato etnográfico a partir das pesquisas de campo que pude fazer no local onde eles residem – uma escola desativada em Felipe Camarão, bairro da Zona Oeste de Natal-RN – e também nas feiras abertas em que eles puderam participar com alguma frequência, na prefeitura de Natal e na UFRN.

Relacionei o foco do projeto com uma temática específica da qual eu já havia começado a investigar antes mesmo de começar esta pesquisa: a relação estabelecida entre a arte e a vida social. Retomando alguns horizontes teóricos norteadores que tratam do tema, como as contribuições de Layton (2001), Gell (2020) e Garcia Canclini (2012); pude observar como essa questão se coloca especialmente dentro da antropologia, sem com isso deixar de lado algumas contribuições importantes de outras áreas para as reflexões contidas no trabalho. Além disso, tratei de coletar os dados fornecidos pelo ACNUR (Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) da ONU (Organização das Nações Unidas) que tratam especialmente do artesanato Warao e dos projetos voltados a essa prática na Venezuela e também no Brasil.

Na busca por estudos gerais sobre o estudo da arte na antropologia, foi possível encontrar três perspectivas diferentes que foram retomadas neste trabalho de diferentes maneiras, algumas de forma mais críticas e outras mais assertivas: Layton (2001, p. 15), na delimitação da área, define a antropologia da arte como o estudo da arte em grupos não-ocidentais de pequenas dimensões, separando a assim chamada “arte primitiva” da “arte moderna” não apenas por períodos históricos mas atrelando, respectivamente, à pouco desenvolvimento técnico (no caso da “arte primitiva”) e desenvolvimento técnico considerável (no caso da “arte moderna”). É uma formulação que serve como um ponto de partida mas possui limitações importantes que podem, inclusive, nos levar a um determinismo social das formas de fazer. Numa atualização e aprofundamento, através da perspectiva de Gell (2020, p. 23), poderíamos dizer que isso não significa que a antropologia deva conceber a arte apenas como exteriorização das práticas de um “Outro” inferiorizado, mas entender como o estudo de diferentes grupos, ocidentais e não-ocidentais, em suas próprias interações, contribui para uma compreensão da teoria da arte de forma geral a partir do nexo da experiência artística. Por fim, García Canclini (2012) nos mostra que, no contexto de um mundo tendencialmente cada vez mais globalizado, precisa-se levar em conta a questão da produção, circulação e recepção da arte entre grupos onde as fronteiras de linguagem, território e modos de vida não estão tão bem

definidas — sem com isso entrar numa tendência universalização de aspectos parcialmente particulares da interação. Nessa perspectiva, a antropologia deve conceber a arte como práticas de revelação dos “dilemas não resolvidos da interculturalidade” (Ibid., p. 110) e, conseqüentemente, das transfigurações de sentido dessas relações (Ibid., p. 125).

Durante a pesquisa, fiz algumas entrevistas com as mulheres Warao que produzem o artesanato para a venda. Essas entrevistas só foram possíveis graças às pesquisadoras do Departamento de Antropologia (DAN) da UFRN, especialmente Waleska Lopes e Angela Facundo, que me apresentaram a eles, e também graças ao Edgar Pérez, liderança Warao do grupo que consegue se comunicar melhor em português e intermediar nossa conversa. O intermédio é fundamental tendo em vista que 1) a língua originariamente deles é o Warao, alguns membros conseguem falar um pouco de espanhol, que muitas vezes não é o suficiente para uma ótima comunicação com os brasileiros, mas que permite alguma forma de diálogo, como foi o caso; 2) de maneira geral, os Warao em questão são reservados na sua interação com os não indígenas e só falam mais aprofundadamente quando se estabelece uma relação um pouco mais íntima entre as pessoas da conversa. Esse processo leva um tempo e torna difícil a produção de informações diretas com o grupo.

Nessas visitas eu também pude tirar algumas fotos da produção de artesanato (Anexo 1) e observar quais peças eles gostam mais e quais seriam os motivos, que vão desde a forma de fazer até a variação de cores das miçangas em combinação. Busquei analisar também o ponto de vista de quem compra para saber se é por uma questão apenas de gosto ou também pela ideia de estar ajudando um grupo em situação de refúgio. Se tratando de uma pesquisa que envolve arte visual, me certifiquei de apresentar alguns exemplos do artesanato em formato de imagem para uma melhor compreensão do que está sendo discutido.

Resultados e Discussões

O artesanato de polipropileno

Meu primeiro contato direto com o grupo ocorreu durante a XXI Semana de Antropologia da UFRN, em novembro de 2023. Em um dos dias da programação, um grupo Warao ficou do lado de fora do auditório onde estavam as mesas de debate vendendo algumas miçangas, principalmente pulseiras, colares e brincos de produção própria (Fig. 1) – fato que chamou minha atenção e fez com que a ideia dessa pesquisa surgisse.

Imagem 1 - Brincos e colares Warao feitos a partir de miçangas (Anexo)

(fonte: produção própria)

A primeira coisa que observei naquela ocasião foi que havia apenas mulheres vendendo. Numa das visitas eu pude perceber que, nesse grupo, quem faz o artesanato são apenas duas mulheres, um reflexo do protagonismo feminino na sociabilidade Warao (Rosa, 2020, p. 33). Pela conversa, soube que a mais nova aprendeu a fazer pela internet e a mais velha aprendeu com outras mulheres na Venezuela. Apesar de não conseguir encontrar uma resposta de como isso começou entre elas além de um fator geracional, foi dito que desde a Venezuela essa prática da produção de miçangas (feitas com polipropileno) tinha como objetivo a venda para turistas, ou seja, já era trabalho.

O artesanato de palha do Buriti

O artesanato próprio dos Warao, que não começou a ser feito imediatamente para a venda, é o chamado chinchorro de palma moriche (buriti). Ojidu (“buriti” em Warao), antes de ser reconhecido como arte através das exposições de artesanato, foi tido pela comunidade como “árvore da vida”, possuindo uma importância central na sociabilidade dos Warao, como lembrança da vida na aldeia de onde vieram e de trocas com a natureza (ACNUR, 2020) (Fig. 2).

(...) Aqui no Brasil, na ausência da fibra do buriti, tecem seus chinchorros com linha de polipropileno. Assim como se reinventam no tecimento dos chinchorros, os Warao também se reinventam na construção de novas relações sociais num país estrangeiro falante de outra língua e na abertura de novas rotas de circulação (Rosa, 2020, p. 44).

Imagem 2 - Exposição do artesanato Warao feito a partir do Buriti (Anexo)

(fonte: ACNUR, 2019)

Conforme vemos, os dois tipos de artesanato possuem uma importância diferente para os Warao no que se refere ao seu sentido simbólico. Ainda que as miçangas de polipropileno tenham se tornado parte da vida Warao nas últimas décadas, as redes e cestas feitas a partir da fibra do buriti revelam mais sobre a forma de vida ancestral de um povo que longe do seu país de origem se vê frequentemente apagado. A apresentação desse trabalho, para além da venda, se torna uma oportunidade de contar sua história. Como afirma Alexandre (2024), se trata de romper com a ideia de uma identidade nacional fixa e demonstrar que na produção daquele objeto artístico se apresenta uma diversidade cultural não reconhecida.

Nas questões de produção, porém, as duas formas de artesanato sofrem de um mesmo problema no fazer Warao: a escassez de matéria-prima. Como já foi dito anteriormente, em Natal não há fibra de buriti e, por outro lado, as miçangas feitas com polipropileno são feitas a partir principalmente de doações, levando em consideração que esses grupos se encontram em uma situação de vulnerabilidade e muitas vezes não há uma situação economicamente favorável para a reposição dessa matéria-prima. Em alguns casos, há uma iniciativa de ONGs e de outras instituições — como foi o caso da UERN, por exemplo (Agecom, 2021) — e também de recolher doações para ajudar esses grupos.

Acontece que essas doações não são feitas com frequência e, na situação do grupo que reside em Natal, isso demonstra como as condições do fazer de um grupo em vulnerabilidade se tornam extremamente limitadas, fazendo com que se leve em consideração os elementos extra-artísticos intrínsecos aos processos sociais de criação.

Consequentemente, essas implicações influenciam diretamente a circulação desses objetos. Para além da baixa produção, como bem observa Alexandre (2024), a falta de incentivo do Estado para projetos de feiras livres, onde esses grupos possam ser incluídos, também é reduzido. A crise na gestão de pessoas se exterioriza não apenas no não reconhecimento dessas pessoas como sujeitos com direitos básicos de subsistência, mas também no esquecimento do papel que esses grupos têm na vida social da população local como consumidores do que é – ou poderia ser – produzido pelos Warao e pelas importantes trocas culturais que advém dessas relações. O argumento que poderia se dar pelos artesãos locais é o de que, com a chegada do artesanato Warao, a produção local perderia espaço. Isso só revela as contradições das relações artísticas como relações de produção e circulação de valor econômico, ou seja, trabalho. A ideia de que não há espaço para todos na vida comum interessa ao sistema estabelecido que define esses espaços como espaços fechados de produção, que sirvam sempre a um mesmo interesse externo de utilidade extra-arte (García Canclini, 2012, p. 91)

Conclusão

A partir da experiência Warao, vemos como a relação entre arte e trabalho se apresenta como parte de uma limitação nas formas de agenciamento entre produção, circulação e recepção das formas criativas. Quem pode determinar o valor sobre sua própria criação, em regra, não é quem depende da produção de valor para a subsistência básica, mas quem tem a arte como uma atividade de luxo. Isso demonstra não só as condições econômicas em que se inserem esses grupos, mas também a divisão arbitrária dos campos da vida comum em relação à determinação de quem pode fazer, falar, pensar e se inserir na vida pública, configurando uma partilha do sensível (Rancière, 2009, p. 15).

Os Warao enfrentam uma série de problemas enquanto população em trânsito, esses problemas vão desde sua região de origem até sua condição no país receptor. O surto de cólera na Venezuela e a deportação dos indígenas Warao no Brasil por documentação irregular são apenas alguns exemplos do descaso do Estado com a vida desse grupo. A ação de pedir dinheiro na rua e a produção de artesanato são meios importantes para a arrecadação de recursos, mas que se revelam como manobras frente a todas as dificuldades relacionadas à falta desse apoio governamental e também das ONGs no reconhecimento de sua situação.

Não busquei aqui defender que com o fim do artesanato enquanto trabalho, a produção Warao iria necessariamente se complexificar ou se “desenvolver”. A própria ideia de “grande arte” enquanto complexificação ao mesmo tempo prática e teórica é parte de um julgamento ocidental da arte que nasce de um determinismo social localizado. Os grupos considerados como primitivos só seriam capazes de fazer criações para servir ao uso cotidiano (artes plásticas) e suas pinturas (artes visuais) não seriam mais do que representações inferiores às representações ocidentais justamente por serem “primitivos” e simples demais. Vimos como isso não só nos afasta de uma abordagem antropológica da arte, ignorando a diversificação das artes de pequenas dimensões, como é também uma prática discursiva de atribuição de valor hierárquico. Antes, procurei mostrar que com as condições sociais necessárias, esse tipo de fazer pode 1) mudar e ser até mesmo uma forma de lazer; 2) oferecer novas formas de experimentação nos processos desse nexo.

A observação das condições do fazer artístico Warao nos mostra que, para além da produção de objetos utilitários como cestas, pulseiras, brincos etc; existe um sistema de significação por trás dessas relações, indissociável do contexto econômico-político em que vivem, onde os Warao podem contar suas trajetórias e se expressar de alguma forma, além de conseguirem dinheiro para comprar roupas e comida. Direcionar a vista para essa situação significa cobrar o Estado para o cumprimento das leis de proteção ao refugiado estabelecidas a partir da Convenção de Genebra (ACNUR, 1951) e defender as possibilidades de uma construção artística livre.

Referências

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>. Acesso em: 29/08/2024.

ACNUR. Palha do buriti ganha vida na mão de artesãs indígenas da Venezuela. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/11/21/palha-do-buriti-ganha-vida-na-mao-de-artesas-indigenas-da-venezuela/>>. Acesso em: 24/08/2024.

ACNUR. Ojidu – Árvore da Vida Warao. YouTube, 15 de jan. de 2020. 4min7s. Disponível em: <<https://youtu.be/OB1eT4nrfJ4?si=eekbZ6V3TC729wyq>>. Acesso em: 24/08/2024.

AGECOM (UERN). Campanha busca viabilizar artesanato do povo Warao em Mossoró. 2021. Disponível em <<https://portal.uern.br/blog/campanha-busca-viabilizar-artesanato-do-povo-warao-em-mossoro/>>. Acesso em: 24/08/2024.

ALEXANDRE, Rodrigo. Análise das ações direcionadas ao artesanato Warao. Revista Abordagens, João Pessoa, v. 5 n. Especial, pag. 80-92, jun./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/70160/39884>. Acesso em: 24/08/2024.

FACUNDO NAVIA, Angela. Êxodos e refúgios: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil/ Angela Facundo Navia. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2014.

FACUNDO NAVIA, Angela; HAMID, Sônia; MUNEM, Bahia. Introdução. Categorizando e gerindo pessoas em trânsito. In: FACUNDO NAVIA, Angela; HAMID, Sônia Cristina; MUNEM, Bahia Micheline; GOMES, Charles. Pessoas em movimento: práticas de gestão, categorias de direito e agências. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 7Letras, 2019.

FARIAS, Waleska; SILVA, Gabriele. Produção de fronteiras: Uma análise a partir do caso de abertura de contas bancárias de Indígenas Warao em Natal/RN. In: Reunião de Antropologia do Mercosul. XIV., 2023, Niterói. Anais eletrônicos [...] Niterói: RAM, 2023. p. s/n. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjY4MjMiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMDM4MzdiYjFjYWVjZTM2YTI0OWVmNDNjZjMxZmMzYjgiO30%3D>. Acesso em: 24/08/2024.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência. São Paulo: Edusp, 2012.

GELL, Alfred. Arte e agência: uma teoria antropológica. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LAYTON, Robert. A Antropologia da Arte. Lisboa: Edições 70, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: Estética e política. 2 ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

ROSA, Marlise. A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências em Manaus-AM e de Belem-PA / Marlise ROSA. Rio de Janeiro, 2020.



Imagem 1



Imagem 2

CÓDIGO: HS1663

AUTOR: ALINE GABRIELLE RIBEIRO DA SILVA

ORIENTADOR: CARLOS EDUARDO FREITAS MORAIS

TÍTULO: Modernidade e pluralismo de valores em Georg Simmel

Resumo

O presente trabalho busca pensar o tempo presente a partir da reconstrução do diagnóstico da modernidade do sociólogo alemão Georg Simmel, que através de uma noção trágica de autonomização dos objetos culturais produzidos pelo espírito, e da tensão entre “vida” e “forma”, explora um pluralismo de valores que apresenta um caminho de busca por sentido que pode ser encontrado nas diferentes esferas da vida (religião, ciência, política, artística etc.). Por meio do questionamento de que em medida a teoria simmeliana de “tragédia da cultura” e oposição entre cultura objetiva e cultura subjetiva pode auxiliar na interpretação de conflitos contemporâneos, utilizamos uma abordagem contextualista e textualista para analisar os escritos de Georg Simmel, chegando a conclusão da sua atualidade enquanto fonte de conhecimento sociopolítico e ferramenta heurística.

Palavras-chave: Pluralismo de valores; Modernidade; Georg Simmel.

TITLE: Modernity and pluralism of values in Georg Simmel

Abstract

The present work seeks to contemplate the present time based on the reconstruction of the diagnosis of modernity by the German sociologist Georg Simmel, who starts from a tragic notion of the autonomy of cultural objects produced by the spirit and, from the tension between “life” and “form”, explores a pluralism of values that presents a path of search for meaning that can be found in the different spheres of life (religion, science, politics, art, etc.). Based on questioning whether Simmel's theory of the “tragedy of culture” and the opposition between objective culture and subjective culture can aid in the interpretation of contemporary conflicts, we use a contextualist and textualist approach to analyze the writings of Georg Simmel, arriving at the conclusion of his relevance as a source of sociopolitical knowledge and a heuristic tool.

Keywords: Pluralism of values; Modernity; Georg Simmel.

Introdução

O que esse trabalho pretende apresentar nasce da busca de uma convergência de duas tendências que vêm crescendo no fazer científico das ciências sociais: primeiramente o movimento das viradas, que busca novos enfoques na teoria social — tanto epistemológicos, como antropológicos, ontológicos e assim por diante —, “giros” que intentam alimentar novas abordagens conceituais para pensar fenômenos contemporâneos como gentrificação, conflitos ambientais, guerras culturais, entre outros, também a partir de um novo olhar sobre dicotomias que acompanham desde sempre as ciências sociais, como a entre sujeito e objeto, natureza e cultura, e ordem e mudança; junto a ele, temos um outro movimento que cresce desde o século XX – a retomada dos clássicos das ciências sociais, tanto para expandir seu elenco de nomes para além da tríade Marx-Weber-Durkheim, como para revisitar suas teorias em busca de atualizar programas de pesquisa e colocar à prova suas conceituações em contextos e temáticas contemporâneas.

Se o nascimento da sociologia enquanto disciplina converge com o nascimento da Modernidade, as suas tentativas de compreender e analisar as transformações ao seu redor contam a própria gênese desse período. Uma das novidades encontrada também através das viradas está em revisitar esses clássicos para pensar um tempo presente diferente, o nosso, e é justamente esse o ponto focal da atual investigação. O seguinte trabalho é o produto de um importante estágio do projeto de pesquisa “Pluralismo ontológico e Afetos Políticos na Teoria Social: uma cartografia metateórica” do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título “Os múltiplos altares da Era Secular: o politeísmo de valores em Max Weber e Georg Simmel”, cujo objetivo geral é a apreensão dos diferentes modos de tratamento do politeísmo de valores nas obras de Max Weber e de Georg Simmel, reconstruindo seus diagnósticos da modernidade, tendo em vista as condições institucionais e culturais de articulação de sentido de vida na modernidade. Apresentamos aqui um resultado parcial da pesquisa, focado primeiramente em Georg Simmel; assim, recorreremos a Simmel partindo da sua crítica da modernidade, que se baseia em uma percepção de diferenciação como tendência da modernidade, gerando uma sociedade objetivada, racionalizada e fragmentada em diferentes esferas.

Metodologia

As escolhas metodológicas desta pesquisa foram baseadas na intenção de um trabalho de revisão bibliográfica de abordagem metateórica, que corresponde a um “exercício de mapeamento das pressuposições e proposições gerais [...] da teoria social e da teoria sociológica” (Vandenberghe, 2012, p. 15), buscando movimentar uma reconstrução teórica sistemática (racional e normativa) semelhante às realizadas por Jürgen Habermas (1983) em *Para a reconstrução do materialismo histórico*, Axel Honneth (2003; 2018) em suas obras *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* e *Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento*, onde “uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou” (Habermas, 1983, p. 11), e abordagens metodológicas explicitadas por Koselleck (2020, p. 30) em *História dos conceitos*, visto que “investigam as estruturas e suas mudanças e examinam as condições linguísticas sob as quais essas estruturas foram introduzidas, apreendidas e também transformadas na consciência social”, aplicando-se um tratamento diacrônico à realidade aqui investigada. Assim, por meio de seminários temáticos semanais e leituras críticas acerca da temática do movimento das viradas e da retomada de clássicos — como os textos *A importância dos clássicos* (1999) e *O novo movimento teórico* (1987) de Jeffrey Alexander e *Metateoria, teoria social, teoria sociológica* (2012) de Frédéric Vandenberghe (2017) — assim como de obras de autores como Georg Simmel como *A Filosofia do Dinheiro* (2013) e a coletânea de ensaios *Cultura Filosófica* (2020).

Resultados e Discussões

Primeiramente partimos com *A Filosofia do Dinheiro* de 1900, com Simmel (2013) nos apresentando uma teoria da modernidade em termos de objetificação de valor e reificação de relações sociais, utilizando o dinheiro enquanto um fato social total e ponto central de análise. Ele apresenta sua obra em duas partes: uma analítica, apresentando o processo de passagem do valor enquanto objetivação do desejo, da troca enquanto objetivação do valor e do dinheiro enquanto objetivação da relação de troca, culminando na autonomização do dinheiro e sua inversão de meio em fim absoluto, com Simmel pontuando que a explicação para essa absolutização do dinheiro em todas as esferas da vida está na crescente perda de sentido da vida, característica da modernidade. Quantidade substitui qualidade e valores monetários progressivamente substituem os outros valores que davam sentido à vida, inclusive os religiosos, levando a uma monetarização, objetivação e abstração das relações sociais na era moderna, sendo justamente esse ponto o foco da parte sintética da análise simmeliana.

Simmel (2013) relaciona essa crescente objetivação e abstração das relações com o fomento de uma liberdade individual formal. A economia monetária e a divisão do trabalho promovem uma despersonalização que leva uma espécie de independência vista por Simmel como positiva; o indivíduo é dependente de todos, mas de ninguém em particular, pois a dependência se baseia não na pessoa, mas na função que ela exerce. Os seres percebem uns aos outros como meios para alcançar seus objetivos, pois as relações sociais são relações monetárias desprovidas de afetividade, a sociedade moderna é baseada em ação instrumental. No entanto, essa liberdade formal não torna o indivíduo realmente livre. A definição de um ser livre para Simmel baseia-se em uma liberdade de engajamento na vida em busca de um sentido, aspecto esse em constante decadência no homem moderno, que está cercado de relações reificadas e vazias, sem um conteúdo autêntico. A busca de sentido para vida do ser moderno recai nos objetos em si, nos meios e nos bens objetivos; o entendimento e o intelecto predominam sobre a vontade e o afeto, a lógica utilitarista caracteriza uma modernidade racionalizada dominada pela economia monetária e essa hipertrofia de uma cultura objetiva sobre a cultura subjetiva, uma autonomização dos produtos do espírito acima de cultivo do ser é o que caracteriza a ideia de tragédia da cultura de Simmel.

Com uma noção de cultura vinda da ideia de *Bildung*, de cultivo da alma, Simmel indica um processo que parte da objetivação da alma em produtos do espírito, da cristalização da vida em uma forma. É justamente a partir dessa oposição entre “vida” e “forma” que ele analisou as transformações da vida moderna, inspirado também pela Filosofia da Vida, especialmente com Friedrich Nietzsche e Henri Bergson. A interação da alma com os produtos do espírito converge com o cultivo da cultura objetiva e o abandono da cultura subjetiva. O domínio da cultura objetiva leva a uma pluralidade de “mundos”, que possuem cada um uma legalidade e normatividade própria, pois é a ânsia do Ser de buscar um sentido que o faz se apegar a esses diferentes conteúdos culturais que dominam seu desenvolvimento pessoal. Essas formas são criadas justamente por meio da modalização do conteúdo de destinos, impulsos, tonalidades afetivas e experiências sensoriais e, para Simmel (2010), a própria realidade é apenas um desses mundos possíveis, assim como a arte, a religião, a ciência, construídos pelos mesmos materiais, mas em moldes diferentes. Essa formalização não abrange a totalidade da vida, apenas uma fragmentação modelada pelo espírito no percurso da sua vida psíquica, desenvolvendo uma superestrutura que se sobrepõe à existência, entrelaçado de modo a formar a multiplicidade da vida em uma morfogênese semelhante à vida bergsoniana, constituída de movimentos e transformações.

Mas se em sua origem as formas são criadas a partir dessas necessidades vitais do Ser, o contato com o cultivo dos fins objetivados da vida prática faz com que essas formas tornem-se também fins em si. A transformação de meio em fim

que Simmel (2020) explora com o dinheiro pode ser vista em todas as esferas da vida, uma autonomização desses mundos em si próprios que aponta o conflito principal da teoria simmeliana: a tensão entre vida e forma. Os mundos de Simmel (2010, 2020) são autônomos, suas legalidades próprias se expandem em todos os campos; da religião à arte, da vida doméstica à vida econômica, o sentido da vida em cada mundo é atrelado a sua forma e a sociedade moderna objetivada e dominada pela economia monetária tem um abismo cada vez maior entre o cultivo das coisas e o cultivo do ser. O pluralismo de mundos com legalidades próprias leva a problemática de um pluralismo de valores que Simmel vai analisar com uma perspectiva de certa forma otimista, pois apesar do caráter trágico de progressiva autonomização e formalização da cultura e da vida, é possível encontrar novas fontes de sentido a partir da articulação dos próprios sujeitos.

Conclusão

O intuito dessa reconstrução inicial da crítica da modernidade simmeliana parte principalmente da identificação do nosso tempo presente também como uma vida fragmentada e tensionada. Ao observar, por exemplo, os fenômenos citados anteriormente, como conflitos ambientais e guerras culturais, temos um estado de diferentes mundos, com diversos sentidos e legalidades, que disputam um monopólio do agir e do viver que não é possível de ser atingido. Georg Simmel nos ajuda a refletir o porquê desses embates e como poderíamos conceber um novo olhar sociológico sobre eles que permita uma reflexão acerca de suas possíveis soluções. O próximo passo da pesquisa é realizar o mesmo exercício hermenêutico de reconstrução conceitual com Max Weber (2004, 2016), em busca de convergir os escritos dos dois sociólogos alemães para a construção de um quadro-síntese do tema do pluralismo de valores e de suas conexões com a vida moderna.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p.23-90.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, jun. 1987. p. 5-28.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico (1976)**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **Reificação**: Um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **História de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MEDEIROS, Bianca Freire; CORRÊA, Diogo Silva. As novas tendências na teoria social contemporânea. Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 123, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/11056#quotation>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SIMMEL, Georg. A Religião [1912]. In: SIMMEL, Georg. **Religião**: ensaios - volume 1/2. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2010. p. 21-90.

SIMMEL, Georg. **Cultura Filosófica (1911)**. São Paulo: Editora 34, 2020.

SIMMEL, Georg. **Filosofía del dinero (1900)**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. Prefácio à edição brasileira: Metateoria, teoria social, teoria sociológica. In: VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã**: alienação e reificação. Volume 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. São Paulo: Annablume, 2012. p. 11-37.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Uma consideração intermediária: teoria dos estágios e direções da rejeição religiosa do mundo. In: WEBER, Max. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 361-406.

CÓDIGO: HS1677

AUTOR: GELMA DOS SANTOS RAMOS

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: O PAPEL DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LUTA POR
HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

A presente pesquisa faz parte de um projeto realizado pelo Programa de Educação Tutorial - PET Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e buscou analisar o papel das mulheres participantes desses movimentos. Em sua produção, foi utilizada uma metodologia qualitativa com revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e análise crítica dos dados coletados. Como resultados, temos que os movimentos urbanos de luta por moradia surgem como resistência e denúncia da exploração do modo de produção capitalista que cria as condições de antagonismos entre as classes. Quando nos detemos na análise das mulheres, identificamos que elas são a maioria nas ocupações e que isso se deve a um quadro estrutural de desigualdade social aliado a opressões de gênero como a violência doméstica e também a falta de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros fatores. Além disso, concluímos que os movimentos visam uma mudança societal, para além do acesso à habitação; de igual modo, as mulheres participantes das ocupações reivindicam não apenas moradia, mas também melhores condições de acesso à educação, saúde e transporte, entre outros a fim de alcançarem igualdade de gênero e justiça social.

Palavras-chave: luta por moradia; movimentos sociais; participação feminina

TITLE: THE ROLE OF WOMEN IN THE HOUSING STRUGGLE MOVEMENTS
IN NATAL/RN (2016/2024)

Abstract

This research is part of a project carried out by the Tutorial Education Program - PET Social Sciences, at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and sought to analyze the role of women participating in these movements. A qualitative methodology was used in its production, with a literature review, semi-structured interviews, and critical analysis of the data collected. As a result, we found that urban movements fighting for housing emerge as resistance and denunciation of the exploitation of the capitalist mode of production, which creates conditions of

antagonism between classes. When we focus on the analysis of women, we identify that they are the majority in the occupations and that this is due to a structural framework of social inequality combined with gender oppression such as domestic violence and also the lack of opportunities in the labor market, among other factors. Furthermore, we conclude that the movements aim for societal change beyond access to housing; similarly, women participating in the occupations demand not only housing, but also better access to education, health care, and transportation, among other things, in order to achieve gender equality and social justice.

Keywords: housing struggle; social movements; female participation

Introdução

No Brasil, como em vários países em desenvolvimento, a densidade demográfica, a diversidade territorial e a crescente desigualdade social, tornam a questão da moradia uma das mais desafiadoras para o exercício da cidadania. Apesar de garantido pela Constituição de 1988, o acesso à habitação é um dos problemas sociais que ainda carecem de soluções. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do Censo de 2022, a Fundação João Pinheiro, avalia que o déficit habitacional do Brasil no referido ano foi de mais de 6 milhões de domicílios, isso em comparação ao ano de 2019 representa um aumento de 4,2%. Os dados também mostram que no recorte por sexo, as mulheres somam 62,6% do total, ou seja, 3.892.995[1].

Segundo Gohn (1991; 1997), é a partir dos anos 1970 – seguindo uma tendência mundial e principalmente dado o contexto vivenciado na América Latina – que os movimentos sociais de diversas orientações surgem ou ressurgem de maneira mais articulada no Brasil. Muitos deles apresentam um conjunto de ações e reivindicações por moradia configurando os movimentos sociais de luta por habitação. Sobre isso, Souza-Lobo (2021) aponta a importância da participação dos movimentos de mulheres enquanto sujeito político a partir de reuniões a nível de bairros ou mesmo nos sindicatos e congressos colocando suas demandas em debate. A autora observa que partir dos anos de 1980, há o fortalecimento dos movimentos sociais que assumiam demandas urgentes diante da adoção da política neoliberal enquanto sistema econômico, podendo agir propositivamente no processo constituinte através das “emendas populares e das audiências públicas realizadas pelas comissões de trabalho” (Souza-Lobo, 2021, p. 234).

Ao considerar a cidade de Natal/RN, Guimarães (2013), argumenta que até a década de 1950, a organização popular na área urbana da cidade esteve limitada ao movimento sindical. Após isso, em articulação com a Igreja Católica e seus projetos junto à periferia, tem início o movimento de bairro “objetivando a implementação de uma política de ação para atender a população dessa área de Natal” (Guimarães, 2013, p. 76). Nesse sentido, a autora cita o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e o Levante Popular da Juventude (LPJ) como experiências organizativas com forte influência de seus dirigentes como também pela realidade em que estão inseridos.

Observando que os movimentos de luta por moradia buscam soluções organizadas, Martins (2023) faz uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra, que recebe o

nome da já falecida líder e militante do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) na capital potiguar. Já em 2023, foi organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário a Ocupação de Mulheres Anatólia de Souza Melo Alves, onde é possível observar também uma forte participação de mulheres estudantes e da classe trabalhadora[2]. Percebe-se, dessa forma, um movimento de mulheres estruturado em torno de questões pertinentes às mulheres, incluindo a da moradia e nas mobilizações que ocorrem no município em termos mais abrangentes, como transporte, saúde e educação, trabalho, entre outros.

Assim, objetivou-se de modo geral compreender o papel das mulheres nos movimentos de luta por moradia no município de Natal/RN. Mais especificamente, a pesquisa buscou mapear os movimentos sociais que atuam na luta por moradia no município de Natal; identificar as principais demandas das mulheres que integram os movimentos e com base nos dados obtidos nas entrevistas, discutir sobre sua articulação nos movimentos identificados.

[1] Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

[2] Informações retiradas do perfil da ocupação no Instagram e tomadas em entrevista com uma de suas coordenadoras.

Metodologia

A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, através da qual se empreendeu uma revisão da literatura especializada para a construção do quadro teórico-analítico que abarcou temas como o acesso à moradia e déficit habitacional, políticas públicas de moradias e mulheres e movimentos sociais. Após isso, seguiu-se de entrevistas semiestruturadas com mulheres da Ocupação Emmanuel Bezerra, localizada no bairro do Alecrim em Natal/RN, do Movimento de Mulheres Olga Benário e Ocupação de Mulheres Anatólia de Souza Melo Alves, localizada na Cidade Alta, todas vinculados ao MLB. Além de lideranças desse movimento, também foi ouvido um representante do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e duas professoras pesquisadoras do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Após isso, foi feita a análise e interpretação crítica dos dados obtidos em diálogo com a literatura consultada a fim de se compreender o problema pesquisado a luz dos objetivos inicialmente elencados.

Resultados e Discussões

O projeto voltado para a realização da pesquisa teve início em 2023 com leituras iniciais sobre movimentos sociais de luta por moradia em nível nacional. Mas apenas em 2024

elas se constituíram como plano de iniciação científica. A partir de então, discutimos o processo da pesquisa em termos coletivo e individual e em 2025 iniciamos um ciclo de entrevistas com coordenadores dos movimentos mapeados – o MLB e o MLMP –, pesquisadoras sobre o assunto e moradoras e moradores das ocupações[1].

Identificamos que entre os movimentos organizados na cidade de Natal/RN se destacam o MLB e o MLMP, contando com diversas ocupações cada um deles. O MLB tem longa tradição nacional e é organizado em diversos estados do Brasil desde 1999[2]. No Rio Grande do Norte, o movimento está presente desde 2004[3], quando iniciou a ocupação Leningrado e atualmente conta com as ocupações Emmanuel Bezerra, Valdete Guerra e Palmares. Conta com o apoio do Movimento de Mulheres Olga Benário, voltado para a “luta contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes em nossa sociedade” (Cartilha, 2017, p. 5) e que também realiza ocupações para acolhimento e orientação jurídica para mulheres vítimas de violências.

O segundo maior movimento organizado que mapeamos é o MLMP. Conforme informação compartilhada na entrevista com um de seus representantes, este é dissidente do MLB e agora organiza sete ocupações em Natal: Olga Benário, Marcus Dionísio, Aurora Maria, Tiradentes, Padre Tiago, Elenir Ferreira e Alto do Guarapes. Segundo o entrevistado “a ferramenta do movimento é a luta e organização” [4] frente às investidas do capitalismo através da especulação imobiliária que nega espaços sem uso social a famílias desprovidas de moradia.

Quanto ao modo de organização, ambos os movimentos apresentam aspectos semelhantes. Realizam reuniões para apresentar o movimento a potenciais participantes, falam de seus objetivos, fazem sondagens de imóveis sem função social e organizam o momento ideal para a ocupação. Após a ocupação, montam barracos e cozinhas coletivas, organizam a distribuição de água e energia elétrica e se preparam para o diálogo com o poder público ou proprietários dos imóveis ocupados, no caso de serem privados. Outra semelhança diz respeito a regras de convivências debatidas em assembleias e que preveem possíveis expulsões para aqueles que não respeitarem tais regras fixadas, principalmente no tocante à proibição do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas, aos horários de entrada e saída, uso de violência física e verbal principalmente contra mulheres, crianças e idosos. A última preocupação, segundo o relato de uma coordenadora da Ocupação Emmanuel Bezerra, visa “garantir que as mulheres possam permanecer na ocupação e contar com uma possível reestruturação financeira” [5].

Sobre a relação com o poder público, a nível municipal e estadual, MLB e MLMP enfrentam situações conflituosas, ainda que com algum grau de negociação resultado de sua posição incisiva. Apesar de dispor de canais oficiais que prezam pela participação popular através de audiências, é unânime a constatação de que há certa vontade de que as decisões a respeito de políticas públicas de moradia e relacionadas à dinâmica urbana sejam tomadas com a mínima interferência desses movimentos ou de equipes técnicas que realizam pesquisas a partir da UFRN e que em algumas situações prestam consultoria e apoio aos movimentos.

Todas as pessoas entrevistadas destacaram a importância da atuação das mulheres nas ocupações e nos movimentos que se fazem em torno delas, como mobilizações,

assembleias e coordenações. Apesar de não ter sido possível precisar a quantidade de mulheres nas ocupações uma vez que há certa rotatividade dos moradores, foi apontado diversas vezes que elas representam a maioria. Em conversa com pesquisadores e moradores, estima-se que elas representam cerca de 90% nas ocupações. Segundo o representante do MLMP as ocupações são formadas “majoritariamente por mulheres”, tanto moradoras quanto a frente das coordenações. Em uma determinada ocupação dos nove coordenadores, três são homens e seis são mulheres; e outra delas, a coordenação é totalmente formada por mulheres [6].

Segundo uma das professoras entrevistadas “as mulheres são muito ativas nesses movimentos” [7] e isso pode estar ligado ao fato das mulheres ocuparem historicamente o lugar de cuidadoras do lar e de crianças. Para a coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Ocupação de Mulheres Anália de Souza Melo Alves também tem a ver com a violência e opressão que as mulheres sofrem na sociedade capitalista, onde muitas vezes não conseguem acessar creches e outras estruturas sociais que possibilitem o ingresso ao mercado de trabalho. Ao serem excluídas de tais equipamentos, sobra o lugar de múltiplas vulnerabilidades, sendo a falta de moradia uma delas. Nesse sentido, as ocupações oferecem mais do que uma casa ou rede de apoio. Oferecem estratégias de resistência e perspectiva de futuro.

O relato de uma coordenadora e também moradora da Ocupação Emmanuel Bezerra, aponta na mesma direção. Segundo ela, muitas mulheres chegam às ocupações após episódios de violência doméstica, “carregando apenas uma mochila e um filho” [8]. Nessas situações, ter um teto – ainda que precário – para morar, contar com acolhimento psicológico e orientação jurídica também se confirmam como importantes recursos e estratégias de mobilização para essas mulheres. Esses recursos são oferecidos voluntariamente pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que de acordo com uma de suas coordenadoras faz busca ativa nas ocupações do MLB e entorno, mas também por meio de divulgações em redes sociais e em ambientes escolares e acadêmicos. Existindo em nível nacional, este movimento voltado para as mulheres surge a partir do MLB e se constitui como movimento próprio, também realizando ocupações, mas no intuito de receber, sobretudo mulheres vítimas de violência. Desse modo, opera como centro de referência e “abrigo” dessas mulheres, oferecendo acompanhamento psicológico, jurídico e de assistência social. Por surgir a partir do MLB, são considerados como “movimentos irmãos” que realizam um trabalho em conjunto com apoio mútuo em suas mobilizações e demandas.

No entanto, a moradia por si só não representa um fim nessa luta. Conforme relatos dos entrevistados é preciso que ela venha acompanhada por garantias de acesso à saúde, transporte e educação, incluindo uma das grandes reivindicações das mulheres, as creches. Nesse sentido, Martins (2023) confirma a precária estrutura de saúde, educação, cultura e lazer nas ocupações e, na maioria dos casos a total ausência dela. Isso confirma que os movimentos não se voltam unicamente para a questão da moradia, mas para tudo aquilo que viabiliza minimamente as condições básicas necessárias à reprodução da vida em sociedade.

A partir de tais reflexões, podemos inferir que desde a emergência do capitalismo e o desenvolvimento das cidades, os espaços urbanos vêm sendo produzidos e reproduzidos como mercadorias. A organização fundiária que se caracteriza pela concentração de

terras nas mãos de uns poucos constitui um componente estrutural da desigualdade de acesso à terra e, por consequência, à moradia. Assim, questões voltadas para pensar o déficit habitacional se tornam prementes, pois escancaram a dinâmica desigual da sociedade capitalista e evidencia as contradições inerentes a ela. Disso, surgem contestações sociais que tem como reivindicação central a moradia, tida como elemento indispensável à dignidade humana.

Nesse sentido, os movimentos de luta por moradia surgem como mecanismos de enfrentamento em meio a relação conflituosa entre capitalismo, urbanização e cidadania, pois denunciam os problemas que atingem as populações urbanas precárias, atuando com base na premissa de que o acesso à moradia digna é um elemento dos direitos humanos que justificam sua luta. De acordo com Harvey (2005), a urbanização desenfreada tem beneficiado historicamente elites econômicas em detrimento das classes mais vulneráveis, acentuando as desigualdades sociais e econômicas ao mesmo tempo em que demonstra que as ações do Poder Público ainda são insuficientes diante do crescente déficit habitacional. Desse modo, a luta por moradia se justifica enquanto importante estratégia na busca por justiça social e cidadania plena.

Pesquisando sobre as dinâmicas urbanas, Caldeira (2000) também aborda as problemáticas comuns às cidades que desencadeiam as desigualdades sociais a partir da dicotomia centro-periferia que separa por meio das diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais aqueles que podem ocupar os centros equipados de instrumentos que possibilitam o melhor bem viver daqueles que são relegados às áreas afastadas da cidade onde a falta de quase tudo é a regra vigente.

[1] Não serão feitas referências diretas às entrevistadas e entrevistados, não sendo necessário, nesse caso, o uso de nomes fictícios. As entrevistas se deram nas seguintes datas: 26 de março de 2025 com uma professora pesquisadora da UFRN; 02 de abril de 2025 com duas coordenadoras e um morador de uma das ocupações do MLB; 15 de maio de 2025 com outra professora pesquisadora da UFRN; 02 de maio de 2025 com uma coordenadora e moradora da Ocupação Emmanuel Bezerra (MLB); 29 de maio com uma coordenadora da Ocupação de Mulheres Anália de Souza Melo Alves e 06 de julho de 2025 com um representante do MLMP.

[2] Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>. Acesso em: 16 jun. 2025.

[3] Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/mlb-rn-luta-popular-20-anos/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

[4] Entrevista concedida em 06 de julho de 2025, na UFRN.

[5] Entrevista concedida no dia 02 de abril de 2025, na UFRN.

[6] Entrevista concedida em 06 de julho de 2025, na UFRN.

[7] Entrevista concedida no dia 26 de março de 2025, na UFRN.

[8] Entrevista concedida no dia 02 de maio de 2025, na Ocupação Emmanuel Bezerra.

Conclusão

Podemos concluir, dessa forma, que os movimentos de luta por moradia em âmbito nacional ocorrem pela ineficiência do poder público em garantir o que consta em lei (Brasil, 2000). A falta de acesso a recursos básicos à subsistência é um fenômeno característico do modo de produção capitalista que se firma sobre o antagonismo de classes em que a grande maioria da população é expropriada em detrimento de um pequeno número que se apropria do valor produzido pela força de trabalho dos mais vulneráveis.

Sendo a falta de moradia um dos grandes problemas da atualidade, vimos que o acesso a ela não resolve todos os problemas. Além disso, quando tratamos das relações de gênero atreladas a falta de moradia, observamos que essa é uma questão que também abrange a opressão das mulheres que ainda se faz presente através da violência patriarcal (Saffioti, 2015). Assim, no contexto estudado, as mulheres concebem a luta por moradia, creches, escolas, saúde e transporte adequados, entre outros, como direitos que podem e devem ser conquistados através de mobilizações, enfrentamentos e lutas diárias por meio de um movimento que busca se fortalecer coletivamente.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARTILHA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. Brasil, 2017. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-29-MMOB-CARTILHA-DO-MOVIMENTO-DE-MULHERES-OLGA-BEN%C3%81RIO.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio... 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MARTINS, Joao Vitor Holanda. MLB e ocupações como forma de lutar: uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra em Natal/RN. In: GT 47: Desafios para acesso ao direito à moradia nas cidades em contextos latino-americanos. XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios a partir do sul global. 1 a 4 de agosto de 2023, Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF/ Gragoatá).

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

CÓDIGO: HS1681

AUTOR: RIAN LIEDSON DUARTE PEREIRA

ORIENTADOR: JULIANA FELIPE FARIAS

TÍTULO: BANCO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SERIDÓ/RN: DIRETRIZES PARA O
PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Resumo

O texto aborda a relação entre as mudanças climáticas e a desertificação, destacando a urgência desse problema no Brasil, onde a vasta área semiárida é particularmente vulnerável. A pesquisa mencionada, busca criar um banco de dados socioeconômico da bacia hidrográfica do rio Seridó, no Rio Grande do Norte. O objetivo do estudo é apresentar um levantamento preliminar de dados e o andamento da pesquisa, buscando futuras ampliações e demonstrando a eficácia da geoecologia das paisagens como metodologia para o planejamento ambiental. A justificativa principal é a necessidade de mais trabalhos sobre bacias hidrográficas para combater a desertificação.

Palavras-chave: Geoecologia, Seridó, Bacias Hidrográficas, Banco de dados, Semiárido

TITLE: Socioeconomic Database of the Seridó River Basin/RN: Guidelines for
Environmental Planning

Abstract

The text discusses the relationship between climate change and desertification, highlighting the urgency of this problem in Brazil, where a vast semiarid area is particularly vulnerable. The mentioned research aims to create a socioeconomic database for the Seridó river basin in Rio Grande do Norte. The study's goal is to present a preliminary data survey and its progress, with a view toward future expansion and demonstrating the effectiveness of landscape geoecology as a methodology for

environmental planning. The main justification is the need for more work on river basins to combat desertification.

Keywords: Geoecology, Seridó, Watersheds, Database, Semiarid

Introdução

As mudanças climáticas, intensificadas pelas ações humanas ao longo dos séculos, têm gerado desequilíbrios nos ciclos naturais do planeta. Um dos efeitos mais críticos desse fenômeno é o impacto sobre áreas de clima naturalmente seco, como as zonas áridas. Nessas regiões, a baixa pluviosidade se torna ainda mais acentuada, o que compromete a disponibilidade de água, um recurso essencial para a vida na Terra. A escassez hídrica prejudica a biodiversidade e a sociedade, gerando uma série de desequilíbrios ambientais.

Nesse contexto, a desertificação se destaca como um sintoma grave das alterações climáticas, especialmente no Brasil. O país possui uma extensa área semiárida de quase 970 mil km², abrangendo 11 estados e 1.477 municípios. A dimensão desse território ressalta a urgência de medidas para evitar o avanço da desertificação e garantir um abastecimento de água adequado para a população e o meio ambiente.

Nesse sentido, a presente pesquisa integra o projeto intitulado “Bacias Hidrográficas e Desertificação: diagnóstico e ações integradas a partir da Geoecologia das Paisagens”, contemplando em suas ações e atividades voltadas à criação de um banco de dados socioeconômicos da bacia hidrográfica do rio Seridó/RN, visando diretrizes para o planejamento ambiental. Destaca-se que a pesquisa é uma continuação direta do trabalho de 2024, logo, os resultados a serem apresentados não estão parcialmente concluídos.

Portanto a pesquisa tem como principal objetivo apresentar a um levantamento de dados socioeconômicos ao longo do ano, assim como, o andamento e desenvolvimento dela, visando ampliações e perspectivas para o futuro. Com a principal justificativa da necessidade de trabalhos relacionados à temática para bacias hidrográficas e comprovando a eficácia metodológica da geoecologia das paisagens.

Metodologia

Como área de estudo, a pesquisa se destrinchou na porção Potiguar da bacia do Rio Seridó (Figura 1), abrangendo uma área de aproximadamente 6.493 km² e altitudes médias de 450 metros. O curso principal (Rio Seridó) se inicia no município de Parelhas/RN, e tem como orientação de drenagens Leste/Oeste com orientação final à Noroeste, em sua foz no município de São Fernando/RN.

Sendo uma sequência direta da pesquisa anterior, ressalta-se que os dados trabalhados dizem respeito aos municípios que não foram contemplados anteriormente, sendo eles: Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Equador, Florânia, Ipueira, Lagoa Nova, Ouro Branco, Santana dos Matos, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Visando desenvolver a pesquisa para o recorte da bacia do Rio Seridó e os municípios amostrais, utilizou-se da Geoecologia das Paisagens como método, pois à mesma permite analisar a dinâmica da paisagem de forma sistêmica por meio das alterações do meio ambiente feitas pelos humanos (Rodriguez & Silva, 2018). Logo, o método apresenta eficácia de aplicação e elaboração de propostas, para análises ambientais em diferentes recortes espaço temporais.

Neste sentido, foram aplicados os procedimentos metodológicos propostos por Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2013), Rodriguez e Silva (2013) e Farias (2015) distribuídos por fases: organização e inventário, análise, diagnóstico e propositiva. De forma geral, buscou-se caracterizar e analisar os municípios por meio destas etapas propostas.

Na fase de organização e inventário foram reunidos e organizados os materiais bibliográficos e cartográficos dos diferentes temas abordados na pesquisa e que envolvem a bacia. Foram realizadas coletas de dados em órgãos públicos e plataformas de base de dados, tendo como principal fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), DATASUS Tabnet e Agência Nacional das Águas (ANA).

Os dados coletados contemplaram os seguintes temas: população, atividades econômicas, aspectos educacionais, saúde e saneamento básico, seguindo o recorte dos municípios amostrais. Para os dados de população considerou-se os totais, homens e mulheres e divisão por raça ou cor. Nas atividades econômicas, os dados de agropecuária (rebanhos, culturas e extrativismo). Na saúde (infraestrutura, óbitos por doenças relacionadas à água) e saneamento básico (abastecimento e tratamento da água, esgotos e resíduos sólidos) foram priorizados os principais indicadores de cada tema.

Ressalta-se que para a coleta dos dados de saúde, foram listadas e analisadas 35 categorias de doenças que tenham alguma relação com a água (Figura 2), tendo base na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Estes dados foram coletados de 2010 a 2022 (anos censitários), e somados para ter uma noção do total de óbitos por ocorrência.

Além disto, também houve uma soma total dos estabelecimentos de saúde por município com base no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), onde levou-se em consideração a listagem de 24 categorias de estabelecimentos (Figura 3). Possibilitando ter noção da quantidade de infraestrutura para a população.

Em decorrência, nessa fase da pesquisa também foi efetivado os primeiros trabalhos de campo na bacia, direcionados a um reconhecimento preliminar da área para registrar aspectos socioeconômicos. É importante destacar também que nessa fase teve início as

primeiras reuniões e grupos de estudos, para estabelecer metas e seguir o cronograma estabelecido, assim como também discutir textos que subsidiaram o aparato teórico da pesquisa.

A fase de análises compreendeu a compilação de todo material levantado e organizado anteriormente, gerando fotos, quadros e tabelas, que foram convertidos em gráficos, e especializado em mapas. As fotos permitiram a espacialização das atividades desenvolvidas e os impactos associados na bacia.

A fase de diagnóstico não foi executada por completo, devido a pesquisa ainda está em desenvolvimento, portanto ocorreu apenas à interpretação dos materiais produzidos na fase anterior. Futuramente, o andamento será com a descrição dos principais problemas, potencialidades e limitações da bacia, tendo como base o uso e ocupação do solo. Ocorrerá a unificação das informações com as do outro plano de trabalho, para a partir disso, elaborar as propostas de planejamento ambiental para a bacia.

O trabalho ainda não atingiu a última fase, sendo ela a propositiva, que agrega os resultados de outros planos de trabalho, onde serão apresentadas as propostas de planejamento ambiental elaboradas para a bacia a partir da Geoecologia, tendo como base a interpretação e espacialização dos dados físico-ambientais, socioeconômicos e a compartimentação, os quais possibilitarão um conhecimento detalhado do funcionamento e dinâmicas atuantes. Essas propostas agregaram informações importantes que viabilizam uma “organização” do uso/ocupação da bacia embasados na capacidade de suporte dela, valorizando as potencialidades e resguardando as limitações.

Resultados e Discussões

Com base nos dados coletados na fase de organização e inventário, e na fase das análises, foi possível gerar produtos a serem discutidos na fase de diagnóstico. Logo, em sequências, os produtos estão apresentados em ordem de grupos, como: População; total, Homens, Mulheres, Raça ou Cor, Densidade Demográfica. Saúde; óbitos por ocorrência de doenças relacionadas à água e Saneamento Básico. Trabalho e Rendimento, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Economia; Empresas por Setor e Produto Interno Bruto (PIB). E por fim, agropecuária; efetivo de rebanhos, lavouras permanentes, temporárias e extrativismo vegetal.

Referente a população por sexo (tabela 1), destaca-se que a população de mulheres corresponde à 50,56% da população, enquanto os homens à 49,43% do total geral da amostra. Lagoa Nova/RN é o município mais populoso, contando com cerca de 14,84% da população geral da amostra, que é de 104.881 pessoas, já o menos populoso é Ipueira/RN.

Já no que diz respeito à densidade demográfica (tabela 2), é possível apontar que Lagoa Nova/RN novamente se coloca em primeiro lugar, possuindo 88,33 habitantes por quilômetro quadrado, já no município de menor densidade demográfica, quem se coloca é Santana dos Matos/RN com 8,76 hab/km².

Entrando na temática de população por cor ou raça (tabela 3), é possível destacar que a amostra é composta por maioria branca com 46,61% e pardos 46,32%, seguido de pretos 6,87%, amarelos 0,09% e indígenas 0,08%. Lagoa Nova/RN concentra a maior da população branca, com cerca de 5.638 habitantes, 8.465 pardos e 1.451 pretos. Já a respeito da população amarela, o município de São Vicente/RN concentra a maioria, com 22 habitantes, e o município de Carnaúba dos Dantas/RN apresenta o maior número de indígenas com 37 habitantes.

Entrando na temática de saúde, destaca-se que o município que apresentou mais óbitos/ocorrências de doenças relacionadas a água entre 2010 e 2022 (tabela 4) foi Santana dos Matos/RN, e Ipueira, Santana do Seridó, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas foram os municípios que não apresentaram nenhum registro.

Se tratando da infraestrutura voltada a saúde (tabela 5), nota-se que Serra Negra do Norte/RN é o município que porta de maior concentração de estabelecimentos, enquanto Timbaúba dos Batistas/RN é o oposto, portanto o menor número.

Partindo para informações sobre o saneamento básico, pode-se destacar que de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2017 (IBGE), todos os municípios da amostra possuem esgotamento sanitário, com exceção de São Vicente/RN e Tenente Laurentino Cruz/RN que não possuem, e Ipueira/RN e São José do Sabugi/RN que não informaram. Ressalta-se também que todos os municípios possuem algum tipo de tratamento de água (quadro 1), seja convencional, não-convencional, ou de simples desinfecção (cloração e outros).

Entrando na temática econômica dos dados, em trabalho e rendimento (tabela 6), destaca-se uma média geral salarial da amostra de R\$14.485,00 aproximadamente 9,5 salários-mínimos (com base no valor para 2025), para uma população ocupada de cerca de 11.640 habitantes, com 10.013 de pessoal ocupado.

É possível fazer uma medição de um dos principais indicadores socioeconômicos, o IDHM (índice de desenvolvimento humano) (tabela 7), que para nossa amostra apresenta um perfil de qualidade médio (entre 0,550 e 0,699). Essas informações apontam que políticas públicas e ações sociais estão alinhadas para uma melhor equidade social no recorte da área de estudo.

Analisando a questão empresarial (tabela 8), é possível destacar que a maior concentração de empresas está no setor terciário com um total de 2.695 negócios nos comércios e 2.030 em serviços, seguido do setor secundário com 776 empresas na indústria e 335 na construção civil, finalizando no setor primário com somente 35 empresas na agropecuária.

Referente aos dados econômicos, optou-se por coletar valores de Produto Interno Bruto (PIB) para os municípios da área de estudo devido a recenticidade dos dados e a complementação com os dados de empresas. Neste sentido, destaca-se que os principais valores apresentados pelo PIB da área de estudo (tabela 9) estão em torno do setor terciário, ou seja, todas as atividades formais e informais relacionadas com o comércio e a prestação de serviços, apresentando um total de R\$677.626,00, seguido do setor

secundário (industrial) com R\$178.328,00 e por fim o setor primário com R\$164.183,00 totalizando os três setores em R\$1.020.137,00, gerando um per capita (população/PIB total) de R\$224,19.

Referente a informações pecuárias da área de estudo (Tabela 10), foi considerado os efetivos por rebanho para 2022. Logo, conforme dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) do IBGE (2022), destacasse que o principal tipo de rebanho na área é o de Galináceos com cerca de 371.152 efetivos, seguido de Bovinos com 115.640, Ovinos 63.608, Caprinos 39.660, Suínos 37.530 e Equinos 5.675.

Referente as Lavouras permanentes (Tabela 11), de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) feita pelo IBGE (2022), a área de estudo possui oito tipos de lavouras permanentes, sendo elas com o total geral em toneladas, banana (cacho) 281t, castanha de caju 4.478t, coco-da-baía 93t, goiaba 281t, limão 108t, mamão 304t, manga 1.276t e maracujá 31.637t.

Ainda na temática agropecuária, dados da PAM (2022) referente a lavouras temporárias (Tabela 12), apresentam que a área de estudo possui nove tipos culturas, sendo elas com um total em toneladas; Algodão herbáceo 8t (em caroço), Arroz 76t (em casca), Batata-doce 1.622t, Fava 172t (em grão), Feijão 1.563t (em grão), Mandioca 25.337t, Melancia 2.304t, Milho 2.772t (em grão) e Tomate 492t.

Concluindo esse trecho agropecuário, a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) executada pelo IBGE (2022), apresenta dados de Silvicultura sobre a produtividade da extração vegetal (Tabela 13). A área de estudo apresenta quatro tipos de extração vegetal, sendo duas alimentícias, como Castanha de Caju com geral de 6 toneladas, e Umbu com 31 toneladas. Além de extrações como carvão vegetal em um total de 1.230 toneladas, e 96.832 metros cúbicos de lenha no geral.

Com base nos dados apresentados, é possível fazer apontamentos importantes a respeito do contexto do recorte temático destes municípios no contexto da bacia hidrográfica do rio Seridó. Destaca-se que os municípios desenvolvem atividades socioeconômicas significativas, que estão direta e indiretamente relacionadas ao uso da água, portanto, com a continuação desta pesquisa, será possível traçar estratégias de planejamento ambiental embasadas na geoecologia das paisagens, para buscar determinado equilíbrio ambiental entre os usos da água e as atividades humanas.

Conclusão

Com este trabalho é possível concluir que uma caracterização socioeconômica é uma peça importante para a análise integrada de elementos da paisagem, portanto, é uma chave fundamental para desenvolver pesquisas que visem a metodologia da geoecologia das paisagens.

As expectativas futuras com a pesquisa aparentam ser positivas, pois, com a caracterização total da bacia e união de outros planos de trabalho, será possível avançar com estratégias que visem auxiliar o desenvolvimento humano e atender as ODS desenvolvidas por esta pesquisa.

Vale destacar que umas das principais dificuldades no desenvolvimento deste trabalho se deve ao fato de lidar com dados públicos que não possuem uma receticidade adequada, principalmente com algumas pesquisas do IBGE, limitando assim algumas das análises à atemporalidade dos dados, gerando certo distanciamento da realidade. Todavia, estas questões devem ser superadas futuramente.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. Sistema De Acompanhamento De Reservatórios – SAR, 2024. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/sar/nordeste-e-semiarido/rio-grande-do-norte>, Acesso em: 15 ago. 2024.

ARTMED. CID-10, 2024. Disponível em: www.artmed.com.br/cid10. Acesso em jan. de 2024.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. Trechos Rodoviários, 2016. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/ff37f924-e88d-4ee4-82e7-14a3e5efe0fd/attachments/GEOFT_TRECHO_RODOVIARIO_FEDERAL.zip. Acesso em: 15 ago. 2024

FARIAS, J. F. Aplicabilidade da Geoecologia das Paisagens no Planejamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Palmeira-Ceará/Brasil. Tese. (Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Ceará, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=sobre>. Acesso em: 15 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Malhas Territoriais, 2022. Disponível em: www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2022>. Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2022>. Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional do Saneamento Básico - PNSB, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnsb/pnsb-2017>. Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produto Interno Bruto – PIB, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 15 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA – INEP. CENSO Escolar 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. TOPODATA, 2008. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>. Acesso em 15 ago. 2024

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024

J. M. M.; SILVA, E. V. Planejamento e gestão ambiental: subsídios da Geoecologia das Paisagens e da Teoria Geossistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES 2024. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS Tabnet 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 15 ago. 2024

RODRIGUEZ, J. M. M., SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Edições UFC, 2013. RODRIGUEZ,

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. DATA SEBRAE, 2024 Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html>. Acesso em: 15 ago. 2024

Anexos



Figura 1



Figura 2



Figura 3

CÓDIGO: HS1683

AUTOR: DARIANA JUSTINO PLINIO

ORIENTADOR: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA

TÍTULO: As sementes crioulas na garantia da soberania alimentar nos territórios rurais do Rio Grande do Norte

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender as diversas perspectivas que envolvem as sementes crioulas e a soberania alimentar, por meio de uma revisão sistemática ativa da produção científica sobre o tema ao longo dos anos. As sementes crioulas, de forma geral, são variedades cultivadas e selecionadas por agricultores ao longo de gerações, representando não apenas um legado de resistência das famílias guardiãs, mas também um elemento fundamental para a segurança e a soberania alimentar. A análise busca identificar como essas definições se transformam ao longo do tempo e entre diferentes países, evidenciando as múltiplas dinâmicas que permeiam o entendimento dessa temática. Os resultados trazem a relação entre sementes crioulas e soberania alimentar, destacando a importância de políticas públicas e projetos voltados à preservação e conservação dessas sementes. Além disso, evidencia-se o papel fundamental dos movimentos sociais e de diversos atores interessados na manutenção e no fortalecimento de políticas reguladoras e de incentivo, que garantam a continuidade e valorização dos bancos de sementes, dos próprios guardiões de sementes e da agricultura que servem como estratégia para a soberania alimentar.

Palavras-chave: Sementes crioulas. Soberania alimentar. Guardiões de sementes.

TITLE: Heirloom seeds in ensuring food sovereignty in the rural territories of Rio Grande do Norte.

Abstract

This article aims to understand the diverse perspectives surrounding heirloom seeds and food sovereignty through an active systematic review of scientific literature on the topic over the years. Heirloom seeds, in general, are varieties cultivated and selected by farmers

for generations, representing not only a legacy of resistance from the seed-guarding families but also a fundamental element for food security and sovereignty. The analysis seeks to identify how these definitions change over time and across different countries, highlighting the multiple dynamics that permeate the understanding of this topic. The results reveal the relationship between heirloom seeds and food sovereignty, highlighting the importance of public policies and projects focused on the preservation and conservation of these seeds. Furthermore, it highlights the fundamental role of social movements and various stakeholders in maintaining and strengthening regulatory and incentive policies that ensure the continuity and appreciation of seed banks, seed guardians themselves, and agriculture, which serve as a strategy for food sovereignty.

Keywords: Creole seeds. Food sovereignty. Seed guardians.

Introdução

As sementes crioulas, em uma definição geral, são variedades de plantas cultivadas e selecionadas pelos agricultores ao longo do tempo, atravessando gerações e fomentando uma relação única de cultivo e resistência. Na Lei de Sementes e Mudanças – Lei Nº 10.711/2003, Art. 2º, XVI, as sementes crioulas são designadas também de sementes de variedade local ou tradicional. Trata-se de variedades selecionadas, manejadas e conservadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, e estão permanentemente sendo adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo. A compreensão e a importância das sementes crioulas ganham notoriedade e significância não apenas como um marco de resistência das famílias guardiãs, mas também no aspecto da segurança e da soberania alimentar. A Soberania Alimentar pode ser definida como: (...) o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada que seja produzida por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis. É também o direito dos povos definirem seus próprios sistemas alimentares e agrícolas (Forum For Food Sovereignty, 2007, versão livre dos autores). Este presente artigo buscou analisar por meio de uma revisão sistemática ativa as diferentes dinâmicas envolvidas no entendimento acerca dessas temáticas, oferecendo assim uma compreensão linear quando se trata das sementes crioulas e da soberania alimentar e da correlação que ambas têm entre si. A soberania alimentar configura-se como uma estratégia fundamental para garantir uma existência mais justa e humana, sendo fortalecida por diversas políticas públicas que buscam regulamentar e incentivar práticas sustentáveis e inclusivas. A valorização dessas sementes, carregadas de história, cultura e resistência, torna-se um elemento central na preservação da agrobiodiversidade e no enfrentamento das desigualdades no campo. Compreender essas dinâmicas enriquecem uma agricultura sustentável e trazem consigo uma vasta gama de biodiversidade e fomentam a soberania alimentar, o artigo Sementes Crioulas: Conservação, Soberania alimentar e Agrobiodiversidade na região dos Campos Gerais, Paraná, Brasil (Balbino, Gervais, 2025) traz consigo essa relação e embasam essa discussão. O artigo “A conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: Análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México” traz um estudo que analisa três iniciativas voltadas à conservação de variedades crioulas e à promoção da soberania alimentar de famílias agricultoras no Brasil e no México. Essas iniciativas de compreensão incentivam os agricultores a conservarem os recursos fitogenéticos em suas próprias propriedades, priorizando as variedades mais utilizadas no consumo familiar e

na produção local. Ao promoverem a agrobiodiversidade, garantem também o reconhecimento do papel dos agricultores como guardiões e custodiadores das sementes, fortalecendo sua autonomia produtiva e alimentar, especialmente por meio da gestão comunitária dos bancos de sementes. A articulação entre agricultores, extensão rural, academia e Estado é apontada como fundamental para a eficácia e continuidade dessas ações como estratégia para a soberania alimentar das comunidades rurais (Pereira, Lopéz, Soglio, 2017). Essas discussões são necessárias e servem como impulso para uma busca de uma compreensão mais aprofundada sobre essas temáticas, em especial para a garantia de que esses assuntos sejam cada vez mais estudados e valorizados.

Metodologia

A metodologia adotada trata-se de um estudo baseado em uma revisão sistemática ativa, como critérios de exclusão as palavras-chave foram: “sementes crioulas”, “soberania alimentar” e como delimitação territorial “Brasil” e “América Latina”, conforme apresentado no Quadro 2, localizado nos anexos, o título e a leitura parcial dos resumos. As bases de dados utilizadas para a busca dos artigos e mapeamento dos estudos sobre a temática ao longo dos anos foram: SciELO Brasil e Google Acadêmico. A partir da definição das palavras-chave: “sementes crioulas” e “soberania alimentar”, ambas pesquisas com aspas nos bancos de dados, e os strings de busca por descritores foram definidos como “OR” para sementes crioulas e soberania alimentar, sendo considerados artigos do Brasil e América Latina, conforme apresentado no Quadro 3, localizado nos anexos. A definição das palavras-chave foi elaborada com base no objetivo principal deste artigo: compreender a relação entre sementes crioulas, soberania alimentar e a produção científica sobre essa temática. Com o intuito de obter o maior número possível de artigos, não foram estabelecidos critérios de data ou idioma, sendo incluídos trabalhos em português, espanhol e inglês. A pesquisa seguiu as orientações do método de Botelho, Cunha e Macedo (2011) que propõem a revisão bibliográfica sistemática como uma abordagem eficaz para entender a evolução de um tema e identificar oportunidades de pesquisa, ao incorporar metodologias de revisão utilizadas em outras áreas do conhecimento, como os estudos organizacionais. Com base nesses comandos, foram obtidos os artigos correspondentes. A pré-seleção ocorreu inicialmente pela leitura dos títulos; em seguida, os resumos foram analisados. Ao final, foram selecionados os artigos de cada base, os quais melhor atenderam à temática proposta, com isso em mãos foi feita uma seleção com título, autor e ano. Os títulos selecionados foram: “Resgatando tradições: articulações entre Estados e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas no Rio Grande do Norte” de 2023 e tendo como autores Joana Tereza Vaz de Moura, Antonia Geane Costa Bezerra; “Sementes Crioulas: Conservação, soberania alimentar e Agrobiodiversidade na região dos Campos Gerais, Paraná, Brasil” de 2025 e tendo como autores Natalie Alana pedroso, Lia Maris Orth Ritter Antiqueira; “Guardiãs de sementes crioulas de Sergipe: mulheres que produzem soberania alimentar” de 2020, autoria de Thaís Moura dos Santos e Eraldo da Silva Ramos Filho; “A conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: Análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México” de 2017 tendo como autores Viviane Camejo Pereira, Pedro Antonio López e Fabio Kessler Del Soglio; “A importância das feiras de trocas de sementes crioulas para a conservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar no semiárido brasileiro” de 2025 dos autores Rafael dos Santos Balbino e Ana Maria Dubeux Gervais; “Mobilizando guardiões e

guardiãs de sementes crioulas na busca pela soberania alimentar: os desafios da implementação de políticas participativas” de 2024 dos autores Joana Tereza Vaz de Moura e Cimone Rozendo; “Sementes crioulas: soberania e segurança alimentar no assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema - CE” de 2024 dos autores Antonia Silva, Débora Sousa, Pedro Rodrigues, Vitor Fontenele e Maria Moreira; “Por Que Os Agricultores Guardiões De Sementes Mantêm Suas Sementes?” de 2020 dos autores Régis de Araújo Pinheiro, Hélio Debli Casalinho, Irajá Ferreira Antunes e Gilberto Antônio Peripolli Bevilacqua. Informações presentes no Quadro 4, contido nos anexos. Para a obtenção dos resultados esperados foi feita uma leitura ativa de todos os artigos selecionados, no qual se foi feita uma análise pautada em como cada estudo aborda o tema de sementes crioulas e soberania alimentar e como elas se relacionam. Para melhor Ilustração se foi criado quadros e tabela presentes nos anexos. Na tabela 1 estão os bancos de dados utilizadas e a quantidade de artigos encontrados em cada um, no SCIELO Brasil foram encontrados 57 artigos que correspondem aos detectores escolhidos, 8 artigos foram selecionados pelos títulos, 2 artigos selecionados pela leitura do resumo e 2 artigos finais; no Google Acadêmico foram encontrados 4.170, 22 artigos selecionados pela leitura do título, 9 pela leitura do resumo e 7 artigos finais. Totalizando um somatório de 4.227 artigos encontrados. Todas as informações metodológicas da busca de dados e seleção dos artigos estão presentes nos anexos.

Resultados e Discussões

A partir das bases de dados utilizadas (SCIELO Brasil e Google Acadêmico), foi possível identificar uma ampla gama de artigos que abordam a temática, destacando-se, entre os principais tópicos, a relação entre sementes crioulas e soberania alimentar. A preservação dessas sementes, aliada ao esforço dos guardiões em manter viva essa prática, representa não apenas uma forma de resistência cultural, mas também uma ponte para a soberania alimentar e conservação da biodiversidade local, especialmente de espécies nativas e regionais, essa compreensão se apresenta ao longo das leituras, e expressa a coexistência de ambas em um cenário que incita a resistência (Sementes crioulas, 2022). A soberania alimentar se apresenta como uma forma de garantir uma dinâmica existencial mais justa e humana (Nyéléni, 2007). Nesse cenário, diversas políticas públicas têm surgido com o objetivo de regulamentar e fomentar essa prática. Programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) contribuem significativamente, não apenas para a promoção da soberania alimentar, mas também para o fortalecimento dos agricultores que cultivam sementes crioulas, (Ferreira et al., 2021). Trazer consigo a importância de movimentos e ações que propiciem isso, como trabalhado no artigo “Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte” mostra que os movimentos sociais tiveram um papel essencial na criação do Programa de Sementes Crioulas no RN, que contribuíram diretamente com sua experiência e pressionaram por políticas que valorizam a agricultura familiar e a preservação das sementes tradicionais, fomentando assim uma resistência e permanência dessa prática. (Moura, Bezerra, Rozendo, 2023). No entanto, apesar da existência dessas políticas e programas, ainda há uma defasagem significativa na implementação de ações concretas e eficazes (Moura, Bezerra, Rozendo, 2023). Nesse cenário, torna-se necessário o desenvolvimento de novas ferramentas e políticas públicas mais assertivas e alinhadas à realidade dos agricultores e às demandas da conservação da agrobiodiversidade, além da necessidade de movimentos ativos e discussões acerca desse assunto. No artigo "A

importância das feiras de trocas de sementes crioulas para a conservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar no semiárido brasileiro”, se discute como as feiras de trocas de sementes essa surgem como uma oportunidade e alternativa estratégica para a conservação da agrobiodiversidade (Balbino, R. S., Gervais, A. M. D., Santos Júnior, E. G, 2025), o entendimento e a perpetuação dessa prática fomenta e enriquece gradativamente a existência de casas e bancos de sementes. Entender o valor não somente histórico e cultural das sementes crioulas e em como a sua existência e continuidade agrega não somente para uma manutenção ecológica e de uma biodiversidade rica em espécies variadas, mas também como isso está diretamente ligado à soberania alimentar e a resistência de muitas famílias (Sementes Crioulas, 2022), todas essas nuances reafirmam a importância dessas sementes crioulas e abrem significativa necessidade de ações que movimentam e trazem ainda mais evidência para uma causa tão única.

Conclusão

Como considerações finais, percebe-se a necessidade de estudos e pesquisas que se aprofundem cada vez mais na temática, não só como uma forma de manutenção, mas como pilar para permanência da cultura das sementes crioulas, prática essa que propicia uma rica biodiversidade e traz a garantia de uma soberania alimentar para famílias. Estudos sobre essa temática surgem como uma garantia de que as gerações futuras saberão e reconhecerão o quão rica e necessária é uma agricultura sustentável e que passa de geração em geração.

Referências

ALMEIDA, R. S. C.; RIBEIRO, W. C. A massificação da produção de sementes crioulas e o fortalecimento da soberania alimentar. In: GONÇALVES-DIAS, Sylmara; ZANIRATO, Sílvia Helena (orgs.). Estudos socioambientais: diversidade de olhares. São Paulo: Blucher, 2022. Cap. 3.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Sementes crioulas: verdadeiros patrimônios genéticos. Agroecologia.org.br, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/26/sementes-crioulas-verdadeiros-patrimonios-geneticos/>.

BALBINO, R. S., GERVAIS, A. M. D., SANTOS JÚNIOR, E. G. A importância das feiras de trocas de sementes crioulas para a conservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar no semiárido brasileiro. Cadernos de Agroecologia, v. 20, n. 1, 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121, 2 dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.711.htm.

FERREIRA, G. C. et al. Prevalência de insegurança alimentar em domicílios brasileiros: estudo transversal com dados da PNAD 2018. Revista de Nutrição, Campinas, v. 34, e200108, 2021.

MOURA, J. T. V.; BEZERRA, A. G. C.; ROZENDO, C. Resgatando tradições: articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. Sociedade E Estado, v. 38, n. 1, p. 171–192, 1 abr. 2023.

NYÉLÉNI. Forum for Food sovereignty. Sélingué, Mali. p. 76, fev. 2007.

PEREIRA, V. C.; LÓPEZ, P. A.; DAL SOGLIO, F. K. A conservação das variedades crioulas para a soberania alimentar de agricultores: análise preliminar de contextos e casos no Brasil e no México. HOLOS, Natal, v. 33, n. 4, p. 37-43, 2017.

Anexos



Quadro 1 - Etapas da Revisão Bibliográfica Integrativa.



Quadro 2- Descritores e palavras-chave



Quadro 3- Constructos e Strings



Quadro 4 - Artigos selecionados e principais informações



Tabela 1 - Fluxograma da seleção dos artigos

CÓDIGO: HS1688

AUTOR: DECARTE ALVES BEZERRA JUNIOR

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: O trabalho social nas ocupações urbanas de Natal/RN

Resumo

O presente estudo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN”, desenvolvido por bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais (PET-CS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A investigação parte da ideia do direito à cidade e da conceituação do Serviço Social, relacionando-a aos diferentes tipos de trabalho presentes nas ocupações urbanas, e tem como principal objetivo analisar o papel do trabalho social nesses contextos, com foco na mediação entre os movimentos de luta por moradia e o Estado.

A pesquisa dedica-se a identificar e caracterizar a atuação de dois importantes movimentos sociais: o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), destacando as distintas estratégias de mobilização e resistência adotadas por cada um. Ao fazer isso, busca-se compreender de que forma o trabalho social contribui para a efetivação de direitos e para a resolução das questões sociais nas ocupações urbanas de Natal.

Palavras-chave: Trabalho social; Ocupações urbanas; Direito à moradia; Natal/RN

TITLE: Social work in urban occupations in Natal/RN

Abstract

This study is the result of the research project entitled “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN”, developed by scholarship students from the Tutorial Education Program in Social Sciences (PET-CS) at the Federal University of Rio Grande do Norte. The research begins with the conceptualization of Social Work, relating it to the different types of practices found in urban occupations. Its main objective is to analyze the role of social work in these

contexts, focusing on its mediating function between housing rights movements and the State.

The study aims to identify and characterize the actions of two major social movements: the Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) and the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), highlighting their distinct strategies of mobilization and resistance. In doing so, it seeks to understand how social work contributes to the realization of rights and the resolution of social issues in urban occupations in the city of Natal.

Keywords: Social work. Urban occupations. Right to housing. Natal/RN

Introdução

As ocupações urbanas manifestam-se de duas formas principais: 1) de maneira individual, quando famílias ou indivíduos ocupam, por iniciativa própria, terrenos e áreas irregulares — processo também conhecido como ocupação voluntária ou assentamento de origem informal; e 2) por meio de ocupações coletivas organizadas por movimentos sociais. No caso de Natal/RN, essas ações são lideradas por dois movimentos principais, com presença em diversas zonas da cidade. Em ambas as modalidades, evidenciam-se a complexidade das questões habitacionais e as dificuldades relacionadas ao exercício do direito à cidade. São justamente essas dificuldades que colocam os sujeitos envolvidos como protagonistas na reivindicação desse direito, que, segundo Harvey (2014, p. 15), “não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais”, mas sim das lutas cotidianas dos movimentos sociais, “(...)das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social constitui uma especialização do trabalho da sociedade, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, atua como uma ferramenta prática para o enfrentamento das questões sociais, as quais, estão intrinsecamente ligadas ao conflito entre as classes sociais e às suas contradições estruturais. Com base nessa concepção, identificaram-se formas de trabalho social que, mesmo não sendo exercidas exclusivamente por assistentes sociais, cumprem um papel essencial como mediação entre populações vulneráveis e o Estado. estão intimamente ligadas aos conflitos entre as classes sociais e às suas contradições estruturais. Com base nessa concepção, foram identificadas formas de trabalho social que, mesmo quando não exercidas exclusivamente por assistentes sociais, desempenham um papel fundamental na mediação entre populações em situação de vulnerabilidade e o Estado.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem metodológica de técnicas qualitativas. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de construir o referencial teórico, com foco principal na sociologia urbana. As leituras e os conceitos selecionados foram discutidos em reuniões semanais, promovendo o aprofundamento crítico coletivo. Em seguida, procedeu-se a uma pesquisa documental sobre políticas públicas de habitação e os movimentos sociais urbanos de luta por moradia que atuam no município de Natal/RN. A etapa final envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa com lideranças dos movimentos de luta por moradia, docentes de diferentes áreas com atuação direta no tema, além de visitas de campo às ocupações urbanas e entrevistas com os próprios moradores, a fim de compreender as dinâmicas locais e mapear as estratégias de resistência.

Resultados e Discussões

A partir da pesquisa documental, identificamos dois principais movimentos de luta por moradia que atuam na cidade de Natal: o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ambos com ocupações distribuídas por todas as zonas da cidade. Embora partam dos mesmos princípios legais — o direito à moradia como direito social e a dignidade da pessoa humana — adotam estratégias distintas. O MLMP atua de forma mais conciliadora e reformista, buscando o diálogo com o poder público municipal e estadual. Já o MLB segue uma linha mais combativa, apostando na autogestão e na mobilização direta como forma de resistência e reivindicação de direitos, entretanto, possui particularidades que serão abordadas no parágrafo seguinte.

Nesse contexto, identificou-se que o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) fundamenta sua atuação em dois pilares centrais. O primeiro está ancorado na ação direta e na valorização da autonomia das comunidades, com destaque para a campanha Natal sem Fome — um ato simbólico de enfrentamento à fome e ao desperdício de alimentos, que promove a arrecadação e distribuição de cestas básicas junto a grandes centros comerciais. Integra ainda esse eixo a atuação do Movimento de Mulheres Olga Benário, importante frente de apoio social e psicológico voltado às mulheres, bem como a criação de creches populares, como a Creche Tia Carminha, e a formação política comunitária, promovida por meio do jornal A Verdade.

O segundo pilar de sustentação da atuação do MLB refere-se à parceria com instituições de ensino, destacando-se o papel estratégico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no apoio ao trabalho social nas ocupações urbanas, especialmente naquelas articuladas pelo movimento. Nesse âmbito, sobressaem-se os cursos de Arquitetura e Direito, que contribuem por meio do Coletivo Habitat Popular (C-POP) e do Programa de Extensão MOTYRUM.

Essas iniciativas têm se materializado na elaboração de laudos técnicos, na mediação de conflitos e na oferta de assessoria técnica e jurídica, fortalecendo as formas de

organização coletiva e as estratégias de reivindicação de direitos por parte das comunidades. Ressalta-se, ainda, a atuação decisiva da UFRN na campanha Despejo Zero, em 2022, a qual foi fundamental para a suspensão das remoções forçadas até junho daquele ano, abrangendo ocupações iniciadas até o início da pandemia de COVID-19, em 20 de março de 2020.

O Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), surgido a partir de uma cisão com o MLB, adota uma abordagem mais conciliadora, pautada no diálogo com as esferas municipal e estadual. Essa estratégia institucional tem como objetivo a captação de recursos financeiros e o fortalecimento de suas ações junto às ocupações.

Embora mantenha articulações com o poder público, o trabalho social desenvolvido nas áreas organizadas pelo MLMP baseia-se, sobretudo, em parcerias com outros setores da sociedade civil, com destaque para a atuação de organizações não governamentais (ONGs) ligadas a instituições religiosas — evidenciando uma possível conexão com o chamado “terceiro setor”. Contudo, as investigações realizadas até o momento sobre o MLMP ainda são limitadas, não permitindo um aprofundamento adequado sobre suas dinâmicas internas e na discussão relativa ao terceiro setor. Futuros estudos poderão contribuir para uma compreensão mais ampla do papel que o movimento desempenha no cenário da luta por moradia em Natal/RN.

O estudo evidencia a complexidade do trabalho social nas ocupações urbanas da cidade de Natal/RN, revelando não apenas as distintas estratégias políticas adotadas pelos movimentos sociais, mas também o papel fundamental da mediação entre sociedade civil organizada e o Estado na efetivação de direitos sociais. A análise comparativa entre o MLB e o MLMP aponta que, embora ambos compartilhem o compromisso com a luta por moradia digna, operam com metodologias diferentes: o MLB articula uma prática mais combativa, pautada na autogestão e em ações diretas, ainda que estabeleça parcerias com instituições públicas, como universidades; já o MLMP adota uma postura mais institucionalizada, priorizando o diálogo com o poder público e estabelecendo vínculos com organizações não governamentais e religiosas.

Conclusão

Em ambos os casos, o trabalho social se apresenta como uma expressão da divisão social do trabalho e elemento estruturante na organização das ocupações, contribuindo para a promoção de direitos, a formação de redes de solidariedade e a construção de alternativas diante da omissão ou fragilidade das políticas públicas. Destaca-se, nesse processo, a contribuição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cuja atuação reafirma o papel estratégico da universidade pública na construção de respostas sociais comprometidas com a justiça e a dignidade humanas. Exemplo disso foi a missão de investigação realizada em 2007, voltada ao monitoramento do respeito ao direito à moradia em contextos marcados por conflitos fundiários.

Contudo, o trabalho social nas ocupações urbanas de Natal transcende a questão habitacional, inserindo-se num campo mais amplo de disputas por reconhecimento, por

justiça social, por cidadania plena e pela efetivação de outros direitos fundamentais. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais e do reconhecimento institucional do papel dos movimentos sociais como sujeitos políticos legítimos de transformação, sobretudo em um cenário político que tem se preocupado em criar uma Comissão Especial de Investigação (conhecida como “CEI das invasões”) que busque deslegitimar e criminalizar essas formas de organização popular.

Referências

IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Maria. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERREIRA, Glenda Dantas. Produção habitacional, agentes e território: uma análise do programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana de Natal (2009-2014). 2016.294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

PLATAFORMA DHESCA. Efetivação do direito à moradia na cidade do Natal: monitoramento e controle social na missão da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana – Plataforma DHESCA. [S.l.]: Plataforma DHESCA, [s.d.].

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CÓDIGO: HS1690

AUTOR: EDENUZIA CAROLINE SENA DA SILVA

ORIENTADOR: LUTIANE QUEIROZ DE ALMEIDA

TÍTULO: TERRITÓRIOS DE RISCO E GOVERNANÇA CLIMÁTICA: O USO DE GEOTECNOLOGIAS NO PMRR DA CIDADE DO NATAL/RN

Resumo

Natal passou por um processo de urbanização acelerado, especialmente em meados do século XX, quando se tornou espaço do centro administrativo e político do Rio Grande do Norte, mas a vontade pública. A partir do processo de urbanização da capital, podemos conferir que a periferização é um processo estrutural associado à forma em que as situações políticas se inserem e que a sociedade se organiza frente às dificuldades sociais. Num panorama global envolvendo mudanças climáticas que, como consequência, acentuam as problemáticas cotidianas do meio urbano, podemos assumir que os locais mapeados em Natal constituem territórios de risco. Com este trabalho, objetivamos analisar a importância do mapeamento de risco com o uso de modelagem de risco para prever cenários futuros e promover uma Natal mais resiliente e segura. A metodologia e materiais utilizados no mapeamento foram: análise multicritério, drone, oficinas comunitárias, coleta de dados primários e secundários. O Plano Municipal de Redução de Riscos mapeou 13 áreas na cidade do Natal, cada uma com uma simulação de eventos hidrológicos excessivos. A partir do mapeamento é possível identificar as áreas de risco e, assim, promover a governança climática e participação dos residentes dos territórios de risco, que vai além de apenas a localidade afetada por fatores ambientais, levando em conta a vulnerabilidade social existente no lugar.

Palavras-chave: Risco. Desastres. Modelagem de Risco. Inundação. Deslizamento de Massa

TITLE: RISK TERRITORIES AND CLIMATE GOVERNANCE: THE USE OF GEOTECHNOLOGIES IN THE PMRR OF THE CITY OF NATAL/RN

Abstract

Natal underwent a rapid urbanization process, especially in the mid-20th century, when it became the administrative and political center of Rio Grande do Norte, but the public will. Based on the capital's urbanization process, we can see that peripheralization is a structural process associated with the way political situations are inserted and how society organizes itself in the face of social difficulties. In a global scenario involving climate

change that, as a consequence, accentuates the daily problems of the urban environment, we can assume that the locations mapped in Natal constitute high-risk territories. With this work, we aim to analyze the importance of risk mapping using risk modeling to predict future scenarios and promote a more resilient and safer Natal. The methodology and materials used in the mapping were: multicriteria analysis, drones, community workshops, and primary and secondary data collection. The Municipal Risk Reduction Plan mapped 13 areas, each with a simulation of excessive hydrological events. Through mapping, it is possible to identify risk areas and, thus, promote climate governance and the participation of residents in at-risk territories, which goes beyond just the location affected by environmental factors, taking into account the existing social vulnerability in the place.

Keywords: Risk. Disasters. Risk Modeling. Flooding. Mass Landslides.

Introdução

Em 2012, a Lei nº 12.608 instrui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), colocando como instrução a prioridade de ações relacionadas à prevenção e minimização de desastres de responsabilidade de órgãos governamentais federais (BRASIL, 2021). A PNPDEC atua na obrigação das cartas de risco, principalmente para municípios cadastrados com áreas suscetíveis à ocorrência de ameaças e as produções cartográficas a incorporação de Aptidão à Urbanização ao Plano Diretor Municipal (BRASIL, 2021).

Natal passou por um processo de urbanização acelerado, especialmente em meados do século XX, quando se tornou espaço do centro administrativo e político do Rio Grande do Norte, mas que a vontade pública não estava do lado do povo e algumas características socioeconômicas foram intensificadas, mas sempre moldada aos interesses da elite política estadual, dessa forma, a urbanização em Natal assume um cenário concentrado em investimentos em áreas específicas e valorizadas enquanto zonas carentes, em vários aspectos, se formam à margem da sociedade natalense (CLEMENTINO; FERREIRA, 2015).

Além dos aspectos urbanos mencionados acima, deve-se considerar o contexto da Segunda Guerra Mundial na capital potiguar, com investimentos voltados para as infraestruturas urbanas e de mercado, voltado para a industrialização, sendo nos anos 1990 que a industrialização em Natal se torna mais forte, com incentivo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que explica o crescimento de Natal como Região Metropolitana, proporcionando outro estágio de segregação socioespacial (GOMES et al, 2015).

A partir do processo de urbanização da capital, podemos conferir que a periferização é um processo estrutural associado à forma em que as situações políticas se inserem e que a sociedade se organiza frente às dificuldades sociais. Visto que o campo urbano estudado é, do ponto de vista geral e geomorfológico, instável, por estar em terreno dunar, mas com suas variações ativa e inativa (BARRETO et al., 2004), mas que estão sobrepostas à tabuleiros costeiros e na zona mais baixa, dispõe da planície fluvio-marinha e planície costeira. Outras questões acerca das ameaças locais é que, pelo ambiente ter passado por um processo de urbanização intenso, algumas lagoas naturais foram impermeabilizadas e incorporadas à estrutura de drenagem municipal, compondo lagoas de captação sujeitas a inundação em função da ausência de manutenção nas

mesmas. Contudo, a água não é o principal agente dos riscos que são objeto do PMRR em Natal, apesar de ser um dos, mas ela não tem ação isolada (PMRR, 2024). Dessarte, o risco é um

“...objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos.” (VEYRET, 2007)

Com este trabalho, objetivamos analisar a importância do mapeamento de risco com o uso de modelagem de risco para prever cenários futuros e promover uma Natal mais resiliente e segura, principalmente em territórios de risco, que tendem a sofrer mais com o impacto de processos naturais como a chuva e deslizamentos de massa, com auxílio de geotecnologias. Na seção seguinte desenvolvemos um apanhado das metodologias utilizadas para os riscos de Natal nas áreas mapeadas, em especial, sobre o que o PMRR do Natal executou.

Metodologia

O risco, da maneira mais inteligível, pode ser medido pela probabilidade de um evento desastroso e pelos desdobramentos socioeconômicos (BRASIL, 2006). Já as áreas de risco são áreas com susceptibilidade à ocorrência de fenômenos potencialmente causadores de acidentes (MCID/IPT, 2007). Com base nessa concepção, é possível voltar às atividades para identificação das áreas de risco através de critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelos pesquisadores que realizam o mapeamento, podendo começar a análise das localidades por avaliação de dados quantitativos e índice de risco via monitoramento de campo.

Assim, a experiência técnica da equipe associada à adoção de critérios e metodologias de campo e gabinete adequados e específicos se tornam instrumentos vitais para o êxito de políticas de intervenções locais e programas de gerenciamento de riscos, promovendo ações antecipatórias e preventivas aos riscos. A a equipe técnica do PMRR de 2008 mapeou muitas áreas, o que permitiu que a equipe do de 2024/2025 filtrasse as áreas, resultando em 15 locais iniciais, já que de 2008 até 2024 houveram mudanças estruturais que melhoraram a qualidade de vida em algumas delas. Os 15 territórios de risco variam suas problemáticas, podendo haver mais de uma situação por área:

Transbordamento de lagoa natural aterrada;

Transbordamento de lagoa de captação;

Alagamento;

Inundação;

Movimento de massas;

Desabamento.

A partir do levantamento dos locais, a análise multicriterial Analytic Hierarchy Process (AHP) foi aplicada para identificar áreas prioritárias, delimitar setores e seus respectivos graus de risco, e estimar moradias acometidas (PMRR, 2024). Essa análise foi aplicada para que o processo de confecção do plano não fosse afetado por causa do pouco tempo que teria que ser despendido, mas que garante que as áreas mais críticas fossem mapeadas.

Logo, foram definidos 4 critérios de classificação prioritária para mapeamento e diagnóstico. Sendo as variáveis:

Periferias: acesso limitado à serviços e infraestrutura básicos e mais suscetíveis a potenciais eventos;

Número de ocorrências registradas na Defesa Civil: número de ocorrências entre 2017 a 2022, contendo documentos que constem vistorias e interdições;

população exposta: estimativa feita por dados do censo de 2022 do IBGE de setores censitário e número de residência por monitoramento em imagens de satélite;

Organização comunitária: onde tem comunidades que se organizam em prol de melhorias e direitos coletivos aos residentes.

A partir dos critérios acima, foi feita uma hierarquização, seguida pela construção de uma matriz de comparação pareada com uma escala de prioridade relativa de 1 a 9, onde 1 equivale ao mínimo e o 9 equivale ao máximo, em termos de importância (PMRR, 2024). Por último, uma classificação de prioridade foi criada e dividida em três categorias (alta, moderada e baixa).

Os procedimentos Pré-Campo do PMRR do Natal, começa pela elaboração de um banco de dados espaciais que foram extraídos de fontes cartográficas distintas (dados do meio biótico e social, Zonas de Proteção Ambiental, Área de Proteção Permanente, ocorrências da Defesa civil) e montagem de fichas para coleta de dados durante as visitas técnicas, que são compostas pela coleta de dados in situ do que citamos anteriormente, tendo a validação em campo.

O uso de Aeronaves Remotamente Pilotada (RPA) foi feito para a realização de voos para coleta de imagens oblíquas com maior nível de detalhamento, observando a dinâmica das edificações, terrenos, ruas, para pré-setorizar e detalhar as áreas que foram objetos do mapeamento; os dados obtidos nos voos resultam em ortomosaico, Modelos Digitais de Terreno tantas outras informações. A RPA utilizada foi de modelo DJI Mavic 3E, dentro das normas estabelecidas para levantar voo, que possui alta resolução, Real-Time Kinematics (RTK) e GNSS RTK Geodésico Spectra SP85, que permite que as fotos obtidas tenham precisão milimétrica e acurácia nos produtos posteriores (PMRR, 2024).

As fotos oblíquas conseguiram captar cicatrizes de erosão diferencial e gravitacional que provocam/evoluem para voçorocas e ravinas, o estado da cobertura vegetal e do solo, proximidade das residências e as evidências de desastres nelas ou no solo, além de

identificar obras ou a necessidade das mesmas; sendo todos esses aspectos analisados em campo.

Válido destacar que a metodologia aplicada do mapeamento foi adaptada da publicação “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margens de Rios” (BRASIL, 2007) e das orientações do Guia Para Planos Municipais de Redução de Riscos (2024), que consistem em seis etapas de produção cartográfica:

Planejamento de voo;

Execução do voo;

Georreferenciamento dos GCP (Ground Control Points);

Processamento de dados;

Controle de qualidade;

Geração de base cartográfica.

A referência dada anteriormente do Ministério das Cidades (2007), classifica os riscos em quatro níveis, do R1 (risco baixo ou inexistente) até o R4 (risco muito alto), mas o mapeamento do PMRR não contemplou áreas de risco baixo ou inexistente.

Foram realizadas oficinas comunitárias de mapeamento participativo em campo, com acompanhamento dos representantes dos bairros e a Defesa Civil, que foi crucial para verificar as conjunturas socioambientais já levantadas em gabinete, como indicadores de exposição e de vulnerabilidade social (PMRR, 2024).

As modelagens de risco são constituídas com a sobreposição de Modelagens de risco são constituídas com a sobreposição de Modelo Digital de Superfície, ortomosaico formado pelas imagens de drone e Modelo Digital de Terreno, propiciando proposição de cenários em que as residências são atingidas; no caso das lagoas de captação, cotas altimétricas foram estabelecidas para indicar hipóteses extremas. Visto isso, foram criadas modelagens simuladoras para cada localidade/assentamento.

Resultados e Discussões

O Plano Municipal de Redução de Riscos mapeou 13 áreas na cidade do Natal, cada uma com uma simulação de eventos hidrológicos excessivos, com panorama de uma lâmina d'água de 2 metros acima da cota altimétrica, e mais outros três parâmetros para inundação e alagamento. Além das modelagens, o plano dispõe de setores de risco por território, assim, como a metodologia descreve, entre R2 a R4. Contando também com a avaliação sintética do risco geológico e hidrológico das áreas.

As áreas representadas com roxo representam maior grau de risco, representadas por R4; enquanto, vermelho sinaliza R3; e amarelo R2; não sendo áreas tão nocivas quanto às R4,

A partir do mapeamento e das áreas e setores é possível propor ações mitigadoras e de manutenção, as medidas estruturais e não estruturais, que é o terceiro produto do PMRR; onde estão propostas medidas sustentáveis e tecnológicas que se adaptam aos terrenos irregulares do solo natalense. Na simulação, a coloração vermelha indica o pior dos cenários, com o corpo d'água inundado e atingindo até 2 m de altura acima do nível máximo de sua capacidade.

Ademais, assim como Funtowicz e Ravetz (1997) reforçam “a natureza em seu estado bruto”, que a entendemos como uma força em constantes mudanças e que a ciência pós-moderna, a que vivenciamos e fazemos, deve ser replicada de acordo com as mudanças do tempo. Nessa ótica, afirmamos que o PMRR e sua força motriz (o mapeamento de risco), devem ser refeitos quando a realidade atual mudar, já que foi lançado recentemente, mas que não se demore mais tanto tempo quanto levou até agora. Os autores também põem em cheque os dilemas políticos que a ciência não consegue resolver só; este é o caso do ambiente desses territórios de risco (Almeida, 2010).

A ciência produziu um plano com potencial de mudança socioambiental de peso para a cidade de Natal, mas a população precisa que a política se volte para os interesses da parte social mais vulnerável às mudanças climáticas (Veyret e Richemond, 2007), para que o ciclo vicioso que permeia Natal acerca da urbanização seja amenizado (Clementino e Ferreira, 2015), e a ciência seja aplicada ao território. É necessário que daqui para frente se criem estratégias mais efetivas para participação popular em decisões distritais, promovendo a governança em alinhamento ao ordenamento territorial.

Conclusão

A partir do mapeamento é possível identificar as áreas de risco e, assim, promover a governança climática e participação dos residentes dos territórios de risco, que vai além de apenas a localidade afetada por fatores ambientais, levando em conta a vulnerabilidade social existente no lugar.

A geotecnia aplicada ao mapeamento participativo e ao mapeamento quantitativo é um instrumento que deve ser considerado para a destinação de recursos e políticas públicas efetivas para a mitigação do risco de desastres e melhorias na infraestrutura municipal, principalmente nas áreas que tendem a sofrer mais com os efeitos do clima.

Outro ponto é a integração interinstitucional que deve ocorrer para a manutenção do ordenamento e planejamento territorial com o máximo de equidade socioambiental e política possível. Não sendo apenas parcerias e participações grandes como a própria execução do PMRR que inclui órgãos do Estado Brasileiro que atendem em escala nacional, mas começando pela integração dos órgãos municipais e com estreitamento parlamentar-eleitorado, promovendo a governança municipal e a utilizando como fator de alteração do modo de vida comum.

Devemos considerar também a intensificação de ações voltadas para a educação ambiental e proteção dos recursos ou paisagens naturais, aplicando às situações cotidianas e mais núcleos de apoio aos civis em cada bairro/assentamento, longe das áreas de risco.

O PMRR é uma ferramenta de mudança social e qualidade de vida poderosa frente às oscilações do clima, com a potência de proporcionar uma cidade justa, resiliente e segura, diminuindo a incidência do risco nas localidades.

Finalmente, a modelagem de risco e o mapeamento devem subsidiar o direito à cidade de maneira equilibrada e nos moldes que a constituição brasileira prevê um ambiente equilibrado e de moradia digna no ambiente urbano.

Por fim, cabem muitos estudos no nordeste brasileiro sobre os riscos e a vulnerabilidade socioambiental e em especial em Natal, que forneçam apoio e ajuda ao povo que é assolado pelas decorrências estruturais do processo de urbanização brusca.

Referências

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho. Região metropolitana de Fortaleza, Ceará. 2010.

BARRETO, Alcina Magnólia Franca et al. Geologia e geomorfologia do quaternário costeiro do Estado do Rio Grande do Norte. Geologia USP. Série Científica, v. 4, n. 2, p. 1-12, 2004. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/s1519-874x2004000200001>.

BRASIL, 2006. Ministério das Cidades/Cities Alliance. Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais / Celso Santos Carvalho e Thiago Galvão, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Cities Alliance, 2006.

BRASIL, 2021. BRASIL/UFABC-MDR, 2021. GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. v. 1. 154p Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/Caderno_GIRD10_.pdf

CANIL, K.; LEITE, M.; SULAIMAN, S. Mapeamento de riscos: instrumentos e estratégias para reduzir os riscos e desastres. In: SULAIMAN, S. N. (coord.). GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. 1 ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. Cap. 3. p. 90-107.

CARDOSO, Cristiane; DA SILVA, Michele Souza; GUERRA, Antônio José Teixeira. Geografia e os riscos socioambientais. Editora Bertrand Brasil, 2020.

CERRI, L.E.S.; NOGUEIRA, F.R.; CARVALHO, C.S.; MACEDO, E.S.; AUGUSTO FILHO, O. (2007) Mapeamento de risco em assentamentos precários no município de São Paulo (SP). Geociências, v. 26, n. 2, p. 143-150. Acesso: <https://repositorio.unesp.br/items/49ecf3ce-e336-477d-8344-3d2ee0b05616>

FERREIRA, Angela Lúcia. Natal: transformações na ordem urbana. Letra Capital Editora LTDA, 2015.

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J., 1997. 'Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais'. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997. Acesso: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/5R7X43J9DXT7TZsy8pxp3hR/?format=pdf&lang=pt>

NATAL (Município). Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Natal: Relatório Final, Volume 1. Elaboração: Acquatool Consultoria. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, out. 2008.

NATAL (Município). Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR: Relatório 01 – Plano de Trabalho. Coordenação: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Desastres (NUPED) e Grupo de Pesquisa GEORISCO. Natal, 1 maio 2024.

NATAL (Município). Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR: Relatório 02, Volume 1 – Mapeamento do Risco. Coordenação: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Desastres (NUPED) e Grupo de Pesquisa GEORISCO. Natal, 15 outubro 2024.

NATAL (Município). Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR: Relatório 02, Volume 2 – Oficinas Comunitárias e Capacitação Técnica. Coordenação: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Desastres (NUPED) e Grupo de Pesquisa GEORISCO. Natal, 15 outubro 2024.

NATAL (Município). Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR: Relatório 03 – Ações Estruturais e Não Estruturais. Coordenação: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Desastres (NUPED) e Grupo de Pesquisa GEORISCO. Natal, 30 maio 2025.

IBGE, 2018. População em situação de riscos no Brasil. Base Territorial Estatística de Áreas de Risco - BATER; Brasil; Catástrofes naturais; Desastre. Rio de Janeiro, 2018.

SULAIMAN, S. N., JACOBI, P. R., & ALEDO, A. T., 2019. Riscos e desastres naturais: contribuições da Ciência Pós-normal para um novo paradigma de conhecimento e gestão. In: P. R. Jacobi, R. F. Toledo, & L. L. Giatti (Org.), Ciência Pós-normal: ampliando o diálogo com a sociedade diante das crises ambientais

contemporâneas. São Paulo: FSP-USP. Acesso:
<https://colecoes.abcd.usp.br/fsp/files/original/bdef39255d0acd4cbb4ffe0bc1028ad7.pdf>

SULAIMAN, S.M.; MOURA, R.B.; NOGUEIRA, F.R., 2022. Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre. URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA, v. 14, p. e20210118-14, 2022. Acesso:
<https://www.scielo.br/j/urbe/a/MvYSJ7LtTqGXhjd9rN7kRpJ/?format=pdf>

VEYRET, Yvette. Introdução. In: VEYRET, Yvette (org.) Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Tradução: Dílson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-22.

VEYRET, Y. & RICHEMOND, N.M., 2007. “O risco: Definições e vulnerabilidades do risco”. In: VEYRET, Yvette (Org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Trad. Dilson Ferreira. São Paulo: Contexto, 2007. 23-80. Livro não disponível em meio magnético.

Anexos



Figura 1: Primeira Oficina Comunitária do PMRR, com corpo técnico e liderança comunitária. Fonte: Acervo do PMRR-Natal.



Figura 2- Foto oblíqua obtida a partir de modelagem 3D decorrente de aerolevantamento com drone (2024). Fonte: Acervo PMRR Natal (imagens aéreas), 2024.



Figura 3 - Mapeamento de risco de inundação na localidade do José Sarney. Fonte: Acervo PMRR Natal.



Figura 4 - Mapeamento de risco de rastejo e deslizamento na localidade de Mãe Luiza.
Fonte: elaboração própria, 2024.

CÓDIGO: HS1709

AUTOR: LARA PEREIRA MARQUES

ORIENTADOR: FABIO FONSECA FIGUEIREDO

TÍTULO: Mobilidade urbana sustentável: o papel da bicicleta no desenvolvimento de cidades resilientes

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo geral explorar o debate sobre a bicicleta, sua influência e contribuição na formação de cidades sustentáveis, alinhado ao ODS 11. E no objetivo específico, levantar informações sobre as políticas propostas pelo governo em âmbito federal. Por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa descritiva documental foi possível coletar estudos que abordam a temática Bicicleta; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Política Pública da bicicleta e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Bicicleta; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Política Pública

TITLE: Sustainable urban mobility: the role of bicycles in the development of resilient cities

Abstract

The general objective of this research is to explore the debate on bicycles, their influence, and their contribution to the development of sustainable cities, aligned with SDG 11. And the specific objective is to gather information about the policies proposed by the government at the federal level. Through a literature review and descriptive documentary research, we collected studies addressing the topic of bicycles and their contributions to sustainable development.

Keywords: Bicycle; Environment; Sustainability; Public Policy

Introdução

A bicicleta é um dos meios de locomoção que surge no início do século XIX, o que coincide com o mesmo período da aparição do automóvel (Tampieri, 2020). Inicialmente produzida para fins de locomoção o que se pensava na bicicleta como forma de substituir os cavalos das carruagens (Rosen, 2023), as bicicletas passaram ter um uso variado, sendo atualmente utilizadas também como equipamento de esporte, para o lazer e como forma de proporcionar auxiliar na saúde dos seus usuários.

Apesar do uso massivo das bicicletas, após a segunda guerra mundial, a indústria de automóveis motorizados passa a ocupar espaço no planejamento e desenvolvimento das cidades no mundo e esse processo faz que o uso das bicicletas comece a ser contingenciado devido o maior protagonismo dos carros na cidade (Figueiredo et. al., 2024; Tampieri, 2020). Segundo Gehl (2013, p. 182):

Ao longo dos anos, muitas cidades adotaram políticas de circulação que priorizavam o tráfego de automóveis e fizeram com que andar de bicicleta fosse perigoso ou totalmente impossível. Em alguns lugares, o tráfego de carros até mesmo impede o surgimento do tráfego de bicicletas.

Com o fenômeno da motorização aliado a uma industrialização acelerada, o mundo começou a sentir os impactos do aumento na quantidade de carros de maneira generalizada em todos os aspectos, social, ambiental, econômico. Devido a exploração dos recursos naturais a nível global resultando em impactos ambientais, a partir do século XX iniciaram-se debates relacionados a esses danos, e algumas soluções surgiram como forma de mitigar os problemas causados pelo excessivo uso do automóvel motorizado individual nas cidades.

Alguns conceitos como o de ciclomobilidade e mobilidade ativa, foram desenvolvidos para serem aplicados em leis e documentos oficiais, para a discussão e divulgação de assuntos que englobam a temática da bicicleta como mitigador dos problemas causados pelo aumento excessivo dos automóveis motorizados.

No Brasil os resultados das organizações de cicloativistas, e os debates sobre cidades sustentáveis, surge a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº12.587/2012), que em seus princípios, objetivos e diretrizes, direciona as cidades para um desenvolvimento urbano mais sustentável, e além disso, classifica a mobilidade em “motorizada” e “não motorizada”. A PNMU também prevê mecanismos para priorização do transporte público e modos ativos, desestimulando o transporte motorizado individual (Brasil, 2012).

A partir disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral explorar o debate sobre a bicicleta, sua influência e contribuição na formação de cidades sustentáveis, alinhado ao ODS 11. E no objetivo específico levantar informações sobre as políticas propostas pelo governo em âmbito federal e estadual. Por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa descritiva documental foi possível coletar estudos que abordam a temática da bicicleta e suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se o método de revisão bibliográfica, e pesquisa descritiva documental, com abordagem qualitativa. Para a revisão bibliográfica houve a construção do banco de dados, que se deu inicialmente com a busca de teses e dissertações, no catálogo de teses e dissertações da Capes. Para a pesquisa documental foi feita a consulta em sites, relatórios analíticos de órgãos públicos e legislações sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica foi feita utilizando as palavras-chave: bicicleta e meio ambiente, sustentabilidade, ciclovias e meio ambiente. Os estudos selecionados foram aqueles que continham a temática no título e/ou no resumo. Foram coletados 11 trabalhos, entre eles dissertações e teses, que ajudaram na construção deste estudo, para identificar em aspectos quantitativos o volume de estudos feitos, e o interesse da academia em produzir pesquisas sobre a temática.

Na pesquisa descritiva documental, foi encontrado algumas leis no âmbito federal, como a LEI Nº 13.724 que instituiu o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana, que também contribuíram para a construção desta pesquisa com informações confiáveis.

Resultados e Discussões

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), denominado “Nosso Futuro Comum” de 1987, apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável, e alertou para os perigos da exploração dos recursos naturais, como por exemplo os minerais e combustíveis fósseis, uma vez que, a utilização excessiva desses elementos reduziria a quantidade dos recursos para as futuras gerações (123 Ecos, 2023). Também, recomendava que, cada vez mais, as políticas públicas deveriam conter elementos de sustentabilidade como forma de diminuir a contaminação ambiental. Para as cidades, o documento propunha o controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores, formulação de estratégias diversas para que os centros urbanos se tornassem melhor habitáveis.

Em 2015, a ONU lançou um programa que traz a proposta de erradicação da pobreza, além de tornar o meio ambiente mais equilibrado, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que funcionam como uma cartilha de recomendação para que as administrações públicas dos países adotem preceitos de sustentabilidade nas suas políticas e ações, algo parecido com as proposições do “Nosso Futuro Comum” (ONU, 2015).

Seguindo a premissa do relatório Nosso Futuro Comum, de que não pode haver desenvolvimento sustentável sem equidade entre os povos, essa nova agenda da ONU, os ODS, traz a oportunidade das nações potencializarem o desenvolvimento a nível global, com metas sustentáveis que ampliam os direitos, e reforçam a criação de políticas públicas sustentáveis. Para isso, foram criados 17 objetivos e 169 metas, que abordam temáticas sobre a erradicação da pobreza, educação, saúde, saneamento, água, igualdade de gênero, entre outros aspectos da vida em sociedade (ONU, 2015).

Os ODS possuem como recorte temporal entre 2015 e 2030 possuem 17 objetivos e entre eles nos interessa o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, que tem como objetivo geral tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, é de extrema importância um planejamento urbano voltado para alternativas sustentáveis de mobilidade, como estabelece a meta 11.2:

Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos (ONU, 2015).

Nesse contexto, a bicicleta, relegada ao segundo plano devido ao império da carrocracia (Tróí, 2017), ou seja, um mundo pensado para os carros motorizados e de uso cada vez mais individual, reaparece, desta vez como uma alternativa eficiente para a mobilidade urbana sustentável nas cidades, já que o seu uso é livre de emissões de gases poluentes, contribui para a saúde dos indivíduos e surge como um meio de transporte mais econômico. A bicicleta representa um elemento-chave para a construção de cidades mais acessíveis, uma vez que a mobilidade centrada majoritariamente em um transporte - na maioria das vezes sendo o automóvel motorizado individual - aprofunda as desigualdades e determina o acesso desigual aos espaços da cidade.

Para Rosen (2023), a questão não é se o uso das bicicletas irá ou não “salvar o mundo”, mas que o uso massivo das bicicletas tornará o ambiente urbano mais seguro, saudável, habitável e mais humano. Tampieri (2020) afirma que o uso da bicicleta não é somente uma materialização da agenda ambiental internacional e suas reverberações no espaço urbano, mas uma possibilidade para a mobilidade mais sustentável e justa, sobretudo para a população de baixa renda.

Conforme Boareto (2021), a mobilidade passa a ser considerada sustentável quando é o resultado de um conjunto de políticas que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos de deslocamentos ativos, não motorizados (tais como bicicletas, patins e a caminhabilidade), e coletivos de transportes, de forma efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável, baseado nas pessoas e não nos veículos motorizados e de uso cada vez mais individual.

Coadunando com essa análise, Kunz (2018, p. 95) alerta que para se desenvolver o uso massivo da bicicleta, é preciso que o espaço urbano seja desenvolvido de forma cicloinclusiva, que efetivamente inclua a bicicleta. Para tal, será necessário ir além de somente construir cicloestruturas, devendo-se colocar em prática “um conjunto de estratégias complementares que tenham como objetivo tornar a bicicleta mais atrativo,

enquanto simultaneamente devem ser implementadas restrições ao transporte individual motorizado (p. 95).”

O quadro 1 traz as 10 capitais com maior extensão de ciclovias e ciclofaixas no Brasil, nele podemos observar que algumas capitais como Florianópolis e o Distrito Federal, avançaram na oferta proporcional de infraestrutura, e consequentemente poderá tornar a bicicleta mais atrativa à população. Quando olhamos para o Rio de Janeiro e São Paulo, em relação a extensão de ciclovias com o número de habitantes nessas capitais, a população acaba tendo menos acesso a essa via por haver mais densidade populacional para uma infraestrutura limitada.

Dessa forma, os números nos mostram, na prática, a tese de Kunz de que a mobilidade destacada como cicloinclusiva depende não somente de infraestrutura, mas de um conjunto de políticas integradas. Em relação às políticas criadas para o incentivo e divulgação da mobilidade urbana por meio da bicicleta no Brasil, temos a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº12.587/2012), que em seu texto prevê mecanismos para priorização do transporte público e dos modos ativos, além de desestimular o transporte motorizado individual.

Além disso, em 2017 foi sancionada a Lei Nº 13.508, que instituiu o dia Nacional do Ciclista, que é comemorado no dia 19 de agosto, a data escolhida para entrar na agenda deu-se pelo projeto que passou pelo Congresso Nacional, que faz homenagem ao ciclista Pedro Davison, vítima fatal de um acidente. A data simboliza os muitos desafios que os ciclistas precisam superar para que eles tenham acesso a uma mobilidade urbana mais segura (Summit Mobilidade, 2023).

Em 2018, foi instituído o Programa Bicicleta Brasil (PBB) pela Lei Nº 13.724, para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana (Brasil, 2028). O contexto da criação dessa Lei vem da falta de segurança nas vias, o que causou a morte de mais de 20 mil pessoas ao longo dos últimos 15 anos, segundo o Sistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM) (Enabici, 2025). O programa visa um projeto nacional de incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte, ainda em seu texto, inclui campanhas educativas, o aumento da construção de ciclovias e marcações de ciclofaixas e faixas compartilhadas.

Ainda no âmbito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com apoio do Global Environment Facility (GEF), publicou uma série de cadernos intitulados “Mobilidade Urbana de Baixo Carbono”, com intuito de disseminar como instrumento de orientação para o poder público, e assim promover ações de mobilidade urbana mais sustentável, que, dialoguem com os preceitos da Política Nacional de Mobilidade, ou seja, um instrumento que de fato vá conscientizar os gestores públicos a criar mecanismos de melhoria das condições de deslocamento urbano por modos ativos.

A partir da pesquisa documental, foi possível identificar as iniciativas no âmbito nacional que estimulam o uso da bicicleta, e do desenvolvimento de cidades sustentáveis, desde a criação do Código de Trânsito Brasileiro, em 1997, que reconhece a bicicleta como veículo, foi possível observar por meio da legislação, o debate

ganhando forma e chegando nos espaços de tomada de decisão, o que mostra a importância de toda trajetória de iniciativas que começaram lá fora, e que aos poucos começou a se estabelecer nas agendas políticas brasileiras. O Quadro 2 reúne e sintetiza as principais leis no âmbito federal, que se referem ao tema, trazendo em seus objetivos e diretrizes a promoção da bicicleta e da ciclomobilidade em espaços urbanos públicos.

Apesar dos avanços na legislação federal, a efetividade desses instrumentos ainda não é prioridade nos estados e municípios brasileiros. As cidades enfrentam dificuldades em tornar realidade os objetivos e diretrizes da legislação, em ações concretas. Quando falamos em ciclovias, políticas de incentivo ao uso da bicicleta, e segurança nas vias, a implementação dessas políticas demonstra-se desigual no território nacional, muitas vezes devido à falta de orçamento direcionado para a mobilidade urbana sustentável, isso causado pela priorização do transporte motorizado individual.

Conclusão

Para Kumar et al (2012), devido a urbanização acelerada em diversas partes do mundo, especialmente em países em desenvolvimento como China, Índia e Indonésia, resultou em um aumento significativo da motorização. Esse crescimento trouxe a deterioração das condições de tráfego, ou seja, aumentaram os problemas relacionados ao tempo perdido no trânsito, houve um aumento no consumo de combustíveis bem como intensificou-se a poluição do ar, trazendo riscos à saúde da população. Ou, como asseverou Salvida (2018, p. 17) “as cidades, pelo seu fascínio e poder, criaram, paradoxalmente, condições propícias para o seu adoecimento.”

Portanto, as cidades devem buscar soluções e utilizar ferramentas para incorporar a mobilidade urbana sustentável, onde a bicicleta se torna uma opção de deslocamento não motorizado, além de ser aliada no combate ao aquecimento global e outras vantagens que sua mobilidade pode gerar.

A utilização de leis e políticas públicas que tem como objetivo principal o desenvolvimento sustentável torna-se primordial para um crescimento e desenvolvimento que assegure a justiça social e o bem-estar da sociedade. Neste sentido, a bicicleta e a ciclomobilidade se tornam elementos que transformam a realidade das cidades de maneira sustentável, seguindo as orientações do ODS 11 de fazer das cidades lugares melhor habitáveis.

Desta forma, a partir da pesquisa descritiva documental, foi possível levantar as informações em relação a criação das políticas de incentivo ao uso da bicicleta na cidade, em âmbito federal. Também foi possível identificar os avanços e as dificuldades que as cidades brasileiras enfrentam, revelando a necessidade da participação social, e da articulação entre os níveis de governo.

A revisão bibliográfica serviu como auxílio para compreender a relação meio ambiente e bicicleta, o banco de dados e análise de conteúdo será utilizado em uma próxima

pesquisa. É importante ressaltar que o quantitativo de estudos coletados se mostra ainda pequeno, por se tratar de uma pesquisa a nível nacional, e por ser um tema de bastante relevância. Diante disso, é necessário que haja um engajamento maior no ambiente acadêmico sobre a temática discutida para que sejam produzidos mais estudos.

Referências

123 ECOS. Ciclomobilidade: o que é, vantagens e dados atuais no mundo. 2023. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/relatorio-brundtland/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

ALIANÇA BIKE. Ciclovias e ciclofaixas nas capitais. 2024. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/dados-do-setor/ciclovias-e-ciclofaixas/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BOARETO, Renato. Os desafios de uma Política de Mobilidade Urbana transformadora das cidades. E-metropolis, Rio de Janeiro, n. 44, p. 8-24, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Renato-Boareto-2/publication/349413519_Os_desafios_de_uma_Politica_de_Mobilidade_Urbana_transformadora_das_cidades/links/60300c9992851c4ed5836006/Os-desafios-de-uma-Politica-de-Mobilidade-Urbana-transformadora-das-cidaes.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 27. ago. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.508, de 22 de novembro de 2017. Institui o Dia Nacional do Ciclista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113508.htm. Acesso em: 27. ago. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.724, de 4 de outubro de 2018. Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113724.htm#:~:text=LEI%20N%2013.724%2C%20DE%204%20DE%20OUTUBRO%20DE%202018.&text=Institui%20o%20Programa%20Bicicleta%20Brasil,Art. Acesso em: 27. ago. 2025.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. FERREIRA, José Gomes e SOUZA, Bertulino José. Mobilidade urbana ciclável em capitais do nordeste brasileiro. In: oracio Capel; Floriano Godinho de Oliveira; Eveline Algebaile; Miriam Zaar; Regina Tunes; Thiago Rodrigues (Org.). A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: um balanço

crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, v. 1, p. 231-259. Disponível em: <https://biblioteca.geografia.blog.br/2024/12/giacclc2024.html> Acesso em: 07 mar. 2025.

GEHL, J. Cidades para as pessoas. 2 ed., São Paulo, Perspectiva, 2013.

Kumar, A., & Teo, K. M. (2012). A Systems Perspective of Cycling and Bike-sharing Systems in Urban Mobility. Disponível em: <https://proceedings.systemdynamics.org/2012/proceed/papers/P1306.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

KUNZ, Maurício. Cidades cicloinclusivas: Diretrizes de projeto urbano com base na experiência de Curitiba, Nantes e Copenhague. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IMED). Passo Fundo, 2018. Disponível em: [https://www.imed.edu.br/Uploads/CEOMEvent/MAUR%C3%8DCIO%20KUNZ\(3\).df](https://www.imed.edu.br/Uploads/CEOMEvent/MAUR%C3%8DCIO%20KUNZ(3).df) Acesso em: 02 mar. 2025.

ONU. Objetivos do desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 mar. 2025.

ROSEN, Jody. A vida em duas rodas: a história e os mistérios da bicicleta. Rio de Janeiro: Rocco, 2023.

SALDIVA, Paulo. Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles. Editora Contexto, 2018.

Summit Mobilidade. Dia Nacional do Ciclista: conheça a origem da data. 2023. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-caminho/dia-nacional-do-ciclista-conheca-a-origem-da-data>. Acesso em: 27 ago. 2025.

TAMPIERI, Guilherme Lara Camargos et al. Belo Horizonte, as bicicletas e a utopia como estratégia de luta: uma ciclovagem pela contínua busca para transição ciclável na capital mineira e um olhar sobre a experiência de Fortaleza. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36116>. Acesso em: 07 mar. 2025.

TROI, M. de. Carrocracia: fluxo, desejo e diferenciação na cidade. Revista Periódicos, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 270–298, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i8.22764. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/22764>. Acesso em: 8 mar. 2025.

Anexos



Quadros



Quadros cont

CÓDIGO: HS1711

AUTOR: EVILHIS DO NASCIMENTO SILVA

ORIENTADOR: WINIFRED KNOX

TÍTULO: RACISMO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS
COMUNIDADES PESQUEIRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A
REALIDADE DE MULHERES PESCADORAS NO BRASIL

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise crítica sobre como o racismo ambiental e a violência de gênero incidem na vida das mulheres pescadoras no Brasil. A partir de uma revisão sistemática integrativa da literatura, buscou-se compreender como os estudos sobre esses dois eixos conceituais têm mostrado a opressão que se entrelaça no cotidiano de comunidades pesqueiras, especialmente frente ao avanço de grandes projetos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios, como os parques eólicos. O levantamento mostrou que existem desigualdades vividas por essas mulheres que não se explicam apenas pelo fator de gênero, mas também pelo pertencimento racial e pela posição social, que as tornam mais vulneráveis a processos de exclusão e silenciamento. Conceitos como corpo-território e justiça ambiental ajudam a compreender os impactos materiais e simbólicos enfrentados. Apesar das adversidades, observa-se a presença de estratégias coletivas de resistência e reexistência, evidenciando a potência política dessas mulheres na defesa de seus modos de vida. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática que utilizou as bases de dados scielo, web of science e google acadêmico com recorte temporal de 2013 à 2024 de conceitos-chave. O estudo reforça a urgência de políticas públicas que dialoguem com os saberes comunitários e valorizem as vozes historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: Violência De Gênero, Racismo Ambiental, Conflitos
Socioambientais

TITLE: ENVIRONMENTAL RACISM AND GENDER VIOLENCE IN FISHING
COMMUNITIES: A SYSTEMATIC REVIEW ABOUTF THE REALITY OF
FISHERWOMEN IN BRAZIL

Abstract

This paper presents a critical analysis of how environmental racism and gender-based violence affect the lives of women fishers in Brazil. Based on an integrative systematic

literature review, the study aimed to understand how research on these two conceptual axes has revealed the intertwined oppression experienced in the daily lives of fishing communities—particularly in the face of large development projects, such as wind farms, that threaten their territories. The findings show that the inequalities faced by these women cannot be explained solely by gender, but also by racial identity and social status, which make them more vulnerable to processes of exclusion and silencing. Concepts such as "body-territory" and environmental justice help to shed light on the material and symbolic impacts they endure. Despite the adversities, collective strategies of resistance and "reexistence" are evident, highlighting the political strength of these women in defending their ways of life. The methodology used was a systematic review that examined the SciELO, Web of Science, and Google Scholar databases, focusing on key concepts published between 2013 and 2024. This study reinforces the urgent need for public policies that engage with community knowledge and value historically marginalized voices.

Keywords: Gender-Based Violence, Environmental Racism, Socio-environmental Confl

Introdução

Este estudo pretende realizar uma revisão sistemática da literatura a partir de conceitos-chave que servirá como fundamento teórico metodológico do trabalho ligado à pesquisa “As 1001 mulheres do RN” e o desenvolvimento: estudos feministas nas atividades da pesca, agricultura, artesanato, política e economia solidária desempenhadas por mulheres”, no qual estamos inseridas como pesquisadoras e orientanda, esta última com o subprojeto “Revisão sistemática sobre violência de gênero e racismo ambiental entre agricultoras e pescadoras no RN e no Brasil”, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROPESQ/UFRN).

Neste estudo, enfocou-se as comunidades pesqueiras, buscando compreender de que maneira o racismo ambiental e a violência de gênero interferem na vida das mulheres pescadoras, considerando as intersecções entre raça, gênero e classe, bem como os impactos sociais, econômicos e culturais que recaem sobre elas e suas comunidades em meio aos processos de desterritorialização vivenciados, especialmente os causados pela implantação de parques eólicos na zona costeira do RN, somando-se aos de especulação imobiliária.

As comunidades tradicionais não podem ser compreendidas sem a devida consideração de seus vínculos com os territórios que habitam, já que sua identidade cultural está profundamente atrelada a esses espaços. Essa ligação, conforme apontam Diegues (2008), transcende o campo material e incorpora aspectos simbólicos relacionados ao pertencimento, às práticas ancestrais, à espiritualidade, aos rituais, às práticas sociais e à história coletiva.

É nesse cenário que se insere a noção de racismo ambiental, concebida neste estudo como um sistema estrutural de práticas e percepções que torna corriqueira, naturalizada e até invisível a distribuição desigual e dos impactos socioambientais. Tal dinâmica implica que certos grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas,

comunidades negras, pescadores artesanais, extrativistas e migrantes, sejam expostos de forma desigual, recorrente e intensificada aos efeitos danosos de empreendimentos econômicos e ambientais. Essa assimetria não ocorre por acaso: está enraizada em lógicas de poder que reproduzem desigualdades sociais e raciais sob o pretexto do desenvolvimento, como observa Herculano (2006), trata-se de uma aceitação coletiva da degradação, tanto do meio ambiente quanto da vida humana, fundamentada na ideia implícita de que determinados segmentos sociais possuem menos valor ou relevância. Nas comunidades tradicionais, esses processos afetam com mais gravidade as mulheres, cuja condição social as posiciona no cruzamento de diversas formas de opressão de gênero, de raça, de classe e de território, tornando-as alvos centrais dessas injustiças ambientalmente situadas.

Nessa perspectiva, a análise feminista torna-se essencial para compreender as implicações específicas que gênero e raça assumem nas dinâmicas ambientais. Essa abordagem não se limita a inserir as mulheres como um grupo a mais nas estatísticas de impacto, mas propõe um deslocamento epistemológico, no qual os saberes, corpos e vivências de mulheres em especial aquelas marcadas por recortes raciais e territoriais passam a ser centrais na produção de conhecimento sobre os conflitos ambientais. Autoras como Giovanna Di Chiro (1995) e Vandana Shiva (2002) já apontavam que os efeitos da degradação ecológica recaem de forma desproporcional sobre corpos racializados e femininos, o que exige uma leitura atenta às interseccionalidades. A análise feminista, nesse sentido, denuncia a falsa neutralidade dos discursos sobre meio ambiente e desenvolvimento e propõe uma escuta mais atenta aos saberes que emergem da vivência cotidiana.

Metodologia

A metodologia deste estudo será composta por uma revisão integrativa da literatura. A revisão bibliográfica sistemática, como método de pesquisa, analisa de forma rigorosa e estruturada os estudos já existentes sobre um tema (Botelho; Cunha; Macedo, 2011; Gough; Thomas; Oliver, 2012). Embora não produza dados inéditos, sua importância está em reunir e avaliar criticamente as evidências disponíveis, oferecendo uma visão completa e confiável sobre o que já se sabe em determinada área (Petticrew; Roberts, 2006; Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Dentro desse método, será empregada a técnica da Revisão Integrativa, que é uma das modalidades da revisão sistemática. A Revisão Integrativa permite ao pesquisador combinar diferentes formas de estudo, englobando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos. Essa abordagem traz uma compreensão mais ampla e detalhada do tema, porque considera diferentes perspectivas e contextos. Assim, ela possibilita uma análise mais rica e profunda, ajudando a conectar as várias dimensões do assunto pesquisado (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011).

A pesquisa se insere no projeto “As 1001 mulheres do RN” e foi conduzida com recorte temporal em estudos publicados entre 2013 e 2024.

Quadro 1 : Etapas da Revisão Integrativa

Etapas

Descrição da Etapa

Metodologia

1 Etapa

Identificação do tema e seleção da questão da pesquisa

Definição dos problemas;

Formulação de uma pergunta de pesquisa;

definição de uma estratégia de busca;

Definição dos descritores;

Definição da base de dados;

2 Etapa

Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

Uso de base de dados;

Busca dos estudos com base nos critérios de inclusão e exclusão.

3 Etapa

Identificação dos estudos pré-selecionados

Leitura de resumos, palavras-chaves e título das publicações

Organização dos estudos pré-selecionados

Identificação dos estudos selecionados.

4 Etapa

Categorização dos estudos selecionados

Elaboração e uso da Matriz Síntese

Categorizar e analisar as informações

Formação de uma biblioteca individual

Análise crítica dos estudos selecionados

5 Etapa

Análise e interpretação dos resultados

discussão dos resultados

6 Etapa

Apresentação da revisão/síntese do conhecimento

Criação do documento que descreva detalhadamente a revisão

proposta para estudos futuros.

Fonte: Adaptado de Botelho, Cunha e Macedo (2011).

1ª Etapa: Identificação do tema e definição da questão de pesquisa

O ponto de partida para a revisão integrativa deste artigo foi a formulação da seguinte pergunta de pesquisa: Como o racismo ambiental e a violência de gênero afetam a vida das mulheres pescadoras do Brasil?

Com a questão de pesquisa definida, o próximo passo foi estabelecer os descritores ou palavras-chave que orientarão a estratégia de busca, bem como os bancos de dados a serem utilizados. A seleção das palavras-chave foi realizada por meio de uma consulta à plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores específicos da pesquisa: “Racismo ambiental”, “Violência de gênero”, “Comunidades tradicionais” e “Pescadoras”. O quadro 2 apresenta uma síntese das palavras-chave utilizadas na pesquisa, que foi refinada pelo critério de idioma (português) e pelo período de publicação, considerando trabalhos produzidos entre 2013 e 2024.

Quadro 2 : Palavras Chaves

Racismo Ambiental

Environmental Racism

Violência de Gênero

Gender Violence

Comunidades Tradicionais

Traditional Communities

Pescadoras

Fisherwomen

Fonte : Produzido pela própria autora, 2025.

A partir das palavras-chave, foram definidos os strings de busca utilizando descritores, conforme apresentado no Quadro 3. Para a busca de artigos, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, Scielo e Web of Science. O levantamento dos estudos abrangeu o período de 2013 a 2024.

Quadro 3 – Constructos e Strings

Descritores

String de busca(palavras-chave português)

String de busca(palavras-chave inglês)

Violência de gênero/ Racismo ambiental/ comunidades tradicionais/ Pescadoras

Racismo ambiental OR Violência de gênero OR Comunidades tradicionais OR Pescadoras

Environmental RacismORGender violence OR traditional communitiesOR Fisherwomen

Fonte: elaborado pela autora (2025)

2ª Etapa: Estabelecimento de critérios de inclusão

Após a escolha do tema, da pergunta de pesquisa, dos descritores e das palavras-chave, foram definidos os critérios de inclusão;

Artigos completos publicados em português;

Estudos teóricos e empíricos que tratavam do tema do Racismo Ambiental e Violência de gênero;

Artigos revisados pelos pares e com acesso aberto.

3ª Etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Para a identificação dos estudos e sua seleção, foi inicialmente criado planilha no excel, inserindo os 478 artigos, selecionados nas bases de dados. A partir da planilha foram lidos todos os títulos dos artigos e selecionados 86 artigos, que tiveram seus resumos lidos e verificada a adequação aos critérios de inclusão. Após essa análise foram identificados 30 artigos para leitura e análise na íntegra. Dessa forma foram encontrados 07 artigos entre os anos de 2013 e 2024, conforme Quadro 4

Quadro 4. Fluxograma de seleção dos artigos.

Estudos identificados na pesquisa nos bancos de dados:

Scielo: 166; Web of Science: 204; Google Acadêmico: 108 (n = 478)

Leitura dos títulos: 392 artigos excluídos

Artigos selecionados pelos títulos:

Scielo: 48; Web of Science: 20; Google Acadêmico: 18 (n = 86)

Leitura dos resumos: 56 artigos excluídos

Artigos selecionados para leitura na íntegra:

Scielo: 16; Web of Science: 6; Google Acadêmico: 8 (n = 30)

Escopo final da revisão:

Scielo: 5; Web of Science: 1; Google Acadêmico: 1 (n = 7)

Fonte: elaborado pela autora (2025).

4ª Etapa: Categorização dos estudos selecionados

Resultados e Discussões

A leitura crítica dos trabalhos selecionados revela como questões relacionadas à justiça ambiental se entrelaçam a múltiplas formas de desigualdade vividas por comunidades tradicionalmente marginalizadas. A partir de diferentes contextos e enfoques, os estudos abordam temáticas como a violência de gênero, o racismo ambiental e os conflitos decorrentes da disputa por territórios e recursos naturais. Esses eixos, embora distintos, convergem ao evidenciar a sobreposição de opressões enfrentadas por mulheres, pescadores artesanais, povos amazônicos e demais coletividades que têm suas formas de vida colocadas sob ameaça.

Violência de Gênero em Contextos Rurais e Pesqueiros

A vivência das mulheres em territórios rurais e pesqueiros revela um cotidiano marcado por formas específicas de violência de gênero, muitas vezes invisibilizadas pelas estruturas sociais e políticas. Como destacam Stochero e Pinto (2023), a realidade dessas mulheres é atravessada pelo isolamento geográfico, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela naturalização das agressões nos espaços doméstico e

comunitário. Essa combinação de fatores contribui para o silenciamento das vítimas e a manutenção de relações desiguais de poder.

Essa perspectiva é ampliada por Maso e Isaguirre-Torres (2024) ao analisarem contextos de mineração em áreas de conflito socioambiental. Para as autoras, os impactos da destruição ambiental não se restringem ao território físico, mas atravessam os corpos das mulheres que ali vivem, compreendidos como corpos-territórios. Essa abordagem reforça a dimensão simbólica e afetiva dos vínculos com a terra, denunciando que a degradação ambiental também se manifesta como forma de violência de gênero. O rompimento com a natureza, nesse sentido, representa uma ruptura com redes de pertencimento, memória e autonomia feminina.

Racismo Ambiental e a Distribuição Desigual dos Impactos

Os estudos analisados evidenciam que os danos ambientais não são distribuídos de maneira aleatória: recaem, sistematicamente, sobre grupos historicamente marginalizados. É o que demonstra Leal (2013) ao examinar os efeitos da presença de empreendimentos industriais sobre pescadores artesanais do Norte Fluminense. A autora aponta que esses territórios, habitados majoritariamente por populações negras e empobrecidas, sofrem com a contaminação de recursos naturais e a desestruturação de modos de vida tradicionais.

Na Amazônia paraense, Silva, Sá e Nascimento (2022) reforçam esse padrão ao mostrar como os complexos portuários ameaçam comunidades locais, impondo riscos à segurança alimentar, ao sustento e à identidade cultural dessas populações. Da mesma forma, Pereira, Vital e Fonseca (2024) observam que, mesmo revestidos por um discurso sustentável, os projetos eólicos em Enxu Queimado reproduzem desigualdades ao negligenciar o direito das comunidades pesqueiras à consulta e ao consentimento.

Em Pernambuco, o estudo de Santos et al. (2024) evidencia que a vulnerabilidade enfrentada por mulheres pescadoras é agravada pela falta de reconhecimento de seus saberes e pela ausência de apoio institucional. Esses dados reforçam a ideia de que o racismo ambiental não se resume à degradação ecológica, mas também implica a negação de direitos, de vozes e de existência digna.

Conflitos Socioambientais e o Avanço sobre os Territórios

Os conflitos socioambientais apresentados nos estudos refletem a tensão entre lógicas distintas de ocupação e uso da terra e dos mares. Enquanto as comunidades tradicionais baseiam sua existência em vínculos históricos com os territórios, os grandes empreendimentos os tratam como espaços a serem explorados economicamente. Leal (2013) e Silva, Sá e Nascimento (2022) demonstram como a ausência de diálogo com essas populações facilita o avanço de projetos que ignoram as especificidades culturais e os modos de vida locais.

Em Maxaranguape, no Rio Grande do Norte, a pesquisa de Bonfá Neto e Santos (2024) mostra como a cartografia social participativa tem sido uma ferramenta importante de resistência e visibilidade. A partir do mapeamento coletivo dos territórios, pescadoras e

pescadores reafirmam seus vínculos com a terra e o mar, enfrentando as ameaças impostas por interesses externos.

Além disso, Maso e Isaguirre-Torres (2024) revelam como o extrativismo mineral atinge diretamente os corpos e a autonomia das mulheres, aprofundando vulnerabilidades já existentes. A mesma lógica é observada por Pereira, Vital e Fonseca (2024) no contexto da energia eólica, onde as promessas de progresso escondem processos de desterritorialização e desestruturação de laços comunitários.

Resistência e Re-existência Feminina nos Territórios

Diante das ameaças recorrentes aos seus territórios, as mulheres das comunidades tradicionais não apenas resistem, mas reinventam suas formas de existir e de se relacionarem com a natureza. Essa re-existência, termo que combina resistência e reinvenção, é evidenciada por Bonfá Neto e Santos (2024) no processo de cartografia participativa em Maxaranguape, onde as mulheres constroem narrativas contra-hegemônicas a partir de suas experiências e conhecimentos.

No litoral pernambucano, Santos et al. (2024) reforçam que a sustentabilidade da pesca artesanal está diretamente relacionada ao protagonismo feminino. As mulheres assumem múltiplas funções: são cuidadoras do ambiente, guardiãs dos saberes ancestrais e articuladoras da organização política local. Ao reconhecer esse papel, amplia-se a compreensão de justiça ambiental, que passa a considerar as dimensões de gênero, território e cultura como inseparáveis.

As ações dessas mulheres demonstram que os territórios não são apenas espaços físicos, mas também espaços de afeto, memória e identidade. Suas práticas diárias de cuidado e resistência revelam que a justiça ambiental só será possível quando ancorada no reconhecimento e valorização dos sujeitos que historicamente têm sustentado a vida em meio à adversidade.

Em síntese, os dados analisados apontam para a centralidade das mulheres nas lutas por justiça ambiental, evidenciando que suas práticas de cuidado, organização comunitária e preservação cultural constituem formas efetivas de enfrentamento às desigualdades e de construção de alternativas sustentáveis enraizadas nos territórios.

Conclusão

A análise crítica dos estudos revisados evidencia que os conflitos socioambientais enfrentados por comunidades tradicionais, especialmente pelas mulheres pescadoras, são atravessados por múltiplas camadas de opressão. Esses conflitos não dizem respeito apenas a disputas por espaço físico ou recursos naturais, mas expõe desigualdades estruturais de longa data, entrelaçadas a marcadores como gênero, raça e território. A degradação ambiental, nesse contexto, torna-se mais do que um problema ecológico: ela é também uma expressão da marginalização histórica de determinados grupos sociais.

Em comunidades pesqueiras do litoral e de regiões interiores, incluindo territórios amazônicos e áreas rurais, as mulheres experimentam de forma particularmente intensa os efeitos das transformações socioambientais. Além das consequências visíveis como a degradação do ambiente e a dificuldade crescente de acesso aos espaços onde desenvolvem suas práticas de vida e trabalho, elas enfrentam formas menos perceptíveis, mas igualmente violentas, de negação. Entre elas, destaca-se o chamado apagamento institucional: um processo no qual suas existências, conhecimentos e formas de organização são sistematicamente ignorados ou desconsiderados pelas estruturas formais de poder, como políticas públicas, programas governamentais, registros legais e decisões administrativas. Esse tipo de silenciamento não acontece de forma explícita, mas opera por meio da ausência da omissão em documentos, na exclusão de espaços de escuta e na desconsideração das especificidades de gênero e território nas ações do Estado. Com isso, não apenas seus saberes deixam de ser reconhecidos, como também se rompem os vínculos que mantêm vivas suas identidades coletivas e ancestrais.

O racismo ambiental, por sua vez, emerge de forma recorrente nos estudos de casos analisados, revelando que a distribuição dos danos ambientais segue uma lógica de exclusão profundamente enraizada na história brasileira (Pacheco, 2020; Herculano, 2006), que revela um eixo central opressivo na intersecção de raça, classe e gênero.

Nesse cenário, resistir não significa apenas barrar o avanço de grandes empreendimentos ou denunciar injustiças. Resistir também é reinventar modos de vida, reconstruir laços comunitários, cuidar do território com afeto e conhecimento ancestral.

Portanto, para compreender a justiça ambiental exige ir além da simples distribuição mais equilibrada dos danos causados ao meio ambiente. Essa ideia está ligada ao reconhecimento dos direitos coletivos, ao respeito pelas diversas formas de se relacionar com a natureza e à escuta das vozes que, historicamente, foram deixadas à margem das decisões que moldam o uso e o controle dos territórios. O termo “justiça ambiental” começou a ganhar força nos Estados Unidos, por volta da década de 1980, impulsionado pelas mobilizações de comunidades negras e pobres que denunciavam a instalação desproporcional de indústrias poluentes em seus bairros.

Referências

- BONFÁ NETO, Dorival; SANTOS, Jully Kalyanny Silva. A cartografia social participativa desvelando territorialidades pesqueiras em Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil). *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.221533pt>.
- BOTELHO, Luiz Ladeira; CUNHA, Célia Cristina de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 9, n. 2, p. 121–135, 2011.
- BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Boulder: Westview Press, 1993.

CABNAL, Lorena. Apuntes sobre la resistencia comunitaria desde los cuerpos-territorios de mujeres indígenas. Guatemala: Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DI CHIRO, Giovanna. Nature as community: The convergence of environment and social justice. In: CRONON, William (org.). Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature. New York: W. W. Norton, 1995. p. 298–320.

ESCOBAR, Arturo. Poder, visibilidad y naturaleza: La ecología política de la globalidad y la diferencia. In: LEFF, Enrique (org.). La transición hacia el desarrollo sustentable. México: UNAM, 2005.

FERNANDES, Tchenna; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. Conflitos socioambientais da mineração: entre os corpos-territórios das mulheres e as disputas no campo do/no direito. 2024.

GOUGH, David; THOMAS, James; OLIVER, Sandy. Clarifying differences between review designs and methods. Systematic Reviews, v. 1, n. 28, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. América Latina en Movimiento, n. 462, 2011.

HERCULANO, Selene. O que é justiça ambiental. Cadernos Temáticos de Sociologia Jurídica, v. 2, n. 1, p. 7–21, 2006.

LEAL, Giuliana Franco. Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense. 2013.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Roberval Vieira da; SÁ, Luciana Farias de; NASCIMENTO, Edilene da Silva. Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense: ameaças, agentes e resistências. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. e89863, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89863>.

MASO, T. F.; ISAGUIRRE-TORRES, K. R. Conflitos socioambientais da mineração: entre os corpos-territórios das mulheres e as disputas no campo do/no Direito. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202422pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7456>.

NÓBREGA, Mariana Olívia Santana dos Santos et al. Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: desafios e conquistas para Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Pernambuco. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, spe. 1, ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18718P>.

STOCHERO, Anelise; PINTO, Priscila Neves-Silva. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210595pt>.

PACHECO, Tainá de Paula. Racismo ambiental e justiça climática no Brasil. In: TEIXEIRA, C. P.; PACHECO, T. P.; SANTOS, L. A. O. (org.). *Justiça climática e cidades: reflexões para o Brasil*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

PEREIRA, Fátima Régia; VITAL, Maria Aparecida; FONSECA, Maria José. Impactos territoriais e a instalação de projetos eólicos na comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado (Pedra Grande/RN): transição energética ou uma nova fronteira para a acumulação do capital? *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 27, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i3.10314>.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, Maria Tereza; SILVA, Milena Dias da; CARVALHO, Regina. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

SILVA, Thais Sousa; SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. *Conflitos socioambientais em áreas de complexos portuários na Amazônia paraense*. 2022.

SOUZA, Djamila Ribeiro. *Lugar de fala*. São Paulo: Letramento, 2017.

SOUZA, João Gabriel de; SOUZA, Cristina. *Corpos-territórios e conflitos socioambientais*. 2021.

SOUZA, Regiane; CARVALHO, Tânia; OLIVEIRA, Maria. *Conflitos socioambientais e o avanço de empreendimentos em territórios pesqueiros*. 2020.

CÓDIGO: HS1730

AUTOR: MARIA VITORIA OLIVEIRA DOS SANTOS

ORIENTADOR: LUTIANE QUEIROZ DE ALMEIDA

TÍTULO: MAPEAMENTO DO RISCO NO MUNICÍPIO DO NATAL/RN: USO DO PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA E GESTÃO

Resumo

Devido às suas características físicas, Natal possui diversas áreas de risco com alta vulnerabilidade ambiental intensificadas pela urbanização desordenada, ocupações inadequadas, impermeabilização do solo e rede de drenagem insuficiente. Diante da necessidade de mapear as áreas de risco no município, o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) guiado por uma abordagem multirrisco, utilizando uma metodologia participativa e com o auxílio de tecnologias de alta precisão, mapeou, setorizou e hierarquizou 13 áreas de risco e propôs medidas de intervenção. Diante dos resultados, este trabalho se empenha em fazer um apanhado da metodologia utilizada e, para fins de exemplificação, mostrará alguns resultados do mapeamento na comunidade Baixa do Cão, área sujeita a perigos hidrológicos e geológicos com uma população de alta vulnerabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Risco. Mapeamento Participativo. Multirrisco. Desastre.

TITLE: RISK MAPPING IN THE MUNICIPALITY OF NATAL/RN: USE OF THE MUNICIPAL RISK REDUCTION PLAN AS A RESEARCH AND MANAGEMENT TOOL

Abstract

Due to its physical characteristics, Natal has several high-risk areas with high environmental vulnerability, exacerbated by disorderly urbanization, inadequate occupation, soil sealing, and an insufficient drainage network. Faced with the need to map the municipality's high-risk areas, the Municipal Risk Reduction Plan (PMRR), guided by a multi-hazard approach, using a participatory methodology and with the aid of high-precision technologies, mapped, sectorized, and prioritized 13 high-risk areas and proposed intervention measures. Based on the results, this paper aims to summarize the methodology used and, for illustrative purposes, will present some mapping results

in the Baixa do Cão community, an area subject to hydrological and geological hazards with a highly socio-environmentally vulnerable population.

Keywords: Risk. Participatory Mapping. Multi-risk. Disaster.

Introdução

O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) é uma ferramenta de gestão promovida pelo Ministério das Cidades, com o objetivo de mapear, setorizar e hierarquizar os graus de risco no território, a fim de subsidiar tomadas de decisão para o ordenamento municipal. Para isso, o PMRR do Natal/RN utilizou-se de um modelo metodológico que, adaptado às características locais, promoveu resultados assertivos que podem resultar em medidas de intervenção e políticas públicas eficazes. Com isso, este trabalho procura expor a importância da metodologia utilizada para a gestão do risco e a sua possibilidade de aplicação nas demais cidades brasileiras.

Diante da proposta, entende-se por Risco a “[...] percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da probabilidade de ocorrência de um evento causador de danos, cujas consequências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo” (Almeida, 2010). Nesse contexto, em Natal os riscos associados ao Plano são de ordem natural (natural hazards), relacionados a processos geológicos (deslizamento, soterramento, desabamento) e hidrológico (alagamento, inundação, contaminação por água parada). Esses perigos, por sua vez, são intensificados pela urbanização desordenada, ocupações inadequadas, impermeabilização do solo e rede de drenagem insuficiente.

Natal é um município costeiro que está sob tabuleiros de dunas da formação barreiras composta por campos dunares, com sedimentos de baixa fixação em encostas com alta inclinação, portanto, áreas sensíveis a deslizamento, além de parte do seu território estar inserido em área de mangue e/ou planícies fluviais e lacustres, de baixa cota altimétrica, passíveis de inundação. Para mais, embora o solo arenoso seja altamente permeável, a impermeabilização da cidade, gera frequentes episódios de alagamento nos eventos de alta pluviosidade, recorrentes devido ao clima tropical úmido, sobretudo no período chuvoso entre abril e julho com médias de 1.753,15mm (INMET).

Logo, devido às suas características físicas, um estudo realizado na cidade do Natal evidenciou diversas áreas de risco com alta vulnerabilidade ambiental, que estão densamente ocupadas, em boa parte das vezes nos limites das zonas de proteção ambiental (ZPA's) (Medeiros; Almeida, 2015). Identificando processos de uso e ocupação em sopés de dunas, com o desmatamento da vegetação nativa fixadora; urbanização entorno de rios e lagoas (naturais e de captação), com o constante assoreamento dos corpos d'água e; a crescente impermeabilização do solo, onde o sistema de drenagem não existe ou está parcialmente/ completamente obstruído por lixo, entulhos ou por ligações clandestinas.

Para mais, vale salientar que a maioria das pessoas que ocupam essas áreas são indivíduos de maior vulnerabilidade social e, portanto, menor capacidade para resistir às ameaças. E que, historicamente, foram se instalando em ambientes instáveis e

socialmente vulneráveis por falta de opção como efeito do adensamento desordenado nas cidades, imprimindo no espaço a desigualdade socioespacial (ALMEIDA, 2015).

Por fim, diante desse cenário, tão comum nas cidades brasileiras, o PMRR-NATAL utilizou uma abordagem multi-risco (análise sistêmica que identifica e relaciona as ameaças e a vulnerabilidade no território), para auxiliar na gestão do risco. Como produto, mapeou, setorizou e hierarquizou 13 áreas de risco, subdividida em setores, 88 ao todo, (com diferentes graus de risco). Portanto, este trabalho se empenha em fazer um apanhado da metodologia utilizada e, para fins de exemplificação, mostrará alguns resultados do mapeamento na comunidade Baixa do Cão, área sujeita a perigos hidrológicos e geológicos com uma população de alta vulnerabilidade socioambiental.

Metodologia

O PMRR NATAL foi desenvolvido durante os anos de 2024 a 2025 pela equipe do Grupo de Pesquisa Georisco e do Núcleo de Pesquisas sobre Desastres (NUPED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com colaboração da Defesa Civil municipal e Comitê de Gestão de Riscos do Natal, além de líderes comunitários das áreas selecionadas. O processo de sua elaboração foi dividida em quatro etapas que resultou em quatro relatórios técnicos, sendo eles, (1) Planejamento e Execução, (2) Mapeamento de Riscos e Oficinas Participativas, (3) Propostas de Ações Estruturais e Não Estruturais e, (4) Relatório Final e Sumário Executivo.

A priori, realizou-se o planejamento das etapas de execução, guiada por uma abordagem multirrisco, elaborada por uma equipe multidisciplinar, envolvendo diferentes atores da sociedade, utilizando uma metodologia participativa. Com os objetivos específicos de (PMRR do Natal, Relatório da Etapa 1.):

- I. Realizar o mapeamento e o diagnóstico de riscos envolvendo a delimitação de setores, a estimativa de moradias afetadas e o estabelecimento de graus relativos de risco.
- II. Indicar tipologias de intervenção necessárias para a redução ou controle dos riscos em cada setor mapeado, tais como medidas estruturais e não estruturais, considerando soluções baseadas na natureza e participação social.
- III. Incorporar o conhecimento das comunidades em risco na elaboração dos mapeamentos e na proposição de ações, de forma a proporcionar sua coprodução e apropriação para aumento da resiliência local.
- IV. Propor critérios de hierarquização dos setores prioritários para execução das intervenções.
- V. Elaborar um plano de ação para a GRD municipal e um plano de comunicação de seus resultados.

Para tal, realizou-se inicialmente uma pré-seleção das áreas prioritárias para o mapeamento, elencadas com base nos dados da Defesa Civil, do último PMRR do município (2008), de relatórios técnicos da prefeitura, bem como pesquisas realizadas pelo GEORISCO e NUPED da UFRN. Que resultou inicialmente na escolha de 15 áreas de risco (Fig 01), selecionadas através de uma análise multicritério (Analytic Hierarchy Process - AHP) que envolviam dados como: a situação periférica, o número de ocorrências da defesa civil, número de população exposta e a existência de organização comunitária.

Fig 01 - Mapa com a localização das 15 comunidades classificadas quanto à prioridade para a execução do mapeamento. Fonte: PMRR, 2025.

Como parte do processo de reconhecimento e caracterização espacial, selecionou-se indicadores de risco (dados físicos e sociais) para elaborar ficha técnica usada in loco nas vistorias de campo. A ficha foi adaptada às características dos processos locais para o diagnóstico do terreno, da infraestrutura e da vulnerabilidade social por setor de cada área de risco mapeada, tomando como referência o PMRR de Franco da Rocha (2021) e o Guia para Planos Municipais de Redução de Riscos (BRASIL, 2024).

Ainda, fez-se uso de Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) modelo DJI Mavic 3E equipada com câmara de alta resolução com módulo RTK (Real-Time Kinematics) para voos de inspeção e mapeamento, obtendo dados para a pré-setorização das áreas de risco possibilitando o planejamento de campo, tendo como produtos ortomosaicos, fotos oblíquas, Modelos Digitais de Superfície (MDS), Modelos Digitais do Terreno (MDT) e mapas de declividade.

Para mais, usada em conjunto com a coleta de pontos de apoio e verificação GCP (Ground Control Points) pelo GNSS RTK Geodésico Spectra SP85 permitiu uma precisão de georreferenciamento milimétrico nos dados gerados, aumentando a acurácia e possibilitando a geração de um modelo de simulação de inundação/alagamento com base na altimetria do terreno. Essa fase incluiu etapas de: a) Planejamento de voo; b) Execução de voo; c) Georreferenciamento GCP; d) Processamento dos dados; e) Controle de qualidade e; f) Geração de base cartográfica.

Fig 2 - Registros do mapeamento com os uso de Aeronave Remotamente Pilotada e GNSS RTK Geodésico. Fonte: Acervo do Georisco, 2025.

Em campo, empregou-se a metodologia de mapeamento participativo através de oficinas ou plantões comunitários com a população local de cada comunidade, utilizando como ferramentas um mapa base da comunidade em questão, com alguns pontos de referência georreferenciados para que os participantes pudessem se localizar, um “cardápio” de cores para representar processos hidrológicos e geológicos, post-its e canetas. Esse método tem-se mostrado significativamente útil para a identificação e localização do risco, auxiliando os pesquisadores e gestores no conhecimento da área, além de promover o diálogo com a comunidade através da participação ativa no planejamento de seu território.

Fig. 3 - Registros do mapeamento participativo. Fonte: Acervo Georisco, 2025.

Após os campos, com as fichas técnicas preenchidas e as análises dos produtos gerados, os setores de riscos delimitados foram hierarquizados em graus de risco que variam de baixo, médio, alto e muito alto, sendo eles: R4 (muito alto), R3 (alto), R2 (médio) e R1 (baixo) representados respectivamente pelas cores roxo, vermelho, laranja e amarelo. Ainda, os setores de risco foram representados cartograficamente e todas as áreas de risco e setores foram codificados para otimizar o banco de dados, começando pela área “NTL01_S1”, Sendo “NTL” o código inicial que faz referência a cidade de Natal e o “01” sendo o código da área de risco 01, e o “S1” o código do setor 01, sendo melhor visualizado na tabela 01.

Resultados e Discussões

Como resultado, após 18 (dezoito) meses de trabalho, o plano concluiu-se com o mapeamento de 13 áreas de risco, sendo estas as áreas identificadas como as mais críticas do município em que foi possível mapear com o tempo e recursos disponíveis. As áreas foram subdivididos em 88 setores de risco que variam em graus de risco de baixo, médio, alto e muito alto, conforme a magnitude dos processos identificados e o número de pessoas expostas e seu nível de vulnerabilidade, onde mais de 70% está entre alto e muito alto.

Na tabela abaixo, encontra-se a listagem das áreas mapeadas, sua localização na cidade do Natal bem como os processos associados:

Tabela 1 - Lista das comunidades mapeadas, sua localização e processo associado ao risco no PMRR-NATAL 2025. Fonte: PMRR, 2025.

Em relação ao tipo de risco, 71,1% dos setores estão expostos a processos hidrológicos, sendo eles inundação e/ou alagamento, enquanto os demais 28,9% estão relacionados a processos geológicos de rastejo e deslizamento de solo. Ainda, estima-se que cerca de 9604 pessoas e 3548 edificações estejam expostas ao risco, nas áreas mapeadas pelo plano, sendo elas a maioria localizada na zona Norte da cidade, onde há bairros com maior densidade populacional e maior vulnerabilidade social.

A comunidade popularmente conhecida como Baixa do Cão (codificado como “NTL04”), localizada no bairro de Cidade Nova na zona Oeste da cidade foi uma das áreas mapeadas e possui 6 setores mapeados como área de risco, sendo dois setores com grau de risco R2 (risco médio), dois setores R3 (risco alto) e dois setores R4 (muito alto) com uma estimativa de 945 pessoas e 296 residências expostas. O bairro de Cidade Nova se destaca por estar sujeita a processos tanto de ordem hidrológica (alagamento), como processo geológico com a movimentação de massa por avanço de dunas.

Fig 4 - Mapeamento dos setores de risco na comunidade Baixa do Cão com a hierarquização dos graus de risco. Fonte: PMRR, 2025.

Neste caso, a comunidade está próxima e é contornada por dunas, áreas de proteção ambiental, que estão em constante movimentação de rastejo, principalmente em episódios de grandes precipitações, que agrava o risco, principalmente para a população residente nos sopés das dunas. Ainda, o declive faz com que nas áreas de baixa cota altimétrica gerem-se áreas de alagamento, intensificado pela impermeabilização urbana com uma rede de drenagem com capacidade insuficiente para escoar o volume das águas pluviais.

Fig 5 - Registros da vistoria e do mapeamento na comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.

Nas etapas de coleta de dados da topografia do terreno (MDT) através da aeronave remotamente pilotada com módulo RTK conjuntamente com o GPS Geodésico foi gerado uma simulação de alagamento com precisão milimétrica que indica a área de alargamento conforme a lâmina d'água. O que permitiu localizar e mensurar o grau de risco e identificar a população e residências expostas, conforme está cartograficamente representado no mapa abaixo:

Fig 6 - Mapa de Simulação de Alagamento da Comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.

Sendo assim, após identificar, mapear e mensurar o processo, conseguiu-se indicar medidas de intervenção com capacidade de mitigação e adaptação ao risco para as áreas de risco R3 e R4. Foram propostas medidas de intervenções não estruturais como a criação de sistemas de alerta, criação de núcleo comunitário como NUPDEC, o incentivo à educação ambiental e educação de prevenção e de resposta ao risco e desastres. Para mais, também foi proposto no plano medidas de intervenção estruturais e Soluções Baseadas na Natureza (SBN's) georreferenciadas como mostra o mapa abaixo:

Fig 7 - Mapa com as propostas de Medidas de Redução de Riscos nos setores R3 e R4 na comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.

As propostas para minimizar a iminência de alagamento é revitalização, desobstrução (com o uso de ferramentas de vídeo inspeção e caminhão vacal) e ampliação da rede de drenagem, com a criação de bueiros ecológicos, galerias e a substituição do piso impermeável por piso intertravado para auxiliar na filtragem da água pluvial no solo nos setores nos setores NTL04_04, NTL04_S5 e NTL04_S6. Já para o setor NTL04_S1, área exposta ao deslizamento de massa, localizada no sopé da duna, a intervenção proposta, apresentada como mais indicada no estudo foi o uso da técnica de "forração" geocélula, que possibilite a plantação de vegetação fixadora na duna enquanto protege a área do impacto da chuva e vento, diminuindo a erosão e a iminência de soterramento.

Por fim, vale ressaltar que todas as medidas propostas para todas as áreas mapeadas tiveram como objetivo principal buscar alternativas para que a remoção de pessoas de suas casas fosse a última opção, a fim de manter o direito dos habitantes a permanecerem em suas casas, possibilitando um ordenamento urbano mais sustentável e de melhor custo-benefício possível, com o objetivo de beneficiar a população, oferecendo alternativas possíveis e eficazes.

Conclusão

Em suma, as etapas de planejamento, voos de inspeção, mapeamento participativo, vistorias técnicas e modelagem permitiram identificar, mapear, quantificar, setorizar e hierarquizar os processos, a exposição e a vulnerabilidade ao risco e desastre em Natal.

As informações geradas e documentadas servem como ferramenta de planejamento e reivindicação de direitos e deveres para o ordenamento urbano e gestão de riscos e desastres baseados em resultados validados, gerados com a participação popular, institucional e respaldados pela contribuição da pesquisa científica.

Ainda, neste processo destaca-se os evidentes desafios de se promover um diálogo entre gestão e população e a importância do fortalecimento de “pontes” para a implementação de intervenções realmente eficazes.

Por fim, vale ressaltar que Natal possui ainda outras áreas sensíveis que carecem de atenção e podem ser mapeadas em próximas etapas, e propõe-se a metodologia empregada neste trabalho como uma ferramenta para a mitigação e adaptação ao risco e a sua possibilidade de aplicação nas demais cidades brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Por uma ciência dos Riscos e Vulnerabilidades na Geografia. Mercator - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, vol. 10, n. 23, septiembre-diciembre, 2011, pp. 83-99.

BRASIL, 2006. Ministério das Cidades/Cities Alliance. Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais / Celso Santos Carvalho e Thiago Galvão, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Cities Alliance, 2006 . Acesso: <https://www.crsp.org/uploads/impresso/370/1NHu3Y3mUOOof4fQEr8xt-m0sjCiESIY.pdf>

CEMADEN, 2020. CEMADEN EDUCAÇÃO — Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Cartografia social: espacializando os riscos socioambientais. Programa Cemaden Educação. Acesso: <http://educacao.cemaden.gov.br/site/activity/NDAwMDAwMDAwMzk>

CERRI, L. E. S.; CARVALHO, C. S., 1990. Hierarquização de situações de risco em favelas no município de São Paulo, Brasil - critérios e metodologia. In: I Simpósio Latino-Americano sobre Risco Geológico Urbano, 1990, São Paulo. Anais... São Paulo: ABGE, 1990. p. 150-157.

MEDEIROS, Marysol Dantas de; ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Vulnerabilidade Socioambiental no Município de Natal, RN, BR. REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, Brasil, v. 9, n. 2, p. 65-79, jul./dez. 2015.

NOGUEIRA, F.R.; SCHWAB, N., 2007. Identificação e análise de riscos associados a múltiplos processos ambientais em assentamentos precários de Florianópolis, SC. e a lacuna da vulnerabilidade.. In: SIBRADEN SIMPÓSIO NACIONAL DE DESASTRES NATURAIS E TECNOLÓGICOS, 2, 2007, Santos, SP. Anais.... São Paulo, SP: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2007. p. 1-12.

Plano municipal de redução de riscos: município do Natal / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Desastres (NUPED), Grupo de Pesquisa (GEORISCO). – Natal: NUPED-GEORISCO, 2025.

Anexos



Fig 01 - Mapa com a localização das 15 comunidades classificadas quanto à prioridade para a execução do mapeamento. Fonte: PMRR, 2025.



Fig 2 - Registros do mapeamento com os uso de Aeronave Remotamente Pilotada e GNSS RTK Geodésico. Fonte: Acervo do Georisco, 2025.



Fig. 3 - Registros do mapeamento participativo. Fonte: Acervo Georisco, 2025.



Tabela 1 - Lista das comunidades mapeadas, sua localização e processo associado ao risco no PMRR-NATAL 2025. Fonte: PMRR, 2025.



Fig 4 - Mapeamento dos setores de risco na comunidade Baixa do Cão com a hierarquização dos graus de risco. Fonte: PMRR, 2025.



Fig 5 - Registros da vistoria e do mapeamento na comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.



Fig 6 - Mapa de Simulação de Alagamento da Comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.



Fig 7 - Mapa com as propostas de Medidas de Redução de Riscos nos setores R3 e R4 na comunidade Baixa do Cão. Fonte: PMRR, 2025.

CÓDIGO: HS1735

AUTOR: LEONARDO SIQUEIRA CAVALCANTI FILHO

ORIENTADOR: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA

TÍTULO: As ações dos movimentos socioterritoriais agrários nas pautas da soberania alimentar e da agroecologia no Brasil (2020-2024)

Resumo

Este estudo se baseia em evidências empíricas coletadas no banco de dados REDE DATALUTA sobre movimentos socioterritoriais agrários que atuam em torno de pautas de agroecologia, segurança alimentar e soberania alimentar em diferentes regiões do Brasil. O objetivo é compreender como essas mobilizações articulam práticas com ações políticas coletivas voltadas ao direito de acesso à alimentação digna e sistema alimentar sustentável. Os processos de movimento social partem da definição que são como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. Os resultados mostram que a agroecologia e a soberania alimentar combinam práticas e técnicas, como instrumentos de resistência política, de afirmação da justiça social e ambiental, e de construção de alternativas sustentáveis para os sistemas alimentares, consolidando a definição de agroecologia como ciência, prática e movimento social.

Palavras-chave: movimentos socioterritoriais agrários;soberania alimentar;agroecologia

TITLE: The Actions of Agrarian Socio-Territorial Movements in the Agendas of Food Sovereignty and Agroecology in Brazil (2020–2024)

Abstract

This study is based on empirical evidence collected from the REDE DATALUTA database on agrarian socio-territorial movements engaged with agendas of agroecology, food security, and food sovereignty across different regions of Brazil. The objective is to understand how these mobilizations articulate practices with collective political actions aimed at ensuring the right to adequate food and building sustainable food systems. Social movement processes are defined here as networks of informal interactions among a plurality of individuals, groups, or associations engaged in

political or cultural conflicts, grounded in a shared collective identity. The results indicate that agroecology and food sovereignty combine practices and techniques as instruments of political resistance, the affirmation of social and environmental justice, and the construction of sustainable alternatives for food systems, consolidating the definition of agroecology as science, practice, and social movement.

Keywords: agrarian socio-territorial movements; food sovereignty; agroecology

Introdução

Os movimentos socioterritoriais agrários com notoriedade têm pautado suas ações na luta por causas socioambientais e atualmente incorporam novos referenciais, da soberania alimentar e da agroecologia, como pontos essenciais no debate da opinião pública e construção de políticas para o bem estar social. Nesse sentido, os movimentos sociais são formados por diferentes indivíduos organizados, segundo Diane, M et. al. (2012, p.220) movimentos sociais partem da definição que são como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”. Os movimentos sociais reúnem um conjunto de elementos intermediadas pelas ações de reivindicações coletivas, voltadas ao diálogo com as autoridades, envolvendo uma gama de esforços e associações para atender as demandas públicas pela garantia dos direitos (TILLY; WOOD, 2010). A incorporação da transversalidade dessa temática representa uma possível evolução na forma como os movimentos sociais estruturam suas ações, articulando práticas tradicionais de resistência à proposição de alternativas concretas e sustentáveis, fortalecendo o diálogo com a sociedade civil e legitimando sua voz na esfera pública. As verdadeiras soluções propostas pela soberania alimentar e agroecologia para a crise climática, a fome entre outros problemas contemporâneos não virão em conformidade com o agronegócio (ROSSET; ALTIERI, 2017).

Neste trabalho, utilizamos o conceito de movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005) para compreender que o território é essencial para a luta desses sujeitos. Segundo Moura et al (2025, p.06), o movimento socioterritorial é formado para representar outros tipos de interesses, voltados à criação de um território próprio que possibilite a permanência e reprodução dos membros que o movimento representa. As pautas agrárias brasileiras se tornaram representativas e evidentes ante a crise socioambiental e alimentar que o Brasil passou a enfrentar no séc. XX, com raízes na adoção de um modelo globalizado de desenvolvimento rural baseado na ideia de erradicação da fome mundial. Posto isso, um alerta feito pela Bióloga Rachel Carson, em 1962, chamou atenção para a revolução verde e seu preço, sobre as substâncias químicas usadas como pesticidas e herbicidas com amplos efeitos biológicos. A autora alertava para os danos a longo prazo tanto à saúde humana quanto ao meio ambiente, desencadeando um debate público e acadêmico sobre o uso de

químicos na agricultura, da responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico, assim despertando a discussão coletiva sobre consciência ambiental. Sua obra “Primavera Silenciosa” recebe esse nome por conta da observação empírica em um de seus capítulos, da rápida e insidiosa ação dos químicos sobre a vida silvestre, onde a obliteração das populações de pássaros dos Estados Unidos da América, em que outrora recebiam a estação da primavera aos cantos foram silenciados repentinamente por efeitos da Revolução Verde (CARSON, 2010). Este artigo tem como objetivo compreender como as pautas da agroecologia e da soberania alimentar são inseridas nas ações e estratégias de luta pela terra dos movimentos socioterritoriais agrários. Como objetivos específicos tem-se mapear os movimentos sociais agrários que incorporam agroecologia e soberania alimentar como pautas centrais, sistematizar ações registradas na Rede DATALUTA que reflitam essas pautas e analisar as estratégias de resistência e proposição adotadas pelos movimentos. O texto está dividido em outras três partes, além desta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico, trazendo os conceitos que dão suporte à análise. A seção três detalha a metodologia utilizada para a pesquisa. Na seção 4, apresenta-se a análise dos dados, por fim, tem-se as considerações finais.

Metodologia

Este artigo está inserido no âmbito de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA), vinculada ao projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada, financiado pelo CAPES Print entre 2020-2024 e coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes (UNESP). Essa pesquisa estrutura-se a partir da análise das ações de movimentos socioterritoriais em quatro dimensões: água, agrário, floresta e urbano, cada uma delas investigada por equipes responsáveis pelo levantamento e sistematização de dados. No caso específico deste artigo, o foco é o DATALUTA Agrário, cujos dados permitem compreender a dinâmica contemporânea dos movimentos socioterritoriais do campo e suas estratégias de resistência. Os relatórios produzidos a partir dessa base de dados, atualmente em fase de consolidação para os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, sistematizam as informações coletadas e apresentam análises de conjuntura acompanhadas de quadros, pranchas, mapas, tabelas e gráficos, compondo um panorama detalhado da conflitualidade agrária no Brasil. Essa produção está ancorada em uma perspectiva crítica de leitura da realidade, mobilizando referenciais teóricos comprometidos com a compreensão das dinâmicas socioterritoriais e socioespaciais a partir de lentes decoloniais e críticas, especialmente no diálogo com autores latino-americanos. A metodologia utilizada consistiu na filtragem de ações previamente elencadas na coluna de pautas das planilhas do banco de dados Agrário DATALUTA. Das ocorrências das ações dos movimentos sociais agrários no Brasil a partir das planilhas do banco de dados DATALUTA nas pautas de soberania alimentar e agroecologia apresenta movimentos distintos no tratamento das pautas. O tratamento da informação foi conduzido a fim de garantir a consistência das ações e sua

pertinência às discussões teóricas propostas, onde a metodologia utilizada consistiu na filtragem de ações previamente elencadas na coluna de pautas das planilhas do banco de dados Agrário DATALUTA, no recorte temporal de 2020 a 2024.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa fundamenta-se no levantamento, armazenamento, registro e sistematização de dados secundários referentes às ações dos movimentos socioterritoriais do campo. A principal ferramenta utilizada para a coleta é o Google Alerts, previamente configurado com palavras-chave definidas pelos pesquisadores da Rede, permitindo o monitoramento contínuo de notícias relacionadas às disputas e conflitualidades no espaço agrário. Dessa forma, a metodologia garante tanto a abrangência quanto a sistematicidade necessárias para compreender os processos em curso e fornecer subsídios para análises comparativas e críticas sobre os movimentos socioterritoriais agrários.

Neste artigo, especificamente, a metodologia concentrou-se na análise das pautas relacionadas à soberania alimentar, segurança alimentar e à agroecologia, registradas no banco de dados DATALUTA entre os anos de 2020 e 2024. A pesquisa buscou identificar quais movimentos socioterritoriais agrários atuam na defesa dessas pautas e de que forma constroem suas estratégias de mobilização e resistência. A análise qualitativa das notícias coletadas permitiu compreender tanto os sujeitos envolvidos nas ações quanto às formas de organização, reivindicação e divulgação pública de suas lutas. A utilização de escala temporal 2020 a 2024 na análise dos movimentos sociais agrários em função de suas ações é necessária para compreender o espaço como dado não fixo, mas sim um dado dinâmico em constante transformação histórica, em que o espaço não pode ser separado do tempo, sendo produzido e reproduzido em ritmos diversos que acompanham as transformações sociais. Assim, a temporalidade foi incorporada como categoria central, uma vez que o espaço carrega em si as marcas das relações sociais que o constituíram em diferentes momentos (FERNANDES, 2005). O trabalho se justifica ao contribuir para o avanço da compreensão analítica dos processos de narrativa e divulgação das ações dos movimentos sociais agrários no Brasil, a partir de duas perspectivas complementares, a visão dos próprios movimentos e a forma como tais pautas são tratadas pela mídia. Além disso, investiga-se como as narrativas sobre essas ações têm sido registradas e como podem subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a construção de uma sociedade mais justa. Dessa forma, a escala temporal revela-se como uma chave interpretativa para compreender as ações dos movimentos sociais agrários no Brasil enquanto produto histórico, no qual a luta de classes, a técnica e a natureza se articulam, produzindo novas formas de sociabilidade e de territorialidade.

Resultados e Discussões

A análise dos resultados ocorreu por meio de 551 ações dos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil a partir das planilhas do banco de dados DATALUTA concentrado nas pautas de soberania alimentar, segurança alimentar e agroecologia conforme demonstra a tabela 1. O tratamento da informação foi conduzido a fim de garantir a consistência das ações e sua pertinência às discussões teóricas propostas. Ao observar os dados da tabela 1, a pauta de agroecologia apresenta presença constante ao longo dos anos, com variação entre 13 e 24 registros, alcançando o pico em 2024. O crescimento sinaliza que o tema vem sendo incorporado de forma progressiva nas narrativas e práticas dos movimentos socioterritoriais agrários, confirmando a leitura de que a agroecologia deixou de ser apenas um enfoque técnico para se consolidar como estratégia política de resistência frente ao modelo agroexportador dominante (ROSSET; ALTIERI, 2017).

A pauta de segurança alimentar aparece de forma inversa, entre 2020 e 2021 houve expressivo número de ocorrências (64 e 56, respectivamente), mas a partir de 2022 a incidência cai drasticamente, chegando a apenas três menções em 2024. Esse movimento pode ser entendido como reflexo do contexto político e social da pandemia de COVID-19, quando a questão da segurança alimentar emergiu com força diante do agravamento da fome no Brasil. Após a diminuição desse momento emergencial, é observado um deslocamento da importância da pauta, o que pode indicar tanto a perda de prioridade em agendas sociais quanto a reconfiguração da luta em torno de conceitos mais estruturais como a soberania alimentar. Nesse sentido, ainda que com números baixos, a Soberania Alimentar demonstra resiliência, mesmo com variações, aparecendo em todos os anos (exceto 2020), sinalizando uma permanência discursiva que carrega implicações políticas. Diferente da segurança alimentar, que muitas vezes é apropriada por políticas públicas institucionais, a soberania alimentar é articulada pelos movimentos sociais como projeto contra-hegemônico, que recoloca a centralidade no direito dos povos produzirem seus próprios alimentos em seus territórios (ROSSET; ALTIERI, 2017). Posto isso, a segurança alimentar aparece como demanda conjuntural e emergencial, a soberania alimentar, como horizonte de construções políticas de longo prazo e a agroecologia, como prática concreta que materializa essa transição conceitual aplicada. Assim, os dados do DATALUTA não são apenas registros quantitativos, mas expressam disputas em torno da alimentação, dos direitos associados e do próprio modelo de desenvolvimento econômico e rural. Nesse contexto de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, seis em cada dez domicílios brasileiros não conseguem manter acesso pleno à alimentação, vivendo sob algum grau de insegurança alimentar, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, que são as mais afetadas (ANDRADE; RESENDE, 2022). Após a diminuição desse momento emergencial, é observado um deslocamento da importância da pauta, o que pode indicar tanto a perda de prioridade em agendas dos movimentos sociais agrários quanto a reconfiguração da luta em torno de conceitos mais estruturais como a soberania alimentar. Nesse sentido, ainda que com números baixos, a soberania alimentar demonstra presença, mesmo com variações aparecendo em todos os anos (exceto 2020), sinalizando uma permanência

discursiva da temática que carrega implicações políticas. Diferente da segurança alimentar, que muitas vezes é apropriada por políticas públicas institucionais, a soberania alimentar é articulada pelos movimentos sociais como projeto contra-hegemônico, que recoloca a centralidade no direito dos povos produzirem seus próprios alimentos em seus territórios (VIA CAMPESINA, 1996). Posto isso, a segurança alimentar aparece como demanda conjuntural e emergencial, a soberania alimentar, como horizonte de construções políticas de longo prazo e a agroecologia, como prática concreta que materializa essa transição conceitual aplicada. Assim, os dados do DATALUTA não se configuram apenas em registros quantitativos, mas expressam uma disputa em torno da alimentação, direitos associados e do próprio modelo de desenvolvimento rural.

Quanto à análise das pautas levantadas do ponto de vista do mapeamento por região, no período de 2020 a 2024, é visto que as demandas variam de acordo com as especificidades socioeconômicas e políticas de cada território, evidenciando a centralidade da agroecologia, da reforma agrária e da segurança alimentar nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Este cenário revela que as mobilizações dos movimentos sociais agrários não se limitam à reivindicação da terra, mas articulam dimensões políticas e sociais mais amplas, buscando a transformação das relações produtivas e sociais. Nesse processo, foram identificadas ações correlatas que abarcam as pautas da soberania alimentar e da agroecologia, tanto no campo da formulação de políticas públicas, como exemplificado pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, quanto em programas complementares que reforçam a valorização da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar (BRASIL, 2012). Assim, a análise mostra que tais ações não se restringem a manifestações localizadas, mas se inserem em um movimento mais amplo de disputa territorial e de construção de projetos de sociedade, ao compreender os movimentos sociais agrários como sujeitos produtores de novas territorialidades.

A leitura da Tabela 2 permite observar um panorama relevante das pautas relacionadas à segurança alimentar, agroecologia e soberania alimentar no Brasil em 2020, especialmente a partir da atuação dos movimentos sociais agrários. Os dados refletem não apenas a distribuição geográfica das ações, mas também as prioridades políticas e sociais desses movimentos diante do agravamento da fome, da insegurança alimentar e das desigualdades intensificadas pela pandemia da COVID-19. A pauta mais frequente foi a da segurança alimentar, com forte concentração na região Sul (34 registros), seguida pelo Nordeste (19 registros). Esse dado aponta para uma atuação imediata e concreta dos movimentos sociais frente ao cenário emergencial, mobilizando esforços para garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis à população, conforme previsto pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) (BRASIL, 2006). A ênfase nessa pauta indica o papel central dos movimentos na defesa de direitos básicos, atuando como resposta à retração das políticas públicas e ao avanço das desigualdades.

A agroecologia também aparece de maneira expressiva, embora em menor número, com maior destaque nas regiões Sul (5 pautas) e Sudeste (4 pautas). A

presença dessa pauta em diferentes regiões revela como as práticas agroecológicas vêm ganhando espaço nos debates sociais e políticos, consolidando-se como alternativa sustentável de produção e de vida no campo. Além de promover a preservação ambiental e a valorização de saberes tradicionais, a agroecologia também se articula com as estratégias de soberania alimentar, contribuindo para a autonomia das comunidades e a construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes. Chama atenção a ausência de registros específicos relacionados à soberania alimentar no banco de dados analisado, no entanto, isso não significa que essa pauta esteja ausente das ações dos movimentos. Pelo contrário, ela está fortemente presente de forma transversal, integrada às pautas de segurança alimentar e agroecologia, em que soberania alimentar, como conceito político, propõe a autonomia dos povos para decidir sobre a produção, a comercialização e o consumo de seus alimentos, sendo, portanto, uma dimensão presente em muitas das lutas registradas, mesmo quando não nominadas diretamente. De modo geral, os dados analisados mostram que as lutas por segurança alimentar, agroecologia e soberania alimentar não são apenas respostas imediatas a crises, mas também estratégias políticas de longo prazo, profundamente enraizadas nas realidades dos territórios. Elas expressam uma busca coletiva por justiça social, ambiental e territorial, e reforçam a importância de reconhecer os movimentos sociais como atores centrais na construção de políticas públicas voltadas à promoção do direito à alimentação e à sustentabilidade dos modos de vida no campo brasileiro.

A análise da Tabela 3 revela uma distribuição desigual, porém significativa, das pautas relacionadas à agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar nas diferentes regiões do Brasil ao longo do ano de 2021.

Os dados refletem a complexidade das lutas socioterritoriais empreendidas pelos movimentos sociais agrários e como essas pautas se articulam em torno de um projeto político mais amplo, que visa romper com a lógica do agronegócio e construir alternativas sustentáveis enraizadas nos territórios. A segurança alimentar novamente se destaca como a pauta mais recorrente no período, com 32 registros na região Sul e 15 no Nordeste, esses números podem indicar que, diante da continuidade da crise econômica e social agravada pela pandemia da COVID-19, os movimentos sociais priorizaram ações voltadas ao combate à fome, à promoção do direito à alimentação e à proteção da vida. A centralidade dessa pauta também reforça a articulação com a Lei nº 11.346/2006, que institui o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) (BRASIL, 2006), consolidando o direito humano à alimentação adequada como um eixo estruturante da luta política. Já a agroecologia aparece como uma pauta significativa em todas as regiões do país, com destaque para o Sul (8 registros) e o Nordeste (5 registros). A sua presença transversal mostra que ela não é apenas uma prática agrícola, mas uma proposta de reorganização das relações entre sociedade, natureza e produção. A agroecologia assume, assim, o papel de eixo articulador entre diversas demandas sociais. Conforme afirma o decreto que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a Agroecologia deve orientar ações integradas e articuladas de transição para modelos sustentáveis de produção e consumo, promovendo a qualidade de vida

da população e a sustentabilidade dos recursos naturais (BRASIL, 2012). A pauta da soberania alimentar, por sua vez, aparece de forma bastante tímida na tabela, com apenas dois registros, um no Sudeste e outro no Centro-Oeste. Essa baixa incidência pode estar relacionada mais à categorização dos dados do que à ausência da pauta em si, onde a soberania alimentar, como conceito político e estratégico, está muitas vezes diluída nas ações classificadas como agroecologia ou segurança alimentar. Ainda assim, sua presença, ainda que pontual, carrega um significado profundo, trata-se da defesa do direito dos povos de decidirem sobre sua produção, seus modos de vida e suas práticas alimentares, o que se torna cada vez mais relevante diante do avanço do agronegócio e das crises ambientais. O total geral de pautas registradas em 2021 confirma a concentração de ações no Sul (40) e no Nordeste (20), evidenciando o protagonismo dessas regiões nos processos de organização política e mobilização social. Essa distribuição territorial reflete, por um lado, o histórico de resistência camponesa no Nordeste, onde os movimentos articulam a luta pela terra com a agroecologia como projeto de sociedade, e, por outro, a forte presença de experiências agroecológicas organizadas no Sul, muitas delas vinculadas à agricultura familiar e à economia solidária. Dessa forma as pautas analisadas demonstram como os movimentos sociais agrários vêm articulando suas demandas a partir de um horizonte de transformação, no qual o acesso à terra e ao alimento por meio da agroecologia e a segurança alimentar não são objetivos isolados, mas parte de uma proposta integrada de construção de outro modelo de desenvolvimento mais justo, solidário e sustentável. Assim, a Tabela 2 não apenas apresenta dados quantitativos sobre as ações dos movimentos sociais agrários, mas também expressa as disputas simbólicas e materiais em curso nos territórios, onde os sujeitos do campo constroem cotidianamente alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio, resignificando o espaço rural como lugar de vida, resistência e proposição de futuros possíveis.

A Tabela 4 revela que, em 2022, os movimentos sociais agrários seguiram pautando ações estratégicas nos campos da agroecologia, segurança alimentar e soberania alimentar, ainda que com variações regionais importantes.

Nesse ano, observa-se a centralidade da agroecologia como eixo articulador das lutas sociais dos movimentos agrários, especialmente na região Nordeste, que registrou 7 ações relacionadas à agroecologia, dentro de um total de 22 pautas levantadas. Essa expressiva atuação no Nordeste reforça a importância histórica desse território na resistência camponesa e na formulação de alternativas ao modelo de desenvolvimento rural baseado no agronegócio. A agroecologia, neste contexto, não aparece apenas como uma técnica produtiva, mas como um projeto político e social voltado à construção de justiça territorial, soberania alimentar e valorização dos modos de vida tradicionais e populares (FERNANDES, 2005). Ao mesmo tempo, o número significativo de ações no Sudeste (5) e no Sul (4) evidencia que a agroecologia está em expansão como discurso e prática em diferentes contextos regionais. A conexão entre essas ações e as políticas públicas pode ser claramente observada à luz do Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Este decreto reconhece a agricultura familiar como protagonista no processo de transição agroecológica e estabelece diretrizes para

a articulação de programas e ações públicas que promovam um modelo de produção sustentável, biodiverso e comprometido com a oferta de alimentos saudáveis. Assim, as pautas observadas na Tabela 3 refletem não apenas reivindicações, mas também a busca por efetivação e ampliação de políticas já instituídas, frequentemente enfraquecidas ou negligenciadas nos últimos anos. A segurança alimentar, por sua vez, foi registrada como pauta relevante nas regiões Sul (6 registros) e Nordeste (4 registros), esta demanda está diretamente relacionada à garantia do direito humano à alimentação adequada, tal como instituído na Lei nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A presença dessa pauta no campo de reivindicações dos movimentos sociais agrários evidencia que os movimentos sociais continuam atuando como guardiões desse direito fundamental, especialmente diante da intensificação da fome, da carestia e do desmonte de políticas sociais nos últimos anos. Ao pautarem a segurança alimentar, os movimentos não apenas denunciam a violação de direitos, mas propõem soluções enraizadas nos territórios, baseadas em experiências e práticas agroecológicas, circuitos curtos de comercialização, feiras populares e outras formas de organização solidária da produção e do consumo. A soberania alimentar, embora tenha aparecido de forma tímida na Tabela 3, com apenas um registro no Centro-Oeste, carrega um significado político relevante. Trata-se de uma pauta que extrapola o campo da produção agrícola e se insere no debate sobre autonomia dos povos, autodeterminação alimentar e resistência ao controle corporativo sobre os sistemas alimentares. Sua baixa ocorrência pode refletir limitações na categorização das ações ou na visibilidade midiática do termo, mas não sua ausência nos territórios ou no horizonte político dos movimentos. A região Norte, com apenas um registro, reflete uma sub-representação preocupante, que pode estar relacionada tanto a dificuldades estruturais de acesso à informação como à própria invisibilidade de lutas locais nas fontes de dados utilizadas.

A Tabela 5 reflete um momento importante da mobilização dos movimentos sociais agrários no Brasil, evidenciando como diferentes regiões do país assumem protagonismo em pautas específicas.

Em 2023, destaca-se uma distribuição equilibrada de ações entre as regiões, com ligeiro predomínio no Sudeste (7) e no Sul (7), seguidos pelo Nordeste (6), Norte (5) e Centro-Oeste (1). A agroecologia surge como a pauta mais constante e abrangente do ano, estando presente em todas as regiões do país, com destaque para o Sul (5 registros) e o Norte (4 registros). Essa presença capilarizada indica não apenas a consolidação da agroecologia como prática de produção agrícola sustentável, mas também seu reconhecimento como uma estratégia política de resistência nos territórios, articulando saberes tradicionais, luta por terra e crítica ao modelo hegemônico do agronegócio. Conforme aponta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a agroecologia deve ser entendida como um instrumento para o desenvolvimento sustentável, a promoção da soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2012). A pauta da segurança alimentar, embora menos numerosa, aparece em três das cinco regiões, Sul (2), Norte (1) e Nordeste (2) e é importante por demonstrar que, mesmo com a redução do número de

ocorrências frente a anos anteriores, a garantia do direito humano à alimentação adequada, como previsto na Lei nº 11.346/2006 (LOSAN) (BRASIL, 2006), permanece como um elemento estruturante das lutas dos movimentos sociais agrários. A continuidade dessa pauta, mesmo que em menor escala, reflete tanto a urgência da questão alimentar no Brasil quanto a persistência dos movimentos em manter viva a agenda da soberania alimentar e nutricional em contextos de retração das políticas públicas. A soberania alimentar aparece com destaque no Sudeste (4 registros), seguida por registros no Centro-Oeste (1) e no Nordeste (1). Embora não seja uma pauta majoritária em números absolutos, sua presença em diferentes regiões reafirma o avanço de debates mais estruturantes, que não se limitam ao acesso ao alimento, mas questionam quem produz, como produz e para quem se produz.

A Tabela 6 evidencia a distribuição das pautas de agroecologia, segurança alimentar e soberania alimentar no Brasil em 2024, revelando importantes diferenças regionais.

A agroecologia aparece como a pauta de maior presença, com destaque para o Nordeste (9) e o Sudeste (7), evidenciando que essas regiões têm papel estratégico nas articulações em torno da transição agroecológica. O Sul (3), Norte (3) e Centro-Oeste (2) também apresentam incidência, embora em menor intensidade, o que sugere uma dispersão do tema em escala nacional, mas com maior centralidade em territórios historicamente vinculados às lutas agrárias e movimentos camponeses. Já a segurança alimentar aparece apenas na região Sul (3), indicando que, em 2024, essa pauta se concentrou de maneira localizada e pode ter perdido a expressividade nacional observada em anos anteriores. A soberania alimentar, por sua vez, surge pontualmente no Norte (1), sinalizando sua permanência como demanda política, ainda que de forma incipiente. O total geral aponta para um predomínio das pautas agroecológicas, que representam a maior parte das demandas registradas, confirmando uma tendência de fortalecimento da agroecologia como eixo estruturante dos movimentos sociais agrários e de debates políticos sobre sustentabilidade e soberania dos povos.

Conclusão

A análise das pautas dos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil entre 2020 e 2024 evidencia a centralidade de sujeitos coletivos na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, estruturado na lógica da Revolução Verde. As ações registradas no banco de dados DATALUTA mostram que agroecologia, soberania alimentar e segurança alimentar se consolidaram como bandeiras estratégicas dos movimentos, articuladas as pautas históricas da luta camponesa, como a reforma agrária, a defesa dos territórios e a justiça social. Essa trajetória revela o acúmulo histórico de mobilizações que, ao longo do tempo, se atualizaram diante dos desafios contemporâneos, especialmente os relacionados à crise climática, ao avanço do desmatamento e à intensificação do agronegócio sobre territórios camponeses

e tradicionais. Os dados sistematizados nas tabelas aqui produzidas apontam tendências importantes, em 2020 e 2021, a segurança alimentar aparece com grande peso, fortemente impulsionada pelo MST em resposta ao agravamento da fome e das desigualdades sociais no período da pandemia. Já a partir de 2022, observa-se um crescimento das pautas relacionadas à agroecologia, especialmente em 2023 e 2024, quando diferentes movimentos e articulações, como a ANA, a ASA Brasil e o MPA, ampliaram sua presença. A soberania alimentar, embora com registros numéricos menores, mantém-se como eixo simbólico de resistência e de afirmação de um projeto alternativo de sociedade, sendo retomada em diferentes momentos como horizonte estratégico das lutas. Além disso, a distribuição regional das ações confirma o protagonismo do Nordeste, pela densidade das mobilizações camponesas, ao lado da relevância do Sul e Sudeste, sobretudo em iniciativas ligadas à agroecologia e à segurança alimentar.

Esses resultados confirmam que a luta pela soberania alimentar e pela agroecologia vai além de práticas técnicas ou setoriais, trata-se de atos políticos de resistência e existência, que afirmam outras formas de viver e produzir, baseadas na justiça social, ambiental e territorial. Nesse sentido, a sistematização de dados por parte da REDE DATALUTA cumpre papel fundamental ao oferecer um diagnóstico do ponto de vista popular sobre as ações dos movimentos sociais agrários, visibilizando processos que muitas vezes permanecem ocultos nas narrativas midiáticas dominantes. A partir disso, reafirma-se a importância da construção de políticas públicas que dialoguem com essas práticas e reconheçam os movimentos como atores centrais na formulação de projetos de futuro. Com isso, em um contexto contemporâneo de aprofundamento das crises climáticas, avanço do desmatamento e expansão do agronegócio sobre territórios camponeses e tradicionais, os movimentos sociais agrários têm se posicionado como protagonistas na defesa de modelos alternativos de desenvolvimento. Esses grupos articulam a luta pelo direito de ter direito ao acesso à alimentação digna com a construção de práticas sustentáveis.

Referências

ANDRADE, Henrique; RESENDE, Isabelle. Agravada pela pandemia, a fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo. CNN Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito

humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, set. 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José André. Agroecologia: enfoques científicos e estratégicos. Brasília: MDA/ASBRAER, 2004.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

DIANI, Mario. Organizações, coalizões e movimentos. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, p. 219–250, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>.

FAO. The state of food insecurity in the world. Rome: FAO, 2001. Apud FAO. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. Roma: FAO, 2003. Acesso em: 19 ago. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24–34, jan./jun. 2005.

LOSAN BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Acesso em: 19 ago. 2025.

MOURA, Joana Tereza Vaz de et al. Movimentos socioespaciais e socioterritoriais constituídos. Boletim DATALUTA, v. 17, n. 203, p. 01–11, 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação. Roma: FAO, 2003.

NORGARD, Richard B. The rise of the global exchange economy and the loss of biological diversity. Ecological Economics, v. 1, n. 1, p. 95–110, 1989.

PATEL, Raj. A soberania alimentar. The Journal of Peasant Studies, v. 36, n. 3, p. 663–706, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/030661509031479>.

PEOPLES FOOD SOVEREIGNTY NETWORK. Statement on peoples' food sovereignty, 2002. Disponível em: http://www.peoplesfoodsovereignty.org/statements/new%20statement/statement_01.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

PRIMAVESI, Ana Maria. Violência urbana também depende da decadência do solo? Ana Maria Primavesi – Agricultura e Meio Ambiente, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/20/violencia-urbana-tambem-depende-da-decadencia-do-solo/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. Agroecology: science and politics. Nova York: Practical Action Publishing, 2017.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley. Los movimientos sociales: 1768-2008. Barcelona: Crítica, 2010.

VIA CAMPESINA. Declaração de Nyéléni: Soberania Alimentar. Roma: Via Campesina, 1996. Acesso em: 19 ago. 2025.

VIA CAMPESINA. Declaração de Nyéléni. Fórum para a Soberania Alimentar, Sélingué, Mali, 2007. Disponível em: <http://www.foodandwaterwatch.org/world/global-trade/NyeleniDeclaration-en.pdf/view>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Anexos



Tabela 1 – Ocorrências das ações “Agroecologia”, “Segurança Alimentar” e “Soberania Alimentar” nos anos de 2020 a 2024.



Tabela 2– Quantidade de pautas por região no Brasil (2020).



Tabela 3 – Quantidade de pautas por região no Brasil (2021).



Tabela 4 – Quantidade de pautas por região no Brasil (2022).



Tabela 5 – Quantidade de pautas por região no Brasil (2023).



Tabela 6 – Quantidade de pautas por região no Brasil (2024).

CÓDIGO: HS1743

AUTOR: AMANDA KAROLINE DA COSTA BEZERRA

ORIENTADOR: WINIFRED KNOX

TÍTULO: Mulheres Rurais em Foco: Violência, Dependência Econômica e Acesso à Água no Semiárido.

Resumo

Objetivo: Analisar as relações entre violência de gênero, escassez hídrica e mudanças climáticas no meio rural do Rio Grande do Norte, discutindo o papel das políticas públicas na promoção da equidade de gênero e da inclusão produtiva. Método: Estudo de natureza qualitativa, fundamentado em revisão de literatura e análise de dados secundários sobre violência de gênero, acesso à água e programas governamentais, como o Programa Cisternas. Resultados: Identificou-se que a violência psicológica e econômica são as formas mais recorrentes de violência contra mulheres rurais, sendo potencializadas pela dependência financeira, isolamento geográfico e sobrecarga de trabalho doméstico. A escassez hídrica amplia essas vulnerabilidades, reforçando ciclos de dependência e dificultando a autonomia feminina. Experiências exitosas, como tecnologias sociais de captação de água e participação comunitária, mostraram impacto positivo na redução de conflitos familiares e no fortalecimento da liderança feminina. Conclusão: A integração de políticas públicas voltadas para segurança hídrica, inclusão produtiva e educação para igualdade de gênero é fundamental para romper ciclos de violência. O estudo se relaciona com os ODS 5, 6 e 8, destacando a importância de estratégias intersetoriais que considerem as desigualdades estruturais, essenciais para romper ciclos de violência e promover a equidade social no meio rural.

Palavras-chave: Violência de gênero;Mulheres rurais;Escassez hídrica;Políticas pública

TITLE: Rural Women in Focus: Violence, Economic Dependence and Access to Water in the Semi-Arid.

Abstract

Objective: To analyze the relationship between gender violence, water scarcity and climate change in rural Rio Grande do Norte, discussing the role of public policies in promoting gender equality and productive inclusion. **Method:** A qualitative study based on a literature review and analysis of secondary data on gender violence, access to water and government programs such as the Cisterns Program. **Results:** It was found that psychological and economic violence are the most recurrent forms of violence against rural women, and are exacerbated by financial dependence, geographical isolation and an overload of domestic work. Water scarcity increases these vulnerabilities, reinforcing cycles of dependency and making it difficult for women to become autonomous. Successful experiences, such as social technologies for collecting water and community participation, have had a positive impact on reducing family conflicts and strengthening female leadership. **Conclusion:** The integration of public policies aimed at water security, productive inclusion and education for gender equality is fundamental to breaking cycles of violence. The study relates to SDGs 5, 6 and 8, highlighting the importance of intersectoral strategies that consider structural inequalities, which are essential for breaking cycles of violence and promoting social equity in rural areas.

Keywords: Gender violence; Rural women; Water scarcity; Public policies; Sustainability

Introdução

A violência de gênero permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos do século XXI, atingindo mulheres em diferentes contextos sociais, econômicos e territoriais. No Brasil, a situação das mulheres do campo revela contornos especialmente críticos, pois combina desigualdades de gênero com precarização do trabalho, isolamento geográfico e acesso restrito a políticas públicas. Estudos realizados em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte evidenciam que essas mulheres enfrentam múltiplas formas de violência — física, psicológica, moral e sexual — e encontram dificuldades para acessar redes de apoio (SILVA; DIMENSTEIN; DANTAS, 2018). Tais fatores tornam a violência de gênero um problema estrutural, reiteradamente classificado como uma das violações mais graves aos direitos humanos (ONU MULHERES, 2023).

Os números confirmam a dimensão do fenômeno: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) registrou mais de 245 mil casos de violência doméstica e quase 1.500 feminicídios em todo o país. Esses dados reforçam a urgência de estratégias intersetoriais que articulem justiça social, desenvolvimento sustentável e fortalecimento comunitário. A análise está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). No meio rural, a desigualdade de gênero é intensificada pela escassez hídrica e pelas mudanças climáticas, que sobrecarregam as mulheres com atividades de cuidado, produção alimentar e gestão de recursos domésticos.

Políticas públicas como o Programa Cisternas demonstram como ações de infraestrutura hídrica podem se converter em instrumentos de transformação social. Além de ampliar o acesso à água, fortalecem a autonomia das mulheres, sua participação nos espaços

decisórios e a inclusão produtiva, contribuindo para prevenir violências e reduzir desigualdades históricas. Nesse sentido, pensar estratégias de enfrentamento da violência de gênero implica também considerar a gestão sustentável da água e a adaptação climática como dimensões indissociáveis da justiça social.

No Rio Grande do Norte, estado marcado por forte dependência agropecuária e vulnerabilidade hídrica, a intersecção entre violência de gênero e mudanças climáticas adquire caráter ainda mais complexo. O semiárido potiguar, sujeito à escassez de água e eventos climáticos extremos, expõe mulheres a situações de maior vulnerabilidade econômica e social, agravadas pelo isolamento geográfico e pela limitada presença de serviços públicos de proteção (SILVA; SOUZA, 2022). Nessas condições, o cotidiano feminino é diretamente impactado, sobretudo pelo tempo adicional dedicado à coleta de água e ao cuidado da família, em detrimento da autonomia e da participação política.

Assim, este estudo parte da compreensão de que a água deve ser tratada como bem comum e elemento cultural, conectando litoral e interior, produção e reprodução social. O objetivo geral é analisar a violência de gênero sofrida por mulheres rurais do RN em diálogo com os impactos das mudanças climáticas, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas integradas. De forma específica, busca-se: (i) identificar os tipos de violência mais recorrentes no ambiente familiar e no trabalho rural; (ii) analisar como a escassez hídrica e os eventos climáticos extremos intensificam vulnerabilidades; e (iii) confrontar os achados com a literatura sobre gênero, trabalho rural e mudanças climáticas, em diálogo com os ODS 5, 6 e 8.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem de revisão da literatura, baseada em análise de dados secundários e pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2008), esse tipo de pesquisa é adequado para aprofundar a compreensão de fenômenos sociais complexos, permitindo reunir e interpretar informações existentes à luz de um problema de investigação.

2.1 Fontes de Dados

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ONU Mulheres e Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de documentos de políticas públicas voltadas para mulheres rurais e segurança hídrica no RN.

Os dados secundários foram obtidos em relatórios de órgãos oficiais, como IBGE, IPEA, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2019), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) e de relatórios da ONU Mulheres (2017) e da FAO (2022), que discutem violência de gênero, condições de trabalho e impactos das mudanças climáticas sobre mulheres rurais.

A pesquisa de revisão bibliográfica foi realizada em bases como Web of Science e Repositório Institucional da UFRN, no período de 2010 a 2024 que abordassem os

seguintes temas: violência de gênero, trabalho rural, políticas públicas, mudanças climáticas e segurança hídrica.

2.2 Procedimento de Análise

Os materiais coletados foram organizados em categorias temáticas — violência familiar, precarização do trabalho e impacto da escassez hídrica —, permitindo a comparação entre as evidências empíricas dos relatórios e as análises teóricas da literatura. Essa triangulação possibilitou construir uma análise interpretativa robusta, evidenciando padrões, vulnerabilidades e experiências de enfrentamento evidenciando lacunas que podem subsidiar novas políticas e pesquisas.

Resultados e Discussões

A análise revelou dois eixos centrais de vulnerabilidade e resistência:

3.1 Violência de Gênero no Contexto Familiar e Trabalho Feminino e Invisibilidade Econômica

Os dados analisados evidenciam que a violência psicológica e econômica são as formas mais recorrentes nas comunidades rurais do Rio Grande do Norte, seguidas pela violência física (PNS, 2019). Esse padrão se relaciona diretamente com a dependência financeira das mulheres em relação aos parceiros, o que limita sua autonomia e poder de decisão dentro do núcleo familiar. O isolamento geográfico na área rural é um agravante, pois reduz o acesso a serviços especializados, como delegacias de atendimento à mulher, CRAS e abrigos, dificultando a denúncia e a busca por proteção (SANTOS; MELO, 2021).

Além da ausência de infraestrutura, há também barreiras socioculturais que reforçam o silenciamento. Em muitas comunidades, a violência é naturalizada, sendo percebida como um problema “da esfera privada” que não deve ser levado ao espaço público. Essa dimensão cultural reforça o ciclo de violência, já que a vítima encontra resistência não apenas do agressor, mas também da comunidade que tende a culpabilizá-la (BONFIM; COSTA; LOPES, 2013).

Paralelamente, a literatura confirma que o trabalho feminino no campo permanece invisibilizado. Apesar de desempenhar papéis centrais na reprodução social da unidade produtiva (FEDERICI, 2004), a família, exercendo trabalho não pago na produção de alimentos, na gestão de hortas, no cuidado de animais e na economia familiar, as atividades das mulheres são frequentemente registradas como “ajuda” e não como trabalho formal (MARTINS; LIMA; ALVES, 2023). Essa invisibilidade implica a exclusão de direitos previdenciários, de políticas de crédito e assistência técnica, reforçando a vulnerabilidade socioeconômica e tornando as mulheres mais suscetíveis à violência econômica e patrimonial.

A crise hídrica se apresenta como um fator que intensifica a vulnerabilidade dessas mulheres e aumenta as desigualdades. A escassez de água compromete a produção agrícola familiar, aumentando a instabilidade da renda e ampliando a sobrecarga das mulheres, que assumem a responsabilidade de buscar água em longas distâncias, além de cuidar da família e manter a produção para subsistência (ONU MULHERES, 2017). Esse aumento da carga de trabalho não remunerado está diretamente relacionado ao ODS 5, que visa reduzir o trabalho doméstico não pago e promover igualdade de responsabilidades entre homens e mulheres.

Outro ponto crucial é que, quando a renda familiar diminui devido à queda da produção agrícola, aumenta o risco de violência econômica, pois o “chefe” pode utilizar o controle do pouco recurso disponível como forma de coerção, agressão e violência. Assim, a relação entre trabalho, renda e violência se retroalimenta, criando um ciclo de vulnerabilidade.

Portanto, romper com esse cenário exige políticas integradas que reconheçam o trabalho feminino como produtivo, ampliem o acesso a programas de crédito rural e assistência técnica voltada para mulheres, e fortaleçam as redes de proteção contra a violência. Essa articulação dialoga com os ODS 5 e 8, pois promove igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico sustentável para as mulheres do campo.

3.3 Mudanças Climáticas, Escassez Hídrica e Cultura Oceânica

O contexto de mudanças climáticas tem agravado a disponibilidade de água potável, gerando impactos diretos no cotidiano e ocasionando deslocamentos internos, enquanto exacerba desigualdades de gênero — pois, em situações de escassez hídrica, mulheres passam a assumir a responsabilidade pelo abastecimento doméstico, enfrentando desafios físicos e sociais, o que reforça a urgência de estratégias voltadas à equidade de gênero no acesso a recursos naturais (UN WOMEN, 2023).

De acordo com a UNESCO (2020), a cultura oceânica deve ser entendida “como uma ferramenta fundamental para o aperfeiçoamento do conhecimento sobre o oceano e para estimular a participação ativa dos cidadãos e das partes interessadas na implementação de ações sustentáveis”. Esse conceito reforça a proposta de integrar práticas pedagógicas baseadas na cultura oceânica aos contextos rurais do Semiárido nordestino, de forma a promover autonomia feminina, educação ambiental e governança dos recursos hídricos.

Iniciativas de adaptação, como a implementação de cisternas comunitárias e outras tecnologias sociais voltadas para a captação e armazenamento de água, têm demonstrado impactos significativos no Semiárido brasileiro. Esses projetos garantem maior segurança hídrica e, ao mesmo tempo, promovem a autonomia feminina, permitindo que as mulheres participem das decisões sobre o uso da água e contribuam para a redução de tensões e conflitos familiares relacionados à escassez.

Estudos e relatórios da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), em parceria com o Governo Federal, evidenciam que desde 2018 mais de 7.000 famílias foram beneficiadas com as tecnologias das cisternas, o que lhes possibilitou estruturar e ampliar a produção de alimentos (ASA Brasil, 2025). Ao integrar princípios da cultura oceânica, como a conscientização sobre o valor da água e a gestão sustentável dos recursos hídricos

(UNESCO, 2020), essas iniciativas favorecem a criação de grupos comunitários participativos, nos quais mulheres podem exercer liderança, influenciar decisões locais e fortalecer sua autonomia econômica e social.

Dessa forma, políticas públicas de gestão hídrica e fomento rural não apenas promovem desenvolvimento sustentável e segurança alimentar, mas também atuam como instrumentos indiretos de prevenção da violência doméstica, ao reduzir vulnerabilidades e ampliar o protagonismo feminino.

A UNESCO (2020) destaca a importância da educação para o desenvolvimento sustentável e da participação cidadã na gestão de recursos naturais. Esses princípios podem ser incorporados às políticas públicas para fortalecer a governança comunitária e promover espaços de decisão mais inclusivos. Em regiões de vulnerabilidade social, iniciativas que aliam educação ambiental, empoderamento feminino e conscientização sobre direitos podem atuar como estratégias indiretas de prevenção à violência contra mulheres, ao reduzir desigualdades estruturais e ampliar a autonomia econômica e social feminina.

Os resultados de nossa pesquisa vêm corroborar os estudos nacionais que apontam a relação entre desigualdade de gênero e vulnerabilidade climática (FAO, 2022). Ao mesmo tempo, sugerem que o empoderamento feminino em espaços de decisão, como conselhos de bacias hidrográficas e cooperativas, está associado à maior eficiência no uso dos recursos hídricos e à diminuição da violência econômica. Isso reforça que promover igualdade de gênero é também uma estratégia de adaptação climática.

Tendo em vista isso, a implementação de princípios da cultura oceânica, conforme apontado pela UNESCO (2020), oferece importantes subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao meio rural e à equidade de gênero. Programas educativos que integrem conhecimento ambiental, gestão da água e questões de gênero podem ampliar a consciência sobre direitos, empoderando mulheres a questionar normas que perpetuam desigualdades e violência. Além disso, capacitar mulheres como líderes em projetos de sustentabilidade promove autonomia econômica e social, fatores essenciais para a prevenção da violência doméstica.

Desse modo, a implementação de políticas públicas que adotem modelos participativos pode transformar a governança local, promovendo a criação de grupos comunitários compostos por homens e mulheres, nos quais sejam discutidas a gestão da água, a divisão de responsabilidades e a prevenção da violência.

Ao garantir maior participação feminina nesses espaços de decisão, não apenas amplia a representatividade das mulheres, mas também fortalece sua autonomia, reduzindo vulnerabilidades históricas e criando oportunidades para que suas vozes e experiências influenciem diretamente as políticas e práticas comunitárias. Portanto, esse tipo de intervenção mostra que políticas públicas voltadas ao Semiárido podem atuar de forma integrada, promovendo segurança hídrica, produção de alimentos e redução da vulnerabilidade feminina.

Conclusão

A pesquisa revela que a violência contra mulheres nas áreas rurais do Rio Grande do Norte é intensificada por fatores estruturais, como a precarização do trabalho, a insuficiência de políticas públicas direcionadas à população rural e os impactos das mudanças climáticas, especialmente a escassez hídrica. A sobrecarga de trabalho imposta às mulheres, associada à dependência econômica e às pressões psicológicas decorrentes da gestão doméstica e produtiva, reforça a necessidade de abordagens integradas que contemplem gênero, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento comunitário. A literatura destaca que políticas fragmentadas ou ausentes perpetuam desigualdades históricas, enquanto estratégias inclusivas e participativas podem promover autonomia e resiliência (BRESSER-PEREIRA, 2016; LIMA, 2019; SANTOS; MELO, 2021).

Diante desse contexto, recomenda-se o fortalecimento das redes de proteção social no meio rural, incluindo CRAS itinerantes, delegacias móveis e serviços de acolhimento, como forma de reduzir vulnerabilidades e ampliar o acesso à cidadania (MUNIZ; OLIVEIRA, 2020). É fundamental incentivar a participação feminina em comitês de gestão de recursos hídricos e associações de produtores, promovendo protagonismo social e governança comunitária (CARVALHO, 2018). Além disso, a integração de programas de educação para igualdade de gênero e cultura oceânica em escolas do campo e comunidades contribui para a conscientização ambiental e o fortalecimento dos direitos humanos (UNESCO, 2021; PEREIRA; ALMEIDA, 2020).

A expansão de tecnologias sociais voltadas para o acesso à água, como cisternas, barragens subterrâneas e sistemas de reúso, deve priorizar o protagonismo feminino, fortalecendo a autonomia econômica e a capacidade de enfrentamento das mudanças climáticas (SANTOS; MELO, 2021; IPAM, 2025). Finalmente, recomenda-se que políticas públicas no Semiárido continuem a integrar acesso à água, fomento produtivo e capacitação de mulheres, fortalecendo a autonomia econômica, social e política das famílias rurais. E que pesquisas futuras investiguem o impacto direto de programas de cultura oceânica na redução da violência doméstica e no fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais integradas, inclusivas e eficazes.

Referências

ASA Brasil. Programa Cisternas e Fomento Rural: a junção de duas políticas públicas que vem fortalecendo a produção de alimentos no Semiárido. ASA Brasil, 30 maio 2025. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/2025/05/30/programa-cisternas-e-fomento-rural-a-juncao-de-duas-politicas-publicas-que-vem-fortalecendo-a-producao-de-alimentos-no-semiarido/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

AS-PTA. Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero. 2023. Disponível em: <https://aspta.org.br>.

BONFIM, L. A.; COSTA, J. L.; LOPES, C. R. Violência de gênero em áreas rurais: revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 849-860, 2013.

CARVALHO, M. L. Governança local e participação feminina em comitês de recursos hídricos. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 421–440, 2018.

CARR, Robert; KOTZ, Maximilian; WENZ, Leonie; et al. Up to 30 percent more time: Climate change makes it harder for women to collect water. Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK), 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.pik-potsdam.de/en/news/latest-news/up-to-30-percent-more-time-climate-change-makes-it-harder-for-women-to-collect-water>. Acesso em: 02 ago. 2025.

FAO. The State of Food and Agriculture. Roma: FAO, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.

GÊNERO E NÚMERO. Eleição 2022: Mulheres e a Água no Semiárido. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/eleicoes-2022-mulheres-agua-semiarido-cisternas/>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO BRASIL. No enfrentamento às mudanças climáticas, Programa Cisternas promove acesso à água no Semiárido e na Amazônia. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/no-enfrentamento-as-mudancas-climaticas-programa-cisternas-promove-acesso-a-agua-no-semiarido-e-na-amazonia>.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE (IIS). A Década do Oceano (2021-2030): Você sabe o que é cultura oceânica? 2021. Disponível em: <https://iis.org.br/farol-da-ilha/a-decada-do-oceano-2021-2030-voce-sabe-o-que-e-cultura-oceanica/iis.org.br>.

LIMA, R. M. Políticas públicas e desigualdades de gênero no meio rural brasileiro. São Paulo: Cortez, 2019.

MACGREGOR, S. Feminisation of Poverty and Climate Change. *Journal of International Development*, v. 22, p. 873–882, 2010.

MARTINS, J. F.; LIMA, P. R.; ALVES, C. R. Trabalho invisível e gênero no campo. *Revista Brasileira de Estudos Rurais*, v. 15, n. 2, p. 55-78, 2023.

ONU MULHERES. Clima em mudança amplia desigualdade para mulheres rurais. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org>.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. Violência contra mulheres: indicadores 2019. Brasília: IBGE, 2020.

REVISTA EDUCAÇÃO. Cultura oceânica precisa entrar nas escolas. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/11/23/cultura-oceanica-sera-implantada-nas-escolas/>.

SAMPAIO DE PONTES, Sara Regina; GONDASKI, Lauana Vitória; NIZER, Laura Letícia; AGOSTINI PERUCHINI, Arianne Caroliny. Cultura oceânica e educação ambiental crítica distantes da costa: reflexões a partir da prática escolar. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 19, n. 7, p. 411–424, 2024. DOI: 10.34024/revbea.2024.v19.19101. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/19101>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS, F.; MELO, G. Violência de gênero, trabalho feminino e políticas públicas em áreas rurais do Nordeste brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 38, n. 2, p. 1–20, 2021.

SILVA, E. L.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. Redes de apoio e violência em assentamentos rurais no RN. Saúde e Sociedade, v. 27, n. 2, p. 432-446, 2018.

UNESCO. Ocean Literacy for All: A Toolkit. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO; Comissão Oceanográfica Intergovernamental. Cultura oceânica para todos: kit pedagógico. Paris: UNESCO, 2020. ISBN 978-92-3-700011-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373449>. Acesso em: 02 ago. 2025.

UNESCO. Cultura oceânica para todos. 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/cultura-oceanica-para-todos>.

UNICEF. Igualdade de gênero e mudanças climáticas. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>.

UN WOMEN. How gender inequality and climate change are interconnected. UN Women Knowledge Portal, 2023. Disponível em: <https://knowledge.unwomen.org/en/articles/explainer/how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected>. Acesso em: 02 ago. 2025.

Anexos



Quadro 1

CÓDIGO: HS1744

AUTOR: MARIA FERNANDA MEDEIROS BEZERRA DA COSTA

ORIENTADOR: ADRIANO MORAES DE OLIVEIRA

TÍTULO: Movimento Popular Escambo Livre de Rua: cartografia de uma resistência

Resumo

Este trabalho tem como premissa apresentar as minhas movimentações como bolsista de iniciação científica do NACE - Núcleo de Estudos e Pesquisas na Cena - e no LaTEP - Laboratório de Teatro Experimental e Pesquisa da UFRN, no período entre setembro de 2024 à agosto de 2025. A prática como pesquisa a ser apresentada foi feita a partir do projeto "Movimentos de teatro de grupo do interior do RN: da presença dos mestres aos saberes acadêmicos". Esta escrita apresenta e reflete sobre o processo criativo do experimento poético "Diante de Você", que passou por algumas evoluções ao longo da pesquisa, como mudanças/adições de referenciais poéticos e experimentações de formato.

Palavras-chave: Experimentação poética; Teatro; Pesquisa.

TITLE: Popular Movement Free Street Exchange: cartography of a resistance

Abstract

This work aims to present my activities as a scientific initiation scholarship holder at NACE - Center for Studies and Research in the Scene - and at LaTEP - Laboratory of Experimental Theater and Research at UFRN, from September 2024 to August 2025. The practice as research to be presented was developed from the project "Group theater movements from the interior of RN: from the presence of masters to academic knowledge." This writing presents and reflects on the creative process of the poetic experiment "In Front of You," which went through some evolutions throughout the research, such as changes/additions of poetic references and for

Keywords: Popular Movement Free Street Exchange: cartography of a resistance

Introdução

Este texto tem como objetivo relatar sobre as memórias e experiências registradas na minha última pesquisa como bolsista de iniciação científica do NACE - Núcleo de Estudos em Artes da Cena - e do LaTEP - Laboratório de Teatro Experimental e Pesquisa da UFRN - a partir do segundo semestre de 2024. Há a necessidade, a partir do meu ponto de vista, de valorizar as mudanças feitas ao longo desta experimentação poética, a partir disso, a prática como pesquisa a ser descrita está dividida em quatro fases, com memórias registradas em cinco cadernos diferentes. O projeto que permitiu esta prática como pesquisa é o “Movimentos de teatro de grupo do interior do RN: da presença dos mestres aos saberes acadêmicos”, coordenado pelo professor Adriano Moraes.

No dia 23 de setembro de 2024, em uma reunião presencial realizada na sala do NACE, o orientador do projeto, professor Adriano Moraes, propôs o início de uma experimentação poética a partir das seguintes provocações: “Uma experimentação que possa ser apresentada no interior, que provoque a pensar no teatro de outra maneira”. Este convite à pesquisa foi feito para mim, Fernanda Medeiros, e para Matheus Neves, também bolsista de iniciação científica. Esta data inicial demarca também a primeira fase da nossa pesquisa, caracterizada pela apresentação da proposta até a primeira entrega de experimentação para Moraes. Nomeio este primeiro momento como: “Convite ao pensamento sobre a aridez”. A necessidade de pensar em uma experimentação poética para apresentar no interior acontece pelo fato da pesquisa, fundamentalmente, registrar as movimentações teatrais feitas no interior do RN, especificamente o Movimento Popular Escambo Livre de Rua, no qual não tínhamos vivenciado presencialmente até aquele momento da pesquisa.

A primeira referência poética foi o livro “A Invenção de Morel” (1940) escrito por Bioy Casares, seguido por “Macunaíma” (1928) escrito por Mário de Andrade, “A incrível e triste história da Cândida Erêndira e sua avó desalmada” (1973) escrito por Gabriel García Márquez com o objetivo de estudar e entender o universo do realismo fantástico. Destaco como referência dramática o livro “O Arquiteto e o Imperador da Assíria” (1977) de Fernando Arrabal e “Sarapalha” (1946) de João Guimarães Rosa. Apesar da variedade de textos literários como referenciais poéticos, a base desta pesquisa está também nas escolhas autobiográficas. Fomos convidados a revisitar o nosso imaginário e o das nossas famílias para inventar o formato que estrutura e organiza o cenário do interior do RN, com as nossas práticas culturais, músicas, histórias, rituais, rotinas, danças, brincadeiras, sonoridades, visualidades, dentre outros elementos estruturantes, a partir da pesquisa dos bolsistas e do orientador, constituindo parte da experimentação com o recurso da memória afetiva. Essas referências demarcam o primeiro bloco desta prática como pesquisa, a organização de referenciais poéticos e autobiográficos.

Esta característica de usar elementos poéticos como textos literários com a pesquisa auto biográfica está diretamente relacionada com a ferramenta metodológica usada nesta pesquisa, os experimentos poéticos.

Metodologia

Esta prática como pesquisa está sendo feita desde o começo a partir da ferramenta metodológica intitulada como “Experimento poético”, idealizada pelo professor Adriano Moraes, que tem como premissa a divisão de dois movimentos durante a prática como pesquisa: o primeiro está relacionado à escolha de um referencial poético, um elemento estruturado, que assuma o lugar de indicar os possíveis caminhos do fazer, nesse caso, pode ser uma imagem, uma música, uma coreografia ou mesmo um texto literário. Esse movimento também está acompanhado da ação de escolher uma forma de se fazer teatro, uma poética teatral que determina princípios dentro da criação. O segundo movimento feito dentro dessa ferramenta são as escolhas autobiográficas que determinam, a partir das escolhas do bolsista de iniciação científica, que ações serão feitas durante a experimentação poética.

Aqui, a leitura de quem cria e interpreta dentro do experimento poético, determina como cada momento se concretiza. Essa leitura própria é feita em todos os elementos, mesmo ao usar uma poética teatral, idealizada por uma pesquisadora do campo do teatro, pode ser usada a partir da leitura de quem experimenta. Como dito anteriormente, os primeiros referenciais poéticos desta pesquisa foram os livros: “A Invenção de Morel” (1940) escrito por Bioy Casares, “Sarapalha” (1946) de João Guimarães Rosa “O Arquiteto e o Imperador da Assíria” (1977) de Fernando Arrabal.

Resultados e Discussões

Como foi apresentado anteriormente, o primeiro bloco desta pesquisa está intitulado como “Convite ao pensamento sobre a Aridez”, neste primeiro momento fizemos a organização e busca por referenciais poéticos teóricos, montagem da primeira experimentação poética e entrega desta experimentação para Moraes. No dia 02 de outubro de 2024, em uma reunião, estabelecemos a referência do realismo fantástico, a partir da perspectiva dos contos de Gabriel Garcia Marquez, como a primeira referência para a construção da dramaturgia, seguida pela dinâmica dos personagens proposta por Fernando Arrabal em “O Arquiteto e o Imperador da Assíria” (1977), que forma uma situação dramática em que dois personagens estão dividindo a mesma ilha, os dois são figuras transitórias, que estão a todo momento mudando suas perspectivas sobre a ilha e sobre as suas relações. A situação da experimentação estava da seguinte forma: “Duas pessoas e um espaço. Estão sozinhas. Revivem lembranças durante as cenas. Contam histórias, que podem ser coletadas ou inventadas. Presença do jogo a partir da brincadeira. Brincar com o imaginário”.

Neste contexto, eu e Matheus Neves fomos para diversas direções dentro das nossas referências, dentre elas estão os aboios - técnica vocal comumente usada por vaqueiros para estabelecerem uma comunicação com o gado, na tentativa de conduzir sua rota -, a

vocalização de diferentes animais, o teatro de sombras, as receitas típicas do interior, a escassez, as memórias de familiares, o imaginário infantil, as brincadeiras, dentre outros. No dia 08 de outubro de 2024, a situação da experimentação foi reorganizada, tomando a seguinte forma: “A invenção de Morel” (1940) como lugar dinâmico, “Sarapalha” (1946) como delírio narrativo e “O Arquiteto e o Imperador da Assíria” (1977) como figuras em trânsito. Dessa forma, escolhemos os nossos elementos estruturados.

No dia 15 de outubro de 2024, em um ensaio com Matheus Neves, escolhemos e estruturamos a primeira versão da experimentação poética que seria, posteriormente, entregue para o professor Adriano Moraes. Dividimos a experimentação em 7 quadros dramáticos - divisão comumente usada para as divisões de uma dramaturgia teatral -, os nomes de cada quadro correspondem à uma brincadeira da nossa infância e/ou uma palavra que representa a história que está em andamento: Quadro 1: Sombra; Quadro 2: Enfrentamento; Quadro 3: Pezinho meu; Quadro 4: Gato mia; Quadro 5: Pesca; Quadro 6: Dança; Quadro 7: Colheita. Ao entregarmos a primeira versão do experimento para Moraes, as orientações foram com relação a pesquisa com a palavra, que poderia ser feita a partir de canções e poemas. Também foi notado pelo professor, que poderíamos usar mais o recurso das ilhas flutuantes proposta pelo livro “A invenção de Morel” (1940), a ampliação do tempo dos quadros e o maior uso das pausas e silêncios em cena.

Após a primeira entrega, eu e Matheus Neves voltamos para a sala de trabalho buscando entender a estrutura que tínhamos criado, “retiramos esse quadro e fazemos outro?”, “esse quando ainda funciona na ordem que está?”, “o que estamos experimentando nessa parte?”. Como registro desse momento, vou transcrever um dos relatos escritos por mim no ensaio do dia 29 de outubro de 2024.

“O que fizemos? Repetimos todos os quadros, tentando explorar um pouco mais de cada um. 1º quadro: Sombra - passamos mais tempo nele, percebo que preciso de mais atenção nesse. 2º quadro: Enfrentamento - fizemos mais bichos, preciso pesquisar mais referências de animais e barulhos, explorar mais planos. 3º quadro: Pezinho meu - brincar bem mais com esse, explorar possibilidades, poemas talvez. 4º quadro: Gato mia - experimentei mais figuras, fiz barulhos diferentes dos de Matheus, quero brincar com outros planos. 5º quadro: Pescaria - hoje, tentei pensar no jogo dentro d’água, usar a lentidão à meu favor, levar o tempo que é preciso, procurar mais formas de fazer o peixe, fazer a morte mais sofrida, com olhos bem abertos. 6º quadro: Dança - age como transição. [...]” (Registro a partir do diário de bordo, 29/10/2024)

Nesse ensaio, também experimentei a palavra a partir do poema “Retrato” (1958) escrito por Zila Mamede. A composição dentro da experimentação estava em uma fase de tentar não descartar o material estruturado, entendendo que nele haviam potências para a criação de novas camadas do experimento poético.

Esta fase encerra o primeiro bloco da pesquisa, dando início ao segundo momento, intitulado por mim como: “Estruturação, repetição e adição”. Aqui, a pesquisa passa por uma reestruturação estética, ou seja, lidamos com a experimentação a partir de outras formas de pensar na criação de imagens, movimentos e sons. No dia 04 de novembro de 2024, fizemos um ensaio com o professor Adriano e o mesmo fez novas provocações:

“Retirar a lógica, embaralhar os sentidos, romper com a linearidade”. De fato, nossa fantasia estava muito ligada à realidade, as nossas experimentação partiam de ações concretas com um significado muito fechado, como por exemplo, o quadro da pesca começava com o Matheus Neves seguindo uma linha de ações que estruturam a figura de um pescador preparando sua isca e sua vara de pescar, não haviam elementos que fugissem das ações e objetos usados para uma “pesca”. Também fomos provocados a pensar no estado de presença e precisão ao longo do experimento poético, como forma de controlar o tempo-ritmo e sair do lugar improvisacional que estávamos acostumados desde o começo da experimentação. Os outros apontamentos foram estes: pensar na plasticidade e amplitude, mudança de ritmo-tempo durante os quadros, artificialidade, buscar mais imagens de referências, movimentar o corpo para procurar novos ritmos e planos, experimentação de si e colocar silêncios.

Seguimos trabalhando na sala do LaTEP, no dia 05 de novembro de 2024, registrei os seguintes andamentos da pesquisa no caderno 1.

“[...] Fizemos o quadro da sombra, prolongando e experimentando diversas coisas, eu me concentrei na pesquisa da voz e em diferentes maneiras de interpretar a “sombra”, preciso de mais referências. Fizemos o final da cena da pesca mas, é um fato, ainda está muito presa à realidade, preciso escolher um referencial imagético para ela. [...] Precisamos fugir do início-meio-fim.” (Registro a partir do diário de bordo, 05/11/2024)

Durante esse período, repetimos os ensaios todas as quartas-feiras, porém, próximo à dezembro, minha avó paterna, Cecília Maria de Oliveira, faleceu. Ela foi o meu maior referencial ao longo da pesquisa, compartilhando muitas histórias sobre sua infância, adolescência e vida adulta em Caraúbas/RN. Nesse momento, sinto que distanciei a minha composição como atriz do imaginário que estávamos criando sobre o interior, experimentando movimentos e sonoridades sem uma intenção consistente por trás. Aqui há um pequeno retrocesso da minha parte, estávamos em um ritmo crescente, mas precisei desacelerar.

No dia 11 de dezembro de 2024, fizemos uma reunião presencial com Moraes, estabelecendo quais seriam as movimentações feitas durante as férias até o retorno das aulas. Essas movimentações eram simples, mas determinantes na pesquisa, como a retomada da pergunta inicial sobre o trabalho, “o que nós queremos experimentar?”. O segundo bloco encerra aqui, junto com o caderno 1.

Ao retornarmos à base de pesquisa, após o período das férias, iniciamos o terceiro bloco da pesquisa, o “Palavra-Ação”. Moraes sugeriu que mudássemos algumas coisas na pesquisa, como a estrutura formal e a adição de alguns referenciais poéticos. Nessa nova proposta, eu e Matheus Neves dividimos o mesmo espaço, porém com ações diferentes, eu estava responsável pela pesquisa da palavra e Matheus Neves com a ação. A pesquisa da palavra foi iniciada por meio do livro “Pequena coreografia do adeus” (2021) escrito por Aline Bei. No dia 02 de abril de 2025, escolhemos as datas da primeira temporada do experimento poético, agora intitulado como “Diante de Você”, para os dias 08 de maio à 13 de junho de 2025. Também escolhemos um formato novo para continuar a composição da pesquisa, eu escolhi 10 trechos do livro, cada um com quatro minutos de leitura. Adriano chamou esse processo de “experimento concerto”, no qual eu poderia experimentar diversas formas de enunciar a leitura desses trechos ao

mesmo tempo em que Matheus Neves poderia experimentar 10 ações com 10 movimentos cada. Pode parecer que jogamos tudo o que foi experimentado até dezembro de 2024 fora, mas na verdade toda a pesquisa estruturada formou o nosso repertório de movimentos e vocalidades que permitiram um desenvolvimento outro dentro da nova proposta.

No dia 14 de abril de 2025, separei os primeiros 3 trechos para experimentar, fiz um pequeno quadro de datas com o planejamento de cada movimentação dentro da pesquisa até o dia 23 de abril, data próxima a segunda entrega que faríamos para Adriano. O quadro ficou da seguinte forma: 14.04.2025 - três trechos, 16.04.2024 - quatro trechos, 21.04.2025 - Três trechos e repetição, 23.04.2025 - repetição de todos os trechos. Neste momento da pesquisa, eu e Matheus Neves não ensaiamos na mesma sala, preservamos o nosso encontro para a data da entrega, tentando entender o que esse encontro de ações distintas faria. A entrega da segunda versão do experimento poético “Diante de Você” aconteceu no dia 28 de abril, no qual fiz a leitura de 6 trechos, após definir um ritmo e partitura vocal para cada.

Com a entrega, marcamos o primeiro ensaio em conjunto do terceiro bloco da pesquisa para o dia 05 de maio de 2025. Nele montamos o prólogo com a experimentação de uma primeira coreografia que iniciaria o quadro 1, no qual Matheus Neves estava no centro da sala, em um tablado de madeira, com todos os recursos necessários para a sua pesquisa de ação performativa, e eu experimentava movimentos frenéticos em volta do seu tablado, explorando diferentes pontos da sala e enunciando uma frase do primeiro trecho. Continuei frequentando a sala de trabalho até o dia 09 de maio de 2025, porém, no dia 14 de maio, em uma orientação com o professor Adriano Moraes relacionada ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, percebemos que o ideal para esse momento da pesquisa seria me afastar momentaneamente do experimento poético e de outras demandas da bolsa de iniciação científica para focar na escrita do meu TCC.

Esta orientação demarca o fim do terceiro período da pesquisa para mim e, após três semanas, o início do quarto e último bloco, “Decantação e escolha”. Este bloco vem acompanhado de um salto temporal até a fase atual da pesquisa, na qual o experimento poético “Diante de Você” ainda está em andamento e diversas movimentações foram feitas na experimentação. O NACE iniciou o primeiro evento do grupo de pesquisa chamado I Jornada de Pesquisas em Artes da Cena, que aconteceu no dia 12 de julho de 2025, estive como coordenadora da mesa “Processos de composição no trabalho da atriz: caminhos de criação na perspectiva feminista”.

Conclusão

A trajetória do experimento poético “Diante de você” revelou-se um processo contínuo de escuta, experimentação e valorização da pesquisa. Dividir este processo criativo em quatro blocos ainda não contempla todas as movimentações feitas, mas traz material suficiente para refletir sobre a potência da criação dentro do Laboratório de Teatro Experimental e Pesquisa da UFRN. Ao longo dos quatro blocos, transitamos entre referências poéticas, memórias afetivas, pesquisas autobiográficas e trocas que enriqueceram o meu repertório como atriz pesquisadora.

Referências

Casares, Adolfo Bioy. A invenção de Morel. São Paulo: Cosac Naify, 2012 Fichas FFLCH.

Andrade, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: FTD, 2016.

García Márquez, Gabriel. A incrível e triste história da Cândida Erêndira e sua avó desalmada. Buenos Aires: Publicação original em 1972.

Arrabal, Fernando. O Arquiteto e o Imperador da Assíria. 1. ed. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1977 CYBERSEBO.

Rosa, João Guimarães. Sagarana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1946

Bei, Aline. Pequena coreografia do adeus. São Paulo: Companhia das Letras, 2021

OLIVEIRA, Adriano Moraes de. As intimações do imaginário e a forma-ação do atorprofessor. Pelotas: PPGE-UFPeL, 2011.

Anexos



Primeira leitura do livro de Fernando Arrabal



Segunda entrega do experimento poético - "Diante de Você"



Primeira entrega do experimento poético

CÓDIGO: HS1747

AUTOR: JOÃO LUCAS MEDEIROS DANTAS

ORIENTADOR: JULIE ANTOINETTE CAVIGNAC

TÍTULO: “Quem não come Quarenta não é de Sibaúma”: Símbolos e discursos étnicos no quilombo de Sibaúma

Resumo

Este artigo analisa a construção e a afirmação da identidade quilombola na comunidade de Sibauma, em Tibau do Sul (RN), investigando os processos de etnicidade e resistência em um contexto marcado por violência e repressão. A pesquisa, fundamentada em uma antropologia engajada e dialógica, utiliza a observação participante e a análise de interações faciais para examinar os símbolos e discursos étnicos acionados pelos quilombolas.

Palavras-chave: Quilombo, Etnicidade, Resistência, Sibauma, Identidade.

TITLE: “He who doesn’t eat Quarenta is not from Sibaúma”: Ethnic symbols and discourses in the quilombo of Sibaúma

Abstract

This article examines the construction and affirmation of quilombola identity in the community of Sibatima, in Tibau do Sul (Rio Grande do Norte, Brazil), investigating processes of ethnicity and resistance within a context marked by violence and repression. The research, grounded in an engaged and dialogical anthropology, uses participant observation and the analysis of face-to-face interactions to examine the ethnic symbols and discourses mobilized by the quilombolas.

Keywords: Quilombo, Ethnicity, Resistance, Sibauma, Identity.

Introdução

Este artigo busca refletir sobre a identidade quilombola acionada, construída e exercida pelos quilombolas da praia de Sibaúma, Tibau do Sul, Rio Grande do Norte. De maneira mais precisa, estamos investigando a etnicidade e sua processualidade, enquanto sentimento que tanto possui trajetórias, como uma origem (Oliveira, 2004). Para isto,

precisamos de uma breve contextualização histórica sobre o quilombo e seu movimento de resistência.

Desde o início dos anos 2000, os quilombolas de Sibaúma entenderam que era necessário uma mobilização política que assegure, por um lado, a luta pelos direitos e por outro uma organização que reforçasse a identidade quilombola. Logo, em 2004 foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Praia de Sibaúma. A associação, então, acionou formalmente o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) visando iniciar o processo de titulação do quilombo.

Em 2006, o INCRA e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNPEC) firmaram acordo inédito com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a realização de estudos e relatórios sobre algumas comunidades quilombolas do estado. Sibaúma foi contemplada e seu relatório escrito pela professora Julie Cavignac do Departamento de Antropologia da UFRN.

O relatório da Professora Julie (2006) foi escrito sob forte oposição de proprietários de terra não quilombolas, donos de empreendimentos imobiliários e da carcinicultura. A pesquisadora precisava de escolta policial e apoio do Ministério Público para entrar na comunidade. De forma muito mais intensa é a repressão de todos estes atores com os próprios quilombolas de Sibaúma. Vemos, portanto, que há um histórico de violência e repressão não só a afirmação étnica em Sibaúma, mas também a consolidação dos direitos quilombolas através da titulação do território.

A titulação do quilombo foi arquivada a pedido dos quilombolas no final dos anos 2000 e reaberta por solicitação deles no início dos anos 2020. Em meio a um processo violento de repressão étnica, como os quilombolas de sibaúma constroem sua etnicidade? E como resistem? Longe de apresentar respostas definitivas neste curto artigo, iremos fazer algumas reflexões sobre os discursos e símbolos étnicos envolvidos no processo.

Metodologia

A pesquisa se baseia amplamente na proposta de João Pacheco de Oliveira (2025) de uma antropologia engajada e dialógica. Durante meu contato com meus colegas em Sibaúma, fiz de tudo para engajar e apoiar as atividades da associação.

Utilizei como metodologia a combinação da proposta de observação participante reflexiva de Rosana Guber (2001) com uma observação potente das interações face a face de Erving Goffman (2014). Com este arcabouço metodológico, participei de forma ativa das atividades propostas pelos quilombolas ao mesmo tempo em que examinei densamente as interações entre os atores quilombolas entre si e com outros não quilombolas. Além disso, essa combinação me permite pensar o meu próprio papel

enquanto ator e antropólogo em campo – minha fachada social, posicionamento e teoria (Guber, 2001) (Goffman, 2014).

Realizei duas visitas a Sibaúma, uma em novembro de 2024 e outra em abril de 2025. Tive a oportunidade de conversar e entrevistar quilombolas de diferentes idades, gênero e afiliação com o movimento quilombola. Escrevi um diário de campo com os dados que coletei.

Esta amplitude de colaboradores me proporcionou o entendimento de símbolos e discursos étnicos que iremos discutir a seguir.

Resultados e Discussões

Nossa discussão exige uma revisão inicial do paradigma histórico no qual comunidades indígenas e quilombolas estavam inseridas no Rio Grande do Norte. Julie Cavignac (2011) destaca que as elites do estado conseguiram absorver e montar sua versão da história antes mesmo de uma análise historiográfica acadêmica, vide a coleção “incansável” de Câmara Cascudo sobre o Rio Grande do Norte. Este movimento teria “encoberto” a etnicidade de negros e indígenas no estado (Cavignac, 2011).

Carlos Guilherme do Valle (2024) indica, ainda, que várias das acepções de Cascudo foram constantemente reproduzidas de forma acrítica por diversos historiadores no Rio Grande do Norte. Suas posições sobre o caboclo, mulato e outros tipos antropológicos eram fato historiográfico para a ausência de negros e indígenas, sempre construído a ideia de que estes pouco contribuíram para a economia do estado (Cascudo, 1955 apud Valle, 2024). Valle (2024) nos mostra como Câmara Cascudo contradiz suas próprias alegações ao realizar regimes de exceções, vide sua menção ao quilombo de Coqueiros em Ceará-Mirim.

Em Sibaúma podemos ver um movimento latente de emergência étnica (Arruti, 2006) e das auto-affirmações étnicas (O’Dwyer, 2002). A reorganização do movimento político do quilombo aponta um interesse pela auto afirmação. Aulas e apresentações de Coco de Zambê aumentaram, um roteiro de turismo etnico foi criado e a comida e artesanato quilombola tem sido incentivados. Todos esse elementos, tanto simbólicos quanto discursivos, são apropriados e reapropriados pelos quilombolas em um movimento de de uma (R) emergência étnica

Entretanto, nem todos os quilombolas de Sibaúma usam esses símbolos. Goffman (1988) nos aponta que quando estigmatizada a identidade pode ser negada ou disfarçada como forma de auto preservação e segurança. Tendo em vista o clima político no Quilombo, não é de nenhuma surpresa que a identidade quilombola seja negada por muitos.

De fato, encontrei com quilombolas, em especial jovens, que ou pareciam muito desconfortáveis em se auto afirmar ou desinteressados no assunto. Mas durante a

conversa que tive com muitos deles mobilizaram certos símbolos étnicos que dificilmente são acionados por não quilombolas. Citarei um caso emblemático que envolve um dos adolescentes que entrevistei.

Quando comecei a fazer algumas perguntas para um jovem do fundamental dois, ele parecia aborrecido com as perguntas sobre o Quilombo. A história, o Coco de Zambê e a capoeira pareciam não interessar o garoto nascido em Sibaúma. Encerrei a entrevista e segui junto com ele para uma atividade que estávamos fazendo na escola. Na hora, fiz uma fala sobre patrimônio alimentar e citei o “quarenta”, similar ao angu ou polenta, mas com um preparo próprio de Sibaúma consumido apenas pelos quilombolas. Perguntei então “Quem aqui come quarenta?”. O mesmo adolescente de antes levantou a mão e disse: “Quem não come quarenta não é de Sibaúma!”.

Ora, apesar de parecer pouco interessado em afirmar uma identidade étnica (Cardoso de Oliveira, 1976), o adolescente mobilizou um discurso que, embora não trate sobre o quilombo, mobiliza um símbolo étnico exclusivamente quilombola! Se o quarenta é uma comida quilombola e só é de Sibaúma quem come quarenta, então há uma clara fronteira étnica entre quem é ou não de Sibaúma. Mesmo sem afirmações explícitas, é possível captar os discursos étnicos dos quilombolas.

Conclusão

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que os símbolos e discursos étnicos desempenham um papel fundamental na construção e na manutenção da identidade quilombola em Sibauma. Apesar do estigma, da perseguição e das tentativas de apagamento histórico e cultural por parte de agentes econômicos e de setores dominantes, a comunidade demonstra uma resiliência notável por meio da partilha e da ressignificação de elementos simbólicos próprios.

Expressões como “Quem não come Quarenta não é de Sibauma” funcionam como marcadores de diferença e pertencimento, delimitando fronteiras étnicas e reforçando a coesão interna do grupo. Esses discursos e símbolos não são apenas vestígios de um passado, mas instrumentos ativos de resistência cotidiana e de afirmação política no presente.

Assim, mesmo em um contexto de opressão, os quilombolas de Sibauma continuam a negociar, reinventar e afirmar sua etnicidade por meio de práticas e narrativas compartilhadas. A luta pelo território e pelo reconhecimento está, portanto, intrinsecamente ligada à valorização desses elementos culturais, que seguem vivos e dinamicamente reproduzidos pela comunidade. Dessa forma, a etnicidade quilombola mostra-se um processo contínuo e agenciado, capaz de se afirmar frente às adversidades.

Referências

ARRUTI, José Maurício. "Repensando o quilombo: para uma semântica histórica dos conceitos". In: _____. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006. p. 29-64.

BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CAVIGNAC, Julie. Uma Sibaúma só!: Relatório antropológico da Comunidade Quilombola de Sibaúma. Relatório Antropológico. Convênio FUNPEC, UFRN, INCR A, 2006

CAVIGNAC, Julie A. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CARVALHO, M. R.; REESINK, E.; CAVIGNAC, J. Negros no Mundo dos Índios: imagens, reflexos, alteridades. Natal: EDUFRN, 2011

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GUBER, Rosana. Etnografía: Método, campo y reflexividad. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42)

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Una Antropologia Sin Muros: Ensayos sobre diferencia y otredad. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2025.

VALLE, Carlos Guilherme do. Quilombolas de Acauã: família, cor e política no Rio Grande do Norte do século XXI. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2024.

CÓDIGO: HS1748

AUTOR: HELTON DOS SANTOS FARIAS

ORIENTADOR: ROBSON CARLOS HADERCHPEK

TÍTULO: A MULTISSENSORIALIDADE NO TEATRO RITUAL

Resumo

A pesquisa A Multissensorialidade no Teatro Ritual se propôs a investigar os estímulos visuais, sonoros, táteis e motores implicados nas práticas laboratoriais desenvolvidas pelo Arkhétypos Grupo de Teatro da UFRN. O objetivo principal deste estudo foi compreender a natureza dos processos sensoriais e explorar a multissensorialidade na cena ritualística tomando como referências os estados alterados de consciência (BRONDANI, 2015). Os procedimentos metodológicos envolveram observação participante, diário de bordo e análise da resposta sensível dos participantes, estruturada para uma pesquisa de nível qualitativo. A fundamentação teórica é composta por autores como Grotowski (1992), Barba (2001), Martins (2009), Rolnik (2006) e pesquisadores da neurociência sensorial, como os desenvolvidos por Oliveira (2005), Pereira (2005) e Volchan (1986), que contribuem para a compreensão de como os estímulos sensoriais afetam a cognição, a memória e o comportamento. Também me apoiei em filósofos empiristas como Locke (1690) e Hume (1739), que reconhecem a experiência sensorial como fundamento do conhecimento. Os resultados revelam que o estímulo multissensorial intensifica a escuta, a disponibilidade corporal e a conexão entre os participantes, potencializando a experiência ritual, as narrativas individuais e a composição poética coletiva em sala de ensaio.

Palavras-chave: Multissensorialidade; Teatro Ritual; Corpo-Memória; Criação Cênica;

TITLE: MULTISENSORY IN RITUAL THEATRE

Abstract

The research project "Multisensoriality in Ritual Theater" aimed to investigate the visual, auditory, tactile, and motor stimuli involved in laboratory practices developed by the Arkhétypos Theater Group of UFRN. The main objective of this study was to understand the nature of sensory processes and explore multisensoriality in the ritualistic scene, taking altered states of consciousness as references (BRONDANI, 2015). The methodological procedures involved participant observation, logbooks, and analysis of participants' sensorial responses, structured for qualitative research. The theoretical foundation is composed of authors such as Grotowski (1992), Barba (2001),

Martins (2009), Rolnik (2006), and researchers in sensory neuroscience, such as those developed by Oliveira (2005), Pereira (2005), and Volchan (1986), who contribute to the understanding of how sensory stimuli affect cognition, memory, and behavior. I also drew on empiricist philosophers such as Locke (1690) and Hume (1739), who recognize sensory experience as the foundation of knowledge. The results reveal that multisensory stimulation intensifies listening, bodily openness, and connection among participants, enhancing ritual experience, individual narratives, and collective poetic composition in the rehearsal room.

Keywords: Multisensoriality; Ritual Theater; Body-Memory; Scenic Creation;

Introdução

A pesquisa “A Multissensorialidade no Teatro Ritual” nasce da escuta do próprio corpo em movimento, nos atravessamentos do fazer teatral vivido em oficinas, ensaios e partilhas. A partir da constatação de que os sentidos, especialmente como o tato, o olfato e a escuta, podem nos conduzir a estados de presença e percepção ampliada, surge o desejo de investigar como essas experiências sensoriais podem ser mobilizadas dentro do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021). Ao propor e aplicar um plano de aula que integra jogos sensoriais, práticas imersivas, guiadas por cheiros, toques e sons, busquei analisar como esses estímulos afetam a disponibilidade cênica e contribuem para o desenvolvimento de uma poética multissensorial no contexto do teatro ritual. Mais do que buscar respostas prontas, este trabalho caminha ao lado das perguntas que surgem no contato direto com os corpos em processo. Propus, juntamente com Júlia Roque (Bolsista de Extensão do Grupo Arkhétypos), assim, aplicamos um plano de aula no segundo semestre de 2024, que gerou atravessamentos e novas possibilidades de movimento. O objetivo era observar como essas propostas afetam a disponibilidade cênica, a criação coletiva e a escuta entre os participantes. Neste sentido, percebi a necessidade de realizar práticas de autocuidado e integração do grupo, por meio de propostas sensoriais. Assim, abri espaço para o tato, a escuta, o olfato e por vezes a inibição da visão, para que a percepção de outros sentidos pudesse ser atravessada pelo corpo de forma ampliada, também gerando um espaço de acolhimento, coletividade e segurança. Essa jornada dialoga com o jogo ritual proposto por Haderchpek (2021), prática desenvolvida pelo Grupo Arkhétypos, coletivo de teatro e de pesquisa da UFRN, do qual faço parte como bolsista de iniciação científica. Sou aprendiz direto do fundador do grupo e meu orientador, Robson Carlos Haderchpek. Entre travessias e respiros, percebemos a cena como espaço-tempo de liminaridade (Turner, 2013), onde o cotidiano encontra o simbólico e onde os sentidos ganham outras camadas de significado.

Metodologia

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, o presente projeto se norteou pelas seguintes diretrizes: • Experimental: foi desenvolvida por meio de experimentações dentro da perspectiva da prática laboratorial do Teatro Ritual (HADERCHPEK, 2021), contemplando investigações artísticas e experimentos práticos desenvolvidos pelo Arkhétypos Grupo de Teatro da UFRN; • Bibliográfica: se deu a

partir da leitura dos livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionados ao tema, tomando como principal referência o material teórico produzido pelos integrantes do Grupo Arkhétypos. Foram estudados também outros autores que dialogam com o conteúdo epistemológico da pesquisa, como Patrícia Leal (2009), Leticia de Oliveira e Mirtes Garcia Pereira (2005-2019), Eliane Volchan (1986), Grotowski (1992), Barba (2001), Leda Martins (2009), Suely Rolnik (2006), Denise Namura e Michael Bugdahn (1988), John Locke (1690) e David Hume (1739). Técnicas e Procedimentos: A necessidade de investigar a multissensorialidade no teatro ritual, veio a partir da análise dos experimentos cênicos, oficinas práticas realizadas ao longo do meu trajeto como bolsista de extensão e pesquisa, e a partir da análise de como o meu próprio corpo reagia. Eu e os demais atores do grupo vivemos processos de imersão, tomando como referência o jogo ritual (Haderchpek, 2016), a pesquisa autobiográfica (Telles, 2012) e o trabalho com os sentidos (Leal, 2009). Inspirado por tais conteúdos, busquei investigar como os temperos, especiarias e cheiros do cotidiano poderiam contribuir para que despertássemos memórias que carregamos no subconsciente, então procurei referências empiristas presentes nos corpos que por vezes acessaram estados alterados de consciência. Minha principal base teórica foi o livro “O teatro ritual e os estados alterados de consciência” (Haderchpek, 2021). Através das leituras e experimentações fui percebendo a relevância dos estímulos sonoros para o processo de criação do ator, associando-os com os outros sentidos. Tal percepção foi despertada quando participei como ator do espetáculo Revoada, que tem a música como fio condutor. A partir de então, decidi me aprofundar nos estudos de pesquisadores da neurociência sensorial, refletindo sobre as propostas pedagógicas e poéticas de autores que nos levam a pensar o corpo como território de memórias, afetos e ancestralidades, explorando uma linguagem híbrida que integra dança, teatro e poesia corporal. Assim, decidi fazer uma imersão e busquei analisar minhas próprias vivências de forma sensível e sinestésica. O primeiro passo da pesquisa, foi a elaboração de um plano de aula envolvendo a multissensorialidade. A partir disso desenvolvi uma nova oficina, onde abordo os sentidos como forma de integração, unidade, partilha, zelo e cura. A aplicação do plano de aula gerou ramificações sensíveis e íntimas nos corpos dos participantes ali presentes. A próxima etapa da pesquisa será aplicar o mesmo plano de aula para o público com deficiência visual. Forma de Discussão e Análise dos Resultados: Nossas discussões foram geradas a partir desse local intimista em que coloquei os atores. Em nossos experimentos acessamos memórias e provocamos os sentidos a fim de que eles nos ajudassem a perceber a subjetividade dos nossos corpos e a pensar sobre eles. Deste modo, foi possível analisar os resultados das práticas, em formato de roda. Os debates ocorreram de modo dialético, ressaltando a importância da oralidade. Por fim, traçamos paralelos entre a prática laboratorial desenvolvida no Arkhétypos Grupo de Teatro da UFRN e os estudos teóricos sobre os estados alterados de consciência (Brondani, 2015). Teoria de Base: A base teórica foi estruturada a partir da inter-relação entre os princípios decorrentes do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021), do corpo sensível (Araújo, 2019) e dos estados alterados de consciência (Brondani, 2015). Registro e Coleta de Dados: Os registros desta pesquisa se deram através de fotografias, vídeos, diários de bordo e depoimentos que por vezes foram apresentados de forma oral e poética, em formato de roda e de mostras performáticas em sala de aula.

Resultados e Discussões

Os sentidos que me perpassaram em outrora, são de importante relevância para a construção do meu eu, e, paralelamente da minha consciência com o externo. Eles colaboraram para que eu conseguisse enxergar uma potencialidade didática e pudesse acessar os campos de nossos universos particulares, através de práticas empíricas com o coletivo. No Grupo Arkhétypos nós trabalhamos levando em consideração o sentido de comunidade. A cena ritualística vem neste sentido se opor à ordem política e econômica, pois ela exige esse sentido de comunidade. Os rituais trazem em sua maioria essa necessidade de conexão com o outro e criam um sentido de pertencimento, de união. Com exceção de alguns ritos, que pedem um momento de mergulho e introspecção, os demais ritos pedem a participação da comunidade, a celebração do ato coletivo. (Haderchpek, 2024, p.69). Assim como, em tempos outros, cubanos e mexicanos precisaram vestir rostos americanos para atravessar fronteiras, a população negra, sequestrada de suas terras e trazida aos porões dos navios negreiros, também teceu estratégias para existir. Sob o peso das correntes, sob o ferro e o sal, carregaram seus deuses, ritmos e memórias. Ocultaram seus orixás sob nomes de santos católicos, e ali, no segredo das encruzilhadas, mantiveram viva a língua que canta, o corpo que dança, o sopro que invoca. Hoje, percebo que, de outro modo, ainda nos disfarçamos. Para entrar no sistema acadêmico, vestimos palavras que não são nossas, citamos nomes que pouco dialogam com nossa ancestralidade, moldamos nossos pensamentos para caber em gavetas coloniais. O sistema exige que nossas pesquisas se sustentem sob referências reconhecidas por ele mesmo, apagando tudo o que pulsa fora de seus arquivos. Ele nos pede comprovação, enquanto desconsidera o que vive na pele, no som do tambor, no corpo que aprende em movimento. Mas, nas minhas práticas e vivências em coletivo, percebo um oceano de saberes que não cabem nos livros. Saberes que tremem no toque do chão, que se espalham no cheiro das folhas queimando, que ecoam no canto antigo que não precisa de tradução. São conhecimentos que atravessam nosso corpo-história, mas que permanecem invisíveis para quem só reconhece aquilo que o sistema já carimbou. O que considero rico, profundo e transformador muitas vezes não existe para a estrutura que decide o que merece ser lembrado. Com esta pesquisa, ergo uma memória. Afirmo a potência dos saberes que resistem ao tempo, que sobrevivem às tentativas de apagamento, que dançam mesmo quando tentam silenciar a música. No tempo líquido que tenta dissolver identidades e fragmentar presenças, escolho mergulhar em nossas ancestralidades para sustentar outras formas de existir, de conhecer e de criar, daí a importância da multissensorialidade nos processos de criação cênica. Através da multissensorialidade resgato o que vibra no corpo e reivindico um espaço onde possamos respirar inteiros, onde a voz coletiva ecoe. Onde a cena se faça território, rito e retorno. Onde a pesquisa não seja apenas escrita, mas também canto, gesto e memória viva. Quando trabalhamos com imagens a nossa multissensorialidade é ativada: [...] a imagem escolhida afeta o nosso cérebro e vários estímulos elétricos são produzidos criando uma rede neuronal que vai nos permitir acessar regiões do nosso inconsciente e ativar o nosso sistema límbico. De acordo com a neurociência o sistema límbico seria o responsável pela coordenação subjetiva e comportamental das emoções. (Oliveira, Pereira e Volchan apud Haderchpek, 2021, p.34.). Essas imagens nos provocam despertando nossas percepções multissensoriais. Elas são aprimoradas ao longo da vida. O primeiro sentido que o bebê desenvolve, por exemplo, durante a gestação, é a audição. O olfato e a visão são mais estimulados ao nascer, acompanhados do tato e do paladar. Há várias situações que ativam os nossos sentidos e cada indivíduo terá suas percepções e emoções associadas a eles. Por isso, ressalto aqui, a importância e necessidade de resgatar essas memórias, emaranhadas nesse corpo-história. No início

da minha graduação em Licenciatura em Teatro, uma de minhas veteranas, Ana Clara Veras, que também foi atriz-bolsista-pesquisadora, me falou a seguinte frase: “Seja pau pra toda obra!”. Em seguida, percebi seus olhos sorrindo, junto aos seus traços corporais mais singelos, transbordando felicidade, sem um pinga de remorso. Desde então, venho explorando diversas formas e fazeres artísticos e, desde o princípio dessa trajetória, estou inserido no Arkhétypos Grupo de Teatro, com o qual tive a oportunidade de construir práticas teatrais e participar como ator no espetáculo “Revoada”. O espetáculo “Revoada” foi uma experiência imersiva e itinerante, onde aconteceu minha primeira conexão com os estados alternados de consciência. Através dessa experiência fui estimulado a acessar minhas sensações, percepções, imaginação e memória de forma profunda e integrada. Essa vivência dialoga diretamente com o pensamento de Thomas Hobbes (1651), para quem todas as ideias e formas de conhecimento têm origem nos sentidos, sendo a experiência sensorial a primeira porta para compreender o mundo. De modo complementar, John Locke (1690) afirma que a mente humana nasce como uma tábula rasa, sendo preenchida a partir da interação do corpo com os fenômenos externos. Essa concepção se alinha à prática teatral multissensorial, na medida em que coloca a experiência do corpo em cena como catalisadora de significados e memórias. Por fim, David Hume (1739) aprofunda essa perspectiva ao reconhecer que a imaginação e as memórias derivam de impressões sensoriais anteriores, reforçando a relação entre percepção, emoção e criação artística. Nesse sentido, minhas vivências com o Grupo Arkhétypos e com o espetáculo “Revoada” tornam-se um espaço onde filosofia e prática se encontram, confirmando que o corpo sensível é também um corpo produtor de conhecimento. Na prática do jogo ritual do Grupo Arkhétypos, somos preenchidos por estímulos sensoriais, juntamente aos estados alterados de consciência e adentramos à prática imersiva dos laboratórios possibilitando o despertar figuras arquetípicas. Nesta prática passamos pelo desencadeamento de ações intuitivas, muitas vezes acompanhadas de sonoridades, imagens e aromas que geram sensações que guiam as relações e por vezes as estruturam. O “sentir” no processo de criação é completamente significativo — o eco da alfaia, juntamente com o corpo pulsante deitado ao chão se conecta a terra e o coração. O vento dançante ao som das folhas, juntamente com o aroma do pó de café, fez-me voar em nostálgicas memórias. Através da multissensorialidade acessei memórias de minha família e me senti planar. O batido do atabaque, o calor das velas, por vez a cera derretida que corria sobre a pele junto com aquele aroma de canela me fizeram chamejar e desejar, assim como uma fogueira que consome a matéria e aquece a alma. A essência de lavanda, as bacias de água, as texturas das flores que por vezes se tornavam presentes, me fizeram transbordar em meio aos rios que pulsam dentro de mim, me tornando lago, mar, oceano. Dentro do processo criativo do “Revoada” acessei vários tons de um mesmo tom. Nos laboratórios de criação cada figura arquetípica possui um campo energético particular e podemos acessá-la em tempos e situações diferentes, sendo possível serem despertadas por aquele mesmo sentido de outrora. Com o nosso diário de bordo podemos analisar os acontecimentos e estímulos que mais ecoam em nós enquanto estamos em um estado similar a um sonho, e depois que acordamos somos capazes de lembrar de seus fragmentos. Foi nessas anotações do diário de bordo que percebi que as cores, cheiros, sons, batidos, suspiros, texturas — sentidos que edificavam as minhas construções em meio aos laboratórios. Nem sempre conseguia perceber tudo, pois estes sentidos eram os mais viscerais. Eles atravessavam meu corpo, despertando movimentos e corporeidades potentes para a criação de novas narrativas. Estas narrativas se fazem presentes em nossos corpos nos permitindo acessar um profundo campo energético

estabelecido ritualisticamente, onde cada indivíduo está envolvido com determinado sentido e/ou ação. Nesta etapa do processo é possível criar dramaturgias poéticas com a originalidade do nosso corpo-história. Nosso corpo conta as histórias que vivenciamos revelando os nossos sentidos mais íntimos em forma de ações performativas. Pegue-me em lágrimas quando recordo do processo criação do meu “Pássaro” no espetáculo “Revoada (2019)”. Eu era um Pavão, pássaro da terra que exala a calma; e a energia do pavão, em diversas culturas e crenças, é associada à beleza, à renovação, à cura, à transformação e à sabedoria. O pavão, com sua exuberante plumagem, é visto como símbolo de elevação espiritual e expansão, além de representar a capacidade de superar desafios com graça e confiança. Em algumas tradições, o pavão é visto como um animal com poder de cura, capaz de auxiliar na cura de doenças físicas e emocionais. Quando atuamos na perspectiva do Teatro Ritual nos entregamos em sacrifício e mobilizamos nossas energias psíquicas: O Teatro Ritual trabalhado no Grupo Arkhétypos constitui-se como um ato coletivo, cerimonioso, simbólico e performático executado diante e com o público, que torna-se testemunha da ação ritualística: “O Teatro Ritual é um ato de sacrifício, de doação do ator daquilo que há de mais íntimo no seu ser. O Teatro Ritual mobiliza uma série de habilidades do ator, trabalhando os aspectos psíquicos, físicos, emocionais energéticos e simbólicos do ser.” (Haderchpek, 2019, p.15). E eu, por minha vez, sempre tive envolvimento com a energia da morte, da transformação, da sabedoria, da ancestralidade e da renovação da matéria. Tive que sobreviver desde pequeno e amadurecer sendo caatinga, ambiente de devastação, mas com resistência. Perdi minha mãe aos 4 anos de idade, logo após meu pai foi embora e sempre fui obrigado a lidar com a morte das pessoas, dos objetos, das transformações da vida. Assim, quando chegou o momento do vale da morte dentro espetáculo “Revoada”, me vi arrebatado. No espetáculo o “Pássaro” interpretado por Maykon morria pelas mãos do seu amado, e em seguida surgia um cortejo mórbido. Ao participar do espetáculo aquela ação me atravessou no tempo, daí senti uma necessidade grande de estar à frente daquele momento. Perguntei ao diretor do nosso espetáculo se eu poderia ficar à frente, e ele me falou “vamos ver se funciona, pode ser?”. E eu agradeço até hoje por ele ter me permitido reviver o sentimento do cortejo de enterro de minha mãe. Aquilo ativou a minha memória, pois aos 4 anos tive que caminhar à frente do cortejo dela, contudo, dessa vez, dentro da reelaboração estética que fizemos dentro do espetáculo, eu pude realmente cortejar sentido em meu corpo a energia do Pavão. Nesta ocasião eu pude compreender o sentido da morte. Naquele instante eu pude dançar de modo peculiar, pois na cena construímos um ambiente de calma, respeito, sensibilidade e ternura. Posteriormente, no final de 2024, em outro processo criativo com a mesma poética do jogo ritual, desta vez ministrada por Thazio Menezes, pesquisador do mestrado e antigo bolsista do Grupo Arkhétypos, adentramos à cultura maia e ao seu calendário. Na ocasião estudamos sobre o Tzolkin, que trata dos signos astrológicos, similar ao horóscopo do zodíaco. Meu Tzolkin que é similar ao signo, era o “Enlaçador de Mundos Solar Branco” que também possuía a energia da transformação, morte das coisas e da sabedoria que provém delas. O meu arquétipo era a figura do Hierofante; em grego Hierophantes significa aquele que explica as coisas sagradas. E o que poderia haver de mais sagrado do que cultivar os ensinamentos da vida, na estesia de sentimentos que ultrapassam os limites da carne e do visível? Elas exalam sentidos que percorrem o espaço e criam acessos a outros campos energéticos, permitindo a contação desses corpo-histórias que estão emaranhadas em nosso subconsciente: Os laboratórios se constituem excelentes espaços para se trabalhar os aspectos humanos e emocionais do ator, contudo, o objetivo final do processo, que traz em si um caráter de revelação não é

apenas terapêutico. O objetivo do processo é criar um resultado artístico, que evidencie a sua completude, que considere cada etapa do processo e que seja autêntico justamente por isso. Daí torna-se fundamental a organização do material cênico e a criação de uma dramaturgia. (Haderchpek, 2016, p. 52-53). Após rememorar minhas experiências com os processos de criação comecei a elaborar um plano de aula que contivesse os princípios da multissensorialidade. Minha base de experimentação eram os participantes da Oficina de Práticas Corporais realizadas pelo Grupo Arkhétypos toda semana na sala A do Anexo do Departamento de Artes. O meu objetivo era que através das oficinas as pessoas pudessem acessar memórias que eles carregam em seus corpo-histórias. Muitas vezes não temos a consciência de que essas memórias estão presentes em nosso subconsciente, e tomam forma após sermos atravessados por estímulos sensoriais nas práticas. No dia 21 de agosto de 2025, um dia antes de meu aniversário, apliquei uma oficina onde abri espaço para que os sentidos guiassem os participantes, envolvendo a ausência da visão. Busquei estimular o tato, o olfato e a audição fazendo-os pulsar de forma mais evidente. Como resultado, criamos um espaço de autocuidado, partilha e intimidade que nos permitiu finalizar a prática em roda. Em seguida abri para o relato de nossas singularidades perceptivas, consequentemente criando um vínculo afetivo com o coletivo. Nos encontros laboratoriais, percebi como a introdução de estímulos sensoriais afetava diretamente a qualidade da presença dos performers. O uso de aromas como o alecrim, marcela, cravo ou o incenso de mirra, por exemplo, não apenas ativavam memórias e afetos, mas também modificavam o ritmo respiratório e a concentração dos participantes. Esses efeitos corroboram para a tese de que o corpo sensível é um corpo permeável, uma espécie de membrana porosa entre o dentro e o fora. As atividades propostas no plano de aula multissensorial revelaram que o toque, o som e o movimento despertam camadas diferentes de percepção e alteram a escuta entre os integrantes do grupo. Notei ainda que a ativação multissensorial nos conduzia a um estado de atenção expandida, semelhante ao que Victor Turner (1974) descreve como a experiência liminar: uma suspensão do tempo ordinário e uma abertura para o sagrado. Os depoimentos registrados nos diários de bordo também indicam um aumento na qualidade relacional entre os participantes. Muitos relataram uma sensação de acolhimento, pertencimento e abertura emocional. Essas respostas emocionais se alinham às proposições de Hume, que associava as impressões sensíveis às paixões humanas. Em outras palavras, os sentidos não apenas informam — eles afetam, tocam, transformam. O Teatro Ritual tem se mostrado como uma forma de resistência nestes tempos em que estamos vivendo porque ele trabalha uma dimensão do ser que nos vem sendo negada, vilipendiada: a nossa dimensão pessoal, íntima, espiritual, dimensão esta que nos diferencia enquanto seres únicos, mas que nos aproxima enquanto seres comunitários, pertencentes e interdependentes. (Haderchpek, 2019, p.15). Por fim, a experiência cênica do espetáculo "Revoada", da qual participei em 2019, tornou-se um marco referencial nesta análise. Inspirada na narrativa do conto "A Conferência dos Pássaros", de Farid ud-Din Attar, a montagem propunha um percurso itinerante, acionando o público como testemunha de um rito de passagem coletivo. A encenação mobilizava sons, cantos, fumaças e gestos arquetípicos, criando uma atmosfera que só era possível graças à multissensorialidade do Teatro Ritual (Haderchpek, 2021). Revivendo essa experiência à luz da pesquisa atual, compreendo melhor como o jogo ritual se configura como uma pedagogia do sensível: um campo onde o aprendizado se dá pela vivência, pela escuta do corpo e pela ativação da memória ancestral.

Conclusão

Chegando ao fim deste percurso, fica a certeza de que o corpo, quando escutado em profundidade, é capaz de abrir passagens para outras formas de estar e criar no mundo. Ao longo da pesquisa, notei como os estímulos multissensoriais podem afinar a escuta entre os corpos, provocar lembranças, acessar memórias e expandir a presença em cena. O plano de aula multissensorial se revelou um território fértil de experimentação, onde jogos, ritos e sentidos se entrelaçaram para gerar encontros reais. Os relatos dos participantes da oficina trouxeram pistas preciosas sobre o poder dos cheiros, dos toques e dos sons para ativar afetos, deslocar a lógica racional e potencializar a criação poética. A prática revelou que, quando o corpo se permite ser atravessado pelos sentidos, ele se torna não apenas instrumento, mas linguagem viva. Revisitar a experiência do espetáculo "Revoada" (2019) também ajudou a iluminar esse caminho. Ali, como ator e ser em estado ritual, compreendi na pele a potência do teatro como espaço de transformação sensível. O espetáculo, desenvolvido com base na poética ritual e em um formato itinerante, guiado pelas poéticas do elemento ar foi construído no seio do Grupo Arkhétypos. Tudo ali era feito para evocar: os cheiros de essências nas águas e incensos, os instrumentos, as canções, as cores, formatos, a textura da almofada que se dava no início do ritual e a caminhada compartilhada com o público. Era uma travessia guiada pelo invisível, em que a multissensorialidade nos conectava com algo ancestral, íntimo e coletivo ao mesmo tempo. Com base nos autores que me acompanharam nessa investigação, Grotowski (1992), Barba (2001), Leda Martins (2009), Suely Rolnik (2006), entre outros, reafirmamos aqui que o Teatro Ritual é lugar de escuta profunda, de reinvenção do gesto e de emergência do simbólico. Ele se alimenta do que escapa ao olho, daquilo que vibra na pele, no som e no cheiro. No Teatro Ritual a cena torna-se rito quando o corpo inteiro participa da criação, quando há entrega, quando há passagem. Como desdobramento, este trabalho aponta para a importância de práticas pedagógicas que valorizem o sensível, o não-verbal, o processo. Sugere também que novas investigações sejam feitas com diferentes públicos e contextos, ampliando as possibilidades de escuta e de criação. Por fim, espero que este estudo não seja um ponto final, mas um convite para que eu possa seguir com uma proposta de criação cênica. Um chamado a seguir Tateando, escutando, cheirando e sentindo, e, se possível degustando, com o corpo inteiro. Pois, talvez seja justamente aí, nesse lugar entre o visível e o invisível, que o teatro segue pulsando. Compreendo agora o Teatro Ritual como uma forma de resistência afetiva e sensorial, que nos reconecta com aquilo que há de mais humano, nossa capacidade de sentir e de criar sentido a partir da experiência. Em cada cheiro, som ou imagem evocada, ativava-se uma memória, uma emoção, uma abertura.

Referências

ALMEIDA, Saulo Vinícius; HADERCHPEK, Robson Carlos. O Axis Mundi e o Jogo Ritual: Deslocamento da realidade imanente para se alcançar a Hierofania. In: Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 38, ago./set. 2020. ARAÚJO, Allan Phyllipe Gomes Cassemiro de. Entre a Dor e o Amor: A Excitação do Corpo Sensível, as Memórias e os Afetos nos Processos de Criação Cênica. Dissertação de Mestrado - PPGArC. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. ARTAUD, Antonin. O Teatro e seu Duplo. São Paulo: Martins Fontes, 1993. BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da

matéria. São Paulo: Martins Fontes, 2013. BACHELARD, Gaston. A poética do devaneio. São Paulo, Martins Fontes, 2009. BÉLIÈRES, Patricia; CANCELA, Alejandro; SÁNCHEZ, Rodolfo. El cantante popular y la interpretación: Una proposta metodológica integradora de saberes. Buenos Aires: Melos, 2013. BRONDANI, Joice Aglae. (org.) Grotowski estados alterados de consciência: teatro, máscara, ritual. São Paulo: Giostri, 2015. BRONDANI, Joice Aglae; HADERCHPEK, Robson Carlos; ALMEIDA, Saulo Vinícius (org). Práticas Decoloniais nas Artes da Cena. São Paulo: Giostri, 2020. BRONDANI, Joice Aglae; HADERCHPEK, Robson Carlos; ALMEIDA, Saulo Vinícius (org). Práticas Decoloniais nas Artes da Cena II. São Paulo: Giostri, 2022. BUGDAHN, Michael; NAMURA, Denise. Compagnie à Fleur de Peau: poéticas do gesto. Paris: Compagnie à Fleur de Peau, 1988. CAMPBELL, Joseph. O Poder do Mito. São Paulo: Palas Athena, 1990. COUTINHO, Karyne Dias. HADERCHPEK, Robson Carlos. “Pedagogia de Si: Poética do Aprender no Teatro Ritual”. In ART RESEARCH JOURNAL / Revista de Pesquisa em Artes. Vol. 6 nº1. Natal: UFRN e UDESC, 2019. p. 01-21. DUARTE JÚNIOR, J. F. O Sentido dos Sentidos: a Educação (do) sensível. Curitiba: Criar, 2001. FABRINI, Verônica. Arte, Ciência e Descolonização. In: BAPTISTA, Ana Maria Haddad; SEVERINO, Francisca Eleodora; ANDRÉ, Carminda Mendes (Org.). Artes, Ciências e Educação. São Paulo: Big Time Editora, 2015. FEINSTEIN, David & KRIPPNER Stanley. Mitologia Pessoal: a psicologia evolutiva do self. São Paulo: Cultrix, 1992. GROTOWSKI, Jerzy. Por um teatro pobre. Brasília: Teatro Caleidoscópio & Editora Dulcina, 2011. GROTOWSKI, Jerzy; POLASTRELLI, Carla; FLASZEN, Ludwik. O Teatro Laboratório de Jerzy Grotowski 1959-1969. São Paulo: Fondazione Pontedera Teatro, Editora Perspectiva, 2007. GRUZINSKI, Serge. A Colonização do Imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar desde las sabidurías insurgentes el sentido de las epistemologías dominantes, para construir sentidos otros de la existencia. In: Sophia, Colección de Filosofía de la Educación, n.8, 2010, p. 101-146. HADERCHPEK, Robson Carlos. Por uma Pedagogia Ancestral: Saberes Antigos (in)corporados às Artes da Cena. In: CARVALHO, Mário de Faria; BRANCCHI, Daniela Nery; PAIVA, André Luiz dos S. (org.). Estéticas Dissidentes e Educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 79-96. HADERCHPEK, Robson. O Teatro Ritual e os Estados Alterados de Consciência. São Paulo: Giostri, 2021. HADERCHPEK, Robson Carlos. Gosto de Flor: Dramaturgia de imagens e mitologia pessoal no jogo da construção poética. In: Revista Arte da Cena. Vol. 6 nº1. Goiânia: UFG, 2020. HADERCHPEK, Robson Carlos. As Epistemologias do Sul e os Saberes Interculturais: teatro, ritual e performance. Anais ABRACE, Campinas, v. 20, n. 1, p. 01-17, 2019. HADERCHPEK, Robson Carlos. O Jogo Ritual e as Pedagogias do Sul: Práticas Pedagógicas para a Descolonização do Ensino do Teatro. In: Revista Moringa - Artes do Espetáculo. João Pessoa: UFPB Departamento de Artes Cênicas, 2018. p. 55-65. SILVA, José Ricardo Roberto da; HADERCHPEK, Robson Carlos. Processo Ânima: A Imaginação Material e a Descoberta da Ancestralidade. In: Revista Arte da Cena. Vol. 4 nº1. Goiânia: UFG, 2018. HADERCHPEK, Robson Carlos (org). Arkhétipos Grupo de Teatro: Encontros e Atravessamentos. Natal: Fortunella Casa Editrice, 2017. HADERCHPEK, Robson Carlos. A Poética dos Elementos e a Imaginação Material nos Processos de Criação do Ator: Diálogos Latino-Americanos. In: Memória ABRACE XVI - Anais do IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Anais. Uberlândia (MG) UFU, 2017. p. 2645-2664. HADERCHPEK, Robson Carlos. A Dramaturgia dos Encontros e o Jogo Ritual: Revoada e A Conferência dos Pássaros. In: Revista Encontro Teatro nº3. Goiânia: Flex Gráfica, 2016.

p. 38-58. HADERCHPEK, Robson Carlos. “Teatro, Ritual e Liminalidade: O Processo de Criação do Espetáculo Aboiá”. In I Colóquio Internacional Interfaces do Imaginário: Educação Cinema e Religião – Anais do Colóquio. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

HADERCHPEK, Robson Carlos. A poética da direção teatral: O diretor-pedagogo e a arte de conduzir processos. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Tese de Doutorado, UNICAMP.

HOBBS, Thomas. Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [Obra original publicada em 1651].

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HUME, David. Tratado da natureza humana. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Lúcia de Arruda Aranha. São Paulo: Unesp, 2001. [Obra original publicada em 1739].

JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Petrópolis: Vozes, 2012.

LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEAL, Patrícia. Amargo Perfume: A Dança pelos Sentidos. São Paulo: ANNABLUME, 2012.

MACHADO, Lara Rodrigues. Danças no Jogo da Construção Poética. Natal: Jovens Escribas, 2017.

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. Trad. Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1999. [Obra original publicada em 1690].

MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá. Belo Horizonte: Perspectiva, 2009.

OLIVEIRA, Leticia de. PEREIRA, Mirtes Garcia. VOLCHAN, Eliane. Processamento Emocional no Cérebro Humano. In LENT, Roberto (org.). Neurociência da Mente e do Comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

OLIVEIRA, Letícia de. Integração multissensorial e cognição: perspectivas neurocientíficas. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

OLIVEIRA NETO, Leônidas; HADERCHPEK, Robson Carlos. O Jogo Ritual e os Estados Alterados de Consciência: Os processos psicofísicos no trabalho de criação do ator. In: Revista Brasileira de Estudos da Presença, vol. 11, p. 01-24, 2021.

PEREIRA, Mirtes Garcia. Processamento sensorial e percepção integrada. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

QUILICI, Cassiano Sydow. Antonin Artaud: Teatro e Ritual. São Paulo: Ed. Annablume; Fapesp, 2004.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOUSA, Nadja Rossana Lopes de. A.M.E. – Arte, Método e Espiritualidade: Processos de Criação Cênica Inspirados pela Educação em Valores Humanos. Dissertação de Mestrado - PPGArC. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

TELLES, Narciso. Pesquisa em artes cênicas: textos e temas. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2012.

TURNER, Victor W. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Tradução Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

VARGAS, Rocio del Carmen Tisnado. HADERCHPEK, Robson Carlos. O Sul Corpóreo e a Poética dos Elementos: Práticas para a Descolonização do Imaginário. Revista ILINX: Revista do Lume, Campinas, n. 10, p. 77-87, 2017.

VOLCHAN, Eliane. Emoção, percepção e comportamento: interfaces da neurociência. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

CÓDIGO: HS1752

AUTOR: DAMIÃO SILVA DA PAZ

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: ESTÉTICAS DA RESISTÊNCIA: ÀS NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS NAS LUTAS POR MORADIA EM NATAL/RN

Resumo

O presente trabalho discute o papel das imagens fotográficas produzidas pelos movimentos sociais de luta por moradia em Natal/RN, com ênfase nas narrativas visuais construídas por militantes e moradores das ocupações urbanas. Através da perspectiva teórica de autores como Susan Sontag (2004), Boris Kossoy (2012) e José de Souza Martins (2016), analisa-se como a fotografia pode servir como ferramenta de resistência, memória e reconhecimento social. O plano de trabalho é parte do projeto de pesquisa “MORADIA E CIDADANIA: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN” do PET de Ciências Sociais da UFRN, envolveu entrevistas com membros dos movimentos MLB e MLMP, além de análise das imagens produzidas nas ocupações e manifestações. Observa-se que, embora muitas dessas imagens sejam produzidas por dispositivos simples como smartphones, elas carregam forte valor simbólico e político, contrastando com registros jornalísticos ou institucionais. O estudo aponta para a necessidade de reconhecer a fotografia como prática social, incorporada na luta cotidiana das classes populares pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Moradia; Fotografia social; Estética; Movimentos sociais; Natal/RN

TITLE: AESTHETICS OF RESISTANCE: VISUAL NARRATIVES IN THE
HOUSING STRUGGLES IN NATAL/BRAZIL

Abstract

This paper discusses the role of photographic images produced by social movements fighting for housing in Natal, Rio Grande do Norte, with an emphasis on the visual narratives constructed by activists and residents of urban occupations. Drawing on the theoretical perspectives of authors such as Susan Sontag (2004), Boris Kossoy (2012), and José de Souza Martins (2016), the paper analyzes how photography can serve as a tool of resistance, memory, and social recognition. The work plan is part of the research project "HOUSING AND CITIZENSHIP: ANALYSIS OF HOUSING FIGHT MOVEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF NATAL, RN" by the UFRN Social

Sciences Program (PET). It involved interviews with members of the MLB and MLMP movements, as well as an analysis of the images produced during the occupations and demonstrations. It is observed that, although many of these images are produced by simple devices such as smartphones, they carry strong symbolic and political value, contrasting with journalistic or institutional records. The study highlights the need to recognize photography as a social practice, incorporated into the daily struggle of the working classes for the right to the city.

Keywords: Housing; Social photography; Aesthetics; Social movements; Natal/RN

Introdução

A centralidade da imagem na vida social contemporânea não é apenas um dado de cultura visual; nos conflitos urbanos, ela é também instrumento, prova e memória. Nas lutas por moradia, fotografias de acampamentos, marchas e assembleias condensam reivindicações e afetos, inscrevendo corpos e demandas na cena pública. Este artigo analisa as fotografias produzidas no âmbito de acampamentos e ações coletivas em Natal/RN, especialmente por movimentos como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), a partir de um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao PET Ciências Sociais/UFRN. Interessa-nos compreender os modos como tais imagens são produzidas, circulam e operam politicamente, interrogando a hipótese de que compõem uma “estética da resistência” – um repertório visual recorrente em que autoria, enquadramentos e circuitos de difusão se articulam para construir presença e disputar sentidos sobre a cidade.

A literatura clássica oferece chaves para essa abordagem. Kossoy problematiza a fotografia como documento e memória: índice do real e, ao mesmo tempo, construção que organiza lembranças e identidades (KOSSOY, 2012). Sontag sublinha sua ambivalência ética: a foto pode simultaneamente denunciar e anestesiá-la, evidenciar e estetizar o sofrimento; mas, ao fazê-lo, inscreve acontecimentos no campo do visível e, por isso, do dizível (SONTAG, 2004). Martins, por sua vez, recoloca a questão da autoria e do gesto: a fotografia é um ato situado, que envolve escolhas formais e políticas (MARTINS, 2016). No campo urbano, Lefebvre e Harvey fornecem o horizonte de disputa: o direito à cidade como práxis, na qual apropriações e usos do espaço colidem com lógicas de produção e acumulação (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). À luz dessas referências, descrevemos as imagens não como meros espelhos de eventos, mas como atos que convocam, provam e educam, participando da própria constituição dos coletivos.

Em Natal, as ocupações e acampamentos organizados por MLB e MLMP tornaram-se formas de reivindicação: ao erguer barracos, marchar e ocupar prédios e terrenos públicos, as famílias inscrevem direitos no espaço urbano e convocam a cidade a vê-las. Nesse cenário, as imagens são produzidas muitas vezes com dispositivos móveis, como celulares, pelos próprios participantes, circulam nas páginas dos movimentos e também vão parar em cartazes de convocação. Embora haja registros de aliados, prevalece a autoria militante, aproximando o enquadramento do ponto de vista de quem luta.

Entrevistas e rodas de conversa indicaram cuidado com a exposição de rostos e corpos, preferência por fotografos ligados à causa e devolutiva das imagens; docentes relataram uso dessas fotos em aulas e relatórios, em diálogo com os movimentos. Nessa chave, entendemos a estética da resistência como gramática visual que afirma coletividade (mãos erguidas, cozinhas, assembleias), marca territórios (faixas, nomes das ocupações) e mobiliza afetos, articulando reconhecimento e direito à cidade (HONNETH, 1995; LEFEBVRE, 2008).

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, ancorada na sociologia visual e na etnografia de curta duração, combinando observação participante em acampamentos e atos públicos, entrevistas semiestruturadas com integrantes dos movimentos e análise documental de registros digitais compartilhados em redes sociais (páginas, perfis e grupos) do MLB e do MLMP. O recorte empírico decorreu do projeto de extensão e pesquisa “Moradia e cidadania”, vinculado ao PET de Ciências Sociais/UFRN, que orientou a seleção de eventos e interlocutores e previu a devolutiva permanente dos materiais aos coletivos, respeitando pactos éticos estabelecidos com as lideranças. Os dados primários foram produzidos em três frentes: (1) diário de campo com notas densas sobre reuniões, marchas, cozinhas coletivas e assembleias; (2) entrevistas e rodas de conversa com militantes, moradores e apoiadores, registradas em áudio, com consentimento, e transcritas integralmente; (3) corpus de imagens captadas pelos próprios participantes e por pesquisadores em colaboração, priorizando fotografias feitas em celulares e publicadas em tempo quase real. Essa opção reflete o protagonismo da autoria militante e o uso corrente de smartphones como ferramenta de registro, mobilização e memória. Relatos coletados indicaram preferência por fotografias feitas por pessoas vinculadas aos movimentos, bem como a prática de solicitar autorização em situações sensíveis e de controlar a exposição de rostos de crianças e de participantes em contextos de risco. A observação em campo utilizou equipamentos discretos (gravadores portáteis, cadernos, canetas) para reduzir reatividade; em atos de rua, registramos horários, trajetos e interações com agentes públicos. Para a análise, combinamos procedimentos de leitura indiciária e análise de enquadramentos: identificamos motivos recorrentes (mãos erguidas, faixas, cozinhas, crianças), planos e pontos de vista (plongée, contra-plongée, olho no olho), e contextos de circulação (grupos de mensagens, páginas oficiais, imprensa). Cada fotografia foi descrita em ficha analítica com campos para elementos formais (luz, cor, composição), elementos narrativos (sujeitos, ação, cenário) e funções pragmáticas (convocar, denunciar, celebrar). A etapa interpretativa articulou tais descrições a categorias construídas com base na literatura: memória e documento (KOSSOY, 2012), testemunho e prova (SONTAG, 2004), autoria e intencionalidade (MARTINS, 2016), e direito à cidade (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Também examinamos comentários, curtidas e compartilhamentos para mapear as rotas de circulação e os efeitos de sentido associados à visibilidade digital. Quanto aos critérios de inclusão, privilegiamos imagens produzidas no período do projeto e que apresentassem legibilidade contextual (faixas com nomes, referências a órgãos públicos, marcos urbanos), além de cenas de cotidiano das ocupações. Excluimos fotos que pudessem expor indevidamente participantes em

condições de vulnerabilidade, seguindo orientação acordada com as lideranças e com docentes supervisores. A análise das entrevistas seguiu um protocolo de codificação temática: primeiro, leitura flutuante e síntese por pergunta; depois, codificação aberta com rótulos relativos a autoria, circulação, ética do mostrar, relação com a imprensa e efeitos mobilizadores; por fim, construção de eixos interpretativos e comparação com os achados visuais. O tratamento dos materiais buscou saturação teórica em torno do conceito central de “estética da resistência”, a partir do qual interrogamos como determinados arranjos visuais e gestos fotográficos se repetem e adquirem força persuasiva. A triangulação entre fontes (campo, entrevistas, imagens) e a validação por pares (discussões internas no PET) serviram como estratégias de robustez. Todas as etapas respeitaram princípios éticos: informação clara sobre objetivos, usos e limites; direito de recusa e anonimização quando solicitadas. Por fim, elaboramos quadros-síntese e narrativas descritivas das séries fotográficas, escolhendo casos exemplares que condensassem os achados e permitissem o confronto com a literatura especializada. Complementarmente, tratamos “séries” como unidades analíticas: conjuntos de imagens de um ato, do anúncio à dispersão. Diferenciamos fotos de convocação (pré), acontecimento (durante) e repercussão (pós), atentas a legendas e comentários etc. Para reduzir vieses, promovemos leituras coletivas com estudantes e militantes; convergências e dissensos alimentaram a codificação. Reconhecemos limites do campo situado e da intermitência de acesso o que reforçou o compromisso de não expor participantes. A curadoria final privilegia casos paradigmáticos, com densidade descritiva para sustentar a interpretação; procedimentos foram revisados no PET.

Resultados e Discussões

Iniciamos a apresentação dos resultados pela caracterização geral do corpus e de seus circuitos de circulação. Foram reunidas séries fotográficas de acampamentos, assembleias, atos em frente a órgãos públicos e protestos de rua, com forte predominância de imagens feitas por celulares, em primeira pessoa, e publicadas em perfis e páginas dos movimentos. A autoria militante configurou a regra, e não a exceção; quando houve participação de fotógrafos aliados, ela se deu sob pactos explícitos de colaboração e respeito à estratégia comunicacional dos coletivos. Registros de entrevistas e conversas indicaram preferência por quem “é de dentro” e preocupação com a autorização em situações sensíveis, incluindo o cuidado com rostos de crianças e com participantes expostos a retaliações. Essa configuração material e política dos fluxos de produção e circulação já é, por si, um dado substantivo: na medida em que os próprios sujeitos controlam o enquadramento, a temporalidade e a plataforma, as imagens adquirem a potência de ser, simultaneamente, documento e intervenção. Partindo de Kossoy, lemos tais fotografias como memórias visuais que condensam informação e emoção (KOSSOY, 2012), mas também como atos de fala visuais que reordenam a cena pública, à maneira sugerida por Sontag quando associa a fotografia a um testemunho que confere estatuto de evidência ao acontecido (SONTAG, 2004). Martins contribui ao enfatizar que toda fotografia é gesto autoral socialmente situado, em que escolhas de ponto de vista, proximidade e momento revelam posições no mundo (MARTINS, 2016). Nosso material confirma tal hipótese: a proximidade física do enquadramento – frequentemente olho no olho, ou a poucos centímetros de corpos em

marcha – sinaliza pertencimento e copresença; quando a câmera se afasta, geralmente o faz para inscrever uma coletividade com faixas e bandeiras, construindo uma paisagem política que alterna proximidade afetiva e visada panorâmica.

Ao mapear motivos recorrentes, quatro conjuntos se destacaram. (1) Corpos coletivos: mãos erguidas, braços entrelaçados, fileiras de pessoas que caminham ou ocupam a frente de prédios públicos. Nessas cenas, o primeiro plano frequentemente exhibe expressões intensas, suor, lágrimas e sorrisos que indexam esforço, cansaço e esperança; a profundidade de campo curta concentra a atenção no gesto, enquanto banners e palavras de ordem, ao fundo, situam a ação politicamente. (2) Território e direito à cidade: faixas com o nome das ocupações, barracos, cozinhas comunitárias e marcos urbanos (praças, sedes de secretarias) aparecem como “assinaturas” visuais que asseguram legibilidade territorial. (3) Cuidado e reprodução social: painéis em fogo coletivo, distribuição de alimentos, crianças brincando sob tendas, momentos de descanso. Aqui, a violência estrutural do déficit habitacional é contraposta a práticas de cuidado que sustentam a luta. (4) Negociação e confronto: comissões de diálogo diante de portas cerradas, formação de cordões, presença policial e, por vezes, imagens de tensão que mostram o risco calculado dos atos. Em todos os conjuntos, a materialidade do celular – sua mobilidade, rapidez e ubiquidade – aparece como condição técnica e política da visibilidade; é com ele que se aciona a urgência do “agora”, se produz prova, se convoca apoio e se arquiva a memória para usos futuros. Essa centralidade do smartphone e da circulação digital foi registrada em nossos relatórios e no desenho metodológico do projeto.

Quando aproximamos tais núcleos visuais da literatura, sobressai a tensão produtiva entre documento e intervenção. Se, com Sontag, a fotografia torna “visível” e por isso acreditável o acontecimento, nossos materiais sugerem que a prova não é neutra: põe-se em cena uma perspectiva situada, que seleciona e dramatiza elementos em disputa simbólica. Assim, mãos erguidas e faixas funcionam como signos de legitimidade e de pertencimento, enquanto enquadramentos baixos e proximidades corporais dissolvem distâncias e recusam o olhar “de fora”. A hipótese de Martins sobre a intencionalidade autoral ajuda a compreender esse gesto: ao escolher estar no meio da marcha, o fotógrafo-militante denuncia e convoca simultaneamente, convertendo-se em sujeito e meio da ação. Por outro lado, com Kossoy, reconhecemos que tais imagens sedimentam memória coletiva, oferecendo um arquivo que pode ser reativado em disputas futuras – por exemplo, quando se revisita uma série para lembrar conquistas e promessas não cumpridas. Esse arquivo vivo foi um dos alvos do plano de trabalho, que propôs examinar imagens “produzidas pelos membros dos movimentos” em acampamentos, atos e manifestações, articulando-as a material documental e entrevistas. Nas entrevistas com docentes e estudantes envolvidos, emergiram relatos sobre o uso pedagógico dessas fotografias em sala de aula e em relatórios, bem como a preferência dos movimentos por “fotógrafos de confiança” e a recusa a exposições não autorizadas; tais depoimentos reforçam que a circulação é controlada com vistas à proteção e à eficácia política.

No conjunto “corpos coletivos”, a repetição do gesto de mãos erguidas condensa três operações. Primeiro, cria-se um ritmo visual que sincroniza indivíduos e torna a multidão legível como sujeito político. Segundo, estabiliza-se uma iconografia de resistência reconhecível além do tempo do ato, compondo um repertório que pode ser

reempregado. Terceiro, anula-se a imagem da desordem, frequentemente associada a ocupações na cobertura midiática, e afirma-se uma coreografia cívica. Essa deslocação dialoga com a crítica de Gohn ao modo como movimentos populares são classificados e hierarquizados no debate público, ora como “casos de polícia”, ora como “problemas” a serem tutelados (GOHN, 1991; GOHN, 1997). Vistas dessa maneira, as fotografias funcionam como contra-enquadramentos: elas expõem a ordem própria da mobilização, combinando disciplina e afeto em composições que privilegiam rostos e mãos, e não apenas cartazes e números. Na chave do direito à cidade, as fotografias de “território” reforçam a tese de Lefebvre sobre a centralidade da apropriação do espaço como condição de cidadania (LEFEBVRE, 2008). Faixas com nomes de ocupações projetam um “mapa” alternativo de Natal: aquilo que não consta na toponímia oficial torna-se lugar, com história e comunidade. Harvey lembra que o urbano sintetiza relações de classe e processos de acumulação por desapropriação; nossas imagens confirmam essa crítica ao registrar enfrentamentos diante de prédios públicos onde se decidem políticas habitacionais (HARVEY, 2005). Em diálogo com Caldeira, a gramática visual da ocupação desafia a retórica do medo e da ilegalidade ao destacar cenas de cuidado e convivência (CALDEIRA, 2000). Essas cenas são decisivas para quebrar o circuito da suspeita e comunicar à cidade que a luta não é apenas confronto com o Estado, mas também produção cotidiana de vida comum.

A leitura por “séries” evidenciou temporalidades distintas da luta. Fotografias de convocação, geralmente com cartazes digitais ou imagens de arquivo do local, constroem expectativa e autoridade: apresentam hora, trajeto e demanda, e frequentemente resgatam cenas anteriores para dizer “voltaremos”. Durante o acontecimento, predominam planos próximos, tomadas do nível do corpo e movimentos que sugerem marcha; fotografias panorâmicas são usadas para situar a densidade do ato e inscrever prédios públicos no quadro, marcando o confronto como disputa legítima de espaços. Nas imagens de repercussão, multiplicam-se abraços, registros de falas ao megafone, assembleias, e fotografias de portas abertas ou fechadas que simbolizam vitórias parciais e impasses. A função pedagógica das séries é evidente: ao circularem nas redes, elas oferecem roteiro e memória, ensinando como se organiza um ato, como se protege o grupo e quais símbolos importam. Essa dimensão pedagógica foi ressaltada pelos interlocutores, que descrevem o uso das imagens em formações internas, em aulas e em relatórios de atividades, sempre com retorno aos coletivos. Nas cenas de “negociação e confronto”, nota-se uma contenção estratégica: imagens de tensão não exibem rostos vulneráveis em close; privilegiam planos que preservam identidades, ou recortes em que mãos, braços e objetos (faixas, megafones) bastam para narrar a situação. A escolha aponta para uma ética do mostrar que recusa o sensacionalismo e valoriza o cuidado, em sintonia com discussões do relatório final sobre controle comunitário da visibilidade e preferência por autores vinculados à causa. Já nas cenas de “cuidado e reprodução social”, a cozinha coletiva aparece como coração do acampamento: o vapor das panelas, a fila de pratos, a partilha de alimentos. Essas imagens reconfiguram a imagética da pobreza: em vez de carência, comunicam organização e solidariedade; em vez de “favelização”, mostram comunidade em ação. Se, segundo Sontag, a fotografia pode dessensibilizar pelo excesso de choque, aqui opera o contrário: o cotidiano compartilhado renova a capacidade de afetar, porque revela a infraestrutura moral que sustenta a mobilização (SONTAG, 2004).

No eixo “território e direito à cidade”, duas estratégias se impõem. A primeira é a monumentalização pelo contra-plongée: fotos feitas de baixo para cima ampliam a escala de faixas e bandeiras, fazendo com que o nome da ocupação e a mensagem preencham o céu, como se rebatizassem a paisagem. A segunda é o acoplamento do coletivo a edifícios-símbolo (prefeituras, secretarias, assembleias), de modo que o endereço do poder se torne cenário e evidência de interpelação. Ao reunir ambas, as séries constroem equivalência entre presença e pertencimento: estar diante do prédio é exercer o direito de falar, e a fotografia torna essa fala circulável e arquivável. Com Kossoy, poderíamos dizer que a imagem guarda a “memória visual do mundo”; aqui, ela guarda as marcas de uma contra-cartografia, em que a cidade é reinscrita pelos que a habitam precariamente (KOSSOY, 2012). Na chave do reconhecimento, as fotografias reiteram o pedido – e a exigência – de serem vistas como sujeitos de direitos, o que ressoa a gramática da luta por moradia descrita por Gohn (GOHN, 1997) e, por outra via, as geografias críticas de Harvey (HARVEY, 2005). Já a hipótese autoral de Martins se comprova nos detalhes: as escolhas de proximidade, os cortes que suprimem o sensacional e guardam o digno, o uso de mãos e objetos como metonímias do sujeito, tudo indica uma autoria coletiva orientada por valores. (MARTINS, 2016).

O contraste com imagens externas, produzidas pela imprensa ou por olhares episódicos, foi tema recorrente nas conversas. Relatos assinalaram desconforto com registros que enfatizam o exótico, a desordem ou a vulnerabilidade sem contexto, e que por vezes ignoram as demandas substantivas das pautas; por isso a preferência por fotografos “de confiança” e o controle sobre a circulação. Essa recusa aponta para uma consciência ampliada do papel político das imagens e para a necessidade de mediações situadas. Do ponto de vista técnico-político, a temporalidade do upload em redes instantâneas – muitas vezes minutos após a captura – produz um efeito de presente contínuo: o ato “acontece” também no feed, multiplicando públicos e potencializando apoios. É nesse regime que a fotografia milita: convoca, informa, prova, narra e comemora. Ao mesmo tempo, a vida da imagem não se encerra no feed; ela retorna em dossiês, cartazes e memoriais digitais, constituindo arquivo acionável em novas rodadas de disputa.

Três figuras narrativas ajudam a sintetizar o repertório observado. A primeira é a “frente do prédio”: um grupo compacto ocupa o primeiro plano, faixas legíveis erguem o motivo da pauta, e a arquitetura institucional, ao fundo, confere escala e índice de lugar. A exposição dos rostos é calibrada: quando há risco, preferem-se ângulos laterais ou cortes no nível dos ombros. A segunda figura é a “marcha de cuidado”: adultos e crianças caminham em bloco, muitas vezes ladeados distribui água; a imagem produz uma aliança entre cuidado e luta, recusando dicotomias. A terceira é a “assembleia em círculo”: corpos sentados ou de pé, em roda, com um megafone ao centro; a circularidade sinaliza democracia interna e escuta, enquanto o registro fotográfico transforma a deliberação em cena exemplar, capaz de ensinar e inspirar outros grupos. Essas figuras não esgotam o repertório, mas são exemplares do modo como a fotografia organiza atenção e compõe autoridade coletiva.

Confrontando tais achados com a literatura, podemos dizer que a “frente do prédio” é o emblema do direito à cidade: o coletivo comparece ao endereço do poder e o reinscreve como lugar de fala (LEFEBVRE, 2008). Na chave harveyana, essa cena explicita a disputa por usos do espaço e por recursos urbanos, expondo o circuito da decisão que costuma ser opaco às periferias (HARVEY, 2005). A “marcha de cuidado” introduz na

gramática do protesto uma semântica da reprodução social, frequentemente invisibilizada nas narrativas midiáticas; ao unir luta e cuidado, ela afirma que a manutenção da vida é parte da política. Já a “assembleia em círculo” remete à pedagogia dos movimentos populares descrita por Gohn, em que a construção de consciência e de organização ocorre no exercício de práticas participativas (GOHN, 1991; GOHN, 1997). Em todas, a autoria militante opera como dispositivo de enquadramento que torna a visão situada uma virtúose, e não um limite (MARTINS, 2016).

Em termos estéticos, notam-se algumas constantes. A luz natural e o uso de cores saturadas nos cartazes e faixas, muitas vezes em vermelho e amarelo, servem para produzir contraste em ambientes de rua e garantir legibilidade no fluxo das plataformas digitais. A composição privilegia diagonais de movimento e planos médios que mantêm o contexto sem perder a expressão facial; quando o objetivo é denunciar, aproxima-se o detalhe significativo (um olhar no instante do grito); quando o objetivo é celebrar, abre-se o campo para incluir a coletividade. A textualidade das faixas e cartazes – datas, palavras de ordem, nomes de ocupações – reforça a fronteira entre documento e intervenção: trata-se de imagens-escrita, nas quais o enunciado verbal organiza a leitura do fotográfico. Como observa Sontag, a crença na força probatória da foto sustenta sua eficácia política; a presença do texto, entretanto, orienta a prova e confere autoria coletiva ao enunciado (SONTAG, 2004). Com Kossoy, essa repetição produz arquivo: o mesmo enunciado reaparece ao longo de meses, acumulando camadas de sentido (KOSSOY, 2012).

A circulação digital amplia o alcance, mas impõe desafios. Algoritmos tendem a favorecer conteúdos com forte contraste e movimento; a própria gramática do feed, fugaz e competitiva, exige imagens que “falem” rapidamente. Os coletivos respondem com composições claras, legendas concisas e repetição de símbolos, garantindo reconhecimento imediato. Por outro lado, a exposição pública em ambientes de vigilância traz riscos: o rastreamento de rostos e a reapropriação maliciosa de cenas podem produzir estigma ou retaliação. Daí as soluções de enquadramento que preservam identidades e o cuidado em solicitar autorizações, conforme diretrizes do projeto e acordos com as lideranças. Essa política da visibilidade não é mero protocolo, mas parte da estética da resistência: decide-se o que mostrar, quando e para quem, de modo a maximizar apoio e minimizar danos, compondo um regime de visibilidade situado.

O confronto com narrativas hegemônicas sobre periferias e ocupações revela ainda outra camada. Na chave proposta por Caldeira, a cidade contemporânea tende a ser guiada por retóricas do medo e por dispositivos que apartam e silenciam certos corpos no espaço público (CALDEIRA, 2000). As fotografias analisadas atuam como antídoto: ao insistir em cenas de convivência, assembleia e cuidado, elas desautorizam a equivalência automática entre ocupação e ameaça, e deslocam a atenção para o fazer político cotidiano. Nesse sentido, o arquivo visual torna visível o que o urbanismo oficial não reconhece, abrindo fendas numa cartografia que naturaliza a ausência de moradia digna. A reflexão se aproxima também de Milton Santos, para quem o espaço é sistema de objetos e de ações; ao fotografar cozinhas, barracos, faixas, trajetos e corpos em marcha, os movimentos inscrevem no visível a prática de um outro uso do território, em que técnica (celular, rede) e norma (direito, política) se tensionam para conformar o

urbano (SANTOS, 1987). Não por acaso, muitas séries fazem da própria rua uma sala de aula e de audiência: o megafone, central no enquadramento, é ao mesmo tempo prova e convite.

Entre as limitações do estudo, destacamos a assimetria de registro entre eventos de grande escala e momentos do cotidiano. Atos com grande circulação geram séries extensas, enquanto deslocamentos internos, reuniões menores e tarefas de manutenção do acampamento muitas vezes ficam fora do quadro. Além disso, dependências técnicas (bateria, conexão, segurança) afetam a continuidade das séries e a qualidade do arquivo. A opção por privilegiar a autoria militante reforça o compromisso com a perspectiva dos sujeitos, ainda que implique aceitar lacunas e silêncios. Outra limitação é a dificuldade de acessar, de modo sistemático, a recepção por públicos diversos: comentários e compartilhamentos indicam alcance, mas não substituem pesquisas de audiência; aqui, optamos por análises indiciárias e triangulação com depoimentos. A despeito dessas restrições, os achados são robustos ao evidenciarem que a estética da resistência articula, nas imagens, três dimensões que se reforçam: afirmação de coletividade, inscrição territorial e ética do cuidado. A tríade produz política do visível que contesta estereótipos e amplia a mobilização. Em perspectiva comparada, o corpus sugere diálogo com outras experiências brasileiras de luta por moradia, em que celulares e redes compõem infraestruturas de visibilidade e memória. No caso de Natal, os resultados convergem com objetivos delineados no plano de trabalho e no relatório, sobretudo quanto ao protagonismo das imagens feitas “de dentro” e ao uso pedagógico do repertório. Essas operações visuais são reiteradas em diferentes séries e tempos de luta agora.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese de que as fotografias produzidas pelos movimentos de luta por moradia em Natal/RN constituem uma estética da resistência: um repertório visual no qual a autoria militante, a inscrição territorial e a ética do cuidado convergem para construir presença pública e disputar sentidos sobre a cidade. Mais do que registrar, as imagens agem: convocam atos, testemunham negociações, celebram conquistas e, sobretudo, montam um arquivo que sustenta a memória coletiva e fornece recursos argumentativos para novas rodadas de confronto político. Identificamos quatro núcleos recorrentes – corpos coletivos, território e direito à cidade, cuidado e reprodução social, negociação e confronto – que se combinam em séries capazes de articular passado, presente e futuro da luta. Esses achados dialogam com leituras clássicas da fotografia como memória e testemunho (KOSSOY, 2012; SONTAG, 2004) e com abordagens que enfatizam autoria e intencionalidade (MARTINS, 2016), além de se aproximarem das formulações sobre o direito à cidade e a disputa pelos usos do espaço (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Do ponto de vista metodológico, a centralidade do celular e das plataformas digitais, reafirmada no relatório do projeto, mostra que a circulação é parte constitutiva do sentido das imagens e deve ser tratada como dimensão analítica própria. Recomendamos, para pesquisas futuras, o adensamento comparativo com outras cidades e movimentos, incluindo análise diacrônica de longos períodos para mapear continuidades e inflexões no

repertório visual; a incorporação de métodos participativos de edição e curadoria, que envolvam militantes na análise e na organização do arquivo; e a investigação das relações entre imagens de movimentos e coberturas jornalísticas locais, visando compreender diálogos, tensões e apropriações. Indicamos, ainda, o desenvolvimento de protocolos de segurança e consentimento que conciliem visibilidade e proteção, com atenção a riscos de vigilância e reuso não autorizado. Por fim, sugerimos aplicar os resultados em processos formativos internos – oficinas de fotografia e direitos, laboratórios de narrativa visual e estratégias de comunicação – de modo a fortalecer a dimensão pedagógica e o poder de mobilização das imagens na construção do comum e na afirmação do direito à moradia digna. Como implicação prática, propomos que universidades e órgãos públicos reconheçam acervos produzidos como fontes para diagnóstico, com salvaguardas. O estudo refina o conceito de estética da resistência como gramática visual situada, operada por coletivos que, ao fotografar, também produzem o urbano.

Referências

ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000. FERREIRA, Glenda Dantas. Produção habitacional, agentes e território: uma análise do programa minha casa, minha vida na região metropolitana de Natal (2009-2014). 2016. 294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. Divagações: memória, fotografia e história. Natal: Sebo Vermelho, 2019.

DEBORD, G. (1997). A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. Contribuições da fotografia para a pesquisa qualitativa: uma perspectiva histórico-cultural. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo (Sp), v. 11, n. 26, p. 250-264, abr. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991. BONDUKI, N. Origens da Habitação social no Brasil. São Paulo: Estação liberdade, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume. 2005.

HONNETH, Axel. A Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 1995. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo: 1991.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L'Espace. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. França, Revista Actuel Marx, vol. 18, 1995.

LUKES, Steven. Power A Radical View. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: 2016.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

CÓDIGO: HS1766

AUTOR: REBECA CRISTINA DE SOUZA SANTIAGO

ORIENTADOR: JORGE TARCISIO DA ROCHA FALCAO

TÍTULO: Desigualdades de Gênero, neurodivergência e suas implicações no ambiente de trabalho: Uma Análise da Experiência Feminina em contexto brasileiro

Resumo

Este estudo investiga a vivência profissional de mulheres neurodivergentes no Brasil, especialmente na ocupação de cargos de liderança, considerando intersecções de gênero, neurodivergência e posição ocupacional. Utilizou-se uma abordagem mista: análise quantitativa de 104 questionários, tratados no software R 4.3.1 com técnicas de estatística descritiva, correlação de Spearman e análise de cluster (PAM), seguida de entrevistas semiestruturadas com três participantes representativas de cada cluster. Os resultados indicam que mulheres neurodivergentes apresentam menores níveis de satisfação profissional (Q10) e autoavaliação (Q11), além de menor percepção de inclusão, com correlação negativa significativa entre neurodivergência e inclusão ($\rho = -0,227$; $p = 0,0286$). A análise qualitativa evidenciou sobrecarga emocional, necessidade de mascaramento de características atípicas e falta de reconhecimento profissional. Conclui-se que ambientes de trabalho inclusivos, com suporte institucional e oportunidades de desenvolvimento, são fundamentais para a construção identitária e o bem-estar dessas trabalhadoras.

Palavras-chave: Mulheres neurodivergentes; Inclusão no trabalho; Teoria histórico-cult

TITLE: Gender Inequalities, Neurodivergence, and Their Implications in the Workplace: An Analysis of Women's Experience in the Brazilian Context

Abstract

This study investigates the professional experiences of neurodivergent women in Brazil, particularly those holding leadership positions, considering the intersections of gender,

neurodivergence, and occupational status. A mixed-methods approach was employed: quantitative analysis of 104 questionnaires processed in R 4.3.1 using descriptive statistics, Spearman's correlation, and cluster analysis (PAM), followed by semi-structured interviews with three participants representing each cluster. Results indicate that neurodivergent women report lower levels of job satisfaction (Q10) and self-assessment (Q11), as well as a reduced perception of inclusion, with a significant negative correlation between neurodivergence and inclusion ($\rho = -0.227$; $p = 0.0286$). Qualitative analysis revealed emotional overload, the need for masking atypical traits, and a lack of professional recognition. It is concluded that inclusive workplaces with institutional support and development opportunities are essential for identity construction and the well-being of these professionals.

Keywords: Neurodivergent women; Workplace inclusion; Cultural-historical theory;

Introdução

A inserção de mulheres no mercado de trabalho, historicamente estimulada desde a Primeira Revolução Industrial, emerge de um contexto com salários inferiores, violências naturalizadas e ausência de reconhecimento institucional que estruturaram, por décadas, dispositivos sociais que limitaram o feminino ao espaço doméstico, distante de posições de poder, autoridade e autonomia. Essa configuração revela marcadores de gênero que produzem desigualdades específicas nas rotinas, oportunidades e relações de trabalho (Apple, 1988). Nesse cenário, constrói-se a lógica da dupla jornada: o acúmulo de responsabilidades na esfera produtiva e reprodutiva, geralmente sem suporte social ou institucional, e muitas vezes acompanhada de formas veladas de violência e exclusão. Consequentemente, no cenário atual, essas mulheres quando em posições de liderança ou em contextos de destaque profissional, são constantemente demandadas a provar quanto a sua performance, competência e legitimidade, impondo uma sobrecarga emocional e cognitiva às profissionais (Barros, 2008). Contudo, o gênero não é o único marcador que modula a experiência das mulheres no mundo do trabalho, intersecções como raça, classe, sexualidade e neurodivergência afetam significativamente o modo como essas experiências são vividas, tal como proposto pelo conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (Crenshaw, 1989).

Dentre essas intersecções, a neurodivergência, vivenciada por diversas mulheres brasileiras, é um conceito apresentado por Judy Singer em 1993 (Singer, 2016) que propõe uma nova compreensão das variações neurocognitivas humanas (TEA, TDAH, Dislexia, entre outros.), não como patologias, mas como formas naturais de funcionamento cerebral, com diferentes maneiras de perceber, sentir, aprender e interagir. Atualmente, pesquisas demonstram que o autismo e o TDAH estão associadas a variações estruturais e funcionais no cérebro, não necessariamente patológicas, mas diferentes (Cortese, S., et al. 2021) (Lai, M.-C et al., 2014). Esse funcionamento impacta diretamente na experiência profissional e social das pessoas neurodivergência, principalmente quando essa diferença é vista sob uma ótica biomédica, normativa e produtivista, que pouco dialoga com as necessidades específicas das pessoas

neurodivergentes, gerando exclusão, sofrimento psíquico e esgotamento desses profissionais.

Para mulheres neurodivergentes, esses efeitos são duplicados. Elas enfrentam tanto a exclusão derivada do gênero, quanto às dificuldades como pessoa neurodivergente, sendo frequentemente obrigadas a realizar um processo de camuflagem comportamental conhecido como masking, um esforço consciente para suprimir ou disfarçar características atípicas, buscando adequar-se às normas sociais vigentes. O masking, mais frequente em mulheres por razões culturais e sociais, exige elevado esforço cognitivo e emocional, contribuindo para altos índices de burnout, além de dificultar diagnósticos precoces, especialmente no caso de TEA e TDAH (Hull et al., 2020).

Neste cenário, o estudo presente propõe investigar como se dá a vivência profissional de mulheres neurodivergentes, principalmente na ocupação de cargos de liderança. Considerando que essa posição hierárquica, por si só, impõe desafios relacionados à autoridade e competência (Brescoll, 2016), e, quando atravessada por gênero e neurodivergência, evidencia formas complexas de precarização, exclusão simbólica e desgaste emocional. A investigação parte do reconhecimento de que a neurodivergência não é homogênea, mas que diferentes condições compartilham barreiras comuns nos contextos laborais normativos. Assim, ao invés de restringir o estudo a uma única condição (como TEA ou TDAH), opta-se por abarcar múltiplas expressões da neurodivergência, compreendendo o fenômeno a partir de uma abordagem interseccional e plural, centrada na escuta, na experiência e no protagonismo das próprias mulheres.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem mista, com foco qualitativo na segunda etapa, precedida por uma análise quantitativa exploratória com o objetivo de compreender as experiências profissionais de mulheres neurodivergentes no Brasil, em comparação com mulheres neurotípicas. A pesquisa foi desenhada para captar as particularidades da vivência laboral feminina, considerando interseccionalidades entre gênero, neurodivergência e posição ocupacional.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, aplicado online entre julho e agosto de 2025. O instrumento foi disponibilizado para qualquer mulher que exercia ou já exerceu uma atividade profissional remunerada, independentemente de diagnóstico ou identificação neurodivergente. Essa estratégia permitiu a construção de um padrão comparativo entre mulheres típicas e atípicas, ampliando a validade externa da pesquisa. Ao todo, foram obtidas 104 respostas válidas, das quais 47 participantes (45,2%) se identificaram como neurodivergentes.

O questionário foi composto por 24 itens, distribuídos em cinco blocos temáticos:

Perfil sociodemográfico: idade, identidade de gênero, raça/cor autodeclarada, escolaridade, cidade/estado de residência.

Trajetória profissional: setor de atuação, área profissional, ocupação atual, cargo de liderança, número de pessoas sob liderança direta ou indireta.

Vivência da neurodivergência: identificação com o conceito, tipo de diagnóstico (TEA, TDAH, AH/SD, etc.), percepção de impacto na trajetória profissional, necessidade de mascaramento ou ocultação de características neurodivergentes.

Percepção de inclusão e qualidade do ambiente de trabalho: foram utilizadas escalas de Likert de 5 pontos para mensurar variáveis como satisfação com o trabalho, avaliação da própria performance e percepção da avaliação externa (chefes, colegas, clientes)

Barreiras e estratégias de enfrentamento: perguntas de múltipla escolha e abertas sobre tipos de discriminação vivenciados, desafios enfrentados, e sugestões para tornar o ambiente profissional mais inclusivo.

As variáveis centrais analisadas foram: satisfação profissional (Q10, Likert 1–5), autoavaliação da qualidade do trabalho (Q11, Likert 1–5), percepção externa (Q12, Likert 1–5), percepção de inclusão (Q24, codificada de 1 a 3) e liderança atual (binário, 1=Sim; 0=Não). Os dados foram tratados e analisados no software R (versão 4.3.1). A análise estatística seguiu três etapas principais:

Estatística descritiva: foram calculadas frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas, e medidas de tendência central (média, mediana) e dispersão (desvio padrão) para variáveis contínuas. A média de satisfação profissional foi de 3,7 (DP = 1,1), com variações significativas entre os grupos.

Análise de correlação: aplicou-se o coeficiente de Spearman para verificar relações entre as variáveis centrais. Observou-se correlação positiva entre percepção de inclusão e satisfação profissional ($\rho = 0,320$, $p = 0,0015$), autoavaliação e percepção externa ($\rho = 0,460$, $p < 0,001$). E uma correlação negativa entre neurodivergência e percepção de inclusão ($\rho = -0,227$; $p = 0,0286$).

Clusterização (PAM): com o objetivo de identificar perfis distintos entre as mulheres participantes, foi realizada uma análise de agrupamento (cluster analysis) com o algoritmo Partitioning Around Medoids (PAM), utilizando distância de Gower, adequada para dados heterogêneos. A escolha do número de clusters (k) considerou o Gap Statistic e o índice de Silhueta, indicando $k = 3$ como solução ótima. A interpretação visual foi realizada via PCA, com a primeira dimensão explicando 71,4% da variância. A análise identificou três clusters distintos:

Cluster

Perfil

n

Características principais

1

Resilientes

37 (35,6%)

Grupo misto (32,4% neurodivergente), com médias mais elevadas em Q10 (3,62) e Q11 (4,03), indicando experiência relativamente positiva.

2

Invisibilizadas

34 (32,7%)

Predominantemente não-neurodivergentes (11,8% neurodivergente), médias intermediárias em Q10 (3,32) e Q11 (3,65).

3

Emergentes

33 (31,7%)

Majoritariamente neurodivergente(93,9%), com menores médias em Q10 (3,21) e Q11 (3,55), caracterizando experiência mais desfavorável.

Com base nos clusters, foram selecionadas três participantes para entrevistas semi estruturadas, que se apresentaram como a melhor estrutura a se seguir de acordo com regras de homogeneidade e pertinência apresentadas por Bardin (2011) e o método de análise escolhido para as entrevistas. Os critérios de seleção incluíram representatividade por cluster, diversidade interseccional (raça, idade, setor) e riqueza narrativa nas respostas abertas do questionário. As entrevistas foram realizadas por videoconferência, através da plataforma Google Meet, com duração média de 40 minutos, em agosto de 2025. O roteiro abordou temas como trajetória profissional, percepção sobre o ambiente de trabalho, barreiras enfrentadas e sugestões para inclusão. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), com codificação aberta e categorização por perfil. A intercessão entre os dados quantitativos e qualitativos permitiu aprofundar a compreensão dos clusters e destaca pontos relevantes para políticas de inclusão, cultura organizacional e práticas de desenvolvimento profissional.

Todas as participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Resultados e Discussões

A análise de cluster revelou padrões relacionados ao status neurodivergente (ND) e à percepção de experiência no trabalho. O Cluster 3, composto majoritariamente por mulheres ND (93,9%), apresentou as menores médias de satisfação (Q10=3,21) e autoavaliação (Q11=3,55), sugerindo experiências profissionais mais desfavoráveis. Em contraste, o Cluster 1, misto, mostrou as maiores médias de satisfação (Q10=3,62) e autoavaliação (Q11=4,03), enquanto o Cluster 2, predominantemente não-ND, exibiu médias intermediárias (Q10=3,32; Q11=3,65).

A percepção de inclusão (Q24) foi inferior entre mulheres ND (média=1,26) em comparação às não-ND (1,54), evidenciando a influência do contexto organizacional na vivência subjetiva do trabalho. Dessa forma, a correlação negativa significativa entre ND e inclusão ($p = -0,227$; $p = 0,0286$) reforça a hipótese de experiências menos inclusivas para este grupo no mercado de trabalho. Além disso, em termos de liderança, apenas 27,7% das mulheres ND ocupam atualmente cargos de liderança, contra 39,6% das não-ND. De acordo com a análise de correlação de Spearman, houve associações positivas entre satisfação, autoavaliação e avaliação por terceiros ($p = 0,44-0,55$; $p < 0,001$), o que indica consistência entre percepções internas e externas do desempenho.

As entrevistas realizadas com três participantes de cada cluster forneceram dados qualitativos complementares. Com o objetivo de controlar variáveis contextuais e favorecer comparabilidade entre perfis, todas as entrevistadas são mulheres cisgênero entre 35-46 anos de idade, trabalham na área da educação em órgãos públicos, possuem pós-graduação e moram em regiões metropolitanas:

Com base no Cluster 3 (Entrevista 3), a participante escolhida para representar o grupo é uma funcionária pública da área da educação, mulher, branca, pós-graduada, com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e AH (Altas habilidades) e que habita na região sudeste. Os relatos predominantes da participante foram correspondentes a percepções de exclusão, sobrecarga emocional e de tarefas, além desafios em lidar com demandas de trabalho que não explorem o seu potencial e formação, oferecendo exemplos que ilustram os baixos escores de satisfação e inclusão.

“Eu me sinto muitas vezes invalidada, há diferença no tratamento em relação a escuta, meu lugar de trabalho escolhe quem é validado, e isso me sobrecarrega. Com a especificidade do meu TEA é como se eu visse o que ninguém vê, e o que todo mundo vê, eu não consigo perceber” (Entrevista 3, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

No Cluster 1 (Entrevista 1), a entrevistada é funcionária pública da área da educação, mulher, preta, pós-graduada, ocupa uma posição de liderança e supervisão administrativa na sua área, está em um processo diagnóstico para TDAH, e habita a região sudeste. Seu relato destaca fatores de proteção, como supervisão compreensiva e oportunidades de explorar seu potencial, explicando os escores mais elevados de satisfação e autoavaliação do cluster. Entretanto, trouxe à tona a vontade de ser ainda mais reconhecida no trabalho, da exaustão pelo mascaramento de suas características neurodivergentes e sobrecarga de tarefas.

“Eu faço o que eu amo, o que eu acredito [...] mas eu trabalho pra caramba e muitas vezes não sou reconhecida quanto eu gostaria de ser”(Entrevista 1, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

Por fim, o Cluster 2, foi representado por uma funcionária pública da área da educação, especificamente em um cargo administrativo, mulher típica, preta, pós-graduada e que habita a região nordeste. A entrevista forneceu relatos de experiências típicas de trabalho, sem grandes dificuldades de inclusão, considerando principalmente que a entrevistada ocupa o seu cargo a mais de 10 anos, mas com pouca oportunidade de explorar suas habilidades e baixa motivação para exercer suas tarefas derivado de uma falta de reconhecimento do seu trabalho, e conseqüentemente, de promoções.

“Não sinto muito da motivação de crescimento e reconhecimento de papel, é a gente fazer o que tem que fazer e pronto, é a sensação que eu tenho, você não faz mais que sua obrigação” (Entrevista 2, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

4 DISCUSSÃO

Vygotsky (1998) propõe que o desenvolvimento humano é mediado socialmente e culturalmente, assim, os indivíduos internalizam significados, habilidades e normas a partir de suas interações com outros membros da comunidade, utilizando instrumentos culturais, físicos, simbólicos ou linguísticos, para organizar suas ações e atribuir sentido às suas atividades. Quando analisamos o contexto de trabalho dos indivíduos, esses instrumentos culturais incluem em sua maioria regras organizacionais, protocolos, valores, processos de comunicação, além da linguagem e práticas sociais mediadas por colegas e supervisores. Desse modo, quando olhamos para as mulheres neurodivergentes, essas mediações podem se apresentar de duas formas: com estruturas organizacionais que oferecem suporte institucional, condições favoráveis de desenvolvimento do funcionário no trabalho, estratégias de inclusão e igualdade, ou com estruturas que reforçam barreiras de exclusão, exigindo maior esforço de adaptação, “masking” ou estratégias compensatórias para alcançar desempenho percebido como adequado. Ilustrando esse segundo ponto, que se apresenta como majoritário: 90% das mulheres que responderam nosso questionário, afirmam que o ambiente de trabalho não está preparado para lidar com a diversidade neurocognitiva e de gênero, o que se apresenta fortemente na fala da seguinte participante do questionário que se caracteriza como uma funcionária da área da educação e mulher autista:

“Recentemente tive que ouvir um sermão de 1 hora sobre como meu jeito de ser não é adequado para o meu ambiente de trabalho. O diretor da escola onde trabalho disse que lá não é um ambiente adequado para mim, apesar de que eu já estou na minha segunda graduação e sou totalmente capacitada para este tipo de trabalho. Aparentemente o "problema" que eles enxergam é a minha inabilidade de captar pistas sociais, e a minha forma direta de me comunicar.” (Comentário 1, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

Dentre os aspectos que surgiram nas análises do questionário (respostas abertas, escalas e binárias) e das entrevistas, quatro se destacaram nas experiências de mulheres no mercado de trabalho: inclusão e adaptação do ambiente de trabalho, necessidade de reconhecimento, uso e desenvolvimento das habilidades e potenciais ligados à formação acadêmica e ausência de suporte institucional/psicológico.

Primeiramente, considerando os resultados obtidos pela análise do questionário de menor percepção de inclusão e satisfação por mulheres neurodivergentes, devemos considerar que o trabalho deve ser compreendido não apenas como uma atividade técnica, mas como um espaço essencial para a construção da identidade do indivíduo e para a promoção do bem-estar psicológico. Ou seja, o trabalho ultrapassa a função produtiva e torna-se um lugar de significação, onde o sujeito encontra reconhecimento, possibilidade de desenvolvimento e sentido para sua ação no mundo (Clot, 2010). Portanto, quando o sentido do trabalho para o indivíduo é atravessado por repressões quanto ao seu comportamento, seu modo de fazer e suas habilidades, gera uma percepção de propósito e valor social rebaixadas que implicam diretamente na sua motivação e autoavaliação do seu próprio trabalho. Assim, dentro da experiência de mulheres neurodivergentes cujo o relato de falta de inclusão, e portanto, satisfação com seu próprio trabalho, é fortemente presente, existe uma identidade profissional vulnerabilizada, e conseqüentemente, um impacto na saúde mental dessas trabalhadoras, principalmente pela constante necessidade de mascarar comportamentos reprimidos no ambiente profissional. Por exemplo, na fala da seguinte entrevistada:

“Em reunião que tem que ficar sentada mais de 2 horas é triste, eu coloco água na garrafa de pouquinho em pouquinho para eu ser obrigada a levantar e encher minha garrafa, a inquietação é uma coisa surreal [...] eu gostaria de ficar sentada mais tempo mas eu não consigo, eu estou sempre mexendo em alguma coisa e recebendo comentários de outras pessoas por causa disso [...], é ruim ter que ficar escondendo (se referindo a ficar procurando algum objeto regulador para manusear em reuniões longas)” (Entrevista 1, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

Em segundo lugar, a presença de queixas quanto a falta de reconhecimento apareceu em todas as entrevistas feitas, além dos comentários presentes das questões abertas no questionário. A falta de reconhecimento reflete diretamente nas baixas oportunidades de crescimento e promoção alcançadas por mulheres no mercado de trabalho:

“Se as pessoas não tivessem cobrando não sei se haveria (referente a posição de mulheres em cargos de liderança), é tipo para ocupar cotas, a gente tem que colocar mulher porque senão as pessoas vão falar e vamos estar politicamente incorretos, mas eu não vejo esse movimento natural de colocar essa pessoa porque ela é competente o suficiente para ocupar esse lugar” (Entrevista 2, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

O trecho anterior ilustra o impacto da correlação positiva, citada anteriormente, entre a percepção interna e a autoavaliação do indivíduo, portanto, quando se tem a percepção externa sobre seu trabalho não envolve o desenvolvimento de suas habilidades e competências, a sua própria autoavaliação sobre seu trabalho é afetada de maneira negativa.

De acordo com Yves Clot (2010), existem duas dimensões fundamentais do trabalho: o trabalho prescrito e o trabalho real. O trabalho prescrito refere-se às normas, procedimentos e instruções definidas pela organização, enquanto o trabalho real corresponde à atividade efetivamente realizada, com todas as improvisações e ajustes necessários para lidar com desafios imprevistos. Portanto, é no espaço do trabalho real que se revela a singularidade do sujeito, permitindo que ele encontre sentido naquilo que faz e construa uma relação de pertencimento e reconhecimento com sua prática

profissional. Nessa linha, destaca-se as queixas de reconhecimento vivenciadas por mulheres dentro do ambiente profissional um fator de extrema relevância aparece associado: a oportunidade de uso e de desenvolvimento de habilidades que compõem a formação das profissionais.

“Tem tantos alunos do meu público-alvo na escola, e eu não sou utilizada para essas informações, sabe? Então é como se você não pudesse exercer aquilo que você tem pulsando dentro de você, que você sabe fazer melhor, e você não pode usar, você não tem espaço para colocar em prática aquilo que você mais sabe fazer, você é cerceada” (Entrevista 3, comunicação pessoal, 18 ago.2025)

Destaca-se o impacto no sujeito quanto a sua própria percepção de realizar um trabalho bem feito, um trabalho real que explore suas habilidades e a dimensão criativa de sua profissão, que ao ser suprimida, seja por excesso de controle ou pela ausência de reconhecimento, o trabalhador pode experimentar o que Clot (2010) denomina sofrimento ético, ou seja, a frustração de saber que poderia contribuir de maneira mais significativa, mas encontra barreiras institucionais que limitam sua atuação. Esse sofrimento compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a percepção de identidade, já que o trabalho é um dos pilares fundamentais na construção do “quem eu sou” de cada pessoa.

Especificamente para mulheres neurodivergentes, essa perspectiva é particularmente relevante. Muitas vezes, o trabalho prescrito não considera suas formas singulares de perceber, processar informações e interagir socialmente:

“é como se eu visse o que ninguém vê, e o que todo mundo vê, eu não consigo perceber” (Entrevista 3, comunicação pessoal, 18 ago.2025).

Quando há abertura para a expressão do trabalho real, que permite adaptações, sugestões de melhoria e uso de habilidades específicas, o bem-estar dessas profissionais aumenta, assim como o sentimento de pertencimento e reconhecimento. Caso contrário, o ambiente de trabalho pode se tornar fonte de desgaste emocional, exclusão velada e perda de identidade profissional.

Destaca-se também o papel do suporte/apoio institucional ou psicológico aos funcionários dentro dos ambientes profissionais, dentre as 47 mulheres neurodivergentes respondentes do questionário 28 já enfrentaram desafios referentes à falta de suporte institucional ou psicológico, e nas entrevistas as 3 participantes relataram não ter nenhum tipo de apoio institucional ativo nos processos que ocorrem no local de trabalho, gerando queixas como falta de uma escuta ativa pelos superiores, falta de criação de estratégias de enfrentamento aos desafios vinculados às respectivas profissões, sentimento de individualismo e competitividade no ambiente de trabalho, além da falta de feedbacks construtivos que proponham o desenvolvimento do profissional, como por exemplo esse comentário de uma participante do questionário:

“Eu sempre fui avaliada como muito criativa por todos os lugares onde trabalhei. Contudo, eu sempre ouvi que eu falava as coisas certas da maneira errada e até hoje nunca entendi esse protocolo de abordagem. Para mim, nas relações sociais e profissionais é como se existisse um código secreto ou uma língua diferente em que as

peessoas conversam entre si, se entendem, mas muitas das vezes, é um óbvio que eu não consigo acompanhar.” (Comentário 2, comunicação pessoal, 18 ago. 2025)

De acordo com Lev Vygotsky (1988), o desenvolvimento psicológico está intrinsecamente relacionado às interações sociais e ao uso de instrumentos simbólicos, o que implica que ambientes de trabalho podem atuar como espaços de aprendizagem contínua quando oferecem suporte adequado às necessidades dos indivíduos. A partir disso, o autor introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definido pela distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver problemas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, alcançado com o auxílio de mediadores, sejam eles outras pessoas, ferramentas culturais ou estruturas institucionais. Portanto, dado ao papel do trabalho na sociedade atual, é indissociável o desenvolvimento psicológico e o potencial de ambientes de trabalho que atuam como espaços de aprendizagem contínua, oferecendo suporte adequado às necessidades dos indivíduos.

Desse modo, diante dos relatos de ausência desse suporte, o conceito de ZDP revela um aspecto essencial: necessidade de mediações adequadas para que o potencial seja plenamente desenvolvido, principalmente no caso de mulheres neurodivergentes que estão em condição de vulnerabilidade. Tais mediações, incluem tanto apoio institucional quanto apoio psicológico, que se tornam mediadores fundamentais para a aprendizagem contínua, adaptação às demandas organizacionais e construção identitária saudável. O trecho abaixo, escrito por uma das respondentes ao questionário exemplifica as vivências de se conviver com a falta de suporte institucional:

“Para conseguir um freelancer em uma startup (sabe como é, correria e 0 espaço pra escuta) eu disse que era neurodivergente, mas percebi que o recrutador ficou: ah mas aqui a gente sempre tá acelerado, e mesmo assim você consegue dar conta? Ou seja, sem espaço para adaptações, precisei dizer que sim claro, precisava do dinheiro. Por sorte, é remoto e posso mascarar muito mais fácil, e por isso tenho dificuldade em me inserir em empresas melhores (maioria híbrido/presencial) e sem muita perspectiva de adaptações razoáveis.” (Comentário 3, comunicação pessoal, 18 ago. 2025)

Assim, além de estarem submetidas a exaustão mental de terem que mascarar comportamentos reprovados socialmente, se adaptarem a formas e modos de trabalho muitas vezes incompatíveis com seu funcionamento e bem-estar, entre outros desafios ligados a sua neurodivergência, essas mulheres ainda enfrentam as condições de desigualdade de gênero tanto em situações do dia-dia:

“Eu até tento ser mais sensível, mas se eu for, eles vão pisar em mim, eu tenho que demonstrar uma couraça, eu preciso falar em tom um pouco mais alto para eu ter respeito, e principalmente quando é diretor homem, às vezes eles acham que só porque eles são homens que eles são melhores que todo mundo[...] eu tenho que ser brava, tenho que falar mais alto, tenho que provar que eu não tenho essa instabilidade emocional, que eu vou dar conta do trabalho sim, eu tenho que ficar me protegendo” (Entrevista 1, comunicação pessoal, 18 ago. 2025)

Quanto diante de promoções e cargos de liderança:

“Ainda hoje, apesar de absurda a situação, experiencio a dificuldade em lidar com outro homem na posição de líder, componente da minha equipe, que o tempo todo se mostra insatisfeito por receber ordens de mulheres, ou que tenta desqualificar suas ações com atitudes grosseiras e machistas no dia a dia do trabalho. Situações como elevar o tom de voz; repetir várias vezes "você não está entendendo"; falar gesticulando bastante, especialmente quando este está em pé e eu assentada, se impondo fisicamente; cortar a fala ou interromper várias vezes; comentários ou insinuações indesejadas. Tudo isso faz com que eu precise, muitas vezes me impor, ou ignorar para conseguir realizar meu trabalho.” (Comentário 4, comunicação pessoal, 18 ago. 2025)

Por fim, compreende-se que a análise dos perfis a partir da clusterização permitiu uma ilustração dos resultados que apresentaram uma realidade desafiadora compartilhada por todas as mulheres, mas que principalmente para mulheres neurodivergentes existem agravantes relevantes no exercício do seu trabalho.

Conclusão

O presente estudo evidenciou que a experiência de trabalho das mulheres neurodivergentes é marcada por desafios significativos relacionados à inclusão, reconhecimento e oportunidade de desenvolvimento profissional. A análise de cluster revelou perfis distintos, sendo o Cluster 3, composto majoritariamente por mulheres ND (93,9%), o que apresentou as menores médias de satisfação ($Q10 = 3,21$) e autoavaliação ($Q11 = 3,55$), evidenciando vivências mais desfavoráveis no ambiente de trabalho. Em contraste, o Cluster 1, com composição mista, apresentou os melhores indicadores ($Q10 = 3,62$; $Q11 = 4,03$), enquanto o Cluster 2, predominantemente não-ND, exibiu médias intermediárias ($Q10 = 3,32$; $Q11 = 3,65$). Esses achados confirmam a presença de desigualdades estruturais que impactam diretamente o bem-estar e a construção identitária dessas trabalhadoras.

A análise de correlação de Spearman reforçou esses resultados, mostrando associações positivas moderadas entre satisfação, autoavaliação e avaliação por terceiros ($p = 0,44 - 0,55$; $p < 0,001$), indicando consistência entre as percepções internas e externas de desempenho. Contudo, a percepção de inclusão ($Q24$) apresentou valores inferiores para mulheres ND (média = 1,26) em relação às não-ND (1,54), com correlação negativa significativa entre neurodivergência e inclusão ($\rho = -0,227$; $p = 0,0286$), apontando que a vivência profissional destas trabalhadoras é afetada por contextos organizacionais pouco preparados para atender às suas necessidades. A baixa representatividade em cargos de liderança (27,7% ND versus 39,6% não-ND) evidencia ainda barreiras adicionais de reconhecimento e crescimento.

Os relatos qualitativos oriundos das entrevistas com representantes de cada cluster confirmaram esses padrões, revelando que, embora haja experiências positivas mediadas por supervisão compreensiva e espaço para expressão do potencial (Cluster 1), a maioria das vivências é permeada por sentimentos de invalidação, sobrecarga e necessidade de mascaramento de características neurodivergentes (Clusters 2 e 3).

Com base na teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998), compreendemos que o

trabalho aparece como fator central para a construção do sentido de identidade e para a promoção do desenvolvimento psicológico para o indivíduo. Portanto, ambientes inclusivos e com mediações adequadas (regras flexíveis, feedbacks construtivos, apoio institucional) possibilitam a ampliação da ZDP, permitindo que mulheres neurodivergentes explorem suas potencialidades. Entretanto, ambientes excludentes intensificam o sofrimento ético (Clot, 2010), na medida em que impedem a expressão de habilidades e limitam o engajamento criativo com a atividade profissional.

Assim, o estudo aponta para a necessidade de intervenções organizacionais que contemplem: a capacitação de líderes, supervisores e gestores que reconheçam as especificidades neurocognitivas, a implementação de estratégias institucionais que promovam suporte psicológico e profissional, a

Referências

APPLE, Michael W. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 14–23, fev. 1988. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741988000100002&lng=pt&nrm=iso.

BARROS, A. M. D. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRESCOLL, V. L. Leading with their hearts? How gender stereotypes of emotion affect support for female leaders. *The Leadership Quarterly*, v. 27, n. 3, p. 415–428, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2016.01.002>.

CLOT, Yves. *A ação e o sentido no trabalho: Psicologia do trabalho e atividade humana*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CORTESE, S.; AOKI, Y.; ITAHASHI, T.; CASTELLANOS, F. X.; EICKHOFF, S. B. Systematic review and meta-analysis: Resting-state functional magnetic resonance imaging studies of attention-deficit/hyperactivity disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 60, n. 1, p. 61–75, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2020.04.017>.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

HULL, L. et al. "Putting on My Best Normal": Social camouflaging in adults with autism spectrum conditions. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 50, p. 2200–2211, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-019-03998-6>.

KAUFMAN, Leonard; ROUSSEUW, Peter J. *Finding groups in data: an introduction to cluster analysis*. New York: Wiley, 1990.

LAI, M.-C.; LOMBARDO, M. V.; BARON-COHEN, S. Autism. *The Lancet*, v. 383, n. 9920, p. 896–910, 2014. DOI:[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61539-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61539-1).

MACHADO, Dalmo. Coeficiente de Correlação de Spearman. Universidade Federal Fluminense – UFF. Bioestatística 2. Disponível em:https://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/419/2019/04/Aula_03_b_Spearman.pdf.

PALANGANA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 2. ed. São Paulo: Plexus, 1998.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. Análise Descritiva de Dados. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Departamento de Estatística, 2002. Relatório Técnico.

RODRIGUES, R. G.; SILVA, J. L. T.; SILVA, M. A. Aprofundando o conhecimento sobre a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) de Vygotsky. *Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação*, v. 6, n. 1, p. 2–15, 2021.

SINGER, J. (2016). *Neurodiversity: The birth of an idea*. Judy Singer Publishing.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YANG, S. et al. Females with ADHD: An expert consensus statement taking a lifespan approach providing guidance for the identification and treatment of attention-deficit/hyperactivity disorder in girls and women. *BMC Psychiatry*, v. 20, p. 404, 2020. DOI:<https://doi.org/10.1186/s12888-020-02830-5>.

ZANELLA, A. V. Vygotsky: contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: Editora UNIVALI, 2001.

CÓDIGO: HS1817

AUTOR: ISADORA SILVA DE MELO

ORIENTADOR: JULIE ANTOINETTE CAVIGNAC

TÍTULO: Tradições, Segurança Alimentar e Desafios das Transformações Socioambientais

Resumo

Este plano de trabalho de iniciação científica se concentra na pesquisa dos patrimônios imateriais e práticas socioculturais nos espaços da Vila de Ponta Negra e de Pium, territórios estes que estão intrinsecamente ligados tanto cultural, quanto social e historicamente. O objetivo central é valorizar e documentar os saberes locais por meio da análise das práticas e elementos culturais, impulsionando iniciativas educacionais que tragam visibilidade a esses conhecimentos tradicionais. A pesquisa visa unir informações sobre as memórias e o legado imaterial de ambos territórios sensibilizados, com ênfase na reflexão sobre a dimensão histórica e patrimonial, principalmente por serem áreas habitadas por comunidades tradicionais e quilombolas. O plano de pesquisa envolve investigação etnográfica e levantamento de dados históricos, combinados com atividades educacionais para questionar narrativas oficiais. Um foco especial será dado aos lugares da memória que preservam os relatos e contos locais. A meta final é criar registros relacionados à presença histórica das populações tradicionais, culminando na criação de um material didático que será disponibilizado como acervo no museu virtual “Tronco Ramos e Raízes” desenvolvido ao longo do projeto.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Tradição. Registro. Etnografia. Conhecimentos.

TITLE: Traditions, Food Security, and Challenges of Socio-Environmental Transformations

Abstract

This undergraduate research Project focuses on researching intangible heritage and sociocultural practices within the spaces of Vila de Ponta Negra and Pium, territories that are intrinsically linked both culturally and historically, as well as socially. The primary objective is to value and document local knowledge by analyzing cultural practices and elements, driving educational initiatives aimed at bringing visibility to these traditional knowledge. The research aims to compile information regarding the memories and intangible legacy of both sensitized territories, with an emphasis on

reflecting upon their historical and heritage dimensions, particularly due to their habitation by traditional and quilombola communities. The research plan entails ethnographic investigation and historical data collection, coupled with educational activities designed to challenge official narratives. Special attention will be given to sites of memory that preserve local stories and tales. The ultimate goal is to create records related to the historical presence of traditional populations, culminating in the development of educational materials to be showcased in the virtual museum "Tronco Ramos e Raízes," established as part of the project.

Keywords: Heritage. Culture. Tradition. Record. Ethnography. Knowledge.

Introdução

A Vila de Ponta Negra é uma comunidade datada a partir dos anos 40 na cidade de Natal, deu origem ao bairro que hoje leva quase o mesmo nome, Ponta Negra, mas devido sua localização privilegiada próxima a praia, criou-se uma divisão social dentro da área, devido a exploração dos bens naturais e a especulação imobiliária na região, os moradores da Vila são descendentes de afrodescendentes e indígenas, que trabalhavam como pescadores, rendeiras e agricultores, e produziam o suficiente para sua subsistência, foram cada vez mais segregados e forçados a ficar à margem da sociedade. Nisso, muitos desses moradores hoje são obrigados a trabalhar na informalidade, pois se encontram muitas vezes em extrema vulnerabilidade social, e para sobreviver, são submetidos a condições precárias. Com a crescente especulação imobiliária da região, essas pessoas estão cada vez mais sendo afastadas de seu local de origem e nada é feito para proteger a historicidade ou o patrimônio da Vila. Assim, o alto custo para se viver nesse território, os habitantes tem se mudado para a região de Pium, bairro localizado a cerca de 10km da cidade vizinha a Natal, Parnamirim. Pium também se trata de um bairro praiano, com características parecidas com a Vila de Ponta Negra, habitado também por descendentes de afrodescendentes e indígenas, a região também tem uma cultura forte em relação aos saberes tradicionais vistos anteriormente, pesca artesanal, agricultura, a arte da rendaria, grandes semelhanças culturais e históricas entre os dois bairros e um rico patrimônio e legado a ser passado para as futuras gerações. Desse modo, o projeto traz como tema os Patrimônios Sensíveis de Pium e Ponta Negra com o intuito de salvaguardar esses conhecimentos locais, revalorizar o patrimônio e a memória dessa população, isso associado a investigação etnográfica e o levantamento de dados históricos, juntamente às ações realizadas nas escolas, principalmente em CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), e também o auxílio da Fábrica de Inventos, uma produtora cultural localizada na própria Vila de Ponta Negra. Com isso, os produtos (textos, imagens, vídeos) seriam apresentados no acervo digital, denominado Tronco Ramos e Raízes.

Metodologia

Segundo Gonçalves, Tamaso e Vassallo (2019, p. 61), determinadas comunidades podem registrar suas expressões culturais junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio disso, pode ser criado um dossiê de pesquisa, que pode ser operado por entidades públicas ou privadas, desde que competentes para

tal, para a proteção do patrimônio, esse dossiê se guia por uma metodologia específica, desenvolvida pelo próprio IPHAN, e retratada no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que busca abordar o patrimônio cultural de maneira holística e multidisciplinar, levando em consideração seus aspectos culturais, históricos e sociais. Ao seguir essa abordagem, o objetivo é preservar a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural para as gerações futuras e promover a valorização contínua da identidade cultural das comunidades envolvidas. Após esse processo de registro, o IPHAN emitirá uma declaração no Diário Oficial da União. Por meio disso, é possível perceber que o método da construção de um parecer histórico/museal parte de um bom detalhamento etnográfico, assim como documentação rigorosa e a coleta de referências bibliográficas relevantes. Isso garante que o dossiê seja fundamentado em fontes confiáveis e acessíveis para consulta futura. Desse modo, dentro do próprio projeto, foram elaborados passos para a montagem do acervo seguindo o modelo do IPHAN: descrição etnográfica, descrição histórica e descrição socioantropológica da produção cultural. Passos metodológicos: 1. Elaboração de Produtos: criação de conteúdos variados, incluindo textos, materiais online e audiovisuais, que abordem aspectos da história, cultura e patrimônio das localidades da Vila de Ponta Negra e Pium. 2. Selecionar Material Audiovisual: identificação e seleção dos materiais audiovisuais relevantes para exibição em escolas e comunidades, com o objetivo de iniciar discussões e reflexões sobre patrimônio, cultura e história. 3. Promover Reflexão Patrimonial e Étnica: organização de rodas de conversa e encontros para fomentar uma reflexão profunda sobre as questões patrimoniais e étnicas presentes nas localidades, incentivando a participação ativa de moradores, estudantes e comunidades locais. 4. Apresentação e Discussão de Vídeos Documentários: exibição dos vídeos documentários produzidos ou selecionados, seguida de discussões guiadas para analisar os conteúdos, destacar aspectos culturais, históricos e étnicos, e permitir trocas de ideias entre os participantes. 5. Elaboração de Cartilhas: desenvolvimento de cartilhas educativas que abordem a história e a cultura das localidades, com informações relevantes e de fácil compreensão para diferentes públicos, incluindo estudantes e moradores. 6. Finalização e Produção Gráfica: revisão e aprimoramento dos materiais produzidos, incluindo os textos, os vídeos documentários e as cartilhas. Preparação dos conteúdos para impressão ou distribuição digital. 7. Lançamento e Difusão dos Produtos: organização de eventos de lançamento para apresentar os produtos elaborados à comunidade local, autoridades, educadores e interessados. Isso pode incluir apresentações, palestras e atividades culturais. 8. Disponibilização dos Produtos (Museu Virtual): disponibilização dos materiais produzidos, incluindo textos, vídeos e cartilhas no Museu Virtual "Tronco Ramos e Raízes", isso permite que os produtos sejam amplamente distribuídos e acessados ao longo do tempo. Essa metodologia busca engajar a comunidade local, alunos e interessados em um processo participativo de preservação cultural e valorização do patrimônio, utilizando uma variedade de formatos para alcançar diferentes públicos de maneira educativa e acessível.

Resultados e Discussões

Uma Antropologia dos Museus é aquela que coloca sob suspeita os processos museais, seus acervos e de modo especial suas exposições procurando descrever as representações e as teorias subjacentes que presidiram o ato de colecionar, de documentar e de expor que os museus consagraram ao longo dos séculos. (ABREU;

ATHIAS; LIMA, 2016, p. 8) A implementação do plano de trabalho proporcionou explorar e compreender sobre o legado imaterial que deve ser protegido deixado por esses territórios da Vila de Ponta Negra e Pium, além do contato com a comunidade, pode-se ter a valorização e o registro das práticas socioculturais presentes nos bairros. [...] os africanos e seus descendentes foram relegados ao segundo plano: quando aparecem, nas crônicas e nas obras memorialistas, os escravos estão ao lado dos seus donos, prestes a ajudar, submissos e obedientes. Nenhuma cidade guarda a memória de um herói negro, nenhum museu aborda diretamente a temática da escravidão. [...] os africanos e seus descendentes foram relegados ao segundo plano: quando aparecem, nas crônicas e nas obras memorialistas, os escravos estão ao lado dos seus donos, prestes a ajudar, submissos e obedientes. Nenhuma cidade guarda a memória de um herói negro, nenhum museu aborda diretamente a temática da escravidão.” (CAVIGNAC; MACÊDO, p. 97-98) O acervo/museu digital surge com o propósito de preservar a memória dessas comunidades descendentes de afrodescendentes e indígenas, que devido ao crescente avanço das elites sobre as áreas de vulnerabilidade como a Vila de Ponta Negra e Pium, que sofrem com o risco de desterritorialização, ou seja, o deslocamento forçado dessas comunidades tradicionais de suas terras ancestrais, que consequentemente podem acabar acarretando o processo de perda de identidade e de cultura daquele povo, como práticas culturais, conhecimentos culinários, rituais, modos de habitação, desenvolvimento de certas habilidades e também a ideia de pertencimento daquele grupo. Esses aspectos, considerados patrimônios imateriais, são repassados de geração em geração, de acordo com a vivência entre as comunidades e precisam ser preservados pela sociedade de um modo geral. “O erro muitas vezes cometido é o de se pensar que a passagem para o imaterial leva a efeitos de virtualização ou de invisibilidade do patrimônio. Em vez disso, o patrimônio imaterial exige e estimula uma pedagogia do olhar e do ver; ele nos torna sensíveis não só aos objetos grandiosos, à ruína ou à pátina do tempo que oferecem uma percepção “imediate” do patrimônio, mas cada vez mais às pequenas diferenças, às discrepâncias, ao que singulariza, a um ambiente específico, às originalidades do fazer. O patrimônio imaterial ama o Espaço; ele se implanta mais e melhor do que o “velho estilo”.” (CAVIGNAC; MACÊDO, p. 30-31) Logo, observando museus como atores sociais, “o uso das informações etnográficas e históricas precisa, em tal proposta, ser rigorosamente trabalhado. [...] precisamos compartilhar imagens, sentimentos e informações com o visitante, criar cumplicidade, produzir perguntas, estimular e aguardar respostas” (ABREU; ATHIAS; LIMA, 2016, p. 41). Então, por meio da elaboração dos materiais diversos, sobretudo audiovisuais, foi possível capturar os aspectos essenciais da história, cultura e saberes locais, contribuindo para a preservação e divulgação desses elementos. A seleção cuidadosa de materiais audiovisuais proporcionou oportunidades significativas para aprofundar as discussões sobre a herança cultural das localidades. A exibição e análise desses materiais em escolas e comunidades geraram diálogos enriquecedores sobre a identidade local e as influências históricas. As rodas de conversa promovidas incentivam o engajamento ativo dos participantes na reflexão sobre as questões patrimoniais e étnicas, assim como as discussões abordaram temas como a preservação da memória, a importância da diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais, para além disso, as sessões de exibição dos vídeos documentários resultaram em intercâmbios de ideias enriquecedores entre os participantes. As análises realizadas durante as discussões destacaram como as narrativas audiovisuais podem capturar os elementos culturais e históricos das localidades, juntamente com a elaboração de cartilhas e posts divulgados por meio das redes sociais, tanto para a

disseminação do conteúdo do projeto quanto para recolher mais material, e assim ser possível munir ainda mais o acervo do Museu Virtual. Consequentemente, a disponibilização desses produtos em uma plataforma virtual democratiza o acesso e o torna de certa forma mais acessível, além de possibilitar que ele seja abastecido continuamente com as ações feitas pelo projeto, aumentando o alcance das atividades. Para o funcionamento e execução de algumas dessas atividades do projeto de Patrimônios Sensíveis em Pium e Ponta Negra, muitos das atuações foram feitas em conjunto com outros projetos da UFRN, como o projeto Saberes Sustentáveis, do Departamento de Ciências Biológicas, coordenado pela professora Magnólia Araújo, que tem como principal propósito a inserção da educação para a sustentabilidade em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, tais como a Vila de Ponta Negra e Pium. Em conjunto, há um grande incentivo a interação com a natureza e a valorização do desenvolvimento sustentável. Também, a participação da produtora cultural, a Fábrica de Inventos, coordenada por Gil Leal, que realizou oficinas para a população da Vila, denominada de “Municine: formação livre em audiovisual”, com o intuito de capacitar parte da população interessada e coletivizar o conhecimento tecnológico que muitas vezes é restrito para uma população de classe mais baixa. Outro aspecto imaterial muito importante na região da Vila da Ponta Negra, é a tradição dos Congos da Vila, mais especificamente, “Os Congos de Calçola”, que representa a herança afro-brasileira que desempenhou um papel significativo na formação da identidade cultural local. Os congos são uma manifestação que combina elementos religiosos, musicais, danças e rituais, e têm raízes na cultura africana trazida pelos escravos durante o período colonial. Essa tradição é uma forma de expressão espiritual, cultural e de resistência que evoluiu ao longo do tempo e que ainda é praticada por comunidades afrodescendentes na Vila de Ponta Negra e regiões próximas, como o bairro de Pium, que também é fortemente influenciado por essa manifestação cultural. A prática dos congos na Vila de Ponta Negra não apenas representa a conexão com as raízes históricas da região, mas também reflete a importância da preservação da diversidade cultural e da herança afro-brasileira no contexto mais amplo da identidade brasileira. Essa tradição é um exemplo vívido de como a cultura é transmitida através das gerações, mantendo viva a memória das origens e a rica história das comunidades locais. Para além disso, o Museu Virtual Tronco Ramos e Raízes, também traz no seu acervo, outros municípios, principalmente do Seridó, pois acima de tudo, tem como objetivo proteger todo o patrimônio imaterial dessa região possível, e como dito por Gonçalves, Tamaso e Vassallo (2019, p. 57): “A noção de Patrimônio Cultural Imaterial tem sido compreendida no Brasil como um instrumento sensível para a incorporação de amplos e diversos conjuntos de processos culturais – com seus agentes, suas criações, seus públicos, seus problemas e necessidades peculiares – nas políticas públicas relacionadas à cultura e na construção de referências de identidade e memória para diferentes grupos sociais. O conceito tem sido proposto como instrumento de inclusão social e ilumina a grande diversidade cultural presente na vasta extensão territorial brasileira.” Por fim, é possível evidenciar o poder das abordagens educacionais e culturais na promoção da valorização dos patrimônios imateriais. A interação ativa com a comunidade local, a integração de múltiplos formatos de mídia e a criação de espaços para o diálogo foram cruciais para engajar pessoas de diferentes faixas etárias e contextos sociais. Além disso, a reflexão conjunta sobre a herança étnica e a memória patrimonial destacou a importância de preservar a diversidade cultural e histórica das localidades. No entanto, é importante reconhecer que o processo de conscientização e valorização do patrimônio é contínuo e requer esforços recorrentes, assim como o apoio

da sociedade como um todo. A sustentabilidade e permanência dessas iniciativas dependerá da participação e apoio constante da comunidade, das escolas e das instituições locais.

Conclusão

O desenvolvimento e implementação do plano de trabalho para a preservação dos patrimônios sensíveis em Pium e Ponta Negra revelaram a riqueza das tradições culturais e conhecimentos imateriais enraizados nessas comunidades. Através da metodologia de uma "Antropologia dos Museus", foi possível lançar um olhar crítico sobre os processos museais, reconhecendo a importância de questionar as representações e teorias subjacentes que moldaram as práticas de colecionar, documentar e expor ao longo dos séculos. A investigação guiada pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) permitiu a exploração profunda e interdisciplinar das expressões culturais desses territórios. Ao abordar a cultura afrodescendente e indígena, que historicamente foram negligenciadas ou relegadas a segundo plano, o projeto trouxe à tona a necessidade de preservar e valorizar essas identidades que contribuíram para a rica tapeçaria cultural do Brasil. A criação do acervo/museu digital foi uma resposta direta à crescente ameaça de desterritorialização enfrentada pelas comunidades tradicionais. Essa plataforma se torna um repositório vital para a memória e os saberes dessas comunidades, um espaço onde suas práticas culturais, conhecimentos culinários, rituais e modos de vida podem ser compartilhados, celebrados e transmitidos para as futuras gerações. Além disso, a colaboração com outros projetos e entidades demonstra a importância do envolvimento comunitário e do compartilhamento de conhecimentos. A abordagem pedagógica adotada, incluindo rodas de conversa, análise de materiais audiovisuais e criação de cartilhas, provou ser eficaz na promoção de diálogos significativos sobre patrimônio, identidade e diversidade cultural. Ao usar as ferramentas da educação e da comunicação, o projeto estimulou a reflexão crítica e a participação ativa da comunidade, ao mesmo tempo em que sensibilizou para a importância da preservação das heranças culturais. A disponibilização dos produtos através do Museu Virtual representa um passo importante na democratização do acesso ao patrimônio cultural imaterial. Isso não apenas amplia o alcance das atividades, mas também cria um espaço inclusivo para o compartilhamento de conhecimentos e experiências. Em conclusão, reconhecemos que a jornada da preservação e valorização do patrimônio imaterial é contínua. É crucial que as iniciativas permaneçam sustentáveis e arraigadas nas comunidades, com apoio contínuo da sociedade. Através de esforços contínuos, a memória, a cultura e os saberes das comunidades tradicionais de Pium e Ponta Negra podem ser protegidos e celebrados, fortalecendo a identidade cultural local e contribuindo para a construção de uma sociedade mais diversa e consciente de sua história.

Referências

ALVEAL. Carmen; CAVIGNAC, Julie. Guia Cultural Indígena. – Natal, RN : Flor do Sal, 2019 BARTH, Frederik. 1988. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT; STREIFF-FENART (orgs.). Teorias da etnicidade, São Paulo, Unesp: 187-227.

CABRAL, João Pina; LIMA, Antónia Pedroso de. 2005. Como fazer uma história de Família: um exercício de contextualização social, *Etnográfica*, IX (2): 355-388.

CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan. Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural do Seridó negro. Nata: EDUFRN, 2016

CAVIGNAC, Julie A. 2005. Retóricas do olhar e tramas da narrativa, In: Martins, José de Souza; Eckert, Cornelia; Novaes, Sylvia Caiuby (orgs.), *O imaginário e o poético nas ciências sociais*, Bauru, EDUSC: 225-254.

CAVIGNAC, Julie. 1995. A índia roubada: estudo comparativo da história e das representações das populações indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte, *Caderno de História*, Natal, EDUFURN, 2, 2: 83-92, jul/dez.

CAVIGNAC, Julie. 2006. A literatura de cordel no Nordeste do Brasil. Da história escrita ao relato oral, Natal, Edufrn, *Coleção nordestina*, tradução de Nelson Patriota.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GONÇALVES, Renata de Sá; TAMASO, Izabela; VASSALLO, Simone. *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

_____. *Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)*. Natal, 2007, 290p.

Tese de (doutorado em ciências sociais) - Universidade Federal do rio Grande do Norte.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: centro gráfico do senado federal, 1983.

SEVERI, Carlo. 2008. Dame Sébastienne et le Christ Fléché: iconographie et mémoire rituelle: le cas du Nouveau-Mexique, *Horizonte Antropológico* [online], 14, 29: 43-66.

Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p. 01-79, 2003.

WACHTEL, Nathan. 1992. *Le retour des ancêtres*, Paris, Seuil

CÓDIGO: SB0301

AUTOR: SOPHIA GONCALVES DE MISQUITA E SILVA

COAUTOR: SIMONE DA NOBREGA TOMAZ MOREIRA

ORIENTADOR: GUSTAVO DA CUNHA LIMA FREIRE

TÍTULO: Formação de futuros profissionais de saúde: um estudo qualitativo sobre cuidados paliativos

Resumo

O cuidado paliativo consiste em uma filosofia de tratamento aplicada a indivíduos, de qualquer faixa etária, que convivem com doenças que ameaçam a continuidade da vida. Seu principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida, tanto do paciente quanto de seus familiares, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, abrangendo aspectos físicos, psicossociais e espirituais. Entretanto, apesar da sua importância fundamental, a escassez de contato com o tema na graduação constitui uma grave lacuna para o exercício da futura prática médica. Com esse propósito, o presente estudo visa analisar a capacitação dos estudantes em cuidados paliativos para, posteriormente, desenvolver estratégias que promovam a inclusão dessa temática na formação acadêmica. A pesquisa-ação educacional está sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com alunos dos dois últimos períodos de cursos da área da saúde, utilizando uma abordagem qualitativa desenvolvida em quatro fases: (1) entrevistas iniciais para identificar o problema; (2) preparação para a intervenção; (3) oficina educativa como intervenção; e (4) entrevistas semiestruturadas de avaliação da intervenção. Espera-se que este estudo contribua para uma reflexão sobre a importância da formação médica específica em cuidados paliativos, ajudando a mitigar os estigmas que ainda cercam essa prática.

Palavras-chave: Cuidados paliativos Integrativos; Capacitação profissional;

TITLE: Palliative Care in the Training of Future Health Professionals: A Qualitative Study

Abstract

Palliative care is a philosophy of treatment applied to individuals of any age who are facing life-threatening illnesses. Its primary goal is to improve the quality of life for both the patient and their family members by preventing and relieving suffering, encompassing physical, psychosocial, and spiritual aspects. However, despite its fundamental importance, the lack of contact with the subject during undergraduate education constitutes a significant gap in the future practice of medicine. With this in mind, the current study aims to analyze students' knowledge of palliative care in order to develop strategies that promote its inclusion in the academic curriculum. This educational action research is being conducted at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) with students in the final two semesters of health-related courses. It uses a qualitative approach developed in four phases: (1) initial interviews to identify the problem; (2) preparation for the intervention; (3) an educational workshop as the intervention; and (4) semi-structured interviews to evaluate the intervention. It is hoped that this study will contribute to a greater understanding of the importance of specific medical training in palliative care, helping to mitigate the stigmas that still surround this practice.

Keywords: Integrative Palliative Care; Professional Training;

Introdução

Historicamente, os Cuidados Paliativos eram concebidos como uma prática restrita a pacientes em fase terminal, sem perspectivas de cura. Contudo, essa concepção evoluiu significativamente, e a abordagem hoje é recomendada para ser iniciada precocemente, logo no diagnóstico de uma doença que ameace a continuidade da vida, atuando em paralelo aos tratamentos curativos (Gomes; Othero, 2016; Ortona et al., 2023; Volpon; Areco; Andrade, 2021). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define Cuidados Paliativos como "uma abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes e suas famílias que enfrentam problemas associados a doenças que ameaçam a vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meio de identificação precoce, avaliação e tratamento impecáveis da dor e de outros problemas físicos, psicossociais e espirituais" (OMS, 2020).

Inicialmente focados em pacientes oncológicos, a atuação dos Cuidados Paliativos expandiu-se para englobar uma vasta gama de condições médicas potencialmente fatais, como doenças cardiovasculares, neurológicas, renais crônicas e a AIDS (Hermes; Lamarca, 2013). A essência dos Cuidados Paliativos reside no alívio do sofrimento e na promoção do conforto e da qualidade de vida do paciente e de seus familiares, distinguindo-se da medicina curativa por sua abordagem holística e integral (Gomes; Othero, 2016). Essa filosofia de cuidado abrange não apenas os aspectos físicos, mas também os psicossociais e espirituais, o que a torna uma prática em constante aprimoramento, com a adoção de protocolos baseados em evidências e modelos assistenciais pautados por boas práticas de gestão em saúde (Ortona et al., 2023).

No Brasil, os Cuidados Paliativos têm ganhado crescente notoriedade na última década, configurando-se como uma importante forma de assistência à saúde (Gomes; Othero, 2016). Estima-se que, no país, cerca de 625 mil pessoas necessitem desse tipo de cuidado, que visa aprimorar a qualidade de vida de indivíduos que enfrentam enfermidades crônicas, graves ou em estágio avançado (MS, 2022). A ausência de acesso adequado a essa modalidade de cuidado acarreta sofrimento desnecessário, internações prolongadas e, conseqüentemente, custos elevados para o sistema de saúde. Em resposta a essa demanda, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Portaria GM/MS nº 3.681/2024. A implementação dessa política prevê a habilitação de 1,3 mil equipes em todo o país, com o foco no alívio da dor, controle de sintomas e apoio emocional (MS, 2022). No Rio Grande do Norte, por exemplo, a previsão é de 22 novas equipes (MS, 2022).

A PNCP, resultado da mobilização de especialistas e da sociedade, visa aprimorar serviços já existentes no SUS e reforça a importância dos Cuidados Paliativos como uma medida necessária para promover a qualidade de vida, prevenir e aliviar o sofrimento de pacientes e seus familiares diante de doenças que ameaçam a continuidade da vida (Carvalho; Parsons, 2012). Nesse cenário, a formação dos futuros profissionais de saúde assume um papel crucial.

Apesar da sua fundamental importância, o contato com os Cuidados Paliativos é ainda escasso na graduação, o que gera uma lacuna significativa na formação dos futuros profissionais. Diante disso, este estudo visa analisar o nível de conhecimento, as vivências e as percepções de estudantes dos anos finais de cursos da área da saúde a respeito dos Cuidados Paliativos, buscando subsidiar o desenvolvimento de estratégias educacionais que aprimorem a capacitação para essa prática.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica quantiquantitativa do tipo pesquisa-ação educacional. Essa escolha é particularmente pertinente para a investigação em Cuidados Paliativos, dada a natureza subjetiva e delicada da temática, que aborda questões como a finitude humana e a morte. A metodologia qualitativa permitirá não apenas investigar, mas também aprofundar a compreensão do impacto que o processo educativo pode exercer sobre a percepção e o preparo dos estudantes diante do contexto do adoecimento e do fim da vida.

A pesquisa-ação é uma metodologia que combina teoria e prática para resolver problemas sociais de forma colaborativa. Conforme Thiollent (2002), essa abordagem busca transformar a realidade social por meio da participação ativa dos envolvidos. Similarmente, Malheiros (2011) divide o processo em três etapas essenciais: 1) o diagnóstico e compreensão do problema; 2) a intervenção

planejada com base no diagnóstico; e 3) a avaliação dos resultados da intervenção.

O estudo será realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e envolverá estudantes dos dois últimos períodos dos cursos de saúde, incluindo Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Odontologia. A seleção dos participantes ocorrerá por meio de visitas às salas de aula, onde os pesquisadores informarão os estudantes sobre o propósito do estudo e os convidarão a participar.

A pesquisa-ação educacional será conduzida em quatro fases distintas:

Fase 1: Identificação do problema: Serão realizadas entrevistas com os estudantes dos dois últimos períodos dos cursos de saúde para coletar dados sobre seus conhecimentos, vivências e percepções acerca dos cuidados paliativos.

Fase 2: Preparação da intervenção: Com base na análise dos resultados das entrevistas iniciais, os pesquisadores planejarão o conteúdo e a estrutura da oficina educativa.

Fase 3: Intervenção: Uma oficina educativa será oferecida aos estudantes participantes, abordando os tópicos identificados como lacunas de conhecimento.

Fase 4: Avaliação: Entrevistas semiestruturadas serão conduzidas após a oficina para avaliar o impacto da intervenção no preparo e na percepção dos participantes sobre os cuidados paliativos.

Atualmente, o estudo está na fase de capacitação dos pesquisadores, que estão se preparando para a realização das entrevistas iniciais, utilizando um formulário com perguntas abertas desenvolvido pelo grupo de pesquisa.

Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo temática categorial de Bardin (2004), que consiste nas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

A pesquisa seguirá rigorosamente as diretrizes e normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. O direito à confidencialidade e ao anonimato dos dados será garantido. Além disso, a participação dos estudantes será voluntária, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegura a sua liberdade de retirar o consentimento em qualquer etapa do estudo, sem que isso acarrete prejuízos.

Resultados e Discussões

Espera-se que este estudo qualitativo forneça uma compreensão aprofundada sobre o conhecimento, as lacunas e as necessidades de formação dos estudantes da área da saúde em cuidados paliativos. A partir da análise dos dados coletados, será possível identificar as deficiências na abordagem do tema nos currículos acadêmicos, bem como as dificuldades percebidas pelos futuros profissionais em questões essenciais como o manejo do sofrimento, a comunicação com pacientes e suas famílias e o reconhecimento da própria finitude. Além disso, busca-se cumprir os objetivos propostos pela pesquisa: Analisar o conhecimento dos estudantes dos dois últimos anos dos cursos da área da saúde acerca dos cuidados paliativos; Identificar vivências significativas dos estudantes dos dois últimos anos dos cursos da área da saúde no acompanhamento (junto com os preceptores) de pacientes diagnosticados com uma doença que ameaça a vida; Compreender o processo de formação da área profissional de saúde e as aptidões em comunicação com pacientes e familiares diagnosticados com uma doença que ameaça a vida.

A intervenção planejada, por meio da oficina educacional, tem como resultado principal a capacitação dos participantes, aprimorando seu conhecimento teórico e suas habilidades práticas em cuidados paliativos. Além disso, a pesquisa pretende fomentar uma reflexão crítica sobre a necessidade de uma abordagem interprofissional na formação, incentivando o trabalho em equipe e o reconhecimento das competências de cada área no contexto do cuidado integral.

Os resultados finais deste estudo servirão como um subsídio empírico para a elaboração de estratégias de ensino mais eficazes. A expectativa é que eles forneçam as bases para a sugestão de inclusão de disciplinas, módulos ou atividades que abordem os cuidados paliativos de forma mais abrangente nos currículos dos cursos de saúde da UFRN, alinhando a formação com as crescentes demandas do sistema de saúde.

Por fim, este projeto visa instrumentalizar os participantes na elaboração de projetos científicos e na redação de artigos para divulgação em periódicos. Essa prática não apenas contribui para a produção de conhecimento na área, mas também desenvolve habilidades de liderança, autonomia e gestão nos estudantes, preparando-os para atuar como futuros agentes de mudança na saúde.

Conclusão

Este estudo emerge como uma investigação promissora, com potencial para oferecer contribuições significativas à formação em saúde, sob uma perspectiva multiprofissional. A partir dos resultados, será possível subsidiar o desenvolvimento de uma estratégia de ensino que capacite os futuros profissionais para o trabalho em equipe no contexto dos cuidados paliativos,

especialmente no que se refere à integração de conhecimentos e habilidades entre as diferentes áreas da saúde. Essa abordagem pode, inclusive, influenciar a reestruturação curricular dos cursos de graduação, visando suprir a carência de disciplinas e espaços que fomentem a atuação interprofissional.

Além de sua contribuição direta para o campo dos cuidados paliativos, o projeto visa instrumentalizar os participantes na produção de conhecimento científico. Ao longo do processo, os estudantes terão a oportunidade de aprimorar suas competências em elaboração de projetos de pesquisa, identificação de abordagens metodológicas e análise de dados, bem como na redação e divulgação de trabalhos científicos em periódicos. Adicionalmente, o desenvolvimento do estudo em um período determinado exige o aprimoramento de habilidades de liderança, autonomia e gestão, essenciais para a execução eficaz do projeto e o cumprimento de seus objetivos.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERNARDET, Jean-Claude. *O corpo crítico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. O homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. **Rev. Multidisciplinar da Uniesp**. [Internet], p. 73-80, 2008.

CARVALHO, Ricardo Tavares de; PARSONS, Henrique Afonseca. **Manual de cuidados paliativos ANCP**. In: *Manual de cuidados paliativos ANCP*. 2012. p. 590-590.

DADALTO, Luciana. *Cuidados Paliativos: aspectos jurídicos*. São Paulo: Editora Foco, 2021

GOMES, Ana Luisa Zaniboni; OTHERO, Marília Bense. Cuidados paliativos. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 155-166, 2016.

HERMES, Héli da Ribeiro; LAMARCA, Isabel Cristina Arruda. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2577-2588, 2013.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

LEVETOWN, Marcia; COMMITTEE ON BIOETHICS. Communicating with children and families: from everyday interactions to skill in conveying distressing information. **Pediatrics**, v. 121, n. 5, p. e1441-e1460, 2008

MALHEIROS, Bruno T. Metodologia da pesquisa em educação. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES nº 265/2022. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 95, 3 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde lança Política Nacional de Cuidados Paliativos. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/ministerio-da-saude-lanca-politica-nacional-de-cuidados-paliativos/#:~:text=A>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 10, 15 jan. 2024. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucoes/2023/RESOLUO_N_729_-_DOU_15012024.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MONTEIRO, Renata da Silva Fontes; SILVA, Aluísio Gomes da. Advance directive: historical course in Latin America. **Revista Bioética**, v. 27, p. 86-97, 2019. OMS. Palliative care. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care> . Acesso em: 20 jul. 2025.

ORTONA, Concília et al. Cuidados paliativos: da clínica à bioética. 2023.

RIBEIRO, Júlia Rezende; POLES, Kátia. Cuidados paliativos: prática dos médicos da estratégia saúde da família. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, p. 62-72, 2019.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

VOLPON, Leila Costa; ARECO, Nichollas Martins; ANDRADE, Verônica Ribeiro e. Cartilha sobre cuidados paliativos pediátricos para familiares e pacientes. São Paulo, Academia Nacional de Cuidados Paliativos, 2021.